ESTADO DO CEARÁ

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ELETRÔNICO

Ano XII • Edição 2773 • Fortaleza, sexta-feira, 28 de janeiro de 2022

Caderno 2: Judiciario

Fortaleza, Ano XII - Edição 2773 | EDITADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESA. MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA
PRESIDENTE

DES. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES
VICE-PRESIDENTE

DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

TRIBUNAL PLENO

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - Presidente
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des.Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Desa.Lira Ramos de Oliveira
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Carneiro Lima
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente
Des. Antônio Pádua Silva
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Desa. Maria das Graças Almeida de Quental
Dra. Rosilene Ferreira Facundo - Juíza Convocada
Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão- Secretário

ÓRGÃO ESPECIAL

(Reuniões às quintas-feiras com início às 13h30min)

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - Presidente
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des.Francisco Darival Beserra Primo
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Carneiro Lima
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão- Secretário

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às últimas terças-feiras de cada mês, com início às 13h30min)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha – Presidente
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Teodoro Silva Santos
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão- Secretário

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13h30min)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Des. Teodoro Silva Santos
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Dra. Naiana Rocha Frota Philomeno Gomes - Secretária

2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)

Des. Francisco Gladyson Pontes
Desa. Maria Iraneide Moura Silva - Presidente
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Dra. Ismenia Nogueira Alencar Bitencourt - Secretária

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13h30min)

Desa. Maria Iracema Martins do Vale - Presidente
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Dr. David Aguiar Costa - Secretário

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às últimas segundas-feiras de cada mês, com início às 08h30min)

Desa. Vera Lúcia Correia Lima - Presidente
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Des.Raimundo Nonato Silva Santos
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa.Lira Ramos de Oliveira
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Desa. Maria das Graças Almeida de Quental
Dra. Rosilene Ferreira Facundo - Juíza Convocada
Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão- Secretário

1ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)

Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto - Presidente
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Dra. Lia Karam Soares - Secretária

2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08h30min)

Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte - Presidente
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa. Maria das Graças Almeida de Quental
Dra. Kátia Cilene Teixeira - Secretária

3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08h30min)

Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Lira Ramos de Oliveira - Presidente
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Dra. Rosilene Ferreira Facundo - Juíza Convocada
Dr. Bruno Pinheiro Jucá - Secretário

4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às terças-feiras com início às 08h30min)

Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Raimundo Nonato Silva Santos - Presidente
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Dra. Brenda Vasconcelos Costa Ramos - Secretária

SEÇÃO CRIMINAL

(Reuniões às últimas segundas-feiras de cada mês, com início às 13h30min)

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva - Presidente
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Desa. Francisca Adelineide Viana
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Des. Francisco Carneiro Lima
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente
Des. Antônio Pádua Silva
Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão- Secretário

1ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 13h30min)

Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto - Presidente
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Des. Francisco Carneiro Lima
Dr. José Victor Ibiapina Cunha Morais - Secretário

2ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)

Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente - Presidente
Des. Antônio Pádua Silva
Dra. Ana Amélia Feitosa Oliveira - Secretária

3ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 08h30min)

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva - Presidente
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Dr. José Welligton de Oliveira Lobo - Secretário

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

(Reuniões às 2as e 4as segundas-feiras, com início às 17h)

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - Presidente
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Maria Edna Martins
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão- Secretário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0172841-73.2011.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Antônio Fracenilson Lopes de Sousa. Advogado: Antônio Delano Soares Cruz (OAB: 8116/CE). Advogado: Walmir Pereira de Medeiros Filho (OAB: 16977/CE). Impetrado: Delegado Geral da Superintendencia da Policia Civil do Estado do Ceará. Despacho: - Cuida-se de Mandado de Segurança em que a autoridade coatora é o Delegado Geral da Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, inicialmente distribuído para a 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, tendo sido remetido ao Tribunal de Justiça, com distribuição para este Relator, sob o argumento de que a autoridade indicada teria foro no Tribunal em vista do que dispõe a Lei Estadual nº 13.875/2007, no art. 61, ao equiparar aos Secretários de Estado o Superintendente da Polícia Civil. Pode-se observar que o disposto na Constituição Estadual, no art. 108, VII, alínea "b", nos seguintes termos: O Regimento Interno do Tribunal de Justiça, no art. 15, I, alínea "c", afirma ser da competência da Câmara de Direito Público, processar e julgar Mandado de Segurança contra ato do Comandante da Polícia Militar e do Comandante do Corpo de Bombeiros, sem qualquer referência ao Delegado Geral da Superintendência da Polícia Civil. A equiparação indicada pela Magistrada de 1º grau, relativa ao Superintendente da Polícia Civil e os Secretários de Estado, contido no art. 61, da Lei Estadual nº 13.875/2007 não há como se aplicar ao caso, seja pelo fato de que a equiparação por lei não modificaria a competência contida na Constituição Estadual, seja pelo fato de que a referida lei, mesmo que surtisse o feito pretendido pela Magistrada, foi revogada pela Lei n.º 16.710, de 21.12.18, conforme informação do Site da Assembleia Legislativa (https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2007/13875.htm Assim, considerando que a competência para processar e julgar o presente feito é de uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, DECLINO da competência e remeto os autos à 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, com a devida baixa no acervo processual desta Relatoria. Expedientes Necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0261182-26.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Beira Mar Comércio de Alimentos Ltda. Impetrante: Santos Dumont Comércio de Alimentos Ltda. Impetrante: Santana Júnior Comercio de Alimentos S/A. Advogada: Juliana de Abreu Teixeira (OAB: 13463/CE). Impetrado: Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Despacho: - Diante do exposto, considerando a ilegitimidade da autoridade coatora apontada pelo Requerente, DENEGO A SEGURANÇA por este pleiteada, com fulcro no art. 6º, §5º, da Lei nº 12.016/2009 c/c art. 485, VI, e 330, II, do Código Processual Civil em vigor. Sem condenação em honorários, conforme o art. 25 da Lei nº 12.016/2009. Intimem-se. Empós, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0620965-39.2022.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Marcos do Nascimento Verçosa. Advogado: Ednaldo Ribeiro de Oliveira Filho (OAB: 33148/CE). Advogado: Ednaldo Ribeiro de Oliveira (OAB: 44101/CE). Advogada: Layana de Oliveira (OAB: 32716/CE). Impetrado: Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Despacho: - Diante do exposto, reconheço a ilegitimidade passiva da autoridade impetrada para figurar na ação e, por consequência, denego a segurança requestada e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 6º, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.016/09, c/c art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Intimem-se. Adotadas as providências de praxe, em decorrendo in albis o prazo recursal, arquive-se mediante a respectiva baixa no acervo desta Relatoria. Expedientes necessários com a devida urgência. Fortaleza, data constante no sistema. FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0620858-92.2022.8.06.0000 - Direta de Inconstitucionalidade. Autor: Francisco das Chagas Mendes - Prefeito Municipal de Santana do Acaraú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Santana do Acaraú. Réu: Câmara Municipal de Santana do Acaraú. Despacho: - Veja-se, de logo, que as razões explanadas para fins de evidenciar o perigo da demora não se afigura tão relevante quanto pretende demonstrar o Requerente, a ponto de autorizar a concessão da liminar em decisão unipessoal deste Relator, reservada essa atuação monocrática somente aos casos de excepcional urgência, com risco de perecimento

de direito ou grave dano, hipóteses não demonstradas nos autos [Art. 133, § 2.º, RITJCE]. Daí que, a teor do caput do artigo 133 do aludido normativo interno, faz-se necessária a prévia audiência do órgão e/ou autoridade dos quais emanou a lei e o ato normativo impugnados, que deverão pronunciar-se no prazo de 05 (cinco) dias. Notifique-se, portanto, o Presidente da Câmara Municipal de Santana do Acaraú. Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça. Expedientes necessários. Após, voltem-me os autos conclusos para deliberação sobre o pedido liminar. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0201062-80.2022.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: José Wilson Ferreira Feitosa Júnior. Advogado: João Carlos de Mensurado Ferreira (OAB: 27168/CE). Advogado: Eric de Moraes E Dantas (OAB: 23914/CE). Impetrado: Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Impetrado: Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Impetrado: Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público para Provimento de Soldado da PMCE. Despacho: - DESPACHO Analisando detidamente os autos, tenho que impetrante manejou a presente ação constitucional, apontando em síntese, que o ato coator combatido diz respeito à eliminação do concurso para provimento do cargo de Soldado da Polícia Militar do Ceará ante o indeferimento do procedimento de heteroidentificação. Folheando os autos, não vislumbro a existência de prova pré-constituída relativa ao ato praticado pelo Secretário da Segurança Pública e Defesa Social ou do Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, havendo tão somente o resultado da análise de recurso administrativo proferido pela banca examinadora do concurso, que indeferiu o recurso do impetrante (fls. 308). Em face do exposto, nos termos do art. 321 do CPC, concedo à parte impetrante o prazo de 15 (quinze) dias para o saneamento da falha apontada, sob pena de extinção do processo em relação às autoridades supramencionadas. Após, retornem-me conclusos os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0620655-33.2022.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Phoenix Indústria e Comércio de Equipamentos Científicos Ltda. Advogado: Iago Vincenzo Ferrari Tavares (OAB: 391292/SP). Impetrado: Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - Diante do exposto, em análise meramente provisória, INDEFIRO a medida liminar requestada, por não verificar periculum in mora suficiente a justificar o diferimento do contraditório, sem prejuízo de que o pedido seja reapreciado após a coleta das informações da autoridade dita coatora. Notifique-se a autoridade coatora para que apresente as devidas informações no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 7º, I, da Lei 12.016/2009. Dê-se ciência ao Procurador-Geral do Estado, na forma do inciso II, do art. 7º da Lei nº 12.016/209. Decorrido o prazo assinalado, retornem-me os autos conclusos. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários com a devida urgência. Fortaleza, data constante no sistema. FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Habeas Corpus
DESPACHO DE RELATORES

0000086-60.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Cível. Impetrante: Andre Ximenes Farias. Paciente: André Ximenes Farias. Impetrado: Governador do Estado do Ceará. Despacho: - No mesmo sentido, tem-se: Habeas Corpus nº 0637161-21.2021.8.06.0000, Rel. Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues, julgado em: 26/11/2021 e Habeas Corpus nº 0625075-52.2020.8.06.0000, Rel. Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, julgado em: 22/04/2020. Pelo exposto, considerando que a presente demanda foi impetrada em face de ato do Governador do Estado do Ceará, declino da competência ao Superior Tribunal de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

Total de feitos: 1

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - DEFENSORIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0006/2022

Processo 0001006-65.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: F.E.G.N. - RECLAMADO: N.A.M.G. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre FRANCISCO EVSON GOMES NONATO e NATALIA ARAUJO DE MENESES GOMES. O nome da reclamada voltará a ser o de solteira: NATALIA ARAUJO DE MENESES. A presente sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Norões Milfont, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-77, às folhas 161, sob o número de ordem 45569, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 1º, IX do CPC, e o

Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 18/20 e, após o trânsito em julgado para o MP, certifique-se e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001413-71.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: H.C.R.S. - RECLAMADO: E.S.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre HEVELINE CIRILO ROLIM SANTIAGO e ELVIS SANTOS SANTIAGO. A presente sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório do Mucuripe, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, matrícula nº 02081801552015200053186001748664, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 14/16 e, após o trânsito em julgado para o MP, certifique-se e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001585-13.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: J.S.P. - RECLAMADO: C.J.C.L.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre JADESON DE SOUZA PEREIRA e CARLA JANIER COSTA LIMA SOUZA. O nome da reclamada voltará a ser o de solteira: CARLA JANIER COSTA LIMA. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Jaime Araripe, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, matrícula nº 01876201552014300002114000040911, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 11/12, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001738-46.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: J.C.M. - RECLAMADO: M.L.L.M. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre JOSÉ CLAYTON MARQUES e MARIA LUCINEIDE LOPES MARQUES. O nome da reclamada passará a ser: MARIA LUCINEIDE LOPES MORAES. A presente sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Norões Milfont, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-44, às folhas 153, sob o número de ordem 25755, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 14/15, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. Expeça-se mandado de Registro ao Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona desta Comarca, para fazer constar na matrícula que a propriedade do bem descrito na cláusula 6.1 passou a ser exclusivamente da virago. P. R. I.

Processo 0001790-42.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: J.F.G. - RECLAMADO: C.C.G.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre JOZINETE FERNANDES GADELHA e CID CLEITON GADELHA DOS SANTOS. O nome da reclamante voltará a ser o de solteira: JOZINETE FERNANDES DA SILVA. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Alencar Araripe, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-056, às fls. 175, sob o número de ordem 030.113, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 14/15, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001878-80.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: E.A.C.M. - RECLAMADO: A.M.O. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre ELIEUZA ALVES CORREIA MARTINS e ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Cartório João de Deus, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-62, às fls. 186, sob o número de ordem 29133, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 14/15, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - UNIFOR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2022

Processo 0001640-61.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: L.P.N. - RECLAMADO: B.B. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, com fulcro no art.4º, §2º, da Portaria nº433/2016 do TJCE. Após o cumprimento de todos os expedientes, certifique-se o trânsito em julgado. Empós, arquivem-se os presentes autos. P.R.I.

Processo 0001735-91.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: F.J.S. - RECLAMADA: N.F.C.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre, Francisco Joel dos Santos e Neureny Ferreira Corcino Santos. O cônjuge virago retornará a utilizar seu nome de solteira, qual seja, NEURENY FERREIRA CORCINO. Tendo havido acordo não há interesse em recorrer (preclusão lógica), de modo que o trânsito em julgado da sentença independe de prazo, e ocorre imediatamente para os interessados. A presente sentença, acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório de Registro Civil de Mutambeiras, Cidade de Santana do Acaraú/CE, Matrícula n. 0189600155 2018 2 00004 237 0000926 52, devendo ser observado o disposto no art.98, §1º, IX, do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da

Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, com fulcro no art.4º, §2º, da Portaria nº433/2016 do TJCE. Após o cumprimento de todos os expedientes, certifique-se o trânsito em julgado. Empós, arquivem-se os presentes autos. P.R.I.

Processo 0001780-95.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: G.N.C. - RECLAMADO: A.V.C. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre, Francilene Moura e Silva e Lindomar Santos de Souza. Não houve alteração nos nomes dos cônjuges por ocasião do matrimônio. A presente sentença trânsita em julgado nesta data, e servirá como mandado de averbação junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Notas do 22º Subdistrito - Tucuruvi, Cidade de São Paulo/SP, Matrícula nº 115410 01 55 2010 2 00390 136 0078106 41, devendo ser observado o disposto no art.98, §1º, IX, do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, com fulcro no art.4º, §2º, da Portaria nº433/2016 do TJCE. Em face dos interessados terem renunciado ao prazo recursal em audiência de fls.19/20, bem como o Ministério Público em parecer de fls.25/26, certifique-se o trânsito em julgado. Empós, arquivem-se os presentes autos. P.R.I.

Processo 0001874-43.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: S.R.S. - RECLAMADO: A.J.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre, Silvana Rodrigues da Silva e Antonio Julio da Silva. O cônjuge virago retornará a utilizar o nome de solteira, qual seja, Silvana Rodrigues Leandro. As partes renunciaram ao prazo recursal, dessa forma a presente sentença, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Norões Milfont, Registro Civil das Pessoas Naturais, Cidade de Fortaleza/CE, Matrícula nº 019992 01 55 2013 3 00002 177 0000653 81, devendo ser observado o disposto no art.98, §1º, IX, do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, com fulcro no art.4º, §2º, da Portaria nº433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência de fl.09, certifique-se o trânsito em julgado. Empós arquivem-se os presentes autos. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - DEFENSORIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0007/2022

Processo 0001425-85.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: B.A.S. - RECLAMADO: A.C.A.N.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre BRUNO ALEXANDRE DA SILVA e ANA CAROLINA ALVES DO NASCIMENTO SILVA. O nome da reclamante voltará a ser o de solteira: ANA CAROLINA ALVES DO NASCIMENTO. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Jaime Araripe, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, matrícula nº 01876201552018200 183219009567434, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 15/16, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001428-40.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: A.C.L.S. - RECLAMADO: A.V.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre ANA CELIA LIMA SOUSA e ANTONIO VALDEMIRO DE SOUSA. A presente sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Jereissati, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-71, às folhas 111, sob o número de ordem nº 40571, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face dos interessados, às fls. 14/15, bem como o Ministério Público, por seu representante, às fls. 21/22, renunciaram o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001430-10.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: J.O.S. - RECLAMADO: F.G.S.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA e FRANCISCO GLERISTON SOUZA DA SILVA. A presente sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Norões Milfont, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, matrícula nº 01999201552011200113094006703052, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face dos interessados, às fls. 11/13, bem como o Ministério Público, por seu representante, às fls. 19/20, renunciaram o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001536-69.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: J.V.R.C. - RECLAMADO: J.M.C.A. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre JESSICA VASCONCELOS REGO COSTA e JESS MIKAEL COSTA ARAÚJO. O nome da reclamante voltará a ser o de solteira: JESSICA VASCONCELOS REGO. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Serviço Registral do Distrito de Pavuna, Pacatuba/CE, matrícula nº 01675801552017200010238000414942, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 08/09, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001541-91.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: F.R.L.N.R. - RECLAMADA: G.E.S.R. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre FRANCISCA REGILA LIMA DO NASCIMENTO RIBEIRO e GILSON EDUARDO SILVA RIBEIRO. O nome da reclamante voltará a ser o de solteira: FRANCISCA REGILA LIMA DO NASCIMENTO. A presente sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Norões Milfont, Registro Civil das

Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-70, às folhas 06V, sob o número de ordem 41060, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face dos interessados, às fls. 13/14, bem como o Ministério Público, por seu representante, às fls. 19/20, renunciaram o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001542-76.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: A.M.M.F. - RECLAMADO: G.F.B. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre ADRIANA MARIA MARTINS DE FREITAS e GEONALDO FERREIRA BATISTA. A presente sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado, servirá como mandado de averbação junto ao Cartório de Messejana, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, matrícula nº 01850701552019200072294003943001, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 08/09 e, após o trânsito em julgado para o MP, certifique-se e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001587-80.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: T.S.G.M. - RECLAMADO: G.S.M. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre TACIANA SILVA GOMES MACEDO e GEORGE DA SILVA MACEDO. O nome da reclamante voltará a ser o de solteira: TACIANA SILVA GOMES. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Norões Milfont, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-74, às fls. 12V, sob o número de ordem 43472, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 10/11, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001632-84.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: R.S.F. - RECLAMADO: W.O.S.F. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre REGINALDO DA SILVA DE FREITAS e WAGNA OLIVEIRA DA SILVA DE FREITAS. O nome da reclamante voltará a ser o de solteira: WAGNA OLIVEIRA DOS SANTOS. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Jereissati, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, livro B-39, às fls. 234, sob o número de ordem 21832, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 11/12, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

Processo 0001739-31.2021.8.06.0001 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: E.S.T.S. - RECLAMADO: P.C.S. - Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, por consequência, decreto o divórcio entre EDILEUZA DA SILVA TEIXEIRA SOUZA e PAULO CESAR DE SOUZA. O nome da reclamante voltará a ser o de solteira: EDILEUZA DA SILVA TEIXEIRA. A presente sentença servirá como mandado de averbação junto ao Cartório Messejana, Registro Civil das Pessoas Naturais, cidade de Fortaleza/CE, matrícula nº 01850701552018200071517003905311, devendo ser observado o disposto no art. 98, §1º, IX do CPC, e o Provimento nº 09/2016, de 03/11/2016, da Corregedoria Geral da Justiça. Fica assegurada a gratuidade judiciária aos interessados, em conformidade com o art. 4º, § 2º, da portaria nº 433/2016 do TJCE. Em face da renúncia ao prazo recursal pelos interessados em audiência, fls. 10/11, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em seguida os presentes autos. P. R. I.

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0003343-04.2018.8.06.0075 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Valéria de Sousa Gomes. Advogado: Fernanda de Castro da Silva (OAB: 40788/CE). Impetrado: Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Impetrado: Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Impetrado: Superintendente Acadêmica da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Extraordinário Tendo em vista a interposição de Recurso Extraordinário, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0002537-66.2012.8.06.0046 - Apelação Cível. Apelante: Município de Barroquinha. Proc. Municipio: Mauro Monção da Silva (OAB: 22502/CE). Procurador: Procuradoria Geral do Município de Barroquinha. Apelada: Everlina Araújo Veras. Advogado: Ézio Guimarães Azevedo (OAB: 17427/CE). Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s)

ao(s) recurso(s). Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0003400-52.2009.8.06.0167 - Apelação Cível. Apte/Apdo: M. do S. S.. Advogado: Joaquim Jocel de Vasconcelos Neto (OAB: 20392/CE). Apte/Apdo: L. M. C. P. A.. Advogado: Roque Hudson Ursulino Pontes (OAB: 17717/CE). Apte/Apdo: F. A. de A. N.. Apte/Apdo: C. L. P. de A.. Apte/Apdo: F. A. P. de A.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: A. C. P. de A.. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0116263-46.2018.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Fortcasa Incorporadora e Imobiliária Ltda. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Advogada: Fabiana Oliveira Ramos Gondim (OAB: 26632/CE). Apelante: EMC Participações e Holding Ltda. Apelado: Paulo Emmanuel de Miranda Porto. Advogado: Fábio Eduardo Sousa Costa (OAB: 30612/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0000779-25.2017.8.06.0160 - Apelação Cível. Apelante: Município de Santa Quitéria. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Santa Quitéria. Apelada: Aurilene de Oliveira Freire. Advogado: Raimundo Plutharco Parente Neto (OAB: 16495/CE). Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Extraordinário Tendo em vista a interposição de Recurso Extraordinário, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0000233-53.2018.8.06.0121 - Apelação Cível. Apelante: Francisca Lenita Arruda. Advogado: Raimundo Nonato Arcanjo Neto (OAB: 34057/CE). Advogado: Antônio Lourenço Tomás Arcanjo (OAB: 5616/CE). Apelado: Antônio Cezário Rodrigues. Advogado: Antônio Cavalcante Carneiro Júnior (OAB: 25619/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0001388-08.2017.8.06.0160 - Apelação / Remessa Necessária. Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Santa Quitéria. Apelante: Município de Santa Quitéria. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Santa Quitéria. Apelada: Quitéria Eliete Ribeiro Morais. Advogado: Antônio Glay Frota Osterno (OAB: 7128/CE). Advogado: Francisco Amaury Vasconcelos Ponte Neto (OAB: 29544/CE). Advogado: Francisco de Assis Mesquita Pinheiro (OAB: 7068/CE). Advogada: Maria Andiara Gomes Izidório (OAB: 6656/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Extraordinário Tendo em vista a interposição de Recurso Extraordinário, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0005202-36.2019.8.06.0167 - Apelação Cível. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelado: Diego de Vasconcelos Coelho. Advogado: Francisco Rafael Bezerra Gameleira (OAB: 37632/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0008816-05.2019.8.06.0117 - Apelação / Remessa Necessária. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú. Apelante: Município de Maracanaú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Maracanaú. Apelada: Sandra Maria Sousa de Oliveira. Advogada: Rayanne Daiara Holanda Costa (OAB: 33181/CE). Advogado: Leandro Lima Pinheiro (OAB: 26157/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0012335-59.2018.8.06.0137 - Apelação Cível. Apelante: Município de Pacatuba. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Pacatuba. Apelado: Júlio Pinheiro da Silva. Advogado: Francisco Jackson Alves Lima (OAB: 11212/CE). Advogado: Jefferson Rodrigues dos Santos (OAB: 11184/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0013159-75.2014.8.06.0034 - Apelação / Remessa Necessária. Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelado: Raimundo Alves da Silva. Advogado: Jose Rocha Sales Lopes (OAB: 2702/CE). Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0013902-85.2016.8.06.0173 - Apelação Cível. Apelante: Município de Tianguá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Tianguá. Apelado: Paulo Estevão de Souza. Apelado: Francisco de Assis Pereira de Sousa. Advogado: Cicero Anderson Portela Sampaio (OAB: 39431/CE). Advogada: Arildo de Freitas Bezerra (OAB: 25861/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0015096-35.2008.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Francisco Rodrigues de Melo. Apelado: Companhia Cearense de

Transportes Metropolitanos - METROFOR. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Advogado: Edesio do Nascimento Pitombeira Filho (OAB: 19319/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0016455-77.2016.8.06.0053 - Apelação / Remessa Necessária. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Camocim. Apelante: Município de Camocim. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Camocim. Apelado: Raimundo Nonato de Sousa Lima. Advogado: Raimundo Plutharco Parente Neto (OAB: 16495/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0016902-96.2018.8.06.0117 - Apelação / Remessa Necessária. Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú. Apelante: Município de Maracanaú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Maracanaú. Apelada: Maria Criseilane de Menezes Silva Albuquerque. Advogado: André Luiz Barros Rodrigues (OAB: 18173/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0029201-06.2018.8.06.0053 - Apelação / Remessa Necessária. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Camocim. Apelante: Município de Camocim. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Camocim. Apelada: Cristiane de Queiroz Lopes. Advogada: Nadjala Karolina da Silva Rodrigues Oliveira e Santos (OAB: 26510/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0040184-36.2012.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: M. U. F. O.. Advogada: Marcele Caroline Maciel de Alencar (OAB: 18951/CE). Advogada: Maria Berenice Dias (OAB: 74024/RS). Apelada: E. B. U.. Advogada: Ana Paula Menezes de Azevedo (OAB: 28275/CE). Advogada: Isabel de Andrade Ribeiro Oliveira (OAB: 15181/CE). Advogado: Abdias Júnio Cavalcante Oliveira (OAB: 7807/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0041886-61.2005.8.06.0001 - Apelação Cível. Apte/Apdo: Vinte Zero Dois Comércio e Indústria de Confecções Ltda.. Advogado: David Bezerra de Carvalho (OAB: 17655/CE). Apte/Apdo: Lullas Buffet Organização de Festas LV Ltda.. Apte/Apdo: Aurineide Carvalho Barbosa. Advogada: Jerusa Rocha Soares Cavalcante (OAB: 15225/CE). Apelado: Freitas Empreendimentos Ltda.. Advogada: Antônia Camily Gomes Cruz (OAB: 18376/CE). Advogado: José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB: 4040/CE). Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s)

interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0071410-69.2006.8.06.0001 (71410-69.2006.8.06.0001/1) - Apelação Cível. Apelante: Companhia Energética do Ceará - COELCE. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelante: Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras. Advogada: Daniela Guimaraes Fernandes Barroso de Mello (OAB: 21191/CE). Apelado: Carbomil Quimica S.a. Advogado: Alfran Peixoto (OAB: 2253/CE). Advogado: Heber Quinderé Júnior (OAB: 4328/CE). Advogado: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE). Advogado: Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE). Advogado: Elvis Del Barco Camargo (OAB: 15192/DF). Advogado: Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE). Advogado: Dorivaldo Luis Vasconcelos de Araújo (OAB: 17361/CE). Advogado: Francisco Osvando Muniz Lima Filho (OAB: 18191/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0104613-65.2019.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelada: Gecilda Ribeiro da Silva. Apelado: Francisco Valdécio Uchôa Rocha. Advogada: Vanessa Martinez Fanego (OAB: 27322/CE). Advogado: Carlos Alberto Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB: 38491/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0116307-02.2017.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Auto Viação Dragão do Mar Ltda. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: Francisco Elmo Pinto Mota. Advogado: Jody Igor Fernandes Mota (OAB: 34097/CE). Advogado: Wladson Charles Paixao Araujo (OAB: 35572/CE). Advogado: Francisco Fanuel Lira do Rego (OAB: 29682/CE). Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0009058-75.2006.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 13ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: José Iramar Santiago - Apelado: José Renato Souto dos Santos - Apelado: José Maria Rosendo da Silva - Apelado: Cicero Rodrigues dos Santos - Apelado: Rômulo Augusto Peres Moreira - Apelado: Erivaldo Fiusa Soares - Apelado: Adamex Ferreira e Silva - Apelada: Rejane Peres Moreira - Apelado: Roberto Sérgio Alves Teleciro - Apelado: Francisco Alves de Melo - Apelado: Francisco de Assis Andrade - Apelado: Francisco Ednardo de Oliveira - Apelado: Josué Mendes de Oliveira - Apelado: Roberto Wagner Gomes Benicio - Apelado: Francisco Gilberto de Souza - Apelado: Paulo Jackes Cunha da Silva - Apelado: José Clyster de Souza - Apelado: Francisco Valdenis Rebouças Filho - Apelado: Raimundo Evaristo de Sousa - Apelado: Edvan Carlos Ferreira - Apelado: Jean Stefen Siqueira Guimarães - Apelado: Francisco José Gomes Bezerra - Apelado: Francisco Fernandes da Silva - Apelado: José Deusdeth Araújo do Nascimento - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 2 de dezembro de 2021. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Maria Wilramir Morais Maia Ciryaco (OAB: 17682/CE) - Ednaldo Ribeiro de Oliveira Filho (OAB: 33148/CE) - Benedito Araújo Lima Júnior (OAB: 11351/CE) - Vanderler Carneiro Primo (OAB: 13797/CE) - Davi Luis de Castro Cardoso Bezerra (OAB: 24950/CE) - Carlos Eduardo de Almeida Aires (OAB: 17434/CE) - José Leite Martins Neto (OAB: 7865/CE) - Francisco Jose Nogueira Meneses (OAB: 6479/CE) - Ricardo Feitosa Meneses (OAB: 28289/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0124629-11.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Erbe Incorporadora 042 Ltda - Apelante: TG Centro Oeste Empreendimentos Imobiliários S/A - Apelado: Mardhen Bezerra Araújo - Apelada: Marilia Cavalcante Araújo - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Determino ao setor competente que realize alteração no cadastro processual, substituindo MB ENGENHARIA SPE 004 S/A por ERBE INCORPORADORA 042 LTDA. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 11 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Tatiana Maria Mello de Lima (OAB: 15118/DF) - Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB: 2221/DF) - Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 41218/CE) - Fábio José de Oliveira Ozório (OAB: 8714/CE) - Jefferson de Paula Viana Filho (OAB: 18401/CE) - Ingrid Baltazar Ribeiro Filgueiras (OAB: 39076/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0636823-47.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: José Elioneido Barroso - Impetrante: Wdson Bruno Carvalho Cunha - Impetrante: Juliana Maia Brito - Impetrante: Higor Cordeiro Barbosa - Impetrante: Anna Paula Fernandes Alencar - Impetrante: Tiago Lima Melo - Paciente: Edmilson Limeira de Souza - Paciente: Antonio Paulo Marques de Souza - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Crimes Contra A Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza - ISSO POSTO, homologo o pedido de desistência, restando prejudicada a análise de admissibilidade do Recurso Ordinário Constitucional, nos termos do art. 998, caput, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 11 de janeiro de 2021. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Wdson Bruno Carvalho Cunha (OAB: 30986/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0018501-98.2017.8.06.0119 - Apelação Cível - Maranguape - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até o julgamento definitivo do recurso extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000529-02.2017.8.06.0189 - Apelação Cível - Santa Quitéria - Apelante: Município de Catunda - Apelada: Francisca das Chagas Azevedo de Oliveira - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Município de Catunda - Ronaldo Farias Feijão (OAB: 24951/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0050470-30.2020.8.06.0151 - Apelação / Remessa Necessária - Quixadá - Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá - Apelante: Lucilene dos Santos Pessoa - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste Recurso Extraordinário até o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0273216-67.2020.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Jose Ricardo Florencio Ribeiro - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até o julgamento definitivo do recurso extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores
DESPACHO DE RELATORES

0632993-44.2019.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Fernando César Sousa Sales. Advogado: Rômulo Linhares Ferreira Gomes (OAB: 17508/CE). Advogada: Manoella Araújo e Silva (OAB: 40258/CE). Advogada: Renata Holanda de Azevedo (OAB: 27356/CE). Advogado: Igor Vasconcelos Canuto (OAB: 38463/CE). Agravado: MINEVALE - Mineração Vale do Acaraú Ltda. Advogado: Francisco Eudes Dias de Sousa (OAB: 8881/CE). Advogada: Raul Queiróz Dias (OAB: 26538/CE). Advogado: Francisco Eudes Dias de Sousa Filho (OAB: 28197/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022 Coordenador(a)/CORTSUP

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0054754-86.2020.8.06.0117 - Apelação / Remessa Necessária - Maracanaú - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até o julgamento definitivo do recurso extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0857745-69.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: FAELCE – Fundação Coelce de Seguridade Social - Apelado: Centro de Educação Universitário e Desenvolvimento Profissional Ltda. - CEUDESP - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Lúcio Modesto Chaves Lucena de Farias (OAB: 5004/CE) - Juarez Morais Chaves (OAB: 11964/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0131667-45.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: GR Construtora Ltda. - Apelado: GHM Informática Ltda. - ISSO POSTO, admito o Recurso Especial, nos termos do art. 1.030, V, do CPC, devendo os autos ascenderem ao colendo Superior Tribunal de Justiça. Publique-se e intimem-se. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Marcelo Victor de Sousa (OAB: 23085/CE) - Francisco Welvio Urbano Cavalcante (OAB: 14814/CE) - Fernando Henrique Almeida Miranda (OAB: 31409/CE) - Lara Costa de Almeida (OAB: 18775/CE) - Thales Pontes Batista (OAB: 14544/CE) - Thalita Silveira Lopes (OAB: 25726/CE) - Ivana Jereissati Guedes (OAB: 5223/CE) - Luis Henrique Costa Benevides (OAB: 13104/CE) - Manoel Mateus Júnior (OAB: 17180/CE) - Rafael Cronje Mateus (OAB: 42280/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0633386-95.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Sobral - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Antonio Araujo Moura - ISSO POSTO, inadmito o Recurso Especial, com base no art. 1.030, V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE) - Rafael Victor de Andrade Medeiros e Almeida (OAB: 21027/CE) - Larissa Arruda Viana (OAB: 30279/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0465505-42.2011.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Julio Cesar Teixeira Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelante: Lailson Luis da Silva Santos - ISSO POSTO, não conheço do agravo de páginas 579/596 , em razão da manifesta causa impeditiva de remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal e não conheço do agravo de páginas 563/578, por falta de interesse de agir. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2021. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Marcos Lima Marques (OAB: 33846/CE) - Emanuela Maria Leite Bezerra Campelo (OAB: 15499/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0052920-92.2020.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apte/Apdo: Maria de Nasaré Pereira dos Santos - Apte/Apdo:

Banco Santander (Brasil) S/A - ISSO POSTO, inadmito o Recurso Especial, com base no art. 1.030, V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Dênio de Souza Aragão (OAB: 27990/CE) - Paulo Roberto Teixeira Trino Junior (OAB: 87929/RJ)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0280010-21.2020.8.06.0158 - Apelação / Remessa Necessária - Russas - Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Russas - Apelante: Município de Russas - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - ISSO POSTO, inadmito o Recurso Especial, com base no art. 1.030, V, do CPC/2015. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Município de Russas - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0151976-53.2016.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Ana Berg de Alencar - Apelante: Cosma Renata dos Santos Cavalcante - Apelante: Dulcivane Cavalcante Cidrão Silveira - Apelante: Sâmia Regina Nogueira Sampaio - Apelante: Levany de Lima Oliveira - Apelado: Município de Fortaleza - Apelado: Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH) - ISSO POSTO, nego seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, inciso I, alínea a, do Código de Processo Civil. Publiquem-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria do Município de Fortaleza

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0445098-98.2000.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Companhia Metalúrgica Bárbara - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Antonio Alberto Reis da Silva Azevedo (OAB: 18369/RJ)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000407-23.2016.8.06.0189 - Apelação / Remessa Necessária - Santa Quitéria - Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Santa Quitéria - Apelante: Município de Catunda - Apelada: Maria Sandra Franco de Sousa - ISSO POSTO, determino o sobrestamento do presente recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 964659 (TEMA 900 - repercussão geral), pelo Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à vinculação do tema. Publique-se e intimem-se. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido Recurso no Supremo Tribunal Federal e, uma vez julgado seu mérito, certifique o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos a esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Município de Catunda - Ronaldo Farias Feijão (OAB: 24951/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0122413-09.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Distribuidora de Alimentos Fartura S/A - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento do presente recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, até o julgamento do TEMA 816, pelo Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à vinculação do tema. Publique-se e intimem-se. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido Recurso no Supremo Tribunal Federal e, uma vez julgado seu mérito, certifique o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos a esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Hugo de Brito Machado Segundo (OAB: 14066/CE) - Schubert de Farias Machado (OAB: 5213/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0122413-09.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Distribuidora de Alimentos Fartura S/A - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, inadmito os presentes recursos especiais, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Hugo de Brito Machado Segundo (OAB: 14066/CE) - Schubert de Farias Machado (OAB: 5213/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0050116-16.2020.8.06.0115 - Apelação Cível - Limoeiro do Norte - Apelante: Francisco Anderson Rodrigues de Oliveira - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até o julgamento definitivo do recurso extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Mayara Silva de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0621753-87.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Ubajara - Agravante: José Galba do Monte Aragão - Agravado: José Wellington Sousa Rodrigues - Agravada: Geraldina dos Santos Sousa - ISSO POSTO, inadmito o Recurso Especial, com base no art. 1.030, V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Rômulo Linhares Ferreira Gomes (OAB: 17508/CE) - Karlos Roneely Rocha Feitosa (OAB: 23104/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0269820-82.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento do presente recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 714.139 (TEMA 745), pelo Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à vinculação do tema. Publique-se e intimem-se. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido Recurso no Supremo Tribunal Federal e, uma vez julgado seu mérito, certifique o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos a esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Carlos Cesar Sousa Cintra (OAB: 12346/CE) - Juraci Mourão Lopes Filho (OAB: 14088/CE) - Isabelly Cysne Augusto Maia (OAB: 34932/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0269820-82.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento do presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 714.139 (TEMA 745), pelo Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à vinculação do tema. Publique-se e intimem-se. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido Recurso no Superior Tribunal de Justiça e, uma vez julgado seu mérito, certifique o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos a esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Carlos Cesar Sousa Cintra (OAB: 12346/CE) - Juraci Mourão Lopes Filho (OAB: 14088/CE) - Isabelly Cysne Augusto Maia (OAB: 34932/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0626974-90.2017.8.06.0000 - Ação Rescisória - Trairi - Autora: Benedita Rodrigues de Sousa - Ré: Terezinha Ferreira Aguiar - ISSO POSTO, inadmito os presentes recursos especiais, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa no acervo, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: José Heleno Lopes Viana Neto (OAB: 40392/CE) - Solange Neves Fuza (OAB: 3545/RO)

Nº 0626974-90.2017.8.06.0000 - Ação Rescisória - Trairi - Autora: Benedita Rodrigues de Sousa - Ré: Terezinha Ferreira Aguiar - ISSO POSTO, com fundamento no art. 1.030, I, a, e V, do CPC, nego seguimento ao recurso extraordinário quanto aos TEMAS 424 e 660 (repercussão geral negada) do STF, inadmitindo o restante da insurgência, bem como o recurso de páginas 809/835. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa no acervo, sob as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: José Heleno Lopes Viana Neto (OAB: 40392/CE) - Solange Neves Fuza (OAB: 3545/RO)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0201676-90.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria do Socorro Portela - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Victor Felipe Fernandes de Lucena (OAB: 33933/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0009219-44.2019.8.06.0126 - Apelação Cível - Mombaça - Apte/Apdo: Maria Alta Martins de Lima - Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A - ISSO POSTO, inadmito o Recurso Especial, com base no art. 1.030, V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE) - Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0050272-61.2021.8.06.0117 - Apelação / Remessa Necessária - Maracanaú - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Autora: Maria do Socorro Souza de Olivetti - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, o que faço com fulcro no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 12 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Regislania Olivetti Silva - Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE)

Nº 0050272-61.2021.8.06.0117 - Apelação / Remessa Necessária - Maracanaú - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Autora: Maria do Socorro Souza de Olivetti - ISSO POSTO, inadmito do presente recurso extraordinário, o que faço com fulcro no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Regislania Olivetti Silva - Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000323-85.2017.8.06.0189 - Apelação / Remessa Necessária - Santa Quitéria - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Santa Quitéria - Apte/Apdo: Antonia Pereira do Vale - Apte/Apdo: Município de Catunda - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Ronaldo Farias Feijão (OAB: 24951/CE) - Procuradoria Geral do Município de Catunda - Kamilla Rufino Moreira Martins Mesquita (OAB: 28739/CE)

Nº 0000323-85.2017.8.06.0189 - Apelação / Remessa Necessária - Santa Quitéria - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Santa Quitéria - Apte/Apdo: Antonia Pereira do Vale - Apte/Apdo: Município de Catunda - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Ronaldo Farias Feijão (OAB: 24951/CE) - Procuradoria Geral do Município de Catunda - Kamilla Rufino Moreira Martins Mesquita (OAB: 28739/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000171-11.2015.8.06.0188 - Apelação Criminal - Banabuiu - Apelante: Antonio Whenson de Almeida Ximenes - Apelante: Francisco Edeilson Pereira Nobre - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Maria Aparecida da Silva (OAB: 36017/CE) - Eduardo Ronald Costa de Lima (OAB: 33750/CE)

Nº 0000171-11.2015.8.06.0188 - Apelação Criminal - Banabuiu - Apelante: Antonio Whenson de Almeida Ximenes - Apelante: Francisco Edeilson Pereira Nobre - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Maria Aparecida da Silva (OAB: 36017/CE) - Eduardo Ronald Costa de Lima (OAB: 33750/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000842-63.2019.8.06.0036 - Apelação Cível - Aracoiaba - Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A - Apte/Apdo: Antonio Raimundo de Lima - ISSO POSTO, determino o sobrestamento do presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030,

inciso III, do Código de Processo Civil, até o julgamento do Resp nº 1.823.218/AC (TEMA 929/STJ). Faça-se a vinculação do tema. Publique-se e intimem-se. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no Superior Tribunal de Justiça e, uma vez julgado o mérito, certifique o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos a esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Francisco Robson Sales da Silva (OAB: 36728/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0035995-34.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Juvenal Raquel de Sousa - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até o julgamento definitivo do recurso extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Antônia Lucinete Rodrigues Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0035995-34.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Juvenal Raquel de Sousa - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso especial até o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido Recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Antônia Lucinete Rodrigues Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002516-26.2019.8.06.0182 - Apelação Cível - Viçosa do Ceará - Apelante: Município de Viçosa do Ceará - Apelado: Francisco Aurimar de Araújo - ISSO POSTO, não conheço do agravo, em razão da manifesta causa impeditiva de remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça. Publique-se e Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com o retorno dos autos ao juízo de origem, sob as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Município de Viçosa do Ceará - Valesca Belchior de Oliveira (OAB: 39669/CE) - Carlos Alberto Castro Monteiro (OAB: 8704/CE) - Cynara Maria Rodrigues Monteiro (OAB: 8880/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0626460-98.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Agravado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até o julgamento definitivo do recurso extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0626460-98.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Agravado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, determino o sobrestamento deste recurso especial até o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário nº 1.140.005 RG/RJ (TEMA 1002) pela Suprema Corte. Faça-se a vinculação de tema. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que acompanhe o trâmite do referido Recurso no STF e, uma vez julgado seu mérito, informe o ocorrido, renovando, então, a conclusão dos autos à esta Vice-Presidência. Anotações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0624168-19.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Luiz Armando de Vasconcelos - ISSO POSTO, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea b e inciso V, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial quanto aos TEMAS 685 e 724, do Superior Tribunal de Justiça (teses firmadas em sede julgamento de recursos repetitivos), inadmitindo o restante da insurgência. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 24217A/CE) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE) - José Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0609693-17.2000.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Albaruska Factoring Fomento Ltda - Apelada: Maria Lucivanda Santana da Nóbrega - ISSO POSTO, admito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, devendo os autos ascenderem ao colendo Superior Tribunal de Justiça. Publique-se e intimem-se.

Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Kirstenia Máximo da Costa Mendes (OAB: 15374/CE) - Raimundo Alexandre Linhares Dias (OAB: 11524/CE) - Cecília Rodrigues Mota (OAB: 13524/CE) - Carlos Eduardo Barros de Vasconcelos Teixeira (OAB: 20441/CE) - Wellington Rocha Leitão Filho (OAB: 6622/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0038148-21.2012.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Joseja Alves da Costa Melo - Apelante: Maria Myrthes Lima Bezerra - Apelante: Vera Lúcia Castelo Branco Oliveira - Apelante: Maria José Gondim de Oliveira - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, inadmito o presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, inciso V, do CPC. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 13 de janeiro de 2022. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes Vice-Presidente - Advs: Rubens Ferreira Studart Filho (OAB: 16081/CE) - Wilson de Norões Milfont Neto (OAB: 15248/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS

NUCDIS – Núcleo de Distribuição
ATA DE DISTRIBUIÇÃO

Em audiência realizada em 27/01/2022, presidida pelo(a) Exmo(a) Sr(a) Vice-Presidente do TJCE, , foram distribuídos os seguinte feitos:

1ª Câmara Criminal

0000246-87.2016.8.06.0132/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Cesar Carlos Filinto da Silva. Advogado: André do Amaral Tavares (OAB: 42553/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0000543-96.2009.8.06.0146/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Francisco Eraque Roque. Advogados: Maria das Dores Gonçalves Cavalcante (OAB: 6070/CE) e outro. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0001940-51.2019.8.06.0176/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Raimundo Correia da Silva Junior. Advogado: Eduardo Vasconcelos Barros (OAB: 34864/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO CARNEIRO LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0003123-41.2019.8.06.0052/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Hélio Cícero Ribeiro de Sousa. Advogados: Ricardo Dimas Oliveira (OAB: 17276/CE) e outro. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0005761-96.2015.8.06.0178 - **Recurso em Sentido Estrito**. Recorrente: Antônio José Mendes Lopes. Advogado: José Eloísio Maramaldo Gouveia Filho (OAB: 15301/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0006394-52.2018.8.06.0130 - **Apelação Criminal**. Apelante: F. E. dos S. C.. Advogados: João Muniz Filho (OAB: 5741/CE) e outro. Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0010752-51.2021.8.06.0293 - **Apelação Criminal**. Apelante: Leonardo Bezerra Soares. Apelante: Jose Andiures de Lima Araujo. Advogados: Francisco Helder Ribeiro de Albuquerque (OAB: 25610/CE) e outros. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0011335-70.2020.8.06.0293/50000 - **Embargos Infringentes e de Nulidade**. Embargante: José Joseir Soares Bezerra. Advogados: Cleidiany Kelly Silva Cavalcante (OAB: 38598/CE) e outro. Embargada: Maria de Fátima Nogueira da Silveira Bessa Ramos. Embargada: Karine Karla da Silveira Bessa Ramos. Embargado: José Ésio Bessa Ramos Júnior. Advogados: Roberto Tardelli (OAB: 353390/SP) e outro. Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0030389-65.2017.8.06.0151/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Emerson Allano Melo dos Santos. Advogado: Renato Lino de Sousa Neto (OAB: 37555/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO CARNEIRO LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0050471-37.2020.8.06.0176/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Raimundo Alves de Loiola Filho. Advogado: Fábio da Silva Pereira (OAB: 31195/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0053219-35.2021.8.06.0167 - **Apelação Criminal**. Apelante: Gleiciano Carlos de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0059311-23.2013.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: F. A. de L.. Advogados: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB: 3183/CE) e outro. Embargado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO CARNEIRO LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0109479-53.2018.8.06.0001 - **Apelação Criminal**. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Apelado: Felipe Mariano Soares. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0620314-12.2019.8.06.0000.

0620984-45.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Talis Vicente da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0621006-06.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Juliane Karen Castro Nobre. Paciente: Fabiano Venâncio dos Santos. Advogada: Juliane Karen Castro Nobre (OAB: 37316/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cascavel. Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0630669-13.2021.8.06.0000.

0621020-87.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Carina Brauna Bruno. Impetrante: Mairson Ferreira Castro. Impetrante: Ian Belém Falcão. Impetrante: Francisco Nandoval Alves Loiola. Paciente: Francinildo de Sousa Araújo Júnior. Advogados: Carina Brauna Bruno (OAB: 35485/CE) e outros. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz. Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0631716-22.2021.8.06.0000.

0621021-72.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Júlio Bernardino da Silva Neto. Paciente: Wallas Rodrigues de Andrade. Advogado: Júlio Bernardino da Silva Neto (OAB: 31726/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Acaraú. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0622533-27.2021.8.06.0000.

0621024-27.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Francisco Helder Ribeiro de Albuquerque. Impetrante: Rafael Ramon Silva Lima Uchoa. Impetrante: Joana Hyamara da Silva Cabral. Paciente: W. dos S. S.. Advogados: Francisco Helder Ribeiro de Albuquerque (OAB: 25610/CE) e outros. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0623483-36.2021.8.06.0000.

0621040-78.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Wagner Silva de Sousa. Paciente: Francisco Danis de Oliveira Nascimento. Advogado: Wagner Silva de Sousa (OAB: 32363/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

1081449-21.2000.8.06.0001/50001 - **Embargos Infringentes e de Nulidade**. Embargante: Daniel Justino da Silva. Advogado: Renato Aires Ibiapina Portela (OAB: 15681/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

1ª Câmara Direito Privado

0000837-41.2019.8.06.0036 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelado: Antonio Raimundo de Lima. Advogado: Francisco Robson Sales da Silva (OAB: 36728/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0001264-11.2019.8.06.0142/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Tim S/A. Advogada: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB). Embargada: Maria Nair Vilma de Freitas. Advogado: Rodrigo Cavalcante Mota (OAB: 38473/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0002027-75.2018.8.06.0100/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Raimundo Rodrigues Vaz. Advogada: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0003613-16.2019.8.06.0100/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Aurilene Lima dos Santos. Advogada: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE). Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao

Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0003657-28.2019.8.06.0070 - **Apelação Cível**. Apelante: Francisco Paulean Barros de Matos. Advogada: Antônia Derany Mourão dos Santos (OAB: 34613/CE). Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: João Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0003914-57.2019.8.06.0101 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria Socorro Rodrigues de Sousa. Advogado: Francisco Makson Oliveira Melo (OAB: 25361/CE). Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Advogado: Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0007132-18.2016.8.06.0160 - **Apelação Cível**. Apelante: Julieta Parente de Morais Fonseca. Advogados: Alfredo Jader Lobo Cavalcante Filho (OAB: 27926/CE) e outro. Apelado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogada: Regina Helena Costa e Costa Lima (OAB: 8230/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0008534-52.2017.8.06.0176 - **Apelação Cível**. Apelante: Escritorio Imobiliario Paulo Lustosa Ltda. Advogado: Yuri Martins Batista da Silva (OAB: 28309/CE). Apelada: Maria das Graças Araújo Alves. Advogado: Eduardo Vasconcelos Barros (OAB: 34864/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0008536-96.2019.8.06.0064 - **Apelação Cível**. Apelante: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Marcio Santana Batista (OAB: 43948/CE). Apelado: Decio Luiz Soares da Silva. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0009750-42.2015.8.06.0136 - **Apelação Cível**. Apelante: José Batista Maciel. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Sky Serviços de Banda Larga Ltda. Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 41218A/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0009857-83.2015.8.06.0137/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Filho (OAB: 3432/CE). Agravado: Jose Elias Lopes de Sousa. Advogada: Dominik Barros Brito Ferreira (OAB: 37479/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0011417-25.2017.8.06.0126/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisca Eleni Teixeira de Freitas. Advogados: Maria Lia Chaves Custódio Pedrosa (OAB: 34461/CE) e outro. Agravado: Fundo de Investimento em Direitos Créditorios Não Padronizados - FIDC NPL I. Advogada: Mariana Denuzzo Salomão (OAB: 253384/SP). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0012700-64.2017.8.06.0100/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: João Barbosa Santos. Advogados: Antonio Lucas Camelo Morais (OAB: 24571/CE) e outro. Embargado: Bradesco Capitalização S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0015789-30.2013.8.06.0070 - **Apelação Cível**. Apelante: Marta Vandreia Nonato Alves Bezerra. Apelante: Amanda Jéssica Alves Bezerra. Apelante: Alana Alves Bezerra. Advogado: Jose Vilemar Sales de Macedo (OAB: 18773/CE). Apelado: Construtora G&F Ltda. Advogados: Emmanuel Emerson Santos Albuquerque (OAB: 25364/CE) e outro. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050440-14.2021.8.06.0101 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria José Alves. Advogado: Antonio Luciano Alves Assunçao (OAB: 25758/CE). Apelado: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE. Advogada: Kênia Rios de Lima (OAB: 21769/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050806-54.2021.8.06.0133 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria Zelda Medeiros da Silva. Advogados: Raul de Souza Martins (OAB: 29863/CE) e outro. Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050933-20.2021.8.06.0059 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria Fátima da Silva Lima. Advogado: Valdemiro Alves Araújo (OAB: 41225/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0051031-27.2021.8.06.0084 - **Apelação Cível**. Apelante: Antonio Marques de Souza. Advogado: Expedito Martins Marques Júnior (OAB: 34392/CE). Apelado: BP Promotora de Vendas Ltda. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0051448-40.2021.8.06.0064 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Itaucard S/A. Advogado: Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 27567A/CE). Apelado: Ramon Nobre Silvano. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0053991-03.2020.8.06.0112/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE). Agravado: Yarley Ferreira Silveira. Advogado: Leonardo Francelino Bastos (OAB: 44852/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0054824-34.2021.8.06.0064 - **Apelação Cível**. Apelante: D. V. da S.. Advogado: Francisco José Ferreira Lima (OAB: 8840/CE). Apelante: J. R. M. da S. F.. Apelante: J. L. M. de S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: M. P.

do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0064735-46.2016.8.06.0064 - **Apelação Cível**. Apelante: Jose Edson Rios. Apelante: Hortência de Sousa Rios. Advogado: Marcio Militao Sabino (OAB: 7576/CE). Apelado: Francisco Rodrigues Mesquita. Advogados: Fernando Antonio França Martins (OAB: 21232/CE) e outro. Apelada: Raimunda Mendes Mesquita. Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0127243-52.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Apelado: Ivan Barroso Melo. Curadores: Vicência Filizola de Melo e outro. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0628481-52.2018.8.06.0000.

0150853-20.2016.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Telemar Norte Leste S/A - em recuperação judicial. Advogado: Rômulo Marcel Souto dos Santos (OAB: 16498/CE). Agravada: Maria Margarida Gonçalves da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0153273-61.2017.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Lucmath Comercial Ltda ME. Advogado: Diego Albuquerque Lopes (OAB: 26053/CE). Agravado: Planos Técnicos do Brasil Ltda. Advogado: Paulo André Lima Aguiar (OAB: 10630/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0166885-03.2016.8.06.0001/50001 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Autoloc Incorporações Serviços e Locações Ltda EPP. Agravante: Ricardo Jorge Vieira de França. Agravante: Viviane Silva Moreira. Advogados: Carlos Alberto de Araújo (OAB: 3061/RN) e outro. Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0174288-86.2017.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Cândida Maria Rabelo Gondim. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Agravado: Banco GM S/A. Advogado: Humberto Graziano Valverde (OAB: 13908/BA). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0174994-69.2017.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Lidianne Uchoa do Nascimento (OAB: 26511B/CE). Embargada: Keyla Maria Pereira Dias Arcelino. Advogados: Roni Furtado Borgo (OAB: 7828/ES) e outro. Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0200891-94.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogados: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE) e outros. Apelado: Herbert Benevides de Alencar. Repr. Legais: Mara Elaine Benevides de Alencar e outro. Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0621440-63.2020.8.06.0000.

0210501-52.2021.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogados: Amândio Ferreira Tereso Júnior (OAB: 23189A/CE) e outro. Agravado: DF Locações de Veiculos Ltda ME. Advogado: Ubaldo Machado Feitosa (OAB: 29547/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0233557-17.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Jadir Brito Fernandes. Advogado: Jadir Brito Fernandes (OAB: 30243/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogados: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) e outro. Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0260395-63.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Tim S/A. Advogada: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB). Agravado: Francisco Rodrigo de Castro Soare. Advogada: Samara Moura do Nascimento (OAB: 41034/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0478006-28.2011.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Construtora Marquise S/A. Advogados: Thiago de Castro Pinto Lopes (OAB: 16272/CE) e outros. Apelado: Sameac Hospital Universitário Walter Cântidio. Advogada: Maria Erivania Pereira Buriti (OAB: 23261/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620938-56.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE). Agravado: Antonio Michel Teodoro Lima. Advogada: Paula de Arruda Ferreira (OAB: 25531/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0635288-83.2021.8.06.0000.

0620990-52.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Município de Barro. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Barro. Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0622849-40.2021.8.06.0000/50002 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: F. H. D. P. N.. Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 33249A/CE). Agravada: Liz Pinho Bayde representado por Aline Mattoso Pinho Bayde. Agravado: Antonio Pinho Bayde representado por Aline Mattoso Pinho Bayde. Advogados: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE) e outros. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição:

Encaminhamento/Relator.

0632933-03.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: A. L. L. de M. R. R. P. M. N. L. de M.. Advogados: Bento Pereira da Silva Neto (OAB: 5977/CE) e outro. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 283/284.

0634784-77.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Ediane Rabelo da Silva. Advogados: Luiz Gadelha Rocha Neto (OAB: 10604/CE) e outro. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 283/284.

0635516-58.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Ana Vilani de Oliveira. Advogado: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE). Agravado: Condominio Edificio Paladium. Advogado: Tomás Brito de Moraes (OAB: 30184/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 29/30.

0636198-13.2021.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: AMIL - Assistência Médica Internacional S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Agravado: L. M. R. R. P. L. B. de M. R.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0636569-74.2021.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Posto Brasil Ltda. Advogado: José Domingues Ferreira da Ponte Neto (OAB: 9771/CE). Agravado: Banco J. Safra S/A. Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE). Agravado: Aluisio Gomes Loiola. Advogado: Francisco Italo Loiola Mesquita (OAB: 34585/CE). Agravada: Ana Mendes Loiola. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0637809-98.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Juautos Comércio Varejista de Peças e Serviços Ltda. Advogados: Murilo Gouvêa dos Reis (OAB: 7258/SC) e outro. Embargado: Banco do Brasil S/A. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0639003-36.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Patricia Zona. Advogado: Marcos Henrique Almeida Scarsinski (OAB: 15108/MT). Embargado: Daniel Jean Louis Gaillard. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

1ª Câmara Direito Público

0000054-36.2017.8.06.0160 - **Apelação Cível**. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procurador Fed: Milton Pinto Firmeza (OAB: 18161/CE). Apelado: Francisco Daelson Laureano Pinheiro. Advogado: Raimundo Nonato Braga Muniz (OAB: 29298/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000166-25.2005.8.06.0160 - **Apelação Cível**. Apelante: União (Fazenda Nacional). Procurador: Procuradoria da Fazenda Nacional no Ceará - PFN/CE. Apelado: Paulo Roberto Pinto. Advogado: Breno Lopes Paiva (OAB: 37747/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0000207-59.2016.8.06.0207 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Francisca Rosilene Gondim. Advogado: Uilton de Sousa Lima (OAB: 11116/CE). Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Porteiras. Réu: Município de Penaforte. Proc. Municipio: Hyago Sanches Silva Bringel (OAB: 34716/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000235-27.2016.8.06.0207 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Paula Nascimento da Cruz de Oliveira. Advogados: Uilton de Sousa Lima (OAB: 11116/CE) e outros. Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Porteiras. Réu: Município de Penaforte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Penaforte. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000259-23.2014.8.06.0111 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Jijoca de Jericoacoara. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Jijoca de Jericoacoara. Apelada: Juliana Oliveira Santos. Advogada: Antonia Elaine de Oliveira Cavalcante Mota (OAB: 32222/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000265-03.2019.8.06.0031 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Alto Santo. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Alto Santo. Apelado: Raimundo Valdoenes Macedo Moura. Advogados: José Aleixon Moreira de Freitas (OAB: 28119/CE) e outro. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000470-81.2019.8.06.0144/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Maria Mirian Barbosa de Sousa. Agravante: Maria Rossiclea Mesquita Moreira. Agravante: Raimunda Lucia Moreira Braga. Agravante: Tereza Cristina Felismino Rebouças. Agravante: Sara Pessoa de Sousa Aguiar. Agravante: Rita Silvanira de Sousa Cruz. Agravante: Regy Anne Gomes Ribeiro. Agravante: Natalia Herbem Fonseca Menezes. Agravante: Marliene Goes Moreira. Agravante: Mario Cesar Teixeira de Sousa. Agravante: Marineide Moreira de Sousa. Agravante: Maria Vilanir do Nascimento. Agravante: Maria Selma Sousa Luz Ventura. Agravante: Valdenes Rodrigues de Sousa. Agravante: Valdeniza Rodrigues Azevedo. Agravante: Valderina Teixeira da Mota. Agravante: Vladia de Azevedo Rufino. Agravante: Ziulene Nunes Henrique. Agravante: Jorge Alberto Forte Batista. Agravante: Andréa Pessoa Meneses. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517A/CE). Agravado: Município de Pentecoste. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Pentecoste. Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0001941-69.2018.8.06.0047 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Baturité. Advogados: Carlos Celso Castro Monteiro (OAB: 10566/CE) e outros. Apelada: Adalgisa Ferreira Silva. Advogados: Joufre Medeiros Montenegro (OAB: 24047/CE) e outros. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0005245-47.2017.8.06.0068 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Chorozinho. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Chorozinho. Apelada: Amanda Myrele Tavares Sousa. Advogados: Ubiratan Lemos Costa (OAB: 6925/CE) e outros. Relator(a): FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0005245-47.2017.8.06.0068.

0005399-14.2015.8.06.0140 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Paracuru. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Paracuru. Apelado: Jose Milton Santana de Moura. Advogado: Celso Ricardo Frederico Baldan (OAB: 15642/CE). Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0008760-65.2009.8.06.0167/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Embargado: Município de Sobral. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Sobral. Relator(a): LISETE DE SOUSA GADELHA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0013903-39.2019.8.06.0117 - **Apelação Cível**. Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Município de Maracanaú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Maracanaú. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0030217-95.2019.8.06.0170/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Francisca da Silva Aguiar. Advogado: Janildo Soares Moreira Fernandes (OAB: 25197/CE). Embargado: Município de Tamboril. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Tamboril. Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0050094-20.2021.8.06.0180 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Varjota. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Varjota. Apelada: Antonia Aurilene Oliveira de Vasconcelos. Advogado: José Aurélio Gabriel da Silva Filho (OAB: 32504/CE). Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0164955-76.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Josimar Lopes do Nascimento. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): LISETE DE SOUSA GADELHA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0630970-62.2018.8.06.0000.

0203294-70.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Ana Maria Cavalcante de Almeida. Advogados: Walter Fernandes Vieira Lopes (OAB: 8383/CE) e outro. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0225623-08.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: José Inácio Sobrinho. Advogada: Rafaela Alves Bezerra (OAB: 28860/CE). Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0234541-35.2020.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: União Cearense dos Estudantes. Advogado: Jose Adenilson Luz de Azevedo (OAB: 34130/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0237477-96.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Iranilton David Sales. Repr. Legais: Nathanael de Farias Sales e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0241109-33.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Francisco Bezerra da Silva. Curadores: Francisco Leandro Silva Bezerra e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0254387-04.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Antônio Ferreira de Souza. Repr. Legais: Antônia Rosângela Veras Ferreira e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0260385-19.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: L. L. Construção Civil Ltda. Agravante: Sérgio Pereira Leitão. Advogado: Sérgio Pereira Leitão (OAB: 37180/CE). Agravado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0000203-60.2009.8.06.0112.

0620981-90.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Agravado: Município de Caucaia. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Caucaia. Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621005-21.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do

Estado do Ceará. Agravado: Rubens Reinaldo de Oliveira. Advogada: Juleika Patrícia Albuquerque de Barros (OAB: 36696/PE). Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0622655-40.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): LISETE DE SOUSA GADELHA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0630371-21.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargada: Maria Valnice de Melo Martins. Advogada: Mayara Lima Rangel (OAB: 36585/CE). Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

0000174-78.2018.8.06.0149 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Maria Nesci dos Santos Vidal. Advogado: Cícero Saraiva Rocha (OAB: 8466/CE). Recorrido: Paypal do Brasil Serviços de Pagamentos Ltda. Advogado: Bruno Boris Carlos Croce (OAB: 208459/SP). Relator(a): Geritsa Sampaio Fernandes. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0002563-57.2019.8.06.0163 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Cícero Lopes de Sousa. Advogada: Julia Guedes Jales de Carvalho (OAB: 26988B/CE). Recorrido: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): Geritsa Sampaio Fernandes. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevenção.

0050062-24.2021.8.06.0080 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Raimundo Lino Damasceno. Advogados: Antônio João de Morais Júnior (OAB: 32378/CE) e outro. Recorrido: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): Irandes Bastos Sales. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0050166-73.2021.8.06.0061 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Maria de Fátima Ribeiro da Silva. Advogado: Francisco Azevedo Oliveira (OAB: 19075/CE). Recorrido: Banco BMG S/A. Advogado: Fabio Frasato Caires (OAB: 1105A/CE). Relator(a): Antônio Alves de Araújo. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevenção.

0050386-12.2020.8.06.0092 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Jose Edinaldo Oliveira Pinto. Advogada: Milania Fernanda Coutinho (OAB: 30065/CE). Recorrido: Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG). Relator(a): Antônio Alves de Araújo. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0059389-16.2019.8.06.0095 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Antonino Pereira Martins. Advogados: Denilson Antonio Martins Costa (OAB: 22505/CE) e outros. Recorrido: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): Geritsa Sampaio Fernandes. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0620023-70.2022.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: ELIDIANE SOARES DA SILVA. Advogado: Hermano Monteiro Vieira (OAB: 36512/CE). Agravado: Giuliano Denti. Advogado: Lauriano Neto Soares Mourao (OAB: 2967/CE). Relator(a): Geritsa Sampaio Fernandes. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

2ª Câmara Criminal

0001555-53.2008.8.06.0091 - **Apelação Criminal**. Apelante: Antônio Nogueira Diniz. Advogado: Bergson Gomes Bezerra (OAB: 5969/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual. Relator(a): ANTÔNIO PÁDUA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0626159-64.2015.8.06.0000.

0002051-86.2007.8.06.0101 - **Recurso em Sentido Estrito**. Recorrente: Antonio Francisco de Lima Silva. Advogado: Vicente Taveira da Costa Neto (OAB: 30021/CE). Recorrido: Ministério Público Estadual. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): ANTÔNIO PÁDUA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0005977-69.2019.8.06.0064 - **Apelação Criminal**. Apelante: Elias Alef Mesquita da Silveira. Apelante: Francisco Willame de Sousa Menezes. Advogados: Karla Mairly Soares dos Santos (OAB: 38500/CE) e outro. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0623287-03.2020.8.06.0000.

0009674-03.2011.8.06.0154 - **Recurso em Sentido Estrito**. Recorrente: Gabriel Alves Peixoto. Advogados: Phablo Henrik Pinheiro do Carmo (OAB: 32714/CE) e outro. Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0635510-85.2020.8.06.0000.

0026121-25.2020.8.06.0001 - **Apelação Criminal**. Apelante: Jonathan Christian Guedes de Moura Genuca. Advogado: José de Deus Pereira Martins Filho (OAB: 6306/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): ANTÔNIO PÁDUA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0030857-95.2018.8.06.0053/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Antônio Airton dos Reis Silva. Advogado: Ivanaldo Coutinho do Nascimento (OAB: 33110/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0050297-98.2021.8.06.0109 - **Apelação Criminal**. Apelante: Maria das Graças Ferreira. Advogada: Donizete Maria Carvalho Coutinho Roriz (OAB: 14006/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050317-85.2020.8.06.0057/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: André Brito Martins. Advogados: Júlio César Santana Santos (OAB: 37722/CE) e outros. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0051180-13.2021.8.06.0055 - **Apelação Criminal**. Apelante: José Carlos Venâncio de Souza. Advogados: Paola Tássia Sampaio Justa (OAB: 28849/CE) e outro. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0636125-41.2021.8.06.0000.

0103790-28.2018.8.06.0001 - **Apelação Criminal**. Apelante: Mateus Axel Vieira. Advogada: Cíntia Emanuela Daniel Alves (OAB: 36138/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0626413-32.2018.8.06.0000.

0240181-82.2021.8.06.0001 - **Apelação Criminal**. Apelante: José Milton da Silva Filho. Apelante: Kethyllen Mayara Honório Costa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0253727-10.2021.8.06.0001 - **Apelação Criminal**. Apelante: Elisberg Pereira Lima. Advogado: André Eugênio de Oliveira Quezado (OAB: 25992/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620979-23.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Thalyta Magalhães Castelo. Paciente: Aurélio Júlio Sousa da Silva. Advogada: Thalyta Magalhães Castelo (OAB: 19334/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Quixadá. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0628907-30.2019.8.06.0000.

0620998-29.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Gustavo Fernandes Schisler. Impetrante: Yuri Damasceno Porto. Paciente: Eric Bezerra Lima. Advogados: Yuri Damasceno Porto (OAB: 35915/CE) e outro. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aracati. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0621001-81.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Herickson José Coelho Monte. Paciente: Leandro Komorizono de Oliveira. Advogado: Herickson José Coelho Monte (OAB: 25262/CE). Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0620890-97.2022.8.06.0000.

0621007-88.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Samir David Ferreira e Silva. Paciente: Kaique da Silva Batista. Advogado: Samir David Ferreira e Silva (OAB: 38021/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0620464-22.2021.8.06.0000.

0621008-73.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Evelyn Noronha Soares. Paciente: N. B. de S. V.. Advogado: Evelyn Noronha Soares (OAB: 47562/PE). Impetrado: Juiz de Direito do 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0639286-59.2021.8.06.0000.

0621013-95.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Danniel Francisco de Almeida Ferreira OAB CE 17221. Paciente: Francisco Thairone de Freitas Barreto. Advogado: Danniel Francisco de Almeida Ferreira (OAB: 17221/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0163174-87.2016.8.06.0001.

0621016-50.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Juliane Karen Castro Nobre. Paciente: José Feliciano Epifane de Sousa. Advogada: Juliane Karen Castro Nobre (OAB: 37316/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0637324-35.2020.8.06.0000.

0621031-19.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Leonardo Aragão Bernardo. Impetrante: Nilo Sérgio de Araujo Filho. Paciente: Antônio Daniel de Freitas Filho. Advogados: Leonardo Aragão Bernardo (OAB: 26983/CE) e outro. Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0632518-20.2021.8.06.0000.

0621032-04.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Jefferson Vasconcelos Freitas. Paciente: Francisco Erandir de Aguiar Marques. Advogado: Jefferson Vasconcelos Freitas (OAB: 32713/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0620795-67.2022.8.06.0000.

0621037-26.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Manuella Oliveira Toscano Maia. Paciente: Judson Pereira Soares. Advogada: Manuella Oliveira Toscano Maia (OAB: 38080/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara do Júri

da Comarca de Fortaleza. Relator(a): ANTÔNIO PÁDUA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0062108-98.2015.8.06.0001.

0621045-03.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Francisco Sérgio Barros Onofre Filho. Paciente: Alfelison do Nascimento Freitas. Advogado: Francisco Sérgio Barros Onofre Filho (OAB: 27109/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Relator(a): ANTÔNIO PÁDUA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0632170-70.2019.8.06.0000.

0621046-85.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Edson Santos Nascimento. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0622497-19.2020.8.06.0000.

0635599-74.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Francisco Ermesson de Oliveira Lima. Advogados: Edirlândia Alves Magalhães (OAB: 26709/CE) e outro. Relator(a): ANTÔNIO PÁDUA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0734403-21.2014.8.06.0001 - **Agravo de Execução Penal**. Agravante: Francisco Jales Fernandes da Fonseca. Advogado: Ricardo Feijó Braga (OAB: 33873/CE). Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0026774-74.2013.8.06.0000.

1013841-06.2000.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Naurício Severo Marques. Advogados: Carlos Celso Castro Monteiro (OAB: 10566/CE) e outro. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

8000768-25.2020.8.06.0071 - **Agravo de Execução Penal**. Agravante: Roberto José Ribeiro. Advogado: Geraldo Barroso Lima (OAB: 224690/CE). Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0000429-28.2008.8.06.0071.

2ª Câmara Direito Privado

0000071-98.2017.8.06.0216 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria Ferreira de Sousa. Advogado: Gildo Leobino de Souza Júnior (OAB: 28669/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Apelado: Banco Votorantim S/A. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 17023/BA). Apelado: Banco Itau BMG Consignado S/A. Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000112-17.2018.8.06.0156/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: C. A. B. da S.. Embargante: B. R. F.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0000329-66.2009.8.06.0062 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Apelado: Maria Rodrigues de Paula. Advogados: Emanuel de Abreu Pessoa (OAB: 18516/CE) e outro. Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000446-86.2019.8.06.0036 - **Apelação Cível**. Apelante: Comercial de Combustíveis São Joaquim Ltda. - EPP. Advogados: Eunice Leal de Oliveira (OAB: 4997/CE) e outros. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000928-57.2010.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: José Jaime de Oliveira Praxedes Neto. Advogados: João Victor Fernandes de Almeida Messias (OAB: 29776/CE) e outro. Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0001088-38.2013.8.06.0111 - **Apelação Cível**. Apelante: Patrícia Andrade Maia - Me. Advogado: Carlos Alberto Câmara de Vasconcelos (OAB: 15334/CE). Apelado: Coinco - Tedenge Construtora e Técnica Ltda. Advogados: Daivid Carvalho Geraldo (OAB: 259170/CE) e outro. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0007247-67.2012.8.06.0099/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco Volkswagen S/A. Advogada: Manuela Motta Moura da Fonte (OAB: 20397/PE). Embargada: Isabel Ursulino Lopes. Advogado: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0008148-41.2016.8.06.0084 - **Apelação Cível**. Apelante: Teresa Gonçalves Rodrigues. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE) e outro. Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0008148-41.2016.8.06.0084.

0010300-17.2015.8.06.0175 - **Apelação Cível**. Apelante: José Aroldo Lopes Braga. Advogados: Adriano Fernandes Pinheiro (OAB: 22161/CE) e outro. Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB: 16045/CE). Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio.

0011203-34.2017.8.06.0126/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Embargada: Maria Carlos Ferreira. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Relator(a): FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0011296-18.2019.8.06.0064 - **Apelação Cível**. Apelante: R. F. da S.. Apelante: A. P. R. de L.. Advogada: Lucélia Duarte Portela (OAB: 20243/CE). Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0011445-49.2019.8.06.0117/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Danilo Bezerra de Aguiar. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0011554-24.2013.8.06.0101/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Construtora Silveira Salles Ltda. Advogados: Oberdan Amâncio Campos (OAB: 15586/CE) e outro. Embargado: Marcos José de Araujo. Advogado: Vicente Taveira da Costa Neto (OAB: 30021/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0012533-47.2017.8.06.0100 - **Apelação Cível**. Apelante: Francisco Vaz Sales. Advogados: Antonio Lucas Camelo Morais (OAB: 24571/CE) e outro. Apelado: Liberty Seguros S/A. Advogado: Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB: 23289/PE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0013744-96.2019.8.06.0117/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Tiago do Nascimento Sirillo. Advogado: Roberto Ferreira de Almeida Vieira (OAB: 22460/CE). Embargado: Banco Itaucard S/A. Advogado: José Carlos Skrzyszowski Junior (OAB: 26502A/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0015627-17.2018.8.06.0084/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco Votorantim S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Embargado: Francisco Pedro de Sousa. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE) e outro. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0023203-97.2010.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: Dimecap Divisao Medicoes Campos Agron Planejamento Ltda. Advogado: Rafael Cavalcante Barbosa (OAB: 17808/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0048029-30.2017.8.06.0071/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: L. O. P. de F.. Advogado: Sérgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 28561/CE). Embargada: L. P. de F. R. P. R. S. P. de F.. Embargada: L. P. de F. R. P. R. S. P. de F.. Embargada: R. S. P. de F.. Advogado: Júlio Mariudedith Saraiva Alves (OAB: 8811/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0050007-81.2021.8.06.0045 - **Apelação Cível**. Apte/Apdo: João Moreira de Sousa. Advogados: Efigênia Tavares de Oliveira (OAB: 20293/PB) e outro. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Apte/Apdo: Banco Mercantil do Brasil S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050147-78.2020.8.06.0101 - **Apelação Cível**. Apelante: João Teixeira Magalhães. Advogado: José Eurian Teixeira Assunção (OAB: 6252/CE). Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050189-18.2021.8.06.0029 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria Assunção Fernandes Pereira. Advogado: Renan Barros Guedes (OAB: 27989B/CE). Apelado: Banco C6 Consignado S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050314-96.2020.8.06.0036 - **Apelação Cível**. Apelante: José Antonio Ambrosio Bezerra. Advogado: Olintho Oliveira Lopes (OAB: 24088/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0050315-81.2020.8.06.0036 - **Apelação Cível**. Apelante: José Antonio Ambrosio Bezerra. Advogado: Olintho Oliveira Lopes (OAB: 24088/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0050367-71.2021.8.06.0059 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria de Fátima Sousa Silva. Advogado: Valdemiro Alves Araújo (OAB: 41225/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050522-67.2021.8.06.0029 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Votorantim S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142/CE). Apelada: Maria Alves de Souza. Advogada: Mara Susy Bandeira Almeida (OAB: 29046/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0050574-37.2021.8.06.0167 - **Apelação Cível**. Apelante: GPS Comercial de Vidros e Acessorios Ltda Me. Apelante: Maria Onete Morais. Advogado: Carlos Samuel de Gois Araújo (OAB: 29852/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Relator(a): MARIA

DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio.

0051621-98.2020.8.06.0064/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco Volkswagen S/A. Advogado: Amândio Ferreira Tereso Júnior (OAB: 23189A/CE). Embargado: Francisco Henrique de Sousa. Advogado: Leandro de Araújo Sampaio (OAB: 32509/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0051849-59.2020.8.06.0101/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: G. dos S. M.. Advogada: Carolina Maria Gois do Nascimento Parente (OAB: 20570/CE). Embargada: Mariana Gomes Matias Representada Por Raquel da Silva Gomes. Advogada: Alekssandra Amorim de Sousa Alves (OAB: 10840/CE). Relator(a): FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0054860-29.2021.8.06.0112/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Sérgio Schulze (OAB: 35635A/CE). Embargado: Jose Machado da Silva. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0061339-03.2009.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: José Segundo Filho. Advogados: Jose Humberto Carneiro (OAB: 9858/CE) e outro. Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0118464-45.2017.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Jorge Luiz Rocha de Medeiros Me. Advogados: André Pinto Peixoto (OAB: 17284/CE) e outros. Apelado: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE). Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio.

0162542-61.2016.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: My Pordeus Transportadora Ltda. Advogado: Marcos Vinicius Vianna (OAB: 9198/CE). Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) e outro. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0167075-92.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Ópticas Itamaraty Ltda (matriz). Advogados: Raimundo Alexandre Linhares Dias (OAB: 11524/CE) e outros. Apelado: Banco Safra S/A. Advogada: Luciana Martins de Amorim Amaral (OAB: 26571/PE). Relator(a): MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Tipo de distribuição: Sorteio.

0181219-08.2017.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Domingos Abucalona. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: FACULDADE TERRA NORDESTE - FATENE. Advogados: João Edelardo Freitas Júnior (OAB: 17495/CE) e outros. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0212744-66.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Bradescard S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelado: José Enildo de Oliveira. Advogados: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE) e outros. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0237647-05.2020.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: COSBEL - Distribuidora de Cosméticos Ltda.. Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 329848/SP). Embargado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0237647-05.2020.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Embargado: COSBEL - Distribuidora de Cosméticos Ltda.. Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 329848/SP). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0255137-06.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Daniel Pessoa Neto. Advogados: Dominik Barros Brito Ferreira (OAB: 37479/CE) e outro. Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0256330-90.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelado: Fermin Beltri Matamoros. Advogados: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE) e outro. Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0637516-65.2020.8.06.0000.

0260297-78.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogados: Bruno Henrique Gonçalves (OAB: 154372/MG) e outro. Agravado: Izaias Arruda Albuquerque. Advogado: Francisco Laécio de Aguiar Filho (OAB: 23633/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0260363-58.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Ione Roque Gomes Costa (Representado(a) pelo(a) Responsável). Repr. Legais: Silvia Regina Gomes Costa e outros. Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0260386-04.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: M. B. C.. Advogada: Marisa Barreto Viana (OAB: 12484/SE). Agravada: E. A. D.. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0260397-33.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Banco Itaucard S/A. Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649/CE). Agravado: M A P Cavalcante. Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620993-07.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Imobiliária Freitas Ltda.. Advogados: Naiandra Raphaela Pimenta Lucas (OAB: 17663/CE) e outro. Agravado: Edson Sá. Agravado: Alanilda Targino Sá. Advogados: Gilvando Furtado de Figueiredo Junior (OAB: 18259/CE) e outro. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621011-28.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: José Mauricelio de Oliveira Lima Júnior. Advogado: Carlos Alberto Pestana da Luz (OAB: 38036/CE). Agravado: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE. Advogados: Victor Diego Soares de Almeida (OAB: 21415/CE) e outros. Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0631087-48.2021.8.06.0000/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: José Ribamar Oliveira Madeira. Embargante: Ana Helena de Paiva Madeira. Advogados: Francisco Welton Linhares Demétrio de Souza (OAB: 10250/CE) e outro. Embargado: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0634027-83.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE. Advogada: Kênia Rios de Lima (OAB: 21769/CE). Embargada: Rosaline Maria Tavares Vieira Vendramini. Advogado: Enderson Tavares Lima Silva (OAB: 28293/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0850069-70.2014.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: José Mário Pessoa Ferreira. Embargante: Jane Pessoa Ferreira. Advogados: Joyce Lima Marconi Gurgel (OAB: 10591/CE) e outro. Embargado: Sandro Rogério Pessoa Ferreira. Embargada: Maria Cosma Félix da Silva. Advogado: Arlete Aparecida Ament Damasceno (OAB: 96946/SP). Relator(a): FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0875399-69.2014.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Xavier Torres Advogados Associados S/c. Advogados: Vicente Martins Prata Braga (OAB: 19309/CE) e outro. Embargada: Maria Goreti Dias Arruda. Advogados: Antonio Luciano Pontes dos Santos Junior (OAB: 20227/CE) e outro. Embargado: Espólio de Antônio Ademar Arruda. Embargado: Espólio de Zeneide Dias Arruda. Inventariantes: Maria da Conceição Arruda Pereira e outro. Embargado: Carlos Ademar Dias Arruda. Embargada: Giselle Coutinho Arruda. Embargada: Jamile Arruda Mendonça. Embargado: Antonio Ademar Arruda Neto. Advogada: Ligia Maria Saraiva Barroso (OAB: 21822/CE). Embargado: Luiz Ademar Dias Arruda. Advogado: Gabriel Machado Brandão (OAB: 33914/CE). Embargado: Alysson Moura Arruda. Embargada: Alyne Moura Arruda. Advogados: Germano Monte Palácio (OAB: 11569/CE) e outro. Relator(a): FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

2ª Câmara Direito Público

0000360-07.2019.8.06.0169 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Tabuleiro do Norte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Tabuleiro do Norte. Apelada: Nilce Rodrigues Maia. Curadores: Alvani Fernandes Maia e outro. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000426-92.2017.8.06.0189 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Catunda. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Catunda. Apelado: Edinaldo Ximenes Alves. Advogado: Ronaldo Farias Feijão (OAB: 24951/CE). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0000445-19.2019.8.06.0031 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Alto Santo. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Alto Santo. Apelada: Claudiene Freire Oliveira. Advogados: José Aleixon Moreira de Freitas (OAB: 28119/CE) e outro. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0005903-10.2013.8.06.0166 - **Apelação Cível**. Apelante: Antônio Francisco Carlos Moreira de Lima. Advogado: Elvis Ramon da Silva Pessoa (OAB: 32970/CE). Apelado: Município de Senador Pompeu. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Senador Pompeu. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0010311-02.2020.8.06.0036 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Aracoiaba. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Aracoiaba. Apelado: Paula Mirliane Felipe de Lima de Oliveira. Advogados: Andreza Aquino de Souza (OAB: 27231/CE) e outros. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0010544-97.2013.8.06.0115 - **Apelação Cível**. Apelante: Rogiane Castro Moura. Apelante: Lucia Fatima Lucas. Apelante: Ulrico Ibiapina Guimares. Apelante: Maria Noelia da Silva Lima. Advogados: Paulo Franco Rocha de Lima (OAB: 9378/CE) e outros. Apelado: Município de Limoeiro do Norte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Limoeiro do Norte. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0010544-97.2013.8.06.0115.

0014555-40.2013.8.06.0158 - **Apelação Cível**. Apelante: Haroldo Cesar de Oliveira Maciel – ME. Advogados: Jhenniffer Thays Menezes da Silva (OAB: 38943/CE) e outros. Apelado: Município de Russas. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Russas. Relator(a): TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevenção ao processo nº 0010404-84.2020.8.06.0158.

0039826-71.2012.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Embargada: Maria Gorete de Oliveira Severo. Embargada: Isabel Maria Rebouças Carneiro Bastos. Embargada: Lucineide Bezerra de Carvalho Sales. Embargada: Raimunda Dias Bruno. Advogados: Fabiana Lima Sampaio (OAB: 33345/CE) e outros. Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. Tipo de distribuição: Prevenção ao

Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0050033-39.2021.8.06.0123 - **Remessa Necessária Cível**. Autora: Maria Iracelia Andrade Sousa. Advogado: José Arthur de Sousa Machado (OAB: 43837/CE). Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Meruoca. Réu: Município de Meruoca. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Meruoca. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050616-42.2021.8.06.0117 - **Apelação Cível**. Apelante: Lúcia de Fatima Oliveira Lavor. Advogado: Tatiane Fonseca Martins (OAB: 40230/CE). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Processo prevento n° 0626021-87.2021.8.06.0000.

0051659-76.2021.8.06.0064 - **Apelação Cível**. Apelante: Braslimp Transportes Especializados Ltda. Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Apelado: Consórcio Público de Saúde Interfederativo do Vale do Curu – CISVALE. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 180.

0151703-06.2018.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autora: Marianna Santos de Almeida. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0628831-40.2018.8.06.0000.

0165487-21.2016.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/CE. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargada: Ana Maria Parente Viana. Advogada: Vanessa Lima da Silva Souza (OAB: 36903/CE). Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0170742-86.2018.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Central de Tercerização de Serviço Ltda ME. Advogado: Samuel de Carvalho Ferreira (OAB: 23000/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0195928-48.2017.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelado: Andre Luis Tavares Rodrigues. Advogado: Matheus Rebouças Celestino (OAB: 27894/CE). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0211607-49.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Antonio Laerton da Silva. Advogados: Paulo André Albuquerque Bezerra (OAB: 15491/CE) e outros. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0222087-86.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Angelo de Gois Moura. Curadores: Elisa Menezes Moura e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Réu: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0240779-36.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Requerente: José Alves de Abreu. Curadores: Maria Eliane Xavier de Abreu e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Requerido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0245490-84.2021.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Ernani Antônio de Sousa Araújo. Advogada: Brena Câmara Nascimento Pimentel (OAB: 44596/CE). Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0248603-46.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Maria da Conceição Pereira do Nascimento. Repr. Legais: Vicente Rocha do Nascimento Filho e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Réu: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0257104-86.2021.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Antônio Rodrigues Lima. Advogado: Francisco das Chagas Cruz (OAB: 9264/CE). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0260379-12.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Município de Maracanaú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Maracanaú. Agravado: Sergio Luiz Borges da Silva (Representado(a) pelo(a) Responsável). Repr. Legais: Maria de Fátima da Silva e outro. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620945-48.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Comercial Maia Ltda. Advogado: Glauber Furtado Teixeira (OAB: 9635/CE). Agravado: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620997-44.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Gabriel Angelo de Aquino Silva. Advogado: Alan Matos Araújo (OAB: 39902/CE). Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0629440-91.2016.8.06.0000/50002 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Antonia Vieira Ferreira. Agravante: Jucilaine Vieira Ferreira. Agravante: Joab Vieira Ferreira. Agravante: Juciany Viera Ferreira. Agravante: Gislaine Vieira Ferreira Barbosa. Agravante: Jucifranci Vieira Ferreira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Hernande Machado de Souza. Agravado: Antonio de Moura. Advogados: Marcos da Silva Bruno (OAB: 14379/CE) e outro. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0637087-64.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Raimundo Nonato de Almeida Filho. Repr. Legais: Antônia Susi Alves de Almeida e outro. Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0637592-55.2021.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0637592-55.2021.8.06.0000/50001 - **Agravo Interno Cível**. Impetrante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0639094-29.2021.8.06.0000/50001 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Estado do Ceará. Agravante: Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A. Advogados: Hélio Siqueira Júnior (OAB: 62929/RJ) e outro. Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0701076-76.2000.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Associação dos Aposentados Fazendários Estaduais do Ceará - AAFEC. Advogados: Marcello Mendes Batista Guerra (OAB: 18285/CE) e outro. Relator(a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

0000172-85.2014.8.06.0202 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Banco BMG S/A. Advogada: Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB: 33980/PE). Recorrido: Francisca das Chagas Batista. Advogado: José Marden de Albuquerque Fontenele (OAB: 19808/CE). Relator(a): Evaldo Lopes Vieira. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0009604-76.2018.8.06.0077 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Lojas Riachuelo S.A.. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP). Recorrida: Benedita Mikaely Oliveira da Silva. Advogado: Joaquim Acrisio de Aguiar Junior (OAB: 23137/CE). Relator(a): Evaldo Lopes Vieira. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0010815-98.2013.8.06.0053 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Gilberto Albuquerque de Sousa. Advogado: Marcos Antônio Silva Veras Coelho (OAB: 10414/CE). Recorrido: Claro S/A. Advogada: Debora Lins Cattoni (OAB: 5169/RN). Relator(a): Flávio Luiz Peixoto Marques. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0050032-33.2021.8.06.0130 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Alzeni Pereira Abreu. Advogado: Reginaldo Albuquerque Braga (OAB: 21226/CE). Recorrido: Banco C6 Consignado S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Relator(a): Roberto Viana Diniz de Freitas. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

3ª Câmara Criminal

0000116-39.2018.8.06.0161/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: José Clenilton Marques. Advogado: Jefferson Vasconcelos Freitas (OAB: 32713/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0000798-41.2017.8.06.0189 - **Apelação Criminal**. Apelante: T. de A. M.. Advogados: Sônia Maria Cavalcante Melo (OAB: 10638/CE) e outro. Apelado: M. P. E.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0001217-64.2019.8.06.0036 - **Apelação Criminal**. Apelante: Antônia Maria da Silva Moreira. Advogada: Dayani Duarte de Vasconcelos. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0004332-44.2000.8.06.0203/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Jerônimo Costa Filho. Advogados: Francisco Wellington Alves Vasconcelos (OAB: 4738/CE) e outro. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0006023-29.2017.8.06.0064/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Dorival Ferreira da Silva Júnior. Advogados: Júlio César Santana Santos (OAB: 37722/CE) e outros. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de

distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0011217-26.2011.8.06.0062 - **Apelação Criminal**. Apelante: Renato Lopes Mendes. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Apelante: Josimar Fabrício de Freitas. Advogado: Luciano Dantas Sampaio Filho (OAB: 31151/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0047218-44.2017.8.06.0112 - **Recurso em Sentido Estrito**. Recorrente: Alex Alves Fernandes. Advogado: Mairson Ferreira Castro (OAB: 20026/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050036-64.2020.8.06.0111 - **Apelação Criminal**. Apelante: Francisco Wendel Alves de França. Advogada: Isabelle Thais Costa Silva (OAB: 39398/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0630027-74.2020.8.06.0000.

0050093-59.2020.8.06.0151 - **Recurso em Sentido Estrito**. Recorrente: Raimundo Alves de Sousa. Advogado: Diego Henrique Lima do Nascimento (OAB: 22045/CE). Recorrente: Pedro Werley de Oliveira Sabino. Advogado: José Pereira de Sousa Neto (OAB: 37591/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0629090-64.2020.8.06.0000.

0050296-42.2020.8.06.0047 - **Recurso em Sentido Estrito**. Recorrente: José de Ribamar Pereira. Advogado: Oswaldo Flábio Araújo Bezerra Cardoso (OAB: 36713/CE). Recorrente: Jorge Régis Felipe dos Santos. Advogada: Amílria Cardoso Menezes (OAB: 20718/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0631892-35.2020.8.06.0000.

0052695-38.2021.8.06.0167 - **Apelação Criminal**. Apelante: Marcos de Sousa Felipe. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0407802-75.2019.8.06.0001 - **Recurso em Sentido Estrito**. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Recorrido: Davyd de Sousa Costa. Advogados: Teresa Cristina Pinto Moreira (OAB: 6330/CE) e outro. Relator(a): HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0623616-49.2019.8.06.0000.

0620980-08.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Rennier Martins Vasconcelos. Paciente: Francisco Océlio dos Santos da Costa. Advogado: Rennier Martins Vasconcelos (OAB: 41823/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0620972-31.2022.8.06.0000.

0620982-75.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Rennier Martins Vasconcelos. Paciente: Bruno Duarte Lira. Advogado: Rennier Martins Vasconcelos (OAB: 41823/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0620972-31.2022.8.06.0000.

0620994-89.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Paula Monteiro Alencar. Impetrante: Hélio Parente de Vasconcelos Filho. Paciente: Ramon Martins Gomes. Advogados: Paula Monteiro Alencar (OAB: 33656/CE) e outro. Impetrado: Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0630599-93.2021.8.06.0000.

0620996-59.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Billy John Moreira de Oliveira. Impetrante: Raquel Neiva de Souza Alves. Paciente: Clever Alves de Arcanjo Júnior. Advogados: Billy John Moreira de Oliveira (OAB: 41778/CE) e outro. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0621022-57.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Victor Sousa Rego. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621023-42.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Inês Regina Angelim Dias de Vasconcelos. Paciente: F. dos S. F.. Advogada: Inês Regina Angelim Dias de Vasconcelos (OAB: 9283/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Camocim. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0621028-64.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Rennier Martins Vasconcelos. Paciente: Josaías do Monte Nascimento. Advogado: Rennier Martins Vasconcelos (OAB: 41823/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: 0620972-31.2022.8.06.0000.

0621034-71.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: José de Alencar Lopes Vidal Gondim. Paciente: A. E. da S.. Advogado: José de Alencar Lopes Vidal Gondim (OAB: 44464/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Porteiras. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621038-11.2022.8.06.0000 - **Habeas Corpus Criminal**. Impetrante: Francisco Evandro Rocha. Paciente: Robson de Sousa Barbosa. Advogado: Francisco Evandro Rocha (OAB: 6150/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0634355-13.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Adriano de Alcântara Camargo. Advogado: Hélio Gois Ferreira Neto (OAB: 11408/CE). Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0634355-13.2021.8.06.0000/50001 - **Embargos de Declaração Criminal**. Embargante: Adriano de Alcântara Camargo. Advogado: Hélio Gois Ferreira Neto (OAB: 11408/CE). Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

3ª Câmara Direito Privado

0001328-98.2019.8.06.0084 - **Apelação Cível**. Apelante: Francisco Pontes de Morais. Advogados: Antônio Cláudio Lopes de Sousa (OAB: 24510/CE) e outro. Apelado: Banco BMG S/A. Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0003805-76.2017.8.06.0145 - **Apelação Cível**. Apelante: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Apelante: Porto Seguro Vida e Previdência S/A. Advogado: Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE). Apelada: Damiana Ferreira da Silva. Advogados: José Aleixon Moreira de Freitas (OAB: 7144/RN) e outro. Apelada: T. de S. S. R. P. D. F. da S.. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0008787-73.2016.8.06.0047 - **Apelação Cível**. Apelante: F. J. P. H.. Repr. Legais: Lindaura Pinho Braz e outro. Apelado: A. C. H.. Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0013476-67.2016.8.06.0175 - **Apelação Cível**. Apelante: Ageu Barros Pinto. Apelante: Maria Auri da Silva Vital. Advogado: Rômulo Linhares Ferreira Gomes (OAB: 17508/CE). Apelante: Mauricio de Oliveira Alves. Apelante: Edmildo Teixeira de Freitas. Apelante: Luiz Gonzaga Teixeira. Apelante: Manoel Ferreira Alves. Apelante: Maria Gercina de Oliveira. Apelante: Geraldo Vital de Paiva. Apelante: Francisca Paula dos Santos. Apelante: Alcioneida de Sousa Viana. Apelante: Lucicleide Inacio dos Santos. Apelante: Eliane Tome de Souza Feitosa. Apelante: Otaciano Barbosa de Freitas. Apelante: Maria Edmar Pinto de Oliveira. Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0013881-26.2016.8.06.0136 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco BMG S/A. Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: 33640A/CE). Apelada: Raimunda Oliveira Sousa. Advogada: Sâmia Maria Meneses Brilhante (OAB: 5461/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0021403-38.2016.8.06.0158 - **Apelação Cível**. Apelante: M. R. L.. Advogados: José Erismar Ferreira Lima (OAB: 4596/CE) e outros. Apelada: F. L. B. de S.. Apelada: G. M. C. B.. Apelada: G. M. C. B. L.. Apelada: G. M. B. de S.. Apelada: G. M. C. B.. Apelado: G. C. B.. Advogado: Raimundo Barreto da Silva Filho (OAB: 10475/RN). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0028563-37.2015.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogados: Isael Bernardo de Oliveira (OAB: 6814/CE) e outros. Embargado: Thiago Cavalcante Costa. Advogados: Victor Eduardo Custodio Bartholomeu (OAB: 23200/CE) e outro. Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0028563-37.2015.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogados: Isael Bernardo de Oliveira (OAB: 6814/CE) e outros. Embargado: Thiago Cavalcante Costa. Advogados: Victor Eduardo Custodio Bartholomeu (OAB: 23200/CE) e outro. Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0046656-97.2005.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apte/Apdo: Francisco Azevedo Sobral Júnior. Advogados: Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE) e outros. Apte/Apdo: Noelia Alves Nobre Sales. Advogados: Matheus Cintra Bezerra (OAB: 14849/CE) e outro. Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevenção à Apelação nº 0046656-97.2005.8.06.0001.

0050165-71.2019.8.06.0154 - **Apelação Cível**. Apelante: Raimundo Nonato Bernardes de Freitas. Advogado: Lauro Ribeiro Pinto Junior (OAB: 7397/CE). Apelado: Sebastião Venancio Lima Filho. Advogada: Antônio Carlos Fernandes Pinheiro (OAB: 22941/CE). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050322-93.2020.8.06.0094 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogados: Daniel Nunes Romero (OAB: 168016/SP) e outro. Apelado: Ivanildo Dias da Silva. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050574-78.2020.8.06.0100 - **Apelação Cível**. Apelante: Luiz Novo Ferreira da Silva. Advogada: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE). Apelado: Sudamérica Clube de Serviços. Advogado: André Luiz Lunardon (OAB: 23304/PR). Apelado: Banco Bradesco S/A. Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050575-61.2020.8.06.0133 - **Apelação Cível**. Apelante: Juarez de Sousa Pinto. Advogados: Bruno Pereira Brandão (OAB: 22013/CE) e outros. Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogados: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE) e outro. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0051150-61.2020.8.06.0168/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Agravado: Manoel Henrique Holanda. Advogada: Andrezza Maria Nascimento de Oliveira (OAB: 39448/CE). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0053030-47.2020.8.06.0117 - Apelação Cível. Apelante: Banco Itaucard S/A. Advogada: Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB: 37139A/CE). Apelada: Francisca Roseane A Mesquita. Relator(a): ROSILENE FERREIRA FACUNDO - PORT 1862/2021. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevenção ao processo nº 0634847-39.2020.8.06.0000.

0096088-67.2015.8.06.0023 - Apelação Cível. Apelante: Ednaldo Barreto de Souza. Advogados: Cibele Faustino de Sousa (OAB: 28696/CE) e outro. Apelado: Moto Honda da Amazônia Ltda. Advogados: Kaliandra Alves Franchi (OAB: 14527/BA) e outro. Apelado: Nossamoto Ltda. Advogado: José Alexandre Goiana de Andrade (OAB: 11160/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0101585-46.2006.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelante: Brasilseg Companhia de Seguros. Advogado: Jurandy Soares de Moraes Neto (OAB: 27851/PE). Apelado: Julio Cal Vidal. Advogada: Rafaelle Barros da Silva (OAB: 29755/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0108384-51.2019.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: J. Lustosa Construções Eireli EPP. Advogados: Robson Halley Costa Rodrigues (OAB: 27422/CE) e outros. Embargado: Ferrari Engenharia Eireli. Advogado: Carlos Alberto Sudario (OAB: 4080/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0117780-86.2018.8.06.0001 - Apelação Cível. Apte/Apdo: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apte/Apdo: F Torres de Oliveira - ME. Advogados: Gustavo Albano Amorim Sobreira (OAB: 13552/CE) e outro. Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0122419-16.2019.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Fazenda Imperial Sol Poente SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE). Embargada: Hilzete Oliveira de Castro. Advogado: Jose Flavio Lopes de Meneses Filho (OAB: 40518/CE). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0132839-17.2018.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Airton Brito de Almeida. Advogada: Lúcia Maria Brasil Ricarte (OAB: 8663/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0135357-14.2017.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Viação Princesa dos Inhamuns Ltda. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: Essor Seguros S/A. Advogado: Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB: 9446/BA). Apelado: Natanael Roger Ferreira da Silva. Advogados: Devid Oliveira de Luna (OAB: 17075/PB) e outro. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0137131-45.2018.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelada: Ricardina Maria Pinto Ribeiro. Advogado: Sérgio Brito de Oliveira (OAB: 24793/CE). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevenção ao processo nº 0626238-38.2018.8.06.0000.

0146131-35.2019.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: F. C. B. G.. Advogada: Cristina Rosane Batista Cruz (OAB: 6728/CE). Apelado: G. M. B. R. P. G. M. de O.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0155279-41.2017.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Hesa 10 Investimentos Imobiliários Ltda. Apelante: Helbor Emprendimentos S.a.. Advogados: Danilo Régis Correia Mota (OAB: 13171/CE) e outros. Apelado: Rafael Reuber Bezerra Nogueira. Advogado: Carlos Alberto da Silva (OAB: 30055/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0176168-45.2019.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Pronto Socorro de Acidentados Ltda. Advogados: Renato Holanda Lima (OAB: 35352/CE) e outro. Apelado: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE. Advogada: Sheila Dantas Bandeira de Melo (OAB: 14439/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 209/210.

0188429-76.2018.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social - FACHESF. Advogados: Eric Castro e Silva (OAB: 18400/PE) e outros. Embargado: Aderson Braga Rodrigues. Embargada: Maria Braga Rodrigues. Embargada: Ana Maria de Abreu Rodrigues. Advogada: Michele Naiane Fernandes Marinho (OAB: 34158/CE). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0229454-98.2020.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelada: Damiana de Oliveira. Advogado: Luis Augusto Correia Lima de Oliveira (OAB: 22441/CE). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0243274-87.2020.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelada: Aldeci Monteiro Moura. Advogados: Franklin Delano Holanda Alves (OAB: 36807/CE) e outro. Relator(a):

MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0274833-62.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: M. L. D. V. R. P. M. D. D. de M.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: M. C. V. P.. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0280087-08.2020.8.06.0133 - **Apelação Cível**. Apelante: F. das C. F. da S.. Advogado: Carlos José Evangelista de Castro (OAB: 12202/CE). Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620971-46.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Agravado: Raymundo Mendes Soares Júnior. Advogado: Orlando Augusto da Silva Junior (OAB: 6324/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620983-60.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Z. F. Costa Locação. Advogados: Samia Karininy Oliveira Moura (OAB: 36816/CE) e outro. Agravado: Mapfre Seguros Gerais S/A. Advogados: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 35179/CE) e outro. Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620985-30.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Diocese do Crato. Advogado: Hiarles Eugênio Macedo Silva (OAB: 158779/SP). Agravado: FP Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620987-97.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Agravada: Maria Lizieux Primo. Advogados: José Rubens de Figueiredo Correia Fontes (OAB: 19088/CE) e outro. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620988-82.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Agravada: Lilian Alencar Sampaio Rolim. Advogados: Paulo Germano Autran Nunes de Mesquita (OAB: 18964/CE) e outros. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621012-13.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Heraldo Ferreira Albuquerque. Advogado: Andre Chianca Lima (OAB: 12910/CE). Agravada: Espólio de Maria Zilda Ferreira de Albuquerque. Inventariante: José Evanio Ferreira Albuquerque. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0622419-23.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Sérgio Gurgel Carlos da Silva. Advogado: Sérgio Gurgel Carlos da Silva (OAB: 2799/CE). Apelado: Executa Engenharia Ltda. Advogado: Sílvio César Farias (OAB: 6207/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Sorteio.

3ª Câmara Direito Público

0000214-17.2017.8.06.0207 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Daniel Souza Silva. Advogados: Uilton de Sousa Lima (OAB: 11116/CE) e outros. Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Porteiras. Réu: Município de Penaforte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Penaforte. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0001610-29.2019.8.06.0055 - **Remessa Necessária Cível**. Impetrante: A. C. C. D.. Advogado: Francisco Valderclerton Lopes Ferreira (OAB: 25105/CE). Remetente: J. de D. da 2 V. C. da C. de C.. Impetrado: P. do M. de C.. Impetrado: S. de E. do M. de C.. Impetrado: S. de A. do M. de C.. Impetrado: M. da C. do P. A. do M. de C.. Procurador: Procuradoria Geral do Municipio de Canindé. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0001065-27.2019.8.06.0000.

0001944-22.2019.8.06.0101 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Itapipoca. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Itapipoca. Apelado: José Iago de Paiva do Nascimento. Repr. Legais: José Aldiro do Nascimento e outro. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0002098-54.2018.8.06.0043/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Embargado: Município de Barbalha. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Barbalha. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0002565-23.2015.8.06.0145 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria de Fátima Paiva Maia. Advogados: Antônia Elinete Alves dos Santos (OAB: 43427/CE) e outro. Apelado: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/CE. Advogada: Mariana Pereira Mota (OAB: 36116/CE). Apelado: Município de Juazeiro do Norte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Juazeiro do Norte. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0002654-20.2019.8.06.0173 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Tianguá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Tianguá. Apelado: Francisco Antonio Ferreira da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0002739-05.2004.8.06.0117 - **Apelação Cível**. Apelante: Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. Proc. Jurídico: Lorena Silva Vasconcelos (OAB: 18004/CE) e outro. Apelado: Super Nova Importação e Exportação de Frutas Ltda. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0002796-47.2019.8.06.0133 - **Apelação Cível**. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério

Público Estadual (OAB: OO). Apelado: Washington Luís Farias Pedrosa. Advogado: Davi Vasconcelos Taumaturgo Dias (OAB: 34819/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0002985-25.2019.8.06.0133.

0002925-67.2019.8.06.0031 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Alto Santo. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Alto Santo. Apelado: Francisco Diego Costa de Almeida. Advogados: José Aleixon Moreira de Freitas (OAB: 28119/CE) e outro. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0004158-73.2016.8.06.0106 - **Apelação Cível**. Apelante: Expedito Diógenes Filho. Advogado: Francisco Charles Queiroz de Souza (OAB: 19633/CE). Apelado: Município de Jaguaretama. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Jaguaretama. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0004204-35.2017.8.06.0039 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria Aíla Paz Paiva. Advogado: Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE). Apelado: Município de Aratuba. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Aratuba. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0010550-07.2013.8.06.0115 - **Apelação Cível**. Apelante: Marilaide Gondim de Moura. Advogada: Raphaela Barros Gadelha (OAB: 22427/CE). Apelado: Município de Limoeiro do Norte. Proc. Municipio: Antonio Evilazio Soares (OAB: 8334/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 341.

0010590-85.2020.8.06.0036 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Aracoiaba. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Aracoiaba. Apelada: Maria Sharlene Ernesto do Nascimento Nunes. Advogados: Andreza Aquino de Souza (OAB: 27231/CE) e outros. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0011289-09.2015.8.06.0115 - **Apelação Cível**. Apelante: Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Limoeiro do Norte - SINTSEM. Advogado: Gleydson Ramon Rocha Chaves (OAB: 15184/CE). Apelado: Município de Limoeiro do Norte. Proc. Municipio: Eriano Marcos Araujo da Costa (OAB: 10145/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 797.

0016337-63.2017.8.06.0119 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Perfil Producao de Eventos Ltda-me. Advogado: Moacir Correia Lima Filho (OAB: 24149/CE). Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Maranguape. Réu: Fundacao Viva Maranguape de Turismo, Esporte e Cultura - Fitec. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Maranguape. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0017653-24.2018.8.06.0169 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Município de Tabuleiro do Norte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Tabuleiro do Norte. Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte. Apelado: Arthur Moreira dos Santos. Repr. Legais: Cleijane Vieira dos Santos e outro. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0626282-57.2018.8.06.0000.

0023036-84.2016.8.06.0158 - **Apelação Cível**. Apelante: Maria Aurinete Moreira de Sousa. Advogada: Jhenniffer Thays Menezes da Silva (OAB: 38943/CE). Apelado: Município de Russas. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Russas. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0032765-96.2011.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Start Terceirização e Promoções Ltda. Advogado: Fábio Pedrosa Vasconcelos (OAB: 16743/CE). Apelado: Fazenda Pública do Município de Fortaleza. Proc. Municipio: Jose Soares de Souza Neto (OAB: 8153/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 765.

0042730-12.2017.8.06.0091 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Iguatu. Procurador: Procuradoria do Município de Iguatu. Apelada: Maria Vanderlúcia Felipe Lobo. Advogados: Klaus de Pinho Pessoa Borges (OAB: 12861/CE) e outros. Apelada: Lana Carina Viana de Lavor. Advogado: Francisco Diego Sarmento da Silva (OAB: 23153/CE). Apelado: Palnária Construtora Serviços e Projetos Ltda EPP. Advogado: Jose Mauro Holanda (OAB: 7602/CE). Apelado: Sabrina Alves de Souza. Apelada: Paloma Ferreira de Moura. Apelado: Aderilo Antunes Alcântara Filho. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050017-92.2020.8.06.0132 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Nova Olinda. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Nova Olinda. Apelada: Ana Célia de Souza Lima Alencar. Advogado: Armando Wallyson de Oliveira Caldas (OAB: 25969/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0050052-38.2020.8.06.0169 - **Apelação Cível**. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelada: Maria de Lourdes Maia Chaves. Advogado: Antônio Júlio Brilhante de Freitas (OAB: 4120/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050413-31.2021.8.06.0101 - **Apelação Cível**. Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050868-60.2021.8.06.0112 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Apelante: Município de Juazeiro do Norte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Juazeiro do Norte. Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelada: Adriana de Sousa Vieira. Apelada: Ana Maria Alves da Silva Cosmo. Apelada: Cicera Rafaela da Silva Moreira. Apelada: Cícera Vieira

da Silva. Apelada: Francisca Aldenize Nogueira de Sá. Apelada: Jeane Gonçalves Pereira. Apelada: Maria Aparecida Marques Teixeira. Apelada: Maria Camila Monteiro do Nascimento. Apelada: Maria do Carmo Santos de Araújo. Apelada: Maria Silveira Galindo Ferreira. Apelada: Marineuza de Abreu Lima Rodrigues. Apelada: Marlucia Vieira de Oliveira. Apelada: Marnia Soares Landim Macedo. Apelada: Marsilea Soares Landim. Apelada: Rafaella Silva Lima. Apelada: Stephanie de Sousa Rêgo Holanda Lima. Apelada: Suely de Oliveira Pereira Brito. Apelada: Tereza Neusa de Oliveira. Apelada: Vilane Santos Lima. Advogados: Adriana de Freitas (OAB: 42930/CE) e outro. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 1017.

0051044-50.2020.8.06.0055/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Maximiano Aguiar Câmara (OAB: 5879/CE). Embargado: Município de Canindé. Procurador: Procuradoria Geral do Municipio de Canindé. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0051759-17.2021.8.06.0101 - **Apelação Cível**. Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0053613-60.2021.8.06.0064 - **Remessa Necessária Cível**. Impetrante: Carla Carine de Farias. Advogado: Leonardo Medeiros Magalhães (OAB: 29659/CE). Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Impetrado: Prefeito do Município de Caucaia. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Caucaia. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0055981-77.2021.8.06.0117 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0070031-31.2019.8.06.0133 - **Apelação Cível**. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Apelada: Maria Luiza de Azevedo. Advogado: Antônio Pádua do Nascimento (OAB: 7820/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0002985-25.2019.8.06.0133.

0085032-50.2008.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apte/Apdo: Estado do Ceará. Proc. Estado: Stélio Lopes Mendonça Júnior (OAB: 7175/CE). Apte/Apdo: Edson Leite Araujo. Advogado: Francisco Carlos Machado da Ponte (OAB: 13679/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 732.

0090041-81.2018.8.06.0117 - **Apelação Cível**. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelado: BDM Brasil Distribuidora de Doces e Miudezas Ltda. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0107120-33.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: José Roberto Oliveira de Sousa. Advogado: Sandoval Francisco dos Santos (OAB: 19207/CE). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0118091-43.2019.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargante: SOHIDRA -Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará. Embargado: Francisco Gonzaga do Nascimento. Advogados: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE) e outro. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0139124-36.2012.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Estado do Ceará. Procª. Estado: Ana Luisa Sampaio Siqueira (OAB: 15609/CE). Remetente: Juiz de Direito da 8º Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Escribrasil - Comercial de Equipamentos Ltda. Advogados: Graziela Graciolli de Lima Maria (OAB: 51602/RS) e outro. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 221.

0172320-84.2018.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Estado do Ceará. Embargante: SOHIDRA -Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Espólio de Antonio Alcides Lemos Abreu. Advogados: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE) e outros. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0172673-03.2013.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Remetente: Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apte/Apdo: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apte/Apdo: Marilene Chagas Oliveira Saraiva. Advogado: Patrício Wiliam Almeida Vieira (OAB: 7737/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 366.

0213581-24.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelado: José Wanderley de Azevedo. Advogada: Ana Célia de Andrade Pereira (OAB: 15710/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0217556-54.2021.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: CEARAPREV – Fundação de Previdência Social

do Estado do Ceará. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Josemir Costa Santiago. Advogados: João Ernesto Vieira Cavalcante (OAB: 23103/CE) e outro. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0627094-94.2021.8.06.0000.

0218718-94.2015.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Mário Cézar Greilich de Farias. Apelante: Luiz Ricardo Pereira de Farias. Advogados: Arnaldo Carneiro Mapurunga Filho (OAB: 6494/CE) e outro. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0222015-02.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Espólio de Joaquim Lopes da Silva Neto. Advogado: João Alexandre Mota Neto (OAB: 33704/CE). Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Réu: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0228581-64.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: João Araújo Bezerra. Curadores: Irislane Cardozo Bezerra e outros. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0229533-43.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autora: Aurinete da Silva Alencar. Curadores: Eveline Silva de Lima e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Réu: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0230242-78.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autora: Rita de Cassia Lima. Repr. Legais: Carl Caroline Costa Lima Silva e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Réu: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0236470-69.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Requerente: Pedro Paixao Fonseca Filho. Curadores: Kátia Leite Rodrigues Januário e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Requerido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Requerido: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0238229-68.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autora: Francisca Eliane Soares da Silva. Advogados: Carlos Erger Alves de Lima (OAB: 34505/CE) e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0244040-09.2021.8.06.0001 - **Remessa Necessária Cível**. Autor: Carlos Alexandre Dantas Andrade. Curadores: Lúcia Deise Silva Dantas e outro. Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Sorteio.

0245482-10.2021.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Antonio Aldenor da Silva. Advogada: Brena Câmara Nascimento Pimentel (OAB: 44596/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0247075-74.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelada: Antônia Monteiro Vieira. Advogado: Francisco Oliveira da Nóbrega (OAB: 12875/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0260378-27.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Município de Maracanaú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Maracanaú. Agravado: Cremildo Cavalcante Filho (Representado(a) pelo(a) Responsável). Repr. Legais: Maria Flávia de Souza Cavalcante e outro. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0481814-27.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Rafael Lessa Costa Barboza (OAB: 22029/CE). Apelado: Francisco Valdo da Silva. Advogado: Sebastiao Sergio A. da Silva (OAB: 7215/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 137/138.

0488342-77.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Epitácio Rodrigues da Silva. Apelante: Francisca das Chagas Ferreira da Silva. Advogado: José Arimá Rocha Brito (OAB: 9092/CE). Apelado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Paulo de Tarso Cavalcante Asfor Junior (OAB: 15603/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fl. 406.

0572080-40.2012.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Cicero Carpegiano Leite Gonçalves (OAB: 17888/CE). Apelado: PedroTalles Santana Goes Salles. Advogado: Mikhail Gomes Le Sueur (OAB: 20064/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 187/188.

0620919-50.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Município de Paraipaba. Procurador: Procuradoria Geral

do Município de Paraipaba. Agravada: Alexandra Lucas de Moura Marques. Agravado: Aluisio Rodrigues Oliveira. Agravada: Antonia Martins Alves. Agravada: Cicera Danielly Abreu do Nascimento. Agravada: Cledileuda de Lucena Viana. Agravada: Euvanice Angelo Barros Moreira. Agravada: Cristiane Martins Cordeiro. Agravada: Dina Marques de Oliveira Sousa. Agravado: Elineu Martins Rodrigues. Agravada: Francisca Verônica Moreira de Souza. Agravado: Francisco de Sousa Bonifácio. Agravada: Iolanda Pereira de Castro. Agravado: João Batista Sousa da Silva. Agravado: José Gilberto da Silva. Agravado: Josildo do Carmo Bispo. Agravada: Judimara Martins Bezerra. Agravada: Mara Dayane Angelo dos Santos. Agravada: Márcia Mendes de Freitas. Agravada: Maria Albanisa de Sousa. Agravada: Maria da Conceição Farias Rodrigues. Agravada: Maria da Conceição Valentim Eufrásio. Agravada: Maria de Fátima da Silva Gomes. Agravada: Maria de Fátima Inácio Carneiro. Agravada: Maria do Socorro Silvino Santos Teixeira. Agravada: Maria Erilane Carneiro Félix. Agravada: Maria Eulalia Sousa Barbosa. Agravada: Maria Ferreira Ângelo. Agravada: Maria Ferreira Garcia. Agravada: Maria Hebe Barroso de Araújo. Agravada: Maria Isabelle Braga Jucá. Agravada: Maria Vanderli Cipriano. Agravada: Natália Nunes Oliveira. Agravada: Renata Keylla Almeida Lima Melo. Agravada: Rita de Cássia Acácio Ferreira. Agravada: Rita de Cássia Costa da Silva. Agravada: Gabriela Carlos Oliveira Aquino. Agravada: Maria Aldaisa Silva de Sousa. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620926-42.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Município de Guaiúba. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Guaiúba. Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Procurador: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620986-15.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Ítalo Ramon de Araújo. Advogado: João Carlos de Mensurado Ferreira (OAB: 27168/CE). Agravado: Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Fortaleza. Agravado: Superintendente do Instituto Doutor José Frota. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621002-66.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Niago Allas de Oliveira LIma. Advogado: Braulle Costa de Moura (OAB: 42122/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621003-51.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Michael Douglas Elias Barboza Alves. Advogada: Juleika Patrícia Albuquerque de Barros (OAB: 36696/PE). Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621004-36.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Samuel Gleryston Rodrigues Pereira. Advogada: Juleika Patrícia Albuquerque de Barros (OAB: 36696/PE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621015-65.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Diego Pereira Moura. Advogada: Juleika Patrícia Albuquerque de Barros (OAB: 36696/PE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0630671-85.2018.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Herlando Nascimento e Silva. Advogado: Herlando Nascimento E Silva (OAB: 28327/CE). Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0630976-64.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Siqueira Shopping Colchoaria Ltda. Advogados: André Arraes de Aquino Martins (OAB: 18568/CE) e outros. Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0866830-79.2014.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Estado do Ceará. Apelada: Francisca Gedeliane da Silva Cruz. Apelado: Roberio Oliveira de Souza Junior. Advogado: Raimundo Nonato de Lima Ribeiro (OAB: 2875/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 315/316.

0876120-21.2014.8.06.0001 - **Apelação / Remessa Necessária**. Apelante: Vila Parque Lazer e Serviços Ltda - ME - Alpendre da Villa Bar e Restaurante. Advogado: Paulo Maria Teixeira Lima (OAB: 6989/CE). Remetente: Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Fernando Antonio Teixeira Tavora (OAB: 4955/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Em cumprimento à decisão de fls. 247/248.

3ª TURMA RECURSAL DO ESTADO DO CEARÁ

0112812-13.2018.8.06.0001/50004 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Alana Costa Borges. Advogados: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE) e outros. Agravado: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM. Procª. Jurídica: Luciana Matos Alves (OAB: 25656/CE). Relator(a): PRESIDENTE 3ª TR. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento à Presidência.

0196774-94.2019.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Recorrido: Wemerson Leandro de Luna. Advogado: Wemerson Leandro de Luna (OAB: 36113/CE). Relator(a): PRESIDENTE 3ª TR. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento para a Presidência da 3ª TR.

0200466-33.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Município de Fortaleza. Procuradora:

Procuradoria do Município de Fortaleza. Embargado: Martins Felix Pereira. Advogado: Gustavo Ribeiro de Araújo (OAB: 16375/CE). Relator(a): ANA PAULA FEITOSA OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Prevenção.

0203369-12.2019.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM. Proc. Jurídico: Luciana Matos Alves (OAB: 25656/CE) e outro. Recorrida: Aila Maria Torres Damasceno Bandeira. Advogado: Igor de Alencar Salgado (OAB: 30354/CE). Relator(a): MÔNICA LIMA CHAVES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0209837-21.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Estanislau Ferreira Bie. Advogados: Ednaldo Ribeiro de Oliveira (OAB: 44101/CE) e outros. Recorrido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MÔNICA LIMA CHAVES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0220002-64.2020.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Recorrida: Queila Capistrano de Sousa. Advogados: Paula Barbosa Venâncio Alencar (OAB: 40986/CE) e outros. Relator(a): MÔNICA LIMA CHAVES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0222893-24.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/CE. Proc. Jurídico: Roberto Henrique Girão (OAB: 27795/CE) e outros. Recorrida: Maria Edilene da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Recorrido: Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania - AMC. Proc. Jurídico: Francisco Deusito de Souza (OAB: 10361/CE). Recorrido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): ANA PAULA FEITOSA OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0225879-48.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV e outro. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Recorrido: Raimundo Nonato Lourenço. Advogado: Rômulo Braga Rocha (OAB: 24632/CE). Relator(a): ANA PAULA FEITOSA OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0232113-46.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Raimundo Rodrigues Albuquerque. Advogado: Erlon Silvio Moura de Oliveira (OAB: 28211/CE). Relator(a): NADIA MARIA FROTA PEREIRA. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Prevenção.

0233551-10.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Antonio Gonçalves Freire. Advogado: José Alécio Carvalho Maia (OAB: 19600/CE). Relator(a): MAGNO GOMES DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Prevenção.

0234364-37.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Alex Renan da Silva. Advogado: Alex Renan da Silva (OAB: 119462/MG). Recorrido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): ANA PAULA FEITOSA OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0236330-35.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Luiz Ferreira. Advogado: Evando Tavares de Lima Filho (OAB: 25270/CE). Relator(a): NADIA MARIA FROTA PEREIRA. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Prevenção.

0239951-40.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Francisco Ernane Soares Maciel. Advogado: José Ferreira Justa (OAB: 29190/CE). Relator(a): MAGNO GOMES DE OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Prevenção.

0244368-36.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Recorrido: Jose Urquiza de Sousa. Advogado: Raphael Guilherme Sampaio Forte (OAB: 37376/CE). Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0252442-79.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Fabio Brilhante. Advogado: Fabiana Lima Sampaio (OAB: 33345/CE). Recorrido: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0252450-56.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Paulo Pereira Mendes. Advogado: Fabiana Lima Sampaio (OAB: 33345/CE). Recorrido: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0255505-15.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Volnya Souza de Pontes. Advogados: Fabiana Lima Sampaio (OAB: 33345/CE) e outros. Recorrido: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): ANA PAULA FEITOSA OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0256835-47.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Recorrido: Jose de Oliveira Chaves. Advogado: Rômulo Braga Rocha (OAB: 24632/CE). Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0262832-11.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: João Batista de Sousa Oliveira. Advogado: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE). Recorrido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MÔNICA LIMA CHAVES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0262855-54.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Alex Renan da Silva. Advogado: Alex Renan da Silva (OAB: 119462/MG). Recorrido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MÔNICA LIMA CHAVES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0263800-75.2020.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Recorrida: Maria das Graças Lima. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Recorrido: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): MÔNICA LIMA CHAVES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevenção.

0268164-56.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Recorrido: Eduardo de França. Advogado: Erlon Silvio Moura de Oliveira (OAB: 28211/CE). Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0270056-97.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Recorrido: Pedro Rodrigues dos Santos. Advogados: Ednaldo Ribeiro de Oliveira (OAB: 44101/CE) e outros. Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0272259-32.2021.8.06.0001 - **Recurso Inominado Cível**. Recorrente: Raimundo Nonato Nunes da Silva. Advogada: Ana Caroline Nunes Martins (OAB: 43766/CE). Recorrido: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): ANA PAULA FEITOSA OLIVEIRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0620024-55.2022.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: JULIANO DE PINHO PESSOA FILHO. Advogado: Paulo César Maia Costa (OAB: 9125/CE). Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

0620025-40.2022.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: FRANCISCO AGRELA BARROSO JUNIOR. Advogados: José Arimá Rocha Brito (OAB: 9092/CE) e outros. Relator(a): ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: equidade.

4ª Câmara Direito Privado

0000931-50.2018.8.06.0124/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco Itaucard S/A. Advogados: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA) e outro. Embargado: Adauto Afonso de Figueiredo. Advogada: Cyntia Nunes Tavares (OAB: 25925/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0003326-50.2019.8.06.0101 - **Apelação Cível**. Apelante: Y. F. dos S.. Repr. Legais: Silvana Ferreira Holanda e outro. Apelado: F. I. de O. S.. Advogado: Pedro Tavares Uchoa (OAB: 44252/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0003641-48.2014.8.06.0103/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Serasa S/A. Advogada: Maria do Perpétuo Socorro Maia Gomes (OAB: 37937/CE). Embargado: Marcelo Negreiros ME. Advogado: Alysson Aragão de Aguiar (OAB: 27083/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0003823-15.2018.8.06.0064/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Carlos Alberto Cunha Baltazar. Advogado: Leandro de Araújo Sampaio (OAB: 32509/CE). Embargado: Banco GM S/A. Advogados: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE) e outro. Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0006397-94.2012.8.06.0169 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogados: Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB: 44565A/CE) e outros. Apelado: Andressa M Maia ME. Apelada: Maria de Fátima Nogueira Silva. Advogada: Vanda Maria Lopes de Sousa (OAB: 98820/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0007609-33.2019.8.06.0064 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Honda S/A. Advogados: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE) e outro. Apelado: Francisco Hélio Pereira de Sousa. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0008792-62.2017.8.06.0176 - **Apelação Cível**. Apelante: Antônio Carlos Lopes Camelo. Advogado: Fábio da Silva Pereira (OAB: 31195/CE). Apelado: Jose Romano do Nascimento. Apelado: Denes Xavier de Brito. Advogado: Carlos Celso Castro Monteiro (OAB: 10566/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0010356-97.2009.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Francisco Heliflavio Linhares. Advogada: Vanessa Fernandes Costa Landim Saraiva (OAB: 26381/CE). Apelado: Banco do Nordeste do Brasil. Advogada: Solana Maria Martins Carmo (OAB: 6972/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0010591-70.2020.8.06.0036 - **Apelação Cível**. Apelante: Município de Aracoiaba. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Aracoiaba. Apelada: Patricia Barbosa de Oliveira Ernesto. Advogados: Andreza Aquino de Souza (OAB: 27231/CE) e outros. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0033045-38.2009.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: V. S. da C. M.. Advogados: Maurício de Melo Bezerra (OAB: 8419/CE) e outro. Apelado: J. da S. M.. Advogado: Fernando Antonio Silveira Torres (OAB: 7555/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento 0629262-16.2014.8.06.0000.

0039208-05.2007.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/

CE). Apelada: Maria do Socorro Marques de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0050729-79.2020.8.06.0133 - **Apelação Cível**. Apelante: Juscelino Pereira de Sousa. Advogados: Marcelo Pereira Brandão (OAB: 26103/CE) e outros. Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0051998-87.2016.8.06.0071/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Construtora C S Amado Ltda.. Advogados: Saulo Furtado Barroso (OAB: 23128/CE) e outro. Embargado: Fortex Indústria Química Ltda.. Advogados: Rubens Emídio Costa Krischke Júnior (OAB: 25189A/CE) e outro. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0079535-21.2009.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelado: Eliane Morel Dias. Advogados: Roberto Gomes Osorio (OAB: 7061/CE) e outro. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0107212-71.2015.8.06.0112 - **Apelação Cível**. Apelante: Maré Cimento Ltda.. Advogado: Adilson de Castro Junior (OAB: 17514/CE). Apelado: Construtora e Empreendimentos São Bento Ltda.. Advogado: Sérgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 28561/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0627185-87.2021.8.06.0000.

0138128-91.2019.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Maria Lourenço da Silva Filha. Advogado: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Agravado: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0142920-30.2015.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelada: Rosália Gomes dos Santos. Advogado: Antônio Eliesio Rodrigues (OAB: 32454/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0148798-62.2017.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Suely Ferreira Coelho Lima. Advogado: Dirceu Antônio Brito Jorge (OAB: 21648/CE). Apelado: Gustavo Juca Furtado. Apelado: Washington Renato Furtado Filho. Apelada: Teresa Candida Jucá Furtado Cysne. Advogados: Francisco Welvio Urbano Cavalcante (OAB: 14814/CE) e outros. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0154402-67.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apte/Apdo: Magis Incorporações e Construções Ltda. Apte/Apdo: Rogaciano Leite Incorporações Spe Ltda. Advogados: Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB: 14326A/CE) e outro. Apte/Apdo: Paulo Victor Moreira de Pinho Melo. Apte/Apdo: Ludmilla Teles Fernandes. Advogada: Mariana Braga Sydriao de Alencar (OAB: 20608/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0630889-16.2018.8.06.0000.

0159801-43.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Felipe Veras da Silva. Advogada: Dominik Barros Brito Ferreira (OAB: 37479/CE). Apelado: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. Advogado: Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB: 156347/SP). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0159801-43.2019.8.06.0001.

0166487-22.2017.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: JSC Engenharia Ltda. Advogado: Yasser de Castro Holanda (OAB: 14781/CE). Apelado: Christianno Roumie Gurgel. Advogado: Fábio Menezes Nogueira (OAB: 22220/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0175304-12.2016.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Omar Fernandes Leite. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Banco BMG S/A. Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 32401/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0176062-20.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Kercyanne Maciel Gomes Pinto. Advogados: Luiz Henrique de Aguiar Costa (OAB: 10907/CE) e outro. Apelada: Marcia da Silva Nascimento. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0194459-93.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelado: José Agamenon Silva. Advogado: Augusto César Rodrigues Viana Ponte (OAB: 8195/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0202501-63.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Natália Marques Pinheiro. Advogado: Manoel Aurelano Pinheiro (OAB: 25011/CE). Apelado: Passaredo Linhas Aereas S.A. Advogado: Diego Pedreira de Queiroz Araújo (OAB: 22903/BA). Apelado: Gol Linhas Aéreas S.A. Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 41287/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0236854-66.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apte/Apdo: Brasilseg Companhia de Seguros. Advogado: Jurandy Soares de Moraes Neto (OAB: 27851/PE). Apte/Apdo: João Ivan Timbó Rodrigues. Advogados: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE) e outros. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0259297-11.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Apelada: Aglair Lacerda Lima. Advogado: João Igor Pimentel Bezerra (OAB: 28614/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0637244-

71.2020.8.06.0000.

0260366-13.2021.8.06.9000 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0633034-11.2019.8.06.0000.

0260394-78.2021.8.06.9000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Sâmia Nagib Maluf. Advogado: Ricardo Machado Lemos Dias (OAB: 13597/CE). Agravado: Construtora MAPEC Ltda. Advogados: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB: 3183/CE) e outro. Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0627133-67.2016.8.06.0000.

0268967-39.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: Paulo Hugo de Morals Júnior. Advogado: Luiz Iatagan Cavalcante Rocha (OAB: 25680/CE). Apelado: Banco RCI Brasil S/A. Advogada: Manuela Ferreira Camers (OAB: 32295/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0269622-11.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: João Gabriel Paiva Duarte. Advogada: Dominik Barros Brito Ferreira (OAB: 37479/CE). Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Paulo Roberto Teixeira Trino Junior (OAB: 87929/RJ). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0469097-31.2010.8.06.0001 - **Apelação Cível**. Apelante: José Segundo Filho. Curadores: Maria das Dores Gomes da Silva e outro. Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0511075-37.2000.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogados: Karla Patrícia Rebouças Sampaio (OAB: 15433/CE) e outro. Embargado: Jose Benilton Cordeiro Costa. Advogados: Adriano Geoffrey de Góis Araújo (OAB: 14714/CE) e outro. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0598219-49.2000.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Inco Engenharia Ltda. Advogado: Paulo Germano Autran Nunes de Mesquita (OAB: 18964/CE). Embargado: AGF Seguros S/A. Advogados: Sandra Mara Tavares Lavor (OAB: 8831/CE) e outros. Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0620922-05.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Placido Castelo Sobrinho. Advogado: Marcio Jorge Aragão (OAB: 10242/CE). Agravada: Alexsandra Borges Fontenele. Advogado: José Jussieu Alcântara Oliveira Júnior (OAB: 30203/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Prevento ao processo 0836370-12.2014.8.06.0001.

0620937-71.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Banco Itaucard S/A. Advogado: Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 27567A/CE). Agravado: Francisco Helio da Silva. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0620995-74.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: U. V. C. de T. M.. Advogado: Eugenio Guimarães Calazans (OAB: 40399/MG). Agravada: L. de O. T. R. P. K. R. A. de O. T.. Advogados: Aglézio de Brito (OAB: 2199/CE) e outros. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621026-94.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogados: Bruno Henrique Gonçalves (OAB: 131351/SP) e outro. Agravado: André Mota Furtado. Advogada: Ana Teresa de Almeida Batista Barbosa (OAB: 16659/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621027-79.2022.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: H. A. M. LTDA. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Agravado: D. D. L. T. R. P. E. P. L. N.. Advogada: Renata Delange Oliveira (OAB: 52956/GO). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Sorteio.

0624099-45.2020.8.06.0000/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogada: Flávia Holanda Duarte (OAB: 17798/CE). Embargado: Araújo e Brilhante Indústria e Comércio de Roupas EIRELI - Em Recuperação Judicial. Embargado: Asterisco Indústria e Comércio de Confecções EIRELI - em Recuperação Judicial. Embargado: MC Pereira Canuto - ME - em Recuperação Judicial. Advogados: Rafael de Almeida Abreu (OAB: 19829/CE) e outros. Embargado: Banco Safra S/A. Advogado: Antônio Roque de Albuquerque Júnior (OAB: 22463/CE). Embargado: Itaú Unibanco S/A. Advogados: Gustavo Gerbasi Gomes Dias (OAB: 25254/BA) e outros. Embargado: Malharia Paulista Ltda. Advogados: Ricardo Wagner Amorim Tavares Filho (OAB: 19242/CE) e outro. Embargado: Coretex Indústria Têxtil Ltda. Advogado: Marcellus Augusto Dadam (OAB: 6111/SC). Embargado: Transfarrapos Transportes Comércio e Indústria Ltda. Embargado: Lukaflex Indústria e Comércio Ltda - EPP. Advogado: Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB: 105465/SP). Embargado: Administradora North Shopping Fortaleza Ltda. Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 36390/CE). Embargado: BG Ancar Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Rui Correa de Melo (OAB: 38015/CE). Embargado: Financeira Alfa S.A. - Credito Financiamento e Investimentos. Advogado: Fernando Antônio Fontanetti (OAB: 21057/SP). Embargada: Adriana de Lima Oliveira e outros. Advogado: Rodrigo Madeiro Maciel (OAB: 28360/CE). Embargado: Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e outro. Advogado: Igor Maciel Antunes (OAB: 181825/RJ). Embargado: Santista Work Solution S/A. Advogado: João Grecco Filho (OAB: 107495/SP). Embargado: Inspiratto Comércio, Importação e Exportação de Tecidos Ltda. Advogados: Dino Boldrini Neto (OAB: 100893/SP) e outro. Embargada: Ana Patrícia Araújo Costa Sousa. Embargada: Antônia de Souza Costa. Embargado: Francisco Jeová Ferreira Soares. Embargado: Joseandro Garcia de Sena. Embargado: Comercial Importadora Potyguar Ltda. Advogado: Afonso Henrique de Lima Campos Torres (OAB: 16340/CE). Embargado: Ykk do Brasil Ltda e outro. Advogado: Marcelo Augusto Ferreira da Rocha (OAB: 228698/SP). Embargado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon

(OAB: 33485/CE). Embargado: Cipatex Impregnadora de Papéis e Tecidos Ltda.. Advogado: Márcio Luiz Sônego (OAB: 116182/SP). Embargado: Juca Comércio de Máquina e Equipamentos Ltda. Advogada: Luciana Tacola Becker (OAB: 15911/CE). Embargado: Excim Importação e Exportação S/A. Advogado: Ionatan Azulay (OAB: 379664/SP). Embargado: Lunelli Têxtil Ltda. Advogado: Cristian Rodolfo Wackerhagen (OAB: 15271/SC). Embargado: Beckhauser Indústria e Comércio de Malhas Ltda. Advogados: Peterson Medeiros de Oliveira (OAB: 16231/SC) e outro. Embargado: Textil Renauxview S/A. Advogado: Lilian da Silva Mafra (OAB: 362655/SP). Embargado: Branyl Comercio & Industria Textil Ltda. Advogado: Suzanna Camelato Guzman (OAB: 155367/SP). Embargado: HC Pneus S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Embargado: Textil Canatiba Ltda. Advogado: Carlos Alberto Azenha Furlan (OAB: 75596/SP). Embargado: Promex Comércio Importação e Exportação Ltda. Advogados: Eugênio de Araújo e Oliveira Lima (OAB: 18264/CE) e outro. Embargada: Plavinorte Tintas Plavil do Nordeste Ltda - Epp. Advogado: Nerildo Machado (OAB: 20982/CE). Embargado: Freudenberg Não Tecidos Ltda e outro. Advogado: Thiago Galvão Seresi (OAB: 207754/SP). Embargado: Cab-lav Comércio de Acessórios para Lavanderia Ltda Epp. Advogados: Maria Madalena Antunes Gonçalves (OAB: 119757/SP) e outro. Embargado: Qchic Comércio de Aviamentos Ltda ME. Advogado: Ieda Maria Martineli Simonesi (OAB: 105937/SP). Embargado: Aço Cearense Comercial Ltda- Em Recuperação Judicial. Advogados: Antonio Armando de Melo Filho (OAB: 26021/CE) e outro. Embargado: Malhas Menegotti Indústria Têxtil Ltda. e outro. Advogado: Jackson André de Sá (OAB: 9162/SC). Embargado: Vicunha Textil S/A. Advogados: Bruno Watanabe Perdigão (OAB: 388057/SP) e outro. Embargado: Gerardo Bastos Pneus & Peças Ltda. Advogados: Nelson Bruno do Rego Valença (OAB: 15783/CE) e outros. Embargado: Kalimo Têxtil Ltda. Advogado: Rossana de Cássia Faro e Mello Ferreira (OAB: 79778/SP). Embargado: Kite Têxtil Ltda.. Advogado: Marcos de Oliveira Messias (OAB: 167636/SP). Embargado: Shopping Centers Iguatemi S/A. Advogados: Priscila Kelly Braga Brasileiro (OAB: 33158/CE) e outro. Embargado: Companhia Industrial Cataguases. Advogado: Marcelo Pereira Assunção (OAB: 62188/MG). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogados: Clayton Möller (OAB: 21483/RS) e outros. Embargado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Lucas de Holanda Cavalcanti Carvalho (OAB: 33670/PE). Embargado: Monteiro e Costa Comércio Ltda. Advogado: Eric Costa Parente (OAB: 23308/CE). Embargado: Flay Industria Comercio Exportadora e Importadora. Advogado: Vicente de Paulo Freitas de Oliveira (OAB: 12698/CE). Embargado: Telefônica Brasil S/A. Advogado: Diogo Saia Tapias (OAB: 313863/SP). Embargado: Tecnoblu S/A Industria e Comercio. Advogado: Jaime Luiz Leite (OAB: 10239/SC). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0629992-17.2020.8.06.0000/50001 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogados: Karine Rodrigues Mattos Bessa (OAB: 18120/CE) e outros. Embargado: VC Batista EIRELI - ME - em Recuperação Judicial. Advogados: Vicente Martins Prata Braga (OAB: 19309/CE) e outro. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

0634927-03.2020.8.06.0000/50023 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Agravado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogados: Moises Batista de Souza (OAB: 15474/CE) e outros. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0634927-03.2020.8.06.0000/50021 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Agravado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogados: Moises Batista de Souza (OAB: 15474/CE) e outros. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0634927-03.2020.8.06.0000/50016 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Agravado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogados: Moises Batista de Souza (OAB: 15474/CE) e outros. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0635168-74.2020.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Bradesco Saúde S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Manoel Simões Dias Neto. Embargada: Evelyne Rolim Braun Simões. Advogado: Yvens Braun Simões (OAB: 32644/CE). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0636870-21.2021.8.06.0000/50003 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0636870-21.2021.8.06.0000/50004 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0638117-37.2021.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Isaac Maxmillian Alves de Menezes Representado Por Maria Mônica Alves de Menezes. Genitores: Maria Mônica Alves de Menezes e outros. Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0903479-14.2012.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível**. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogados: Suzyane Moura Lima (OAB: 40437/CE) e outros. Embargado: Servirlog Serviços e Logística Ltda. Embargado: Odarlan Freitas de Castro. Embargada: Daniele Schramm Bezerra de Castro. Advogados: Wellington Rocha Leitão Filho (OAB: 6622/CE) e outros. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento / Relator.

Assessoria de Precatórios

0000107-36.2022.8.06.0000 - **Precatório**. Credor: E. P. A.. Advogados: Danielli Cruz Sampaio (OAB: 16674/CE) e outros.

Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): PRESIDENTE TJCE. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento.

0000108-21.2022.8.06.0000 - **Precatório**. Credor: D. M. O. de A.. Advogados: Maurício Feitosa Ferreira Lopes (OAB: 34136/CE) e outro. Devedor: M. de F.. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): PRESIDENTE TJCE. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento.

0000109-06.2022.8.06.0000 - **Precatório**. Credor: F. N. T.. Advogado: Ronaldo Pereira de Andrade (OAB: 14427/CE). Devedor: M. de F.. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): PRESIDENTE TJCE. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento.

0000110-88.2022.8.06.0000 - **Precatório**. Credor: F. A. P. M.. Advogados: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE) e outros. Devedor: M. de F.. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): PRESIDENTE TJCE. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento.

0000119-50.2022.8.06.0000 - **Precatório**. Credor: J. N. B.. Advogados: Glesson da Silva Santos Junior (OAB: 34375/CE) e outro. Devedor: M. de F.. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): PRESIDENTE TJCE. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento.

0000121-20.2022.8.06.0000 - **Precatório**. Credora: M. B. B. M.. Advogados: Eduardo Pragmácio de Lavor Telles (OAB: 2331/CE) e outros. Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): PRESIDENTE TJCE. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento.

Órgão Especial

0201022-98.2022.8.06.0001 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: Juracir da Cruz Ricardo. Advogado: Juracir da Cruz Ricardo (OAB: 42866/CE). Impetrado: Fundação Getúlio Vargas. Impetrado: Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0204527-97.2022.8.06.0001 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: Josimar Ferreira da Silva. Advogados: George Weiner Torres de Brito (OAB: 14933/CE) e outros. Impetrado: Presidente do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional - IDECAN. Impetrado: Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0204808-53.2022.8.06.0001 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: Clube do Malte Comércio Eletrônico S/A. Advogados: Julia Feres Rocha Caldas (OAB: 105854/PR) e outro. Impetrado: Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0204810-23.2022.8.06.0001 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: Ninja Parts Comércio Varejista de Peças e Acessórios Automotivos Ltda. Advogados: Julia Feres Rocha Caldas (OAB: 105854/PR) e outro. Impetrado: Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0205590-60.2022.8.06.0001 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: JV Marketplace Jewellery Comércio de Joias e Relógios Ltda. Advogados: Eduarda Lacerda Kanieski (OAB: 76975/PR) e outros. Impetrado: Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0260255-29.2021.8.06.9000/50003 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0621014-80.2022.8.06.0000 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: Ana Patrícia Cavalcante Carneiro. Impetrante: Frederico Thé Pontes Filho. Advogados: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE) e outros. Impetrado: Secretário do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. Impetrado: Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE. Impetrado: Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES. Tipo de distribuição: Sorteio.

0621025-12.2022.8.06.0000 - **Mandado de Segurança Cível**. Impetrante: Antônia Rosalva Paz Nascimento. Advogado: Antônio Carlos Ivan Pinheiro Landim (OAB: 26550/CE). Impetrado: Secretário da Saúde do Estado do Ceará. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO. Tipo de distribuição: Sorteio.

0630749-74.2021.8.06.0000/50006 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Régis Carneiro Angelim. Advogado: Francisco Régis Carneiro Angelim (OAB: 10678/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

0637779-63.2021.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL -CE). Advogado: Rafael Victor Albuquerque Rodrigues de Lima (OAB: 27628/CE). Agravado: Governador do Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado. Motivo da distribuição: Encaminhamento/Relator.

8501661-41.2021.8.06.0000 - **Recurso Administrativo**. Recorrente: C. Menezes Engenharia Ltda. Repr. Legal: Francisco Charlys Moreira de Menezes. Recorrido: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

8503140-69.2021.8.06.0000 - **Recurso Administrativo**. Recorrente: C. Menezes Engenharia Ltda. Recorrido: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

Presidência

0620716-88.2022.8.06.0000 - **Reclamação**. Reclamante: Cicero Cordeiro Furtuna. Advogado: Cícero Cordeiro Furtuna (OAB: 22014/CE). Reclamado: Gestor da Unidade de Serviço de Cálculos Judiciais e Cadastro de Precatórios e RPV`s do Tribunal de Justiça do Ceará. Relator(a): PRESIDENTE TJCE. Tipo de distribuição: Encaminhamento. Motivo da distribuição: Encaminhamento.

Seção Criminal

0620969-76.2022.8.06.0000 - **Revisão Criminal**. Requerente: J. F. de O.. Advogado: Márcio Henrique Lehmann (OAB: 362982/SP). Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

0621000-96.2022.8.06.0000 - **Desaforamento de Julgamento**. Requerente: Kermy Nogueira de Oliveira. Advogada: Monaliza Canuto Rodrigues Bezerra (OAB: 36943/CE). Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

Seção de Direito Privado

0620819-95.2022.8.06.0000 - **Reclamação**. Reclamante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Reclamada: Josefa Xavier de Oliveira Santos. Advogados: Reginaldo Gonçalves de Macêdo (OAB: 11784/CE) e outros. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO. Tipo de distribuição: Sorteio. Motivo da distribuição: Equidade.

Total de feitos: 427

P/ Divisão de Distribuição

P/ Secretaria Judiciária

Seção de Direito Público

DESPACHOS - Seção de Direito Público

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0633934-23.2021.8.06.0000 - Dissídio Coletivo de Greve. Suscitante: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Suscitado: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado Ceará - SINDSAÚDE. Advogado: João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE). Despacho: - Do exposto, com fulcro no art. 485, VI, do CPC e 76, VIII, do RTJCE, julgo extinto o feito sem resolução de mérito, ante a ausência de interesse processual. Com esteio no princípio da causalidade (art. 85, § 10, do CPC), arbitro os honorários advocatícios devidos pelo Sindicato réu, representante da categoria responsável pela greve, na quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais), à míngua de condenação e proveito econômico. Transcorrido in albis o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo, com baixa no sistema respectivo, a fim de que não mais se encontrem vinculados estatisticamente ao meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator

Total de feitos: 1

1ª Câmara de Direito Público

DESPACHOS - 1ª Câmara de Direito Público

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0002551-83.2019.8.06.0182/50001 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Município de Viçosa do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Viçosa do Ceará. Embargada: Maysa da Costa Freire. Advogada: Valesca Belchior de Oliveira (OAB: 39669/CE). Advogada: Cynara Maria Rodrigues Monteiro (OAB: 8880/CE). Despacho: - DESPACHO

Vistos etc. Tratam os autos de Embargos de Declaração interpostos pelo Município de Viçosa do Ceará (fls. 1/3, e-SAJSG), em face de acórdão proferido às fls. 22/28, e-SAJSG, dos autos 0002551-83.2019.8.06.0182/50000. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do artigo 1.023 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0000360-15.2017.8.06.0189/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Município de Catunda. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Catunda. Agravada: Maria Galdino Bandeira. Advogado: Ronaldo Farias Feijão (OAB: 24951/CE). Despacho: - DESPACHO Vistos etc. Tratam os autos de Agravo Interno interposto pelo Município de Catunda (fls. 1/7, e-SAJSG), em face de decisão proferida às fls. 160/174, e-SAJSG. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do art. 1.021 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0860417-50.2014.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravada: Aila Vieira Souza. Agravada: Aline Inácio de Almeida. Advogada: Josefa Maria Araújo Viana de Alencar (OAB: 6481/CE). Despacho: - DESPACHO Vistos etc. Tratam os autos de Agravo Interno interposto pelo Estado do Ceará (fls. 1/21, e-SAJSG), em face de decisão proferida às fls. 345/356, e-SAJSG. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do art. 1.021 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0003119-81.2018.8.06.0167/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Município de Sobral. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Sobral. Agravado: Orlando Nery de Freitas. Advogado: Raimundo Plutharco Parente Neto (OAB: 16495/CE). Despacho: - DESPACHO Vistos etc. Tratam os autos de Agravo Interno interposto pelo Município de Sobral (fls. 1/5, e-SAJSG), em face de decisão proferida às fls. 214/219, e-SAJSG. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do art. 1.021 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0860417-50.2014.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: LE - Participações e Consultoria Empresarial Ltda (Eventos Park). Advogado: Mozart Gomes de Lima Neto (OAB: 16445/CE). Embargada: Aila Vieira Souza. Embargada: Aline Inácio de Almeida. Advogada: Josefa Maria Araújo Viana de Alencar (OAB: 6481/CE). Despacho: - ESPACHO Vistos etc. Tratam os autos de Embargos de Declaração interpostos por LE - Participações e Consultoria Empresarial Ltda (Eventos Park) (fls. 1/14, e-SAJSG), em face da decisão monocrática proferida às fls. 345/356, e-SAJSG. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do artigo 1.023 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0633539-31.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Francisco de Assis Ribeiro Nunes. Advogado: Francisco Alves de Albuquerque (OAB: 5569/

CE). Despacho: - Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões na forma do artigo 1.021, §2º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Cumpra-se. Empós, à conclusão. Fortaleza, 4 de novembro de 2021. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0632141-49.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Município de Sobral. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Sobral. Agravado: Daniel Arruda de Jesus. Advogado: Lucas Frota Rodrigues (OAB: 29383/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravada a fim de que apresente contraminuta, no prazo que lhe confere a Lei Adjetiva Civil de 2015, art. 1.019, II. Ultimadas estas providências ou transcorridos in albis os respectivos prazos, à nova conclusão. Expedientes necessários. Fortaleza, 3 de novembro de 2021. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0237916-44.2020.8.06.0001/50002 - Agravo Interno Cível. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Hughes Telecomunicações do Brasil Ltda.. Advogado: Luiz Fernando Sachet (OAB: 18429/SC). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DESPACHO Vistos etc. Tratam os autos de Agravo Interno interposto pelo Estado do Ceará (fls. 1/17, e-SAJSG), em face de decisão proferida às fls. 21/26, e-SAJSG dos autos 0237916-44.2020.8.06.0001/50000. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do art. 1.021 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0222262-80.2021.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Joaquim Tavares Pimentel. Advogado: Carlos Filipe Cordeiro D`ávila (OAB: 22570/CE). Despacho: - DESPACHO Atendendo à dicção do art. 1.023, §2º, do novo Código de Processo Civil, intime-se a parte embargada para se manifestar sobre o presente recurso no prazo legal de 5 (cinco) dias. Exp. Nec. Fortaleza, 30 de outubro de 2021. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0004475-56.2018.8.06.0056/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Município de Capistrano. Advogado: Marcos Antônio Sampaio de Macedo (OAB: 15096/CE). Advogada: Larissa de Alencar Pinheiro Macedo (OAB: 20256/CE). Agravado: Ricardo Cunha Freitas. Advogado: Adagvan Maia Fernandes (OAB: 24852/CE). Despacho: - Vistos etc. Tratam os autos de Agravo Interno interposto pelo Município de Capistrano (fls. 1/15, e-SAJSG), em face de decisão proferida às fls. 190/198, e-SAJSG. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do art. 1.021 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0003428-67.2019.8.06.0038/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Município de Araripe. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Araripe. Agravado: Antonio Nunes de Alencar. Advogado: Caio Victor Batista de Alencar (OAB: 30786/CE). Despacho: - Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões na forma do artigo 1.021, §2º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Cumpra-se. Empós, à conclusão. Fortaleza, 4 de novembro de 2021. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relat

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara

DESPACHO DE RELATORES

0629230-96.2000.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Apelado: Jose Colombo de Sousa Filho. Advogado: Schubert de Farias Machado (OAB: 5213/CE). Advogada: Maria Jose de Farias Machado (OAB: 4924/CE). Advogada: Carmem Maria Veras Fernandes (OAB: 31556/CE). Advogada: Lara Gurgel do Amaral Duarte Vieira (OAB: 24606/CE). Despacho: - Analisando os autos do processo em epígrafe verifica-se que de acordo com o acórdão de fls. 329/331 os autos foram devolvidos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para que sejam analisados os Embargos de Declaração que repousam às fls. 188/189 dos autos. Dessa forma, determino seja efetuada a adequada autuação dos Embargos de Declaração com posterior retorno dos autos para apreciação do recurso de embargos de declaração. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator x-03

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0620445-79.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Cível. Impetrante: Frederico Feitosa Ferreira. Advogada: Germana de Sousa Oliveira (OAB: 36121/CE). Impetrado: Governador do Estado do Ceará. Despacho: - Notifique-se, pois, a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo legal, preste as informações que entender necessárias. Dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para as providências regulares que o feito comporta. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0620254-34.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Município de Aurora. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Aurora. Agravado: Fundação Antônia Maria da Conceição. Advogada: Mariana Gomes Pedrosa Bezerra (OAB: 19348/CE). Despacho: - Ante o exposto,reservo-me a apreciar a pretendida antecipação de tutela após ouvir a parte adversa, obedecendo ao contraditório e a ampla defesa, princípios corolários do devido processo legal, momento em que, a relação processual resta completa. Intime-se a agravada para apresentação de resposta, no prazo de quinze dias, nos termos do artigo 1.019, II, CPC/2015. Em seguida, abra-se vista à Procuradoria Geral de Justiça, tendo em vista que os recursos sequestrados seriam destinados ao atendimento de custeio de unidade de saúde voltada para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, cuja participação no feito seria obrigatória em face do interesse público envolvido na causa. Empós, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada na assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0050421-93.2019.8.06.0160/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Município de Santa Quitéria. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Santa Quitéria. Agravada: Ana Cláudia Oliveira Silvino. Advogado: Raimundo Plutharco Parente Neto (OAB: 16495/CE). Despacho: - DESPACHO Vistos etc. Tratam os autos de Agravo Interno interposto pelo Município de Santa Quitéria (fls. 1/10, e-SAJSG), em face de decisão proferida às fls. 68/77, e-SAJSG. Ante o exposto, em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme §2º do art. 1.021 do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários URGENTES. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0050170-59.2020.8.06.0057/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Município de Paramoti. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Paramoti. Embargada: Antonia Maria Sousa Silva. Advogado: Allan Manoel Vitorino Duarte (OAB: 40071/CE). Despacho: - DESPACHO Vistos hoje. Em obediência ao disposto no art. 1.023, §2º, do CPC, intime-se a parte Embargada para que, no prazo legalmente previsto, manifeste-se acerca do presente inconformismo. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2021. Desa. Lisete de Sousa Gadelha Relatora

Total de feitos: 1

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0000390-47.2018.8.06.0114 - Apelação Cível - Lavras da Mangabeira - Apelante: Município de Lavras da Mangabeira - Apelado: Valmir Feitosa Neto - - Ante o exposto, por força do comando do Art. 930, §único, do Código de Processo Civil de 2015 e do Art. 68, §1º, do Regimento Interno desta Casa, declino da competência para julgar o presente feito em razão da competência firmada por prevenção à Relatoria do douto desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Paulo Francisco Banhos Ponte DESEMBARGADOR RELATO Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Lavras da Mangabeira - José Lair de Sousa Mangueira (OAB: 12467/CE) - Márcio Andretti Quesado Beserra (OAB: 32565/CE) - Jose Ueider Rolim Moreira (OAB: 30441/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620265-63.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Beberibe - Agravante: Juarez Gomes Ribeiro - Agravado: Município de Beberibe - - Ante o exposto, sem maiores digressões, hei por bem INDEFERIR o pedido de antecipação da tutela recursal pleiteado no presente agravo. Simultaneamente, intime-se a parte agravada, para apresentar contraminuta ao recurso no prazo legal (art. 1.019/CPC). Comunique-se ao douto Juízo a quo, enviando-lhe cópia desta decisão. Ademais, após intimação das partes, decorrido o prazo para manifestação, remetam os autos ao Ministério Público do Estado do Ceará para apresentar parecer, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso III do CPC/2015. Cumpridas estas diligências, em obediência às disposições do CPC/2015, retornem os autos conclusos. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Jonatas Pereira Bitencourt (OAB: 27918/CE) - Procuradoria Geral do Município de Beberibe

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0632020-21.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Jaguaruana - Agravante: Município de Jaguaruana - Agravada: Maria Josanira da Silva - - ISSO POSTO, entendo ausentes os requisitos necessários ao deferimento do efeito suspensivo pretendido pelo agravante, por isso indefiro-o (art. 932, II, c/c art. 1.019, I, do CPC), mantendo em sua totalidade o decisum agravado, mas sem prejuízo de nova apreciação. Intimem-se as partes da presente decisão. Ocasião em que será intimada a parte agravada para apresentar - querendo - contrarrazões ao presente Instrumento, no prazo legal, conforme previsto no art. 1.019, II, do CPC. Comunique-se o presente decisum ao magistrado de planície. Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, para fins de manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator X-03 - Advs: Procuradoria Geral do Município de Jaguaruana - Ítalo Hide Freire Guerreiro (OAB: 25303/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620560-03.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Estado do Ceará - Agravada: Amanda Hellen Damasceno Filgueiras - - Ante o exposto, tendo em mira a determinação superior, nos autos dos processos de nº 0003785.82.2018.8.06.0167 e de nº 0157154-12.2018.8.06.0001, os quais foram admitidos pela Vice-Presidência desta e. Corte de Justiça como representativos da controvérsia acima delimitada, nos termos do art. 1.030, IV, c/c os arts. 1.036 a 1.041, todos do CPC/2015, determino o sobrestamento deste processo, a teor do que reza o art. 1.036, § 1º, do CPC/2015. Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Recursos Cíveis para os necessários expedientes, devendo ser renovada a conclusão a este Relator quando ocorrer o julgamento de mérito dos Recursos Especiais anteriormente referidos. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 23 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Des. PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Alcides Luiz Filgueiras Silva (OAB: 39192/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0638848-33.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Fernando Abreu Barroso - Agravado: Estado do Ceará - - Ante o exposto, conheço do Agravo de Instrumento interposto e, em análise de cognição não exauriente dos fatos, indefiro o pedido de antecipação da tutela recursal para obstar a liberação de valores em favor do exequente. Publique-se. Intime-se a parte agravada para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias, juntando a documentação que entender necessária (art. 1.019, II, CPC/2015). Comunique-se ao nobre Juízo de origem sobre o teor desta decisão, solicitando-lhe as informações pertinentes. Findo o prazo, venham conclusos os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator - Advs: Tiago Aguiar Abreu Portela Barroso (OAB: 21009/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620216-22.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Caucaia - Agravante: Elenilda Mariano Moreira - Agravado: Estado do Ceará - - ISSO POSTO, não constato a presença dos requisitos necessários à concessão de tutela provisória recursal (art. 932, II, c/c 1.019, I, do CPC/15), por isso indefiro-o, sem prejuízo de nova apreciação em momento posterior. Intimem-se as partes da presente decisão. Ocasião em que será intimada a parte agravada para apresentar - querendo - contrarrazões ao presente Instrumento, no prazo legal, conforme previsto no art. 1.019, II, do CPC/15. Comunique-se o presente decisum ao magistrado de planície. Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, para fins de manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator X-03 - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0635210-89.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aracati - Agravante: Nágila Maria dos Santos Melo - Agravado: Fundo Municipal de Seguridade Social de Aracati - FMSS - Agravado: Município de Aracati - - Por serem cumulativos os requisitos legais, indefiro a liminar requestada. Publique-se. Intime-se a parte agravada para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias, juntando a documentação que entender necessária (art. 1.019, II, CPC/2015). Comunique-se ao nobre Juízo de origem sobre o teor desta decisão, solicitando-lhe as informações pertinentes. Findo o prazo, venham conclusos os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator - Advs: Danielli Gondim Campelo (OAB: 18218/CE) - Procuradoria Geral do Municipio de Aracati

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0235607-16.2021.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autora: Maria de Lourdes Oliveira - Réu: Estado do Ceará - Réu: Município de Fortaleza - Ante o exposto, conheço da presente Remessa Necessária, mas para negar-lhe provimento, em obediência ao art. 932, IV, a, do CPC, c/c Súmula nº. 45 TJ/CE, mantendo incólume a sentença em todos os seus termos. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Fernanda de Oliveira da Silva - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria do Município de Fortaleza

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0229086-55.2021.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autora: Francisca Jucilene Isaías Sena de Oliveira - Réu: Município de Fortaleza - Réu: Estado do Ceará - . Considerando tratar-se de demanda envolvendo a responsabilidade solidária dos entes federados na prestação de assistência à saúde (Tema 793), há que se reconhecer como desnecessária a remessa obrigatória, nos termos do art. 496, §4°, II, do CPC, uma vez que fundada em acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos. ISSO POSTO, com fundamento no art. 932, III c/c art. 496, §4°, II, do CPC não conheço a Remessa Necessária, mantendo na íntegra o decisório de primeiro grau. Preclusa a presente decisão, dê-se baixa. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator x-03 - Advs: Marcella Sena de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria do Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0220087-16.2021.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autor: Rodrigo Higino Vitorino - Réu: Estado do Ceará - ISSO POSTO, conheço do reexame necessário, porém nego-lhe provimento, mantendo a sentença vergastada em sua totalidade. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Mayra Farias Ribeiro - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0028740-65.2017.8.06.0151 - Apelação / Remessa Necessária - Quixadá - Remetente: J. de D. da 1 V. C. da C. de Q. - Apelante: M. de Q. - Apelada: M. M. da S. de S. R. P. F. M. N. da S. - ISSO POSTO, com fundamento no art. 496, §4°, II, do CPC, não conheço da Remessa Necessária e, com fundamento no Art. 932, IV, 'a' e 'b', CPC, conheço do Recurso de Apelação interposto pelo Município de Quixadá, mas para negar-lhe provimento. Nesta oportunidade, majoro os honorários advocatícios devidos pelo Município de Quixadá para 15% (quinze por cento) do valor da causa, ante o comando do art. 85, §11, do CPC. Preclusa a presente decisão, dê-se baixa. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Quixadá - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0230718-19.2021.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autora: Monica Monteiro da Cunha - Réu: Estado do Ceará - Réu: Município de Fortaleza - ISSO POSTO, com fundamento nos art. 932, III c/c art. 496, §4º, II, do CPC, não conheço do Reexame Necessário, mantendo inalterada a sentença em todos os seus termos. Transcorrido in albis o prazo recursal, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Marly Monteiro da Cunha - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria do Município de Fortaleza

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0229080-48.2021.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autor: Eli Machado Mendes - Réu: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - ISSO POSTO, com fundamento nos art. 932, III c/c art. 496, §4º, II, do CPC, não conheço do Reexame Necessário, mantendo inalterada a sentença em todos os seus termos. Transcorrido in albis o prazo recursal, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Tallita Falkenstins Gois Mendes (OAB: 31661/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002697-20.2019.8.06.0055 - Apelação Cível - Canindé - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Raimundo dos Santos Alves - ISSO POSTO, com fundamento no art. 932, IV, 'a', do CPC/2015, ante os fundamentos acima expendidos e em consonância com a jurisprudência e a súmula invocada, conheço do Recurso de Apelação para DAR-LHE provimento, reformando a sentença na parte que ordenou o pagamento de honorários advocatícios em prol da Defensoria Pública, mantendo-se, no mais, incólume o decisum vergastado. Transcorrido in albis o prazo previsto no art. 1.024, caput, do CPC/15, arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Alan Franklin Santos Nunes - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0218452-97.2021.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autor: Jose Osmar Mariano Araujo - Réu: Estado do Ceará - ISSO POSTO, com fundamento no art. 932, III c/c art. 496, §4°, II, do CPC não conheço a Remessa Necessária, mantendo na íntegra o decisório de primeiro grau. Preclusa a presente decisão, dê-se baixa. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator x-03 - Advs: Stefany da Silva Araújo - José Mauro de Melo Escórcio (OAB: 13687/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0050439-15.2020.8.06.0117 - Apelação Cível - Maracanaú - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, na forma do Artigo932, IncisosIVeV, doCódigo de Processo Civil, cumulada com a Súmula 568 do STJ, com base nos dispositivos e Jurisprudência colacionada , conheço da presente Apelação Cível, mas para negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença recorrida em todos os seus termos. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0019533-18.2012.8.06.0151 - Apelação / Remessa Necessária - Quixadá - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá - Apelante: Município de Quixadá - Apelado: Marinaldo Lopes de Oliveira - Em face do exposto, conheço do recurso de apelação e da remessa necessária para negar-lhes provimento, mantendo incólume a sentença recorrida. Publique-se e intimem-se. Decorrido in albis o prazo recursal, encaminhem-se os autos à origem, com baixa na distribuição deste gabinete. Cumpra-se. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Quixadá - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0050415-48.2021.8.06.0053 - Apelação Cível - Camocim - Apelante: Município de Camocim - Apelado: Augusto Carlos Pereira dos Santos - Ante o exposto, em atendimento ao princípio da dialeticidade, bem como em homenagem à jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça e neste Tribunal de Justiça, hei por bem NÃO CONHECER do presente recurso vez que se afigura manifestamente inadmissível, na forma proposta no artigo 932, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada na assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Camocim - Nadjala Karolina da Silva Rodrigues Oliveira e Santos (OAB: 26510/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0036657-34.2012.8.06.0112 - Apelação / Remessa Necessária - Juazeiro do Norte - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte - Apelante: Estado do Ceará - Apelada: Maria Francirene Gomes Costa - Do exposto, reconheço ex officio a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar a presente demanda (art. 64, CPC), razão pela qual suscito o conflito negativo de competência (art. 951, CPC), determinando a remessa dos fólios ao e. Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, inc. I, alínea d), para dirimi-lo. Intimem-se as partes, observadas as prerrogativas processuais inerentes à Fazenda Pública. Publique-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Rodrigo Sampaio de Menezes (OAB: 17285/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0638543-49.2021.8.06.0000 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação - Maracanaú - Requerente: Taho Real Estate Participações Ltda - Requerido: Município de Maracanaú - Ante o exposto, INDEFIRO o pleito de concessão de efeito suspensivo. Diligências legais. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva (OAB: 258491/SP) - Rodrigo Leite de Barros Zanin (OAB: 164498/SP) - Procuradoria Geral do Município de Maracanaú

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000200-34.2004.8.06.0063 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Wedina Pereira da Silva EPP - Apelada: Wedina Pereira da Silva - Diante do exposto, conheço da apelação para negar-lhe provimento, confirmando a sentença recorrida. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Jakson Rodrigues de Souza (OAB: 36809/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000335-61.2013.8.06.0150 - Apelação Cível - Quiterianopolis - Apelante: Município de Quiterianópolis - Apelado: Francisco Vieira Costa - Ante o exposto, por força do efeito translativo do recurso, extingo o processo sem resolução do mérito (art. 485, VI, do CPC) e julgo prejudicado o recurso de apelação pela perda do objeto (art. 932, III, do CPC). Com base no princípio da causalidade, mantenho a condenação do apelante ao pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados na sentença em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, conforme determina o art. 85, § 6º, do CPC. Publique-se. Intimem-se. Decorrido in albis o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de origem, com baixa na distribuição do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator - Advs: Mara Lutiane Alexandre de Lacerda (OAB: 27192/CE) - Raimundo Augusto Fernandes Neto (OAB: 6615/CE) - Esio Rios Lousada Neto (OAB: 18190/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002104-88.2009.8.06.0136 - Apelação Cível - Pacajus - Apelante: Município de Pacajus - Apelada: Reny de Sousa Leitão - DISPOSITIVO Ante o exposto, NÃO SE CONHECE DO RECURSO, conforme dispõe o artigo 932, inciso III, do CPC, eis que inadmissível nos termos da fundamentação retromencionada. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Pacajus - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0007892-42.2017.8.06.0156 - Apelação Cível - Redenção - Apelante: Município de Redenção - Apelado: José Wilton - DISPOSITIVO Ante o exposto, NÃO SE CONHECE DO RECURSO, conforme dispõe o artigo 932, inciso III, do CPC, eis que inadmissível nos termos da fundamentação retromencionada. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Redenção

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0209859-60.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelada: Selma Maria de Oliveira Santiago - Ante o exposto, com fundamento na mais recente jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal, conheço da Apelação Cível para negar provimento, nos termos do art. 932 do CPC e da Súmula 568 do STJ. Expediente necessário. Fortaleza, na data registrada na assinatura eletrônica. - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Carlos Eduardo de Almeida Aires (OAB: 17434/CE) - Priscila Cardoso Queiroz (OAB: 35450/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0160912-04.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Marcio Roberto de Carvalho Araujo - Apelado: Estado do Ceará - Do exposto, com amparo nos arts. 485, inc. V, e 932, III, CPC[2], de ofício, declaro a nulidade da sentença e extingo o processo sem resolução do mérito ante o reconhecimento da litispendência, prejudicado o apelo. Transcorrido in albis o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo, com baixa no sistema respectivo, a fim de que não mais se encontrem vinculados estatisticamente ao meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator - Advs: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0219317-23.2021.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autor: Eduardo de Sousa Farias - Réu: Estado do Ceará - ISSO POSTO, conheço do reexame necessário, porém nego-lhe provimento, mantendo a sentença vergastada em sua totalidade. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Simone Gadelha Ferreira - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0629899-20.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Estado do Ceará - Agravada: Ana Cristina Brito Hortência Batista - ISSO POSTO, nego seguimento ao presente agravo, nos termos do art. 932, inc. III, do Código

de Ritos, tendo-o por prejudicado. Transcorrido in albis o prazo legal, arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Manuel da Silva Venâncio Batista Filho (OAB: 27143/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001325-38.2019.8.06.0119 - Apelação Cível - Maranguape - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Francisca Janaina Andrade Cosmo - ISTO POSTO, conheço do presente Recurso de Apelação, dando-lhe provimento, modificando em parte a sentença a quo apenas para excluir a condenação em honorários advocatícios em desfavor do apelante. Transcorrido in albis o prazo previsto no art. 1024, caput, do CPC/15, arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários Fortaleza, 22 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Renata Maria Andrade Cosmo - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0068658-33.2016.8.06.0112 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Município de Juazeiro do Norte - Apelada: Maria das Graças Lima Bezerra - ISTO POSTO, considerando tratar-se de demanda envolvendo a responsabilidade solidária dos entes federados na prestação de assistência à saúde (Tema 793) e fornecimento de medicamentos e tratamentos não incluídos na lista do SUS (Tema 106), com arrimo no nos termos do art. 932, V, a, do CPC, conheço do presente recurso para negar-lhe provimento, mantendo a sentença recorrida. Majoro os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento), ante o comando do art. 85, §11, do CPC. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se. Comunique-se o presente decisum ao magistrado de planície. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Juazeiro do Norte - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000742-22.2018.8.06.0173 - Remessa Necessária Cível - Tianguá - Impetrante: Alexandro Cardozo da Silva - Impetrado: Secretária Municipal de Administração de Tiangua - Impetrado: Prefeito Municipal de Tianguá - ISTO POSTO, conheço do reexame obrigatório mas apenas para negar-lhe seguimento. Sem honorários (art. 25, Lei 12.16/09) Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Anderson de Amarante Dantas (OAB: 30672/CE) - Procuradoria Geral do Município de Tianguá

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0630838-68.2019.8.06.0000 - Tutela Antecipada Antecedente - Juazeiro do Norte - Requerente: Estacionamento Zona Azul Cariri Ltda - Requerido: Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação do Municipio de Juazeiro do Norte - Requerido: R2 Sistema Eireli - Requerido: Serttel Soluções em Mobilidade e Segurança Urbana Ltda. - Requerido: Sinal Vida Dispositivos de Segurança Viária Ltda - ISSO POSTO, reconheço a ausência superveniente do interesse recursal da parte requerente em face do julgamento dos autos principais. Custas processuais, se houver, pela parte promovente. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Rahamon Freire de Sousa Bezerra (OAB: 34296/CE) - Jose Alcantara Matos Filho (OAB: 17857/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001497-61.2019.8.06.0092 - Remessa Necessária Cível - Independência - Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Independência - Autor: Ministério Público do Estado do Ceará - Réu: Estado do Ceará - Réu: Município de Independência - ISSO POSTO, nos termos do art. 932, IV a do CPC/2015, conheço do reexame necessário, porém nego-lhe provimento, mantendo a sentença a quo. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Independência

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002526-70.2019.8.06.0182/50001 - Embargos de Declaração Cível - Viçosa do Ceará - Embargante: Município de Viçosa do Ceará - Embargada: Moara Morais Neres - Dessa feita, não atendido o pressuposto de apontamento de eventual omissão, contradição ou obscuridade impõem-se o não conhecimento dos presentes Embargos de Declaração. Preclusa a presente decisão, dê-se baixa à origem. Exp. Nec. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Viçosa do Ceará - Carlos Alberto Castro Monteiro (OAB: 8704/CE) - Valesca Belchior de Oliveira (OAB: 39669/CE) - Cynara Maria Rodrigues Monteiro (OAB: 8880/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002549-16.2019.8.06.0182/50001 - Embargos de Declaração Cível - Viçosa do Ceará - Embargante: Município de Viçosa do Ceará - Embargado: Ivanilson Ramos Rodrigues da Silva - Dessa feita, não atendido o pressuposto de apontamento de eventual omissão, contradição ou obscuridade impõem-se o não conhecimento dos presentes Embargos de Declaração. Preclusa a presente decisão, dê-se baixa à origem. Exp. Nec. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Município de Viçosa do Ceará - Valesca Belchior de

Oliveira (OAB: 39669/CE) - Carlos Alberto Castro Monteiro (OAB: 8704/CE) - Cynara Maria Rodrigues Monteiro (OAB: 8880/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0632620-42.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Santa Quitéria - Agravante: Superintendência de Obras Públicas - SOP - Agravado: Município de Catunda - ISSO POSTO, notório o não cabimento do recurso de agravo de instrumento quanto à decisão recorrida, ensejando a inadmissibilidade nos termos do art. 932, III c/c art. 1015 do CPC/2015. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Catunda

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001077-56.2008.8.06.0055 - Apelação Cível - Canindé - Apelante: Município de Canindé - Apelada: Maria do Rosário Araújo Pedrosa Ximenes - ISSO POSTO, com fundamento no art. 932, III do CPC, bem como na jurisprudência deste Sodalício e na manifestação do STJ em sede de recursos repetitivos, não conheço do presente recurso, declarando prejudicada a análise do seu mérito, mantendo assim a sentença monocrática. Transcorrido in albis o prazo recursal, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Procuradoria Geral do Municipio de Canindé

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0054497-26.2020.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apelante: Antonio Venancio do Nascimento - Apelado: Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Caucaia - AMT - DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento na mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal de Justiça, reformo a sentença para julgar procedentes os pedidos formulados nos embargos à execução, pelo que aplico a presente modalidade de julgamento monocrático, conforme dispõe o artigo 932, do CPC/2015 c/c Enunciado da Súmula nº 568/STJ. Em razão do provimento do apelo, inverto o ônus sucumbencial, devendo este ser arcado pela parte ora apelada. Decorrido o prazo recursal sem que nada tenha sido apresentado pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas de acompanhamento processual e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza,data de assinatura digital. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Caucaia - AMT

TJCENEXE - Direito Público - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0639118-57.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: José Alexandre Brasileiro de Oliveira. Advogado: Rodrigo Aderaldo Miranda (OAB: 27518/CE). Advogada: Larissa Lima de Oliveira (OAB: 40485/CE). Agravado: Fundação Regional de Saúde do Estado do Ceará (FUNSAUDE). Despacho: - Desse modo, intime-se o agravante para, no prazo de 15 (quinze) dias, coligir aos fólios os elementos comprobatórios da sua hipossuficiência, para embasar a concessão da gratuidade da justiça, sob pena de indeferimento do requerimento, ou, caso prefira, para realizar desde já o pagamento do preparo. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator

Total de feitos: 1

2ª Câmara de Direito Público

DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Público

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0039245-17.2016.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: M. P. do E. do C. - Apelado: M. A. A. F. - - Destarte, determino a redistribuição dos autos ao órgão competente, na forma de estilo. Fortaleza, dia e hora registrados no sistema. Maria Iraneide Moura Silva Desembargadora Relatora - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0620754-03.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Barbalha - Agravante: A. M. M. R. R. P. V. M. de S. - Agravado: Estado do Ceará - Agravado: Município de Barbalha - - ISTO POSTO, concedo o efeito suspensivo ativo ao presente Agravo de Instrumento, no sentido de suspender a decisão interlocutória que determinou a emenda à inicial para a inclusão da União no feito. Comunique-se ao Juízo de origem o teor desta decisão; intimem-se os agravados para que, no prazo de 15 (quinze) dias, respondam ao recurso; empós, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral de Justiça, tudo em conformidade com o artigo 1.019 do Novo Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADORA MARIA IRANEIDE MOURA SILVA Relatora - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Barbalha

Nº 0620880-53.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aracati - Agravante: Município de Aracati - Agravada: Alzira Gomes

dos Santos Queiroz - - ISSO POSTO, denego o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento. Comunique-se se ao Juízo de origem o teor desta decisão; intime-se a parte agravada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, responda ao recurso; dê-se vista dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, tudo em conformidade com o artigo 1.019 do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADORA MARIA IRANEIDE MOURA SILVA Relatora - Advs: Procuradoria Geral do Municipio de Aracati - Natália dos Santos Queiroz Feitosa - Joyce de Sena Lima (OAB: 45218/CE)

Nº 0620911-73.2022.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Pedro Paulo Alves de Lira - Impetrado: Estado do Ceará - Impetrado: Fundação Getúlio Vargas - - EX POSITIS, defiro o pleito liminar nos moldes preconizados no art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, determinando que as autoridades coatoras designem nova data para o impetrante submeter-se ao Teste de Aptidão Física (TAF). Notifiquem-se, com urgência, as autoridades coatoras (SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS), bem como cientifique-se o órgão de representação do Estado do Ceará, nos moldes preconizados no art. 7º, incisos I e II, da Lei nº 12.016/2009. Cumpridas as determinações retro, à manifestação da douta Procuradoria-Geral de Justiça, à luz do estabelecido no art. 12 da Lei nº 12.016/2009. Comunique-se com URGÊNCIA. Empós, voltem-me conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, dia e hora registrados no sistema. Desembargadora MARIA IRANEIDE MOURA SILVA Relatora - Advs: Marcos Antonio de Carvalho Lima (OAB: 39704/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

TJCENEXE - Direito Público - 2ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

2ª Câmara Direito Público

0629440-91.2016.8.06.0000/50002 - Agravo Interno Cível. Agravante: Antonia Vieira Ferreira. Agravante: Jucilaine Vieira Ferreira. Agravante: Joab Vieira Ferreira. Agravante: Juciany Viera Ferreira. Agravante: Gislaine Vieira Ferreira Barbosa. Agravante: Jucifranci Vieira Ferreira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Hernande Machado de Souza. Agravado: Antonio de Moura. Advogado: Marcos da Silva Bruno (OAB: 14379/CE). Advogado: Thiago Maia Nunes (OAB: 17465/CE). Despacho: - R.H. Intimem-se os agravados para, querendo, manifestarem-se acerca do recurso de fls. 01/10, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.021, §2º, do Código de Processo Civil de 2015. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE Relator

0639094-29.2021.8.06.0000/50001 - Agravo Interno Cível. Agravante: Estado do Ceará. Agravante: Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A. Advogado: Hélio Siqueira Júnior (OAB: 62929/RJ). Advogado: Eduardo Romanelli Guaglini (OAB: 13258B/CE). Despacho: - Diante do fundamento inovador alegado pelos agravantes, quanto ao não conhecimento da postulação de urgência no plantão judiciário de primeiro grau, e da inexistência de tais peças nos autos digitais, intimem-se para fazerem a respectiva juntada. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. FRANCISCO GLADYSON PONTES Relator

0701076-76.2000.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Associação dos Aposentados Fazendários Estaduais do Ceará - AAFEC. Advogado: Marcello Mendes Batista Guerra (OAB: 18285/CE). Advogado: Patrício Wiliam Almeida Vieira (OAB: 7737/CE). Despacho: - R.H. Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se acerca do recurso de fls. 01/09, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.021, §2º, do Código de Processo Civil de 2015. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE Relator

Total de feitos: 3

3ª Câmara de Direito Público

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Público

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000199-68.2014.8.06.0202Apelação Cível. Apelante: Antonio Arruda Sampaio. Advogado: Oreilly Gabriel do Nascimento (OAB: 25533/CE). Apelado: Município de Moraújo. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Moraújo. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL POR FALTA DE PROVAS. NECESSÁRIA PRODUÇÃO DE PROVA ESSENCIAL PARA COMPROVAÇÃO DO DIREITO ALEGADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 355 DO CPC. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.I. O BOJO DA DEMANDA, ORA EM APREÇO, CINGE-SE EM VERIFICAR A VALIDADE DA SENTENÇA QUE JULGOU O PEDIDO DA PARTE AUTORA IMPROCEDENTE POR FALTA DE PROVAS.II. COMO SE SABE, CONSOANTE O ART. 355 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O JULGAMENTO ANTECIPADO DO PROCESSO DEVE OCORRER NOS CASOS EM QUE NÃO SE MOSTRE NECESSÁRIA A INSTRUÇÃO PROBATÓRIA, OU SEJA, QUANDO TODA A PROVA NECESSÁRIA PARA A SOLUÇÃO DA QUESTÃO FOR TRAZIDA PELAS PARTES OU NO CASO DE REVELIA.III. UMA VEZ QUE A QUESTÃO DISCUTIDA EM SEDE RECURSAL GIRA EM TORNO DO DIREITO DO APELANTE AO RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM PERÍODO NOTURNO, O QUE LHE DARIA DIREITO, EM TESE, AO RECEBIMENTO DE ADICIONAL NOTURNO PARA

GARANTIA DE PERCEPÇÃO DE VALOR SUPERIOR AO DIURNO, COMO PRECONIZA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TEM-SE NO CASO DOS AUTOS QUE A NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO CAUSOU EVIDENTE PREJUÍZO À PARTE AUTORA. IV. A PROVA DOCUMENTAL NÃO RESTOU SUFICIENTE PARA A COMPROVAÇÃO DE SEU DIREITO, TAMPOUCO PARA SE CONSTATAR A AUSÊNCIA DESTE. OBSERVA-SE QUE AS FOLHAS DE PONTO DO AUTOR (FLS. 126 A 1357) APRESENTADAS PELA MUNICIPALIDADE NÃO SÃO CAPAZES DE ATESTAR O SEU HORÁRIO DE TRABALHO, POSTO QUE NELAS É POSSÍVEL VISUALIZAR TÃO SOMENTE A FREQUÊNCIA, MAS NÃO A HORA DE ENTRADA OU SAÍDA EM QUE CUMPRIA A SUA CARGA HORÁRIA LABORAL. DESTE MODO, PATENTE SE EVIDENCIA A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA INSCULPIDO NO ART. 5º, LV , DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. V. O JULGAMENTO PREMATURO DO FEITO IMPEDIU A EFETIVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO PELO APELANTE, CONFERINDO-SE A NULIDADE DA SENTENÇA ADVERSADA POR CERCEAMENTO DE DEFESA, TENDO EM VISTA QUE O DIRIGENTE PROCESSUAL ENTENDEU POR BEM PROFERIR, DE FORMA IMEDIATA, O ATO SENTENCIAL, IGNORANDO O PEDIDO REALIZADO PELO AUTOR DE FORMA EXPRESSA EM SUA EXORDIAL PARA A PRODUÇÃO DESSA MODALIDADE PROBATÓRIA. VI. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DA APELAÇÃO CÍVEL, PARA LHE DAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0000242-79.2017.8.06.0111Apelação Cível. Apelante: Município de Jijoca de Jericoacoara. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Jijoca de Jericoacoara. Apelada: Vanusia Teixeira de Albuquerque. Apelado: Rogerio dos Santos Albuquerque. Advogado: Fridtjof Chrysostomus Dantas Alves (OAB: 215190/CE). Apelada: Priscila Neikys do Nascimento. Apelado: Isaias Brandão Magalhães. Apelada: Maria das Graças de Vasconcelos Albuquerque. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA EM ATIVIDADE. LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS. CONVERSÃO EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. O RECURSO BUSCA REVER A SENTENÇA NA PARTE QUE DETERMINOU QUE “CASO NÃO SEJA CONCEDIDA A LICENÇA-PRÊMIO, FICA O MUNICÍPIO OBRIGADO A CONVERTER O BENEFÍCIO EM PECÚNIA”, APESAR DE ESTAREM TODOS OS SERVIDORES EM PLENA ATIVIDADE.II. URGE, DE ANTEMÃO, PERSCRUTAR O DIREITO DOS DEMANDANTES, SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS, E NESSA CONDIÇÃO, GOZAR DO DIREITO À LICENÇA-PRÊMIO NA FORMA DA LEI MUNICIPAL Nº 096/2000, QUE INSTITUIU O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JIJOCA DE JERICOACOARA, EM SEU ARTIGO 89.IV. QUANTO A “IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DE LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA, SOB PENA DE AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA, UMA VEZ QUE ESTARIA SENDO CRIADA VANTAGEM PECUNIÁRIA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA SEM AMPARO CONSTITUCIONAL”, HÁ DE SE LEVAR EM CONTA QUE ASSISTE RAZÃO AO MUNICÍPIO. É QUE A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DESTA CORTE DE JUSTIÇA, A PAR DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, NOTADAMENTE O STJ, TEM ADOTADO O ENTENDIMENTO DE QUE O SERVIDOR PÚBLICO SOMENTE PASSA A TER DIREITO À CONVERSÃO DA LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA QUANDO DA SUA APOSENTADORIA, CONFORME A SÚMULA 51 DO TJCE, SEGUNDO A QUAL “É DEVIDA AO SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO A CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO”. PRECEDENTES.V. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0000469-96.2019.8.06.0144Apelação / Remessa Necessária. Apelante: Município de Pentecoste. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Pentecoste. Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pentecoste. Apelada: Antonia Lima Moura. Apelada: Francisca Leilane Duarte de Castro. Apelada: Vera Lúcia da Rocha Guimarães. Apelada: Ida Maria Ferreira Guimarães. Apelada: Ana Celia dos Santos Abreu. Apelada: Hozenir Ferreira Silva de Melo. Apelada: Rosemeiry Pereira Cabral. Apelada: Francisca Kélia Gomes de Araújo Torres. Apelada: Lidiany Martins de Souza Henrique. Apelada: Raimunda Bazil de Moura. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. MUNICÍPIO DE PENTECOSTE. LICENÇA-PRÊMIO. INSTITUIÇÃO VÁLIDA DE TAL VANTAGEM APENAS COM A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 809/2017. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO ANTERIORMENTE PRESTADO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS NORMAS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.1. TRATA O CASO DE REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO MUNICÍPIO DE PENTECOSTE BUSCANDO A REFORMA DE SENTENÇA EM QUE O JUÍZO A QUO O CONDENOU, EM SEDE DE AÇÃO ORDINÁRIA, À CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS, COM FULCRO NO ART. 81-A DA LEI Nº 809/2017.2. PARA A CONCESSÃO DE TAL VANTAGEM, NÃO É POSSÍVEL, CONTUDO, A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO ANTERIORMENTE À ENTRADA EM VIGOR DA REFERIDA LEI (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PENTECOSTE), DADA A INEXISTÊNCIA, ATÉ ENTÃO, DE REGULAMENTAÇÃO VÁLIDA EM ÂMBITO LOCAL.3. ORA, É LIÇÃO COMEZINHA E CONSAGRADA NO DIREITO PÁTRIO QUE AS LEIS, EM REGRA, SOMENTE DISPÕEM PARA O FUTURO (PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS NORMAS), SENDO A RETROATIVIDADE EXCEÇÃO QUE, COMO TAL, NÃO SE PRESUME.4. ASSIM, PARA QUE PUDESSE PRODUZIR EFEITOS SOBRE FATOS ANTERIORES À SUA VIGÊNCIA (07/03/2017), ERA PRECISO QUE A LEI Nº 809/2017 TIVESSE SIDO CLARA EM RELAÇÃO À SUA RETROATIVIDADE, O QUE, PORÉM, NÃO ACONTECEU.5. DIANTE DISSO, É POSSÍVEL CONCLUIR QUE NENHUM DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NA DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO, TINHA ADQUIRIDO DIREITO À FRUIÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO, O QUE SÓ OCORRERÁ EM 07/03/2022, OU SEJA, 05 (CINCO) ANOS DEPOIS DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 809/2017.6. DEVE, ENTÃO, SER REFORMADA A SENTENÇA E, CONSEQUENTEMENTE, JULGADA TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 487, INCISO I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.- PRECEDENTES.- REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO.- APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.- SENTENÇA REFORMADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL

Nº 0000469-96.2019.8.06.0144, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO REEXAME NECESSÁRIO E DA APELAÇÃO INTERPOSTA, PARA DAR PROVIMENTO A ESTA ÚLTIMA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022.DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0000589-61.2004.8.06.0049Apelação / Remessa Necessária. Apelante: Município de Beberibe. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Beberibe. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Beberibe. Apelado: Jose Aparicio Colaço. Advogada: Adrea Karinne Monteiro da Silva Lima Carvalho (OAB: 32999/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA IMPOSTA PELO EXTINTO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA AÇÃO POR ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO. CRÉDITO PERTENCE AO ENTE PÚBLICO CUJO PATRIMÔNIO FOI ATINGIDO. TEMA 642 DO STF. NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. ART. 926 DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1 TRATA-SE DE APELAÇÃO MANEJADA CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO POR ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE PARA A AÇÃO EXECUTIVA, QUE TEM POR ESCOPO COBRAR MULTA APLICADA AO EX-GESTOR MUNICIPAL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ.2 O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, APRECIANDO O TEMA N. 642 DE REPERCUSSÃO GERAL, ALTEROU O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA E FIXOU A SEGUINTE TESE: "O MUNICÍPIO PREJUDICADO É O LEGITIMADO PARA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO DECORRENTE DE MULTA APLICADA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL, EM RAZÃO DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO MUNICIPAL. (STF, PLENÁRIO, SESSÃO VIRTUAL DE 3.9.2021 A 14.9.2021)."3- DIANTE DO RECENTE JULGAMENTO, O POSICIONAMENTO DESTA E. CORTE DEVE SER ALTERADO, DEVENDO AS DECISÕES SE AMOLDAREM AO POSICIONAMENTO DO STF, ESPECIALMENTE PORQUE O ATUAL DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL IMPÕE QUE OS TRIBUNAIS DEVEM UNIFORMIZAR A SUA JURISPRUDÊNCIA PARA MANTÊ-LA ESTÁVEL, INTEGRA E COERENTE (ART. 926 DO CPC), PARA ALÉM DE OBSERVAREM OS JULGAMENTOS DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS, CONFORME DISPÕE O ART. 927, INCISO III, DO CPC. 4 DESSA FORMA, PODE-SE CONCLUIR QUE O MUNICÍPIO DE BEBERIBE DETÉM A TITULARIDADE DO ALUDIDO CRÉDITO, TENDO EM VISTA QUE O CRÉDITO PERTENCE AO ENTE PÚBLICO CUJO PATRIMÔNIO FOI ATINGIDO, RAZÃO PELA QUAL SE IMPÕE A REFORMA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.5 RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO ACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE. FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJORELATOR

0001107-68.2019.8.06.0035Apelação / Remessa Necessária. Apelante: Município de Aracati. Procurador: Procuradoria Geral do Municipio de Aracati. Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Aracati. Apelado: Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Aracati- Sind Aracati. Advogado: Francisco Igleuvan da Silva (OAB: 25948/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECRETOS QUE SUSPENDERAM O PAGAMENTO DE ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARACATI. REVOGAÇÃO DE TAIS ATOS NORMATIVOS NO CURSO DA LIDE. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, § 5º, DA LEI Nº 12.016/2009 C/C ART. 485, INCISO VI, DO CPC/2015. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.1. EM EVIDÊNCIA, REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL, BUSCANDO A REFORMA DE SENTENÇA EM QUE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA, CONCEDEU A ORDEM REQUESTADA NO WRIT. 2. NO PRESENTE CASO, FOI A AÇÃO MANDAMENTAL PROPOSTA PELO SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARACATI - SINDARACATI, QUESTIONANDO A VALIDADE DOS DECRETOS NºS 023/2019 E 024/2019, EM QUE O CHEFE DO EXECUTIVO TERIA DETERMINADO A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO PELO IPM DE APOSENTADORIAS E PENSÕES QUE TIVESSEM SEUS VALORES ACIMA DO TETO PREVISTO PARA RGPS.3. ORA, É LIÇÃO COMEZINHA E CONSAGRADA NO DIREITO QUE SOMENTE HÁ QUE SE FALAR EM UTILIDADE DO PROCESSO, ENQUANTO PERMANECER A NECESSIDADE DA TUTELA JUDICIAL E O INTERESSE DA PARTE EM OBTÊ-LA.4. NESSE CONTEXTO, O ADVENTO DA LEI Nº 443/2019, SUSTANDO, NO CURSO DA LIDE (05/06/2019), OS EFEITOS DOS DECRETOS NºS 023/2019 E 024/2019, DESDE QUE FORAM PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL (30/04/2019), FEZ COM QUE ESTE PROCESSO PERDESSE A UTILIDADE POR COMPLETO, IMPONDO-SE, ASSIM, SUA IMEDIATA EXTINÇÃO, POR PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE DE AGIR.5. DESTARTE, NÃO MAIS HAVENDO, NA PRÁTICA, NENHUMA UTILIDADE A SER ALCANÇADA, DEVE SER O FEITO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 6º, § 5º, DA LEI Nº 12.016/2009 C/C ART. 485, VI, DO CPC/2015.- PRECEDENTES.- REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO.- APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.- PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001107-68.2019.8.06.0035, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO REEXAME NECESSÁRIO E DA APELAÇÃO INTERPOSTA, PARA DAR PROVIMENTO A ESTA ÚLTIMA, A FIM DE EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 6º, § 5º, DA LEI Nº 12.016/2009 C/C ART. 485, INCISO VI, DO CPC/2015, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0001409-10.2018.8.06.0043Apelação Cível. Apelante: Samara Gonçalves Siqueira da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Município de Barbalha. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Barbalha. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. TUTELA DA SAÚDE. AÇÃO ORDINÁRIA. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA. FERTILIZAÇÃO IN VITRO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE RISCO À SAÚDE OU DE QUALQUER OUTRA CIRCUNSTÂNCIA PARA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DA PACIENTE EM DETRIMENTO DA FILA DE ESPERA DO SUS. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA ISONOMIA E DA EQUIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE, NO PRESENTE CASO, DE APELAÇÃO CÍVEL, ADVERSANDO SENTENÇA EM QUE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU

CONCLUIU PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO QUE BUSCAVA A CONDENAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ E DO MUNICÍPIO DE BARBALHA A FORNECER TRATAMENTO DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA (FERTILIZAÇÃO IN VITRO).2. ORA, NÃO SE OLVIDA QUE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À SAÚDE E AO PLANEJAMENTO FAMILIAR, PREVISTOS EXPRESSAMENTE NA CF/88, SÃO GARANTIDOS A TODOS, DEVENDO A ADMINISTRAÇÃO ADOTAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA CONCRETIZÁ-LOS.3. ENTRETANTO, POR SE TRATAREM DE QUESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NÃO PODE O JUDICIÁRIO INTERVIR, SALVO EXCEPCIONALMENTE, PARA FINS DE ASSEGURAR A PROTEÇÃO INDISPENSÁVEL AOS CIDADÃOS, QUANDO EVIDENCIADO QUE A AÇÃO OU OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO É TOTALMENTE DESARRAZOADA, MALFERINDO O MÍNIMO EXISTENCIAL.4. O QUADRO FÁTICO RETRATADO NOS AUTOS NÃO AUTORIZA A CONCLUSÃO DE QUE A ADMINISTRAÇÃO TENHA INDEVIDAMENTE SE RECUSADO A FORNECER O TRATAMENTO DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA (FERTILIZAÇÃO IN VITRO).5. O QUE HOUVE, NA VERDADE, É QUE NÃO FOI DEMONSTRADA A EXISTÊNCIA DE RISCO À SAÚDE OU DE QUALQUER OUTRA CIRCUNSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA, NA ESPÉCIE, PARA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DA PACIENTE EM DETRIMENTO DAS DEMAIS QUE SE ENCONTRAM ATUALMENTE ESPERANDO NA FILA DO SUS, NAS MESMAS CONDIÇÕES.6. ADEMAIS, COMO BEM LEMBRADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, A FERTILIZAÇÃO IN VITRO É UM MÉTODO CONCEPTIVO REALIZADO EM POUCOS HOSPITAIS PÚBLICOS DO BRASIL, INEXISTINDO PROVAS DE QUE A PACIENTE TENHA EFETUADO SEU PRÉVIO CADASTRADO PARA TANTO.7. DESSE MODO, PROCEDEU ACERTADAMENTE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, QUANDO CONCLUIU PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO, DEVENDO SUA SENTENÇA SER INTEGRALMENTE CONFIRMADA POR ESTE TRIBUNAL.- PRECEDENTES.- APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001409-10.2018.8.06.0043, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, MAS PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO TOTALMENTE INALTERADA A SENTENÇA PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0002665-22.2018.8.06.0064Apelação Cível. Apelante: Antonio Beserra de Morais Neto. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/CE. Proc. Jurídico: Francisco Eimar Carlos dos Santos Júnior (OAB: 22466/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO (“PASSE LIVRE”). NÃO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI 12.568/96. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.1. CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE APELAÇÃO CÍVEL, BUSCANDO A REFORMA DE SENTENÇA ORIUNDA DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA/CE, QUE CONCLUIU PELA IMPROCEDÊNCIA DE AÇÃO ORDINÁRIA.2. FOI DEVOLVIDA A ESTE TRIBUNAL A DISCUSSÃO SOBRE SE ASSISTE OU NÃO AO AUTOR/APELANTE O DIREITO À CONCESSÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO, DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.568/96.3. PELO QUE SE EXTRAI DA LITERALIDADE DA NORMA, A MERA CONDIÇÃO DE DEFICIENTE FÍSICO OU DE HEMOFÍLICO NÃO É, POR SI SÓ, SUFICIENTE PARA QUE O CIDADÃO POSSA DESFRUTAR DO BENEFÍCIO (“PASSE LIVRE”).4. TAMBÉM SE MOSTRA NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DE QUE SUA RENDA FAMILIAR PER CAPITA É INFERIOR A 1/4 (UM QUARTO) DO SALÁRIO-MÍNIMO POR MÊS, O QUE, PORÉM, NÃO RESTOU EVIDENCIADO NO PRESENTE CASO.5. DIANTE DO QUE, FORÇOSO É CONCLUIR, ENTÃO, QUE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EM SEU FAVOR, ABSOLUTAMENTE, NÃO SE FAZ POSSÍVEL, SOB PENA DE INDEVIDA OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.6. PERMANECEM, PORTANTO, TOTALMENTE INABALADOS OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA DE, IMPONDO-SE SUA CONFIRMAÇÃO POR ESTE TRIBUNAL- PRECEDENTES.- APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002665-22.2018.8.06.0064, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO INALTERADA A SENTENÇA PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0003037-84.2018.8.06.0091Apelação Cível. Apelante: Jaide Martins Evangelista. Advogada: Mayara Bernardes Antero (OAB: 23604/CE). Apelado: Município de Iguatu. Procurador: Procuradoria do Município de Iguatu. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PERSEGUIÇÃO, DESPREZO E MAUS TRATOS NO AMBIENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGUATU EM DANOS MATERIAIS E MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE APELAÇÃO CÍVEL, ADVERSANDO SENTENÇA EM QUE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU CONSIDEROU TOTALMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS MOVIDA POR SERVIDOR PÚBLICO EM FACE DO MUNICÍPIO DE IGUATU.2. É CEDIÇO QUE, NOS TERMOS DO ART. 37, § 6º, DA CF/88, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM REGRA, RESPONDE PELOS DANOS QUE VIER A CAUSAR A TERCEIROS, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, INDEPENDENTEMENTE DE DOLO OU CULPA.3. NO PRESENTE CASO, PORÉM, NÃO SE ENCONTRA DESENHADO UM QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO QUE PERMITA AO PODER JUDICIÁRIO IMPOR AO MUNICÍPIO DE IGUATU O ÔNUS DE REPARAR OS SUPOSTOS DANOS MORAIS VINDICADOS PELA PARTE.4. EXTRAI-SE DA PROVA CARREADA AOS AUTOS QUE O DESLIGAMENTO DA AUTORA DO HOSPITAL REGIONAL DE IGUATU OCORREU POR ATOS DE INSUBORDINAÇÃO, FALTAS INJUSTIFICADAS E NÃO CUMPRIMENTO DAS NORMAS INTERNAS.5. ASSIM SENDO, UMA VEZ NÃO EVIDENCIADOS OS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO, PROCEDEU COM ACERTO O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU AO DECIDIR PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL.6. PERMANECEM, PORTANTO, INABALADOS OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA, IMPONDO-SE SUA CONFIRMAÇÃO NESTE AZO.- PRECEDENTES.- APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0003037-84.2018.8.06.0091, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE

DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INALTERADA A SENTENÇA PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0004916-28.2017.8.06.0135Apelação Cível. Apelante: Município de Orós. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Orós. Apelado: Espólio de Luiz Pinheiro da Costa. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALENão conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTN. RECURSO DE APELAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. VIGÊNCIA DO ART. 34 DA LEI 6.830/80. APELO NÃO CONHECIDO.1. TRATA O CASO DE EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA COM O OBJETIVO DE EXECUTAR CRÉDITO REGULARMENTE INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA.2. A PRESENTE DEMANDA, POR SE REFERIR A EXECUÇÃO PROPOSTA PELA FAZENDA PÚBLICA, DEVE SE DESENVOLVER SOB O RITO PREVISTO NA LEI 6.830/80 (LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS - LEF).3. O CASO DOS AUTOS, ENTRETANTO, ENVOLVE QUANTIA INFERIOR AO VALOR DE ALÇADA PREVISTO NO ART. 34 DA LEF (50 ORTN), QUE, INCLUSIVE, JÁ FOI CONSIDERADO RECEPCIONADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.4. ASSIM, TORNA-SE PATENTE QUE A INADEQUADA PROPOSITURA DE APELAÇÃO CÍVEL, QUANDO A LEI DISPÕE DE MANEIRA CLARA E ESPECÍFICA QUE O RECURSO CABÍVEL SERIA OS EMBARGOS INFRINGENTES, NÃO PERMITE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE, PORQUANTO TEM-SE NA ESPÉCIE ERRO GROSSEIRO, QUE DESAUTORIZA A INCIDÊNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.- APELAÇÃO NÃO CONHECIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004916-28.2017.8.06.0135, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

Total de feitos: 9

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0005591-54.2014.8.06.0051Apelação Cível. Apelante: Município de Boa Viagem. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Boa Viagem. Apelado: Alternativa - Construções, Serviços, Assessoria, Tercerização de Mão de Obra, Representação e Transportes Ltda. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. LIMINAR. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO NA FORMA DO ART. 485, III, DO CPC. OBRIGATORIEDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. PRESCREVENDO PRAZO PARA PROMOVER O ANDAMENTO DO FEITO, NOS TERMOS DO ART. 485, § 1º DO CPC. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDAI. CINGE-SE A DEMANDA EM ANALISAR RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM EM FACE DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DA REFERIDA MUNICIPALIDADE QUE EXTINGUIU O PROCESSO NOS TERMOS DO ART. 485, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.II. IRRESIGNADO COM DECISUM, O MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM ALEGOU, EM SÍNTESE, QUE, NÃO OBSTANTE A INÉRCIA, SEMPRE DEMONSTROU O INTERESSE DE AGIR, PLEITEANDO, POIS, QUE SEJA REFORMADA A SENTENÇA VERGASTADA PARA QUE LHE SEJA OPORTUNIZADO REQUERER A CITAÇÃO DA EMPRESA PROMOVIDA POR EDITAL. III. O ABANDONO DA CAUSA EVIDENCIA-SE QUANDO A PARTE AUTORA DEIXA DE PROMOVER OS ATOS E DILIGÊNCIAS QUE LHE COMPETEM POR MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS, SENDO IMPRESCINDÍVEL A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA PARA SUPRIR A FALTA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 485, III, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.IV. IN CASU, ANALISANDO OS AUTOS, VERIFIQUEI QUE, MESMO DEPOIS DE INTIMADO PESSOALMENTE SOBRE A SEGUNDA TENTATIVA FRUSTRADA DE CITAÇÃO DA PROMOVIDA, O MUNICÍPIO PERMANECEU INERTE E DEIXOU TRANSCORRER, IN ALBIS, O PRAZO PARA REQUERER A CITAÇÃO POR EDITAL, QUE AGORA ENTENDE NECESSÁRIA.V. PORTANTO, CONCLUI-SE QUE O MAGISTRADO SINGULAR ATENTOU PARA O PROCEDIMENTO PROCESSUAL CORRETO, PROVIDENCIANDO A INTIMAÇÃO DO AUTOR POR MEIO ELETRÔNICO, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (LEI Nº 11.419/2006), QUE EQUIPARA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA À INTIMAÇÃO PESSOAL.VI. DESSA FORMA, ANTE A INÉRCIA DO PROMOVENTE, SOBREVEIO A SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ABANDONO DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 485, III, § 1º, DO CPC.VII. ASSIM, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, UMA VEZ QUE RESTOU CLARO O COMPORTAMENTO DESIDIOSO DO MUNICÍPIO, O QUAL DEIXOU DE ATENDER À INTIMAÇÃO E DE CUMPRIR ATO QUE LHE COMPETIA, CUJO EXERCÍCIO POSTERIOR E, FRISE-SE, INTEMPESTIVO, NÃO TEM O CONDÃO DE SANAR VÍCIO PROCESSUAL CUJOS EFEITOS JÁ SE CONCRETIZARAM. VIII. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0005998-25.2014.8.06.0095Apelação Cível. Apelante: Município de Ipu. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Ipu. Apelado: Hedelita Nogueira Vieira - EIRELI. Advogado: Francisco Charles Queiroz de Souza (OAB: 19633/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. DESCONSTITUIÇÃO DO TÍTULO. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO À COISA JULGADA. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. I. O CERNE DA QUESTÃO ESTÁ NA DISCUSSÃO, EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO, SOBRE A POSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL, DECORRENTE DE AÇÃO MONITÓRIA QUE RECONHECEU VÁLIDA, EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE IPU, A PRETENSÃO DA EMBARGADA AO RECEBIMENTO DE R$ 34.558,27 (TRINTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E SETE

CENTAVOS), EM DECORRÊNCIA DO INADIMPLEMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE AS PARTES, NO QUAL A EMPRESA EMBARGADA SERIA RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE MUNICIPAL EM JORNAIS LOCAIS E NACIONAIS.II. EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, O ENTE MUNICIPAL PROPÔS EMBARGOS À EXECUÇÃO, ALEGANDO A EXISTÊNCIA DE VÍCIO RELATIVO À FASE DE CONHECIMENTO, QUAL SEJA, A INEXISTÊNCIA DE PROVA ESCRITA DA OBRIGAÇÃO, APTA A EMBASAR O AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA, REQUERENDO, POIS, A DESCONSTITUIÇÃO DO TÍTULO. O JUÍZO SINGULAR REFUTOU ESTA ALEGAÇÃO, AFIRMANDO QUE A REABERTURA DA INSTÂNCIA, EM TAIS CONDIÇÕES, IMPORTARIA EM FAZER LETRA MORTA A REGRA CONSTITUCIONAL QUE PROTEGE A COISA JULGADA, ISSO PORQUE TAL PRETENSÃO DEVERIA TER SIDO DEDUZIDA EM SEDE DE EMBARGOS MONITÓRIOS, CUJA INTERPOSIÇÃO OPORTUNA NÃO ACONTECEU, PELO QUE FOI DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO O TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL, CUJO CUMPRIMENTO AGORA SE EXIGE.III. DIANTE DO ALEGADO PELA MUNICIPALIDADE, NÃO VISLUMBRO A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA COISA JULGADA E DA SEGURANÇA JURÍDICA, DOS FUNDAMENTOS E DITAMES DO TÍTULO JUDICIAL, ORA EM DEBATE. IV. NO CASO, TENDO A SENTENÇA DA AÇÃO MONITÓRIA, PASSADA EM JULGADO, ESTABELECIDO OS LIMITES DA OBRIGAÇÃO EXEQUENDA, NÃO CABE AO EXECUTADO, ORA APELANTE, PRETENDER REDISCUTIR O MÉRITO DA CAUSA POR ESTA VIA, ALEGANDO VÍCIO NA CONSTITUIÇÃO DO TÍTULO, MATÉRIA QUE DEVERIA TER SIDO ARGUIDA EM MOMENTO OPORTUNO, POR MEIO DE EMBARGOS MONITÓRIOS, CUJO EXERCÍCIO PODERIA, EVENTUALMENTE, TER SATISFEITO A SUA PRETENSÃO.V. PORTANTO, PARA RESGUARDAR A COISA JULGADA, QUE, DIGA-SE, FAZ LEI ENTRE AS PARTES, REVESTINDO-SE, POIS, DE IMUTABILIDADE, ENTENDO INADMISSÍVEL A REDISCUSSÃO ACERCA DO MÉRITO DA CAUSA, DEVENDO O TÍTULO SER EXIGIDO E CUMPRIDO NOS EXATOS TERMOS DA SENTENÇA QUE O CONSTITUIU.VI. ADEMAIS, SOBRE A ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO, ENTENDO SER, TAMBÉM, ESTE ARGUMENTO INSUSCETÍVEL DE PROSPERIDADE, UMA VEZ QUE A EXECUÇÃO SE DÁ APENAS PELO VALOR PRINCIPAL DA OBRIGAÇÃO, OU SEJA, PELO VALOR NOMINAL ESTAMPADO NO MANDADO MONITÓRIO, SEM O ACRÉSCIMO DE CORREÇÃO MONETÁRIA OU JUROS DE MORA, RESPEITADOS, ESTRITAMENTE, OS LIMITES ESTABELECIDOS POR DECISÃO JUDICIAL, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR, PORTANTO, EM EXCESSO. ACERTADA, ASSIM, A DECISÃO DO MAGISTRADO A QUO, QUE MERECER SER MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS.VII. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0007232-89.2018.8.06.0131Apelação Cível. Apelante: Deodato Ramalho Advogados Associados. Advogado: Deodato José Ramalho Neto (OAB: 15895/CE). Apelada: Maria de Fatima Viana Silveira. Advogado: Felipe Fonteles de Sousa (OAB: 33649/CE). Advogado: Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE). Apelado: Município de Mulungu. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Mulungu. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORejeitaram a preliminar, para, no mérito, negar provimento ao recurso conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO TÁCITO DE PEDIDO INSTRUTÓRIO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MÉRITO. ACORDO COLETIVO PARA RATEIO DO FUNDEF (PRC141358-CE) FEITO POR INTERMÉDIO DE SINDICATO, COM ASSESSORIA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. HONORÁRIOS. ADVOGADO CONTRATADO EXCLUSIVAMENTE PELO SINDICATO. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONTRATUAL ENTRE FILIADO SUBSTITUÍDO E O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. ASSEMBLEIA GERAL QUE NÃO SUPRE A NECESSIDADE DE EXPRESSA AUTORIZAÇÃO. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.I. A CONTROVÉRSIA EM TELA CINGE-SE EM AVALIAR A OBRIGAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM DESTINAR QUANTIA REFERENTE A 20% (VINTE POR CENTO) DO SEU CRÉDITO, DECORRENTE DO RATEIO DO FUNDEF (PRC141358-CE), AO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA CONSIGNADO, EM FACE DE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CELEBRADO ENTRE O ESCRITÓRIO E O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MULUNGU, TENDO EM VISTA QUE O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PRESTOU ASSESSORIA NA REALIZAÇÃO DA AVENÇA QUE DESTINOU PARTE DO PRECATÓRIO AOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO.II. INICIALMENTE, ANALISA-SE A PRELIMINAR SUSCITADA PELO APELANTE, NO TOCANTE AO INDEFERIMENTO TÁCITO DA PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. APLICA-SE, AO CASO EM EPÍGRAFE, O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR, CONSUBSTANCIADO NO ART. 131 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, REAVIVADO NO ART. 371 DO NCPC, PELO QUAL, SE JÁ ESTIVER CONVENCIDO DA VERDADE DOS FATOS, TORNA-SE DESNECESSÁRIA A PRODUÇÃO DE PROVAS QUE, NO ENTENDER DO MAGISTRADO (DESTINATÁRIO FINAL DA PROVA), NÃO EXERCERIAM INFLUÊNCIA NO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA, SITUAÇÃO PRESENTE NOS AUTOS SOB APRECIAÇÃO. PRELIMINAR AFASTADA. III. AINDA PRELIMINARMENTE, O APELANTE SUSCITA QUE NÃO FOI DESIGNADA A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ADUZINDO QUE SE TRATA DE MAIS UM MOTIVO PARA A ANULAÇÃO DA SENTENÇA, DEVENDO SER, PORTANTO, DETERMINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. TEM-SE QUE A NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, PARA QUE ENSEJE QUALQUER NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS, DEVE VIR ACOMPANHADA DA PROVA DO EFETIVO PREJUÍZO CAUSADO ÀS PARTES, O QUE NÃO OCORREU NOS PRESENTES AUTOS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.IV. NO CASO DOS FÓLIOS, O APELANTE ALEGA QUE DESDE O INÍCIO DE 2016 PRESTA ASSESSORIA JURÍDICA AO SINDICATO QUE REPRESENTA A CATEGORIA DOS PROFESSORES DE MULUNGU, QUANTO À DEMANDA PARA O RECEBIMENTO DO PERCENTUAL DE 60% (SESSENTA POR CENTO) DAS DIFERENÇAS DO ANTIGO FUNDEF. DESSE MODO, FOI CELEBRADO JUNTO AO MUNICÍPIO DE MULUNGU ACORDO PARA PAGAMENTO DO PERCENTUAL ACIMA CITADO. SALIENTA AINDA, QUE FOI AVENÇADO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS JUNTO AO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MULUNGU. DE FATO, O REFERIDO CONTRATO ENCONTRA-SE ANEXADO AOS AUTOS E PREVÊ PERCENTUAL DE 20% (VINTE POR CENTO) EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO ESCRITÓRIO APELANTE, EM CASO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL OU JUDICIAL COM O MUNICÍPIO.V. NÃO OBSTANTE A PREVISÃO CONTRATUAL, UM DOS BENEFICIÁRIOS DO RATEIO RECUSOU-SE A DESTINAR QUANTIA REFERENTE A 20% DO SEU CRÉDITO, DECORRENTE DO RATEIO DO PRECATÓRIO DO FUNDEF (PRC141358-CE), AO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA APELANTE, O QUAL PRESTOU ASSESSORIA AO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MULUNGU NA CELEBRAÇÃO DO ACORDO.VI. DE FATO, ASSISTE RAZÃO AO BENEFICIÁRIO, TENDO EM VISTA QUE O CONTRATO CELEBRADO EXCLUSIVAMENTE ENTRE O SINDICATO E O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA NÃO VINCULA OS FILIADOS. AINDA QUE TENHA HAVIDO ASSEMBLEIA, DISCUTINDO O PERCENTUAL DOS HONORÁRIOS, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO COM O FILIADO. PRECEDENTES DO SUPERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS.VII. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0007815-83.2010.8.06.0154/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Transnordestina Logística S/A. Advogada: Juliana de Abreu Teixeira (OAB: 13463/CE). Embargado: Município de Quixeramobim. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Quixeramobim. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. ARROMBAMENTO E DESTRUIÇÃO DE ATERRO DE LINHA FÉRREA. SUPOSTA INTERVENÇÃO INDEVIDA NO LOCAL REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSALIDADE. CONDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DANOS MATERIAIS. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO JULGADOR. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJ/CE. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. TRATA-SE, NO PRESENTE CASO, DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO DESTA 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO TJ/CE QUE, EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL, MANTEVE INALTERADA A SENTENÇA PELA TOTAL IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS MOVIDA PELA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S/A EM FACE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM/CE. 2. O DECISUM VERGASTADO ENFRENTOU DEVIDAMENTE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES TRAZIDAS AOS AUTOS, COM A FUNDAMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO DESLINDE DA CAUSA.3. COM EFEITO, OS SUPOSTOS "VÍCIOS" ORA APONTADOS PELA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S/A REVELAM, NA VERDADE, O MANIFESTO PROPÓSITO DE REDISCUTIR O RESULTADO DA LIDE, SOB O VIÉS DOS PRÓPRIOS INTERESSES.4. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PORÉM, TÊM POR FINALIDADE A INTEGRAÇÃO OU ACLARAMENTO DA DECISÃO, SENDO INADMISSÍVEL SUA OPOSIÇÃO, PARA REDISCUSSÃO DE MATÉRIAS APRECIADAS E RESOLVIDAS PELO ÓRGÃO JULGADOR (SÚMULA Nº 18 DO TJ/CE).5. ASSIM, NÃO SE CONSTATANDO, NO ACÓRDÃO, AS OMISSÕES APONTADAS PELO EMBARGANTE, IMPÕE-SE O DESPROVIMENTO DOS SEUS ACLARATÓRIOS, OS QUAIS, COMO DITO, NÃO SE PRESTAM À REFORMA DO REFERIDO DECISUM.6. AUSENTES OS VÍCIOS INSERTOS NO ART. 1.022 DO CPC, TORNA-SE DESPICIENDA A DECLARAÇÃO REQUERIDA PELO ESTADO DO CEARÁ, PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0007815-83.2010.8.06.0154/50000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, ENTRETANTO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0008021-87.2011.8.06.0049Apelação Cível. Apelante: Município de Beberibe. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Beberibe. Apelado: Renato Facó Lima. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO DA CAUSA POR MAIS DE 30 DIAS. ART. 485, III, DO CPC. DECISÃO SURPRESA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DA PARTE EXEQUENTE PARA DAR SEGUIMENTO AO FEITO, SUPRINDO A FALTA APONTADA EM 5 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 485, § 1º, DO CPC. 1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA À AFERIÇÃO DO ACERTO DA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO COM BASE NO ART. 485, III, DO CPC, SOB O FUNDAMENTO DE QUE TERIA HAVIDO O ABANDONO DA CAUSA, PELA PARTE AUTORA, POR LAPSO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS.2. FAZ-SE IMPERIOSO O EXAME DA LIDE À LUZ DO COMANDO DO ART. 485, § 1º, DO CPC, SEGUNDO O QUAL A EXTINÇÃO DO FEITO POR FORÇA DE ABANDONO DA CAUSA DEPENDE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE, A FIM DE QUE POSSA SUPRIR A FALTA NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, O QUE NÃO OCORREU NA ESPÉCIE. 3. DESTARTE, TEM-SE QUE A INOBSERVÂNCIA DA REFERIDA EXIGÊNCIA IMPLICA A ANULAÇÃO DA SENTENÇA E O CONSEQUENTE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. 4. APELO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

0010720-64.2014.8.06.0043/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargada: Maria Dionizia dos Santos Sousa. Advogada: Mariana de Almeida Laert Lago (OAB: 27126/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. PENSÃO POR MORTE CONCEDIDA PROVISORIAMENTE À VIÚVA DE EX-POLICIAL MILITAR. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO PELO ESTADO DO CEARÁ. DEVER DE PAGAMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, DEFINITIVAMENTE, EM VALOR CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DA REMUNERAÇÃO DO INSTITUIDOR. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO JULGADOR. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJ/CE. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. TRATA-SE, NO PRESENTE CASO, DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO QUE, EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL, MANTEVE SENTENÇA PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, QUE CONDENOU O ESTADO DO CEARÁ AO PAGAMENTO DA PENSÃO POR MORTE DEVIDA À VIÚVA DE EX-POLICIAL MILITAR, DEFINITIVAMENTE, EM VALOR CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DA REMUNERAÇÃO DO INSTITUIDOR, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.2. O DECISUM VERGASTADO ENFRENTOU DEVIDAMENTE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES TRAZIDAS AOS AUTOS, COM A FUNDAMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO DESLINDE DA CAUSA.3. COM EFEITO, AS SUPOSTAS "OMISSÕES" APONTADAS PELO ESTADO DO CEARÁ, EM SUAS RAZÕES, REVELAM, NA VERDADE, O

MANIFESTO PROPÓSITO DE REDISCUTIR O RESULTADO DA LIDE, SOB O VIÉS DOS PRÓPRIOS INTERESSES.4. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PORÉM, TÊM POR FINALIDADE A INTEGRAÇÃO OU ACLARAMENTO DA DECISÃO, SENDO INADMISSÍVEL SUA OPOSIÇÃO, PARA REDISCUSSÃO DE MATÉRIAS APRECIADAS E RESOLVIDAS PELO ÓRGÃO JULGADOR (SÚMULA Nº 18 DO TJ/CE).5. ASSIM, NÃO SE CONSTATANDO, NO ACÓRDÃO, AS OMISSÕES APONTADAS PELO EMBARGANTE, IMPÕE-SE O DESPROVIMENTO DOS SEUS ACLARATÓRIOS, OS QUAIS, COMO DITO, NÃO SE PRESTAM À REFORMA DO REFERIDO DECISUM.6. AUSENTES OS VÍCIOS INSERTOS NO ART. 1.022 DO CPC, TORNA-SE DESPICIENDA A DECLARAÇÃO REQUERIDA PELO ESTADO DO CEARÁ, PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010720-64.2014.8.06.0043/50000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, ENTRETANTO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA E. RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0010852-50.2012.8.06.0154/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Quixeramobim. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517A/CE). Embargado: Município de Quixeramobim. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Quixeramobim. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. ALEGADA INTEMPESTIVIDADE DO APELO. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA, ADEMAIS, DE REEXAME NECESSÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJCE. RECURSO NÃO PROVIDO.1. NO CASO, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTA 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO QUE, POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO REEXAME NECESSÁRIO E DA APELAÇÃO ANTERIORMENTE MANEJADA, REFORMANDO A SENTENÇA PROFERIDA EM 1º GRAU DE JURISDIÇÃO.2. O DECISUM EMBARGADO ENFRENTOU DEVIDAMENTE AS QUESTÕES FÁTICAS TRAZIDAS AOS AUTOS, COM A FUNDAMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO DESLINDE DA CAUSA.3. A APELAÇÃO INTERPOSTA PELO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM FOI APRESENTADA ANTES MESMO DO INÍCIO DO PRAZO RECURSAL, CONTADO DA REMESSA DOS AUTOS À PROCURADORIA, CONFORME DETERMINADO PELO JUÍZO A QUO, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 183, §1º DO CPC.4. ADEMAIS, AINDA QUE SE ENTENDESSE PELA INTEMPESTIVIDADE DO APELO, HÁ REEXAME NECESSÁRIO (ART. 14, §1º DA LEI Nº 12.016/2009) QUE PERMITE A AMPLA APRECIAÇÃO DO CASO POR ESTA INSTÂNCIA AD QUEM.5. OS ACLARATÓRIOS, CUJO OBJETIVO É A INTEGRAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA, NÃO SERVEM COMO MEIO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ JULGADA (SÚMULA 18 DO TJCE).- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010852-50.2012.8.06.0154/50000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E REJEITAR O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0014092-69.2019.8.06.0035/50000Agravo Interno Cível. Agravante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA MONOCRÁTICA QUE DECIDIU REEXAME NECESSÁRIO E APELO. TUTELA DA SAÚDE. DEMANDA AJUIZADA EM FACE DO ESTADO DO CEARÁ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PAGAMENTO EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 421 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.- TRATA O CASO DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL, AO APRECIAR DEMANDA AJUIZADA EM FACE DO ESTADO DO CEARÁ, DEIXOU DE FIXAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL.- É PACÍFICO O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE NÃO SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À DEFENSORIA PÚBLICA QUANDO ESTA ATUA CONTRA A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO À QUAL PERTENÇA.- SENDO ASSIM, CONSIDERANDO QUE NA HIPÓTESE EM APREÇO A DEMANDA QUE BUSCAVA OBTER A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DE PESSOA HIPOSSUFICIENTE FORA AJUIZADA CONTRA O ESTADO DO CEARÁ, IRRETOCÁVEL A DECISÃO MONOCRÁTICA RECORRIDA, QUE APLICOU À ESPÉCIE A SÚMULA 421 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.- AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.- DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AGRAVO INTERNO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0014092-69.2019.8.06.0035/50000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INALTERADA A DECISÃO RECORRIDA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0017175-56.2016.8.06.0049Apelação Cível. Apelante: Município de Beberibe. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Beberibe. Apelada: Raimunda Paula C. da Silva. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. APLICAÇÃO DO ART. 485, INCISO III, DO CPC. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA POR MEIO DO PORTAL ELETRÔNICO. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240 DO STJ E DO ART. 40 DA LEF. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA COM O OBJETIVO DE REFORMAR A SENTENÇA DE MÉRITO QUE EXTINGUIU A EXECUÇÃO FISCAL, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, III, DO CPC, ANTE O SUPOSTO ABANDONO DE CAUSA PELA FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE.2. FAZ-SE IMPERIOSO O EXAME DA LIDE À LUZ DO COMANDO DO ART. 485, § 1º, DO CPC, SEGUNDO O QUAL A EXTINÇÃO DO FEITO POR FORÇA DE ABANDONO DA CAUSA DEPENDE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE, A FIM DE QUE POSSA SUPRIR A FALTA NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, O QUE NÃO OCORREU NA ESPÉCIE. 3. DESTARTE, TEM-SE QUE A INOBSERVÂNCIA DA REFERIDA EXIGÊNCIA IMPLICA A ANULAÇÃO DA SENTENÇA E O CONSEQUENTE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. 4. APELO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE

JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.RELATOR

0019672-25.2016.8.06.0055Apelação Cível. Apelante: Município de Canindé. Procurador: Procuradoria Geral do Municipio de Canindé. Apelada: Janaerly Silva Braga. Advogado: José Maria da Silva Araújo (OAB: 12716/CE). Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ. CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. NÃO VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. NULIDADE DECRETADA. PAGAMENTO DE FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO E SEU TERÇO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA DE “SUCESSIVAS E REITERADAS RENOVAÇÕES E/OU PRORROGAÇÕES” CONTRATUAIS. TEMA 551 STF. VENCIMENTOS ATRASADOS. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUALQUER FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO VINDICADO NOS AUTOS. ÔNUS DA PROVA DO ENTE PÚBLICO. PAGAMENTO DEVIDO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.1. NO CASO, APELAÇÃO CÍVEL OBJETIVANDO REFORMAR SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO QUE DECIDIU PELA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL.2. NO PRESENTE CASO, É INCONTROVERSO QUE AS PARTES CELEBRARAM ENTRE SI CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, QUE É ORDINÁRIA E PERMANENTE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. NÃO HÁ, POIS, QUE SE FALAR EM NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO EXCEPCIONAL, IMPONDO-SE A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE TAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, POR MANIFESTA VIOLAÇÃO À REGRA DO CONCURSO PÚBLICO (CF/88, ART. 37, II).3. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL, FIXOU A TESE 551 NO SENTIDO DE QUE: “SERVIDORES TEMPORÁRIOS NÃO FAZEM JUS A DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E FÉRIAS REMUNERADAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL, SALVO (I) EXPRESSA PREVISÃO LEGAL E/OU CONTRATUAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, OU (II) COMPROVADO DESVIRTUAMENTO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM RAZÃO DE SUCESSIVAS E REITERADAS RENOVAÇÕES E/OU PRORROGAÇÕES”. (RE 1066677, RELATOR(A): MARCO AURÉLIO, RELATOR(A) P/ ACÓRDÃO: ALEXANDRE DE MORAES, TRIBUNAL PLENO, JULGADO EM 22/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJE-165 DIVULG 30-06-2020 PUBLIC 01-07-2020).4. APLICANDO-SE O TEMA AO CASO CONCRETO, PERCEBE-SE QUE A PARTE AUTORA NÃO SATISFEZ AOS REQUISITOS ACIMA MENCIONADOS, UMA VEZ QUE, EM QUE PESE A NULIDADE CONTRATUAL, NÃO FICARAM EVIDENCIADAS AS “SUCESSIVAS E REITERADAS RENOVAÇÕES E/OU PRORROGAÇÕES” CONTRATUAIS, BEM COMO NÃO SE TEM NOTÍCIA DE PREVISÃO LEGISLATIVA NESTE SENTIDO, AFASTANDO-SE, DESTA FORMA, O DIREITO À PERCEPÇÃO DE DÉCIMO TERCEIRO, FÉRIAS E SEU TERÇO CONSTITUCIONAL.5. ENTRETANTO, COM RELAÇÃO AS SUPOSTAS VERBAS ATRASADAS DOS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO, O ENTE MUNICIPAL NÃO APRESENTOU OS COMPROVANTES DE QUITAÇÃO, OU, AINDA, QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS APTOS A EXTINGUIR, IMPEDIR OU MODIFICAR O DIREITO VINDICADO.6. DESTE MODO, NÃO TENDO O RÉU SE DESINCUMBIDO DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO, FORÇOSO É O RECONHECIMENTO DO DIREITO DA AUTORA À PERCEPÇÃO DE TAIS VERBAS REMUNERATÓRIAS.- APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.- SENTENÇA REFORMADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0019672-25.2016.8.06.0055, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022.DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

Total de feitos: 10

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0026655-48.2016.8.06.0117Remessa Necessária Cível. Autor: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú. Ré: Paulina Sombra Braga. Réu: Município de Maracanaú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Maracanaú. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETOConheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA CONTRA PARTICULAR E O ENTE PÚBLICO MUNICIPAL. EMPREENDIMENTO COMERCIAL FUNCIONANDO EM SITUAÇÃO IRREGULAR E EM DESACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS ATINENTES. CESSAÇÃO DE ATIVIDADES, EM ESPECIAL QUE ENVOLVAM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IMPROCEDÊNCIA EXCLUSIVAMENTE DO PEDIDO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS COLETIVOS. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO ADSTRITO AO CAPÍTULO DE IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DOS DANOS MORAIS COLETIVOS. SENTENÇA MANTIDA. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. I. É CABÍVEL A REMESSA NECESSÁRIA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA ANALISAR UM DOS PEDIDOS JULGADOS IMPROCEDENTES PELA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO ART. 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.717/65 (LEI DA AÇÃO POPULAR), COM BASE NO MICROSSISTEMA DE TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS. II. SABE-SE QUE A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL, DIFERENTEMENTE DA RESPONSABILIDADE DO DIREITO CIVIL, NÃO VISA À SATISFAÇÃO DE UM PARTICULAR, MAS DE GRUPOS INDETERMINADOS DE PESSOAS QUE DEPENDEM DAS CONDIÇÕES NATURAIS PARA SOBREVIVÊNCIA. ISSO SEMPRE DEVE SER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO NA RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE CAUSADOR DO DANO, VISTO QUE SE TRATA DE DIREITO PÚBLICO, COM CARÁTER NOTADAMENTE COLETIVO.III. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL, COMO SE INFERE DO ART. 14, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 6.938/81, É OBJETIVA, ISTO É, NÃO HÁ QUE SE PROVAR CULPA DO POLUIDOR, PARA SUA CARACTERIZAÇÃO, HÁ QUE COMPROVAR SOMENTE O EVENTO DANOSO, A CONDUTA LESIVA E O NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E A CONDUTA LESIVA DO POLUIDOR.IV. NO CASO EM TELA, EM QUE PESE A DEMANDADA TENHA EXERCIDO ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE FORMA IRREGULAR, VIOLANDO NORMAS DE NATUREZA AMBIENTAL E ADMINISTRATIVA, BEM COMO CONFIGURADA A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO RÉU POR OMISSÃO, ANTE A NÃO FISCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL EM REFERÊNCIA ACERCA DA REGULARIDADE DO EXERCÍCIO DE TAIS ATIVIDADES, NÃO SE VERIFICA, NOS PRESENTES AUTOS, ELEMENTO QUE DEMONSTRE A EFETIVA OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, A COMPREENDER, POR CONSEGUINTE, O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE AS CONDUTAS DOS

RÉUS E EVENTUAIS DANOS SUPORTADOS PELA POPULAÇÃO AFETADA.V. NOUTRA PERSPECTIVA, SABE-SE QUE, PARA EFEITOS DE DANO MORAL COLETIVO É PRECISO QUE O FATO TRANSGRESSOR SEJA DE RAZOÁVEL SIGNIFICÂNCIA A ULTRAPASSAR OS LIMITES TOLERÁVEIS, O QUE NÃO RESTOU DEMONSTRADO NO CASO SOB REEXAME.VI. REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE CONHECIDA E NÃO PROVIDA, NA EXTENSÃO EM QUE CONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, EM CONHECER PARCIALMENTE DA REMESSA NECESSÁRIA, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0031946-28.2012.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelado: Alves e Delmiro Indústria e Comércio de Confecções Ltda. Apelado: S.j. 17 Indústria de Modas Ltda. Apelado: Grand Textil Ltda. Apelado: Phoenix Indstria e Comercio de Confecções Ltda. Advogado: Ramiro Távora Viana (OAB: 18339/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. VERBA HONORÁRIA ESTABELECIDA COM BASE NA APRECIAÇÃO EQUITATIVA EM FAVOR DO ESTADO DO CEARÁ. INEXISTÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO. VALOR DA CAUSA MUITO BAIXO. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA À DISCUSSÃO ACERCA DO MONTANTE ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO ESTADO DO CEARÁ. O CASO CONCRETO ENVOLVE DEFERIMENTO LIMINAR DE PLEITO DE LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS PELO FISCO ESTADUAL, SEGUIDO DE PEDIDO DE DESISTÊNCIA FORMULADO PELO AUTOR, FUNDADO NA AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE PROCESSUAL, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELO JUÍZO DE ORIGEM, CULMINANDO NA EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA, NO MONTANTE DE R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS). 2. NESSES TERMOS, REVELA-SE ACERTADA A APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PREVISTOS NO § 8º DO ART. 85 DO CPC, PORQUANTO INEXISTENTE O PROVEITO ECONÔMICO E IRRISÓRIO O VALOR DA CAUSA. ASSIM, TEM-SE QUE A APRECIAÇÃO EQUITATIVA DEVE CONSIDERAR O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, CONSOANTE SE EXTRAI DO ART. 85, § 2º, DO DIPLOMA PROCESSUAL. 3. NA ESPÉCIE, IMPÕE-SE A MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA PARA O PATAMAR DE R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS), POR REPRESENTAR QUANTIA QUE OSTENTA A NECESSÁRIA APTIDÃO PARA BEM REMUNERAR O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA PROCURADORIA ESTADUAL, EM ATENÇÃO À EQUIDADE E ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA. PRECEDENTES DO TJCE.4. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

0050103-45.2020.8.06.0041Apelação Cível. Apelante: Maria Socorro de Araújo Sousa. Advogada: Aila Maira Rodrigues Xavier (OAB: 21995/CE). Apelado: Município de Aurora. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Aurora. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORA APOSENTADA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. HIPÓTESE DE VACÂNCIA PREVISTA NO ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE AURORA. PRETENSÃO DE REINGRESSO AO MESMO CARGO SEM SUBMISSÃO A NOVO CONCURSO PÚBLICO. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO EXPRESSO PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL (TEMA 1150). IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. SENTENÇA MANTIDA. 1. O CERNE DA QUESTÃO EM DEBATE DIZ RESPEITO À REGULARIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE EXTINGUIU O VÍNCULO DA SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE AURORA APÓS APOSENTADORIA ESPONTÂNEA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS.2. O EXAME DOS AUTOS PERMITE AFERIR QUE A PARTE APELANTE, NA QUALIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA SUBMETIDA A REGIME ESTATUTÁRIO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 002/2010- ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE AURORA/CE, BUSCA A REINTEGRAÇÃO AO CARGO QUE OCUPAVA ANTES DA SUA APOSENTADORIA ESPONTÂNEA, BEM COMO O PAGAMENTO DAS PARCELAS NÃO PAGAS DURANTE O PERÍODO DE AFASTAMENTO, SOB A ARGUMENTAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PROVENTOS PAGOS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS COM VENCIMENTOS PERCEBIDOS PELA CONTINUIDADE NO MESMO CARGO. 3. NESSE CONTEXTO, TENHO QUE A SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS NÃO MERECE QUALQUER REPARO, NA MEDIDA EM QUE, A DESPEITO DA POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA COM REMUNERAÇÃO DO CARGO, DENTRO DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 37, § 10, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - O QUE NÃO SE VERIFICA NO PRESENTE CASO -, A PRETENSÃO AUTORAL ESTÁ IGUALMENTE RELACIONADA À PERMANÊNCIA DA SERVIDORA NO MESMO CARGO, O QUAL FOI CONSIDERADO VAGO APÓS APOSENTADORIA.4. CUMPRE CONSIGNAR, POR OPORTUNO, QUE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE AUTORA ESTABELECE, EM SEU ART. 31, INCISO V, A APOSENTADORIA COMO HIPÓTESE DE VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO, DE SORTE QUE SE MANIFESTA INVIÁVEL O REINGRESSO DA SERVIDORA NAS CONDIÇÕES PLEITEADAS, SOB PENA DE VIOLAÇÃO À EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO, CONFORME PREVISÃO DO ART. 37, II, DA CF/88.5. ESSE ENTENDIMENTO REVELA-SE EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, QUE, AO JULGAR O MÉRITO DO RE 1302501 (TEMA 1150), EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL, TRATOU DE FIXAR A TESE RELATIVA AO SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, COM PREVISÃO DE VACÂNCIA DO CARGO EM LEI LOCAL, NÃO TER DIREITO A SER REINTEGRADO AO MESMO CARGO NO QUAL SE APOSENTOU OU NELE MANTER-SE, POR VIOLAÇÃO À REGRA DO CONCURSO PÚBLICO E À IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS E REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR EM ATIVIDADE. 6. APELO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

0050378-19.2021.8.06.0086Apelação / Remessa Necessária. Apelante: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de

Horizonte. Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. SAÚDE. NECESSIDADE DE INTERNAÇÃO EM LEITO DE UTI. LAUDO MÉDICO COMPROVA. CONDENAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA DESTINADA À DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. ÓRGÃOS INTEGRANTES DA MESMA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. SÚMULA Nº 421 DO STJ. PRECEDENTES JULGADOS SOB A SISTEMÁTICA DE RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DESPROVIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. REEXAME NECESSÁRIO E APELO DESPROVIDOS.1.DE ACORDO COM O ART. 196 DA LEI MAIOR, A SAÚDE É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, CABENDO A TODOS OS ENTES FEDERATIVOS, SOLIDARIAMENTE, ADOTAREM MEDIDAS PREVENTIVAS E PALIATIVAS VISANDO COMBATER AS DOENÇAS E FORNECER AOS SEUS PORTADORES OS TRATAMENTOS DE QUE PRECISAM.2.COMPULSANDO OS AUTOS, MAIS PRECISAMENTE O LAUDO MÉDICO DE PÁG. 15, VISUALIZEI QUE O AUTOR DEU ENTRADA NA UNIDADE UPA HORIZONTE, COM DIAGNÓSTICO DE SARS-COV-2/COVID-19, BEM COMO SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE, COM QUADRO DE DISPNEIA E HIPOSSATURAÇÃO IMPORTANTE, SENDO INDICADO SUPORTE DE OXIGÊNIO POR ALTO FLUXO. PACIENTE PORTADOR DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA, E DEVIDO PIORA DO QUADRO CLÍNICO, FOI PROCEDIDO COM INTUBAÇÃO OROTRAQUEAL, E AGUARDA TRANSFERÊNCIA PARA UTI, EM ESTADO GRAVÍSSIMO. ENCONTRA-SE INSERIDO NA CENTRAL DE LEITOS DO ESTADO, SEM PREVISÃO DE VAGAS, E SE ENCONTRA NA CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE 01.3. NO CASO, É MANIFESTA A IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, VISTO QUE AMBOS INTEGRAM A MESMA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. ESSA SITUAÇÃO CONFIGURA A DENOMINADA “CONFUSÃO”, QUE SE DÁ QUANDO NA MESMA PESSOA SE CONFUNDEM AS QUALIDADES DE CREDOR E DEVEDOR, CIRCUNSTÂNCIA QUE ENSEJA EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO (CC, ART. 381).4. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 421 DO STJ E DE PRECEDENTES JULGADOS SOB A SISTEMÁTICA DE RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS (TEMAS 128, 129 E 433). MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. PREVALÊNCIA DA ORIENTAÇÃO FIRMADA NA CORTE SUPERIOR. MESMA COMPREENSÃO AMPLAMENTE ADOTADA NA AMBIÊNCIA DO TJCE.5. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO REEXAME NECESSÁRIO E DO APELO, PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

Total de feitos: 4

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0051575-33.2020.8.06.0154Apelação Cível. Apelante: Maria Marcília Páscoa Barroso. Apelante: Adriana Candido da Silva. Apelante: Alyce Pimentel de Oliveira. Apelante: Ana Celia Siqueira Rabelo. Apelante: Ana Karina Gomes da Silva. Apelante: Ana Márcia de Miranda Menezes. Apelante: Ana Paula Alves Ribeiro. Apelante: Anapuana Menezes Matias. Apelante: Antonia Alinne Lima de Souza. Apelante: Antonia Dayanne Pereira Cordeiro. Apelante: Antonia Eliane Pereira dos Santos. Apelante: Aurinete Saboia de Holanda. Apelante: Cátia Rodrigues Maciel. Apelante: Cláudia Maria Ivo Mouta. Apelante: Eveline Ferreira da Silva. Apelante: Fenícia Galdino Medeiros Patrício. Apelante: Flávia Maria de Almeida Tavares. Apelante: Francisca Cláudia Ferreira Cassiano. Apelante: Francisca Gardenia Lima. Apelante: Francisca Luiza Alves da cunha. Apelante: Francisca Telma leonel de Sousa. Apelante: Germana Maria Gomes Lemos. Apelante: Hortência de Fátima Maciel Rodrigues. Apelante: Joselandia Bezerra do Carmo. Apelante: Julia Fernanda Alves de sousa. Apelante: Kerlly Meire Martins Acelino. Apelante: Lidiane da Silva de Aquino. Apelante: Liliane de Oliveira. Apelante: Luana de Sousa Lima. Apelante: Lúcia de Fátima Caetano da Silva. Apelante: Lucilandia Pereira da Siqueira. Apelante: Ludimila Nunes Ferreira. Apelante: Luilma Baia da Cunha. Apelante: Luiza Fernanda Benicio de Sousa. Apelante: Magna Maria do Nascimento. Apelante: Mara Suhellen Rodrigues Lima. Apelante: Maria Aldelice Medeiros de Carvalho. Apelante: Maria Arlene Nobre. Apelante: Maria da Conceição Ribeiro Lemos. Apelante: Maria de Fátima Sarmento. Apelante: Maria Elane Moreira Pinheiro. Apelante: Maria Erbênia Vieira Gonçalves. Apelante: Maria Marcília pascoa Barroso. Apelante: Maria Sandra Soares da Silva. Apelante: Marta Maria Gomes de Almeida. Apelante: Millys Rafaelly Carlos do Nascimento. Apelante: Monaliza de Souza Galdino Medeiros. Apelante: Nagela Maria da Silva. Apelante: Paulo Stênio Pereira Cavalcante. Apelante: Raquel Gomes Viturino. Apelante: Regina Marculino da Silva. Apelante: Regina Paula Nogueira Machado. Apelante: Rejania Martins Fernandes. Apelante: Risoneide Sousa Rodrigues. Apelante: Romana Holanda Maciel Andrade. Apelante: Rosivanda Pinheiro Cavalcante. Apelante: Sheila Cristina Mesquita Lemos. Apelante: Silvanda Vitoriano Pereira da Silva. Apelante: Sonia Maria Moreira da Silva. Apelante: Tamires Angelim de Paiva de Carvalho. Apelante: Tiago de Sousa Silva. Apelante: Tusnelda Maria Benício de sousa. Apelante: Wilton Lemos e Silva. Advogado: Pedro Igor Pimentel Azevedo (OAB: 31391/CE). Advogada: Soleria Goes Alves Camelo (OAB: 29892/CE). Apelado: Município de Quixeramobim. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Quixeramobim. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM OCUPANTES DE CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES EM CONDIÇÕES NOCIVAS. LAUDO ELABORADO POR ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. INDEVIDA A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA.1. EM EVIDÊNCIA, APELAÇÃO CÍVEL, ADVERSANDO SENTENÇA EM QUE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU CONCLUIU PELA IMPROCEDÊNCIA A AÇÃO ORDINÁRIA MOVIDA POR SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM.2. FOI DEVOLVIDA A ESTE TRIBUNAL A DISCUSSÃO EM TORNO DO DIREITO DOS OCUPANTES DOS CARGOS DE “AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE”, AO RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, NO PERCENTUAL DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE SEUS VENCIMENTOS.3. HÁ NOS AUTOS LAUDO ELABORADO, EM 2018, POR ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ATESTANDO AS CONDIÇÕES DE RISCO A QUE ESTÃO SUBMETIDOS OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, E DETERMINANDO GRAUS E PERCENTUAIS DE INSALUBRIDADE.4. E, NAS CONCLUSÕES DO EXPERT, FICOU BEM CLARO QUE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS OCUPANTES DOS CARGOS DE “AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE” NÃO SE ENQUADRAM

ENTRE AQUELAS CONSIDERADAS NOCIVAS, SENDO, PORTANTO, INDEVIDA A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A TAIS SERVIDORES.5. BOM LEMBRAR, NO PONTO, QUE OS AUTORES/APELANTES TIVERAM A OPORTUNIDADE DE SE MANIFESTAR SOBRE O LAUDO ACOSTADO AOS AUTOS, MAS NADA APRESENTARAM QUE PUDESSE INFIRMAR A PRESUNÇÃO DA VERACIDADE QUE MILITA EM FAVOR DOS SUBSÍDIOS INFORMADOS PELO PERITO. 6. ISSO QUER DIZER, ENTÃO, QUE A HIPÓTESE DOS AUTOS ERA, REALMENTE, DE RESOLUÇÃO ANTECIPADA DA LIDE (ART. 355, INCISO I DO CPC/2015), PORQUE NÃO SE MOSTROU NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA EM JUÍZO.7. DIANTE DE TAL PANORAMA, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, IN CASU, TENDO O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, ACERTADAMENTE, CONCLUÍDO PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO, COM BASE NOS DOCUMENTOS TRAZIDOS AO PROCESSO PELAS PARTES, OS QUAIS SE SE APRESENTARAM APTOS PARA A FORMAÇÃO DE SEU LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO, COMO VISTO.8. PERMANECEM, PORTANTO, INABALADOS OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA, IMPONDO-SE SUA CONFIRMAÇÃO.- PRECEDENTES.- APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACORDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0051575-33.2020.8.06.0154, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, MAS PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, CONFIRMANDO A SENTENÇA PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0055040-11.2020.8.06.0167/50000Agravo Interno Cível. Agravante: Município de Sobral. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Sobral. Agravada: Leonilda Pinto Silva. Advogada: Maiza Araújo Fernandes (OAB: 37972/CE). Advogada: Barbara Mendonça Arruda (OAB: 37971/CE). Advogada: Carmem Nazaré de Farias Rocha (OAB: 37786/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM RECURSO DE APELAÇÃO. PACIENTE GRÁVIDA PORTADORA DE LÚPUS ERITEMATOSO E TROMBOFILIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ENTES FEDERADOS. PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. SÚMULA 45 DO TJCE. TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL EM FACE DO MÍNIMO EXISTENCIAL. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA ISONOMIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. I. O BOJO DA DEMANDA EM DEBATE VERSA EM AFERIR SE ASSISTE RAZÃO AO PLEITO DO ENTE MUNICIPAL AGRAVANTE EM REFORMAR DECISÃO MONOCRÁTICA PROLATADA POR ESTA RELATORIA A QUAL CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. II. INICIALMENTE, INSTA ASSEVERAR QUE O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO POR ESTA E. CORTE DE JUSTIÇA É NO SENTIDO DE QUE, REFERENTE À SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES PÚBLICOS NO QUE PERTINE AO ACESSO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, É IRRELEVANTE SE A AÇÃO FOI AJUIZADA CONTRA UM OU TODOS OS ENTES. A UNIÃO, OS ESTADOS, OS MUNICÍPIOS E O DISTRITO FEDERAL POSSUEM LEGITIMIDADE PARA OCUPAR O POLO PASSIVO, PODENDO A AÇÃO SER AJUIZADA EM FACE DE QUALQUER ENTE FEDERATIVO, O QUAL DEVERÁ RESPONDER INTEGRALMENTE PELA OBRIGAÇÃO. III. A PRESENTE AÇÃO FOI INTERPOSTA COM O FITO DE PROTEGER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS - E INDISPONÍVEIS - RELATIVOS À VIDA E À SAÚDE DOS SUBSTITUÍDOS, SENDO TAIS DIREITOS AMPARADOS NAS NORMAS CONJUGADAS DOS ARTIGOS 5º, CAPUT, 6º, 196 E 197, TODOS DA CARTA DA REPÚBLICA, CABENDO, PORTANTO, À PARTE DEMANDADA ASSEGURAR, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO PRESCRITO, O DIREITO À VIDA, PERMITINDO ALIVIAR O SOFRIMENTO E A DOR DE MOLÉSTIA OU ENFERMIDADE SEM CONTROLE, GARANTINDO AO CIDADÃO O DIREITO À SOBREVIVÊNCIA.IV. NESSA ESTEIRA, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA, BEM COMO EM ATENÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA E À SAÚDE, OUTRA NÃO PODE SER A CONCLUSÃO, EM TOTAL HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA, SENÃO AQUELA PELA CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. ADEMAIS, ESTA CORTE DE JUSTIÇA EDITOU SÚMULA ACERCA DO TEMA: “SÚMULA 45: AO PODER PÚBLICO COMPETE FORNECER A PACIENTES TRATAMENTO OU MEDICAMENTO REGISTRADO NO ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMPETENTE, NÃO DISPONIBILIZADO NO SISTEMA DE SAÚDE.”.V. NÃO SE PODE INVOCAR A CLÁUSULA DA RESERVA DO POSSÍVEL AO CASO EM TELA, EIS QUE ESTA DEVE SEMPRE SER ANALISADA EM CONJUNTO COM O MÍNIMO EXISTENCIAL. ASSIM, NESSA ESTEIRA DE RACIOCÍNIO, CHEGA-SE À CONCLUSÃO DE QUE A CLÁUSULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NÃO PODE SER INVOCADA PELO ENTE PÚBLICO COM O FITO DE EXONERAR-SE DO CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, UMA VEZ QUE SOMENTE APÓS O ATENDIMENTO AO MÍNIMO EXISTENCIAL É QUE O PODER PÚBLICO TERÁ AMPLA DISCRICIONARIEDADE PARA EXECUTAR OUTROS SERVIÇOS. E ESSE MÍNIMO EXISTENCIAL, SEGUNDO AS LIÇÕES DE NOSSA FARTA DOUTRINA, REPRESENTA UM UNIVERSO DE PRESTAÇÕES MATERIAIS QUE ASSEGUREM A CADA INDIVÍDUO UMA VIDA COM PADRÕES QUALITATIVOS MÍNIMOS, POSSIBILITANDO, PORTANTO, A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DO SER HUMANO E DOS DEMAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS QUE DESTE DECORREM.VI. DEPREENDE-SE, ASSIM, QUE O MUNICÍPIO DE SOBRAL NÃO PODE, SOB O PRETEXTO DE ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS, DEIXAR DE ASSEGURAR O MÍNIMO EXISTENCIAL À PARCELA DE SUA POPULAÇÃO, MORMENTE À AGRAVADA NA PRESENTE AÇÃO, POIS É EVIDENTE, NO CASO EM TELA, O DESRESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA E À SAÚDE.VII. A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO DÁ-SE PARA ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE QUANDO HÁ OMISSÃO DO PODER PÚBLICO SOB ARGUMENTOS EXCLUSIVAMENTE FINANCEIROS, QUANDO DEVERIAM SER, ANTES DE TUDO, PRIVILEGIADOS, DIREITOS INERENTES A TODO SER HUMANO, PRINCIPALMENTE A PESSOAS ENFERMAS E DESPROVIDAS DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CUSTEAREM OS PRÓPRIOS TRATAMENTOS, PORTANTO, NÃO CONFIGURA, NO CASO EM APREÇO, AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, VIII. OUTROSSIM, NÃO SE TRATA AQUI DE PRIVILÉGIO INDIVIDUAL EM DETRIMENTO DA COLETIVIDADE E NEM VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA, POR SE TRATAR DE DEVER DO ESTADO GARANTIR A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, TUTELANDO ASSIM O DIREITO À SAÚDE, COROLÁRIO DO DIREITO À VIDA DIGNA, COMO JÁ SE TEM AFIRMADO, HAJA VISTA QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DO MESMO MODO QUE ELENCA QUE OS IGUAIS DEVEM SER TRATADOS IGUALMENTE, TAMBÉM ASSEGURA QUE OS DESIGUAIS DEVEM SER TRATADOS DE MANEIRA DIFERENTE, NA MEDIDA DA DESIGUALDADE DE CADA INDIVÍDUO. IX. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022 PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0058301-57.2017.8.06.0112Apelação Cível. Apte/Apdo: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Cícero Ferreira Arrais. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Apte/Apdo: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/CE. Procª. Jurídica: Ana Rachel Magalhaes Mesquita de Oliveira (OAB: 29740/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA. MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. PEDIDO DE ANULAÇÃO. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. VEÍCULO AUTUADO EM LOCALIDADE DISTINTA DA RESIDÊNCIA DO PROPRIETÁRIO. ÔNUS DA PARTE AUTORA. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA ILIDIR A PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. APELAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA. PLEITO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. SÚMULA Nº 421, STJ. PRECEDENTES. PLEITO APELATÓRIO DO DETRAN-CE CONTRA A EXCLUSÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA.I. CINGE-SE, COMO PONTO FULCRAL A SER ENFRENTADO NESTA SEARA RECURSAL EM AFERIR O PLEITO DA APELAÇÃO INTERPOSTA PELO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/CE QUE INTENTA EM REFORMAR A SENTENÇA DO MAGISTRADO EM PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS REQUESTADOS, DECLARANDO A NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO QUESTIONADO E AFASTANDO TODO E QUALQUER ÓBICE JURÍDICO-ADMINISTRATIVO ADVINDO DESTE ATO ANULADO, INCLUSIVE PONTUAÇÃO DA CNH DO REQUERENTE.II. COMPULSANDO OS PRESENTES AUTOS, VERIFICA-SE, INICIALMENTE, EM RECURSO APRESENTADO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ APELO QUANTO AO DISPOSTO EM SENTENÇA CONCERNENTE À AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, SOB O FUNDAMENTO DE QUE HÁ CONFUSÃO ENTRE O CREDOR E DEVEDOR, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA SÚMULA 421 DO STJ. A REFERIDA SÚMULA, CONFORME SE DEPREENDE NO SITE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FOI PUBLICADA NO DJE, EM 11/03/2010, ENCONTRANDO-SE EM PLENO VIGOR. OS TRIBUNAIS PÁTRIOS E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONTINUAM FIRMES NO ENTENDIMENTO DE QUE NÃO SÃO CABÍVEIS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À DEFENSORIA PÚBLICA EM SITUAÇÕES COMO A PRESENTE. DEPREENDE-SE, ASSIM, QUE OS ARGUMENTOS LEVANTADOS PELA INSTITUIÇÃO APELANTE NÃO SÃO SUFICIENTES PARA MODIFICAR, NESSE PONTO, OS CONTORNOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA ORA VERGASTADA.III. É CEDIÇO QUE OS ATOS ADMINISTRATIVOS POSSUEM PRESUNÇÃO IURIS TANTUM, OU SEJA, PRESUNÇÃO RELATIVA, ADMITINDO PROVAS EM CONTRÁRIO AO QUE DISPÕEM. ASSIM, EM VIRTUDE DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, CABE AO INTERESSADO EM ANULAR O REFERIDO ATO ADMINISTRATIVO COMPROVAR VÍCIO NA SUA LAVRATURA. COM EFEITO, OBSERVA-SE QUE A PARTE AUTORA, ORA APELADA PROVOU, DENTRO DAS POSSIBILIDADES QUE ESTAVAM AO SEU ALCANCE, OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO, POSTO QUE COMUNICOU À AUTORIDADE POLICIAL O OCORRIDO TÃO LOGO TOMOU CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO, ASSIM COMO SE VERIFICA QUE RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADO QUE O RECORRIDO ESTAVA TRABALHANDO NA CIDADE DE JUAZEIRO/CE (CERCA DE 150 KM DE DISTÂNCIA DE IGUATU) NO MESMO DIA E HORÁRIO DA AUTUAÇÃO OCORRIDA EM IGUATU, SENDO O QUE BASTA PARA SALVAGUARDAR A SUA PRETENSÃO. IV. EM QUE PESE SER DESNECESSÁRIA A PRESENÇA FÍSICA DO PROPRIETÁRIO PARA COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NO PRESENTE CASO, VERIFICOU-SE, EM CONSULTA REALIZADA PELO PRÓPRIO MAGISTRADO SENTENCIANTE JUNTO AO RENAJUD, A EXISTÊNCIA DE VEÍCULO CUJA PLACA OIP 2545 NA CIDADE DE ICÓ, RATIFICANDO AS ALEGAÇÕES DO AUTOR QUANTO AS ADULTERAÇÕES REALIZADAS NA PLACA PARA TRANSFORMÁ-LA EM OIP 2549, DE SUA PROPRIEDADE, O QUE É SUFICIENTE PARA TORNAR VEROSSÍMIL A ALEGAÇÃO DA APELADA DE CLONAGEM DAS PLACAS DA MOTOCICLETA, AFASTANDO, ASSIM, A RESPONSABILIDADE DA REQUERENTE PELA INFRAÇÃO DISCUTIDA. DESSA FORMA, NO PRESENTE CASO A PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DAS MULTAS FOI ILIDIDA DIANTE DAS DECLARAÇÕES E DAS PROVAS APRESENTADAS PELA AUTORA. ACRESÇA-SE, AINDA, QUE OS REFERIDOS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA REQUERENTE NÃO FORAM INFIRMADOS POR PROVAS TRAZIDAS PELO PROMOVIDO, ORA APELANTE. COM ISSO, RESTOU CORRETA A SENTENÇA PROFERIDA PELO DOUTO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU.V. RECURSOS DE APELAÇÃO CONHECIDOS E IMPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DE APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETORELATOR

0073318-02.2016.8.06.0167Apelação Cível. Apelante: Sindicato das Indústrias de Energia e de Serviços do Setor Elétrico do Ceará - SINDIENERGIA/CE. Advogada: Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa (OAB: 8667/CE). Advogado: Rafael Pereira de Souza (OAB: 11144/CE). Advogada: Debora Maria Teixeira Augusto Lima (OAB: 24991/CE). Apelado: Município de Sobral. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Sobral. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA. TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE ISSQN SOBRE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PRESTADOS À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. POSSIBILIDADE. NÃO APLICAÇÃO DA VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 153, §3º, DA CF/88. PRECEDENTES DO TJ/CE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.1. EM EVIDÊNCIA, APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO SINDIENERGIA/CE, BUSCANDO A REFORMA DE SENTENÇA EM QUE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU CONCLUIU PELA IMPROCEDÊNCIA DE AÇÃO ORDINÁRIA MOVIDA EM FACE DO MUNICÍPIO DE SOBRAL.2. FOI DEVOLVIDA A ESTE TRIBUNAL A DISCUSSÃO SOBRE SE OS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS TERCEIRIZADAS DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA SÃO PASSÍVEIS DE INCIDÊNCIA DE ISSQN, OU ESTÃO CONTEMPLADOS PELA VEDAÇÃO DO ART. 153, §3º, DA CF/88.3. ORA, O § 3º DO ART. 155 DA CF/88 ELIMINA QUALQUER HIPÓTESE DE OUTRO TRIBUTO, ALÉM DO ICMS, INCIDIR EM "OPERAÇÕES RELATIVAS À ENERGIA ELÉTRICA", O QUE ABRANGE TODO O PROCESSO DE FORNECIMENTO DA MERCADORIA, DESDE O PRODUTOR ATÉ O CONSUMIDOR FINAL (GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO).4. ENTRETANTO, EVENTUAIS ATIVIDADES PARALELAS, COMO AQUELAS, V.G., REALIZADAS POR TERCEIROS CONTRATADOS PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SUAS REDES DE TRANSMISSÃO/DISTRIBUIÇÃO, ENTRE OUTRAS, NÃO INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DO ICMS E, DESSA FORMA, SÃO PASSÍVEIS DE INCIDÊNCIA DE ISSQN, SE PREVISTOS NA LISTA ANEXA À LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2003.5. E, PELO CONTEXTO FÁTICO/PROBATÓRIO RETRATADO NOS AUTOS, É EXATAMENTE ESSA A SITUAÇÃO EM QUE SE ENQUADRAM AS EMPRESAS FILIADAS DO SINDIENERGIA/CE, NÃO SUBSISTINDO NENHUMA DÚVIDA, PORTANTO, NO QUE SE REFERE À POSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO E COBRANÇA DO ISSQN SOBRE OS SERVIÇOS QUE PRESTAM, IN CASU, ENQUANTO TERCEIRIZADAS DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA

ELÉTRICA.6. PERMANECEM, ENTÃO, INABALADOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO, IMPONDO-SE SUA CONFIRMAÇÃO NESTE AZO, PORQUANTO HOUVE A CORRETA APLICAÇÃO DO DIREITO AO CASO.- PRECEDENTES.- APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0073318-02.2016.8.06.0167, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, MAS PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO TOTALMENTE INALTERADA A SENTENÇA PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0104627-35.2008.8.06.0001/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procurador: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU). Embargada: Francisca Vania Aragão Abreu Rabelo. Advogada: Roberta Uchôa de Souza (OAB: 9349/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. TERMO INICIAL DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO RATIFICADO PELO STJ NO RESP 1786736/SP. TEMA 862. DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. TEOR DA SENTENÇA MANTIDA. RECURSO APELATÓRIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. NO TOCANTE AO TERMO INICIAL DE PERCEPÇÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE, A MATÉRIA DEVE SER DECIDIDA NOS TERMOS DO JULGAMENTO DO RESP 1729555 / SP (TEMA 862): "O TERMO INICIAL DO AUXÍLIO-ACIDENTE DEVE RECAIR NO DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA QUE LHE DEU ORIGEM, CONFORME DETERMINA O ART. 86, § 2º, DA LEI 8.213/91, OBSERVANDO-SE A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA SÚMULA 85/STJ".2. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.ACÓRDÃO: ACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

Total de feitos: 5

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0115030-77.2019.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Cm 17 Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. Advogada: Samara Silva Barroso Dias (OAB: 5510/CE). Advogada: Ana Carolina Lobo Bandeira (OAB: 25239/CE). Apelado: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA. ATO ADMINISTRATIVO QUE CONSIDEROU INADEQUADA A LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL PARA FINS DE REVENDA E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. EXISTÊNCIA DE NORMA LOCAL ESTABELECENDO DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE POSTOS DE ABASTECIMENTO DENTRO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE. ART. 5º, INCISO III, DA LEI Nº 7.988/96. SITUAÇÃO IRREGULAR CONFIGURADA. EXCEÇÃO AO DIREITO À LIVRE CONCORRÊNCIA. PREVALÊNCIA DOS PRIMADOS DA SEGURANÇA E DA PROTEÇÃO À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA NA ÍNTEGRA.1. TRATA-SE, NO PRESENTE CASO, DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA EMPRESA CM 17 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., BUSCANDO A REFORMA DE SENTENÇA EM QUE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU CONSIDEROU IMPROCEDENTE AÇÃO ORDINÁRIA MOVIDA EM FACE DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE, MANTENDO INALTERADO O ATO ADMINISTRATIVO QUE NÃO CONCEDEU AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE SEU POSTO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEL.2. É INCONTROVERSO NOS AUTOS QUE O ESTABELECIMENTO COMERCIAL DA AUTORA/APELANTE REALMENTE NÃO OBEDECE À DISTÂNCIA MÍNIMA QUE DEVE EXISTIR ENTRE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DENTRO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE, DE ACORDO COM O ART. 5º, INCISO III, DA LEI Nº 7.988/96.3. RESSALTE-SE QUE O SIMPLES FATO DE EXISTIREM OUTROS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS ATUANDO, IRREGULARMENTE, EM CONDIÇÕES SIMILARES, POR SI SÓ, NÃO LHE CONFERE QUALQUER DIREITO, PORQUANTO OS ERROS E VIOLAÇÕES À LEI DEVEM SER REPRIMIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, E NUNCA PRESERVADOS.4. ADEMAIS, A RESTRIÇÃO ESTABELECIDA NO ART. 5º, INCISO III, DA LEI Nº 7.988/96, QUE TRATA DA DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DENTRO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE, ESTÁ INDUBITAVELMENTE EXCLUÍDA DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE Nº 49, NA MEDIDA EM QUE, EM TAL CASO, SOPESANDO OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ENVOLVIDOS, A SEGURANÇA E A PROTEÇÃO À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE PREVALECEM EM RELAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA E À LIVRE INICIATIVA. PRECEDENTES DO STF.5. À LUZ DE TAIS CONSIDERAÇÕES, É AUTORIZADA A CONCLUSÃO DE QUE O ATO ADMINISTRATIVO QUE A AUTORA/APELANTE DIZ POSSUIR VÍCIO DE LEGALIDADE SE ENCONTRA, NA REALIDADE, EM PLENA CONFORMIDADE COM AS NORMAS APLICÁVEIS AO CASO.6. PERMANECEM, PORTANTO, TOTALMENTE INABALADOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO, IMPONDO SUA CONFIRMAÇÃO POR ESTE TRIBUNAL.- PRECEDENTES.- APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0115030-77.2019.8.06.0001, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, MAS PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, CONFIRMANDO A SENTENÇA PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0117280-83.2019.8.06.0001/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Francisco Ednisio Silva Magalhães. Advogado: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE). Advogada: Karinne Costa Barros Martins Borges (OAB: 35478/CE). Embargado: Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará (SOHIDRA). Advogado: Adauto Jose Araujo Mota

(OAB: 9689/CE). Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. VÍCIO DE ERRO MATERIAL CONFIGURADO NO ACÓRDÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. NECESSIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. APLICAÇÃO DO ART. 85, §8º DO CPC/2015. RECURSO INTEGRATIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. SEGUNDO NARRA O EMBARGANTE, HÁ DOIS ERROS MATERIAIS NA DECISÃO: I) NA PARTE DO ACÓRDÃO EM QUE CONSTA "MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO" EIS QUE O APELO FOI PROVIDO; E II) NA PARTE DO RELATÓRIO, ONDE CONSTA: "A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, EM PARECER DE MÉRITO, OPINOU PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO APELO", POIS DEVERIA CONSTAR "PROVIMENTO".2. DE FATO, HÁ ENTRE A EMENTA DO ACÓRDÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM, ERROS MATERIAIS EVIDENTES PASSÍVEIS DE RETIFICAÇÃO PELA VIA DOS ACLARATÓRIOS, ASSISTINDO RAZÃO AO EMBARGANTE NESTE PONTO. ASSIM, COMO O COLEGIADO ACOLHEU A TESE RECURSAL, DEVE CONSTAR NA DECISÃO "PARA DAR-LHE PROVIMENTO", BEM COMO, "PROVIMENTO DO APELO", SENDO ESTAS AS RETIFICAÇÕES NECESSÁRIAS A AFASTAR OS ERROS MATERIAIS.3. QUANTO À ALEGAÇÃO SOBRE O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL, OBSERVA-SE QUE A DECISÃO COLEGIADA DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DO ORA EMBARGANTE, ARBITRANDO OS HONORÁRIOS RECURSAIS, EM DESFAVOR DA AUTARQUIA EXECUTADA, NO VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), INEXISTINDO, NESTE PONTO, QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC.4. O VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) REFLETE A AUSÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO IMEDIATO, O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, ATENDENDO AO DISPOSTO NO §2º C/C §8º DO ART. 85 DO NCPC, NÃO IMPLICANDO EM MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA (ART. 85, §11, NCPC), MAS, SIM, NA SUA INVERSÃO.5. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE ACOLHIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA ACOLHÊ-LOS EM PARTE, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

0126664-70.2019.8.06.0001/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Domingos Ferreira Sampaio. Advogado: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE). Advogada: Karinne Costa Barros Martins Borges (OAB: 35478/CE). Embargado: Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará (SOHIDRA). Advogado: Adauto Jose Araujo Mota (OAB: 9689/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. VÍCIO DE ERRO MATERIAL CONFIGURADO NO ACÓRDÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. NECESSIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. APLICAÇÃO DO ART. 85, §8º DO CPC/2015. RECURSO INTEGRATIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. SEGUNDO NARRA O EMBARGANTE, HÁ DOIS ERROS MATERIAIS NA DECISÃO: I) NA PARTE DO ACÓRDÃO EM QUE CONSTA "MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO" EIS QUE O APELO FOI PROVIDO; E II) NA PARTE DO RELATÓRIO, ONDE CONSTA: "A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, EM PARECER DE MÉRITO, OPINOU PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO APELO", POIS DEVERIA CONSTAR "PROVIMENTO".2. DE FATO, HÁ ENTRE A EMENTA DO ACÓRDÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM, ERROS MATERIAIS EVIDENTES PASSÍVEIS DE RETIFICAÇÃO PELA VIA DOS ACLARATÓRIOS, ASSISTINDO RAZÃO AO EMBARGANTE NESTE PONTO. ASSIM, COMO O COLEGIADO ACOLHEU A TESE RECURSAL, DEVE CONSTAR NA DECISÃO "PARA DAR-LHE PROVIMENTO", BEM COMO, "PROVIMENTO DO APELO", SENDO ESTAS AS RETIFICAÇÕES NECESSÁRIAS A AFASTAR OS ERROS MATERIAIS.3. QUANTO À ALEGAÇÃO SOBRE O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL, OBSERVA-SE QUE A DECISÃO COLEGIADA DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DO ORA EMBARGANTE, ARBITRANDO OS HONORÁRIOS RECURSAIS, EM DESFAVOR DA AUTARQUIA EXECUTADA, NO VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), INEXISTINDO, NESTE PONTO, QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC.4. O VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) REFLETE A AUSÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO IMEDIATO, O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, ATENDENDO AO DISPOSTO NO §2º C/C §8º DO ART. 85 DO NCPC, NÃO IMPLICANDO EM MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA (ART. 85, §11, NCPC), MAS, SIM, NA SUA INVERSÃO.5. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE ACOLHIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA ACOLHÊ-LOS EM PARTE, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

0126752-11.2019.8.06.0001/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Tarcizio Pereira de Paula. Advogado: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE). Advogada: Karinne Costa Barros Martins Borges (OAB: 35478/CE). Embargado: Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará -SOHIDRA. Advogado: Adauto Jose Araujo Mota (OAB: 9689/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. VÍCIO DE ERRO MATERIAL CONFIGURADO EXCLUSIVAMENTE NA PARTE DO ACÓRDÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. NECESSIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. APLICAÇÃO DO ART. 85, §8º DO CPC/2015. RECURSO INTEGRATIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. SEGUNDO NARRA O EMBARGANTE, HÁ ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO ONDE CONSTA "MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO", EIS QUE O APELO FOI PROVIDO. HÁ ENTRE A EMENTA DO ACÓRDÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM, ERRO MATERIAL EVIDENTE PASSÍVEL DE RETIFICAÇÃO PELA VIA DOS ACLARATÓRIOS, ASSISTINDO RAZÃO AO RECORRENTE NESTE PONTO. ASSIM, DEVE CONSTAR NA DECISÃO "PARA DAR-LHE PROVIMENTO", SENDO ESTA A RETIFICAÇÃO NECESSÁRIA A AFASTAR O ERRO MATERIAL.2. QUANTO À ALEGAÇÃO SOBRE O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL, OBSERVA-SE QUE A DECISÃO COLEGIADA DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DO ORA EMBARGANTE, ARBITRANDO OS HONORÁRIOS RECURSAIS, EM DESFAVOR DA AUTARQUIA EXECUTADA, NO VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), INEXISTINDO, NESTE PONTO, QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC.3. O VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) REFLETE A AUSÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO IMEDIATO, O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, O TRABALHO

REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, ATENDENDO AO DISPOSTO NO §2º C/C §8º DO ART. 85 DO NCPC, NÃO IMPLICANDO EM MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA (ART. 85, §11, NCPC), MAS, SIM, NA SUA INVERSÃO.4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE ACOLHIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA ACOLHÊ-LOS EM PARTE, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

0132883-36.2018.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. Advogado: Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB: 156347/SP). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. DIREITO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 8.078/90. MULTA APLICADA PELO PROCON/DECON/CE. AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO ADMINISTRATIVO. PLEITO DE DIMINUIÇÃO DO SEU VALOR. PROCEDIMENTO REGULAR. RESPEITADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. QUANTUM DENTRO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. 1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, OBJETIVANDO A DESCONSTITUIÇÃO DA MULTA APLICADA PELO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DECON - PROCON/CE, NO VALOR DE 1.550 (UM MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA) UFIRCES, POR VIOLAÇÃO ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. 2. A INTERFERÊNCIA JURISDICIONAL NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DEVE SE DAR EM CARÁTER EXCEPCIONAL, EM CASOS DE FLAGRANTE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE, O QUE NÃO É O CASO.3. A PARTE APELANTE DESEJA, EM VERDADE, REVER O MÉRITO ADMINISTRATIVO, POR MEIO DE FUNDAMENTOS QUE JÁ FORAM ENFRENTADOS PELO DECON, EM ESTRITA LEGALIDADE. MULTA APLICADA EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, OBSERVADA A NATUREZA DA INFRAÇÃO E A CAPACIDADE ECONÔMICA DA EMPRESA PENALIZADA.4. APELO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

Total de feitos: 5

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0136678-16.2019.8.06.0001/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Edilson da Costa Santiago. Advogado: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE). Embargado: SOHIDRA -Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará. Proc. Jurídico: Adauto Jose Araujo Mota (OAB: 9689/CE). Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. VÍCIO DE ERRO MATERIAL CONFIGURADO EXCLUSIVAMENTE NA PARTE DO ACÓRDÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. NECESSIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. APLICAÇÃO DO ART. 85, §8º DO CPC/2015. RECURSO INTEGRATIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. SEGUNDO NARRA O EMBARGANTE, HÁ ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO ONDE CONSTA “MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO”, EIS QUE O APELO FOI PROVIDO. HÁ ENTRE A EMENTA DO ACÓRDÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM, ERRO MATERIAL EVIDENTE PASSÍVEL DE RETIFICAÇÃO PELA VIA DOS ACLARATÓRIOS, ASSISTINDO RAZÃO AO EMBARGANTE NESTE PONTO. ASSIM, DEVE CONSTAR NA DECISÃO “PARA DAR-LHE PROVIMENTO”, SENDO ESTA A RETIFICAÇÃO NECESSÁRIA A AFASTAR O ERRO MATERIAL.2. QUANTO À ALEGAÇÃO SOBRE O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL, OBSERVA-SE QUE A DECISÃO COLEGIADA DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DO ORA EMBARGANTE, ARBITRANDO OS HONORÁRIOS RECURSAIS, EM DESFAVOR DA AUTARQUIA EXECUTADA, NO VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), INEXISTINDO, NESTE PONTO, QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC.3. O VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) REFLETE A AUSÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO IMEDIATO, O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, ATENDENDO AO DISPOSTO NO §2º C/C §8º DO ART. 85 DO NCPC, NÃO IMPLICANDO EM MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA (ART. 85, §11, NCPC), MAS, SIM, NA SUA INVERSÃO.4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE ACOLHIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA ACOLHÊ-LOS EM PARTE, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.RELATOR

0158766-92.2012.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALEConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR REMISSÃO SUPERVENIENTE. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 26 DA LEI Nº 6.830/80. SENTENÇA CONFIRMADA.1. TRATAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL POR MEIO DA QUAL A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ PUGNA PELA CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO FISCAL.2. OBSERVA-SE QUE O FEITO EXECUTIVO FOI EXTINTO POR SUPERVENIENTE REMISSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 10.607/2017.3. SENDO ASSIM, DEVE INCIDIR NA ESPÉCIE O ART. 26 DA LEI Nº 6.830/80, SEGUNDO O QUAL, SENDO CANCELADA A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA ANTES DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA, DEVERÁ A EXECUÇÃO FISCAL SER EXTINTA SEM QUALQUER ÔNUS PARA AS

PARTES.4. HAVENDO JUSTO MOTIVO PARA A INSCRIÇÃO DA DEVEDORA EM DÍVIDA ATIVA QUANDO DA PROPOSITURA DA AÇÃO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE EM RELAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA.- PRECEDENTES DO STJ E DESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA.- APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0158766-92.2012.8.06.0001, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INALTERADA A SENTENÇA RECORRIDA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 24 DE JANEIRO DE 2022.DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALERELATORA

0165642-58.2015.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Emmanuelly Nogueira Chaves. Advogado: Sávio Régis Cavalcante Sá (OAB: 32962/CE). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA DOS AGENTES PÚBLICOS. INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.1. A RESPONSABILIDADE ESTATAL TEM PREVISÃO CONSTITUCIONAL, DETERMINANDO O TEXTO MAIOR QUE "AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E AS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS RESPONDERÃO PELOS DANOS QUE SEUS AGENTES, NESSA QUALIDADE, CAUSAREM A TERCEIROS, ASSEGURADO O DIREITO DE REGRESSO CONTRA O RESPONSÁVEL NOS CASOS DE DOLO OU CULPA".2. OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, SALVO POUCAS EXCEÇÕES, COMO OS CIRURGIÕES PLÁSTICOS COM FINALIDADE ESTÉTICA, DESEMPENHAM OBRIGAÇÃO DE MEIO, E A ELES NÃO SE EXIGE O DEVER DE ALCANÇAR, SEMPRE, O DIAGNÓSTICO MAIS PRECISO OU DETERMINADO RESULTADO, SOBRETUDO ONDE HÁ LIMITAÇÃO DE RECURSOS, COMO NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE. DEVEM, CONTUDO, ATUAR COM ZELO, ATENÇÃO E DILIGÊNCIA NO EXERCÍCIO DE SEU MISTER, O QUE, NA FALTA DESTES, FICANDO CARACTERIZADA A CULPA DO AGENTE PÚBLICO, CONFIGURADO ESTARÁ O DEVER DE REPARO, O QUE NÃO OBSERVO NA ESPÉCIE.3. SEGUNDO DECLARAÇÃO DA DIRETORA MÉDICA DO HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN, A PACIENTE TINHA DIAGNÓSTICO DE FEBRE REUMÁTICA COMPROVADA PELO HISTÓRICO CLÍNICO E EXAMES LABORATORIAIS E DE IMAGENS (ECOCARDIOGRAMA), E QUE O DIAGNÓSTICO DE COARCTAÇÃO DA AORTA NÃO EXCLUI O DE FEBRE REUMÁTICA.4. APELO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS, ACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE. FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJORELATOR

0172322-54.2018.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Manuel Neris Filho. Advogado: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE). Advogada: Karinne Costa Barros Martins Borges (OAB: 35478/CE). Apelado: SOHIDRA -Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará. Advogado: Adauto Jose Araujo Mota (OAB: 9689/CE). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA EXTINTIVA DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. MATÉRIA DECIDIDA E ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÇÃO DA QUESTÃO DE FUNDO. PARTE LEGÍTIMA PARA DEFLAGRAR A FASE DE LIQUIDAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE PERICULOSA. SENTENÇA NULA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. TRAMITOU PERANTE A 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA, SOB O Nº 0297478-82.2000.8.06.0001, AÇÃO ONDE RESTOU DECLARADA A OBRIGAÇÃO DA AUTARQUIA REQUERIDA DE PAGAR ADICIONAL DE PERICULOSIDADE AOS SERVIDORES DA SOHIDRA, APÓS LAUDO PERICIAL EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTE), ATRAVÉS DA DRT, QUE CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO.2. AO SE DEPARAR COM O PEDIDO DE LIQUIDAÇÃO, O MAGISTRADO A QUO EXCURSIONOU SOBRE O MÉRITO DA AÇÃO OBJETO DE PREPARAÇÃO PARA A FASE EXECUTIVA, INCLUSIVE REDISCUTINDO A QUESTÃO DE FUNDO, O QUE VIOLA A COISA JULGADA E COMPROMETE A SEGURANÇA JURÍDICA.3. O APELANTE JUNTOU DECLARAÇÃO DA SOHIDRA CERTIFICANDO QUE AUXILIAVA O TRABALHO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS; DOCUMENTO ESTE PROVIDO DE FÉ PÚBLICA E QUE É SUFICIENTE EM SI A DEMONSTRAR QUE O SERVIÇO SE ENQUADRA NA ATIVIDADE DE RISCO PASSÍVEL DE REPARAÇÃO ATRAVÉS DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE JÁ RECONHECIDO EM JUÍZO.4. POR HAVER, A SENTENÇA, INGRESSADO NO MÉRITO, REPELINDO-O, AINDA QUE VELADAMENTE, ACABOU POR VIOLAR A COISA JULGADA, DEVENDO SER ANULADA, RETORNANDO OS AUTOS A ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DA FASE DE LIQUIDAÇÃO.5. APELO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS, ACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJORELATOR

0172337-23.2018.8.06.0001/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Francisco Ribeiro da Silva. Advogado: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE). Advogada: Karinne Costa Barros Martins Borges (OAB: 35478/CE). Embargado: Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará - SOHIDRA. Advogado: Adauto Jose Araujo Mota (OAB: 9689/CE). Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. VÍCIO DE ERRO MATERIAL CONFIGURADO EXCLUSIVAMENTE NA PARTE DO ACÓRDÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. NECESSIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. APLICAÇÃO DO ART. 85, §8º DO CPC/2015. RECURSO INTEGRATIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. SEGUNDO NARRA O EMBARGANTE, HÁ ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO ONDE CONSTA "MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO", EIS QUE O APELO FOI PROVIDO. HÁ ENTRE A EMENTA DO ACÓRDÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM, ERRO MATERIAL EVIDENTE PASSÍVEL DE RETIFICAÇÃO PELA VIA DOS ACLARATÓRIOS, ASSISTINDO RAZÃO AO RECORRENTE NESTE PONTO. ASSIM, DEVE CONSTAR NA DECISÃO

"PARA DAR-LHE PROVIMENTO", SENDO ESTA A RETIFICAÇÃO NECESSÁRIA A AFASTAR O ERRO MATERIAL.2. QUANTO À ALEGAÇÃO SOBRE O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL, OBSERVA-SE QUE A DECISÃO COLEGIADA DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DO ORA EMBARGANTE, ARBITRANDO OS HONORÁRIOS RECURSAIS, EM DESFAVOR DA AUTARQUIA EXECUTADA, NO VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), INEXISTINDO, NESTE PONTO, QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC.3. O VALOR DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) REFLETE A AUSÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO IMEDIATO, O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, ATENDENDO AO DISPOSTO NO §2º C/C §8º DO ART. 85 DO NCPC, NÃO IMPLICANDO EM MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA (ART. 85, §11, NCPC), MAS, SIM, NA SUA INVERSÃO.4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE ACOLHIDO.ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS JULGADORAS, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA ACOLHÊ-LOS EM PARTE, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJORELATOR

Total de feitos: 5

DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Público

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0407864-33.2010.8.06.0001/50002 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Estado do Ceará - Embargado: Município de Itapajé - - Dessarte, declino da competência em favor da Vice-Presidência deste eg. Tribunal de Justiça, o que faço com arrimo no art. 21, inciso VII, do Regimento Interno. Expediente necessário. Fortaleza, data informada pelo sistema. DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO Relator - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Delean Casemiro Peixoto Medeiros (OAB: 19475/CE) - Enísio Correia Gurgel (OAB: 20965/CE) - Procuradoria Geral do Município de Itapajé

Nº 0620883-08.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aquiraz - Agravante: Simone do Nascimento Pinto - Agravado: Estado do Ceará - - Por tais razões, I) defiro a antecipação de tutela recursal pretendida, o que faço com base no art. 1019, I, c/c art. 300, ambos do CPC, no sentido de obrigar o Estado do Ceará a realizar a cirurgia da requerente para tratamento dos transtornos de discos invertebrais, com urgência. II) Intime-se a representação legal do Estado do Ceará, para que, no prazo legal, querendo, apresente contrarrazões, na forma do disposto no art. 1.019, inciso II, do CPC. III) Decorrido o prazo para contrarrazões, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 1.019, III, do CPC. IV) Dê-se ciência imediata ao juízo de origem, para as providências cabíveis. Expediente necessário. Fortaleza, data informada pelo sistema. Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

3ª Câmara Direito Público

0000214-17.2017.8.06.0207 - Remessa Necessária Cível. Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Porteiras. Autor: Daniel Souza Silva. Advogado: Uilton de Sousa Lima (OAB: 11116/CE). Advogada: Joana Emille de Sousa Lima (OAB: 36950/CE). Advogado: Otacílio André de Oliveira Lima (OAB: 36776/CE). Réu: Município de Penaforte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Penaforte. Despacho: - Sendo assim, a fim de evitar eventuais nulidades, com esteio nas disposições contidas no art. 938, §1º do CPC, determino que se proceda à intimação pessoal do ente público promovido, para que tome ciência da sentença prolatada na instância a quo. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE Relatora

0000335-32.2018.8.06.0200 - Apelação / Remessa Necessária. Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Solonópole. Apelante: Município de Milhã. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Milhã. Apelada: Josefina Silveira Farias. Advogado: Fridtjof Chrysostomus Dantas Alves (OAB: 215190/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Portanto, verificada a distinção do presente caso em relação ao tema fixado pela Superior Corte de Justiça, não há que se falar em suspensão do feito, devendo o setor competente certificar eventual decurso do prazo recursal e, em caso positivo, o respectivo trânsito em julgado para, em seguida, remeter os autos ao Juízo de origem. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE Relatora

0159741-41.2017.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: NET+PHONE Telecomunicações Ltda .. Advogado: Júlio César Goulart Lanes (OAB: 21994/CE). Advogada: Mileide Caren Costa da Silva (OAB: 40513/CE). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Cuidam os autos de apelação cível julgada pela 3ª Câmara de Direito Público na data de 22/11/2021, verificando-se a interposição de embargos de declaração pela parte então apelante (/50000). Reportando-me à petição de fls. 930/932, tenho que o pleito de levantamento de depósitos judiciais mediante apresentação de apólice de seguro garantia será apreciado por ocasião do julgamento dos referidos embargos de declaração. Assim, cumpre aguardar o destrame do recurso. Expedientes necessários. Fortaleza, data informada pelo sistema. Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO Relator

Total de feitos: 3

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0003750-73.2000.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apelante: União / Fazenda Nacional - Apelado: Antonio Gilson Luz Sampaio - Apelado: Fibra Servicos e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Dessarte, com fulcro no art. 108, inciso II, da CF e em cumprimento a decisão de pág. 409, encaminhem-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Expedientes necessários. Fortaleza, data informada pelo sistema. Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO Relator - Advs: Procuradoria da Fazenda Nacional no Ceará - PFN/CE - José Teles Bezerra Júnior (OAB: 25238/CE) - Haylton de Souza Alves (OAB: 27716/CE)

TJCENEXE - Direito Público - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

3ª Câmara Direito Público

0620535-87.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Icaro Pio Freitas. Advogada: Leiriana Ferreira Pereira de Alencar (OAB: 45722/CE). Advogado: Jose Cavalcante Cardoso Neto (OAB: 13310/CE). Agravado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Fundação Getúlio Vargas. Despacho: - À luz do exposto, encaminhem-se os presentes autos ao Departamento de Distribuição, para a competente redistribuição a Turma Recursal da Fazenda Pública do Estado do Ceará, na forma do art. 43, §3º, V da Lei Estadual n.º 16.397/2017 - Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará. Expedientes necessários Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.Exmo. Sr. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0620537-57.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Icaro Pio Freitas. Advogada: Leiriana Ferreira Pereira de Alencar (OAB: 45722/CE). Advogado: Jose Cavalcante Cardoso Neto (OAB: 13310/CE). Agravado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravado: Fundação Getúlio Vargas. Despacho: - À luz do exposto, encaminhem-se os presentes autos ao Departamento de Distribuição, para a competente redistribuição a Turma Recursal da Fazenda Pública do Estado do Ceará, na forma do art. 43, §3º, V da Lei Estadual n.º 16.397/2017 - Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará. Expedientes necessários Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.Exmo. Sr. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 2

Seção de Direito Privado

DESPACHOS - Seção de Direito Privado

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES

0044418-35.2010.8.06.0000/50003 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF. Advogado: Francisco Ponciano de Oliveira Junior (OAB: 21189/CE). Advogado: Fernando Savius Passos de Sant'anna (OAB: 26074/CE). Advogado: Jardeson Henrique Feitosa Sales (OAB: 26931/CE). Advogada: Roberta de Azevedo Portela (OAB: 17497/CE). Embargado: Fernando Antonio Medina de Lucena. Embargado: Ricardo Coelho de Mendonça. Advogado: Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB: 5496/CE). Advogado: Fernando Henrique Araujo Santiago (OAB: 22015/CE). Despacho: - Intime-se a parte embargada nos termos do art. 1.023, § 2º, CPC, para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora

Total de feitos: 1

1ª Câmara de Direito Privado

DESPACHOS - 1ª Câmara de Direito Privado

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620806-96.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Agravada: Fátima Elaine Pereira Damasceno - - Ante todo o exposto, suspendo a decisão agravada até ulterior deliberação, devendo ser comunicado ao juízo de primeiro grau para efetivo cumprimento. Intime-se a parte Agravada para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias, juntando a documentação que entender necessária (art. 1.019, II, CPC/2015). Expedientes necessários. Publique-se. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Beatriz Moreira Firmo (OAB: 36387/CE) - Rebeca Gruska Benevides Veras (OAB: 41003/CE)

Nº 0620888-30.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Campos Sales - Agravante: Vanuza Amaral Rodrigues - - ANTE O EXPOSTO, CONCEDO os benefícios da justiça gratuita em relação ao presente agravo e DEFIRO o efeito suspensivo, nos termos do art. 1.019, I, do CPC, para suspender a obrigatoriedade de a agravante arcar com as custas judiciais, dando prosseguimento ao feito. Comunique-se, e de imediato, ao Juízo de origem, cientificando-o acerca da presente decisão, pela integralidade de seu teor. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Panmia Frankya Vieira Ribeiro (OAB: 24563/CE)

Nº 0639003-36.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aracati - Agravante: Patrícia Rodrigues Fernandes Zona - Agravado: Daniel Jean Louis Gaillard - - Do exposto, indefiro a liminar recursal pleiteada. Intime-se a parte recorrida para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias, juntando a documentação que entender necessária (art. 1.019, II, CPC). Comunique-se ao ilustre Juízo de origem o teor desta decisão, pela integralidade. Cumpridas as diligências supra e apresentada a resposta (ou decorrido o prazo para oferecê-la), venham conclusos os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Marcos Henrique Almeida Scarsinski (OAB: 15108/MT) - Laura Elena Ribeiro de Almeida Stephanini (OAB: 9649/MS)

Nº 0639003-36.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aracati - Agravante: Patrícia Rodrigues Fernandes Zona - Agravado: Daniel Jean Louis Gaillard - - Considerando tais elementos e os dispositivos legais acima especificados, mormente por não se tratar de matéria apreciável em sede de plantão, NÃO CONHEÇO do pedido de urgência ora formulado, deixando de apreciar a liminar pleiteada. Distribua-se o feito na forma regimental. Intime-se e cumpra-se. Fortaleza, 21 de dezembro de 2021. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Marcos Henrique Almeida Scarsinski (OAB: 15108/MT) - Laura Elena Ribeiro de Almeida Stephanini (OAB: 9649/MS)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000570-08.2018.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Joanilda da Conceição Ramos - Apelado: Banco Bradescard S/A - Apelado: Banco Digio S/A - Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do Recurso, de modo que se mantém integra a sentença de 1º grau. Expedientes Necessários. Dê-se a devida baixa no acervo deste Gabinete. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA)

Nº 0015186-85.2018.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Maria Carneiro da Costa - Apelado: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso de apelação. Em razão das contrarrazões apresentadas, condeno o autor/apelante ao pagamento de honorários advocatícios, ora fixados, com no § 8.º do art. 85 do NCPC, em R$ 1.000,00 (hum mil reais), cuja exigibilidade ficará suspensa por até 5 (cinco) anos, na forma do art. 98, § 3.º do mesmo diploma legal. Publique-se e intimem-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Antonio Lucas Camelo Morais (OAB: 24571/CE) - Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0049545-33.2014.8.06.0090 - Apelação Cível - Icó - Apelante: Francisca Victor Pereira - Apelado: Banco Pan S/A - Diante dos fundamentos fáticos e jurídicos acima declinados, deixo de conhecer do presente Recurso. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora - Advs: Adriano Campos Costa (OAB: 10284/CE) - Gilvan Melo Sousa (OAB: 16383/CE) - Ronaldo Nogueira Simoes (OAB: 17801/CE)

Nº 0049805-33.2007.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Rafael Felipe Santiago Neto - Apelado: Banco Bradesco S/A - Assim, permissa venia, dou provimento a este Recurso e, com isto, asseguro a relativa eficácia ao conteúdo formalizado na Declaração de Hipossuficiência à pág. 19, pelo que libero o processamento da desoneração almejada, ressalvando ao douto Juízo a quo, por certo, sua revogação, desde que amparada em elementos concretos, atuais e circunstancialmente expostos, na linha desta Decisão. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora - Advs: Vanessa Fernandes Costa Landim Saraiva (OAB: 26381/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0147164-31.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Igor Bezerra dos Santos - Apelado: Banco Volkswagen S/A - E neste diapasão, dou, pois, relevância ao pedido instado às págs. 324/326 para o fim de decretar a insubsistência dos atos decisórios e julgar extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b” do CPC, diante da realização de acordo entre as partes. Expedientes legais. Fortaleza, . VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora - Advs: Luiz Iatagan Cavalcante Rocha (OAB: 25680/CE) - Manuela Motta Moura da Fonte (OAB: 20397/PE)

Nº 0178424-05.2012.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Valdemir Dias de Oliveira - Do exposto, conheço do recurso e, com respaldo nos fundamentos supra, dou-lhe provimento para desconstituir a sentença, determinando o retorno dos autos para regular processamento. Publique-se e intimem-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Antonio Braz da Silva (OAB: 23747A/CE)

Nº 0191271-63.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Sebastião Leite de Araújo - Apelado: CABEC – Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará - Isto posto, nego provimento ao Apelo e por força do § 11 do Art. 85 do CPC, majoro em 2% (dois por cento) os honorários arbitrados no Primeiro Grau. Expedientes legais. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA Relatora - Advs: Ana Cecília da Silveira de Melo (OAB: 27619/CE) - Amailza Soares Paiva (OAB: 2394/CE) - Diego Parente de Freitas (OAB: 31347/CE) - Paschoal de Castro Alves (OAB: 18692/CE)

Nº 0226853-85.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Raimundo Nonato de Aguiar Sousa - Apelado: Banco Pan S/A - E neste diapasão, dou, pois, relevância ao pedido instado às págs. 259/261 para o fim de decretar a insubsistência

dos atos decisórios e julgar extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b” do CPC, diante da realização de acordo entre as partes. Expedientes legais. Fortaleza, . VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora - Advs: Dominik Barros Brito Ferreira (OAB: 37479/CE) - Antônio Helder Guerra Lobo Filho (OAB: 42605/CE) - Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 35179A/CE)

Nº 0265950-92.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Eliliene Rocha Silva - Apelado: Banco Volkswagen S/A - Ante o exposto, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO, já que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo, in totum, os termos da sentença proferida pelo juízo singular. Com esse resultado, condeno a agravada a arcar com a totalidade das custas e honorários advocatícios fixados no valor de R$ 900,00 (novecentos reais), com fulcro no art. 85, § 8º do CPC, com correção monetária, pelo INPC/IBGE, a partir dessa data e juros simples de 01% ao mês a contar do trânsito em julgado, suspendendo sua exigibilidade na forma do art. 98, § 3º do mesmo diploma legal, ante a gratuidade da justiça deferida. Publique-se e intimem-se. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Dominik Barros Brito Ferreira (OAB: 37479/CE) - Antônio Helder Guerra Lobo Filho (OAB: 42605/CE) - Francisca Mônica Barros Brito da Conceição (OAB: 6439/CE) - Manuela Motta Moura da Fonte (OAB: 20397/PE)

Nº 0624072-96.2019.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Associação Shalom - Agravado: Brasili Segurança de Valores Eireli - Diante do exposto, conheço deste Recurso, para dar-lhe provimento, confirmando integralmente a liminar de fls. 201/213. Expedientes necessários. Dê-se a devida baixa no acervo deste Gabinete. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Evelyn Barros Camboim (OAB: 25115/CE) - Delano Tomaz de Castro (OAB: 38526/CE) - Bia Jesus Coutinho (OAB: 27534/CE) - Amanayara dos Santos Lima (OAB: 48109/BA) - Raisa Lemos Lopes (OAB: 26233/CE)

Nº 0626325-86.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Fabio Rocha Lustosa - Agravada: Vanesca Fontenele Ribeiro - Isto posto, como a petição de págs. 283/285 fora encartada por ambas as partes, ou seja, de forma conjunta, e assinada pelas suas respectivas Advogadas, declarando a higidez da referida manifestação, na forma do Art. 76, VI do RITJCE, homologo o presente acordo, ao tempo em que julgo prejudicado o Recurso com base no Art. 932, III do CPC/15. Oficie-se, com a máxima urgência, o douto Juízo da 15ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, dando-lhe conhecimento desta decisão, para que o eminente Magistrado, sob particular intelecção, promova a extinção do feito em conformidade com o artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil, uma vez que é o Órgão Judicial competente para tanto Após o pertinente prazo recursal, arquivem-se estes autos. Expedientes legais. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA Relatora - Advs: Monica Miranda Franco Vilela (OAB: 25852/DF) - Alexandre Monteiro de Carvalho (OAB: 17846/CE) - Camilla Barreto Pinho (OAB: 17975/CE)

Nº 0627326-09.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Quixadá - Agravante: João Brito da Silva - Agravado: Liberty Seguros S/A - Ante o exposto, julgo prejudicado o prosseguimento do presente recurso em face da perda de seu objeto. Proceda-se ao cancelamento/baixa na distribuição. Publique-se e intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Francisco Ramon Holanda dos Santos (OAB: 24164/CE) - Felipe Nunes Mendes (OAB: 34064/CE)

Nº 0633037-92.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Sobral - Agravante: Maria Auxiliadora da Silva - Agravado: Unimed de Sobral - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Diante do exposto, escoltada pela inexorável Jurisprudência que ampara o presente decisum, conheço do Recurso em apreço e dou-lhe provimento, para que a Unimed de Sobral - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda forneça à Insurgente o tratamento vindicado, conforme orientação médica, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária no importe de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de 20 (vinte) dias, confirmando a Decisão Interlocutória de fls. 18/41, em consonância com o parecer do Ministério Público. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0637305-92.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Fernando de Oliveira Simões - Agravado: Organização Educacional Farias Brito - ANTE O EXPOSTO, com respaldo nos fundamentos supra, conheço do presente agravo de instrumento para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo os termos da decisão agravada. Publique-se e intimem-se. Comunique-se, com urgência, ao MM. Juiz singular o teor desta decisão. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE) - Helson Lima Maia Júnior (OAB: 22455/CE)

Nº 0637493-85.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Maria do Socorro Oliveira Cavalcante - Agravante: Ceciliana Oliveira Cavalcante - Agravado: Antônio José Rodrigues Cavalcante - Agravada: Fernanda Elusa Rodrigues Cavalcante Costa - Agravado: Sergio Gonçalo Rodrigues Cavalcante - Mantido meu posicionamento, é de rigor o DESPROVIMENTO DESTE AGRAVO DE INSTRUMENTO, mantendo incólume a decisão agravada. Expedientes necessários. Dê-se a devida baixa no acervo deste Gabinete. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Thales Pontes Batista (OAB: 14544/CE) - Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE) - Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE) - Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE) - Olga Paiva Bezerra Vasques (OAB: 33397/CE) - Diego Monteiro Maciel Lima (OAB: 24142/CE) - Mauro Carmélio Santos Costa Neto (OAB: 33688/CE) - Lucas Costa de Pinho Pessôa (OAB: 38619/CE) - Paulo Henrrique Gomes da Silva (OAB: 38701/CE)

Nº 0637493-85.2021.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Maria do Socorro Oliveira Cavalcante - Embargante: Ceciliana Oliveira Cavalcante - Embargado: Antônio José Rodrigues Cavalcante - Embargada: Fernanda Elusa Rodrigues Cavalcante Costa - Embargado: Sergio Gonçalo Rodrigues Cavalcante - Diante do exposto, julgo prejudicados os presentes aclaratórios, ante a perda superveniente do objeto. Expedientes Necessários. Dê-se a devida baixa no acervo deste Gabinete. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Thales Pontes Batista (OAB: 14544/CE) - José Ribamar Cavalcante Neto (OAB: 43234/CE) - Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE) - Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE) - Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE) - Olga Paiva Bezerra Vasques (OAB: 33397/CE) - Diego Monteiro Maciel Lima (OAB: 24142/CE) - Mauro Carmélio Santos Costa Neto (OAB: 33688/CE) - Lucas Costa de Pinho Pessôa (OAB: 38619/CE) - Paulo Henrrique Gomes da Silva (OAB: 38701/CE)

Nº 0919680-13.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE - Apelada: Meire da Conceição Vidal Gomes - Diante do exposto, escoltada pela inexorável Jurisprudência que ampara o presente decisum, conheço do Recurso em apreço para negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença impugnada. Em razão da improcedência do Apelo, majoro os honorários advocatícios a serem pagos pela Apelante para o percentual de 17% (dezessete por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, §11, do CPC. Expedientes legais. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora - Advs: José Alexandre Ximenes Aragão (OAB: 14456/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

TJCENEXE - Direito Privado - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

1ª Câmara Direito Privado

0098067-54.2015.8.06.0091 - Apelação Cível. Apelante: Vision Metal Comércio e Indústria de Móveis Ltda. Advogado: Marco Antônio Sobreira Bezerra (OAB: 9414/CE). Apelado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Antônio Gonçalves Sobrinho (OAB: 8321/CE). Despacho: - Sendo assim, tendo em vista que o apelante não comprovou, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, determino a intimação, na pessoa de seu advogado, para realizar, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento em dobro, sob pena de deserção, com fulcro no art. 1.007, §4º, do CPC. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Privado - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

1ª Câmara Direito Privado

0623753-60.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: R. de L. R.. Advogada: Danielle de Melo Pires e Souza (OAB: 25989/CE). Advogada: Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE). Advogado: Paulo de Tarso Vieira Ramos (OAB: 12897/CE). Advogado: Raphael Ayres de Moura Chaves (OAB: 16077/CE). Advogada: Camille da Escóssia Lima (OAB: 33973/CE). Agravado: P. B. R. de S.. Advogado: Anderson da Silveira Serafim (OAB: 33386/CE). Advogado: Felipe Saraiva Cartaxo (OAB: 36918/CE). Advogado: Paulo Victor Faheina de Oliveira (OAB: 33355/CE). Advogado: Luis Andre Santos Domingos (OAB: 23428/CE). Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Ante o exposto, indefiro o pedido atinente à indicação de perito e realização de fase processual tendente à instrução e produção de prova, uma vez que não fora objeto da decisão agravada e, ainda, porque o processamento do feito se dá nos autos de origem. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de Janeiro de 2022. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO RELATOR

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Privado - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

1ª Câmara Direito Privado

0052236-41.2020.8.06.0112/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Terramaris Industria e Comercio de Calcados e Injetados Ltda. Advogado: Thiago Morais Almeida Vilar (OAB: 16396/CE). Despacho: - Na forma do art. 1.021, §2º, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), intime-se a parte Agravada para se manifestar sobre o Recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Expedientes legais. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora

0174839-08.2013.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: João Valter Gomes. Apelante: Iolanda Brito Gomes. Advogado: Eugênio Ximenes Andrade (OAB: 12528/CE). Apelada: Maria Salete Ferreira Maciel. Advogado: Germano Botelho Belchior (OAB: 12449/CE). Advogada: Daniela Nogueira da Silva Pimentel (OAB: 10856/CE). Advogado: Marcos Roberto Alves (OAB: 24001/CE). Advogado: José Ricardo de Araújo Antunes (OAB: 30872/CE). Despacho: - Com efeito, intimem-se os Recorrentes, na pessoa do douto Advogado que, tecnicamente, os representa, para realizar o recolhimento em dobro do preparo, sob pena de deserção. Expedientes legais. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA Relatora

Total de feitos: 2

TJCENEXE - Direito Privado - 1ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

1ª Câmara Direito Privado

0013957-16.2017.8.06.0136 - Apelação Cível. Apelante: C. N. de S. A.. Advogada: Sâmia Maria Meneses Brilhante (OAB: 5461/CE). Apelado: Y. A. L. A.. Advogada: Francisca Izângela Sousa Paula (OAB: 28793/CE). Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Isto posto, determino a remessa dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, manifestar-se nos autos. Empós, voltem-me conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de setembro de 2020. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora

0013957-16.2017.8.06.0136 - Apelação Cível. Apelante: C. N. de S. A.. Advogada: Sâmia Maria Meneses Brilhante (OAB: 5461/CE). Apelado: Y. A. L. A.. Advogada: Francisca Izângela Sousa Paula (OAB: 28793/CE). Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Intime-se o patrono do Apelante para regularizar a habilitação do(s) sucessor(es), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de extinção do feito. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora

0258060-05.2021.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Embargado: Rafael Silva de Sousa. Despacho: - Na forma do art. 1.023, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), intime-se a parte Embargada para se manifestar sobre o Recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Expedientes legais. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora

0629927-85.2021.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Preá Loteamento e Pousada Ltda.. Advogada: Juliana Campos de Oliveira (OAB: 14192/CE). Embargado: Preá Empreendimentos e Participações Ltda.. Advogado: Carlos Otávio de Arruda Bezerra (OAB: 5207/CE). Advogado: Adriano Pessoa Bezerra de Menezes (OAB: 16755/CE). Advogado: Francisco Erionaldo Cruz (OAB: 15205/CE). Despacho: - Na forma do art. 1.023, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), intime-se a parte Embargada para se manifestar sobre o Recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Expedientes legais. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA Desembargadora Relatora

0631958-78.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Marcio Ramalho Dantas. Advogada: Maria Denise de Brito Mendonça Bezerra (OAB: 26981/CE). Advogada: Larinny Araújo de Oliveira (OAB: 43937/CE). Agravado: Lorival Cravo da Silva. Advogado: Allan Danísio Araújo Silva (OAB: 41958/CE). Despacho: - A realização do preparo deve ser comprovada no ato da interposição. Inexistente, determino a intimação do Agravante a recolher as custas em dobro, para evitar-se o reconhecimento da deserção. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. VERA LÚCIA CORREIA LIMA DESEMBARGADORA RELATORA

Total de feitos: 5

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª Câmara de Direito Privado

Número da Pauta: 03

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2022, A PARTIR DAS 13H30, EM SALA VIRTUAL PELA PLATAFORMA TEAMS, OS PROCESSOS A SEGUIR RELACIONADOS. AQUELES QUE DESEJEM SOLICITAR APENAS PREFERÊNCIA NA ORDEM DO JULGAMENTO OU PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL, DENTRO DOS TERMOS REGIMENTAIS, DEVEM ENCAMINHAR REQUERIMENTO ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO, MEDIANTE CANAL DE CONTATO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DO RESPECTIVO ÓRGÃO JULGADOR, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO DO PLENO Nº 10/2020.QUAISQUER ESCLARECIMENTOS OU SOLICITAÇÕES, ENTRAR EM CONTATO COM A COORDENADORIA DA CÂMARA ATRAVÉS DOS SEGUINTES CONTATOS: WHATSAPP: (085) 3207-7552 OU sec.1cdireitoprivado@tjce.jus.br

1 - 0008890-68.2010.8.06.0119/50000 - Agravo Interno Cível - Maranguape/2ª Vara da Comarca de Maranguape. Agravante: Itaú Seguros S/A. Advogado: Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB: 16045/CE). Agravado: Ivanildo Pereira da Silva. Advogado: Marcos Antônio Inácio da Silva (OAB: 4007/PB). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

2 - 0014610-17.2010.8.06.0151/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Maria Aldair Nogueira de Medeiros. Advogado: Romero de Sousa Lemos (OAB: 12257/CE). Embargado: José Wilamar de Castro e Sousa. Embargado: Maria Luisa de Arruda Bezerra. Advogado: Luiz Gonzaga Moura de Sousa (OAB: 8256/CE). Advogado: Luiz Gonzaga Moura de Sousa Filho (OAB: 32597/CE). Advogada: Bianca Luzia Felix Normando (OAB: 33391/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

3 - 0012157-74.2017.8.06.0128/50000 - Agravo Interno Cível - Morada Nova/2ª Vara da Comarca de Morada Nova. Agravante: Maria Iraci Martins de Brito. Advogada: Maria Lucimara Saraiva Lemos (OAB: 36683/CE). Agravado: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simoes (OAB: 17801/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

4 - 0017023-47.2013.8.06.0070 - Apelação Cível - Crateús/3ª Vara da Comarca de Crateús. Apelante: Maria Rodrigues de Morais. Advogado: Antônio Aurélio de Azevêdo Neto (OAB: 13583/CE). Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: João Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE). Advogado: Fábio Pompeu Pequeno Júnior (OAB: 14752/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

5 - 0005600-97.2014.8.06.0121/50001 - Embargos de Declaração Cível - Massapê/1ª Vara da Comarca de Massapê. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Advogado: João Paulo Sombra Peixoto (OAB: 15887/CE). Advogado: José Luis Melo Garcia (OAB: 16748/CE). Advogada: Nathalia Aparecida Sousa Dantas (OAB: 22248/CE). Advogada: Priscila de Souza Feitosa (OAB: 24764/CE). Advogado: Francisco Leitão de Sena Júnior (OAB: 26524/CE). Advogada: Juliana Sobral de Andrade (OAB: 26623/CE). Advogada: Nayhara Cristina Gomes da Silva (OAB: 25892/CE). Advogada: Mayara de Lima Paulo (OAB: 27304/CE). Advogado: Felipe Bayma Marques (OAB: 23238/CE). Advogada: Rosa Deijla Montinegro Santana (OAB: 39760/CE). Embargado: Espólio de Francisco Francinet Cavalcante Rocha. Advogado: Cairo de Sousa Vasconcelos (OAB: 29712/CE). Advogado: José Newton Freitas Filho (OAB: 15833/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

6 - 0636584-77.2020.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Agravante: Itaú Unibanco S/A. Advogada: Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB: 37139A/CE). Agravado: João Pedro Silva de Paula. Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

7 - 0171017-45.2012.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza/14ª Vara Cível. Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Fábio Pompeu Pequeno Júnior (OAB: 14752/CE). Advogado: João Alves Barbosa Filho (OAB: 27954A/CE). Embargada: Francisca Rafaela dos Santos Oliveira. Embargado: Jose Emerson dos Santos Oliveira. Embargado: Jose Bruno de Oliveira. Repr. Legal: Maria José dos Santos. Advogada: Lílian Paiva Cidrão Marques (OAB: 13115/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

8 - 0079788-09.2009.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza/14ª Vara Cível. Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Agravado: Eleno Cordeiro de Araújo. Advogado: José Orisvaldo Brito da Silva (OAB: 21292A/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

9 - 0119391-40.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Maria da Costa Damasceno. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Banco BMG S/A. Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG). Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB: 63440/MG). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

10 - 0050259-69.2020.8.06.0126 - Apelação Cível - Mombaça/2ª Vara da Comarca de Mombaça. Apte/Apdo: Margarida Torres de Carvalho. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Apte/Apdo: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

11 - 0628353-27.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza/29ª Vara Cível. Agravante: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Agravado: Antônio Ferreira de Andrade. Advogado: Ricardo de Vasconcelos Martins (OAB: 42784/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

12 - 0629470-53.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza/17ª Vara Cível. Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE). Advogada: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE). Advogada: Bruna Brito do Nascimento (OAB: 36990/CE). Advogado: Daniel Soares Cavalcanti (OAB: 17659/CE). Advogado: Hugo Leonardo Pegado Benício (OAB: 41077B/CE). Advogado: Igor Marcelo Marreiro (OAB: 22757/CE). Advogado: Ítalo Regis de Vasconcelos Carvalho (OAB: 27984/CE). Advogada: Jéssica Félix de Mattos Brito (OAB: 32556/CE). Advogada: Jordana de Freitas Vidal (OAB: 31749/CE). Advogada: Laura Maria Amaro Martins (OAB: 22874/CE). Advogado: Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE). Advogada: Michele Nobre Ferreira Bringel (OAB: 25577/CE). Advogada: Patrícia Tavares de Vasconcelos (OAB: 25615/CE). Advogada: Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE). Advogado: Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE). Advogada: Silvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717/CE). Agravado: Isaac Moreira Madruga. Advogado: Diego Albuquerque Lopes (OAB: 26053/CE). Advogado: Carlos Alberto Lopes Júnior (OAB: 41753/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

13 - 0009370-18.2016.8.06.0028/50000 - Embargos de Declaração Cível - Acaraú/2ª Vara da Comarca de Acaraú. Embargante: Maria de Lourdes de Sousa. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

14 - 0633629-39.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Quixeramobim/2ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Agravante: Banco C6 Consignado S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Agravada: Maria Eliene Rodrigues de Sousa. Advogado: Luís Gustavo Toledo Martins (OAB: 309241/SP). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

15 - 0000139-93.2018.8.06.0028/50000 - Agravo Interno Cível - Acaraú/2ª Vara da Comarca de Acaraú. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: José Alencar do Nascimento. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

16 - 0051495-85.2020.8.06.0084 - Apelação Cível - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Apelante: Maria Lucia da Costa Vale. Advogado: William Kleber Gomes de Sousa Lima (OAB: 28587/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

17 - 0157068-07.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza/31ª Vara Cível. Apelante: Banco BMG S/A. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066/CE). Apelada: Lucilene Ferreira dos Santos Braga. Advogado: Aleandro Lima de Queiroz (OAB: 33211/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

18 - 0189841-42.2018.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Apelado: A. A. L. B.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

19 - 0012515-29.2016.8.06.0175 - Apelação Cível - Trairi/2ª Vara da Comarca de Trairi. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 32405A/CE). Apelado: Erinaldo Sousa dos Santos. Apelado: Francisco Erisvan Sousa dos Santos. Apelado: Erisnaldo Sousa dos Santos. Apelada: Erisvânia Sousa dos Santos. Repr. Legal: Antonia Veríssimo de Sousa. Apelada: Erislândia Sousa dos Santos. Advogado: Adriano Fernandes Pinheiro (OAB: 22161/CE). Advogado: Neio Lúcio Ferraz Passes (OAB: 30495/CE). Relator(a): VERA LÚCIA CORREIA LIMA

20 - 0044729-05.2013.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Raimundo Rodrigues Euzebio. Apelante: Maria do Carmo Mendes Euzebio. Advogado: José Mauriene Ferreira de Souza (OAB: 29602/CE). Advogado: Francisco Demontier Gomes Linhares Filho (OAB: 19625/CE). Advogado: Antônio Cavalcante Carneiro Júnior (OAB: 25619/CE). Apelado: Humberto Gomes Liberato. Advogado: Heitor Albuquerque Rios (OAB: 38251/CE). Advogado: Davi Portela Muniz (OAB: 32573/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

21 - 0024084-64.2016.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza/18ª Vara Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargado: José Ubiratan Ferreira de Queiroz. Advogado: Antônio Edilson Mourão (OAB: 15310/CE). Advogada: Juliana Soares Mourão (OAB: 19580/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

22 - 0163051-94.2013.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza/10ª Vara Cível. Embargante: Francisco Edmilson Medeiros Neto. Advogada: Milena Oliveira Filgueiras (OAB: 10931/CE). Advogada: Karla de Alcântara Nogueira Borges (OAB: 25244/CE). Embargado: Incorporadora CGA SPE Ltda.. Advogado: Raimundo Alexandre Linhares Dias (OAB: 11524/CE). Advogado: Carlos Eduardo Barros de Vasconcelos Teixeira (OAB: 20441/CE). Advogado: Esdras Dieb de Araujo Filho (OAB: 17914/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

23 - 0193973-21.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social - FACHESF. Advogado: Eric Castro e Silva (OAB: 18400/PE). Advogado: Matheus Mendes Cordeiro (OAB: 48895/PE). Apelado: Antônio Ferreira de Sousa. Apelado: José de Sousa Andrade. Apelado: José Aírton Oliveira Damasceno. Advogado: João Paulo Raposo Moroni (OAB: 18906/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

24 - 0149871-35.2018.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza/8ª Vara Cível. Agravante: SICREDI Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará. Advogado: Valter Sérgio Duarte Furtado (OAB: 2779/CE). Advogada: Roberta Simões de Oliveira Albuquerque (OAB: 17695/CE). Agravada: Silvia Maria Almeida de Farias. Advogado: Lúcio Modesto Chaves Lucena de Farias Filho (OAB: 33744/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

25 - 0047940-70.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato/Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato. Apelante: Waldemir Martins de Oliveira. Advogado: Gabriel Batista de Figueiredo (OAB: 308740/CE). Advogado: Edgar Figueiredo Siebra (OAB: 35600/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. Revisor(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

26 - 0009485-88.2013.8.06.0175 - Apelação Cível - Trairi/Vara Única da Comarca de Trairi. Apelante: Siemens Ltda. Advogado: Caio Campello de Menezes (OAB: 174393/SP). Advogada: Karine Rocha Montenegro (OAB: 21134/CE). Advogado: Miguel Pacheco de Paiva (OAB: 28106/CE). Advogada: Adriana Hellering (OAB: 305928/SP). Advogada: Luciana Faria Nogueira (OAB: 164721/SP). Advogado: André Farhat Pires (OAB: 164817/SP). Advogado: Rafael Vilela Borges (OAB: 153893/SP). Apelado: Cortez Engenharia Ltda. Apelado: Pitombeira Sociedade Individual de Advocacia. Advogado: Leonardo Pitombeira Pinto (OAB: 16397/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

27 - 0019195-77.2010.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Fundação dos Economiários Federais - Funcef. Advogado: Rodrigo de Sá Queiroga (OAB: 16625/DF). Apelado: Francisco Eudes Amorim. Advogada: Ana Candida Vieira de Andrade (OAB: 8646/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

28 - 0633856-63.2020.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza/8ª Vara Cível. Agravante: Dr. Serviços de Transportes Ltda.. Advogado: José Helder Diniz Neto (OAB: 36727/CE). Agravado: Banco Mercedes- Benz do Brasil S/A. Advogado: Welton Coelho Cysne (OAB: 1647/CE). Advogado: Welton Coelho Cysne Filho (OAB: 13856/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

29 - 0634141-56.2020.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza/26ª Vara Cível. Agravante: Cavalcante Comércio e Representação de Alimentos EIRELI - em Recuperação Judicial. Advogado: Marcos Coelho Parahyba (OAB: 11662/CE). Agravado: Ello Representações Ltda. Advogado: Mozart Gomes de Lima Neto (OAB: 16445/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

30 - 0006024-59.2019.8.06.0091/50002 - Embargos de Declaração Cível - Iguatu/2ª Vara da Comarca de Iguatu. Embargante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Embargado: Policlinica São Vicente de Iguatu Ltda. Advogado: Romulo da Silva Bezerra (OAB: 15306/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

31 - 0621162-28.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza/12ª Vara de Família. Agravante: D. B. de C. S.. Advogada: Ana Paula Guimaraes de Brito (OAB: 40938/CE). Agravado: J. B. de A. M. N.. Advogado: Edrobson Duarte Mendes (OAB: 40686/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

32 - 0621887-17.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza/38ª Vara Cível. Agravante: Ceará Loteamentos Ltda. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371/CE). Agravado: Rogério de Sousa Moreira. Advogado: Michel Bezerra Fernandes (OAB: 36499/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

33 - 0627081-95.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza/14ª Vara de Família. Agravante: L. F. T.. Agravante: L. F. T. R. P. M. S. T. da S.. Agravante: L. F. T. R. P. M. S. T. da S.. Agravante: L. F. T. R. P. M. S. T. da S.. Advogada: Dariana Cruz de Castro E Silva (OAB: 28594/CE). Agravado: J. B. F. J.. Advogado: Felipe Lima Pereira (OAB: 36347/CE). Advogada: Dayse Suyane Sampaio do Vale (OAB: 24898/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

34 - 0015926-11.2016.8.06.0101 - Apelação Cível - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: R. A. M.. Advogada: Juliana Christofani dos Reis (OAB: 317921/SP). Advogado: Luis Filipe de Oliveira Jesus (OAB: 320033/SP). Apelada: H. M. M. M.. Advogado: Pedro Tavares Uchoa (OAB: 44252/CE). Repr. Legal: Elizabete Alves Matias. Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

35 - 0005307-25.2019.8.06.0066/50000 - Embargos de Declaração Cível - Cedro/Vara Única da Comarca de Cedro. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargado: Joao Damazio Pastoura. Advogado: Lucas Freitas Viana (OAB: 27345/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

36 - 0000592-17.2018.8.06.0084/50000 - Embargos de Declaração Cível - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Embargante: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB:

29442/BA). Embargada: Aldenora Coelho Camelo. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

37 - 0016404-02.2018.8.06.0084 - Apelação Cível - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Apelante: Francisca Freire Ezequiel. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Advogado: Alysson Araújo Pinto (OAB: 26513/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

38 - 0635684-60.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Icó/2ª Vara da Comarca de Icó. Agravante: I. L. de G.. Advogado: Heitor Pinheiro Bovis (OAB: 301098/SP). Agravado: L. G. V. B. R. P. V. V. B.. Advogado: Kerginaldo Cândido Pereira (OAB: 18629/CE). Advogada: Joyce Sandy Nogueira Torres (OAB: 42463/CE). Advogada: Patricia Cajaseira de Sa (OAB: 25193/CE). Advogada: Daiana Ferreira de Alencar Diógenes (OAB: 25162/CE). Advogado: Halison Harlley Rodrigues Teixeira (OAB: 40646/CE). Advogada: Andrezza Viana de Andrade (OAB: 33333/CE). Advogado: Josélio Ferreira da Silva Júnior (OAB: 43641/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO

39 - 0631887-47.2019.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Iguatu/3ª Vara da Comarca de Iguatu. Agravante: Francisco Francialmedo da Silva. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Agravado: Banco Panamericano S/A. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

40 - 0066772-46.2013.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: David Becco de Sousa. Embargante: Thiago Becco de Sousa. Embargante: Lucas Becco de Sousa. Advogado: Francisco Dias de Paiva Filho (OAB: 15324/CE). Advogado: Jose Ribamar de Sousa Filho (OAB: 24136/CE). Embargado: Fundo de Assistência à Saúde dos Funcionários do BEC - FAMED. Advogado: Paulo Viana Maciel (OAB: 5904/CE). Advogada: Karla Mara Mesquita Feitosa de Moura (OAB: 28263/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

41 - 0622849-40.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza/5ª Vara de Família. Agravante: F. H. D. P. N.. Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 33249A/CE). Agravada: L. P. B. R. P. A. M. P. B.. Agravado: A. P. B. R. P. A. M. P. B.. Advogada: Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE). Advogado: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE). Advogada: Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE). Advogado: Diego Monteiro Maciel Lima (OAB: 24142/CE). Advogada: Olga Paiva Bezerra Vasques (OAB: 33397/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

42 - 0168975-13.2018.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos. Repr. Legal: Oscar de Paula Vasconcelos. Advogado: Alessandro Félix de Sousa Moura de Carvalho (OAB: 35214/CE). Advogada: Helane Marques de Carvalho Félix (OAB: 39029/CE). Apte/Apdo: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogado: Everardo Lucena Segundo (OAB: 16041/CE). Advogada: Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE). Advogada: Hévila Silva Fernandes de Oliveira (OAB: 36270/CE). Advogado: Yago Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 43102/CE). Advogado: Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE). Advogado: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE). Advogado: Victor de Carvalho Rodrigues (OAB: 33232/CE). Advogada: Nathália Franciss Tamietti (OAB: 41710/CE). Advogada: Judith Martins Lemos Neta (OAB: 43146/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

43 - 0629697-43.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Horizonte/2ª Vara da Comarca de Horizonte. Agravante: T. R. L.. Agravante: L. G. L. F. R. P. T. R. L.. Agravante: F. M. L. F. R. P. T. R. L.. Agravante: J. L. L. F. R. P. T. R. L.. Advogada: Soleria Goes Alves Camelo (OAB: 29892/CE). Agravado: G. C. F.. Advogada: Romária Saraiva de Matos (OAB: 25893/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

44 - 0113143-58.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza/15ª Vara de Família. Apelante: N. S. R. A. R. P. N. N. R. de C.. Apelante: A. G. R. A. R. P. N. N. R. de C.. Advogado: Deyverson Medeiros Mendonca (OAB: 37617/CE). Apelado: A. P. A.. Curador Esp.: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

Total de processos a julgar: 44

Fortaleza, 28 de janeiro de 2022.

LIA KARAM SOARES - Coordenadora

2ª Câmara de Direito Privado

DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Privado

TJCENEXE - Direito Privado - 2ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

2ª Câmara Direito Privado

0224048-96.2020.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Edmar Ferreira da Silva. Advogado: Marcos da Silva Bruno (OAB: 14379/CE). Advogado: Thiago Maia Nunes (OAB: 17465/CE). Embargado: Fazenda Imperial Sol Poente SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Ricardo Wagner Oliveira Santos (OAB: 17066/CE). Despacho: - DESPACHO Intime-se a parte embargada para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022.

DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

0620821-65.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: D. F. P. P.. Advogada: Denise Nunes Faralli (OAB: 104067/SP). Agravada: J. P. de M. V. F.. Advogado: Daniel Holanda Leite (OAB: 13714/CE). Advogado: Rodrigo Freire Carvalho (OAB: 22886/CE). Advogada: Rebeca de Carvalho Aguiar (OAB: 35978/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravante para, no prazo legal, juntar cópia da decisão agravada, tendo em vista que a demanda tramita em segredo de justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

0624044-31.2019.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Pedra Azul Construções Ltda. Advogado: Carlos Samuel de Gois Araújo (OAB: 29852/CE). Advogado: Carlos Alberto de Araújo (OAB: 3061/RN). Despacho: - R.H. Aguarde-se o julgamento do Agravo Interno. Expedientes Necessários. Fortaleza, 7 de outubro de 2021. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora

0624044-31.2019.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Pedra Azul Construções Ltda. Advogado: Carlos Samuel de Gois Araújo (OAB: 29852/CE). Advogado: Carlos Alberto de Araújo (OAB: 3061/RN). Despacho: - R.H. Intime-se a empresa agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais relativas ao presente recurso, na forma deliberada no Agravo Interno a estes autos em apenso, sob pena de inadmissibilidade do Agravo de Instrumento em razão da deserção. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora

0631663-41.2021.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Luiz Camelo Ribeiro. Advogada: Antônia Marília Machado de Carvalho (OAB: 38351/CE). Advogado: Sérgio Augusto Sales Ximenes Ávila (OAB: 16391/CE). Embargado: Multiflon Revestimentos Antiaderentes LTDA. Advogado: Paulo Cesar Guillet Stenstrasser (OAB: 43619/RS). Despacho: - DESPACHO Intime-se a parte embargada para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 5

TJCENEXE - Direito Privado - 2ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

2ª Câmara Direito Privado

0231627-61.2021.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP). Apelado: Marcos Antonio Braga dos Santos

0231627-61.2021.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP). Apelado: Marcos Antonio Braga dos Santos. Despacho: - O pedido de homologação da transação (fls. 147/149) não está instruído com os termos do acordo extrajudicial, nem assinado pelas partes e/ou advogados habilitados nos autos e com poderes para transigir, mas apenas com um comprovante de pagamento de boleto bancário, pelo que não é possível atender ao pleito. Considerando que o recurso de apelação já foi julgado, conforme o acórdão às fls. 134/142, aguarde-se a fluência do prazo recursal, e, caso não haja recurso, certifique-se o trânsito em julgado. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora

0620898-74.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Ileana Alcântara Peroba. Advogado: Anderson Peroba Gomes (OAB: 20740/CE). Agravado: Alessandro Gama Régis. Agravada: Jéssica Iolanda dos Santos Ribeiro. Advogado: Fabiano Rocha de Sousa (OAB: 33004/CE). Advogado: Armando Sombra Bonfim (OAB: 36374/CE). Despacho: - R.H. Intimem-se as partes agravadas para os fins do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil. Expedientes Necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora

0637028-13.2020.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 23747A/CE). Agravado: André Luiz Barbosa Azevedo. Despacho: - 1. Intime-se a instituição financeira agravante para, no prazo legal, manifestar-se sobre o motivo da devolução do AR, fl. 232, e requerer o que entender cabível. 2. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 4

TJCENEXE - Direito Privado - 2ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

2ª Câmara Direito Privado

0069653-75.2016.8.06.0167 - Apelação Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Joao Paulo Arruda Barreto Cavalcante (OAB: 22880/CE). Apelado: Kaliny Kelvia Pessoa Siqueira Lima ME. Apelada: Kaliny Kelvia Pessoa Siqueira Lima. Despacho: - 1. Determino a expedição de nova carta de intimação à apelada no endereço constante na fl. 113 para, no prazo legal, apresentar contrarrazões, tendo em vista que, segundo a informação constante na fl. 116, não houve retorno do AR (aviso de recebimento) até a presente data. 2. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

0146819-07.2013.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Petroleo Itaiçaba Ltda. Apelado: Alesat Combustíveis S/A. Advogado: Abraão Luiz Figueira Lopes (OAB: 9463/RN). Advogado: Ana Carolina Oliveira Lima Porto Gurgel (OAB: 2712/RN)

0146819-07.2013.8.06.0001 - Apelação Cível. Apelante: Petroleo Itaiçaba Ltda. Apelado: Alesat Combustíveis S/A. Advogado: Abraão Luiz Figueira Lopes (OAB: 9463/RN). Advogado: Ana Carolina Oliveira Lima Porto Gurgel (OAB: 2712/RN). Despacho: - R.H. Tendo em vista o cumprimento da prestação jurisdicional, mediante o julgamento do presente recurso, retornem os autos ao Setor competente para aguardar o decurso do prazo da publicação do acórdão. Expedientes Necessários. Fortaleza, 7 de janeiro de 2022.

0639029-34.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Victor Pinheiro Coutinho. Advogada: Eduarda Cristina Caetano de Souza (OAB: 17272/CE). Advogado: Arnô de Souza Bastos Júnior (OAB: 113872/RJ). Agravada: Eliana Sales Torjussen. Despacho: - Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º, LV), determino a intimação e manifestação dos agravados (CPC, art. 1.019, II). Expedientes Necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora

Total de feitos: 4

ATAS DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 44/2021 - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO ATA DA SESSÃO DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. No dia 15 (quinze) do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), por vídeo conferência, às 8:30 horas, teve lugar a 44ª Reunião Ordinária de 2021, ocasião em que, o eminente Desembargador CARLOS ALBERTO MENDES FORTE – PRESIDENTE, sem discrepância, foi aprovada a Ata da Sessão Ordinária n°43ª/2021, da Segunda Câmara de Direito Privado, de 1º (primeiro) do mês de dezembro do corrente ano. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores: Des. DARIVAL BESERRA PRIMO, Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, e ausente a eminente Desa. MARIA DAS GRAÇÃS ALMEIDA DE QUENTAL por motivo de férias. A Procuradoria Geral de Justiça fez-se representar pela Dra. SUZANNE POMPEU SAMPAIO SARAIVA e o representante da Defensoria Pública Dr. FRANCISCO CLEBER DE OLIVEIRA RIBEIRO, sendo os trabalhos coordenados pela Bela. KATIA CILENE TEIXEIRA – **JULGAMENTOS: PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL:*01*– Agravo de Instrumento Nº 0631527-44.2021.8.06.0000** Agravante: Hélio Pereira de Lima Agravado: Gustavo Eugênio Cavalcante Menescal Agravada: Letícia Hackmann Farias **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. José Alexsandro inscrito na OAB/CE 39.713, *qualificado como representante da parte agravante*. Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento: *"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".*02- Agravo de Instrumento Nº 0628779-39.2021.8.06.0000** Agravante: Petrobrás – Petróleo Brasileiros S/A Agravado: Transbet Transporte e Logística Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO Des. e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório, declinou do uso da palavra o* Dr. *André Negreiros*, qualificado como representante da parte agravante. **Síntese do julgamento: *"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso, para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator"* .03– Apelação Nº 0276285-11.2000.8.06.0001** Apelante: João Paulo Frota de Moura Bastos Apelado: Banco Santander S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. João Paulo Frota inscrito na OAB/CE 16.501 *qualificado como representante da parte apelante*. Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento: *"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator". 04-* Agravo de Instrumento Nº 0631010-39.2021.8.06.0000** Agravante: Jaime Bezerra de Lima Agravada: Janaína Pinheiro de Lima **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório, declinou do uso da palavra o* Dr. Rômulo Andrade inscrito na OAB/CE 14.415, *qualificado como representante da parte agravada*. **Síntese do julgamento: *"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".05-* Agravo de Instrumento Nº 0627060-22.2021.8.06.0000** Agravante: Elibia Maria de Almeida Pinheiro Agravado: Polysuture Indústria e Comércio Ltda Agravado: Unimed do Ceará Agravado: Nestor dos Santos Vieira Costa Neto Agravado: Wilka e Ponte Ltda – Hospital Gêneses **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. Davi Frota, inscrito na OAB/CE 41.989 *qualificado como representante da parte agravante (*Sra. Elibia Pinheiro*), em seguida* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. Rommel Barroso Frota, inscrito na OAB/CE 13.921 *qualificado como representante da parte agravada* (Sr. Nestor dos Santos), seguido do Dr. Igor Magalhães, inscrito na OAB/CE 41.183 *qualificado como representante da parte agravada (*Hospital Gêneses*)* Após a manifestação dos ilustres advogados o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento: *"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".06-* Agravo de Instrumento Nº 0628257-12.2021.8.06.0000** Agravante: João Paulo Franco Rossi Cuppoloni Agravante: Renata Rossi Cuppoloni Rodrigues Agravante: Fernando Miziara de Mattos Cunha Agravante: Renato Gomba Rocha Diniz Agravado: Antônio Ivan Silva Agravada: Maria Iris Queiroz Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. *Constatada ausência do Dr.* Gabriel Cupello*, inscrito na OAB/RJ 223.754, qualificado como representante da parte agravante*, o eminente Des. Presidente convalidou *o voto antecipado provisório.* **Síntese do julgamento: *"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso, para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator".07-* Apelação Nº 0136119-93.2018.8.06.0001** Apte/Apdo: Comércio de Plásticos Abude Ltda Apte/Apdo: Abdallah Assaad Azar Apte/Apdo: Newsedan Comércio de Veículos Ltda Apte/Apdo: FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. Davi Frota, inscrito na OAB/CE 41.989 *qualificado como representante da parte(Newsedan Comércio de Veículos Ltda)* Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento: *"A Câmara, por unanimidade,***

acordou conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento ao apelo do comércio de plásticos abude LTDA, demais apelos prejudicados, nos termos do voto do eminente relator".08- **Apelação Nº 0052557-05.2020.8.06.0071** Apelante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil S/A – CASSI Apelado: Tasso Américo de Lima Santos **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. Ernando da Silva Jr., inscrito na OAB/CE 19.253 *qualificado como representante da parte apelante.* Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritonegar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".09-*** **Apelação Nº 0024262-91.2008.8.06.0001** Apelante: Izabel Teixeira de Macedo Andrade Apelado: João Evangelista Abreu Freitas Apelado: Ângela Maria de Farias Freitas **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. Sanzio Teixeira Paula, inscrito na OAB/CE 1.742 *qualificado como representante da parte apelante.* Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritodar-lhe parcial provimento nos termos do voto do eminente relator".10-*** **Agravo de Instrumento Nº 0632401-29.2021.8.06.0000** Agravante: J. A. de O. Agravado: A. P. P. N. de O. Agravado: H. R. N. de O. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental a Dra. *Carla Sofia Pereira,* inscrito na OAB/CE 15.114 *qualificada como representante da parte agravante.* Após a manifestação da ilustre advogada o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritonegar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".11-*** **Agravo de Instrumento Nº 0634508-46.2021.8.06.0000** Agravante: Lucas Souza Lopes Agravado: Ellen Thaís de Macedo Modesto **Julgadores:** Exmos. Srs. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o Dr. *Cláuver Barreto,* inscrito na OAB/CE 16.614 *qualificado como representante da parte agravante.* Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento nos termos do voto da eminente relatora".12-*** **Apelação Nº 0217928-37.2020.8.06.0001** Apelante: Maria do Socorro Ferreira Barbosa Apelado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório, declinou do uso da palavra a Dra. Gisélia Dantas,* inscrita na OAB/AL 34.066 *qualificada como representante da parte* apelada. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso, para no mérito, negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".13-*** **Apelação Nº 0000438-36.2019.8.06.0028** Apelante: Maria Beatriz Araújo de Paulo Apelado: Banco Pan S/A. **Julgadores:** Exmos. Srs. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental a Dra. *Gisélia Dantas,* inscrita na OAB/AL 34.066 *qualificada como representante da parte* apelada. Após a manifestação da ilustre advogada o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto da eminente relatora".14-*** **Apelação Nº 0050871-85.2020.8.06.0100** Apelante: Benedito dos Santos Brioso Apelado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório, declinou do uso da palavra a Dra. Gisélia Dantas,* inscrita na OAB/AL 34.066 *qualificada como representante da parte* apelada. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso, para no mérito, negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".15-*** **Apelação Nº 0000539-73.2019.8.06.0028** Apelante: Maria Viriato da Costa Silva Apelado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório, declinou do uso da palavra a Dra. Gisélia Dantas,* inscrita na OAB/AL 34.066 *qualificada como representante da parte* apelada. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso, para no mérito, negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".16-*** **Apelação Nº 0237647-05.2020.8.06.0001** Apelante: COSBEL – Distribuidora de Cosméticos Ltda Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental a *Dra. Maria Tereza Câmara* inscrita na OAB/CE 42.558, *qualificada como representante da parte apelante*. Após a manifestação da ilustre advogada o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento nos termos do voto do eminente relator".17-*** **Apelação Nº 0002356-49.2014.8.06.0061** Apelante: Construtora Silveira Salles Ltda Apelado: Pedro Gabriel Brito Apelada: Rosângela de Sousa Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental a *Dra. Ana Victória Couto* inscrita na OAB/CE 44.042, *qualificada como representante daparte apelante*. Após a manifestação da ilustre advogada o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".18-*** **Apelação Nº 0204344-73.2015.8.06.0001** Apelante: Fabiano Nunes Monteiro Apelado: Banco Bradesco Administradora de Consórcios Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. *Constatada ausência da Dra*. Bruna Oliveira*, qualificada como representante daparte apelante*, o eminente Des. Presidente convalidou *o voto antecipado provisório.* **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto da eminente relatora".19-*** **Apelação Nº 0268295-65.2020.8.06.0001** Apelante: Lucas Wagnier Oliveira do Amarante de Paulo Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o *Dr. Evandro Crisóstomo* inscrito na OAB/CE 31.265, *qualificado como representante da parte apelante*. Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".20-*** **Apelação Nº 0002759-36.2019.8.06.0160** Apelante: Unimed de Sobral Apelada: Luíza Lopes Ferreira **Julgadores:** Exmos. Srs. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. D*ispensada a leitura do Relatório,* declinou do uso da palavra o *Dr. Victor Bessa* inscrito na OAB/CE 41.019, *qualificado como representante da parte apelada*. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em***

conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".21- **Apelação Nº 0218786-68.2020.8.06.0000** Apelante: Hap Vida Assistência Médica Ltda Apelada: Mariana Chaves Fontenele Moraes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* fez uso da palavra no prazo regimental o *Dr. José Severiano* inscrito na OAB/CE 21.834-B, *qualificado como representante da parte apelante*. Após a manifestação do ilustre advogado o eminente Relator/Câmara, apresentou o seguinte voto: **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".22-*** **Agravo de Instrumento Nº 0632755-54.2021.8.06.0000** Agravante: Banco Bradesco S/A Agravante: Banco Mercantil do Brasil S/A Agravado: Francisco Costa Sobrinho **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. D*ispensada a leitura do Relatório,* declinou do uso da palavra a *Dra. Suany Eulália Lima* inscrita na OAB/CE 23.181, *qualificada como representante da parte agravada*. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator". PEDIDOS DE PREFERÊNCIA- 23-*** **Embargos de Declaração Nº 0629238-41.2021.8.06.0000/50001** Embargante: Jader Bezerra Xavier Embargante: Maria de Fátima Meneses Bezerra Embargado: Banco ABC Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. *Constatada ausência do Dr.* Eduardo Pecoraro*, qualificado como representante da parte embargada*, o eminente Des. Presidente convalidou *o voto antecipado provisório.* **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".24-*** **Apelação Nº 0096139-62.2006.8.06.0001** Apelante: Têxtil Horizonte Etiquetas Ltda Apelante: Francisco Martins de Lima Filho Apelante: Fábio Machado Rocha Apelado: Banco Bradesco BERJ S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. *Constatada ausência do Dr. Ribamar Filho, qualificado como representante da parte apelante (Fábio Machado)*, o eminente Des. Presidente convalidou *o voto antecipado provisório.* **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento nos termos do voto do eminente relator".*** **DEMAIS PROCESSOS EM PAUTA: 25- Embargos de Declaração Cível 0050027-72.2021.8.06.0045/50000** Embargante: Ivanilda Francisca Pessoa dos Anjos Embargado: Banco Itaú Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritonegar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"26-*** **Embargos de Declaração Cível 0183546-23.2017.8.06.0001/50000** Embargante: Leonardo Bastos Mota Embargado: Massa Falida de Cameron Construtora Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"27-*** **Embargos de Declaração Cível 0624872-56.2021.8.06.0000/50000** Embargante: José de Paulo Ferreira Embargado: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"28-*** **Embargos de Declaração Cível 0097259-15.2015.8.06.0167/50000** Embargante: BV Leasing Arrendamento Mercantil S/A Embargada: Maria Mesquita Pinto **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"29-*** **Embargos de Declaração Cível 0010240-80.2018.8.06.0032/50000** Embargante: Itaú Unibanco S/A Embargada: Francisca Aparecida Teixeira Alves **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritonegar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"30-*** **Embargos de Declaração Cível 0158069-95.2017.8.06.0001/50000** Embargante: Jorge André Barros Bastos ME Embargado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"31-*** **Embargos de Declaração Cível 0158301-10.2017.8.06.0001/50000** Embargante: Allcare Administradora de Benefícios S/A Embargado: Marcos Antonio da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritonegar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"32-*** **Embargos de Declaração Cível 0053255-08.2012.8.06.0001/50000** Embargante: Luthiano Sande Lima Vasconcelos Embargado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritonegar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"33-*** **Embargos de Declaração Cível 0832676-35.2014.8.06.0001/50000** Embargante: José Airton Lacerda da Cruz Embargado: José Rubênio Lacerda da Cruz **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"34-*** **Embargos de Declaração Cível 0172616-72.2019.8.06.0001/50000**Embargante: M. A. de Lima Loiola – ME Embargado: Banco do Nordeste do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritonegar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"35-*** **Embargos de Declaração Cível 0008205-56.2019.8.06.0051/50000** Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A Embargada: Maria Caetano Matias **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no méritodar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"36-*** **Agravo Interno Cível 0629090-30.2021.8.06.0000/50000** Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda Agravada: Cícera Kaline Ribeiro Cavalcante Manso Cunha **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"37-*** **Agravo Interno Cível 0621656-87.2021.8.06.0000/50000** Agravante: W. C. C. J. Agravada: S. dos R. C. R. P. J. M. dos R. C. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e

Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"38-*** **Agravo Interno Cível 0632388-64.2020.8.06.0000/50000** Agravante: Pedro Ícaro de Medeiros Agravado: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"39-*** **Agravo Interno Cível 0632830-93.2021.8.06.0000/50000** Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda Agravado: José de Sousa Santos **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"40-*** **Agravo Interno Cível 0628389-69.2021.8.06.0000/50000** Agravante: Leonardo José Peixoto Leal Agravado: Companhia Energética do Ceará – ENEL **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"41-*** **Agravo Interno Cível 0628705-82.2021.8.06.0000/50000** Agravante: J. G. P. R. Agravado: M. L. G. R. R. P. D. G. da S. S **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"42-*** **Agravo de Instrumento 0628705-82.2021.8.06.0000** Agravante: J. G. P. R. Agravada: M. L. G. R. R. P. D. G. da S. S **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"43-*** **Agravo de Instrumento 0625121-41.2020.8.06.0000** Agravante: Queiroz Maia Construções Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"44-*** **Agravo de Instrumento 0628129-26.2020.8.06.0000** Agravante: Colégio Irmã Maria Montenegro – CIMM **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"45-*** **Agravo de Instrumento 0624092-19.2021.8.06.0000** Agravante: GP Comércio e Serviços de Blindagem em Automóveis Ltda Agravado: José Aurineto de Barros **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"46-*** **Agravo de Instrumento 0624872-56.2021.8.06.0000** Agravante: José de Paulo Ferreira Agravado: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"47-*** **Agravo de Instrumento 0628582-84.2021.8.06.0000** Agravante: Ziumar Cardoso de Oliveira Agravado: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"48-*** **Agravo de Instrumento 0629282-60.2021.8.06.0000** Agravante: Companhia Energética do Ceará – ENEL Agravado: Carlos Roberto de Sousa Teixeira **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"49-*** **Agravo de Instrumento 0631010-39.2021.8.06.0000** Agravante: Jaime Bezerra de Lima Agravada: Janaína Pinheiro de Lima **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"50-*** **Agravo de Instrumento 0631299-69.2021.8.06.0000**Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.Agravada: Ana Cristina Gurgel de Oliveira **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"51-*** **Agravo de Instrumento 0631355-05.2021.8.06.0000**Agravante: Gráfica e Editora Pouchain Ramos Ltda Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"52-*** **Agravo de Instrumento 0631355-05.2021.8.06.0000** Agravante: Gráfica e Editora Pouchain Ramos Ltda Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"53-*** **Agravo de Instrumento 0631782-02.2021.8.06.0000** Agravante: Caroline Moreira Schuster Agravado: T. M. de V. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"54-*** **Agravo de Instrumento 0632065-25.2021.8.06.0000** Agravante: Aldemar Monteiro Filho Agravada: Cilea Távora de Lima da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"55-*** **Agravo de Instrumento 0632261-92.2021.8.06.0000** Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda Agravada: A. L. R. do N. R. P. P. D. do N. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"56-*** **Agravo de Instrumento 0633625-02.2021.8.06.000** Agravante: Banco C6 Consignado S/A Agravada: Pedrina Gomes Lopes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"57-*** **Agravo de Instrumento 0630201-49.2021.8.06.0000** Agravante: Aloísio Ximenes de Farias Júnior Agravado: Banco Bradesco Cartões S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des.

CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"58-*** **Agravo de Instrumento 0631294-47.2021.8.06.0000** Agravante: A. T. R. P. Agravada: E. E. T. P. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"59-*** **Agravo de Instrumento 0631295-32.2021.8.06.0000** Agravante: Samuel Roque Leite Agravado: Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"60-*** **Agravo de Instrumento 0631836-65.2021.8.06.0000** Agravante: M. R. G. Agravada: R. D. de S. G. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"61-*** **Apelação Cível 0214429-21.2015.8.06.0001** Apte/Apdo: C. A. B. de O. R. P. F. M. de O. Apte/Apdo: H. A. M. LTDA **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"62-*** **Apelação Cível 0050391-02.2020.8.06.0038** Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Apelada: Marinalva Alves da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"63-*** **Apelação Cível 0101535-34.2017.8.06.0001** Apelante: Servnac Soluções Empresariais Ltda Apelado: Eco V Monitoramento Ambiental e Locação de Equipamentos Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"64-*** **Apelação Cível 0050645-21.2020.8.06.0055** Apelante: Banco Honda S/A Apelado: Sebastião da Cruz Saraiva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"65-*** **Apelação Cível 0109721-61.2008.8.06.0001** Apelante: Antonio Geraldo da Silva Apelado: Procópio Indústria Comércio Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"66-*** **Apelação Cível 0053620-24.2020.8.06.0117** Apelante: Gilvan da Silva Nogueira Filho Apelado: Banco Itaucard S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"67-*** **Apelação Cível 0170692-94.2017.8.06.0001** Apte/Apdo: Companhia Energética do Ceará – ENEL Apte/Apdo: Lourival Carneiro de Lima **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento a parte demandada e dar parcial provimento ao autor, nos termos do voto do eminente relator"68-*** **Apelação Cível 0169028-96.2015.8.06.0001** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL Apelada: Maria Eliete Marques Almeida **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"69-*** **Apelação Cível 0050831-93.2020.8.06.0168** Apte/Apdo: Benedito Batista Chagas Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"70-*** **Apelação Cível 0046303-92.2017.8.06.0112** Apelante: Regilane Dias Avelino Apelado: Cariri Cosméticos Comércio Varejista de Cosméticos EIRELI – ME (Franquia Hinode) **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"71-*** **Apelação Cível 0002723-16.2012.8.06.0038** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A Apelado: Jurandir Alexandre da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"72-*** **Apelação Cível 0194265-98.2016.8.06.0001** Apelante: Antônio Olair Campos de Carvalho Apelado: Hanah Consultoria e Comércio Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"73-*** **Apelação Cível 0012050-17.2017.8.06.0100** Apelante: Manuel Ferreira Viana Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"74-*** **Apelação Cível 0007285-25.2019.8.06.0167** Apelante: Benedito Cláudio Melo Apelado: Jander Magalhães Torres **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"75-*** **Apelação Cível 0000924-88.2017.8.06.0190** Apelante: Rocilda Pedro da Silva Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"76-*** **Apelação Cível 0072888-44.2008.8.06.0001** Apelante: DX Turismo Ltda - Microempresa – ME Apelado: José Maria Cavalcante **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"77-***

Apelação Cível 0116577-89.2018.8.06.0001 Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Apelado: Roberto Morais Martins **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"78-*** **Apelação Cível 0204061-50.2015.8.06.0001** Apelante: Antonio Idelvar de Sousa Jarles Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"79-*** **Apelação Cível 0107029-11.2016.8.06.0001** Apelante: Banco Bradesco S/A Apelado: Thiago Pereira de Almeida **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"80-*** **Apelação Cível 0050193-86.2020.8.06.0030** Apelante: Evangelista Pereira da Silva Apelado: Itaú Unibanco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"81-*** **Apelação Cível 0015225-82.2018.8.06.0100** Apelante: Antonio Saraiva de Oliveira Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"82-*** **Apelação Cível 0009950-14.2017.8.06.0028** Apelante: Zilma Helena de Oliveira Apelado: Banco BMG S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"83-*** **Apelação Cível 0012761-71.2014.8.06.0053** Apelante: Banco Mercantil do Brasil S/A Apelado: Olivan Rosendo da Cruz **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"84-*** **Apelação Cível 0050395-81.2019.8.06.0100** Apelante: Joana de Sousa Dias Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"85*** **Apelação Cível 0050144-63.2021.8.06.0045** Apelante: Francisca Firmino Félix Apelado: Banco C6 Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"86-*** **Apelação Cível 0050002-29.2021.8.06.0055** Apelante: Maria de Sousa Maciel do Nascimento Apelado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"87-*** **Apelação Cível 0050473-46.2020.8.06.0066** Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A Apte/Apdo: Francisca Franci Trajano da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento em ambas as apelações, nos termos do voto do eminente relator"88-*** **Apelação Cível 0005848-77.2014.8.06.0084** Apelante: Banco BS2 S/A Apelado: José Luís de Souza **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"89-*** **Apelação Cível 0225169-28.2021.8.06.0001** Apelante: Aluisio Rodrigues da Silva Apelado: Banco BMG S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"90-*** **Apelação Cível 0021472-35.2017.8.06.0029** Apelante: Banco BMG S/A Apelada: Francisca Cornélia de Almeida Brito **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"91-*** **Apelação Cível 0003178-42.2019.8.06.0100** Apelante: Francisca Sousa Alves Apelado: Banco Itaú Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"92-*** **Apelação Cível 0050379-10.2021.8.06.0084** Apelante: Candido Pinto de Melo Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"93-*** **Apelação Cível 0019067-26.2017.8.06.0029** Apelante: Lino Fabrício de Souza Apelado: Francisco Viana Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"94-*** **Apelação Cível 0001404-67.2000.8.06.0156** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A Apelado: José Bastos da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto do eminente relator"*****95- Apelação Cível 0009379-06.2016.8.06.0084** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A Apelada: Antonia Castro de Sousa **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"96-*** **Apelação Cível 0002327-03.2019.8.06.0100** Apelante: Jose Ferreira do Nascimento Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do***

eminente relator"97- **Apelação Cível 0008396-98.2019.8.06.0052** Apelante: M. C. R. P. Apelado: W. L. B. P. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"98-*** **Apelação Cível 0050264-86.2021.8.06.0084** Apelante: Maria Paz Sales Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"99-*** **Apelação Cível 0050614-45.2021.8.06.0029** Apelante: Francisco Ferreira Lima Apelado: Banco C6 Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"100-*** **Apelação Cível 0042171-83.2007.8.06.0001** Apelante: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI Apelada: Maria José Gurgel Penaforte **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"101-*** **Apelação Cível 0172474-39.2017.8.06.0001** Apelante: Pedro Benício Dantas Apelado: Banco Itaucard S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"102-*** **Apelação Cível 0216526-91.2015.8.06.0001** Apelante: Banco Honda S/A Apelada: Emilene Rodrigues da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"103-*** **Apelação Cível 0217819-86.2021.8.06.0001** Apelante: Ruth Maria Lopes da Silva Apelado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"104-*** **Apelação Cível 0004976-85.2019.8.06.0149** Apelante: F. M. de O. Apelada: M. E. D. M. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"105-*** **Apelação Cível 0256860-60.2021.8.06.0001** Apelante: Samuel Chaves Bastos Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"106-*** **Apelação Cível 0047213-14.2018.8.06.0071** Apelante: Banco BMG S/A Apelado: Francisco Alencar **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"107-*** **Apelação Cível 0011203-34.2017.8.06.0126** Apelante: Maria Carlos Ferreira Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"108-*** **Apelação Cível 0007692-93.2011.8.06.0043** Apelante: Selma Felismino de Barros Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"109-*** **Apelação Cível 0070490-33.2016.8.06.0167** Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda Apelado: Igor Ponte Sousa **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"110-*** **Apelação Cível 0204243-60.2020.8.06.0001** Apelante: Antonio Flávio Cláudio da Silva Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"111-*** **Apelação Cível 0018116-45.2017.8.06.0154** Apelante: Bellfrios Insdustria e Comercio Apelado: Francisco Adriano Felix Ribeiro **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"112-*** **Apelação Cível 0003889-71.2018.8.06.0071** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A Apelado: T O Vilar ME **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"113-*** **Apelação Cível 0024494-90.2018.8.06.0086** Apelante: I. G. C. Apelado: I. B. C. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"114-*** **Apelação Cível 0010564-96.2014.8.06.0101** Apelante: Espólio de Aldemário Monteiro Viana Apelado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"115-*** **Apelação Cível 0020772-59.2017.8.06.0029** Apelante: Banco do Brasil S/A Apelado: Manoel Soares de Souza **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"116-*** **Apelação Cível 0050962-78.2020.8.06.0100** Apelante: Maria do Carmo Carvalho Barbosa Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do***

eminente relator"117- **Apelação Cível 0009804-96.2019.8.06.0126** Apelante: Iolanda Florentino Correia Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"118-*** **Apelação Cível 0009375-32.2019.8.06.0126** Apte/Apdo: Antonia Clara de Lima Moura Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe parcial provimento nas duas apelações, nos termos do voto do eminente relator"119-*** **Apelação Cível 0009719-13.2019.8.06.0126** Apelante: Francisco Severino Neto Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"120-*** **Apelação Cível 0003416-61.2019.8.06.0100** Apelante: Antonia Gonçalves Ramos Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"121-*** **Apelação Cível 0229908-44.2021.8.06.0001** Apelante: Manoel Teubanizio de Sousa Apelado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"122-*** **Apelação Cível 0050751-05.2021.8.06.0101** Apelante: Maria Lindalva Fonseca dos Santos Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"123-*** **Apelação Cível 0037273-54.2018.8.06.0029** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A Apelado: José Antonio de Lima **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"124-*** **Apelação Cível 0050403-58.2019.8.06.0100** Apelante: Maria Vaz Barbosa Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"125-*** **Apelação Cível 0005822-20.2019.8.06.0144** Apelante: Daniely Barbosa de Sousa-ME Apelado: Banco do Nordeste do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"126-*** **Apelação Cível 0236695-89.2021.8.06.0001** Apelante: Hadyson da Silva Barroso Apelado: Embracon Administradora de Consórcio Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"127-*** **Apelação Cível 0101068-89.2016.8.06.0001** Apelante: Banco GMAC S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"128-*** **Apelação Cível 0051383-95.2020.8.06.0091** Apelante: M. P. do E. do C. Apelado: R. da S. B. R. P. M. A. d S. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"129-*** **Apelação Cível 0462710-63.2011.8.06.0001** Apte/Apdo: Rosimeire Silveira Sarmento Apte/Apdo: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento em ambas as apelações, nos termos do voto do eminente relator"130-*** **Apelação Cível 0257881-08.2020.8.06.0001** Apelante: Banco Volkswagen S/A Apelada: Leiliane Dantas do Nascimento **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"131-*** **Apelação Cível 0000534-51.2019.8.06.0028** Apelante: Ana Rita de Sousa Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"132-*** **Apelação Cível 0009305-52.2018.8.06.0028** Apelante: Manoel Elizeu Sobrinho Apelado: Banco Itau BMG Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"133-*** **Apelação Cível 0007599-39.2019.8.06.0112** Apelante: Abelina Bento Luíz Apelado: Banco BMG S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"134-*** **Apelação Cível 0457673-41.2000.8.06.0001** Apelante: Banco Bradesco S/A Apelada: Maria Ester Capelo Rodriguez **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"135-*** **Apelação Cível 0099281-06.2008.8.06.0001** Apelante: Banco Bradesco S/A Apelado: Casa da Manicure Ltda-ME **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator" 136-*** **Apelação Cível 0215084-90.2015.8.06.0001** Apelante: Rosa Maria Muniz Ponce de Leão Apelado: Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO

LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"137-*** **Apelação Cível 0050880-58.2020.8.06.0064** Apelante: Banco Bradesco S/A Apelado: Jordania Paulino da Silva Lima-ME **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"138-*** **Apelação Cível 0199290-87.2019.8.06.0001** Apelante: Disraeli Davi Reinaldo de Moura Apelado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"139-*** **Apelação Cível 0003802-52.2017.8.06.0168** Apelante: José Dantas Pinheiro Apelado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. DARIVAL BESERRA PRIMO (relator), Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"140-*** **Apelação Cível 0157204-38.2018.8.06.0001** Apelante: Klin Logística EIRELLI EPPApelado: Chubb Seguros Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"141-*** **Apelação Cível 0124489-06.2019.8.06.0001** Apelante: G. F. A. Apelado: J. M. A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator" 142-*** **Embargos de Declaração Cível 0624279-95.2019.8.06.0000/50000** Embargante: Banco Santander (Brasil) S/A Embargado: Willian Diego Campos Fernandes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"143-*** **Embargos de Declaração Cível 0653924-32.2000.8.06.0001/50001** Embargante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil –CAMED Embargado: Jusselino Carneiro Gomes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"144-*** Embargos de Declaração Cível 0160423-30.2016.8.06.0001/50000 **Embargante: Rogério Lima Santiago Embargada: Teresa Cristina de Lima FernandesJulgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"145-*** Embargos de Declaração Cível 0160423-30.2016.8.06.0001/50001 **Embargante: Teresa Cristina de Lima FernandesEmbargado: Rogério Lima Santiago Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"146-*** **Embargos de Declaração Cível 0012946-86.2005.8.06.0001/50000** Embargante: Construtora e Incorporadora Exata Ltda Embargada: Maria de Fatima Braga de Carvalho **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"147-*** **Embargos de Declaração Cível 0622682-23.2021.8.06.0000/50000** Embargante: Maramaldo Dias de Carvalho Filho Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"148-*** **Embargos de Declaração Cível 0156873-90.2017.8.06.0001/50001** Embargante: Fr Comercio de Colchoes Multimarcas Ltda MeEmbargado: Banco Santander (Brasil) S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"149-*** **Embargos de Declaração Cível 0043540-39.2012.8.06.0001/50000** Embargante: Denise de Alcântara Sabino Marques Embargado: Banco do Nordeste do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"150-*** **Embargos de Declaração Cível 0627447-37.2021.8.06.0000/50001** Embargante: Fernando Sampaio Trajano Embargado: Banco Guanabara S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"151-*** **Embargos de Declaração Cível 0627685-56.2021.8.06.0000/50001** Embargante: Construtora Marquise S/A Embargado: Condominio Edificio Vitral dos Mares **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"152-*** **Embargos de Declaração Cível 0110573-02.2019.8.06.0001/50000** Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Embargada: Maria Helena Alves Cavalcante □□**Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"153-*** **Embargos de Declaração Cível 0629169-09.2021.8.06.0000/50001** Embargante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.Embargada: Jacqueline Cavalcanti dos Santos Ximenes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"*** **154- Embargos de Declaração Cível 0001098-66.2008.8.06.0173/50000** Embargante: Gerardo Frota Fontenele Embargado: Francisco Izaac Freire Prado **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"155-*** **Embargos de Declaração Cível**

0020700-79.2005.8.06.0001/50000 Embargante: CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC Embargado: Antonio Weliton de Almeida Pinheiro **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento com preliminar rejeitada, nos termos do voto do eminente relator"156-*** **Embargos de Declaração Cível 0196588-42.2017.8.06.0001/50000** Embargante: MD CE Henrique Rabelo Construções LtdaEmbargada: Camila Moura Moreira **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"157-*** **Embargos de Declaração Cível 0117123-18.2016.8.06.0001/50000** Embargante: Teresa Cristina de Lima FernandesEmbargado: Rogério Lima Santiago Moreira **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"158-*** **Embargos de Declaração Cível 0050027-85.2021.8.06.0170/50000** Embargante: Bradesco Vida e Previdência S/A Embargada: Elizia Marques da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"159-*** **Embargos de Declaração Cível 0157462-53.2015.8.06.0001/50000** Embargante: Hyundai Caoa do Brasil Ltda. Embargado: João de Deus Saraiva Moura **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"160-*** **Embargos de Declaração Cível 0183404-82.2018.8.06.0001/50001** Embargante: Portal de Ávila Emprendimentos Ltda Embargado: Lucas Rodrigues Gurgel da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"161-*** **Embargos de Declaração Cível 0183404-82.2018.8.06.0001/50002** Embargante: Porto Freire Engenharia e Incorporação Ltda- em Recuperação JudicialEmbargado: Lucas Rodrigues Gurgel da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"162-*** **Embargos de Declaração Cível 0146653-96.2018.8.06.0001/50000** Embargante: Raquel Melo Duarte Cordeiro Embargado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"163-*** **Agravo Interno Cível 0202788-60.2020.8.06.0001/50000** Agravante: Francisco Matheus Moura SaraivaAgravado: Banco Safra S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"164-*** **Agravo Interno Cível 0628772-47.2021.8.06.0000/50000** Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda Agravado: Francisco Abrel Serpa **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"165-*** **Agravo Interno Cível 0631524-89.2021.8.06.0000/50000** Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENELAgravado: F.G. Indústria de Água Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"166-*** **Agravo Interno Cível 0631911-07.2021.8.06.0000/50000** Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL Agravado: Alisson Henrique Duarte Serviços **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"167-*** **Agravo Interno Cível 0632932-18.2021.8.06.0000/50000** Agravante: João Carlos da Silva MagalhãesAgravado: Banco Sistema S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"168-*** **Agravo de Instrumento 0633060-38.2021.8.06.0000** Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL Agravada: Maria Eva de Sousa **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"169-*** **Agravo de Instrumento 0626529-72.2017.8.06.0000** Agravante: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento Agravado: Devry Educacional do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento com preliminar rejeitada, nos termos do voto do eminente relator"170-*** **Agravo de Instrumento 0628166-19.2021.8.06.0000** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravado: T. H. R. P. M. H. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"171-*** **Agravo de Instrumento 0628385-32.2021.8.06.0000** Agravante: Banco Itaucard S/A Agravado: Paulo Ricardo Gomes de Assunção **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"172-*** **Agravo de Instrumento 0628619-14.2021.8.06.0000** Agravante: Banco C6 Consignado S/A Agravado: Raimundo Rodrigues Ramos **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"173-*** **Agravo de Instrumento 0629596-06.2021.8.06.0000** Agravante: Banco Itaucard S/A Agravado: Emerson Sobrinho Paula **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA

DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"174-*** **Agravo de Instrumento 0630866-65.2021.8.06.0000** Agravante: Telemar Norte Leste S/A - em recuperação judicial Agravado: Alex Maison Lima Rocha **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"175-*** **Agravo de Instrumento 0631911-07.2021.8.06.0000** Agravante: Alisson Henrique Duarte Serviços Agravado: Companhia Energética do Ceará – ENEL **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"176-*** **Agravo de Instrumento 0632271-39.2021.8.06.0000** Agravante: Cicera Cavalcante Pereira Agravado: Hapvida Assistência Médica Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"177-*** **Agravo de Instrumento 0632325-05.2021.8.06.0000** Agravante: Banco do Brasil S/A Agravada: Maria Brito de Menezes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"178-*** **Agravo de Instrumento 0632536-41.2021.8.06.0000** Agravante: Banco C6 Consignado S/A Agravado: Francisco Gomes Moreira **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"179-*** **Agravo de Instrumento 0633382-58.2021.8.06.0000** Agravante: Damião da Silva Santiago Agravado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"180-*** **Agravo de Instrumento 0633405-04.2021.8.06.0000** Agravante: José Evilasio Dantas Agravado: João Alencar & Cia Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento com preliminar acolhidada, nos termos do voto do eminente relator"181-*** **Agravo de Instrumento 0633958-51.2021.8.06.0000** Agravante: Izabel Sales da Silva BernardoAgravado: Allianz Brasil Seguradora S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"182-*** **Agravo de Instrumento 0634120-46.2021.8.06.0000** Agravante: Francisco Ivo Alves SilvaAgravado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"183-*** **Agravo de Instrumento 0634524-97.2021.8.06.0000** Agravante: Banco Bradesco S/AAgravado: José Rocha da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"184-*** **Agravo de Instrumento 0634673-93.2021.8.06.0000** Agravante: Francisco Parceli Evangelista do Amaral Agravada: Maria Djany de Carvalho Araújo **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"185-*** **Agravo de Instrumento 0634874-85.2021.8.06.0000** Agravante: Francisco Parceli Evangelista do Amaral Agravada: Maria Djany de Carvalho Araújo **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"186-*** **Apelação Cível 0164299-90.2016.8.06.0001** Apelante: D. C. M. Apelado: J. C. de M. M. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em recurso prejudicado, nos termos do voto do eminente relator"187-*** **Apelação Cível 0109702-40.2017.8.06.0001** Apelante: Marítima Seguros S/A Apelado: Francisco Cleomilson de Oliveira **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"188-*** **Apelação Cível 0201134-38.2020.8.06.0001** Apelante: Jose Eduardo de Oliveira Apelado: Banco Votorantim S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"189-*** **Apelação Cível 0196714-92.2017.8.06.0001** Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Apelado: Henrique Lima de Castro **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"190-*** **Apelação Cível 0203043-52.2019.8.06.0001** Apte/Apdo: S. de F. C. F. Apte/Apdo: Comunidade Terapêutica Instituto Volta Vida Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em recurso prejudicado, nos termos do voto do eminente relator"191-*** **Apelação Cível 0050624-89.2021.8.06.0029** Apelante: Banco Bradesco S/A Apelada: Maria Evileuda da Silva Marcelino **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"192-*** **Apelação Cível 0736100-68.2000.8.06.0001** Apelante: Sumaré Petróleo e Serviços Ldta. Apelado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados NPL II **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"193-*** **Apelação Cível 0229894-**

94.2020.8.06.0001 Apelante: U. F. - S. C. M. LTDA. Apelada: M. L. R. H. R. P. G. dos S. H. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento com preliminar rejeitada, nos termos do voto do eminente relator"194-*** **Apelação Cível 0000039-19.2018.8.06.0100** Apelante: Maria do Carmo Andrade Apelado: Liberty Seguros S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"195-*** **Apelação Cível 0087462-38.2009.8.06.0001** Apelante: Hapvida Assistência Médica Ltda Apelado: Francisco Isidoro de Morais **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"196-*** **Apelação Cível 0007692-02.2015.8.06.0028** Apelante: Nazaré Euclides da Costa SousaApelado: Banco Cifra S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"197-*** **Apelação Cível 0050804-84.2020.8.06.0112** Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Apelada: Maria Eduarda Teixeira Marques representado por José Gilson MarquesFernandes da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"198-*** **Apelação Cível 0208610-30.2020.8.06.0001** Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Apelada: Francisca Norma de Lima **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"199-*** **Apelação Cível 0050207-56.2020.8.06.0164** Apelante: Alexandre Monteiro Lima Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"200-*** **Apelação Cível 0002903-49.2018.8.06.0029** Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A Apte/Apdo: Maria Alves de Andrade e Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para no mérito negar-lhes provimentos, nos termos do voto do eminente relator"201-*** **Apelação Cível 0000054-59.2010.8.06.0070** Apelante: Companhia Excelsior de Seguros Apelado: Leandro Pereira Bonfim **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"202-*** **Apelação Cível 0000220-25.2018.8.06.0066** Apelante: Banco Bradesco S/A Apelado: Rogério Andrade de Sousa **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"203-*** **Apelação Cível 0000421-97.2019.8.06.0028** Apelante: Maria de Fátima Alves Teles Apelado: Itaú Unibanco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"204-*** **Apelação Cível 0007014-80.2019.8.06.0178** Apelante: Iracema Tabosa de Oliveira Brandão Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"205-*** **Apelação Cível 0007015-65.2019.8.06.0178** Apelante: Maria Gevania da Cruz Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"206-*** **Apelação Cível 0236208-22.2021.8.06.0001** Apelante: A. P. Apelado: M. P. do E. do C. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"207-*** **Apelação Cível 0121063-88.2016.8.06.0001** Apelante: Atlântico Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Apelada: Maria Nilza da Silva Lima **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"208-*** **Apelação Cível 0007674-96.2018.8.06.0085** Apelante: Banco Bradesco S/A Apelado: Raimundo Cristóvao Mororó **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"209-*** **Apelação Cível 0179479-15.2017.8.06.0001** Apelante: Jose Claudio de Sousa Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"210-*** **Apelação Cível 0186777-24.2018.8.06.0001** Apelante: Maria de Fatima Beserra Apelado: Banco Itaú Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"211-*** **Apelação Cível 0003537-89.2019.8.06.0100** Apelante: Jose Gomes de Oliveira Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"212-*** **Apelação Cível 0050141-90.2020.8.06.0030** Apte/Apdo: Francisco Ferreira do ValeApte/Apdo: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO

LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para no mérito dar provimento ao apelo do sr. Francisco e negar provimento ao apelo do Banco Bradesco S/A , nos termos do voto do eminente relator"213-*** **Apelação Cível 0009515-03.2016.8.06.0084** Apte/Apdo: Banco BMG S/A Apte/Apdo: Sebastiana Onofre do Carmo **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para no mérito negar-lhes provimentos, nos termos do voto do eminente relator"214-*** **Apelação Cível 0000339-66.2019.8.06.0028** Apelante: Teresa Iracilda do Nascimento Paulo Apelado: Banco Itaú S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"215-*** **Apelação Cível 0140883-88.2019.8.06.0001** Apelante: IREP – Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda Apelado: Victor Hugo Silvano da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"216-*** **Apelação Cível 0188963-83.2019.8.06.0001** Apelante: Paulo Roberto Pereira de França Apelado: Condomínio Edifício Felicitá **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"217-*** **Apelação Cível 0262820-31.2020.8.06.0001** Apelante: Francisco José de Lima Costa Apelado: 99 Tecnologia Ltda. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"218-*** **Apelação Cível 0050762-69.2021.8.06.0154** Apelante: Danilo Almeida Patrício **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"219-*** **Apelação Cível 0272816-53.2020.8.06.0001** Apelante: Bradesco Saúde S/A Apelado: Carlos Renato Alves Mesquita **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"220-*** **Apelação Cível 0050127-09.2020.8.06.0030** Apelante: Maria Ivone Alcântara de Sousa Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"221-*** **Apelação Cível 0008674-94.2017.8.06.0141** Requerente: F. O. B. Requerido: J. Q. dos S. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"222-*** **Apelação Cível 0008353-36.2019.8.06.0126** Apelante: Maria Militão de Oliveira Apelado: Banco Itaú Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"223-*** **Apelação Cível 0014642-35.2017.8.06.0035** Apelante: Francisco Adolfo de Morais Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"224-*** **Apelação Cível 0008119-54.2019.8.06.0126** Apelante: Miguel Aires Teixeira Apelado: Banco BMG S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"225-*** **Apelação Cível 0009133-73.2019.8.06.0126** Apelante: José Barboza de Freitas Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente relator"226-*** **Apelação Cível 0020843-29.2009.8.06.0001** Apelante: Ricardo Lincoln Barreira Apelado: Paulo Augusto Mealheiro Múrias **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em recurso prejudicado, nos termos do voto do eminente relator"227-*** **Apelação Cível 0167260-43.2012.8.06.0001** Apelante: Maria Valdisa Girão Apelado: Condomínio Edifício Silvia **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"228-*** **Apelação Cível 0055470-70.2016.8.06.0112** Apelante: Antonia Anizete de Sousa Apelado: Corpore Administradora de Benefícios da Saúde – EIRELI **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE (relator), DARIVAL BESERRA PRIMO e Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente relator"229-*** **Apelação Cível 0219453-54.2020.8.06.0001** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL Apelado: Jose Vilamar Farias de Freitas **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"230-*** **Apelação Cível 0016906-76.2017.8.06.0115** Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL Apelada: Maria Ivanilda Guimarães Costa dos Santos **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"231-*** **Apelação Cível 0012550-26.2019.8.06.0064** Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL Apelada: Vanessa Kelley Moreira Rodrigues Aguiar **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"232-*** **Embargos de Declaração Cível 0004957-40.2017.8.06.0120/50000**

Embargante: Francilete Vasconcelos RochaEmbargado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"233-*** **Embargos de Declaração Cível 0011990-03.2013.8.06.0062/50000** Embargante: Banco Votorantim S/A Embargado: Francisco de Assis da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"234-*** **Embargos de Declaração Cível 0007683-03.2014.8.06.0181/50000** Embargante: Maria Vilani Batista da Costa Embargado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"235-*** **Embargos de Declaração Cível 0629238-41.2021.8.06.0000/50001** Embargante: Jader Bezerra Xavier Embargado: Banco ABC Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"236-*** **Embargos de Declaração Cível 0000130-34.2018.8.06.0028/50000** Embargante: Antônio José do Nascimento Embargado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"237-*** **Agravo de Instrumento 0634508-46.2021.8.06.0000** Agravante: L. S. L. Agravada: E. T. de M. M. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da eminente relatora"238-*** **Agravo de Instrumento 0629358-84.2021.8.06.0000** Agravante: Francisco Gianni Brito Medeiros Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto da eminente relatora"239-*** **Agravo de Instrumento 0626576-46.2017.8.06.0000** Agravante: ATRIA - Crédito, Financiamento e Investimento S/AAgravado: EIT Empresa Industrial Técnica S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"240-*** **Agravo de Instrumento 0627898-33.2019.8.06.0000** Agravante: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEEAgravada: Metalgráfica MECESA S/A - em Recuperação Judicial **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"241-*** **Agravo de Instrumento 0630711-33.2019.8.06.0000** Agravante: Iraci Domingos da SilvaAgravado: MFP – Construtora **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"242-*** **Agravo de Instrumento 0621847-69.2020.8.06.0000** Agravante: Softium Informática Ltda Agravado: NW Administradora Ltda – EPP **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"243-*** **Agravo de Instrumento 0628173-11.2021.8.06.0000** Agravante: Banco C6 Consignado S/A Agravado: Cícero Vieira Cabral **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"244-*** **Agravo de Instrumento 0630782-64.2021.8.06.0000** Agravante: P. H. da S. S. R. P. A. L. da S.S. Agravado: I. N. S. O. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"245-*** **Agravo de Instrumento 0631707-60.2021.8.06.0000** Agravante: M. B. C. R. D. Agravado: M. M. D. F. **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da eminente relatora"246-*** **Agravo de Instrumento 0632413-43.2021.8.06.0000** Agravante: Lar Torres de Melo Agravado: Francisco Santana da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da eminente relatora"247-*** **Agravo de Instrumento 0634848-87.2021.8.06.0000** Agravante: Jacqueline Pimentel Lopes Agravada: Maria Tereza Pimentel Lopes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto da eminente relatora"248-*** **Agravo de Instrumento 0636481-36.2021.8.06.0000** Agravante: Dionizia Rosena Lima de Sousa Agravado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"249-*** **Agravo de Instrumento 0635296-60.2021.8.06.0000** Agravante: Wallace Batista CavalcanteAgravada: Maria Irene Mota Batista **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"250-*** **Agravo de Instrumento 0637334-45.2021.8.06.0000** Agravante: Banco Daycoval S/A Agravado: José Wilson de Sousa **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto da eminente relatora"251-*** **Apelação Cível 0037135-97.2014.8.06.0071** Apelante: Joana Maria Pedroza MachadoApelado: Marcelo Lima Primo **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA

DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, preliminar rejeitada, nos termos do voto da eminente relatora"252-*** **Apelação Cível 0036570-67.2005.8.06.0001** Apelante: Monalisa Batista Vieira Silva Apelado: Votorantim Cimentos N/NE S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"253*** **Apelação Cível 0012394-74.2016.8.06.0086** Apelante: Banco Itaú Consignado S/A Apelado: Francisco Joélio Lopes Pereira **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, preliminar rejeitada, nos termos do voto da eminente relatora"254-*** **Apelação Cível 0016787-38.2016.8.06.0055** Apelante: Francisca Joseniza Pessoa Pereira Apelada: Mara Priscila Constantino Lima **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, nos termos do voto da eminente relatora"255-*** **Apelação Cível 0204344-73.2015.8.06.0001** Apelante: Fabiano Nunes Monteiro Apelado: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"256-*** **Apelação Cível 0180448-06.2012.8.06.0001** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/AApelado: Átila Alcântara Lopes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"257-*** **Apelação Cível 0004465-08.2006.8.06.0064** Apelante: Francisco Wilson Moraes da Rocha Apelado: Massa Falida de Terra Companhia de Crédito Imobiliário **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em recurso para prejudicado, nos termos do voto da eminente relatora"258-*** **Apelação Cível 0189683-50.2019.8.06.0001** Apelante: Embracon Administradora de Consórcio LtdaApelada: Maria Azelândia Ferreira Rodrigues Almeida **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da eminente relatora"259-*** **Apelação Cível 0133799-36.2019.8.06.0001** Apelante: Maria do Socorro Gouveia Pimentel Apelado: Banco Votorantim S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, preliminar rejeitada, nos termos do voto da eminente relatora"260-*** **Apelação Cível 0007247-67.2012.8.06.0099** Apelante: Banco Volkswagen S/A Apelada: Isabel Ursulino Lopes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em recurso para prejudicado, nos termos do voto da eminente relatora"261-*** **Apelação Cível 0164414-09.2019.8.06.0001** Apelante: Maria Sonia LimaApelado: Itaú Unibanco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"261-*** **Apelação Cível 0273047-80.2020.8.06.0001** Apelante: João Rodrigues da Silva Junior Apelado:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"262-*** **Apelação Cível 0220433-64.2021.8.06.0001** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A Apelado: Expedito Dayvid da Silva Rodrigues **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"263-*** **Apelação Cível 0051711-92.2020.8.06.0101** Apelante: Banco Honda S/A Apelada: Rochele Neliane de Sousa **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"264-*** **Apelação Cível 0249754-47.2021.8.06.0001** Apelante: Regia Cristina Rodrigues de Oliveira Apelado: Banco Volkswagen S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"265-*** **Apelação Cível 0109925-56.2018.8.06.0001** Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda Apelada: Jose Anderson Pereira Gomes **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"266-*** **Apelação Cível 0000487-77.2019.8.06.0028** Apelante: Manoel Evangelista da Silva Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"267-*** **Apelação Cível 0231627-61.2021.8.06.0001** Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/AApelado: Marcos Antonio Braga dos Santos **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"268-*** **Apelação Cível 0000438-36.2019.8.06.0028** Apelante: Maria Beatriz Araújo de PauloApelado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"269-*** **Apelação Cível 0903285-43.2014.8.06.0001** Apelante: Espólio de Francisco Saraiva de Oliveira Apelado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do**

julgamento: ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"270-*** **Apelação Cível 0009941-52.2017.8.06.0028** Apelante: Tereza Ferreira de Araujo Apelado: Banco BMG S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"271-*** **Apelação Cível 0181800-57.2016.8.06.0001** Apelante: Banco Honda S/A Apelado: Jose Robson Martins do Nascimento **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"272-*** **Apelação Cível 0000527-91.2018.8.06.0158** Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Apelada: Sâmea Ellen Sombra da Silva **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"273-*** **Apelação Cível 0182277-75.2019.8.06.0001** Apelante: José Egnilson da Cunha Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"274-*** **Apelação Cível 0050103-96.2019.8.06.0100** Apelante: Maria de Fatima Lima MagalhãesApelado: Banco Pan S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"275-*** **Apelação Cível 0009685-38.2019.8.06.0126** Apelante: Maria Marlene Costa Apelado: Banco Itaú Consignado S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe parcial provimento, preliminar rejeitada nos termos do voto da eminente relatora"276-*** **Apelação Cível 0050832-88.2020.8.06.0100** Apelante: Maria da Conceiçao Silva Apelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"277-*** **Apelação Cível 0049849-18.2008.8.06.0001** Apelante: Djalma Martins Araujo Apelado: Mapfre Seguros Gerais S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"278-*** **Apelação Cível 0009238-87.2018.8.06.0028** Apelante: José Lúcio de Souza Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"279-*** **Apelação Cível 0000444-43.2019.8.06.0028** Apelante: Maria Beatriz Araujo de Paulo Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"280-*** **Apelação Cível 0009032-44.2016.8.06.0028** Apelante: Maria Esmerino da Silva Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"281-*** **Apelação Cível 0000613-30.2019.8.06.0028** Apelante: Maria de Lourdes FerreiraApelado: Banco Bradesco S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"282-*** **Apelação Cível 0003833-79.2016.8.06.0177** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL Apelado: Luis Adriano Ferreira Rodrigues **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"283-*** **Apelação Cível 0052853-27.2020.8.06.0071** Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Apelado: Francisco Chagas Saraiva Ribeiro **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"284-*** **Apelação Cível 0055313-58.2020.8.06.0112** Apelante: Flaviano Ribeiro Gomes Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"285-*** **Apelação Cível 0229194-21.2020.8.06.0001** Apelante: Antonia Neli Martins Nascimento Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora"286-*** **Apelação Cível 0888399-39.2014.8.06.0001** Apelante: Maria Ilna Marinho de Queiroz Apelado: Banco do Brasil S/A **Julgadores:** Exmos. Srs. Des. Desa. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO (relatora), Des. DARIVAL BESERRA PRIMO e Des. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **Síntese do julgamento:** ***"A Câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora".*** **PROCESSOS RETIRADOS DE MESA:** O eminente Des. Carlos Alberto Mendes Forte requereu que fosse adiado a Apelação Cível 0022640-25.2018.8.06.0001, a Apelação Cível 0004925-14.2013.8.06.0140, e o Agravo de Instrumento 0630664-88.2021.8.06.0000. A eminente Desa. Maria de Fátima de Melo Loureiro: requereu que fosse adiado a Apelação Nº 0873859-83.2014.8.06.0001, e a Apelação Cível 0133306-30.2017.8.06.0001 **PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA :** O eminente Des. Francisco Darival Besera Primo requereu que fosse retirado de pauta os Embargos de Declaração Cível 0064206-27.2016.8.06.0064/50000, os Agravo de Instrumento 0631186-18.2021.8.06.0000, Agravo de Instrumento 0632638-63.2021.8.06.0000 e a Apelação Cível 0007552-65.2015.8.06.0028. O eminente Des. Carlos Alberto Mendes Forte reuqereu

que fosse retirado de pauta a Apelação Cível 0263117-38.2020.8.06.0001, o Agravo de Instrumento 0633373-96.2021.8.06.0000, e os Embargos de Declaração Cível 0142009-47.2017.8.06.0001/50000, Embargos de Declaração Cível 0182345-93.2017.8.06.0001/50000 . A eminente Desa. Maria de Fátima de Melo Loureiro: requereu que fosse retirado de pauta o Agravo de Instrumento 0634977-92.2021.8.06.0000, a Apelação Cível 0155638-20.2019.8.06.0001, e a Apelação Cível 0123596-20.2016.8.06.0001. **TÉRMINO DOS TRABALHOS:** agradeceu a Deus e a todos os presentes e, como nada mais houvesse a tratar, deu por encerrada a Sessão, lavrando-se a presente Ata, a qual lida e aprovada, vai adiante assinada. Fortaleza, 01 de dezembro de 2021.

CARLOS ALBERTO MENDES FORTE
PRESIDENTE *da 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO*
KÁTIA CILENE TEIXEIRA
COORDENADORA DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

3ª Câmara de Direito Privado

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Privado

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0002145-55.2021.8.06.0000Conflito de competência cível. Suscitante: J. de D. da 2 V. C. da C. de Q.. Suscitado: J. de D. da 1 V. C. da C. de Q.. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS DA 1ª (SUSCITADO) E 2ª (SUSCITANTE) VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE QUIXADÁ. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA. JUÍZO SUSCITADO QUE DECLAROU SUA INCOMPETÊNCIA POR ENTENDER QUE O FEITO ERA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, IN CASU, O JUÍZO SUSCITANTE. AÇÕES DE GUARDA QUE SOMENTE SÃO DE COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE QUANDO HÁ AMEAÇA OU VIOLÊNCIA AOS DIREITOS MENORISTAS, CONFORME ART. 148, PARÁGRAFO ÚNICO, ALÍNEA “A” C/C ART. 98, II, AMBOS DO ECA. NÃO VERIFICAÇÃO DO REQUISITO NO CASO CONCRETO. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO DE RISCO. AÇÃO EM EPÍGRAFE AFETA AO JUÍZO DE FAMÍLIA. ARTS. 5º E 7º, INCISOS VII E VIII, DA RESOLUÇÃO Nº. 07/2020, DO PLENO DO TJCE. NÃO HAVENDO JUÍZO ESPECIALIZADO OU COM COMPETÊNCIA PRIVATIVA EM DIREITO DE FAMÍLIA NA COMARCA, CONFORME O CASO EM LIÇA, DEVE SER DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO AO QUAL A AÇÃO FOI INICIALMENTE DISTRIBUÍDA, QUAL SEJA, O JUÍZO SUSCITADO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR SE A AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO GUARDA EM EPÍGRAFE É DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE OU DO JUÍZO DE FAMÍLIA. 2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, EM SEUS ART. 148, PARÁGRAFO ÚNICO, ALÍNEA “A” C/C ART. 98, ADUZ QUE O JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE SERÁ COMPETENTE PARA CONHECER DE PEDIDOS DE GUARDA E TUTELA QUANDO AS CRIANÇAS OU ADOLESCENTES TUTELADOS TIVEREM SEUS DIREITOS AMEAÇADOS OU VIOLADOS POR FALTA, OMISSÃO OU ABUSO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS.3. DESSA FORMA, VERIFICA-SE QUE SOMENTE É COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE AS AÇÕES DE GUARDA QUE SÃO PAUTADAS EM VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES, EXCLUINDO-SE DE SUA COMPETÊNCIA OS CASOS EM QUE SE CUIDAM DE PEDIDO DE GUARDA SEM, NO ENTANTO, VERSAREM SOBRE O MALFERIMENTO AOS DIREITOS DOS MENORES, QUANDO ENTÃO SERÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA.4. NESSA SENDA, É CEDIÇO A SITUAÇÃO DE RISCO NÃO PODE SER CONJECTURADA, MAS EVIDENCIADA PELAS PROVAS CONSTANTES DO PROCESSO. E ESSA É A MENS LEGIS QUE EMANA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, SOB O PRISMA DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL QUE É O ALICERCE DAS NORMAS MENORISTAS. PORTANTO, A COMPETÊNCIA SOMENTE SERÁ CONFERIDA AO JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, QUANDO EVIDENCIADA SITUAÇÃO DE RISCO, SENDO ASSIM NECESSÁRIA UMA SINDICÂNCIA JUDICIAL PRÉVIA DO CASO CONCRETO SOB ANÁLISE.5. ASSIM, COMO BEM DELINEOU A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA ÀS FLS. 32/33, “DO PANORAMA FÁTICO IDENTIFICÁVEL NOS AUTOS, NÃO HÁ COMO SE POSSA COLHER, ASSIM, QUALQUER SITUAÇÃO QUE INDIQUE CONFIGURAÇÃO DE RISCO DA CRIANÇA ANA KARINE, MAS, AO CONTRÁRIO, SEGURA E CLARA SITUAÇÃO DE CONFORTO E RESPEITO À EFETIVAÇÃO DE SEUS DIREITOS, INCLUSIVE SE ACHA MATRICULADA NA ESCOLA DO MUNICÍPIO, DE TAL MODO A AFASTAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E A LEGITIMAR O JUÍZO DA FAMÍLIA COMO COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR A ALUDIDA AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE GUARDA DO REFERIDO MENOR, POIS SALTA EVIDENTE QUE A CRIANÇA NÃO SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE RISCO”.6. DESSA FORMA, ANTE A AUSÊNCIA DE SITUAÇÃO DE RISCO E/OU VIOLAÇÃO AOS DIREITOS MENORISTAS NO CASO CONCRETO, INEXISTINDO RAZÃO PARA A ATRIBUIÇÃO DO FEITO À COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, DEVE O FEITO SER ANALISADO POR UMA DAS VARAS DE COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS DEMANDAS AFETAS AO DIREITO DE FAMÍLIA.7. NO CASO DA COMARCA DE QUIXADÁ, A RESOLUÇÃO Nº. 07/2020, DO PLENO DO TJCE, EM SEUS ARTS. 5º E 7º, INCISOS VII E VIII, PREVÊ A COMPETÊNCIA DAS 1ª E 2ª VARAS CÍVEIS, TAS QUAIS POSSUEM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR, JULGAR E EXECUTAR AS AÇÕES CÍVEIS, NÃO SE OBSERVANDO, NO ENTANTO A EXISTÊNCIA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA PARA AS DEMANDAS ATINENTES AO DIREITO DE FAMÍLIA.8. DESTARTE, CONSIDERANDO QUE O FEITO FORA INICIALMENTE DISTRIBUÍDO POR SORTEIO AO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ, ORA SUSCITADO, DEVE ESTA SER DECLARADA COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE GUARDA EM EPÍGRAFE, RAZÃO PELA QUAL O PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA É DE SER CONHECIDO E PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.9. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO, DECLARANDO-SE A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO ORIGINÁRIA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL

DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR, A COMPETÊNCIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORACINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR SE A AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO GUARDA EM EPÍGRAFE É DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE OU DO JUÍZO DE FAMÍLIA.

0002475-52.2021.8.06.0000Conflito de competência cível. Suscitante: Juiz de Direito da 11ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 15ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Terceira: M. O. de O. F.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE O JUÍZO DA AÇÃO DE SOBREPARTILHA (15ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA - SUSCITADO) E O JUÍZO NO QUAL TRAMITOU AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, JÁ TRANSITADA EM JULGADO (11ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA - SUSCITANTE). CONEXÃO NÃO VERIFICADA. ART. 55, § 1º, CPC. SÚMULA 235, DO STJ. AÇÕES INDEPENDENTES E COM IDENTIDADE PRÓPRIA. INEXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE OU RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE CONEXÃO ENTRE A AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, NA QUAL HOMOLOGOU-SE JUDICIAL ACORDO EM QUE SE PREVIA A PARTILHA DE BENS DO CASAL, JÁ TRANSITADA EM JULGADO, E AÇÃO DE SOBREPARTILHA, APTAS A ENSEJAR A PREVENÇÃO DO JUÍZO QUE HOMOLOGOU O ACORDO EM SEDE DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, QUAL SEJA, A 11ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA.2. O INSTITUTO DA CONEXÃO E PREVENÇÃO POSSUI O ESCOPO DE EVITAR DECISÕES CONFLITANTES, TENDO EM VISTA ESTAREM DOIS OU MAIS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO SIMULTANEAMENTE, VERSANDO SOBRE O MESMO FATO E MATÉRIA. SOBRE O TEMA, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM SEU ART. 55, §1º, ADUZ QUE "OS PROCESSOS DE AÇÕES CONEXAS SERÃO REUNIDOS PARA DECISÃO CONJUNTA, SALVO SE UM DELES JÁ HOUVER SIDO SENTENCIADO.". EM MESMO SENTIDO, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SUMULADO NO SENTIDO DE QUE A CONEXÃO NÃO PROMOVERÁ SUA CONSEQUÊNCIA NATURAL DE AGRUPAMENTO DOS FEITOS, CASO UM DELES TENHA SIDO FINALIZADO, IN VERBIS: "SÚMULA Nº 235: A CONEXÃO NÃO DETERMINA A REUNIÃO DOS PROCESSOS, SE UM DELES JÁ FOI JULGADO.".3. NO CASO DOS AUTOS, TEM-SE QUE A AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL QUE ENSEJARIA A CONEXÃO COM A AÇÃO DE SOBREPARTILHA JÁ SE ENCONTRA DECIDIDA E TRANSITADA EM JULGADO, NÃO CABENDO A REUNIÃO DOS PROCESSOS PARA JULGAMENTO CONJUNTO, UMA VEZ QUE SOMENTE AS DEMANDAS QUE SE ENCONTRAM EM TRÂMITE SIMULTANEAMENTE SÃO PASSÍVEIS DESSE EFEITO AGLUTINADOR ORIUNDO DA CONEXÃO.4. DESSA FORMA, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CONEXÃO DAS REFERIDAS AÇÕES, SENDO A LEI E JURISPRUDÊNCIA EXPRESSAS AO AFIRMAREM QUE PARA AS DEMANDAS SEREM REUNIDAS É NECESSÁRIO QUE AMBAS ESTEJAM EM TRÂMITE. ASSIM, RESTA DESCABIDA A ALEGAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO ARRAZOADA NA CONEXÃO ENTRE AÇÕES, QUANDO UMA JÁ FOI JULGADA, INCLUSIVE COM TRÂNSITO EM JULGADO, RAZÃO PELA QUAL DEVE O PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA SER CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE SOBREPARTILHA EM EPÍGRAFE.5. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE SOBREPARTILHA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.RELATÓRIO

0002885-13.2021.8.06.0000Conflito de competência cível. Suscitante: Juiz de Direito da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Terceira: N. B. A.. Advogada: Joyceane Bezerra de Menezes (OAB: 9442/CE). Advogado: Luis Paulo dos Santos Pontes (OAB: 30560/CE). Advogada: Uinie Caminha (OAB: 12236/CE). Terceiro: R. M. R.. Advogado: Marcos Pereira Torquato (OAB: 18288/CE). Advogada: Marjory Dias Barreto Fontenele (OAB: 31189/CE). Advogado: Rodrigo Oliveira Alcantara Fontenele (OAB: 31190/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE O JUÍZO DA AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS (2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA - SUSCITADO) E O JUÍZO NO QUAL TRAMITOU AÇÃO DE DIVÓRCIO, JÁ TRANSITADA EM JULGADO (18ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA - SUSCITANTE). CONEXÃO NÃO VERIFICADA. ART. 55, § 1º, CPC. SÚMULA 235, DO STJ. AÇÕES INDEPENDENTES E COM IDENTIDADE PRÓPRIA. INEXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE OU RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE CONEXÃO ENTRE A AÇÃO DE DIVÓRCIO, NA QUAL HOMOLOGOU-SE JUDICIAL ACORDO EM QUE SE PREVIA O DIREITO DE VISITAÇÃO DO FILHO MENOR, JÁ TRANSITADA EM JULGADO, E AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS, APTAS A ENSEJAR A PREVENÇÃO DO JUÍZO QUE HOMOLOGOU O ACORDO EM SEDE DE DIVÓRCIO, QUAL SEJA, A 18ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA.2. O INSTITUTO DA CONEXÃO E PREVENÇÃO POSSUI O ESCOPO DE EVITAR DECISÕES CONFLITANTES, TENDO EM VISTA ESTAREM DOIS OU MAIS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO SIMULTANEAMENTE, VERSANDO SOBRE O MESMO FATO E MATÉRIA. SOBRE O TEMA, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM SEU ART. 55, §1º, ADUZ QUE "OS PROCESSOS DE AÇÕES CONEXAS SERÃO REUNIDOS PARA DECISÃO CONJUNTA, SALVO SE UM DELES JÁ HOUVER SIDO SENTENCIADO.". EM MESMO SENTIDO, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SUMULADO NO SENTIDO DE QUE A CONEXÃO NÃO PROMOVERÁ SUA CONSEQUÊNCIA NATURAL DE AGRUPAMENTO DOS FEITOS, CASO UM DELES TENHA SIDO FINALIZADO, IN VERBIS: "SÚMULA Nº 235: A CONEXÃO NÃO DETERMINA A REUNIÃO DOS PROCESSOS, SE UM DELES JÁ FOI JULGADO.".3. NO CASO DOS AUTOS, TEM-SE QUE A AÇÃO DE DIVÓRCIO QUE ENSEJARIA A CONEXÃO COM A AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE VISITAS JÁ SE ENCONTRA DECIDIDA E TRANSITADA EM JULGADO, NÃO CABENDO A REUNIÃO DOS PROCESSOS PARA JULGAMENTO CONJUNTO, UMA VEZ QUE SOMENTE AS DEMANDAS QUE SE ENCONTRAM EM TRÂMITE SIMULTANEAMENTE SÃO PASSÍVEIS DESSE EFEITO AGLUTINADOR ORIUNDO DA CONEXÃO.4. ADEMAIS, NÃO SE VERIFICA NATUREZA SUCESSIVA, SUBSIDIÁRIA OU COMPLEMENTAR ENTRE AS AÇÕES, INEXISTINDO A ACESSORIEDADE PREVISTA NO ART. 61, DO CPC, PORQUANTO SÃO ESTAS INDEPENDENTES

ENTRE SI E POSSUEM SUBSISTÊNCIA PRÓPRIA, COM PEDIDOS E CAUSAS DE PEDIR DIFERENTES.5. DESSA FORMA, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CONEXÃO DAS REFERIDAS AÇÕES, SENDO A LEI E JURISPRUDÊNCIA EXPRESSAS AO AFIRMAREM QUE PARA AS DEMANDAS SEREM REUNIDAS É NECESSÁRIO QUE AMBAS ESTEJAM EM TRÂMITE. ASSIM, RESTA DESCABIDA A ALEGAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO ARRAZOADA NA CONEXÃO ENTRE AÇÕES, QUANDO UMA JÁ FOI JULGADA, INCLUSIVE COM TRÂNSITO EM JULGADO, RAZÃO PELA QUAL DEVE O PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA SER CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE VISITAS EM EPÍGRAFE.7. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.RELATÓRIO

0003304-85.2019.8.06.0070Apelação Cível. Apelante: I. K. V. S. R. P. D. V. G.. Advogada: Bruna Brigida Bezerra Torres (OAB: 26075/CE). Apelado: J. S. de M. N.. Advogado: Francisco de Sousa Braz (OAB: 5175/CE). Advogada: Laila Ribeiro da Silva (OAB: 42666/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE ALIMENTOS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DAS PARTES, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DURANTE PERÍODO PANDÊMICO. VERIFICAÇÃO DE ERROR IN PROCEDENDO E ERROR IN JUDICANDO. AUSÊNCIA DA PARTE AUTORA DA AÇÃO DE ALIMENTOS, CUJO RITO É ESPECIAL, ENSEJA SOMENTE O ARQUIVAMENTO DO FEITO, NÃO SUA EXTINÇÃO, CONFORME ARTS. 6º E 7º, DA LEI DE ALIMENTOS (LEI Nº. 5.478/68). INOBSERVÂNCIA DO JUÍZO A QUO À RESOLUÇÃO Nº. 314/2020 DO CNJ, ART. 6º, § 3º, QUE VERSA SOBRE O PROCEDIMENTO DAS AUDIÊNCIAS VIRTUAIS NO PERÍODO DA PANDEMIA. NECESSÁRIA CONSIDERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE INTIMAÇÃO DAS PARTES E TESTEMUNHAS, SENDO VEDADA A ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE AOS ADVOGADOS A PROVIDENCIAREM O COMPARECIMENTO DESTAS AO ATO. JUÍZO SENTENCIANTE QUE DETERMINOU APENAS A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DOS ADVOGADOS DAS PARTES, SEM PROVIDENCIAR NENHUMA DILIGÊNCIA PARA INTIMAÇÃO PESSOAL DAS PARTES. QUEBRA, EM CADEIA, DOS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA, DEVIDO PROCESSO LEGAL, ACESSO À JUSTIÇA, INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS, COOPERAÇÃO, AMPLA DEFESA, CELERIDADE E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEVIDA DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA E RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE NOVA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR A CONFIGURAÇÃO DE NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO REALIZADA EM 18/08/2020, POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA ATRAVÉS DA PLATAFORMA WEBEX, DA QUAL APENAS OS ADVOGADOS DAS PARTES FORAM INTIMADOS PELO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO, NÃO TENDO OS LITIGANTES, SEUS PATRONOS E TESTEMUNHAS COMPARECIDO AO ATO, ENSEJANDO A EXTINÇÃO DA AÇÃO DE ALIMENTOS, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, PELO JUÍZO A QUO.2. NO CASO CONCRETO: I) A PARTE ORA APELANTE, MENOR IMPÚBERE REPRESENTADA POR SUA GENITORA, ATUALMENTE CONTANDO COM 03 (TRÊS) ANOS DE IDADE, CONFORME CERTIDÃO DE NASCIMENTO À FL. 10, AJUIZOU A AÇÃO DE ALIMENTOS ORIGINÁRIA EM DESFAVOR DE SEU GENITOR, ORA APELADO, PLEITEANDO A FIXAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA NO IMPORTE DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO; II) O JUÍZO A QUO SENTENCIOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DE TER INTIMADO AS PARTES, POR INTERMÉDIO DE SEUS ADVOGADOS, MEDIANTE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO (FL. 84), PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO OCORRIDA EM 18/08/2020, POR VIDEOCONFERÊNCIA NA PLATAFORMA WEBEX, NA QUAL RESTARAM AUSENTES AS PARTES, SEUS ADVOGADOS E TESTEMUNHAS.3. ANALISANDO-SE A SENTENÇA VERGASTADA (FL. 84), VERIFICA-SE, DE PLANO, A NECESSIDADE DE SUA REFORMA ANTE A OCORRÊNCIA DE ERROR IN PROCEDENDO E ERROR IN JUDICANDO, POR TER EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, FUNDAMENTADO NA AUSÊNCIA DAS PARTES NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, ENQUANTO DISPÕE EXPRESSAMENTE A LEI DE ALIMENTOS (LEI Nº. 5.478/68), EM SEUS ARTS. 6º C/C 7º, QUE AS AÇÕES DE ALIMENTOS TÊM RITO ESPECIAL, ENSEJANDO A AUSÊNCIA DA PARTE AUTORA NO ATO AUDIENCIAL APENAS O ARQUIVAMENTO DO FEITO, CONTRA O QUAL BASTA SIMPLES PETICIONAMENTO NOS AUTOS PLEITEANDO O DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS PARA QUE O FEITO RETORNE AO SEU NORMAL PROCESSAMENTO, E NÃO A SUA EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO MERITÓRIA, TENDO-SE, POR CONSEQUÊNCIA, MAIOR ONEROSIDADE À PARTE AUTORAL, A QUAL É PRESUMIDAMENTE É VULNERÁVEL PROCESSUAL E MATERIALMENTE.4. PODE-SE VERIFICAR, AINDA, A INOBSERVÂNCIA À RESOLUÇÃO Nº. 314/2020 DO CNJ, QUE VERSA SOBRE O PROCEDIMENTO PARA AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO, DISPONDO EM SEU ART. 6º, §3º, QUE DEVEM SER CONSIDERADAS AS DIFICULDADES DE INTIMAÇÃO DE PARTES E TESTEMUNHAS, REALIZANDO-SE ESSES ATOS SOMENTE QUANDO FOR POSSÍVEL A PARTICIPAÇÃO, VEDADA A ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE AOS ADVOGADOS E PROCURADORES EM PROVIDENCIAREM O COMPARECIMENTO DE PARTES E TESTEMUNHAS A QUALQUER LOCALIDADE FORA DE PRÉDIOS OFICIAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA PARTICIPAÇÃO EM ATOS VIRTUAIS5. ISSO PORQUE, CONFORME BEM DELINEOU A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA À FL. 115, ENTRE A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OCORRIDA EM 04/09/2019 E A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO EM 18/08/2020, DECORREU-SE MAIS DE 1 (UM) ANO, NÃO SE CONSTATANDO NENHUMA DILIGÊNCIA POR PARTE DO JUÍZO DE ORIGEM EM INTIMAR AS PARTES PESSOALMENTE, POR QUALQUER MEIO, BEM QUANTO AS TESTEMUNHAS, SOBRE A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.6. ASSIM, PODE-SE CONCLUIR QUE O JUÍZO A QUO NÃO CUIDOU EM CONSIDERAR AS DIFICULDADES E PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, PORQUANTO AS PARTES SÃO HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS, DOMICILIADOS NA COMARCA DE CRATEÚS, NO INTERIOR DO CEARÁ, ONDE O ACESSO À INTERNET AINDA É LIMITADO E A IMPLANTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS VIRTUAIS AINDA ESTAVAM EM ESTÁGIO INICIAL E EXPERIMENTAL, NÃO TENDO ASSEGURADO A INTIMAÇÃO DAS PARTES, APENAS DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DOS ADVOGADOS (FL. 84), SENDO CERTA, CONFORME O ARTIGO PREFALADO, A VEDAÇÃO DE TAL ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE AOS ADVOGADOS E PROCURADORES DAS PARTES. DESSE MODO, EM SITUAÇÕES SEMELHANTES OS TRIBUNAIS PÁTRIOS TÊM SE MANIFESTADO PELA NULIDADE DA AUDIÊNCIA E SENTENÇA, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O SEU REGULAR PROCESSAMENTO.7. NESSE ESTEIO, VERIFICANDO-SE QUE A SENTENÇA OBJURGADA QUEBROU, EM CADEIA, OS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA, DEVIDO PROCESSO LEGAL, ACESSO À JUSTIÇA, INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS, COOPERAÇÃO, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, CELERIDADE E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL,

DEVEM A DECISÃO E A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO SER ANULADAS, COM RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM, PARA QUE HAJA O NORMAL PROCESSAMENTO DA AÇÃO DE ALIMENTOS, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE NOVA AUDIÊNCIA INSTRUTÓRIA, RAZÃO PELA QUAL O RECURSO EM EPÍGRAFE MERECE PROVIMENTO, CONFORME PARECER DA PGJ.8. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DO PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, ANULANDO-SE A SENTENÇA OBJURGADA, NOS TERMOS DO VOTO DA EMINENTE RELATORA, PARTE INTEGRANTE DESTE.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0050185-28.2020.8.06.0057Apelação Cível. Apelante: J. R. P. da S.. Advogado: Francisco Alves Moreira (OAB: 31818/CE). Apelada: A. T. F. P.. Advogada: Sônia Maria Lopes Matos (OAB: 8675/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA AOS PLEITOS AUTORAIS, MANTENDO A PENSÃO ALIMENTÍCIA NA MONTA DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE OS VENCIMENTOS E VANTAGENS DO GENITOR, ORA APELANTE. ALIMENTADA ATUALMENTE CONTANDO COM 23 (VINTE E TRÊS) ANOS DE IDADE, REGULARMENTE MATRICULADA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, NO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO. IMPOSSIBILIDADE DE AUTOSSUSTENTO DA APELADA EVIDENCIADA. APELANTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS DE PROVAR A IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O ENCARGO ALIMENTAR, A TEOR DO ART. 373, II, DO CPC. PENSÃO ALIMENTÍCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA NA POSSIBILIDADE DE EXONERAR O APELANTE DA PENSÃO ALIMENTÍCIA ORIGINALMENTE FIXADA EM 20% (VINTE POR CENTO) DOS SEUS PROVENTOS EM FAVOR DE SUA FILHA, ORA APELADA, QUE ATUALMENTE CONTA COM 23 (VINTE E TRÊS) ANOS DE IDADE.2. É CEDIÇO QUE, NO CASO DE FIXAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE ALIMENTOS AOS FILHOS MAIORES, NÃO BASTA SOMENTE A EXISTÊNCIA DO VÍNCULO DE PARENTESCO PARA QUE A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR SE TORNE EXIGÍVEL. DADO O SEU CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE, MISTER A COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO ALIMENTADO DE PROVER A SUA SUBSISTÊNCIA, VISTO QUE NÃO SERÃO DEVIDOS ALIMENTOS ÀQUELES QUE, PODENDO TRABALHAR, NÃO O FAZEM, CONFORME PRELECIONA O ART. 1.695, DO CC.3. NO CASO CONCRETO, A ALIMENTADA/APELADA, QUE ATUALMENTE CONTA COM 23 (VINTE E TRÊS) ANOS DE IDADE, COMPROVOU ÀS FLS. 32/33, ESTAR REGULARMENTE MATRICULADA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA PELA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO, DESDE 18/02/2020, RESTANDO COMPROVADA, PORTANTO, A SUA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOSSUSTENTO, CONFORME PACIFICADA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. O APELANTE, POR SUA VEZ, NÃO TROUXE AOS AUTOS NENHUM DOCUMENTO QUE COMPROVASSE FATO MODIFICATIVO DO DIREITO DA APELADA AO RECEBIMENTO DA VERBA ALIMENTAR, DO MESMO MODO QUE NÃO COMPROVOU SUA INCAPACIDADE DE ARCAR COM O REFERIDO ÔNUS, NÃO TENDO SE DESINCUMBIDO DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO, A TEOR DO ART. 373, II, DO CPC.4. NESSE ESTEIO, HAVENDO COMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOSSUSTENTO DA ALIMENTADA, POR CURSAR GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA PELA FAMETRO, NÃO HÁ JUSTIFICATIVA PARA DETERMINAR A EXONERAÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA, CONFORME ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE SODALÍCIO.5. ASSIM, O PLEITO RECURSAL DE EXONERAÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA NÃO ENCONTRA GUARIDA NAS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS, NÃO TENDO O APELANTE SE DESINCUMBIDO DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO, CONFORME ART. 373, II, DO CPC, DE MODO QUE, RESTANDO DEVIDAMENTE COMPROVADA A NECESSIDADE ALIMENTAR DA APELADA, DEVE O ENCARGO ALIMENTAR SER MANTIDO HÍGIDO E O RECURSO EM LIÇA IMPROVIDO, CONFORME PARECER DA PGJ.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DO PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA EMINENTE RELATORA, PARTE INTEGRANTE DESTE.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0050985-35.2020.8.06.0064Apelação Cível. Apte/Apdo: Fazenda Poço Verde S/A. Advogado: Ademar Mendes Bezerra Junior (OAB: 15786/CE). Apte/Apdo: Construtora Silveira S/A. Apte/Apdo: Granitos S/A. Advogada: Juliana de Abreu Teixeira (OAB: 13463/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO EMPRESARIAL. AÇÃO DE EXCLUSÃO DE SÓCIO ACIONISTA. POSSIBILIDADE. SOCIEDADE ANÔNIMA DE NATUREZA INTUITU PERSONAE. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. CONCORRÊNCIA DESLEAL. VIOLAÇÃO AOS DEVERES DE LEALDADE E COOPERAÇÃO RECÍPROCA. 1. Trata-se de recursos de apelação interpostos por Construtora Silveira S/A e Granitos S/A e pela Fazenda Poço Verde S/A em face da sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia/CE nos autos da Ação de Exclusão de Acionista de nº 0050985-35.2020.8.06.0064, promovida pelas duas primeiras apelantes com o intuito de proceder à exclusão da empresa Poço Verde S/A da sociedade Granitos S/A (GRANOS) e julgada procedente pelo Juízo de origem. Apelação da Fazenda Poço Verde S/A: 2. O recurso apelatório da Fazenda Poço Verde S/A foi manejado no intuito de reformar o decisum que determinou sua exclusão do quadro de acionistas da Granitos S/A. 3. A título de preliminar, alega a Apelante que é nula a sentença vergastada, uma vez que a magistrada teria decidido o feito sem o devido saneamento, julgando-o de forma antecipada sem prévia intimação das partes. Ocorre que a realização do julgamento antecipado do mérito sem o prévio anúncio não resulta necessariamente em uma nulidade processual, impondo-se a análise individual do caso concreto para se aferir se houve efetivo prejuízo às partes e ao adequado deslinde do feito, resultando em aferição deficitária da verdade material. No caso, depreende-se da sentença que a magistrada a quo entendeu pela desnecessidade de produção de mais provas, considerando o conjunto fático-probatório já constante nos autos. Compulsando-se estes, é possível confirmar tal entendimento, tendo em vista o vasto conteúdo probatório, formado por diversos documentos acostados por ambas as partes, aptos a corroborarem os principais argumentos no feito. Tal situação, portanto, enquadra-se perfeitamente no inciso I do art. 355 do CPC, sem que a ausência de prévia intimação das partes represente afronta à ampla defesa. Conforme já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, “não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o julgador entende adequadamente instruído o feito, declarando a prescindibilidade da prova testemunhal com base na suficiência da prova documental apresentada.” (AgInt no AREsp 1782370/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2021, DJe 18/06/2021). 4. No que pertine ao argumento relativo à ausência de intimação da Apelante para se manifestar sobre a documentação acostada à réplica, também ele não merece prosperar. Verifica-se que, após a juntada dos referidos documentos aos autos, a própria Apelante manifestou-se nestes (petição às fls. 789/796), oportunidade em que poderia ter rebatido ou impugnado o que foi apresentado pelas ora Apeladas. Contudo, a Recorrente quedou silente quanto ao conteúdo da réplica e documentos anexados. Ressalte-se que, na oportunidade, a Apelante também juntou nova documentação que entendeu

pertinente, não havendo que se falar em prejuízo do exercício do seu contraditório e ampla defesa. 5. Outro argumento preliminar apresentado pela Apelante é a nulidade supostamente resultante da ausência de tradução juramentada em documento escrito em língua estrangeira, tendo em vista constarem nos autos cópias de mensagens eletrônicas redigidas em inglês. Contudo, é possível constatar que tal argumento não foi oportunamente oposto pela Apelante quando de suas primeiras manifestações no feito, havendo se operado, portanto, a preclusão. 6. Quanto ao mérito recursal, após minudente análise das informações e documentos trazidos ao feito, é possível verificar pertinência e razoabilidade na conclusão apresentada na sentença recorrida, haja vista a existência de circunstâncias suficientes para se inferir a inviabilidade da permanência da Apelante na sociedade em questão. Conforme os autos, a "família Mendes", que é representada na Granitos S/A pela Fazenda Poço Verde S/A, atua em benefício de empresa de sua exclusiva titularidade ainda que isso possa trazer prejuízos à referida companhia, ensejando, dessa forma, quebra da boa-fé e da lealdade no trato entre os sócios desta, especialmente ao ensejar situação de concorrência desleal. 7. Observa-se que a GRANOS tem sido utilizada para fins de conquista de mercado em favor da IMARF sem anuência ou autorização de sua parte, com provável perda de mercado em favor desta. A concorrência entre ambas as empresas chega ao ponto de clientes e/ou fornecedores negociarem valores com a GRANOS utilizando como base orçamento cotado pelo IMARF, situação exemplificada na cadeia de e-mails acostada pelas Recorridas às fls. 757/764. 8. O contexto fático-probatório apresentados nos autos leva à conclusão de que a Fazenda Poço Verde S/A está sendo indevidamente utilizada pela família Mendes em prol de interesses exclusivos de empresas da titularidade desta. Os fatos relatados refletem negligência e conduta antiética da família representante da sócia excluída em relação à Granitos S/A, inclusive por meio da utilização não consentida do nome desta no trato com clientes, fornecedores e parceiros, chegando a causar certa confusão entre os estabelecimentos e prejuízo aos seus negócios. Desse modo, a GRANOS foi colocada em situações de risco e desvantagem no mercado em que atua, em face de conduta oriunda de quem tinha o dever de agir com lealdade e cooperação recíproca. Tal conduta traduz, inequivocamente, atos de concorrência desleal e evidencia a falta grave justificante da exclusão da sócia em questão, ensejando a inviabilidade da Fazenda Poço Verde - representante da "família Mendes" na GRANOS - no quadro societário da sociedade. 9. A violação dos deveres de lealdade e colaboração entres os sócios constitui relevante fundamento para a dissolução da sociedade, especialmente quando a conduta ilícita ocasiona prejuízos à atividade social, como é o caso. Além disso, o forte litígio existente entre os representantes das empresas sócias não permite a continuidade da sociedade, por inviabilizar o saudável e adequado exercício de suas atividades. 10. A quebra da affectio societatis é evidente e apta a ensejar a dissolução parcial da sociedade no caso em tela, ainda que se trate de uma sociedade anônima. Como se sabe, é sólido o entendimento jurisprudencial do STJ no sentido da possibilidade da exclusão de sócio em sociedade anônima de capital fechado, nos específicos casos em que se vislumbre liame subjetivo apto a configurar a existência de perda da affectio societatis. Precedentes. 11. No contexto descrito, é inegável que a manutenção da sociedade em tela representa um sério risco à continuidade da própria Granitos S/A, principalmente em face do nível de animosidade alcançado entre as acionistas, as quais se encontram atualmente em inegável estado de incompatibilidade. Diante disso, impõe-se a exclusão da sócia que, manifestando conduta nociva aos interesses da sociedade e violadora dos deveres de lealdade e colaboração, provocou ruptura na affectio societatis e na consequente relação de confiança outrora existente na sociedade, ocasionando prejuízo ao funcionamento e às atividades da Granitos S/A. Assim, entendo que não merece reproche a sentença vergastada, razão pela qual mantenho seu teor no que pertine à exclusão da Fazenda Poço Verde S/A da sociedade Granitos S/A, desprovendo o recurso apelatório por ela interposto. Apelação da Construtora Silveira S/A e da Granitos S/A: 12. Em seu recurso de apelação, as Promoventes Construtora Silveira S/A e Granitos S/A se insurgem contra a parte do decisum que, apesar de determinar a exclusão da acionista Fazenda Poço Verde S/A do quadro societário da GRANOS, conservou seus direitos políticos/deliberativos até o trânsito em julgado do feito. Postulam, assim, a reforma da sentença unicamente para determinar a imediata e provisória suspensão dos direitos deliberativos da Ré Poço Verde S/A, até que sobrevenha a coisa julgada. Subsidiariamente, pugnam para que se determine a suspensão dos direitos deliberativos da Promovida/Apelada em qualquer assembleia que venha a deliberar acerca da destituição ou eleição de administradores/Diretores da companhia. 13. Tal pleito veio formulado por meio de recurso apelatório em razão do formato em que se deu o indeferimento contra o qual se move a irresignação. Isso porque o pedido de tutela de urgência apresentado pelas Recorrentes às fls. 918/929 foi apreciado no bojo da sentença integrativa de fls. 933/941, que passou a integrar o julgamento do feito. Assim, como o indeferimento da tutela pretendida se deu em sentença, o decisum é recorrível mediante apelação. 14. Permaneço entendendo pela aplicabilidade, no presente momento, do raciocínio utilizado para a concessão da tutela de urgência, em Primeiro Grau, na decisão interlocutória de fls. 267/272, na qual se deferiu a suspensão dos direitos deliberativos da sócia Demandada no que pertine à destituição dos atuais Diretores da companhia. Entendeu o Juízo a quo, naquela ocasião, que tal medida era indispensável para salvaguardar os interesses sociais da Granitos S/A, diante dos fortes indícios da prática de conduta desleal e abusiva por parte da Poço Verde S/A. As razões que lastrearam o referido decisum interlocutório a mero título de cognição sumária foram, posteriormente, confirmadas em cognição exauriente, o que reforça não apenas a pertinência da manutenção dos efeitos da tutela de urgência anteriormente concedida até a formação da coisa julgada, como também sua ampliação, para abranger também a deliberações relativas à eleição de novos administradores. 15. Quanto aos poderes deliberativos relacionados aos demais assuntos, não vislumbrei elementos suficientes para antecipar tal efeito da dissolução da sociedade. Não há, com base no que foi exposto, perigo de dano apto a ensejar a suspensão de todos os direitos deliberativos da acionista excluída, mas apenas aqueles relativos à eleição/destituição da diretoria, tendo em vista os riscos inerentes ao desvirtuamento ou abuso do direito de voto nessa seara, diante das intenções possivelmente dolosas já manifestadas pela Recorrida e da provável ocorrência de deadlock. 16. Apelação da Fazenda Poço Verde S/A conhecida e não provida. 17. Apelação da Construtora Silveira S/A e Granitos S/A conhecida e provida em seu pedido subsidiário. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer dos recursos de apelação para negar provimento ao recurso da Apelante Fazenda Poço Verde S/A, e dar provimento ao recurso das Apelantes Construtora Silveira S/A e Granitos S/A, acolhendo-lhe o pedido subsidiário trazido nas razões recursais. - EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO EMPRESARIAL. AÇÃO DE EXCLUSÃO DE SÓCIO ACIONISTA. POSSIBILIDADE. SOCIEDADE ANÔNIMA DE NATUREZA INTUITU PERSONAE. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. CONCORRÊNCIA DESLEAL. VIOLAÇÃO AOS DEVERES DE LEALDADE E COOPERAÇÃO RECÍPROCA. 1. TRATA-SE DE RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS POR CONSTRUTORA SILVEIRA S/A E GRANITOS S/A E PELA FAZENDA POÇO VERDE S/A EM FACE DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA/CE NOS AUTOS DA AÇÃO DE EXCLUSÃO DE ACIONISTA DE Nº 0050985-35.2020.8.06.0064, PROMOVIDA PELAS DUAS PRIMEIRAS APELANTES COM O INTUITO DE PROCEDER À EXCLUSÃO DA EMPRESA POÇO VERDE S/A DA SOCIEDADE GRANITOS S/A (GRANOS) E JULGADA PROCEDENTE PELO JUÍZO DE ORIGEM.APELAÇÃO DA FAZENDA POÇO VERDE S/A: 2. O RECURSO APELATÓRIO DA FAZENDA POÇO VERDE S/A FOI MANEJADO NO INTUITO DE REFORMAR O DECISUM QUE DETERMINOU SUA EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACIONISTAS DA GRANITOS S/A. 3. A TÍTULO DE PRELIMINAR, ALEGA A APELANTE QUE É NULA A SENTENÇA VERGASTADA, UMA VEZ

QUE A MAGISTRADA TERIA DECIDIDO O FEITO SEM O DEVIDO SANEAMENTO, JULGANDO-O DE FORMA ANTECIPADA SEM PRÉVIA INTIMAÇÃO DAS PARTES. OCORRE QUE A REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO SEM O PRÉVIO ANÚNCIO NÃO RESULTA NECESSARIAMENTE EM UMA NULIDADE PROCESSUAL, IMPONDO-SE A ANÁLISE INDIVIDUAL DO CASO CONCRETO PARA SE AFERIR SE HOUVE EFETIVO PREJUÍZO ÀS PARTES E AO ADEQUADO DESLINDE DO FEITO, RESULTANDO EM AFERIÇÃO DEFICITÁRIA DA VERDADE MATERIAL. NO CASO, DEPREENDE-SE DA SENTENÇA QUE A MAGISTRADA A QUO ENTENDEU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE MAIS PROVAS, CONSIDERANDO O CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO JÁ CONSTANTE NOS AUTOS. COMPULSANDO-SE ESTES, É POSSÍVEL CONFIRMAR TAL ENTENDIMENTO, TENDO EM VISTA O VASTO CONTEÚDO PROBATÓRIO, FORMADO POR DIVERSOS DOCUMENTOS ACOSTADOS POR AMBAS AS PARTES, APTOS A CORROBORAREM OS PRINCIPAIS ARGUMENTOS NO FEITO. TAL SITUAÇÃO, PORTANTO, ENQUADRA-SE PERFEITAMENTE NO INCISO I DO ART. 355 DO CPC, SEM QUE A AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DAS PARTES REPRESENTE AFRONTA À AMPLA DEFESA. CONFORME JÁ SE MANIFESTOU O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, “NÃO CONFIGURA CERCEAMENTO DE DEFESA O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE QUANDO O JULGADOR ENTENDE ADEQUADAMENTE INSTRUÍDO O FEITO, DECLARANDO A PRESCINDIBILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL COM BASE NA SUFICIÊNCIA DA PROVA DOCUMENTAL APRESENTADA.” (AGINT NO ARESP 1782370/SP, REL. MINISTRO RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 17/05/2021, DJE 18/06/2021).4. NO QUE PERTINE AO ARGUMENTO RELATIVO À AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA APELANTE PARA SE MANIFESTAR SOBRE A DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA À RÉPLICA, TAMBÉM ELE NÃO MERECE PROSPERAR. VERIFICA-SE QUE, APÓS A JUNTADA DOS REFERIDOS DOCUMENTOS AOS AUTOS, A PRÓPRIA APELANTE MANIFESTOU-SE NESTES (PETIÇÃO ÀS FLS. 789/796), OPORTUNIDADE EM QUE PODERIA TER REBATIDO OU IMPUGNADO O QUE FOI APRESENTADO PELAS ORA APELADAS. CONTUDO, A RECORRENTE QUEDOU SILENTE QUANTO AO CONTEÚDO DA RÉPLICA E DOCUMENTOS ANEXADOS. RESSALTE-SE QUE, NA OPORTUNIDADE, A APELANTE TAMBÉM JUNTOU NOVA DOCUMENTAÇÃO QUE ENTENDEU PERTINENTE, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DO SEU CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.5. OUTRO ARGUMENTO PRELIMINAR APRESENTADO PELA APELANTE É A NULIDADE SUPOSTAMENTE RESULTANTE DA AUSÊNCIA DE TRADUÇÃO JURAMENTADA EM DOCUMENTO ESCRITO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA, TENDO EM VISTA CONSTAREM NOS AUTOS CÓPIAS DE MENSAGENS ELETRÔNICAS REDIGIDAS EM INGLÊS. CONTUDO, É POSSÍVEL CONSTATAR QUE TAL ARGUMENTO NÃO FOI OPORTUNAMENTE OPOSTO PELA APELANTE QUANDO DE SUAS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES NO FEITO, HAVENDO SE OPERADO, PORTANTO, A PRECLUSÃO.6. QUANTO AO MÉRITO RECURSAL, APÓS MINUDENTE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS TRAZIDOS AO FEITO, É POSSÍVEL VERIFICAR PERTINÊNCIA E RAZOABILIDADE NA CONCLUSÃO APRESENTADA NA SENTENÇA RECORRIDA, HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS SUFICIENTES PARA SE INFERIR A INVIABILIDADE DA PERMANÊNCIA DA APELANTE NA SOCIEDADE EM QUESTÃO. CONFORME OS AUTOS, A “FAMÍLIA MENDES”, QUE É REPRESENTADA NA GRANITOS S/A PELA FAZENDA POÇO VERDE S/A, ATUA EM BENEFÍCIO DE EMPRESA DE SUA EXCLUSIVA TITULARIDADE AINDA QUE ISSO POSSA TRAZER PREJUÍZOS À REFERIDA COMPANHIA, ENSEJANDO, DESSA FORMA, QUEBRA DA BOA-FÉ E DA LEALDADE NO TRATO ENTRE OS SÓCIOS DESTA, ESPECIALMENTE AO ENSEJAR SITUAÇÃO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL.7. OBSERVA-SE QUE A GRANOS TEM SIDO UTILIZADA PARA FINS DE CONQUISTA DE MERCADO EM FAVOR DA IMARF SEM ANUÊNCIA OU AUTORIZAÇÃO DE SUA PARTE, COM PROVÁVEL PERDA DE MERCADO EM FAVOR DESTA. A CONCORRÊNCIA ENTRE AMBAS AS EMPRESAS CHEGA AO PONTO DE CLIENTES E/OU FORNECEDORES NEGOCIAREM VALORES COM A GRANOS UTILIZANDO COMO BASE ORÇAMENTO COTADO PELO IMARF, SITUAÇÃO EXEMPLIFICADA NA CADEIA DE E-MAILS ACOSTADA PELAS RECORRIDAS ÀS FLS. 757/764.8. O CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO APRESENTADOS NOS AUTOS LEVA À CONCLUSÃO DE QUE A FAZENDA POÇO VERDE S/A ESTÁ SENDO INDEVIDAMENTE UTILIZADA PELA “FAMÍLIA MENDES” EM PROL DE INTERESSES EXCLUSIVOS DE EMPRESAS DA TITULARIDADE DESTA. OS FATOS RELATADOS REFLETEM NEGLIGÊNCIA E CONDUTA ANTIÉTICA DA FAMÍLIA REPRESENTANTE DA SÓCIA EXCLUÍDA EM RELAÇÃO À GRANITOS S/A, INCLUSIVE POR MEIO DA UTILIZAÇÃO NÃO CONSENTIDA DO NOME DESTA NO TRATO COM CLIENTES, FORNECEDORES E PARCEIROS, CHEGANDO A CAUSAR CERTA CONFUSÃO ENTRE OS ESTABELECIMENTOS E PREJUÍZO AOS SEUS NEGÓCIOS. DESSE MODO, A GRANOS FOI COLOCADA EM SITUAÇÕES DE RISCO E DESVANTAGEM NO MERCADO EM QUE ATUA, EM FACE DE CONDUTA ORIUNDA DE QUEM TINHA O DEVER DE AGIR COM LEALDADE E COOPERAÇÃO RECÍPROCA. TAL CONDUTA TRADUZ, INEQUIVOCAMENTE, ATOS DE CONCORRÊNCIA DESLEAL E EVIDENCIA A FALTA GRAVE JUSTIFICANTE DA EXCLUSÃO DA SÓCIA EM QUESTÃO, ENSEJANDO A INVIABILIDADE DA FAZENDA POÇO VERDE - REPRESENTANTE DA “FAMÍLIA MENDES” NA GRANOS - NO QUADRO SOCIETÁRIO DA SOCIEDADE.9. A VIOLAÇÃO DOS DEVERES DE LEALDADE E COLABORAÇÃO ENTRES OS SÓCIOS CONSTITUI RELEVANTE FUNDAMENTO PARA A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE, ESPECIALMENTE QUANDO A CONDUTA ILÍCITA OCASIONA PREJUÍZOS À ATIVIDADE SOCIAL, COMO É O CASO. ALÉM DISSO, O FORTE LITÍGIO EXISTENTE ENTRE OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS SÓCIAS NÃO PERMITE A CONTINUIDADE DA SOCIEDADE, POR INVIABILIZAR O SAUDÁVEL E ADEQUADO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.10. A QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS É EVIDENTE E APTA A ENSEJAR A DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE NO CASO EM TELA, AINDA QUE SE TRATE DE UMA SOCIEDADE ANÔNIMA. COMO SE SABE, É SÓLIDO O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STJ NO SENTIDO DA POSSIBILIDADE DA EXCLUSÃO DE SÓCIO EM SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO, NOS ESPECÍFICOS CASOS EM QUE SE VISLUMBRE LIAME SUBJETIVO APTO A CONFIGURAR A EXISTÊNCIA DE PERDA DA AFFECTIO SOCIETATIS. PRECEDENTES.11. NO CONTEXTO DESCRITO, É INEGÁVEL QUE A MANUTENÇÃO DA SOCIEDADE EM TELA REPRESENTA UM SÉRIO RISCO À CONTINUIDADE DA PRÓPRIA GRANITOS S/A, PRINCIPALMENTE EM FACE DO NÍVEL DE ANIMOSIDADE ALCANÇADO ENTRE AS ACIONISTAS, AS QUAIS SE ENCONTRAM ATUALMENTE EM INEGÁVEL ESTADO DE INCOMPATIBILIDADE. DIANTE DISSO, IMPÕE-SE A EXCLUSÃO DA SÓCIA QUE, MANIFESTANDO CONDUTA NOCIVA AOS INTERESSES DA SOCIEDADE E VIOLADORA DOS DEVERES DE LEALDADE E COLABORAÇÃO, PROVOCOU RUPTURA NA AFFECTIO SOCIETATIS E NA CONSEQUENTE RELAÇÃO DE CONFIANÇA OUTRORA EXISTENTE NA SOCIEDADE, OCASIONANDO PREJUÍZO AO FUNCIONAMENTO E ÀS ATIVIDADES DA GRANITOS S/A. ASSIM, ENTENDO QUE NÃO MERECE REPROCHE A SENTENÇA VERGASTADA, RAZÃO PELA QUAL MANTENHO SEU TEOR NO QUE PERTINE À EXCLUSÃO DA FAZENDA POÇO VERDE S/A DA SOCIEDADE GRANITOS S/A, DESPROVENDO O RECURSO APELATÓRIO POR ELA INTERPOSTO.APELAÇÃO DA CONSTRUTORA SILVEIRA S/A E DA GRANITOS S/A:12. EM SEU RECURSO DE APELAÇÃO, AS PROMOVENTES CONSTRUTORA SILVEIRA S/A E GRANITOS S/A SE INSURGEM CONTRA A PARTE DO DECISUM QUE, APESAR DE DETERMINAR A EXCLUSÃO DA ACIONISTA FAZENDA POÇO VERDE S/A DO QUADRO SOCIETÁRIO DA GRANOS, CONSERVOU SEUS DIREITOS POLÍTICOS/DELIBERATIVOS ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO FEITO. POSTULAM, ASSIM, A REFORMA DA SENTENÇA UNICAMENTE PARA DETERMINAR A IMEDIATA E PROVISÓRIA SUSPENSÃO DOS DIREITOS DELIBERATIVOS DA RÉ POÇO VERDE S/A, ATÉ QUE SOBREVENHA A COISA JULGADA.

SUBSIDIARIAMENTE, PUGNAM PARA QUE SE DETERMINE A SUSPENSÃO DOS DIREITOS DELIBERATIVOS DA PROMOVIDA/APELADA EM QUALQUER ASSEMBLEIA QUE VENHA A DELIBERAR ACERCA DA "DESTITUIÇÃO OU ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES/DIRETORES" DA COMPANHIA.13. TAL PLEITO VEIO FORMULADO POR MEIO DE RECURSO APELATÓRIO EM RAZÃO DO FORMATO EM QUE SE DEU O INDEFERIMENTO CONTRA O QUAL SE MOVE A IRRESIGNAÇÃO. ISSO PORQUE O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA APRESENTADO PELAS RECORRENTES ÀS FLS. 918/929 FOI APRECIADO NO BOJO DA SENTENÇA INTEGRATIVA DE FLS. 933/941, QUE PASSOU A INTEGRAR O JULGAMENTO DO FEITO. ASSIM, COMO O INDEFERIMENTO DA TUTELA PRETENDIDA SE DEU EM SENTENÇA, O DECISUM É RECORRÍVEL MEDIANTE APELAÇÃO.14. PERMANEÇO ENTENDENDO PELA APLICABILIDADE, NO PRESENTE MOMENTO, DO RACIOCÍNIO UTILIZADO PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA, EM PRIMEIRO GRAU, NA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE FLS. 267/272, NA QUAL SE DEFERIU A SUSPENSÃO DOS DIREITOS DELIBERATIVOS DA SÓCIA DEMANDADA NO QUE PERTINE À DESTITUIÇÃO DOS ATUAIS DIRETORES DA COMPANHIA. ENTENDEU O JUÍZO A QUO, NAQUELA OCASIÃO, QUE TAL MEDIDA ERA INDISPENSÁVEL PARA SALVAGUARDAR OS INTERESSES SOCIAIS DA GRANITOS S/A, DIANTE DOS FORTES INDÍCIOS DA PRÁTICA DE CONDUTA DESLEAL E ABUSIVA POR PARTE DA POÇO VERDE S/A. AS RAZÕES QUE LASTREARAM O REFERIDO DECISUM INTERLOCUTÓRIO A MERO TÍTULO DE COGNIÇÃO SUMÁRIA FORAM, POSTERIORMENTE, CONFIRMADAS EM COGNIÇÃO EXAURIENTE, O QUE REFORÇA NÃO APENAS A PERTINÊNCIA DA MANUTENÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTERIORMENTE CONCEDIDA ATÉ A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA, COMO TAMBÉM SUA AMPLIAÇÃO, PARA ABRANGER TAMBÉM A DELIBERAÇÕES RELATIVAS À ELEIÇÃO DE NOVOS ADMINISTRADORES.15. QUANTO AOS PODERES DELIBERATIVOS RELACIONADOS AOS DEMAIS ASSUNTOS, NÃO VISLUMBREI ELEMENTOS SUFICIENTES PARA ANTECIPAR TAL EFEITO DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE. NÃO HÁ, COM BASE NO QUE FOI EXPOSTO, PERIGO DE DANO APTO A ENSEJAR A SUSPENSÃO DE TODOS OS DIREITOS DELIBERATIVOS DA ACIONISTA EXCLUÍDA, MAS APENAS AQUELES RELATIVOS À ELEIÇÃO/DESTITUIÇÃO DA DIRETORIA, TENDO EM VISTA OS RISCOS INERENTES AO DESVIRTUAMENTO OU ABUSO DO DIREITO DE VOTO NESSA SEARA, DIANTE DAS INTENÇÕES POSSIVELMENTE DOLOSAS JÁ MANIFESTADAS PELA RECORRIDA E DA PROVÁVEL OCORRÊNCIA DE DEADLOCK.16. APELAÇÃO DA FAZENDA POÇO VERDE S/A CONHECIDA E NÃO PROVIDA.17. APELAÇÃO DA CONSTRUTORA SILVEIRA S/A E GRANITOS S/A CONHECIDA E PROVIDA EM SEU PEDIDO SUBSIDIÁRIO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS DE APELAÇÃO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA APELANTE FAZENDA POÇO VERDE S/A, E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DAS APELANTES CONSTRUTORA SILVEIRA S/A E GRANITOS S/A, ACOLHENDO-LHE O PEDIDO SUBSIDIÁRIO TRAZIDO NAS RAZÕES RECURSAIS.

0053854-54.2006.8.06.0001/50000Agravo Interno Cível. Agravante: Banco Pan S/A. Advogado: Sergio Schulze (OAB: 7629/SC). Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649/CE). Advogado: Pio Carlos Freiria Junior (OAB: 50945/PR). Agravado: Maria do Socorro Martins Evangelista. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): ROSILENE FERREIRA FACUNDO - PORT 1862/2021Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. SENTENÇA DECLARATÓRIA. AFASTAMENTO DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS BEM COMO DA CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 472 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO. SENTENÇA PROFERIDA SOB ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PRECEDENTE STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO AGRAVO INTERNO PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 26 DE JANEIRO DE 2022.

0131823-33.2015.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Afactoring Fomento Mercantil - Eireli. Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 329848/SP). Apelada: Marianne Saunders Guimarães Uchôa. Advogado: José Jackson Nunes Agostinho (OAB: 8253/CE). Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Advogada: Ryanne Saunders Pacheco (OAB: 27431/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO EMPRESARIAL. TÍTULOS DE CRÉDITOS. APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE FOMENTO MERCANTIL (FACTORING). SENTENÇA DE EXTINÇÃO À EXECUÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CLÁUSULA CONTRATUAL PREVENDO DIREITO DE REGRESSO/RECOMPRA DO FATURIZADOR AO FATURIZADO PELA INSOLVÊNCIA DOS TÍTULOS TRANSFERIDOS. IMPOSSIBILIDADE. ÔNUS EXCLUSIVO DO FATURIZADOR PORQUANTO O RISCO DE INADIMPLÊNCIA É INERENTE À ESSÊNCIA DO CONTRATO DE FACTORING. CONSOLIDADO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DEMAIS TRIBUNAIS PÁTRIOS. CLÁUSULA NULA E, PORTANTO, INEXEQUÍVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA NA ANÁLISE DA LEGALIDADE E EXECUTIVIDADE DE CLÁUSULA, EM CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO E FOMENTO MERCANTIL (FACTORING), QUE PREVÊ O DIREITO DE REGRESSO/RECOMPRA DO FATURIZADOR EM FACE DO FATURIZADO NOS CASOS EM QUE HÁ INADIMPLEMENTO DO TÍTULO CEDIDO PELO EMITENTE ORIGINÁRIO.2. É CEDIÇO QUE O CONTRATO DE FOMENTO MERCANTIL (FATURIZAÇÃO), É O INSTRUMENTO PELO QUAL UMA EMPRESA (FATURIZADA) CEDE UM TÍTULO DE CRÉDITO RECEBIDO PELA SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL À EMPRESA DE FACTORING (FATURIZADORA), MEDIANTE CONTRAPRESTAÇÃO IMEDIATA DO VALOR CREDITÍCIO, COM DESCONTO, PARA QUE O FATURIZADOR SE ENCARREGUE DE ADMINISTRAR O CRÉDITO E O PROCEDIMENTO DE SUA COBRANÇA EM CASO DE INADIMPLEMENTO DOS CREDORES DO FATURIZADO.3. SOBRE O TEMA, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POSSUI CONSOLIDADA JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE CONSIDERAR INVÁLIDA/NULA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ O DIREITO DE REGRESSO/RECOMPRA DO FATURIZADOR AO FATURIZADO PELA INSOLVÊNCIA DOS TÍTULOS TRANSFERIDOS, PORQUANTO O RISCO DA INADIMPLÊNCIA DO TÍTULO É INERENTE À ESSÊNCIA DO CONTRATO DE FACTORING, RESSALVADOS AS SITUAÇÕES EM QUE A INADIMPLÊNCIA É PROVOCADA PELA PRÓPRIA EMPRESA FATURIZADA, O QUE NÃO OCORRE NO CASO DOS AUTOS.4. DESSA FORMA, VERIFICA-SE QUE A SENTENÇA OBJURGADA DEVE SER MANTIDA HÍGIDA, PORQUANTO PROLATADA EM EXATA CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA CONSOLIDADA, AO DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DA CLÁUSULA DE RECOMPRA/REGRESSO DO CONTRATO DE FACTORING PELO FATURIZADOR, ORA APELANTE, AO FATURIZADO, ORA APELADO, IMPONDO-SE, PORTANTO, O IMPROVIMENTO DO RECURSO EM EPÍGRAFE.5. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE SÃO PARTES AS PESSOAS ACIMA INDICADAS,

ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM JULGAMENTO DE TURMA, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0132597-29.2016.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Benfica Fomento Mercantil Ltda. Advogada: Ingrid Silva Basilio (OAB: 22949/CE). Advogado: Raimundo Lúcio Paiva (OAB: 11563/CE). Advogado: Alisson Palacio Lavor (OAB: 40063/CE). Apelado: Vitória Distribuidora Comércio e Serviços Ltda-ME. Advogado: Pablo Ricardo Silva de Araújo (OAB: 45018/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO EMPRESARIAL. TÍTULOS DE CRÉDITOS. APELAÇÃO CÍVEL EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA EM FOMENTO MERCANTIL (FACTORING). SENTENÇA DE EXTINÇÃO À EXECUÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CLÁUSULA CONTRATUAL PREVENDO DIREITO DE REGRESSO/RECOMPRA DO FATURIZADOR AO FATURIZADO PELA INSOLVÊNCIA DOS TÍTULOS TRANSFERIDOS. IMPOSSIBILIDADE. ÔNUS EXCLUSIVO DO FATURIZADOR PORQUANTO O RISCO DE INADIMPLÊNCIA É INERENTE À ESSÊNCIA DO CONTRATO DE FACTORING. CONSOLIDADO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DEMAIS TRIBUNAIS PÁTRIOS. CLÁUSULA NULA E, PORTANTO, INEXEQUÍVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA NA ANÁLISE DA LEGALIDADE E EXECUTIVIDADE DE CLÁUSULA, EM CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO E FOMENTO MERCANTIL (FACTORING), QUE PREVÊ O DIREITO DE REGRESSO/RECOMPRA DO FATURIZADOR EM FACE DO FATURIZADO NOS CASOS EM QUE HÁ INADIMPLEMENTO DO TÍTULO CEDIDO PELO EMITENTE ORIGINÁRIO.2. É CEDIÇO QUE O CONTRATO DE FOMENTO MERCANTIL (FATURIZAÇÃO), É O INSTRUMENTO PELO QUAL UMA EMPRESA (FATURIZADA) CEDE UM TÍTULO DE CRÉDITO RECEBIDO PELA SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL À EMPRESA DE FACTORING (FATURIZADORA), MEDIANTE CONTRAPRESTAÇÃO IMEDIATA DO VALOR CREDITÍCIO, COM DESCONTO, PARA QUE O FATURIZADOR SE ENCARREGUE DE ADMINISTRAR O CRÉDITO E O PROCEDIMENTO DE SUA COBRANÇA EM CASO DE INADIMPLEMENTO DOS CREDORES DO FATURIZADO.3. SOBRE O TEMA, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POSSUI CONSOLIDADA JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE CONSIDERAR INVÁLIDA/NULA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ O DIREITO DE REGRESSO/RECOMPRA DO FATURIZADOR AO FATURIZADO PELA INSOLVÊNCIA DOS TÍTULOS TRANSFERIDOS, PORQUANTO O RISCO DA INADIMPLÊNCIA DO TÍTULO É INERENTE À ESSÊNCIA DO CONTRATO DE FACTORING, RESSALVADOS AS SITUAÇÕES EM QUE A INADIMPLÊNCIA É PROVOCADA PELA PRÓPRIA EMPRESA FATURIZADA, O QUE NÃO OCORRE NO CASO DOS AUTOS.4. DESSA FORMA, VERIFICA-SE QUE A SENTENÇA OBJURGADA DEVE SER MANTIDA HÍGIDA, PORQUANTO PROLATADA EM EXATA CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA CONSOLIDADA, AO DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DA CLÁUSULA DE RECOMPRA/REGRESSO DO CONTRATO DE FACTORING PELO FATURIZADOR, ORA APELANTE, AO FATURIZADO, ORA APELADO, IMPONDO-SE, PORTANTO, O IMPROVIMENTO DO RECURSO EM EPÍGRAFE.5. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE SÃO PARTES AS PESSOAS ACIMA INDICADAS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM JULGAMENTO DE TURMA, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0169368-65.2000.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Ana Cristina Carioca Borges. Advogada: Mariana Braga Sydriao de Alencar (OAB: 20608/CE). Advogada: Manuella Rocha Magi (OAB: 21962/CE). Relator(a): ROSILENE FERREIRA FACUNDO - PORT 1862/2021Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA:PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. INVENTÁRIO. ARROLAMENTO SUMÁRIO. JUSTIÇA GRATUITA. CUSTAS PROCESSUAIS. RESPONSABILIDADE DO ESPÓLIO. MONTANTE CONSIDERÁVEL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA EM FACE DE SENTENÇA QUE, AO HOMOLOGAR PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO EM AÇÃO DE INVENTÁRIO, DENEGOU OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA EM RAZÃO DO EXPRESSIVO VALOR DO ESPÓLIO.2. CONSOANTE O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PÁTRIO, AS CUSTAS PROCESSUAIS E DEMAIS ENCARGOS DO PROCESSO DE INVENTÁRIO DEVEM SER ARCADOS PELO ESPÓLIO, E NÃO PELOS HERDEIROS, DE MODO QUE A AFERIÇÃO DO JUS AO BENEPLÁCITO DA JUSTIÇA GRATUITA DEVE SER FEITA A PARTIR DO PATRIMÔNIO DO ESPÓLIO.3. IN CASU, OS BENS COMPONENTES DA MASSA PATRIMONIAL CHEGAM À VULTOSA SOMA DE R$942.000,00, REFERENTES A 8 (OITO) IMÓVEIS HERDADOS PELA RECORRENTE, VIABILIZANDO, ASSIM, O CUSTEIO DOS ENCARGOS PROCESSUAIS NECESSÁRIOS AO DESLINDE DA CAUSA. DESTA FEITA, NÃO É CABÍVEL A CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA. - APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA.- SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0169368-65.2000.8.06.0001, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS. ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO A SENTENÇA PROFERIDA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 26 DE JANEIRO DE 2022.

0174370-59.2013.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Ferrart Comércio de Ferragens Ltda. Advogado: George Cesar de Oliveira Rocha (OAB: 23849/CE). Apelada: Sueleide Feitosa de Sousa. Apelada: Maria de Fátima Feitosa de Sousa. Apelado: José Mathias de Brito Pinheiro. Advogado: Fabricio Melo Machado (OAB: 10355/CE). Relator(a): ROSILENE FERREIRA FACUNDO - PORT 1862/2021Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA. DÍVIDA REPRESENTADA POR CHEQUES PRESCRITOS SEM FORÇA EXECUTIVA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO COM BASE EM PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. PLEITO DE CASSAÇÃO DA SENTENÇA. CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA QUE DECLARA A CITAÇÃO DE UM DOS DEMANDADOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. PRECEDENTES STJ. SENTENÇA ANULADA. RETORNOS DOS AUTOS À ORIGEM PARA SEU REGULAR PROCESSAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDA A TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 26 DE JANEIRO DE 2022.

0180999-73.2018.8.06.0001Apelação Cível. Apte/Apdo: F. H. D. P. N.. Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 33249A/CE). Apte/Apdo: L. P. B. R. P. A. M. P. B.. Apte/Apdo: A. P. B. R. P. A. M. P. B.. Advogada: Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE). Advogada: Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE). Advogado: Eugênio Duarte Vasques (OAB:

16040/CE). Relator(a): ROSILENE FERREIRA FACUNDO - PORT 1862/2021Conheceram dos recursos de apelação para, rejeitando as preliminares, negar provimento ao recurso interposto por ALINE MATTOSO PINHO, representando os filhos menores L. P. B E A. P. B., e dar parcial provimento ao recurso interposto por FRANCISCO HELIONIDAS DIÓGENES PINHEIRO NETO, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DAS FAMÍLIAS E PROCESSUAL CIVIL. DIVÓRCIO CONSENSUAL C/C PARTILHA DE BENS, GUARDA E ALIMENTO. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO, À PARIDADE DAS ARMAS, NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO E IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA REJEITADAS. DECISÃO QUE TEVE COMO FUNDAMENTO OS CRITÉRIOS OBJETIVOS NORTEADORES DA OBRIGAÇÃO CONSTANTE DO ACORDO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ANÁLISE DO IMÓVEL DISPONIBILIZADO PELA PARTE EXECUTADA SOB O ENFOQUE DO SEU VALOR. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO AO VALOR VENAL DO IMÓVEL. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS TERMOS DO ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES. COISA JULGADA. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DOS GENITORES QUANTO AO PROJETO DE REFORMA DO IMÓVEL. DECORRÊNCIA LÓGICA DA DEMANDA EXECUTIVA RELACIONADA À MORADIA DOS FILHOS MENORES. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.1. TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE, TENDO COMO OBJETO, NO ÂMBITO RECURSAL, O RECONHECIMENTO, OU NÃO, DO DESCUMPRIMENTO DA TRANSAÇÃO CELEBRADA, NOTADAMENTE EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE UM IMÓVEL PARA MORADIA DO CÔNJUGE VIRAGO E SEUS FILHOS, BEM COMO A NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE PRAZO PARA APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E DE EXECUÇÃO DA OBRA.2. NÃO HÁ QUE SE FALAR EM NULIDADE DA SENTENÇA POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, DAS PARIDADES DAS ARMAS E DA NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, EIS QUE O JULGADOR, COM FUNDAMENTO NO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO, PODE INDEFERIR A PRODUÇÃO DE PROVAS QUE JULGAR IMPERTINENTES PARA O REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO. PRECEDENTES STJ. 3. IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA QUE NÃO PROSPERA, TENDO EM VISTA QUE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DIZ RESPEITO À MORADIA DOS FILHOS MENORES, O QUE FAZ GOZAREM DE PROTEÇÃO INTEGRAL E FACILITAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DE SEUS DIREITOS POR PARTE DO ESTADO.4. OBRIGAÇÃO FIRMADA EM ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE QUE SE ENCONTRA CONSUBSTANCIADA EM CRITÉRIOS OBJETIVOS EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DO IMÓVEL PARA MORADIA DOS FILHOS. PADRÃO SOCIAL QUE SE ENCONTRA DEVIDAMENTE OBJETIVADO NOS TERMOS DA TRANSAÇÃO PACTUADA EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DO IMÓVEL PARA MORADIA DOS FILHOS.5. O IMÓVEL DISPONIBILIZADO PELA PARTE EXECUTADA ENCONTRA-SE DENTRO DAS EXIGÊNCIAS OBJETIVAS FIRMADAS NO PACTO OBJETO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, NÃO SENDO POSSÍVEL A VERIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS SOB O ENFOQUE DE SEUS VALORES, SOB PENA DE INDEVIDA VIOLAÇÃO A COISA JULGADA. PRECEDENTES STJ E TJCE. 6. RECONHECIDO O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO OBJETO DA DEMANDA EXECUTIVA, IMPÕE-SE, COMO DECORRÊNCIA LÓGICA, A DETERMINAÇÃO DE PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA QUE OS GENITORES DOS APELADOS, UMA VEZ APRESENTADO O PROJETO DE REFORMA DO IMÓVEL PELOS PROFISSIONAIS COMPETENTES, POSSAM APRESENTAR SUAS MANIFESTAÇÕES SOBRE OS MESMOS, SEMPRE EM ESTREITO ATENDIMENTO ÀS PREVISÕES PREVISTAS NA TRANSAÇÃO HOMOLOGADA JUDICIALMENTE. RECURSO DA PARTE ALINE MATTOSO PINHO, REPRESENTANDO OS FILHOS MENORES L. P. B E A. P. B., CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DA PARTE FRANCISCO HELIONIDAS DIÓGENES PINHEIRO NETO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS DE APELAÇÃO PARA, REJEITANDO AS PRELIMINARES, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO POR ALINE MATTOSO PINHO, REPRESENTANDO OS FILHOS MENORES L. P. B E A. P. B., E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO POR FRANCISCO HELIONIDAS DIÓGENES PINHEIRO NETO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 26 DE JANEIRO DE 2022.

0191263-86.2017.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Porto Freire Engenharia e Incorporação Ltda- em Recuperação Judicial. Advogado: Rubens Emídio Costa Krischke Júnior (OAB: 25189A/CE). Advogada: Juliana de Abreu Teixeira (OAB: 13463/CE). Advogada: Gilmara Maria de Oliveira Barbosa (OAB: 13461/CE). Advogada: Camila Monteiro Lucena (OAB: 18372/CE). Advogado: Marcos Pimentel de Viveiros (OAB: 9801/CE). Advogada: Adriana Fernandes Pereira (OAB: 21199/CE). Advogada: Maria Teresa de Eliezer Pinto Ferreira (OAB: 8974/CE). Advogada: Carla de Oliveira Navarro (OAB: 24614/CE). Advogada: Brenda Leite de Araújo (OAB: 37803/CE). Advogado: Érica Torres Passos (OAB: 17042/CE). Advogada: Renata Sousa de Lucena (OAB: 16664/CE). Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Apelada: Maria de Lourdes Lima e Souza. Advogada: Ticiana Alexandre Costa Sousa (OAB: 11623/CE). Relator(a): ROSILENE FERREIRA FACUNDO - PORT 1862/2021Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E LUCROS CESSANTES. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ESCASSEZ DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. FORTUITO INTERNO. RESCISÃO POR CULPA EXCLUSIVA DA PROMITENTE VENDEDORA. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. RESTITUIÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS PELA PROMITENTE COMPRADORA. INCIDÊNCIA DO ART. 53 DO CDC E DA SÚMULA 543 DO STJ. DANO MORAL CONFIGURADO. LUCROS CESSANTES DEVIDOS. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. A JURISPRUDÊNCIA NACIONAL, CAPITANEADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM ENTENDIMENTO PACIFICADO NO SENTIDO DE NÃO SER ABUSIVA A APLICAÇÃO DA CHAMADA CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA, QUE, VIA DE REGRA, É DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, VISTO QUE NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OCORREM VÁRIOS FATORES QUE PODEM DIFICULTAR A CONCLUSÃO DA OBRA NO PRAZO INICIALMENTE ESTABELECIDO. 2. TODAVIA, NO CASO EM TELA, O PRAZO PREVISTO PARA ENTREGA DO IMÓVEL OBJETO DA PRESENTE DEMANDA SERIA EM 30/03/2015, COM PRAZO DE TOLERÂNCIA DE 180 DIAS, PELO QUE DEVERIA TER SIDO DISPONIBILIZADO AOS COMPRADORES EM 30/09/2015, CARACTERIZANDO-SE O ATRASO POR CULPA DA PROMITENTE-VENDEDORA.3. QUANTO À ALEGAÇÃO DE FORÇA MAIOR EM RAZÃO DE DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DOS MATERIAIS ADEQUADOS PARA CONSTRUÇÃO, BEM COMO ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA EM PERÍODOS SAZONAIS, A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE É FIRME NO SENTIDO DE QUE TAIS OCORRÊNCIAS NÃO SE TRADUZEM EM EVENTOS FORTUITOS OU FORÇA MAIOR, TRATANDO-SE DE FORTUITO INTERNO, EIS QUE SE ENCONTRAM NA MARGEM DE PREVISIBILIDADE INERENTE À ATIVIDADE ECONÔMICA DESENVOLVIDA PELAS RECORRENTES.4. NO QUE SE REFERE AOS LUCROS CESSANTES, A JURISPRUDÊNCIA DO STJ CONSOLIDOU O ENTENDIMENTO DE QUE HÁ PREJUÍZO PRESUMIDO DO PROMITENTE COMPRADOR PELO DESCUMPRIMENTO DE PRAZO PARA ENTREGA DO IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO, ENSEJANDO O PAGAMENTO DE LUCROS CESSANTES.5. TAMBÉM NÃO PROSPERA A ALEGAÇÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS, POIS O STJ JÁ PACIFICOU O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE, REGRA GERAL, UMA VEZ QUE OCORRA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL, É POSSÍVEL

SIM O PAGAMENTO DE DANOS MORAIS.6. SENTENÇA MANTIDA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS PARA 15% (QUINZE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, A TEOR DA DICÇÃO DO ART. 85, § 11, DO CPC. 7. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECEU DO APELO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORIA. FORTALEZA, 26 DE JANEIRO DE 2022.

0622357-48.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Isabelle Eleutério Azevedo Dedes. Advogado: José Emmanuel Abrante Nogueira (OAB: 27254/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA DE URGÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DO CDC. SÚMULA Nº 608 DO STJ. SEGURADA DIAGNOSTICADO COM SIALOLITÍASE (DOENÇA GLANDULAR - CÁLCULO NO TERÇO DISTAL DO DUCTO PAROTÍDEO DIREITO). PRESCRIÇÃO MÉDICA DE TRATAMENTO COM PROCEDIMENTO CIRÚRGICO SIALOENDOSCOPIA - PLASTIA DE DUCTO SALIVAR OU EXÉRSE DE CÁLCULO OU RÂNDULA POR SIALOENDOSCOPIA. LAUDO MÉDICO QUE EXPRESSAMENTE NÃO RECOMENDA OUTROS PROCEDIMENTOS SOB RISCO DE SEQUELAS DEFINITIVAS. RECUSA DE COBERTURA SOB O ARGUMENTO DE QUE O TRATAMENTO NÃO ENCONTRA PREVISÃO NO ROL DE PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS DA ANS. ABUSIVIDADE VERIFICADA. ROL QUE, ALÉM DE EXEMPLIFICATIVO, REPRESENTA REFERÊNCIA PARA COBERTURA ASSISTENCIAL MINÍMA. COMPETÊNCIA DO MÉDICO PARA INDICAR O TRATAMENTO NECESSÁRIO À CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO PACIENTE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL SOBRE A POSSIBILIDADE DE CUSTEIO PELA AGRAVANTE DE TRATAMENTO MÉDICO DE QUE NECESSITA A PARTE AGRAVADA, DIAGNOSTICADA COM SIALOLITÍASE (DOENÇA GLANDULAR - CÁLCULO NO TERÇO DISTAL DO DUCTO PAROTÍDEO DIREITO DE 1,0X0,4CM), COM O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO SIALOENDOSCOPIA PLASTIA DE DUCTO SALIVAR OU EXÉRSE DE CÁLCULO OU RÂNDULA POR SIALOENDOSCOPIA, ALEGANDO A AGRAVANTE QUE O TRATAMENTO NÃO ESTARIA PREVISTO NO ROL DE PROCEDIMENTOS E TRATAMENTOS OBRIGATÓRIOS DA ANS NEM PREVISTO CONTRATUALMENTE.2. VERIFICA-SE QUE A PACIENTE, ORA AGRAVADA, ENCONTRA-SE, CONFORME LAUDO MÉDICO ÀS FLS. 27/29 (AUTOS DE ORIGEM), SOFRENDO DE SIALOLITÍASE, DOENÇA GLANDULAR QUE CAUSA FORTES DORES NA FACE E INCHAÇOS SÚBITOS VOLUMOSOS DECORRENTES DE INFECÇÕES, QUADRO CLÍNICO QUE, SEGUNDO MÉDICO ESPECIALISTA, DR. HUGO LEONARDO DE MOURA LUZ (CRM 11869), PODE EVOLUIR PARA QUADROS DE INFECÇÕES GRAVÍSSIMAS COM DIVERSAS CONSEQUÊNCIAS, DENTRE ELAS A INCAPACIDADE DE ABERTURA ORAL, NECESSIDADE DE TRAQUEOSTOMIA, MEDIASTINITE OU MORTE EM ÚLTIMA INSTÂNCIA. CONSTATA-SE, AINDA, QUE O MÉDICO DA AGRAVADA NÃO APENAS PRESCREVEU COMO TRATAMENTO O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO SIALOENDOSCOPIA, AFIRMANDO SER ESTE MENOS ARRISCADO E DANOSO, COMO EXPRESSAMENTE ADVERTIU OS GRAVES RISCOS DE SE REALIZAR OUTROS PROCEDIMENTOS MAIS INVASIVOS, QUE PODERIAM CULMINAR EM LESÕES DO NERVO FACIAL E PARALISIA FACIAL COM INCAPACIDADES DEFINITIVAS.3. OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS PLANOS DE SAÚDE CONFIGURAM RELAÇÃO DE CONSUMO, APLICANDO-SE-LHE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, CONFORME SUMULADO PELO STJ, EM SEU ENUNCIADO DE Nº 608: “APLICA-SE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE, SALVO OS ADMINISTRADOS POR ENTIDADES DE AUTOGESTÃO.” (STJ. 2ª SEÇÃO. APROVADA EM 11/04/2018, DJE 17/04/2018). ALÉM DISSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 47 DO CDC, “AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS SERÃO INTERPRETADAS DE MANEIRA MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR”.4. O ROL DA ANS NÃO É TAXATIVO, PORQUANTO CONTÉM APENAS A REFERÊNCIA PARA A COBERTURA ASSISTENCIAL MÍNIMA OBRIGATÓRIA NOS PLANOS DE SAÚDE CONTRATADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL. SENDO ASSIM, HAVENDO EXPRESSA INDICAÇÃO MÉDICA, É ABUSIVA A NEGATIVA DE COBERTURA DE CUSTEIO DE TRATAMENTO SOB O ARGUMENTO DE NÃO ESTAR PREVISTO NO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS, AINDA MAIS QUANDO SE TEM EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DO MÉDICO ESPECIALISTA NÃO RECOMENDANDO A UTILIZAÇÃO DE OUTROS PROCEDIMENTOS QUE NÃO O INDICADO.5. NÃO PODE O PLANO DE SAÚDE AGRAVANTE EXCLUIR OU LIMITAR TRATAMENTO MÉDICO SEM EXPRESSA PREVISÃO LEGAL, NÃO SENDO RAZOÁVEL A RECUSA DA COBERTURA. ESTAR-SE-IA LIMITANDO A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA MEDICINA ÀS INDICAÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA DA ANS, BEM COMO IMPEDINDO O ACESSO DE BENEFICIÁRIOS DE PLANO DE SAÚDE A TRATAMENTOS OBTIDOS COM OS AVANÇOS DA MEDICINA E RECOMENDADOS POR MÉDICOS ESPECIALISTAS.6. AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM PLANO DE SAÚDE QUE TENDEM A EXCLUIR OU MITIGAR A REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO MÉDICO, DE MODO A FAVORECER APENAS O PLANO DE SAÚDE, NÃO ENCONTRAM FUNDAMENTO DE VALIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DEVENDO, PORTANTO, SER CONSIDERADAS NULAS, NOS TERMOS DO QUE DISPÕE O ART. 51, INCISO IV E PARÁGRAFO 1º, INCISOS II, DO CDC.7. VERIFICANDO-SE, EM ANÁLISE PERFUNCTÓRIA, A AUSÊNCIA DE PROBABILIDADE DO DIREITO DA AGRAVANTE EM RAZÃO DE TER A AUTORA COMPROVADO SER O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO SIALOENDOSCOPIA PLASTIA DE DUCTO SALIVAR OU EXÉRSE DE CÁLCULO OU RÂNDULA POR SIALOENDOSCOPIA (FLS. 27/29 E FLS. 33/34 DOS AUTOS DE ORIGEM) PRESCRITO POR MÉDICO ESPECIALISTA COMO NECESSÁRIO AO SEU TRATAMENTO, VEZ QUE ACOMETIDA COM SIALOLITÍASE (DOENÇA GLANDULAR), DESTACANDO-SE O FATO DE NÃO SEREM RECOMENDADOS OUTROS PROCEDIMENTOS, DEMONSTRADA ESTÁ A ABUSIVIDADE DA NEGATIVA DE SUA COBERTURA (FL. 35/36) SOB A MERA JUSTIFICATIVA DE NÃO ESTAR O TRATAMENTO RECOMENDADO ESPECIFICAMENTE PREVISTO PELO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS, IMPONDO-SE O DESPROVIMENTO DO RECURSO E A MANUTENÇÃO DA DECISÃO VERGASTADA.8. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 21 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0626028-79.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Apavel Aparecida Veículos Ltda.. Advogado: Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB: 5496/CE). Agravado: Rode Transportes e Serviços de Reboque Ltda - ME. Advogado: Adolfo Lindemberg Costa de Souza (OAB: 26701/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÃO RECURSAL DE INAPLICABILIDADE DO CDC, INCOMPETÊNCIA RELATIVA E INDEVIDA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RELAÇÃO JURÍDICA INTEREMPRESARIAL

ENTRE AS PARTES. AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA DA EMPRESA ADQUIRENTE/AGRAVADA. ATUAÇÃO NO RAMO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS. NÃO CONFIGURAÇÃO COMO DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO. VULNERABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA EVIDENCIADA ENTRE AS PARTES. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ANTE A INCIDÊNCIA DA TEORIA FINALISTA MITIGADA. AGRAVANTE QUE É MICROEMPRESA FAMILIAR E ADQUIRIU O VEÍCULO MEDIANTE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR A CORREIÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A QUO QUE, ATESTANDO A APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR À RELAÇÃO JURÍDICA ENTABULADA ENTRE AS PARTES, REJEITOU A PRELIMINAR DE INAPLICABILIDADE DO CDC APRESENTADA PELA PARTE AGRAVANTE E, POR CONSEQUÊNCIA AFASTOU A ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL, ORDENANDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.2. ACERCA DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES NEGOCIAIS ENTRE EMPRESAS, EM REGRA, A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ADOTA A TEORIA FINALISTA PARA DETERMINAÇÃO DA QUALIDADE DE CONSUMIDOR. MEDIANTE UMA EXEGESE RESTRITIVA DO ART. 2º DO CDC, ENTENDE-SE QUE É CONSUMIDOR O DESTINATÁRIO FINAL FÁTICO E ECONÔMICO DO BEM OU SERVIÇO, SEJA ELE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA. PELA TEORIA FINALISTA, EXCLUI-SE DA PROTEÇÃO DO CDC O CONSUMIDOR INTERMEDIÁRIO, ASSIM ENTENDIDO COMO AQUELE QUE NÃO É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO, RETORNANDO-O PARA AS CADEIAS DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, COMPONDO O CUSTO DE UM NOVO BEM OU SERVIÇO. ASSIM, A CORTE SUPERIOR AFIRMA QUE NA HIPÓTESE DE O PRODUTO OU SERVIÇO SER UTILIZADO OU CONTRATADO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, NÃO SE APLICA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, POIS NÃO ESTARIA CONFIGURADA A CONDIÇÃO DE DESTINATÁRIO FINAL DA RELAÇÃO DE CONSUMO (TEORIA FINALISTA OU SUBJETIVA).3. EM CONTRAPARTIDA, DEVE-SE DESTACAR QUE TEM PREVALECIDO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA O ENTENDIMENTO DE MITIGAÇÃO DA TEORIA FINALISTA, DEVENDO-SE APLICAR AS NORMAS DO CDC ÀS HIPÓTESES EM QUE ENTABULADA RELAÇÕES NEGOCIAIS ENTRE EMPRESAS, MESMO QUE A CONSUMIDORA DO PRODUTO O ADQUIRA PARA UTILIZAÇÃO EM SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL, QUANDO EVIDENCIADA A SUA VULNERABILIDADE ECONÔMICA, TÉCNICA OU JURÍDICA.4. É, PORTANTO, NESTE ÚLTIMO ASPECTO QUE RESIDE A SOLUÇÃO PARA O PRESENTE RECURSO, DEVENDO-SE VERIFICAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE VULNERABILIDADE POR PARTE DA AGRAVADA A JUSTIFICAR A MITIGAÇÃO DA TEORIA FINALISTA E A INCIDÊNCIA DAS NORMAS PROTETIVAS DO CDC AO CASO. MERECE DESTAQUE O FATO DE QUE A ANÁLISE DA REFERIDA VULNERABILIDADE DEVE SER FEITA EM CADA CASO CONCRETO, A PARTIR DAS PARTICULARIDADES QUE ENVOLVEM AS PARTES, SUAS CARACTERÍSTICAS E OS FATOS QUE CIRCUNDAM A LIDE.5. IN CASU, VERIFICA-SE QUE A EMPRESA AGRAVADA, RODE TRANSPORTES E SERVIÇOS DE REBOQUE LTDA ME, É MICROEMPRESA FAMILIAR E REALIZA ATIVIDADES NO RAMO DE TRANSPORTES DE VEÍCULOS (CEGONHA E REBOQUE), TENDO ADQUIRIDO O VEÍCULO DISCUTIDO POR MEIO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (FLS. 63/78 AUTOS DE ORIGEM) NÃO SE PODENDO EQUIPARÁ-LA, TECNICAMENTE OU ECONOMICAMENTE, A UMA CONCESSIONÁRIA/FABRICANTE DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE, COMO É O CASO DA AGRAVANTE E DEMAIS DEMANDADAS NA ORIGEM, SENDO EVIDENTE A HIPOSSUFICIÊNCIA DAQUELA EM RELAÇÃO ÀS PARTES ADVERSAS, CONFORME PRECEDENTES DO STJ E DESTA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO.6. DESTA FEITA, CONSTATA-SE A APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO CONCRETO, ANTE A VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA AGRAVADA, CONFORME PARÂMETROS DA TEORIA FINALISTA MITIGADA, NÃO MERECENDO REFORMA A DECISÃO VERGASTADA, REJEITANDO-SE, POR CONSEQUÊNCIA, AS ALEGAÇÕES DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA DO JUÍZO DE ORIGEM E DE INDEVIDA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DA RELATORA.FORTALEZA, 21 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0626897-76.2020.8.06.0000/50000Agravo Interno Cível. Agravante: H. M. D. R. P. J. M. C.. Advogado: Breno Morais Dias (OAB: 21695/CE). Agravado: R. G. D.. Advogado: Carlos Filipe Cordeiro D`ávila (OAB: 22570/CE). Advogada: Rafaela Pacheco Nunes (OAB: 22404/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRANão conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA AD QUEM MINORANDO OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS DE 02 (DOIS) PARA 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) SALÁRIO MÍNIMO. SUPERVENIENTE JULGAMENTO SIMULTÂNEO PELO COLEGIADO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, O QUAL É O RECURSO PRINCIPAL. PERDA DO OBJETO DO PRESENTE AGRAVO INTERNO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.1. O RECURSO EM EPÍGRAFE É DE SER TIDO POR PREJUDICADO. EXPLICO. O AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0626897-76.2020.8.06.0000, NO QUAL FOI PROFERIDA A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA VERGASTADA NESTE AGRAVO INTERNO, FOI JULGADO POR ESTA CÂMARA NESTA MESMA SESSÃO OCORRIDA EM 26/01/2022, HAVENDO, PORTANTO, PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DO PRESENTE RECURSO, NÃO MAIS EXISTINDO, PORTANTO, SEU INTERESSE DE AGIR.2. ISSO PORQUE É CEDIÇO QUE, HAVENDO JULGAMENTO DO RECURSO PRINCIPAL PELO COLEGIADO, O TRIBUNAL NÃO MAIS PODERÁ CONHECER DO AGRAVO INTERNO A ELE ATRELADO, OPOSTOS NO BOJO DE TAL RECURSO, POR LHE FALTAR O PRESSUPOSTO DO INTERESSE RECURSAL (BINÔMIO NECESSIDADE/UTILIDADE), IMPRESCINDÍVEL PARA QUE SE PROFIRA JUÍZO POSITIVO DE ADMISSIBILIDADE.3. O INTERESSE RECURSAL SE CARACTERIZA PELA NECESSIDADE DA PARTE DE IR A JUÍZO PARA ALCANÇAR A TUTELA PRETENDIDA, QUE DEVERÁ LHE TRAZER ALGUMA UTILIDADE DO PONTO DE VISTA PRÁTICO, O QUE NÃO OCORRE NO CASO EM EXAME, TENDO EM VISTA QUE O DESPACHO QUE POSTERGOU A ANÁLISE DO EFEITO SUSPENSIVO JÁ FORA SUBSTITUÍDO POR DECISÃO FINAL CONSIGNADA NO RECURSO ORIGINÁRIO. 4. CEDIÇO QUE, OCORRENDO A PERDA DO OBJETO RECURSAL, HÁ FALTA SUPERVENIENTE DE INTERESSE RECURSAL, IMPONDO-SE O NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO INTERNO.5. RECURSO NÃO CONHECIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE SÃO PARTES AS PESSOAS ACIMA INDICADAS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM JULGAMENTO DE TURMA, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0626897-76.2020.8.06.0000/50001Agravo Interno Cível. Agravante: R. G. D.. Advogado: Carlos Filipe Cordeiro D`ávila (OAB: 22570/CE). Advogada: Rafaela Pacheco Nunes (OAB: 22404/CE). Agravado: H. M. D. R. P. J. M. C.. Advogado: Breno Morais Dias (OAB: 21695/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRANão conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA AD QUEM MINORANDO OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS DE 02 (DOIS) PARA 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) SALÁRIO MÍNIMO.

SUPERVENIENTE JULGAMENTO SIMULTÂNEO PELO COLEGIADO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, O QUAL É O RECURSO PRINCIPAL. PERDA DO OBJETO DO PRESENTE AGRAVO INTERNO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.1. O RECURSO EM EPÍGRAFE É DE SER TIDO POR PREJUDICADO. EXPLICO. O AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0626897-76.2020.8.06.0000, NO QUAL FOI PROFERIDA A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA VERGASTADA NESTE AGRAVO INTERNO, FOI JULGADO POR ESTA CÂMARA NESTA MESMA SESSÃO OCORRIDA EM 26/01/2022, HAVENDO, PORTANTO, PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DO PRESENTE RECURSO, NÃO MAIS EXISTINDO, PORTANTO, SEU INTERESSE DE AGIR.2. ISSO PORQUE É CEDIÇO QUE, HAVENDO JULGAMENTO DO RECURSO PRINCIPAL PELO COLEGIADO, O TRIBUNAL NÃO MAIS PODERÁ CONHECER DO AGRAVO INTERNO A ELE ATRELADO, OPOSTOS NO BOJO DE TAL RECURSO, POR LHE FALTAR O PRESSUPOSTO DO INTERESSE RECURSAL (BINÔMIO NECESSIDADE/UTILIDADE), IMPRESCINDÍVEL PARA QUE SE PROFIRA JUÍZO POSITIVO DE ADMISSIBILIDADE.3. O INTERESSE RECURSAL SE CARACTERIZA PELA NECESSIDADE DA PARTE DE IR A JUÍZO PARA ALCANÇAR A TUTELA PRETENDIDA, QUE DEVERÁ LHE TRAZER ALGUMA UTILIDADE DO PONTO DE VISTA PRÁTICO, O QUE NÃO OCORRE NO CASO EM EXAME, TENDO EM VISTA QUE O DESPACHO QUE POSTERGOU A ANÁLISE DO EFEITO SUSPENSIVO JÁ FORA SUBSTITUÍDO POR DECISÃO FINAL CONSIGNADA NO RECURSO ORIGINÁRIO. 4. CEDIÇO QUE, OCORRENDO A PERDA DO OBJETO RECURSAL, HÁ FALTA SUPERVENIENTE DE INTERESSE RECURSAL, IMPONDO-SE O NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO INTERNO.5. RECURSO NÃO CONHECIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE SÃO PARTES AS PESSOAS ACIMA INDICADAS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM JULGAMENTO DE TURMA, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0628990-75.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Daycoval S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Agravada: Silvania Azevedo da Silva. Advogado: Anderson Josué Sales da Silva (OAB: 29219/CE). Advogada: Débora Aguiar de França (OAB: 36877/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA PARTE AUTORA/AGRAVADA, ORIUNDOS DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO RECONHECIDO POR SI. ALEGAÇÃO DE FRAUDE. ACERVO PROBATÓRIO CONSTANTE NOS AUTOS QUE DÃO INDÍCIOS DE FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. PROBABILIDADE DO DIREITO DA PARTE AGRAVADA E PERIGO DE DANO VERIFICADOS. ALEGADO PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DA MEDIDA QUE NÃO MERECE ACOLHIMENTO. MANUTENÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. ALEGAÇÃO DE EXORBITÂNCIA DAS ASTREINTES. DESCABIDA. MULTA COMINATÓRIA MANTIDA EM R$ 1.000,00 (MIL REAIS) POR DIA DE DESCUMPRIMENTO, LIMITADA AO MONTANTE DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). VALOR RAZOÁVEL E DENTRO DO COMUMENTE APLICADO POR ESTE SODALÍCIO. ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DA MULTA COM PERIODICIDADE HAJA VISTA TRATAR-SE DE OBRIGAÇÃO MENSAL. REJEITADA. MULTA FIXADA EM PADRÃO COMUMENTE APLICADO. NÃO VERIFICAÇÃO DE DESPROPORCIONALIDADE OU IRRAZOABILIDADE A JUSTIFICAR SUA MODIFICAÇÃO. SUSPENSÃO DOS DESCONTOS JÁ CUMPRIDA CONFORME COMUNICAÇÃO NA ORIGEM. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR A CORREIÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A QUO QUE, ATESTANDO A PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA, DEFERIU TUTELA PROVISÓRIA DETERMINANDO QUE O AGRAVANTE/REQUERIDO, PROCEDA COM A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS DAS PARCELAS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AGRAVADA/REQUERENTE, BEM COMO COM A RETIRADA DO NOME DAQUELA DE QUALQUER CADASTRO DE INADIMPLENTES OU SE ABSTENHA DE EFETUAR A INCLUSÃO DA RESTRIÇÃO RELATIVAMENTE À DIVIDA OBJETO DA LIDE, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R$1.000,00 (MIL REAIS) PARA CADA DIA DE DESCUMPRIMENTO, LIMITADO AO VALOR DE R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).2. NO CASO CONCRETO, A PARTE AUTORA/AGRAVADA AFIRMA, EM PEÇA EXORDIAL (FLS. 01/16 AUTOS DE ORIGEM) SER APOSENTADA E ESTAR SOFRENDO DESCONTOS INDEVIDOS MENSALMENTE EM SEUS RENDIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS, ABATIMENTOS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS QUE AFIRMA DESCONHECER E NÃO TER CONTRATADO. ADUZ QUE A INSTITUIÇÃO REQUERIDA/AGRAVANTE CELEBROU CONTRATO ILÍCITO EM SEU NOME, CONTRATO DE Nº 50-8885894/21, NO VALOR DE R$ 2.906,61 (DOIS MIL, NOVECENTOS E SEIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS) A SER PAGO EM 84 PARCELAS DE R$ 70,00 (SETENTA REAIS), QUE SOMADAS RESULTAM UM VALOR FINAL DE R$ 5.880,00 (CINCO MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS), SALIENTANDO QUE JÁ FORAM DESCONTADAS 02 PARCELAS. AFIRMA TER COMUNICADO O BANCO AGRAVANTE SOBRE A FRAUDE, TENDO ESTE SE NEGADO A SUSPENDER OS DESCONTOS E AFIRMADO A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO.3. COMPULSANDO A DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS RECURSAIS E DE PRIMEIRO GRAU, VERIFICA-SE QUE O JUÍZO A QUO ENTENDEU ESTAR PRESENTE A PROBABILIDADE DO DIREITO EM FAVOR DA PARTE AUTORA/AGRAVADA. DE FATO, O EXTRATO EXPEDIDO PELO INSS (FL. 19 AUTOS DE ORIGEM), ATESTANDO A INCLUSÃO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 50-8885894/21, NA DATA DE 31/03/2021, NO VALOR DE R$ 2.906,61 (DOIS MIL, NOVECENTOS E SEIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS); O COMPROVANTE DE REALIZAÇÃO DE TED À FL. 166 E O COMPROVANTE DE DEPÓSITO DO VALOR EM JUÍZO POR PARTE DA AUTORA (FLS. 25/26 AUTOS DE ORIGEM), DÃO INDÍCIOS DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS (PROBABILIDADE DO DIREITO) E QUE A OPERAÇÃO AQUI QUESTIONADA NÃO FOI POR ELA CONTRATADA.4. ALÉM DISSO, ALGUNS ASPECTOS PERMITEM QUESTIONAR A REGULARIDADE DO CONTRATO APRESENTADO PELO AGRAVANTE/REQUERIDO (FLS. 168/171 - AUTOS DE ORIGEM) COMO A AUSÊNCIA DE RUBRICAS EM SUAS PÁGINAS E DE ASSINATURA DE TESTEMUNHAS, BEM COMO DE INFORMAÇÃO ACERCA DO LOCAL DA CELEBRAÇÃO DA AVENÇA, POSSUINDO UMA ÚNICA ASSINATURA QUE, CLARAMENTE, DIVERGE DA ASSINATURA CONSTANTE EM PROCURAÇÃO (FL. 17) E DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA (FL. 18) ASSINADOS PELA AGRAVADA, ALÉM DE DIVERGIR, INCLUSIVE, COM A CÓPIA DO RG (FL. 172) JUNTADO AOS AUTOS PELO BANCO AGRAVANTE COMO SENDO DA AUTORA E INTEGRANTE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO. ASSIM, HAVENDO IMPUGNAÇÃO DO CONSUMIDOR ACERCA DOS VALORES COBRADOS, FAZ-SE NECESSÁRIA ANÁLISE, SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, ACERCA DA REGULARIDADE DO DÉBITO ATRIBUÍDO AO AGRAVADO PELA EMPRESA AGRAVANTE.5. DESSE MODO, PENDENTE DISCUSSÃO JUDICIAL SOBRE A REGULARIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO FIRMADO ENTRE AS PARTES, CABÍVEL A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS DELE DECORRENTES, SOBRETUDO SE CONSIDERADO QUE REALIZADOS SOBRE VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR, DESTINADA À SUBSISTÊNCIA DA PARTE AGRAVADA, DE FORMA QUE O PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO PARA DETERMINAR A MANUTENÇÃO DOS DESCONTOS

NA APOSENTADORIA DA PARTE AGRAVADA ENSEJARIA O PERIGO DE DANO REVERSO. 6. QUANTO À FIXAÇÃO DAS ASTREINTES E A ALEGADA EXCESSIVIDADE DA MULTA FIXADA, EM ANÁLISE SUMÁRIA DOS AUTOS DENOTA-SE QUE A DECISÃO NÃO SE REVELA EQUIVOCADA, VISTO QUE TAL POSSIBILIDADE ENCONTRA-SE PREVISTA NO ART. 139, IV, DO CPC E FIXADO NO VALOR RAZOÁVEL DE R$ 1.000,00 (MIL REAIS) PARA CADA DIA DE DESCUMPRIMENTO, LIMITADO AO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), VALOR ESTE DENTRO DO COMUMENTE APLICADO POR ESTE SODALÍCIO E QUE SE MOSTRA RAZOÁVEL CONSIDERANDO-SE AS PECULIARIDADES DA LIDE, BEM COMO A CONDIÇÃO FINANCEIRA DO BANCO AGRAVANTE.7. NÃO MERECE ACOLHIDA A ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE PERIODICIDADE DA MULTA APLICADA POR SE TRATAR A OBRIGAÇÃO DE FAZER A SER CUMPRIDA EM ATO MENSALMENTE PRATICADO, ISTO PORQUE O JUÍZO DE ORIGEM FIXOU A MULTA DE MODO A INCIDIR NA HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS DISCUTIDOS, O QUE NÃO RELEVA DESPROPORCIONALIDADE OU IRRAZOABILIDADE A ENSEJAR A SUA MODIFICAÇÃO. ADEMAIS, RESIDE ÀS FLS. 91/94 DO FEITO DE ORIGEM, PETIÇÃO DO AGRAVANTE COMUNICANDO AO JUÍZO A QUO, NA DATA DE 16 DE JUNHO DE 2021, O DEVIDO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO REFERENTE À SUSPENSÃO DOS DESCONTOS. REJEITA-SE, AINDA, A ALEGAÇÃO DE PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DOS EFEITOS DA DECISÃO, POIS UMA VEZ JULGADOS IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS NA ORIGEM, NADA IMPEDE QUE O BANCO AGRAVANTE CONTINUE A PROMOVER OS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA E IGUALMENTE BUSQUE A COBRANÇA DOS VALORES POR VENTURA DEVIDOS E NÃO PAGOS.8. ESTANDO A DECISÃO VERGASTADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM A JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA, NÃO HAVENDO FUNDAMENTAÇÃO APTA A ENSEJAR A SUA REFORMA, RESTA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E MANTER IN TOTUM A DECISÃO VERGASTADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 22 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0629852-46.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Daycoval S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Agravada: Zuila Justino da Silva. Advogada: Maria Ani Sonally de Lima (OAB: 38804/CE). Advogado: Ramon Fernandes Rodrigues (OAB: 14553/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA PARTE AUTORA/AGRAVADA, ORIUNDOS DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO RECONHECIDO POR SI. ALEGAÇÃO DE FRAUDE. ACERVO PROBATÓRIO CONSTANTE NOS AUTOS QUE DÃO INDÍCIOS DE FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. PROBABILIDADE DO DIREITO DA PARTE AGRAVADA E PERIGO DE DANO VERIFICADOS. ALEGADO PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DA MEDIDA QUE NÃO MERECE ACOLHIMENTO. MANUTENÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. ALEGAÇÃO DE EXORBITÂNCIA DAS ASTREINTES. DESCABIDA. MULTA COMINATÓRIA MANTIDA EM R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) POR ATO DE DESCUMPRIMENTO. VALOR RAZOÁVEL E DENTRO DO COMUMENTE APLICADO POR ESTE SODALÍCIO. ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DA MULTA COM PERIODICIDADE. REJEITADA. MULTA FIXADA POR ATO DE DESCUMPRIMENTO QUE JÁ CONFIGURA PERIODICIDADE ADEQUADA AO CASO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR A CORREIÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A QUO QUE, ATESTANDO A PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA, DEFERIU LIMINAR DETERMINANDO QUE O BANCO AGRAVANTE SUSPENDA A COBRANÇA DO VALOR MENSAL REFERENTE AOS CONTRATOS IMPUGNADOS NOS AUTOS, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS A CONTAR DA INTIMAÇÃO, ATÉ JULGAMENTO FINAL DO FEITO, SOB PENA DE MULTA POR DESCUMPRIMENTO NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) POR DESCONTO FEITO.2. NO CASO CONCRETO, A PARTE AUTORA/AGRAVADA AFIRMA, EM PEÇA EXORDIAL (FLS. 01/19 AUTOS DE ORIGEM) SER APOSENTADA E ESTAR SOFRENDO DESCONTOS INDEVIDOS MENSALMENTE EM SEUS RENDIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS, ABATIMENTOS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS QUE AFIRMA DESCONHECER E NÃO TER CONTRATADO. ADUZ QUE A INSTITUIÇÃO REQUERIDA/AGRAVANTE CELEBROU CONTRATOS ILÍCITOS EM SEU NOME, OS QUAIS TERIAM DISPONIBILIZADO OS VALORES DE R$ 7.681,77 (SETE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E UM REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) E DE R$ 2.740,52 (DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), NUNCA TENDO USUFRUÍDO DE QUALQUER IMPORTÂNCIA, SOMENTE TENDO DESCOBERTO A FRAUDE QUANDO SE DIRIGIU À SUA AGÊNCIA BANCÁRIA PARA EFETUAR O SAQUE DE SEU BENEFÍCIO, COMO FAZ MENSALMENTE. DESTACA ESTAR PASSANDO POR DIFICULDADES FINANCEIRAS EM RAZÃO DOS DESCONTOS SOFRIDOS.3. COMPULSANDO A DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS RECURSAIS E DE PRIMEIRO GRAU, VERIFICA-SE QUE O JUÍZO A QUO ENTENDEU ESTAR PRESENTE A PROBABILIDADE DO DIREITO EM FAVOR DA PARTE AUTORA/AGRAVADA. DE FATO, O EXTRATO EXPEDIDO PELO INSS (FL. 25/26 AUTOS DE ORIGEM), ATESTANDO A INCLUSÃO DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO Nº 50-8480763/21, NA DATA DE 13/02/2021, NO VALOR DE R$ 7.681,77 (SETE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E UM REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), E Nº 50-8597085/21, NA DATA DE 08/03/2021, NO VALOR DE R$ 2.740,52 (DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS); O EXTRATO FINANCEIRO (FL. 30 AUTOS DE ORIGEM), EVIDENCIANDO A REALIZAÇÃO DE TED´S PELO BANCO AGRAVANTE DOS RESPECTIVOS VALORES NAS DATAS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021 E 09 DE MARÇO DE 2021 E A COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALOR ANTERIOR DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO LANÇADO PELO MESMO BANCO AGRAVANTE NO BENEFÍCIO DA AUTORA, EM FEVEREIRO DE 2021 (FL. 29 AUTOS DE ORIGEM), DÃO INDÍCIOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO AUTORAL E QUE A OPERAÇÃO AQUI QUESTIONADA NÃO FOI POR ELA CONTRATADA.4. ALÉM DISSO, ALGUNS ASPECTOS PERMITEM QUESTIONAR A REGULARIDADE DOS CONTRATOS APRESENTADOS PELO AGRAVANTE/REQUERIDO (FLS. 163/164 E 165/166 - AUTOS DE ORIGEM) COMO A AUSÊNCIA DE ASSINATURA DE TESTEMUNHAS E A DISSONÂNCIA DAS ASSINATURAS CONSTANTES NO INSTRUMENTOS REFERIDOS COM A ASSINATURA CONSTANTE EM DOCUMENTO DA AGRAVADA/REQUERENTE À FL. 22. ADEMAIS, APRECIANDO OS CONTRATOS REFERIDOS (FLS. 163/164 E 165/166), EXTRAI-SE A INCONSISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE ENDEREÇO DA AUTORA, CONSTANDO NOS CONTRATOS COMO ENDEREÇO DA CONTRATANTE A SÍTIO FLORES, 56 LAGOA, PEDRA BRANCA/CE, ENQUANTO A AGRAVADA/AUTORA COMPROVA RESIDIR (FL. 24) NO SÍTIO PÉ DE SERRA, 204, DISTRITO SÃO ROMÃO, ALTENEIRA/CE. POR FIM, DESTAQUE-SE QUE ENQUANTO O CONTRATO DE FLS. 163/164 NÃO INFORMA O LOCAL DA CELEBRAÇÃO DA AVENÇA, O CONTRATO DE FLS. 165/166 APRESENTA COMO LOCAL DA CELEBRAÇÃO O MUNICÍPIO DE MARÍLIA/SP, MESMA INFORMAÇÃO CONSTANTE DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE FL. 167. ASSIM, HAVENDO IMPUGNAÇÃO DO CONSUMIDOR ACERCA DOS VALORES

COBRADOS, FAZ-SE NECESSÁRIA ANÁLISE, SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, ACERCA DA REGULARIDADE DO DÉBITO ATRIBUÍDO AO AGRAVADO PELA EMPRESA AGRAVANTE.5. DESSE MODO, PENDENTE DISCUSSÃO JUDICIAL SOBRE A REGULARIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO FIRMADO ENTRE AS PARTES, CABÍVEL A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS DELE DECORRENTES, SOBRETUDO SE CONSIDERADO QUE REALIZADOS SOBRE VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR, DESTINADA À SUBSISTÊNCIA DA PARTE AGRAVADA, DE FORMA QUE O PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO PARA DETERMINAR A MANUTENÇÃO DOS DESCONTOS NA APOSENTADORIA DA PARTE AGRAVADA ENSEJARIA O PERIGO DE DANO REVERSO. 6. QUANTO À FIXAÇÃO DAS ASTREINTES E A ALEGADA EXCESSIVIDADE DA MULTA FIXADA, EM ANÁLISE SUMÁRIA DOS AUTOS DENOTA-SE QUE A DECISÃO NÃO SE REVELA EQUIVOCADA, VISTO QUE TAL POSSIBILIDADE ENCONTRA-SE PREVISTA NO ART. 139, IV, DO CPC E FIXADO NO VALOR RAZOÁVEL DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) POR DESCONTO REALIZADO (ATO DE DESCUMPRIMENTO), VALOR ESTE DENTRO DO COMUMENTE APLICADO POR ESTE SODALÍCIO E QUE SE MOSTRA RAZOÁVEL CONSIDERANDO-SE AS PECULIARIDADES DA LIDE, BEM COMO A CONDIÇÃO FINANCEIRA DO BANCO AGRAVANTE.7. NÃO MERECE ACOLHIDA A ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE PERIODICIDADE DA MULTA APLICADA POR SE TRATAR A OBRIGAÇÃO DE FAZER A SER CUMPRIDA EM ATO MENSALMENTE PRATICADO, ISTO PORQUE O JUÍZO DE ORIGEM FIXOU A MULTA DE MODO A INCIDIR SOBRE CADA DESCONTO INDEVIDO REALIZADO, OU SEJA, POR CADA ATO DE DESCUMPRIMENTO, O QUE SE ADEQUA PERFEITAMENTE AO CASO CONCRETO E JÁ CONSISTE EM INCIDÊNCIA PERIÓDICA. DO MESMO MODO, REJEITA-SE A ALEGAÇÃO DE PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DOS EFEITOS DA DECISÃO, POIS UMA VEZ JULGADOS IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS NA ORIGEM, NADA IMPEDE QUE O BANCO AGRAVANTE CONTINUE A PROMOVER OS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA E IGUALMENTE BUSQUE A COBRANÇA DOS VALORES POR VENTURA DEVIDOS E NÃO PAGOS.8. ESTANDO A DECISÃO VERGASTADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM A JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA, NÃO HAVENDO FUNDAMENTAÇÃO APTA A ENSEJAR A SUA REFORMA, RESTA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E MANTER IN TOTUM A DECISÃO VERGASTADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 22 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0630384-20.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Gotemburgo Veiculos Ltda. Advogado: Rodrigo Martins Mariano (OAB: 43856/BA). Advogado: Luis Gustavo Souza dos Santos (OAB: 51406/BA). Advogado: Matheus Azevedo Paes Mendonça (OAB: 46807/BA). Agravado: Rode Transportes e Serviços de Reboque Ltda - ME. Advogado: Adolfo Lindemberg Costa de Souza (OAB: 26701/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. DECISÃO PROLATADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS E APLICOU MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA ANTE SEU CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. NORMA DO § 2º DO ART. 1.026 DO CPC/15. INSURGÊNCIA RECURSAL PLEITEANDO A REFORMA DO DECISUM E ALEGANDO INEXISTÊNCIA DE INTUITO PROTELATÓRIO E DE PREJUÍZO AO ANDAMENTO PROCESSUAL. MATÉRIA PASSÍVEL DE PRELIMINAR DE APELAÇÃO. NÃO CARACTERIZADA A URGÊNCIA DECORRENTE DE INUTILIDADE DO JULGAMENTO DA QUESTÃO. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ROL DO ART. 1.015 DO CPC. NÃO CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PONTO. NO MÉRITO, ALEGAÇÃO RECURSAL DE INAPLICABILIDADE DO CDC E INDEVIDA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RELAÇÃO JURÍDICA INTEREMPRESARIAL ENTRE AS PARTES. AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA DA EMPRESA ADQUIRENTE/AGRAVADA. ATUAÇÃO NO RAMO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS. NÃO CONFIGURAÇÃO COMO DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO. VULNERABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA EVIDENCIADA ENTRE AS PARTES. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ANTE A INCIDÊNCIA DA TEORIA FINALISTA MITIGADA. AGRAVANTE QUE É MICROEMPRESA FAMILIAR E ADQUIRIU O VEÍCULO MEDIANTE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.1. INSURGE-SE A AGRAVANTE/RÉ, NESTE PONTO, CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (FLS. 956/960 AUTOS DE ORIGEM), NA QUAL O JUÍZO DE ORIGEM A CONDENOU AO PAGAMENTO DE MULTA DE 2% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA POR ENTENDER PROTELATÓRIOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS.2. NOS TERMOS DO ARTIGO 1.015, DO CPC/15, SOMENTE SÃO AGRAVÁVEIS AS DECISÕES MENCIONADAS EM SEUS INCISOS E EM OUTRAS PREVISÕES CONSTANTES EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE, ALÉM DAS HIPÓTESES CONSTANTES DE SEU PARÁGRAFO ÚNICO. DESSE MODO, AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS NA FASE DE CONHECIMENTO QUE NÃO ESTÃO RELACIONADAS NO DISPOSITIVO CITADO NEM NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE, NÃO SÃO AGRAVÁVEIS. LOGO, A DECISÃO RECORRIDA NÃO COMPORTA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO POR NÃO ENCONTRAR O SEU O CONTEÚDO AMPARO NO ROL PREVISTO NO ART. 1.015 DO CPC/15 NEM EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL.3. ASSIM, A DECISÃO QUE REJEITA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E RECONHECE O SEU CARÁTER PROTELATÓRIO, APLICANDO A MULTA PREVISTA NO § 2º, DO ART. 1.026, DO CPC, DEVE SER OBJETO DE IMPUGNAÇÃO EM APELAÇÃO OU NAS CONTRARRAZÕES DESTA, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.009, § 1º, DO CPC/15. É POR ISSO QUE A DECISÃO RECORRIDA TAMBÉM NÃO SE ENQUADRA NA HIPÓTESE EXCEPCIONAL DE CABIMENTO PREVISTA NA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL MAIS RECENTE DO STJ, FIRMADA NO RESP 1.704.520/MT. POR ESTA RAZÃO, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO NESTE PONTO. 4. ACERCA DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES NEGOCIAIS ENTRE EMPRESAS, EM REGRA, A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ADOTA A TEORIA FINALISTA PARA DETERMINAÇÃO DA QUALIDADE DE CONSUMIDOR. MEDIANTE UMA EXEGESE RESTRITIVA DO ART. 2º DO CDC, ENTENDE-SE QUE É CONSUMIDOR O DESTINATÁRIO FINAL FÁTICO E ECONÔMICO DO BEM OU SERVIÇO, SEJA ELE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA. PELA TEORIA FINALISTA, EXCLUI-SE DA PROTEÇÃO DO CDC O CONSUMIDOR INTERMEDIÁRIO, ASSIM ENTENDIDO COMO AQUELE QUE NÃO É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO, RETORNANDO-O PARA AS CADEIAS DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, COMPONDO O CUSTO DE UM NOVO BEM OU SERVIÇO. ASSIM, A CORTE SUPERIOR AFIRMA QUE NA HIPÓTESE DE O PRODUTO OU SERVIÇO SER UTILIZADO OU CONTRATADO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, NÃO SE APLICA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, POIS NÃO ESTARIA CONFIGURADA A CONDIÇÃO DE DESTINATÁRIO FINAL DA RELAÇÃO DE CONSUMO (TEORIA FINALISTA OU SUBJETIVA).5. EM CONTRAPARTIDA, DEVE-SE DESTACAR QUE TEM PREVALECIDO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA O ENTENDIMENTO DE MITIGAÇÃO DA TEORIA FINALISTA, DEVENDO-SE APLICAR AS NORMAS DO CDC ÀS HIPÓTESES EM QUE ENTABULADA RELAÇÕES NEGOCIAIS ENTRE EMPRESAS, MESMO QUE A

CONSUMIDORA DO PRODUTO O ADQUIRA PARA UTILIZAÇÃO EM SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL, QUANDO EVIDENCIADA A SUA VULNERABILIDADE ECONÔMICA, TÉCNICA OU JURÍDICA. É, PORTANTO, NESTE ÚLTIMO ASPECTO QUE RESIDE A SOLUÇÃO PARA O PRESENTE RECURSO, DEVENDO-SE VERIFICAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE VULNERABILIDADE POR PARTE DA AGRAVADA A JUSTIFICAR A MITIGAÇÃO DA TEORIA FINALISTA E A INCIDÊNCIA DAS NORMAS PROTETIVAS DO CDC AO CASO. MERECE DESTAQUE O FATO DE QUE A ANÁLISE DA REFERIDA VULNERABILIDADE DEVE SER FEITA EM CADA CASO CONCRETO, A PARTIR DAS PARTICULARIDADES QUE ENVOLVEM AS PARTES, SUAS CARACTERÍSTICAS E OS FATOS QUE CIRCUNDAM A LIDE.6. IN CASU, VERIFICA-SE QUE A EMPRESA AGRAVADA, RODE TRANSPORTES E SERVIÇOS DE REBOQUE LTDA ME, É MICROEMPRESA FAMILIAR E REALIZA ATIVIDADES NO RAMO DE TRANSPORTES DE VEÍCULOS (CEGONHA E REBOQUE), TENDO ADQUIRIDO O VEÍCULO DISCUTIDO POR MEIO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (FLS. 63/78 AUTOS DE ORIGEM) NÃO SE PODENDO EQUIPARÁ-LA, TECNICAMENTE OU ECONOMICAMENTE, A UMA CONCESSIONÁRIA/FABRICANTE DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE, COMO É O CASO DA AGRAVANTE E DEMAIS DEMANDADAS NA ORIGEM, SENDO EVIDENTE A HIPOSSUFICIÊNCIA DAQUELA EM RELAÇÃO ÀS PARTES ADVERSAS, CONFORME PRECEDENTES DO STJ E DESTA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO.7. DESTA FEITA, CONSTATA-SE A APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO CONCRETO, ANTE A VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA AGRAVADA, CONFORME PARÂMETROS DA TEORIA FINALISTA MITIGADA, NÃO MERECENDO REFORMA A DECISÃO VERGASTADA, REJEITANDO-SE, POR CONSEQUÊNCIA, AS ALEGAÇÕES DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA DO JUÍZO DE ORIGEM E DE INDEVIDA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.8. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO E, NA PARTE CONHECIDA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 21 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0632553-77.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: L. de S. A.. Advogado: Luis Ricardo de Queiroz Ferreira (OAB: 29743/CE). Agravado: G. A. P.. Advogado: José Mauricio Moreira Cavalcante Filho (OAB: 17550/CE). Advogada: Amanda Gomes Albuquerque (OAB: 37455/CE). Advogada: Ana Ruth Batista de Freitas Araruna (OAB: 24434/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A QUO DETERMINANDO A EXONERAÇÃO PROVISÓRIA DO ENCARGO ALIMENTAR. PENSÃO ALIMENTÍCIA NA MONTA DE UM SALÁRIO MÍNIMO, FIXADA POR ACORDO JUDICIAL EM 2018, ACORDANDO-SE QUE O GENITOR AGRAVADO PAGARIA A VERBA ALIMENTAR À FILHA ATÉ A CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR. AGRAVANTE QUE SE ENCONTRA NA IMINÊNCIA DE COMPLETAR 25 (VINTE E CINCO) ANOS DE IDADE. CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO EM 2014. MATRÍCULA NO ATUAL CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ DESDE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017, JÁ ADVINDA TRANSFERIDA DE ANTERIOR FACULDADE. AGRAVANTE QUE MESMO MATRICULADA NO REFERIDO CURSO HÁ 05 (CINCO) ANOS, AINDA ESTÁ NO 3º PERÍODO, TENDO REPROVADO A QUASE TOTALIDADE DAS DISCIPLINAS, SEJA POR NOTAS BAIXAS OU FALTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR. INJUSTIFICADA DESÍDIA E ATRASO DA CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR. VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO OCIOSO, CONFORME ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA REAL IMPOSSIBILIDADE DE AUTOSSUSTENTO OU SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. DEVIDA EXONERAÇÃO PROVISÓRIA DOS ALIMENTOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO OBJURGADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA NA CORREIÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A QUO, QUE DETERMINOU, PROVISORIAMENTE, A EXONERAÇÃO DA PARTE AGRAVADA DO ENCARGO ALIMENTAR, NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, EM FAVOR DE SUA FILHA, ORA AGRAVANTE, QUE ATUALMENTE SE ENCONTRA NA IMINÊNCIA DE COMPLETAR 25 (VINTE E CINCO) ANOS DE IDADE.2. HÁ, NO CONTEXTO DESTES AUTOS, QUE SE DIFERENCIAR OS DOIS ENCARGOS DE NATUREZA ALIMENTAR. O PRIMEIRO DELES É O DEVER DE SUSTENTO, QUE DECORRE DO PODER FAMILIAR E SE ESTABELECE ENTRE PAIS E FILHOS MENORES, SOBRE OS QUAIS RECAI A PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE NECESSIDADE DE ALIMENTOS, CESSANDO COM O ALCANCE DA MAIORIDADE CIVIL. A PARTIR DESSE MARCO, ESSA PRESUNÇÃO PASSA A SER RELATIVA, DAÍ ADVINDO-SE A OBRIGATORIEDADE DE SE COMPROVAR A REAL NECESSIDADE DO ALIMENTADO PARA A CONCESSÃO DO ENCARGO ALIMENTAR, QUE PASSA A AMPARAR-SE NA OBRIGAÇÃO EXISTENTE ENTRE PARENTES, A TEOR DO REGRAMENTO ENCARTADO NOS ARTIGOS 1.694 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL.3. ASSIM, NO CASO DE FIXAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE ALIMENTOS AOS FILHOS MAIORES, NÃO BASTA SOMENTE A EXISTÊNCIA DO VÍNCULO DE PARENTESCO PARA QUE A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR SE TORNE EXIGÍVEL. DADO O SEU CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE, MISTER A COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO ALIMENTADO DE PROVER A SUA SUBSISTÊNCIA, VISTO QUE NÃO SERÃO DEVIDOS ALIMENTOS ÀQUELES QUE, PODENDO TRABALHAR, NÃO O FAZEM, CONFORME PRELECIONA O ART. 1.695, DO CC.4. NO CASO CONCRETO, A ALIMENTADA/AGRAVANTE, QUE COMPLETARÁ 25 (VINTE E CINCO) ANOS DE IDADE EM 12/03/2022 (REGISTRO CIVIL ÀS FLS. 09/10), É BENEFICIÁRIA DE PENSÃO ALIMENTÍCIA NO IMPORTE DE UM SALÁRIO MÍNIMO, FIXADO EM ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE EM 04/09/2018 (FLS. 152/153), NO QUAL RESTOU CONVENCIONADO QUE O ALIMENTANTE/AGRAVADO PRESTARIA OS ALIMENTOS ATÉ A CONCLUSÃO DO CURSO UNIVERSITÁRIO DA ALIMENTADA. CONTUDO, ANALISANDO-SE MINUNCIOSAMENTE OS AUTOS, NOTADAMENTE A DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA UNIVERSITÁRIA E HISTÓRICO ESCOLAR DA AGRAVANTE, CONSTANTE ÀS FLS. 183/187, VERIFICA-SE QUE A ALIMENTADA CONCLUIU O ENSINO MÉDIO EM 2014 E INGRESSOU NO CURSO DE NUTRIÇÃO, NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017, JÁ SENDO TRANSFERIDA DE OUTRA FACULDADE, E MESMO MATRICULADA NO REFERIDO CURSO HÁ 05 (CINCO) ANOS, AINDA ESTÁ NO 3º PERÍODO, TENDO REPROVADO A QUASE TOTALIDADE DAS DISCIPLINAS, SEJA POR FALTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR OU DO ALCANCE DE PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA APROVAÇÃO.5. NESSA SENDA, EM ANÁLISE PERFUNCTÓRIA E COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO CONTIDO NOS AUTOS ATÉ O MOMENTO, É DE SE NOTAR QUE O JUÍZO A QUO ACERTADAMENTE APLICOU O CONSOLIDADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PÁTRIO, NO SENTIDO DE VEDAR A PERPETUAÇÃO DO ENCARGO ALIMENTAR AOS FILHOS QUE, EM PLENO GOZO DE SUAS FACULDADES MENTAIS E FÍSICAS, NÃO CONCLUEM CURSO SUPERIOR E NÃO INGRESSAM NO MERCADO DE TRABALHO POR OPÇÃO PRÓPRIA, SENDO POSSÍVEL VISLUMBRAR O ABUSO DE DIREITO DA AGRAVANTE AO PROTELAR SUA CONCLUSÃO NO CURSO SUPERIOR, DE MODO A SEGUIR RECEBENDO A VERBA ALIMENTAR, NÃO SENDO RAZOÁVEL RESTABELECER A PENSÃO ALIMENTÍCIA QUANDO A MESMA POSSUI QUASE 25 (VINTE E CINCO) ANOS DE IDADE E ESTÁ HÁ 05 (CINCO) ANOS MATRICULADA NO MESMO CURSO, MAS AINDA CURSANDO SEU 3º PERÍODO, COM INÚMERAS REPROVAÇÕES, NÃO TENDO SEQUER DATA OU PREVISÃO DE QUANDO OCORRERIA A CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO SUPERIOR, CONDUTA

ESTA QUE DEVE SER RECHAÇADA PELO PODER JUDICIÁRIO.6. NESSE ESTEIO, É CONSOLIDADA A JURISPRUDÊNCIA DO STJ NO SENTIDO DE QUE OS ALIMENTOS PRESTADOS AOS FILHOS MAIORES DECORREM DO DEVER DE ASSISTÊNCIA FUNDADA NO PARENTESCO SANGUÍNEO COM OS GENITORES, DESDE QUE COMPROVADA A REAL IMPOSSIBILIDADE DE PROVER A PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA OU A NECESSIDADE DA PENSÃO POR FREQUENTAR REGULARMENTE CURSO TÉCNICO OU UNIVERSITÁRIO, O QUE NÃO SE VISLUMBRA NO PRESENTE CASO.7. ASSIM, O PLEITO DE EXONERAÇÃO DO QUANTUM ALIMENTAR DA PARTE AGRAVADA NA ORIGEM ENCONTRA RESPALDO NAS PROVAS EXISTENTES NOS AUTOS, PORQUANTO A PARTE AGRAVANTE NÃO DEMONSTROU SUA EFETIVA NECESSIDADE ALIMENTAR E/OU IMPOSSIBILIDADE DE INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO, BEM QUANTO NÃO COMPROVOU SITUAÇÃO QUE JUSTIFICASSE O DEMASIADO ATRASO NA CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR, O QUE, CONFORME A PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACIMA TRANSCRITA, NÃO ENSEJA A MANUTENÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR PELOS GENITORES, HAVENDO PERMISSIVO LEGAL E JURISPRUDENCIAL PARA A REFERIDA EXONERAÇÃO PROVISÓRIA.8. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DO PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA EMINENTE RELATORA, PARTE INTEGRANTE DESTE.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0632977-22.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Rode Transportes e Serviços de Reboque Ltda - ME. Advogado: Adolfo Lindemberg Costa de Souza (OAB: 26701/CE). Agravado: Apavel Aparecida Veículos Ltda.. Advogado: Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB: 5496/CE). Agravado: Gotemburgo Veiculos Ltda. Advogado: Matheus Azevedo Paes Mendonça (OAB: 46807/BA). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRANão conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. DECISÃO RECORRIDA QUE RECONHECEU A TEMPESTIVIDADE DAS CONTESTAÇÕES JUNTADAS AOS AUTOS PELAS AGRAVADAS E REJEITOU ALEGAÇÃO DE REVELIA APRESENTADA PELA AGRAVANTE. INSURGÊNCIA RECURSAL PLEITEANDO A REFORMA DO DECISUM E A DECRETAÇÃO DA REVELIA DAS AGRAVADAS. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ROL DO ART. 1.015 DO CPC. MATÉRIA PASSÍVEL DE PRELIMINAR DE APELAÇÃO. NÃO CARACTERIZADA A URGÊNCIA DECORRENTE DE INUTILIDADE DO JULGAMENTO DA QUESTÃO. NÃO CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.1. INSURGE-SE A AGRAVANTE/AUTORA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM (FLS. 973/974 AUTOS DE ORIGEM), A QUAL RECONHECENDO A TEMPESTIVIDADE DA JUNTADA DAS CONTESTAÇÕES DAS AGRAVADAS/RÉS, ENTENDENDO APLICÁVEL AO CASO O DISPOSTO NO ART. 231, I E §1º, DO CPC, INDEFERIU O PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE REVELIA SUSCITADO PELA AGRAVANTE.2. NOS TERMOS DO ARTIGO 1.015, DO CPC/15, SOMENTE SÃO AGRAVÁVEIS AS DECISÕES MENCIONADAS EM SEUS INCISOS E EM OUTRAS PREVISÕES CONSTANTES EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE, ALÉM DAS HIPÓTESES CONSTANTES DE SEU PARÁGRAFO ÚNICO. DESSE MODO, AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS NA FASE DE CONHECIMENTO QUE NÃO ESTÃO RELACIONADAS NO DISPOSITIVO CITADO NEM NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE, NÃO SÃO AGRAVÁVEIS. LOGO, A DECISÃO RECORRIDA NÃO COMPORTA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO POR NÃO ENCONTRAR O SEU O CONTEÚDO AMPARO NO ROL PREVISTO NO ART. 1.015 DO CPC/15 NEM EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL.3. ASSIM, A DECISÃO QUE ACOLHE OU REJEITA ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE REVELIA, DEVE SER OBJETO DE IMPUGNAÇÃO EM APELAÇÃO OU NAS CONTRARRAZÕES DESTA, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.009, § 1º, DO CPC/15. É POR ISSO QUE A DECISÃO RECORRIDA TAMBÉM NÃO SE ENQUADRA NA HIPÓTESE EXCEPCIONAL DE CABIMENTO PREVISTA NA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL MAIS RECENTE DO STJ, FIRMADA NO RESP 1.704.520/MT, AFETO AO RITO DE RECURSO REPETITIVO, NO SENTIDO DE QUE "O ROL DO ART. 1.015 DO CPC É DE TAXATIVIDADE MITIGADA, POR ISSO ADMITE A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO QUANDO VERIFICADA A URGÊNCIA DECORRENTE DA INUTILIDADE DO JULGAMENTO DA QUESTÃO NO RECURSO DE APELAÇÃO". (RESP 1704520/MT, CORTE ESPECIAL, JULGADO EM 05/12/2018).4. POR TODO O EXPOSTO, UMA VEZ NÃO SER A DECISÃO RECORRIDA PASSÍVEL DE RECURSO POR MEIO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, ANTE A AUSÊNCIA DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL CONTIDA NO ART. 1.015 E PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC, E DAS HIPÓTESES DE MITIGAÇÃO DA TAXATIVIDADE, DEVENDO A IMPUGNAÇÃO SER OBJETO DE APELAÇÃO OU DE CONTRARRAZÕES DESTA, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.009, § 1º, DO CPC-15, RESTA NÃO CONHECER DO PRESENTE RECURSO.5. RECURSO NÃO CONHECIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 21 DE JANEIRO DE 2022DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0636228-82.2020.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Liliane Maria Sousa de Almeida. Advogado: Rodrigo Lemos e Silva (OAB: 38979/CE). Relator(a): ROSILENE FERREIRA FACUNDO - PORT 1862/2021Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. PACIENTE DIAGNOSTICADO COM DERMATITE ATÓPICA GRAVE. TRATAMENTO PRESCRITO COM USO DO MEDICAMENTO DUPIXENT (DUPILUMABE). NEGATIVA DE COBERTURA DO PLANO DE SAÚDE. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE. REQUISITOS LEGAIS DEMONSTRADOS. ROL DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (ANS) MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO. REFERÊNCIA PARA COBERTURA ASSISTENCIAL MÍNIMA. CABE AO MÉDICO E NÃO À OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE DETERMINAR O TRATAMENTO MAIS ADEQUADO AO RESTABELECIMENTO DA SAÚDE DO PACIENTE. PRECEDENTES DO TJCE. PEDIDO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. REJEITADO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA REFORMA DA DECISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 26 DE JANEIRO DE 2021.

Total de feitos: 23

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0258734-17.2020.8.06.0001Apelação Cível. Apte/Apdo: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central. Advogado: Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE). Apte/Apdo: Laura Lima Pinheiro. Repr. Legal: Antonia Roberta Pereira Lima (OAB: 20730/CE). Advogado: Francisco Duarte Pinheiro Junior (OAB: 19582/CE). Relator(a): MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES"A Câmara, por maioria, acordou em conhecer de ambas as apelações, para negar provimento ao recurso da Central Nacional Unimed e dar provimento à apelação de Laura Lima Pinheiro, nos termos do voto da eminente Relatora." - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. BEBÊ DIAGNOSTICADO COM BRAQUICEFALIA E PLAGIOCEFALIA (Q67.3). INDICAÇÃO DE TRATAMENTO COM O USO DE ÓRTESE STARBAND DE REMODELAÇÃO CRANIANA. PROCEDIMENTO UTILIZADO EM SUBSTITUIÇÃO À CIRURGIA NEUROLÓGICA. MÉTODO INDICADO POR REDUZIR O RISCO DE MORTE E AS COMPLICAÇÕES PÓS CIRÚRGICAS. IMPOSSIBILIDADE DE NEGATIVA SOB O FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO ROL DA ANS. LIMITAÇÃO INADMISSÍVEL. ENTENDIMENTOS JURISPRUDÊNCIAIS DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM CASOS ANÁLOGOS. DANO MORAL. ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MAJORAÇÃO DO QUANTUM DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). PRECEDENTES. AMBOS OS RECURSOS CONHECIDOS. DESPROVIDO O DA CENTRAL NACIONAL UNIMED. PROVIDO O DA MENOR LAURA LIMA PINHEIRO. SENTENÇA REFORMADA APENAS COM RELAÇÃO AO VALOR DA INDENIZAÇÃO.1. NA ANÁLISE DO CASO CONCRETO, VERIFICA-SE QUE A AUTORA CONTRATOU PLANO DE SAÚDE JUNTO À UNIMED DESDE O DIA DO SEU NASCIMENTO (21/07/2017), OU SEJA, POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.656/98, QUE REGULA AS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE, RAZÃO PELA QUAL O CONTRATO PODE SER ANALISADO TANTO A LUZ DA LEI ESPECÍFICA, COMO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, EM CONFORMIDADE COM O ENUNCIADO DE SÚMULA DO STJ Nº 469. 2. NO CASO DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A AUTORA, MENOR IMPÚBERE, FOI DIAGNÓSTICADA, COM APENAS 3 (TRÊS) MESES DE VIDA, COM BRAQUICEFALIA E PLAGIOCEFALIA. APÓS PROCURAR A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE (UNIPLAN COLETIVO EMPRESARIAL - 0 865 000106506030), A MENOR TEVE O TRATAMENTO NEGADO, SOB A INFORMAÇÃO DE QUE O PROCEDIMENTO NÃO CONSTAVA NO ROL DA ANS (FLS. 39-41). EM RAZÃO DISSO, SOB ORIENTAÇÃO MÉDICA, OS PAIS DA CRIANÇA PROCURARAM TRATAMENTO ESPECIALIZADO EM SÃO PAULO/SP (FLS. 35-38), ARCANDO COM O VALOR DE R$ 13.900,00 (TREZE MIL E NOVECENTOS REAIS), ALÉM DE VIAGENS QUINZENAIS AO ESTADO (FLS. 42-43). 3. CONSTATA-SE QUE PARA EVITAR UMA CIRURGIA MAIS INVASIVA (E POSSIVELMENTE BEM MAIS ONEROSA PARA A UNIMED, VEZ QUE O TRATAMENTO COM A ÓRTESE CUSTOU APENAS O VALOR DE R$ 13.900,00), O TRATAMENTO INDICADO PELO MÉDICO ESPECIALISTA FOI O DO USO DA ÓRTESE STARTBAND, FEITA SOB MEDIDA PARA A AUTORA, O QUE, POR SINAL, TEVE TOTAL SUCESSO NA RECUPERAÇÃO DO ESTADO DA MENOR.4. O PROCEDIMENTO ESCOLHIDO FOI EM SUBSTITUIÇÃO À CIRURGIA NEUROLÓGICA, COM TOTAL COMPROVAÇÃO DE EFICÁCIA, SENDO, PORTANTO, UMA DECISÃO DO MÉDICO O PROCEDIMENTO A SER ADOTADO NO CASO DA AUTORA. VERIFICA-SE QUE EMBORA O TRATAMENTO TENHA SIDO FEITO EM CLÍNICA NÃO CREDENCIADA, O PRÓPRIO PEDRIATRA DA UNIMED FEZ A RECOMENDAÇÃO DA CLÍNICA HEADS, NÃO CABENDO AO PLANO DE SAÚDE QUALQUER LIMITAÇÃO CONTRATUAL. DESTA FEITA, MOSTRAVA-SE COMPLETAMENTE DESARRASOADO SUBMETER A MENOR A UMA CIRUGIA NEUROLÓGICA, QUANDO EXISTIA UM TRATAMENTE SUBSTITUTIVO E DEVIDAMENTE REGISTRADO NA ANVISA, O QUE DIMINUIU O RISCO DE MORTALIDADE E MAIORES COMPLICAÇÕES PÓS-CIRÚRGICAS5. NESTA TOADA, CONVIRJO COM O POSICIONAMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU (FLS. 216-222), DO PROMOTOR DE JUSTIÇA (FLS. 213-215) E DO PROCURADOR DE JUSTIÇA (FLS. 284-290), NO SENTIDO DE DECLARAR NULA A CLÁUSULA QUE NEGOU A COBERTURA DO TRATAMENTO, VISTO QUE NÃO TRATA-SE APENAS DA UTILIZAÇÃO DE UMA ÓRTESE NÃO LIGADA AO ATO CIRÚRGICO, MAS SIM, DE UM TRATAMENTO SUBSTITUTIVO DE UMA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA NEUROLÓGICA EM UMA CRIANÇA QUE, À ÉPOCA, CONTAVA COM APENAS 3 MESES DE VIDA.6. NO CASO EM TELA, É EVIDENTE O ABALO EMOCIONAL CAUSADO A AUTORA, UMA VEZ QUE, EM MOMENTO EMERGENCIAL, QUANDO NECESSITAVA DO TRATAMENTO QUE IRIA IMPACTAR DURANTE TODA A SUA VIDA, TEVE A SUA SOLICITAÇÃO NEGADA, DE FORMA A CONTRARIAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE E O POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL, CONFIGURANDO-SE O DANO E O NEXO DE CAUSALIDADE.7. PERSCRUTANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA CAUSA, O GRAU DE CULPA DO CAUSADOR DO DANO, AS CONSEQUÊNCIAS DO ATO E AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS DAS PARTES, CHEGO À CONCLUSÃO A QUANTIA DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) DEMONSTRA-SE PROPORCIONAL E RAZOÁVEL, EM CUMPRIMENTO AO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ADOTADO.8. RECURSOS CONHECIDOS. DESPROVIDO O DA CENTRAL NACIONAL UNIMED. PROVIDO O DA MENOR LAURA LIMA PINHEIRO. SENTENÇA REFORMADA TÃO SOMENTE PARA MAJORAR O QUANTUM INDENIZATÓRIO DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS RECURSO, ACORDA A TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, POR MAIORIA, CONHECER DAS APELAÇÕES CÍVEIS, PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIMED E DAR PROVIMENTO AO DA AUTORA, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA RELATORA.MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES DESEMBARGADORA RELATORA

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000038-04.2022.8.06.0000Conflito de competência cível. Suscitante: Juiz de Direito da 16ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Terceira: N. B. A.. Advogada: Joyceane Bezerra de Menezes (OAB: 9442/CE). Advogado: Luis Paulo dos Santos Pontes (OAB: 30560/CE). Advogada: Uinie Caminha (OAB: 12236/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE O JUÍZO DA 18ª (SUSCITADO) E 16ª (SUSCITANTE) VARAS DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA. AÇÃO DE SUPRIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE RESIDÊNCIA Nº. 0285397-66.2021.8.06.0001. CONEXÃO DESTA COM A AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS Nº. 0268467-70.2021.8.06.0001, NA QUAL EXSURGIU O CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº. 0002711-04.2021.8.06.0000, JULGADO CONCOMITANTE NESTA SESSÃO DE JULGAMENTO OCORRIDA EM 26/01/2022, DECIDINDO-SE PELA DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. ARTS. 55 E 61, DO CPC.

CONFLITO EM EPÍGRAFE CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA.1. O PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA DECORRE DA AÇÃO DE SUPRIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE RESIDÊNCIA Nº. 0285397-66.2021.8.06.0001, CONEXA À ANTERIOR AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS Nº. 0268467-70.2021.8.06.0001, DA QUAL EXSURGIU O CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº. 0002711-04.2021.8.06.0000, JULGADO CONCOMITANTE NESTA SESSÃO DE JULGAMENTO OCORRIDA EM 26/01/2022, DECIDINDO-SE PELA DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS.2. ASSIM, DESPICIENDA MAIORES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, O QUAL DEVE SER PROVIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE SUPRIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE RESIDÊNCIA Nº. 0285397-66.2021.8.06.0001, POR SER CONEXA À ANTERIOR AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS Nº. 0268467-70.2021.8.06.0001, NA FORMA DOS ARTS. 55 E 61, DO CPC.3. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE SUPRIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAÇÃO DE RESIDÊNCIA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.RELATÓRIOEMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE O JUÍZO DA AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS (2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA - SUSCITADO) E O JUÍZO NO QUAL TRAMITOU AÇÃO DE DIVÓRCIO, JÁ TRANSITADA EM JULGADO (18ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA - SUSCITANTE). CONEXÃO NÃO VERIFICADA. ART. 55, § 1º, CPC. SÚMULA 235, DO STJ. AÇÕES INDEPENDENTES E COM IDENTIDADE PRÓPRIA. INEXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE OU RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE CONEXÃO ENTRE A AÇÃO DE DIVÓRCIO, NA QUAL HOMOLOGOU-SE JUDICIAL ACORDO EM QUE SE PREVIA O DIREITO DE VISITAÇÃO DO FILHO MENOR, JÁ TRANSITADA EM JULGADO, E AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS, APTAS A ENSEJAR A PREVENÇÃO DO JUÍZO QUE HOMOLOGOU O ACORDO EM SEDE DE DIVÓRCIO, QUAL SEJA, A 18ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA.2. O INSTITUTO DA CONEXÃO E PREVENÇÃO POSSUI O ESCOPO DE EVITAR DECISÕES CONFLITANTES, TENDO EM VISTA ESTAREM DOIS OU MAIS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO SIMULTANEAMENTE, VERSANDO SOBRE O MESMO FATO E MATÉRIA. SOBRE O TEMA, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM SEU ART. 55, §1º, ADUZ QUE "OS PROCESSOS DE AÇÕES CONEXAS SERÃO REUNIDOS PARA DECISÃO CONJUNTA, SALVO SE UM DELES JÁ HOUVER SIDO SENTENCIADO.". EM MESMO SENTIDO, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SUMULADO NO SENTIDO DE QUE A CONEXÃO NÃO PROMOVERÁ SUA CONSEQUÊNCIA NATURAL DE AGRUPAMENTO DOS FEITOS, CASO UM DELES TENHA SIDO FINALIZADO, IN VERBIS: "SÚMULA Nº 235: A CONEXÃO NÃO DETERMINA A REUNIÃO DOS PROCESSOS, SE UM DELES JÁ FOI JULGADO.".3. NO CASO DOS AUTOS, TEM-SE QUE A AÇÃO DE DIVÓRCIO QUE ENSEJARIA A CONEXÃO COM A AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE VISITAS JÁ SE ENCONTRA DECIDIDA E TRANSITADA EM JULGADO, NÃO CABENDO A REUNIÃO DOS PROCESSOS PARA JULGAMENTO CONJUNTO, UMA VEZ QUE SOMENTE AS DEMANDAS QUE SE ENCONTRAM EM TRÂMITE SIMULTANEAMENTE SÃO PASSÍVEIS DESSE EFEITO AGLUTINADOR ORIUNDO DA CONEXÃO.4. ADEMAIS, NÃO SE VERIFICA NATUREZA SUCESSIVA, SUBSIDIÁRIA OU COMPLEMENTAR ENTRE AS AÇÕES, INEXISTINDO A ACESSORIEDADE PREVISTA NO ART. 61, DO CPC, PORQUANTO SÃO ESTAS INDEPENDENTES ENTRE SI E POSSUEM SUBSISTÊNCIA PRÓPRIA, COM PEDIDOS E CAUSAS DE PEDIR DIFERENTES.5. DESSA FORMA, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CONEXÃO DAS REFERIDAS AÇÕES, SENDO A LEI E JURISPRUDÊNCIA EXPRESSAS AO AFIRMAREM QUE PARA AS DEMANDAS SEREM REUNIDAS É NECESSÁRIO QUE AMBAS ESTEJAM EM TRÂMITE. ASSIM, RESTA DESCABIDA A ALEGAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO ARRAZOADA NA CONEXÃO ENTRE AÇÕES, QUANDO UMA JÁ FOI JULGADA, INCLUSIVE COM TRÂNSITO EM JULGADO, RAZÃO PELA QUAL DEVE O PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA SER CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE VISITAS EM EPÍGRAFE.7. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS.

0202887-06.2015.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Ellen Saraiva Barbosa. Advogado: Luiz Henrique Gadelha de Oliveira (OAB: 22125/CE). Advogado: Adryu Régis Rolim Fernandes (OAB: 24916/CE). Apelante: Maria do Socorro Costa. Advogado: Thales de Oliveira Machado (OAB: 29558/CE). Apelado: Natham Lima Barreto. Advogado: Antonio Lopes da Silva (OAB: 10020/CE). Advogado: Antonio Airton da Silva (OAB: 38184/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BEM COMUM COM EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL PARA ANULAR A COMPRA E VENDA DO IMÓVEL ENTRE RÉ E ASSISTENTE E DETERMINAR A EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO DO IMÓVEL, BEM QUANTO A ALIENAÇÃO JUDICIAL DO IMÓVEL EM HASTA PÚBLICA PELO VALOR AVALIADO NO LAUDO PERICIAL PARTILHADO NA PROPORÇÃO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) ENTRE AS PARTES. JULGAMENTO DO FEITO COM BASE NO ART. 355, I, DO CPC. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA ANTE A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. REQUERIMENTO DE PROVA ORAL A FIM DE COMPROVAR A QUE A PROMOVENTE TINHA CONHECIMENTO E CONSENTIU COM O NEGÓCIO JURÍDICO QUE CULMINOU COM A ALIENAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DA CONTENDA. DESNECESSIDADE. VALOR DO IMÓVEL SUPERIOR A 30 (TRINTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. DOAÇÃO DE IMÓVEL. NECESSIDADE DE ESCRITURA PÚBLICA. FORMA PREVISTA EM LEI. ALÉM DISSO TESTEMUNHA ARROLADA É MÃE DA RECORRENTE E POSSUI INTERESSE NO FEITO. ART. 370, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. INTERESSE DE AGIR E LEGITIMIDADE ATIVA VERIFICADAS. DEMONSTRAÇÃO DA TITULARIDADE DO IMÓVEL PELA PARTE AUTORA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA QUEBRA DE PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. ART. 373 DO CPC. JUSTIÇA GRATUITA MANTIDA. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO DE FORMA IDÔNEA E FUNDAMENTADA. VALIDADE. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA DA RECORRENTE AO SE INSURGIR CONTRA O VALOR DE R$240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS) E TENTAR REALIZAR A VENDA DO IMÓVEL POR VALOR SUPERIOR DE R$250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM VERIFICAR EVENTUAL DESACERTO DA SENTENÇA PROFERIDA PELO

JUÍZO DA 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA QUE NOS AUTOS DE AÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BEM COMUM COM EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL PARA ANULAR A COMPRA E VENDA DO IMÓVEL ENTRE RÉ E ASSISTENTE, DETERMINAR A EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO DO IMÓVEL DESCRITO NAS PP. 33-37, REGISTRADO NA MATRÍCULA Nº 15.397 DO CRI DA 2ª ZONA DA COMARCA DE FORTALEZA CE, DETERMINANDO A ALIENAÇÃO JUDICIAL DO IMÓVEL EM HASTA PÚBLICA PELO VALOR AVALIADO NO LAUDO PERICIAL DE PP. 140-174, A SER PARTILHADO NA PROPORÇÃO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) ENTRE AS PARTES PROMOVENTE E PROMOVIDA, NOS TERMOS DO ARTIGO 730 DO CPC, OBSERVANDO-SE NO QUE COUBER O DISPOSTO NOS ARTIGOS 879 A 903 DO CPC. 2. CONSOANTE ANÁLISE DO PLEITO CONTESTATÓRIO VERIFICA-SE QUE A PARTE RECORRENTE PLEITEIA A PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL COM O OBJETIVO DE DEMONSTRAR QUE O AUTOR TERIA DOADO O IMÓVEL, BEM QUANTO QUE O BEM ESTARIA SENDO TRANSFERIDO PARA TERCEIRO, POR VONTADE DO DONATÁRIO. NESSE SENTIDO, DESTACA-SE QUE O BEM FOI AVALIADO EM R$240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS), CONSOANTE LAUDO PERICIAL DE FL. 140, OU SEJA, O VALOR ULTRAPASSA 30 (TRINTA) SALÁRIOS MÍNIMOS, RAZÃO PELA QUAL A DOAÇÃO SOMENTE PODERÁ SER REALIZADA MEDIANTE ESCRITURA PÚBLICA, CONSOANTE ENTENDIMENTO DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA.3. IN CASU, A ESCRITURA DE COMPRA E VENDA APOSTADA ÀS FLS. 272/275 FOI FIRMADA EXCLUSIVAMENTE ENTRE A APELANTE E SUA MÃE, NÃO HAVENDO INDÍCIOS DE QUE O POSSÍVEL DONATÁRIO DO BEM IMÓVEL TIVESSE PARTICIPADO DA TRANSAÇÃO, INEXISTINDO. AD ARGUMENTANDUM TANTUM, A ÚNICA TESTEMUNHA APRESENTADA PELA APELANTE FOI A SRA. MARIA DO SOCORRO COSTA (FL. 110), MÃE DA RECORRENTE, O QUE MACULA A PROVA TESTEMUNHAL DE PARCIALIDADE, RAZÃO PELA QUAL, NOS TERMOS DO ART. 370, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, O JUÍZO DE ORIGEM INDEFERIU DE FORMA CORRETA DILIGÊNCIAS INÚTEIS OU MERAMENTE PROTELATÓRIAS, QUAL SEJA, A PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL QUE SERIA INCAPAZ DE SUPRIR A FALTA DE DOCUMENTO FORMAL ESSENCIAL A COMPROVAR O DIREITO ALEGADO, RAZÃO PELA QUAL NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CERCEAMENTO DE DEFESA.4. DO MESMO MODO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM FALTA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE ATIVA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO, UMA VEZ QUE A PARTE AUTORA DEMONSTROU QUE É TITULAR DO IMÓVEL EM CONDOMÍNIO COM A APELANTE. ADEMAIS, PARA QUE OCORRA A QUEBRA DA PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA PRESSUPÕE QUE O IMPUGNANTE PROVE A INEXISTÊNCIA OU O DESAPARECIMENTO DOS REQUISITOS ESSENCIAIS À SUA CONCESSÃO. PORTANTO, NÃO SE DESINCUMBIU A RECORRENTE DO ÔNUS PROBANDI QUE LHE CABIA (ART. 373 DO CPC).5. ALÉM DISSO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM MÁCULA AO LAUDO PERICIAL, UMA VEZ QUE PRODUZIDO DE FORMA IDÔNEA, FUNDAMENTADA, BEM QUANTO ACOMPANHADO DO RESPECTIVO LAUDO E IMAGENS. ADEMAIS, OBSERVA-SE QUE A PRÓPRIA APELANTE TENTOU REALIZAR A VENDA DO IMÓVEL PELO VALOR DE R$250.000,00 (FL. 273), QUANTIA QUE É SUPERIOR À AVALIAÇÃO PERICIAL DADA EM R$240.000,00, DE MODO QUE A INSURGÊNCIA CONTRA UM LAUDO PERICIAL QUE DECLAROU VALOR INFERIOR ÀQUELE QUE FOI IMPUTADO PELA MESMA PESSOA EM MOMENTO ANTERIOR EVIDENCIA FLAGRANTE QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA, EM CLARO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO.6. DESSE MODO, ESTANDO A DECISÃO ORA VERGASTADA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM A JURISPRUDÊNCIA, NÃO HAVENDO FUNDAMENTAÇÃO APTA A ENSEJAR A SUA MODIFICAÇÃO, O IMPROVIMENTO DOS RECURSOS É A MEDIDA QUE SE IMPÕE. SENTENÇA MANTIDA.7. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE SÃO PARTES AS PESSOAS ACIMA INDICADAS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM JULGAMENTO DE TURMA, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

Total de feitos: 2

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0001158-73.2018.8.06.0113Apelação Cível. Apelante: Francisco Augustinho de Sousa. Advogado: Marcos Antônio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE). Apelado: Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S/A. Advogada: Amanda Arraes de Alencar Araripe Nunes (OAB: 32111/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA MAJORAÇÃO DO QUANTUM. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. TERMO INICIAL DA INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS. EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 DO STJ. PRECEDENTES TJCE.1. CUIDAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR FRANCISCO AUGUSTINHO DE SOUSA, OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA EXARADA PELO JUÍZO VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUCÁS/CE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, AJUIZADA EM DESFAVOR DE FORTBRASIL ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A.2. CINGE-SE O PRESENTE RECURSO APELATÓRIO EM PROVIMENTO JURISDICIONAL VISANDO A MAJORAÇÃO DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ESTABELECIDO PELO JUÍZO A QUO NA QUANTIA DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), EM DECORRÊNCIA DE NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DO NOME DO APELANTE PELA PARTE PROMOVIDA; ALÉM DO PLEITO PELA INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO, NOS TERMOS DA SÚMULA 54 DO STJ. ADUZ O APELANTE A NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO DO REFERIDO MONTANTE, EM RESPEITO À JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; E AINDA, EM OBSERVÂNCIA AOS PARÂMETROS DE FIXAÇÃO DO DANO MORAL. 3. A FIXAÇÃO DO QUANTUM É DETERMINADO PELA GRAVIDADE DO FATO LESIVO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PERSONALIDADE DO OFENDIDO. O STJ TEM TRILHADO O CAMINHO DO CRITÉRIO BIFÁSICO DE FIXAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS: “NA PRIMEIRA ETAPA, DEVE-SE ESTABELECER UM VALOR BÁSICO PARA A INDENIZAÇÃO, CONSIDERANDO O INTERESSE JURÍDICO LESADO, COM BASE EM GRUPO DE PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS QUE APRECIARAM CASOS SEMELHANTES. (...) NA SEGUNDA ETAPA, DEVEM SER CONSIDERADAS AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, PARA FIXAÇÃO DEFINITIVA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO, ATENDENDO A DETERMINAÇÃO LEGAL DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ (RESP. Nº 1.152.541/RS, RELATOR MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, J. EM 13.09.2011).4. IN CASU, VÊ-SE QUE NÃO FOI OBSERVADO O PATAMAR MÉDIO DOS PRECEDENTES JURISPRUDÊNCIAS DESTA CORTE PARA A ESPÉCIE. LOGO, ESTABELECENDO COMO BASE TAIS PRECEDENTES, E LEVANDO AINDA EM CONTA A GRAVIDADE DO FATO, A INTENSIDADE DO SOFRIMENTO DO OFENDIDO (QUE DEIXOU DE EFETUAR COMPRA NO COMÉRCIO E TEVE SEU NOME NEGATIVADO INDEVIDAMENTE POR ANOS) E A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO OFENSOR (FUNÇÃO PREVENTIVA E PUNITIVA DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL), MAJORO A QUANTIA INDENIZATÓRIA AO MONTANTE

DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). 5. POR FIM, QUANTO AO TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS, DE FATO, NÃO HÁ DÚVIDAS DE QUE ESTES INCIDEM DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO, EM ATENÇÃO À SÚMULA 54 DO STJ, POR TRATAR-SE DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. 6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA MODIFICADA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0004282-32.2018.8.06.0059/50001Agravo Interno Cível. Agravante: Cicero Taveira da Costa. Advogado: Hugo Tardely Lourenco (OAB: 35183/CE). Agravado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: João Alves Barbosa Filho (OAB: 27954A/CE). Advogado: Fábio Pompeu Pequeno Júnior (OAB: 14752/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO RECURSO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PLEITO AUTORAL. ACIDENTES DE TRÂNSITO DISTINTOS. INVALIDEZ EM IDÊNTICO SEGMENTO CORPORAL ANTERIORMENTE INDENIZADO. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO AGRAVAMENTO DO GRAU DE PERDA DA LESÃO PREEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO (FLS. 01/11) INTERPOSTO POR CICERO TAVEIRA DA COSTA EM FACE DE SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT, OBJURGANDO DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 16/24 DOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0004282-32.2018.806.0059/50000, QUE RECONSIDEROU A DECISÃO MONOCRÁTICA, A FIM DE JULGAR IMPROCEDENTE O PLEITO AUTORAL.2. NO CASO DOS AUTOS, O AUTOR SOFREU DOIS ACIDENTES, SENDO O PRIMEIRO EM 03/02/2007, QUE OCASIONOU PERDA FUNCIONAL INCOMPLETA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO AVALIADA EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) E, O SEGUNDO EM 01/05/2016, QUE GEROU DUAS LESÕES PARCIAIS INCOMPLETAS, QUAIS SEJAM: LESÃO EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO COM PERDA AVALIADA EM 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) E LESÃO EM MEMBRO INFERIOR DIREITO COM PERDA AVALIADA EM 50% (CINQUENTA POR CENTO).3. SABE-SE QUE EXISTE A POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE INDENIZAÇÕES POR INVALIDEZ, POR SE TRATAR DE ACIDENTES DISTINTOS. NO ENTANTO, EM SITUAÇÕES DESSA NATUREZA, É IMPRESCINDÍVEL A CONSTATAÇÃO DE QUE, POR CONTA NO NOVO TRAUMA, A DEBILIDADE JÁ EXISTENTE PASSOU A APRESENTAR UM GRAU MAIS ELEVADO DE COMPROMETIMENTO O QUE NÃO RESTOU DEMONSTRADO NOS AUTOS, TENDO EM VISTA QUE O GRAU DE PERDA DE AMBOS OS ACIDENTES FOI MENSURADO EM 50% (CINQUENTA POR CENTO).4. NESSE CONTEXTO, CONSIDERANDO A AUSÊNCIA DE PROVA DE AGRAVAMENTO DA LESÃO PREEXISTENTE E A QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA REFERENTE À LESÃO SOFRIDA NO SEGUNDO ACIDENTE, INEXISTE VALOR A SER COMPLEMENTADO.5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0005274-41.2019.8.06.0064/50000Embargos de Declaração Cível. Embargante: Antonio Eduardo Rodrigues da Silva. Advogado: Breno Morais Dias (OAB: 21695/CE). Embargado: Banco Itaucard S/A. Advogado: Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 27567A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ÔNUS SUCUMBENCIAL. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Cuida-se de embargos de declaração interpostos por ANTONIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA contra o v. Acórdão de fls. 271/282, proferido na Apelação nº 0005274-41.2019.8.06.0064, em que o apelante, ora embargante, contendia com BANCO ITAÚ S.A. 2. A teor do disposto no art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar possível erro material nela existente. 3. Na espécie, de acordo com o embargante, haveria contradição no acórdão, vez que muito embora a vitória do apelante, ora embargante, quanto a maioria dos pleitos discutidos, acabara o embargante condenado ao pagamento dos ônus sucumbenciais. 4. Conforme o art. 86, parágrafo único, do Código de Processo Civil, quando uma das partes sucumbir na maior parte, esta deve arcar de forma integral com os ônus da sucumbência. 5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente recurso para negar-lhes provimento, tudo nos termos do voto do eminente Relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ÔNUS SUCUMBENCIAL. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. CUIDA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR ANTONIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA CONTRA O V. ACÓRDÃO DE FLS. 271/282, PROFERIDO NA APELAÇÃO Nº 0005274-41.2019.8.06.0064, EM QUE O APELANTE, ORA EMBARGANTE, CONTENDIA COM BANCO ITAÚ S.A. 2. A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 1.022 DO CPC, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SÃO CABÍVEIS QUANDO HOUVER NA DECISÃO OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE, BEM COMO PARA SANAR POSSÍVEL ERRO MATERIAL NELA EXISTENTE.3. NA ESPÉCIE, DE ACORDO COM O EMBARGANTE, HAVERIA CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO, VEZ QUE MUITO EMBORA A VITÓRIA DO APELANTE, ORA EMBARGANTE, QUANTO A MAIORIA DOS PLEITOS DISCUTIDOS, ACABARA O EMBARGANTE CONDENADO AO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. 4. CONFORME O ART. 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, QUANDO UMA DAS PARTES SUCUMBIR NA MAIOR PARTE, ESTA DEVE ARCAR DE FORMA INTEGRAL COM OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.

0010674-71.2019.8.06.0117Apelação Cível. Apelante: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema VI - Não Padronizado. Advogado: Paulo Roberto Teixeira Trino Junior (OAB: 87929/RJ). Apelado: Lindemberg Fonteles Irmao. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO RECEBIDA NO ENDEREÇO FORNECIDO PELA DEVEDORA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA

MANTIDA.1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/ A, EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA PELO MM. JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ, QUE JULGOU EXTINTA A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO MOVIDA CONTRA LINDEMBERG FONTELES IRMAO.2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM SABER SE A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA PELOS CORREIOS AO ENDEREÇO FORNECIDO PELO PRÓPRIA APELADA QUANDO DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO, MAS NÃO RECEBIDA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DA DEVEDORA, É VÁLIDA E SE ESTA É CAPAZ DE COMPROVAR A MORA DA DEVEDORA.3. É PACIFICADO O ENTENDIMENTO DE QUE A MORA DEVE SER COMPROVADA POR CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO, CUJA ASSINATURA PODE SER APOSTA POR TERCEIRO E NÃO NECESSARIAMENTE PELO PRÓPRIO DEVEDOR, SENDO INDISPENSÁVEL O RECEBIMENTO NO ENDEREÇO CONSTANTE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. 4. A PARTE AUTORA, APESAR DE DEVIDAMENTE INTIMADA PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA PARA ANEXAR DOCUMENTO HÁBIL A COMPROVAR A MORA DA DEVEDORA, DEIXOU TRANSCORRER O PRAZO CONCEDIDO SEM ATENDER AO COMANDO JURISDICIONAL. LOGO, CORRETA A EXTINÇÃO DO FEITO COM BASE NO ART. 485, INCISO I, DO CPC.5. O §1º DO ART. 485, DO CPC, EXIGE A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA SANAR VÍCIO APENAS NAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO FEITO COM BASE NOS INCISOS II E III DO REFERIDO ARTIGO, O QUE NÃO SE APLICA AO CASO SOB EXAME.6. RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0011096-70.2014.8.06.0101Apelação Cível. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: Francisco Tome Rodrigues. Advogado: Herton Parente de Sousa (OAB: 18785/CE). Advogado: Alexandre Augusto Forcinitti Valera (OAB: 140741/SP). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COLETIVA. BANCO DO BRASIL. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. PRINCIPIO DA ADSTRIÇÃO. SOBRESTAMENTO DO FEITO. NÃO CABIMENTO. ILEGITIMIDADE ATIVA DOS POUPADORES NÃO ASSOCIADOS AO IDEC. TEMA 724, STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO NA AÇÃO COLETIVA. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, PARA, NA EXTENSÃO CONHECIDA, DAR PARCIAL PROVIMENTO. 1. No arrazoado, o apelante suscita algumas teses não discutidas em primeiro grau, são elas: aplicação do índice de 10,14% para fevereiro de 1989, a indevida inclusão dos demais expurgos no cálculo da atualização da dívida e a impossibilidade de condenação em honorários advocatícios sucumbenciais na execução individual da sentença coletiva. Nesse contexto, se a parte deixar de alegar determinada questão de fato no curso do processo, não terá como fazê-la depois, pois opera a preclusão, cabendo ao Tribunal discuti-la apenas se comprovado que não o fez por força maior, o que não ocorreu nos autos (art. 1.014, CPC). 2. No RE nº 626.307/SP, a Relatora, Ministra Carmem Lúcia, indeferiu o pedido de suspensão dos feitos que envolvem a matéria versada nos autos, que é a diferença da remuneração das cadernetas de poupança decorrente do Plano Verão. 3. O STJ firmou entendimento no sentido de que os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa (também por força da coisa julgada), independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na ação civil pública (Tema 724). 4. O c. Superior Tribunal de Justiça - STJ, ao decidir o Recurso Especial nº 1.247.150/PR, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, sedimentou o entendimento de que a sentença proferida em Ação Civil Pública não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando judicial (Tema Repetitivo 482). Logo, é necessário que, para que haja o cumprimento definitivo de sentença, primeiro seja feita a liquidação do título executivo. 5. Sobre o termo inicial dos juros de mora, aplica-se o tema 685, lançado no julgamento do REsp 1.370.899/SP e do REsp 1.361.800/SP, que orienta: “Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior”. 6. Apelação parcialmente conhecida, para, na extensão conhecida, dar-lhe parcial provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso, para, na extensão conhecida, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente Relator. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COLETIVA. BANCO DO BRASIL. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. PRINCIPIO DA ADSTRIÇÃO. SOBRESTAMENTO DO FEITO. NÃO CABIMENTO. ILEGITIMIDADE ATIVA DOS POUPADORES NÃO ASSOCIADOS AO IDEC. TEMA 724, STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO NA AÇÃO COLETIVA. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, PARA, NA EXTENSÃO CONHECIDA, DAR PARCIAL PROVIMENTO. 1. NO ARRAZOADO, O APELANTE SUSCITA ALGUMAS TESES NÃO DISCUTIDAS EM PRIMEIRO GRAU, SÃO ELAS: APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE 10,14% PARA FEVEREIRO DE 1989, A INDEVIDA INCLUSÃO DOS DEMAIS EXPURGOS NO CÁLCULO DA ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA E A IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA. NESSE CONTEXTO, SE A PARTE DEIXAR DE ALEGAR DETERMINADA QUESTÃO DE FATO NO CURSO DO PROCESSO, NÃO TERÁ COMO FAZÊ-LA DEPOIS, POIS OPERA A PRECLUSÃO, CABENDO AO TRIBUNAL DISCUTI-LA APENAS SE COMPROVADO QUE NÃO O FEZ POR FORÇA MAIOR, O QUE NÃO OCORREU NOS AUTOS (ART. 1.014, CPC).2. NO RE Nº 626.307/SP, A RELATORA, MINISTRA CARMEM LÚCIA, INDEFERIU O PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS FEITOS QUE ENVOLVEM A MATÉRIA VERSADA NOS AUTOS, QUE É A DIFERENÇA DA REMUNERAÇÃO DAS CADERNETAS DE POUPANÇA DECORRENTE DO PLANO VERÃO. 3. O STJ FIRMOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE OS POUPADORES OU SEUS SUCESSORES DETÊM LEGITIMIDADE ATIVA (TAMBÉM POR FORÇA DA COISA JULGADA), INDEPENDENTEMENTE DE FAZEREM PARTE OU NÃO DOS QUADROS ASSOCIATIVOS DO IDEC, DE AJUIZAREM O CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (TEMA 724). 4. O C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, AO DECIDIR O RECURSO ESPECIAL Nº 1.247.150/PR, JULGADO PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS, SEDIMENTOU O ENTENDIMENTO DE QUE A SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA “NÃO SE REVESTE DE LIQUIDEZ NECESSÁRIA AO CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO DO COMANDO JUDICIAL” (TEMA REPETITIVO 482). LOGO, É NECESSÁRIO QUE, PARA QUE HAJA O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA, PRIMEIRO SEJA FEITA A LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO.5. SOBRE O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA, APLICA-SE O TEMA 685, LANÇADO NO JULGAMENTO DO RESP 1.370.899/SP E DO RESP 1.361.800/SP, QUE ORIENTA: “OS JUROS DE MORA INCIDEM A PARTIR DA CITAÇÃO DO DEVEDOR NO PROCESSO DE CONHECIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUANDO ESTA SE FUNDAR EM RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, CUJO INADIMPLEMENTO JÁ PRODUZA A MORA, SALVO A CONFIGURAÇÃO DA MORA EM MOMENTO ANTERIOR”.6. APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA, PARA, NA EXTENSÃO CONHECIDA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS

E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO, PARA, NA EXTENSÃO CONHECIDA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.

0012461-44.2016.8.06.0052Apelação Cível. Apelante: Acqua Pura Industria e Comercio de Bebidas Ltda. Apelante: Notria Imobiliaria e Participaçoes Ltda. Apelante: Mauro Petri Gonçalves Feitosa Filho. Apelante: Valeria Chaves dos Santos Petri Feitosa. Advogado: Marcus de Paula Pessôa (OAB: 5060/CE). Apelado: Jose Napoleao de Godoy Araujo. Advogada: Carolinne Coelho de Castro Coutinho (OAB: 17924/CE). Advogado: Pedro Geraldo Dantas Júnior (OAB: 43349/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. EXTINÇÃO DA RECONVENÇÃO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. PREVALÊNCIA DA PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PLEITO DE EXCLUSÃO JUDICIAL DE SÓCIO, FUNDADO NO ARTIGO 1.030 DO CÓDIGO CIVIL. JUSTA CAUSA, REPRESENTADA POR FALTA GRAVE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO SÓCIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. RÉU QUE, EM SEDE DE RECONVENÇÃO, MANIFESTA INTERESSE EM SE RETIRAR DA SOCIEDADE, ANTE A QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. DIREITO POTESTATIVO. AUTONOMIA DA VONTADE. APURAÇÃO DE HAVERES. DATA-BASE. ARTIGO 1.029 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E ART. 605, II, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE CONDICIONAR OS EFEITOS AO TRÂNSITO EM JULGADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELOS AUTORES ACQUA PURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., NOTRIA IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., MAURO PETRI GONÇALVES FEITOSA FILHO E VALÉRIA CHAVES DOS SANTOS PETRI FEITOSA, OBJURGANDO SENTENÇA PROLATADA PELO JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO, NOS AUTOS DE AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS.2. PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DA RECONVENÇÃO POR FALTA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO HÁ FALAR EM EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS, UMA VEZ QUE ISTO SOMENTE SERIA CABÍVEL SE A PARTE RECONVINTE, APÓS DEVIDAMENTE INTIMADA PARA TANTO, TIVESSE PERMANECIDO INERTE, O QUE NÃO OCORREU NO CASO DOS AUTOS. ADEMAIS, A NOVA SISTEMÁTICA ADOTADA PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 PRIVILEGIA A PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO, MOTIVO PELO QUAL ENTENDO QUE AFRONTARIA OS PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO EXTINGUIR A RECONVENÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NESTE MOMENTO, MERAMENTE POR APEGO A UMA FORMALIDADE, SOBRETUDO QUANDO NÃO SE POSSIBILITOU À AUTORA O SANEAMENTO DO VÍCIO.3. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR SE: I) RESTOU DEMONSTRADA A PRÁTICA DE FALTA GRAVE POR PARTE DO APELADO A ENSEJAR SUA EXCLUSÃO DA SOCIEDADE, POR JUSTA CAUSA; II) A CONDUTA DO APELADO GEROU DANOS MATERIAIS E MORAIS INDENIZÁVEIS; III) O CRITÉRIO FIXADO PELO MAGISTRADO PARA APURAÇÃO DE HAVERES ESTÁ CORRETO.4. CONFORME O ART. 1.030, CAPUT, DO CÓDIGO CIVIL, “RESSALVADO O DISPOSTO NO ART. 1.004 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, PODE O SÓCIO SER EXCLUÍDO JUDICIALMENTE, MEDIANTE INICIATIVA DA MAIORIA DOS DEMAIS SÓCIOS, POR FALTA GRAVE NO CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, OU, AINDA, POR INCAPACIDADE SUPERVENIENTE”.5. NO CASO DOS AUTOS, ENTENDO QUE OS AUTORES / APELANTES NÃO LOGRARAM DEMONSTRAR A PRÁTICA DE FALTA GRAVE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS A AUTORIZAR A EXCLUSÃO JUDICIAL DO SÓCIO MINORITÁRIO. ALÉM DISSO, NÃO RESTOU COMPROVADO QUE AS ATIVIDADES COMERCIAIS DA EMPRESA ESTÃO PARALISADAS POR CULPA EXCLUSIVA DO PROMOVIDO, MAS TÃO SOMENTE QUE NÃO HOUVE APURAÇÃO DE LUCRO.6. INEXISTINDO PROVA DO ATO ILÍCITO, NÃO HÁ FALAR-SE, VIA DE CONSEQUÊNCIA, NO DEVER DO APELADO DE INDENIZAR OS DANOS MATERIAIS E MORAIS DITOS COMO SOFRIDOS PELOS APELANTES. LOGO, ENTENDO ACERTADA A SENTENÇA QUE REJEITOU O PEDIDO DE EXCLUSÃO DO SÓCIO POR JUSTA CAUSA E, POR CONSEQUÊNCIA, AFASTOU OS ALEGADOS DANOS MORAIS E MATERIAIS.7. NADA OBSTANTE, CONSTATA-SE A PRESENÇA DE FUNDAMENTO JURÍDICO PARA A DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE, TENDO EM VISTA QUE O RÉU, EM SEDE DE RECONVENÇÃO, EXTERIORIZOU SUA INTENÇÃO DE RETIRADA DO QUADRO SOCIETÁRIO, POR QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. CONTRA REFERIDA INTENÇÃO, OS AUTORES / APELANTES NÃO MANIFESTARAM OPOSIÇÃO, POIS AMBOS CONCORDAM QUE NÃO MAIS EXISTE ENTRE OS SÓCIOS A AFFECTIO SOCIETATIS. 8. NOS TERMOS DO ART. 605, II, DO CPC, NA HIPÓTESE DE RETIRADA IMOTIVADA, DEVE SER CONSIDERADA COMO DATA-BASE DA APURAÇÃO DE HAVERES DECORRENTE DO EXERCÍCIO DO DIREITO POTESTATIVO DE RECESSO DO SÓCIO A DATA DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL EFETIVAMENTE ENCAMINHADA DE QUE TRATA O ART. 1.029 DO CC/2002, OBSERVANDO-SE O LAPSO TEMPORAL DE 60 (SESSENTA DIAS). 9. ASSIM, DEVE SER CONSIDERADA, NO CASO CONCRETO, COMO DATA-BASE DA RETIRADA E, POR CONSEQUÊNCIA, DA APURAÇÃO DE HAVERES DECORRENTE DO EXERCÍCIO DO DIREITO POTESTATIVO DE RECESSO DO SÓCIO A DATA DA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO APELADO, EM SEDE DE RECONVENÇÃO, OBSERVANDO-SE O LAPSO TEMPORAL DE 60 (SESSENTA DIAS) CONSTANTE DO ART. 1.029 DO CÓDIGO CIVIL, QUE POSTERGA O PRAZO.10. ENTENDIMENTO DIVERSO, DATÍSSIMA VÊNIA, APRISIONARIA O SÓCIO À SOCIEDADE ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO, ACARRETANDO-LHE, INDEVIDAMENTE, RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS, BEM COMO IMPORIA ÔNUS À SOCIEDADE, A QUAL TERIA QUE CONVOCAR O RETIRANTE PARA PARTICIPAR DE TODAS AS DELIBERAÇÕES SOCIAIS, COM DIREITO A VOTO E PERMITIR QUE FISCALIZASSE A EMPRESA, COMO QUALQUER OUTRO SÓCIO.11. QUANTO À FORMA DE APURAÇÃO DE HAVERES, DEVE PREVALECER A PREVISÃO CONTIDA NO CONTRATO SOCIAL, A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 606 DO CPC, DE MODO QUE NÃO SE REVELA CABÍVEL O PEDIDO DOS AUTORES / APELANTES NO SENTIDO DE QUE SOMENTE OCORRA APÓS A VENDA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA.12. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0013417-35.2013.8.06.0062Apelação Cível. Apelante: Maria Alice Faustino Irineu. Advogado: José Dirkson de Figueiredo Xavier (OAB: 6949/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REGULARIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. CONTRATO ASSINADO E ACOMPANHADO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO. ATO ILÍCITO NÃO COMPROVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Cuidam os autos de Apelação Cível interposta por Maria Alice Faustino Irineu, objetivando a reforma da sentença de improcedência dos pedidos deduzidos na inicial em face do réu, exarada pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Cascavel-CE, nos autos da Ação Anulatória de Célula de Crédito Bancário com

Reparação por Danos Morais c/c Exibição de Documentos e Devolução de Valores, ajuizada em face do BANCO BRADESCO. 2. A presente apelação busca reformar a sentença no tocante à improcedência do pedido de indenização por danos morais, por ato de funcionário da instituição financeira, que supostamente teria constrangido injustamente a apelante, causando-lhe lesão à sua honra. 3. Segundo consta dos autos, a apelante informa que esteve no banco na data de 12/07/2013 e realizou a contratação de um empréstimo consignado, mediante Cédula de Crédito Bancário nº 241.240.992, e que acreditava que o valor teria sido de R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), mas dia seguinte à contratação percebeu que, em verdade, havia sido creditado um montante de R$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais). Que diante disso foi ao banco acompanhada de sua filha para obter mais informações, e enquanto estava sendo atendida teria ouvido gritos do funcionário que a atendera quando da realização do empréstimo, na presença de vários clientes, dizendo: Não retire o dinheiro que não é seu. 4. Verifica-se que o banco juntou o contrato de empréstimo consignado original e devidamente assinado pela autora, acompanhado de comprovante de pagamento. 5. Ademais, analisando os autos não se verifica qualquer prova quanto aos atos imputados ao banco, ora apelado, vez que as duas testemunhas que foram arroladas pela apelante e ouvidas em juízo nada sabiam informar sobre o alegado constrangimento, pois ou não presenciaram o fato, ou sabiam apenas o que a apelante lhes havia relatado. 6. Desse modo, impõe-se considerar que, ante a inexistência de provas quanto ao ato lesivo à honra da apelante, não há que se falar em falha na prestação de serviço ou prática de ato ilícito por parte do banco apelado. 7. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do Recurso de Apelação interposto e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REGULARIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. CONTRATO ASSINADO E ACOMPANHADO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO. ATO ILÍCITO NÃO COMPROVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. CUIDAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR MARIA ALICE FAUSTINO IRINEU, OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DEDUZIDOS NA INICIAL EM FACE DO RÉU, EXARADA PELO JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL-CE, NOS AUTOS DA AÇÃO ANULATÓRIA DE CÉLULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS E DEVOLUÇÃO DE VALORES, AJUIZADA EM FACE DO BANCO BRADESCO.2. A PRESENTE APELAÇÃO BUSCA REFORMAR A SENTENÇA NO TOCANTE À IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, POR ATO DE FUNCIONÁRIO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, QUE SUPOSTAMENTE TERIA CONSTRANGIDO INJUSTAMENTE A APELANTE, CAUSANDO-LHE LESÃO À SUA HONRA. 3. SEGUNDO CONSTA DOS AUTOS, A APELANTE INFORMA QUE ESTEVE NO BANCO NA DATA DE 12/07/2013 E REALIZOU A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, MEDIANTE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 241.240.992, E QUE ACREDITAVA QUE O VALOR TERIA SIDO DE R$ 1.300,00 (MIL E TREZENTOS REAIS), MAS DIA SEGUINTE À CONTRATAÇÃO PERCEBEU QUE, EM VERDADE, HAVIA SIDO CREDITADO UM MONTANTE DE R$ 10.300,00 (DEZ MIL E TREZENTOS REAIS). QUE DIANTE DISSO FOI AO BANCO ACOMPANHADA DE SUA FILHA PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES, E ENQUANTO ESTAVA SENDO ATENDIDA TERIA OUVIDO GRITOS DO FUNCIONÁRIO QUE A ATENDERA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO, NA PRESENÇA DE VÁRIOS CLIENTES, DIZENDO: “NÃO RETIRE O DINHEIRO QUE NÃO É SEU”.4. VERIFICA-SE QUE O BANCO JUNTOU O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO ORIGINAL E DEVIDAMENTE ASSINADO PELA AUTORA, ACOMPANHADO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO.5. ADEMAIS, ANALISANDO OS AUTOS NÃO SE VERIFICA QUALQUER PROVA QUANTO AOS ATOS IMPUTADOS AO BANCO, ORA APELADO, VEZ QUE AS DUAS TESTEMUNHAS QUE FORAM ARROLADAS PELA APELANTE E OUVIDAS EM JUÍZO NADA SABIAM INFORMAR SOBRE O ALEGADO CONSTRANGIMENTO, POIS OU NÃO PRESENCIARAM O FATO, OU SABIAM APENAS O QUE A APELANTE LHES HAVIA RELATADO. 6. DESSE MODO, IMPÕE-SE CONSIDERAR QUE, ANTE A INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO ATO LESIVO À HONRA DA APELANTE, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU PRÁTICA DE ATO ILÍCITO POR PARTE DO BANCO APELADO. 7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0015714-14.2007.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Ivone Pinheiro Magalhaes. Advogado: Alexandre Cunha Pinheiro (OAB: 11381/CE). Advogado: Alberto de Albuquerque Cordeiro (OAB: 12937/CE). Advogado: Francisco Jackson Alves Lima (OAB: 11212/CE). Apelado: Ana Maria Comércio de Confecções Ltda (Anne Confecções). Advogado: Artur Chagas Coelho Filho (OAB: 2869/CE). Advogado: Valmir Pontes Filho (OAB: 2310/CE). Advogado: Marcelo Memoria de Araujo (OAB: 14407/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DECORRENTE DE FRAUDE. TRANSAÇÃO COMERCIAL REALIZADA POR FALSÁRIO. EMISSÃO DE CHEQUES SEM FUNDOS. EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14, § 3º, DO CDC. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE TERCEIRO. PRECEDENTES TJCE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. CUIDAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR IVONE PINHEIRO MAGALHÃES, OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA EXARADA PELO JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, AJUIZADA EM DESFAVOR DE ANA MARIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.2. CINGE-SE O PRESENTE RECURSO APELATÓRIO NA AFERIÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA APELADA ACERCA DOS DANOS MORAIS SOFRIDOS PELA AUTORA, EM RAZÃO DE NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DECORRENTE DE FRAUDE, SOB A ALEGATIVA RECURSAL DE QUE A PROMOVIDA/APELADA AGIU SEM A DEVIDA CAUTELA E NÃO OBSERVOU OS DEVIDOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA AO REALIZAR OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA QUE OCASIONOU NA NEGATIVAÇÃO DO NOME DA APELANTE. 3. DE ANTEMÃO, IMPORTANTE RESSALTAR, QUE NOS TERMOS DO ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, O FORNECEDOR DE SERVIÇOS, DIANTE DA TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO, RESPONDE DE FORMA OBJETIVA PERANTE O CONSUMIDOR [EQUIPARADO] PELOS DANOS DECORRENTES DE DEFEITOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (FALHA DO SERVIÇO), OU SEJA, INDEPENDE DA COMPROVAÇÃO DE CULPA.4. IN CASU, DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS, MAIS ESPECIFICAMENTE DA FL. 19, VISLUMBRA-SE QUE O FALSÁRIO REALIZOU, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DOS CHEQUES, DÉBITO TOTAL DE R$ 2.565,86 (DOIS MIL, QUINHENTOS SESSENTA E CINCO REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) PERANTE A EMPRESA APELADA; ENQUANTO ESTA REALIZOU A VENDA DIANTE DA

APRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE DA COMPRADORA E DA APRESENTAÇÃO DE ENDEREÇO E TELEFONE, CONFORME ALEGAÇÕES ELENCADAS EM SEDE DE CONTESTAÇÃO (FLS. 35/36). 5. SENDO ASSIM, CONSIDERANDO QUE A CREDORA AGIU DE BOA-FÉ, AUSENTES QUAISQUER PROVAS QUANTO AO SEU CONHECIMENTO DOS FATOS, VÊ-SE QUE A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DOS CHEQUES E ABERTURA DA CONTA CORRENTE (ABN AMRO REAL S/A), EM TESE, É QUEM DEVERIA EFETIVAMENTE TER REALIZADO OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS DE SEGURANÇA PARA VERIFICAÇÃO DE FRAUDE, O QUE NÃO OCORRERA. NESSE DIAPASÃO, ESTABELECE O § 3° DO ARTIGO 14 DO CDC, QUE A RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR SERÁ AFASTADA QUANDO PROVADO A CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO.6. DIANTE DO EXPOSTO, ENTENDO QUE A EMPRESA APELADA, ANA MARIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, AGIU DE BOA-FÉ AO REALIZAR A TRANSAÇÃO COMERCIAL E AO INCLUIR O NOME DA APELANTE NO CADASTRO DE INADIMPLENTES; EXIGÍVEL SOMENTE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DOS CHEQUES A TOMADA DE PROVIDÊNCIAS PARA O IMPEDIMENTO DA FRAUDE; MOTIVOS PELOS QUAIS INCABÍVEL A RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DA PROMOVIDA, NOS TERMOS DA DOUTA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL CONSTANTES NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0025907-16.2016.8.06.0117Apelação Cível. Apelante: Maria Maura Oliveira da Silva - ME (COLEGIO EXATO). Advogado: Augusto César Soares Campos (OAB: 8913/CE). Apelado: Ítalo Gabriel Lima de Freitas. Apelado: Luís Miguel Lima de Freitas. Repr. Legal: Francisca Vladiana de Lima. Advogado: Karlos Bruno de Sousa Lima (OAB: 27853/CE). Advogado: Helson Lima Maia Júnior (OAB: 22455/CE). Advogado: Álvaro Marcos Neves Gondim (OAB: 34771/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INADIMPLEMENTO DE MENSALIDADE. IMPEDIMENTO DE FREQUENTAR ÀS AULAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Cuida-se de Apelação Cível interposta por Maria Maura Oliveira da Silva ME (Colégio Exato) em face da sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú - CE, nos autos Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de Urgência C/C Indenização por Danos Morais 2. No caso, a apelante se insurge contra sentença que julgou parcialmente procedente a ação em que a parte autora busca indenização por danos morais frente a possível constrangimento gerado pelo colégio ao impedir que os menores ingressassem na escola para assistirem aula durante 20 (vinte) dias, em razão da inadimplência com as mensalidades. 3. A controvérsia reside em torno de se verificar a existência de conduta abusiva da apelante, qual seja: a indevida proibição de ingresso dos autores na escola, tendo em vista a existência de débito de mensalidades escolares. 4. O caso em debate já é pacífico na jurisprudência pátria, que, aplicando a Lei nº 9.870/99, em seu art. 6º, determina que a despeito da inadimplência de mensalidade escolar, não pode a instituição de ensino impedir a realização de provas, reter documentos escolares ou aplicar qualquer outra penalidade pedagógica, como por exemplo a proibição de entrada do aluno na instituição de ensino. 5. A única penalidade permitida pela lei é o impedimento da renovação da matrícula do aluno ao final do ano letivo se a situação de inadimplência perdurar. 6. Da análise dos autos, restou evidente que os autores foram impedidos de frequentar a escola por no mínimo 13 (treze) dias e que tal conduta da apelante violou o que dispõe a Lei nº 9.870/99. 7. Portanto, a violação ao que dispõe a Lei nº 9.870/99 e o CDC caracteriza como ilícita a conduta da apelante, que deve ser punida a título de indenização por danos morais, já que existem meios legais para se realizar a cobrança de dívidas e o ordenamento jurídico veda qualquer cobrança vexatória ou que cause qualquer constrangimento ao devedor. 8. A condenação ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 para cada um dos autores se mostrou adequada, pois atende aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, além de punir o ato ilícito praticado pela apelante, e também atende ao caráter pedagógico que se espera das punições por danos morais. 9. Apelação conhecida e desprovida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INADIMPLEMENTO DE MENSALIDADE. IMPEDIMENTO DE FREQUENTAR ÀS AULAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR MARIA MAURA OLIVEIRA DA SILVA ME (COLÉGIO EXATO) EM FACE DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ - CE, NOS AUTOS AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS 2. NO CASO, A APELANTE SE INSURGE CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO EM QUE A PARTE AUTORA BUSCA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FRENTE A POSSÍVEL CONSTRANGIMENTO GERADO PELO COLÉGIO AO IMPEDIR QUE OS MENORES INGRESSASSEM NA ESCOLA PARA ASSISTIREM AULA DURANTE 20 (VINTE) DIAS, EM RAZÃO DA INADIMPLÊNCIA COM AS MENSALIDADES.3. A CONTROVÉRSIA RESIDE EM TORNO DE SE VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE CONDUTA ABUSIVA DA APELANTE, QUAL SEJA: A INDEVIDA PROIBIÇÃO DE INGRESSO DOS AUTORES NA ESCOLA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE DÉBITO DE MENSALIDADES ESCOLARES.4. O CASO EM DEBATE JÁ É PACÍFICO NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA, QUE, APLICANDO A LEI Nº 9.870/99, EM SEU ART. 6º, DETERMINA QUE A DESPEITO DA INADIMPLÊNCIA DE MENSALIDADE ESCOLAR, NÃO PODE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO IMPEDIR A REALIZAÇÃO DE PROVAS, RETER DOCUMENTOS ESCOLARES OU APLICAR QUALQUER OUTRA PENALIDADE PEDAGÓGICA, COMO POR EXEMPLO A PROIBIÇÃO DE ENTRADA DO ALUNO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. 5. A ÚNICA PENALIDADE PERMITIDA PELA LEI É O IMPEDIMENTO DA RENOVAÇÃO DA MATRÍCULA DO ALUNO AO FINAL DO ANO LETIVO SE A SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA PERDURAR.6. DA ANÁLISE DOS AUTOS, RESTOU EVIDENTE QUE OS AUTORES FORAM IMPEDIDOS DE FREQUENTAR A ESCOLA POR NO MÍNIMO 13 (TREZE) DIAS E QUE TAL CONDUTA DA APELANTE VIOLOU O QUE DISPÕE A LEI Nº 9.870/99.7. PORTANTO, A VIOLAÇÃO AO QUE DISPÕE A LEI Nº 9.870/99 E O CDC CARACTERIZA COMO ILÍCITA A CONDUTA DA APELANTE, QUE DEVE SER PUNIDA A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, JÁ QUE EXISTEM MEIOS LEGAIS PARA SE REALIZAR A COBRANÇA DE DÍVIDAS E O ORDENAMENTO JURÍDICO VEDA QUALQUER COBRANÇA VEXATÓRIA OU QUE CAUSE QUALQUER CONSTRANGIMENTO AO DEVEDOR.8. A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 3.000,00 PARA CADA UM DOS AUTORES SE MOSTROU ADEQUADA, POIS ATENDE AOS CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, ALÉM DE PUNIR O ATO ILÍCITO PRATICADO PELA APELANTE, E TAMBÉM ATENDE AO CARÁTER PEDAGÓGICO QUE SE ESPERA DAS PUNIÇÕES POR DANOS MORAIS.9. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0048183-56.2014.8.06.0070Apelação Cível. Apelante: Pedro Aurélio da Costa. Advogado: José Renato Mota (OAB: 28987/CE). Apelado: Raimundo Nonato Macêdo de Meo. Advogado: Flávio Barboza Matos (OAB: 28410/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO VERBAL DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AVENÇA. AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU QUANTO À PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, CPC. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. Trata-se de apelação cível interposta por Pedro Aurélio da Costa, em face de sentença proferida às fls. 63/66, pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Crateús, que julgou improcedentes os pleitos formulados na Ação de Danos Morais e Materiais, movida contra Raimundo Nonato Macedo de Melo. 2. O cerne da controvérsia consiste em verificar se houve a venda do veículo e, consequentemente, se há possibilidade de indenização por danos materiais e morais. 3. O apelante não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, conforme disposição do artigo 373 I, CPC, vez que não juntou aos autos qualquer prova que demonstrasse a existência do negócio jurídico de compra e venda. 4. Ademais, pela oitiva das testemunhas em juízo, assim como pelo alegado pelas partes nos autos, em nenhum momento pode-se verificar a formalização da compra e venda, seja escrita ou verbalmente, como bem ponderou o juízo a quo. Inclusive, uma das testemunhas afirma que o réu apenas pegou o carro apenas para testar, tendo devolvido o veículo e as chaves, no dia seguinte, para o autor, que, por sua vez, deixou o carro em uma oficina e nunca foi buscá-lo. Outra testemunha, trazida pelo autor, afirmou não ter presenciado a venda do veículo, apenas soube da venda por comentários, de forma que tudo o que veio a afirmar foi com base ou de ouvir por terceiros ou de conhecimento através de narrativas do próprio apelante, não tendo efetivamente participado ou presenciado o contrato verbal celebrado. 5. Precedentes colacionados nesse sentido. 6. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida em todos os seus termos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - PROCESSO: 0048183-56.2014.8.06.0070 - APELAÇÃO CÍVELAPELANTE: PEDRO AURÉLIO DA COSTAAPELADO: RAIMUNDO NONATO MACÊDO DE MEOCUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALEMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO VERBAL DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AVENÇA. AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU QUANTO À PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, CPC. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR PEDRO AURÉLIO DA COSTA, EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA ÀS FLS. 63/66, PELO JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS, QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PLEITOS FORMULADOS NA AÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS, MOVIDA CONTRA RAIMUNDO NONATO MACEDO DE MELO.2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA CONSISTE EM VERIFICAR SE HOUVE A VENDA DO VEÍCULO E, CONSEQUENTEMENTE, SE HÁ POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.3. O APELANTE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS QUE LHE CABIA, CONFORME DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 373 I, CPC, VEZ QUE NÃO JUNTOU AOS AUTOS QUALQUER PROVA QUE DEMONSTRASSE A EXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO DE COMPRA E VENDA.4. ADEMAIS, PELA OITIVA DAS TESTEMUNHAS EM JUÍZO, ASSIM COMO PELO ALEGADO PELAS PARTES NOS AUTOS, EM NENHUM MOMENTO PODE-SE VERIFICAR A FORMALIZAÇÃO DA COMPRA E VENDA, SEJA ESCRITA OU VERBALMENTE, COMO BEM PONDEROU O JUÍZO A QUO. INCLUSIVE, UMA DAS TESTEMUNHAS AFIRMA QUE O RÉU APENAS PEGOU O CARRO APENAS PARA TESTAR, TENDO DEVOLVIDO O VEÍCULO E AS CHAVES, NO DIA SEGUINTE, PARA O AUTOR, QUE, POR SUA VEZ, DEIXOU O CARRO EM UMA OFICINA E NUNCA FOI BUSCÁ-LO. OUTRA TESTEMUNHA, TRAZIDA PELO AUTOR, AFIRMOU NÃO TER PRESENCIADO A VENDA DO VEÍCULO, APENAS SOUBE DA VENDA POR COMENTÁRIOS, DE FORMA QUE TUDO O QUE VEIO A AFIRMAR FOI COM BASE OU DE OUVIR POR TERCEIROS OU DE CONHECIMENTO ATRAVÉS DE NARRATIVAS DO PRÓPRIO APELANTE, NÃO TENDO EFETIVAMENTE PARTICIPADO OU PRESENCIADO O CONTRATO VERBAL CELEBRADO.5. PRECEDENTES COLACIONADOS NESSE SENTIDO.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0050234-92.2021.8.06.0038Apelação Cível. Apelante: E. de O. N.. Apelante: L. de O. A.. Advogado: Filipe Almino Rodrigues (OAB: 41863/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS CONSENSUAL. PENSÃO ALIMENTÍCIA FIXADA ORIGINALMENTE EM 55% (CINQUENTA E CINCO POR CENTO) DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DIFUSAMENTE EM FAVOR DOS TRÊS FILHOS DO AUTOR/APELANTE, SEM DIVISÃO DO PERCENTUAL INDIVIDUAL. ALIMENTOS INTUITU FAMILIAE. SENTENÇA HOMOLOGANDO PARCIALMENTE O ACORDO EXTRAJUDICIAL FIRMADO ENTRE O ALIMENTANTE/APELANTE E SUA FILHA MAIS VELHA, ATUALMENTE CONTANDO COM 19 (DEZENOVE) ANOS DE IDADE, EXONERANDO-O DO ENCARGO RELATIVAMENTE A ESTA, MAS INDEFERINDO O PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DO PENSIONAMENTO. EXONERAÇÃO DE UM DOS BENEFICIÁRIOS QUE NÃO ENSEJA, NECESSARIAMENTE, A REDUÇÃO DO VALOR DA PENSÃO ALIMENTÍCIA QUANDO FIXADA INTUITU FAMILIAE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR COM EXATIDÃO QUAL PORCENTAGEM CABÍVEL A CADA ALIMENTADO. NECESSÁRIA PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL DE TODOS OS BENEFICIÁRIOS QUANDO DO PLEITO DE ALTERAÇÃO DO VALOR DO PENSIONAMENTO. DEMAIS BENEFICIÁRIOS QUE SEQUER PARTICIPARAM DO ACORDO EXTRAJUDICIAL, TAMPOUCO FORAM INDICADOS AO POLO PASSIVO DA DEMANDA PELO ALIMENTANTE. PLEITO DE REDUÇÃO DA VERBA ALIMENTAR QUE DEVE SER DISCUTIDA EM AÇÃO REVISIONAL PRÓPRIA. PACÍFICO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA NA CORREIÇÃO DE SENTENÇA QUE HOMOLOGOU PARCIALMENTE ACORDO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS FIRMADO ENTRE AS PARTES, DEFERINDO O PLEITO DE EXONERAÇÃO RELATIVAMENTE À FILHA MAIS VELHA DO APELANTE, MAS INDEFERINDO O PEDIDO DE MINORAÇÃO DO VALOR TOTAL DO PENSIONAMENTO, CUJOS DEMAIS BENEFICIÁRIOS SÃO OS OUTROS DOIS FILHOS MENORES DO APELANTE,

QUE NÃO SÃO PARTES DO PROCESSO EM EPÍGRAFE.2. NO CASO CONCRETO: 1) O ORA APELANTE AJUIZOU A AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS CONSENSUAL CONJUNTAMENTE COM SUA FILHA MAIS VELHA, LYLIANE, ADUZINDO QUE O PENSIONAMENTO FOI FIXADO POR SENTENÇA, EM 30/11/2011, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº. 002440-27.2011.8.06.0038, NA QUAL RESTOU OBRIGADO AO PAGAMENTO DE R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS), CORRESPONDENTE A 55% (CINQUENTA E CINCO POR CENTO) DE UM SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE A ÉPOCA, EM FAVOR DE SEUS 03 (TRÊS) FILHOS (DECISÃO ÀS FLS. 09/10); 2) EM DECORRÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO, À ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, A VERBA ALIMENTAR ERA DE R$ 605,00 (SEISCENTOS E CINCO REAIS); 3) POR TER LYLIANE ALCANÇADO A MAIORIDADE CIVIL E ESTAR INSERIDA NO MERCADO DE TRABALHO, ACORDARAM PELA EXONERAÇÃO DO ENCARGO RELATIVAMENTE A ELA, REQUERENDO A HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES; 4) TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL À FL. 08, NA QUAL ACORDARAM AS PARTES QUE O APELANTE SERIA EXONERADO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA RELATIVA À LYLIANE, QUE, POR SEUS CÁLCULOS, SERIA DE 18,33% (DEZOITO VÍRGULA TRINTA E TRÊS POR CENTO) DO TOTAL DE 55% (CINQUENTA E CINCO POR CENTO) DE UM SALÁRIO MÍNIMO, RESTANDO A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR REFERENTE AOS SEUS OUTROS DOIS FILHOS, NO IMPORTE DE 36,67% (TRINTA E SEIS VÍRGULA SESSENTA E SETE POR CENTO) DE UM SALÁRIO MÍNIMO; 5) NA SENTENÇA OBJURGADA (FLS. 17/18), O JUÍZO A QUO HOMOLOGOU O ACORDO QUANTO À EXONERAÇÃO DOS ALIMENTOS REFERENTE À FILHA MAIOR DE IDADE, MAS INDEFERIU O PEDIDO CONCERNENTE À ATUALIZAÇÃO E MINORAÇÃO DO VALOR TOTAL DA PENSÃO, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A REVISÃO DO VALOR DE ALIMENTOS CONSTITUEM OBJETO DE AÇÃO PRÓPRIA.3. ANALISANDO-SE A DECISÃO QUE FIXOU ORIGINARIAMENTE OS ALIMENTOS, ÀS FLS. 09/10, VERIFICA-SE QUE A PENSÃO ALIMENTÍCIA FORA FIXADA INTUITU FAMILIAE, OU SEJA, EM VALOR GLOBAL AOS ALIMENTADOS, SEM DISTINGUIR O PERCENTUAL QUE BENEFICIARIA CADA ALIMENTANDO.4. NO CASO DOS ALIMENTOS FIXADOS INTUITU FAMILIAE, MESMO CESSANDO A NECESSIDADE DE UM DOS BENEFICIÁRIOS, ISSO NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, NA REDUÇÃO DO VALOR DOS ALIMENTOS, EM RAZÃO DE SUA NATUREZA DIFUSA, E QUANDO DA AÇÃO DE REDUÇÃO OU EXONERAÇÃO DOS REFERIDOS ALIMENTOS, É NECESSÁRIA A CITAÇÃO DE TODOS OS ALIMENTADOS BENEFICIÁRIOS, IMPONDO-SE A FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO, PORQUANTO O CRÉDITO ALIMENTAR FORA ESTABELECIDO EM FAVOR DE TODOS, INDISTINTAMENTE.5. ASSIM, VERIFICANDO-SE QUE, NO CASO EM EPÍGRAFE, A PENSÃO ALIMENTÍCIA FOI FIXADA NO IMPORTE EQUIVALENTE A 55% (CINQUENTA E CINCO POR CENTO) DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DIFUSAMENTE EM FAVOR DOS TRÊS FILHOS DO APELANTE, O FATO DE TER APENAS A FILHA MAIS VELHA CONCORDADO COM A EXONERAÇÃO DO SEU BENEFÍCIO ALIMENTAR NÃO ENSEJA, NECESSARIAMENTE, A REDUÇÃO DO VALOR TOTAL DO PENSIONAMENTO, PRINCIPALMENTE QUANDO NÃO DEMONSTRADA A IMPOSSIBILIDADE DO APELANTE EM ARCAR COM O ÔNUS IMPOSTO, BEM QUANTO POR NÃO TEREM OS OUTROS DOIS ALIMENTADOS BENEFICIÁRIOS SIDO PARTES NO PROCESSO.6. DESSA FORMA, CONFORME BEM DELINEADO PELO JUÍZO A QUO E PELA PGJ, CASO O APELANTE TENHA A INTENÇÃO DE REDUZIR O VALOR PAGO A TÍTULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, DEVE AJUIZAR DEMANDA REVISIONAL PRÓPRIA, INCLUINDO NO POLO PASSIVO TODOS OS BENEFICIÁRIOS, PARA QUE SOMENTE ENTÃO O JUDICIÁRIO DECIDA SOBRE O REFERIDO PLEITO, RAZÃO PELA QUAL A SENTENÇA OBJURGADA DEVE PERMANECER HÍGIDA E O RECURSO APELATÓRIO IMPROVIDO.7. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DO PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA EMINENTE RELATORA, PARTE INTEGRANTE DESTE.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0067626-40.2016.8.06.0064Apelação Cível. Apelante: Adão José Gomes de Oliveira Reis. Apelante: Arlete de Jesus Azevedo Nogueira. Apelante: Maria Luisa Simões da Luz Jorge. Apelante: Espólio de Carlos Alberto Cabriz Jorge. Apelante: João Carlos da Luz Jorge. Advogado: Marcelo Mota Gurgel do Amaral (OAB: 12392/CE). Advogada: Brenda Vasconcelos Costa (OAB: 19450/CE). Advogada: Rosana Nunes Ramos Sasahara (OAB: 27620/CE). Apelado: Carlos Alberto Pereira Gomes Parente. Advogado: Marcelo Magalhães Fernandes (OAB: 10108/CE). Advogada: Tereza Christinni Vasconcelos de Oliveira (OAB: 21753/CE). Advogado: Túlio Vila Nova Torres Martins (OAB: 18354/CE). Advogado: Matheus Mendes Rezende (OAB: 15581/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS DE TERCEIROS. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS E CUSTAS QUE NÃO ABRANGEU OS LITIGANTES REVÉIS. IMPOSSIBILIDADE. VENCIDOS RESPONDEM PROPORCIONALMENTE PELAS CUSTAS E HONORÁRIOS. ART. 87 DO CPC/2015. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA MODIFICADA. 1. Cinge-se a controvérsia recursal em verificar se houve equívoco na sentença guerreada por deixar de observar o rateio proporcional dos honorários advocatícios sucumbenciais e custas processuais entre todos os sucumbentes, conforme preceitua a legislação vigente. 2. In casu, a parte apelante mostra irresignação por considerar que em hipótese alguma se pode eximir os demais requeridos das obrigações contraídas relativas às despesas processuais, pelo simples fato de não terem estes contestado a presente ação. O fato de não terem apresentado contestação os caracterizou como revéis, e, como tal, segundo o entendimento majoritário jurisprudencial, isso não os isenta do adimplemento de sua parte no tocante às despesas aqui discutidas. 3. Ora, não há como eximir os demais requeridos das despesas processuais arbitradas nos fólios em apreço. Todos os embargados foram citados, por meio de seus patronos, nos termos da publicação de fl. 64. O fato de Maria Luísa Simões da Luz Jorge, Espólio de Carlos Alberto Cabriz Jorge e João Carlos da Luz Jorge não terem apresentado contestação ou qualquer outra manifestação no feito, incidindo em revelia, não lhes acarreta isenção quanto ao adimplemento da sucumbência aplicada. 4. Apelação conhecida e provida. Sentença modificada para conceder o rateio proporcional dos honorários advocatícios e custas processuais, igualmente, entre todos os sucumbentes. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, conhecer do recurso de apelação, para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS DE TERCEIROS. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS E CUSTAS QUE NÃO ABRANGEU OS LITIGANTES REVÉIS. IMPOSSIBILIDADE. VENCIDOS RESPONDEM PROPORCIONALMENTE PELAS CUSTAS E HONORÁRIOS. ART. 87 DO CPC/2015. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA MODIFICADA.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM VERIFICAR SE HOUVE EQUÍVOCO NA SENTENÇA GUERREADA POR DEIXAR DE OBSERVAR O RATEIO PROPORCIONAL DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS E CUSTAS PROCESSUAIS ENTRE TODOS OS SUCUMBENTES, CONFORME PRECEITUA A LEGISLAÇÃO VIGENTE.2. IN CASU, A PARTE APELANTE MOSTRA IRRESIGNAÇÃO POR CONSIDERAR QUE EM HIPÓTESE ALGUMA SE PODE EXIMIR OS DEMAIS REQUERIDOS DAS OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS RELATIVAS ÀS DESPESAS PROCESSUAIS, PELO SIMPLES FATO DE NÃO TEREM

ESTES CONTESTADO A PRESENTE AÇÃO. O FATO DE NÃO TEREM APRESENTADO CONTESTAÇÃO OS CARACTERIZOU COMO REVÉIS, E, COMO TAL, SEGUNDO O ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO JURISPRUDENCIAL, ISSO NÃO OS ISENTA DO ADIMPLEMENTO DE SUA PARTE NO TOCANTE ÀS DESPESAS AQUI DISCUTIDAS.3. ORA, NÃO HÁ COMO EXIMIR OS DEMAIS REQUERIDOS DAS DESPESAS PROCESSUAIS ARBITRADAS NOS FÓLIOS EM APREÇO. TODOS OS EMBARGADOS FORAM CITADOS, POR MEIO DE SEUS PATRONOS, NOS TERMOS DA PUBLICAÇÃO DE FL. 64. O FATO DE MARIA LUÍSA SIMÕES DA LUZ JORGE, ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO CABRIZ JORGE E JOÃO CARLOS DA LUZ JORGE NÃO TEREM APRESENTADO CONTESTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA MANIFESTAÇÃO NO FEITO, INCIDINDO EM REVELIA, NÃO LHES ACARRETA ISENÇÃO QUANTO AO ADIMPLEMENTO DA SUCUMBÊNCIA APLICADA.4. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. SENTENÇA MODIFICADA PARA CONCEDER O RATEIO PROPORCIONAL DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS, IGUALMENTE, ENTRE TODOS OS SUCUMBENTES.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, PARA LHE DAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0143338-31.2016.8.06.0001/50000Agravo Interno Cível. Agravante: Luís Augusto Gonthier Pitta Pinheiro. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Agravado: Itaú Unibanco S/A. Soc. Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CREDITO. LIMITAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS A 12% AO ANO. NÃO CABIMENTO. SÚMULAS 283 E 382, STJ. TAXAS DE JUROS INFERIORES À MEDIA DE MERCADO DIVULGADA PELO BACEN. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS DIÁRIA. POSSIBILIDADE. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM CLÁUSULA CONTRATUAL. COBRANÇA NÃO CONSTATADA NAS FATURAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1.Cuida-se de Agravo Interno interposto pela parte autora, Luís Augusto Gonthier Pitta Pinheiro, em face da decisão monocrática de fls. 378/385 dos autos principais, que, em julgamento do apelo por ela interposto, negou provimento ao recurso, mantendo a sentença de primeiro grau, que julgou a ação improcedente. 2. Conforme enunciado 283 da súmula de jurisprudências do STJ: “As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura”. 3. Aplica-se, ao caso, ainda, a orientação firmada pelo enunciado 382, STJ, segundo o qual “A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só não indica abusividade”. 4. Na hipótese dos autos, limitou-se o autor/agravante a alegar o excesso dos juros remuneratórios, sem apontar, contudo, quais as faturas que pretende revisar e quais os períodos que lhe foram cobrados os supostos encargos abusivos. Não obstante, em análise à documentação colacionada pelo requerido, denoto que não houve incidência de taxas em percentuais superiores à média de mercado, com exceção dos meses de dezembro/2015 e janeiro/2016, em que foram cobrados juros discretamente superiores (menos de 0,5%), sendo o excesso considerado mínimo, que não caracteriza abuso, conforme entendimento desta e. Câmara julgadora. 4. É entendimento consolidado no STJ a admissibilidade da capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual em contratos firmados com instituição financeira, se expressamente pactuada. In casu, o contrato em testilha prevê claramente a capitalização diária, ex vi cláusula 8 (fl. 201). 5. Em relação à comissão de permanência, assiste razão ao agravado, de que tal encargo não é cobrado no contrato aderido pelo promovente. Observa-se do instrumento trazido nas fls. 185/204, em especial, da cláusula “9”, que trata do atraso ou falta de pagamento, que não há referência alguma sobre comissão de permanência. Das faturas juntadas aos autos, também se confirma que não há cobrança de tal encargo. A irresignação do recorrente não tem fundamento. 5. Recurso conhecido e desprovido. Decisão monocrática mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente Relator. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CREDITO. LIMITAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS A 12% AO ANO. NÃO CABIMENTO. SÚMULAS 283 E 382, STJ. TAXAS DE JUROS INFERIORES À MEDIA DE MERCADO DIVULGADA PELO BACEN. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS DIÁRIA. POSSIBILIDADE. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM CLÁUSULA CONTRATUAL. COBRANÇA NÃO CONSTATADA NAS FATURAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.1.CUIDA-SE DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA, LUÍS AUGUSTO GONTHIER PITTA PINHEIRO, EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 378/385 DOS AUTOS PRINCIPAIS, QUE, EM JULGAMENTO DO APELO POR ELA INTERPOSTO, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, QUE JULGOU A AÇÃO IMPROCEDENTE.2. CONFORME ENUNCIADO 283 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIAS DO STJ: “AS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO SÃO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E, POR ISSO, OS JUROS REMUNERATÓRIOS POR ELAS COBRADOS NÃO SOFREM AS LIMITAÇÕES DA LEI DE USURA”.3. APLICA-SE, AO CASO, AINDA, A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO ENUNCIADO 382, STJ, SEGUNDO O QUAL “A ESTIPULAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% AO ANO, POR SI SÓ NÃO INDICA ABUSIVIDADE”.4. NA HIPÓTESE DOS AUTOS, LIMITOU-SE O AUTOR/AGRAVANTE A ALEGAR O EXCESSO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS, SEM APONTAR, CONTUDO, QUAIS AS FATURAS QUE PRETENDE REVISAR E QUAIS OS PERÍODOS QUE LHE FORAM COBRADOS OS SUPOSTOS ENCARGOS ABUSIVOS. NÃO OBSTANTE, EM ANÁLISE À DOCUMENTAÇÃO COLACIONADA PELO REQUERIDO, DENOTO QUE NÃO HOUVE INCIDÊNCIA DE TAXAS EM PERCENTUAIS SUPERIORES À MÉDIA DE MERCADO, COM EXCEÇÃO DOS MESES DE DEZEMBRO/2015 E JANEIRO/2016, EM QUE FORAM COBRADOS JUROS DISCRETAMENTE SUPERIORES (MENOS DE 0,5%), SENDO O EXCESSO CONSIDERADO MÍNIMO, QUE NÃO CARACTERIZA ABUSO, CONFORME ENTENDIMENTO DESTA E. CÂMARA JULGADORA. 4. É ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ A ADMISSIBILIDADE DA CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS EM PERIODICIDADE INFERIOR À ANUAL EM CONTRATOS FIRMADOS COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, SE EXPRESSAMENTE PACTUADA. IN CASU, O CONTRATO EM TESTILHA PREVÊ CLARAMENTE A CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA, EX VI CLÁUSULA 8 (FL. 201).5. EM RELAÇÃO À COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, ASSISTE RAZÃO AO AGRAVADO, DE QUE TAL ENCARGO NÃO É COBRADO NO CONTRATO ADERIDO PELO PROMOVENTE. OBSERVA-SE DO INSTRUMENTO TRAZIDO NAS FLS. 185/204, EM ESPECIAL, DA CLÁUSULA “9”, QUE TRATA DO ATRASO OU FALTA DE PAGAMENTO, QUE NÃO HÁ REFERÊNCIA ALGUMA SOBRE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. DAS FATURAS JUNTADAS AOS AUTOS, TAMBÉM SE CONFIRMA QUE NÃO HÁ COBRANÇA DE TAL ENCARGO. A IRRESIGNAÇÃO DO RECORRENTE NÃO TEM FUNDAMENTO.5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.

0155635-02.2018.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Amândio Ferreira Tereso Júnior (OAB: 23189A/CE). Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB: 16018A/CE). Apelado: Bruno Fernandes Pereira da Silva. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. DEVEDOR NÃO LOCALIZADO. APREENSÃO DE VEÍCULO REALIZADA EM POSSE DE TERCEIRO. INDEVIDA APLICAÇÃO DE REVELIA. JULGAMENTO DE MÉRITO. NULIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA CASSADA.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA., OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA PROLATADA PELO JUÍZO DA 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA-CE, NOS AUTOS DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO AJUIZADA EM FACE DE BRUNO FERNANDES PEREIRA DA SILVA.2. CONSOANTE DISPÕE O ART. 239 DO CPC: “PARA A VALIDADE DO PROCESSO É INDISPENSÁVEL A CITAÇÃO DO RÉU OU DO EXECUTADO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL OU DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO”.3. NO CASO EM TELA, O APELANTE AJUIZOU A PRESENTE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO FUNDADA NO DECRETO-LEI 911/64, TENDO SIDO DEFERIDA A LIMINAR, A QUAL FOI CUMPRIDA, CONSOANTE CERTIDÃO QUE REPOUSA ÀS FLS. 96. CONTUDO, NÃO HOUVE A CITAÇÃO DA PARTE DEMANDADA, TENDO EM VISTA QUE O VEÍCULO SE ENCONTRAVA NA POSSE DE TERCEIRO.4. INEXISTINDO CITAÇÃO VÁLIDA, NÃO HÁ FALAR EM REVELIA, NEM EM JULGAMENTO DE MÉRITO DO PROCESSO, DEVENDO SER DECLARADA A NULIDADE DA SENTENÇA.5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA CASSADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER O PRESENTE RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0184518-90.2017.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: José Jerônimo de Amorim. Advogado: Aleandro Lima de Queiroz (OAB: 33211/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM FORNECER O DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO VÁLIDO E EFICAZ PELA PARTE AUTORA. ENTENDIMENTO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Trata-se de Apelação Cível interposta por JOSÉ JERÔNIMO DE AMORIM, em face de sentença proferida pelo d. juízo da 32ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, que extinguiu sem resolução de mérito, por falta de interesse processual, a Ação de Exibição Incidental, ajuizada pelo ora apelante contra o BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. 2. Na espécie, a r. sentença de primeiro grau extinguiu o feito sem resolução de mérito com fundamento no art. 485 do CPC, eis que o d. juízo singular entendeu que a parte autora carecia de interesse processual. 3. Da controvérsia recursal. A respeito da ação de exibição de documentos, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp. nº 1.349.453-MS (Rel. Min. Luís Felipe Salomão, DJe 02/02/2015), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), fixou a seguinte tese: “A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.” 4. O pedido de exibição de documentos somente tem lugar quando há resistência daquele em cujo poder se encontra de exibi-los a quem tenha legítimo interesse, devendo tal circunstância vir comprovada com a inicial, por meio de requerimento formulado diretamente à parte ré, protocolado em área administrativa sua ou mesmo notificação extrajudicial registrada em cartório, o que, todavia, não se deu no presente caso. 5. O exame dos autos demonstra que inexistiu prévia solicitação administrativa válida e eficaz para amparar a tese recursal junto à instituição financeira, vez que na cópia da solicitação de fl. 16 deixou de constar assinatura dos causídicos, além de o requerimento administrativo não ter sido acompanhado de procuração específica em nome dos advogados subscreventes com poderes especiais para acesso aos documentos bancários. 6. Em ações de exibição de documentos, o interesse processual deve ser demonstrado já na petição inicial. Como, no caso, o autor/apelante não comprovou, no ajuizamento da ação, o prévio requerimento administrativo dos contratos, tratando-se de vício insanável, não há que se falar em necessidade de oportunização de emenda da inicial ou violação ao princípio da vedação à decisão surpresa, previsto nos artigos 9º e 10 do CPC. 7. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM FORNECER O DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO VÁLIDO E EFICAZ PELA PARTE AUTORA. ENTENDIMENTO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR JOSÉ JERÔNIMO DE AMORIM, EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA PELO D. JUÍZO DA 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE EXTINGUIU SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL, A AÇÃO DE EXIBIÇÃO INCIDENTAL, AJUIZADA PELO ORA APELANTE CONTRA O BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.2. NA ESPÉCIE, A R. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO COM FUNDAMENTO NO ART. 485 DO CPC, EIS QUE O D. JUÍZO SINGULAR ENTENDEU QUE A PARTE AUTORA CARECIA DE INTERESSE PROCESSUAL.3. DA CONTROVÉRSIA RECURSAL. A RESPEITO DA AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, O COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO JULGAMENTO DO RESP. Nº 1.349.453-MS (REL. MIN. LUÍS FELIPE SALOMÃO, DJE 02/02/2015), SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS (ART. 543-C DO CPC/1973), FIXOU A SEGUINTE TESE: “A PROPOSITURA DE AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS BANCÁRIOS (CÓPIAS E SEGUNDA VIA DE DOCUMENTOS) É CABÍVEL COMO MEDIDA PREPARATÓRIA A FIM DE INSTRUIR A AÇÃO PRINCIPAL, BASTANDO A DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES, A COMPROVAÇÃO DE PRÉVIO PEDIDO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO ATENDIDO EM PRAZO RAZOÁVEL, E O PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO

CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL E NORMATIZAÇÃO DA AUTORIDADE MONETÁRIA."4. O PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS SOMENTE TEM LUGAR QUANDO HÁ RESISTÊNCIA DAQUELE EM CUJO PODER SE ENCONTRA DE EXIBI-LOS A QUEM TENHA LEGÍTIMO INTERESSE, DEVENDO TAL CIRCUNSTÂNCIA VIR COMPROVADA COM A INICIAL, POR MEIO DE REQUERIMENTO FORMULADO DIRETAMENTE À PARTE RÉ, PROTOCOLADO EM ÁREA ADMINISTRATIVA SUA OU MESMO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REGISTRADA EM CARTÓRIO, O QUE, TODAVIA, NÃO SE DEU NO PRESENTE CASO.5. O EXAME DOS AUTOS DEMONSTRA QUE INEXISTIU PRÉVIA SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA VÁLIDA E EFICAZ PARA AMPARAR A TESE RECURSAL JUNTO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, VEZ QUE NA CÓPIA DA SOLICITAÇÃO DE FL. 16 DEIXOU DE CONSTAR ASSINATURA DOS CAUSÍDICOS, ALÉM DE O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NÃO TER SIDO ACOMPANHADO DE PROCURAÇÃO ESPECÍFICA EM NOME DOS ADVOGADOS SUBSCREVENTES COM PODERES ESPECIAIS PARA ACESSO AOS DOCUMENTOS BANCÁRIOS.6. EM AÇÕES DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, O INTERESSE PROCESSUAL DEVE SER DEMONSTRADO JÁ NA PETIÇÃO INICIAL. COMO, NO CASO, O AUTOR/APELANTE NÃO COMPROVOU, NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DOS CONTRATOS, TRATANDO-SE DE VÍCIO INSANÁVEL, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM NECESSIDADE DE OPORTUNIZAÇÃO DE EMENDA DA INICIAL OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA, PREVISTO NOS ARTIGOS 9º E 10 DO CPC.7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.

0204371-80.2020.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Itaú Seguros S/A. Advogado: João Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE). Apelado: João Wister Rabelo de Oliveira - ME. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE ENDEREÇO VÁLIDO PARA EFETIVAÇÃO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. INTIMAÇÃO DO CAUSÍDICO EFETIVADA. INÉRCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR ITAÚ SEGUROS S/A CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO AJUIZADA EM FACE DE JOAO WISTER RABELO DE OLIVEIRA ME, COM O INTUITO DE APREENDER O VEÍCULO DESCRITO NOS AUTOS.2. NA SENTENÇA DE FLS. 79/82, A EXTINÇÃO SE DEU EM RAZÃO DE O BANCO NÃO TER FORNECIDO NOVO ENDEREÇO DO RÉU PARA CITAÇÃO, APESAR DE REGULARMENTE INTIMADO, CONFIGURANDO AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO.3. EM SUAS RAZÕES, ADUZ O RECORRENTE QUE A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA DEVERIA TER SIDO POR ABANDONO DA CAUSA, COM FULCRO NO INCISO III DO ART. 485, DO CPC, COM PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE, COMO TRATA O §1ª DO REFERIDO ARTIGO.4. NÃO MERECEM PROSPERAR OS ARGUMENTOS DO APELANTE, VEZ QUE CABÍVEL A EXTINÇÃO DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO DIANTE DA FALTA DE ENDEREÇO CORRETO DA PARTE REQUERIDA PARA FINS DE CITAÇÃO E APREENSÃO DO BEM, CONFORME ENTENDIMENTO SEDIMENTADO DA JURISPRUDÊNCIA.5. ALÉM DO MAIS, É DISPENSÁVEL A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE NAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO, SALVO QUANDO FUNDAMENTADAS NOS INCISOS II E III DO ARTIGO 485 DO CPC, O QUE NÃO É O CASO EM APREÇO.6. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER O RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.

0205678-35.2021.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Santander Brasil Administradora de Consórcios Ltda.. Advogado: Pedro Roberto Romão (OAB: 209551/SP). Apelada: Andressa da Silva Magalhães. Advogado: Antonio Claudio da Costa (OAB: 44664/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. VALOR INDICADO PELO CREDOR NA EXORDIAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR SANTANDER BRASIL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA., EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA PELO MM. JUIZ DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO MOVIDA CONTRA ANDRESSA MAGALHÃES IBIAPINO,.2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL TÃO SOMENTE EM VERIFICAR SE HOUVE A REGULAR PURGAÇÃO DA MORA DENTRO DO PRAZO LEGAL.3. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.593/MS, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 543-C, DO CPC, FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE A PURGAÇÃO DA MORA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EXIGE A QUITAÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA PENDENTE, ENTENDIDA ESTA COMO OS VALORES APRESENTADOS E COMPROVADOS PELO CREDOR NA INICIAL.4. ANALISANDO OS FÓLIOS, OBSERVA-SE QUE O DEVEDOR PURGOU A MORA COM BASE NO INDICADO PELO AUTOR/APELANTE NA EXORDIAL, NO MONTANTE DE R$ 13.782,75 (TREZE MIL E SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), CONSOANTE SE VÊ AS FLS. 104. DESSE MODO, REVELA-SE INSUBSISTENTE A ARGUMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SOBRE A INCONGRUÊNCIA DOS VALORES.5. RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0228283-09.2020.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Banco Volkswagen S/A. Advogado: Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB: 31618/SP). Apelado: Antonio Tiales do Nascimento Miranda. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE ENDEREÇO VÁLIDO PARA EFETIVAÇÃO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. INTIMAÇÃO DO CAUSÍDICO EFETIVADA. INÉRCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR BANCO VOLKSWAGEN S/A CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU A AÇÃO DE

BUSCA E APREENSÃO AJUIZADA EM FACE DE ANTONIO TIALES DO NASCIMENTO MIRANDA, COM O INTUITO DE APREENDER O VEÍCULO DESCRITO NOS AUTOS.2. NA SENTENÇA DE FLS. 105/106 A EXTINÇÃO SE DEU EM RAZÃO DE O BANCO NÃO TER FORNECIDO NOVO ENDEREÇO DO RÉU PARA CITAÇÃO, APESAR DE REGULARMENTE INTIMADO, CONFIGURANDO AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO.3. EM SUAS RAZÕES, ADUZ O RECORRENTE QUE A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA DEVERIA TER SIDO POR ABANDONO DA CAUSA, COM FULCRO NO INCISO III DO ART. 485, DO CPC, COM PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE, COMO TRATA O §1ª DO REFERIDO ARTIGO.4. NÃO MERECEM PROSPERAR OS ARGUMENTOS DO APELANTE, VEZ QUE CABÍVEL A EXTINÇÃO DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO DIANTE DA FALTA DE ENDEREÇO CORRETO DA PARTE REQUERIDA PARA FINS DE CITAÇÃO E APREENSÃO DO BEM, CONFORME ENTENDIMENTO SEDIMENTADO DA JURISPRUDÊNCIA.5. ALÉM DO MAIS, É DISPENSÁVEL A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE NAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO, SALVO QUANDO FUNDAMENTADAS NOS INCISOS II E III DO ARTIGO 485 DO CPC, O QUE NÃO É O CASO EM APREÇO.6. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER O RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0232009-54.2021.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 35179A/CE). Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 35180A/CE). Apelada: Francisca Kaeline Mariano da Silva. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO RECEBIDA NO ENDEREÇO FORNECIDO PELA DEVEDORA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA PELO MM. JUIZ DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE JULGOU EXTINTA A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO MOVIDA CONTRA FRANCISCA KAELINE MARIANO DA SILVA.2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM SABER SE A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR A.R., NO ENDEREÇO FORNECIDO PELO PRÓPRIO APELADO QUANDO DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO, É VÁLIDA E SE ESTA É CAPAZ DE COMPROVAR A MORA DO DEVEDOR, AINDA QUE TENHA RETORNADO COM A INFORMAÇÃO “AUSENTE”.3. É PACIFICADO O ENTENDIMENTO DE QUE A MORA DEVE SER COMPROVADA POR CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO, CUJA ASSINATURA PODE SER APOSTA POR TERCEIRO E NÃO NECESSARIAMENTE PELO PRÓPRIO DEVEDOR, SENDO INDISPENSÁVEL O RECEBIMENTO NO ENDEREÇO CONSTANTE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL O QUE NÃO OCORREU NA HIPÓTESE DOS AUTOS, NA MEDIDA EM QUE O A.R. RETORNOU COM A INFORMAÇÃO “AUSENTE”.4. A PARTE AUTORA, APESAR DE DEVIDAMENTE INTIMADA PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA PARA ANEXAR DOCUMENTO HÁBIL A COMPROVAR A MORA DA DEVEDORA, DEIXOU TRANSCORRER O PRAZO CONCEDIDO SEM ATENDER O COMANDO JURISDICIONAL, LIMITANDO-SE A PEDIR A RECONSIDERAÇÃO DO DESPACHO. LOGO, CORRETA A EXTINÇÃO DO FEITO COM BASE NO ART. 485, INCISO I, DO CPC.5. O §1º DO ART. 485, DO CPC, EXIGE A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA SANAR VÍCIO APENAS NAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO FEITO COM BASE NOS INCISOS II E III DO REFERIDO ARTIGO, O QUE NÃO SE APLICA AO CASO SOB EXAME.6. RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0233148-75.2020.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Marineide Alves Aires. Advogado: Felipe Porto Bastos (OAB: 27196/CE). Advogado: Igor Ximenes Gonçalves (OAB: 26755/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simoes (OAB: 17801/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CANCELAMENTO DO CONTRATO PELO PRÓPRIO BANCO. AUSÊNCIA DE DESCONTOS. DANO MORAL INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. CUIDAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR MARINEIDE ALVES AIRES, OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA EXARADA PELO JUÍZO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, NOS AUTOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E RELAÇÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, INGRESSADA EM FACE DE BANCO PANAMERICANO S/A.2. CINGE-SE O PRESENTE RECURSO APELATÓRIO EM OBTER PROVIMENTO JURISDICIONAL VISANDO A MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, QUE DECLAROU A INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO ENTRE AS PARTES COM A INEXIGIBILIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO REALIZADO EM NOME DA AUTORA, MAS QUE, TODAVIA, DEIXOU DE CONDENAR A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL SOB A ALEGAÇÃO DE QUE NÃO FORA DEMONSTRADA A OCORRÊNCIA DE DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA. 3. NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, “A VERIFICAÇÃO DO DANO MORAL NÃO RESIDE EXATAMENTE NA SIMPLES OCORRÊNCIA DO ILÍCITO, DE SORTE QUE NEM TODO ATO DESCONFORME O ORDENAMENTO JURÍDICO ENSEJA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. O IMPORTANTE É QUE O ATO ILÍCITO SEJA CAPAZ DE IRRADIAR-SE PARA A ESFERA DA DIGNIDADE DA PESSOA, OFENDENDO-A DE MANEIRA RELEVANTE.” (AGRG. NO RESP. 1.269.246/RS, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 20/05/2014, DJE DE 27/05/2014).4. NO CASO EM EPÍGRAFE, O PRÓPRIO BANCO CANCELOU O CONTRATO CONTESTADO, QUATRO DIAS APÓS A SUPOSTA CONTRATAÇÃO, NÃO TENDO OCORRIDO SEQUER UM ÚNICO DESCONTO DELE DECORRENTE NA CONTA OU BENEFÍCIO DA AUTORA, MUITO MENOS A INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. ASSIM SENDO, ENTENDO QUE A SITUAÇÃO NARRADA NOS AUTOS, POR SI SÓ, NÃO É SUFICIENTE PARA ENSEJAR A CONFIGURAÇÃO DOS ALEGADOS DANOS MORAIS.5. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL CONSTANTE NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.

0241098-38.2020.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Banco Honda S/A. Advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE).

Apelado: André Luiz Martins Cunha. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIOConheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. INTIMAÇÃO DO PATRONO PARA RECOLHIMENTO DE VERBA DA DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INÉRCIA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. EXTINÇÃO DO FEITO. RECURSO DESPROVIDO1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR BANCO HONDA S/A, OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA PROLATADA PELO JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA-CE, QUE EXTINGUIU, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO AJUIZADA EM FACE DE ANDRÉ LUIZ MARTINS CUNHA.2. O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DAS DILIGÊNCIAS PELO OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI PRESSUPOSTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, A FIM DE POSSIBILITAR SUA CONSTITUIÇÃO E SEU DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR (ART. 485, IV, CPC), CUJA AUSÊNCIA ENSEJA A EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, SEM QUE PARA TANTO SEJA NECESSÁRIA A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. 3. NO CASO DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE, ANTES DE EXTINGUIR O PROCESSO, O JUÍZO A QUO DETERMINOU A INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA RECOLHER AS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA NOS TERMOS DA LEI ESTADUAL Nº 16.132/2016, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, ADVERTINDO-O DE QUE O NÃO RECOLHIMENTO DA DESPESA IMPLICARIA NA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (FLS. 88). PORTANTO, A INÉRCIA DA PARTE IMPLICOU NA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO, O QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 485, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 4. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER O PRESENTE AGRAVO INTERNO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

0456911-28.2000.8.06.0000/50022Embargos de Declaração Cível. Embargante: Lojas Paraiso Ltda. Advogado: Arnaud Ferreira Baltar Neto (OAB: 23660/CE). Advogado: Djacir Ribeiro Parahyba Neto (OAB: 18567/CE). Advogado: Clóvis Ricardo Caldas da Silveira Mapurunga (OAB: 4203/CE). Advogado: Francisco Evandro Paz (OAB: 18370/CE). Advogado: Francimar Mapurunga Ribeiro Magalhaes Junior (OAB: 17629/CE). Advogada: Camila Pontes Egydio (OAB: 26515/CE). Advogada: Maria Clara Soares Mapurunga (OAB: 23554/CE). Advogado: Gabriel Soares Caldas Mapurunga (OAB: 27403/CE). Advogada: Renata Brasil de Sousa (OAB: 34287/CE). Advogada: Joyceane Bezerra de Menezes (OAB: 9442/CE). Advogada: Uinie Caminha (OAB: 12236/CE). Advogado: Robson Halley Costa Rodrigues (OAB: 27422/CE). Embargado: Soft Pluma - Industria e Comercio de Moveis e Estofados Ltda. Advogada: Ana Paula Lima Barbosa Cardoso (OAB: 12459/CE). Advogado: Laudemir Lopes Bacelar Junior (OAB: 10915/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: FALÊNCIA/CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O dever de fundamentação das decisões judiciais, inserto no § 1º do art. 489 do CPC, exige apenas que sejam enfrentadas as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. 3. O recurso manejado é inadequado para a rediscussão da matéria, aplicando-se ao caso a Súmula 18 desta Corte. 4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50022, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital informadas pelo sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: FALÊNCIA/CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. INEXISTE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU TODAS AS QUESTÕES PERTINENTES PARA A SOLUÇÃO DA LIDE, PRONUNCIANDO-SE, DE FORMA CLARA E SUFICIENTE, SOBRE A CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA NOS AUTOS. 2. O JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A RESPONDER A TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES, QUANDO JÁ TENHA ENCONTRADO MOTIVO SUFICIENTE PARA PROFERIR A DECISÃO. O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, INSERTO NO § 1º DO ART. 489 DO CPC, EXIGE APENAS QUE SEJAM ENFRENTADAS AS QUESTÕES CAPAZES DE INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA NA DECISÃO RECORRIDA.3. O RECURSO MANEJADO É INADEQUADO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, APLICANDO-SE AO CASO A SÚMULA 18 DESTA CORTE. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50022, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL INFORMADAS PELO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0456911-28.2000.8.06.0000/50023Embargos de Declaração Cível. Embargante: Maria José Coelho. Embargante: Sérgio José de Souza Silva. Embargante: Romildo da Silva. Embargante: Ricardo Delmiro da Silva. Embargante: Mário de Souza Leão. Embargante: Carlos Alberto Rodrigues. Embargante: Glauro José Pereira da Silva. Embargante: Alberico José Pereira. Embargante: José Francisco da Silva Monteiro. Advogado: Arquimedes Faustino Leite (OAB: 36578/CE). Embargante: Francisco Gonçalves Monteiro. Embargado: Lojas Paraiso Ltda. Advogado: Robson Halley Costa Rodrigues (OAB: 27422/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: FALÊNCIA/CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O dever de fundamentação das decisões judiciais, inserto no § 1º do art. 489 do CPC, exige apenas que sejam enfrentadas as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. 3. O recurso manejado é inadequado para a rediscussão da matéria, aplicando-se ao caso a Súmula 18 desta Corte. 4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50023, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto

do relator. Fortaleza, data e assinatura digital informadas pelo sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: FALÊNCIA/ CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. INEXISTE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU TODAS AS QUESTÕES PERTINENTES PARA A SOLUÇÃO DA LIDE, PRONUNCIANDO-SE, DE FORMA CLARA E SUFICIENTE, SOBRE A CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA NOS AUTOS. 2. O JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A RESPONDER A TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES, QUANDO JÁ TENHA ENCONTRADO MOTIVO SUFICIENTE PARA PROFERIR A DECISÃO. O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, INSERTO NO § 1º DO ART. 489 DO CPC, EXIGE APENAS QUE SEJAM ENFRENTADAS AS QUESTÕES CAPAZES DE INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA NA DECISÃO RECORRIDA.3. O RECURSO MANEJADO É INADEQUADO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, APLICANDO-SE AO CASO A SÚMULA 18 DESTA CORTE. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50023, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL INFORMADAS PELO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0456911-28.2000.8.06.0000/50024Embargos de Declaração Cível. Embargante: Freitas Comércio de Miudezas Ltda. Advogado: Marcos Coelho Parahyba Junior (OAB: 23501/CE). Embargado: Lojas Paraíso Ltda. Advogado: Robson Halley Costa Rodrigues (OAB: 27422/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: FALÊNCIA/CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O dever de fundamentação das decisões judiciais, inserto no § 1º do art. 489 do CPC, exige apenas que sejam enfrentadas as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. 3. O recurso manejado é inadequado para a rediscussão da matéria, aplicando-se ao caso a Súmula 18 desta Corte. 4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50024, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e hora informadas pelo sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: FALÊNCIA/ CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. INEXISTE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU TODAS AS QUESTÕES PERTINENTES PARA A SOLUÇÃO DA LIDE, PRONUNCIANDO-SE, DE FORMA CLARA E SUFICIENTE, SOBRE A CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA NOS AUTOS. 2. O JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A RESPONDER A TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES, QUANDO JÁ TENHA ENCONTRADO MOTIVO SUFICIENTE PARA PROFERIR A DECISÃO. O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, INSERTO NO § 1º DO ART. 489 DO CPC, EXIGE APENAS QUE SEJAM ENFRENTADAS AS QUESTÕES CAPAZES DE INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA NA DECISÃO RECORRIDA.3. O RECURSO MANEJADO É INADEQUADO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, APLICANDO-SE AO CASO A SÚMULA 18 DESTA CORTE. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50024, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS PELO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0456911-28.2000.8.06.0000/50025Embargos de Declaração Cível. Embargante: J. Alves e Oliveira Ltda. Advogado: Carlos Alberto Carvalho Salviano (OAB: 10568/CE). Advogado: José Edglê de Andrade (OAB: 25687/CE). Advogada: Ladyanne Silva Lima (OAB: 35147/CE). Embargado: Lojas Paraíso Ltda. Advogado: Robson Halley Costa Rodrigues (OAB: 27422/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: FALÊNCIA/CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O dever de fundamentação das decisões judiciais, inserto no § 1º do art. 489 do CPC, exige apenas que sejam enfrentadas as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. 3. O recurso manejado é inadequado para a rediscussão da matéria, aplicando-se ao caso a Súmula 18 desta Corte. 4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50025, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital informadas pelo sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: FALÊNCIA/ CONCORDATA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. INEXISTE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU TODAS AS QUESTÕES PERTINENTES PARA A SOLUÇÃO DA LIDE, PRONUNCIANDO-SE, DE FORMA CLARA E SUFICIENTE, SOBRE A CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA NOS AUTOS. 2. O JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A RESPONDER A TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES, QUANDO JÁ TENHA ENCONTRADO MOTIVO SUFICIENTE PARA PROFERIR A DECISÃO. O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, INSERTO NO § 1º DO ART. 489 DO CPC, EXIGE APENAS QUE SEJAM ENFRENTADAS AS QUESTÕES CAPAZES DE INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA NA DECISÃO RECORRIDA.3. O RECURSO MANEJADO É INADEQUADO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, APLICANDO-SE AO CASO

A SÚMULA 18 DESTA CORTE. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0456911-28.2000.8.06.0000/50025, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL INFORMADAS PELO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0458196-67.2011.8.06.0001/50000Agravo Interno Cível. Agravante: Carlos Antonio de Barros Miranda. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Agravado: Sudameris Arrendamento Mecantil S/A. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIONão conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - PROCESSO: 0458196-67.2011.8.06.0001/50000 - AGRAVO INTERNO CÍVELAGRAVANTE: CARLOS ANTONIO DE BARROS MIRANDAAGRAVADO: SUDAMERIS ARRENDAMENTO MECANTIL S/AEMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS CONTIDOS NA DECISÃO AGRAVADA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO §1º, DO ART. 1.021, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. APLICAÇÃO DE MULTA. CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO POR CARLOS ANTÔNIO DE BARROS MIRANDA, EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 158-164, EM QUE FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0041403-08.2013.8.06.0112, INTERPOSTO EM FACE DE SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.2. ADUZ O AGRAVANTE, EM SÍNTESE, QUE NÃO FORAM ANALISADAS AS TAXAS DE JUROS; QUE ESTE TJCE JÁ SE POSICIONOU DE FORMA CONTRÁRIA À PRÁTICA DO ANATOCISMO EM RELAÇÕES BANCÁRIAS E CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM CORREÇÃO MONETÁRIA OU QUAISQUER OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS, CLARAMENTE CONDENANDO TAIS PRÁTICAS QUANDO REALIZADAS EM DETRIMENTO DAQUELES PROTEGIDOS PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR; A NECESSIDADE DE DEFERIMENTO DO PEDIDO DE NÃO INCLUSÃO DO NOME DO RECORRENTE NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.3. A DECISÃO MONOCRÁTICA ORA IMPUGNADA NEGOU PROVIMENTO AO APELO INTERPOSTO PELO ORA AGRAVANTE, VEZ QUE NÃO SE VERIFICOU ILEGALIDADES NAS CLÁUSULAS DO CONTRATO.4. DISPÕE O § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/15 QUE "QUANDO O AGRAVO INTERNO FOR DECLARADO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU IMPROCEDENTE EM VOTAÇÃO UNÂNIME, O ÓRGÃO COLEGIADO, EM DECISÃO FUNDAMENTADA, CONDENARÁ O AGRAVANTE A PAGAR AO AGRAVADO MULTA FIXADA ENTRE UM E CINCO POR CENTO DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA."5. É MANIFESTA A INADMISSIBILIDADE DO RECURSO, POR VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE (RAZÕES DISSOCIADAS). PORTANTO, DEVIDA A APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/15.6. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA CONFIRMADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO PRESENTE AGRAVO INTERNO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0626897-76.2020.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: R. G. D.. Advogado: Carlos Filipe Cordeiro D`ávila (OAB: 22570/CE). Advogada: Rafaela Pacheco Nunes (OAB: 22404/CE). Agravado: H. M. D. R. P. J. M. C.. Advogado: Breno Morais Dias (OAB: 21695/CE). Relator(a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRAConheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE ALIMENTOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO A QUO QUE ARBITROU ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, A SER PAGO PELO GENITOR AGRAVANTE EM FAVOR DE SEU FILHO MENOR IMPÚBERE, O QUAL ATUALMENTE CONTA COM 12 (DOZE) ANOS DE IDADE. PRELIMINAR DE PREVENÇÃO DA AÇÃO ORIGINÁRIA NÃO CONHECIDA PELA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL, BEM QUANTO POR NÃO TER SIDO A MATÉRIA VENTILADA NA DECISÃO OBJURGADA. MÉRITO. PLEITO PELA REDUÇÃO DA PENSÃO PROVISÓRIA. COMPROVAÇÃO, EM ANÁLISE PERFUNCTÓRIA, DA DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA DO AGRAVANTE CONFORME EXTRATOS BANCÁRIOS ACOSTADOS AOS AUTOS, EMBORA HAJA NECESSIDADE DE MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA NA ORIGEM PARA AFERIÇÃO DA SUA REAL CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. DEVIDA MINORAÇÃO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS PARA 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) SALÁRIO MÍNIMO, CONFORME PARECER DA PGJ. VALOR QUE, NO MOMENTO, MELHOR SE ADÉQUA AO TRINÔMIO NECESSIDADE, POSSIBILIDADE, PROPORCIONALIDADE. ART. 1.694, § 1º, CC/02. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM AFERIR O ACERTO OU DESACERTO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A QUO, QUE FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS NO VALOR DE 02 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS EM FAVOR DO MENOR AGRAVADO, QUE ATUALMENTE CONTA COM 12 (DOZE ANOS DE IDADE).2. O CÓDIGO CIVIL, EM SEU ART. 1.694, § 1º, DISPÕE QUE OS ALIMENTOS DEVEM SER FIXADOS NA PROPORÇÃO DAS NECESSIDADES DO ALIMENTANTE E DOS RECURSOS DO ALIMENTADO, O QUE SIGNIFICA DIZER QUE A VERBA ALIMENTAR DEVE SER ARBITRADA OBSERVANDO-SE A JUSTA PONDERAÇÃO DO TRINÔMIO NECESSIDADE, POSSIBILIDADE E PROPORCIONALIDADE, PODENDO AINDA O VALOR ARBITRADO SER REVISADO A QUALQUER MOMENTO, CASO HAJA ALGUMA ALTERAÇÃO NO REFERIDO TRINÔMIO, PORQUANTO A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR POSSUI O CARACTERE DA VARIABILIDADE, VINCULANDO-SE À CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS, NA FORMA DO ART. 1.699, CC/02.3. NO CASO CONCRETO, ANALISA-SE QUE A DECISÃO FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM 02 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS, A SER PAGO PELO AGRAVANTE EM FAVOR DE SEU FILHO, ORA AGRAVADO, O QUAL ATUALMENTE CONTA COM 12 (DOZE) ANOS DE IDADE (CERTIDÃO DE NASCIMENTO À FL. 320), E, PORTANTO, TENDO SUA NECESSIDADE ALIMENTAR PRESUMIDA POR SER MENOR IMPÚBERE, AO PASSO QUE O AGRAVANTE ALEGA SUA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O ÔNUS ALIMENTAR NO VALOR FIXADO, SOB O FUNDAMENTO DE QUE SOBREVIVE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE DO SEU TRABALHO COMO ESTAGIÁRIO NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E MEDIANTE AJUDA DE SEU PAI, TENDO FECHADO A EMPRESA QUE ERA SÓCIO EM RAZÃO DE CRISE FINANCEIRA, ACOSTANDO AOS AUTOS CONTRACHEQUE À FL. 321, DEMONSTRANDO RECEBER SALÁRIO DE R$ 1.020,00 (UM MIL E VINTE REAIS) E EXTRATO BANCÁRIO ÀS FLS. 381/501, REFERENTE AOS ANOS DE 2016 A 2020, DO QUAL, EM ANÁLISE PERFUNCTÓRIA, PODE-SE INFERIR A DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA DO AGRAVANTE, O QUAL DESINCUMBIU-SE DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO ATÉ O MOMENTO, A TEOR DO ART. 373, I, DO CPC, RESSALTANDO-SE QUE O FEITO NECESSITA DE MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA NA ORIGEM PARA AFERIÇÃO DA REAL CAPACIDADE CONTRIBUTIVA DO ALIMENTANTE.4. ASSIM, CONFORME ASSEVEROU A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA À FL. 829, CONSIDERANDO QUE A CAPACIDADE DO ALIMENTANTE SOFREU DEMONSTRADA DIMINUIÇÃO, QUE A GENITORA DO MENOR POSSUI EMPREGO, E, AINDA, A NECESSIDADE PRESUMIDA DO ALIMENTANDO, ENTENDE-SE RAZOÁVEL

DIMINUIR O PENSIONAMENTO DE 02 (DOIS) PARA 1,5 (UM E MEIO) SALÁRIO MÍNIMO, POR MELHOR SE ADEQUAR AO TRINÔMIO NECESSIDADE, POSSIBILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 5. DESSA FORMA, VERIFICANDO-SE, EM ANÁLISE PERFUNCTÓRIA E PROVISÓRIA, QUE A PENSÃO ALIMENTÍCIA FIXADA NA DECISÃO VERGASTADA EM DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS SE MOSTRA SUPERIOR À CAPACIDADE ECONÔMICA DO AGRAVANTE, DEVE O RECURSO SER PARCIALMENTE PROVIDO, PARA MINORAR OS ALIMENTOS PARA 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) SALÁRIO MÍNIMO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.5. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DO PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO E, NA PARTE CONHECIDA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA EMINENTE RELATORA, PARTE INTEGRANTE DESTE. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA

0628124-09.2017.8.06.0000/50002Embargos de Declaração Cível. Embargante: Esplanada Brasil S.A. Lojas de Departamentos. Embargante: Esplanada Card Administradora de Cartões de Credito S/A. Embargante: Deib Otoch S/A. Embargante: Dosa S/A Participações. Embargante: NDR Participações e Empreendimentos Ltda.. Embargante: Redesplan Administradora de Cartões de Crédito S/A. Embargante: Veneza Empreendimentos Ltda.. Advogado: Cesar Rodrigo Nunes (OAB: 260942/SP). Advogado: Tiago Aranha D'Alvia (OAB: 335730/SP). Advogado: Roberto Gomes Notari (OAB: 273385/SP). Advogado: Gabriel Cavalcante Neto (OAB: 25318/CE). Advogado: Jerônimo de Abreu Júnior (OAB: 5647/CE). Advogado: Rafael de Almeida Abreu (OAB: 19829/CE). Embargado: Banco Daycoval S/A. Advogado: Sandra Khafif Dayan (OAB: 131646/SP). Advogado: Lucas de Holanda Cavalcanti Carvalho (OAB: 33670/PE). Advogado: Carlos Antônio Harten Filho (OAB: 19357/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. A alegada omissão diz respeito a ponto que não foi objeto da tutela recursal pretendida, razão por que não há que se falar em omissão deste órgão na apreciação da matéria. O recurso manejado é inadequado para a rediscussão da matéria, aplicando-se ao caso a Súmula 18 desta Corte. 4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0628424-09.2017.8.06.0000/50002, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital informadas pelo sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. INEXISTE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU TODAS AS QUESTÕES PERTINENTES PARA A SOLUÇÃO DA LIDE, PRONUNCIANDO-SE, DE FORMA CLARA E SUFICIENTE, SOBRE A CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA NOS AUTOS. A ALEGADA OMISSÃO DIZ RESPEITO A PONTO QUE NÃO FOI OBJETO DA TUTELA RECURSAL PRETENDIDA, RAZÃO POR QUE NÃO HÁ QUE SE FALAR EM OMISSÃO DESTE ÓRGÃO NA APRECIAÇÃO DA MATÉRIA.O RECURSO MANEJADO É INADEQUADO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, APLICANDO-SE AO CASO A SÚMULA 18 DESTA CORTE. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0628424-09.2017.8.06.0000/50002, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL INFORMADAS PELO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0628586-24.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Banco C6 Consignado S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Agravada: Maria Teresa dos Santos. Advogada: Cheylla Mara Teles de Albuquerque (OAB: 26096/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NOS PROVENTOS DA CONSUMIDORA. MULTA COMINATÓRIA. INCIDÊNCIA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO PARA OFICIAR ÓRGÃO PAGADOR PARA SUSTAR DESCONTOS. DESCABIMENTO. FIXAÇÃO DE TETO PARA APLICAÇÃO DAS ASTREINTES. CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO C6 CONSIGNADO S.A. (C6 Consig e antigo Banco Ficsa S.A.) em face de decisão do juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca/CE, que, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais e Pedido de Tutela Antecipada nº 0050766-71.2021.8.06.0101, suspendeu os descontos no benefício previdenciário da autora, ora agravada, Maria Teresa dos Santos, oriundo do contrato nº 010014607966, sob pena de incidência de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por desconto indevido. 2. No caso dos autos, a probabilidade do direito sustentado pela consumidora, ora agravada, no processo originário, resulta do não reconhecimento do empréstimo, alegado em sede de inicial no processo em primeiro grau, onde assevera não haver relação jurídica entre as partes que possa justificar tais descontos. 3. Ademais, a data em que houve o crédito na conta-corrente da agravada, qual seja, 2 de dezembro de 2020 (fls. 15 da ação principal), é próxima da data em que a autora ingressou com a ação em que busca a tutela jurisdicional, protocolada em 28 de abril de 2021, tão logo percebeu o desconto o qual reputa como indevido. 4. Portanto, o valor fixado a título de astreintes, qual seja, de R$ 500,00 (quinhentos reais), não se revela desproporcional, uma vez que a imposição de valores ínfimos não surtiria o efeito desejado, bem como em razão de os descontos incidirem sobre verba de caráter alimentar, motivos pelos quais não merece reforma a decisão objurgada. 5. No que se refere ao pedido de limitação da multa imposta para o caso de descumprimento da ordem, entendo que assiste razão ao recorrente, razão por que estabeleço o limite de cinco mil reais para as astreintes. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso de Agravo de Instrumento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NOS PROVENTOS DA CONSUMIDORA. MULTA COMINATÓRIA. INCIDÊNCIA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO PARA OFICIAR ÓRGÃO PAGADOR PARA SUSTAR DESCONTOS. DESCABIMENTO. FIXAÇÃO

DE TETO PARA APLICAÇÃO DAS ASTREINTES. CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR BANCO C6 CONSIGNADO S.A. ("C6 CONSIG" E ANTIGO BANCO FICSA S.A.) EM FACE DE DECISÃO DO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA/CE, QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 0050766-71.2021.8.06.0101, SUSPENDEU OS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, ORA AGRAVADA, MARIA TERESA DOS SANTOS, ORIUNDO DO CONTRATO Nº 010014607966, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DE MULTA NO VALOR DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) POR DESCONTO INDEVIDO.2. NO CASO DOS AUTOS, A PROBABILIDADE DO DIREITO SUSTENTADO PELA CONSUMIDORA, ORA AGRAVADA, NO PROCESSO ORIGINÁRIO, RESULTA DO NÃO RECONHECIMENTO DO EMPRÉSTIMO, ALEGADO EM SEDE DE INICIAL NO PROCESSO EM PRIMEIRO GRAU, ONDE ASSEVERA NÃO HAVER RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES QUE POSSA JUSTIFICAR TAIS DESCONTOS.3. ADEMAIS, A DATA EM QUE HOUVE O CRÉDITO NA CONTA-CORRENTE DA AGRAVADA, QUAL SEJA, 2 DE DEZEMBRO DE 2020 (FLS. 15 DA AÇÃO PRINCIPAL), É PRÓXIMA DA DATA EM QUE A AUTORA INGRESSOU COM A AÇÃO EM QUE BUSCA A TUTELA JURISDICIONAL, PROTOCOLADA EM 28 DE ABRIL DE 2021, TÃO LOGO PERCEBEU O DESCONTO O QUAL REPUTA COMO INDEVIDO.4. PORTANTO, O VALOR FIXADO A TÍTULO DE ASTREINTES, QUAL SEJA, DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), NÃO SE REVELA DESPROPORCIONAL, UMA VEZ QUE A IMPOSIÇÃO DE VALORES ÍNFIMOS NÃO SURTIRIA O EFEITO DESEJADO, BEM COMO EM RAZÃO DE OS DESCONTOS INCIDIREM SOBRE VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR, MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO MERECE REFORMA A DECISÃO OBJURGADA.5. NO QUE SE REFERE AO PEDIDO DE LIMITAÇÃO DA MULTA IMPOSTA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM, ENTENDO QUE ASSISTE RAZÃO AO RECORRENTE, RAZÃO POR QUE ESTABELEÇO O LIMITE DE CINCO MIL REAIS PARA AS ASTREINTES.6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0628817-90.2017.8.06.0000/50006Embargos de Declaração Cível. Embargante: Esplanada Brasil S.A. Lojas de Departamentos Em Recuperação Judicial. Embargante: Esplanada Card Administradora de Cartões de Credito S/A Em Recuperação Judicial. Embargante: Deib Otoch S/A - Em recuperação judicial. Embargante: Dosa S.A. Participações - em recuperação judicial. Embargante: NDR Participações e Empreendimentos Ltda - em recuperação judicial. Embargante: Redesplan Administradora de Cartões de Crédito S.A. - em recuperação judicial. Embargante: Veneza Empreendimentos Ltda - em recuperação judicial. Adm. Judicial: Francisco Régis dos Santos Albuquerque. Advogado: Rafael de Almeida Abreu (OAB: 19829/CE). Advogado: Cesar Rodrigo Nunes (OAB: 260942/SP). Advogado: Jerônimo de Abreu Júnior (OAB: 5647/CE). Embargado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Lucas de Holanda Cavalcanti Carvalho (OAB: 33670/PE). Advogado: Camila de Albuquerque Oliveira (OAB: 21349/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. 2. O acórdão embargado foi claro ao especificar o preenchimento dos requisitos para a constituição valida das cédulas de crédito bancário. Não houve contradição nesse aspecto. 3. O petitório de fls. 666/676 foi apresentado muito após a interposição deste recurso, trazendo matérias que não foram ventiladas na peça inicial do agravo e que, portanto, representaram verdadeira inovação recursal. O conhecimento de tais argumentos ficou vedado diante do efeito devolutivo do recurso, logo, inexistiu omissão. 4. O recurso manejado é inadequado para a rediscussão da matéria, aplicando-se ao caso a Súmula 18 desta Corte. 5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0628817-90.2017.8.06.0000/50006, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente Relator. Fortaleza, data e assinatura digital informadas pelo sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. INEXISTE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU TODAS AS QUESTÕES PERTINENTES PARA A SOLUÇÃO DA LIDE, PRONUNCIANDO-SE, DE FORMA CLARA E SUFICIENTE, SOBRE A CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA NOS AUTOS. 2. O ACÓRDÃO EMBARGADO FOI CLARO AO ESPECIFICAR O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONSTITUIÇÃO VALIDA DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO. NÃO HOUVE CONTRADIÇÃO NESSE ASPECTO.3. O PETITÓRIO DE FLS. 666/676 FOI APRESENTADO MUITO APÓS A INTERPOSIÇÃO DESTE RECURSO, TRAZENDO MATÉRIAS QUE NÃO FORAM VENTILADAS NA PEÇA INICIAL DO AGRAVO E QUE, PORTANTO, REPRESENTARAM VERDADEIRA INOVAÇÃO RECURSAL. O CONHECIMENTO DE TAIS ARGUMENTOS FICOU VEDADO DIANTE DO EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO, LOGO, INEXISTIU OMISSÃO.4. O RECURSO MANEJADO É INADEQUADO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, APLICANDO-SE AO CASO A SÚMULA 18 DESTA CORTE. 5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0628817-90.2017.8.06.0000/50006, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL INFORMADAS PELO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0628846-04.2021.8.06.0000/50000Agravo Interno Cível. Agravante: Fundação Atlântico de Seguridade Social. Advogado: João André Sales Rodrigues (OAB: 19186/PE). Agravada: Maria de Jesus de Melo Santiago. Advogada: Luisa Carolina de Souza Moraes (OAB: 105813/MG). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERIU A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA ATUARIAL. INCONFORMISMO DA PARTE REQUERENTE COM O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS INCISOS DO ART. 1.015 DO CPC. AUSÊNCIA DE URGÊNCIA. NÃO CABIMENTO DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1. Trata-se de Agravo Interno (fls. 01/07) interposto por FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL em face de MARIA DE JESUS DE MELO SANTIAGO,

objurgando Decisão Monocrática de fls. 784/791 dos autos do Processo nº 0628846-04.2021.8.06.0000, que deixou de conhecer do agravo de instrumento interposto pelo ora agravante, com fundamento no art. 932, III, do CPC. 2. A partir da sistemática recursal trazida pelo novo Código de Processo Civil, o cabimento do agravo de instrumento deve ser restrito às decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC/2015, nas leis extravagantes ou, ainda, quando restar devidamente demonstrada a urgência decorrente da inutilidade da análise da questão no recurso de apelação. 3. Em situação desse jaez, repita-se, é incabível o inconformismo, visto que o magistrado a quo entendeu que o agravante não demonstrou a efetiva necessidade da prova requerida diante das circunstâncias do caso concreto. 4. Vale lembrar, ainda, que usualmente esse tipo de demanda não exige prova pericial, contentando-se com o mero exame das alegações em confronto com as cláusulas contratuais objeto da controvérsia., inclusive porque as partes carrearam os autos com vasta prova documental que é suficiente para a entrega da prestação jurisdicional, o que é permitido pela lei, a teor do art. 355, I, do CPC. 5. Assim, deve ser mantida a decisão monocrática que deixou de conhecer do agravo de instrumento. 6. Recurso conhecido e não provido. Decisão monocrática ad quem mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do presente agravo interno para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital constante no sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERIU A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA ATUARIAL. INCONFORMISMO DA PARTE REQUERENTE COM O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS INCISOS DO ART. 1.015 DO CPC. AUSÊNCIA DE URGÊNCIA. NÃO CABIMENTO DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO (FLS. 01/07) INTERPOSTO POR FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL EM FACE DE MARIA DE JESUS DE MELO SANTIAGO, OBJURGANDO DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 784/791 DOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0628846-04.2021.8.06.0000, QUE DEIXOU DE CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO ORA AGRAVANTE, COM FUNDAMENTO NO ART. 932, III, DO CPC.2. A PARTIR DA SISTEMÁTICA RECURSAL TRAZIDA PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO DEVE SER RESTRITO ÀS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PREVISTAS NO ART. 1.015 DO CPC/2015, NAS LEIS EXTRAVAGANTES OU, AINDA, QUANDO RESTAR DEVIDAMENTE DEMONSTRADA A URGÊNCIA DECORRENTE DA INUTILIDADE DA ANÁLISE DA QUESTÃO NO RECURSO DE APELAÇÃO.3. EM SITUAÇÃO DESSE JAEZ, REPITA-SE, É INCABÍVEL O INCONFORMISMO, VISTO QUE O MAGISTRADO A QUO ENTENDEU QUE O AGRAVANTE NÃO DEMONSTROU A EFETIVA NECESSIDADE DA PROVA REQUERIDA DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. 4. VALE LEMBRAR, AINDA, QUE USUALMENTE ESSE TIPO DE DEMANDA NÃO EXIGE PROVA PERICIAL, CONTENTANDO-SE COM O MERO EXAME DAS ALEGAÇÕES EM CONFRONTO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS OBJETO DA CONTROVÉRSIA., INCLUSIVE PORQUE AS PARTES CARREARAM OS AUTOS COM VASTA PROVA DOCUMENTAL QUE É SUFICIENTE PARA A ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, O QUE É PERMITIDO PELA LEI, A TEOR DO ART. 355, I, DO CPC.5. ASSIM, DEVE SER MANTIDA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEIXOU DE CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA AD QUEM MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO PRESENTE AGRAVO INTERNO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL CONSTANTE NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0629062-62.2021.8.06.0000/50000Agravo Interno Cível. Agravante: Vladimir Távora Fontoura Cruz. Agravante: Ana Edite Holanda Cruz. Advogado: José Wilson Pinheiro Sales (OAB: 9090/CE). Agravado: Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará D. Advogado: Valter Sérgio Duarte Furtado (OAB: 2779/CE). Advogada: Roberta Simões de Oliveira Albuquerque (OAB: 17695/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERIU A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRESENCIAL E OUTRAS PROVAS. INCONFORMISMO DA PARTE REQUERENTE COM O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS INCISOS DO ART. 1.015 DO CPC. AUSÊNCIA DE URGÊNCIA. NÃO CABIMENTO DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1. Trata-se de Agravo Interno (fls. 01/29) interposto por VLADIMIR TÁVORA FONTOURA CRUZ e ANA EDITE HOLANDA CRUZ em face de SICREDI CEARÁ CENTRO NORTE COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ, objurgando Decisão Monocrática de fls. 198/203 dos autos do Processo nº 0629062-62.2021.8.06.0000, que deixou de conhecer do agravo de instrumento interposto pelos ora agravantes, com fundamento no art. 932, III, do CPC. 2. A partir da sistemática recursal trazida pelo novo Código de Processo Civil, o cabimento do agravo de instrumento deve ser restrito às decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC/2015, nas leis extravagantes ou, ainda, quando restar devidamente demonstrada a urgência decorrente da inutilidade da análise da questão no recurso de apelação. 3. Em situação desse jaez, repita-se, é incabível, visto que o magistrado a quo entendeu pela desnecessidade da realização de audiência de instrução por se tratar de litígio sobre direito patrimonial disponível, sendo, assim, que os documentos carreados aos autos são suficientes a entrega da prestação jurisdicional, o que é permitido, a teor do art. 355, I, do CPC. 4. In casu, a ação originária se trata de AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE GARANTIA CAMBIAL, proposta pelos agravantes VLADIMIR TAVORA FONTOURA CRUZ e ANA EDITE HOLANDA CRUZ em face do agravado, e para tanto, anexaram Cédula de Crédito Bancário Crédito Pessoal, às fls. 34-41 da ação originária. 5. Assim, deve ser mantida a decisão monocrática que deixou de conhecer do agravo de instrumento. 6. Recurso conhecido e não provido. Decisão monocrática ad quem mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do presente agravo interno para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital constante no sistema processual eletrônico. - EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERIU A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRESENCIAL E OUTRAS PROVAS. INCONFORMISMO DA PARTE REQUERENTE COM O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS INCISOS DO ART. 1.015 DO CPC. AUSÊNCIA DE URGÊNCIA. NÃO CABIMENTO DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO (FLS. 01/29) INTERPOSTO POR VLADIMIR TÁVORA FONTOURA CRUZ E ANA EDITE HOLANDA CRUZ EM FACE DE SICREDI CEARÁ CENTRO NORTE COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ, OBJURGANDO DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 198/203 DOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0629062-62.2021.8.06.0000, QUE DEIXOU DE CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELOS ORA AGRAVANTES, COM FUNDAMENTO NO ART. 932, III, DO CPC.2. A PARTIR DA SISTEMÁTICA RECURSAL TRAZIDA PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO DEVE

SER RESTRITO ÀS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PREVISTAS NO ART. 1.015 DO CPC/2015, NAS LEIS EXTRAVAGANTES OU, AINDA, QUANDO RESTAR DEVIDAMENTE DEMONSTRADA A URGÊNCIA DECORRENTE DA INUTILIDADE DA ANÁLISE DA QUESTÃO NO RECURSO DE APELAÇÃO.3. EM SITUAÇÃO DESSE JAEZ, REPITA-SE, É INCABÍVEL, VISTO QUE O MAGISTRADO A QUO ENTENDEU PELA DESNECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO POR SE TRATAR DE LITÍGIO SOBRE DIREITO PATRIMONIAL DISPONÍVEL, SENDO, ASSIM, QUE OS DOCUMENTOS CARREADOS AOS AUTOS SÃO SUFICIENTES A ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, O QUE É PERMITIDO, A TEOR DO ART. 355, I, DO CPC.4. IN CASU, A AÇÃO ORIGINÁRIA SE TRATA DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE GARANTIA CAMBIAL, PROPOSTA PELOS AGRAVANTES VLADIMIR TAVORA FONTOURA CRUZ E ANA EDITE HOLANDA CRUZ EM FACE DO AGRAVADO, E PARA TANTO, ANEXARAM CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO CRÉDITO PESSOAL, ÀS FLS. 34-41 DA AÇÃO ORIGINÁRIA. 5. ASSIM, DEVE SER MANTIDA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEIXOU DE CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA AD QUEM MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO PRESENTE AGRAVO INTERNO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL CONSTANTE NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.

0630033-47.2021.8.06.0000Agravo de Instrumento. Agravante: Banco C6 Consignado S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Agravado: Josefa Souza Alencar Batista. Advogada: Maria Gilberfânia Beserra Palácio (OAB: 25634/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NOS PROVENTOS DA CONSUMIDORA. APRESENTAÇÃO DO CONTRATO ASSINADO PELA AUTORA E COMPROVAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO CRÉDITO PARA A CONTA BANCÁRIA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO REFORMADA. 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO C6 CONSIGNADO S.A. (C6 Consig e antigo Banco Ficsa S.A.) em face de decisão do Juízo da Vara Única da Comarca de Jucás/CE que, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Restituição de Valores, Danos Morais e Antecipação de Tutela Inaudita Altera Parte para Suspensão de Descontos em Aposentadoria nº 0050377-50.2021.8.06.0113, suspendeu os descontos no benefício previdenciário da autora, ora agravada, Josefa Souza Alencar Batista, oriundo do contrato nº 010001629247, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a cada nova incidência, limitada em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). 2. O cerne da controvérsia consiste em verificar o acerto da decisão do douto juízo de primeiro grau, a qual deferiu o pedido liminar de suspensão dos descontos no benefício previdenciário da autora, referente ao empréstimo consignado objeto da ação. 3. É que, no caso dos autos, a probabilidade do direito sustentado pela consumidora, ora agravada, resulta do não reconhecimento do empréstimo realizado entre as partes, alegado em sede de inicial no processo em primeiro grau, onde assevera não haver relação jurídica entre as partes que possa justificar tais descontos. Por outro lado, o banco alegou nos autos que a autora firmou, sim, contrato de empréstimo consignado, com pagamento realizado por meio de desconto em seu benefício previdenciário, tudo sob a observância dos ditames legais. 4. Compulsando os autos, verifico, em princípio, que o recorrido desincumbiu-se do ônus que lhe competia, tendo juntado aos autos o contrato firmado entre as partes (fls. 70-73), devidamente assinado pela autora, acompanhado de cópia de seu documento pessoal (fls. 74). Verifica-se, ainda, que a forma de liberação do crédito contratado ocorreu por transferência eletrônica disponível TED (fl. 80), modalidade na qual é feita a transferência do valor contratado para conta indicada pela contratante. 5. Assim, os elementos constantes dos autos indicam, em princípio, em cognição sumária, que a agravada contratou o empréstimo consignado, o que deve ser melhor esmiuçado na instrução a cargo do d. Juízo de primeiro grau. 6. Nesse contexto, ante a regularidade dos descontos nos proventos de aposentadoria da agravada, não há que falar em suspensão dos descontos e nem multa. Desta forma, merece reforma, portanto, a decisão do juízo de primeiro grau. 7. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, reformando a decisão ora recorrida, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NOS PROVENTOS DA CONSUMIDORA. APRESENTAÇÃO DO CONTRATO ASSINADO PELA AUTORA E COMPROVAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO CRÉDITO PARA A CONTA BANCÁRIA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.1. TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR BANCO C6 CONSIGNADO S.A. ("C6 CONSIG" E ANTIGO BANCO FICSA S.A.) EM FACE DE DECISÃO DO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUCÁS/CE QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INAUDITA ALTERA PARTE PARA SUSPENSÃO DE DESCONTOS EM APOSENTADORIA Nº 0050377-50.2021.8.06.0113, SUSPENDEU OS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, ORA AGRAVADA, JOSEFA SOUZA ALENCAR BATISTA, ORIUNDO DO CONTRATO Nº 010001629247, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) A CADA NOVA INCIDÊNCIA, LIMITADA EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA CONSISTE EM VERIFICAR O ACERTO DA DECISÃO DO DOUTO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, A QUAL DEFERIU O PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, REFERENTE AO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO OBJETO DA AÇÃO.3. É QUE, NO CASO DOS AUTOS, A PROBABILIDADE DO DIREITO SUSTENTADO PELA CONSUMIDORA, ORA AGRAVADA, RESULTA DO NÃO RECONHECIMENTO DO EMPRÉSTIMO REALIZADO ENTRE AS PARTES, ALEGADO EM SEDE DE INICIAL NO PROCESSO EM PRIMEIRO GRAU, ONDE ASSEVERA NÃO HAVER RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES QUE POSSA JUSTIFICAR TAIS DESCONTOS. POR OUTRO LADO, O BANCO ALEGOU NOS AUTOS QUE A AUTORA FIRMOU, SIM, CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, COM PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE DESCONTO EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, TUDO SOB A OBSERVÂNCIA DOS DITAMES LEGAIS.4. COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICO, EM PRINCÍPIO, QUE O RECORRIDO DESINCUMBIU-SE DO ÔNUS QUE LHE COMPETIA, TENDO JUNTADO AOS AUTOS O CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES (FLS. 70-73), DEVIDAMENTE ASSINADO PELA AUTORA, ACOMPANHADO DE CÓPIA DE SEU DOCUMENTO PESSOAL (FLS. 74). VERIFICA-SE, AINDA, QUE A FORMA DE LIBERAÇÃO DO CRÉDITO CONTRATADO OCORREU POR TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DISPONÍVEL TED (FL. 80), MODALIDADE NA QUAL É FEITA A TRANSFERÊNCIA DO VALOR CONTRATADO PARA CONTA INDICADA PELA CONTRATANTE.5. ASSIM, OS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS INDICAM, EM PRINCÍPIO, EM COGNIÇÃO SUMÁRIA, QUE A AGRAVADA CONTRATOU O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, O QUE DEVE SER MELHOR ESMIUÇADO NA INSTRUÇÃO A CARGO DO D. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.6. NESSE CONTEXTO, ANTE

A REGULARIDADE DOS DESCONTOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA AGRAVADA, NÃO HÁ QUE FALAR EM SUSPENSÃO DOS DESCONTOS E NEM MULTA. DESTA FORMA, MERECE REFORMA, PORTANTO, A DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.7. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, REFORMANDO A DECISÃO ORA RECORRIDA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

0845259-52.2014.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: 27988/CE). Apelado: Vicente Lopes Martins. Apelada: Sandoleni Maria Braga Martins. Advogado: José Alexandre Goiana de Andrade (OAB: 11160/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA. CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL. AÇÃO AJUIZADA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 2.028 C/C APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUENAL DO ART. 206, § 5º, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Trata-se de Recurso de Apelação Cível interposto por Banco Bradesco S/A, sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC, em face de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 34ª Vara Cível de Fortaleza (fls. 157/159), que julgou procedente a ação de declaratória de prescrição de dívida ajuizada por VICENTE LOPES MARTINS e SANDOLENI MARIA BRAGA MARTINS. 2. Cinge-se a controvérsia em verificar se houve a ocorrência ou não da prescrição para a cobrança das quatro cédulas de crédito industrial objeto da Ação Declaratória de Prescrição de Dívida c/c Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação de Tutela. 3. A presente demanda foi ajuizada em 13.03.2014 (v. fl. 03), sob a vigência do Código Civil de 2002, e, por tal motivo, é necessário observar a regra de transição prevista do artigo 2.028 a fim de se verificar qual é o prazo prescricional a ser adotado no caso concreto. 4. O Código Civil de 2002 entrou em vigor em 11.01.2003, a partir dessa data, para que se pudesse utilizar o prazo prescricional vintenário previsto no código anterior, deveria ter decorrido mais da metade do lapso prescricional vintenária, conforme a regra do art. 2.028 do aludido diploma legal. 5. Da análise dos autos, verifica-se que os apelados ajuizaram a presente ação visando o reconhecimento da prescrição da cobrança de quatro cédulas de crédito industrial, alegando nunca terem sido cobradas pelo demandado, tampouco pelo apelante que o incorporou, pugnando, assim, pela baixa na hipoteca do imóvel dado em garantia do negócio. 6. Com efeito, a ação fora ajuizada em 13 de março de 2014, como se faz visível do protocolo de recebimento da petição inicial (v. fl. 01), e o vencimento das cédulas de crédito ocorreu nos idos de 15.08.1998 (fl. 64), 15.02.1999 (fl. 77), 15.07.2000 (fl.35) e 15.07.2000 (fl. 49). 7. É evidente a ocorrência da prescrição das cédulas, pois, em 11 de janeiro de 2003, data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, não havia decorrido mais da metade do prazo vintenário anteriormente estabelecido pelo CC/1916. Por isso, passou a ser considerado o prazo quinquenal para a prescrição, conforme previsto no Novo Código, que se findou anos antes do ajuizamento da ação. 7. Recurso de Apelação Cível conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer para negar provimento ao recurso de Apelação Cível nº 0845259-52.2014.8.06.0001, nos termos do voto do Relator. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA. CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL. AÇÃO AJUIZADA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 2.028 C/C APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUENAL DO ART. 206, § 5º, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR BANCO BRADESCO S/A, SUCESSOR DO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ - BEC, EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA (FLS. 157/159), QUE JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA AJUIZADA POR VICENTE LOPES MARTINS E SANDOLENI MARIA BRAGA MARTINS.2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR SE HOUVE A OCORRÊNCIA OU NÃO DA PRESCRIÇÃO PARA A COBRANÇA DAS QUATRO CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL OBJETO DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.3. A PRESENTE DEMANDA FOI AJUIZADA EM 13.03.2014 (V. FL. 03), SOB A VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, E, POR TAL MOTIVO, É NECESSÁRIO OBSERVAR A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA DO ARTIGO 2.028 A FIM DE SE VERIFICAR QUAL É O PRAZO PRESCRICIONAL A SER ADOTADO NO CASO CONCRETO.4. O CÓDIGO CIVIL DE 2002 ENTROU EM VIGOR EM 11.01.2003, A PARTIR DESSA DATA, PARA QUE SE PUDESSE UTILIZAR O PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO PREVISTO NO CÓDIGO ANTERIOR, DEVERIA TER DECORRIDO MAIS DA METADE DO LAPSO PRESCRICIONAL VINTENÁRIA, CONFORME A REGRA DO ART. 2.028 DO ALUDIDO DIPLOMA LEGAL.5. DA ANÁLISE DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE OS APELADOS AJUIZARAM A PRESENTE AÇÃO VISANDO O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA COBRANÇA DE QUATRO CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL, ALEGANDO NUNCA TEREM SIDO COBRADAS PELO DEMANDADO, TAMPOUCO PELO APELANTE QUE O INCORPOROU, PUGNANDO, ASSIM, PELA BAIXA NA HIPOTECA DO IMÓVEL DADO EM GARANTIA DO NEGÓCIO. 6. COM EFEITO, A AÇÃO FORA AJUIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2014, COMO SE FAZ VISÍVEL DO PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL (V. FL. 01), E O VENCIMENTO DAS CÉDULAS DE CRÉDITO OCORREU NOS IDOS DE 15.08.1998 (FL. 64), 15.02.1999 (FL. 77), 15.07.2000 (FL.35) E 15.07.2000 (FL. 49). 7. É EVIDENTE A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DAS CÉDULAS, POIS, EM 11 DE JANEIRO DE 2003, DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, NÃO HAVIA DECORRIDO MAIS DA METADE DO PRAZO VINTENÁRIO ANTERIORMENTE ESTABELECIDO PELO CC/1916. POR ISSO, PASSOU A SER CONSIDERADO O PRAZO QUINQUENAL PARA A PRESCRIÇÃO, CONFORME PREVISTO NO NOVO CÓDIGO, QUE SE FINDOU ANOS ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.7. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0845259-52.2014.8.06.0001, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.

0896277-15.2014.8.06.0001Apelação Cível. Apelante: Naturágua Águas Minerais Indústria e Comércio S/A. Advogado: Tarciano Capibaribe Barros (OAB: 11208/CE). Advogado: Sérgio Luis Tavares Martins (OAB: 14259/CE). Advogada: Tais Helena Vieira Cunha Matias (OAB: 13808/CE). Advogada: Mayara Patricia Aderaldo Porto (OAB: 30329/CE). Advogada: Arlene Teodózio Carvalho (OAB: 35277/CE). Apelado: Francisco Vilmar da Silva Lima. Advogado: Antonio Mesquita Cavalcante (OAB: 9575/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. LIRA RAMOS

DE OLIVEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. PERDA DE MEMBRO INFERIOR. FATO INCONTROVERSO. PRELIMINAR REJEITADA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO ENTRE CAMINHÃO E MOTOCICLETA. AMPUTAÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO DO CONDUTOR DA MOTOCICLETA. CULPA EXCLUSIVA DO MOTORISTA DA EMPRESA APELANTE. CAMINHÃO QUE AVANÇOU PREFERENCIAL. PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS DEVIDOS E ARBITRADOS RAZOAVELMENTE. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA POR NATURÁGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. CONTRA FRANCISCO VILMAR DA SILVA LIMA EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 38ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO INDENIZATÓRIA.2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA É APURAR SE A APELANTE FOI RESPONSÁVEL PELO ACIDENTE DE TRÂNSITO QUE LESIONOU GRAVEMENTE O APELADO, QUE PERDEU SUA PERNA DIREITA, E EM HAVENDO RESPONSABILIDADE, SABER SE OS VALORES FIXADOS A TÍTULO DE DANOS MORAIS E PENSÃO MENSAL ATENDEM AOS PARÂMETROS LEGAIS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.3. NA PRESENTE INSURGÊNCIA, A APELANTE DEFENDE, PRELIMINARMENTE, A NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE PERÍCIA MÉDICA PARA ANÁLISE DO GRAU DE INCAPACIDADE DO AUTOR. NO MÉRITO, SUSTENTA A REFORMA DA DECISÃO, COM FUNDAMENTO: A) NA CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA; B) NA INEXISTÊNCIA DE PROVA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO OU REDUÇÃO DE SUA CAPACIDADE LABORAL, SENDO, ASSIM, INDEVIDA A CONDENAÇÃO EM PENSÃO MENSAL; C) SUSTENTA AINDA QUE EM CASO DE SER MANTIDA A CONDENAÇÃO AO PENSIONAMENTO MENSAL, QUE ESSE SEJA LIMITADO ATÉ QUE O AUTOR COMPLETE 74 (SETENTA E QUATRO) ANOS, EM CONFORMIDADE COM O PLEITEADO NA INICIAL.4. NO TOCANTE A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, NÃO MERECE PROSPERAR O APELO. É NECESSÁRIO OBSERVAR QUE O APELADO, POR CAUSA DO ACIDENTE, TEVE QUE REALIZAR A AMPUTAÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, FATO QUE JÁ SE ENCONTRA COMPROVADO POR DIVERSOS ELEMENTOS DOS AUTOS, QUAIS SEJAM, O AUTO DE EXAME DE CORPO DE DELITO ELABORADO PELA PEFOCE, ALIADO AOS LAUDOS DA AMC E TAMBÉM DA PEFOCE QUE INDICAM A DINÂMICA DO ACIDENTE, APONTANDO A CULPA DO SINISTRO AO VEÍCULO DA APELANTE.5. ASSIM, SERIA PRESCINDÍVEL A PROVA PERICIAL, POIS A MUTILAÇÃO DE UMA PERNA CAUSA, INDUBITAVELMENTE, INCAPACIDADE TOTAL PARA QUALQUER LABOR QUE DEMANDE O PLENO USO DOS MEMBROS INFERIORES. PRELIMINAR AFASTADA. PRECEDENTE DO STJ.6. ADEMAIS, O FATO DA AÇÃO TER SIDO SENTENCIADA ANTES DO JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU A PRODUÇÃO DE PROVAS TAMBÉM NÃO IMPLICA EM CERCEAMENTO DE DEFESA, VEZ QUE A EXISTÊNCIA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PENDENTE DE JULGAMENTO AO TEMPO DA SENTENÇA NÃO TEM O CONDÃO DE IMPEDIR O JULGAMENTO DA AÇÃO, POIS O MESMO NÃO POSSUI EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO, E INEXISTINDO NOS AUTOS DECISÃO CONCEDENDO TAL EFEITO, COMO NO CASO EM TELA, RESTA EVIDENTE QUE NÃO EXISTIA NENHUM IMPEDIMENTO AO JULGAMENTO DO FEITO.7. NO MÉRITO, VERIFICA-SE QUE O LAUDO PERICIAL CONCLUIU QUE A CAUSA DETERMINANTE DO ACIDENTE DECORREU DE IMPRUDÊNCIA DO CONDUTOR DO VEÍCULO DA APELANTE.8. VERIFICADA A PRÁTICA DO ATO ILÍCITO CULPOSO PELO PREPOSTO DA EMPRESA DEMANDADA, DIANTE DA SUA IMPRUDÊNCIA, E O NEXO DE CAUSALIDADE COM O EVENTO DANOSO, INSTA RESSALTAR QUE A EMPRESA REQUERIDA POSSUI O DEVER DE REPARAR OS DANOS CAUSADOS À VÍTIMA.9. OUTROSSIM, QUANTO AS ALEGAÇÕES DE QUE O AUTOR NÃO TEVE SUA CAPACIDADE LABORATIVA REDUZIDA PELO FATO DE QUE SÓ VEIO A SE DESLIGAR DAS EMPRESAS EM QUE TRABALHAVA DOIS ANOS APÓS O SINISTRO, E AO TEMPO DO AJUIZAMENTO DA PRESENTE DEMANDA ENCONTRAVA-SE TRABALHANDO EM UMA NOVA EMPRESA, TENHO QUE NÃO MERECE ACOLHIMENTO TAL TESE, VEZ QUE À LUZ E ENTENDIMENTOS SEDIMENTADOS DO STJ O FATO DO AUTOR TER SOFRIDO AMPUTAÇÃO DA PERNA DIREITA POR SI SÓ JÁ CONFIGURA UMA REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA, PELO QUE DEVE SER MANTIDA A CONDENAÇÃO AO PENSIONAMENTO MENSAL EM CONSONÂNCIA COM O ART. 950 DO CC.10. SALIENTE-SE QUE DE ACORDO COM OS LAUDOS DA PEFOCE ÀS FLS. 39/40 OS PERITOS INDICARAM QUE POR OCASIÃO DA AMPUTAÇÃO DA PERNA HÁ UMA INCAPACIDADE PERMANENTE PARA TRABALHO QUE NECESSITE USO PLENO DA MARCHA.11. A FIXAÇÃO DO VALOR DA PENSÃO MENSAL NO VALOR DE R$ 1.641,48 (MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), CORRESPONDENTE A 2,63 VEZES DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO ACIDENTE, TAMBÉM NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE, UMA VEZ QUE A VÍTIMA, À ÉPOCA DO SINISTRO, MANTINHA DOIS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS: UM COM A WS SEGURANÇA, EXERCENDO CARGO DE VIGILANTE, COM REMUNERAÇÃO MENSAL DE R$ 823,85 (OITOCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS), E OUTRO COM LOCADORA DE AUTOS BRASIL, CARGO DE MOTORISTA, PERCEBENDO SALÁRIO MENSAL DE 717,63 (SETECENTOS E DEZESSETE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS), CONFORME CTPS E CONTRACHEQUES (FLS. 19/22 E 36/38).12. ASSIM, NÃO SE MOSTRA, SOB NENHUMA PERSPECTIVA, EXORBITANTE O QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE PENSÃO MENSAL, MORMENTE TENDO EM VISTA QUE A FINALIDADE DA PENSÃO POR ATO ILÍCITO É REPARAR OS PREJUÍZOS FINANCEIROS ADVINDOS E POSSIBILITAR QUE A VÍTIMA MANTENHA RENDA COMPATÍVEL COM A PERCEBIDA ANTES DO EVENTO DANOSO, CONSIDERANDO AS LIMITAÇÕES DECORRENTES DA DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA.13. QUANTO À DURAÇÃO DO PENSIONAMENTO, NÃO SE FALA EM VÍCIO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA, TENDO EM VISTA QUE, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, CABE AO JULGADOR FAZER UMA INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO PEDIDO FORMULADO NA PEÇA INICIAL ANALISANDO TODO O SEU CONTEÚDO, DE MODO QUE SEJA APRECIADA A REAL PRETENSÃO APRESENTADA E CONCEDIDO O QUE FOI EFETIVAMENTE REQUERIDO O QUE OCORREU NO CASO DOS AUTOS.14. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO. LIRA RAMOS DE OLIVEIRAPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

Total de feitos: 35

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0048183-56.2014.8.06.0070Apelação Cível. Apelante: Pedro Aurélio da Costa. Advogado: José Renato Mota (OAB: 28987/CE). Apelado: Raimundo Nonato Macêdo de Meo. Advogado: Flávio Barboza Matos (OAB: 28410/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO VERBAL DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AVENÇA. AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU QUANTO À PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, CPC. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. Trata-se de apelação cível interposta por Pedro Aurélio da Costa, em face de sentença proferida às fls. 63/66, pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Crateús, que julgou improcedentes os pleitos formulados na Ação de Danos Morais e Materiais, movida contra Raimundo Nonato Macedo de Melo. 2. O cerne da controvérsia consiste em verificar se houve a venda do veículo e, consequentemente, se há possibilidade de indenização por danos materiais e morais. 3. O apelante não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, conforme disposição do artigo 373 I, CPC, vez que não juntou aos autos qualquer prova que demonstrasse a existência do negócio jurídico de compra e venda. 4. Ademais, pela oitiva das testemunhas em juízo, assim como pelo alegado pelas partes nos autos, em nenhum momento pode-se verificar a formalização da compra e venda, seja escrita ou verbalmente, como bem ponderou o juízo a quo. Inclusive, uma das testemunhas afirma que o réu apenas pegou o carro apenas para testar, tendo devolvido o veículo e as chaves, no dia seguinte, para o autor, que, por sua vez, deixou o carro em uma oficina e nunca foi buscá-lo. Outra testemunha, trazida pelo autor, afirmou não ter presenciado a venda do veículo, apenas soube da venda por comentários, de forma que tudo o que veio a afirmar foi com base ou de ouvir por terceiros ou de conhecimento através de narrativas do próprio apelante, não tendo efetivamente participado ou presenciado o contrato verbal celebrado. 5. Precedentes colacionados nesse sentido. 6. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida em todos os seus termos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, data e assinatura digital registradas no sistema processual eletrônico. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - PROCESSO: 0048183-56.2014.8.06.0070 - APELAÇÃO CÍVELAPELANTE: PEDRO AURÉLIO DA COSTAAPELADO: RAIMUNDO NONATO MACÊDO DE MEOCUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALEMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO VERBAL DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AVENÇA. AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU QUANTO À PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, CPC. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR PEDRO AURÉLIO DA COSTA, EM FACE DE SENTENÇA PROFERIDA ÀS FLS. 63/66, PELO JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS, QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PLEITOS FORMULADOS NA AÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS, MOVIDA CONTRA RAIMUNDO NONATO MACEDO DE MELO.2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA CONSISTE EM VERIFICAR SE HOUVE A VENDA DO VEÍCULO E, CONSEQUENTEMENTE, SE HÁ POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.3. O APELANTE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS QUE LHE CABIA, CONFORME DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 373 I, CPC, VEZ QUE NÃO JUNTOU AOS AUTOS QUALQUER PROVA QUE DEMONSTRASSE A EXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO DE COMPRA E VENDA.4. ADEMAIS, PELA OITIVA DAS TESTEMUNHAS EM JUÍZO, ASSIM COMO PELO ALEGADO PELAS PARTES NOS AUTOS, EM NENHUM MOMENTO PODE-SE VERIFICAR A FORMALIZAÇÃO DA COMPRA E VENDA, SEJA ESCRITA OU VERBALMENTE, COMO BEM PONDEROU O JUÍZO A QUO. INCLUSIVE, UMA DAS TESTEMUNHAS AFIRMA QUE O RÉU APENAS PEGOU O CARRO APENAS PARA TESTAR, TENDO DEVOLVIDO O VEÍCULO E AS CHAVES, NO DIA SEGUINTE, PARA O AUTOR, QUE, POR SUA VEZ, DEIXOU O CARRO EM UMA OFICINA E NUNCA FOI BUSCÁ-LO. OUTRA TESTEMUNHA, TRAZIDA PELO AUTOR, AFIRMOU NÃO TER PRESENCIADO A VENDA DO VEÍCULO, APENAS SOUBE DA VENDA POR COMENTÁRIOS, DE FORMA QUE TUDO O QUE VEIO A AFIRMAR FOI COM BASE OU DE OUVIR POR TERCEIROS OU DE CONHECIMENTO ATRAVÉS DE NARRATIVAS DO PRÓPRIO APELANTE, NÃO TENDO EFETIVAMENTE PARTICIPADO OU PRESENCIADO O CONTRATO VERBAL CELEBRADO.5. PRECEDENTES COLACIONADOS NESSE SENTIDO.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL REGISTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR

Total de feitos: 1

DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Privado

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0005571-88.2017.8.06.0041 - Apelação Cível - Aurora - Apelante: Wellington Soares Chagas - Apelado: Banco Bradesco S/A - - Diante do exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência inaudita altera pars, para determinar a suspensão do leilão extrajudicial designado para o próximo dia 31/01/2022, especificamente do imóvel objeto da presente demanda descrito à fl. 12 (SIP 6187, Lote 1, UF: CE. Aurora. Bairro São Benedito. Avenida João Joaquim dos Santos, nº 232 (antigo nº 254). Prédio Residencial/Comercial. Áreas totais: ter.: 126,00m² e constr. estimada: 173,53m². Matr. 4.121 do 2º RI Local). Outrossim, pelos mesmos motivos supra, determino que o apelado/requerido se abstenha de realizar qualquer ato expropriatório, inclusive leilões, do bem imóvel objeto da presente até o julgamento do recurso de apelação. Intimem-se as partes acerca do teor desta decisão, por meio dos seus causídicos, bem assim para que o apelado/requerido (por meio de mandado, cujo cumprimento poderá se dar pelos meios eletrônicos disponíveis): i) dê cumprimento à determinação, sob pena de multa cominatória de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e ato atentatório à dignidade da justiça; ii) apresente manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Oficie-se (servindo a presente decisão como ofício) à Leiloeira Liliamar Pestana Gomes acerca desta decisão, o qual também poderá ser cumprido por meio de telefone, e-mail, etc. Expedientes necessários e URGENTES. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Desembargadora-Relatora - Advs: Luciano Alves Daniel (OAB: 14941/CE) - Maria Socorro Araújo Santiago (OAB: 1870/CE) - Roseany Araújo Viana Alves (OAB: 10952/CE)

Nº 0620450-38.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Unimed do Ceará - Federação das

Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda. - Agravado: Leandro Melo Mendes Bezerra - - 3. Dispositivo Diante do exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo requestado no presente Agravo de Instrumento, mantendo hígida a douta decisão interlocutória agravada. Remeta-se ofício ao douto Juízo de origem, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - Advs: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE) - José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE) - Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE) - Everardo Lucena Segundo (OAB: 16041/CE) - Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE) - Victor de Carvalho Rodrigues (OAB: 33232/CE) - Hévila Silva Fernandes de Oliveira (OAB: 36270/CE) - Nathália Franciss Tamietti (OAB: 41710/CE) - Yago Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 43102/CE) - Judith Martins Lemos Neta (OAB: 43146/CE) - Daniel Melo Mendes Bezerra Filho (OAB: 38673/CE)

Nº 0620749-78.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Iguatu - Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará - Agravado: F. G. da S. - - Logo, uma vez caracterizada a necessidade imperiosa da internação provisória do ora agravado (periculum libertatis), na forma do art. 174 do ECA, defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ativo ao recurso, para determinar a internação provisória imediata do adolescente FELIPE GOMES DA SILVA. A presente decisão serve de ofício, devendo a mesma ser encaminhada ao juízo singular, COM URGÊNCIA, para que expeça imediatamente o competente mandado de busca e apreensão e intimação do menor e os respectivos expedientes, haja vista que esta Relatoria não possui acesso ao sistema para cadastro da internação provisória. Intime-se o agravado, para, se quiser, apresentar contrarrazões ao recurso (art. 1.019, II, do CPC/15). Ciência à PGJ. Após, voltem-me os autos conclusos para julgamento (art. 1.020, CPC/15). Ciência às partes e ao juízo singular. Expedientes necessários e urgentes (ato infracional). - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0620813-88.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Comercial Ferro e Aço Ltda - Agravante: Ferreira Participações S/A - Agravante: José de Paulo Ferreira - Agravante: Maria Selma Matos Ferreira - Agravado: Banco Safra S/A - - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso. Comunique-se ao d. juízo de primeiro grau sobre o teor desta decisão. Intime-se a parte recorrida para, no prazo legal, apresentar defesa, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Empós, com ou sem resposta, devolvam-me os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários. - Advs: Roberto Carlos Keppler (OAB: 68931/SP) - Antônio Roque de Albuquerque Júnior (OAB: 22463/CE)

Nº 0620918-65.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Sobral - Agravante: José Adail Carneiro Silva - Agravante: Brasil Seminovos Ltda. - Agravado: Stefan Danzl - Agravado: José Epifânio de Carvalho Neto - Agravado: Alpen Energias S/A - - Por todo o exposto, mediante um juízo sumário de cognição, CONCEDO o efeito suspensivo requestado no presente Agravo de Instrumento, no sentido de suspender os efeitos da decisão agravada, até decisão final deste recurso, para: a) suspender os efeitos das deliberações da Reunião de Sócios realizada em 28 de dezembro de 2020, bem como dos termos aditivos aos contratos sociais firmados após a mencionada reunião; b) determinar a recondução da José Adail Carneiro Silva Ltda (atualmente Brasil Seminovos Ltda) à condição de sócia da UFV - Usina Fotovoltaica Sobral I SPE LTDA e da UFV - Usina Fotovoltaica Sobral II SPE LTDA, podendo praticar todos os atos necessários a esta função, com todos os direitos e deveres a ela inerentes; c) por conseguinte, determinar a recondução do Sr. José Adail Carneiro Silva à condição de administrador não sócio da UFV - Usina Fotovoltaica Sobral I SPE LTDA e da UFV - Usina Fotovoltaica Sobral II SPE LTDA. Oficie-se com urgência ao d. Juízo de primeiro grau para que se providencie a cientificação da Junta Comercial do Estado do Ceará acerca desta decisão. Sem prejuízo, ficam os advogados dos agravantes autorizados a fazê-lo, protocolando junto à autarquia cópia desta decisão, autenticada sob a fé de seu grau. Intime-se a parte agravada para fins de apresentação de contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceituado no art. 1.019, II da Lei Adjetiva Civil, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Comunique-se ao d. juízo singular sobre o teor desta decisão, para que a faça cumprir. Empós, à nova conclusão. Expedientes necessários. - Advs: Thiago Bonavides Borges da Cunha Bitar (OAB: 19880/CE) - Paulo Roberto Monteiro Portela (OAB: 20541/CE)

Nº 0620987-97.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Várzea Alegre - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravada: Maria Lizieux Primo - - Para concluir, e no presente juízo de cognição, DEFIRO EM PARTE o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso, tão somente no sentido de afastar a decisão recorrida para que se dê prosseguimento ao pedido da credora sob o rito de liquidação de sentença e para que se afaste os juros remuneratórios dos cálculos de apuração da dívida. Comunique-se ao d. juízo de primeiro grau sobre o teor desta decisão. Intime-se a parte recorrida para, no prazo legal, apresentar contrarrazões, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Empós, com ou sem resposta, devolvam-me os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE) - José Rubens de Figueiredo Correia Fontes (OAB: 19088/CE) - Madalena Marleide Garcez de F. Correia (OAB: 3327/CE)

Nº 0623599-42.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: F. L. de P. S. - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - - Diante do exposto, INDEFIRO a liminar requerida, mantendo incólume o decisum guerreado, por estar de acordo com a legislação e jurisprudência pertinente. Comunique-se ao d. Juízo de primeiro grau sobre o teor desta decisão. Intime-se a douta Procuradoria-Geral da Justiça, ora agravada, para que responda no prazo de quinze dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso (CPC, art. 1.019, II). Voltem-me os autos conclusos após decurso de prazo, com a prioridade necessária. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0624165-88.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: AMIL - Assistência Médica Internacional S/A - Agravada: Ethel Alcântara Weyne - - 3. Dispositivo Diante do exposto, DEFIRO EM PARTE o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso, tão somente no sentido de afastar a obrigatoriedade de fornecimento de tratamento Home Care. Mantenho a decisão recorrida nos demais pontos. Remeta-se ofício ao douto Juízo de origem, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham

os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Cristiane Pinheiro Diógenes (OAB: 13446/CE)

Nº 0624187-49.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Ana Beatriz Lima Mota - Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - - De maneira conclusiva, e no presente juízo de cognição, ausentes os requisitos elencados pelos art. 1.019 do CPC, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo/ativo ao presente recurso. Comunique-se ao d. juízo de primeiro grau sobre o teor desta decisão. Intime-se a parte agravada para que apresente contrarrazões no prazo legal, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Empós, com ou sem resposta, voltem-me os autos conclusos para julgamento. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0625205-08.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Juazeiro do Norte - Agravante: Kaline Atanásio da Silva - Agravado: Beneficência Camiliana do Sul - - 3. Dispositivo Diante do exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo requestado no presente Agravo de Instrumento, mantendo hígida a douta decisão interlocutória agravada. Remeta-se ofício ao douto Juízo de origem, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - Advs: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE)

Nº 0628629-58.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Massapê - Agravante: L. G. V. O. R. P. N. A. V. - Agravado: V. da S. O. - - Diante do exposto, CONCEDO EM PARTE a tutela de urgência recursal requestada, majorando para 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) os alimentos provisórios arbitrados em favor do filho menor do Agravado; e deferindo alimentos provisórios no valor de 1 (um) salário mínimo em favor da Agravante, devendo esses últimos serem pagos apenas pelo período de 6 (seis) meses, enquanto o cônjuge virago se restabelece financeiramente. Remeta-se ofício ao douto Juízo a quo, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Após, considerando a existência de interesse de menor, determino vista dos autos à d. Procuradoria-Geral da Justiça para que, nos termos do art. 178 do CPC, apresente manifestação no prazo de 30 (trinta) dias. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. - Advs: Gabriela Martins Carmo (OAB: 36362/CE) - Francisco Nícolas Martins Santiago (OAB: 41389/CE)

Nº 0632064-40.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Pacajus - Agravante: Gross Company Eireli - Agravante: Francisco de Assis Peixoto - Agravante: Flavia Rochelle de Lima Peixoto - Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A - - Ante o exposto, como já frisei, não verifico a existência de plausibilidade na alegação recursal e a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação aos agravantes, conforme exigido pelo artigo 995, parágrafo único do CPC, de forma que não encontro esteio para a concessão do efeito suspensivo/ativo ao recurso. Para concluir, e no presente juízo de cognição, ausentes os requisitos elencados pelos art. 1.019 do CPC, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo/ativo ao presente recurso. Comunique-se ao d. juízo de primeiro grau sobre o teor desta decisão. Intime-se a parte agravada para que apresente contrarrazões no prazo legal, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Empós, com ou sem resposta, voltem-me os autos conclusos para julgamento. - Advs: Carlos Samuel de Gois Araújo (OAB: 29852/CE) - Carlos Alberto de Araújo (OAB: 3061/RN)

Nº 0634783-92.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: J. B. de O. - Agravada: F. da S. O. - Agravado: M. da S. O. - - Diante do exposto, NÃO CONCEDO a tutela de urgência recursal requestada, por não vislumbrar, neste juízo perfunctório inicial, os pressupostos legais exigidos para a concessão da medida. Remeta-se ofício ao douto Juízo a quo, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Após, considerando a existência de interesse de menor, determino vista dos autos à d. Procuradoria-Geral da Justiça para que, nos termos do art. 178 do CPC, apresente manifestação no prazo de 30 (trinta) dias. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. - Advs: Henrique de Paula Machado (OAB: 19864/CE) - Antônio Cândido do Carmo (OAB: 12586/CE) - Antonio Fabio Cavalcante de Brito (OAB: 37216/CE)

Nº 0635777-23.2021.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Francisco Gil Cruz Alencar - Impetrante: Elda Maria Nogueira Alencar - Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte - - Diante do exposto, NÃO CONCEDO a tutela de urgência requestada, por não vislumbrar, neste juízo sumário inicial, os pressupostos legais exigidos para a concessão da medida. Notifiquem-se as autoridades coatoras para que, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentem suas informações, nos termos do art. 7º, I, da Lei 12.016/09. Cientifiquem-se os órgãos de representação judicial do Estado do Ceará, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016. Decorrido o prazo para a apresentação de informações, com ou sem elas, abra-se vista ao douto representante do Ministério Público. Após, retornem-se os autos conclusos. Expedientes necessários, com a urgência que o rito exige. - Advs: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538/CE) - Gabriella Moura de Farias (OAB: 30534/CE)

Nº 0638205-75.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: E. L. do N. D. B. R. P. E. M. do N. - Agravado: J. D. M. B. - - Diante do exposto, NÃO CONCEDO a tutela de urgência recursal requestada, por não vislumbrar, neste juízo sumário inicial, os pressupostos legais exigidos para a concessão da medida. Remeta-se ofício ao douto Juízo a quo, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Após, considerando a existência de interesse de menor, determino vista dos autos à d. Procuradoria-Geral da Justiça para que, nos termos do art. 178 do CPC, apresente manifestação no prazo de 30 (trinta) dias. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. - Advs: Luiz Carlos Tiburcio da Silva Junior (OAB: 323854/SP) -

Rúbia Fernanda Casemiro da Silva (OAB: 432472/SP) - Bruna Stefanny Gomes da Silva (OAB: 432973/SP)

Nº 0638472-47.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Caucaia - Agravante: J. A. A. da S. - Agravada: S. I. A. de L. R. P. M. G. L. - - Diante do exposto, NÃO CONCEDO a tutela de urgência recursal requestada, por não vislumbrar, neste juízo sumário inicial, os pressupostos legais exigidos para a concessão da medida. Remeta-se ofício ao douto Juízo a quo, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Após, considerando a existência de interesse de menor, determino vista dos autos à d. Procuradoria-Geral da Justiça para que, nos termos do art. 178 do CPC, apresente manifestação no prazo de 30 (trinta) dias. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - Advs: Lady Tainan Lima Viana Carvalho (OAB: 37773/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0639035-75.2020.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Crato - Agravante: Cícero Amaro da Silva - Agravada: Alcy de Brito Cardoso Ximenes - - Ante o exposto, não verifico a existência de plausibilidade na alegação recursal e a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação ao agravante, conforme exigido pelo artigo 995, parágrafo único do CPC, de forma que não encontro esteio para a concessão do efeito suspensivo pleiteado. Para concluir, e no presente juízo de cognição, ausentes os requisitos elencados pelos art. 1.019 do CPC, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo ativo ao presente recurso. Comunique-se ao d. juízo de primeiro grau sobre o teor desta decisão. Intime-se a parte agravada para que apresente contrarrazões no prazo legal, facultando-lhe a juntada da documentação que entender necessária ao julgamento deste recurso. Empós, com ou sem resposta, voltem-me os autos conclusos para julgamento. - Advs: Gwerson Jocsan Queiroz de Figueiredo (OAB: 22776/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0144529-43.2018.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Virginia Maria de Alencar Porto Lima - Apelado: José Clayton Paula Moreira - Apelado: Ezequias Cunha Moreira - Ante o exposto, no exercício do poder-dever insculpido na norma do art. 932, inc. I, do CPC/15, homologo o acordo entabulado às fls. 311-314 destes autos, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, condicionada a extinção do processo, com resolução do mérito. Retire-se o feito da pauta de julgamento. Proceda-se a baixa do recurso no acervo do gabinete desta magistrada. Expedientes necessários. Decorrido in albis prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Desembargadora-Relatora - Advs: Raphael Ayres de Moura Chaves (OAB: 16077/CE) - José Clayton Paula Moreira - André Eugênio de Oliveira Quezado (OAB: 25992/CE)

Nº 0620902-14.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Instituto Militão de Desenvolvimento de Pessoas Ltda - Agravado: Lastro Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Ante o exposto, conheço do recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão agravada. Comunique-se ao d. juízo de primeiro grau sobre os termos deste julgamento, e uma vez certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. - Advs: David Benevides Falcão Melo (OAB: 15118/CE)

Nº 0630819-91.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: José Heriberto Moreira Pequeno - Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Diante do exposto, em juízo de retratação, revogo a decisão interlocutória de fls. 114/125, proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº. 00630819-91.2021.8.06.0000, no sentido de manter a decisão interlocutória proferida nos autos principais (fls. 9411/9415, SAJ 1º GRAU), que determinou à ora agravada o fornecimento ao agravante de atendimento multidisciplinar em regime home care, inclusive com disponibilização de técnico de enfermagem 24 horas. Comunique-se ao juízo de origem. Intimem-se as partes, por meio dos seus causídicos. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos do agravo interno. Finalmente, venham-me conclusos os autos do Agravo de Instrumento correspondente. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Desembargadora Relatora - Advs: José Heriberto Pinheiro Pequeno - Daniel Gomes de Miranda (OAB: 17661/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0028563-37.2015.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Isael Bernardo de Oliveira (OAB: 6814/CE). Advogada: Aline Rodrigues Linhares Gradvohl (OAB: 12788/CE). Advogado: Allan Xenofonte de Brito (OAB: 16718/CE). Advogada: Alexsandra de Lima (OAB: 21347/CE). Advogada: Ana Sofia Cavalcante Pinheiro (OAB: 23462/CE). Advogada: Bruna Malveira Ary Mota (OAB: 29379/CE). Advogada: Caterine de Holanda Barroso (OAB: 13806/CE). Advogado: Claudio Chaves Arruda (OAB: 13162/CE). Advogado: Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB: 15320/CE). Advogado: Eurivaldo Cardoso de Brito (OAB: 16196/CE). Advogada: Maria Teresa Negreiros (OAB: 9555/CE). Embargado: Thiago Cavalcante Costa. Advogado: Victor Eduardo Custodio Bartholomeu (OAB: 23200/CE). Advogada: Natercia Carneiro de Oliveira Bartholomeu (OAB: 22294/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversa acerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do disposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15. Ciência às partes. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0028563-37.2015.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Isael Bernardo de Oliveira (OAB: 6814/CE). Advogada: Aline Rodrigues Linhares Gradvohl (OAB: 12788/CE). Advogado: Allan Xenofonte de Brito (OAB: 16718/CE). Advogada: Alexsandra de Lima (OAB: 21347/CE). Advogada: Ana Sofia Cavalcante Pinheiro (OAB: 23462/CE). Advogada: Bruna Malveira Ary Mota (OAB: 29379/CE). Advogada: Caterine de Holanda

Barroso (OAB: 13806/CE). Advogado: Claudio Chaves Arruda (OAB: 13162/CE). Advogado: Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB: 15320/CE). Advogado: Eurivaldo Cardoso de Brito (OAB: 16196/CE). Advogada: Maria Teresa Negreiros (OAB: 9555/CE). Embargado: Thiago Cavalcante Costa. Advogado: Victor Eduardo Custodio Bartholomeu (OAB: 23200/CE). Advogada: Natercia Carneiro de Oliveira Bartholomeu (OAB: 22294/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversaacerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor dodisposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15.Ciência às partes.Expedientes necessários.Fortaleza, data e hora da assinatura digital.DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0122419-16.2019.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Fazenda Imperial Sol Poente SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE). Embargada: Hilzete Oliveira de Castro. Advogado: Jose Flavio Lopes de Meneses Filho (OAB: 40518/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversaacerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor dodisposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15.Ciência às partes.Expedientes necessários.Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0188429-76.2018.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social - FACHESF. Advogado: Eric Castro e Silva (OAB: 18400/PE). Advogado: Matheus Mendes Cordeiro (OAB: 48895/PE). Advogado: Flávia de Carvalho Silva (OAB: 49107/PE). Embargado: Aderson Braga Rodrigues. Embargada: Maria Braga Rodrigues. Embargada: Ana Maria de Abreu Rodrigues. Advogada: Michele Naiane Fernandes Marinho (OAB: 34158/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversaacerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor dodisposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15.Ciência às partes.Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatu DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES

Total de feitos: 4

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

3ª Câmara Direito Privado

0105191-33.2016.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: M. I. F. S.. Advogado: Alcimor Aguiar Rocha Neto (OAB: 18457/CE). Advogado: Francisco Érico Carvalho Silveira (OAB: 16881/CE). Advogado: Mario Marrathma Lopes de Oliveira (OAB: 29699/CE). Embargado: Francisco Ximenes de Melo Neto. Advogado: Gustavo Roberto Melo da Silva (OAB: 28258/CE). Embargado: Daniel Virgílio Farias Lima de Melo. Advogado: David Arison da Rocha Bezerra Cavalcante (OAB: 17939/CE). Embargada: Sofia Farias Lima de Melo. Advogada: Maria Eliane Carneiro Leão Mattos (OAB: 5305/CE). Advogado: Wilber Augusto Silveira de Souza (OAB: 26279/CE). Advogada: Lincoln Mattos Magalhães (OAB: 15053/CE). Advogada: Maria Cecilia Pinheiro Nogueira (OAB: 32522/CE). Advogada: Maria Carmen de Holanda Cavalcante (OAB: 16136/CE). Despacho: - Intime-se a parte embargada, para, querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do artigo 1.023, § 2º do CPC. Expedientes necessários.

0245641-50.2021.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargado: R Costa Comércio de Automóveis Camionetas EIRELI. Advogado: Rychardson Meneses Pimentel (OAB: 12084/PI). Despacho: - Intime-se a parte embargada, para, querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do artigo 1.023, § 2º do CPC. Expedientes necessários.

0620803-44.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Priscila Sampaio Perkes. Advogado: Rodrigo Silveira Lima (OAB: 19187/CE). Advogado: Victor Regis Brasil E Silva (OAB: 21936/CE). Advogado: Jose Luciano Solon Dias Junior (OAB: 21944/CE). Agravado: Massa Falida de Cameron Construtora S/A. Adm. Judicial: Carlos Eduardo de Lucena Castro. Advogado: Carlos Eduardo de Lucena Castro (OAB: 10666/CE). Despacho: - Em virtude da inexistência de pleito liminar, determino a intimação da parte agravada para a apresentação de contrarrazões, nos termos do art. 1.019, inciso II do Código de Processo Civil. Empós, com ou sem resposta, retornem-me os autos conclusos para julgamento.

0637840-21.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: T. L. de A. P. R. P. A. C. de A.. Agravante: F. N. de A. P. R. P. A. C. de A.. Agravante: T. L. de A. P. R. P. A. C. de A.. Advogada: Bruna Monik Feitosa Parente (OAB: 23612/CE). Agravado: F. A. P.. Advogado: Raimundo Odécio Sabino Júnior (OAB: 29016/CE). Advogada: Natália Marques Cavalcante de Oliveira (OAB: 44257/CE). Despacho: - Considerando a ausência de pedido liminar, intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Após, considerando a existência de interesse de menor, abra-se vista dos autos ao Parquet, permitindo-lhe sua intervenção, em consonância com o art. 178 do Código Processual Civil, prazo de 30 (trinta) dias. Ultimada tal providência ou transcorridos in albis o respectivo prazo, venham-me os autos em nova conclusão. Expedientes necessários Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator

0877459-15.2014.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: DCH Construções e Empreendimentos Ltda. Advogado: Walbene Graça Ferreira Filho (OAB: 15486/CE). Advogado: Reno Ximenes Ponte (OAB: 10489/CE). Advogado: Antonio Guilherme Rodrigues de Oliveira (OAB: 7088/CE). Embargante: Marcelo Aragão Gurgel. Embargada: Lília Quixadá Bezerra. Advogado: Valdimiro Vieira da Silva (OAB: 24331/CE). Advogado: Fernando Barbosa da Silva Júnior (OAB: 41156/CE). Advogado: Robson Halley Costa Rodrigues (OAB: 27422/CE). Advogada: Hellen Luiza Pinheiro Marques de Souza (OAB: 41378B/CE). Despacho: - Intime-se a parte embargada, para, querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do artigo 1.023, § 2º do CPC. Expedientes necessários.

Total de feitos: 5

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

3ª Câmara Direito Privado

0051150-61.2020.8.06.0168/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Agravado: Manoel Henrique Holanda. Advogada: Andrezza Maria Nascimento de Oliveira (OAB: 39448/CE). Despacho: - Em que pesem os argumentos esposados no recurso interposto contradecisão monocrática de fls. 216/225, deixo para apreciar o mérito após a préviamanifestação da parte contrária.Intime-se a parte agravado para se manifestar sobre o recurso no prazode 15 (quinze) dias, de acordo com o que preceitua o § 2º, do art. 1021, do NCPC.Empós, voltem-me os autos conclusos.Expedientes necessários.Fortaleza, data e hora da assinatura digital.DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPESRelatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

3ª Câmara Direito Privado

0205221-37.2020.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Talassa Incorporações Spe Ltda. Embargante: Magis Incorporações e Construções Ltda. Advogado: Rubens Emídio Costa Krischke Júnior (OAB: 25189A/CE). Embargado: Wilson de Norões Milfont Neto. Embargada: Ariane Montezuma de Norões Milfont. Advogado: Wilson de Norões Milfont Neto (OAB: 15248/CE). Advogado: Rubens Ferreira Studart Filho (OAB: 16081/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversa acerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do disposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15. Ciência às partes. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digita lDESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0620665-77.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP). Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 35180A/CE). Agravado: José Araujo Bezerra. Advogado: Ubaldo Machado Feitosa (OAB: 29547/CE). Despacho: - Em que pesem os argumentos esposados na peça inicial deste recurso, deixo para apreciar o pedido de efeito suspensivo após a formação do contraditório recursal. Intime-se o agravado, para, querendo, apresentar a contraminuta ao presente agravo de instrumento, no prazo legal, de acordo com o que preceitua o art. 1.019, inciso II, do CPC/15. Expedientes necessários.

Total de feitos: 2

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

3ª Câmara Direito Privado

0620723-80.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard S/A. Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649/CE). Agravada: Marilucia Eufrasio Leite. Despacho: - Em que pesem os argumentos esposados na peça inicial deste recurso, deixo para apreciar o pedido de efeito suspensivo após a formação do contraditório recursal. Intime-se o agravado, para, querendo, apresentar a contraminuta ao presente agravo de instrumento, no prazo legal, de acordo com o que preceitua o art. 1.019, inciso II, do CPC/15. Expedientes necessários.

0620786-08.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Itau Veículos Administradora de Consórcios Ltda.. Advogado: Antônio Braz da Silva (OAB: 23747/CE). Agravada: Erlene Chagas de Lima. Despacho: - Em que pesem os argumentos esposados na peça inicial deste recurso, deixo para apreciar o pedido de efeito suspensivo após a formação do contraditório recursal. Intime-se o agravado, para, querendo, apresentar a contraminuta ao presente agravo de instrumento, no prazo legal, de acordo com o que preceitua o art. 1.019, inciso II, do CPC/15. Expedientes necessários.

0620900-44.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravada: Sâmia Colares Freire. Advogado: Francisco Wellington de Almeida Nascimento (OAB: 39979/CE). Despacho: - Apesar das razões esposadas na inicial, compulsando os autos especialmente no contexto das provas, para melhor analise do caso, urge o contraditório. Intime-se a parte agravada, para querendo, apresentar a contraminuta ao presente agravo de instrumento, no prazo legal, de acordo com o que preceitua o art. 1.019, inciso II, do CPC/15. Expedientes necessários

Total de feitos: 3

TJCENEXE - Direito Privado - 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

3ª Câmara Direito Privado

0000175-08.2017.8.06.0211/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Marillia Reigiany Reis Mota. Advogado: Carlos Antônio de Souza Júnior (OAB: 32628/CE). Embargado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 24217A/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversa acerca dos embargos de

declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do disposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15. Ciência às partes. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0027349-41.2018.8.06.0151/50001 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Frigotil Quixadá - Açougue Ltda. ME. Advogado: Romero de Sousa Lemos (OAB: 12257/CE). Advogado: Cláudio Humberto Lins Victor (OAB: 27478/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversa acerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do disposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15. Ciência às partes. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0620598-15.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: Nilo Batista de Farias. Repr. Legal: Maria José Fujita. Advogado: Marcos Antonio Cabral Feitosa Filho (OAB: 20062/CE). Advogado: Thiago Figueiredo Fujita (OAB: 18776/CE). Despacho: - Em que pesem os argumentos esposados na peça inicial deste recurso, deixo para apreciar o pedido de efeito suspensivo após a formação do contraditório recursal. Intime-se o agravado, para, querendo, apresentar a contraminuta ao presente agravo de instrumento, no prazo legal, de acordo com o que preceitua o art. 1.019, inciso II, do CPC/15. Expedientes necessários.

0620936-86.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard S/A. Advogado: Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 27567A/CE). Agravado: Jefferson Moreira do Amaral. Advogado: Bruno Boyadjian Sobreira (OAB: 38828/CE). Despacho: - Apesar das razões esposadas na inicial, compulsando os autos especialmente no contexto das provas, para melhor analise do caso, urge o contraditório. Intime-se a parte agravada, para querendo, apresentar a contraminuta ao presente agravo de instrumento, no prazo legal, de acordo com o que preceitua o art. 1.019, inciso II, do CPC/15. Expedientes necessários

0626310-20.2021.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Administradora North Shopping Fortaleza Ltda.. Advogado: Igor Góes Lobato (OAB: 307482/SP). Advogado: Humberto Rosseti Portela (OAB: 91263/MG). Embargado: João Batista Rabelo. Embargada: Maria do Socorro Rabelo. Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 33249A/CE). Despacho: - Intime-se a parte embargada, para, querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do artigo 1.023, § 2º do CPC. Expedientes necessários.

0627390-19.2021.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Larissa Muller Carneiro. Advogada: Daniele de Deus Ciríaco (OAB: 36200/CE). Advogado: Francisco Assis de Mesquita Ciríaco (OAB: 10680/CE). Embargada: Espólio de Maria Doracy Bonfim. Advogado: Luis Gonzaga Fernandes Neto (OAB: 20629/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversa acerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do disposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15. Ciência às partes. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digita lDESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0630602-82.2020.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Melkzedec Teixeira da Fonseca. Embargante: Érica Teixeira da Fosenca. Advogado: Mario Cleto Lima Marques (OAB: 5434/CE). Advogado: Jose Humberto Torres (OAB: 9002/CE). Embargado: Bradesco Vida e Previdência S/A. Advogado: Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE). Advogada: Déborah Sales Belchior (OAB: 9687/CE). Advogado: Caio César Vieira Rocha (OAB: 15095/CE). Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Advogado: Tiago Asfor Rocha Lima (OAB: 16386/CE). Despacho: - Em atendimento ao princípio do contraditório, ouça-se a parte adversa acerca dos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do disposto no § 2º do art. 1.023 do CPC/15. Ciência às partes. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digita lDESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0636390-43.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Itelecom Soluções Em Comunicações Ltda. Advogado: Leandro Dantas Soares (OAB: 27406/CE). Despacho: - Em que pesem os argumentos esposados no recurso interposto contra decisão interlocutória de fls. 141/150, deixo para apreciar o mérito após a prévia manifestação da parte contrária. Intime-se a parte agravado para se manifestar sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, de acordo com o que preceitua o § 2º, do art. 1021, do NCPC. Empós, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

0637010-55.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Agravada: Ligia Bandeira Lima. Advogado: Alex Alexandrino Bezerra (OAB: 16053/CE). Despacho: - Em que pesem os argumentos esposados no recurso interposto contra decisão interlocutória de fls. 328/336, deixo para apreciar o mérito após a prévia manifestação da parte contrária. Intime-se a parte agravado para se manifestar sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, de acordo com o que preceitua o § 2º, do art. 1021, do NCPC. Empós, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADORA MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Relatora

Total de feitos: 9

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0007983-68.2012.8.06.0137/50000 - Embargos de Declaração Cível - Pacatuba - Embargante: Banco J. Safra S/A - Embargado: Rozelice Paiva da Silva - Diante do exposto, CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS E DOU-LHES PROVIMENTO somente para desconsiderar a majoração dos honorários determinada por ocasião da Decisão Monocrática de fls. 209/217, de modo a subsistir inalterado o arbitramento estabelecido pelo magistrado da origem na sentença de fls. 142/151. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Desembargadora Relatora - Advs: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE) - Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE)

ASSINADO DIGITALMENTE

DESPACHOS - 4ª Câmara de Direito Privado

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0019450-23.2017.8.06.0055 - Apelação Cível - Canindé - Apelante: Município de Canindé - Apelado: Francisco Ferreira de Sousa - - Ante o exposto, com supedâneo no art. 15, inciso I, alínea a do RITJCE, determino a redistribuição deste processo a uma das Câmaras de Direito Público, dando-se a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2022. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora - Advs: Procuradoria Geral do Municipio de Canindé

Nº 0620937-71.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Maranguape - Agravante: Banco Itaucard S/A - Agravado: Francisco Helio da Silva - - Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC. Oficie-se o juízo a quo, comunicando o teor da decisão. Expedientes necessários. Fortaleza, Ceará, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 27567A/CE)

Nº 0620951-55.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Juazeiro do Norte - Agravante: Banco C6 Consignado S/A - Agravada: Irene Alves de Moura - - Por todo o exposto, indefiro a suspensão postulada. Intime-se a agravada para, querendo, apresentar suas contrarrazões (art. 1.019, II, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2022. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora - Advs: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE) - Marcos Antônio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE)

Nº 0620976-68.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Agravada: Zélia Marques Lima - - Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC. Oficie-se o juízo a quo, comunicando-o do inteiro teor da decisão. Empós, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, Ceará, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Rodrigo Feitosa Leitão Lima - Yohanna Pontes Mendes (OAB: 37250/CE) - Anya Lima Penha de Brito (OAB: 19162/CE)

Nº 0632900-13.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aracati - Agravante: C. F. R. - Agravada: B. F. R. - - À vista do exposto, defiro o efeito suspensivo requerido. Deixa-se de intimar a parte agravada para oferta de contraminuta, pois não formalizada a relação processual na origem. Remeta-se com vista ao Ministério Público. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Relator - Advs: Ana Paula da Costa de Carvalho Lima (OAB: 34945/CE)

Nº 0634785-62.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S/A - Agravado: JM Serviços de Entregas Ltda - ME - - Por todo o exposto, indefiro a antecipação de tutela postulada. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar suas contrarrazões (art. 1.019, II, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 11 de outubro de 2021. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora - Advs: Paulo Roberto Vigna (OAB: 173477/SP)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0008122-58.2017.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Maria da Penha de Souza - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Por fim, condeno o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios no valor correspondente a 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0620908-21.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda - Agravado: J. L. S. da C. R. P. L. S. N. - Diante do exposto, pelos argumentos fartamente coligidos e tudo mais que dos autos consta, tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade das decisões, e considerando a ocorrência da preclusão consumativa no caso dos autos, NÃO CONHEÇO do presente recurso, com fundamento no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, arquivem-se os presentes autos digitais. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2022. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Agnes Saraiva Bezerra (OAB: 25419/CE)

TJCENEXE - Direito Privado - 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

4ª Câmara Direito Privado

0637512-91.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Francisca Veras de Almeida Souza. Advogado: Rodrigo Gondim de Oliveira (OAB: 13859/CE). Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Despacho: - Intime-se a parte agravante para se manifestar sobre os documentos acostados aos autos, nos termos do art. 437, §1º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0638293-50.2020.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: A. M. F. da C.. Advogado: José Heleno Lopes Viana (OAB: 1485/CE). Agravada: M. S. F. da C.. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Acolho o parecer da Procuradoria Geral de Justiça às págs. 164/169 e nomeio a Defensoria Pública para atuar como defensor dativo da parte agravada. Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública para apresentar contrarrazões recursais. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0638589-72.2020.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: José Pontes de Melo. Advogado: Carlos Eduardo Miranda de Melo (OAB: 20433/CE). Advogado: Tiago Maciel Rodrigues (OAB: 34566/CE). Agravado: Empresa Gestora de Ativos S/A - EMGEA. Advogado: Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB: 16717/MA). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Defiro o pedido de habilitação constante na pág. 43. Intime-se a parte agravada, na pessoa do advogado constituído, para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Empós, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0639192-14.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Luiz Joviniano Gomes Neto. Advogado: Ari Machado Portela (OAB: 2685/CE). Advogado: Luiz Joviniano Gomes Neto (OAB: 4291/CE). Agravado: Espólio de Tomaz de Aquino Gomes Parente. Inventariante: Maria Lucia Pontes Parente. Despacho: - Diante das peculiaridades do caso, deixo para apreciar o pedido de tutela antecipada recursal após a formação do contraditório. Intime-se a parte agravada para se manifestar sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0639280-52.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Hermacio Quirino dos Santos. Advogado: Ruan da Silva Cardoso (OAB: 37544/CE). Agravado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Despacho: - Tendo em vista que o pedido de tutela antecipada recursal já foi apreciado e indeferido pela Desembargadora Plantonista, intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 5

TJCENEXE - Direito Privado - 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

4ª Câmara Direito Privado

0636973-28.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco C6 Consignado S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Agravado: Francisco Mendes Neto. Advogado: Miguel Ângelo Filho de Andrade de Sant'ana (OAB: 37502/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0637171-65.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Associação Vilas do Lago. Advogado: Wellington Luiz Sampaio de Holanda Filho (OAB: 25274/CE). Agravado: Terra Brasilis Participações e Empreendimentos Ltda. Agravado: Diretriz Machado Empreendimentos Imobiliários Ltda. Despacho: - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 2

TJCENEXE - Direito Privado - 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

4ª Câmara Direito Privado

0636313-34.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Jairo Veículos, Locação, Comércio e Serviços Automotivos Ltda. Advogado: Emanuel Catunda Braga (OAB: 12943/CE). Agravado: Carlos Alberto de Freitas. Agravada: Ruth Silva de Souza Freitas. Advogado: Adriano Pessoa Bezerra de Menezes (OAB: 16755/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravante para se manifestar sobre os documentos acostados às págs. 212/215, nos termos do art. 437, §1º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0636443-24.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: C. A. M. R. P.. Advogada: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas (OAB: 39799/CE). Agravado: J. G. P. P.. Advogado: Kennedy Ferreira Lima (OAB: 10914/CE). Despacho: - DESPACHO Em consulta ao sistema de automoção da justiça neste Sodalício, verifiquei a existência do Agravo de Instrumento nº 0633415-48.2021.8.06.0000, que me parece tratar do mesmo assunto do presente recurso. Assim, intime-se a parte agravante para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o interesse recursal no presente feito. Empós, retornem-se conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Relator

0636495-20.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Eugenio Guimaraes Calazans (OAB: 179766/RJ). Agravada: Joana D arc Bastos Leite. Advogada: Ester Ferreira Brito Izidoro (OAB: 19879/ES). Despacho: - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 19

de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0636544-61.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Kelwin Bezerra da Silva. Advogado: Rychardson Meneses Pimentel (OAB: 12084/PI). Agravado: Banco Toyota do Brasil S/A. Advogada: Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB: 23601/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 4

TJCENEXE - Direito Privado - 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

4ª Câmara Direito Privado

0635587-60.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Condomínio do Edifício Trade Center. Advogado: Breno Morais Dias (OAB: 21695/CE). Agravado: Plinio Antonio Bortolotti. Agravado: Swin Leite Albuquerque. Despacho: - Defiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Direito Privado - 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

4ª Câmara Direito Privado

0628336-59.2019.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Construtora e Imobiliária LCR Ltda. Advogado: José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB: 4040/CE). Agravado: Rafael Lima de Carvalho Rocha. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravada: Maria Teresa Lima de Carvalho Rocha. Advogado: Roberto de Carvalho Rocha Filho (OAB: 4991/CE). Advogado: Carlos Rodrigo Araujo da Silva (OAB: 30213/CE). Advogada: Christianna Lúcia Gondim Soares (OAB: 5945/CE). Advogado: Emmanuel Emerson Santos Albuquerque (OAB: 25364/CE). Advogado: Francisco Dias de Paiva Filho (OAB: 15324/CE). Advogado: José Jussieu Alcântara Oliveira Júnior (OAB: 30203/CE). Advogado: Jose Ribamar de Sousa Filho (OAB: 24136/CE). Advogado: Raimundo Feitosa Carvalho Gomes (OAB: 13398/CE). Advogado: Rommel Barroso da Frota (OAB: 13921/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Tendo em vista o teor da decisão às págs. 379/383, intimem-se as partes para que requeiram o que entender de direito no prazo de 15 dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0628842-64.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: E. J. S. B.. Advogado: Carlos André Barbosa de Carvalho (OAB: 29514/CE). Advogado: Francisco de Assis Machado Alves (OAB: 32241/CE). Advogada: Terena Maria Fernandes de Weimar Thé Barreto (OAB: 34167/CE). Advogada: Marina Bezerra Costa (OAB: 35134/CE). Advogado: Victor Vasconcelos Gonçalves de Lima (OAB: 34049/CE). Agravado: R. B. de A.. Advogado: Rodrigo Colares Freire (OAB: 31398/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0629559-76.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: E. de S. A.. Agravante: M. de S. F.. Agravante: A. C. dos S.. Advogado: Anderson Rabelo de Souza (OAB: 42158/CE). Agravado: M. N. de S. N.. Agravado: M. da S. M.. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - DESPACHO Em atenção à petição de págs. 43/44, certifique-se acerca do decurso do prazo concedido aos agravados para apresentar contrarrazões. Expedientes com prioridade e urgência. Fortaleza, Ceará, 3 de novembro de 2021. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0629559-76.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: E. de S. A.. Agravante: M. de S. F.. Agravante: A. C. dos S.. Advogado: Anderson Rabelo de Souza (OAB: 42158/CE). Agravado: M. N. de S. N.. Agravado: M. da S. M.. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Intime-se a parte agravante para se manifestar sobre os documentos apresentados, nos termos do art. 437, §1º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0630603-33.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE). Advogada: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE). Advogada: Bruna Brito do Nascimento (OAB: 36990/CE). Advogado: Daniel Soares Cavalcanti (OAB: 17659/CE). Advogado: Hugo Leonardo Pegado Benício (OAB: 41077B/CE). Advogado: Igor Marcelo Marreiro (OAB: 22757/CE). Advogado: Ítalo Regis de Vasconcelos Carvalho (OAB: 27984/CE). Advogada: Jéssica Félix de Mattos Brito (OAB: 32556/CE). Advogada: Jordana de Freitas Vidal (OAB: 31749/CE). Advogada: Laura Maria Amaro Martins (OAB: 22874/CE). Advogado: Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE). Advogada: Michele Nobre Ferreira Bringel (OAB: 25577/CE). Advogada: Patrícia Tavares de Vasconcelos (OAB: 25615/CE). Advogada: Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE). Advogado: Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE). Advogada: Silvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717/CE). Agravada: Érika Freire de Melo Abreu. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Despacho: - DESPACHO Ante o teor da informação do advogado da promovida, constante no termo de audiência realizada em 09 de dezembro de 2021 (págs. 203/204 - autos principais), de que a autora teria falecido, intimem-se os representantes legais das partes para se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, Ceará, 21 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0631915-44.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Mayra Cavalcante Vieira. Advogado: Caico Gondim Borelli (OAB: 24895/CE). Agravado: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogado: Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravante para se manifestar sobre os documentos acostados aos autos, nos termos do art. 437, §1º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0632068-77.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Organização Educacional Evolutivo Ltda. Agravante: George da Justa Feijão. Advogado: Eurides Rodrigues de Paula (OAB: 5621/CE). Advogado: Sanzio Teixeira de Paula (OAB: 11683/CE). Agravado: Manoel Bezerra de Melo. Agravado: Organização Bezerra de Melo. Advogada: Nathalia Damasceno da Costa E Silva Ervedosa (OAB: 18892/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 14 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0632618-72.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Shopping Center Iguatemi S/A. Advogada: Priscila Kelly Braga Brasileiro (OAB: 33158/CE). Advogado: Hugo Melchert Rivero de Toledo (OAB: 126726/RJ). Agravado: Hemarca Fortaleza Lanchonetes Ltda. Advogado: Rui Correa de Melo (OAB: 38015A/CE). Advogado: Reubem Azevedo Damasceno Gabriel Filho (OAB: 39746/CE). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Intime-se a parte agravante para se manifestar sobre os documentos acostados aos autos, nos termos do art. 437, §1º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0632962-53.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: M. M. M.. Advogado: Victor Eduardo Custódio Bartholomeu (OAB: 23200/CE). Advogada: Natercia Carneiro de Oliveira Bartholomeu (OAB: 22294/CE). Agravado: A. M. T.. Advogada: Elizângela dos Santos Silva (OAB: 18100/CE). Advogado: Rayanne Emmanuelly Arruda da Silva (OAB: 41469/PE). Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Feito à ordem. Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0633898-78.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Associação Científica de Estudos Agrários - ACEG. Advogada: Carla Albuquerque Marques (OAB: 15650/CE). Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB: 15320/CE). Advogado: Isael Bernardo de Oliveira (OAB: 6814/CE). Advogado: Weltton Rodrigues Loiola (OAB: 14683/CE). Advogado: Rômulo Silva Linhares (OAB: 15147/CE). Despacho: - Defiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

Total de feitos: 10

TJCENEXE - Direito Privado - 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

4ª Câmara Direito Privado

0113998-42.2016.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Banco Honda S/A. Advogado: Márcio Santana Batista (OAB: 43948A/CE). Embargado: Antonio Edisio Lima de Souza. Advogado: Igor Moreira Barros (OAB: 28157/CE). Despacho: - DESPACHO Intime-se a parte embargada para contrarrazoar no prazo legal. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO

0152631-25.2016.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil - CASSI. Advogado: Felipe Lourenço Mello Silva (OAB: 24387/CE). Advogado: Ernando Garcia da Silva Júnior (OAB: 19253/CE). Embargado: Adail Colares Tavora. Advogado: Raimundo Ernandes de Sena (OAB: 4179/CE). Despacho: - DESPACHO Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, Ceará, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0620286-39.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravada: Fabiana Meneses da Silva. Advogado: George Alves de Souza Lima (OAB: 37242/CE). Advogado: Eduardo Silva de Sousa (OAB: 37988/CE). Despacho: - Diante das peculiaridades do caso, deixo para apreciar o pedido de tutela antecipada recursal após a formação do contraditório. Intime-se a parte agravada para se manifestar sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0620549-71.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: F. V. G. S.. Advogado: Carlos Eduardo Romanholi Brasil (OAB: 19528/CE). Advogada: Julyana Paula Bringel de Oliveira E Mesquita (OAB: 18560/CE). Agravada: G. C. C. L. S.. Advogado: Thiago Maia Nunes (OAB: 17465/CE). Advogado: Marcos da Silva Bruno (OAB: 14379/CE). Despacho: - DESPACHO Intime-se a parte agravante para comprovar sua hipossuficiência financeira para arcar com as custas processuais ou efetuar o preparo recursal no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, Ceará, 18 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0620587-83.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Antonio Claudio Brito de Sousa. Agravante: Maria de Fatima da Silva Alves. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Antonio Erivan da Silva Lopes. Agravado: Antonio da Silva Lopes. Advogada: Maria Aparecida da Silva (OAB: 36017/CE). Despacho: - Diante das peculiaridades do caso, deixo para apreciar o pedido de tutela de urgência após a formação do contraditório. Intime-se a parte agravada para, querendo,

manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0620863-17.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Olavo Vicente de Melo. Agravante: Maria Lourenço de Sena Melo. Advogada: Angélica Vidal Landim (OAB: 35412/CE). Advogado: Fagundes Lourenço de Melo (OAB: 32545/CE). Agravado: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI. Advogada: Mizzi Gomes Gedeon (OAB: 14371/MA). Despacho: - Não foi requerido pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0621241-07.2021.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: H. N. O.. Advogado: Thalys Savyo Nunes Freire (OAB: 37806/CE). Agravada: J. N. F. O. R. P. C. A. de N. F.. Despacho: - Intime-se a parte agravante para, no prazo de 15 dias, informar o endereço atualizado da parte recorrida. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator

0627052-45.2021.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Advogada: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE). Embargado: Mairla Maria Colares Schrago de Souza. Repr. Legal: Lara Colares Schrago Souza Lobo. Advogada: Livia Maria de Oliveira Pedrosa (OAB: 25183/CE). Advogada: Raíssa de Oliveira Pedrosa (OAB: 40888/CE). Despacho: - DESPACHO Intime-se a parte embargada para contrarrazoar no prazo legal. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Relator

Total de feitos: 8

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0007513-58.2015.8.06.0096/50000 - Embargos de Declaração Cível - Ipueiras - Embargante: Adriano Lima Galvão - Embargado: Ailton Sampaio da Costa - Por todo o exposto, inexistindo vício a ser sanado, conheço do presente recurso, mas para negar-lhe provimento. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Desembargador relator - Advs: Paulo Geovanio Lima Freitas (OAB: 43960/CE) - Ana Thais Moreira Lima (OAB: 40319/CE) - Lauro Ramos de Lima (OAB: 6312/CE)

PAUTA DE JULGAMENTO

4ª Câmara Direito Privado
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 258

SERÃO JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2022, A PARTIR DAS 08H30MIN, EM SALA DE SESSÕES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, COM A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA TECNOLÓGICA ADOTADA PELO SODALÍCIO, OS SEGUINTES PROCESSOS INDICADOS PELOS RELATORES DESTE COLEGIADO. AS INSCRIÇÕES DE SUSTENTAÇÃO ORAL DEVERÃO SER SOLICITADAS ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO REQUERIDA, MEDIANTE CONTATO DISPONIBILIZADO PELA COORDENADORIA DA CÂMARA, NOS TERMOS DO ART. 3º DA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 04/2020, ALTERADO PELO ART. 1º DA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 10/2020 DO TJCE. CANAL DE ATENDIMENTO DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO: BRENDA.RAMOS@TJCE.JUS.BR.

72 - **0639508-61.2020.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Quixadá/3ª Vara da Comarca de Quixadá. Agravante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE). Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogado: Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE). Advogado: Everardo Lucena Segundo (OAB: 16041/CE). Advogada: Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE). Advogada: Hévila Silva Fernandes de Oliveira (OAB: 36270/CE). Advogada: Nathália Franciss Tamietti (OAB: 41710/CE). Advogado: Yago Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 43102/CE). Advogada: Judith Martins Lemos Neta (OAB: 43146/CE). Agravada: Maria Eliene Clarindo da Silva. Agravada: Luisa Nara da Silva. Agravada: Gleiciane da Silva. Advogado: Cláudio Humberto Lins Victor (OAB: 27478/CE). Advogado: Reginaldo Silva Barbosa (OAB: 24949/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

73 - **0860200-07.2014.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Apelante: Aristina Lopes Pereira França. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelada: Maria Andréia de Queiroz e Carvalho. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

74 - **0117081-66.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara da Infância e Juventude. Apte/Apdo: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apte/Apdo: Felipe Rios Alves Rep. Por Ana Carolina Filgueiras Rios Alves. Advogada: Francisca de Paula Karine Almeida Moreira (OAB: 35165/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

75 - **0624685-48.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE). Advogada: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE). Advogada: Bruna Brito do Nascimento (OAB: 36990/CE). Advogado: Daniel Soares Cavalcanti (OAB: 17659/CE). Advogado: Hugo Leonardo Pegado Benício (OAB: 41077B/CE). Advogado: Igor Marcelo Marreiro (OAB: 22757/CE). Advogado: Ítalo Regis

de Vasconcelos Carvalho (OAB: 27984/CE). Advogada: Jéssica Félix de Mattos Brito (OAB: 32556/CE). Advogada: Jordana de Freitas Vidal (OAB: 31749/CE). Advogado: Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE). Advogada: Michele Nobre Ferreira Bringel (OAB: 25577/CE). Advogada: Patrícia Tavares de Vasconcelos (OAB: 25615/CE). Advogada: Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE). Advogado: Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE). Advogada: Silvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717/CE). Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Agravado: Francisco Ossian Teles Ramos. Advogada: Vanessa Kelly Azevedo Silva (OAB: 39558/CE). Advogado: Alan Matos Araújo (OAB: 39902/CE). Advogado: Brenno Holanda Assis Rodrigues (OAB: 43439/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

76 - **0105603-90.2018.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Embargante: GEAP Autogestão em Saúde. Advogado: Gabriel Albanese Diniz de Araújo (OAB: 20334/DF). Advogado: Eduardo da Silva Cavalcante (OAB: 24923/DF). Advogada: Uiara Rodrigues Santana (OAB: 34209/DF). Advogado: Silvio Guimarães da Silva (OAB: 38442/DF). Embargado: Pedro Ivo Alencar de Oliveira. Advogada: Maria José Maia (OAB: 17304/CE). Repr. Legal: Janaina Magalhães Passos de Oliveira. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

77 - **0000656-56.2019.8.06.0063/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Acopiara/2ª Vara da Comarca de Acopiara. Embargante: A. T. B.. Advogado: Francisco Rogério Gurgel Barroso (OAB: 13520/CE). Advogada: Janaina Holanda Rocha Gurgel (OAB: 10075/CE). Embargada: Rozimar Gomes Martins. Advogada: Jessica Luana Felipe Souza (OAB: 31958/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

78 - **0253287-48.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/22ª Vara Cível. Apelante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Advogado: Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE). Advogado: Tiago Asfor Rocha Lima (OAB: 16386/CE). Apelado: A. P. L. R. P. S. P. L.. Advogada: Maira Botelho de Carvalho Tomo (OAB: 25241/GO). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

79 - **0181457-27.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Apelante: Rafael Filipe Osterno Ponte representado por Mayara Osterno Moura Ponte. Advogada: Kamila Cardoso de Souza Ribeiro (OAB: 29545/CE). Advogada: Suyane Frota Lôbo (OAB: 18969/CE). Apelado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

80 - **0154353-02.2013.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Apelante: Kerginaldo Lima de Mattos Filho. Apelante: Venicio Rattacaso Marino de Mattos. Advogada: Fabiola Fernandes Feijó (OAB: 19564/CE). Apelado: Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Fundação ASSEFAZ. Advogado: Lucas Dias Leite Correa (OAB: 23706/DF). Advogada: Poliana Lobo e Leite (OAB: 29801/DF). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

81 - **0013666-20.2019.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Y. C. V.. Repr. Legal: Maria de Fátima Cardoso Vieira. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Advogado: Sérgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 28561/CE). Apelado: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogado: Shalon Michaelli Angelo Tavares (OAB: 24016/CE). Advogada: Marilia Barbosa de Oliveira (OAB: 34374/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

82 - **0002430-34.2018.8.06.0071** - **Apelação Cível** - Crato/2ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: Tim Celular S/A. Advogado: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB: 14325/CE). Advogado: Rubens Emídio Costa Krisschke Júnior (OAB: 25189/CE). Apelada: Angélica Rodrigues de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

83 - **0050915-68.2020.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte. Apte/Apdo: J. D. P. D. de L. R. P. C. M. P. D. de L.. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Advogado: Sérgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 28561/CE). Apte/Apdo: U. do C. - C. de T. M. LTDA. Advogado: Shalon Michaelli Angelo Tavares (OAB: 24016/CE). Advogada: Marilia Barbosa de Oliveira (OAB: 34374/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

84 - **0000483-40.2019.8.06.0028** - **Apelação Cível** - Acaraú/2ª Vara da Comarca de Acaraú. Apelante: José Tomaz de Moraes. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

85 - **0003306-62.2019.8.06.0100** - **Apelação Cível** - Itapajé/2ª Vara da Comarca de Itapajé. Apelante: Simao Andrade Avila. Advogada: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

Total de processos a julgar: 85

Fortaleza, 28 de janeiro de 2022.

Brenda Vasconcelos Costa Ramos

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

4ª Câmara Direito Privado
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 258

SERÃO JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2022, A PARTIR DAS 08H30MIN, EM SALA

DE SESSÕES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, COM A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA TECNOLÓGICA ADOTADA PELO SODALÍCIO, OS SEGUINTES PROCESSOS INDICADOS PELOS RELATORES DESTE COLEGIADO. AS INSCRIÇÕES DE SUSTENTAÇÃO ORAL DEVERÃO SER SOLICITADAS ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO REQUERIDA, MEDIANTE CONTATO DISPONIBILIZADO PELA COORDENADORIA DA CÂMARA, NOS TERMOS DO ART. 3º DA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 04/2020, ALTERADO PELO ART. 1º DA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 10/2020 DO TJCE. CANAL DE ATENDIMENTO DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO: BRENDA.RAMOS@TJCE.JUS.BR.

2 - **0008010-40.2017.8.06.0084/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargada: Teresa Gonçalves Rodrigues. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Advogado: Alysson Araújo Pinto (OAB: 26513/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

6 - **0633452-75.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Aquiraz/1ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Agravado: João Oliveira da Silva. Advogado: Francisco das Chagas Araújo de Paiva (OAB: 29297/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

15 - **0006836-28.2015.8.06.0096** - **Apelação Cível** - Ipueiras/Vara Única da Comarca de Ipueiras. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: João Sousa da Silva. Advogado: Sebastião Gomes Matos Neto (OAB: 24520/CE). Advogado: Manoel Castelo Matos (OAB: 3127/CE). Advogada: Maria Nathalya Falcão Xavier (OAB: 29601/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

16 - **0014358-66.2018.8.06.0140** - **Apelação Cível** - Paracuru/Vara Única da Comarca de Paracuru. Apelante: C. H. C. P.. Apelante: C. M. C. S. P.. Advogada: Francisca Fatima Pinto de Souza (OAB: 4056/CE). Advogado: Danilo Pacheco Igreja (OAB: 31011/CE). Apelada: M. D. da M. P.. Advogado: Francisco João Ribeiro da Silva (OAB: 5271/CE). Advogada: Dieilane Rodrigues Barroso (OAB: 37343/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

17 - **0264492-74.2020.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Embargante: Banco Pan S/A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 29481/CE). Embargada: Marta Macêdo Loiola Parente. Advogado: Jander Viana Frota (OAB: 26155/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

18 - **0021865-12.2010.8.06.0091/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Iguatu/4ª Vara da Comarca de Iguatu. Embargante: Herivelto Moreira da Silva. Advogado: Haroldo Magalhães de Carvalho (OAB: 25252/PE). Advogado: Ernando Garcia da Silva Júnior (OAB: 19253/CE). Advogada: Milena Pinheiro Lima (OAB: 19224/CE). Advogado: Felipe Lourenço Mello Silva (OAB: 24387/CE). Embargada: Maria Gorete Moura de Oliveira. Advogado: Jose Moreira Vieira (OAB: 7974/CE). Advogado: José Edglê de Andrade (OAB: 25687/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

19 - **0639328-45.2020.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Iguatu/2ª Vara da Comarca de Iguatu. Agravante: R. I. dos S. O.. Advogado: Helmo Robério Ferreira de Meneses (OAB: 28609/CE). Agravado: Í M. de S.. Advogada: Sandra Prado Albuquerque (OAB: 10641/CE). Advogado: Joao Allisson Sousa Lavor (OAB: 23192/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

20 - **0629204-66.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/2ª Vara de Família. Agravante: W. W. de L.. Advogado: Henrique Andrade Girão (OAB: 24625/CE). Advogada: Isabelle de Sousa Duarte (OAB: 32880/CE). Agravado: D. B. de H.. Advogada: Silvia da Silva Nogueira (OAB: 7914/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

21 - **0632906-20.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/14ª Vara de Família. Agravante: U. M. de C. J.. Advogado: Ubiratan Machado de Castro (OAB: 4321/CE). Advogada: Yanne Adail Feitosa Guilherme (OAB: 28520/CE). Agravada: M. da C. F. M.. Advogada: Maria da Conceição Farias Martins (OAB: 32373/CE). Advogada: Raphaele Holanda Farrapo (OAB: 37630/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

22 - **0164439-90.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/14ª Vara Cível. Apelante: Reginaldo Cordeiro de Sousa. Advogado: Gardner Salvador Rodrigues (OAB: 20465/CE). Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

23 - **0114114-77.2018.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/14ª Vara Cível. Apte/Apdo: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Advogada: Clarissa de Melo Cavalcante (OAB: 19722/CE). Apte/Apdo: Francisco Leoncio Rodrigues Bezerra. Advogado: Abelmar Ribeiro da Cunha Neto (OAB: 30204/CE). Advogado: Fabio Lima Sombra (OAB: 27447/CE). Advogado: Francisco Wagner Barbosa de Alencar Filho (OAB: 29811/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO

60 - **0067828-90.2008.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/22ª Vara Cível. Apte/Apdo: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A. Advogado: Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB: 305088/SP). Apte/Apdo: Everton Gabriel Carvalho da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

61 - **0524439-90.2011.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Apelante: Gláucia Regina de Sousa Girão. Advogado: Francisco Carlos Nascimento de Sousa (OAB: 9641/CE). Apelado: Francisco Eldo Mota. Advogado: Miguel Alexandrino da Silva Neto (OAB: 21748/CE). Advogado: Lucio Flavio Bezerra Martins (OAB: 11368/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

62 - **0183749-53.2015.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Apelante: Raimunda Selma Oliveira Magalhães - ME. Apelante: Raimunda Selma Oliveira Magalhães. Advogado: Carlos Samuel de Gois Araújo (OAB: 29852/CE). Advogado: Carlos Alberto de Araújo (OAB: 3061/RN). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

63 - **0045742-96.2006.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/16ª Vara Cível. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 114904/SP). Advogada: Andressa Kelly do Nascimento Almeida (OAB: 356301/SP). Advogado: Adriano Fernandes Neto (OAB: 356127/SP). Apelado: Alexander de Deus. Apelado: Antonieta Carvalho de Moura Fe. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

64 - **0180753-48.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara de Família. Apte/Apdo: M. M. de O.. Advogado: Francisco Dias de Paiva Filho (OAB: 15324/CE). Advogado: Rommel Barroso da Frota (OAB: 13921/CE). Apte/Apdo: D. M. O.. Apte/Apdo: L. M. O. R. P. D. M. O.. Apte/Apdo: T. M. O. R. P. D. M. O.. Apte/Apdo: N. M. O. R. P. D. M. O.. Apte/Apdo: C. M. de O.. Advogada: Barbara Lia Gomes de Melo (OAB: 18811/CE). Advogada: Andreza de Araújo Dias (OAB: 27160/CE). Advogado: Breno e Silva Mamede Pinheiro (OAB: 31364/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

65 - **0018103-06.2006.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelado: Pro Film Comércio e Representações Ltda. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

66 - **0000771-87.2017.8.06.0147** - **Apelação Cível** - Senador Pompeu/2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu. Apte/Apdo: Francisca Julia de Morais Pinto Nunes,. Apte/Apdo: Francisco Eugenio Pinto de Moraes. Apte/Apdo: Tarquilio de Morais Pinto. Apte/Apdo: Temistoclis Vieira Pinto. Apte/Apdo: Emanoel Wellington de Morais Pinto. Apte/Apdo: Aparecida Juliana de Morais Pinto Gomes. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

67 - **0007401-02.2015.8.06.0028** - **Apelação Cível** - Acaraú/2ª Vara da Comarca de Acaraú. Apelante: Jose Adao Neto. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

68 - **0016112-78.2017.8.06.0075** - **Apelação Cível** - Eusebio/1ª Vara da Comarca do Eusébio. Apelante: Markets Trading Company Ltda. Advogado: Edson Augusto Bastos Lopes (OAB: 9950/CE). Advogado: Wilson Emmanuel Pinto Paiva Neto (OAB: 23847/CE). Apelado: Gleba Empreendimentos Urbanos e Rurais Ltda- ME. Advogada: Karla de Alcântara Nogueira Borges (OAB: 25244/CE). Apelado: José Aristenio de Oliveira Gurgel. Apelado: Francisco Anchieta. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

69 - **0126757-67.2018.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara de Família. Apelante: A. Z. de S. B. L.. Apelante: S. S. de S. B. L.. Advogada: Durcirene Marinho Monteiro Silva (OAB: 9729/CE). Apelado: S. de O. B. L.. Advogado: Francisco Vanderli Siqueira Chaves (OAB: 11755/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

70 - **0186058-76.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/16ª Vara de Família. Apelante: M. C. da S. C. V.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: F. J. V. L.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

71 - **0190009-10.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/16ª Vara de Família. Apelante: M. M. M.. Apelante: A. B. de P. P. P. A.. Advogado: Rubens Pereira Lopes (OAB: 10243/CE). Advogado: João Quevêdo Ferreira Lopes Filho (OAB: 11280/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

Total de processos a julgar: 71

Fortaleza, 27 de janeiro de 2022.

Brenda Vasconcelos Costa Ramos

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS

1ª Câmara Criminal

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara Criminal

TJCENEXE - Apelação Crime
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0151357-89.2017.8.06.0001Apelação Criminal. Apelante: Paulo Victor Mendes de Sousa Paz. Apelante: Francisco Mardonio Gomes de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES E ROUBO MAJORADO EM CONCURSO FORMAL DE CRIMES (ART. 244-B DO ECA E ART. 157, § 2º, INCISOS I E II DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 69 E ART. 70 DO MESMO DIPLOMA LEGAL). PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM RELAÇÃO AO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES

PRATICADO PELO APELANTE PAULO VICTOR, PRONUNCIADA DE OFÍCIO. RECORRENTE FRANCISCO MARDÔNIO: CORRUPÇÃO DE MENORES. TESE ABSOLUTÓRIA. DESCONHECIMENTO DA MENORIDADE. ERRO DE TIPO. TESE NÃO COMPROVADA NOS AUTOS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVA DA MENORIDADE. IMPROCEDÊNCIA. MENORIDADE SUFICIENTEMENTE COMPROVADA. APELANTES PAULO VICTOR E FRANCISCO MARDÔNIO: PEDIDO DE EXCLUSÃO DA MAJORANTE DA ARMA DE FOGO. INCABÍVEL. EXISTÊNCIA DE PROVA JUDICIALIZADA INDICANDO A UTILIZAÇÃO DE ARTEFATO BÉLICO NA EMPREITADA CRIMINOSA. DETRAÇÃO DA PENA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO. 1.1. Quanto ao delito tipificado no art. 244-B do ECA imputado ao recorrente Paulo Victor Mendes de Sousa Paz, cumpre consignar que o direito de punir estatal encontra-se extinto pelo decurso do prazo prescricional, tornando-se parcialmente prejudicado o exame do apelo defensivo. 1.2. Observa-se que a sentença condenatória transitou em julgado para a acusação, visto que, mesmo após ter tomado ciência, nenhum recurso fora apresentado pelo Ministério Público, ensejando a aplicação do §1º do art. 110 do Código Penal, pelo qual a prescrição é regulada pela pena efetivamente aplicada. 1.3. A pena cominada em relação ao delito de corrupção de menores praticado pelo recorrente foi de 1 (um) ano de reclusão, o que remete ao prazo prescricional de 4 (quatro) anos, conforme o art. 109, inciso V, do Código Penal. 1.4. Considerando que o apelante tinha menos de 21 (vinte e um) anos na data do cometimento do delito supra, reduz-se à metade o prazo prescricional, conforme o art. 115 do Código Penal, resultando em 2 (dois) anos. 1.5. Dessa forma, o jus puniendi relativo ao crime de corrupção de menores encontra-se extinto desde o dia 05/08/2020, pois a publicação da sentença condenatória, último marco interruptivo do prazo prescricional, deu-se em 06/08/2018. 2.1. No tocante ao delito de corrupção de menores praticado pelo recorrente Francisco Mardônio, vale destacar que tal crime é de natureza formal, sendo dispensável para a sua configuração prova de efetiva corrupção do menor pela conduta delituosa praticada. Basta, pois, que a participação do menor de idade em crime com um adulto - maior de 18 anos - fique bem definida na prova dos autos, algo que, de fato, ocorreu na espécie. 2.2. Destaque-se que o crime de corrupção de menores objetiva a proteção do menor, de forma a tentar impedir o incentivo ao ingresso e permanência deste no mundo do crime. Não é necessário, portanto, que haja um estudo, laudo ou parecer indicando a situação familiar e social do aprendido, muito menos a demonstração de um estado de não-corrupção anterior. 2.3. No que diz respeito ao erro de tipo alegado pelo recorrente, verifica-se a não incidência de tal descriminante putativa na espécie, pois a tese exposta encontra-se destituída de lastro probatório suficiente a atestar tal circunstância. 2.4. Nos termos do art. 156 do CPP, a prova da alegação caberá a quem a fizer. Assim, cabe à defesa provar o estado de ignorância do agente em relação à menoridade dos adolescentes que praticam a infração penal em concurso. 2.5. Logo, não fora demonstrado nos autos elementos hábeis a comprovar que o denunciado efetivamente desconhecia a menoridade dos comparsas, sendo inviável a aplicação do instituto do erro de tipo invencível. 2.6. Quanto às provas da menoridade dos cúmplices dos acusados, existe, sim, nos fólios do caderno processual documentos hábeis a comprovar as menoridades de Lucas Oliveira da Silva, Wellington Silva de Sousa e Erick Lucas de Sousa Matias à época do evento delituoso, fato esse que implica na necessidade de promover a condenação do recorrente nas tenazes do artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2.7. In casu, observa-se que a consulta integrada no sistema de identificação civil, anexada aos autos, bem como o procedimento realizado na DCA - Delegacia da Criança e do Adolescente, apresentam informações verídicas, idôneas e aptas a comprovar as idades dos adolescentes envolvidos. 3. Segundo entendimento predominante desta Câmara, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, para a incidência da majorante da arma de fogo não se faz necessária a apreensão e a realização de perícia com vistas à aferição da potencialidade lesiva da arma de fogo utilizada, bastando tão somente que as provas dos autos indiquem, como no caso ocorreu, que o delito em referência foi praticado com o uso de arma de fogo, suficiente, por si só, para maximizar o poder intimidativo e o sucesso da empreitada criminosa. 4. No tocante à realização da detração penal, deixa-se a cargo do Juízo das Execuções Penais, nos termos do art. 66, III, c, da LEP e da jurisprudência desta Corte de Justiça. 5. Quanto às penas aplicadas, observa-se que inexiste flagrante ilegalidade a reparar de ofício, assim como constata-se que a fixação do regime inicialmente fechado em desfavor de Francisco Mardônio e semiaberto em face de Paulo Victor Mendes foram estabelecidos dentro dos parâmetros legais, em observância ao que se encontra disposto no art. 33 da Lei Penal. 6. Recurso parcialmente conhecido e, na parte cognoscível, desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso apelatório para, na parte cognoscível, negar-lhe provimento, bem como, de ofício, julgar extinto, pela prescrição, o direito de punir estatal concernente ao crime de corrupção de menores praticado pelo apelante Paulo Victor Mendes de Sousa Paz, tudo nos termos do voto da eminente relatora. Fortaleza, 28 de setembro de 2021. DESA. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES Relatora

0153907-57.2017.8.06.0001Apelação Criminal. Apelante: Monaliza de Souza Pinto. Apelante: Ana Célia de Feitas da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES. EMENTA: APELAÇÕES CRIMINAIS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSOS DA DEFESA. ROUBO MAJORADO. PRELIMINAR QUANTO À NULIDADE DA DECISÃO CONDENATÓRIA EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO DA NÃO APLICAÇÃO DA ATENUANTE GENÉRICA PREVISTA NO ART. 66 DO CPB. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 231/STJ - IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA REPRIMENDA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. NENHUM PREJUÍZO SUPORTADO PELA DEFESA. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO - ALEGAÇÃO DE SEMI-IMPUTABILIDADE EM RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DE DROGAS (ART. 46 DA LEI 11.343/06). INAPLICABILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. A preliminar arguida não merece acolhimento, pois a juíza da instância primeva não poderia aplicar a atenuante então requestada (art. 66 do CP), eis que impreterível a observância da Súmula 231 do STJ, que preconiza: “A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal”. Logo, não houve nenhum prejuízo à defesa. 2. A mera alegação de uso de drogas, sem prova convincente sequer do vício ou da dependência, a causar perturbação de saúde mental capaz de fazer incidir a norma estampada no art. 45 e seguintes da Lei nº 11.343/06, não tem o condão de desconstituir a decisão condenatória atacada. 3. O que se vê é que as recorrentes, embora postulem a aplicação da regra descrita no art. 46 da Lei de Drogas, não se desincumbiram, durante a instrução probatória, de providenciar a prova técnica apta a comprovar a eventual semi-imputabilidade ou inimputabilidade decorrente da suposta dependência química. Além disso, o dispositivo legal ventilado, de acordo com o princípio da especialidade, tem aplicação restrita aos crimes contidos na Lei de Drogas. Precedentes desta Corte e do STJ. 4. Recursos conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO aos apelos, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 28 de setembro de 2021. DESEMBARGADOR LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES Relatora

0176979-49.2012.8.06.0001Apelação Criminal. Apelante: Bruno dos Reis Barbosa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO EM CONCURSO FORMAL DE CRIMES. ALEGATIVA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO MATERIALIDADE E AUTORIA CRIMINOSA COM SUFICIENTE APOIO NA PROVA ENFEIXADA NOS AUTOS. CONJUNTO PROBATÓRIO SÓLIDO E SUFICIENTE A SUSTENTAR O DECRETO CONDENATÓRIO. CONDENAÇÃO MANTIDA. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO ROUBO CONSUMADO PARA A MODALIDADE TENTADA. INVIABILIDADE. EFETIVA INVERSÃO DA POSSE DAS RES FURTIVAS. TEORIA DA AMOTIO. DESNECESSIDADE DA POSSE MANSA E PACÍFICA DOS BENS. SÚMULA DE Nº 11 DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES STJ E STF. CRIME EFETIVAMENTE CONSUMADO. UTILIZAÇÃO DE ARMA IMPRÓPRIA. DECOTE, DE OFÍCIO, DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA BRANCA. ABOLITIO CRIMINIS PARCIAL. RETROATIVIDADE. INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 13.964/2019. PRINCÍPIO DA ULTRATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA. REDUÇÃO EX OFFICIO DA PENA-BASE IMPOSTA AO APELANTE. BASILAR REDIMENSIONADA. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA MANTIDO NO FECHADO (ART. 33, § 3º C/C ART. 59 DO CP). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1.1. Em preliminar suscita-se a existência de violação ao princípio da correlação, observa-se que, no caso concreto, embora não tenha mencionado na denúncia o dispositivo que trata do concurso formal de crimes, é perfeitamente possível que o julgador considere inadequada ou omissa a classificação jurídica atribuída ao fato narrado na inicial acusatória, corrigindo por consequente a classificação atribuída pelo Ministério Público, desde que a nova adequação jurídica tipificadora se limite aos fatos narrados na denúncia, como se deu no caso em apreço. 1.2. Consta da exordial acusatória que o réu praticou o crime em desfavor de duas vítimas, subtraindo-lhes os bens, fato delitivo que restou comprovado na instrução processual, conforme será demonstrado doravante, de maneira que correta a incidência do art. 70 do Código Penal já que patente a ofensa ao patrimônio de mais de uma pessoa. 1.3. Vale destacar que o fato delituoso descrito na peça acusatória continua sendo rigorosamente o mesmo, o julgador tão somente corrigiu a classificação criminal emprestada na denúncia visto que se revelou equivocada, a teor do art. 383 CPP. 2.1. Encontrando a convicção do juiz sentenciante suficiente apoio na prova enfeixada na instrução processual, descarta-se a pretendida absolvição. 2.2. Com relação aos depoimentos dos policiais responsáveis pela prisão do réu, “conforme orientação há muito sedimentada” no Superior Tribunal de Justiça, “são válidos os depoimentos dos policiais em juízo, mormente quando submetidos ao necessário contraditório e corroborados pelas demais provas colhidas e pelas circunstâncias em que ocorreu o delito, tal como se dá na espécie em exame.” (HC 106.479/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, julgado em 26/10/2010). 3.1. Para que ocorra a consumação do crime de roubo, de acordo com a teoria da amotio ou apprehensio, basta a mera inversão da posse, sendo irrelevante o fato do agente haver ou não a posse mansa e pacífica da res furtiva - entendimento pacificado nos tribunais pátrios, especialmente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. 3.2. Na espécie, verifica-se que o réu após a utilização de grave ameaça, claramente conseguiu inverter a posse das res furtiva para si, retirando das vítimas a disponibilidade sobre os bens subtraídos na empreitada criminosa - crime consumado - aplicação da Súmula nº 11 deste Tribunal de Justiça. 4.1. Quanto à aplicação da majorante da arma branca, verifica-se que esta deve ser afastada no referido caso concreto. Apesar de haver sido aplicada corretamente à época do julgamento, com a vigência da Lei nº 13.654 de 23.04.2018, o emprego de arma que não seja de fogo passou configurar tão somente a grave ameaça caracterizadora do roubo simples, uma vez que revogado o inciso I do § 2º do artigo 157 do Código Penal, sobrevindo a majorante específica para o emprego de arma de fogo que comina elevação da fração de acréscimo para 2/3 (art. 157, § 2º-A, I, CP). 4.2. O fato delitivo em análise diz respeito à utilização de arma branca (faca), logo nada mais justo que o decote da majorante revogada por lei, eis que no decorrer do julgamento do presente feito sobreveio a referida abolitio criminis parcial, em face da retroatividade da lei mais benéfica. Nada obstante alterações à Lei nº 13.964/2019 tenha reintroduzido a majorante do emprego de arma branca (art. 157, § 2º, VII, CP), inviável à aplicação da majorante no caso concreto em face dos princípios da irretroatividade da lei mais grave e ultratividade da lei mais benéfica, conforme deliberação desta Câmara, por unanimidade de votos, no processo nº 0010822-10.2015.8.06.0154, julgado em 11 de fevereiro de 2020, sob a relatoria do Des. Francisco Carneiro Lima. 4.3. Na hipótese dos autos não há falar em continuidade delitiva, haja vista que o agente com uma única ação, num mesmo contexto fático, subtraiu os bens de duas pessoas, porquanto adequado o enquadramento no concurso formal de crimes (art. 70, CP). 5.1. Ao analisar o capítulo dosimétrico da pena, verifica-se que o juiz sentenciante, na 1ª fase, considerou desfavorável ao apelante 05 (cinco) circunstâncias judiciais: culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente e circunstâncias do crime, contudo não foi apresentada motivação idônea aos vetores negativados, a exceção do modelador antecedentes diante da condenação transitada em julgado por prática de crime anterior ao ora apreciado (Processo nº 0033108-24.2013.8.06.0001). 5.2. Nessa senda, considerando que a negativação de apenas 1 (uma) circunstância judicial (maus antecedentes) possui consistência jurídica, impositiva a redução da basilar aplicada ao apelante para 4 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão, mais o pagamento de 20 (vinte) dias-multa, atribuindo ao vetor adequadamente negativado, 9 (nove) meses de reclusão, conforme entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. 6. Na segunda fase da dosimetria, sem atenuantes e agravantes, mantém-se a pena intermediária em 4 (quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusão, mais 20 (vinte) dias-multa. 7.1. Na 3ª fase da dosimetria, aumentada a pena em 1/3 (um terço) na sentença primeva, em virtude das majorantes da arma branca e concurso de agentes. Apesar de afastada a majorante do emprego de arma branca, remanesce intocada aquela relativa ao concurso de agentes, tendo em vista que os roubos foram praticados por 2 (dois) criminosos que contribuíram de forma efetiva e direta para o sucesso da empreitada criminosa. 7.2. Considerando que estabelecida na sentença de base a fração mínima de majoração, mantém-se o incremento originário de 1/3 (um terço) de aumento pela incidência da majorante do concurso de pessoas, restando a reprimenda estabelecida em 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. 7.3. Mantém ainda a pena pecuniária em 20 (vinte) dias-multa, ao valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, por respeito ao princípio da non reformatio in pejus. 7.4. Em razão do concurso formal de crimes (art. 70, do CP), exaspera-se a pena (6 anos e 4 meses, mais 20 dias-multa) em 1/6 (um sexto), fração proporcional ao número de delitos praticados, restando o recorrente condenado, definitivamente, à reprimenda de 7 (sete) anos, 4 (quatro) mês e 20 (vinte) dias de reclusão, mais 20 (vinte) dias-multa, ao valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato. 8. Impositiva a manutenção do regime fechado, nos termos do art. 33, § 3º c/c art. 59, do CP. 9. Recurso conhecido e parcialmente provido, com redimensionamento da basilar de ofício. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto para dar-lhe parcial provimento, reduzindo, de ofício, a pena-base imposta ao apelante, nos termos do voto da eminente relatora. Fortaleza, 28 de setembro de 2021. DESEMBARGADORA LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES Relatora

Total de feitos: 3

TJCENEXE - Apelação Crime

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0005525-94.2019.8.06.0117Apelação Criminal. Apelante: F. A. G. da S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO CARNEIRO LIMA. Processo: 0005525-94.2019.8.06.0117 - Apelação Criminal Apelante: F. A. G. da S. Apelado: Ministério Público do Estado do CearáCustos Legis: M. P. E. EMENTA: APELAÇÃO CRIME. PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO DA DEFESA. CONDENAÇÃO PELO ARTIGOS 129, § 9º, E 148, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PLEITO ABSOLUTÓRIO EM RELAÇÃO AO CRIME DE CÁRCERE PRIVADO. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE AMPLAMENTE COMPROVADAS NOS AUTOS. PALAVRA DA VÍTIMA. DEPOIMENTO HARMÔNICO DAS TESTEMUNHAS. PLEITO DE REAJUSTE DA DOSIMETRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. REFORMA NECESSÁRIA DA PENA CORPÓREA. PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA. INAPLICABILIDADE. PENA DE MULTA NÃO IMPOSTA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Apelação criminal interposta pela defesa de FRANCISCO ANDRÉ GOMES DA SILVA, condenado pela prática dos crimes previstos nos arts. 129, § 9º, e 148, ambos do Código Penal, respectivamente às penas de 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 03 (três) dias de detenção e de 02 (dois) anos e 05 (cinco) meses de reclusão. 2. In casu, a autoria e a materialidade delitiva foram devidamente comprovadas, apontando a perpetração dos delitos constantes nos arts. 129, § 9º, e 148, ambos do Código Penal, em consonância com os elementos informativos colhidos na fase inquisitorial, corroborados pelas demais provas produzidas em Juízo. 3. A defesa requer a absolvição do apelante em relação ao cometimento do crime de cárcere privado devido à suposta inexistência de provas suficientes para comprovar a configuração do delito, entretanto, como bem indica o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, o acervo probatório constante nos autos permite formular juízo de certeza sobre a autoria e a materialidade delitiva do fato criminoso, visto que a presença do boletim de ocorrência, do auto de exame de corpo de delito, da declaração da vítima e dos depoimentos prestados pelas testemunhas, os quais não apresentam nenhuma circunstância que lhes retire a credibilidade ou que denote desarmonia com o conjunto probatória presente nos autos, constituem ensejo suficiente para o decreto da decisão condenatória no que tange à configuração delitiva dos crimes em comento, não havendo dúvidas quanto à perpetração dos delitos previstos nos arts. 129, § 9º, e 148 do Código Penal, em sua forma consumada. 4. Analisando a dosimetria das penas impostas ao recorrente quanto aos crimes previstos nos arts. 129, § 9º, e 148 do Código Penal, verifica-se que as mesmas devem ser estabelecidas respectivamente no patamar de 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção e de 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão. 5. Levando em consideração a regra prevista no art. 69 do Código Penal, deve o réu cumprir um total de 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção e de 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão, pelo cometimento dos crimes em tela na forma do concurso material. 6. No tangente ao pleito de redução da pena pecuniária para o mínimo legal, registra-se que nenhuma foi imposta na decisão vergastada, em consonância com a literalidade da Lei nº. 11.340/06, que veda a aplicação de pena de multa aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. 7. Considerando a coadunação dos termos do art. 33, § 2º, ''c'', do Código Penal e do entendimento emanado pelo enunciado de súmula nº 269 do STJ, a fixação do regime semiaberto se impõe para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade cominada, nos termos impostos pelo magistrado sentenciante. 8. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal, ACORDAM os Desembargadores da 1ª CÂMARA CRIMINAL do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, à unanimidade, em CONHECER do presente recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, tudo em conformidade com o voto do relator. Fortaleza, 28 de setembro de 2021. DESEMBARGADOR FRANCISCO CARNEIRO LIMA Relator RELATÓRIO Trata-se de Apelação Criminal interposta pela defesa de Francisco André Gomes da Silva, contra sentença condenatória prolatada pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú, fls. 123/131, que, pelo reconhecimento das práticas delitivas previstas nos arts. 129, § 9º, e 148, ambos do Código Penal, condenou-o respectivamente às penas de 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 03 (três) dias de detenção e de 02 (dois) anos e 05 (cinco) meses de reclusão. A defesa expõe, em suas razões de fls. 141/150, a inexistência de provas suficientes para comprovar o cometimento do crime de cárcere privado, pelo que requer a absolvição do insurgente, observando o princípio do in dubio pro reo, uma vez que o mesmo não teria praticado o citado delito. Ademais, pugna pela reforma da sentença condenatória no tocante à dosimetria da pena privativa de liberdade aplicada, uma vez que se constata ausência de fundamentação idônea no tangente a sua fixação. Por fim, almeja pela redução da pena pecuniária para o mínimo legal. Contrarrazões ministeriais às fls. 154/162, pelo improvimento dos pleitos. Parecer da Procuradoria Geral de Justiça às fls. 169/177, pelo conhecimento e improvimento do presente recurso. É o breve relatório. VOTO Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do apelo. Infere-se da denúncia de fls. 50/53 que: ''[] Revela o incluso Inquérito Policial que, no dia 15 de novembro de 2018, por volta das 16:00 horas, na Rua João Marcelino, nº. 20, Mucunã, Maracanaú-CE, o denunciado Francisco André Gomes da Silva agrediu sua ex-companheira Antônia Neuma Duarte de Oliveira com um tapa no rosto, vários chutes contra a vítima, além de ter arremessado um tijolo em direção avítima, atingindo-a na testa, e a arrastado pelo chão do quintal, causando as lesões descritas no Laudo de fls. 23 e verificadas nos registros fotográficos de fls. 16/18, mantendo-a trancada em sua residência após as agressões físicas, incorrendo nas sanções do art. 129, §9º, e art.148, ambos, do CPB, c/c art. 7º, I, da Lei nº 11.340/2006. Segundo relatos da vítima, a convivência familiar com o denunciado sempre foi conturbada, tendo em vista que este faz uso de substâncias entorpecentes e ingere bebidas alcoólicas. No dia dos fatos, a vítima estava em sua residência quando o denunciado chegou, visivelmente sob efeito de entorpecente, e iniciou uma discussão. Ato contínuo, o denunciado desferiu um tapa no rosto da vítima, causando-lhe lesões no lábio inferior. Ainda, o denunciado deferiu chutes contra a vítima, causando-lhe lesões na região abdominal, além de arremessar um tijolo em sua direção, atingindo-a na testa. As agressões físicas continuaram, pois o denunciado, ainda, arrastou a vítima pelo chão do quintal, causando-lhe lesões nos ombros, cotovelos e joelhos. As agressões físicas só cessaram quando a vítima desmaiou, momento em que o denunciado trancou o portão da residência do casal, impedindo, então, que ela fosse socorrida por seus familiares, e se evadiu do local levando consigo as chaves. [...] A denúncia foi recebida na data de 25/02/2019 (fl. 57), sendo imputado ao recorrente a prática dos crimes previstos nos arts. 129, § 9º, e 148, ambos do Código Penal, c/c art. 7º, I, da Lei nº 11.340/06. Ocorreu a citação do acusado e a regular tramitação do feito, que culminou na condenação do apelante nas sanções dos arts. 129, § 9º, e 148, ambos do Código Penal. Analisando detidamente os autos e o recurso interposto, verifico que não assiste total razão ao recorrente. Com efeito, a materialidade e a autoria delitiva restaram devidamente comprovadas por intermédio da Portaria nº 245/2018 (fls. 02), do Boletim de Ocorrência nº 319-917/2018 (fls. 03/04), do Exame de Lesão Corporal (fls. 23), bem como pelos elementos informativos colhidos na fase inquisitorial, corroborados pelas provas produzidas em Juízo. No que se refere à autoria, em sede inquisitorial, a testemunha DÉBORA DUARTE DA SILVA asseverou que: [] é filha de ANTÔNIA NEUMA DUARTE DE OLIVEIRA; Que comparece a esta especializada atendendo notificação policial; Que perguntada sobre os fatos ocorridos na data do dia 15/11/2018, por volta das 16:00 horas, na rua João Marcelino, 20, Bairro Mucunã, neta cidade, fato este relacionado a prática de lesão corporal, onde o companheiro da vítima de nome FRANCISCO ANDRÉ GOMES DA SILVA teria, após uma

discussão, a agredido fisicamente com um tapa no rosto que lhe atingiu o lábio inferior e ainda lhe desferiu vários chutes que a atingiu na região do abdômen, tendo ainda o mesmo pego um 'tijolo furado' e arremessado em direção a vítima que lhe atingiu a cabeça, causando sangramento e inchaço, bem como arrastou a mesma pelo chão do quintal, fato que lhe gerou lesões nos cotovelos, ombros e joelhos, disse que: no dia do fato estava na casa de uma irmã de nome Mayra, localizada no Bairro Área Seca, na cidade de Maranguape, quando recebeu uma ligação telefônica da mãe de FRANCISCO ANDRÉ; Que a mesma disse para a depoente que fosse rápido buscar sua mãe, pois 'ANDREZINHO' havia batido nela; Que a depoente imediatamente se deslocou até a casa em que sua mãe estava morando e quando chegou, encontrou o portão da casa fechado e ainda do lado de fora da casa, a depoente conseguiu ouvir sua mãe chorando, a pedindo socorro; Que naquele momento apareceu o cunhado de ANDREZINHO e pediu para a depoente esperar, pois ele iria atrás de ANDREZINHO para lhe pedir as chaves da casa; Que passado alguns minutos, RÉGIS voltou com as chaves, tendo a depoente aberto o portão e entrado na casa; Que ao entrar encontrou sua mãe na área, no chão e muito machucada; Que a depoente viu que da cabeça de sua mãe saia muito sangue; Que sua mãe lhe disse que tinha 'apanhado' de ANDREZINHO; Que o mesmo havia lhe dado um tapa no rosto que lhe atingiu o lábio inferior, lhe desferiu vários chutes que a atingiu na região do abdômen, e ainda pegou um 'tijolo furado' e arremessou em direção a sua mãe que lhe atingiu a cabeça; Que sua mãe ainda disse para a depoente que havia sido arrastada pelo chão do quintal por ANDREZINHO; Que a depoente viu as lesões nos lábios, cabeça, cotovelos, ombros e joelhos de sua genitora; Que em seguida, a depoente a levou para a sua casa e de lá, seguiram para a UPA de Maranguape, onde a vítima teve o seu primeiro atendimento; Que após passar o dia todo e a noite na UPA sua mãe foi transferida para o I.J.F (INSTITUO JOSÉ FROTA) localizado na cidade de Fortaleza onde recebeu atendimento das 10:00 horas saído ás 18:00 horas do mesmo dia; Que atualmente sua mãe está morando com depoente; Que desde este fato, sua genitora não mais viu ANDREZINHO; Que no dia em que a vítima veio até esta especializada para fazer o registro do boletim de ocorrência, a depoente a acompanhou; Que sua genitora também requereu medidas protetivas de urgência em face de FRANCISCO ANDRÉ GOMES DA SILVA; Que acrescenta a depoente que ANDREZINHO é uma pessoa muito violenta; Que o mesmo já 'tem problemas' com a justiça; Que não sabe dizer qual crime ANDREZINHO praticou; Que o mesmo sempre dizia que 'DEVIA A POLÍCIA'; Que a família da depoente nunca aprovou o relacionamento da vítima com ANDREZINHO; Que o mesmo não tem trabalho certo e também faz uso de bebidas alcoólicas e de drogas; Que inclusive, no dia do fato, o mesmo estava bêbado e drogado; Que ressalta a depoente que geralmente ANDREZINHO pode ser encontrado bêbado na pracinha do Bairro Mucunã, nesta cidade; Que o mesmo mora na casa da mãe situada a Rua João Marques, 36, Mucunã ou então pode ser encontrado no antigo endereço onde morou com a vítima, localizado à Rua João Marcelino, casa 20, também no Bairro Mucunã, Maracanaú. [...] (fls. 24/26). A testemunha LÚCIA MARTINS VIANA afirmou que: [] é amiga e sogra da filha de ANTÔNIA NEUMA DUARTE DE OLIVEIRA; Que comparece a esta especializada atendendo notificação policial; Que perguntada sobre os fatos ocorridos na data do dia 15/11/2018, por volta das 16:00 horas, na Rua João Marcelino, 20, Bairro Macunã, nesta cidade, fato este relacionado a prática de lesão corporal, onde o companheiro da vítima de nome FRANCISCO ANDRÉ GOMES DA SILVA, conhecido como ANDREZINHO, teria, após uma discussão, teria a agredido fisicamente com um tapa no rosto que lhe atingiu o lábio inferior e ainda lhe desferiu vários chutes que a atingiu na região do abdômen, tendo ainda o mesmo pego um 'tijolo furado' e arremessado em direção a vítima que lhe atingiu a cabeça, causando sangramento e inchaço, bem como arrastou a mesma pelo chão do quintal, fato que lhe gerou lesões nos cotovelos, ombros e joelhos, disse que: no dia dos fato estava em casa; Que a filha da vítima mora vizinha a casa da depoente; Que no dia do fato DÉBORA trouxe a vítima para a sua residência; Que DÉBORA chamou a depoente e disse: 'LÚCIA, vem ver como a mãe tá'; Que a depoente entrou na casa de DÉBORA e viu a vítima 'toada machucada'; Que a própria NEUMA foi quem disse para a depoente o que lhe havia acontecido; Que NEUMA ainda estava suja do sangue que havia saído de sua cabeça; Que NEUMA afirmou para a depoente que ANDREZINHO havia lhe batido; Que o mesmo lhe deu chutes na barriga, um tapa no rosto e ainda tinha jogado um 'tijolo' na cabeça da vítima; Que NEUMA ainda estava muito nervosa e chorava; Que NEUMA pediu para a depoente pegar em sua cabeça para ver se tinha machucado muito; Que a depoente percebeu que a cabeça da vítima estava inchada; Que afirma que NEUMA ainda lhe falou que tinha sido arrastada pelo quintal e que isso tinha machucado os seus joelhos, ombro e cotovelos; Que a depoente viu todas as lesões da vítima; Que a depoente conhece ANDREZINHO desde criança, mas não sabe responder como era o comportamento do mesmo dentro de casa com NEUMA; Que sabe que ANDREZINHO faz uso de bebidas alcoólicas constantemente; Que da casa de DÉBORA, NEUMA foi levada para a UPA de Maranguape e de lá foi para o I.J.F, onde teve alta no mesmo dia em que entrou; Que nos últimos dias não viu ANDREZINHO pelas redondezas de sua casa; Que não sabia que ANDREZINHO era uma pessoa violenta; Que o casal aparentava que estava tudo bem e que se discutiam, era dentro de casa, entre quatro paredes. [...] (fls. 27/28). A vítima ANTÔNIA NEUMA DUARTE DE OLIVEIRA, no inquérito instaurado, asseverou que: [] conviveu maritalmente com FRANCISCO ANDRÉ GOMES DA SILVA por quase 02 (dois) anos; Que com ele não teve filhos; Que no dia 15/11/2018, por volta das 16:00 horas a declarante estava em casa na companhia de FRANCISCO ANDRÉ, quando deu-se início a uma discussão; Que FRACISCO ANDRÉ chegou em casa visivelmente drogado; Que o mesmo é viciado em crack e também faz uso constante de bebidas alcoólicas; Que a declarante foi reclamar com o companheiro pelo fato do mesmo chegar em casa naquele estado e também por querer fazer uso de drogas dentro do lar; Que FRANCISCO ANDRÉ se alterou; Que primeiro o mesmo deu um tapa no rosto da declarante que lhe atingiu o lábio inferior; Que depois seu companheiro lhe desferiu vários chutes que lhe atingiram na região abdominal; Que FRANCISCO ANDRÉ pegou um 'tijolo furado' e o arremessou em direção a declarante; Que o tijolo lhe atingiu na cabeça o que causou de imediato sangramento e inchaço; Que além disso, FRANCISCO ANDRÉ ainda arrastou a declarante pelo chão do quintal, fato que lhe ocasionou lesões nos ombros, cotovelos e joelhos; Que a declarante afirma que desmaiou e seu companheiro achou que a declarante tivesse morrido; Que após ser agredida, ANDRÉ saiu e foi para a casa de sua genitora; Que a declarante está ciente que deverá comparecer a PEFOCE para realizar exame de corpo de delito para o qual receberá guia; Que mãe de ANDRÉ foi até a casa da declarante e de lá a mesma ligou para a filha da declarante que a levou para a UPA do município de Maranguape e no outro dia, a declarante foi transferida para o Hospital Instituto Dr. José Frota -IJF em Fortaleza, tendo recebido alta no mesmo dia à noite; Que neste momento a declarante se encontra na casa de sua filha de nome DÉBORA DUARTE DA SILVA; Que não teve mais contato com o seu companheiro; Que seu companheiro já responde a procedimentos policiais; Que deseja requere medidas protetivas em face de seu companheiro; Que deseja ser acompanhada por policiais desta especializada até a sua antiga residência para retirada de roupas e documentos pessoais; Que perguntada se desejava ir para um abrigo mantido pelo poder público para as vítimas de violência doméstica, a declarante disse que não tem interesse; Que a declarante deseja ser incluída no programa 'Paz no Lar'. [...] (fls. 05/06). Ainda na fase do inquérito policial, o indiciado FRANCISCO ANDRÉ GOMES DA SILVA afirmou que: [] cientificado das imputações que lhe são feitas sobre os fatos ocorridos na data do dia 15/11/2018, por volta das 16:00 horas, na Rua João Marcelino, 20, Bairro Macunã, nesta cidade, fato este relacionado a prática de lesão corporal, onde o interrogado, após uma discussão, teria a agredido fisicamente a vítima com um tapa no rosto que lhe atingiu o lábio inferior e ainda lhe desferiu vários chutes que a atingiu na região do abdômen, tendo ainda o mesmo pego um 'tijolo furado' e arremessado em direção a vítima que lhe atingiu a cabeça, causando sangramento e inchaço,

bem como arrastou a mesma pelo chão do quintal, fato que lhe gerou lesões nos cotovelos, ombros e joelhos, disse que: hoje por volta das 10:00 horas, estava ido para a casa de sua genitora, quando foi abordado por policiais desta especializada, os quais tinham ciência que o interrogado possuía um mandado de prisão preventiva em aberto, oriunda da 2ª Vara Criminal desta Comarca, decorrente de fato apurado no inquérito policial 128-28/2005 oriundo do 28º Distrito Policial; Que com relações aos fatos ocorridos no dia 15/11/2018, por volta das 16:00 horas, no endereço narrado acima, tem a dizer que admite que tenha agredido sua ex companheira com uma tapa no rosto, o qual ocasionou um corte no lábio da mesma, mas nega ter dado chutes e também nega ter pego um 'tijolo furado' e arremessado em direção a vítima que lhe atingiu a cabeça, bem como nega ter arrastado a vítima pelo chão do quintal; esclarece que no dia do fato, NEUMA tinha passado o dia bebendo; Que as lesões que a vítima apresentou nos cotovelos e braços foram ocasionadas pela própria vítima; Que alega que a mesma caiu sozinha 'embriagada'; Que com relação as marcas nos joelhos da vítima, o interrogado diz que na verdade, NEUMA 'escorregou' no seu antigo local de trabalho; Que não sabe explicar o corte no rosto (testa) de NEUMA; Que diz: 'Eu só taquei a mão na cara dela'; Que foi a primeira vez que o casal discutiu; Que afirma que NEUMA estava fazendo uso de bebidas alcoólicas todos os dias; Que após o fato, o interrogado foi para a casa de sua mãe que de lá mandou a chaves de casa para NEUMA ir embora, pois o mesmo havia deixado NEUMA trancada dentro de casa, pois alega que a mesma estava com uma faca de mesa para 'furar' o interrogado; Que desde este dia, o casal não se reconciliou; Que foi devidamente intimado da decisão que concedeu medidas protetivas de urgência requeridas por sua ex companheira nesta especializada; Que já responde a vários procedimentos policiais; Que já foi preso. [...] (fls. 36/37). Procedida a instrução processual, a testemunha de acusação DÉBORA DUARTE DA SILVA afirmou que a vítima é sua mãe. Relatou que a ofendida conviveu por uns 02 (dois) anos com o agressor. Asseverou que o relacionamento foi aparentemente muito tranquilo, mas que os fatos ocorreram em discussão realmente ocorreram. Afirmou que chegou na residência de sua mãe e encontro o rosto dela todo deformado. Relatou que estava na casa de sua irmã e, quando estava indo embora, recebeu uma ligação da mãe do acusado dizendo que a vítima estava quase morta. Asseverou que ficou desesperada e pegou um mototáxi. Afirmou que, quando chegou no local, encontrou o portão fechado. Relatou que começou a bater no portão e tentar arrombar. Asseverou que, um tempo depois, uma irmã do réu chegou com a chave. Afirmou que imediatamente tirou sua mãe lá de dentro e a levou para uma UPA, onde foram feitos os procedimentos e ela foi encaminhada para o IJF. Relatou que, no momento, não sabia nem de onde saia sangue. Asseverou que sua mãe lhe disse que ela e o agressor tinham entrado em uma discussão. Afirmou que a ofendida disse que foi agredida com tijolo e com socos. Relatou que sua mãe não pegou pontos no rosto pelo que lembra. Asseverou que, depois dos fatos, a ofendida e o ofensor não reataram. Afirmou que o acusado não foi mais atrás de sua mãe. A testemunha de acusação LÚCIA MARTINS VIANA afirmou que a vítima é sogra de seu filho. Relatou que sabe que a ofendida e o agressor conviveram por cerca de 02 (dois) anos. Asseverou que não tem conhecimento que os dois brigassem muito. Afirmou que ficou sabendo dos fatos quando a vítima chegou em sua casa. Relatou que a ofendida estava muito machucada. Asseverou que visualizou hematomas na cabeça. Afirmou que a vítima disse que o acusado a tinha dado tijoladas na região da cabeça. A vítima ANTÔNIA NEUMA DUARTE DE OLIVEIRA afirmou que é ex-companheira do réu e que conviveu com ele por um 01 (um) ano. Relatou que, quando começaram a se relacionar, o acusado era da igreja. Asseverou que, após um tempo, o réu parou de frequentar a igreja e continuou a beber e usar drogas, tornando-se violento. Afirmou que, quando chegava do trabalho, o réu já estava bêbado. Relatou que as bebedeiras eram durante o fim de semana. Asseverou que os fatos narrados na denúncia realmente aconteceram. Afirmou que reclamou quando o acusado chegou em casa depois de sair para beber. Relatou que imediatamente recebeu um tapa. Asseverou que o réu puxou os seus cabelos e deu chutes em sua barriga. Asseverou que foi levada para a UPA de Maranguape e de lá foi transferida para o IJF. Afirmou que o motivo da briga foi apenas o fato de ter reclamado de o acusado sair para beber. Relatou que o réu a empurrou, ocasionando a lesão nos joelhos e cotovelos. Asseverou que, depois de caída, o acusado ainda arremessou um tijolo. Afirmou que o réu apenas parou de agredi-la pois achou que ela teria morrida. Relatou que o acusado saiu e se dirigiu a casa da mãe, tendo dito que a teria matado. Asseverou que a mãe do réu ligou para sua filha, a qual foi em seu socorro. Afirmou que, quando sua filha chegou, ainda precisou ir atrás da chave para abrir o portão. Relatou que o acusado apenas entregou a chave para a sua própria irmã. Asseverou que o réu em nenhum momento a socorreu. Afirmou que não se recorda de quanto tempo ficou desmaiada. Relatou que ficou com sequelas. Asseverou que toma remédios para dormir. Afirmou que o acusado já a tinha agredido anteriormente, mas não como na data dos fatos em discussão. Relatou que não quis ter mais nenhum tipo de contato com o réu. Asseverou que o acusado ainda chegou a ir até a porta de seu trabalho, mas não quis conversar com ele. Afirmou que o réu já respondia a outros processos. Relatou que ouviu falar que o acusado se encontra preso em razão de drogas. Em Juízo, o apelante FRANCISCO ANDRÉ GOMES DA SILVA confessou parcialmente as práticas delitivas a ele imputadas. Afirmou que, de fato, chegou a agredir a vítima, mas disse que não a arrastou e nem jogou um tijolo em sua direção. Relatou que saiu para chamar a sua mãe e mandar a ofendida ir embora. Asseverou que não lesionou a vítima outras vezes. Afirmou que não bebia na época dos fatos. Relatou que apenas tacou a mão na cara dela, momento em que ela caiu e bateu o rosto no coqueiro. Asseverou que não viu a ofendida desmaiada. Afirmou que saiu de casa, pois a vítima ainda ficou atrás de confusão. No caso em comento, além do réu ter confessado parcialmente a ação delituosa, o depoimento prestado pela vítima e pelas demais testemunhas atribuem a autoria do crime ao apelante, delineando o dolo da ação plenamente, tanto em sede policial como em juízo, estando a fundamentação da sentença condenatória respaldada pelas provas produzidas mediante a garantia do contraditório e da ampla defesa. Ressalte-se que, embora as provas produzidas em sede de inquérito não possam ser utilizadas como único fundamento da sentença condenatória, estas servem, no entanto, para reforçar o convencimento do julgador, quando corroboradas com outras provas produzidas em juízo. Nesse sentido, destaca-se o entendimento do STJ de que é possível a condenação baseada em provas colhidas em sede de inquérito policial, desde que ratificada pela prova judicializada. (AgRg no HC 490.288/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 11/09/2019). Além disso, faz-se necessário destacar o especial relevo que deve ser concedido à palavra da vítima nos crimes praticados no âmbito doméstico, essencialmente dotados de clandestinidade, sobretudo quando reforçada pelas demais provas constantes nos autos, em conformidade com o entendimento reiteradamente adotado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CRIME DE AMEAÇA. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA PENAL. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. VALORAÇÃO NEGATIVA. UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...] 2. Nesse contexto, a alteração das conclusões a que chegou o Tribunal de origem, a fim de absolver o réu por insuficiência de provas, demandaria necessariamente o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado sumular n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça. 3. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, em se tratando de crimes praticados no âmbito doméstico, a palavra da vítima tem valor probante diferenciado, desde que corroborada por outros elementos probatórios, tal como ocorrido na espécie. [...] (AgRg no AREsp 1495616/AM, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. DENÚNCIA. LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO. INDÍCIOS DE

AUTORIA. PALAVRA DA VÍTIMA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Dispõe o art. 395, III, do Código de Processo Penal que a denúncia será rejeitada quando faltar justa causa para a ação penal, consubstanciada no lastro probatório mínimo e firme, indicativo da autoria e da materialidade da infração penal. 2. Havendo, na peça acusatória, a descrição dos indícios suficientes de autoria que apontam para o cometimento do crime de ameaça, praticado por ex-companheiro, e ainda lastro probatório mínimo, não há falar em inépcia da denúncia, a obstar prematuramente a ação penal pela prática do delito do art. 147 do Código Penal. 3. No âmbito da violência doméstica, a palavra da vítima ganha especial importância, ainda que colhida extrajudicialmente, por se tratar de infrações praticadas na clandestinidade. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1353090/MT, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 03/05/2019) Observa-se que a defesa requer a absolvição do apelante em relação ao cometimento do crime de cárcere privado devido à suposta inexistência de provas suficientes para comprovar a configuração do delito, entretanto, como bem indica o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, o acervo probatório constante nos autos permite formular juízo de certeza sobre a autoria e a materialidade delitiva do fato criminoso, visto que a presença do boletim de ocorrência, do auto de exame de corpo de delito, da declaração da vítima e dos depoimentos prestados pelas testemunhas, os quais não apresentam nenhuma circunstância que lhes retire a credibilidade ou que denote desarmonia com o conjunto probatória presente nos autos, constituem ensejo suficiente para o decreto da decisão condenatória no que tange à configuração delitiva dos crimes em comento, não havendo dúvidas quanto à perpetração dos delitos previstos nos arts. 129, § 9º, e 148 do Código Penal, em sua forma consumada. Passo à análise da dosimetria da pena em relação ao crime previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal. Na primeira fase, houve a fixação da pena-base em 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 03 (três) dias acima do patamar mínimo previsto em lei, ou seja, em 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 03 (três) dias de detenção, sendo consideradas desfavoráveis a culpabilidade, a personalidade do agente e as consequências do crime. Após atenta análise das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59, do Código Penal, verificou-se que a culpabilidade do agente restou anormal à espécie delitiva, uma vez que o acusado agrediu a vítima com elevada agressividade, no interior de sua própria residência, denotando a maior censurabilidade de sua conduta. Em relação aos antecedentes, somente serão consideradas as condenações definitivas por crime anterior à prática do fato descrito nos presentes autos que não impliquem em reincidência, de modo que eventuais inquéritos policiais e ações penais em andamento não justificam a elevação da basilar acima do mínimo legal. No que diz respeito à conduta social, não há elementos suficientes para a sua constatação, não sendo possível considerar tal circunstância judicial como desfavorável, já que não existem fundamentos concretos para a verificação dos elementos extrapenais que poderiam caracterizar negativamente tal circunstância judicial. Idem em relação à personalidade. Acerca dos motivos, entendo que são comuns ao tipo penal em tela. Em relação às circunstâncias do crime, elementos que não compõem o crime, mas que influenciam em sua gravidade, verifico que se apresentam comuns ao delito de lesão corporal qualificada em comento. No tocante às consequências do crime, observa-se que, além de a vítima ter precisado ser hospitalizada após os fatos em discussão, ainda permaneceu tomando remédios para dormir, fato que revela o intenso abalo psicológico proveniente do trauma suportado, elementos hábeis a demonstrar a extrapolação dos limites do tipo penal em tela. Ademais, sobre o comportamento da vítima, este Tribunal de Justiça já sumulou seu entendimento sobre a impossibilidade de negativação de tal vetor, de forma a prejudicar o réu. Desta forma, altero a pena-base para 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção, ou seja, para 08 (oito) meses e 07 (sete) dias acima do mínimo legal, considerando como desfavoráveis a culpabilidade e as consequências do crime. Na segunda fase, reconheço a existência de uma circunstância agravante (reincidência - art. 61, I, do CP), caracterizada pelo trânsito em julgado relativo ao processo de execução nº 0005408-45.2015.8.06.0117, e de uma circunstância atenuante (confissão espontânea - art. 65, III, ''d'', do CP), mas, considerando a jurisprudência pacífica sobre a compensação de ambas, mantenho a pena intermediária no mesmo patamar da pena basilar, em 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção. Na terceira fase, em virtude da ausência de causas de aumento e de diminuição, fixo definitivamente a pena privativa de liberdade em 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção, mesmo patamar da pena intermediária. Passo à análise da dosimetria da pena relativa ao crime previsto no art. 148 do Código Penal. Na primeira fase, houve a fixação da pena-base em 11 (onze) meses acima do patamar mínimo previsto em lei, ou seja, em 01 (um) ano e 11 (onze) meses de reclusão, sendo consideradas desfavoráveis a culpabilidade, a personalidade do agente e as consequências do crime. Após atenta análise das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59, do Código Penal, verificou-se que a culpabilidade do agente restou anormal à espécie delitiva, uma vez que o acusado manteve a vítima em cárcere privado depois dessa desfalecer devido às lesões corporais a que foi submetida, denotando a maior reprovabilidade de sua conduta. Em relação aos antecedentes, somente serão consideradas as condenações definitivas por crime anterior à prática do fato descrito nos presentes autos que não impliquem em reincidência, de modo que eventuais inquéritos policiais e ações penais em andamento não justificam a elevação da basilar acima do mínimo legal. No que diz respeito à conduta social, não há elementos suficientes para a sua constatação, não sendo possível considerar tal circunstância judicial como desfavorável, já que não existem fundamentos concretos para a verificação dos elementos extrapenais que poderiam caracterizar negativamente tal circunstância judicial. Idem em relação à personalidade. Acerca dos motivos, entendo que são comuns ao tipo penal em tela. Em relação às circunstâncias do crime, elementos que não compõem o crime, mas que influenciam em sua gravidade, verifico que se apresentam comuns ao delito. No tocante às consequências do crime, observa-se que a vítima permaneceu tomando remédios para dormir, fato que revela o intenso abalo psicológico proveniente do trauma suportado, elemento hábil a demonstrar a extrapolação dos limites do tipo penal. Ademais, sobre o comportamento da vítima, este Tribunal de Justiça já sumulou seu entendimento sobre a impossibilidade de negativação de tal vetor, de forma a prejudicar o réu. Desta forma, altero a pena-base para 01 (um) anos e 06 (seis) meses de reclusão, ou seja, para 06 (seis) meses acima do mínimo legal, considerando como desfavoráveis a culpabilidade e as consequências do crime. Na segunda fase, inexistem circunstâncias atenuantes a serem consideradas. Contudo, reconheço a circunstância agravante da reincidência (art. 61, I, do CP), considerando o trânsito em julgado de sentença condenatória resultante nos autos do processo de execução nº 0005408-45.2015.8.06.0117, pelo que aumento a pena à razão de 1/6, para fixá-la em 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão. Na terceira fase, em virtude da ausência de causas de aumento e de diminuição, fixo definitivamente a pena privativa de liberdade em 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão, mesmo patamar da pena intermediária. Assim, levando em consideração a regra prevista no art. 69 do Código Penal, deve o réu cumprir um total de 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção e de 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão, pelo cometimento dos crimes em tela na forma do concurso material. Em sequência, no tangente ao pleito de redução da pena pecuniária para o mínimo legal, registra-se que nenhuma foi imposta na decisão vergastada, em consonância com a literalidade da Lei nº. 11.340/06, que veda a aplicação de pena de multa aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Por fim, considerando a coadunação dos termos do art. 33, § 2º, ''c'', do Código Penal e do entendimento emanado pelo enunciado de súmula nº 269 do STJ, a fixação do regime semiaberto se impõe para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade cominada, nos termos impostos pelo magistrado sentenciante. Diante do exposto, CONHEÇO da presente Apelação Criminal, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, redimensionando a pena para um total de 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção e de 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão. É como voto. Fortaleza-CE, 28 de

setembro de 2021. DESEMBARGADOR FRANCISCO CARNEIRO LIMA Relator

0102136-69.2019.8.06.0001Apelação Criminal. Apelante: Michael Santos da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO CARNEIRO LIMA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ELEMENTOS PRODUZIDOS NOS AUTOS QUE NÃO DÃO CERTEZA DE QUE A DROGA ERA DESTINADA À DIFUSÃO ILÍCITA. POUCA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDA (8g DE MACONHA). DESCLASSIFICAÇÃO DE PORTE PARA CONSUMO PESSOAL. VIABILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. 1. O art. 28, § 2º, da Lei nº 11.343/06 dispõe que a determinação de que a droga destina-se ao consumo pessoal (ou ao tráfico, por consequência) atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoas, bem como à conduta social e aos antecedentes do agente. 2. No caso dos autos, os policiais militares que participaram da prisão e foram ouvidos em juízo não forneceram informações capazes de ensejar a conclusão de que a droga apreendida destinava-se ao tráfico, sendo a pequena quantidade de entorpecente compatível com o consumo pessoal alegado pelo recorrente, pois o fato de o apelante ter sido preso com dinheiro trocado R$ 40,00 não é suficiente para se inferir que ele estava traficando. Demais disso, nada mais foi encontrado com o réu e, no momento da abordagem, não foi observada movimentação de tráfico de drogas. 3. Observa-se, ainda, que apesar de os policiais afirmarem que o local da prisão se tratava de um ponto de venda de drogas, ambos explicitaram que a abordagem foi motivada pelo simples fato de que o acusado estava em atitude suspeita. Assim, as condições em que se desenvolveu a ação não permitem concluir que o acusado, naquela ocasião, pretendia traficar a substância apreendida, pois os policiais ouvidos em juízo não o visualizaram em atitude típica de traficância, tendo decidido pela abordagem, tão somente, por entenderem que o réu estava em atitude suspeita. 4. Ademais, a quantidade de droga apreendida foi bastante reduzida, apenas 8 gramas de maconha, de forma a enfraquecer ainda mais a configuração do delito de tráfico. Não é irrazoável entender, portanto, que um usuário de maconha, sem qualquer indicativo de traficância, guardaria tal quantidade para uso. 5. Diante do cenário fático-probatório, as provas existentes nos autos não comprovam com a certeza inabalável, como requer uma condenação penal, que o acusado praticou a conduta tipificada no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06. 6. Por conseguinte, deve ser desclassificada a conduta do tráfico de drogas para o delito previsto no artigo 28, caput, da Lei n. 11.340/2006, com remessa a um dos Juizados Especiais Criminais, juízo competente para julgamento dos crimes de menor potencial ofensivo e aplicação da respectiva sanção, nos termos do art. 60 e 61 da Lei nº 9.099/95. 7. Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal acima epigrafada, ACORDAM os Desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 28 de setembro de 2021 DESEMBARGADOR FRANCISCO CARNEIRO LIMA Relator

Total de feitos: 2

TJCENEXE - Apelação Crime
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0027737-41.2012.8.06.0025Apelação Criminal. Apelante: S. B. F.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. EXTORSÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CRIME FORMAL. SÚMULA Nº 96 DO STJ. 1. A materialidade e autoria delitiva do crime estão demonstradas através do Auto de Prisão em Flagrante e das provas testemunhais. 2. Em sede de inquérito policial, a vítima, Darlene Benevenuto Silva, relatou que o ora recorrente lhe ameaçou e exigiu a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) para sair de sua casa. Em audiência de instrução, a vítima, todavia, mudou a sua narrativa, declarando que afirmou, na Delegacia, que o então réu lhe havia exigido dinheiro porque estava nervosa. Observo, contudo, que Darlene Silva reatou o relacionamento com o ora recorrente, com ele mantendo uma união estável; sendo, infelizmente, comum as vítimas alterarem os fatos, nesse contexto, a fim de não prejudicarem o companheiro. 3. José Ribamar dos Santos Júnior declarou que a vítima afirmou para a composição militar que seu ex-companheiro estava lhe exigindo R$ 1.000,00 (mil reais) para sair da casa, onde adentrara de forma violenta, quebrando o portão. Asseverou que a vítima informou que o então réu lhe ameaçou caso não pagasse a quantia exigida e que, na Delegacia, ela retornou a sofrer ameaça (p. 97). 4. É cediço que o juiz não pode formar seu convencimento tão somente pelos elementos colhidos em fase inquisitorial, que não foram submetidos ao contraditório; todavia não é o que ocorre no presente caso, porquanto, a prova testemunhal se direciona no mesmo sentido daqueles. 5. Em nenhum momento dos autos restou demonstrado que o dinheiro exigido da vítima era, de fato, devido ao apelante; sendo ônus deste comprová-lo, nos termos do art. 156 do CPP, o que não o fez. Assim, a conduta do recorrente se amolda ao fato típico previsto no art. 158 do Código Penal. 6. A extorsão é crime formal, consumando-se no momento em que o agente constrange a vítima a lhe conceder uma vantagem econômica indevida. O sucesso de sua empreitada ilegal configura mero exaurimento do delito. Súmula nº 96 do STJ. 7. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer o apelo para lhe negar provimento; nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 28 de setembro de 2021. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0638396-23.2021.8.06.0000Embargos de Terceiro Criminal. Embargante: Natal Marcelino de Moura. Advogado: Raimundo Nonato de Medeiros Filho (OAB: 13937/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGADOS DE TERCEIROS. SEQUESTRO DE BEM MÓVEL. DESNECESSIDADE DE TRÂNSITO EM JULGADO. INCIDÊNCIA DO ART. 129 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. VEÍCULO AUTOMOTOR ADQUIRIDO DE BOA-FÉ. AQUISIÇÃO ANTES DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL. 1. Prefacialmente, em que pese o processo de origem (proc. 0065626-20.2016.8.06.0112 - aguardando apreciação de Recurso Especial pelo STJ) ainda não tenha transitado em julgado, o objeto

do presente embargos de terceiro enquadra-se no dispositivo do art. 129 do Código de Processo Penal, pois o embargante é pessoa diversa dos réus que foram processados e julgados no processo principal. Somente seria necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória (art. 130, parágrafo único, do CPP), caso houvesse embargos do próprio acusado (art. 130, I, do CPP) ou embargos de terceiro que adquiriu o bem do(s) acusado(s) de boa-fé (art. 130, II, do CPP). Precedentes. 2. Diante da análise dos elementos fáticos postos nos autos, percebe-se que o juiz singular da 1º Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte deferiu representação formulada pela autoridade policial para o sequestro do bem móvel Chevrolet Prisma Joy, placa POQ-3020, flex, cor preta, ano Fab./mod. 2016/2017 e anotações de restrições no RENAJUD (págs. 125/132 do proc. nº 0050269-63.2017.8.06.0112), sendo o mandado de sequestro expedido em 1º/07/2017 (págs. 157/158), cujo bem seria teria sido supostamente adquirido pela ré CÍCERA GOMES DE LIMA. 3. O embargante acostou aos autos recibo acerca da compra do veículo automotor adquirido da concessionária de veículos Ética Comércio de Veículos Multimarcas LTDA na data de 13/03/2017, cuja forma de pagamento fora com a entrada de um veículo Ônix e a quantia remanescente financiada junto à instituição financeira (pág. 12). Detalhou ainda que pelo histórico do veículo, a proprietária de origem era Luziana Lourenço de Sousa, encontrando-se atualmente na titularidade do embargante, como consta às págs. 13/16, sendo o ato de restrição judicial no sistema RENAJUD incluído na data de 18/07/2017 (pág. 17). Frisa-se ainda que a empresa Ética Comércio informou que adquiriu o bem móvel da empresa denominada Valtério Caminhões que estava o veículo em nome de Luziana Lourenço de Sousa (pág. 20). 4. Nota-se que o embargante comprovou que adquiriu o veículo automotor de boa-fé, inclusive, de uma concessionária de veículos, sendo a tradiçãodo bem concretizada antes mesmo da constrição judicial, mais especificamente após 4 (quatro) meses. Logo, pela negociação jurídica pactuada na compra do veículo, formas de pagamento, comprovantes de histórico do veículo junto ao DETRAN/CE e período da aquisição do bem, não há dúvida acerca da sua propriedade, nos termos do art. 120, do Código de Processo Penal. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de restituição de bem apreendido nº 0638396-23.2021.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso do embargante, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Desembargador Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Habeas Corpus
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0620201-53.2022.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Evandro Rocha. Paciente: Marcos Venícius Sousa Lima. Advogado: Francisco Evandro Rocha (OAB: 6150/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. CORRUPÇÃO DE MENOR. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. 2. No caso, porém, a manutenção da custódia cautelar do paciente é manifestamente ilegal. Primeiro porque o prazo para a conclusão do inquérito policial há muito está extrapolado, eis que o paciente se encontra preso preventivamente há um ano e quatro meses e, desde então, o procedimento investigatório mal andou, pois ainda estão pendentes de cumprimento várias diligências requeridas pelo Ministério Público. Segundo, porque não existem indícios suficientes de que o paciente seja um dos autores dos crimes em apuração, conforme reconhecido pelo próprio órgão ministerial em seu parecer, sendo exatamente este o motivo pelo qual o paciente ainda não foi denunciado. 3. Ordem concedida, com extensão de benefício ao corréu do processo. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente writ e CONCEDER a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0632189-08.2021.8.06.0000/50000Embargos de Declaração Criminal. Embargante: Marcílio Pires de Sousa. Advogada: Maria Erbênia Rodrigues (OAB: 5853/CE). Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. MATÉRIA NÃO APRECIADA. OMISSÃO DETECTADA. MÍDIAS DIGITAIS DO PROCESSO JÁ DISPONÍVEIS PARA CONSULTA NA SECRETARIA DO JUÍZO. DEVIDO PROCESSO LEGAL OBSERVADO. MATÉRIA SUPERADA. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. 1. Os embargos de declaração, a teor do artigo 619 do Código de Processo Penal, prestam-se a sanar ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no acórdão, constituindo-se em instrumento de perfectibilização dos provimentos jurisdicionais, proporcionando ao magistrado prolator da decisão atacada uma nova oportunidade de revisitar e reanalisar o julgado, à vista de possíveis defeitos sanáveis pontuados pelo embargante, de modo que o corrija, complemente ou esclareça, tal como no caso dos autos. 2. Detectada a omissão do julgado quanto à alegação de nulidade processual, por cerceamento de defesa, por supostamente não ter sido assegurado à defesa do paciente acesso as mídias digitais do processo em sua integralidade. 3. A Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal dispõe que "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados, em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa". 4. No caso, porém, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa e ofensa à Súmula n. 14 do STF, visto que já houve determinação do juízo de origem para que a serventia providenciasse o acesso de todos os defensores aos autos cautelares, além do que as mídias digitais requeridas atualmente encontram-se na secretaria do juízo, disponíveis para consulta das partes, caso assim desejarem, de modo que a matéria suscitada pela impetrante no presente habeas corpus atualmente está superada, encontrando-se hígido o feito, não se visualizando qualquer nulidade passível de correção, pois observado o devido processo legal. 5. Embargos acolhidos, mas sem atribuição de efeitos modificativos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por decisão unânime, em acolher os embargos de declaração para suprir a omissão apontada, mas sem atribuir-lhes efeitos modificativos, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0636391-28.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Phablo Henrik Pinheiro do Carmo. Paciente: Antônio

Wesley Caetano de Souza. Advogado: Phablo Henrik Pinheiro do Carmo (OAB: 32714/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: PREVENTIVA. SETE MESES. COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. CARTAS PRECATÓRIAS. CITAÇÃO POR EDITAL. SÚMULA 15 DO TJCE. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. A concessão de habeas corpus, em razão da configuração de excesso de prazo é uma medida excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação ou resulte de inércia do próprio aparato judicial, tal como ocorre no caso dos autos. 2. No caso, o elastério prazal está devidamente justificado pela pluralidade de réus (doze), necessidade de expedição de cartas precatórias e intimação de corréu por edital, fazendo incidir o entendimento consolidado na Súmula nº 15 deste Tribunal de Justiça, segundo a qual "Não há que se falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais". 3. O feito tem curso regular, compatível com as peculiaridades do caso, não havendo notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, em conformidade com o voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0636530-77.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Ana Flávia Martins Braga da Silva. Paciente: Francisca Juliane de Menezes Abreu. Advogada: Ana Flávia Martins Braga da Silva (OAB: 40609/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTO IDÔNEO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. Improcedente a alegação de constrangimento ilegal decorrente de ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão cautelar, posto que respalda em dados fáticos, assim como em justificativas idôneas e suficientes, como forma de garantir a ordem pública, atendendo aos requisitos do artigo 93, IX, da Constituição Federal e artigos 312 e 315 do Código de Processo Penal. 2. A prisão cautelar está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade do paciente, a qual restou evidenciada por sua reiteração delitiva, porquanto já responde a outras três ações penais, sendo uma pelo crime de roubo majorado e duas por furto, sendo seu recolhimento ao ergástulo a única forma de garantir que não voltará a delinquir no curso do processo. Incidência da Súmula 52 deste egrégio Tribunal de Justiça. 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos nº 0636530-77.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente habeas corpus, mas para denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0636664-07.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Gleidson Gomes Silva. Paciente: Francisco José Negreiros Lopes. Advogado: Gleidson Gomes Silva (OAB: 26706/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RISCO À ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. 1. Considerando a previsão expressa de cláusula inscrita no próprio texto da Constituição da República (CF, art. 5º, LXI), verifica-se ser possível a decretação da privação cautelar da liberdade individual, a qual, por isso mesmo, não conflita com a presunção constitucional de inocência (CF, art. 5º, LVII). Porém, dado o caráter excepcional da medida, somente deve ser ordenada em situações de absoluta e real necessidade 2. No entanto, para que a prisão processual seja considerada legítima em face de nosso sistema jurídico, deve evidenciar, com fundamento em base empírica idônea, razões justificadoras da imprescindibilidade da medida, além de satisfazer os pressupostos a que se refere o artigo 312 do Código de Processo Penal (prova da existência material do crime e indício suficiente de autoria). 3. No caso, a custódia cautelar está devidamente justificada como forma de garantia da ordem pública, diante da periculosidade social do paciente, a qual restou evidenciada pela gravidade concreta dos crimes a ele imputados, bem como diante da necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, fundamentos estes que são considerados pela jurisprudência pátria como idôneos e suficientes para a prisão preventiva, bem como que, nesses casos, a imposição de medidas cautelares alternativas é insuficiente para a garantia da ordem pública. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do presente habeas corpus, mas para denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0636703-04.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Fernanda Barbosa Maciel da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. HABITUALIDADE NA TRAFICÂNCIA. FUNDAMENTO IDÔNEO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. Improcedente a alegação de constrangimento ilegal decorrente de ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão cautelar, posto que respalda em dados fáticos, assim como em justificativas idôneas e suficientes, como forma de garantir a ordem pública, atendendo aos requisitos do artigo 93, IX, da Constituição Federal e artigos 312 e 315 do Código de Processo Penal. 2. A prisão cautelar está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade do paciente, pois, conforme ressaltado pelo magistrado de primeiro grau, há fortes indícios de que a paciente e o corréu, em associação, estejam há muitos anos praticando tráfico de drogas na região, elemento concreto que bem demonstra seu elevado grau de periculosidade e o risco de reiteração delitiva caso seja posto em liberdade. 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 4. Eventual existência de condições pessoais favoráveis não se constitui, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 5. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente habeas corpus, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0636811-33.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: José Hélcio Simplício. Paciente: Oséas Fernandes de Pinho. Advogado: José Hélcio Simplício (OAB: 23701/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Farias

Brito. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTO IDÔNEO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVIES. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. É suficientemente fundamentada a decisão que decreta a prisão preventiva em que o magistrado prolator destaca a materialidade do crime, a presença dos indícios suficientes de autoria e a necessidade da decretação da medida como garantia da ordem pública, em razão da periculosidade social do paciente, evidenciada pela gravidade concreta do crime imputado. 2. No caso, conforme ressaltado pelo magistrado, "a morte de Raimundo Bezerra da Silva se tratou de crime de acentuada gravidade, cometido com possível premeditação e concurso de agentes que, supostamente, sabiam de um eventual prêmio recebido por "jogo" pelo falecido, com o objetivo aparente de subtração de dinheiro e bens, mediante violência real e fatal contra a pessoa, o qual fora encontrado, conforme laudo de exame cadavérico (fls. 124/126) e boletim de ocorrência e declarações de fls. 19/20, em baixo da cama, sem vida o que demonstra a gravidade em concreto do delito a ensejar necessidade de providência judiciais necessárias à garantia da ordem pública, além da aplicação da lei penal, na medida em que os investigados embora negando os fatos e ficando um a imputar o delito ao outro, ao que se pode verificar em uma análise preliminar, atuaram na verdade em conjunto (o que será melhor apurado em instrução penal em futura ação penal sob o crivo do contraditório e da ampla defesa).". 3. As circunstâncias da prática do delito bem evidenciam a ousadia e maior periculosidade do paciente, mostrando que sua prisão é mesmo devida para o fim de acautelar-se o meio social, evitando-se, inclusive, com a medida, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade. 4. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 5. A existência de condições subjetivas favoráveis não se constitui, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 6. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0636811-33.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do presente habeas corpus, mas para denegar a ordem. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0636838-16.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: João Carlos de Lima Thomeny. Paciente: José Narcélio da Silva Júnior. Advogado: João Carlos de Lima Thomeny (OAB: 27305/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR C/C TRABALHO EXTERNO. DEMORA IRRAZOÁVEL PARA APRECIAÇÃO DO PEDIDO NO PRIMEIRO GRAU. QUATRO MESES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONFIGURAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A jurisprudência esta Corte admite a interposição de habeas corpus visando a determinação para que a autoridade impetrada analise a pretensão em prazo estabelecido, quando configurada manifesta ilegalidade por excesso de prazo, nos casos de demora na prática de algum ato processual que esteja na iminência de superar os limites da razoabilidade. 2. Configura constrangimento ilegal, a ensejar a concessão da ordem de ofício, a demora irrazoável para o impulsionamento do pedido de prisão domiciliar c/c trabalho externo apresentado pela defesa, paralisado há mais de quatro meses, configurando verdadeira negativa de prestação jurisdicional. 3. Ordem concedida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0636838-16.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do presente habeas corpus e conceder a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0636846-90.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Gabriel Pinto da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CORRUPÇÃO DE MENOR. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. ORDEM DENEGADA. 1. A decisão judicial que decreta ou mantém a prisão cautelar, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, consoante os artigos 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal. 2. No caso, a manutenção da prisão cautelar está devidamente na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade do paciente, a qual restou evidenciada pelo fato dele ter descumprido as medidas cautelares anteriormente impostas, bem como por ter sido preso em flagrante pela prática de outro crime no curso do processo, elementos concretos que bem demonstram que seu recolhimento ao ergástulo é a única forma de garantir que não voltará a delinquir no curso do processo. 3. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637297-18.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: K. G. de C.. Impetrante: C. Q. A.. Impetrante: A. C. N. M.. Paciente: A. R. da C.. Advogado: Kaio Galvão de Castro (OAB: 31507/CE). Advogado: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE). Advogada: Ana Caroline Nunes Martins (OAB: 43766/CE). Impetrado: J. de D. da V. de D. de O. C. da C. de F.. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECRETAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NOS INCISOS I, IV, V E IX DO ART. 319 DO CPP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REVOGAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Nos termos do artigo 282 da Lei Adjetiva Penal, as medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. 2. A aplicação da medida cautelar de afastamento da função pública está devidamente justificada, tendo em vista que o ora paciente é suspeito de integrar uma organização criminosa instalada dentro da Divisão ao Combate do Tráfico de Drogas da Polícia Civil do Estado do Ceará, voltada para a prática dos crimes de embaraço à investigação de organização criminosa, roubo, extorsão, tortura, tráfico de drogas, abuso de autoridade, violação de domicílio, receptação, favorecimento pessoal e usurpação de função pública, supostamente praticados por policiais civis (delegados e inspetores) e por terceiros (pessoas envolvidas com tráfico de drogas), estando presente o nexo funcional entre os delitos apurados e a atividade desenvolvida pelo paciente, havendo a necessidade do deferimento da medida cautelar como forma de impedir a continuidade da utilização indevida do cargo. 3. Todavia, observa-se que o colegiado de magistrados da vara especializada não fundamentou adequadamente sua decisão na parte que impôs as demais medidas cautelares diversas da prisão, sendo apenas mencionado como essas medidas seriam cumpridas, e não os motivos para a sua incidência. 4. Ordem parcialmente concedida, para revogar as medidas cautelares previstas nos incisos I, IV, V e IX do

art. 319 do CPP, impostas ao paciente pelo juiz impetrado, por ausência de fundamentação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do presente habeas corpus e CONCEDER PARCIALMENTE a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637323-16.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Jefferson Vasconcelos Freitas. Paciente: José Patrício de Maria. Advogado: Jefferson Vasconcelos Freitas (OAB: 32713/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Morrinhos. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA 52 DO STJ. REVISÃO DA MEDIDA CAUTELAR REALIZADA NO PRAZO NONAGESIMAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. Em razão do encerramento da instrução criminal, não há que se falar em constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa. Incidência da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça. 2. Infere-se que no dia 18.11.2021 o juiz impetrado indeferiu o pedido de revogação de prisão do paciente, ressaltando a necessidade da manutenção da medida como garantia da ordem pública, de modo que restou cumprida a obrigação prevista no artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal. 3. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas corpus nº 0637323-16.2021.8.06.0000 , acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637410-69.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Kaio Galvão de Castro. Impetrante: Cristiano Queiróz Arruda. Impetrante: Ana Caroline Nunes Martins. Paciente: Antonio Henrique Gomes de Araújo - Inspetor de Polícia Civil. Advogado: Kaio Galvão de Castro (OAB: 31507/CE). Advogado: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE). Advogada: Ana Caroline Nunes Martins (OAB: 43766/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECRETAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NOS INCISOS I, IV, V E IX DO ART. 319 DO CPP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REVOGAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Nos termos do artigo 282 da Lei Adjetiva Penal, as medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. 2. A aplicação da medida cautelar de afastamento da função pública está devidamente justificada, tendo em vista que o ora paciente é suspeito de integrar uma organização criminosa instalada dentro da Divisão ao Combate do Tráfico de Drogas da Polícia Civil do Estado do Ceará, voltada para a prática dos crimes de embaraço à investigação de organização criminosa, roubo, extorsão, tortura, tráfico de drogas, abuso de autoridade, violação de domicílio, receptação, favorecimento pessoal e usurpação de função pública, supostamente praticados por policiais civis (delegados e inspetores) e por terceiros (pessoas envolvidas com tráfico de drogas), estando presente o nexo funcional entre os delitos apurados e a atividade desenvolvida pelo paciente, havendo a necessidade do deferimento da medida cautelar como forma de impedir a continuidade da utilização indevida do cargo. 3. Todavia, observa-se que o colegiado de magistrados da vara especializada não fundamentou adequadamente sua decisão na parte que impôs as demais medidas cautelares diversas da prisão, sendo apenas mencionado como essas medidas seriam cumpridas, e não os motivos para a sua incidência. 4. Ordem parcialmente concedida, para revogar as medidas cautelares previstas nos incisos I, IV, V e IX do art. 319 do CPP, impostas ao paciente pelo juiz impetrado, por ausência de fundamentação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do presente habeas corpus e CONCEDER PARCIALMENTE a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637441-89.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Kaio Galvão de Castro. Impetrante: Cristiano Queiroz Arruda. Impetrante: Ana Caroline Nunes Martins. Paciente: Ivan Ferreira da Silva Junior. Advogado: Kaio Galvão de Castro (OAB: 31507/CE). Advogado: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE). Advogada: Ana Caroline Nunes Martins (OAB: 43766/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECRETAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NOS INCISOS I, IV, V E IX DO ART. 319 DO CPP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REVOGAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Nos termos do artigo 282 da Lei Adjetiva Penal, as medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. 2. A aplicação da medida cautelar de afastamento da função pública está devidamente justificada, tendo em vista que o ora paciente é suspeito de integrar uma organização criminosa instalada dentro da Divisão ao Combate do Tráfico de Drogas da Polícia Civil do Estado do Ceará, voltada para a prática dos crimes de embaraço à investigação de organização criminosa, roubo, extorsão, tortura, tráfico de drogas, abuso de autoridade, violação de domicílio, receptação, favorecimento pessoal e usurpação de função pública, supostamente praticados por policiais civis (delegados e inspetores) e por terceiros (pessoas envolvidas com tráfico de drogas), estando presente o nexo funcional entre os delitos apurados e a atividade desenvolvida pelo paciente, havendo a necessidade do deferimento da medida cautelar como forma de impedir a continuidade da utilização indevida do cargo. 3. Todavia, observa-se que o colegiado de magistrados da vara especializada não fundamentou adequadamente sua decisão na parte que impôs as demais medidas cautelares diversas da prisão, sendo apenas mencionado como essas medidas seriam cumpridas, e não os motivos para a sua incidência. 4. Ordem parcialmente concedida, para revogar as medidas cautelares previstas nos incisos I, IV, V e IX do art. 319 do CPP, impostas ao paciente pelo juiz impetrado, por ausência de fundamentação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do presente habeas corpus e CONCEDER PARCIALMENTE a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637443-59.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Kaio Galvão de Castro. Impetrante: Cristiano Queiroz Arruda. Impetrante: Ana Caroline Nunes Martins. Paciente: Rafael de Oliveira Domingues. Advogado: Kaio Galvão de Castro (OAB: 31507/CE). Advogado: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE). Advogada: Ana Caroline Nunes Martins (OAB: 43766/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA

EDNA MARTINS. EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECRETAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NOS INCISOS I, IV, V E IX DO ART. 319 DO CPP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REVOGAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Nos termos do artigo 282 da Lei Adjetiva Penal, as medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. 2. A aplicação da medida cautelar de afastamento da função pública está devidamente justificada, tendo em vista que o ora paciente é suspeito de integrar uma organização criminosa instalada dentro da Divisão ao Combate do Tráfico de Drogas da Polícia Civil do Estado do Ceará, voltada para a prática dos crimes de embaraço à investigação de organização criminosa, roubo, extorsão, tortura, tráfico de drogas, abuso de autoridade, violação de domicílio, receptação, favorecimento pessoal e usurpação de função pública, supostamente praticados por policiais civis (delegados e inspetores) e por terceiros (pessoas envolvidas com tráfico de drogas), estando presente o nexo funcional entre os delitos apurados e a atividade desenvolvida pelo paciente, havendo a necessidade do deferimento da medida cautelar como forma de impedir a continuidade da utilização indevida do cargo. 3. Todavia, observa-se que o colegiado de magistrados da vara especializada não fundamentou adequadamente sua decisão na parte que impôs as demais medidas cautelares diversas da prisão, sendo apenas mencionado como essas medidas seriam cumpridas, e não os motivos para a sua incidência. 4. Ordem parcialmente concedida, para revogar as medidas cautelares previstas nos incisos I, IV, V e IX do art. 319 do CPP, impostas ao paciente pelo juiz impetrado, por ausência de fundamentação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do presente habeas corpus e CONCEDER PARCIALMENTE a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637445-29.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Kaio Galvão de Castro. Impetrante: Cristiano Queiroz Arruda. Impetrante: Ana Caroline Nunes Martins. Paciente: Petrônio Jerônimo dos Santos. Advogado: Kaio Galvão de Castro (OAB: 31507/CE). Advogado: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE). Advogada: Ana Caroline Nunes Martins (OAB: 43766/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECRETAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NOS INCISOS I, IV, V E IX DO ART. 319 DO CPP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REVOGAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Nos termos do artigo 282 da Lei Adjetiva Penal, as medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. 2. A aplicação da medida cautelar de afastamento da função pública está devidamente justificada, tendo em vista que o ora paciente é suspeito de integrar uma organização criminosa instalada dentro da Divisão ao Combate do Tráfico de Drogas da Polícia Civil do Estado do Ceará, voltada para a prática dos crimes de embaraço à investigação de organização criminosa, roubo, extorsão, tortura, tráfico de drogas, abuso de autoridade, violação de domicílio, receptação, favorecimento pessoal e usurpação de função pública, supostamente praticados por policiais civis (delegados e inspetores) e por terceiros (pessoas envolvidas com tráfico de drogas), estando presente o nexo funcional entre os delitos apurados e a atividade desenvolvida pelo paciente, havendo a necessidade do deferimento da medida cautelar como forma de impedir a continuidade da utilização indevida do cargo. 3. Todavia, observa-se que o colegiado de magistrados da vara especializada não fundamentou adequadamente sua decisão na parte que impôs as demais medidas cautelares diversas da prisão, sendo apenas mencionado como essas medidas seriam cumpridas, e não os motivos para a sua incidência. 4. Ordem parcialmente concedida, para revogar as medidas cautelares previstas nos incisos I, IV, V e IX do art. 319 do CPP, impostas ao paciente pelo juiz impetrado, por ausência de fundamentação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do presente habeas corpus e CONCEDER PARCIALMENTE a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637560-50.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Airton Amorim dos Santos. Impetrante: Jamerson Ribeiro Amorim dos Santos. Impetrante: Jean Efferton Ribeiro Amorim dos Santos. Paciente: José Fábio Mota de Oliveira. Advogado: Francisco Airton Amorim dos Santos (OAB: 5255/CE). Advogado: Jean Efferton Ribeiro Amorim dos Santos (OAB: 30960/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. HABITUALIDADE NA TRAFICÂNCIA. FUNDAMENTO IDÔNEO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. Improcedente a alegação de constrangimento ilegal decorrente de ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão cautelar, posto que respalda em dados fáticos, assim como em justificativas idôneas e suficientes, como forma de garantir a ordem pública, atendendo aos requisitos do artigo 93, IX, da Constituição Federal e artigos 312 e 315 do Código de Processo Penal. 2. A prisão cautelar está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade do paciente, pois, conforme ressaltado pelo magistrado de primeiro grau, há fortes indícios de que o paciente e a corré, em associação, estejam há muitos anos praticando tráfico de drogas na região, elemento concreto que bem demonstra seu elevado grau de periculosidade e o risco de reiteração delitiva caso seja posto em liberdade. 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 4. Eventual existência de condições pessoais favoráveis não se constitui, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 5. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0637560-50.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente habeas corpus, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0637696-47.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisca Moreno de Carvalho. Paciente: Geilson Pinheiro de Lima. Advogada: Francisca Moreno de Carvalho (OAB: 7501/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RÉU PRESO HÁ SETE MESES. COMPLEXIDADE DO CRIME APURADO. PLURALIDADE DE RÉUS.

SÚMULA TJCE Nº 15. WRIT CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. A concessão de habeas corpus, em razão da configuração de excesso de prazo é uma medida excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação ou resulte de inércia do próprio aparato judicial. 2. Não se verifica a exacerbação do prazo para a conclusão da instrução criminal, apto a justificar a concessão de habeas corpus, eis que o tempo global de prisão (sete meses) ainda se mostra razoável e o elastério prazal está devidamente justificado pela complexidade do crime apurado e pela pluralidade de réus (três), fazendo incidir ao caso o entendimento consolidado na Súmula nº 15 deste Tribunal de Justiça, segundo a qual "Não há que se falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais". 3. Writ conhecido. 4. Ordem denegada, com recomendação de celeridade ao magistrado de piso na designação da audiência de instrução e julgamento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do writ, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638108-75.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Wladimir Albuquerque d'Alva. Impetrante: Ítalo Farias Braga. Impetrante: Jamila Araújo Serpa. Paciente: Eliezer Moreira Batista. Advogado: Wladimir Albuquerque d'Alva (OAB: 17437/CE). Advogado: Ítalo Farias Braga (OAB: 35020/CE). Advogada: Jamila Araújo Serpa (OAB: 37573/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECRETAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NOS INCISOS I, IV, V E IX DO ART. 319 DO CPP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REVOGAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Nos termos do artigo 282 da Lei Adjetiva Penal, as medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. 2. A aplicação da medida cautelar de afastamento da função pública está devidamente justificada, tendo em vista que o ora paciente é suspeito de integrar uma organização criminosa instalada dentro da Divisão ao Combate do Tráfico de Drogas da Polícia Civil do Estado do Ceará, voltada para a prática dos crimes de embaraço à investigação de organização criminosa, roubo, extorsão, tortura, tráfico de drogas, abuso de autoridade, violação de domicílio, receptação, favorecimento pessoal e usurpação de função pública, supostamente praticados por policiais civis (delegados e inspetores) e por terceiros (pessoas envolvidas com tráfico de drogas), estando presente o nexo funcional entre os delitos apurados e a atividade desenvolvida pelo paciente, havendo a necessidade do deferimento da medida cautelar como forma de impedir a continuidade da utilização indevida do cargo. 3. Todavia, observa-se que o colegiado de magistrados da vara especializada não fundamentou adequadamente sua decisão na parte que impôs as demais medidas cautelares diversas da prisão, sendo apenas mencionado como essas medidas seriam cumpridas, e não os motivos para a sua incidência. 4. Ordem concedida, para revogar as medidas cautelares previstas nos incisos I, IV, V e IX do art. 319 do CPP, impostas ao paciente pelo juiz impetrado, por ausência de fundamentação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do presente habeas corpus e CONCEDER a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638278-47.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: F. D. M. N.. Paciente: G. R. L.. Advogado: Francisco Dario Martins Neto (OAB: 27098/CE). Impetrado: J. de D. da V. Ú da C. de C.. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS CRIMINAL. LEI MARIA DA PENHA. LESÃO CORPORAL. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RELAXAMENTO. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ORDEM CONCEDIDA. 1. A teor do artigo 312, do Código de Processo Penal, é possível a manutenção ou decretação da prisão preventiva, mas desde que a decisão esteja devidamente fundamentada e estando presentes os pressupostos e requisitos exigidos. 2. In casu, o magistrado decretou a segregação cautelar do paciente com base apenas na gravidade abstrata do delito e em uma suposta repercussão social, não revelando qualquer dado adicional que demonstre a periculosidade do paciente e o risco de reiteração delitiva, além de não justificar porque motivo as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para acautelar a ordem pública. 3. Nos moldes em que proferida, prescinde a decisão do substrato fático indispensável para legitimar o cárcere ora suportado pelo réu/paciente, configurando violação do preceito insculpido no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. No entanto, medidas cautelares diversas da prisão devem ser impostas, visando garantir que o paciente compareça aos atos judiciais necessários para o transcurso regular do processo, evitando qualquer prejuízo que possa surgir na sua localização, bem como evitar continuidade de atos delitivos e o contato do paciente com as vítimas. 4. Ordem concedida, mediante cumprimento das medidas alternativas à prisão elencadas no artigo 319, incisos I, III e IV do Código de Processo Penal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos Habeas Corpus nº 0638278-47.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade de votos, em conceder a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638312-22.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: D. P. do E. do C.. Paciente: J. O. dos S. F.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: J. de D. da 2 V. C. da C. de C.. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. OITO MESES. INSTRUÇÃO NÃO INICIADA. ELASTÉRIO PRAZAL PROVOCADO PELA DEFESA. SÚMULA 64 DO STJ. ORDEM DENEGADA. 1. A concessão de habeas corpus, em razão da configuração de excesso de prazo é uma medida excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação ou resulte de inércia do próprio aparato judicial. 2 . Na hipótese vertente, em que o réu está preso cautelarmente há sete meses e o feito ainda aguarda a designação da audiência de instrução e julgamento, o elastério prazal não é decorrente de desídia do Poder Judiciário ou da acusação, mas de atividade da própria defesa, ora impetrante, a qual se demorou injustificadamente na apresentação da resposta à acusação de seu assistido (três meses), fazendo incidir ao caso o disposto na Súmula nº 64 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa". 3. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638326-06.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente:

Antonio Ismael de Freitas Souza. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CORRUPÇÃO ATIVA. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. UM ANO E DOIS MESES. PROVA ORAL ENCERRADA. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PENDENTE DE CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA. PRAZO RAZOÁVEL. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO ESTADO-JUIZ. ORDEM DENEGADA. 1. Os prazos processuais indicados para a realização da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, e não como barreiras intransponíveis, porque nem sempre é fácil ou possível concluir os feitos dentro do horizonte temporal que se reputa razoável e, portanto, justo, motivo pelo qual a jurisprudência os tem mitigado, à luz do princípio da razoabilidade. 2. No caso, muito embora a prisão cautelar do paciente perdure por um ano e dois meses, não se verifica a exacerbação do prazo para o encerramento da instrução criminal, apto a justificar a concessão de habeas corpus, eis que o tempo global de prisão ainda se mostra razoável e o feito tem curso regular, estando concluída a produção da prova oral, restando apenas o cumprimento de uma diligência requerida pelo Ministério Público para que a fase de instrução seja encerrada, não havendo notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional. 3. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos Habeas Corpus nº 0638326-06.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2021. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638328-73.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Isabelle Thais Costa Silva. Paciente: José André Araújo Sousa. Advogada: Isabelle Thais Costa Silva (OAB: 39398/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Jijoca de Jericoacoara. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTO IDÔNEO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. RECOMENDAÇÃO CNJ 62/2020. INAPLICABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO CONFIGURADO. RÉU QUE CONDENAÇÃO CRIMINAL DEFINITIVA. PERICULOSIDADE. MANUTENÇÃO NO ERGÁSTULO. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. SUMULA TJCE Nº 63. ORDEM DENEGADA. 1. Improcedente a alegação de constrangimento ilegal decorrente de ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão cautelar, posto que respalda em dados fáticos, assim como em justificativas idôneas e suficientes, como forma de garantir a ordem pública, atendendo aos requisitos do artigo 93, IX, da Constituição Federal e artigos 312 e 315 do Código de Processo Penal. 2. A prisão cautelar está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade do paciente, a qual restou evidenciada por sua reiteração delitiva, porquanto ostenta uma condenação criminal definitiva pelos crimes de sequestro e cárcere privado, dano e violação de domicílio, além de responder a outras duas ações penais pelo crime de ameaça, sendo seu recolhimento ao ergástulo a única forma de garantir que não voltará a delinquir no curso do processo. Incidência da Súmula 52 deste egrégio Tribunal de Justiça. 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 4. Consoante orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, a liberação ou concessão do benefício de prisão domiciliar, com fulcro na Recomendação CNJ nº 62/2020, exige que o eventual beneficiário do instituto demonstre: a) sua inequívoca adequação no chamado grupo de vulneráveis da COVID-19; b) a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) risco real de que o estabelecimento em que se encontra, e que o segrega do convívio social, cause mais risco do que o ambiente em que a sociedade está inserida, inocorrentes na espécie, o que não ocorreu no caso dos autos. 5. Em que pese o reconhecimento do excesso de prazo para a formação da culpa, mantem-se a prisão preventiva do paciente, aplicando-se o princípio da proibição da proteção deficiente do Estado, nos termos da Súmula TJCE nº 63, tendo em vista que ostenta uma condenação criminal definitiva pelos crimes de sequestro e cárcere privado, dano e violação de domicílio, além de responder a outras duas ações penais pelo crime de ameaça, circunstância sinalizadora de sua periculosidade e risco de reiteração delitiva. 6. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0638328-73.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente habeas corpus, mas para denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638406-67.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Jacinta de França Souza Neta Reis. Paciente: Ana Beatriz Ferreira Oliveira. Advogada: Jacinta de França Souza Neta Reis (OAB: 44769/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTO IDÔNEO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES. INOCORRÊNCIA. RECOMENDAÇÃO Nº 62/2020 DO CNJ. INAPLICABILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. É suficientemente fundamentada a decisão que decreta a prisão preventiva em que o magistrado prolator destaca a materialidade do crime, a presença dos indícios suficientes de autoria e a necessidade da decretação da medida como garantia da ordem pública, em razão da periculosidade social do paciente, evidenciada pela gravidade concreta dos crimes imputados, patente no modus operandi, pois, conforme consignou o magistrado de primeiro grau, “a conduta delitiva é grave, pois o ROUBO foi perpetrado no interior de um transporte coletivo, mediante a exibição ostensiva de uma FACA, instrumento de reconhecida letalidade, com abordagem a três vítimas, ressaltando que o comparsa deles estava, supostamente, portando uma ARMA DE FOGO (não apreendida), o que demonstra audácia e destemor dos flagranteados quanto às consequências dos seus atos, bem como o desprezo que eles têm pela vida e integridade física alheia”. 2. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 3. A existência de condições subjetivas favoráveis não se constitui, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 4. Inviável o acatamento do argumento de que na hipótese de eventual condenação a paciente cumpriria pena em regime menos gravoso, o que importaria em violação ao princípio da proporcionalidade, pois tal análise deve ficar sujeita ao juízo de origem após ampla instrução probatória, em sede de cognição exauriente, não sendo possível concluir, de antemão, mormente na via eleita, qual a quantidade de pena que poderá ser imposta, muito menos se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado. 5. Descabida a soltura da paciente, em atenção à Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, porquanto não ficou demonstrado que tenha problemas de saúde ou que se enquadre no grupo de risco, assim como nada indica que a equipe médica responsável pela unidade prisional em que ele se encontra recluso não está tomando as devidas providências para evitar o risco de propagação da doença. 6. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0638406-67.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638455-11.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Francisco Moreira de Amorim Neto. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. SETE MESES. INSTRUÇÃO INICIADA. AUDIÊNCIA EM CONTINUAÇÃO DESIGNADA PARA DATA DISTANTE. EXCESSO DE PRAZO CONFIGURADO. RÉU QUE OSTENTA CONDENAÇÃO CRIMINAL DEFINITIVA. SÚMULA 63 DO TJCE. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. ORDEM DENEGADA. 1. A análise do processamento da ação penal indica que realmente está configurado o excesso de prazo da prisão cautelar do paciente, haja vista que o paciente está preso cautelarmente há sete meses, com instrução processual iniciada em 22.11.2021, mas a audiência de instrução e julgamento está designada para data muito distante, dia 04.05.2022, mais de cinco meses depois, demora que não pode ser atribuída à complexidade da causa ou à defesa, mas única e exclusivamente às deficiências estruturais do Poder Judiciário. 2. No entanto, as condições pessoais do acusado não recomendam a sua colocação em liberdade, haja vista que ostenta condenações criminais definitivas pelos delitos de tráfico de drogas e roubo majorado pelo concurso de pessoas, além de responder a outras quatro ações penais, sendo duas por tráfico e associação para o tráfico de drogas e duas por homicídio qualificado e organização criminosa, além de registrar um inquérito policial em curso, instaurado para apurar o crime de roubo. 3. Em casos tais, o entendimento desta Corte é no sentido de que "condenações criminais com trânsito em julgado em outros processos podem, excepcionalmente, justificar a manutenção da prisão preventiva, ainda que reconhecido excesso de prazo na formação da culpa em razão da aplicação do princípio da proibição da proteção deficiente do Estado, vertente da proporcionalidade" (Súmula 63 do TJCE). 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638535-72.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Wildes Próspero de Sousa. Impetrante: Hauzeny Santana Farias. Paciente: Veridiano Alves Linhares. Advogado: Wildes Próspero de Sousa (OAB: 6373/PI). Advogado: Hauzeny Santana Farias (OAB: 18051/PI). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. ESTABELECIMENTO PRISIONAL INADEQUADO. SUMULA 56 DO STF. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. DEMORA IRRAZOÁVEL PARA APRECIAÇÃO DO PEDIDO INTERPOSTO NO PRIMEIRO GRAU. OITO MESES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONFIGURAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. O writ não merece ser conhecido, sob pena de se incorrer em vedada supressão de instância, haja vista que a matéria ora suscitada (pedido de prisão domiciliar com fulcro na Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal, ainda se encontra pendente de apreciação pelo juiz de primeiro grau. 2. Por outro lado, configura constrangimento ilegal, a ensejar a concessão da ordem de ofício, a demora irrazoável para o impulsionamento do pedido de prisão domiciliar apresentado pela defesa, requerido há mais de oito meses e ainda não apreciado, configurando verdadeira negativa de prestação jurisdicional. 3. Ordem concedida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em não conhecer do presente habeas corpus, porém, conceder a ordem de ofício, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638545-19.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Vanessa Kelly Azevedo Silva. Impetrante: Alan Matos Araújo. Paciente: Leandro de Lima. Advogada: Vanessa Kelly Azevedo Silva (OAB: 39558/CE). Advogado: Alan Matos Araújo (OAB: 39902/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. ÚNICO RESPONSÁVEL POR FILHO MENOR DE DOZE ANOS E AVÓ IDOSA. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. Nos termos do artigo 318, incisos III e VI do Código de Processo Penal, bem como da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida no Habeas Corpus coletivo nº 165.704, a prisão preventiva poderá ser substituída pela domiciliar quando o agente, homem, for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência, ou for o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. 2. No caso em apreço, porém, não restou demonstrado nos autos que o paciente seja o único responsável pelos cuidados do seu filho menor de doze anos, tampouco restou comprovado que seja imprescindível aos cuidados especiais de sua avó materna de 79 anos de idade, conforme alega. 3. Inexistindo prova inequívoca do preenchimento do requisito objetivo necessário, inviável a concessão da prisão domiciliar com fulcro no artigo 318, incisos III e VI do Código de Processo Penal e Habeas Corpus Coletivo STF nº 165.704. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638561-70.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Teixeira da Cunha. Impetrante: Francisca Gisélia Dantas da Silva. Paciente: Ismael Breno Sebastião Nogueira. Advogado: Francisco Teixeira da Cunha (OAB: 7639/CE). Advogada: Francisca Gisélia Dantas da Silva (OAB: 34066/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Quixadá. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE REAVALIAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM 90 DIAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal a omissão do juiz em revisar a necessidade da manutenção da prisão preventiva no prazo de noventa dias, mediante decisão fundamentada, conforme estabelecido no artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Entretanto, essa omissão não gera ao réu o direito automático de liberdade, mas sim o direito de ter a segregação cautelar imediatamente revisada pelo juízo do conhecimento. 2. Ordem parcialmente concedida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus de 0638561-70.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONCEDER PARCIALMENTE a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638699-37.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Bernardo Aguiar Nogueira. Impetrante: Raul Ferreira Maia. Paciente: Eduardo de Sousa de Melo. Advogado: Bernardo Aguiar Nogueira (OAB: 36484/CE). Advogado: Raul Ferreira Maia (OAB: 36442/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiapina. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS

FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. 2. No caso, a prisão cautelar está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade do paciente, a qual restou evidenciada pela gravidade concreta da conduta delituosa (preso em flagrante delito na posse de expressiva quantidade de drogas, no caso, 80 (oitenta) trouxinhas de maconha prontas para comercialização, pesando um total de 68g),, sendo seu recolhimento ao ergástulo a única forma de garantir que não voltará a delinquir no curso do processo, pois as circunstâncias de sua prisão fornecem indícios suficientes de que esteja praticando a traficância com habitualidade. 3. Conforme ressaltado pelo magistrado, revela-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do CPP, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 4. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre no caso. 5. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente habeas corpus, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638711-51.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Roberto Ferreira de Almeida Vieira. Paciente: Francisco de Assis Castro Martins Filho. Advogado: Roberto Ferreira de Almeida Vieira (OAB: 22460/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Itapipoca. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE APROFUNDADA DE PROVAS. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMEGENEIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES. INOCORRÊNCIA. WRIT PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. Inadmissível o enfrentamento da tese de que o paciente não praticou o crime que lhe é imputado, visto que seria necessária uma análise acurada do contexto fático-probatório da prova colhida no curso da instrução processual, o que se afigura inviável na via estreita do habeas corpus. 2. Presentes os indícios suficientes de autoria quanto à paciente, os quais são extraídos das declarações do ofendido e de sua esposa, além dos testemunhos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante, os quais lograram êxito em prender a paciente em flagrante no local onde a vítima estava sendo mantida em cativeiro. 3. A custódia cautelar não se ressente de fundamentação, pois está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade social do paciente, patente no modus operandi, porquanto ele, juntamente com outros cinco comparsas teriam se associado, de forma armada, para a prática de crimes, havendo indícios de que alteraram sinal identificador de veículo automotor e, no dia 08.12.2021, por volta das 3h, do interior do imóvel situado na Rua Valter Cordeiro, n° 186, no Bairro Nova Aldeota, Município de Itapipoca/CE, mediante violência e grave ameaça levada a efeito pelo emprego de armas e palavras, sequestraram a vítima com o fim de obter vantagem econômica como preço do resgate, circunstâncias que denotam a gravidade concreta da conduta, a justificar a imposição da medida constritiva. 4. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 5. A existência de condições pessoais favoráveis não se constitui, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 6. A segregação cautelar do paciente não viola o princípio da proporcionalidade (ou homogeneidade), conforme alegado pela impetrante, eis que na hipótese de eventual condenação, o paciente cumpriria uma pena que pode variar, dependendo de múltiplos fatores, entre 16(dezesseis) e 29(vinte e nove) anos de reclusão, em regime inicial fechado, consoante a regra do art. 33, §2º, "a", do Código Penal. 7. Writ parcialmente conhecido. 8. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER PARCIALMENTE do presente writ, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638772-09.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Turíbio Sindeaux Souza Pinheiro. Paciente: Marcifran Alexandre Gomes. Advogado: Turíbio Sindeaux Souza Pinheiro (OAB: 28863/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Senador Pompeu. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTO IDÔNEO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Presentes os requisitos da prisão cautelar do paciente, vez que há o fumus commissi delicti, consubstanciado na prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, e a demonstração do periculum libertatis, ante o justo receito de reiteração delitiva. 2. A decretação da prisão preventiva do paciente está devidamente fundamentada, tendo o magistrado ressaltado que, os crimes atribuídos ao flagranteado possuem pena máxima privativa de liberdade superior 4 (quatro) anos, além o acusado responder a outro procedimento criminal, já ostenta condenação criminal por crime doloso com sentença transitada em julgado, preenchendo, portanto, os requisitos do artigo 313, II do Código de Processo Penal, caracterizando-se ainda a reiteração delitiva, fundamento idôneo para a decretação da custódia cautelar, consoante a Súmula 52 deste Tribunal de Justiça 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 4. Contata-se que o paciente não possui condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, haja vista o seu histórico criminal. E ainda que assim não fosse, impende ressaltar que eventual existência de condições subjetivas favoráveis não se constituem, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 5. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente writ, mas para denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638797-22.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Wesley Kauã Duarte Ferreira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTO IDÔNEO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. Improcedente a alegação de constrangimento ilegal decorrente de ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão cautelar, posto que respalda em dados fáticos, assim como em justificativas idôneas e suficientes, como forma de garantir a ordem pública, atendendo aos requisitos do artigo 93, IX,

da Constituição Federal e artigos 312 e 315 do Código de Processo Penal. 2. A prisão cautelar está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade do paciente, a qual restou evidenciada por sua reiteração delitiva, porquanto responde a outra penal pela prática do crime de tráfico de drogas, sendo seu recolhimento ao ergástulo a única forma de garantir que não voltará a delinquir no curso do processo. Incidência da Súmula 52 deste egrégio Tribunal de Justiça. 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0638797-22.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente habeas corpus, mas para denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638844-93.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: José Valdenir Silva Feitosa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO PER SALTUM AO REGIME ABERTO. INDEFERIMENTO. WRIT IMPETRADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO DOMICILIAR. ESTABELECIMENTO INADEQUADO. SÚMULA 56 DO STF. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. A ação constitucional de habeas corpus não é a via adequada para impugnações de decisões oriundas do juízo da execução penal, devendo ser utilizado para tal intento o recurso próprio, qual seja, agravo de execução. 2. O pleito de prisão domiciliar, com fulcro na Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal, não pode ser apreciado por este Tribunal de Justiça neste momento, sob pena de incorrer em vedada supressão de instância, haja vista que a questão ainda não foi apreciada pelo juiz da execução. 3. Não se constata a existência de manifesta ilegalidade no direito de locomoção do paciente, apta a ensejar a concessão da ordem de ofício. 4. Writ não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em não conhecer do presente habeas corpus, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638847-48.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Josy Stephany da Silva Queiroz. Impetrante: Manoel Abílio Lopes. Paciente: Leandro Holanda Pereira. Advogada: Josy Stephany da Silva Queiroz (OAB: 43460/CE). Advogado: Manoel Abílio Lopes (OAB: 29431/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME SEMIABERTO. PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIA E DE PRISÃO DOMICILIAR. INDEFERIMENTO NO PRIMEIRO GRAU. IRRESIGNAÇÃO DA DEFESA. IMPETRAÇÃO SIMULTÂNEA COM AGRAVO DE EXECUÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Consoante entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, “a interposição do recurso cabível contra o ato impugnado e a contemporânea impetração de habeas corpus para igual pretensão somente permitirá o exame do writ se for este destinado à tutela direta da liberdade de locomoção ou se traduzir pedido diverso em relação ao que é objeto do recurso próprio e que reflita imediatamente na liberdade do paciente. Nas demais hipóteses, o habeas corpus não deve ser admitido e o exame das questões idênticas deve ser reservado ao recurso previsto para a hipótese, ainda que a matéria discutida resvale, por via transversa, na liberdade individual” (HC n. 482.549/SP, ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, DJe 3/4/2020). 2. Na hipótese dos autos, não há como conhecer dos pedidos de transferência da execução para outra Comarca e de prisão domiciliar, indeferido pelo juiz impetrado, porquanto questão idêntica é objeto de apreciação em agravo de execução já interposto pela defesa. 3. Writ não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0638847-48.2021.8.06.0000, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade de votos, em não conhecer do presente habeas corpus, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638911-58.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Oséas de Souza Rodrigues Filho. Paciente: Lucênio Luis de Sousa Silva. Advogado: Oséas de Souza Rodrigues Filho (OAB: 21600/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS PREVENTIVO. SENTENÇA CONDENATÓRIA DEFINITIVA. REGIME SEMIABERTO. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO. LEGALIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. Hipótese em que o paciente foi condenado a cumprir pena de cinco anos e dez meses de prisão em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado da decisão, foi expedido contra ele o respectivo mandado de prisão. 2. Inexiste constrangimento ilegal na expedição de mandado de prisão em desfavor do paciente, pois esta medida é necessária para que seja possível a expedição da guia de recolhimento, a qual pressupõe a prisão do réu condenado com sentença transitada em julgado. 3. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0638920-20.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Erivaldo de Araújo Soares Júnior. Paciente: Antônio Renato Marques Cirino. Paciente: Francisco Ryan da Silva Mesquita. Advogado: Erivaldo de Araújo Soares Júnior (OAB: 44278/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pedra Branca. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SEIS MESES. TRAMITAÇÃO REGULAR DO PROCESSO. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. Os prazos processuais indicados para a realização da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, e não como barreiras intransponíveis, porque nem sempre é fácil ou possível concluir os feitos dentro do horizonte temporal que se reputa razoável e, portanto, justo, motivo pelo qual a jurisprudência os tem mitigado, à luz do princípio da razoabilidade. 2. No caso, o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa não está configurado, porquanto a segregação cautelar do paciente perdura por apenas seis meses e o feito tem curso regular, compatível com as peculiaridades do caso, inclusive, com audiência de instrução designada para data próxima, dia 16.02.2021, não havendo notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional. 3.Writ parcialmente conhecido. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0639046-70.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: J. A. C. A.. Impetrante: A. C. S. C.. Paciente: D. L. da S. B.. Advogado: José Ailton Cavalcante Alves (OAB: 42955/CE). Advogado: Antônio Carlos Studart Cysne (OAB: 40881/CE). Impetrado: J. de D. da 3 V. C. da C. de M.. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA

DOMÉSTICA. AMEAÇA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RESGUARDO DA INTEGRIDADE FÍSICA DA OFENDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Considerando a previsão expressa de cláusula inscrita no próprio texto da Constituição da República, verifica-se ser possível a decretação da privação cautelar da liberdade individual, a qual, por isso mesmo, não conflita com a presunção constitucional de inocência. Porém, dado o caráter excepcional da medida, somente deve ser ordenada em situações de absoluta e real necessidade. 2. Para que a prisão processual seja considerada legítima em face de nosso sistema jurídico, deve evidenciar, com fundamento em base empírica idônea, razões justificadoras da imprescindibilidade da medida, além de satisfazer os pressupostos a que se refere o artigo 312 do Código de Processo Penal. 3. No caso, a prisão cautelar do paciente tem como fundamento o resguardo da vida e integridade física e psíquica da vítima, sendo materialmente necessária como garantia da ordem pública, uma vez que, conforme ressaltado pelo magistrado de primeiro grau, "o indiciado enquadrado na lei Maria da Penha por perseguição e submetido a medidas cautelares protetivas se dirigiu por três vezes à residência da ofendida, demonstrando comportamento hostil, na tentativa de contato com a mesma, bateu no portão da sua residência e gritou seu nome e ainda, se dirigiu ao local de trabalho da mãe de V. S. P. buscando encontrá-la, praticando tudo consciente e livremente e confessando o descumprimento das ordens judiciais, não há como garantir que possa efetivamente obedecer ao comando estatal fora da extrema medida de privação da liberdade". 4. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, visto que, anteriormente, foram fixadas medidas protetivas de urgência em favor da ofendida, em 30.11.2021, as quais, porém, não se mostraram suficientes para segurar o ímpeto do agressor, pois veio a reiterar a prática de violência doméstica e familiar contra a vítima, de apenas 15 anos de idade, apenas quatro dias após ser notificado da ordem judicial. 5. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, tal como ocorre na hipótese vertente. 6. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0639124-64.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Renata de Moura Pinheiro. Paciente: Danilo Felício Chaves. Advogada: Renata de Moura Pinheiro (OAB: 41051/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Itapipoca. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA FORA DO PRAZO DE 24 HORAS. IRREGULARIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Em que pese atualmente esteja pacificada a obrigatoriedade de realização da audiência de custódia, sua realização fora do prazo determinado legalmente não tem como efeito imediato a imediata soltura dos custodiados. Tal só se concretiza se evidenciado o desrespeito às balizas expressas nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal e aos direitos e garantias versados na Constituição Federal, o que não ocorreu no caso em apreço. 2. Presentes os indícios suficientes de autoria quanto à paciente, os quais são extraídos das declarações do ofendido e de sua esposa, além dos testemunhos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante, os quais lograram êxito em prender a paciente em flagrante no local onde a vítima estava sendo mantida em cativeiro. 3. A custódia cautelar não se ressente de fundamentação, pois está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade social do paciente, patente no modus operandi, porquanto ele, juntamente com outros cinco comparsas teriam se associado, de forma armada, para a prática de crimes, havendo indícios de que alteraram sinal identificador de veículo automotor e, no dia 08.12.2021, por volta das 3h, do interior do imóvel situado na Rua Valter Cordeiro, n° 186, no Bairro Nova Aldeota, Município de Itapipoca/CE, mediante violência e grave ameaça levada a efeito pelo emprego de armas e palavras, sequestraram a vítima com o fim de obter vantagem econômica como preço do resgate, circunstâncias que denotam a gravidade concreta da conduta, a justificar a imposição da medida constritiva. 4. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 5. A existência de condições pessoais favoráveis não se constitui, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 6. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do presente writ, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0639200-88.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: José Valdir de Castro Moura Neto. Paciente: Admilton José de Castro Lima. Advogado: José Valdir de Castro Moura Neto (OAB: 31481/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Itapipoca. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA FORA DO PRAZO DE 24 HORAS. IRREGULARIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. WRIT PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. Em que pese atualmente esteja pacificada a obrigatoriedade de realização da audiência de custódia, sua realização fora do prazo determinado legalmente não tem como efeito imediato a imediata soltura dos custodiados. Tal só se concretiza se evidenciado o desrespeito às balizas expressas nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal e aos direitos e garantias versados na Constituição Federal, o que não ocorreu no caso em apreço. 2. Presentes os indícios suficientes de autoria quanto à paciente, os quais são extraídos das declarações do ofendido e de sua esposa, além dos testemunhos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante, os quais lograram êxito em prender a paciente em flagrante no local onde a vítima estava sendo mantida em cativeiro. 3. A custódia cautelar não se ressente de fundamentação, pois está devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ameaçada pela periculosidade social do paciente, patente no modus operandi, porquanto ele, juntamente com outros cinco comparsas teriam se associado, de forma armada, para a prática de crimes, havendo indícios de que alteraram sinal identificador de veículo automotor e, no dia 08.12.2021, por volta das 3h, do interior do imóvel situado na Rua Valter Cordeiro, n° 186, no Bairro Nova Aldeota, Município de Itapipoca/CE, mediante violência e grave ameaça levada a efeito pelo emprego de armas e palavras, sequestraram a vítima com o fim de obter vantagem econômica como preço do resgate, circunstâncias que denotam a gravidade concreta da conduta, a justificar a imposição da medida constritiva. 4. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 5. A

existência de condições pessoais favoráveis não se constitui, por si só, em obstáculo à decretação da prisão preventiva, caso esta se faça de modo fundamentado, como no caso dos autos. 6. O pleito de prisão domiciliar requerido não pode ser apreciado por este Tribunal de Justiça neste momento, sob pena de incorrer em vedada supressão de instância, haja vista que a questão ainda não foi apreciada pelo juiz de primeiro grau. 7. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER PARCIALMENTE do presente writ, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

Total de feitos: 38

DESPACHOS - 1ª Câmara Criminal

TJCENEXE - Habeas Corpus
DESPACHO DE RELATORES

0620850-18.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Luiz Ricardo de Moraes Costa. Paciente: A. E. da S.. Advogado: Luiz Ricardo de Moraes Costa (OAB: 28980/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Várzea Alegre. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Ressalto que a liminar deferida, embora resvale no conhecimento prévio do direito postulado em juízo, tendo como base uma cognição prévia e norteada pela fumaça do bom direito e pelo perigo da demora, não consiste em julgamento definitivo. Neste, o mérito será apreciado após juntada das informações do juízo de origem e de parecer elaborado pelo Ministério Público. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, informações acerca do feito originário. Após, com ou sem as informações, dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0620917-80.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: José Crisóstomo Barroso Ibiapina. Paciente: Mateus Martins Silva de Sousa. Advogado: José Crisóstomo Barroso Ibiapina (OAB: 27041/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Não restando a decisão atacada fundamentada idoneamente como determina o art.93, XI, da CF, como também não demonstrou o juízo de piso estarem presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar elencados no art.312, do CPP, a concessão da liminar é medida que se impõe. Considerando que o acusado não demonstrou ter residência, fixo as medidas cautelares do art. 319, I e IX do CPP, ficando ainda o paciente ciente do dever de declinar um endereço atualizado onde possa ser encontrado e de comunicar ao juízo qualquer alteração, tudo para garantir o comparecimento aos atos judiciais necessários para a conclusão do processo, evitando-se eventual prejuízo que possa surgir na localização do acusado. Frisa-se que a incidência da medida cautelar prevista no inciso I objetiva acompanhar as atividades do paciente, a fim de saber se estão pautadas na legalidade. Já a cautelar do inciso IX, visa fiscalizar os deslocamentos referentes à locomoção do paciente para poder localizá-lo, quando necessário objetivando resguardar a prática dos atos processuais, ressaltando-se que o paciente é morador de rua. Expeça-se e cumpra-se o alvará de soltura em favor de Mateus Martins Silva de Sousa, na forma e no prazo do art. 6º, § 1º, da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), pondo-o em liberdade se por outro motivo não estiver preso e, no caso de impossibilidade técnica, comunique-se imediatamente a presente decisão ao juiz de piso, a fim de que expeça o alvará e dê cumprimento a ordem de soltura no prazo de 24 (vinte quatro) horas. Ressalte-se que compete ao juiz singular determinar o lapso temporal mínimo acerca das aludidas medidas cautelares diversas da detentiva, nos termos do com o art. 315, caput, do CPP e art. 9º, da Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).1 Notifique-se a autoridade coatora para prestar dentro de 10 (dez) dias informações acerca da falta de fundamentação indigitada pelo impetrante, além de outros esclarecimentos acerca da atual fase do processo originário. Após, com ou sem as informações prestadas pela autoridade coatora dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0620954-10.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Antônio Genivaldo Quariguasi da Silva. Paciente: Ana Kelly Lopes Veras. Advogado: Antônio Genivaldo Quariguasi da Silva (OAB: 33247/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Com essas considerações, estando presentes os elementos autorizadores da prisão preventiva na decisão atacada, não tendo por ora como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar pretendida, indefiro-a. Notifique-se a autoridade coatora para prestar dentro de 10 (dez) dias informações acerca da falta de fundamentação indigitada pelo impetrante, além de outros esclarecimentos acerca da atual fase do processo originário. Após, com ou sem as informações prestadas pela autoridade coatora dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Publique-se. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0621040-78.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Wagner Silva de Sousa. Paciente: Francisco Danis de Oliveira Nascimento. Advogado: Wagner Silva de Sousa (OAB: 32363/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Com essas considerações, presentes os elementos autorizadores da prisão preventiva, bem como sua manutenção na decisão atacada não tendo por ora como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar pretendida, indefiro-a. Notifique-se a autoridade coatora para prestar dentro de 10 (dez) dias informações acerca da falta de fundamentação indigitada pelo impetrante, além de outros esclarecimentos acerca da atual fase do processo originário. Após, com ou sem as informações prestadas pela autoridade coatora dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Publique-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

Total de feitos: 4

TJCENEXE - Habeas Corpus
DESPACHO DE RELATORES

0620562-70.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Aleff David Benevides Cavalcante. Paciente: J. M. F. N.. Advogado: Aleff David Benevides Cavalcante (OAB: 38366/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Tauá. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022 DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620566-10.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Rochelle de Arruda Moura. Paciente: M. S. da S. B.. Advogada: Rochelle de Arruda Moura (OAB: 33616/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Paracuru. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620600-82.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Renan Maxwell Lopes de Melo. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022 DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620622-43.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Talles Corrêa do Nascimento. Paciente: Rafael Nascimento Alves. Advogado: Talles Corrêa do Nascimento (OAB: 41349/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022 DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620634-57.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Thiago Vieira dos Santos. Paciente: Talisson Lima dos Santos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620648-41.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Rennier Martins Vasconcelos. Paciente: Lucas Borges de Lima. Advogado: Rennier Martins Vasconcelos (OAB: 41823/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620650-11.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Cícero Welison Almeida de Oliveira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620662-25.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Valdemízio Acioly Guedes. Impetrante: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado. Impetrante: Lívia Maria Girão Saraiva. Impetrante: André Wilson de Macêdo Favela. Impetrante: Francisca Maria Silveira Oliveira. Paciente: Jonas Deyweson Vieira da Costa. Advogado: Francisco Valdemízio Acioly Guedes (OAB: 12068/CE). Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB: 3183/CE). Advogado: André Wilson de Macêdo Favela (OAB: 19581/CE). Advogado: Francisca Maria Silveira Oliveira (OAB: 41458/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Com essas considerações, não tendo por ora como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar pretendida, indefiro-a. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, informações acerca da tramitação processual, além de outras medidas que entender necessárias. Após, com ou sem as informações prestadas pela autoridade coatora dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Publique-se. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0620668-32.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Lays Linne dos Santos Costa. Paciente: Manoel da Conceição Pereira. Advogada: Lays Linne dos Santos Costa (OAB: 40381/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape. Corréu: Francisco Santiago de Oliveira. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ressalto que a liminar parcialmente deferida, embora resvale no conhecimento prévio do direito postulado em juízo, tendo como base uma cognição norteada pela fumaça do bom direito e pelo perigo da demora, não consiste em julgamento definitivo,

ocasião em que o mérito será apreciado após juntada do parecer do representante do parquet e das informações do juízo de origem. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, informações acerca da apreciação do pedido de extensão do benefício nos termos do art. 580 do CPP, além de outras medidas que entender necessárias. Após, com ou sem as informações prestadas pela autoridade coatora dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Publique-se. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0620674-39.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: : N. S. C.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: J. de D. da 1 V. da C. de I.. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620711-66.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Adriana Lúcia Bianchi. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620712-51.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Jéssica Karoline Ferreira Sabino. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620717-73.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Maria Aparecida Pereira Nascimento. Soc. Advogados: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, indefiro a liminar requerida. Publique-se. Intime-se. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista dos autos à PGJ para o parecer de estilo. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0620729-87.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Lourenço Santos Lima. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio. Corréu: Frenando Hugo Nunes da Silva. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Com essas considerações, não tendo por ora como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar pretendida, indefiro-a. Notifique-se a autoridade dita coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, informações acerca da atual fase do processo originário com as datas de desenvolvimento processual, bem como demais informações que julgar necessárias. Após, com ou sem as informações prestadas pela autoridade coatora dê-se vista ao Ministério Público, para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0620733-27.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Gleiciano Silva Feitosa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Com essas considerações, não tendo por ora como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar pretendida, indefiro-a. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, informações acerca da tramitação processual bem como a atual fase do processo originário. Após, com ou sem as informações da autoridade coatora, dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0620763-62.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Luciano Alves Daniel. Paciente: José Ribamar Gonçalves de Oliveira. Advogado: Luciano Alves Daniel (OAB: 14941/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Aurora. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Pelas razões acima elencadas, não vislumbro de plano os pressupostos autorizadores da concessão do pleito liminar (fumus boni iuris e periculum in mora), motivo pelo qual indefiro o pedido. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, informações acerca do processo originário. Após, com ou sem as informações prestadas pela autoridade coatora, dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça para parecer. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

Total de feitos: 16

2ª Câmara Criminal

DESPACHOS - 2ª Câmara Criminal

TJCENEXE - Apelação Crime
DESPACHO DE RELATORES

0003483-64.2018.8.06.0034 - Apelação Criminal. Apte/Apdo: José Ozenilton Costa Lima. Advogada: Amílria Cardoso Menezes (OAB: 20718/CE). Apte/Apdo: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Intime-se a Defesa do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal. Expediente necessário. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022. JUIZ CONVOCADO FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - PORT. 1469/21 Relator

0009459-75.2019.8.06.0112 - Apelação Criminal. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Apelado: Luciano Luiz Alves. Despacho: - Intime-se o Apelado para apresentação das contrarrazões recursais. Feito, encaminhem-se os autos à PGJ para elaboração de Parecer de mérito. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. JUIZ CONVOCADO FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - PORT. 1469/21 Relator

Total de feitos: 2

TJCENEXE - Habeas Corpus
DESPACHO DE RELATORES

0620593-90.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Diogo Gomes Luna Ribeiro. Paciente: Ítallo Alves de Sousa dos Santos. Advogado: Diogo Gomes Luna Ribeiro (OAB: 36057/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão, bem como pelos fundamentos expostos. Dispensada requisição de informações à autoridade impetrada ante a disponibilidade dos autos de origem no sistema SAJ.PG. Portanto, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Apresentado o parecer, devolvam-se os autos ao Relator prevento, tendo em vista a competência deste Relator ser restrita à análise do pleito liminar, nos termos do art. 74, § 6.º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Publique-se e intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. Des. Antônio Pádua Silva Relator

0620736-79.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisca Tatiane Teixeira Magalhães. Impetrante: Marcus André Viana Cavalcante. Paciente: Francisco André Alves da Silva. Advogado: Francisca Tatiane Teixeira Magalhães (OAB: 41029/CE). Advogado: Marcus André Viana Cavalcante (OAB: 39631/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Chorozinho. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Oficie-se à autoridade dita coatora, a fim de que apresente, no prazo impreterível de 10 (dez) dias, as informações que julgar necessárias para o pleno esclarecimento do objeto da impetração, inclusive com o fornecimento de senha de acesso aos autos e seus apensos. Após resposta ao ofício, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários, com urgência. Fortaleza, data constante no sistema. FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

0620827-72.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Ana Flávia Martins Braga da Silva. Paciente: Eliane da Silva Freire. Advogada: Ana Flávia Martins Braga da Silva (OAB: 40609/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Benedito. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão. Desnecessário o pedido de informações à autoridade impetrada, tendo em vista tratar-se de processo originário com trâmite eletrônico junto ao SAJ/PG. Abra-se vista dos autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça para a necessária manifestação no prazo legal. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. Des. Antônio Pádua Silva Relator

0620860-62.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Jonatas Coutinho Campelo. Paciente: Orlando Davi Duarte. Advogado: Jonatas Coutinho Campelo (OAB: 30878/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar fumus boni iuris necessário à concessão da ordem. Tendo em vista a disponibilidade dos autos pela via digital no sistema SAJ PG, revela-se desnecessária a requisição de informações adicionais. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. Des. Antônio Pádua Silva Relator

0620925-57.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Bernardo Aguiar Nogueira. Impetrante: Raul Ferreira Maia. Paciente: Gelson de Oliveira Lima. Advogado: Bernardo Aguiar Nogueira (OAB: 36484/CE). Advogado: Raul Ferreira Maia (OAB: 36442/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Oficie-se à autoridade dita coatora, a fim de que apresente, no prazo impreterível de 10 (dez) dias, as informações que julgar necessárias para o esclarecimento do objeto da impetração no que se refere ao paciente. Após resposta ao ofício, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

0620950-70.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Francisco Ariclenis da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante de todo o exposto, e tendo em vista que resta configurado o excesso de prazo no processamento da ação penal de origem, DEFIRO o pleito liminar, relaxando a custódia preventiva do paciente, mediante a imposição das medidas cautelares estabelecidas no art. 319, incisos I, IV, V e IX, do Código de Processo Penal, esta última pelo prazo de 9 (nove) meses, e da condição imposta no art. 310, parágrafo

primeiro, do mesmo diploma legal, sem prejuízo daquelas que o Magistrado a quo entender necessárias, tudo sob pena de imediata revogação do benefício. Expeça a autoridade coatora o competente alvará de soltura em favor do paciente para que, após a assinatura do termo de compromisso referente às medidas cautelares ora impostas, a serem firmados perante o Juízo de primeira instância, seja liberado, salvo se por outro motivo deva permanecer preso. Oficie-se ao juízo de origem para que dê pronto cumprimento à presente decisão e, empós, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça para emissão do necessário parecer meritório, não se fazendo necessário o pedido de informações por se tratar de feito que tramita na forma eletrônica. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

0620958-47.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Carlos Roberto de Araújo Farias. Paciente: Francisco Augusto Pereira de Araújo. Advogado: Carlos Roberto de Araújo Farias (OAB: 22232/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão. Oficie-se à autoridade dita coatora, a fim de que apresente, no prazo de 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias, recomendando que, no mesmo prazo, aprecie/decida, em juízo de retratação, sobre o pedido formulado pelo paciente e, se for o caso, determine, de imediato, a remessa do Agravo em Execução a esta instância revisora para o devido julgamento. Decorrido o prazo estipulado, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. Des. Antônio Pádua Silva Relator

0620966-24.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Cavalcante de Paula Neto. Paciente: A. C. V. de O.. Advogado: Francisco Cavalcante de Paula Neto (OAB: 9497/CE). Impetrado: J. de D. da 3 V. C. da C. de C.. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão. Desnecessário o pedido de informações à autoridade coatora, tendo em vista tratar-se de processo originário com trâmite eletrônico junto ao SAJ/PG. Contudo, em se tratando de réu preso, oficie-se ao juízo impetrado com recomendação no sentido de designar data mais próxima possível para continuação/conclusão da instrução processual. Após a expedição e remessa do ofício, abra-se vista dos autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça para a necessária manifestação no prazo legal. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. Des. Antônio Pádua Silva Relator

Total de feitos: 8

TJCENEXE - Habeas Corpus
DESPACHO DE RELATORES

0620657-03.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Maria Aliciane Medeiros Cordeiro Gois. Paciente: Ana Beatriz da Silva Sousa. Advogada: Maria Aliciane Medeiros Cordeiro Gois (OAB: 40557/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Oficie-se à autoridade dita coatora, a fim de que apresente, no prazo impreterível de 10 (dez) dias, informações pormenorizadas acerca dos autos de origem a fim de viabilizar o esclarecimento do objeto da impetração. Após resposta ao ofício, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários, com urgência. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

0620682-16.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Emanuela Maria Leite Bezerra Campelo. Impetrante: Ana Letícia Leite da Silva Bezerra. Paciente: Francisco Edson Pereira Lima. Advogada: Emanuela Maria Leite Bezerra Campelo (OAB: 15499/CE). Advogado: Ana Letícia Leite da Silva Bezerra (OAB: 22998/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DECIDO. O pedido liminar em habeas corpus é medida desprovida de previsão legal, tratando-se de uma criação jurisprudencial voltada ao combate imediato de ato indevido de constrangimento ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção, devendo ser concedido apenas em casos nos quais a urgência, a necessidade e a relevância da medida se evidenciem de forma incontroversa na própria impetração e nos elementos de provas a ela colacionados. Conforme leciona de Guilherme de Souza Nucci: "A liberalidade excessiva, concedendo a liminar a qualquer caso, pode comprometer a segurança pública, além de vulgarizar o juízo de mérito da ação constitucional. O trâmite do habeas corpus já é célere o suficiente para permitir o julgamento do mérito, independentemente da liminar", que não é, nem nunca foi, 'chave de cadeia', significando um alvará de soltura indeterminado constitucionalmente assegurado" (cf. Habeas Corpus, Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 173 e 178). No caso em análise não restou demonstrada, pois, de forma inequívoca, a presença simultânea dos requisitos autorizadores da medida (fumaça do bom direito e o perigo da demora). Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal. Por fim, tem-se que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, pelo colegiado da 2ª Câmara Criminal, quando do julgamento definitivo deste writ. Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, à míngua dos requisitos autorizadores de sua concessão. Oficie-se à autoridade dita coatora, a fim de que apresente, no prazo de 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias, bem como o envio da senha dos autos originários para o e-mail alex.silva@tjce.jus.br. Empós, façam-se vistas dos autos à PGJ. Finalmente, voltem-me os autos conclusos para julgamento definitivo. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 JUIZ CONVOCADO FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - PORT. 1469/21 Relator

0620705-59.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Jefferson Vasconcelos Freitas. Paciente: Maria das Dores dos Santos. Advogado: Jefferson Vasconcelos Freitas (OAB: 32713/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DECIDO. O pedido liminar em habeas corpus é medida desprovida de previsão legal, tratando-se de uma criação jurisprudencial voltada ao combate imediato de ato indevido de constrangimento ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção, devendo ser concedido apenas em casos nos quais a urgência, a necessidade e a relevância da medida se evidenciem de forma incontroversa na própria impetração e nos elementos de provas a ela colacionados. Conforme leciona de Guilherme de Souza Nucci: "A

liberalidade excessiva, concedendo a liminar a qualquer caso, pode comprometer a segurança pública, além de vulgarizar o juízo de mérito da ação constitucional. O trâmite do habeas corpus já é célere o suficiente para permitir o julgamento do mérito, independentemente da liminar", que não é, nem nunca foi, 'chave de cadeia', significando um alvará de soltura indeterminado constitucionalmente assegurado" (cf. Habeas Corpus, Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 173 e 178). No caso em análise não restou demonstrada, pois, de forma inequívoca, a presença simultânea dos requisitos autorizadores da medida (fumaça do bom direito e o perigo da demora). Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal. Por fim, tem-se que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, pelo colegiado da 2ª Câmara Criminal, quando do julgamento definitivo deste writ. Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, à míngua dos requisitos autorizadores de sua concessão. Notifique-se a autoridade impetrada, em razão da natureza sigilosa dos autos, para prestar informações, fornecendo a senha para consulta dos autos originários, para o e-mail alex.silva@tjce.jus.br. Empós, façam-se vistas dos autos à PGJ Empós, voltem-me os autos conclusos para julgamento definitivo. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022 JUIZ CONVOCADO FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - PORT. 1469/21 Relator

0620707-29.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Sara Evangelista Pinheiro. Paciente: Antônio Geilson Sales Martins. Advogada: Sara Evangelista Pinheiro (OAB: 32037/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Acopiara. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Oficie-se à autoridade dita coatora, a fim de que apresente, no prazo impreterível de 10 (dez) dias, as informações que julgar necessárias para o esclarecimento do objeto da impetração, sobretudo fornecendo a senha de acesso aos autos. Após resposta ao ofício, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários, com urgência. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

0620714-21.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Dyego Lima Rios. Paciente: Eduardo Jorge Melo Morais. Advogado: Dyego Lima Rios (OAB: 28565/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DECIDO. O pedido liminar em habeas corpus é medida desprovida de previsão legal, tratando-se de uma criação jurisprudencial voltada ao combate imediato de ato indevido de constrangimento ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção, devendo ser concedido apenas em casos nos quais a urgência, a necessidade e a relevância da medida se evidenciem de forma incontroversa na própria impetração e nos elementos de provas a ela colacionados. Conforme leciona de Guilherme de Souza Nucci: "A liberalidade excessiva, concedendo a liminar a qualquer caso, pode comprometer a segurança pública, além de vulgarizar o juízo de mérito da ação constitucional. O trâmite do habeas corpus já é célere o suficiente para permitir o julgamento do mérito, independentemente da liminar", que não é, nem nunca foi, 'chave de cadeia', significando um alvará de soltura indeterminado constitucionalmente assegurado" (cf. Habeas Corpus, Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 173 e 178). No caso em análise não restou demonstrada, pois, de forma inequívoca, a presença simultânea dos requisitos autorizadores da medida (fumaça do bom direito e o perigo da demora). Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal. Por fim, tem-se que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, pelo colegiado da 2ª Câmara Criminal, quando do julgamento definitivo deste writ. Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, à míngua dos requisitos autorizadores de sua concessão. Dispenso o pedido de informações ante a possibilidade de consulta aos autos digitais. Empós, façam-se vistas dos autos à PGJ. Finalmente, voltem-me os autos conclusos para julgamento definitivo. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 JUIZ CONVOCADO FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - PORT. 1469/21 Relator

0620734-12.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Antônio Carlos Araújo Arruda Prado. Paciente: Romário Rodrigues Braga. Advogado: Antônio Carlos Araújo Arruda Prado (OAB: 42604/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Russas. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DECIDO. O pedido liminar em habeas corpus é medida desprovida de previsão legal, tratando-se de uma criação jurisprudencial voltada ao combate imediato de ato indevido de constrangimento ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção, devendo ser concedido apenas em casos nos quais a urgência, a necessidade e a relevância da medida se evidenciem de forma incontroversa na própria impetração e nos elementos de provas a ela colacionados. Conforme leciona de Guilherme de Souza Nucci: "A liberalidade excessiva, concedendo a liminar a qualquer caso, pode comprometer a segurança pública, além de vulgarizar o juízo de mérito da ação constitucional. O trâmite do habeas corpus já é célere o suficiente para permitir o julgamento do mérito, independentemente da liminar", que não é, nem nunca foi, 'chave de cadeia', significando um alvará de soltura indeterminado constitucionalmente assegurado" (cf. Habeas Corpus, Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 173 e 178). No caso em análise não restou demonstrada, pois, de forma inequívoca, a presença simultânea dos requisitos autorizadores da medida (fumaça do bom direito e o perigo da demora). Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal. Por fim, tem-se que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, pelo colegiado da 2ª Câmara Criminal, quando do julgamento definitivo deste writ. Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, à míngua dos requisitos autorizadores de sua concessão. A fim de não comprometer a celeridade do writ e, por ser possível a consulta dos autos originários digitais, entendo prescindível a notificação de informações à autoridade impetrada. Portanto, façam-se vistas dos autos à PGJ. Empós, voltem-me os autos conclusos para julgamento definitivo. Publique-se e intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022 JUIZ CONVOCADO FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - PORT. 1469/21 Relator

0620759-25.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Ari Alves de Moura. Paciente: J. F. da S.. Advogado: Francisco Ari Alves de Moura (OAB: 42568/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - DECIDO. O pedido liminar em habeas corpus é medida desprovida de previsão legal, tratando-se de uma criação jurisprudencial voltada ao combate imediato de ato indevido de constrangimento ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção, devendo ser concedido apenas em casos nos quais a urgência, a necessidade e a relevância da medida se evidenciem de forma incontroversa na própria impetração e nos elementos de provas a ela colacionados. Conforme leciona de Guilherme de Souza Nucci: "A liberalidade excessiva, concedendo a liminar a qualquer caso, pode comprometer a segurança pública, além de vulgarizar o juízo de mérito da ação constitucional. O trâmite do habeas corpus já é célere o suficiente para permitir o julgamento do mérito, independentemente da liminar", que não é, nem nunca foi, 'chave de cadeia',

significando um alvará de soltura indeterminado constitucionalmente assegurado" (cf. Habeas Corpus, Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 173 e 178). No caso em análise não restou demonstrada, pois, de forma inequívoca, a presença simultânea dos requisitos autorizadores da medida (fumaça do bom direito e o perigo da demora). Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal. Por fim, tem-se que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, pelo colegiado da 2ª Câmara Criminal, quando do julgamento definitivo deste writ. Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, à míngua dos requisitos autorizadores de sua concessão. Notifique-se a autoridade impetrada, em razão da natureza sigilosa dos autos, para prestar informações, fornecendo a senha para consulta dos autos originários, para o e-mail alex.silva@tjce.jus.br. Empós, façam-se vistas dos autos à PGJ Empós, voltem-me os autos conclusos para julgamento definitivo. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022 JUIZ CONVOCADO FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - PORT. 1469/21 Relator

0620774-91.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: João Olivardo Mendes. Paciente: Pedro Alan Silva Costa. Advogado: João Olivardo Mendes (OAB: 11504/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Marco. Corréu: Francisco Edson Bandeira Carneiro. Corréu: Ana Patrícia Silva de Sousa. Corréu: Francisco Dhones Bandeira Carneiro. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Tratando-se os autos originários de processo que tramita na forma eletrônica e não estando sob sigilo, deixo de solicitar informações à autoridade coatora, determinando, de logo, vista à douta Procuradoria de Justiça, para a necessária manifestação. Oficie-se ao juízo de origem tão somente para dar-lhe conhecimento da presente decisão. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

Total de feitos: 8

3ª Câmara Criminal

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara Criminal

TJCENEXE - Habeas Corpus
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0639158-39.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: C. M. G.. Paciente: A. E. R.. Advogada: Carolina Melo Guilherme (OAB: 27437/CE). Impetrado: J. de D. do 2 J. E. da V. D. e F. C. a M. da C. de F.. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. NATUREZA CAUTELAR CÍVEL SATISFATIVA. AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO CRIMINAL DA OFENDIDA. COMPETÊNCIA DE UMA DAS CÂMARAS DE DIREITO PRIVADO. PRECEDENTES DO TJCE. REDISTRIBUIÇÃO DO HABEAS CORPUS. 1. Pretende o impetrante a cassação de medidas protetivas de urgência, decretadas em desfavor do paciente, a fim de fazê-lo reingressar em seu único domicílio, por ser pessoa idosa e de saúde frágil, assistida diariamente por cuidadores, e, agora, desabrigado. 2. A jurisprudência desta e. Corte de Justiça, em consonância com o STJ, firmou o entendimento no sentido de que a medida protetiva solicitada por vítima de violência doméstica e familiar de forma autônoma, ou seja, sem estar atrelada a inquérito policial ou processo de natureza criminal, possui natureza tão somente de medida cautelar cível, devendo, portanto, ser processada perante um juízo cível. 3. Competência declinada para uma das Câmaras de Direito Privado. Redistribuição do Habeas corpus. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em declinar da competência para processar e julgar o presente feito, determinando a remessa dos autos ao Setor de Distribuição, a fim de que o redistribua a uma das Câmaras de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça, nos termos do voto da douta Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0127335-93.2019.8.06.0001Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Elias Silva Damasceno. Advogado: José Jairton Bento (OAB: 32223/CE). Advogado: Paulo César Barbosa Pimentel (OAB: 9165/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO DA DEFESA. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. USO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. LESÃO CORPORAL. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO QUANTO ÀS QUALIFICADORAS. REJEITADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PEDIDO DE DESPRONÚNCIA POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS QUANTO A AUTORIA. INVIABILIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. "IN DUBIO PRO SOCIETATE". ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1 Trata-se de recurso em sentido estrito interposto em face da decisão que pronunciou o acusado nos termos do art. 121, §2º, I e IV, c/c art. 129, caput, todos do CP, pleiteando o recorrente a nulidade da decisão de pronúncia por ausência de fundamentação quanto as qualificadoras e, no mérito, a despronúncia, por ausência de indícios de autoria. 2 Na hipótese, a decisão de pronúncia encontra-se devidamente fundamentada quanto às qualificadoras, em conformidade com o art. 93, IX da CF. 3 Quanto ao mérito, incabível o acolhimento do pedido de despronúncia, vez que do conjunto probatório colecionado aos autos sobressai a presença de indícios suficientes de autoria delitiva em desfavor do réu ora recorrente e comprovada materialidade. 4 A decisão de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade, e, como nesta fase

processual não vige o princípio do in dubio pro reo, as eventuais incertezas pela prova se resolvem em favor da sociedade, ou seja, in dubio pro societate, sendo o Tribunal do Júri o juízo competente para dirimir a dúvida. 5 Considerando a presença da materialidade do crime e indícios suficientes da autoria, os quais amparam e justificam o decisum proferido pelo Juízo a quo, e vez que não se pode usurpar do Tribunal do Júri o pleno exame dos fatos da causa, é de se manter a decisão da pronúncia, em todos os seus termos. 6 Recurso em sentido estrito conhecido e desprovido. Decisão de pronúncia mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, nesta Comarca de Fortaleza, em que figuram as partes indicadas. ACORDAM os membros integrantes da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade e em consonância com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, em conhecer do recurso em sentido estrito interposto, para NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Des. José Tarcílio Souza da Silva Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0263920-21.2020.8.06.0001Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Milena Barbosa Santos de Holanda. Advogado: Felipe Alvernaz Gomes (OAB: 27210/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. PLEITO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. NÃO CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Na Denúncia de fls. 1/5, consta que, em 08 de novembro de 2020, por volta das 23 horas 30 minutos, na Rua Lagos Verdes, nº 100, bairro Floresta, nesta cidade, Milena Barbosa Santos de Holanda tentou contra vida de Mayara Dourado Ferreira, desferindo-lhe golpes com instrumento perfurocortante. 2. Após o regular procedimento, o recorrente Milena Barbosa Santos de Holanda foi pronunciada nos termos do art. 121, caput, c/c o art. 14, inciso II, e art. 129, §6º, todos do CP, pela suposta ação delitiva contra vida de Mayara Dourado Ferreira. 3. Na fase de pronúncia, temos, pois que, para a realização do juízo basta tão somente a existência da materialidade e indícios suficientes de autoria delitiva, visto que se trata de apenas um mero juízo de admissibilidade da acusação, no qual as dúvidas sobre a autoria ou a intenção do acusado devem ser declinadas ao Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, prevalecendo sempre o princípio in dubio pro societate. 6. Analisando a decisão ora combatida, vislumbro ser escorreita, acertada e dentro dos parâmetros de legalidade, ao passo que examinou o conjunto probatório até então produzido. 7. Acerca da materialidade, encontra-se comprovada por meio do Laudo Pericial de Lesão Corporal em situação de flagrante acostado às fls. 87/90. 8. Em se tratando dos indícios de autoria, possuem respaldo igualmente nas provas produzidas na fase inquisitorial e em Juízo, em especial, nos depoimentos testemunhais. A própria recorrente, Milena Barbosa Santos de Holanda (fls. 24/25), assumiu () que pegou uma garrafa também e quebrou a na mesa e partiu para cima de Mayara. Mencionou ainda que após o feito foi para casa com seu companheiro e no dia seguinte, sua prisão foi realizada pelos policiais civis. 9. Recurso em Sentido Estrito conhecido e improvido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0263920-21.2020.8.06.0001, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, para NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0102216-59.2015.8.06.0167Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: M. G. da S.. Advogada: Luciana Kyarelly Barbosa do Nascimento (OAB: 33322/CE). Advogada: Paula Frassinetti Cavalcante Melo (OAB: 30389/CE). Recorrente: S. S. da S. R.. Advogado: Raimundo Rosivan do Nascimento (OAB: 24956/CE). Recorrido: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. PLEITO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. NÃO CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Na Denúncia de fls. 2/6, consta que, em 13 de junho de 2015, por volta das 19 horas 30 minutos, no Bar do Real, na Avenida José Euclides, na cidade de Sobral/CE, Marcelo Gonçalves da Silva, a mando de Raimundo Auricélio Farias Braga e Samanta Suyane da Silva Rocha, tentou contra a vida de Iara Soares da Silva e Gizelle Uchôa Silva com disparos de arma de fogo. 2. Após o regular procedimento, os recorrentes Marcelo Gonçalves da Silva e Samanta Suyane da Silva Rocha foram pronunciados nos termos dos arts. 121, § 2º, incisos I, IV e VI, e art. 121, § 2º, incisos I, IV e VI, c/c art. 14, inciso II, alínea a, ambos do CP, pelas supostas ações delitivas contra as vidas de Iara Soares da Silva e Gizelle Uchôa Silva. 3. Em ambas Razões, as defesas buscam desconstituir a Sentença de Pronúncia, alegando que as provas acostadas nos autos são insuficientes para ensejar as pronuncias dos recorrentes. 4. A priori, destaco que o prematuro estágio processual alcançado não configura manifestação jurisdicional acerca da culpa do indivíduo. Na verdade, a Sentença de pronúncia implica tão somente no encerramento de uma fase da demanda, dando ensejo à submissão da pretensão punitiva estatal ao crivo do juiz natural para ações desta natureza, o Conselho de Sentença, em consonância com a redação do art. 413 do CPP, dada pela Lei nº 11.689/08. 5. Salienta-se, pois que, a decisão resultante da primeira fase do procedimento adotado no julgamento dos crimes dolosos contra a vida deve se limitar à averiguação da existência simples indícios de autoria e prova da materialidade, de modo que o Magistrado precisa se abster de ingressar no mérito da demanda, conforme dispõe o artigo 413, §1º do CPP. 6. Como cediço, a decisão de pronúncia constitui um mero juízo de admissibilidade, em que o Magistrado primevo se limita à indicação da materialidade do fato delitivo e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação no crime, bem como aferir as circunstâncias qualificadoras do crime e as causas de aumento de pena, conforme prevê o art. 413, § 1º, do CPP. 7. Acerca da materialidade, encontra-se comprovada pelo Laudo Cadavérico acostado às fls. 77/79. Em se tratando dos indícios de autoria, possuem respaldo igualmente nas provas produzidas na fase inquisitorial e em Juízo, em especial, nos depoimentos testemunhais. 8. Deste modo, além do conjunto probatório acostado no caderno processual que afasta qualquer alegação no sentido de existirem apenas meras conjecturas a respeito da autoria delitiva, deve ser considerado o regramento próprio destinado a essa fase de formação da culpa imposto pela Constituição Federal de 1988. 9. Recurso em Sentido Estrito conhecido e improvido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso

em Sentido Estrito nº 0102216-59.2015.8.06.0167, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, para NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0071061-22.2013.8.06.0001Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Renê do Vale do Nascimento. Advogado: Leandro de Oliveira Araújo (OAB: 39879/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. PLEITO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. NÃO CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Na Denúncia de fls. 1/3, consta que, em 05 de março de 2013, por volta das 16 horas 30 minutos, no bairro Novo Mondubim, nesta cidade, Renê do Vale Nascimento ceifou a vida de José Edmar Arruda Santiago, utilizando arma de fogo. 2. Após o regular procedimento, o recorrente Renê do Vale Nascimento foi pronunciado nos termos do art. 121, §2º, incisos II e IV, do CP, pela suposta ação delitiva contra vida de José Edmar Arruda Santiago. 3. Na fase de pronúncia, temos, pois, que para a realização do juízo basta tão somente a existência da materialidade e indícios suficientes de autoria delitiva, visto que se trata de apenas um mero juízo de admissibilidade da acusação, no qual as dúvidas sobre a autoria ou a intenção do acusado devem ser declinadas ao Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, prevalecendo sempre o princípio in dubio pro societate. 4. Por essa razão, a absolvição sumária, nessa fase processual, é medida excepcional, cuja incidência se resume às hipóteses em que ficar plenamente demonstrado na prova dos autos que o réu agiu sob amparo de uma causa excludente da ilicitude, ou, segundo a nova redação do art. 415 do CPP, quando demonstrado, também sem espaço para dúvidas, que o acusado não foi autor do fato, que o fato não existiu ou que o fato não constitui infração penal. 5. Analisando a decisão ora combatida, vislumbro ser escorreita, acertada e dentro dos parâmetros de legalidade, ao passo que examinou o conjunto probatório até então produzido, que demonstrado a materialidade do delito através do Laudo Cadavérico acostado às fls. 8/10. 6. Por seu turno, os indícios de autoria, possuem respaldo igualmente nas provas produzidas na fase inquisitorial e em Juízo, em especial, nos depoimentos harmônicos das testemunhas acerca da dinâmica dos fatos, portanto, não vislumbro a existência de provas irrefutáveis da inocência do recorrente, sendo, pois, os indícios suficientes para indicar a autoria ao recorrente da ação delitiva e, por assim, permitir o prosseguimento da acusação contra o réu. 7. Reforça-se, por fim, que a Sentença de pronúncia cuida unicamente da viabilidade da acusação, devendo ser evidenciados apenas os elementos que convençam ao juiz da existência do crime e de indícios suficientes de autoria, resta ao Tribunal do Júri o encargo de julgar o réu pronunciado, acatando ou não o que ficou estabelecido na denúncia ministerial. 8. Recurso em Sentido Estrito conhecido e improvido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0071061-22.2013.8.06.0001, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, para NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0105511-15.2018.8.06.0001Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Mateus Axel Vieira. Advogada: Cíntia Emanuela Daniel Alves (OAB: 36138/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. AFASTAMENTO DE QUALIFICADORAS PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE SER MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A Denúncia de fls. 82/86 traz que, no dia 27 de dezembro de 2017, por volta de 02 horas, na Av. Castelo de Castro, no bairro Conjunto Palmeiras, nesta cidade, o denunciado efetuou diversos disparou diversos com arma de fogo contra disparos contra a viatura RD1305, placas PMF-2390 e contra as vítimas Afonso Matheus Farias de Almeida, Isaac Rodrigues Oliveira e José Marcos Santos de Almeida, que não foram ceifadas por motivos alheios a vontade do agente. 2. A fase de pronúncia, pois, se trata apenas de um mero juízo de admissibilidade da acusação, no qual as dúvidas sobre a autoria ou a intenção do acusado devem ser declinadas ao Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para julgar os crimes dolosos contra a vida. Daí a origem do brocardo in dubio pro societate, pois o juiz singular não pode usurpar a competência dos jurados para decidir qual das versões apresenta-se mais verossímil, não devendo ser acolhida a tese defensiva para afastar a observância ao in dubio pro societate. 3. Em exame superficial compatível com a pronúncia, constata-se que a decisão impugnada descreve de forma clara a materialidade delitiva através do Exame de Corpo Delito da vítima Afonso Matheus Farias de Almeida (fls. 06), Laudo Pericial na Viatura (fls. 140/144) e na Arma de Fogo (fls. 93 e 203/207). 4. Em se tratando dos indícios de autoria, possuem respaldo nas provas testemunhais produzidas na fase inquisitorial e em Juízo, que corroboram a tese de que o recorrido teria, supostamente, tentado ceifar as vidas de Afonso Matheus Farias de Almeida, Isaac Rodrigues Oliveira e José Marcos Santos de Almeida. 5. In casu, as qualificadoras afastadas pelo douto Magistrado de piso fugiu das provas coligida aos autos, uma vez que existem elementos mínimos para manutenção das qualificadoras dos incisos I e IV, § 2º, do art. 121 do Código Penal, uma vez que, na análise minuciosa do caderno processual, nota-se que as qualificadoras se encontram suficientemente caracterizada pela coleta probatória produzida em juízo. Embora esta não seja a sede apropriada para exercer juízo exauriente sobre as provas e formular convicção sobre as circunstâncias do crime, há nos autos indícios razoáveis da possibilidade de o homicídio ter ocorrido por motivo torpe e com recurso que impossibilitou defesa das vítimas. 6. Salienta-se, por oportuno, que havendo elementos que indiquem a presença de qualificadoras, mesmo havendo dúvidas quanto às suas configurações, não cabe a este Sodalício suprimi-las, usurpando a competência constitucional do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida. Portanto, só é possível a exclusão de qualificadoras quando houver prova cabal e inconteste de sua desvinculação com o fato criminoso, o que não ocorreu in casu. Cabe ao Tribunal do Júri manifestar-se sobre a ocorrência ou não das qualificadoras. 7. O entendimento firmado no âmbito deste Tribunal de Justiça restou consolidado nos

termos da Súmula 03 que dispõe: As circunstâncias qualificadoras constantes da peça acusatória somente serão excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes, em face do princípio in dúbio pro societate. 8. Recurso em sentido estrito conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0105511-15.2018.8.06.0001, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, para DAR-LHE provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0209897-91.2021.8.06.0001Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Recorrido: Alan Bruno Damasceno Rebouças. Advogada: Giovanna Rosa Moraes (OAB: 38136/CE). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRÁFICO DE DROGAS. DECISÃO DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. EXORDIAL DELATÓRIA QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP, OBSERVANDO-SE NOS AUTOS PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVAS A JUSTIFICAR A CONTINUIDADE DA PERSECUTIO CRIMINIS. FASE PROCESSUAL NA QUAL PREPONDERA O PRINCÍPIO VALORATIVO-PROBATÓRIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA REFORMADA PARA RECEBER A DENÚNCIA, DETERMINANDO-SE O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO EM SEUS ULTERIORES TERMOS. 1. Versa o presente fascículo processual sobre recurso em sentido estrito manejado pelo Ministério Público do Estado do Ceará desafiando decisão do Juízo da 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza, que rejeitou a denúncia-crime oferecida contra o ora recorrido, sob o fundamento de falta de justa causa. 2. É assente o entendimento de que a justa causa é uma condição da ação, que consiste na coexistência de indícios mínimos de autoria e de prova da materialidade do fato delitivo, como requisitos autorizadores do oferecimento da denúncia. A negativa de instauração da ação penal por ausência de justa causa é medida excepcional, apenas admitida quando verificada manifesta ilegalidade, ou seja, quando sem necessidade de valoração do acervo fático ou probatório dos autos, é inequívoca a ausência de indícios de autoria, de prova da materialidade do delito, ou, ainda, em razão de atipicidade da conduta ou presença de causa extintiva da punibilidade. 3. Em simples fraseado, pode-se sintetizar justa causa como aquele mínimo de suporte fático, aquele início de prova, mesmo que indiciária, capaz de justificar a oferta da acusação em juízo. 4. Observa-se, no caso em tela, que há prova da materialidade do crime, consistente no auto de apresentação e apreensão, à página 7, bem como dos laudos provisórios de constatação de substância entorpecente, às páginas 22 e 24. Quanto à autoria, diversas referências nos depoimentos colhidos pela autoridade policial apontam para o recorrido considerando a situação de flagrância, não se justificando o entendimento de que não há justa causa para a instauração da ação penal. 5. Insta ressaltar que, segundo relatam os policiais que efetuaram a prisão em flagrante, antes da entrada no domicílio do ora recorrido, o mesmo fora flagrado, em via pública, levando consigo 9 (nove) papelotes de cocaína, o que, em consórcio com as prévias notícias da prática de tráfico de droga, constituiria fundada suspeita de flagrante de crime permanente, a justificar o ingresso imediato na residência, sem a exigência de aguardo de ordem judicial, caracterizando a situação excepcional expressamente prevista na Constituição Federal. 6. A dúvida sobre a veracidade ou não da versão apresentada pelos agentes policiais responsáveis pela prisão em flagrante, bem como se havia ou não justificativa apta a ensejar o ingresso na residência sem ordem judicial, pela caracterização de flagrante crime permanente, na presente fase procedimental, há de ser dirimida em favor da sociedade. 7. Recurso conhecido e provido. Determinação para recebimento da denúncia e instauração da ação penal correspondente. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Recurso em Sentido Estrito em referência para dar-lhe provimento, nos termos do voto desta Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

8000768-07.2021.8.06.0001Agravo de Execução Penal. Agravante: Henrique Ataíde de Aguiar. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO DA DEFESA. REGIME SEMIABERTO DE CUMPRIMENTO DE PENA. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA PARA PRISÃO DOMICILIAR. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COLÔNIA AGRÍCOLA OU ESTABELECIMENTO SIMILAR. INVIABILIDADE. DETERMINAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO CONDENADO PARA LOCAL ADEQUADO AO CUMPRIMENTO DA PENA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE SUBMISSÃO DO RÉU A REGIME MAIS GRAVOSO AO QUE LHE É DE DIREITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1.O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, passou a relativizar as hipóteses de concessão da prisão domiciliar, em sede de execução penal, nos casos de falta de estabelecimento próprio ao regime prisional imposto, que ensejou a edição da Súmula Vinculante nº 56, a qual, não obstante vede a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, todavia, reconhece a possibilidade do cumprimento de pena em local diverso do estabelecido em lei, desde que adequado ao regime em que inserido o apenado. 2.Na hipótese, considerando que o juízo de primeiro grau determinou a transferência do recorrente para estabelecimento penal adequado ao cumprimento da pena no regime semiaberto, bem como que a defesa não trouxe aos autos qualquer documento que comprovasse que o réu estaria submetido a regime mais gravoso do que lhe é de direito, inviável a concessão de prisão domiciliar, tendo em vista que a providência adotada pelo juízo a quo está em conformidade com a determinação contida na Súmula Vinculante nº 56/STF. 3.Recurso conhecido e desprovido. Decisão ratificada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo em Execução Penal em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0675106-54.2012.8.06.0001Agravo de Execução Penal. Agravante: Carlos Antônio da Silva Pereira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. IMPUGNAÇÃO À DECISÃO DENEGATÓRIA DE PRISÃO DOMICILIAR A APENADO QUE CUMPRE PENA NO REGIME SEMIABERTO. INVIABILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE N.º 56 DO STF. ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. PANDEMIA DE COVID-19. A RECOMENDAÇÃO N.º 62/2020 DO CNJ NÃO É NORMA IMPOSITIVA. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. CONDENAÇÃO POR CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. RECURSO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. A aplicabilidade da Súmula Vinculante n.º 56 do STF deve ser ponderada quanto à situação individual e particular de cada apenado, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia material. 2. Os apenados que serão beneficiados com a saída antecipada ou com penas alternativas deverão ser escolhidos com base em critérios isonômicos. Assim, tais benefícios deverão ser deferidos aos sentenciados que satisfaçam os requisitos subjetivos (bom comportamento) e que estejam mais próximos de satisfazer o requisito objetivo, ou seja, aqueles que estão mais próximos de progredir ou de encerrar a pena, considerando-se, também, a natureza da infração praticada, com prioridade para aqueles que foram condenados por delitos menos gravosos. 3. Considerando-se o cenário atual de pandemia e o inteiro teor da Recomendação n.º 62, de 17 de março de 2020, emanada do Conselho Nacional de Justiça, recomenda-se a concessão de prisão domiciliar em relação a todas as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução, excetuando-se apenas os crimes hediondos. 4. No caso, o apenado além de não atender ao requisito temporal, por ter alcançado recentemente o direito à progressão ao regime semiaberto, ainda praticou delito equiparado a hediondo. Assim, verifica-se que a decisão judicial que negou o pleito de prisão domiciliar não merece reparo, devendo ser mantida. 5. Agravo de execução conhecido, porém improvido. Decisão mantida. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Agravo em Execução Penal em referência para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

8000802-16.2020.8.06.0001Agravo de Execução Penal. Agravante: Pedro Lucas da Silva Severino. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. IMPUGNAÇÃO À DECISÃO DENEGATÓRIA DE PRISÃO DOMICILIAR A APENADO QUE CUMPRE PENA NO REGIME SEMIABERTO. INVIABILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE N.º 56 DO STF. ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. PANDEMIA DE COVID-19. A RECOMENDAÇÃO N.º 62/2020 DO CNJ NÃO É NORMA IMPOSITIVA. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. CONDENAÇÃO POR CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. RECURSO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. A aplicabilidade da Súmula Vinculante n.º 56 do STF deve ser ponderada quanto à situação individual e particular de cada apenado, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia material. 2. Os apenados a serem beneficiados com a saída antecipada ou com penas alternativas deverão ser escolhidos com base em critérios isonômicos. Assim, tais benefícios deverão ser deferidos aos sentenciados que satisfaçam os requisitos subjetivos (bom comportamento) e que estejam mais próximos de satisfazer o requisito objetivo, ou seja, aqueles que estão mais próximos de progredir ou de encerrar a pena, considerando-se, também, a natureza da infração praticada, com prioridade para aqueles que foram condenados por delitos menos gravosos. 3. Oportuno também considerar que a Recomendação n.º 62/2020 do CNJ não é norma impositiva, portanto, deve ser analisada em conjunto com as circunstâncias de cada caso. Na hipótese, não foi juntada qualquer documentação que comprove que o apenado compõe o grupo de risco para a Covid 19. 4. Verifica-se, então, que a decisão judicial que negou o pleito de prisão domiciliar não merece reparo, devendo ser mantida. 5. Agravo de execução conhecido, porém improvido. Decisão mantida. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Agravo em Execução Penal em referência para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

8000310-56.2020.8.06.0055Agravo de Execução Penal. Agravante: L. A. dos S.. Advogado: Paulo Sérgio Ripardo (OAB: 16291/CE). Agravado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. IMPUGNAÇÃO À DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO DE PRISÃO DOMICILIAR SOB ALEGAÇÃO DE DOENÇA GRAVE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO GRAVE ESTADO DE SAÚDE. POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL E JUNTO À REDE DE SAÚDE PÚBLICA. PROCEDIMENTO ADEQUADO À SOLUÇÃO PROPUGNADA PELO COLENDO STF NO JULGAMENTO DO RE 641.320/RS, EM OBSERVÂNCIA À SÚMULA VINCULANTE N.º 56. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO. DECISÃO PRESERVADA. 1. Em análise ao recurso em tela, o recorrente concentra sua irresignação no fato de ter sido negada a concessão da prisão domiciliar, sob alegativa de ser inserido no grupo de risco, em consonância com a recomendação do CNJ, N.º 62/2020. 2. O Conselho Nacional de Justiça, ao editar a Recomendação n.º 62, visando coibir a propagação do vírus no ambiente prisional, dedicou especial atenção aos que compõem o grupo de risco, este compreendido por pessoas idosas, gestantes e pessoas com doenças

crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfecções, nos termos do art. 1º, parágrafo único, I, do aludido documento. 3. Nessa perspectiva, apesar de o agravante ser maior de 70 (setenta) anos, esse fato isolado não permite a concessão do benefício. Ressalte-se que o recorrente cumpre pena em regime fechado, bem como a recomendação 62/2020 do CNJ não se aplica a crimes hediondos. 4. A jurisprudência tem admitido, ainda, a concessão da prisão domiciliar de forma excepcional, mesmo que o apenado cumpra pena em regime semiaberto ou fechado, a depender do seu estado de saúde, que deverá ser avaliado no caso concreto e desde que demonstrada a imprescindibilidade do benefício para o tratamento do apenado, demonstrando se o risco à sua integridade física caso seja mantido no estabelecimento prisional. Não há, no caso em tela, nos autos, comprovação de que o agravante possua qualquer comorbidade ou doença grave a inseri-lo em provável grupo de risco da Covid-19. 5. Consta dos documentos de páginas 61/66, que a condição do apenado não seria de natureza urgente, podendo ser objeto de intervenção cirúrgica de natureza eletiva. Ausente, portanto, o caráter de urgência, não há que se falar na natureza humanitária da medida, até mesmo porque o acusado sequer implementou o tempo suficiente para a progressão do regime semiaberto, possui acompanhamento médico adequado, no estabelecimento prisional, além de não apresentar estado de saúde debilitado que justifique a concessão do benefício de imediato. 6. Agravo em Execução Penal conhecido, porém improvido. Decisão mantida. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Agravo em Execução Penal em referência, porém para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

8003320-76.2020.8.06.0001Agravo de Execução Penal. Agravante: Yago Steferson Alves dos Santos. Advogado: André Felipe Cordeiro Braga (OAB: 17301/CE). Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA QUANTO À RENOVAÇÃO DE PERMANÊNCIA EM PRESÍDIO FEDERAL. DECISÃO FUNDAMENTADA EM CONFORMIDADE COM A LEI N.º 11.671/08. PERSISTÊNCIA DO MOTIVO ENSEJADOR DA TRANSFERÊNCIA. NECESSIDADE DE SEGURANÇA MÁXIMA NA CUSTÓDIA DO AGRAVANTE. RECURSO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Busca o agravante a reforma da decisão proferida pelo Juízo da Execução Penal, que determinou sua permanência no Sistema Penitenciário Federal. 2. Verifica-se, no caso, que o juízo da 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza deferiu pedido formulado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) quanto à renovação do período de permanência do apenado no Presídio Federal de Campo Grande/MS (páginas 31/35). 3. Extrai-se, do decisum recorrido, que a fundamentação exposta encontra-se adequadamente motivada, uma vez que o juízo primevo pautou-se na informação de que o recorrente é envolvido em diversos crimes (homicídio qualificado, tráfico ilícito de entorpecentes, falsidade ideológica e organização criminosa, dentre outros), havendo condenações por reiterados delitos, além de exercer função de liderança na organização criminosa denominada Guardiões do Estado GDE. 4. Assim, percebe-se que o caso sub examine enquadra-se na necessidade de manutenção do interno em unidade prisional federal para salvaguardar a segurança pública, nos termos do art. 3º da Lei n.º 11.671/2008 e art. 3º, incisos I, IV e VI, do Decreto n.º 6877/2009. 5. Ademais, enfatiza-se que a lei federal supracitada não limitou o número de renovações da permanência do preso em estabelecimento penal federal de segurança máxima, contudo, dispôs que as renovações devem estar substanciadas nos requisitos legais da transferência e na persistência dos motivos, como perfaz o art. 10, § 1º, da Lei n.º 11.671/2008. 6. In casu, observo que houve a devida fundamentação pelo juízo singular acerca do pedido renovação da permanência do recorrente em unidade prisional federal de segurança máxima, diante do elevado risco à segurança pública que resultaria caso o interno fosse transferido para presídio estadual, bem como por persistirem elementos que demonstram a periculosidade do recorrente. 7. Frisa-se que a Lei n.º 13.964/2019, em vigor desde 23/01/2020, ampliou o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para 3 (três) anos como período inicial de permanência de preso em presídio federal, não existindo previsão de limitação de renovações. Precedentes. 8. Por fim, no que concerne ao argumento de existência de presídio de segurança máxima no âmbito do estado do Ceará, faz-se necessário destacar que a referida unidade prisional, localizada no Complexo Penitenciário de Aquiraz/CE, somente fora inaugurada em 04/08/2021, ou seja, posteriormente à data da decisão ora recorrida, exarada pelo Juízo da 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza/CE. 8. Agravo em Execução Penal conhecido, contudo improvido. Decisão mantida. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Agravo em Execução Penal em referência para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Recursos e Seções Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000201-07.2018.8.06.0070Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Recorrido: Francisco Olavo Chaves de Vasconcelos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. RECURSO MINISTERIAL. PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A prisão preventiva com fulcro na garantia da ordem pública deve ser medida de excepcionalidade, ou seja, aplicada nos casos de crimes gravíssimos e, ainda, se houver grande probabilidade de reiteração criminosa. Em se tratando de prisão que alija a liberdade do suspeito ou acusado antes do trânsito em julgado, é mister que seja a única medida capaz de resguardar a eficácia do inquérito policial ou do processo criminal. É bem verdade que há de se preferir as medidas cautelares pessoais em detrimento da prisão preventiva. 2. Da detida análise dos autos, verifica-se a existência de elementos objetivos, que evidenciam a necessidade da segregação provisória para a garantia da ordem pública, sobretudo, conforme o disposto no art. 313, inciso III, do CPP. Há de se considerar

também que, conforme ofício nº 495/2021 (fl. 204), o recorrido responde aos processos criminais nºs. 50200-65.2014.8.06.0070, 2196-55.2018.8.06.0070 e 201-07.2018.8.06.0070, demonstrando sua tendência a reiteração delitiva. 3. Com efeito, de maneira oposta ao que foi sustentado pelo juízo a quo, apesar das penas máximas para os delitos pelos quais o recorrido foi autuado em flagrante não ultrapassarem 04 (quatro) anos, verifica-se que estão presentes os requisitos a fundamentar sua prisão cautelar. Portanto, estão satisfeitos os requisitos do fumus commissi delicti e do periculum libertatis. 4. Ademais, representa efetivo perigo à sociedade a não decretação de sua prisão preventiva, posto que há indícios de que o recorrido poderá incorrer em novos crimes, sendo certo que sua permanência em liberdade, em pleno convívio social, é inviável face ao alto risco de reiteração delitiva, por conseguinte, imperioso se faz o acolhimento do pleito ministerial de decretação da custódia cautelar. 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0000201-07.2018.8.06.0070, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER e DAR-LHE PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Habeas Corpus
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0635095-68.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Vinícius Bezerra Pizol. Impetrante: Ricardo Rocha Lopes da Costa. Paciente: Max Miliano Machado da Silva. Advogado: Vinícius Bezerra Pizol (OAB: 42771A/CE). Advogado: Ricardo Rocha Lopes da Costa (OAB: 39729/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ART. 2º, CAPUT, §§ 2° E 3°, DA LEI Nº 12.850/13 E NO ART. 33 e 35 DA LEI Nº 11.343/06 C/C ART. 16 DA LEI Nº 11.343/2006. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PRECEDENTES DESTA CORTE. PRISÃO RECENTEMENTE REVALIDADE. PEDIDO DE LIBERDADE EM RAZÃO DO PACIENTE TER REALIZADO CIRURGIA BARIÁTRICA. NÃO COMPROVADA. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. A defesa argumenta excesso de prazo para a formação da culpa. De plano vale assinalar que os prazos estipulados para a conclusão dos atos e diligências não são improrrogáveis, tampouco possuem fatalidade absoluta. Ainda que assim não fosse, inúmeras decisões desta Corte lecionam que a aferição de excesso de prazo deve ser feita à luz do princípio da razoável duração do processo.O cenário delineado nos autos expõe a inexistência de desídia por parte do Juiz a quo. Muito pelo contrário, percebe-se que o Magistrado vem empreendendo esforços para dar regular andamento à ação penal. Tendo inclusive, revalidado a prisão preventiva por duas vezes, sendo a mais recente em 06 de outubro de 2021. 2. Deduzido pelo curso da ação até o momento, vê-se que se desenvolve em um lapso temporal razoável, eu diria até célere, cabendo sinalizar que se trata de uma ação de alta complexidade, bastante volumosa, com vários acusados e multiplos crimes. Dessa forma, dadas as especificidades, o processo segue sob a égide da razoabilidade temporal, restando, desse modo, mais do que justificada eventual dilação do prazo para o encerramento da instrução processual. 3. Os impetrantes sustentam que o paciente encontra-se debilitado em razão de uma cirurgia bariátrica realizada recentemente, bem como possui dois projéteis alojados na coluna. 4. De acordo com o RELATÓRIO TÉCNICO de fls. 5/262 dos autos principais. Relativamente a necessidade de cumprimento de pena em domicílio em razão da cirurgia bariátrica realizada, constata-se que fora anexado às fls. 1999/2000 dos autos de origem, Laudo Médico informando a boa condição clínica do acusado. 5. Desse modo, tem-se que não há para o momento, nenhum óbice acerca da manutenção da prisão cautelar do paciente. Destaca-se ainda que a condição favorável de saúde do paciente, restou comprovada por profissional especializado, capaz de atestar a necessidade ou não, da prisão domiciliar, não tendo portanto, razão para ser questionada. 6. No mais, a documentação médica acostada aos autos não foi capaz de justificar a medida pretendida pela defesa. In casu, poderíamos afirmar que o acusado até o momento, não teve complicações com a bariátrica, até por ser jovem e não apresentar comorbidades como diabetes e pressão alta. 7. Remédio Constitucional conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0635095-68.2021.8.06.0000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, CONHECER da ordem impetrada, para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0635370-17.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Guilherme Janderson Martins Madeira. Paciente: Francisco Alerrandro Paulino Martins. Advogado: Guilherme Janderson Martins Madeira (OAB: 35029/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ipu. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: TRÁFICO DE ENTORPECENTES. RECEPTAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDENTE. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PACIENTE RECEPTOU CELULAR FRUTO DE ROUBO COMO PAGAMENTO POR VENDER 11 PEDRAS DE CRACK AO CORRÉU. TESTEMUNHAS APONTAM O PACIENTE COMO FUNCIONÁRIO DE CONHECIDO TRAFICANTE DA REGIÃO. CIRCUNSTÂNCIAS QUE DENOTAM TRAFICÂNCIA HABITUAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO. 1. A controvérsia suscitada gravita primordialmente em torno da existência de fundamentos capazes de justificar o cabimento da prisão preventiva na situação concreta. Constatados o fumus commissi delicti e o periculum libertatis, é legítima imposição de prisão preventiva, não havendo que se falar em carência de fundamentação do decreto. 2. Na espécie, verifica-se que a gravidade concreta do delito demonstra periculosidade no agente, sobretudo pelas circunstâncias do flagrante. Deve-se atentar que o paciente foi flagrado, após perseguição policial, em posse do aparelho celular fruto de roubo anterior, o qual recebeu do corréu em troca de relevante quantidade de droga (11 pedras de crack, - droga de elevado potencial nocivo , já embaladas para venda), circunstância que denota a traficância. 3. Ademais, o corréu João Neto, em seu interrogatório perante a autoridade policial (fls. 15/16 na origem), afirmou categoricamente que Francisco Alerrandro comercializava drogas de forma habitual, tendo, na ocasião, trocado a droga pelo celular objeto de roubo, dando detalhes de como teria ocorrido a referida troca. 4. Não suficiente, os depoimentos das testemunhas e dos policiais envolvidos no flagrante detalham ainda ser o paciente funcionário de Tiago, - conhecido traficante da região , estando o paciente inclusive em companhia deste no momento de sua prisão em flagrante. 5. Diante dessas informações, aliadas às circunstâncias do flagrante do crime ora em comento, vislumbra-se que o envolvimento do paciente com delitos dessa natureza não aconteceu de forma eventual. 6. Vislumbra-se a gravidade concreta das condutas supracitadas, mostrando-se necessária a decretação da prisão preventiva do paciente para garantia da ordem pública, restando necessária ainda a segregação cautelar para elucidar

todas as circunstâncias dos eventos delituosos e para garantir a futura aplicação da lei penal. 7. Isoladamente, a existência de outras condições pessoais favoráveis ao paciente (primariedade e residência fixa) não representam óbice à decretação da prisão preventiva, mormente quando identificada a necessidade e a adequação da medida. 8. As cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novos delitos, tendo em vista as particularidades do caso concreto. 9. Habeas Corpus conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0635370-17.2021.8.06.0000, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, CONHECER a ação e DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0636233-70.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Jefferson Vasconcelos Freitas. Paciente: Francisco Jakaelio Rocha. Advogado: Jefferson Vasconcelos Freitas (OAB: 32713/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Bela Cruz. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, §2º, II E V E §2º-A, I C/C ART. 288, AMBOS DO CP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PRESENÇA DO PERICULUM LIBERTATIS. EVIDENCIADO. MODUS OPERANDI. EXPEDIÇÃO DE SALVO-CONDUTO. IMPOSSIBILIDADE. ACUSADO FORAGIDO DESDE A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INVIABILIZANDO A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 02 do TJCE. DECISÃO FULCRADA EM RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. VIOLAÇÃO DO ART. 266 DO CPP. MERA RECOMENDAÇÃO. NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO CONHECIDO FACE À INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ACESSO AOS AUTOS. PREJUDICADO. CONCEDIDA EM SEDE DE RECURSO AO STJ. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA. 1. O decreto prisional mostra-se bem fundamentado. A gravidade concreta do crime imputado ao paciente e o modus operandi perpetrado por ele, acrescido do periculum libertatis, ressaltada a periculosidade do acusado e sua personalidade inadequada para a vida em sociedade. Do Relatório de fls. 01/05, tem-se os relatos das vítimas indicando que o acusado é pessoa violenta, além de ter sido apontado como chefe das ações criminosas ocorridas na cidade. No presente caso, fez uso de arma de fogo e emprego de violência física com as vítimas. 2. Além do mais, o acusado permanece foragido desde a decretação de sua prisão preventiva em 24 de março de 2021, levando a deduzir que a segregação cautelar mostra-se suficientemente justificada objetivando impedir que seja inviabilizada a futura aplicação da lei penal. Nesse sentido dispõe a Sumula nº 02 do TJCE, A ameaça concreta e evidenciada de fuga, bem como a efetiva evasão do distrito da culpa, constituem fundamento para o decreto de prisão provisória, com o fim de assegurar a aplicação da lei penal. 3. Quanto ao pedido de acesso aos autos, deve ser julgado prejudicado em razão do despacho de fl. 92 dos autos de origem, em que o d. Magistado informa já ter sido cumprida a Decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça. 4. Cumpre destacar que o fato de o reconhecimento não ter atendido estritamente ao disposto no art. 226 do CPP não constitui nulidade, porquanto se trata de mera recomendação procedimental. Portando, por se tratar de mera recomendação deve ser realizada apenas quando possível, atendido o princípio da razoabilidade. Precedentes das Cortes Superiores: STJ HC: 565298 PR 2020/0058278-5, sob a relatoria do Ministro FELIX FISCHER, decisão publicada noDJ em 10/06/2020 e do TRF-3 ApCrim: 00043514820184036181 SP, sob a relatoria do Desembargador Federal Fausto de Sanctis, da DÉCIMA PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/04/2020, e publicado no e-DJF3 Judicial em 07/05/2020. 5. Atrelada a suposta nulidade no reconhecimento fotográfico, o impetrante aduz a negativa de autoria do crime atribuído ao paciente. No entanto, assinalo que o argumento acerca da negativa de autoria não encontra resguardo em sede de habeas corpus, considerando que a via estreita caracteriza-se, sobretudo, pela cognição sumária e pela celeridade, incompatibilizando o mandamus com o reexame fático probatório, objeto a ser averiguado no curso de instrução criminal. 6. Dessa forma, mostra-se evidenciado que o paciente solto, representaria efetivo risco à ordem pública. Assim, há fundamentos concretos, ante a gravidade da conduta delituosa praticada, demonstrando de forma incontestável pressuposto idôneo para mantê-lo em cárcere. 7. Remédio Constitucional parcialmente conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0636233-70.2021.8.06.0000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em conhecer parcialmente da ordem, e, na parte conhecida, denegá-la, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0636294-28.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Fernando Flávio Carvalho Cavalcante (OAB/CE 22623). Impetrante: Walber Oliveira de Carvalho. Paciente: Francie Paes da Silva. Advogado: Fernando Flávio Carvalho Cavalcante (OAB: 22623/CE). Advogado: Walber Oliveira de Carvalho (OAB: 22425/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Crato. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PROCESSO ENVOLVE CERTA COMPLEXIDADE. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 15 DESTA CORTE DE JUSTIÇA. AUDIÊNCIA PRÓXIMA. TESE QUE NÃO MERECE SER ACOLHIDA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. MERA REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS ESBOÇADOS NO HABEAS CORPUS Nº 0633526-32.2021.8.06.0000. NÃO CONHECIMENTO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. Os impetrantes alegam excesso de prazo para a formação da culpa, haja vista que o paciente encontra-se encarcerado há pelo menos 120 (cento e vinte) dias sem que a instrução tenha se iniciado. Embora o cenário apresente um lapso temporal superior 5 (cinco) meses, conforme afirmam os impetrantes, há de se ter em conta que não houve inércia por parte do Magistrado a quo capaz de configurar o constrangimento ilegal apontado. 2. Note-se portanto, que o trâmite processual dadas as especificidades do caso, segue sob a égide da razoabilidade temporal, mesmo com o adiamento da audiência aprazada para o dia 01/11/2021, fora redesignado para o dia 13/12/2021. 3. Considerando que o juízo dito coator vem impulsionando o feito com regularidade, visando imprimir celeridade que o caso requer, não ficando a demanda paralisada injustificadamente em momento algum, conclui-se que não restou configurado o constrangimento ilegal. 4. A Defesa busca a soltura do paciente, sob o argumento de que prisão preventiva é desnecessária no caso concreto, precipuamente em decorrência da inexistência dos pressupostos catalogados no artigo 312 do Código de Processo Penal. 5. De logo, convém apontar que a tese relacionada à carência de fundamentação da prisão preventiva, foi submetida a esta Corte quando da análise de Habeas Corpus anterior (0633526-32.2021.8.06.0000), julgado em 09 de novembro. Dessa forma, após constatar que se trata de mera reiteração de pedido, não deve ser conhecida a tese. 3. Remédio Constitucional parcialmente conhecido e denegado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0636294-28.2021.8.06.0000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER PARCIALMENTE do presente Habeas Corpus para na parte conhecida, DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0636535-02.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Jefferson Vasconcelos Freitas. Paciente: Manoel Carmando Araújo Ferreira. Advogado: Jefferson Vasconcelos Freitas (OAB: 32713/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL.

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. PRESENÇA DO PERICULUM LIBERTATIS. EVIDENCIADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 52 DESTA CORTE. PACIENTE POSSUI OUTRAS PERSECUÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. ACUSADO ENVOLVIDO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGADA AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. PRECEDENTES DO STF. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. O impetrante sustenta, em síntese, que a decisão que decretou a prisão do paciente possui fundamentação genérica, estando desprovido de elementos concretos nos autos, face à inexistência dos pressupostos autorizadores descritos no art. 312 do CPP, estando, segundo raciocínio deduzido, descontextualizado da realidade dos fatos. 2. A gravidade concreta do crime imputado ao paciente e o modus operandi perpetrado por ele, acrescido do periculum libertatis, ressalta sua personalidade inadequada para a vida em sociedade. Os fortes indícios de que se trata de pessoa que possui envolvimento com ORCRIM demonstra a necessidade da segregação cautelar do acusado para garantir a ordem pública, entendida como sinônimo de paz social, que se encontra em risco. 3. Em consulta aos sistemas CANCUN e SAJ, pôde-se constatar que há outras persecuções penais em desfavor do ora paciente, a exemplo da Ação penal Nº 0050594-80.2020.8.06.0161 (artigo 15 da Lei 10.826/03); Ação Penal Nº 0050815-63.2020.8.06.0161 (duplo homicídio); Inquérito policial Nº 0050898-45.2021.8.06.0161 (receptação). 4. A jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte é assente ao referendar a decretação/manutenção de prisões cautelares com fulcro no histórico criminoso do paciente, positivada através da Súmula 52: Inquéritos e ações em andamento justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública nos termos do art. 312 do CPP, não se aplicando o enunciado sumular n.º 444 do STJ.. 5. Igualmente não merece amparo a alegada ausência de contemporaneidade. Nesse sentido são as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal concluindo que a contemporaneidade diz respeito aos motivos ensejadores das prisões preventivas e não ao momento da prática supostamente criminosa em si, ou seja,é desimportante que o fato ilícito tenha sido praticado há lapso temporal longínquo, sendo necessária, no entanto, a efetiva demonstração de que, mesmo com o transcurso de tal período, continuam presentes os requisitos(i) do risco à ordem pública ou (ii) à ordem econômica, (iii) da conveniência da instrução ou, ainda, (iv) da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal (Agravo Regimental no HC n. 190.028, STF, 1ª Turma, Ministra Rosa Weber, publicado no DJ em 11.2.2021). 6. Remédio Constitucional conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0636535-02.2021.8.06.0000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER da ordem impetrada, para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0636574-96.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Rafael Soares Moura. Paciente: Francisco Crislean Rodrigues Sobrinho. Advogado: Rafael Soares Moura (OAB: 24806/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 121, §2º, INCISOS I e IV E ART. 121, §2º, INCISOS I, III e IV C/C ART. 14, INCISO II, TODOS DO CPB - 02 VEZES; Art. 121, §2º, INCISOS I, III e IV, DO CPB E ART. 2º, CAPUT E §2º, DA LEI 12.850/13; ART. 14, DA LEI Nº 10.826/2003. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO FORAM ANEXADAS PROVAS DE QUE A MATÉRIA FOI ANALISADA EM PRIMEIRO GRAU. NÃO CONHECIMENTO. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. PROCESSO EM FASE DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ E SÚMULA 9 DO TJCE. PACIENTE QUE POSSUI OUTRAS PERSECUÇÕES PENAIS. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DESTA CORTE. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. A defesa argui que há excesso de prazo para a formação da culpa, haja vista que o paciente encontra-se encarcerado há pelo menos 02 (dois) anos sem que haja previsão para o julgamento da presente demanda. Aponta demora, 8 meses, para apreciação de Relaxamento de Prisão por Excesso de Prazo autuado sob o N. 0012359-05.2021.8.06.0001, protocolado em 10/02/2021. 2. Em análise detida do feito originário, verificou-se que o paciente não teve sua liberdade privada desde 17/11/2019 em razão do processo N. 0192230-63.2019.8.06.0001. Naquela altura foram presos os corréus, Andre Luis Agostinho da Silva (mandado de prisão, fls. 96/97) e Venicius da Cruz Gomes (mandado de prisão, fls. 98/99). Com a continuidade das investigações, surgiram outros nomes, dentre eles, o do ora paciente, sendo então ofertada a Denúncia de fls. 187/196. 3. À fl. 203, pode-se constatar que fora expedido Mandado de Citação que deixou de ser cumprido em razão de o paciente não residir mais no endereço indicado (Certidão de fl. 216), visto que até àquele momento, não havia mandado de prisão, nos autos, em seu desfavor. Em despacho de fl. 234 determinou-se a consulta ao sistema SISPEN, a fim de averiguar se o acusado encontrava-se em alguma unidade prisional. Após análise minuciosa dos autos, constata-se não constar mandado de prisão em desfavor do paciente, nem sequer, há decisão decretando a prisão preventiva do paciente. 4. Com efeito, a prisão preventiva obedece os requisitos do art. 312 do CPP, representando real perigo à ordem pública, pois, em consulta aos sistemas CANCUN e SAJ, foi possível constatar que pesam sobre o paciente outras persecuções penais. Note-se: Ação Penal de competência da 2ª Vara do Júri Nº 0229017-57.2020.8.06.0001; Ação Penal Nº 0189982-27.2019.8.06.0001, por Tráfico de Drogas e Condutas Afins. Sem mencionar que ainda menor de idade, cumpriu a Execução de Medidas Sócio-educativas, Processo Nº 0047332-88.2018.8.06.0001 e a Execução de Medidas Sócio-educativas, Processo Nº 0017204-51.2019.8.06.0001, Apenso ao Nº 0047332-88.2018.8.06.0001. 5. A jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte é assente ao referendar a decretação/manutenção de prisões cautelares com fulcro no histórico criminoso do paciente. Assim, em razão de registrar envolvimento em outras demandas criminais, fica inviabilizado o paciente à liberdade provisória, notadamente por ensejar incidência do Enunciado Sumular nº 52 desta Corte. 6. Em arremate, verifica-se que há despacho intimando o Ministério Público, empós a Defesa, para apresentação dos memoriais. Tutela a Súmula 52, do STJ, Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação do constrangimento ilegal por excesso de prazo. 7. E, ainda que assim não fosse, convém pontuar que a ação penal tramita em alinhamento ao princípio da razoável duração do processo no primeiro grau, sobretudo, considerados os demais elementos do processo. 8. Habeas Corpus conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0636574-96.2021.8.06.0000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER da ordem impetrada e DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0636635-54.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Oséas de Souza Rodrigues Filho. Paciente: Francisco Antônio dos Santos da Silva. Advogado: Oséas de Souza Rodrigues Filho (OAB: 21600/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DOSIMETRIA FUTURA EM SEDE DE HABEAS CORPUS. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDENTE. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PLURALIDADE DE AGENTES. COMPANHIA DE MENOR DE IDADE. ROUBO EM FARMÁCIA

NA PRESENÇA DE CLIENTES. EMPREGO DE GRAVE AMEAÇA. GRAVIDADE CONCRETA. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES. IRRELEVÂNCIA. INVIABILIDADE DE MEDIDAS CAUTELARES MENOS CONSTRITIVAS. PEDIDO ALTERNATIVO DE PRISÃO DOMICILIAR. NÃO COMPROVADO QUALQUER REQUISITO. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. A via estreita do Habeas Corpus não permite realizar a necessária aferição de elementos dosimétricos para projetar regime de cumprimento de pena privativa de liberdade em caso de eventual condenação (o que se cogita apenas para ingresso no debate suscitado na exordial, considerando que vige no ordenamento brasileiro a presunção de inocência). 2. O Princípio da Homogeneidade entre a sanção e a medida cautelar somente é oponível diante de tipos penais cujas reprimendas máximas abstratas não superem 8 (oito) anos e não se trate de pessoa reincidente, casos em que haverá presunção razoável acerca da impossibilidade de futuro estabelecimento de regime inicial mais gravoso sem a necessidade maior aprofundamento fático. 3. Constatados o fumus commissi delicti e o periculum libertatis, é legítima imposição de prisão preventiva, não havendo que se falar em carência de fundamentação do decreto. 4. Na espécie, verifica-se que a gravidade concreta do delito demonstra periculosidade no agente, sobretudo por se tratar de roubo majorado, realizado em pluralidade de agentes, na companhia de menor de idade, mediante emprego grave ameaça (houve ameaça proferida pelos agentes à vida das vítimas), no interior de uma Farmácia, na presença de clientes. Modus operandi capaz de revelar a ousadia e a periculosidade do agente. 5. Ainda, em seu interrogatório perante a autoridade policial, o paciente confessou o crime e disse ter incentivado o adolescente a praticar o assalto, sendo o responsável por incitar o menor de idade a delinquir, o que torna ainda mais flagrante a reprovabilidade e a gravidade da conduta, mostrando-se necessária a decretação da prisão preventiva do paciente para garantia da ordem pública. Portanto, resta fortemente evidenciado o periculum libertatis. 6. Primariedade e outras condições pessoais favoráveis, - como primariedade, residência fixa e profissão lícita , não ilidem a possibilidade de imposição de prisão cautelar, conforme assentado em corrente jurisprudencial prevalente. 7. As cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novos delitos, tendo em vista as particularidades do caso concreto. 8. Quanto ao pedido subsidiário pela concessão de prisão domiciliar, é possível constatar que o requerente não se desincumbiu de seu ônus probatório quanto a tal pedido, posto que inexiste na exordial qualquer fundamentação quanto ao suposto cabimento de prisão domiciliar ao paciente, diante dos requisitos previstos no art. 318 do Código de Processo Penal. 9. Habeas Corpus conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0636635-54.2021.8.06.0000, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER da ordem impetrada para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0636650-23.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Carolina Menezes Bezerra. Paciente: Keven Sousa Facundes. Advogada: Carolina Menezes Bezerra (OAB: 25795/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: DISPARO DE ARMA DE FOGO E VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO QUALIFICADA PELO CONCURSO DE PESSOAS. LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO NÃO ACOSTADO AOS AUTOS ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DO FLAGRANTE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. MATÉRIA NÃO SUBMETIDO AO JUIZ SINGULAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. PRESSUPOSTOS ATENDIDOS. RISCO DE REITERAÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE OUTRAS CAUTELARES. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. 1. Extrai-se dos autos que o paciente e outras quatro pessoas foram flagradas enquanto supostamente portavam armas de fogo em via pública. Narra-se que, durante a abordagem, os suspeitos trocaram tiros com agentes públicos e ainda teriam invadido residências na tentativa de fugir da ação policial. Segundo relatado, o grupo supostamente pretendia defender seu território da ação de uma facção criminosa. 2. A alegação de nulidade da conversão do flagrante em prisão preventiva devido à inexistência de laudo de exame de corpo de delito ad cautelam não foi previamente submetida ao crivo do juiz natural (primeiro grau). Assim, respeitando as regras de competência estabelecidas na CF e no CPP, deixou-se de conhecer da matéria. 3. O contexto (quantidade de armas, de munições, troca de tiros com policiais e invasão de domicílios) denota extremo risco de reiteração. Assim, eventual concessão de liberdade provisória atentaria concretamente contra a ordem pública. Além do mais, o motivo do crime (disputa territorial com facção criminosa) também indica periculum libertatis. 4. Outrossim, também pesa em desfavor da soltura o fato de o paciente já ter sido apreendido por conduta análoga roubo quando de sua menoridade. 5. Isoladamente, condições pessoais favoráveis como primariedade, residência fixa e ocupação laboral, não representam óbice à decretação da prisão preventiva, mormente quando identificada a necessidade e a adequação da medida. 6. As cautelares previstas no art. 319 do CPP não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novas infrações, tendo em vista as particularidades do caso concreto. 7. Parecer da PGJ acolhido. Remédio constitucional parcialmente conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0636650-23.2021.8.06.0000, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER PARCIALMENTE da ação para DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0636797-49.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Carolina Menezes Bezerra. Paciente: Antônio Paulo Pereira Filho. Advogada: Carolina Menezes Bezerra (OAB: 25795/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO QUALIFICADA PELO CONCURSO DE PESSOAS. DISPARO DE ARMA DE FOGO EM VIA PÚBLICA. LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO NÃO ACOSTADO AOS AUTOS ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DO FLAGRANTE. MATÉRIA NÃO SUBMETIDO AO JUIZ SINGULAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS CONSTATADOS. INSUFICIÊNCIA DE OUTRAS CAUTELARES. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. 1. De acordo com os autos, o paciente ou outros quatro corréus foram flagrados enquanto portavam armas de fogo acessórios e munições em via pública. Narra-se que, durante a abordagem, os suspeitos trocaram tiros com agentes públicos e invadido residências com objetivo de fugir da ação. Consta, também, que o grupo portava armas com suposto intento defender seu território de facção crimonosa. 2. A alegação de nulidade da conversão do flagrante em prisão preventiva devido à inexistência de laudo de exame de corpo de delito ad cautelam não foi previamente submetida ao crivo do juiz natural (primeiro grau). Assim, respeitando as regras de competência estabelecidas na CF e no CPP, deixou-se de conhecer da matéria. 3. O contexto fático (quantidade de armas, de munições, troca de tiros com policiais e invasão de domicílios) denota extremo risco de reiteração, razão pela qual eventual concessão de liberdade atentaria contra a ordem pública. Não bastasse, o motivo dos crimes (disputa territorial com facção criminosa) também exprime significativa periculosidade. 4. Também pesa em desfavor da soltura o fato de o paciente responder procedimento criminal por crime de tráfico de drogas, premissa que atrai incidência do Enunciado Sumular nº 52 do TJCE. 5. Condições pessoais favoráveis, como ocupação lícita primariedade e residência fixa, não representam óbice à decretação da

prisão preventiva, sobretudo quando identificada a necessidade e a adequação. 6. Cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP) não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novos delitos, tendo em vista as particularidades do feito. 7. Remédio constitucional parcialmente conhecido e, na extensão analisada, denegado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0636797-49.2021.8.06.0000, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER PARCIALMENTE da ação para DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0637244-37.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Thaianne Casseb da Silva. Paciente: Rodrigo Ferreira Aguiar Portela. Advogada: Thaianne Casseb da Silva (OAB: 23503/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECEPTAÇÃO. CORRUPÇÃO ATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RÉU RESPONDE A PROCESSOS ANTERIORES POR CONTRABANDO E HOMICÍDIO. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. SÚMULA 52 TJ/CE. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO. OUTRAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. SOLTURA PELA APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STF NA ADPF Nº 347. NÃO CABIMENTO. INADEQUAÇÃO FÁTICA. NÃO COMPROVADO QUE O RÉU SEJA PORTADOR DE COMORBIDADE QUE O COLOQUE EM SITUAÇÃO CONCRETA DE RISCO POR CONTA DA COVID-19. HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO. 1. Constatados o fumus commissi delicti e o periculum libertatis, é legítima imposição de prisão preventiva, não havendo que se falar em carência de fundamentação do decreto. 2. Além de presentes os indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade, verificou-se a gravidade concreta da conduta de corrupção ativa perpetrada pelo agente, o qual, mediante oferecimento de dinheiro, tentou convencer os agentes policiais a deixarem-no sair impune do delito cometido, em clara demonstração de que pretendia se evadir da aplicação da lei penal. 3. Ademais, cuida-se de agente que já responde a processos por crimes de contrabando (Proc. nº 0200608-37.2021.8.06.0001) e homicídio qualificado tentado (Proc. nº 0043185-97.2013.8.06.0064). Forçoso o reconhecimento de que a infringência a tipos penais não constitui ato isolado na vida do paciente. Aplicação da Súmula 52 desta Corte. 4. Isoladamente condições pessoais favoráveis ao paciente (primariedade e residência fixa) não representam óbice à decretação da prisão preventiva, mormente quando identificada a necessidade e a adequação da medida. 5. As cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novos delitos, tendo em vista as particularidades do caso concreto. 6. A mera alegação de que o paciente possui diabetes não tem o condão de ensejar automática soltura com fundamento na decisão monocrática da lavra do Ministro Marco Aurélio Mello acerca de Pedido de Tutela Provisória Incidental na ADPF nº 347, na qual foram requeridas diversas medidas em prol da população carcerária no que diz respeito à Covid-19, sobretudo porque os impetrantes deixaram de juntar documentação capaz de atestar a patologia. In casu, é possível constatar que o requerente não se desincumbiu de seu ônus probatório quanto a tal pedido, posto que inexiste nos autos qualquer comprovação quanto ao suposto estado de saúde de risco do paciente, tampouco demonstração concreta de que a permanência no cárcere é incompatível com o tratamento necessário aos seus cuidados médicos. 7. Salienta-se que o Superior Tribunal de Justiça entende que o fato de o paciente integrar o grupo de risco não lhe confere direito automático à prisão domiciliar, de modo que o Juiz pode analisar concretamente cada caso. 8. Habeas Corpus conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0637244-37.2021.8.06.0000, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER da ordem impetrada para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0637450-51.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Ana Paula Mendes de Freitas Guilherme. Paciente: Wesley de Sousa Holanda. Advogada: Ana Paula Mendes de Freitas Guilherme (OAB: 45259/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Russas. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO. RECEPTAÇÃO. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DOSIMETRIA FUTURA EM SEDE DE HABEAS CORPUS. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDENTE. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PLURALIDADE DE AGENTES. TRÊS ROUBOS EM SEQUÊNCIA. PLURALIDADE DE VÍTIMAS. EMPREGO DE GRAVE AMEAÇA. GRAVIDADE CONCRETA. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES. IRRELEVÂNCIA. INVIABILIDADE DE MEDIDAS CAUTELARES MENOS CONSTRITIVAS. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. A via estreita do Habeas Corpus não permite realizar a necessária aferição de elementos dosimétricos para projetar regime de cumprimento de pena privativa de liberdade em caso de eventual condenação (o que se cogita apenas para ingresso no debate suscitado na exordial, considerando que vige no ordenamento brasileiro a presunção de inocência). 2. O Princípio da Homogeneidade entre a sanção e a medida cautelar somente é oponível diante de tipos penais cujas reprimendas máximas abstratas não superem 8 (oito) anos e não se trate de pessoa reincidente, casos em que haverá presunção razoável acerca da impossibilidade de futuro estabelecimento de regime inicial mais gravoso sem a necessidade maior aprofundamento fático. 3. Constatados o fumus commissi delicti e o periculum libertatis, é legítima imposição de prisão preventiva, não havendo que se falar em carência de fundamentação do decreto. 4. Na espécie, verifica-se que a gravidade concreta do delito demonstra periculosidade no agente, sobretudo por se tratar de três delitos de roubo majorado, realizados em pluralidade de agentes, cometidos em sequência, contra pluralidade de vítimas, mediante emprego grave ameaça (sugesta de porte de arma de fogo), em locais públicos. Modus operandi capaz de revelar a ousadia e a periculosidade do agente. 5. A fase inquisitorial provou ainda que o paciente também cometeu o crime de receptação, vez que, no momento de sua prisão, estava portando um celular Xiaomi, IMEI869367043362261 que pertencia a vítima Renata Bezerra da Silva, conforme B.O registrado sob o nº 931-100840/2021. Muito embora os autos do inquérito afirmem que exista probabilidade de o paciente ter sido também autor desse crime de roubo, cujo objeto do crime é o citado aparelho celular receptado, não houve elementos suficientes para se comprovar a autoria desse crime em específico, razão pela qual tipificou-se como receptação. 6. Primariedade e outras condições pessoais favoráveis, - como primariedade, residência fixa e profissão lícita , não ilidem a possibilidade de imposição de prisão cautelar, conforme assentado em corrente jurisprudencial prevalente. 7. As cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novos delitos, tendo em vista as particularidades do caso concreto. 8. Habeas Corpus conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0637450-51.2021.8.06.0000, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER da ordem impetrada para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de

janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0637886-10.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Tiago Martins de Oliveira. Paciente: Antônio Helton Ferreira Prudêncio. Advogado: Tiago Martins de Oliveira (OAB: 24869/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO. RECEPTAÇÃO. CORRUPÇÃO DE MENORES. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDENTE. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PLURALIDADE DE AGENTES. COMPANHIA DE COMPARSA MENOR DE IDADE. EMPREGO DE GRAVE AMEAÇA. SIMULACRO DE ARMA DE FOGO. GRAVIDADE CONCRETA. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. TENTATIVA DE FUGA EM VIA PÚBLICA. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES. IRRELEVÂNCIA. INVIABILIDADE DE MEDIDAS CAUTELARES MENOS CONSTRITIVAS. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. A controvérsia suscitada gravita primordialmente em torno da existência de fundamentos capazes de justificar o cabimento da prisão preventiva na situação concreta. Constatados o fumus commissi delicti e o periculum libertatis, é legítima imposição de prisão preventiva, não havendo que se falar em carência de fundamentação do decreto. 2. Na espécie, verifica-se que a gravidade concreta do delito demonstra periculosidade no agente. Deve-se atentar que o paciente foi flagrado, após perseguição policial, em companhia de comparsa menor de idade, em posse do aparelho celular roubado e do simulacro de arma de fogo utilizado na empreitada criminosa, dirigindo uma motocicleta de origem ilícita em tentativa de fuga da abordagem policial em via pública. Modus operandi capaz de revelar a ousadia e a periculosidade do agente. 3. Ademais, ouvido em sede policial, o menor de idade compara do crime disse que fora convidado pelo paciente, com a alcunha de fumaça, a cometer crimes, como roubo de aparelhos celulares, que seriam vendidos depois, o que denota a premeditação e a periculosidade do modus operandi do agente. 4. Primariedade e outras condições pessoais favoráveis, - como primariedade, residência fixa e profissão lícita , não ilidem a possibilidade de imposição de prisão cautelar, conforme assentado em corrente jurisprudencial prevalente. 5. As cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novos delitos, tendo em vista as particularidades do caso concreto. 6. Habeas Corpus conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0637886-10.2021.8.06.0000, no qual figuram as partes acima indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em CONHECER da ordem impetrada para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

0638493-23.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: F. da S. G.. Paciente: V. da S. S.. Advogado: Farides da Silva Gonçalves (OAB: 34438/CE). Impetrado: J. de D. da 1 V. C. da C. de F.. Relator(a): FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DUAS VÍTIMAS DE 13 (TREZE) E 06 (SEIS) ANOS. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO. APROVEITOU-SE DA RELAÇÃO DE PROXIMIDADE COM A FAMÍLIA DAS VÍTIMAS (AGENTE É ESPOSO DA SOBRINHA DO PADRASTO DAS CRIANÇAS E FREQUENTAVA A RESIDÊNCIA). CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. 1. Atendidos os demais requisitos legais, é legítima a imposição de prisão preventiva objetivando assegurar a ordem pública diante da gravidade concreta da conduta delitiva. No caso em exame, a imposição da medida cautelar está embasada na necessidade de acautelar a sociedade da reiteração delitiva do paciente em crime tão nefasto de estupro de vulnerável. A prisão se faz necessária ainda para a conveniência da instrução criminal e para a garantia de aplicação da lei penal, bem como para garantir a integridade física e moral das vítimas. 2. Gravidade concreta das condutas demonstradas pelo magistrado de origem. Se trata de crime de estupro de vulnerável, cometido de forma reiterada contra vítimas diferentes, que contavam com tenra idade de 13 (treze) e 06 (seis) anos de idade à época dos fatos. 3. Não suficiente, vale ainda consignar que, segundo os depoimentos colhidos pela autoridade policial, os estupros teriam sido cometidos pelo paciente aproveitando-se da proximidade que mantinha com os familiares da vítima (marido da sobrinha do padrasto dos menores) para praticar os atos libidinosos, que aconteciam dentro da própria residência das vítimas. 4. Deve-se considerar ainda as consequências psicológicas concretas e extremamente gravosas impostas aos menores pelos abusos sofridos. Segundo consta dos autos do inquérito, o menor David Gabriel tentou mutilar-se após o crime, cortando o próprio antebraço com uma faca. Nesse sentido, o exame de corpo de delito constatou escoriações na região (múltiplas escoriações lineares no antebraço esquerdo, podendo corresponder à auto-mutilação), às fls. 17/18 dos autos de origem. 5. Decisão concretamente fundamentada pelo juízo de origem na necessidade de garantir a ordem pública, e como forma de evitar o cometimento de outros crimes, ante a periculosidade concreta o agente, demonstrado por seu modus operandi. 6. Isoladamente, condições pessoais favoráveis ao paciente, como a primariedade, residência fixa e profissão lícita, não representam óbice à decretação da prisão preventiva, mormente quando identificada a necessidade e a adequação da medida. 7. As cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram recomendáveis por serem insuficientes na contenção de novos delitos diante de patente risco de reiteração grave. 8. Habeas Corpus conhecido. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0638493-23.2021.8.06.0000, em que figura a parte acima indicada, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em conhecer da ordem impetrada e DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. PRESIDENTE E RELATOR

Total de feitos: 13

TJCENEXE - Habeas Corpus
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0635919-27.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Thalyta Magalhães Castelo. Paciente: Lucas de Freitas Pereira. Advogada: Thalyta Magalhães Castelo (OAB: 19334/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Quixadá. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO MAJORADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. TRÂMITE REGULAR DO FEITO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. PRAZOS PROCESSUAIS NÃO PEREMPTÓRIOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca a impetrante o relaxamento da prisão preventiva do paciente, segregado pela suposta infração aos

arts. 157, § 2º, inciso V, §2º - A, inciso I e art. 288, parágrafo único, todos do CPB, aduzindo o excesso de prazo na formação da culpa. 2. Inocorre o excesso de prazo alegado quando o a demanda tem o curso regular, mormente pelo fato de demandar a citação de 2 (réus). Outrossim, o fato de a audiência designada para 18/10/2021 precisar ser remarcada diante da não intimação das testemunhas, este fato por si só não configura desídia por parte do Estado Juiz e nem a ocorrência do excesso de prazo na formação da culpa.3. O entendimento jurisprudencial dos Tribunais pátrios vai no sentido de que os prazos para a conclusão da instrução criminal e o consequente julgamento da demanda não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade. 4. Ordem conhecida e denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da impetração para DENEGAR-LHE A ORDEM, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0636211-12.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Rogério Farias de Araújo. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO. ROUBO MAJORADO. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. EXPEDIÇÃO DE CARTA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DEFINITIVO SEM A NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PRÉVIO. REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS DE HC ANTERIOR DENEGADO. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Busca a impetrante a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja determinada a expedição da guia de recolhimento definitiva do paciente, independentemente de sua prisão, determinando, consequentemente, o recolhimento do mandado de prisão expedido em seu desfavor. 2. Não se conhece do presente mandamus por configurar reiteração de pedido já formulado em favor do paciente, no HC n° 0635237-09.2020.8.06.0000, julgado em 13/10/2020, ocasião em que foi, por unanimidade, denegada a ordem, com o afastamento da alegação de constrangimento ilegal pelo mesmo motivo suscitado no presente writ. 3. Ordem não conhecida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em NÃO CONHECER do writ, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0636767-14.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Isabel Cristina Oliveira. Paciente: Felipe Anderson Messias dos Santos. Advogada: Isabel Cristina Oliveira (OAB: 32068/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZOS PROCESSUAIS COMPUTADOS DE FORMA GLOBAL. OBSERVÂNCIA DA RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. SÚMULA Nº 15 DO TJCE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA (31/01/2022). CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca a impetrante com o presente writ, a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, ao argumento de excesso de prazo na formação da culpa. 2. Como é de conhecimento, o Código de Processo Penal não estabelece prazo absoluto, fatal e improrrogável, para a formação de culpa, devendo a contagem de prazos ser realizada de forma global, atendendo-se, sobretudo, ao critério de razoabilidade, não resultando o excesso de prazo de mera soma aritmética, sendo necessária, em certas circunstâncias, uma maior dilação dos prazos processuais, em virtude das peculiaridades de cada caso concreto. 3. Na hipótese, verificando-se que autoridade apontada coatora está buscando conferir a necessária celeridade ao feito, o qual vem se desenvolvendo em ritmo compatível com as particularidades da demanda, que envolve pluralidade de réus (03), e que, eventual demora na ultimação dos atos processuais, não decorreu de desídia por parte do Poder Judiciário, ou de forma injustificada e desarrazoada, não há que se falar, nesse momento, em constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, especialmente porque a audiência de instrução foi designada para data próxima (31/01/2022). 4. Habeas corpus conhecido para denegar a ordem, com recomendação ao Juízo de origem. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do writ para DENEGAR a ordem impetrada, com recomendação ao Juízo de primeiro grau, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 14 de dezembro de 2021. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0636918-77.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Mairson Ferreira Castro. Impetrante: Ian Belém Falcão. Paciente: Vitor de Freitas Souza. Advogado: Mairson Ferreira Castro (OAB: 20026/CE). Advogado: Ian Belém Falcão (OAB: 44031/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. PRAZOS PROCESSUAIS CONTADOS DE FORMA GLOBAL. TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO. FEITO COMPLEXO E QUE ENVOLVE PLURALIDADE DE RÉUS. SÚMULA Nº 15 DO TJCE. INOCORRÊNCIA DA REVISÃO PERIÓDICA DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ART. 316, § ÚNICO, DO CPP. PRAZO NÃO PEREMPTÓRIO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Buscam os impetrantes, com o presente writ, a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, ao argumento de excesso de prazo na formação da culpa, bem como ante a ausência de reavaliação da necessidade da medida extrema. 2. Como é de conhecimento, o Código de Processo Penal não estabelece prazo absoluto, fatal e improrrogável, para a formação de culpa, devendo a contagem de prazos ser realizada de forma global, atendendo-se, sobretudo, ao critério de razoabilidade, não resultando o excesso de prazo de mera soma aritmética, sendo necessária, em certas circunstâncias, uma maior dilação dos prazos processuais, em virtude das peculiaridades de cada caso concreto. 3. Na hipótese, verificando-se que autoridade apontada coatora está buscando conferir a necessária celeridade ao feito, o qual vem se desenvolvendo em ritmo compatível com as particularidades e complexidade da demanda, que envolve pluralidade de réus (03) e a necessidade de perícia, e que, eventual demora na ultimação dos atos processuais, não decorreu de desídia por parte do Poder Judiciário, ou de forma injustificada e desarrazoada, não há que se falar, nesse momento, em constrangimento ilegal por excesso de prazo. 4. O reexame da presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva deve ser realizado a cada 90 (noventa) dias, ex-vi do art. 316, § único, do CPP. Contudo, não se trata de termo peremptório, isto é, eventual atraso na execução deste ato não implica automático reconhecimento da ilegalidade da prisão, tampouco a imediata colocação do custodiado cautelar em liberdade. Exige-se, ademais, uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto. 5. Habeas corpus conhecido e denegado, com recomendação ao Juízo a quo. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, acorda a

3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do writ, para DENEGAR a ordem impetrada, com recomendação ao Juízo a quo, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0636947-30.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Lara Jessica Viana Severiano. Paciente: Mariana Carneiro de Lima. Advogado: Lara Jéssica Viana Severiano (OAB: 41021/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Itapipoca. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO. USO DE DOCUMENTO FALSO. LAVAGEM DE DINHEIRO. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA MEDIANTE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TESE NÃO APRECIADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. EXCESSO DE PRAZO NA MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO QUE REVOGOU AS MEDIDAS CAUTELARES VERGASTADAS. PERDA DO OBJETO. WRIT PREJUDICADO. 1. Busca a impetrante com o presente writ a concessão da ordem de habeas corpus, para que sejam revogadas, as medidas cautelares aplicadas à paciente, sob o argumento de excesso de prazo na formação da culpa. Subsidiariamente, pretende a revogação da monitoração eletrônica, com a preservação de outras medidas. 2. Inexistindo pronunciamento judicial de primeira instância sobre o alegado excesso de prazo na formação da culpa, resta obstada sua análise por esta instância superior, sob pena de violação ao princípio do juiz natural e consequente supressão da instância originária. 3. In casu, não se verifica hipótese de concessão da ordem de ofício, vez que, conforme informações da autoridade impetrada, o Inquérito Policial foi concluído, com o indiciamento da paciente, encontrando-se o feito no aguardo da manifestação do Ministério Público sobre o relatório apresentado 4. Considerando a superveniência da revogação, pelo Juízo a quo, das medidas cautelares anteriormente aplicada à paciente, mediante a aplicação de outras (arts. 319, III e IV do CPP), esvazia-se o objeto da impetração, vez que cessado o alegado constrangimento ilegal decorrente da manutenção das medidas que lhe haviam sido impostas. 3. Habeas corpus parcialmente conhecido e, na parte conhecida, julgado prejudicado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes, acorda a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, conhecer parcialmente do writ, para, na extensão conhecida, julgá-lo PREJUDICADO, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637299-85.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Rômulo de Oliveira Coelho. Paciente: Afonso Junior Nogueira Farias. Advogado: Rômulo de Oliveira Coelho (OAB: 19315/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. REPRESENTAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL PELA PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDA EXPEDIÇÃO DE SALVO-CONDUTO VISANDO IMPEDIR A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NO TRÂMITE DO PROCEDIMENTO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca o impetrante a concessão da ordem, a fim de que seja concedido salvo conduto em favor do paciente, ao argumento de que inexistem os requisitos para decretação da prisão preventiva. 2. A Representação da Autoridade Policial pela prisão preventiva do acusado deve estar baseada em fatos de elevada gravidade, apurados em sede investigativa, que indicam a periculosidade do agente e o risco à ordem pública, à instrução criminal e/ou à aplicação da lei penal, em atenção ao disposto nos arts. 282, 311, 312 e 313 do CPP. 3. In casu, não se vislumbra, até o presente momento, qualquer ilegalidade no procedimento criminal que tramita em desfavor do paciente, especialmente porque a Representação da Autoridade Policial pela prisão preventiva está de acordo com o disposto nos arts. 282, 311, 312 e 313 do CPP, considerando a materialidade do crime e os indícios de autoria, colhidos pela oitiva das testemunhas, assim como o referendum do Ministério Público à representação, não se identifica flagrante irregularidade na tramitação do procedimento que sirva de suporte a fundamentar a impetração, não sendo hipótese de concessão de salvo-conduto. 4. Ordem conhecida e denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do writ, para DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637556-13.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Carlos Oliveira de Brito. Paciente: Gleison Costa Ferreira. Advogado: Carlos Oliveira de Brito (OAB: 14258/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PROCEDÊNCIA. CITAÇÃO POR EDITAL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 366 DO CPP. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. PERICULUM LIBERTATIS NÃO EVIDENCIADO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. SUFICIÊNCIA. WRIT CONHECIDO. CONCESSÃO DA ORDEM. 1. Busca o impetrante com o presente writ, a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, ao argumento de ausência de fundamentação idônea para manutenção da constrição cautelar, vez que não demonstrada a necessidade da medida extrema para garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal, e mais, que o paciente já se encontra encarcerado há mais de 02 (dois) anos, sustentando ainda as suas condições pessoais favoráveis. 2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. 3. Conforme jurisprudência do STJ, a mera circunstância de o réu não haver sido encontrado para responder ao chamamento judicial - vale dizer, a circunstância de ele se encontrar em local incerto e não sabido - não constitui razão idônea, por si só, ao seu encarceramento provisório, caso dissociada de qualquer outro elemento real que indique a sua condição de foragido. 4. Na hipótese, não houve novas tentativas de citação pessoal do paciente, nem mesmo diligências para localizar outro endereço no qual pudesse receber comunicação dos atos processuais, sendo determinada a citação editalícia, a qual não logou êxito, sendo decretada a constrição cautelar, sem ter restado demonstrada ameaça à ordem pública, à instrução criminal e à aplicação da lei penal, considerando que o paciente não responde a qualquer outra ação penal, sendo suficientes, in casu, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão para acautelar o meio social. 5.Habeas Corpus conhecido. Ordem concedida, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do writ para CONCEDER a ordem pleiteada, mediante a imposição de medidas cautelares, nos

termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637714-68.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Débora Simone Bezerra Cordeiro. Paciente: Edmilson Ferreira Melo. Advogada: Débora Simone Bezerra Cordeiro (OAB: 36648/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pedra Branca. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DO ENCARCERAMENTO CAUTELAR. NÃO OCORRÊNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca a impetrante com o presente writ, a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, ao argumento de ausência de fundamentação idônea para manutenção da medida extrema. 2. Para decretação/manutenção da prisão cautelar, medida excepcional de privação de liberdade, exige-se a presença no caso concreto, além da prova da materialidade do crime e indícios de autoria (fumus comissi delicti), pelo menos uma das quatro finalidades expressas no art. 312 do CPP, quais sejam:1) a garantia da ordem pública; 2) da ordem econômica; 3) a conveniência da instrução criminal; e 4) para assegurar a aplicação da lei penal (periculum libertatis). 3. Na hipótese, considerando que a prisão preventiva está lastreada em elementos concretos, extraídos das circunstâncias e provas colhidas nos autos, justificando-se, satisfatoriamente, sobre a presença dos requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP, haja vista a existência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do crime (fumus commissi delicti) supostamente perpetrado pelo paciente, aliado à periculosidade, em tese, do paciente, evidenciada pela gravidade concreta do delito, que apontam para a necessidade da manutenção da custódia cautelar, especialmente, para garantir a ordem pública e reguardar a integridade da vítima sobrevivente (periculum libertatis), não se vislumbra, nesse momento, qualquer ilegalidade que venha a macular referido ato, impossibilitando, por conseguinte, a pretendida revogação do decreto prisional. 4. Dada a periculosidade, em tese, do paciente, conclui-se que as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, não se mostram adequadas e suficientes para garantia da ordem pública, sendo, portanto, inviável a substituição da prisão preventiva decretada por qualquer outra medida cautelar. 5. Habeas corpus conhecido e denegado, com recomendação ao Juízo de origem. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, acorda a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do writ, para DENEGAR a ordem impetrada, com recomendação do Juízo de origem, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637726-82.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Antônio Júlio Brilhante de Freitas. Paciente: Rogson Chaves do Nascimento. Advogado: Antônio Júlio Brilhante de Freitas (OAB: 4120/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. NÃO OCORRÊNCIA. DECISUM DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELA VARIEDADE DE DROGAS APREENDIDAS. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INAPLICABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Buscam os impetrantes com o presente writ, a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, ao argumento de ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, ante a inexistência dos requisitos autorizadores da medida extrema. 2. Para decretação/manutenção da prisão cautelar, medida excepcional de privação de liberdade, exige-se a presença no caso concreto, além da prova da materialidade do crime e indícios de autoria (fumus comissi delicti), pelo menos uma das quatro finalidades expressas no art. 312 do CPP, quais sejam:1) a garantia da ordem pública; 2) da ordem econômica; 3) a conveniência da instrução criminal; e 4) para assegurar a aplicação da lei penal (periculum libertatis). 3. Na hipótese, considerando que a prisão preventiva está lastreada em elementos concretos, extraídos das circunstâncias e provas colhidas nos autos, justificando-se, satisfatoriamente, sobre a presença dos requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP, haja vista a existência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade dos crimes (fumus commissi delicti) supostamente perpetrados pelo paciente, aliado a sua periculosidade, evidenciada pela variedade de drogas apreendidas, bem como o risco de reiteração delitiva, tendo em vista o paciente já haver sido condenado e responder a outra ação penal, que apontam para a necessidade da manutenção da custódia cautelar, especialmente, para resguardar a ordem pública (periculum libertatis), não se vislumbra, nesse momento, qualquer ilegalidade que venha a macular referido ato, impossibilitando, por conseguinte, a pretendida revogação do decreto prisional. 4. Dada a periculosidade, em tese, do paciente, e o fundado receio de reiteração delitiva, conclui-se que as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, não se mostram adequadas e suficientes para garantia da ordem pública, sendo, portanto, inviável a substituição da prisão preventiva decretada por qualquer outra medida cautelar. 5. Habeas corpus conhecido e denegado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente writ, para DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637852-35.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Victor César Lopes Martins. Paciente: Alex Sandro Marques Araújo. Advogado: Victor César Lopes Martins (OAB: 25697/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA FECHADO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE NEGADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECISUM. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA RESTRIÇÃO CAUTELAR. PACIENTE QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL E QUE POSSUI CONDENAÇÃO ANTERIOR PELO MESMO CRIME. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca o impetrante a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, mantida por ocasião da prolação da sentença de condenatória, sob a alegação de ausência de fundamentação idônea para tanto. 2. A decretação da prisão preventiva devidamente fundamentada não configura afronta ao princípio constitucional da presunção da inocência nem caracteriza cumprimento antecipado de pena, haja vista que a Constituição Federal prevê expressamente a possibilidade de prisão “por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária

competente" (art. 5º, inc. LXI). 3. Na hipótese, o fato de o paciente ter permanecido preso durante toda a instrução criminal, aliado à gravidade concreta do delito e o fato de o paciente possuir condenação anterior pelo mesmo crime, corroboram para a necessidade de manutenção da prisão cautelar em proveito da ordem pública. 4.Ordem conhecida e denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente writ, para DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637878-33.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Lucas Oliveira Carvalho de Brito. Impetrante: André Luiz Vieira de Brito. Impetrante: Denis Cardoso Campos. Paciente: Antônio Gabriel Santos de Oliveira. Advogado: Lucas Oliveira Carvalho de Brito (OAB: 37973/CE). Advogado: Denis Cardoso Campos (OAB: 37442/CE). Advogado: André Luiz Vieira de Brito (OAB: 36633/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA FECHADO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE NEGADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECISUM. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA RESTRIÇÃO CAUTELAR. PACIENTE QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL E QUE POSSUI REGISTRO CRIMINAL. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. ALEGAÇÃO DE DOENÇA GRAVE. DEBILIDADE EXTREMA NÃO DEMONSTRADA. REQUISITOS DO ART. 318 DO CPP NÃO PREENCHIDOS. CUIDADOS DE SAÚDE JÁ RECOMENDADOS PELA AUTORIDADE IMPETRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Buscam os impetrantes a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, mantida por ocasião da prolação da sentença de condenatória, sob a alegação de ausência de fundamentação idônea para tanto. Subsidiariamente, pleiteia a substituição por prisão domiciliar, tendo em vista que o paciente ficou definitivamente cego dos dois olhos. 2. A decretação da prisão preventiva devidamente fundamentada não configura afronta ao princípio constitucional da presunção da inocência nem caracteriza cumprimento antecipado de pena, haja vista que a Constituição Federal prevê expressamente a possibilidade de prisão "por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente" (art. 5º, inc. LXI). 3. Na hipótese, o fato de o paciente ter permanecido preso durante toda a instrução criminal, aliado à gravidade concreta do delito e o fato de o paciente possuir outro registro criminal, corroboram para a necessidade de manutenção da prisão cautelar em proveito da ordem pública. 4. Inexistindo nos autos comprovação inequívoca de que o paciente esteja extremamente debilitado por motivo de grave doença, bem como de que não há possibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra, não é possível o deferimento da substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso II, do CPP. Precedentes do STJ e do TJCE. 5. In casu, a autoridade impetrada já recomendou que seja providenciado tratamento especializado para o paciente na unidade prisional. 6.Ordem conhecida e denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente writ, para DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637891-32.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Tadeu Henrique Oliveira Campos. Paciente: Victor da Silva Lima. Advogado: Tadeu Henrique Oliveira Campos (OAB: 226865/SP). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITO E VALORES. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE DO EXAME. WRIT NÃO CONHECIDO NESTE PONTO. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA NO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, EM SUA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA. 1. Busca o impetrante o relaxamento da prisão preventiva do paciente, custodiado cautelarmente pela suposta prática das condutas criminosas previstas no art. 1º, §1º, II, da Lei nº 9.613/98, e art. 288, do CPC, ao argumento da carência de fundamentação idônea no decreto prisional. É sustentado, ainda, a tese de negativa de autoria. 2. Inviável o exame da tese de negativa de autoria, vez que matéria relacionada diretamente ao mérito da ação penal, carecendo de análise que depende de produção e apreciação de provas, não cabendo sua discussão na via estreita do habeas corpus, pelo que não merece conhecimento o writ neste ponto. 3. Restou devidamente fundamentado o decreto que autorizou a prisão preventiva a que se submete o paciente. Ressalte-se o modus operandi empregado na conduta, que indica concretamente alta articulação e conhecimento técnico complexo, bem como a audácia de escolher como alvo agentes públicos de alto escalão e intenção de auferir grandes cifras em dinheiro, o que constitui motivação idônea para garantir a Ordem Pública. 4. Eventual condição subjetiva favorável do paciente, não é, por si só, suficiente para que haja a concessão da liberdade, e nem para a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, previstas no art. 319 do CPP, as quais se mostram insuficientes, diante da presença dos requisitos da prisão preventiva, o fumus commissi delicti e o periculum libertatis, bem como pela existência de fundamento para tal medida. 6. Ordem parcialmente conhecida e, na extensão cognoscível, denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer parcialmente da impetração para, em sua extensão cognoscível, DENEGAR-LHE A ORDEM, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0637975-33.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Teodorico Pereira de Menezes Neto. Impetrante: Cláudio Pacheco Campêlo. Paciente: Kenne de Sousa. Advogado: Teodorico Pereira de Menezes Neto (OAB: 44150/CE). Advogado: Cláudio Pacheco Campêlo (OAB: 37342/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. AMEAÇA. ARGUIÇÃO DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA NO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. PLEITO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA PRISAO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS À CONCESSÃO. REANÁLISE DA CUSTÓDIA A TEOR DO CONTIDO NA RECOMENDAÇÃO Nº 62/2020, DO CNJ. INVIABILIDADE DA CONCESSÃO DO PLEITO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca o impetrante a concessão do benefício da prisão domiciliar ao paciente, custodiado cautelarmente pela suposta prática da conduta criminosa tipificada nos arts. 121, §2º, I e IV, c/c art. 14, II, e 147, todos do CPC. 2. Restou devidamente fundamentado o decisum que decretou e manteve a prisão preventiva, firmando-se necessária a custódia cautelar do acusado para garantir a ordem pública e o cumprimento da lei penal, em razão da efetiva gravidade da conduta e periculosidade para a sociedade em geral por força da efetiva possibilidade da reiteração delitiva. 3. Inviável a concessão do benefício da prisão domiciliar, à luz do que

prevê o art. 318, II, do CPP, eis que, inobstante o paciente comprove a grave condição de saúde, não foi restou configurada a extrema debilidade, requisito essencial ao deferimento do pleito. 4. Inobstante a reanálise da custódia cautelar a que se submete o paciente, nos moldes referenciados na Recomendação nº 62, do CNJ, o deferimento dos pleitos atinentes não deve ser efetivado de forma automática, havendo de se levar em conta as particularidades do caso em concreto, aqui particularmente gravosas. 5. Ordem conhecida e denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da impetração para DENEGAR-LHE A ORDEM, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0638042-95.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Maria Adeis da Silva Carneiro. Paciente: Bruno de Sousa Silva. Advogada: Maria Adeis da Silva Carneiro (OAB: 7075/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO. PORTE ILEGAL DE ARAMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. ARGUIÇÃO DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA NO DECRETO PRISIONAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DESPROPORCIONALIDADE DA CLAUSURA. PARTICULARIDADES DO CASO EM CONCRETO. AUSÊNCIA DO PERICULUM LIBERTATIS. SUFICIENTE A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP. PACIENTE PRIMÁRIO. CONSTRIÇÃO DESNECESSÁRIA. ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA COM APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. 1. Busca o impetrante o relaxamento da prisão preventiva do paciente, segregado cautelarmente pela suposta prática do delito previsto no art. 180 do CPP, art. 14 da Lei nº 10.826/03 e art. 244-B da Lei nº 8.069/90, ao argumento da inidoneidade do decisum que mantém a custódia cautelar. 2. O decreto que determinou a prisão preventiva a que se submete o paciente mostra-se suficientemente escorado na garantia da ordem pública, por força da gravidade da conduta. 3. Inobstante a fundamentação assinalada, e levando em conta as particularidades do caso em concreto, verifica-se desproporcional a manutenção da clausura do paciente, mormente tendo em conta a situação fática individual do paciente no momento do flagrante. Da mesma sorte, se extrai a inocorrência, em desfavor do paciente, de qualquer outra demanda criminal em seu desfavor, que não aquela que originou o presente writ, o que indica a sua primariedade e a inexistência do periculum libertatis apto à manutenção da clausura máxima. 4. Em observância aos princípios da adequação e da necessidade, previstos no art. 282 do CPP, entendo conveniente determinar ao paciente o cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP. 5. Ordem conhecida e concedida mediante a imposição das medidas cautelares previstas nos incs. I, IV, V, e IX, do art. 319, do CPP, a serem implementadas e fiscalizadas pelo d. Juízo a quo. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da impetração para CONCEDER-LHE A ORDEM, mediante a aplicação de medidas cautelares, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0638177-10.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: C. V. D. R.. Paciente: R. P. B. de S.. Advogado: Caio Vinicius Duarte Rodrigues (OAB: 43701/CE). Impetrado: J. de D. da V. Ú da C. de U.. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA. CRIME HEDIONDO. PRISÃO PREVENTIVA. ARGUIÇÃO DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA NO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGURANÇA DA VÍTIMA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca o impetrante o relaxamento da prisão preventiva da paciente, segregado pela suposta prática do delito tipificado no artigo 217-A c/c art. 71, ambos do CPB, e art. 1º, VI, da Lei nº 8.072/90, ao argumento da inidoneidade do decisum que autorizou a custódia cautelar. 2. O decisum que determinou a custódia cautelar a que se submete o paciente restou fartamente fundamentado, amparado em fatos concretos e sob o pálio da garantia da ordem pública e da segurança da vítima. Ressalte-se a gravidade da conduta, tendo em vista que o paciente confessou ter conjunção carnal com a vítima desde que esta tinha 13 (treze) anos de idade, na condição de padrasto da vítima, e diante do fácil acesso à menor e da ausência física da mãe Destarte, não há como aqui reconhecer o consequente constrangimento alegado. 3. Eventual condição subjetiva favorável do paciente, não é, por si só, suficiente para que haja a concessão da liberdade, e nem para a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, as quais vêm previstas no ar. 319 do CPP. 4. É de ser mantida a custódia preventiva do paciente, vez que restou aferida a legalidade da medida, pois presentes o fumus commissi delicti, demonstrado pelas evidências reunidas nos autos, e o periculum libertatis, traduzido na necessidade de segregação do convívio social com base na manutenção da ordem pública. 5. Ordem conhecida e denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da impetração para DENEGAR-LHE A ORDEM, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0638304-45.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: D. P. do E. do C.. Paciente: J. da S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: J. de D. da V. Ú da C. de I.. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONFIGURAÇÃO. PACIENTE QUE SE ENCONTRA ENCARCERADO HÁ MAIS DE 01 (UM) ANO, SEM QUE SE HAJA PREVISÃO DE QUANDO SERÁ ENCERRADA A INSTRIÇÃO CRIMINAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO (ART. 5º, INC. LXXVIII, DA CF/88). ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA COM APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ART. 319 DO CPP). 1. Busca a impetrante com o presente writ, a concessão da ordem de habeas corpus, para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, ao argumento de excesso de prazo na formação da culpa, suscitando, ainda, a aplicação das disposições da Recomendação nº 62/2020 do CNJ. 2. Como é de conhecimento, o Código de Processo Penal não estabelece prazo absoluto, fatal e improrrogável, para conclusão do feito, devendo a contagem de prazos ser realizada de forma global, atendendo-se, sobretudo, ao critério de razoabilidade, não resultando o excesso de prazo de mera soma aritmética, sendo necessária, em certas circunstâncias, uma maior dilação dos prazos processuais, em virtude das peculiaridades de cada caso concreto. 3. Sabe-se, por outro lado, que a prisão cautelar é medida excepcional e não pode perdurar por tempo indeterminado, sob pena de afrontar o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal, de forma que, a instrução dos processos cujo réu se encontra custodiado, deve sempre receber prioridade, com a imposição de celeridade para o início e fim da instrução processual. 4. Na hipótese, o paciente (acautelado desde 22/12/2020) encontra-se custodiado há mais 01 (um) ano, sem que haja previsão de quando será concluída a instrução criminal e julgado o feito. 5. Tendo em vista que a demora no andamento do feito não se mostra justificável, inegável se mostra a ocorrência do excesso de prazo na formação da culpa, para o qual a defesa não contribuiu, restando, por conseguinte, configurado o constrangimento ilegal, pelo que a concessão da ordem é medida de rigor. 6. A despeito da primariedade do paciente, considerando a gravidade do crime imputado

ao mesmo, em observância aos princípios da adequação e da necessidade, previstos no artigo 282 do CPP, e, ainda, visando compatibilizar o interesse público e da vítima, e os direitos do individuo, conveniente determinar o cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP. 7. Ordem conhecida e concedida, com a imposição das medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP e com recomendação ao Juízo de origem. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 3ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do writ, para CONCEDER a ordem, mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, com recomendação ao Juízo de origem, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

Total de feitos: 16

TJCENEXE - Habeas Corpus
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0002627-03.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Gildácio Anderson Ferreira Fernandes. Paciente: Antônio Luciano Teixeira da Silva. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Campos Sales. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDOS DE REGULARIZAÇÃO DO FEITO E PROGRESSÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NÃO APRECIADOS PELO JUIZ APONTADO COMO AUTORIDADE COATORA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. WRIT NÃO CONHECIDO. DETERMINAÇÃO, EX OFFICIO, PARA QUE, UMA VEZ SANEADO O FEITO, A AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA APRECIE, NO PRAZO DE CINCO DIAS, A PARTIR DA CIÊNCIA DESTA DECISÃO, SOBRE O PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME. 1. A ação de Habeas Corpus é incompatível com matéria afeta a recurso próprio, disponível no ordenamento jurídico-processual. Trata-se de ação de rito sumário que demanda prova pré-constituída e não admite dilação probatória. 2. No caso, objetiva o impetrante a efetivação do saneamento do feito pela unificação das penas e progressão de regime do paciente, pleitos cujo conhecimento é inviável pela via do presente mandamus, uma vez que o preenchimento dos requisitos para a progressão de regime demanda dilação probatória. 3. Por outro lado, não há dúvidas de que a demora na avaliação dos pleitos configura evidente constrangimento ilegal, não atribuível à defesa, que lhe malfere o direito à prestação jurisdicional em tempo razoável. 4. Afigura-se, pois, como solução melhor adequada ao pleito, que o Juízo a quo aprecie sem demora o pedido proposto em favor do paciente, uma vez regularizado o processamento do feito pelos expedientes outrora ordenados àquela secretaria. 5. Habeas Corpus não conhecido, determinando-se, contudo, ex officio, que o douto juízo de primeiro grau apontado como coator, uma vez regularizado o andamento do feito, solucione a demanda no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência deste acórdão, decidindo sobre o pleito de progressão de regime formulado em favor do aqui paciente como entender de direito. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em não conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, determinando, porém, ex officio, que o juízo apontado como coator aprecie imediatamente o pedido proposto em favor do paciente, nos termos do voto da Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0620053-42.2022.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Rennier Martins Vasconcelos. Paciente: Wanderson Matos da Silva. Advogado: Rennier Martins Vasconcelos (OAB: 41823/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO DE USO PERMITIDO E USO RESTRITO PELA SUPRESSÃO DA NUMERAÇÃO. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONCESSÃO DE LIBERDADE MEDIANTE PAGAMENTO DE FIANÇA E IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PELO JUÍZO DE PISO. HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA PACIENTE. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FIANÇA. CONCESSÃO DA ORDEM, RATIFICANDO-SE A LIMINAR DEFERIDA, COM DETERMINAÇÃO DE EXPEDIÇÃO IMEDIATA DO COMPETENTE ALVARÁ DE SOLTURA. 1. Decisão proferida, em 1° abr. 2020, pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos de PExt no HC n. 568.693/ES, deliberou pela “soltura, independentemente do pagamento da fiança, em favor de todos aqueles a quem foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança e ainda se encontram submetidos à privação cautelar de liberdade em razão do não pagamento do valor, em todo o território brasileiro”. 2. Outrossim, ao determinar a soltura de todos os presos cuja concessão de liberdade provisória estivesse condicionada ao pagamento de fiança, o Ministro Sebastião Reis Júnior ressalvou que, nos casos em que foram impostas outras medidas cautelares, apenas a exigência de fiança deve ser afastada, mantendo-se as demais medidas. 3. No caso, o paciente foi preso em flagrante no dia 22.12..2021 por ter cometido, em tese, as infrações tipificadas nos arts. 14 e 16, § 1º, IV do Estatuto do desarmamento, tendo a autoridade coatora lhe concedido liberdade provisória com imposição de medidas cautelares, condicionando-a ao pagamento de fiança no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais). Contudo, em razão de sua hipossuficiência financeira, este não adimpliu a obrigação imposta, o que configura verdadeiro constrangimento ilegal diante da decisão do STJ acima apontada. 4. Todavia, apesar de deferido liminarmente o pleito, em 13.1.2022, conforme p. 23-26, ao compulsar os autos originais, verifica-se que, até a presente data, o necessário alvará de soltura ainda não havia sido expedido, em evidente negligência à Recomendação n. 68 do CNJ. 5. Habeas corpus conhecido. Ordem concedida, ratificando-se a liminar deferida, com determinação de expedição imediata do competente alvará de soltura ao Juízo da 4ª Vara criminal da Comarca de Caucaia. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do Habeas Corpus e conceder a ordem, confirmando-se a decisão liminar, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0634497-17.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Júlio César Alves de Almeida. Paciente: Francisco Expedito da Rocha Sousa. Advogado: Júlio César Alves de Almeida (OAB: 26557/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. LATROCÍNIO CONSUMADO, LATROCÍNIO TENTADO E ROUBO MAJORADO EM CONCURSO MATERIAL DE CRIMES. NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA EXCEPCIONAL PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO NARRADO NA DENÚNCIA QUE INDICAM A IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA EXCEPCIONAL PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 312, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. TRAMITAÇÃO REGULAR DO FEITO. RAZOABILIDADE DO TEMPO DE PROCESSAMENTO. ORDEM DENEGADA. 1. Observa-se constarem prova da existência do

delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312, caput, do Código de Processo Penal. 2. Impende examinar a necessidade de arresto cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória, quando presentes os motivos que ensejam aquela, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere. 3. Tal raciocínio estaria completo não fosse pela exigência de uma interpretação sistêmica do ordenamento jurídico, norteada pela Constituição Federal e segundo os princípios que a informam. Há neste tocante o aparente choque entre dois valores que são igualmente importantes: de um lado, um princípio constitucional de feição individual: a presunção do estado de inocência; e, de outro, necessidades de ordem pública, quais sejam, a preservação da segurança e da paz social, a realização de uma correta instrução criminal e a garantia de aplicação da lei penal. Não são incompatíveis entre si tais valores. 4. O ordenamento jurídico nacional admite a coexistência entre a presunção de não-culpabilidade e a prisão preventiva, esta somente como situação excepcional e aplicabilidade restrita e adstrita às hipóteses previstas na lei processual e, ainda assim, por tempo que não exceda os limites da razoabilidade. 5. A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o acusado, aqui paciente, encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez que, segundo a presente acusação, em plena via pública, causou a morte de uma pessoa, tentou matar outra e ainda investiu violentamente contra uma terceira vítima, com objetivo de subtrair-lhes bens que levavam consigo. A prudência evidencia que, quando, como in casu, a acusação diz respeito a imputações de exacerbada nocividade, uma vez presentes os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, é imprescindível a adoção da medida constritiva excepcional da liberdade, no desiderato maior de preservar a tranquilidade do cotidiano comunitário, assegurar a aplicação da lei penal ou por conveniência da instrução criminal. 6. Em matéria de arresto cautelar do direito de ir e vir, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, in casu, entendo não estar caracterizada. 7. Não se vislumbra paralisação irregular do evolver processual, vez que o feito tramita normalmente, com a marcha que permitem as peculiaridades do caso, estando o preclaro juízo processante a encetar esforços para concluir a instrução criminal, não havendo, portanto, que se falar em ausência de razoabilidade do tempo de prisão provisória. 8. Habeas Corpus conhecido, porém para denegar a ordem. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, para denegar a ordem, nos termos do voto da Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0635586-75.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Ivanilson Fernandes Lima. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PLEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME. ALEGAÇÃO DE MORA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA RELATIVA À EXECUÇÃO PENAL. VIA INADEQUADA. IMPOSSIBILIDADE DE SE UTILIZAR HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO PRÓPRIO. PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES E DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. ORDEM NÃO CONHECIDA COM DETERMINAÇÃO AO JUÍZO DA EXECUÇÃO. 1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. 2. O Habeas Corpus é remédio constitucional que não comporta dilação probatória. Isto é, a prova é pré-constituída, devendo conter todos os documentos necessários para a demonstração do direito. Além disso, o Habeas Corpus não é via adequada para análise de questões mais profundas, referentes à fase de execução da pena, salvo flagrante ilegalidade, esta a ser conhecida de ofício, situação que não se afigura nos autos. 3.Writ não conhecido. Contudo, DETERMINA-SE, que o preclaro Juízo apontado como coator decida sobre o pedido de progressão de regime no prazo impostergável de 10 (dez) dias, ou informe, no mesmo prazo, porque não o faz. ACÓRDÃO Acorda a Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em não conhecer da presente Ação de Habeas Corpus, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0635994-66.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Antônio Felipe Capistrano de Araújo. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Crateús. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PACIENTE PRESO EM 14/12/2018. DENUNCIADO POR SUPOSTA ACUSAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO art. 157, §2º-A, inciso I, do CPb e no art. 16, § único, IV, do Estatuto do Desarmamento. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA RECENTEMENTE. PROXIMIDADE DO DESLINDE DO FEITO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DO STJ. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. SÚMULA 52 DO TJCE. INADEQUAÇÃO DE medida cautelar diversa da prisão. ORDEM DENEGADA com recomendação ao juízo processante. 1.Em consonância com o entendimento jurisprudencial já sedimentado sobre o tema, o excesso de prazo na formação da culpa deve ser analisado à luz do Princípio da Razoabilidade, não restando configurado apenas por mero cálculo matemático, visto que se deve levar em consideração as peculiaridades do caso concreto. 2. Acerca do evolver processual, em que pese à delonga na conclusão do feito, verifica-se que a instrução criminal foi encerrada recentemente (14/12/2021) e que já realizada a intimação do Ministério Público (15/12/2021) através do portal eletrônico para apresentação dos memoriais escritos. Incidência da Súmula nº 52 do STJ, verbis: Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. 3. Além disso, não se pode falar em ausência de razoabilidade do tempo de prisão provisória, levando-se em consideração as peculiaridades do caso (dois acusados e expedição de precatórias). 4. Ademais, as condições pessoais do paciente não permitem a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, posto que o réu registra outras passagens na seara criminal por supostas práticas dos delitos de tentativa de homicídio (proc. 0010449-95.2019.8.06.0070), lei de drogas uso pessoal (proc. 0000116-55.2017.8.06.0070) e homicídio qualificado (proc. 00010291-40.2019.8.06.0070), conforme consulta ao sistema CANCUN. Tal conjuntura atrai a aplicação da Súmula 52, do TJCE, segundo a qual “Inquéritos e ações em andamento justificam a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública nos termos do art. 312, do CPP, não se aplicando o enunciado sumular nº 444, do STJ”. 5. Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento de que, na espécie, faz-se presente, de forma concreta, para preservação da ordem pública, a necessidade da prisão cautelar do paciente, razão pela qual se torna impossível conceder-lhe a ordem requerida, porquanto insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ. 6.Habeas corpus conhecido, ordem denegada com recomendação ao juízo processante para que tão logo apresentados os memoriais dos acusados conceda prioridade no julgamento do feito. ACÓRDÃO

Acorda a Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, para denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA Relatora

0636097-73.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Marcelo Brandão. Impetrante: Sônia Marina Chacon Brandão. Impetrante: Bruno Chacon Brandão. Impetrante: Amanda Chacon Brandão. Paciente: José Flávio de Sousa. Advogado: Francisco Marcelo Brandão (OAB: 4239/CE). Advogada: Sônia Marina Chacon Brandão (OAB: 10728/CE). Advogado: Bruno Chacon Brandão (OAB: 25257/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA EM EXERCÍCIO DE COMANDO, TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, TORTURA E CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONEXÃO COM AÇÃO PENAL N. 0003397-92.2018.8.06.0099 CUJO OBJETO É A PRÁTICA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I E IV DO CPB) CIRCUNSTANCIADO PELA DISPUTA TERRITORIAL ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS (ART. 2º, § 2º DA LEI N. 12.850/13). DENÚNCIA QUE DEIXOU DE SER OFERTADA PARA ADITAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL COM OS FATOS APURADOS EM SEDE INQUISITORIAL. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO OCORRÊNCIA. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA EXTRAÍDA DE ELEMENTOS CONCRETOS SINALIZANDO A PERICULOSIDADE DO AGENTE, ACUSADO DE CHEFIAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA NAQUELE MUNICÍPIO. RISCO PRESUMIDO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE REINCIDENTE COM EXTENSA LISTA DE AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO TJCE. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR MENOS GRAVOSA. EXCESSO DE PRAZO PARA OFERTA DA DENÚNCIA. IMPROCEDÊNCIA. RAZOABILIDADE DO TEMPO DE PROCESSAMENTO, CONSIDERADA A COMPLEXIDADE DA CAUSA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 15 DO TJCE. CONTEMPORANEIDADE DO DECRETO ACAUTELATÓRIO DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO PROCESSANTE. 1. Observa-se constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312, caput, do Código de Processo Penal. 2. Impende examinar a necessidade de arresto cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória, quando presentes os motivos que ensejam aquela, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere. 3. A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o paciente encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez que, segundo relatório final da investigação policial, chefiaria a organização criminosa, Comando Vermelho, na cidade de Itaitinga e seria um dos mandantes de expulsão de uma família do local onde residia e trabalhava com reciclagem de resíduos, seguida de tortura e roubo do pai daquela família, cuja motivação apontada seria disputas territoriais entre facções criminosas rivais. Importa enfatizar que o presente inquérito possui conexão com a ação penal n. 0003397-92.2018.8.06.0099, na qual é acusado por suposta mentoria de homicídio cuja vítima, faccionado rival, era empregado do sobredito centro de reciclagem. 4. Outrossim, exibe extensa lista de ações penais em andamento além de condenações criminais, cuja pena ultrapassa 35 anos de reclusão, em regime atualmente fechado. Assim, sinalizados a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva, fundamentada está a decretação da preventiva a bem da ordem pública, inclusive, pela incidência da Súmula 52 do TJCE: Inquéritos e ações em andamento justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública nos termos do art. 312 do CPP não se aplicando o enunciado sumular n.º 444 do STJ. 5. Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento de que se faz presente, de forma concreta, a necessidade da prisão cau-telar do paciente para preservação da ordem pública, sendo também insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes STJ 6. Quanto ao excesso de prazo para oferta da denúncia, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, neste caso, entendo não caracterizada. Com efeito, não se vislumbra paralisação irregular do feito, o qual tramita com marcha processual regular e compatível com outros feitos de maior complexidade, estando o juízo a quo a se esforçar para concluir a prestação jurisdicional neste conjunto processual. Incidência da Súmula 15 do TJCE ao caso. 7. Outrossim, com base no levantamento cronológico dos principais marcos processuais, não há se falar em ausência de contemporaneidade do decreto acautelatório, vez que a hipótese em comento subsume-se ao entendimento firmado pela Quinta Turma do STJ, no HC 639.233/SP, aquela não restaria configurada em hipótese na qual, embora tenha havido certo decurso de prazo para a realização das investigações, tão logo configurado os pressupostos autorizadores da custódia, com a definição de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, o magistrado decretou a custódia cautelar, com base em fundamentos idôneos e atuais - a gravidade concreta do crime, indicadora da periculosidade do paciente, e a necessidade de resguardar a integridade das vítimas e possibilitar a correta instrução criminal. 8. Habeas Corpus conhecido, porém para denegar a ordem com recomendação ao Juízo processante. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente writ e denegar a ordem requestada, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636098-58.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Marcelo Brandão. Impetrante: Sônia Marina Chacon Brandão. Impetrante: Bruno Chacon Brandão. Impetrante: Amanda Chacon Brandão. Paciente: José Flávio de Sousa. Advogado: Francisco Marcelo Brandão (OAB: 4239/CE). Advogada: Sônia Marina Chacon Brandão (OAB: 10728/CE). Advogado: Bruno Chacon Brandão (OAB: 25257/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE E EMPREGO DE RECURSO QUE IMPEDIU A DEFESA DA VÍTIMA E INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO OCORRÊNCIA. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA EXTRAÍDA DE ELEMENTOS CONCRETOS SINALIZANDO A PERICULOSIDADE DO AGENTE, ACUSADO DE CHEFIAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA NAQUELE MUNICÍPIO, E O RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO TJCE. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. HIPÓTESE NÃO CONFIGURADA. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR MENOS GRAVOSA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. IMPROCEDÊNCIA. RAZOABILIDADE DO TEMPO DE PROCESSAMENTO, CONSIDERADA A COMPLEXIDADE DO CASO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 15 DO TJCE. ORDEM DENEGADA COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO PROCESSANTE. 1. Observa-se constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312, caput, do Código de Processo Penal. 2. Impende examinar a necessidade de arresto cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória,

quando presentes os motivos que ensejam aquela, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere. 3. A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o acusado encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez que, segundo a acusação, seria comandante máximo do Comando Vermelho na cidade de Itaitinga e um dos mandantes do crime, motivado pela rivalidade entre organizações criminosas. Outrossim, exibe extensa lista de ações penais em andamento além de condenações criminais, cujas penas ultrapassam 35 anos de reclusão, em regime atualmente fechado. Assim, sinalizados a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva, fundamentada está a decretação da preventiva a bem da ordem pública, inclusive, pela incidência da Súmula 52 do TJCE: Inquéritos e ações em andamento justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública nos termos do art. 312 do CPP não se aplicando o enunciado sumular n.º 444 do STJ. 4. Quanto à ausência de contemporaneidade do decreto acautelatório, a hipótese em comento subsume-se ao entendimento firmado pela Quinta Turma do STJ, no HC 639.233/SP, aquela não restaria configurada em hipótese na qual, embora tenha havido certo decurso de prazo para a realização das investigações, tão logo configurado os pressupostos autorizadores da custódia, com a definição de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, o magistrado decretou a custódia cautelar, com base em fundamentos idôneos e atuais - a gravidade concreta do crime, indicadora da periculosidade do paciente, e a necessidade de resguardar a integridade das vítimas e possibilitar a correta instrução criminal. 5. Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento de que se faz presente, de forma concreta, a necessidade da prisão cau-telar do paciente para preservação da ordem pública, sendo também insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes STJ 6. Por fim, quanto ao excesso de prazo para início da instrução processual, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, neste caso, entendo não caracterizada. Com efeito, não se vislumbra paralisação irregular do feito, o qual tramita com marcha processual regular e compatível com outras ações penais de maior complexidade, caracterizada pela multiplicidade de acusados (cinco), de crimes e de testemunhas, além da necessidade de expedição de cartas precatórias, de solução de incidentes processuais instaurados e do apensamento do inquérito policial n. 0002905-66.2019.8.06.0099 por delitos conexos, estando o juízo a quo a se esforçar para concluir a prestação jurisdicional. Incidência da Súmulas 15 do TJCE ao caso. 7. Habeas Corpus conhecido, porém para denegar a ordem com recomendação ao Juízo processante. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente writ e denegar a ordem requestada, nos termos do voto desta relatoria. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636158-31.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Carlos André Barbosa de Carvalho. Paciente: Fernando Araújo Bastos. Advogado: Carlos André Barbosa de Carvalho (OAB: 29514/CE). Advogado: Francisco de Assis Machado Alves (OAB: 32241/CE). Advogada: Terena Maria Fernandes de Weimar Thé Barreto (OAB: 34167/CE). Advogada: Marina Bezerra Costa (OAB: 35134/CE). Advogado: Victor Vasconcelos Gonçalves de Lima (OAB: 34049/CE). Advogada: Gleiciane Sousa da Costa (OAB: 40995/CE). Advogada: Paula Merilin Valentim Silva (OAB: 37385/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Quixadá. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. EXTORSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. IMPROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA EXCEPCIONAL PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO PENAL. PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E OUTRAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO AFASTAM A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR QUANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO INDICAM A IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA EXCEPCIONAL PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO PENAL, HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 312, CAPUT, DO CPP. MEDIDAS CAUTELARES. INSUFICIENTES. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO PROCESSANTE. 1. Observa-se constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312, caput, do Código de Processo Penal. 2. Impende examinar a necessidade de arresto cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação/manutenção da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória, quando presentes os motivos que a ensejaram, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere. 3. A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o acusado, aqui paciente, encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez que, segundo consta da acusação, confessara a extorsão ao Bispo Diocesano de Quixadá, além de 20 (vinte) familiares de internos ex-internos do Instituto Volta Vida, onde exercia a gerência de tratamento e seria responsável por cerca de 70 (setenta) dependentes químicos, quando, após sua demissão, teria se passado por traficante de drogas, exigindo o pagamento de dívidas de droga por aplicativo de celular. Outrossim, da mesma confissão, em razão da quantidade elevada de vítimas e da forma de ameaça, realizada por meio digital, é possível se inferir tanto o risco de reiteração delitiva quanto a necessidade de acautelamento mínimo da instrução penal. 4. A prudência evidencia que, quando a acusação diz respeito a imputações de exacerbada nocividade, como no presente caso, uma vez presentes os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, é imprescindível a adoção da medida constritiva excepcional da liberdade, no desiderato maior de preservar a tranquilidade do cotidiano comunitário, assegurar a aplicação da lei penal ou por conveniência da instrução criminal. Eventual existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela. Precedentes do STJ. 5. Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento de que, na espécie, faz-se presente de forma concreta para preservação da ordem pública a necessidade da prisão cautelar do paciente, razão pela qual se torna inviável conceder-lhe a ordem requerida, porquanto insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ. 6. Habeas corpus conhecido, ordem denegada, com recomendação ao Juízo processante. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do habeas corpus para denegar-lhe a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636253-61.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: David Pereira Benvenuto. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL

PENAL. PACIENTE PRESO EM 28/01/2021 SOB A ACUSAÇÃO DE HAVER PRATICADO O CRIME PREVISTO NO art. 157, § 2º, II e § 2º, A, I, do Código Penal. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CARACTERIZADO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DO STJ. RAZOABILIDADE DO TEMPO DE PROCESSAMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. REINCIDÊNCIA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 63 DO TJCE. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO, COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. INADEQUAÇÃO DE medida cautelar diversa da prisão. ORDEM DENEGADA. 1. Aduz o impetrante à exordial que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa e por inexistirem os requisitos da prisão preventiva, requerendo, por tais fundamentos, o relaxamento da prisão ou a revogação da prisão preventiva, com ou sem imposição de outras medidas cautelares. 2. Em matéria de arresto cautelar do direito de ir e vir, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, in casu, entendo não estar caracterizada. 3. Não se vislumbra, no caso em tela, paralisação irregular do feito e que encerrada a instrução em data recente (9.12.2021), não havendo, portanto, que se falar em ausência de razoabilidade do tempo de prisão provisória. Incidência da Súmula 52 do egrégio STJ, in verbis: Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. 4. Outrossim, observa-se constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312, caput, do Código de Processo Penal. 5. Contrariando o alegado pela parte impetrante, o magistrado fundamentou a manutenção do decreto cautelar, sob a égide da garantia da ordem pública, tal qual exige a legislação vigente, tecendo argumentos idôneos, baseados em dados concretos e suficientes ao cárcere preventivo. 6. Em consulta aos sistemas CANCUN e SEEU/CNJ, observa-se que o acusado, ora paciente, ostenta outra passagem na seara criminal (ação penal 0206269-12.2012.8.06.0001 2ª Vara de Delitos de Tráfico da Comarca de Fortaleza) e também é reincidente, pois possui condenação definitiva transitada em julgado (processo 00225734-83.2015.8.06.0001, execução penal n. 00465570-44.2016.8.06.0001, extinta pelo cumprimento da pena em 29/09/2021). Oportuno registrar que o mesmo cumpria pena no regime aberto (mov. 112.2) quando voltou a ser preso em flagrante (28/01/2021) pela suposta prática do delito de roubo majorado objeto do presente mandamus, motivo pelo qual tivera o regime de pena regredido (mov. 123). 7.Ora, a prudência evidencia que, quando há reiteração delitiva, como no presente caso, portanto presentes estão os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, sendo imprescindível a adoção da medida constritiva excepcional da liberdade, no desiderato maior de preservar a tranquilidade do cotidiano comunitário e assegurar a aplicação da lei penal. 8.Tal conjuntura atrai a incidência da Súmula 63 do TJCE, segundo a qual: Condenações criminais com trânsito em julgado em outros processos podem, excepcionalmente, justificar a manutenção da prisão preventiva, ainda que reconhecido excesso de prazo na formação da culpa em razão da aplicação do princípio da proibição da proteção deficiente do Estado, vertente da proporcionalidade. 9. Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento de que, na espécie, faz-se presente, de forma concreta, para preservação da ordem pública, a necessidade da prisão cautelar do paciente, razão pela qual se torna impossível conceder-lhe a ordem requerida, porquanto insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ. 10. Ordem denegada. ACÓRDÃO Acorda a Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, para denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA Relatora

0636283-96.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Francisco Denys Carlos Marques Vasconcelos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Camocim. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART.121, § 2º, I, III E IV E ART. 288, CAPUT, TODOS, DO CPB). PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. IMPROCEDÊNCIA. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. ELEMENTOS CONCRETOS SINALIZAM A PERICULOSIDADE E O RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA DO AGENTE, RAZÃO PELA QUAL SE TORNA INSUFICIENTE A APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES MENOS GRAVOSAS, AINDA QUE SOB A LUZ DA RECOMENDAÇÃO N. 62 DO CNJ, UMA VEZ NÃO COMPROVADAS AS CONDICIONANTES INDICADAS NOS PRECEDENTES DO STF. excesso de prazo NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE DO TEMPO DE PROCESSAMENTO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA SÚMULA 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO PROCESSANTE. 1. Após um perfunctório exame do caderno processual, verifiquei constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312 do CPP. 2. Impende examinar a necessidade de arresto cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória, quando presentes os motivos que ensejam aquela, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere. 3. A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o acusado encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez que, segundo a acusação, na companhia dos oito corréus teriam executado com vários golpes de faca a vítima, enquanto estavam custodiados na cadeia pública local, tendo-lhe arremessado uma pedra na cabeça enquanto aquela agonizava na cela. Outrossim, exibe extensa lista de ações penais em andamento. Assim, sinalizados a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva, fundamentada está a decretação da preventiva a bem da ordem pública, inclusive, pela incidência da Súmula 52 do TJCE: Inquéritos e ações em andamento justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública nos termos do art. 312 do CPP não se aplicando o enunciado sumular n.º 444 do STJ. 4. Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento sobre a insuficiência da aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes STJ 5. Igualmente, descabida sua concessão com fundamento na Recomendação n. 62 do CNJ, porquanto a documentação acostada não demonstra a situação de vulnerabilidade concreta do Paciente, [], e inexistentes indicativos de negligência de medidas mitigadoras/preventivas quanto à disseminação do vírus por parte do estabelecimento prisional. Em situações tais, a Recomendação 62 do CNJ não sinaliza para a imediata revogação ou substituição das prisões cautelares e das prisões-pena, apenas concita os magistrados a adotarem ações contra a disseminação da pandemia do novo coronavírus, sem prescindir, contudo, da análise individualizada, ou seja, em cima de casos concretos - sobre situações particularizadas de prisão provisória ou de execução penal (art. 4º). Precedentes do STF. 6. Por fim, quanto ao excesso de prazo na formação da culpa, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, neste caso, entendo não caracterizada. Com efeito, não se vislumbra paralisação irregular do feito, marcado pela pluralidade de acusados, testemunhas, a necessidade de expedição de cartas precatórias e do julgamento

de incidentes processuais. De toda forma, tramita com marcha processual regular e compatível com outras ações penais de igual complexidade, estando o juízo a quo a se esforçar para concluir a prestação jurisdicional, cuja instrução, atualmente, encerrada, atrai a incidência da Súmula 52 do STJ ao caso. 7. Habeas corpus conhecido, ordem denegada com recomendação ao juízo processante. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente habeas corpus e denegar-lhe a ordem, nos termos do voto da douta Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636339-32.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Antonio Everardo Araujo de Almeida. Impetrante: Francisco Antonio Queiroz dos Santos. Paciente: Francisca Romênia Xavier da Silva. Advogado: Antônio Everardo Araújo de Almeida (OAB: 12985/CE). Advogado: Francisco Antônio Queiroz dos Santos (OAB: 7030/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. EXTORSÃO MAJORADA PELO CONCURSO DE PESSOAS. PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE, MÃE DE CRIANÇA COM IDADE INFERIOR A DOZE ANOS DE IDADE, QUE SE ADEQUA AO DISPOSTO NO ART. 318-A DO CPP E ALINHA-SE AO DECIDIDO PELO COLENDO STF NO HC 143641/SP. PRISÃO PREVENTIVA SUBSTITUÍDA POR DOMICILIAR E APLICAÇÃO CONCOMITANTE DE CAUTELARES, COM FULCRO NO ART. 318-B DO CPP. ORDEM CONCEDIDA. 1. Verifica-se, na espécie, que a paciente, acusada da prática de extorsão majorada pelo concurso de pessoas, é mãe de criança cuja idade não ultrapassa os doze anos de idade. 2. O art. 318-A do Código de Processo Penal é de meridiana clareza ao determinar que, não tendo o crime imputado sido cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa nem contra o próprio filho, a prisão preventiva imposta contra mulher, mãe de criança, será substituída por domiciliar. 3. Precedente do colendo STF no julgamento do Habeas Corpus Coletivo n. 143641/SP. 4. Habeas corpus conhecido. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva por domiciliar e, com fulcro no art. 318-B do CPP, aplicar medidas cautelares menos gravosas. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, para conceder a ordem, nos termos do voto da Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636452-83.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Anderson Silva Costa. Paciente: Francisco Eduardo de Souza Neto. Advogado: Anderson Silva Costa (OAB: 40547/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS PREVENTIVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 157, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. PACIENTE CONDENADO EM DEFINITIVO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DE QUATRO ANOS, SETE MESES E DEZESSETE DIAS DE RECLUSÃO, APÓS DETRAÇÃO, EM REGIME INICIAL SEMIABERTO. MANDADO DE PRISÃO PENDENTE DE CUMPRIMENTO. EXPEDIÇÃO DA GUIA DE EXECUÇÃO CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO DO MANDADO DE PRISÃO. REGIME SEMIABERTO É PRIVATIVO DE LIBERDADE. INEVITABILIDADE DO ENCARCERAMENTO PARA INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. DICÇÃO DO ART. 674 DO CPP E ART. 105 DA LEP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, COM DETERMINAÇÃO DE COMPATIBILIZAÇÃO DA PRISÃO AO REGIME SEMIABERTO. 1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o processo de execução penal só terá início com a autuação e registro da guia de recolhimento provisória ou definitiva. E o art. 674 do CPP e o art. 105 da LEP são expressos no sentido de que a guia de recolhimento definitiva para a execução penal somente será expedida após o trânsito em julgado da sentença que aplicar pena privativa de liberdade, quando o condenado estiver ou vier a ser preso (HC 524.505/RJ, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJE 19/12/2019). 2. No caso em comento, a sentença condenatória transitou em julgado aos 27/09/2021 (p. 206 da ação principal) e expedido mandado de prisão em 22/11/2021 (p.212/213 do processo na origem), encontrando-se os autos pendentes da prisão do paciente e da expedição da guia de execução. 3.Com efeito, estando o réu em liberdade, imprescindível o cumprimento do mandado de prisão para o início da execução no regime semiaberto, como determina o art. 647, do Código de Processo Penal c/c art. 105 da Lei de Execução Penal. Logo, não se constata ilegalidade ou abuso de poder na expedição de mandado de prisão para o cumprimento de pena transitada em julgado, inexistindo constrangimento ilegal na espécie. Precedentes do STJ e desta Corte. 4. Por fim, oportuno registrar que eventual ausência de estabelecimento adequado na comarca não autoriza a automática concessão de regime aberto ou domiciliar. Além disso, sequer iniciada a fase de execução, o que reforça, no momento, a impropriedade da aplicação da Súmula Vinculante 56 do STF, segundo a qual "A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar nessa hipótese os parâmetros fixados no RE 641.320.". 5. Habeas Corpus conhecido, porém para denegar a ordem e, de ofício, determinar que seja compatibilizada a prisão do condenado às regras do regime semiaberto. ACÓRDÃO Acorda a Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente Habeas Corpus, para denegar a ordem e, de ofício, determinar que seja compatibilizada a prisão do sentenciado às regras do regime semiaberto, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636533-32.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Cícero Thiago da Silva Viana. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL E EMPREGO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURADO. ANDAMENTO REGULAR DE FEITO COMPLEXO. ESPERA NÃO ATRIBUÍVEL AO JUDICIÁRIO, NÃO SE VISLUMBRANDO ATUAÇÃO DESIDIOSA DA AUTORIDADE COATORA NO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 15 DO TJCE AO CASO. A REINCIDÊNCIA E OS MAUS ANTECEDENTES DO PACIENTE ALÉM DA GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DEMONSTRAM A INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, UMA VEZ SINALIZANDOS O RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA E A PERICULOSIDADE DO AGENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 63 DO TJCE. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO, COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO PROCESSANTE 1. Em matéria de arresto cautelar do direito de ir e vir, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, neste caso, entendo não caracterizada. Isto, porque, até o agendamento da audiência de instrução, realizada no dia 26.8.2020, o feito teve andamento regular e compatível com outros processos de semelhante complexidade. Entretanto, a ausência de testemunhas e a necessidade de juntada de mídias sob posse da polícia judiciária culminaram na bipartição daquela, redesignada sucessivamente para 20.8.2021 e 17.12.2021. Esta última restou fracassada

diante da ausência de parte das testemunhas e do acusado. 2. Malgrado, os efeitos temporais da incidência da força maior advinda da crise sanitária provocada pelo coronavírus na agenda forense das audiências sejam suportados mormente pelo paciente, não se lhe pode ignorar a multirreincidência por crimes contra o Sistema Nacional de Armas, os registros criminais em andamento pelo suposto cometimento dos delitos de roubo, furto e estupro de vulnerável e o modus operandi empregado, o qual, segundo a acusação, os próprios acusados teriam gravado em vídeo a execução da vítima com um tiro na cabeça, cujo corpo fora abandonado em terreno baldio carbonizado e envolto em saco plástico. 3. Tais circunstâncias demonstram tanto a insuficiência da aplicação de medidas cautelares menos gravosas, uma vez sinalizados tanto a periculosidade e o risco de reiteração delitiva do agente, quanto a incidência da Súmula 63 do TJCE ao caso: Condenações criminais com trânsito em julgado em outros processos podem, excepcionalmente, justificar a manutenção da prisão preventiva, ainda que reconhecido excesso de prazo na formação da culpa em razão da aplicação do princípio da proibição da proteção deficiente do Estado, vertente da proporcionalidade. 4. Habeas corpus conhecido, porém para denegar a ordem com recomendações ao juízo processante. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, para denegar a ordem, nos termos do voto da douta Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636579-21.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Lucas Fernando de Souza. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA COM PARTICIPAÇÃO DE MENOR (ART. 2º, §§ 2º E 4º, I, LEI N. 12.850/2013) E CORRUPÇÃO DE MENOR (ART. 244-B, ECA). PRISÃO PREVENTIVA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE. PACIENTE PRIMÁRIO. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS INDICANDO SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PARA GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL E DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA PARA SUBSTITUIR A PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. 1. Em consulta ao sistema CANCUN, observa-se que o paciente é primário e inexistem nos autos informações sobre condenações anteriores transitadas em julgado ou de que exerça função de destaque dentro da referida organização criminosa. 2. Cuidando-se, porém, de acusação relativa a integrar organização criminosa armada e à corrupção de menor, há presunção relativa de representar, neste momento, a liberdade do paciente considerável fator de risco à paz social, o que, por óbvio, põe em xeque a obrigação constitucional do Estado de manter a ordem pública, ensejando, então, a decretação das prisões preventivas. 3. Ocorre, no entanto, que a Lei n. 12.403/2011 abriu, através da nova disciplina legal das medidas cautelares de natureza criminal, a possibilidade de substituição da prisão preventiva por outras medidas assecuratórias diversas da privação ante tempus da liberdade, desde que suficientes à garantia de aplicação da lei penal, manutenção da ordem pública e conveniência à investigação e instrução criminais. 4. Sobre o evolver processual, verifica-se que o juízo de piso determinou a cisão do feito dando origem a oito novos cadernos processuais, dos quais o de n. 0035293-54.2021.8.06.0001 reuniu quatorze acusados, incluindo, o ora paciente, que aguarda, concluso, deliberação sobre a ratificação do recebimento da denúncia e designação de data para audiência de instrução. 5. Na espécie, considerando primordialmente a primariedade do acusado a prevalecer sobre a gravidade da acusação, a suficiência, ao menos neste momento, para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, da submissão do mesmo a medidas cautelares diversas da privação de liberdade, conforme disciplinadas na lei de regência da matéria, sendo esta, outrossim, a solução mais adequada para contemporizar os fatores que poderiam ensejar a prisão preventiva com o primado constitucional da presunção de inocência ou não-culpabilidade, status cujo afastamento só é admissível após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. 6. Assim sendo, em obséquio aos princípios da razoabilidade e da adequabilidade, hei por bem conceder, a ordem e determinar, com fundamento nos parágrafos 5º e 6º do art. 282 do CPP, a substituição da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente pelas seguintes medidas cautelares diversas da privação de liberdade, sem prejuízo de outras que julgar cabíveis o Juízo processante: (i) prisão domiciliar (art. 317, c/c art. 282, I e II, do CPP); (ii) proibição de manter contato com os demais investigados (art. 319, III, do CPP); (iii) proibição de ausentar-se da comarca sem prévia autorização do Juízo processante (art. 319, IV, do CPP); (iv) monitoração eletrônica (art. 319, IX, do CPP). Tais medidas terão validade de seis meses, competindo ao Juízo processante a renovação mediante reavaliação da adequação fática, em igual periodicidade, nos termos do art. 9º da Resolução n. 213 do Conselho Nacional de Justiça, ficando o paciente de logo advertido de que o seu descumprimento poderá ensejar decreto de prisão preventiva. 7. Habeas corpus conhecido. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do habeas corpus para conceder a ordem impetrada e substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636682-28.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Brenna Caroline Albino Vasconcelos. Paciente: Antônio Jefferson Alves de Morais. Advogada: Brenna Caroline Albino Vasconcelos (OAB: 38246/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA COM PARTICIPAÇÃO DE MENOR E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE DO TEMPO DE PROCESSAMENTO, CONSIDERADA A COMPLEXIDADE DA CAUSA PELA PLURALIDADE DE ACUSADOS E CRIMES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 15 DO TJCE MANTIDA, MESMO APÓS A CISÃO DO FEITO ORIGINÁRIO EM OITO NOVOS CADERNOS PROCESSUAIS. PACIENTE REINCIDENTE. EVENTUAL EXCESSO DE PRAZO, AINDA QUE FOSSE RECONHECIDO, RESTARIA EXCEPCIONALMENTE AFASTADO PELO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO, RESPALDADO NA SÚMULA 63 DO TJCE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA COM ORIENTAÇÃO AO JUÍZO PROCESSANTE. 1. Em matéria de arresto cautelar do direito de ir e vir, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, neste caso, entendo não caracterizada. Com efeito, não se vislumbra paralisação irregular do feito, o qual tramita com marcha processual regular e compatível com outras ações penais de maior complexidade, estando o juízo a quo a se esforçar para concluir a prestação jurisdicional. 2. Registre-se que o feito principal, a ação penal n. 0139765-77.2019.8.06.0001, foi cindido, em 4 de novembro de 2021, dando origem a oito novos cadernos processuais, dos quais o de n. 0034817-16.2021.8.06.0001, reunindo quinze acusados, inclusive, o ora paciente, aguarda realização de audiência de instrução, designada para o dia 29.3.2022. Destarte, embora o pólo passivo tenha perdido a qualidade de multitudinário, a nova ação penal, ainda, ostenta inegável complexidade pela pluralidade de crimes e acusados, devendo ser mantida a aplicação da Súmula 15 do TJCE, segundo a qual: Não há falar em ilegalidade da prisão por excesso

de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais. 3. Por fim, ainda que eventual excesso de prazo fosse reconhecido, restaria excepcionalmente afastado pelo princípio da proibição da proteção deficiente do Estado, uma vez constatada a reincidência do paciente, cujo respaldo jurisprudencial repousa na Súmula 63 desta Corte de Justiça Condenações criminais com trânsito em julgado em outros processos podem, excepcionalmente, justificar a manutenção da prisão preventiva, ainda que reconhecido excesso de prazo na formação da culpa em razão da aplicação do princípio da proibição da proteção deficiente do Estado, vertente da proporcionalidade. 4. Quanto à extensão de benefício concedido a supostos corréus, inviável a sua concessão com fundamento no art. 580 do CPP, uma vez verificada a ausência de identidade da situação fático-jurídica entre esses e o paciente, tratando-se de ação penal de objeto diverso. 5. Habeas corpus conhecido, ordem denegada com recomendações ao juízo processante. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente habeas corpus e denegar-lhe a ordem, nos termos do voto da douta Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0636941-23.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Filipe Duarte Pinto Castelo Branco. Paciente: Abraão Lyncon Oliveira Mendes. Advogado: Filipe Duarte Pinto Castelo Branco (OAB: 35021/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO DE USO PERMITIDO E RESTRITO, COM SINAL DE IDENTIFICAÇÃO SUPRIMIDO OU ALTERADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA SUBSTITUTIVA DECRETADA APÓS O DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES. TESE DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDÊNCIA. RISCO PARA ORDEM PÚBLICA EVIDENCIADO POR RECENTE REITERAÇÃO DELITIVA EM APURAÇÃO. ANÁLISE DE OFÍCIO SOBRE O CONTRADITÓRIO PRÉVIO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADES. JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELA DEFESA POSTERIORMENTE. IMPOSSIBILIDADE LÓGICA DE FAZÊ-LO ANTERIORMENTE AO DECRETO. PACIENTE CITADO POR EDITAL. TESE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. IMPROCEDÊNCIA. DESCUMPRIMENTO ANTERIOR SINALIZA SUA INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO PROCESSANTE. 1. Observa-se constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312, caput, do Código de Processo Penal. 2. Impende examinar a necessidade de arresto cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória, quando presentes os motivos que ensejam aquela, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere. 3. A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o paciente encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez sinalizados a periculosidade e o fundado risco de reiteração delitiva, pois, embora submetido a medidas cautelares menos gravosas na ação penal objeto desta impetração, foi preso em flagrante pelo suposto cometimento dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e corrupção de menor, apurados na ação penal n. 0050437-79.2021.8.06.0062. 4. Embora não se ignore a natureza do crime, praticado sem violência ou grave ameaça, a conjuntura de tais condições subjetivas desfavoráveis do paciente afasta a aplicação da Recomendação n. 62 do CNJ, bem como atrai a incidência da Súmula 52 do TJCE, segundo a qual: Inquéritos e ações em andamento justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública nos termos do art. 312 do CPP não se aplicando o enunciado sumular n.º 444 do STJ 5. Sobre o descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de medidas cautelares do art. 319 do CPP, a possibilidade de decreto de prisão preventiva superveniente, previsto no art. 282, § 4º do CPP, não pode ser interpretado isoladamente, mas deve observar as exigências dos demais parágrafos do artigo, harmonizando-se a estes, conforme exigência constante do caput do art. 282. Daí, as exigências de contraditório prévio ao decreto acautelatório, definida no § 3º, e de fundamentação pela escolha da prisão preventiva, face à subsidiariedade inerente desta, revelada no § 6º. 6. O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Rogério Schietti Cruz (2020, p. 196), vai além e entende a decretação da preventiva como uma espécie de sanção processual ao comportamento de quem não soube merecer o benefício de medida menos gravosa, devendo o juiz tanto promover o contraditório prévio, à exceção dos casos de urgência ou perigo de ineficácia da medida, a teor do art. 282, § 3º do CPP, quanto fundamentar a medida cautelar extrema. 7. Na espécie, o sobredito decreto de prisão preventiva substitutiva respondeu ao pedido suscitado pelo representante do Ministério Público (p. 93-94), o qual tivera por fundamento o descumprimento da medida de monitoramento eletrônico pelo ora paciente, noticiado no ofício de p. 83-86. Na mesma ocasião, o juiz a quo determinou-lhe a citação por edital, uma vez certificado o fracasso de seu cumprimento pessoal, às p. 91, razão pela qual seria logicamente impossível oportunizar-lhe contraditório prévio. Todavia, às p. 104-106, fora-lhe noticiada custódia provisória superveniente bem como a defesa apresentou suas justificativas para ausência ao chamamento processual, quando do ajuizamento do incidente processual n. 0014596-17.2021.8.06.0064, ocasião na qual aquele Juízo, ouvidas as teses da defesa e da acusação, manifestara-se motivadamente pela manutenção da prisão preventiva decretada. Desta feita, entendo que houve contraditório diferido bem como a decisão por sua manutenção fora devidamente motivada, não havendo ilegalidades a serem sanadas de ofício. 8. Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento de que, na espécie, faz-se presente, de forma concreta, para preservação da ordem pública, a necessidade da prisão cautelar do paciente, razão pela qual se torna impossível conceder-lhe a ordem requerida, porquanto insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ. 9. Habeas corpus conhecido, porém para denegar a ordem com recomendação ao juízo processante. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, de uma de suas Turmas, em conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, para denegar a ordem, nos termos do voto da douta Relatoria. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0637208-92.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Carlos Igor Barros Silva. Paciente: Antônio Marcos de Almeida Souza. Advogado: Carlos Igor Barros Silva (OAB: 42442/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Quixadá. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA EXCEPCIONAL PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E OUTRAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO AFASTAM A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR QUANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO INDICAM A IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA EXCEPCIONAL PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 312, CAPUT, DO CPP. MEDIDAS CAUTELARES. INSUFICIENTES. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA

CULPA. NÃO CARACTERIZADO. TRAMITAÇÃO REGULAR DO FEITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA COM DETERMINAÇÃO, EX OFFICIO, DE DESIGNAÇÃO DE DATA PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. 1. Observa-se constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art. 312, caput, do Código de Processo Penal. 2. Impende examinar a necessidade de arresto cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação/manutenção da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória, quando presentes os motivos que a ensejaram, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere. 3. A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o acusado, aqui paciente, encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez que, segundo consta da acusação e do inquérito policial, sinaliza-se-lhe a periculosidade pelo modus operandi empregado, singularizado pelo número de agentes envolvidos, três ao todo, pelo planejamento prévio da investida criminosa, valendo-se de veículo de terceiro para facilitar-lhes a fuga e o arrebatamento do maior número possível de bens da casa da vítima bem como pela utilização de arma de fogo para rendê-la quando se encontrava sozinha em sua residência. 4. A prudência evidencia que, quando a acusação diz respeito a imputações de exacerbada nocividade, como no presente caso, uma vez presentes os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, é imprescindível a adoção da medida constritiva excepcional da liberdade, no desiderato maior de preservar a tranquilidade do cotidiano comunitário, assegurar a aplicação da lei penal ou por conveniência da instrução criminal. Eventual existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela. Precedentes do STJ. 5. Atenta, pois, a estas razões, e inexistindo fatos novos aptos a desqualificar a necessidade da medida cautelar máxima, firmei convencimento de que, na espécie, faz-se presente, de forma concreta, para preservação da ordem pública, a necessidade da prisão cautelar do paciente, razão pela qual se torna inviável conceder-lhe a ordem requerida, porquanto insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ. 6. Quanto ao excesso de prazo para início da instrução processual, é cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, neste caso, entendo não caracterizada. Na espécie, não se vislumbra paralisação irregular do feito, tendo a autoridade impetrada demonstrado impulso e celeridade regulares no andamento do feito, compatíveis com o ordenamento legal e constitucional, não havendo, portanto, que se falar em ausência de razoabilidade do tempo de decretação da prisão provisória. 7. Habeas corpus conhecido. Ordem denegada. Recomendam-se celeridade ao feito quanto à designação de data para realização da audiência de instrução e julgamento bem como a realização das revisões legais da prisão preventiva. ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Habeas Corpus e denegar-lhe a ordem nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0637591-70.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: J. C. S. S.. Impetrante: S. F. de Q.. Paciente: L. L. da S.. Advogado: Júlio César Santana Santos (OAB: 37722/CE). Advogado: Sandra Freire de Queiroz (OAB: 40188/CE). Advogada: Hévila Silva Fernandes de Oliveira (OAB: 36270/CE). Impetrado: J. de D. da V. Ú da C. de O.. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA INÍCIO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. PACIENTE PRESO HÁ CERCA DE DOIS ANOS E CINCO MESES SEM O INÍCIO DA INSTRUÇÃO PENAL. Demora injustificada. NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. ORDEM CONCEDIDA COM aplicação de medidas cautelares MENOS GRAVOSAS 1. O Superior Tribunal de Justiça já assentou entendimento no sentido de que a caracterização do excesso de prazo na formação da culpa não deve decorrer objetivamente do simples transcurso de um tempo determinado, sendo imprescindível a realização de um juízo acerca da proporcionalidade e da razoabilidade quanto a uma eventual extrapolação dos prazos processuais. 2. Não se ignoram, aqui, a inerente complexidade do feito com dois acusados, um dos quais, foragido, tampouco, os registros infracionais e criminais que o paciente reúne contra si. Todavia, resta caracterizado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que não há qualquer peculiaridade do caso apta a justificar ou mesmo explicar tamanha demora para o início da instrução processual, considerando tratar-se de réu preso, cuja custódia provisória perdura há cerca de dois anos e cinco meses, e inexistirem no feito quaisquer atos protelatórios deste ou de sua defesa. Assim, a continuidade da prisão, em tais circunstâncias, ofende os princípios constitucionais da celeridade e da razoável duração do processo. 3. Habeas corpus conhecido, ordem concedida, impondo-se ao paciente o cumprimento de medidas cautelares diversas da privação de liberdade. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do habeas corpus para conceder a ordem impetrada, mediante imposição de medidas cautelares diversas da privação de liberdade, nos termos do voto da douta Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0637899-09.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Isabel Cristina Oliveira. Paciente: Pedro Elias Mendes Rodrigues. Advogada: Isabel Cristina Oliveira (OAB: 32068/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. DELITOS DA LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINAIS E DA LEI ANTIDROGAS. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE. PACIENTE PRIMÁRIO. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS INDICANDO SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PARA GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL E DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS CONHECIDO, ORDEM CONCEDIDA PARA SUBSTITUIR A PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. 1. Observa-se que o paciente é primário e sem registros criminais ou infracionais, inexistindo nos autos qualquer informação sobre o exercício de liderança ou função de destaque dentro da referida organização criminosa. 2. Cuidando-se, porém, de investigação criminal sobre delitos da lei de organização criminosa e da lei antidrogas, há presunção relativa de representar, neste momento, a liberdade do paciente considerável fator de risco à paz social, o que, por óbvio, põe em xeque a obrigação constitucional do Estado de manter a ordem pública, ensejando, então, a decretação das prisões preventivas. 3. Ocorre, no entanto, que a Lei n. 12.403/2011 abriu, através da nova disciplina legal das medidas cautelares de natureza criminal, a possibilidade de substituição da prisão preventiva por outras medidas assecuratórias diversas da privação ante tempus da liberdade, desde que suficientes à garantia de aplicação da lei penal, manutenção da ordem pública e conveniência à investigação e instrução criminais. 4. Na espécie, considerando primordialmente a primariedade do acusado a prevalecer sobre a gravidade do caso, a suficiência, ao menos neste momento,

para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, da submissão do mesmo a medidas cautelares diversas da privação de liberdade, conforme disciplinadas na lei de regência da matéria, sendo esta, outrossim, a solução mais adequada para contemporizar os fatores que poderiam ensejar a prisão preventiva com o primado constitucional da presunção de inocência ou não-culpabilidade, status cujo afastamento só é admissível após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. 5. Habeas corpus conhecido. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do habeas corpus para conceder a ordem, nos termos do voto da douta Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0637947-65.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Manoel Abílio Lopes. Impetrante: Josy Stephany da Silva Queiroz. Paciente: José Flávio Rodrigues Pereira. Advogada: Josy Stephany da Silva Queiroz (OAB: 43460/CE). Advogado: Manoel Abílio Lopes (OAB: 29431/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. CARACTERIZAÇÃO. PACIENTE CUSTODIADO PROVISORIAMENTE HÁ MAIS DE 3 (TRÊS) ANOS. ADIAMENTOS SUCESSIVOS DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. LIBERDADE IRRESTRITA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. HABEAS CORPUS CONHECIDO, ORDEM CONCEDIDA, MEDIANTE. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, RATIFICANDO-SE LIMINAR CONCEDIDA 1. A causa de pedir do presente Habeas Corpus se circunscreve, em síntese, ao suposto excesso de prazo na formação da culpa. Não obstante a argumentação dos impetrantes, impõe-se esclarecer que o excesso de prazo não se demonstra com um mero exercício aritmético acerca do cumprimento dos prazos processuais fixados na legislação pátria. 2. Reconheço que a Súmula 15 desta Corte de Justiça vem sofrendo mitigação, porquanto não se mostra nada razoável uma espera injustificada e interminável pelo julgamento, por longos anos, sem que isso, em verdade, não afronte duramente o princípio da duração razoável do processo. Em consulta aos autos de origem, vê-se que a sessão do júri já foi adiada por duas vezes, por força de impossibilidade de atuação do promotor de justiça, que, inclusive, na última vez, comunicou que não compareceria, apenas na véspera do dia designado (páginas 1314). Vê-se, portanto, que nem o acusado, nem sua defesa, contribuiu para os adiamentos, e, por conseguinte, para o prolongamento do tempo de prisão. Embora o processo tenha litisconsorte passivo e guarde certa complexidade, a medida da razoabilidade está por demais ultrapassada, não se justificando que alguém seja mantido provisoriamente enclausurado por mais de 3(três) anos, sem que o Estado-juiz lhe oferte uma decisão de mérito. 3. De outro lado, diviso que em certas circunstâncias peculiares, embora seja o reconhecimento do excesso de prazo um imperativo de lei, nada impede que a concessão da liberdade seja adstrita a certas condicionantes, no caso, às medidas cautelares diversas da prisão. Nessa perspectiva, embora considere desarrazoado o tempo de prisão já imposto ao paciente, compreendo que a situação concreta dos autos encerra situação típica que autoriza a imposição dessas medidas alternativas ao cárcere, justamente para salvaguardar interesses da sociedade e instrumentais do processo. Percebe-se que a situação posta em debate não permite o prolongamento da prisão do paciente, todavia, não recomenda a liberdade irrestrita deste. É necessário estabelecer um meio-termo, através das medidas cautelares alternativas à prisão. Assim, inequívoco que há a necessidade de resguardar, minimamente, os interesses da sociedade e os interesses instrumentais do processo, não através da prisão provisória, mas por intermédio das medidas cautelares alternativas à prisão, em consonância com o art. 319 do Código de Processo Penal. Plausível, portanto, substituir, com fundamento nos parágrafos 5º e 6º do art. 282 do Código de Processo Penal, a privação da liberdade do autuado pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do mesmo diploma legal, com as especificidades que o caso exige. 4. Habeas corpus conhecido e ordem concedida, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão, confirmando-se a liminar outrora deferida. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do habeas corpus para conceder a ordem impetrada, mediante imposição de medidas cautelares diversas da privação de liberdade, confirmando-se a decisão liminar, nos termos do voto da douta Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0638086-17.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Júlio César Alves de Almeida. Paciente: Claudenor Mendes de Sousa. Advogado: Júlio César Alves de Almeida (OAB: 26557/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. RECEPTAÇÃO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRIMARIEDADE. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS INDICANDO SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PARA GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL E DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA PARA SUBSTITUIR A PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. 1. O paciente é primário, inexistindo nos autos informação sobre condenações anteriores transitadas em julgado. 2. Cuidando-se, porém, de acusação relativa a tráfico de drogas, posse ilegal de arma de fogo, integrar organização criminosa e receptação, incide a presunção relativa de representar, neste momento, a liberdade deste considerável fator de risco à paz social, o que, por óbvio, põe em xeque a obrigação constitucional do Estado de manter a ordem pública, ensejando, então, a decretação das prisões preventivas. 3. Ocorre, no entanto, que a Lei n. 12.403/2011 abriu, através da nova disciplina legal das medidas cautelares de natureza criminal, a possibilidade de substituição da prisão preventiva por outras medidas assecuratórias diversas da privação ante tempus da liberdade, desde que suficientes à garantia de aplicação da lei penal, à manutenção da ordem pública e convenientes à investigação e instrução criminais. 4. Observa-se, na espécie, considerando primordialmente a primariedade do acusado a prevalecer sobre a gravidade da acusação, a suficiência, ao menos neste momento, para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, da submissão do mesmo a medidas cautelares diversas da privação de liberdade, conforme disciplinadas na lei de regência da matéria, sendo esta, outrossim, a solução mais adequada para contemporizar os fatores que poderiam ensejar a prisão preventiva com o primado constitucional da presunção de inocência ou não-culpabilidade, status cujo afastamento só é admissível após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. 5. Assim sendo, em obséquio aos princípios da razoabilidade e da adequabilidade, hei por bem conceder a ordem e determinar, com fundamento nos parágrafos 5º e 6º do art. 282 do CPP, a substituição da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente por medidas cautelares diversas da privação de liberdade, previstas nos incisos do art. 319 do mesmo diploma legal. 6. Habeas corpus conhecido. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão. ACÓRDÃO Acorda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do habeas corpus para conceder a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0638136-43.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: F. M. de O. S.. Paciente: L. A. de L.. Advogado: Francisco

Mailson de Oliveira Silva (OAB: 26527/CE). Impetrado: J. de D. da V. Ú da C. de G. do N.. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PRATICAR VIAS DE FATO COMO FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONCESSÃO DE LIBERDADE MEDIANTE PAGAMENTO DE FIANÇA E IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PELO JUÍZO DE PISO. HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA PACIENTE. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FIANÇA. CONCESSÃO DA ORDEM COM RATIFICAÇÃO DA LIMINAR. 1. Decisão proferida, em 1° abr. 2020, pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos de PExt no HC n. 568.693/ES, deliberou pela "soltura, independentemente do pagamento da fiança, em favor de todos aqueles a quem foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança e ainda se encontram submetidos à privação cautelar de liberdade em razão do não pagamento do valor, em todo o território brasileiro". 2. Outrossim, ao determinar a soltura de todos os presos cuja concessão de liberdade provisória estivesse condicionada ao pagamento de fiança, o Ministro Sebastião Reis Júnior ressalvou que, nos casos em que foram impostas outras medidas cautelares, apenas a exigência de fiança deve ser afastada, mantendo-se as demais medidas. 3. No caso, o paciente foi preso em flagrante no dia 5.12.2021 por ter cometido, em tese, as infrações tipificadas no art. 21 da LCP c/c art. 7º da Lei n. 11.340/06, tendo a autoridade coatora lhe concedido liberdade provisória com imposição de medidas cautelares, condicionando-a ao pagamento de fiança no valor de 3 (três) salários mínimos. Contudo, em razão de sua hipossuficiência financeira, este não adimpliu a fiança, o que configura verdadeiro constrangimento ilegal diante da decisão do STJ acima apontada. 4. Habeas corpus conhecido. Ordem concedida, confirmando-se o deferimento liminar ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Habeas Corpus e conceder a ordem, confirmando-se a decisão liminar, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0638515-81.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Paulo César Barbosa Pimentel. Impetrante: José Jairton Bento. Paciente: Ícaro Valentim Nascimento. Advogado: Paulo César Barbosa Pimentel (OAB: 9165/CE). Advogado: José Jairton Bento (OAB: 32223/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONCESSÃO DE LIBERDADE MEDIANTE PAGAMENTO DE FIANÇA E IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PELO JUÍZO DE PISO. HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA PACIENTE. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FIANÇA. CONCESSÃO DA ORDEM COM RATIFICAÇÃO DA LIMINAR. 1. Decisão proferida, em 1° abr. 2020, pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos de PExt no HC n. 568.693/ES, deliberou pela "soltura, independentemente do pagamento da fiança, em favor de todos aqueles a quem foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança e ainda se encontram submetidos à privação cautelar de liberdade em razão do não pagamento do valor, em todo o território brasileiro". 2. Outrossim, ao determinar a soltura de todos os presos cuja concessão de liberdade provisória estivesse condicionada ao pagamento de fiança, o Ministro Sebastião Reis Júnior ressalvou que, nos casos em que foram impostas outras medidas cautelares, apenas a exigência de fiança deve ser afastada, mantendo-se as demais medidas. 3. No caso, o paciente foi preso em flagrante no dia 9.12..2021 por ter cometido, em tese, a infração tipificada no art. 12 do Estatuto do desarmamento, tendo a autoridade coatora lhe concedido liberdade provisória com imposição de medidas cautelares, condicionando-a ao pagamento de fiança no valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Contudo, em razão de sua hipossuficiência financeira, este não adimpliu a obrigação imposta, o que configura verdadeiro constrangimento ilegal diante da decisão do STJ acima apontada. 4. Habeas corpus conhecido. Ordem concedida, confirmando-se o deferimento liminar ACÓRDÃO Acordam os integrantes da Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do Habeas Corpus e conceder a ordem, confirmando-se a decisão liminar, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

0638716-73.2021.8.06.0000Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Edilberto Torres da Silveira. Paciente: Iury Cordeiro Rodrigues. Advogado: Francisco Edilberto Torres da Silveira (OAB: 26703/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Relator(a): MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO (ART. 171, CAPUT, C/C ART 71(DUAS VEZES). TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. DENÚNCIA QUE ATENDE OS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. NECESSÁRIO EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS. INVIABILIDADE PELA VIA ESTREITA DO WRIT. ORDEM DENEGADA. SÚMULA 7 TJCE. PRECEDENTES DO STJ. 1. Habeas Corpus impetrado sob alegação de falta de justa causa em decorrência da atipicidade da conduta para o oferecimento da denúncia. 2. O deferimento do pleito formulado na presente petição de habeas corpus e consequente concessão da ordem impetrada, conforme deflui do trecho da peça vestibular transcrito no relatório, demandaria, à evidência, profunda e exaustiva imersão no conteúdo probatório que instruiu a denúncia cujo recebimento aqui se combate. 3. Tal procedimento não se coaduna com a finalidade da espécie de ação mandamental da qual ora se cuida, destinada a socorrer aquele que, por ilegalidade ou abuso de poder, encontra-se sofrendo ou ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção (Constituição Federal, art. 5º, inc. LXVIII). 4. A prova, portanto, para possibilitar a concessão da ordem de Habeas Corpus, deve estar pré-constituída, de modo que seja evidente a ilegalidade ou o abuso de poder, situação que não se observa no caso vertente, tendo a denúncia atendido a todos os requisitos estabelecidos no art. 41 do Código de Processo Penal. 5. O assunto está pacificado, estando, inclusive, sumulado neste sodalício: Não cabe habeas corpus para trancamento de ação penal, sob alegação de falta de justa causa, se a delatória atendeu aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, imputando ao agente fato que, em tese, constitui crime. (Súmula 7, TJCE). 6. Precedentes dos tribunais superiores. 7. Habeas Corpus conhecido. Ordem, porém, denegada. ACÓRDÃO Acorda a Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade da Turma, em conhecer do presente pedido de Habeas Corpus, para denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Marlúcia de Araújo Bezerra Relatora

Total de feitos: 24

DESPACHOS - 3ª Câmara Criminal

TJCENEXE - Apelação Crime
DESPACHO DE RELATORES

0061285-95.2013.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Criminal. Embargante: Ideusmar Santos de Andrade Freitas. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, com fundamento no art. 61 do Código de Processo Penal, bem como nos art. 107, IV, c/c art. 109, IV, c/c art. 115, c/c art. 110, §1º, c/c art. 117, I e IV, todos do Código Penal, declaro a extinção da punibilidade do réu pelo transcurso do lapso prescricional da pretensão punitiva em concreto do crime tipificado no art. 157 do CPB, julgando, por conseguinte, prejudicado o recurso. Considerando que a reforma realizada no presente julgamento é relevante à execução da pena privativa de liberdade, comunique-se, imediatamente, a presente decisão ao Juízo de Execuções competente, conforme dispõe o art. 1º, § único, da Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Oficie-se ao Juízo a quo, a fim de que, na hipótese do réu ainda encontrar-se preso em razão desse processo penal, proceda a imediata expedição do respectivo alvará de soltura, ficando a sua eficácia condicionada à inexistência de outros decretos prisionais em desfavor do acusado. Intimem-se as partes. Decorrido o prazo legal sem manifestação de qualquer das partes, arquive-se. Fortaleza, 15 de dezembro de 2021 MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA Relatora

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Apelação Crime
DESPACHO DE RELATORES

0000941-07.2019.8.06.0077 - Apelação Criminal. Apelante: Francisco Henrique da Silva Oliveira. Advogada: Raquel Maria Ferreira Paiva (OAB: 37341/CE). Apelante: Silas Monção de Souza. Advogado: Marco Antônio de Melo (OAB: 38908/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Custos legis: Ministerio Publico do Estado do Ceará. Despacho: - Outrossim, determino a renovação do expediente do Despacho de fl. 404, com a intimação do mencionado réu, a advogada Raquel Maria Ferreira Paiva (OABCE nº37.341), a fim de que esta apresente as devidas Razões recursais.Com a peça, encaminhe-se o feito à Procuradoria Geral de Justiça para Contrarrazões e Parecer. Expedientes necessários.Fortaleza, 25 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Habeas Corpus
DESPACHO DE RELATORES

0620213-67.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Antônio Kleiner Pimentel de Araújo. Paciente: Lázaro Soares. Advogado: Antônio Kleiner Pimentel de Araújo (OAB: 30281/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Orós. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620287-24.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Cicero Gilmario Alves Pereira de Lima. Paciente: Daniel Wesley Carneiro Sousa. Advogado: Cicero Gilmario Alves Pereira de Lima (OAB: 32393/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cascavel. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620416-29.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Diego Henrique Lima do Nascimento. Paciente: Francisco Cleidiomar Alves de Brito. Advogado: Diego Henrique Lima do Nascimento (OAB: 22045/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620656-18.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Grauben Patricio Menezes. Paciente: A. S. dos S.. Advogado: Grauben Patricio Menezes (OAB: 10993/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de

2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620730-72.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Eduardo Grazieni Calixto Bezerra. Impetrante: Cayo Luiz Lourenço Ribeiro. Paciente: Oneison Santos da Paz. Advogado: Eduardo Grazieni Calixto Bezerra (OAB: 25206/CE). Advogado: Cayo Luiz Lourenço Ribeiro (OAB: 31754/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620790-45.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Edirlândia Alves Magalhães. Impetrante: Vânia Gomes Castelo Branco. Paciente: Maria Victória Mendes Campos Cortez. Advogada: Edirlândia Alves Magalhães (OAB: 26709/CE). Advogada: Vânia Gomes Castelo Branco (OAB: 38826/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Brejo Santo. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Por tratar-se de processo eletrônico na origem (proc. n° 0051580-36.2021.8.06.0052), acessível via e-SAJ, e ainda pelo fato do pedido de habeas corpus atacar a decisão que manteve a prisão preventiva da paciente, desnecessária, neste caso, a requisição de informações à autoridade impetrada posto que já disponível os autos eletrônicos para consulta. Ouça-se, em seguida, a Procuradoria Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0620798-22.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Jefferson Vasconcelos Freitas. Paciente: Francisco Jakaelio Rocha. Advogado: Jefferson Vasconcelos Freitas (OAB: 32713/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Bela Cruz. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade indicada como coatora. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

0620801-74.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Rafael Macêdo. Paciente: L. L. de S. B.. Advogado: Rafael Macêdo (OAB: 41259/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Cedro. Custos legis: M. P. E.. Despacho: - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade indicada como coatora. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

0620814-73.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Ícaro Pacífico Félix França. Impetrante: Rayanney Mourão Alves. Paciente: João Vitor Oliveira Lima. Advogado: Ícaro Pacífico Félix França (OAB: 41010/CE). Advogada: Rayanney Mourão Alves (OAB: 31492/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade indicada como coatora. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

0620841-56.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Roney Carlos de Carvalho. Paciente: José Adriano Paiva de Aguiar. Advogado: Roney Carlos de Carvalho (OAB: 30629/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Por tratar-se de processo eletrônico na origem (proc. n° 0000766-29.2008.8.06.0164), acessível via e-SAJ, desnecessária, neste caso, a requisição de informações à autoridade impetrada posto que já disponível os autos eletrônicos para consulta. Ouça-se a Procuradoria Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0620842-41.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Roney Carlos de Carvalho. Paciente: José Adriano Paiva de Aguiar. Advogado: Roney Carlos de Carvalho (OAB: 30629/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Notifique-se a autoridade havida por coatora para que preste as informações necessárias, no prazo de 10 (dez) dias. Ouça-se, em seguida, a Procuradoria Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0620844-11.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Lucas Brendo Correia Bezerra. Paciente: João Airton Oliveira Ferreira. Advogado: Lucas Brendo Correia Bezerra (OAB: 37863/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Corréu: Luciana Reis Silva. Corréu: Naiara Oliveira Ferreira. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Por tratar-se de processo eletrônico na origem (proc. n° 0200102-32.2022.8.06.0064), acessível via e-SAJ, e ainda pelo fato do pedido de habeas corpus atacar a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, desnecessária, neste caso, a requisição de informações à autoridade impetrada posto que já disponível os autos eletrônicos para consulta. Ouça-se a Procuradoria Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0620861-47.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Byanca Rafaelle Gonçalves de Souza. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da

14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Corréu: José Alisson da Fonseca Silva. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Notifique-se a autoridade havida por coatora para que preste as informações necessárias, no prazo de 10 (dez) dias. Ouça-se, em seguida, a Procuradoria Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0620866-69.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Talis Vicente da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Notifique-se a autoridade havida por coatora para que preste as informações necessárias, no prazo de 10 (dez) dias. Ouça-se a Procuradoria Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0620874-46.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: José Márcio Bezerra da Silva. Paciente: José Erivelton Silva Santos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Notifique-se a autoridade havida por coatora para que preste as informações necessárias, no prazo de 10 (dez) dias. Ouça-se, em seguida, a Procuradoria Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

0620914-28.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Deusia Nogueira Lopes. Impetrante: Silvia da Silva Nogueira. Paciente: Antonio Galileu Silva do Carmo. Advogada: Silvia da Silva Nogueira (OAB: 7914/CE). Advogada: Deusia Nogueira Lopes (OAB: 4655/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade indicada como coatora. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

0620920-35.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Alex de Souza Moreira. Paciente: Francisco Rafael Pereira Almeida. Advogado: Alex de Souza Moreira (OAB: 38405/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP, mormente acerca de eventual extinção da punibilidade em decorrência da detração do período que o paciente permaneceu preso preventivamente e do tempo de pena efetivamente imposto na sentença. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620952-40.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Augusto Vital de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620972-31.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Rennier Martins Vasconcelos. Paciente: Tiago Martins Silva de Sousa. Advogado: Rennier Martins Vasconcelos (OAB: 41823/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia. Corréu: Lúcio Silva de Oliveira. Corréu: Francisco Océlio dos Santos da Costa. Corréu: Bruno Sousa Lima. Corréu: Josaías do Monte Nascimento. Corréu: Bruno Duarte Lira. Corréu: Francisca Nicole Gomes da Silva. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade indicada como coatora. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

0638908-06.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Oséas de Souza Rodrigues Filho. Impetrante: Thalles Eudes de Aragão Gomes. Impetrante: Fernanda Cavalcante de Melo. Impetrante: Eduardo Dias Durante. Impetrante: Luiz Coimbra Correa. Paciente: Paulo Diego da Silva Araújo. Advogado: Oséas de Souza Rodrigues Filho (OAB: 21600/CE). Advogada: Thalles Eudes de Aragão Gomes (OAB: 45203/CE). Advogada: Fernanda Cavalcante de Melo (OAB: 20981/CE). Advogado: Eduardo Dias Durante (OAB: 215615/SP). Advogado: Luiz Coimbra Correa (OAB: 187826/SP). Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0639257-09.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Joaquim Holanda Cruz. Paciente: Pedro Luis Nascimento de Sousa. Advogado: Joaquim Holanda Cruz (OAB: 27145/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - DESEMBARGADORA MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Relatora

0639257-09.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Joaquim Holanda Cruz. Paciente: Pedro Luis Nascimento de Sousa. Advogado: Joaquim Holanda Cruz (OAB: 27145/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, INDEFIRO A LIMINAR requestada, em razão da impossibilidade de se verificar, antes das informações da autoridade apontada como coatora e em juízo de cognição sumária, uma ilegalidade inequívoca e suficientemente grave a ponto de ensejar o deferimento do pleito antecipatório. Notifique-se a autoridade dita coatora para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 662 do CPP. Empós, com ou sem as informações, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022 DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

Total de feitos: 22

TJCENEXE - Habeas Corpus
DESPACHO DE RELATORES

0620041-28.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Ludmila Batista Diniz. Paciente: S. C. S.. Advogada: Ludmila Batista Diniz (OAB: 39647/CE). Impetrado: J. de D. da 1 V. da C. de P.. Despacho: - Diante do exposto, em consonância com o art. 659 do CPP e com o art. 258 do RITJCE, julgo prejudicado o presente Habeas Corpus pela perda superveniente de seu objeto. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620168-63.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: José Marcelino da Costa. Paciente: Jorge Luis Ferreira da Silva. Advogado: José Marcelino da Costa (OAB: 39351/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Baturité. Despacho: - Diante do exposto, em consonância com o art. 659 do CPP e com o art. 258 do RITJCE, julgo prejudicado o presente Habeas Corpus pela perda superveniente de seu objeto. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0620765-32.2022.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Edilania Alves Santana da Silva. Paciente: Gilmar Araújo Fernandes. Advogada: Edilânia Alves Santana da Silva (OAB: 43074/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte. Despacho: - Diante do exposto, em consonância com o art. 659 do CPP e com os arts. 258 e 259 do RITJCE, julgo prejudicado o presente habeas corpus, pela perda superveniente de seu objeto. Exp. Necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0636913-55.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Francisco Antônio Queiroz dos Santos. Paciente: Eduardo Simplicio de Oliveira. Advogado: Francisco Antônio Queiroz dos Santos (OAB: 7030/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Beberibe. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, com fulcro no art. 76, VI, do RITJCE, homologo o pedido de desistência formulado pelo impetrante e julgo extinto o presente habeas corpus, sem resolução de mérito. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0637692-10.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Fernando Carlos Nobre. Paciente: José Maria Pinheiro. Advogado: Fernando Carlos Nobre (OAB: 31919/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, não conheço a ordem, por inadequação da viaeleita, Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0637863-64.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Caio Henrique da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz. Corréu: Júlio César Mendonça da Silva. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, em consonância com o art. 659 do CPP e com os arts. 258 e 259 do RITJCE, julgo prejudicado o presente habeas corpus, pela perda superveniente de seu objeto. Exp. Necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0638502-82.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente: Mauricesar Teles de Oliveira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Corréu: Francisco Cláudio Alves Maranhão. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Diante do exposto, em consonância com o art. 659 do CPP e com o art. 258 do RITJCE, julgo prejudicado o presente Habeas Corpus pela perda superveniente de seu objeto. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022. DESEMBARGADOR HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA Relator

0638585-98.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Aline Caetano de Souza. Paciente: José Mateus Vitorino de Sousa. Advogada: Aline Caetano de Souza (OAB: 35016/CE). Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial (p.124-126 julgo prejudicado o presente writ, o que faço com fulcro no artigo659 do Código de Processo Penal, e artigos 258 e 259, ambos doRITJCE/2016Arquive-se.Expedientes necessários.Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2021. Marlúcia de Araújo BezerraRelatora

0638817-13.2021.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Paciente:

Lucas Fernando de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza. Custos legis: Ministério Público Estadual. Despacho: - Ante o exposto, com fundamento no art. 659 do CPP e nos arts.258 e 259 do RITJCE julgo PREJUDICADO o presente Habeas Corpus.Arquive-se.Expedientes necessários.Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2022.Marlúcia de Araújo BezerraRelatora

Total de feitos: 9

EXPEDIENTES DO 1º GRAU

COMARCA DE FORTALEZA

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS

EDITAL DE VISTORIA DA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DO DIA 26/01/2022

O Juiz Diretor do Foro torna público que procedeu, nos termos do art. 103 , inciso II, c/c art. 379 §3º, alínea a do CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, na data supra, vistoria na distribuição automática dos feitos abaixo relacionados, através do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), ficando os interessados cientes que poderão impugná-la na forma da lei.

Fórum: Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

CÍVEIS

PROCESSO : 0205721-35.2022.8.06.0001
CLASSE : Arrolamento Comum
ARROLANTE : Rachel de Sousa Rolim
ADVOGADO : 27277/CE - Nahiana dos Santos Araujo
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 00:03 horas

PROCESSO : 0205722-20.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.J.M.M.
ADVOGADO : 41809/CE - Marcus Vinícius Costa Araújo
REQUERIDO : A.J.M.S.
ALIMENTANDO : H.B.M.M.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 00:30 horas

PROCESSO : 0205727-42.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão Infância e Juventude
REQUERENTE : A.C.F.S.
REQUERIDO : M.A.A.S.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 01:02 horas

PROCESSO : 0205725-72.2022.8.06.0001
CLASSE : Adoção c/c Destituição do Poder Familiar
ADOTANTE : J.V.M.S.
ADVOGADO : 10289/CE - Maria da Conceicao Oliveira Carlos
ADOTADO : P.G.S.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:03 horas

PROCESSO : 0205724-87.2022.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : E.F.C.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:03 horas

PROCESSO : 0205726-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE : Bhrenda Cristine Sales da Silva

ADVOGADO : 30560/CE - Luis Paulo dos Santos Pontes
REQUERIDO : Strauss Liszt Nasar dos Santos
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 01:03 horas

PROCESSO : 0205728-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE : Bhrenda Cristine Sales da Silva
ADVOGADO : 30560/CE - Luis Paulo dos Santos Pontes
REQUERIDO : Strauss Liszt Nasar dos Santos
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 01:04 horas

PROCESSO : 0205731-79.2022.8.06.0001
CLASSE : Sobrepartilha
REQUERENTE : J.A.M.L.
REQUERIDA : L.N.A.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:03 horas

PROCESSO : 0205729-12.2022.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : U.B.O.
ADVOGADO : 44109/CE - Gabriel de Oliveira Meireles
CURATELADO : J.B.O.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:03 horas

PROCESSO : 0205730-94.2022.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : H.A.T.
ADVOGADO : 33324/CE - Heliandro Aragão Teixeira
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:03 horas

PROCESSO : 0205735-19.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : R.C.F.V.
REQUERIDO : C.R.V.N.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:32 horas

PROCESSO : 0000091-79.2022.8.06.0001
CLASSE : Processo Administrativo
REQUERENTE : M.P.G.N.G.
VARA: Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000092-64.2022.8.06.0001
CLASSE : Processo Administrativo
REQUERENTE : V.C.O.
VARA: Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000093-49.2022.8.06.0001
CLASSE : Processo Administrativo
REQUERENTE : F.H.P.C.
VARA: Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000094-34.2022.8.06.0001
CLASSE : Processo Administrativo
REQUERENTE : D.A.R.P.
VARA: Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000153-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE : M.A.F.S.M.
RECLAMADO : E.M.S.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000154-07.2022.8.06.0001

CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: M.E.V.C.
RECLAMADO : A.L.N.J.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000155-89.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: T.M.S.R.G.
RECLAMADO : R.C.G.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000156-74.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: C.D.R.A.
RECLAMADO : M.S.B.A.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000157-59.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: A.R.F.S.
RECLAMADO : A.R.A.S.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000158-44.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: A.M.N.S.
RECLAMADO : J.J.O.S.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000159-29.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: E.F.C.S.
RECLAMADO : F.P.S.C.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000160-14.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: V.M.P.T.
RECLAMADO : P.H.M.T.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0000161-96.2022.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: F.A.L.M.
RECLAMADA : E.M.L.M.
VARA: CEJUSC - Defensoria
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0282821-03.2021.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTE : N.C.
ADVOGADO : 38080/CE - Manuella Oliveira Toscano Maia
REQUERIDA : L.K.C.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:07 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204916-82.2022.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
B.O. : 307-00138/2022 - Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA - Fortaleza
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : C.H.P.X.S.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:16 horas

PROCESSO : 0205734-34.2022.8.06.0001

CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00043/2022 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 13º Distrito Policial
AUTUADA : Mayara da Silva Rodrigues
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:17 horas

PROCESSO : 0205716-13.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-00047/2022 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Antonio Carlos Rodrigues da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:17 horas

PROCESSO : 0205700-59.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 127-00016/2022 - 27º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 27º Distrito Policial
AUTUADO : Erasmo Costa Ferreira
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:18 horas

PROCESSO : 0205653-85.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-000462/022 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Caua Bruno Miranda dos Santos
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:20 horas

PROCESSO : 0205513-51.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13400053/2022 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Andre Nunes da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0010955-79.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00503705620218060146
JUÍZO DEPREC. : Juiz de Direito Vara Única da Comarca de Pindoretama-CE - Pindoretama-CE
REQUERENTE : Procuradoria Geral do Municipio de Pindoretama/Ce
REQUERIDO : Invim Empreendimentos Imobiliarios Ltda
VARA: 9ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:28 horas

PROCESSO : 0205738-71.2022.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Milenes Camelo Bastos de Araujo
ADVOGADO : 15294/CE - Maria Sandileuza Alves Mendes
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:31 horas

PROCESSO : 0205740-41.2022.8.06.0001
CLASSE : Consulta Administrativa
REQUERENTE : Fernanda Maria Frota Matos Prado
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:31 horas

PROCESSO : 0205741-26.2022.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : A.M.P.M.I.N.A.R.S.G.K.M.C.P.
REQUERIDO : A.B.S.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:31 horas

PROCESSO : 0205743-93.2022.8.06.0001
CLASSE : Consulta Administrativa
REQUERENTE : Khelson Cruz de Oliveira
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:32 horas

PROCESSO : 0205744-78.2022.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : C.V.V.A.
REQUERIDA : V.P.X.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:32 horas

PROCESSO : 0011040-65.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00504361720208060099
JUÍZO DEPREC. : 2ª Vara da Comarca de Itaitinga - Itaitinga-CE
REQUERENTE : Sandra Batista Ribeiro
REQUERIDO : PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0235226-08.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 497-00533/2020 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Thiago Lidson Morais Lucena
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:42 horas

PROCESSO : 0235346-51.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 497-00213/2021 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Raimundo Evandro Paz Ferreira
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:43 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204932-36.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonia Maria Barbosa de Souza
ADVOGADO : 36186/CE - Alex Tiago Pessoa Araujo Holanda
REQUERIDO : Itaú Unibanco Holding S/A
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:44 horas

PROCESSO : 0204942-80.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lariane Cito Pereira
ADVOGADO : 31339/CE - Lariane Cito Pereira
REQUERIDO : Facebook Serviços Online do Brasil Ltda
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:49 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0042028-79.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 00431/2016 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : NEILTON MARTINS PORTELA
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:52 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0010956-64.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 02800107120218060130
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Mucambo-CE - Mucambo-CE
REQUERENTE : Ministério Público do Estado do Ceará
REQUERIDO : MICHAEL RODRIGUES DE ALCANTARA E OUTROS
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:53 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0200107-37.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 134-00003/2022 - 7º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205746-48.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Anderson Pereira de Castro
ADVOGADO : 43575/CE - Jose Edaviverton Alves de Sousa
REQUERIDO : Estado do Ceara
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:01 horas

PROCESSO : 0011041-50.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00510009420208060034
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz/CE - Aquiraz-CE
REQUERENTE : Luiz Gomes Diogenes
REQUERIDO : Fernanda Gomes de Pinho Pessoa
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0200121-33.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 939-00015/2022 - 11º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Ferreira Lima Junior
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:11 horas

PROCESSO : 0000894-84.2021.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 312-00361/2021 - Delegacia de Combate e Exploração da Criança e Adolescente - Fortaleza
AUT PL : D.C.E.C.A.D.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
INVESTIGADO: E.A.
VARA: 12ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204939-28.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Gildel Silva de Souza
ADVOGADO : 25813/CE - Monica Almeida da Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:15 horas

PROCESSO : 0011042-35.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00533755720208060167
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Sobral/CE - Sobral-CE
REQUERENTE : Francisco Ronaldo Farias Lima
REQUERIDO : Ld Urbanismo Ltda
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:15 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0261471-90.2020.8.06.0001
CLASSE : Ação Penal - Procedimento Ordinário
A. P. F. : 113-00641/2020 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará

MINISTERIO PUBL : Ministerio Publiico
RÉ : Laiza Vitoria Nunes dos Santos
ADVOGADO : 28211/CE - Erlon Silvio Moura de Oliveira
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:17 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0173614-74.2018.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Fujisan Centro de Hemoterapia Hematologia do Ceara Ltda.
ADVOGADO : 15361/CE - Francisco Alexandre dos Santos Linhares
IMPETRADO : Ilmo. Sr. Secretário de Finanças do Município de Fortaleza
VARA: 3ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:18 horas

PROCESSO : 0417030-89.2010.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Fujisan Centro de Hemoterapia e Hematologia do Ceara Ltda
ADVOGADO : 15361/CE - Francisco Alexandre dos Santos Linhares
IMPETRADO : Secretario de Financas do Municipio de Fortaleza
ADVOGADO : 4131/CE - Jose Jorge Stenio Moura de Oliveira
VARA: 3ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:18 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205684-08.2022.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 201-00529/2022 - Caucaia
AUTOR : Delegacia Metropolitana de Caucaia
RÉU : Francisco Andrey de Oliveira
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:19 horas

PROCESSO : 0260850-59.2021.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 106-00189/2021 - 6º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 6º Distrito Policial
AUTUADO : Michael Douglas Rodrigues Torres
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:19 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204940-13.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marcelo Pereira da Silva
ADVOGADO : 25813/CE - Monica Almeida da Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:22 horas

PROCESSO : 0011043-20.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00086607920198060064
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara da Cível da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Michael John Colwill
VARA: 6ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:28 horas

PROCESSO : 0205753-40.2022.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTE : F.A.R.F.F.
ADVOGADO : 20982/CE - Nerildo Machado
REQUERIDA : J.L.O.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:30 horas

PROCESSO : 0205750-85.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : F.F.M.V.B.
ADVOGADO : 43575/CE - Jose Edaviverton Alves de Sousa

VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:31 horas

PROCESSO : 0288636-78.2021.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Rosilene Almada de Lima Pereira
ADVOGADO : 38080/CE - Manuella Oliveira Toscano Maia
VARA: 3ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:31 horas

PROCESSO : 0205752-55.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : Whely de Oliveira Pessoa
ADVOGADO : 26206/CE - Marcus Fabio Silva Luna
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:31 horas

PROCESSO : 0205748-18.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Condomínio Parque Farol da Costa
ADVOGADO : 25265/CE - Caio Flavio da Silva Gondim
REQUERIDA : Maria da Conceição Barroso dos Santos
VARA: 2ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:32 horas

PROCESSO : 0283877-71.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Oliveira Moto Pecas Eireli
ADVOGADO : 7448/RN - José Heriberto dos Santos Júnior
REQUERIDO : Bradesco Saúde S/A
VARA: 6ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:34 horas

PROCESSO : 0204951-42.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Matheus Nogueira de Oliveira
ADVOGADO : 21695/CE - Breno Morais Dias
REQUERIDO : Banco Digimais S.a.
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:35 horas

PROCESSO : 0204966-11.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Hospital Antônio Prudente
ADVOGADO : 16599A/CE - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues
REQUERIDO : Francisco Olinto da Silveira
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:40 horas

PROCESSO : 0279958-74.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Master Eletrônica de Brinquedos Ltda
ADVOGADO : 19242/PE - ANTONIO FARIA DE FREITAS NETO
REQUERIDO : Ce Shopping S/A
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:42 horas

PROCESSO : 0205696-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Irineu Torquato de Oliveira
ADVOGADO : 26758/CE - Emilia Martins Cavalcante
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:47 horas

PROCESSO : 0205509-14.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Francisco William Gomes Nonato
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:50 horas

PROCESSO : 0011044-05.2022.8.06.0001

CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00086694120198060064
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara da Cível da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Luciênio Bezerra de Carvalho
VARA: 4ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:57 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0010338-18.2020.8.06.0025
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00004376020188060101
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Itapipoca/CE - Itapipoca-CE
J DEPCTE : J.D.A.V.C.I.C.
AUTOR FATO : M.T.M.
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204959-19.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADO : 31618/SP - Dante Mariano Gregnanin Sobrinho
REQUERIDO : Jose Andre do Nascimento Rezende
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0205755-10.2022.8.06.0001
CLASSE : Nomeação de Advogado
REQUERENTE : Lucas Almeida Coelho
ADVOGADO : 44219/CE - Lucas Almeida Coelho
REQUERIDO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0205758-62.2022.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Carlos Eduardo Borges dos Santos
ADVOGADO : 20125/CE - Renato Cruz Mendonça
INVDA : Maria Ester Siqueira Borges
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:01 horas

PROCESSO : 0205756-92.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Djanira Carlos Monteiro Nogueira
ADVOGADO : 13539/CE - Wilson Capibaribe Weyne Junior
REQUERIDO : Inss
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:02 horas

PROCESSO : 0205760-32.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ester Quintela Reinaldo
ADVOGADO : 43766/CE - Ana Caroline Nunes Martins
REQUERIDO : Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:03 horas

PROCESSO : 0205754-25.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lucas Luan Vieira
ADVOGADO : 30395/CE - Abraao Lincoln Sousa Ponte
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:03 horas

PROCESSO : 0205757-77.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.L.C.S.
REQUERIDO : L.C.S.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:03 horas

PROCESSO : 0205763-84.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.G.S.B.
REQUERIDO : A.W.A.B.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:04 horas

PROCESSO : 0205766-39.2022.8.06.0001
CLASSE : Nomeação de Advogado
REQUERENTE : Lucas Almeida Coelho
ADVOGADO : 44219/CE - Lucas Almeida Coelho
REQUERIDO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:04 horas

PROCESSO : 0205764-69.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jose Batista de Oliveira
ADVOGADO : 40871/CE - Daniel Queiroz da Silva
REQUERIDO : Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará- Cearaprev
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:04 horas

PROCESSO : 0205767-24.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Amora e Lunna Comercial de Combustíveis Ltda (Posto Aero)
ADVOGADO : 14119/CE - Dayvis de Oliveira Lopes
REQUERIDO : Superintendência Estadual do Meio Ambiente-SEMACE
VARA: 3ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:05 horas

PROCESSO : 0204963-56.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ewerton Pessoa da Silva Lima
ADVOGADO : 21695/CE - Breno Morais Dias
REQUERIDO : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:06 horas

PROCESSO : 0204998-16.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Vando Alves do Nascimento
ADVOGADO : 33279/SC - Cezar Augusto dos Santos
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:14 horas

PROCESSO : 0205698-89.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Giulia Hortencio de Medeiros Carvalho
ADVOGADO : 41571/CE - Lis Carvalho Costa
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:14 horas

PROCESSO : 0204999-98.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Danielle Kramer de Mesquita Oliveira Carneiro
ADVOGADO : 27270/CE - Alexanderson Italo de Oliveira Maranhao
REQUERIDO : Fundacao Regional de Saude - Funsaude
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:21 horas

PROCESSO : 0204971-33.2022.8.06.0001
CLASSE : Embargos à Execução
EMBARGANTE : Mariano Alves Costa Filho
ADVOGADO : 40236/CE - Domenico Mendes da Silva
EMBARGADA : Francisca Íris Cavalcante Costa
VARA: 6ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:22 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204818-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00030/2022 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Edson Ribeiro Santos
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0202824-34.2022.8.06.0001
CLASSE : Alienação Judicial de Bens
REQUERENTE : 27º Distrito Policial
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:24 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0202428-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 127-00007/2022 - 27º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 27º Distrito Policial
AUTUADO : Ezequiel Andrade Ferreira
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011045-87.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00005057320088060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Airton de Almeida Oliveira
VARA: 1ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:25 horas

PROCESSO : 0205001-68.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Hospital Antônio Prudente
ADVOGADO : 16599A/CE - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues
REQUERIDO : Amarilio Soares Bezerra Neto
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:25 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203809-03.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00036/2022 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Marcio de Brito Gonçalo
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:26 horas

PROCESSO : 0204120-91.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 939-00077/2022 - 11º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 11º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Germano Camelo Torres
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:27 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0010957-49.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0697634912016814030
JUÍZO DEPREC. : 2ª Vara Cível e Empresarial - Belem-PA
REQUERENTE : HALRINGSON DE CARVALHO CUNHA
REQUERIDO : Residencial Kyrius Empreendimentos Imobiliários Ltda
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0202435-49.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00018/2022 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Ronnyele Farias de Abreu
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205774-16.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.V.C.A.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:32 horas

PROCESSO : 0205785-45.2022.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE : Enock Antonio de Oliveira Aquino Neto
ADVOGADO : 22693/CE - Francisco Cordeiro Angelo
REQUERIDO : Enock Antonio de Oliveira Aquino Junior
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:33 horas

PROCESSO : 0205786-30.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADO : 192649/SP - Roberta Beatriz do Nascimento
REQUERIDO : Jose Adriano de Franca Santos
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:33 horas

PROCESSO : 0205788-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : Maurilio Ciriêudo Braga Monteiro
ADVOGADO : 22865/CE - Jeronimo Moreira Gomes
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:34 horas

PROCESSO : 0205780-23.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ana Carolina Sampaio Frota Nóbrega
ADVOGADO : 24837/CE - Marcus Vinicius Vasconcelos de Moura
REQUERIDO : Apel - Associação Pró-ensino Ltda
VARA: 6ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:34 horas

PROCESSO : 0205783-75.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Francisco Pires Leite
ADVOGADO : 12875/CE - Francisco Oliveira da Nobrega
IMPETRADO : JOÃO MARCOS MAIA, Presidente da CEARAPREV Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará
LITISC. PASSIVO : Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 13ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:35 horas

PROCESSO : 0205775-98.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : A.M.O.
REQUERIDO : A.F.A.S.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205778-53.2022.8.06.0001
CLASSE : Termo Circunstanciado
T. C. : 246-00003/2022 - Polícia Federal no Ceará - Fortaleza
AUT PL : Yuri Dantas de Santana
AUTOR FATO : Saulo Vinicius Dias Pinto

VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:36 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205771-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Consulta Administrativa
REQUERENTE : Cartório de Registro Civil Parangaba
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:36 horas

PROCESSO : 0205779-38.2022.8.06.0001
CLASSE : Nomeação de Advogado
REQUERENTE : Lucas Almeida Coelho
ADVOGADO : 44219/CE - Lucas Almeida Coelho
REQUERIDO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:37 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203676-58.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 115-00004/2022 - 15º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 15º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Jeova Anselmo de Souza
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:38 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205782-90.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Condomínio Parque Farol da Costa
ADVOGADO : 25265/CE - Caio Flavio da Silva Gondim
REQUERIDA : Isadora Peixoto Torres Girao Lopes
VARA: 20ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:40 horas

PROCESSO : 0011505-74.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 00040105820188060117
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú/CE - Maracanau-CE
J DEPCTE : J.D.V.U.I.J.C.M.C.
ADOLESCENTE : S.V.F.F.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:40 horas

PROCESSO : 0205784-60.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.E.F.M.
ALIMENTANDO : T.O.M.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:40 horas

PROCESSO : 0010958-34.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00547773620168060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Teresinha de Lucena Freire
VARA: 3ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:41 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0202312-51.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 939-00054/2022 - 11º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : PAULO VITOR DE OLIVEIRA
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:41 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011547-26.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : P.S.S.O.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:41 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203817-77.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00028/2022 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Bruno Aragao Pinto
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:42 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205002-53.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Silvania Paulino Pereira
ADVOGADO : 40855/CE - Zacharias Augusto do Amaral Vieira
REQUERIDO : Francisco Valdriano Paiva Freire
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:43 horas

PROCESSO : 0208163-42.2020.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Andre Nicodemos da Cruz
ADVOGADO : 30392/CE - Francisca Alaiane Aguiar Nascimento
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:43 horas

PROCESSO : 0011548-11.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 00505622320218060070
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús/CE - Crateús-CE
J DEPCTE : J.D.V.C.C.C.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:44 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204413-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00024/2022 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADO : Rafael Barbosa Santos
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:44 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011549-93.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 00500066020218060057
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Caridade/CE - Caridade-CE
J DEPCTE : J.D.V.U.C.C.
ADOLESCENTE : G.C.M.B.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:45 horas

PROCESSO : 0011046-72.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00079990320198060064
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara da Cível da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Jorge Henrique de Paula Barbosa
VARA: 6ª Vara de Execuções Fiscais

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:47 horas

PROCESSO : 0205005-08.2022.8.06.0001
CLASSE : Embargos de Terceiro Cível
EMBARGANTE : Maria Solidade Silva Soares, Representando Gabriela Soares Rodrigues e Erika Soares Rodrigues
ADVOGADO : 26624/CE - Matheus Anderson Bezerra Ximenes
EMBARGADO : Maria da Penha Abreu Mendes
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:48 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0202719-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00022/2022 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Jefferson Caxilé
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:48 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0139790-95.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Sbf Comércio de Produtos Esportivos Ltda
ADVOGADO : 86844/MG - Ana Carolina Remigio de Oliveira
REQUERIDO : Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Decon
VARA: 7ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:49 horas

PROCESSO : 0277330-15.2021.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Veronica Peixoto Xavier
ADVOGADO : 34851/CE - Francisca Ilária Ferreira Carneiro
FALECIDO : Sergio Peixoto Xavier
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:50 horas

PROCESSO : 0010959-19.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00558677920168060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
EXEQUENTE : MUNICIPIO DE CAUCAIA E OUTRO
EXECUTADO : Wilson Saboia de Alencar Pinto Filho
VARA: 2ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:54 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203200-20.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13400029/2022 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Crisanto de Freitas Duarte
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:55 horas

PROCESSO : 0203206-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00030/2022 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Aldemir dos Santos
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:58 horas

PROCESSO : 0483241-73.2011.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
RÉU : A Apurar
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:58 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205790-67.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : E.R.M.
ADVOGADO : 29708/CE - Rodger Raniery Holanda Costa
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:04 horas

PROCESSO : 0205793-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : Carlos Augusto Macedo de Gois
ADVOGADO : 35907/CE - Josiane Ramalho de Santana
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:06 horas

PROCESSO : 0205006-90.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Hospital Antônio Prudente
ADVOGADO : 16599A/CE - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues
REQUERIDO : Raimundo Fideles de Queiroz
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:06 horas

PROCESSO : 0010960-04.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00699500320168060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
EXEQUENTE : FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CAUCAIA
EXECUTADO : JOÃO CAMELO DE BRITO
VARA: 5ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:06 horas

PROCESSO : 0205796-74.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Apreensão em Flagrante
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : A.W.R.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:06 horas

PROCESSO : 0205791-52.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : N.C.F.J.C.V.
ADVOGADO : 21681/CE - Jobson Santana Cardozo
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:07 horas

PROCESSO : 0205797-59.2022.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Nelia Alves de Sousa
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:08 horas

PROCESSO : 0205794-07.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Tec Shop.com.br Comércio e Serviços de Informática Ltda.
ADVOGADO : 451218/SP - Ricardo Goncalves dos Anjos
IMPETRADO : Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:08 horas

PROCESSO : 0276668-51.2021.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Antônia Tânia Silveira Feitosa
ADVOGADO : 38828/CE - Bruno Boyadjian Sobreira
REQUERIDO : Carlos Pedro Feitosa
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:12 horas

PROCESSO : 0205009-45.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rosa Maria de Oliveira Fernandes
ADVOGADO : 14188/CE - Luciana Montenegro de Castro Cadeu
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:13 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203969-28.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00037/2022 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Raimundo Sandro Vasconcelos Deodato
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204981-77.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rubens Alves dos Santos Neto
ADVOGADO : 33279/SC - Cezar Augusto dos Santos
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:13 horas

PROCESSO : 0201767-78.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Majoplan Construtora e Imobiliaria Ltda
ADVOGADO : 6105/CE - Joao Regis Pontes Rego
REQUERIDA : Nilza Monteiro da Silva
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:15 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203444-46.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 303-00054/2022 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR
AUTUADO : Alexandre Farias Valle
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:15 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011047-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00641323620178060064
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara da Cível da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Fazenda Publica do Municipio de Caucaia/ Ce
EXECUTADA : Maria Lucelia da Silva Morais Lopes
VARA: 3ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:16 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204069-80.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00020/2022 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Luis Felipe Rodrigues do Nascimento
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:19 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0032824-84.2011.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : P.F.F.O.
ADVOGADO : 5541/CE - Jose Ney Goncalves Montenegro
REQUERIDA : K.L.L.C.
ADVOGADO : 5305/CE - Maria Eliane Carneiro Leao Mattos
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204426-60.2022.8.06.0001

CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 939-00082/2022 - 11º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : João Guilherme da Cunha
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:22 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0244699-18.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Alexandre Mota Albuquerque
ADVOGADO : 18934/CE - Denise Lage Bezerra Weyne
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:24 horas

PROCESSO : 0010961-86.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 08145649720188205106
JUÍZO DEPREC. : Terceira Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró - Mossoro-RN
EXEQUENTE : Município de Mossoró/RN
EXECUTADO : Ceramica Top Line Ltda-Me
VARA: 4ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:26 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204045-52.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 126-00011/2022 - 26º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 26º Distrito Policial
AUTUADO : Diogo Oliveira da Mata
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:26 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011048-42.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00067528420198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADA : Vanessa Bezerra Lemos
VARA: 1ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0150487-78.2016.8.06.0001
CLASSE : Representação Criminal/Notícia de Crime
REQUERENTE : Henrique de Paula Fudoli
ADVOGADO : 25867/CE - Maiana de Fatima Bezerra Pinheiro Torres
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTOR FATO : Vicente Nelson Brandão Jr
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:29 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205802-81.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Ricardo Pinto Costa
ADVOGADO : 36701/SC - Maurício Tomazini da Silva
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social-inss
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

PROCESSO : 0204685-55.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO : 7629/SC - Sérgio Schulze
REQUERIDO : Dyanlitown Rafael Queiroz
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

PROCESSO : 0205805-36.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Guilherme Domiciano Dias
ADVOGADO : 45722/CE - Leiriana Ferreira Pereira de Alencar
REQUERIDO : Fundação Getúlio Vargas - Fgv
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:31 horas

PROCESSO : 0204986-02.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00340051020218260100
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP - São Paulo-SP
REQUERENTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : 247319/SP - CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR
REQUERIDO : Jaap Nogueira Thoen
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

PROCESSO : 0205801-96.2022.8.06.0001
CLASSE : Consignação em Pagamento
CONSGTE : Newton Carlos Viana Leite
ADVOGADO : 30442/CE - Newton Carlos Viana Leite
CONSIGNADO: Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

PROCESSO : 0205808-88.2022.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Carlos Rocha Santiago
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:33 horas

PROCESSO : 0205810-58.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Luis Carlos Sitta
ADVOGADO : 34130/CE - Jose Adenilson Luz de Azevedo
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:33 horas

PROCESSO : 0205799-29.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.R.S.A.
ALIMENTANDO : F.A.M.C.R.A.L.M.A.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:35 horas

PROCESSO : 0161928-56.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Banco do Brasil S.a
ADVOGADO : 356127/SP - Adriano Fernandes Neto
REQUERIDO : Jorge André Barros Bastos
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011495-30.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00385183420148060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia-CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia-CE
RÉU : Vicente Leite de Oliveira Neto
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:37 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0170592-81.2013.8.06.0001
CLASSE : Cautelar Fiscal
AUTOR : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
ADVOGADO : 16799/CE - Sabrina Caminha Mesquita

RÉU : ESTADO DO CEARÁ
ADVOGADO : 17356/CE - Andre Gustavo Carreiro Pereira
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:38 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203814-25.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 939-00074/2022 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADA : Maria Gislany Alves Sousa
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:39 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0010962-71.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 08182509220168205001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal e Tributária da Comarca de Natal - RN - Natal-RN
EXEQUENTE : Municipio de Natal/RN
EXECUTADO : Antonio Luiz e Silva Junior
VARA: 6ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:39 horas

PROCESSO : 0091095-91.2008.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Fernando Antonio Lins Albuquerque
ADVOGADO : 12800/CE - Juliana Mattos Magalhaes Rolim
REQUERIDO : Estado do Ceará
ADVOGADO : 9316/CE - Deusdedit Rodrigues Duarte
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204087-04.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 127-00015/2022 - 27º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 27º Distrito Policial
AUTUADA : Maria Alice Alves Rodrigues
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:41 horas

PROCESSO : 0011496-15.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00687984620188060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia-CE - Caucaia-CE
RÉU : Antonio Gleison Oliveira Alves
VARA: Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:42 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204996-46.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ultra Som Servicos Medicos Ltda (Hospital Antônio Prudente)
ADVOGADO : 16599A/CE - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues
REQUERIDO : Layane do Nascimento Ferreira de Araújo
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:42 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204124-31.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-00034/2022 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Daniel Souza dos Santos
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:43 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011668-54.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infância e Juventude
ORIGEM : 08037099120218140039
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas/PA - Paragominas-PA
J DEPCTE : J.D.V.C.E.C.P.
REQUERENTE : A.I.C.A.P.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:43 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203818-62.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00035/2022 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 34º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Renato Lima Pereira Filho
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:44 horas

PROCESSO : 0205448-56.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 134-00441/2021 - 1º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : Claudio Henrique da Conceição
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:44 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205191-31.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Morgana Duarte Chaves
ADVOGADO : 44858/PE - Matheus Andrade Braga
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:47 horas

PROCESSO : 0205023-29.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Carlos Eugenio Matos de Oliveira
ADVOGADO : 20606/CE - Josimar Ferreira Lima
REQUERIDO : Imobiliaria Severino Gomes Ltda
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:50 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011497-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00572038020218060117
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanau - Maracanau-CE
J DEPCTE : Juizo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanau
RÉU : Elenilton da Silva Lima
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:51 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011049-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00420862420158060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : José Jereissati Imóveis Ltda.
VARA: 5ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:51 horas

PROCESSO : 0205020-74.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Itaú S/A
ADVOGADO : 257034/SP - Marcio Santana Batista
REQUERIDO : Kely Cristina da Silva

VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:53 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205520-43.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 331-00062/2021 - Delegacia de Combate à Corrupção - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Combate a Corrupção
INVESTIGADO: A Esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:54 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205041-50.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Aron Santiago Silva
ADVOGADO : 23187/CE - Alyne Juca de Aguiar
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:54 horas

PROCESSO : 0205021-59.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Antonia Karolayne Marcos da Silva
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:55 horas

PROCESSO : 0205025-96.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO : 115665/SP - Marco Antonio Crespo Barbosa
REQUERIDO : Rannieri do Nascimento Fonseca
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:55 horas

PROCESSO : 0205027-66.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Francisco Josue Silva de Oliveira
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:59 horas

PROCESSO : 0205031-06.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Francisco Marcio Fernandes da Silva
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:59 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0200044-12.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 303-01306/2021 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR
INDICIADO : Jose Flavio Lima da Silva
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205042-35.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Jose Ileudimar Melo Bezerra
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0235503-24.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 310-00092/2020 - Delegacia de Narcóticos - CE - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Narcóticos
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 12:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205825-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Nomeação de Advogado
REQUERENTE : Lucas Almeida Coelho
ADVOGADO : 44219/CE - Lucas Almeida Coelho
REQUERIDO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0001060-19.2021.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 106-00418/2019 - 6º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 6º Distrito Policial
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205811-43.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Condomínio Residencial Tambuí
ADVOGADO : 26002/CE - Raphael Beserra da Fontoura
REQUERIDO : Alex Leite Pinheiro
VARA: 9ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0000478-19.2021.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 310-00017/2021 - Delegacia de Narcóticos - CE - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Narcóticos
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205817-50.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rochelly Veras Gomes Lima
ADVOGADO : 40235/CE - Edílson Ferreira do Nascimento Júnior
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

PROCESSO : 0205819-20.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : A.T.S.N.S.
REQUERIDO : A.S.S.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0179123-54.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 13400670/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 12:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205823-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Andrea Pereira de Oliveira
ADVOGADO : 38080/CE - Manuella Oliveira Toscano Maia
REQUERIDO : Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará- Cearaprev
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0205818-35.2022.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : F.A.S.B.A.
CURATELADO : A.C.B.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0205822-72.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : J.L.R.M.A.J.L.N.
REQUERIDO : E.C.P.N.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:03 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204126-98.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-00035/2022 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Italo Sousa Nogueira
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205824-42.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Condomínio Residencial Tambuí
ADVOGADO : 26002/CE - Raphael Beserra da Fontoura
REQUERIDO : Washington Silva Magalhães
VARA: 6ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:03 horas

PROCESSO : 0205815-80.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : José Anibal Abreu Moraes
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:03 horas

PROCESSO : 0205821-87.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Condomínio Edifício Rubi
ADVOGADO : 25265/CE - Caio Flavio da Silva Gondim
REQUERIDO : Massa Falida da Simcol Sociedade Imobiliaria e Construtora S/A
VARA: 20ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:04 horas

PROCESSO : 0205045-87.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Jorge Oliveira da Silva
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:04 horas

PROCESSO : 0205828-79.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : P.A.S.S.
REQUERIDO : A.N.M.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:04 horas

PROCESSO : 0205047-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE : Melchi Edrei Castro Costa Marciano
ADVOGADO : 42083/CE - Carlos Washington Ferreira de Moura
REQUERIDO : Luiz Mozart Nogueira Martins
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:05 horas

PROCESSO : 0205826-12.2022.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE : Jéssika Helen Moura de Queiroz, Genitora Rep. Menor Wadson de Queiroz Silva
ADVOGADO : 38393/CE - José Francisco de Oliveira Júnior
REQUERIDA : Watila Souza Silva
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:05 horas

PROCESSO : 0205012-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Duboi - Frigorifico Industrial Ltda
ADVOGADO : 10587/CE - Gladson Wesley Mota Pereira
REQUERIDO : Rochi Incorporadora Ltda
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:05 horas

PROCESSO : 0205813-13.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Sanderson Luis Costa da Silva
ADVOGADO : 41352/CE - Diego Mendelson Nobre Carvalho
REQUERIDO : Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:05 horas

PROCESSO : 0204554-80.2022.8.06.0001
CLASSE : Prestação de Contas Infância e Juventude
REQUERENTE : R.S.C.
ADVOGADO : 42604/CE - Antonio Carlos Araujo Arruda Prado
REQUERIDO : J.L.S.C.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:05 horas

PROCESSO : 0205812-28.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.F.A.S.
ADVOGADO : 33403/CE - Francisco Eliesio Lima Lessa
REQUERIDO : E.S.F.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:06 horas

PROCESSO : 0205049-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria do Socorro Nogueira de Morais
ADVOGADO : 12850/CE - Flaviana Wyllyan de Oliveira Pontes
REQUERIDO : Carajas Material de Construção Ltda
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:06 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205589-75.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 117-00122/2021 - 17º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 17º Distrito Policial
INVESTIGADO: A Esclarecer
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:08 horas

PROCESSO : 0011498-82.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 02051429720198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Guilherme Adrian Assunção de Sousa
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:08 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205013-82.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Hospital Antônio Prudente
ADVOGADO : 16599A/CE - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues
REQUERIDO : Jessica da Silva Vieira
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:08 horas

PROCESSO : 0205052-79.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Abramides Gonçalves e Advogados
ADVOGADO : 154372/MG - Bruno Henrique Goncalves
REQUERIDA : Joselia Francisca de Oliveira
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:09 horas

PROCESSO : 0205053-64.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Francisco Anastacio Aragao
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:10 horas

PROCESSO : 0204052-44.2022.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : F.I.A.A.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:13 horas

PROCESSO : 0205018-07.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Itaú S/A
ADVOGADO : 257034/SP - Marcio Santana Batista
REQUERIDO : Conceicao Maria Araujo Silva
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:16 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204131-23.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00022/2022 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADO : Fernando Jose dos Santos Matias
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:19 horas

PROCESSO : 0011499-67.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 08021273320218180140
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI - Teresina-PI
J DEPCTE : Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI
RÉU : Alexandre Mota de Paula Cavalcante
VARA: Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:21 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205057-04.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Jose Arruda Gomes
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:21 horas

PROCESSO : 0205058-86.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lucileide Pinheiro Lima

ADVOGADO : 25477/CE - Filipe Siqueira Guerra
REQUERIDO : Solar Magazine Ltda
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:23 horas

PROCESSO : 0205061-41.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Antonio Eduardo de Melo Sousa
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:25 horas

PROCESSO : 0010963-56.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00400163420158060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Francisco Evaldo Cruz Filho
VARA: 2ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:32 horas

PROCESSO : 0205836-56.2022.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : N.L.S.
ADVOGADO : 37854/CE - Paulo Henrique Gonçalves de Souza Silva
REQUERIDA : L.G.F.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0205830-49.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : I.A.A.
ADVOGADO : 18290/CE - Adaudete Pires Duarte
REQUERIDO : A.C.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0205839-11.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : D.C.F.S.S.
ADVOGADO : 42049/CE - Thiago Dias de Medeiros
REQUERIDO : L.F.M.S.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0205762-02.2022.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : J.X.O.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:34 horas

PROCESSO : 0205835-71.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jaqueline Silva Martins
ADVOGADO : 27223/CE - Jean Bruno Terto Montenegro
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:34 horas

PROCESSO : 0205831-34.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisca Manuel dos Santos
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:34 horas

PROCESSO : 0205832-19.2022.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Margareth Barreira Queiroz
ADVOGADO : 3301/CE - Fernando Jose do Lago Costa
INVDO : Mauro Castro Queiroz
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:36 horas

PROCESSO : 0205840-93.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : J.F.B.F.
ADVOGADO : 20994/CE - Janaina Gonçalves de Gois Ferreira
REQUERIDA : M.C.A.B.
ALIMENTANDA : A.A.B.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:36 horas

PROCESSO : 0011590-60.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : A.G.S.A.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:41 horas

PROCESSO : 0205759-47.2022.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : M.V.D.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:41 horas

PROCESSO : 0011598-37.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00065087720188060166
JUÍZO DEPREC. : 2ª Vara - Senador Pompeu-CE
EXEQUENTE : Fernanda Thays Soares de Oliveira E OUTRO
EXECUTADO : HERCULANO DUARTE DE OLIVEIRA
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:48 horas

PROCESSO : 0205765-54.2022.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : A.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:51 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011512-66.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00137520420208060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Alisson Gomes Vieira da Silva
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205850-40.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : J.C.P.D.
ADVOGADO : 199428/SP - Luciana Holzlsauer de Mattos
REQUERIDA : R.C.A.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:04 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205841-78.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 246-84057/2021 - Polícia Federal no Ceará - Fortaleza
AUT PL : Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Ceará SR/PF/CE
INVESTIGADO: Thiago Marchiori Tognini
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:05 horas

PROCESSO : 0011513-51.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00132215220148060055
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Baturité/CE - Baturité-CE

J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Baturité/CE
RÉU : MANOEL PIMENTA DA SILVA
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:06 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205852-10.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : E.G.F.G.
REQUERIDO : J.R.R.G.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:06 horas

PROCESSO : 0279787-20.2021.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Ívina Liduina Nóbrega Rodrigues
ADVOGADO : 30997/CE - Felipe Frota Silva Guimaraes
IMPETRADO : Diretor do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Fortaleza - Ceja
LITISC. PASSIVO : Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:07 horas

PROCESSO : 0010964-41.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00503688620218060146
JUÍZO DEPREC. : Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pindoretama - Pindoretama-CE
EXEQUENTE : Procuradoria Geral do Municipio de Pindoretama/Ce
EXECUTADO : Chess Construções Ltda
VARA: 20ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:09 horas

PROCESSO : 0123118-07.2019.8.06.0001
CLASSE : Consignação em Pagamento
CONSGTE : Bradesco Vida e Previdência S/A
ADVOGADO : 17314/CE - Wilson Sales Belchior
CONSIGNADA : Raimunda Faustina da Silva Oliveira
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:09 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011514-36.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00052988520198060091
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu/CE - Iguatu-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu/CE
RÉU : Cicero Carlos Freitas da Silva
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:10 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205139-35.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ellayne Cavalcanti Queiroz de Castro
ADVOGADO : 11208/CE - Tarciano Capibaribe Barros
REQUERIDO : Robson Santos de Castro
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:11 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0166608-26.2012.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 13000461/2012 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Brendo Matias de Freitas
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:14 horas

PROCESSO : 0800854-28.2014.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32202236/2014 - Fortaleza

MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:15 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0250986-94.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Industria de Calçados Daviana Ltda
ADVOGADO : 5052/CE - Sylvio Fernando Diogo de Sampaio
REQUERIDO : Zeppo Calçados Ltda
VARA: 2ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:16 horas

PROCESSO : 0127091-67.2019.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : 16477/CE - David Sombra Peixoto
REQUERIDO : Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária
ADVOGADO : 31792/CE - Nara Monica da Costa Mota
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0061852-58.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 10900063/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUT PL : 9º Distrito Policial
RÉU : Daniel de Sousa Gomes
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:19 horas

PROCESSO : 0011515-21.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00556835020218060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Rodrigo Ferreira Aguiar Portela
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:20 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205676-31.2022.8.06.0001
CLASSE : Requerimento de Apreensão de Veículo
J DEPCTE : Banco Jsafra Sa
ADVOGADO : 21678/PE - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI
J DEPCDO : Francisco Gomes Pereira
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:21 horas

PROCESSO : 0205829-64.2022.8.06.0001
CLASSE : Restituição de Coisas Apreendidas Infracional
REQUERENTE : Nazareno Silva Chaves
ADVOGADO : 16340/CE - Afonso Henrique de Lima Campos Torres
REQUERIDO : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:22 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0039517-45.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32200622/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:22 horas

PROCESSO : 0051450-15.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial

I. P. : 32200590/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUT PL : 30º Distrito Policial
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:23 horas

PROCESSO : 0011500-52.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 15039340320218260309
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Várzea Paulista / SP - Varzea Paulista-SP
RÉU : Francisco Ivanilson Parente de Paula
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:23 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204694-17.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Pétrus Henrique Rodrigues de Oliveira
ADVOGADO : 62576/DF - Agnaldo Felipe do Nascimento Bastos
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:23 horas

PROCESSO : 0011050-12.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00703631620168060064
JUÍZO DEPREC. : SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Fazenda Pública do Município de Caucaia
EXECUTADO : Moises Soares Rocha
VARA: 3ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:23 horas

PROCESSO : 0204613-68.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Elivelton dos Anjos Maia
ADVOGADO : 39146/CE - Francisco Marcio Barbosa Pereira
REQUERIDO : Fundação Getúlio Vargas - Fgv
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:24 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011516-06.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00090938320198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Cicera Inara Oliveira Sousa
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:26 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205078-77.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : E.R.B.
ADVOGADO : 40369/CE - Fabricio Rego Cavalcante
ALIMENTANDA : M.E.A.B.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:26 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037780-07.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32200205/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUT PL : 7ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:29 horas

PROCESSO : 0037771-45.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32200398/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:29 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0203434-02.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
MASSA FALIDA : Mirian Martins Vieira de Araujo
ADVOGADO : 6415/PI - CARLOS HENRIQUE MARTINS PINTO
REQUERIDO : Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania de Fortaleza - AMC
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:30 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0051921-31.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32201095/2015 - Fortaleza
AUT PL : 15º Distrito Policial
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0802932-14.2022.8.06.0001
CLASSE : Ação Civil Pública
AUTOR : Ministério Público do Estado do Ceará
RÉU : Jose Sarto Nogueira Moreira
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107912-02.2009.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 112-00412/2009 - Fortaleza
VÍTIMA : Tonis Duarte Santos
RÉU : A Apurar
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:32 horas

PROCESSO : 0465768-74.2011.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
VÍTIMA : Cicero Duarte Pinheiro
AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
RÉU : A Apurar
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:32 horas

PROCESSO : 0011501-37.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 80121931520218050274
JUÍZO DEPREC. : 1° Vara Criminal da Comarca de Vitoria da Conquista - Vitoria Da Conquista-BA
RÉ : Gabriela Lucas Gregório
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:33 horas

PROCESSO : 0011517-88.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00038885120108060141
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito de Vara Única da Comarca de Paraipaba-CE - Paraipaba-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Paraipaba-Ce
RÉU : Murilo Faustino da Silva
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205855-62.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : E.G.F.G.
REQUERIDO : J.R.R.G.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:34 horas

PROCESSO : 0205857-32.2022.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Viviane Rocha de Souza
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:34 horas

PROCESSO : 0205856-47.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Esdras Barbosa Nobre
ADVOGADO : 34740/CE - Edson Alexandre Cruz Fernandes
REQUERIDO : Massa Falida da Simcol Sociedade Imobiliaria e Construtora S/A
VARA: 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205637-34.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00021/2022 - Fortaleza
AUT PL : 30º Distrito Policial
INVESTIGADO: A Esclarecer
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:35 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011051-94.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00051586920188060064
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara da Cível da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Ranieri dos Santos Rolim
VARA: 4ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:36 horas

PROCESSO : 0011292-68.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00193946120188060117
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú-CE - Maracanau-CE
REQUERENTE : Antonio Fabiano Ferreira de Araújo
REQUERIDA : Ticiane dos Santos Monteiro
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:39 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011643-41.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00001178420098060146
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Pindoretama/CE - Pindoretama-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito de Vara Única da Comarca de Pindoretama-CE
RÉU : Antonio William Rodrigues dos Santos
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:46 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0277351-88.2021.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento
REQUERENTE : JPVC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (JPVC)
REQUERIDO : Conquista Fortaleza Lanchonetes Ltda (Nome Fantasia: Subway)
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:47 horas

PROCESSO : 0205064-93.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Francisco Rubens Freitas de Araujo
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:48 horas

PROCESSO : 0204707-16.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joao Vitor Pereira Pastor
ADVOGADO : 28860/CE - Rafaela Alves Bezerra
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:49 horas

PROCESSO : 0011052-79.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 08004801720188180040
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Batalha/PI - Batalha-PI
REQUERENTE : Farride Nascimento de Sousa
REQUERIDO : José Chagas de Sousa
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:51 horas

PROCESSO : 0229906-74.2021.8.06.0001
CLASSE : Outros procedimentos de jurisdição voluntária
REQUERENTE : Vânia Carvalho Diogenes
ADVOGADO : 27620/CE - Rosana Nunes Ramos Sasahara
REQUERIDA : Mardenia Aquino Diogenes
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:51 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011644-26.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00008654820188060099
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE - Itaitinga-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE
RÉU : Sara Maiara Amorim de Sousa
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:52 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011591-45.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : A.W.R.C.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:52 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011502-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Petição Criminal
RÉU : David Duarte da Silva
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:54 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205065-78.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Fátima Moura Rocha
ADVOGADO : 11998/CE - Osvaldo Sousa de Assis Junior
REQUERIDO : Amil Assistência Médica Internacional
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:54 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0201428-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 126-00121/2021 - Fortaleza
AUT PL : 26º Distrito Policial

INDICIADO : A esclarecer
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:55 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0284065-64.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Liana de Abreu Machado Meireles
ADVOGADO : 5647/CE - Jeronimo de Abreu Junior
REQUERIDO : Espólio de Guilherme Braga Meireles
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:55 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0279162-83.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 101-00091/2021 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:55 horas

PROCESSO : 0221151-95.2020.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-01162/2019 - 16º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:56 horas

PROCESSO : 0165312-90.2017.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32201480/2017 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:56 horas

PROCESSO : 0200089-28.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 110-00001/2022 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Luciano Lopes de Freitas
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:57 horas

PROCESSO : 0000245-22.2021.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 112-00056/2019 - 12º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 12º Distrito Policial
INDICIADO : Francisca Glaucia Viana de Morais
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:58 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0010965-26.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00054522420188060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
EXEQUENTE : MUNICIPIO DE CAUCAIA E OUTRO
EXECUTADA : Nilza Rocha Pereira
VARA: 1ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203072-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 939-00065/2022 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : MARCO PEREIRA DE ABREU FILHO

VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:58 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0189733-13.2018.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUT PL : P.C.E.C.
ADOLESCENTE : W.K.B.J.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:59 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0147138-67.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32202439/2014 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0277808-23.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Raimundo Portela Moura
ADVOGADO : 41950/CE - Georgia Graciela Goes
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:59 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011645-11.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00017814020138100069
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Araioses/MA - Araioses-MA
J DEPCTE : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Araioses/MA
RÉU : Ivanilson Araújo Santos
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205863-39.2022.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
REQUERENTE : A.I.M.S.N.
ADVOGADO : 17925/CE - Afonso Aragao Carvalho Junior
REQUERIDA : A.S.M.S.N.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:00 horas

PROCESSO : 0205859-02.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marcos Antônio Gomes Magalhães
ADVOGADO : 42519/CE - Fabio Junior do Nascimento Araujo
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:01 horas

PROCESSO : 0205861-69.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : E.F.R.
ADVOGADO : 20521/CE - Francisco das Chagas Pinto Tavares
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:02 horas

PROCESSO : 0205860-84.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Digimais S.a.
ADVOGADO : 46350/RS - Alex Schopp dos Santos
REQUERIDO : Arline de Souza Silva

VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011540-34.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00106177320208060293
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Paraipaba-Ceará - Paraipaba-CE
RÉU : Italo Gabriel Gomes Menezes
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205221-66.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : C.A.P.A.
ADVOGADO : 26974/CE - Custodio Alberto Portela de Albuquerque
ALIMENTANDO : C.A.P.A.F.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:07 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0196877-72.2017.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 110-00607/2017 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:07 horas

PROCESSO : 0218952-66.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00238/2020 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:08 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011146-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00703833220198060151
JUÍZO DEPREC. : 2ª vara cível da Comarca de Quixadá-CE - Quixadá-CE
REQUERENTE : Israel Martins Abreu
REQUERIDO : Severino Jovino da Silva
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:09 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011541-19.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00033768220178060057
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Caridade/CE - Caridade-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara única da Comarca de Caridade/CE
RÉU : Francisco Israel Lopes Tiodosio
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:10 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0204823-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : José Ferreira de Brito
ADVOGADO : 32538/CE - Joao Moraes Ribeiro Neto
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:11 horas

PROCESSO : 0010966-11.2022.8.06.0001

CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00070568320198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Adolfo Bezerra Sampaio Neto
VARA: 6ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:13 horas

PROCESSO : 0201269-16.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.V.S.C.
ADVOGADO : 110293/RS - Camila de Cássia Souza Berwig
REQUERIDO : A.C.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:13 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011542-04.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00016462120158060117
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanau - Maracanau-CE
J DEPCTE : 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanau
RÉU : Francisco Erlânio Cordeiro Alves
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0203919-02.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : C.T.S.
ADVOGADO : 44884/CE - Wallace Souza de Fraga
REQUERIDO : H.A.L.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:16 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011646-93.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00019829020148060139
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape/CE - Maranguape-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape/CE
RÉU : Charlys Dawson Aquino Tomé
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011147-12.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00500883320218060141
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Paraipaba-Ceará - Paraipaba-CE
REQUERENTE : Thiago de Oliveira Vieira
REQUERIDO : Venture Capital Participações e Investimentos S/A
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011543-86.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00357963320128060117
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaù - Maracanau-CE
RÉU : J.C.F.P.
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:22 horas

PROCESSO : 0011675-46.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00042048220118060156
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Redenção-CE - Redenção-CE
J DEPCDO : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Redenção/CE

REQUERIDO : Felipe Fernandes Teixeira
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0024569-45.2008.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joao Bosco Lessa
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:24 horas

PROCESSO : 0205066-63.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Carlos Bruno Sousa Nascimento
ADVOGADO : 40517/CE - Joyce Percilia Rodrigues de Souza
REQUERIDO : Supermercado Extra Ltda
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:25 horas

PROCESSO : 0010967-93.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00072569020198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Airton de Almeida Oliveira
VARA: 2ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:25 horas

PROCESSO : 0205525-65.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joao Gomes de Oliveira
ADVOGADO : 13687/CE - José Mauro de Melo Escórcio
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:26 horas

PROCESSO : 0011592-30.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : F.D.S.M.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:27 horas

PROCESSO : 0204127-83.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Paulo Roberto Bastos da Rocha
ADVOGADO : 19033/CE - Christianne Oliveira Collyer
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:27 horas

PROCESSO : 0202907-50.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : J.G.N.
ADVOGADO : 12594/CE - Maria Celia Soares
REQUERIDO : F.M.V.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:29 horas

PROCESSO : 0205072-70.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
ADVOGADO : 15320/CE - Edmilson Barbosa Francelino Filho
REQUERIDO : W. A. dos Santos Riveira Comércio e Serviços
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

PROCESSO : 0205868-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Aumari Alves de Amorim
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0267267-62.2020.8.06.0001

CLASSE : Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTE : L.R.L.G.
ADVOGADO : 8568/CE - Bernadete Lisboa Colares
REQUERIDA : S.M.R.S.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:31 horas

PROCESSO : 0205869-46.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Itaú S/A
ADVOGADO : 192649/SP - Roberta Beatriz do Nascimento
REQUERIDO : Robson Cardoso Nascimento
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0205866-91.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Construtora Montenegro Ltda
ADVOGADO : 37349/CE - Ana Nogueira Lima da Costa
REQUERIDO : Cristiano Bruno Ibiapina de Sousa
VARA: 2ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0205873-83.2022.8.06.0001
CLASSE : Outros procedimentos de jurisdição voluntária
REQUERENTE : Glauber do Nascimento Reboucas
ADVOGADO : 41367/CE - Thiago Sousa Silvano
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0205889-37.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Marta Lucia Moura Sacramento Silva
ADVOGADO : 26796/CE - Julia Pereira Henrique de Almeida
IMPETRADO : Fundacao Regional de Saude - Funsaude
INTERESSADO : Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 14ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0205890-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Letícia Leite Mendonça Saraiva de Lima
ADVOGADO : 42774/CE - Letícia Leite Mendonça Saraiva de Lima
REQUERIDO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011544-71.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00105128520138140401
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca de Belém/PA - Belem-PA
RÉU : Ludwig Pinto Kleinberg
VARA: Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205879-90.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Francisca Dias da Costa Sousa
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0205880-75.2022.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
AUTOR : UNILEVER BRASIL GELADOS DO NORDESTE SA
ADVOGADO : 21994A/CE - Julio Cesar Goulart Lanes
RÉU : Estado do Ceará
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0205887-67.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Jean Italo Sampaio Alves
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:34 horas

PROCESSO : 0202164-40.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : T.P.B.C.
ADVOGADO : 31520/CE - Fernando Andrade Feitosa
REQUERIDO : A.D.C.S.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205888-52.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Clauber Wagner Vieira de Paula
INVESTIGADO: Antonio Marcos Leitao
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:34 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205891-07.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.B.K.
ADVOGADO : 32962/CE - Sávio Régis Cavalcante Sá
REQUERIDO : L.R.V.K.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:34 horas

PROCESSO : 0010968-78.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00086945420198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
EXEQUENTE : Município de Caucaia
EXECUTADO : Mabel Representacoes Ltda
VARA: 1ª Vara de Execuções Fiscais
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:35 horas

PROCESSO : 0205874-68.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Digimais S.a.
ADVOGADO : 46350/RS - Alex Schopp dos Santos
REQUERIDO : Genival Sousa Simplicio
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:35 horas

PROCESSO : 0205884-15.2022.8.06.0001
CLASSE : Separação Consensual
REQUERENTE : Raiane de Sousa Soares
ADVOGADO : 15913/PI - Frederico Ferraz Damasceno Leitao
REQUERIDO : Yuri Miranda dos Santos
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:35 horas

PROCESSO : 0205872-98.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Maria Erlaniete da Silva Cavalcanti
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:35 horas

PROCESSO : 0200629-76.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : P.D.A.C.
ADVOGADO : 25369/CE - Luis Edilson de Sousa
REQUERIDO : G.B.C.

VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011674-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00047711620118060156
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Redenção-CE - Redenção-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Redenção/CE
REQUERIDA : Fernanda Maria Rodrigues Silva
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:36 horas

PROCESSO : 0072303-45.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11200050/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:36 horas

PROCESSO : 0202068-25.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 126-00015/2021 - Fortaleza
AUT PL : 26º Distrito Policial
INVESTIGADO: Jose Ivanilson da Silva
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:37 horas

PROCESSO : 0116768-03.2019.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00820/2018 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:37 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205892-89.2022.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Beatriz Farias Chaves
ADVOGADO : 35751/CE - Ângela de Souza Xavier Mont'alverne Rangel
INVDO : Jos Batista Chaves
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:38 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0793562-89.2014.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11100348/2014 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:38 horas

PROCESSO : 0203346-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00255/2019 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 32º Distrito Policial
INVESTIGADO: A Esclarecer
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:38 horas

PROCESSO : 0011545-56.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00502959520208060099
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE - Itaitinga-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE
RÉU : João Vitor Alves do Monte
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:39 horas

PROCESSO : 0283731-30.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 133-00084/2021 - 33º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 33º Distrito Policial
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:39 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205077-92.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marco Cesar Aguiar Lima
ADVOGADO : 320646/SP - Daniel Augusto Braga Junqueira
REQUERIDO : Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.a
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:40 horas

PROCESSO : 0205267-55.2022.8.06.0001
CLASSE : Embargos à Execução
EMBARGANTE : Edivania Weyne dos Santos Moura
ADVOGADO : 3183/CE - Paulo Napoleao Goncalves Quezado
EMBARGADO : Premium Condominio Clube
VARA: 9ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:41 horas

PROCESSO : 0205081-32.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Sabryna Vasconcelos de Macena Lima
ADVOGADO : 320646/SP - Daniel Augusto Braga Junqueira
REQUERIDO : Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.a
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:41 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011647-78.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00020724820198060099
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE - Itaitinga-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE
RÉ : Jocélio Miranda da Silva
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:42 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205083-02.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lilian Paiva Cidrao
ADVOGADO : 13115/CE - Lilian Paiva Cidrao
REQUERIDO : CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:44 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011546-41.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00528635820218060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Francisco Leandro da Silva de Sousa
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:45 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205088-24.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Michael de Castro Sousa,
REQUERIDO : AS Consórcio Nacional Ltda.
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:46 horas

PROCESSO : 0010969-63.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00535628320208060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1a. Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia - Caucaia-CE
REQUERENTE : Lidiane Alexandrino Nogueira
REQUERIDO : ALEX DEVID SILVA PAULINO
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:46 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011648-63.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00022131920128060065
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Alexsandro Pereira Farias
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:55 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011593-15.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : F.I.A.A.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:55 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011606-14.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00049241020068060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única do Juri da Comarca de Caucaia -CE - Caucaia-CE
RÉU : Raimundo Rodrigues Santos
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:57 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205902-36.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Auditece - Associação dos Auditores e Fiscais do Tesouro do Estado do Ceará
ADVOGADO : 28282/CE - Daniel Braga Albuquerque
REQUERIDO : Estado do Ceara
VARA: 12ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011649-48.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00043061120198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Raimundo Bitu da Costa
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205893-74.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Valderlânia Leonor Romualdo
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:01 horas

PROCESSO : 0205903-21.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Márcia Maria Ferreira Alexandre

ADVOGADO : 22045/CE - Diego Henrique Lima do Nascimento
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011589-75.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 0007375520218175001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE - Recife-PE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE
REQUERIDA : Gleiciene da Silva Maciel
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205899-81.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Maria de Fatima Rocha
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:02 horas

PROCESSO : 0205895-44.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : V.S.Q.B.
ADVOGADO : 37514/CE - Cosma Catunda Borges Martins
REQUERIDO : R.B.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:03 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205906-73.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Francisco Everton de Farias Torres
INVESTIGADO: José Eudasio Oliveira da Silva
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205907-58.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Verônica Coelho Ribeiro
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : ENEL - Companhia Energética do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:04 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205901-51.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Adrianízio Paulo de Oliveira Alves
INVESTIGADO: Andre Ferreira da Silva Filho
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:04 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205908-43.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Chagas de Oliveira
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:05 horas

PROCESSO : 0205913-65.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Dygiane Soares Mota

ADVOGADO : 31135/CE - Francisca Danielle Gomes Catarina
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:05 horas

PROCESSO : 0205909-28.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Veronica Farias Lima
ADVOGADO : 44280-A/CE - Jeanne Maria Ferreira Barros
REQUERIDO : ENEL - Companhia Energética do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:06 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205916-20.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Paulo Andre Pinho Saraiva
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:06 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205910-13.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Maria Williane de Oliveira Nogueira
ADVOGADO : 30802/CE - Claudio Ramalho Galdino
IMPETRADO : Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará- Cearaprev
VARA: 5ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:07 horas

PROCESSO : 0205914-50.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Nogueira Neto
ADVOGADO : 42348/CE - Georgia Emanuele Cavalcante Portela de Almeida
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:07 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0128492-04.2019.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 116-00173/2018 - 16º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Polícia Civil do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 15:08 horas

PROCESSO : 0011650-33.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00044038520158060117
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú/CE - Maracanau-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú/CE
RÉU : Hytalo Davyd de Sousa Ferreira
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:08 horas

PROCESSO : 0285239-11.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 130-00286/2021 - Fortaleza
AUT PL : 30º Distrito Policial
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:09 horas

PROCESSO : 0200175-84.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 112-00081/2021 - 12º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 12º Distrito Policial
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:09 horas

PROCESSO : 0038950-82.2013.8.06.0001

CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 30400045/2013 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : Antonio Junior de Sousa
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 15:10 horas

PROCESSO : 0233913-12.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 304-00122/2021 - Delegacia de Defraudações e Falsificações - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 15:11 horas

PROCESSO : 0284683-09.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 106-00243/2021 - 6º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Haroldo Martins Pereira Junior
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 15:11 horas

PROCESSO : 0201818-89.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 134-00792/2021 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INVESTIGADO: A Esclarecer
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:12 horas

PROCESSO : 0290980-32.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 107-00332/2021 - Fortaleza
AUT PL : 7º Distrito Policial
INDICIADA : Fabíolo Pereira Rodrigues
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:12 horas

PROCESSO : 0261711-45.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 133-00038/2021 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011594-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : J.S.N.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:13 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011651-18.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00071812420118060099
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE - Itaitinga-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE
RÉU : Eduardo Holanda da Silva
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:14 horas

PROCESSO : 0011588-90.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 0007375520218175001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE - Recife-PE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE
REQUERIDA : Gleiciene da Silva Maciel
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:15 horas

PROCESSO : 0011652-03.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00081357520148060128
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Morada Nova/CE - Morada Nova-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Morada Nova/CE
RÉU : Trevo Distribuidora de Alimentos Ltda
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:20 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205116-89.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Alberto Sombra
ADVOGADO : 34959/CE - Ilda Mara de Carvalho Antuarte
REQUERIDO : BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:21 horas

PROCESSO : 0205118-59.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Alberto Sombra
ADVOGADO : 34959/CE - Ilda Mara de Carvalho Antuarte
REQUERIDO : BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:23 horas

PROCESSO : 0205120-29.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Alberto Sombra
ADVOGADO : 34959/CE - Ilda Mara de Carvalho Antuarte
REQUERIDO : BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:25 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011653-85.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00082215720188060176
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara/CE - Ubajara-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara/CE
RÉU : Barbara Nelly dos Santos Ribeiro Mendonça
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:25 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011595-82.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : J.S.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:27 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011654-70.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00097009120188060077
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Forquilha-CE - Forquilha-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Forquilha-CE
RÉU : Antonio Magno Araujo dos Santos
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205924-94.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Digimais S.a.
ADVOGADO : 46350/RS - Alex Schopp dos Santos
REQUERIDO : Adriano Moreira do Nascimento
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205926-64.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Alexsandro do Couto Lima
INVESTIGADO: Carlos Magno Menezes Barroso
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205917-05.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Letícia Leite Mendonça Saraiva de Lima
ADVOGADO : 42774/CE - Letícia Leite Mendonça Saraiva de Lima
REQUERIDO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:33 horas

PROCESSO : 0205930-04.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Digimais S.a.
ADVOGADO : 46350/RS - Alex Schopp dos Santos
REQUERIDA : Ana Maria Teixeira Rodrigues
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:34 horas

PROCESSO : 0205931-86.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Infância e Juventude
REQUERENTE : E.S.M.
REQUERIDO : M.F.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:35 horas

PROCESSO : 0205928-34.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisca Amaral Fernandes
REQUERIDO : Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:35 horas

PROCESSO : 0205932-71.2022.8.06.0001
CLASSE : Alienação Judicial de Bens
REQUERENTE : 1ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:36 horas

PROCESSO : 0205922-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ana Paula Rodrigues Cavalcante
ADVOGADO : 36078/CE - Litza Pereira de Morais
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:37 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205933-56.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Cicero Nonato Sousa Passos
INVESTIGADO: Raimundo Nonato Ribeiro
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:37 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205674-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Clinica Maia Ricarte Saude Ltda
ADVOGADO : 41029/CE - Francisca Tatiane Teixeira Magalhaes
REQUERIDA : Joyce Kelly de Aguiar
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:41 horas

PROCESSO : 0205921-42.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : R.G.J.L.
ADVOGADO : 45620/CE - Ana Keila Souza de Oliveira
REQUERIDA : E.K.T.L.
ALIMENTANDO : G.G.T.L.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:41 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011655-55.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00100845920198060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Leidiane Lessa Cavalcante
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:42 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011624-35.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 00505583120208060034
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz/CE - Aquiraz-CE
J DEPCTE : J.D.V.C.C.A.
ADOLESCENTE : D.C.L.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:48 horas

PROCESSO : 0000158-11.2017.8.06.0198
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Banco Santander Brasil S/A
ADVOGADO : 257198/SP - William Carmona Maya
REQUERIDO : Tilapia do Nordeste Comercio de Peixes Ltda
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:52 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205911-95.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 126-00122/2019 - 26º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 26º Distrito Policial
INVESTIGADO: Julio Cesar da Conceição de Araújo
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205942-18.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Digimais S.a.
ADVOGADO : 46350/RS - Alex Schopp dos Santos
REQUERIDO : Andre Luiz de Souza Rocha
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:03 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205943-03.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Jose Rocha de Menezes
INVESTIGADO: Francisco Auricelio de Lima Lopes
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205121-14.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : Antonio Alberto Sombra
ADVOGADO : 34959/CE - Ilda Mara de Carvalho Antuarte
REQUERIDO : BANCO BMG S/A
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:04 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205950-92.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Francisco Everton de Farias Torres
INVESTIGADO: Jefferson Nogueira Alves
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:04 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205941-33.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rosiane Pereira de Freitas
ADVOGADO : 24610/CE - Thiago Nogueira Melo
REQUERIDO : Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 13ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:05 horas

PROCESSO : 0205123-81.2022.8.06.0001
CLASSE : Consignação em Pagamento
CONSGTE : Centro Medico Avançado da Dor e Imagem Ltda
ADVOGADO : 232746/RJ - João Markos de Carli Ribeiro
CONSIGNADO: Rosângela Xavier Moura Me
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:06 horas

PROCESSO : 0289899-48.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : G.A.F.
ADVOGADO : 43185/CE - Francisco Claudio dos Santos Pereira
REQUERIDA : M.L.F.G.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:07 horas

PROCESSO : 0205947-40.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.N.P.C.
ADVOGADO : 8500/CE - Fernando Augusto de Oliveira Martins
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:07 horas

PROCESSO : 0205938-78.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Josino Ferreira Lima Filho
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:07 horas

PROCESSO : 0204433-52.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Ariane de Sousa Oliveira
ADVOGADO : 41457/CE - Conceição de Maria Lobo de Oliveira Marques
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:08 horas

PROCESSO : 0205963-91.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.M.G.C.
ADVOGADO : 31818/CE - Francisco Alves Moreira
ALIMENTANDO : F.A.C.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:08 horas

PROCESSO : 0205965-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Silvana Mary Farias Gomes

VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:09 horas

PROCESSO : 0831469-98.2014.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : K.L.L.C.
ADVOGADO : 26279/CE - Wilber Augusto Silveira de Souza
REQUERIDO : P.F.F.O.
ADVOGADO : 5541/CE - Jose Ney Goncalves Montenegro
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:10 horas

PROCESSO : 0205951-77.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Hortencia Vieira da Silva Monteiro Maciel
ADVOGADO : 36696/PE - Juleika Patricia Albuquerque de Barros
REQUERIDO : Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional - Idecan
VARA: 5ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:10 horas

PROCESSO : 0205960-39.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Manuel Braga da Silva
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:11 horas

PROCESSO : 0205953-47.2022.8.06.0001
CLASSE : Pedido de Medida de Proteção
REQUERENTE : D.P.E.C.
REQUERIDA : M.R.N.L.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:11 horas

PROCESSO : 0205124-66.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : R.K.A.M.
ADVOGADO : 21257/CE - Magila Maria Brasil Rocha
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:12 horas

PROCESSO : 0205964-76.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : José Gerson Sousa do Vale
ADVOGADO : 14615/CE - Joao Clemente Pompeu
IMPETRADA : Edlourdes Pires Moura Coelho
VARA: 7ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:12 horas

PROCESSO : 0205958-69.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Magazine Luiza S/A
ADVOGADO : 10033/PB - Erick Macedo
IMPETRADO : Estado do Ceará
VARA: 12ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:12 horas

PROCESSO : 0205967-31.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Francisco Rogério Gomes da Silva
ADVOGADO : 13149/CE - Francisco Alexandre Macedo Arrais
IMPETRADO : Estado do Ceará
VARA: 7ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:13 horas

PROCESSO : 0205955-17.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Celina da Costa Paiva
ADVOGADO : 56556/SC - Matheus Rodrigues Ortiz
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:14 horas

PROCESSO : 0205966-46.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : ALLIANZ SEGUROS S.A.
ADVOGADO : 200427/SP - Elton Carlos Vieira
REQUERIDO : Superintendência de Obras Públicas - Sop
VARA: 12ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:14 horas

PROCESSO : 0205039-80.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.J.R.C.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:14 horas

PROCESSO : 0205125-51.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A
ADVOGADO : 23601/CE - Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira
REQUERIDO : Francisco Luzielton Pontes
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:14 horas

PROCESSO : 0205865-09.2022.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : R.K.S.B.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:15 horas

PROCESSO : 0205127-21.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADO : 16018/CE - Maria Lucilia Gomes
REQUERIDO : Nelson Mendes Pinto
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:17 horas

PROCESSO : 0283949-58.2021.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Luciene Alves Ferreira Neta
ADVOGADO : 32411/CE - Victor Jerônimo Maia de Oliveira
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:17 horas

PROCESSO : 0282114-35.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Alves de Sousa Neto
ADVOGADO : 14181/CE - Luiz Ernesto de Alcantara Pinto
REQUERIDO : BANCO PAN S.A.
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011656-40.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00108995320168060099
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE - Itaitinga-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE
RÉU : Igor Cesar Meneses Costa
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:19 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282786-43.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ronaldo Cassimiro Lorenzen Pippi
ADVOGADO : 24424/CE - Ronaldo Cassimiro Lorenzen Pippi
REQUERIDO : Condominio Edificio Marcos Andre
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:21 horas

PROCESSO : 0205133-28.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO : 16018/CE - Maria Lucilia Gomes
REQUERIDO : Alcides do Nascimento Pio
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:23 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205883-30.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00037/2022 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Lucas Gomes Gonzaga
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011669-39.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : J.A.F.N.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

PROCESSO : 0205978-60.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Matheus Macedo Braga Filho
ADVOGADO : 41143/CE - André Rogério Botelho
REQUERIDO : Franklin Vieira dos Santos
VARA: 2ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:34 horas

PROCESSO : 0205971-68.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Helton de Sousa Raulino Nogueira
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:35 horas

PROCESSO : 0205982-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Digimais S.a.
ADVOGADO : 46350/RS - Alex Schopp dos Santos
REQUERIDO : Francisco Chagas da Silva Filho
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205970-83.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Luiz Martins Monte Pereira
INVESTIGADO: Daniel Fontinele de Oliveira
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205878-08.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 939-00105/2022 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Wesley Jorge do Nascimento
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:36 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0283017-70.2021.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Ticiana dos Anjos Evangelista
ADVOGADO : 43011/CE - Pedro Elias Stelmachuk Costa
REQUERIDO : Banco do Brasil
VARA: 3ª Vara de Sucessões

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205985-52.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Luiz Martins Monte Pereira
INVESTIGADO: Francisco Dias Nobre Filho
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:36 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205977-75.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Luiz Eduardo Alves da Rocha
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:37 horas

PROCESSO : 0205986-37.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Lucirlene Carneiro Vasconcelos
ADVOGADO : 34605/CE - Natália Martins Feitosa
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:38 horas

PROCESSO : 0205969-98.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Carla de Oliveira Prata
ADVOGADO : 25672/CE - Carine de Oliveira Milfont
IMPETRADO : Comissão Executiva Vestibular-cev Uece
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:39 horas

PROCESSO : 0205983-82.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : João Paulo Alves Morais
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:39 horas

PROCESSO : 0205981-15.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Nivaldo Almeida Chiarizzi
REQUERIDO : Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011657-25.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00146966120218060293
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE - Itaitinga-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE
RÉU : José Carlos Soares Viana
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:42 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0011922-45.2011.8.06.0055
CLASSE : Homologação da Transação Extrajudicial
REQUERENTE : F.J.N.S.
REPR. LEGAL : J.A.N.S.
REQUERIDO : J.C.S.N.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:48 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011658-10.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00389834320148060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Raimundo Nonato Carvalho de Almeida
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:52 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0260935-79.2020.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisca Virginia Rodrigues da Silva
ADVOGADO : 26878/CE - Andressa Verissimo de Queiroz
REQUERIDO : Liberty Seguros S.A.
ADVOGADO : 20397/PE - Manuela Motta Moura da Fonte
VARA: 14ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:53 horas

PROCESSO : 0203896-56.2022.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Maria Eloisa Braga Melo
ADVOGADO : 44820/CE - Adriano Braga Melo
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:54 horas

PROCESSO : 0911448-12.2014.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Francisco Rosa
ADVOGADO : 28199/CE - Diego Magalhães Coelho
REQUERIDO : Cia Excelsior de Seguros
ADVOGADO : 29854/PE - Anderson Fernandes Peixoto
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:56 horas

PROCESSO : 0278622-35.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Mônica Maria Macena de Souza Kennedy
ADVOGADO : 12193/PE - Maria de Lurdes Pacheco Marinho
REQUERIDA : Andréa Macena de Souza
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:58 horas

PROCESSO : 0205138-50.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADO : 16018/CE - Maria Lucilia Gomes
REQUERIDA : Maria Gardiline de Lima Silva
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011659-92.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00419344420138060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Matheus Martins Moreira
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:58 horas

PROCESSO : 0205871-16.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00038/2022 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Jose Fabio Matias de Souza
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205141-05.2022.8.06.0001

CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Votorantim S.A.
ADVOGADO : 150060/SP - Hudson Jose Ribeiro
REQUERIDO : Manoel Gileno Silva Soeiro
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:01 horas

PROCESSO : 0205144-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Barraca Beach Prime Ltda
ADVOGADO : 20218/CE - Nila de Queiroz Oliveira
REQUERIDO : ENEL - Companhia Energética do Ceará
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011660-77.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00512414120218060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : José Raimundo Souza de Oliveira
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205992-44.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ernandes Borges de Sousa
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:03 horas

PROCESSO : 0205148-94.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Mario Souza de Oliveira
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:04 horas

PROCESSO : 0205990-74.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisca Liliane de Oliveira Cândido
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:04 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205989-89.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUT PL : Alexandre Silveira Ferreira
INVESTIGADO: Matheus Portela da Nobrega
VARA: Auditoria Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:04 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205987-22.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Cicero Adriano Pereira Dino
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

PROCESSO : 0205997-66.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Luan Rocha Castro
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva

REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0228347-82.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 323-00035/2021 - Delegacia de Assuntos Internos - CE - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Assuntos Internos
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:06 horas

PROCESSO : 0011661-62.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00516302620218060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : J.D.V.C.C.C.
RÉU : J.M.O.G.
VARA: 12ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:08 horas

PROCESSO : 0205897-14.2022.8.06.0001
CLASSE : Petição Criminal
REQUERENTE : D.A.I.
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:09 horas

PROCESSO : 0011662-47.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00540495320208060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉ : Nayara Negreiros dos Santos
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:13 horas

PROCESSO : 0011663-32.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00555293220218060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE
RÉU : Daniel Mendes de Oliveira
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:17 horas

PROCESSO : 0011664-17.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00563867820218060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : J.D.V.C.C.C.
RÉU : A.A.G.F.
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:22 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0159917-88.2015.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
EXEQUENTE : E.L.F.F.
ADVOGADO : 5305/CE - Maria Eliane Carneiro Leao Mattos
EXECUTADO : Pedro Fernandez Fernandes de Oliveira
ADVOGADO : 5541/CE - Jose Ney Goncalves Montenegro
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:27 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0011665-02.2022.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 01056507920098060001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE - Itaitinga-CE

J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE
RÉU : Leandro Pereira de Aquino
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:28 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0159923-95.2015.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
EXEQUENTE : Kalina Lívia Lopes Carneiro
ADVOGADO : 26279/CE - Wilber Augusto Silveira de Souza
EXECUTADO : Pedro Fernandez Fernandes de Oliveira
ADVOGADO : 5541/CE - Jose Ney Goncalves Montenegro
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:29 horas

PROCESSO : 0205150-64.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : João Roque Ferreira
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:30 horas

PROCESSO : 0206006-28.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Paulo Sergio Ferreira da Costa
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:30 horas

PROCESSO : 0206000-21.2022.8.06.0001
CLASSE : Arrolamento Sumário
ARROLANTE : Dante Arruda de Paula Miranda
ADVOGADO : 22863/CE - Dante Arruda de Paula Miranda
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:31 horas

PROCESSO : 0802933-96.2022.8.06.0001
CLASSE : Ação Civil Pública
AUTOR : Ministério Público do Estado do Ceará
RÉ : Silvana Marques
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:31 horas

PROCESSO : 0206001-06.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : G.S.M.
ADVOGADO : 30994/CE - Paola Roberta dos Santos Barata
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0206011-50.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 130-00623/2021 - 35º Distrito Policial - Fortaleza - CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0206014-05.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO GMAC S/A
ADVOGADO : 23747A/CE - ANTONIO BRAZ DA SILVA
REQUERIDO : Marcos Antonio Lima de Freitas
VARA: 1ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:33 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0206010-65.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 130-00594/2021 - 35º Distrito Policial - Fortaleza - CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0205153-19.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Banco Bradesco S.A
ADVOGADO : 18703/GO - Wanderley Romano Donadel
REQUERIDO : Francisco Vagner Maciel de Lima
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:35 horas

PROCESSO : 0205154-04.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : 37043A/CE - Daniela Ferreira Tiburtino
REQUERIDO : Rodrigo Mesquita da Silva
VARA: 7ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:41 horas

PROCESSO : 0205156-71.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
ADVOGADO : 232751/SP - Ariosmar Neris
REQUERIDO : Rosangela Camurca Lucio
VARA: 16ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:43 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205991-59.2022.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 107-00011/2022 - 7º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Thiago Ferreira Tavares
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:43 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0235487-07.2020.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Bradesco Administradora de Consorcios Ltda
ADVOGADO : 209551/SP - Pedro Roberto Romão
REQUERIDO : CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA
VARA: 2ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:45 horas

PROCESSO : 0205169-70.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : 292207/SP - Fabio Oliveira Dutra
REQUERIDO : Sandoval Pascoal de Lima Neto
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:47 horas

PROCESSO : 0205159-26.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Itaú S/A
ADVOGADO : 192649/SP - Roberta Beatriz do Nascimento
REQUERIDO : Aurea Rafaella Pereira Nobrega
VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:50 horas

PROCESSO : 0205160-11.2022.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Itaú S/A
ADVOGADO : 192649/SP - Roberta Beatriz do Nascimento
REQUERIDO : Jefferson Nascimento Tavares

VARA: 8ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:52 horas

PROCESSO : 0290724-89.2021.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jailson Silva Rodrigues
ADVOGADO : 16045/CE - Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior
REQUERIDO : Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:57 horas

PROCESSO : 0206036-63.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Gabriella Melo Gontijo
ADVOGADO : 15807/CE - Rodrigo Saraiva Marinho
IMPETRADO : Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE
VARA: 13ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:03 horas

PROCESSO : 0206022-79.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Condomínio Edifício Rubi
ADVOGADO : 25265/CE - Caio Flavio da Silva Gondim
REQUERIDA : Rosa de Fatima Sales de Avila
VARA: 6ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:03 horas

PROCESSO : 0206023-64.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Maria Hildete Miguel da Silva
ADVOGADO : 21069/CE - Hedy Nazare Nogueira
REQUERIDO : Urbfor - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza, Na Pessoa de Seu Representante Legal
VARA: 14ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:04 horas

PROCESSO : 0206026-19.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : E.M.A.P.
ADVOGADO : 41295/CE - Pedro Luiz Carneiro de Abrantes
REQUERIDO : L.A.A.P.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:04 horas

PROCESSO : 0206019-27.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Fátima Lúcia Pereira da Silva
ADVOGADO : 21069/CE - Hedy Nazare Nogueira
REQUERIDO : Urbfor - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza, Na Pessoa de Seu Representante Legal
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:06 horas

PROCESSO : 0206033-11.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Amanda Queiroz de Morais
ADVOGADO : 17362/RN - Antônio Douglas de Sousa Pereira
REQUERIDO : Fundação Getúlio Vargas - Fgv
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:06 horas

PROCESSO : 0206024-49.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Arthur Lucas Faustino
ADVOGADO : 34130/CE - Jose Adenilson Luz de Azevedo
REQUERIDO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
VARA: 14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:07 horas

PROCESSO : 0206029-71.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lidiane Oliveira da Silva
ADVOGADO : 25680/CE - Luiz Iatagan Cavalcante Rocha
REQUERIDO : Banco Digimais S.a.
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:07 horas

PROCESSO : 0206040-03.2022.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Irismar Cruz Uchoa
ADVOGADO : 26029/CE - Rafael Girao Lima
INVDO : Francisco Jeovan D Eoliveira Uchoa
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:30 horas

PROCESSO : 0206038-33.2022.8.06.0001
CLASSE : Embargos de Terceiro Cível
EMBARGANTE : Ana Elizabeth de Aguiar Rocha
ADVOGADO : 18956/CE - Rafael Leite Torrens
EMBARGADA : Antônia Neuda Cândido de Oliveira
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 18:30 horas

PROCESSO : 0206045-25.2022.8.06.0001
CLASSE : Separação Consensual
REQUERENTE : L.S.M.L.
ADVOGADO : 8651/CE - Fabio Xavier Rocha
REQUERIDA : J.S.S.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:03 horas

PROCESSO : 0206042-70.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.C.F.A.
ADVOGADO : 40457/CE - Brena Keslly Camelo Terto
ALIMENTANDO : E.S.A.O.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:03 horas

PROCESSO : 0206046-10.2022.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : J.C.N.S.
CURATELADO : C.A.N.S.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:03 horas

PROCESSO : 0206041-85.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : B.B.N.
ADVOGADO : 33270/CE - Danielle Gomes Gondim
REQUERIDO : W.T.G.F.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:04 horas

PROCESSO : 0206043-55.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Adriana Maria Gurgel Maia
ADVOGADO : 19880/CE - Thiago Bonavides Borges da Cunha Bitar
IMPETRADO : Coordenador da Coordenadoria de Administração Tributária da Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:04 horas

PROCESSO : 0206044-40.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Tais de Andrade Montalverne
ADVOGADO : 21940/ES - Ramon Rodrigues Villela da Motta
REQUERIDO : Instituto de Previdência do Município - Ipm
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:04 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0802934-81.2022.8.06.0001
CLASSE : Ação Penal - Procedimento Ordinário
QUERELANTE : Ministério Público do Estado do Ceará
RÉU : Fabricio Rodrigues dos Santos
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0206054-84.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Roberto Augusto Ribeiro
ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:32 horas

PROCESSO : 0206049-62.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jose Moacir Jataí Filho
ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:32 horas

PROCESSO : 0206051-32.2022.8.06.0001
CLASSE : Conversão de Separação Judicial em Divórcio
REQUERENTE : C.S.R.S.
REQUERIDO : C.S.C.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 19:33 horas

PROCESSO : 0206052-17.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : F.A.F.B.
ADVOGADO : 27571B/CE - Ana Luisa Macedo Trindade
REQUERIDO : M.J.O.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:34 horas

PROCESSO : 0206050-47.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Gabriele de Lima Chaves
ADVOGADO : 28211/CE - Erlon Silvio Moura de Oliveira
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:34 horas

PROCESSO : 0206056-54.2022.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Planos Tecnicos do Brasil Ltda
ADVOGADO : 10630/CE - Paulo Andre Lima Aguiar
REQUERIDA : Antonina de Sousa Borges
VARA: 20ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:00 horas

PROCESSO : 0802935-66.2022.8.06.0001
CLASSE : Ação Civil Pública
AUTOR : Ministério Público Estadual - Nucleo de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência
RÉU : Estado do Ceará
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:00 horas

PROCESSO : 0206062-61.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Djalma Fernandes
ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:00 horas

PROCESSO : 0206064-31.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Raimunda Júlia Santos de Oliveira
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:01 horas

PROCESSO : 0206066-98.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Emanuelle Carlos Martins de Campos
ADVOGADO : 17866/CE - Julio Carlos Sampaio Neto
REQUERIDO : Instituto de Previdência do Município - Ipm

VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:01 horas

PROCESSO : 0206059-09.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Cordeiro Cabos Elétricos S.a.
ADVOGADO : 171032/SP - Carlos Eduardo Garcia Ashikaga
IMPETRADO : Coordenador de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
VARA: 14ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:02 horas

PROCESSO : 0206060-91.2022.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.A.A.H.
ADVOGADO : 26895/CE - Rita de Cassia Tarifa Alencar
ALIMENTANDO : A.V.R.A.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:02 horas

PROCESSO : 0206061-76.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rejane Pereira do Nascimento
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:02 horas

PROCESSO : 0206055-69.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antônia Maria da Silva
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:03 horas

PROCESSO : 0206070-38.2022.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTORA : T.M.O.
REQUERIDO : D.O.F.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:30 horas

PROCESSO : 0206073-90.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : Emanoel Marques Palhano
ADVOGADO : 29431/CE - Manoel Abilio Lopes
REQUERIDA : Manoel Abilio Lopes
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:30 horas

PROCESSO : 0206069-53.2022.8.06.0001
CLASSE : Ação de Exigir Contas
REQUERENTE : Ivila Dias Praciano Rodrigues
ADVOGADO : 39725/CE - Ivila Dias Praciano Rodrigues
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:31 horas

PROCESSO : 0206072-08.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : José Hibraildo de Araújo Junior
ADVOGADO : 18917/RN - Victória Bica Freitas
IMPETRADO : Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:31 horas

PROCESSO : 0206074-75.2022.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE : Anne Isabela Rodrigues Coelho
REQUERIDO : Ednardo Coelho de Lima
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 20:31 horas

PROCESSO : 0206075-60.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joao Bosco de Freitas

ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:31 horas

PROCESSO : 0206071-23.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Tarcisio Barroso de Souza
ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:31 horas

PROCESSO : 0206076-45.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Gomes Reinaldo
ADVOGADO : 36295/CE - Arnaldo Gomes da Silva Reinaldo
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau) Nova
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0206079-97.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Adriano Casar Pires Canuto
ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0206077-30.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Daniel Ramos de Carvalho Filho
ADVOGADO : 11720/CE - Francisco Jones de Oliveira
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0206080-82.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Luis Eduardo Grangeiro Girao
ADVOGADO : 23550/CE - Thiago Pereira de Almeida
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 13ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:30 horas

PROCESSO : 0206082-52.2022.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : Gerlânia Silva Lopes Costa
ADVOGADO : 33335/CE - Rosângela Araújo de Castro
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 22:03 horas

PROCESSO : 0206083-37.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Edileuza Viana dos Santos
ADVOGADO : 40728/CE - Kelma Torres da Silva Oliveira
REQUERIDO : Fazenda Nacional / Caixa Economica Federal
VARA: 3ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:03 horas

PROCESSO : 0206088-59.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : João Pedro Lima Leitão
ADVOGADO : 30997/CE - Felipe Frota Silva Guimaraes
IMPETRADO : Diretor do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Fortaleza - Ceja
VARA: 5ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:04 horas

PROCESSO : 0206081-67.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Manuel Gomes
ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:04 horas

PROCESSO : 0206085-07.2022.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : F.R.M.C.
ADVOGADO : 34870/CE - Francisco Barreto Saraiva
CURATELADO : I.M.C.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:04 horas

PROCESSO : 0206086-89.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Flavio Sabino dos Santos
ADVOGADO : 22570/CE - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:04 horas

PROCESSO : 0206090-29.2022.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : João Pedro Lima Leitão
ADVOGADO : 30997/CE - Felipe Frota Silva Guimaraes
IMPETRADO : Diretor do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Fortaleza - Ceja
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:30 horas

PROCESSO : 0206091-14.2022.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : N.G.O.F.
ADVOGADO : 34870/CE - Francisco Barreto Saraiva
REQUERIDO : I.E.B.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:00 horas

PROCESSO : 0206093-81.2022.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
ADOLESCENTE : Anita Evelyn de Sousa Rodrigues
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:01 horas

PROCESSO : 0206094-66.2022.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : João Victor Mota Alexandrino
ADVOGADO : 14503/CE - Fernando Augusto Correia Cardoso Filho
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:34 horas

Quantidade de processos: 557

Fortaleza, 26 de janeiro de 2022

Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo
Juiz Diretor do Foro

VARAS DA JURISDIÇÃO CÍVEL

VARAS CÍVEIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: FRANCISCA MONICA BARROS BRITO DA CONCEIÇAO (OAB 6439/CE) - Processo 0122187-09.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERIDO: Francisco Ernando Tavares dos Santos - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não

podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0191078-77.2019.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - 1.Intimem o autor para, em 15 (quinze) dias, apresentar o paradeiro do veículo que pretende apreender. Sem embargo, e no mesmo prazo, poderá o autor dizer se tem interesse na conversão da ação em execução. 2.Em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa (art. 10, CPC), advirto que, decorrido o prazo assinalado sem o cumprimento do que ordenado, o processo será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 29508/CE), ADV: HARLEY XIMENES DOS SANTOS (OAB 12397/CE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0203508-56.2022.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - REQUERIDA: Ana Hadassa da Silva Oliveira - Vistos etc. O STJ firmou entendimento de que Na ação de busca e apreensão de que trata o Decreto-Lei nº 911/1969, a análise da contestação somente deve ocorrer após a execução da medida liminar. Eis a ementa: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 1.040/STJ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS AO ACÓRDÃO DE AFETAÇÃO. REJEIÇÃO. RECURSO ORIUNDO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº 911/1969. CONTESTAÇÃO. APRESENTAÇÃO ANTES DA EFETIVAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR. CONTROVÉRSIA ACERCA DO MOMENTO DA APRECIAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELO ÓRGÃO JULGADOR. 1. Controvérsia acerca do momento em que a contestação apresentada na ação de busca e apreensão que tramita sob o rito do Decreto-Lei nº 911/1969 deve ser apreciada pelo órgão julgador (Tema 1.040/STJ). 2. Inexistência de omissão ou contradição no acórdão da afetação deste Tema 1.040/STJ. 3. Tese para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: Na ação de busca e apreensão de que trata o Decreto-Lei nº 911/1969, a análise da contestação somente deve ocorrer após a execução da medida liminar. 4. Embargos de declaração opostos ao acórdão de afetação rejeitados. 5. Aplicação ao caso concreto: recurso especial não provido. (REsp 1799367/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 16/09/2021, DJe 04/11/2021) Assim, protraio o exame das teses veiculadas na contestação para o momento da execução da medida liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente. Aguardem os autos a devolução do mandado junto à Central. Publiquem.

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0205105-31.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da

executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0207033-80.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de

Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSE RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0209435-37.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Financeira Sa Cfi - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud

Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: RAPHAEL NEVES COSTA (OAB 225061/SP), ADV: RICARDO NEVES COSTA (OAB 120394/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0210586-38.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des.

Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0228373-80.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida

em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. Antonio Cristiano de Carvalho Magalhães Juiz de Direito

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0241836-89.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas

que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. Antonio Cristiano de Carvalho Magalhães Juiz de Direito

ADV: FÁBIO FRASATO CAIRES (OAB 124809/SP), ADV: FABIO FRASATO CAIRES (OAB 29282A/CE) - Processo 0244341-53.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil Sa - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor.

Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0257314-74.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos - Determino a intimação do apelado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto, em 15 (quinze) dias (CPC 1009, § 1.º). Decorrido o prazo legal, com ou sem o oferecimento das contrarrazões, ordeno, de imediato, a remessa os autos, por ato ordinatório, ao egrégio Tribunal de Justiça. Publiquem.

ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0266337-44.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que entendo ser dever daquele que litiga apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, vez que este já se encontra sobrecarregado de suas atribuições legais, não lhe sendo facultado executar diligências que, por força de lei, são de encargos de quem propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa de eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes precedentes: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator Fabio Tabosa; 29.ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste 1ª. Vara Cível. Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção Recurso desprovido. (TJSP Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação. (TJPE AI 3681107/PE, Relatar: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara Cível, Dj 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Conforme consignado, satisfazer os créditos executados, em ação própria, não localizar bem específico, de propriedade da parte autora, em ação com rito abreviado, previsto em lei (DL 911). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), apenas no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme 1ª Vara Cível; Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam

assegurar a efetividade do processo Recurso provido. (Agravo de Instrumento 2115950-96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, indefiro o pedido da instituição financeira, cabendo-lhe esponte sua efetuar as diligências no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto precípuo da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários, para fins de obter os seus créditos oriundos do contrato de alienação fiduciária celebrado. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o paradeiro onde se encontra o veículo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Publiquem. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Antonio Cristiano de Carvalho Magalhães Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: FERNANDA DE CARVALHO OLIVEIRA (OAB 446404/SP) - Processo 0258302-95.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Fabiano Dutra da Trindade - Vistos etc. HOMOLOGO o pedido de desistência manifestado pela parte autora em ordem a DECLARAR EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 485, VIII do CPC. Custas pelo autor, já recolhidas. Sem honorários, eis que não houve pretensão resistida. Determino, de imediato, e independentemente do trânsito em julgado, e se ainda não providenciado, a retirada da restrição eletrônica do veículo junto à plataforma RENAJUD (art. 3.º, § 9.º, Dec.-lei n.º 911/69). Decorrido o prazo legal sem que tenha havido a interposição de recurso voluntário, certifiquem o trânsito em julgado e arquivem os autos com baixa. Publiquem.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0203708-63.2022.8.06.0001 - Requerimento de Apreensão de Veículo - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Para possibilitar o exame e a concessão da ordem de apreensão, determino que o autor comprove, em improrrogáveis 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas da diligência do oficial de justiça (item IX da Tabela III da Tabela de Custas Processuais). Advirto que a DAE das custas processuais devem ser geradas obrigatoriamente pelo módulo de custas do Portal de Serviços do e-SAJ, sem o qual não haverá efeito de pagamento. Em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa (art. 10, CPC), advirto que, decorrido o prazo assinalado sem a comprovação do recolhimento, o processo será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 485, IV do CPC. Publiquem.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0204600-69.2022.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Sucumbenciais - REQUERENTE: Advocacia Bellinati Perez - Intimem o interessado no cumprimento de sentença para recolher as custas intermediárias de execução de sentença, em 15 (quinze) dias (CPC 290), que consistirá nos valores cobrados no item II da Tabela IV da Tabela de Custas Processuais do TJCE Execução de Sentença incluindo as Guia FERMOJU/Guia DPC/Guia MP. Advirto que a DAE das custas processuais devem ser geradas obrigatoriamente pelo módulo de custas do Portal de Serviços do e-SAJ, sem o qual não haverá efeito de pagamento. Em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa (art. 10, CPC), advirto que, decorrido o prazo assinalado sem a comprovação do recolhimento, o cumprimento de sentença será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 485, IV c/c art. 924, I todos do CPC. Publiquem.

ADV: GILSON VIEIRA CARBONERA (OAB 81926/RS), ADV: ILDA MARA DE CARVALHO ANTUARTE (OAB 34959/CE), ADV: MAURÍCIO TOMAZINI DA SILVA (OAB 36701/SC) - Processo 0205120-29.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Antonio Alberto Sombra - Defiro ao autor os benefícios da justiça gratuita, sob as penas da lei. O direito do consumidor à facilitação da prova das suas alegações em juízo, operada através da inversão do ônus probante, com amparo no art. 6.º, VIII da Lei 8.078/90, é regra de instrução, nas hipóteses em que seja necessário fazê-la, para a solução da lide. E essa necessidade se apura mediante um critério de verossimilhança ou de hipossuficiência das partes envolvidas no processo. De efeito, tal inversão não é op legis, cabendo ao magistrado avaliar acerca da presença de seus pressupostos. No sentido do texto, vale ressaltar o entendimento de Nelson Rosenvald e Cristiano de Farias: “Somente quando o juiz se mostrar perplexo, sem o convencimento firmado a partir da prova produzida, é que deverá lançar mão da inversão do ônus da prova com o propósito de julgar a causa. Assim, é que, mesmo em relação de consumo, o momento de inverter o ônus da prova é o de julgamento da causa, em face de seu caráter eminentemente técnico, na medida em que o consumidor, como parte reconhecidamente mais fraca e vulnerável na relação de consumo, tem de ser tratado de forma diferente, a fim de que se alcance a igualdade real entre os participes da relação” (Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, Direito Civil Teoria Geral, 4.ª edição, pg. 559, Ed. Lúmen Júris). Esse é também o magistério da jurisprudência do STJ que consagra o entendimento no sentido de que “a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial, ut súmula nº 07/STJ” (AgRg no REsp 662.891/PR, 4ª Turma, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJ de 16.5.2005). No mesmo sentido: “PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MAJORAÇÃO DE TARIFAS TELEFÔNICAS. ALEGADA ABUSIVIDADE. PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. NECESSIDADE DO REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA RECURSAL ELEITA. SÚMULA 7/STJ. 1. “A inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial” (AgRg no REsp 662.891/PR, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 16.5.2005). (...) 3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no REsp 851.592/SC, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/02/2009, DJe 26/02/2009) RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS.

ÔNUS DA PROVA. TEORIA DA VEROSSIMILHANÇA PREPONDERANTE. COMPATIBILIDADE, NA HIPÓTESE ESPECÍFICA DOS AUTOS, COM O ORDENAMENTO PROCESSUAL VIGENTE. CONVICÇÃO DO JULGADOR. LIVRE APRECIAÇÃO DA PROVA. PERSUAÇÃO RACIONAL. ARTIGOS ANALISADOS: 212, IV, DO CC; 126, 131, 273, 333, 436 E 461 DO CPC. 1. Ação de reparação por danos materiais e compensação por danos morais ajuizada em 22/7/1999. Recurso especial concluso ao Gabinete em 7/10/2011. 2. Controvérsia que se cinge a definir se o julgamento do mérito da presente demanda, mediante aplicação da teoria da verossimilhança preponderante, violou a regra de distribuição do ônus da prova. 3. De acordo com o disposto no art. 333 do CPC, ao autor incumbe provar os fatos constitutivos de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. 4. O ônus da prova, enquanto regra de julgamento - segundo a qual a decisão deve ser contrária à pretensão da parte que detinha o encargo de provar determinado fato e não o fez -, é norma de aplicação subsidiária que deve ser invocada somente na hipótese de o julgador constatar a impossibilidade de formação de seu convencimento a partir dos elementos constante dos autos. 5. Em situações excepcionais, em que o julgador, atento às peculiaridades da hipótese, necessita reduzir as exigências probatórias comumente reclamadas para formação de sua convicção em virtude de impossibilidades fáticas associadas à produção da prova, é viável o julgamento do mérito da ação mediante convicção de verossimilhança. 6. A teoria da verossimilhança preponderante, desenvolvida pelo direito comparado e que propaga a ideia de que a parte que ostentar posição mais verossímil em relação à outra deve ser beneficiada pelo resultado do julgamento, é compatível com o ordenamento jurídico-processual brasileiro, desde que invocada para servir de lastro à superação do estado de dúvida do julgador. É imprescindível, todavia, que a decisão esteja amparada em elementos de prova constantes dos autos (ainda que indiciários). Em contrapartida, permanecendo a incerteza do juiz, deve-se decidir com base na regra do ônus da prova. 7. O juiz deve formar seu convencimento a partir dos elementos trazidos a juízo, mas constitui prerrogativa sua apreciar livremente a prova produzida. 8. No particular, infere-se da leitura do acórdão recorrido que os fatos alegados no curso da fase de instrução foram examinados pelo Tribunal de origem e que a prova produzida foi devidamente valorada, de modo que a formação da convicção dos julgadores fundou-se nas circunstâncias fáticas reveladas pelo substrato probatório que integra os autos. 9. Negado provimento ao recurso especial. (GRIFEI) (RESP 1320295/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 29/11/2013) Em conclusão: a inversão do ônus da prova, que fica à critério do juiz, segundo critérios de (a) hipossuficiência do autor e de (b) verossimilhanças de suas alegações, é regra de instrução, devendo a decisão judicial que a determinar ser proferida "preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo, a reabertura de oportunidade (RESP 802.832/MG, 2ª Seção, DJ 21.9.2011)" (ERESP 422.778/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/02/2012, DJe 21/06/2012). No caso dos autos, não há, nem uma coisa, nem outra. É que, na hipótese, e imperioso que se faça essa observação, a inicial não traz qualquer referência à demonstração da taxa de juros praticada ou contratada. No que diz respeito à verossimilhança, não é razoável [verossímil] conceber que o autor, ao adquirir produto bancário de empréstimo consignado em casa especializada, seja através de agente financeiro, seja pela própria instituição financeira, não indagasse acerca das taxas de juros do financiamento do mercado financeiro para saber qual a mais vantajosa e também o valor da parcela mensal. A inversão do ônus da prova não pode se prestar a transmitir ao fornecedor de produtos ou serviços a incumbência de produzir a contraprova de fato que a experiência comum mostra desarrazoado. As regras e práticas comerciais arraigadas na sociedade afirmam que as empresas que trabalham com empréstimo consignado sempre divulgam e orientem aos que se mostram interessados na aquisição de seus produtos, os índices de maior e menor valor, dentre as praticadas pelo mercado financeiro, além do que a conduta daquele que pretenda tomar empréstimo reclama por uma análise detalhada sobre o produto e, principalmente, da forma de pagamento, para que só então se conclua pela aquisição. Seria, assim, pouco aceitável a tese de que o autor tomou empréstimo sem averiguar as taxas de juros empregadas. Em segundo lugar, não me parece crível a afirmação do autor de que após o pagamento de algumas parcelas, não tivesse condições financeiras de continuar a adimplir as parcelar, em razão do seu elevado valor. Ora, é prática comercial corrente que a cédula de crédito na modalidade de empréstimo consignado aplica prestações iguais e sucessivas, com encargos financeiros estipulados. Por isso, é inaceitável a afirmação de surpresa com os encargos que lhe foram apresentados ou com a alegada falta de condições financeiras. Não há, portanto, verossimilhança em suas alegações. A hipossuficiência, por sua vez, também não se verifica, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista técnico ou jurídico. Inicialmente, imperioso divisar que o conceito do estado de hipossuficiente, de presunção relativa [iurus tantum], é entendida como característica particular de cada consumidor, no caso concreto, a partir dos parâmetros dispostos no art. 6.º, VIII do CDC, do conceito de vulnerabilidade, traço inerente a todo consumidor, com presunção absoluta [iuris et de iure], conforme disposto no art. 4.º, I. A matéria em discussão empréstimo consignado em folha já afasta por si só qualquer discussão quanto à hipossuficiência econômica. A hipossuficiência técnica, por sua vez, entendida como decorrente do fato de o consumidor não possuir conhecimentos específicos sobre os produtos e/ou serviços que está adquirindo, ficando sujeito aos imperativos do mercado, tendo como único aparato a confiança na boa-fé da outra parte, é afastada pelo argumento que utilizei quando falei da verossimilhança. Não é razoável supor que alguém, ao tomar empréstimo, com destacado dispêndio financeiro, não se informe ao menos quanto aos encargos financeiros praticados. Por fim, no que diz respeito à hipossuficiência jurídica, também não diviso presente, sobretudo, pelo esclarecimento que mostrou o autor, a partir da leitura da petição inicial. Não há, portanto, por qualquer ótica que se analise a questão, motivo algum para que seja operada a inversão do ônus da prova em favor do consumidor nos casos como o dos autos. Fixada, portanto, a premissa de que cabe ao autor a demonstração dos fatos constitutivos de seu direito (art. 373, I, CPC), com a apresentação do inteiro teor das cláusulas do contrato para exame das cláusulas e das teses afirmadas na petição inicial quanto à abusividade na nas taxas de juros praticadas acima dos índices médios do mercado e divulgadas pelo BCB; à impossibilidade da capitalização em periodicidade inferior à anual; à limitação dos juros moratórios e remuneratórios; e à vedação da cumulatividade da comissão de permanência com outro encargo contratual, indefiro a inversão do ônus, determinando que o promovente complete a petição inicial, fazendo a juntada aos autos da cédula de crédito bancária em 15 (quinze) dias. Todavia, se já tenha tentado obter o contrato junto à instituição financeira, em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa (art. 10, CPC), determino que o autor comprove, em 15 (quinze) dias, a apresentação de requerimento administrativo válido e eficaz (com procuração com poderes especiais e pagamento dos encargos) dirigido à instituição financeira com o fim de obter a cédula de crédito que pretende a exibição. Advirto que, decorrido o prazo assinalado sem que haja a comprovação, a petição inicial será indeferida e o processo extinto pela falta de interesse de agir com fundamento no art. 485, VI c/c o art. 330, III, do CPC. Publiquem.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: VICTOR QUEIROZ DA COSTA (OAB 20523/CE), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0140955-80.2016.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Sucumbenciais - EXEQUENTE: Hudson José Ribeiro - EXECUTADO: Onesmo da Silva - Vistos etc. HOMOLOGO o pedido de desistência manifestado pela parte autora em ordem a DECLARAR EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 485, VIII do CPC. Condeno o autor nas custas processuais, cuja cobrança e exigibilidade ficará suspensa por até 5 (cinco) anos [art. 98, § 3.º, CPC] em razão da gratuidade judiciária que ora defiro. Deixo de condenar o autor nos honorários advocatícios, em razão da inexistência de pretensão resistida. Decorrido o prazo legal sem que tenha havido a interposição de recurso voluntário, certifiquem o trânsito em julgado e arquivem os autos com baixa. Publiquem.

ADV: FABIO NOGUEIRA ROCHA (OAB 14833/CE), ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSE RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0149596-23.2017.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Sucumbenciais - EXEQUENTE: Hudson José Ribeiro - EXECUTADO: Gilberkennedy José do Nascimento - Vistos etc. HOMOLOGO o pedido de desistência manifestado pela parte autora em ordem a DECLARAR EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 485, VIII do CPC. Condeno o autor nas custas processuais, cuja cobrança e exigibilidade ficará suspensa por até 5 (cinco) anos [art. 98, § 3.º, CPC] em razão da gratuidade judiciária que ora defiro. Deixo de condenar o autor nos honorários advocatícios, em razão da inexistência de pretensão resistida. Decorrido o prazo legal sem que tenha havido a interposição de recurso voluntário, certifiquem o trânsito em julgado e arquivem os autos com baixa. Publiquem.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0201813-67.2022.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Vistos etc. HOMOLOGO o pedido de desistência manifestado pela parte autora em ordem a DECLARAR EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 485, VIII do CPC. Custas pelo autor, já recolhidas. Sem honorários, eis que não houve pretensão resistida. Determino, de imediato, e independentemente do trânsito em julgado, e se ainda não providenciado, a retirada da restrição eletrônica do veículo junto à plataforma RENAJUD (art. 3.º, § 9.º, Dec.-lei n.º 911/69). Decorrido o prazo legal sem que tenha havido a interposição de recurso voluntário, certifiquem o trânsito em julgado e arquivem os autos com baixa. Publiquem.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0287295-17.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Vistos etc. Havendo a informação de quitação administrativa do contrato e o pedido de extinção da ação pela instituição financeira, a pretensão do credor quanto à retomada da coisa móvel dada em garantia de alienação fiduciária perdeu o seu objeto. Portanto, assento a falta de interesse de agir superveniente e extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VI do CPC. No que concerne aos encargos sucumbenciais e segundo a orientação do STJ: Sendo o processo julgado extinto, sem resolução de mérito, cabe ao julgador perscrutar, ainda sob a égide do princípio da causalidade, qual parte deu origem à extinção do processo sem julgamento de mérito, ou qual dos litigantes seria sucumbente se o mérito da ação fosse, de fato, julgado (RESP 1641160/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 21/03/2017). A situação versada nos autos demonstra que é inviável imputar a uma ou a outra parte a responsabilidade pelos ônus sucumbenciais, mostrando-se adequado que cada uma das partes suporte os encargos relativos aos honorários advocatícios e às custas processuais. Ante o exposto, considerando o pedido de extinção com a informação de quitação da cédula bancária, DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI do CPC, em razão da perda superveniente do interesse de agir. As custas processuais serão rateadas pelas partes, respeitados os efeitos da gratuidade judiciária eventualmente concedida [CPC, 98, § 3.º]. Considerando a composição extrajudicial operada, cada parte arcará com os honorários dos seus respectivos advogados. Determino, de imediato, a retirada da restrição judicial do veículo junto ao portal RENAJUD (art. 3.º, § 9.º, Dec.-lei n.º 911/69), se for o caso. Sem recurso voluntário, certifiquem o trânsito em julgado e arquivem os autos com baixa. Publiquem.

ADV: NISSIAS REGINA LIBERATO BOMFIM (OAB 21165/CE) - Processo 0288994-43.2021.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Amisterdan de Lima Ximenes - Vistos etc. A providência reclamada neste processo foi alcançada nos autos do processo principal 0284551-49.2021.8.06.0001, pelo que proclamo o prejuízo da tutela cautelar. Sem custas, em face da gratuidade e sem honorários, eis que ausente pretensão resistida. Arquivem. Publiquem.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0097/2022

ADV: DANIEL TEOFILO DE SOUZA (OAB 16252/CE) - Processo 0032694-45.2021.8.06.0001 (processo principal 0012076-41.2005.8.06.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cheque - REQUERENTE: Alexandre Kruel Jobim - Intime-se a parte requerente, através do seu advogado, para emendar a inicial do presente incidente, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte forma: a) recolher as custas processuais do incidente, nos termos da tabela de custas do TJ-CE, sob pena de cancelamento da distribuição; b) juntar documentos que demonstrem indícios quanto ao preenchimento dos requisitos objetivos (incapacidade de satisfação do débito) e subjetivos (abuso de personalidade e confusão patrimonial), que ensejam a incidência da desconsideração da personalidade jurídica, sob pena de indeferimento da inicial; c) proceder com a qualificação dos sócios que deseja atingir com eventual deferimento da desconsideração da personalidade jurídica, recolhendo-se as custas diligenciais pertinentes, sob pena de indeferimento da inicial. Após, voltem-me os autos conclusos emenda à inicial.

ADV: JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE) - Processo 0038628-04.2009.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUIDO: Agarina Drumond Fonteles - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte executada para se manifestar acerca do bloqueio retro realizado em sua(s) conta(s) bancária(s), via o sistema SISBAJUD, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do § 3º, do art. 854, do CPC. A intimação acima deve ser realizada através do advogado da parte devidamente habilitado nos autos e, em caso de inexistência, deverá ser realizada intimação pessoal pelo portal e/ou pelos correios.

ADV: ANDRE PINTO PEIXOTO (OAB 17284/CE), ADV: MARIO DOS MARTINS COELHO BESSA (OAB 15254/CE) - Processo 0100251-40.2007.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Lps Transporte Ltda - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a certidão retro, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE) - Processo 0101681-56.2009.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco

S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE) - Processo 0115266-29.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Spe Fortaleza Shopping S/a. e outros - EXECUTADA: Mônica Parente Coelho e outro - Ciente da decisão do Juízo Ad Quem, às fls. 894/896. Recolha-se imediatamente o mandado de fl. 893, sem cumprimento, pois inexiste nos autos ordem da sua expedição, tampouco foi assinado pelo Magistrado. Diante da informação do endereço da fonte pagadora da parte executada, juntada de planilha do débito e recolhimento das custas diligenciais, expeça-se mandado de intimação para a empresa Cosbel Distribuidora de Cosméticos Ltda, por mandado, no endereço indicado à fl. 889, para que proceda com a penhora mensal, no percentual de 30% (trinta por cento), sobre os rendimentos da executada Mônica Parente Coelho CPF nº 122.338.033-53, deduzidos os descontos oficiais, percentual a ser descontado na folha de pagamento da executada e depositado em conta judicial a disposição deste juízo, vinculada ao presente processo, até o montante do débito (R$ 584.777,58). Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0118200-09.2009.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: IRESOLVE COMPAHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINACEIROS S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: CLÓVIS MAPURUNGA ADVOGADOS S/S (OAB 244/CE), ADV: CLOVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 4203/CE), ADV: INOCENCIO RODRIGUES UCHOA (OAB 3274/CE), ADV: ANTONIO EMERSON SATIRO BEZERRA (OAB 18236/CE), ADV: DJACIR RIBEIRO PARAHYBA NETO (OAB 18567/CE) - Processo 0126990-30.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Prisma Empreendimentos Imobiliários Ltda - EXECUTADO: Lourenço Ocuni Cá e outro - Isto posto, converto em penhora, independentemente de termo, o valor bloqueado de R$ 3.206,82 (três mil, duzentos e seis reais e oitenta e dois centavos), bem como os demais valor não impugnados, R$ 602,53 (Caixa Econômica Federal) e R$ 388,27 (Banco do Brasil), até ulterior deliberação. Determino o desbloqueio o valor de 1.714,49 (um mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos), intimando-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar conta bancária para expedição de alvará de transferência e, após, informada a conta para transferência pelo devedor, voltem-me os autos para apreciação do pedido de alvará. Somente após o decurso do prazo da presente decisão, apreciarei eventual pedido de levantamento pelo credor. Intimem-se.

ADV: IGOR MACIEL ANTUNES (OAB 74420/MG) - Processo 0133972-70.2013.8.06.0001/01 - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Darp Jive Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - O Banco Itaú Unibanco S/A não faz mais parte do polo ativo da ação executiva, uma vez que cedeu o crédito para a empresa DARP JIVE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, devendo-se proceder com as anotações pertinentes. Isto posto, intime-se o advogado Igor Maciel Antunes - OAB/MG 74421 para juntar aos autos procuração lhe outorgando poderes para representar a empresa DARP JIVE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme já determinado nos autos da ação executiva.

ADV: CARLOS RODRIGO MOTA DA COSTA (OAB 14751/CE), ADV: FERNANDA ROCHELLE SILVEIRA SILVA DA COSTA (OAB 19220/CE) - Processo 0141875-49.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Espólio de Jaime Tomaz de Aquino - Intime-se a parte autora, através do seu advogado, para informar acerca do andamento do agravo de instrumento interposto, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando-se cópia da decisão do Juízo Ad Quem.

ADV: JOAO PAULO ARRUDA BARRETO CAVALCANTE (OAB 22880/CE) - Processo 0145434-82.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: RAPHAEL CAVALLI GOMES (OAB 97605/RS) - Processo 0151818-32.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ordenhadeiras Sulinox Ltda - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: CICERO EDIVAN OLIVEIRA LIMA (OAB 39807/CE) - Processo 0158322-15.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Vitor Flaviano de Matos - Intime-se a parte autora, através do seu advogado, para informar acerca do andamento do agravo de instrumento interposto, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando-se cópia da decisão do Juízo Ad Quem.

ADV: LUCAS MILITAO DE SA (OAB 18144/CE) - Processo 0165731-76.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Turandot - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: ANTONIO LEITE TAVARES (OAB 1838/CE), ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE), ADV: JOÃO LEITE MENDONÇA TAVARES (OAB 29500/CE) - Processo 0167719-06.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará ,intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, juntada como peça sigilosa, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: CLÁUDIA CUSTÓDIO SIMÕES (OAB 4014/SE), ADV: ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 6814/CE), ADV: ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO (OAB 23462/CE) - Processo 0170874-80.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Conforme disposição expressa no Provimento

nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, juntada como peça sigilosa, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0173368-15.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, juntada como peça sigilosa, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0173454-25.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: DANIEL DE SOUZA (OAB 150587/SP), ADV: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS (OAB 23134/SP), ADV: FRANCISCO GOMES COELHO (OAB 1745/CE) - Processo 0175554-50.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (BRASIL) S.A - Levando em consideração a ausência de citação da parte executada, bem como ausência de representação no acordo, determino a intimação da parte exequente, através do seu advogado, para juntar aos autos o acordo noticiado nos autos devidamente assinado pela parte executada com reconhecimento de firma, para fins de homologação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido, com a consequente extinção da ação pela ausência do interesse de agir.

ADV: LARA COSTA DE ALMEIDA (OAB 18775/CE), ADV: IVANA JEREISSATI GUEDES (OAB 5223/CE), ADV: FRANCISCO WELVIO URBANO CAVALCANTE (OAB 14814/CE) - Processo 0178652-33.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Imobiliary Ary Ltda - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0189066-27.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a certidão retro e retorno do AR juntado nos autos, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 14503/CE) - Processo 0202939-70.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Multipla Credito, Financiamento e Investimento S.A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0205939-10.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, juntada como peça sigilosa, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: ANTONIA ALINE GUERRA E SOUSA (OAB 31599/CE), ADV: TIAGO GUEDES DA SILVEIRA NOGUEIRA (OAB 25696/CE), ADV: ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA (OAB 32329/CE), ADV: HERBET DE CARVALHO CUNHA (OAB 25241/CE), ADV: DANIEL AQUINO MENDES (OAB 23904/CE) - Processo 0236806-73.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Bosque Água Fria - Intime-se a parte autora, através do seu advogado, para informar acerca do andamento do agravo de instrumento interposto, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando-se cópia da decisão do Juízo Ad Quem.

ADV: NICOMEDES MARTINS DE FIGUEIREDO (OAB 23314/CE) - Processo 0266751-42.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0195206-43.2019.8.06.0001) - Embargos à Execução - Cheque - EMBARGANTE: Raimundo Alberto Carneiro - Isto posto, verificando que as guias de parcelamento não foram emitidas até o presente momento nos autos, hei por bem, deferir o pedido de fls. 193/194, determinando que a SEJUD proceda com a emissão das guias de parcelamento, em 5 (cinco) vezes, tendo como início o mês de fevereiro de 2022, cujo o recolhimento deverá ocorrer pontualmente até o dia 15 do respectivo mês, e assim sucessivamente até o último mês (junho/2022), sob pena de revogação da ordem. Após o pagamento da primeira parcela, voltem-me os autos conclusos emenda à inicial. Somente após a emissão das guias, intime-se a parte embargante para recolhimento.

ADV: VIVIANE CHAVES DOS SANTOS (OAB 9880/CE), ADV: MARIA ALESSANDRA BRASILEIRO DE OLIVEIRA (OAB 12149/CE) - Processo 0350896-32.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUIDO: Antonio Pessoa de Albuquerque e outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte executada para se manifestar acerca do bloqueio retro realizado em sua(s) conta(s) bancária(s), via o sistema SISBAJUD, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do § 3º, do art. 854, do CPC. A intimação acima deve ser realizada através do advogado da parte devidamente habilitado nos autos e, em caso de inexistência, deverá ser realizada intimação pessoal pelo portal e/ou pelos correios.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0379695-85.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a - Intime-se a parte autora, através do seu advogado, para informar acerca do andamento do agravo de instrumento interposto, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando-se cópia da decisão do Juízo Ad Quem.

ADV: MARCELO SAMPAIO SIQUEIRA (OAB 9107/CE), ADV: MICHEL MASCARENHAS SILVA (OAB 18916/CE) - Processo 0436939-69.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Luiz Tadeu Jereissati - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, juntada como peça sigilosa, requerendo o que for de direito

para o prosseguimento do feito.

ADV: LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES (OAB 22373/CE), ADV: ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 6814/CE), ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE) - Processo 0465578-97.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: CAROLINE BRASIL DE CARVALHO ROCHA (OAB 21810/CE), ADV: GERMANA VASCONCELOS DE ALCANTARA (OAB 14966/CE), ADV: SUMAIA ANDREA SANCHO DE CARVALHO ROCHA (OAB 10497/CE), ADV: JOSE CARLOS MEIRELES DE FREITAS (OAB 2790/CE) - Processo 0789404-79.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Colegio Christus (atraves Da) Apel - Associacao Pro-ensino S/c Ltda - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta realizada, retro, requerendo o que for de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE), ADV: CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE) - Processo 0842401-48.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através do seu advogado, para se manifestar acerca da resposta negativa do sistema SISBAJUD retro, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

ADV: CARLOS ALBERTO DE SOUSA ARAUJO (OAB 21324/CE), ADV: CARLOS SAMUEL DE GOIS ARAUJO (OAB 29852/CE) - Processo 0886601-43.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXECUTADO: Thiago Barreto Machado - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte executada para se manifestar acerca do bloqueio retro realizado em sua(s) conta(s) bancária(s), via o sistema SISBAJUD, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do § 3º, do art. 854, do CPC. A intimação acima deve ser realizada através do advogado da parte devidamente habilitado nos autos e, em caso de inexistência, deverá ser realizada intimação pessoal pelo portal e/ou pelos correios.

ADV: FRANCISCO ADRIANO OLIVEIRA PINTO (OAB 12525/CE) - Processo 0914964-40.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXECUTADO: Tanios Moussa Agnatios e outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte executada para se manifestar acerca do bloqueio retro realizado em sua(s) conta(s) bancária(s), via o sistema SISBAJUD, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do § 3º, do art. 854, do CPC. A intimação acima deve ser realizada através do advogado da parte devidamente habilitado nos autos e, em caso de inexistência, deverá ser realizada intimação pessoal pelo portal e/ou pelos correios.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0098/2022

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0211606-45.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A - Defiro o pedido retro. Intime-se a parte exequente para, no prazo de quinze (15) dias, recolher as custas das duas (02) diligências de citação por oficial de justiça, e somente após, expeçam-se mandados para os endereços informados.

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0518929-96.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - EXEQUENTE: Banco Itau Unibanco S.a - Defiro o pedido retro. Intime-se a parte exequente para, no prazo de quinze (15) dias, recolher as custas das duas (02) diligências de citação por oficial de justiça, e somente após, expeçam-se mandados para o endereço informado.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0099/2022

ADV: ALBERTO XAVIER PEDRO (OAB 26935/PR), ADV: GABRIELA SIQUEIRA BORBA (OAB 24265/PE) - Processo 0209623-40.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Codequip Locação de Bens Móveis Ltda Epp. - EXECUTADO: Wind Power Energia S.a - Isto posto, hei por bem, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, julgar por sentença, sem a apreciação do mérito, a extinção do feito pela ausência de pressupostos processuais válido e regular do processo, diante da novação da dívida perante o juízo da ação de recuperação judicial. Custas ex lege (já recolhidas) e honorários pelas partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.

ADV: MIGUEL AGOSTINHO MARQUES DA COSTA (OAB 2124/CE), ADV: TARCISIO BRILHANTE DE HOLANDA (OAB 2089/CE), ADV: FRANCISCO IRAPUAN DE PAIVA CAMPOS (OAB 2148/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0318502-69.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco do Estado do Ceará S.a - Bec - EXEQUIDO: Felipe Cabral de Araujo - Pedro Casemiro Araujo Neto - Isto posto, hei por bem, com fulcro nos dispositivos legais citados, e na jurisprudência, acolher os presentes embargos de declaração, por entender que a decisão foi omissa e contraditória. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos planilha do débito atualizada, tendo em vista o tempo decorrido da última planilha nos autos e, após, voltem-me para apreciação do pedido de arresto, via o sistema SisbaJud, nas contas do devedor ainda não citado, Felipe Cabral de Araújo. Intimem-se, inclusive com a reabertura do prazo do recurso cabível. Decorrido o prazo, certifique-se somente o seu decurso (não havendo que se falar em trânsito em julgado) e voltem-me os autos. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0100/2022

ADV: EMANUELLE BENEVIDES LISBOA DE CARVALHO (OAB 25653/CE) - Processo 0224608-04.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Manhattan Square Garden - Isto posto, hei por bem, com fulcro no art. 924, II, do CPC, julgar por sentença extinta a execução, pela satisfação da obrigação. Custas ex lege (já recolhidas) e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA (OAB 17879/PE) - Processo 0467022-82.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S/A - Isto posto, HOMOLOGO por sentença o pedido de desistência da parte exequente (fl. 88), sem a apreciação de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto a extinção do processo, tudo na forma do art. 775, do Código de Processo Civil. Comunique-se ao Juízo Ad Quem acerca da presente sentença. Custas ex lege (já recolhidas) e sem honorários, haja vista que não foi formada a relação processual. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.

ADV: EDUARDO CARNEIRO DOS SANTOS (OAB 7246/CE), ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: LUCIANA JEREISSATI NUNES (OAB 16550/CE) - Processo 0498761-59.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Industrial Conventos S/A - EXEQUIDO: Sandra Nara Sanders Freitas - Murano Revestimentos Ceramicos S/A e outros - Isto posto, hei por bem, com fulcro no art. 485, III, § 1º, do CPC, julgar por sentença o presente processo, sem a apreciação de mérito, determinando a extinção do feito, haja vista a desídia da parte exequente na continuidade do processo. Custas ex lege (já recolhidas) e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0101/2022

ADV: EMANUELLE BENEVIDES LISBOA DE CARVALHO (OAB 25653/CE) - Processo 0224608-04.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Manhattan Square Garden - Isto posto, hei por bem, com fulcro no art. 924, II, do CPC, julgar por sentença extinta a execução, pela satisfação da obrigação. Custas ex lege (já recolhidas) e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA (OAB 17879/PE) - Processo 0467022-82.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S/A - Isto posto, HOMOLOGO por sentença o pedido de desistência da parte exequente (fl. 88), sem a apreciação de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto a extinção do processo, tudo na forma do art. 775, do Código de Processo Civil. Comunique-se ao Juízo Ad Quem acerca da presente sentença. Custas ex lege (já recolhidas) e sem honorários, haja vista que não foi formada a relação processual. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.

ADV: EDUARDO CARNEIRO DOS SANTOS (OAB 7246/CE), ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: LUCIANA JEREISSATI NUNES (OAB 16550/CE) - Processo 0498761-59.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Industrial Conventos S/A - EXEQUIDO: Sandra Nara Sanders Freitas - Murano Revestimentos Ceramicos S/A e outros - Isto posto, hei por bem, com fulcro no art. 485, III, § 1º, do CPC, julgar por sentença o presente processo, sem a apreciação de mérito, determinando a extinção do feito, haja vista a desídia da parte exequente na continuidade do processo. Custas ex lege (já recolhidas) e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0102/2022

ADV: SAULO REGIS BEZERRA COSTA (OAB 25269/CE) - Processo 0121673-51.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Adriana Flávia Peixoto Aragão - EXECUTADA: Diana Nara Gonçalves dos Santos - HOMOLOGO por sentença a transação firmada entre as partes (fls. 125/128), com a apreciação de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto a extinção do processo em epígrafe, tudo na forma dos arts. 354, 487, III, alínea b, do Código de Processo Civil e 840 do Código Civil Brasileiro. Com base na Portaria nº 557/2020, da Presidência do TJ-CE, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução nº 313/2020, do CNJ, determino a intimação da parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar conta bancária para expedição de alvará de transferência, e após, informada a conta para transferência pela devedora, voltem-me os autos para apreciação do pedido de alvará. Custas e honorários na forma do acordo. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: THIAGO MEREGE PEREIRA (OAB 302222/SP), ADV: FERNANDO BARBOSA DE SOUZA (OAB 15979/DF) - Processo 0042120-72.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Portus - Instituto de Seguridade Social - RÉU: Centrais Eletricas Brasileiras S/A - Eletrobras - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito a prejudicial da contestação e (II) julgo improcedente a ação. Condeno a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios de (1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo

sistema.

ADV: AURIBERTO CUNTO GURGEL (OAB 34863/CE), ADV: ISMENIA MARIA SOUSA CAMPELO (OAB 13894/CE), ADV: WYLLERSON MATIAS ALVES DE LIMA (OAB 13975/CE) - Processo 0102647-04.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniel Matos de Moura Brasil - REQUERIDO: Magna Engenharia Ltda. - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito a preliminar da contestação e (II) julgo procedente a ação para condenar a requerida a pagar ao requerente (II.1) restituição da quantia de R$ 7.153,08 (sete mil, cento e cinquenta e três reais e oito centavos) acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o evento danoso) e (II.2) indenização pelos danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) acrescido de correção monetária (pelo INPC a partir deste arbitramento) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o evento danoso). Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: RAFAEL CARNEIRO DE CASTRO (OAB 17275/CE), ADV: THAIS CATARINNE UCHOA DE OLIVEIRA (OAB 31361/CE), ADV: MAGDA GOMES DE MATOS (OAB 28151/CE) - Processo 0104607-63.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vega S/A Transporte Urbano - REQUERIDA: Consuelo Targino da Silva - DIANTE DO EXPOSTO, (I) acolho a 1ª preliminar da contestação, concedendo gratuidade judiciária para a requerida, (II) rejeito as 2ª e 3ª preliminares da contestação, considerando a tempestividade da contestação ao pedido contraposto e presença de interesse processual, (III) julgo improcedente a ação e (IV) julgo improcedente o pedido contraposto. Condeno a requerente (na ação indenizatória) ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios de (1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Condeno a requerida (no pedido contraposto) ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios de (1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirta-se as partes que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: ADRIANA DE AZEVEDO PEIXOTO (OAB 27573/RS), ADV: FELIPE JUNQUEIRA CASTELLI (OAB 253271/SP), ADV: AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: RAFAEL DE SOUZA LACERDA (OAB 300694/SP), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142/CE), ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE) - Processo 0108259-20.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Bs Design Empreendimento Imobiliário Ltda - REQUERIDO: BACO DAYCOVAL S/A - Banco Bradesco S.A - Banco Safra Safra S/A - ATLANTA FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL - Plata Fidc Multissetorial e outro - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito a preliminar da contestação, mantendo o interesse processual da requerente, (II) ratifico decisão liminar proferida às págs. 84-89, determinando (II.1) baixa dos protestos descritos nesta causa, (II.2) proibição de novas inscrições oriundas da relação comercial com a 1ª requerida e (II.3) exclusão da requerente do cadastro de inadimplentes em relação as dívidas discutidas nestes autos) e (III) julgo parcialmente procedente a ação para (III.A) anular as cessões de crédito reclamadas nesta demanda e (III.B) indeferir o pedido de indenização pelos danos morais. Considerando a sucumbência recíproca (porque formulado 5 pedidos e acolhidos 4, gerando o dever de distribuição desse ônus Art. 86 do CPC) e que os honorários sucumbenciais não são passíveis de compensação (Art. 85, §14 do CPC), condeno a requerente a pagar 10% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC; enquanto que condeno a 1ª, 5ª e 6ª requeridas a pagarem 90% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO (OAB 14439/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE), ADV: MARIA ENEIDA LIMA (OAB 4922/CE) - Processo 0115483-72.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Condominio do Edificio Recanto dos Pássaros - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - DIANTE DO EXPOSTO, julgo parcialmente procedente a ação para (I) indeferir o pedido de anulação da transação objeto desta causa, cabendo ao requerente pagar as parcelas mensais do acordo firmado, (II) determinar que o requerente efetue o pagamento das mensalidades do serviço prestado pela requerida no valor de R$ 1.068,00 a partir de fevereiro/2019, até que seja implantado o hidrômetro em seu estabelecimento e haja uma ponderação do custo mensal deste serviço cuja diferença eventuais existentes (superiores ou inferiores) serão compensadas em sede de cumprimento de sentença e (III) declaro prejudicado o pedido de repetição de indébito. Considerando a sucumbência recíproca (porque formulado 3 pedidos, rejeitado 1 e acolhido 1, gerando o dever de distribuição desse ônus Art. 86 do CPC) e que os honorários sucumbenciais não são passíveis de compensação (Art. 85, §14 do CPC), condeno o requerente a pagar 50% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC; enquanto que condeno a requerida a pagar 50% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Intimem-se as partes, uma

vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: CAMILA FERREIRA FERNANDES (OAB 29828/CE), ADV: FELIPE LOURENÇO BOTURÃO FERREIRA (OAB 22077/ES) - Processo 0124885-80.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Franquia - REQUERENTE: Sobrancelhas Design Participações Eireli - REQUERIDO: Sobrancelhas Design Mogi das Cruzes Ltda - Me. - DIANTE DO EXPOSTO,(I) rejeito a preliminar da contestação, mantendo a competência deste juízo para apreciar o pedido, (II) ratifico a decisão liminar proferida às págs. 160-162, ampliada as págs. 180-182 e mantida pelo TJCE as págs. 630-635 e 684-690, determinado a requerida (II.1) devolver todo os equipamentos fornecidos com a franquia objeto desta causa, (II.2) não utilizar a marca em apreço e (II.3) abstenção de exercício de atividade semelhante a franquia em comento pelo período de 12 meses contados da citação e (III) julgo procedente a ação para condenar a requerida a pagar a requerente (III.1) débito contratual de R$ 15.179,08 (quinze mil, cento e setenta e nove reais e oito centavos), acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o vencimento da obrigação), (III.2) multa contratual rescisória de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o vencimento da obrigação) e (III.3) indenização pelos lucros cessantes, contado do encerramento do contrato em 29.03.2019 até a paralisação da atividade no valor mensal de R$ 2.560,63 (dois mil, quinhentos e sessenta e três reais), acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o vencimento da obrigação). Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de em R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), consoante art. 85, §8º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: MELKZEDEC TEIXEIRA DA FONSECA (OAB 25503/CE), ADV: NATALIA PINTO TORRES DE MELO ROMCY (OAB 27342/CE), ADV: JOÃO NOGUEIRA PONTE JUCÁ FILHO (OAB 33761/CE), ADV: THOMAS DE CARVALHO SILVA (OAB 20498/CE) - Processo 0134905-04.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Antônio Marciano Pereira de Lima e outro - REQUERIDO: Musa Construtora Ltda - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito a preliminar da contestação, mantendo a gratuidade judiciária aos requerentes, (II) ratifico a decisão liminar proferida às págs. 417-419, determinando que a requerida realize em proveito dos requerentes a troca das cerâmicas de todo o apartamento objeto desta causa, por outras que estas estejam previstas no memorial descritivo do imóvel e (III) julgo procedente a ação para condenar a requerida a efetuar em proveito dos requerentes (III.1) realização de uma demão de tinta para pintura integral do imóvel em apreço com uso de marca tinta presente no memorial, (III.2) reforma do sistema de esgoto do banheiro do imóvel em comento para que seja eliminado definitivamente o odor e o retorno de esgoto e fezes pelos ralos e (III.3) pagamento de indenização pelos danos morais na quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de correção monetária (pelo INPC a partir deste arbitramento Súmula 362 do STJ) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o evento danoso Súmula 54 do STJ). Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de em R$ 2.000,00 (dois mil reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação Súmula 14 do STJ) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão Art. 85, §16, do CPC). Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirta-se as partes que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: JOSE CARLOS CONSTANTINO MARTINS (OAB 10105/CE), ADV: LUIS SERGIO BEZERRA DE QUEIROZ (OAB 25481/CE) - Processo 0136896-78.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Condomínio Edifício Conselheiro Estelita - REQUERIDO: Raimundo Rodrigues de Souza - DIANTE DO EXPOSTO, (I) acolho a preliminar da contestação, concedendo gratuidade judiciária ao requerido e (II) julgo parcialmente procedente a ação para (II.1) indeferir o pedido de dano moral e (II.2) condenar o requerido a pagar indenização pelos danos materiais no valor de R$ 15.794,22 (quinze mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o vencimento da obrigação). Considerando a sucumbência recíproca (porque formulado 3 pedidos e acolhidos 2, gerando o dever de distribuição desse ônus Art. 86 do CPC) e que os honorários sucumbenciais não são passíveis de compensação (Art. 85, §14 do CPC), condeno o requerente a pagar 30% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC; enquanto que condeno o requerido a pagar 70% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: ESTENIO DE OLIVEIRA LEITÃO (OAB 28593/CE) - Processo 0171494-24.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Katiana Macena de Sousa - Esgotados todos os meios de localização do endereço atualizado do requeridos, defiro o pedido de citação por edital, nos termos do art. 256 do CPC, devendo ser expedido com prazo de 30 dias. Considerando que ainda não foi implementado pelo CNJ a Plataforma de Editais prevista no inciso II, art. 257 do CPC, determino a publicação do edital a ser expedido 01 (uma) vez no DJe do Poder Judiciário do Estado do Ceará, devendo a SEJUD de 1º Grau providenciar as medidas cabíveis para publicação do edital retrocitado. Publique-se via DJe com prazo de 15 dias.

ADV: JOAO RAFAEL DE FARIAS FURTADO (OAB 17739/CE) - Processo 0183731-90.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Fortcasa Incorporadora e Imobiliaria Ltda - Intime-se a parte autora

através de seu advogado, para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça juntado aos autos às fls. 202. Publique-se via DJe.

ADV: CLAUDIA DE AZEVEDO MIRANDA MENDONÇA (OAB 17003-B/RN) - Processo 0200180-21.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERENTE: Maria Cristina da Silva, - Portanto, não verificando nos autos o fumus boni jures e periculum in mora, indefiro a medida requestada, tendo em vista não estarem presentes os requisitos ensejadores concessão. Tendo em vista a expressa manifestação da parte autora no sentido da não realização de audiência prévia de conciliação, em respeito ao princípio da autonomia da vontade das partes, bem como em razão do princípio da economia processual, aguarde-se a manifestação do requerido acerca da possibilidade de autocomposição consensual (art. 334, §4º, I do CPC). Cite-se o réu por carta com aviso de recebimento para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação (art. 335, III). Publique-se via DJe.

ADV: MATTEO BASSO FILHO (OAB 38321/CE) - Processo 0202270-02.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Renata Carvalho Alves - Portanto, ausente o fumus boni jures e o periculum in mora, indefiro o pedido de tutela. Diante da não manifestação da parte autora sobre a audiência prévia de conciliação, em razão do princípio da economia processual, aguarde-se a manifestação do requerido acerca da possibilidade de autocomposição consensual (art. 334, §4º, I do CPC). Cite-se o réu por carta com aviso de recebimento para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação (art. 335, III). Publique-se via DJe.

ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE), ADV: REJANE BORGES AGUIAR DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13845/CE), ADV: EDY BORGES AGUIAR (OAB 23494/CE) - Processo 0204565-80.2020.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Jose Albuquerque de Aguiar - REQUERIDO: Via Distribuidora de Alimentos Eireli - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito as preliminares da contestação, (II) ratifico a decisão liminar proferida às págs. 44, consolidando o despejo da requerida do imóvel objeto desta causa e (III) julgo procedente a ação para condenar a requerida a pagar ao requerente os valores vencidos e vincendos da locação em comento até a entrega do imóvel, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o vencimento da obrigação) a ser apurado em sede de cumprimento de sentença. Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de em R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: JOAO PAULO ARRUDA BARRETO CAVALCANTE (OAB 22880/CE) - Processo 0211066-16.2021.8.06.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Considerando que a parte requerida restou devidamente citada e nada apresentou ou requereu, decreto sua revelia nos termos do art. 344 do CPC. Intime-se a parte autora para requerer as provas que pretende produzir o que em caso de silêncio os autos serão julgado no estado em que se encontra o processo, nos termos do inciso II, art. 355 do mesmo diploma legal. Decorrido o prazo sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para julgamento. Publique-se via DJe com prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LAUREN JULIE LIRIA FERNANDES TEIXEIRA ALVES (OAB 23380/O/MT), ADV: CARLOS EDUARDO ROMANHOLI BRASIL (OAB 19528/CE), ADV: CAMILA FERREIRA FERNANDES (OAB 29828/CE) - Processo 0223818-54.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Franquia - REQUERENTE: Sobrancelhas Design Participações Eireli - REQUERIDO: Tangará Estética Eireli e outro - DIANTE DO EXPOSTO,v(I) rejeito a 1ª preliminar da contestação, mantendo a competência deste juízo para apreciar o mérito da causa, (II) acolho a 2ª preliminar da contestação, excluindo a 2ª requerida do polo passivo e (III) julgo parcialmente procedente a ação para (III.1) determinar que a requerida paralise os serviços de design e tudo que envolva o tratamento/aperfeiçoamento de sobrancelhas, dos serviços de depilação facial e da comercialização de produtos de maquiagem em geral e de tratamento para sobrancelhas, pelo período de 12 meses. (III.2) determinar que a requerida se abstenha de utilizar e aproveitar-se do manual arquitetônico a requerente, (III.3) condenar a demandada a pagar multa rescisória de R$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o vencimento da obrigação) e (III.4) indeferir o pedido de indenização por danos morais. Oficie-se ao Tribunal de Justiça do Ceará, comunicando o inteiro teor da presente decisão, para fins de conhecimento nos autos do agravo de instrumento interposto. Considerando a sucumbência recíproca (porque formulado 4 pedidos e acolhidos 3, gerando o dever de distribuição desse ônus por o único pedido rejeitado tyinha grande repercussão Art. 86 do CPC) e que os honorários sucumbenciais não são passíveis de compensação (Art. 85, §14 do CPC), condeno a requerente a pagar 20% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão); enquanto que condeno a requerida a pagar 80% das custas processuais, bem como arcar com os honorários sucumbenciais no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: ALEX VENANCIO MACHADO (OAB 25281/CE), ADV: FREDERICO BANDEIRA FERNANDES (OAB 15888/CE) - Processo 0224081-52.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Francisca Jaqueline Barbosa - REQUERIDO: CV&C Consultores Associados - Cls, R.H. Nos termos do art. 357 e do inciso V do art. 139 do Código de Processo Civil, considerando a necessidade de otimizar o tempo laboral bem como que a norma adjetiva civil busca primeiramente a composição amigável entre as partes, sendo esta expressão única de vontade das mesmas, baseado ainda no Princípio da Cooperação presente no art. 6º do mesmo diploma legal, determino que as partes, por seus respectivos advogados, venham ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando a possibilidade de se compor a lide, para tanto apresentando proposta ou petição conjunta com fins de homologação de uma possível composição amigável. Em sendo inviável a composição amigável da lide, devem apontar, nos termos do art. 357 do CPC, em seus incisos, os pontos controvertidos da lide com especificação das provas que pretendem produzir, tudo no escopo de sanear o feito. Caso se mantiverem inertes no prazo antes

referido, fica anunciado o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANTONIO ADRIANO DA SILVA COSTA (OAB 39222/CE) - Processo 0230991-32.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Franklin dos Santos Barros - REQUERIDO: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/s Ltda - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito as preliminares da contestação, (II) indefiro o pedido liminar da ação e (III) julgo improcedente a ação. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios de (1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: KARINA CEZAR DE ALMEIDA (OAB 187161/MG) - Processo 0233053-11.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Furto Qualificado - REQUERENTE: Jose Bruno Modesto Alves de Sousa - Travel Tour - Indefiro o pedido de revelia, tendo em vista que o requerido não foi regularmente citado já que os avisos de recebimentos de fls. 122 e 129 foram assinados por pessoa diversa do mesmo, razão pela qual deverá a parte autora informar endereço atualizado do requerido para fins de citação. Publique-se via DJe com prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA PATRICIA MAIA FREITAS (OAB 11349/CE) - Processo 0240385-29.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Fátima do Nascimento Freitas - Intime-se a parte autora através de seu advogado, para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a proposta de conciliação apresentada às fls. 157/158. Publique-se via DJe.

ADV: PAULO CESAR MAIA COSTA (OAB 9125/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0241329-31.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Evangelista de Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a - fag Cls, R.H. Nos termos do art. 357 e do inciso V do art. 139 do Código de Processo Civil, considerando a necessidade de otimizar o tempo laboral bem como que a norma adjetiva civil busca primeiramente a composição amigável entre as partes, sendo esta expressão única de vontade das mesmas, baseado ainda no Princípio da Cooperação presente no art. 6º do mesmo diploma legal, determino que as partes, por seus respectivos advogados, venham ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando a possibilidade de se compor a lide, para tanto apresentando proposta ou petição conjunta com fins de homologação de uma possível composição amigável. Em sendo inviável a composição amigável da lide, devem apontar, nos termos do art. 357 do CPC, em seus incisos, os pontos controvertidos da lide com especificação das provas que pretendem produzir, tudo no escopo de sanear o feito. Caso se mantiverem inertes no prazo antes referido, fica anunciado o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se.

ADV: CARLOS ERGER ALVES DE LIMA (OAB 34505/CE), ADV: JOSÉ ANDERSON AMÂNCIO DE OLIVEIRA (OAB 41855/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE (OAB 11160/CE), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 30071A/CE) - Processo 0246550-92.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisca Fatima dos Santos - REQUERIDO: FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda - Newsedan Comércio de Veículos Ltda - fag Cls, R.H. Nos termos do art. 357 e do inciso V do art. 139 do Código de Processo Civil, considerando a necessidade de otimizar o tempo laboral bem como que a norma adjetiva civil busca primeiramente a composição amigável entre as partes, sendo esta expressão única de vontade das mesmas, baseado ainda no Princípio da Cooperação presente no art. 6º do mesmo diploma legal, determino que as partes, por seus respectivos advogados, venham ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando a possibilidade de se compor a lide, para tanto apresentando proposta ou petição conjunta com fins de homologação de uma possível composição amigável. Em sendo inviável a composição amigável da lide, devem apontar, nos termos do art. 357 do CPC, em seus incisos, os pontos controvertidos da lide com especificação das provas que pretendem produzir, tudo no escopo de sanear o feito. Caso se mantiverem inertes no prazo antes referido, fica anunciado o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se.

ADV: EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE), ADV: HESIODO GADELHA CASTELO BARROS (OAB 25832/CE), ADV: FELIPE PORTO BASTOS (OAB 27196/CE), ADV: MARIANA BIZERRIL NOGUEIRA (OAB 18624/CE) - Processo 0255145-17.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Benfeitorias - REQUERENTE: Gabriela Sampaio Moreira 01361786345 Bun Kurtos - REQUERIDO: Parkfor Estacionamento Soluções e Serviços Eireli Me - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito a preliminar da contestação, (II) indefiro o pedido liminar da ação e (III) julgo improcedente a ação Condeno a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios de (1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: ANTONIO LEANDRO FLORENTINO BRITO (OAB 30694/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0262439-23.2020.8.06.0001 - Instrução de Rescisória - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Leila Aparecida Marques Ricarte - REQUERIDO: Porto Freire Engenharia e Incorparação Ltda - DIANTE DO EXPOSTO, (I) rejeito a preliminar da contestação, mantendo a requerida no polo passivo e (II) julgo procedente a ação para condenar a requerida a pagar a requerente (II.1) restituição dos valores pagos na quantia de R$ 69.598,86 (sessenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), acrescido de correção monetária (pelo INPC desde o efetivo prejuízo) e juros moratórios (de 1% ao mês desde o evento danoso) e (II.2) indenização pelos danos morais na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de correção monetária (pelo INPC a partir deste arbitramento) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o evento danoso). Oficie-se a 2ª Vara de Recuperação de Empresas e Falência, comunicando o inteiro teor da presente decisão, para fins de conhecimento nos autos do processo nº 0200248-05.2021.8.06.0001. Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de em R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios (de 1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão). Intimem-se as partes, uma vez da presente decisão se encontrar registrada e publicada eletronicamente, para os devidos fins de direito, notadamente o dever da parte vencida efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: RAPHAELLA ARANTES ARIMURA (OAB 361873/SP), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0271121-30.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE:

Danyelle Araujo Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Unimed Nacional - Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - fag Cls, R.H. Nos termos do art. 357 e do inciso V do art. 139 do Código de Processo Civil, considerando a necessidade de otimizar o tempo laboral bem como que a norma adjetiva civil busca primeiramente a composição amigável entre as partes, sendo esta expressão única de vontade das mesmas, baseado ainda no Princípio da Cooperação presente no art. 6º do mesmo diploma legal, determino que as partes, por seus respectivos advogados, venham ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando a possibilidade de se compor a lide, para tanto apresentando proposta ou petição conjunta com fins de homologação de uma possível composição amigável. Em sendo inviável a composição amigável da lide, devem apontar, nos termos do art. 357 do CPC, em seus incisos, os pontos controvertidos da lide com especificação das provas que pretendem produzir, tudo no escopo de sanear o feito. Caso se mantiverem inertes no prazo antes referido, fica anunciado o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO BARBOSA VINHAS (OAB 255427/SP) - Processo 0913893-03.2014.8.06.0001 - Monitória - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: TIM CELULAR S.A - Esgotados todos os meios de localização do endereço atualizado do requeridos, defiro o pedido de citação por edital, nos termos do art. 256 do CPC, devendo ser expedido com prazo de 30 dias. Considerando que ainda não foi implementado pelo CNJ a Plataforma de Editais prevista no inciso II, art. 257 do CPC, determino que a parte autora providencie a publicação do edital a ser expedido por 02 (duas) vezes com intervalo de 15 dias no DJe do Poder Judiciário do Estado do Ceará, devendo arcar com as expensas do expediente e contatar o Setor Gráfico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará através do e-mail editalorcamento@tjce.jus.br. Publique-se via DJe com prazo de 15 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: JULIO CARLOS SAMPAIO NETO (OAB 17866/CE) - Processo 0036481-73.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Edmilson Cabral Michiles e outros - Expedir mandado de citação para o requerido, no endereço contido na peça inicial ou o que se mostre mais atualizado no sistema porque o Banco do Nordeste do Brasil se tratar de uma instituição pública (sem custas porque os requerentes são beneficiários da gratuidade judiciária).

ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371/CE), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 30086/CE) - Processo 0133909-06.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cbl Alimentos S/A - REQUERIDO: Facebook Serviços On Line do Brasil Ltda - Google Brasil Internet Ltda - Efetuo a correção, de ofício, da decisão de pág. 361, excluindo a determinação de retorno dos autos para julgamento porque já efetuado o devido pronunciamento de mérito da causa. Sigam os autos para o cumprimento das determinações de encerramento contidas na sentença de págs. 348-357.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: JULIO CARLOS SAMPAIO NETO (OAB 17866/CE) - Processo 0036481-73.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Edmilson Cabral Michiles e outros - Expedir mandado de citação para o requerido, no endereço contido na peça inicial ou o que se mostre mais atualizado no sistema porque o Banco do Nordeste do Brasil se tratar de uma instituição pública (sem custas porque os requerentes são beneficiários da gratuidade judiciária).

ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371/CE), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 30086/CE) - Processo 0133909-06.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cbl Alimentos S/A - REQUERIDO: Facebook Serviços On Line do Brasil Ltda - Google Brasil Internet Ltda - Efetuo a correção, de ofício, da decisão de pág. 361, excluindo a determinação de retorno dos autos para julgamento porque já efetuado o devido pronunciamento de mérito da causa. Sigam os autos para o cumprimento das determinações de encerramento contidas na sentença de págs. 348-357.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCELO PINHEIRO NOCRATO (OAB 38864/CE) - Processo 0125235-68.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Mayane Cecília Silva Fonseca - REQUERIDO: Globo Comunicação e Participações S/A - DIANTE DO EXPOSTO, (I) saneando um incidente processual, declaro prejudicado o pedido de retorno ao exame, (II) rejeito a preliminar da contestação, mantendo a requerida no polo passivo e (III) julgo improcedente a ação. Condeno a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios de (1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE), ADV: ANDRÉ CHAVES CORREIA (OAB 37131/CE) - Processo 0171630-21.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: André Chaves Correia - REQUERIDO: Oi Movel S.A - DIANTE DO EXPOSTO, (I) declaro prejudicado o pedido de reversibilidade da linha telefônica, (II) rejeito a preliminar da contestação e (II) julgo improcedente a ação. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), consoante art. 85, §2º, do CPC, acrescido de correção monetária (pelo INPC desde a data da propositura da ação) e de juros moratórios de (1% ao mês desde o trânsito em julgado da decisão), cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, proceda o arquivamento dos presentes autos no respectivo sistema.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: GLADSON WESLEY MOTA PEREIRA (OAB 10587/CE) - Processo 0205012-97.2022.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Compra e Venda - REQUERENTE: Duboi - Frigorifico Industrial Ltda - Ante o exposto, defiro o pedido de tutela antecipada antecedente para determinar que seja expedido ofício ao Cartório Facundo 2º Ofício de Eusébio/CE, ordenando a intransferibilidade do imóvel de matrícula Nº 12475, até ulterior deliberação deste juízo. Concedida a tutela antecipada, cientifique-se a parte autora através de seu advogado que, findo o prazo recursal, será por este juízo fixado prazo para o aditamento previsto no inciso I, § 1°, do artigo 303 do CPC, o que empós será designada audiência de conciliação nos termos do art. 334 do mesmo diploma legal. Cite-se e intime-se os requeridos para que tome ciência do deferimento da presente tutela de urgência, bem como apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação (art. 335, III). Publique-se via DJe.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: ISABELLE PEREIRA GOMES AMARAL SILVA (OAB 32242/CE) - Processo 0060691-28.2006.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Espolio de Joaquim Adauto Leitao e outro - Intime-se a parte autora para tomar ciência das informações apresentadas no ofício às fls. 332/337. Após, retornem os autos ao arquivo. Expedientes Necessários.

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0217899-50.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Cls. Feito em constante saneamento. Inicialmente, intimem-se as partes sobre a decisão proferida pelo Desembargador Relator Francisco Luciano Lima Rodrigues (cf. ofício nº 2705/2021 de 5 de abril de 2021 à fl. 242 e decisão interlocutória às fls. 243/245), nos autos do agravo de instrumento nº 0624643-96.2021.8.06.0000. Ademais, considerando o atual estágio do processo, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, digam se desejam produzir provas, e, em caso positivo, para que de logo as especifiquem de forma clara e objetiva, inclusive com os esclarecimentos necessários ao convencimento da necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência deseja comprovar com a produção delas e o grau de pertinência que entende existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Exp. Nec.

ADV: CRISTIANO BARRETO ESPINDOLA SIEBRA (OAB 22750/CE) - Processo 0245699-53.2021.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Ermano José Pereira Barbosa - Assim, por falta de comprovação da hipossuficiência financeira, nego o pedido de justiça gratuita. Isso posto, INTIME-SE a parte autora para realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, como preconizado no art. 290 do CPC.

ADV: HERBET DE CARVALHO CUNHA (OAB 25241/CE), ADV: TIAGO GUEDES DA SILVEIRA NOGUEIRA (OAB 25696/CE), ADV: ANTONIA ALINE GUERRA E SOUSA (OAB 31599/CE), ADV: ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA (OAB 32329/CE) - Processo 0252706-96.2021.8.06.0001 - Cobrança de Cédula de Crédito Industrial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Asp Assessoria Patrimonial Ltda - Me (Asp Newpred) - Assim, por falta de comprovação da hipossuficiência financeira, nego o pedido de justiça gratuita. Isso posto, INTIME-SE a parte autora para realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, como preconizado no art. 290 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: GIULIANO PIMENTEL FERNANDES (OAB 14241/CE), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA (OAB 33806/CE) - Processo 0280284-34.2021.8.06.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Companhia Industrial de Cimento Apodi - Em atenção a petição de fl. 41, determino o cancelamento das guias de recolhimento judicial emitidas às fls. 37/40. Intime-se a parte autora para cumprir a ordem judicial determinada no despacho de fl. 34, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes Necessários.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 13058A/CE) - Processo 0288716-42.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Minasgás S.a - Indústria e Comércio - Ante o exposto, concedo a tutela de urgência de natureza antecipada pleiteada, mediante a prestação da caução no valor do protesto R$ 3.759,80 (três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), para determinar a expedição de ofício ao 2º Ofício de Protesto de Títulos de Fortaleza/CE, para que suspenda os efeitos do protesto do título n.º 0001530/01, valorado em R$ 3.759,80 (três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), até ulterior deliberação deste juízo; Ressalto que a concessão da presente Tutela Provisória de Urgência está condicionada a comprovação do depósito judicial no valor do protesto R$ 3.759,80 (três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), devendo a parte autora juntar o comprovante no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revogação da presente medida. Intimem-se as partes da presente decisão. Determino que se proceda à audiência de conciliação / mediação, devendo-se remeter os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua para designação e realização da audiência, conforme os arts. 165 e 334 do Código de Processo Civil. Os expedientes serão cumpridos pela Secretaria Judiciária. Intime-se a parte autora, por seu advogado (art. 334, § 3.º). Advirto as partes que "o não comparecimento () à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado" (art. 334, § 8.º). Por força do § 9.º do referido art. 334 do CPC e tendo em vista que "a parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil", salvo quando, possuindo habilitação legal, postular em causa própria (art. 103 e parágrafo único do mesmo Código), a multa acima se aplica ainda no caso de a parte comparecer à audiência de conciliação / mediação desacompanhada de advogado. Cite-se a parte requerida para que compareça à audiência, bem como para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, contado da audiência de conciliação / mediação, se não houver autocomposição (art. 335, I). Por ocasião da citação, será advertida na forma dos arts. 334, § 8.º (efeitos do não comparecimento à audiência, conforme acima), e 344 (revelia). Na audiência, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9.º e 10). Caso a parte requerida manifeste seu desinteresse na autocomposição, deverá fazê-lo por petição, apresentada com dez dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 334, § 5.º). Nessa hipótese, considerada a prévia manifestação da parte autora no mesmo sentido, antes

referida, a audiência será cancelada, com readequação da pauta, tanto quanto possível. Cancelada a audiência, o prazo para resposta transcorre do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação / mediação apresentado pela parte ré (arts. 334, § 4.º, I, e 335, II). Ressalte-se que, havendo litisconsórcio, somente não haverá a audiência se o desinteresse na sua realização for manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, § 6.º). Advirto, por fim, ao autor que o mandado de citação ou a carta de citação somente será confeccionado e expedido/encaminhado ao serviço postal após o recolhimento das custas da diligência do oficial de justiça ou das custas de traslado e serviço de comunicação para cada ato (Lei estadual n.º 16.132/2016, item VIII ou IX da Tabela III do Anexo Único) e cuja comprovação deverá ocorrer em 15 (quinze) dias. Expedientes Necessários.

ADV: FRANCISCO SOARES DE SOUZA (OAB 3258/CE), ADV: GLADSTONE PINHEIRO DE HOLANDA (OAB 4458/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: CAMILA DE ALMEIDA BASTOS DE MORAES RÊGO (OAB 33667/PE), ADV: JOSE HELENO LOPES VIANA (OAB 1485/CE) - Processo 0544762-05.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiza Marilac Amorim e outros - REQUERIDO: Viacao Urbana Ltda - Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais - Intimem-se as partes, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, digam se desejam produzir provas, e, em caso positivo, para que de logo as especifiquem de forma clara e objetiva, inclusive com os esclarecimentos necessários ao convencimento da necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência deseja comprovar com a produção delas e o grau de pertinência que entende existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Expedientes necessários.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JUNIOR (OAB 17561/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0747636-76.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Fundacao Edson Queiroz-universidade de Fortaleza - Banco Bradesco S/A - Banco do Brasil S/A - Visto que a parte exequente apresentou novos cálculos, determino a intimação da parte executada para que se manifeste sobre a planilha de cálculo acostada às fls. 382/390, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se a parte exequente para informar a este juízo os seus dados bancários para que seja possível expedir o alvará, bem como, realizar a transferência do montante incontroverso depositado pela parte promovida, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme prevê o art. 2º, § 1º da Portaria n.º 557/2020 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: SAVIO PARENTE DE AZEVEDO JUNIOR (OAB 26516/CE) - Processo 0203465-22.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Caroline Brito de Lima - Diante do exposto, presentes assim os requisitos do art. 300 do CPC, DEFIRO a tutela antecipada, afim de que a parte requerida Banco Votorantim S/A proceda com baixa do gravame de alienação fiduciária do veículo MITSUBISHI PAJERO Placas: NIIR-9G58 de propriedade do autor, possibilitando sua transferência junto ao DETRAN-CE para a HDI seguros, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de descumprimento comino a aplicação de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), limitada ao teto de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com fundamento no art. 301 c/c art. 536, § 1º, do CPC/15. Intime-se a parte requerida da presente decisão. Defiro o pedido de gratuidade judiciária (CPC/2015, art. 98) lançar a tarja correspondente no registro dos autos digitais. Observando a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência da parte autora, bem como, sendo um direito básico do consumidor a facilitação da defesa dos seus direitos, defiro, com amparo no art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90, a inversão do ônus da prova em seu favor. Determino que se proceda à audiência de conciliação / mediação, devendo-se remeter os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua para designação e realização da audiência, conforme os arts. 165 e 334 do Código de Processo Civil. Os expedientes serão cumpridos pela Secretaria Judiciária. Intime-se a parte autora, por seu advogado (art. 334, § 3.º). Embora esta não tenha manifestado expressamente o desinteresse na composição, a audiência será realizada, salvo se a parte requerida também manifestar desinteresse (art. 334, § 4.º, I), de forma que as partes serão advertidas de que "o não comparecimento () à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado" (art. 334, § 8.º). Por força do § 9.º do referido art. 334 do CPC e tendo em vista que "a parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil", salvo quando, possuindo habilitação legal, postular em causa própria (art. 103 e parágrafo único do mesmo Código), a multa acima se aplica ainda no caso de a parte comparecer à audiência de conciliação / mediação desacompanhada de advogado. Cite-se a parte requerida para que compareça à audiência, bem como para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, contado da audiência de conciliação / mediação, se não houver autocomposição (art. 335, I). Por ocasião da citação, será advertida na forma dos arts. 334, § 8.º (efeitos do não comparecimento à audiência, conforme acima), e 344 (revelia). Na audiência, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9.º e 10). Caso a parte requerida manifeste seu desinteresse na autocomposição, deverá fazê-lo por petição, apresentada com dez dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 334, § 5.º). Nessa hipótese, considerada a prévia manifestação da parte autora no mesmo sentido, antes referida, a audiência será cancelada, com readequação da pauta, tanto quanto possível. Cancelada a audiência, o prazo para resposta transcorre do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação / mediação apresentado pela parte ré (arts. 334, § 4.º, I, e 335, II). Ressalte-se que, havendo litisconsórcio, somente não haverá a audiência se o desinteresse na sua realização for manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, § 6.º). Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 33769A/CE), ADV: FRANCISCO LIVELTON LOPES MARCELINO (OAB 20045/CE) - Processo 0148833-90.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Multa Cominatória / Astreintes - REQUERENTE: André Richeli Holanda Câmara - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Cls. Intimem-se as partes sobre o ofício nº 3085/2020 expedido pela Gerência Judiciária Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará à fl. 713 e sobre a decisão monocrática, transitada em julgado, prolatada pelo Desembargador Relator Francisco Luciano Lima Rodrigues às fls. 714/716 (cf. certidão de trânsito à fl. 718). Exp. Nec.

ADV: JOSE RIBAMAR DE SOUSA FILHO (OAB 24136/CE), ADV: JOSE RAFAEL VASCONCELOS MARANHAO (OAB 30349/CE), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 30086/CE), ADV: SAMUEL NOGUEIRA MATOSO (OAB 28553/CE), ADV:

EMMANUEL EMERSON SANTOS ALBUQUERQUE (OAB 25364/CE), ADV: ROMMEL BARROSO DA FROTA (OAB 13921/CE), ADV: ROSA DO SOCORRO DA CONCEICAO MOREIRA (OAB 12296/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE (OAB 11160/CE), ADV: AFRANIO MELO JUNIOR (OAB 7367/CE), ADV: FRANCISCO DIAS DE PAIVA FILHO (OAB 15324/CE) - Processo 0152239-51.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alexandre Ramos Teixeira - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil Ltda - Divepel Comercial de Veículos e Peças Ltda - Jaysa - Jatay Pedrosa Automoveis Ltda - Cls. Intimem-se as partes sobre o ofício nº 9455/2020 expedido pela Gerência Judiciária Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará à fl. 565 e sobre o acórdão, transitado em julgado, proferido pela 3ª Câmara de Direito Privado às fls. 566/575 (cf. certidão de trânsito à fl. 577). Exp. Nec.

ADV: JOAO MARCELO NEGREIROS FERNANDES (OAB 30328/CE), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 31478A/CE), ADV: ESDRAS DIEB DE ARAUJO FILHO (OAB 17914/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE (OAB 11160/CE) - Processo 0207212-14.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucelane Alves Pinto - REQUERIDO: Tecno Indústria e Comércio de Computadores Ltda - Ibyte - Dell Computadores do Brasil Ltda - Intimem-se as partes, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, digam se desejam produzir provas, e, em caso positivo, para que de logo as especifiquem de forma clara e objetiva, inclusive com os esclarecimentos necessários ao convencimento da necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência deseja comprovar com a produção delas e o grau de pertinência que entende existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Expedientes necessários.

ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0259343-63.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: H.n.a Conecta Horácio Machado de Aquino - Cls. Intime-se a parte autora sobre o ofício nº 491/2022 expedido pelo Núcleo de Execução de Expedientes da Secretaria Judiciária do Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará acostado à fl. 100 e sobre a decisão interlocutória prolatada pela Desembargadora Relatora Maria de Fátima de Melo Loureiro nos autos do agravo de instrumento nº 0638314-89.2021.8.06.0000 acostada às fls. 101/108, decisão esta que negou a concessão de efeito ativo ao recurso. Exp. Nec.

ADV: FERNANDO ANTONIO RIBEIRO PORTO (OAB 15990/CE) - Processo 0777510-09.2000.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Diego Camara Menezes - Cls. Determino a intimação da parte requerente para que se manifeste acerca da certidão do oficial de justiça de fl. 142, no prazo de 5 (cinco) dias. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 33769A/CE), ADV: FRANCISCO LIVELTON LOPES MARCELINO (OAB 20045/CE) - Processo 0148833-90.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Multa Cominatória / Astreintes - REQUERENTE: André Richeli Holanda Câmara - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Cls. Intimem-se as partes sobre o ofício nº 3085/2020 expedido pela Gerência Judiciária Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará à fl. 713 e sobre a decisão monocrática, transitada em julgado, prolatada pelo Desembargador Relator Francisco Luciano Lima Rodrigues às fls. 714/716 (cf. certidão de trânsito à fl. 718). Exp. Nec.

ADV: JOSE RIBAMAR DE SOUSA FILHO (OAB 24136/CE), ADV: JOSE RAFAEL VASCONCELOS MARANHAO (OAB 30349/CE), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 30086/CE), ADV: SAMUEL NOGUEIRA MATOSO (OAB 28553/CE), ADV: EMMANUEL EMERSON SANTOS ALBUQUERQUE (OAB 25364/CE), ADV: ROMMEL BARROSO DA FROTA (OAB 13921/CE), ADV: ROSA DO SOCORRO DA CONCEICAO MOREIRA (OAB 12296/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE (OAB 11160/CE), ADV: AFRANIO MELO JUNIOR (OAB 7367/CE), ADV: FRANCISCO DIAS DE PAIVA FILHO (OAB 15324/CE) - Processo 0152239-51.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alexandre Ramos Teixeira - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil Ltda - Divepel Comercial de Veículos e Peças Ltda - Jaysa - Jatay Pedrosa Automoveis Ltda - Cls. Intimem-se as partes sobre o ofício nº 9455/2020 expedido pela Gerência Judiciária Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará à fl. 565 e sobre o acórdão, transitado em julgado, proferido pela 3ª Câmara de Direito Privado às fls. 566/575 (cf. certidão de trânsito à fl. 577). Exp. Nec.

ADV: JOAO MARCELO NEGREIROS FERNANDES (OAB 30328/CE), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 31478A/CE), ADV: ESDRAS DIEB DE ARAUJO FILHO (OAB 17914/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE (OAB 11160/CE) - Processo 0207212-14.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucelane Alves Pinto - REQUERIDO: Tecno Indústria e Comércio de Computadores Ltda - Ibyte - Dell Computadores do Brasil Ltda - Intimem-se as partes, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, digam se desejam produzir provas, e, em caso positivo, para que de logo as especifiquem de forma clara e objetiva, inclusive com os esclarecimentos necessários ao convencimento da necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência deseja comprovar com a produção delas e o grau de pertinência que entende existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Expedientes necessários.

ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0259343-63.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: H.n.a Conecta Horácio Machado de Aquino - Cls. Intime-se a parte autora sobre o ofício nº 491/2022 expedido pelo Núcleo de Execução de Expedientes da Secretaria Judiciária do Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará acostado à fl. 100 e sobre a decisão interlocutória prolatada pela Desembargadora Relatora Maria de Fátima de Melo Loureiro nos autos do agravo de instrumento nº 0638314-89.2021.8.06.0000 acostada às fls. 101/108, decisão esta que negou a concessão de efeito ativo ao recurso. Exp. Nec.

ADV: FERNANDO ANTONIO RIBEIRO PORTO (OAB 15990/CE) - Processo 0777510-09.2000.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Diego Camara Menezes - Cls. Determino a intimação da parte requerente para que se manifeste acerca da certidão do oficial de justiça de fl. 142, no prazo de 5 (cinco) dias. Expedientes Necessários.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: ROMANA ALVES DA SILVA (OAB 36073/CE), ADV: VANIA MARIA GOMES DUWE (OAB 12235/CE) - Processo 0050285-94.2021.8.06.0138 - Tutela Cível - Nomeação - REQUERENTE: Vania Maria Oliveira Lima - O pedido consiste em

Ação de Nomeação de Tutor. A matéria, no entanto, está afeta à competência de uma das Varas da Infância e Juventude desta Comarca, conforme art. 66, II do novo Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei nº 16.397/2017). Encaminhe-se ao Serviço de Distribuição deste Fórum, para os devidos fins. Publique-se.

ADV: LUIZ GADELHA ROCHA NETO (OAB 10604/CE), ADV: LILIANA ROCHA LIMA (OAB 15199/CE) - Processo 0116326-08.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Severina de Lourdes Moura da Silva - Intime(m)-se a parte apelada/requerente para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação acostado às pp. 217/226. Em seguida remeter os fólios processuais ao egrégio Sodalício Estadual.

ADV: KLAUS DE PINHO PESSOA BORGES (OAB 12861/CE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0184793-10.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Losango Promocoes de Venda Ltda - REQUERIDO: Francisco Helder da Silva - Isto posto, de tudo que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a parte requerida FRANCISCO HÉLDER DA SILVA a pagar à parte autora LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA a quantia cobrada na inicial R$ 48.342,69 (quarenta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), atualizada monetariamente pelo INPC a partir da data em que cada parcela deveria ser paga, e incidência de juros legais de 1% ao mês a partir da citação (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, § 1º do CTN). CONDENO, por fim, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, contudo, em razão da gratuidade deferida, suspendo a exigibilidade do crédito sucumbencial, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se. Decorridos os prazos recursais, arquivem-se. Expedientes necessários.

ADV: EMILIA MOREIRA BELO (OAB 23548/PE), ADV: JOSE JOEL LINHARES FEIJO (OAB 17937/CE) - Processo 0187951-68.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cláusula Penal - REQUERENTE: Francisca Katiane Arcanjo Rego Silva e outro - REQUERIDO: Md Ce Theberge Construçoes Spe Ltda - Isto posto, em razão do depósito na conta judicial nº 01904683-2, ID nº 040403001002111221, ag. 4030, da CEF - Caixa econômica Federal (fls. 338/339), entendo que resta plenamente satisfeito o presente cumprimento de sentença, motivo pelo qual determino, independentemente de publicação, a expedição do Alvará de Levantamento da quantia de R$ 83.953,56 (Oitenta e Três mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos) acrescida de atualizações, se houver, em nome da credora Francisca Katiane Arcanjo Rêgo Silva, CPF nº 524.361.283-91, conta corrente nº 0042694-7, ag. 0554, da CEF - Caixa econômica Federal, de titularidade da credora. Uma vez expedido o Alvará de Levantamento, em face do que dispõe o Portaria nº 557/2020-TJ/CE, exarada em função da excepcionalidade da modalidade de atendimento por conta da calamidade de saúde atual, deve esta Unidade Judiciária remete-lo, via e-mail, para a unidade bancária da conta judicial, para realizar o depósito dos valores nela constantes, na conta corrente acima mensurada. Extingo o presente cumprimento de sentença nos termos do art. 526, §3º do CPC. Sem custas, em razão do cumprimento voluntário pela requerida, e, do mesmo modo, sem honorários sucumbenciais. Decorridos os prazos de recursos, arquivem-se.

ADV: HERMANO MONTEIRO VIEIRA (OAB 36512/CE) - Processo 0203644-53.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisco Wagner Nepomuceno dos Santos - DEFIRO as benesses da gratuidade da justiça à parte autora. Remetam-se, pois, os autos ao CEJUSC deste Fórum para a realização de audiência de conciliação/mediação, em data a ser designada. Cite-se e intime-se eletronicamente via portal (mediante convênio com o TJCE) o réu, com antecedência de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 334, do Código de Processo Civil, e advertindo-se que o prazo contestatório, de 15 dias, contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia. Repiso que a parte autora é beneficiária da gratuidade da justiça, sendo isenta das custas de emissão da carta. Advirta-se também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, devendo a promovida, se for o caso, manifestar desinteresse com 10 (dez) dias de antecedência (art. 334, § 5º do CPC). Cientifique-se de que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022.

ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE), ADV: ANNA IRACY ARAUJO MOURA MARTINS (OAB 21050/CE) - Processo 0251989-21.2020.8.06.0001 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Luiza de Lima - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - É o que basta relatar. Decido. Diante das informações acostadas e de sua análise, verifica-se ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Assim, hei por bem extinguir o processo, sem resolução do seu mérito, o que faço no esteio do artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil/15. Após, dê-se a baixa devida com as cautelas de estilo, independentemente de publicação e arquivem-se os autos.

ADV: LYZANNDRA MAGNA GONÇALVES DA SILVA (OAB 44207/CE) - Processo 0256166-91.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Humberto Mendes Pimentel - É o relato essencial. Decido. Exige a legislação regencial para regularidade da transação o preenchimento dos seguintes requisitos: a) o direito transacionado é patrimonial; b) capacidade das partes; c) forma prescrita e não defesa em lei. Dispõe o art. 840 da vigente Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Novo Código de Processo Civil pátrio, que “é lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas”. Isto posto, presentes os requisitos para o exercício da disponibilidade do direito material invocado, hei por bem HOMOLOGAR, por sentença, com julgamento de mérito, o ACORDO entabulado entre as partes, o que faço sob o pálio do art. 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil/15 e, por colorário, decreto a extinção do feito, para que se opere seus jurídicos e legais efeitos. Condeno a parte requerida as custas processuais e honorários advocatícios este arbitrados em 10% (dez) por cento sobre o valor da causa, na forma do art. 85, § 2º do CPC/15. Após, dê-se a baixa devida com as cautelas de estilo, independentemente de publicação e arquivem-se os autos.

ADV: JOSE FLAVIO MEIRELES DE FREITAS (OAB 10883/CE) - Processo 0264897-76.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Helena Costa Mitoso - Ante o exposto e pelo mais que dos autos constam JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, inciso I c.c. artigos 320 e 321, ambos do CPC. Publique-se. Intime-se. Após a certificação do trânsito em julgado, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais e as baixas de estilo. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022.

ADV: FELIPE MELO ABELLEIRA (OAB 13422/CE) - Processo 0273931-75.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: E.O.M.M. - Ante o exposto e pelo mais que dos autos constam JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, inciso I c.c. artigos 320 e 321, ambos do CPC. Publique-se. Intime-se. Após a certificação do trânsito em julgado, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais e as baixas de estilo. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022.

ADV: JESSICA NUNES BRAGA (OAB 32605/CE) - Processo 0288628-04.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Palm Beach Residence Me - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014,

emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 03 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 16:00h, na sala virtual Cooperação 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTU3YWY3OTQtNzljYS00MTQzLTg4MTUtMjcyYzU4NGI2NmNj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226181253a-2903-4586-986c-c7915d893bd6%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/f80f37 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: MARIA DO CARMO PIMENTEL SABOIA (OAB 5521/CE), ADV: ELIETE DAMASCENO MACIEL (OAB 6475/CE) - Processo 0430962-47.2010.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERIDO: Antonio Barbosa da Silva - Vistos, etc. Designo a audiência de Instrução para 15/03/2022 às 14:30h a ser realizada através do sistema Teams por meio do link https://link.tjce.jus.br/7e1bd2. Intimem-se as partes.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0065/2022

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0200989-11.2022.8.06.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc. Expeça-se mandado de citação e pagamento para o endereço apontado na inicial, assinalando-se o prazo de quinze dias, advertindo-se o réu de que poderá oferecer embargos nesse prazo, e de que na hipótese de cumprimento da obrigação no prazo assinalado, pagando inclusive honorários advocatícios de 5%, ficará o réu isento do pagamento de custas processuais. Conste ainda no mandado, que a parte ré poderá reconhecer o direito da parte promovente, efetuando o pagamento de no mínimo 30% do valor cobrado, acrescido de custas e honorários advocatícios, comprometendo-se a pagar o restante em até 6 parcelas mensais, também acrescidos de correção monetária e juros de 1% ao mês, e que em caso de não oposição dos embargos, e não realização do pagamento, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, tudo na forma do art. 701, §§ 2º e 5º e art. 702, todos do CPC. Publique-se. Intime-se a parte autora, via DJe. Fortaleza (CE), 20 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA JOSE RABELO AMARAL (OAB 6606/CE) - Processo 0203840-23.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento da Própria Saúde - REQUERENTE: Raimundo Leite da Silva - Vistos. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, emendar a exordial no sentido de juntar cópia dos seguintes documentos: Guia do plano de saúde HAPVIDA (ou documento equivalente) atual e recente preenchida pelo Médico Assistente descrevendo detalhadamente o tratamento na modalidade home care e demais ações médicas complementares necessárias ao tratamento do autor, contemplando frequência, profissionais, equipamentos etc (tendo em vista que à pág. 31 consta requerimento sem data à AMIL). Negativa de tal requerimento atual emitida pelo plano de saúde, mencionada na exordial Relatório médico circunstanciado atualizado emitido em data recente, referenciando o quadro de saúde do autor e necessidade e pertinência de cada pedido feito ao plano de saúde, tendo em vista que o laudo à pág. 30 foi emitido há mais de dois meses sem quaisquer especificações detalhadas (frequência das atividades profissionais etc) do tratamento adequado ao autor e sua justificativa; Após a juntada dos documentos em sua completude, em atendimento aos arts. 321 e 434 do CPC, analisarei o pedido de tutela de urgência formulado. A ausência de emenda à exordial enseja extinção da lide sem resolução de mérito, conforme arts. 321 e 485 I do CPC. Intime(m)-se. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 20 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0066/2022

ADV: MARIA GLAUCIA MORAIS DE OLIVEIRA (OAB 16721/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: EDWIN BASTO DAMASCENO (OAB 14361/CE) - Processo 0051162-19.2005.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Sheyla Maria Rodrigues Araujo - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a e outro - Intime-se a parte vencedora para requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: EDUARDO FRAGA (OAB 10658/BA), ADV: HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO (OAB 7447/CE), ADV: LEONARDO QUEIROZ XAVIER (OAB 14476/CE), ADV: ELIATAN DE CASTRO MACHADO (OAB 11562/CE) - Processo 0064566-40.2005.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sara Albuquerque Antunes - REQUERIDO: Editora Tres Ltda - Credicard S/A Administradora de Cartão de Credito - Intime-se o vencedor para requerer o cumprimento do julgado em 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: GILBERTO GOUVEIA MOTA FILHO (OAB 8886/CE), ADV: DÉBORA MOREIRA LIMA (OAB 36583/CE), ADV: WITALO RONNER CABRAL SALES (OAB 24859/CE), ADV: ROBERTA PESSOA MOREIRA (OAB 23980/CE), ADV: SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO (OAB 14439/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE) - Processo 0201016-43.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvia Maria Chaves de Oliveira - REQUERIDO: Cagece - Companhia de Agua e Esgoto do Ceara - Intime-se a parte vencedora para requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Anote o nome do novo causídico.

ADV: NATAN BARIL (OAB 29379/PR), ADV: ESDRAS DIEB DE ARAUJO FILHO (OAB 17914/CE), ADV: RAIMUNDO ALEXANDRE LINHARES DIAS (OAB 11524/CE) - Processo 0874599-41.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: ÓPTICAS ITAMARATY LTDA - REQUERIDO: ÓTICAS CAROL S/A e outro - Intime-se o vencedor para requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de arquivamento.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0067/2022

ADV: MARIA AURISTELA RODRIGUES DE QUEIROZ GAL (OAB 8053/CE), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0290595-84.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rogerio de Freitas Jacome Junior - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 14:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2022

ADV: MATHEUS ANDRADE BRAGA (OAB 44858/PE) - Processo 0205191-31.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Flavia Duarte Chaves e outro - Vistos. Intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, emendar a exordial no sentido de juntar cópia dos seguintes documentos: Guia do plano de saúde (ou documento equivalente) atual e recente preenchida pelo Médico Assistente descrevendo detalhadamente o tratamento na modalidade home care e demais ações médicas complementares necessárias ao tratamento da demandante, contemplando frequência, profissionais, equipamentos etc. Relatório médico circunstanciado atualizado, referenciando o quadro de saúde do autor e necessidade e pertinência de cada pedido do tratamento home care feito ao plano de saúde, tendo em vista que o laudo às págs. 2631/2632 encontra-se parcialmente ilégível (não sendo possível ler a assinatura do médico por ex) e foi emitido há mais de dois meses; Declaração de adimplemento atualizada perante o plano de saúde; Negativa administrativa do requerimento junto ao plano de saúde para concessão do tratamento conforme guia preenchida pelo médico assistente; Após a juntada dos documentos em sua completude, em atendimento aos arts. 321 e 434 do CPC, analisarei o pedido de tutela de urgência formulado. No mesmo prazo, determino o recolhimento das custas inicias pela parte autora, sob pena do cancelamento da distribuição. A ausência de emenda à exordial enseja extinção da lide sem resolução de mérito, conforme arts. 321 e 485 I do CPC. Intime(m)-se. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2022

ADV: FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE) - Processo 0202951-69.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Vânia Maria Beserra Franco - Ante o exposto, DEFIRO a expedição do alvará, autorizando a genitora do autor, VANIA MARIA BESERRA FRANCO (CPF: 319.248.163-34), a providenciar todos os atos necessários à venda do veículo FIAT/SIENA ESENCE 1.6, GASOL/ALCO, ANO 2013/2014, PLACA ORZ 2625, RENAVAM 580063020 (documento de fl. 09), registrado em nome de MATHEUS BESERRA FRANCO (CPF: 030.753.013-29), menor impúbere. Servirá o presente, por cópia digitada, como ALVARÁ, com validade de 90 (noventa) dias, podendo, para tanto, assinar, apresentar e retirar documentos junto às instituições públicas e particulares, receber valores e dar quitação, enfim, promover todos os atos necessários ao integral cumprimento do presente. Sem custas processuais, ante a gratuidade judiciária ora concedida. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Empós, arquivem-se. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0288024-43.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bom Vizinho Distribuidora de Alimentos Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 01 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 14:00h na sala virtual Cooperação 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNWNlODItNmM0YS00YmY1LTllYWMtMTllOGVmZTM4Mjhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226650dbed-e32b-48e1-af8b-c08338729473%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/650d74 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0092/2022

ADV: ABIMAEL CLEMENTINO FERREIRA DE CARVALHO (OAB 10509/CE), ADV: CLOVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 4203/CE) - Processo 0074896-62.2006.8.06.0001 (apensado ao processo 0094408-31.2006.8.06.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EMBARGANTE: Trana Construcoes Ltda - Manifeste-se a embargante sobre a não citação dos autos da CCN Centro Comerciais do Nordeste Ltda, em 15(quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0104400-59.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Manifeste-se o exequente sobre a Certidão do Oficial de Justiça de folhas 251 dos autos, em 15(quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: RAFAELL CAMINHA DE FREITAS (OAB 31219/CE), ADV: CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE), ADV: JOAO PAULO ARRUDA BARRETO CAVALCANTE (OAB 22880/CE) - Processo 0107828-49.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Sobre a consulta RENAJUD de fl. 81, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: SARA FRANKLIN NARBAL DE OLIVEIRA (OAB 25129/CE) - Processo 0109203-56.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Montreal - EXECUTADO: Porto Freire Engenharia e Incorporação Ltda - Diante da habilitação de folhas 77/78, proceda-se com as devidas alterações cadastrais. Expedientes necessários.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189/CE), ADV: FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES (OAB 28423/CE), ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE) - Processo 0114020-03.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Sobre a certidão do oficial de justiça de fl. 108, manifeste-se o exequente no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE) - Processo 0121778-14.2008.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A Banco Multiplo - Sobre a consulta RENAJUD de fl. 328, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GERMANA VASCONCELOS DE ALCANTARA (OAB 14966/CE) - Processo 0129246-14.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Educação Benfica Ltda - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, republicado fls. 33/199 do DJ-e que circulou em 16/02/2021, intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a consulta RENAJUD de fl. 49 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 6814/CE), ADV: ANTONIO WAGNER MARTINS CONDE (OAB 5786/CE) - Processo 0135767-43.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, republicado fls. 33/199 do DJ-e que circulou em 16/02/2021, intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre as consultas INFOJUD de fls. 77/79 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ANTONIO MITTERRAN CONDE DE OLIVEIRA (OAB 31349/CE), ADV: FRANCISCO LEITAO DE SENA JUNIOR (OAB 26524/CE), ADV: ADRIANO FERNANDES NETO (OAB 356127/SP), ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0143967-68.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a. - Sobre as certidões dos oficiais de justiça de fls. 102 e 105 , manifeste-se o exequente no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BARBARA LIA GOMES DE MELO (OAB 18811/CE), ADV: ANDREZA DE ARAUJO DIAS (OAB 27160/CE), ADV: JONAS FREIRE DE LIMA NETO (OAB 29660/CE), ADV: BRENO E SILVA MAMEDE PINHEIRO (OAB 31364/CE) - Processo 0153135-94.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - EXEQUENTE: Helio Viana Correia Lima e outros - Sobre a certidão do oficial de justiça de fl. 107, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PHELIPE ALBUQUERQUE DE SOUZA (OAB 22117/CE), ADV: CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ (OAB 5496/CE) - Processo 0167549-63.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0136445-53.2018.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Flávia Fontenele Soluções Em Engenharia Ltda Me - EMBARGADO: Joaquim Luciano Rodrigues Gomes da Frota Filho - Nos termos da certidão de pág. 180, que informou o julgamento do Agravo de Instrumento nº 0631138-64.2018.8.06.0000, foi deferida a concessão dos benefícios da justiça gratuita à embargante. Anote-se nestes autos a representação processual concernente à ação executiva, para que haja intimação dos atos processuais via DJe. O art. 919, § 1º, do CPC prevê que os embargos à execução não possuem efeito suspensivo, sendo possível, contudo, sua atribuição de forma excepcional quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes, o que não ocorreu no caso concreto. Assim, recebo os embargos , sem efeito suspensivo. Intime-se a parte embargada, através de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar os embargos, na forma do art. 920, I do CPC. Havendo ou não manifestação, retornem conclusos os autos digitais para avaliar se é caso de designação de audiência ou julgamento de pronto do pedido (art. 920, II do CPC). Publique-se e Intimem-se.

ADV: CHRISTIANE CHAUL DE LIMA BARBOSA (OAB 20167/CE), ADV: MARIA CRISTINA CHAUL BARBOSA (OAB 12153/CE), ADV: RENATO AMORIM CASTRO (OAB 31067/CE) - Processo 0168589-51.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Júlio Cesar Hipólito Neto - Sobre a certidão do oficial de justiça de fl. 101, manifeste-se o exequente no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO (OAB 23599/CE) - Processo 0174083-57.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a. - Sobre o retorno da carta precatória de fls. 158/181, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA FILHO (OAB 27143/CE), ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA (OAB 27144/CE) - Processo 0180636-23.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Rafael Ferreira Ideburque Leal - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, republicado fls. 33/199 do DJ-e que circulou em 16/02/2021, intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a consulta RENAJUD de fl. 45 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DARLEN SANTIAGO (OAB 31724/CE), ADV: DIOVANNA CAMURÇA CORREIA (OAB 28444/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO (OAB 25586/CE), ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0182309-85.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A. - Sobre a certidão do oficial de justiça de fl. 67, manifeste-se

o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE) - Processo 0183927-94.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Sv Comercio de Material Eletrico Ltda - Do exposto, EXTINGO a presente ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Sem condenação em custas por já recolhidas. Deixodecondenaremhonoráriosadvocatícios, vez que não houve resistência no presente feito. Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0187617-10.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, republicado fls. 33/199 do DJ-e que circulou em 16/02/2021, intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre as consultas INFOJUD de fls. 114/115 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: TIAGO AZEVEDO (OAB 37034/SC), ADV: DAGOBERTO RAMOS (OAB 28851/SC) - Processo 0206636-31.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Rovitex Industrias e Comércio de Malhas Ltda - Vistos, etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Rovitex Indústria e Comércio de Malhas Ltda contra FF Indústria de Confecção Ltda Me e Francisca Monykercia Fernandes Tavares e Francisco Flávio Santos Nascimento, partes já qualificadas nos autos. Despacho de folha 75 dos autos, determinando a intimação do exequente para recolher o pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça da citação da parte execuada, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção do feito. É o RELATÓRIO, passo a decidir: Analisando a petição de folhas 74, observa-se, por parte do credor, o pedido de citação dos devedores através de Oficial de Justiça. O exequente foi validamente intimado por seu advogado, conforme certidão de fls. 77, para cumprir com a determinação de recolhimento das custas referente à diligência do Oficial de Justiça para citação dos executados, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção do feito. Ocorre que o exequente deixou de cumprir o determinado, mesmo ciente que o não cumprimento ensejaria a extinção do feito, ante a impossibilidade de citação dos executados. A propósito: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. REGULAR INTIMAÇÃO DAS ADVOGADAS DA PARTE AUTORA PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DJE ACOSTADA ÀS FLS. 32. ART. 270 DO CPC/15. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS REFERIDAS CUSTAS. CERTIDÃO DE DECORRÊNCIA DE PRAZO. DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PROMOVENTE, VEZ QUE NÃO SE TRATA DE HIPÓTESE DE ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 485, IV, DO CPC/15. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Tratam os autos de Apelação Cível pugnando pela reconsideração da sentença a quo que extinguiu o feito sem resolução do mérito por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular, com fulcro no art. 485, IV, do CPC/15, em razão da ausência de recolhimento das custas de diligência dos Oficiais de Justiça, não obstante a parte tenha sido intimada para tanto. 2. Os Tribunais Pátios, inclusive este Sodalício, são pacíficos no sentido de que, havendo intimação da parte para recolher as custas supracitadas, é razoável a extinção do feito sem resolução do mérito em razão do descumprimento da determinação. 3. No caso dos autos, o despacho determinando a intimação do autor para recolher as custas de diligência dos Oficiais de Justiça, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, está acostada às fls. 30. Às fls. 32, consta-se a publicação do despacho de fls. 30 no Diário de Justiça Eletrônico, fato que atesta a regular intimação das procuradoras da parte autora para o feito. Na certidão de fls. 33, verificou-se a decorrência do prazo fixado no despacho anterior sem que o autor/apelante tenha apresentado o comprovante de pagamento das referidas custas. 4. Nesse sentido, configurada a inércia do autor no recolhimentos das custas, mesmo havendo regular intimação de suas advogadas para fazê-lo, é forçoso concluir que a Sentença a quo de extinção do feito sem resolução do mérito está dentro dos parâmetros legais e jurisprudenciais, devendo manter-se inalterada. 5. Recurso de Apelação conhecido e não provido. (TJ-CE 0000299-06.2016.8.06.0088, Relator (a): LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 06/06/2018, 3ª Câmara Direito Privado, Data da Publicação: 06/06/2018)(destaquei). Portanto, não pagas as custas das diligências do Oficial de Justiça para realização da citação da parte executada, a providência deve ser a extinção do feito. Não cabe a intimação pessoal do exequente para comprovar o recolhimento das custas processuais vez que não se trata de situação de abandono da causa, e sim, falta de pressupostos processuais de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos moldes do artigo 485, IV, do CPC. É o julgado: APELAÇÃO EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PROMOVENTE. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.1. A parte apelante foi intimada, através do seu advogado, para recolher as custas relativas às diligências do oficial de justiça.No caso, não cabe ao Juízo intimar pessoalmente a parte, pois o caso não se confunde com abandono ou paralisação do processo (incisos II e III do art. 485), não havendo obrigatoriedade legal da intimação pessoal (§ 1ºdo art. 485).2. Diante da desídia do apelante em atender ao comando judicial, uma vez que intimado e advertido das penalidades cabíveis, caso não atendesse ao comando judicial, correta da decisão a quo.3. Apelação conhecida e desprovida.(TJ-CE - APL: 01273108520168060001 CE 0127310-85.2016.8.06.0001,Relator: TEODORO SILVA SANTOS, 2ª Câmara Direito Privado, Data dePublicação: 06/10/2017) Nesse sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PORTE DE REMESSA E RETORNO RECOLHIDO EM GRU-SIMPLES, ENQUANTO A RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL EXIGE GRU-COBRANÇA. POSSIBILIDADE. DESERÇÃO AFASTADA. ANÁLISE DO MÉRITO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DE MÉRITO. ART. 267, INCISO IV. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR.DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. 1. Em julgamento na sessão do dia 26/2/2015, na Corte Especial, o REsp n. 1.498.623/RJ (rel. Napoleão Nunes Maia Filho) no qual se afastou a exigência de que o recolhimento do porte de remessa e retorno seja feito tão somente por GRU cobrança,permitindo o recolhimento pela GRU simples, ao fundamento, entre outros, de incidência do princípio da instrumentalidade das formas. 2.A intimação pessoal a que faz referência o art. 267, § 1º, do CPC só é indispensável quando extinto o processo com fundamento nos incisos II e III do caput do mesmo dispositivo. Porém, para a extinção da causa por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (inciso IV), faz-senecessária a intimação tão somente do advogado do autor. Precedentes. 3. No caso em exame, a recorrente não comprovou ter realizado a citação do réu por edital, pressuposto processual cuja falta consubstancia ausência de relação processual validamenteestabelecida. 4. Recurso especial a que se nega seguimento. (STJ -AgRg no REsp: 1505560 AM 2014/0335006-2, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Publicação: DJ 03/06/2015) (GN) Como também: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, IV. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO. NÃO PROVIDO.1. A extinção da demanda, em razão da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, na forma do inciso IV do art. 485 do CPC, é medida que se impõe diante da desídia do autor em promover o pagamento das custas do Oficial de Justiça. 2. A intimação pessoal da parte autora para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias,conforme § 1º do art. 485 do CPC, só é obrigatória nas hipóteses previstas nos incisos II e III do referido artigo. 3. Apelação conhecidae não provida. (TJ-AM 0628424-56.2016.8.04.0001,

Relator: Mariadas Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 19/02/2017,Primeira Câmara Cível) (GN) Na mesma orientação: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. INTIMAÇÃO DO PATRONO PARA RECOLHIMENTO DE VERBA DA DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INÉRCIA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. EXTINÇÃO DO FEITO. RECURSO DESPROVIDO 1. Trata-se de apelação cível interposta por Banco J Safra S/A, objetivando a reforma da sentença prolatada pelo Juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza-CE, que extinguiu, sem resolução do mérito, a ação de busca e apreensão convertida em execução ajuizada em face de Israel da Silva Dantas. 2. Em suas razões, alega que não houve intimação pessoal da parte para recolher as custas da diligência do oficial de justiça, por isso não deveria ter sido extinto o processo. 3. Ocorre que a intimação pessoal do autor para dar andamento ao feito só é exigida nos casos de extinção do processo com fundamento no artigo 485, incisos II e III, do CPC. De fato, não cabe ao juízo intimar pessoalmente a parte, pois o caso não se confunde com abandono ou paralisação do processo (incisos II e III do art. 485), não havendo obrigatoriedade legal da intimação pessoal (§ 1º do art. 485). 4. O recolhimento das custas das diligências pelo Oficial de Justiça constitui pressuposto para o prosseguimento do feito, a fim de possibilitar sua constituição e seu desenvolvimento válido e regular (art. 485, IV, CPC), cuja ausência enseja a extinção do feito sem resolução do mérito, sem que para tanto seja necessária a intimação pessoal da parte autora. 5. Recurso conhecido, mas desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer o presente recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.(Apelação Cível-0185378-91.2017.8.06.0001, Rel. Desembargador(a) JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, 3ª Câmara Direito Privado, data do julgamento: 15/12/2021, data da publicação: 18/12/2021)(negritei). Face a tudo quanto exposto e considerando o ausência de pressupostos processuais para o prosseguimento válido do processo, julgo a presente ação extinta, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV do CPC. Sem custas, por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Transitada em julgado, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0209263-76.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Financiamento de Produto - REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, republicado fls. 33/199 do DJ-e que circulou em 16/02/2021, intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a consulta INFOJUD de fl. 84 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WALTER ROSA DE OLIVEIRA (OAB 37332/SP), ADV: ROSA JULIANA CAVALCANTE DA COSTA (OAB 23613/CE), ADV: SAVIO CARVALHO CAVALCANTE (OAB 16215/CE), ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0214004-91.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Mills Estruturas e Serviços de Engenharia Ltda - Sobre a consulta RENAJUD de fls. 142/143, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias

ADV: GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (OAB 25254/BA), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA) - Processo 0226487-80.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Sobre a consulta RENAJUD de fl. 462, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (OAB 25254/BA) - Processo 0265498-19.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Manifeste-se o exequente sobre a exceção de pré-executividade, de folhas 197/207, em 15(quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: ESPEDITO AFONSO JUNIOR (OAB 9851/CE) - Processo 0417881-80.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Marcelo Fiusa de Miranda - Manifeste-se nos autos o exequente, sobre o documento de folhas 91, em 20(vinte) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCUS VINICIUS CAVALVANTI SOARES (OAB 1959/CE), ADV: MARCUS VINICIUS CAVALCANTI SOARES JUNIOR (OAB 17073/CE) - Processo 0482790-34.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0417180-22.2000.8.06.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Cassimiro de Oliveira - Manifeste-se o embargante sobre o ofício de folhas 616 dos autos, em 20(vinte) dias. Expedientes necessários.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (OAB 25254/BA), ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 34767A/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA) - Processo 0830783-09.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO - IRESOLVE COMPAHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINACEIROS S/A - Por todo o exposto, reconheço a prescrição do título objeto da presente execução, pelo que EXTINGO o presente feito, por força do art. 487, II, do CPC. Sem custas por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: LUCIANA TACOLA BECKER (OAB 15911B/CE) - Processo 0868572-42.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: PETRAL COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA - Sobre o retorno da carta precatória de fls. 369/375, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 14503/CE) - Processo 0881978-33.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: NEW X 5 COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA EPP - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, republicado fls. 33/199 do DJ-e que circulou em 16/02/2021, intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a consulta INFOJUD de fl. 63 no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0093/2022

ADV: AMANDA DALIANE MACIEL DE BRITO (OAB 20176/PB) - Processo 0277249-66.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Platinum Place - Pelo exposto, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, o que faço por meio desta SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no art. 290 do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Transitada em julgado esta decisão, ARQUIVEM-SE os presentes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0094/2022

ADV: HERBET DE CARVALHO CUNHA (OAB 25241/CE), ADV: TIAGO GUEDES DA SILVEIRA NOGUEIRA (OAB 25696/CE), ADV: ANTONIA ALINE GUERRA E SOUSA (OAB 31599/CE), ADV: ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA (OAB 32329/CE) - Processo 0190859-35.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Viverde

Condomínio Clube - Do exposto, EXTINGO a presente ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Sem condenação em custas por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Transitada em julgado, arquivem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0095/2022

ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 18682/CE) - Processo 0003901-82.2010.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Do exposto, EXTINGO a presente ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Sem condenação em custas por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 42654A/CE) - Processo 0158858-31.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itau Unibanco S/A - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito com fundamento no art. 924, II do CPC, em face da satisfação da obrigação. Sem custas finais por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição.

ADV: JOANA CARVALHO BRASIL (OAB 14892/CE) - Processo 0255877-95.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Aquiraz Riviera - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0096/2022

ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 18682/CE) - Processo 0003901-82.2010.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Do exposto, EXTINGO a presente ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Sem condenação em custas por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 42654A/CE) - Processo 0158858-31.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itau Unibanco S/A - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito com fundamento no art. 924, II do CPC, em face da satisfação da obrigação. Sem custas finais por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição.

ADV: JOANA CARVALHO BRASIL (OAB 14892/CE) - Processo 0255877-95.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Aquiraz Riviera - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0097/2022

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0120312-96.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda Ltda - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado determino cancelamento da restrição de fl. 72 via sistema Renajud. Decorrido o prazo, arquive-se com as cautelas legais.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 25783A/CE) - Processo 0140228-58.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A C.F.I - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, determino o cancelamento da restrição de fl. 49 via sistema Renajud. Decorrido o prazo, arquive-se com as cautelas legais.

ADV: LUCIANA TACOLA BECKER (OAB 15911B/CE) - Processo 0141295-87.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Ricard Pereira Silveira Epp - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: FELIPE MELO DE CARVALHO ROCHA (OAB 13241/CE) - Processo 0276885-94.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Apel Atividades Pró-ensino Ltda - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: FELIPE MELO DE CARVALHO ROCHA (OAB 13241/CE) - Processo 0276947-37.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Apel Atividades Pró-ensino Ltda - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: DAVILA DE ARAUJO E ARAGAO CARVALHEDO (OAB 22512/CE) - Processo 0303439-04.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Adalberto Carneiro Baquit - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA

do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: ATILA DE ALENCAR ARARIPE MAGALHAES (OAB 14761/CE), ADV: SERGIO RICARDO OLIVEIRA (OAB 11508/BA) - Processo 0375297-95.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Heublein do Brasil Comercial e Industrial Ltda - TERCEIRO: F P ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: MARCELO DE OLIVEIRA SAMPAIO (OAB 10031/CE), ADV: RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES (OAB 16077/CE), ADV: JOSE MAURO CORREIA MELO DE LIMA (OAB 8048B/CE) - Processo 0715420-62.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: J.s.b Comercio e Representacoes Ltda - Por todo o exposto, reconheço a prescrição do título objeto da presente execução, pelo que EXTINGO o presente feito, por força do art. 487, II, do CPC. Sem custas por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE), ADV: RODRIGO FRASSETTO GOES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI (OAB 8927/SC) - Processo 0841542-32.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BV FINANCEIRA FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. DEFIRO a substituição do polo ativo da ação conforme petição e documentos de fls. 52/58, na forma do art. 778, §1º, III c/c §2º do CPC, passando a constar como exequente OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.92.228.410/0001-02, com sede na Av. São Gabriel, 555, 5° andar Conjunto 505 CEP 01435-001, Jardim Paulista, São Paulo/SP. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0098/2022

ADV: CARLA CAPELA MORAIS (OAB 21567/PE), ADV: ERIKA SOUSA NUNES (OAB 30011/CE), ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (OAB 18558/PE) - Processo 0049233-48.2005.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Nathercia Lima Leitão - EXECUTADO: Sul America Cia. Nacional de Seguros - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito com fundamento no art. 924, II do CPC, em face da satisfação da obrigação. Sem custas finais por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição.

ADV: ANA LÚCIA ANTINOLFI (OAB 25812/RS), ADV: CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE) - Processo 0054393-10.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Conforme preleciona o art. 924, IV, do CPC, Extingue-se a execução quando () o exequente renunciar ao crédito. Não persistindo, portanto, crédito a ser executado, por ocasião da renúncia, declaro EXTINTA a presente ação, por força do art. 924, IV, do CPC. Sem custas finais por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO (OAB 23599/CE) - Processo 0141432-06.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Sobre a certidão do oficial de justiça de fl. 81, manifeste-se o exequente no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (OAB 25254/BA) - Processo 0163496-39.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: JOSE ADONIS ANAISSI ROCHA (OAB 12248/CE) - Processo 0164239-49.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio do Ed Atenas - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 206339/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0194109-52.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: DAGOBERTO RAMOS (OAB 28851/SC) - Processo 0244347-60.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Novação - REQUERENTE: Rovitex Industria e Comércio de Malhas Ltda - Do exposto, EXTINGO a presente ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Sem condenação em custas por já recolhidas. Deixodecondenaremhonoráriosadvocatícios, vez que não houve resistência no presente feito. Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: PAULO HENRIQUE CARON (OAB 400153/SP) - Processo 0258366-71.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Refrigelo Climatização de Ambientes S.a. - Do exposto, EXTINGO a presente ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Sem condenação em custas por já recolhidas. Deixodecondenaremhonoráriosadvocatícios, vez que não houve resistência no presente feito. Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: FELIPE MELO DE CARVALHO ROCHA (OAB 13241/CE) - Processo 0275906-35.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Apel Atividades Pró-ensino Ltda - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se

produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: MANOEL OTAVIO PINHEIRO FILHO (OAB 24440/CE), ADV: RAPHAEL BESERRA DA FONTOURA (OAB 26002/CE), ADV: CAIO FLAVIO DA SILVA GONDIM (OAB 25265/CE) - Processo 0284625-06.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Ilhas Gregas - Diante do exposto, considerando a ausência superveniente de interesse processual, julgo o presente processo EXTINTO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI c/c o art. 493, todos do CPC. Indefiro, o pedido de gratuidade da parte exequente. Condeno o exequente ao pagamento dascustas processuais. Após o trânsito em julgado, intime-se a parte exequente, com informação do valor atualizado das custas, para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos da Portaria Conjunta nº 428/2020/PRES/CGJCE. Deixodecondenaremhonoráriosadvocatícios, vez que não houve resistência no presente feito. Após o decurso do prazo recursal, certifique-se, e depois, arquivem-se, com baixa na distribuição.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0290494-47.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Pelo exposto, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, o que faço por meio desta SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no art. 290 do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Transitada em julgado esta decisão, ARQUIVEM-SE os presentes autos.

ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 18682-A/CE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0383900-11.2010.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Santander Altos Valores - EXEQUIDO: Antonio Jose Nascimento de Santana - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. DEFIRO a substituição do polo ativo da ação conforme petição e documentos de fls. 182/190, na forma do art. 778, §1º, III c/c §2º do CPC, passando a constar como exequente FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II, CNPJ nº 09.263.012/0001-83. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: IVANA JEREISSATI GUEDES (OAB 5223/CE), ADV: MARCELO VICTOR DE SOUSA (OAB 23085/CE), ADV: JOSE GEORGE DE CASTRO (OAB 4289/CE), ADV: FABIO HILUY MOREIRA (OAB 14567/CE) - Processo 0422639-05.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Sj - Administracao de Imoveis Ltda - EXEQUIDO: Salete Oliveira Barroso e outros - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA do processo e declaro extinto o feito nos termos do art. 485, inciso VIII e art. 775, ambos do CPC, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem condenação em custas finais ou honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: CLAYTON MOLLER (OAB 21483/RS), ADV: ANA LÚCIA ANTINOLFI (OAB 25812/RS), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: OSIRIS ANTINOLFI FILHO (OAB 22189/RS), ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE), ADV: CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE), ADV: RAFAEL MIRANDA PAIVA CASTELO BRANCO (OAB 23955/CE), ADV: DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE), ADV: HENRIQUE DE PAULA MACHADO (OAB 19864A/CE) - Processo 0515947-12.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Sobre a certidão do oficial de justiça de fls. 93/94, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRIGIDA BERNARDO REVEILLEAU (OAB 313034/SP), ADV: LEONARDO BONÇALVES NASCIMENTO DRUMOND (OAB 768A/PE) - Processo 0865815-75.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO RURAL S/A - Do exposto, EXTINGO a presente ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Sem condenação em custas por já recolhidas. Deixodecondenaremhonoráriosadvocatícios, vez que não houve resistência no presente feito. Transitada em julgado, arquivem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0099/2022

ADV: JACQUELINE DA SILVA BENTO (OAB 15335/CE), ADV: CARLOS ALBERTO CAMARA DE VASCONCELOS (OAB 15334/CE) - Processo 0111461-39.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Carlos Augusto Ferreira Esteves - Assim sendo, tendo em vista a inércia do exequente que, regularmente intimado, deixou de comprovar o recolhimento das custas devidas, impõe-se a extinção do feito com o cancelamento da distribuição. Pelo exposto, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, o que faço por meio desta SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no art. 290 do CPC. Sem condenação em custas. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE), ADV: JOSE AMARO CORREIA DE ARAUJO NETO (OAB 12723/CE) - Processo 0154686-51.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: ITAU UNIBANCO S.A - EXECUTADO: RONNY HENDERSON GORDO - Por se tratar de direito disponível e verificando o cumprimento das formalidades processuais, HOMOLOGO o acordo de fls. 195/200, por sentença, JULGANDO EXTINTA a presente ação, com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, III, b do CPC. Determino a alteração do polo ativo conforme substituição processual deferida à fl. 60. Após o trânsito em julgado, determino a transferência dos valores bloqueados às fls. 91/92 para conta judicial vinculada a presente execução, no total de R$ 4.178,82 (quatro mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos). Em seguida, expeça-se alvará judicial em nome do exequente conforme previsto no acordo de fls. 195/200, com ordem de transferência nos termos da petição de fls. 206/207: Titular da conta: IRESOLVE COMPANHIA SEGURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S/A, CNPJ 06.912.785/0001-55, Banco Itaú (341), Agência: 2040, Tipo de conta: corrente C/C 01641-8. Custas e honorários na forma acordada entre as partes, devendo a secretaria observar que, nos termos do § 3º do art. 90 do CPC, se a transação ocorrer antes da sentença as partes ficam dispensadas do pagamento das custas remanescentes, se houver. Decorrido prazo recursal, arquivem-se os autos.

ADV: MARIA CRISTINA CHAUL BARBOSA (OAB 12153/CE), ADV: GABRIELE CAJASEIRA MATOS PESSOA (OAB 23687/CE), ADV: CHRISTIANE CHAUL DE LIMA BARBOSA (OAB 20167/CE), ADV: DJALMA FERREIRA DE ARAUJO JUNIOR (OAB 16923/CE) - Processo 0194392-75.2012.8.06.0001 (apensado ao processo 0902768-09.2012.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Danilo Holanda de Medeiros - EMBARGADO: Sharon Hannelore Colares Aguiar - Diante do exposto, EXTINGO o presente Cumprimento de Sentença sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do

processo. Sem condenação em custas. Deixodecondenaremhonorariosadvocatícios, vez que não houve resistência no presente feito. Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: JOSE CARLOS MEIRELES DE FREITAS (OAB 2790/CE), ADV: HUMBERTO ANTONIO ALVES DE MORAIS MENDONÇA (OAB 15295/CE) - Processo 0674574-03.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Usina de Concreto Ltda - Por todo o exposto, reconheço a prescrição do título objeto da presente execução, pelo que EXTINGO o presente feito, por força do art. 487, II, do CPC. Sem custas por já recolhidas. Sem condenação em honorários. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

EXPEDIENTES DA 7ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0004140-57.2008.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Banco do Brasil S.a e outro - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 186, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: JULIANO RICARDO SCHMITT (OAB 20875/SC) - Processo 0008209-66.2011.8.06.0086 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Fundos de Investimentos Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 241, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 18682/CE), ADV: THAIANNE CASSEB DA SILVA (OAB 23503/CE) - Processo 0054149-81.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 115, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0055589-54.2008.8.06.0001 (apensado ao processo 0152645-87.2008.8.06.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B V Financeira S/A - Credito Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 107, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0089280-93.2007.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: B. V. Financeira S.a C.f.i - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 125, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0106369-80.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: FUNDO DE INV. EM DIR. CRED. MULT. NPL IMPANEMA NPL VI NÃO PADRONIZADOS - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 229, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0109554-29.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Kirton Bank S/A Banco Múltiplo - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 82, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: FREDERICO NASSIF BOUERI (OAB 85827/MG), ADV: SERVIO TULIO DE BARCELOS (OAB 30990/CE), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 30990/CE), ADV: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 30991/CE) - Processo 0115066-90.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 130, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0120713-37.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas referentes às diligências

do oficial de justiça (item IX da Tabela III da Tabela de Custas Processuais). Em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa (art. 10, CPC), advirto que, decorrido o prazo assinalado sem a comprovação do recolhimento, o processo será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 485, IV do CPC.

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE) - Processo 0122573-73.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 88, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: VANESSA CASTILHA MANEZ (OAB 331167/SP), ADV: SILVANA SIMOES PESSOA (OAB 112202/SP) - Processo 0123819-36.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal - Administradora de Consórcio Ltda - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 119, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0131125-95.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 77, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974/CE), ADV: HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA (OAB 157875/SP) - Processo 0132977-86.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 122, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0134898-51.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 127, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0146321-66.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 182, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0147404-88.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 92, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0149724-09.2018.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 190, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0150993-54.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 152, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0154206-34.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 237, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0154319-51.2018.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Administradora de Consórcios Ltda - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 104, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0156658-56.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 193, indicando endereço certo e válido para a citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça.

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0157137-78.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 150, indicando endereço certo e válido para a citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0162270-72.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 62, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0166247-96.2018.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAU SEGUROS S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 78, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MÁRCIO SANTANA BATISTA (OAB 43948A/CE) - Processo 0168873-93.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 87, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974/CE), ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 21976/CE) - Processo 0169951-54.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV Financeira - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 120, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MARCIO SANTANA BATISTA (OAB 257034/SP) - Processo 0170808-71.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 144, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649A/CE), ADV: IVO PEREIRA (OAB 143801/SP) - Processo 0172371-32.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S.a. - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 136, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE) - Processo 0175284-55.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 107, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES (OAB 28423/CE) - Processo 0176253-70.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Renove-se o expediente anterior. Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 81, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do

endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: HUDSON JOSE RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0182489-33.2018.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 106, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0188201-09.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV Financeira - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 109, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: NEI CALDERON (OAB 114904/SP) - Processo 0190974-95.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A. - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 177, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE), ADV: SUZANA ALCIONE DE SOUZA RIBEIRO COSTA (OAB 11780B/CE) - Processo 0193461-67.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0126387-93.2015.8.06.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 126, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0194284-70.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S.a. - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 101, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0203809-52.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco BV Financeira S/A Credito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 123, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ANTONIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 22463/CE) - Processo 0219377-06.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Unicred Fortaleza - Cooperativa de Economia e Credito Mutuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Fortaleza Ltd - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 260, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0228619-76.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 88, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE), ADV: NATÁLIA GOUVEA PÍCOLI (OAB 396366/SP) - Processo 0230542-40.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas referentes às diligências do oficial de justiça (item IX da Tabela III da Tabela de Custas Processuais). Em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa (art. 10, CPC), advirto que, decorrido o prazo assinalado sem a comprovação do recolhimento, o processo será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 485, IV do CPC.

ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0240456-31.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAU SEGUROS S/A - Intime-se a parte promovente para se manifestar dos termos do recurso de apelação de fls. 117/131, nos termos do art. 1.010, §1º do CPC.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0252118-89.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 126, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por

falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE), ADV: NATÁLIA GOUVEA PÍCOLI (OAB 396366/SP) - Processo 0259395-59.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 93, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0269793-65.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 80, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0274538-88.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 115, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0278286-31.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 77, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0285135-19.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Santander Brasil Administradora de Consorcio Ltda - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 94, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0430297-31.2010.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 125, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GOES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI (OAB 8927/SC) - Processo 0489213-24.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.a e outro - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 190, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: CRISTIANE BELINATE GARCIA LOPES (OAB 19937/PR) - Processo 0489679-18.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: B V Financeira S/a, Credito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 72, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0505143-82.2011.8.06.0001 (apensado ao processo 0461355-18.2011.8.06.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S.a - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 220, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0512356-42.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Financeira S.a. Credito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 63, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/

CE) - Processo 0521598-25.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Honda S.a - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 100, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0544228-41.2012.8.06.0001 (apensado ao processo 0541652-75.2012.8.06.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Financeira S.a. C.f.i - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 156, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0715811-17.2000.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Bv Financeira S/A - Credito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 136, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE), ADV: JOSÉ LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP) - Processo 0865388-78.2014.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Financiamento de Produto - REQUERENTE: BANCO SAFRA S.A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 144, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: LIZIA MELLO LIMA (OAB 34337/CE) - Processo 0204232-60.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - MASSA FALIDA: Fátima Antônia Siqueira - Diante de quanto exposto, hei por bem de, neste momento, DEFERIR PARCIALMENTE A TUTELA requerida pela parte, no sentido de que, os descontos consignáveis em folha de pagamento da autora, junto ao BANCO DO BRASIL e ao SICREDI, sejam reduzidos respectivamente de R$ 5.183,11 para R$ 2.862,80 e de R$ 924,96 para R$ 621,62, de maneira a que somados totalizem R$ 3.484,42 consignados em folha de pagamento. Mantenho por enquanto os descontos previstos em conta corrente. Não tendo a parte autora manifestado intenção em audiência de conciliação, citem-se os demandados para contestarem os termos da ação no prazo de 15 dias, sob pena de revelia. Expedientes.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE) - Processo 0153362-50.2018.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 69, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 37139A/CE) - Processo 0210317-96.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 101, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0236697-59.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 79, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE) - Processo 0256362-95.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 81, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0262022-70.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.a - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 72, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GOES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI (OAB 30961A/CE) - Processo 0273809-62.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Digimais S.a. - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 73, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 37139A/CE), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0282460-83.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 77, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MARCIO SANTANA BATISTA (OAB 257034/SP) - Processo 0288031-35.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 68, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0474152-26.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 122, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

ADV: PAULO EDUARDO MAGNANI FABRICIO (OAB 23004/CE), ADV: TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO (OAB 14694/CE), ADV: GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556B/CE), ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA (OAB 17879/PE), ADV: ANDREA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 53403/PR) - Processo 0511469-58.2011.8.06.0001 (apensado ao processo 0468556-61.2011.8.06.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS-PCG BRASIL MULTICARTEIRA (Cessionário) - Intime-se a parte autora para falar no prazo de 15 dias, sobre a certidão de fls. 73, indicando endereço certo e válido para a apreensão do bem e citação da parte demandada, ou ainda requerer o que mais entenda de direito, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC). Juntamente com a indicação do endereço, deverá recolher de logo, as custas da diligência do oficial de justiça. Faculta-se desde logo, a possibilidade do pedido de conversão da presente em execução.

EXPEDIENTES DA 8ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0152031-96.2019.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE) - Processo 0159097-69.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S.a - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15(quinze) dias, fornecer endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 4734AC) - Processo 0201172-79.2022.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Digimais S.a. - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito , suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (DJe) para que, em 15 (quinze) dias, diga qual seu interesse no prosseguimento no feito haja vista que o veículo, além de estar em nome de terceiro, não consta contra ele qualquer restrição de alienação fiduciária, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de regularidade processual. Caso tenha sido expedido mandado de Busca e apreensão, oficie-se á CEMAN para que proceda a

imediata devolução sem cumprimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0201463-79.2022.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Considerando a manifestação da parte autora e não tendo se operado ainda a citação da parte contrária, o que faz desnecessária a concordância desta ao pedido formulado, HOMOLOGO por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos o PEDIDO DE DESISTÊNCIA e, por via de consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, nos termos do art.485, VIII do CPC/15.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE) - Processo 0210804-66.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Considerando a atualização do endereço para fins de cumprimento da liminar anteriormente deferida, intime-se o autor, via DJe, para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar, o recolhimento das custas da diligência do Oficial de Justiça (Lei estadual n.º 16.132/2016, item IX da Tabela III do Anexo Único), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Advirto que a guia de recolhimento judicial (GRJ) das custas/despesas processuais devem ser geradas, obrigatoriamente, pelo portal de serviços do Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ), disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sem o qual não haverá efeito de pagamento. Eventual pedido de restituição de custas/despesas recolhidas de maneira diversa, deverão ser requeridas ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, conforme orientação constante no site do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU). Publiquem.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: RAPHAEL NEVES COSTA (OAB 225061/SP), ADV: RICARDO NEVES COSTA (OAB 120394/SP) - Processo 0211752-08.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE) - Processo 0217184-08.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando a atualização do endereço para fins de cumprimento da liminar anteriormente deferida, intime-se o autor, via DJe, para, no prazo de 05(cinco) dias, comprovar, o recolhimento das custas da diligência do Oficial de Justiça (Lei estadual n.º 16.132/2016, item IX da Tabela III do Anexo Único), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Advirto que a guia de recolhimento judicial (GRJ) das custas/despesas processuais devem ser geradas, obrigatoriamente, pelo portal de serviços do Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ), disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sem o qual não haverá efeito de pagamento. Eventual pedido de restituição de custas/despesas recolhidas de maneira diversa, deverão ser requeridas ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, conforme orientação constante no site do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU). Publiquem.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0238156-33.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Volkswagen S.a - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15(quinze) dias, fornecer endereço atualizado do requerido para fins de CITAÇÃO. Fica advertida que, fornecido novo endereço, deverá juntar aos autos o comprovante de recolhimento das custas referentes a diligência do oficial de justiça (item IX da Tabela III da Tabela de Custas Processuais). Ressalte-se que a guia de recolhimento judicial (GRJ) das custas processuais devem ser geradas, obrigatoriamente, pelo portal de serviços do Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ), disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sem o qual não haverá efeito de pagamento. Publiquem.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0240785-43.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0246885-14.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15(quinze) dias, fornecer endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0247942-67.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S.a - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 27567A/CE) - Processo 0248673-97.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Considerando a atualização do endereço para fins de cumprimento da liminar anteriormente deferida, intime-se o autor, via DJe, para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar, o recolhimento das custas da diligência do Oficial de Justiça (Lei estadual n.º 16.132/2016, item IX da Tabela III do Anexo Único), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Advirto que a guia de recolhimento judicial (GRJ) das custas/despesas processuais devem ser geradas, obrigatoriamente, pelo portal de serviços do Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ), disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sem o qual não haverá efeito de pagamento. Eventual pedido de restituição de custas/despesas recolhidas de maneira diversa, deverão ser requeridas ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, conforme orientação constante no site do Fundo Especial de Reaparelhamento e

Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU). Publiquem.

ADV: EDILEDA BARRETTO MENDES (OAB 30217/CE) - Processo 0251508-24.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Votorantim S.A. - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15(quinze) dias, fornecer endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0251808-20.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.a. - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0252397-75.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Expeça-se mandado de CITAÇÃO para endereço às fls. 141, custas às fls. 147. Expedientes necessários.

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE) - Processo 0257358-59.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15(quinze) dias, fornecer endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento.

ADV: NEI CALDERON (OAB 114904/SP) - Processo 0258550-27.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018A/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0261620-52.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: ANTONIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 22463/CE) - Processo 0262759-39.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Unicred Fortaleza Coop de Econ e Cred Mutuo dos Prof da Saude e de Peq Emp, Microemp Ou Microempreendedores Ltda - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0270131-39.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S.a - O endereço apontado na petição de fls. 88 encontra-se sem código postal, o que impossibilita a confecção do mandado e o encaminhamento à rota correta da Central de Mandados CEMAN. Assim, determino que a instituição financeira (DJe) atualize em 05 (cinco) dias o endereço no qual deve ser efetuada a diligência, sob pena das sanções legais. Publiquem.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GOES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI (OAB 30961A/CE) - Processo 0272314-80.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Digimais S.a. - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito , suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (DJe) para que, em 15 (quinze) dias, diga qual seu interesse no prosseguimento no feito haja vista que o veículo, além de estar em nome de terceiro, não consta contra ele qualquer restrição de alienação fiduciária, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de regularidade processual. Caso tenha sido expedido mandado de Busca e apreensão, oficie-se á CEMAN para que proceda a imediata devolução sem cumprimento.

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: DOMINIK BARROS BRITO FERREIRA (OAB 37479/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0277324-08.2021.8.06.0001 - Requerimento de Apreensão de Veículo - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Fernanda Paula Coelho de Sousa - Diante do exposto, abstenho-me de deliberar sobre a contestação apresentada, devendo referido pedido ser protocolado e apreciado pela Comarca de origem. Mantenho os autos em arquivo.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0277723-37.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa do Sr. Meirinho, fornecendo endereço atualizado do requerido para fins de citação, ônus que por lei lhe compete, sob pena de extinção do feito por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV do CPC) OU, nos termos do art. 4º

do Dec. Lei nº 911/69, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva. Em tempo, caso forneça novo endereço para fins de apreensão/citação, deverá, desde logo, recolher as custas diligenciais dos oficiais de justiça para fins de cumprimento. Publiquem.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0278829-34.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Considerando a apreensão do veículo e citação do requerido, determino a retirada da restrição à circulação do veículo lançada por meio do sistema RENAJUD, juntando-se aos autos a respectiva guia, nos termos do art. 3º, §9º do DL 911/69. Fica advertida a Instituição financeira que, no caso de alienação extrajudicial do bem, ocorrendo o julgamento de improcedência da demanda, ficará esta sujeita as sanções previstas no art. 3º, §§6º e 7º do Decreto Lei n° 911/69. Transcorrido o prazo para apresentação de contestação, retornem os autos conclusos para julgamento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0278990-44.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Considerando a atualização do endereço para fins de cumprimento da liminar anteriormente deferida, intime-se o autor, via DJe, para, no prazo de 05(cinco) dias, comprovar, o recolhimento das custas da diligência do Oficial de Justiça (Lei estadual n.º 16.132/2016, item IX da Tabela III do Anexo Único), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Advirto que a guia de recolhimento judicial (GRJ) das custas/despesas processuais devem ser geradas, obrigatoriamente, pelo portal de serviços do Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ), disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sem o qual não haverá efeito de pagamento. Eventual pedido de restituição de custas/despesas recolhidas de maneira diversa, deverão ser requeridas ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, conforme orientação constante no site do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU). Publiquem.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0279126-41.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito, suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (via DJe) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o Documento Único de Transferência (DUT) do veículo apontado no instrumento contratual, uma vez que as informações mantidas junto ao banco de dados do Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD), não atribui ao requerido a titularidade do bem. Fica advertido que, transcorrido o prazo sem manifestação, o processo será extinto sem resolução do mérito. Caso tenha sido expedido mandado de busca e apreensão, oficie-se à CEMAN, via malote digital, para que proceda a devolução do mandado SEM CUMPRIMENTO.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 4734AC) - Processo 0280788-40.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Digimais S.a. - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito , suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (DJe) para que, em 15 (quinze) dias, diga qual seu interesse no prosseguimento no feito haja vista que o veículo, além de estar em nome de terceiro, não consta contra ele qualquer restrição de alienação fiduciária, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de regularidade processual. Caso tenha sido expedido mandado de Busca e apreensão, oficie-se á CEMAN para que proceda a imediata devolução sem cumprimento.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 4734AC) - Processo 0280794-47.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Digimais S.a. - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito , suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (DJe) para que, em 15 (quinze) dias, diga qual seu interesse no prosseguimento no feito haja vista que o veículo, além de estar em nome de terceiro, não consta contra ele qualquer restrição de alienação fiduciária, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de regularidade processual. Caso tenha sido expedido mandado de Busca e apreensão, oficie-se á CEMAN para que proceda a imediata devolução sem cumprimento.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0282197-51.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito , suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (DJe) para que, em 15 (quinze) dias, diga qual seu interesse no prosseguimento no feito haja vista que o veículo, além de estar em nome de terceiro, não consta contra ele qualquer restrição de alienação fiduciária, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de regularidade processual. Caso tenha sido expedido mandado de Busca e apreensão, oficie-se á CEMAN para que proceda a imediata devolução sem cumprimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0282544-84.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito , suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (DJe) para que, em 15 (quinze) dias, diga qual seu interesse no prosseguimento no feito haja vista que o veículo, além de estar em nome de terceiro, não consta contra ele qualquer restrição de alienação fiduciária, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de regularidade processual. Caso tenha sido expedido mandado de Busca e apreensão, oficie-se á CEMAN para que proceda a imediata devolução sem cumprimento.

ADV: ALEX SCHOPP DOS SANTOS (OAB 46350/RS) - Processo 0285906-94.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Digimais S.a. - Considerando a certidão dando conta de que o veículo encontra-se em nome de pessoa estranha ao presente feito , suspendo a liminar anteriormente deferida, como meio de evitar danos a terceiro, nos termos da Súmula 92 do STJ. Intime-se a parte autora (DJe) para que, em 15 (quinze) dias, diga qual seu interesse no prosseguimento no feito haja vista que o veículo, além de estar em nome de terceiro, não consta contra ele qualquer restrição de alienação fiduciária, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de regularidade processual. Caso tenha sido expedido mandado de Busca e apreensão, oficie-se á CEMAN para que proceda a imediata devolução sem cumprimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0288495-59.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - O requerido peticionou requerendo a purgação da mora, no entanto é desnecessária autorização do judiciário, uma vez que o próprio Decreto Lei já faculta ao devedor fiduciante tal possibilidade desde que o faça no prazo assinalado em Lei haja vista que no curso da ação de busca e apreensão, uma vez executada a liminar aludida no caput do art. 3º do Dec. lei n. 911/1969, tem o devedor fiduciário o prazo de 05 dias para

pagar a integralidade da dívida (art. 3º, § 2º, do Dec. lei n. 911/1969), essa entendida como a soma das prestações vencidas e vincendas, acrescidas de seus consectários legais e contratuais (STJ RECURSO ESPECIAL: REsp. 1418593 MS2013/0381036-4). Aguarde-se o decurso do prazo defensivo, retornando os autos para julgamento.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: JOSE RIBAMAR ROCHA (OAB 1170/PI) - Processo 0094289-02.2008.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Rommel Azim da Costa Araujo - Intimem o(s) executado(s), Via DJe, para adimplir, voluntariamente, o valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: JOSE RIBAMAR ROCHA (OAB 1170/PI) - Processo 0094289-02.2008.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Rommel Azim da Costa Araujo - Intimem o(s) executado(s), Via DJe, para adimplir, voluntariamente, o valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0201803-23.2022.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Considerando a manifestação da parte autora e não tendo se operado ainda a citação da parte contrária, o que faz desnecessária a concordância desta ao pedido formulado, HOMOLOGO por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos o PEDIDO DE DESISTÊNCIA e, por via de consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, nos termos do art.485, VIII do CPC/15.

ADV: JEFERSON ALEX SALVIATO (OAB 236655/SP) - Processo 0249985-11.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Rodobens Administradora de Consórcios Ltda - nálise da matéria já discutida e decidida. Destarte, pelos fundamentos expendidos, conheço dos embargos de declaração interpostos, em decorrência de sua tempestividade, e, no mérito, REJEITÁ-LOS, na forma da fundamentação acima.

ADV: HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE (OAB 13908/BA), ADV: TAMIRES AGUIAR DE AZEVEDO (OAB 38737/CE) - Processo 0251204-59.2020.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Natalia Isabela Malheiros Rezende Pereira - REQUERIDO: Banco Gmac S.a. - Diante do exposto, DECLARO satisfeita a obrigação, nos termos do art. 526, §3º e JULGO extinta a execução, com fundamento no art. 924, II, ambos do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, deverá a SEJUD de 1º grau confeccionar alvará de transferência no valor de R$ 3.713,82 (três mil, setecentos e treze reais e oitenta e dois centavos), mais juros e correção monetária, se houver, depositados na Conta Judicial de nº 1400125819332, agencia 8, do Banco do Brasil (fls.174) a ser transferido para o exequente, por meio da Conta Corrente nº 01018210-1, agencia 4653, Banco Santander, sendo beneficiário TAMIRES AGUIAR DE AZEVEDO (CPF: 048.459.473-74), conforme procuração de fls.13.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2022

ADV: ALAN PEREIRA MOURAO (OAB 21899/CE) - Processo 0205115-07.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jose de Arimateia de Souza Tavares - Considerando a manifestação da parte autora e não tendo se operado ainda sequer a citação da parte contrária, o que faz desnecessária a concordância desta ao pedido formulado, homologo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência feito pela requerente, e por via de consequência, julgo o presente processo extinto sem resolução de mérito, o que faço nos termos do art.485, VIII do CPC/15.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: DIEGO ALBUQUERQUE LOPES (OAB 26053/CE), ADV: CARLOS ALBERTO LOPES JUNIOR (OAB 41753/CE) - Processo 0255665-40.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: G M Carvalho Eireli Me e outros - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, ficando mantidas incólumes as cláusulas contratuais celebradas. Em razão da regra da causalidade, condeno o autor nas custas processuais, já adiantadas, e nos honorários de sucumbência que fixo em R$ 5.000,00, quantia sobre a qual incidirá correção monetária desde a data da liberação da sentença nos autos digitais pelos índices do IGP-M (Súmula 14/STJ) e juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado, mas a exigibilidade ficará suspensa face os benefícios da assistência juridica gratuita deferidos.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0087/2022

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE), ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0193461-28.2019.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda Ltda - Considerando a manifestação da parte autora e não tendo se operado ainda a citação da parte contrária, o que faz desnecessária a concordância desta ao pedido formulado, HOMOLOGO por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos o PEDIDO DE DESISTÊNCIA e, por via de consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, nos termos do art.485, VIII do CPC/15.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0248130-60.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Considerando que o AR retornou sem cumprimento, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono (DJe) para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço para fins de citação do requerido, objetivando a apresentação das contrarrazões recursais. Expedientes necessários.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0257041-61.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Considerando que o AR retornou sem cumprimento, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono (DJe) para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço para fins de citação do requerido, objetivando a apresentação das contrarrazões recursais. Expedientes necessários.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0259936-92.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Considerando que o AR retornou sem cumprimento, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono (DJe) para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço para fins de citação do requerido, objetivando a apresentação das contrarrazões recursais. Expedientes necessários.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0260078-96.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Considerando que o AR retornou sem cumprimento, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono (DJe) para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço para fins de citação do requerido, objetivando a apresentação das contrarrazões recursais. Expedientes necessários.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0268594-08.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Considerando que o AR retornou sem cumprimento, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono (DJe) para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço para fins de citação do requerido, objetivando a apresentação das contrarrazões recursais. Expedientes necessários.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0268604-52.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Considerando que o AR retornou sem cumprimento, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono (DJe) para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço para fins de citação do requerido, objetivando a apresentação das contrarrazões recursais. Expedientes necessários.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0271263-34.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Considerando que o AR retornou sem cumprimento, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono (DJe) para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço para fins de citação do requerido, objetivando a apresentação das contrarrazões recursais. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: JURANDIR VIEIRA MARQUES (OAB 1310/CE), ADV: MOACIR DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 376/CE), ADV: JOSE RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 1138/CE), ADV: RAIMUNDO REBOUCAS DE LIMA (OAB 1229/CE), ADV: OLIR MALFATTI (OAB 21004/CE), ADV: MAURO ABNER BARREIRA FURTADO (OAB 3059/CE), ADV: PAULO SERGIO LIMA VASCONCELOS (OAB 12928/CE), ADV: VALENTIM ANTUNES GARCIA (OAB 3944/CE), ADV: JOSE AIRTON DA SILVA (OAB 3355/CE) - Processo 0010546-75.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0010545-90.2000.8.06.0001) - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a e outro - EXEQUIDO: Gerardo de Souza Carneiro e outros - Cls. R. hoje. O despacho que se lê às fls. 600 destes fólios é uma cópia da decisão que exarei no caderno processual a eles apensado de nº 0010545-90.2000, alusivo a Embargos de Terceiro já julgados improcedentes por decisão da qual não houve recurso. Naqueles fólios já proferi despacho determinando fossem arquivados. Quanto ao requerimento contido na petição de fls. 560, do exequente, verifique-se que pendente de realização leilão para a alienação de bens penhorados, ainda não realizado pela falta de publicação dos Editais respectivos. Exp. e Int.

ADV: ULISSES RIBEIRO NETO (OAB 9426/CE) - Processo 0037658-72.2007.8.06.0001 (apensado ao processo 0212528-42.2020.8.06.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - EXEQUIDO: Jose Bento de Sousa - Cls. R. hoje. Assiste razão ao Ministério Público exequente no pleito constante de sua petição de fls. 160. Na verdade, do caderno processual é fácil de ver que, de fato, do despacho de fls. 150 só houve a intimação dele, MP requerente. Assim é que, destinada ao executado o interlocutório aludido, de seus termos não houve a intimação do patrono deste último. Acolho, desse modo, o requerimento de que cuido, chamando o feito à ordem, a fim de que seja suprida a omissão referida, com a intimação do executado, na pessoa de seu ilustre patrono, sobre o aludido despacho de fls. 150. Exp. e Int.

ADV: MÁRCIO SANTANA BATISTA (OAB 43948A/CE) - Processo 0125625-77.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que se manifeste sobre a certidão de fls. 94. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: ANTONIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 22463/CE) - Processo 0130969-97.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Fiscal ou Fatura - EXEQUENTE: Cequip - Importação e Comércio Ltda - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que dê andamento ao feito, manifestando-se sobre a devolução de mandado, informando sobre o correto endereço do promovido, para que se possa prosseguir no feito. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de

extinção do feito sem resolução do mérito (art. 485, IV, do NCPC). Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371/CE) - Processo 0133233-92.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Fujisan Centro de Hemoterapia Hematologia do Ceara Ltda. - Intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que se manifeste sobre a certidão do meirinho de fls. 131.

ADV: MANOEL LUIZ ALVES (OAB 10917/CE) - Processo 0186339-61.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consórcio Ltda. - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que se manifeste sobre a certidão de fls. 117. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: BRUNO VANDERLEI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 21678/PE) - Processo 0193005-88.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: BANCO SAFRA S.A - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que se manifeste sobre a certidão de fls. 147/148. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: NATALIA UCHOA BRANDAO PONGITORI (OAB 30999B/CE) - Processo 0232604-53.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aurora Raquel Lima de Sousa - REQUERIDO: Espirito Santo Investimentos Imobiliários S.a - Vistos, etc. Conforme consta nos autos às fls 86/87, o exequente peticionou informando que após realização d acordo que anexa às fls 88/91, a parte executada efetuou o pagamento da dívida, revelando sua satisfação com o crédito recebido, . Conforme preleciona o art. 924, II, do NCPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. A existência de litígio é conditio sine qua non do processo. Portanto, tendo o exequente declarado sua satisfação com o crédito, pôs-se fim ao litígio objeto desta lide. Dessa forma, por não mais subsistir interesse no prosseguimento da execução por parte do exequente, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, II, do NCPC. Eventuais custas adicionais pela executada. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: ANTONIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 22463/CE) - Processo 0479976-63.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - Vistos, etc. Defiro o pedido de citação, através de mandado, segundo os endereços de fls.169. Custas recolhidas às fls. 167. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0831190-15.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0257423-88.2020.8.06.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - Cls. R. hoje. Atenda-se o pleito contido na petição de fls. 138-139, com a expedição da Precatória nela requestada, para os fins apontados pelo peticionante, ou seja, para que, no Juízo deprecado se proceda à penhora e à avaliação dos bens imóveis vinculados à hipoteca mencionada na Cédula de Crédito objeto da execução, onde estão descritos às fls. 14-15 destes fólios. Antes da expedição da Carta aludida, proceda o postulante ao pagamento das custas a ela correspondentes. Exp. e Int.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE) - Processo 0839239-45.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC BANK BRASIL S/ASBC BANK BRASIL S/A - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que dê andamento ao feito, manifestando-se sobre a devolução de mandado, informando sobre o correto endereço do promovido, para que se possa prosseguir no feito. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 485, IV, do NCPC). Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0914466-41.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil Sa - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que se manifeste sobre a certidão de fls. 156/157. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: THALES LUCENA INACIO (OAB 21399/CE) - Processo 0054329-73.2007.8.06.0001 (apensado ao processo 0025841-11.2007.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Nota Promissória - REQUERIDO: Jbl Fomento Mercantil Ltda - DEFENSOR PÚBLIC: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Vistos, etc. A parte promovente, devidamente qualificada na exordial, promoveu, através de advogado habilitado, a presente ação, na forma da peça inaugural de fls.03/16. A parte autora abandonou a causa há mais de 30(trinta) dias. Intimada, por seu advogado, para se manifestar nos autos, deixou decorrer o prazo, nada requerendo. Conforme o disposto no art. 771 do NCPC aplicam-se aos procedimentos de execução, subsidiariamente, as disposições do Livro I da Parte Especial. Assim, mesmo não previsto dentre as causas de extinção da execução, nos termos do art. 924 do NCPC, aplica-se subsidiariamente às execuções, por entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência, a extinção por abandono da causa, conforme art. 485, II e III, do NCPC. No caso em tela, o promovente não atendeu ao chamado judicial, muito embora tenha sido intimado para tanto. Expedida a carta de intimação pessoal, segundo endereço existente nos autos a mesma não foi localizada, retornando com a informação de ausente. Cumpre ressaltar que é dever da parte ter seu endereço atualizado no processo. Tem-se segundo o art. 77, V, do CPC que , Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V- declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva; O interesse é condição/pressuposto primordial para o ajuizamento e continuidade de qualquer ação. Assim, a parte que postula ativamente em Juízo tem obrigação de promover os atos que lhe competir e de manter seu endereço atualizado. Segundo o art. 274 em seu parágrafo único do mesmo diploma legal, tem-se que Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Ainda conforme proclamado por diversos Tribunais, TJ-SP - Apelação Cível AC 10505058620188260053 SP 1050505-86.2018.8.26.0053 (TJ-SP) EMENTA ACIDENTÁRIA - AUTOR NÃO LOCALIZADO DURANTE O TRAMITAR DO FEITO - PERÍCIA MÉDICA PREJUDICADA - EXTINÇÃO DO FEITO. “Levando-se em conta não ter o autor sido localizado durante o tramitar do feito (não informou a alteração do endereço conforme determina a regra processual), o que obstou a sua intimação para se submeter à perícia médica, tenho por inafastável o decreto de extinção do feito”. TJ-SP - Apelação APL 01020215120078260053 SP 0102021-51.2007.8.26.0053 (TJ-SP) EMENTA ACIDENTÁRIA - AUTOR NÃO LOCALIZADO DURANTE O TRAMITAR DO FEITO - PERÍCIA MÉDICA PREJUDICADA - EXTINÇÃO DO FEITO. “Levando-se em conta não ter o autor sido localizado durante o tramitar do feito (não informou a alteração do endereço conforme

determina a regra processual), o que obstou a sua intimação de submissão à perícia médica, tenho por inafastável o decreto de extinção do feito". Isto posto, considerando a aplicação subsidiária do constante no art. 485 III do NCPC, decreto a EXTINÇÃO do presente processo, sem resolução de mérito, por abandono da causa. Custas pelo exequente, se porventura existentes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com consequente baixa na distribuição. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: THALES LUCENA INACIO (OAB 21399/CE) - Processo 0054329-73.2007.8.06.0001 (apensado ao processo 0025841-11.2007.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Nota Promissória - REQUERIDO: Jbl Fomento Mercantil Ltda - DEFENSOR PÚBLIC: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Vistos, etc. A parte promovente, devidamente qualificada na exordial, promoveu, através de advogado habilitado, a presente ação, na forma da peça inaugural de fls.03/16. A parte autora abandonou a causa há mais de 30(trinta) dias. Intimada, por seu advogado, para se manifestar nos autos, deixou decorrer o prazo, nada requerendo. Conforme o disposto no art. 771 do NCPC aplicam-se aos procedimentos de execução, subsidiariamente, as disposições do Livro I da Parte Especial. Assim, mesmo não previsto dentre as causas de extinção da execução, nos termos do art. 924 do NCPC, aplica-se subsidiariamente às execuções, por entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência, a extinção por abandono da causa, conforme art. 485, II e III, do NCPC. No caso em tela, o promovente não atendeu ao chamado judicial, muito embora tenha sido intimado para tanto. Expedida a carta de intimação pessoal, segundo endereço existente nos autos a mesma não foi localizada, retornando com a informação de ausente. Cumpre ressaltar que é dever da parte ter seu endereço atualizado no processo. Tem-se segundo o art. 77, V, do CPC que , Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V- declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva; O interesse é condição/pressuposto primordial para o ajuizamento e continuidade de qualquer ação. Assim, a parte que postula ativamente em Juízo tem obrigação de promover os atos que lhe competir e de manter seu endereço atualizado. Segundo o art. 274 em seu parágrafo único do mesmo diploma legal, tem-se que Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Ainda conforme proclamado por diversos Tribunais, TJ-SP - Apelação Cível AC 10505058620188260053 SP 1050505-86.2018.8.26.0053 (TJ-SP) EMENTA ACIDENTÁRIA - AUTOR NÃO LOCALIZADO DURANTE O TRAMITAR DO FEITO - PERÍCIA MÉDICA PREJUDICADA - EXTINÇÃO DO FEITO. "Levando-se em conta não ter o autor sido localizado durante o tramitar do feito (não informou a alteração do endereço conforme determina a regra processual), o que obstou a sua intimação para se submeter à perícia médica, tenho por inafastável o decreto de extinção do feito". TJ-SP - Apelação APL 01020215120078260053 SP 0102021-51.2007.8.26.0053 (TJ-SP) EMENTA ACIDENTÁRIA - AUTOR NÃO LOCALIZADO DURANTE O TRAMITAR DO FEITO - PERÍCIA MÉDICA PREJUDICADA - EXTINÇÃO DO FEITO. "Levando-se em conta não ter o autor sido localizado durante o tramitar do feito (não informou a alteração do endereço conforme determina a regra processual), o que obstou a sua intimação de submissão à perícia médica, tenho por inafastável o decreto de extinção do feito". Isto posto, considerando a aplicação subsidiária do constante no art. 485 III do NCPC, decreto a EXTINÇÃO do presente processo, sem resolução de mérito, por abandono da causa. Custas pelo exequente, se porventura existentes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com consequente baixa na distribuição. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: JOSE JUNIOR AVILA PINTO (OAB 24781/CE), ADV: MAYRA SILVA DE ALMEIDA (OAB 38022/CE), ADV: CAMILA DE ALMEIDA BASTOS DE MORAES RÊGO (OAB 33667/PE), ADV: ALINE MONTENEGRO DA SILVEIRA (OAB 42063/CE) - Processo 0210611-61.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0195445-86.2015.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Mapfre Seguros - EMBARGADO: Nivardo Neves da Cruz - Cls. R. hoje. A petição de fls. 511-513 encerra acusações sérias como se fossem meras apreciações de matéria fática feita pelo peticionante a este Juízo. Verifique-se, por exemplo, que, em tom de ironia, é mencionado que, entre os louvados nomeados para levar a efeito uma nova perícia na pessoa dele, postulante, houve a nomeação de um residente no Rio Grande do Sul. Já esclarecido de forma induvidosa, de sorte a não restar dúvida, que tive a preocupação de proceder à nomeação de peritos inscritos no Sistema SIPER (v. o despacho de fls. 344), na conformidade do que determina o Tribunal de Justiça do Ceará, através da sua Resolução do Órgão Especial nº 04/2017. Do despacho de fls. 363, enquanto isso, sem dificuldade se verifica que nele consignei face à informação de que o louvado nomeado reside em outro Estado da Federação que o Sistema SIPER NÃO PERMITE AO JUÍZO VISUALIZAR A RESIDÊNCIA DO EXPERT donde resulta que despropositada e malévola a insinuação de que tenha havido irresponsabilidade por parte deste Juízo quanto ao fato mencionado. Depois, os autos mostram mais que outros peritos, todos daquele Sistema SIPER foram nomeados, sendo certo que é obrigatória a audiência da parte responsável pelo pagamento da verba honorária pretendida pelo perito sobre o valor pelo mesmo cobrado. O certo é que, parecendo-me realmente procrastinatório os expedientes por meio dos quais a Seguradora ré impugnou aqueles valores, determinei que ela procedesse ao depósito do quantum postulado pela última perita que nomeei, o que foi feito, como se vê de fls. 439, 442 e 475. Por outro lado, este Juízo não pode ser responsabilizado pela mudança de endereço da louvada que teve acolhida a sua pretensão alusiva aos honorários que pleiteou (v. a certidão de fls. 497 e o despacho de fls. 504). De fato, não é justo atribuir ao olhar silente do poder judicante (sic, fls. 512) a demora no processamento do feito, conclusão a que se chega examinando o caderno processual. O entendimento do autor de que não haveria mais possibilidade pela continuidade dessa magistrada a permanecer à frente desse escrutínio, que, entende, salvo melhor juízo, deva ser julgado por um de seus pares, fins de primar pela imparcialidade do processo, evidencia acusação séria, irresponsável e leviana, que de logo é rechaçada com veemência. Não admito ser acusada de parcial porque isso fere a minha honra, a minha dignidade. Sou Juíza há quase trinta (30) anos e nunca se ousou me fazer acusação desse jaez, até porque sempre primei pela honestidade e honradez em tudo na vida e não apenas na Magistratura. Tenho berço, pertenço a uma família de pessoas honradas, sempre pautando minha conduta com

observância dos exemplos que me foram legados por meus pais e meus avós, todos os quais advogados militantes no foro desta cidade. Em rigor, não me julgo suspeita para julgar este processo. Mas, por uma questão de foro íntimo, retiro-me de seu comando, porque a essa altura não sei se teria condição de ver o audacioso e irresponsável acusador com olhar apenas silente. Remetam-se os autos à apreciação da minha substituta em casos como esse. Comunique-se à douta Corregedoria e ao Eg. Conselho da Magistratura esta decisão. Exp. e Int.

ADV: EDSON JOSE SAMPAIO CUNHA FILHO (OAB 6512/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0457888-31.2011.8.06.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Fundo para Incentivo dos Servidores Publicos Brasileiros e outros - EMBARGADO: Banco Industrial do Brasil S.a - Cls. R. hoje. Induvidosamente a impugnação dos Embargos à execução foi extemporânea, como deixa ver a certidão de fls. 127. Estando o processo digitalizado, não se pode proceder à exclusão da peça aludida do caderno processual. O que não significa dizer que ela será considerada por ocasião do julgamento dos Embargos de que cuidam estes autos, exatamente porque apresentada a destempo. A ausência de impugnação aos Embargos, todavia, não impede a realização do exame pericial deferido pelo despacho de fls. 133. Cumpra-se, assim, o que foi ali determinado, relativamente ao Sistema SIPER, para a intimação do louvado do Juízo. Exp. e Int.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO (OAB 23599/CE), ADV: DIEGO ALBUQUERQUE LOPES (OAB 26053/CE) - Processo 0245983-95.2020.8.06.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Raimunda Ferreira Lima e outro - EMBARGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Vistos, etc. GT CELULARES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME e RAIMUNDA FERREIRA LIMA opõem Embargos à execução de que cuida o caderno processual apenso, contra eles manejado pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, os litigantes qualificados às fls. Litigando como beneficiários da gratuidade da Justiça, a eles concedida pelo despacho de fls. 174, os embargantes aduzem que contraíram a dívida objeto da execução "seduzidos" pelo exequente, mediante a utilização de argumentos que lhes impressionaram. A contratação aludida, todavia, não lhes proporcionou o resultado que esperavam, tendo sua situação agravada "em virtude da cobrança indevida de alguns encargos sobre os contratos de empréstimo em questão". Apontam como ilicitudes contra eles praticadas pelo embargado a cobrança de juros capitalizada mensalmente; a cumulação de comissão de permanência com correção monetária e juros; a utilização da TR como indexador da correção e, por último, além de juros abusivos, a estipulação de multa acima do percentual de 2% (dois por cento). Esclarecem estar instruindo seus Embargos com o resultado de perícia contábil que contrataram, da qual, no seu dizer, resulta a abusividade de algumas cláusulas contratuais. E desta se pode constatar, por igual, aduzem, mais, o valor por eles realmente devido ao exequente por força da contratação objeto da execução embargada. Imputam à epidemia que de último assolou o mundo a dificuldade financeira em que se encontram, o que os impossibilitou de honrar sua obrigação, associada aos encargos abusivos que invocaram. Na espécie dos autos, segundo os embargantes, existe cobrança ilegal, posto que alusiva a dívida não vencida, não tendo eles sido constituídos em mora, o que seria condição para o manejo da execução. Quanto aos encargos abusivos a que aludem, que teria causado o por eles arguido excesso de execução, apontam primeiramente a cumulação da correção monetária e juros com comissão de permanência. E justamente por essa razão, asseveram, também, não se pode falar em mora, na espécie dos autos. Além do mais, afirmam, é ilegal a estipulação da comissão de permanência "pela taxa de mercado", o que configuraria de acordo com eles, condição potestativa. A previsão contratual do vencimento antecipado da dívida, por igual, caracterizaria outra ilicitude. Por último, aludem ao anatocismo praticado pelo exequente de modo ilegal, pela inexistência de cláusula contratual a seu respeito. Postulando a aplicação ao seu contrato de juros mensais de hum por cento (1%) e requerendo para eles atribuição de efeito suspensivo, os embargantes pugnam pelo acolhimento de seus Embargos, condenando o exequido ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Às fls. 74-100 pode ser lida a impugnação oferecida pelo exequente/embargado à defesa dos réus, enquanto que às fls. 166-173 está a manifestação dos embargantes sobre a mesma impugnação. Através do despacho de fls. 174 determinei a intimação dos litigantes para esclarecer se desejavam produzir provas, o que fiz esclarecendo que, em hipótese negativa, o feito seria julgado no estágio atual. Em razão do silêncio dos interessados, vieram-me os autos conclusos, para prolação da sentença ora exarada. Relatei. Decido. O que o caderno processual da execução evidencia é que aforada ela foi com arrimo na Nota de Crédito Comercial de fls. 74-95 dos autos respectivos. Enquanto isso, a leitura daquele título deixa ver, de modo induvidoso, que não estão no caso de ser providas as alegações dos embargantes objetivando o provimento de seus Embargos. Com efeito, arguido pelos executados em prol de seus direitos e interesses, foi que a contratação que pactuaram com o exequente, está repleta de ilicitudes, consubstanciadas na cobrança de juros além do percentual de um por cento (1%) ao mês, além de capitalizados; na cumulação de comissão de permanência com correção monetária e juros, assim como na estipulação de multa moratória além do percentual de 2% (dois por cento) que a lei admite. Observe-se que, no seu desiderato de comprovar o acerto de suas alegações, os embargantes instruíram sua defesa com a "perícia contábil" de fls. 70-71. Quanto ao "laudo" aludido, impõe-se de logo afirmar que inútil para embasar as razões suscitadas pelos executados, em primeiro lugar, porque unilateralmente produzido, fato que, por si só, de acordo com o que entendem e proclamam nossos Tribunais, evidencia sua imprestabilidade. Depois, não fosse a razão acima elencada, uma outra bastaria para confirmar o que estou a proclamar. É que, como dela se vê, a responsável e signatária da mesma "perícia contábil" nela consignou, logo no seu início, que considerados, para a sua feitura, juros de 1% (hum por cento) ao mês, bem distintos dos pactuados pelos contratantes, como se pode apurar do título que acompanhou e arrimou a execução. E obvio é que não se pode aceitar como válidos, como corretos, cálculos elaborados em desacordo com as condições pactuadas pelos contratantes. No que concerne à taxa de juros, sabe-se e ninguém ignora que os praticados pelas instituições financeiras não guardam observância com a taxa de juros legais. Quanto a esta, o que o Colendo STJ proclama, evidentemente que seguido pela jurisprudência de todos os Tribunais do País, é que os juros cobrados em operações dessa natureza devem observar as taxas do mercado em operações de idêntica natureza. Nesse sentido: "Civil. Processual Civil. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial. Recurso manejado sob a égide do NCPC. Embargos à execução. Ilegitimidade passiva ad causam. Interpretação contratual. Reexame de provas. Impossibilidade. Súmulas nº 5 e 7 do STJ. Limitação dos juros. Impossibilidade. Não abusividade a ser aferida com base na taxa média do mercado. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento do STJ. Súmula nº 568 do STJ. Decisão mantida. Agravo Interno não provido. 1. Aplica-se o NCPC a este Recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 09.03.2016: Aos Recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Rever as conclusões quanto a ausência de novação e, portanto, a

ilegitimidade passiva da parte demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático-probatório dos autos e do contrato firmado entre as partes, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas nº 5 e 7 do STJ e não apenas a revaloração da prova, como alegado. Precedentes. 3. Esta Corte Superior possui jurisprudência consolidada de que, nos contratos bancários, a limitação da taxa de juros remuneratórios só se justifica nos casos em que aferida a exorbitância da taxa em relação à média de mercado. Súmula nº 568 do STJ" (STJ, AgInt no AREsp 1643166/SP, DJe de 27.11.20). "Agravo Interno. Agravo em Recurso Especial. Ação Revisional. Cédula de Crédito Bancário. Taxa de juros remuneratórios contratada. Abusividade. Ausência. Orientação firmada no REsp nº 1.061.530/RS. 1. De acordo com a orientação adotada no julgamento do REsp. 1.061.530/RS, sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto." 2. Prevaleceu o entendimento de que a taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para cada segmento de crédito é referencial útil para o controle da abusividade, mas o simples fato de a taxa efetiva cobrada no contrato estar acima da taxa média de mercado não significa, por si só, abuso. Ao contrário, a média de mercado não pode ser considerada o limite, justamente porque é média; incorpora as menores e maiores taxas praticadas pelo mercado, em operações de diferentes níveis de risco. Foi expressamente rejeitada a possibilidade de o Poder Judiciário estabelecer aprioristicamente um teto para taxa de juros, adotando como parâmetro máximo o dobro ou qualquer outro percentual em relação à taxa média. 3. O caráter abusivo da taxa de juros contratada haverá de ser demonstrado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, levando-se em consideração circunstâncias como o custo da captação dos recursos no local e época do contrato, a análise do perfil de risco de crédito do tomador e o spread da operação. 4. A redução da taxa de juros contratada pelo Tribunal de origem, somente pelo fato de estar acima da média de mercado, em atenção às supostas "circunstâncias da causa" não descritas, e sequer referidas no acórdão - apenas cotejando, de um lado, a taxa contratada e, de outro, o limite aprioristicamente adotado pela Câmara em relação à taxa média divulgada pelo BACEN (no caso 30%) - está em confronto com a orientação firmada no REsp. 1.061.530/RS. 5. Agravo Interno provido" (STJ, AgInt no AREsp 1493171/RS, DJe de 10.03.21). Ora, em primeiro lugar os embargantes não invocaram esse aspecto, limitando-se a pugnar pela aplicação à avença hostilizada de juros de 1% (hum por cento) ao mês. Depois, ainda que tivessem feito essa arguição, a mesma não poderia prosperar. E isso pela razão simples de que, como se apura da Nota de Crédito que embasou a execução, nela pactuados juros que se constata examinando as Tabelas divulgadas pelo BACEN não excederam a média praticada pelo mercado. Quanto à capitalização de juros, expressamente previstos na contratação, que indica as taxas de juros mensal e anual, a última superior ao duodécuplo da primeira. O que significa dizer, de acordo com a jurisprudência do STJ, que implica em previsão expressa do anatocismo. Por fim, a questão alusiva à comissão de permanência cumulada com outros encargos. No que concerne a esse aspecto, verifica-se da cláusula contratual relativa aos "encargos de inadimplemento", que ela não fala nem en passant na cobrança de comissão de permanência. E isso evidencia, por óbvio, que de todo infrutífera, também, essa arguição. Ex positis, julgo improcedentes os Embargos de que cuido, condenando os exequentes ao pagamento das verbas da sucumbência, a honorária no percentual de dez por cento (10%) do valor atualizado pelo INPC do débito exequendo. Sobre essa condenação incidem as regras constantes dos §§ 2º e 3º do art. 98 do CPC. Prossiga a execução para cujos autos, apensados a estes fólios deve ser traslada uma cópia desta sentença nos seus ulteriores. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 10ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: CARLOS EDILBERTO MORAIS (OAB 27690/CE), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0125582-38.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cesanildo Paiva de Oliveira - III. DISPOSITIVO Isto posto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por CESANILDO PAIVA DE OLIVEIRA Condeno o autor ao pagamento das custas judiciais sobre o valor da causa, bem como condeno o autor ao pagamento de honorários sucumbenciais da parte adversa fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico reconhecido. Contudo, por ser beneficiário da justiça gratuita, sua exigibilidade ficará suspensa nos termos do art. 98, §3º do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: ALISON VAZ FERREIRA (OAB 38188/CE) - Processo 0171028-64.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Silvia Maria Pereira da Silva - III. DISPOSITIVO Isto psto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTE os pedidos iniciais formulados por SILVIA MARIA PEREIRA DA SILVA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Condeno a autora ao pagamento das custas judiciais sobre o valor da causa, bem como ao pagamento de honorários sucumbenciais da parte adversa fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico reconhecido. Contudo, por ser beneficiário da justiça gratuita, sua exigibilidade ficará suspensa nos termos do art. 98, §3º do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: MARCILIO LELIS PRATA (OAB 24530/CE) - Processo 0178228-59.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Iarlan Moura Barros - III. DISPOSITIVO Em consequência, HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre os contendores (fls. 103/104 e 115), pondo fim ao trâmite processual com a resolução de mérito, ex vi aplicação do artigo 487, III, alínea "b" do CPC/2015. Isento de custas nos termos do art. 90, § 3º, do CPC. Honorários pelas partes. Custas pelo exequente, cuja exigibilidade fica suspensa, por dicção do art. 98, §3 º do mesmo diploma legal, tendo em vista que a parte autora foi deferida a gratuidade judiciária. Após o prazo recursal e após expedientes, determino o arquivamento com a devida baixa na distribuição. P. R. I. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0288972-82.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Selma Maria de Lima - REQUERIDO: BANCO C6 CONSIGNADO S.A. - Conforme disposição expressa na

Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 03 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 10:00h, na sala virtual Cooperação 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTU3YWY3OTQtNzljYS00MTQzLTg4MTUtMjcyYzU4NGI2NmNj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226181253a-2903-4586-986c-c7915d893bd6%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/f80f37 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0289375-51.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Goreth da Silva Ravette - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 10:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0203646-23.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Locmed Hospitalar Ltda - Diante disso, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDAR a inicial fazendo a juntada dos referidos comprovantes aos autos, sob pena de extinção do processo sem a análise do mérito pelo INDEFERIMENTO da peça inicial. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: EDER CAVALCANTE RODRIGUES (OAB 18999/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0289734-98.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Henrique de Souza - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 15:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB A1399/AM) - Processo 0291247-04.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Roberto Wagner Araujo Magalhaes - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 14:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos

Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA (OAB 214520/RJ) - Processo 0291481-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0203646-23.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Locmed Hospitalar Ltda - Diante disso, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDAR a inicial fazendo a juntada dos referidos comprovantes aos autos, sob pena de extinção do processo sem a análise do mérito pelo INDEFERIMENTO da peça inicial. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: EDER CAVALCANTE RODRIGUES (OAB 18999/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0289734-98.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Henrique de Souza - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 15:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB A1399/AM) - Processo 0291247-04.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Roberto Wagner Araujo Magalhaes - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 14:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA (OAB 214520/RJ) - Processo 0291481-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%4

0thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0065/2022

ADV: DAVID BRAGA WANDERLEY (OAB 14133/CE), ADV: THALES PONTES BATISTA (OAB 14544/CE) - Processo 0229022-45.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jose Moaceny Felix Rodrigues Filho - REQUERIDO: M. Aguiar 1 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. - Por tratar de matéria unicamente de direito, anuncio o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontra. Encaminhem-se os autos conclusos para sentença.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0066/2022

ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0170961-36.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: SPE Lote 02 Empreemdimentos Imobiliários Ltda - INTIME-SE a empresa executada na forma do Artigo 513, § 2º, inciso I, do NCPC, a proceder com o pagamento total da dívida no prazo de 15 (quinze) dias, no importe de R$ 258.399,88 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos noventa e nove reais, oitenta oitos centavos), sob pena de aplicação de multa e honorários no importe de 10%, cada um, nos termo do artigo 523, do NCPC.

ADV: RUBENS PEREIRA LOPES (OAB 10243B/CE), ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0259374-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Leve - REQUERENTE: Eli Alves de Paiva - REQUERIDO: BANCO C6 S.A. - Expeça-se guia de recolhimento de custas como requerido pela autora na petição de pág. 176. INTIMEM-SE as partes para que, em 15 (quinze) dias, façam a indicação das novas provas que pretendem produzir, fundamentando a finalidade e a relevância dos novos requerimentos, sob pena de indeferimento. Após, venham-me os autos conclusos para análise do pedido, ou, nos termos do art. 355 do CPC, para o julgamento antecipado do feito. Exp. Nec.

ADV: IOODROWILLIAMES ALVES VIEIRA (OAB 37425/CE) - Processo 0283180-50.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Edifício Via Paris - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data 29/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0067/2022

ADV: ANA KARINA FERREIRA (OAB 45609/CE) - Processo 0286606-70.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Terezinha Fernandes Braga - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 03 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 09:00h, na sala virtual Cooperação 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTU3YWY3OTQtNzljYS00MTQzLTg4MTUtMjcyYzU4NGI2NmNj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226181253a-2903-4586-986c-c7915d893bd6%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/f80f37 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

EXPEDIENTES DA 11ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: DANILO GALLARDO CORREIA (OAB 247066/SP) - Processo 0201397-02.2022.8.06.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Companhia Brasileira de Distribuição - Dessa forma, INDEFIRO o pedido liminar em razão do não cumprimento de todos os requisitos previstos na Lei nº. 8245/91. Diante do exposto, DETERMINO: 1. Encaminhem-se os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua (CEJUSC) para realização de audiência de conciliação, salientando que as partes deverão comparecer ao ato audiencial acompanhadas por seus respectivos advogados ou defensores públicos, nos termos do art. 334, caput e § 9º, do Código de Processo Civil. 2. CITE-SE e INTIME-SE a parte promovida, por carta com aviso de recebimento, com antecedência de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 334, do Código de Processo Civil, advertindo-se que, não havendo autocomposição, deverão apresentar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o art. 335, do mesmo Código, sob pena de revelia. 3. INTIME-SE a parte autora, por seu advogado (via Diário da Justiça), nos termos do art. 334, §3º, do Código de Processo Civil. Cientifique-se que a ausência injustificada do promovente ou do promovido à audiência de conciliação será considerada ato atentatório à dignidade da justiça e ensejará a aplicação de multa, nos termos do art. 334, § 8º, do Código de Processo Civil. 4. Cientifique-se ainda que as partes deverão comparecer ao ato audiencial acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, nos termos do art. 334,§ 9º, do Código de Processo Civil. 5. Obtida a autocomposição, voltem os autos conclusos para fins de homologação por sentença (CPC, art. 334, § 11). 6. Infrutífera a conciliação, os réus terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar contestação, contados a partir da realização da audiência. 7. Decorrido o prazo para contestação, deverá a Secretaria|Gabinete certificar e intimar o(a) autor(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar manifestação, oportunidade em que: I havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção. 8. Cumpridas as formalidades do item acima, voltem-me os autos conclusos para fins de saneamento e organização do processo (CPC, art. 353). Visando à celeridade processual e desburocratização das atividades, a supervisão do gabinete deverá garantir o cumprimento das determinações acima deliberadas perante a SEJUD 1o GRAU por meio de ato ordinatório (Provimento n°. 02/2021 da CGJ). Expedientes necessários.

ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE) - Processo 0241703-47.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda - Nos termos do art. 485, §4º, do Código de Processo Civil, intime-se a parte requerida, por seus advogados via DJE, para se manifestar sobre o pedido de desistência formulado pelo autor.

ADV: MATHEUS NOGUEIRA PEREIRA LIMA (OAB 31251/CE) - Processo 0259838-10.2021.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Inscrição / Documentação - AUTOR: Matheus Nogueira Pereira Lima - Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA promovida por Matheus Nogueira Pereira Lima na qual fora intimada a recolher as custas processuais, quedando-se, entretanto, inerte. É o relatório. Decido. Ante as circunstâncias permeadoras da demanda, que indicam potencial financeiro considerável da promovente, não tendo esta demonstrado a pobreza declarada ou recolhido as custas iniciais processuais, mesmo quando instada a fazê-lo, cabe proceder-se à extinção processual prematura. Assim dispõe o art. 290 do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Com efeito, o pagamento das despesas processuais constitui ato da parte (art. 82 do CPC/15) necessário ao regular desenvolvimento do processo e o seu não recolhimento, em 15 (quinze) dias após a entrada, implica o cancelamento da distribuição do feito. Nesse diapasão, verificada a ausência do recolhimento das custas iniciais na forma da legislação de regência, como no caso em tela, autoriza-se a aplicação imediata do disposto no art. 290 do Código de Processo Civil, uma vez que comunicada do vício, a parte não o retificou no prazo aventado pela lei. Pelo exposto, com espeque no art. 290 do Código de Processo Civil, determino o cancelamento da distribuição do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: FRANCISCO FREITAS CORDEIRO (OAB 1990/CE), ADV: NAIANDRA RAPHAELA PIMENTA LUCAS (OAB 17663/CE), ADV: DAYSE DE LIMA VIEIRA (OAB 26472/CE) - Processo 0916858-51.2014.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Antonia Fernandes Neves - REQUERIDA: Espólio de Carmen Correia Cysne - Considerando o despacho de fls. 265, designo a audiência de Instrução para 10/05/2022 às 14:00h a ser realizada NA MODALIDADE VIRTUAL na sala virtual da 11ª Vara Cível de Fortaleza, por meio da plataforma MICROSOFT TEAMS. Para ingressar na sala virtual, deve-se acessar no dia e hora agendados o link https://link.tjce.jus.br/4811d1 Intimem-se a parte autora e a requerida, esta na pessoa de seu inventariante, pessoalmente por AR, e seus advogados via DJE, para comparecer ao ato, advertindo-lhes que lhe cabe apresentar ou intimar suas testemunhas, independente de prévio depósito de rol e intimação, nos termos do art. 455 do CPC. Intimem-se as testemunhas da parte requerida JOSÉ CAETANO DE PAULA E FRANCISCO CLÁUDIO RODRIGUES pessoalmente por Carta-AR. Intime-se o representante do Ministério Público por PORTAL. O Gabinete da Unidade fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas pelo e-mail: for.11civel@tjce.jus.br e Whatsapp nº 85-3492-8322.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DENILSON DA NÓBREGA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0187918-15.2017.8.06.0001 - Produção Antecipada da Prova - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S.a. - Iniciada a fase de cobrança de custas em meio eletrônico. Fica intimada a parte, pelo seu advogado, para fazer o pagamento das custas finais conforme valores a seguir:

Banco Bradesco Financiamentos S.a., R$ 2.017,98

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA SUELEN DE OLIVEIRA SABÓIA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0187918-15.2017.8.06.0001 - Produção Antecipada da Prova - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S.a. - Iniciada a fase de cobrança de custas em meio eletrônico. Fica intimada a parte, pelo seu advogado, para fazer o pagamento das custas finais conforme valores a seguir: Banco Bradesco Financiamentos S.a., R$ 2.017,98

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2022

ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE) - Processo 0244197-79.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: R Couto Maia - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE) - Processo 0270516-84.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Cesar Bonfim da Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 11:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: RAFAEL AMORIM FORTE (OAB 36868/CE) - Processo 0278632-79.2021.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jose Wagner Fernandes de Souza - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 03 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 15:00h, na sala virtual Cooperação 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTU3YWY3OTQtNzljYS00MTQzLTg4MTUtMjcyYzU4NGI2NmNj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226181253a-2903-4586-986c-c7915d893bd6%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/f80f37 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0087/2022

ADV: WELLINGTON LUIZ SAMPAIO DE HOLANDA FILHO (OAB 25274/CE) - Processo 0279906-78.2021.8.06.0001

- Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Welliana Silva Sampaio de Holanda e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 15:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: HALISON RODRIGUES DE BRITO (OAB 1335-A/RN) - Processo 0280950-35.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Laudinely Ferreira Aquino - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 16:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DENILSON DA NÓBREGA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0088/2022

ADV: DERIKSON STIVE DA SILVA VIEIRA (OAB 40192/CE) - Processo 0121278-59.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Saúde - REQUERIDO: Unimed Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda e outro - Iniciada a fase de cobrança de custas em meio eletrônico. Fica intimada a parte, pelo seu advogado, para fazer o pagamento das custas finais conforme valores a seguir: Unimed Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda, R$ 4.698,14

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0175640-16.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Companhia Energética do Ceará - Coelce - Iniciada a fase de cobrança de custas em meio eletrônico. Fica intimada a parte, pelo seu advogado, para fazer o pagamento das custas finais conforme valores a seguir: Companhia Energética do Ceará - Coelce, R$ 1.678,61

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0089/2022

ADV: MONICA ALMEIDA DA SILVA (OAB 25813/CE) - Processo 0202359-25.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ricardo Angelo Andrade Pinto - Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, via DJ-e, para no prazo de 15(quinze) dias, realizar a emenda à inicial, trazendo aos autos a comprovação supracitada, sob pena de indeferimento da inicial, nos moldes do artigo 321, parágrafo único do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE), ADV: ADAUTO CARNEIRO DE FRANCA NETO (OAB 23234/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE) - Processo 0286844-89.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mauro Matias Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 01 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNWNlODItNmM0YS00YmY1LTllYWMtMTllOGVmZTM4Mjhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226650dbed-e32b-48e1-af8b-c08338729473%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/650d74 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes

necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: AURISTECILIA MARIA SERRA NUNES (OAB 5612/CE) - Processo 0287006-84.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: João Victor Serra Nunes - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 10:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0186332-06.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria de Fatima Gomes - Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO E CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por Maria de Fátima Gomes em desfavor de Banco Itaú BMG (Banco Itaú BMG consignado S/A), qualificados nos autos. Em sua inicial, fls. 01/10, a parte requerente, domiciliada no município de Aracati, neste estado, afirma ser segurada especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recebendo benefício previdenciário equivalente a 1 (um) salário-mínimo. A partir de consulta junto à autarquia previdenciária, teria identificado a existência de empréstimo consignado para com o banco promovido, cujo desconto mensal era de R$ 122,50 (cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos), argumenta que o contrato está eivado de ilegalidade, tendo em vista que a parte autora é pessoa analfabeta e de idade avançada e não teve a assinatura a rogo. Diante disso, requereu: a) a concessão de gratuidade judiciária; b) o deferimento de tutela antecipada para determinar à promovida que se abstenha de qualquer desconto, sob o pretexto de pagamento de parcelas dos empréstimos, sob pena de multa diária; c) declaração de inversão do ônus da prova; d) designar audiência de conciliação; e) no mérito, a declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes, haja vista fundada em conduta inquinada de fraude de terceiro e/ou sem obediência às prescrições legais, condenando o requerido ao pagamento de danos morais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais); f) a devolução, em dobro, dos valores descontados indevidamente nos proventos da parte autora; g) a condenação em custas e honorários. Foi proferida decisão (fls. 18/20) por este juízo, declinando da competência para o Juízo da Comarca de Aracati/CE. Foi proferida decisão (fls. 27/30) pelo Juízo da 3ª Vara da Comarca de Aracati, suscitando conflito negativo de competência. Em 03/02/2021, foi declarada a competência deste Juízo da 13ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, para apreciar e julgar o presente feito (fls. 41/47). Era o que tinha a relatar. DECIDO. Defiro a gratuidade de justiça da parte autora. Deixo para apreciar o pedido de tutela antecipada, após contraditório. Determino encaminhamento dos autos digitais para à CEJUSC para realização de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Intime-se a parte autora, por seu advogado (art. 334, § 3º). As partes ficam advertidas de que o não comparecimento () à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8.º). Na audiência, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9.º e 10). Por força do § 9.º do referido art. 334 do CPC e tendo em vista que a parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo quando, possuindo habilitação legal, postular em causa própria (art. 103 e parágrafo único do mesmo Código), a multa acima aplica-se ainda no caso de a parte comparecer à audiência de conciliação/mediação desacompanhada de advogado. Cite-se a parte requerida, para que compareça à audiência, bem como para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, contado da audiência de conciliação/mediação (art. 335, I). Por ocasião da citação, será advertida na forma dos arts. 334, § 8.º (efeitos do não comparecimento à audiência, conforme acima), e 344 (revelia). Ato contínuo, intime-se a parte promovida para trazer aos autos, cópia do contrato 573653048. A contagem dos prazos processuais levará em conta somente os dias úteis (CPC, art. 219). Cumpra-se.

ADV: JEREMIAS FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 18984/PB), ADV: ALINSON RIBEIRO RODRIGUES (OAB 16329/PB) - Processo 0217847-64.2015.8.06.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Elfa Medicamentos Ltda - Vistos, META 02/CNJ. Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA ajuizada por Elfa Medicamentos Ltda em desfavor de Dosaggio Comercio de Medicamentos Ltda, qualificados nos autos. Apesar do extenso lapso temporal a parte promovida não foi citada. À fl. 142 determinou-se a intimação da requerente, para que manifestasse interesse no prosseguimento do feito, cumprindo com a publicação do edital de citação, já determinada à fl. 113, sob pena de extinção do processo. Conforme Aviso de Recebimento de fl. 146, a requerente foi intimada, nos termos do parágrafo único do art. 274 do CPC/15, mas deixou transcorrer in albis o prazo concedido, sem que nada apresentasse ou requeresse. É o que importa relatar. Decido. Tendo em vista a paralisação processual por contumácia autoral, adotar-se-á o que dispõe o Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:(...) III por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; No mesmo arrazoado, o parágrafo único do art. 274, da norma adjetiva estabelece, ainda, que "Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo...". Uma vez que o AR de fl. 146 foi remetido para o endereço indicado na inicial, presume-se válida a intimação para que a parte promovente manifestasse interesse no prosseguimento no feito, sob pena de extinção do

processo sem julgamento do mérito. Nesse sentido, o entendimento jurisprudencial: ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUTOR. INÉRCIA. INTIMAÇÃO POSTAL DIRIGIDA AO ENDEREÇO DECLINADO NOS AUTOS. AR ASSINADO POR TERCEIRO. PRESUNÇÃO DE VALIDADE. SENTENÇA. MANUTENÇÃO. Apelação da sentença que, em sede de ação de rescisão contratual c/c indenizatória, extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC. O provimento deve ser mantido como prolatado. A intimação pessoal, para que o demandante desse prosseguimento ao feito, foi enviada para o endereço declinado na vestibular. Assim, embora tenha sido recebida por terceiro, sua validade deve ser presumida, à luz da norma inserta no art. 274, par. ún., do CPC. Recurso desprovido. (0054171-06.2017.8.19.0001 - APELAÇÃO. Des(a). RICARDO RODRIGUES CARDOZO - Julgamento: 05/05/2020 - DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DE CAUSA. 1. VALIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL. ENDEREÇO FORNECIDO PELA AUTORA NA INICIAL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO DE EVENTUAL MUDANÇA. 2. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO DO EXECUTADO PARA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 3. ASSERTIVA DE QUE NÃO HOUVE DE DE EFETIVA INTIMAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É válida a intimação da autora promovida no endereço declinado por ela nos autos, a fim extinguir o processo por abandono de causa, porquanto a parte e seu patrono são responsáveis pela atualização do endereço para o qual sejam dirigidas as intimações necessárias, devendo suportar os efeitos decorrentes de sua desídia. 2. É necessário o requerimento do executado para a extinção da execução somente nos casos em que a execução é embargada. 3. A assertiva de que não foi efetivada intimação, reclama reexame de prova e fatos, o que é vedado na instância especial pela Súmula 7 desta Corte. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1495046/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016) Face ao exposto, ante a ausência de interesse da promovente e em conformidade com o art. 485, III do Código de Processo Civil, Julgo por Sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito. Sem custas e honorários, ante a não formação do contraditório. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: FELIPE MEDEIROS FREITAS (OAB 32506/CE), ADV: MARÍLIA DE CASTRO TEIXEIRA MAIA (OAB 44100/CE), ADV: WENDELL SARAIVA CARVALHO (OAB 35672/CE), ADV: STELA SILVIA PONTE SOARES (OAB 4317/CE), ADV: BRUNO HENRIQUE DE LAVOR ARAUJO (OAB 31262/CE), ADV: MARIA LUCIA DE CASTRO TEIXEIRA (OAB 3596/CE) - Processo 0114585-30.2017.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Regiane Pereira Barbosa e outro - REQUERIDO: MARIA OLIMPIA FONTELES SOUSA - Teodoro Costa Sousa - Ante o exposto, JULGO por sentença IMPROCEDENTE o pedido de Usucapião proposta por REGIANE PEREIRA BARBOSA e AIRTON FONTELES FLOR e extingo o feito, COM resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte requerente, conforme aduz o artigo 98 §2º do CPC, ao pagamento das despesas processuais, na forma da lei, além dos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, os quais arbitro em 10% do valor atualizado da causa, bem como em multa de 1% sobre o valor da causa, por litigância de má-fe, devendo se manter, tais obrigações, todavia, sob condição suspensiva de exigibilidade, uma vez que a parte autora goza dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do §3º do artigo retromencionado, somente podendo ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da referida gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

ADV: STELA SILVIA PONTE SOARES (OAB 4317/CE), ADV: FELIPE MEDEIROS FREITAS (OAB 32506/CE), ADV: ISABELA OLIVEIRA FERNANDES (OAB 41713/CE) - Processo 0129346-66.2017.8.06.0001 (apensado ao processo 0114585-30.2017.8.06.0001) - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Maria Olimpia Fonteles Sousa - REQUERIDO: Airton Fonteles Flor - Ante o exposto, JULGO por Sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE os pedidos contidos da inicial para: a) declarar rescindido o contrato de locação celebrado entre as partes; b) Convalidar a liminar concedida às fls. 94, ordem a decretar, de imediato, o despejo da parte promovida do imóvel descrito na exordial; c) condenar a requerida, a pagar ao autor os aluguéis e encargos locatícios em atraso (outubro de 2015) até a data da efetiva desocupação, acrescido de juros legais de 1%(um por cento) ao mês, multa de 2% (dois por cento) e correção monetária pelo IPCA a partir do vencimento de cada aluguel atrasado. Arcará o vencido com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, bem como em multa de 1% sobre o valor da causa, por litigância de má-fe. Suspensa a cobrança, ante o benefício da gratuidade que ora lhe concedo (art. 98 e 99 do CPC). Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos,com baixa definitiva. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022.

ADV: FILIPE LIVINO DE CARVALHO COSTA (OAB 28013/CE), ADV: BRENO MATOS PINHEIRO (OAB 31913/CE), ADV: FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA (OAB 80851/RS) - Processo 0180389-71.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Food Pet Comércio e Distribuição de Alimentos para Animais Ltda-me - REQUERIDO: Vivo S/A - III) DISPOSITIVO Ante o exposto e por tudo que consta nos autos, com fulcro no art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTE o pedido autoral, conforme fundamentação supra. Condeno a parte requerente, conforme aduz o artigo 98 §2º do CPC, ao pagamento das despesas processuais, na forma da lei, além dos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, os quais arbitro em 10% do valor atualizado da causa, devendo se manter, tais obrigações, todavia, sob condição suspensiva de exigibilidade, uma vez que a parte autora goza dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do §3º do artigo retromencionado, somente podendo ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da referida gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Advirtam-se as partes de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se com as baixas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: NIKOLAS PEIXOTO CORTEZ (OAB 17749/CE), ADV: DANIEL HOLANDA IBIAPINA (OAB 23644/CE) - Processo 0277672-26.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Esco Soluções Energéticas Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 09:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES (OAB 18590/CE), ADV: LUCELIA DUARTE PORTELA (OAB 20243/CE), ADV: SHEYLANE FARIAS MARTINS (OAB 26173/CE) - Processo 0112617-91.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: André Luiz Nunes Martins - REQUERIDO: Cafaz - Caixa de Assistência dos Servidores Fazendários Estaduais - 5. DISPOSITIVO Diante todo o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS AUTORAIS, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, de forma que: CONFIRMO E RATIFICO o deferimento da liminar de fls. 64/68, nos seguintes termos: determinar que a parte requerida CAFAZ autorize ou custeie, no prazo de 24 (vinte a quatro) horas, junto a sua rede credenciada, a realização de procedimento de enteroscopia por cápsula endoscópica, indicado pelo médico especialista, devendo fornecer os materiais necessários para sua realização, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 15.000,00 (quinze mil reais). CONDENO a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais, fixados em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC, a partir da presente data, e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês desde a citação. Condeno a parte requerida ao pagamento dos honorários advocatícios, estes ora fixados na ordem de 10% (dez por cento), sobre o valor da atualizado da condenação, levando-se em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, nos termos do art. 85, §2º do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes nas pessoas dos advogados constituídos nos autos, pelo DJE. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2021. Débora Danielle Pinheiro Ximenes Juíza de Direto Núcleo de Produtividade Remota Portaria nº 2074, DJE 16/12/2021

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: DELEAN CASEMIRO PEIXOTO MEDEIROS (OAB 19475/CE), ADV: CICERO DELANO HOLANDA ARAUJO (OAB 16841/CE), ADV: ALEXANDRE FRANCA MAGALHAES (OAB 13817/CE), ADV: GABRIELA NASCIMENTO LIMA (OAB 13105/CE), ADV: FRANCISCO MARDONIO DE OLIVEIRA (OAB 6099/CE), ADV: ENISIO CORDEIRO GURGEL (OAB 2656/CE) - Processo 0021907-40.2010.8.06.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: Jacqueline Torres Portugal Ramirez e outros - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que de direito e manifestar-se acerca de AR de citação de fls. 371/374 , sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

ADV: ANDRE RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: CLAUDIANA NEVES VIANA (OAB 28798/CE), ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0106098-03.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Anna Luiza Fernandes Mourao - REQUERIDO: FAECE - FACULDADE DE ENSINO E CULTURA DO CEARÁ - Diante do exposto, com fundamento nos artigos 487, I, e 490, ambos do CPC, acolho o pedido inicial, resolvendo o processo com julgamento de mérito, confirmando a tutela antecipada em todos os seus termos, cujos fundamentos passam a fazer parte integrante desta sentença, para reconhecer o direito da autora de ser matriculada nas disciplinas ESTÁGIO I e II e PTCI PROJETO DE TCC, concomitantemente, para a conclusão do curso de Farmácia, mediante a quebra de pré-requisito. Condeno a parte promovida ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios, ora arbitrados em 20 UADs (vinte unidades advocatícias), mediante apreciação equitativa, por não ter havido condenação em pagamento e por ser o valor da causa de R$ 100,00 (cem reais) irrisório, nos termos do § 8º do art. 85 do CPC, levando-se em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho desenvolvido pelo advogado. P.R.I. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO RAIMUNDO MALTA DE ARAUJO (OAB 11817/CE), ADV: JOSE LEONARDO DE LIMA FERREIRA (OAB 9088/CE) - Processo 0144559-44.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Isabelle Miguel da Silva dos Santos, Menor Impúbere, Representada Por Sua Genitora Rosane Miguel da Silva e outro - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e manifestar-se acerca das pesquisas realizadas nos sistemas INFOJUD, RENAJUD e SISBAJUD (fls. 125/129), sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

ADV: GRAZIELLE SOUZA DE LIMA (OAB 34947/CE) - Processo 0186785-64.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível

- Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Isabel de Abreu Costa - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e manifestar-se acerca das certidões de oficial de justiça de fls. 230 e 232, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

ADV: LARA MAGALHÃES DIAS (OAB 33510/CE) - Processo 0187941-87.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0049996-78.2007.8.06.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: José Pinto da Silva Filho - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e manifestar-se acerca da consulta realizada junto ao SISBAJUD (fls. 114/116), sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

ADV: AURIBERTO CUNTO GURGEL (OAB 34863/CE) - Processo 0201910-38.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisca Jéssica Araújo de Aguiar - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e manifestar-se acerca da certidão de oficial de justiça de fl. 101, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

ADV: GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JUNIOR (OAB 17561/CE) - Processo 0227205-77.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Fraport Brasil S.a Aeroporto de Fortaleza - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e manifestar-se acerca do oficio de fl. 449, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

ADV: MARIA HELENA CARVALHO ARAUJO (OAB 12977/CE), ADV: CIRO NOGUEIRA DE ANDRADE (OAB 2838/CE) - Processo 0233228-39.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Carlos Alberto de Farias Júnior - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e manifestar-se acerca da certidão de oficial de justiça de fl. 378, que retornou infrutifera, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

ADV: WELLINGTON LUIZ SAMPAIO DE HOLANDA FILHO (OAB 25274/CE) - Processo 0252605-59.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio Edifício Tibúrcio Cavalcante - Vistos e etc., Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e manifestar-se acerca do AR de citação de fl. 107, que retornou infrutífero, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Exp. Nec

EXPEDIENTES DA 14ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE (OAB 20111/PB), ADV: CRISTINA MENESES LEAL CARDOSO (OAB 16854/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE) - Processo 0073897-41.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Genilson dos Santos Matos - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0102932-31.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Dione Alves de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a., e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0103766-34.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alberto Farias de Almeida Neto - REQUERIDO: Marítima Seguro S.A. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0104954-62.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mariana Maria Lima Lemos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0105377-85.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Correira de Almeida - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0105399-46.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Leandro Ribeiro de Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia

29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0105733-80.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ana Maria Silva Paiva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0106271-95.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Sergio Baltazar da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.' - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0107415-36.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Naelyton da Silva Pinto - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TATIANE BEZERRA CAMPOS (OAB 42610/PE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0110924-77.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Charles Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 142), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0111416-64.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cleudivan Alves da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE), ADV: CAROLINA SILVEIRA DE SOUZA (OAB 28468/CE) - Processo 0111440-63.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Adriano Souza Dutra - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 209), a parte autora não compareceu à perícia designada, conforme certidão de fl. 210. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0115676-24.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Alves de Sousa - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: JOÃO AFONSO PARENTE NETO (OAB 29387/CE), ADV: DANIEL FARIAS TAVARES (OAB 24902/CE) - Processo 0115905-18.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Antonio Pereira de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JOÃO AFONSO PARENTE NETO (OAB 29387/CE), ADV: DANIEL FARIAS TAVARES (OAB 24902/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0116203-10.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adriano de Oliveira Gomes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0116410-72.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Antonio Moura Silva - REQUERIDO: Sompos Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0120502-93.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco de Assis Medeiros da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0121465-04.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Victor Manoel Isaias Martins - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0122574-24.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Deusdedit Lima de Andrade - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0122734-49.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Norma Edna Freitas Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0129285-40.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edvaldo Pires Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Investprev Seguradora S/A e Outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0131482-65.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Alves Feitosa Lima - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0133962-55.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Risairton de Freitas Maia - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), ADV: RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE) - Processo 0134106-24.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Nilda de Lima - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0134394-45.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOSÉ WILSON DA SILVA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0142054-80.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Carlos de Sales

Estevam - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0144009-88.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luis Deca Filho - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ADRIANO FERNANDES PINHEIRO (OAB 22161/CE) - Processo 0149967-16.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rafaela Melo - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FAGNER XAVIER GOMES (OAB 30339/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0150518-30.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jaqueline Maria da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: MARCOS BONIECK OLIVEIRA LIMA (OAB 34411/CE), ADV: TIAGO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 23488/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0150785-02.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Weuto de Sousa Ribeiro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0151189-87.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco de Assis Santana Filho e outro - REQUERIDO: Sompo Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0151428-28.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Barros da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIAGO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 23488/CE), ADV: MARCOS BONIECK OLIVEIRA LIMA (OAB 34411/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0151534-19.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luis Carlos Alves Carneiro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE), ADV: FRANCISCO WAGNER BARBOSA DE ALENCAR FILHO (OAB 29811/CE) - Processo 0152475-32.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Berenice Oliveira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 192), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0154364-55.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Oscarina de Castro Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) -

Processo 0155032-26.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Taigan Silva Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: JOSE ADENILSON LUZ DE AZEVEDO (OAB 34130/CE) - Processo 0155296-09.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ayslan Miguel Sales de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0155491-04.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA MELO - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0160810-45.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco das Chagas Ferreira Soares - REQUERIDO: SOMPO Seguros S.a - Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0160849-42.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Valdemir Crisostomo de Moura - REQUERIDO: Sompo Seguro S.a - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FAGNER XAVIER GOMES (OAB 30339/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0160871-32.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Diana de França Silva Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0162838-83.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Fransuildo Sena Mota - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE), ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0166763-24.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Vicente da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: DAVID ARISON DA ROCHA BEZERRA CAVALCANTE (OAB 17939/CE) - Processo 0167124-12.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: JOAO PAULO DOS SANTOS SILVA - REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0167344-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Rogerio Torres Lima - REQUERIDO: Mapfre Seguradora S.a - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0172524-07.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: MAIRTON CONSTANTINO DE QUEIROZ - REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0172909-13.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Davi Oliveira de Sousa - REQUERIDO: SOMPO SEGUROS S.A. e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0175243-49.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Edilson de Alencar Leitão - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0175307-98.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Neto do Carmo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a - Mbm Seguradora S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0175444-41.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio dos Santos Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0176995-95.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Denis Carvalho de Oliveira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JOÃO AFONSO PARENTE NETO (OAB 29387/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: DANIEL FARIAS TAVARES (OAB 24902/CE) - Processo 0177339-76.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca de Fatima Pereira de Araujo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0178486-11.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: FRANCISCO ANAILSON VIEIRA BARBOSA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0178508-69.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Giovane Sousa Xerez - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0179239-94.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Carlos Pinheiro - REQUERIDO: Comprev Seguros e Previdencia S/A - Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANA CAROLINA DOS ANJOS DE SOUZA (OAB 18348/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: BENEDITO RODRIGUES FERREIRA (OAB 28728/CE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE) - Processo 0181632-60.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: EDIVALDO SOARES BRITO - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 170), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a

negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0181797-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Joel Silva Barros - REQUERIDO: Comprev Seguros e Previdencia S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0183875-06.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Evandro Gomes da Silva - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE), ADV: JANDUY TARGINO FACUNDO (OAB 10895/CE) - Processo 0186422-87.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rafael Fernandes da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: JOÃO AFONSO PARENTE NETO (OAB 29387/CE) - Processo 0187931-43.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Geovane Paiva Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALEXANDRE FERREIRA LEITE NETO (OAB 38054/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0188038-87.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Otaciano da Costa Vieira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0189269-91.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Arnaldo Francalino Gonçalves - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: MARIA LUCIMARA SARAIVA LEMOS (OAB 36683/CE) - Processo 0190162-82.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Roberio de Sousa Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0191921-47.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Luis Eduardo Simão Araújo - REQUERIDO: Sompo Seguro S.a - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0197353-52.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOAO RENATO FURTADO - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: JOÃO AFONSO PARENTE NETO (OAB 29387/CE) - Processo 0197650-49.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Joana Angelica Feijão de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE) - Processo 0200759-66.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Valdimar Barbosa - VISTOS, etc. Trata-se de Ação de Cobrança - seguro DPVAT - na qual figuram as partes nominadas à epígrafe. Antes que houvesse sido formado o contraditório, requereu a parte

autora a desistência da ação, postulando a extinção imeritória do do feito. É o relatório. Decido. O novo Código de Processo Civil admite, em seu artigo 485, que venha o feito a ser extinto sem o julgamento de mérito, nas hipóteses ali elencadas. ISTO POSTO, homologo, por Sentença, o pedido de desistência formulado pela parte promovente, extinguindo o feito sem o julgamento do mérito, segundo o permite o CPC em seu artigo 485, VIII. Custas pela parte Promovente, de cujo pagamento resta dispensada à vista dos benefícios da justiça gratuita, os quais ora defiro. Sem honorários. Publicada esta, arquive-se o feito, após a devida baixa.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: ERIKA LOIOLA AMORIM (OAB 42472/CE) - Processo 0202438-72.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Caroline Silva de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0205548-79.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcio Gomes da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0205975-76.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Valdemir da Silva Matos - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0206286-33.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Gerlandio Silva Penha - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0206521-97.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Calebe Nycolas Benvindo de Freitas - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE) - Processo 0207834-06.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Lidia Tenorio Lopes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0208640-31.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Ferreira Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE), ADV: FAGNER XAVIER GOMES (OAB 30339/CE) - Processo 0209270-24.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Arlindo da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FERNANDO ANTONIO RIBEIRO DE CARVALHO JUNIOR (OAB 39499/CE) - Processo 0210393-23.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco de Padua Silva Vitorino - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0211271-45.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Antonio Ferreira Dias - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0211323-41.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adalberto Xavier Freire - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para

realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0211330-33.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Diego Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0211456-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: João do Carmo Felipe - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FERNANDO ANTONIO RIBEIRO DE CARVALHO JUNIOR (OAB 39499/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0212157-44.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Arnaldo Machado Portela - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALLISON BRUNO CARNEIRO DE FREITAS (OAB 41676/CE) - Processo 0212319-39.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Washington Siebra Barroso - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: RAISSA CHAVES DOS SANTOS RAMOS ALENCAR (OAB 32114/CE), ADV: VIVIANE CHAVES DOS SANTOS (OAB 9880/CE) - Processo 0217154-80.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Bernado de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 160), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: FAGNER XAVIER GOMES (OAB 30339/CE) - Processo 0219170-31.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Lidiane de Sousa Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIO KAIRO RODRIGUES SILVA (OAB 24805/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0219481-85.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Robson Ribeiro Veras - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0220745-40.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ronielle Nepomuceno Alves - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE) - Processo 0221578-58.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Henrique Ferreira da Cunha - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: JOSE ADENILSON LUZ DE AZEVEDO (OAB 34130/CE) - Processo 0223636-68.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Marques Neto - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para

realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: NEIO LUCIO FERRAZ PASSES (OAB 30495/CE) - Processo 0224982-20.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Josias Dias de Paiva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: KATHIA WALESKA LOPES CRESCENCIO PEREIRA (OAB 20432/CE) - Processo 0228496-15.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Jean Oliveira Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIO KAIRO RODRIGUES SILVA (OAB 24805/CE) - Processo 0229687-61.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Evando de Lima Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: VANDERSON PRUDENCIO DA SILVA (OAB 25766/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0230396-96.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Pedro Sousa Chaves - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE) - Processo 0235685-10.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Sandro Atanazio Alves - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0241335-38.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Augusto Barbosa - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0242823-28.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Keven Weghton Batista Moura - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0244046-16.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Paulo Nunes Bindá - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: MANASSÉS DE QUENTAL QUINDERÉ RIBEIRO (OAB 38243/CE) - Processo 0246839-25.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Ronaldo de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIO KAIRO RODRIGUES SILVA (OAB 24805/CE) - Processo 0247494-94.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcus Aurelio do Livramento Marques - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE), ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0249532-16.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ivanderson Freitas de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE) - Processo 0251864-19.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bruno da Silva Carvalho - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: KARINE SANTANA ROMUALDO (OAB 43974/CE) - Processo 0253358-16.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Felipe Jose Aparecido dos Reis - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: ANTONIO KAIRO RODRIGUES SILVA (OAB 24805/CE) - Processo 0254022-81.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Luís Oliveira Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: MONICA ALMEIDA DA SILVA (OAB 25813/CE), ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0254184-42.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Stepherson Oliveira Alves - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: JOSE ADENILSON LUZ DE AZEVEDO (OAB 34130/CE) - Processo 0255777-43.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - ARROLANTE: Francisco Thallyson Benis do Nascimento - ARROLADO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE), ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE), ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0256566-08.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Irineu Alves de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0276852-07.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Felix de Sousa - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0285160-32.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jonathan William Custodio de Sousa - VISTOS, etc. Trata-se de Ação de Cobrança - seguro DPVAT - na qual figuram as partes nominadas à epígrafe. Antes que houvesse sido formado o contraditório, requereu a parte autora a desistência da ação, postulando a extinção imeritória do do feito. É o relatório. Decido. O novo Código de Processo Civil admite, em seu artigo 485, que venha o feito a ser extinto sem o julgamento de mérito, nas hipóteses ali elencadas. ISTO POSTO, homologo, por Sentença, o pedido de desistência formulado pela parte promovente, extinguindo o feito sem o julgamento do mérito, segundo o permite o CPC em seu artigo 485, VIII. Custas pela parte Promovente, de cujo pagamento resta dispensada à vista dos benefícios da justiça gratuita, os quais ora defiro. Sem honorários. Publicada esta, arquive-se o feito, após a devida baixa.

Processo 0473593-06.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jeova Ferreira Morais - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: CRISTINA MENESES LEAL CARDOSO (OAB 16854/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE) - Processo 0476107-29.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcelo Jair Tome Lima - REQUERIDO: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE), ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0551115-41.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ivonete Ribeiro da Cruz - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR

ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0853360-78.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANTONIO NILTEMBERG VIEIRA LOPES - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0856138-21.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Aurilene Leandro Nobre - REQUERIDO: Mapfre Seguradora S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE), ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0869403-90.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: ANTONIO DEIME SOUSA ANICETO - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0877736-31.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: JOÃO NASSOM MOURA BEZERRA, - REQUERIDO: MAPFRE VERA CRUZ S.A e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0884374-80.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: IDERLANDIO DANTAS BEZERRA - REQUERIDO: MARÍTIMA SEGUROS S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALEXANDRE FERREIRA LEITE NETO (OAB 38054/CE), ADV: LEONARDO ARAUJO DE SOUZA (OAB 15280/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: JEFERSON CAVALCANTE DE LUCENA (OAB 18340/CE) - Processo 0892012-67.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alexandre de Freitas Peixoto - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 243), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: WILSON DE NOROES MILFONT NETO (OAB 15248/CE), ADV: RUBENS FERREIRA STUDART FILHO (OAB 16081/CE), ADV: SILAH DE NORÕES MILFONT (OAB 19843/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0902276-17.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosemeire Pontes de Lima - REQUERIDO: Companhia Excelsior de Seguros - R. hoje. Levando em consideração a vertente situação emergencial de saúde pública, que deu ensejo à suspensão do atendimento presencial de partes e advogados, nos moldes da Resolução n.º 313, de 19 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, bem como o disposto no art. 2º da Portaria nº. 557, de 02 de abril de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores no período do Plantão Extraordinário. E, uma vez que nos autos consta tal informação, expeçam-se DOIS Alvarás, AMBOS em nome do(a) advogado(a) do(a) autor(a), Dr(a).Rubens Ferreira Studart Filho , inscrito na OAB/CE nº 16.081, eis que o(a) mesmo(a) possui poderes para receber e dar quitação, conforme instrumento procuratório de pg. 11, sendo um em favor do(a) autor(a), no valor de R$ 1.962,85, com os devidos acréscimos legais, e outro, em favor do(a) referido(a) causídico(a), correspondente aos honorários a que faz jus, observado o percentual estabelecido no decisum, no valor de R$ 196,29, com os devidos acréscimos legais, cujos valores encontram-se depositados na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AG. 4030 - CONTA 01889808 -8 - OP. 040, conforme comprovante de pagamento de pg. 313 Devendo ainda, constar no alvará, os dados do referido causídico, quais sejam: BANCO DO BRASIL; AGÊNCIA: 4436-9 ;CONTA CORRENTE: 31.257-6; CNPJ: 08.672.534/0001-76; TITULAR: STUDART E NORÕES MILFONT ADVOGADOS ASSOCIADOS. Feito, determino, mais, dar ciência PESSOAL à parte acerca do recebimento do(s) Alvará(s) inclusive, informando o valor TOTAL levantado, esclarecendo, ainda, o valor destinado à parte e ao advogado(a). Sem prejuízo das determinações anteriores, havendo condenação em custas, informe o Gabinete se estas foram recolhidas no valor correto, de logo indicando aos autos, caso negativo, o valor correspondente. Tudo feito e, APÓS a intimação do(a) Autor(a) ser realizada voltem-me. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ADV: LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB

29743/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0906174-67.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Manoel da Silva Vieira - REQUERIDO: Marítima Seguros S.A. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0906696-94.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cicero Alves da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE), ADV: ANA CLAUDIA MAIA DE ALENCAR MELO (OAB 6994/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0909359-16.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cecilia Pereira da Costa - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

Processo 0103766-34.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alberto Farias de Almeida Neto - REQUERIDO: Marítima Seguro S.A. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0105399-46.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Leandro Ribeiro de Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0116410-72.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Antonio Moura Silva - REQUERIDO: Sompos Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0122574-24.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Deusdedit Lima de Andrade - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0151428-28.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Barros da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0178486-11.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: FRANCISCO ANAILSON VIEIRA BARBOSA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0179239-94.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Carlos Pinheiro - REQUERIDO: Comprev Seguros e Previdencia S/A - Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0181797-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Joel Silva Barros - REQUERIDO: Comprev Seguros e Previdencia S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0210393-23.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco de Padua Silva

Vitorino - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0212319-39.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Washington Siebra Barroso - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0224982-20.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Josias Dias de Paiva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0229687-61.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Evando de Lima Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0235685-10.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Sandro Atanazio Alves - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0246839-25.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Ronaldo de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0247494-94.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcus Aurelio do Livramento Marques - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0251864-19.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bruno da Silva Carvalho - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0253358-16.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Felipe Jose Aparecido dos Reis - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0476107-29.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcelo Jair Tome Lima - REQUERIDO: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0869403-90.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: ANTONIO DEIME SOUSA ANICETO - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Processo 0906174-67.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Manoel da Silva Vieira - REQUERIDO: Marítima Seguros S.A. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.A. - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0199139-34.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS GOMES DA SILVA - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R. hoje. Levando em consideração a vertente situação emergencial de saúde pública, que deu ensejo à suspensão do atendimento presencial de partes e advogados, nos moldes da Resolução n.º 313, de 19 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, bem como o disposto no art. 2º da Portaria nº. 557, de 02 de abril de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores no período do Plantão Extraordinário. E, uma vez que nos autos consta tal informação, expeçam-se DOIS Alvarás, AMBOS em nome do(a) advogado(a) do(a) autor(a), Dr(a). RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI, inscrito na OAB/CE nº 18.044, eis que o(a) mesmo(a) possui poderes para receber e dar quitação, conforme instrumento procuratório de pg. 09, sendo um em favor do(a) autor(a), no valor de R$ 2.465,77, com os devidos acréscimos legais, e outro, em favor do(a) referido(a) causídico(a), correspondente aos honorários a que faz jus, observado o percentual estabelecido no decisum, no valor de R$ 246,58, com os devidos acréscimos legais, cujos valores encontram-se depositados na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AG. 4030 - CONTA 01862655-0 - OP. 040, conforme comprovante de pagamento de pg. 226. Devendo ainda, constar no alvará, os dados do referido causídico, quais sejam: CPF de nº 948.672.326-53; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; Agência nº 4030; Operação nº 001; Conta Corrente nº 21161-6; nos termos da portaria 557/2020. Feito, determino, mais, dar ciência PESSOAL à parte acerca do recebimento do(s) Alvará(s) inclusive, informando o valor TOTAL levantado, esclarecendo, ainda, o valor destinado à parte e ao advogado(a). Sem prejuízo das determinações anteriores, havendo condenação em custas, informe o Gabinete se estas foram recolhidas no valor correto, de logo indicando aos autos, caso negativo, o valor correspondente. Tudo feito e, APÓS a intimação do(a) Autor(a) ser realizada voltem-me. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0116916-82.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Portela Barbosa Pinto - REQUERIDO: Sompo Seguros S/A e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 162), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0130861-10.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rosemiro do Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outros - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 303), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0135105-45.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Germana Moreira Ribeiro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 218), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0166954-69.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonia Rayara Moreira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 242), a parte autora não compareceu à perícia

designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: RAISSA CHAVES DOS SANTOS RAMOS ALENCAR (OAB 32114/CE) - Processo 0187944-13.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Alves da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 161), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0116916-82.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Portela Barbosa Pinto - REQUERIDO: Sompo Seguros S/A e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 162), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0130861-10.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rosemiro do Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outros - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 303), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0135105-45.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Germana Moreira Ribeiro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 218), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0166954-69.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonia Rayara Moreira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a

menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 242), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: RAISSA CHAVES DOS SANTOS RAMOS ALENCAR (OAB 32114/CE) - Processo 0187944-13.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Alves da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 161), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ADV: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇAO (OAB 24263/CE) - Processo 0127368-25.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco José da Silva Freitas - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Não foi localizada a parte autora, impossibilitando, assim, a realização da perícia. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial. Brevemente relatados, DECIDO. Expedida intimação para a parte autora comparecer à perícia, restou esta frustrada, em virtude da não localização do mesmo. Ciente, por meio de seu patrono, de que deveria fornecer o correto endereço, restou silente, mesmo diante do registro que, se assim o fizesse, seria considerado o ato desistência à perícia. Entretanto, a documentação por si apresentada não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0131762-07.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Joselina da Silva das Chagas - REQUERIDO: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 405), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ANA CLAUDIA MAIA DE ALENCAR MELO (OAB 6994/CE), ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE) - Processo 0141544-09.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Erivaldo Pitombeira - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 117), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da

justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0155707-91.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Germano Alves da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 245), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0162730-49.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Juvenal de Paulo Fonteles - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Não foi localizada a parte autora, impossibilitando, assim, a realização da perícia. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial. Brevemente relatados, DECIDO. Expedida intimação para a parte autora comparecer à perícia, restou esta frustrada, em virtude da não localização do mesmo. Ciente, por meio de seu patrono, de que deveria fornecer o correto endereço, restou silente, mesmo diante do registro que, se assim o fizesse, seria considerado o ato desistência à perícia. Entretanto, a documentação por si apresentada não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE) - Processo 0163009-74.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Eilson Maia Lemos - REQUERIDO: Marítima Seguros S.a. e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 282), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO (OAB 21154/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE), ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0173125-13.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: LUIZ GONZAGA DA SILVA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 201), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE), ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0199011-14.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: PAULO SERGIO FEITOSA DE ANDRADE - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 280), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo

pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: TATIANE BEZERRA CAMPOS (OAB 42610/PE), ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0208615-96.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: MARIA JULIA GOMES DE ARAUJO - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 177), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0234374-18.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Lisney Costa Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Não foi localizada a parte autora, impossibilitando, assim, a realização da perícia. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial. Brevemente relatados, DECIDO. Expedida intimação para a parte autora comparecer à perícia, restou esta frustrada, em virtude da não localização do mesmo. Ciente, por meio de seu patrono, de que deveria fornecer o correto endereço, restou silente, mesmo diante do registro que, se assim o fizesse, seria considerado o ato desistência à perícia. Entretanto, a documentação por si apresentada não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0126100-33.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Eva Lopes Guerreiro e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 190), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

ADV: PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE), ADV: KAMILLA ARAGAO CABRAL MATOS (OAB 26962/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0171263-07.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: SALUSTIANO BEZERRA DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, etc. Ação, buscando o recebimento de valor residual a título de seguro DPVAT, formulada sob o pálio de que teria o(a) Autor(a) recebido a menor do que o efetivamente devido, em virtude de acidente automobilístico. Citada(s), a(s) Promovida(s) ofertou(ram) defesa, defendendo a regularidade do pagamento. Apesar de devidamente intimada (fl. 175), a parte autora não compareceu à perícia designada. Brevemente relatados, DECIDO. Intimada, por meio de seu advogado, também silenciou, o mesmo sob a advertência que isso seria considerado como renúncia à prova pericial, não apresentando qualquer justificativa para a mencionada ausência. Ocorre que a documentação por si apresentada, não possui o condão de demonstrar o alegado equívoco quanto ao pagamento pela via administrativa ou, mesmo, sua negativa. DIANTE DO EXPOSTO, em inexistindo, diante do não comparecimento à perícia, prova alguma de que o pagamento não tivesse ocorrido à forma determinada em lei, julgo IMPROCEDENTE o pleito autoral, reconhecendo queo pagamento foi feito de acordo com a legislação vigente, ou que a negativa ao mesmo é válida. Custas e honorários, fixados estes em 10 (dez) pontos percentuais sobre o valor da causa, pela parte autora, de cujo pagamento resta dispensada por se tratar de beneficiária da justiça gratuita. Após transcorridos todos os prazos, arquive-se. P. R. I.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0121844-47.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível

- Seguro - REQUERENTE: Francisco das Chagas Alves Ferreira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0129307-69.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Ednardo Feitosa da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE), ADV: ANA CLAUDIA MAIA DE ALENCAR MELO (OAB 6994/CE) - Processo 0134711-38.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Manoel Rodrigues Bezerra - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0139256-20.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jorge Filho Nascimento da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: KATHIA WALESKA LOPES CRESCENCIO PEREIRA (OAB 20432/CE) - Processo 0141181-17.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Silverlandia Gomes da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0142929-50.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Rodrigo da Silva Melo - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0144486-72.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Ricardo Gonçalves Soares - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0146937-41.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Alves Vieira - REQUERIDO: Bradesco Saúde Auto/re Companhia de Seguros - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIAGO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 23488/CE), ADV: MARCOS BONIECK OLIVEIRA LIMA (OAB 34411/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0151513-43.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jose Marcos da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0154366-25.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antônio de Almeida - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0166702-27.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gildazio Jorge da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o

TJCE e aquela Instituição.

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE) - Processo 0189305-07.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Sousa - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A e outros - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0200671-62.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria do Socorro Paulino dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: VANDERSON PRUDENCIO DA SILVA (OAB 25766/CE) - Processo 0206893-46.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jose Wilson do Espirito Santo - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: VANDERSON PRUDENCIO DA SILVA (OAB 25766/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0210318-18.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Jefferson de Souza Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: SARA CAMPELO SOMBRA (OAB 23562/CE) - Processo 0210512-81.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Auri Nojosa de Freitas - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: FERNANDO ANTONIO RIBEIRO DE CARVALHO JUNIOR (OAB 39499/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0210690-30.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Paulo Cesar Ferreira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE) - Processo 0211079-15.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: João Batista Neto - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE), ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0211082-67.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Luciano Santiago Chaves - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE) - Processo 0213277-25.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Benedito de Almeida - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: VANDERSON PRUDENCIO DA SILVA (OAB 25766/CE) - Processo 0216295-54.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cleciane Oliveira Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0216558-96.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Adaildo de Souza - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) -

Processo 0222652-84.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edivan Gonçalves Cardoso - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpva - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: PAULO FELIPE SABOIA DINO (OAB 24665/CE) - Processo 0227940-76.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisca Marciana Rodrigues de Oliveira Xavier - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: LEONARDO TORRES MESQUITA (OAB 40549/CE) - Processo 0228879-56.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Iolanda Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JOSE ADENILSON LUZ DE AZEVEDO (OAB 34130/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0238805-95.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - ARROLANTE: Daniel Virginio Martins - ARROLADO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0245727-55.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Robson Martins Barroso - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: JOSE AURIVAN HOLANDA PINHO FILHO (OAB 22666/CE) - Processo 0253200-92.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Aldail Januario da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE) - Processo 0254669-42.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Cleudo Moreira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, em permanente e contínua correição. Designo, para realização da perícia, o dia 29/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 13:00h e até às 16:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: CARLOS RENAN LOPES LIMA (OAB 29871/CE) - Processo 0163237-10.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Edna Silva Monteiro e outro - Vistos etc. Trata-se de ação cobrança de aluguéis- sem despejo que se encontra paralisada, por mais de trinta (30) dias em razão da desídia da autora que, intimada pessoalmente, deixou de diligenciar no feito. Nos termos do art. 485, inciso III, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e diligências que lhe incumbir, a autora abandonar a causa por mais de 30 dias, devendo a parte interessada ser intimada pessoalmente para suprir a falta em 5 dias, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC. Na espécie, a autora, regularmente intimada para promover o andamento do feito, sob pena de extinção, permaneceu inerte. Diante do exposto, com fundamento no art. 485 III, § 1º do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito. P. R. I., arquivando-se os autos após o trânsito em julgado.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: BRENNO GOMES DE ALMEIDA (OAB 33421/CE) - Processo 0268092-69.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Verani Esteves da Silva - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Diante do desinteresse das partes na produção de outras provas, anuncio o julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC, posto que os autos fornecem elementos de convicção suficientes para o deslinde da questão.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: RICARDO SERGIO BARRETO DE MOURA FILHO (OAB 40817/CE) - Processo 0203033-03.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ricardo Sergio Barreto de Moura Filho - Posto isso, defiro a tutela provisória de urgência, determinando que a promovida abstenha-se de inscrever o nome do autor dos cadastros de qualquer órgão de restrição crédito, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) limitado a monta de R$ 10.000,00 (dez mil reais), e em caso já ter sido inserido o nome do mesmo, determino a imediata exclusão da inscrição que autor demonstrar documentalmente ter sido feito sobre o débito discuto nesta lide. Defiro o benefício da justiça gratuita, e, a inversão do onus da prova, nos termos do art. 6º, VIII.

ADV: IGOR GOES LOBATO (OAB 307482/SP) - Processo 0288078-09.2021.8.06.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Companhia Brasileira de Distribuição - Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada pela parte autora, condicionada a prestação de caução no valor equivalente a três meses de aluguel, com fulcro no art. 59, § 1º, VIII, da Lei nº 8.245/91, em razão de tratar-se de locação não residencial, sendo proposta a presente ação de despejo por denúncia vazia dentro do prazo de até 30 dias 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2022

ADV: FLAVIO JACINTO DA SILVA (OAB 6416/CE), ADV: CAROLINA BARRETO ALVES COSTA FREITAS (OAB 21484/CE) - Processo 0237395-65.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0232334-29.2021.8.06.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Gleidson Serpa Souto Mathias Junior - REQUERIDA: Cintia Ferreira Santos - Ademais, não cabe a esta magistrada revisar matéria que já fora objeto de decisum proferido pelo Juiz do feito, ainda mais quando fora também objeto de julgamento do segundo grau, por meio do recurso de Agravo de Instrumento, cuja matéria encontra-se apreciada através de acórdão transitado em julgado, enviado por meio institucional, através de Malote Digital, e junto aos presentes págs. 575/587. Ressalte-se que o mandado expedido em face do despacho de fls.630/631 já foi cumprido, o que impossibilita o seu recolhimento. Ante todo o exposto, indefiro os pedidos do promovente de recolhimento do mandado oriundo da ordem judicial proferida às fls.630/631, bem como o de reintegração de posse. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: MILENA PINHEIRO LIMA (OAB 19224/CE), ADV: BRUNO LUIS MAGALHAES ELLERY (OAB 24636/CE) - Processo 0225243-19.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Luis Narciso Coelho de Oliveira - REQUERIDO: Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A - Defiro a prova requerida em págs. 209/210, notadamente a prova pericial. Nomeio perita médica, Sra. Viviane Correa Filomeno da Silva, e-mail: vivi.correaf@live.com, cujos dados para contato encontram-se disponíveis no sistema Siper do TJCE, devendo ser intimado para oferecimento de honorários. Intimem-se as partes para, querendo, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicar assistente técnico; apresentar quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 465, § 1º, do CPC. Empós, retornem os autos conclusos para arbitramento dos honorários periciais, os quais correrão por conta da requerida, e a designação da data para início da perícia.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: DJACIR RIBEIRO PARAHYBA NETO (OAB 18567/CE), ADV: EVELYNE MOREIRA BARBOSA GOMES TEIXEIRA (OAB 18222/CE), ADV: RENAM MOREIRA DA CUNHA (OAB 25762/CE) - Processo 0149572-29.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Rômulo Campos Castelar Pinheiro - REQUERIDO: Nacional Veículos e Serviços Ltda - Em vista do exposto, conheço dos embargos declaratórios porque tempestivos e regulares e, no mérito, rejeito-os integralmente. Todos os termos da sentença de págs. 126/134 permanecem inalterados, reabrindo-se aos litigantes o prazo para recurso, consoante determina o art. 1026 do CPC.

EXPEDIENTES DA 16ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0088/2022

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO (OAB 23599/CE), ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), ADV: IVA DA PAZ MONTEIRO FILHO (OAB 21407/CE) - Processo 0115012-56.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - CONSGTE: Francisco Lopes de Sousa Junior - CONSIGNADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Desse modo, expeça-se Alvará Digital de Levantamento, neste momento processual, da quantia depositada em juízo em relação a esse processo, referente aos honorários advocatícios, ao advogado Dr. IVÁ DA PAZ MONTEIRO FILHO, OAB/CE 21.407, do valor depositado no Banco do Brasil, na conta judicial 1600131791645, conforme se verifica à folha 172. Destarte, seguindo o estabelecido para a expedição de Alvará digital, tudo, excepcionalmente, lançado em razão da pandemia do coronavírus (COVID-19), a referida quantia deverá ser levantada por meio de transferência bancária, para a conta de seguintes dados: BANCO DO BRASIL: AGÊNCIA 3653-6 CC. 31.301-7, em nome de IVÁ DA PAZ MONTEIRO FILHO, inscrito no CPF nº 001.688.083-82 (CHAVE PIX).conforme se indicou à folha 173.

ADV: VICENTE PINTO QUESADO (OAB 22320/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0140861-64.2018.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Marineide Moreira Rabelo - REQUERIDO: B V Financeira A S Credito Financiamento e Investimento - Dito isto, intime-se o exequente para apresentar o valor atualizado da dívida, procedendo ao cálculo nos moldes acima explicitados. Intime-se a parte executada BV

Financeira, via portal SAJPG e mais uma vez, via DJe. Expediente necessário.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: MARIA CAROLINA DANTAS CUNHA (OAB 383566/SP) - Processo 0180101-31.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Votorantim - A despeito disso, a Instituição Financeira, na petição retro, pleiteou a imediata retirada da restrição do bem, sem que tivesse cumprido a determinação em questão. Destarte, intime-se a promovente para que, no prazo de quinze dias, cumpra a Decisão de folhas 173 à 175. Decorrido o prazo com ou sem Manifestação, voltem-me os autos conclusos. Expediente necessário.

ADV: REGINALDO PATRICIO DE SOUSA (OAB 21396/CE), ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA (OAB 17879/PE), ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649A/CE) - Processo 0202822-79.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDO: bruno rafael pereira carvalho - R.H. Intimem-se as partes para que, no prazo de quinze dias, manifestem-se sobre a documentação de folhas 242 à 244, requerendo o que lhes for de direito. Decorrido o prazo com ou sem Manifestação, voltem-me os autos conclusos. Expediente necessário.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0212778-22.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: BANCO BMG SA - R.H. Intime-se a Instituição Financeira para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se sobre a Petição e sobre a documentação de folhas 693 à 704, requerendo o que lhe for de direito. Decorrido o prazo com ou sem Manifestação, voltem-me os autos conclusos. Expediente necessário.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0269630-22.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - R.H. Intime-se a parte autora (DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas destinadas às diligências a serem realizadas pelo Oficial de justiça, conforme determinado na Lei Estadual n.º 16.132/2016, item IX da Tabela III do Anexo Único, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 2901 do CPC. Advirto que a guia de recolhimento judicial (GRJ) das custas processuais devem ser geradas, obrigatoriamente, pelo portal de serviços do Sistema de Automação da Justiça (eSAJ), disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)2, sem o qual não haverá efeito de pagamento. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), ADV: ANDRE RICARDO BEZERRA BENEVIDES (OAB 15541/CE) - Processo 0399779-58.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: Bv Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - R.H. Recolhidas as custas processuais e realizado o correto peticionamento pelo exequente, proceda-se à intimação da parte devedora, via DJE e carta com AR, para pagar o valor apurado pela credora, conforme fixado em sede de Sentença, acrescido de custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de o referido valor ser acrescido da multa e de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme artigo 523, § 1º do CPC. Ao executado, é facultado oferecer incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Expediente necessário.

ADV: MARCOS DA SILVA BRUNO (OAB 14379/CE), ADV: THIAGO MAIA NUNES (OAB 17465/CE), ADV: ALEXANDRE IUNES MACHADO (OAB 17275/GO) - Processo 0592587-42.2000.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Saga S/c Ltda - REQUERIDO: Josilda Campos Camurca - R.H. Intime-se a parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre a Petição de folha 128, requerendo o que lhe for de direito. No mais, intime-se a promovida para que junte, aos autos, demonstrativo atualizado do depósito judicial em questão, com indicação do valor e dos dados da conta em que a pecúnia está depositada. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0089/2022

ADV: FÁBIO FRASATO CAIRES (OAB 124809/SP) - Processo 0148654-20.2019.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S.a. - R.H. As diligências requeridas pela instituição financeira, na hipótese de ação de busca e apreensão, já que tem por finalidade precípua retomar o bem objeto do financiamento com garantia de alienação fiduciária não podem ser atendidas na presente via, eis que, devo enfatizar, perfilho o entendimento de que aquele que litiga tem o dever de apresentar documentos necessários ao prosseguimento da ação, não podendo tal ônus ser transferido ao Judiciário, considerando que tais diligências, por força de lei, são de encargos da parte que propôs a ação. Ademais, aqui, não se trata de procedimento executivo, que busca a satisfação de um crédito da parte autora, mas sim, de uma ação de busca e apreensão, na qual se pretende apreender um bem móvel que foi dado em garantia. Oportuno destacar, ainda, que a pesquisa por eventuais endereços novos não se afigura razoável, para neles, eventualmente, se tentar localizar o veículo, seja pela falta de objetividade de busca em tais termos, seja por se tratar de bem móvel, que poderia, facilmente, ser deslocado ao sabor dos interesses da parte promovida, frustrando eventuais tentativas de localização nos endereços obtidos. Sobre o tema, permito-me transcrever os seguintes julgados: EMENTA: Alienação fiduciária. Veículo automotor. Busca e apreensão. Deferimento da liminar, nos termos do art. 3º, ?§2º, do Decreto-Lei nº 911/69. Cumprimento do mandado frustrado, tendo a ré indicado que o veículo estaria com o filho, em lugar ignorado. Pedido da autora de pesquisas por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD para obtenção de dados sobre o endereço da ré. Indeferimento. Recurso conhecido, por se tratar de questão relativa à efetivação de tutela provisória. Vencido, nesta parte, o 2º Juiz, que dele não conhecia por entender não abrangida a matéria pelo rol do art. 1.015 do CPC. Busca e apreensão. Pesquisa de novos endereços quanto à ré. Medida inócua, na medida em que já conhecido esse dado, sendo a parte encontrada no endereço indicado na inicial. Auxílio de bancos de dados que não se mostra razoável para a tentativa de localização de bens, mormente móveis, facilmente deslocáveis. Opção da instituição financeira em buscar a localização por meios privados ou utilizar as prerrogativas processuais cabíveis na espécie. Decisão de Primeiro Grau, denegatória da expedição dos ofícios pretendidos, mantida. Agravo de instrumento da autora desprovido." (TJSP; Agravo de Instrumento 2000156-90.2019.8.26.0000; Relator (a):Fabio Tabosa; Órgão Julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara D'Oeste -1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 21/05/2019; Data de Registro: 21/05/2019). EMENTA: ?"AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO Decisão que indeferiu pedido de pesquisa de endereços (via Sistema INFOJUD, RENAJUD E BACENJUD Manutenção - Recurso desprovido." (TJSP; Agravo de Instrumento 2169269-42.2019.8.26.0000; Relator (a):Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro -1ª Vara; Data do Julgamento: 09/09/2019; Data de Registro: 09/09/2019). EMENTA: "PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO DEMANDADO - CABE AO AUTOR O ÔNUS DA CITAÇÃO, EXAURINDO TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS PARA LOCALIZAR O RÉU -RECURSO NÃO PROVIDO -

DECISÃO UNANIME. - O ônus da citação cabe ao autor, devendo este esvaziar todas as alternativas para identificar o paradeiro do réu, não podendo atribuir ao judiciário uma tarefa de sua competência, para que se oficie aos órgãos oficiais requisitando o endereço do devedor antes mesmo de esgotar as alternativas que estão ao seu alcance para viabilizar a citação." (TJPE - AI: 3681107 PE , Relatar: António Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 17/03/2015, 6 Câmara CÍVEL, Data de Publicação: 27/03/2015). Impende considerar que, por razões de ordem contratual, o correto era o bem se encontrar na posse da parte devedora, mas se assim não ocorreu até o momento, passado tanto tempo, quer da data da celebração do contrato, quer da data do ingresso da presente ação, cabe à própria instituição financeira, parte autora nesta demanda, por seus meios (que sabidamente existem, havendo localizadores especializados nessa atividade a serviço dos bancos), tentar obter o paradeiro ou, quando não, valer-se das prerrogativas processuais pertinentes e previstas no DL nº 911/67 (como o prosseguimento sob a forma de execução). Não se pode deixar de reconhecer que o processo de execução, por buscar a satisfação do direito do credor, faculta ao magistrado o deferimento de medidas pertinentes para assegurar a efetividade da execução, sempre em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, sem deixar de observar também o princípio da menor onerosidade ao devedor. O STJ e o TJSP vêm acenando no sentido de, após convertida a busca e apreensão em execução, deferir medidas para localização de bens em nome do devedor, tais como as pesquisas, ora pleiteadas, junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, por serem considerados [] meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados. (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017). Ainda, permito-me colacionar os seguintes julgados do TJSP, na mesma esteira de pensamento, quanto à possibilidade de deferir pesquisas nos sistemas judiciais (INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD), no caso de a busca ser convertida em execução nos termos da legislação pertinente: EMENTA: "Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em execução. Infrutíferas todas as tentativas de citação do réu-executado. Decisão que indeferiu pedido de arresto pelo Sistema Bacenjud, bem como pesquisas de bens em nome do executado pelos Sistemas Renajud e Infojud. Possibilidade. Meios colocados à disposição do credor visando a satisfação de seu direito. Observância aos princípios da efetividade da execução, celeridade e economia processual. Decisão reformada. Recurso provido." (TJSP; Agravo de Instrumento 2032077-67.2019.8.26.0000; Relator (a):Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme -1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 27/03/2019). EMENTA: ?"AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Realização de pesquisa junto ao sistema INFOJUD para verificação de eventuais bens em nome da executada Possibilidade Providência que se mostra adequada para garantir eficiência à demanda executiva Reforma do entendimento adotado em Primeiro Grau Recurso provido." (Agravo de Instrumento 2052136-13.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 24/05/2018). EMENTA: ?"Execução de título extrajudicial Pedido de pesquisa de eventuais bens via Infojud e Renajud Admissibilidade Medidas pleiteadas que visam assegurar a efetividade do processo Recurso provido." (Agravo de Instrumento 2115950- 96.2018.8.26.0000; Relator (a): Des. Souza Lopes; Data do Julgamento: 18/07/2018). Resta evidenciado que, em sede execução, os pedidos poderão ser plenamente deferidos, para fins de satisfação do crédito da parte autora. A busca convertida em execução possibilitará a utilização de novas ferramentas que poderão ser mais eficazes para a satisfação do direito do autor. Assim, INDEFIRO o pedido da parte autora, devendo a referida parte diligenciar no sentido de localizar o paradeiro do veículo, a fim de que se possa proceder à busca e apreensão (objeto da presente ação), ou requerer a conversão da busca em ação de execução, na forma do art. 4.º do Decreto Lei n.º 911/69 e, uma vez convertida, a parte interessada poderá reiterar os pedidos que entender necessários. Em assim sendo, intime-se a parte autora para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o endereço do(a) promovido(a) e o local onde se encontra o veiculo, objeto da lide, sob pena de extinção sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A parte dever ser, ainda, advertida de que eventual pedido de reconsideração não terá efeito suspensivoNesse diapasão, colaciono o seguinte julgado: EMENTA: "Agravo de instrumento. Ato jurisdicional que apenas ratifica posicionamento adotado em decisão anterior. Recurso não interposto no momento adequado. Preclusão. Intempestividade que, por outro lado, também se caracterizaria em relação à própria decisão pela qual se apoiou a presente insurgência, uma vez que em relação a essa, a recorrente também deixou escoar o prazo legal. Resta evidente que a decisão atacada limite-se a manter decisão anterior e, logo, o presente instrumento veio amparado em pedido de reconsideração, o qual, como já é sabido, não interrompe nem suspende o prazo para sua interposição, que deveria ser computado a partir da decisão que primeiro analisou a questão pelo d. magistrado 'a quo'. Admitir o contrário implicaria, por via reflexa, na reabertura da instância recursal[...]. Agravo não conhecido."(TJSP; Agravo de Instrumento 2167398-74.2019.8.26.0000; Relator (a):Sandra Galhardo Esteves; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível -43ª Vara CÍvel; Data do Julgamento: 22/08/2019; Data de Registro: 22/08/2019) Expediente necessário, via DJe.

ADV: DOMINIK BARROS BRITO FERREIRA (OAB 37479/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE), ADV: ANTONIO HELDER GUERRA LOBO FILHO (OAB 42605/CE) - Processo 0269245-40.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Antonio Ferreira de Sousa - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - 3-DISPOSITIVO Diante do exposto, rejeito as preliminares suscitadas e, com fundamento no art. 487, I, CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela parte autora, extinguindo o feito com resolução de mérito, para: 1) realinhar a taxa de juros praticada pelo banco réu, no contrato que dormita nos autos, para a taxa média de mercado indicada pelo BACEN no mês da contratação, para os contratos dessa modalidade, a saber: junho de 2020: 18,99% a.a. e 1,46% a.m.),., sendo mantida as demais cláusulas contratuais; 2) considerando o item acima, condenar o requerido a restituir, diante da ausência de má-fé, de forma simples ao autor, as importâncias pagas a maior, mediante abatimento da dívida ou, se verificada a sua quitação, mediante o reembolso, com correção monetária, pelo IGPM, a partir do pagamento a maior de cada parcela e com juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação (Os juros de mora na responsabilidade contratual incidem desde a citação, conforme firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 828.844/SP, 3ª Turma do STJ, Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva. j. 05.04.2016, DJe 12.04.2016; Agravo emRecurso Especial nº 232.721/SP, 3ª Turma do STJ, Rel. João Otávio de Noronha. j. 03.03.2016, DJe 11.03.2016; Agravo em Recurso Especial nº 841.921/SP, 3ª Turma do STJ, Rel. Marco Aurélio Bellizze. j. 26.02.2016, DJe 07.03.2016); 3) retirar o nome da parte autora, caso ainda persista, atualmente, a inscrição, dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de 300 reais, limitada ao valor de 6.000 reais, mantendo o autor na posse do bem. Em face da procedência parcial do pedido, notadamente, em relação ao reconhecimento da ilegalidade dos juros remuneratórios, o que afasta a mora, segundo o próprio STJ, entendo que eventual quantia depositada judicialmente, funcionará para a amortização da dívida, ficando revertida, portanto, à instituição financeira, de modo a não prejudicar a parte autora nesse ponto. A parte promovida deverá levar em consideração ditos depósitos, ao recalcular os valores a serem cobrados, destacando que a mora, aqui, restou afastada. Os valores depositados devem ser aceitos como dívida parcialmente paga, de forma a não ter consequência desfavorável para o autor em relação aos encargos moratórios. Destaco, contudo, que as parcelas que, eventualmente, vinham sendo depositadas, em juízo, mensalmente, pela parte autora, não corresponde, efetivamente, ao valor devido, pois os pedidos formulados na inicial

não foram integralmente atendidos. Sem falar que, por força desta decisão, foi reconhecida a legalidade da capitalização dos juros e do seguro. Esses fatores influenciam no cálculo do valor devido. Tendo em vista a sucumbência recíproca, as partes deverão ratear as despesas processuais, na proporção de 40% para a parte autora e 60% para a parte promovida (art. 86, CPC)2, ressalvados, porém, os benefícios da justiça gratuita deferidos à parte autora (art. 98, 3º, CPC). Em atenção ao disposto no artigo 85, § 14, parte final, do Código de Processo Civil, fixo os honorários devidos aos advogados, atuantes no feito, a serem divididos na proporção de 60% para os advogados do autor e 40% para os do réu, fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, corrigidos monetariamente, pelo IGPM, a contar da data da publicação desta sentença, e acrescidos de juros de mora (1% ao mês, não capitalizados) a partir do trânsito em julgado desta decisão, nos termos do art. 85, 8º, do Código de Processo Civil, cuja obrigação fica, em relação ao autor, sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma do artigo 98, § 3º, do CPC. Caso seja interposta Apelação, intime-se o apelado, por meio de seu patrono (DJe), para apresentar contrarrazões ao recurso em questão, no prazo de 15 (quinze) dias, em consonância com o disposto no art. 1010, § 1º do CPC. Em seguida, ultrapassado o prazo legal, com ou sem manifestação da parte recorrida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Caso sejam opostos Embargos de Declaração, intime-se o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os Embargos opostos, conforme estabelece o § 2º do art. 1023 do Código de Processo Civil. Publique-se a presente decisão, via DJe. Registro da sentença pelo sistema. Após o trânsito em julgado da sentença, nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, arquivem-se os autos, com a respectiva baixa na distribuição no SAJ. Expediente necessário.

EXPEDIENTES DA 17ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022

ADV: ALINE EUNICE FARIAS DE LIMA (OAB 38768/CE), ADV: ANA CAROLINE NUNES MARTINS (OAB 43766/CE) - Processo 0289928-98.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Pedido de Liminar - IMPETRANTE: Antonio Edson Galdino Silva - Face ao exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado às fls. 616 e, por via de consequência, julgo o presente processo extinto sem resolução de mérito, o que faço nos termos do art. 485, inciso VIII do CPC. Certificado seu trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e, em seguida, arquivem-se os autos. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 37188/CE) - Processo 0241966-79.2021.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Tim S/A - R. H. Intime-se a parte requerida, através de seu representante legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 5931/5959. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO JURANDIR NOGUEIRA RIBEIRO (OAB 2495/CE), ADV: OSVALDO SOUSA DE ASSIS JUNIOR (OAB 11998/CE) - Processo 0482762-80.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Antonio Ferreira da Rocha - R. H. Intime-se a parte exequente, através de seus patronos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 384. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2022

ADV: MARIA EVANUSA FREIRE (OAB 18462/CE) - Processo 0020577-47.2006.8.06.0001 - Usucapião - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Lourdes Rocha Paiva e outro - R.H. Intime-se a parte autora para se manifestar sobre o pleito de fls. 220/222, no prazo de 15 (quinze) dias. Expediente necessário.

ADV: MARCO ANTONIO FEITOSA MOREIRA (OAB 8664/CE) - Processo 0253441-32.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Ação Anulatória - REQUERIDO: A & R Empreendimentos Imobiliários Eirele -Me - Gratuidade deferida. Intimese a parte promovida, ora executada, através dos advogados habilitados, para pagar em 15(quinze) dias nos moldes do art. 523 do CPC, sob pena de incidência de multa de 10% e honorários de advogado também de 10% e inicio dos atos expropriatórios nos moldes dos parágrafos 1º e 2º do citado artigo. Advirtase a parte executada que o prazo de 15 (quinze) dias para impugnação fluirá a partir do transcurso do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação nos moldes do art. 525 do CPC. Considerando que não houve o pagamento voluntário das custas processuais, intime-se a parte promovida, através dos advogados habilitados, para proceder ao recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição como dívida ativa do Estado (art. 7º, §2º, da Lei Estadual 12.381/94). Publique-se, via DJe.

ADV: BRENO NOLLA PARDIM (OAB 32123/CE) - Processo 0263501-64.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cleide Teixeira de Amorim - R. H. Intime-se a requerente, através de seus representante legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de fls 144/145. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 18ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: FABIANA BARROCAS ALVES FARAH (OAB 35721/CE) - Processo 0277294-70.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: João Nicollas Figueiredo Campos - Do exposto, conheço do recurso, mas nego-lhe provimento, bem como denego quaisquer providências relativas à falta de cobertura pela operadora de saúde requerida.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: MARCOS LEVY GONDIM SALES (OAB 29326/CE), ADV: LANNA BEATRIZ SAMPAIO PRACIANO (OAB 44527/CE) - Processo 0260586-42.2021.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Ana Elisabeth Chaves dos Santos - Intime-se a parte autora paramanifestar-se acerca dacertidão de fls. 126, procedendo ao recolhimento das custas de diligência do meirinho no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: ERIK OLIVEIRA ONOFRE E SILVA (OAB 29541/CE) - Processo 0289686-42.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erik Oliveira Onofre E Silva - Observando os documentos juntados pelo autor nas págs. 150/168 e nas págs. 175/200, denota-se, neste momento, que o autor não dispõe de condições econômicas e financeiras para arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e da sua família, motivo pelo qual, com base no art. 98, caput, do CPC, concedo os benefícios da justiça a seu favor.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: MILENA BARBOSA MONTORIL (OAB 18345/CE) - Processo 0286974-79.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Vieira Gomes - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data 29/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

EXPEDIENTES DA 19ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2022

ADV: JANAINA ROBERTO NUNES (OAB 11606/CE), ADV: ANDREA NOGUEIRA SALES GRAÇA (OAB 11221/CE) - Processo 0010121-33.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Empresa Brasileira de Telecomunicacoes S.a - Embratel - Considerando que o Egrégio Tribunal de Justiça anulou a sentença de fls. 111/115, determinando a realização de instrução probatória, especifiquem as partes, por seus advogados, no prazo de quinze dias (art. 357, § 1º, do CPC), as provas que pretendam produzir em eventual fase instrutória, justificando concretamente a necessidade de colheita de cada prova requerida, sua utilidade e sobre qual fato deveria recair, ou se querem e entendem cabível o julgamento antecipado da lide, que resta desde logo anunciado em caso de inércia ou concordância dos litigantes. Intime-se eletronicamente a Defensoria Pública. Publique-se. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO DIAS DE PAIVA FILHO (OAB 15324/CE), ADV: EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES FILHO (OAB 15321/CE), ADV: JOAO RAFAEL DE FARIAS FURTADO (OAB 17739/CE) - Processo 0014050-16.2005.8.06.0001 - Monitoria - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dallas Derivados de Petroleo Ltda e outro - Vistos. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: ANDRE RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: HIGOR CORDEIRO BARBOSA (OAB 29750/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: JUSVERRE PINHEIRO SALES FILHO (OAB 36912/CE) - Processo 0019278-98.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Mora - REQUERENTE: Condominio do Edificio Iracema Travel Service - Vistos. Intime-se a parte promovente (exequente), através de seu(s) advogado(s), para, comprovar o recolhimento das custas referentes ao cumprimento de sentença, conforme Tabela de Despesas Processuais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, art. 8º da Portaria nº 13/2016 e Tabela IV do Anexo único da Lei Estadual nº 15.834/2015, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: LEONARDO PITOMBEIRA PINTO (OAB 16397/CE) - Processo 0029145-18.2007.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Raimundo Orestes de Souza Aguiar - Vistos. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: HENRIQUE SEVERO DE ARAUJO MAIA (OAB 3135/CE), ADV: HENRIQUE FERNANDES MAIA (OAB 20147/CE) - Processo 0038569-84.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Francisco Vileimar de Azevedo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 120/123. Publique-se.

ADV: LUIZA MARILAQUE FERNANDES APOLONIO DOS SANTOS (OAB 3823/CE) - Processo 0041119-81.2009.8.06.0001

- Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliane Almeida da Silva - Vistos. Intime-se a parte exequente para se manifestar acerca do (A.R) aviso de recebimento de fls. 421-422, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 10 (dez) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: VARTAN ALVES BOYADJIAN (OAB 7351/CE) - Processo 0078012-71.2009.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Edmar Salgado Pinto e outro - Vistos. Diante do lapso temporal de paralisação do feito, há de se intimar os promoventes, pessoalmente através de mandado, bem como por intermédio de seu advogado, para, no máximo prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, promovendo os atos e diligências de sua incumbência, sob pena de, inexistindo manifestação, ser a presente ação EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, mediante aplicação do art. 485, III, e §1º do vigente CPC. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCO VIEIRA DE ANDRADE (OAB 21585/CE) - Processo 0100670-60.2007.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ditalia Alimentos Ltda - Vistos. Intime-se a parte autora(exequente), através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS MENDES CHAVES (OAB 3482/CE), ADV: MARCIA LUCIANA SILVA PINHEIRO (OAB 15540/CE), ADV: JOAQUIM ARAUJO NETO (OAB 12071/CE) - Processo 0119560-13.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Francisco de Assis Bezerra Ribeiro - Fbr Prestação de Serviços e outro - Vistos. Intime-se a autora, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: TIBERIO DE MARACABA MENEZES (OAB 30909/CE) - Processo 0120554-55.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Mariana Picanço Menezes - Recebidos hoje. RECEBO os embargos de declaração de fls. 487/492 e documentos. Determino a intimação da embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões, no prazo comum de 5 (cinco) dias, em consonância com o disposto no artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil. Após as contrarrazões ou o decurso do prazo para tanto, voltem-me conclusos para julgar os declaratórios. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0121420-49.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Fundacao Sistel de Seguridade Social - Vistos. Intime-se a parte requerida, através de seu(s) advogado(s), para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: EVANDRO JOSÉ LAGO (OAB 23560A/CE) - Processo 0173945-27.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Maria de Fatima Alves Pimentel - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 435/438. Publique-se.

ADV: ANTONIO MITTERRAN CONDE DE OLIVEIRA (OAB 31349/CE) - Processo 0185663-55.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Marcelo Bezerra da Silva - Vistos. Intime-se a autora, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE) - Processo 0189736-70.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Rosa de Souza Lopes - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 366/369. Publique-se.

ADV: CLAUDIO ROBERTO DA COSTA AQUINO (OAB 40866/CE) - Processo 0189891-34.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa da Costa Aquino - Vistos. Certidão de prática forense, requerida na petição de fl.266, expedida à fl.267. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022.

ADV: LEANDRO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 32509/CE) - Processo 0203686-49.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elias da Silva Carneiro - Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da petição de fls. 309/310 e requerer o que for de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se.

ADV: GIOVANNA ABREU CERQUEIRA (OAB 38634/CE), ADV: FRANCISCO FELIPE DE ALENCAR VIEIRA (OAB 39014/CE) - Processo 0204037-75.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ebral - Empresa Brasileira de Lançamentos Ltda - Vistos. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e comprovar o recolhimento das custas judiciais prévias, nos termos dos arts. 82 e 290 do vigente Código de Processo Civil e conforme tabela constante na Lei Estadual nº 15.834/2015, que engloba FERMOJU, taxa judiciária, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Ministério Público (Ofício 61/2017), bem como recolher as custas referente ao oficial de justiça, conforme disposição expressa na Portaria nº 13/2016, emanada da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO DE MARCHI (OAB 11060/CE) - Processo 0204437-26.2021.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Maria Chiappetta Telles Junior - Vistos. Nos termos do artigo 350 do CPC, intime-se a parte autora através de seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, replicar a contestação. Empós decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para as ulteriores providências. Publique-se. Expediente necessário. Fortaleza (CE), 20 de janeiro de 2022.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0205517-59.2020.8.06.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fl.228, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 17 de dezembro de 2021.

ADV: NEI CALDERON (OAB 114904/SP) - Processo 0224593-35.2021.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos. Diante do lapso temporal de paralisação do feito, há de se intimar a parte Promovente, pessoalmente através de carta de intimação eletrônica (instituições conveniadas), bem como por intermédio de seu advogado, para, no máximo prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, promovendo os atos e diligências de sua incumbência, sob pena de, inexistindo manifestação, ser a presente ação EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, mediante aplicação do art. 485, III, e §1º do vigente CPC. Publique-se. Intime-se a autora eletronicamente. Fortaleza, 17 de dezembro de 2021.

ADV: JOSE MARIA COSTA (OAB 3120/CE) - Processo 0275953-43.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança

de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rui Alencar Maciel - Ante o exposto, hei por bem, indeferir o feito, fundamentado no art. 485, inciso III, CPC, com a consequente extinção do processo, sem resolução de mérito. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo sem recurso, dê-se baixa na distribuição, seguido de arquivamento, observando-se as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: JOAQUIM CESAR PONTES COUTINHO (OAB 16410/CE), ADV: BENEDITO GOMES COUTINHO (OAB 2943/CE) - Processo 0314706-70.2000.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Medeiros Veras - Vistos. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: PAULA RODRIGUES DA SILVA (OAB 22911/CE), ADV: LAECIO NOGUEIRA REBOUCAS (OAB 6934/CE) - Processo 0376974-14.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Fernando Antonio Barbosa de Carvalho - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 183/186. Publique-se.

ADV: ROMULO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 16409/CE), ADV: IVONETE BEZERRA DA SILVA (OAB 36452/CE) - Processo 0459312-94.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Maria Vandecy de Carvalho do Nascimento e outro - Vistos. Intime-se a autora (exequente), através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 20 de janeiro de 2022.

ADV: ANTONIO EDMAR CARVALHO LEITE (OAB 14815/CE), ADV: EDMILSON BARBOSA FRANCELINO FILHO (OAB 15320/CE), ADV: DARCY FONTENELLE DE ARAUJO NETO (OAB 15020/CE), ADV: CATERINE DE HOLANDA BARROSO (OAB 13806/CE), ADV: CLAUDIO CHAVES ARRUDA (OAB 13162/CE), ADV: EURIVALDO CARDOSO DE BRITO (OAB 16196/CE), ADV: CAMILA VASCONCELOS BRITO DE URQUIZA (OAB 16821/CE), ADV: ALLAN XENOFONTE DE BRITO (OAB 16718/CE), ADV: TATIANA CARVALHO DE ARAUJO (OAB 16472/CE), ADV: ANA CAROLINA MARTINS DE ARAUJO (OAB 24576A/CE), ADV: DANIEL SOUZA VOLPE (OAB 214490/SP), ADV: ULYSSES MOREIRA FORMIGA (OAB 270599/SP), ADV: MANOEL TOMAZ DE ALMEIDA NETO (OAB 8730/CE), ADV: SOLANA MARIA MARTINS CARMO (OAB 6972/CE), ADV: ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 6814/CE), ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE) - Processo 0513349-85.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - EXEQUENTE: Bnb - Banco do Nordeste do Brasil S/A - Vistos. Intime-se a exequente, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: JOSE LEONIDAS DE FREITAS (OAB 2916/CE) - Processo 0536318-80.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Lourdes Almeida e outro - Vistos, etc. O presente processo encontra-se parado por negligência do autor, portanto, em cumprimento ao disposto no artigo 485, § 1º, do CPC, intime-se o autor, por meio de mandado, pessoalmente, e seus causídicos, via Diário de Justiça Eletrônico, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem interesse no regular prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, conforme prevê o artigo 485, II, doCPC. Expedientes Necessários. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se, via DJE.

ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE) - Processo 0894984-10.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Jose Augusto Ferreira Gomes - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 247/250. Publique-se.

ADV: CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 27112/PE), ADV: CAROLINA SILVEIRA DE SOUZA (OAB 28468/CE), ADV: JURANDY SOARES DE MORAES NETO (OAB 27851/PE) - Processo 0917574-78.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Sabemi Previdência Privada - Capemisa Seguradora de Vida Previdenciária S/A e outros - Vistos. Intimem-se as requeridas, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de dezembro de 2021.

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2022

ADV: HAROLDO AZEVEDO MENDES FILHO (OAB 34898/CE), ADV: RAFAEL PINHEIRO LEITE PESSOA RAMOS (OAB 20732/CE), ADV: RODRIGO GONDIM DE OLIVEIRA (OAB 13859/CE), ADV: DANIEL PINHEIRO LEITE PESSOA RAMOS (OAB 19657/CE), ADV: CAROLINE GURGEL MOTA VIEIRA (OAB 19100/CE) - Processo 0020845-96.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Vap Construcoes Ltda - REQUERIDO: Postes Artec Ltda - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Vistos. Atendendo aos novos ditames processuais de tentativa de conciliação amigável para composição da lide e vislumbrando a possibilidade de acordo entre as partes, encaminhe os autos ao CEJUSC, para designação de audiência de conciliação/mediação entre as partes, o que pode ser buscado pelo juiz a qualquer tempo, a teor do disposto no artigo 139, V, do CPC. Intimem-se as partes através de seus advogados pelo Diário da Justiça. Publique-se. Expedientes Necessários. Fortaleza (CE), 17 de janeiro de 2022.

ADV: AUGUSTO CESAR FIGUEIREDO SANTOS (OAB 3230/CE), ADV: LEANDRO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 32509/CE) - Processo 0087437-59.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Sanches Lopes de Araujo e outro - REQUERIDO: Joao Bosco Meira Barboza - Visto. Em conformidade com o pedido de fls. 193/194, determino a designação de audiência de instrução. Intimem-se as partes para apresentarem o rol de testemunhas no prazo de quinze dias (art. 357, § 4º do CPC), ressaltando que, nos termos do art. 455 do CPC, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. O § 1º desse dispositivo legal prevê que a intimação acima será realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento, e o § 3º adianta que a inércia na realização da intimação a que se refere o § 1º importa em desistência da inquirição da testemunha. Esclareça-se que a lei processual também permite à parte trazer a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1º, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE SARAIVA CARTAXO (OAB 36918/CE), ADV: ANDERSON DA SILVEIRA SERAFIM (OAB 33386/CE) - Processo 0102726-80.2018.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Comodato - REQUERENTE: Maria Raquel Bezerra

Pinheiro - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fl. 160, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: MARCELO MONTEIRO DE MIRANDA SÁ (OAB 8640/CE), ADV: BETOVEN RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 5415/CE), ADV: JOÃO MARCELO PEREIRA FORTINHO DE MIRANDA SÁ (OAB 42251/CE) - Processo 0106519-61.2017.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Construtora e Imobiliária Santa Cecília Ltda. - REQUERIDA: Lana Aparecida Silva de Araújo e outros - Vistos. Atendendo aos novos ditames processuais de tentativa de conciliação amigável para composição da lide e vislumbrando a possibilidade de acordo entre as partes, encaminhe os autos ao CEJUSC, para designação de audiência de conciliação/mediação entre as partes, o que pode ser buscado pelo juiz a qualquer tempo, a teor do disposto no artigo 139, V, do CPC. Intimem-se as partes através de seus advogados pelo Diário da Justiça. Publique-se. Expedientes Necessários. Fortaleza (CE), 19 de janeiro de 2022.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0119938-66.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria/Retorno aoTrabalho - REQUERIDO: Fundacao Sistel de Seguridade Social - Vistos. Intime-se a parte requerida (exequente), através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022.

ADV: FÁBIO FRASATO CAIRES (OAB 124809/SP) - Processo 0136971-83.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Vistos. Intime-se a parte exequente (requerida), através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022.

ADV: JOSE TEORGE ALVES DE CASTRO (OAB 13204/CE) - Processo 0139833-61.2018.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Raimundo Cícero Araújo - Vistos. Indefiro nesse momento processual, o pedido de citação do confinante Joaquim Morize de Andrade, através de edital, haja vista que ainda há meios de se localizar o endereço através dos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD e/ou a indicação do representante do seu espólio, tendo em vista à certidão do oficial de justiça de fl.122. Intime-se o promovente, por seu advogado, para indicar nos autos o número do CPF (Cadastro de pessoa física) do confinante em epígrafe, para viabilizar a pesquisa através dos sistemas disponíveis, isso no prazo de até 15 (quinze) dias. Publique-se. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022.

ADV: RAFAEL WEMBLEY DA SILVA SOUZA (OAB 36381/CE) - Processo 0152613-96.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Adaílson Venuto Lima e outros - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca das pesquisas realizadas nos sistema disponíveis, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 10 dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE), ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 14503/CE), ADV: JOSE JAZIEL FERNANDES DANTAS (OAB 11988/CE), ADV: MARCELO DE ARAUJO VIEIRA NETO (OAB 34569/CE), ADV: RODRIGO PINHEIRO FERNANDES (OAB 22403/CE) - Processo 0158297-02.2019.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Inspetoria Maria Auxiliadora - REQUERIDO: Campus - Empreendimentos Ltda e outro - Vistos. Atendendo aos novos ditames processuais de tentativa de conciliação amigável para composição da lide e vislumbrando a possibilidade de acordo entre as partes, encaminhe os autos ao CEJUSC, para designação de audiência de conciliação/mediação entre as partes, o que pode ser buscado pelo juiz a qualquer tempo, a teor do disposto no artigo 139, V, do CPC. Intimem-se as partes através de seus advogados pelo Diário da Justiça. Publique-se. Expedientes Necessários. Fortaleza (CE), 17 de dezembro de 2021.

ADV: PAULO SOUZA BARBOSA NETO (OAB 28754/CE), ADV: MARINA FURTADO (OAB 311942/SP) - Processo 0164104-03.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: David Rodrigues de Carvalho Rocha - REQUERIDO: Clínica Vila Serena - Tendo em vista a expressa manifestação do requerido no sentido de não possuir interesse na conciliação, determino o cancelamento da audiência outrora agendada. Intime-se. Publique-se.

ADV: ANA MARIA MARINHO MOURA (OAB 4299/CE), ADV: FABRICIO CABRAL DEMETRIO (OAB 20451/CE), ADV: ABIMAEL CLEMENTINO FERREIRA DE CARVALHO NETO (OAB 10509/CE), ADV: ANDRE LUIS QUEIROZ DE PAIVA (OAB 35900/CE), ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: HENRIQUE ANDRADE GIRÃO (OAB 24625/CE), ADV: DAMIAO SOARES TENORIO (OAB 26614/CE), ADV: JOSE ELOY DA COSTA NETO (OAB 30732/CE), ADV: ANA MARIA MARINHO MOURA (OAB 4299/CE), ADV: VICTOR BASTOS ELOY DA COSTA (OAB 31183/CE) - Processo 0172793-07.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Fit Stop Shakeria Comércio de Alimentos Naturais Ltda - REQUERIDO: Diego de Carvalho Oliveira Campos - Aguarde-se o agendamento da audiência de conciliação, devendo o advogado subscrito na petição de fls. 1046 ser devidamente intimado. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0174516-32.2015.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERIDO: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA -COELCE - Em análise detida dos cálculos de fls. 223 a 225, percebe-se que deixaram de considerar os honorários de sucumbência fixados pela instância superior na sentença cuja cópia repousa às fls. 149 a 153, a qual não foi objeto de modificação pelo acórdão de fls. 154 a 162. Destaco, outrossim, que o Agravo ao Recurso Especial (AREsp) 1346821/CE, a que se refere a certidão de fls. 236 a 241, transitou em julgado, inclusive com majoração dos honorários sucumbenciais a cargo da executada COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ (COELCE) em 10% (dez por cento), conforme decisão monocrática da lavra da eminente ministra-relatora MARIA ISABEL GALLOTTI, o que também deve ser considerado na nova planilha a ser elaborada. Isto posto, DEFIRO o pedido de fl. 246 e determino nova remessa dos autos à Contadoria do Foro, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore nova planilha de cálculos em substituição à de fls. 223 a 225, considerando tudo o que foi determinado por este juízo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme acima delineado. Ciência eletrônica à Defensoria Pública, via portal. Publique-se. Expedientes necessários e URGENTES, visto se tratar de processo da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP), ADV: JOSE RICARDO MOURA BARBOSA (OAB 10692/CE), ADV: MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA CARVALHO (OAB 24041/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0175348-26.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Clodoaldo Vieira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Vistos. Atendendo aos novos ditames processuais de tentativa de conciliação amigável para composição da lide e vislumbrando a possibilidade de acordo entre as partes, encaminhe os autos ao CEJUSC, para designação de audiência de conciliação/mediação entre as partes, o que pode ser buscado pelo juiz a qualquer tempo, a teor do disposto no artigo 139, V, do CPC. Intimem-se as partes através de seus advogados pelo Diário da Justiça. Publique-se. Expedientes Necessários.

ADV: PHILLIPE DE MESQUITA BRAGA RODRIGUES (OAB 24425/CE), ADV: MATHEUS ANDERSON BEZERRA XIMENES (OAB 26624/CE) - Processo 0176313-04.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andreia de Sousa Magalhães - REQUERIDO: Instituto Antonio Mesquita Parente - IAMP - Vistos. Atendendo aos novos ditames processuais de tentativa de conciliação amigável para composição da lide e vislumbrando a possibilidade de acordo entre as partes, encaminhe os autos ao CEJUSC, para designação de audiência de conciliação/mediação entre as partes, o que pode ser buscado pelo juiz a qualquer tempo, a teor do disposto no artigo 139, V, do CPC. Intimem-se as partes através de seus advogados pelo Diário da Justiça. Publique-se. Expedientes Necessários. Fortaleza (CE), 17 de janeiro de 2022.

ADV: LUIZ VANDO PESSOA DE FIGUEIREDO (OAB 26299/CE), ADV: HELIANDRO ARAGÃO TEIXEIRA (OAB 33324/CE), ADV: DAHER MANSOUR ABBAS NETO (OAB 23079/CE), ADV: FRANCISCO DE ASSIS BERNARDINO DA SILVA JÚNIOR (OAB 28466/CE) - Processo 0180744-86.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Requerimento de Reintegração de Posse - REQUERENTE: Malta de Queiroz Martins - REQUERIDO: Fabio Helio Monteiro Pinheiro - Vistos. Mediante decurso do tempo desde a última manifestação neste processo, intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, requerer o que for de direito e informar do andamento do agravo de instrumento comunicado à fl.230. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: IVAN MORAES SOARES (OAB 32917/CE) - Processo 0234778-35.2021.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão - REQUERENTE: Francisco Wellinton Tertuliano Costa - Vistos. Diante do lapso temporal de paralisação do feito, há de se intimar a parte Promovente, pessoalmente através de mandado, bem como por intermédio de seu advogado, para, no máximo prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, promovendo os atos e diligências de sua incumbência, sob pena de, inexistindo manifestação, ser a presente ação EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, mediante aplicação do art. 485, III, e §1º do vigente CPC. Publique-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU (OAB 80702/MG), ADV: MARIA LUCIMARA SARAIVA LEMOS (OAB 36683/CE), ADV: JOSÉ IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0254194-86.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eduardo Cavalcante da Silva - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Vistos. Atendendo aos novos ditames processuais de tentativa de conciliação amigável para composição da lide e vislumbrando a possibilidade de acordo entre as partes, encaminhe os autos ao CEJUSC, para designação de audiência de conciliação/mediação entre as partes, o que pode ser buscado pelo juiz a qualquer tempo, a teor do disposto no artigo 139, V, do CPC. Intimem-se as partes através de seus advogados pelo Diário da Justiça. Publique-se. Expedientes Necessários. Fortaleza (CE), 19 de janeiro de 2022.

ADV: ANDERSON LIMA SILVEIRA (OAB 28652/CE), ADV: ANELISE FEITOSA GIRAO (OAB 30041/CE) - Processo 0260875-72.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Espólio de Maria Socorro de Alencar Henrique e outro - Vistos. Recebo a petição de fls. 69-73. Defiro o pedido formulado na fl. 73, para que no prazo de 30 (trinta) dias, cumpra a quesitação deste Juízo presente no despacho de fl. 64, sob pena de indeferimento da inicial, art. 321, parágrafo único do CPC. Expediente necessário.

ADV: LUIZ THOMAZ DIAS (OAB 10601/CE) - Processo 0262996-73.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: G V da Silveira Distribuidora de Alimentos Ltda - Visto etc. Recebo os documentos de fls. 127/135. Aguarde-se a realização da audiência no CEJUSC, nos moldes do art. 334 do CPC/15. Expedientes necessários.

ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 16629/CE) - Processo 0264485-48.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Tomaz Nogueira Dias Araújo - Ciente da decisão do Egrégio Tribunal de Justiça, determino o prosseguimento do feito com a devida citação do requerido e realização de audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE) - Processo 0271474-70.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Saúde - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda - Recebidos hoje. Determino a intimação da parte requerida, Hapvida Assistência Médica Ltda., para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o petição de fls. 226/227, que relata o descumprimento acerca da decisão de fls. 48/50, que determinou “o fornecimento do medicamento DUPIXENT (DUPILUMABE) 200 MG, por tempo indeterminado, na QUANTIDADE SOLICITADA e determinada pelo médico do Autor”. Frisa-se que a tutela concedida é clara, lídima e deve ser imediatamente cumprida, sob pena de ato atentatório à dignidade da justiça e aplicação de multa diária determinada no decisório. Cumpra-se. Expedientes com urgência.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCO TAUMATURGO DE ARAUJO NETO (OAB 20150/CE) - Processo 0274404-95.2020.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jacarga Distribuição e Transportes Ltda - Epp - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos. Atendendo aos novos ditames processuais de tentativa de conciliação amigável para composição da lide e vislumbrando a possibilidade de acordo entre as partes, encaminhe os autos ao CEJUSC, para designação de audiência de conciliação/mediação entre as partes, o que pode ser buscado pelo juiz a qualquer tempo, a teor do disposto no artigo 139, V, do CPC. Intimem-se as partes através de seus advogados pelo Diário da Justiça. Publique-se. Expedientes Necessários. Fortaleza (CE), 19 de janeiro de 2022.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB A1399/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0283927-97.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joao Batista Bastos Pereira - Fale a parte autora sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Após manifestação, voltem os autos conclusos. Publique-se.

ADV: MARCUS VINICIUS CAVALVANTI SOARES (OAB 1959/CE), ADV: WAGNER BARREIRA FILHO (OAB 1301/CE), ADV: JOSE LEITE JUCA FILHO (OAB 5214/CE), ADV: FRANCISCO EUDES DIAS DE SOUSA (OAB 8881/CE), ADV: ANDRE MOTA FERNANDES VIEIRA (OAB 10042/CE), ADV: ANA FLORIPE RODRIGUES MOREIRA MOTA FERNANDES VIEIRA (OAB 20684/CE) - Processo 0347574-04.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Martins de Santiago Junior - Maria Augusta Almeida - REQUERIDO: Banco Hsbc Bamerindus - Vistos. Intimem as partes através de seus advogados para se manifestarem acerca da planilha de cálculos de fls.413-415, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 17 de dezembro de 2021.

ADV: RAFAEL CARVALHO LIMA (OAB 27451/CE), ADV: EMANUEL CARVALHO LIMA (OAB 22883/CE), ADV: FRANCISCO DE ASSIS COSTA (OAB 9592/CE) - Processo 0527716-03.2000.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Manoel Goncalves da Costa Neto - Me (auto Pecas O Costa) - Vistos. Intime-se a parte exequente, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: VANESSA FERNANDES COSTA LANDIM SARAIVA (OAB 26381/CE) - Processo 0008764-81.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco da Rocha Ribeiro - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 204/207. Publique-se.

ADV: VANESSA FERNANDES COSTA LANDIM SARAIVA (OAB 26381/CE) - Processo 0049933-53.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Salomao Russo Lima - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 169/172. Publique-se.

ADV: VANESSA FERNANDES COSTA LANDIM SARAIVA (OAB 26381/CE) - Processo 0083192-68.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Jacinto de Oliveira Ponte - Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da petição de fls. 182/184 e requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se.

ADV: LARA COSTA DE ALMEIDA (OAB 18775/CE), ADV: THALES PONTES BATISTA (OAB 14544/CE), ADV: MARCELO VICTOR DE SOUSA (OAB 23085/CE) - Processo 0139892-25.2013.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jovina Maria Vasconcelos de Matos - Vistos, etc. Intime-se o promovente para comprovar o recolhimento das custas referentes ao cumprimento de sentença, conforme Tabela de Despesas Processuais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, art. 8º da Portaria nº 13/2016 e Tabela IV do Anexo único da Lei Estadual nº 15.834/2015, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: WERUSKA ALVES CUNHA DE ANDRADE (OAB 19330/CE) - Processo 0145050-37.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 190/193. Publique-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ) - Processo 0161848-97.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: ITAU UNIBANCO S.A - Intime-se o exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Publique-se.

ADV: GEORGE CESAR DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 23849/CE) - Processo 0170972-31.2018.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: José Nilson de Oliveira - Intime-se a parte autora para se manifestar acerca dos documentos de fls. 115, 118, 121 e 129/131 e requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se.

ADV: FERNANDA ROCHELLE SILVEIRA SILVA DA COSTA (OAB 19220/CE) - Processo 0201600-61.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Phcf Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e comprovar o recolhimento das custas judiciais prévias, nos termos dos arts. 82 e 290 do vigente Código de Processo Civil e conforme tabela constante na Lei Estadual nº 15.834/2015, que engloba FERMOJU, taxa judiciária, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Ministério Público (Ofício 61/2017), bem como recolher as custas referente ao oficial de justiça, conforme disposição expressa na Portaria nº 13/2016, emanada da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, sob pena de indeferimento, art.. 321, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRO DE AZEVEDO NOGUEIRA (OAB 22862/CE) - Processo 0201777-25.2022.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josilene Fonseca de Lima - Vistos. Intime-se o autor, para no prazo de 15 (quinze) dias emendar a inicial, informando a qualificação das partes, acostando CPF, CNPJ, e endereço completo das partes presentes na demanda, sob pena de cancelamento da distribuição da exordial, art. 290 do CPC. Considerando que não foi juntado nos autos comprovante de recolhimentos de custas, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e comprovar o recolhimento das custas judiciais prévias, nos termos dos arts. 82 e 290 do vigente Código de Processo Civil e conforme tabela constante na Lei Estadual nº 15.834/2015, que engloba FERMOJU, taxa judiciária, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Ministério Público (Ofício 61/2017), bem como recolher as custas referente ao oficial de justiça, conforme disposição expressa na Portaria nº 13/2016, emanada da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA DE SOUZA XAVIER MONT'ALVERNE RANGEL (OAB 35751/CE) - Processo 0201786-84.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Mont'alverne Rangel Filho - Vistos. Considerando que não foram apresentados documentos atualizados pertinentes à condição econômica do requerente, determino, com fundamento no art. 99, § 2º, do CPC, que o autor comprove a sua situação de hipossuficiência financeira no prazo de 15 (quinze) dias por meio de suas três últimas declarações de imposto de renda ou fotocópia dos últimos três comprovantes de rendimentos mensais, bem como dos demais documentos que entenda pertinentes à comprovação do alegado. Fica ressalvada a possibilidade de recolhimento das custas processuais no mesmo prazo ou a apresentação de pedido de pagamento das custas de forma parcelada, sob pena extinção do feito sem resolução do mérito e cancelamento da distribuição, como preconizado no artigo 290 do CPC. Publique-se. Intime-se, via DJe.

ADV: JOYCE LIMA MARCONI GURGEL (OAB 10591/CE) - Processo 0202289-08.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ser Educacional S/A - Vistos. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e comprovar o recolhimento das custas judiciais prévias, nos termos dos arts. 82 e 290 do vigente Código de Processo Civil e conforme tabela constante na Lei Estadual nº 15.834/2015, que engloba FERMOJU, taxa judiciária, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Ministério Público (Ofício 61/2017), bem como recolher as custas referente ao oficial de justiça, conforme disposição expressa na Portaria nº 13/2016, emanada da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, sob pena de indeferimento da inicial, art. 321, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO MIRANDA PINHEIRO NETO (OAB 18701/CE) - Processo 0202449-33.2022.8.06.0001 - Monitória - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Pinheiro Comércio Importação e Exportação de Equipamentos Médicos Ltda - Recebidos hoje. Intime-se o autor, para, em 15 (quinze) dias, atender ao disposto no artigo 82, caput, do Código de Processo Civil e pagar as custas processuais iniciais, conforme tabela atualizada do FERMOJU, sob pena de aplicação do artigo 290 do CPC/2015, com o cancelamento da distribuição e os consequentes indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem resolução do mérito, podendo este, caso queira, solicitar parcelamento das custas. Expediente necessários.

ADV: ROMÁRIO CARNEIRO DA SILVA (OAB 41141/CE) - Processo 0202525-57.2022.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Jose Bezerra Pontes - Recebidos hoje. Intime-se o requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos a planta baixa com a prova da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), o memorial descritivo e as demais certidões negativas doscartóriosde registros de imóveis desta Comarca, bem como o overlay do imóvel, conforme determina o art. 216- A, incisos II e III, da Lei nº 6.015/73 c/c art. 320 do CPC/2015, sob pena de indeferimento

da petição. Além disso, para que se possa, adequadamente, apreciar o pedido de gratuidade da justiça, determino que a parte autora, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos: a) cópia de suas duas últimas declarações de rendimentos feitas à Receita Federal; ou b) fotocópias de rendimentos mensais, sob pena de indeferimento do pleito de justiça gratuita. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: ALFREDO LEOPOLDO FURTADO PEARCE (OAB 9698/CE), ADV: GUSTAVO LEAL MELLO DA SILVA (OAB 10682/CE) - Processo 0203381-70.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Carros Arruda Veiculos - Vistos. Intime-se a parte requerida, através de seu advogado, para requerer o que for de direito no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento a qualquer tempo a pedido da parte interessada. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: CELSO FARIA MONTEIRO (OAB 30086A/CE) - Processo 0211288-81.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda - Vistos. Tendo em vista que os embargos de declaração apresentados têm manifesto propósito infringente, dê-se vistas à parte embargada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar contrarrazões, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Intimem-se. Publique-se.

ADV: MIGUEL ROCHA NASSER HISSA (OAB 15469/CE), ADV: RODRIGO MACEDO DE CARVALHO (OAB 15470/CE), ADV: RUI BARROS LEAL FARIAS (OAB 16411/CE) - Processo 0246343-93.2021.8.06.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Mia Participações S.a - Recebidos hoje. Diante da peça contestatória lançada às fls. 102/113 e documentos de fls. 114/1339, determino a intimação da parte autora, através de seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer réplica à contestação, nos termos do artigo 350 do CPC/2015. Empós decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para as ulteriores providências. Expedientes necessários.

ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0264831-96.2021.8.06.0001 - Notificação - Intimação / Notificação - REQUERENTE: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes - Vistos. Arquivem-se os presentes autos. Publique-se. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022.

ADV: MICHELLE DE SOUZA BARBOSA (OAB 31666/CE) - Processo 0289588-57.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Saúde - REQUERENTE: Michelle de Souza Barbosa - Recebidos hoje. O cancelamento unilateral por parte da operadora deve obedecer a um conjunto de regras definidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Para o encerramento de contrato em caso de inadimplência, é necessário um acúmulo de mais de 60 (sessenta) dias nos últimos 12 (doze) mesesde vigência do contrato. Nesse contexto, esclareça a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, sobre essa condição específica, tendo em vista que o documento de fls. 82 justifica o seguinte: "cancelamento do contrato foi consubstanciado no inciso II, do art. 13 da lei 9656/98 o qual prevê que, caso não haja o pagamento das mensalidades por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, a operadora poderá proceder com a rescisão unilateral do seu contrato de plano de saúde". Empós, retornem-me os autos para análise do pleito. Expedientes necessários.

ADV: RAFAELLE BARROS DA SILVA (OAB 6388/SE), ADV: MARCELO MONTEIRO DE MIRANDA SA (OAB 8640/CE) - Processo 0918195-75.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Construtora P & A Engenharia Ltda - GOLDFARB 26 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA e outros - Vistos. Para fins de cumprimento de sentença, intime-se por a parte executada, através de seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário do valor especificado pelo credor às fls. 222/223, nos termos do art. 523 do vigente CPC. O não cumprimento, a tempo e modo, implicará o acréscimo de multa e honorários advocatícios, da ordem de 10% (dez por cento) cada, conforme o § 1º do dispositivo legal acima mencionado, sem prejuízo das medidas expropriatórias necessárias ao adimplemento da obrigação. Caso haja pagamento parcial do montante exequendo, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, conforme § 2º do mesmo artigo. Caso pretenda apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, o prazo de 15 (quinze) dias, contado, do termino do prazo fixado para pagamento voluntário, nos termos do artigo 525, do CPC. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: HENRIQUE ANDRADE GIRÃO (OAB 24625/CE) - Processo 0012890-96.2018.8.06.0001 (processo principal 0172793-07.2017.8.06.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Infância e Juventude - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Diego de Carvalho Oliveira Campos - REQUERIDO: Fit Stop Shakeria Comércio de Alimentos Naturais Ltda e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: HENRIQUE ANDRADE GIRÃO (OAB 24625/CE), ADV: DAMIAO SOARES TENORIO (OAB 26614/CE) - Processo 0172793-07.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Fit Stop Shakeria Comércio de Alimentos Naturais Ltda - REQUERIDO: Diego de Carvalho Oliveira Campos - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data 29/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor,

assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOSE TAVARES MOREIRA (OAB 8481/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0191301-74.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 142 e 144, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL (OAB 114798/RJ) - Processo 0202940-40.2022.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSGTE: Icatu Fundo Multipatrocinado - Icatu Fmp - Recebo a presente ação, haja vista que, ao menos, aparentemente, estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Intime-se a parte autora, via DJ-e, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que proceda ao depósito da quantia devida, a ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias, ressalvada a hipótese do art. 539, § 3º, do CPC, sob pena de ser extinto o processo, sem resolução do mérito (CPC, art. 542, Parágrafo Único). Uma vez realizado o depósito, cite-se a ré, através de Carta, com Aviso de Recebimento, para levantá-lo ou oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que, se não receber ou não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora na exordial (CPC, art. 344). Referido expediente, no entanto, resta condicionado ao recolhimento das custas de Traslado Serviços de comunicação, conforme o valor estabelecido no item VIII da Tabela III de custas processuais do Tribunal de Justiça do Ceará, composta pela Lei n.º 16.132/2016, bem como do pagamento das custas processuais iniciais. Registro, por fim, que a contagem dos prazos levará em conta somente os dias úteis (CPC, art. 219). Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE) - Processo 0243999-42.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeova Ferreira de Morais - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fl.190, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: DANIEL ALMEIDA QUEZADO FERNANDES (OAB 20624/CE) - Processo 0268719-73.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Apropriação de Coisa Havida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza - REQUERENTE: Condominio Residencial Bariloche - Vistos. Nos termos do artigo 350 do CPC, intime-se a parte autora através de seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, replicar a contestação. Empós decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para as ulteriores providências. Publique-se. Expediente necessário. Fortaleza (CE), 17 de janeiro de 2022.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0287674-55.2021.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Mútuo - REQUERENTE: Liquigas Distribuidora S/A - Vistos. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e comprovar o recolhimento das custas judiciais prévias, nos termos dos arts. 82 e 290 do vigente Código de Processo Civil e conforme tabela constante na Lei Estadual nº 15.834/2015, que engloba FERMOJU, taxa judiciária, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Ministério Público (Ofício 61/2017), bem como recolher as custas referente ao oficial de justiça, conforme disposição expressa na Portaria nº 13/2016, emanada da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, sob pena de indeferimento. Expedientes necessários

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: HENRIQUE ANDRADE GIRÃO (OAB 24625/CE) - Processo 0012890-96.2018.8.06.0001 (processo principal 0172793-07.2017.8.06.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Infância e Juventude - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Diego de Carvalho Oliveira Campos - REQUERIDO: Fit Stop Shakeria Comércio de Alimentos Naturais Ltda e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTImOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: HENRIQUE ANDRADE GIRÃO (OAB 24625/CE), ADV: DAMIAO SOARES TENORIO (OAB 26614/CE) - Processo 0172793-07.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Fit Stop Shakeria Comércio de Alimentos Naturais Ltda - REQUERIDO: Diego de Carvalho Oliveira Campos - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data 29/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft

Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOSE TAVARES MOREIRA (OAB 8481/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0191301-74.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 142 e 144, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL (OAB 114798/RJ) - Processo 0202940-40.2022.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSGTE: Icatu Fundo Multipatrocinado - Icatu Fmp - Recebo a presente ação, haja vista que, ao menos, aparentemente, estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Intime-se a parte autora, via DJ-e, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que proceda ao depósito da quantia devida, a ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias, ressalvada a hipótese do art. 539, § 3º, do CPC, sob pena de ser extinto o processo, sem resolução do mérito (CPC, art. 542, Parágrafo Único). Uma vez realizado o depósito, cite-se a ré, através de Carta, com Aviso de Recebimento, para levantá-lo ou oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que, se não receber ou não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora na exordial (CPC, art. 344). Referido expediente, no entanto, resta condicionado ao recolhimento das custas de Traslado Serviços de comunicação, conforme o valor estabelecido no item VIII da Tabela III de custas processuais do Tribunal de Justiça do Ceará, composta pela Lei n.º 16.132/2016, bem como do pagamento das custas processuais iniciais. Registro, por fim, que a contagem dos prazos levará em conta somente os dias úteis (CPC, art. 219). Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE) - Processo 0243999-42.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeova Ferreira de Morais - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fl.190, bem como para requerer o que for de direito, prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se e intime-se. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: DANIEL ALMEIDA QUEZADO FERNANDES (OAB 20624/CE) - Processo 0268719-73.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Apropriação de Coisa Havida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza - REQUERENTE: Condominio Residencial Bariloche - Vistos. Nos termos do artigo 350 do CPC, intime-se a parte autora através de seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, replicar a contestação. Empós decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para as ulteriores providências. Publique-se. Expediente necessário. Fortaleza (CE), 17 de janeiro de 2022.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0287674-55.2021.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Mútuo - REQUERENTE: Liquigas Distribuidora S/A - Vistos. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e comprovar o recolhimento das custas judiciais prévias, nos termos dos arts. 82 e 290 do vigente Código de Processo Civil e conforme tabela constante na Lei Estadual nº 15.834/2015, que engloba FERMOJU, taxa judiciária, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Ministério Público (Ofício 61/2017), bem como recolher as custas referente ao oficial de justiça, conforme disposição expressa na Portaria nº 13/2016, emanada da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, sob pena de indeferimento. Expedientes necessários

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: LUIZ HENRIQUE CABANELLOS SCHUH (OAB 35858/PR) - Processo 0268651-26.2021.8.06.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ticket Serviços Sa - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral, nos termos do art. 487, I do CPC, no sentido de reconhecer a existência do crédito reclamado na inicial, no valor de R$ 61.602,68 (sessenta e um mil seiscentos e dois reais e sessenta e oito centavos), pertencente à parte autora, TICKET SERVIÇOS S.A.,e devido pelo demandado, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da primeira apresentação à instituição financeira sacada e correção monetária pelo INPC, razão pela qual converto o mandado inicial em mandado executivo, com fundamento no art. 701, § 2º do CPC/2015. Ademais, condeno o promovido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

EXPEDIENTES DA 20ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0094/2022

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE) - Processo 0102335-28.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda - Diante do exposto, homologo, por sentença, a desistência pleiteada, para que surta seus jurídicos efeitos, nos termos do art. 775, NCPC do Código de Processo Civil. Proceda, se for o caso, a retirada do impedimento judicial junto ao RENAJUD. Custas já recolhidas pelo desistente. P. R. I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: FABIO DE MELO MARTINI (OAB 14122/RN), ADV: HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO (OAB 221386/SP), ADV: JULIO CHRISTIAN LAURE (OAB 155277/SP) - Processo 0103927-10.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Minerva S/A - Intime-se a parte exequente, via causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, intime-se pessoalmente a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse, sob pena de ser extinta a execução.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0111644-39.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Em face do decurso de tempo da ultima atualização do débito executado, hei por bem determinar a intimação da parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos planilha atualizada da dívida exequenda, a fim de se analisar o pedido de penhora online de fls. 136/140.

ADV: ISMENIA MARIA SOUSA CAMPELO (OAB 13894/CE), ADV: WYLLERSON MATIAS ALVES DE LIMA (OAB 13975/CE) - Processo 0119620-34.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Magna Engenharia Ltda. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o teor da consulta de fls. 126/128, impulsionando o presente feito.

ADV: CELSO MARCON (OAB 19431/CE) - Processo 0122831-83.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0864979-05.2014.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGADO: Banco Santander (Brasil) S.a. - Ante a apresentação de documentos fiscais que não apontam faturamento da pessoa jurídica (fl. 78/115), defiro a gratuidade judiciária. O art. 919, § 1º, do CPC prevê que os embargos à execução não possuem efeito suspensivo, sendo possível, contudo, sua atribuição de forma excepcional quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes, o que não ocorreu no caso concreto. Assim, recebo os embargos , sem efeito suspensivo. Intime-se a parte embargada, através de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar os embargos, na forma do art. 920, I do CPC. Havendo ou não manifestação, retornem conclusos os autos digitais para avaliar se é caso de designação de audiência ou julgamento de pronto do pedido (art. 920, II do CPC). Publique-se e Intimem-se.

ADV: YASKARA GIRAO DOS SANTOS ARAUJO (OAB 30993/CE), ADV: FRANCISCO CARLOS MELO CUNHA (OAB 34935/CE) - Processo 0146597-29.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0325818-36.2000.8.06.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Procaju Industrial Ltda - EMBARGADO: Sm Factoring Fomento Comercial Ltda - Intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, especificarem motivadamente as provas que pretendem produzir. Em caso de silêncio, o feito será julgado no estado em que se encontra.

ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSE RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: GUSTAVO PASQUALI PARISE (OAB 155574/SP), ADV: WELSON GASPARINI JUINIOR (OAB 116196/SP) - Processo 0150484-89.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Credito, Financiamento e Investimento - Prazo de suspensão exaurido. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias promover a emenda à inicial nos termos da decisão de fls. 79, sob pena de indeferimento de inicial. Exp.Nec.

ADV: BETOVEN RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 5415/CE) - Processo 0171248-92.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0360330-45.2000.8.06.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERIDO: Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda. - Intime-se a parte embargada para, no prazo de 10 dias, se manifestar sobre os embargos de declaração de fls. 96/97. Exp.Nec.

ADV: MARCELO VICTOR DE SOUSA (OAB 23085/CE), ADV: FRANCISCO WELVIO URBANO CAVALCANTE (OAB 14814/CE), ADV: LARA COSTA DE ALMEIDA (OAB 18775/CE) - Processo 0174195-65.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: FIOTEX INDUSTRIAL S/A - Em virtude do princípio da disponibilidade do processo de execução, o exequente pode desistir da ação a qualquer momento, independentemente da aquiescência do executado. Nesse sentido preleciona o art. 775 do NCPC, em seu caput: O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva. Diante do exposto, homologo, por sentença, a desistência pleiteada, para que surta seus jurídicos efeitos, nos termos do art. 775, NCPC do Código de Processo Civil. Custas já recolhidas pelo desistente. P. R. I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RAFAEL ARAGAO BARBOSA (OAB 20456/CE) - Processo 0203596-41.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl. 156 e 159, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias. Ademais, expeça-se ofício a CEMAN determinando a devolução do mandado expedido no dia 06/10/2021, acostado em fl. 154, devidamente cumprido, com urgência.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0203854-56.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL I e outro - Intime-se a exequente para dizer se há nova cessão de créditos, no prazo de 5 (cinco) dias, considerando o teor da petição de fls. 169.

ADV: ALICE MARIA PINTO SOARES (OAB 10287/CE) - Processo 0203904-33.2022.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito Mútuo dos Policiais Federais e Servidores da União No Ceará Sicoob - Vistos, etc. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais e diligenciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários.

ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE) - Processo 0210865-24.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0278541-24.2000.8.06.0001) - Embargos à Execução - Contratos Bancários - EMBARGANTE: Airton Gurgel Barreto - Vistos, etc. Intime-se o exequente para recolher as custas referentes ao valor da causa informado na petição inicial, qual seja, R$ 22.434,33, sob pena de cancelamento da distribuição. Esclareço que, caso a parte tenha interesse na restituição de custas pagas indevidamente / em duplicidade / em excesso, deverá acessar o site https://www.tjce.jus.br/fermoju/restituicao-de-despesas-processuais/ onde constam todas as orientações. Expedientes necessários.

ADV: RAFAELA ALVES BEZERRA (OAB 28860/CE) - Processo 0232906-82.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0231465-03.2020.8.06.0001) - Embargos à Execução - Defeito, nulidade ou anulação - EMBARGANTE: Diego Gomes Rodrigues e outro - Cumpra-se o despacho de fl. 45 na parte que determina a intimação dos embargantes para retificar o valor da causa, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.

ADV: HEBERT ASSIS DOS REIS (OAB 17614/CE) - Processo 0246551-14.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Abelardo Pompeu - Em virtude do princípio da disponibilidade do processo de execução, o exequente pode desistir da ação a qualquer momento, independentemente da aquiescência do executado. Nesse sentido preleciona o art. 775 do NCPC, em seu caput: O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva. Diante do exposto, homologo, por sentença, a desistência pleiteada, para que surta seus jurídicos efeitos, nos termos do art. 775, NCPC do Código de Processo Civil. Custas já recolhidas pelo desistente. P. R. I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: MURILO DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 39394A/CE) - Processo 0259436-26.2021.8.06.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Viverde Condomínio Clube - Conforme preleciona o art. 924, II, do NCPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. A existência de litígio é conditio sine qua non do processo. Portanto, tendo o exequente declarado sua satisfação com o crédito, pôs-se fim ao litígio objeto desta lide. Dessa forma, por não mais subsistir interesse no prosseguimento da execução por parte do exequente, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, II, do NCPC. Eventuais custas adicionais, se existentes, pela executada. P.R.I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: LUANA CAVALCANTI LYRA (OAB 37166/CE) - Processo 0260995-18.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condominio La Paz - Diante das razões expostas, indefiro o pedido de gratuidade da justiça e ordeno a intimação da parte autora, através de seu Advogado (via DJE), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena do cancelamento da distribuição do feito, na conformidade do que preceitua o art. 290 do Código de Processo Civil. Efetuado o pagamento das custas dentro do prazo assinalado, retornem os autos conclusos.

ADV: GUSTAVO TEPEDINO (OAB 41245/RJ), ADV: MILENA DONATO OLIVA (OAB 137546/RJ), ADV: RENAN SOARES CORTAZIO (OAB 220226/RJ) - Processo 0423517-27.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o teor das consultas de fls. 883/890 e fls. 892/1674, impulsionando o presente feito.

ADV: ANA MARTA GOMES DE MELO (OAB 36506/CE) - Processo 0494751-69.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Brasil Lar Industria e Comercio de Moveis Ltda - Intime-se o credor para juntar aos autos, no prazo de 30 dias, cópia atualizada da matrícula do imóvel que pretende recair a penhora.

ADV: LUIZ RONALDO PEREIRA RIBEIRO (OAB 6109/CE), ADV: ANDRE MOTA FERNANDES VIEIRA (OAB 10042/CE) - Processo 0584224-66.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Industrial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a - Dado o lapso temporal decorrido desde a última movimentação processual, intime-se a parte exequente, via causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, intime-se pessoalmente a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse, sob pena de ser extinta a execução.

ADV: ANTONIO PRUDENTE DE ALMEIDA NETO (OAB 23546/CE) - Processo 0854712-71.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Adjudicação Compulsória - EXECUTADA: adriana da silva romero barros - Intime-se o credor para esclarecer o quantum apurado na planilha de cálculo de fl. 476/477, no prazo de 15 dias, tendo em vista que a sentença dos embargos à execução, mantida pelo TJCE, condenou o embargante ao pagamento de honorários de sucumbência na quantia de 10% sobre o valor da causa.

ADV: GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JUNIOR (OAB 17561/CE) - Processo 0877341-39.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Agência e Distribuição - EXEQUENTE: Paragas Distribuidora Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o retorno da Carta Precatória, vide fls. 123/127.

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0095/2022

ADV: OSIRIS ANTINOLFI FILHO (OAB 22189/RS), ADV: ANA LÚCIA ANTINOLFI (OAB 25812/RS), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE), ADV: CLAYTON MOLLER (OAB 21483/RS), ADV: CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE), ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE) - Processo 0202309-14.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Conforme preleciona o art. 924, IV, do NCPC, Extingue-se a execução quando () o exequente renunciar ao crédito. Não persistindo, portanto, crédito a ser executado, por ocasião da renúncia, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, IV, do NCPC. Eventuais custas adicionais, se existentes, pelo exequente. P.R.I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: HENRIQUE DE PAULA MACHADO (OAB 19864A/CE), ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE), ADV: CLAYTON MOLLER (OAB 21483/RS), ADV: OSIRIS ANTINOLFI FILHO (OAB 22189/RS), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: ANA LÚCIA ANTINOLFI (OAB 25812/RS) - Processo 0542656-50.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A e outro - Conforme preleciona o art. 924, IV, do NCPC, Extingue-se a execução quando () o exequente renunciar ao crédito. Não persistindo, portanto, crédito a ser executado, por ocasião da renúncia, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, IV, do NCPC. Eventuais custas adicionais, se existentes, pelo exequente. P.R.I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0096/2022

ADV: FLAVIO HENRIQUE PONTES PIMENTEL (OAB 18523/CE) - Processo 0055935-39.2007.8.06.0001 - Execução - Cheque - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Processo paralisado há mais de 01(um) ano. Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para impulsionar o feito no prazo de cinco (05) dias. Após o decurso de prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente a exequente, para impulsionar a lide em seus ulteriores atos, pelo prazo (05 dias), sob pena de extinção ,mediante aplicação subsidiária e análoga do art. 485, III, e §1º c/c 924, V, do vigente CPC.

ADV: JOÃO BANDEIRA FEITOSA (OAB 38016/CE) - Processo 0169234-76.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Examinando os autos, verifico que o exequente requer a citação por edital da parte executada, tendo em vista terem se esgotado os meios para localização do endereço da devedora. Dito isto, por entender legítima, nessa fase processual, a adoção do expediente editalício, DEFIRO o pedido de citação por edital, devendo a Secretaria proceder com a expedição do correspondente edital de citação em nome do executado, fixando-se o prazo de 20 (vinte) dias, fluindo este da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (art. 257, III, CPC),com a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Intime-se a parte Exequente para promover

com o recolhimento das custas de publicação do Edital.

ADV: CLAYTON MOLLER (OAB 21483/RS), ADV: OSIRIS ANTINOLFI FILHO (OAB 22189/RS), ADV: ANA LÚCIA ANTINOLFI (OAB 25812/RS) - Processo 0172625-05.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - O exequente requer a suspensão e arquivamento provisório do feito nos termos do art. 921, III, CPC. Contudo, atenta ao disposto no artigo 921 do CPC, verifico não haver previsão para a suspensão da execução antes de se efetivar a citação da parte executada. Por certo, não se esgotaram os meios legais para localização do endereço do executado, não sendo caso ainda, de suspensão e arquivamento provisório. Ademais, conforme previsão do Art. 239 do CPC, Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Não tendo sido efetivada a citação, não pode o mesmo ser suspenso ou arquivado provisoriamente, posto sequer ter validade conferida. Anote-se que o art. 40 da Lei 6.830/80 somente se aplica às execuções fiscais, devendo as execuções de título extrajudicial atender ao rito disciplinado no NCPC. Dito isto, indefiro o pedido e determino a intimação da parte exequente para primeiramente promover a citação da parte executada. Expedientes Necessários.

ADV: CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ (OAB 26501/CE), ADV: TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA (OAB 30766/CE) - Processo 0179711-61.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para impulsionar o feito no prazo de cinco (05) dias, promovendo o recolhimento das custas diligenciais a fim de promover a citação da parte executada. Após o decurso de prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente a exequente, para impulsionar a lide em seus ulteriores atos, pelo prazo (05 dias), sob pena de extinção ,mediante aplicação subsidiária e análoga do art. 485, III, e §1º c/c 924, V, do vigente CPC.

ADV: ALINNE BARRETO MENEZES COUTINHO (OAB 14847/CE) - Processo 0201010-84.2022.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - REQUERENTE: Município de Aquiraz - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LUCAS MILITAO DE SA (OAB 18144/CE) - Processo 0242958-40.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Reserva Passaré Condomínio Park - Conforme preleciona o art. 924, II, do NCPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. A existência de litígio é conditio sine qua non do processo. Portanto, tendo o exequente declarado sua satisfação com o crédito, pôs-se fim ao litígio objeto desta lide. Dessa forma, por não mais subsistir interesse no prosseguimento da execução por parte do exequente, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, II, do NCPC. Eventuais custas adicionais, se existentes, pela executada. P.R.I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0097/2022

Processo 0131451-79.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Fabrizio Candido Fernandes - Diante do exposto, com a aplicação subsidiária do art. 485, IV, do NCPC, extingo a presente ação de execução, por ausência de pressupostos processuais. Custas pelo exequente, se houver. P.R.I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO (OAB 15096/CE) - Processo 0507531-55.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Sobre o retorno da Carta Precatória de fls. 227/245, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SUMAIA ANDREA SANCHO DE CARVALHO ROCHA (OAB 10497/CE), ADV: GERMANA VASCONCELOS DE ALCANTARA (OAB 14966/CE), ADV: CAROLINE BRASIL DE CARVALHO ROCHA (OAB 21810/CE) - Processo 0680140-30.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto Educacional Santa Maria Ltda (colegio Christus) - Intime-se a parte exequente, via causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, intime-se pessoalmente a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse, sob pena de ser extinta a execução.

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0098/2022

Processo 0131451-79.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Fabrizio Candido Fernandes - Diante do exposto, com a aplicação subsidiária do art. 485, IV, do NCPC, extingo a presente ação de execução, por ausência de pressupostos processuais. Custas pelo exequente, se houver. P.R.I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO (OAB 15096/CE) - Processo 0507531-55.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Sobre o retorno da Carta Precatória de fls. 227/245, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SUMAIA ANDREA SANCHO DE CARVALHO ROCHA (OAB 10497/CE), ADV: GERMANA VASCONCELOS DE ALCANTARA (OAB 14966/CE), ADV: CAROLINE BRASIL DE CARVALHO ROCHA (OAB 21810/CE) - Processo 0680140-30.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto Educacional Santa Maria Ltda (colegio Christus) - Intime-se a parte exequente, via causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, intime-se pessoalmente a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse, sob pena de ser extinta a execução.

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0099/2022

ADV: RAFAELLE BARROS DA SILVA (OAB 6388/SE) - Processo 0003816-67.2008.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Elo Factoring Comercial Ltda. - Processo analisado pelo grupo de descongestionamento criado pela CGJ/CE através da Portaria n° 1337/2021 da Presidência do TJCE. Perscrutando os autos, verifica-se que a tentativa de citação dos devedores foi frustrada (fls. 284, 281 e 267). Logo, antes de eventual penhora, é imprescindível que os devedores sejam citados para integrar o polo passivo desta execução. Desse modo, indefiro o pedido de fls. 371/372 e determino que o exequente diligencie na obtenção do endereço atualizado dos executados.

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0163317-81.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: IRESOLVE COMPAHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINACEIROS S/A - Processo analisado pelo grupo de descongestionamento criado pela CGJ/CE através da Portaria n° 1337/2021 da Presidência do TJCE. Examinando os autos, verifico que o exequente requer o arresto on line das contas bancárias em nome do executado, a fim de que estas se tornem indisponíveis até o montante atualizado desta execução. Ocorre que, desde a formulação do pedido anterior, indeferido à fl. 68, o exequente não promoveu nenhuma diligência no escopo de localizar o endereço atualizado do (s) devedor (es), não tendo havido alteração do cenário fático avaliado por ocasião da decisão de fl. 68. Não é demais repetir que o arresto (ou pré-penhora) visa garantir a preferência do exequente e, consequentemente, garantir a própria execução, evitando que o devedor ponha fim aos bens ou valores constritos até que arque com os ônus de seu débito ou até decisão posterior do Juízo. Desta forma, apreende-se os bens do executado enquanto a sua ausência impedir a citação (ARAKEN DE ASSIS. Manual da Execução. 19 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 953). Dito isto, indefiro, neste momento, o pedido de arresto executivo e determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar novo endereço para citação do executado ou requerer o que entender de direito. Expedientes necessários. Publique-se e Intimem-se.

ADV: HISMAEL MENDES BARROS (OAB 20988/CE), ADV: ENISIO CORDEIRO GURGEL (OAB 2656/CE), ADV: VALMIR PONTES FILHO (OAB 2310/CE), ADV: MARCELO MEMORIA DE ARAUJO (OAB 14407/CE), ADV: TIAGO BATISTA REBOUCAS (OAB 14477/CE) - Processo 0356992-63.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Localiza Rent A Car S/A - EXEQUIDO: Coeba Turismo Ltda - Ante o exposto, CONHEÇO dos embargos de declaração para DAR-LHES PROVIMENTO a fim de acrescer à sentença de fl. 491 a condenação da exequente no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência que fixo no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0100/2022

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 206339/SP), ADV: MARCIO SANTANA BATISTA (OAB 257034/SP) - Processo 0106950-32.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl. 118, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAMILA RODRIGUES TEIXEIRA MOTA (OAB 26961/CE) - Processo 0108462-16.2017.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Leilivany Paula de Souza Alves - Intime-se a parte Exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao recolhimento das custas da(s) cartas pelos correios, nos moldes das Leis Estaduais n° 16/132/2016, item IX da Tabela III no Anexo Único, emanada do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

ADV: UBALDO MACHADO FEITOSA (OAB 29547/CE) - Processo 0123483-61.2019.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Mapfre Seguros Gerais S/A - REQUERIDA: Maria Luzia Sousa de Melo - Diante do exposto, homologo por sentença, a transação celebrada entre as partes (fls.191/193), nos exatos termos pactuados, para que surtam seus lídimos efeitos jurídicos e legais, o que faço com arrimo no art. 487, III, “b”, c/c 924, II, do Código de Processo Civil. Proceda, se for o caso, a retirada do impedimento judicial junto ao RENAJUD. Honorários advocatícios na forma acordada. Dispensa de custas remanescentes. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: LILIAN LUSITANO CYSNE (OAB 6459/CE) - Processo 0149356-63.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0161968-67.2018.8.06.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGADO: Sp Industria e Distribuidora de Petroleo Ltda. - Vistos, etc. Com base no que dispõe o art. 10, do CPC, intime-se o embargado para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a petição de fls. 493/501 e documentos correlatos, sob pena de extinção. Expedientes Necessários.

ADV: ANTONIO PRUDENTE DE ALMEIDA NETO (OAB 23546/CE) - Processo 0153695-07.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Paulo Henrique Araujo Silveira - Dado o lapso temporal decorrido desde a última movimentação processual, intime-se a parte exequente, via causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, intime-se pessoalmente a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse, sob pena de ser extinta a execução.

ADV: LILIAN LUSITANO CYSNE (OAB 6459/CE) - Processo 0161968-67.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Sp Industria e Comercio de Petróleo Ltda - Vistos, etc. Com base no que dispõe o art. 10, do CPC, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a petição de fls. 422/430 e documentos correlatos, sob pena de extinção. Expedientes Necessários.

ADV: MARCELO REBOUCAS DE OLIVEIRA (OAB 11666/CE) - Processo 0172991-10.2018.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Osasuna Participações Ltda - Intime-se a parte exequente, via causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, intime-se pessoalmente a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse, sob pena de ser extinta a execução.

ADV: ROBERTA DE OLIVEIRA BRITO (OAB 44380/DF) - Processo 0203563-07.2022.8.06.0001 - Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex - Vistos, etc. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais, bem como recolher as custas referentes à expedição de Carta Precatória, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários.

ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 37928/CE) - Processo 0220116-03.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Bella Trindade Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda - Compulsando os autos, verifico que as custas de expedição de Carta Precatória não foram recolhidas. Por esta razão, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o comprovante do recolhimento das custas de expedição de Carta Precatória (item VII da Tabela I de Custas Processuais do TJ-CE).

ADV: SÂNEVA THAYANA DE OLIVEIRA GOES (OAB 28496/CE), ADV: ANA ISADORA FERREIRA DE ARAUJO (OAB 41451/

CE), ADV: WELLINGTON LUIZ SAMPAIO DE HOLANDA FILHO (OAB 25274/CE), ADV: PRISCILLA OLIVEIRA DA SILVEIRA (OAB 25359/CE) - Processo 0227757-42.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Edifício Beach Class Fortaleza - Sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl. 75, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MURILO DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 39394A/CE) - Processo 0251658-39.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Condomínio Conjunto Residencial Lourdes Lacerda Reis - Sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls. 81 e 84, manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS TEIXEIRA NOGUEIRA (OAB 36704/CE), ADV: FÁBIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 34883/CE), ADV: INÊS ROSA FROTA MELO (OAB 33390/CE) - Processo 0270804-66.2020.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residence Tour Van Piaget - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, juntar aos autos comprovante de pagamento de custas de expedição de carta precatória, visto que o endereço para citação fornecido na petição inicial é na Comarca de Manaus/AM. Expedientes necessários.

ADV: AMANDA DALIANE MACIEL DE BRITO (OAB 20176/PB) - Processo 0280332-90.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Oliver Park - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, para apresentar documentos que comprovem sua hipossuficiência, (balancetes, declarações de imposto de renda, etc) ou que comprove o recolhimento das custas processuais; sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 924, I, CPC), com o consequente cancelamento da distribuição (artigo 290 do CPC/15). Exp. Nec.

ADV: FELIPE MELO DE CARVALHO ROCHA (OAB 13241/CE) - Processo 0280853-35.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Ctec Centro de Treinamento Empresarial Christus Ltda - Vistos, etc. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais, bem como o recolhimento de custas para expedição de Carta Precatória para citação do executado, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0281764-47.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Vistos, etc. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais e diligenciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários.

ADV: SYLVIO FERNANDO DIOGO DE SAMPAIO (OAB 5052/CE) - Processo 0282504-05.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0122370-24.2009.8.06.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Embargos de Terceiro - EMBARGANTE: Sylvio Fernando Diogo de Sampaio - Vistos, etc. Intime-se o embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial para: atribuir um valor à causa; acostar aos autos documentos de identificação, comprovante de residência, procuração assinada; bem como acostar documentos que comprovem a alegada hipossuficiência, como contracheque, extratos bancários, declaração de imposto de renda, etc., tudo sob pena de indeferimento da petição inicial e o cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários.

ADV: ALESSANDRO PEREIRA GAMA (OAB 20844/CE), ADV: RODRIGO CAVALCANTE DIAS (OAB 16555/CE) - Processo 0283541-67.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0120345-86.2019.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Rodrigo Cavalcante Dias - Vistos, etc. Intime-se o embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial para acostar aos autos documentos que comprovem sua hipossuficiência, como extratos bancários, declaração de imposto de renda, etc., sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes Necessários.

ADV: LUIZ EDUARDO FERREIRA (OAB 30882/CE) - Processo 0284121-97.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0253754-90.2021.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Sheila Mirelly Gonçalves Arrais - Vistos, etc. Intime-se o embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial para acostar aos autos documentos que comprovem sua hipossuficiência, como extratos bancários, declaração de imposto de renda, etc., sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes Necessários.

ADV: RILKER RAINER PEREIRA BOTELHO (OAB 63364/DF) - Processo 0284967-17.2021.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - ARROLANTE: Ng3fortaleza Consultoria e Assessoria Ltda - Vistos, etc. Analisando os autos, verifico que o título que subsidia a execução, qual seja, um contrato de prestação de serviços de fls. 40/41, está assinado apenas pela parte executada. Dessa forma, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente o contrato, nos termos do art. 784, III, do CPC ou requeira o que entender de direito, sob pena de indeferimento da petição inicial e o cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários.

EXPEDIENTES DA 21ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: FRANCISCO BARRETO SARAIVA (OAB 34870/CE) - Processo 0101829-86.2017.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Especial (Constitucional) - REQUERENTE: Anésio Fernandes Gomes Filho e outro - Considerando o teor da Portaria n.o 07/2022, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 07 de janeiro de 2022, a qual “Prorroga a suspensão das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, isto em decorrência da pandemia relacionada com a COVID-19, autorizando retomada paulatina das atividades que identifica e dá outras providências”, as audiências deverão ser realizadas preferencialmente de forma híbrida, com a presença física nas dependências do Poder Judiciário apenas dos magistrados e servidores envolvidos e daquelas pessoas que participarão diretamente do ato. Ante à determinação expressa na Portaria supra e face ao princípio da cooperação (artigo 6o do CPC), intimem-se as partes, nas pessoas de seus respectivos advogados, para que se manifestem sobre a forma de realização da audiência, inclusive, quanto à sua disponibilidade dos equipamentos necessários à realização do ato (computadores e/ou aparelhos celulares dotados de câmera e microfone, além de conexão à internet suficientemente compatível), e, havendo a necessidade de comparecimento pessoal, requeiram e comprovem a indispensabilidade da participação e a impossibilidade de que a mesma ocorra por outra via que não a presencial, informando os dados da parte e/ou da testemunha para fins de agendamento e adoção das medidas preventivas que assegurem o distanciamento social e a preservação do risco de contágio. Oportuno frisar que, para acesso às dependências dos prédios do Poder Judiciário cearense, é necessário observar as seguintes exigências constantes de referida Portaria: I Uso obrigatório de máscara de proteção facial; II Apresentar certificado de vacinação emitido pelo aplicativo Conecte-SUS, do Ministério da Saúde, comprovando realização do ciclo completo de vacinação (duas doses, pelo menos, ou dose única, no caso do imunizante da fabricante Janssen/Johnson Johnson); III Alternativamente, para as pessoas não vacinadas, apresentar teste RT-PCR ou teste antígeno negativo para COVID-19, realizados nas 72 horas imediatamente anteriores; IV

Manter distanciamento social. Intimem-se ainda para que informem meios de contato telefônico e/ou endereços eletrônicos atualizados para fins de cadastramento por esta Unidade Judiciária, com o fim de terem acesso no dia e na hora a serem designados para a realização do ato, sob pena de serem considerados válidos os endereços e contatos constantes dos autos e o não comparecimento ser considerado como ausência injustificada, bem como para que, tendo pugnado pela produção de prova testemunhal, apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não o tenham feito, rol de testemunhas, sendo no máximo 03 (três) para a prova de cada fato, devendo cada rol conter o nome, a profissão, o estado civil, o número de inscrição no CPF e o número de registro de identidade, além do endereço completo da residência e do local de trabalho de cada testemunha, tudo de acordo com os arts. 357, §§4º e 6º e 450 do CPC, devendo constar, igualmente, os meios de contato telefônico e/ou endereços eletrônicos atualizados, também para viabilizar o acesso no dia e na hora a serem designados, sob pena de restar caracterizada a desistência da inquirição da testemunha. A audiência será realizada pela plataforma Microsoft Teams, na qual a Unidade Judiciária irá proceder ao agendamento e os participantes receberão um link nos e-mails que deverão obrigatoriamente ser informados, não sendo necessário baixar o programa, bastando apenas acessar o link de um computador ou aparelho celular para ingressar na sala de audiência virtual. A intimação das partes e/ou das testemunhas para comparecimento ao ato deverá obedecer a forma dos arts. 385, §1º e 455, considerando-se válida a intimação dirigida ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao Juízo, na forma do art. 274, Parágrafo Único, todos do vigente CPC. Registro, por fim, que, se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, ser-lhe-á aplicada a pena respectiva (CPC, art. 385, §1º). Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: BALTAZAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 20829/CE), ADV: DANIEL COLARES LIMA (OAB 33141/CE) - Processo 0140809-05.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Idhata Instituto de Pesquisa e Inteligência de Marketing Ltda Me e outro - REQUERIDO: Jose Claudio Falcao Nobre - DESIGNO audiência para o dia 29/06/2022 às 14:00h, a ser perfectibilizada por intermédio de videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams, oportunidade na qual será(ão) colhido(s) o(s) depoimento(s) da(s) testemunha(s) arrolada(s) à(s) pg(s) 155 à 157. Todavia, considerando o teor da Portaria n.o 07/2022, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 07 de janeiro de 2022, a qual "Prorroga a suspensão das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, isto em decorrência da pandemia relacionada com a COVID-19, autorizando retomada paulatina das atividades que identifica e dá outras providências", as audiências deverão ser realizadas preferencialmente de forma híbrida, com a presença física nas dependências do Poder Judiciário apenas dos magistrados e servidores envolvidos e daquelas pessoas que participarão diretamente do ato. Desse modo, intimem-se as partes para que, havendo a necessidade de comparecimento pessoal, requeiram e comprovem, no prazo de 5 (cinco) dias, a indispensabilidade da participação e a impossibilidade de que a mesma ocorra por outra via que não a presencial, informando os dados da parte e/ou testemunha para fins de agendamento e adoção das medidas preventivas que assegurem o distanciamento social e a preservação do risco de contágio. Oportuno frisar que, para acesso às dependências dos prédios do Poder Judiciário cearense, é necessário observar as seguintes exigências constantes de referida Portaria: I Uso obrigatório de máscara de proteção facial; II Apresentar certificado de vacinação emitido pelo aplicativo Conecte-SUS, do Ministério da Saúde, comprovando realização do ciclo completo de vacinação (duas doses, pelo menos, ou dose única, no caso do imunizante da fabricante Janssen/Johnson Johnson); III Alternativamente, para as pessoas não vacinadas, apresentar teste RT-PCR ou teste antígeno negativo para COVID-19, realizados nas 72 horas imediatamente anteriores; IV Manter distanciamento social. Ao Gabinete, para proceder ao agendamento, encaminhando os links ao(s) e-mail(s) indicado(s), para acesso na data aprazada, ressaltando que não é necessário fazer o download do programa, bastando acessar o link de um computador ou mesmo de um aparelho celular para entrar na sala de audiência virtual. A intimação das partes e/ou das testemunhas obedecerá ao disposto nos arts. 385, §1º e 455, considerando-se válidas as intimações dirigidas aos endereços constantes dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelos interessados, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao Juízo, na forma do art. 274, Parágrafo Único, todos do vigente CPC. Registro, por fim, que, se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, ser-lhe-á aplicada a pena respectiva (CPC, art. 385, §1º). Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 20 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juiz de Direito

ADV: THIAGO NOGUEIRA MELO (OAB 24610/CE), ADV: GILBERTO RAIMUNDO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA (OAB 22772/BA), ADV: MARCEL TORRES DA SILVA (OAB 45741/BA) - Processo 0179785-13.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Davi Calixto Bastos - REQUERIDO: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES S/A - Considerando o teor da Portaria no. 07/2022, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 07 de janeiro de 2021, a qual "Prorroga a suspensão das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, isto em decorrência da pandemia relacionada com a COVID-19, autorizando retomada paulatina das atividades que identifica e dá outras providências", as audiências deverão ser realizadas preferencialmente de forma híbrida, com a presença física nas dependências do Poder Judiciário apenas dos magistrados e servidores envolvidos e daquelas pessoas que participarão diretamente do ato. Ante à determinação expressa na Portaria supra e face ao princípio da cooperação (artigo 6o do CPC), intimem-se as partes, nas pessoas de seus respectivos advogados, para que se manifestem sobre a forma de realização da audiência, inclusive, quanto à sua disponibilidade dos equipamentos necessários à realização do ato (computadores e/ou aparelhos celulares dotados de câmera e microfone, além de conexão à internet suficientemente compatível), e, havendo a necessidade de comparecimento pessoal, requeiram e comprovem a indispensabilidade da participação e a impossibilidade de que a mesma ocorra por outra via que não a presencial, informando os dados da parte e/ou da testemunha para fins de agendamento e adoção das medidas preventivas que assegurem o distanciamento social e a preservação do risco de contágio. Oportuno frisar que, para acesso às dependências dos prédios do Poder Judiciário cearense, é necessário observar as seguintes exigências constantes de referida Portaria: I Uso obrigatório de máscara de proteção facial; II Apresentar certificado de vacinação emitido pelo aplicativo Conecte-SUS, do Ministério da Saúde, comprovando realização do ciclo completo de vacinação (duas doses, pelo menos, ou dose única, no caso do imunizante da fabricante Janssen/Johnson Johnson); III Alternativamente, para as pessoas não vacinadas, apresentar teste RT-PCR ou teste antígeno negativo para COVID-19, realizados nas 72 horas imediatamente anteriores; IV Manter distanciamento social. Intimem-se ainda para que informem meios de contato telefônico e/ou endereços eletrônicos atualizados para fins de cadastramento por esta Unidade Judiciária, com o fim de terem acesso no dia e na hora a serem designados para a realização do ato, sob pena de serem considerados válidos os endereços e contatos constantes dos autos e o não comparecimento ser considerado como ausência injustificada, bem como para que, tendo pugnado pela produção de prova testemunhal, apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não o tenham feito, rol de testemunhas, sendo no máximo 03 (três) para a prova de cada fato, devendo cada rol conter o nome, a profissão, o estado civil, o número de inscrição no CPF e o número de registro de identidade, além do endereço completo da residência e do local de trabalho de cada testemunha, tudo de acordo com os arts. 357, §§4º e 6º e 450 do CPC,

devendo constar, igualmente, os meios de contato telefônico e/ou endereços eletrônicos atualizados, também para viabilizar o acesso no dia e na hora a serem designados, sob pena de restar caracterizada a desistência da inquirição da testemunha. A audiência será realizada pela plataforma Microsoft Teams, na qual a Unidade Judiciária irá proceder ao agendamento e os participantes receberão um link nos e-mails que deverão obrigatoriamente ser informados, não sendo necessário baixar o programa, bastando apenas acessar o link de um computador ou aparelho celular para ingressar na sala de audiência virtual. A intimação das partes e/ou das testemunhas para comparecimento ao ato deverá obedecer a forma dos arts. 385, §1º e 455, considerando-se válida a intimação dirigida ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao Juízo, na forma do art. 274, Parágrafo Único, todos do vigente CPC. Registro, por fim, que, se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, ser-lhe-á aplicada a pena respectiva (CPC, art. 385, §1º). Ciência ao MP. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: ALINE SOUSA LUCENA BEZERRA (OAB 36707/CE), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 33640/CE), ADV: ANA TICIANA DA SILVA PEREIRA (OAB 26250/CE), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 33640A/CE) - Processo 0199253-60.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helton Bruno Santos Pinheiro - REQUERIDO: Pagseguro Internet S/A - Diante do exposto, considerando os elementos do processo e as provas produzidas nos autos, atento ao disposto nos arts. 186 e 927, do Código Civil, aos arts. 6º, VI e 14, do Código de Defesa do Consumidor e nos entendimentos jurisprudenciais acima indicados, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Assim sendo, extingo o feito com resolução do mérito, a teor do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, o que fixo com base nos art. 85, § 2º da norma adjetiva civil, sobre a qual incindirá correção monetária pelo INPC/IBGE e juros simples de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado desta decisão.

ADV: MARIA TEREZA MESQUITA MELO (OAB 22781/CE) - Processo 0201056-73.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gleiber de Sousa Galvão - Defiro a postulada gratuidade judiciária, de forma integral, em relação a todos os atos do processo, o que faço com arrimo nos documentos de pgs. 37/38 e considerando a inexistência de elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade (CPC, art. 99, §2º). Recebo a presente ação, haja vista que, ao menos, aparentemente, estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Em face do artigo 334, caput, do CPC, remetam-se os presentes autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua (CEJUSC) para a designação de data razoável para a realização de sessão de conciliação, observado o disposto na Portaria Conjunta nº. 01/2020, de 08 de abril de 2020, com as alterações a ela introduzidas pela Portaria Conjunta nº. 02/2020, de 16 de junho de 2020, ambas da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua e da CEJUSC/FCB, a qual somente será cancelada mediante a recusa expressa de todas as partes, através da apresentação de petição com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da data da audiência (CPC, art. 334, §§ 4º, I, e 5º), cientes de que o não comparecimento injustificado à solenidade acima é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça, a ser sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Ceará (CPC, art. 334, § 8º). Ficam ainda as partes cientes de que deverão estar acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos, podendo ainda fazerem-se representar por preposto ou representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, §§ 9º e 10); de que o prazo para apresentação da contestação, querendo, é de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição, nos termos dos artigos 335, I e 219, ambos do CPC, e; de que a não apresentação de contestação no prazo legal será considerado como revelia, caso em que presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na inicial (CPC, art. 344). Cite-se. Intimem-se, observando a Secretaria Judiciária (SEJUD 1º Grau) que o(a) autor(a) será cientificado(a) do ato audiencial na pessoa de seu(ua) advogado(a) (art. 334, §3º, do CPC) e que o(a) ré(u) deverá ser citado(a) da ação para comparecer à audiência de conciliação através de Carta, com Aviso de Recebimento na modalidade “Mão Própria”, com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência. Sem custas, face à gratuidade judiciária concedida. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: RAFAEL HALLYSON DA MOTA LOPES (OAB 36237/CE) - Processo 0230537-18.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marcos Paulo da Silva - Não havendo questões processuais pendentes que possam acarretar a extinção prematura do processo, passo ao saneamento, na forma do art. 357 do Código de Processo Civil, fixando como ponto controvertido a sanidade/debilidade física da parte autora para o exercício de atividade laboral, aplicando-se ao caso o disposto no art. 373, I, do Código de Ritos. Tratando-se, como efetivamente se trata, de ação acidentária, determino a realização de perícia médica, a qual é imprescindível para a solução da lide. Contudo, de acordo com a Portaria nº. 2026/2021, de 10 de dezembro de 2021, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, as perícias serão realizadas em regime de mutirão junto ao Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da Universidade Federal do Ceará (NPDM-UFC), conforme o Termo de Cooperação Técnica nº. 06/2018, firmado entre o TJCE e aquele Órgão. Dessa forma, inclua-se o presente feito em mutirão de perícias do INSS, em data a ser definida pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Adoto os quesitos contidos no anexo da Recomendação Conjunta/CMJ/AGU/MPTE nº 1/2016. Intimem-se os litigantes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem assistentes técnicos e apresentem os quesitos a serem respondidos pelo louvado judicial. Intimação via DJ-e à parte autora e pessoalmente ao INSS, via portal eletrônico ou, em caso de impossibilidade, através de Oficial de Justiça. Sem custas. Justiça gratuita. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0266117-12.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Custas recolhidas às pgs. 86/87. Recebo a presente ação, haja vista que, ao menos, aparentemente, estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Em face do artigo 334, caput, do CPC, remetam-se os presentes autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua (CEJUSC) para a designação de data razoável para a realização de sessão de conciliação, observado o disposto na Portaria Conjunta nº. 01/2020, de 08 de abril de 2020, com as alterações a ela introduzidas pela Portaria Conjunta nº. 02/2020, de 16 de junho de 2020, ambas da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua e da CEJUSC/FCB, a qual somente será cancelada mediante a recusa expressa de todas as partes, através da apresentação de petição com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da data da audiência (CPC, art. 334, §§ 4º, I, e 5º), cientes de que o não comparecimento injustificado à solenidade acima é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça, a ser sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Ceará (CPC, art. 334, § 8º). Ficam ainda as partes cientes de que deverão estar acompanhadas de

seus Advogados ou Defensores Públicos, podendo ainda fazerem-se representar por preposto ou representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, §§ 9º e 10); de que o prazo para apresentação da contestação, querendo, é de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição, nos termos dos artigos 335, I e 219, ambos do CPC, e; de que a não apresentação de contestação no prazo legal será considerado como revelia, caso em que presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na inicial (CPC, art. 344). Cite-se. Intimem-se, observando a Secretaria Judiciária (SEJUD 1º Grau) que o(a) autor(a) será cientificado(a) do ato audiencial na pessoa de seu(ua) advogado(a) (art. 334, §3º, do CPC) e que o(a) ré(u) deverá ser citado(a) da ação para comparecer à audiência de conciliação através de Carta, com Aviso de Recebimento na modalidade "Mão Própria", com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência. Referido expediente, no entanto, resta condicionado ao recolhimento das custas de Traslado Serviços de comunicação, conforme o valor estabelecido no item VIII da Tabela III de custas processuais do Tribunal de Justiça do Ceará, composta pela Lei n.º 16.132/2016. Intime-se, assim, a parte autora, via DJ-e, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para comprovar nos autos o pagamento das custas respectivas, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: HÉRICK PAVIN (OAB 39291/PR), ADV: CAROLINA MELO GUILHERME (OAB 27437/CE), ADV: JUAN PABLO COLERA VIDAL (OAB 26718/CE) - Processo 0267328-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ana Vanessa Silva Paiva - REQUERIDO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Vistos, ANA VANESSA SILVA PAIVA ajuíza AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA contra AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, ambos devidamente qualificados nos autos. Examinando as preliminares arquidas pela ré em sede de defesa, a primeira das quais, alusiva à inépcia da petição inicial, entendo perfeitamente possível estabelecer a ligação entre os fatos ali narrados e os pedidos da parte promovente, viabilizando, inclusive, a elaboração da defesa por parte da demandada, de modo que se encontram plenamente atendidos os requisitos estabelecidos na legislação processual. Quanto ao pedido de denunciação à lide, convém referir que a presente demanda tem como fundamento relação de consumo existente entre os litigantes, uma vez que as partes se enquadram nos conceitos de consumidor e de fornecedor, nos estritos termos da legislação consumerista, pelo que deve a lide ser regida pelas normas e regras do Código de Defesa do Consumidor, a teor dos arts. 2º e 3º do referido diploma legal, verbis: Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo. Art. 3°. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. §2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista. Dito isso, abro um parêntese para consignar que o CDC, em seu art. 88, veda a denunciação da lide e, com ela, a formação de litisconsórcio passivo. Ademais, o próprio Superior Tribunal de Justiça já decidiu pelo não cabimento da denunciação da lide nas ações de indenização decorrentes da relação de consumo. Precedente: REsp 1.165.279-SP. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS AJUIZADA CONTRA EMPRESA DE TELEFONIA. DENUNCIAÇÃO À LIDE DA SEGURADORA. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. -É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual, em se tratando de relação de consumo, descabe a denunciação à lide, nos termos do art. 88 do Código de Defesa do Consumidor. -Para o Superior Tribunal de Justiça, de forma uníssona, a denunciação à lide nas ações que versem sobre relação de consumo vai de encontro aos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, principalmente quando inexistir prejuízo para a parte, no caso a Apelante, que poderá exercer seu direito de regresso em ação autônoma. Neste sentido: STJ, EDcl no Ag 1.249.523/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA. RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos deste processo, acorda a Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 03 de fevereiro de 2021. VERA LÚCIA CORREIA LIMA DESEMBARGADORA Relatora (Relator (a):VERA LÚCIA CORREIA LIMA; Comarca:Fortaleza; Órgão julgador: 21ª Vara Cível; Data do julgamento: 03/02/2021; Data de registro: 03/02/2021). Sendo assim, indefiro o pleito de que trato. Superadas tais questões, observo que o processo está em ordem, as partes são legítimas e estão bem representadas, não havendo questões processuais pendentes que possam acarretar a extinção prematura do processo. Ao lado disso, verifica-se a impossibilidade de conciliação, a despeito da tentativa realizada nesse sentido, inobstante o que, esta poderá ocorrer a qualquer tempo, bastando tão somente as partes se manifestarem acerca da realização do ato conciliatório, sendo, ainda, oportunizada em eventual audiência de instrução (CPC, arts. 139, V. e 359). Oportuno frisar que, havendo a autocomposição antes da instrução processual, serão as partes beneficiadas com o abatimento de 40% (quarenta por cento) das despesas processuais iniciais, enquanto que, em fase posterior, o abatimento será de 20% (vinte por cento), nos termos do artigo 3º, caput e §1º da Lei Estadual nº 16.132, de 01/11/2016, ficando dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, se a transação ocorrer antes da sentença, consoante o disposto no §3º do art. 90 do CPC. Na forma do art. 357 do Código de Processo Civil fixo os seguintes pontos controvertidos da ação, quais sejam: a falha na prestação do serviço por parte da instituição financeira ré e a ocorrência dos alegados danos morais e materiais. Quanto ao onus probandi, tendo em vista que a relação ora estabelecida é de consumo, possível é a sua inversão, de acordo com a legislação consumerista, razão pela qual atribuo à parte ré o encargo. No entanto, compete à parte autora a prova dos danos que teria sofrido, sobretudo os de cunho moral, eis que dizem respeito ao âmago de seu ser. Faculto às partes, assim, o prazo de 5 (cinco) dias para que peçam esclarecimentos ou solicitem ajustes, bem como para que indiquem as provas com que pretendem provar a verdade dos fatos e influir na decisão judicial, admitidos para tal todos os meios legais, assim como os moralmente legítimos, ainda que não especificados na legislação processual civil, ficando desde logo indeferidas as diligências inúteis ou meramente protelatórias, podendo apresentar, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito, na forma do §2º do art. 357 do CPC, cientes de que o seu silêncio será interpretado como anuência ao julgamento do feito no estado em que se encontra, de logo anunciado, em observância ao princípio da vedação à decisão surpresa do vigente CPC (arts. 9º e 10). Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0274614-15.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Custas recolhidas às pgs. 80/86. Recebo a presente ação, haja vista que, ao menos, aparentemente, estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Em face do artigo 334, caput, do CPC, remetam-se os presentes autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua (CEJUSC) para a designação de data razoável

para a realização de sessão de conciliação, observado o disposto na Portaria Conjunta nº. 01/2020, de 08 de abril de 2020, com as alterações a ela introduzidas pela Portaria Conjunta nº. 02/2020, de 16 de junho de 2020, ambas da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua e da CEJUSC/FCB, a qual somente será cancelada mediante a recusa expressa de todas as partes, através da apresentação de petição com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da data da audiência (CPC, art. 334, §§ 4º, I, e 5º), cientes de que o não comparecimento injustificado à solenidade acima é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça, a ser sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Ceará (CPC, art. 334, § 8º). Ficam ainda as partes cientes de que deverão estar acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos, podendo ainda fazerem-se representar por preposto ou representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, §§ 9º e 10); de que o prazo para apresentação da contestação, querendo, é de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição, nos termos dos artigos 335, I e 219, ambos do CPC, e; de que a não apresentação de contestação no prazo legal será considerado como revelia, caso em que presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na inicial (CPC, art. 344). Cite-se. Intimem-se, observando a Secretaria Judiciária (SEJUD 1º Grau) que o(a) autor(a) será cientificado(a) do ato audiencial na pessoa de seu(ua) advogado(a) (art. 334, §3º, do CPC) e que o(a) ré(u) deverá ser citado(a) da ação para comparecer à audiência de conciliação através de Carta, com Aviso de Recebimento na modalidade "Mão Própria", com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência. Referido expediente, no entanto, resta condicionado ao recolhimento das custas de Traslado Serviços de comunicação, conforme o valor estabelecido no item VIII da Tabela III de custas processuais do Tribunal de Justiça do Ceará, composta pela Lei n.º 16.132/2016. Intime-se, assim, a parte autora, via DJ-e, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para comprovar nos autos o pagamento das custas respectivas, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: LEANDRO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 32509/CE) - Processo 0278324-43.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Extorsão - ARROLANTE: Michele Lioy - Indefiro o pedido de pagamento das custas ao final do processo, uma vez que a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a antecipação do pagamento das custas processuais, desde o início até a sentença final (CPC, art. 82, caput, c/c art. 10 da Lei-Est. nº 16.132/2016 e art. 2º da Res. nº 023/2019-ÓrESp/TJCE). Face ao não atendimento à determinação de pg. 18, indefiro a postulada gratuidade judiciária. Intime-se a parte promovente, via DJ-e, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que proceda ao recolhimento das custas judiciais iniciais devidas, conforme o valor previsto na Tabela de Custas Processuais do Tribunal de Justiça do Ceará, composta pela Lei n.º 16.132/2016, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, como preconizado no artigo 290 da Lei Adjetiva Civil. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: RIANNE KARLENY SILVA BENEVIDES LOPES (OAB 33518/CE) - Processo 0282724-03.2021.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Perdas e Danos - AUTOR: Mauro César Queiroz de Amorim - O petitório de pgs. 34/36 trata-se de mera reprodução do de pgs. 22/24, o qual, já se viu, não atende o despacho de pgs. 18/19, tanto que foi determinado, à pg. 32, a complementação da documentação que o acompanha. Face ao não atendimento à determinação supra, indefiro a gratuidade judiciária pleiteada, determinando a intimação da parte promovente, via DJ-e, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que proceda ao recolhimento das custas judiciais devidas, conforme o valor previsto na Tabela de Custas Processuais do Tribunal de Justiça do Ceará, composta pela Lei n.º 16.132/2016, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, como preconizado no artigo 290 da Lei Adjetiva Civil. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: RAIMUNDO CRISOSTOMO DE MORAES (OAB 5134/CE) - Processo 0437255-33.2010.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Antonio Irapuan Teles Fortaleza e outro - Considerando o teor da Portaria n.o 07/2022, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 07 de janeiro de 2022, a qual "Prorroga a suspensão das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, isto em decorrência da pandemia relacionada com a COVID-19, autorizando retomada paulatina das atividades que identifica e dá outras providências", as audiências deverão ser realizadas preferencialmente de forma híbrida, com a presença física nas dependências do Poder Judiciário apenas dos magistrados e servidores envolvidos e daquelas pessoas que participarão diretamente do ato. Ante à determinação expressa na Portaria supra e face ao princípio da cooperação (artigo 6o do CPC), intimem-se as partes, nas pessoas de seus respectivos advogados, para que se manifestem sobre a forma de realização da audiência, inclusive, quanto à sua disponibilidade dos equipamentos necessários à realização do ato (computadores e/ou aparelhos celulares dotados de câmera e microfone, além de conexão à internet suficientemente compatível), e, havendo a necessidade de comparecimento pessoal, requeiram e comprovem a indispensabilidade da participação e a impossibilidade de que a mesma ocorra por outra via que não a presencial, informando os dados da parte e/ou da testemunha para fins de agendamento e adoção das medidas preventivas que assegurem o distanciamento social e a preservação do risco de contágio. Oportuno frisar que, para acesso às dependências dos prédios do Poder Judiciário cearense, é necessário observar as seguintes exigências constantes de referida Portaria: I Uso obrigatório de máscara de proteção facial; II Apresentar certificado de vacinação emitido pelo aplicativo Conecte-SUS, do Ministério da Saúde, comprovando realização do ciclo completo de vacinação (duas doses, pelo menos, ou dose única, no caso do imunizante da fabricante Janssen/Johnson Johnson); III Alternativamente, para as pessoas não vacinadas, apresentar teste RT-PCR ou teste antígeno negativo para COVID-19, realizados nas 72 horas imediatamente anteriores; IV Manter distanciamento social. Intimem-se ainda para que informem meios de contato telefônico e/ou endereços eletrônicos atualizados para fins de cadastramento por esta Unidade Judiciária, com o fim de terem acesso no dia e na hora a serem designados para a realização do ato, sob pena de serem considerados válidos os endereços e contatos constantes dos autos e o não comparecimento ser considerado como ausência injustificada, bem como para que, tendo pugnado pela produção de prova testemunhal, apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não o tenham feito, rol de testemunhas, sendo no máximo 03 (três) para a prova de cada fato, devendo cada rol conter o nome, a profissão, o estado civil, o número de inscrição no CPF e o número de registro de identidade, além do endereço completo da residência e do local de trabalho de cada testemunha, tudo de acordo com os arts. 357, §§4º e 6º e 450 do CPC, devendo constar, igualmente, os meios de contato telefônico e/ou endereços eletrônicos atualizados, também para viabilizar o acesso no dia e na hora a serem designados, sob pena de restar caracterizada a desistência da inquirição da testemunha. A audiência será realizada pela plataforma Microsoft Teams, na qual a Unidade Judiciária irá proceder ao agendamento e os participantes receberão um link nos e-mails que deverão obrigatoriamente ser informados, não sendo necessário baixar o programa, bastando apenas acessar o link de um computador ou aparelho celular para ingressar na sala de audiência virtual. A intimação das partes e/ou das testemunhas para comparecimento ao ato deverá obedecer a forma dos arts. 385, §1º e 455, considerando-se válida a intimação dirigida ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao Juízo, na forma do art. 274, Parágrafo Único, todos do vigente CPC. Registro, por fim, que, se a parte,

pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, ser-lhe-á aplicada a pena respectiva (CPC, art. 385, §1º). Cumpra-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: MILVIA KELLY DE ALBUQUERQUE SAMPAIO (OAB 31886/CE) - Processo 0259081-50.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edson Santos de Freitas Júnior - Intime(m)-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de quinze dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0021925-32.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERIDAS: Companhia Energética do Ceará - Coelce - Intimem-se o exequente para, no prazo de cinco dias, comprovar o pagamento das custas do presente incidente e anexar termo de nomeação de inventariante.

ADV: CLAUDYANNA BASTOS DE OLIVEIRA (OAB 27866/CE), ADV: ANA BEATRIZ BEZERRA SILVA (OAB 35398/CE) - Processo 0289361-67.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição do Indébito - REQUERENTE: Prohospital Comercio Holanda Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 04 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 16:00h, na sala virtual Cooperação 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDc5MWFkNTctM2EyYy00MWRhLWJiYjgtZjU1ZjM4N2NkZDkz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224fdd7e4c-e143-4c6c-a8de-91086452a406%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/83729a OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: NATHALIA TASSIA ALVES TAVARES QUINTAES (OAB 22226B/CE) - Processo 0042808-58.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: R.T.F. LOCAÇÃO DE ESPAÇOS PARA ESPORTES LTDA. - Providencie a SEJUD alteração cadastral para que conste como representante da autora a advogada Nathalia Tasia Alves Tavares. OAB/CE 22.226B. Após, intime-se, através de sua advogada constituída para se manifestar sobre o despacho de fls.415, no pro de cinco dias.

ADV: MAURILIO DE AQUINO RIBEIRO (OAB 4385/CE) - Processo 0056492-70.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Maurilio Aquino Ribeiro - Intime-se a parte autora, via DJ e pessoalmente, por mandado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, promovendo os atos e as diligências que lhe incumbir, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, III, do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: NATHALIA TASSIA ALVES TAVARES QUINTAES (OAB 22226B/CE) - Processo 0042808-58.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: R.T.F. LOCAÇÃO DE ESPAÇOS PARA ESPORTES LTDA. - Providencie a SEJUD alteração cadastral para que conste como representante da autora a advogada Nathalia Tasia Alves Tavares. OAB/CE 22.226B. Após, intime-se, através de sua advogada constituída para se manifestar sobre o despacho de fls.415, no pro de cinco dias.

ADV: MAURILIO DE AQUINO RIBEIRO (OAB 4385/CE) - Processo 0056492-70.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Maurilio Aquino Ribeiro - Intime-se a parte autora, via DJ e pessoalmente, por mandado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, promovendo os atos e as diligências que lhe incumbir, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, III, do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: FENUCIA RODRIGUES AGUIAR (OAB 12905/CE), ADV: ANA PATRICIA CAMARA DE MOURA (OAB 31240/CE) - Processo 0276312-56.2021.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Edificio Edyma - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 15:00h

na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2022

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0223351-41.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Construtora Teixeira Oliveira Ltda - Sem prejuízo da determinação de pg. 242, intime-se a parte promovida, ainda, para que se manifeste sobre as petições de pgs. 244 e 309 e documentação a elas anexada, no prazo de 5 (cinco) dias. Intimação via DJ-e. Cumpra-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

ADV: UARGLA BARBOSA GONDIM (OAB 13675/RN) - Processo 0278995-66.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Jhonas da Silva Lima - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0281109-75.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Hospital Antônio Prudente Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: IVAN MONTE CLAUDINO JUNIOR (OAB 12961/CE) - Processo 0380623-36.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivan Monte Claudino - Intime-se o peticionante de pg. 1044 para que, desejando a expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), nos termos do art. 517, §1º, do CPC, faça instruir o seu pedido com planilha de cálculos atualizados da dívida, atendendo, assim, ao disposto no art. 3º do Provimento Conjunto nº. 16/2020/PRES/CGJCE, de 16 de junho de 2020, no prazo de 5 (cinco) dias. Intimação via DJ-e. Cumpra-se. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0087/2022

ADV: IGOR DE ALMEIDA GONDIM (OAB 24835/CE), ADV: WILEMAR DOS SANTOS BARROS (OAB 30796/CE) - Processo 0116984-95.2018.8.06.0001 - Produção Antecipada da Prova - Condomínio - REQUERENTE: Sandra Maria Cunha Carneiro - REQUERIDO: Condomínio Residencial Nova Aurora - Entendo, desse modo, ter referido procedimento cumprido a sua finalidade, motivo pelo qual, nada mais resta, senão, a HOMOLOGAÇÃO da prova produzida, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, julgando EXTINTO o feito, com resolução do mérito, nos moldes do art. 487, I, do CPC, permanecendo os autos, como permanecerão, à disposição dos interessados, pelo prazo de 1 (um) mês, para extração de cópias e certidões, deixando de determinar a entrega dos autos à requerente, haja vista que a sua tramitação se deu integralmente na forma digital. Sem custas, haja vista a gratuidade deferida. Sem honorários, face à ausência de pretensão resistida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, aguarde-se o decurso do prazo acima mencionado, após o que, arquivem-se os autos, com as baixas de

estilo. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. Lucimeire Godeiro Costa Juíza de Direito

EXPEDIENTES DA 22ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DENILSON DA NÓBREGA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0098/2022

ADV: CECILIA RODRIGUES MOTA (OAB 13524/CE), FERNANDO HACKMANN RODRIGUES (OAB 18660/RS), EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU (OAB 80702/MG), ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 33211/CE), JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), THANIA MARIA DUARTE E SILVA (OAB 11175/RS), DAVI ALENCAR GOMES VERAS DA ROCHA (OAB 27745/PE), MARIA DO SOCORRO MORAIS SILVA (OAB 15698/PE), MÁRCIO FILIPE BASTOS ALVAREZ (OAB 172004/RJ), CARLOS RENATO HERNANDES ALVAREZ (OAB 53640/RJ) - Processo 0907299-70.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valderi Rodrigues de Abreu - Francisco das Chagas Lemos da Silva - Francisco das Chagas dos Santos Sousa - REQUERIDO: Sabemi Previdência Privada - Familia Bandeirante Previdencia Privada - Sabemi Seguradora S.a - Asplub - Associação dos Servidores Públicos Unidos do Brasil - Aspecir Previdencia - Previmil Previdencia Complementar S.a - Iniciada a fase de cobrança de custas em meio eletrônico. Fica intimada a parte, pelo seu advogado, para fazer o pagamento das custas finais conforme valores a seguir: Familia Bandeirante Previdencia Privada, R$ 43,85 - Previmil Previdencia Complementar S.a, R$ 43,85 - Francisco das Chagas dos Santos Sousa, R$ 43,85 - Aspecir Previdencia, R$ 87,73 - Sabemi Previdência Privada, R$ 43,85 - Valderi Rodrigues de Abreu, R$ 43,85 - Sabemi Seguradora S.a, R$ 43,91 - Francisco das Chagas Lemos da Silva, R$ 43,85 - Asplub - Associação dos Servidores Públicos Unidos do Brasil, R$ 43,85

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0099/2022

ADV: GILVANDO FURTADO DE FIGUEIREDO JUNIOR (OAB 18259/CE), ADV: VALMIR PONTES FILHO (OAB 2310/CE), ADV: CICERO CORDEIRO FURTUNA (OAB 22014/CE), ADV: DAVID ARISON DA ROCHA BEZERRA CAVALCANTE (OAB 17939/CE), ADV: MARIO MARRATHMA LOPES DE OLIVEIRA (OAB 29699/CE) - Processo 0056749-41.2016.8.06.0064 (apensado ao processo 0154914-84.2017.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: Maria Irismar Farias Santiago - REQUERIDO: Daniel Virgílio Farias Lima de Melo e outros - Todavia, considerando as circunstâncias do caso concreto, e por dever de cautela determino, de logo, que se oficie-se à sede do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran-CE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe a este Juízo histórico das restrições judiciais envolvendo os veículos em questão: (a) Toyota Hilux, de placa OII-0470; (b) VW/Novo Gol, de placa OIA-5968; (c) Chevrolet/ONIX, de placa OSA-6091; (d) Nissan March, de placa OIL-1206. Com as informações nos autos, voltem-me os autos conclusos para posterior deliberação. Intime(m)-se.

ADV: LARA COSTA DE ALMEIDA (OAB 18775/CE), ADV: FRANCISCO WELVIO URBANO CAVALCANTE (OAB 14814/CE), ADV: MARCELO VICTOR DE SOUSA (OAB 23085/CE) - Processo 0145944-37.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0139793-55.2013.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Nulidade - CONSIGNADA: Imobiliária Gerencial Administração de Imóveis Ltda. - Feito julgado; sentença transitada em julgado. Considerando o trânsito em julgado de fls. 135, determino a intimação da parte vencida, pessoalmente (CARTA com AR), para, em até 15 dias, efetuar o recolhimento das custas processuais atualizadas, nos termos do art. 2.º e 3.º da Portaria Conjunta n.º 428/2020/PRES/CGJCE, publicada no Diário da Justiça do dia 05/03/2020, páginas 15/18. Resta ciente à parte devedora que, em caso de não atendimento, o valor do débito atualizado, apurado nos termos do artigo 3.º da Portaria acima referida, será enviado à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará para a devida inscrição na dívida ativa e regular cobrança o débito, a teor do art. 13.°, da lei 16.132 , de 01.11.2016. Intime-se a parte Exequente para dar o impulso cabível, no prazo de 15 (quinze) dias. Se omisso, arquivem-se os autos digitais, com as cautelas de estilo.

ADV: MARCELO PINHEIRO NOCRATO (OAB 38864/CE) - Processo 0153949-38.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lídia Braga Fernandes - Diga a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias, se a obrigação foi cumprida na íntegra. Se omisso, entender-se-á que a obrigação foi satisfeita em sua plenitude, razão pela qual os autos devem ser arquivados. Intime(m)-se.

ADV: JOSE MOREIRA LIMA JUNIOR (OAB 6986/CE) - Processo 0194156-84.2016.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDA: Solange Angela Ferreira Sousa - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro nos artigos 560 e seguintes do NCPC, resolvendo o mérito na forma do art. 487, I, do NCPC. Em razão da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa. Contudo, suspendo a sua exigibilidade pelo prazo de cinco anos, face a gratuidade judiciária deferida ao requerente. Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Preclusa a via recursal, certifique-se e arquive-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599/CE), ADV: EDISON MEDEIROS PAIXAO FILHO (OAB 38650/CE), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FELIPE ESPINOLA ARRUDA (OAB 19456/CE), ADV: HENRIQUE MOTA DE AGUIAR (OAB 12367/CE) - Processo 0198197-36.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Margarida Maria Ponte de Aguiar - REQUERIDO: Camed Operadora de Plano de Saude Ltda - Camed Vida - Desta forma, conheço dos presentes recursos de embargos de declaração, para acolhê-los em parte, tão somente para retificar, de ofício, a omissão no que tange aos danos morais, mantendo-se inalterado os demais pontos da decisão, acrescentando à fundamentação o seguinte trecho: Dos Danos Morais. No campo dos danos morais, é evidente que a autora amargou muito mais do que meros dissabores Nesse sentido é o posicionamento de nossos tribunais: PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NEGATIVA DE COBERTURA DE EXAMES MÉDICOS. TRATAMENTO DE CÂNCER. IDOSO. FALECIMENTO DO SEGURADO. DANO MORAL. DECISÃO RECORRIDA EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA. N. 83/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É passível de danos morais a injusta recusa de cobertura de seguro saúde, por gerar situação de aflição psicológica e de angústia ao segurado que se encontra com a saúde debilitada. Precedente: REsp n. 918.392/RN, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. 3. Em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice

para possibilitar a revisão. No caso, o valor arbitrado pelo Tribunal de origem não se distancia dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 204.037/CE, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 03/04/2013) Saliente-se ainda que os danos morais caracterizam-se como aqueles que atingem valores eminentemente espirituais ou morais, como a honra, a paz etc. Assim, para que reste caracterizado o dano moral, não basta que a conduta ilícita tenha causado mero aborrecimento à suposta vítima, é necessário que tenha atingido valores eminentemente espirituais, que transpõem o limite do razoável, fato verificado no caso em espécie. Da fixação do quantum indenizatório: No que tange ao quantum a ser fixado a título de danos morais é cediço que o dano moral deve ficar ao prudente arbítrio do julgador, de forma a compensar o dano, levando em conta as condições financeiras das partes, devendo estar compatível com o dano suportado pelo ofendido Entretanto, tem-se que seu objetivo é compensar o dano experimentado pela vítima e punir o seu ofensor, além do que, o arbitramento, deve ficar ao arbítrio do magistrado que o fixará levando em conta os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Não se pode olvidar também que o quantum a ser fixado não deve ser tão alto a ponto de proporcionar o enriquecimento ilícito do ofendido nem tão baixo a ponto de não ser sentido no patrimônio da parte ré, tampouco servir como fator de punição. No caso vertente, tenho que o valor indenizatório de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) parece-me razoável, porquanto condizente com os princípios da razoabilidade e da moderação, bem como a real proporção do dano, a capacidade socioeconômica e financeira das partes, o grau de culpa do ofensor e a finalidade educativa da indenização. E na parte dispositiva acrescento o seguinte: Condeno ainda a Promovida no pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de reparação por danos morais, com atualização monetária a partir da data da prolação desta decisão. Os demais termos do referido comando sentencial deverão permanecer inalterados. Tendo em vista o disposto no caput do art. 1.026, CPC, reabro o prazo para a interposição dos recursos pertinentes. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Sem custas.

ADV: BETOVEN RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 5415/CE), ADV: BRENDA CAROLINE GARRETO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 39719/CE) - Processo 0601034-19.2000.8.06.0001 - Despejo - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Construtora e Imobiliária Santa Cecília Ltda. - Considerando as disposições contidas no Código de Processo Civil, art. 854, segundo o qual, a penhora recairá preferencialmente em dinheiro e ainda, levando em conta que não existem bens hipotecários, pignoratícios ou anticréticos, garantidores da dívida, determino que a penhora se faça sobre ativos em nome do Executado José Roberto Silva de Sousa , desde que não seja verba de natureza alimentar/salarial, mediante requisição ao Banco Central, através do sistema BACENJUD - do Tribunal de Justiça, determinando que o bloqueio do numerário, se houver, se faça através do referido sistema, até o valor indicado na execução. Considerando que a parte Executada não cumpriu a obrigação nem impugnou os cálculos apresentados pela parte Exequente , consoante certidão neste sentido, se presume que a Executada aceitou os cálculos liquidando o valor da dívida, dentro dos parâmetros fáticos e legais . Havendo eventual indisponibilidade excessiva, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da resposta, proceda-se ao cancelamento do valor excedente, de MODO EMERGENCIAL. § 2º Tornados indisponíveis os ativos financeiros do executado, intime-se o Executado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente. Se inexistente ativos em nome do Executado, dê-se vistas ao Exequente. Relativamente ao pedido em relação ao Espólio de José Henrique de Sousa, deve o Exequente habilitar a parte no feito, permitindo que esta se subrogue na obrigação, atualmente nome de José Henrique de Sousa, pessoa física . Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0100/2022

ADV: LUIS HENRIQUE COSTA BENEVIDES (OAB 13104/CE), ADV: MANOEL MATEUS JUNIOR (OAB 17180/CE), ADV: JORGE ALOISIO PIRES (OAB 9982/CE) - Processo 0049634-03.2012.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSGTE: MARIA LUCIA MACHADO NEGRAO ME - CONSIGNADO: MR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outros - Instrução para o dia 25.07.2022, às 15:00 horas, para depoimentos pessoais, sob pena de confissão (a intimação das partes Litigantes deve ser pessoal), bem como, a oitiva de testemunhas. Intimem-se.

ADV: AMANDA ACARIO CASTELO BRANCO (OAB 34504/CE), ADV: LEONAM DA CUNHA GOMES (OAB 34503/CE), ADV: ERICK CHRISTIAN GOMES RIBEIRO (OAB 33883/CE), ADV: TULIO MAGNO GOMES RIBEIRO (OAB 24853/CE), ADV: TELMA VALERIA PIMENTEL MOREIRA GUEIROS (OAB 10961/CE) - Processo 0168726-96.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Wesley Ferreira dos Santos - REQUERIDO: J G Empreendimentos Imobiliarios e Participações Ltda. - Instrução para o dia 10.06.2022, às 13:00 horas, para depoimentos pessoais, sob pena de confissão (a intimação das partes Litigantes deve ser pessoal), bem como, a oitiva de testemunhas. Intime(m)-se.

ADV: MATEUS LIMA DA ROCHA (OAB 20390/CE) - Processo 0183602-56.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Mateus Lima da Rocha - Intimem-se as partes para apresentarem o rol de testemunhas no prazo de quinze dias , contados desta intimação (art. 357, § 4º do CPC), ressaltando que, nos termos do art. 455 do CPC, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, na forma da lei (carta com A.R), devendo-se juntar aos autos, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento. salvo quando a parte estiver assistida por defensor público. Nesta hipótese a secretaria deverá notificar as testemunhas. A inércia na realização da intimação a que se refere o § 1º importa em desistência da inquirição da testemunha, tudo em conformidade com o CPC, art. 455 e seus parágrafos. Esclareça-se que a lei processual também permite à parte trazer a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1º, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. Instrução para o dia 25.07.2022, às 13:00 horas, para depoimentos pessoais, sob pena de confissão (a intimação das partes Litigantes deve ser pessoal), bem como, a oitiva de testemunhas. Intime(m)-se.

ADV: ISMAEL ALVES LOPES (OAB 24469/CE), ADV: PEDRO PAULO SILVA DE OLIVEIRA (OAB 23929/CE), ADV: RAPHAEL PESSOA MOTA (OAB 17200/CE), ADV: JOSE NAVARRO (OAB 15980/CE), ADV: CLAUDIO FERREIRA SARAIVA (OAB 10384/CE), ADV: FRANCISCO REGIS AGUIAR MOTA (OAB 6684/CE), ADV: FRANCISCO CESAR AZEVEDO LIMA (OAB 6077/CE) - Processo 0183983-40.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antenor Marques da Silva - REQUERIDO: Raphael Pessoa Mota - ASSISTENTE: Ordem dos Advogados do Brasil Seccção do Ceara - Oab/ce - Dado vistas aos Litigantes sobre a pretensão, estas se mantiveram silentes, razão pela acolho a pretensão para incluir a referida Entidade como Assistente Litisconsorcial. Deve o Gabinete atualizar o cadastro, fazendo incluir aquela Entidade Intime(m)-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0101/2022

ADV: CLÁUTENIS PEREIRA DO CARMO (OAB 18804/CE), ADV: ELIENE BRITO DE VASCONCELOS (OAB 6216/CE) - Processo 0124944-54.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jucilene Oliveira de Brito - Vistos e etc, Em análise dos autos para julgamento, constata-se que a ação foi ajuizada em face de Carlos Alberto da Silva Sousa e Norma Moreira da Silva, entretanto, até o presente momento, apenas o primeiro promovido (Carlos Alberto) foi citado. Vê-se que diversas foram as tentativas de citação pessoal da promovida Norma Moreira, consoante constata-se às fls. 25, 33 e 43, todavia, todas as tentativas restaram infrutíferas. Desse modo, intime-se a parte autora, por sua advogada e pessoalmente para, em cinco dias, indicar novo endereço da promovida Norma, para fins de citação, sob pena de extinção do feito em relação a segunda promovida. *

ADV: JONATHAS FERREIRA BONFIM NETO (OAB 38120/CE) - Processo 0286773-87.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Aragao Comercio de Gas Ltda - Ao Autor para pagar custas processuais e Fermoju, prazo de 15 dias, pena de indeferimento da inicial.* Intime(m)-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0102/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE) - Processo 0007775-12.2009.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Manuelito Teixeira Carneiro Monteiro - REQUERIDO: CCB BRASIL CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S/A (atual denominação de BICBANCO Banco Industrial e C - Desta forma, desacolho a presente impugnação, à falta de amparo legal. Quanto a incidência de multa processual de 10% sobre o valor considerado incontroverso , - - não depositado - -, bem como, honorários advocatícios à razão de 10% sobre o mesmo valor referido, será apreciado após decisão a ser proferida no Tema Repetitivo 677 , cujo enunciado diz que “o mero deposito para garantia do juízo a fim de inviabilizar impugnação do cumprimento de sentença não perfaz adimplemento voluntário, pois a satisfação só ocorre quando o valor respectivo ingresso no campo de disponibilidade do credor”, de modo que será analisado posteriormente. Considerando que o Impugnante não trouxe aos autos aqueles que considera corretos, encaminhe-se este processo à Contadoria do Forum com o fim de elaborar, subsidiariamente (art. 524, paragrafo segundo do CPC), a conta decorrente do pedido de cumprimento. Intime-se a Executada para pagar as custas de sucumbência, sob pena de envio do titulo judicial para ser inscrito como dívida ativa. Intimem-se.

ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE), ADV: AGLAILTON PATRICIO DE ANDRADE (OAB 10836/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0049530-84.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Auto Peças Portugal Comércio e Serviços Ltda. - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A. e outro - À parte autora foi intimada para se manifestar às fls.245/246, no prazo de 5(cinco) dias, mas manteve silente, o que a meu ver implica dizer que a Demandada não tem interesse pela composição do litígio. Processo apto para julgamento.

ADV: MARIANA BIZERRIL NOGUEIRA (OAB 18624/CE), ADV: VASQUES ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S (OAB 730/CE), ADV: EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE), ADV: ROBERTA DUARTE VASQUES (OAB 14140/CE), ADV: PAULO EDUARDO GIFONI MAIA (OAB 12606/CE) - Processo 0168513-32.2013.8.06.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Carneiro de Melo Construtora e Incorporadora Ltda. - REQUERIDA: Margarida Maria Sampaio - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Reconvenção e Embargos Monitórios apresentados pela parte promovida, no sentido de RECONHECER o pagamento, por parte desta, de 47 (quarenta e sete) parcelas, de um total de 50 (cinquenta), e mais 04 (quatro) balões, conforme notas promissórias acostadas aos autos; DECLARAR a nulidade das cláusulas contratuais que utilizaram o índice do INCC após a entrega das chaves à reconvinte, para que tal índice seja utilizado somente até a entrega das chaves (30.10.2003) e após, seja aplicado INPC anual mais 1º ao mês; em virtude de ter sido verifica a prescrição de eventuais dívidas da parte autora, RECONHEÇO, por sentença, a quitação do débito por parte da parte promovida, e em consequência, condeno a parte requerente, na obrigação de fazer, constituída na entrega à Sra. Margarida Maria Sampaio, a escritura definitiva de compra e venda do imóvel situado nesta Capital à Rua Rafael Tobias, 1999, casa 15, Sapiranga, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento. INDEFIRO o pedido de condenação da parte autora por cobrança indevida. Diante da nulidade das cláusulas contratuais que regem a aplicação do índice INCC, condeno a parte autora a devolver qualquer quantia que seja encontrado em excesso no recálculo que será realizado na fase oportuna do processo. Por sua vez, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na presente Ação Monitória, tendo em vista a pretensão de cobrança da parte autora ter sido fulminada pela prescrição, nos termos do art. 206, §5º, I, do Código Civil. Em razão da sucumbência da parte promovente, condeno a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa. Diante da sucumbência da requerente na Reconvenção, condeno a mesma ao pagamento dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa. Transitada em julgado, prossiga-se na execução. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: IGOR CÉSAR LEITE PEREIRA MARTINS (OAB 30345/CE), ADV: WALMOR AUGUSTO SALGUEIRO (OAB 37021/CE), ADV: ANDREZA DE ARAUJO DIAS (OAB 27160/CE), ADV: FABIO JOSE DE OLIVEIRA OZORIO (OAB 8714/CE), ADV: BARBARA LIA GOMES DE MELO (OAB 18811/CE), ADV: TIAGO ALVES CAMELO (OAB 22321/CE), ADV: FRANCISCO FERNANDO ALENCAR FERNANDES (OAB 12862/CE), ADV: ALESSIA PIOL SA (OAB 16492/CE) - Processo 0172882-30.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: VG Material de Construção Ltda. - REQUERIDO: Aço Global Indústria e Comércio de Produção Siderúrgica Ltda. - RAMACOM Distribuidora para Material de Construção Ltda. - Shopping da Construção Importação e Comércio Ltda. e outro - DISPOSITIVO Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do CPC, resolvo o mérito da demanda e JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a ação de autoria VG MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios da parte Demandada que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2° do CPC), observados os parâmetros do artigo 98 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: CARLOS HENRIQUE ARAUJO SANTIAGO (OAB 20966/CE), ADV: HEITOR RIBEIRO NETO (OAB 19860/CE), ADV: DAVID AIRES ARAUJO (OAB 18177/CE) - Processo 0194992-91.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Osvaldo Holanda de Araujo Filho - REQUERIDO: Nilo Agostinho de Vasconcelos Junior - Dispositivo. Ante todo o exposto e o que demais consta dos autos, da jurisprudência e da lei. Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados pelo autor, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte

requerida a promover o pagamento da importância de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em proveito do requerente. Montante que deverá ser monetariamente atualizado e acrescido de multa de 10% e juros de 1% ao mês a contar do vencimento da primeira parcela nos termos do acordo celebrado. Condeno ainda a parte requerida em custas processuais e honorários advocatícios que ora arbitro a razão de 10% sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, ao arquivo, com as devidas cautelas legais. *

ADV: ANA PATRICIA DE FREITAS LIMA (OAB 41383/CE) - Processo 0202942-10.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Danielle de Lima Cosmo - Considerando que a declaração de pobreza firmada pelo Autor têm presunção relativa, bem como levando em conta, as disposições contidas na lei 1.060-50, determino a intimação do Promovente para comprovar objetivamente sua situação econômica, que não lhe permite pagar as custas do processo, sem prejuízo da sobrevivência da pessoa física, prazo de dez dias. Além do mais, as custas poderão ser parceladas, como permite a lei processual civil. Intime(m)-se.

ADV: MARIA DO SOCORRO SAMPAIO (OAB 5676/CE) - Processo 0274654-31.2020.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Eliane Amaro de Moura Brasil - Deve a Autora instruir o feito com prova documental, como - - comprovantes de cadastro de imposto predial, pagamento de água, luz, telefone ou qualquer outro tipo de correspondência - -, com datas pretéritas, comprovando o tempo de posse no imóvel que pretende usucapir. Inexistindo prova documental apta a comprovar a posse, será produzida prova testemunhal, quando os atuos devem vir conclusos para designação de audiência.

ADV: FRANCISCO GLADYSON PONTES (OAB 3242/CE), ADV: MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO (OAB 3648/CE), ADV: FATIMA SOARES FAUSTINO COELHO (OAB 14373B/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0590670-85.2000.8.06.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Credito Mutuo dos Funcionarios - REQUERIDO: Elivilson Jose Santos Pinto - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os EMBARGOS MONITÓRIOS apresentados pela parte requerida, para DECLARAR A NULIDADE das multas de 10% e 20% previstas na cláusula 3ª do contrato, alterando-as para torná-las compatíveis ao que dispõe o art. 52, §1º do CDC, no sentido de limitar as multas por inadimplemento em 2% (dois por cento) dos valores das prestações. Por sua vez, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na presente Ação Monitória para, com fundamento no artigo 702, § 8º, do CPC, constituir de pleno direito o título executivo judicial da dívida cobrada. Oportunamente, DETERMINO O RECÁLCULO DA DÍVIDA cobrada na presente demanda, devendo a parte autora proceder com a aplicação da multa nos moldes fixados nesta sentença. Em seguida, deve a execução do título ter prosseguimento com observância aos procedimentos previstos nos arts. 513 e seguintes do CPC. Em razão da sucumbência da parte promovida, CONDENO o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Transitada em julgado, prossiga-se na execução, mediante requerimento do credor com indicação do cálculo atualizado do débito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0103/2022

ADV: MARIA SANDILEUZA ALVES MENDES (OAB 15294/CE) - Processo 0135957-64.2019.8.06.0001 - Instrução de Rescisória - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Eliane de Queiroz Barbosa e outro - Desta forma, homologo por sentença para que surta seus efeitos a composição de mérito efetuada entre as partes, o que faço com esteio no art.487, III, “b” do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, em face das disposições contidas no art. 90, parágrafo terceiro do CPC. Considerando que as partes desistem dos prazos recursais deverá ser certificado nos autos o transito em julgado após a publicação e devidas intimações. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: ALLAN XENOFONTE DE BRITO (OAB 16718/CE) - Processo 0141629-05.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Vista à parte autora acerca do A.R de fls. 135/136. Intime(m)-se.

ADV: RUDÁ BEZERRA DE CARVALHO (OAB 20502/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0181200-36.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Sara Maria Sales Andrade - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Vistas aos litigantes acerca do oficio de fls.133/134 Intime(m)-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0189415-98.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S.A. - Banco Bradesco Financiamentos S.A. e outro - Vistas aos litigantes acerca da manifestação da perita nomeada às fls.279. Intime(m)-se.

ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0204758-95.2020.8.06.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil CAMED - R.H Vista à parte autora para manifestar-se acerca da certidão do oficial de Justiça às fls. 167. Exp. Nec. Intime(m)-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE) - Processo 0285962-30.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 03 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 14:00h, na sala virtual Cooperação 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTU3YWY3OTQtNzljYS00MTQzLTg4MTUtMjcyYzU4NGI2NmNj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226181253a-2903-4586-986c-c7915d893bd6%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/f80f37 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

EXPEDIENTES DA 23ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: JOAO PAULO DE AZEVEDO MARTINS (OAB 32835/CE) - Processo 0167386-83.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Chvt Construções Ltda - Me - Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o quantum objeto desta execução, sob pena de incidência de multa no importe de 10%, a teor do artigo 523, do CPC. Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante, Art.523 § 2º CPC. Ao executado é facultado oferecer incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Expedientes Necessários.

ADV: JOAO BATISTA ISABEL E SILVA (OAB 12629/CE) - Processo 0284635-50.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco dos Santos - Defiro a gratuidade, bem como a tramitação prioritária dos autos. Atendidos os requisitos legais do art. 397 do Código de Processo Civil, cite-se a parte requerida para exibir os documentos discriminados na inicial, no prazo de 05(cinco) dias, ou apresentar justificativa a não apresentação. Ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC para realização da audiência de CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO, nos termos do art. 334, do CPC. Intime-se a parte autora, por seu advogado (art. 334, § 3º). As partes ficam advertidas de que o não comparecimento () à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8.º). Cite-se a parte requerida, para que compareça à audiência, bem como para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, contado da audiência de conciliação / mediação (art. 335, I). Por ocasião da citação, será advertida na forma dos arts. 334, § 8.º (efeitos do não comparecimento à audiência, conforme acima), e 344 (revelia). Na audiência, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9.º e 10). A contagem dos prazos levará em conta somente os dias úteis (CPC, art. 219). Expedientes necessários.

ADV: MONICA FONTGALLAND RODRIGUES DE LIMA (OAB 5807/CE), ADV: LIVIO CAVALCANTE DE ARRUDA NETO (OAB 9976/CE), ADV: LUIZ GONZAGA MOURA DE SOUSA (OAB 8256/CE), ADV: LUIZ GONZAGA MOURA DE SOUSA FILHO (OAB 32597/CE), ADV: BIANCA LUZIA FELIX NORMANDO (OAB 33391/CE) - Processo 0796073-51.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0105995-64.2017.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio Residencial Morada de Messejana - REQUERIDO: Construtora Imobiliaria Pessoa Andrade Ltda - Assim, aplico ao requerido a multa no valor de 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento da decisão judicial, nos termos do art. 537 do CPC. Intime a parte autora para apresentar planilha de cálculo do valor da multa que entende devida. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: JESUS HERNÁNDEZ NÓBREGA (OAB 37647/CE), ADV: JOÃO ROBERTO LEITÃO DE ALBUQUERQUE MELO (OAB 30771A/CE) - Processo 0028379-08.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maryanne Vilar Gonçalves - REQUERIDO: Tap Air Portugal - Transportes Aereos Portugueses S/A - Considerando a manifestação da parte, defiro o pedido de produção de prova oral. Sendo assim, intimem-se as partes, pessoalmente e por seus advogados, observando-se as prerrogativas funcionais, para fornecerem os dados necessários (E-mail e Whatsapp) para designação e realização de audiência pelo Sistema Webex. Em casos de indisponibilidade de acesso a internet ou outro meio telemático, devem informar ao Juízo da impossibilidade de realização de audiência pela via remota. Exp. Nec.

ADV: ALEXANDRE BARBOSA COSTA (OAB 30098/CE) - Processo 0245981-28.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: JULITEX Antonio Juliano Nogueira de Paiva-ME - R.H. Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca da informação prestada com o retorno da carta precatória. Exp. Nec.

ADV: THIAGO BARRETO ROSA GADELHA (OAB 28427/CE), ADV: LICIA BARRETO ROSA GADELHA (OAB 42414/CE) - Processo 0279038-03.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: James de Araújo Oliveira - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de justiça gratuita e determino que a parte autora proceda ao recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 290). Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0283037-61.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo Zildo Pequeno - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, bem como defiro o pleito de inversão do ônus da prova, por força do enquadramento da demanda no disposto pelo art. 6º, VIII, do CDC. Postergo a apreciação do pedido da tutela de urgência para momento posterior à formação do contraditório. Determino a realização de audiência de conciliação / mediação, cuja data será designada pela CEJUSC para onde os autos devem ser encaminhados. Cite-se a parte requerida para que compareça à audiência, bem como para que apresente contestação (arts. 336/343), no prazo de 15 dias, contado da audiência de conciliação / mediação, se não houver autocomposição (art. 335, I). Por ocasião da citação, será advertida na forma dos arts. 334, § 8.º (efeitos do não comparecimento à audiência, conforme acima), e 344 (revelia). Na audiência, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9.º e 10). Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS (OAB 23134/SP) - Processo 0163412-38.2018.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: IRESOLVE COMPAHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINACEIROS S/A - Em petição de pp. 200/201, a parte autora pugna pela substituição do polo demandante, em razão da cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças para a IRESOLVE COMPANHIA SECURITÁRIA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A, colacionando

documentos de pp. 202/391. Considerando que a alegação encontra-se comprovada documentalmente, e tendo em vista a inexistência de citação nos autos, hei por bem deferir o pedido de substituição do polo ativo da demanda, devendo ser providenciadas as anotações necessárias. Outrossim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre o Aviso de Recebimento AR de p. 199. Expedientes necessários.

ADV: DARIANA CRUZ DE CASTRO E SILVA (OAB 28594/CE) - Processo 0266245-32.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Adelianny Lima Holanda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 03 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 11:00h, na sala virtual Cooperação 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTU3YWY3OTQtNzljYS00MTQzLTg4MTUtMjcyYzU4NGI2NmNj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226181253a-2903-4586-986c-c7915d893bd6%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/f80f37 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0280708-76.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 25ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2022

ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE) - Processo 0007013-30.2008.8.06.0001/01 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elisabeth Aguiar Castro - Assim, como o Cumprimento de Sentença já se encontra tramitando, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com arrimo no dispositivo supra invocado.

ADV: FRANCISCO JOSE ALMEIDA SEVERIANO (OAB 21834B/CE), ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE), ADV: LUIS JORGE DA COSTA (OAB 39825/CE), ADV: LUIS JORGE DA COSTA (OAB 39825/CE) - Processo 0123402-15.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Veridiane Costa Barros - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica S.a. - Isto posto, o mais que dos autos consta, fundamentado nas disposições legais supramencionadas e ainda no no art. 490 do CPC, JULGO PROCEDENTE a AÇÃO para condenar a promovida em danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), atualizados pelo INPC, a partir desta data, com espeque na Súmula 362 do STJ, acrescidos de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mês), a partir da data da citação, com espeque no art. 405, do Código Civil. Condeno mais a promovida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios da parte adversa, que ora arbitro em dez por cento sobre o valor da condenação, após atualizada.

ADV: JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS (OAB 28217/CE) - Processo 0910674-79.2014.8.06.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Francisco Arão Gomes - Isto posto, o mais que dos autos consta, com fulcro na documentação carreada aos autos e dispositivo supra invocado, JULGO EXTINTA a Ação, por ilegitimidade ativa de Francisco Arão Gomes. Condeno o autor no pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios ao causídico da parte adversa, ora arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando sobrestadas as suas exigibilidades, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no § 3.º, do art. 98 do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2022

ADV: JOSE CARLOS FERREIRA BATISTA (OAB 20595/CE), ADV: HERCULES SARAIVA DO AMARAL (OAB 13643B/CE) - Processo 0126463-15.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Zulmira Simão Silva - R.h Manifeste-se a autora, no prazo de cinco (05) dias sobre a petição de fls. 150. Expedientes Necessários.

ADV: FRANCISCO EDSON DE SOUSA PEREIRA (OAB 25073/CE) - Processo 0188337-64.2019.8.06.0001 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Seguro - REQUERENTE: Maria do Socorro Matos de Souza - Intime-se a autora para se manifestar sobre a informação de fls. 31/38 e documentos que a acompanham, devendo o processo me retornar concluso para decisão, com ou sem manifestação.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0203208-94.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora não apresentou o comprovante de recolhimento das custas processuais. Preceitua o art. 290 do CPC que será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Em face ao exposto, determino que a parte promovente complete a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando aos autos o comprovante original do pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes necessários.

ADV: MARIA ALICE RIBEIRO DA SILVA (OAB 34445/CE), ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0206107-02.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Bezerra dos Santos - REQUERIDO: BANCO C6 CONSIGNADOS S.A - Isto posto, o mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE a AÇÃO para DECLARAR a inexistência do negócio jurídico a que se reporta a inicial, ficando em definitivo sustado antecipadamente a consignação que vem sendo feita nos proventos de aposentadoria da autora em favor do promovido, a título de antecipação dos efeitos da tutela, determinando-se que este proceda com o cancelamento das respectivas cobranças junto ao INSS, no prazo de 05 (cinco) dias. Condeno o demandado na restituição, em dobro, de todos os valores já recebidos por força do contrato aqui considerado nulo, com a devida correção monetária pelo INPC, a contar de cada recebimento indevido e acrescidos de juros de 1% ao mês, a contar da data da propositura da ação, até a data da efetiva devolução desses valores. Os valores referentes ao empréstimo em alusão e que se encontram depositados na conta bancária da autora, deverão ser estornados pelo próprio banco ou devolvidos se for a conta em outra instituição bancária. Condeno mais o banco réu no pagamento de indenização por danos morais à promovente, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), também corrigidos pelo INPC a partir desta data e de juros de 1% ao mês, a partir da data da citação, como previsto no art. 405, do Código Civil. Determino, por oportuno, que, independentemente do cancelamento do empréstimo pelo próprio promovido, seja remetido ofício, incontinente, ao INSS para que proceda com o imediato cancelamento da consignação em apreço. Condeno, por fim, o demandado no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do causídico da parte autora, ora arbitrados em 15% dos valores a serem pagos, tanto pela restituição, como pelos danos morais, tudo após atualizados com as correções monetárias e os juros.

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0038979-54.2021.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Trianon Empreendimentos Imobiliarios Ltda - R. H. Carta Precatória advinda da 2ª Vara Cível da Comarca de Itaitinga-CE. Foram preenchidos os requisitos do art. 260, CPC. Cumpra-se conforme fls. 2. Empós, devolva-se ao juízo deprecante. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: FERNANDO ANTONIO FRANÇA MARTINS (OAB 21232/CE), ADV: ELISANGELA MOREIRA DE SOUSA (OAB 21026/CE) - Processo 0037586-94.2021.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Jose Honorio Cordeiro - Maria Ozarina de Sousa Cordeiro - R. H. Intime-se a parte autora para juntar aos autos o comprovante de recolhimento das custas de diligências do oficial de justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução da carta precatória. Recolhidas às custas, expeça-se o respectivo mandado para cumprimento da Carta Precatória de fls. 2. Expedientes necessários.

ADV: RENATA PINTO COELHO (OAB 23296/CE) - Processo 0261119-98.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: L&a Promotora de Vendas Eirelli - Em face ao exposto, determino que a parte promovente, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial, nos termos dos arts. 283 e 284 do CPC, juntando aos autos o comprovante original do pagamento das custas processuais, sob pena de indeferimento.

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: FERNANDO ANTONIO FRANÇA MARTINS (OAB 21232/CE), ADV: ELISANGELA MOREIRA DE SOUSA (OAB 21026/CE) - Processo 0037586-94.2021.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Jose Honorio Cordeiro - Maria Ozarina de Sousa Cordeiro - R. H. Intime-se a parte autora para juntar aos autos o comprovante de recolhimento das custas de diligências do oficial de justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução da carta precatória. Recolhidas às custas, expeça-se o respectivo mandado para cumprimento da Carta Precatória de fls. 2. Expedientes necessários.

ADV: RENATA PINTO COELHO (OAB 23296/CE) - Processo 0261119-98.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: L&a Promotora de Vendas Eirelli - Em face ao exposto, determino que a parte promovente, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial, nos termos dos arts. 283 e 284 do CPC, juntando aos autos o comprovante original do pagamento das custas processuais, sob pena de indeferimento.

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: RODRIGO NUNES MAYRINCK (OAB 125707/RJ) - Processo 0037136-54.2021.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Diligências - REQUERENTE: WAGNER DA SILVA RIBEIRO - R. H. Intime-se a parte autora para juntar aos autos o comprovante de recolhimento das custas de diligências do oficial de justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução da carta precatória. Recolhidas às custas, expeça-se o respectivo mandado para cumprimento da Carta Precatória de fls. 2. Expedientes necessários.

ADV: VALDIVIA PINHEIRO FURTADO (OAB 8758/CE) - Processo 0275030-80.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reintegração de Posse - REQUERENTE: Antonio Marcio Ferreira de Sousa - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 15:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTImOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS (OAB 5255/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: RAFAEL FARIAS CAVALCANTE (OAB 23994/CE), ADV: JEAN EFFERTON RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS (OAB 30960/CE) - Processo 0160347-06.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Moacir Batista Gurgel e outro - REQUERIDO: Cooperativa dos Transportes Autônomos de Passageiros do Estado do Ceará - Cootraps - TERCEIRO: Célio Nonato Rodrigues de Lima e outros - R.h Trata-se de uma Ação ordinária de Obrigação de Fazer proposta por MOACIR BATISTA GURGEL e MARIA ELZA DE LIMA GURGEL em face de COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - COOTRAPS, todos qualificados nos autos epigrafados. Depreende-se das fls. 1929 termo de audiência , na qual as partes postularam a suspensão do feito por 20 dias, período em que a promovida se comprometeu a designar Assembleia Geral, com a finalidade de propor a readmissão do promovido e posteriormente desistirem de todas as demandas envolvendo as partes. Diante do lapso temporal decorrido, havendo possibilidade de mudança da situação fática, hei por bem intimar as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem pedido de homologação de acordo ou desistência, sob pena do processo ser julgado no estágio em que se encontra.

EXPEDIENTES DA 26ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: ANGELA MARIA ELISBAO QUEIROZ DE OLIVEIRA (OAB 13048/CE), ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE) - Processo 0002833-68.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Naila Cirino do Nascimento - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A e outro - Vistos hoje.A fase postulatória encontra-se superada e, ao que parece, o processo admite julgamento no estado em que se encontra (art. 355, CPC).Entretanto, de forma a evitar eventuais alegações futuras de cerceamento de defesa, determino a intimação dos demandantes para, em até 15 dias, informarem se desejam produzir prova em audiência ou outra de natureza distinta, especificando o tipo de prova e sua consequente finalidade.Ainda, considerando a disposição do art. 139, V, do CPC e com o objetivo de desenvolver uma cultura de paz e pacificação social, voltada para a solução de conflitos por meio de um procedimento célere e simplificado, determino a intimação das partes, por seus advogados, para, no mesmo prazo acima concedido, apresentarem nos autos, querendo, proposta concreta de acordo ou termo de transação para devida homologação judicial, ou ainda, informarem se desejam participar de audiência de conciliação, nos mesmos moldes.Caso não haja nenhum requerimento de produção de provas ou manifestação favorável à audiência de conciliação, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime(m)-se via DJE.

ADV: JOAO MARCELO RODRIGUES E SILVA (OAB 19879/CE) - Processo 0170536-09.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Aramis Paiva Monteiro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará: Cumpra-se a sentença de fls. 203/2010 nos seguintes termos: "...Na hipótese de interposição de apelo, por não haver mais o juízo de prelibação nesta Instância (art. 1.010 do Código de Processo Civil), sem necessidade de nova conclusão, intime-se a parte recorrida para oferecer contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. E, em havendo recurso adesivo, também deverá ser intimado o adverso para resposta em 15 (quinze) dias. Após tais providências, remetam-se os autos ao Egrégio Juízo ad quem com as nossas homenagens." Exp. Nec.

ADV: JOSÉ LUIZ CORDEIRO SALDANHA (OAB 32942/CE), ADV: JOEL FERREIRA VAZ FILHO (OAB 169034/SP), ADV: PAULO FERNANDO AGUIAR QUINTANILHA (OAB 90970/RJ) - Processo 0185754-43.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Cláudia Souza Castelo Branco Diniz - REQUERIDO: Inbrands S.a. - ISTO POSTO, julgo PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL para, mitigando o princípio da força obrigatória dos contratos, alterar o acerto firmado entre as partes de forma que a quitação do valor devido pendente seja efetivada pelo pagamento da quantia de R$ 25.774,74, devidamente corrigida pelo INPC, a partir da data de 16/11/2018, com incidência de juros de mora, de 1% ao mês, na forma simples, a partir da citação, RESTANDO EXTINTO O PRESENTE FEITO, nos termos do artigo 487, I do CPC. Em razão da sucumbência, arcará a parte ré com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez

por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º do CPC. Por fim, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil. Na hipótese de interposição de apelo, por não haver mais o juízo de prelibação nesta Instância (art. 1.010 do Código de Processo Civil), sem necessidade de nova conclusão, intime-se a parte recorrida para oferecer contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. E, em havendo recurso adesivo, também deverá ser intimado o adverso para resposta em 15 (quinze) dias. Após tais providências, remetam-se os autos ao Egrégio Juízo ad quem com as nossas homenagens. Após o trânsito em julgado, considerando o teor dos artigos 2º e 3° da Portaria Conjunta n° 428/2020/PRES/CGJCE, publicada no Diário da Justiça no dia 05/03/2020, páginas 15/18, verifique-se o recolhimento das custas devidas e, caso efetivado, arquivem-se os autos. Caso pendente o recolhimento, intime-se a parte para tanto, no prazo de 15 dias, ciente de que, em caso de não atendimento, o valor do débito atualizado, apurado nos termos do artigo 3º da Portaria referida, será enviado à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará para a devida inscrição na dívida ativa e regular cobrança o débito. Certificado o trânsito em julgado e, ainda, visando os princípios da economia e celeridade processual, deverá a parte autora dar início ao cumprimento de sentença, em até 30 dias. Decorrido o prazo supra sem providência, arquivem-se P.I.C. Exp.Nec.

ADV: JOSÉ IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0259375-68.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Margarida dos Santos Silva Matias - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil - Vistos hoje. A fase postulatória encontra-se superada e, ao que parece, o processo admite julgamento no estado em que se encontra (art. 355, CPC). Entretanto, de forma a evitar eventuais alegações futuras de cerceamento de defesa, determino a intimação dos demandantes para, em até 15 dias, informarem se desejam produzir prova em audiência ou outra de natureza distinta, especificando o tipo de prova e sua consequente finalidade. Ainda, considerando a disposição do art. 139, V, do CPC e com o objetivo de desenvolver uma cultura de paz e pacificação social, voltada para a solução de conflitos por meio de um procedimento célere e simplificado, determino a intimação das partes, por seus advogados, para, no mesmo prazo acima concedido, apresentarem nos autos, querendo, proposta concreta de acordo ou termo de transação para devida homologação judicial, ou ainda, informarem se desejam participar de audiência de conciliação, nos mesmos moldes. Caso não haja nenhum requerimento de produção de provas ou manifestação favorável à audiência de conciliação, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime(m)-se via DJE.

ADV: LUIZA NATALY BANDEIRA MACIEL (OAB 44713/CE) - Processo 0278485-53.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Comissão - REQUERENTE: Indique Telecom e Serviços Ltda - Dessa maneira, indefiro os benefícios da gratuidade da justiça, em virtude da ausência de comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, com fundamento no art. 290 do CPC. Exp. Nec.

ADV: LARA COSTA DE ALMEIDA (OAB 18775/CE), ADV: FRANCISCO WELVIO URBANO CAVALCANTE (OAB 14814/CE) - Processo 0758415-90.2000.8.06.0001 - Despejo por falta de pagamento - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Silva Uchoa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo: Cumpra-se a decisão de fls. 202, nos seguintes termos: " efetivada a transferência aludida, expeçam-se os alvarás, na forma requerida às fls. 193/194, considerando a Portaria nº 557/2020 da Presidência do TJCE, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais, devendo os referidos valores serem transferidos para a conta do Banco do Brasil S/A, agência nº 1769-8, conta nº 605.676-8, de titularidade de APSA Administração Predial e Negócios Imobiliários S/A, CNPJ 28.350.338/0001-92, conforme requerido. Após a expedição dos alvarás, encaminhem-se via e-mail à agência bancária correspondente, conforme determina a Portaria nº 557/2020, publicada no Diário da Justiça do dia 02/04/2020. Na sequência, intime-se a parte credora para apresentar demonstrativo do valor devido, atualizado, considerados os valores efetivamente recebidos, em até 15 dias, requerendo o que entender de direito. Intimem-se. Exp. Nec." Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0194512-79.2016.8.06.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Casablanca Turismo e Viagens Ltda - Vistos hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre os resultados das pesquisas de fls. 337/342 e requerer o que entender de direito. Exp. Nec.

ADV: CARLA MARIA MARQUES LEAL (OAB 9492/CE), ADV: VANIA LEAL CHAGAS PARENTE (OAB 15834/CE) - Processo 0202352-33.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Centro Comercial Barros Leal - Vistos hoje. Em que pese a possibilidade de deferimento do benefício da gratuidade da justiça a pessoas jurídicas, tal concessão requer a demonstração documental da necessária hipossuficiência econômico-financeira. Diante disso, intime-se a parte autora para fins de emenda à inicial, em até 15 dias, devendo trazer aos autos a comprovação da alegada hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade formulado. Intime-se via DJE.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0205794-41.2021.8.06.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre os resultados das pesquisas de fls. 161/177 e requerer o que entender de direito. Exp. Nec.

ADV: DANNY MEMORIA SOARES (OAB 30539/CE) - Processo 0240044-37.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Gran Felicita Residence Clube - Vistos hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre os resultados das pesquisas de fls. 294/298 e requerer o que entender de direito. Exp. Nec.

ADV: RAYANA SILVEIRA VASCONCELOS DIAS (OAB 50516/PE) - Processo 0283299-11.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Saúde - REQUERENTE: Yasmim Pinheiro de Vasconcelos e outro - Vistos hoje. Analisada a inicial e a documentação que a instrui, verifica-se que a advogada da parte autora, Dra. Rayana Silveira Vasconcelos Dias, inscrita na OAB/CE nº 50.516, não possui procuração nos autos outorgada pela requerente Yasmin Pinheiro Vasconcelos. Assim, intime-se a parte autora para, em até 15 (quinze) dias, regularizar sua representação processual, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fundamento nos arts. 104 c/c 320, ambos do CPC. Intime-se.

ADV: FRANCISCO WAGNER MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 39034/CE) - Processo 0285782-14.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio Carlos Gregorio da Silva - Vistos hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre os resultados das pesquisas de fls.

37/41 e requerer o que entender de direito. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: FRANCISCO HERBET DE MELO MACHADO (OAB 22894/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE), ADV: LUCIO FLAVIO FERREIRA PIMENTEL (OAB 11734/CE), ADV: NATALY KARINE ALBUQUERQUE DE CASTRO (OAB 13884/CE), ADV: LUCIO FLAVIO VIEIRA PICANÇO (OAB 17332/CE), ADV: MARCEL COELHO LEANDRO (OAB 8399B/PI), ADV: ANDRESSA LICAR FERNANDES (OAB 9459/MA) - Processo 0145764-11.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neci Bispo Beserra e outro - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A e outro - Vistos hoje. Intimem-se as partes para, em até 5 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da petição de fls. 794/796. Intime(m)-se.

ADV: RICARDO CESAR VIEIRA MADEIRO (OAB 17932/CE), ADV: FELIPE DOS REIS BARROSO (OAB 9852/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0156626-80.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: José Mauro de Souza e outro - REQUERIDO: Unimed de Fortaleza Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Jurandir Moraes Picanço Neto - Vistos hoje. De início, necessário se faz a regularização do polo ativo da demada, de forma a dotar o feito da regularidade processual necessária e devida. Assim, analisados os autos, tem-se da petição de fls. 692/693, o requerimento de habilitação dos herdeiros, instruída aquela com os documentos de fls. 694/843 seguintes, dentre os quais a certidão de óbito, às fls. 694 respectiva. Assim, considerando o pedido de habilitação formulado pelos sucessores da parte autora, suspendo o curso do feito, na forma determinada pelo artigo 689 do CPC , bem como determino a citação da parte acionada para se pronunciar no prazo de 05 dias, nos termos do artigo 690 seguinte. Ultimada a providência acima, voltem-me conclusos. Intimem-se. Exp. Nec.

EXPEDIENTES DA 27ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 27ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: NIDIANNE RAMOS DE ALMEIDA (OAB 26914/CE), ADV: MARILIA ARAUJO GOMES (OAB 23089/CE) - Processo 0123221-82.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Jose William Fontinele Frota e outro - Diante do exposto, com fundamento nos normativos supracitados, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para o fim de DECLARAR a extinção da garantia hipotecária que grava o imóvel, constante na AV-01 da matrícula 94.627 do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona da Comarca de Fortaleza-Ce, DETERMINANDO O CANCELAMENTO da referida garantia hipotecária. Expeça-se, oportunamente, o competente mandado. Em razão da sucumbência, arcará a ré com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em 10% sobre o valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Transitado em julgado, nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos observando-se as formalidades legais.

ADV: ANA CAROLINA MARTINS DOS SANTOS (OAB 20303/CE), ADV: LAÍS BENITO CORTES DA SILVA (OAB 415467SP), ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE), ADV: MARIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 6764/CE) - Processo 0259975-89.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERENTE: José Valter Liberato de Moura, - REQUERIDO: OI S.A. - Pelo exposto, com fundamento nos normativos supracitados, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora em custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme previsão contida no art. 85, §2º, do CPC, cuja exigibilidade resta suspensa por força da gratuidade de justiça deferida no despacho de fl. 36. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0275933-18.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Vistos hoje. Efetivado o pagamento das guias de fls. 78/80, conforme certificado à fl. 82, observará o requerente, para fins de eventual restituição, o disposto no art. 35 da Resolução nº 23/2019-OETJCE, disponibilizada na imprensa oficial em 17/10/2019 (dezessete de outubro de dois mil e dezenove), uma vez que aparentemente recolhidos em dobro os valores devidos a título de custas iniciais. Fl. 92: defiro, com fundamento no art. 313, II, do Código de Processo Civil, o pedido ali contido, suspendendo o processo pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar desta data. Decorrido tal prazo, com ou sem manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos para impulso oficial. Ciência desta decisão ao requerente, via imprensa oficial. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO ALBUQUERQUE LOPES (OAB 26053/CE), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142/CE) - Processo 0281342-72.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosy Kayth Rodrigues do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos hoje. Defiro o pedido de gratuidade da justiça. Não há no momento elementos de convicção que permitam a análise da tutela provisória como pedido liminar, fazendo-se necessário a prévia citação da parte requerida e sua resposta, a fim de se verificar com mais exatidão a probabilidade do direito trazido à cognição judicial. Por isso, indefiro o pedido liminar, ressalvando nova análise da questão posteriormente, com a presença de melhores elementos de convicção. À Secretaria para enviar estes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Fórum Clóvis Beviláqua, para realização de audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil. Cite-se a parte requerida, na forma e com as advertências dos arts. 334 e 335 do Código de Processo Civil, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da audiência, bem como se intime a autora, na pessoa de seu advogado, para comparecer à audiência. Expedientes necessários.

ADV: CAROLINA BARRETO ALVES COSTA FREITAS (OAB 21484/CE) - Processo 0289556-52.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emanuelle Sales Barbosa - Vistos hoje. Defiro o pedido de gratuidade da justiça. À Secretaria para enviar estes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Fórum Clóvis Beviláqua, para realização de audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil. Cite-se a parte requerida, na forma e com as advertências dos arts. 334 e 335 do Código de Processo Civil, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da audiência, bem como se intime a autora, na pessoa de seu advogado, para comparecer à audiência. Expedientes necessários.

ADV: RICARDO DA SILVA ARAUJO (OAB 41213/CE) - Processo 0290427-82.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Diego Costa Bezerra e outros - Vistos hoje. Defiro o pedido de gratuidade da justiça. Trata-se

de ação de exigir contas, regulada nos arts. 550 e seguintes do Código de Processo Civil. Não há no momento elementos de convicção que permitam a análise da tutela provisória como pedido liminar, fazendo-se necessário a prévia citação da parte requerida e sua resposta, a fim de se verificar com mais exatidão a probabilidade do direito trazido à cognição judicial. Por isso, indefiro o pedido liminar, ressalvando nova análise da questão posteriormente, com a presença de melhores elementos de convicção. Cite-se o réu para que preste as contas exigidas por meio da ação ou ofereça contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Prestadas as contas, intime-se a parte autora para fins de impugnação, com prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 28ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: LUIZA MAGDALENA WANDERLEY DE CASTRO DANTAS (OAB 25436/CE) - Processo 0235885-17.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: José Wilfred Andrade Alcoforado Filho - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: LUIZA MAGDALENA WANDERLEY DE CASTRO DANTAS (OAB 25436/CE) - Processo 0235885-17.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: José Wilfred Andrade Alcoforado Filho - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: BRUNO LUIS MAGALHAES ELLERY (OAB 24636/CE), ADV: FRANCISCO GUSTAVO PINHEIRO JUNIOR (OAB 40022/CE), ADV: EDILBERTO CAVALCANTE PORTO NETO (OAB 42260/CE) - Processo 0232236-44.2021.8.06.0001 - Monitória - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Medica Ltda - REQUERIDO: Centro de Ensino Superior de Ceara - R.H Insto às partes a uma composição da lide, assinalando-lhes o prazo de 10 (dez) dias, para apresentação de proposta ou o termo de transação para a devida homologação judicial. No caso de ausência de interesse em transacionar amigavelmente, devem as partes, em igual prazo, especificarem as provas que porventura pretendam produzir, motivando-as, caso não entendam tratar-se de julgamento antecipado. Transposto o lapso temporal, sem manifestação, anuncio de logo o julgamento da lide no estado em que se encontra (art. 355, I, CPC). Expedientes necessários

JUÍZO DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: CRISTIAN ABREU DUARTE (OAB 19855/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0000119-77.2004.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edilene Americo Silva - REQUERIDO: Porto Freire Engenharia e Incorporação Ltda - R.H. Compulsando os autos, verifico que razão assiste ao

promovido, vez que a intimação da sentença fora direcionada ao advogado anteriormente habilitado, razão pela qual, chamo o feito a ordem para tornar nulo os atos praticados apos a prolação da sentença Determino que a sentença de fls. 268/279 seja republicada, desta feita em nome do causídico indicado pela promovida na procuração/substabelecimento de fls. 223/224 (Dr. MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO, inscrito na OAB/CE 23.495). Concomitantemente, determino que a SEJUD proceda o desarquivamento dos autos; tornando sem efeito a certidão de transito em julgado de fls. 282 e de arquivamento de fls. 283. Expedientes necessários.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0000119-77.2004.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Porto Freire Engenharia e Incorporação Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, republique-se a sentença de fls. 268/279 em nome do causídico indicado pela promovida na procuração/substabelecimento de fls. 223/224, Dr. MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO. "Ante o exposto, por tudo o que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, para: a) Reconhecer a ilegitimidade ativa da Autora para pleitear a apresentação dos documentos comprobatórios de nomeação do conselho provisório de condomínio, bem como os que instituíram o conselho permanente, a declaração de ilegalidade da revisão orçamentária, a rescisão contratual, a devolução integral dos valores pagos, a repetição do indébito dos valores ilegais cobrados; b) Condenar a Promovida ao pagamento de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), os quais deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da data desta sentença (Súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. Consequentemente, extingo o feito com resolução do mérito, no que concerne aos danos morais, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a Promovida em custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. Transitada em julgado, arquivem os autos com as baixas de estilo. PUBLIQUE. REGISTRE-SE. INTIME-SE."

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0112510-47.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - R. h. Desarquivem-se os presentes autos Dê-se cumprimento a sentença, nos termos dos arts. 513 e 523 e seguintes do CPC/2015. Intime-se a parte vencida para, em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação de acordo com os cálculos apresentados, sob pena de incidência da multa e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre referida quantia nos termos previsto no § 1.º do 523 do CPC, ou oferecer impugnação no prazo e nos termos do art. 525 do mesmo diploma legal. Transcorrido, o lapso temporal sem manifestação, certifique-se e intime-se o exequente para requerer o que melhor lhe aprouver, no prazo de dez (10) dias. Expedientes necessários.

ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE), ADV: ALEXANDRE BARBOSA COSTA (OAB 30098/CE) - Processo 0246513-02.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0168544-76.2018.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Acrizio Sabino Monteiro e outro - REQUERIDO: Hapvida Assistencia Medica Ltda - Intimem-se ainda as partes, através de seus Advogado (via DJE), para ficarem cientes da nomeação do perito e advertidas do prazo legal de 15 (quinze) dias para eventual impugnação da nomeação, bem como apresentação dos quesitos e indicação de assistente técnico.

ADV: ANTÔNIO LEONARDO FERREIRA SANTOS (OAB 43623/CE) - Processo 0279844-38.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Davi Nobre de Sousa - Destarte, por não vislumbrar, no presente momento, a existência de um dos requisitos essenciais a concessão da tutela antecipada, ou seja, a verossimilhança das alegações, por não ter sido apresentada prova jurídica idônea que traga a esta Magistrada o conhecimento material suficiente para o convencimento da situação fática que lhe foi submetida no tocante a probabilidade do direito do promovente, INDEFIRO, a pretendida antecipação de tutela, no presente momento processual, esclarecendo contudo, que acaso surjam novos fatos ou documentos nada obsta que haja a reapreciação da tutela ora indeferida. Deixo de designar a audiência de conciliação, no presente momento processual, em virtude da experiência e da prática diárias na seara judiciária pátria, constatou-se que havendo o desinteresse em conciliar por uma das partes, referido ato resulta invariavelmente em malogro total, representando uma afronta aos princípios da celeridade e economia processual, contudo, nada impede que haja, posteriormente, a tentativa de composição amigável. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, contudo advirto ao promovente que tal benefício não abrange as multas processuais, consoante preceituado no § 4º. do art. 98 do CPC. Cite o promovido para contestar, com urgência. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 29ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: HESIODO GADELHA CASTELO BARROS (OAB 25832/CE), ADV: FELIPE PORTO BASTOS (OAB 27196/CE), ADV: NAZARENO DA SILVA MAIA (OAB 9521/CE), ADV: CLAUDIO ALIPIO DA SILVA (OAB 20915/PB) - Processo 0138670-46.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Suelí Cordeiro - REQUERIDO: Alpha Praia Hotel Ltda - Iola Reis de Souza - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, a Sejud para cumprir os expedientes determinados na certidão de fls. 250. Bem como, intimar via DJe os causídicos das partes para tomarem ciência do ato audiencial virtual, designado para o dia 03 de fevereiro de 2022 às 13:00h.

ADV: BRUNO AMARANTE SILVA COUTO (OAB 14487/ES) - Processo 0203300-72.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aquillis Santos de Almeida - Na análise percuciente do presente processado, denota-se a necessidade da parte autora comprovar o recolhimento das custas processuais na íntegra, apresentando as três vias dos emolumentos, nos moldes da Lei Estadual nº 16.132/2016, e Portaria 206/2017, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, como normatizado no artigo 290 da Lei Adjetiva Civil. Cumprido o acima ordenado e certificada a sua tempestividade, volte-me concluso para o impulso processual pertinente.

ADV: FRANCISCO RAIMUNDO MALTA DE ARAUJO (OAB 11817/CE) - Processo 0210825-76.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvia Cristina da Silva - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo o dia 17 de fevereiro de 2022 às 14:30h, para realização da audiência de conciliação determinada. Intimem-se as partes pessoalmente por AR e seus representes via DJe/

Portal Eletrônico.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: FRANCISCO MARCIO DA SILVA MOREIRA (OAB 32169/CE) - Processo 0215469-62.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Ana Paula Domingos Brito - REQUERIDO: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Medica Ltda - Isto posto e, por tudo que nos autos consta, DEFIRO a tutela provisória de urgência pretendida, intimando-se a instituição requerida, para que de forma imediata, INTIMANDO-SE a instituição requerida, para que autorize, forneça e custeie todas as despesas necessárias para realização de mais 06 (seis) meses de sessões de fisioterapia motora especializada com a técnica THERASUIT, para a promovente e demais cuidados circundantes, indicados e requisitados pelo médico competente para o ato, no prazo máximo de 05 (cinco), mantendo intacta a penalidade de aplicação de astreintes diária no valor de R$1.000,00 (um mil reais) até o limite de R$60.000,00 (sessenta mil reais), em caso de descumprimento do ora ordenado, computando-se a partir da ciência do ato intimatório do representante legal da ré direito sumular 410 do C.STJ), noticiando a efetivação da diligência, ex vi normativos do artigo 139, inciso IV, 297 e 536, todos do Digesto Processual Civil e 84 do Código de Defesa do Consumidor, tudo já como deliberado supra. Expeça-se o competente mandado com urgência e intimação dos doutos advogados habilitados. Empós façam os autos conclusos para sentença.

ADV: DAVI GURGEL DUMONT (OAB 39626/CE) - Processo 0240933-54.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kaio Renan Loreiro Lima - III. DISPOSITIVO Isto posto, com base no art. 485, VIII, CPC, HOMOLOGO o pedido de desistência formulado pela parte autora e extingo por sentença o processo sem resolução do mérito. Sem custas e sem honorários, haja vista que não foi formada a relação processual. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: RODRIGO MACEDO DE CARVALHO (OAB 15470/CE), ADV: MIGUEL ROCHA NASSER HISSA (OAB 15469/CE), ADV: RUI BARROS LEAL FARIAS (OAB 16411/CE), ADV: FRANCISCO HAROLDO RODRIGUES ALBUQUERQUE (OAB 1247/CE), ADV: HELIO LUNA ALENCAR (OAB 6452/CE), ADV: PEDRO FERNANDES DE QUEIROZ JÚNIOR (OAB 6452/RN) - Processo 0908734-50.2012.8.06.0001 (apensado ao processo 0546689-83.2012.8.06.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Antonio Alexandro da Silva - EMBARGADO: Odilon Aguiar Amorim - Fale a parte autora sobre as peças de pp. 398-401, em cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: CAMILA FERREIRA FERNANDES (OAB 29828/CE) - Processo 0220078-88.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Franquia - REQUERENTE: Sobrancelhas Design Participações Eireli - Intime(m)-se a parte autora sobre a devolução da deprecata, no prazo de 05(cinco) dias.

ADV: RODRIGO LEITE VIANA VASCONCELOS (OAB 21042/CE) - Processo 0261529-93.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fillipo Miatello - Intime(m)-se a parte autora sobre a documentação colacionada pela parte ré, no prazo de 05(cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: EDMILSON BARBOSA FRANCELINO FILHO (OAB 15320/CE), ADV: ARTHUR ALVARES DE QUEIROZ ARAÚJO NETO (OAB 12525/BA) - Processo 0029104-95.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Prelafe Construtora Ltda - REQUERIDO: Banco do Nordeste do Brasil S.a - Intime-se as partes para se manifestarem sobre a planilha de cálculos apresentada as fls. 814/822, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIO VALERIO GONDIM REGINALDO FALCAO (OAB 12008/CE) - Processo 0185212-25.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Clinica Otomédica Ltda Epp - Aguarde-se o transcurso do prazo do édito, o que deve ser certificado pela sejud e empós vão os autos ao Curador de Ausentes.

ADV: JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR (OAB 131443/SP) - Processo 0185774-68.2017.8.06.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fundação Getúlio Vargas - Renove-se o expediente citatório do promovido, como postulado aos fólios 118, autos, sem prejuízo da intimação da parte autora para proceder ao recolhimento dos emolumentos da diligência do aguazil, no prazo de 05(cinco) dias. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: FABIA DE ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 15400/CE), ADV: ALUISIO GURGEL DO AMARAL NETO (OAB 23848/CE) - Processo 0075151-54.2005.8.06.0001 (apensado ao processo 0055342-78.2005.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Apiguana Maquinas e Ferragens Ltda - Renove-se o expediente citatório do promovido, como postulado aos fólios 55, autos, sem prejuízo da intimação da parte autora para proceder ao recolhimento dos emolumentos da diligência do aguazil, no prazo de 05(cinco) dias. Expedientes Necessários.

ADV: RAIMUNDO SANDOVAL MESQUITA (OAB 5884/CE) - Processo 0203724-17.2022.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Marcileide Morais Dis e outro - É dever da parte autora expor o escorço fático e o seu mérito de forma pormenorizada.Ante as ponderações esposadas e como medida de celeridade e economia processual determino a emenda da exordial, com as seguintes medidas: - Expor de forma objetiva o escorço fático, a forma de aquisição da posse, a

área do imóvel total e edificada, a qualificação completa dos autores, dos confinantes e seus cônjuges, bem como se casarem forem, endereços, inclusive CEP e, de quem encontra-se registrado o bem usucapiendo ou quem detinham a posse anterior, inclusive requestando a devida citação, apresentado matrícula/transcrição do referido imóvel, caso existente, nos termos do § 3º. do artigo 246 do diploma processual civil, para fins citatório; - A descrição do imóvel na íntegra na peça exordial; - Colacionar contas dos órgãos públicos para comprovação do lapso temporal (IPTU, ENEL, CAGECE etc.) e do documento de aquisição do imóvel e quaisquer de suas formas, nas quais constem a requerente como a titular, com data inicial de sua titularidade, além de outros documentos que entenda pertinentes para a comprovação de sua posse ad Usucapionem;. -A planta planimétrica e o memorial descritivo do imóvel usucapiendo, inclusive indicando as coordenadas UTM SIRGAS2000, realizados por expert competente com a devida ART e identificação dos confinantes, nos moldes da legislação, para efeito de registro na serventia registral, sem futuras pendências do referido bem, nos termos do art. 216-A e 225 da Lei de Registros Publicos (Lei. 6.015/73). O suprimento das omissões antes apontadas, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de indeferimento da exordial, e, inclusive nos precisos termos do art. 485, inciso I e artigo 321, § único do CPC. Cumprido o acima ordenado e certificada a sua tempestividade, volte-me concluso para o impulso processual pertinente. Expedientes necessários.

ADV: EDMILSON BANDEIRA LIMA (OAB 29121/CE), ADV: BRUNO HENRIQUE DE LAVOR ARAUJO (OAB 31262/CE), ADV: FELIPE MEDEIROS FREITAS (OAB 32506/CE), ADV: CAMILA DE ALMEIDA BASTOS DE MORAES RÊGO (OAB 33667/PE) - Processo 0287877-17.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aristenio Batista Monteiro Filho - REQUERIDO: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 06 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 14:00h na sala virtual Cooperação 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODdhZmE0ZjQtNzMyYi00NTk5LWEyMWUtMWI2Y2YzMTEwYmZh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22601350f2-6962-4d67-8076-f5d56c2e3616%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2a5cff OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: WANDERLEY ROMANO DONADEL (OAB 18703/GO), ADV: SOCIEDADE DE ADVOGADOS ROMANO DONADEL ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 2169/MG) - Processo 0906654-45.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Intime(m)-se a parte autora para comprovar a a publicação do édito no DJe-Ce, no prazo de 05(cinco) dias.

EXPEDIENTES DA 30ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0109/2022

ADV: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇAO (OAB 24263/CE) - Processo 0117305-04.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antono Ernaldo da Silva Coelho - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvará, na forma requerida na petição de fls.128/129, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE de 02/04/2020. Expeçam-se dois alvarás judiciais: o primeiro para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$2.617,33 (dois mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e três centavos) e acréscimos legais, referente à condenação imposta na sentença, em favor da parte autora, Antônio Ernaldo da Silva Coelho, CPF 029.864.663-38, para a Agência 0613, Conta poupança 75789-0, Operação 013, da Caixa Econômica Federal, depositado na CEF, agência 4030, operação 040, conta judicial 01807374-7, conforme comprovante de fls.121. E o segundo referente aos honorários de sucumbência, arbitrados na sentença e os contratuais, conforme cópia do contrato anexado às fls.130, no valor total de R$2.006,61(dois mil e seis reais e sessenta e um centavos) , e acréscimos legais, em prol de seu Advogado, Dr.Gustavo Rodrigo Maciel Conceição, CPF nº 667.610.853-49, para a Agência 0035, Conta Corrente 82.036-8 da Caixa Econômica Federal, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01807374-7, conforme comprovante de fls.121. Após, o Gabinete proceda o envio dos alvará para o e-mail: “ag4030@caixa.gov.br”, conforme determinado na Portaria 557/2020. Custas recolhidas pela promovida, às fls.123/125. Após, arquivem-se.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0118521-97.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Anderson Pinheiro Saldanha - Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.199, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE de 02/04/2020. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA dos valores de R$619,84 (seiscentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) e de R$1.000,00 (um mil reais), totalizando o valor de R$1.619,84 (Hum mil seiscentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de seu Advogado, Dr. Rafael de Sousa Rezende Monti, OAB-CE 18044, CPF 948.672.326-53, para a Caixa Econômica Federal, Agência 4030, operação 001 Conta corrente 21161-6, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls.12, depositados na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, nas Contas Judiciais: 01829349-6 e 01901095-1 , conforme comprovantes de fls.154 e 189, respectivamente. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: “ag4030@caixa.gov.br”, conforme determinado na Portaria 557/2020. As custas processuais finais foram prejudicadas, conforme parte final da sentença de fls.139/144. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, pelos Correios, através de carta com aviso de recebimento (A.R), informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após, arquivem-se os autos.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0127413-29.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: André Geraldo Torres e outro - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvarás na forma requerida na petição de fls.328/329 com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE

DE 02/04/2020. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$1.876,91 (hum mil oitocentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos) e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de Cavalcante e Montenegro Sociedade de Advogados CNPJ 21.667.014/0001-33, para o Banco Itaú Unibanco S/A, Agência 1649, C/C 36855-0 que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls.07, depositado na CEF, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01903629-2, conforme comprovante de fls.290. E um segundo alvará referente aos honorários sucumbenciais, no valor de R$187,69 (cento e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos) e acréscimos legais, no nome de Cavalcante e Montenegro Sociedade de Advogados CNPJ21.667.014/0001-33, para o Banco Itaú Unibanco S/A, Agência 1649, C/C 36855-0, depositado na CEF, Agência: 4030, na Conta Judicial:01903629-2, conforme comprovante de fls.290. Após, o Gabinete proceda o envio dos alvarás para o e-mail: "ag4030@caixa.gov.br", conforme determinado na Portaria 557/2020. Custas prejudicadas, conforme sentença de fls.176/183. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, por carta com aviso de recebimento, (A.R.)elos mesmos meios em que foi obtida sua intimação à perícia, informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após, arquivem-se os autos

ADV: PALOMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 41420/PE), ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0127463-16.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Heleno Nogueira de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Intimem-se as partes para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo pericial acostado aos autos, nos termos do art 477, § 1º, CPC. Faculto às partes, em igual prazo, apresentarem proposta de acordo para possível homologação. Em caso de transcurso de prazo sem quaisquer manifestações, dou por encerrada a fase instrutória, devendo os autos seguirem conclusos ao juiz ora despachante para julgamento,ante o motivo de metas a serem atingidas e sem ferimento ao juízo natural.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0153065-14.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Lucilanio Pessoa - R.H. O promovente foi devidamente intimado, através de seu advogado, para informar os dados exigidos na portaria 557/2020 e possibilitar a expedição de alvará, às fls.303/304. Conforme certidão de fls.305, decorreu o prazo legal e nada foi apresentado ou requerido. Arquivem-se os presentes autos, sem prejuízo, de a qualquer momento, seu advogado possa requerer a expedição do alvará para levantamento da quantia a que faz jus. Intime(m)-se.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0168388-59.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Francisco Brendon Ferreira Veras - R.H. Processo julgado e transitado, conforme certidão de fls.189, em fase de cumprimento de sentença. A promovida, às fls.175/179, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar bem como o comprovante de pagamento. Às fls.182/188, anexou comprovante do pagamento das custas processuais finais. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC, sob pena de arquivamento dos autos. Considerando a Portaria N.º 557/2020 do TJCE, publicada no DJE do dia 02/02/2020, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 27112/PE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0186774-35.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Nilson Freitas da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Intimem-se as partes para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo pericial acostado aos autos, nos termos do art 477, § 1º, CPC. Faculto às partes, em igual prazo, apresentarem proposta de acordo para possível homologação. Em caso de transcurso de prazo sem quaisquer manifestações, dou por encerrada a fase instrutória, devendo os autos seguirem conclusos ao juiz ora despachante para julgamento,ante o motivo de metas a serem atingidas e sem ferimento ao juízo natural.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0189005-45.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA DE AQUINO DE SOUSA - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE), ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE), ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0201090-19.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Mary Anne Oliveira Damasceno - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando que o promovente deixou de atender ao disposto no art. 373, I, do Código de Processo Civil, que trata no ônus da prova e que é incumbência da parte autora, hei por bem julgar improcedente o pedido, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, I, do mesmo Diploma Legal. Deixo de condenar o promovente nas custas processuais, em face da isenção legal. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da indenização pleiteada, cuja cobrança fica suspensa pelo prazo de até 5 (cinco) anos, por força do art. 98, § 3°, do CPC. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0217507-23.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos Antonio Ferreira Gomes - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A e outro - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: THAYNARA DANTAS RODRIGUES NAZARO GUIMARÃES (OAB 40842/CE), ADV: IAGO NAZARO GUIMARÃES SERRA (OAB 39695/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0271982-50.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Washington Nunes Barroso - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando que o promovente deixou de atender ao disposto no art. 373, I, do Código de Processo Civil, que trata no ônus da prova e que é incumbência da parte autora, hei por bem julgar improcedente o pedido, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, I, do mesmo Diploma Legal. Deixo de condenar o promovente nas custas processuais, em face da isenção legal. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da indenização pleiteada, cuja cobrança fica suspensa pelo prazo de até 5 (cinco) anos, por força do art. 98, § 3°, do CPC. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: SARA CAMPELO SOMBRA (OAB 23562/CE) - Processo 0273588-79.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Pedro Paulo Duarte Sales - R. H. Intime-se a parte promovente, por seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação (art. 350 e 351 CPC). Decorrido o prazo acima anotado, com ou sem manifestação da parte autora, encaminhem-se os autos para realização de perícia médica na parte requerente.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 27112/PE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0274438-70.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Gilclenio de Sousa Farias - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Intimem-se as partes para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo pericial acostado aos autos, nos termos do art 477, § 1º, CPC. Faculto às partes, em igual prazo, apresentarem proposta de acordo para possível homologação. Em caso de transcurso de prazo sem quaisquer manifestações, dou por encerrada a fase instrutória, devendo os autos seguirem conclusos ao juiz ora despachante para julgamento,ante o motivo de metas a serem atingidas e sem ferimento ao juízo natural.

ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE) - Processo 0275122-58.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Darcio Firmino Verçosa - R. H. Intime-se a parte promovente, por seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação (art. 350 e 351 CPC). Decorrido o prazo acima anotado, com ou sem manifestação da parte autora, encaminhem-se os autos para realização de perícia médica na parte requerente.

ADV: RENATO MOREIRA MARTINS (OAB 20807/CE) - Processo 0275158-03.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Geanne Estevam Paulino - R. H. Intime-se a parte promovente, por seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação (art. 350 e 351 CPC). Decorrido o prazo acima anotado, com ou sem manifestação da parte autora, encaminhem-se os autos para realização de perícia médica na parte requerente.

ADV: PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE) - Processo 0451597-15.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Edmar de Souza e outro - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.345, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE de 02/04/2020. Expeçam-se dois alvarás judiciais; O primeiro para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$10.452,30 (dez mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos) , e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de seu Advogado, Dr. Paulo Ricardo Marinho Timbó, OAB-CE 15.285, CPF 408.481.323-00, para a Agência 2572, Conta poupança 1010043-7, do Banco Bradesco, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls.20, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030 na Conta Judicial: 0189445-4, conforme comprovante de fls.317. E o segundo alvará, referente ao honorários sucumbenciais, no valor de R$873,77 (oitocentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos) e acréscimos legais, em favor do Advogado, Dr. Paulo Ricardo Marinho Timbó, OAB-CE 15.285, CPF 408.481.323-00, na Conta poupança 1010043-7, Agência 2572, do Banco Bradesco, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030 na Conta Judicial:0189445-4, conforme comprovante de fls.317. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: “ag4030@caixa.gov.br”, conforme determinado na Portaria 557/2020. A promovida realizou o pagamento das custas processuais finais, às fls.323/329. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através de carta de intimação com aviso de recebimento (A.R.), informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Intimem-se.

ADV: PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE) - Processo 0486933-17.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Maria de Lourdes Azevedo Albuquerque - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.207, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE de 02/04/2020. Expeçam-se dois alvarás judiciais: O primeiro para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$4.365,63 (qutro mil trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos), e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de seu Advogado, Dr. Paulo Ricardo Marinho Timbó, OAB-CE 15.285, CPF 408.481.323-00, para a Agência 2572, Conta poupança 1010043-7, do Banco Bradesco, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls.14, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030 na Conta Judicial: 01803495-4, conforme comprovante de fls.193. E o segundo alvará, referente ao honorários sucumbenciais, no valor de R$436,56 (quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos) e acréscimos legais, em favor do Advogado, Dr. Paulo Ricardo Marinho Timbó, OAB-CE 15.285, CPF 408.481.323-00, na Conta poupança 1010043-7, Agência 2572, do Banco Bradesco, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030 na Conta Judicial:01803495-4, conforme comprovante de fls.193. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: “ag4030@caixa.gov.br”, conforme determinado na Portaria 557/2020. A promovida realizou o pagamento das custas processuais finais, às fls.323/329. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através de carta de intimação com aviso de recebimento (A.R.), informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Intimem-se.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE), ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE) - Processo 0890433-84.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Jose Belo da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0110/2022

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0141691-64.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ivaldo Pinto Veras - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.205, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE DE 02/04/2020. Expeça-se alvará judicial para que a CEF, PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$1.282,06 (um mil e duzentos e oitenta e dois reais e seis centavos), e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de sua Advogada, Dra Fabiana Negreiros de Azevedo, OAB-CE 35.010, CPF 046.013.703-45, C/C 30215-5, Agência 1888, operação 001, da CEF, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme substabelecimento de fls.113, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01901953-3, conforme comprovante de fls.197. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: "ag4030@caixa.gov.br", conforme determinado na Portaria 557/2020. Custas processuais pagas pela promovida, às fls.188/194. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através dos Correios, por carta com aviso de recebimento (A.R) informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após, arquivem-se os autos.

ADV: ABELMAR RIBEIRO DA CUNHA NETO (OAB 30204/CE) - Processo 0162797-82.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Ivanice da Silveira e outro - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.196/197, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE de 02/04/2020. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$1.701,74 (mil setecentos e um reais e setenta e quatro centavos), e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de seu Advogado, Dr. Abelmar Ribeiro da Cunha Neto, OAB-CE 30.204, CPF 994.876.753-53, Conta 6285724-1, Agência 0001, do Banco (260) NUBANK, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls. 15, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01887112-0, conforme comprovante de fls.185. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: "ag4030@caixa.gov.br", conforme determinado na Portaria 557/2020. A promovida anexou aos autos o comprovante das custas processuais finais, às fls.186/192. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através de carta com aviso de recebimento (A.R), informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após, arquivem-se os autos.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0168373-56.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: João Paulo Egídio da Silva - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.313, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE DE 02/04/2020. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$6.575,43 (seis milquinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) , e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de seu Advogado, Dr. Rafael Souto Ataíde Gomes, OAB-CE 21.725, CPF 009.313.395-29, para a CEF, Agência 0619, operação 001, C/C 31068-2, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme substabelecimento de fls.14, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01893098-4, conforme comprovante de fls.255. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: "ag4030@caixa.gov.br", conforme determinado na Portaria 557/2020. Custas processuais pagas pela promovida, às fls.262/268. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através dos Correios, por carta com aviso de recebimento (A.R) informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após, arquivem-se os autos.

ADV: PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0185456-27.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: ANTONIO PATRICIO TEIXEIRA DA ROCHA - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Defiro o pedido de desarquivamento dos autos, pois existe recurso de apelação interposto pelo promovente, às fls.125/128 ainda não recebido por este Juízo Defiro também os pedidos de expedição de alvarás de valores incontroversos, na forma requerida na petição de fls.143/144, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE de 02/04/2020. Expeçam-se dois alvarás judiciais; O primeiro para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$5.651,77 (cinco mil seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos) , e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de seu Advogado, Dr. Paulo Ricardo Marinho Timbó, OAB-CE 15.285, CPF 408.481.323-00, para a Agência 2572, Conta poupança 1010043-7, do Banco Bradesco, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls.15 depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030 nas Conta Judicial 01789314-7, conforme comprovante de fls.132. E o segundo alvará, referente ao honorários sucumbenciais, no valor de R$565,18 (quinhentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos) e acréscimos legais, em favor do Advogado, Dr. Paulo Ricardo Marinho Timbó, OAB-CE 15.285, CPF 408.481.323-00, na Conta poupança 1010043-7, Agência 2572, do Banco Bradesco, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030 na Conta Judicial: 01789314-7, conforme comprovante de fls.132. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: "ag4030@caixa.gov.br", conforme determinado na Portaria 557/2020. A promovida realizou o pagamento das custas processuais finais, às fls.135/141. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através de carta de intimação com aviso de recebimento (A.R.), informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após, intime-se a promovida, para no prazo de 15 dias, apresentar suas contrarrazões e em seguida façam remessa dos presentes autos ao TJCE para apreciação do recurso de apelação.

ADV: ABELMAR RIBEIRO DA CUNHA NETO (OAB 30204/CE) - Processo 0190579-64.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Marcos de Souza Campos - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.235/236, com base na Portaria 557/2020 do TJCE, publicada no DJE de 02/04/2020. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$2.490,29 (dois mil quatrocentos e noventa reais e vinte e nove centavos), e de R$435,60 (quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), totalizando R$ 2.925,89 (dois mil novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos), e acréscimos legais, em favor da parte autora, no nome de seu Advogado, Dr. Abelmar Ribeiro da Cunha Neto, OAB-CE 30.204, CPF 994.876.753-53, Conta 6285724-1, Agência 0001, do Banco (260) NUBANK, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls. 14, depositados na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, nas Contas Judiciais: 01829309-7 e 01897421-3, conforme comprovantes de fls.147 e 207, respectivamente. Após, o Gabinete proceda o envio do alvará para o e-mail: "ag4030@caixa.gov.br", conforme determinado na Portaria 557/2020. A promovida anexou aos autos o comprovante das custas processuais finais, às fls.151/158.

Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através de carta com aviso de recebimento (A.R), informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após, arquivem-se os autos.

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0245742-24.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Marciano de Assis - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas carreadas aos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo, parcialmente, procedente o pedido formulado pela parte demandante, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, condenando a demandada no pagamento em favor da parte demandante na importância de R$ 1.181,25 (hum mil, cento e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), devendo esse valor ser acrescido de correção monetária com base no INPC, a partir da data do evento danoso (Súmula 580 do STJ), e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (426 do STJ), até a data do efetivo pagamento, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Considerando o princípio da sucumbência e por serem promovente e promovida vencedores e vencidos, defino o ganho de causa em favor da parte autora em 20% e em favor da promovida em 80%, o que servirá de norte para o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 15%, tudo com base no valor da condenação, nos termos do art. 86, do CPC, isentando, no entanto, o promovente dos ônus acima definidos por ser beneficiário da justiça gratuita, com observância do contido no art. 98, §3, do CPC. P.R.I. Após o transito em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem os autos.

ADV: JANAINA ROBERTO NUNES (OAB 11606/CE), ADV: REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE) - Processo 0274726-81.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Orlando Rodrigues Silva - R.H. Intime-se o(a) promovente, por seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecer réplica à contestação, nos termos dos arts. 350 e 351, do Código de Processo Civil.

ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE) - Processo 0276149-76.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Taiane Rocha Rodrigues - R. H. Intime-se a parte promovente, por seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação (art. 350 e 351 CPC). Decorrido o prazo acima anotado, com ou sem manifestação da parte autora, encaminhem-se os autos para realização de perícia médica na parte requerente.

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0111/2022

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE) - Processo 0178836-86.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rubens Feitosa Viana - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0112/2022

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE) - Processo 0178836-86.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rubens Feitosa Viana - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0113/2022

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE) - Processo 0186130-92.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Paulo Sergio Leite Paiva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB A1363/AM) - Processo 0244293-31.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Weinee Carvalhos Negreiros - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos

honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0114/2022

ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0137457-39.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Angelita Francisca do Nascimento e outro - R.H. A parte promovente não foi localizada para intimação da realização da perícia designada nos autos, tendo a certidão do oficial de justiça retornado com a informação "não localizei o número da residência" (fls. 152). Diante disso, intime-se o advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, informando nos autos o endereço correto e atual da parte promovente, a fim de que se possa dar prosseguimento ao feito, sob pena de julgamento improcedente do pedido, nos termos dos arts. 274, parágrafo único, 373, I, e 487, I, todos do Código de Processo Civil. Intime(m)-se.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0253534-29.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - ARROLANTE: David de Sousa Queiroz - ARROLADO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0256852-20.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - ARROLANTE: Manoel Tabosa da Silva - ARROLADO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus

da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0258792-20.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Graciane Moura Silveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0259594-18.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - ARROLANTE: Francisco Wellington Gomes - ARROLADO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja

efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0259856-65.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Alaisio Ferreira Araujo - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0262296-34.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Heleno Cardoso Lopes - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0265227-10.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Gomes de Barros - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das

08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0115/2022

ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0194845-94.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Joana Darc Rosa Dias - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - BRADESCO SEGUROS S/A - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0195802-27.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Rosemary Gomes de Souza e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as

provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0226097-76.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Emerson da Silva Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Investprev Seguradora S/A - R.H Designo, para realização da perícia, o 05/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0262365-32.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Gonçala Costa Diniz - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Designo, para realização da perícia, o 04/04/2022, a ser realizada em regime de mutirão, a partir das 08:00h e até às 11:00h (POR ORDEM DE CHEGADA), no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Intimar as partes: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia, por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para comparecimento ao exame (a teor do que já decidiu o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico e que a não apresentação dos documentos poderá trazer prejuízo ao resultado dos trabalhos periciais. Também é mais do que conveniente que o advogado providencie a ciência da parte da data, eis que, reconhecidamente, está havendo dificuldades na intimação das partes das datas designadas das perícias, até pelo princípio da cooperação. Cientificar, por igual, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado, e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, único), bem como que a sua ausência, sem justificativa razoável a ser fornecida até a data da perícia - , será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão. Registro, também, que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 9º e 10 do CPC. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Registro, igualmente, que, inobstante qual tenha sido a Seguradora indicada para o pólo passivo, será a mesma, de imediato, SUBSTITUÍDA pela SEGURADORA LÍDER, já que é esta quem gere o consórcio DPVAT e não haverá qualquer prejuízo à parte autora, ficando a cargo desta o pagamento dos honorários respectivos. Ademais, tal substituição trará benefícios ao Judiciário, eis que evitará a desnecessária emissão de cartas às Seguradoras, já que somente a SEGURADORA LÍDER é apta a receber citações e intimações por modo eletrônico. Também consigno, por fim, que, invariavelmente, as próprias Seguradoras requerem tal substituição. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO, se inexistente, da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma. Intimar, por fim, os representantes das

partes do teor do presente via publicação no DJ, bem como, se atuando no presente, a douta representante do Parquet.

EXPEDIENTES DA 31ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0101/2022

ADV: ANGELO OLIVEIRA DE ARAUJO (OAB 31895/CE) - Processo 0119598-73.2018.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Icarina Fernandes e outro - Vistos, etc. Acolho a habilitação da herdeira da parte autora de nome Icarina Fernandes, tendo em vista que a requerente demonstrou a qualidade de herdeira da falecida parte autora, por verificar que o caso dos autos não trata de direito material personalíssimo, e diante das renúncias dos demais herdeiros necessários da falecida autora. Assim, defiro o pedido de habilitação de pp. 235-237 da referida herdeira da parte autora, a qual passará a integrar o polo ativo da demanda. Proceda a Secretaria às alterações cadastrais necessárias, e depois retornem os autos conclusos visando ao prosseguimento do feito. Intimem-se as partes nas pessoas de seus advogados pelo DJe.

ADV: CARLOS JOSÉ FEITOSA SIEBRA NETO (OAB 28196/CE), ADV: HANIEL COELHO ROCHA SILVA (OAB 31523/CE) - Processo 0133976-39.2015.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Nemézio Girão Nobre - Defiro o pedido de p. 382, para determinar sejam realizadas diligências pelo Gabinete deste Juízo junto ao sistema RENAJUD, no sentido de obter informações sobre o atual endereço da parte acionada. Expeça-se ofício à CAGECE e envie-se e-mail à ENEL, solicitando informar o endereço atual da parte ré, para fins de citação. Após as respostas aos ofícios, apreciarei os demais ofícios solicitados. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: SUZANA DE VASCONCELOS BARROS MARUSSI (OAB 11028/CE), ADV: BRENO QUIRINO DE SOUZA (OAB 27257/CE) - Processo 0149647-97.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: José de Sousa Tomé Junior - REQUERIDO: Breno Quirino de Souza - A partir dos fatos e provas apresentados em consonância aos fundamentos jurídicos expostos, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTES os pedidos autorais. Ante a sucumbência do demandante, o condeno ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa, conforme preceituado pelo artigo 85 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado da sentença de mérito, ARQUIVEM-SE estes autos com as formalidades legais. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022.

ADV: DANIEL SOUSA PAIVA (OAB 16205/CE) - Processo 0189258-23.2019.8.06.0001 - Revisional de Aluguel - Direito de Preferência - REQUERIDO: Miguel Elpidio Dantas Silveira Junior e outro - PAT. PASS: Miguel Elpidio Dantas Silveira Junior - Diante da apelação interposta pela parte autora, intime-se a parte ré, na pessoa de advogado(a) pelo DJe, para oferecer suas contrarrazões, em quinze dias úteis, sob pena de preclusão.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0208932-26.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Auto Viação Fortaleza Ltda - Cite-se pelo correio com AR, no endereço indicado pela parte autora na petição de pp. 198-199, para contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: ANDRE SAMPAIO DE FIGUEIREDO (OAB 21485B/CE), ADV: CYNTHIA MARIA TAVARES FALCÃO (OAB 12589/BA), ADV: MERIANE DO NASCIMENTO ARAUJO PEREIRA (OAB 26277/CE) - Processo 0213894-63.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: MARCIO DA SILVA SANTOS e outro - REQUERIDO: ZANIAH EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outro - Assim, com fulcro no art. 1.022 do Código de Processo Civil, deixo de conhecer os presentes embargos de declaração, posto não estarem presentes quaisquer dos requisitos indicados pela lei, nem serem apropriados à rediscussão da lide, mantendo inalterada a decisão vergastada.

ADV: MARCO ROBERTO COSTA MACEDO (OAB 16021/BA), ADV: WESLEY VIEIRA DA SILVA (OAB 31513/CE) - Processo 0249194-08.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Nonato Calixto Alves - REQUERIDO: Tokio Marine Seguradora S.a. - Vistos, etc. Nos termos do artigo 357 do CPC, não sendo caso de indeferimento da inicial, e nem de julgamento antecipado do mérito, passo a proferir decisão de saneamento. Inexistem questões processuais pendentes a serem resolvidas, e nem questões de direito relevantes para a decisão do mérito a serem delimitadas. Fixo como pontos controvertidos da demanda apurar: se houve omissão ou inveracidade nas informações prestadas pela parte autora à seguradora ré sobre a causa do sinistro narrado na inicial; se as avarias nos veículos vistoriados possuem ou não nexo de danos com a dinâmica do sinistro relatado na exordial. Determino a inversão do ônus da prova requerida na inicial, com base no art. 373, § 1º, do CPC, por entender que se trata de caso em que é aplicável o Código de Defesa do Consumidor e por se tratar a parte autora de hipossuficiente, sendo caso de atribuir à parte promovida o ônus de provar que as informações prestadas pela parte autora para o requerimento da indenização pelo sinistro narrado possuem omissão e inveracidade. Defiro as provas requeridas, notadamente a produção de prova pericial, em sua modalidade indireta, por entender cabível e necessária ao esclarecimento dos fatos e ao deslinde da causa e nomeio Perito na área da Engenharia Mecânica, o Dr. JOSÉ ALFREDO FIRMEZA DE SOUSA, com endereço na Rua Osvaldo Cruz, 2011/901, CEP: 60125-048, Fortaleza-CE, jafirmeza@gmail.com, o qual deverá ser intimado via e-mail para, em cinco dias úteis, dizer se aceita o encargo e formular sua proposta de honorários. Os honorários periciais serão arcados pela parte promovida, que requereu a produção de perícia na petição de p. 187, conforme art. 95 do CPC. Intimem-se as partes sobre a nomeação, bem como para que formulem quesitos e indiquem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Ficam, desde já, advertidas às partes de que lhes incumbe avisar, independentemente de intimação por este Juízo, os assistentes por si nomeados sobre a realização da perícia. Anoto que o laudo conclusivo deve ser apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado da realização da perícia, após o que, se necessário será designada audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes nas pessoas de seus advogados pelo DJe, e o perito nomeado, via e-mail.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRE LUIS CAMPOS FROES (OAB 7567/MA) - Processo 0272887-55.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Felipe Pinheiro Bastos - REQUERIDO: Decolar.com Ltda - Examinando os presentes autos, percebo que não há impasse no tocante aos fatos alegados na inicial, existe controvérsia apenas quanto à matéria de direito, sendo impertinente e desnecessária a produção de provas pericial e oral na hipótese dos autos, o que só aumentaria as despesas processuais e protelaria o desate da causa, comprometendo os princípios da razoável duração do processo, economia e celeridade processual. Com efeito, entendo que a lide comporta julgamento antecipado do mérito, nos termos do inciso I do art. 355 do CPC. Intimem-se as partes através de advogados pelo DJe, do teor da presente, e depois voltem os autos conclusos para sentenciar.

ADV: ANTONIO WAGNER MARTINS CONDE (OAB 5786/CE) - Processo 0470027-15.2011.8.06.0001 - Monitória - Cédula

de Crédito Bancário - REQUERENTE: Bnb - Banco do Nordeste do Brasil S.a - Cumpra o Gabinete deste Juízo o decisório de p. 176 e a parte inicial do despacho de p. 187, com a maior brevidade possível. Expeçam-se os mandados requeridos na petição de pp. 185-186. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0102/2022

ADV: MARIA LUIZA RIBEIRO PEDROZA (OAB 9259/CE), ADV: JOSE ADRIANO PINTO (OAB 1244/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: HELANZIA DE ARAUJO XAVIER WICHMANN (OAB 14948/CE), ADV: HELOISA ALVES ROCHA (OAB 20307/CE), ADV: NELIDA ASTEZIA CASTRO CERVANTES (OAB 11142/CE) - Processo 0101868-98.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio do Edificio Aspen e outro - REQUERIDO: Coelce - Companhia Energetica do Ceara - Intime-se a parte ré, na pessoa de advogado pelo DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento das custas processuais, consoante guias de pp. 355-358, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado. Fale a parte autora sobre a impugnação e os documentos de pp. 361-373, em quinze dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: HELANZIA DE ARAUJO XAVIER WICHMANN (OAB 14948/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: HELOISA ALVES ROCHA (OAB 20307/CE) - Processo 0101868-98.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Coelce - Companhia Energetica do Ceara - Publique a SEJUD o despacho de p. 374 no DJe. Fale a parte ré sobre a petição de pp. 375-379, em cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: SERGIO AUGUSTO SALES XIMENES AVILA (OAB 16391/CE), ADV: MARIA ROSANGELA LEMOS GIRAO (OAB 27879/CE) - Processo 0127613-65.2017.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: L. A. Negócios Imobiliários Ltda - Fale a parte autora sobre o AR de p. 162, no prazo de cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: ANDRÉ ALBUQUERQUE GURGEL (OAB 33716/CE), ADV: ENGEL RÊGO MARTINS ROCHA (OAB 33854/CE), ADV: MARIA SANDILEUZA ALVES MENDES (OAB 15294/CE) - Processo 0138656-14.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Otacilio Martins Rocha e outro - Fale a parte autora sobre a petição de p. 484, em cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: JOAO CLEMENTE POMPEU (OAB 14615/CE), ADV: ANTONIO CARLOS ANANIAS DO AMARAL (OAB 285871SP), ADV: ANTONIO CARLOS DO AMARAL (OAB 55351/SP) - Processo 0148476-81.2013.8.06.0001 - Habilitação - Substituição da Parte - REQUERENTE: ANTONIO ADAUTO FONTELES FILHO e outros - Ciente da respeitável decisão de pp. 1318-1325. Ciência à parte autora da petição e documentos de pp. 1328-1338. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0153803-94.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERIDO: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - Fale a parte ré sobre a petição e documentos de pp. 166-186, no prazo de quinze dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES (OAB 98709/SP), ADV: NERILDO MACHADO (OAB 20982/CE) - Processo 0169856-53.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Manuela Passos Magalhães - REQUERIDO: Azul Linhares Aereas Brasileiras S/A - Recebo o pedido de cumprimento de sentença. Intime-se a parte ré/devedora, na pessoa de advogado(a) constituído(a) nos autos pelo DJe, para pagar o valor indicado no cálculo apresentado pela parte credora de p. 163, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o montante cobrado. Intime-se também do presente despacho a parte autora/credora, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG), ADV: AUGUSTO CESAR DE VIDAL BASTOS (OAB 17049/CE) - Processo 0187270-74.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: RICARDO REGES MAIA DE OLIVEIRA e outro - REQUERIDO: INPAR PROJETO RESIDENCIAL CONDOMÍNIO WELLNESS RESORT SPE 42 LTDA. - Expeça-se imediatamente o alvará determinado na sentença de p. 89, para levantamento do(s) valor(es) depositado(s) às pp. 84-85, com todos os seus acessórios legais. Intimem-se as partes nas pessoas de seus advogados pelo DJe.

Processo 0189258-23.2019.8.06.0001 - Revisional de Aluguel - Direito de Preferência - REQUERIDO: Miguel Elpidio Dantas Silveira Junior e outro - PAT. PASS: Miguel Elpidio Dantas Silveira Junior - Diante da apelação interposta pela parte autora, intime-se a parte ré, na pessoa de advogado(a) pelo DJe, para oferecer suas contrarrazões, em quinze dias úteis, sob pena de preclusão.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0202371-83.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Neyara Alencar de Souza Viana - Fale a parte autora sobre a petição e os documentos de pp. 500-526, em quinze dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: MELISSA OLIVEIRA PEREIRA (OAB 372272/SP) - Processo 0202472-76.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0124511-64.2019.8.06.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Franco Vojtisek - Comprove a parte credora o pagamento das custas processuais relativas ao cumprimento de sentença, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do processo sem resolução do mérito. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: JOSE VALDO DE MELO JUNIOR (OAB 10461/CE), ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: WELTTON RODRIGUES LOIOLA (OAB 14683/CE) - Processo 0843480-62.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - Observo que a planilha de cálculo de pp. 66-71 está bem desatualizada. Determino a intimação do(a) advogado(a) da parte promovente, pelo DJe, para que, no prazo de cinco dias úteis, junte planilha de cálculo devidamente atualizada, e depois retornem conclusos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 24217/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0887551-52.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Espólio de Joaquim Nunes dos Santos e outro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Faculto às partes manifestarem-se, no prazo comum de cinco dias úteis, se desejam tentativa conciliatória em audiência, ficando desde já os litigantes advertidos de que, em caso de ausência de manifestação, será interpretado como desinteresse pela tentativa conciliatória, e a impugnação ao

cumprimento de sentença será apreciada. Intimem-se nas pessoas de seus advogados pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0103/2022

ADV: NATHALIA FREITAS SILVEIRA (OAB 22482/CE) - Processo 0258076-56.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Germaine Bastos Mesquita - Expeça-se a carta precatória para citação dos réus DIEGO ALBUQUERQUE LOPES e JULIANA ALENCAR GOMES FEITOSA ao Juízo da Comarca de Eusébio/CE, requerida na petição de p. 187, independentemente do pagamento de custas ocasionais, em face da gratuidade judicial deferida no despacho de p. 163. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0104/2022

ADV: WELLINGTON LUIZ SAMPAIO DE HOLANDA FILHO (OAB 25274/CE), ADV: SÂNEVA THAYANA DE OLIVEIRA GOES (OAB 28496/CE) - Processo 0024632-02.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Edificio Scala Residenza - Revogo o despacho de p. 265, diante do teor da petição de pp. 266-268. Aguarde-se a comprovação do pagamento das custas relativas às guias de pp. 244-255 e 269-276, pelo prazo de quinze dias úteis, a fim de serem expedidas as cartas precatórias requeridas na petição de pp. 266-268. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: GUSTAVO ALBANO AMORIM SOBREIRA (OAB 13552/CE), ADV: JORGE LEITE CHIANCA FILHO (OAB 31177/CE) - Processo 0106205-47.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Wilson Pessoa do Nascimento - Diante da apelação interposta pela parte ré, intime-se a parte autora, na pessoa de advogado(a) pelo DJe, para oferecer suas contrarrazões, em quinze dias úteis, sob pena de preclusão.

ADV: NEWTON FONTENELE TEIXEIRA (OAB 16980/CE), ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0147803-15.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0076226-89.2009.8.06.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Erro Médico - REQUERENTE: Sandra Mara Coelho Studart - REQUERIDO: Hospital São Mateus Ltda - Faculto às partes manifestarem-se, no prazo comum de cinco dias úteis, se desejam tentativa conciliatória em audiência, ficando desde já os litigantes advertidos de que, em caso de ausência de manifestação, será interpretado como desinteresse pela tentativa conciliatória, e a impugnação ao cumprimento de sentença, a incidência de multa e honorários e o levantamento de valor depositado serão todos apreciados. Intimem-se nas pessoas de seus advogados pelo DJe.

ADV: RAFAEL HENRIQUE DIAS SALES (OAB 24675/CE), ADV: SERZEDELA FACUNDO ARAÚJO DE FREITAS (OAB 29408/CE) - Processo 0232630-51.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ranieri Nogueira Soares - Recebo a inicial, apenas no plano formal. Enquanto perdurar a política de isolamento social devido à situação calamitosa de pandemia da COVID-19, entendo prudente não marcar audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, até porque nada impede que a tentativa de conciliação/mediação seja realizada virtualmente, ou presencialmente após a normalização dos atos da vida diária, caso as partes assim desejem. Cite-se pelo correio com AR, para contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: RAIMUNDO SANDOVAL MESQUITA (OAB 5884/CE) - Processo 0285874-89.2021.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Marcileide Morais Dias - Verifico que a determinação de p. 32 não foi atendida na íntegra, tendo em vista que não foram anexadas: i) a certidão vintenária que indique se o imóvel usucapiendo integra outro imóvel de área superior devidamente registrado, ou seja, se está inserido em outro imóvel de área superior devidamente registrado, expedida pelo Cartório de Registros de Imóveis desta Comarca, da Zona onde se situa o bem, com base no Livro indicador real; ii) certidão vintenária em nome dos autores da Distribuição do Fórum Clóvis Beviláqua, polo ativo e passivo, dos processos de natureza cível, além de memorial descritivos e planta baixa, de cada um dos imóveis usucapiendos, em consonância com a Lei nº 6.015/73, art. 195-A, inciso I, conforme determinado. Assim, determino a intimação da parte autora, na pessoa de seu advogado, pelo DJe, para proceder à emenda da inicial, suprindo as omissões apontadas, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: JULIE SPISSIRITS GOMES (OAB 24700/CE), ADV: PEDRO PAULO SILVA DE OLIVEIRA (OAB 23929-0/CE), ADV: AMANDA COSTA DE QUEIROZ FARIAS (OAB 23252/CE), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE), ADV: DEBORA FERRAZ FREIRE (OAB 29992/CE), ADV: ANTONIO SAMUEL CARVALHO COLARES (OAB 20489/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA (OAB 15095/CE) - Processo 0545096-19.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria do Socorro Carvalho Simplicio - REQUERIDO: Companhia Brasileira de Distribuicao (extra) - Banco Itaucard S/A - Diante da apelação interposta pela parte autora, intime-se a parte ré, na pessoa de advogado(a) pelo DJe, para oferecer suas contrarrazões, em quinze dias úteis, sob pena de preclusão. Fale a parte ré sobre a petição e documentos de pp. 56-566, no prazo de quinze dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: THIAGO PEREIRA DE ALMEIDA (OAB 23550/CE) - Processo 0884481-27.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: FRANCISCO OSVALDO FERNANDES DA SILVA - Fale a parte autora sobre as peças de pp. 452-454, em cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0105/2022

ADV: WELLINGTON LUIZ SAMPAIO DE HOLANDA FILHO (OAB 25274/CE), ADV: SÂNEVA THAYANA DE OLIVEIRA GOES (OAB 28496/CE) - Processo 0024632-02.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Edificio Scala Residenza - Revogo o despacho de p. 265, diante do teor da petição de pp. 266-268. Aguarde-se a comprovação do pagamento das custas relativas às guias de pp. 244-255 e 269-276, pelo prazo de quinze dias úteis, a fim de serem expedidas as cartas precatórias requeridas na petição de pp. 266-268. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: GUSTAVO ALBANO AMORIM SOBREIRA (OAB 13552/CE), ADV: JORGE LEITE CHIANCA FILHO (OAB 31177/CE) - Processo 0106205-47.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Wilson Pessoa do Nascimento - Diante da apelação interposta pela parte ré, intime-se a parte autora, na pessoa de advogado(a) pelo DJe, para oferecer suas contrarrazões, em quinze dias úteis, sob pena de preclusão.

ADV: NEWTON FONTENELE TEIXEIRA (OAB 16980/CE), ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0147803-15.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0076226-89.2009.8.06.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Erro Médico - REQUERENTE: Sandra Mara Coelho Studart - REQUERIDO: Hospital São Mateus Ltda - Faculto às partes manifestarem-se, no prazo comum de cinco dias úteis, se desejam tentativa conciliatória em audiência, ficando desde já os litigantes advertidos de que, em caso de ausência de manifestação, será interpretado como desinteresse pela tentativa conciliatória, e a impugnação ao cumprimento de sentença, a incidência de multa e honorários e o levantamento de valor depositado serão todos apreciados. Intimem-se nas pessoas de seus advogados pelo DJe.

ADV: RAFAEL HENRIQUE DIAS SALES (OAB 24675/CE), ADV: SERZEDELA FACUNDO ARAÚJO DE FREITAS (OAB 29408/CE) - Processo 0232630-51.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ranieri Nogueira Soares - Recebo a inicial, apenas no plano formal. Enquanto perdurar a política de isolamento social devido à situação calamitosa de pandemia da COVID-19, entendo prudente não marcar audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, até porque nada impede que a tentativa de conciliação/mediação seja realizada virtualmente, ou presencialmente após a normalização dos atos da vida diária, caso as partes assim desejem. Cite-se pelo correio com AR, para contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: RAIMUNDO SANDOVAL MESQUITA (OAB 5884/CE) - Processo 0285874-89.2021.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Marcileide Morais Dias - Verifico que a determinação de p. 32 não foi atendida na íntegra, tendo em vista que não foram anexadas: i) a certidão vintenária que indique se o imóvel usucapiendo integra outro imóvel de área superior devidamente registrado, ou seja, se está inserido em outro imóvel de área superior devidamente registrado, expedida pelo Cartório de Registros de Imóveis desta Comarca, da Zona onde se situa o bem, com base no Livro indicador real; ii) certidão vintenária em nome dos autores da Distribuição do Fórum Clóvis Beviláqua, polo ativo e passivo, dos processos de natureza cível, além de memorial descritivos e planta baixa, de cada um dos imóveis usucapiendos, em consonância com a Lei nº 6.015/73, art. 195-A, inciso I, conforme determinado. Assim, determino a intimação da parte autora, na pessoa de seu advogado, pelo DJe, para proceder à emenda da inicial, suprindo as omissões apontadas, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: JULIE SPISSIRITS GOMES (OAB 24700/CE), ADV: PEDRO PAULO SILVA DE OLIVEIRA (OAB 23929-0/CE), ADV: AMANDA COSTA DE QUEIROZ FARIAS (OAB 23252/CE), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE), ADV: DEBORA FERRAZ FREIRE (OAB 29992/CE), ADV: ANTONIO SAMUEL CARVALHO COLARES (OAB 20489/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA (OAB 15095/CE) - Processo 0545096-19.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria do Socorro Carvalho Simplicio - REQUERIDO: Companhia Brasileira de Distribuicao (extra) - Banco Itaucard S/A - Diante da apelação interposta pela parte autora, intime-se a parte ré, na pessoa de advogado(a) pelo DJe, para oferecer suas contrarrazões, em quinze dias úteis, sob pena de preclusão. Fale a parte ré sobre a petição e documentos de pp. 56-566, no prazo de quinze dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: THIAGO PEREIRA DE ALMEIDA (OAB 23550/CE) - Processo 0884481-27.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: FRANCISCO OSVALDO FERNANDES DA SILVA - Fale a parte autora sobre as peças de pp. 452-454, em cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0106/2022

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0125380-95.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amil Assistencia Medica Internacional S.a. - Observo que o pedido de p. 490 é semelhante ao de p. 477, e que na petição de pp. 485-486, a parte ré pediu para desconsiderar o de p. 477, o que havia sido deferido no despacho de p. 487. Esclareça a parte ré se, diante do pedido de pp. 485-486 e do despacho de p. 487, insiste ou desiste da petição de p. 490, em cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: GERMANA DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 36121/CE) - Processo 0227100-66.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: L.S.A. - Homologo, por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado pela parte autora, e em consequência, julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito, com base no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, em face da gratuidade deferida, e sem honorários advocatícios sucumbenciais, por não haver sido formado o contraditório. Após o decurso do prazo recursal, certifique-se e arquivem-se, dando-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado pelo DJe.

ADV: FELIPE TEIXEIRA DOBEL BENIGNO (OAB 45012/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0250447-31.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Tadeu Gomes de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A e outros - Vistos, etc. Trata-se de ação de ajuizada por Tadeu Gomes de Sousa contra Luis Otavio de Oliveira Fernandes e Outros, tendo a parte postulante pedido a desistência da demanda apenas em relação à ré Juliana Vitoria de Oliveira Crispino na petição de pp. 277-279, por meio de procurador com poderes especiais para desistir, não tendo ocorrido a citação da parte acionada. Homologo, por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado pela parte autora, e em consequência, julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito, com base no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, apenas em relação à ré Juliana Vitoria de Oliveira Crispino, devendo a demanda prosseguir em relação aos demais litigantes. Sem custas processuais, em face da gratuidade judicial deferida, e sem honorários advocatícios sucumbenciais, por não haver sido formado o contraditório. Após o decurso do prazo recursal, certifique-se, dando-se baixa na distribuição apenas em relação à ré Juliana Vitoria de Oliveira Crispino, e depois retornem conclusos para apreciar demais pedidos autorais de pp. 277-279 e 327-332. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: ANA CLAUDIA DE CASTRO PIRES (OAB 13811/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE) - Processo 0253840-95.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cecilia Marilza

Moraes Freire - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Observando-se os teores das manifestações de pp. 520 e 522-523, nas quais as partes não esboçaram qualquer objeção, e levando em consideração as justificativas apresentadas às pp. 509-510, notadamente que o perito precisará de recursos para despesas necessárias para a realização da perícia designada, defiro, com base no § 4º do art. 465 do CPC, o pedido de levantamento de 50% (cinquenta por cento) do valor depositado, devendo o valor remanescente ser levantado somente após a entrega do laudo e, se necessário, depois de prestados eventuais esclarecimentos. Após informados os dados bancários da conta pelo perito, expeça-se imediatamente alvará em favor do perito do montante acima mencionado. Fale a parte ré sobre a petição e documento de pp. 522-524, no prazo de cinco dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intimem-se as partes nas pessoas de seus advogados pelo DJe, e notifique-se o perito por e-mail.

ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: LEANDRO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 32509/CE) - Processo 0407575-03.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Savio Santinelle Lopes de Araujo e outro - RÉU: Jose Grijalma Rocha Silva - Diante do exposto, rejeito o pedido inicial, resolvendo o processo com julgamento de mérito, com fulcro nos arts. 487, I, e 490, ambos do CPC. Condeno a parte autora no pagamento das custas processuais, que já foram adiantadas às pp. 43-44, além dos honorários advocatícios sucumbenciais, ora arbitrados em 20 (vinte) UADs (Unidades Advocatícias), mediante apreciação equitativa, por não ter havido condenação em pagamento e nem proveito econômico obtido, e por ser o valor da causa irrisório, conforme o § 8º do art. 85 do CPC, levando-se em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho desenvolvido pelos advogados, nos termos do § 2º do art. 85 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes nas pessoas dos advogados constituídos nos autos, pelo DJe.

ADV: MARIA ROSANGELA LEMOS GIRAO (OAB 27879/CE), ADV: ANDERSON LAMARCK PONTES PARENTE (OAB 21964/CE), ADV: SERGIO AUGUSTO SALES XIMENES AVILA (OAB 16391/CE), ADV: JOSE ARAUJO TAVARES NETO (OAB 15331/CE), ADV: YASSER DE CASTRO HOLANDA (OAB 14781/CE), ADV: ALOISIO PEREIRA NETO (OAB 13167/CE), ADV: FRANCISCO CESAR MARIANO (OAB 20991/CE) - Processo 0885339-58.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Helio Marcio Pereira Lopes e outro - REQUERIDO: RANDRA CONSTRUTORA LTDA. - LPS FORTALEZA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA - LOPES IMMOBILIS - Desta feita, o acolhimento parcial dos pedidos iniciais é medida que se impõe. Diante do exposto, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos dos arts. 487, inciso I, e 490, ambos do CPC, e acolho em parte o pedido subsidiário formulado na inicial, para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes de pp. 34-43, bem como para condenar solidariamente as corrés Randra Construtora Ltda e LPS Fortaleza Consultoria de Imóveis Ltda. - Lopes Immobilis a restituírem à parte autora a quantia de R$ 9.348,03 (nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e três centavos), cujo pagamento deverá ser feito em uma única parcela, de forma imediata, a partir do trânsito em julgado da presente, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir das datas dos respectivos desembolsos, nos termos do Enunciado nº 43 da Súmula do STJ, e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 405 do Código Civil. Quanto à sucumbência recíproca, consoante o artigo 86 do CPC, arcarão as partes com 50% (cinquenta por cento) das custas processuais, sendo que as rés deverão arcar com esse percentual em rateio, e condeno, ainda, as partes ao pagamento, a título de honorários do advogado da parte adversa, do valor que ora arbitro em 20% (vinte por cento) do valor da condenação em pagamento, sendo que as rés deverão arcar com esse percentual em rateio, levando-se em consideração o grau de zelo dos profissionais, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o considerável trabalho realizado pelos advogados, inclusive com realização de audiências conciliatória e de instrução, e o largo lapso de tempo exigido para o seu serviço, nos termos do § 2º do art. 85 do CPC, cuja cobrança fica suspensa em relação à parte autora pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em face da gratuidade deferida no despacho de p. 66, por força do disposto no art. 98, caput, e §§ 2º e 3º, do Código Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes nas pessoas de seus advogados pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0107/2022

ADV: JORGE HENRIQUE CARVALHO PARENTE (OAB 10046/CE) - Processo 0024847-46.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Edificio Hot Center - Certifique o Gabinete deste Juízo sobre a tempestividade dos embargos declaratórios interpostos pela parte ré. Nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC, diante do caráter infringencial postulado nos embargos declaratórios, determino que a parte autora/embargada seja intimada na pessoa de seu advogado pelo DJe para oferecer suas contrarrazões, no prazo de cinco dias úteis, sob pena de preclusão.

ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMOES (OAB 17801/CE), ADV: GILVAN MELO SOUSA (OAB 16383/CE) - Processo 0051350-65.2012.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERIDO: Banco Pan S/A e outro - Ciência ao réu BANCO PAN da petição de p. 213. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: CELSO DAVID ANTUNES (OAB 1141/BA), ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA) - Processo 0129846-16.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Lojas Insinuante Ltda - Fale a parte ré sobre a petição e documentos de pp. 247-287, no prazo de quinze dias úteis, e depois retornem os autos conclusos. Intime-se na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: HELSON LIMA MAIA JUNIOR (OAB 22455/CE), ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE), ADV: MARIO VIDAL DE VASCONCELOS NETO (OAB 7337/CE), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE) - Processo 0139604-09.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniel Saxer - REQUERIDO: Comercial Rabelo Som e Imagem Ltda - Dricos Moveis e Eletrodomesticos Ltda - A partir dos fatos e provas apresentados em consonância aos fundamentos jurídicos expostos, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTES os pedidos autorais. Ante a sucumbência do demandante, o condeno ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa, conforme preceituado pelo artigo 85 do CPC. Contudo, suspende-se a exigibilidade da verba sucumbencial por litigar ao abrigo da gratuidade. Registrada no sistema. Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022.

ADV: ANA KARENINA NOUSIAINEN AGUIAR ARRUDA (OAB 25644/CE) - Processo 0203912-10.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Andre Pereira de Oliveira - Ação acidentária procedimento isento de custas e honorários para o requerente, conforme art. 129, inciso II e parágrafo único, da Lei 8213, de 24 de julho de 1991 Lei de Benefícios da Previdência Social. Recebo a inicial, apenas no plano formal. Considerando que o INSS vem sempre se manifestando pela não realização da sessão de mediação/conciliação em casos similares ao presente, e diante

do distanciamento social decorrente da pandemia da covid 19, cite-se o INSS pelo portal, ou se não for possível, por mandado, para contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis - em dobro -, sob pena de revelia. Intime-se a parte autora na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s) pelo DJe.

ADV: NEWTON FONTENELE TEIXEIRA (OAB 16980/CE), ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0227104-40.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0147803-15.2018.8.06.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tiago Studart Sindeaux - REQUERIDO: Hospital São Mateus Ltda - Faculto às partes manifestarem-se, no prazo comum de cinco dias úteis, se desejam tentativa conciliatória em audiência, ficando desde já os litigantes advertidos de que, em caso de ausência de manifestação, será interpretado como desinteresse pela tentativa conciliatória, e a impugnação ao cumprimento de sentença será apreciada. Intimem-se nas pessoas de seus advogados pelo DJe.

EXPEDIENTES DA 32ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 32ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0067/2022

ADV: TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA (OAB 30766/CE), ADV: CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ (OAB 26501/CE) - Processo 0158526-64.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.a. - Intime-se o promovente para, em até 05 dias, se manifestar acerca da pesquisa via sistema INFOJUD à fl.77, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: FRANCINEUDO FAUSTINO COSTA (OAB 30253/CE), ADV: REGINALDO PATRICIO DE SOUSA (OAB 21396/CE) - Processo 0165331-38.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERIDO: PARAISO TRANSPORTES LTDA - Determino a intimação da parte executada, para que no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação aos autos acerca do bloqueio judicial de fls. 221/240, tudo conforme o artigo 854, §§ 2º e 3º do CPC. Decorrido o prazo sem manifestação, determino a imediata transferência dos valores para conta judicial à disposição deste Juízo. Havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos para apreciação.

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0194757-56.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bb Administradora de Consorcios S.a. - Intime-se o promovente para, em até 05 dias, se manifestar acerca da pesquisa via sistema INFOJUD à fl.88, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: CRISTIANE DE MELO LEITE SAMPAIO (OAB 25780/CE), ADV: ANA MARTA PEREIRA MACEDO (OAB 23134/CE) - Processo 0205677-31.2013.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Edmar Lopes da Silva - A pesquisa acerca da existência de ativos financeiros em nome do devedor por meio do sistema SISBAJUD não obteve êxito. À vista do exposto, abra-se vista à parte credora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira as providências cabíveis, advertindo-a que seu silêncio poderá importarno arquivamento do feito. Indefiro o pleito de fls.259/260, tendo em vista que o Sr. Edmar Lopes da Silva, não tem legitimidade para pleitear verba honorária sucumbencial, devendo a causídica, Cristiane de Melo Leite, se assim o pretender, ingressar como o cumprimento relativo a verba aludida, em nome próprio, inclusive, com o recolhimento das custas atinentes ao ato.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 37139/CE) - Processo 0254810-95.2020.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Intime-se o promovente para, em até 05 dias, se manifestar acerca da pesquisa via sistema INFOJUD à fl.103, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0256224-94.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Intime-se o promovente para, em até 05 dias, se manifestar acerca da pesquisa via sistema INFOJUD à fl.83, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0279804-56.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Trata-se de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, cujos dados processuais estão em epígrafe. Segundo inteligência do artigo 3º do Decreto-Lei 911/1969, a comprovação da mora é condição essencial para o atendimento do pleito liminar de busca e apreensão do veículo objeto desta lide. O art. 2º, § 2º, do Dec-Lei nº 911/69, dispõe que " a mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. Diante disso, intime-se o requerente (eletronicamente se esta for instituição conveniada com TJCE) ou através de seu advogado, para, no prazo de quinze (15) dias, emendar a inicial, juntando a comprovação da notificação extrajudicial válida, anterior à propositura da ação, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos dos art. 320,321 e 330, IV todos do Código de Ritos. Decorrido o prazo, retornem-me os autos conclusos.

ADV: FRANCISCO DIAS DE PAIVA FILHO (OAB 15324/CE) - Processo 0469069-29.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Industrial - REQUERIDO: Banco do Nordeste do Brasil S.a - A pesquisa acerca da existência de ativos financeiros em nome do devedor por meio do sistema SISBAJUD não obteve êxito. À vista do exposto, abra-se vista à parte credora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira as providências cabíveis, advertindo-a de que seu silêncio poderá importar no arquivamento do feito.

ADV: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA (OAB 15095/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0542467-92.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, colacionar aos autos planilha atualizado da dívida para fins de penhora on line via SISBAJUD.

JUÍZO DE DIREITO DA 32ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2022

ADV: GABRIELLI LOUREIRO CAMPELO (OAB 33356/CE) - Processo 0128884-12.2017.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - REQUERIDO: Francisco Joelmi Icaro Lima Bezerra - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado entre as partes, nos precisos termos avençados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o feito com resolução do mérito, o que faço em conformidade com

o disposto no inc. III, alínea b, do art. 487, do Código de Processo Civil, pondo fim a esta demanda por composição amigável entre as partes. Determino o cadastramento no processo da patrona da parte requerida, Gabrielli Loureiro Campelo, OAB/CE 33.356, conforme procuração/substabelecimento de fl. 128. Não há nenhuma restrição RENAJUD imposta por este juízo. Defiro a dispensa do prazo recursal, conforme requerido no acordo convencionado. Ficam as partes dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, na forma do artigo 90, § 3º do CPC. Honorários advocatícios sucumbenciais a ser rateados entre as partes, arcando cada uma com os honorários referentes ao seu causídico, conforme os termos acordados. Ante a renúncia do prazo recursal, publicada a sentença e intimadas as partes, proceda-se a secretaria com a certificação do trânsito em julgado e, após, a baixa e arquivamento do feito. P.R.I

ADV: GIZA HELENA COELHO (OAB 166349/SP) - Processo 0159848-51.2018.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA - Defiro o pleito de fl. 116, tão somente em relação a pesquisa cadastral via sistema INFOJUD, devendo a parte interessada diligenciar, por sua conta, a fim de viabilizar a localização do endereço do requerido, por outros meios que achar necessário, uma vez que os demais sistemas apresentados não possuem essa finalidade exclusiva e tampouco há viabilidade de o Juízo proceder com todas as pesquisas requeridas pelo autor. Há de se lembrar que o princípio da cooperação processual deve ser utilizado pelo Juízo na medida de suas capacidades, sem que o seu uso cause prejuízo ao andamento processual.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018A/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0197399-31.2019.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Defiro o pleito de fl. 132/133, tão somente em relação a pesquisa cadastral via sistema INFOJUD, devendo a parte interessada diligenciar, por sua conta, a fim de viabilizar a localização do endereço do requerido, por outros meios que achar necessário, uma vez que os demais sistemas apresentados não possuem essa finalidade exclusiva e tampouco há viabilidade de o Juízo proceder com todas as pesquisas requeridas pelo autor. Há de se lembrar que o princípio da cooperação processual deve ser utilizado pelo Juízo na medida de suas capacidades, sem que o seu uso cause prejuízo ao andamento processual. Determino que o Gabinete providencie a anotação da cláusula de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD (§9º, art 3 do Dec-lei 911/69), se a medida não houver sido efetivada.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 25783A/CE) - Processo 0216749-34.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni Banco S/A - Defiro o pleito de fl. 68, somente em relação a pesquisa cadastral via sistema INFOJUD, devendo a parte interessada diligenciar, por sua conta, a fim de viabilizar a localização do endereço do requerido, por outros meios que achar necessário, uma vez que os demais sistemas apresentados não possuem essa finalidade exclusiva e tampouco há viabilidade de o Juízo proceder com todas as pesquisas requeridas pelo autor. Há de se lembrar que o princípio da cooperação processual deve ser utilizado pelo Juízo na medida de suas capacidades, sem que o seu uso cause prejuízo ao andamento processual.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0267862-27.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Vistos etc, Cuidam os autos digitais de Ação de Busca e Apreensão com fundamento no art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69 e na qual a parte requerente de declara que celebrou contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, inadimplido pelo devedor fiduciante. Declara que cumpriu as exigências da norma de regência e requer o provimento judicial liminar. Estando devidamente instruída a petição inicial e presentes os requisitos legais insculpidos no art. 3º, "caput", do Dec.-lei nº. 911/69, acolho a pretensão cautelar "in limine". Defiro medida liminar e determino a expedição de mandado de busca e apreensão do veículo indicado na exordial, ficando, desde logo, autorizada a requisição e o uso de força policial em caso de arrombamento, se assim, o fizer necessário (art. 846, "caput" e § 2º, CPC). Determino a anotação da cláusula de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD (§ 9º, art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69). Advirto que o réu, ora devedor fiduciante, poderá purgar a mora, nos 5 (cinco) dias contados da apreensão do veículo, com o depósito judicial da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem deverá lhe ser restituído livre de quaisquer ônus: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária" (RESP 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014). Fica determinada a baixa do gravame de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD logo após a apreensão do veículo (§10, II, art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69), desde que tenha havido sua intimação e citação, conforme a jurisprudência do Egrégio TJCE, ementada no Agravo de Instrumento - 0625213-87.2018.8.06.0000. Citem e intimem o promovido, que poderá oferecer resposta (contestação) no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do mandado de busca e apreensão liminar §3º, art. 3º do Dec.-lei nº 911/69, interpretado sob a sistemática do CPC, em seu artigo 335, conforme jurisprudência firmada no julgamento do REsp nº 1.148-622-DF, de relatoria do ministro Luiz Felipe Salomão. Deverá o autor, ainda, indicar, em caso de apreensão do veículo, o local onde o bem ficará depositado a fim de possibilitar eventual restituição na ocorrência do depósito da integralidade da dívida. Advirta-se o Promovente de que o veículo objeto da presente demanda não poderá sair do Estado, sem prévia autorização deste Juízo, a fim de facilitar eventual restituição do bem à parte requerida, em caso de pagamento da dívida. Publiquem.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0274276-41.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Cuidam os autos digitais de Ação de Busca e Apreensão com fundamento no art. 3ºdo Dec.-lei nº. 911/69 e na qual a parte requerente de declara que celebrou contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, inadimplido pelo devedor fiduciante. Declara que cumpriu as exigências da norma de regência e requer o provimento judicial liminar. Estando devidamente instruída a petição inicial e presentes os requisitos legais insculpidos no art. 3º, "caput", do Dec.-lei nº. 911/69, acolho a pretensão cautelar "in limine". Postergo a análise da contestação de fls. 76 à 87, em cumprimento a tese firmada no TEMA 1040 do STJ, afetando o julgamento do REsp 1799367/MG, bem como ao que predica o artigo 927, inciso III do CPC, conforme observa: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 1.040/STJ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS AO ACÓRDÃO DE AFETAÇÃO. REJEIÇÃO. RECURSO ORIUNDO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº 911/1969. CONTESTAÇÃO.APRESENTAÇÃO ANTES DA EFETIVAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR. CONTROVÉRSIA ACERCA DO MOMENTO DA APRECIAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELO ÓRGÃO JULGADOR. 1. Controvérsia acerca do momento em que a contestação apresentada na ação de busca e apreensão que tramita sob o rito do Decreto-Lei nº 911/1969 deve ser apreciada pelo órgão julgador (Tema 1.040/STJ). 2. Inexistência de omissão ou contradição no acórdão da afetação deste Tema 1.040/STJ. 3. Tese para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: Na ação de busca e apreensão

de que trata o Decreto-Lei nº 911/1969, a análise da contestação somente deve ocorrer após a execução da medida liminar. 4. Embargos de declaração opostos ao acórdão de afetação rejeitados. 5. Aplicação ao caso concreto: recurso especial não provido. (REsp 1799367/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 16/09/2021, DJe 04/11/2021) Assim, defiro medida liminar e determino a expedição de mandado de busca e apreensão do veículo indicado na exordial, ficando, desde logo, autorizada a requisição e o uso de força policial em caso de arrombamento, se assim, o fizer necessário (art. 846, "caput" e § 2º, CPC). Determino a anotação da cláusula de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD (§ 9º,art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69). Advirto que o réu, ora devedor fiduciante, poderá purgar a mora, nos 5 (cinco) dias úteis contados da apreensão do veículo, com o depósito judicial da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem deverá lhe ser restituído livre de quaisquer ônus: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária" (RESP 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014) Fica determinada a baixa do gravame de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD logo após a apreensão do veículo, desde que citada a parte requerida (§10, II, art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69). Citem e intimem o promovido, que poderá oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da juntada do mandado aos autos pelo Oficial de Justiça. Deverá o autor, ainda, indicar, em caso de apreensão do veículo, o local onde o bem ficará depositado a fim de possibilitar eventual restituição na ocorrência do depósito da integralidade da dívida. Ficando vedada a remoção do bem da comarca antes de fluído o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para o pagamento da integralidade da dívida.

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE) - Processo 0274984-91.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Cuidam os autos digitais de Ação de Busca e Apreensão com fundamento no art. 3ºdo Dec.-lei nº. 911/69 e na qual a parte requerente de declara que celebrou contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, inadimplido pelo devedor fiduciante. Declara que cumpriu as exigências da norma de regência e requer o provimento judicial liminar. Estando devidamente instruída a petição inicial e presentes os requisitos legais insculpidos no art. 3º, "caput", do Dec.-lei nº. 911/69, acolho a pretensão cautelar "in limine". Postergo a análise da contestação de fls.64 á 76 , em cumprimento a tese firmada no TEMA 1040 do STJ, afetando o julgamento do REsp 1799367/MG, bem como ao que predica o artigo 927, inciso III do CPC, conforme observa: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 1.040/STJ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS AO ACÓRDÃO DE AFETAÇÃO. REJEIÇÃO. RECURSO ORIUNDO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº 911/1969. CONTESTAÇÃO.APRESENTAÇÃO ANTES DA EFETIVAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR. CONTROVÉRSIA ACERCA DO MOMENTO DA APRECIAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELO ÓRGÃO JULGADOR. 1. Controvérsia acerca do momento em que a contestação apresentada na ação de busca e apreensão que tramita sob o rito do Decreto-Lei nº 911/1969 deve ser apreciada pelo órgão julgador (Tema 1.040/STJ). 2. Inexistência de omissão ou contradição no acórdão da afetação deste Tema 1040/STJ. 3. Tese para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: Na ação de busca e apreensão de que trata o Decreto-Lei nº 911/1969, a análise da contestação somente deve ocorrer após a execução da medida liminar. 4. Embargos de declaração opostos ao acórdão de afetação rejeitados. 5. Aplicação ao caso concreto: recurso especial não provido. (REsp 1799367/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 16/09/2021, DJe 04/11/2021) Assim, defiro medida liminar e determino a expedição de mandado de busca e apreensão do veículo indicado na exordial, ficando, desde logo, autorizada a requisição e o uso de força policial em caso de arrombamento, se assim, o fizer necessário (art. 846, "caput" e § 2º, CPC). Determino a anotação da cláusula de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD (§ 9º,art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69). Advirto que o réu, ora devedor fiduciante, poderá purgar a mora, nos 5 (cinco) dias úteis contados da apreensão do veículo, com o depósito judicial da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem deverá lhe ser restituído livre de quaisquer ônus: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária" (RESP 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014) Fica determinada a baixa do gravame de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD logo após a apreensão do veículo, desde que citada a parte requerida (§10, II, art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69). Citem e intimem o promovido, que poderá oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da juntada do mandado aos autos pelo Oficial de Justiça. Deverá o autor, ainda, indicar, em caso de apreensão do veículo, o local onde o bem ficará depositado a fim de possibilitar eventual restituição na ocorrência do depósito da integralidade da dívida. Ficando vedada a remoção do bem da comarca antes de fluído o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para o pagamento da integralidade da dívida.

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE) - Processo 0275591-07.2021.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Vistos etc , Cuidam os autos digitais de Ação de Busca e Apreensão com fundamento no art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69 e na qual a parte requerente de declara que celebrou contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, inadimplido pelo devedor fiduciante. Declara que cumpriu as exigências da norma de regência e requer o provimento judicial liminar. Estando devidamente instruída a petição inicial e presentes os requisitos legais insculpidos no art. 3º, "caput", do Dec.-lei nº. 911/69, acolho a pretensão cautelar "in limine". Inicialmente defiro o pedido de inserção do segredo de Justiça, até a apreensão do veículo ou manifestação da parte. Defiro medida liminar e determino a expedição de mandado de busca e apreensão do veículo indicado na exordial, ficando, desde logo, autorizada a requisição e o uso de força policial em caso de arrombamento, se assim, o fizer necessário (art. 846, "caput" e § 2º, CPC). Determino a anotação da cláusula de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD (§ 9º, art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69). Advirto que o réu, ora devedor fiduciante, poderá purgar a mora, nos 5 (cinco) dias contados da apreensão do veículo, com o depósito judicial da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem deverá lhe ser restituído livre de quaisquer ônus: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária" (RESP 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014). Fica determinada a baixa do gravame de vedação de circulação do veículo no sistema RENAJUD logo após a apreensão do veículo (§10, II, art. 3º do Dec.-lei nº. 911/69), desde que tenha havido sua intimação e citação, conforme a jurisprudência do Egrégio TJCE, ementada no Agravo de Instrumento - 0625213-87.2018.8.06.0000. Citem e intimem o promovido, que poderá oferecer resposta (contestação) no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do mandado de busca e apreensão liminar §3º, art. 3º do Dec.-lei nº 911/69, interpretado

sob a sistemática do CPC, em seu artigo 335, conforme jurisprudência firmada no julgamento do REsp nº 1.148-622-DF, de relatoria do ministro Luiz Felipe Salomão. Deverá o autor, ainda, indicar, em caso de apreensão do veículo, o local onde o bem ficará depositado a fim de possibilitar eventual restituição na ocorrência do depósito da integralidade da dívida. Advirta-se o Promovente de que o veículo objeto da presente demanda não poderá sair do Estado, sem prévia autorização deste Juízo, a fim de facilitar eventual restituição do bem à parte requerida, em caso de pagamento da dívida. Publiquem.

ADV: MARCIO SANTANA BATISTA (OAB 257034/SP) - Processo 0907082-95.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Decisão Liminar à fl. 24. Renovem o mandado de citação e busca e apreensão do veículo objeto da presente ação, conforme novo endereço indicado pela parte autora na petição de fl. 157/158, ficando desde logo autorizada a requisição e o uso de força policial em caso de arrombamento, se assim o fizer necessário (art. 846, caput e § 2.º, CPC). Custas recolhida à fl.161

EXPEDIENTES DA 33ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE) - Processo 0137044-89.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Ole Bonsucesso Consignado S.a - III. DISPOSITIVO Isto posto, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da autora, o que faço com arrimo no art. 487, inciso I do CPC. Ante a sucumbência da demandante, a condeno ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa, conforme preconizado pelo art. 85, do CPC. Todavia, fica suspensa a exigibilidade da verba de sucumbência por litigar ao abrigo da gratuidade. P. R. I. Transitado em julgado, dê-se baixa e em seguida arquivem-se os autos. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: JOAO HENRIQUE BRASIL GONDIM (OAB 6354/CE), ADV: BRUNO RAYAN PINHEIRO LIMA (OAB 38103/CE) - Processo 0140577-90.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria Suely Gonçalves Monteiro - REQUERIDA: Maria Joanisa Monteiro Barroso, Rep. Por A Predial Imob. - III. DISPOSITIVO Isto posto, com arrimo no art. 487, I do CPC c/c os arts. 186 e 927 do CCB, e com o art. 18 do CDC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da parte autora, para fins de: a) Ratificar a tutela liminar outrora concedida que autorizou o depósito das chaves do imóvel outrora locado, mas que estava repleto de vícios ocultos que o tornavam inabitável (fls. 48); b) Declarar rescindido o contrato de locação a contar de 28.09.2016, data do primeiro comunicado dirigido à imobiliária relatando os vícios ocultos que exigiam reparos (fls. 33); c) Declarar inexigíveis quaisquer encargos locatícios a contar de 28.09.2016; d) Condenar a parte promovida ao pagamento de danos morais de R$3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a contar desta data de arbitramento, e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação; e) Denegar o pleito reconvencional de pagamento de encaros locatícios supostamente inadimplidos. Condeno a parte acionada ao pagamento das custas processuais, além de honorários advocatícios que arbitro em R$1.000,00 (um mil reais), com arrimo no art. 85, §8º do CPC. P. R. I. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARILIA ABREU DUARTE (OAB 22098/CE), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE) - Processo 0210613-21.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Laura de Souza - REQUERIDO: Companhia Brasileira de Distribuição - Financeira Itaú Cbd S.a.- Crédito, Financiamento e Investimento - III. DISPOSITIVO Isto posto, com arrimo no art. 487, I do CPC c/c os arts. 186 e 927 do CCB e com o art. 18 do CDC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da parte autora, para os fins de: a) Declarar a nulidade do lançamento a débito de R$3.800,00 (três mil e oitocentos reais), inserido no extrato emitido pela Financeira Itaú, com vencimento em 06.01.2021 (fls. 24/25), ou em quaisquer faturas subsequentes, bem como reconhecer e declarar a nulidade de quaisquer encargos financeiros decorrentes de tal valor e que tenham sido igualmente inseridos em faturas mensais de cobrança; b) Denegar o pedido de indenização por danos materiais, seja porque a cobrança de R$3.800,00 (três mil e oitocentos reais), e dos encargos financeiros dela derivados foi nulificada por meio desta sentença, seja porque os demais danos materiais de R$5.000,00 (cinco mil reais) suportados pela autora foram decorrentes do uso do cartão de débito emitido pela CEF (guardado indevidamente com a respectiva senha de utilização), e sobre o qual as promovidas não têm qualquer ingerência ou responsabilidade; c) Condenar as promovidas, solidariamente, ao pagamento de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, devendo tal cifra ser corrigida montariamente pelo INPC a contar desta data de arbitramento, e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação. Condeno as promovidas, solidariamente, ao pagamento das custas processuais, além de honorários advocatícios de R$1.000,00 (um mil reais), arbitrados com arrimo no art. 85, §8º do CPC. P. R. I. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: WAGNER FELIX DE FREITAS BARBOSA (OAB 30625/CE), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0233208-48.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eliacy Faustino de Almeida Teixeira - REQUERIDO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL - III. DISPOSITIVO Isto posto, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da autora, o que faço com arrimo no art. 487, inciso I do CPC. Ante a sucumbência da demandante, a condeno ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa, conforme preconizado pelo art. 85, do CPC. Todavia, fica suspensa a exigibilidade da verba de sucumbência por litigar ao abrigo da gratuidade. P. R. I. Transitado em julgado, dê-se baixa e em seguida arquivem-se os autos. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: THALES PONTES BATISTA (OAB 14544/CE), ADV: PAULO MATEUS RODRIGUES MONTENEGRO (OAB 37651/CE) - Processo 0260006-12.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Farmácia Floresta Ltda - REQUERIDO: M.g. F Administradora de Bens Ltda - III. DISPOSITIVO Assim, reconheço o acordo de fls. 150/153 e o homologo por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo, nos termos do art. 487, Inc. III letra b do CPC. Custas e honorários na forma pactuada, observando-se que as custas já forma recolhidas (fls. 65/70). Sem custas remanescentes, nos termos do art. 90 § 3º do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: GEORGE PIAUILINO PESSOA (OAB 26097/CE), ADV: IVAN ISAAC FERREIRA FILHO (OAB 26986A/CE) - Processo 0249735-41.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Antônio Wendel Sousa de Araujo - REQUERIDO: Mrv Engenharia e Participações S.a - Saneando o processo, percebo que as partes demonstram representação adequada e interesse de agir, inexistindo, até o momento, vícios a sanar. Reconheço a qualidade de consumidor do requerente e sua hipossuficiência econômica, técnica e jurídica, para o fim de aplicar-lhe a inversão do ônus da prova, nos termos do Art. 6º, VIII, do CDC. Em conseguinte, versando o litígio sobre direito patrimonial disponível, intimem-se as partes para, querendo, apresentar proposta concreta de acordo, no prazo comum de 10 (dez) dias. No mesmo tempo, acaso pretendam, especifiquem as provas a serem produzidas, esclarecendo suas necessidades para o julgamento da ação, importando seus silêncios em julgamento antecipado do mérito, nos termos do Art. 355, I, do CPC/15.

JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: GEORGE PIAUILINO PESSOA (OAB 26097/CE), ADV: IVAN ISAAC FERREIRA FILHO (OAB 26986A/CE) - Processo 0249735-41.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Antônio Wendel Sousa de Araujo - REQUERIDO: Mrv Engenharia e Participações S.a - Saneando o processo, percebo que as partes demonstram representação adequada e interesse de agir, inexistindo, até o momento, vícios a sanar. Reconheço a qualidade de consumidor do requerente e sua hipossuficiência econômica, técnica e jurídica, para o fim de aplicar-lhe a inversão do ônus da prova, nos termos do Art. 6º, VIII, do CDC. Em conseguinte, versando o litígio sobre direito patrimonial disponível, intimem-se as partes para, querendo, apresentar proposta concreta de acordo, no prazo comum de 10 (dez) dias. No mesmo tempo, acaso pretendam, especifiquem as provas a serem produzidas, esclarecendo suas necessidades para o julgamento da ação, importando seus silêncios em julgamento antecipado do mérito, nos termos do Art. 355, I, do CPC/15.

JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: ARTUR DE ANDRADE COSTA (OAB 42736/CE) - Processo 0288990-06.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0283027-17.2021.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vicente Teixeira de Aragao - Apensar aos autos do processo tido como paradigma (fls. 21). Após, retornem os autos conclusos para apreciação.

ADV: TAYLOR MARQUES BARROS (OAB 6832/CE) - Processo 0477564-62.2011.8.06.0001 (apensado ao processo 0187100-05.2013.8.06.0001) - Usucapião - Usucapião da L 6.969/1981 - REQUERENTE: Raimundo Idelbrando Dola - Apensar aos autos do processo tido como paradigma (fls. 241). Após, retornem os autos conclusos para apreciação.

JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2022

ADV: CICERO ROBERTO BEZERRA DE LIMA (OAB 29999/CE), ADV: LOURENÇO GOMES GADELHA DE MOURA (OAB 21233/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 32401A/CE) - Processo 0192607-34.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: João Almir Matias - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Banco Ole Bonsucesso Consignado S.a - III. DISPOSITIVO Ante o exposto, resolvo o mérito da vexata quaestio, o que faço com base no art. 487, I, do CPC, para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da parte autora, para os fins de: a) DECLARAR a validade dos três contratos aludidos na inicial e que ensejaram descontos mensais em favor do Banco Olé Bonsucesso Consignado, lançados a débito nos proventos de aposentadoria do autor; b) DENEGAR os pleitos de repetição de indébito e indenização por danos morais, ambos formulados em desfavor do Banco Olé Bonsucesso Consignado; c) CONCEDER tutela antecipada, nos termos do art. 300 do CPC/2015, para suspender, no prazo de 72hs a contar da publicação desta sentença, os descontos lançados a débito em desfavor do promovente e que sejam originados nos contratos invocados pelo Banco Daycoval em sua contestação ofertada nestes autos, tudo sob pena da aplicação de multa diária de R$2.000,00 (dois mil reais), limitada ao alcance de R$60.000,00 (sessenta mil reais); d) DECLARAR a nulidade inexistência dos supostos contratos de cartão de crédito consignado e empréstimo consignado, tal como invocados na contestação do Banco Daycoval; e) CONDENAR o promovido Banco Daycoval a restituir em dobro, em prol da parte autora a totalidade de parcelas dos referidos contratos de cartão de crédito consignado e empréstimo consignado, ambos fraudulentos, que ocasionam descontos mensais em desfavor do promovente, devendo tais valores serem corrigidos monetariamente pelo IGPM, a contar de cada um dos lançamentos a débito do consumidor, e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação, a título de danos materiais; f) CONDENAR o promovido Banco Daycoval ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente pelo IGPM, a contar desta data do arbitramento, e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da primeira citação. Condeno o promovido Banco Daycoval ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios, arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, já observados os parâmetros do art. 85, parágrafo 2º, do CPC. Intimem-se o promovido sucumbente para que proceda o recolhimento das custas judiciais proporcionais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa, para tanto, devendo ser oficiado à PGE após o trânsito em julgado. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa. P. R. I. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: EDMILSON BARBOSA FRANCELINO FILHO (OAB 15320/CE) - Processo 0205072-70.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Intime-se a parte autora, por seu advogado, a fim de que efetue o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290, da Lei de Ritos Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0087/2022

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0171438-93.2016.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários

- REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Defiro, em parte, o pedido (fls. 297/299), para determinar que se realize pesquisa junto ao sistema INFOJUD, acerca do endereço da parte requerida. Do resultado da pesquisa, intime a parte autora, a fim de que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LARRY JOHN RABB CARVALHO (OAB 26529/CE), ADV: HELOISA MELO MADRUGA FERNANDES MARINHO (OAB 14479/CE) - Processo 0181861-78.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Condomínio Edifício Beira Mar Trade Center - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - III. DISPOSITIVO Isto posto, com arrimo no art. 487, I do CPC c/c artigo 14, § 3º, do CDC, julgo PROCEDENTES os pedidos da parte autora para os fins de: a) Ratificar a tutela antecipada outrora concedida nestes autos (fls. 116/119); b) Declarar inexigível a multa imposta pela Cagece em desfavor do condomínio promovente, por suposta violação intencional do hidrômetro, e arbitrada no valor de R$119.625,00 (cento e dezenove mil, seiscentos e vinte e cinco reais), por absoluta falta de amparo legal ou constitucional. Condeno a promovida ao pagamento de custas processuais, além de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, tudo com esteio no art. 85 do CPC. P. R. I. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: NERILDO MACHADO (OAB 20982/CE), ADV: MARIA DOROTÉIA RODRIGUES COSTA (OAB 119250/RJ), ADV: JEAN NERILDO MACHADO (OAB 27551/CE) - Processo 0190926-68.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0919457-60.2014.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Adauto dos Reis - REQUERIDO: Novo Horizonte Jacarepaguá Importação Exportação Ltda. - Considerando a manifestação da parte autora (fls. 127/131), apontando a desnecessidade de dilação probatória e dispensando a audiência de instrução anteriormente pleiteada, declaro encerrada a instrução processual e determino que os autos sigam à fila de conclusos para sentença.

ADV: JOSE CANDIDO RIBEIRO NETO (OAB 3601/PA), ADV: JUDIVALDO BRINGEL DA COSTA (OAB 5468/PA) - Processo 0217412-90.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratuais - REQUERENTE: Judivaldo Bringel da Costa - REQUERIDO: Samuel Rocha de Almeida - III. DISPOSITIVO Isto posto, com arrimo no art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos do autor, além do que reconhecço que o mesmo cometeu litigância de má-fé em desfavor do acionado, razão por que o condeno à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, e assim procedo com arrimo no art. 80, II c/c o art. 81, ambos do CPC. Saliento que o valor da causa não corresponde a R$500,00 (quinhentos reais), tal como equivocadamente indicado às fls. 03, mas no patamar de R$18.000,00 (dezoito mil reais), tal como indicado na petição de aditamento, datada de 26.02.2016 (fls. 15). Destarte, considerando que a atualização monetária de tal cifra, pelo INPC, importa atualmente em R$24.215,16 (vinte e quatro mil, duzentos e quinze reais e dezesseis centavos), resulta claro que a multa ora imposta ao promovente corresponde a R$1.210,76 (um mil, duzentos e dez reais e setenta e seis centavos). Condeno o autor ao pagamento das custas processuais, e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, tudo com esteio no art. 85 do CPC, e desde já revogo os benefícios da justiça gratuita outrora concedidos ao mesmo, posto que tal favor legal não deve servir para acobertar ou eximir de responsabilidades os litigantes de má-fé. P. R. I. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: MARGARETH THATCHER CASTELO BRANCO MOREIRA (OAB 37268/CE) - Processo 0253212-09.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Francisco de Sales - III. DISPOSITIVO Isto posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da parte autora para os fins de: a) Condenar o promovido ao pagamento de R$13.392,60 (treze mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta centavos), corrigido monetariamente pelo INPC, a contar da propositura da inicial, eis que inexistiu prévia notificação extrajudicial do devedor, e acrescido de juros de mora simples de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação; b) Denegar o pleito de indenização por danos morais. Condeno a parte promovida em custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor da condenação, tudo com arrimo no art. 85 do CPC. P. R. I. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito

ADV: ALEXANDRE BARBOSA COSTA (OAB 30098/CE) - Processo 0288103-22.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Araujo Assessoria e Seguranca do Trabalho Mei - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 06 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODdhZmE0ZjQtNzMyYi00NTk5LWEyMWUtMWI2Y2YzMTEwYmZh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22601350f2-6962-4d67-8076-f5d56c2e3616%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2a5cff OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: ANA PAULA DE MELO ROSENO (OAB 45524/CE) - Processo 0288870-60.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERENTE: Carlos André Soares da Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 14:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail:

cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 34ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0028481-50.2008.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Conforme disposição expressa nos artigos 129 e seguintes do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 38/204 do DJ-e que circulou em 29/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerida para que proceda ao recolhimento das custa finais, conforme determinado na sentença de fls. 159/167, que já encontram-se disponibilizadas na internet. Dessa forma, intime-se a parte requerida, Banco do Brasil S/A através de carta e seu advogado por publicação no DJ-e, para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento das custas, conforme guias de recolhimento às p. 225/228, e atualização do valor da causa p. 224, sob pena de inscrição em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o pagamento devido, confeccione o Termo de Solicitação em Inscrição de Débito em Dívida Ativa do Estado do Ceará, e intime-se a PGE, através do portal eletrônico, para ciência e providências necessárias.

ADV: ANA GLAUCIA LIMA TORRES (OAB 29698/CE), ADV: ERICA TORRES PASSOS MENESCAL REIS (OAB 17042/CE), ADV: JULIANA DE ABREU TEIXEIRA (OAB 13463/CE) - Processo 0103737-81.2017.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Gestão de Negócios - REQUERENTE: Geraldo Elpidio Soares Neto - REQUERIDO: Organização Educacional Farias Brito Ltda - Cuida-se de pedido de cumprimento definitivo de sentença de obrigação de pagar quantia certa. No entanto, a inicial de cumprimento de sentença não atendeu os requisitos previstos no Código de Processo Civil, eis que a parte credora não recolheu as custas processuais para instauração da fase executiva. Em razão disso, intime-se a parte credora para emendar a inicial, no prazo de 10 dias, sanando as irregularidades apontadas, sob pena de indeferimento da inicial (CPC, artigo 321). Passado o prazo, retornem os autos conclusos para juízo de admissibilidade do incidente.

ADV: GEORGE ARAUJO CHAVES DA CUNHA (OAB 6963/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: HUMBERTO CARDOSO PINTO (OAB 23355/CE) - Processo 0170614-42.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: SALOMÃO RUSSO LIMA - REQUERIDO: PORTO FREIRE ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA - Atento a solicitação da parte requerida, verifico que a sentença de pp. 253/259 não foi publicada em favor do advogado substabelecido por esta à pp. 208/209. Em razão disso, chamo o feito à ordem para, reconhecendo como invalida a intimação de pp. 260, determinar nova publicação da sentença de pp. 253/259 em nome do patrono indicado na petição de pp. 208/209, MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO, inscrito na OAB/CE 23.495. Intimem-se as partes desta decisão.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0170614-42.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERIDO: PORTO FREIRE ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, republique-se a sentença de fls. 253/259 em nome do patrono indicado na petição de pp. 208/209, MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO, inscrito na OAB/CE 23.495. "Ante o exposto, julgo procedente em parte a pretensão vindicada na exordial pela parte autora, extinguindo, com resolução de mérito, o presente processo (CPC, artigo 487, I), e, com isso, declaro rescindido o contrato de consórcio objeto da exordial e condeno a parte requerida a restituir a parte autora a totalidade dos valores pagos para aquisição do imóvel na modalidade de consórcio, não concretizado, com a incidência de correção monetária a partir do desembolso de cada parcela, aplicando-se o INPC e de juros de mora a partir do 30º dia da data da comunicação da impossibilidade de continuidade do contrato pela promovida, data em que se tornarem exigíveis os valores. Condeno as partes no pagamento rateado das custas processuais e em honorários advocatícios sucumbenciais, estes arbitrados em 20% sobre o valor atualizado da condenação, para o(s) representantes de cada parte, considerando a sucumbência recíproca (CPC, artigos 85 e seguintes), condenação cuja exigibilidade resta suspensa para a parte autora, por ser beneficiário da gratuidade judiciária (CPC, artigo 98, §3º). Publique-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado da presente sentença, intime-se a parte requerida para recolher seu percentual das custas processuais devidas, sob pena de inscrição em dívida ativa e a parte autora para requerer o cumprimento desta, sob pena de arquivamento (CPC, artigo 513 e seguintes)."

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: AYRA FACÓ ANTUNES (OAB 43228/CE), ADV: IGOR DE OLIVEIRA IBIAPINA (OAB 37536/CE) - Processo 0279885-05.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniely dos Santos Freitas - REQUERIDO: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA e outro - Em razão disso, recebo a presente ação, pois, a princípio, estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais e concedo à parte demandante os benefícios da gratuidade judiciária, na forma do artigo 98 do Código de Processo Civil. Por se tratar de lide que admite a autocomposição, designe-se audiência inaugural de mediação/conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos desta Comarca (CEJUSC) para realização do ato (CPC, artigos 165 e 334). Cite-se e intime-se a parte requerida, bem como intime-se a parte autora, por seu advogado, para ciência desta decisão e para comparecer à audiência inaugural de conciliação/mediação, a ser designada pela CEJUSC para data oportuna, observados os prazos mínimos de antecedência da citação/intimação para a referida audiência, devendo o mandado, ainda, constar a advertência de que a ausência injustificada da parte implicará na aplicação da multa prevista no Código de Processo Civil e de que, no caso do demandado, o prazo para apresentar contestação iniciar-se-á da data da audiência, caso a conciliação reste infrutífera. Caso ambas as partes manifestem desinteresse na realização da referida audiência, observados a forma e os prazos legais (CPC, artigo 334, §4º, I, e §5º), desde já se retire o processo da pauta de audiência, ficando a parte requerida de logo advertida de que o termo inicial do prazo legal para apresentar defesa, previsto no artigo 355 do Código de Processo Civil, deve observar a norma do artigo 335, II, do CPC. Apresentada a resposta e alegada qualquer das matérias elencadas no artigo 337 do novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora para, no prazo legal, manifestar-se, nos termos do artigo 351, bem como para valer-se, se assim entender, da faculdade prevista no artigo 338 do CPC. Após tudo isso ou em caso de revelia da parte requerida, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE) - Processo 0886629-11.2014.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Conforme disposição expressa nos artigos 129 e seguintes do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 38/204 do DJ-e que circulou em 29/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerida para que proceda ao recolhimento das custa finais, conforme determinado na sentença de fls. 210/214, que já encontram-se disponibilizadas na internet. Dessa

forma, intime-se a parte requerida, Banco Itaucard S/A através de carta e seu advogado por publicação no DJ-e, para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento das custas, conforme guias de recolhimento às p. 340/343, e atualização do valor da causa p. 339, sob pena de inscrição em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o pagamento devido, confeccione o Termo de Solicitação em Inscrição de Débito em Dívida Ativa do Estado do Ceará, e intime-se a PGE, através do portal eletrônico, para ciência e providências necessárias. Expedientes necessários.

ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: MARCOS DA SILVA MOREIRA (OAB 8030/CE), ADV: OLAVO ARAÚJO OLIVER CRUZ (OAB 39412/PE), ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 27112/PE), ADV: JOAO HENRIQUE SABOYA MARTINS (OAB 12422/CE) - Processo 0886629-11.2014.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdizia Avelino da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Cuida-se de pedido de cumprimento definitivo de sentença de obrigação de pagar quantia certa. No entanto, a inicial de cumprimento de sentença não atendeu os requisitos previstos no Código de Processo Civil, eis que a parte credora não recolheu as custas processuais para instauração da fase executiva. Em razão disso, intime-se a parte credora para emendar a inicial, no prazo de 10 dias, sanando as irregularidades apontadas, sob pena de indeferimento da inicial (CPC, artigo 321). Passado o prazo, retornem os autos conclusos para juízo de admissibilidade do incidente.

JUÍZO DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0859782-69.2014.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: HSBC Bank Brasil S/A - Cuida-se de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa. É o relatório, segue a decisão. Inicialmente, recolhidas as custas, é de se receber o pedido, porque atendidos os seus pressupostos. Em razão disso, determino as seguintes providências, na forma do artigo 523 e seguintes e do artigo 831 e seguintes do Código de Processo Civil: (i) a intimação do devedor para efetuar o pagamento do crédito exequendo, no prazo de 15 dias, advertindo-o do prazo para impugnação; (ii) passado o prazo acima, efetuado ou não o pagamento integral do crédito exequendo vindicado pela parte credora, intime-se esta para, em 05 dias, requerer o que direito.

JUÍZO DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: MONIKE CUNHA FRANCELINO (OAB 24817/CE) - Processo 0264599-84.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - AUTOR: Fábio Roberto Rebello Tadaiesky - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 01 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNWNlODItNmM0YS00YmY1LTllYWMtMTllOGVmZTM4Mjhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226650dbed-e32b-48e1-af8b-c08338729473%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/650d74 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: ESTENIO DE OLIVEIRA LEITÃO (OAB 28593/CE) - Processo 0278497-67.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Freitas Filho - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data 29/03/2022 às 15:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0065/2022

ADV: MARIA ERILÚCIA DE ABREU (OAB 35468/CE) - Processo 0287889-31.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Beatriz Souza Martins e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams.

Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0288241-86.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 07 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmVlYzI3MTItMGRkOC00NjBkLWFmYTEtYTU2ODUwZmE4YjMw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bf83c3bf-0f00-493e-824f-8ae4f3f2af69%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/8d530c OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 35ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: MARIO VIDAL DE VASCONCELOS NETO (OAB 7337/CE) - Processo 0035563-06.2006.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Mario Vidal de Vasconcelos - Considerando que o processo está saneado e tendo em vista a necessidade de produção de prova testemunhal, designo a audiência de instrução e julgamento, de que trata o art. 358 do CPC, para o dia 12 de maio de 2022, às 14 horas, a ser realizado por meio de videoconferência na plataforma MICROSOFT TEAMS (cujo link de acesso será anexado posteriormente), oportunidade em que, antes da oitiva das testemunhas arroladas, serão envidados esforços no sentido de as partes se conciliem, conforme recomenda o art. 359 do aludido diploma processual.

ADV: LUIS ALBERTO BURLAMAQUI CORREIA (OAB 10752/CE) - Processo 0181543-27.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: C & F Participações Ltda - Considerando a alegativa de que o foro eleito para dirimir a demanda contratual foi indicada para a Comarca de Caucaia/CE, intime-se a parte promovida, no prazo de 5(cinco) dias, por seu causídico, para acostar aos autos a cópia do contrato em que conste a referida informação. Após, retornem-se os autos conclusos.

ADV: JOSE MAURILIO DE OLIVEIRA (OAB 38383/CE), ADV: EURIVAN ALVES MOREIRA (OAB 7488/CE), ADV: FREDERICO AUGUSTO PARENTE BRITO (OAB 25967/CE) - Processo 0185138-34.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Fernando Jaco Silva Moreira - REQUERIDO: LANDIM CAR - Considerando que o processo está saneado e tendo em vista a necessidade de produção de prova testemunhal, designo a audiência de instrução e julgamento, de que trata o art. 358 do CPC, para o dia 05 de maio de 2022, às 16 horas, a ser realizado por meio de videoconferência na plataforma MICROSOFT TEAMS (cujo link de acesso será anexado posteriormente), oportunidade em que, antes da oitiva das testemunhas arroladas, serão envidados esforços no sentido de as partes se conciliem, conforme recomenda o art. 359 do aludido diploma processual.

ADV: EDUARDO FONTENELE MOTA (OAB 19970/CE), ADV: CRISTIANE OLIVEIRA MONTENEGRO (OAB 20764/CE) - Processo 0197067-64.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Fabíola Ferreira de Souza Bezerra - REQUERIDA: Maria Eduarda Lopes Bezerra Martins - Considerando que o processo está saneado e tendo em vista a necessidade de produção de prova testemunhal, designo a audiência de instrução e julgamento, de que trata o art. 358 do CPC, para o dia 11 de maio de 2022, às 16 horas, a ser realizado por meio de videoconferência na plataforma MICROSOFT TEAMS (cujo link de acesso será anexado posteriormente), oportunidade em que, antes da oitiva das testemunhas arroladas, serão envidados esforços no sentido de as partes se conciliem, conforme recomenda o art. 359 do aludido diploma processual.

ADV: FERNANDA NORONHA COSTA ALBUQUERQUE (OAB 45372A/CE), ADV: HANNA DOLORES NASCIMENTO DA SILVA SANTOS (OAB 17344/AL) - Processo 0203271-22.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Robson Pereira Guilherme - Inicialmente, recebo a presente ação, pois, em princípio, estão presentes as suas condições e os pressupostos processuais. Considerando que a parte autora não dispõe de recursos suficientes para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, concedo-lhe, nos termos do art. 98 do CPC, o direito à gratuidade da justiça em relação a todas as hipóteses previstas no § 1º do referido dispositivo legal, ressalvando, entretanto, que a concessão da gratuidade, consoante estabelece o § 4º do mesmo artigo, não afasta o dever de o(a) beneficiário(a) pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas. Observo a inexistência de pedido de tutela antecipada. Assim, por se tratar de lide que admite a autocomposição, determino a remessa destes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos desta comarca (CEJUSC) para a realização da audiência de conciliação ou mediação de que trata o art. 334 do CPC, em data e horário a serem agendados com a devida atenção às regras impostas pelo TJCE em razão da pandemia

da COVID-19, ao tempo em que ordeno a citação e intimação da parte requerida, bem como a intimação da parte autora, por seu advogado, para que compareçam à audiência de conciliação antes referida, a ser designada com a observância do prazo mínimo de antecedência da citação/intimação da parte ré, devendo constar no mandado a advertência de que o não comparecimento injustificado da parte autora ou da parte ré é considerado, pelo Código de Processo Civil, ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do § 8º do art. 334 do aludido Estatuto Processual Civil, bem como constar que a parte ré poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será a data de uma das ocorrências previstas nos incisos I, II e III, do art. 335 do CPC. Caso seja apresentada a contestação e nela for alegada qualquer das matérias enumeradas nos artigos 337 e 350 do CPC, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestar-se nos autos, inclusive para exercitar a faculdade de alterar a petição inicial para substituição da parte ré, isto se esta alegar ser parte ilegítima ou não ser a pessoa responsável pelo prejuízo invocado. Optando pela realização da substituição, a parte promovente, conforme estabelece o art. 338 do CPC, deverá reembolsar as despesas e deverá pagar os honorários ao procurador (advogado ou advogada) da parte ré que for excluída, cuja verba será fixada entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC. Após todas essas providências relativas à contestação, ou em caso de revelia, ou, é claro, na hipótese de autocomposição, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: TIAGO ASFOR ROCHA LIMA (OAB 16386/CE), ADV: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA (OAB 15095/CE) - Processo 0213978-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERIDO: Hapvida Assistencia Medica Ltda - Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência liminar com preceito cominatório movida por ANTÔNIO DAVI DAMASCENO DA SILVA, representado por sua genitora LUCIANA DA SILVA SANTOS, em face de HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, todos devidamente qualificados nos autos. Inicialmente o presente processo foi distribuído a 3ª Vara da Infância e Juventude, contudo foi proferida decisão do Egrégio Tribunal de Justiça declarando que o juízo originalmente designado seria incompetente para o julgamento do feito, devendo o processo ser redistribuído para uma das Varas Cíveis da mesma Comarca (art. 64, §1°, do CPC) conforme decisão monocrática de págs. 321/326. Portanto, em obediência a decisão proferida de págs. 321/326, recebo a respectiva demanda passando a adotar o devido tramite legal. Intimem-se as partes a dizerem, no prazo de 05 (cinco) dias, se querem realizar uma composição amigável e, sendo o caso, para trazerem aos presentes autos, até o final do aludido prazo, o termo do acordo que ambas pretendem submeter à homologação deste juízo. Ao serem intimadas, as partes deverão ser igualmente advertidas de que, caso não desejem a solução consensual do conflito, haverão de informar a este juízo, no mesmo lapso temporal antes reportado, se desejam produzir provas, especificando-as, se for o caso, bem como deverão ser cientificadas de que, transcorrendo o dito prazo sem qualquer manifestação, fica presumido de que ambas estão concordes quanto ao julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: THAIS CATARINNE UCHOA DE OLIVEIRA (OAB 31361/CE) - Processo 0240810-90.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joana Darc Mendes de Oliveira Almeida - Nos termos do artigo 1.010 do NCPC, não existe mais juízo de admissibilidade da apelação no juizo ad quo, nem declaração dos seus efeitos, cabendo tais procedimentos apenas ao juízo ad quem. Intime-se a parte recorrida, através de seu advogado, para, querendo, apresentar as contrarrazões de recurso, no prazo legal de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará.

ADV: PAULO HENRIQUE SÁ COSTA (OAB 29530/CE) - Processo 0253260-65.2020.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Pedro Costa Neto - Considerando que é absolutamente necessária a realização de audiência de justificação prévia, designo a audiência, de que trata o art. 358 do CPC, para o dia 05 de maio de 2022, às 14 horas, a ser realizado por meio de videoconferência na plataforma MICROSOFT TEAMS (cujo link de acesso será anexado posteriormente), oportunidade em que, antes da oitiva das testemunhas arroladas, serão envidados esforços no sentido de as partes se conciliem, conforme recomenda o art. 359 do aludido diploma processual.

ADV: PAULO EDUARDO GIFONI MAIA (OAB 12606/CE), ADV: MARIA RACHEL DE ANDRADE COSTA (OAB 14437/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE) - Processo 0270525-80.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cristiano Nunes Falcão - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Considerando que o processo está saneado e tendo em vista a necessidade de produção de prova testemunhal, designo a audiência de instrução e julgamento, de que trata o art. 358 do CPC, para o dia 10 de maio de 2022, às 16 horas, a ser realizado por meio de videoconferência na plataforma MICROSOFT TEAMS (cujo link de acesso será anexado posteriormente), oportunidade em que, antes da oitiva das testemunhas arroladas, serão envidados esforços no sentido de as partes se conciliem, conforme recomenda o art. 359 do aludido diploma processual.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: MARIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 6764/CE), ADV: BERGSON DE SOUZA BONFIM (OAB 14364/CE), ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE), ADV: VANESSA MARTINEZ FANEGO (OAB 27322A/CE) - Processo 0849292-85.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LAILA FEITOZA GOMES (MENOR IMPÚBERE) - REQUERIDO: TNL PCS S/A - Companhia Energética do Ceará - COELCE - Considerando que o processo está saneado e tendo em vista a necessidade de produção de prova testemunhal, designo a audiência de instrução e julgamento, de que trata o art. 358 do CPC, para o dia 10 de maio de 2022, às 14 horas, a ser realizado por meio de videoconferência na plataforma MICROSOFT TEAMS (cujo link de acesso será anexado posteriormente), oportunidade em que, antes da oitiva das testemunhas arroladas, serão envidados esforços no sentido de as partes se conciliem, conforme recomenda o art. 359 do aludido diploma processual.

ADV: JOAO BARBOSA ALVES FILHO (OAB 27954A/CE), ADV: RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA (OAB 22029/CE) - Processo 0870308-95.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bradesco Auto/Re Cia de Seguros - REQUERIDO: REPRISMA HOME DESIGN E AMBIENTAÇÃO LTDA - Considerando que o processo está saneado e tendo em vista a impossibilidade do ato processual marcado anteriormente, redesigno a audiência de instrução e julgamento, de que trata o art. 358 do CPC, para o dia 11 de maio de 2022, às 14 horas, a ser realizado por meio de videoconferência na plataforma MICROSOFT TEAMS (cujo link de acesso será anexado posteriormente), oportunidade em que, antes da oitiva das testemunhas arroladas, serão envidados esforços no sentido de as partes se conciliem, conforme recomenda o art. 359 do aludido diploma processual.

ADV: BRUNO CERQUEIRA DOMINGUES (OAB 32630/CE), ADV: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA (OAB 6584/CE), ADV: JOSE AFONSO DE OLIVEIRA (OAB 3956/CE) - Processo 0896555-16.2014.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Viviane da Silva Pereira - REQUERIDO: Nelson Luiz da Conceição Azevedo France - Larissa Ferreira Lobo France - Considerando que já houve o pagamento relativo ao cumprimento da sentença proferida nestes autos, conforme comprovante acostado nas págs. 166, chamo o feito à ordem para revogar a decisão de págs. 170. Ademais, defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 60(sessenta) dias, para fins de cumprimento das medidas

administrativas relativas às exigências cartorárias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: ALEX TIAGO PESSOA ARAUJO HOLANDA (OAB 36186/CE) - Processo 0144114-94.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Caio Rodrigues Gonçalves - Intime-se a parte promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos o comprovante de pagamento das custas processuais finais, através da guia FERMOJU, conforme sentença de págs. 144/149, sob pena de inscrição como dívida ativa do Estado (art. 7º, §2º da Lei Estadual nº. 12.381/94). Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: RICARDO FERREIRA VALENTE (OAB 6433/CE), ADV: DAYSE ELLEN REBOUÇAS LIMA (OAB 24946/CE), ADV: JOSE LUCAS CRISPIM CAMPOS (OAB 29669/CE), ADV: RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO (OAB 33987/CE) - Processo 0380531-09.2010.8.06.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Jose Vilmar Uchoa de Aquino - O pedido de gratuidade da justiça, formulado na petição inicial, não merece o acolhimento deste juízo, uma vez que, embora devidamente intimado para emendar a inicial com documentos comprobatórios pertinentes a sua hipossuficiência (despacho págs.35), o promovido não cumpriu com a respectiva determinação. Desse modo, este juízo entende que o autor não se amolda à conceituação legal de pobreza consubstanciada no parágrafo único do art. 2° da Lei n° 1.060/50, in verbis:

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL (OAB 12392/CE) - Processo 0283819-68.2021.8.06.0001 - Cobrança de Cédula de Crédito Industrial - Cobrança de Taxa de Matrícula - REQUERENTE: Fabio Kiyoshi Abreu Sasahara - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 06 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODdhZmE0ZjQtNzMyYi00NTk5LWEyMWUtMWI2Y2YzMTEwYmZh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22601350f2-6962-4d67-8076-f5d56c2e3616%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2a5cff OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: JOSE ISAIAS LIMA ALVES (OAB 23162/CE) - Processo 0283358-96.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Mja Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 14:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 36ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: CYNARA GOMES CATUNDA (OAB 11234/CE) - Processo 0138850-62.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Audeli Vieira de Alexandria - Audeli Vieira de Alexandria promoveu a presente AÇÃO ORDINÁRIA em desfavor de Zeneida Mendes Lacerda Alves e Rita de Cássia Bezerra da Silva, todos qualificados nos autos, pelos motivos relatados na inicial. Pelo exposto, homologo por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro nos artigos 200 e 487, III, 'b', do Código de Processo Civil, o acordo colacionado às fls. 108/111 e, consequentemente, declaro extinto este processo, com resolução do mérito. Honorários na forma pactuada. Custas recolhidas fls. 35. Suspenda-se o feito, com o arquivamento provisório, enquanto transcorre o cumprimento do acordo, após arquivem-se os autos definitivamente. P. R. I.

ADV: PEDRO SODRÉ HOLLAENDER (OAB 182214/SP), ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR (OAB 23289/PE), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0145005-52.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gilvan Maia Cavalcante - REQUERIDO: Zurich Minas Brasil Seguros Sa - Duraseg Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. - Pelo exposto, homologo por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro nos artigos 200 e 487, III, 'b', do Código de Processo Civil, em todos os seus termos, o acordo colacionado às fls. 407/409 e, consequentemente, declaro extinto este processo, com resolução do mérito.

ADV: CHARLES LUCAS DIAS (OAB 35143/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: FLAVIO JACINTO DA SILVA (OAB 6416/CE) - Processo 0148607-17.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Compromisso - REQUERENTE: Ivanilda Alves Ferreira - REQUERIDO: Cooperativa dos Transportes Autônomos de Passageiros do Estado do Ceará - Cootraps - Nomeio como NOVO(A) perito(a) ANTONIO ROMMEL SOUZA FERREIRA, nomeação nº 36099, cujos dados encontram-se cadastrados junto ao Sistema de Peritos SIPER, para proceder a perícia requerida pela requerente, o qual arcará com as respectivas custas. Remeta-se cópia do presente despacho por e-mail, para o contato do(a) perito(a) nomeado(a): "a_rrommel@hotmail.com", com o fito de notificá-lo(a) para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização e formas de contato, conforme previsto no artigo 464, §2º do CPC. Informe-se que a proposta de honorários deverá ser encaminhada para o e-mail desta Unidade Judiciária: for.36civel@tjce.jus.br. Apresentada a proposta de honorários, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo comum de 5 (cinco) dias, conforme disposto no artigo 465, §3º, do CPC. O(a) perita(a) deve juntar o laudo pericial no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da realização da perícia. Intimem-se as partes por seus advogados, com prazo de 5 dias. Expedientes necessários.

ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0155078-20.2015.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Tv Cidade de Fortaleza Ltda - REQUERIDO: Companhia Energética do Ceará - Coelce - Pelo exposto, homologo por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro nos arts. 158, § único e 269, III, tudo do Código de Processo Civil, em todos os seus termos, o acordo colacionado às fls. 842/844 e, consequentemente, declaro extinto este processo, com resolução do mérito.

ADV: JOSE OLAVO DE NOROES RAMOS FILHO (OAB 17851/CE), ADV: LARA COSTA DE ALMEIDA (OAB 18775/CE), ADV: RENATA BANDEIRA DE MELLO GONDIM (OAB 20537/CE), ADV: MARCELO VICTOR DE SOUSA (OAB 23085/CE), ADV: FERNANDO HENRIQUE ALMEIDA MIRANDA (OAB 31409/CE) - Processo 0162670-13.2018.8.06.0001 - Produção Antecipada da Prova - Locação de Móvel - REQUERENTE: Francisco Mauro Brasil de Holanda - REQUERIDO: Tasso Prado Mendes Aragão e outros - Trata o feito de produção antecipada de prova, onde a parte que requereu a produção da prova deu-se por satisfeita com o resultado da perícia, conforme manifestação de fls. 447/449 e 461/464. Como no procedimento de produção antecipada de provas não compete ao juízo se pronunciar sobre os fatos e sobre a própria prova produzida, na forma do § 2º, do artigo 382, do CPC, resta tão somente homologar a produção da prova. Pelo exposto, HOMOLOGO a prova pericial produzida nos autos, permanecendo os autos a disposição das partes por um mês para extração das cópias e certidões pelos interessados, após, arquivem-se os autos, tendo em vista que se trata de processo virtual, não havendo como entregar os autos ao requerente. PRI.

ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0166956-39.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0155078-20.2015.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Tv Cidade de Fortaleza Ltda - REQUERIDO: COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - Pelo exposto, homologo por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro nos arts. 158, § único e 269, III, tudo do Código de Processo Civil, em todos os seus termos, o acordo colacionado às fls. 562/564 e, consequentemente, declaro extinto este processo, com resolução do mérito.

ADV: TOBIAS ALVES NEVES (OAB 33182/CE), ADV: DEJARINO COSTA DOS SANTOS FILHO (OAB 13705/CE), ADV: VICTOR LEITE BRAGA E MATOS (OAB 24655/CE), ADV: TIAGO ALBANO FERREIRA DE MATOS FILHO (OAB 16781/CE) - Processo 0181090-37.2016.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Eneida Maria Cruz Lustosa Madeira - REQUERIDO: Reinaldo Elias Steremberg - Nomeio como perito(a) GREICIELE DA SILVA COSTA, nomeação nº 36112, cujos dados encontram-se cadastrados junto ao Sistema de Peritos SIPER, para proceder a perícia requerida pela parte autora, o qual é beneficiária da Justiça Gratuita. Remeta-se cópia do presente despacho por e-mail, para o contato do(a) perito(a) nomeado(a): "greicielecostacontabilidade@gmail.com", com o fito de notificá-lo(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, designar data de realização da perícia, com tempo hábil para intimação das partes, e manifestação do perito deverá ser encaminahda para o e-mail desta Unidade Judiciária: for.36civel@tjce.jus.br. Cientifique-se o perito de que os honorários periciais serão remunerados na forma prevista na Resolução do Órgão Especial do TJCE Nº 04/2017 e da Portaria nº 1794/2021 do TJCE. O(a) perita(a) deve juntar o laudo pericial no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da realização da perícia. Intimem-se as partes desta decisão, no prazo de 05 dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0185152-86.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Tendo em vista que a parte autora veio a óbito conforme Certidão acostada às fls. 58, não é possível atender ao pleito formulado pelo promovido de ouvir o depoimento do autor, desta forma intime-se o demandado para dizer se ainda há interesse na realização da audiência de instrução. Defiro a produção de prova pericial requerida às fls. 341, e determino que a parte promovida deposite em Juízo, o suposto Contrato celebrado entre as partes, objeto da lide, no prazo de 30 dias, sob pena de ser considerado verdadeiro aquilo que seria provado com sua apresentação. Intime-se por carta, o espólio de José Gomes de Barros, através de três herdeiros, já cadastrados nos autos, para depositarem em Juízo, documentos originais do autor que contenham assinatura, para ser utilizado na perícia, no prazo de 15 dias. Defiro a expedição ao Banco Bradesco, mas, primeiramente, intime-se a parte ré, para informar o número da Conta da autora , tendo em vista que somente constam a agência e o banco na petição de fls. 339. Intime-se a parte autora, através da Defensoria Pública; e o promovido, através de seu patrono, pelo Dje.

ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE), ADV: DIEGO ÍTALO BEZERRA RODRIGUES (OAB

39677/CE), ADV: THIARA BARBOSA GABRIEL (OAB 40504/CE) - Processo 0201928-93.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldo Eugenio da Silva Alves e outro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda - III - DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor, e condeno o promovido a indenizar os requerentes, a título de dano moral, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em favor do autor ALDO EUGENIO DA SILVA ALVES, e em R$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da autora ERILANE BRITO GONZAGA, incidindo correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. REJEITO os demais pedidos à míngua de amparo legal, e extingo o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 487, I, do CPC. Havendo sucumbência recíproca, condeno as partes em custas processuais e honorários advocatícios, estes no montante de 10% sobre o proveito econômico obtido por cada parte, entretanto, suspendo a cobrança pelo prazo de cinco anos em relação ao autor, uma vez que o promovente é beneficiário da assistência gratuita aos necessitados, conforme preconizado no § 3º, do 98, do CPC. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. P.R. I

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL (OAB 26571/PE) - Processo 0226785-38.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA - MAGAZINE LUIZA S/A - Intime-se o apelado/promovido por seu advogado, para apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação de fls. 282/293, no prazo de quinze dias, na forma do artigo 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação do apelado, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme preceitua o § 3º, do artigo 1.010 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: GEORGE NEWTON CYSNE FROTA JUNIOR (OAB 28647/CE) - Processo 0238455-10.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Cláudio Varella de Mattos Brito - REQUERIDO: Unimed de Fortaleza, Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Ouça-se o promovido acerca da nova manifestação de fls. 733/737 e documentos de fls. 738/756, no prazo de 10 dias. Em face do teor do Ofício de fls. 760, e anexo de fls. 761/769, nomeio como perito(a) ADMILSON JUVÊNCIO MONTEIRO, para proceder a perícia requerida pela partes promovida, o qual arcará com as respectivas custas. Intime-se o perito por carta, com o fito de notificá-lo(a) para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização e formas de contato, conforme previsto no artigo 464, §2º do CPC. Informe-se que a proposta de honorários deverá ser encaminhada para o e-mail desta Unidade Judiciária: for.36civel@tjce.jus.br. Apresentada a proposta de honorários, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo comum de 5 (cinco) dias, conforme disposto no artigo 465, §3º, do CPC. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 dias, ficando advertidas que devem cientificar os assistentes indicados da data de realização da perícia. O(a) perita(a) deve juntar o laudo pericial no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da realização da perícia. Expedientes necessários.

ADV: RICARDO NEGRAO (OAB 138723/SP), ADV: ANTONIO REBOUCAS DE ALBUQUERQUE (OAB 5440/CE) - Processo 0254103-30.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: J.E.V.V. - REQUERIDO: I.U. - Ouça-se o promovido acerca da manifestação de fls. 209/210 e documento de fl. 211, no prazo de 10 dias. Nomeio como perito(a) ISMAEL VASCONCELOS DE ARAUJO, cujos dados encontram-se cadastrados junto ao Sistema de Peritos SIPER, para proceder a perícia requerida pela parte autora, o qual é beneficiária da Justiça Gratuita. Remeta-se cópia do presente despacho por e-mail, para o contato do(a) perito(a) nomeado(a): “ismaelvasconcelos.pericia@gmail.com”, com o fito de notificá-lo(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, designar data de realização da perícia, com tempo hábil para intimação das partes, e a manifestação do perito deverá ser encaminahda para o e-mail desta Unidade Judiciária: for.36civel@tjce.jus.br. Cientifique-se o perito de que os honorários periciais serão remunerados na forma prevista na Resolução do Órgão Especial do TJCE Nº 04/2017 e da Portaria nº 1794/2021 do TJCE. O(a) perita(a) deve juntar o laudo pericial no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da realização da perícia. Intimem-se as partes por seus advogados. Expedientes necessários.

ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0257131-69.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - III DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor e, condeno o promovido ao pagamento do valor R$ 11.576,00 (onze mil, quinhentos e setenta e seis reais), acrescidos de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Condeno o promovido em custas processuais e honorários advocatícios, fixados estes no valor de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P. R. I.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 31493A/CE), ADV: PAULO FERNANDO DOS REIS PETRAROLI (OAB 256755/SP) - Processo 0258551-46.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Itamar Pereira Lima - REQUERIDO: Bradesco Via e Previdencia S.a - Nomeio como perito(a) LARISSA MIRANDA XAVIER VIEIRA, cujos dados encontram-se cadastrados junto ao Sistema de Peritos SIPER, para proceder a perícia requerida pela promovida, o qual arcará com as respectivas custas. Remeta-se cópia do presente despacho por e-mail, para o contato do(a) perito(a) nomeado(a): “larissamxvieira@yahoo.com.br”, com o fito de notificá-lo(a) para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização e formas de contato, conforme previsto no artigo 464, §2º do CPC. Informe-se que a proposta de honorários deverá ser encaminhada para o e-mail desta Unidade Judiciária: for.36civel@tjce.jus.br. Apresentada a proposta de honorários, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo comum de 5 (cinco) dias, conforme disposto no artigo 465, §3º, do CPC. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 dias, ficando advertidas que devem cientificar os assistentes indicados da data de realização da perícia. O(a) perita(a) deve juntar o laudo pericial no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da realização da perícia. Expedientes necessários.

ADV: NEI CALDERON (OAB 114904/SP) - Processo 0276332-47.2021.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A e outro - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta e seu causídico, através do DJe, para dizer se ainda há interesse no feito, devendo no prazo de 5 (cinco) dias, promover os atos necessários para o prosseguimento da ação, cumprindo o disposto no despacho de fls. 139/140, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III e §1º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: IGOR GOES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0288096-30.2021.8.06.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Companhia Brasileira de Distribuição Dalva Satyro Neves Espólio de - Pelo exposto, DEFIRO a tutela liminar na forma como pleiteada, determinado a intimação da parte promovida para desocupar voluntariamente o imóvel descrito na inicial, em 15 dias, sob pena de despejo coercitivo, bem como CITE-SE a promovida para, querendo, apresentar defesa, no mesmo prazo, sob pena de sofrer os efeitos da revelia. Findo o prazo supra sem a desocupação voluntária, EXPEÇA-SE mandado de despejo coercitivo, constando as prerrogativas do art. 65 da Lei 8.245/91. Intime-se a parte autora, através de seu patrono, pelo Dje, para recolher as custas judiciais referente às diligências do Oficial de Justiça no prazo de 10 dias.

ADV: JOÃO ALFREDO RODRIGUES DE SOUSA (OAB 37717/CE) - Processo 0288562-24.2021.8.06.0001 - Procedimento

Comum Cível - Produto Impróprio - REQUERENTE: Luis Felipe Miranda Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 01 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 15:00h na sala virtual Cooperação 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNWNlODItNmM0YS00YmY1LTllYWMtMTllOGVmZTM4Mjhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226650dbed-e32b-48e1-af8b-c08338729473%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/650d74 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0288753-69.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jucileide Ferreira - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 16:00h COOPERAÇÃO 01 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 16:00h na sala virtual Cooperação 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNWNlODItNmM0YS00YmY1LTllYWMtMTllOGVmZTM4Mjhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226650dbed-e32b-48e1-af8b-c08338729473%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/650d74 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOYCE LEITE TORRENS (OAB 9839/CE), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: IGOR GOES LOBATO (OAB 34726A/CE), ADV: SANZIO TEIXEIRA DE PAULA (OAB 11683/CE), ADV: CARLOS ALBERTO TORRENS (OAB 6214/CE), ADV: EURIDES RODRIGUES DE PAULA (OAB 5621/CE) - Processo 0859922-06.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: B.C.A.A. e outros - REQUERIDO: V.B. - S.V.S. - Nomeio como NOVO(A) perito(a) VIVIANE CORREA FILOMENO DA SILVA, nomeação nº 36084 , cujos dados encontram-se cadastrados junto ao Sistema de Peritos SIPER, para proceder a perícia requerida pela parte autora, o qual arcará com as respectivas custas. Remeta-se cópia do presente despacho por e-mail, para o contato do(a) perito(a) nomeado(a): "vivi.correaf@live.com", com o fito de notificá-lo(a) para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização e formas de contato, conforme previsto no artigo 464, §2º do CPC. Informe-se que a proposta de honorários deverá ser encaminhada para o e-mail desta Unidade Judiciária: for.36civel@tjce.jus.br. Apresentada a proposta de honorários, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo comum de 5 (cinco) dias, conforme disposto no artigo 465, §3º, do CPC. O(a) perita(a) deve juntar o laudo pericial no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da realização da perícia. Intimem-se as partes por seus advogados, com prazo de 5 dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE) - Processo 0203713-85.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Gg Comercial de Alimentos Ltda-me - Indefiro o pedido de recolhimento de custas ao final da demanda, por falta de amparo legal. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher o valor das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0288913-94.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Aurinete dos Santos Lima - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data 28/03/2022 às 14:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes

autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: LUIS EDILSON DE SOUSA (OAB 25369/CE) - Processo 0289289-80.2021.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Luzanira Viana Martins - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 15:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data 28/03/2022 às 15:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: ANTONIO CARLOS ARAUJO ARRUDA PRADO (OAB 42604/CE) - Processo 0289396-27.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Glaucineide Fiuza Barreto - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 14:00h COOPERAÇÃO 03 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 14:00h, na sala virtual Cooperação 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTU3YWY3OTQtNzljYS00MTQzLTg4MTUtMjcyYzU4NGI2NmNj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226181253a-2903-4586-986c-c7915d893bd6%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/f80f37 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: LUCIA DE FATIMA LOBO MARQUES (OAB 9392/CE), ADV: ANTONIO EDILSON MOURAO (OAB 15310/CE) - Processo 0633534-41.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RÉU: Maria Liduina Pitombeira - Em face do teor da manifestação de fls. 378/379, intime-se a promovida por seu advogado para cumprir o despacho de fl. 377, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO LEITE TAVARES (OAB 1838/CE), ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE), ADV: JOÃO LEITE MENDONÇA TAVARES (OAB 29500/CE) - Processo 0867974-88.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: JOAO LUIZ SOARES e outro - Intime-se a parte reconvinte João Luiz Soares e Nilza Rangel Ferreira Soares, através de seus patronos, pelo Dje, para apresentarem réplica em relação à contestação à reconvenção apresentada pelos autores quando apresentarem a réplica, no prazo de 15 dias. Empós, retornem os autos conclusos para análise do pedido de reconsideração acostado às fls. 642/678. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0084707-80.2005.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S.a - Cite-se a promovida SACOLAS E CIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA, por seu representante legal MARCO GIL DE SOUZA NOGUEIRA, por meio de oficial de justiça (custas recolhidas fl. 221), para apresentar contestação, no prazo de 15 dis, sob pena de sofrer os efeitos da revelia. Ouça-se o autor acerca da certidão do oficial de justiça, de fl. 222, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ALEXSANDRA DE LIMA (OAB 21347/CE), ADV: FRANCISCO ROBERTO BRASIL DE SOUZA (OAB 6097/CE), ADV: ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 6814/CE) - Processo 0208025-51.2015.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça de fls. 260, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: RODRIGO SILVEIRA LIMA (OAB 19187/CE), ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: FABIA DE ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 15400/CE), ADV: JOSE LUCIANO SOLON DIAS JUNIOR (OAB 21944/CE) - Processo 0517649-76.2000.8.06.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Transfarrapos Transportes Comercio e Industria Ltda - Ouça-se o autor acerca dos resultados do SISBAJUD e INFOJUD, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE) - Processo 0664197-70.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Telemar Norte Leste S/A - Cite-se a promovida através de seu representante legal e síndico da massa falida PAULO RICARDO STAMATO KICKINGER, por meio de oficial de justiça (custas recolhidas - fl. 274), para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de sofrer os efeitos da revelia, bem como, intime-se para, no mesmo prazo, informar o endereço dos sócios indicados a seguir: LUIZ GONZADA FARIAS DE MEDEIROS, sócio gerente, CPF n° 090.332.653-00; FRANCISCO DE ASSIS TAVARES BATISTA, sócio gerente, CPF n° 090.710.163-15; MANOEL VIEIRA FILHO, sócio gerente, CPF n° 031.350.733-53; FRANCISCO DE ASSIS FARIAS MEDEIROS, sócio gerente, CPF n° 242.154.813-68. Expedientes necessários.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0874597-71.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível -

Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A. - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar acerca das Certidões dos Oficiais de Justiça de fls. 377 à 381, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0084707-80.2005.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S.a - Cite-se a promovida SACOLAS E CIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA, por seu representante legal MARCO GIL DE SOUZA NOGUEIRA, por meio de oficial de justiça (custas recolhidas fl. 221), para apresentar contestação, no prazo de 15 dis, sob pena de sofrer os efeitos da revelia. Ouça-se o autor acerca da certidão do oficial de justiça, de fl. 222, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ALEXSANDRA DE LIMA (OAB 21347/CE), ADV: FRANCISCO ROBERTO BRASIL DE SOUZA (OAB 6097/CE), ADV: ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 6814/CE) - Processo 0208025-51.2015.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça de fls. 260, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: RODRIGO SILVEIRA LIMA (OAB 19187/CE), ADV: JULIO DE ASSIS ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 12972/CE), ADV: FABIA DE ARAUJO BEZERRA LEITE (OAB 15400/CE), ADV: JOSE LUCIANO SOLON DIAS JUNIOR (OAB 21944/CE) - Processo 0517649-76.2000.8.06.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Transfarrapos Transportes Comercio e Industria Ltda - Ouça-se o autor acerca dos resultados do SISBAJUD e INFOJUD, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE) - Processo 0664197-70.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Telemar Norte Leste S/A - Cite-se a promovida através de seu representante legal e síndico da massa falida PAULO RICARDO STAMATO KICKINGER, por meio de oficial de justiça (custas recolhidas - fl. 274), para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de sofrer os efeitos da revelia, bem como, intime-se para, no mesmo prazo, informar o endereço dos sócios indicados a seguir: LUIZ GONZADA FARIAS DE MEDEIROS, sócio gerente, CPF n° 090.332.653-00; FRANCISCO DE ASSIS TAVARES BATISTA, sócio gerente, CPF n° 090.710.163-15; MANOEL VIEIRA FILHO, sócio gerente, CPF n° 031.350.733-53; FRANCISCO DE ASSIS FARIAS MEDEIROS, sócio gerente, CPF n° 242.154.813-68. Expedientes necessários.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0874597-71.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A. - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar acerca das Certidões dos Oficiais de Justiça de fls. 377 à 381, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: SOLANGE PEREIRA (OAB 130873/SP), ADV: RAUL KOCHHANN BERGESCH (OAB 439262/SP) - Processo 0548643-67.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Embalagens Ceara Ltda - REQUERIDO: Consulte Guia Empresarial - III DISPOSITIVO Pelo exposto, e nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor e DECLARO RESCINDIDO o contrato objeto da demanda. DEFIRO o pedido liminar e DETERMINO que o promovido se abstenha de cobrar a dívida originária do contrato ora rescindido, bem como de inscrever o nome da autora nos cadastros de controle de crédito, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), limitada a R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Condeno o promovido em custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P. R. I.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: LUIZ VICENTE DE CARVALHO (OAB 39325/SP) - Processo 0282792-50.2021.8.06.0001 - Revisional de Aluguel - Leve - REQUERENTE: Localiza Rent A Car S.a - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data 29/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: PAULO NAPOLEAO GONCALVES QUEZADO (OAB 3183/CE), ADV: HEBERT ASSIS DOS REIS (OAB 17614/CE) - Processo 0170716-25.2017.8.06.0001 - Renovatória de Locação - Benfeitorias - REQUERENTE: Alaim Gerard Pereira do Nascimento Me - REQUERIDO: Francisca Lucia de Oliveira e outros - III - DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor, determino a renovação do contrato de locação do imóvel situado na Rua Padre Pedro Alencar, 372 e 376,

Messejana, Fortaleza /CE, por mais cinco anos, a contar de 01/04/2018, conforme as condições descritas na inicial, o que faço com fulcro no artigo 51 da Lei nº 8.245/91. Condeno o promovido em custas processuais e honorários advocatícios, fixados estes em 10% do valor atribuído à causa, na forma do artigo 85, § 2º, do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P. R. I.

ADV: RUI CORREA DE MELO (OAB 147450/MG) - Processo 0286638-75.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Alexandre Maia Rodrigues - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 29/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 06 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 29/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODdhZmE0ZjQtNzMyYi00NTk5LWEyMWUtMWI2Y2YzMTEwYmZh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22601350f2-6962-4d67-8076-f5d56c2e3616%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2a5cff OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

EXPEDIENTES DA 37ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: ADENAUER MOREIRA (OAB 16029A/CE), ADV: JOYCE LIMA MARCONI GURGEL (OAB 10591/CE), ADV: JERONIMO DE ABREU JUNIOR (OAB 5647/CE), ADV: RAFAEL DE ALMEIDA ABREU (OAB 19829/CE) - Processo 0080223-85.2006.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cecomil Comercio e Servicos Ltda - REQUERIDO: Servnac Empreendimentos Ltda - Reporto-me à decisão de fl. 135, em que se deliberou sobre provas, abrindo-se às partes a oportunidade de requerer outras provas. Apenas a parte requerente pleiteou em petição de fls. 138/139 a prova oral (oitiva de testemunhas). A parte demandado, por sua vez, apresentou a petição de fls. 144, requerendo apenas a oitiva de forma presencial. Sem embargo, a demanda versa sobre questões de fato que podem, em tese, ser esclarecidas pelas partes. Por isso, DEFIRO a prova requerida, devendo a instrução prosseguir somente no que tange a prova oral (oitiva de testemunhas). Desta forma, determino que seja designada de Audiência de Instrução, que se resumirá à oitiva de testemunhas da parte requerente. Rol de testemunhas às fls. 138/139 (parte autora). A parte está representada por Advogado, que nos termos do art. 455 e parágrafos do CPC/2015, compete ao advogado informar ou intimar as testemunhas arroladas do dia, hora e local da Audiência de Instrução, dispensando-se a intimação do Juízo, devendo inclusive encaminhar o link da audiência por videoconferência, se for o caso. Intimem-se as partes por seus advogados (DJE). Na audiência os presentes deverão estar munidos de documentos de identificação, que serão necessários para conferência e anotações pertinentes no Termo de Audiência.

ADV: JOAO RAFAEL DE FARIAS FURTADO (OAB 17739/CE), ADV: JANDERSON LOURENÇO MUNIZ (OAB 26695/CE) - Processo 0107500-27.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco de Assis dos Santos Eireli - Me (GEOPLANT TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÕES) - REQUERIDO: Trianon Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Reporto-me à decisão de fl. 730, em que se deliberou sobre provas, abrindo-se às partes a oportunidade de requerer outras provas. As partes pleitearam a prova oral (oitiva de testemunhas). Sem embargo, a demanda versa sobre questões de fato que podem, em tese, ser esclarecidas pelas partes. Por isso, DEFIRO a prova requerida, devendo a instrução prosseguir somente no que tange a prova oral (oitiva de testemunhas). Desta forma, determino que seja designada de Audiência de Instrução, que se resumirá à oitiva de testemunhas da parte requerida Rol de testemunhas apresentado às fls. 732/733 pela autora e fls. 735/736 pela ré. As partes estão representadas por Advogados, que nos termos do art. 455 e parágrafos do CPC/2015, compete ao advogado informar ou intimar as testemunhas arroladas do dia, hora e local da Audiência de Instrução, dispensando-se a intimação do Juízo, devendo inclusive encaminhar o link da audiência por videoconferência, se for o caso. Intimem-se as partes por seus advogados (DJE). Na audiência os presentes deverão estar munidos de documentos de identificação, que serão necessários para conferência e anotações pertinentes no Termo de Audiência.

ADV: ADRIANO DE ALCANTARA CAMARGO (OAB 17403/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: EXPEDITO DANTAS DA COSTA JUNIOR (OAB 13511/CE) - Processo 0111038-11.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Ana Amélia Reis Jereissati e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - A fase postulatória encontra-se superada. Intimem-se as partes para dizerem sobre as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produção de provas, especificando-as e justificando sua efetiva necessidade (art. 370, CPC/2015). Após retornem os autos concluso decisão interlocutória para realização do saneamento nos termos do art. 347 e seguintes do CPC e deliberação sobre as provas requeridas. Intimem-se as partes por seus advogados (DJE).

ADV: GILBERTO MARCELINO MIRANDA (OAB 3205/CE), ADV: SHERLLES LIMA NUNES (OAB 24533/CE) - Processo 0112191-84.2016.8.06.0001 (apensado ao processo 0886825-78.2014.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Josinaldo Gomes de Lima e outro - REQUERIDA: Irene Henrique Rabelo - A fase postulatória encontra-se superada. Intimem-se as partes para dizerem sobre as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produção de provas, especificando-as e justificando sua efetiva necessidade (art. 370, CPC/2015). Após retornem os autos concluso decisão interlocutória para realização do saneamento nos termos do art. 347 e seguintes do CPC e deliberação sobre as provas requeridas. Intimem-se as partes por seus advogados (DJE).

ADV: CLAILSON CARDOSO RIBEIRO (OAB 13125/CE), ADV: JORGE UMBELINO DA SILVA (OAB 23626/CE) - Processo 0114369-35.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Comissão - REQUERENTE: Emídio Marcelo Teixeira Aguiar Spinosa - REQUERIDO: Joao Araujo Bezerra Filho e outro - A fase postulatória encontra-se superada. Intimem-se as partes para dizerem sobre as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produção de provas, especificando-as e justificando sua efetiva necessidade (art. 370, CPC/2015). Após retornem os autos concluso decisão interlocutória para realização do saneamento nos termos do art. 347 e seguintes do CPC e deliberação sobre as provas requeridas. Intimem-se as

partes por seus advogados (DJE).

ADV: PAULO EDUARDO GIFONI MAIA (OAB 12606/CE) - Processo 0142877-88.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Cláudia Rodrigues Bezerra - Reporto-me à decisão de fl. 200, em que se deliberou sobre provas, abrindo-se às partes a oportunidade de requerer outras provas. Apenas a parte requerente pleiteou em petição de fls. 204 a prova oral (oitiva de testemunhas). Sem embargo, a demanda versa sobre questões de fato que podem, em tese, ser esclarecidas pelas partes. Por isso, DEFIRO a prova requerida, devendo a instrução prosseguir somente no que tange a prova oral (oitiva de testemunhas). Desta forma, determino que seja designada de Audiência de Instrução, que se resumirá à oitiva de testemunhas da parte requerente. Intimar a parte requerente para arrolar suas testemunhas no prazo de 15 dias, contado da intimação (CPC, arts. 357, § 4.º, e 451). Intimação via portal, parte assistida pela Defensoria Pública. Intimem-se a parte promovida por seus advogados (DJE). Na audiência os presentes deverão estar munidos de documentos de identificação, que serão necessários para conferência e anotações pertinentes no Termo de Audiência.

ADV: SAMARA DE OLIVEIRA PINHO (OAB 31314/CE), ADV: CLAUDIA GURGEL DO AMARAL MOTA (OAB 17856/CE) - Processo 0149264-56.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Jose de Araujo - REQUERIDO: NEWTEMP AR CONDICIONADO LTDA. - Ausente requerimento de produção de outras provas, anuncio o julgamento do processo no estado em que se encontra. Intime-se via DJe.

ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE), ADV: HELOISA MELO MADRUGA FERNANDES MARINHO (OAB 14479/CE), ADV: EVERARDO DE SOUSA FERREIRA (OAB 35469/CE) - Processo 0158356-58.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Antonio Carlos de Sá Brandão - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - A fase postulatória encontra-se superada, com a apresentação de réplica pelos autores, conforme petição à fls. 201/208. Intimem-se as partes para dizerem sobre as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produção de provas, especificando-as e justificando sua efetiva necessidade (art. 370, CPC/2015). Após retornem os autos concluso decisão interlocutória para realização do saneamento nos termos do art. 347 e seguintes do CPC e deliberação sobre as provas requeridas. Intimem-se as partes por seus advogados (DJE).

ADV: FRANCISCO CLAUDIO BEZERRA DE QUEIROZ (OAB 8023/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: EMANUEL CARVALHO LIMA (OAB 22883/CE) - Processo 0185967-20.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Sabrina Pinheiro Nogueira e outros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - As partes formularam acordo como se vê às fls. 227/231, em que ajustaram a solução da lide, como permite o art. 840 do Código Civil: Art. 840. É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas. Por isso, homologo o acordo por sentença, para que surta os jurídicos efeitos. Em conseqüência, declaro a extinção do processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, do Código de Processo Civil de 2015. Honorários de advogado, consoante o ajuste. Custas por rateio (CPC, art. 90, § 2.º). Foi deferido à parte autora o benefício da gratuidade judiciária, requerida na petição inicial, de sorte que lhe suspendo a exigibilidade do pagamento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 98, § 3º, do CPC/15, que somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Quanto a parte ré, imponho o pagamento por metade. Considerando que a autocomposição foi realizada antes da instrução processual, incide, ainda, o abatimento de 40% (quarenta por cento), conforme art. 3.º, caput, da Lei Estadual n.º 16.132/2016, calculadas em relação ao valor do acordo, devendo proceder ao recolhimento no prazo de 15 dias. Publique-se. Registre-se. Intimação via DJe. Ante o acordo, não há interesse em recorrer (preclusão lógica), de modo que o trânsito em julgado da sentença independe de prazo e ocorre imediatamente no momento da publicação.

ADV: ANA PAULA CHAVES AGUIAR MARTINS SOUSA (OAB 27662/CE), ADV: MICHAEL GALVÃO DE ALMEIDA BARBOSA (OAB 36393/CE), ADV: CELSO FARIA MONTEIRO (OAB 30086A/CE) - Processo 0231096-72.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gabrielle Baracho Ferreira - REQUERIDO: Facebook Serviços On Line do Brasil Ltda - A fase postulatória encontra-se superada, com a apresentação de réplica pelos autores, conforme petição à fls. 188/218. Intimem-se as partes para dizerem sobre as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produção de provas, especificando-as e justificando sua efetiva necessidade (art. 370, CPC/2015). Após retornem os autos concluso decisão interlocutória para realização do saneamento nos termos do art. 347 e seguintes do CPC e deliberação sobre as provas requeridas. Intimem-se as partes por seus advogados (DJE).

ADV: DIEGO FERNANDES DE OLIVEIRA GUERRA (OAB 30882/PE) - Processo 0236923-64.2021.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Ana Maria Cunha Barreto Mindello e outro - Trata-se de ação de usucapião em que a União mostrou interesse na demanda. A competência é da Justiça Federal conforme o art. 109, inciso I, da Constituição Federal de 1988. Competência em razão da pessoa, portanto absoluta, que deve ser reconhecida de ofício. Postas estas considerações, reconheço a incompetência desta unidade jurisdicional para o julgamento da presente ação, em favor da Justiça Federal. Em conseqüência, determino o envio dos autos para o referido juízo, com baixa no sistema SAJ e na estatística. Reserva-se ao Juízo Federal a que tocar o conhecimento da causa, por distribuição no âmbito do Fórum respectivo. Intimação via DJe. Publique-se.

ADV: ADEMAR MENDES BEZERRA JUNIOR (OAB 15786/CE), ADV: ALINE DE MATOS MENDES BEZERRA (OAB 14852/CE), ADV: ABDIAS JUNIO CAVALCANTE OLIVEIRA (OAB 7807/CE) - Processo 0237262-23.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: F.C.C.N.D. - REQUERIDO: C.C.N.D. - Assim, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, o que faço com base no art. 485, VIII, e § 4º, do CPC. Condeno, com base no art. 90, do CPC/15, o promovente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 12% sobre o valor atualizado da causa, já que houve necessidade de comparecimento a uma audiência, tudo conforme incisos do parágrafo segundo do art. 85, do CPC/15. Como foi deferido aos autores o benefício da gratuidade judiciária, suspendo-lhe a exigibilidade do pagamento de custas e honorários advocatícios e/ou periciais, na forma do art. 98, § 3º, do CPC/15, que somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios tendo em vista as disposições constantes da Cláusula 13, item 13.2 do acordo formulado entre as partes (fls. 3856/3866). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Da desistência decorre a preclusão lógica do direito de recorrer. Certificar o trânsito em julgado e, após os expedientes devidos para a efetivação do pacto, arquivar, com baixa.

ADV: RAIMUNDO ROCHA DE SOUSA JUNIOR (OAB 6662/CE), ADV: DANNY MEMORIA SOARES (OAB 30539/CE) - Processo 0239238-65.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria Alice da Silva Gomes - REQUERIDA: Mirian Marinheiro Paiva - A preliminar de inépcia da petição inicial da ação, lançada na contestação da ação (fls. 59/60), não merece acolhida, uma vez que a parte ré/reconvinte confunde documento essencial à propositura da demanda, cuja falta enseja o indeferimento da inicial (arts. 320 e 321 do CPC/2015), e documento destinado à prova dos

fatos alegados, que deve ser avaliado por ocasião do julgamento (arts. 371, 434 e 435 do CPC/2015). Assim, indefiro referida preliminar. No tocante ao pedido de tutela provisória (reforma ou reforço em parede comum às casas da autora e da ré / parede-meia), observa-se que, apesar das acusações mútuas e discussões infrutíferas, as partes concordam no essencial, tendo ambas requerido a concessão de medida cautelar visando ao conserto. Por isso, a tutela provisória é deferida neste momento, com as regras abaixo. Dentre os orçamentos apresentados pela autora-reconvinda (fl. 27 / valor: R$10.015,30) e pela promovida-reconvinte (fls. 87/92, reforçado pela vistoria de fls. 94/101 / valor:R$8.047,43), acolhe-se o segundo, tendo em vista que mais em conta e com melhor apresentação e discriminação das obras que serão executadas, o que atende aos interesses das partes, que afinal devem arcar com toda a despesa, seja uma delas isoladamente ou ambas em conjunto, a depender do julgamento. Na situação atual, no entanto, em que ainda não se formou o convencimento judicial, ambas arcam com metade do valor, que devem depositar em conta bancária vinculada ao processo, com posterior acertamento, nos termos da sentença a ser proferida. À promovida-reconvinte compete os atos inerentes à contratação da empresa e apresentação de atualização do orçamento, visto que elaborado originariamente em 21 de junho de 2021 (fl. 91), no prazo de cinco dias, e desde logo depositar sua parte (metade do valor da obra). Assim feito, intimar a autora-reconvinda, via DJe, para manifestar-se e efetuar o depósito da outra metade, fixando-se para tanto prazo igual, de cinco dias. Uma e outra parte deverão permitir o acesso dos trabalhadores em sua casa, para o exclusivo objetivo de realização das obras necessárias e, havendo necessidade de liberar o imóvel para o trabalho, providenciar mudança temporária para outro local, a suas expensas, sendo esse um ônus evidente de quem possui moradia sujeita a reparos. Eventual resistência poderá ensejar a fixação de multa ou retirada forçada do imóvel, conforme os arts. 301, 536, § 1.º, e 537 do Código de Processo Civil, e servirá também para aferir possível má-fé das partes, no caso de prejuízos mais amplos (decorrentes inclusive de eventual desabamento da parede e/ou maior comprometimento dos imóveis lindeiros). Ainda, a ré-reconvinte deverá apresentar réplica à contestação da reconvenção (fls. 104/107), enquanto a autora-reconvinda deverá manifestar-se sobre os áudio anexos à certidão de fl. 118 e sobre as petições/documentos de fls. 119/129 e 130/140 (a segunda substitui a primeira), tudo no prazo comum de 15 dias. Intimar as partes, por seus procuradores, via DJe. Posteriormente, cumprido o contraditório específico, será examinada a preliminar apresentada na contestação da reconvenção (inépcia da petição inicial da reconvenção). A autora-reconvinda obteve a gratuidade judiciária (despacho de fl. 28), benefício que concedo também à promovida-reconvinte, como pleiteado na fl. 53. Anotações de estilo.

ADV: JOSE HELITON FELIPE ANICETO (OAB 31670/CE), ADV: RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES (OAB 16077/CE) - Processo 0241097-53.2020.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: José Cláudio Coelho Ribeiro - REQUERIDA: Janaina dos Santos Nascimento - A fase postulatória encontra-se superada, com a apresentação de réplica pelos autores, conforme petição à fls. 95/108. Intimem-se as partes para dizerem sobre as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produção de provas, especificando-as e justificando sua efetiva necessidade (art. 370, CPC/2015). Após retornem os autos concluso decisão interlocutória para realização do saneamento nos termos do art. 347 e seguintes do CPC e deliberação sobre as provas requeridas. Intimem-se as partes por seus advogados (DJE).

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: HEMESON DE OLIVEIRA RABELO (OAB 28248/CE), ADV: DANTE JORGE CRISTINO DE MENEZES (OAB 31161/CE), ADV: WAGNER BARBOSA DE ALMEIDA JUNIOR (OAB 32976/CE) - Processo 0193311-47.2019.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: José Agrilberto Rabelo - REQUERIDO: Sthephanie Meneses da Silva - A fase postulatória encontra-se superada com a apresentação de réplica pela parte autora, conforme petição às fls. 114/119. Ainda, houve audiência de conciliação, conforme termo acostado às fls. 105/107, lamentavelmente sem êxito (art. 355, CPC/2015). Intimem-se as partes para dizer sobre as provas que pretende produzir no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produção de provas, especificando-as e justificando sua efetiva necessidade (art. 370, CPC/2015). Intimações via DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: ANA CRISTINA BONFIM FARIAS (OAB 9669/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0117126-36.2017.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - Assim, proceder-se-á aos atos executivos, devendo-se intimar os devedores para pagar o débito, no prazo de 15 dias, através de seus advogados, via DJe (art. 513, § 2.º, I). Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, expedindo-se desde logo, sem necessidade de novo despacho, mandado de penhora e avaliação. No caso de pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Caso transcorrido o prazo de 15 dias, sem pagamento voluntário: (i) se houver requerimento do exequente, expedir certidão do teor da decisão judicial, para fins de protesto, consoante o art. 517 e parágrafos do CPC/2015, que será expedida após entrega no gabinete do juízo do requerimento, acompanhado dos dados necessários indicados no art. 3.º do Provimento Conjunto n.º 16/2020 PRES/CGJCE, disponibilizada no DJe datado de 26/06/2020. (ii) inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525 e parágrafos). Intimação via DJe.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0151609-92.2017.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Assim, proceder-se-á aos atos executivos, devendo-se intimar o devedor para pagar o débito, no prazo de 15 dias, através de seu advogado, via DJe (art. 513, § 2.º, I). Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, expedindo-se desde logo, sem necessidade de novo despacho, mandado de penhora e avaliação. No caso de pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Caso transcorrido o prazo de 15 dias, sem pagamento voluntário: (i) se houver requerimento do exequente, expedir certidão do teor da decisão judicial, para fins de protesto, consoante o art. 517 e parágrafos do CPC/2015, que será expedida após entrega no gabinete do juízo do requerimento, acompanhado dos dados necessários indicados no art. 3.º do Provimento Conjunto n.º 16/2020 PRES/CGJCE, disponibilizada no DJe datado de 26/06/2020. (ii) inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525 e parágrafos). Incumbe, ainda, as

executadas, COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ- ENEL/CE, no prazo de pagamento voluntário, comprovar o recolhimento das custas finais referente ao processo de conhecimento, conforme cálculo de fls. 278 e guias de fls. 279/281, sob pena de expedição de ofício à Procuradoria Geral do Estado do Ceará para inscrição na dívida ativa, nos termos da Portaria Conjunta n.º 428/2020 - PRESTJCE e CGJCE. Intimação via DJe.

ADV: BEATRIZ BORGES MEDEIROS (OAB 75960/RS) - Processo 0176929-81.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Joaquim Antonio Pires Medeiros - Trata-se de pedido de cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa (art. 523), relacionado à sentença de fls. 412/415, que transitou em julgado em 13.12.2021 (vide certidão de fl. 487). Em primeiro lugar, intime-se a parte para recolher custas referentes ao pedido de cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não recebimento do pedido. Intimação via DJe.

ADV: BRENO NOLLA PARDIM (OAB 32123/CE) - Processo 0287793-16.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lucilene Oliveira dos Santos - Intime-se a parte embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração (fls. 45/48), no prazo legal de 5 (cinco) dias. Intimação via DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0105147-43.2018.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S.a. - Defiro o pleito de fl. 169. Cite-se a requerida por mandado conforme endereço apontado na exordial. Intime-se a parte autora para recolher as custas das diligências do oficial de justiça Intimação via DJe.

ADV: FRANCISCO NELSON VERAS OLIVEIRA (OAB 14256/CE), ADV: FRANCISCO ANDERSON OLIVEIRA NUNES (OAB 22586/CE), ADV: GIANVITTO PEREIRA DE SOUZA (OAB 23745/CE), ADV: ALINE DOS SANTOS VERAS OLIVEIRA (OAB 23669/CE), ADV: NUNES & NUNES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 22586/CE), ADV: MARIANA PEREIRA MOTA (OAB 36116/CE) - Processo 0111580-97.2017.8.06.0001 - Monitória - Cessão de Crédito - REQUERENTE: Jorge Luis Albuquerque Arruda - REQUERIDO: Raimundo Mariano Martins - 3) Dispositivo. Postas estas considerações, rejeito os embargos monitórios e, em consequência, declaro constituído o título executivo judicial em desfavor da parte requerida, Raimundo Mariano Martins, no valor de R$89.735,05 (oitenta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e cinco centavos), a ser cobrado mediante o procedimento de cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, conforme previsto no Título II do Livro I da Parte Especial do Código de Processo Civil, no que for cabível. Sobre o referido valor aplica-se correção monetária, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pela Fundação IBGE, com termo inicial em 21 de março de 2016, e juros de mora, que obedecerão à taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional (1% ao mês art. 406 do Código Civil), contados a partir de 28 de março de 2017. Condeno a requerida a pagar custas processuais e honorários de advogado, que arbitro em 10% do valor do título executivo ora constituído. Tendo em vista o requerimento de gratuidade de justiça, concedo-lhe isenção no pagamento dos ônus da sucumbência, que permanecerão sob condição suspensiva de sua exigibilidade pelo período de cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, na forma do art. 98, § 3.º, do CPC. Passado esse período, a obrigação estará extinta. P. R. I. Passando a ação a tramitar como cumprimento de sentença, adequar os dados de registro no sistema SAJ.

ADV: LEANDRO CABRERA GALBIATI (OAB 31167/PR) - Processo 0132370-73.2015.8.06.0001 - Monitória - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Rodoparaná Implementos Rodoviários Ltda - A citação do requerido restou infrutífera conforme Aviso de Recebimento de fl.64, que informa que o mesmo mudou-se. Assim, defiro o pleito de fl.69, devendo renovar-se a citação do requerido por via postal no novo endereço informado em nome da sócia Graziele Sales Barroso. Intimação via DJe.

ADV: JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA DA ROCHA (OAB 37693/CE) - Processo 0160659-74.2019.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: José Verissimo do Nascimento Filho e outro - Sobre a petição de fl. 152, intime-se a promovente com prazo de 10 (dez) dias, bem como para requerimentos pertinentes. Intimação via DJe.

ADV: FRIDA GANDELSMAN AZOUBEL (OAB 21392/PE) - Processo 0202963-54.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - Defiro o pleito de fl.96. Cite-se a requerida por mandado conforme endereço apontado na exordial. Intime-se a parte autora para recolher as custas das diligências do oficial de justiça. Intimação via DJe.

ADV: NAIDE RAQUEL KOPPE (OAB 20255/CE), ADV: FRANCISCO JOSE GUIMARAES PEIXOTO (OAB 23227/CE) - Processo 0224755-30.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco de Assis de Freitas Cunha - Defiro o pleito de fls. 132. Efetuar pesquisas nos sistemas Infojud, BacenJud e outros eventualmente postos à disposição do Juízo, visando à localização do endereço do promovido não localizado. Intimação via DJe.

ADV: ALFREDO RICARDO COELHO NORMANDO (OAB 6720/CE) - Processo 0228229-43.2020.8.06.0001 - Habilitação - Contratos Bancários - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS MENINOS E MENINAS DE FORTALEZA - Sobre a contestação de fls. 72/109, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intimação via DJe.

ADV: CICERO WAGNER DE ALMEIDA PINHEIRO JUNIOR (OAB 38081/CE), ADV: VICTOR HUGO MENEZES VIEIRA (OAB 42358/CE) - Processo 0262666-76.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Inácio de Aguiar Neto - Sobre a contestação de fls. 167/187, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intimação via DJe.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0265294-38.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Neto de Oliveira - Defiro o pleito de fl. 84. Efetuar pesquisas nos sistemas Infojud, BacenJud e outros eventualmente postos à disposição do Juízo, visando à localização do endereço do promovido não localizado: CRISTIANO MARTINS DE SOUZA (CPF 061.091.313-18). Intimação via DJe.

ADV: HEBERT ASSIS DOS REIS (OAB 17614/CE) - Processo 0892215-29.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Condominio Edificio Maria Alice Ferraz - Cite-se, por carta com aviso de recebimento, o espólio do falecido sr. CÉSAR ROSSAS MOTA através do inventariante RUBENS BELCHIOR MOTA no endereço apontado na petição de fl. 170. Intimação via DJe.

EXPEDIENTES DA 38ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: ADRIANA ALMEIDA DAS VIRGENS (OAB 23743/CE) - Processo 0100956-52.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Edipo Rosa da Silva e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará: Intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da certidão e relatório retro.

ADV: ALBERTO BELCHIOR MORENO MAIA (OAB 14080/CE) - Processo 0116860-78.2019.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Francisco Oliveira Aragão - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se a parte autora, em 15 dias, sobre certidão de oficial de justiça de fls. 177.

ADV: BRUNA MARTINS PEDROSA DA SILVA (OAB 43192/CE) - Processo 0201853-49.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Farias Nunes - Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, POR SENTENÇA , declarando a extinção do processo sem solução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, c/c art. 200, do CPC/15, para que o ato surta os seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e adotadas as cautelas de praxe, arquivem-se com a devida baixa na Distribuição.

ADV: IGOR SANATIEL GONÇALVES ROCHA (OAB 16611/CE) - Processo 0202522-05.2022.8.06.0001 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jardel Queiroz Onorato - Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial do presente feito, independentemente de prévia intimação do autor para correção, nos termos do art. 321 do NCPC por tratar-se de defeito insanável, com consequente extinção do feito sem resolução de mérito, fundamentada no art. 330, III, c/c art. 485, I, ambos do CPC. Custas suspensas pela gratuidade a qual defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito e julgado, com a adoção das cautelas de praxe, arquive-se.

ADV: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO (OAB 14326/CE) - Processo 0203597-84.2019.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Socicam Administração Projetos e Representações Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se a parte autora, em 15 dias, acerca da contestação de fls. retro.

ADV: LUCAS VALE MENESCAL (OAB 18779/CE) - Processo 0246347-33.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Clinica Dr. José Nilson S/c Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se a parte autora, em 15 dias, sobre contestação de fls. Retro.

ADV: MARCELO MAGALHAES FERNANDES (OAB 10108/CE), ADV: TEREZA CHRISTINNI VASCONCELOS DE OLIVEIRA (OAB 21753/CE), ADV: TULIO VILA NOVA TORRES MARTINS (OAB 18354/CE) - Processo 0246480-75.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Solange Bastos Romero - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se a parte autora, em 15 dias, sobre contestação de fls. retro.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOAO PAULO DE AZEVEDO MARTINS (OAB 32835/CE), ADV: JOAO VICTOR FERNANDES DE ALMEIDA MESSIAS (OAB 29776/CE) - Processo 0255444-57.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Larissa Ferreira Alves Brasileiro - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Outrossim, diante do risco à saúde a que a autora é submetida em razão do descumprimento da liminar pela requerida, hei por bem elevar o teto da multa diária ao patamar de R$ 70.000,00 (setenta mil reais). Finalmente, considerando o fim da atividade postulatória com a apresentação da réplica, bem como a inexistência de causas obstativas do mérito argumentadas ou ex officio detectadas, determino sejam intimadas as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, atentando-se para seus ônus especificados no art. 373 do CPC/15, em quinze dias. Alerto que o silêncio das partes poderá implicar em julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se e, em seguida, à fila adequada para a realização da constrição virtual. Expedientes necessários.

ADV: RENAN SALES MONTENEGRO (OAB 29778/CE) - Processo 0265563-77.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônio José Nogueira Gaudencio - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará: Intime-se o autor para apresentação facultativa de réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB A1399/AM) - Processo 0279633-02.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Henrique Souza Vieira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se a pate autora, em 15 dias, sobre contestação de fls. retro.

ADV: PAULO HAMILTON DA SILVA (OAB 13051/CE) - Processo 0594915-42.2000.8.06.0001 - Monitória - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Denes Rubens Pinheiro de Oliveira e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará: Intime-se o exequente para se manifestar acerca das impugnações ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0221557-19.2020.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Julio Cesar Lourenço Linhares - Manifeste-se a parte autora acerca da certidão do Oficial de Justiça, de pág. 185, dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: PATRICIA FRANCO VIEIRA (OAB 24024/CE) - Processo 0126063-06.2015.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Anco Márcio Guimarães Franco - Tendo em vista petição retro, designe-se data para realização da audiência. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0142486-70.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Intimem-se as partes para, no prazo de 5 dias, informarem sobre seu interesse na realização da audiência de instrução por meio de videoconferência. Em caso positivo, que sejam informados, no mesmo prazo, os contatos de todos os que participarão da audiência, quais sejam, partes, advogados e testemunhas, em especial e-mail, além de telefone/whatsapp. Caso as partes fiquem silentes, o processo será julgado de forma antecipada. Intimem-se.

ADV: RUY AUGUSTUS ROCHA (OAB 21476/GO) - Processo 0146158-23.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Saga S/c Ltda. - Considerando que ainda não haviam sido disponilizadas nos autos as guias para pagamento, renove-se a intimação da requerida para, no prazo de 15 dias, recolher as custas processuais, em cumprimento à sentença homologatória de acordo à pág. 92, cujas guias encontram-se às págs. retro. Caso não seja atendida a determinação judicial, oficie-se à Procuradoria Geral do Estado do Ceará para fins de inscrição na Dívida Ativa, em conformidade com o art. 13, da Lei Estadual n° 16.132/16 c/c o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 428/2020/PRES/CGJCE, anexando-se ao ofício o Termo de Solicitação de Inscrição de Débito na Dívida Ativa dos Estado do Ceará, bem como cópia da sentença, da certidão de trânsito em julgado e da intimação para pagamento não cumprida pelo devedor. Expedientes necessários.

ADV: ADRIANA ALMEIDA DAS VIRGENS (OAB 23743/CE), ADV: FRANCISCO EVANDRO PAZ (OAB 18370/CE), ADV: CLOVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 4203/CE) - Processo 0205623-84.2021.8.06.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Francisco da Silva Facundo - EMBARGADO: Wilka de Vasconcelos Leopércio Ponte - Tendo em vista petição retro, designe-se data para realização da audiência. Expedientes necessários.

ADV: ERICK FREITAS MEDEIROS DE OLIVEIRA (OAB 16419/CE), ADV: GABRIELA GOMES BARBOSA (OAB 32886/CE) - Processo 0209654-84.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Maria Auristela Firmiano Alves - REQUERIDO: Pedro Jorge Moreira Holanda - Tendo em vista petições retro, designe-se data para realização de audiência. Expedientes necessários.

ADV: ALDEMIR PESSOA JUNIOR (OAB 10843/CE) - Processo 0235884-32.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Façanha Com de Peças Acessórios e Serviços Automotivos Ltda Me - Manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 dias, sobre devolução da carta com aviso de recebimento de págs. 85/86. Expedientes necessários.

ADV: HELANO CORDEIRO COSTA PONTES (OAB 24848/CE), ADV: ROBERTO ARRUDA CAVALCANTE (OAB 15304/CE) - Processo 0249165-89.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilberto Ferreira de Sousa - REQUERIDO: Rc Comercio de Veículos - Tendo em vista petição retro, designe-se data para realização de audiência. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO FABIO DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 30879/CE) - Processo 0252856-77.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Ana Cristina de Bem e Canto Ribeiro - Defiro pedido de págs. 95/96, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias solicitados pela União para que se manifeste. Aguarde-se o decurso do prazo para manifestação da Fazenda Estadual. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS JOSE DE CASTRO SARAIVA (OAB 19814/CE) - Processo 0264994-76.2021.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Lúcia Helena Pereira Saraiva - Aguarde-se o decurso do prazo para manifestação da Procuradoria Geral do Estado do Ceará PGE, e cumprimento dos mandados de págs. 57/58. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2022

ADV: GILMAR RODRIGUES DE LIMA (OAB 33749/CE), ADV: TATIANE MARINHO DOS SANTOS (OAB 295750/SP) - Processo 0164181-80.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcela Brito Carneiro - Me - REQUERIDO: Salvador Fitness Comércio de Equipamentos para Ginástica Eireli - Me e outros - Destarte, considerando a inexistência de pedidos de prova plausíveis, declaro encerrada a instrução e, por entender que a controvérsia dos autos consiste na apreciação de matéria exclusivamente de direito, qual seja, o descumprimento contratual, hei por bem julgar o feito de forma antecipada, nos termos do artigo 355, I, do CPC. Intimem-se as partes e, não havendo impugnação a esta decisão, sigam conclusos para prolação de sentença. Expedientes necessários.

ADV: BRUNA MARTINS PEDROSA DA SILVA (OAB 43192/CE) - Processo 0201669-93.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Farias Nunes - Numa primeira vista, restam satisfeitos os requisitos na petição inicial, na forma do art. 319 do CPC/15, razão pela qual passo a proferir o despacho exordial. Inicialmente, defiro o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita vindicado, ante a afirmação do requerente de ser necessitado de assistência judiciária e se achar em condição de pobreza jurídica, afirmação realizada sob as penas da lei, e sob pena de pagamento do décuplo das despesas judiciais (art. 5º, LXXIV da CF, e arts. 99, §3º, e 100, parágrafo único, do CPC/15). Destarte, encaminhem-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC a fim de que seja agendada a audiência preliminar de que trata o art. 334 do CPC/15. Com a resposta do setor retromencionado, cite-se a parte requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecerem ao ato audiencial. Intime-se a requerente do mesmo ato, através de seu causídico constituído. Advirtam-se todas as partes de que devem se apresentar à audiência acompanhadas de seus advogados constituídos ou de defensores públicos, em caso de hipossuficiência declarada, bem como que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, conforme o caso. Resta ciente, ao fim, a requerida de que, caso malograda a solução autocompositiva, detêm o prazo de quinze dias para apresentação da contestação, contados a partir da data da audiência preliminar, nos termos do art. 335 do CPC/15. O impulso necessário ao cumprimento integral do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, § 4º, do CPC, regulamentada pela Portaria nº 542/15 do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: JAMILLY RODRIGUES DE BRITO (OAB 45412/CE) - Processo 0203114-49.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ilma Rodrigues Alves - Numa primeira vista, restam satisfeitos os requisitos na petição inicial, na forma do art. 319 do CPC/15, razão pela qual passo a proferir o despacho exordial. Inicialmente, defiro o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita vindicado, ante a afirmação do requerente de ser necessitado de assistência judiciária e se achar em condição de pobreza jurídica, afirmação realizada sob as penas da lei, e sob pena de pagamento do décuplo das despesas judiciais (art. 5º, LXXIV da CF, e arts. 99, §3º, e 100, parágrafo único, do CPC/15). Destarte, encaminhem-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC a fim de que seja agendada a audiência preliminar de que trata o art. 334 do CPC/15. Com a resposta do setor retromencionado, citem-se as partes requeridas, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecerem ao ato audiencial. Intime-se a requerente do mesmo ato, através de seu causídico constituído. Advirtam-se todas as partes de que devem se apresentar à audiência acompanhadas de seus advogados constituídos ou de defensores públicos, em caso de hipossuficiência declarada, bem como que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, conforme o caso. Restam cientes, ao fim, as requeridas de que, caso malograda a solução autocompositiva, detêm o prazo de quinze dias para apresentação da contestação, contados a partir da data da audiência preliminar, nos termos do art. 335 do CPC/15. O impulso necessário ao cumprimento integral do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, § 4º, do CPC, regulamentada pela Portaria nº 542/15 do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários

ADV: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL (OAB 114798/RJ) - Processo 0203243-54.2022.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSGTE: Icatu Fundo Multipatrocinado - Icatu Fmp - R. H. Defiro a consignação da quantia requerida na inicial. Intime-se a parte autora para efetuar o depósito da quantia a ser consignada, no prazo de 05(cinco) dias, a contar desta decisão, caso ainda não tenha feito, sob pena de extinção (artigo 542, parágrafo único do CPC). Efetuado o depósito, cite-se o promovido, pela via postal com aviso de recebimento por mão própria, para levantar o depósito ou oferecer contestação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora. Expedientes necessários.

ADV: LUANA VARELA BRITO (OAB 33124/CE) - Processo 0203545-83.2022.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Adriana dos Santos Lopes e outro - Intimem-se os requerentes para, no prazo de 15 dias, emendarem à inicial e apresentarem as certidões dos demais cartórios desta Comarca sobre a existência de matrícula dos bens objetos da presente ação, uma vez que apresentaram tão somente a certidão do cartório do 5º Ofício da Comarca de Fortaleza, apresentarem, ainda, os nomes e endereços dos confinantes dos imóveis, bem como juntar as declarações de fls. 46/47, devidamente assinadas, conforme o art. 321 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0288756-24.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Hospice - Serviços Em Saúde Ltda - Por conseguinte, defiro a tutela requestada, determinar a suspensão Cláusula Segunda, itens “II”, “III” e “IV” do contrato de compra e venda de fls. 44/50, bem como que os requeridos se abstenham de negativar ou protestar os seguintes cheques 300072, 300071, 300070, 300069, 300068, 300067, 300066, 300065, 300064, 300063, 300062, 300061, 300060, 300059, 300058, 300057, 300056, 300055, 300054, 300053, 300052, 300051, 300050, 300049, 300048, 300038, 300039, 300037, 300036, 300035, 300044, 300043, 300042, 300041, 300040, oriundos da Caixa Econômica Federal, de titularidade da empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DE ATENDIMENTO PRE E HOSPITALAR LTDA COAPH, devendo efetivar o cancelamento do protesto, caso algum tenha sido efetivado, no prazo de 5(cinco) dias da intimação desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Oficie-se aos Cartórios de Notas do 1º e do 2º Ofícios de Fortaleza para que tomem ciência da presente decisão. Citem-se os requeridos para que tomem ciência da presente decisão. Noutro ponto, encaminhem-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC a fim de que seja agendada a audiência preliminar de que trata o art. 334 do CPC/15. Com a resposta do setor retromencionado, intimem-se as partes requeridas, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer ao ato audiencial. Intime-se a requerente do mesmo ato, através de seu causídico constituído. Advirtam-se todas as partes de que devem se apresentar à audiência acompanhadas de seus advogados constituídos ou de defensores públicos, em caso de hipossuficiência declarada, bem como que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, conforme o caso. Restam cientes, ao fim, as requeridas de que, caso malograda a solução autocompositiva, detêm o prazo de quinze dias para apresentação da contestação, contados a partir da data da audiência preliminar, nos termos do art. 335 do CPC/15. O impulso necessário ao cumprimento integral do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, § 4º, do CPC, regulamentada pela Portaria nº 542/15 do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: ANA CAROLINA COSTA DE CARVALHO (OAB 425566/SP) - Processo 0289071-52.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Luis Antônio Godinho da Silva - Numa primeira vista, restam satisfeitos os requisitos na petição inicial, na forma do art. 319 do CPC/15, razão pela qual passo a proferir o despacho exordial. Inicialmente, defiro o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita vindicado, ante a afirmação do requerente de ser necessitado de assistência judiciária e se achar em condição de pobreza jurídica, afirmação realizada sob as penas da lei, e sob pena de pagamento do décuplo das despesas judiciais (art. 5º, LXXIV da CF, e arts. 99, §3º, e 100, parágrafo único, do CPC/15). Destarte, encaminhem-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC a fim de que seja agendada a audiência preliminar de que trata o art. 334 do CPC/15. Com a resposta do setor retromencionado, cite-se a parte requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecerem ao ato audiencial. Intime-se a requerente do mesmo ato, através de seu causídico constituído. Advirtam-se todas as partes de que devem se apresentar à audiência acompanhadas de seus advogados constituídos ou de defensores públicos, em caso de hipossuficiência declarada, bem como que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, conforme o caso. Resta ciente, ao fim, o requerido de que, caso malograda a solução autocompositiva, detêm o prazo de quinze dias para apresentação da contestação, contados a partir da data da audiência preliminar, nos termos do art. 335 do CPC/15. O impulso necessário ao cumprimento integral do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, § 4º, do CPC, regulamentada pela Portaria nº 542/15 do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: JOAO VICTOR FERNANDES DE ALMEIDA MESSIAS (OAB 29776/CE), ADV: JOAO PAULO DE AZEVEDO MARTINS (OAB 32835/CE) - Processo 0280929-59.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Dalvo Maia Neto - Tratam os presentes autos de procedimento de ação judicial na qual a promovente noticiara que não tem mais interesse no curso do feito, pretendendo dela desistir. À pág. 15 consta procuração poderes para transigir. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Aplica-se ao caso vertente a hipótese legal do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Despiciendo perquirir a opinião do promovido porquanto, não foi citado. Em sendo assim, hei por bem, desde logo, homologar a desistência externada nos autos, declarando a extinção do processo sem solução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, c/c art. 200, do CPC/15, para que o ato surta os seus jurídicos e legais efeitos. Custas recolhidas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e adotadas as cautelas de praxe, arquivem-se com a devida baixa na Distribuição.

EXPEDIENTES DA 39ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: THAYS GUIMARÃES FILIZOLA (OAB 38018/CE) - Processo 0203308-49.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Valdeci Anselmo Lima - Ante o exposto, INDEFIRO a TUTELA ANTECIPADA, por não vislumbrar os requisitos do artigo 300 do CPC. Cite-se o promovido, pela via postal, com aviso de recebimento por mão própria, para contestar, no prazo de 15(quinze) dias, a contar da audiência de conciliação, devendo alegar na contestação toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, sob pena de se presumirem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (artigos 336, 335, I e 344 do CPC). Com fundamento no artigo 6º, inciso VIII da Lei nº 8.078/90, considerando a hipossuficiência da autora em relação às instituições financeiras, INVERTO O ÔNUS DA PROVA, determinando a INTIMAÇÃO do promovido para que, juntamente com a contestação apresentem o contrato de empréstimo realizado pelo autor, conforme mencionados na petição inicial, assim como os comprovantes de depósito, com o intuito de verificar se existem os débitos alegados pelo promovido. Remetam-se os autos ao CEJUSC- Centro Judiciário de Solução de Conflitos para que seja realizada audiência de conciliação. Advirtam-se às partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Intimações e expedientes necessários.

ADV: RICARDO DA SILVA ARAUJO (OAB 41213/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0203346-32.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Joyce Alessandra da Silva Moreira e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Intime-se o advogado do executado para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

ADV: MARGARETH THATCHER CASTELO BRANCO MOREIRA (OAB 37268/CE), ADV: ELIZEU DE PAULA GUIMARÃES JÚNIOR (OAB 13421/PA) - Processo 0260803-85.2021.8.06.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Francisco de Sales - REQUERIDO: ANTÔNIO JOSÉ LOBATO DOS SANTOS - Ante o exposto, EXTINGO O FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, “b”, do CPC, homologando por sentença a transação firmada às págs. 69/71 para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Custas e honorários na forma acordada entre as partes, dispensadas eventuais custas remanescentes, na forma do art. 90, § 3º, do CPC. P.R.I. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, arquivem-se os autos de imediato.

ADV: CAROLINA ROCHA BOTTI (OAB 422056/SP) - Processo 0288708-65.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Claudia Mayara Alves - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0288792-66.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Idalina de Almeida Bezerra - REQUERIDO: Bradesco Financiamentos S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 01 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNWNlODItNmM0YS00YmY1LTllYWMtMTllOGVmZTM4Mjhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226650dbed-e32b-48e1-af8b-c08338729473%22%7d OU, clicar nesse

link menor: https://link.tjce.jus.br/650d74 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOAO MARCELO RODRIGUES E SILVA (OAB 19879/CE), ADV: MARIA LIDUINA DE OLIVEIRA (OAB 4271/CE), ADV: FRANCISCO FONSECA COELHO NETO (OAB 31853/CE) - Processo 0759747-92.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Maria Tereza de Oliveira Souza - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - A sentença de págs. 62/64 não determinou a expedição de mandado para o registro da alienação do imóvel perante o cartório competente. Assim sendo, cabe à parte vencedora, munida da liberação da hipoteca e de escritura de compra e venda, dirigir-se ao cartório e proceder à transferência do imóvel.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: GIOVANNI AUGUSTO BALUZ ALMEIDA (OAB 14399/CE), ADV: TICIANE HOLANDA TOMAZ DE OLIVEIRA MARINHO (OAB 21728/CE) - Processo 0139645-68.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0208855-07.2021.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Cigla Comércio, Construções e Incorporações Ltda - R.H. Intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do ofício de págs. 510/512. Expedientes necessários.

ADV: IVA DA PAZ MONTEIRO FILHO (OAB 21407/CE) - Processo 0203907-85.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Guilherme da Silva Santiago e outro - Defiro a gratuidade. Cite-se a parte promovida, pela via postal, com aviso de recebimento por mão própria, para contestar, no prazo de 15(quinze) dias, a contar da audiência de conciliação, devendo alegar na contestação toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, sob pena de se presumirem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (artigos 336, 335, I e 344 do CPC). Advirtam-se às partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Remetam-se os autos ao CEJUSC- Centro Judiciário de Solução de Conflitos para que seja realizada audiência de conciliação. Intimações e expedientes necessários.

ADV: JOAO PAULO SILVA MARINHO (OAB 25363/CE), ADV: LEMMON VEIGA GUZZO (OAB 187799/SP) - Processo 0206778-59.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Allianz Seguros S.a. - R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das certidões do oficial de justiça às págs. 365 e 369. Expedientes necessários.

ADV: JOAO PAULO GOMES DIAS (OAB 20746/CE) - Processo 0258262-79.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R.H. Intimem-se os advogados das partes para, no prazo de 10(dez) dias: a) informarem se tem interesse em realizar composição amigável, devendo apresentar minuta, ou requerer a designação de audiência; b) Caso não seja possível a tentativa de conciliação, as partes deverão requerer as provas que pretendem produzir, ficando advertidos de que, no silêncio, será realizado o saneamento do processo e analisada a possibilidade de julgamento antecipado da lide. Expedientes necessários.

ADV: NAZARENO DA SILVA MAIA (OAB 9521/CE) - Processo 0266662-82.2021.8.06.0001 - Usucapião - Leve - REQUERENTE: Juarez Fontenelle Filho - R.H. Intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça de pág. 129. Expedientes necessários.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0269193-44.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônio Coutinho Alves - R.H. Sobre a contestação, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: GEORGE CESAR DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 23849/CE) - Processo 0269719-11.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: José Mocélio de Sousa - R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do aviso de recebimento de pág. 343. Expedientes necessários.

ADV: NERILDO MACHADO (OAB 20982/CE) - Processo 0279437-32.2021.8.06.0001 - Produção Antecipada da Prova - Documental - REQUERENTE: Maria Cecília Ferreira Nojoza e outros - R.H. Intime-se a parte promovida para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do parecer do Ministério Público à pag. 30. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO AUGUSTO PORTELA MARTINS (OAB 6556/CE), ADV: FRANCISCA DAS CHAGAS LEMOS (OAB 9324/CE), ADV: ALEXANDRE BRENAND DA SILVA (OAB 14916/CE) - Processo 0285879-14.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Saúde - REQUERENTE: José Luiz Ferreira - R.H. Sobre a contestação, manifeste-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0288945-02.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Selma Maria de Lima - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 01 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNWNlODItNmM0YS00YmY1LTllYWMtMTllOGVmZTM4Mjhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226650dbed-e32b-48e1-af8b-c08338729473%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/650d74 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0289095-80.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisca Gomes Figueiredo da Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data 28/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0289247-31.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria de Fátima de Souza Paixão - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 10:00h COOPERAÇÃO 02 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data 28/03/2022 às 10:00h na sala virtual Cooperação 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ1ODIzNWYtNzc2Mi00MTI3LTkzZDgtN2M4YmI5MjYyZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2202057535-87c1-44c2-8fa6-d236f0ba4dce%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/938119 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

ADV: ALAN SERGIO RODRIGUES (OAB 11635/CE), ADV: MARIA DO SOCORRO SILVEIRA RIBEIRO - Processo 0435476-43.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Iolanda Bizerra da Silva - Concluso por determinação. Chamo o feito à ordem. A parte autora constituiu advogado, conforme se observa às págs. 163/164. Intime-se o advogado acerca do teor do despacho de pág. 182. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0898058-72.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Espólio de Sociedade Luiza Távora e outros - R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas referente a citação via postal. Empós, renove-se o expediente de pág. 178, observando-se o endereço informado à pág. 188. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: FERNANDA BARROSO DE CASTRO (OAB 24695/CE), ADV: JOSE ITONI DE COUTO ROCHA FILHO (OAB 25995/CE) - Processo 0018376-57.2021.8.06.0001 (processo principal 0135737-71.2016.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Pagamento - CREDORA: Maria de Fátima Alencar - R.H. Tendo em vista a renúncia ao mandato à pág. 22, renove-se o expediente de pág. 23 intimando o advogado da parte autora para manifestar-se acerca do processo. Expedientes necessários.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0222861-19.2021.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas referente à diligência do oficial de justiça. Empós, cite-se o requerido, por mandado, nos termos do despacho de pág. 51, observando-se o endereço à pág. 69 Expedientes necessários.

ADV: JOÃO GABRIEL PINHEIRO LIMA (OAB 28338/CE) - Processo 0288612-50.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Thiago Sa Ponte e outro - Defiro o parcelamento das custas nos termos do artigo 98, §6º do CPC, em três parcela iguais e consecutivas, devendo a primeira ser recolhida no prazo de 05(cinco) dias e as demais no prazo de 30(trinta) e 60(sessenta) dias. Recolhida a primeira parcela, retornem conclusos para prosseguimento.

ADV: JOAO DOS SANTOS MENDONÇA (OAB 18230 - B/RN) - Processo 0290250-21.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERENTE: Luiz Josenir Sampaio - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes

autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: ZACHARIAS AUGUSTO DO AMARAL VIEIRA (OAB 40855/CE) - Processo 0291093-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Homicídio Simples - REQUERENTE: Marcela Marques Teixeira - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 06 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODdhZmE0ZjQtNzMyYi00NTk5LWEyMWUtMWI2Y2YzMTEwYmZh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22601350f2-6962-4d67-8076-f5d56c2e3616%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2a5cff OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: FERNANDA BARROSO DE CASTRO (OAB 24695/CE), ADV: JOSE ITONI DE COUTO ROCHA FILHO (OAB 25995/CE) - Processo 0018376-57.2021.8.06.0001 (processo principal 0135737-71.2016.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Pagamento - CREDORA: Maria de Fátima Alencar - R.H. Tendo em vista a renúncia ao mandato à pág. 22, renove-se o expediente de pág. 23 intimando o advogado da parte autora para manifestar-se acerca do processo. Expedientes necessários.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0222861-19.2021.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas referente à diligência do oficial de justiça. Empós, cite-se o requerido, por mandado, nos termos do despacho de pág. 51, observando-se o endereço à pág. 69 Expedientes necessários.

ADV: JOÃO GABRIEL PINHEIRO LIMA (OAB 28338/CE) - Processo 0288612-50.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Thiago Sa Ponte e outro - Defiro o parcelamento das custas nos termos do artigo 98, §6º do CPC, em três parcela iguais e consecutivas, devendo a primeira ser recolhida no prazo de 05(cinco) dias e as demais no prazo de 30(trinta) e 60(sessenta) dias. Recolhida a primeira parcela, retornem conclusos para prosseguimento.

ADV: JOAO DOS SANTOS MENDONÇA (OAB 18230 - B/RN) - Processo 0290250-21.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERENTE: Luiz Josenir Sampaio - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 11:00h COOPERAÇÃO 05 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 11:00h na sala virtual Cooperação 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmZTlmOTUtOGZjZS00NjA1LTkwOTUtNjYxNjgzOGFjMDIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22b563ca77-8178-43b8-8ab1-02f23b681b5f%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/1afcd1 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: ZACHARIAS AUGUSTO DO AMARAL VIEIRA (OAB 40855/CE) - Processo 0291093-83.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Homicídio Simples - REQUERENTE: Marcela Marques Teixeira - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência Conciliação 28/03/2022 às 09:00h COOPERAÇÃO 06 na sala VIRTUAL do Centro Judiciário CEJUSC , por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "designo sessão de Conciliação para a data de 28/03/2022 às 09:00h na sala virtual Cooperação 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODdhZmE0ZjQtNzMyYi00NTk5LWEyMWUtMWI2Y2YzMTEwYmZh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22601350f2-6962-4d67-8076-f5d56c2e3616%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2a5cff OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.Br.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: DAVI GURGEL DUMONT (OAB 39626/CE) - Processo 0283522-61.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Arisneuda Paula Alves Rodrigues - Ante o exposto, INDEFIRO a tutela de urgência por não vislumbrar os requisitos do artigo 300 do CPC. Cite-se a parte promovida, pela via postal, com aviso de recebimento por mão própria, para contestar, no prazo de 15(quinze) dias, a contar da audiência de conciliação, devendo alegar na contestação toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, sob pena de se presumirem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (artigos 336, 335, I e 344 do CPC). Advirtam-se às partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Remetam-se os autos ao CEJUSC- Centro Judiciário de Solução de Conflitos para que seja realizada audiência de conciliação. Intimações e expedientes necessários.

ADV: PEDRO RAPHAEL VIEIRA MELO (OAB 67391/DF) - Processo 0585393-88.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Claro S.A - R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas referentes à citação postal. Empós, citem-se os requeridos, nos termos da decisão de pág. 293, observando-se os endereços informados ás págs. 354/355. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: SERGIO RAYMUNDO BAYAS QUEIROZ (OAB 15798/CE), ADV: DRAUZIO CORTEZ LINHARES (OAB 16424/CE), ADV: NEIABSTON ALVES DE ARAUJO (OAB 34093/CE) - Processo 0213687-20.2020.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda - REQUERIDO: Hospital Central de Fortaleza Ltda - Intime-se o(s) advogado executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

VARAS DE FAMÍLIA

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

Processo 0135601-69.2019.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: T.P. e outros - Assim sendo, não restam objeções ao julgamento do feito, por todo os fatos e provas evidenciados, julgo procedente em parte o pedido inicial, reconhecendo apenas a paternidade do promovido em relação a autora, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, o que o faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, à Secretaria Única para expedir Mandado de Averbação, devendo constar na certidão de nascimento da promovente o nome do pai TARCILIO PIMENTEL, bem como dos avós paternos, não devendo, entretanto, haver modificação no nome do requerente, pois não há pedido expresso na exordial. P.R.I. Sem custas em face do pedido de gratuidade concedido. Após as formalidades legais, arquive-se com baixa na distribuição.

ADV: MYKAEL ARRUDA AZEVEDO (OAB 27474/CE), ADV: EDSON MONTEIRO JORGE MAIA (OAB 29910/CE) - Processo 0233740-85.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.C.S. - designo sessão de Mediação para a data de 29/03/2022 às 15:00h na sala virtual Harmonia 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_ ZGJhZmNhYTUtNTY5MS00YzAxLThkODItMWEyNmM1MjM5YmE3%40threa d.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26 ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c %22Oid%22%3a%224c846033-97e0-4cef-ade9-7621931ea048%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/bfd249 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: JESSICA DA GAMA BATALHA (OAB 7972/SE) - Processo 0259223-20.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.A.N.R.J. - designo sessão de Mediação para a data de 29/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MjcxMjQyOWUtMmY2Yi00Mjg2LWEzNmItZDY1YWZmZTViOGJh %40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22091 ae4f5-a946-499d-b1d4-6b6cea42bc51%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2f786f OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais

dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: EDGAR BRUNO DE LIMA CHAVES (OAB 24544/CE), ADV: ANA VALESYA DANTAS PEREIRA CHAVES (OAB 11224/CE) - Processo 0176062-64.2011.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.V.M. - Considerando o retorno do ofício remetido ao DETRAN/CE, visando à aplicação da cláusulas de restrição sobre o bem automóvel, determino a intimação da parte autora, através de seus advogados, para ciência do teor do ofício de fls. 121/124, devendo manifestar o que entender pertinente, no prazo de 15 dias.

ADV: MARIA JOSE OLIVEIRA REGES ATHAN (OAB 27886/CE) - Processo 0222294-85.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.A.O.R. - Considerando as manifestações das partes promovidas, através das contestações e documentos de fls. 174/263 e 265/311, determino a intimação da parte autora, através de seus advogados, para que apresente réplica aos termos das contestações e documentos novos acostados pelos promovidos, no prazo de 15(quinze) dias. À SEJUD, para cumprir o expediente no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, certifique-se e venham os autos conclusos no prazo de 24h.

ADV: JOÃO PAULO BARBOSA DE FREITAS (OAB 39188/CE), ADV: NATÁLIA CARNEIRO DE OLIVEIRA RIOS (OAB 36523/CE) - Processo 0233549-40.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.A.B. - REQUERIDA: N.O.S. - Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes, por seus advogados, o prazo comum de 15(quinze)dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa ou já provada pela prova trazida, enumerando os documentos que servem de suporte para cada alegação. Com relação à matéria controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência, para que este juízo venha a averiguar a imprescindibilidade de tais provas para o deslinde da ação. Faculta-se às partes, ademais, caso nada mais a título de provas desejarem produzir nesta fase do processo, que requeiram o julgamento do processo no estado em que se encontrar. O silêncio ou o protesto genérico por prestação de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Intimem-se as partes, através de seus advogados, acerca do teor do presente despacho. À SEJUD, para cumprir o despacho no prazo de 5 dias. Decorrido o prazo, venham conclusos para o julgamento antecipado.

ADV: MABEL DE CARVALHO SILVA PORTELA (OAB 13909/CE), ADV: ANNA REGINA ALMEIDA DE MAGALHAES (OAB 24727/CE), ADV: INGRID BARROS FEITOSA JUCÁ (OAB 25983/CE), ADV: JULIANA AUGUSTA ACCORSINI (OAB 34895/CE) - Processo 0273512-55.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERIDO: G.H.F. - Considerando o requerimento de desistência da ação e, ainda, considerando ter sido estabelecido o contraditório processual nesta demanda, inclusive, com a manifestação do promovido, determino a intimação do requerido, por seus advogados, para que se manifeste acerca do pleito de desistência do processo, no prazo de 05(cinco) dias, pena de extinção e arquivamento. À SEJUD, para cumprir o expediente no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte, certifique-se e venham os autos conclusos no prazo de 24h.

ADV: WILTON MARQUES DE MATOS (OAB 32385/CE) - Processo 0291317-21.2021.8.06.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.C.R. e outro - Verifico que a inicial não preenche os requisitos do art. 319, inciso V, do CPC. Dessa forma, intime-se a parte autora para, em 15 (quinze dias), EMENDAR A INICIAL, corrigindo o valor da causa, o qual deverá ser a soma das 12 prestações mensais do pedido de alimentos, de conformidade com o art. 292, III, do CPC. No caso de não cumprimento da diligência, certificado pela Secretaria, a inicial será indeferida. À SEJUD, para cumprir o expediente no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: CECILIA PARENTE PINHEIRO (OAB 19065/CE) - Processo 0919799-71.2014.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Sandra Lucia Reinaldo da Silva e outro - Considerando a manifestação do executado, através da peça de fls. 292/293, determino a intimação da exequente, por seus advogados, para que se manifeste acerca das alegações trazidas pelo devedor, no prazo de 15(quinze) dias. Á SEJUD, para cumprir o expediente no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte, certifique-se e venham os autos conclusos, no prazo de 24h.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: LUIZ GONZAGA MOURA DE SOUSA (OAB 8256/CE) - Processo 0035330-19.2000.8.06.0001 - Divorcio litigioso - REQUERIDO: Lais de Franca Cabral - DEFIRO o acesso aos autos, determinando a intimação do peticionante, através de seus advogados, para que tome ciência do desarquivamento.s autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: LUIZ GONZAGA MOURA DE SOUSA (OAB 8256/CE) - Processo 0035330-19.2000.8.06.0001 - Divorcio litigioso - REQUERIDO: Lais de Franca Cabral - DEFIRO o acesso aos autos, determinando a intimação do peticionante, através de seus advogados, para que tome ciência do desarquivamento.s autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: MARILIA FERREIRA FERNANDES (OAB 3346/CE), ADV: ANA CLÁUDIA SILVA BEZERRA (OAB 29429/CE) - Processo

0157429-24.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.V.S.N. - REQUERIDA: R.T.P.S. - Isto posto, julgo PROCEDENTE a presente ação e exonero definitivamente o autor do pagamento da pensão alimentícia no percentual de 20% (vinte por cento) dos seus vencimentos e vantagens para a promovida, e extingo a ação com resolução do mérito, o que faço por sentença nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos Oficie-se o Comando Geral da Polícia Militar, para que cesse os descontos dos alimentos em folha do autor. Sem custas, em face do deferimento da justiça gratuita. P.R.I. Após as formalidades legais, arquive-se e dê-se baixa na distribuição. À SEJUD para cumprir os expedientes no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JORCEL BORGES DE FRANCA (OAB 10890/CE), ADV: RAPHAEL GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 23298/CE) - Processo 0239732-27.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.R.S. - Diante do exposto, considerando as normas de Direito atinente ao caso em questão, e tudo o que mais dos autos constam, decreto o divórcio de ILENE RIBEIRO DE SOUZA REGES e JEFERSON CAVALCANTE REGES, fixando a guarda compartilhada e o lar materno da menor Taís de Souza Reges, sendo resguardado o direito de visitação do promovido devendo avisar com antecedência de 24 horas, o que o faço por sentença com resolução de mérito, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do artigo 226 § 6.º da CF/88, conforme EC n.º 66 de 13 de julho de 2010, combinado com o artigo 487, inciso I do CPC. A mulher voltará a utilizar o nome de solteira, qual seja: Ilene Ribeiro de Souza. Sem custas em face do deferimento da justiça gratuita. Averbações necessárias. P.R.I.

ADV: FRANCISCO RONALDO GOMES COSTA (OAB 26741/CE) - Processo 0244839-52.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: C.R.O. - Isto posto, extingo o feito por sentença, com fundamento no art 485, IV e IX, do Código de Processo Civil, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas em virtude da gratuidade da justiça. P.R.I. Após as formalidades legais, arquive-se e dê-se baixa na distribuição. À SEJUD para cumprir os expedientes no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODNEY VASNY SILVA DE OLIVEIRA (OAB 26118/CE), ADV: PEDRO HENRIQUE BEZERRA DOS SANTOS (OAB 9815/CE) - Processo 0260021-15.2020.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.E.M.F.R. - REQUERIDA: F.L.O.R.F. - Diante do exposto, ACOLHO os embargos declaratórios modificando a sentença nos termos do artigo 505, inciso I, combinado com o artigo 1022, ambos do CPC. Intimem-se as partes da decisão retro. Após as formalidades legais, arquive-se. À SEJUD para cumprir os expedientes no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: TULIO MAGNO GOMES RIBEIRO (OAB 24853/CE), ADV: JULIANA AUGUSTA ACCORSINI (OAB 34895/CE) - Processo 0274101-47.2021.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - AUTOR: G.H.F. - Assim, tendo em vista a existência de ações idênticas, com as mesmas partes e pedido e considerando que o ingresso do presente processo foi posterior ao processo 0273512-55.2021.8.06.0001, extingo a presente a ação nos termos do art 485, V c/c art 337, VI, § 1º do CPC, o que faço por sentença para que surtam seus legais e jurídicos efeitos. Sem custas, em face do pedido de gratuidade das partes. P R I. À SEJUD para cumprir o expediente, no prazo de 5 dias.

ADV: JOSIANE RAMALHO DE SANTANA (OAB 35907/CE) - Processo 0287249-28.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: V.L.S.V. e outro - Em face do exposto, extingo o processo com fundamento no artigo 200 c/c o art. 485, inc VIII, do Código de Processo Civil, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em virtude do requerimento de desistência da ação pela parte autora . Sem custas em virtude da gratuidade da justiça. P.RI. À SEJUD para cumprir os expedientes, no prazo de 5 dias.

ADV: SCARLET LIMA CABRAL (OAB 42668/CE) - Processo 0287871-10.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: F.I.S.M.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 10/2020, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, bem como a Resolução nº 13/2020 do TJCE, intime-se as partes, por intermédio de sua advogada, para que tomem ciência do novo link para acesso à audiência designada, que será realizada por meio de videoconferência, na plataforma MICROSOFT TEAMS, no dia 04/03/2022, às 14h. Para ingressar na referida sala, deve-se acessar no dia e hora agendados o link: https://bit.ly/3qAEa9N . Não conseguindo acesso por meio dele, deve-se acessar pelo seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3a6b26446ee2764bfabe184fa7db7d8522%40thread.tacv2/1642442894944?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227c2f5c86-aa4f-4cd5-b25b-f09220a2a0cf%22%7d . Ou, aponte a câmera de seu celular para o QRCODE/IMAGEM abaixo: Para acessar a audiência clicando no referido link por meio de aparelho celular, a plataforma deverá estar instalada no aparelho telefônico, por meio da loja de aplicativos PlayStore (em caso do celular ser Android) ou AppStore (em caso do celular ser iOS). Em caso de acesso por meio de um computador, basta clicar no link supra, sem necessidade de instalação do aplicativo da plataforma. Em caso de incapacidade técnica para a realização por meio virtual, as partes e advogados deverão informar nos autos para a audiência ser redesignada. Qualquer dúvida a ser dirimida, entrar em contato pelo e-mail: debora.alencar@tjce.jus.br ou pelo WhatsApp Bussiness: (85) 3492-8484 ou (85) 3492-8486. À SEJUD, para cumprir os expedientes no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: LAIO DUARTE VIEIRA (OAB 34964/CE), ADV: ERASTOTENES COSTA DOS SANTOS (OAB 37391/CE) - Processo 0184390-02.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.T.C.N. - Isto posto, extingo o feito por sentença, com fundamento no art. 485, inc III, § 1.º e §2º do Código de Processo Civil, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em virtude da inércia da autora, quando deveria promover atos e diligências que lhes competiam, após sua intimação. Sem custas em virtude da gratuidade da justiça. P.RI. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. À SEJUD para cumprir os expedientes da sentença, no prazo de 5 dias.

ADV: FABIO JOSE DE OLIVEIRA OZORIO (OAB 8714/CE) - Processo 0188090-83.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.E.V.S. - Isto posto, extingo o feito por sentença, com fundamento no art. 485, inc III, § 1.º e §2º do Código de Processo Civil, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em virtude da inércia do(a) autor(a), quando deveria promover atos e diligências que lhes competiam, após sua intimação. Sem custas em virtude da gratuidade da justiça. P.RI.

ADV: LUIS ATILA DE HOLANDA BEZERRA FILHO (OAB 20694/CE), ADV: VALFREDO LEAO CANDEIRA JUNIOR (OAB 24896/CE), ADV: DOMENICO MENDES DA SILVA (OAB 40236/CE) - Processo 0192386-51.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: H.H.R.R. - REQUERIDO: E.M.P.C.P. - Isto posto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido nos termos do art. 487, I do CPC c/c Art. 1.723 do CC/02 e Art. 226 da CF/88, ressalvado o direito de terceiros, nos termos do artigo 506 do CPC, reconhecendo a união do casal HIDALINA HÉVILLA ROCHA RIBEIRO e ELIEDELSON MENDES POSSIDÔNIO no período de março de 2013 à março de 2019, devendo o veículo Mitsubishi Pajero

Sport, ano 2002/2003, cor preta, placa HPP2878 ser partilhado na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada convivente. Ademais, fixo a guarda compartilhada dos menores, fixando o direito de visitas do genitor às crianças de forma quinzenal aos finais de semana, devendo pegar os menores na casa da genitora às sextas 18h00min e devolvê-las no lar materno aos domingos, às 19h00min. No feriado dos dias dos pais, do dia das mãe e no aniversário de cada parte, as crianças ficarão com o genitor felizardo. Nas férias escolares, nos anos ímpares os menores ficarão a primeira metade com a genitora e nos anos pares, a primeira metade com a genitora. Em relação ao Natal e Ano Novo, nos anos ímpares os menores passarão a primeira data com a genitora e a segunda com o genitor, sendo o inverso nos anos pares. Quanto ao Carnaval e Semana Santa, nos anos pares as crianças passarão o primeiro com o genitor e o segundo com a genitora, sendo o inverso nos anos ímpares. Quanto à residência localizada na Av. Dom Almeida Lustosa, 140, casa "A", Parque Albano, Caucaia/CE e os bens móveis relativos à ela, além da empresa Som Legal Studium, uma vez que ambas as partes relataram ambos os bens foram construídos em terrenos cedidos pelo genitor do promovido e, uma vez que ele não está no polo passivo da ação, não cabe a discussão da partilha desses imóveis nesses autos, devendo ser manejado ação própria para tanto, o que o faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. P.R.I Após as formalidades legais, arquive-se e dê-se baixa na distribuição. À SEJUD para cumprir os expedientes no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSE MAURICIO MOREIRA CAVALCANTE FILHO (OAB 17550/CE), ADV: RONNIÊ FERNANDES NOGUEIRA (OAB 40459/CE) - Processo 0228171-40.2020.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Andre Parente Alves Cavalcante - Quanto ao pedido de fl. 208, desnecessária a expedição de mandado judicial para registro da doação efetivada. Explico. A nota devolutiva do cartório acostada à fl. 163 foi emitida em razão do exequido ter tentado, por meio de processo administrativo, transferir o imóvel ao filho antes de proceder à doação através de escritura pública, o que ensejou à exigência, por parte do Cartório, do respectivo título acompanhado de mandado judicial. Desse modo, cabe ao exequido apresentar ao Cartório de Registro Civil da 4ª Zona de Fortaleza/Ce a escritura pública para fins de registro da doação com instituição de usufruto à margem da matrícula de nº 18.909, razão por que indefiro o pleito de fl. 208.

ADV: JERSSYANNY JENNYFFER ARAUJO ELIAS (OAB 43040/CE) - Processo 0272579-82.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Alimentos - REQUERENTE: Maria Evertânia Gomes de Oliveira e outro - Trata-se de pedido de divórcio direto consensual fundado no art. 226, § 6º, parte final, da CF. Satisfeitas as exigências legais, o pedido há de ser julgado procedente. POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o artigo 226, § 6º, parte final, da Constituição Federal e na forma do que preceitua o artigo 1.580, § 2º, do Código Civil, decreto, por sentença nos termos do artigo 487, inciso III, item "B" do Código de Processo Civil, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes às fls 01/09; fls. 29 e 39/40, julgando, assim, dissolvido o casamento existente entre ambos. A mulher voltará a usar o nome de solteira, qual seja, MARIA EVERTÂNIA GOMES DE OLIVEIRA. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil e, obedecidas as formalidades legais, arquivem-se. Sem Custas em face do deferimento da justiça gratuita. Registre-se. Intimem-se. À SEJUD para cumprir os expedientes no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ERIK GOMES SILVEIRA (OAB 41381/CE) - Processo 0285891-28.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.B.R.C. e outro - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, parte final, da CF e na forma do que preceitua o art. 1.580, § 2º, do CC, decreto, por sentença nos termos do art. 487, inciso III, item B do CPC, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes às fls 01/06 e fls.23/24, complementada por fls. 07/16, julgando, assim, dissolvida o casamento existente entre ambos. O virago voltará a usar o nome de solteira, GILMARA BARBOSA REBOUÇAS. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil e, obedecidas as formalidades legais, arquivem-se. Sem Custas em face do deferimento da justiça gratuita. Registre-se. Intimem-se.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: LUCAS RIBEIRO GUERRA (OAB 39861/CE) - Processo 0204824-07.2022.8.06.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.F.A.P. e outro - Assim sendo, considerando satisfeitas as exigências legais, DECRETO O DIVÓRCIO dos requerentes, e HOMOLOGO o acordo de vontades dos postulantes, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas às fls. 01/03, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo na forma legal, com resolução de mérito (art. 487, inciso III, b, CPC). O cônjuge virago voltará a usar o nome anterior ao casamento. Custas pelos requerentes, todavia, suspendo a exigibilidade em razão de gozarem dos benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, §3º, do CPC), que ora defiro. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório do Registro Civil respectivo. Publique-se e intimem-se os promoventes por intermédio de seu Advogado (DJe). Certificado o trânsito em julgado e adotadas as providências de praxe, arquivem-se posteriormente.

ADV: MARIA GORETTI TAVORA FRANCELINO (OAB 7297/CE), ADV: OLIVIA MARCELO PINTO DE OLIVEIRA (OAB 15823/CE), ADV: MARIANA DINIZ CAVALCANTE DE MOURA (OAB 45003/CE) - Processo 0270768-87.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: F.J.P.V. - hei por bem redesignar a audiência de conciliação para a data mais breve disponível na pauta deste Juízo, qual seja, o dia 25 de abril de 2022, às 15h00min. Por conseguinte, determino que seja oficiado ao CEJUSC, solicitando o cancelamento da audiência anteriormente designada (fl. 249) e que seja expedido novo mandado destinado à intimação da requerida, desta feita com os novos dados da gestão conciliatória ora redesignada.

ADV: RODNEY PACHECO MONTEIRO (OAB 23095/CE) - Processo 0672376-70.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.E.L.S. - Não pode a Justiça permanecer indefinidamente no aguardo de interesse da parte em impulsionar o processo e, desse modo, evidenciada a situação prevista no art. 485, III do CPC, sem resolução de mérito, DOU POR EXTINTO O FEITO. Custas pela requerente, todavia, suspendo a exigibilidade em razão de gozar dos benefícios da gratuidade judiciária (art. 98, §3º, do CPC). Sem honorários, pois não estabelecido o contraditório. Publique-se e intime-se a autora por meio de seu Advogado (DJe), e o Ministério Público, pelos respectivos portais. Decorrido o prazo de lei, proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: LINDOVAL ALCANTARA JÚNIOR (OAB 4091/AP) - Processo 0278079-32.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.B.F.F. - designo sessão de Mediação para a data de 29/03/2022 às 10:00h, na sala virtual Harmonia 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_YzNmYjU1OTQtZDlhYi00MzM2LWJjOTQtM2Y5OGY4OGYxMzJm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224be75eca-605e-4f1b-acdb-2db9a27cd95d%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/6aaf62 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: LUIZ CLAUDIO VIEIRA JORGE CAMELO (OAB 12957/CE) - Processo 0121471-74.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: B.R.P.S. - Posto isso, diante do abandono da ação pela parte autora sem a necessidade da aquiescência do requerido, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, nos moldes do artigo 485, III, da lei de Ritos Civis. Por conseguinte, revogo a decisão de fls. 17/18.

ADV: ITALO DE LIMA CARVALHO (OAB 36486/CE) - Processo 0147283-55.2018.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: J.V.M.S. - Posto isso, diante do abandono da ação pela parte autora , JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito, nos moldes do artigo 485, III, da lei de Ritos Civis.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA JUNIOR (OAB 23232/CE) - Processo 0204988-40.2020.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.E.L.R.J. - reconhecendo tratar-se de hipótese de litisconsórcio passivo necessário, determino a intimação do autor, por intermédio de seus advogados (via DJe), para, no prazo de 10 (dez) dias, adequar o polo passivo da demanda, a fim de incluir a filha L. C. R.¹ e possibilitar sua citação, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: LUIZ CLAUDIO VIEIRA JORGE CAMELO (OAB 12957/CE) - Processo 0121471-74.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: B.R.P.S. - Posto isso, diante do abandono da ação pela parte autora sem a necessidade da aquiescência do requerido, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, nos moldes do artigo 485, III, da lei de Ritos Civis. Por conseguinte, revogo a decisão de fls. 17/18.

ADV: ITALO DE LIMA CARVALHO (OAB 36486/CE) - Processo 0147283-55.2018.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: J.V.M.S. - Posto isso, diante do abandono da ação pela parte autora , JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito, nos moldes do artigo 485, III, da lei de Ritos Civis.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA JUNIOR (OAB 23232/CE) - Processo 0204988-40.2020.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.E.L.R.J. - reconhecendo tratar-se de hipótese de litisconsórcio passivo necessário, determino a intimação do autor, por intermédio de seus advogados (via DJe), para, no prazo de 10 (dez) dias, adequar o polo passivo da demanda, a fim de incluir a filha L. C. R.¹ e possibilitar sua citação, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: JOAO LEITE FERNANDES NETTO (OAB 20472/CE) - Processo 0104147-42.2017.8.06.0001 (apensado ao processo 0141211-62.2012.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.L.F.B. e outros - Intimem-se os autores (DJe) para apresentarem réplica à contestação no prazo de quinze dias.

ADV: RENATO AIRES IBIAPINA PORTELA (OAB 15681/CE) - Processo 0202369-06.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.A.M. - Extrai-se dos autos que a carta precatória deixou de ser cumprida por motivos relacionados à pandemia (fls. 65/67). Contudo, atenta à crise sanitária atual, na forma da Resolução TJCE nº 05/2016 e em conformidade com o art. 165 do Código de Processo Civil, determino que sejam os autos novamente encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para designação de nova data para audiência de conciliação, devendo ser expedida nova carta precatória ao Juízo Deprecado para citação e intimação do demandado, a fim de ser cumprida preferencialmente por meio eletrônico, cabendo à parte autora fornecer os dados necessários ao cumprimento da diligência no prazo de 10 (dez) dias. Após designada data, intimem-se a requerente por intermédio de seu advogado (DJe). Quanto ao pleito de pagamento dos alimentos em atraso de fls. 86/87, anote-se que a obrigação apenas se torna exigível após a implementada a relação processual por meio da citação.

ADV: KATIA VALERIA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 22472/CE), ADV: CICERO ROBERTO BEZERRA DE LIMA (OAB 29999/CE), ADV: EDSON PEREIRA CUTRIM NETO (OAB 32903/CE), ADV: KELLYANNY PAIVA DE AGUIAR (OAB 37229/CE) - Processo 0253532-59.2020.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.D.Q.P. - REQUERIDA: R.S.L. e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 28/03/2022 às 10:00h na sala VIRTUAL da HARMONIA 08, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: “Atenta à justificativa apresentada pela requerida às fls. 172/296, determino novo encaminhamento dos autos ao CEJUSC, a fim de que seja designada nova data para realização de audiência prévia de conciliação entre as partes, a ser realizada por meio de videoconferência através da plataforma Microsoft

Teams, caso ainda vigente as medidas de restrição à realização do ato de forma presencial. Após designada data, Intimem-se as partes por intermédio dos advogados constituídos (DJe). Expedientes necessários"

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: NATERCIA KERCIA MOREIRA CASEMIRO ANDRE (OAB 42583/CE) - Processo 0137820-60.2016.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: M.A.F.B.N. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral de Justiça. Por ordem da MM. Juíza, intime-se a parte exequente, por seu advogado, via DJe, para, no prazo de dez dias, apresentar planilha atualizada do débito, a fim de possibilitar o cumprimento da decisão de fls. 101/102.

ADV: FABÍOLA DA SILVA SILVINO (OAB 41337/CE) - Processo 0204731-44.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: B.A.O. e outro - Considerando a prova pré-constituída do parentesco acostada desde logo à vestibular (certidão de nascimento fl. 15), deve o feito tramitar sob o rito especial previsto na Lei n. 5478/68 (Lei de Alimentos), ao tempo em que, à luz do art. 4º da lei de regência, devidamente comprovado o dever de sustento do suplicado em relação à menor autora - com necessidade presumida -, arbitro alimentos provisórios mensais no quantum equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos vencimentos e demais vantagens do promovido, excluído apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdência pública), incidindo, inclusive, sobre 13º salários, adicional de férias e demais gratificações, a serem pagos mediante desconto em folha de pagamento e depositados em conta de titularidade da representante legal da menor (Banco do Brasil, agência nº 3474-6, conta corrente nº 38555-7). Ressalte-se que a fixação dos alimentos provisórios neste patamar decorre da insuficiência ab initio de elementos comprobatórios atinentes às condições da parte requerida, o que será melhor aquilatado no curso do feito. Na forma da Resolução TJCE nº 05/2016 e em conformidade com o art. 165 do Código de Processo Civil, determino que sejam os autos encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para agendamento da audiência de conciliação. A ausência voluntária e injustificada de algum dos litigantes ao ato poderá implicar a aplicação de MULTA prevista no § 8º do Art. 334 do CPC. Cite-se o promovido, intimando-o ao pagamento dos alimentos provisórios, preferencialmente por meio eletrônico (telefone: (85) 98871-6500), e por mandado no endereço elencado à fl. 09, nos termos do art. 246 do CPC/2015, com a nova redação introduzida pelo art. 44 da Lei nº 14.195/21. Na hipótese de não se obter uma solução amigável, fica a parte ré desde já advertida de que poderá contestar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência acima designada, desde que o faça por intermédio de advogado ou defensor público, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato. Deverá constar do mandado de citação que, para a hipótese de cumprimento presencial, deverá ser observado o previsto nos arts 212 § 2º e 252/253 do CPC/2015. Desta decisão e para audiência, deverá a parte autora ser intimada por intermédio de seu advogado (via DJe). Ciência ao Ministério Público, via portal. DETERMINE-SE a expedição de ofício para a fonte pagadora do alimentante, devendo o expediente ser dirigido ao setor de Recursos Humanos da Polícia Militar do Estado do Ceará (Comando da Polícia Militar do Ceará), à fl.09. Expedientes necessários.

ADV: LUCYANNA CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 20290/CE), ADV: JONATAS COUTINHO CAMPELO (OAB 30878/CE), ADV: JAQUELINE BARROS MENEZES DE OLIVEIRA (OAB 35743/CE) - Processo 0223100-57.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0205917-73.2020.8.06.0001) - Execução Extrajudicial de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: J.B.M.O. - EXECUTADO: V.D.S.J. - Dito isto, deixo de apreciar o pedido de determinação de desbloqueio da autora no aplicativo whatsapp do promovido. No mais, antes do pronunciamento por parte deste Juízo acerca da revogação da decisão que suspendeu a prisão civil do exequido, determino a sua intimação, por seus patronos (DJe), para, no prazo de 03 (três) dias, juntar aos autos prova do cumprimento da obrigação alimentar.

ADV: ANA CELIA DE ANDRADE PEREIRA (OAB 15710/CE) - Processo 0254511-84.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.P.P.L. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 30/03/2022 às 10:00h na sala VIRTUAL da HARMONIA 08, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "Na forma da Resolução TJCE nº 05/2016 e em conformidade com o art. 165 do Código de Processo Civil, determino que sejam os autos encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para agendamento da audiência prévia de conciliação a ser realizada por videoconferência para eventual hipótese de vigência das medidas de isolamento social no sentido de minorar a transmissão comunitária do coronavírus. Designada a audiência de conciliação, CITE-SE e INTIME-SE pessoalmente, por mandado, a parte promovida para comparecer à audiência de conciliação. Intime-se a parte autora por intermédio do advogado constituído nos autos."

ADV: CAUE MONTEIRO DOS SANTOS (OAB 25617/CE) - Processo 0264220-46.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: J.S.C. - designo sessão de Mediação para a data de 30/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MmI5ODM3NjMtMjE3NC00MGFmLTk0NTUtZmRkODA2ZDAwMjFm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220ccf17b0-9e8d-42ee-9851-f23697fa2a9a%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/60ddfb OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: SARA DE OLIVEIRA SOARES (OAB 20226/CE), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 39879/CE) - Processo 0206671-78.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.B.S. - REQUERIDA: A.N.P.F. - Nessas condições, atendidas as exigências do art. 226, §6º, da Constituição Federal e art. 1.571, inc. IV, do Código Civil, bem como figurando pedido incontroverso nos autos, nos termos do art. 355 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECRETAR o divórcio de ANTONIA NILVANDA DO NASCIMENTO PEREIRA SILVA e DANIEL BUTRAGO DA SILVA, pondo termo final ao vínculo matrimonial existente entre as partes. Nessas condições, declaro resolvido o mérito da causa, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: MARIA FRANCISCA GARCIAS VELOSO (OAB 9638/CE), ADV: ANTONIA SILDA BARBOSA HONORIO (OAB 10079/CE) - Processo 0215005-82.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0215007-52.2013.8.06.0001) - Execução de Alimentos - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: R.B.P. e outro - Vistos. Intime-se o exequente por seu advogado via DJe para que, no prazo de cinco dias, tomar conhecimento da resposta do INSS (fls. 202/206), bem como apresentar o valor atualizado da dívida por planilha de cálculo.

ADV: DANIELE RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 19933/CE), ADV: AMONELI DANTAS CAVALCANTE ABREU (OAB 25407/CE) - Processo 0286021-18.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0130139-15.2011.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.A.A. - Designo audiência de conciliação para o dia 26/05/2022 às 12:00 horas, a ser realizada de forma remota (telepresencial), considerando o teor da Portaria nº 916/2020, deste Egrégio Tribunal de Justiça, disponibilizado no DJe em 07/07/2020, que versa sobre a obrigatoriedade das audiências na modalidade por videoconferência. Assim, por oportuno, informo que a referida audiência será realizada por aplicativo MICROSOFT TEAMS, em decorrência do convênio deste Tribunal de Justiça com a referida plataforma eletrônico de reuniões virtuais. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTg4NTNjY2ItYzA2OS00ZDM2LTg1ODAtNmU0NWMwYTAwNDVh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

ADV: MARIANA CUNHA LUSTOSA (OAB 6045/CE) - Processo 0287390-47.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: L.F.A. - CITE-SE pessoalmente por mandado o promovido e intime-se para comparecer à audiência de entrevista, a ser realizada por este juízo, que resolvo designar para o 20/06/2022 às 15:00 horas, que será realizada por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_NGRhNjJiMzEtYTJmOS00YjUwLWE1ZmMtYTc2ODM1ODY3NTc2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: LEONARDO RIBEIRO REBOUÇAS (OAB 17505/CE), ADV: DARLA VIVIANI SABOIA FIGUEIREDO (OAB 31352/CE), ADV: ANA TAHBATA SABÓIA GURGEL (OAB 44044/CE) - Processo 0191505-16.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0152816-63.2016.8.06.0001) - Sobrepartilha - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: F.O.S.C.J. - REQUERIDA: A.P.P.C. - Nessas condições, conheço dos embargos opostos por tempestivos, mas para negar-lhes provimento, eis que inexiste omissão, contradição ou erro material na sentença embargada, mas possuem como único propósito o reexame de questão já decida, não padecendo a sentença embargada de nenhum dos vícios delineados, mantendo-a sem qualquer modificação.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2022

ADV: ARTHUR SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 44361/CE) - Processo 0218056-23.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.L.S. - ISSO POSTO, com fundamento das disposições normativas acima declinadas, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar o divórcio de DAYSE BENIGNO CLÁUDIO DE SOUSA e ALYSSON LOPES DE SOUSA, pondo termo final ao matrimônio estabelecido entre as partes; Quanto ao pedido de alimentos em favor das filhas menores, resolvo fixar em definitivo a obrigação alimentar devida pelo promovido em favor das infantes M. V. C. de S. e A. L. C. de S. no patamar correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) dos vencimentos e vantagens auferidos pelo promovido, excetuados os descontos obrigatórios (IR e INSS), devendo incidir sobre 13º salário e férias, a ser pago mediante desconto em folha de pagamento e depósito em conta bancária de titularidade da genitora das menores, acrescido do pagamento de metade das despesas escolares, quais sejam, mensalidade, matrícula, material escolar, livros e fardamento; Quanto ao pedido de guarda, defiro a guarda das menores à parte requerente, sua genitora, cabendo ao promovido o exercício da convivência com as filhas em finais de semana alternados, feriados e festas de final de ano, em horário a ser previamente combinado e de forma a atender o melhor interesse das crianças. Exaurida, dessa forma, a prestação jurisdicional perseguida nestes autos, declaro extinto o processo com resolução de seu mérito, o que faço com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: MARCOS ANDRÉ ARAÚJO ACCIOLY (OAB 41951/CE) - Processo 0200602-93.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: D.S.M. - CITE-SE pessoalmente por mandado o promovido e intime-se para comparecer à audiência de conciliação, a ser realizada por este juízo, que resolvo designar para o 14/06/2022 às 14:00 horas, que será realizada por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_MTI0YmZlODAtNzM5Ny00OTc5LTgxMTYtMWFiMGFhMThhNWMx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

ADV: PAULO LANDIM DE MACÊDO NETO (OAB 44554/CE) - Processo 0203447-98.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.S.M. - PROMOTOR(A): M.P.E.C. - CITE-SE pessoalmente por mandado a promovida e intime-se para comparecer à audiência de entrevista, a ser realizada por este juízo, que resolvo designar para o 13/06/2022 às 14:00 horas, que será realizada por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_ZDU4ZGNjYmEtNzExOS00NGIzLWIxY2MtZDM4NTNiNTc4ZDVi%40thread.v2/0?context=

%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

ADV: FABRIZIO PORFIRIO DE MESQUITA FILHO (OAB 38525/CE) - Processo 0281349-64.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.C.C.A. - CITE-SE pessoalmente por mandado o promovido e intime-se para comparecer à audiência de entrevista, a ser realizada por este juízo, que resolvo designar para o 13/06/2022 às 15:00 horas, que será realizada por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_ZjE1OTJkYjgtMTQ0NS00ODQ5LTgxYWEtOTUzOTY4ZTE4N2Rk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: MARCOS ANDRÉ ARAÚJO ACCIOLY (OAB 41951/CE) - Processo 0200602-93.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: D.S.M. - CITE-SE pessoalmente por mandado o promovido e intime-se para comparecer à audiência de conciliação, a ser realizada por este juízo, que resolvo designar para o 14/06/2022 às 14:00 horas, que será realizada por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_MTI0YmZlODAtNzM5Ny00OTc5LTgxMTYtMWFiMGFhMThhNWMx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

ADV: PAULO LANDIM DE MACÊDO NETO (OAB 44554/CE) - Processo 0203447-98.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.S.M. - PROMOTOR(A): M.P.E.C. - CITE-SE pessoalmente por mandado a promovida e intime-se para comparecer à audiência de entrevista, a ser realizada por este juízo, que resolvo designar para o 13/06/2022 às 14:00 horas, que será realizada por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_ZDU4ZGNjYmEtNzExOS00NGIzLWIxY2MtZDM4NTNiNTc4ZDVi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

ADV: FABRIZIO PORFIRIO DE MESQUITA FILHO (OAB 38525/CE) - Processo 0281349-64.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.C.C.A. - CITE-SE pessoalmente por mandado o promovido e intime-se para comparecer à audiência de entrevista, a ser realizada por este juízo, que resolvo designar para o 13/06/2022 às 15:00 horas, que será realizada por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. Link da Reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_ZjE1OTJkYjgtMTQ0NS00ODQ5LTgxYWEtOTUzOTY4ZTE4N2Rk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22861f6095-f595-4bd4-ab29-1b2174be8ead%22%7d

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: ANNA KETLEYN COLARES SANTOS (OAB 45751/CE) - Processo 0205272-77.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: S.P.L. - Desse modo, intime-se a parte autora para emendar a inicial, nos termos do art. 321 do CPC, devendo retificar o que acima fora indicado. As providências devem ser adotadas, num prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento na peça vestibular. Intime-se a parte autora por seu advogado via DJe.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: RAFAEL SOARES MOURA (OAB 24806/CE) - Processo 0280550-21.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Rafael Soares Moura - considerando a prova pré-constituída do parentesco acostada desde logo à vestibular (certidão de nascimento fl. 17), acolho provisoriamente a oferta de alimentos no quantum equivalente a 91% (noventa e um por cento) do salário mínimo vigente, devendo esse valor ser depositado diretamente na conta bancária da requerida até o dia 10 (dez) de cada mês, ressaltando-se a fixação dos provisórios em tal patamar em razão da insuficiência ab initio de elementos comprobatórios atinentes às condições da parte alimentante e da parte alimentada, o que será melhor aquilatado no curso do feito; Quanto ao pedido de tutela de urgência, relativamente a indisponibilidade dos bens do casal, entendo por bem apreciar somente após o devido contraditório. No mais, designo Audiência de Conciliação para 26/04/2022, às 11h

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: CAIO BRUNO MACEDO DA PONTE (OAB 37595/CE) - Processo 0225166-10.2020.8.06.0001 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: H.L.S. - Em face da inércia autoral certificada à fl. 70, determino a intimação do promovente, via DJe e por mandado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0274653-12.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: C.B.M. e outro - Intime-se o autor, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 83, atualizando o endereço da promovida para fins de citação e intimação.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: JOSÉ MAURO DE MELO ESCÓRCIO (OAB 13687/CE) - Processo 0234839-90.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Abandono de incapaz - REQUERENTE: M.C.F.A.S. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 08:40h, na sala virtual Harmonia 02, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_ YzNmYjU1OTQtZDlhYi00MzM2LWJjOTQtM2Y5OGY4OGYxMzJm %40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26 ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224be75eca-605e-4f1b-acdb-2db9a27cd95d%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/6aaf62 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: RAPHAEL PINHEIRO VITORINO DE HOLANDA (OAB 21044/CE) - Processo 0203409-23.2021.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.P.H. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MzU2MjEzMTktYTRj MS00ZWI4LWJkNGQtN2NiOGMyYjZhMmY1%40thread. v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid %22%3a%22328dbc4f-8431-411e-82d7-f477c3a38d62%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/eb8ce8 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: RAPHAEL PINHEIRO VITORINO DE HOLANDA (OAB 21044/CE) - Processo 0203409-23.2021.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.P.H. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MzU2MjEzMTktYTRj MS00ZWI4LWJkNGQtN2NiOGMyYjZhMmY1%40thread. v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid %22%3a%22328dbc4f-8431-411e-82d7-f477c3a38d62%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/eb8ce8 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: ANA VITÓRIA NOGUEIRA DE CASTRO (OAB 43685/CE) - Processo 0201054-11.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.M.S. - designo sessão de Mediação para a data de 30/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 07, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MzU2MjEzMTktYTRjMS00ZWI4LWJkNGQtN2Ni OGMyYjZhMmY1%40thread. v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid %22%3a%22328dbc4f-8431-411e-82d7-f477c3a38d62%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/eb8ce8 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: ANA MARIA MARINHO MOURA (OAB 4299/CE) - Processo 0257380-54.2020.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.C.G.O. - Intimem-se os promoventes, via DJCE, para que tomem ciência do teor do ofício de fls. 96.

ADV: RAFAEL DE ALMEIDA ABREU (OAB 19829/CE) - Processo 0276920-54.2021.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Edhen Davydson Albuquerque Bessa Filho - Intime-se a parte executada, através de seu advogado, via DJCE, para que efetue o pagamento do débito alimentar ainda existente e informado às fls. 43/45, no prazo de três dias, sob pena da decretação de sua prisão civil

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: LÁZARO LAGO GADELHA (OAB 38102/CE) - Processo 0177824-37.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: R.R.M.O. - 26/04/2021, às 15h00

ADV: FRANCISCO VIEIRA DE ANDRADE (OAB 21585/CE) - Processo 0221568-14.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.F.B.M. e outro - Concedo o prazo de dez dias para que o peticionante de fl. 86 diligencie junto à SEJUD a obtenção de nova guia e comprove o pagamento a parcela faltante das custas processuais.

ADV: JULIANA LIMA ROCHA (OAB 32400/CE) - Processo 0278905-58.2021.8.06.0001 - Separação Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: L.A.M. e outro - Considerando a licitude do pacto, DECRETO O DIVÓRCIO do casal requerente, com fulcro no art. 226, parágrafo 6º da CF/88, com a alteração promovida pela EC nº 66/2010, e HOMOLOGO O ACORDO celebrado às págs. 01/05, 14/18 e 24/29, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, declaro extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra “b”, do CPC. Os cônjuges não alteraram seus nomes por ocasião do matrimônio.. Sem custas. P. R. I. Após o trânsito em julgado expeça-se o mandado de averbação e, em seguida, arquive-se, com baixa na Distribuição.

ADV: LIANA MARIA PAIVA CAMPOS (OAB 29225/CE) - Processo 0284697-90.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.S. e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 29/03/2022 às 13:40h na sala VIRTUAL da HARMONIA 08, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: “Vistos etc. 1. Defiro o pedido da justiça gratuita, tendo em vista que a parte autora preenche os requisitos do art. 98 do CPC. 2. AÇÃO A SER PROCESSADA EM SEGREDO DE JUSTIÇA E SOB A VIGÊNCIA DO RITO ESPECIAL, DE ACORDO COM O LEI 5478/68. 3. Trata-se de AÇÃO DE ALIMENTOS ajuizada por THAMYRES SILVA DO NASCIMENTO, neste ato representada por sua genitora, RENATA DOS SANTOS SILVA, em face de seu genitor LUIS ALBERTO LIMA DO NASCIMENTO. 4. DIANTE DO PEDIDO INICIAL, ENTENDO QUE ASSISTE RAZÃO À REQUERENTE, QUANTO AO QUE ALEGOU, OBJETIVANDO OS ALIMENTOS, OS QUAIS MERECEM SER DEFERIDOS. 5. Nos termos do art. 4º, da Lei n.º 5.478/68 e considerando não haver sido comprovados os rendimentos do genitor, arbitro os Alimentos Provisórios, em favor da promovente, no valor equivalente a 25% do salário mínimo vigente a época do pagamento, a ser depositado em conta de titularidade da genitora, Renata dos Santos Silva, conta poupança junto à Caixa Econômica Federal, agência 4254, operação 013, conta nº 4874-1, até o dia 05 (cinco), subsequente ao mês vencido. 6. Em razão das restrições de expediente ditadas pelas Resoluções nºs 313/2020 e 314/2020 do CNJ e todas as Portarias da lavra da Presidência/TJCE, as quais afetam diretamente as audiências presenciais, sem perspectiva de breve retorno à situação de normalidade, necessária a adequação de rito e assim convencido, determino: A) o expediente de citação e intimação do promovido pelos correios e mandado (Provimento 10/2020 da CGJ), fazendo constar que a defesa deverá ser ofertada até o ato da audiência, advertindo-o que a pensão estabelecida deve ser paga a partir do recebimento da citação. B) expedição de carta de citação e intimação pelos correios, com todas as observações constantes nesta interlocutória; C) intimações da parte autora, via DJ-E, e do Ministério Público Estadual, via Portal, do inteiro teor desta decisão;”

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: ANTÔNIO LEONARDO FERREIRA SANTOS (OAB 43623/CE) - Processo 0270050-90.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.F.M.K. e outro - Considerando a licitude do pacto, DECRETO O DIVÓRCIO do casal requerente, com fulcro no art. 226, parágrafo 6º da CF/88, com a alteração promovida pela EC nº 66/2010, e HOMOLOGO O ACORDO celebrado às fls. 01/07, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, declaro extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra “b”, do CPC. O cônjuge virago volta a usar o nome de solteira: Marciana Ferreira Matos. Sem custas. P. R. I. Após o trânsito em julgado expeça-se o mandado de averbação e, em seguida, arquive-se, com baixa na Distribuição.

ADV: LEANDRO APARECIDO DE SOUZA (OAB 258764/SP) - Processo 0274174-19.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: M.R.V.L.P. - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a ação ajuizada para DECRETAR o Divórcio de WALDEMAR MELO LIMA PERES e MARIA RAIMUNDA VELOSO LIMA PERES, e o faço sob o amparo do art. 226, § 6º, da CF, bem como dos arts. 1.571 e seguintes do Código Civil. Deixo de condenar a ré ao pagamento de custas e honorários por estar a mesma sob o pálio da justiça gratuita, que agora defiro. Ela volta a usar o nome de solteira, ou seja, Maria Raimunda Veloso de Lima. Retifique-se o nome do autor junto ao SAJ. P. R. I. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação, e oportunamente, arquive-se, com baixa na Distribuição.

ADV: CESAR AUGUSTO MEDEIROS DE SOUSA (OAB 31875/CE) - Processo 0282604-57.2021.8.06.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.A.L. e outro - Considerando a licitude do pacto, DECRETO O DIVÓRCIO do casal requerente, com fulcro no art. 226, parágrafo 6º da CF/88, com a alteração promovida pela EC nº 66/2010, e HOMOLOGO O ACORDO celebrado às fls. 01/07/ e 22/28, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, declaro extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra “b”, do CPC. O cônjuge virago volta a usar o nome de solteira: Ana Relata de Sousa Pimentel. Retifique-se o nome da divorcianda junto ao SAJ. Sem custas. P. R. I. Após o trânsito em julgado expeça-se o mandado de averbação e, em seguida, arquive-se, com baixa na Distribuição.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: BALTAZAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 20829/CE) - Processo 0152936-38.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0679125-06.2012.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERIDO: F.M.B. - Intime-se a parte embargada, por seu advogado (via DJe), para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos embargos de declaração apresentados às fls. 293/296, na forma do art. 1.023 do CPC.

ADV: TIBERIO TERCIO MOURA DE MENESES (OAB 31959/CE) - Processo 0202292-60.2022.8.06.0001 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: J.A.B.F. - Compulsando detidamente os autos, observa-se que, inobstante a argumentação lançada às fls. 24, o autor da presente demanda, conforme certidão de fls. 15 conta atualmente com 17 (dezessete) anos, sendo, desta forma relativamente incapaz, haja vista a dicção do art. 4º, I, do CC/02. Observe-se, neste aspecto, que referido dispositivo estabelece que "são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos [...]". Acerca do mesmo tema o art. 71 do CPC estabelece que "o incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei". Depreende-se, portanto, dos dispositivos legais acima lançados que aqueles que tiverem menos de 16 (dezesseis) anos, considerados absolutamente incapazes, deverão ser representados, enquanto aqueles que tiverem mais de 16 anos e menos de 18 deverão ser assistidos. Diante de tal circunstância e considerando que o autor da presente demanda é maior de 16 anos e menor de 18 anos, este deverá ser assistido e não representado. Diante do exposto, hei por bem determinar novamente a intimação da parte autora, por seu advogado (via DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, ajustar o polo ativo da demanda para fins de constar que o menor é assistido por seu genitor, bem como procedendo a devida correção da procuração lançada às fls. 13, na qual deverá constar a assinatura do assistido e de seu genitor.

ADV: SAMUEL AMORIM VIEIRA (OAB 45816/CE) - Processo 0204625-82.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.R.S. - Intime-se a parte autora, por seus patronos (via DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, do CPC, emendar a peça exordial no sentido de 1) ajustar o valor da causa para que este corresponda ao estabelecido no art. 292, III, do CPC, isto é, a soma de 12 (doze) prestações mensais requeridas pela parte autora; e 2) indicar com precisão o pedido final quanto aos alimentos definitivos, nos termos do art. 319, IV do CPC.

ADV: HAYLTON DE SOUZA ALVES (OAB 27716/CE), ADV: CLAUDIA PIMENTEL (OAB 36232/CE), ADV: JOSE TELES BEZERRA JUNIOR (OAB 25238/CE), ADV: DEBORAH DE FIGUEIRÊDO SÁTIRO (OAB 37888/CE), ADV: BERNARDO MACÊDO MARTINS (OAB 40156/CE), ADV: LIVIA MADRUGA BARBOSA (OAB 44454/CE), ADV: JOSE DE ARIMATEIA DOS SANTOS (OAB 7233/CE), ADV: HELEN DOS SANTOS (OAB 36446/CE) - Processo 0247514-22.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0289691-64.2021.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: M.G.A.L. - REQUERIDO: A.D.F. - Não resta possível, desta forma, processar o pedido de cumprimento dentro destes autos, razão pela qual indefiro o seu processamento neste feito, considerando não ser possível a tramitação de cumprimento nos autos do processo, na fase de conhecimento, quando este ainda se encontra em tramitação. Superada tal questão, observa-se que as manifestações lançadas pelo promovido às fls. 375/376, 377 e 378/379 referem-se aos autos de n.º 0289691-64.2021.8.06.0001 e 0288426-27.2021.8.06.0001 sendo, desta forma, estranhas ao presente caderno processual, razão pela qual não serão objeto de apreciação nestes autos. Determino, pois, a intimação das partes, por seus advogados (via DJe), para ciência da presente decisão. Determino, ainda, que seja oficiado, com urgência, ao setor social solicitando agilidade na realização dos estudos determinados às fls. 329. Ciência, também, ao Ministério Público (via portal). Aguarde-se, por fim, a manifestação da parte autora referente a intimação de fls. 363 ou o decurso do prazo concedido, o que ocorrer primeiro.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0201232-86.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.S.M.J. - designo sessão de Mediação para a data de 30/03/2022 às 08:40h na sala virtual Harmonia 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MjcxMjQyOWUtMmY2Yi00Mjg2LWEzNmItZDY1YWZmZTViOGJh %40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22091 ae4f5-a946-499d-b1d4-6b6cea42bc51%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2f786f OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: CARLOS LEVIR COSTA ROCHA (OAB 30938/CE) - Processo 0201864-78.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Leve - INTERTE: F.A.C. - defiro o pedido de curatela provisória para fins de nomear

ADV: MARIA ELIANE CARNEIRO LEAO MATTOS (OAB 5305/CE), ADV: LINCOLN MATTOS MAGALHAES (OAB 15053/CE), ADV: MARIA CARMEN DE HOLANDA CAVALCANTE (OAB 16136/CE), ADV: WILBER AUGUSTO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 26279/CE), ADV: MARIA CECILIA PINHEIRO NOGUEIRA (OAB 32522/CE) - Processo 0223138-69.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0889851-84.2014.8.06.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXECUTADO: H.C.P. - Destarte, diante de todo exposto, ante a ausência de demonstração do pagamento integral do débito alimentar, indefiro o pedido de suspensão da prisão do executado acima epigrafado. Determino, assim, que seja aguardado o prazo de manifestação da parte exequente referente a intimação de fls. 351. Intime-se a parte executada, por seus advogados (via DJe), para ciência da presente decisão. Ciência, por fim, ao Ministério Público (via portal).

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022

ADV: CAMILA GUEMES RODRIGUES (OAB 34211/CE) - Processo 0205149-79.2022.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: e outro - homologo, por sentença, o acordo de fls. 01/04, a fim de que surta seus jurídicos e legais efeitos, confirmando os termos do que foi acordado entre as partes, e por consequência, decreto a dissolução da sociedade conjugal pelo divórcio, pondo termo ao casamento contraído

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0036/2022

ADV: CAMILA GUEMES RODRIGUES (OAB 34211/CE) - Processo 0205149-79.2022.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: e outro - homologo, por sentença, o acordo de fls. 01/04, a fim de que surta seus jurídicos e legais efeitos, confirmando os termos do que foi acordado entre as partes, e por consequência, decreto a dissolução da sociedade conjugal pelo divórcio, pondo termo ao casamento contraído

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: LUCAS RAFAEL BENICIO LOPES (OAB 33727/CE) - Processo 0206310-95.2020.8.06.0001 - Alteração do Regime de Bens - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: R.M.T.S. - Inobstante o teor da manifestação de fls. 231 deverá ser realizada a juntada nos autos de certidão atualizada e dentro do prazo de validade acerca dos bens imóveis indicados nos autos. Determino, desta forma, a intimação da parte autora, por seu advogado (via DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos certidão atualizada e dentro do prazo de validade acerca dos bens imóveis indicados nos autos.

ADV: ANDREZA ALVES LIMA (OAB 41844/CE) - Processo 0288855-91.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0131344-40.2015.8.06.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: F.L.L.M. - Diante do exposto, intime-se a parte exequente, por meio de sua advogada (via DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321 do CPC/2015, emendar a inicial no sentido de: 1) informar qual rito pretende que os autos sejam impulsionados, fazendo, consoante a opção do rito, as adaptações necessárias na inicial, haja vista as peculiaridades de cada forma de cumprimento de sentença (arts. 523 e 528 do CPC/2015), em especial a contida no artigo 528, §7º do CPC/2015; e 2) acostar aos autos cópia do título executivo (acordo e sentença) que homologou a obrigação alimentar perseguida na presente demanda, tendo em vista a existência do processo de n° 0204231-90.2013.8.06.0001 em que se ajustou, além do divórcio, alimentos em benefício da parte exequente.

ADV: MELISSA OURIVES VEIGA (OAB 17148/CE) - Processo 0291466-17.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0873315-95.2014.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.V.C.S. - Intime-se a parte autora, por sua advogada (via DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321 do CPC, emendar a inicial no sentido de: 1) ajustar o valor da causa para que corresponda a anualidade do resultado obtido da prestação alimentar, isto é, a soma de 12 (doze) prestações mensais dos alimentos que almeja majorar, com a diferença entre a prestação alimentar atual e a pretendida; e 2) acostar aos autos procuração ad judicia e declaração de hipossuficiência devidamente assinadas pela representante da parte autora, bem como cópia do título executivo que fixou a obrigação alimentar e documento de identificação da representante do menor.

EXPEDIENTES DA 7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2022

ADV: FRANCISCO WALLYSON DA COSTA GOIS (OAB 40963/CE), ADV: JOAO ERNESTO VIEIRA CAVALCANTE (OAB 23103/CE) - Processo 0053514-27.2020.8.06.0064 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.H.M.G. - REQUERIDA: M.V.L.R.G. - Nos autos. Nada mais sendo requerido a título de provas, dou por finda a fase instrutória, convertendo os debates orais em memoriais escritos a serem ofertados no prazo de 15 dias. Intimem-se as partes por seus patronos via DJe, e o Parquet via Portal, para ciência deste, e ainda o patrono da parte autora para a oferta ora indicada.

ADV: ALEXANDRE DA SILVA SAMPAIO (OAB 24787/CE), ADV: MICHEL CAVALCANTI MOURA (OAB 35141/CE) - Processo 0106394-93.2017.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDA: K.C.C.M. e outro - Analisando os fólios, observo que a parte acionada já ofertou defesa às fls. 77/96. E que já indicaram as provas a produzir, fls. 118 e 142. Dito isto, designo o dia 15/12/2022 ás 10:00 horas para audiência de instrução para depoimento pessoal da parte acionada e oitiva das testemunhas da parte acionada. A princípio, o ato audiencial será realizado por videoconferência, através da plataforma Teams microsoft, que poderá ser acessada pelo link: https://link.tjce.jus.br/205479, via smartphone, com aplicativo, ou computador. Ou através do QR Code: Considerando, ainda, o possível iminente retorno à realização de audiências presenciais pelo TJCE, determino que as partes e advogados, quando da proximidade da data da audiência, entrem em contato com a Vara através do e-mail (for.7familia@tjce.jus.br) ou pelo aplicativo whatsapp por meio do nº 3492-8532 / 8530, para informações acerca da modalidade (presencial, telepresencial ou híbrida) em que se dará o ato. As partes/testemunhas/advogados poderão contatar a Vara para dirimir dúvidas sobre o procedimento via e-mail (for07fam@tjce.jus.br) ou pelo aplicativo whatsapp por meio do nº 3492-8532. Quando da confecção dos expedientes, deve a SEJUD de logo, já fazer constar do mandado/precatória/publicação no DJe o link de acesso Caberá aos advogados particulares, na verba do artigo 455 do Código de Processo Civil, intimar/comunicar as testemunhas por si arroladas do dia, horas e local da audiência, dispensado-se a intimação pelo Juízo. Intimem-se as partes por mandado, fazendo constar o dispositivo do parágrafo primeiro do artigo 385 do Código de Processo Civil para a parte acionada; os advogados, via DJe e Portal o Parquet via Portal. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0130449-11.2017.8.06.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - TERCEIRO: D.P.E.C. - Vistos etc. FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA SILVA qualificado nos autos do processo em epígrafe, ingressou, perante este Juízo, por intermédio da Defensoria Pública, com AÇÃO

DE TUTELA da menor MARIA EVELIN PEREIRA DA SILVA. Instruiu a inaugural com a documentação de fls. 10/27. Tramitou o feito, até a presente data, sem que tenha chegado a seu deslinde final, atingido a jovem a maioridade, conforme documento de fl. 14. E intimada a parte por sua patrona e pessoalmente para manifestar-se nos fólios, quedou silente meritoriamente, conforme se tem das peças de fls. 103/117. Manifestou-se o Ministério Público aduzindo não ter interesse na demanda, fl. 122. Eis o breve relato. Decido. Compulsando o caderno processual, observo que consta do mesmo fotocópia de documento de identidade da jovem cuja tutela se pretende, fl. 14, onde a data de nascimento é 01 de outubro de 2003. Assim, na presente data, a jovem já atingiu a maioridade civil que é de 18 anos. Neste diapasão, o presente processo perdeu seu objeto, eis que o pedido firmado neste é sobre tutela de menor, e como não se tem a menoridade da tutelanda, não resta mais com utilidade e necessidade a apreciação do pedido de tutela. Com efeito, verifica-se nesta fase processual a ausência do interesse de agir da parte autora, haja vista o pedido formulado no feito. Tem-se tal pronunciamento, pela falta de necessidade da autora de obter, por intermédio do processo, a proteção ao interesse substancial, pois que a jovem já atingiu maioridade. Entendendo-se que só há interesse processual se a parte sofre um prejuízo, acaso não proponha a demanda, resultando, assim que, para evitar esse dano, necessite da intervenção dos órgãos jurisdicionais. Assim, localiza-se o interesse não apenas na utilidade, mas também, na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não pode ser outorgada sem uma necessidade, como adverte Allorio. No caso, desapareceram os fundamentos que embasaram o pedido de tutela, não precisando mais o promovente de um pronunciamento de mérito. Diante do exposto, julgo, EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em face da ausência do interesse de agir, pela perda do objeto, com espeque no artigo 485, inciso VI c/c parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Custas e despesas pela parte autora, observada a gratuidade da Justiça deferida, com aplicação do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora por sua patrona via Portal, e atendidas as formalidades legais, empós o transito em julgado, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0146220-05.2012.8.06.0001/01 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: Jéssica Karoline Viana Freire - Vistos etc. MARIA CLARA VIANA MUNIZ, menor representada por sua genitora, Jessica Karoline Viana Freire Batista, ajuizou pedido de cumprimento de sentença em desfavor de JOSÉ DE ARIMATEIA DE MOURA MUNIZ, nos termos da preludial de fls. 01/04. Despacho de fls. 11 deferiu os benefícios da justiça gratuita e determinou a intimação do executado. Justificação do executado em fls. 14/17. Réplica da exequente atualizando o débito alimentar em fls. 25/27. Com vistas, o Ministério Público requereu a designação de audiência de conciliação (fls. 33), o que foi deferido em fls. 34. Na audiência de fls. 47 o executado comprometeu-se a realizar o pagamento do débito. A exequente noticiou o descumprimento em fls. 48/49, atualizando a dívida. Novamente com vistas, o Ministério Público se manifestou pelo decreto da prisão civil (fls. 55). Em fls. 56 determinou nova intimação pessoal do executado. Petição do executado em que diz ter quitado o débito em fls. 67. Intimada por sua patrona, a Defensoria requereu a intimação pessoal da parte autora (fls. 71). Aguardou-se por 30 dias a manifestação da parte (fls. 72), que nada apresentou. Determinada sua intimação pessoal, a exequente foi intimada (fls. 80) sob pena de extinção e nada apresentou. Com vistas, o Ministério Público se manifestou pela extinção do processo (fls. 86). Eis o resumo dos fatos. Decido. A despeito do narrado no pedido de cumprimento de sentença, protocolizado em 21/11/2016, após o executado ter dito ter quitado o débito a exequente não mais se manifestou nos autos, não obstante intimada sob pena de extinção. Observo da análise dos autos que o processo em epígrafe encontra-se sem seu devido e sadio trâmite, pela inércia da parte autora que não atende aos chamados judiciais, tendo, inclusive, mudado de endereço sem fazer qualquer comunicação Juízo, deixando, pois, de exercer um ônus que lhe compete. Havendo assim, este Juízo dado várias oportunidades à autora para demonstrar interesse no feito, e ainda assim, persistiu o vício pela inércia concreta deste, deve o Magistrado extinguir o feito sem julgar o mérito, haja vista que pela desídia da parte a demanda foi abandonada. Presume-se a desistência da pretensão à tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. Assim, o Poder Judiciário não pode aguardar indefinidamente a vontade do demandante, posto que se assim não fosse, existiria um grande volume de feitos que emperrariam o andamento normal dos órgãos jurisdicionais. Diante da inércia da exequente em dar prosseguimento ao processo, o art. 485, inciso III, do Código de Ritos, autoriza a extinção do processo. Não pode a Justiça permanecer indefinidamente no aguardo de interesse da parte em impulsionar o feito e, desse modo, evidenciada a situação prevista no art. 485, inciso III do CPC, sem resolução de mérito, DOU POR EXTINTO O FEITO. Custas pela parte exequente assim como honorários advocatícios os quais fixo em 40% do salário mínimo nacional, todavia, suspendo a exigibilidade em razão de gozar dos benefícios da gratuidade judiciária que ora defiro também ao executado (art. 98, §3º, do CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes pelos Defensores Públicos desta e da Vara Subsequente, via portal. Decorrido o prazo de lei, proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se. Intime-se o Parquet, via portal. Fortaleza, 26 de outubro de 2021. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

ADV: ALINE DE PAIVA CORREA PICANCO (OAB 34666/CE), ADV: ANDERSON RIBEIRO DE QUEIROZ (OAB 36386/CE), ADV: SAULUS STÉFANO RODRIGUES MARTINS (OAB 36862/CE), ADV: ROBERLENE CORREA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 33348/CE), ADV: FRANCISCO AMERICO BRITO LESSA (OAB 30978/CE) - Processo 0147833-16.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0130559-20.2011.8.06.0001) - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: D.L.B.S. - REQUERIDA: P.N.P.S. - Considerando a natureza da ação, em espécie, guarda, que envolve direito de menor e, buscando atingir o melhor interesse para a incapaz, permito, a priori, a oitiva das testemunhas arroladas pela parte autora. Cabe ao causídico da parte promovente a apresentação das testemunhas já arroladas quando do ato audiencial. Intimem-se as partes por seus patronos via DJe e o Parquet via Portal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0167549-29.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDO: F.T.C. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Torno sem efeito a decisão de fls. 33/34. Custas e despesas na forma da lei pelo autor, observada a gratuidade da Justiça deferida, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte, por sua patrona (via portal) e o Parquet (via portal), e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0172451-25.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0172455-62.2019.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.L.F. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Custas e despesas na forma da lei pelo autor, observada a gratuidade da Justiça deferida, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a autora, por sua patrona (via portal) e o Parquet (via portal), e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0176722-77.2019.8.06.0001 -

Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: G.M.R. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Torno sem efeito a decisão de fls. 41/42. Custas e despesas na forma da lei pelo autor, observada a gratuidade da Justiça deferida, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora, por sua patrona (via portal) e o Parquet (via portal), e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE.

ADV: FRANCISCO LUCAS MONTE CELESTINO (OAB 43331/CE) - Processo 0204506-24.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.L.A. - Reconheço a incompetência deste Juízo e determino o encaminhamento destes autos ao Setor de Distribuição deste Fórum para que sejam os mesmos redistribuídos ao Juízo da 18ª Vara de Família, competente para processar e julgar o presente feito. Publique-se. Intime-se (via DJe).

ADV: KARINE SANTANA ROMUALDO (OAB 43974/CE) - Processo 0204603-24.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Emanuel Lucas da Silva Ferreira e outro - Reconheço pois, a incompetência deste Juízo para conhecer, processar e julgar a presente ação e determino o imediato encaminhamento deste processo à distribuição, para que sejam os mesmos redistribuídos ao Juízo da 8ª Vara de Família, posto que competente para processar e julgar o presente feito. Publique-se. Intime-se (via DJe).

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0214831-29.2020.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: R.C.A. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Torno sem efeito a decisão de fls. 37/38. Custas e despesas na forma da lei pelo autor, observada a gratuidade da Justiça deferida, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora, por sua patrona (via portal) e o Parquet (via portal), e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE.

Processo 0216901-82.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: C.A.L.O. - Vistos etc. KAUÃ VINICIUS PEREIRA DE OLIVEIRA representado por sua genitora, qualificado nos autos do processo em epígrafe, ingressou, perante este Juízo, com AÇÃO DE ALIMENTOS em face de CARLOS ÁTILA LIMA DE OLIVEIRA, também qualificado no feito. Alegou o autor, em síntese, na preludial, ser filho do acionado com ANA KAROLINE PEREIRA ARAÚJO, e que atualmente está sob a guarda fática da genitora. Como cediço, o pai deve contribuir para o sustento de sua prole, entretanto, seu genitor não cumpre com referida obrigação, estando o promovente à mercê da própria sorte. Requereu a autora, assim, liminarmente, a fixação de alimentos provisórios no valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo. Suplicou pela citação do promovido, e pelo julgamento procedente do pedido, com a condenação em alimentos definitivos em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo e, demais cominações de praxe, bem como pela gratuidade da Justiça. Instruiu a inaugural com a documentação de fls. 08 usque 14. Recebida a preludial, deferiu a Magistrada a gratuidade da Justiça, fixando alimentos provisórios, apontando data para a audiência de conciliação, determinando a citação do acionado e intimação da parte autoral, fls. 15/17. Cumpridos os expedientes, foi o acionado regularmente citado para por todo o conteúdo da petição inicial e documentos que a instruem, sendo intimado para comparecimento à audiência apontada, oportunidade em que foi advertido das consequências legais da ausência injustificada, bem como cientificado da decisão interlocutória de fixação de alimentos provisórios, fl. 44. Na audiência, presentes apenas a parte autora e sua patrona, fls. 47/48. Requereu a parte autora o julgamento antecipado da lide, fls. 47/48. Opinou o Parquet pelo julgamento procedente do pedido, fls. 47/48. Empós, vieram-me os autos conclusos. Eis o relato. Passo a decidir. O processo de conhecimento é regido pelo princípio do contraditório, que consiste em garantir-se às partes o direito de serem ouvidas, nos autos sobre todos os atos praticados, antes de qualquer decisão. O processo é, desta forma, essencialmente dialético e a prestação jurisdicional só deve ser concretizada após amplo e irrestrito debate das pretensões deduzidas em Juízo. Por isso, após a propositura da ação, o réu é citado para vir responder ao pedido de tutela jurisdicional formulada pelo autor. No feito em análise, foi o acionado citado/intimado na forma da liturgia de estilo, para conhecimento da demanda, comparecimento ao ato conciliatório/instrutório/decisório e apresentação de defesa, sem contudo manifestar-se ou ter constituído advogado. Assim, lhe foi decretada a revelia. Mesmo em face da citação, não significa que o demandado tenha o dever ou a obrigação de responder. O réu não tem o dever de contestar o pedido, mas tem o ônus de fazê-lo. Se não responde ao autor, incorre a revelia, que cria para o demandado inerte particular estado processual, passando a ser tratado como um ausente do processo. Na sistemática da lei adjetiva, revelia é a ausência de resposta por parte do réu, muito embora devidamente citado, caracterizando-se quando o mesmo: deixa transcorrer in albis o prazo para contestação; contesta intempestivamente; contesta formalmente, mas não impugna os fatos narrados pelo autor na petição inicial. Verificada uma das circunstâncias acima elencadas, decorrem os seguintes efeitos: presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor na petição inaugural; desnecessidade de o revel ser intimado dos atos processuais subsequentes. Diante da revelia, torna-se desnecessária, portanto, a prova dos fatos em que se baseou o pedido de modo a permitir o julgamento antecipado da lide, dispensando-se, desde logo, a audiência de instrução e julgamento, exceto no caso de vícios ou defeitos que tornem impraticável a prolação de decisão. Conquanto realizada a citação/intimação necessária, não se procedeu oposição de quem quer que seja, frente ao pleito do promovente, restando por verdadeiras suas alegativas, em espécie, a necessidade de recursos para o sustento, a falta de contribuição do genitor para a subsistência, a possibilidade do acionado de contribuir a título de pensão alimentícia, e como dispõe o artigo 7.º da Lei 5.478/68 c/c artigo 344 da lei processual civil se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor Não se verifica na hipótese a existência de quaisquer irregularidades que prejudiquem o exame do mérito, haja vista o decurso do prazo para defesa, ter transcorrido in albis. No mais, entendo que o direito do alimentando aos alimentos é indisponível, portanto, ele não pode renunciá-los como direito material, podendo, contudo, se assim o entender, não pleiteá-los (deixando de ingressar com ação) ou não cobrá-los (deixando de executar os alimentos). Entretanto, para a obrigação de pagar os alimentos, firmo o convencimento de que em sendo o alimentante pessoa capaz, ficando ciente das consequências legais de seu silêncio quando citado, é perfeitamente possível a aplicação da revelia e seus efeitos de confissão, pois não se forma ponto controverso sobre o binômio necessidade/capacidade. E ainda, a própria lei dos alimentos dispõe que mesmo sem a parte requerer, deve o juiz fixar alimentos provisórios, deixando de fazê-lo, somente, se a parte expressamente dispor que deles não necessita, demonstrando assim, que a natureza dos alimentos é essencial e de direito iminente. Neste diapasão, dispensável, em caso de revelia do acionado, a prova que o autor necessita daquilo que requereu na exordial, e que o réu não se opôs. No tocante a capacidade contributiva, isto também é matéria fática, e como não contestada, se tem que pode o promovido arcar com o pleiteado na exordial, quanto mais que a sentença de alimentos não faz coisa julgada, podendo ser revista, como a própria lei prevê. Compete aos pais o dever de prestar assistência material, moral e educacional aos filhos, confortando-os de acordo com as disposições legais do Código Civil Brasileiro, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 6.515/77 e demais cominações pertinentes. Assim, mesmo estando separados de fato, ou judicialmente, é dever dos genitores, em conjunto, dentro

de suas possibilidades, assegurar condições dignas de sobrevivência a sua prole. Isto assente, diante do que dos autos consta, da revelia do acionado, e, por entender que o ser humano, por sua natureza, é carente desde a sua concepção; como tal, segue o seu fadário até o momento que lhe foi reservado como derradeiro; nessa dilação temporal, a sua dependência dos alimentos é uma constante, posta como condição de vida, fixo alimentos definitivos a cargo do acionado para o autor na quantia equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo mensalmente, mediante depósito na conta bancária informada. Condeno o réu ao pagamento de honorários advocatícios na base de 50% do salário mínimo, com espeque no Código de Processo Civil, atendendo-se ao elevado grau de zelo da patrona, por não ter deixado de atender aos chamados judiciais, não ter ocorrido audiência de instrução, nem necessidade de memoriais. Oficie-se ao empregador se informado. Custas e despesas processuais pelo demandado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora por sua patrona via Portal, o acionado por mandado e o Parquet via Portal, e transitando em julgado, atendidas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes de estilo.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0272613-57.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.E.S.P. e outro - Isto posto, e o que mais dos autos consta, dos princípios aplicáveis à espécie, da documentação apresentada, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o ACORDO FIRMADO NA EXORDIAL DE FLS. 01/05 DECRETANDO O DIVÓRCIO do casal FRANCISCO JOSÉ PEIXOTO E MARIA ESMERALDA DA SILVA PEIXOTO, deixando ditos cônjuges coobrigados nas cláusulas por eles avençadas, já que atendidas as prescrições legais atinentes à espécie. Inocorrendo recurso, CONVALIDO a sentença como MANDADO DE AVERBAÇÃO destinado ao Cartório referido à fl. 16, cuja fotocópia da certidão de casamento faz parte integrante desta, juntamente com a peça fls. 07/05 e certidão de trânsito em julgado para que se insira à margem do registro de casamento respectivo todos os dados concernentes ao presente divórcio. Custas e despesas na forma da lei pelos autores, observada a gratuidade da Justiça deferida, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os interessados, por seu patrono (via portal) e o Ministério Público (via portal). E, transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades, ARQUIVE-SE.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0088/2022

ADV: OSWALDO FLABIO ARAUJO BEZERRA CARDOSO (OAB 36713/CE), ADV: MICHELMA SILVA MAGALHÃES DE ARAÚJO (OAB 43451/CE) - Processo 0130837-55.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: M.P.B. - DESARQUIVE-SE O FEITO. Atenta à peça de fls. 199/201, anote-se a constituição conforme instrumento de fl. 200. Após, intime-se o requerente Mariano Pereira Barros, por seus patronos (via DJe), para ciência do desarquivamento. Aguarde-se por 10 dias eventuais requerimentos.

ADV: TIAGO AQUERY MORAES DE ARAGAO (OAB 25295/CE) - Processo 0144879-94.2019.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.G.C. - Nos autos. Defiro a gratuidade da Justiça requestada, na forma e sob as penas legais, em face da declaração de pobreza firmada e com fulcro no artigo 98 do Código de Processo Civil. Atenta à peça de defesa apresentada, intime-se a parte autora, por intermédio de seus patronos (via DJe), para, no prazo de 15 dias, manifestar-se, se assim o entender. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0162225-63.2016.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: D.F.A.S.T. - Vistos etc. ADAILTON TELES DE OLIVEIRA qualificado nos autos do processo em epígrafe, ingressou, perante este Juízo, com pedido de DIVÓRCIO LITIGIOSO em face de DEBORAH FERREIRA DE AMORIM DOS SANTOS TELES. Instruiu ao feito os documentos de fls. 06/09. Deferindo a gratuidade da Justiça, determinou a Magistrada a abertura de vista ao Parquet, fl. 10. Audiência de conciliação onde as partes trataram de algumas cláusulas do divórcio, fl. 55. Tramitando o feito, formalizou o autor proposta de acordo quanto ao patrimônio às fls. 76/77. Manifestou-se a promovida às fls. 101/110, apresentando outra proposta de acordo quanto ao patrimônio. Por sua vez, o autor veio aos fólios concordando com a proposta de fls. 101/104. Empós vieram-me os autos conclusos. Eis o breve relato, passo a decidir. O divórcio é a dissolução de um casamento válido, ou seja, extinção do vínculo matrimonial, que se opera mediante sentença judicial, habilitando os interessados a convolar novas núpcias. Trata-se, assim, de uma permissão jurídica colocada à disposição dos consortes. No caso em espécie, requestam os cônjuges pela decretação do divórcio de seu matrimônio, alegando a separação de fato, formulando acordo para tanto quanto as cláusulas necessárias. Permite a norma jurídica que os cônjuges se divorciem consensualmente, propondo uma ação que tem por fim precípuo legalizar a conveniência dos consortes de viverem separados. Atualmente para a decretação do divórcio não é mais preciso a prova da separação de fato por mais de 02 anos, assim, dispensável prova a tal respeito. Concorrentes as condições da ação, pela legitimidade das partes, o interesse processual e a possibilidade jurídica do pedido, bem como verifica-se os pressupostos processuais necessários à constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Assim, presentes os requisitos legais para a decretação do divórcio. Isto posto, e o que mais dos autos consta, dos princípios aplicáveis à espécie, da documentação apresentada, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o ACORDO FIRMADO ÁS FLS. 55, 101/104 e 131/132 DECRETANDO O DIVÓRCIO do casal ADAILTON TELES DE OLIVEIRA e DEBORAH FERREIRA DE AMORIM DOS SANTOS TELES (fl. 09), deixando ditos cônjuges coobrigados nas cláusulas por eles avençadas, já que atendidas as prescrições legais atinentes à espécie, ficando eventuais direitos sobre a construção do imóvel situado na Rua Pedro Grosso 292, fundos, Caucaia Ce para o cônjuge virago (fls. 101/104 e 131/132); voltando o virago a usar o nome de solteiro (fl. 55); dispensando-se alimentos entre si (fl. 55). Inocorrendo recurso, CONVALIDO a sentença como MANDADO DE AVERBAÇÃO destinado ao Cartório referido à fl. 09, cuja fotocópia da certidão de casamento faz parte integrante desta, juntamente com o acordo de fls. 55, 101/104 e 131/132 e a certidão de transito em julgado, para que se insira à margem do registro de casamento respectivo todos os dados concernentes ao presente divórcio. Custas e despesas no forma da Lei rateadas, observada a gratuidade da Justiça ora deferida, com aplicação do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Cada parte arcará com os honorários de seus patronos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora por sua patrona via Portal, e o promovido por sua patrona via Portal. E, transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades legais, ARQUIVE-SE.

ADV: LIDIANE MAGALHÃES ROGÉRIO DE LIMA (OAB 24351/CE), ADV: JULIANA DE OLIVEIRA DUTRA (OAB 33371/CE) - Processo 0164121-39.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.A. - Nos autos. Defiro a gratuidade da Justiça requestada, na forma e sob as penas legais, em face da declaração de pobreza firmada e com fulcro no artigo 98 do Código de Processo Civil. Atenta à peça de defesa apresentada, intime-se a parte autora, por intermédio de seus patronos (via DJe), para, no prazo de 15 dias, manifestar-se, se assim o entender. Expedientes necessários.

ADV: LUIS HENRIQUE COSTA BENEVIDES (OAB 13104/CE) - Processo 0223341-31.2020.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.M.R.C.B. e outro - DESARQUIVE-SE O FEITO. Intime-se a peticionante de fls. 105/107, por

seus patronos via DJe, para apresentar, no prazo de 10 dias, ao Juízo a certidão cartorária atualizada dos bens cuja expedição de mandado se pretende.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0275097-45.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.S.M. - Assim sendo, considerando satisfeitas as exigências legais, DECRETO O DIVÓRCIO dos requerentes, e HOMOLOGO o acordo de vontades dos postulantes, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas às fls. 01/05, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processado na forma legal, com resolução de mérito (art. 487, inciso III, b , CPC). A mulher voltará a usar o nome de solteira. Custas pelos requerentes, todavia, suspendo a exigibilidade em razão de gozarem dos benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, §3º, do CPC), que ora defiro. Publique-se. Registre-se. E intimem-se os requerentes, através de Defensoria Pública (via Portal). Transitada em julgado, determino a remessa, por malote digital, da presente sentença, servindo esta de mandado de averbação, assinada digitalmente, acompanhada da peça de fls. 01/05 e certidão de transito em julgado, perante o oficial de Registro Civil do 1º Oficio - Cartório João de Deus, nesta Capital, registrado sob a matrícula 0204200155 2016 2 00126 251 0063718 12, independente do pagamento de custas e emolumentos, ressaltando que os requerentes se encontram sob o beneplácito da gratuidade de justiça, inclusive no que se refere aos emolumentos cobrados em cartório, em face do parecer favorável da Corregedoria Geral da Justiça, datado de 24/06/2003, no sentido de estender o benefício da Assistência Judiciária aos Necessitados, disciplinada pela Lei n. 1060/50, aos atos praticados por serventias extrajudiciais.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0089/2022

ADV: MARIA CRISTINA R. C. DE BARROS LEAL (OAB 40747/CE), ADV: CINTIA CORDEIRO NOGUEIRA DOS SANTOS (OAB 39280/CE) - Processo 0038050-36.2012.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.F.S. - Nos autos. O acionado, devidamente intimado sob pena de prisão, fls. 100/104, acostou a petição de fls. 105/108 reconhecendo o débito no valor de R$ 10.822,19. Requereu, por fim, a realização de audiência de conciliação para negociação do débito. O exequente, por seu turno, às fls. 112/114, dispôs que o interesse do executado com a realização de sessão conciliatória é postergar a dívida. Asseverou que já houve vários pedidos de prisão e o que se vê é a procrastinação do exequido, tendo suplicado no parágrafo seguinte pela intimação do requerido para cumprir a obrigação de pagar o débito alimentar e, em não o fazendo, que seja decretada a prisão do executado, nos termos do artigo 528, §3º, do CPC. Todavia, o requerimento do exequente não é por demais cristalino, pois não se tem a certeza se deseja mais uma vez a intimação nos termos do artigo 528, § 3º, do Código de Processo Civil ou se sua vontade é que de logo, ante a inadimplência recalcitrante, seja analisado o pedido de prisão. Assim, intime-se o autor, por seu patrono (via DJe) para esclarecimentos, no prazo de 10 dias, devendo ainda, diante do reconhecimento da dívida supra referida, informar se pretende alguma espécie de parcelamento que viabilize o início do recebimento dos encargos alimentícios em atraso, já que não concordou com a audiência de conciliação aventada pelo acionado. Dê-se ciência ainda ao exequente, por seu patrono, do parecer ministerial de fl. 118. Expedientes necessários.

ADV: SERGIO LUIS TAVARES MARTINS (OAB 14259/CE) - Processo 0102450-15.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: P.C.P.S. - Oferecida apelação, intime-se o apelado, por seus patronos via DJe, para oferta de contra razões recursais, no prazo legal.

ADV: ROSANGELA MARIA CARVALHO VIANA (OAB 5509/CE) - Processo 0168994-92.2013.8.06.0001/07 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: FRANCISCA SILVIA CAVALCANTE PARENTE - Nos autos. Compulsando o cumprimento de sentença em trâmite no processo principal, assim como os requerimentos das exequentes, como se infere das fls. 292, 301/302 (item 15), 311, 556/559 e o teor do despacho de fls. 862/866 daquele, observo que a cobrança dos encargos alimentícios feitos neste processo dependente, aparentemente, está sendo analisado e processado também nos autos principais, pois averigua-se, através dos ofícios enviados às imobiliárias e ao Juízo de Mombaça/CE, a totalidade dos bens alugados em nome do executado e geradores de renda aptos a incidir o percentual alimentício fixado. Assim, sobre tal circunstância diga a exequente, por sua patrona (via DJe), no prazo de 10 dias, esclarecendo, pormenorizadamente as cobranças efetuadas neste (0168994-92.2013.8.06.0001/07) e naquele (0168994-92.2013.8.06.0001) para que se evite o excesso de processos na Justiça e a obrigação de pagamento de débito da mesma origem em processos distintos. Expedientes necessários.

ADV: LORENA PAULA BARROSO (OAB 40432/CE) - Processo 0197928-89.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.R. e outros - Nos autos. Dê-se ciência a subscritora da peça de fls. 332/334, do teor da certidão de fl. 339, formulando os requerimentos que entender, no prazo de 10(dez) dias. Decorrido o prazo in albis, retornem os autos ao arquivo.

ADV: ANTONIO CARLOS ARAUJO ARRUDA PRADO (OAB 42604/CE) - Processo 0204554-80.2022.8.06.0001 - Prestação de Contas Infância e Juventude - Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores - REQUERENTE: R.S.C. - Intime-se a parte autora, por seus patrono (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do CPC, devendo: (a) Juntar titulo judicial que fixou a obrigação alimentar, cuja prestação de contas se requer; (b) Juntar documentos de identificação do requerente; (c) Acostar aos autos prova da insuficiência de recursos financeiros alegada (comprovantes de rendimentos, declaração de imposto de renda, extratos bancários, declaração de hipossuficiência, etc.), que possibilitem a devida analise da postulação de gratuidade judiciária ou, recolher as custas devidas; (d) Fornecer endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail, das partes (autor e ré), requerendo o que entender cabível; (e) indicar quais indícios possui de que estaria a pensão não sendo empregada em benefício da jovem, que fundamentam seu pedido de prestação de contas.

ADV: CLÁUDIO GUIMARÃES BRANDÃO DA SILVA (OAB 33587/GO) - Processo 0205511-81.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.O.S. e outros - Ante o exposto, intimem-se os requerentes, por sua patrona (via DJe), do presente despacho, para emendarem a inicial, nos termos do art. 321 do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, devendo ante as ressalvas acima: (a) Comprovarem o recolhimento das custas devidas; (b) Juntarem procuração (ões) com poderes outorgados pelos requerentes ao advogado subscritor da vestibular; (c) Acostarem documentos que comprovem a alegada relação de parentesco entre as requerentes- Katia de Fátima e Magna e a curatelanda; (c) Juntar documentos comprobatórios do estado civil da curatelanda; (d) Esclarecerem quanto à abertura de inventário e, se for o caso, acostar documentos comprobatórios do direito sucessório da curatelanda referente ao bem imóvel indicado; (e) Fornecerem endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail dos requerentes, requerendo o que entender cabível.

ADV: ROSSANA CLAUDIA ROSSAS DE ARAUJO LEMOS (OAB 26353/CE) - Processo 0205690-15.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0153358-47.2017.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: C.M.S.L. - Assim sendo, intime-se a requerente, por patronas (via DJe), para no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento nos termos do

artigo 321 do CPC, devendo: (a) esclarecer quanto à verba alimentar destinada à filha, que ora se pretende exonerar, e se for o caso, a juntada do titulo que fixou a obrigação; (b) fornecer endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail, da parte autora, requerendo o que entender cabível.

ADV: EXPEDITO GONÇALVES LEITE (OAB 13312/CE), ADV: FRANCISCO ELIESIO LIMA LESSA (OAB 33403/CE) - Processo 0205812-28.2022.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.F.A.S. - Assim sendo, considerando satisfeitas as exigências legais, DECRETO O DIVÓRCIO dos requerentes, e HOMOLOGO o acordo de vontades dos postulantes, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas às fls. 01/04, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processado na forma legal, com resolução de mérito (art. 487, inciso III, b , Código de Processo Civil). Custas pelos requerentes, todavia, suspendo a exigibilidade em razão de gozarem dos benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, §3º, do CPC), que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os requerentes, por seus patronos, via DJe. Transitada em julgado, determino a remessa, por malote digital, da presente sentença, servindo esta de mandado de averbação, assinada digitalmente, acompanhada da certidão de casamento, da peça de fls. 01/04 e da certidão de transito em julgado, perante o oficial do Cartório Cavalcanti Filho, nesta Capital, casamento registrado sob a matrícula 020370 01 55 2019 2 00106 278 0049884 12, independente do pagamento de custas e emolumentos, ressaltando que os requerentes se encontram sob o beneplácito da gratuidade de justiça, inclusive no que se refere aos emolumentos cobrados em cartório, em face do parecer favorável da Corregedoria Geral da Justiça, datado de 24/06/2003, no sentido de estender o benefício da Assistência Judiciária aos Necessitados, disciplinada pela Lei n. 1060/50, aos atos praticados por serventias extrajudiciais. Após, arquive-se.

ADV: MARCOS VENICIUS MATOS DUARTE (OAB 15358/CE) - Processo 0226519-85.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0114038-53.2018.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.J.J. - Nos autos. Em face do teor da certidão de fl. 512, intime-se a parte autora por seu patrono, via DJe, para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados requestados à fl. 510. Expedientes necessários.

ADV: ALEXANDRE FRANCA MAGALHAES (OAB 13817/CE), ADV: MARIA EVANUSA FREIRE (OAB 18462/CE), ADV: GABRIELA NASCIMENTO LIMA (OAB 13105/CE) - Processo 0261697-61.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0907197-48.2014.8.06.0001) - Ação de Exigir Contas - Revisão - REQUERENTE: S.A.C. - REQUERIDA: M.O.S. - Feito sentenciado. Cumpra-se os termos da sentença proferida.

ADV: ELIAS CARNEIRO DE SOUSA FILHO (OAB 5547/CE) - Processo 0272196-07.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.P.O. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 08:40h na sala virtual Harmonia 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_ZGJhZmNhYTUtNTY5MS00YzAxLThkODItMWEyNmM1MjM5YmE3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c %22Oid%22%3a%224c846033-97e0-4cef-ade9-7621931ea048%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/bfd249 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0090/2022

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0132418-71.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.W.C.P. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Por não ter sido apreciado no decorrer do processo o requerimento firmado na contestação de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça, o faço na presente decisão, deferindo-o com fulcro no artigo 98, § 1º do Código de Processo Civil. Custas e despesas na forma da lei pela autora, assim como honorários advocatícios, os quais fixo em 50% do salário mínimo nacional, observada a gratuidade da Justiça deferida, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a autora, por sua patrona (via portal) e o promovido, pela Defensoria Pública/Vara subsequente (via portal). Transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0143617-17.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: T.A.V. - Vistos etc. IARA ANDRADE DA SILVA, qualificada nos autos do processo em epígrafe, ingressou, perante este Juízo, com AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL em face de TITO ARTEAGA VERDEJA. Recebida a preludial, deferiu a Magistrada a gratuidade da Justiça, apontando audiência de conciliação, determinando a citação e intimações necessárias, fl. 20. Contestação ofertada às fls. 36/57. Réplica oferecida às fls. 62/65. Determinou-se a intimação das partes por suas patronas para demonstração de interesse na demanda, fl. 80. Intimado por seu patrono, quedou a promovente silente meritoriamente, requestado a Defensora Pública a intimação pessoal de sua assistida, fl. 83. Determinou a Magistrada o aguardo de 30 dias para eventual manifestação. Findo o prazo em espécie, determinou a Magistrada a intimação pessoal da parte autora, fl. 88. Frustrada foi a diligência de intimação da autora, fl. 93. Dando a Magistrada a parte que mudou de endereço por intimada, contou-se o prazo. Com vista, opinou o Ministério Público pela extinção da ação, fl. 103. Intimado o promovido por sua patrona e pessoalmente, não demonstrou interesse na ação. Empós, foram-me os autos conclusos. Eis o de importante a relatar. Passo a decidir. Observo da análise dos autos que o processo em epígrafe encontra-se sem seu devido e sadio trâmite, pela inércia da parte autora que não atende aos chamados judiciais, tendo, inclusive, mudado de endereço sem fazer qualquer comunicação Juízo, deixando, pois, de exercer um ônus que lhe compete. Havendo assim, este Juízo dado várias oportunidades à autora para demonstrar interesse no feito, e ainda assim, persistiu o vício pela inércia concreta deste, deve o Magistrado extinguir o feito sem julgar o mérito, haja vista que pela desídia da parte a demanda foi abandonada. Presume-se a desistência da pretensão à tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. Assim, o Poder Judiciário não pode aguardar indefinidamente a vontade do demandante, posto que se assim não fosse, existiria um grande volume de feitos que emperrariam o andamento normal dos órgãos jurisdicionais. E, o promovido instado a demonstrar interesse na continuidade da ação, quedou silente. Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM

APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Custas e despesas na forma da lei pela autora, assim como honorários advocatícios, os quais fixo em 50% do salário mínimo, observada a gratuidade da Justiça deferida, com aplicação do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade da Justiça requestada pelo promovido e até o momento não apreciada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes por suas patronas via Portais e o Parquet via Portal, e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0151696-19.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: Francisco Washington Fernandes Lemos - DEFENSOR PÚBLIC: D.P.E.C. e outro - Vistos etc. PEDRO LUCAS DA COSTA LEMOS, qualificado nos autos do processo em epígrafe, ingressou, perante este Juízo, com AÇÃO DE ALIMENTOS em face de FRANCISCO WASHINGTON FERNANDES LEMOS. Instruiu o feito com os documentos de fls. 09/23. Recebida a preludial, deferiu a Magistrada a gratuidade da Justiça, fixou alimentos provisórios, designou audiência de conciliação, determinando a citação e intimações necessárias, fl. 24. Contestação ofertada às fls. 39/45. Não formularam as partes, em audiência, acordo, fl. 47. Tramitando o feito regularmente, determinou-se a intimação das partes para manifestação no feito, fl. 102. Frustrada foi a diligência de intimação do autor, por mudança de endereço, sendo o promovido intimado pessoalmente, quedando-se silente, fls. 103/109. Dando a Magistrada a parte que mudou de endereço por intimada, contou-se o prazo, determinando-se a intimação das patronos dos litigantes, fl. 111. Requereu a patrona da promovente a intimação de sua assistida por edital, pedido este indeferido pelo Juízo, fls. 114/115. Por sua vez a patrona do promovido nada requereu quando intimada. Com vista, opinou o Ministério Público pela extinção do feito, fls. 125/126. Empós, foram-me os autos conclusos. Eis o de importante a relatar. Passo a decidir. Observo da análise dos autos que o processo em epígrafe encontra-se sem seu devido e sadio trâmite, pela inércia da parte autora que não atende aos chamados judiciais, tendo, inclusive, mudado de endereço sem fazer qualquer comunicação Juízo, deixando, pois, de exercer um ônus que lhe compete. Assim como pela não manifestação do promovido quando instado a manifestar-se nos fólios. Havendo assim, este Juízo dado várias oportunidades às partes para demonstrarem interesse no feito, e ainda assim, persistiu o vício pela inércia concreta destas, deve o Magistrado extinguir o feito sem julgar o mérito, haja vista que pela desídia das partes a demanda foi abandonada. Presume-se a desistência da pretensão à tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. Assim, o Poder Judiciário não pode aguardar indefinidamente a vontade dos demandantes, posto que se assim não fosse, existiria um grande volume de feitos que emperrariam o andamento normal dos órgãos jurisdicionais. Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. REVOGO, pois, a decisão de fl. 24. Custas e despesas na forma da lei rateadas, observada a gratuidade da Justiça ora deferida, com aplicação do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Cada parte arcará com os honorários de seus patronos, considerando que o abandono ao processo foi de ambas as partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes por seus patronos via Portais e o Parquet via Portal, e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: MARIA GILSIVANIA MAIA SERPA (OAB 36070/CE) - Processo 0202521-20.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.M.S. - Vistos etc. De inicio, oficie-se ao setor de Distribuição desta Comarca, para que proceda correção de classe e, por conseguinte, cadastro processual, por tratar-se o presente feito de ação de guarda c/c alimentos (procedimento comum), código - 14671 , cadastrada erroneamente como alimentos (rito especial). Maria Luciana Maia Serpa ingressou com Ação de Guarda e Alimentos c/c pedido de Tutela de Urgência em face de Macílio de Sousa Pereira, envolvendo a menor Maria Isabelly Maia Serpa Pereira, nascida aos 27/11/2021, filha dos litigantes. A autora asseverou que de um breve relacionamento com o requerido nasceu a menor Maria Isabelly. Que após a ruptura da união, o demandado não vem cumprindo com suas obrigações de genitor. Informou que o acionado trabalha como jardineiro e aufere mensalmente R$ 1.300,00, ao passo que as despesas da menor giram em torno de R$ 1.557,00, requerendo a fixação de alimentos a cargo do acionado. Aduziu ainda que desde a separação dos genitores, a menor está sob sua guarda de fato, não se opondo às visitações desde que regulamentadas e supervisionadas. Salientou que o requerido é pessoa agressiva, possuindo, inclusive medida protetiva a seu favor (processo 0204203-68.2021.8.06.0025). Suplicou ainda pela fixação de alimentos provisórios a cargo do demandado na quantia correspondente a 30% (trinta por cento) sobre a remuneração total auferida pelo requerido, bem como sobre férias, 13º salário e verbas rescisórias e indenizatórias recebidas pelo requerido, descontada diretamente em folha, com depósito na conta bancária de titularidade da representante legal do menor. Quanto ao direito de convivência paterna não foi pleiteada a antecipação dos efeitos da tutela. Manifestou-se o Parquet pelo indeferimento da tutela de urgência pleiteada ante a ausência dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, opinando ainda pela realização de audiência de conciliação, fls. 41/42. Eis o breve relato. Decido. Ambos os genitores detém o poder familiar e quando o vínculo que unia o casal se dissolve as relações com os filhos não se alteram (artigo 1.632 do Código Civil). Entendo que compete aos pais a guarda em conjunto dos filhos quando, a princípio, mantêm uma sociedade lato senso. Havendo a necessidade de intervenção do Poder Judiciário quando não chegam a um consenso sobre a guarda, de forma excepcional. Ocorre que as alegativas da parte autora não são suficientes para formar o convencimento do Juízo, que justifique a intervenção do Poder Público para fins de concessão da liminar inaudita alter pars para um dos genitores em detrimento do outro, notadamente quando se prioriza a guarda compartilhada. A promovente fundamentou seu pedido de regulamentação da guarda de forma unilateral basicamente no fato de estar a cuidar da criança desde que houve o término do relacionamento, e por entender que o demandado não reúne as condições físicas e psicológicas para compartilhamento da guarda da petiz, pois não presentes os requisitos necessários à boa convivência familiar. Ressalto que da documentação acostada às fls. 10/38 não existem elementos a corroborar suas alegativas. É sabido que a guarda compartilhada é a regra no ordenamento jurídico brasileiro, como reza o artigo 1.584, § 2º, do Código Civil, excetuadas eventuais peculiaridades do caso concreto aptas a inviabilizar a sua implementação. No mais, dos autos não se tem a descrição de uma situação de risco iminente em relação à infante que fundamente uma decisão liminar sem que seja oportunizado o contraditório. Neste caso, não há elementos suficientes ofertados ao Juízo, para que se altere a guarda decorrente do poder familiar e se atribua a um ou ao outro genitor a guarda unilateral da prole, neste momento inicial do feito. Cabe a parte trazer aos fólios processuais para apreciação do pedido, a prova daquilo que alega, notadamente quando se pretende a restrição de um direito de outra pessoa, como é o caso que se cuida. Assim, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela de guarda. Relativamente aos alimentos provisórios, compete aos pais o dever de prestar assistência material, moral e educacional aos filhos, confortando-os de acordo com as disposições legais do Código Civil Brasileiro, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 6.515/77 e demais cominações pertinentes. Assim, mesmo estando vivendo juntos, separados de fato, ou judicialmente, é dever dos pais, em conjunto, dentro de suas possibilidades, assegurar condições dignas de sobrevivência a sua prole. Tendo em vista a existência de uma filha menor, proveniente da relação do litigantes, que está, a priori, sob a posse materna, a necessidade de manutenção da mesma, e com esteio no artigo 4.º da Lei 5.478/68, tendo feito a parte autora

prova do parentesco com o promovido, eis que acostou certidão de nascimento, fixo alimentos provisórios mensais em 17% (dezessete por cento) dos rendimentos brutos do demandado, incidindo sobre férias, 13º salário e verbas rescisórias recebidas pelo requerido, deduzindo-se os descontos legais (imposto de renda e previdência social pública) e as verbas indenizatórias em razão de sua natureza não salarial, descontados diretamente da folha de pagamento do genitor e depositado na conta bancária de titularidade da representante legal do autor, constante dos fólios. Na hipótese de impossibilidade de desconto em folha, exercendo o demandado atividade laborativa informal, a verba alimentar supra mencionada passará a incidir sobre o salário mínimo, mediante depósito na conta corrente informada nos autos. Que o supra estabelecido percentual se deve ao fato de não ter a autora provado, mesmo que de forma inicial, os ganhos e gastos do réu e os gastos necessários à subsistência do menor, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade do encargo alimentar de ambos os genitores, sendo esta a média que o Juízo fixa quando se tem um único alimentando e não há provas/indícios da necessidade de gastos extraordinários. Determino o encaminhamento dos autos ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) para realização de audiência especial de mediação/conciliação, facultado a realização mediante videoconferência, enquanto perdurar a restrição aos atos presenciais. Cite-se e intime-se, a parte promovida, por mandado (Justiça gratuita), do conteúdo da presente ação e decisão para, querendo, apresentar sua defesa, no prazo de 15 dias, contados estes da data da audiência apontada em caso de malogro da tentativa de conciliação, sob pena de ser considerada revel e presunção de veracidade das alegações formuladas pela parte autoral (artigo 344 do Código de Processo Civil); intime-se a promovente, por mandado (Justiça gratuita), da audiência designada e do link de acesso à sala virtual, além da presente decisão, podendo o Sr. Oficial de Justiça cumprir seu mister nos termos da Resolução 354/2020 do CNJ (artigo 8º). Intimem-se o patrono do autor (via DJe) e o Ministério Público (via portal). Determino, por fim, a expedição de ofício ao empregador do alimentante Singular Prestação de Serviços Condominiais, com endereço a Rua Fausto Cabral, 1031 - Papicu, Fortaleza - CE, 60175-415, para desconto dos alimentos fixados, e posterior depósitona conta corrente da genitora da menor MARIA LUCIANA MAIA SERPA (agência 5386, conta corrente 6874-8, Banco Bradesco) Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA MICHELE DA SILVA FÉLIX (OAB 42448/CE) - Processo 0213230-51.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.F.S. - Aguarde-se o ato audiencial apontado.

ADV: OSVALDO DE SOUZA ARAUJO FILHO (OAB 5542/CE), ADV: FRANCISCO DUARTE PINHEIRO JUNIOR (OAB 19582/CE) - Processo 0236712-28.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0009022-67.2005.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Isabelle Kayane Fonseca Pontes - REQUERIDO: Sérgio Lima Pontes - Diante do exposto, nos termos do processo, notadamente a manifestação da parte exequente de fls. 54/56 e da inteligência do inciso IV do artigo 139 do CPC, determino as medidas seguintes: 1.A realização de consulta às instituições financeiras, via sistema SISBAJUD, ao CPF nº 719.569.133-00, do Sr. SÉRGIO LIMA PONTES, filiação: Silvio Roberto Pontes e Iracema Barbosa Lima, para fornecimento de número de contas e bancos em que este é cliente, e da existência de ativos financeiros, procedendo a indisponibilidade de valores existentes em nome do executado, até o quantum indicado em planilha às fls. 56. 2.Busca no sistema RENAJUD, para informações sobre veículos que se encontram e, caso encontrados veículos em nome do executado, proceder ao respectivo bloqueio. Sem prejuízo dos expedientes acima, intime-se o acionado, por patrono (via DJe) para no prazo de 15 dias, para juntar aos autos prova da insuficiência de recursos financeiros alegada (declaração de imposto de renda, extratos de pagamento de salário/aposentadoria atualizados, extratos bancários, etc.), que possibilitem a devida análise da postulação de gratuidade judiciária No mais, atenta ao pedido formulado pelo executado, designo audiência de conciliação para o dia 31/08/2022 às 09h, podendo ser realizada por videoconferência, através da plataforma Teams microsoft, que poderá ser acessada pelo link: https://link.tjce.jus.br/205479, via smartphone, com aplicativo, ou computador. Ou através do QR Code: Considerando o iminente retorno à realização de audiências presenciais pelo TJCE, determino que as partes e advogados, quando da proximidade da data da audiência, entrem em contato com a Vara através do e-mail (for.7familia@tjce.jus.br) ou pelo aplicativo whatsapp por meio do nº 3492-8532 / 8530, para informações acerca da modalidade (presencial, telepresencial ou híbrida) em que se dará o ato. Quando da confecção dos expedientes, deve a SEJUD de logo, já fazer constar do mandado/precatória/publicação no DJe o link de acesso. Publique-se. Intimem-se (via Dje) Ciência ao Ministério Público, via portal.

ADV: LUANA VARELA BRITO (OAB 33124/CE) - Processo 0244328-88.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: D.S.G. - Neste contexto, indefiro o pedido de fl. 80, devendo tal pleito ser formulado junto à CEF e em sendo o caso, manejado no Juízo competente para análise do pleito, ante a natureza juridica da instituição. Intime-se (via DJe)

ADV: HEBER QUINDERE JUNIOR (OAB 4328/CE), ADV: WESLEY VIEIRA DA SILVA (OAB 31513/CE), ADV: DIANA MARIA MARQUES PEREIRA (OAB 35690/CE), ADV: DANUBIO HOLANDA MENDES (OAB 20575/CE) - Processo 0270592-45.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0034209-38.2009.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.C.P. - ALIMENTANDO: A.B.S. - Aguarde-se o ato audiencial já apontado.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0091/2022

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0132418-71.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.W.C.P. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Por não ter sido apreciado no decorrer do processo o requerimento firmado na contestação de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça, o faço na presente decisão, deferindo-o com fulcro no artigo 98, § 1º do Código de Processo Civil. Custas e despesas na forma da lei pela autora, assim como honorários advocatícios, os quais fixo em 50% do salário mínimo nacional, observada a gratuidade da Justiça deferida, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a autora, por sua patrona (via portal) e o promovido, pela Defensoria Pública/Vara subsequente (via portal). Transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0143617-17.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: T.A.V. - Vistos etc. IARA ANDRADE DA SILVA, qualificada nos autos do processo em epígrafe, ingressou, perante este Juízo, com AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL em face de TITO ARTEAGA VERDEJA. Recebida a preludial, deferiu a Magistrada a gratuidade da Justiça, apontando audiência de conciliação, determinando a citação e intimações necessárias, fl. 20. Contestação ofertada às fls. 36/57. Réplica oferecida às fls. 62/65. Determinou-se a intimação das partes por suas patronas

para demonstração de interesse na demanda, fl. 80. Intimado por seu patrono, quedou a promovente silente meritoriamente, requestado a Defensora Pública a intimação pessoal de sua assistida, fl. 83. Determinou a Magistrada o aguardo de 30 dias para eventual manifestação. Findo o prazo em espécie, determinou a Magistrada a intimação pessoal da parte autora, fl. 88. Frustrada foi a diligência de intimação da autora, fl. 93. Dando a Magistrada a parte que mudou de endereço por intimada, contou-se o prazo. Com vista, opinou o Ministério Público pela extinção da ação, fl. 103. Intimado o promovido por sua patrona e pessoalmente, não demonstrou interesse na ação. Empós, foram-me os autos conclusos. Eis o de importante a relatar. Passo a decidir. Observo da análise dos autos que o processo em epígrafe encontra-se sem seu devido e sadio trâmite, pela inércia da parte autora que não atende aos chamados judiciais, tendo, inclusive, mudado de endereço sem fazer qualquer comunicação Juízo, deixando, pois, de exercer um ônus que lhe compete. Havendo assim, este Juízo dado várias oportunidades à autora para demonstrar interesse no feito, e ainda assim, persistiu o vício pela inércia concreta deste, deve o Magistrado extinguir o feito sem julgar o mérito, haja vista que pela desídia da parte a demanda foi abandonada. Presume-se a desistência da pretensão à tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. Assim, o Poder Judiciário não pode aguardar indefinidamente a vontade do demandante, posto que se assim não fosse, existiria um grande volume de feitos que emperrariam o andamento normal dos órgãos jurisdicionais. E, o promovido instado a demonstrar interesse na continuidade da ação, quedou silente. Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. Custas e despesas na forma da lei pela autora, assim como honorários advocatícios, os quais fixo em 50% do salário mínimo, observada a gratuidade da Justiça deferida, com aplicação do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade da Justiça requestada pelo promovido e até o momento não apreciada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes por suas patronas via Portais e o Parquet via Portal, e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0151696-19.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: Francisco Washington Fernandes Lemos - DEFENSOR PÚBLIC: D.P.E.C. e outro - Vistos etc. PEDRO LUCAS DA COSTA LEMOS, qualificado nos autos do processo em epígrafe, ingressou, perante este Juízo, com AÇÃO DE ALIMENTOS em face de FRANCISCO WASHINGTON FERNANDES LEMOS. Instruiu o feito com os documentos de fls. 09/23. Recebida a preludial, deferiu a Magistrada a gratuidade da Justiça, fixou alimentos provisórios, designou audiência de conciliação, determinando a citação e intimações necessárias, fl. 24. Contestação ofertada às fls. 39/45. Não formularam as partes, em audiência, acordo, fl. 47. Tramitando o feito regularmente, determinou-se a intimação das partes para manifestação no feito, fl. 102. Frustrada foi a diligência de intimação do autor, por mudança de endereço, sendo o promovido intimado pessoalmente, quedando-se silente, fls. 103/109. Dando a Magistrada a parte que mudou de endereço por intimada, contou-se o prazo, determinando-se a intimação das patronos dos litigantes, fl. 111. Requereu a patrona da promovente a intimação de sua assistida por edital, pedido este indeferido pelo Juízo, fls. 114/115. Por sua vez a patrona do promovido nada requereu quando intimada. Com vista, opinou o Ministério Público pela extinção do feito, fls. 125/126. Empós, foram-me os autos conclusos. Eis o de importante a relatar. Passo a decidir. Observo da análise dos autos que o processo em epígrafe encontra-se sem seu devido e sadio trâmite, pela inércia da parte autora que não atende aos chamados judiciais, tendo, inclusive, mudado de endereço sem fazer qualquer comunicação Juízo, deixando, pois, de exercer um ônus que lhe compete. Assim como pela não manifestação do promovido quando instado a manifestar-se nos fólios. Havendo assim, este Juízo dado várias oportunidades às partes para demonstrarem interesse no feito, e ainda assim, persistiu o vício pela inércia concreta destas, deve o Magistrado extinguir o feito sem julgar o mérito, haja vista que pela desídia das partes a demanda foi abandonada. Presume-se a desistência da pretensão à tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. Assim, o Poder Judiciário não pode aguardar indefinidamente a vontade dos demandantes, posto que se assim não fosse, existiria um grande volume de feitos que emperrariam o andamento normal dos órgãos jurisdicionais. Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo EXTINTO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO o presente processo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil. REVOGO, pois, a decisão de fl. 24. Custas e despesas na forma da lei rateadas, observada a gratuidade da Justiça ora deferida, com aplicação do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. Cada parte arcará com os honorários de seus patronos, considerando que o abandono ao processo foi de ambas as partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes por seus patronos via Portais e o Parquet via Portal, e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: MARIA GILSIVANIA MAIA SERPA (OAB 36070/CE) - Processo 0202521-20.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.M.S. - Vistos etc. De inicio, oficie-se ao setor de Distribuição desta Comarca, para que proceda correção de classe e, por conseguinte, cadastro processual, por tratar-se o presente feito de ação de guarda c/c alimentos (procedimento comum), código - 14671 , cadastrada erroneamente como alimentos (rito especial). Maria Luciana Maia Serpa ingressou com Ação de Guarda e Alimentos c/c pedido de Tutela de Urgência em face de Macílio de Sousa Pereira, envolvendo a menor Maria Isabelly Maia Serpa Pereira, nascida aos 27/11/2021, filha dos litigantes. A autora asseverou que de um breve relacionamento com o requerido nasceu a menor Maria Isabelly. Que após a ruptura da união, o demandado não vem cumprindo com suas obrigações de genitor. Informou que o acionado trabalha como jardineiro e aufere mensalmente R$ 1.300,00, ao passo que as despesas da menor giram em torno de R$ 1.557,00, requerendo a fixação de alimentos a cargo do acionado. Aduziu ainda que desde a separação dos genitores, a menor está sob sua guarda de fato, não se opondo às visitações desde que regulamentadas e supervisionadas. Salientou que o requerido é pessoa agressiva, possuindo, inclusive medida protetiva a seu favor (processo 0204203-68.2021.8.06.0025). Suplicou ainda pela fixação de alimentos provisórios a cargo do demandado na quantia correspondente a 30% (trinta por cento) sobre a remuneração total auferida pelo requerido, bem como sobre férias, 13º salário e verbas rescisórias e indenizatórias recebidas pelo requerido, descontada diretamente em folha, com depósito na conta bancária de titularidade da representante legal do menor. Quanto ao direito de convivência paterna não foi pleiteada a antecipação dos efeitos da tutela. Manifestou-se o Parquet pelo indeferimento da tutela de urgência pleiteada ante a ausência dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, opinando ainda pela realização de audiência de conciliação, fls. 41/42. Eis o breve relato. Decido. Ambos os genitores detém o poder familiar e quando o vínculo que unia o casal se dissolve as relações com os filhos não se alteram (artigo 1.632 do Código Civil). Entendo que compete aos pais a guarda em conjunto dos filhos quando, a princípio, mantêm uma sociedade lato senso. Havendo a necessidade de intervenção do Poder Judiciário quando não chegam a um consenso sobre a guarda, de forma excepcional. Ocorre que as alegativas da parte autora não são suficientes para formar o convencimento do Juízo, que justifique a intervenção do Poder Público para fins de concessão da liminar inaudita alter pars para um dos genitores em detrimento do outro, notadamente quando se prioriza a guarda compartilhada. A promovente fundamentou seu pedido de regulamentação da guarda de forma unilateral basicamente no fato de estar a cuidar da criança desde que houve o término do relacionamento, e por entender que o demandado não reúne

as condições físicas e psicológicas para compartilhamento da guarda da petiz, pois não presentes os requisitos necessários à boa convivência familiar. Ressalto que da documentação acostada às fls. 10/38 não existem elementos a corroborar suas alegativas. É sabido que a guarda compartilhada é a regra no ordenamento jurídico brasileiro, como reza o artigo 1.584, § 2º, do Código Civil, excetuadas eventuais peculiaridades do caso concreto aptas a inviabilizar a sua implementação. No mais, dos autos não se tem a descrição de uma situação de risco iminente em relação à infante que fundamente uma decisão liminar sem que seja oportunizado o contraditório. Neste caso, não há elementos suficientes ofertados ao Juízo, para que se altere a guarda decorrente do poder familiar e se atribua a um ou ao outro genitor a guarda unilateral da prole, neste momento inicial do feito. Cabe a parte trazer aos fólios processuais para apreciação do pedido, a prova daquilo que alega, notadamente quando se pretende a restrição de um direito de outra pessoa, como é o caso que se cuida. Assim, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela de guarda. Relativamente aos alimentos provisórios, compete aos pais o dever de prestar assistência material, moral e educacional aos filhos, confortando-os de acordo com as disposições legais do Código Civil Brasileiro, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 6.515/77 e demais cominações pertinentes. Assim, mesmo estando vivendo juntos, separados de fato, ou judicialmente, é dever dos pais, em conjunto, dentro de suas possibilidades, assegurar condições dignas de sobrevivência a sua prole. Tendo em vista a existência de uma filha menor, proveniente da relação do litigantes, que está, a priori, sob a posse materna, a necessidade de manutenção da mesma, e com esteio no artigo 4.º da Lei 5.478/68, tendo feito a parte autora prova do parentesco com o promovido, eis que acostou certidão de nascimento, fixo alimentos provisórios mensais em 17% (dezessete por cento) dos rendimentos brutos do demandado, incidindo sobre férias, 13º salário e verbas rescisórias recebidas pelo requerido, deduzindo-se os descontos legais (imposto de renda e previdência social pública) e as verbas indenizatórias em razão de sua natureza não salarial, descontados diretamente da folha de pagamento do genitor e depositado na conta bancária de titularidade da representante legal do autor, constante dos fólios. Na hipótese de impossibilidade de desconto em folha, exercendo o demandado atividade laborativa informal, a verba alimentar supra mencionada passará a incidir sobre o salário mínimo, mediante depósito na conta corrente informada nos autos. Que o supra estabelecido percentual se deve ao fato de não ter a autora provado, mesmo que de forma inicial, os ganhos e gastos do réu e os gastos necessários à subsistência do menor, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade do encargo alimentar de ambos os genitores, sendo esta a média que o Juízo fixa quando se tem um único alimentando e não há provas/indícios da necessidade de gastos extraordinários. Determino o encaminhamento dos autos ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) para realização de audiência especial de mediação/conciliação, facultado a realização mediante videoconferência, enquanto perdurar a restrição aos atos presenciais. Cite-se e intime-se, a parte promovida, por mandado (Justiça gratuita), do conteúdo da presente ação e decisão para, querendo, apresentar sua defesa, no prazo de 15 dias, contados estes da data da audiência apontada em caso de malogro da tentativa de conciliação, sob pena de ser considerada revel e presunção de veracidade das alegações formuladas pela parte autoral (artigo 344 do Código de Processo Civil); intime-se a promovente, por mandado (Justiça gratuita), da audiência designada e do link de acesso à sala virtual, além da presente decisão, podendo o Sr. Oficial de Justiça cumprir seu mister nos termos da Resolução 354/2020 do CNJ (artigo 8º). Intimem-se o patrono do autor (via DJe) e o Ministério Público (via portal). Determino, por fim, a expedição de ofício ao empregador do alimentante Singular Prestação de Serviços Condominiais, com endereço a Rua Fausto Cabral, 1031 - Papicu, Fortaleza - CE, 60175-415, para desconto dos alimentos fixados, e posterior depósitona conta corrente da genitora da menor MARIA LUCIANA MAIA SERPA (agência 5386, conta corrente 6874-8, Banco Bradesco) Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA MICHELE DA SILVA FÉLIX (OAB 42448/CE) - Processo 0213230-51.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.F.S. - Aguarde-se o ato audiencial apontado.

ADV: OSVALDO DE SOUZA ARAUJO FILHO (OAB 5542/CE), ADV: FRANCISCO DUARTE PINHEIRO JUNIOR (OAB 19582/CE) - Processo 0236712-28.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0009022-67.2005.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Isabelle Kayane Fonseca Pontes - REQUERIDO: Sérgio Lima Pontes - Diante do exposto, nos termos do processo, notadamente a manifestação da parte exequente de fls. 54/56 e da inteligência do inciso IV do artigo 139 do CPC, determino as medidas seguintes: 1.A realização de consulta às instituições financeiras, via sistema SISBAJUD, ao CPF nº 719.569.133-00, do Sr. SÉRGIO LIMA PONTES, filiação: Silvio Roberto Pontes e Iracema Barbosa Lima, para fornecimento de número de contas e bancos em que este é cliente, e da existência de ativos financeiros, procedendo a indisponibilidade de valores existentes em nome do executado, até o quantum indicado em planilha às fls. 56. 2.Busca no sistema RENAJUD, para informações sobre veículos que se encontram e, caso encontrados veículos em nome do executado, proceder ao respectivo bloqueio. Sem prejuízo dos expedientes acima, intime-se o acionado, por patrono (via DJe) para no prazo de 15 dias, para juntar aos autos prova da insuficiência de recursos financeiros alegada (declaração de imposto de renda, extratos de pagamento de salário/aposentadoria atualizados, extratos bancários, etc.), que possibilitem a devida análise da postulação de gratuidade judiciária No mais, atenta ao pedido formulado pelo executado, designo audiência de conciliação para o dia 31/08/2022 às 09h, podendo ser realizada por videoconferência, através da plataforma Teams microsoft, que poderá ser acessada pelo link: https://link.tjce.jus.br/205479, via smartphone, com aplicativo, ou computador. Ou através do QR Code: Considerando o iminente retorno à realização de audiências presenciais pelo TJCE, determino que as partes e advogados, quando da proximidade da data da audiência, entrem em contato com a Vara através do e-mail (for.7familia@tjce.jus.br) ou pelo aplicativo whatsapp por meio do nº 3492-8532 / 8530, para informações acerca da modalidade (presencial, telepresencial ou híbrida) em que se dará o ato. Quando da confecção dos expedientes, deve a SEJUD de logo, já fazer constar do mandado/precatória/publicação no DJe o link de acesso. Publique-se. Intimem-se (via Dje) Ciência ao Ministério Público, via portal.

ADV: LUANA VARELA BRITO (OAB 33124/CE) - Processo 0244328-88.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: D.S.G. - Neste contexto, indefiro o pedido de fl. 80, devendo tal pleito ser formulado junto à CEF e em sendo o caso, manejado no Juízo competente para análise do pleito, ante a natureza juridica da instituição. Intime-se (via DJe)

ADV: HEBER QUINDERE JUNIOR (OAB 4328/CE), ADV: WESLEY VIEIRA DA SILVA (OAB 31513/CE), ADV: DIANA MARIA MARQUES PEREIRA (OAB 35690/CE), ADV: DANUBIO HOLANDA MENDES (OAB 20575/CE) - Processo 0270592-45.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0034209-38.2009.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.C.P. - ALIMENTANDO: A.B.S. - Aguarde-se o ato audiencial já apontado.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0092/2022

ADV: FRANCISCO FÁBIO MENDES SOUZA (OAB 43739/CE) - Processo 0279021-64.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual

- Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Ana Helena do Nascimento Barbosa e outro - Vistos etc. ANA HELENA DO NASCIMENTO BARBOSA E CAIUBI MANI PERES qualificados nos autos do processo em epígrafe, ingressaram, perante este Juízo, por intermédio de advogado, com pedido de DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL, apresentando as cláusulas do divórcio, requerendo a homologação e a decretação do divórcio. Despachando a exordial, deferiu a Magistrada a gratuidade da Justiça, determinando a intimação da parte autora para emenda, fls. 16/17. Emenda às fls. 20/21. Deferindo a gratuidade da Justiça, abriu a Magistrada vista ao Ministério Público. Manifestação ministerial requerendo diligências, fls. 25/26. Emenda às fls. 30/33. Com vista, opinou o Ministério Público pela decretação do divórcio com a homologação das cláusulas avençadas, fls. 36/37. Empós vieram-me os autos conclusos. Eis o breve relato, passo a decidir. O divórcio é a dissolução de um casamento válido, ou seja, extinção do vínculo matrimonial, que se opera mediante sentença judicial, habilitando os interessados a convolar novas núpcias. Trata-se, assim, de uma permissão jurídica colocada à disposição dos consortes. No caso em espécie, requestam os cônjuges pela decretação do divórcio de seu matrimônio, alegando a separação de fato, formulando acordo para tanto quanto as cláusulas necessárias. Permite a norma jurídica que os cônjuges se divorciem consensualmente, propondo uma ação que tem por fim precípuo legalizar a conveniência dos consortes de viverem separados. Atualmente para a decretação do divórcio não é mais preciso a prova da separação de fato por mais de 02 anos, assim, dispensável prova a tal respeito. Concorrentes as condições da ação, pela legitimidade das partes, o interesse processual e a possibilidade jurídica do pedido, bem como verifica-se os pressupostos processuais necessários à constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. No mais, entendo desnecessária a realização de audiência de ratificação eis que: Ambos os cônjuges são maiores e capazes; Estão os cônjuges representados por profissional escolhido por eles, para representar seus interesses, estando as peças assinadas não só pelo causídico mas pelos cônjuges, demonstrando ser ali a expressão de suas vontades. Necessário dizer que se parte do princípio da boa fé do advogado ao requerer a decretação do divórcio e de expor na preludial a vontade de seus constituintes; E mais, atualmente para o pedido de divórcio no qual não há filhos menores, dispensável é o ingresso de ação judicial, podendo os cônjuges promover seu divórcio por escritura pública. E quando de deliberação de vontades sobre guarda de filhos, direito de visita e pensão alimentícia sem pedido de decretação de divórcio, podem os interessados ingressar com pedido judicial de homologação de acordo, sem que haja previsão legal de realização de audiência de conciliação; A matéria de guarda, visitação e pensão alimentícia não faz coisa julgada material, portanto, a qualquer momento pode ser revista, o que denota não haver qualquer prejuízo aos interessados quando não se realiza audiência de conciliação; A legislação processual civil prevê como título extrajudicial com força executiva o acordo referendado pelos advogados dos transatores, dispensando-se, pois, a homologação judicial, servindo tal título para executar os alimentos acordados, a guarda e visita aos filhos menores; Comungando a situação da previsão legal de divórcio sem ação judicial quando não tem filhos menores, com a possibilidade de homologação de acordo de alimentos para filhos menores, guarda e visitação sem a realização de audiência conciliatória, resta o entendimento neste esboçado para a desnecessidade de realização de ato audiencial; Desnecessário que no momento de desvinculação matrimonial sejam expostos novamente os motivos do pedido, quando estes já foram debatidos entre os cônjuges e seu patrono; O fundamento para a audiência judicial no divórcio, não é a discussão das cláusulas da dissolução, mas tão somente, a exposição perante o Juiz, dos motivos do divórcio, que por sua vez, se na dissolução sem filhos menores pode ser extrajudicial, portanto sem exposição de motivos, não seria lógico que na esfera judicial os cônjuges necessitassem expor as razões de seu pedido, notadamente tendo que reavivar situação traumática que já poderiam estar cicatrizando, assim entendendo-se, pois conseguiram conciliar seus interesses para formalizar o acordo; Frise-se que após o advento da Emenda Constitucional n.º 66 não há que se falar em culpa para o divórcio, não tendo repercussão jurídica os motivos que ensejaram o rompimento do vínculo matrimonial; Os interesses dos filhos menores estão resguardados tanto por seus pais que detém o poder de família e representam os menores, estando a pleitear o divórcio e a homologação de acordo, quanto pelo Ministério Público que atuou em todas as fases processuais. E assim há posição jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. DIVÓRCIO. AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. Sendo absolutamente certa e inequívoca a vontade das partes em dissolverem a sociedade conjugal, mostra-se viável dispensar a audiência de ratificação sem que isso importe em nulidade. Precedentes jurisprudenciais do STJ e deste TJRS. NEGADO PROVIMENTO. EM MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70045752177, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 14/11/2011) APELAÇÃO CÍVEL. DIVÓRCIO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66. AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. Divórcio. A Emenda Constitucional n.º 66 afastou a necessidade de prévia separação ou decurso de prazo para a decretação do divórcio direto. Precedentes jurisprudenciais. Audiência de ratificação. Sendo absolutamente certa e inequívoca a vontade das partes em dissolverem a sociedade conjugal, mostra-se viável dispensar a audiência de ratificação sem que isso importe em nulidade. Precedentes jurisprudenciais do STJ e deste TJRS. NEGARAM PROVIMENTO. (Apelação Cível Nº 70044880862, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/10/2011) Assim, presentes os requisitos legais para a decretação do divórcio, notadamente que o pedido está assinados pelos cônjuges juntamente com o causídico. Isto posto, e o que mais dos autos consta, dos princípios aplicáveis à espécie, da documentação apresentada, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o ACORDO FIRMADO NAS PEÇAS DE FLS. 01/05, 20/21 E 30/33, DECRETANDO O DIVÓRCIO do casal ANA HELENA DO NASCIMENTO BARBOSA E CAIUBI MANI PERES, deixando ditos cônjuges coobrigados nas cláusulas por eles avençadas, já que atendidas as prescrições legais atinentes à espécie. Inocorrendo recurso, CONVALIDO a sentença como MANDADO DE AVERBAÇÃO destinado ao Cartório referido à fl. 07, cuja fotocópia da certidão de casamento faz parte integrante desta, assim como das peças de fls. 01/05, 20/21 e 30/33, além da certidão de transito em julgado para que se insira à margem do registro de casamento respectivo todos os dados concernentes ao presente divórcio. Custas e despesas no forma da Lei, observada a gratuidade da Justiça, com aplicação do artigo 98, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora por seus patronos via DJe e o Parquet via Portal. E, transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades legais, ARQUIVE-SE.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0093/2022

ADV: ANTONIO CANDIDO DO CARMO (OAB 12586/CE) - Processo 0271834-39.2020.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.P.P.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, o Gabinete da 7ª Vara de Família encaminha o processo a SEJUD para que seja o(a) patrono(a) da parte cientificado(a) via DJE do novo link e QR CODE para acesso a audiência, tendo em vista a mudança da plataforma de audiências do TJ//CE de webex para teams microsoft. Link: https://link.tjce.jus.br/205479 QR CODE:

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0850112-07.2014.8.06.0001/01 -

Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: Cristiano Dias da Silva - Diante do exposto, julgo, EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, com espeque no artigo 485, inciso IX do Código de Processo Civil. Custas e despesas na forma da lei pelos autores, observada a gratuidade da Justiça ora deferida, com esteio no artigo 98, § 1º, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro, ambos do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os autores, por sua patrona (via portal), a Defensoria Pública/Vara Subsequente (via portal) e o Parquet (via portal). Transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0094/2022

ADV: FABIANO CELLA (OAB 130794/SP), ADV: LUCIANO DINIZ RODRIGUES (OAB 320563/SP) - Processo 0117432-39.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERIDO: Fabiano Cella - Inicialmente, cabe pontuar que, diante de casos em que envolvam interesse de criança/adolescente, necessário se faz observar o princípio da proteção integral, consagrado no art. 227 da Carta Magna, e o melhor interesse da infante. O direito de visitação, como consectário lógico do direito à convivência familiar, pertence à menor, a quem deve ser assegurada a construção de laços afetivos com ambos os pais e suas famílias. Traduz, sem dúvida, um direito pertencente também aos pais e avós, mas, sobretudo e com prioridade, à filha, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e no art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dúvida não há, portanto, quanto à relevância do convívio seja materno, seja paterno, e com as famílias respectivas para a formação e o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança. Contudo, há situações que demandam intervenção estatal objetivando sempre o melhor interesse da infante em questão, mormente quando os familiares não encontraram ainda a harmonia necessária para resolverem em conjunto às questões pertinentes à família comum, e como se depreende, é exatamente a excepcionalidade verificada, no caso vertente. O promovido pleiteia, em sede de tutela de urgência, a regulamentação do direito de convivência paterna (itens “a” a “l” da petição de fls. 223/233, do qual, segundo ele, vem sendo tolhido em relação à sua filha menor, hoje com 07 anos de idade. A autora propôs, por seu turno, o estabelecimento do regime segundo os itens 1 a 6 da peça de fls. 264/281. Assim, visto que o direito de convivência do genitor à filha é manifestação legítima do poder familiar e modo de assegurar o vínculo afetivo tanto paternal quanto filial, sendo direito de ambos e de alta densidade normativa (artigo 1.589 do Código Civil), somente ocorrendo limitação nas hipóteses legais há de ser resguardado, até deslinde da ação a regulamentação de tal direito, ressaltando-se que a decisão possui natureza provisória, passível de revogação a qualquer tempo. Deste modo, fixo o regime de visitação nos moldes propostos pela autora, da seguinte forma: 1) Visitas virtuais pelo Skype ou outro aplicativo de chamada de vídeo ou ligações telefônicas, às terças, quintas e domingos, às 19 horas; 2) Visitas presenciais, quando o genitor estiver em Fortaleza, por período previamente informado à Sra. Flávia com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, podendo o pai retirar sua filha na residência materna, nos finais de semana do período em que perdurar a permanência do mesmo nesta Capital, retirando a menor no sábado, às 9:00 horas, devolvendo a menor no domingo às 19:00 horas, pernoitando com o genitor; 3) Dia dos pais, dia das mães e aniversário dos genitores, a criança deve passar com os respectivos. Caso não estejam presencialmente com a criança (no mesmo Município), a visita deverá se realizar de forma virtual pelo Skype ou outro aplicativo de chamada de vídeo ou ligação telefônica às 19 horas; 4) Aniversário da menor (22/12), Natal, Ano Novo e férias escolares de dezembro e janeiro, nos anos ímpares com o pai e nos anos pares com a mãe; 5) Férias escolares de julho, anos ímpares com a mãe e anos pares com o pai. Intimem-se as partes da presente decisão: a autora, pessoalmente (por meio eletrônico), por sua patrona (via portal), o promovido, pessoalmente (por meio eletrônico) e seu patrono (via DJe), assim como o Ministério Público. Determino ainda, com fundamento no artigo 139, V, do Código de Processo Civil, o encaminhamento dos autos ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) para realização de audiência de mediação/conciliação, facultada a realização sob a modalidade telepresencial, enquanto perdurar a restrição aos atos presenciais. Intime-se a parte requerida, por meio eletrônico, assim como seu patrono (via DJe), para comparecimento à audiência agendada acompanhado de seu patrono ou Defensor Público previamente constituído. Intime-se a parte autora, por patrona (via portal), da audiência a ser designada na CEJUSC. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0158003-52.2016.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: F.R.S.C. - Pelo exposto, considerando a lei, a doutrina e a jurisprudência aplicáveis ao caso, e o mais que dos autos consta, não podendo o Poder Judiciário esperar indefinidamente a manifestação dos interessados JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, com esteio no artigo 485, III do Código de Processo Civil, por não ter a parte interessada atualizado seu endereço perante este Juízo. Custas e despesas na forma da lei pelo autor, observada a gratuidade da Justiça ora deferida, com esteio no artigo 98, § 1º, aplicando-se a suspensão do artigo 98, parágrafo terceiro, ambos do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a autora, por sua patrona (via portal) e o Parquet (via portal), e transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE.

ADV: DIVA VERUSHKA ALVES PINHEIRO (OAB 12869/CE), ADV: VALDSEN DA SILVA ALVES PEREIRA JUNIOR (OAB 20275/CE) - Processo 0224474-74.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: E.M.E. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, o Gabinete da 7ª Vara de Família encaminha o processo a SEJUD para que seja o(a) patrono(a) da parte cientificado(a) via DJE do novo link e QR CODE para acesso a audiência, tendo em vista a mudança da plataforma de audiências do TJ//CE de webex para teams microsoft. Link: https://link.tjce.jus.br/205479 QR CODE:

ADV: REGINA MARIA TRINDADE DE CARVALHO (OAB 37507/CE) - Processo 0229551-64.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0166052-48.2017.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - MENOR: M.J.F.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, o Gabinete da 7ª Vara de Família encaminha o processo a SEJUD para que seja o(a) patrono(a) da parte cientificado(a) via DJE do novo link e QR CODE para acesso a audiência, tendo em vista a mudança da plataforma de audiências do TJ//CE de webex para teams microsoft. Link: https://link.tjce.jus.br/205479 QR CODE:

ADV: ELLEN FERNANDA LIMA FIGUEIREDO (OAB 25055/CE), ADV: ANDRESSA DE NAZARE CORDEIRO GONDIM (OAB 27425/CE) - Processo 0273237-43.2020.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.R.G.A. - designo sessão de Mediação para a data 31/03/2022 às 13:40h na sala virtual Harmonia 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_

ZWRkZjAyZGUtYzFlMy00YTE2LWFj MTItYWY0OTVkOTU0NjRl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227398d96a-746d-4cf3-89c3- c75d16b35669%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/d8c81e OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

ADV: RICARDO LIMA MOREIRA BORGES (OAB 18181/CE) - Processo 0278139-05.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.A.N.L. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MmI5ODM3NjMtMjE3NC00MGFmLTk0NTUtZmRkODA2ZDAwMjFm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220cc f17b0-9e8d-42ee-9851-f23697fa2a9a%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/60ddfb OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: REGIO RODNEY MENEZES (OAB 23996/CE) - Processo 0003761-33.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Penhora Online / BACEN JUD - EXEQUENTE: F.A.M.F. - Intime-se a exequente, por seu advogado, via DJ-e, para se manifestar sobre a petição e documentos de fls. 96/101, no prazo de cinco dias.

ADV: ROBERTO RIVELINO DIOGENES LIMA (OAB 33177/CE) - Processo 0031107-08.2009.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: F.E.M.L. - Não há como acolher tal pedido nesta ação de alimentos, que já foi julgada e transitada em julgado, e para além disso a obrigação alimentícia fixada nos presentes autos não prevê o custeio de plano de saúde, cabendo ao alimentando ingressar com ação autônoma de revisional de alimentos, almejando o acréscimo de tal benefício na pensão que vem sendo custeada pelo genitor. Intime-se o requerente, por seu advogado, via DJ-e. Após, retornem os autos ao arquivo.

ADV: REGINALDO CARVALHO DA COSTA MOREIRA FILHO (OAB 24420/CE) - Processo 0132800-25.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0110753-52.2018.8.06.0001) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: N.G.R.F. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , Cumpra-se corretamente o despacho de fl. 512 prazo : 5 dias.

ADV: VIRGILIO PAULINO SOARES (OAB 6258/CE) - Processo 0201196-15.2019.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.Z.S. - Desta feita, intime-se a parte autora, ora embargada , via DJ-e, para, no prazo de 5 (dias), manifestar-se acerca dos Embargos de fls. 231/237.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: JULYANA PAULA BRINGEL DE OLIVEIRA E MESQUITA (OAB 18560/CE), ADV: CARLOS EDUARDO ROMANHOLI BRASIL (OAB 19528/CE) - Processo 0240515-53.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - EXECUTADO: J.K.R.D. - Intime-se o devedor, por seu advogado, via DJ-e, para trazer aos autos prova de adimplemento da obrigação alimentícia, em 15 dias e, fluido o prazo, retornem os autos para exame e decisão acerca da expedição de novo mandado de prisão.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: GENYFFER KASPRZYKOWSKI (OAB 30381/CE) - Processo 0191030-26.2016.8.06.0001 (apensado ao processo 0127827-22.2018.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: N.M.C. e outro - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, via DJe, para se manifestar sobre o comprovante de pagamento apresentado às fls.187 no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção à luz do art. 924, II.

ADV: ROMULO BEZERRA FURTADO (OAB 14870/CE) - Processo 0258627-70.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXECUTADO: A.I.S.F. - Sobre a JUSTIFICATIVA/IMPUGNAÇÃO e documentos, fale a parte autora, no prazo de 10 dias. Expediente por mandado e com as prerrogativas do art. 212, §2º do CPC, devendo para tanto buscar atendimento com a Defensora Pública, seja, por e-mail: apoiofamiliaforum@gmail.com, seja por telefones: (85) 3499-7998 (ligação) e 9. 9788-2134 (só mensagens via Whatsapps das 8h às 12h e de 13h às 16h). Sem prejuízo da determinação supra, proceder à intimação da parte responsável (executado)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: LEANDRO ALVES FERREIRA (OAB 34103/CE) - Processo 0203756-22.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: J.D.L. e outro - Providencie o Gabinete o desarquivamento dos processos nº 0216623-19.2000.8.06.0001 e 0663049-24.2000.8.06.0001.

ADV: CIRO ALEXANDRE DE CARVALHO (OAB 29525/CE) - Processo 0272788-51.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - União Homoafetiva - REQUERENTE: W.B.S. - Na Ação de Reconhecimento de União Estável Post Mortem a pretensão, em tese, é de haver reconhecido o direito à sucessão hereditária. Daí emerge o interesse na ação para compor o polo passivo os herdeiros do falecido (a ordem hereditária está prevista no art. 1829, do Código Civil). Assim, esclareça a parte autora se o falecido deixou herança ou se sua pretensão é meramente para fins previdenciários, bem como sobre a existência de qualquer parente do falecido, obedecendo a ordem prevista no Código Civil. Prazo: 15 dias.

ADV: ETHEL ALCANTARA WEYNE (OAB 5036/CE) - Processo 0288830-78.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de depósito - REQUERENTE: D.F.P.M. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INAUGURAL, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL determinando que o valor oriundo do benefício previdenciário nº 816613397que se encontra depositado na conta 0105358-2, Agência 0452-9 (Bradesco) seja transferido para a conta nº 42884-1, Agência 610, do mesmo banco. Determino ainda que o requerente comprove nos autos a efetivação da transferência. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: LEANDRO ALVES FERREIRA (OAB 34103/CE) - Processo 0203756-22.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: J.D.L. e outro - Providencie o Gabinete o desarquivamento dos processos nº 0216623-19.2000.8.06.0001 e 0663049-24.2000.8.06.0001.

ADV: CIRO ALEXANDRE DE CARVALHO (OAB 29525/CE) - Processo 0272788-51.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - União Homoafetiva - REQUERENTE: W.B.S. - Na Ação de Reconhecimento de União Estável Post Mortem a pretensão, em tese, é de haver reconhecido o direito à sucessão hereditária. Daí emerge o interesse na ação para compor o polo passivo os herdeiros do falecido (a ordem hereditária está prevista no art. 1829, do Código Civil). Assim, esclareça a parte autora se o falecido deixou herança ou se sua pretensão é meramente para fins previdenciários, bem como sobre a existência de qualquer parente do falecido, obedecendo a ordem prevista no Código Civil. Prazo: 15 dias.

ADV: ETHEL ALCANTARA WEYNE (OAB 5036/CE) - Processo 0288830-78.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de depósito - REQUERENTE: D.F.P.M. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INAUGURAL, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL determinando que o valor oriundo do benefício previdenciário nº 816613397que se encontra depositado na conta 0105358-2, Agência 0452-9 (Bradesco) seja transferido para a conta nº 42884-1, Agência 610, do mesmo banco. Determino ainda que o requerente comprove nos autos a efetivação da transferência. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: CRISTIANO PORTO LINHARES TEIXEIRA (OAB 21937/CE) - Processo 0106826-15.2017.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERIDO: P.S.Q.C.J. - Intime-se a parte recorrida, PAULO SÉRGIO QUEZADO DE CASTRO JUNIOR, por seu advogado, via DJ-e, para no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazoar.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: FERNANDO ROCHA BERNARDO (OAB 3514/CE), ADV: LEONARDO ARAGAO BERNARDO (OAB 26983/CE), ADV: CARLESSANDRA OLIVEIRA DA SILVA (OAB 34199/CE) - Processo 0248432-89.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.F.N. - REQUERIDA: G.C.F. - Intimem-se as partes litigantes por seus advogados, via DJ-e, para dizerem no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência ou o julgamento conforme se acha o processo.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: VANDRE VINICIUS DE OLIVEIRA BANDEIRA (OAB 41313/CE) - Processo 0011069-18.2022.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Intimação - REQUERENTE: Lyllyan Claudia Rafael de Freitas - Provimento 02/2021-CGJ-CE, publicado no Diário da Justiça de 28 de janeiro de 2021, Edição nº 2359, fls. 25/71 (Seção III, Art. 129 a 133). Justiça Gratuita. CUMPRA-SE, conforme deprecado, expedindo-se o(s) mandado(s) necessários, com os benefícios do art. 212 do CPC, se for a hipótese. Oficie-se ao deprecante informando da distribuição do presente procedimento nessa Unidade Judiciária, encaminhando-lhe senha de acesso. Após cumprida, com ou sem êxito, devolva-se, mediante ofício, por malote digital ou e-mail, com as anotações de praxe e as homenagens deste Juízo.

ADV: SUYANNE MACHADO MELO (OAB 23675/CE) - Processo 0238082-42.2021.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: B.S.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, renove-se a citação de Cristiane Alves (fls. 80) e intime-se a autora, via advogada, para se manifestar sobre a não localização do réu Ângelo Barros Francesco. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: MARCOS VINICIUS VIANNA (OAB 9198/CE), ADV: TIAGO AMORIM NOGUEIRA (OAB 33820/CE), ADV: JADE CAROLINE DE ASSIS BRAUN (OAB 30060/CE), ADV: PEDRO CITÓ DE SOUZA (OAB 29312/CE), ADV: CAMILLA KARLA

BARBOSA SIQUEIRA (OAB 25787/CE) - Processo 0264715-27.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0560449-22.2000.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Contratuais - REQUERENTE: Citó Braun Amorim Advogados - REQUERIDO: Hélcio de Castro e Silva - declaro, por sentença, a extinção da presente execução, com sustentáculo no art. 924, II, do CPC. Pelo princípio da causalidade, condeno o executado ao pagamento das custas processuais, mas SEM condenação em novos honorários advocatícios, considerando o pagamento dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se, de imediato, ALVARÁ endereçado ao Banco do Brasil, autorizando a parte exequente - CITÓ BRAUN AMORIM ADVOGADOS, sociedade simples de advogados, CNPJ nº 30.652.089/0001-31 a levantar o valor depositado judicialmente nessa instituição, sob o ID nº. 081090000002213077 (fls. 81). Publique-se no DJe.

ADV: EDMILSON BANDEIRA LIMA (OAB 29121/CE), ADV: FELIPE MEDEIROS FREITAS (OAB 32506/CE), ADV: BRUNO HENRIQUE DE LAVOR ARAUJO (OAB 31262/CE) - Processo 0279592-35.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.P.L. - com fundamento no art. 200, parágrafo único, do CPC, HOMOLOGO POR SENTENÇA a desistência da presente ação, no que deixo de resolver o mérito, nos termos do artigo 485, VIII, do mesmo estatuto legal. Condeno a promovente ao pagamento das custas processuais, ficando a execução de tal encargo suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão da alegada pobreza da parte. Publique-se no DJe. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOSE BATISTA DE SA (OAB 20442/CE) - Processo 0287590-54.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: R.A.F. - deixo de conhecer o mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais, ficando a execução de tal encargo suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão da concessão da gratuidade da justiça. Publique-se no DJe. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: KATIA IZABEL QUEIROZ DE FREITAS (OAB 21201/CE), ADV: ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO (OAB 24517/CE), ADV: JOSE WAGNER MATIAS DE MELO (OAB 17785/CE), ADV: MILENA MENEZES VIDAL (OAB 22453/CE), ADV: THIAGO PEREIRA DE ALMEIDA (OAB 23550/CE), ADV: REGIO RODNEY MENEZES (OAB 23996/CE), ADV: SHERLLES LIMA NUNES (OAB 24533/CE) - Processo 0845769-65.2014.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: E.B.A.S. e outros - HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 206/207, no que resolvo o mérito da causa, em conformidade com o art. 487, III, “b”, c/c art. 354, ambos do CPC, para que produza os devidos efeitos jurídicos, com o que cessam os efeitos das ordens de penhora/indisponibilidade anteriormente proferidas nestes autos. Em atenção ao princípio da causalidade, condeno o executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte adversa, que ora fixo equitativamente em R$ 1.000,00 (um mil reais), ficando a execução de tais encargos suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC/2015, em razão de sua evidente situação de pobreza. Publique-se no DJe. Ciência ao MP. Oficie-se ao DETRAN, de imediato, a fim de dar conhecimento do cancelamento do gravame anteriormente determinado neste processo (v. fls. 68/69). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0117313-73.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0145270-20.2017.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: V.P.S. - declaro, por sentença, a extinção da presente execução, com sustentáculo no art. 924, II, do CPC, com o que cessam os efeitos da decisão que decretara a prisão. Pelo princípio da causalidade, condeno o executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor da Defensoria Pública, que ora fixo equitativamente em R$ 800,00 (oitocentos reais), ficando a execução de tais encargos suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão de sua notória pobreza. Publique-se no DJe, para fins de intimação do revel. Intimem-se a Defensoria e o MP. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LUCAS RIBEIRO GUERRA (OAB 39861/CE), ADV: FRANCISCA TATIANE TEIXEIRA MAGALHAES (OAB 41029/CE) - Processo 0204812-90.2022.8.06.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.J.B.O. - V.C.A. - julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, em consequência, DECRETAR o DIVÓRCIO dos autores, Antonio Jardel Barbosa de Oliveira e Verônica Colares Almeida, permanecendo inalterados seus nomes. Quanto aos demais termos referentes à causa, HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 01/03, para que produza seus devidos efeitos legais. Condeno os promoventes ao pagamento, em rateio, das custas processuais, ficando a execução de tais encargos suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão de sua alegada pobreza. Publique-se no DJe. OFICIE-SE ao Setor de Distribuição do Fórum, para que seja feita a correção da classe processual (12372 Divórcio Consensual), devendo referido expediente ser encaminhado através de malote digital administrativo à Seção de Protocolo/Distribuição do FCB. Após trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação necessário, remetendo-se cópia ao cartório competente. Em seguida, arquivem-se os autos.

ADV: EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE), ADV: DIEGO MONTEIRO MACIEL LIMA (OAB 24142/CE), ADV: ROBERTA DUARTE VASQUES (OAB 14140/CE), ADV: LUCAS COSTA DE PINHO PESSÔA (OAB 38619/CE), ADV: PAULO HENRRIQUE GOMES DA SILVA (OAB 38701/CE), ADV: THAÍS DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 40775/CE), ADV: ISABELLA ALCOFORADO CAMPOS (OAB 41102/CE), ADV: MARIANA BIZERRIL NOGUEIRA (OAB 18624/CE), ADV: OLGA PAIVA BEZERRA (OAB 33397/CE) - Processo 0266728-62.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.C.N. - REQUERIDO: A.C.J. - Considerando que, no dia 01/02/2022, o menor autor e sua mãe ainda estarão nos Estados Unidos da América (v. fls. 671/676), CANCELO o ato designado às fls. 60 e, em consequência, ASSINALO NOVA AUDIÊNCIA de tentativa de conciliação para o dia 04/04/2022, às 15:45h, via videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, com acesso através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/f10831 Os litigantes deverão ser advertidos expressamente do contido no parágrafo 8º do art. 334 do CPC, assim redigido (grifei): § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Esclareça-se que, com o adiamento do ato, o prazo para resposta do réu também ficará postergado para o segundo momento, ou seja, começará a contar a partir da nova data da audiência (04/04/2022), caso não haja acordo. Resta decidir sobre os pedidos de modificação dos alimentos provisórios, tendo o autor pleiteado seu aumento, e o réu, sua diminuição. Sobre a questão, assiste inteira razão ao Ministério Público, no sentido de que, ao menos por ora, inexiste razão para alterar esse encargo (fls. 681/684). Quanto ao pleito de majoração, é descabido porque, conforme já esclarecido, as despesas apontadas inicialmente foram superestimadas, concluindo-se que o menor necessita, em média, de aproximadamente 8,6 salários mínimos mensais (fls. 34), o que ensejou a fixação dos alimentos em cerca da metade disso, diante da presunção momentânea de que ambos os pais têm rendimentos aproximados, conclusões essas que, ao menos por ora, não foram derruídas. Em relação ao pedido específico de que o réu pague a maioria das despesas da viagem ao Estados Unidos, também concordo com o Parquet no sentido de que, conquanto a experiência tenda a ser engrandecedora para o adolescente, NÃO pode a mãe impor ao pai

que contraia despesas que este entende desnecessária/dispensável, como parece ser o caso de um dispendioso seminário internacional. Por outro lado, também não se vislumbra motivo para redução dos alimentos provisórios, considerando que o menor em questão apresenta, claramente, bom padrão de vida, com elevadas necessidades, portanto, não havendo prova da versão do réu de que a mãe do adolescente teria renda muito superior a sua, valendo destacar que aquele (réu) tem soma patrimonial muito elevada (v. fls. 24), daí porque praticamente impossível que seus rendimentos sejam realmente apenas aqueles informados às fls. 18, afigurando-se muito provável que a grande maioria de seus ganhos seja informal. Ante o exposto, MANTENHO os alimentos fixados provisoriamente, ressalvada a possibilidade de modificação diante de novos elementos de convicção. Publique-se no DJe. Ciência ao MP.

EXPEDIENTES DA 10ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2022

ADV: ANTONIO ALVES DOS SANTOS (OAB 8044/CE), ADV: THIAGO BARRETO ROSA GADELHA (OAB 28427/CE) - Processo 0049806-42.2012.8.06.0001/01 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: J.S.S.D. - REQUERIDO: J.B.D.N. - Assim, esgotado o objeto da demanda, ainda que frustrado o pagamento integral do débito alimentício, na forma do art. 925, do CPC, julgo extinto a presente ação, sem prejuízo da cobrança dos valores devidos pelo procedimento de expropriação de bens, a critério da parte credora.

Processo 0114452-17.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: I.N.L. - Pelo exposto, com fundamento no art. 485, VI e § 1º, do CPC JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, haja vista a verificação de ausência de interesse processual superveniente da parte autora. A promovente arcará com as custas processuais, entretanto, ficando tais verbas com exigibilidade condicionada ao disposto no § 3º do art. 98 do CPC/15, eis que referida parte é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Sem honorários advocatícios,posto que inocorreu contencioso dada a revelia do promovido. Publique-se, registre-se, intimem-se e, oportunamente, arquive-se.

ADV: CHRISTIE ELLEN FAÇANHA FREIRE (OAB 38138/CE) - Processo 0265465-29.2020.8.06.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: C.R.B. - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, reconhecendo previamente a incapacidade relativa de Francisca Gomes da Silva, na forma do Art. 4º, III, do Código Civil, por entender pela imprescindibilidade da adoção de MEDIDA PROTETIVA EXTRAORDINÁRIA atinente à Curatela, razão porque, na salvaguarda dos interesses exclusivos da parcialmente incapaz, nomeio CURADORA à mesma na pessoa da parte promovente Cibelle Rodrigues Barbosa, haja vista ter restado demonstrado nos autos ser a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da lei civil, reunindo a mesma, condições para o exercício da curatela afetando a curatela "tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, do estatuto do deficiente)", extinguindo o presente feito com resolução do mérito (art. 487, I do CPC), devendo prestar compromisso, no prazo legal, sendo vedada a contratação de empréstimos ou alienação de bens móveis ou imóveis da interditada, sem prévia autorização judicial, prestando contas de todo e qualquer valor recebido de titularidade do mesmo.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: ADELLE THAYS BRITO CABRAL (OAB 26972/CE), ADV: NATHALIA CAROLINE CARVALHO DE SENA (OAB 27318/CE), ADV: MARIA REJANE FREIRE RIOS CAJAZIRAS (OAB 29173/CE) - Processo 0218899-85.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: C.M.L.S. - REQUERIDA: S.V.B.C. - Vistos, etc. Ver-se que nada foi apresentado ao decisório de fls. 105/106, assim declaro encerrada a prova. Intimem-se as partes, por seus advogados, para apresentarem alegações finais em 15 dias. Publique-se. Ciência ao MP, via portal.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: ADRIANO JORGE PEQUENO VASCONCELOS (OAB 7008/CE) - Processo 0272438-97.2020.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: L.T.S. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado(a) para, no prazo de 5 dias, manifestar-se sobre o pedido de desistência de fls. 229/230, conforme disposto no art. 485, §4º, Código de Processo Civil, importando o seu silêncio em aceitação tácita da desistência formulada. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: ADRIANO JORGE PEQUENO VASCONCELOS (OAB 7008/CE) - Processo 0272438-97.2020.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: L.T.S. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado(a) para, no prazo de 5 dias, manifestar-se sobre o pedido de desistência de fls. 229/230, conforme disposto no art. 485, §4º, Código de Processo Civil, importando o seu silêncio em aceitação tácita da desistência formulada. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: ANDRÉA FREITAS PINHEIRO MACIEL (OAB 34176/CE) - Processo 0165636-46.2018.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDO: M.A.S.N. - Cumprimento de sentença, fls. 160/169. Exequente MIGUEL DE AMORIM SILVA NUNES, nascido em 11/04/2016. Acolho o Parecer Ministerial de fls. 425. Intime-se a parte exequente, por sua advogada, para dizer sobre os termos constantes da petição de fls. 420/421, em 15 dias. Publique-se.

ADV: HERÁCLITO VIEIRA DE LIMA (OAB 39132/CE), ADV: ALCIDES LUIZ FILGUEIRAS SILVA (OAB 39192/CE) - Processo

0169500-92.2018.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.L.C. - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos exordiais, decretando o divórcio do casal litigante, bem como procedendo com a partilha de bens. Expeça-se mandado de averbação ao registro civil competente, para que seja anotado a determinação deste juízo quanto ao fim do vínculo conjugal. Quanto a partilha dos bens, determinando a divisão de cada um na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos bens verificados como integrantes do patrimônio comum, quais sejam, (1) automóvel Volkswagen, Novo Gol 1.6, placa OSB-8142 e (2) Moto Honda, CG 150 Start, de placa PNH-6898, afastando a (3) dívida arrolada pela autora, nos termos da fundamentação. Sobre o carro, deverá ser feita a avaliação do bem em momento apropriado, em sede de cumprimento de sentença, quando será pleiteada a alienação do mesmo para partilhar do saldo apurado na venda, ou mesmo o pagamento do valor proporcional pelo cônjuge que expressar o direito de preferência. Quanto a motocicleta, considerando que o promovido já procedeu com a sua alienação, condeno o mesmo a restituir à promovente a quantia de R$ 3.400,50 (três mil e quatrocentos reis e cinquenta centavos), referentes ao direito de meação da moto. Atualize-se o valor da causa para o montante de R$ 18.735,50 (dezoito mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), nos termos da fundamentação preliminar. Considerando o fato de cada litigante ser, em parte, vencedor e vencido, em observância ao Art. 86, do Código de Processo Civil, determino o rateamento, entre as partes, na proporção de 40% à autora e 60% ao réu, dos honorários advocatícios, os quais estabeleço em 10% sobre o valor atualizado da causa (aquele definido nesta sentença), mas cuja exigibilidades restam suspensas em favor dos mesmos, posto que ambos são beneficiários da justiça gratuita, nos termos do § 3º do Art. 98, do CPC/2015. Publique-se, registre-se, intimem-se e, oportunamente, arquivem-se.

ADV: JOSÉ RODRIGUES (OAB 11341/DF) - Processo 0211431-07.2020.8.06.0001 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.S.C. - Silenciou a parte promovente, por seu advogado(a) ante a determinação de fl. 36. SMJ, entendo ser caso de extinção. Concluso para sentença. Publique-se.

ADV: LUCIANA ARAGAO AGUIAR GURGEL (OAB 27279/CE) - Processo 0235919-26.2020.8.06.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: I.S.B. - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, reconhecendo previamente a incapacidade relativa de João Vieira da Silva, na forma do Art. 4º, III, do Código Civil, por entender pela imprescindibilidade da adoção de MEDIDA PROTETIVA EXTRAORDINÁRIA atinente à Curatela, razão porque, na salvaguarda dos interesses exclusivos do relativamente incapaz, nomeio CURADORA a mesma na pessoa da parte promovente, sua irmã Ilanir da Silva Barbosa, haja vista ter restado demonstrado nos autos ser a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da lei civil, reunindo, a mesma, condições para o exercício da curatela afetando a curatela “tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, do estatuto do deficiente)”, extinguindo o presente feito com resolução do mérito (art. 487, I do CPC), devendo prestar compromisso, no prazo legal, sendo vedada a contratação de empréstimos ou alienação de bens móveis ou imóveis do curatelando, sem prévia autorização judicial, prestando contas de todo e qualquer valor recebido de titularidade do mesmo.

ADV: GESSYKA MENEZES NOBRE (OAB 44107/CE) - Processo 0244216-85.2021.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.I.S.V. - Intime-se a parte autora, por meio de sua advogada, para se manifestar sobre a petição de fls. 110/113e documentos que a acompanham, no prazo de 15 dias, a teor do Art. 437, §1º, do Código de Processo Civil. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: LADY TAINAN LIMA VIANA CARVALHO (OAB 37773/CE), ADV: AMANDA SOUZA BATISTA (OAB 43010/CE) - Processo 0250563-37.2021.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.I.F. - R. hoje Réu revel. Substabelecimento da parte autora às fls. 35. Considerando a atual crise sanitária, ainda as normas de enfrentamento da pandemia, foi agendado na plataforma digital teams.microsoft.com,audiência de instrução para oitiva das testemunhas da parte autora, a ser realizada no dia 18/05/2022 às 13:30 horas, devendo ser apresentado o respectivo rol de testemunhas no prazo legal, na forma da decisão de fls 32, atentando o causídico ao art. 455 do CPC. No mais, para ingressar na sala virtual deve-se acessar no dia e hora agendados o link:https://link.tjce.jus.br/86a20b Ficam os envolvidos advertidos que quando do ingresso na sala da reunião virtual deverá estar de posse de documentos oficiais das partes, os quais contenham fotos, podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Intimem-se o autor através de seus advogados. Desnecessário a intervenção ministerial. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: MARCOS DA SILVA MOREIRA (OAB 8030/CE), ADV: JOAO HENRIQUE SABOYA MARTINS (OAB 12422/CE), ADV: JEAN BRUNO TERTO MONTENEGRO (OAB 27223/CE), ADV: DANIEL BRAGA ALBUQUERQUE (OAB 28282/CE), ADV: MARINA MACEDO GOMES ALBUQUERQUE (OAB 30084/CE) - Processo 0126203-98.2019.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.R.C. - REQUERIDA: D.A.S.C. - Vistos. Considerando a certidão de fls. 83, que atesta que decorreram os prazo da decisão interlocutória de fls. 75/76, atendendo ainda ao pedido apresentado em fls. 79, expeça-se certidão de trânsito em julgado da referida decisão que julgou antecipadamente parte do mérito da ação, visando a competente averbação do divórcio no registro civil. Após tornam os autos conclusos para decisão de saneamento processual. Publique-se.

ADV: TIAGO GABRIEL MAVIGNIER (OAB 29717/CE), ADV: ANDRÉ NEY DE MORAIS BENEVIDES (OAB 34648/CE) - Processo 0258186-89.2020.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.R.S.A. - Isso posto, Homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o convênio estabelecido pelas partes, que contou com parecer ministerial favorável, nos termo do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Oficie-se, sustando, em caráter definitivo, os efeitos do oficio de fls. 202.

EXPEDIENTES DA 11ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: MARCOS FELIPE DE ANDRADE TELES (OAB 31612/CE) - Processo 0034779-24.2009.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - TERCEIRO: F.A.S.S. e outro -

ADV: LAERCIO GIOVANI MACAMBIRA MARQUES (OAB 18803/CE) - Processo 0111063-58.2018.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: M.E.A. e outro - Proferida sentença, o Magistrado encerra a prestação jurisdicional, conforme dispõe a inteligência dos artigos 203, §1º e 404 do CPC. Neste diapasão, observa-se que o presente feito se encontra com sentença transitada em julgado e devidamente arquivado, com baixa na distribuição. Tendo em vista que o pedido de fls. 81/94, trata de confecção de expedientes decorrentes da sentença de fls. 70/71, não cabe o desarquivamento do presente feito. Portanto, permanecem os autos devidamente arquivados, devendo as partes acostarem aos autos do presente feito matrícula atualizada dos imóveis que pretende proceder com a regularização das propriedades.

ADV: ELIEZÉ MOURA BRASIL TEIXEIRA (OAB 4644/CE) - Processo 0139528-77.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: A.V.T.S. - Determino a intimação pessoal da parte autora, através de seu procurador, via DJ-e, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar manifestação acerca da certidão de oficial de justiça de fls. 141. Devendo, em caso positivo, informar o atual e correto endereço da promovida, a fim de seja possibilitado o correto trâmite processual.

ADV: ILNAH CLAUDIA DE FREITAS CLEMENTINO (OAB 9021/CE) - Processo 0244462-18.2020.8.06.0001 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: I.R.R.M. - Intima-se a requerente, através de oficial de justiça, bem como de seu procurador, através do DJ-e, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento ao feito sob pena de extinção. Devendo, em caso positivo, cumprir o determinado em despacho de fls. 135.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0049/2022

ADV: SAMUEL NOGUEIRA MATOSO (OAB 28553/CE), ADV: JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA (OAB 28854/CE), ADV: REGINA MARIA TRINDADE DE CARVALHO (OAB 37507/CE) - Processo 0151995-93.2015.8.06.0001/01 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: Silvia Maria Lopes Meireles e outro - REQUERIDO: J.W.C.M.J. - designo sessão de Mediação para a data 29/03/2022 às 13:40h na sala virtual Harmonia 01, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZWRkZjAyZGUtYzFlMy00YTE2LWFjMTItYWY0OTVkOTU0NjRl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227398d96a-746d-4cf3-89c3- c75d16b35669%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/d8c81e OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2022

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0168312-35.2016.8.06.0001 (apensado ao processo 0165488-35.2018.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: A.D.P.R. - Intimem as partes, por seus procuradores, para apresentarem seus memoriais, no prazo comum de 10 dias, e a procuração da atual advogada da autora. Decorrido o prazo, abra-se vista ao Ministério Publico. Expedientes necessários.

ADV: MAURO FERNANDO MONTEIRO DA SILVA (OAB 19730A/CE), ADV: FÁBIO COUTINHO PEREIRA (OAB 24176A/CE) - Processo 0168877-96.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.S.G. - REQUERIDO: V.J.H.S. - Em face do exposto, e do mais que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido formulado nesta ação, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, e por consequência, declaro o reconhecimento de união estável entre RAIMUNDA SALES GOMES e VALDEMIR JOSE HORTA SILVA, no período de de 1979 à 1999; garantindo à autora, todos os direitos dela decorrentes. Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de Alimentos formulado nesta ação e fixo o valor correspondente a 15% (quinze por cento) da remuneração do promovido, inclusive 13º salário e férias, excluídos os descontos legais obrigatórios a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária da autora, devendo ser informados os dados bancários para depósito, pelo período de dois anos. nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Oficie-se ao órgão empregador do promovido para desconto e depósito.

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA SOUZA (OAB 41802/CE) - Processo 0272443-85.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentação - REQUERENTE: H.S.D. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 08:40h na sala virtual Harmonia 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MjcxMjQyOWUtMmY2Yi00Mjg2LWEzNmItZDY1YWZmZTViOGJh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22091ae4f5-a946-499d-b1d4-6b6cea42bc51%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2f786f OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: CARLOS ALBERTO DA SILVA (OAB 193681B/SP), ADV: JADIR BRITO FERNANDES (OAB 30243/CE) - Processo 0115534-20.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.R.H.S. - REQUERIDO: N.B.S. - Declaro inexistente a união estável entre JOSE ROBERIO HONORATO DA SILVA e NAJELA BARBOSA DA SILVA no período de dezembro de 2004 a junho de 2016. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de partilha de bens adquiridos após a separação judicial por não reconhecer a existência de união estável no período supracitado, o que faço com base no artigo 487, inciso I do Código de Ritos Civil. JULGO PROCEDENTE o pedido de conversão da separação consensual em divórcio, e por conseguinte DECRETO o divórcio do casal já qualificado, com fundamento no art. 226, § 6º da Lei maior do País, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 66/2010. JULGO PROCEDENTE o pedido de regulamentação de visita paterna em relação à filha menor, em finais de semana alternados, até a maioridade desta, com base no artigo 487, inciso I do Código de Ritos Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: CARLOS ALBERTO DA SILVA (OAB 193681B/SP), ADV: JADIR BRITO FERNANDES (OAB 30243/CE) - Processo 0115534-20.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.R.H.S. - REQUERIDO: N.B.S. - Declaro inexistente a união estável entre JOSE ROBERIO HONORATO DA SILVA e NAJELA BARBOSA DA SILVA no período de dezembro de 2004 a junho de 2016. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de partilha de bens adquiridos após a separação judicial por não reconhecer a existência de união estável no período supracitado, o que faço com base no artigo 487, inciso I do Código de Ritos Civil. JULGO PROCEDENTE o pedido de conversão da separação consensual em divórcio, e por conseguinte DECRETO o divórcio do casal já qualificado, com fundamento no art. 226, § 6º da Lei maior do País, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 66/2010. JULGO PROCEDENTE o pedido de regulamentação de visita paterna em relação à filha menor, em finais de semana alternados, até a maioridade desta, com base no artigo 487, inciso I do Código de Ritos Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: RAFAEL SOARES MOURA (OAB 24806/CE) - Processo 0222179-64.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.J.S.G. - Em face do exposto, e do mais que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido formulado nesta ação, nos termos do art. 487, I, do CPC,e por conseqüência, em face da maioridade civil do promovido, exonero a autora dos alimentos até então devidos ao requerido.

ADV: SILVIO CESAR FARIAS (OAB 6207/CE) - Processo 0230233-19.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0204863-38.2021.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERIDO: J.W.C.A. - Ante ao exposto e do mais que constam dos autos, julgo procedente o pedido de guarda judicial e regulamentação de visitas da menor MARIA SOFIA DA MOTA ALVES, formulado por MARIA DO SOCORRO ALVES DA MOTA, o que faço com base no artigo 487, inciso I do CPC.

EXPEDIENTES DA 12ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2022

ADV: DOMENICO MENDES DA SILVA (OAB 40236/CE) - Processo 0463553-14.2000.8.06.0001 - Oferta de alimentos - DEMANDANTE: Ilzo Silvestre Costa e outro - Intime-se o Sr. Ilzo Silvestre Costa, através de seu advogado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de retorno dos autos ao arquivo. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: JOAO ITALO OLIVEIRA CLEMENTE POMPEU (OAB 30643/CE), ADV: JUCIEL DE FRANÇA BATISTA (OAB 31157A/PA), ADV: ANDRE CORSO CAMARA (OAB 34462/CE), ADV: JERONIMO MOREIRA GOMES (OAB 22865/CE), ADV: ITALO MILO GABRIEL ALVES MARTINS (OAB 30138/CE), ADV: WERUSKA ALVES CUNHA DE ANDRADE (OAB 19330/CE), ADV: JOAO CLEMENTE POMPEU (OAB 14615/CE) - Processo 0114592-85.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0110641-49.2019.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.C.A.M. - REQUERIDO: R.Y.M. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, exclusivamente, por meio de videoconferência, designo audiência de instrução, por videoconferência, para o dia 23 de março de 2022, às 13h30min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Os advogados das partes devem intimar as testemunhas arroladas da audiência, nos termos do artigo 455 do CPC. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seus advogados.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0233735-63.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: M.A.C.G. - Dispõe o parágrafo 6º do art. 226 da CF/88, com nova redação da EC nº 66, de 13/07/2010: “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”. O acordo formulado em audiência atende a previsão contida no art. 731 e seus incisos do CPC, logo, óbice normativo algum existe a impedir o acolhimento do pedido das partes. Assim, considerando que as partes são legítimas e estão devidamente representadas, homologo por

sentença o Divórcio e cláusulas ajustadas na audiência, à fl. 33, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, fazendo-o com arrimo no § 6º do art. 226 da CF/88, com a redação que lhe conferiu a Emenda nº. 66, de 13 de julho de 2010 c/c arts. 731 e 487, III, alínea b, do CPC, com a ressalva de que as cláusulas referentes à partilha de eventuais direitos possessórios sobre o imóvel descrito no acordo de fl. 38 serão válidas entre os cônjuges, ficando a salvo os direitos de terceiros, tendo em vista que as partes não anexaram documentação relativa à propriedade do bem. Transitado em julgado nesta data face à dispensa do prazo recursal. Sirva a presente sentença de mandado de averbação junto ao Oficial de Registro Civil Jaime Araripe, desta Comarca de Fortaleza/Ceará, independentemente de pagamento de custas e emolumentos, porque a parte é beneficiária da justiça gratuita, ficando expresso que o cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira. Outrossim, expeça-se mandado de averbação, a ser encaminhado à serventia extrajudicial via malote digital. Sem custas, em face da gratuidade de justiça. P.R.I. Cumpridos os expedientes, arquivem-se com baixa na distribuição.

ADV: HELANO CORDEIRO COSTA PONTES (OAB 24848/CE), ADV: KARINA XIMENES ALBUQUERQUE (OAB 40514/CE) - Processo 0259921-26.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: I.G.F. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 29 de março de 2022, às 13h30min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado.

ADV: JOSE RODRIGO MUNIZ SILVEIRA (OAB 40553/CE) - Processo 0268256-34.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: E.J.O.R. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 29/03/2022 às 15:00h na sala VIRTUAL da HARMONIA 08, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do MICROSOFT TEAMS Decisão: “designo sessão de Mediação para a data de 29/03/2022 às 15:00h na sala virtual Harmonia 08, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGNlNTczYTktZmRiNS00Yjc2LTgxMzAtZTg5OTYyZDU4YmRm %40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2208de129a-3480-4939-a5b5-e07c8a3437ff%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/14a147 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.”

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: DARIANA CRUZ DE CASTRO E SILVA (OAB 28594/CE), ADV: HERBSTER DA SILVA PAULA (OAB 28878/CE), ADV: PRISCILA CRISTINA LOPES PAULA (OAB 41205/CE) - Processo 0151556-77.2018.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - TERCEIRA: C.A.S.L. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, exclusivamente, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 22 de março de 2022, às 13h30min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por por mandado, fazendo constar nos mandados que as diligências podem ser realizada por E-mail: simonelira2012@hotmail.com, whatsApp: (85) 98145-2064), com base no Provimento nº 10/2020 CGJCE. Ciência ainda ao MP.

ADV: RAFAEL MOURÃO ROCHA (OAB 24431/CE), ADV: ROBERTA ROCHA LEITAO MOURAO (OAB 27733/CE), ADV: SILVIA HELENA DE MELO SARMENTO (OAB 34247/CE) - Processo 0242692-53.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.S.L. - REQUERIDA: D.O.R. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, por meio de videoconferência, designo audiência de conciliação, por videoconferência, para o dia 28 de março de 2022, às 16h30min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seus advogados.

ADV: MAGDA MARIA LUZ (OAB 14765/CE) - Processo 0246217-77.2020.8.06.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: F.D.M. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 15 de março de 2022, às 14h00min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso

à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado. Ciência ainda ao MP.

ADV: MÁRCIO TORRES DE OLIVEIRA (OAB 36629/CE) - Processo 0265679-83.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: V.P.S. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 29 de março de 2022, às 14h00min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado.

ADV: IRACEMA NOGUEIRA DIOGENES SALDANHA (OAB 26711/CE) - Processo 0283002-04.2021.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: A.P.M. e outro - Destarte, diante do acima alinhado, e do mais que dos autos consta, com esteio nos art. 487, III, alínea “b”, do Código de Processo Civil, bem como o parecer Ministerial de fl. 27, homologo por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.1/7, cujas cláusulas fazem parte integrante desta sentença, considerando a licitude do pacto, que as partes são legitimas e estão devidamente representadas, bem como a falta de dado objetivo indicando vício de vontade. Sem custas, porque os requerentes são beneficiários da justiça gratuita.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: DARIANA CRUZ DE CASTRO E SILVA (OAB 28594/CE), ADV: HERBSTER DA SILVA PAULA (OAB 28878/CE), ADV: PRISCILA CRISTINA LOPES PAULA (OAB 41205/CE) - Processo 0151556-77.2018.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - TERCEIRA: C.A.S.L. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, exclusivamente, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 22 de março de 2022, às 13h30min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por por mandado, fazendo constar nos mandados que as diligências podem ser realizada por E-mail: simonelira2012@hotmail.com, whatsApp: (85) 98145-2064), com base no Provimento nº 10/2020 CGJCE. Ciência ainda ao MP.

ADV: RAFAEL MOURÃO ROCHA (OAB 24431/CE), ADV: ROBERTA ROCHA LEITAO MOURAO (OAB 27733/CE), ADV: SILVIA HELENA DE MELO SARMENTO (OAB 34247/CE) - Processo 0242692-53.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.S.L. - REQUERIDA: D.O.R. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, por meio de videoconferência, designo audiência de conciliação, por videoconferência, para o dia 28 de março de 2022, às 16h30min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seus advogados.

ADV: MAGDA MARIA LUZ (OAB 14765/CE) - Processo 0246217-77.2020.8.06.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: F.D.M. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 15 de março de 2022, às 14h00min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft Teams”. Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado. Ciência ainda ao MP.

ADV: MÁRCIO TORRES DE OLIVEIRA (OAB 36629/CE) - Processo 0265679-83.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: V.P.S. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 29 de março de 2022, às 14h00min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo “Microsoft

Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado.

ADV: IRACEMA NOGUEIRA DIOGENES SALDANHA (OAB 26711/CE) - Processo 0283002-04.2021.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: A.P.M. e outro - Destarte, diante do acima alinhado, e do mais que dos autos consta, com esteio nos art. 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil, bem como o parecer Ministerial de fl. 27, homologo por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.1/7, cujas cláusulas fazem parte integrante desta sentença, considerando a licitude do pacto, que as partes são legitimas e estão devidamente representadas, bem como a falta de dado objetivo indicando vício de vontade. Sem custas, porque os requerentes são beneficiários da justiça gratuita.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO LIMA FILHO (OAB 21013/CE), ADV: AMANDA GOMES ALBUQUERQUE (OAB 37455/CE) - Processo 0198128-57.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0226833-31.2020.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Dissolução - REQUERENTE: R.B.C. - REQUERIDO: C.A.L.M.F. - Designo audiência de conciliação, por meio de videoconferência, para o dia 4 de abril de 2022, às 13h30min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seus advogados.

ADV: SANZIO TEIXEIRA DE PAULA (OAB 11683/CE) - Processo 0230596-06.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: T.M.S.P. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, exclusivamente, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 22 de março de 2022, às 14h30min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado. Ciência ainda ao MP.

ADV: MARA ARAGAO PINHO (OAB 26184/CE) - Processo 0247474-40.2020.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.A.O.S. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, exclusivamente, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 22 de março de 2022, às 14h00min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado. Ciência ainda ao MP.

ADV: NAYRA CÂNDIDO FERREIRA (OAB 39987/CE) - Processo 0256254-32.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.M.M.A.P. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, exclusivamente, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 22 de março de 2022, às 15h00min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado. Ciência ainda ao MP.

ADV: AUGUSTO CÉSAR ARAÚJO BRAGA (OAB 35293/CE) - Processo 0258312-08.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: F.M.L. - Diante da Resolução nº 14/2020 do Órgão Especial do TJCE, que estabelece a realização de audiências, exclusivamente, por meio de videoconferência, designo a entrevista do(a) curatelando(a), por videoconferência, para o dia 22 de março de 2022, às 15h30min. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se

disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado. Ciência ainda ao MP.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: RAFAEL PEREIRA DE SOUZA (OAB 42191/CE), ADV: EDUARDO OLIVEIRA DIOGENES (OAB 38706/CE), ADV: ARQUIMEDES FAUSTINO LEITE (OAB 36578/CE) - Processo 0025344-06.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: A.R.M.N. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 30/03/2022 às 08:40h na sala VIRTUAL da HARMONIA 08, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: "Quanto ao pedido de tutela provisória, deixo para apreciá-lo após o contraditório, segundo inteligência da Súmula 358 do STJ. O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos. (Súmula 358, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2008, DJe08/09/2008, REPDJe 24/09/2008). Na forma da Resolução TJCE nº 05/2016 e em conformidade com o art. 165 do Código de Processo Civil, determino que sejam os autos encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para agendamento de audiência de conciliação. Considerando que não há dados para viabilizar a citação de forma eletrônica, conforme art. 246 do CPC/2015, com a nova redação introduzida pelo art. 44 da Lei nº 14.195/2, expeça-se mandado de citação para o promovido, fazendo constar que o prazo para contestação começará a contar da data da audiência a ser designada e realizada pelo CEJUSC. Intime-se o autor. Expedientes Necessários."

ADV: JOSÉ RIBAMAR JUNIOR (OAB 44735/CE) - Processo 0217227-42.2021.8.06.0001 - Habilitação para Casamento - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.R.J. - Designo audiência de ratificação e instrução, por meio de videoconferência, para o dia 31 de março de 2022, às 13h30min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Os advogados das partes devem intimar as testemunhas arroladas da audiência, nos termos do artigo 455 do CPC. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Intimem-se as partes através de seus advogados.

ADV: JOAO MARCELO RODRIGUES E SILVA (OAB 19879/CE), ADV: HERBERT DIEGO DIAS RODRIGUES (OAB 32823/CE), ADV: FRANCISCO FONSECA COELHO NETO (OAB 31853/CE), ADV: ROSSELY GUSMÃO MOTA DE ALBUQUERQUE (OAB 32689/CE) - Processo 0241729-79.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: D.N.L. - REQUERIDA: R.O.P. - Assim, diante do acima alinhado, e do mais que dos autos consta, com esteio nos art. 487, III, alínea "b", do CPC, bem como o parecer Ministerial de fl. 182, homologo por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.177/179 cujas cláusulas fazem parte integrante desta sentença. Sem custas, porque os requerentes são beneficiários da justiça gratuita. P.R.I. Arquivem-se, após as formalidades legais e trânsito em julgado.

ADV: KELLY ROBERTA DA SILVA CORREIA (OAB 30850/CE), ADV: RAIMUNDO FERNANDES FILHO (OAB 12673/CE), ADV: MICHEL BEZERRA FERNANDES (OAB 36499/CE) - Processo 0248049-48.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: L.A.S.M. - Designo a entrevista do(a) curatelando(a), por meio de videoconferência, para o dia 29 de março de 2022, às 15h00min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seu advogado. Ciência ao Ministério Público.

ADV: ROSANY ARAUJO PARENTE (OAB 25186/CE), ADV: CARLOS JOSÉ FEITOSA SIEBRA NETO (OAB 28196/CE), ADV: DIOVANNA CAMURÇA CORREIA (OAB 28444/CE), ADV: HANIEL COELHO ROCHA SILVA (OAB 31523/CE) - Processo 0256635-40.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.P.P.C. e outro - ALIMENTANDO: K.C.C.L. - Considerando a decisão de fls. 155/156, designo audiência de conciliação, por meio de videoconferência, para o dia 30 de março de 2022, às 15h30min, porém, fica facultado às partes manifestarem-se pela presencial. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE informados ao final deste despacho, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link não constará da publicação deste despacho, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio; b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Para comparecimento ao ato, intimem-se as partes por seus advogados.

ADV: ANA GABRIELA CORDEIRO DE SOUSA (OAB 42943/CE) - Processo 0284833-87.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Fixação - REQUERENTE: C.A.S. - Assim, com arrimo no § 6º do art. 226 da CF/88, com a redação que lhe conferiu a Emenda nº. 66, de 13 de julho de 2010 c/c arts. 731 e 487, III, alínea b, do Código de Processo Civil, homologo o Divórcio Consensual mediante o acordo de páginas 1/4, conforme cópias assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, ressalvado o direito de terceiros quanto aos imóveis, considerando que não foi juntada prova da propriedade, através da matrícula dos bens. Após o trânsito em julgado, expeça o mandado de averbação ao cartório competente, independentemente de pagamento de custas e emolumentos, porque as partes são beneficiarias da justiça gratuita. Cumpridos os expedientes necessários, arquive-se. Sem custas. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: ALMINO JÚNIOR FERREIRA LIMA (OAB 38045/CE), ADV: PATRICIA PONTES PORTO (OAB 41179/CE) - Processo 0188736-93.2019.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.A.M. - REQUERIDO: S.M.R.S.M. e outro - Conclusos. Designo a audiência de conciliação e instrução para 24 de fevereiro de 2022 às 10:00 horas, a ser realizada por intermédio do sistema Microsoft Teams, em razão da pandemia do Coronavírus e nos termos da Portaria de nº 636/2020 do TJCE e Resolução nº 314 do CNJ. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes Providências: a) utilização de fones de ouvido, se disponíveis, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio. A utilização de fones não é obrigatória, sendo possível ao participante ingressar na audiência caso não os tenha. b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. O link para acesso ao ato encontra-se ao final deste despacho, cujo conteúdo não será publicado, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo as partes a consulta ao despacho nos autos respectivos, bem como ser informada por mandado e por contato na presente Unidade, cujos canais são 34928576 (whatsapp) e for13fam@tjce.jus.Br Expedientes.

ADV: THIAGO SIQUEIRA DE FARIAS (OAB 21615/CE), ADV: AFONSO HENRIQUE DE LIMA CAMPOS TORRES (OAB 16340/CE) - Processo 0275434-34.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: G.C.P.M.F. - I.E.F.M. - Conclusos. Designo audiência de ratificação para o dia 21 de fevereiro de 2022 às 10:00 horas, a ser realizada por intermédio do sistema Microsoft Teams, em razão da pandemia do Coronavírus e nos termos da Portaria de nº 636/2020 do TJCE e Resolução nº 314 do CNJ. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes Providências: a) utilização de fones de ouvido, se disponíveis, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio. A utilização de fones não é obrigatória, sendo possível ao participante ingressar na audiência caso não os tenha. b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. O link para acesso ao ato encontra-se ao final deste despacho, cujo conteúdo não será publicado, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo as partes a consulta ao despacho nos autos respectivos, bem como ser informada por mandado e por contato na presente Unidade, cujos canais são 34928576 (whatsapp) e for13fam@tjce.jus.Br. Cite-se e intimem-se. Expedientes: intime-se as partes, através de seu advogado, via DJ.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: LANNA LEANDRO ESCOCIO (OAB 35034/CE) - Processo 0287052-73.2021.8.06.0001 - Extinção Consensual de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.S.F.S. e outro - Isto posto, considerando que os conviventes declaram-se solteiros e reconhecem a união estável iniciada em 26 de agosto de 2013 e terminando em 25 de novembro de 2020, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes na inicial e, JULGO O PROCESSO, fazendo-o por sentença, com resolução de mérito, para dissolver a União Estável do casal, Paulo Sérgio de Freitas Souza e Francisca Vilmar Marques Parente, com base nos artigos 1.723, do Código Civil c/c art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil, e por conseguinte, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: JULIO HENRIQUE COSTA CABRAL (OAB 22734/CE) - Processo 0278607-66.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.M.C. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 08:40h, na sala virtual Harmonia 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_M2ZlOTIxMjAtMGVhMS00OGNiLWJlM2ItNjQwYjdjNjQzOTIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2273ca5ed6-d03e-4361-a4eb-5bd7fd13c578%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/3a64ec OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br

ADV: CHRISTIANE MONTENEGRO MOREIRA CARACAS (OAB 33189/CE) - Processo 0279199-13.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.R.S.C. - Tratam-se de ação de Divórcio Consensual, cujas partes, Sandra Regina Silva Correia e José Romulo Mesquita Martins, qualificadas no corpo na inicial, assistidos por Patrono constituído, pretendem dissolver a sociedade conjugal existente entre ambos, por meio de acordo estipulado nos autos. É breve relatório. Examino. Durante a união, o casal gerou duas filhas, as quais são gêmeas, nascidas no dia 17/01/2003, possuindo 19 (dezenove) anos, portanto, sendo as duas maiores de idade. Os requerentes dispensam a prestação de alimentos entre si. Durante a união não houve constituição de bens. Pelo mais que dos autos consta, princípios legais aplicáveis à espécie, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes na inicial e, JULGO O PROCESSO, fazendo-o por sentença, com resolução de mérito, para decretar o DIVÓRCIO entre as partes, de acordo com o art. 1571, IV, do Código Civil c/c art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil. Ultimadas as providências legais, convalido a sentença, devidamente acompanhada de cópia de certidão de casamento, como Mandado de Averbação destinado ao Cartório competente, para que se insira à margem do registro de casamento, todos os dados concernentes ao presente Divórcio. Sem Custas para a parte autora, face à gratuidade da Justiça, com vantagens concedidas pelo Art. 98 do Código de Processo Civil, cabendo o processamento das averbações sem cobrança de emolumentos. Publique-se, Intime-se, Cumpra-se e, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: JULIO HENRIQUE COSTA CABRAL (OAB 22734/CE) - Processo 0278607-66.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.M.C. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 08:40h, na sala virtual Harmonia 04, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_M2ZlOTIxMjAtMGVhMS00OGNiLWJlM2ItNjQwYjdjNjQzOTIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2273ca5ed6-d03e-4361-a4eb-5bd7fd13c578%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/3a64ec OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br

ADV: CHRISTIANE MONTENEGRO MOREIRA CARACAS (OAB 33189/CE) - Processo 0279199-13.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.R.S.C. - Tratam-se de ação de Divórcio Consensual, cujas partes, Sandra Regina Silva Correia e José Romulo Mesquita Martins, qualificadas no corpo na inicial, assistidos por Patrono constituído, pretendem dissolver a sociedade conjugal existente entre ambos, por meio de acordo estipulado nos autos. É breve relatório. Examino. Durante a união, o casal gerou duas filhas, as quais são gêmeas, nascidas no dia 17/01/2003, possuindo 19 (dezenove) anos, portanto, sendo as duas maiores de idade. Os requerentes dispensam a prestação de alimentos entre si. Durante a união não houve constituição de bens. Pelo mais que dos autos consta, princípios legais aplicáveis à espécie, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes na inicial e, JULGO O PROCESSO, fazendo-o por sentença, com resolução de mérito, para decretar o DIVÓRCIO entre as partes, de acordo com o art. 1571, IV, do Código Civil c/c art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil. Ultimadas as providências legais, convalido a sentença, devidamente acompanhada de cópia de certidão de casamento, como Mandado de Averbação destinado ao Cartório competente, para que se insira à margem do registro de casamento, todos os dados concernentes ao presente Divórcio. Sem Custas para a parte autora, face à gratuidade da Justiça, com vantagens concedidas pelo Art. 98 do Código de Processo Civil, cabendo o processamento das averbações sem cobrança de emolumentos. Publique-se, Intime-se, Cumpra-se e, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: THIAGO MAIA NUNES (OAB 17465/CE) - Processo -

ADV: CINTHIA SOUZA DO CARMO (OAB 39037/CE) - Processo 0276532-54.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.K.L.M. e outro - Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da documentação de fls. 35/42. Expeçam-se as comunicações pertinentes ao ato designado na fl.33.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO (OAB 12716/CE) - Processo 0205391-38.2022.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Casamento - REQUERENTE: Francisco Jose dos Santos Silva e outro - Pelo mais que dos autos consta, princípios legais aplicáveis à espécie, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes na inicial e, JULGO O PROCESSO, fazendo-o por sentença, com resolução de mérito, para decretar o DIVÓRCIO entre as partes, de acordo com o art. 1571, IV, do Código Civil c/c art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil, devendo a ex-mulher voltar a usar o nome de solteira. Ultimados as providencias legais, convalido a sentença, devidamente acompanhada de cópia de certidão de casamento e de trânsito em jugado, como Mandado de Averbação, a ser enviada, via portal, ao Cartório competente, para que se insira a margem de casamento, todos os dados concernentes ao presente Divórcio.

ADV: ANA LETÍCIA TOMAZ DE VASCONCELOS (OAB 43111/CE), ADV: SARAH JULIA VASCONCELOS DE FREITAS (OAB 59234/DF) - Processo 0281413-74.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: O.R.O. - REQUERIDA: K.L.F.O. - Pelo mais que dos autos consta, princípios legais aplicáveis à espécie, HOMOLOGO o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação e, JULGO O PROCESSO, fazendo-o por sentença, com resolução de mérito, para decretar o DIVÓRCIO entre as partes, de acordo com o art. 1571, IV, do Código Civil c/c art. 487, inciso III, a, do Código de Processo Civil, devendo a ex-mulher retornar a usar o nome de solteira. Ultimadas as providências legais, convalido a sentença, devidamente acompanhada de cópia de certidão de casamento e de trânsito em jugado, como Mandado de Averbação, a ser enviada, via portal, ao Cartório competente, para que se insira a margem de casamento, todos os dados concernentes ao presente Divórcio. Custas processuais recolhidas pela parte requerente. Concedo o benefício da gratuidade judicial em proveito da parte promovida. Sem honorários, ante a natureza consensual. Publique-se, Intime-se, Cumpra-se e, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

EXPEDIENTES DA 14ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: RAFAEL EWERTON MESQUITA BARRETO (OAB 32555/CE) - Processo 0289505-41.2021.8.06.0001 - Divórcio

Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.A.B.N. e outro - Intimem-se os requerentes por meio de seu Advogado constituído conjuntamente, via DJe, para emendar a inicial no prazo de quinze dias e nos termos do art.321 do CPC, acostando aos autos a certidão de casamento, documento indispensável à continuidade da presente ação. Procedida a emenda, ouça-se o MP.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: RAFAEL EWERTON MESQUITA BARRETO (OAB 32555/CE) - Processo 0289505-41.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.A.B.N. e outro - Intimem-se os requerentes por meio de seu Advogado constituído conjuntamente, via DJe, para emendar a inicial no prazo de quinze dias e nos termos do art.321 do CPC, acostando aos autos a certidão de casamento, documento indispensável à continuidade da presente ação. Procedida a emenda, ouça-se o MP.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: JOSE ALEXANDRE DA SILVA (OAB 18954/CE) - Processo 0212892-58.2013.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: T.R.L. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua , pratiquei o ato processual abaixo: Considerando que a parte requerida já se manifestou sobre a planilha de cálculos (fls. 148/152) às fls. 154/155, intime-se a parte requerente, via DJe, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas da lei.

ADV: KRIZIA MUNIZ MIRANDA (OAB 43225/CE) - Processo 0237800-04.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.S.F. - Intime-se a parte autora através de seu advogado, via Dje, para se manifestar sobre o teor da certidão do oficial de justiça às fls. 53, indicando endereço correto da promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas da lei.

ADV: SAMIA SILVA DE LIMA (OAB 26115/CE) - Processo 0250715-85.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: F.A.C.S. - Intime-se a parte autora através de seu advogado, via DJe, para se manifestar sobre o teor da certidão do oficial de justiça às fls. 158 no prazo de 10 (dez) dias, indicando endereço correto do promovido, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

ADV: CARLOS ALBERTO LEITAO (OAB 4528/CE) - Processo 0399731-51.2000.8.06.0001 - Divorcio litigioso - Oferta - REQUERENTE: J.A.R. - Intime-se a parte requerente do pedido de fls. 153 através de seu advogado, via DJe, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias quanto ao cumprimento do determinado no despacho de fl. 154.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: THYAGO ALVES DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 30390/CE) - Processo 0203448-83.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.N.A.L.S. - Vistos etc. Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso, em que a parte promovente manifestou expresso desejo de desistir de sua continuidade, conforme petição de fl. 16. É o breve Relatório Decido. Posto isso, e não havendo contestação da parte ré, extingo o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Sem custas, face ao benefício da gratuidade. P.R.I. Arquive-se com a devida baixa.

ADV: DEYVERSON MEDEIROS MENDONCA (OAB 37617/CE) - Processo 0249328-35.2021.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Decisão - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Antonio Gustavo Rabelo Andrade e outros - De ordem do MM Juiz de Direito, Dr. José Mauro Lima Feitosa, em cumprimento ao disposto no Provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça do Ceará (Diário da Justiça do Ceará de 10/01/2019), pratiquei o seguinte ato processual: Abra-se vista ao representante do Ministério Público para manifestação, como já determinado à fl. 50.

ADV: EVANILDO DA SILVA BERNARDINO (OAB 41621/CE) - Processo 0252717-28.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.R.S. - Levando em conta informação prestada à fl. 33, com o telefone de contato da parte requerida, cite-se e intime-se a parte promovida, intimando-se igualmente a parte promovente, para que compareçam à nova audiência a ser designada e realizada pelo CEJUSC (Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania), neste Fórum Clóvis Beviláqua, cientificando a parte ré de que, não havendo acordo, poderá apresentar resposta à pretensão autoral, no prazo de 15 dias, contados a partir da audiência de conciliação, sob pena de revelia e confissão quanto aos fatos descritos na inicial, conforme art. 335, I, do CPC. As partes deverão ser advertidas de que a ausência injustificada à audiência acima designada será considerada ato atentatório à dignidade da justiça, com a aplicação de multa, consoante o disposto no art. 334, § 8º, do CPC.

ADV: KAROLINY OTAMIRES PESTANA ALHADEF (OAB 25875/CE) - Processo 0262000-75.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: S.S.L. e outro - Posto isso, indefiro a inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, inciso I, todos do CPC. Sem custas. P.R.I.

ADV: TANIA MARIA CARNEIRO SILVA (OAB 6466/CE) - Processo 0848549-75.2014.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.S.T.F. - Posto isso, e demonstrada a desídia da parte autora, extingo o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: JERONIMO MOREIRA GOMES (OAB 22865/CE) - Processo 0205788-97.2022.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: Maurilio Ciriêudo Braga Monteiro e outro - Processe-se sob segredo de justiça, nos termos do art. 189, inciso II, do CPC. Defiro a gratuidade postulada, sem prejuízo de reavaliação. Intimem-se os promoventes, por seu patrono constituído, via DJe, para que emende a inicial, em quinze dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art.

321, parágrafo único, do CPC, informando as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges, conforme disposto no art. 731, II, do CPC; informando que índice será utilizado para correção do valor dos alimentos; corrigindo o nome do cônjuge virago, conforme certidão de casamento de fl. 23, e informando se este voltará a usar o nome de solteiro. Expedientes necessários.

ADV: FLAVIO JACINTO DA SILVA (OAB 6416/CE), ADV: RAÍSA SALES PEREIRA (OAB 33346/CE) - Processo 0215560-21.2021.8.06.0001 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: A.A.S. - REQUERIDA: L.M.B.T. - Designo audiência de Instrução para o dia 10/03/2022, às 14h:45min, com intimação das partes através de seus patronos constituidos, via D.J-e, devendo as testemunhas eventualmente arroladas ou que venham a sê-lo, desde que em tempo hábil, serem intimadas pelos respectivos advogados, como preceitua o art. 455 e seguintes, do CPC, ficando todos cientes de que a referida audiência deverá ocorrer por videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, com o comparecimento no dia e hora determinados. Os links e QR Code, como opção para acesso à audiência, encontram-se ao final desta decisão, cujo conteúdo não será publicado, por tramitar o presente feito sob segredo de justiça. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) Utilização de fones de ouvido, se disponíveis, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio. A utilização de fones não é obrigatória, sendo possível ao participante ingressar na audiência, caso não os tenha. b) No momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado, portando documento oficial com foto, como forma de identificação. c) Aguardar, caso ainda não haja representante da Vara. Qualquer que seja o aparelho utilizado para a audiência, quer seja computador, laptop, tablet ou celular, se faz necessário o uso de microfone e câmera. Informo que, por ocasião da audiência, será feita a lavratura do termo nos autos, com a gravação do ato, nos termos da Resolução 314, do CNJ e, posteriormente, inserida no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Dê-se ciência desta decisão aos patronos das partes, via DJ-e. Dê-se ciência ao representante ministerial, via portal.

ADV: JOAO EDELARDO FREITAS JUNIOR (OAB 17495/CE), ADV: JOSE LUCAS OLIVEIRA RAMOS (OAB 38604/CE), ADV: DAVI GURGEL DUMONT (OAB 39626/CE) - Processo 0223463-10.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família (Voluntário) - REQUERENTE: M.C.P. - REQUERIDA: A.S.A. - Designo audiência de Instrução para o dia 10/03/2022, às 14h:45min, com intimação das partes através de seus patronos constituídos, via D.J-e, devendo as testemunhas eventualmente arroladas ou que venham a sê-lo, desde que em tempo hábil, serem intimadas pelos respectivos advogados, como preceitua o art. 455 e seguintes, do CPC, ficando todos cientes de que a referida audiência deverá ocorrer por videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, com o comparecimento no dia e hora determinados. Os links e QR Code, como opção para acesso à audiência, encontram-se ao final desta decisão, cujo conteúdo não será publicado, por tramitar o presente feito sob segredo de justiça. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) Utilização de fones de ouvido, se disponíveis, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio. A utilização de fones não é obrigatória, sendo possível ao participante ingressar na audiência, caso não os tenha. b) No momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado, portando documento oficial com foto, como forma de identificação. c) Aguardar, caso ainda não haja representante da Vara. Qualquer que seja o aparelho utilizado para a audiência, quer seja computador, laptop, tablet ou celular, se faz necessário o uso de microfone e câmera. Informo que, por ocasião da audiência, será feita a lavratura do termo nos autos, com a gravação do ato, nos termos da Resolução 314, do CNJ e, posteriormente, inserida no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Dê-se ciência desta decisão aos patronos das partes, via DJ-e.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: GUSTAVO LOPES DE SOUZA (OAB 29149/CE) - Processo 0276588-87.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.B.O. e outro - designo sessão de Mediação para a data de 30/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 05, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_ZGJhZmNhYTUtNTY5MS00YzAxLThkODItMWEyNmM1MjM5YmE3%40threa d.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%224c846033-97e0-4cef-ade9-7621931ea048%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/bfd249 OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 16ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: FRANCISCO HELDER ALVES DO NASCIMENTO (OAB 8638/CE), ADV: FRANCISCA LEONEIDE LIMA SOUZA (OAB 23875/CE) - Processo 0259182-53.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: L.S.M. - C.A.S. - Eis o breve relatório, DECIDO. No caso, evidencia-se que a situação fática delineada na petição inicial permanece inalterada. Dando prosseguimento ao feito, em impulso oficial, considerando os elementos de prova já carreados aos autos deste processo e a delicada situação de saúde da enferma, entendo que as ações de curatela, como esta, merecem especial atenção. Nessa toada, a fim de evitar maiores prejuízos a curatelanda, que necessita de representação devida para administrar sua vida civil, notadamente gerenciar seus recursos financeiros, utilizados em sua subsistência, urge a apreciação da renovação do Alvará Provisório anteriormente concedido, evitando assim uma solução de continuidade, mesmo sem requerimento formal para tal medida. Desse modo, diante da probabilidade de direito e fundado receio de dano ou de risco ao resultado útil do processo decorrente do lapso temporal necessário à tramitação deste processo, ratificando a Curatela Provisória já concedida nestes autos, determino a expedição de novo Alvará Provisório, com prazo de validade de 120 (cento e cinte) dias, devendo ser elaborado com as cautelas de estilo e observando os mesmos poderes conferidos no alvará anterior (fl. 107). No mais, em face dos princípios da celeridade e efetividade processuais, providenciado o expediente acima, e certificado o prazo sem que tenha

ocorrido impugnação (vence em 24/01/2020), ouça-se a Curadora Especial (artigo 752, § 2º, do CPC). Por fim, apresentadas as respostas aos quesitos de perícia médica formulados às fls. 110/111, o presente feito deverá então seguir com vista ao Ministério Público para parecer meritório, caso não haja necessidade de realização de diligência. Intimações de estilo dos advogados constituídos, via DJ local, acerca do teor deste decisum. Expedientes e atos necessários e urgentes, na ordem acima estabelecida.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: LUIZ IATAGAN CAVALCANTE ROCHA (OAB 25680/CE) - Processo 0185966-30.2019.8.06.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: M.J.S.S.S.M. - Rh. 1. Em observância ao contraditório, intime-se a exequente, por meio de seu patrono, via DJE, para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se acerca da petição e documentos de fls. 101/105. 2. Após decurso do prazo, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: PAULO SERGIO PASSOS URANO DE CARVALHO (OAB 12842/CE), ADV: MARIANA URANO DE CARVALHO CALDAS (OAB 29623/CE) - Processo 0162340-16.2018.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: V.V.C.R.R.S.C.S.G.L.C.S. - Rh. Intime-se a parte exequente, por seu patrono constituído à fl. 219, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se há débito remanescente a ser adimplido, juntando a respectiva planilha de cálculos.

ADV: MARCELA RIVANDA COELHO PEREIRA LIMA (OAB 21540/CE), ADV: JOSE LEITE DE CARVALHO NETO (OAB 26083/CE) - Processo 0859803-45.2014.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.M.F.D. - ALIMENTANDA: M.C.F. e outro - Rh. 1. Considerando que não houve aquiescência do promovido ao acordo proposto pela parte autora no termo de fls. 143/144, assim como a ausência de interesses das partes na produção de prova oral, declaro encerrada a fase instrutória do feito. 2. Intimem-se as partes, por seus respectivos patronos, via DJE, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, apresentem razões finais escritas. 3. Após decurso do prazo, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público para exarar parecer meritório.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA FILHO (OAB 27143/CE) - Processo 0184877-06.2018.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - REQUERIDO: R.C.A.S. - Vistos em interlocutória. Em face do comando contido no artigo 10 do Código de Ética e Disciplina da OAB, indefiro o pedido de substabelecimento formulado à fl. 251, uma vez que o presente feito encontra-se julgado, transitado e arquivado definitivamente. Art. 10. Concluída a causa ou arquivado o processo, presumem-se o cumprimento e a cessação do mandato. Após expediente necessário de intimação, que os autos deste feito permaneçam arquivados.

ADV: JOSE EDIGAR BELEM MORAIS (OAB 10211/CE), ADV: IGOR LEITÃO CHAVES CRUZ (OAB 39741/CE) - Processo 0205100-38.2022.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.B.A.S. - Relatado, DECIDO. Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 189, inc. II do CPC. Aplicáveis na espécie as disposições dos artigos 693 e seguintes do CPC. Defiro a gratuidade judiciária a requerente, à luz da declaração de hipossuficiência acostada à fl. 14. Reservo-me para apreciar o pedido de alimentos provisórios em prol da autora após estabelecido o contraditório e a juntada de alimentos de prova convincentes da alegada paternidade requerida na peça inicial. Desnecessária a intervenção ministerial, visto que não se enquadra no comando contido no artigo 698 do CPC. Dando seguimento ao feito, DETERMINO o encaminhamento dos presentes autos ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação ou mediação (artigo 698 e ss., do CPC), salientando que na hipótese de não haver acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado o artigo 335 do CPC. CITE-SE pessoalmente o promovido para comparecer à audiência de mediação (conciliação) a ser designada e realizada pelo CEJUSC (Centro Judiciário de Soluções de Conflito e Cidadania), neste Fórum Clóvis Beviláqua. Atente-se para a circunstância de que o mandado de citação conterá apenas os dados necessários e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (art. 695, parágrafo 1º do CPC). Observe-se que a citação deverá ocorrer com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência, devendo as partes comparecerem ao ato acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos, conforme a hipótese. Caso não seja alcançado acordo na ocasião, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado o art. 335 e seguintes do CPC. Assim, deve ser a promovida advertida de que a partir da data da audiência, na hipótese de não haver acordo ou não comparecendo qualquer das partes, será iniciada a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação, por parte da parte ré, de resposta aos termos da petição inicial, sob pena de continuidade do processo à sua revelia e, em sendo o caso, presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor (art. 335, inc. I c/c 344 do CPC). Por fim, encaminhe-se o feito ao CEJUSC, a fim de que se agende a referida audiência de conciliação. Expedientes e atos necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA FILHO (OAB 27143/CE) - Processo 0184877-06.2018.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - REQUERIDO: R.C.A.S. - Vistos em interlocutória. Em face do comando contido no artigo 10 do Código de Ética e Disciplina da OAB, indefiro o pedido de substabelecimento formulado à fl. 251, uma vez que o presente feito encontra-se julgado, transitado e arquivado definitivamente. Art. 10. Concluída a causa ou arquivado o processo, presumem-se o cumprimento e a cessação do mandato. Após expediente necessário de intimação, que os autos deste feito permaneçam arquivados.

ADV: JOSE EDIGAR BELEM MORAIS (OAB 10211/CE), ADV: IGOR LEITÃO CHAVES CRUZ (OAB 39741/CE) - Processo 0205100-38.2022.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.B.A.S. - Relatado, DECIDO. Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 189, inc. II do CPC. Aplicáveis na espécie as disposições dos artigos 693 e seguintes do CPC. Defiro a gratuidade judiciária a requerente, à luz da declaração de hipossuficiência acostada à fl. 14. Reservo-me para apreciar o pedido de alimentos provisórios em prol da autora após estabelecido o contraditório e a juntada de alimentos de prova convincentes da alegada paternidade requerida na peça inicial. Desnecessária a intervenção ministerial, visto que não se enquadra no comando contido no artigo 698 do CPC. Dando seguimento ao feito, DETERMINO o encaminhamento dos presentes autos ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação ou mediação (artigo 698 e ss., do CPC), salientando que na hipótese de não haver acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado o artigo 335 do CPC. CITE-SE pessoalmente o promovido para comparecer à audiência de mediação (conciliação) a ser designada e realizada pelo CEJUSC (Centro Judiciário de Soluções de Conflito e Cidadania), neste Fórum Clóvis Beviláqua. Atente-se para a circunstância de que o mandado de citação conterá apenas os dados necessários e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (art. 695, parágrafo 1º do CPC). Observe-se que a citação deverá ocorrer com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência, devendo as partes comparecerem ao ato acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos, conforme a hipótese. Caso não seja alcançado acordo na ocasião, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado o art. 335 e seguintes do CPC. Assim, deve ser a promovida advertida de que a partir da data da audiência, na hipótese de não haver acordo ou não comparecendo qualquer das partes, será iniciada a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação, por parte da parte ré, de resposta aos termos da petição inicial, sob pena de continuidade do processo à sua revelia e, em sendo o caso, presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor (art. 335, inc. I c/c 344 do CPC). Por fim, encaminhe-se o feito ao CEJUSC, a fim de que se agende a referida audiência de conciliação. Expedientes e atos necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: ANA KAROLINA MEDEIROS SALES (OAB 24879/CE) - Processo 0204597-17.2022.8.06.0001 - Sobrepartilha - Partilha - REQUERENTE: Antonio Gentil Sousa Carvalho e outro - Rh. Cuida-se de ação de sobrepartilha posterior ao divórcio do casal, em procedimento de jurisdição voluntária, impetrado pelos fundamentos fáticos e jurídicos contidos na petição inicial. Após leitura dos autos deste processo, verifico que foi distribuído por dependência a ação de divórcio, processo n. 0179791-54.2018.8.06.0001/0, que tramitou perante este juízo e que se encontra na situação de arquivado definitivamente. No entanto, visando a regularidade formal do presente feito, DETERMINO que os requerentes, por seus advogados, sejam intimadom para emendarem a peça inicial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo a seguinte situação: nos autos da ação de divórcio acima mencionada, restou efetivada a partilha dos bens que o casal informou que adquiriram durante o matrimônio, qual seja: 49% do capital social da empresa Farmácia e Drogaria Imediata Ltda-ME, que representa R$ 24.000,00, que ficou com o cônjuge virago; e 50% do capital social da empresa Açai Ltda-ME, no valor de R$ 10.000,00, que ficou com o cônjuge varão. No entanto, não mencionaram naqueles autos a existência do bem imóvel descrito na inicial desta ação de sobrepartilha, qual seja: um apartamento nº 302, tipo B1, situado no 3º pavimento do Edifício Grand Solarium, situado nesta capital, na Rua Adualdo Batista, nº 1360, objeto da matrícula nº 77.115 do Registro de Imóveis da 1ª Zona. Caso seja certificado o decurso de prazo, com ou sem manifestação dos requerentes, atendendo à determinação acima descrita, retornem os autos imediatamente conclusos para deliberação e impulso oficial. Expediente pertinente.

ADV: THIAGO DE SARGES SANTOS (OAB 3839/AP) - Processo 0204701-09.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: M.A.C. e outro - Rh. Cuida-se de ação de exoneração de alimentos, na modalidade consensual, envolvendo as pessoas acima nominadas, pelos fundamentos fáticos e jurídicos contidos na petição inicial. O pedido principal formulado nesta ação envolve a cessação do pensionamento fixado nos autos da ação principal, que homologou acordo de dissolução de união de fato cumulada com pagamento de alimentos pelo pai em benefício do filho, no percentual de 10% (dez) por cento da remuneração percebida pelo alimentante no cargo de Advogado da União, uma vez que o filho já atingiu a maioridade civil e concluiu o curso superior em direito, razão porque não mais necessita da verba alimentar anteriormente fixada, tudo consoante noticiado na peça atrial. No entanto, após leitura da petição inicial desta ação, verifico a necessidade de regularização formal desta, razão porque DETERMINO a intimação dos requerentes, na pessoa do advogado constituída, via DJ local, para emendar a peça inicial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, nos seguintes termos: I. trazer aos autos deste processo a cópia da sentença homologatória do acordo mencionado na exordial que fixou os alimentos em prol do alimentado; II. trazer aos autos deste processo os comprovantes de pagamento das despesas processuais iniciais (custas iniciais) devidas, salientando que a guia deverá ser emitida com o abatimento do valor de 40% (quarenta por cento), por se tratar de procedimento consensual, nos termos previstos no artigo 3º da Lei Estadual n. 16.132, de 01/11//2016, uma vez que o autor não se enquadra na situação de hipossuficiência deduzida no artigo 5º, LXXIV, da CF/88, c/c 98 do CPC e artigo 4º da LA (Lei n. 5.478/68), salientando que a declaração de pobreza é dotada de presunção relativa. Certificado o decurso de prazo acima, com manifestação da parte interessada, atendendo às determinações acima descritas, que os autos deste processo retornem conclusos para impulso oficial; caso contrário, será apreciado o comando contido no artigo 290 do CPC: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Expediente pertinente.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: TIAGO MARTINS DE OLIVEIRA (OAB 24869/CE) - Processo 0202469-24.2022.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.P.S.F. e outro - R.h. Diante da necessidade de atendimento ao parecer ministerial de fl. 24, verifico a necessidade de regularização formal da inicial, razão porque DETERMINO a intimação dos requerentes, na pessoa do advogado constituído, via DJ local, para emendá-la, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo assinar a peça e incluírem as disposições relativas à pensão alimentícia em benefício da filha M.F.T.S (fl. 21). Caso seja certificado o decurso de prazo com ou sem manifestação da parte interessada, atendendo às determinações acima descritas, que os autos deste processo retornem conclusos (artigos 321, § único e 731, IV, todos do CPC). Expediente pertinente.

ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA FILHO (OAB 27143/CE) - Processo 0258646-42.2021.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Alimentos - REQUERIDO: Rodrigo Cesar Alencar e Silva - R.h. Recebo o instrumento de substabelecimento acostado à fl. 113 destes autos. DETERMINO que o Gabinete da Vara providencie o cadastro do advogado, Dr. Eugênio Duarte Vasques, OAB/CE 16.040, no sistema de informática (SAJ), para que possa ter acesso aos autos deste 'cumprimento de sentença' na defesa dos interesses do executado. Diante das manifestações da exequente às fls. 83/87 e 95/112, bem como do executado às fls. 89/93, INTIME-SE o executado, por seu advogado, para que dentro do prazo de 03 (três) dias efetue o pagamento do débito alimentar apontado pela exequente à fl. 112, sob pena de prisão e protesto do pronunciamento judicial, consoante estabelece o art. 528, caput e § 3º, do CPC. Intimações das partes, nas pessoas dos advogados constituídos.

EXPEDIENTES DA 17ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0067/2022

ADV: ARLETE APARECIDA AMENT DAMASCENO (OAB 96946/SP) - Processo 0121974-32.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXECUTADO: A.V.V. - Defiro o pedido elencado em fl. 272 e documento de fl. 273, e consequentemente determino a habilitação da advogada subscritora. Empós, intime-se a patrona constituída do teor do presente despacho.

ADV: CLARISSA VIEIRA BATISTA (OAB 42751/CE) - Processo 0200882-64.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.K.S.S.L. - Cls. R. Hoje. Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso c/c antecipação de tutela c/c Alimentos Provisórios e Guarda proposta por Debora Karoline dos Santos de Souza Landim em face de Evildson Vasques Landim Gadelha, devidamente qualificados na exordial de fls. 01/15, que veio instruída com documentos de fls. 16/28. A requerente informou em apertada síntese, que conviveu maritalmente durante 12 (doze) anos com o promovido, contudo, formalizaram matrimônio aos 19/05/2019, tendo a relação se deteriorado muito rapidamente, em virtude do comportamento de desinteresse do mesmo, estando separados de fato, há 11 (onze) meses, inexistindo por ambos, qualquer ânimo de continuidade do matrimônio. Arguiu que desta união adveio o nascimento de 02 (dois) filhos, JOÃO VASQUES LANDIM SEGUNDO, nascido em 12/10/2011 e MARIA EDUARDA VASQUES DE SOUSA LANDIM, nascida em 21/04/2017. Na constância do casamento amealharam os bens descritos à fl.05, propondo sua partilha conforme item 4.5. A guarda dos filhos permanecerá com o cônjuge virago, podendo o genitor visitar seus filhos, na forma descrita no item 4.4, fl. 05. Requereu alimentos provisionais em tutela de urgência, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em favor dos filhos menores, a ser depositado na conta informada à (fl.04). Ao fim postulou a decretação do divórcio e o retorno de uso do nome de solteira. Ante a cumulatividade dos pedidos formulados, a presente ação tramitará sob o rito comum, podendo a parte autora, caso queira, optar por rito de maior celeridade, renunciar aos pedidos pertinentes à partilha, a fim de serem discutidos em ação específica. A autora logrou informar número de telefone de contato do requerido (fl.01). A prova pré-constituída do parentesco faz-se presente pelo exame das certidões de nascimento dos menores (fls. 24/25), porém, necessário, antes da apreciação da tutela requerida, entendo por necessária proceder a regularização formal dos presentes autos razão porque, determino que se intime a requerente, através de sua advogada constituída, para, emendar a peça inicial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 319, VI e 320, ambos do CPC, para: 01) trazer aos autos os documentos pertinentes aos bens amealhados pelo casal, anexando a matrícula imobiliária atualizada dos imóveis indicados na exordial como sendo patrimônio comum, podendo ainda, em relação aos bens imóveis, caso ainda não possua matrícula, apresentar documento comprobatório de posse. 02) em caso de inexistência de documentos que individualizem ou comprovem a propriedade dos bens indicados, poderá renunciar aos pedidos referentes à partilha, a fim de ser apreciada posteriormente, através de ação própria, quando estiverem com sua documentação regularizada. Caso seja certificado o decurso de prazo com manifestação da parte autora, atendendo às determinações contidas nos itens acima descritos, retornem os autos conclusos; caso contrário, não sendo cumprida a diligência, cumprir-se-á o comando contido no artigo 321, § único, do CPC, com o indeferimento da inicial. Expedientes pertinentes.

ADV: MANOELA ALMEIDA GOMES (OAB 39087/CE), ADV: GABRIELA DANTAS DE SOUZA (OAB 40353/BA) - Processo 0235799-46.2021.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: G.C.S. - REQUERIDO: A.O.P.M. - Visto, etc. Trata-se de Ação de Guarda Unilateral c/c Alimentos proposta por Gleiciane Correia da Silva, visando aos interesses da filha Odara Maria da Silva Mendes, menor impúbere nascida em 08/03/2018, contra Alberto Ozorio Passos Mendes. Em uma análise perfunctória dos autos, vê-se que a autora, após discorrer em detalhes sobre os fatos que a levaram a ingressar com a presente ação, o que fez por meio da petição inicial e das peças e documentos acostados às fls. 01/45; 48/67 e 69, eis que o réu compareceu espontaneamente ao processo, por suas advogadas legalmente constituídas, suprindo a falta de sua citação, apresentando contestação com pedido de reconvenção (fls. 82/272). Em sua contestação/reconvenção, o promovido rebateu os fatos e argumentos expendidos pela promovente em sua petição inicial, tendo, em sede de preliminares, pugnado pela concessão do benefício da assistência judiciária e suscitado a incompetência deste juízo para processar e julgar o feito, ante o argumento de que o foro de domicílio da genitora da menor e detentora de sua guarda de fato é a comarca de Salvador-BA, onde aquela ocupa cargo público efetivo. No mérito, requereu para si a guarda unilateral da filha cumulado com pedido de alimentos, alegando que a genitora da menor, ora promovente, pratica alienação parental e não tem condições de cuidar da criança, em razão de sofrer de graves distúrbios psíquicos. Anexou à sua peça contestatória/reconvenção cerca de 60 arquivos de mídias digitais (fls. 214/272). Em réplica à contestação/reconvenção às fls. 273/308, a autora, em sede de preliminares, impugnou o pedido de assistência judiciária formulado pelo réu, alegando que há inúmeras evidências de que o requerido tem condições de pagar as custas, uma vez que é proprietário de vários imóveis, além de ostentar uma vida abastada nas redes sociais. Em seguida refutou as assertivas do promovido, o qual questionou a higidez de sua saúde mental, bem como afirmou que ela estaria residindo atualmente ne cidade de Salvador-BA, tendo esta admitido que, de fato, foi diagnosticada em 2018 com transtornos de adaptação, mas realizou tratamento à época e atualmente se encontra bem de saúde e sem apresentar nenhum problema. Ademais, reiterou que está residindo com a filha na cidade de Fortaleza-CE, onde trabalha normalmente em regime de home office, tendo, para tanto, acostado comprovante de residência nos autos. Eis o sucinto relatório. No que versa à apresentação de diversas mídias pelo promovido, embora ora se reconheça que às partes deve ser assegurado, pelo acesso à Justiça, a defesa dos direitos que acreditam possuir, devem fazê-lo de forma adequada para que a demanda atinja sua finalidade. Nessa senda, destaca-se a importância de observar princípio balizador da atual sistemática processual civil, a cooperação de todos os sujeitos do processo, postura necessária para garantir a celeridade e a obtenção de uma decisão justa e efetiva (art. 6º do CPC). Nessa linha de pensamento, não basta a juntada pela parte de prova por meio de diversos arquivos digitais, cujo tamanho, conteúdo,

data do fato apresentado e pertinência não se tem conhecimento. Sua aceitação como prova dependerá de esclarecimentos a serem prestados pela parte, no intuito de demonstrar a utilidade para esclarecimento da questão apresentada. Acrescente-se que não se mostra razoável, diante da alta demanda processual e escassez de servidores, atribuir ao Juízo a verificação do conteúdo de tais arquivos para só então avaliar a sua pertinência como prova, nos termos do art. 370 do CPC, com prejuízo razoável duração do feito, cuja responsabilidade é compartilhada por todos os atores do processo. Assim, imbuída da obrigação de velar pela celeridade e acolher somente as provas necessárias ao julgamento de mérito, determino que a parte promovida, com fundamento nos princípios da cooperação e da boa-fé objetiva, no prazo de 15 dias, no tocante às mídias acostadas: a) especifique, quanto a cada mídia apresentada, a data de criação, duração da mídia, onde e como foram obtidos, quem consta das imagens; b) informe detalhadamente o conteúdo de cada arquivo e proceda à transcrição dos diálogos. Sem prejuízo da manifestação acima, ouça-se o Representante do Ministério Público para manifestação acerca do pedido de guarda provisória c/c alimentos e demais pleitos suscitados nestes autos, considerando que o presente feito trata de interesse de incapaz. Com a manifestação ministerial, voltem os autos imediatamente conclusos. Expedientes urgentes e necessários. Intimem-se as partes, por seus advogados, via DJ-e. Fortaleza, 24 de janeiro de 2022. Natália Almino Gondim Juíza de Direito

ADV: ANA GABRIELLA GOMES MENEZES (OAB 25966/CE) - Processo 0285698-13.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.S. - Desta feita, intime-se a parte autora, por meio de seus patronos (via DJ-e), para no prazo de quinze dias emendar a inicial, nos termos dos arts. 319 e 321 do CPC, no sentido de: (a) retificar o polo passivo da demanda, devendo constar a Sra. Mônica Silva de Castro como parte demandada; (b) juntar aos autos procuração com ou sem poderes especificos para atuar nos autos em nome da parte autora; (c) juntar aos autos declaração de hipossuficiência financeira, que possibilitem a análise da postulação de gratuidade judiciária ou, recolher as custas devidas, no prazo de 15 (dez) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, CPC/2015). Exp. Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2022

ADV: JONATAS COUTINHO CAMPELO (OAB 30878/CE) - Processo 0268224-29.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: R.S.C. - designo sessão de Mediação para a data de 30/03/2022 às 08:40h na sala virtual Harmonia 06, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MmI5ODM3NjMtMjE3NC00MGFmLTk0NTUtZmRkODA2ZDAwMjFm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220ccf17b0-9e8d-42ee-9851-f23697fa2a9a%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/60ddfb OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2022

ADV: ANA PATRICIA JANJA QUEZADO (OAB 28036/CE) - Processo 0228425-76.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.M.H.G.B. e outro - Vistos, etc. Recebo a petição anexada pelos requerentes à fl. 144. Trata-se de reiteração de pleito expressamente formulado na petição inicial, no tocante à renúncia do prazo recursal, cumulado com pedido de emissão das custas de diligência referente à expedição de mandados ao cartório de registro civil para averbação do divórcio, bem como de mandados de registro de imóvel aos cartórios competentes. Analisando os pedidos, não vejo óbices ao seu deferimento, haja vista que: 1) com relação à renúncia expressa do prazo recursal, trata-se de um direito dos peticionários, manifestado livremente por ambos os divorciandos, pessoas maiores e civilmente capazes, desde o início da ação e que, ademais, não acarreta nenhuma repercussão perante terceiros, razão pela qual hei por bem deferir o pleito dos requerentes para declarar neste azo o trânsito em julgado da sentença de divórcio prolatada às fls. 139/141 destes autos; 2) no que diz respeito ao pedido de emissão das custas de diligência, também o defiro, considerando que a expedição de mandados aos cartórios respectivos para a necessária averbação do divórcio e o registro dos bens partilhados está condicionada à comprovação de pagamento das referidas custas, razão por que determino que a SEJUD 1.º Grau proceda à emissão dos referidos expedientes. Com as informações nos autos, faça-se conclusão. Intimem-se os requerentes, por sua advogada, via DJ-e. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 18 de janeiro de 2022. Natália Almino Gondim Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: JOAO MARCELO LIMA PEDROSA (OAB 12511/CE), ADV: WILLIAM MAGALHÃES LESSA (OAB 32848/CE) - Processo 0265019-89.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: R.C.L.L. - REQUERIDO: D.S.T.C.L. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Tipo da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> na data de Data da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> às Hora de Início da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> na sala VIRTUAL da Descrição da Sala da Audiência Selec. \<\< Informação indisponível \>\>, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do CISCO WEBEX.Mediação para a data de 17/05/2022 às 13:40h na sala virtual Harmonia 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: “Cls. R. Hoje. Recebo a petição e os documentos acostados às fls. 43/45. Diante da manifestação da parte promovida nos autos, declaro o seu comparecimento espontâneo, nos termos do art. 239, §1º do Novo Código de Processo Civil, suprida, portanto, a citação da parte ré, com a consequente angularização da situação processual. Como ainda pendente a designação da audiência conciliatória, a ser realizada pelo CEJUSC, fica ciente a parte

promovida que a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação, por parte da promovida, de resposta aos termos da inicial, sob pena de continuidade do processo à sua revelia e, em sendo o caso, presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor (art. 335, inc. I c/c 344 do CPC) será iniciada na data da audiência, caso não seja alcançado acordo na ocasião, ou se ausente qualquer das partes. Deverá o Gabinete da Vara habilitar o patrono constituído no instrumento procuratório de fl. 45, providenciando as alterações necessárias junto ao cadastro do feito no sistema SAJPG. Declaro sem efeito o link disponibilizado equivocadamente na decisão de fls. 33/34 e, diante do teor da certidão de fl. 40, determino que sejam os autos encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para agendamento da audiência prévia de conciliação, de acordo com a Resolução TJCE nº 05/2016, em conformidade com o art. 165 do Código de Processo Civil. Desta intimem-se as partes, por seus advogados, via DJE. Exp. Necessário."

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: JOAO MARCELO LIMA PEDROSA (OAB 12511/CE), ADV: WILLIAM MAGALHÃES LESSA (OAB 32848/CE) - Processo 0265019-89.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: R.C.L.L. - REQUERIDO: D.S.T.C.L. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Tipo da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> na data de Data da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> às Hora de Início da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> na sala VIRTUAL da Descrição da Sala da Audiência Selec. \<\< Informação indisponível \>\>, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do CISCO WEBEX.Mediação para a data de 17/05/2022 às 13:40h na sala virtual Harmonia 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: "Cls. R. Hoje. Recebo a petição e os documentos acostados às fls. 43/45. Diante da manifestação da parte promovida nos autos, declaro o seu comparecimento espontâneo, nos termos do art. 239, §1º do Novo Código de Processo Civil, suprida, portanto, a citação da parte ré, com a consequente angularização da situação processual. Como ainda pendente a designação da audiência conciliatória, a ser realizada pelo CEJUSC, fica ciente a parte promovida que a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação, por parte da promovida, de resposta aos termos da inicial, sob pena de continuidade do processo à sua revelia e, em sendo o caso, presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor (art. 335, inc. I c/c 344 do CPC) será iniciada na data da audiência, caso não seja alcançado acordo na ocasião, ou se ausente qualquer das partes. Deverá o Gabinete da Vara habilitar o patrono constituído no instrumento procuratório de fl. 45, providenciando as alterações necessárias junto ao cadastro do feito no sistema SAJPG. Declaro sem efeito o link disponibilizado equivocadamente na decisão de fls. 33/34 e, diante do teor da certidão de fl. 40, determino que sejam os autos encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para agendamento da audiência prévia de conciliação, de acordo com a Resolução TJCE nº 05/2016, em conformidade com o art. 165 do Código de Processo Civil. Desta intimem-se as partes, por seus advogados, via DJE. Exp. Necessário."

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: CRISTIANE OLIVEIRA MONTENEGRO (OAB 20764/CE), ADV: RAISSA PAULA DANTAS CARDOSO DA SILVA (OAB 34149/CE) - Processo 0164822-34.2018.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: G.H.R.V. - Cls. R. Hoje. Recebo a petição e documentos de fls. 97/100, apresentados pelo autor, onde comprova que estava matriculado em instituição de ensino superior no primeiro semestre do ano de 2020, contudo, se faz necessário, para que o feito siga sua marcha processual, que venha aos autos comprovante de matrícula do requerente, no semestre em curso, em instituição de ensino superior, logo, a Secretaria Judiciária de 1.º Grau deverá intimar a parte autora, através de sua advogada, para, no prazo de 10 (dez) dias, atender à citada providência. Com relação a petição de fls. 101/103, onde se cobra cumprimento de alimentos por descumprimento de acordo homologado, indefiro, por não existir, ainda, acordo de alimentos homologado pelo judiciário. Finalmente, caso a parte autora queira cobrar os alimentos provisórios, fixados nestes autos, que, porventura, não tenham sido pagos, deverá fazê-lo através de ação própria e não neste feito. Exp. Necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: MARIO MARRATHMA LOPES DE OLIVEIRA (OAB 29699/CE), ADV: MATHEUS ANDRADE BRAGA (OAB 40495/CE), ADV: CAROLLINE ARAUJO GADELHA (OAB 40027/CE), ADV: ADRISIO BARBOSA CÂMARA NETO (OAB 38349/CE), ADV: GUSTAVO REBELO DE CAMPOS (OAB 35289/CE), ADV: ALCIMOR AGUIAR ROCHA NETO (OAB 18457/CE), ADV: FRANCISCO RAFAEL DUARTE SA (OAB 19216/CE), ADV: FRANCISCO ERICO CARVALHO SILVEIRA (OAB 16881/CE), ADV: ANA TERESA DE ALMEIDA BATISTA BARBOSA (OAB 16659/CE), ADV: GILVANDO FURTADO DE FIGUEIREDO JUNIOR (OAB 18259/CE) - Processo 0183287-57.2019.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.J.R.A. - REQUERIDA: M.A.F.B. - A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE, informados ao final desta decisão, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link e o QR CODE não constarão da publicação desta decisão, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar, em sendo o caso, dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes e testemunhas. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: A) Embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio. B) No momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. Intimem-se as partes do teor desta decisão, por seus advogados (DJe). Intime-se ainda a parte autora, por sua advogada constituída, para, até a data prevista para realização de audiência, apresentar, contrato devidamente assinado e número de apólice do plano de saúde contratado. Ciência ao Ministério Público, via portal

ADV: FELIPE LIMA PEREIRA (OAB 36347/CE), ADV: CARLOS ROBERTO MAGALHÃES MESQUITA FILHO (OAB 36401/CE) - Processo 0240566-30.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: D.S.Q. - Processo em

segredo de justiça. Defiro a gratuidade da justiça, ante declaração de hipossuficiencia acostada aos autos (fl. 11). A petição inicial preenche os requisitos de admissibilidade, assim como está positivado no art. 319 do CPC. Na forma da Resolução TJCE nº 05/2016 e em conformidade com o art. 165 do Código de Processo Civil, determino que sejam os autos encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para agendamento da audiência de conciliação. As partes deverão ser advertidas de que a ausência voluntária e injustificada à audiência poderá implicar a aplicação de MULTA prevista no § 8º do Art. 334 do CPC; Intime-se a parte promovente,por sua advogada (Dje),e CITE-SE e intimem-se os requeridos para comparecimento à AUDIÊNCIA. Do mandado deverá constar que: a) na hipótese de não se obter uma solução amigável, fica a parte ré desde já advertida de que poderá contestar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência acima designada, desde que o faça por intermédio de advogado ou defensor público, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato; b)os contatos telefônicos dos promovidos; c) a observação EXPRESSA que, em sendo necessário,deverá o meirinho citar o promovido fora do expediente forense e por hora certa,nos termos dosarts212 § 2º e 252/253 do CPC/2015. Sem prejuízo das providências acima, abra-se vista dos autos ao MP para manifestação sobre a tutela antecipada. Proceda-se à inclusão no CADASTRO DE PARTES/SAJ dos contatos telefônicos daspartes, informadosna inicial.

ADV: THIAGO ALBUQUERQUE ARAUJO SOUZA SANTOS (OAB 27471/CE) - Processo 0248184-26.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: D.S.M.P.R.C.R.S.M. - Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 189, inc. II do CPC. Defiro a gratuidade da justiça, ante a declaração de hipossuficiência acostada aos autos (fl. 07). Considerando a prova pré-constituída do parentesco acostada desde logo com a vestibular (certidão de nascimento de fl. 12), deve o feito tramitar sob o rito especial previsto na Lei n. 5478/68 (Lei de Alimentos), ao tempo em que, à luz do art. 4º da lei de regência, devidamente comprovado o dever de sustento do suplicado em relação a menor autora, com necessidade presumida, e considerando os elementos de convicção contidos no processo até então acerca das condições financeiras do alimentante, porquanto consta na inicial que o promovido trabalha como autônomo, não se sabendo ao certo o valor recebido mensalmente, portanto, arbitro alimentos provisóriosnoquantumequivalente a30%(trinta por cento) do salário-mínimo,devidos a partir da citação,a serdepositada na conta poupança da genitora do menor, que devera ser aberta pela mesma, até o dia 15 (quinze) de cada mês e que ao final se convertam em definitivos. Se comprovada, no curso do processo,a existência de vínculo formal de trabalho, a pensão passará a ser descontada em folha de pagamento na proporçãocorrespondente a30%(trinta e cincopor cento) de seus rendimentos líquidos e demais vantagens, deduzidos os descontos oficiais, dos vencimentos e demais vantagens do promovido em relação a todos os empregadores, excluído apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), incidindo, inclusive, sobre 13º salários, adicional de férias e demais gratificações, a serem pagos mediante desconto em folha de pagamento e depositados na forma acima. Ressalte-se que os alimentos provisórios estão sendo fixados neste patamar em razão da insuficiência ab initio de elementos comprobatórios atinentes às condições da parte requerida, o que será melhor aquilatado no curso do feito. Na forma da Resolução TJCE nº 05/2016 e em conformidade com oart. 165 do Código de Processo Civil, determino que sejam os autos encaminhados para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para agendamento da audiência prévia de conciliação. Cite-se, intimando-o ao pagamento dos alimentos provisórios e para audiência, preferencialmente por meio eletrônico, nos termos do art. 246 do CPC/2015, com a nova redação introduzida pelo art. 44 da Lei nº14.195/21. Na hipótese de não se obter uma solução amigável, fica a parte ré desde já advertida de que poderá contestar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência acima designada, desde que o faça por intermédio de advogado ou defensor público, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato. Deverá constar do mandado de citação que, para a hipótese de cumprimento presencial, deverá ser observado o previsto nos arts. 212 § 2º e 252/253 do CPC/2015. Deverá constar do mandado de citação, o número do telefone do promovido informado na inicial e ainda autorização para seu cumprimento, se na forma presencial, nos termos dos arts 212 § 2º e 252/253 do CPC/2015. Intime-se a parte autora por seu advogado, via DJe. Ciência ao Ministério Público, via portal. Proceda-se à inclusão no CADASTRO DE PARTES/SAJ dos contatos telefônicos das partes, informados na inicial. Oficie-se ainda ao INSS para que seja informado sobre eventuais vínculos empregatícios do promovido nos últimos 3 meses, seus rendimentos mensais e seu endereço constante do respectivo cadastro. Deverá constar do ofício a qualificação do promovido, informados na inicial, e os dados de sua filiação, constantes da certidão de nascimento da parte requerente(fl. 12).

ADV: MAURO CARMELIO SANTOS COSTA JUNIOR (OAB 6426/CE), ADV: MAURO CARMÉLIO SANTOS COSTA NETO (OAB 33688/CE) - Processo 0278766-09.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.A.F. - designo sessão de Mediação para a data de 31/03/2022 às 10:00h na sala virtual Harmonia 03, do CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/ 19%3ameeting_MjcxMjQyOWUtMmY2Yi00Mjg2LWEzNmItZDY1YWZmZTViOGJh %40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22091ae4f5-a946-499d-b1d4-6b6cea42bc51%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/2f786f OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à SEJUD para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (85) 3492.8030, 3492.8034 e 3492.8032 (ativos somente para mensagens) ou e-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br.

EXPEDIENTES DA 18ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: JOSE DACIO DE MENEZES MOREIRA (OAB 6005/CE) - Processo 0000389-66.2016.8.06.0200 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: H.D.F.P. - Intime-se o autor para, em 15 dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 70, pena de extinção.

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE), ADV: FRANCISCO CLÁUDIO DE SOUSA (OAB 34228/CE) - Processo 0168226-69.2013.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: J.C.M.F. e outro - Isso posto, considerando que o alimentante reside nesta Capital e diante do contexto epidemiológico do Município de Fortaleza/CE, inexistindo motivo para manter a suspensão anteriormente determinada, RESTABELEÇO a decisão de fls. 102/103, que decretou a prisão civil do executado Severo Viana de Freitas, pelo prazo de

60 (sessenta) dias, a ser cumprida em estabelecimento adequado e, na falta deste, em seção especial da Cadeia Pública (art. 201, da Lei 7.210/84), o que faço com fundamento no art. 528, §3º, do CPC, c/c art. 19, da Lei nº 5.478, de 25/07/1968, e art. 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo do que previsto no art. 528, §5º, do mesmo normativo. Em observância ao principio do melhor interesse do menor, buscando, destarte, resguardar o direito à sobrevivência do incapaz, bem como, considerando o principio da economia processual, determino que, caso venha o executado requerer a revogação do decreto prisional, deverá fazer prova da quitação do valor que ensejou a prisão civil, bem como de sua adimplência até a data da revogação e, se reconhecido pela exequente a quitação do débito, a declaração deverá ser apresentada com firma reconhecida ou através de petição protocolada pelo(a) advogado(a) da autora. Expedientes.

ADV: HERÁCLITO VIEIRA DE LIMA (OAB 39132/CE), ADV: ALCIDES LUIZ FILGUEIRAS SILVA (OAB 39192/CE) - Processo 0190419-68.2019.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.S.B. - Destarte, verifico que a exequente, às fls. 258/259, reconheceu o pagamento das prestações executadas, bem como a vencida no curso da demanda, qual seja, de janeiro de 2022, motivo pelo qual, considerando a quitação do montante devido, JULGO EXTINTO o presente processo, o que faço por sentença, com fundamento nos arts. 924, inciso II, e 925, ambos do CPC. Ademais, oficie-se ao INSS, a fim de que proceda ao desconto dos alimentos, conforme acordado às fls. 202/203, constando, no referido documento, os dados da alimentanda, informados às fls. 258/259, observando, ainda, que o alimentante será automaticamente exonerado da obrigação alimentar, após o pagamento da última prestação alimentícia, em 13/06/2022, devendo a verba ser descontada a partir de fevereiro de 2022, considerando o pagamento já realizado pelo alimentante em janeiro do ano em curso. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se. Sem custas. P.R.I.

ADV: FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO (OAB 38829/CE) - Processo 0199313-43.2013.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.J.S.B. - Intime-se a parte exequente, por sua advogada, para em 15 dias, esclarecer se o débito executado restou quitado, apresentando, em caso negativo, planilha atualizada do montante devido, entendendo seu silêncio como quitação da dívida alimentar e, consequentemente, extinção do feito. Expediente.

ADV: CICERO ROBERTO BEZERRA DE LIMA (OAB 29999/CE) - Processo 0204209-17.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.J.C.Q. - Rh. Defiro a gratuidade ujdicial. Designo audiência de conciliação para o dia 17/03/2022, às 17:00 horas, por videoconferência, através da plataforma Microsoft Office 365/Teams, com dados de acesso abaixo. Cite-se o requerido, na forma dos Provimentos 10/2020 e 02/2021, da CGJCE, e Portaria 1805/2021, do TJCE, para em 15 dias, a contar da juntada do mandado, cumprido, apresentar resposta aos termos do pedido, pena de revelia e confissão ficta, intimando-o, ainda, da audiência de conciliação designada. Intimem-se o requerente, e seu advogado. Expedientes. Fortaleza, 23 de janeiro de 2022. João Everardo Matos Biermann Juiz Link encurtado e QRCode para acesso à audiência: https://link.tjce.jus.br/be3195

ADV: ALEX TIAGO PESSOA ARAUJO HOLANDA (OAB 36186/CE) - Processo 0208266-15.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.V.R. - Isso posto, julgo EXTINTO este processo, sem resolução do mérito, o que faço com fundamento no art. 485, III e VI, do CPC. Cancelo a audiência designada à fl. 40. Decorrido o prazo legal, proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se. Sem custas.

ADV: MARIA NATALIA DA SILVA (OAB 39763/CE), ADV: MICHEL COSTA CASTELO BRANCO RAYOL (OAB 20145/CE) - Processo 0233788-78.2020.8.06.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: A.M.R. - REQUERIDA: A.G.E.B. - Intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, esclarecer a este Juízo se o imóvel objeto do presente pedido de partilha está registrado, acostando, na oportunidade, certidão da matrícula, atualizada. Ademais, intime-se o requerido para, em igual prazo, juntar a documentação de fls. 100/104, traduzida para a língua portuguesa, pena de desconsideração de tais documentos, na forma do art. 192, do CPC. Expedientes.

ADV: ANDERSON DE MESQUITA GADELHA (OAB 36193/CE), ADV: ARIANE PESSOA SANTOS (OAB 35494/CE), ADV: ALEXSANDRO DE CASTRO LIMA (OAB 27174/CE) - Processo 0236559-29.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: R.L.C. - Destarte, considerando não haverem sido comprovados os rendimentos do promovido na forma alegada na inicial, entretanto, diante da informação trazida aos autos pelo próprio réu (fl. 95), ARBITRO alimentos provisórios em favor do promovente na quantia de 30% do salário mínimo, mensalmente, valor esse a ser apurado pelo suplicado e entregue diretamente à representante legal do infante, mediante recibo ou depósito em conta bancária, até o 5º dia útil de cada mês. Aguarde-se a audiência de conciliação designada à fl. 133. Intimem-se as partes acerca do inteiro teor desta decisão, determinando, na oportunidade, a intimação da parte autora para, em 15 (quinze) dias, esclarecer a este Juízo o nome que pretende adotar com o reconhecimento da paternidade, caso o pedido inicial seja julgado procedente. Expedientes.

ADV: FABÍOLA DA SILVA SILVINO (OAB 41337/CE) - Processo 0282752-68.2021.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: C.M.T.B.O. - Intimem-se as partes para, em 15 dias, apresentarem a petição de fl. 31 assinada, na forma do art. 731, caput, do CPC, conforme determinado à fl. 28, pena de indeferimento da inicial. Expediente.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: FRANCISCO FELIPE MACÊDO LIMA (OAB 17802/CE), ADV: MARYLIA SOUSA LUCENA (OAB 39535/CE), ADV: ZACHARIAS AUGUSTO DO AMARAL VIEIRA (OAB 40855/CE), ADV: CLÁUDIO VINÍCIOS SILVA SANTOS (OAB 45067/CE), ADV: MATHILDE NOELAMIE CHANTAL PAULINE VOISIN (OAB 46086/CE) - Processo 0222864-71.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Levantamento - REQUERENTE: A.V.C. - REQUERIDO: R.D.S.S. - Intime-se as partes para, em 15 dias, manifestar-se acerca da planilha de cálculos de fl. 85.

ADV: VIVIAN GOMES DE SOUSA DUARTE (OAB 32372/CE) - Processo 0226467-55.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: A.P.C.P.O. - Ante o exposto, deixo de receber a petição de fls. 80/81, podendo a autora ingressar com ação própria, nos termos do art. 531, § 1º, do CPC.

ADV: LUIZ HENRIQUE GADELHA DE OLIVEIRA (OAB 22125/CE), ADV: ADRYU REGIS ROLIM FERNANDES (OAB 24916/CE) - Processo 0257777-79.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: F.S.S. - Intime-se o autor, por seu advogado, para em 15 dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 138, pena de arquivamento da ação.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: VITORIA ARRUDA LINHARES PONTE (OAB 34068/CE) - Processo 0003574-66.2006.8.06.0167 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: M.L.A.L. - Antes de apreciar o pedido de fls. 263/266, intime-se a parte exequente para, em 15 dias, acostar certidão de nascimento da alimentanda, a fim de verificar se a menor, atualmente, está representada/assistida, ou se atingiu a maioridade, considerando inexistir essa documentação nos autos. Expediente.

ADV: LADY TAINAN LIMA VIANA CARVALHO (OAB 37773/CE) - Processo 0122378-83.2018.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: R.I.S.R. - Considerando que o processo está arquivado, intime-se a requerido, através dos advogados de fl. 125, para em 15 (quinze) dias, requerer o desarquivamento dos autos, apresentando, na ocasião, o comprovante do recolhimento das custas processuais, requerendo o que pontuar de direito. Decorrido o prazo, sem manifestação, mantenha-se o feito no arquivo. Expediente.

ADV: DANIEL BRANDÃO LIMA (OAB 30417/CE) - Processo 0201865-63.2022.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.R.C. - Rh. Intime-se a autora, por seu advogado, para emendar à inicial, no prazo de 15, acostando procuração e declaração de hipossuficiência financeira, atualizadas, nos termos dos artigos 319; 320 e 321, do CPC. Expedientes. Fortaleza (CE), 24 de janeiro de 2022. João Everardo Matos Biermann Juiz

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS MARTINS (OAB 32373/CE) - Processo 0244815-24.2021.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Decisão - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: R.V.S.R. - Intime-se o exequente, por suas advogadas, para em 15 dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 88/107 e documentos.

ADV: ARTUR PARENTE PONTE (OAB 27882/CE) - Processo 0265017-22.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: J.E.C. e outro - Ante o exposto, diante do que consta nos autos, considerando, ainda, a anuência dos genitores ao pleito formulado na inicial, HOMOLOGO o reconhecimento da procedência do pedido autoral, na forma do art. 487, inciso III, alínea a, do CPC, deferindo a guarda definitiva da menor Vitória Emily Ozório de Queiroz (fl. 13) em prol dos autores, o que faço por sentença.Certificado o trânsito em julgado, expeça-se os termos de compromisso e de guarda, proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se.Após a expedição do termo de compromisso pela SEJUD, o que será automaticamente certificado nos autos, deverão os autores, em 5 (cinco) dias, solicitar a este Juízo o referido documento, via WhatsApp ou e-mail institucional, acostando-o, posteriormente, aos autos, assinado pelos guardiões. Publique-se, registre-se e intime-se.

ADV: NAYARA PAULA PACHECO SOUSA (OAB 36940/CE) - Processo 0272278-72.2020.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.I.A. - Isso posto, considerando o mais que dos autos consta, julgo por sentença o divórcio do casal, pondo termo final ao casamento civil dos divorciandos, o que faço com fundamento no art. 226, §6º, da Constituição Federal c/c art. 1.571, IV, do Código Civil. A divorcianda continuará a usar o nome de casada, considerando a sua revelia, e por se tratar de direito fundamental e personalíssimo. Inocorrendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado, baixe-se na distribuição e, após, arquive-se os fólios. Sem custas.Publique-se, registre-se e intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2022

ADV: VITORIA ARRUDA LINHARES PONTE (OAB 34068/CE) - Processo 0003574-66.2006.8.06.0167 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: M.L.A.L. - Antes de apreciar o pedido de fls. 263/266, intime-se a parte exequente para, em 15 dias, acostar certidão de nascimento da alimentanda, a fim de verificar se a menor, atualmente, está representada/assistida, ou se atingiu a maioridade, considerando inexistir essa documentação nos autos. Expediente.

ADV: LADY TAINAN LIMA VIANA CARVALHO (OAB 37773/CE) - Processo 0122378-83.2018.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: R.I.S.R. - Considerando que o processo está arquivado, intime-se a requerido, através dos advogados de fl. 125, para em 15 (quinze) dias, requerer o desarquivamento dos autos, apresentando, na ocasião, o comprovante do recolhimento das custas processuais, requerendo o que pontuar de direito. Decorrido o prazo, sem manifestação, mantenha-se o feito no arquivo. Expediente.

ADV: DANIEL BRANDÃO LIMA (OAB 30417/CE) - Processo 0201865-63.2022.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.R.C. - Rh. Intime-se a autora, por seu advogado, para emendar à inicial, no prazo de 15, acostando procuração e declaração de hipossuficiência financeira, atualizadas, nos termos dos artigos 319; 320 e 321, do CPC. Expedientes. Fortaleza (CE), 24 de janeiro de 2022. João Everardo Matos Biermann Juiz

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS MARTINS (OAB 32373/CE) - Processo 0244815-24.2021.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Decisão - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: R.V.S.R. - Intime-se o exequente, por suas advogadas, para em 15 dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 88/107 e documentos.

ADV: ARTUR PARENTE PONTE (OAB 27882/CE) - Processo 0265017-22.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: J.E.C. e outro - Ante o exposto, diante do que consta nos autos, considerando, ainda, a anuência dos genitores ao pleito formulado na inicial, HOMOLOGO o reconhecimento da procedência do pedido autoral, na forma do art. 487, inciso III, alínea a, do CPC, deferindo a guarda definitiva da menor Vitória Emily Ozório de Queiroz (fl. 13) em prol dos autores, o que faço por sentença.Certificado o trânsito em julgado, expeça-se os termos de compromisso e de guarda, proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se.Após a expedição do termo de compromisso pela SEJUD, o que será automaticamente certificado nos autos, deverão os autores, em 5 (cinco) dias, solicitar a este Juízo o referido documento, via WhatsApp ou e-mail institucional, acostando-o, posteriormente, aos autos, assinado pelos guardiões. Publique-se, registre-se e intime-se.

ADV: NAYARA PAULA PACHECO SOUSA (OAB 36940/CE) - Processo 0272278-72.2020.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.I.A. - Isso posto, considerando o mais que dos autos consta, julgo por sentença o divórcio do casal, pondo termo final ao casamento civil dos divorciandos, o que faço com fundamento no art. 226, §6º, da Constituição Federal c/c art. 1.571, IV, do Código Civil. A divorcianda continuará a usar o nome de casada, considerando a sua revelia, e por se tratar de direito fundamental e personalíssimo. Inocorrendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado, baixe-se na distribuição e, após, arquive-se os fólios. Sem custas.Publique-se, registre-se e intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2022

ADV: ANA KARINNE MARQUES ALENCAR (OAB 29543/CE) - Processo 0260293-72.2021.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: I.A.L. - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da inicial, na forma do art. 487, inciso I, do CPC e, em consequência, nomeio IANA ALENCAR DE LIMA como CURADORA de VICÊNCIA PEREIRA

DE LIMA ALENCAR, eis que provada a sua deficiência mental, impedindo-a de exprimir a sua vontade e de praticar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, não podendo a requerente, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes à curatelada (se existentes), levantar depósitos/aplicações ou contratar empréstimos em nome da promovida, sem prévia autorização judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser revertidos exclusivamente em benefício da incapaz. Considerando o estado de pobreza das partes, fica a curadora dispensada de prestar a garantia de especialização em hipoteca, com fundamento no art. 1.745, parágrafo único, do Código Civil. Intime-se a curadora para prestar o devido compromisso, no prazo de 5 (cinco) dias, em cujo termo deverão constar as restrições aventadas, consoante art. 759, do CPC. Destaco que, considerando a suspensão do atendimento presencial, o referido documento deverá ser solicitado pela parte, através do e-mail deste Gabinete, qual seja, for.18familia@tjce.jus.br. Após, expeça-se Alvará Judicial. Aplica-se, no caso concreto, o disposto no art. 84, §4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e no art. 553, do CPC, e as suas respectivas sanções. Em obediência ao disposto no art. 755, do CPC: a) inscreva-se a presente no Registro de Pessoas Naturais; b) publique-se esta sentença na rede mundial de computadores e no sítio do Tribunal de Justiça deste Estado, bem como edital, na plataforma própria do Conselho Nacional de Justiça, onde deverá permanecer por 6 (seis) meses, e no Diário de Justiça eletrônico, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando da publicação, os nomes da curadora e da curatelada, a causa, os limites e os atos que a curatela abrange. Sem custas.Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0067/2022

ADV: ALEXANDRE DA SILVA SAMPAIO (OAB 24787/CE) - Processo 0143697-83.2013.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: D.S.S. e outros - Intime-se as partes para, em 15 dias, manifestar-se acerca da planilha de cálculos de fls. 92/94.

ADV: EMANUEL GUIMARÃES SANTOS FILHO (OAB 42924/CE) - Processo 0242731-50.2021.8.06.0001 - Execução Extrajudicial de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: S.P.D. - Ante o exposto, indefiro o pedido de fl. 21, podendo o autor, em caso de descumprimento do acordo homologado, propor ação de cumprimento de sentença.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2022

ADV: ZILDENE HENRIQUE DA SILVA (OAB 40667/CE) - Processo 0127805-61.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: G.S.A. - Designo audiência de conciliação para o dia 23/03/2022, às 15:45 horas, por videoconferência, com dados de acesso abaixo. Intimem-se os litigantes, devendo a parte exequente ser advertida de que deverá comparecer ao ato audiencial munida da planilha atualizada do débito alimentar. Intimem-se os advogados da parte autora e defensora pública do executado. Ciência ao Ministério Público.

ADV: CARLOS ALBERTO DE MACEDO NUNES (OAB 21174/CE) - Processo 0204614-53.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.A.M.N. - Intime-se o autor, que advoga em causa própria, para em 15 dias, acostar declaração de hipossuficiência atualizada, ou recolher custas, pena de indeferimento da inicial.

ADV: CLAUDIO BARROS JOVENTINO (OAB 29677/CE), ADV: WAGNER ROCHA JOVENTINO (OAB 33893/CE) - Processo 0771839-05.2000.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Família - REQUERENTE: C.S.R. e outro - Intimem-se os exequentes para, em 15 (quinze) dias, retificarem a planilha apresentada às fls. 137/142, considerando o equívoco existente em relação ao valor informado nas prestações de dezembro de 2018. Expediente.

VARAS DE SUCESSÕES

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: CLAUDIA ADERALDO CINTRA (OAB 8238/CE), ADV: PETRONISIA MOREIRA DA ROCHA MEDEIROS (OAB 7706/CE), ADV: ALEXANDER AGUIAR ROCHA (OAB 12300-0/CE), ADV: ROGERIO LUIZ PEREIRA (OAB 12007/ES) - Processo 0065090-13.2000.8.06.0001 - Inventario - Obrigação de Fazer / Não Fazer - INVENTARIANTE P: Raimunda Belem Rocha - INVENTARIANTE P: Almerito Fernandes Rocha - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, publique-se a decisão: Rh. Defiro o pedido de alvará solicitado nas fls. 349 parte final do único bem objeto dos espólios de Almerito Fernandes Rocha e Raimunda Belém Rocha.(fls.397). Foram observadas todas as formalidades legais no transcorrer dos longos anos, por motivos de exigências dos tributos fiscais e por se encontrar o referido imóvel na cidade do Rio de Janeiro. A douto Procuradoria Fiscal acompanhou minuciosamente os autos, como denota nos diversos pareceres, e por fim, acatou o pretendido alvará, como se vê nas fls.436. Em sendo assim, expeça-se o alvará em nome do inventariante Milton Fernandes Rocha para a venda do único imóvel descrito nas fls.281, e após deverá juntar aos autos comprovantes de que foram observadas a partilha constante das fls. 281/284 contendoos nomes de todas as partes interessadas e ratificada ns fls.423 (parte final). A expedição do alvará só ocorrerá, após o tanscurso do prazo para recurso, caso queiram recorrer. Exp.Nec. Fortaleza/CE, 02 de dezembro de 2021. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2022

ADV: JORDANNA MARIA BASTOS DE ARAUJO CAVALCANTI FEITOZA (OAB 23795/CE) - Processo 0217293-03.2013.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Inventário e Partilha - REQUERENTE: VERA MARIA VIANA VELOZA - R.h., Apense os autos ao processo nº 0212070-88.2021.8.06.0001.. Empós, concluso para decisão. Exp. Nec.

ADV: FABIANNE SOUZA COSTA (OAB 25156/PA) - Processo 0224674-81.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimunda de Lourdes Gomes Pinheiro e outros - R.h., Aguarde-se por 30(trinta) dias. Exp. Nec.

ADV: MARCUS FELIX DA SILVA LEITÃO (OAB 23295/CE) - Processo 0227182-34.2020.8.06.0001 - Declaração de Ausência - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jacinta Gomes de Sousa - R.h., Aguarde-se a resposta ao ofício de fl. 58. Exp. Nec.

ADV: JOAO GOMES FILHO (OAB 14537/CE) - Processo 0271613-22.2021.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Jose Euclides da Silva - R.h., I-Sobre as impugnações de fl.s 144/148, 161/165, 172/176 e 187/191, intime-se o inventariante. II-Empós, concluso para decisão. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0046/2022

ADV: JORDANNA MARIA BASTOS DE ARAUJO CAVALCANTI FEITOZA (OAB 23795/CE) - Processo 0217293-03.2013.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Inventário e Partilha - REQUERENTE: VERA MARIA VIANA VELOZA - R.h., Apense os autos ao processo nº 0212070-88.2021.8.06.0001.. Empós, concluso para decisão. Exp. Nec.

ADV: FABIANNE SOUZA COSTA (OAB 25156/PA) - Processo 0224674-81.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimunda de Lourdes Gomes Pinheiro e outros - R.h., Aguarde-se por 30(trinta) dias. Exp. Nec.

ADV: MARCUS FELIX DA SILVA LEITÃO (OAB 23295/CE) - Processo 0227182-34.2020.8.06.0001 - Declaração de Ausência - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jacinta Gomes de Sousa - R.h., Aguarde-se a resposta ao ofício de fl. 58. Exp. Nec.

ADV: JOAO GOMES FILHO (OAB 14537/CE) - Processo 0271613-22.2021.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Jose Euclides da Silva - R.h., I-Sobre as impugnações de fl.s 144/148, 161/165, 172/176 e 187/191, intime-se o inventariante. II-Empós, concluso para decisão. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2022

ADV: IGOR GUILHEN CARDOSO (OAB 306033/SP) - Processo 0037476-95.2021.8.06.0001 (processo principal 0187007-42.2013.8.06.0001) - Remoção de Inventariante - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rita de Cássia Gomes de Moraes e outro - R.h., Sobre a contestação de fl.s 31/38, intime-se a parte requerente. Exp. Nec.

ADV: DAYANNE DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 38039/CE) - Processo 0126968-69.2019.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Wellington Lima - R.h., Concedo o prazo de 15(quinze) dias, para que seja juntado aos autos, o pedido de habilitação, assim como o termo de compromisso, relativo a abertura da sucessão do herdeiro, FRANCISCO FÉRRER LIMA. Exp. Nec.

ADV: ANDRE MARQUES DA ROCHA (OAB 20800/CE) - Processo 0216163-31.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0152569-19.2015.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Fabiano Pires Sampaio - R.h., Aguarde-se a manifestação dos demais interessados. Exp. Nec.

ADV: JOÃO NOGUEIRA PONTE JUCÁ FILHO (OAB 33761/CE) - Processo 0245023-42.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0272114-10.2020.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Danielle Ponte Juca - R.h., Aguarde-se o cumprimento das demais determinações de fl. 142. Exp. Nec.

ADV: JUMARIO GOMES DE MEDEIROS JUNIOR (OAB 22882/CE), ADV: JUAREZ MARQUES DE MEDEIROS (OAB 10998/CE), ADV: HENRIQUE ROCHA TRIGUEIRO (OAB 9407/CE) - Processo 0246870-45.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0277111-02.2021.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Marcia Maria Nunes Cândido - HERDEIRO: Raiane Nunes Ferreira - R.h., I-Intime-se a inventariante para juntar aos autos, o translado da ação de cumprimento de testamento. II-Empós, aguarde-se a manifestação da herdeira, RAIANE NUNES FERREIRA, observando o prazo de fl. 81. Exp. Nec.

ADV: SANZIO TEIXEIRA DE PAULA (OAB 11683/CE) - Processo 0247364-41.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Paulo de Oliveira Nogueira Filho - R.h., I-Proceda-se a atualização no cadastro das partes, conforme requerido à fl. 133. II-Sobre a informação de fl. 127, intime-se a inventariante. Exp. Nec.

ADV: ALTINA EMANUELLY AQUINO GONÇALVES DE LEMOS (OAB 38981/CE), ADV: BRUNA CAMILA DO NASCIMENTO FERREIRA (OAB 39310/CE) - Processo 0252200-23.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Henrique de Macedo Avancini, Menor, Representado Por Erika Calilo de Macedo - R.h., Aguarde-se o cumprimento do mandado de fl. 63. Exp. Nec.

ADV: JOSE MARCELO DE AMORIM (OAB 4243/CE) - Processo 0270582-64.2021.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca Helena Teixeira Ponce de Leon - R.h., I-Recebo o pedido de sobrepartilha (fls. 58/60), em razão da localização de novos bens deixados pelo de cujus, GUTEMBERG PONCE DE LEON JUNIOR, com esteio no art. 670 do C.P.C. II-Converto o rito do inventário, para Arrolamento Comum, nos termos do Art. 664 do CPC, nomeando arrolante, FRANCISCA HELENA TEIXEIRA PONCE DE LEON, independentemente da lavratura de qualquer termo, devendo apresentar Plano de partilha amigável, nos moldes do art. 653 do CPC, tudo subscrito por todos os interessados (meeira, herdeiros e respectivos cônjuges, se casados no regime da comunhão universal de bens). III-Oficie o Banco do Brasil, para que informe a este juízo, os valores existentes a titulo de investimento de Letra do Tesouro Nacional em nome do extinto. IV-Após o cumprimento das diligências supra, voltem-me os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários

ADV: JOSE ANTONIO SOARES ROCHA (OAB 6753/CE) - Processo 0271464-26.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Jari da Silva e outros - R.h., Intime-se o inventariante para juntar aos autos, documento hábil, que comprove a titularidade do bem imóvel em nome do espólio. Exp. Nec.

ADV: VALDENER VIEIRA MILFONT (OAB 32537/CE) - Processo 0279793-27.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Maria Lemos Nogueira - R.h., Aguarde-se a conclusão das citações. Exp. Nec.

ADV: ARLETE APARECIDA AMENT DAMASCENO (OAB 96946/SP) - Processo 0505856-57.2011.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRA: Ruth Duarte Matias e outros - R.h., Aguarde-se a manifestação dos demais interessados em relação ao despacho de fl. 1.226. Exp. Nec.

ADV: ANTONIO JOSE DE MELO CARVALHO (OAB 5438/CE), ADV: UBIRATAN FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7915/CE) - Processo 0758319-75.2000.8.06.0001 - Inventário - INVENTARIANTE P: Marta Teresa Falcao Frota - R.h., I-Intime-se MARTA TERESA FALCÃO FROTA, através do seu causídico, para manifestação no prazo de 5(cinco) dias. II-Decorrido o prazo, retornar o feito ao arquivo, podendo o advogado da referida herdeira, ter acesso ao processo, uma vez que os autos estão no seu formato digital e encontra-se julgado. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: JOAO GUILHERME JANJA XIMENES (OAB 5431/CE) - Processo 0133430-13.2017.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Joao Guilherme Janja Ximenes e outro - R.h., Aguarde-se a manifestação da inventariante. Exp. Nec.

ADV: ROBERTO WAGNER VITORINO DO AMARAL (OAB 16949/CE), ADV: MARIA DO SOCORRO FREIRE (OAB 4977/CE), ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0158729-55.2018.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - REQUERENTE: Maria Jacqueline Albuquerque Cavalcante - HERDEIRO: MARIA NEILY CUNHA CARNEIRO e outros - R.h., I-Intime o inventariante para reapresentar as primeiras declarações, desta feita, observando os itens do art. 620, inclusive o IV, “h)”. Exp nec. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCA MARNIA CHAVES RABELO (OAB 38127/CE) - Processo 0204233-45.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jonathan Santos Barreto e outro - R.h., Intime-se a parte requerente, para qualificar o cônjuge supérstite. Empós, analisarei o pedido de fl.s 17/18. Exp. Nec.

ADV: CASSANDRA MARIA ARCOVERDE E ASSUNÇAO (OAB 8020/CE) - Processo 0265913-65.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Jacy Bastos de Lima - R.h., Aguarde-se o cumprimento do mandado de fl. 106. Exp. Nec.

ADV: MARIA DO SOCORRO MAIA CARDOSO (OAB 45667/CE) - Processo 0285472-08.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Verlaine Martins Veras Filho - R.h., Intime-se o arrolante, para juntar aos autos, o comprovante das custas relativas a expedição da carta de adjudicação. Exp. Nec.

ADV: GEORGE EMANUEL OLIVEIRA SILVA (OAB 23115/CE) - Processo 0286703-70.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Bloqueio / Desbloqueio de Valores - REQUERENTE: Claudio Plutarco Nogueira Junior - R.h., Sobre as informações de fl.s 22/23, intime-se a parte requerente. Exp. Nec.

ADV: JOSE MARIA DO NASCIMENTO (OAB 6838-0/CE) - Processo 0541371-22.2012.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria de Fatima Gois de Sousa - R.h., I-Desarquivar. II-Intime-se a arrolante para juntar aos autos, plano de partilha amigável na forma do art. 653 do CPC, assinado por todos os herdeiros. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2022

ADV: CELIZA BRITO CHAVES (OAB 30645/CE) - Processo 0050029-74.2021.8.06.0099 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antonia Luciana da Silva - R.h., Apense os autos aos processos n° 0193924-67.2019.8.06.0001 e 0266823-29.2020.8.06.0001. Empós, concluso para decisão. Exp. Nec.

ADV: JORGE LUIZ BINDA FREIRE (OAB 10360/CE) - Processo 0156860-57.2018.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jorge Luiz Binda Freire - R.h., I-Expeça-se carta de adjudicação. II-Sobre o parecer fiscal de fl.266, intime-se o arrolante. III-Empós, retorne-se ao arquivo. Exp. Nec.

ADV: ANA PAULA ALVES FERNANDES (OAB 29779/CE) - Processo 0192544-09.2019.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: José Alves da Ponte - R.h., Sobre as informações de fl.s 108/112, intime-se a parte requerente. Exp. Nec.

ADV: GISELLE PAULA MACEDO (OAB 5423/CE) - Processo 0242864-29.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Hugo Weyne Aguiar - R.h., Intime-se o inventariante para apresentar as guias liberadas do ITCM. Exp. Nec.

ADV: WASHINGTON LUIS TERCEIRO VIEIRA JUNIOR (OAB 15733/CE) - Processo 0243546-47.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca Cardoso da Costa - II-Empós, apreciarei o pedido de liberação dos demais valores e do formal de partilha. Exp. Nec.

ADV: ELIENNAY GOMES ALVES (OAB 30314/CE) - Processo 0286474-13.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Gilson Rebouças Porto - Intime-se o arrolante, para esclarecer se foi procedida a abertura do inventário do herdeiro, JOÃO BATISTA REBOUÇAS PORTO, eis que este pelo principio basilar da saisine, art.1.784 do Código Civil Brasileiro, recebeu a herança, uma vez que faleceu após a abertura da sucessão da de cujus, ZULEIDE REBOUÇAS PORTO PINHEIRO, devendo o seu espólio se habilitar nos autos, ou ainda faculto aos seus herdeiros a cumulação neste inventário, nos termos do art. 672 do CPC.

ADV: ZACHARIAS AUGUSTO DO AMARAL VIEIRA (OAB 40855/CE) - Processo 0288160-40.2021.8.06.0001 - Inventário - Abandono de incapaz - REQUERENTE: Francisca Josefa de Lima Fernandes - R.h., I-Proceda-se a retificação do assunto do processo para Inventário e Partilha. II-Defiro o pedido de justiça gratuita. III-Nomeio como Inventariante do espólio de RUTE ALVES FERNANDES NOBRE, a herdeira, FRANCISCA JOSEFA DE LIMA FERNANDES, sem a necessidade de assinatura dos termos de compromisso e primeiras declarações, em face das restrições impostas pela pandemia do vírus chinês.Serve a presente decisão como termo de compromisso para todos os efeitos legais. IV-Concedo o prazo de 20(vinte) dias para apresentação das primeiras declarações. Exp. Nec.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: ANDRE CHIANCA LIMA (OAB 12910/CE), ADV: WALMYR SÁ MAGALHÃES NETO (OAB 18997/CE), ADV: PEDRO DE ALMEIDA MARTINS FILHO (OAB 16566/CE), ADV: JOANA RODRIGUES BRASIL MOREIRA (OAB 21866/CE), ADV: REBECA AGUIAR COSTA (OAB 25750/CE), ADV: MARIANA BRAGA SYDRIAO DE ALENCAR (OAB 20608/CE) - Processo 0140893-69.2018.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Rita Pessoa de Araujo - Everardo José de Araújo - Ana Lucia Sampaio e outros - R.h., Tratam os autos do inventário dos bens deixados por GERALDO LAMARTINE DE ARAÚJO. Em despacho à fl. 21, foi nomeado inventariante, EVERARDO JOSÉ DE ARAÚJO. Primeiras declarações às fl.s 25/31. Aditamento as primeiras declarações às fl.s 48/49. Em decisão à fl. 68, foi indefiro o pedido de justiça gratuita. Em oficio às fl.s 79/82, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, informou a existência de valores em nome do extinto, relativos ao precatório de nº 0006496.96.2006.8.06.0000. À fl. 98 a herdeira, FRANCISCA NEUMANN DE ALMEIDA ARAÚJO, apresenta concordância com as primeiras declarações apresentadas Às fl.s 107/109, o cônjuge supérstite, Rita Pessoa de Araújo e os herdeiros, Ana Cristina Pessoa de Araújo, Ana Lúcia Sampaio de Araújo, Roberta Lia Sampaio de Araújo Marques, Francisco Léo Sampaio de Araújo e Juliana Sampaio de Araújo, apresentam manifestação sobre as primeiras declarações apresentadas. O cônjuge supérstite, pugna pelo reconhecimento do direito real de habitação, aduzem que o bem localizado, no distrito de Siupé, município de São Gonçalo do Amarante-CE, pertencem ao cônjuge supérstite, o que cabe ao espólio é somente a meação. Em manifestação às fl.s 143/146, o inventariante apresenta réplica as contestações apresentadas às fl.s 107/109, requer a manutenção dos bens arrolados pelo inventariante e a intimação das herdeiras: Joana DArc de Araújo Gomes e Maria do Socorro Araújo, a intimação do Ministério Público e da Fazenda Pública, bem como que as custas processuais e o ITCD sejam pagos com os recursos provenientes do Precatório nº 0006496-96.2006.8.06.0000, no valor de R$ 152.263,36. Em despacho à fl. 147, foi determinada renovação das citações das herdeiras Maria do Socorro Araújo e Joana D'arc de Araújo Gomes, no endereço mencionado à fl. 146. No tocante ao pedido de pagamento das custas processuais e impostos, foi determinada intimação do inventariante para apresentar os DAE'S. À fl. 201, foi determinada expedição de alvará judicial para pagamento das custas e do ITCM, conforme decisão de fl.s 147 e 171. Manifestação da herderia, ANA CRISTINA PESSOA DE ARAÚJO, às fl.s 221/222. Extratos acostados às fl.s 274/279. Nova manifestação do inventariante às fl.s 300/307. Manifestação da herdeira, ANA CRISTINA PESSOA DE ARAÚJO, às fl.s 333/339. Em despacho à fl.353, foi indefiro a habilitação de sucessores de herdeiros falecidos. Foi determinada intimação de todos os herdeiros sobre as petições de fl.s 326, 328/332 e 333/352. Às fl.s 354/357, os sucessores do herdeiro falecido, GERALDO DE ARAÚJO JÚNIOR, pugnam mais uma vez pelas suas habilitações, uma vez que são herdeiros por representação. Às fl.s 410/416, o inventariante do espólio de GERALDO LAMARTINE DE ARAÚJO, apresenta nova manifestação, alega que a manifestação infundada da Sra. Ana Cristina não existe relevância frente ao deferimento do pedido de informações ao Banco Bradesco, quanto aos extratos em nome do de cujus, pugna pela imediata intimação da Procuradoria Fiscal, rechaça o pedido de remoção requerido pela herdeira, Ana Cristina, no que tange aos documentos de fls. 340/350, estes não comprovam que a movimentação fora feita pela Sra. Rita. Enquanto o documento de fl. 352 não comprova que o sítio possui empregado que estaria zelando pelo imóvel, tendo em vista que não há qualquer dado do suposto funcionário. Apenas mais uma tentativa de induzir este juízo a erro, requer ainda o desentranhamento das peças de fls. 354/357. Às fl.s 417/423, nova manifestação do inventariante, do seu cônjuge e das herdeiras, JOANA DARC DE ARAÚJO GOMES e MARIA DO SOCORRO ARAÚJO. Nova petição de ANA CRISTINA PESSOA DE ARAÚJO, esta vem informa o óbito do cônjuge supérstite, Rita Pessoa de Araújo. Aduz que a falecida deixou despesas que precisam ser quitadas, alega ainda que residiu de forma ininterrupta com seus pais por mais de 45 (quarenta e cinco) anos, cuidando destes, acompanhando a rotina diária, os momentos de alegria, dor, enfermidade e falecimento, sendo o braço direito e esquerdo de ambos por todo esse tempo.Portanto, para que não fique sofrendo ameaças e constrangimentos por parte do Inventariante e seus familiares, requer que este juízo autorize a permanência temporária da Peticionante no imóvel, e irá arcar com os custos de manutenção do sítio, do pagamento de consumo de energia e água, além de contribuir para que o sítio não venha a se deteriorar conforme alegativa do Inventariante. A liberação dos valores que se encontravam na meação da senhora Rita Pessoa, para que sejam quitadas as despesas enumeradas, no valor total de R$ 25.914,69 (vinte cinco mil, novecentos quatorze reais e sessenta e nove centavos), bem como que seja deferido por este douto juízo, o direito da herdeira de ficar na posse temporária do sítio localizado em São Gonçalo do Amarante-CE, até final deslinde da demanda, salientando que referida concessão seria sem ônus ao espólio, e mantendo o imóvel em perfeitas condições, conforme fotos anexadas pela peticionante em manifestação pretérita. É o relatório. Verifico excessiva e despropositada litigância entre os interessados, que só fazem atrasar o necessário e desejado andamento processual do feito orfanológico, causando prejuízos para aos próprios herdeiros, mais ninguém. A solução do inventário está mais nas mãos dos sucessores, do que de qualquer outra pessoa, eis que havendo consenso, o que se espera e deseja, o feito terminará logo que se ajouje a esses autos, sem mais delongas, e sendo assim , passo a decidir: I - Indefiro o pedido de remoção do atual inventariante, eis que não observado preceito processual legal, devem os interessados buscarem a via adequada; II - Em relação aos sucessores do herdeiro, pré-morto, Geraldo de Araújo Júnior. Chamo o feito a ordem e ratifico aos interessados que o direito de representação na presente ação dar-se-a exclusivamente em favor dos descendentes do herdeiro pré-morto, e nesse diapasão, assim está fixado na lei substantiva, verbis: Art. 1.851. Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse. Art. 1.852. O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na mas nunca na ascendente. Nesse sentido observe que o cônjuge sobrevivente, não é legitimo para representar o cônjuge pré-morto, ficando esse direito aos seus descendentes, tudo nos termos dos arts. 1851 e 1852 do Código Civil. Assim tem decidido os tribunais: Agravo de instrumento. Inventário. Pedido da agravante de habilitação no inventário da irmã do falecido cônjuge. Indeferimento. Insurgência recursal. Não acolhimento. Somente se dá o direito de representação em favor dos filhos da extinta.Ilegitimidade da cônjuge sobrevivente para representar o cônjuge pré-morto em direito sucessório, ficando esse direito aos seus descendentes, sobrinhos da falecida. Recurso desprovido. (TJ-SP AI : 21062733720218260000 - SP Relator: Silvério da Silva, Data de Julgamento: 16/06/2021, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/06/2021). AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS DA SUCESSORA PRÉ-MORTA QUE NÃO DEIXOU BENS A INVENTARIAR. DESNECESSIDADE DE ABERTURA DE INVENTÁRIO. FILHAS DA HERDEIRA PRÉ-MORTA QUE NO LUGAR DE SUA MÃE E JUNTAMENTE COM SEUS TIOS INTEGRAM A SUCESSÃO DE SUA AVÓ. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO E NÃO DIREITO PRÓPRIO. CIRCUNSTÂNCIA NA QUAL DESCABE A HABILITAÇÃO DO VIÚVO DA HERDEIRA PRÉ-MORTA. Na situação em comento a credora originária falecida em 2012 teve três filhos, um deles pré-morto em 2006. Desta sorte compõem sua sucessão os dois filhos vivos e as três netas, em substituição à mãe pré- morta, integrando a sucessão da avó por direito de representação, por serem descendentes em linha reta, e não por direito próprio, descabendo desta forma a habilitação do viúvo na sucessão de sua sogra. Exegese dos dispositivos legais atinentes à matéria. Artigos 1.851, 1.852 e 1.853 do Código Civil Brasileiro. Precedentes jurisprudenciais desta Corte neste sentido.Agravo de instrumento provido.(TJ-RS - AI: 70082949991 RS, Relator: Eduardo Kothe Werlang, Data de Julgamento: 26/05/2020, Vigésima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação:29/05/2020). Portanto defiro a habilitação dos herdeiros, Roberta Lia Sampaio de Araújo Marques, Juliana Sampaio

de Araújo e Francisco Léo Sampaio de Araújo, e determino a exclusão do presente feito da senhora, Ana Lúcia Sampaio de Araújo, cônjuge do herdeiro pré-morto, Geraldo de Araújo Júnior, por expressa disposição dos arts. 1851/1852 da lei substantiva e da jurisprudência pátria. III - Com fulcro no art.672, II do CPC, determino a cumulação dos inventários de GERALDO LAMARTINE DE ARAÚJO e RITA PESSOA DE ARAÚJO, nomeio como inventariante, EVERARDO JOSÉ DE ARAÚJO, sem a necessidade de assinatura dos termos de compromisso e primeiras declarações, em face das restrições impostas pela pandemia do vírus chinês. Serve a presente decisão como termo de compromisso para todos os efeitos legais. IV - Concedo o prazo de 20(vinte) dias para apresentação das primeiras declarações. V - Sobre o pedido de 427/436, apresentado pela herdeira, ANA CRISTINA PESSOA DE ARAÚJO, intimem-se os demais herdeiros, procuradoria fiscal e ministério público, este último ente, uma vez que a referida herdeira, aduz que o filho é menor e portador de autismo. VI - Esclareço aos herdeiros, que as questões atinentes ao inventário, tem como lapso temporal a abertura da sucessões, eventuais sonegações, devem ser tratadas em ação própria. Exp. Nec.

ADV: JOANA RODRIGUES BRASIL MOREIRA (OAB 21866/CE), ADV: REBECA AGUIAR COSTA (OAB 25750/CE), ADV: MANUELLA ROCHA MAGI (OAB 21962/CE), ADV: WALMYR SÁ MAGALHÃES NETO (OAB 18997/CE), ADV: ANDRE CHIANCA LIMA (OAB 12910/CE), ADV: MARIANA BRAGA SYDRIAO DE ALENCAR (OAB 20608/CE) - Processo 0140893-69.2018.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Rita Pessoa de Araujo - Everardo José de Araújo - Ana Lucia Sampaio e outros - I Cumprir o restante da decisão de fl.s 441/445; II Intimar os demais interessados acerca da petição de fl.s 446/458. Fortaleza, 18 de janeiro de 2022.

ADV: TERESA EMANUELI MAIA VALENTE (OAB 43809/CE) - Processo 0204629-22.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Mirta de Araújo - I A representação de herdeiro falecido ocorre através do respectivo inventário, por seu inventariante, e não pelos seus sucessores, razão pela qual esses devem ajoujar a nomeação de quem assuma a inventariança e pedir a habilitação, ou se, ainda não requereram a abertura sucessória, que faça, podendo, se for o caso, haver cumulação com o presente feito; Veja a jurisprudência: OBJETO DE HERANÇA EM DISCUSSÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO PRÉVIA DO QUINHÃO DE HERDEIRO PÓS MORTO. ARROLAMENTO SUMÁRIO DA SEGUNDA SUCESSÃO. NÃO INCLUSÃO DO DIREITO NO FORMAL DE PARTILHA. TRANSMISSÂO DE DIREITO AOS SEUS HERDEIROS. TUMULTO PROCESSUAL. NECESSIDADE DE SOBREPARTILHA. DECISÃO MANTIDA. Não se pode reconhecer a legitimidade dos herdeiros do pós-morto para se habilitarem no inventário da primeira de cujus com a possibilidade de receberem diretamente o quinhão relativo, sem que o direito seja integrado ao formal de partilha. O ingresso dos herdeiros do pós-morto no presente feito acarreta verdadeiro tumulto processual, comprometendo a efetividade, economia e celeridade processuais. 4. Recurso desprovido. (TJDF - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0746512-33.2020.8.07.0000 Rel: Desembargador JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS. Brasília (DF), 24 de Fevereiro de 2021).Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. II - Nomeio a s.ra Maria Mirta de Araújo inventariante do espólio, devendo ser intimada a apresentar as primeiras declarações, dispensando-a, porém, de prestar compromisso e assinar os respectivos termos por força doa pandemia do vírus chinês, servindo o presente despacho para tais fins legais. Fortaleza, 21 de janeiro de 2022.

ADV: MARCELLO MENDES BATISTA GUERRA (OAB 18285/CE) - Processo 0242229-14.2021.8.06.0001 - Inventário - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Roberto Magno de Azevedo Botelho e outros - I Em face de haver acordo entre todos interessados, nomeio o s.r Francisco de Assis de Azevedo Lima, arrolante do espólio, devendo ser intimado, ficando, porém, dispensado de prestar compromisso por determinação legal, servindo a exordial como primeiras declarações; II - Indefiro pedido de gratuidade, eis que o responsável é o espólio, e não os interessados, e, como visto nos autos, há um crédito de R$ 731.924,58 (Setecentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos) em nome do espólio, sendo, pois, suficiente para arcar com os custos do presente feito; III - A representação de herdeiro falecido ocorre através do respectivo inventário, por seu inventariante, e não pelos seus sucessores, razão pela qual esses devem ajoujar a nomeação de quem assuma a inventariança e pedir a habilitação, ou se, ainda não requereram a abertura sucessória, que façam, podendo, se for o caso, haver cumulação com o presente feito; Veja a jurisprudência: OBJETO DE HERANÇA EM DISCUSSÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO PRÉVIA DO QUINHÃO DE HERDEIRO PÓS MORTO. ARROLAMENTO SUMÁRIO DA SEGUNDA SUCESSÃO. NÃO INCLUSÃO DO DIREITO NO FORMAL DE PARTILHA. TRANSMISSÂO DE DIREITO AOS SEUS HERDEIROS. TUMULTO PROCESSUAL. NECESSIDADE DE SOBREPARTILHA. DECISÃO MANTIDA. .Não se pode reconhecer a legitimidade dos herdeiros do pós-morto para se habilitarem no inventário da primeira de cujus com a possibilidade de receberem diretamente o quinhão relativo, sem que o direito seja integrado ao formal de partilha 3.O ingresso dos herdeiros do pós-morto no presente feito acarreta verdadeiro tumulto processual, comprometendo a efetividade, economia e celeridade processuais. 4.Recurso desprovido.(TJDF . AGRAVO DE INSTRUMENTO 0746512-33.2020.8.07.0000, Desembargador JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS. Brasília (DF), 24 de Fevereiro de 2021). IV Fica o ora nomeado arrolante autorizado a participar de audiência de conciliação e transação para negociação do pagamento do precatório nº 0031866-38.2010.8.06.0000, inscrito em favor da falecida, servindo a presente decisão também como alvará; V - Vistas à Procuradoria Fiscal. Fortaleza/CE, 11 de janeiro de 2022.

ADV: JEAN FABIO DE AGUIAR COSTA (OAB 22393/CE) - Processo 0242731-84.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Magaly Cilene de Castro Costa - A Inventariante NÃO cumpriu a determinação de fl. 99, razão pela qual deixo de apreciar os pedidos de fl.s 100/101 e 102/103, devendo, pois,, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, cumprir aquela determinação judicial, pena de remoção ex officio do encargo. Fortaleza/CE, 14 de janeiro de 2022.

ADV: MARIO SALES CAVALCANTE (OAB 17964/CE) - Processo 0252501-04.2020.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria de Jesus Vale Sales e outros - Torno sobrestado o presente feito até a disponibilização dos valores referentes ao precatório 0000997-43.2020.8.06.0000. Intimem-se.

ADV: JOÃO BOSCO CAVALCANTE SOUZA JUNIOR (OAB 35049/CE) - Processo 0257708-47.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Daniara Maria Rabelo Félix e outro - Em obediência ao artigo 617 do Código Fux, nomeio a s.ra Jéssica Carvalho Texeira, cônjuge supérstite, inventariante do espólio, devendo ser citada para tomar conhecimento do presente feito e apresentar as primeiras declarações no prazo legal, dispensando-a, porém, de prestar compromisso e assinar os respectivos termos por força da pandemia do vírus chinês, servindo a presente decisão para tais fins legais. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: MIGUEL ALEXANDRINO DA SILVA NETO (OAB 21748/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE), ADV: ANTONIO RAPHAEL CAVALCANTE ASSUNÇÃO (OAB 33830/CE), ADV: MIGUEL MACHADO ALEXANDRINO (OAB

39837/CE) - Processo 0102361-26.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0039588-08.2019.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Delfina Maria Sampaio Alcantara - HERDEIRO: Isabela Mota Alcântara e outros - às partes para tomarem conhecimento de que a decisão de fls. 396/397 foi encaminhada para o banco.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: FRANCISCO MASSILON TORRES FREITAS (OAB 2446/CE), ADV: FRANCISCO JAIRO DE ASSUNÇAO CAVALCANTE (OAB 2065/CE), ADV: ROGERIO BARBOSA DE SOUSA (OAB 16148/CE) - Processo 0153361-70.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRA: Dinaina Maria de Jesus Evangelista - Gisele Uchoa Evangelista, menor representada por sua genitora Maria de Lima Uchoa e outros - Tendo em vista a certidão de fls. 526, intimem-se os interessados para indicar um dos herdeiros para assumir o múnus da inventariança.

ADV: ALEXANDRE MONTEIRO DE CARVALHO (OAB 17846B/CE), ADV: RAFAEL SILVEIRA LOPES (OAB 19237/CE), ADV: TAISE PEIXOTO DE ANDRADE PINHEIRO VALERIO (OAB 23923/CE), ADV: VALDENER VIEIRA MILFONT (OAB 32537/CE) - Processo 0158300-25.2017.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Severiano Tavares Filho - HERDEIRO: Francisco de Assis Tavares Batista e outros - Vistos etc. Atendidas que se encontram as exigências legais, homologo, por sentença, paraque produza os seus jurídicos e legais efeitos, a partilha dos bens deixados por falecimento de Maria das Mercês Tavares,cuja esboço encontra-se às fls. 401/411, reduzido a termo ás fls 445. Mando, portanto, que se cumpra e guarde, como na mesma partilha se contém e determina, ressalvados os direitos de terceiros. Custas de lei P.R.I. Vistas ao Ministério Público e à Procuradoria Fiscal. Em caso de pedido de dispensa do prazo recursal, fica, de logo, deferido, após a publicação e respectivas intimações da sentença. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente formal de partilha e alvarás ,se for caso. Dê-se baixa na Distribuição e, a seguir, arquivem-se os auto

ADV: THALES DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 29558/CE) - Processo 0213095-39.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Glauber Vasconcelos Bessa - Intime-se a inventariante para apresentar as primeiras e ultimas declarações conforme sugerido no parecer ministério público exarado ás fls.97/100.

ADV: JOÃO ALFREDO CARNEIRO DE MORAIS (OAB 37009/CE) - Processo 0250222-45.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Felicia Torres da Silva - Intime-se a inventariante para informar a filiação completa e os endereços dos herdeiros elencados nas primeiras declarações..

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: MARÍLIA OLIVEIRA LEÃO (OAB 28564/CE) - Processo 0253503-72.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessão - REQUERENTE: Luisa Felix Lins - Cls., Defiro o pedido de processamento da presente ação de Alvará, porquanto comprovado o óbito e a legitimidade da requerente. Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Expeça-se ofício ao Banco Bradesco indagando acerca de valores retidos, e seu respectivo quantum, em nome do de cujus. Reitere-se o expediente de fls. 25. Consulte-se ao SISBAJUD o CPF do falecido. Recebidas as respostas dos expedientes supra, sendo incontroverso o valor objeto do presente pleito de autorização para recebimento, deverá a requerente providenciar o recolhimento ou a declaração de isenção do imposto de transmissão causa mortis. Após juntada aos autos a resposta ao expediente supra, bem como cumpridas as diligências, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral do Estado e à ilustre representante do Ministério Público. Em seguida, direi sobre o pedido de alvará. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022

ADV: DJANIO TEIXEIRA LIMAJUNIOR (OAB 30308/CE), ADV: MONICA ALMEIDA DA SILVA (OAB 25813/CE) - Processo 0201046-29.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Petição de Herança - REQUERENTE: Cicero Maximo do Nascimento - R.h. Cls. Preliminarmente, intime-se o requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do extinto, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores depositados em nome da de cujus. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO FERREIRA FREITAS (OAB 4030/CE), ADV: PRISCILA MESQUITA DE CARVALHO (OAB 23091/CE) - Processo 0202107-22.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Veronica Maria Santos Araujo - R.h. Cls. Preliminarmente, intime-se a requerente, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do extinto, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, proceda-se consulta ao sistema SISBAJUD, a fim de que venham aos autos informações acerca da existência de ativos em nome do de cujus. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: JOANA D'ARC DE SOUSA SANTOS (OAB 36939/CE) - Processo 0202643-33.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Localização de Contas - REQUERENTE: Rosena Maria Pinto Alves - R.h. Cls. Preliminarmente, intime-se a requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas

reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do extinto, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco S/A, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores depositados em nome do de cujus. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: ELANO AGUIAR CORREIA MOTA (OAB 20979/CE) - Processo 0203236-62.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Richardson Franco Bezerra de Aguiar - R.h. Cls. Preliminarmente, intime-se o requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do extinto, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, expeça-se ofício à Unimed Fortaleza, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores a serem restituídos em nome da de cujus, a qual era beneficiária de plano (carteira de nº 0063 002005581963 0), na modalidade pré-pago. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: ELIZABELLE DE ARAÚJO DIAS (OAB 45658/CE) - Processo 0203506-86.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Luciana Rodrigues do Santos e outros - R.h. Cls. Preliminarmente, intimem-se os requerentes, por sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do extinto, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores depositados em nome do de cujus. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: WAGNER ROCHA JOVENTINO (OAB 33893/CE) - Processo 0204277-64.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Liberação de Conta - REQUERENTE: Vera Lúcia de Souza Brito - R.h. Cls. Defiro o pedido de processamento da presente ação de Alvará, porquanto comprovado o óbito e a legitimidade da requerente. Apreciarei o pleito de gratuidade da Justiça oportunamente. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário. Deverá a requerente juntar aos autos declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do falecido. Expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores depositados em nome do de cujus. Considerando-se incontroverso o valor objeto do presente pleito de autorização para recebimento, deverá a postulante providenciar o recolhimento do imposto causa mortis ou a declaração de isenção do referido tributo. Após cumpridas as referidas diligências, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral do Estado e à representante do Ministério Público. Em seguida, voltem-me os autos conclusos para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ EDUARDO FERREIRA (OAB 30882/CE), ADV: EDNA RODRIGUES MAIA (OAB 37274/CE) - Processo 0204639-66.2022.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTE: Georgia Brito Oliveira - R.h. Cls. Defiro o pedido de abertura de INVENTÁRIO sob o rito do arrolamento comum, regulado pelo artigo 664 do Código de Processo Civil, diante do valor dos bens do espólio, porquanto comprovado o óbito do autor da herança e a legitimidade dos requerentes. Defiro o pedido de gratuidade de justiça em virtude do pequeno valor econômico do bem inventariado. Dessa forma, nomeio como inventariante a sra. GEÓRGIA BRITO OLIVIERA, dispensando assinatura de termo de compromisso, consoante previsão do mencionado dispositivo legal. Recebo a petição inicial como primeiras declarações. Intime-se a inventariante, por seu advogado, para, no prazo de 20 (vinte) dias: a) juntar aos autos declaração acerca da existência de Testamento do CENSEC requisitada ao Colégio Notarial do Brasil, nos termos da Portaria nº 56 de 14/07/2016 do Conselho Nacional de Justiça CNJ; b) as certidões negativas de débitos fiscais das fazendas públicas federal, estadual e municipal. Cumpridas as diligência supra, voltem-me os autos conclusos para os fins de direito. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ROCHA LEITE (OAB 5336/CE) - Processo 0205324-73.2022.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Fernanda Maria Ferreira Rafael e outros - R.h. Cls. Intimem-se os requerentes, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecerem a não indicação do cônjuge supérstite para o exercício da inventariança, devendo juntar aos autos, se for o caso, a anuência da viúva ao seu pedido de nomeação ao cargo de inventariante, em obediência à ordem de preferência estabelecida no art. 617 do Código de Processo Civil. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS RODRIGUES ORTIZ (OAB 56556/SC) - Processo 0205955-17.2022.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Adjudicação de herança - REQUERENTE: Celina da Costa Paiva - R.h. Cls. Preliminarmente, intime-se a requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do extinto, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores depositados em nome do falecido. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: REGINA PEREIRA GONDIM GUIMARÃES (OAB 11522/CE), ADV: TEODORICO GUIMARAES NETO (OAB 11778/CE) - Processo 0237372-22.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Petição de Herança - REQUERENTE: Maria Irani Maia Pereira - Vistos etc. MARIA IRANI MAIA PEREIRA, devidamente qualificada nos autos, requereu autorização judicial, através da presente ação de Alvará, para levantar valores referentes a saldo bancário, junto à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil S/A e ao Banco Bradesco S/A, de titularidade do de cujus JOÃO LIMA PEREIRA. A postulante demonstrou legitimidade ad causam, na qualidade de viúva do falecido (fls. 12/13), ao passo que consta dos autos a certidão de inexistência de dependente habilitado junto ao INSS (fl. 24), a certidão de óbito do de cujus (fl. 11), a declaração de bens e herdeiros do falecido firmada por duas testemunhas (fls. 22/23), bem como a prova dos saldos pecuniários que se pleiteia (fls. 32 e 45/46). Instada a se manifestar, a representante do Órgão Ministerial lançou parecer às fls. 55/56. Por outro turno, a Procuradoria Geral do Estado, em manifestação lançada à fl. 59 dos autos, não se opôs à concessão do alvará, haja vista a isenção do imposto estadual causa mortis. ISTO POSTO e considerando o que mais dos autos constam, os princípios e normas legais aplicáveis à espécie, em especial a Lei nº 6.858/80 e seu Decreto Regulamentador nº 85.845/81 e, ainda as disposições insertas no art. 666 do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido, autorizando MARIA IRANI MAIA PEREIRA a levantar todo e qualquer valor depositado no Banco do Brasil S/A, independentemente da natureza e do fim de depósito, atualizado até a data do efetivo levantamento,

de titularidade do de cujus JOÃO LIMA PEREIRA. Sem custas face ao pedido de gratuidade de justiça, que ora defiro. P. R. I. Transitada em julgado, expeça-se o alvará judicial. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos com baixa.

ADV: PAULO HENRRIQUE GOMES DA SILVA (OAB 38701/CE) - Processo 0243265-91.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Alexandre Lima da Silva - R.h. Cls. Defiro o pedido de processamento da presente ação de Alvará, porquanto comprovado o óbito e a legitimidade do requerente. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário. Oficie-se ao INSS, indagando acerca da existência de resíduos de benefício previdenciário em nome da de cujus. Proceda-se consulta ao sistema SISBAJUD, a fim de que venham aos autos informações acerca da existência de ativos em nome da falecida. Considerando-se incontroverso o valor objeto do presente pleito de autorização para recebimento, deverá a postulante providenciar o recolhimento do imposto causa mortis ou a declaração de isenção do referido tributo. Após cumpridas as referidas diligências, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral do Estado e à representante do Ministério Público. Em seguida, voltem-me os autos conclusos para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: EWERTON RODRIGUES DA SILVA (OAB 42636/CE) - Processo 0260705-03.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Leve - REQUERENTE: Zenilda Batista de Matos Marques - R.h. Cls. Preliminarmente, intime-se a requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que possam asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do extinto, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, expeça-se ofício ao Banco Bradesco S/A, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores depositados em nome do de cujus. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: ROGERIO MATIAS REBOUCAS DA SILVEIRA (OAB 7905/CE) - Processo 0261567-71.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Tássia Évila Pinto de Andrade - Cls., Intime-se a inventariante, pessoalmente e, por seu defensor, para, no prazo de 10 (dez) dias, acostar aos autos a declaração de anuência do herdeiro, a qual foi declinada nas primeiras declarações, mas não consta nos autos. Sem prejuízo da diligência supra, abra-se vistas a Procuradoria Fiscal e ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: SONIA MARIA CAVALCANTE MELO (OAB 10638/CE) - Processo 0265190-46.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Neuma Lira Barbosa Siqueira - Vistos etc. Trata-se de Alvará Judicial em que é requerente MARIA NEUMA LIRA BARBOSA SIQUEIRA, devidamente qualificada na inicial de fls. 01/03, que veio acompanhada dos documentos de fls. 04/14. A postulante pleiteia pela expedição de Alvará Judicial Autorizativo, para que seja possível a liberação de crédito existente em nome do de cujus José Gomes Siqueira, junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco S/A. À fl. 15, foi prolatado despacho inicial, determinando a emenda da exordial para que fosse juntado aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS, bem como declarações de 2 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, que pudessem asseverar acerca da inexistência de outros bens e herdeiros do falecido. Em fls. 31/32, a requerente fez juntar as declarações requeridas, nas quais se assevera a existência de bens imóveis em nome do autor da herança (fls. 40 e 44). É o relatório. DECIDO. A requerente busca através de Alvará, autorização judicial para levantamento de valores não recebidos em vida pelo de cujus José Gomes Siqueira. Contudo, entendo que a via judicial escolhida não é a adequada para o caso acima citado, posto que há bens a inventariar, conforme declarações testemunhais de fls. 40 e 44. Vejamos julgados de Tribunais Superiores nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. ALVARÁ JUDICIAL. ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL EM NOME DA EMPRESA PERTENCENTE À DE CUJUS. EXISTÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR. NECESSIDADE DE INVENTÁRIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Havendo bens em nome do de cujus a partilhar, inviável a expedição de alvará sem a abertura do inventário. Precedente desta Corte. Apelação desprovida, de plano. (Apelação Cível Nº 70070345186, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em 13/09/2016). (Grifo nosso).ALVARÁ JUDICIAL - LEVANTAMENTO DE VALOR DISPONÍVEL EM CONTAS E CADERNETAS DE POUPANÇA DE SERVIDOR FALECIDO - EXISTÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR - NECESSIDADE DE ABERTURA DE INVENTÁRIO - PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - SENTENÇA CONFIRMADA. - O pedido de alvará judicial proposto de forma autônoma pela ex cônjuge do falecido para levantamento de valor disponível em contas e cadernetas de poupança na hipótese em que o de cujus deixou bens a inventariar é juridicamente impossível, sendo que o inventário deverá ser proposto para a partilha dos bens conjuntamente, ou se for o caso, com o pedido de alvará nos próprios autos de inventário. (Grifo nosso). Assim, deve a postulante ajuizar Ação de Inventário/Arrolamento para que seja possível a liberação do saldo pleiteado, tendo em vista que o de cujus deixou bens a inventariar, o que faz com que a pretensão inicial recaia na via judicial retrocitada. Verifica-se, portanto, que a via buscada pela requerente é inadequada para o pedido formulado, o que resulta em extinção do processo sem julgamento do mérito, vez que falta ao mesmo interesse de agir na modalidade adequação, devendo ser a petição inicial indeferida. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento do mérito com fulcro no artigo 485, inciso VI, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sem custas face ao pedido de gratuidade de justiça, que ora defiro. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

ADV: RONALDO PEREIRA DE ANDRADE (OAB 14427/CE) - Processo 0267311-81.2020.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.J.D.M. - R.h. Cls. Defiro o pedido de processamento da presente ação de Alvará, porquanto comprovado o óbito e a legitimidade da requerente. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário. Intime-se a requerente, por seu advogado, para tomar ciência das informações bancárias de fls. 32/36, e, considerando incontroverso o valor objeto do presente pleito de autorização para recebimento, providenciar o recolhimento do imposto causa mortis ou a declaração de isenção do referido tributo. Prazo de 20 (vinte) dias. Após cumpridas as referidas diligências, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral do Estado e à representante do Ministério Público. Em seguida, voltem-me os autos conclusos para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO ERIC FREIRE APOLIANO (OAB 38842/CE), ADV: JADER DE CARVALHO NOGUEIRA NETO (OAB 34274/CE) - Processo 0272247-18.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Petição de Herança - REQUERENTE: Maria Olindina Freire - R.h. Cls. Preliminarmente, intime-se a requerente, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de inexistência de dependentes habilitados junto ao INSS em nome da falecida, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme as disposições dos arts. 320 e 321 c/c o art. 330, IV, do CPC. Analisarei o pedido de gratuidade da Justiça oportunamente, quando forem juntadas aos autos as informações acerca do valor exato objeto do alvará. Sem prejuízo da intimação supra, expeça-se ofício ao Banco do Brasil S/A, solicitando informações acerca da existência e disponibilidade de valores depositados em nome da de cujus. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: ROGERIO MATIAS REBOUCAS DA SILVEIRA (OAB 7905/CE) - Processo 0273004-12.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Liberação de Conta - REQUERENTE: Guido de Araujo Maia - R.h. Cls. Defiro o pedido de processamento da presente ação de Alvará, porquanto comprovado o óbito e a legitimidade do requerente. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário. Intime-se o requerente, pessoalmente e por seu Defensor Público, para tomar ciência das informações bancárias de fls. 35 e 38, e, considerando incontroverso o valor objeto do presente pleito de autorização para recebimento, providenciar o recolhimento do imposto causa mortis ou a declaração de isenção do referido tributo. Prazo de 20 (vinte) dias. Após cumpridas as referidas diligências, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral do Estado e à representante do Ministério Público. Em seguida, voltem-me os autos conclusos para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: TICIANE HOLANDA TOMAZ DE OLIVEIRA MARINHO (OAB 21728/CE), ADV: MICHELINE ROUSE HOLANDA TOMAZ DE OLIVEIR (OAB 12541/CE) - Processo 0273776-72.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Petição de Herança - REQUERENTE: Ilanna Benevides Reisner e outro - R.h. Cls. Oficie-se ao INSS, indagando acerca da existência de dependente habilitado em nome do falecido. Expedientes necessários.

ADV: ELIANE REGIA TEIXEIRA LIMA (OAB 21766/CE) - Processo 0273799-18.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessão - REQUERENTE: José Gildo Teixeira Corpe e outro - R.h. Cls. Oficie-se ao INSS, indagando acerca da existência de dependente habilitado em nome do falecidos, bem como proceda-se consulta ao sistema SISBAJUD, utilizando os CPFs dos autores da herança. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS AUGUSTO SAMPAIO DE MENEZES (OAB 4500/CE) - Processo 0280870-71.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - COVID-19 - REQUERENTE: Paulo Roberto Nogueira Bastos - R.h. Cls. Intime-se o requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo juntar aos autos a certidão de óbito da de cujus, documento que se mostra essencial a propositura da ação, sob pena de indeferimento da petição inicial. Com ou sem o cumprimento da diligência supra, voltem os autos imediatamente conclusos para os fins de direito. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: VITÓRIA MACIEL DE FREITAS OLIVEIRA (OAB 44365/CE), ADV: JESSIKA BRUNNA DA SILVA SAMPAIO (OAB 44654/CE) - Processo 0282756-08.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Administração de herança - REQUERENTE: Vitória Rayele Nery Da Silva e outro - R.h. Cls. Defiro o pedido de processamento da presente ação de Alvará, porquanto comprovado o óbito e a legitimidade das requerentes. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário. Aguarde-se a resposta do ofício de fl. 19. Juntada aos autos a informação acerca do valor objeto do presente pleito de autorização para recebimento, intimem-se as requerente, por suas advogadas, para manifestarem-se e, considerando-os incontroverso, providenciarem o recolhimento do imposto causa mortis ou a declaração de isenção do referido tributo, no prazo de 20 (vinte) dias. Após cumpridas as referidas diligências, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral do Estado e à representante do Ministério Público. Em seguida, voltem-me os autos conclusos para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA FILHO (OAB 27143/CE) - Processo 0284453-64.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Joanita Gabriel de Oliveira - R.h. Cls. Defiro o pedido de abertura de INVENTÁRIO, porquanto comprovado o óbito do autor da herança e a legitimidade da requerente. Acerca do pedido de gratuidade judiciária, manifestar-me-ei quando se revelar a extensão do acervo inventariado. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário, de acordo com a avaliação administrativa da SEFAZ. Nomeio inventariante a requerente JOANITA GABRIEL DE OLIVEIRA, a qual, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá prestar o compromisso legal. Consigno que diante da suspensão dos atendimentos presenciais por força da Resolução do órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 06/2021 resta desde já determinado que a secretaria expeça termo de compromisso de inventariante, acostando aos autos para assinatura. Empós, referido documento devidamente assinado deve ser enviado para o e-mail da secretaria (for05suc@tjce.jus.br), juntamente como foto do RG para conferência de assinatura e liberação nos autos. Nos 20 (vinte) dias subsequentes, deverão ser apresentadas as primeiras declarações, observando integralmente os parâmetros dos arts. 620 do CPC e 225 da Lei 6.015/73, qualificando os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges, se for o caso), informando RG, CPF, endereço e regime de casamento dos mesmos, bem como caracterizando com precisão os bens pertencentes ao espólio. Faculta-se à inventariante a apresentação de plano de partilha amigável nos moldes do Art. 653 do CPC, subscrito por todos os interessados, com firmas reconhecidas, para fins de homologação. Não havendo a apresentação do plano de partilha amigável, promovam-se as citações, na forma do Art. 626 do CPC. Deverá a inventariante providenciar a juntada aos autos dos documentos comprobatórios de todos os bens e herdeiros do Espólio, bem como das certidões fiscais atualizadas das Fazendas (Nacional, Estadual e Municipal), porventura faltantes. Sem prejuízo das diligências supra, proceda-se consulta ao sistema SISBAJUD, a fim de que venham aos autos informações acerca da existência de ativos em nome do falecido. Após, abra-se vista à Fazenda Pública Estadual. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022

ADV: JULIANA GOMES CAVALCANTE (OAB 28857/CE), ADV: ISAAC RODRIGUES RAMOS NETO (OAB 28858/CE), ADV: ALEXANDRE BORGES LEITE (OAB 98129/MG), ADV: LUIZ GASTÃO DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 35365/SP) - Processo 0241025-32.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Apolonia de Freitas - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Cavalcante de Figueiredo - Cls., Cuida-se do inventário dos bens deixados por Vicente de Paulo da Silveira Cavalcante, deflagrado por Maria Apolonia de Freitas, declarando-se companheira do falecido. Consignada a necessidade de apresentação de sentença declaratória de união estável, proferida por uma das varas de família, a fim de demonstrar legitimidade ad causam no presente inventário, a requerente interpôs a ação nº 0257775-12.2021.8.06.0001 que fora distribuída para a 15ª Vara de Família desta Capital. Em sede de tutela antecipada, o juízo da Vara de Família, reconheceu, nos termos da decisão de fls. 371/376, a existência de União Estável entre Maria Apolonia de Freitas e Vicente de Paulo Silveira Cavalcante, com início no ano de 2017 e extinção em 22 de abril de 2021, data do falecimento deste. Empós, os colaterais do falecido, que em manifestação de fls. 146/ 170 já impugnaram referida união estável, noticiaram, às fls. 377/379 que recorreriam da decisão apresentada às fls. 371/376. Instada a apresentar certificação de trânsito em julgado da antecipação de tutela, a requerente pugnou pelo cumprimento imediato da decisão posto não existir nenhuma outra decisão que suspenda ou revogue seus efeitos, reiterando os pedidos formulados às fls. 369/370. Às fls. 385/393, os impugnantes afirmam que a requerente invadiu o apartamento do falecido, mesmo sem autorização judicial para ingressar no imóvel, pleiteando que a mesma seja instada a desocupa-lo. Corroborando com as afirmações supra, apresentaram imagens na petição de fls. 515/520. Após, pleiteiam, às fls. 523/524, pela urgente nomeação de Juarez Linhares Cavalcante ao cargo de inventariante a fim de que o Espólio seja administrado e

as dívidas sejam quitadas. Eis o que importa relatar. Decido. Analisando detidamente o desenvolvimento processual até aqui apresentado, com intenso litígio entre a sedizente companheira do falecido e os sedizentes herdeiros colaterais, a suspensão do feito se demonstraria razoável até que se julgasse a ação declaratória de união estável em trâmite na 15ª Vara de Família. Ocorre que, tendo em vista os diversos incidentes já interpostos em apenso, bem como diante da necessidade de administração do acervo hereditário deixado pelo falecido, vislumbro que a falta de inventariante pode prejudicar deveras o Espólio posto que, conforme se depreende dos autos, há diversas dívidas a serem adimplidas, bem como imóveis a serem conservados. Por outro turno, analisando a decisão prolatada em sede de tutela antecipada pelo juízo da Vara de Família, restou reconhecida a existência de União Estável entre Maria Apolonia de Freitas e Vicente de Paulo Silveira Cavalcante, com início no ano de 2017 e extinção em 22 de abril de 2021, data do falecimento deste. Não havendo, nestes autos, nenhuma outra decisão que a revogue ou modifique, nem mesmo comprovação de interposição de agravo de instrumento contra referido decisum. Dessa forma, a condição de companheira conferida a Maria Apolonia de Freitas, mesmo que em sede de tutela antecipada, é considerada válida e, portanto, exclui, até, se for o caso, ulterior decisão que a revogue, os colaterais da linha sucessória. Consigno aos litigantes que, com a declaração de inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil, conferiu-se tratamento paritário ao casamento e a união estável, desta forma, ao contrário de outrora, a companheira sobrevivente não concorre mais com os colaterais, sendo ela herdeira universal do falecido, se confirmada a convivência more uxorio. Assim, com vistas no prosseguimento do feito, nomeio ao cargo de inventariante Maria Apolonia de Freitas, a qual, no prazo de 05 (cinco) dias após a disponibilização do termo nos autos, deverá prestar o compromisso legal. Consigno que diante da suspensão dos atendimentos presenciais por força da Resolução do órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 06/2021 resta desde já determinado que a secretaria expeça termo de compromisso de inventariante, acostando aos autos para assinatura. Empós, referido documento devidamente assinado deve ser enviado para o e-mail da secretaria (for05suc@tjce.jus.br), juntamente como foto do RG para conferência de assinatura e liberação nos autos. E, nos 20 (vinte) dias subsequentes, apresentar as primeiras declarações, observando integralmente os parâmetros dos arts. 620 do Código de Processo Civil, caracterizando com precisão os bens pertencentes ao espólio, suas rendas e dívidas. Deverá a inventariante providenciar, quando da apresentação das primeiras declarações, a juntada aos autos dos seguintes documentos: a) os comprobatórios de todos os bens; b) as certidões fiscais atualizadas das Fazendas (Nacional, Estadual e Municipal); Sem prejuízo das diligências supra, determino que se consulte ao SISBAJUD o CPF do falecido. Ofertadas as primeiras declarações, analisarei o pedido de gratuidade judiciária. Expeça-se cópia do presente de decisum, que servirá como ofício, em resposta ao pedido de fls. 556. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: ALEXANDRE BORGES LEITE (OAB 98129/MG), ADV: LUIZ GASTÃO DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 35365/SP) - Processo 0284574-92.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0241025-32.2021.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Apolonia de Freitas - Cls., Diante da nomeação de inventariante do Espólio de Vicente de Paulo da Silveira Cavalcante nos autos do Inventário nº 0241025-32.2021.8.06.0001, cumpra-se o despacho de fls. 34.

ADV: ALEXANDRE BORGES LEITE (OAB 98129/MG), ADV: LUIZ GASTÃO DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 35365/SP) - Processo 0284586-09.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0241025-32.2021.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Apolonia de Freitas - Cls., Diante da nomeação de inventariante do Espólio de Vicente de Paulo da Silveira Cavalcante nos autos do Inventário nº 0241025-32.2021.8.06.0001, cumpra-se o despacho de fls. 43.

ADV: ALEXANDRE BORGES LEITE (OAB 98129/MG), ADV: LUIZ GASTÃO DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 35365/SP) - Processo 0284597-38.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0241025-32.2021.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Apolonia de Freitas - Cls., Diante da nomeação de inventariante do Espólio de Vicente de Paulo da Silveira Cavalcante nos autos do Inventário nº 0241025-32.2021.8.06.0001, cumpra-se o despacho de fls. 42.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0040/2022

ADV: JOACI INACIO DE BRITO (OAB 8942/CE), ADV: FRANCISCO EDMAR MACEDO (OAB 3755/CE), ADV: MARIA VERA LUCIA DE SOUZA SALERI (OAB 100582/RS) - Processo 0173382-33.2016.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Vera Lucia de Souza Saleri - HERDEIRO: Maria Auxiliadora de Souza Santiago - LIDUINA MARIA SIMÃO TOMÁZ FERNANDES e outros - Cls., Chamo o feito a ordem. Confiro tramitação prioritária, anote-se com a tarja pertinente. Diante da cessão de direitos hereditários apresentada às fls. 362/373 na qual o inventariante, dentre outros herdeiros, cederam seus quinhões a co-herdeira Maria Vera Souza Saleri, defiro o pedido de substituição para remover da inventariança Antônio César Tomaz de Sousa e nomear ao cargo Maria Vera Souza Saleri a qual deverá, no prazo de 05 (cinco) dias após a disponibilização do competente termo nos autos, prestar o devido compromisso. Consigno que, diante da suspensão dos atendimentos presenciais por força da Resolução do órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 06/2021, resta desde já, determinado que a secretaria expeça termo de compromisso de inventariante, acostando aos autos para assinatura. Empós, referido documento devidamente assinado deve ser enviado para o e-mail da secretaria (for05suc@tjce.jus.br), juntamente como foto do RG para conferência de assinatura e liberação nos autos. Defiro o pedido de ressarcimento de despesas formulado às fls. 318/319, autorizando o Banco do Brasil a, utilizando-se dos recursos existentes na agencia 3653-6 conta 118.837-2, transferir para a co-herdeira Maria Vera Souza Saleri a quantia de R$ 7.831,01 (sete mil oitocentos e trinta e um reais e um centavos), cujos comprovante de pagamento estão devidamente arrolados às fls. 321/335. Deve, para tanto, a inventariante informar seus dados bancários, nos termos da portaria 557/2020 do TJ/CE. Quanto ao pedido de levantamento dos valores declinados na petição de fls. 379/381, deverá a inventariante apresentar a documentação comprobatória das despesas, bem como proceder a juntada do DAE alusivo ao lançamento das custas processuais, possibilitando sua quitação com recursos do Espólio. Diante do consenso que se apresenta no feito, faculto a apresentação, no prazo de 20 (vinte) dias, do plano de partilha amigável, subscrito por Maria Vera Souza Saleri, Jorge Tomas de Souza e Maria de Fátima Moraes, esta na qualidade de inventariante do Espólio de Luiz Carlos de Souza ou que sejam ofertadas as últimas declarações. Por fim, no que pertine a manifestação estatal de fls. 339/340 entendo que o presente feito não deve ter seu prosseguimento obstado em função de obrigações fiscais devidas pelo Espólio de Luiz Carlos de Souza, cujo inventário corre em outros autos, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, conforme documento de fls. 189, interessando aos presentes autos tão somente o tributo devido pela defunção de Luiz Tomaz de Sousa e Maria de Lourdes Souza. Publique-se. Intime-se. Abra-se vistas a PGE. Expedientes necessários.

ADV: HENRIQUE PINHEIRO (OAB 16209/CE) - Processo 0179584-26.2016.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Cláudio Soares Victr Fernandes - Cls., Defiro o pedido de fls. 1810, determinando a expedição de alvará autorizando a Caixa Econômica Federal a proceder a quitação dos DAEs acostados às fls. 181/182 que, somados, totalizam o montante de R$ 95.897,50 (noventa e cinco mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), utilizando-se, para tanto, dos recursos

existentes na ag. 1956, op 013, conta poupança 113406-2. Expedientes necessários.

VARAS DA FAZENDA PÚBLICA

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: PAULA BARBOSA VENANCIO ALENCAR (OAB 40986/CE) - Processo 0127810-49.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Marilandia Grangeiro da Silva - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 268/279, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: LUIZ DIEGO RIBEIRO VINHAS LOPES (OAB 15972/CE) - Processo 0128706-29.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licenciamento de Veículo - REQUERENTE: Erivelto Tavares dos Santos Filho - Pelo exposto, e por tudo o que consta nos autos, julgo: Extingo sem resolução do mérito, os requeridos AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA AMC, e o ESTADO DO CEARÁ, nos moldes do art. 485, VI do CPC; Parcialmente procedente a ação, em relação ao Departamento de Trânsito do Estado DETRAN/CE, com fulcro no artigo 487, I, CPC, consolidando a antecipação de tutela, ora concedida, determinando que inclua o gravame de REGISTRO DE RESTRIÇÃO ADMINISTRATIVA NO RENAVAM, resultando no imediato RECOLHIMENTO DO VEÍCULO AO DEPÓSITO, como dispõem os arts. 233 e 270, §§ 2º, 6º e 7º do CTB, tendo por base a impossibilidade de saneamento da infração no local em que se encontre o veículo motocicleta YAMAHA/FACTOIR YBR125K, PLACAS HYY 3788/CE, 2001/2001, cor vermelha, RENAVAM 746559054, chassi 9C2JC30101R022686. Visando de tudo a regularização da transferência da propriedade de fato e de direito, não eximindo o autor das responsabilidades solidárias, como previsto em lei sobre fatos praticados a bordo do automóvel e demais encargos sobre este, limitada a partir da data de citação do órgão de trânsito. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público.

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE), ADV: PEDRO AUGUSTO AZEREDO CARVALHO (OAB 12623/ES), ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES), ADV: PAULA BARBOSA VENANCIO ALENCAR (OAB 40986/CE) - Processo 0134427-25.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisco Augusto França Nunes - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 289/300, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0170559-81.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisca Valderlania Pinheiro de Castro Aristoteles - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 255/263, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0170564-06.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Nila Maria Barros de Oliveira - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 253/261, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0170851-66.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francione da Silva Martins - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 257/259, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JEFFERSON VASCONCELOS FREITAS (OAB 32713/CE) - Processo 0175664-10.2017.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Jefferson Vasconcelos Freitas - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 215/222, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0176129-48.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Mirella Costa dos Santos - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 329/334, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: FRANCISCO NELSON SILVA COSTA (OAB 30595/CE) - Processo 0186279-88.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Francisco Nelson Silva Costa e outro - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 243/250, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0186528-39.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Piso Salarial - REQUERENTE: Andrea Santos de Queiroz - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 269/271, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0191105-60.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Piso Salarial - REQUERENTE: Alzira Martins dos Santos - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 302/307, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA (OAB 30302/CE), ADV: SAULO FERREIRA LOBO (OAB 32515/CE), ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE) - Processo 0202783-04.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Obrigações - REQUERENTE: Francenildo Silva Santos - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 130/132, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: DRACON DOS SANTOS TAMYARANA DE SÁ BARRETO (OAB 13704/CE) - Processo 0203931-16.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wellington Pereira de Souza - Compulsando os presentes autos, verifico a falta de documento essencial do autor, razão pela qual determino que o mesmo venha emendar à inicial juntando aos autos comprovante de residência, providência que deve ser adotada no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, a teor do art. 321, caput, e seu parágrafo único, do NCPC. Intime-se. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO HILTON DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 24338/CE) - Processo 0205019-89.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Honorio dos Santos - Compulsando os presentes autos, verifico a falta de documento essencial do autor, razão pela qual determino que o mesmo venha emendar à inicial juntando aos autos documento que comprove sua condição de pensionista, providência que deve ser adotada no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial, a teor do art. 321, caput, e seu parágrafo único, do NCPC. Intime-se. Expediente necessário.

ADV: CARLOS EDEN MELO MOURAO (OAB 17014/CE) - Processo 0205290-69.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Jose Hildeberto de Sousa Lima - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 260/266, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0208095-92.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Sueli Braga da Silva - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 208/213, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: RODRIGO MAGALHAES NOBREGA (OAB 34814/CE) - Processo 0220382-53.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Nacional de Trânsito - REQUERENTE: Carlos José da Costa Pereira - Isto posto, considerando não preenchidos os requisitos autorizadores da concessão da medida previstos no art. 311, incs. II e IV do CPC/2015, INDEFIRO a tutela de urgência, pleiteada na inicial. Diante de todo o exposto, e atento a tudo mais que dos presentes autos consta, JULGO, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, IMPROCEDENTE o pedido da parte autora contido na exordial, o que faço com amparo no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no Sistema de Automação da Justiça- SAJ e arquive-se, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, 16 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0222386-97.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Danila Paula Carneiro de Oliveira Novais - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 319/324, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: CAMILLA DE NAZARÉ RODRIGUES SIQUEIRA (OAB 42093/CE), ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE) - Processo 0223326-62.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - 1/3 de férias - REQUERENTE: Isaura Maria Araujo Amaral Matos e outro - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 248/258, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: LUIS SOARES DE SENA NETO (OAB 35076/CE) - Processo 0232207-91.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alzira Alice Rocha Ferreira - Dito isto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, para ordenar ao INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA IJF que expeça a declaração de afastamento (licença especial) à autora. Outrossim, no tocante ao mérito, diante de todo o exposto e atento a tudo mais que dos presentes autos consta, JULGO, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados pela parte autora na exordial, consolidando os efeitos da tutela provisória ora concedida, para determinar ao INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA IJF que expeça a declaração de afastamento (licença especial) à autora. Determino, ainda, que a autarquia demandada conclua os atos de sua competência, relativamente a aposentadoria da demandante, no prazo de 60 (sessenta) dias. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Expeça-se mandado de intimação ao INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA IJF para fins do efetivo cumprimento da tutela provisória. Após o trânsito em julgado, CUMPRA-SE, e, a seguir, dê-se baixa no Sistema de Automação da Justiça- SAJ e arquive-se, observadas as formalidades legais, caso nada seja requestado.

ADV: CAMILA CABO MAIA (OAB 27638/CE) - Processo 0240663-30.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Mislene da Silva Nobre de Araujo - Pelo exposto, e por tudo o que consta nos autos, decreto a extinção da ação com julgamento de mérito, face a existência da prescrição, nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público. Fortaleza/CE, 16 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0242226-93.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Maria Jose Gonçalves de Oliveira Conrado - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 302/307, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: LUCIA MARIA BRASIL RICARTE (OAB 8663/CE) - Processo 0243650-39.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Talita Santos Melo - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 139/147, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: FRANCISCO GILDO DA CRUZ SILVA (OAB 25852/CE) - Processo 0262147-38.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licenciamento de Veículo - REQUERENTE: Manoel Audinísio Araújo de Queiroz - O Superior Tribunal

de Justiça já pacificou tema em seus julgados, como citamos esse recente em Dezembro/2021, especialmente do termo inicial do bloqueio, in verbis: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. DÉBITOS VINCULADOS AO BEM. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. DEVER DO ALIENANTE DE INFORMAR, AO DETRAN, A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DO BEM. ART. 134 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. DESCUMPRIMENTO. PEDIDO DE BLOQUEIO ADMINISTRATIVO DO VEÍCULO, PARA FINS DE RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DO BEM. TERMO INICIAL DO BLOQUEIO A CONTAR DA CITAÇÃO DO RÉU, NA PRESENTE AÇÃO. ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DA MEDIDA ADMINISTRATIVA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE O TEMA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO. (...) V. No caso em apreciação, o acórdão do Tribunal de origem afastou a responsabilidade solidária do ora recorrido apenas a contar da citação para a contestação, no presente feito, com fundamento no art. 240 do CPC/2015. Com efeito, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido da responsabilidade solidária do antigo proprietário em relação aos débitos vinculados ao veículo até a data da comunicação da alienação ao órgão de trânsito, que, pelas peculiaridades fáticas do caso concreto, foi considerada efetivada pela citação válida do réu, na presente ação. VI. Recurso Especial parcialmente conhecido, e, nessa extensão, improvido. (REsp 1935790/CE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2021, DJe 31/08/2021). Nesse sentido, em decisão recente também de Dezembro/2021, a 3ª Turma Recursal do Ceará, demonstra que vem fixando novo entendimento jurisprudencial, devido às diversas e sucessivas discussões sobre o tema, principalmente diante da necessidade de se dar a primazia à boa-fé e à supremacia do interesse público. Ementa: RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA AO DETRAN/CE. DEVER DE COMUNICAÇÃO CUJO DESCUMPRIMENTO IMPLICA EM SOLIDARIEDADE. LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA À DATA DA CITAÇÃO DO ÓRGÃO DE TRÂNSITO. BLOQUEIO DO VEÍCULO. MEDIDA CAPAZ DE ASSEGURAR A REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DO BEM. BOA-FÉ PROCESSUAL E SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. MEDIDA PREVISTA NO ART. 233 DO CTB. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO Acorda a Terceira Turma Recursal do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso inominado interposto, mas DAR-LHE PARCIAL provimento, nos termos do voto da juíza relatora. Fortaleza/CE. Daniela Lima da Rocha JUÍZA RELATORA. Processo 0141762-95.2019.8.06.0001. Data julgamento e publicação: 09/12/2021. Pelo exposto, e por tudo o que consta nos autos, julgo: 1. Extingo o processo sem resolução do mérito, quanto aos requeridos AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA AMC, e o ESTADO DO CEARÁ, nos moldes do art. 485, VI do CPC. 2. Parcialmente procedente a ação, com fulcro no artigo 487, I, CPC, consolidando a antecipação de tutela, ora concedida, determinando que o Departamento de Trânsito do Estado DETRAN/CE gravame de REGISTRO DE RESTRIÇÃO ADMINISTRATIVA NO RENAVAM, resultando no imediato RECOLHIMENTO DO VEÍCULO AO DEPÓSITO, como dispõem os arts. 233 e 270, §§ 2º, 6º e 7º do CTB, tendo por base a impossibilidade de saneamento da infração no local em que se encontre o veículo HONDA/CG 125 TODAY, de placa HUH0472, Ano Fabricação: 1993, Cor: VERMELHA, Renavam: 608737860, Chassi: 9C2JC1801PRP02787. Visando de tudo a regularização da transferência da propriedade de fato e de direito, não eximindo o autor das responsabilidades solidárias, como previsto em lei sobre fatos praticados a bordo do automóvel e demais encargos sobre este, limitada a partir da data de citação do órgão de trânsito. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público.

ADV: DANIEL MARQUES FERNANDES (OAB 38308/CE), ADV: FRANCISCO BRUNO DE SOUSA (OAB 39842/CE) - Processo 0275963-53.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karina Saraiva Pinheiro - R.h. Vistos e examinados. Acolho o Parecer Ministerial de fls. 92. Intime-se a parte autora para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, a respeito das informações às fls. 59/64 e documentação juntada às fls. 65/88. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: ROMULO BRAGA ROCHA (OAB 24632/CE) - Processo 0287568-93.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Francisco Lucas da Silva - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da Contestação e documentos que acompanham de fls. 75/212, no prazo legal. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: GUSTAVO FERREIRA MAGALHAES SOLON (OAB 26505/CE) - Processo 0205622-65.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Giovani Magalhaes Martins - Amparado no poder geral de cautela inerente à atividade jurisdicional e no fato de que, em certos casos, se faz necessário a oitiva da parte adversa antes da tomada de decisão quanto a medidas de caráter provisório, reservo-me para apreciar o pedido de tutela provisória após estabelecido o contraditório. CITE-SE o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO IPM, via portal eletrônico, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30(trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Expediente necessário.

ADV: RAFAEL STUDART SINDEAUX (OAB 23852/CE), ADV: BRENO SILVA CORRÊA (OAB 33948/CE) - Processo 0277717-30.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Imélida Souza Bandeira - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da Contestação de fls. 124/128, no prazo legal. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: OSCAR LACERDA GOMES DE DEVS FILHO (OAB 31991/CE) - Processo 0283221-17.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Incidência sobre Aposentadoria - REQUERENTE: Antônia Eliane Sampaio Lima - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das Contestações e documentos que acompanham, no prazo legal. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: FRANCISCO FREIRES BARROS (OAB 4124/CE) - Processo 0290994-16.2021.8.06.0001 - Execução de Título

Extrajudicial contra a Fazenda Pública - Pagamento - REQUERENTE: Francisco Freires Barros - CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, para querendo, contestar o feito no prazo de 30(trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0202707-43.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Francisco Nazareno Bezerra - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITEM-SE a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ CEARAPREV e o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestarem o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponham para o esclarecimento da causa, bem como para apresentarem de logo, caso entendam necessário, proposta de acordo e as provas que pretendem produzir, e/ou requererem a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-OS para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: JOAO PAULO PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 17058/CE) - Processo 0205295-23.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Silvandira Ferreira - Amparado no poder geral de cautela inerente à atividade jurisdicional e no fato de que, em certos casos, se faz necessário a oitiva da parte adversa antes da tomada de decisão quanto a medidas de caráter provisório, reservo-me para apreciar o pedido de tutela provisória após estabelecido o contraditório. CITE-SE o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - IPM, via portal eletrônico, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30(trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Expediente necessário.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0205569-84.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Domingos Evaristo de Castro Sobrinho - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-O para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0205673-76.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Francisco Rogério Sales Freire - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITEM-SE a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ CEARAPREV e o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestarem o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponham para o esclarecimento da causa, bem como para apresentarem de logo, caso entendam necessário, proposta de acordo e as provas que pretendem produzir, e/ou requererem a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-OS para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0202707-43.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Francisco Nazareno Bezerra - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos

competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITEM-SE a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ CEARAPREV e o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestarem o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponham para o esclarecimento da causa, bem como para apresentarem de logo, caso entendam necessário, proposta de acordo e as provas que pretendem produzir, e/ou requererem a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-OS para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: JOAO PAULO PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 17058/CE) - Processo 0205295-23.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Silvandira Ferreira - Amparado no poder geral de cautela inerente à atividade jurisdicional e no fato de que, em certos casos, se faz necessário a oitiva da parte adversa antes da tomada de decisão quanto a medidas de caráter provisório, reservo-me para apreciar o pedido de tutela provisória após estabelecido o contraditório. CITE-SE o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - IPM, via portal eletrônico, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30(trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Expediente necessário.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0205569-84.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Domingos Evaristo de Castro Sobrinho - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-O para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0205673-76.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Francisco Rogério Sales Freire - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITEM-SE a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ CEARAPREV e o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestarem o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponham para o esclarecimento da causa, bem como para apresentarem de logo, caso entendam necessário, proposta de acordo e as provas que pretendem produzir, e/ou requererem a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-OS para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: HUGO CEZAR MEDINA (OAB 3722/CE) - Processo 0104932-33.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - IJF e outro - R.h. Vistos e examinados. Intime-se o INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA - IJF para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer, mediante documento idôneo, no prazo improrrogável de até 10(dez) dias, alertando desde logo para os consectários do descumprimento de decisões judiciais, como o arbitramento de multa pessoal aos agentes públicos responsáveis em caso de desídia em efetivar o comando judicial. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: HIGOR NEVES FURTADO (OAB 39124/CE) - Processo 0202752-47.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Cicera Alexandre Gomes - Assim, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para determinar ao ESTADO DO CEARÁ, através dos órgãos competentes, que forneça, obedecida a ordem cronológica de demandas judiciais na Secretaria de Saúde para os casos isonômicos, 05 canetas para o tratamento da diabetes, sendo a caneta LANTUS SOLOSTAR, e para o tratamento da esquizofrenia necessita de: PREGABOLINA 75mg (caixa com 30), QUETIAPINA 200mg e 300mg(caixa com 30 cada), para a parte autora, em conformidade com a prescrição médica, sob pena de bloqueio de verba pública suficiente para a satisfação da obrigação, mediante apresentação de Atestado Médico renovado semestralmente, sem prejuízo de responsabilidade criminal e política, esta nos termos do art. 4º, VIII e art. 74 da Lei nº 1.079/50, o que faço com arrimo no art. 5º, incisos XXXV e LIV, de CF/88, c/c os arts. 300 e 497, do CPCB. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, INTIMANDO-O para o imediato e efetivo cumprimento desta decisão. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica,

de logo, determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo legal, indicando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para os devidos fins. Cite-se e intime-se. Expediente necessário e em caráter de urgência.

ADV: KILDARE DO NASCIMENTO FLORENCIO (OAB 41992/CE) - Processo 0203428-92.2022.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Servidores Inativos - ARROLANTE: Jose Valter Florêncio - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento, já no tocante ao desconto de 4,6% reservo-me para apreciar o pedido de tutela provisória após estabelecido o contraditório. CITE-SE a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ CEARAPREV, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-O para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS LEVY GONDIM SALES (OAB 29326/CE) - Processo 0204360-80.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Saúde - REQUERENTE: Ednir Cordeiro Studart Gurgel - Por esta razão, DEFIRO os efeitos da antecipação da tutela de urgência no sentido de determinar que o Requerido suspenda incontinenti a cobrança do desconto referente à assistência à saúde da remuneração da Requerente. CITE-SE o INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA IPM, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Intimem-se. Expediente necessário.

ADV: ANNA SHELIDA DE SOUSA TEIXEIRA (OAB 44766/CE) - Processo 0205383-61.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Euridice Ferreira Araújo - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-O para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0205665-02.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Fernando Pereira dos Santos - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITEM-SE a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ CEARAPREV e o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestarem o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponham para o esclarecimento da causa, bem como para apresentarem de logo, caso entendam necessário, proposta de acordo e as provas que pretendem produzir, e/ou requererem a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-OS para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: ABRAAO LINCOLN SOUSA PONTE (OAB 30395/CE) - Processo 0205754-25.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucas Luan Vieira - Isto posto, considerando estar presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida, previstos no art. 300, do CPC/2015, e com a permissividade do art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, CONCEDO a tutela provisória de urgência para ordenar ao Estado do Ceará, por seus órgãos competentes, que promova a imediata suspensão dos descontos a maior a título de Desconto Previdência, calculado sobre o valor bruto recebido pelo autor, com alíquota de 9,5% / 10,5%, para que volte a descontar a alíquota de 14% calculado sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS Regime Geral de Previdência Social RGPS, providência esta a ser adotada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e demais sanções cabíveis em caso de descumprimento. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art.7° da Lei 12.153/2009), fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, INTIMANDO-O para o cumprimento desta decisão. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: RENAN DE FRIAS QUEIROZ (OAB 32287/CE) - Processo 0221175-89.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rodrigo Guilherme Ramalho - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para sanar as falhas apontadas na certidão de fls. 183, no prazo de 05 (cinco) dias.

Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: FRANCISCO DIEGO MATIAS SANTANA (OAB 39389/CE) - Processo 0257820-16.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Iraci de Lima Rodrigues - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 73/75, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO HORTÊNSIO AUGUSTO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO REGINALDO DE FARIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: RODRIGO MAGALHAES NOBREGA (OAB 34814/CE) - Processo 0239986-97.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação - REQUERENTE: Pedro Gregorio Gouveia - Isto posto, considerando preenchidos os requisitos autorizadores previstos no art. 300 e ss do CPC/2015, CONCEDO a tutela de urgência, de forma a suspender os efeitos do processo administrativo 132945800, que culminou com a penalidade de suspensão do direito de dirigir, e determino que o requerido retire as restrições ali impostas de forma a permitir ao autor realizar os exames necessários para renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação e, no caso de aprovação, receba sua CNH, eis que presentes os requisitos autorizadores do art. 3º da Lei nº 12.153/2009. Diante do exposto, atento aos fundamentos fáticos e jurídicos acima delineados, JULGO PROCEDENTE o pleito requestado na exordial, com resolução do mérito, de modo a declarar a nulidade do processo administrativo 132945800, que culminou na suspensão do direito de dirigir, aplicados pelo requerido, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em desfavor da parte requerente, PEDRO GREGÓRIO GOUVEIA, o que faço com espeque no art. 487, inciso I do CPC. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Intimem-se o DETRAN/CE, por mandado, para fins de cumprimento da tutela provisória. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, CUMPRA-SE, e, a seguir, dê-se baixa no Sistema de Automação da Justiça-SAJ, observadas as formalidades legais, caso nada seja requestado. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: MILENA ALENCAR GONDIM (OAB 24528/CE) - Processo 0116911-89.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município - Ipm - Assim, determino a intimação do Promovido/Devedor para se manifestar acerca do pedido de execução/cumprimento de sentença e cálculos de fls. 158/162, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, mediante simples petição de impugnação/embargos a ser protocolada nos autos deste processo, na forma do art. 52, IX, da Lei Federal nº 9.099/95. Empós a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, retornem os autos conclusos para a decisão acerca do quantum debeatur e prosseguimento na execução do julgado. Intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE) - Processo 0125398-48.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Gratificações Municipais Específicas - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - Ipm - Dito isto, intime-se o requerido para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer, mediante documento idôneo, no prazo improrrogável de até 10(dez) dias, sob pena de crime de desobediência à ordem judicial e aplicação de multa diária, alertando desde logo para os consectários do descumprimento de decisões judiciais, como o arbitramento de multa pessoal aos agentes públicos responsáveis pela desídia em efetivar o comando judicial. No tocante à obrigação de pagar, ouça-se o Promovido/Devedor sobre o pedido de execução/cumprimento de sentença e cálculos, também no prazo de 10(dez) dias, mediante simples petição de impugnação/embargos a ser protocolada nos autos deste processo, na forma do art. 52, IX, da Lei Federal nº 9.099/95. Empós a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: DAVI VASCONCELOS TAUMATURGO DIAS (OAB 34819/CE) - Processo 0152279-62.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Davi Vasconcelos Taumaturgo Dias - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 233/242, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0170565-88.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Rinaldo Santos Cavalcante - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 252/258, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0176096-58.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Osmanias Araujo Mendes - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 255/263, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0176616-18.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Flavia Maria Noronha de Souza - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 252/254, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0179636-51.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Jesuino Araujo Porfirio Sampaio - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 186/193, no prazo de 05 (cinco) dias.

Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: CRISTIANO QUEIROZ ARRUDA (OAB 28114/CE) - Processo 0236351-45.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Claudio Alberto Santiago Lima - Diante do exposto, atento à fundamentação expendida, hei por bem JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos requestados na prefacial, com resolução do mérito, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC, CONDENANDO o requerido a restituir de forma simples, as diferenças do adicional noturno, decorrentes da sistemática de cálculo, aplicando o denominador de 192 horas, ao invés de 240 horas, conforme o Parecer nº 1503/2019 da PGE, devendo o montante respectivo ser apurado na fase de cumprimento da sentença, devidamente corrigido e atualizado utilizando a indexador da taxa SELIC conforme determina a EC 113/2021. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito

ADV: CAUÊ FERNANDES FONTELES (OAB 32513/CE) - Processo 0239065-41.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - COVID-19 - REQUERENTE: Amanda Carvalho Guilherme e outros - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 159/179, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: FRANCISCO ARTUR DE SOUZA MUNHOZ (OAB 18458/CE), ADV: NILCELIA BENEDITO DA SILVA (OAB 42758/CE) - Processo 0255045-28.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Ana Katia Bastos Lima - R.h. Vistos e examinados. Considerando o recurso inominado interposto às fls. 136/165, determino a intimação da parte recorrida, através de seu representante judicial, para, querendo, oferecer resposta, no prazo de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Cumpre salientar, que ante a sua condição de pessoa jurídica de direito público (art. 1º-A da Lei nº 9.494/1997), fica dispensado a parte recorrente do preparo. Intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 34266/CE) - Processo 0257587-53.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luciana Rodrigues Cordeiro - R.h. Vistos e examinados. Considerando a Impugnação de fls. 132/136, ouça-se a parte impugnada, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: ERNESTO DE PINHO PESSOA JUNIOR (OAB 4659/CE), ADV: ANTONIO LUCIANO PONTES DOS SANTOS JUNIOR (OAB 20227/CE), ADV: MILENA ALENCAR GONDIM (OAB 24528/CE) - Processo 0264905-53.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Marise de Fatima Alves Feijo - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - Ipm - Assim, vislumbrando que não houve nenhuma insurgência da parte contrária quanto ao pedido de execução/cumprimento de sentença formulado pela autora, hei por bem HOMOLOGAR o cálculo inserido na petição de fls. 172/175, declarando como líquido, certo e exigível o montante de R$ 5.699,86 (cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), a ser pago à parte autora-exequente por RPV (requisição de pequeno valor). Intimem-se, devendo a parte autora, credora, informar seus dados bancários (nome do titular, banco, agência, conta/tipo, CPF), bem como se o crédito é submetido à tributação na forma de RRA (rendimentos recebidos acumuladamente), e em sendo, o número de parcelas referentes, e ainda, se é isento ou não de imposto de renda e contribuição previdenciária, conforme exigências da Resolução nº 29/2020-OETJCE (DJe-CE de 17/12/2020), visando a expedição da RPV nos moldes ali estabelecidos. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE), ADV: JOSE ALECIO CARVALHO MAIA (OAB 19600/CE) - Processo 0268082-25.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Albuquerque Sousa - R.h. Vistos e examinados. Considerando o recurso inominado interposto às fls. 148/178, determino a intimação da parte recorrida, através de seu representante judicial, para, querendo, oferecer resposta, no prazo de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Cumpre salientar, que ante a sua condição de pessoa jurídica de direito público (art. 1º-A da Lei nº 9.494/1997), fica dispensado a parte recorrente do preparo. Intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: IVILA DIAS PRACIANO RODRIGUES (OAB 39725/CE) - Processo 0269362-31.2021.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Ivila Dias Praciano Rodrigues - R.h. Vistos e examinados. Considerando o recurso inominado interposto às fls. 61/64, determino a intimação da parte recorrida, através de seu representante judicial, para, querendo, oferecer resposta, no prazo de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Cumpre salientar, que ante a sua condição de pessoa jurídica de direito público (art. 1º-A da Lei nº 9.494/1997), fica dispensado a parte recorrente do preparo. Intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0270236-16.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidores Inativos - REQUERENTE: Celcivanio Pereira da Silva - R.h. Vistos e examinados. Considerando o recurso inominado interposto às fls. 175/205, determino a intimação da parte recorrida, através de seu representante judicial, para, querendo, oferecer resposta, no prazo de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Cumpre salientar, que ante a sua condição de pessoa jurídica de direito público (art. 1º-A da Lei nº 9.494/1997), fica dispensado a parte recorrente do preparo. Intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0270296-23.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Jose Orismildo dos Santos Madeiro - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 215/221, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: VALDEMIR COSTA DA SILVA (OAB 36560/CE) - Processo 0270434-87.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Carla Daniele Maia Maciel - Pelo exposto, e por tudo o que consta nos autos, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, portanto Condeno o Promovido a reparar os danos causados a autora efetuando o pagamento das indenizações assim arbitrados: Danos materiais R$ 640,00, com correção monetária a partir do efetivo prejuízo (súmula 43, STF), utilizando o índice IPCA-E/IBGE, acrescidos de juros de mora no montante de 1% ao mês, utilizando-se o índice da caderneta de poupança, art. 1ºF da Lei 9.494/97, a partir do evento danoso (Súmula 54, STJ); Danos Morais R$ 10.000,00 e Danos Estéticos R$ 10.000,00, esses dois últimos com correção

monetária a partir do arbitramento da indenização (Súmula 362, STJ), acrescidas de juros de mora no montante de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54, STJ), utilizando-se o índice IPCA-E/IBGE. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público.

ADV: DAVI MOREIRA CASTRO DA COSTA (OAB 35786/CE) - Processo 0271210-87.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Mardiene Regia Lima de Freitas - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 68/70, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: JOSÉ ERISVALDO PATRÍCIO GINO (OAB 41308/CE) - Processo 0278679-53.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: José Antônio dos Santos - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca das informações de fls. 55, no prazo de 05 (cinco) dias. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2021. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

ADV: BRENA CÂMARA NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 44596/CE) - Processo 0287147-06.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Antonio Augusto Moreira Rocha - R.h. Vistos e examinados. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da Contestação de fls. 53/85, no prazo legal. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Hortênsio Augusto Pires Nogueira Juiz de Direito da 1ª V.J.E.F.P.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: TIAGO PINHO DO AMARAL (OAB 25273/CE) - Processo 0141786-26.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fabio James Aquino da Silva - Ante o exposto, inexistindo ilegalidade do ato administrativo passível de nulidade, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos veiculados na presente ação, o que faço com espeque no art. 487, inciso I, do CPC/2015, restando prejudicada a análise do pedido de liminar de urgência nesta sede processual. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0173775-50.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Antonia Luciene da Silva Ricardo - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Antonia Luciene da Silva Ricardo, objetivando o cumprimento da obrigação de pagar imposta na sentença transitado em julgado, em que a exequente, expressamente, renuncia ao excedente do seu crédito, a fim de viabilizar o pagamento por RPV. Devidamente intimado, o Município de Fortaleza, deixou de impugnar a memória de cálculo de fls. 142/147. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), correspondente valor do teto do maior benefício pago pelo RGPS (2021), estabelecido como o teto para pagamento por Requisição de Pequeno Valor - RPV, conforme o art. 1º da Lei Municipal nº 10.562/2017, ao crédito da exequente, o qual servirá de base para a competente requisição de pagamento, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a parte exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade, cópias do RG e CPF. Por fim, decorrido o prazo recursal, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0183046-83.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Leda Maranhão de Queiroz - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Maria Leda Maranhão de Queiroz, objetivando o cumprimento da obrigação de pagar imposta na sentença transitado em julgado, em que a exequente, expressamente, renuncia ao excedente do seu crédito, a fim de viabilizar o pagamento por RPV. Devidamente intimado, o Município de Fortaleza, deixou de impugnar a memória de cálculo de fls. 99/104. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), correspondente valor do teto do maior benefício pago pelo RGPS (2021), estabelecido como o teto para pagamento por Requisição de Pequeno Valor - RPV, conforme o art. 1º da Lei Municipal nº 10.562/2017, ao crédito da exequente, o qual servirá de base para a competente requisição de pagamento, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a parte exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade, cópias do RG e CPF. Por fim, decorrido o prazo recursal, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: EMANUEL RIBEIRO LIMA (OAB 22564/CE), ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE), ADV: GUSTAVO FERREIRA MAGALHAES SOLON (OAB 26505/CE), ADV: SILVIA MARIA PIRES DE SOUZA (OAB 5127/CE) - Processo 0185041-39.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Antonia Luzimary Peixoto Taveira - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - Ijf - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - IPM - Isto posto, considerando preenchidos os requisitos autorizadores da concessão da medida previstos no art. 311, incs. II e IV do CPC/2015, CONCEDO a tutela pretendida determinando ao promovido que proceda a imediata contagem especial do tempo de serviço da promovente e imediato afastamento das suas atividades, caso já compute o período necessário para aposentadoria, nos termos do artigo 57 da Lei 8.253/91, determinando ainda que seja fornecida ao mesmo a certidão que conste a indicação da contagem de tempo especial do serviço trabalhado em condições insalubres, desde a data em que se deu o ingresso no Regime Próprio de Previdência dos servidores do Município de Fortaleza RPPS. Outrossim, atento a tudo mais que dos presentes autos consta, JULGO, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido

formulado pela parte autora, para declarar o direito do autor, a conversão do tempo de serviço em que trabalhou em condições especiais de insalubridade, impondo ao réu que aplique em prol do autor o fator de multiplicação previsto no artigo 57 da Lei 8.213\\\<91, colmatando assim, a ausência de Lei Complementar prevista no art. 40 § 4º da CF\\\<88, suprindo igualmente a omissão prevista no Estatuto dos servidores do Município de Fortaleza, determinando a expedição de certidão de tempo de serviço em que conste a indicação da contagem especial do tempo de serviço trabalhado em condições insalubres e seu afastamento caso na emissão da certidão de tempo de serviço já preencher os requisitos da aposentadoria. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público. Expeça-se mandado de intimação aos requeridos para o efetivo cumprimento da tutela de evidência concedida nesta decisão. Após o trânsito em julgado, CUMPRA-SE, e, a seguir, dê-se baixa na distribuição e arquive-se, observadas as formalidades legais, caso nada seja requestado Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0185883-14.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Iradir de Oliveira Costa - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Maria Iradir de Oliveira Costa. Devidamente intimado, o Município de Fortaleza impugnou a memória de cálculos de fls. 138/142, apresentando novos valores às fls. 157. Às fls. 158, informou a exequente a sua concordância com os novos valores, requerendo ainda, sua homologação. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 113, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 5.887,55 (cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), em favor de Maria Iradir de Oliveira Costa, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: FABIO RICARDO MORELLI (OAB 31310/PR), ADV: CAMILA BONI BILIA (OAB 42674/PR), ADV: GUSTAVO BRIGIDO BEZERRA CARDOSO (OAB 18031/CE) - Processo 0186277-89.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões - REQUERENTE: Ariel de Araújo Oliveira - REQUERIDO: Instituto Aocp e outros - Ante o exposto, inexistindo ilegalidade do ato administrativo passível de nulidade, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos veiculados na presente ação, o que faço com espeque no art. 487, inciso I, do CPC/2015, restando prejudicada a análise do pedido de liminar de urgência nesta sede processual. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0190275-94.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Piso Salarial - REQUERENTE: Mires Maria Santos Arruda - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Mires Maria Santos Arruda. Devidamente intimado, o Município de Fortaleza impugnou a memória de cálculos de fls. 130/134, apresentando novos valores às fls. 145. A exequente, ás fls. 146, informou a sua concordância com os novos valores, requerendo ainda, sua homologação. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 145, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 5.887,55 (cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), em favor de Mires Maria Santos Arruda, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, uma vez apresentados os dados necessários e decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: HAROLDO GUTEMBERG URBANO BENEVIDES (OAB 28242/CE) - Processo 0201888-09.2022.8.06.0001 - Ação Civil Pública - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - AUTOR: Forlab Serviços Administrativos Ltda - Me - Uma vez contestado o feito, ouça-se em réplica a parte autora, por seu patrono, no prazo legal. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022

ADV: FLAVIO HENRIQUE LUNA SILVA (OAB 31252/CE) - Processo 0204178-31.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Breno Sales Campos Holanda - Diante do exposto, atento, mais, a lúcida opinião ministral em mesmo sentido, hei por bem JULGAR PROCEDENTE o pedido requestado na presente ação, com resolução do mérito, para condenar o requerido ESTADO DO CEARÁ ao pagamento dos valores remanescentes da bolsa para custeio de despesas pessoais em favor do requerente Breno Sales Campos Holanda, considerando o montante integral correspondente a 50% do valor da remuneração do respectivo cargo efetivo, de conformidade com o Decreto Estadual no 26.406/2001, vigente à época do referido concurso, acrescidos de correção monetária pelo indexador oficial (IPCA-E) a contar dos respectivos vencimentos e de juros moratórios aplicados à caderneta de poupança a partir da citação (art. 1º-F, Lei 9.494/1997), o que faço com espeque no art. 487, inciso I, do CPC. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022

ADV: GUSTAVO FERREIRA MAGALHAES SOLON (OAB 26505/CE) - Processo 0205598-37.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tania Maria Saunders de Castro - Indefiro, portanto, o pedido de antecipação de tutela. CITE-SE o Instituto de Previdência do Município - IPM, por mandado a ser cumprido ou por Oficial de Justiça (onde couber), para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Da presente decisão, dê-se ciência a parte autora, por seu patrono. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO FERREIRA MAGALHAES SOLON (OAB 26505/CE) - Processo 0205624-35.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Alberto Rocha - Indefiro, portanto, o pedido de antecipação

de tutela. CITE-SE o Instituto de Previdência do Município - IPM, por mandado a ser cumprido ou por Oficial de Justiça (onde couber), para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Da presente decisão, dê-se ciência a parte autora, por seu patrono. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: JEANNE MARIA FERREIRA BARROS (OAB 44280-A/CE) - Processo 0205872-98.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Maria Cirilo de Sousa e outros - R.h Vistos e examinados. Tendo em vista a admissão dos Embargos de Divergência em REsp. 1.163.020-RS como representativo da controvérsia atinente à inclusão da Tarifa de Uso do Sistema Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de energia Elétrica (TUSD), na base de cálculo do ICMS, conjuntamente com o REsp 1.699.851/TO e o REsp 1.692.023/MT, bem como considerando a decisão do eminente Ministro Relator que determinou a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem em todo território nacional (art. 1.037, II, CPC), determino a suspensão da presente demanda até ulterior decisão. Intime-se. Providencie a Secretaria Única os registros competentes. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: JEANNE MARIA FERREIRA BARROS (OAB 44280-A/CE) - Processo 0205909-28.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Teresinha Feitosa Alves Cordeiro e outros - R.h Vistos e examinados. Tendo em vista a admissão dos Embargos de Divergência em REsp. 1.163.020-RS como representativo da controvérsia atinente à inclusão da Tarifa de Uso do Sistema Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de energia Elétrica (TUSD), na base de cálculo do ICMS, conjuntamente com o REsp 1.699.851/TO e o REsp 1.692.023/MT, bem como considerando a decisão do eminente Ministro Relator que determinou a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem em todo território nacional (art. 1.037, II, CPC), determino a suspensão da presente demanda até ulterior decisão. Intime-se. Providencie a Secretaria Única os registros competentes. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0207810-02.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Piso Salarial - REQUERENTE: Katia Galdino de Souza - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Katia Galdino de Souza. Devidamente intimado, o Município de Fortaleza deixou de impugnar a memória de cálculo apresentada pelo exequente às fls. 85/89. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 85/89, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 5.000,13 (cinco mil reais e treze centavos), em favor de Katia Galdino de Souza, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: SEVERINO CARLOS PAULA PESSOA GUIMARAES (OAB 6545/CE) - Processo 0237789-72.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuela Veríssimo Pinto Cialdini - Intime-se a parte recorrida, através de seu representante judicial, para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de dez dias, consoante o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE) - Processo 0259523-79.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - 1/3 de férias - REQUERENTE: Nivea Maria Costa Vieira - Rh. Encaminhem-se os autos ao ilustre representante do Parquet em razão de seu parecer sobre o mérito da questão, lançado antes do julgamento da demanda. Intimações e expedientes necessários. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022.

ADV: MARINA RAYANNE BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 35896/CE) - Processo 0260418-40.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Urgência - REQUERENTE: Marcos Antônio de Oliveira Silva - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.139/141, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: ARISTÓTELES NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OAB 42782/CE) - Processo 0270308-37.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar - AUTOR: Nelson Antonio Veras Tavares - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.69/70, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ERISVALDO PATRÍCIO GINO (OAB 41308/CE) - Processo 0273704-85.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Maria Wanesa Martins de Oliveira - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.240/241, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DIEGO MATIAS SANTANA (OAB 39389/CE) - Processo 0274885-24.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Antônio Francisco de Sousa - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.36/37, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: PEDRO BARBOSA SARAIVA (OAB 34020/CE), ADV: ANA PAULA PORFIRIO BARBOSA (OAB 26855/CE) - Processo 0277939-95.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Alexsandra Barros da Silva - Uma vez contestado o feito, ouça-se em réplica a parte autora, por seu patrono, no prazo legal. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022

ADV: FELIPE LIMA PEREIRA (OAB 36347/CE), ADV: DAYSE SUYANE SAMPAIO DO VALE (OAB 24898/CE) - Processo 0282067-61.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Maria de Fatima S Santos - Diante do exposto, em face dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expendidos, hei por bem HOMOLOGAR o pedido de desistência constante dos autos, a teor do art. 200, parágrafo único, do NCPC, e, por consequência, JULGAR EXTINTO a

presente demanda cível, sem resolução de mérito, o que faço com espeque no art. 485, inciso VIII, do referido diploma legal. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, tendo em vista o disposto nos arts. 27 da Lei nº 12.153/2009 c/c o art. 55 da Lei nº 9.099/1995. P.R.I. Independentemente do prazo recursal, arquivem-se os autos. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0288656-69.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Airton do Nascimento - Uma vez contestado o feito, ouça-se em réplica a parte autora, por seu patrono, no prazo legal. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022

ADV: RAUL ARY SILVEIRA (OAB 22765/CE) - Processo 0289421-40.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prova de Títulos - REQUERENTE: Evalto Monte de Araújo Filho - Diante do exposto, em face dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expendidos, hei por bem HOMOLOGAR o pedido de desistência constante dos autos, a teor do art. 200, parágrafo único, do NCPC, e, por consequência, JULGAR EXTINTO a presente demanda cível, sem resolução de mérito, o que faço com espeque no art. 485, inciso VIII, do referido diploma legal. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, tendo em vista o disposto nos arts. 27 da Lei nº 12.153/2009 c/c o art. 55 da Lei nº 9.099/1995. P.R.I. Independentemente do prazo recursal, arquivem-se os autos. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: ANTONIA NARCELIA SARAIVA CAVALCANTE COELHO (OAB 12119/CE), ADV: LUIZ IATAGAN CAVALCANTE ROCHA (OAB 25680/CE), ADV: JOSE ROCHA DE PAULA JUNIOR (OAB 40086/CE) - Processo 0279597-57.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Lucivanda da Cruz Martins - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.60/65, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: MARIA NUARA MORAIS DA FONSECA (OAB 35737B/CE) - Processo 0202116-18.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fraldas - REQUERENTE: Simone Gonçalves Pereira - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.52, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DIEGO MATIAS SANTANA (OAB 39389/CE) - Processo 0268962-17.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Luiza Azevedo da Silva - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.44/46, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE) - Processo 0286345-08.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990) - REQUERENTE: Antonio Cosmo Pereira - Uma vez contestado o feito, ouça-se em réplica a parte autora, por seu patrono, no prazo legal. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: MARIA NUARA MORAIS DA FONSECA (OAB 35737B/CE) - Processo 0202116-18.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fraldas - REQUERENTE: Simone Gonçalves Pereira - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.52, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DIEGO MATIAS SANTANA (OAB 39389/CE) - Processo 0268962-17.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Luiza Azevedo da Silva - Vistos em conclusão. A parte autora, por seu representante judicial, sobre a juntada de Ofício à p.44/46, da parte da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Intimação e demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito

ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE) - Processo 0286345-08.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990) - REQUERENTE: Antonio Cosmo Pereira - Uma vez contestado o feito, ouça-se em réplica a parte autora, por seu patrono, no prazo legal. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO REGINALDO DE FARIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: RODRIGO MAGALHAES NOBREGA (OAB 34814/CE) - Processo 0267885-07.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Antonio Lucas da Silva Almeida - Assim, CONCEDO a Tutela Provisória pretendida na inicial, para o fim de determinar que o ente público requerido proceda com a imediata suspensão da exigibilidade da infração lavrada em face do requerente, concernente ao Auto de Infração nº RA00009116 (90328985), assim como também, das penalidades administrativas dele decorrentes, notadamente a obtenção da licença definitiva. Outrossim,

diante de todo o exposto e atento a tudo mais que dos presentes autos consta, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, para declarar a nulidade do Auto de Infração nº RA00009116 (90328985), bem como todos os processos administrativos ou penalidades dele decorrentes (multas, pontuação, suspensão do direito de dirigir, condicionamento do licenciamento/transferência ao pagamento de multa, obtenção da licença definitiva, etc.). Em relação ao pedido no qual, pretende o autor, a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais, julgo o mesmo IMPROCEDENTE. Sem custas e sem honorários, à luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995, aplicada subsidiariamente, conforme previsão contida no art. 27 da Lei Federal nº 12.153/2009.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: PEDRO HENRIQUE DUARTE MIRANDA (OAB 27507/CE) - Processo 0177275-27.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Alcioneida Maria de Carvalho Sousa - Diante do exposto, atento à fundamentação expendida e em consonância com a opinião ministerial, hei por bem JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos requestados na prefacial, para condenar o requerido ao pagamento do piso nacional da categoria dos ACS/ACE retroativo de 30 de setembro de 2014 a dezembro/2014 à parte autora, bem como os reflexos sobre as férias+1/3 e 13ª salário, com a devida incidência de juros de mora e correção monetária, que segundo entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, deverá incidir correção monetária pelo índice IPCA/IBGE desde a data da sentença de arbitramento, e juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, a contar do trânsito em julgado, conforme teses assentadas pelo Supremo Tribunal Federal, com Repercussão Geral, no julgamento do RE 870.947 RG / SE, devendo tais valores serem apurados em cumprimento de sentença, extinguindo a presente ação com resolução do mérito, o que faço com esteio no art. 487, incisos I, do CPC. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2022

ADV: LEIRIANA FERREIRA PEREIRA DE ALENCAR (OAB 45722/CE) - Processo 0201359-87.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Romario Paiva da Silva - Uma vez contestado o feito, ouça-se em réplica a parte autora, por seu patrono, no prazo legal. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022

ADV: ANTONIO HELDER GUERRA LOBO FILHO (OAB 42605/CE) - Processo 0219302-88.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Adeline Virginia Nascimento Sales - Isto posto, considerando preenchidos os requisitos autorizadores da concessão da medida previstos no art. 311, incs. II e IV do CPC/2015, e com a permissividade contida no art. 3º da Lei Federal nº 12.153/2009, DEFIRO a tutela de evidência, ao escopo de determinar que a AMC que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, a suspensão das infrações lavradas contra o requerente, notadamente, nos Autos de Infração de Trânsito AIT's nº(s) G020102164, M022241045, A505090295, M022490619, M027151853, consequentemente suspendendo os processos administrativos ou penalidades deles decorrentes (multas, pontuação, suspensão do direito de dirigir, condicionamento do licenciamento ao pagamento de multa etc.), caso não derivem de autos de infração diversos. Outrossim, diante do exposto e atento a tudo mais que dos presentes autos consta, JULGO, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE EM PARTE o pedido autoral para DECLARAR A NULIDADE dos Autos de Infração de Trânsito AIT nº(s) G020102164, M022241045, A505090295, M022490619, M027151853 constante dos autos, consequentemente todos os processos administrativos ou penalidades deles decorrentes (multas, pontuação, suspensão do direito de dirigir, condicionamento do licenciamento ao pagamento de multa etc.) derivados dos autos referidos. Ainda, do exposto, atento aos fundamentos supra, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva sustentada pelo requerido, assim, JULGO EXTINTO o presente feito em face apenas do DETRAN/CE, sem resolução do mérito, o que faço com espeque no art. 485, inciso VI do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e ciência ao Ministério Público. Intime-se a AMC para cumprimento da tutela deferida. Após o trânsito em julgado, CUMPRA-SE, e, a seguir, dê-se baixa no Sistema de Automação da Justiça-SAJ, observadas as formalidades legais, caso nada seja requestado. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0225531-64.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Horas Extras - REQUERENTE: Valeria Cavalcante Bastos - De todo o exposto, atento a tudo mais que dos presentes autos consta, JULGO, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, IMPROCEDENTE o pedido da parte requerente contido na exordial, o que faço com espeque no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa no Sistema de Automação da Justiça-SAJ. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: RODRIGO MAGALHAES NOBREGA (OAB 34814/CE) - Processo 0164594-25.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: José Carlos Brabo Serrao - Diante de todo o exposto e atento a tudo mais que dos presentes autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido à exordial, extinguindo a presente ação com mérito na forma do teor do art. 487, inciso I do CPC/2015. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022

ADV: SILVIA MARIA PIRES DE SOUZA (OAB 5127/CE), ADV: ANA PAULA PORFIRIO BARBOSA (OAB 26855/CE), ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE) - Processo 0175230-50.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Francisca Maria da Silva - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - Ijf - Instituto de Previdência do Município ¿ Ipm - Firme neste entendimento e considerando preenchidos os requisitos autorizadores da concessão da medida previstos no art. 311, incs. II e IV do CPC/2015, CONCEDO a tutela antecipada, determinando ao promovido que proceda a imediata contagem especial do tempo de serviço do promovente e imediato afastamento das suas

atividades, caso já compute o período necessário para aposentadoria, nos termos do artigo 57 da Lei 8.253/91, determinando ainda que seja fornecida ao mesmo a certidão que conste a indicação da contagem de tempo especial do serviço trabalhado em condições insalubres, desde a data em que se deu o ingresso no Regime Próprio de Previdência dos servidores do Município de Fortaleza RPPS. Outrossim, quanto ao mérito, atento a tudo mais que dos presentes autos consta, levando-se, mais em conta o parecer ministerial, JULGO, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado pela parte autora, para declarar o direito da requerente a conversão do tempo de serviço em que trabalhou em condições especiais de insalubridade, impondo ao réu que aplique em prol da autora o fator de multiplicação previsto no artigo 57 da Lei 8.213\\\<91, colmatando assim, a ausência de Lei Complementar prevista no art. 40 § 4º da CF\\\<88, suprindo igualmente a omissão prevista no Estatuto dos servidores do Município de Fortaleza, determinando seu afastamento caso na emissão da certidão de tempo de serviço já preencher os requisitos da aposentadoria. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2022

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE), ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE), ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 0182492-51.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono da Lei 8.178/91 - REQUERENTE: Angelúcia Cunha Campelo de Carvalho - REQUERIDO: URBFOR - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza, Na Pessoa de Seu Representante Legal e outro - Pelos motivos expostos, acolho o pedido inicial, julgando PROCEDENTE a ação, com fundamento no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para reconhecer o direito da parte promovente à percepção do adicional por tempo de serviço à razão de 1%, correspondente a cada ano de efetivo exercício na Administração Pública, contando o tempo como celetista. Outrossim, determino que o promovido efetive a implantação do citado adicional e anualmente, proceda com a correção dos anuênios da parte autora, chegando no limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento), bem como proceda o pagamento das parcelas vencidas e vincendas, o direito à percepção das diferenças atrasadas, a serem apuradas na fase de liquidação da sentença, excluídas as parcelas atingidas pela prescrição quinquenal. Deverá incidir correção monetária pelo índice IPCA/IBGE desde cada parcela mensal devida, e juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, a contar da citação válida, conforme teses assentadas pelo Supremo Tribunal Federal, com Repercussão Geral, no julgamento do RE 870.947 RG / SE (Julg.: 20/09/2017), com eficácia ex tunc, considerando não ter havido modulação dos efeitos (Julg.: 03/10/2019, dos Embargos de Declaração RE 870.947 ED / SE). Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, exegese do art. 55, caput, da Lei Federal nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente, conforme art. 27, da Lei Federal nº 12.153/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022

ADV: HERMÊNIA RÉGIA SILVA TELES MONTENEGRO (OAB 34025/CE) - Processo 0183767-69.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Hermênia Régia Silva Teles Montenegro - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Hermênia Régia Silva Teles Montenegro. Devidamente intimado, o Estado do Ceará deixou de impugnar a memória de cálculo apresentada pela exequente às fls. 41/42. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 41/42, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 552,79 (quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), em favor de Hermênia Régia Silva Teles Montenegro, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: HERMÊNIA RÉGIA SILVA TELES MONTENEGRO (OAB 34025/CE) - Processo 0183772-91.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Hermênia Régia Silva Teles Montenegro - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Hermênia Régia Silva Teles Montenegro. Devidamente intimado, o Estado do Ceará deixou de impugnar a memória de cálculo apresentada pela exequente às fls. 40/41. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 40/41, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 558,74 (quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos), em favor de Hermênia Régia Silva Teles Montenegro, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: HERMÊNIA RÉGIA SILVA TELES MONTENEGRO (OAB 34025/CE) - Processo 0183776-31.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Hermênia Régia Silva Teles Montenegro - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Hermênia Régia Silva Teles Montenegro. Devidamente intimado, o Estado do Ceará deixou de impugnar a memória de cálculo apresentada pela exequente às fls. 43/44. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 43/44, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 884,46 (oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), em favor de Hermênia Régia Silva Teles Montenegro, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: HERMÊNIA RÉGIA SILVA TELES MONTENEGRO (OAB 34025/CE) - Processo 0183778-98.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública -

REQUERENTE: Hermênia Régia Silva Teles Montenegro - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Hermênia Régia Silva Teles Montenegro. Devidamente intimado, o Estado do Ceará deixou de impugnar a memória de cálculo apresentada pela exequente às fls. 41/42. É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 41/42, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 552,79 (quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), em favor de Hermênia Régia Silva Teles Montenegro, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: HERMÊNIA RÉGIA SILVA TELES MONTENEGRO (OAB 34025/CE) - Processo 0183794-52.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Hermênia Régia Silva Teles Montenegro - R. H. Conclusos. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado por Hermênia Régia Silva Teles Montenegro. Devidamente intimado, o Estado do Ceará deixou de impugnar a memória de cálculo apresentada pela exequente às fls. 45/46 É o sucinto relatório. Decido. Diante da incontrovérsia acerca das quantias executadas, HOMOLOGO os valores constantes das planilhas de fls. 45/46, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 558,74 (quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos), em favor de Hermênia Régia Silva Teles Montenegro, devendo o cálculo e retenção dos tributos eventualmente devidos sobre o pagamento, ser realizado pelo ente devedor, caso em que deverá ser depositado na conta do beneficiário, apenas o valor líquido da obrigação. Intime-se a exequente para juntar aos autos, em 5 (cinco) dias, os dados da sua conta bancária, comprovando a sua titularidade. Por fim, decorrido o prazo recursal de 10 (dez) dias, determino que a Secretaria Judiciária expeça o competente Requisição de Pequeno Valor para a satisfação do crédito oriundo do título judicial sob execução, em favor da exequente, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelece o art. 13, Inc. I, da Lei 12.153/2009. À Secretaria Judiciária para intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2022

ADV: RANIERE FRANCO VIANA (OAB 21720/CE), ADV: FRANCISCO DEUSITO DE SOUZA (OAB 10361/CE) - Processo 0153414-46.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE - Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania de Fortaleza - AMC e outro - Intime-se a parte recorrida, através de seu representante judicial, para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de dez dias, consoante o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2022

ADV: ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTE SEGUNDO (OAB 21999/CE) - Processo 0247507-30.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Paulo Renato Felix Ferreira - Intime-se a parte recorrida, através de seu representante judicial, para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de dez dias, consoante o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2022

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: VENCESLAU CARVALHO DE SOUSA JUNIOR (OAB 29700/CE) - Processo 0141526-80.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Antônia Severina de Souza - Destarte, acolhendo o parecer ministerial, e com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral, condenando o promovido ao pagamento dos valores retroativos do benefício de pensão por morte, com termo inicial o protocolo do requerimento administrativo (4.6.2008), e termo final a data de efetiva implantação, a serem apurados na fase de liquidação do julgado, respeitada a prescrição quinquenal, com juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme previsto no Art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997 (com redação dada pela Lei nº 11.960/2009), devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, e correção monetária com base no IPCA-E, devida a partir da data de protocolo do requerimento administrativo (4.6.2008). Condeno o promovido em honorários advocatícios, nos termos do Art. 85, §4º, II, do CPC, os quais deverão ser suportados pelo ente público, após a liquidação da sentença, sem incorrer em custas (Art. 5º, I, da Lei nº 16.132/2016). Sujeita ao reexame necessário (Art. 496, inciso I, do CPC). P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: CAIO VERAS JOSINO (OAB 33961/CE) - Processo 0284617-29.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Edital - IMPETRANTE: Fred Carvalho Lopes - Me (diagnostic) - Destarte, com fulcro no Art. 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a DESISTÊNCIA requestada e, por azo de consequência, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Sem custas. Sem honorários (Art. 25 da Lei nº 12.016/2009, Súmula nº 105 do STJ e Súmula 512 do STF). P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022

ADV: ARTUR HEMIDIO BARRETO COELHO (OAB 10549/CE) - Processo 0023744-38.2007.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - IMPETRANTE: Grafica e Editora Pouchain Ramos Ltda - O procedimento executivo do mandamus encontra-

se disciplinado no art. 13 da Lei nº 12.016/2009, que determina seja oficiada a douta autoridade coatora sobre os termos do decisum para imediato adimplemento. OFICIE-SE o Estado do Ceará para que adote ou mande adotar as providências necessárias para o cumprimento da sentença/acórdão transitado em julgado, acaso ainda não providenciado, no prazo de 5 (cinco) dias cuja cópia seguira em anexo. Intime-se a parte Impetrante sobre a determinação retro, facultando requerimentos que lhe aprouver prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido os prazos retro, sem manifestações, BAIXA E ARQUIVO.

ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0032826-20.2012.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Energia Elétrica - IMPETRANTE: COMERCIAL VAREJISTA DE ALIMENTOS LIDERANÇA LTDA - O procedimento executivo do mandamus encontra-se disciplinado no art. 13 da Lei nº 12.016/2009, que determina seja oficiada a douta autoridade coatora sobre os termos do decisum para imediato adimplemento. OFICIE-SE o Estado do Ceará para que adote ou mande adotar as providências necessárias para o cumprimento da sentença/acórdão transitado em julgado, acaso ainda não providenciado, no prazo de 5 (cinco) dias cuja cópia seguira em anexo. Intime-se a parte Impetrante sobre a determinação retro, facultando requerimentos que lhe aprouver prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido os prazos retro, sem manifestações, BAIXA E ARQUIVO.

ADV: JHANSEN THADEU LIBERATO ARAUJO (OAB 27372/CE) - Processo 0222989-39.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: Gilberto Sales Bernardino - Tendo em vista a interposição do recurso de apelação de fls. 153/175, determino a intimação da parte ex adversa para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o mencionado prazo com ou sem elas, subam os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022

ADV: IZAC GENUINO DO NASCIMENTO (OAB 11768/CE) - Processo 0051874-09.2005.8.06.0001 (apensado ao processo 0001914-84.2005.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Curso de Formação - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Destarte, com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral. Benefício da gratuidade judicial concedido à fl. 92, sem custas. Condeno a parte autora em honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme Art. 85, §§2º e 8º, do CPC; devendo ser observada à suspensão estatuída no Art. 98, §3º, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: MARIA JOSE DE FARIAS MACHADO (OAB 4924/CE), ADV: SCHUBERT DE FARIAS MACHADO (OAB 5213/CE), ADV: ITALO FARIAS PONTES (OAB 16066/CE) - Processo 0088079-32.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Nasser Hissa Arquitetos Associados - Destarte, acatando o parecer ministerial, e com fulcro no Art. 487, inciso III, b do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a TRANSAÇÃO realizada entre as partes, nos moldes preconizados às fls. 1248/1251, fazendo parte integrante desta, advertindo-se que se cumpra na forma que se contém. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, bem como, após cumprida a exigência da cláusula 6ª da transação, no tocante a prova de pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados judicialmente, pela parte autora, expeça-se: I Ofício à Caixa Econômica Federal para que realize a repartição dos valores em depósito judicial, destinando 55% do montante total + a quantia de R$350.341,41 (a ser deduzida dos 45% cabidos a parte autora), ao Município de Fortaleza (CNPJ nº 07.965.205/0004-01), mediante conversão em renda na Conta Corrente nº 75.800-0, Agência nº 0008-6, Banco do Brasil, e o valor remanescente a Nasser Hissa Arquitetos Associados (Cláusulas 3ª e 4ª fls. 1249/1250); II Ofício ao Banco do Brasil S.A. para que realize a repartição dos valores em depósito judicial, destinando 55% do montante total ao Município de Fortaleza (CNPJ nº 07.965.205/0004-01), mediante conversão em renda na Conta Corrente nº 75.800-0, Agência nº 0008-6, Banco do Brasil, e o valor remanescente a Nasser Hissa Arquitetos Associados (Cláusulas 3ª e 4ª fls. 1249/1250); III Ofício ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para verificar/informar eventual saldo residual em depósito judicial atrelado ao presente feito, cuja confirmação ensejará oportuno rateio, também na forma das cláusulas 3ª e 4ª da transação; Adotadas as providências retro ordenadas, incluindo o rateio de possível saldo remanescente junto ao BNB, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: IZAC GENUINO DO NASCIMENTO (OAB 11768/CE) - Processo 0732523-82.2000.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Curso de Formação - REQUERENTE: Jose Paulo Neto e outro - Destarte, ante o cotejo fático retro, DECLARO, por sentença, a EXTINÇÃO do presente feito, sem resolução do mérito, no moldes do Art. 485, VI, do Código de Processo Civil, posto restar configurada ausência de interesse processual. A par de fls. 18 e 25, concedo os benefícios da justiça gratuita (Art. 1º da Lei nº 1.060/1950), sem custas. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios, porquanto já fixados na ação principal. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0040/2022

ADV: IZAC GENUINO DO NASCIMENTO (OAB 11768/CE) - Processo 0051874-09.2005.8.06.0001 (apensado ao processo 0001914-84.2005.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Curso de Formação - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Destarte, com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral. Benefício da gratuidade judicial concedido à fl. 92, sem custas. Condeno a parte autora em honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme Art. 85, §§2º e 8º, do CPC; devendo ser observada à suspensão estatuída no Art. 98, §3º, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: MARIA JOSE DE FARIAS MACHADO (OAB 4924/CE), ADV: SCHUBERT DE FARIAS MACHADO (OAB 5213/CE), ADV: ITALO FARIAS PONTES (OAB 16066/CE) - Processo 0088079-32.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Nasser Hissa Arquitetos Associados - Destarte, acatando o parecer ministerial, e com fulcro no Art. 487, inciso III, b do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a TRANSAÇÃO realizada entre as partes, nos moldes preconizados às fls. 1248/1251, fazendo parte integrante desta, advertindo-se que se cumpra na forma que se contém. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, bem como, após cumprida a exigência da cláusula 6ª da transação, no tocante a prova de pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados judicialmente, pela parte autora, expeça-se: I Ofício à Caixa Econômica Federal para que realize a repartição dos valores em depósito judicial, destinando 55% do montante total + a quantia de R$350.341,41 (a ser deduzida dos 45% cabidos a parte autora), ao Município de Fortaleza

(CNPJ nº 07.965.205/0004-01), mediante conversão em renda na Conta Corrente nº 75.800-0, Agência nº 0008-6, Banco do Brasil, e o valor remanescente a Nasser Hissa Arquitetos Associados (Cláusulas 3ª e 4ª fls. 1249/1250); II Ofício ao Banco do Brasil S.A. para que realize a repartição dos valores em depósito judicial, destinando 55% do montante total ao Município de Fortaleza (CNPJ nº 07.965.205/0004-01), mediante conversão em renda na Conta Corrente nº 75.800-0, Agência nº 0008-6, Banco do Brasil, e o valor remanescente a Nasser Hissa Arquitetos Associados (Cláusulas 3ª e 4ª fls. 1249/1250); III Ofício ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para verificar/informar eventual saldo residual em depósito judicial atrelado ao presente feito, cuja confirmação ensejará oportuno rateio, também na forma das cláusulas 3ª e 4ª da transação; Adotadas as providências retro ordenadas, incluindo o rateio de possível saldo remanescente junto ao BNB, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: IZAC GENUINO DO NASCIMENTO (OAB 11768/CE) - Processo 0732523-82.2000.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Curso de Formação - REQUERENTE: Jose Paulo Neto e outro - Destarte, ante o cotejo fático retro, DECLARO, por sentença, a EXTINÇÃO do presente feito, sem resolução do mérito, no moldes do Art. 485, VI, do Código de Processo Civil, posto restar configurada ausência de interesse processual. A par de fls. 18 e 25, concedo os benefícios da justiça gratuita (Art. 1º da Lei nº 1.060/1950), sem custas. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios, porquanto já fixados na ação principal. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022

ADV: EDGAR BRUNO DE LIMA CHAVES (OAB 24544/CE) - Processo 0281441-42.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Sp Industria e Distribuidora de Petroleo Ltda. - Destarte, com fulcro no Art. 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a DESISTÊNCIA requestada e, por azo de consequência, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Condeno a parte autora em custas processuais, porém deixo de condenar em honorários de sucumbência , uma vez que a relação processual não chegou a ser formada. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Exp. Nec.

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0558575-02.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Raimunda Alves Prado - Ofício precatório nas fls. 298/299. À SEJUD 1º Grau para cumprir o item 3 do despacho de fl. 282. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: JOSE HELENO LOPES VIANA (OAB 1485/CE) - Processo 0031559-86.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Destarte, com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral. Benefício da gratuidade judicial concedido à fl. 34, sem custas. Condeno a parte autora em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, a ser apurado na fase de liquidação do julgado, conforme Art. 85, §§3º, I e 4º, III, do CPC; devendo ser observada à suspensão estatuída no Art. 98, §3º, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0146134-97.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: TIM CELULAR S.A - Destarte, com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral. Custas finais. Condeno a parte autora em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, a ser apurado na fase de liquidação do julgado, conforme Art. 85, §§3º, I e 4º, III, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0162310-83.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Ação Anulatória - REQUERENTE: Hotel Atlântico Business Centro Ltda - Destarte, com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral. Custas finais. Condeno a parte autora em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, a ser apurado na fase de liquidação do julgado, conforme Art. 85, §§3º, I e 4º, III, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: JULEIKA PATRICIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 36696/PE) - Processo 0201244-66.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões - REQUERENTE: Áttila Rodrigues Lourenço e outros - Destarte, com fulcro no Art. 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a DESISTÊNCIA requestada e, por azo de consequência, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Condeno a parte autora em custas processuais porém deixo de condenar em honorários de sucumbência tendo em vista que a relação processual não chegou a ser formada, tendo os Autores desistido antes da citação dos Promovidos. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida.

ADV: ALISSON FELIPE DE SOUSA SALES (OAB 42149/CE) - Processo 0227095-44.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: José Gabriel da Costa Filho - Destarte, acolhendo o parecer ministerial, e com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral. Benefício da gratuidade judicial concedido à fl. 66, sem custas. Condeno a parte autora em honorários advocatícios, que fixo em 8% (oito por cento) sobre o valor atualizado da causa, a ser apurado na fase de liquidação do julgado, conforme Art. 85, §§3º, II e 4º, III, do CPC; devendo ser observada à suspensão estatuída no Art. 98, §3º do CPC. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: EDGAR BRUNO DE LIMA CHAVES (OAB 24544/CE) - Processo 0281444-94.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Wai Wai Cumbuco Eco Residence - Destarte, com fulcro no Art. 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a DESISTÊNCIA requestada e, por azo de consequência, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais nos termos doartigo 90 do CPC, no entanto, deixo de condenar o promovente em honorários advocatícios, vez que não formalizada a relação processual. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida.

ADV: RENATO AIRES IBIAPINA PORTELA (OAB 15681/CE) - Processo 0282101-36.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum

Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: R Lopes de Oliveira Me - Destarte, com fulcro no Art. 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a DESISTÊNCIA requestada e, por azo de consequência, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Condeno a parte autora em custas processuais, porém deixo de condenar em honorários de sucumbência uma vez que a relação processual não chegou a ser formada, tendo a parte autora requerido desistência da ação antes da citação do Promovido. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Exp. Nec.

ADV: ABRAÃO BARBOSA FREIRE DE SOUSA (OAB 40032/CE) - Processo 0283222-02.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Constrangimento ilegal - REQUERENTE: Ello Serviços de Mão de Obra Ltda - Destarte, com fulcro no Art. 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, por esta minha sentença, a DESISTÊNCIA requestada e, por azo de consequência, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Condeno ao pagamento em custas processuais. Deixo de condenar o promovente em honorários advocatícios, vez não formalizada a relação processual. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida.

ADV: FRANCISCO APRIGIO DA SILVA (OAB 9073/CE) - Processo 0669122-12.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Maria Silva de Sales - Destarte, com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral, condenando o promovido ao pagamento da quantia devida a MARIA SILVA DE SALES, referente ao período de fevereiro/1994 a fevereiro/1999, a serem apuradas na fase de liquidação do julgado, respeitada a prescrição quinquenal, com juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme previsto no Art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997 (com redação dada pela Lei nº 11.960/2009), devidos a partir da citação válida (Art. 240 do CPC), e correção monetária com base no IPCA-E, devida a partir do vencimento de cada prestação. Condeno o promovido em honorários advocatícios, nos termos do Art. 85, §4º, II, do CPC, os quais deverão ser suportados pelo ente público, após a liquidação da sentença, sem incorrer em custas (Art. 5º, I, da Lei nº 16.132/2016). Sujeita ao reexame necessário (Art. 496, inciso I, do CPC). P.R.I. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

ADV: JANE SOARES CRUZ CABRAL (OAB 11581/CE), ADV: ANTONIO DELANO SOARES CRUZ (OAB 8116/CE) - Processo 0713206-98.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Clemilton da Silva Melo e outros - Destarte, acatando o parecer ministerial, e com fulcro no Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral. A par de fls. 15 16 17 18 19, concedo os benefícios da justiça gratuita (Art. 1º da Lei nº 1.060/1950), sem custas. Condeno a parte autora em honorários advocatícios, que fixo em R$1.000,00 (um mil reais), conforme Art. 85, §§2º e 8º, do CPC; devendo ser observada à suspensão estatuída no Art. 98, §3º, do CPC. P.R.I. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado desta decisão, ARQUIVEM-SE os autos, com a baixa devida. Expedientes Necessários.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: PAULO EDUARDO GIFONI MAIA (OAB 12606/CE) - Processo 0000313-72.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Ana Cassia da Silva Melo e outros - As partes não requereram a produção de provas e, portanto, dispensável se mostra a fase de instrução, de modo que este juiz decidirá nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, as partes devem ser intimadas desta decisão, a parte autora, através de seus advogados pelo Diário da Justiça e o Estado do Ceará pelo Portal Eletrônico, a fim de que se atenda ao comando do art. 10 do CPC/2015, assim, determino que estes autos fiquem disponíveis para julgamento, observada a ordem cronológica de conclusão e as prioridades legais.

ADV: JOAQUIM CITO FEITOSA C. NETO (OAB 20464/CE) - Processo 0043933-66.2009.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Acumulação de Cargos - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Diante do exposto, acolho o pedido e reconheço o pedido contido na exordial, confirmando a medida antecipatória de tutela, para que as autoridades impetradas não pratiquem quaisquer atos que impeçam o direito de os impetrantes receberem seus vencimentos mediante duas matrículas (uma para cada cargo), com dois vencimentos (contracheques diferentes), de modo que lhes sejam aplicados um teto remuneratório individual para cada cargo por eles exercidos. Condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido pelos autores, conforme Art. 85, § 3º, I, do CPC; sem incorrer em custas dada a isenção legal. Intime-se as partes impetrantes, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário de Justiça, e da parte promovida, por meio do Portal Eletrônica.

ADV: PRISCILA REGINA CARAMELO (OAB 26490/CE) - Processo 0182353-70.2017.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - IMPETRANTE: Francisco José Carvalho Moreira - Quanto ao pedido liminar, não há que se falar em probabilidade de direito (fumus boni júris) das alegações do impetrante e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), o qual deixou de ser comprovado nos autos. Assim, indefiro o pedido liminar. Por fim, observa-se que não há, nos autos qualquer ato ilegal ou abusivo praticado pela autoridade impetrada a justificar a concessão da segurança. Isto posto, considerando os elementos do processo, e que a hipótese em tablado não abriga direito líquido e certo amparável pelo art. 1º da Lei nº 12.016, de 07.07.2009, tenho por inadequada a possibilidade do pleito autoral ser apreciado na via mandamental e, consequentemente, com base no art. 10 do mesmo diploma legal, denego a segurança, julgando extinto o presente processo sem análise de mérito. Sem custas e honorários (art. 25 da lei nº 12.016/2009). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com observância das formalidades legais.

ADV: PAULO CANITO AUSTREGÉSILO DE AMORIM (OAB 34779/CE) - Processo 0216396-91.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Dirigente Sindical - IMPETRANTE: Evandro Cajazeiras Nogueira - Por tais motivos, tendo em vista que a impetrante indicou como autoridade coatora o Secretario de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, torno sem efeito o despacho de fls. 58/59 e a decisão de fls. 64/65, e declaro a incompetência deste juízo em razão da função e determino o envio dos autos ao setor de distribuição para ser remetido o processo para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Intimem-se a impetrante, através de seus advogados por meio de publicação no Diário da Justiça, para tomar conhecimento dessa decisão. Providencie, pois, a Secretaria Geral de Primeiro Grau a concretização da ordem aqui determinada, tornando sem efeito quaisquer expedientes relativos ao cumprimento do despacho de fls. 58/59 e da decisão de fls. 64/65, ambos revogados, com a devida baixa nesta unidade jurisdicional em razão da remessa do processo ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

ADV: JOSÉ ERASMO RAMOS SOARES (OAB 38147/CE) - Processo 0249165-55.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Descontos Indevidos - IMPETRANTE: Raimundo Nonato da Silva Rodrigues - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60,

ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrante, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

ADV: ANNA SHELIDA DE SOUSA TEIXEIRA (OAB 44766/CE) - Processo 0249458-25.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Contribuição sobre a folha de salários - IMPETRANTE: Jose Jonas Viana de Oliveira - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrante, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0252770-09.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: Salomão Saraiva Bastos - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrante, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

ADV: HALLYSON ALVES DE SOUSA (OAB 40077/CE) - Processo 0272353-77.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Descontos Indevidos - IMPETRANTE: Maria de Fatima do Nascimento Barros - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrada, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

ADV: ANTONIO KEVYN DE ABREU LOPES (OAB 44657/CE) - Processo 0276624-32.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Descontos Indevidos - IMPETRANTE: Francisco José Pereira - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrada, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

ADV: JOSE DIEGO MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA (OAB 23834/CE) - Processo 0282174-08.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Colegio Conego Francisco Pereira Ltda - Ante o exposto, atenta aos fundamentos fáticos e jurídicos, DENEGO A SEGURANÇA pleiteada. Sem condenação em custas processuais por força da regra contida no Regulamento de Custas do Estado do Ceará, Lei Estadual nº 16.132/16, artigo 5º, V. Também não é o caso de condenação em honorários advocatícios por força do artigo 25 da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza/CE, 13 de janeiro de 2022. Agenor Studart Neto Juiz de Direito NPR

ADV: ERIKA RIBEIRO DE ALBUQERQUE (OAB 8864/CE), ADV: WILTON IZAIAS DE JESUS (OAB 13544/CE), ADV: HENRIQUE VILELA SALES (OAB 8251/CE), ADV: JOSE JOAQUIM MATEUS PEREIRA (OAB 12660/CE) - Processo

0764297-33.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elias Braga Neto - DENUNCIADO: ANTÔNIO BELMONT PAULINO - Marcone Stepherson Ferreira Lima e outro - Por tais motivos, verifica-se que a parte embargante não demonstrou a existência de qualquer uma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, valendo destacar que os embargos são recursos de integração, e não de substituição, conforme orientação emanada do Superior Tribunal de Justiça (REsp 15.774), daí porque tal recurso serve para tornar a sentença judicial clara, fundamentada e coerente, e não para substituir a sentença já proferida ou se valer de tal mecanismo como substitutivo do recurso adequado (apelação, no presente caso), sendo certo que só se admite a utilização dos embargos de declaração para gerar efeitos modificativos quando manifesto o equívoco da decisão recorrida, e desde a alteração se verifique em decorrência das situações ensejadoras da oposição do recurso (EDREsp 14868), e tendo em razão pela qual rejeito os embargos de declaração. Intime-se a parte autora, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e o requerido, através do Portal Eletrônico. Publique-se. Registre-se.

ADV: OSSIANNE DA SILVA FREITAS MARTINS (OAB 28544/CE) - Processo 0861439-46.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Francisco das Chagas Martins Madureiro - Por tais motivos, verifica-se que a parte embargante não demonstrou a existência de qualquer uma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, valendo destacar que os embargos são recursos de integração, e não de substituição, conforme orientação emanada do Superior Tribunal de Justiça (REsp 15.774), daí porque tal recurso serve para tornar a sentença judicial clara, fundamentada e coerente, e não para substituir a sentença já proferida ou se valer de tal mecanismo como substitutivo do recurso adequado (apelação, no presente caso), sendo certo que só se admite a utilização dos embargos de declaração para gerar efeitos modificativos quando manifesto o equívoco da decisão recorrida, e desde a alteração se verifique em decorrência das situações ensejadoras da oposição do recurso (EDREsp 14868), e tendo em razão pela qual rejeito os embargos de declaração. Intime-se a parte autora, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e o requerido, através do Portal Eletrônico. Publique-se. Registre-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0022122-30.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Contribuição sobre a folha de salários - IMPETRANTE: Antonio da Silva Junior - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Quanto ao pedido de restituição dos valores recolhidos antes da interposição do presente mandamus, tal pretensão deve ser manejada em procedimento próprio, nos termos da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal, devendo ser restituído ao Impetrante, neste procedimento, os valores recolhidos após a impetração da presente ação mandamental, devidamente corrigidos pela taxa SELIC, conforme jurisprudência dos nossos Tribunais, por ser de natureza tributária. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrada, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

ADV: LEONARDO FIALHO PINTO (OAB 108654/MG) - Processo 0111068-51.2016.8.06.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Magis Incorporações e Construções Ltda e outros - Intime-se a parte autora, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário de Justiça, e a parte promovida, por meio do Portal Eletrônico, para, no prazo comum de 10 (dez) dias, dizerem se têm interesse em produzir novas provas, diferentes das constantes nos autos, justificando a sua pertinência. Logo após, voltem-me os autos conclusos para nova análise.

ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0214585-96.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Queiroz Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Determino a intimação da parte autora através de publicação no Diário da Justiça e do Estado do Ceará através do Portal Eletrônico para dizer se pretendem produzir outras provas além das constantes nos autos, ou se este juízo poderá se valer do julgamento antecipado do mérito. Em seguida, abra-se vista ao Promotor de Justiça que atua nesta Vara para, querendo, se manifestar, na hipótese de entender que o feito merece sua atuação como fiscal da ordem jurídica. Após a manifestação do Ministério Público, os autos deverão ficar disponíveis para nova análise.

ADV: JOAO ERNESTO VIEIRA CAVALCANTE (OAB 23103/CE) - Processo 0231851-96.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: José Eugênio Peixe de Castro - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Quanto ao pedido de restituição dos valores recolhidos antes da interposição do presente mandamus, tal pretensão deve ser manejada em procedimento próprio, nos termos da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal, devendo ser restituído ao Impetrante, neste procedimento, os valores recolhidos após a impetração da presente ação mandamental, devidamente corrigidos pela taxa SELIC, conforme jurisprudência dos nossos Tribunais, por ser de natureza tributária. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrada, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença.

Publique-se. Registre-se.

ADV: ANTONIO KEVYN DE ABREU LOPES (OAB 44657/CE) - Processo 0271515-37.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: José Gerardo Vieira - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrada, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: JULEIKA PATRICIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 36696/PE) - Processo 0201184-93.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Ronyellison da Silva Silveira - Observo que parte autora requereu os benefícios da gratuidade da justiça, e tendo em vista que não tenho fundadas razões para indeferir o pedido (art. 5º da Lei 1.060/50), considerando a inexistência de uma das hipóteses contidas no § 2º do art. 99 do CPC, bem como a presunção reportada no § 3º do mencionado artigo, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, com a possibilidade de reavaliação desta decisão, a depender de manifestação da parte contrária, nos termos do art. 100 do CPC. Após a manifestação dos requeridos, quanto a determinação de fls. 519/520, os autos deverão ficar disponíveis para nova análise. À Secretaria Judiciária de 1º Grau para providenciar.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: LUCIOLA MARIA DE AQUINO CABRAL (OAB 4872/CE) - Processo 0136315-63.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERENTE: Fazenda Pública do Municipio e outro - Por tais motivos, autorizado pelo art. 200, parágrafo único do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência formulado pela autora e julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do mesmo diploma legal. Sem custas e sem honorários. Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se o Município de Fortaleza, pelo Portal Eletrônico, bem como a parte promovida, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça. Publique-se. Registre-se.

ADV: VALMIR PONTES FILHO (OAB 2310/CE) - Processo 0777062-36.2000.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/Importação - IMPETRANTE: Ata - Atlantico Transporte Aereo Ltda - Por tais motivos, declaro extinto o processo, sem análise do mérito, pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas. Sem honorários advocatícios, por força do art. 25 da lei 12.016/2009. Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a impetrante, bem como a impetrada, através de seu advogado, por meio de publicação no Diário de Justiça. Publique-se. Registre-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: WEYDSON CASTRO SILVA (OAB 22470/CE) - Processo 0031932-29.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Jairo Miranda da Silva - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade dos arts. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69 , e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 9,5% (valor atual de 10,5%), a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Quanto ao pedido de restituição dos valores recolhidos antes da interposição do presente mandamus, tal pretensão deve ser manejada em procedimento próprio, nos termos da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal, devendo ser restituído ao Impetrante, neste procedimento, os valores recolhidos após a impetração da presente ação mandamental, devidamente corrigidos pela taxa SELIC, conforme jurisprudência dos nossos Tribunais, por ser de natureza tributária. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Intime-se a parte impetrante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário da Justiça e a parte impetrada, por meio do Portal Eletrônico, desta sentença. Publique-se. Registre-se.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2022

ADV: JEANNE MARIA FERREIRA BARROS (OAB 44280-A/CE) - Processo 0204071-50.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Joao Pedro de Oliveira e outros - Faculto à parte autora, por seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda da inicial, sob pena de indeferimento da peça vestibular, para: 1) Anexar documento de identificação de Francisca Batista Soares; 2) Anexar documento de identificação e comprovante de endereço de Valdecir Santos da Silva; 3) Anexar documento de identificação de Maria Edilania Alves Funtado, visto este se encontrar ilegível; 4) Anexar documentação comprobatória dos fatos alegados na exordial. Exp. Nec.

ADV: CRISTIANO QUEIROZ ARRUDA (OAB 28114/CE) - Processo 0236649-37.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sindicato dos Policiais Civis de Carreira No Estado do Ceará - Sinpol/ce - Ante o exposto, JULGO A AÇÃO IMPROCEDENTE, pelo que extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e os honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015. Intime-se a autora, através de seu advogado, por meio de publicação no Diário da Justiça, e o requerido, pelo Portal Eletrônico

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0046/2022

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0098016-32.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Valmira Oliveira Fernandes Dragao - Intime-se a parte autora para acostar documento de identificação oficial e CPF dos credores, bem como cópia de comprovante de dados bancários, conforme art. 10, XI da Resolução nº 18/2018, no prazo de 05 (cinco) dias. A expedição das RPVs ficam condicionada a apresentação das informações supra. Exp. Necessários.

ADV: PAULA BARROS LARICA E BORGES (OAB 129927/RJ) - Processo 0239367-70.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - IMPETRANTE: Contax-mobitel S.a(liq Corp S/a) e outro - Por tais motivos, verifica-se que a parte embargante não demonstrou a existência de qualquer uma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, valendo destacar que os embargos são recursos de integração, e não de substituição, conforme orientação emanada do Superior Tribunal de Justiça (REsp 15.774), daí porque tal recurso serve para tornar a sentença judicial clara, fundamentada e coerente, e não para substituir a sentença já proferida ou se valer de tal mecanismo como substitutivo do recurso adequado (apelação, no presente caso), sendo certo que só se admite a utilização dos embargos de declaração para gerar efeitos modificativos quando manifesto o equívoco da decisão recorrida, e desde que a alteração se verifique em decorrência das situações ensejadoras da oposição do recurso (EDREsp 14868). Por tudo que fora acima exposto, rejeito os embargos de declaração. Intime-se a parte embargante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário de Justiça, e o Estado do Ceará, por meio do Portal Eletrônico. Publique-se. Registre-se.

ADV: JOSE OLAVO CERQUEIRA ROCHA FILHO (OAB 22322/CE), ADV: TEREZINHA DE JESUS MARTINS (OAB 9829/CE), ADV: NOEMIA IZIDIO DA SILVA BARROS (OAB 10624/CE) - Processo 0347697-02.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Siqueira Cesar - (1) Considerando manifestação de representante do ISSEC presente em página 388, cite-se o Estado do Ceará, através da PGE, para se pronunciar, no prazo de 5 dias, sobre o pedido de habilitação de herdeiros presente em páginas 358/361, conforme art. 690 do CPC. (2) Ainda, quanto às petições de páginas 375/381 e 385, subscritas por advogado que representava a exequente Maria Auxiliadora Siqueira César, falecida conforme Certidão de óbito apresentada em página 366, deixo de aprecia-las momentaneamente por defeito na representação. No entanto, determino a intimação do advogado subscrevente para realizar sua devida qualificação nos autos, caso assim entenda necessário, no prazo de 15 dias. Decorrido prazos, com ou sem manifestação, autos conclusos. Expediente necessário.

ADV: ANGELO MARCONDES FURTADO DIAS (OAB 7481/CE), ADV: JACQUELINE DA SILVA BENTO (OAB 15335/CE) - Processo 0672523-19.2000.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Prova de Títulos - IMPETRANTE: Marcio Uetti Fernandes Oliveira - IMPETRADO: Ato do Presidente do Instituto Municipal de Pesquisas, Administracao e - Ante todo o exposto, e por tudo mais que dos presentes autos constam, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, pelo que DENEGO a segurança pretendida. Em face da presente decisão, REVOGO a decisão liminar de fls. 125/126. Sem custas, nem honorários advocatícios, na forma do art. 25, da Lei nº 12.016/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2022

ADV: PAULO SERGIO PASSOS URANO DE CARVALHO (OAB 12842/CE) - Processo 0021820-55.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Homero Madeiro Agra - III. DISPOSITIVO Desse modo, não reconheço o direito de a parte autora prosseguir na etapa subsequente do concurso e muito menos ser nomeada para o cargo, em decorrência de vigência de lei que criou novas vagas durante o curso do certame, sem que tenha ficado comprovada manifestação inequívoca do Poder Público, como são os casos de preterição de candidatos aprovados fora das vagas de forma arbitrária e imotivada por parte da administração, pois tal atitude envolveria indevida dilação compulsória de vagas por parte do Poder Judiciário. Rejeito, assim, os pedidos da parte autora, condenando-a a pagar custas processuais e os honorários advocatícios do vencedor (Fazenda Pública), estes fixados em10% (dez por cento) sobre o valor da causa, já que não se teve proveito econômico neste processo, observando o disposto nos incisos I a IV do § 2º do art. 85 do CPC/2015, tendo em vista que a natureza e a importância da causa não se mostram tão relevantes, bem como o lugar da prestação de serviço, e por não se exigir tanto tempo para o trabalho do advogado, apesar do evidente grau de zelo do Procurador do ente estatal que integra esta ação, e de acordo com a regra fixada pelo inciso III do § 4º e pelo § 3º, ambos do art. 85 do CPC/2015, uma vez que não se teve tutela condenatória neste caso. Todavia, atendendo ao disposto no § 3º do art. 98 do CPC/2015, considerando que a parte autora é beneficiária da gratuidade da justiça, que ora defiro, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se

ADV: FRANCISCO ALEXANDRE MACEDO ARRAIS (OAB 13149/CE) - Processo 0219830-88.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis - REQUERENTE: Giovani Cesar Rossi Mariotto - Ante o exposto, JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, pelo que extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, II, do CPC, reconhecendo a extinção do crédito tributário, declarando, dessa forma a nulidade do ITCMD referente ao lançamento Guia ITCD nº 120341 e CDA 2018.03008-6, pelo reconhecimento da decadência. Condeno a parte requerida ao pagamento de custas e os honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 3º, do CPC/2015. Sentença não sujeita à remessa necessária, nos termos do art. 496, §3º, do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: GIULIANO PIMENTEL FERNANDES (OAB 14241/CE), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA (OAB 33806/CE) - Processo 0217212-73.2021.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Concessão - REQUERENTE: Maria Eunides Costa de Sousa - Nilza Maria Costa Batista - Por tudo que fora acima exposto, rejeito os embargos de declaração. Intime-se a parte embargante, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário de Justiça, e o Estado do Ceará, por meio do Portal Eletrônico. Publique-se. Registre-se.

ADV: HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 8318/SE) - Processo 0261362-76.2020.8.06.0001 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Zte do Brasil, Indústria, Comércio, Serviços e Participações Ltda. - Por tudo que fora acima exposto, rejeito os embargos de declaração. Intime-se a parte embargada, através de seus advogados, por meio de publicação no Diário de Justiça, e o Estado do Ceará por meio do Portal Eletrônico. Publique-se. Registre-se.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0090/2022

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0149934-26.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca do documento de fls. 147, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0149948-10.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca do documento de fls. 125, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: LUCIA MARIA BRASIL RICARTE (OAB 8663/CE) - Processo 0181871-54.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: GEAN CARLOS ALVES e outros - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Considerando a renúncia de f. 154, intime-se a parte autora através do e-mail informado na exordial. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 14 de janeiro de 2022.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0192043-55.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Francineide Costa de Sousa - Defiro a dilação de prazo solicitada em petição retro. Expedientes necessários.

ADV: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO (OAB 6004/CE) - Processo 0202111-93.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Francisco Jose Rodrigues de Sousa - Diante do exposto, hei por bem JULGAR PROCEDENTES os pedidos requestados na prefacial, com resolução do mérito, ao escopo de reconhecer em favor do requerente FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE SOUSA o direito de conversão do tempo de serviço desempenhado em condições especiais (insalubridade), para efeitos de concessão de aposentadoria especial com proventos integrais, aplicando-se o fator de conversão previsto no Regulamento Geral da Previdência Social (RGPS), e em determinação para expedição da correspondente certidão de tempo de serviço com a inclusão da contagem especial referente ao trabalho insalubre, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Ratifico a decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência constantes dos autos, conforme os fundamentos ali delineados. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Cumpra-se. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA JOSE MAIA (OAB 17304/CE) - Processo 0265099-53.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Urgência - REQUERENTE: Rosa Cardoso Martins - Diante do exposto, hei por bem JULGAR EXTINTA a presente demanda, sem resolução do mérito, a teor do art. 485, inciso I, c/c art. 330, inciso IV, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, à vista dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: ERLON SILVIO MOURA DE OLIVEIRA (OAB 28211/CE) - Processo 0280736-44.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Fatima Silva de Sousa - Diante do exposto, hei por bem JULGAR PROCEDENTES os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, ao escopo de determinar que se abstenham os requeridos de efetuar o desconto da contribuição previdenciária decorrente do advento da Lei Nacional 13.954/2019 sobre os proventos da requerente, posto que declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas, bem assim, para condenarem os requeridos a restituírem à requerente as diferenças correspondentes descontadas a esse título, com acréscimo de correção monetária pelo indexador oficial (IPCAE) a contar dos respectivos vencimentos e juros moratórios aplicáveis à caderneta de poupança desde a citação (art. 1º-F, Lei 9.494/1997), conforme teses assentadas pelo Supremo Tribunal Federal, com Repercussão Geral, no julgamento do RE 870.947 - RG/SE (Julg.: 20/09/2017, DJe: 22/09/2017, Publ.: 25/09/2017), o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Outrossim, hei por bem CONCEDER o pleito de tutela de urgência para o fim de determinar a imediata suspensão dos descontos referentes à contribuição previdenciária sobre a totalidade da pensão por morte da parte requerente, qual deve incidir somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) à alíquota antes aplicada, posto que inexistem óbices previstos na Lei 9.494/1997 (art. 1º) e na Lei 8.437/1992 (art. 1º, § 3º), à luz do Enunciado 729 do STF, para causas de natureza previdenciária. Intimem-se os requeridos para efetivarem o imediato cumprimento da decisão concessiva do pleito de tutela de urgência. Sem custas e sem honorários, à

luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995, aplicados de modo subsidiário, nos termos do art. 27 da Lei 12.153/2009. P.R.I. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0286828-38.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Adalberto Matias - Diante do exposto, hei por bem JULGAR PROCEDENTES os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, ao escopo de ratificar a decisão antecipatória de tutela anteriormente concedida, concernente à determinação de que os Requeridos se abstenham de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 10,5% (dez e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, mas somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, posto que declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas, bem assim, para condenarem os requeridos a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes descontadas a esse título, com aplicação da Taxa SELIC como indexador único a englobar os juros de mora e a correção monetária a contar dos descontos indevidamente efetuados nos proventos da parte requerente, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários, à luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995, aplicados de modo subsidiário, nos termos do art. 27 da Lei 12.153/2009. P.R.I. Cumpra-se. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCO NAZARENO AVELINO DE LIMA (OAB 9854/CE) - Processo 0288453-10.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Clodomiro Silva de Lima - Diante do exposto, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, eis que configurada a ilegitimidade do requerido para figurar no polo passivo da lide, o que faço com esteio no art. 485, inciso VI, do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

ADV: CLAUDIO BARROS JOVENTINO (OAB 29677/CE) - Processo 0290992-46.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Estela Queiroz da Silva - Tendo em conta que a pretensão remanescente é dotada de caráter personalíssimo, o que acarreta a intransmissibilidade do direito material em litígio, e ante a superveniência do passamento da requerente documentado nos autos, hei por bem EXTINGUIR o presente processo, sem resolução do mérito, com esteio no art. 485, inciso IX, do CPC. Sem custas e sem honorários, à luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0091/2022

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0149370-47.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca do documento de fls. 118, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: CLAUDINEI RICARDO DE OLIVEIRA TRAJANO (OAB 34076/CE) - Processo 0219626-44.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - ARROLANTE: Claudinei Ricardo de Oliveira Trajano - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca do documento de fls. 86, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: EDNALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 44101/CE) - Processo 0229099-54.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: João Galeno Lima - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração interpostos pelo Estado do Ceará (fls. 209/210), providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: DRACON DOS SANTOS TAMYARANA DE SÁ BARRETO (OAB 13704/CE) - Processo 0284584-39.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto - REQUERENTE: Adolfo Moreira de Carvalho Filho - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração interpostos pelo Estado do Ceará (fls. 97/104), providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0092/2022

ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES), ADV: THIAGO CAMARA LOUREIRO (OAB 19245/CE) - Processo 0136933-08.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Joaquim Ricardo Quixada Alves - Tendo em conta a petição de fls. 201/207, intime-se o novo patrono da parte requerente para informar os valores que lhe são devidos e ao outro advogado - Thiago Câmara Loureiro (OAB/CE 19.245), no prazo de 05 (cinco) dias. Empós, retornem os autos conclusos para decisão. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022.

ADV: PEDRO VASCO DANTAS OLIVEIRA (OAB 23682/CE), ADV: THAIS TIMBO BEZERRA (OAB 37364/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0194959-62.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Jane Eyre Melo Moreira - Manifeste-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 148/149, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIELA FELIX DE SOUSA (OAB 31927/CE) - Processo 0217022-13.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação - REQUERENTE: Lucivando Melo de Sales - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração, providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS LINS SOARES (OAB 39438/CE) - Processo 0240098-03.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - EXEQUENTE: Francisco das Chagas Lins Soares - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca do documento de fls. 124, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ RAFAEL LIMA ARRUDA (OAB 42459/CE) - Processo 0250399-72.2021.8.06.0001 - Execução de Título

Extrajudicial contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: José Rafael Lima Arruda - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 68/69, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MICAELI MARIA CAMPOS MACIEL (OAB 39100/CE) - Processo 0273784-49.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Micaeli Maria Campos Maciel - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração interpostos pelo Estado do Ceará (fl. 216), providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: ERNESTO DE PINHO PESSOA JUNIOR (OAB 4659/CE), ADV: MILENA ALENCAR GONDIM (OAB 24528/CE) - Processo 0275999-95.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração, providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0093/2022

ADV: MARIA DA CONCEICAO IBIAPINA MENEZES (OAB 4002/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0102484-87.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Cicero Ivan de Amorim Rodrigues - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - Ijf - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: TIBERIO NEPOMUCENO GONDIM COSTA (OAB 30940/CE) - Processo 0128123-10.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - REQUERENTE: Flavio de Castro Oliveira - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 212/213, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: CLIVIA PINHEIRO DE LAVOR (OAB 25371/CE) - Processo 0146578-23.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Tempo de serviço - REQUERENTE: Aldivan Dias Oliveira Junior - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca do documento de fls. 208, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0149372-17.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 125/126, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0162010-82.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Marinalva Alves de Oliveira - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 163/164, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0172574-23.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Rita Aurea Ribeiro - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0193323-61.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Maria Silene de Sousa Vasconcelos - Defiro a dilação de prazo solicitada em petição retro. Expedientes necessários.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 30116A/CE) - Processo 0202231-05.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Fundação Getulio Vargas e outro - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração, providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA DA CONCEICAO IBIAPINA MENEZES (OAB 4002/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0205277-36.2021.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: José Airton Lopes Filho - REQUERIDO: Instituto Doutor José Frota- IJF - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: PAULO RÔMULO COUTINHO CAVALCANTE (OAB 39197/CE) - Processo 0209268-54.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licenciamento de Veículo - REQUERENTE: Vanderlan Costa de Lima - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 77/78, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS DE ABREU CARDOSO NETO (OAB 30907/CE) - Processo 0213709-44.2021.8.06.0001 - Nomeação de Advogado - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Carlos de Abreu Cardoso Neto - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 80/81, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: HUGO CEZAR MEDINA (OAB 3722/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0213787-38.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Antonio Haroldo de Araujo Filho - REQUERIDO: Instituto Doutor José Frota ¿ Ijf - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0215855-58.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Antonio Haroldo de Araujo Filho - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0216189-29.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Juliana Limeira Ramos - Defiro a dilação de prazo solicitada em petição retro. Expedientes necessários.

ADV: ROMULO BRAGA ROCHA (OAB 24632/CE) - Processo 0228207-48.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gestante / Adotante / Paternidade - REQUERENTE: Francisco Edio de Sousa Alves - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 206/207, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: CARINA BRAUNA BRUNO (OAB 35485/CE), ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE), ADV: MARCO ANTONIO FERREIRA E SILVA (OAB 20355/CE) - Processo 0233017-66.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luciene do Nascimento Teixeira da Silva - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração, providencie a Secretaria Única a intimação da parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/

CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: HUGO CEZAR MEDINA (OAB 3722/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0237585-28.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Beatriz Stela Gomes de Souza Pitombeira Araujo - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - Ijf - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: LUCIA MARIA BRASIL RICARTE (OAB 8663/CE) - Processo 0248646-80.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Lilian Andrade Vieira - Intime-se a parte exequente para que se manifeste sobre a impugnação à execução, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: GILMARA DE ALMEIDA TAYAMA (OAB 40950/CE) - Processo 0254609-69.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Janyne de Souza Aguiar - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 37/38, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MILTON JORGE TEIXEIRA (OAB 34224/CE) - Processo 0261530-78.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Milton Jorge Teixeira - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 42/43, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE), ADV: ORLANDO CHAGAS JUNIOR (OAB 5721/CE), ADV: ANA LOURDES CUNHA DA SILVA (OAB 11686/CE) - Processo 0271319-04.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Francisco de Almeida Vasconcelos - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza - Urbfor - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0094/2022

ADV: MARIA DA CONCEICAO IBIAPINA MENEZES (OAB 4002/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0102484-87.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Cicero Ivan de Amorim Rodrigues - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - Ijf - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: TIBERIO NEPOMUCENO GONDIM COSTA (OAB 30940/CE) - Processo 0128123-10.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - REQUERENTE: Flavio de Castro Oliveira - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 212/213, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: CLIVIA PINHEIRO DE LAVOR (OAB 25371/CE) - Processo 0146578-23.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Tempo de serviço - REQUERENTE: Aldivan Dias Oliveira Junior - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca do documento de fls. 208, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0149372-17.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 125/126, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0162010-82.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Marinalva Alves de Oliveira - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 163/164, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0172574-23.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Rita Aurea Ribeiro - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0193323-61.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Maria Silene de Sousa Vasconcelos - Defiro a dilação de prazo solicitada em petição retro. Expedientes necessários.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 30116A/CE) - Processo 0202231-05.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Fundação Getulio Vargas e outro - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração, providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA DA CONCEICAO IBIAPINA MENEZES (OAB 4002/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0205277-36.2021.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: José Airton Lopes Filho - REQUERIDO: Instituto Doutor José Frota- IJF - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: PAULO RÔMULO COUTINHO CAVALCANTE (OAB 39197/CE) - Processo 0209268-54.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licenciamento de Veículo - REQUERENTE: Vanderlan Costa de Lima - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 77/78, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS DE ABREU CARDOSO NETO (OAB 30907/CE) - Processo 0213709-44.2021.8.06.0001 - Nomeação de Advogado - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Carlos de Abreu Cardoso Neto - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 80/81, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: HUGO CEZAR MEDINA (OAB 3722/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0213787-38.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Antonio Haroldo de Araujo Filho - REQUERIDO: Instituto Doutor José Frota ¿ Ijf - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0215855-58.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Antonio Haroldo de Araujo Filho - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0216189-29.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Juliana Limeira Ramos - Defiro a dilação de prazo solicitada em petição retro. Expedientes necessários.

ADV: ROMULO BRAGA ROCHA (OAB 24632/CE) - Processo 0228207-48.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gestante / Adotante / Paternidade - REQUERENTE: Francisco Edio de Sousa Alves - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 206/207, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: CARINA BRAUNA BRUNO (OAB 35485/CE), ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE), ADV: MARCO ANTONIO FERREIRA E SILVA (OAB 20355/CE) - Processo 0233017-66.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luciene do Nascimento Teixeira da Silva - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração, providencie a Secretaria Única a intimação da parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: HUGO CEZAR MEDINA (OAB 3722/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0237585-28.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Beatriz Stela Gomes de Souza Pitombeira Araujo - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - Ijf - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

ADV: LUCIA MARIA BRASIL RICARTE (OAB 8663/CE) - Processo 0248646-80.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Lilian Andrade Vieira - Intime-se a parte exequente para que se manifeste sobre a impugnação à execução, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: GILMARA DE ALMEIDA TAYAMA (OAB 40950/CE) - Processo 0254609-69.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Janyne de Souza Aguiar - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 37/38, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MILTON JORGE TEIXEIRA (OAB 34224/CE) - Processo 0261530-78.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Milton Jorge Teixeira - Intimem-se as partes em litígio para se manifestarem acerca dos documentos de fls. 42/43, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE), ADV: ORLANDO CHAGAS JUNIOR (OAB 5721/CE), ADV: ANA LOURDES CUNHA DA SILVA (OAB 11686/CE) - Processo 0271319-04.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Francisco de Almeida Vasconcelos - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza - Urbfor - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre a Planilha de Cálculo apresentada pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0095/2022

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE), ADV: FRANCISCO SOUSA SANTOS (OAB 24168/CE) - Processo 0112102-56.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisca Liliana Lima da Costa - Manifeste-se o requerente, através de seu patrono, acerca da petição e dos documentos retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0150817-70.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Francisca Célia Alves da Silva - Diante do exposto, hei por bem JULGAR PROCEDENTES os pedidos requestados na exordial, com resolução do mérito, ao fito de determinar que o requerido - MUNICÍPIO DE FORTALEZA providencie a implantação correta do adicional por tempo de serviço (anuênio), correspondente ao labor exercido nos regimes celetista e estatutário, em favor da parte requerente, e ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas, com incidência nas verbas legais decorrentes, até o efetivo cumprimento da obrigação de fazer pelo requerido, com observância das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal (art. 1º, Decreto 20.910/1932), acrescidas de correção monetária pelo indexador oficial (IPCA-E) a contar dos respectivos vencimentos e de juros moratórios aplicados à caderneta de poupança a partir da citação (art. 1º-F, Lei 9.494/1997), o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários, à luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2022.

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE), ADV: PEDRO AUGUSTO AZEREDO CARVALHO (OAB 12623/ES), ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES), ADV: PAULA BARBOSA VENANCIO ALENCAR (OAB 40986/CE), ADV: CAMILLA DE NAZARÉ RODRIGUES SIQUEIRA (OAB 42093/CE) - Processo 0160960-89.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Maria Jane Eide Holanda - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Proceda a Secretaria Judiciária à expedição dos Alvarás, com observância aos dados pessoais e bancários contidos na petição de fls. 279/281, em cumprimento aos termos da Portaria nº 557/2020 do TJCE. Empós, proceda o Gabinete deste Juizado Fazendário à remessa dos referidos alvarás para o e-mail da Caixa Econômica Federal discriminado na mencionada portaria, para o seu regular cumprimento. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Depois, arquivem-se os autos com a baixa devida.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0180042-38.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Regina Lucia Teixeira Noronha - Diante do exposto, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2022.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0200327-52.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Andrea Lino da Rocha - Manifeste-se o requerente, através de seu patrono, acerca da petição e dos documentos retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DECIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 30116/CE) - Processo 0201208-24.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Fundação Getúlio Vargas e outro - R. H. Por imperativo do princípio de contraditório e considerando o intuito modificativo dos Embargos de Declaração, providencie a Secretaria Única a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022.

ADV: SOLERIA GOES ALVES (OAB 29892/CE) - Processo 0204720-15.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível -

Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wilson de Souza Lima - Destarte, hei por bem CONCEDER a eficácia da tutela jurisdicional requestada, ao fito de determinar que o requerido providencie o fornecimento de FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G (6 FRALDAS/DIA 180 UNIDADES POR MÊS), bem como CADEIRA DE RODAS, CAMA e COLCHÃO HOSPITALAR, nas especificações indicadas na prescrição médica, ASPIRADOR DE VIAS AÉREAS para tratamento domiciliar e dieta líquida industrializada, com densidade calórica 1.5 kcal/ml 39 litros/mês (opções: ISOSOURCE 1,5 NESTLÉ OU NUTRISON ENERGY MF DANONE OU NUTRI ENTERAL 1,5 - NUTRIMED), além de insumos para sua administração: frascos Enterofix 30 unid/mês, equipos 30 unid/mês e seringas de 20ml sem agulha 30 unid/mês, de uso contínuo e por tempo indeterminado, de conformidade com a prescrição acostada à inicial, em favor da parte requerente, WILSON DE SOUZA LIMA, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação desta decisão, de forma a garantir-lhe os direitos fundamentais à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana. Defiro a gratuidade de justiça, à luz dos requisitos do art. 99, § 3º, do CPC. Em consonância com o Enunciado nº 02 da I Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça, de 15 de maio de 2014, que preconiza quanto à necessidade de renovação periódica do relatório médico, nos casos atinentes à concessão de medidas judiciais de prestação continuativa, no prazo legal ou naquele fixado pelo julgador como razoável, levando-se em conta a natureza da enfermidade e a legislação sanitária aplicável, entendo que o laudo médico deve ser renovado a cada 03 meses, relatando a necessidade da continuidade do fornecimento do insumo indicado, abrangido por esta decisão judicial. Entendo prescindível a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento Cível, haja vista, dentre outros fundamentos, o fato de a Administração Pública não poder dispor de seus bens e direitos (Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público), a manifestação antecipada veiculada na peça contestatória no sentido de não comparecimento ao ato audiencial em ações de conteúdo similar, e, ainda, a principiologia atinente aos comandos constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo/celeridade, os quais evidenciam a iniquidade da designação do ato audiencial no âmbito dos Juizados Fazendários. Cite-se o requerido para responder aos termos da presente demanda no prazo de 30 (trinta) dias, a teor do art. 7º da Lei 12.153/2009, fornecendo a este juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem assim, caso entenda necessário, para apresentar proposta de acordo e/ou acostar aos autos as provas que pretende produzir. Intimem-se as partes em litígio quanto ao inteiro teor da presente decisão. Providencie a Secretaria Única, com a urgência que o caso reclama, os expedientes acima determinados.

ADV: JOSE VALDIZIO DE OLIVEIRA MELLO FILHO (OAB 25883/CE) - Processo 0213653-11.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Itla Matos Dantas - Diante do exposto, atento à fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, a teor do art. 485, incisos I e VI c/c art. 330, inciso II, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, à vista dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas.

ADV: ALEX RENAN DA SILVA (OAB 119462/MG) - Processo 0231139-43.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Alex Renan da Silva - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 8667/CE) - Processo 0231378-13.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Rafael de Sá Cruz - Isto posto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os presentes pedidos. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se, registre-se e intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa.

ADV: LUIZ CARLOS ARRAES FERREIRA (OAB 9391/CE) - Processo 0266008-95.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luiz Carlos Arrais Ferreira Junior - Diante do exposto, atento à fundamentação expendida, hei por bem JULGAR PROCEDENTES os pleitos requestados na exordial, com resolução do mérito, no sentido de condenar o requerido ao pagamento de R$66.000,00 (sessenta e seis mil reais) a título de danos materiais, o que faço com supedâneo no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSE WAGNER MATIAS DE MELO (OAB 17785/CE) - Processo 0280197-78.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto - REQUERENTE: João Candido da Costa Neto - Diante do exposto, e mormente considerando a exegese perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal com respeito à inexistência de direito adquirido a regime jurídico tributário, hei por bem JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários, à luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995, aplicados de modo subsidiário, nos termos do art. 27 da Lei 12.153/2009. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas.

ADV: JOSE EDAVIVERTON ALVES DE SOUSA (OAB 43575/CE) - Processo 0291118-96.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lais Farias Mansullo - Destarte, entendendo haver elementos plausíveis para o deferimento da medida de tutela de urgência, hei por bem DETERMINAR a suspensão, até decisão final, dos efeitos da decisão da comissão de heteroidentificação que indeferiu a opção do requerente como candidato cotista (pardo/negro), devendo o nome da requerente ser incluído na lista de candidatos para vagas reservadas a pardos/negros, de acordo com a ordem de classificação (sem considerar os candidatos cotistas que possuem nota para ampla concorrência), bem como que seja incluído seu nome na lista dos candidatos pardos/negros aprovados no processo de heteroidentificação, ficando-lhe assegurado o seu prosseguimento regular no concurso para participação nas demais etapas (exames médicos, avaliação psicológica, exame de aptidão física, investigação social, curso de formação ou qualquer outra prevista em edital), observada a ordem classificatória, e, em caso de convocação, seja reservada sua vaga de acordo com a sua classificação. Defiro a gratuidade de justiça, à luz do disposto no art. 99, § 3º, do CPC. Entendo prescindível a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento Cível, haja vista, dentre outros fundamentos, o fato de a Administração Pública não poder dispor de seus bens e direitos (Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público), a manifestação antecipada veiculada na peça contestatória no sentido de não comparecimento ao ato audiencial em ações de conteúdo similar, e, ainda, a principiologia atinente aos comandos constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo/celeridade, os quais evidenciam a iniquidade da designação do ato audiencial no âmbito dos Juizados Fazendários. Intimem-se as partes em litígio quanto ao inteiro conteúdo da presente decisão. Providencie a Secretaria Única os expedientes acima determinados.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0096/2022

ADV: PAULA BARBOSA VENANCIO ALENCAR (OAB 40986/CE), ADV: PEDRO AUGUSTO AZEREDO CARVALHO (OAB

12623/ES), ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE), ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: CAMILLA DE NAZARÉ RODRIGUES SIQUEIRA (OAB 42093/CE), ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES) - Processo 0129849-19.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisca Erilandia Noronha Cardoso - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: RUCHEN ADEODATO TALMAG JUNIOR (OAB 12922/CE), ADV: LIANA CAMARA DO VALE (OAB 3903/CE), ADV: ARSENIO JORGE FLEXA VIEIRA (OAB 5118/CE), ADV: HUMBERTO ANTONIO ALVES DE MORAIS MENDONÇA (OAB 15295/CE), ADV: ERNESTO DE PINHO PESSOA JUNIOR (OAB 4659/CE), ADV: JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE), ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE), ADV: MARIA VANILDE REBOUCAS MACHADO (OAB 2955/CE) - Processo 0159297-08.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Regime Previdenciário - REQUERENTE: Milena Silva Sousa de Morais Mendonça - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município - IPM - Diante do exposto, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

ADV: PEDRO AUGUSTO AZEREDO CARVALHO (OAB 12623/ES), ADV: CAMILLA DE NAZARÉ RODRIGUES SIQUEIRA (OAB 42093/CE), ADV: PAULA BARBOSA VENANCIO ALENCAR (OAB 40986/CE), ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES), ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE), ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE) - Processo 0175089-02.2017.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Fernanda Maria Melo Sampaio - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0176961-81.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: DERIKSON STIVE DA SILVA VIEIRA (OAB 40192/CE) - Processo 0181470-55.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Derikson Stive da Silva Vieira - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES), ADV: PEDRO AUGUSTO AZEREDO CARVALHO (OAB 12623/ES), ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE) - Processo 0192475-45.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Teresa Márcia Almeida da Silveira - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: JORGE ISRAEL LUCIANO MACHADO (OAB 35044/CE) - Processo 0207898-06.2021.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Plinio Almino E Silva - Diante do exposto, à luz da fundamentação expendida, hei por bem JULGAR EXTINTO o presente pedido de cumprimento de sentença, o que faço com esteio no art. 924, inciso II e no art. 925, ambos do CPC. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Empós, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: LUIS SOARES DE SENA NETO (OAB 35076/CE) - Processo 0227018-35.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Jose Domingos Dias de Paiva - Diante do exposto, hei por bem JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos requestados na prefacial, ao escopo de reconhecer em favor do requerente - JOSÉ DOMINGOS DIAS DE PAIVA o direito de conversão do tempo de serviço desempenhado em condições especiais (insalubridade), aplicando-se o fator de conversão previsto no Regulamento Geral da Previdência Social (RGPS), parar efeito de concessão de aposentadoria especial com direito à integralidade e à paridade de seus proventos, e em determinação para expedição da correspondente certidão de tempo de serviço, desprovendo, contudo, o pedido de afastamento das atividades laborais, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Ratifico a decisão não concessiva do pleito de tutela de urgência, consoante os fundamentos ali expendidos. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. P.R.I. Cumpra-se. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

ADV: HELANO CORDEIRO COSTA PONTES (OAB 24848/CE) - Processo 0270603-74.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Douglas Teixeira dos Santos - Por todo o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, para determinar aos requeridos que tornem sem efeito os autos de infração colacionados aos autos, bem como que o Departamento Estadual de Trânsito realize a troca da placa do veículo do Autor, desprovendo, contudo, o pedido de indenização por danos morais, o que faço com espeque no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0097/2022

ADV: DEBORA PRADO GOMES (OAB 28006/CE) - Processo 0241262-03.2020.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Debora Prado Gomes - Destarte, hei por bem HOMOLOGAR a planilha de cálculo constante dos autos, e, em face do disposto no art. 13 da Lei 12.153/2009, expeça a Secretaria Judiciária a competente Requisição de Pequeno Valor (RPV) em favor do(a) requerente no valor de R$ 3.676,78 (três mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos), com observância aos dados bancários informados na petição de fls. 130, cujo depósito deverá ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da entrega da requisição do juiz ao executado, sob pena de sequestro de

numerário suficiente ao cumprimento da decisão. Intimem-se as partes em litígio desta decisão. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

EXPEDIENTES DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2022

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0122443-93.2009.8.06.0001/01 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Inclusão de Dependente - REQUERENTE: Erasmo Jose Queiroz Neto e outro - Intimem-se as partes, através de publicação no DJ-e e do portal eletrônico, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, com a finalidade de identificar a existência de alguma incorreção a respeito do ofício juntado à pág. 29.

ADV: LUCAS BRAGA EICHENBERG (OAB 48756/RS) - Processo 0128669-17.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Fabrica de Moveis Florense Ltda - Intime-se a parte apelada, por meio de publicação no DJe, para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto às págs. 292/304, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC de 2015. Do mesmo modo, intime-se o Estado do Ceará, por meio do portal eletrônico, para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto às págs. 313/322, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC de 2015

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0559059-17.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Benildes Cavalcante de Mendonca - Intimem-se as partes, através de publicação no DJ-e e do portal eletrônico, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, com a finalidade de identificar a existência de alguma incorreção a respeito do ofício juntado às págs. 244/255. Oficie-se o juízo da 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza/CE, em que tramita o processo de inventário de n. 0199867-75.2013.8.06.0001, para tome ciência do referido ofício.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 42910/CE) - Processo 0581996-21.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Hilda Alves de Oliveira e outro - Diante do exposto, DEFIRO o pedido de habilitação dos herdeiros FERNANDO CARLOS ALVES DE OLIVEIRA, FRANCISCO BATISTA OLIVEIRA JUNIOR, REGINA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA, ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA, ESCARLATI CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA, AMÓS GASPAR DE OLIVEIRA e TALITA GASPAR DE OLIVEIRA, reconhecendo suas qualidades de herdeiros de HILDA ALVES DE OLIVEIRA. Intime-se pelas vias de praxe, em face da natureza da parte promovida. Registro pelo sistema. Findo o prazo de eventuais recursos, volta-se conclusos. Expedientes necessários.

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0616221-67.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria das Gracas Rodrigues Azevedo - Intimem-se as partes, através de publicação no DJ-e e do portal eletrônico, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, com a finalidade de identificar a existência de alguma incorreção a respeito do ofício juntado às págs. 265. Oficie-se o juízo da 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza/CE, em que tramita o processo de inventário de n. 0199867-75.2013.8.06.0001, para tome ciência do referido ofício.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0038463-93.2005.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Tomé dos Santos - Tendo em vista a comprovação do depósito das RPVS, conforme págs. 231/232, intime-se o credor, por meio de publicação no DJ-e, para cumprir a Portaria n. 557/2020/PRESTJCE, disponibilizada à pág. 2 do DJe do dia 2 de abril de 2020, juntando, no prazo de 5 (cinco) dias, CPF/CNPJ, banco, agência e conta para recebimento do crédito.

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0078369-22.2007.8.06.0001/01 - Cumprimento de sentença - Inclusão de Dependente - REQUERENTE: Maria Vilani Ricardo Fernandes e OUTRO e outro - Intimem-se as partes, através de publicação no DJ-e e do portal eletrônico, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, com a finalidade de identificar a existência de alguma incorreção a respeito do ofício juntado à(s) pág(s). 35.

ADV: ADAUTO JOSE ARAUJO MOTA (OAB 9689/CE) - Processo 0119394-92.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0297478-82.2000.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERIDO: Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará - Sohidra - Vistos, Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto às fls. 360/414, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º c/c 183 do CPC de 2015. Apresentadas as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA FILHO (OAB 27143/CE) - Processo 0171884-33.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Aldenôra de Santiago - Trata-se de cumprimento de sentença apresentado à pág. 298 por Maria Aldenôra de Santiago em que requer o pagamento dos honorários sucumbenciais no valor de R$ 750,00. Observo que a parte exequente não apresentou o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito nos termos do art. 534 do CPC/2015. Em razão disso, determino a intimação do exequente, por meio de publicação no DJ-e, para emendar o seu pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, com o objetivo de cumprir os requisitos do art. 534 do CPC/2015, sob pena de indeferimento. Publique-se.

ADV: BRENA CÂMARA NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 44596/CE) - Processo 0240942-16.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Descontos Indevidos - IMPETRANTE: Rogenilson Alves Sabino - Diante do exposto, ratifico a liminar de págs. 366/372 e concedo a segurança pleiteada, para o fim de determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 10,5%, a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem custas processuais (art. 98, §3º CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. Após a decorrência do prazo de recurso voluntário, remeta-se ao TJ/CE. Publique-se. Intime-se via portal.

ADV: PRISCILA CARDOSO QUEIROZ (OAB 35450/CE) - Processo 0255036-66.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: Antonia Rose Madeiro - Intime-se a parte apelada, por meio de publicação no DJe,

para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto às págs. 121/142, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC de 2015.

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0273391-27.2021.8.06.0001 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Maria das Graças Silva Freitas - Observo que o Município de Fortaleza alegou a existência de ação individual com idêntico objeto já em fase de cumprimento de sentença, conforme págs. 192/222. Intime-se a parte autora, por meio de publicação no DJ-e, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se.

ADV: LEON SIMÕES DE MELLO (OAB 29493/CE), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 329848/SP) - Processo 0279969-06.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Pole Alimentos Ltda - Vistos, Intime-se a parte autorapara apresentar réplica sobre a contestação de fls. 74/83, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 437, §1º, CPC/15. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: DIMAS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 11094/CE), ADV: ZUELLINGTON QUEIROGA FREIRE (OAB 15899/CE) - Processo 0083986-31.2005.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Municipio de Itaitinga - Destarte, pelos fundamentos expendidos, conheço dos embargos de declaração interpostos, em decorrência de sua tempestividade, para, no mérito, ACOLHÊ-LOS, com o fim específico de sanar o erro material, para que na parte dispositiva da sentença passe a constar a seguinte modificação: Onde se lê: Sem honorários. Leia-se: Condeno a parte requerente a pagar honorários sucumbenciais, estes arbitrados em R$ 1.000,00 (hum mil reais) a serem pagos a cada um dos réus, nos termos do § 4º, do art. 20 do CPC/73. No mais, persistem hígidos todos os termos do dispositivo da sentença, passando esta decisão a integrar a decisão embargada. Publique-se a presente sentença, via DJe. Registro da sentença pelo Sistema. Intimações pessoais necessárias de praxe. Expedientes necessários, inclusive, com ciência ao MP.

ADV: FRANCISCO DE MONTIER SARAIVA JUNIOR (OAB 44985/CE) - Processo 0251791-47.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Nomeação - IMPETRANTE: Yara Lemos de Paula - Isso posto, denego a segurança pleiteada pela Impetrante, ante a inexistência de prova pré-constituída, e consequente inadequação da via processual eleita, extinguindo o feito sem resolução do mérito, o que faço com base no art. 6º, § 5º, da Lei n.º 12.016/09 c/c o art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas por isenção legal de acordo com o Regimento de Custas do Estado do Ceará (art. 10, VII, da Lei nº 12.381/94). Sem honorários advocatícios (art. 25 da Lei n.º 12.016/09). Publique-se e intime-se. Empós o trânsito em julgado, arquivem-se os autos

ADV: RAFAEL VICTOR ALBUQUERQUE RODRIGUES DE LIMA (OAB 27628/CE) - Processo 0278071-55.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: J. D. Ribeiro Junior ¿ Me e outro - Ante o exposto, atenta aos fundamentos fáticos e jurídicos, DENEGO A SEGURANÇA pleiteada. Sem condenação em custas processuais por força da regra contida no Regulamento de Custas do Estado do Ceará, Lei Estadual nº 16.132/16, artigo 5º, V. Também não é o caso de condenação em honorários advocatícios por força do artigo 25 da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009). Não sujeita ao reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

EXPEDIENTES DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU) NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: ERNESTO DE PINHO PESSOA JUNIOR (OAB 4659/CE), ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE), ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0177549-88.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Jozinete Brandão de Sena - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza ¿ Ipm e outro - Diante do exposto, à vista da fundamentação expendida, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC c/c art. 27, da Lei n. 12.153/2009, JULGO PROCEDENTES os pedidos veiculados na presente ação, com resolução do mérito, ao escopo de reconhecer à parte requerente, JOZINETE BRANDÃO DE SENA, o direito à aposentadoria com proventos integrais, à paridade no cálculo e ao reajuste de seus proventos, uma vez ter ingressado no serviço público antes da publicação da Emenda Constitucional n. 41/2003, em 13/10/1993 (fls. 37 e seguintes), abstendo-se o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar redução ou desconto de qualquer natureza no valor de sua remuneração em face da regra geral da média aritmética prevista na Lei n. 10.887/2004, bem como para condenar a parte ré a pagar ao autor as diferenças devidas, respeitada a prescrição quinquenal. A propósito da fixação de juros e correção monetária, consectários legais da condenação, matéria de ordem pública, será aplicado o IPCA-E como índice de correção monetária, de acordo com o entendimento do STF no RE 870.947/SE (Tema n. 810 de Repercussão Geral). Quanto aos juros, estes devem ser calculados segundo o Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, ou seja, em conformidade com o índice aplicado à caderneta de poupança, a contar da citação. Nesta fase, sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/1995, cumulado com o artigo 27 da Lei n. 12.153/2009. Dispensado o reexame necessário (art. 11, da Lei n. 12.153/2009). Publique-se e registre-se. Intimem-se as partes e o Ministério Público. Transitada em julgado, e não existindo qualquer pedido das partes, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Expedientes necessários

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0224786-50.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Joao Batista Alves Pessoa - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno o Município de Fortaleza à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, bem como pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno também a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 30% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da

mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: AVNER DE OLIVEIRA NERES (OAB 25366/CE) - Processo 0229892-90.2021.8.06.0001 - Nomeação de Advogado - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Avner de Oliveira Neres - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno a parte ré ao pagamento da importância de R$ 1.305,92 (mil trezentos e cinco reais e noventa e cinco centavos). Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Certificado o trânsito, cumpra-se o disposto no art. 13 da Lei nº 12.253/09, expedindo-se a competente requisição de pagamento, intimando-se também a parte autora para que apresente seus dados bancários (imagem do cartão bancário, extrato bancário ou outro documento no qual conste expressamente a titularidade da conta poupança ou corrente, e a identificação do respectivo banco e agência), caso estes já não se encontrem nos autos, de modo a viabilizar, mediante transferência, o integral cumprimento da obrigação. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU) NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: PAULO ANDERSON LACERDA VASCONCELOS (OAB 32376/CE) - Processo 0274646-20.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Claudia Maria Gomes Chaves - Intime-se a parte autora para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 CPC). Intime-se. Decorrendo o prazo, com ou sem manifestação, vistas ao Ministério Público para parecer de mérito.

ADV: DRACON DOS SANTOS TAMYARANA DE SÁ BARRETO (OAB 13704/CE) - Processo 0280572-79.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) - REQUERENTE: Francisberto João Gaspar de Oliveira - Intime-se a parte autora para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 CPC). Intime-se. Decorrendo o prazo, com ou sem manifestação, vistas ao Ministério Público para parecer de mérito.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU) NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: KELIANE ALVES DE OLIVEIRA (OAB 42040/CE) - Processo 0245587-21.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar - REQUERENTE: Maria das Graças Pinheiro - Intime-se a parte autora para apresentar réplca no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 CPC). Intime-se. Decorrendo o prazo, com ou sem manifestação, vistas oa Ministério Público para parecer de mérito.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU) NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: ANTONIO FRANCISCO CAMPOS FILHO (OAB 26052/CE) - Processo 0121844-76.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Odnilzo Lobato Mauês - Posto isso, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução meritória, nos termos dos arts. 8º, caput, 18, §2º e 51, inciso III, todos da Lei n. 9.099/1995, art. 485, IV, do CPC c/c arts. 2º, 5º, II e 27, todos da Lei n. 12.153/2009. Nesta fase, sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/1995, cumulado com o artigo 27 da Lei n. 12.153/2009. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de praxe.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE), ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE), ADV: PAULO ANDERSON LACERDA VASCONCELOS (OAB 32376/CE) - Processo 0175317-06.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidores Ativos - REQUERENTE: Maria Verbênia Pontes Cavalcante - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município - Ipm - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) e outro - DECISÃO Face o exposto, julgo procedente o pedido autoral somente em desfavor do IPM(art. 487, I, do CPC). Condeno a parte ré a abster-se de efetuar descontos nos vencimentos da parte autora sob a rubrica 0598 IPM PREVIFOR Complementar, ou de qualquer contribuição previdenciária complementar. Condeno ainda a parte ré a devolver à parte autora todos os valores indevidamente descontados sob o palio da rubrica mencionada (0598), aos quais deverão ser acrescidos os valores descontados durante o curso da demanda até o efetivo cumprimento da tutela de urgência acima deferida. Para a correção (atualização e juros) dos valores a devolver, incidirá o(s) mesmo(s) índice que a Fazenda municipal se vale para a remuneração (juros e correção) do crédito tributário previdenciário, conforme o disposto no art. 87 do Código Tributário Municipal, reconhecendo-se aqui a natureza composta da taxa SELIC. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Certificado o trânsito, intime-se a parte autora para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso não venha requerimento aos autos tendente à execução da obrigação pecuniária, autos ao arquivo, definitivamente. Expediente necessário.

ADV: ROOVER MEDEIROS DE SOUZA (OAB 29756/CE) - Processo 0205089-09.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Junia Marise da Silva Rocha - Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência, para o fim de determinar que o requerido suspenda a cobrança compulsória da contribuição para

custeio dos serviços de assistência à saúde junto aos vencimentos da parte requerente, no prazo de dez dias. Determino a citação do requerido para, tendo interesse, apresentar contestação no prazo de trinta dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009 e art. 12-A da Lei nº 9.099/1995), fornecendo ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei nº 12.153/2009), intimando-o ainda para o cumprimento dessa decisão, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE), ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE), ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0206646-65.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Maria Vieira dos Santos Cidrack - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno a URBFOR à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno, também, a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 25% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO ROBERTO BARRETO DE AGUIAR (OAB 40376/CE), ADV: GUSTAVO BORGES GONCALVES (OAB 28821B/CE) - Processo 0216331-96.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Roberto Matos da Rocha - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE), ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE) - Processo 0223906-58.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jose Francisco Sousa da Silva - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza - Urbfor e outro - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno o Município de Fortaleza à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, bem como pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno também a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 15% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0242184-10.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidores Inativos - REQUERENTE: Francisco Donato de França - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0242188-47.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidores Inativos - REQUERENTE: Rogério Moura dos Santos - Face o exposto, julgo parcialmente procedente

o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: CLEONICE MARIA QUEIROZ PEREIRA PEIXOTO (OAB 3661/CE), ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE), ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE) - Processo 0248057-25.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Monica Souza Pontes Guedes - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno a URBFOR à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno, também, a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 25% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: VIVIANE CHAVES DOS SANTOS (OAB 9880/CE) - Processo 0251287-41.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Arnaldo Moraes da Rocha - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: BRENA CÂMARA NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 44596/CE) - Processo 0257915-46.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Raimundo Nonato Alexandre - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: BRENA CÂMARA NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 44596/CE) - Processo 0257929-30.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Francisco Luiz de Freitas Silva - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s)

recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: PAULO CESAR MAIA COSTA (OAB 9125/CE) - Processo 0264373-79.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Maria Lêda Saldanha Lima - Diante do exposto, e mormente considerando a exegese perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal com respeito à inexistência de direito adquirido a regime jurídico tributário, hei por bem JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários, à luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995, aplicados de modo subsidiário, nos termos do art. 27 da Lei 12.153/2009. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU) NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE), ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE) - Processo 0209301-10.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Jose Otacilio Pereira - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor), - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno a URBFOR à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno, também, a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 20% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0225933-14.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Francisco de Assis Félix de Almeida - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno o Município de Fortaleza à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, bem como pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno também a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 15% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: MARIA ANYA MARTINS DE LIMA (OAB 16184/CE), ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE) - Processo 0231773-05.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Claudio da Silva - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno a URBFOR à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno, também, a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 30% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: CARLOS ROGERIO ALVES VIEIRA (OAB 23374/CE) - Processo 0250764-29.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidores Inativos - REQUERENTE: Francisco de Assis Felix Narciso - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já

comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: MARIA ANYA MARTINS DE LIMA (OAB 16184/CE), ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE) - Processo 0250862-14.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações da Lei 8.112/1990 - REQUERENTE: Francisco Carlos Pereira - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno a URBFOR à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno, também, a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 20% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE), ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE) - Processo 0266010-02.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Jose Sinval Barbosa de Souza - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) e outros - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno o Município de Fortaleza à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, bem como pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno também a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 15% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: EDSON JOSE SAMPAIO CUNHA FILHO (OAB 6512/CE) - Processo 0267239-60.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidores Inativos - REQUERENTE: Francisca Silvaneide de Azevedo Silva Gomes - Diante do exposto, e mormente considerando a exegese perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal com respeito à inexistência de direito adquirido a regime jurídico tributário, hei por bem JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, o que faço com esteio no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários, à luz dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995, aplicados de modo subsidiário, nos termos do art. 27 da Lei 12.153/2009. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE), ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE) - Processo 0271758-15.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Raimundo Nonato Ricardo dos Santos - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Condeno a URBFOR à implantação do anuênio no percentual requerido sobre os vencimentos da parte autora, considerada a data de ingresso no serviço público conforme a documentação dos autos, pagando-lhe, doravante, o correspondente a 1% sobre seus vencimentos a cada novo período anual de serviço público, limitado o pagamento a 35%, contando-o, ainda, para todos os fins, inclusive aposentadoria. Condeno, também, a URBFOR ao pagamento dos valores retroativos não pagos a título de anuênios, devendo o percentual do adicional corresponder exatamente ao tempo de serviço laborado, subtraindo os 25% referentes aos quinquênios, no período compreendido entre a data de alteração do regime jurídico do autor. Para a atualização dos valores objeto da condenação, aplicar-se-á a taxa SELIC, nos termos do art. 3 da EC 113/2021, publicada em 8/12/2021 e com vigência imediata. Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

ADV: DENIO DE SOUZA ARAGAO (OAB 27990/CE), ADV: ABRAAO LINCOLN SOUSA PONTE (OAB 30395/CE), ADV: KEYZE KAROLAYNE CARVALHO DIAS (OAB 41885/CE) - Processo 0273881-49.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidores Inativos - REQUERENTE: Francisco Aurélio Feitosa de Mesquita - Face o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido autoral (art. 487, I, do CPC). Determino que se abstenha o requerido, ESTADO DO CEARÁ, de efetuar o desconto da contribuição previdenciária à base de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o total dos proventos da parte requerente, e eventuais alíquotas progressivas subsequentes aplicáveis sob a mesma fundamentação, devendo incidir contribuição somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à alíquota antes aplicada, pois declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas. Condeno ainda o requerido a restituir à

parte requerente as diferenças correspondentes aos descontos indevidamente efetivados a esse título, com correção pela taxa SELIC, que já comporta correção monetária e juros, tudo a contar da data dos descontos indevidos, tendo em vista tratar-se de parcela de natureza tributária. Publique-se, registre-se, intimem-se. Sem custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito, intime-se a parte ré para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer. Cumprida a determinação, e caso nada seja requerido, autos ao arquivo, definitivamente. Havendo recurso(s), intime(m)-se a(s) parte(s) recorrida(s), pelo prazo legal, para apresentar resposta, encaminhando-se, em seguida, os autos à Turma Recursal, a quem compete realizar o exame de admissibilidade e o julgamento do recurso. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU) NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: JOAO ROCHA SARAIVA NETO (OAB 39740/CE) - Processo 0200150-20.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - AUTOR: João Henrique Ferreira da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpra-se a segunda parte do despacho de fl.293: "Após, intimem-se as partes para que digam, em 05 (cinco) dias úteis, se desejam produção de outas provas além das já documentadas, especificando-as. Caso optem por coleta de prova oral, apresentem rol testemunhal com qualificação indicação de contatos de e-mail e telefones (especialmente WhatsApp), para fins de realização de audiência por videoconferência.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: JOAO MORAES RIBEIRO NETO (OAB 32538/CE) - Processo 0204823-22.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Leito de enfermaria / leito oncológico - REQUERENTE: José Ferreira de Brito - Cuida-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, com pedido de Tutela de Urgência, firmada por JOSE FERREIRA DE BRITO, representado por ANTONIO CRISTIANO VIANA BRITO, em face do ESTADO DO CEARÁ, nos termos da petição inicial e documentos que a acompanham, requerendo, inclusive liminarmente, a transferência da parte autora para um LEITO DE HOSPITAL TERCIÁRIO DE ALTA COMPLEXIDADE EM UNIDADE PÚBLICA, ou, caso não seja possível que custeie a transferência do requerente para hospital da rede privada. Decisão de fls.17/19, em regime de plantão, concedeu a tutela de urgência no sentido de determinar a disponibilização de leito de hospital terciário de alta complexidade. Às fls.24/30, consta que o Juízo da 11ª Vara da Fazenda Pública, declinou da competência. Analisando os autos, verifica-se que a documentação que instruiu a exordial não é suficiente para demonstrar necessidade de transferência da parte autora para um leito de leito de hospital terciário de alta complexidade, como pleiteado na inicial. O documento acostado à fl. 15, não constitui relatório médico, mas apenas ficha médica emitida pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Na fl.16, a documentação juntada somente descreve o quadro clínico do requerente, não indicando a necessidade de sua transferência para leito de hospital terciário de alta complexidade. Dessa forma, determino que a parte autora promova a emenda da inicial, cuidando de, no prazo de 15 dias, e sob pena de indeferimento, acostar prescrição médica que detalhe as condições de saúde da parte autora e ateste a necessidade de transferência para leito de hospital terciário de alta complexidade, bem como as consequências advindas para o não atendimento imediato. No mais, determino: (1) Designo ANTONIO CRISTIANO VIANA BRITO para funcionar como curador(a) especial da parte autora, exclusivamente no que diz respeito a este processo (art.72 do CPC). Colha-se o termo de compromisso do(a) curador(a) especial nomeado na decisão que antecipou os efeitos da tutela jurisdicional, após o encerramento do prazo de restrição de atendimento presencial imposto pela Resolução n.º 313 do CNJ. Para tanto, intime-se, por mandado, o(a) curador(a), que deverá comparecer em Juízo somente nos 05 dias subsequentes à retomada do expediente presencial nesta Unidade. (2) Intime-se a parte autora por DJE a parte autora. Prazo: 15 dias. Pena de indeferimento. Após, conclusos.

ADV: RENATO AMORIM CASTRO (OAB 31067/CE) - Processo 0205043-20.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI) - REQUERENTE: MARIA EUNICE XAVIER DE SOUZA - Sem prejuízo de serem assegurados à parte autora, ainda que fora de possibilidade terapêutica requerida, cuidados específicos e adequados para seu caso, e para que, concedendo eventualmente o pedido liminar, este juízo não acabe malferindo o direito de terceiro em situação mais grave e com mais chances de recuperação que a parte destes autos, até que criados novos leitos de UTI, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Registre-se que o profissional de saúde responsável pela regulação de leitos pode revisar o grau de prioridade apontado no documento acostado à inicial, à luz das diretrizes do CFM. Caso haja alteração, deve informá-la ao Juízo, no mesmo prazo. Com força na regra do art. 292, V, VI e respectivos §§ 2º e 3º, do CPC/2015, retifico de ofício o valor da causa, para fixá-lo em 207.346,80 sendo R$ 183.106,80 (corresponde ao valor anual de leito de UTI, segundo a Tabela do SUS) e R$ 24.240,00 (concernente ao pedido de danos morais). À SEJUD para corrigir o valor da causa na aba retificação de processo do sistema SAJPG. Designo o representante judicial da parte autora, JULIANA XAVIER DE SOUZA, para funcionar como curadora especial da parte autora, exclusivamente no que diz respeito a este processo (art.72 do CPC). Colha-se o termo de compromisso próprio, após o encerramento do prazo de restrição de atendimento presencial imposto pela Resolução n. º 313 do CNJ. Para tanto, intime-se a curadora, que deverá comparecer em Juízo somente nos 05 dias subsequentes ao encerramento da restrição de atendimento presencial. Citem-se os réus, observando-se o rito comum. Expediente necessário. Deixo de designar data para a audiência de que cuida o art. 334 do CPC/2015 em face da natureza da questão posta em Juízo. Assim, o prazo de defesa fluirá a partir da comunicação da presente decisão. Apresentada contestação com preliminares e/ou fatos modificativos, impeditivos e/ou extintivos do direito da autora, intime-se para réplica, em 15 dias. Após, se não sobrevier contestação ou se for apresentada outra modalidade de defesa, vista ao MP. Expedientes a serem cumpridos de ordem, nos termos de portaria do Juízo.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: YANNE ADAIL FEITOSA GUILHERME (OAB 28520/CE) - Processo 0202275-24.2022.8.06.0001 - Mandado de

Segurança Cível - Padronizado - IMPETRANTE: Maria Valdira Fonteles - Diante do exposto, lastreado na fundamentação supra, INDEFIRO A INICIAL, pela inadequação da via eleita. Ressalva-se à parte impetrante a faculdade de manejar a postulação do direito subjetivo versado na presente demanda em ação própria, que comporte ampla dilação probatória. Sem custas, nem honorários (Art. 25 da Lei n.º 12.016/2009). P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: RENATO AMORIM CASTRO (OAB 31067/CE) - Processo 0205043-20.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI) - REQUERENTE: MARIA EUNICE XAVIER DE SOUZA - Por todo o exposto à vista do preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, CONCEDO PARCIALMENTE a tutela provisória de urgência pretendida, subordinada, contudo, ao exame a ser realizado segundo a atribuição/competência do médico intensivista, e determino que o ESTADO DO CEARÁ e MUNICÍPIO DE FORTALEZA (responsabilidade solidária) providencie a internação da parte autora em leito de UTI (Prioridade II), na forma necessária e prescrita. Incumbe ao promovido providenciar, inclusive, a adequada remoção do(a) paciente (ambulância, UTI móvel, acompanhamento médico e tudo o mais que se fizer necessário para tanto), caso isso se faça necessário. Deve ser intimada a parte ré para, no prazo de 72 horas, informar sobre o cumprimento da presente decisão, dizendo se já ocorrera a transferência para o leito requerido ou, não sendo o caso, a expectativa para a realização da citada transferência, hipótese em que deveá informar a posição da parte autora junto à fila de espera correspondente. (2) Intime-se, por mandado, para abreviar atendimento, o Coordenador da Central Única de Regulação de Leitos de UTI/Ceará. O mandado deverá ser assinado pelo servidor da SEJUD que confecciona-lo, conforme determina o Provimento nº. 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça CGJCE. (3) Sendo assim, cite-se e intime-se a parte ré, por mandado, observado o rito comum. O mandado deverá ser assinado pelo servidor da SEJUD que confecciona-lo, conforme determina o Provimento nº. 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça CGJCE. Expediente necessário, cumprido por oficial de justiça, ante a urgência que a situação impõe.

EXPEDIENTES DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: WEBER BUSGAIB GONÇALVES (OAB 26578/CE) - Processo 0040555-97.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: EUROSERV BUSINESS & NEGÓCIOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME - Isso posto, julgo EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente ação, ante a perda superveniente do objeto, com fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Dado o princípio da causalidade, condeno a Promovente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), consoante previsão disposta no art. 85, §§ 2º e seus incisos e 8º, do Código de Processo Civil. P.R.I.C., apos o transito em julgado, arquive-se com as devidas cautelas legais.

ADV: ARAO BEZERRA ANDRADE (OAB 28335/CE) - Processo 0178009-75.2019.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Municipio de Fortaleza e outro - Nesse contexto, homologo o requerimento em apreço a fim de que surta os seus jurídicos e legais efeitos como autoriza o art.200, parágrafo único do CPC, e, por via de consequência, declaro EXTINTO o processo sem resolução do mérito quanto aos Requeridos Francisco Igo Gomes, Fabíola Malheiros Santos, Francisco David Aparecido e Invasores Desconhecidos, o que faço com base no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil. Isento o Requerente quanto ao pagamento das custas processuais, em razão da norma estatuída no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual n.º 16.132/2016. Deixo, ainda, de condená-lo ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que não houve a formação da relação processual quanto aos Réus em referência. Prossiga-se a ação exclusivamente em relação a promovida Sra. Jaqueline de Azevedo Galdino. P.R.I.C., empós,volvam-me os autos conclusos para despacho.

ADV: MARIA GLAUCIA MORAIS DE OLIVEIRA (OAB 16721/CE) - Processo 0205642-56.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Magda Adna Mateus Vieira - Diante do exposto, com fulcro no art. 64, §1° do CPC/2015, declaro a incompetência absoluta deste juízo comum fazendário para processar e julgar a presente ação e determino a remessa dos autos para que sejam redistribuídos a uma das varas dos juizados fazendários desta Comarca de Fortaleza, na forma do art.64, §3°, do CPC/2015. Intime-se (advogado do autor, por DJe), e, independentemente da decorrência do prazo recursal (dada a competência absoluta), remeta-se na forma ora determinada.

ADV: OSWALDO FLABIO ARAUJO BEZERRA CARDOSO (OAB 36713/CE) - Processo 0205680-68.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Bruna Marques Façanha da Costa - Diante disso, com fulcro no art. 64, §1° do CPC/2015, declaro a incompetência absoluta deste juízo comum fazendário para processar e julgar a presente ação e determino a remessa dos autos para que sejam redistribuídos a uma das varas dos juizados fazendários desta Comarca de Fortaleza, na forma do art.64, §3°, do CPC/2015. Intime-se (advogado do autor, por DJe), e, independentemente da decorrência do prazo recursal (dada a competência absoluta), remeta-se na forma ora determinada.

ADV: ANA CAROLINE NUNES MARTINS (OAB 43766/CE) - Processo 0205760-32.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Ester Quintela Reinaldo - Diante disso, com fulcro no art. 64, §1° do CPC/2015, declaro a incompetência absoluta deste juízo comum fazendário para processar e julgar a presente ação e determino a remessa dos autos para que sejam redistribuídos a uma das varas dos juizados fazendários desta Comarca de Fortaleza, na forma do art.64, §3°, do CPC/2015. Intime-se (advogado do autor, por DJe), e, independentemente da decorrência do prazo recursal (dada a competência absoluta), remeta-se na forma ora determinada.

ADV: DANIEL QUEIROZ DA SILVA (OAB 40871/CE) - Processo 0205764-69.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Jose Batista de Oliveira - Diante do exposto, com fulcro no art. 64, §1° do CPC/2015, declaro a incompetência absoluta deste juízo comum fazendário para processar e julgar a presente ação e determino a remessa dos autos para que sejam redistribuídos a uma das varas dos juizados fazendários desta Comarca de Fortaleza, na forma do art.64, §3°, do CPC/2015. Intime-se (advogado do autor, por DJe), e, independentemente da decorrência do prazo recursal (dada a competência absoluta), remeta-se na forma ora determinada.

ADV: GERALDO RODRIGUES DE SOUSA (OAB 3646/CE), ADV: ALBERTO GOMES DE QUEIROZ (OAB 3606/CE) - Processo 0224072-28.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Geraldo

Rodrigues de Sousa - À SEJUD para que proceda o traslado da planilha de páginas 53/61 dos autos em apenso (0049513-72.2012.8.06.0001), conforme determinado em sentença de página 71 do referido processo. Após, intime-se a parte exequente (via DJe) para, em 10 (dez) dias, apresentar a planilha de cálculos devidamente atualizada para prosseguimento da execução, de acordo com o disposto no art. 3º, V da Portaria n.º 736/2019 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, podendo valer-se da calculadora eletrônica disponibilizada pelo TJCE no endereço: https://portaladmin.tjce.jus.br/scjud-web/pages/home.jsf.

ADV: ALLEX KONNE DE NOGUEIRA E SOUZA (OAB 17669/CE) - Processo 0281662-25.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Pannemix Massas Congeladas Ltda Me - Diante disso, com fulcro no art. 64, §1° do CPC/2015, declaro a incompetência absoluta deste juízo comum fazendário para processar e julgar a presente ação e determino a remessa dos autos para que sejam redistribuídos a uma das varas dos juizados fazendários desta Comarca de Fortaleza. Intime-se (advogado do autor, por DJe), e, independentemente da decorrência do prazo recursal (dada a competência absoluta), remeta-se na forma ora determinada.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2022

ADV: NEIL ALESSANDRO MEDEIROS SILVEIRA (OAB 39043/CE) - Processo 0026627-64.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: JOÃO ALVES DOS SANTOS - Diante do exposto, em razão da presença dos requisitos legais autorizadores, confirmo a tutela de urgência antes deferida e CONCEDO parcialmente a segurança requestada, para o fim de: i) declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do arts. 24-C, caput e §§ 1° e 2°, do Decreto-Lei n.º 667/69, e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei n.º 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei n.º 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; ii) determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 10,5%, a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total das vantagens do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista no art. 5º da Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, conforme alterações promovidas pelas Leis Complementares n.ºs 159/16 e 167/2016. Quanto ao pedido de restituição dos valores recolhidos antes da interposição do presente mandamus, tal pretensão deve ser veiculada em procedimento próprio, nos termos da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Impetrante, neste procedimento, a restituição dos valores recolhidos após a impetração em comento. Sem custas processuais (art. 98, §3º, CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Provimento sujeito ao duplo grau de jurisdição. P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0259790-51.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: Roberto Wagner Rocha Cordeiro - Diante do exposto, em razão da presença dos requisitos legais autorizadores, confirmo a tutela de urgência antes deferida e CONCEDO a segurança requestada, para o fim de: i) declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do arts. 24-C, caput e §§ 1° e 2°, do Decreto-Lei n.º 667/69, e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei n.º 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei n.º 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; ii) determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 10,5%, a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total das vantagens do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista no art. 5º da Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, conforme alterações promovidas pelas Leis Complementares n.ºs 159/16 e 167/2016. Sem custas processuais (art. 98, §3º, CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Provimento sujeito ao duplo grau de jurisdição. No que se refere a reclamação, veiculada em petição de páginas 77/79, de descumprimento de decisão judicial, determino a intimação da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar integral cumprimento a obrigação de fazer determinada em decisão de páginas 30/36, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$1.000,00 (um mil reais), até o limite de 10 (dez) dias, quando então o impetrante poderá requerer a elevação do valor ou conversão em perdas e danos, podendo se constituir ato atentatório ao exercício da jurisdição, e, sem prejuízo de sanções criminais, civil e processuais cabíveis, ser aplicada multa a ser paga pelo responsável direto por seu descumprimento, conforme autoriza o art.. 77, § 2º e 81 do Código de Processo Civil, sem prejuízo da responsabilização criminal por desobediência (§§1° e 3° do art.536, do CPC). P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LUCILEIDE DE SOUSA FREITAS (OAB 10039/CE) - Processo 0441337-59.2000.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - IMPETRANTE: Rocilda de Freitas Silva - Reporto-me às petições de páginas 212/214. Analisando o processo em apenso (embargos à execução), verifico que consta o envio dos referidos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, estando na situação, aguardando devolução de recurso eletrônico, portanto, o presente feito deve continuar suspenso até o deslinde dos embargos à execução.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0128883-71.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Dilma Ximenes Mourão Pontes - Isso posto, considerando a satisfação das obrigações, declaro extinto o cumprimento de sentença, o que faço com fulcro no inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil. Expeçam-se, pois, empós o transcurso do prazo recursal, alvarás para transferência dos valores depositados relativos aos comprovantes de páginas 273/274, observando os dados bancários informados à página 265, bem como atentando para o pedido de destaque de honorários contratuais de 10% (contrato às páginas 266/271) que ora defiro. Ainda, cumpra-se a decisão de páginas 239/246 no sentido de oficiar a 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza para ciência acerca do crédito relativo aos honorários em favor do espólio de José Nunes Rodrigues, conforme comprovante de página 283. P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0128883-71.2010.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível -

Descontos Indevidos - REQUERENTE: Dilma Ximenes Mourão Pontes - Isso posto, considerando a satisfação das obrigações, declaro extinto o cumprimento de sentença, o que faço com fulcro no inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil. Expeçam-se, pois, empós o transcurso do prazo recursal, alvarás para transferência dos valores depositados relativos aos comprovantes de páginas 273/274, observando os dados bancários informados à página 265, bem como atentando para o pedido de destaque de honorários contratuais de 10% (contrato às páginas 266/271) que ora defiro. Ainda, cumpra-se a decisão de páginas 239/246 no sentido de oficiar a 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza para ciência acerca do crédito relativo aos honorários em favor do espólio de José Nunes Rodrigues, conforme comprovante de página 283. P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: JOSE FRANCISCO FERREIRA REBOUCAS (OAB 4697/CE), ADV: LUCIO MODESTO CHAVES LUCENA DE FARIAS (OAB 5004/CE) - Processo 0061378-15.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fiacao Jangadeiro S.a. e Outros - Intimem-se novamente as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se sobre planilha de cálculo de páginas 768/772, para o devido prosseguimento do feito.

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0122775-26.2010.8.06.0001/02 (apensado ao processo 0122775-26.2010.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria Izilda Dantas de Caldas - Intime-se novamente a Exequente (via DJe) para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre impugnação de páginas 58/61, para o devido prosseguimento do feito.

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP) - Processo 0213641-75.2013.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: SUN SPECIAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Intime-se a Impetrante (via DJe) para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre petição de páginas 169/171.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0262535-04.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Marcio Wallace da Silva Marinho - Intime-se a parte Requerente (via DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de páginas 34/49.

ADV: DEBORAH SALES BELCHIOR (OAB 9687/CE) - Processo 0266088-94.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Palma Engenharia Ltda - Intime-se a parte requerente (advogado, por DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre petição de páginas 322/330.

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0268065-86.2021.8.06.0001 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Leidiane Silva Gomes - Intime-se a parte exequente (advogado, por DJe) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre impugnação de páginas 197/202.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: FELIPE FROTA SILVA GUIMARAES (OAB 30997/CE) - Processo 0205250-19.2022.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Condições Especiais para Prestação de Prova - IMPETRANTE: Maria Clara Lobo Dantas - À vista do exposto, DEFIRO a liminar, nos moldes em que foi postulada, de forma que determino à autoridade apontada como coatora para providenciar de imediato a realização da “prova de avanço”, devendo adotar todas as medidas pertinentes para o cumprimento e eficácia desta decisão, especialmente promovendo a análise e divulgação do resultado do aludido exame em tempo hábil, não superior a 24 (vinte e quatro) horas de sua realização, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sem prejuízo das demais medidas cabíveis. Como forma de assegurar a integral eficácia da presente decisão, asseguro em favor da Impetrante a reserva de vaga no Curso de Marketing junto à Universidade de Fortaleza - UNIFOR, cessando-se imediatamente seus efeitos diante da hipótese de sua reprovação no aludido exame de proficiência. Ademais, em conformidade com o Ofício Circular n.º 02/2021 GVP/NUGEP, determino a SUSPENSÃO deste feito até o deslinde da matéria. Remetam-se os autos ao arquivo provisório. Expedientes necessários.

ADV: ANNA SHELIDA DE SOUSA TEIXEIRA (OAB 44766/CE) - Processo 0258002-02.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Descontos Indevidos - IMPETRANTE: Marcos Antonio Silva dos Santos - Diante do exposto, em razão da presença dos requisitos legais autorizadores, confirmo a tutela de urgência antes deferida e CONCEDO a segurança requestada, para o fim de: i) declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do arts. 24-C, caput e §§ 1° e 2°, do Decreto-Lei n.º 667/69, e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei n.º 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei n.º 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; ii) determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 10,5%, a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total das vantagens do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista no art. 5º da Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, conforme alterações promovidas pelas Leis Complementares n.ºs 159/16 e 167/2016. Sem custas processuais (art. 98, §3º, CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Provimento sujeito ao duplo grau de jurisdição. P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO FABIO DE ALMEIDA MIRANDA NETO (OAB 23799/CE) - Processo 0269732-10.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liberação de mercadorias - IMPETRANTE: Confecções Três Corações Ltda - Me - Diante do exposto, considerando os elementos do processo e tudo o mais que dos presentes autos consta, bem como atenta aos dispositivos legais orientadores da matéria em tablado, confirmando a tutela liminar de páginas 50/55, CONCEDO A SEGURANÇA requestada, e o faço para o fim específico de reconhecer o direito da Impetrante em ter sua mercadoria liberada, descrita no DANFE n.º 55327. Sem custas (artigo 5º, V, Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários (artigo 25, Lei n.º 12.016/09). Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição (artigo 14, § 1º, Lei n.º 12.016/09). P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0272441-18.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Coletivo - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Associação Brasileira dos Mutuários e Consumidores - Nesse contexto, homologo o requerimento em apreço a fim de que surta os seus jurídicos e legais efeitos, e, por via de consequência, declaro EXTINTO o processo sem resolução do mérito, o que faço com base no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil c/c art. 6º, § 5º, da Lei n.º 12.016/09. Sem condenação em custas processuais, dada a isenção legal (art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16). Sem condenação em honorários de sucumbência (art. 25 da Lei n.° 12.016/09).

P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: HALLYSON ALVES DE SOUSA (OAB 40077/CE) - Processo 0279515-26.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Descontos Indevidos - IMPETRANTE: João dos Santos - Diante do exposto, em razão da presença dos requisitos legais autorizadores, confirmo a tutela de urgência antes deferida e CONCEDO a segurança requestada, para o fim de: i) declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do arts. 24-C, caput e §§ 1° e 2°, do Decreto-Lei n.º 667/69, e do 3°-A, caput e § 2°, da Lei n.º 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei n.º 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; ii) determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 10,5%, a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total das vantagens do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista no art. 5º da Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, conforme alterações promovidas pelas Leis Complementares n.ºs 159/16 e 167/2016. Sem custas processuais (art. 98, §3º, CPC e art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Provimento sujeito ao duplo grau de jurisdição. P.R.I.C., após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

EXPEDIENTES DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0092/2022

ADV: SABRINA RODRIGUES GIRAO NOGUEIRA ELLERY (OAB 17055/CE), ADV: JOSBERTO DOS SANTOS GARCEZ (OAB 15672/CE), ADV: SERGIO ELLERY SANTOS GIRAO (OAB 15154/CE) - Processo 0108040-41.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Maria Zuila Taumaturgo de Oliveira - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se a exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 197, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: ERNESTO DE PINHO PESSOA JUNIOR (OAB 4659/CE), ADV: GUSTAVO FERREIRA MAGALHAES SOLON (OAB 26505/CE), ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE) - Processo 0109708-76.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria de Lourdes Pereira Rodrigues - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município - Ipm - Do exposto, HOMOLOGO os cálculos de fls. 150/152, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 13.361,58 (treze mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos), corresponde ao crédito do exequente MARIA DE LOURDES PEREIRA RODRIGUES, CPF: 172.909.883-53, o qual servirá de base para a competente requisição de pagamento. Intime-se a parte exequente para que junte aos autos, no prazo de 05(cinco) dias úteis, comprovantes legíveis dos dados bancários, RG e CPF, bem como a informação se o crédito é submetido a tributação na forma de RRA e, em sendo, o número de meses, e ainda, se é isento(a) ou não de imposto de renda, tudo conforme o art. 26 da Resolução nº 29/2020 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Com a informação nos autos e transitada em julgado a presente decisão, proceda-se na forma do art. 13, inciso I, da Lei Federal nº 12.153/2009, expedindo-se a Requisição de Pequeno Valor RPV, com ordem de pagamento ao(à) executado(a) diretamente na conta apresentada pelo(a) exequente, devendo-se observar o contido no art. 24, §2º, previstos na Resolução suso mencionada. Decorrido prazo sem o cumprimento da diligência por parte do exequente, aguardem os autos em arquivo, sem prejuízo do desarquivamento dentro do prazo quinquenal. Com a juntada da documentação, expeça-se de logo a RPV. Intimações e demais expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOÃO VICTOR ROSA SANGALI (OAB 32671/CE) - Processo 0112496-63.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: João Victor Rosa Sangali - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: VICTOR HUGO TEIXEIRA BALDINO (OAB 31602/CE), ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA VIEIRA (OAB 38628/CE) - Processo 0113268-26.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Victor Hugo Teixeira Baldino - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: GUSTAVO FERREIRA MAGALHAES SOLON (OAB 26505/CE), ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE) - Processo 0126073-11.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Selma Maria Costa Tavares - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município-IPM - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento de fls. 171/172, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: ANTONIO NUNES DOS SANTOS (OAB 4282/CE) - Processo 0126712-97.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Mary Vasconcelos Gadelha - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0134007-20.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0134765-96.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À

Secretaria Judiciária.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0140034-19.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: GABRIELA PINTO DE OLIVEIRA (OAB 40482/CE) - Processo 0147359-45.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Gabriela Pinto de Oliveira - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE) - Processo 0147802-93.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Ana Paula Mendes Rocha e outro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 274, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0155653-86.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Rodolfo Morais da Cunha - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: MARCIA CRISTINA MIRANDA (OAB 28357/CE) - Processo 0157574-51.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enquadramento - REQUERENTE: Miguel Pereira do Nascimento - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 351, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: DEBORA PRADO GOMES (OAB 28006/CE) - Processo 0158316-08.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Debora Prado Gomes - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 167, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE) - Processo 0159193-45.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Adriana de Sousa Ribeiro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 230, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: LUCIA MARIA BRASIL RICARTE (OAB 8663/CE) - Processo 0164375-12.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Fillipe Michael Macário e Silva - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: LUCIANA MATOS ALVES (OAB 25656/CE), ADV: HANDREI PONTE SALES (OAB 33647/CE) - Processo 0166652-98.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Rachel de Oliveira Gomes Ribeiro - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - Ipm - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0169005-14.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Piso Salarial - REQUERENTE: Antonio de Lima Rodrigues - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0172419-20.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonia Lima da Silva - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 162, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0176292-28.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Rozinezia Mendes Barros - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: WALBER NOGUEIRA DA SILVA (OAB 16561/CE) - Processo 0176541-13.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Walber Nogueira da Silva - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0178101-87.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Jesuino Araujo Porfirio Sampaio - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0178108-79.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Jesuino Araujo Porfirio Sampaio - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as

partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0179200-92.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Jesuino Araujo Porfirio Sampaio - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0179631-92.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Liduina Oliveira da Silva Moreira - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0182697-80.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Antonia Teixeira Matias - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE) - Processo 0185784-44.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Maria Silvana Freitas de Castro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 165, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: LUCIA MARIA BRASIL RICARTE (OAB 8663/CE) - Processo 0188033-65.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Sebastiana Claudenia Rodrigues - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0193921-20.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Bruno Mapurunga de Albuquerque - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 75, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: CÉSAR AUGUSTO FROTA RIBEIRO FILHO (OAB 42412/CE) - Processo 0196316-77.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Atos Administrativos - REQUERENTE: Walmar Carvalho Costa - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: DAVID FARIAS ARAGAO PEREIRA (OAB 22118/CE) - Processo 0202247-56.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gino Flavio da Silva Gondim - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: CIRO NOGUEIRA DE ANDRADE (OAB 2838/CE), ADV: MARIA GISELDA FONTELES XIMENES (OAB 14281/CE) - Processo 0202872-95.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Jornada de Trabalho - REQUERIDO: Instituto Dr. José Frota - R.H Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Trata-se de Cumprimento de Sentença, objetivando a execução definitiva da obrigação de pagar. A execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública é regida pelo art. 13 da Lei 12.153/2009. A exequente formulou pedido de execução de sentença, devidamente acompanhado dos cálculos. Assim sendo, determino que se intime o executado sobre o pedido de execução para, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, se manifestar, caso queira, mediante simples petição de impugnação/embargos a ser protocolada nos autos deste processo, na forma do art. 52, IX, da Lei Federal nº 9.099/95. Empós, a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, certifique a decorrência de prazo e retornem os autos conclusos para a decisão acerca do quantum debeatur e prosseguimento na execução do julgado. Remetam-se os autos à Secretaria Judiciária.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0202874-31.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Emerson Magalhães de Menezes - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 158, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0205620-66.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Janiêre da Silveira Ribeiro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: MARIA CLAUDINO DE SOUSA (OAB 30478/CE) - Processo 0207285-20.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Maria Claudino de Sousa - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: MARIA CLAUDINO DE SOUSA (OAB 30478/CE) - Processo 0209040-79.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Maria Claudino de Sousa - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea "a" da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: FABIANA LIMA SAMPAIO (OAB 33345/CE) - Processo 0210025-48.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Evenilce Arcenio Moreira e outros - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 373, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: DEBORA PRADO GOMES (OAB 28006/CE) - Processo 0212145-30.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Aderlane Barbosa Farias - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: CAMILLA DE NAZARÉ RODRIGUES SIQUEIRA (OAB 42093/CE), ADV: PAULA BARBOSA VENANCIO ALENCAR (OAB 40986/CE) - Processo 0216637-02.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Serviço Noturno - REQUERENTE: Cemida Santos Bezerra - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 277, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: MARCELA LEITE PINHEIRO LANDIM (OAB 20545/CE) - Processo 0240356-76.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Sigeval Pinheiro Landim - Diante do exposto, atento à fundamentação expendida e a documentação carreada aos autos, julgo procedente, com resolução do mérito, determinando que o requerido, Estado do Ceará, efetue o pagamento do valor fixado pelo juízo de piso, qual seja, R$1.000,00(mil reais), pelos serviços efetivamente prestados pela parte requerente, Dr. ANTÔNIO SIGEVAL PINHEIRO LANDIM OAB/CE 3.706, CPF de nº 081.414.523-04, como defensor dativo no processo indicado às fls. 03 da Inicial(Nº 0000115-53.2006.8.06.0168), o qual tramitou na Vara Única da Comarca de Solonópole-CE, acrescido de juros moratórios conforme o regramento do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 atualmente em vigor, e correção monetária a ser realizada pelo IPCA-E, como se impõe desde 03 de outubro de 2019, uma vez que houve a rejeição do pedido de modulação dos efeitos do julgamento do Tema 810 junto ao RE 870.947-SE, em repercussão geral. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. Faço os autos conclusos a MM. Juiz de Direito, Presidente deste Juizado Especial da Fazenda Pública. Fortaleza, 14 de janeiro de 2022. José Ivan Fonseca Filho SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95, homologo a proposta de decisão, para que produza efeitos como sentença. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público via portal e-SAJ. Decorridos os 10 (dez) dias alusivos ao prazo recursal sem qualquer manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Transitada em julgado, intime-se o exequente para apresentar planilha atualizada do crédito, assim como para juntar aos autos, comprovante legível dos dados bancários, RG e CPF, bem como a informação se o crédito é submetido a tributação na forma de RRA e, em sendo, o número de meses, e ainda, se é isento(a) ou não de imposto de renda, tudo conforme o art. 26 da Resolução nº 29/2020 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Com a informação nos autos, proceda-se na forma do art. 13, inciso I, da Lei Federal nº 12.153/2009, expedindo-se a Requisição de Pequeno Valor RPV, com ordem de pagamento ao(à) executado(a) diretamente na conta apresentada pelo(a) exequente, nos moldes previstos na Resolução suso mencionada. Expedientes eletrônicos, observadas as diretrizes estabelecidas pelo TJCE para ajudar no combate a pandemia da covid-19. À Secretaria Judiciária.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0241785-78.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Jeyre Sousa Medeiros Arrais - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: RAPHAEL GUILHERME SAMPAIO FORTE (OAB 37376/CE) - Processo 0242767-92.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Evando Lopes - Por todo o acima exposto, atento à fundamentação expendida, julgo procedente os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, com esteio no art.487, inciso I, do CPC, ao escopo de reconhecer a nulidade dos descontos previdenciários estabelecido no, 24-C, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei n° 667/69, e do artigo 3-A, caput e § 2º, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei n°. 13.954/2019, e das Instruções Normativas n°. 05 e 06/2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, posto que declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas, bem assim, para condenar a parte requerida restituir ao requerente a diferença correspondente descontada a esse título, acrescida de juros moratórios conforme o regramento do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 atualmente em vigor, e correção monetária a ser realizada pelo IPCA-E, como se impõe desde 03 de outubro de 2019, uma vez que houve a rejeição do pedido de modulação dos efeitos do julgamento do Tema 810 junto ao RE 870.947-SE, em repercussão geral. A correção monetária incidirá desde a data correspondente ao desconto indevido, ao passo que os juros moratórios incidirão a partir da data da citação (art.240 do CPC). Por fim, ressalte-se que a sentença não é ilíquida posto conforme aqui decidido, o pagamento dependerá de simples cálculo aritmético, a ser elaborado pelo Estado do Ceará e/ou a CEARAPREV, preservando-se o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 9099/95. Faço os autos conclusos a MM. Juiz de Direito, Presidente deste Juizado Especial da Fazenda Pública. Fortaleza, 14 de janeiro de 2022. José Ivan Fonseca Filho SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95, homologo a proposta de decisão, para que produza efeitos como sentença. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público via portal e-SAJ. Decorridos os 10 (dez) dias alusivos ao prazo recursal sem qualquer manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. À sejud.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D’ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0242995-67.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pedro Roberto Paiva da Silva - Por todo o acima exposto, atento à fundamentação expendida, julgo procedente os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, com esteio no art.487, inciso I, do CPC, ao escopo de reconhecer a nulidade dos descontos previdenciários estabelecido no, 24-C, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei n° 667/69, e do artigo 3-A, caput e § 2º, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei n°. 13.954/2019, e das Instruções Normativas n°. 05 e 06/2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, posto que declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas, bem assim, para condenar a parte requerida restituir ao requerente a diferença correspondente descontada a esse título, acrescida de juros moratórios conforme o regramento do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 atualmente em vigor, e correção monetária a ser realizada pelo IPCA-E, como se impõe desde 03 de outubro de 2019, uma vez que houve a rejeição do pedido de modulação dos efeitos do julgamento do Tema 810 junto ao RE 870.947-SE, em repercussão geral. A correção monetária incidirá desde a data correspondente ao desconto indevido, ao passo que os juros moratórios incidirão a partir da data da citação (art.240 do CPC). Por fim, ressalte-se que a sentença não é ilíquida posto conforme aqui decidido, o pagamento dependerá de simples cálculo aritmético, a ser elaborado pelo Estado do Ceará e/ou a CEARAPREV, preservando-se o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 9099/95. Faço os autos conclusos a MM. Juiz de Direito, Presidente deste Juizado Especial da Fazenda Pública. Fortaleza, 14 de janeiro de 2022.

José Ivan Fonseca Filho SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95, homologo a proposta de decisão, para que produza efeitos como sentença. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público via portal e-SAJ. Decorridos os 10 (dez) dias alusivos ao prazo recursal sem qualquer manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. À sejud.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0247467-48.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Patricia Maria Ferreira Sobreira e outro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: EDIL DE CASTRO CAVALCANTE (OAB 12150/CE) - Processo 0249323-47.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Antonio Cavalcante Neto - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: FILIPE BRAYAN LIMA CORREIA (OAB 28241/CE) - Processo 0251594-92.2021.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Filipe Brayan Lima Correia - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: MARIA JOSE MAIA (OAB 17304/CE) - Processo 0252441-31.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento do SUS - REQUERENTE: Vandinei Alves Silva - R.H. Trabalho remoto (pandemia da covid-19) Sobre o oficio de fls. 58 e documento que o acompanha, manifeste-se a parte autora em 05 (cinco) dias. Expediente eletrônico. À sejud.

ADV: RAFAEL RODRIGUES SALDANHA (OAB 34796/CE) - Processo 0263338-21.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Rafael Rodrigues Saldanha - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Requisição de Pagamento supra, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, alínea “a” da Resolução do Órgão Especial nº. 29/2020. Silente as partes, encaminhe-se de logo a Requisição através do Sistema SAPRE, gerando a competente RPV. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE) - Processo 0263362-49.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) e outro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Trata-se de Cumprimento de Sentença objetivando a execução definitiva da obrigação de fazer e de pagar imposta na sentença. Intime-se o executado, para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer, devendo este demonstrar nos autos a efetivação da ordem judicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e a eventual conversão da execução específica em perdas e danos. Manifeste-se ainda sobre o cumprimento da obrigação de pagar, em igual prazo, para, caso queira, apresentar simples petição de impugnação/embargos a ser protocolada nestes mesmos autos, na forma do art. 52, IX, da Lei Federal nº 9.099/95. Empós, a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, certifique a decorrência de prazo e retornem os autos conclusos para prosseguimento na execução do julgado. À Secretaria Judiciária.

ADV: DIEGO BARBOSA BARROS (OAB 22606/CE), ADV: MARIA ANYA MARTINS DE LIMA (OAB 16184/CE) - Processo 0266002-25.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Gratificações Municipais Específicas - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza - URBFOR e outro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Trata-se de Cumprimento de Sentença objetivando a execução definitiva da obrigação de fazer e de pagar imposta na sentença. Intime-se o executado, para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer, devendo este demonstrar nos autos a efetivação da ordem judicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e a eventual conversão da execução específica em perdas e danos. Manifeste-se ainda sobre o cumprimento da obrigação de pagar, em igual prazo, para, caso queira, apresentar simples petição de impugnação/embargos a ser protocolada nestes mesmos autos, na forma do art. 52, IX, da Lei Federal nº 9.099/95. Empós, a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, certifique a decorrência de prazo e retornem os autos conclusos para prosseguimento na execução do julgado. À Secretaria Judiciária.

ADV: MILENA ALENCAR GONDIM (OAB 24528/CE) - Processo 0266742-46.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Competência da Justiça Estadual - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - Ipm - R.H Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Trata-se de Cumprimento de Sentença, objetivando a execução definitiva da obrigação de pagar. A execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública é regida pelo art. 13 da Lei 12.153/2009. A exequente formulou pedido de execução de sentença, devidamente acompanhado dos cálculos. Assim sendo, determino que se intime o executado sobre o pedido de execução para, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, se manifestar, caso queira, mediante simples petição de impugnação/embargos a ser protocolada nos autos deste processo, na forma do art. 52, IX, da Lei Federal nº 9.099/95. Empós, a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, certifique a decorrência de prazo e retornem os autos conclusos para a decisão acerca do quantum debeatur e prosseguimento na execução do julgado. Remetam-se os autos à Secretaria Judiciária.

ADV: GABRIELA PINTO DE OLIVEIRA (OAB 40482/CE) - Processo 0270100-19.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Gabriela Pinto de Oliveira - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE) - Processo 0270133-43.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Trata-se de Cumprimento de Sentença objetivando a execução definitiva da obrigação de fazer imposta na sentença de fls. 63. Intime-se o executado, para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer, devendo este demonstrar nos autos a efetivação da ordem judicial, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de aplicação de multa diária e a eventual conversão da execução específica em perdas e danos. Empós, a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, certifique a decorrência de prazo e retornem os autos conclusos para prosseguimento na execução do julgado. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOAQUIM ROBERTO FELIX PASSOS (OAB 4959/CE) - Processo 0271717-48.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (urbfor) - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Trata-se de Cumprimento de Sentença objetivando a execução definitiva da obrigação de fazer e de pagar imposta na sentença. Intime-se o executado, para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer, devendo este demonstrar nos autos a efetivação da ordem judicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária e a eventual conversão da execução específica em perdas e danos. Manifeste-se ainda sobre o cumprimento da obrigação de pagar, em igual prazo, para, caso queira, apresentar simples petição de impugnação/embargos a ser protocolada nestes mesmos autos, na forma do art. 52, IX, da Lei Federal nº 9.099/95. Empós, a manifestação da parte, ou decorrido in albis o prazo determinado, certifique a decorrência de prazo e retornem os autos conclusos para prosseguimento na execução do julgado. À Secretaria Judiciária.

ADV: FERNANDO PAULO MELO COLARES (OAB 29334/CE), ADV: CAROLINE DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA (OAB 40297/CE) - Processo 0272559-91.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação / Contagem Recíproca - REQUERENTE: Ana Elizabeth Cabral de Menezes Marinho - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: ZACHARIAS AUGUSTO DO AMARAL VIEIRA (OAB 40855/CE) - Processo 0274072-31.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Alexandre Nascimento Teixeira - Diante do exposto, atento à sobredita fundamentação, hei por bem julgar parcialmente procedente os pleitos requestados na exordial, com resolução do mérito, nos termos acima consignados, anulando os autos de infração citados às fls. 01 da Inicial, sob os números SB00214428, SB00130450, M029009806, S603736044, M022032317, M022496939, M022417928, M505212295, M022461363, V603388851, M022376275, M022346746, M022155858, V603048374, A505018845, S602880618, M022061385, S602783925, A021922046, V602461291, por ausência de notificação, tornando-os insubsistentes, declarando cancelada toda e qualquer penalidade referente aos mencionados autos, assim como determino providenciar a baixa no sistema de multas, o que faço com supedâneo no art. 487, inciso I, do CPC. Sem condenação por danos morais, por não ter demonstrado a parte autora os prejuízos sofridos. Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios por expressa determinação legal, arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95. Faço os autos conclusos a MM. Juiz de Direito, Presidente deste Juizado Especial da Fazenda Pública. Fortaleza, 17 de janeiro de 2022. José Ivan Fonseca Filho SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95, homologo a proposta de decisão, para que produza efeitos como sentença. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público via portal e-SAJ. Decorridos os 10 (dez) dias alusivos ao prazo recursal sem qualquer manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. À sejud.

ADV: GUILHERME AURELIO HOLUBOSKI MOREIRA DA SILVA (OAB 55280A/GO) - Processo 0274872-25.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alice Nogueira Guerra da Silva - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as contestações apresentadas. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: ERLON SILVIO MOURA DE OLIVEIRA (OAB 28211/CE) - Processo 0282467-75.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Agamenon de Brito - Por todo o acima exposto, atento à fundamentação expendida, julgo procedente os pedidos requestados na inicial, com resolução do mérito, com esteio no art.487, inciso I, do CPC, ao escopo de reconhecer a nulidade dos descontos previdenciários estabelecido no, 24-C, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei n° 667/69, e do artigo 3-A, caput e § 2º, da Lei nº. 3.765/60, ambos com redação dada pela Lei n°. 13.954/2019, e das Instruções Normativas n°. 05 e 06/2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, posto que declarada a inconstitucionalidade da Lei Nacional 13.954/2019 no capítulo que respeita à fixação da alíquota da contribuição previdenciária devida por militares estaduais e seus pensionistas, bem assim, para condenar a parte requerida restituir ao requerente a diferença correspondente descontada a esse título, acrescida de juros moratórios conforme o regramento do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 atualmente em vigor, e correção monetária a ser realizada pelo IPCA-E, como se impõe desde 03 de outubro de 2019, uma vez que houve a rejeição do pedido de modulação dos efeitos do julgamento do Tema 810 junto ao RE 870.947-SE, em repercussão geral. A correção monetária incidirá desde a data correspondente ao desconto indevido, ao passo que os juros moratórios incidirão a partir da data da citação (art.240 do CPC). Por fim, ressalte-se que a sentença não é ilíquida posto conforme aqui decidido, o pagamento dependerá de simples cálculo aritmético, a ser elaborado pelo Estado do Ceará e/ou a CEARAPREV, preservando-se o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 9099/95. Faço os autos conclusos a MM. Juiz de Direito, Presidente deste Juizado Especial da Fazenda Pública. Fortaleza, 19 de janeiro de 2022. José Ivan Fonseca Filho SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95, homologo a proposta de decisão, para que produza efeitos como sentença. Sem custas e sem honorários, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público via portal e-SAJ. Decorridos os 10 (dez) dias alusivos ao prazo recursal sem qualquer manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. À sejud.

ADV: ANTONIO MARCOS DOS SANTOS COSTA (OAB 33302/CE) - Processo 0287338-51.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Marcos dos Santos Costa - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0287831-28.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Jose Marden de Albuquerque Fontenele - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0287834-80.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Jose Marden de Albuquerque Fontenele - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: ANA PAULA PORFIRIO BARBOSA (OAB 26855/CE) - Processo 0903888-19.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Raimundo Nonato Maia - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 194, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria

Judiciária.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0093/2022

ADV: PEDRO BARBOSA SARAIVA (OAB 34020/CE) - Processo 0189733-76.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Clinio Alves de Souza - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 132, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0192582-21.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Joao Jose Antunes dos Santos - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 372, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: FRANCISCO JOSE FREITAS GADELHA (OAB 31080/CE) - Processo 0201780-77.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto - REQUERENTE: José Valter Barbosa de Freitas - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

ADV: EULER FERNANDES DE HOLANDA (OAB 12388/CE) - Processo 0271591-61.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Dazinha Mota da Costa - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se a exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 197, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0094/2022

ADV: ISABELLE DE MENEZES FERREIRA (OAB 13715/CE) - Processo 0118004-58.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Saúde - REQUERENTE: Maria Delfino de Freitas - R.H. Trabalho remoto (pandemia da covid 19). Sobre a petição de fls. 137/144 manifeste-se a parte autora em 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, sem qualquer manifestação, arquivar os autos, conforme já determinado na sentença de fls. 103/108. À sejud.

ADV: SILVANA MATOS FEITOZA (OAB 17286/CE) - Processo 0169616-06.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Gomes dos Santos - R.H. Trabalho remoto (pandemia da covid 19). Sobre a petição de fls. 283 manifeste-se a parte autora em 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, sem qualquer manifestação, arquivar os autos, conforme já determinado às fls. 278. À sejud.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0095/2022

ADV: MARIA JOSE MAIA (OAB 17304/CE) - Processo 0152428-58.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tratamento Médico-Hospitalar - REQUERENTE: Marinete Rosa David - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre o ofício de fls. 68/71, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0205681-53.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Jose Edimir da Silva Lima - Dito isto, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, para ordenar ao Estado do Ceará e a CEARAPREV, por seus órgãos competentes, promover a imediata suspensão dos descontos referentes à contribuição previdenciária sobre a totalidade dos proventos da parte requerente, Jose Edimir da Silva Lima, qual deve incidir somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) de acordo com a Lei Complementar Estadual 167, art. 5º, § 2º, posto que inexistem óbices previstos na Lei 9.494/1997 (art. 1º) e na Lei 8.437/1992 (art. 1º, § 3º), à luz do Enunciado 729 do STF, para causas de natureza previdenciária, providência esta a ser adotada no contracheque do mês seguinte a intimação da presente decisão, em caso de não haver tempo hábil para inclusão na folha de pagamento do mesmo mês, sob pena de aplicação de multa diária em caso de descumprimento. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, no entanto, no presente caso, tendo em vista a ausência de Procurador do Estado às audiências, sob alegativa de inexistência de poderes para transigir, em casos desse jaez, deixo de designar a audiência de que trata o artigo 7º da Lei 12.153/2009. Citem-se e intimem-se os requeridos, por mandado, para contestar a ação no prazo de 30 (trinta) dias úteis, fornecendo toda a documentação de que disponha para esclarecimento da causa a teor do disposto no art. 9º da citada lei, bem como para que dê cumprimento à presente decisão. Defiro ainda, a gratuidade judiciaria com arrimo no art. 99, § 3º do CPC. Contestada a ação ou decorrido o prazo sem qualquer manifestação, certifique-se a decorrência e remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Conclusão após. À Secretaria Judiciária.

ADV: SANDRA MARIA ALVARENGA DUARTE (OAB 11711/CE), ADV: ANA CRISTINA LIMA DE VASCONCELOS (OAB 39972/CE) - Processo 0269942-61.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso - REQUERENTE: Maria Ladislau de Castro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0096/2022

ADV: MARIA JOSE MAIA (OAB 17304/CE) - Processo 0152428-58.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tratamento Médico-Hospitalar - REQUERENTE: Marinete Rosa David - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da

COVID -19. Intime-se o(a) exequente para se manifestar sobre o ofício de fls. 68/71, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0205681-53.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Jose Edimir da Silva Lima - Dito isto, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, para ordenar ao Estado do Ceará e a CEARAPREV, por seus órgãos competentes, promover a imediata suspensão dos descontos referentes à contribuição previdenciária sobre a totalidade dos proventos da parte requerente, Jose Edimir da Silva Lima, qual deve incidir somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) de acordo com a Lei Complementar Estadual 167, art. 5º, § 2º, posto que inexistem óbices previstos na Lei 9.494/1997 (art. 1º) e na Lei 8.437/1992 (art. 1º, § 3º), à luz do Enunciado 729 do STF, para causas de natureza previdenciária, providência esta a ser adotada no contracheque do mês seguinte a intimação da presente decisão, em caso de não haver tempo hábil para inclusão na folha de pagamento do mesmo mês, sob pena de aplicação de multa diária em caso de descumprimento. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, no entanto, no presente caso, tendo em vista a ausência de Procurador do Estado às audiências, sob alegativa de inexistência de poderes para transigir, em casos desse jaez, deixo de designar a audiência de que trata o artigo 7º da Lei 12.153/2009. Citem-se e intimem-se os requeridos, por mandado, para contestar a ação no prazo de 30 (trinta) dias úteis, fornecendo toda a documentação de que disponha para esclarecimento da causa a teor do disposto no art. 9º da citada lei, bem como para que dê cumprimento à presente decisão. Defiro ainda, a gratuidade judiciaria com arrimo no art. 99, § 3º do CPC. Contestada a ação ou decorrido o prazo sem qualquer manifestação, certifique-se a decorrência e remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Conclusão após. À Secretaria Judiciária.

ADV: SANDRA MARIA ALVARENGA DUARTE (OAB 11711/CE), ADV: ANA CRISTINA LIMA DE VASCONCELOS (OAB 39972/CE) - Processo 0269942-61.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso - REQUERENTE: Maria Ladislau de Castro - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Manifeste-se a parte requerente, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Conclusão depois. Expedientes eletrônicos. À Secretaria Judiciária.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0097/2022

ADV: ISAIAS RIBEIRO DE SOUSA (OAB 43845/CE) - Processo 0205701-44.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leda Viana da Silva - Dito isto, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, para ordenar ao Estado do Ceará e a CEARAPREV, por seus órgãos competentes, promover a imediata suspensão dos descontos referentes à contribuição previdenciária no valor de 10,5% sobre a totalidade dos proventos da parte requerente, Leda Viana da Silva, qual deve incidir somente sobre a parcela que exceder o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) de acordo com a Lei Complementar Estadual 167, art. 5º, § 2º, posto que inexistem óbices previstos na Lei 9.494/1997 (art. 1º) e na Lei 8.437/1992 (art. 1º, § 3º), à luz do Enunciado 729 do STF, para causas de natureza previdenciária, providência esta a ser adotada no contracheque do mês seguinte a intimação da presente decisão, em caso de não haver tempo hábil para inclusão na folha de pagamento do mesmo mês, sob pena de aplicação de multa diária em caso de descumprimento. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, no entanto, no presente caso, tendo em vista a ausência de Procurador do Estado às audiências, sob alegativa de inexistência de poderes para transigir, em casos desse jaez, deixo de designar a audiência de que trata o artigo 7º da Lei 12.153/2009. Citem-se e intimem-se os requeridos, por mandado, para contestar a ação no prazo de 30 (trinta) dias úteis, fornecendo toda a documentação de que disponha para esclarecimento da causa a teor do disposto no art. 9º da citada lei, bem como para que dê cumprimento à presente decisão. Defiro ainda, a gratuidade judiciaria com arrimo no art. 99, § 3º do CPC. Contestada a ação ou decorrido o prazo sem qualquer manifestação, certifique-se a decorrência e remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Conclusão após. À Secretaria Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0098/2022

ADV: JEANNE MARIA FERREIRA BARROS (OAB 44280-A/CE) - Processo 0205879-90.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Maria de Jesus dos Santos e outros - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Foi admitido Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nos autos do Agravo de Instrumento nº 0622316-23.2017.8.06.0000 para uniformizar o entendimento sobre a matéria posta a cognição deste juízo nos presentes autos. O relator do IRDR determinou a suspensão de todos os processos pendentes individuais ou coletivos, em tramitação no Estado do Ceará sob a competência territorial do TJCE. Assim sendo, determino que se aguarde o julgamento do IRDR nº 0625593-47.2017.8.06.0000 ou o prazo do paragrafo único do art. 980, do CPC, aplicado subsidiariamente (inteligência do art. 27 da Lei nº 12.153/2009). Ciência as partes. À Secretaria Judiciária.

ADV: JEANNE MARIA FERREIRA BARROS (OAB 44280-A/CE) - Processo 0205907-58.2022.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Maria Lucia Brito Rocha e outros - R.H. Trabalho remoto em razão da pandemia da COVID -19. Foi admitido Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nos autos do Agravo de Instrumento nº 0622316-23.2017.8.06.0000 para uniformizar o entendimento sobre a matéria posta a cognição deste juízo nos presentes autos. O relator do IRDR determinou a suspensão de todos os processos pendentes individuais ou coletivos, em tramitação no Estado do Ceará sob a competência territorial do TJCE. Assim sendo, determino que se aguarde o julgamento do IRDR nº 0625593-47.2017.8.06.0000 ou o prazo do paragrafo único do art. 980, do CPC, aplicado subsidiariamente (inteligência do art. 27 da Lei nº 12.153/2009). Ciência as partes. À Secretaria Judiciária.

ADV: MICAELI MARIA CAMPOS MACIEL (OAB 39100/CE) - Processo 0212837-29.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Micaeli Maria Campos Maciel - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpra-se a parte final da sentença de fls. 42/46, devendo intimar o exequente para apresentar planilha atualizada do crédito, assim como para juntar aos autos, comprovante legível dos dados bancários, RG e CPF, bem como a informação se o crédito é submetido a tributação na forma de RRA e, em sendo, o número de meses, e ainda, se é isento(a) ou não de imposto de renda, tudo conforme o art. 26 da Resolução nº 29/2020 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0099/2022

ADV: FRANCISCO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 41585/CE) - Processo 0218419-44.2020.8.06.0001 - Nomeação de Advogado - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Francisco Rodrigues do Nascimento - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpra-se a parte final da sentença de fls. 40/44, devendo intimar o exequente para apresentar planilha atualizada do crédito, assim como para juntar aos autos, comprovante legível dos dados bancários, RG e CPF, bem como a informação se o crédito é submetido a tributação na forma de RRA e, em sendo, o número de meses, e ainda, se é isento(a) ou não de imposto de renda, tudo conforme o art. 26 da Resolução nº 29/2020 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

EXPEDIENTES DA 12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2022

ADV: IGOR HISSA FONTENELE (OAB 34351/CE) - Processo 0207554-25.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Ingresso e Concurso - IMPETRANTE: Brawllee Lira Santos - Intime-se a parte requerida acerca da apelação interposta pelo ente público às páginas 540/547, para, se o quiser, apresentar contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC/2015; Verifico que o membro do Parquet foi devidamente intimado, conforme manifestação à páginas 476/480. Empós, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nos moldes do art. 1.010, § 3º do CPC/2015.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE), ADV: CLAUDIO RAMALHO GALDINO (OAB 30802/CE) - Processo 0229396-61.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Descontos Indevidos - IMPETRANTE: José Benicio Façanha de Sousa - Intimem-se as partes para requererem o que lhes forem de direito, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Empós, se nada for requerido, arquivem-se os autos, sem prejuízo de posterior desarquivamento em caso de interposição de eventual cumprimento de sentença.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: ANDRE LUIZ ALVES MARTINS (OAB 21398/CE), ADV: MARIA RACHEL DE ANDRADE COSTA (OAB 14437/CE), ADV: HELOISA MELO MADRUGA FERNANDES MARINHO (OAB 14479/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE), ADV: ROBSON SOUZA FREITAS (OAB 25264/CE) - Processo 0022436-93.2009.8.06.0001 - Desapropriação - Imissão na Posse - REQUERENTE: Companhia de Agua e Esgoto do Ceara - Cagece - REQUERIDA: Nayara Rafael Abreu e outro - Desta forma, comprovada a alienação do imóvel descrito na inicial em 18/03/2010 para Nayara Rafael Abreu, chamo o feito à ordem e determino a citação da mesma para responder o pedido contido na inicial no prazo legal. Em razão de tais fatos, por ausência de legitimidade passiva para responder à presente demanda, extingo o feito em relação a Edimar Lopes da Silva, devendo a SEJUD proceder à atualização do cadastro da ação. Expedientes SEJUD: citação de Nayara Rafael Abreu, por DJe, considerando haver patrono habilitado nos autos; intimação da CAGECE acerca da presente decisão; atualização do cadastro da ação. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCO OLIVEIRA DA NOBREGA (OAB 12875/CE) - Processo 0205783-75.2022.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: Francisco Pires Leite - Vistos. Defiro a gratuidade judiciária, à luz do disposto no artigo 98 do CPC, com extensão dos efeitos do benefício para todos os termos do processo. Tendo em conta o dever de prudência inerente à função jurisdicional, reservo-me para apreciar a liminar empós o estabelecimento do contraditório. Outrossim, notifique-se a autoridade impetrada, o Presidente da Fundação de Presidência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV, ou quem suas vezes fizer, do conteúdo da inicial, ao escopo de que preste as informações pertinentes ao caso, no prazo legal, consoante a norma do art. 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009. Cientifique-se a Procuradoria do Estado do Ceará, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, ao fito de que querendo, ingresse no feito (art. 7º, inciso II, Lei 12.016/2009). Transcurso o prazo legal, volvam-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0264856-12.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Arnaldo Barroso Braga - À luz do exposto, atento ao disciplinamento formal da matéria posta em tablado, hei por bem SUSCITAR O CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA com o Juízo da 14ª Vara da Fazenda Pública, devendo os autos serem encaminhados através de ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nos termos do art. 953, I do CPC. Expedientes necessários: Intimação da parte autora através de Dje. Envio do Conflito de Competência ao TJCE através de ofício.

ADV: TICIANO CORDEIRO AGUIAR (OAB 19255/CE) - Processo 0280068-73.2021.8.06.0001 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Francisca Castelo Teodosio - À luz do exposto, atento ao disciplinamento formal da matéria posta em tablado, hei por bem SUSCITAR O CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA com o Juízo da 14ª Vara da Fazenda Pública, devendo os autos serem encaminhados através de ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nos termos do art. 953, I do CPC. Expedientes necessários: Intimação da parte autora através de Dje. Envio do Conflito de Competência ao TJCE através de ofício.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: PEDRO PAULO SILVA DE OLIVEIRA (OAB 23929/CE) - Processo 0033759-90.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum

Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: JOSE WILTON DE MELO - No caso dos autos, o executado, ao implementar a gratificação à remuneração do exequente (fls. 1.036), satisfez a obrigação de fazer, imposta nesta demanda. Diante do exposto, tendo em vista que o próprio exequente já confirmou o cumprimento da obrigação de fazer, EXTINGO por sentença o presente feito no que se refere a obrigação de fazer, nos termos do art. 924, II, do CPC/15. No que se refere a obrigação de pagar referente à multa pelo descumprimento da decisão, intime-se o Estado do Ceará para, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifestar sobre o petitório de fls. 1.033/1.036, sob pena de concordância tácita com os valores ali expressos. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I.

ADV: DANIEL BRAGA ALBUQUERQUE (OAB 28282/CE) - Processo 0141917-79.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Juliana Sampaio Cavalcante Bandeira e outros - No caso dos autos, o executado, ao efetuar o depósito da quantia devida ao exequente (fls. 357), satisfez a obrigação de pegar, referente aos honorários de sucumbência, imposta nesta demanda. Diante do exposto, EXTINGO por sentença o presente feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/15, relativo a obrigação de pagar os honorários de sucumbência. Arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2022.

ADV: PEDRO FELIPE LIMA ROCHA (OAB 35025/CE) - Processo 0143012-03.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Concurso Público / Edital - REQUERENTE: Adriely Fernandes Vieira - No caso dos autos, o executado, ao efetuar o depósito da quantia devida ao exequente (fls. 837), satisfez a obrigação de pegar, referente aos honorários de sucumbência, imposta nesta demanda. Diante do exposto, EXTINGO por sentença o presente feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/15, no que se refere a obrigação de pagar os honorários de sucumbência. Arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

ADV: PAULO TELES DA SILVA (OAB 4945/CE) - Processo 0148414-12.2011.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão - REQUERENTE: Ana Cintia Nicolau Linhares e outro - No caso dos autos, o executado, ao efetuar o depósito da quantia devida ao exequente (fls. 384), satisfez a obrigação de pegar, referente aos honorários de sucumbência, imposta nesta demanda. Diante do exposto, EXTINGO por sentença o presente feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/15, relativo a obrigação de pagar os honorários de sucumbência. Arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I.

ADV: MARIO DA SILVA LEAL SOBRINHO (OAB 3104/CE) - Processo 0164135-67.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Jader Vieira de Sá Vilarouca - No caso dos autos, o executado, ao efetuar o depósito da quantia devida ao exequente (fls. 563), satisfez a obrigação de pegar, referente aos honorários de sucumbência, imposta nesta demanda. Diante do exposto, EXTINGO por sentença o presente feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/15, relativo a obrigação de pagar os honorários de sucumbência. Arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

ADV: JOAO HENRIQUE DUMMAR ANTERO (OAB 17110/CE) - Processo 0193725-55.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARCELO COSTA MAGALHÃES - No caso dos autos, o executado, ao efetuar o depósito da quantia devida ao exequente (fls. 411 e 413), satisfez a obrigação de pagar, referente ao crédito principal, imposta nesta demanda. Diante do exposto, EXTINGO por sentença o presente feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/15, relativo a obrigação de pagar o crédito principal. Ademais, quanto aos honorários de sucumbência, INTIME-SE o Estado do Ceará para que tenha ciência da Requisição de Pequeno Valor - RPV de nº 8435940 no valor de R$ 1.053,40 (hum mil, cinquenta e três reais e quarenta centavos), conforme decisão de fls. 385. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

ADV: TANIA MARIA CARNEIRO SILVA FONTENELE (OAB 6466/CE) - Processo 0264007-75.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão - REQUERENTE: Rita Cezar da Rocha - Isto posto, e considerando a quitação do débito do Precatório pela parte exequenda (vide fl. 339), EXTINGO por sentença o presente cumprimento de sentença, nos termos do artigo 924, II, do CPC/15. P. R. I. Empós o trânsito julgado, arquivem-se os presentes autos, com baixa na distribuição.

ADV: DANIEL SOUSA NOGUEIRA NETO (OAB 17113/CE) - Processo 0284042-21.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: André Rodrigues Bezerra - Em face disso, hei por bem HOMOLOGAR o pedido de desistência constante dos autos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, por conseguinte, JULGO EXTINTA a presente demanda, sem resolução de mérito, de conformidade com o art. 485, inciso VIII, do CPC. Em razão da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais, os quais arbitro no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais). Arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. P.R.I. Expedientes necessários: intimação da parte autora por meio de publicação no DJe. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2022.

ADV: TANIA MARIA CARNEIRO SILVA FONTENELE (OAB 6466/CE) - Processo 0398513-85.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária de Benefício pago com atraso - REQUERENTE: Terezinha Pimenta de Abreu Veras - No caso dos autos, o executado, ao efetuar o depósito da quantia devida ao exequente (fls. 295), satisfez a obrigação de pagar, referente aos honorários de sucumbência, imposta nesta demanda. Diante do exposto, EXTINGO por sentença o presente feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/15, relativo a obrigação de pagar os honorários de sucumbência. Arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I.

ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO BARBOSA VALENTE (OAB 8667/CE) - Processo 0593391-10.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Expresso Conventos Ltda - No caso dos autos, o executado, ao efetuar o depósito da quantia devida ao exequente (fls. 243), satisfez a obrigação de pegar, referente aos honorários de sucumbência, imposta nesta demanda. Diante do exposto, EXTINGO por sentença o presente feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/15, relativo a obrigação de pagar os honorários de sucumbência. Arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Expedientes SEJUD: intimação da parte autora através de publicação no Dje; intimação do ente público através de publicação no portal eletrônico. P.R.I. Fortaleza/CE, 17 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

Processo 0159804-95.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Eulina Carolino Cosmo - R. H. Intime-se a parte apelada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazoar a apelação de fls. 104/114. Decorrido o prazo acima estipulado, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, como manda o § 3º do artigo 1.010 do CPC. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: ANTONIO ALVES DE ALBUQUERQUE (OAB 4359/CE) - Processo 0200747-52.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões - MASSA FALIDA: Augusto César Bezerra Lins Araújo - Escorado em tais fundamentos, hei por bem INDEFERIR o pleito liminar requestado na prefacial, vez que não vislumbro demonstrada, neste momento processual, o requisito da verossimilhança, como assim determina o art. 300, caput, do CPC. Intimem-se desta decisão o autor, por DJE, e o Estado do Ceará, por portal eletrônico. Outrossim, intime-se o autor para apresentar réplica à contestação, se assim o quiser, no prazo de 15 (quinze) dias. Demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2022.

EXPEDIENTES DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: CLAILSON CARDOSO RIBEIRO (OAB 13125/CE) - Processo 0123981-02.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0907028-61.2014.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGADO: Hs Tecnologia da Informação Ltda - Indefiro o processamento da petição intermediária de fls.118-123, por não ser o meio processual adequado para desconstituir o trânsito em julgado dos embargos à execução em apreço. Intime-se a parte postulante. Após, retornem os autos para o arquivo.

ADV: CLAILSON CARDOSO RIBEIRO (OAB 13125/CE) - Processo 0140670-92.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: ANTONIO CAMINHA DUARTE - Considerando a inexistência de efeito suspensivo, proceda a secretaria com a remessa destes autos para a Justiça do Trabalho. Indefiro o pedido formulado na petição de fl.135-136, o qual deverá ser analisado pelo juiz competente pela demanda. Intimem-se as partes. Após, proceda a secretaria com a remessa destes autos para a Justiça do Trabalho.

ADV: ANTONIO AUGUSTO MOREIRA SILVA (OAB 7025/CE) - Processo 0205713-58.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pedido de Liminar - REQUERENTE: Amaury Wesley Brito Gomes - Diante do exposto, declaro a incompetência deste juízo comum fazendário para processar e julgar a presente ação e determino a remessa dos autos para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Intime-se (advogado do autor, por DJe), e, independentemente da decorrência do prazo recursal, remeta-se na forma ora determinada.

ADV: JULIA PEREIRA HENRIQUE DE ALMEIDA (OAB 26796/CE) - Processo 0205889-37.2022.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Pedido de Liminar - IMPETRANTE: Marta Lucia Moura Sacramento Silva - Isto posto, considerando a premente situação fática e a fundamentação legal apresentada em respaldo da pretensão autoral, CONCEDO O PEDIDO LIMINAR nos termos e para os fins requeridos, ou seja, para DETERMINAR que a autoridade coatora inclua a candidata na fase de avaliação de títulos, tendo em vista que está classificado dentro do limite de 03 (três) vezes o número de vagas oferecidas, de acordo com o item 12.1 do Edital nº 01/2021, em virtude do não preenchimentos da vagas para pessoas com deficiência e negras. Intimem-se da presente decisão. Notifique-se a autoridade coatora (por mandado), para que dê imediato cumprimento a presente decisão judicial e para, no decêndio legal, prestar as informações que achar pertinentes, na forma do art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/09.

ADV: PATRICIA TAVARES DE VASCONCELOS (OAB 25615/CE), ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE), ADV: ISAAC COSTA LÁZARO FILHO (OAB 18663/CE), ADV: LIVIA NARRIMAN ROCHA TAVARES (OAB 38510/CE) - Processo 0253202-62.2020.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA e outros - Diante disso, intimem-se as partes para que formulem quesitos e indiquem assistente técnico, dentro do prazo de 15(quinze) dias. Após, retornem os autos para habilitação de profissional cadastrado neste TJ/CE.

ADV: ENZO ALFREDO PELEGRINA MEGOZZI (OAB 169017/SP), ADV: VALERIA ZOTELLI (OAB 117183/SP) - Processo 0280021-02.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Empreendimentos Pague Menos Ltda - ISTO POSTO, nos termos do art. 290, CPC/2015, determino o cancelamento da distribuição e a extinção do processo sem resolução de mérito, de acordo com o artigo 485, inciso IV, CPC/2015.

ADV: BRUNO ARAUJO MAGALHAES (OAB 40825/CE) - Processo 0289501-04.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Nulidade de ato administrativo - IMPETRANTE: Monara Morais Rodrigues - Diante do exposto, declaro, por sentença, extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço com escopo no art. 485, inciso V, segunda figura, do Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: DARLENE PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 37230/CE) - Processo 0203011-42.2022.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Tutela de Urgência - IMPETRANTE: Alexandre Cardoso de Sousa - Na presente ação mandamental, verifico que a parte impetrante apresentou pedido de desistência da ação por meio da petição de fl. 76, a qual foi subscrita por advogado outorgado com o poder específico para tanto, conforme procuração de fl. 18, razão pela qual a homologação deste pleito é medida que se impõe. Em face do exposto, hei por bem HOMOLOGAR o pedido de desistência constante dos autos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, por conseguinte, JULGO EXTINTA a presente demanda, sem resolução de mérito, de conformidade com o art. 485, inciso VIII, do CPC. Sem condenação em custas, dada a isenção legal prevista no art.5°, V da Lei estadual n° 16.132/2016. Sem condenação em honorários dado o disposto no art.25, da Lei n°12.016/2009. P.R.I.C., após o trânsito em julgado, com as anotações de estilo, arquivem-se.

ADV: VINICIUS PINTO COELHO ORTOLANO (OAB 408811/SP) - Processo 0205106-45.2022.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Clean Environment Brasil Engenharia e Comércio Ltda. - Notifique-se o Impetrado (por mandado) a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações, conforme o art.7º, I, da Lei nº 12.016/2009. Intime-se a Procuradoria Geral do Estado (por portal), para querendo, ingressar no feito, nos termos do art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009.

ADV: FELIPE BASTOS DE OLIVEIRA (OAB 28433/CE) - Processo 0254377-57.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante - IMPETRANTE: Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior - Haja vista a existência de preliminar na defesa apresentada (fls. 79/87), em respeito ao princípio do contraditório, determino a intimação da parte Impetrante para, querendo, apresentar réplica dentro do prazo de 10(dez) dias. Decorrendo o prazo, com ou sem manifestação, dê-se vistas dos autos ao Ministério Público (prazo 10 dias, Lei 12.016/2009) Expedientes SEJUD: intimação da autora por meio do DJe.

ADV: ANDRESSA MELO ALVES COSTA (OAB 23878/CE), ADV: LAURA LIMA PASSOS (OAB 25044/CE) - Processo 0271270-26.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Reserva de Vagas para Deficientes - IMPETRANTE: Rene Alves Moura Cavalcanti - Haja vista a existência de preliminar na defesa apresentada (fls. 214/252), em respeito ao princípio do contraditório, determino a intimação da parte Impetrante para, querendo, apresentar réplica dentro do prazo de 10(dez) dias. Decorrendo o prazo, com ou sem manifestação, sejam os autos conclusos para julgamento. Expedientes SEJUD: intimação da autora por meio do DJe.

ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE) - Processo 0281318-44.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Norsa Refrigerantes Ltda. (Coca-cola Brasil) - Em respeito ao princípio do contraditório, determino a intimação da parte autora para se manifestar, em 15 (quinze) dias, sobre a contestação de fls. 158/165. Decorrido o prazo, com ou sem réplica, sigam os autos com vistas ao representante do Ministério Público, para os fins e prazo legais. Expedientes SEJUD: 1) intimação do advogado autoral por meio do DJe; 2) decorrido o prazo anterior, proceder com a intimação do parquet por meio do portal digital.

ADV: RONCALLI DE FREITAS PAIVA (OAB 12110/CE), ADV: MARCELO SOBRAL ALCAIDE (OAB 17264/CE), ADV: ANTONIO CARLOS ARAUJO SOUSA (OAB 1670/CE) - Processo 0547772-57.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Condominio Edificio Zurich e outros - REQUERIDO: Rede Uniao de Radio e Televisao Ltda e outros - Dando regular prosseguimento a esta demanda, determino a intimação das partes para que se manifestem sobre a proposta de honorários apresentada pelo perito nomeado, dentro do prazo de 10(dez) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: DAVID LILLS LEITE VIEIRA (OAB 25319/CE) - Processo 0149130-68.2013.8.06.0001 - Ação Civil Pública - Utilização de bens públicos - RÉU: ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO SOUSA e outros - Desta feita, defiro o pedido do Município de Fortaleza para integrar o polo ativo da presente ação, devendo ser efetivada a alteração necessária no sistema SAJ. Como o despacho de fl.124 foi exarado antes da análise do pedido de inclusão da municipalidade no polo ativo da presente demanda, devo reconhecer a nulidadeprocessual do despacho de fl.124 e consequentes intimações dele decorrentes, nos termos do art.280 do CPC. Sendo assim, determino que, logo apos ser efetivada a inclusão do Município de Fortaleza no polo passivo da presente demanda, com atualização do sistema, proceda-se a intimação das partes para querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem se possuem interesse em produção de provas, especificando-as.

ADV: FRANCISCO EVANDRO PAZ (OAB 18370/CE), ADV: CLOVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 4203/CE) - Processo 0184874-27.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - ITBI - Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Móveis e Imóveis - REQUERENTE: VILA REAL INCORPORAÇÕES SPE LTDA - Considerando o exíguo prazo entre a intimação das partes e o início dos trabalhos periciais determinado às fls.220, chamo o feito á ordem para fixar o dia 31/03/2022 como início dos trabalhos, devendo o laudo pericial ser entregue dentro do prazo de 45(quarenta e cinco) dias da referida data.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: KALIL DE ANDRADE RAYES (OAB 27353/CE), ADV: FRANCISCO JOSE DA SILVA FONTELES (OAB 32367/CE) - Processo 0205463-25.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: José Roberio Inácio - Intime-se a parte autora para informar, no prazo de quinze dias, se a presente ação se trata de um mandado de segurança ou ação ordinária. Caso se trate de mandado de segurança determino que, no prazo estabelecido, realize a adequação da inicial conforme o rito processual definido na Lei nº 12.016/09, sob pena de extinção.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: ANNA SHELIDA DE SOUSA TEIXEIRA (OAB 44766/CE) - Processo 0260620-17.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Contribuição sobre a folha de salários - IMPETRANTE: José Maria Lemos Torres - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 24-C, caput e §§ 1 °e 2°, do Decreto-Lei n º 667 /69, com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 10,5%, a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem condenação em custas processuais (art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem condenação em honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição (art.14, §1° da Lei 12.016/2009), por não se aplicar regra do CPC. Precedentes:(EREsp 687.216/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 4/8/2008; REsp 1.274.066/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/12/2011; REsp 1.047.540/MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 14/8/2008; AgRg nos EDcl no AREsp 302.656/SP, Rel. Ministro HERMAN

BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 16/09/2013). P.R.I.C., após a decorrência do prazo de recurso voluntário, remeta-se ao TJ/CE. Expedientes SEJUD: 1) intimação da parte impetrante por advogado (DJE); 2) intimação da autoridade coatora por mandado; 3) intimação do Estado do Ceará pelo portal digital.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0261755-64.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Cível - Servidores Inativos - IMPETRANTE: José Valmir Nogueira Vieira - ISTO POSTO, considerando os elementos do processo e o que mais dos autos consta, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 24-C, caput e §§ 1º e 2°, do Decreto-Lei nº 667/69, com redação dada pela Lei nº 13.954/2019, e, por consequência, das Instruções Normativas n.ºs 05 e 06 de 2020, ambas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; bem como determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar o desconto de 10,5%, a título de contribuição previdenciária, sobre o valor total dos proventos do Impetrante, com base nos dispositivos normativos reconhecidos como inconstitucionais, devendo ser aplicada a regra prevista na Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, e suas posteriores alterações cabíveis. Sem condenação em custas processuais (art. 5º, V, da Lei Estadual n.º 16.132/16) e sem condenação em honorários advocatícios (art. 25, Lei n.º 12.016/2009). Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição (art.14, §1° da Lei 12.016/2009), por não se aplicar regra do CPC. Precedentes:(EREsp 687.216/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 4/8/2008; REsp 1.274.066/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/12/2011; REsp 1.047.540/MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 14/8/2008; AgRg nos EDcl no AREsp 302.656/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 16/09/2013). P.R.I.C., após a decorrência do prazo de recurso voluntário, remeta-se ao TJ/CE. Expedientes SEJUD: 1) intimação da parte impetrante por advogado (DJE); 2) intimação da autoridade coatora por mandado; 3) intimação do Estado do Ceará pelo portal digital.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: FRANCISCO MARTINS FILHO (OAB 4057/CE) - Processo 0203855-89.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI) - REQUERENTE: Jocelia Cidrack Teixeira Santos - ctada, deixo de apreciar o mérito do presente processo e determino seu arquivamento após o trânsito em julgado (art. 485, inciso V, do CPC). Custas pela parte autora. Condenação, todavia, suspensa pela concessão da gratuidade judiciária. Sem condenação em honorários, já que não houve citação. (1) Intime-se a parte autora, por DJE. (2) Após a certificação do decurso do prazo para recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

VARAS DOS REGISTROS PÚBLICOS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: MANUELA DE MESQUITA DUARTE QUEIROZ (OAB 34014/CE) - Processo 0203807-04.2020.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - REQUERENTE: Sizenando Rocha de Oliveira - Vistos em despacho, Considerando a resposta cartorária que repousa aos fólios 49/51, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de (15) quinze dias.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 10190/CE) - Processo 0205199-08.2022.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Francisca Meire Vania Maciel Costa dos Santos - Vistos em despacho, Defiro o benefício da Justiça Gratuita, em favor da parte autora, de forma integral, na dicção do art. 98, parágrafos 1º e 5º, do CPC. Trata-se in casu de Retificação de Registro Civil, com fulcro no art. 109, da Lei dos Registros Públicos. Intime-se a parte autora para EMENDAR A PEÇA ATRIAL, no prazo de 15(quinze) dias, a fim de esclarecer o pedido quanto a correção do nome da requerente ou de sua genitora, apresentar certidão de nascimento de Francisca Meire Vania Maciel Costa para comprovação do alegado, bom como incluir RENAN MACIEL DOS SANTOS no polo ativo postulando a correção da avó materna em seu assento de nascimento, bem como sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321, parágrafo único da Lei Adjetiva Civil. Cumprida a diligência, dê-se vista ao representante do Ministério Público.

ADV: JORGE MIGUEL ACOSTA SOARES (OAB 187584/SP) - Processo 0258965-10.2021.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Janaina Guedes Vichnevski -

ADV: MARCUS HELTON CARNEIRO (OAB 20293/CE) - Processo 0262506-51.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Registro de Óbito após prazo legal - REQUERENTE: Márcio Nicacio de Oliveira - Vistos em despacho, Considerando a petição que repousa aos fólios 42, a parte autora deverá encaminhar ao Cartório de Registro Civil de Jucás-CE a sentença de fls.31/33 que valerá como Mandado de Registro de Óbito, bem como, oficio de CUMPRA-SE ao juízo da Comarca de Jucás-CE expedido às fls. 39 dos autos.

ADV: AUGUSTO CESAR DE VIDAL BASTOS (OAB 17049/CE) - Processo 0267715-98.2021.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - REQUERENTE: Phoenix Motors Veículos Ltda - Me - Vistos em despacho, Chamo o feito à ordem. Converto o presente julgamento em diligência. Compulsando os autos verifica-se informação do Cartório de Imóveis da 3ª Zona, segundo a qual, a planta do imóvel objeto da ação em espécie encontra-se ilegível, fato que impossibilitou a serventia de proceder a análise completa da situação fática do mesmo, e ainda, o imóvel está indisponível conforme AV. 05 da matrícula nº 59.466/3ª Zona. Isto posto, determino a intimação da parte autora para fazer juntada da planta devidamente legível, bem como da referida matrícula atualizada, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE FALABELLA NETTO (OAB 29988/CE) - Processo 0271333-51.2021.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Luiz Eduardo de Souza Soares, rep por Valéria Paula de Souza Falabella - Vistos em despacho, Acolho o parecer ministerial de fls. 28, para determinar a intimação da parte autora a fim de providenciar a anuência do seu genitor, quanto à inclusão de sobrenome, no prazo de (15) quinze dias.

ADV: MARILIA MATOS ARAUJO PEIXOTO DO AMARAL (OAB 25065/CE) - Processo 0279010-35.2021.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: D'jacir Palacio de Queiroz Junior - Vistos em despacho, Trata-se in casu de Retificação de Registro de Nascimento para alteração na grafia do prenome do autor com a exclusão do apóstrofo, em seu assento de casamento, com fulcro no art. 109, da Lei dos Registros Públicos. Intime-se a parte autora para EMENDAR A PEÇA ATRIAL, no prazo de 15(quinze) dias, a fim de apresentar sua certidão de nascimento para comprovação do alegado, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321, parágrafo único da Lei Adjetiva Civil. Cumprida a diligência, dê-se vista ao representante do Ministério Público.

ADV: PAULO EDUARDO BENJAMIM VIANA (OAB 30291/CE) - Processo 0280694-92.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Antonia de Sousa Oliveira - Vistos em despacho, Intime-se a parte autora para cumprir integralmente o despacho de fls. 27, apresentando especificamente a certidão do SERASA, no prazo de (15) quinze dias.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: JOSE AFRO LOURENCO FERNANDES (OAB 5301/CE) - Processo 0132430-12.2016.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - REQUERENTE: Espólio de José Edilmar Norões Coelho e outro - Vistos. Em atenção ao petitório de fls. 235, intime-se o autor para que junte as custas referentes a emissão de mandado final, para que possa assim ser emitido. Prazo de 5(cinco) dias. Assim procedido, emita-se o respectivo mandado, realizando-se a intimação do cartório em questão para cumprimento. Outrossim, arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 10190/CE) - Processo 0274178-56.2021.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Maria Lucinilda Marques - Pelo exposto, e considerando o que mais dos autos consta, com esteio no artigo 109 da Lei 6.015/73, julgo por sentença para que surta os seus jurídico e legais efeitos, procedente o pedido, para determinar o registro de nascimento e óbito de MARIA LUCIANA MARQUES, bem como a liberação do corpo junto a Perícia Forense, para sepultamento no Cemitério competente, fornecendo a PEFOCE, a documentação pertinente e hábil para o respectivo registro do óbito, bem como determino ao Cartório de Registro Civil de Fortaleza - Ceará, providenciar o registro de nascimento da falecida, nos termos supra citados na inicial às fls.4/5. Em virtude da urgência requerida, certifique-se de logo o trânsito em julgado desta decisão. A presente sentença valerá como ALVARÁ / MANDADO, dando ciência em seguida ao Ministério Público.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 10190/CE) - Processo 0283678-49.2021.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Maria Rosalia Pereira Lima - Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, por entender, tratar-se de erro evidente (art. 231 do Provimento n° 08/2014), em atenção ao mandamento do artigo 109 Lei nº 6.015, julgo PROCEDENTE o pedido exordial, produzindo os jurídicos e legais efeitos, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja a mesma encaminhada ao Cartório de origem para que se faça a retificação no assento de óbito de FRANCISCO CHAGAS DE LIMA, lavrado no livro C-06, às fls. 187, sob o n° de ordem 6.872, no Cartório Cysne de Fortaleza CE, nesta capital, para que ali passe a constar os nomes com a grafia correta de seus genitores como ''JOÃO JERÔNIMO FREITAS'' e ''MARIA AMÉLIA LIMA''. A presente sentença valerá como Mandado, mediante a apresentação conjunta do trânsito em julgado, a ser apresentado em cartório competente para que proceda a devida retificação e emissão de nova certidão de óbito. Sem custas. Por comprovar insuficiência de recursos, a parte autora goza dos beneplácitos da gratuidade de justiça, que compreende os emolumentos devidos aos notários ou registradores em decorrência da prática de registro ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial, nos termos art. 98 caput e § 1º, IX do CPC. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 10190/CE) - Processo 0288393-37.2021.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Cristiane Matias da Silva Ferreira - Pelo exposto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente as respostas aos quesitos do art. 80 da Lei 6.015/73 e declaração do óbito juntada, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no art. 78 e 109 da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, o Cartório de Registro Civil da Comarca de Fortaleza-CE a que apresentada essa sentença providencie o registro do ÓBITO de ANTÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO, falecida aos 28 de setembro de 2021, em Fortaleza-CE. A presente sentença valerá como Mandado, mediante a apresentação conjunta do trânsito em julgado e dados do art. 80 da LRP apontados, a ser apresentado em cartório competente para que proceda a devida emissão de registro de óbito. Sem custas. Por comprovar insuficiência de recursos, a parte autora goza dos beneplácitos da gratuidade da justiça, que compreende os emolumentos devidos aos notários ou registradores em decorrência da prática de registro ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial, nos termos art. 98 caput e §1º, IX do CPC. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 10190/CE) - Processo 0289194-50.2021.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Lucielma Alves de Lima - Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, julgo por sentença, PROCEDENTE o pedido , em seus termos, a fim de deferi-lo, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, o Cartório de origem proceda com as retificações pretendidas, fazendo constar no assento de nascimento de LUCIELMA ALVES DE LIMA, o nome de seus genitores como sendo ''RAIMUNDO ALVES DE PAULA'' e ''RAIMUNDA DILMA FREITAS DE PAULA, de seus avós maternos como sendo ''FRANCISCO XAVIER LIMA'' e ''LEOLINA DE FREITAS LIMA'', e de seus avós paternos como sendo ''FRANCISCO ALVES DE PAULA e 'MARIA DO CARMO ALVES''. A presente sentença valerá como Mandado, mediante a apresentação conjunta do trânsito em julgado, a ser apresentado em cartório competente para que proceda a devida retificação. Sem custas. Por comprovar insuficiência de recursos, a parte autora goza dos beneplácitos da gratuidade da justiça, que compreende os emolumentos devidos aos notários ou registradores em decorrência da prática de registro ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial, nos termos art. 98 caput e §1º, IX do CPC. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. P.R.I

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: FRANCISCO JOSE COELHO (OAB 5145/CE), ADV: MANOEL RIBEIRO HOLANDA (OAB 28365/CE) - Processo 0119154-40.2018.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - REQUERENTE: Marta Maria Rodrigues de Lima e outros - Cumpra a parte autora, o despacho de fls. 286, juntando memorial descritivo nos termos ali especificado, não se prestando para os fins explanados no despacho acima aludido, o memorial indicado pelos requerentes na petição de fls. 289. Prazo: 15 (quinze) dias Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2022.

VARAS DE FALÊNCIA

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: CARLOS ADOLFO FERREIRA NOGUEIRA (OAB 32356/CE) - Processo 0010954-94.2022.8.06.0001 (processo principal 0241017-55.2021.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDORA: Francisca Raquel Ribeiro do Nascimento - Assim, aparentemente a autora não possui interesse processual para ajuizar a presente habilitação de crédito. Porém, antes de extinguir o presente processo sem resolução de mérito, e como deferência ao princípio do contraditório, determino a intimação da credora para se manifestar em 5 (cinco) dias sobre a aparente desnecessidade do presente pedido de habilitação.

ADV: ARETHA PAULA FERREIRA SOARES (OAB 43576/CE) - Processo 0011084-84.2022.8.06.0001 (processo principal 0241017-55.2021.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDOR: Jefferson Rodrigues dos Santos - Intime-se o autor para, em 15(quinze) dias, apresentar certidão de habilitação de crédito com atualização do valor devido até 17 de junho de 2021, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: MAÍRA CÂMARA VELOSO DE MAUPEOU (OAB 39273/CE) - Processo 0011167-03.2022.8.06.0001 (processo principal 0241017-55.2021.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDORA: Dandara da Silva Soares - Intime-se o requerente para apresentar seu documento de identificação pessoal, sob pena de indeferimento da inicial, haja vista que se trata de documento essencial à propositura do incidente. Assinalo para tanto o prazo de 5 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE), ADV: PAULO DE TARSO CAVALCANTE ASFOR JUNIOR (OAB 15603/CE), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE), ADV: RENATO OLIVEIRA BATISTA (OAB 297422/SP) - Processo 0015547-06.2021.8.06.0001 (processo principal 0145534-03.2018.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDOR: Marcus Vinicius Gomes de Medeiros - REQUERIDO: Cameron Construtora S/A - TERCEIRO: Adm. Judiicial: Farias e Lucena Advogados Associados S/C Ltda - Tendo em vista os fatos colacionados pela falida Cameron Construtora Ltda às fls. 479/495, e como forma de preservação da saúde dos sujeitos processuais, redesigno a audiência para oitiva do representante legal da falida para o dia 15 de março de 2022, às 14h, na sala de audiência desta 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Fortaleza. Intimem-se o falido e o autor da ação, através dos seus advogados constituídos nos autos, o administrador judicial e a representante do Ministério Público, ficando de logo ressaltado que o não comparecimento espontâneo do representante da falida ensejará a sua condução coercitiva.

ADV: FRANCISCO CARLOS MELO CUNHA (OAB 34935/CE) - Processo 0029772-66.2000.8.06.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Classificação de créditos - TERCEIRO: Francisco Carlos Melo Cunha e outro - Reitero o despacho de fls. 1441, desta feita já designando para o dia 17 de março, às 15h, na sala de audiências desta 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências, Fórum Clóvis Beviláqua, Comarca de Fortaleza. A audiência ora designada tem como objetivo a oitiva dos titulares dos Cartórios de Registro de Imóveis da 2ª e 6ª Zona da Comarca de Fortaleza, acerca dos documentos que deram origem à abertura das matrículas apontadas pelo auxiliar do Juízo na petição de fls. 1440. Intimem-se os titulares dos cartórios mencionados, o síndico e a representante do Ministério Público para comparecerem ao ato ora designado. Cadastre-se o advogado substabelecido às fls. 1442/1443

ADV: IANA LIDIA ROCHA TORRES (OAB 13207/CE) - Processo 0187364-51.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Iana Lidia Rocha Torres - Intime-se a autora para adotar as providências requeridas pelo administrador judicial às fls. 784/786. Assinalo para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE), ADV: PAULO DE TARSO CAVALCANTE ASFOR JUNIOR (OAB 15603/CE), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE), ADV: RENATO OLIVEIRA BATISTA (OAB 297422/SP) - Processo 0015547-06.2021.8.06.0001 (processo principal 0145534-03.2018.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDOR: Marcus Vinicius Gomes de Medeiros - REQUERIDO: Cameron Construtora S/A - TERCEIRO: Adm. Judiicial: Farias e Lucena Advogados Associados S/C Ltda - Tendo em vista os fatos colacionados pela falida Cameron Construtora Ltda às fls. 479/495, e como forma de preservação da saúde dos sujeitos processuais, redesigno a audiência para oitiva do representante legal da falida para o dia 15 de março de 2022, às 14h, na sala de audiência desta 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Fortaleza. Intimem-se o falido e o autor da ação, através dos seus advogados constituídos nos autos, o administrador judicial e a representante do Ministério Público, ficando de logo

ressaltado que o não comparecimento espontâneo do representante da falida ensejará a sua condução coercitiva.

ADV: FRANCISCO CARLOS MELO CUNHA (OAB 34935/CE) - Processo 0029772-66.2000.8.06.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Classificação de créditos - TERCEIRO: Francisco Carlos Melo Cunha e outro - Reitero o despacho de fls. 1441, desta feita já designando para o dia 17 de março, às 15h, na sala de audiências desta 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências, Fórum Clóvis Beviláqua, Comarca de Fortaleza. A audiência ora designada tem como objetivo a oitiva dos titulares dos Cartórios de Registro de Imóveis da 2ª e 6ª Zona da Comarca de Fortaleza, acerca dos documentos que deram origem à abertura das matrículas apontadas pelo auxiliar do Juízo na petição de fls. 1440. Intimem-se os titulares dos cartórios mencionados, o síndico e a representante do Ministério Público para comparecerem ao ato ora designado. Cadastre-se o advogado substabelecido às fls. 1442/1443

ADV: IANA LIDIA ROCHA TORRES (OAB 13207/CE) - Processo 0187364-51.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Iana Lidia Rocha Torres - Intime-se a autora para adotar as providências requeridas pelo administrador judicial às fls. 784/786. Assinalo para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: MARIO NEGOCIO NETO (OAB 5318/RN) - Processo 0010369-42.2022.8.06.0001 (processo principal 0145534-03.2018.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Liquidação - CREDORA: Andrea Peixoto Macedo de Freitas - A petição inicial não foi instruída com comprovante de recolhimento de custas, procuração judicial e documento de identificação pessoal da autora. Intime-se a requerente para emendar em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: LARA VASCONCELOS BARROSO (OAB 29138/CE) - Processo 0364416-59.2000.8.06.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Convolação de recuperação judicial em falência - REQUERENTE: MASSA FALIDA DE MARCELO FREITAS AUTOPEÇAS LTDA ; e outro - Ciência à Síndica sobre as petições de folhas 4309, 4358, da lavra de DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA S/A, anexando aos autos os comprovantes de depósito judicial referentes à locação de imóvel tratada na decisão de folhas 4.234. Com fulcro nas razões demonstradas, por serem medidas benéficas à expropriação concursal, defiro a petição da Síndica, de folhas 4312/4315, de modo que acolho a juntada do Laudo de Avaliação do imóvel de titularidade da Massa Falida de Marcelo Freitas Autopeças LTDA, localizado na Av. Aguanambi, nº 636, Bairro José Bonifácio. Determino a expedição de ofícios comunicando à Delegacia da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria da Fazenda Nacional Ceará, à Secretaria da Fazenda Estadual SEFAZ e à Junta Comercial do Estado do Ceará JUCEC sobre os dados da Massa Falida Marcelo Freitas Autopeças LTDA, CNPJ Nº 07.469.158/0001-54, apontando o nome da Síndica, Lara Vasconcelos Barroso (CPF: 509.070.002-82), devendo constar no expediente que a Síndica da Massa Falida, nos termos do Dec. Lei n° 7.661/45, não possui o caráter de sócia ou equivalente. Autorização para contratação da empresa de contabilidade PLENA CONTABILIDADE E CONSULTORIA S/S, com intuito de proceder à regularização do CNPJ da Massa Falida, bem como realizar a assessoria mensal contábil, nos termos propostos às folhas 4316/4317. Ciência ao Ministério Público desta decisão. Expedientes necessários.

VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL

EXPEDIENTES DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0050/2022

ADV: LUCIA MARIA ALVES MASSILON (OAB 8156/CE), ADV: JAIME PINTO DE ALMEIDA JUNIOR (OAB 7156/CE) - Processo 0208031-48.2021.8.06.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - AUTUADO: Francisco Cassiano do Nascimento Moura e outros - Vistos etc. Tendo em vista a petição de fl. 994 em que o nobre Defensor de Francisco Cassiano do Nascimento Moura afirma que o pedido acostado às fls. 841/843, datada de 13 de abril de 2021, não foi despachado, saliento que à fl. 913 dos presentes autos há um despacho deste Juízo recomendando que o mencionado pedido seja feito em autos apartados para que seja devidamente apreciado, tendo como intuito maior de evitar tumulto processual. Desta feita, mais um vez, determino que o pedido seja feito em número próprio. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: MARIA DO SOCORRO MAIA LANDIM (OAB 12442/CE) - Processo 0039544-18.2021.8.06.0001 (processo principal 0267507-17.2021.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - REQUERENTE: Danielly Pereira dos Santos - Sendo assim, em obediência ao todo exposto e tendo em vista que a acusada é genitora de duas crianças, o menor impúbere WILLIAM SEBASTIAN PEREIRA DOS SANTOS de 02 (dois) anos de idade e a menor impúbere ANA IZABEL PEREIRA DOS SANTOS, conforme certidões de nascimento juntadas às fls. 10/12, CONCEDO A PRISÃO DOMICILIAR À SUPLICANTE DANIELLY PEREIRA DOS SANTOS , MEDIANTE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA (ART. 319, IX, DO CPP), NOS TERMOS DOS ARTS. 318, V E 318-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Ademais, em observância ao art. 318-B e art. 319 do Código de Processo Penal, fica a investigada proibida de usar aparelho celular ou fixo, somente podendo ausentar-se de sua residência mediante autorização judicial ou em caso de urgência ou emergência médica. Fica a acusada proibida, ainda, de receber qualquer tipo de visita, com exceção de familiares até o 3º grau, profissionais da saúde e advogados com procuração nos autos. Expeça-se a competente ordem de liberação (Alvará de soltura), devendo a acusada ser imediatamente conduzida à sua residência, após a devida colocação de tornozeleira eletrônica, salvo se estiver presa por outro motivo. Oficie-se a Central de Alternativas Penais a fim de que a mesma tome conhecimento desta decisão e realize as medidas necessárias para a sua fiscalização. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO HENRIQUE ALMEIDA LEITE (OAB 21128/CE), ADV: AMANDA SIMAS BRITO LIRA (OAB 37863-0/PE) - Processo 0258876-84.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - INDICIADO: João Santana da Silva - Glailson Peixoto Lemos e outros - Glailson Peixoto Lemos: considerando sua não citação as fls. 565, observa-se que compareceu aos autos constituíndo advogado às fls. 402. Diante do exposto, intimem-se os causídicos consituídos para apresentar resposta à acusação no prazo legal, bem como informar o endereço em que o acusado pode ser localizado. João Santana da Silva: considerando sua citação às fls. 539, intime-se o causídico constituído às fls. 492 para apresentar resposta à acusação no prazo legal. Joao Ricardo Martins Ferreira Filho: considerando o decurso de prazo a partir da sua citação às fls. 472, abram-se vistas à Defensoria Pública para apresentar resposta à acusação no prazo legal. Abram-se vistas ao Ministério Público para se manifestar acerca da não citação do acusado Vítor Miranda Rodrigues, conforme certidão de fls. 452.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
JUIZ(A) DE DIREITO MAGISTRADO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DO SOCORRO FERNANDES BAIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: ALINE MOURA DE QUEIROZ (OAB 33009/CE), ADV: FRANCISCO DE SALES E SILVA PALHA DIAS (OAB 1223/PI), ADV: PAULO GERMANO MARTINS ARAGAO (OAB 5128/PI), ADV: ALISSON FELIPE DE SOUSA SALES (OAB 42149/CE), ADV: MOISES PEREIRA DE BRITO NETO (OAB 3798/MA), ADV: EDUARDO DIOGO DIÓGENES QUEZADO (OAB 39742/CE), ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE), ADV: JOAO VICTOR DUARTE MOREIRA (OAB 30457/CE), ADV: PEDRO CYSNE FROTA DE SOUZA (OAB 30140/CE), ADV: THALES DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 29558/CE), ADV: EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES (OAB 2331/CE), ADV: FELINTO ALVES MARTINS FILHO (OAB 18918/CE), ADV: CHRISTIANE DO VALE LEITAO (OAB 10569/CE) - Processo 0183326-54.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária - INVESTIGADO: Vitor Bandeira - Marcio Aparecido Bandeira - Gildevandio Mendonça Dias - Mardonio Luiz Leitão de Brito - Naurides Gadelha de Almeida - Robert de Andrade Oliveira - Paulo Henrique Carvalho Costa e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua , pratiquei o ato processual abaixo: Compulsando os autos, observa-se que os atos audienciais foram designados em agosto de 2021 para que ocorressem em março de 2021. Entretanto, até o momento não houve expedição dos atos intimatórios e restando pouco mais de 40 dias para o início do ato possivelmente não haveria tempo para cumprimento dos diversos mandados e cartas precatórias, inclusive expedidas a outros estados. Diante do exposto, para evitar desmembramentos na realização dos atos, chamo o feito à ordem para cancelar os atos audienciais designados às fls. 2560/2562 (07, 08, 09, 10,14, 15, 16 e 17 de março de 2022), azo em que estabeleço novo calendário para 09, 10, 11, 12,16, 17, 18 e 19 de maio de 2022, todos os atos às 13:30 horas, conforme estabelecido abaixo: 09/05, 13:30 horas. Testemunhas de acusação e testemunhas de defesa do acusado Paulo Henrique Carvalho Costa.Total: 4 arroladas pela acusação e 2 arroladas pelo acusado Paulo Henrique Carvalho Costa. 10/05, 13:30 horas. Testemunhas de defesa dos acusados Vítor Bandeira e Carlos Jorge Lima de Oliveira. Total: Vítor Bandeira: 8 arroladas; Carlos Jorge Lima de Oliveira: 4 arroladas. 11/05, 13:30 horas. Testemunhas de defesa do acusado Márcio aparecido Bandeira. Total: 8 arroladas. 12/05, 13:30 horas. Testemunhas de defesa do acusado Naurides Gadelha de Almeida. Total: 8 arroladas. 16/05, 13:30 horas. Testemunhas de defesa do acusado Robert de Andrade Oliveira. Total: 8 arroladas. 17/05, 13:30 horas. Testemunhas de defesa do acusado Gildevândio Mendonça Dias.Total: 8 arroladas. 18/05, 13:30 horas. Testemunhas de defesa do acusado Mardônio Luiz Leitão de Brito. Total: 8 arroladas. 19/05, 13:30 horas. Interrogatórios. Ademais, determino a realização do ato por videoconferência através do sistema Microsoft Teams, com os seguintes dados de acesso: LINK DE ACESSO À SALA 1 DA VARA DE DELITOS DEORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO MICROSOFT TEAMS: https://link.tjce.jus.br/aa9436 Link alternativo: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_MmE2ZDVmNmMtZWJkNS00YzE5LTlINjQtY2YxNzU4ODFjOWMz %40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a0bc271c-40fb-4f2d-8d7bca902ad3db60%22%7d QR CODE DE ACESSO À SALA: Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2022. Maria do Socorro Fernandes Baima Técnico Judiciário

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: FRANCISCO TADEU DE OLIVEIRA COSTA FILHO (OAB 31685/PE) - Processo 0038451-20.2021.8.06.0001 (processo principal 0270132-24.2021.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - REQUERENTE: Yssame Dias Pereira de Melo - Diante do exposto, com a devida vênia ao parecer ministerial, defiro o pleito de revogação de custódia preventiva, determinando a liberação do delatado acima nominado, se por outro motivo não estiver preso, sujeitando-o às medidas cautelares, que deverão ser cumpridas sob pena de revogação do benefício, quais sejam:

ADV: FRANCISCO FELIPE MACÊDO LIMA (OAB 17802/CE) - Processo 0039523-42.2021.8.06.0001 (processo principal 0253379-26.2020.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Andre Celestino Teixeira - Trata-se de pedido de relaxamento de prisão preventiva, formulado por André Celestino Teixeira, por intermédio de seu defensor, alegando, em síntese, que a sua prisão é ilegal, pelo excesso de prazo para a conclusão da instrução. Além disso, aduz ser portador de bons antecedentes, profissão lícita e endereço definido, pelo que pleiteia a revogação de sua prisão com ou sem aplicação de medidas cautelares diversas. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido de relaxamento da prisão preventiva do requerente, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, em razão do excesso de prazo para o início da instrução criminal (fls. 16/18). Eis o breve relatório. Decido. O requerente teve sua prisão preventiva decretada na mais perfeita legalidade, em decisão fundamentada em elementos concretos constantes dos autos, para a garantia da

ordem pública. Contudo, o constrangimento legal a que foi inicialmente submetido o réu, com a sua prisão, passou a configurar ilegalidade, em razão do excesso de prazo para o seu julgamento. Com efeito, o réu está preso desde 09 de setembro de 2021, sem que sequer tenha sido ofertada denúncia em seu desfavor. O processo está no aguardo da manifestação do Ministério Público, tendo em vista que o relatório final da autoridade policial já foi apresentado às fls. 804/814 dos autos principais. Apesar da complexidade da causa, a demora para o término da instrução não mais se justifica, não sendo mais razoável deixar o réu preso no aguardo da conclusão do feito. Dito isso, entendo que o acusado não pode ficar preso indefinidamente sem um julgamento. Embora o prazo para a instrução criminal não se resuma a uma simples soma aritmética de prazos processuais, devendo-se levar em conta circunstâncias excepcionais que retardem a sua conclusão, dentro dos limites da razoabilidade, consoante pacífico magistério jurisprudencial, não há, no presente caso, qualquer razão para tamanho excesso de prazo, configurando, por conseguinte, o constrangimento ilegal na prisão do réu. Não posso manter a prisão do agente, sob pretexto de sua soltura estimular o aumento da violência ou da sensação de impunidade, violando as garantias individuais. O Juiz, como os demais agentes públicos, deve obediência à Constituição e às leis que emanam do Estado de que faz parte, sob pena de retorno ao arbítrio e ao abuso do poder. E, dentre as diversas normas jurídicas que devem ser observadas, há a prevista no art. 5º, LXV, da Carta Política, que dispõe que a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, a qual deve ser aplicada ao presente caso, em razão do excesso de prazo para a conclusão do processo. Ante o exposto, CONCEDO o RELAXAMENTO da prisão de ANDRÉ CELESTINO TEIXEIRA, por restar configurado o constrangimento ilegal, o que faço com fundamento no art. 5º, LXV, da Constituição da República de 1988, fixando, ainda, as medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV, V e IX, do CPP, quais sejam: - Comparecimento mensal, durante a tramitação do feito, na sede da Central de Alternativas Penais, estabelecida no Complexo da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso - CISPE, situada na avenida Heráclito Graça, n.º 600, bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60.140-060, telefone (85) 3101-7723, para informar e justificar suas atividades, além de orientação psicossocial voltada à prevenção de prática delitiva, devendo o primeiro comparecimento ocorrer no ato da soltura, perante o Núcleo da Central de Alternativas Penais - CAP; - Proibição de ausentar-se da Comarca de Fortaleza, salvo se autorizado por este Juízo e com a declaração do local onde poderá ser encontrado; - Recolhimento domiciliar no período noturno, das 20h às 6h, e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos; - Uso de tornozeleira eletrônica para monitoração e fiscalização do cumprimento desta medida cautelar, equipamento este que será fixado no ato da soltura pela equipe competente, ficando a cargo do estabelecimento prisional empreender as diligências necessárias para a sua instalação. Por sua vez, o investigado deverá comunicar previamente aos agentes fiscalizadores caso necessite ausentar-se do seu domicílio por assuntos relacionados à saúde, trabalho, estudo ou religiosidade, ficando o mesmo ciente, outrossim, que o rompimento, ou qualquer outra forma de violação do equipamento, acarretará registro da ocorrência pelo órgão competente e será comunicada a este juízo para as providências que entender cabíveis, dentre as quais, a decretação de prisão preventiva. Sendo assim, determino que a secretaria expeça o competente Alvará de Soltura, devendo o acusado, no ato da soltura, ficar ciente de que o descumprimento de alguma dessas medidas poderá ensejar a decretação da prisão preventiva, conforme previsão legal explicitada no parágrafo único do artigo 312 do Código de Processo Penal. Outrossim, tendo em vista o disposto no art. 9.º da Resolução n.º 213 do Conselho Nacional de Justiça, datada de 15 de dezembro de 2015, determino que as medidas cautelares acima estabelecidas perdurem pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, nada obstando a sua reanálise após o término do prazo fixado. Oficie-se a Central de Alternativas Penais a fim de que a mesma tome conhecimento das medidas cautelares impostas e realize as medidas necessárias para a sua fiscalização. Intimações necessárias. Após, arquive-se. Fortaleza/CE, 13 de janeiro de 2022. Magistrado da Vara de Delitos de Organizações Criminosas

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: AMILRIA CARDOSO MENEZES (OAB 20718/CE) - Processo 0035652-04.2021.8.06.0001 (processo principal 0050057-43.2021.8.06.0034) - Relaxamento de Prisão - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - MASSA FALIDA: Leonardo da Conceição Silva - Trata-se de pedido de relaxamento de prisão preventiva, formulado por LEONARDO DA CONCEIÇÃO SILVA, por intermédio de seu defensor, no qual alega, em síntese, que a sua prisão é ilegal, pelo excesso de prazo para a início da instrução. O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido. Eis o breve relatório. Decido. Penso que não merece ser acolhida a alegação formulada pela defesa. O excesso de prazo para o encerramento da instrução, apto a gerar o constrangimento ilegal na prisão do requerente, somente ocorre na hipótese de nítido abuso ou lentidão propositada ou, pelo menos, desarrazoada ou desproporcional, provocada pela acusação ou pelo juiz. Nesse sentido, doutrina e jurisprudência são uniformes, litteris: Foi superado o entendimento de que a instrução deve estar encerrada em 81 dias que é simplesmente a soma de todos os prazos previstos para a realização dos vários atos processuais tendo em conta que o Código de Processo Penal é de 1941, quando a situação no país era outra, com muito maior folga dos juízos para a realização de audiências e para a colheita de prova. (...) Os Tribunais têm reconhecido tal medida e já não vem sendo concedida ordem de habeas corpus para a soltura de réus, quando a instrução se estende além do previsto (81 dias), em tese, pela lei processual penal, desde que haja motivo justificado. (GUILHERME DE SOUZA NUCCI, in Código de Processo Penal Comentado, 5ª Ed., RT, São Paulo, p. 696) 1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Impõe, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal. 2. No caso em exame, o feito vem tendo regular andamento na origem, e o relativo atraso para o seu término deu-se em razão da complexidade do feito, a que respondem 3 (três) réus, e, ainda, da demora da defesa em formular requerimentos, da instauração de conflito de competência e de aditamento da denúncia. (AgRg no HC 538.504/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 19/12/2019). Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que o maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a 3 réus da prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em que foi necessária expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas a fim da continuação da audiência de instrução e julgamento realizada em 12/11/2018. Verifica-se, também, no sítio eletrônico do Tribunal de origem, que a audiência ainda não foi realizada por ausência das testemunhas, sendo designada para 10/10/2019, onde não foi realizado o interrogatório de um dos réus por estar ausente, aguardando-se a vinda das precatórias, tendo o Juiz determinado que, após o cumprimento dessas diligências, abra-se vista para memoriais. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora. (HC 520.896/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019). Compulsando os fólios, depreende-se, pela cronologia

dos atos processuais praticados, que se trata de processo complexo, com pluralidade de réus, contando com 4 (quatro) acusados e patronos distintos, respondendo estes por crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, tendo sido apreendidos com mais de 40 (quarenta) quilos de cocaína, com expedição de diversas cartas precatórias no decorrer do processo (inclusive para estados da federação distintos), circunstâncias estas que justificam uma tramitação mais duradoura do feito. 3. Demais disso, verifica-se, ainda, a existência de pedidos incidentais da defesa de perícia médica, bem como outras diligências, todas elas aptas a prolongar sua tramitação. 4. Em que pese estarem os pacientes presos há cerca de 1 (um) ano e 9 (nove) meses, entendo que, em razão da complexidade do feito acima relatada, não há que se cogitar em existência de excesso de prazo, porquanto, conforme entendimento jurisprudencial do STJ já pacificado, os prazos legais não devem ser considerados num cálculo puramente aritmético, devendo ser levado em consideração todas as peculiaridades envolvidas no decorrer da tramitação processual, a fim de se averiguar, com razoabilidade e proporcionalidade se, de fato, estaria havendo desídia estatal na condução do feito. 5. Tal conjuntura enseja a incidência da Súmula nº 15, desta Corte de Justiça, segundo a qual: "Não há que se falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais.". (TJCE HC nº 0633203-95.2019.2019.8.06.0000; Relator (a):MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO; Comarca:Caucaia; Órgão julgador: 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia; Data do julgamento: 21/01/2020; Data de registro: 21/01/2020). Na hipótese sub oculli, o acusado está preso desde 19 de janeiro de 2021, em razão de sua prisão em flagrante delito. A denúncia já foi recebida, no dia 23 de fevereiro de 2021, oportunidade, também, em que a prisão do requerente foi convertida em preventiva. Após a apresentação da resposta à acusação dos corréus, o recebimento da denúncia foi ratificado em 13 de setembro de 2021. O processo está no aguardo da realização da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 9 de fevereiro de 2022. Destaque-se que se trata de feito complexo, com múltiplos de réus, com advogados distintos, em que se apuram vários crimes. Ademais, houve o declínio de competência e o retardo na manifestação de algumas defesas, que corroboraram para delonga do processo. Faz-se necessário destacar que, ainda que se reconhecesse excesso de prazo na tramitação do feito, se constatada a necessidade de custódia preventiva do acusado, deve ser aplicado o princípio da vedação à proteção deficiente por parte do Estado-Juiz, como forma de evitar que o Judiciário adote medidas insuficientes na proteção dos direitos fundamentais da sociedade. Nesse sentido, a jurisprudência: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES DOS ARTIGOS 180 E 311 DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. CONFIGURAÇÃO. MANUTENÇÃO NO ERGÁSTULO. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. SÚMULA 63 DO TJCE. ORDEM DENEGADA. 1. Caso em que o paciente está preso preventivamente há um ano e onze meses e o feito encontra-se concluso para sentença há cerca de cinco meses, de modo que está configurado o excesso de prazo da prisão cautelar do paciente. 2. Não obstante, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto, excepcionalmente, o reconhecimento do excesso de prazo não deve implicar na imediata soltura do paciente, em face de sua péssima conduta social, uma vez que registra duas execuções penais em andamento pela prática de outros crimes. 3. Aplicação do princípio da proibição de proteção deficiente do Estado-Juiz, segundo o qual ao Estado é vedado conferir proteção deficiente na defesa dos direitos e garantias fundamentais. 4. Incidência da Súmula nº 63 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. 5. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 5 de maio de 2020. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora (TJ-CE - HC: 06225483020208060000 CE 0622548-30.2020.8.06.0000, Relator: MARIA EDNA MARTINS, Data de Julgamento: 05/05/2020, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 06/05/2020) Não vejo, diante de tal marcha processual, situação de demora desarrazoada e desproporcional, apta a configurar o constrangimento ilegal na prisão do acusado, pelo que entendo ser mais prudente aguardar a realização da audiência designada, ocasião em que poderá ser analisada novamente a possibilidade de soltura do réu. Assim, não há constrangimento ilegal na manutenção do acusado no cárcere, porquanto não existe excesso injustificado de prazo para a conclusão da instrução. Por fim, quanto as condições pessoais favoráveis do requerente, é da jurisprudência consolidada dos Tribunais que a existência de bons antecedentes, primariedade, profissão lícita definida, domicílio certo dentre outros, estes fatores por si só não são garantidores de eventual direito de responder ao processo em liberdade, quando os motivos que ensejaram a prisão cautelar são suficientes para respaldá-la. Neste sentido a lição de Guilherme de Souza Nucci: O fato de o agente ser primário, não ostentar antecedentes e ter residência fixa não o levam a conseguir um alvará permanente de impunidade, livrando-se da prisão cautelar, visto que essa tem outros fundamentos. A garantia da ordem pública e da ordem econômica, bem como a conveniência da instrução criminal e do asseguramento da aplicação da lei penal fazem com que o juiz tenha base para segregar de imediato o autor da infração penal grave".(In Código de Processo Penal Comentado, RT, 6ª ed., p. 597). Permanecem, portanto, as razões invocadas para a decretação da prisão preventiva do requerente, não havendo que se falar de sua revogação. Ante o exposto, INDEFIRO o PEDIDO formulado. Intimem-se as partes desta decisão. Após o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. Magistrado da Vara de Delitos de Organizações Criminosas

ADV: FRANCISCO DANILO LOIOLA (OAB 45767/CE) - Processo 0037187-65.2021.8.06.0001 (processo principal 0208830-91.2021.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - REQUERENTE: Alisson Luiz Gonçalves Diniz - Trata-se de pedido de relaxamento/revogação de prisão, formulado por ALISSON LUIS GONÇALVES DINIZ por intermédio de seu defensor, alegando, em síntese, que a sua prisão é ilegal, pelo excesso de prazo para o início da instrução. Aduz, ainda, serem inexistente os requisitos para manutenção da medida cautelar. Além disso, alega possuir condições pessoais favoráveis, podendo sua prisão preventiva ser substituída por outras medidas cautelares ou pela prisão domiciliar. O Ministério Público opinou pelo indeferimento dos pedidos. Eis o breve relatório. Decido. Analiso, inicialmente, o argumento de excesso de prazo, por entender ser a legalidade/ilegalidade da custódia prejudicial à questão da sua necessidade ou não. Penso que não merece ser acolhida a alegação formulada pela defesa. O excesso de prazo para o encerramento da instrução, apto a gerar o constrangimento ilegal na prisão do requerente, somente ocorre na hipótese de nítido abuso ou lentidão propositada ou, pelo menos, desarrazoada ou desproporcional, provocada pela acusação ou pelo juiz. Nesse sentido, doutrina e jurisprudência são uniformes, litteris: Foi superado o entendimento de que a instrução deve estar encerrada em 81 dias que é simplesmente a soma de todos os prazos previstos para a realização dos vários atos processuais tendo em conta que o Código de Processo Penal é de 1941, quando a situação no país era outra, com muito maior folga dos juízos para a realização de audiências e para a colheita de prova. (...) Os Tribunais têm reconhecido tal medida e já não vem sendo concedida ordem de habeas corpus para a soltura de réus, quando a instrução se estende além do previsto (81 dias), em tese, pela lei processual penal, desde que haja motivo justificado. (GUILHERME DE SOUZA NUCCI, in Código de Processo Penal Comentado, 5ª Ed., RT, São Paulo, p. 696) 1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Impõe, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam

influir na tramitação da ação penal. 2. No caso em exame, o feito vem tendo regular andamento na origem, e o relativo atraso para o seu término deu-se em razão da complexidade do feito, a que respondem 3 (três) réus, e, ainda, da demora da defesa em formular requerimentos, da instauração de conflito de competência e de aditamento da denúncia. (AgRg no HC 538.504/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 19/12/2019). Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que o maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a 3 réus da prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em que foi necessária expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas a fim da continuação da audiência de instrução e julgamento realizada em 12/11/2018. Verifica-se, também, no sítio eletrônico do Tribunal de origem, que a audiência ainda não foi realizada por ausência das testemunhas, sendo designada para 10/10/2019, onde não foi realizado o interrogatório de um dos réus por estar ausente, aguardando-se a vinda das precatórias, tendo o Juiz determinado que, após o cumprimento dessas diligências, abra-se vista para memoriais. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora. (HC 520.896/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019). Compulsando os fólios, depreende-se, pela cronologia dos atos processuais praticados, que se trata de processo complexo, com pluralidade de réus, contando com 4 (quatro) acusados e patronos distintos, respondendo estes por crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, tendo sido apreendidos com mais de 40 (quarenta) quilos de cocaína, com expedição de diversas cartas precatórias no decorrer do processo (inclusive para estados da federação distintos), circunstâncias estas que justificam uma tramitação mais duradoura do feito. 3. Demais disso, verifica-se, ainda, a existência de pedidos incidentais da defesa de perícia médica, bem como outras diligências, todas elas aptas a prolongar sua tramitação. 4. Em que pese estarem os pacientes presos há cerca de 1 (um) ano e 9 (nove) meses, entendo que, em razão da complexidade do feito acima relatada, não há que se cogitar em existência de excesso de prazo, porquanto, conforme entendimento jurisprudencial do STJ já pacificado, os prazos legais não devem ser considerados num cálculo puramente aritmético, devendo ser levado em consideração todas as peculiaridades envolvidas no decorrer da tramitação processual, a fim de se averiguar, com razoabilidade e proporcionalidade se, de fato, estaria havendo desídia estatal na condução do feito. 5. Tal conjuntura enseja a incidência da Súmula nº 15, desta Corte de Justiça, segundo a qual: “Não há que se falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais.”. (TJCE HC nº 0633203-95.2019.2019.8.06.0000; Relator (a):MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO; Comarca:Caucaia; Órgão julgador: 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia; Data do julgamento: 21/01/2020; Data de registro: 21/01/2020). Na hipótese sub oculli, o acusado teve sua prisão preventiva decretada em 14 de março de 2021, sendo efetivamente preso em 31 de março de 2021, conforme ofício de fls. 1084/1092. A denúncia já foi recebida, no dia 28 de abril de 2021, nos autos n° 0223880-60.2021.8.06.0001 (pags. 661/662). Atualmente, o processo encontra-se aguardando a citação e apresentação de resposta à acusação dos acusados. Destaque-se que se trata de feito complexo, com elevado número de réus, 96 (noventa e seis) acusados, com advogados distintos, em que se apuram vários crimes. Ademais, houve a necessidade de expedição de cartas precatórias e retardo na manifestação de algumas defesas, que também apresentaram grande número de requerimentos/incidentes/diligências. Ademais, ainda que se reconhecesse excesso de prazo na tramitação do feito, se constatada a necessidade de custódia preventiva do acusado, deve ser aplicado o princípio da vedação à proteção deficiente por parte do Estado-Juiz, como forma de evitar que o Judiciário adote medidas insuficientes na proteção dos direitos fundamentais da sociedade. Nesse sentido, a jurisprudência: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES DOS ARTIGOS 180 E 311 DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. CONFIGURAÇÃO. MANUTENÇÃO NO ERGÁSTULO. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. SÚMULA 63 DO TJCE. ORDEM DENEGADA. 1. Caso em que o paciente está preso preventivamente há um ano e onze meses e o feito encontra-se concluso para sentença há cerca de cinco meses, de modo que está configurado o excesso de prazo da prisão cautelar do paciente. 2. Não obstante, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto, excepcionalmente, o reconhecimento do excesso de prazo não deve implicar na imediata soltura do paciente, em face de sua péssima conduta social, uma vez que registra duas execuções penais em andamento pela prática de outros crimes. 3. Aplicação do princípio da proibição de proteção deficiente do Estado-Juiz, segundo o qual ao Estado é vedado conferir proteção deficiente na defesa dos direitos e garantias fundamentais. 4. Incidência da Súmula nº 63 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. 5. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 5 de maio de 2020. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora (TJ-CE - HC: 06225483020208060000 CE 0622548-30.2020.8.06.0000, Relator: MARIA EDNA MARTINS, Data de Julgamento: 05/05/2020, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 06/05/2020) Assim, não há constrangimento ilegal na manutenção do acusado no cárcere, porquanto não existe excesso injustificado de prazo para a conclusão da instrução. Noutro giro, quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva, verifico que o requerente teve sua prisão preventiva decretada na mais perfeita legalidade, em decisão fundamentada em elementos concretos constantes dos autos, para a garantia da ordem pública. Com efeito, o acusado foi identificado através quebra de sigilo telemático do celular apreendido em poder de Emanuel Guilherme do Nascimento, vulgo Skunk autorizado nos autos do processo n° 0197857-48.2019.8.06.0001, sendo apontado, conforme relatório técnico acostado aos autos às pags. 370/373, que o requerente integra a organização criminosa Guardiões do Estado GDE, atuando no tráfico de drogas, há aproximadamente dois anos, na região do município de Nova Olinda. Ressalta-se, ainda, que o acusado participa de um grupo no aplicativo whatsapp da facção criminosa intitulado relatório, no qual constava que este se encontrava em atraso no pagamento da caixinha (contribuição mensal) de faccionados. Assim, a gravidade em concreto do crime imputado indica que a liberdade do acusado coloca em risco a ordem pública, pelo que necessita ser retirado do convívio social. Neste sentido é o precedente do Supremo Tribunal Federal: A jurisprudência do col. Pretório Excelso, também enquadra no conceito de garantia da ordem pública a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, no intuito de impedir a reiteração delitiva. Precedentes do STF e do STJ.(STF - HC: 172430 CE - CEARÁ, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 24/06/2019, Data de Publicação: DJe-139 27/06/2019) Ademais, quanto as condições pessoais favoráveis do requerente, é da jurisprudência consolidada dos Tribunais que a existência de bons antecedentes, primariedade, profissão lícita definida, domicílio certo, dentre outros, por si só, não são garantidores de eventual direito de responder ao processo em liberdade, quando os motivos que ensejaram a prisão cautelar são suficientes para respaldá-la. Neste sentido a lição de Guilherme de Souza Nucci: “O fato de o agente ser primário, não ostentar antecedentes e ter residência fixa não o levam a conseguir um alvará permanente de impunidade, livrando-se da prisão cautelar, visto que essa tem outros fundamentos. A garantia da ordem pública e da ordem econômica, bem como a conveniência da instrução criminal e do asseguramento da aplicação da lei penal fazem com que o juiz tenha base para segregar de imediato o autor da infração penal grave”.(In Código de Processo Penal Comentado, RT, 6ª ed., p. 597). Permanecem, portanto, as razões invocadas para a decretação da prisão preventiva do requerente, não havendo que se

falar de sua revogação. Quanto ao pedido de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, destaca-se que, para ocorrer esta substituição, o Juiz deverá exigir do acusado prova idônea capaz de atestar os requisitos exigidos pela lei para a concessão da prisão domiciliar. Observa-se, no entanto, que o acusado não demonstrou encaixar-se nas hipóteses elencados pelo artigo 318 do Código de Processo Penal, não sendo cabível, portanto, esta substituição. Ressalte-se que as medidas cautelares diversas da prisão se mostram inadequadas e insuficientes ao caso concreto, diante da gravidade dos crimes cometidos, sendo necessária a prisão como meio de resguardar a ordem pública. Ante o exposto, INDEFIRO os PEDIDOS formulados. Intimem-se as partes desta decisão. Após o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2022. Magistrado da Vara de Delitos de Organizações Criminosas

ADV: IGOR PINHEIRO COUTINHO (OAB 25242/CE) - Processo 0038749-12.2021.8.06.0001 (processo principal 0273387-24.2020.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - MASSA FALIDA: Clédina Célia Paula de Sousa - Trata-se de pedido de relaxamento/revogação de prisão preventiva, formulado por CLÉDINA CÉLIA PAULA DE SOUZA, por intermédio de seu defensor, alegando, em síntese, que a sua prisão é ilegal, pelo excesso de prazo para início da instrução. Alega, ainda, que sua prisão preventiva deve ser reanalisada na forma do art. 316, parágrafo único do Código de Processo Penal. O Ministério Público opinou pelo indeferimento dos pedidos. Eis o breve relatório. Decido. Analiso, inicialmente, o argumento de excesso de prazo, por entender ser a legalidade/ilegalidade da custódia prejudicial à questão da sua necessidade ou não. Penso que não merece ser acolhida a alegação formulada pela defesa. O excesso de prazo para o encerramento da instrução, apto a gerar o constrangimento ilegal na prisão da requerente, somente ocorre na hipótese de nítido abuso ou lentidão propositada ou, pelo menos, desarrazoada ou desproporcional, provocada pela acusação ou pelo juiz. Nesse sentido, doutrina e jurisprudência são uniformes, litteris: Foi superado o entendimento de que a instrução deve estar encerrada em 81 dias que é simplesmente a soma de todos os prazos previstos para a realização dos vários atos processuais tendo em conta que o Código de Processo Penal é de 1941, quando a situação no país era outra, com muito maior folga dos juízos para a realização de audiências e para a colheita de prova. (...) Os Tribunais têm reconhecido tal medida e já não vem sendo concedida ordem de habeas corpus para a soltura de réus, quando a instrução se estende além do previsto (81 dias), em tese, pela lei processual penal, desde que haja motivo justificado. (GUILHERME DE SOUZA NUCCI, in Código de Processo Penal Comentado, 5ª Ed., RT, São Paulo, p. 696) 1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Impõe, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal. 2. No caso em exame, o feito vem tendo regular andamento na origem, e o relativo atraso para o seu término deu-se em razão da complexidade do feito, a que respondem 3 (três) réus, e, ainda, da demora da defesa em formular requerimentos, da instauração de conflito de competência e de aditamento da denúncia. (AgRg no HC 538.504/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 19/12/2019). Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que o maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a 3 réus da prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em que foi necessária expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas a fim da continuação da audiência de instrução e julgamento realizada em 12/11/2018. Verifica-se, também, no sítio eletrônico do Tribunal de origem, que a audiência ainda não foi realizada por ausência das testemunhas, sendo designada para 10/10/2019, onde não foi realizado o interrogatório de um dos réus por estar ausente, aguardando-se a vinda das precatórias, tendo o Juiz determinado que, após o cumprimento dessas diligências, abra-se vista para memoriais. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora. (HC 520.896/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019). Compulsando os fólios, depreende-se, pela cronologia dos atos processuais praticados, que se trata de processo complexo, com pluralidade de réus, contando com 4 (quatro) acusados e patronos distintos, respondendo estes por crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, tendo sido apreendidos com mais de 40 (quarenta) quilos de cocaína, com expedição de diversas cartas precatórias no decorrer do processo (inclusive para estados da federação distintos), circunstâncias estas que justificam uma tramitação mais duradoura do feito. 3. Demais disso, verifica-se, ainda, a existência de pedidos incidentais da defesa de perícia médica, bem como outras diligências, todas elas aptas a prolongar sua tramitação. 4. Em que pese estarem os pacientes presos há cerca de 1 (um) ano e 9 (nove) meses, entendo que, em razão da complexidade do feito acima relatada, não há que se cogitar em existência de excesso de prazo, porquanto, conforme entendimento jurisprudencial do STJ já pacificado, os prazos legais não devem ser considerados num cálculo puramente aritmético, devendo ser levado em consideração todas as peculiaridades envolvidas no decorrer da tramitação processual, a fim de se averiguar, com razoabilidade e proporcionalidade se, de fato, estaria havendo desídia estatal na condução do feito. 5. Tal conjuntura enseja a incidência da Súmula nº 15, desta Corte de Justiça, segundo a qual: "Não há que se falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais.". (TJCE HC nº 0633203-95.2019.2019.8.06.0000; Relator (a):MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO; Comarca:Caucaia; Órgão julgador: 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia; Data do julgamento: 21/01/2020; Data de registro: 21/01/2020). Na hipótese sub oculli, a acusada foi presa preventivamente em 02 de dezembro de 2020 (fl. 267). A denúncia já foi recebida, no dia 05 de fevereiro de 2021 (fls.485/487). A requerente apresentou sua resposta à acusação em 28 de abril de 2021 (fls. 785/795). O processo está no aguardo da citação e resposta à acusação de alguns dos acusados. Destaque-se que se trata de feito complexo, com multiplos réus, com advogados distintos, em que se apuram vários crimes. Ademais, houve a necessidade de expedição de cartas precatórias, editais para citação e retardo na manifestação de algumas defesas, que também apresentaram grande número de requerimentos/incidentes/diligências. Faz-se necessário destacar que ainda que se reconhecesse excesso de prazo na tramitação do feito, se constatada a necessidade de custódia preventiva da acusada, deve ser aplicado o princípio da vedação à proteção deficiente por parte do Estado-Juiz, como forma de evitar que o Judiciário adote medidas insuficientes na proteção dos direitos fundamentais da sociedade. Nesse sentido, a jurisprudência: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES DOS ARTIGOS 180 E 311 DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. CONFIGURAÇÃO. MANUTENÇÃO NO ERGÁSTULO. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. SÚMULA 63 DO TJCE. ORDEM DENEGADA. 1. Caso em que o paciente está preso preventivamente há um ano e onze meses e o feito encontra-se concluso para sentença há cerca de cinco meses, de modo que está configurado o excesso de prazo da prisão cautelar do paciente. 2. Não obstante, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto, excepcionalmente, o reconhecimento do excesso de prazo não deve implicar na imediata soltura do paciente, em face de sua péssima conduta social, uma vez que registra duas execuções penais em andamento pela prática de outros crimes. 3. Aplicação do princípio da proibição de proteção deficiente do Estado-Juiz, segundo o qual ao Estado é vedado conferir proteção deficiente na defesa dos direitos e garantias fundamentais.

4. Incidência da Súmula nº 63 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. 5. Ordem denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 5 de maio de 2020. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora (TJ-CE - HC: 06225483020208060000 CE 0622548-30.2020.8.06.0000, Relator: MARIA EDNA MARTINS, Data de Julgamento: 05/05/2020, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 06/05/2020) Não vejo, diante de tal marcha processual, situação de demora desarrazoada e desproporcional, apta a configurar o constragimento ilegal na prisão da acusada. Assim, não há constrangimento ilegal na manutenção da acusada no cárcere, porquanto não existe excesso injustificado de prazo para a conclusão da instrução. Noutro giro, impende observar que a Lei n. 13.964/19, conhecida como Lei do Pacote Anticrime, alterou o art. 316 do Código de Processo Penal e incluiu o parágrafo único no mencionado artigo que dispõe que: "Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal". Ao compulsar os autos, observa-se que a requerente teve sua prisão preventiva decretada na mais perfeita legalidade, em decisão fundamentada em elementos concretos constantes dos autos, para a garantia da ordem pública. Com efeito, a requerente foi apontada como integrante da organização criminosa Guardiões do Estado GDE, atuando no tráfico de drogas. A acusada foi identificada através da coleta de dados do aparelho celular apreendido em poder de Yago Steferson Alves dos Santos, apontado como um dos líderes da referida facção. Assim, a gravidade em concreto do crime imputado indica que a liberdade da acusada coloca em risco a ordem pública, pelo que necessita ser retirada do convívio social. Neste sentido é o precedente do Supremo Tribunal Federal: A jurisprudência do col. Pretório Excelso, também enquadra no conceito de garantia da ordem pública a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, no intuito de impedir a reiteração delitiva. Precedentes do STF e do STJ." (STF - HC: 172430 CE - CEARÁ, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 24/06/2019, Data de Publicação: DJe-139 27/06/2019) Sublinhe-se que não há qualquer fato novo, em favor da requerente, que tenha modificado a situação que gerou a sua prisão preventiva, razão pela qual não cabe a revogação da prisão, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, sendo esse entendimento uníssono em nossos Tribunais: Permanência das razões da decretação da prisão Não há que se revogar prisão preventiva se ainda persistem as razões do seu desencadeamento. (RT 732/667) Revogação depende do desaparecimento das razões da decretação a revogação deve se calcar, e indicar com explicitude, o desaparecimento das razões que, originalmente, determinaram a custódia provisória. Não pode aquela desgarrar dos parâmetros traçados pelo art. 316 do CPP e buscar suas causas noutras plagas. (RT 626/351) Presentes os pressupostos (materialidade do crime e indícios suficientes de autoria), bem como comprovada a necessidade da medida para assegurar a aplicação da lei penal e garantia da ordem pública, é de ser mantida a custódia do paciente (TJAL HC Rel. Geraldo Tenório Silveira RT 714/394). Permanecem, portanto, as razões invocadas para a decretação da prisão preventiva da requerente, não havendo que se falar de sua revogação. Ressalte-se que as medidas cautelares diversas da prisão se mostram inadequadas e insuficientes ao caso concreto, diante da gravidade do crime imputado, sendo necessária a prisão como meio de resguardar a ordem pública. Ante o exposto, INDEFIRO os PEDIDOS formulados. Intimem-se as partes desta decisão. Após o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais. Fortaleza/CE, 24 de janeiro de 2022. Magistrado da Vara de Delitos de Organizações Criminosas

VARAS CRIMINAIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: PATRICIA CORREIA DA PONTE (OAB 38941/CE) - Processo 0278530-57.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Francisco Lucas Gomes Pereira - Defiro o requerimento formulado na peça de pág. 94/95, devendo a ilustre causídica nomeada na procuração de pág. 96 ser habilitada nos autos como advogada do réu Francisco Lucas Gomes Pereira, devendo a mesma ser intimada pelo Diário da Justiça para apresentar a resposta do acusado, no prazo de 10 (dez) dias

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022

ADV: ADELY MARIA FREITAS COSTA (OAB 28455/CE) - Processo 3000546-27.2017.8.06.0014 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Desacato - AUTOR FATO: Romulo Augusto Linhares Paiva - Havendo dúvida a respeito da sanidade mental do acusado RÔMULO AUGUSTO LINHARES PAIVA, entendo por bem instaurar o incidente de insanidade mental suscitado pela defesa do réu, com amparo no art. 149 do Código de Processo Penal, para que o indigitado réu seja submetido a exame psiquiátrico, cuja perícia deverá ser procedida por dois médicos do Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes (peritos oficiais), oportunamente. Suspendo o feito em tela nos termos do art. 149, § 2º, do Código de Processo Penal e nomeio curador ao nominado delatado, a ilustre causídica Dra. Adely Maria Freitas Costa, OAB/CE 28.455, que deverá ser intimada, pelo Diário da Justiça, para apresentar os quesitos referente ao exame, no prazo de 5 (cinco) dias.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: CARLA MARILIA TERCEIRO LOPES (OAB 32293/CE) - Processo 0216428-33.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: C.N.S.L. e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista à advogada do réu Chanderlieur Nogueira da Silva Lazaro, e ao Defensor

Público, para apresentarem memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: BILLY JOHN MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 41778/CE), ADV: LUÍS EDUARDO SANTOS MORAIS (OAB 41635/CE), ADV: RAQUEL NEIVA DE SOUZA ALVES (OAB 41272/CE) - Processo 0268677-58.2020.8.06.0001 - Inquérito Policial - Falsa identidade - AUTUADO: Milson Benicio da Silva - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019 da CGJ, designo o dia 03 de junho de 2022 às 09:30 horas, para a audiência de Homologação de Acordo de não persecução penal, a qual deverá, excepcionalmente, ser realizada por sistema de videoconferência, com a utilização do aplicativo Microsoft Teams, devendo o link de acesso ser hospedado no endereço: https://link.tjce.jus.br/fa2e61 Intime-se o investigado através de mandado, devendo constar no mandado de intimação o link da audiência, informando, outrossim, que, havendo dúvidas, entre em contato com a Vara através do e-mail for.2criminal@tjce.jus.br; ou do Whatsapp Business 3492-86.28. Intimem-se o Ministério Público e o Defensor do acusado. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: MARIA DO SOCORRO MAIA LANDIM (OAB 12442/CE) - Processo 0010095-78.2022.8.06.0001 (processo principal 0261613-60.2021.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Receptação - RÉU: Francisco Gledson de Souza Lima - Quanto à alegação de ilegalidade da prisão por excesso de prazo,

ADV: QUÉSIA DE SOUSA BOMFIM LIMA (OAB 42070/CE) - Processo 0255957-25.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉ: Maria Stefania de Sousa Rodrigues e outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019 da CGJ, designo audiência para o dia 24 de fevereiro de 2022 às 10:00 horas, a fim de ser ouvida a vítima e os acusados sejam interrogados, a qual deverá, excepcionalmente, ser realizada por sistema de videoconferência, com a utilização do do sistema Microsoft Teams, devendo o link de acesso ser hospedado no endereço: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWJjZDM3ZjUtNTJiNC00Yjc4LWI4MTMtYTMyMmYyNWM5MmEw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2256b0a867-0f04-4ebf-a581-e8ee6f536e0c%22%7d O gabinete agendou referida audiência no SIMAV, em relação aos acusados. Em relação à(s) Evandro Pereira da Silva (vítima), qualificado às fls. 13/14, deverá constar no mandado de intimação o link da audiência e o telefone da referida vítima, informando, outrossim, o e-mail desta Unidade Jurisdicional para que, havendo dúvidas, os intimados entrem em contato com a Vara for.2criminal@tjce.jus.br; ou do Whatsapp Business 3492-86.28. O gabinete poderá também realizar a intimação pelo aplicativo de WhatsApp, nos termos do Provimento nº 10 da CGJCE, com posterior certificação nos autos. Ciência ao Ministério Público, defensoras dos acusados Gustavo e Stefania (fls. 151 e 152) e Defensor Público.

ADV: LAIANE MARIELE DA SILVA FREIRE (OAB 38866/CE) - Processo 0283964-27.2021.8.06.0001 - Mandado de Segurança Criminal - Apreensão - IMPETRANTE: Bruno Pinheiro Oliveira da Silva - Considerando a natureza e os altos valores dos objetos reivindicados, bem como a condição de empresário do impetrante, indefiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista que o valor da causa de R$ 1.000,00 constante da inicial não condiz com o proveito econômico pretendido pelo impetrante, notadamente porque os aparelhos móveis celulares requeridos, no caso, Iphones, Promax, 512 GB, marca Apple, custam em média R$ 9.800,00, cada um, conforme informação do próprio impetrante (p. 4), corrijo de ofício o referido valor, atribuindo, por conseguinte, à causa o valor de R$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais), nos termos do art. 292, §3º, do CPC. Antes de analisar a admissibilidade da inicial, intime-se o impetrante para no prazo de 15 dias proceda às seguintes emendas: 1) qualificar a autoridade coatora com respectivo endereço onde pode ser encontrada; 2) especifique de maneira clara e objetiva o seu pedido principal de concessão de segurança (alínea “D”, p. 6); 3) esclareça detalhadamente as circunstâncias de apreensão de cada aparelho, especificando com quem estavam e a titulo de que estavam na posse dos respectivos dispositivos. 4) junte a íntegra do Inquérito Policial 105-96/2021, bem como os documentos da legitimidade do direito do impetrante sobre os objetos requeridos. 5) juntar as custas iniciais; Intime-se, o impetrante, por sua advogada.

ADV: JOSE VALDIR DE CASTRO MOURA NETO (OAB 31481/CE) - Processo 0290819-22.2021.8.06.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Latrocínio - RÉU: M.P.S. e outro - R.H. Habilite-se o advogado constituído pelo acusado Murilo Pinheiro da Silva às fls. 402. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: LAYS LINNE DOS SANTOS COSTA (OAB 40381/CE) - Processo 0010505-39.2022.8.06.0001 (processo principal 0285424-49.2021.8.06.0001) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Roubo Majorado - REQUERENTE: Marcio Cavalcante Assunção - Diante do que foi exposto, acolho o pedido, em parte, para o fim de tão-somente deferir a Márcio Cavalcante Assunção a prisão domiciliar, devendo a segregação cautelar se restringir aos limites do imóvel residencial do requerente, cuja fiscalização se efetivará através de monitoração eletrônica. Expeça-se ordem de liberação de prisão domiciliar, bem como se oficie ao setor de monitoração para fins de implementação da medida, notadamente a instalação do dispositivo tornozeleira eletrônica. Intime-se o acusado, por seus advogados, e o Ministério Público.

ADV: ADRIANA MARIA DE O. MARTINS (OAB 10657/CE) - Processo 0041557-68.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Vanderson Pereira de Carvalho e outro - Diante do que foi exposto, reconheço a prescrição da pretensão punitiva do Estado em punir Vanderson Pereira de Carvalho, pela acusação feita nestes autos, motivo pelo declaro extinta a punibilidade, nos termos do art° 109, inciso IV, combinado com artigo 107, inciso IV, ambos do Código Penal Brasileiro. P.R.I. Empós, arquivem-se.

ADV: PEDRO HENRIQUE ALMEIDA LEITE (OAB 21128/CE), ADV: EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO (OAB 15499/CE) - Processo 0072870-47.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Alexandre da Silva Ferreira - Diante do que foi exposto, reconheço de ofício a prescrição da pretensão punitiva do Estado em punir Alexandre da Silva Ferreira pela acusação feita nestes autos, motivo pelo declaro extinta a punibilidade, com relação ao crime do art. 306 do CTB, nos termos do art° 109, inciso IV, combinado com artigo 107, inciso IV, ambos do Código Penal

Brasileiro. P.R.I. Empós, arquivem-se.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: ALEXSANDRO DE CASTRO LIMA (OAB 27174/CE) - Processo 0137256-13.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0137338-44.2018.8.06.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano - ACUSADO: E.S.S. - Portanto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, julgo por sentença, extinta a punibilidade de Edmilson Souza da Silva, o que faço com esteio no artigo 107, I do Código Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e baixas de praxe. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO EVALDO FERREIRA DE MORAIS FILHO (OAB 45584/CE) - Processo 0270837-22.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Pedro Lucas Moura do Carmo e outro - Constata-se que, de fato, o prazo estipulado para a duração da medida cautelar referente à monitoração eletrônica de ambos os réus foi fixada em três meses, período já decorrido, não sendo razoável perdurar a determinação. Assim, considerando que os acusados Pedro Lucas e Pedro Laylson não voltaram a cometer qualquer outra infração, revogo a medida cautelar de monitoração eletrônica. Oficie-se à Secretaria de Administração Penitenciária, comunicando a presente decisão, devendo ser retiradas as tornozeleiras eletrônicas, caso ainda não providenciado. As demais medidas deverão perdurar pelo prazo estipulado. Manifeste-se o Ministério Público em relação à divergência referente à qualificação do acusado denunciado como Pedro Lucas Moura Castro, uma vez que no inquérito policial consta o nome Pedro Lucas Moura do Carmo. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: MARIA DAS DORES GONÇALVES CAVALCANTE (OAB 6070/CE), ADV: DEBORA MARNY DE AGUIAR PARENTE (OAB 11463/CE), ADV: SAMUEL DE OLIVEIRA ABATH (OAB 17560/CE) - Processo 0671456-96.2012.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Josino Adalberto Sousa Coelho e outros - Assim, considerando que consta expedida a Guia Provisória em relação ao réu Josino Adalberto, (fls. 427/428) e distribuída à fl. 430, oficie-se ao Juízo da 2ª Vara de Execução Penal (Processo de Execução nº 0731537.40.2014.8.06.0001/0), para transmudação da Guia provisória para Defintiiva, devendo ser anexados as seguintes peças: sentença judicial 337/350, acórdão de fls. 541/566 e decisões de fls. 728-729 e 730-735, certidão de trânsito em julgado fl. 741. Considerando o advento do trânsito em julgado da sentença em relação ao réu Emanuel Pollycarpo Menezes Martins se deu após a Lei 13.964/2019, que alterou o art. 51 do Código Penal, intime-se o referido réu no local onde se encontra recolhido, para efetuar, voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento da pena de multa que restou condenado, de 10 (dez) dias-multa, sendo que o dia-multa equivale à fração de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato, ou seja, em 29 de dezembro de 2011, perfazendo assim, o valor de R$ 314,86 (trezentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos), nos termos do art. 2º da Portaria Conjunta N.1466/2020 PRES/CCJCE. Devendo ser consignado no mandado que a guia para pagamento da multa deverá ser expedida junto ao site da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará: https://servicos.sefaz.ce.gov.br/internet/dae/taxas/ (CPF do réu - Orgão: FUNPEN/CE Fundo Penitenciário do Estado do Ceará - Receita 8370 Receitas do FUNPEN/CE Produto 63532- Multas Judiciais - FUNPEN/CE). Em relação aos bens apreendidos e relacionados no auto de apreensão de fl.48-49, observo que todos já foram restituídos, com exceção dos artefatos, conforme termos de restituições que repousam às fls. 49/57. O armamento e munição apreendidos, dois revólveres da marca Taurus, uma pistola da marca IMBEL e o carregador para pistola oxidado próprio para cartucho calibre .380, determino a remessa dos mesmos ao Comando do Exército para os fins do art. 25 do Estatuto do Desarmamento, oficie-se, pois, anexando o auto de fl. 48, o laudo pericial e certidão de entrega que repousam às fls. 86-92. Ciência ao Ministério Público e as defesas dos réus.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: MARIA DAS DORES GONÇALVES CAVALCANTE (OAB 6070/CE), ADV: DEBORA MARNY DE AGUIAR PARENTE (OAB 11463/CE), ADV: SAMUEL DE OLIVEIRA ABATH (OAB 17560/CE) - Processo 0671456-96.2012.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Josino Adalberto Sousa Coelho e outros - Assim, considerando que consta expedida a Guia Provisória em relação ao réu Josino Adalberto, (fls. 427/428) e distribuída à fl. 430, oficie-se ao Juízo da 2ª Vara de Execução Penal (Processo de Execução nº 0731537.40.2014.8.06.0001/0), para transmudação da Guia provisória para Defintiiva, devendo ser anexados as seguintes peças: sentença judicial 337/350, acórdão de fls. 541/566 e decisões de fls. 728-729 e 730-735, certidão de trânsito em julgado fl. 741. Considerando o advento do trânsito em julgado da sentença em relação ao réu Emanuel Pollycarpo Menezes Martins se deu após a Lei 13.964/2019, que alterou o art. 51 do Código Penal, intime-se o referido réu no local onde se encontra recolhido, para efetuar, voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento da pena de multa que restou condenado, de 10 (dez) dias-multa, sendo que o dia-multa equivale à fração de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato, ou seja, em 29 de dezembro de 2011, perfazendo assim, o valor de R$ 314,86 (trezentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos), nos termos do art. 2º da Portaria Conjunta N.1466/2020 PRES/CCJCE. Devendo ser consignado no mandado que a guia para pagamento da multa deverá ser expedida junto ao site da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará: https://servicos.sefaz.ce.gov.br/internet/dae/taxas/ (CPF do réu - Orgão: FUNPEN/CE Fundo Penitenciário do Estado do Ceará - Receita 8370 Receitas do FUNPEN/CE Produto 63532- Multas Judiciais - FUNPEN/CE). Em relação aos bens apreendidos e relacionados no auto de apreensão de fl.48-49, observo que todos já foram restituídos, com exceção dos artefatos, conforme termos de restituições que repousam às fls. 49/57. O armamento e munição apreendidos, dois revólveres da marca Taurus, uma pistola da marca IMBEL e o carregador para pistola oxidado próprio para cartucho calibre .380, determino a remessa dos mesmos ao Comando do Exército para os fins do art. 25 do Estatuto do Desarmamento, oficie-se, pois, anexando o auto de fl. 48, o laudo pericial e certidão de entrega que repousam às fls. 86-92. Ciência ao Ministério Público e as defesas dos réus.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: JORGE LUIS SALOMÃO (OAB 31030/CE) - Processo 0049183-02.2017.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Espedito Jonatas Geronimo dos Santos - Diante do exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva contida na denúncia para CONDENAR Espedito Jonatas Gerônimo dos Santos, nas sanções previstas no art. 12 da Lei 10.826/03. Por outra via ABSOLVO da imputação que fez o Ministério Público em relação ao art. 180 do Código Penal, o que faço nos termos do art. 386, inciso VII do CPP.

ADV: NAYRON BRAGA DA COSTA (OAB 37525/CE) - Processo 0264618-27.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Paulo Victor Girão de Lima - Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 397 do CPP,ratifico o recebimento da denúnciae designoaudiência de instrução e julgamentopara a data de 07 de fevereiro de 2023, às 15 horas e 15 minutos, com tomada de declarações da vítima, inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, o réu. Desta feita, determino a notificação do acusado, seu advogado, requisição dos policiais militares e Ministério Público, observando-se a parte final do artigo 396-A,caputdo CPP. Intimem-se as partes para informar a realização da audiência por meio do aplicativo Microsoft Teams, a ser utilizado ao celular, tablet, desktop (computador de mesa) ou notebook (computador portátil). No ofício ou mandado encaminhado deve conter a informação da necessidade do uso de microfone e câmera. Encaminhe-se nos expedientes o link (endereço de conexão) da audiência marcada junto ao referido sistema, qual seja: https://link.tjce.jus.br/a187cd

ADV: ANA RUTH BATISTA DE FREITAS (OAB 24434/CE) - Processo 0274360-76.2020.8.06.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: José Leandro Lima Ferreira - Do exposto, considerando que o acordo de não persecução penal foi devidamente cumprido, em consonância com o Ministério Público, determino a extinção da punibilidade do investigado José Leandro Lima Ferreira, o que faço nos termos do art. 28-A, § 13, do Código de Processo Penal. Registre-se que, nos termos do art. 28-A, § 12, do Código de Processo Penal, a celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto para os fins previstos no inciso III do § 2º deste artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO (OAB 18346/CE), ADV: JOSE NUNES SETUBAL (OAB 3348/CE) - Processo 0082656-28.2007.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Vicente Paulo Damasceno Neto e outro - Isto posto, e por tudo mais constante da prova dos autos acolho o parecer de fls. 401/403, e julgo, por sentença, para que possa produzir seus jurídicos e regulares efeitos, EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus Vicente Paulo Damasceno Neto e Francisco Célio Alves da Silva Júnior, devidamente qualificados, pelo reconhecimento do instituto da prescrição, na forma acima exposta e nos moldes do art. 107, IV, art. 110, § 1º e art. 109, inciso III, todos do C.P.B., c/c o art. 61 do C.P.P., suprimido todos os efeitos decorrentes da sentença de fls. 262/271, para os aludidos réus. Sem custas. Após o trânsito em julgado do presente decisum, procedam-se às anotações, comunicações e baixas de estilo. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: FRANCISCO MARCELO BRANDAO (OAB 4239/CE) - Processo 1039744-43.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - RÉU: Arcendino Ferreira e outros - Isto posto, e por tudo mais constante da prova dos autos, acolho o parecer de fls. 814/816 e julgo, por sentença, para que possa produzir seus jurídicos e regulares efeitos, EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus Martins Oliveira Ferreira, Arcedino Ferreira e Francisco Hilton dos Santos Bandeira, devidamente qualificados, pelo reconhecimento do instituto da prescrição, na forma acima exposta e nos moldes do art. 107, IV, art. 110, § 1º e art. 109, inciso III, todos do C.P.B., c/c o art. 61 do C.P.P., suprimido todos os efeitos decorrentes da sentença de fls. 752/769, para os aludidos réus. Sem custas. Após o trânsito em julgado do presente decisum, procedam-se às anotações, comunicações e baixas de estilo. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: FRANCISCO MARCELO BRANDAO (OAB 4239/CE) - Processo 1039744-43.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - RÉU: Arcendino Ferreira e outros - Isto posto, e por tudo mais constante da prova dos autos, acolho o parecer de fls. 814/816 e julgo, por sentença, para que possa produzir seus jurídicos e regulares efeitos, EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus Martins Oliveira Ferreira, Arcedino Ferreira e Francisco Hilton dos Santos Bandeira, devidamente qualificados, pelo reconhecimento do instituto da prescrição, na forma acima exposta e nos moldes do art. 107, IV, art. 110, § 1º e art. 109, inciso III, todos do C.P.B., c/c o art. 61 do C.P.P., suprimido todos os efeitos decorrentes da sentença de fls. 752/769, para os aludidos réus. Sem custas. Após o trânsito em julgado do presente decisum, procedam-se às anotações, comunicações e baixas de estilo. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022
ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE), ADV: VLADIMIR BARBOSA GONZAGA (OAB 37435/CE) - Processo 0146163-45.2016.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Wandegleditson Pearce Santiago - Trata-se de ação penal já julgada e que resultou na condenação do réu a um ano, um mês e vinte dias de reclusão e pagamento de 10 dias-multa, para o delito de estelionato e três meses e onze dias de detenção para o delito de falsa identidade. Com base na pena concretamente estabelecida na sentença, e considerando o espaço de tempo decorrido entre o recebimento do aditamento à denúncia (25/07/2016 pág. 194) e a publicação do decreto condenatório (07/12/2021), isto é, mais de 05 (cinco) anos, não há como fugir do reconhecimento da prescrição dita retroativa, sobretudo porque não verificada qualquer suspensão e/ou interrupção, nesse interregno, do lapso prescricional e porque a condenação se tornou imutável para a acusação. Como cediço, o prazo extintivo da punibilidade, na espécie, é de 04 (quatro) anos, uma vez que os crimes prescrevem separadamente e a pena do mais grave deles foi de 01 ano, 01 mês e 20 dias de reclusão, ex vi da regra do art. 109, V, e 119, do Código Penal. Isso posto, reconheço a prescrição, em sua modalidade retroativa, para declarar EXTINTA A PUNIBILIDADE do fato atribuído, nesta sede, ao réu WANDEGLEDISTON PEARCE SANTIAGO, medida que adoto com fulcro nos arts. 107, IV, 109, V e 110, §1º, todos do Código Penal. P. R. Intimem-se somente acusação e defesa técnica, ante a ausência de prejuízo ao réu. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

EXPEDIENTES DA 7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022
ADV: FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7030/CE) - Processo 0039543-33.2021.8.06.0001 (processo principal 0423127-08.2010.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Roubo Majorado - REQUERENTE: Francisco Antonio Queiroz dos Santos - 10.Isso posto, não constatada a necessidade da manutenção do decreto preventivo de RAIMUNDO NONATO ALVES FERREIRA, revogo a prisão preventiva que lhe fora imposta, e ESTENDO A MEDIDA, também, para o réu JUSCELINO DE OLIVEIRA GARCIA, ao tempo em que determino que sejam expedidos ofícios à Delegacia de Capturas e Polínter DECAP, requerendo os recolhimentos dos mandados de prisão expedidos em data de 03.09.2010 (págs. 84 e 86).

EXPEDIENTES DA 8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022
ADV: EVELAYNE ARAÚJO DE CASTRO (OAB 33965/CE), ADV: ITALO DE LIMA CARVALHO (OAB 36486/CE), ADV: FRANCISCO MAGNO SILVA OLIVEIRA (OAB 39632/CE), ADV: ROMÁRIO CARNEIRO DA SILVA (OAB 41141/CE) - Processo 0286613-62.2021.8.06.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - AUTUADO: Francisco José de Brito Holanda - Levi Duarte da Silva e outros - Isto posto, nos termos do parecer ministerial, considerando que o colhido do fato criminis traz elementos indiciários de atuação de organização criminosa, delito tipificado na Lei nº 12.850/2013, com fulcro no art. 49-A da Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, DETERMINANDO logo a REMESSA dos presentes AUTOS à Vara de Delitos de Organizações Criminosas desta Comarca, para que lá sejam adotados os atos procedimentais cabíeis. PROCEDER, com URGÊNCIA, a devida REMESSA, seguindo-se também remessa dos autos dependentes. CIÊNCIA o Ministério Público e aos advogados com procuração nos autos principais e/ou dependentes.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022
ADV: ANTONIO AUGUSTO MOREIRA SILVA (OAB 7025/CE), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA E SILVA (OAB 33509/CE) - Processo 0176052-39.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: EMERSON MATIAS DA SILVA - Vistos em conclusão, Retiro de pauta a audiência designada às fls. 71/72, para dar lugar as audiências de processos de metas do CNJ. Redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para 03/05/2023 às 15:00h. Notifique-se por mandado as testemunhas Aparecida de Sousa Braga e Neuliana da Silva e a vítima Kassia Vanessa da Silva de Almeida, nos seus endereços devidamente inseridos no cadastro de partes e representantes, para fins de comparecimento. Intime-se por mandado o réu Emerson Matias da Silva, no seu endereço devidamente inserido no cadastro de partes e representantes, para fins de comparecimento. Notifique-se através de ato ordinatório vinculado as testemunhas Valcimon Goiana Melo e Arilo Assunção Silva, para fins de comparecimento. Fazer constar nas comunicações que: caso, quando do período da realização da audiência aqui agendada, ainda persistirem restrições sanitárias à realização do ato presencialmente no Fórum, em vista da pandemia do novo coronavírus, fica desde já contemplada a possibilidade de que tal venha a ocorrer na forma telepresencial, por meio da plataforma/aplicativo Microsoft Teams, a ser usado através do celular, tablet, desktop ou notebook, sendo necessário o uso de microfone e câmera, cujo link de acesso é https://link.tjce.jus.br/10f6b3; circunstância em que a advogada deverá indicar e-mails das partes, testemunhas e procurador(es), até dez dias antes, para envio do convite ao ambiente virtual da audiência. Intime-se o Ministério Público, através do portal. Intime-se através do Diário da Justiça os advogados MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA E SILVA OAB/XX Nº 33.509 e ANTONIO AUGUSTO MOREIRA E SILVA- OAB/XX Nº 7.025. Expedientes necessários.
ADV: PAULO CESAR BARBOSA PIMENTEL (OAB 9165/CE) - Processo 0187457-09.2018.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Jefferson Sousa Calaça - Vistos em conclusão, Em face da certidão de fls. 144, redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para 30/11/2022 às 13:00h. Intime-se por meio de mandado o réu Jefferson Sousa Calaça, no seu endereço devidamente inserido no cadastro de partes e representantes, para fins de comparecimento. Intime-se por meio de mandado as testemunhas Janaina Lemos Duarte, Roberto de Sousa Mendes, Camila Santos Mendes, Francisca Elenita Lima e Francisca Marta Almeida, nos seus endereços devidamente inseridos no cadastro de partes e representantes. Expeça-se carta precatória à Comarca de Caucaia/CE, para fins de notificação e comparecimento da vítima Julia Yasmin dos

Santos Sousa, menor representada por sua genitora Suziane Lima dos Santos, brasileira, casada, fabricante, filha de Mauricio Carneiro dos Santos e Teresinha Lima dos Santos, nascida em 17/01/1978, natural de Fortaleza/CE, CPF: 808080142391, RG: 93010020918 SSPDS/CE, residente À Rua Idealista, 81 nl 4b apto 101, Jurema, Caucaia/CE. Assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da deprecata. Expeça-se carta precatória à Comarca de Caucaia/CE, para fins de notificação e comparecimento da testemunha Francisco Alberto da Silva Lima, brasileiro, solteiro, porteiro, filho de Francisco José dos Santos ima e MAria Conceição da Silva Lima, nascido em 13/05/1992, natural de Caucaia/CE, CPF: 04071378310, RG: 2006012025780 SSPDS, residente à Avenida Dom Almeida Lustosa, 4557, Jurema, Caucaia/CE, telefone: (85) 986323445. Assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da deprecata. Expeça-se carta precatória à Comarca de Caucaia/CE, para fins de notificação e comparecimento da testemunha Maria Barros da Silva, brasileira, solteira, camareira, filha de Mariano Barros da Silva e Luzia Marques da Silva, nascida em 01/08/1979, natural de Itaiba/PE, RG: 20079034254 SSPDS/CE, residente À Rua Idealista, 85 apto 101, bloco 09a, Jurema, Caucaia/CE, telefone: (85) 986870847. Assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da deprecata. Expeça-se carta precatória à Comarca de Caucaia/CE, para fins de notificação e comparecimento da testemunha Karliene de Souza Dias, brasileira, casada, vendedora, filha de Francisco das Chagas Nunes Dias e Maria Valcilene de Souza Dias, nascida em 29/08/1981, natural de Fortaleza/CE, CPF: 96362316304, RG: 99010541330 SSPDS/CE, residente à Rua Idealista, 81, bl 5b, apto 102, Jurema, Caucaia/CE, telefone: (85) 988562016. Assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da deprecata. Fazer constar nas comunicações que: caso, quando do período da realização da audiência aqui agendada, ainda persistirem restrições sanitárias à realização do ato presencialmente no Fórum, em vista da pandemia do novo coronavírus, fica desde já contemplada a possibilidade de que tal venha a ocorrer na forma telepresencial, por meio da plataforma/aplicativo Microsoft Teams, a ser usado através do celular, tablet, desktop ou notebook, sendo necessário o uso de microfone e câmera, cujo link de acesso é https://link.tjce.jus.br/6a6ebe; circunstância em que a(o) advogada(o)/defensor(a) deverá indicar e-mails das partes, testemunhas e procurador(es), até dez dias antes, para envio do convite ao ambiente virtual da audiência. Intime-se o Ministério Público através do portal. Intime-se através do Diário da Justiça o advogado Paulo César Barbosa Pimentel OAB/CE Nº 9165/CE. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: MICHEL COSTA CASTELO BRANCO RAYOL (OAB 20145/CE) - Processo 0137849-08.2019.8.06.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Injúria - REQUERENTE: João Gaspar Bezerra Filho - Vistos. Acolho o parecer de fls. 15/16. Cumpra-se, na forma pretendida pelo Ministério Público. Expediente necessário.

ADV: ANDRE EUGENIO DE OLIVEIRA QUEZADO (OAB 25992/CE) - Processo 0796451-16.2014.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Francisco Alves da Cruz - Vistos. Recebo o recurso de apelação de fl. 228, interposto pela defesa. Intime-se o advogado para oferecimento das suas razões. . Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para oferecer contrarrazões. Em seguida, encaminhem-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: JOSE MONTEIRO PRIMO DA PAZ (OAB 9776/CE) - Processo 0105852-90.2008.8.06.0001 - Art. 157 § 2o. inc. i e ii cpb - Outras fraudes - RÉU: Rony Eric Martins da Silva - Isto posto, considerando ser defeso ao Estado o exercício do jus puniendi, julgo, com fundamento no art. 107, inciso IV, do Código Penal, extinta a punibilidade de RONY ERIC MARTINS DA SILVA, quanto ao fato cuja prática lhe está sendo atribuída no presente feito. Sem Custas. P.R.I. e, após o trânsito em julgado, proceda-se às anotações necessárias e arquive-se.

ADV: ANTONIO ALVES DOS SANTOS (OAB 8044/CE) - Processo 1004963-92.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Paulo Alexandre Pereira Alves Ferreira - Isto posto, considerando ser defeso ao Estado o exercício do jus puniendi, julgo, com fundamento no art. 107, inciso IV, do Código Penal, extinta a punibilidade de PAULO ALEXANDRE PEREIRA ALVES FERREIRA, quanto ao fato cuja prática lhe está sendo atribuída no presente feito. Sem Custas. P.R.I. e, após o trânsito em julgado, proceda-se às anotações necessárias e arquive-se.

EXPEDIENTES DA 10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2022

ADV: CICERO WAGNER DE ALMEIDA PINHEIRO JUNIOR (OAB 38081/CE) - Processo 0034378-15.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: Hiak Ximenes de Aragão - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PACIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar HIAK XIMENES DE ARAGÃO, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções dos arts. 304 c/c art. 297 (esse último, apenas no que toca ao seu preceito secundário) do CPB, passando a dosar a pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do CPB.

ADV: MARIA DE FATIMA FREIRE DE SOUSA (OAB 8666/CE) - Processo 0259654-54.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Antonio Hilton Araujo Sousa - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar ANTÔNIO HILTON ARAUJO SOUSA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções do art. 14 da Lei nº 10.826/2003 passando a dosar a pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do CPB.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022
ADV: CICERO WAGNER DE ALMEIDA PINHEIRO JUNIOR (OAB 38081/CE) - Processo 0034378-15.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: Hiak Ximenes de Aragão - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PACIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar HIAK XIMENES DE ARAGÃO, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções dos arts. 304 c/c art. 297 (esse último, apenas no que toca ao seu preceito secundário) do CPB, passando a dosar a pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do CPB.
ADV: MARIA DE FATIMA FREIRE DE SOUSA (OAB 8666/CE) - Processo 0259654-54.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Antonio Hilton Araujo Sousa - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar ANTÔNIO HILTON ARAUJO SOUSA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções do art. 14 da Lei nº 10.826/2003 passando a dosar a pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do CPB.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022
ADV: DANIEL MAIA (OAB 19409/CE) - Processo 0287829-58.2021.8.06.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal - Estelionato - VÍTIMA: E.M.G. - Diante do que foi exposto, INDEFIRO o presente pleito pelos fundamentos acima expostos. Intime-se. Após arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022
ADV: JOAO CARLOS DE LIMA THOMENY (OAB 27305/CE) - Processo 0010044-67.2022.8.06.0001 (processo principal 0286317-40.2021.8.06.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Livina Locadora de Veiculos Automotores Ltda - Tratam os autos de pedido de restituição de coisa apreendida, qual seja, veículo automotor de placas POD 5524, Ford K SE 1.0 HA C, Ano fab./Ano mod. 2019/2020, Cor vermelha, apreendido no auto de prisão em flagrante de nº00100967.2022. O Representante do Ministério Público, atuante neste Juízo, se manifestou à fls. 18/19, pelo deferimento do pleito . Preconiza nossa hodierna legislação processual penal: Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo. Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante. Os documentos acostados aos autos torna inelutável a propriedade do requerente quanto ao veículo em liça. Eis o entendimento jurisprudencial: RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA Propriedade do veículo devidamente comprovada pelo interessado. Deferimento. Necessidade. Deve ser deferido pedido de restituição de veículo na hipótese em que o interessado comprova a sua propriedade com a exibição do respectivo certificado de registro, sendo certo que a coisa apreendida só não deve ser devolvida quando existir dúvida quanto ao direito à restituição, a manutenção da apreensão interessar ao processo ou o bem apreendido for confiscável. (TACRIMSP MS 339724/5 13ª C. Rel. Juiz Roberto Mortari DOESP 28.05.1999) RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA Veículo em poder de autoridade policial para apuração de eventual crime. Ausência de dúvida quanto à propriedade. Necessidade. Deve ser restituído ao proprietário o veículo apreendido por ordem de autoridade policial, para apuração de eventual crime, se nenhuma dúvida existe quanto à propriedade do bem, que possa constituir discussão de alta indagação em matéria cível e cuja solução não possa ser cometida ao juiz criminal. (TACRIMSP MS 358812/9 2ª C. Rel. Juiz Osni de Souza DOESP 26.05.2000) Ademais, não vejo que aquele bem exerça qualquer influência sobre o grau de culpabilidade do agente no processo criminal a que está submetido. Isto posto, defiro o pedido formulado pelo requerente, devendo o veículo descrito nos autos ser restituído à Livina Locadora de Veiculos Automotores Ltda, por meio do seu representante, Sr. Francisco Roger Fontenele Freitas, legítimo proprietário, mediante termo de entrega. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 12ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0040/2022
ADV: GABRIELLEN CARNEIRO DE MELO (OAB 40011/CE) - Processo 0028529-52.2021.8.06.0001 (processo principal 0273792-60.2020.8.06.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Perturbação da tranquilidade - REQUERENTE: Francisco Juliano Santos Farias - Considerando a existência de dúvida razoável quanto à saúde mental do acusado FRANCISCO JULIANO SANTOS FARIAS, instauro o incidente de insanidade mental. Nomeio os advogados constituídos nos autos como curadores do requerente, haja vista tratarem-se de profissionais habilitados. Tendo em vista que já foram apresentados os quesitos pelo representante do Ministério Público, intime-se a defesa para que apresente seus quesitos à perícia médica a ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias. Determino a extração de cópia dos autos do processo a que responde o acusado e que se encaminhe a referida cópia ao Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes para, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, ser submetido a exame de sanidade mental, salvo se os peritos demonstrarem necessidade de maior prazo, conforme disposto no art. 150, § 1º, do CPP. Por fim, determino a suspensão do processo a que responde o acusado perante este Juízo, até a chegada do resultado do laudo do exame de sanidade mental, conforme art. 149, § 2º, do CPP.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022
ADV: DEMETRIUS COELHO RIBEIRO (OAB 12198/CE), ADV: ANDRE EUGENIO DE OLIVEIRA QUEZADO (OAB 25992/CE) - Processo 0037113-84.2016.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: F.B.G.F. -

Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, designo para o dia 29/03/2022, às 16h30min, a audiência de instrução e julgamento, a qual se realizará através do aplicativo Microsoft Teams. Link de acesso à sala de audiências: shorturl.at/ehxMQ Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: MICHEL COSTA CASTELO BRANCO RAYOL (OAB 20145/CE) - Processo 0217507-13.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: R.L.B. - Vistos, em conclusão. Trata-se de denúncia oferecida pelo órgão do Ministério Público contra RAFAEL LOPES BRAGA, ali qualificado, cometendo, em tese, o crime tipificado no art. 217-A c/c arts. 71, ambos do Código Penal. Citado, nos termos do art. 396 do CPP, o acusado, através de seu defensor, apresentou a resposta às fls. 70/72, alegando que não procedem as acusações descritas na denúncia. Requereu a absolvição sumária do acusado. Não obstante as ponderações do ilustre causídico exposta na defesa do acusado, entendo, à luz dos fatos investigados que a peça acusatória está lastreada em razoável suporte probatório, não sendo o caso de absolvição sumária, pelo que ratifico o recebimento da denúncia realizado às fls. 60. Frise-se que as nuances fáticas serão apreciadas na fase instrutória, não cabendo neste momento processual a aplicação do princípio do in dubio pro reo, mas sim do in dubio pro societate. Tendo em vista a atual situação de pandemia do COVID-19, determino o envio dos autos à secretaria desta Vara para inclusão do feito na pauta de audiências de instrução, assim que possível. Intime-se o acusado para a audiência, quando designada. Caso as testemunhas das partes ou o acusado não residam nesta cidade, expeça(m)-se carta(s) precatória(s), para sua(s) oitiva(s). Ciência ao órgão do Ministério Público. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2022

ADV: LUCIANO AZIN ROCHA (OAB 34122/CE) - Processo 0609434-21.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: G.B.S. - Recebo o recurso em sentido estrito, com base no art. 581, IX, do CPP, interposto pela defesa do denunciado GILLES BASTOS E SILVA em seus efeitos legais. Observa-se nos autos que as partes já apresentaram as razões e as contrarrazões recursais. Reexaminando a questão decidida, concluo que não deve ser modificada a decisão às fls. 188/189, especialmente com base na Súmula 608 do STF, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, motivo pelo qual a mantenho. Súmula 608-STF: No crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada. A partir de então, em regra, o crime de estupro, em qualquer de suas formas, desafia ação penal pública condicionada à representação. Segundo informações, o acusado, no ano de 2007, teria abusado sexualmente da vítima utilizando-se de violência real, portanto, a ação penal é pública incondicionada, razão pela qual entendo não ser possível o reconhecimento da ocorrência da decadência. Determino que sejam remetidos os autos ao Tribunal de Justiça no prazo legal, extraindo-se o traslado da denúncia, do recebimento da denúncia, da defesa preliminar, da decisão de ratificação da denúncia, do recurso em sentido estrito com suas razões e das contrarrazões recursais apresentadas pelo Ministério Público, bem como da petição de fls. 251/254. Após, encaminhem-se os autos para a secretaria deste Juízo para reinserção do feito na pauta de audiências de instrução, assim que possível.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: JOSE HELIO ARRUDA BARROSO (OAB 25036/CE) - Processo 0176700-19.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Desacato - RÉ: Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/04/2023 às 14h45min, a qual poderá ser acessada por todos os envolvidos pelo link: LINK DE ACESSO: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZmRlZTg3MmQtNmIxMi00MGZmLWEyOGUtMjM4MmM4YjA3OGFm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22460a0cf0-1d7f-4e6e-83a8-23920f81052d%22%7d LINK REDUZIDO: https://link.tjce.jus.br/34d5e0 QRCode: Intime-se a ré Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira, via mandado. Intime-se o Ministério Público via portal eletrônico. Intime-se o advogado José Hélio Arruda Barroso OAB/CE 25.036-A, via DJ. Notifique-se a vítima Francisco Hélio Peixoto Neto (fls. 14), via mandado. Intime-se a testemunha Givanildo da Silva (fls. 125), via mandado. Intime-se a testemunha Maria Aquino Silva (fls. 12), via carta precatória São Paulo/SP. Intime-se os agentes penitenciários Gilson Francisco Batista da Silva (fls. 07) e Francisco José Rodrigues Cruz (fls. 04), via ofício. No caso, será encaminhado o presente despacho e o link para a audiência que será realizada, informando, outrossim, o e-mail desta Unidade Jurisdicional para que, havendo dúvidas, os intimados entrem em contato com a Vara for.13criminal@tjce.jus.br; ou dos Whatsapp Business 3492.8714 / 8716 / 8718. Sirva-se da presente decisão como mandado de intimação a todos os interessados (testemunhas, vítimas, réu, Ministério Público e Defensoria Pública). Expedientes necessários.

ADV: PAULO SOUZA BARBOSA NETO (OAB 28754/CE), ADV: RODRIGO COLARES FREIRE (OAB 31398/CE) - Processo 0180229-46.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Gustavo Sales de Oliveira - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/04/2023 às 13h, a qual poderá ser acessada por todos os envolvidos pelo link: LINK DE ACESSO: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWUyYmQ0NjMtYTczNy00YTVlLWI2NWUtNzM5MzVlNDhiMmM0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22460a0cf0-1d7f-4e6e-83a8-23920f81052d%22%7d LINK REDUZIDO: https://link.tjce.jus.br/ce5fb5 QRCode: Intime-se o réu Gustavo Sales de Oliveira, via mandado. Intime-se o Ministério Público via portal eletrônico. Intime-se o advogado Rodrigo Colares Freire - OAB/CE 31.398, via DJ. Intime-se a testemunha Anne Karoline Mangueira Alves (fls. 69), via carta precatória Aquiraz/CE. Intime-se a testemunha Beatriz Dias Mendes (fls. 69), via mandado. Intime-se os agentes penitenciários Júlio Leadebal de Araújo (fls. 04), Davi Arraes de Souza Rangel (fls. 08) e Eudes Farias de Paulo Júnior (fls. 10), via ofício. No caso, será encaminhado o presente despacho e o link para a audiência que será realizada, informando, outrossim, o e-mail desta Unidade Jurisdicional para que, havendo dúvidas, os intimados entrem em contato com a Vara for.13criminal@tjce.jus.br; ou dos Whatsapp Business 3492.8714 / 8716 / 8718. Sirva-se da presente decisão como mandado de intimação a

todos os interessados (testemunhas, vítimas, réu, Ministério Público e Defensoria Pública). Expedientes necessários.

ADV: ANDRE RAMON TABOSA ALVES (OAB 27442/CE) - Processo 0203305-02.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jeferson Breno Sampaio Mendes - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 20/04/2023 às 14h15min, a qual poderá ser acessada por todos os envolvidos pelo link: LINK DE ACESSO: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDRjYzc5Y2ItMTRlOC00ZGRjLWIzOGItZThlZGE2Mjg1Y2Fk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22460a0cf0-1d7f-4e6e-83a8-23920f81052d%22%7d LINK REDUZIDO: https://link.tjce.jus.br/fdfee4 QRCode: Intime-se o réu Jeferson Bruno Sampaio Mendes, via mandado. Intime-se o Ministério Público via portal eletrônico. Intime-se o advogado André Ramon Tabosa Alves OAB/CE 27.442, via DJ. Considerando que, na presente data, o SIMAV permite o agendamento de audiências até o mês de junho de 2022, após a implementação do novo sistema de agendamento de audiências, deve o gabinete fazer o agendamento necessário. Sendo assim, Intime-se os Policiais Militares Antônio Soares Lima (fls. 04), Samuel Costa de Moraes (fls. 07) e Francisco Mateus Bezerra Aguiar Ferreira (fls. 09), via ofício. No caso, será encaminhado o presente despacho e o link para a audiência que será realizada, informando, outrossim, o e-mail desta Unidade Jurisdicional para que, havendo dúvidas, os intimados entrem em contato com a Vara for.13criminal@tjce.jus.br; ou dos Whatsapp Business 3492.8714 / 8716 / 8718. Sirva-se da presente decisão como mandado de intimação a todos os interessados (testemunhas, vítimas, réu, Ministério Público e Defensoria Pública). Expedientes necessários.

ADV: ALINE SILVA LEMOS (OAB 20565/CE) - Processo 0228804-51.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra portadores de deficiência - RÉU: Francisco Wagner Soares Leite - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 13/04/2023 às 14h45min, a qual poderá ser acessada por todos os envolvidos pelo link: LINK DE ACESSO: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZTM4YzBkODAtZWNmMS00MzdhLWEwNjQtNzJkOTI2ZTNhNWY3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22460a0cf0-1d7f-4e6e-83a8-23920f81052d%22%7d LINK REDUZIDO: https://link.tjce.jus.br/5a6931 QRCode: Intime-se o réu Francisco Wagner Soares Leite via mandado. Intime-se o Ministério Público via portal eletrônico. Intime-se a advogada Aline Silva Lemos OAB/CE 20.565 via DJ. Notifique-se a vítima Rafael (fls. 05) via mandado. Notifique-se as testemunhas José Humberto Mello Costa Lima (fls. 09), Naíra Angera Soares Castelo Branco (fls. 18) e Lissiane Lemos Bandeira (fls. 22) via mandado. No caso, será encaminhado o presente despacho e o link para a audiência que será realizada, informando, outrossim, o e-mail desta Unidade Jurisdicional para que, havendo dúvidas, os intimados entrem em contato com a Vara for.13criminal@tjce.jus.br; ou dos Whatsapp Business 3492.8714 / 8716 / 8718. Sirva-se da presente decisão como mandado de intimação a todos os interessados (testemunhas, vítimas, réu, Ministério Público e Defensoria Pública). Expedientes necessários.

ADV: JOSE NOGUEIRA GRANJA NETO (OAB 8918/CE) - Processo 0252989-56.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Marcelio Diogenes Delfino - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 13/04/2023 às 13h, a qual poderá ser acessada por todos os envolvidos pelo link: LINK DE ACESSO: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NmE2Y2FlMDgtOGY3Yy00NTFjLWI1MjgtYjA5YWIzZDY3MzY2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22460a0cf0-1d7f-4e6e-83a8-23920f81052d%22%7d LINK REDUZIDO: https://link.tjce.jus.br/8109c3 QRCode: Intime-se o réu Marcelio Diogenes Delfino, via mandado. Intime-se o Ministério Público via portal eletrônico. Intime-se o advogado José Nogueira Granja Neto, OAB/CE 8918, via DJ. No caso, será encaminhado o presente despacho e o link para a audiência que será realizada, informando, outrossim, o e-mail desta Unidade Jurisdicional para que, havendo dúvidas, os intimados entrem em contato com a Vara for.13criminal@tjce.jus.br; ou dos Whatsapp Business 3492.8714 / 8716 / 8718. Sirva-se da presente decisão como mandado de intimação a todos os interessados (testemunhas, vítimas, réu, Ministério Público e Defensoria Pública). Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 14ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022

ADV: HENRIQUE BARBOSA TRAJANO (OAB 38182/CE), ADV: CICERO EDIVAN OLIVEIRA LIMA (OAB 39807/CE) - Processo 0202052-08.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Vanderley da Conceição Candeiras e outros - Tratam-se de PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR em favor dos réus VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS e AMANDA TEIXEIRA DA SILVA, já amplamente qualificados nos autos. Em petição de fls. 615/617, a defesa de AMANDA TEIXEIRA DA SILVA alega que a ré residia juntamente com sua irmã, ALINE GRACIELLE TEIXEIRA DA SILVA, na Cidade de Aparecida de Goiânia, sito à Av. Euclides da Cunha, Q. Área L, Q. Área E, S/Nº, Aptº 502, Bloco F, Condomínio Residencial Yes, Buriti, Conjunto Habitacional Cruzeiro do Sul, CEP 74.917.195, Aparecida de Goiânia/GO, juntando declaração de residência às fls. 618. Em petição de fls. 598/600, a defesa alega que o réu VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS residia na comarca de Luziânia/GO, RUA 8, Quadra 49, Lote 03, S/N, Casa-1, Parque Santa Fé, CEP: 72804970. Ademais, esclarece a defesa que o acusado não possui qualquer vínculo familiar ou profissional nesta comarca. O Ministério Público, em manifestação de fls. 648/649 e fls. 654/655, opinou pelo deferimento dos pedidos dos requerentes PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR EM OUTRO ENDEREÇO em favor dos réus VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS e AMANDA TEIXEIRA DA SILVA. É o que importa relatar. Fundamento e decido. Considerando que os réus mantêm os seus direitos individuais, mesmo em caso de prisão, à luz do art. 5º, XLIX, da CF/88, bem como em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, entendo que os pedidos dos requerentes merecem acolhimento. Compulsando os autos, observo que os réus comprovaram os novos endereços (fls. 603 e fls. 618). Ressalte-se que o deferimento é medida adequada aos fins buscado pelos Direito Penal, entre eles a ressocialização do preso. Desse modo, acolho os pareceres do Ministério Público de fls. 648/649 e fls. 654/655 e AUTORIZO que os requerentes VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS e AMANDA TEIXEIRA DA SILVA passem a ser monitorados nas comarcas apontadas como suas residências, em consonância com a manifestação ministerial e DETERMINO: 1.Oficie-se à Central de Monitoramento Eletrônico da COMARCA DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO para proceder com a continuação e fiscalização do MONITORAMENTO ELETRÔNICO da ré AMANDA TEIXEIRA DA SILVA no seguinte endereço, Av. Euclides da Cunha, Q. Área L, Q. Área E, S/Nº, Aptº 502, Bloco F, Condomínio Residencial Yes, Buriti, Conjunto Habitacional Cruzeiro do Sul, CEP 74.917.195, Aparecida de Goiânia/GO. 2.Oficie-se à Central de Monitoramento Eletrônico da COMARCA DE LUZIÂNIA/GO para proceder com a continuação e fiscalização do MONITORAMENTO ELETRÔNICO do réu VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS no seguinte endereço, Luziânia/GO, RUA 8, Quadra 49, Lote 03, S/N, Casa-1, Parque Santa Fé, CEP: 72804970. 3.Oficie-se, ainda, à Central de Monitoramento Eletrônico da COMARCA DE FORTALEZA, para que nos informem se os três acusados AMANDA TEIXEIRA DA SILVA, VANDERLEY DA

CONCEIÇÃO CANDEIRAS e IGOR AUGUSTO DA SILVA NEVES permanecerão com o equipamento de monitoração, tendo em vista que os mesmos se encontram sendo monitorados com tornozeleiras eletrônicas pertencentes ao Estado Ceará, no entanto, passarão a ser monitorados em comarcas do Estado de Goiás, respectivamente, APARECIDA DE GOIÂNIA/GO, LUZIÂNIA/GO e SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO/GO. Cumpre salientar, tendo em vista pedido de fls. 656/657, feito pela defesa de IGOR AUGUSTO DA SILVA NEVES, que já fora enviado Ofício (fls. 643) à Central de Alternativa à Prisão - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária do Estado de Goiás (dia 07/01/2022), acerca do monitoramento eletrônico do réu IGOR AUGUSTO DA SILVA NEVES que passará a ser no endereço Quadra 07, Lote 20, S/N, Montes Claros I, Santo Antônio do Descoberto/GO. Em tempo, MANTENHO, ainda, todas as demais medidas cautelares determinadas outrora em decisão de fls. 459/462, quais sejam: 1) Proibição de ausentar-se da Comarca por mais de 08 (oito) dias sem autorização judicial; 2) Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; 3) Comunicar em juízo, qualquer alteração de endereço; Alertem-se aos acusados que o descumprimento de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão aqui determinadas, poderá implicar em novo decreto de Prisão. Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022. Marileda Frota Angelim Timbo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: HENRIQUE BARBOSA TRAJANO (OAB 38182/CE), ADV: CICERO EDIVAN OLIVEIRA LIMA (OAB 39807/CE) - Processo 0202052-08.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Vanderley da Conceição Candeiras e outros - Tratam-se de PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR em favor dos réus VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS e AMANDA TEIXEIRA DA SILVA, já amplamente qualificados nos autos. Em petição de fls. 615/617, a defesa de AMANDA TEIXEIRA DA SILVA alega que a ré residia juntamente com sua irmã, ALINE GRACIELLE TEIXEIRA DA SILVA, na Cidade de Aparecida de Goiânia, sito à Av. Euclides da Cunha, Q. Área L, Q. Área E, S/Nº, Aptº 502, Bloco F, Condomínio Residencial Yes, Buriti, Conjunto Habitacional Cruzeiro do Sul, CEP 74.917.195, Aparecida de Goiânia/GO, juntando declaração de residência às fls. 618. Em petição de fls. 598/600, a defesa alega que o réu VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS residia na comarca de Luziânia/GO, RUA 8, Quadra 49, Lote 03, S/N, Casa-1, Parque Santa Fé, CEP: 72804970. Ademais, esclarece a defesa que o acusado não possui qualquer vínculo familiar ou profissional nesta comarca. O Ministério Público, em manifestação de fls. 648/649 e fls. 654/655, opinou pelo deferimento dos pedidos dos requerentes PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR EM OUTRO ENDEREÇO em favor dos réus VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS e AMANDA TEIXEIRA DA SILVA. É o que importa relatar. Fundamento e decido. Considerando que os réus mantêm os seus direitos individuais, mesmo em caso de prisão, à luz do art. 5º, XLIX, da CF/88, bem como em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, entendo que os pedidos dos requerentes merecem acolhimento. Compulsando os autos, observo que os réus comprovaram os novos endereços (fls. 603 e fls. 618). Ressalte-se que o deferimento é medida adequada aos fins buscado pelos Direito Penal, entre eles a ressocialização do preso. Desse modo, acolho os pareceres do Ministério Público de fls. 648/649 e fls. 654/655 e AUTORIZO que os requerentes VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS e AMANDA TEIXEIRA DA SILVA passem a ser monitorados nas comarcas apontadas como suas residências, em consonância com a manifestação ministerial e DETERMINO: 1.Oficie-se à Central de Monitoramento Eletrônico da COMARCA DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO para proceder com a continuação e fiscalização do MONITORAMENTO ELETRÔNICO da ré AMANDA TEIXEIRA DA SILVA no seguinte endereço, Av. Euclides da Cunha, Q. Área L, Q. Área E, S/Nº, Aptº 502, Bloco F, Condomínio Residencial Yes, Buriti, Conjunto Habitacional Cruzeiro do Sul, CEP 74.917.195, Aparecida de Goiânia/GO. 2.Oficie-se à Central de Monitoramento Eletrônico da COMARCA DE LUZIÂNIA/GO para proceder com a continuação e fiscalização do MONITORAMENTO ELETRÔNICO do réu VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS no seguinte endereço, Luziânia/GO, RUA 8, Quadra 49, Lote 03, S/N, Casa-1, Parque Santa Fé, CEP: 72804970. 3.Oficie-se, ainda, à Central de Monitoramento Eletrônico da COMARCA DE FORTALEZA, para que nos informem se os três acusados AMANDA TEIXEIRA DA SILVA, VANDERLEY DA CONCEIÇÃO CANDEIRAS e IGOR AUGUSTO DA SILVA NEVES permanecerão com o equipamento de monitoração, tendo em vista que os mesmos se encontram sendo monitorados com tornozeleiras eletrônicas pertencentes ao Estado Ceará, no entanto, passarão a ser monitorados em comarcas do Estado de Goiás, respectivamente, APARECIDA DE GOIÂNIA/GO, LUZIÂNIA/GO e SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO/GO. Cumpre salientar, tendo em vista pedido de fls. 656/657, feito pela defesa de IGOR AUGUSTO DA SILVA NEVES, que já fora enviado Ofício (fls. 643) à Central de Alternativa à Prisão - Diretoria-Geral de Administração Penitenciária do Estado de Goiás (dia 07/01/2022), acerca do monitoramento eletrônico do réu IGOR AUGUSTO DA SILVA NEVES que passará a ser no endereço Quadra 07, Lote 20, S/N, Montes Claros I, Santo Antônio do Descoberto/GO. Em tempo, MANTENHO, ainda, todas as demais medidas cautelares determinadas outrora em decisão de fls. 459/462, quais sejam: 1) Proibição de ausentar-se da Comarca por mais de 08 (oito) dias sem autorização judicial; 2) Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; 3) Comunicar em juízo, qualquer alteração de endereço; Alertem-se aos acusados que o descumprimento de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão aqui determinadas, poderá implicar em novo decreto de Prisão. Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2022. Marileda Frota Angelim Timbo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022

ADV: FABIOLA JOCA NOLETO (OAB 9320/CE), ADV: DIEGO HENRIQUE LIMA DO NASCIMENTO (OAB 22045/CE), ADV: FRANCISCO RAMON PARENTE CUNHA (OAB 26330/CE), ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO SALES (OAB 4246/CE), ADV: CINTIA EMANUELA DANIEL ALVES (OAB 36138/CE), ADV: PAULO RICARDO DE PAULA PONTES (OAB 38724/CE) - Processo 0200771-85.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Seqüestro e cárcere privado - RÉU: ALBERTO JORGE BARBOSA DOS SANTOS FILHO - FRANCISCO WEYNE SILVA FREITAS - JOÃO SALDANHA DE PONTES, - JOSÉ ALBERTO CASUSA DE MORAIS, - EDINARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA, e outro - Vistos e examinados estes autos. Aponto data para a audiência de Instrução e Julgamento dia 16 de fevereiro de 2022, às 13h15min., a ser realizada por meio de videoconferência, para o que determino: a) Intimem-se, por mandado, as seguintes testemunhas de acusação: 1) FRANCISCO DANIEL DA SILVA mandado de condução coercitiva - (também arrolada pela defesa do acusado José Alberto Casusa de Morais), brasileiro, filho de Manoel Daniel da Silva e Francisca Daniel da Silva, nascido em 02/09/1954, natural de Aquiraz/CE, RG 19190581, SSP/CE, residente na Avenida Cotelce, 891, Barraca do Pescador, Sabiaguaba, CEP 60835-012, Fortaleza/CE; 2) FRANCISCO

ELDO DE OLIVERA SILVA (também arrolado pela defesa do acusado José Alberto Casusa de Morais), brasileiro, filho de Maturino Félix da Silva e Rosa Araújo de Oliveira Silva, nascido em 04/07/1977, natural de Piripiri/PI, CPF 785.509.203-04, RG 95002390309 SSPDS/CE, residente na Rua Padre Anchieta, 215, Monte Castelo, CEP 60325520, Fortaleza/CE, Tel (85) 99926-0050; 3) JOSÉ CAUBY OLIVEIRA (também arrolada pela defesa do acusado José Alberto Casusa de Morais), brasileiro, filho de Manoel de Oliveira Chagas e Maria Amélia Oliveira, nascido em 18/08/1943, natural de Morada Nova/CE, CPF 030.581.663-20, RG 2004010161795 SSPDS/CE, residente na Rua Professora Aldaci Barbosa, 458, Oliveira LT, Cambeba, CEP 60822-260, Fortaleza/CE, Tel (85) 3251-1245 e (85) 99981-2336 e; 4) GILBERTO FIRMINO DE SOUSA (também arrolado pelas defesas dos acusados José Alberto Casusa de Morais e Marcos Fernando Monteiro Marques), brasileiro, filho de Raimundo Firmino de Sousa e Francisca Paixão de Sousa, nascido em 14/12/1961, natural de Fortaleza/CE, RG 02009919, residente na Rua Marcelino Lopes, 400, Empresa Prosseguir, Edson Queiroz, CEP 60833-075, Fortaleza/CE, Tel (85) 3245-2417. b) Intime-se, por mandado, a vítima: FRANCISCO DAMIÃO DE LIRA (também arrolada pela defesa do acusado José Alberto Casusa de Morais), brasileiro, casado, filho de N.I e Maria de Fátima de Lira, nascido em 12/03/1976, natural de Tabuleiro do Norte/CE, RG 2001002394404 SSP, residente na Rua Freitas Pimentel, 840, Messejana, CEP 60873-610, Fortaleza/CE. c) Intimem-se, por mandado e/ou Carta precatória, as seguintes testemunhas de defesa: 1) JOSÉ VALDERI SALES, brasileiro, residente na Rua Passo fundo, 1262, Parque Genibau, Fortaleza/CE, Tel (85) 85 99183185; 2) LIDIANE GOMES DOS SANTOS, brasileira, residente Rua Edson Martins 4333, Tel (85) 99178268; 3) FRANCISCO PEREIRA DA SILVA brasileiro, residente e domiciliado na Rua Delmiro Júnior nº 94, Planalto Ayrton Senna, CEP 60766-455, Fortaleza/CE; 4) ALMIR XAVIER DOS SANTOS JÚNIOR, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Manaus n.1094, Henrique Jorge, CEP 60526- 375, Fortaleza/CE; 5) MAXWEL DE ARAÚJO FAGUNDES, brasileiro, mecânico, natural de Macaú/RN, portador do RG de nº 002.153.154 e inscrito no CPF de nº 046.876.064-40, residente e domiciliado na Rua Deodato, nº 319, Bairro Mathada do Meio, Santa Cruz do Capibaribe/PE; 6) JOSÉLIO SILVA DE SOUSA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Pedestre 2, nº 40, Bairro: Parangaba, Fortaleza/CE e 7) JULIAN DOS SANTOS DE OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Einstein, nº 367, Bairro Vila Pery, Fortaleza/CE. e) Intimem-se o Ministério Público, o Defensor Público e os advogados dos acusados Edinardo Teixeira de Oliveira, Marcos Fernando Monteiro Marques, João Saldanha de Pontes e José Alberto Casusa de Morais, estes por meio do DJe. f) Oficie-se à Unidade Prisional de Segurança Máxima de Fortaleza/CE, encaminhando referido ofício para o seguinte endereço: segurança.máxima@sap.ce.gov.br informando a data da realização da audiência de instrução, acima agendada, requisitando o preso MARCOS FERNANDO MONTEIRO MARQUES, para que o mesmo participe do referido ato. - Saliente-se que, conforme os comprovantes de páginas 809/812, os acusados Marcos Fernando Monteiro Marques, João Saldanha de Pontes, Francisco Weyne Silva Freitas, Alberto Jorge Barbosa dos Santos Filho, José Alberto Casusa de Morais e Edinardo Teixeira de Oliveira, foram requisitados, por meio de agendamento no SIMAV. A audiência será realizada por videoconferência com a utilização do sistema Microsoft Teams, disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, devendo as partes, advogados, testemunhas, adotarem as seguintes providências, passo a passo: 1) Efetuar o download/instalação do aplicativo Microsoft Teams, seja em celular (smartphone), notebook, tablet, computador de mesa, etc., através do link https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app, OU por meio do download do aplicativo pelo celular (Play Store, Apple Store, etc.). 2) Após o download do sistema, na data e horário constantes da intimação, deverá(ão) acessar o link https://link.tjce.jus.br/6be55b OU no link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Yjg2NjEwYmUtYzM1MC00ODE5LTg1ZTMtOWU3YzAxZTRkNzlj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2256b9f5c6-f3af-4027-a9e0-e423291ca695%22%7d Ou ainda pelo QRCODE abaixo Clicar no link entrar na reunião para acesso à sala virtual de audiências desta Vara. 3) As partes e testemunhas deverão estar munidas de documento de identificação pessoal (RG, CNH, etc.) a ser exibido na hora da audiência. 4) Em caso de dúvida, efetuar contato através do e-mail: for14cr@tjce.jus.br. Expedientes necessários.

ADV: WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO (OAB 29442/CE) - Processo 0221754-37.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: Francisco Wagner Pio Soares - Conforme decisão do STF que obriga a realização de audiência de custódia em todas as modalidades prisionais, prisões temporárias, preventivas e definitivas e com o advento da Lei 13.964/2019, que tornou obrigatória arealizaçãode custódia em qualquermodalidadede prisão, aponto data para realização do ato acima mencionado dia 08 de fevereiro de 2022, às 14h45min., a ser realizada por meio de videoconferência, para o que determino: - Intime-se, através de mandado, onde se encontra recolhido, o acusado: Francisco Wagner Pio Soares brasileiro, filho de Celia Maria Pio Soares, nascido em 26/01/1985, natural de Fortaleza/CE, CPF: 014.293.913-75, RG: 2007290211-0 SSP/CE. - Intimem-se ainda o Ministério Público e o advogado do réu, este pelo DJe. Oficie-se à unidade prisional CPPL VI, encaminhando referido ofício para os seguintes e-mails: cppl6@sap.ce.gov.br e ana.castelo@sap.ce.gov.br, informando a data da realização da audiência de instrução acima agendada, requisitando o preso FRANCISCO WAGNER PIO SOARES, para que o mesmo participe do referido ato. A audiência será realizada por videoconferência com a utilização do sistema Cisco Webex Meetings, disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, devendo as partes, advogados, testemunhas, adotarem as seguintes providências, passo a passo: 1) Efetuar o download/instalação do aplicativo Microsoft Teams, seja em celular (smartphone), notebook, tablet, computador de mesa, etc., através do link https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app, OU por meio do download do aplicativo pelo celular (Play Store, Apple Store, etc.). 2) Após o download do sistema, na data e horário constantes da intimação, deverá(ão) acessar o link https://link.tjce.jus.br/81b6c4 OU https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODkxZDIyYjYtYzUzZi00ZTIzLThiYmMtMjgwZmIwNTFkMzBm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2256b9f5c6-f3af-4027-a9e0-e423291ca695%22%7d Ou ainda pelo QRCODE abaixo Clicar no link entrar na reunião para acesso à sala virtual de audiências desta Vara. 3) As partes e testemunhas deverão estar munidas de documento de identificação pessoal (RG, CNH, etc.) a ser exibido na hora da audiência. 4) Em caso de dúvida, efetuar contato através do e-mail: for14cr@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO MARILEDA FROTA ANGELIM TIMBO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA THAÍS AURÉLIO MARQUES LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2022

Processo 0267943-73.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Alessandro Lima da Costa e outro - RECEBO A DENÚNCIA de páginas 102/107, determinando as CITAÇÕES dos réus abaixo elencados, a fim de que eles apresentem respostas escritas, no prazo de 10(dez) dias, através de advogado(s) habilitado(s), salientando que o

não cumprimento implicará em nomeação de Defensor Público. São eles: - FELIPE SANTOS DA SILVA (onde se encontra recolhido), brasileiro, união estável, natural de Belém/PA, nascido em 10/03/1996, filho de Kátia Maria Santos da Silva, CPF nº 064.302.622-35 e - ALESSANDRO LIMA DA COSTA(onde se encontra recolhido), brasileiro, casado, motorista, natural de Fortaleza/CE, nascido em 22/03/1997, filho de Inácio Joaquim da Costa Filho e de Maria Zélia Lima, RG nº 91018023375 SSP/CE e CPF nº 736.230.753-53. Determino ainda, antes de acolher a manifestação ministerial, a intimação dos réus, para que, no mesmo prazo, especifiquem, dentre os bens apreendidos e não restituídos (Autos de Apresentação e Apreensão, páginas 07 e 10), quais porventura tenham algum interesse. Nesse caso, deverão ingressar com o devido procedimento de restituição de coisa apreendida, em autos apartados, que deverá tramitar em apenso ao processo principal, juntando documento idôneo que comprove sua propriedade, nos termos do artigo 264, § 2º do Código de Normas Judiciais (Provimento da CGJ/TJCE nº 02/2021). Expediente necessário.

Processo 0267943-73.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Alessandro Lima da Costa e outro - Instrução e Julgamento Data: 13/01/2022 Hora 16:15 Local: Sala de Audiência Situacão: Realizada

ADV: JAIR CELIO MOREIRA JUNIOR (OAB 21215/CE), ADV: JAIR CELIO MOREIRA (OAB 16363/CE), ADV: TAMILIS FATIMA VICENTE MATOS (OAB 37487/CE) - Processo 0267943-73.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Alessandro Lima da Costa - Felipe Santos da Silva - Instrução e Julgamento Data: 31/01/2022 Hora 14:45 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
JUIZ(A) DE DIREITO MARILEDA FROTA ANGELIM TIMBO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA THAÍS AURÉLIO MARQUES LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2022

ADV: WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO (OAB 29442/CE) - Processo 0221754-37.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: Francisco Wagner Pio Soares - Custódia Data: 08/02/2022 Hora 14:45 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE), ADV: CARINA BRAUNA BRUNO (OAB 35485/CE) - Processo 0269604-87.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Kayo Alves Ribeiro - Os fatos narrados na denúncia, à luz do que resultara investigado no inquérito policial, do qual lastreou, o Ministério Público, a peça vestibular acusatória, deduz-se razoável suporte probatório. Assim, ratifico, pois o recebimento da denúncia (página 104). Em consonância com a Portaria nº 61, de 31/03/2020(CNJ) e Portaria nº 329, de 30/07/2020(CNJ), bem como a Portaria nº 640/2020(TJ/CE), e diante na necessidade de manutenção do isolamento social para reduzir a possibilidade de contágio pelo COVID-19, aponto data para a audiência de Instrução e Julgamento (artigo 400, CPP), o dia 03 de março de 2022, às 15:45 horas, a ser realizada por meio de videoconferência, para o que determino: - Intimem-se, através de mandados, para comparecerem ao ato designado, bem como informarem os seus dados de e-mail, número de telefone e whatsapp, caso não conste nos autos: Luiz de Sousa Braz Vasconcelos (vítima) brasileiro, casado, motorista de caminhão, natural de Fortaleza/CE, nascido em 29/05/1985, filho de José de Souza Braz e de Maria das Dores Alberto de Sousa, RG nº 2000015061184 SSPDS/CE, residente na Rua Joaquim Manuel de Macedo, nº 2003, Henrique Jorge, Fortaleza/CE, CEP: 60.525-080, telefone nº (85) 98542-3578, email: luizbrazvasconcelos2020@gmail.com; Matheus Augusto de Oliveira (vítima) brasileiro, solteiro, autônomo, natural de Fortaleza/CE, nascido em 16/09/1998, filho de Jesiane de Oliveira Marques, RG nº 2008010268592 SSPDS/CE, residente na Rua Joaquim Manuel de Macedo, nº 2048, Henrique Jorge, CEP 60521-045, Fortaleza/CE, telefone nº (85) 98712-4742 e Marcus José Castro de Sousa (vítima) brasileiro, casado, marceneiro, natural de Quixeramobim/CE, nascido em 27/03/1969, filho de Marcus Vinicius Alves de Sousa e de Maria José de Castro Souza, residente na Rua K, nº 120, Jardim Fluminense, CEP 60734-110, Fortaleza/CE, telefone nº (85)98885-8893. - Intimem-se, também, o Ministério Público e o Defensor Público. - Saliente-se que, conforme os comprovantes de páginas 114/115, as testemunhas de acusação Geraldo Leite Coelho e Jader Augusto Bruno de Mesquita e Silva, bem como o acusado Kayo Alves Ribeiro, foram requisitados por meio de agendamento no SIMAV. A audiência será realizada por videoconferência com a utilização do sistema Cisco Webex Meetings, disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, devendo as partes, advogados, testemunhas, adotarem as seguintes providências, passo a passo: 1) Efetuar o download/instalação do aplicativo Microsoft Teams, seja em celular (smartphone), notebook, tablet, computador de mesa, etc., através do link https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app, OU por meio do download do aplicativo pelo celular (Play Store, Apple Store, etc.). 2) Após o download do sistema, na data e horário constantes da intimação, deverá(ão) acessar o link https://link.tjce.jus.br/16341f OU https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTMxYTQ0NWUtYjdmYy00OGI4LTk0NjctMzQ0MzU0NmYwY2Qw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2256b9f5c6-f3af-4027-a9e0-e423291ca695%22%7d Ou ainda pelo QRCODE abaixo Clicar no link entrar na reunião para acesso à sala virtual de audiências desta Vara. 3) As partes e testemunhas deverão estar munidas de documento de identificação pessoal (RG, CNH, etc.) a ser exibido na hora da audiência. 4) Em caso de dúvida, efetuar contato através do e-mail: for14cr@tjce.jus.br. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: FABIANO XEREZ MESQUITA (OAB 38407/CE) - Processo 0010298-40.2022.8.06.0001 (processo principal 0288371-76.2021.8.06.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - REQUERENTE: Francisco Pereira Lima - Diante do exposto, corroborando com o parecer ministerial, defiro o pedido do autor, pelo que determino a restituição da motocicleta individualizada nestes autos. A entrega deverá ocorrer mediante assinatura de

termo em nome do requerente, devendo este ser juntado, posteriormente, aos autos. Intime-se a autoridade policial do 2º D.P, dando ciência do teor desta decisão para que proceda a imediata restituição do bem. Cumpra-se com as cautelas de estilo. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: ALANO LIMA MACEDO (OAB 221323/SP) - Processo 0171667-19.2017.8.06.0001 - Restituição de Coisas Apreendidas - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - REQUERENTE: Sul America Companhia Nacional de Seguros - R.h. Intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se mantém interesse no processo, sob pena de arquivamento dos autos, caso permaneça inerte. Expedientes necessários.

ADV: JONATAS SANTOS ALVES (OAB 42025/CE), ADV: EDINARDO COSTA DOS SANTOS (OAB 42393/CE) - Processo 0233625-64.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Francisco Wesley Santiago da Silva e outro - designo audiência de instrução para o dia 09/03/2022, às 16:00h, será realizada por videoconferência, expeçam-se os expedientes adiante indicados, informando o link de acesso à sala de audiências virtual “https://link.tjce.jus.br/acaaf3”.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE (OAB 39631/CE), ADV: FRANCISCA TATIANE TEIXEIRA MAGALHAES (OAB 41029/CE) - Processo 0136485-35.2018.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Jardison Gonçalves de Oliveira - R.h. Considerando a decisão proferida pela Exma. Sra. Desembargadora Francisca Adelineide Viana, no Habeas Corpus nº 0620873-61.2022.8.06.0000, a qual deferiu a medida liminar consistente na concessão da liberdade provisória ao réu JARDISON GONÇALVES DE OLIVEIRA, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV e V, do CPP, expeça-se o competente alvará de soltura, salvo se por outro motivo deva permanecer preso. Ressalte-se, por oportuno, que as medidas cautelares impostas, consistem em: a) comparecimento mensal perante a Central de Alternativas Penais; b) a vedação de ausentar-se da Comarca de residência; c) recolhimento domiciliar no período noturno, finais de semana e dias de folga. Além disso, o réu tem o dever de comparecer a todos os atos para os quais for intimado e manter seu endereço atualizado nos autos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: RONALD TORRES DE OLIVEIRA (OAB 16310/CE), ADV: FRANCISCO OLIVANDO PAIVA DE SOUZA (OAB 25620/CE) - Processo 0039395-03.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Elisson Santos de Castro - Vistos etc. Aponto o dia 25/10/2022, às 14 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento, ocasião em que serão tomados os depoimentos das testemunhas e realizado o interrogatório do(a) acusado(a). EXPEÇA(M)-SE OFÍCIO(S) PARA REQUISIÇÃO DA(S) TESTEMUNHA(S) DE ACUSAÇÃO: 1) ROMILDO DE ALMEIDA SILVA (PM); 2) EMANUEL CARVALHO DE OLIVEIRA MENDES (PM); 3) TELBER SILVA DE LIMA (PM). EXPEÇA(M)-SE MANDADO(S) DE INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S). INTIMEM-SE O(S) REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA, VIA “PORTAL”, E ADVOGADO(S) EVENTUALMENTE CONSTITUÍDO(S), POR D.J. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 16ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0044/2022

ADV: MARIA ELEUZA DA SILVA FREIRE (OAB 20493/CE) - Processo 0066257-11.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Francisco Andre Castro do Nascimento - Diante do exposto, acolho o parecer ministerial e julgo, por sentença, para que surta seus efeitos legais, EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado FRANCISCO JOSÉ CASTRO DO NASCIMENTO devidamente qualificado nos autos, o que faço com amparo nos artigos 107, inciso IV, art. 109, inciso IV, art. 114, inciso II, a art. 117, inciso I, todos do Código Penal. Determino o cancelamento da audiência designada às fls. 116. P.RI. Expedientes necessários.

ADV: FILIPE SILVA GOMES (OAB 28337/CE) - Processo 0112811-77.2008.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Elton Carlos de Alencar Costa - Diante do exposto, acolho o parecer ministerial e julgo, por sentença, para que surta seus efeitos legais, EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ELTON CARLOS DE ALENCAR COSTA devidamente qualificados nos autos, o que faço com amparo nos artigos 107, inciso IV, art. 109, inciso III, art. 114, inciso II, e art. 117, inciso I, todos do Código Penal. P.RI. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2022

ADV: FRANCISCO MAGNO SILVA OLIVEIRA (OAB 39632/CE) - Processo 0234234-47.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Mikaelly dos Santos Araujo e outro - Condeno a acusada OZIEL SOUSA DE ABREU (identificada pelo nome social Thaynna), à pena de 06 anos, 05 meses e 21 dias, a ser cumprida inicialmente no regime semi-aberto, com o direito de recorrer em liberdade, pela prática do crime de roubo majorado. Condeno também a acusada ao pagamento de 16 dias-multa, ao valor de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato o dia-multa. Condeno a acusada MIKAELLY DOS SANTOS ARAÚJO, à pena de 05 anos, 11 meses e 25 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semi-aberto, com o direito de recorrer em liberdade, pela prática do crime de roubo majorado. Condeno também a acusada ao pagamento de 16 dias-multa, ao valor de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato o dia-multa.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2022

ADV: MAURO GOMES CASTELO (OAB 9242/CE) - Processo 0149477-62.2017.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Jose Alison Ferreira de Araujo - Por ordem do MM. Juiz de Direito, considerando a restrição de acesso às dependências do Fórum em virtude das medidas preventivas contra o contágio pelo coronavírus, e, em face da Resolução nº 314, do CNJ e da Portaria nº 640/2020, do TJCE, em caráter de excepcionalidade, a referida audiência foi reagendada para ocorrer por videoconferência, no dia 24/03/2022, às 15:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH Ao gabinete para a requisição dos policiais militares (policiais civis, guardas municipais etc) através do sistema SiMAV. À SEJUD 1º Grau para a intimação do réu e para a notificação da vítima e das demais testemunhas com o envio do link de acesso ao ambiente virtual, a fim de que o notificado acesse através dos meios eletrônicos disponíveis. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Caso haja advogado constituído, intime-se o advogado constituído. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

ADV: JOSÉ DE DEUS PEREIRA MARTINS FILHO (OAB 6306/CE) - Processo 0202437-24.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTUADO: Francisco Lindenberg de Sousa Gomes - Por ordem do MM. Juiz de Direito, considerando a restrição de acesso às dependências do Fórum em virtude das medidas preventivas contra o contágio pelo coronavírus, e, em face da Resolução nº 314, do CNJ e da Portaria nº 640/2020, do TJCE, em caráter de excepcionalidade, a referida audiência foi reagendada para ocorrer por videoconferência, no dia 24/03/2022, às 16:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH Ao gabinete para a requisição dos policiais militares (policiais civis, guardas municipais etc) através do sistema SiMAV. À SEJUD 1º Grau para a intimação do réu e para a notificação da vítima e das demais testemunhas com o envio do link de acesso ao ambiente virtual, a fim de que o notificado acesse através dos meios eletrônicos disponíveis. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Caso haja advogado constituído, intime-se o advogado constituído para que indique o e-mail e os telefones celulares das testemunhas de defesa, para o envio de link de acesso ao ambiente virtual da audiência, que será gravada, nos termos da Resolução nº 314, do CNJ. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2022

ADV: REGINALDO PATRICIO DE SOUSA (OAB 21396/CE), ADV: ROMERO DE SOUSA LEMOS (OAB 12257/CE) - Processo 0080002-58.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉU: João Paulo Meneses da Silva - Geilson Gomes da Silva - Por ordem do MM. Juiz de Direito, considerando a restrição de acesso às dependências do Fórum em virtude das medidas preventivas contra o contágio pelo coronavírus, e, em face da Resolução nº 314, do CNJ e da Portaria nº 640/2020, do TJCE, em caráter de excepcionalidade, a referida audiência foi reagendada para ocorrer por videoconferência, no dia 29/03/2022, às 14:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH Ao gabinete para a requisição dos policiais militares (policiais civis, guardas municipais etc) através do sistema SiMAV. À SEJUD 1º Grau para a intimação do réu e para a notificação da vítima e das demais testemunhas com o envio do link de acesso ao ambiente virtual, a fim de que o notificado acesse através dos meios eletrônicos disponíveis. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Caso haja advogado constituído, intime-se o advogado constituído. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

ADV: LUCYANNA CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 20290/CE) - Processo 0147564-45.2017.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: Edson Santos de Paula - Por ordem do MM. Juiz de Direito, considerando a restrição de acesso às dependências do Fórum em virtude das medidas preventivas contra o contágio pelo coronavírus, e, em face da Resolução nº 314, do CNJ e da Portaria nº 640/2020, do TJCE, em caráter de excepcionalidade, a referida audiência foi reagendada para ocorrer por videoconferência, no dia 29/03/2022, às 15:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH Ao gabinete para a requisição dos policiais militares (policiais civis, guardas municipais etc) através do sistema SiMAV. À SEJUD 1º Grau para a intimação do réu e para a notificação da vítima e das demais testemunhas com o envio do link de acesso ao ambiente virtual, a fim de que o notificado acesse através dos meios eletrônicos disponíveis. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Caso haja advogado constituído, intime-se o advogado constituído. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

ADV: RUTH LEITE VIEIRA (OAB 10722/CE), ADV: WANNESSA KAROLINNE DE LIMA E SILVA (OAB 36969/CE) - Processo 0215374-95.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: V.L.L.W. - Por ordem do MM. Juiz de Direito, considerando a restrição de acesso às dependências do Fórum em virtude das medidas preventivas contra o contágio pelo coronavírus, e, em face da Resolução nº 314, do CNJ e da Portaria nº 640/2020, do TJCE, em caráter de excepcionalidade, a referida audiência foi reagendada para ocorrer por videoconferência, no dia 28/03/2022, às 14:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH Ao gabinete para a requisição dos policiais militares (policiais civis, guardas municipais etc) através do sistema SiMAV. À SEJUD 1º Grau para a

intimação do réu e para a notificação da vítima e das demais testemunhas com o envio do link de acesso ao ambiente virtual, a fim de que o notificado acesse através dos meios eletrônicos disponíveis. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Caso haja advogado constituído, intime-se o advogado constituído. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: TARCIANO DOS ANJOS OLIVEIRA (OAB 26925/CE) - Processo 0153032-53.2018.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Jose Ulisses de Lima Pereira - Por ordem do MM. Juiz de Direito, considerando a restrição de acesso às dependências do Fórum em virtude das medidas preventivas contra o contágio pelo coronavírus, e, em face da Resolução nº 314, do CNJ e da Portaria nº 640/2020, do TJCE, em caráter de excepcionalidade, a referida audiência foi reagendada para ocorrer por videoconferência, no dia 31/03/2022, às 16:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH Ao gabinete para a requisição dos policiais militares (policiais civis, guardas municipais etc) através do sistema SiMAV. À SEJUD 1º Grau para a intimação do réu e para a notificação da vítima e das demais testemunhas com o envio do link de acesso ao ambiente virtual, a fim de que o notificado acesse através dos meios eletrônicos disponíveis. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Caso haja advogado constituído, intime-se o advogado constituído. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

ADV: RAFAEL SOARES MOURA (OAB 24806/CE) - Processo 0225740-96.2021.8.06.0001 - Inquérito Policial - Desacato - AUTUADO: Luis Fabiano Pinto Magalhaes - Por ordem do MM. Juiz de Direito, considerando a restrição de acesso às dependências do Fórum em virtude das medidas preventivas contra o contágio pelo coronavírus, e, em face da Resolução nº 314, do CNJ e da Portaria nº 640/2020, do TJCE, em caráter de excepcionalidade, a audiência para propositura do Acordo de Não Persecução Penal ocorrerá por videoconferência, no dia 21/03/2022, às 14:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH À SEJUD 1º Grau para a intimação do acusado, com o envio do link de acesso ao ambiente virtual, a fim de que o notificado acesse através dos meios eletrônicos disponíveis. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Caso haja advogado constituído, intime-se o advogado constituído. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

VARAS DO JÚRI

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: GLEIDSON GOMES SILVA (OAB 26706/CE) - Processo 0038007-84.2021.8.06.0001 (processo principal 0279837-46.2021.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Homicídio Simples - REQUERENTE: Leonardo Saraiva da Cunha - Isso posto, e por tudo mais que dos autos consta, mantenho a prisão preventiva de LEONARDO SARAIVA DA CUNHA, pelo que INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva, devendo o acusado permanecer na cadeia onde se encontra. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se o presente incidente

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: RAFAEL DE SOUZA COSTA (OAB 38840/CE) - Processo 0036979-81.2021.8.06.0001 (processo principal 0225435-15.2021.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Jose Reginando dos Santos Lima - CONCLUSÃO Ante ao exposto, nos termos da fundamentação precedente, este Juízo indefere, nesta ocasião, até ulterior deliberação, art. 316 do CPP, o pedido de relaxamento da prisão com pedido subsidiário de revogação da prisão por excesso de prazo na formação da culpa formulado pela defesa de JOSÉ REGINANDO DOS SANTOS LIMA, por subsistirem os motivos que ensejaram a prisão preventiva ora malsinada. Prossiga-se com o processo principal. À secretaria para verificar e certificar sobre a possibilidade de antecipação da audiência de instrução nos autos principais. Intimem-se, movimentar no SAJ de 1º grau e arquivar, este pleito acessório. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL SOARES MOURA (OAB 24806/CE) - Processo 0037045-61.2021.8.06.0001 (processo principal 0229017-57.2020.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Homicídio Qualificado - MASSA FALIDA: FRANCISCO CRISLEAN RODRIGUES sOBRINHO - Cls. Tratam os autos de pedido de relaxamento de prisão por excesso de prazo manejado pela defesa do acusado Francisco Crislean Rodrigues Sobrinho. Todavia, compulsando estes autos, verifica-se que, perante este juízo o requerente já teve deferida a liberdade provisória, a teor da decisão das págs 173/174 dos autos de nº 0227675-11.2020.8.06.0001, razão pela qual perdeu o objeto o presente incidente. Ademais, cumpre dizer, que não foi possível o cumprimento do referido alvará

de soltura, pois o acusado suporta, de acordo com informação do sistema restrição de liberdade em razão de ordem da 3ª Vara do Júri de em razão do processo 0192230-63.2019.8.06.0001. Dessa forma, não há restrição à liberdade do requerente por comando judicial desta Unidade Judiciária. Arquivem-se com as cautelas legais.

ADV: CICERO ROBERTO BEZERRA DE LIMA (OAB 29999/CE), ADV: LAIANE MARIELE DA SILVA FREIRE (OAB 38866B/CE) - Processo 0136768-58.2018.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ASSISTENTE DE: Aline Bastos Ferreira - RÉU: Egberto Setúbal Freitas - Ante ao exposto e com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, este Juízo considera admissível o pedido contido na denúncia para PRONUNCIAR Egberto Setúbal Freitas, qualificado nos autos, por supostamente incorrer, em tese, nas sanções do art. 121, caput, do Código Penal Brasileiro, a fim de serem julgados os fatos articulados na denúncia, sejam submetidos a julgamento perante o Tribunal Popular do Júri, o qual resolverá a controvérsia, conforme entender justo e adequado. Com efeito, não havendo compatibilidade entre o ordenamento jurídico pátrio com o instituto da antecipação de pena, a pessoa acusada poderá recorrer em liberdade, porquanto ausentes os pressupostos dos arts. 311 e 312, do CPP. A apontada gravidade do delito, por si só, não autoriza a prisão preventiva, sendo possível a ulterior decretação, se sobrevierem razões que a justifiquem, consoante se infere do art. 316 do CPP. Intime-se pessoalmente, preferencialmente, a pessoa acusada, seu Defensor e o órgão do Ministério Público da presente deliberação, tudo em conformidade com o que preceitua o art. 420, e incisos, do Código de Processo Penal. Sem êxito, a intimação poderá ocorrer por qualquer meio eficaz e legal, edital, inclusive, em atenção ao postulado da razoável duração do processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: DEFENSOR PÚBLICO GELSON DE AZEVEDO ROSA (OAB 1/CE) - Processo 0795699-44.2014.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Alexandre Almeida Feitosa e outro - DISPOSITIVO Ante ao exposto, acolhe-se a manifestação do órgão Ministerial contida fls. 403/404, e declaro por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos a extinção da punibilidade pela morte do réu ALEXANDRE ALMEIDA FEITOSA, nos termos do artigo 107, inciso I, da Lei Substantiva Penal, tudo mediante as recomendações do art. 61 do Código de Processo Penal. Certifique-se o trânsito em julgado. Ademais, aguarde-se a prisão do réu Jhou Kid Marques Sarmento, conforme determinado às fl. 389. Cumpra-se.

ADV: MARCOS AURÉLIO OLIVEIRA DA SILVA (OAB 29280/CE) - Processo 0875293-98.2000.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RÉU: Antonio Honorato de Oliveira e outro - Cls. O representante do Ministério Público, denunciou Antônio Honorato de Oliveira e Raimundo Honorato de Oliveira, qualificados na peça acional, dando-os como incursos nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro. Consta na peça inaugural, no dia 07 de janeiro de 1996, por volta de 13h00, na rua Maria de Sousa, próximo à Fiação Jangadeiro, no bairro Jardim Iracema, nesta capital, supostamente, Antônio Honorato e Raimundo Honorato ceifaram a vida de José Soares Filho. O acusado Antônio Honorato de Oliveira teve decretada a revelia (fl. 77) e Raimundo Honorato de Oliveira foi interrogado em 28 de fevereiro de 1997 (fls. 177/ 178 e 179). Encerrada a instrução processual, os acusados foram pronunciados em 31 de março de 1998, conforme sentença de fls. 361/364, incursos nos art. 121, § 2° incisos II e IV, c/c os artigos 129 e 29, todos do CPB. Ademais, o do corréu Raimundo Honorato de Oliveira fora condenado, conforme sentença condenatória de fls. 459/460, e o trânsito em julgado ocorreu em 12/09/2000, consoante fl. 464. É o relatório. FUNDAMENTAÇÃO Em razão da data em que foi proferida a sentença de pronúncia, aos 31/03/1998, se observa que o lapso temporal até o dia hoje já ultrapassou o tempo exigido no art. 109, inciso I, do Código Penal Brasileiro, sendo de 20 (vinte) anos ininterruptos, circunstância que autoriza o prazo prescricional, o que torna inviabilizada para o Estado a continuidade da persecução penal com o fim de aplicar o jus puniendi ao acusado Antônio Honorato de Oliveira. CONCLUSÃO Pelas razões expostas, ao que narra o art. 61, do CPP e demais princípios gerais de direito, declara-se EXTINTA A PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, consoante a regra contida no art. 107, inciso IV, combinado com o art. 109, inciso I, do Código Penal. Oficie-se à Delegacia de Capturas para a devolução do Mandando de Prisão Preventiva em desfavor do acusado. Ademais, se o mandado de prisão estiver cadastrado no BNMP, dê-se baixa no referido sistema. Após o trânsito em julgado desta decisão, procedam-se as anotações, comunicações e baixas de estilo. Cumpra-se.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022

ADV: JOSÉ MEDEIROS DE MORAIS FILHO (OAB 37879/CE) - Processo 0235936-62.2020.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: E.C.S. e outros - Designo audiência de instrução para o dia 18/02/2022 às 13h:15min

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO EDUARDO MOTA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0036/2022

ADV: LARISSA SOUZA OLIVEIRA (OAB 28227/CE), ADV: DAVID CHAVES LEAO (OAB 29894/CE) - Processo 0769542-34.2014.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Eduardo Pinheiro Da Silva Junior e outro - Intime-se a Acusação para que especifique as provas que pretende produzir na sessão do Tribunal do Júri, nos termos do CPP art.422. Prazo: cinco dias. Após a manifestação da Acusação, intime(m)-se a(s) defesa(s) para fazer o mesmo. Prazo: cinco dias. Após, volte à conclusão para decisão sobre o requerido.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO EDUARDO MOTA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: NIORD CASTELO BRANCO MIRANDA NETO (OAB 33532/CE) - Processo 0271192-66.2020.8.06.0001 - Ação Penal

de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Willame Nogueira da Silva e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, concedo vista dos autos ao Ministério Público, o que faço em razão do art. 129 e 130, XIII, "d", do Provimento n. 02/2021, que instituiu o Código de Normas Judiciais, DJe 16.02.2021.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: EDY MARLEN CELESTINO DE SOUSA (OAB 43448/CE) - Processo 0037707-25.2021.8.06.0001 (processo principal 0212322-28.2020.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Homicídio Qualificado - MASSA FALIDA: Kleber Júnior da Silva Teixeira - Isso posto, acolho o parecer do Ministério Público para indeferir o pedido formulado pela defesa, de modo que mantenho a prisão de KLEBER JÚNIOR DA SILVA TEIXEIRA, para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução processual em plenário, inaplicáveis à espécie medidas cautelares menos gravosas por não serem suficientes para o fim pretendido. Intimem-se as partes da presente decisão. Traslade-se cópia desta decisão para os autos principais (processo nº 0212322-28.2020.8.06.0001) e após, arquive-se. Expedientes necessários.

VARA DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: JACQUELINE CHAVES BESSA (OAB 21692/CE) - Processo 0039455-92.2021.8.06.0001 (processo principal 0230860-23.2021.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MASSA FALIDA: Policia Civil do Estado do Ceará - Visto e etc. Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que determinou a prisão preventiva do réu Raimundo Nonato Ferreira da Silva, apresentado por advogado constituído (p. 1/9). Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo deferimento (pág. 14). Eis o breve relatório. Decido. Com efeito, observa-se que a segregação cautelar do acusado foi decretada, após pedido do Ministério Público, com o objetivo de assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem público, na forma do art. 312, do CPP, uma vez que o paradeiro do réu era incerto, consoante decisão às p. 102/104 dos autos principais. Assim, tendo o réu, através de sua defesa, ratificado o seu endereço e demonstrado disposição em contribuir para o deslinde da presente ação penal, não se justifica mais o seu recolhimento cautelar dela, razão pela qual defiro o pedido de Raimundo Nonato Ferreira da Silva e REVOGO a prisão preventiva decretada às fls. 102/104. À secretaria, para que expeça o devido alvará de soltura. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ DE DEUS PEREIRA MARTINS FILHO (OAB 6306/CE) - Processo 0102738-60.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Antonia Kaline Paiva Moraes e outro - Dê-se ciência às parte do link da instrução, já designada para o dia 23 de fevereiro de 2022, às 14h45min. O réu José Wesley Costa de Sousa encontra-se preso por outro processo, devendo ser intimado através de oficial de justiça caso seja posto em liberdade. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODMyMWU1NjctZmVhNy00MDFkLWE5MzktZTY1MTI1NmRjNTg0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%221baded7c-fb01-4778-ba82-037a2cdd25e3%22%7d Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: MARIA DO SOCORRO MAIA LANDIM (OAB 12442/CE) - Processo 0110429-96.2017.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ricardo Bandeira da Silva Barros - Aos 1º (primeiro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade Fortaleza, às 14h45min, na sala da audiência virtual da 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas, onde presentes se achavam o Dr. ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR, Juiz de Direito, o Dr. WANDER MAGALHÃES LIMA, Promotor de Justiça, e a Dra. MARIA DO SOCORRO MAIA LANDIM - OAB - 12442, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, sendo constatada a ausências das testemunhas referidas, as quais não foram mais encontradas no seus endereços, consoante as certidões de págs. 181 e 182, ficando concluída a produção de prova oral. Sem requerimentos na fase do art. 402, do CPP. MM declarou encerrada a instrução do processo. Por fim, o Magistrado determinou que os autos fossem com vistas às partes, para apresentação dos memoriais, no prazo de 5 dias, primeiro o Ministério Público. Nada mais havendo para constar, Eu, Alexandre Holanda de Paiva, mat.: 24.074, - Assistente de. Unid. Judiciária lavrei o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai assinado.

ADV: FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS (OAB 5255/CE), ADV: JEAN EFFERTON RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS (OAB 30960/CE) - Processo 0179928-36.2018.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADA: Yanka Larissa da Silva Ferreira de Menezes e outro - Considerando que o Ministério Público ofertou seus memoriais, intimem-se as defesas, para que, no prazo de 5 (cinco) cada, colacionem suas alegações derradeiras. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: ANTONIO ABEL MARTINS FEITOSA (OAB 31786/CE) - Processo 0146584-30.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Andre Luiz Santiago - Aos 07 (sete) dias do mês de

dezembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade Fortaleza, às 13h30min, na sala da audiência virtual da 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas, onde presentes se achavam o Dr. ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR, Juiz de Direito, o Dr. DAVID MARQUES OLIVEIRA, Promotor de Justiça, e o Dr. ANTONIO ABEL MARTINS FEITOSA - OAB/CE 31.786, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, sendo inquiridas as três testemunhas arroladas pela acusação, tendo a defesa insistido na oitiva de Gilvânia Pereira de Sousa, a qual foi intimada, mas não compareceu a este ato processual (fl. 126). No entanto, a defesa do réu se comprometeu a trazer a testemunha à sala virtual, para ser inquirida, dispensando-se sua condução coercitiva. Assim, o MM. Juiz deferiu o pleito defensivo e designou o dia 14 de dezembro de 2021, às 16h, para continuidade da instrução, saindo intimados advogado e o réu. Nada mais havendo para constar, Eu, Alexandre Holanda de Paiva, mat.: 24.074, - Assistente de. Unid. Judiciária lavrei o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai assinado.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: RODNEY VASNY SILVA DE OLIVEIRA (OAB 26118/CE) - Processo 0170614-32.2019.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Expedito Ferreira de Sousa Junior - Ante o exposto, REVOGO a medidas cautelares fixadas em desfavor do réu, incluindo o monitoramento eletrônico. Oficie-se à Central de Alternativas Penais (CAP) para que tome conhecimento da presente decisão e providencie a retirada do equipamento com brevidade. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCINEUDO FAUSTINO COSTA (OAB 30253/CE) - Processo 0801791-38.2014.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - STCIADA: Gleide Vidal de Oliveira e outros - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de fls. 386/387, tendo em vista que a expedição da guia definitiva e posterior remessa dos autos ao juízo da Execução Penal somente será possível após o cumprimento do mandado de prisão. Intimem-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2022

ADV: PAULO CESAR BARBOSA PIMENTEL (OAB 9165/CE), ADV: JOSE JAIRTON BENTO (OAB 32223/CE) - Processo 0243679-89.2021.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcilio dos Santos Rebouças - Intime-se, pela segunda vez, a defesa técnica do acusado Marcílio dos Santos Rebouças para apresentar memoriais no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e configuração de desídia processual, com o envio de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para fins de apuração das condutas inertes. Expedientes necessários.

ADV: NUNES RAMOS DE LIMA (OAB 8427/CE) - Processo 0795168-55.2014.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Michel Nóbrega Gomes e outro - Face ao teor da certidão de fl. 252, intime-se a defesa do acusado Michel Nóbrega Gomes (fl. 247) para que apresente, no prazo de 5 (cinco) dias, o endereço atualizado do réu a fim de viabilizar a intimação da sentença e a remessa do recurso interposto ao TJCE. Oficie-se à PEFOCE para que apresente informações acerca do cumprimento do mandado de fl. 243 no prazo de 5 (cinco) dias.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: FRANCISCO FELIPE MACÊDO LIMA (OAB 17802/CE) - Processo 0157252-65.2016.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Oliveira do Vale - Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para o efeito de ABSOLVER o delatado RAFAEL OLIVEIRA DO VALE, já qualificado, da acusação de prática dos delitos do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, art. 12 da Lei nº 10.826/03 e art. 180 do CP, o que faço a teor do art. 386, inc. II, do CPP. Via de consequência, autorizo a devolução ao acusado dos documentos e valores apreendidos à fl. 05, com exceção das drogas, armas e munições apreendidas, as quais deverão ser encaminhadas para destruição. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: SERGIO LOPES DE PAULA (OAB 13648/CE) - Processo 0207150-71.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Samuel Fernandes Farias e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na denúncia para condenar o réu SAMUEL FERNANDES FARIAS como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Em razão disso, passo a dosar, de forma individual e isolada, as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto pelos artigos 5º, XLVI, da Constituição Federal e 68, caput, do Código Penal Atento às diretrizes dos arts. 59, do Código Penal, e 42 da Lei n. 11.343/06, passo à valoração das circunstâncias judiciais: a) CULPABILIDADE: no que se refere ao crime de tráfico de drogas apesar de estarmos diante de um crime equiparado a hediondo, o grau de reprovabilidade da conduta do réu deve ser tido como ordinário, não transbordando sua conduta para além da própria tipologia penal; b) ANTECEDENTES: o réu possui bons antecedentes, uma vez que os demais processos que responde não possuem sentença condenatória definitiva, devendo prevalecer o entendimento consolidado na Súmula nº 444 do STJ; c) CONDUTA SOCIAL: Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social, razão pela qual deixo de valorá-la; d) PERSONALIDADE: não existem nos autos elementos suficientes à aferição da sua personalidade, motivo por que não há como se ter qualquer valoração; e) MOTIVO DO CRIME: o motivo do crime se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, razão pela qual também deixo de valorá-la; f) CIRCUNSTÂNCIAS: as circunstâncias lhe são desfavoráveis, pois o réu tinha a posse de 42g de maconha e 750g de cocaína; g) CONSEQUÊNCIAS: as consequências do crime são normais à espécie, nada tendo a se valorar como fator extrapenal. h) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: a vítima é a sociedade em um primeiro plano, não havendo o que se cogitar acerca do seu comportamento. Oportuno gizar que, para a escorreita fixação da pena, o critério majoritariamente adotado pelos tribunais consiste em obter o intervalo de pena previsto em abstrato (máximo mínimo) para cada tipo penal, devendo, em

seguida, ser dividido o resultado pelo número de circunstâncias judiciais, para se alcançar o patamar exato de valoração de cada circunstância judicial de maneira proporcional. Assim, tem-se que cada vetor no presente caso, em circunstâncias simples, teria o valor de 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão para o delito do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Ressalte-se que, no caso como o dos autos, que trata de crime de tráfico de drogas, a questão é apreciada conforme disposto no art. 42 da Lei 11.343/06 ("Art. 42 - O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente"). Diante dessas circunstâncias analisadas individualmente, quanto ao crime de tráfico de drogas, fixo a pena-base em 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Na segunda fase, não vislumbro a presença de atenuantes ou agravantes, razão pela qual mantenho a pena anteriormente fixada. Na terceira fase, não havendo causas de aumento ou de diminuição, torno em caráter definitivo as penas de 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo o valor do dia-multa correspondente a 1/30 do salário mínimo, tendo em vista à precária situação econômica do réu. Tendo em vista o disposto no art. 387, § 2º, do CPP, com redação determinada pela Lei nº 12.736/2012, verifica-se que a acusado foi preso no dia 04.02.2021, permanecendo encarcerado até a presente data, ou seja, por 11 (onze) meses e 22 (vinte e dois) dias. Assim, detraindo-se o tempo da prisão provisória, resta ao denunciado cumprir 05 (CINCO) ANOS, 3 (TRÊS) MESES E 8 (OITO) DIAS DE RECLUSÃO. Estabeleço o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade, com fundamento no art. 33, § 3º, do Código Penal, em razão da quantidade e natureza das drogas apreendidas (42g de maconha e 750g de cocaína), bem como porque o réu já foi apreendido por ato infracional e responde a outro processo de natureza criminal. Portanto, não obstante a quantidade de pena imposta ser inferior a 8 (oito) anos, tenho, ademais, que a quantidade e a qualidade de drogas traficadas pelo sentenciado e as circunstâncias nas quais o delito foi cometido desautorizam a fixação do regime semiaberto de cumprimento de pena, na medida em que demonstra a maior gravidade concreta do delito e a maior censurabilidade da conduta da sentenciado, tudo de modo a justificar a fixação do regime inicial fechado, posto que não é socialmente recomendável a fixação de regime mais brando. O réu não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito porque sua pena privativa de liberdade é superior a quatro anos (art. 44, CP). Nego ao réu o direito de apelar em liberdade, pois vislumbro a presença dos motivos ensejadores do decreto de prisão preventiva, previstos no art. 312, do CPP, mormente para garantir a ordem pública, em razão da quantidade e natureza das drogas e para evitar a prática reiterada de delitos, já que o réu responde a outro processo de natureza criminal e se declarou "atravessador" de criminosos que praticam roubos, o que denota habitual envolvimento em práticas criminosas. Destarte, estando comprovados o fumus comissi delitcti e o periculum libertatis, para garantia da ordem pública, com fundamento no art. 312, do CPP, mantenho a prisão preventiva de SAMUEL FERNANDES FARIAS. Determino, ainda, a incineração da substância entorpecente apreendida (art. 32, § 1º, da lei nº 11.343/2006) e a perda dos valores apreendidos à fl. 07 em favor da União (art. 63, § 1º, da Lei nº 11.343/2006), os quais serão revertidos em favor do FUNAD. Já os celulares apreendidos deverão ser objeto de deliberação pelo juízo para onde foi distribuído o processo que irá analisar a prática do crime de receptação. Por fim, condeno o réu ao pagamento das custas do processo. Oportunamente, transitado em julgado este decisum, determino que sejam tomadas as seguintes providências, independente de nova conclusão dos autos: a) Extraia-se guia de execução, para o devido encaminhamento do condenado ao estabelecimento prisional estabelecido na sentença, com o respectivo mandado de prisão, se for o caso; b) Oficie-se à Justiça Eleitoral; c) Remeta-se boletim individual à SSP-CE (art. 809 do CPP); d) Oficie-se à Senad e ao Depósito Público remetendo a relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União (art. 63, § 4º, da Lei nº 11.343/2006); e) Em atendimento ao art. 58, § 1º, da Lei nº 11.343/06, caso tal medida não tenha sido providenciada, determino a destruição das drogas apreendidas, no prazo de 30 (trinta) dias, por incineração, devendo-se preservar fração suficiente para resguardar a realização de eventual contraprova; Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: JOSE MARCELO FARIAS (OAB 10889/CE) - Processo 0266586-58.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADA: Ednara Alves Miranda - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na denúncia para condenar a ré EDNARA ALVES MIRANDA como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Em razão disso, passo a dosar, de forma individual e isolada, as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto pelos artigos 5º, XLVI, da Constituição Federal e 68, caput, do Código Penal. Atento às diretrizes dos arts. 59, do Código Penal, e 42 da Lei n. 11.343/06, passo à valoração das circunstâncias judiciais: a) CULPABILIDADE: apesar de estarmos diante de um crime equiparado a hediondo, o grau de reprovabilidade da conduta da ré deve ser tido como ordinário, não transbordando sua conduta para além da própria tipologia penal; b) ANTECEDENTES: a ré não registra antecedentes criminais, nos termos do entendimento consolidado na Súmula nº 444 do STJ, uma vez que os processos que responde não possuem decisão definitiva desfavorável (certidão de antecedentes fls. 122/126); c) CONDUTA SOCIAL: poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social, razão pela qual deixo de valorá-la; d) PERSONALIDADE: não existem nos autos elementos suficientes à aferição da sua personalidade, motivo por que não há como se ter qualquer valoração; e) MOTIVO DO CRIME: o motivo do crime se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, razão pela qual também deixo de valorá-la; f) CIRCUNSTÂNCIAS: as circunstâncias lhe são desfavoráveis, pois trazia consigo em plena via pública, localidade conhecida pelo intenso tráfico de drogas, três tipos de entorpecentes destinados à comercialização ilícita (crack, maconha e Triexifenidil); g) CONSEQUÊNCIAS: as consequências do crime são normais à espécie, nada tendo a se valorar como fator extrapenal. h) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: a vítima é a sociedade em um primeiro plano, não havendo o que se cogitar acerca do seu comportamento. Oportuno gizar que, para a escorreita fixação da pena, o critério majoritariamente adotado pelos tribunais consiste em obter o intervalo de pena previsto em abstrato (máximo mínimo) para cada tipo penal, devendo, em seguida, ser dividido o resultado pelo número de circunstâncias judiciais, para se alcançar o patamar exato de valoração de cada circunstância judicial de maneira proporcional. Assim, tem-se que cada vetor no presente caso, em circunstâncias simples, teria o valor de 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão para o delito do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Ressalte-se que, no caso como o dos autos, que trata de crime de tráfico de drogas, a questão é apreciada conforme disposto no art. 42 da Lei 11.343/06 ("Art. 42 - O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente"). Diante dessas circunstâncias analisadas individualmente, quanto ao crime de tráfico de drogas, fixo a pena-base em 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Na segunda fase, reduzo a pena em 8 (oito) meses de reclusão e 100 (cem) dias-multa, em face da atenuante da confissão. Na terceira fase, não havendo causas de aumento ou de diminuição, torno em caráter definitivo as penas de 5 (cinco) anos e 7 (sete) meses de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo o valor do dia-multa correspondente a 1/30 do salário mínimo, tendo em vista à precária situação econômica do réu. Tendo em vista o disposto no art. 387, § 2º, do CPP, com redação determinada pela Lei nº 12.736/2012, verifica-se que a acusada foi presa no dia 26.09.2021, permanecendo encarcerada até a presente data. Assim, detraindo-se o tempo da prisão provisória, resta ao denunciado cumprir 05 ANOS E 03 (TRÊS) MESES DE RECLUSÃO. Estabeleço o regime inicial fechado para cumprimento da

pena privativa de liberdade, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do Código Penal, uma vez que a ré, além de ter sido presa na posse de três tipos de entorpecentes (Triexifenidil, maconha e crack), sendo um deles que causa alta dependência e rápida degradação da saúde do usuário, cometeu essa prática delituosa quando encontrava-se em liberdade provisória concedida em processo anterior no qual é investigada por supostamente já ter se envolvido no tráfico de drogas, o que demonstra o seu intenso envolvimento com a prática de delitos dessa natureza. Registro que, não obstante a quantidade de pena imposta ser inferior a 8 (oito) anos, tenho que a quantidade e a qualidade de drogas traficadas pelo sentenciado e as circunstâncias nas quais o delito foi cometido desautorizam a fixação do regime semiaberto de cumprimento de pena, na medida em que demonstra a maior gravidade concreta do delito e a maior censurabilidade da conduta da sentenciado, tudo de modo a justificar a fixação do regime inicial fechado, posto que não é socialmente recomendável a fixação de regime mais brando. A ré não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito porque sua pena privativa de liberdade é superior a quatro anos (art. 44, CP). O tempo de prisão provisória é insuficiente para ensejar alteração do regime de cumprimento da pena, pelo que deixo de fazer a detração, que ficará a cargo do juízo de execução penal. Nego à ré o direito de apelar em liberdade, pois vislumbro a presença dos motivos ensejadores do decreto de prisão preventiva, previstos no art. 312, do CPP, mormente para garantir a ordem pública, em razão da quantidade, diversidade e natureza de drogas apreendidas e para evitar a prática reiterada de delitos, já que a ré responde outro processo de tráfico, tendo voltado a delinquir após ter sido solta provisoriamente, e quando menor foi diversas vezes apreendida (certidão fl. 122/126). Destarte, estando comprovados o "fumus comissi delitcti" e o "periculum libertatis", para garantia da ordem pública, com fundamento no art. 312, do CPP, mantenho a prisão preventiva de EDNARA ALVES MIRANDA. Determino, ainda, a incineração da substância entorpecente apreendida (art. 32, § 1º, da lei nº 11.343/2006) e a perda dos bens e valores apreendidos à fl. 06 em favor da União (art. 63, § 1º, da Lei nº 11.343/2006), os quais serão revertidos em favor do FUNAD. Por fim, deixo de condenar a ré ao pagamento das custas do processo por se tratar de pessoa pobre (art. 10, VIII, da Lei Estadual nº 12.381/94). Oportunamente, transitado em julgado este decisum, determino que sejam tomadas as seguintes providências, independente de nova conclusão dos autos: a) Extraia-se guia de execução, para o devido encaminhamento do condenado ao estabelecimento prisional estabelecido na sentença, com o respectivo mandado de prisão, se for o caso; b) Oficie-se à Justiça Eleitoral; c) Remeta-se boletim individual à SSP-CE (art. 809 do CPP); d) Oficie-se à Senad remetendo a relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União (art. 63, § 4º, da Lei nº 11.343/2006); e) Em atendimento ao art. 58, § 1º, da Lei nº 11.343/06, caso tal medida não tenha sido providenciada, determino a destruição das drogas apreendidas, no prazo de 30 (trinta) dias, por incineração, devendo-se preservar fração suficiente para resguardar a realização de eventual contraprova. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: FRANCISCO FELIPE MACÊDO LIMA (OAB 17802/CE) - Processo 0157252-65.2016.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Oliveira do Vale - Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para o efeito de ABSOLVER o delatado RAFAEL OLIVEIRA DO VALE, já qualificado, da acusação de prática dos delitos do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, art. 12 da Lei nº 10.826/03 e art. 180 do CP, o que faço a teor do art. 386, inc. II, do CPP. Via de consequência, autorizo a devolução ao acusado dos documentos e valores apreendidos à fl. 05, com exceção das drogas, armas e munições apreendidas, as quais deverão ser encaminhadas para destruição. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: SERGIO LOPES DE PAULA (OAB 13648/CE) - Processo 0207150-71.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Samuel Fernandes Farias e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na denúncia para condenar o réu SAMUEL FERNANDES FARIAS como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Em razão disso, passo a dosar, de forma individual e isolada, as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto pelos artigos 5º, XLVI, da Constituição Federal e 68, caput, do Código Penal Atento às diretrizes dos arts. 59, do Código Penal, e 42 da Lei n. 11.343/06, passo à valoração das circunstâncias judiciais: a) CULPABILIDADE: no que se refere ao crime de tráfico de drogas apesar de estarmos diante de um crime equiparado a hediondo, o grau de reprovabilidade da conduta do réu deve ser tido como ordinário, não transbordando sua conduta para além da própria tipologia penal; b) ANTECEDENTES: o réu possui bons antecedentes, uma vez que os demais processos que responde não possuem sentença condenatória definitiva, devendo prevalecer o entendimento consolidado na Súmula nº 444 do STJ; c) CONDUTA SOCIAL: Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social, razão pela qual deixo de valorá-la; d) PERSONALIDADE: não existem nos autos elementos suficientes à aferição da sua personalidade, motivo por que não há como se ter qualquer valoração; e) MOTIVO DO CRIME: o motivo do crime se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, razão pela qual também deixo de valorá-la; f) CIRCUNSTÂNCIAS: as circunstâncias lhe são desfavoráveis, pois o réu tinha a posse de 42g de maconha e 750g de cocaína; g) CONSEQUÊNCIAS: as consequências do crime são normais à espécie, nada tendo a se valorar como fator extrapenal. h) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: a vítima é a sociedade em um primeiro plano, não havendo o que se cogitar acerca do seu comportamento. Oportuno gizar que, para a escorreita fixação da pena, o critério majoritariamente adotado pelos tribunais consiste em obter o intervalo de pena previsto em abstrato (máximo mínimo) para cada tipo penal, devendo, em seguida, ser dividido o resultado pelo número de circunstâncias judiciais, para se alcançar o patamar exato de valoração de cada circunstância judicial de maneira proporcional. Assim, tem-se que cada vetor no presente caso, em circunstâncias simples, teria o valor de 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão para o delito do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Ressalte-se que, no caso como o dos autos, que trata de crime de tráfico de drogas, a questão é apreciada conforme disposto no art. 42 da Lei 11.343/06 ("Art. 42 - O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente"). Diante dessas circunstâncias analisadas individualmente, quanto ao crime de tráfico de drogas, fixo a pena-base em 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Na segunda fase, não vislumbro a presença de atenuantes ou agravantes, razão pela qual mantenho a pena anteriormente fixada. Na terceira fase, não havendo causas de aumento ou de diminuição, torno em caráter definitivo as penas de 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo o valor do dia-multa correspondente a 1/30 do salário mínimo, tendo em vista à precária situação econômica do réu. Tendo em vista o disposto no art. 387, § 2º, do CPP, com redação determinada pela Lei nº 12.736/2012, verifica-se que a acusado foi preso no dia 04.02.2021, permanecendo encarcerado até a presente data, ou seja, por 11 (onze) meses e 22 (vinte e dois) dias. Assim, detraindo-se o tempo da prisão provisória, resta ao denunciado cumprir 05 (CINCO) ANOS, 3 (TRÊS) MESES E 8 (OITO) DIAS DE RECLUSÃO. Estabeleço o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade, com

fundamento no art. 33, § 3º, do Código Penal, em razão da quantidade e natureza das drogas apreendidas (42g de maconha e 750g de cocaína), bem como porque o réu já foi apreendido por ato infracional e responde a outro processo de natureza criminal. Portanto, não obstante a quantidade de pena imposta ser inferior a 8 (oito) anos, tenho, ademais, que a quantidade e a qualidade de drogas traficadas pelo sentenciado e as circunstâncias nas quais o delito foi cometido desautorizam a fixação do regime semiaberto de cumprimento de pena, na medida em que demonstra a maior gravidade concreta do delito e a maior censurabilidade da conduta da sentenciado, tudo de modo a justificar a fixação do regime inicial fechado, posto que não é socialmente recomendável a fixação de regime mais brando. O réu não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito porque sua pena privativa de liberdade é superior a quatro anos (art. 44, CP). Nego ao réu o direito de apelar em liberdade, pois vislumbro a presença dos motivos ensejadores do decreto de prisão preventiva, previstos no art. 312, do CPP, mormente para garantir a ordem pública, em razão da quantidade e natureza das drogas e para evitar a prática reiterada de delitos, já que o réu responde a outro processo de natureza criminal e se declarou "atravessador" de criminosos que praticam roubos, o que denota habitual envolvimento em práticas criminosas. Destarte, estando comprovados o fumus comissi delitcti e o periculum libertatis, para garantia da ordem pública, com fundamento no art. 312, do CPP, mantenho a prisão preventiva de SAMUEL FERNANDES FARIAS. Determino, ainda, a incineração da substância entorpecente apreendida (art. 32, § 1º, da lei nº 11.343/2006) e a perda dos valores apreendidos à fl. 07 em favor da União (art. 63, § 1º, da Lei nº 11.343/2006), os quais serão revertidos em favor do FUNAD. Já os celulares apreendidos deverão ser objeto de deliberação pelo juízo para onde foi distribuído o processo que irá analisar a prática do crime de receptação. Por fim, condeno o réu ao pagamento das custas do processo. Oportunamente, transitado em julgado este decisum, determino que sejam tomadas as seguintes providências, independente de nova conclusão dos autos: a) Extraia-se guia de execução, para o devido encaminhamento do condenado ao estabelecimento prisional estabelecido na sentença, com o respectivo mandado de prisão, se for o caso; b) Oficie-se à Justiça Eleitoral; c) Remeta-se boletim individual à SSP-CE (art. 809 do CPP); d) Oficie-se à Senad e ao Depósito Público remetendo a relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União (art. 63, § 4º, da Lei nº 11.343/2006); e) Em atendimento ao art. 58, § 1º, da Lei nº 11.343/06, caso tal medida não tenha sido providenciada, determino a destruição das drogas apreendidas, no prazo de 30 (trinta) dias, por incineração, devendo-se preservar fração suficiente para resguardar a realização de eventual contraprova; Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: JOSE MARCELO FARIAS (OAB 10889/CE) - Processo 0266586-58.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADA: Ednara Alves Miranda - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na denúncia para condenar a ré EDNARA ALVES MIRANDA como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Em razão disso, passo a dosar, de forma individual e isolada, as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto pelos artigos 5º, XLVI, da Constituição Federal e 68, caput, do Código Penal. Atento às diretrizes dos arts. 59, do Código Penal, e 42 da Lei n. 11.343/06, passo à valoração das circunstâncias judiciais: a) CULPABILIDADE: apesar de estarmos diante de um crime equiparado a hediondo, o grau de reprovabilidade da conduta da ré deve ser tido como ordinário, não transbordando sua conduta para além da própria tipologia penal; b) ANTECEDENTES: a ré não registra antecedentes criminais, nos termos do entendimento consolidado na Súmula nº 444 do STJ, uma vez que os processos que responde não possuem decisão definitiva desfavorável (certidão de antecedentes fls. 122/126); c) CONDUTA SOCIAL: poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social, razão pela qual deixo de valorá-la; d) PERSONALIDADE: não existem nos autos elementos suficientes à aferição da sua personalidade, motivo por que não há como se ter qualquer valoração; e) MOTIVO DO CRIME: o motivo do crime se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, razão pela qual também deixo de valorá-la; f) CIRCUNSTÂNCIAS: as circunstâncias lhe são desfavoráveis, pois trazia consigo em plena via pública, localidade conhecida pelo intenso tráfico de drogas, três tipos de entorpecentes destinados à comercialização ilícita (crack, maconha e Triexifenidil); g) CONSEQUÊNCIAS: as consequências do crime são normais à espécie, nada tendo a se valorar como fator extrapenal. h) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: a vítima é a sociedade em um primeiro plano, não havendo o que se cogitar acerca do seu comportamento. Oportuno gizar que, para a escorreita fixação da pena, o critério majoritariamente adotado pelos tribunais consiste em obter o intervalo de pena previsto em abstrato (máximo mínimo) para cada tipo penal, devendo, em seguida, ser dividido o resultado pelo número de circunstâncias judiciais, para se alcançar o patamar exato de valoração de cada circunstância judicial de maneira proporcional. Assim, tem-se que cada vetor no presente caso, em circunstâncias simples, teria o valor de 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão para o delito do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Ressalte-se que, no caso como o dos autos, que trata de crime de tráfico de drogas, a questão é apreciada conforme disposto no art. 42 da Lei 11.343/06 ("Art. 42 - O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente"). Diante dessas circunstâncias analisadas individualmente, quanto ao crime de tráfico de drogas, fixo a pena-base em 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Na segunda fase, reduzo a pena em 8 (oito) meses de reclusão e 100 (cem) dias-multa, em face da atenuante da confissão. Na terceira fase, não havendo causas de aumento ou de diminuição, torno em caráter definitivo as penas de 5 (cinco) anos e 7 (sete) meses de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo o valor do dia-multa correspondente a 1/30 do salário mínimo, tendo em vista à precária situação econômica do réu. Tendo em vista o disposto no art. 387, § 2º, do CPP, com redação determinada pela Lei nº 12.736/2012, verifica-se que a acusada foi presa no dia 26.09.2021, permanecendo encarcerada até a presente data. Assim, detraindo-se o tempo da prisão provisória, resta ao denunciado cumprir 05 ANOS E 03 (TRÊS) MESES DE RECLUSÃO. Estabeleço o regime inicial fechado para cumprimento da pena privativa de liberdade, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do Código Penal, uma vez que a ré, além de ter sido presa na posse de três tipos de entorpecentes (Triexifenidil, maconha e crack), sendo um deles que causa alta dependência e rápida degradação da saúde do usuário, cometeu essa prática delituosa quando encontrava-se em liberdade provisória concedida em processo anterior no qual é investigada por supostamente já ter se envolvido no tráfico de drogas, o que demonstra o seu intenso envolvimento com a prática de delitos dessa natureza. Registro que, não obstante a quantidade de pena imposta ser inferior a 8 (oito) anos, tenho que a quantidade e a qualidade de drogas traficadas pelo sentenciado e as circunstâncias nas quais o delito foi cometido desautorizam a fixação do regime semiaberto de cumprimento de pena, na medida em que demonstra a maior gravidade concreta do delito e a maior censurabilidade da conduta da sentenciado, tudo de modo a justificar a fixação do regime inicial fechado, posto que não é socialmente recomendável a fixação de regime mais brando. A ré não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito porque sua pena privativa de liberdade é superior a quatro anos (art. 44, CP). O tempo de prisão provisória é insuficiente para ensejar alteração do regime de cumprimento da pena, pelo que deixo de fazer a detração, que ficará a cargo do juízo de execução penal. Nego à ré o direito de apelar em liberdade, pois vislumbro a presença dos motivos ensejadores do decreto de prisão preventiva, previstos no art. 312, do CPP, mormente para garantir a ordem pública, em razão da quantidade, diversidade e natureza de drogas apreendidas e para evitar a prática reiterada de delitos, já que a ré responde outro processo de tráfico, tendo voltado a delinquir após ter sido solta provisoriamente,

e quando menor foi diversas vezes apreendida (certidão fl. 122/126). Destarte, estando comprovados o "fumus comissi delitcti" e o "periculum libertatis", para garantia da ordem pública, com fundamento no art. 312, do CPP, mantenho a prisão preventiva de EDNARA ALVES MIRANDA. Determino, ainda, a incineração da substância entorpecente apreendida (art. 32, § 1º, da lei nº 11.343/2006) e a perda dos bens e valores apreendidos à fl. 06 em favor da União (art. 63, § 1º, da Lei nº 11.343/2006), os quais serão revertidos em favor do FUNAD. Por fim, deixo de condenar a ré ao pagamento das custas do processo por se tratar de pessoa pobre (art. 10, VIII, da Lei Estadual nº 12.381/94). Oportunamente, transitado em julgado este decisum, determino que sejam tomadas as seguintes providências, independente de nova conclusão dos autos: a) Extraia-se guia de execução, para o devido encaminhamento do condenado ao estabelecimento prisional estabelecido na sentença, com o respectivo mandado de prisão, se for o caso; b) Oficie-se à Justiça Eleitoral; c) Remeta-se boletim individual à SSP-CE (art. 809 do CPP); d) Oficie-se à Senad remetendo a relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União (art. 63, § 4º, da Lei nº 11.343/2006); e) Em atendimento ao art. 58, § 1º, da Lei nº 11.343/06, caso tal medida não tenha sido providenciada, determino a destruição das drogas apreendidas, no prazo de 30 (trinta) dias, por incineração, devendo-se preservar fração suficiente para resguardar a realização de eventual contraprova. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: JOSE RICARDO ALCANTARA ALVES (OAB 6308/CE) - Processo 0275268-02.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Lianderson Silva Castro e outro - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 15/03/2022 às 15:00h

ADV: TAIAN LIMA SILVA (OAB 40544/CE) - Processo 0290029-38.2021.8.06.0001 - Habeas Corpus Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - IMPETRANTE: Taian Lima Silva - Vistos, etc. Trata-se de pedido de substituição da tornozeleira às fls. 1/3, realizado durante plantão judiciário, protocolado no dia 26/12/2021. Em plantão, decidiu-se que, por não se tratar de matéria de urgência, deveria ser apreciado pelo juízo regular. Em parecer, o MP se manifestou pelo arquivamento, face a perda do objeto visto já ter havido decisão com relação ao pleito nos autos nº 0289972-20.2021.8.06.0001. DECIDO. Ao consultar os autos nº 0289972-20.2021.8.06.0001, constata-se se tratar do mesmo assunto aqui apresentado, porém protocolado em 25/12/2021, também para análise em plantão. Nos autos acima apontados, o juízo de plantão proferiu decisão, fls. 44, acatando o pleito e determinando a substituição da tornozeleira eletrônica, de modo que o pleito, de fato, atingiu sua finalidade. Portanto, entendo ter havido a perda do objeto destes autos, gerando o consequente arquivamento. Isto posto, apense-se estes autos como dependentes do processo principal de nº 0228467-28.2021.8.06.0001, após, arquive-se. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2022

ADV: JOSÉ MARCELINO DA COSTA (OAB 39351/CE) - Processo 0240432-37.2020.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Costa da Cruz - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, a Secretaria de Vara expedirá intimação para a defesa do réu apresentar memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: MICHEL COSTA CASTELO BRANCO RAYOL (OAB 20145/CE) - Processo 0152331-63.2016.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ACUSADO: Lucas Gomes Mendes e outro - Certificado o trânsito em julgado da sentença de p. 267/270: - Incinerem-se as drogas por completo; - Intime-se a defesa dos réus para no prazo de 5 (cinco) dias requerer a restituição dos bens lícitos descritos no auto de p. 17. Decorrido sem manifestação, fica de lofo decretado o perdimento em favor do FUNAD, se tratar de quantia em dinheiro e veículos, ou a destruição ou doação conforme normativo do TJCE e comunicação ao Depósito Público. Realizados todos os expedientes, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: FRANCISCO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 41585/CE) - Processo 0278529-72.2021.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Dalberto de Lima Pereira - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 15/03/2022 às 13:15h. Link de acesso à audiência que será realizada por videoconferência através da plataforma TJCE Office 365: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDM0NDg0ZmEtMGJjYi00N2MwLTk5MzctOWQwMzhjMWUwZTg0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2201ecce16-f364-4300-a043-e532eded5275%22%7d

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: FERNANDO HENRIQUE MELO FORMIGA (OAB 23820B/CE) - Processo 0503129-28.2011.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Jhonata Alexandre da Silva - Recebo o

recurso de apelação, com as respectivas razões apresentadas pelo Ministério Público, fls. 197/211, eis que preenchidos os requisitos legais, objetivos e subjetivos, em especial a tempestividade. Intime-se a Defesa para, no prazo legal, apresentar as contrarrazões, o que, feito, independente de novo despacho e ao seu tempo, remetam-se os autos ao Egrégio T.J. Cumpra-se. Anotações e comunicações de estilo. Expedientes e intimações necessárias.

VARAS DA JURISDIÇÃO ESPECIAL OU MISTA

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2022

ADV: JORDANNA MARIA BASTOS DE ARAUJO CAVALCANTI FEITOZA (OAB 23795/CE) - Processo 0159805-17.2018.8.06.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Roubo (art. 157) - ADOLESCENTE: F.C.O.N. - Ressalte-se, ainda, que o reconhecimento da perda do objeto do procedimento que apura prática de ato infracional pode e deve ser feito pelo Juízo de origem. Ora, se a lei admite a extinção da execução de medida socioeducativa caso o jovem infrator, maior de 18 anos, venha a responder por processo criminal, maior razão existe para a extinção do processo por perda absoluta do objeto quando tal situação ocorre com o procedimento de apuração da infração em tramitação, onde ainda se busca a confirmação da autoria e materialidade do ato infracional. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.279.954 - SC (2018/0091445-4) RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER AGRAVANTE : K N DO R ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL. INTERNAÇÃO. JULGAMENTO DA REPRESENTAÇÃO APÓS LAPSO TEMPORAL DE 2 ANOS. REPRESENTADO QUE APÓS ATINGIR A MAIORIDADE PRATICOU CRIMES DE ROUBO E RECEPTAÇÃO. CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO. ART. 46, III, DA LEI N. 12.594/2012 - SINASE. EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE AO R. ACÓRDÃO. SITUAÇÃO SUPERVENIENTE NÃO ANALISADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. MUDANÇA DE CIRCUNSTÂNCIA FÁTICA. ART. 932, III, DO CPC. ART. 255, § 4º, I, DO RISTJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL POR PREJUDICADO. DECISÃO Trata-se de agravo de k. N. do R. contra decisao do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que inadmitiu o recurso especial de fls. 372-380 por óbice da Súmula 83/STJ. Consta dos autos que ao ora agravante foi aplicada medida socioeducativa de internação por infração ao art. 157, § 2º, incs. I e II, do Código Penal (fls. 267-279). (...) No caso dos autos, porém, a sentença e r. acórdão fez expressa referência ao fato de que o recorrente, naquela época, estaria preso preventivamente por prática dos delitos de roubo e receptação. Da mesma forma, a defesa, em apelação de fls. 301-305, afirma que “o apelante, que já completou a maioridade em 1º de novembro de 2016, ingressou no sistema penal pelo cometimento de crime de receptação e roubo e encontra-se respondendo ao processo penal nº 0000773.49.2017.8.24.0020, que tramita na 2a Vara Criminal da Comarca de Criciúma, bem como pelo crime de roubo nos autos 0000023-67.2017.8.24.0078, que tramita na 2a Vara de Urussanga” (fl. 299, grifei). Dessa feita, verifica-se que o quadro fático analisado pelas instâncias ordinárias, quando do processamento e julgamento da representação de fls. 1-3 e do apelo defensivo, foi modificado após a prolação do r. acórdão. Depreende-se dos autos que até a interposição da apelação o recorrente não havia sido condenado a pena privativa de liberdade pelos crimes de roubo e receptação praticados na idade adulta, cumpria apenas prisão cautelar. Essa situação, contudo, não se manteve inalterada; razão pela qual, no apelo extraordinário e no agravo, a defesa afirma que durante esse lapso temporal o recorrente foi condenado à pena à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão em regime fechado no Processo Criminal nº 0000773-49.2017.8.24.020. Diante disso, inviável a análise do fato superveniente trazido ao conhecimento deste Tribunal e sobre o qual não se manifestaram as instâncias ordinárias, por constituir mudança de circunstância fática. In casu, a aferição extinção da medida socioeducativa de internação objeto desses autos, tendo em vista o novo quadro fático apontado pela defesa de que houve condenação criminal do representado em um dos processos criminais citados, tida esta como causa obrigatória de extinção da medida socioeducativa nos termos do art. 46, inc. III, da Lei 12.594/2012 - SINASE, deverá ser realizada pelo Juízo da Vara da Infância e da Juventude de origem. Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do Código de Processo Civil e art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial por prejudicado. Determino o envio dos autos ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude de origem. P. e I. Brasília (DF), 21 de junho de 2018. Ministro Felix Fischer Relator (STJ - AREsp: 1279954 SC 2018/0091445-4, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Publicação: DJ 26/06/2018) (grifo nosso) Ante o exposto, em razão da total perda do objeto, pelo completo esvaziamento da pretensão socioeducativa, EXTINGO o feito em relação ao representado F. C. de O. do N., por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o que faço pelas razões acima invocadas. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2022

ADV: JORDANNA MARIA BASTOS DE ARAUJO CAVALCANTI FEITOZA (OAB 23795/CE) - Processo 0159805-17.2018.8.06.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Roubo (art. 157) - ADOLESCENTE: F.C.O.N. - Ressalte-se, ainda, que o reconhecimento da perda do objeto do procedimento que apura prática de ato infracional pode e deve ser feito pelo Juízo de origem. Ora, se a lei admite a extinção da execução de medida socioeducativa caso o jovem infrator, maior de 18 anos, venha a responder por processo criminal, maior razão existe para a extinção do processo por perda absoluta do objeto quando tal situação ocorre com o procedimento de apuração da infração em tramitação, onde ainda se busca a confirmação da autoria e materialidade do ato infracional. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.279.954 - SC (2018/0091445-4) RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER AGRAVANTE : K N DO R ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. ATO INFRACIONAL. INTERNAÇÃO. JULGAMENTO DA REPRESENTAÇÃO APÓS LAPSO TEMPORAL DE 2 ANOS. REPRESENTADO QUE APÓS ATINGIR A MAIORIDADE PRATICOU CRIMES DE ROUBO E RECEPTAÇÃO. CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO. ART. 46, III, DA LEI N. 12.594/2012 - SINASE. EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE AO R. ACÓRDÃO. SITUAÇÃO SUPERVENIENTE NÃO ANALISADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. MUDANÇA DE CIRCUNSTÂNCIA FÁTICA. ART. 932, III, DO CPC. ART. 255, § 4º, I, DO RISTJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL POR PREJUDICADO. DECISÃO Trata-se de agravo de k. N. do R. contra decisao do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que inadmitiu o recurso especial de fls. 372-380 por óbice da Súmula 83/STJ. Consta dos autos que ao ora agravante foi aplicada medida socioeducativa de internação por infração ao art. 157, § 2º, incs. I e II, do Código Penal (fls. 267-279). (...) No caso dos autos, porém, a sentença e r. acórdão fez expressa referência ao fato de que o recorrente, naquela época, estaria preso preventivamente por prática dos delitos de roubo e receptação. Da mesma forma, a defesa, em apelação de fls. 301-305, afirma que "o apelante, que já completou a maioridade em 1º de novembro de 2016, ingressou no sistema penal pelo cometimento de crime de receptação e roubo e encontra-se respondendo ao processo penal nº 0000773.49.2017.8.24.0020, que tramita na 2a Vara Criminal da Comarca de Criciúma, bem como pelo crime de roubo nos autos 0000023-67.2017.8.24.0078, que tramita na 2a Vara de Urussanga" (fl. 299, grifei). Dessa feita, verifica-se que o quadro fático analisado pelas instâncias ordinárias, quando do processamento e julgamento da representação de fls. 1-3 e do apelo defensivo, foi modificado após a prolação do r. acórdão. Depreende-se dos autos que até a interposição da apelação o recorrente não havia sido condenado a pena privativa de liberdade pelos crimes de roubo e receptação praticados na idade adulta, cumpria apenas prisão cautelar. Essa situação, contudo, não se manteve inalterada; razão pela qual, no apelo extraordinário e no agravo, a defesa afirma que durante esse lapso temporal o recorrente foi condenado à pena à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão em regime fechado no Processo Criminal nº 0000773-49.2017.8.24.020. Diante disso, inviável a análise do fato superveniente trazido ao conhecimento deste Tribunal e sobre o qual não se manifestaram as instâncias ordinárias, por constituir mudança de circunstância fática. In casu, a aferição extinção da medida socioeducativa de internação objeto desses autos, tendo em vista o novo quadro fático apontado pela defesa de que houve condenação criminal do representado em um dos processos criminais citados, tida esta como causa obrigatória de extinção da medida socioeducativa nos termos do art. 46, inc. III, da Lei 12.594/2012 - SINASE, deverá ser realizada pelo Juízo da Vara da Infância e da Juventude de origem. Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do Código de Processo Civil e art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial por prejudicado. Determino o envio dos autos ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude de origem. P. e I. Brasília (DF), 21 de junho de 2018. Ministro Felix Fischer Relator (STJ - AREsp: 1279954 SC 2018/0091445-4, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Publicação: DJ 26/06/2018) (grifo nosso) Ante o exposto, em razão da total perda do objeto, pelo completo esvaziamento da pretensão socioeducativa, EXTINGO o feito em relação ao representado F. C. de O. do N., por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o que faço pelas razões acima invocadas. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: EUNICE LEAL DE OLIVEIRA (OAB 4997/CE) - Processo 0223947-25.2021.8.06.0001 - Adoção - Adoção de Maior - ADOTANTE: M.R.S. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a Patrona dos autores da audiência designada para o dia 05/04/2022, às 9hs.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2022

ADV: LEUNY PAULA CARNEIRO REMIGIO (OAB 10610/CE) - Processo 0205453-78.2022.8.06.0001 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: F.V.S.M. - Isto posto, e por tudo mais que consta nos autos, observado o art. 54, I, c, do atual Código de Organização Judiciária, a luz da a súmula 37, do Egrégio Tribunal de Justiça deste estado, declino da competência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, determinando a sua remessa a uma das Varas de Família desta Comarca, o que faço com arrimo nos dispositivos acima invocados. Expedientes e intimações.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: LEUNY PAULA CARNEIRO REMIGIO (OAB 10610/CE) - Processo 0205453-78.2022.8.06.0001 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: F.V.S.M. - Isto posto, e por tudo mais que consta nos autos, observado o art. 54, I, c, do atual Código de Organização Judiciária, a luz da a súmula 37, do Egrégio Tribunal de Justiça deste estado, declino da competência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, determinando a sua remessa a uma das Varas de Família desta Comarca, o que faço com arrimo nos dispositivos acima invocados. Expedientes e intimações.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA CARLOS (OAB 10289/CE) - Processo 0205725-72.2022.8.06.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: J.V.M.S. - Compulsando a inicial e os documentos que a instruem, percebo a ausência de alguns documentos necessários para fundamentar o presente pleito, quais sejam: 1) declaração de idoneidade moral exarada por duas pessoas, falando acerca da vida social dos requerentes; 2) atestados de sanidade física e mental;3) certidão de antecedentes criminais; 4) certidão negativa de distribuição cível. (v. rol do art. 197-A da Lei 8.069) Assim, determino a intimação dos requerentes, para complementarem a exordial, no prazo legal de 15(quinze) dias,

sob pena de indeferimento da mesma, tudo em perfeita harmonia com o art.321 do CPC. Expedientes e intimações.

ADV: DANIELE DE SOUSA RODRIGUES LIMA (OAB 36716/CE) - Processo 0244409-37.2020.8.06.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - ADOTANTE: A.M.T. e outro - Considerando o princípio da Cooperação, previsto ao art. 6 do Código de Processo Civil e da não Surpresa, previsto aos arts. 9 e 10 da Lei 13.105, determino que sejam ouvidas as partes e parquet quanto à suficiência de prova, devendo eventual prova complementar ser requerida e justificada em até 15(quinze) dias. A jurisprudência tem considerado tal providência salutar, pois evita uma decisão surpresa, frustrando expectativas das partes. Lembra-se que nos termos do art. 472 do CPC o juízo pode dispensar a prova pericial quando as partes, em peça inicial e contestação, apresentem questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos. Nada sendo requerido, feito a integrar lista de aptos a receber sentença do juízo, observadas e respeitadas as prioridades legais. (Resolução nº 01/2011 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e art. 1048, do NCPC) Havendo requerimentos, conclusão para análise do juízo. Expedientes e intimações.

ADV: MARCELA LEITE PINHEIRO LANDIM (OAB 20545/CE) - Processo 0284864-10.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Furto - REQUERENTE: Nicolas Leite Pinheiro Barros - Oitiva da parte autora, nos termos do art. 351 do NCPC, no prazo de 15(quinze) dias. Após, vista ao Ministério Público, nos termos do art. 202 do ECA. Por fim, volvam-me os autos conclusos. Expedientes e intimações.

VARAS DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0003/2022

Processo 0001511-76.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Francisco Maia Cordeiro - Processo nº:0001511-76.2009.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza -ce e outro Executado:Francisco Maia Cordeiro Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

ADV: ANTONIO FRANCISCO CAMPOS FILHO (OAB 26052/CE), ADV: JOAO CARLOS MINEIRO MOREIRA JUNIOR (OAB 24917/CE) - Processo 0007519-11.2005.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: I.C.M. - Isso posto, considerando a remissão total do débito, os princípios de direito aplicáveis à espécie e o mais que dos autos conta, julgo extinta, à mingua de objeto, a presente Execução Fiscal, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o que faço com respaldo no disposto no texto normativo supra citado e nos artigos 924, inciso III e 925, ambos do Código de Processo Civil. Determino a desconstituição da penhora, se houver. Sem custas na forma do art. 26 da LEF. Cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa na distribuição, para posterior arquivamento dos autos. P.R.I. FortalezaCE, 26 de outubro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

ADV: ANA VLADIA MARTINS FEITOSA (OAB 17551/CE) - Processo 0053646-65.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Heladio Feitosa de Castro Filho - Processo nº:0053646-65.2009.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza Executado:Heladio Feitosa de Castro Filho Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (OAB /CE) - Processo 0055654-15.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: Mauro de Freitas da Costa - Processo nº:0055654-15.2009.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Exequido:Mauro de Freitas da Costa Vistos, em inspeção. Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 13 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0070971-87.2008.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: Janys Industria e Comercio Ltda - Processo nº:0070971-87.2008.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município

de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Exequido:Janys Industria e Comercio Ltda Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021

Processo 0070989-11.2008.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: Joao Evangelista Silveira - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0100581-90.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADA: Francisco Chucha Souza Saboia - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pagas. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. FortalezaCE, 10 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0103923-12.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADA: Jairo Esmeraldo Alves Bringel - Processo nº:0103923-12.2014.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Jairo Esmeraldo Alves Bringel Vistos, em inspeção Trata a espécie de execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Municipal onde se vislumbra que o débito tributário executado foi atingido pela REMISSÃO contida na Lei Complementar 239 de 27 de outubro de 2017. Isso posto, considerando a remissão total do débito, os princípios de direito aplicáveis à espécie e o mais que dos autos conta, JULGO EXTINTA, à míngua de objeto, a presente ação executiva, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o que faço com respaldo no disposto no art. 156, inciso IV do Código Tributário Nacional c/c Lei Complementar Municipal nº 239/2017 c/c arts. 924, inciso III e 925, ambos do Código de Processo Civil. Determino a desconstituição da penhora, se houver. Sem custas na forma do art. 26 da LEF. Cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa na distribuição, para posterior arquivamento dos autos. P.R.I. FortalezaCE, 13 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0104001-06.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADA: Shirley Vasconcelos Carneiro da Cunha - Processo nº:0104001-06.2014.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza e outro Executado:Shirley Vasconcelos Carneiro da Cunha Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 13 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0400024-54.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Jose Carlos Ferreira Machado - Processo nº:0400024-54.2019.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Jose Carlos Ferreira Machado Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0400186-49.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Maria Margarida Barreto Coelho - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0400673-53.2018.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Artur Bezerra Torres de Melo - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei.

DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0400692-25.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Francisco Adail Alves de Oliveira - Processo nº:0400692-25.2019.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Francisco Adail Alves de Oliveira Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 13 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0401411-07.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Central Imobiliaria Betania Ltda Epp - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0402404-50.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Imobiliaria Wellington Soares e Silva Lt - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0402989-39.2018.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Manoel Alberto Goncalves - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0403861-20.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Luciano Prata Machado Fruta - Visto em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0403911-51.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Jose Edmilson de Oliveira - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0404025-87.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Espolio de Ana Neyle Vidal de Meneses - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...).

Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0404625-06.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Edna Barbosa Juca de Araujo - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0405505-95.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Maria Auristela Marques de Carvalho Frei - Processo nº:0405505-95.2019.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Maria Auristela Marques de Carvalho Frei Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0405517-12.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Antonio Mario Cardoso - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0406294-94.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Fabio Machado Landim - Processo nº:0406294-94.2019.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Fabio Machado Landim Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0406384-05.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Roberto de Lima Monteiro - Processo nº:0406384-05.2019.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Roberto de Lima Monteiro Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0406462-96.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Sandro Antonio Ferreira Tavares - Processo nº:0406462-96.2019.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Sandro Antonio Ferreira Tavares Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua

exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 13 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0406510-55.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADA: Maria Celia Batista Rodrigues - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0408210-66.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Joao Alberto Ribeiro de Lima Me - Processo nº:0408210-66.2019.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Joao Alberto Ribeiro de Lima Me Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0408548-40.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Sisa Representacoes e Comercio Ltda - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0409168-52.2019.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Destak Marcas e Patentes S/s Ltda - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0412480-41.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Orlando Bezerra de Menezes - Processo nº:0412480-41.2016.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Procuradoria Geral do Município de Fortaleza e outros Executado:Orlando Bezerra de Menezes Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 13 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0413332-65.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Raimundo Brito de Alencar - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0414436-92.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Gabriel Cassiano Gomes de Brito - Processo nº:0414436-92.2016.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Procuradoria Geral do Município de Fortaleza e outro Executado:Gabriel Cassiano Gomes de Brito Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do

Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0415189-49.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Antonio Gomes Duarte - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0415609-54.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADA: Janice Telma Moreira Gurjao - Processo nº:0415609-54.2016.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Procuradoria Geral do Município de Fortaleza e outro Executado:Janice Telma Moreira Gurjao Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0416284-17.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Coop de Cons dos Func do Banco do Brasil - Processo nº:0416284-17.2016.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Coop de Cons dos Func do Banco do Brasil Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0419560-56.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Raimundo Fernandes Filho - Processo nº:0419560-56.2016.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Raimundo Fernandes Filho Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0568186-76.2000.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADA: J Cordeiro Industria e Comercio e Transportes Ltda - João Antonio Rodrigues Cordeiro - Marlene dos Reis Cordeiro - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, eis que o(a) executado(a) obteve a remissão da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 924, III do Código de Processo Civil: Art. 924. Extingue-se a execução quando: I (...) III o executado obtiver, por qualquer outro meio, a extinção total da dívida. Assim, considerando a extinção administrativa do crédito tributário, JULGO EXTINTO o feito com base nos artigos 924, inciso III, e 775, caput, ambos do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0600215-81.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Antonio de Castro Queiroz Serra - Processo nº:0600215-81.2020.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Antonio de Castro Queiroz Serra Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições

de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0601061-98.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Francisco Ferreira Lemos - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se.

Processo 0601868-21.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Jose Barbosa Marques - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0602001-63.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Jose Iraguassu Teixeira - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. * Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0602074-35.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Josita Maria Oliveira Diniz - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. * Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0602098-63.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Jw Empreendimentos e Participacoes Ltda - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0602296-03.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Marcia Maria Ferreira Lima Maia - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0602353-21.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Maria Ambrosina Pompeu Magi - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Custas já recolhidas as fls 17. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas já recolhidas as fls 17. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0602500-47.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Maria Ilaile Oliveira Barreto - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei.

DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. * Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0602976-85.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Renato Pereira - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0607707-27.2020.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Cats Informatica Comercio,assist Tec, Se - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0800226-92.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Angelo Salvador - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0801819-59.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: J.j. Representacoes Comerciais Ltda - Me - Processo nº:0801819-59.2021.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:J.j. Representacoes Comerciais Ltda - Me Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

Processo 0802026-58.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADA: Sandra Maria Alencar B Braga - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0802138-27.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Gustavo Amarante Azevedo - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0802371-24.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Jose Martins Castelo Neto - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando

a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0802900-43.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Expedito Jose de Sa Parente - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0803265-97.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Tarcisia Salgueiro Andrade - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0804096-48.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Cats Informatica Comercio,assist Tec, Se - Vistos em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Processo 0804814-45.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Cafaz Administradora e Corretora de Seguros Ltda - Processo nº:0804814-45.2021.8.06.0001 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa Exequente:Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM Executado:Cafaz Administradora e Corretora de Seguros Ltda Vistos, em inspeção Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida. Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2021. José Sarquis Queiroz Juiz

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022

ADV: LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 128998/SP) - Processo 0107328-80.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0400280-65.2017.8.06.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EMBARGANTE: Sky Serviços de Banda Larga Ltda e outro - R. h Intime-se a parte embargante, por seu advogado(a), via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da possibilidade de litispendência entre o presente embargos à execução e as diversas ações anulatórias ajuizadas tendo como objeto a discussão acerca dos requisitos das CDA's ora aqui combatidas. Diga, a autora, os números dos processos existentes em curso que possuem como objeto alguma das CDA excutida no executivo em apenso e não estão tramitando neste Juízo, ou apensado à execução fiscal. Deverá, caso queira, no prazo assinalado, limitar a demanda a discussão acerca dos títulos que não foram objeto de ação ordinária. Expedientes necessários.

ADV: GERMANO MONTE PALACIO (OAB 11569/CE) - Processo 0107743-63.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Erinaldo Lopes Costa - R. h Recebo a inicial e documentos que acompanham, por estarem preenchidos os requisitos elencados nos arts. 319 e 320 do CPC 2015. Cuida-se de ação ordinária com pedido de tutela de urgência ajuizada pelo requerente em face do Estado do Ceará, objetivando a declaração de nulidade do ato administrativo (inquérito técnico) que culminou com aplicação de sanção administrativa para ressarcimento de despesas face o reparo de viatura policial conduzida pelo autor da ação, e posterior inscrição do débito em dívida ativa, com cobrança através de execução fiscal. Requer ainda a declaração de isenção do autor de qualquer responsabilidade cível ou penal em relação ao ocorrido. Em sede de tutela de urgência a parte autora pleiteia a suspensão da cobrança da dívida, bem como seja determinado ao réu a sustação de protesto em cartório, com a retirada do nome dos cadastros de restrição ao crédito. Em análise perfunctória do pedido inicial, demonstra-se a primeira vista confusão entre o pedido liminar e o próprio mérito da ação, de modo que o

caráter de eventual decisão liminar sem a formação do contraditório, induziria uma medida satisfativa, sem que tenham sido precisamente delineados nos argumentos e provas trazidas aos autos pelo requerente, o perigo de dano advindo da cobrança da CDA e o risco ao resultado útil do processo, caso a medida não seja deferida inaudita altera pars. Até porque, no caso, o que se busca é a não cobrança do crédito constituído e estampado na CDA da execução em apenso, e quanto, ao réu, justamente o contrário naquela ação, a satisfação, o que realça a necessidade da formação do contraditório. Isto posto, deixo para apreciar o pedido liminar após a formação do contraditório, eis que, estabilizada a demanda, serão auferíveis informações para convencimento deste Juízo. Cite-se na forma da lei, para fins do previsto no art. 335, respeitado o previsto no art. 183, ambos do CPC 2015. Concedo os benefícios da Justiça Gratuita. Expedientes necessários.

ADV: GERMANO MONTE PALACIO (OAB 11569/CE) - Processo 0107744-48.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0400715-39.2017.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Erinaldo Lopes Costa - R. h Recebo a inicial e documentos que acompanham, por estarem preenchidos os requisitos elencados nos arts. 319 e 320 do CPC 2015. Cuida-se de ação ordinária com pedido de tutela de urgência ajuizada pelo requerente em face do Estado do Ceará, objetivando a declaração de nulidade do ato administrativo (inquérito técnico) que culminou com aplicação de sanção administrativa para ressarcimento de despesas face o reparo de viatura policial conduzida pelo autor da ação, e posterior inscrição do débito em dívida ativa, com cobrança através de execução fiscal. Requer ainda a declaração de isenção do autor de qualquer responsabilidade cível ou penal em relação ao ocorrido. Em sede de tutela de urgência a parte autora pleiteia a suspensão da cobrança da dívida, bem como seja determinado ao réu a sustação de protesto em cartório, com a retirada do nome dos cadastros de restrição ao crédito. Em análise perfunctória do pedido inicial, demonstra-se a primeira vista confusão entre o pedido liminar e o próprio mérito da ação, de modo que o caráter de eventual decisão liminar sem a formação do contraditório, induziria uma medida satisfativa, sem que tenham sido precisamente delineados nos argumentos e provas trazidas aos autos pelo requerente, o perigo de dano advindo da cobrança da CDA e o risco ao resultado útil do processo, caso a medida não seja deferida inaudita altera pars. Até porque, no caso, o que se busca é a não cobrança do crédito constituído e estampado na CDA da execução em apenso, e quanto, ao réu, justamente o contrário naquela ação, a satisfação, o que realça a necessidade da formação do contraditório. Isto posto, deixo para apreciar o pedido liminar após a formação do contraditório, eis que, estabilizada a demanda, serão auferíveis informações para convencimento deste Juízo. Cite-se na forma da lei, para fins do previsto no art. 335, respeitado o previsto no art. 183, ambos do CPC 2015. Concedo os benefícios da Justiça Gratuita. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 128998/SP) - Processo 0128380-06.2017.8.06.0001 (apensado ao processo 0400280-65.2017.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: S.S.B.L. - R. h Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 128998/SP), ADV: EDGARD CARLOS DE OLIVEIRA (OAB 32020/CE) - Processo 0128406-04.2017.8.06.0001 (apensado ao processo 0400280-65.2017.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sky Serviços de Banda Larga Ltda - R. h Comportando a causa julgamento antecipado, nos termos do art. 355 do CPC/15, digam as partes, no prazo de 15(quinze) dias, se há provas a serem produzidas, sob pena de julgamento antecipado do pedido. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS ALBERTO SILVERIO COSTA (OAB 8465/CE), ADV: TERESA ANDRADE BASTOS (OAB 32087/CE) - Processo 0132922-43.2012.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Teresa Andrade Batos -EPP - Recebidos hoje. A parte executada apresentou Embargos de Declaração alegando em suma que houve CONTRADIÇÃO na sentença de fls. 96/97, ao condená-la ao pagamento de honorários arbitrados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa, afrontando os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade (fls. 101/102). Antes do exame dos embargos, o exequente veio aos autos informar que não existem honorários para serem cobrados e requerer o arquivamento do feito (fl. 103). A sentença não foi contraditória, pois condicionou expressamente a verba honorária à não inclusão ou a dispensa dos honorários por ocasião do pagamento do débito. Destaque-se que não aconteceu transação entre as partes, e sim, adesão ao REFIS instituído através da Lei Estadual nº 17.771, de 23/11/2021, conforme consta na certidão trazida aos autos pelo exequente (fl. 104), que embutiu os honorários dos Procuradores no pagamento do débito, nos termos do art. 19, transcrito abaixo. Art. 19. O Poder Executivo deverá destinar 5% (cinco por cento) dos débitos efetivamente recolhidos por força da aplicação desta Lei, a título de honorários de adesão, observado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 134, de 7 de abril de 2014. Posto isso, sem maiores delongas, conheço os Embargos de Declaração, por serem tempestivos, NEGANDO-LHES PROVIMENTO, mantendo inalterada em todos os seus termos a sentença que extinguiu a execução fiscal. Publique-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, permanecendo suspensa a exigibilidade do pagamento das custas processuais, conforme determinado na sentença.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0133244-19.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0400344-41.2018.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens S/A - R. h Intime-se a parte autora, por seu advogado(a), via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação apresentada. Expedientes necessários.

ADV: HEBER QUINDERE JUNIOR (OAB 4328/CE) - Processo 0152629-50.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0675958-98.2000.8.06.0001) - Embargos à Execução - Estaduais - EMBARGANTE: Carbomil S/A Mineração e Indústria e outros - Observe-se que a exigência da garantia do juízo não contraria o disposto na Súmula Vinculante nº 28 do STF, pois esta se dirige às ações de conhecimento e ações anulatórias, não abrangendo os embargos à execução fiscal, que vem aparelhada por títulos executivos extrajudiciais (CDA) que gozam da presunção relativa de presunção relativa de liquidez e certeza do montante neles consolidado. No caso em tela, os bloqueios pelo sistema BACENJUD, convertidos em penhora, não são suficientes para garantir o crédito em execução, devendo a parte executada, ora embargante, providenciar a complementação da garantia, ou que se aguarde a localização bens suficientes para assegurar o crédito fazendário, não logrando neste feito demonstrar a insuficiência financeira alegada para sequer custear o pagamento das custas processuais deste feito. Assim sendo, até que seja garantido o juízo não há que se falar em suspensão da marcha da execução fiscal, motivo porque determino seja a parte autora intimada, por seu advogado, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, garantir a execução, sob pena de não se conhecer os presentes embargos até que a medida seja implementada. No mesmo prazo deverá a embargante recolher as custas processuais respectivas ou provar a impossibilidade de fazê-la, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0172475-53.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0400344-41.2018.8.06.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EMBARGANTE: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S/A e outro - R. h Intime-se a parte embargante, por seu advogado(a), via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da possibilidade de litispendência com a ação anulatória que contém discussão sobre o mesmo objeto desta demanda, de n. 0133244-19.2019.8.06.0001. Expedientes necessários.

ADV: FLAVIA ANGERT CARNEIRO (OAB 19617/CE), ADV: GUILHERME ROLA FARIAS (OAB 19999/CE) - Processo 0178666-61.2012.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Cearense Tapes Ltda e outro - Dessa forma, é viável o redirecionamento do feito à coobrigada que figura na CDA, mesmo em caso de falência da parte executada, quando esta não demonstrar ausência de responsabilidade sobre o crédito perseguido. De mais a mais, não logrou a parte excipiente demonstrar que somente consta em sua conta bancária valor oriundo de aposentadoria, e, até mesmo, que valores eventualmente que sobejam de um mês para o outro, originários da aposentaria são acobertados pela impenhorabilidade. Sobre a alegação de que o imóvel da executada é bem de família, não há pleito de penhora pelo exequente, motivo que não há razão para manifestação deste Juízo, até porque se incidir eventual gravame sobre o bem, a requerimento do credor, se for considerado impenhorável, a este caberá suportar a responsabilização pelo erro. Isso posto, a míngua de prova no sentido da coobrigada não ser responsável pelo pagamento do crédito tributário, indefiro a exceção de pré-executividade de fls. 19/27, determinando o prosseguimento da execução fiscal. Intimem-se as partes sobre o inteiro teor desta decisão, devendo a Exequente juntar o cálculo atualizado do débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Sem custas e honorários, por não serem cabíveis em sede de indeferimento de exceção de pré-executividade. Expedientes necessários.

ADV: FLAVIA ANGERT CARNEIRO (OAB 19617/CE), ADV: GUILHERME ROLA FARIAS (OAB 19999/CE) - Processo 0204202-40.2013.8.06.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXECUTADO: CEARENSE TAPES LTDA - Dessa forma, viável o redirecionamento do feito à coobrigada que figura na CDA, mesmo em caso de falência da parte executada, quando esta não demonstra ausência de responsabilidade sobre o crédito perseguido. De mais a mais, não logrou a parte excipiente demonstrar que somente consta em sua conta bancária valor oriundo de aposentadoria, e até mesmo que valores que eventualmente sobejam de um mês para o outro, originários da aposentaria, são acobertados pela impenhorabilidade. A respeito do bem imóvel anunciado como bem de família não há pleito de penhora pelo exequente, motivo porque não há razão para manifestação deste Juízo. Isso posto, a míngua de prova no sentido de não ser a excipiente responsável pelo pagamento do crédito, indefiro a exceção de pré-executividade de fls. 11/19, determinando o prosseguimento da execução fiscal. Intimem-se as partes sobre o inteiro teor desta decisão, devendo a Exequente juntar o cálculo atualizado do débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Sem prejuízo aos expedientes supra, quanto à quebra de sigilo fiscal, embora a exequente não tenha demonstrado que empreendeu todas as diligências cabíveis para a localização de bens penhoráveis, o pedido é viável, consoante o atual entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a inviolabilidade do sigilo fiscal pode ser mitigada para garantia dos princípios da efetividade da prestação jurisdicional a da duração razoável do processo, justificando-se a utilização dos sistemas RENAJUD ou INFOJUD para a busca da satisfação do interesse do credor, mesmo sem que este comprove que esgotou todos os meios postos ao seu alcance para localizar bens penhoráveis. Sobre o tema, anote-se o seguinte precedente: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMAS BACEN-JUD, RENAJUD OU INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a utilização dos sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD não estaria condicionada ao esgotamento de diligências. Sendo assim, o Tribunal a quo, ao concluir pelo esgotamento de diligências para a utilização do sistema INFOJUD, decidiu em confronto com a jurisprudência desta Corte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.322.436, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 17/8/2015; REsp 1.522.644, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 1°/7/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 10/6/2015; REsp 1.522.678, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 18/5/2015. Recurso especial a que se dá provimento. (REsp 1.703.669/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 26/02/2018). Ante o exposto, defiro o pedido de utilização do sistema INFOJUD para a obtenção das declarações de Imposto de Renda da coobrigada (CPF), referentes aos dois (02) últimos exercícios financeiros. Intime-se a excipiente, por seu(s) advogado(a/s) para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, extratos da conta indicada a fim de comprovar a impenhorabilidade dos valores ali depositados. Sem custas e honorários, por não serem cabíveis em sede de indeferimento de exceção de pré-executividade. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE) - Processo 0214875-48.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0410055-36.2019.8.06.0001) - Embargos à Execução Fiscal - ISS/ Imposto sobre Serviços - EMBARGANTE: Interativa Empreendimentos e Serviços de Limpeza e Construções Ltda e outro - Assim sendo, até que seja garantido o juízo não há que se falar em suspensão da marcha da execução fiscal, motivo porque determino que se aguarde o cumprimento do determinado no despacho de fl. 35 da execução fiscal em apenso, sob pena de não se conhecer os presentes embargos até que a medida seja implementada. Intime-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0226666-14.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0408321-50.2019.8.06.0001) - Embargos à Execução - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EMBARGANTE: Semp Toshiba S/A - Assim sendo, até que seja garantido integralmente o juízo, com análise da suficiência e idoneidade da garantia apresentada na execução fiscal, não há que se falar em suspensão da marcha da execução fiscal. Aguarde-se a garantia do crédito na execução fiscal, condição de procedibilidade da presente ação. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE DAMASCENO SAMPAIO (OAB 3668/CE) - Processo 0239623-47.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0411552-85.2019.8.06.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EMBARGANTE: Instituto de Estudos Pesquisas e Projetos da Uece - Iepro e outro - Observe-se que a exigência da garantia do juízo não contraria o disposto na Súmula Vinculante nº 28 do STF, pois esta se dirige às ações de conhecimento e ações anulatórias, não abrangendo os embargos à execução fiscal, que vem aparelhada por títulos executivos extrajudiciais (CDA) que gozam da presunção relativa de presunção relativa de liquidez e certeza do montante neles consolidado. Assim sendo, até que seja garantido integralmente o juízo, com análise da suficiência e idoneidade da garantia apresentada na execução fiscal, não há que se falar em suspensão da marcha da execução fiscal. Aguarde-se a garantia do crédito na execução fiscal, condição de procedibilidade da presente ação. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: HELDER BRAGA ARRUDA JUNIOR (OAB 11935B/AL) - Processo 0251243-22.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Entidades Sem Fins Lucrativos - REQUERENTE: Colegio Batista Santos Dumont - R. h Concomitante a presente ação, a parte autora apresentou ações idênticas, de ns.0274483-40.2021.8.06.0001 e 0274488-62.2021.8.06.0001, por dependência cada, às execuções fiscais ns. 0604945-38.2020.8.06.0001 e 0405070-29.2016.8.06.0001, respectivamente. Assim, o pedido da presente ação deve ser delimitado a uma única ação que não seja objeto de discussão das demais ordinárias, ou extinta as demais ações ordinárias, por versarem sobre o mesmo objeto. Isso posto, determino seja a parte autora intimada, por seu advogado(a), via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial. Após, decorrido o prazo ou regularizada a inaugural, volva-se os autos conclusos para análise da inicial e requisitos. Expedientes necessários.

ADV: JOSE MARIA FARIAS GOMES (OAB 6756/CE) - Processo 0255631-02.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0602206-92.2020.8.06.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Luiz Aílson Pinheiro e outro - Observe-se que a exigência da garantia do juízo não contraria o disposto na Súmula Vinculante nº 28 do STF, pois esta se dirige às ações de conhecimento e ações anulatórias, não abrangendo os

embargos à execução fiscal, que vem aparelhada por títulos executivos extrajudiciais (CDA) que gozam da presunção relativa de presunção relativa de liquidez e certeza do montante neles consolidado. Assim sendo, até que seja garantido o juízo não há que se falar em suspensão da marcha da execução fiscal, motivo porque determino seja a parte autora intimada, por seu advogado, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, garantir a execução, sob pena de não se conhecer os presentes embargos até que a medida seja implementada. No mesmo prazo, deverá o embargante comprovar a alegada hipossuficiência, posto que a declaração juntada se referir ao ano de 2014, e a titulação de comerciante dada na qualificação destoar da condição de miserabilidade. Intime-se.

ADV: DIOGO PACHECO GOMES (OAB 110540/RJ) - Processo 0258125-34.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0198422-51.2015.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Hyundai Caoa do Brasil Ltda - Isto posto, deixo para apreciar o pedido liminar após a formação do contraditório, eis que, estabilizada a demanda, serão apresentadas novas informações que auxiliarão o convencimento deste Juízo. Cite-se na forma da lei, para fins do previsto no art. 335, respeitado o previsto no art. 183, ambos do CPC 2015. Expedientes necessários.

ADV: HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 8318/SE) - Processo 0261662-38.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0896184-52.2014.8.06.0001) - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Zte do Brasil, Indústria, Comércio, Serviços e Participações Ltda - R. h Ciência as partes do recebimento do presente feito por este Juízo, face o declínio de fls. 480/484, em prevenção a execução fiscal em apenso. Após, volva-se conclusos para sentença. Expedientes necessários.

ADV: ANDRÉ FERREIRA LUNA (OAB 39229/CE) - Processo 0451348-50.2000.8.06.0001 - Embargos à Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Luiz Gonzaga da Silva Neto - R. h Concedo o desarquivamento pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos formulado na petição à fl. 119, para fins de vista, devendo ser intimada a parte requerente via DJe, por seu advogado. Decorrido o prazo assinalado, retornem-se os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: CONSTANTINOS VOULASSIKIS MAIA (OAB 42178/PE) - Processo 0803082-29.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Lukas Constantinos Voulassikis - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua , tendo em vista o transcurso do prazo concedido a parte exequente e, visando efetivamente que seja cumprido a expedição do RPV, determino em atendimento ao que foi determinado verbalmente pelo MM. Juiz em casos análogos, que a parte Executante atualize o valor do débito no prazo de 15(quinze) dias. Atualizado o valor, ou caso, a parte não atualize, encaminhe-se para expedição do RPV.

ADV: HELAYNE TORRES MOREIRA (OAB 38193/CE) - Processo 0803774-28.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Pedro Mauricio Magalhaes - R. h Intime-se a parte executada, por sua advogada, via DJe, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar prova da propriedade dos bens indicados à penhora, sob pena de continuidade do feito com expedição de mandado de penhora e avaliação. Expedientes necessários.

ADV: FLAVIA ANGERT CARNEIRO (OAB 19617/CE) - Processo 0869192-54.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0023211-74.2010.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERIDA: Maria Zeli Carneiro - R. h Comportando a causa julgamento antecipado, nos termos do art. 355 do CPC/15, digam as partes, no prazo de 15(quinze) dias, se há provas a serem produzidas, sob pena de julgamento antecipado do pedido. Intimem-se. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2022

ADV: MARIANA BRANCATTI DE MORO CARDOSO (OAB 331895/SP) - Processo 0023453-09.2005.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: Sid Informatica S/A - Desta feita, INTIME-SE o Estado do Ceará a fim de que diga se irá optar pela habilitação do crédito fiscal no processo de falência nos moldes do art. 83, III da lei 11.101 ou proceder conforme o art. 187 CTN c/c art. 29 da LEF. INDEFIRO as questões incidentais apresentadas em via de exceção de pré-executividade, pelos motivos esposados. Intimem-se.

ADV: FABIO HILUY MOREIRA (OAB 14567/CE) - Processo 0408930-38.2016.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Construtora e Incorporadora Douglas Ltda - Face o exposto, REJEITO a exceção oposta, determinando o regular prosseguimento da execução. Sem custas. Sem honorários. Em tempo, manifeste-se a Fazenda Pública, acerca da penhora realizada às fls. 13.

ADV: CYNTHIA MARIA FONTENELLE (OAB 12370/CE) - Processo 0553719-92.2000.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: Isaias de Oliveira Junior - Do exposto, REJEITO a EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, e determino o regular seguimento à Execução Fiscal, permitindo a executada, em permanecendo o interesse, apresentar, em meio próprio, as suas defesas, caso queira. Outrossim, prescreve o § 2° do art. 2º da Lei nº. 6.830/1980 que "A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a Tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato ". Em face do exposto, e ante a possibilidade de oposição de embargos, deve a exequente apresentar memória atualizada do cálculo, para fins de efetivação da penhora on line. Intimem-se. Sem custas. Sem honorários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2022

ADV: RODRIGO ROCHA DE SOUZA (OAB 191701/SP) - Processo 0192201-23.2013.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: LG ELETRONICS DE SÃO PAULO LTDA - Pelo exposto, SUSPENDO A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO cobrado nesta demanda, com fulcro no art. 151, inciso II do CTN c/c o art. 9º, II e § 3º da Lei 6.830 /1980, indeferindo o pleito de ordem de penhora de ativos financeiros via SisBajud. Em tempo: Expeça-se certidão de objeto e pé dos presentes autos, de acordo com o requerimento de fls. 44.

VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

EXPEDIENTES DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022

ADV: JOSE VALDIR DE CASTRO MOURA NETO (OAB 31481/CE) - Processo 0200252-33.2022.8.06.0025 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Leve - REQUERIDO: V.G.M. - defiro as medidas protetivas infra-escritas em favor da promovente, das quais deve o Sr. Oficial de Justiça proceder a imediata intimação das partes : 01- Proibição ao promovido de aproximar-se da promovente, fixando o limite mínimo de 100 (cem) metros de distância (art. 22, III, “a”, da Lei nº 11.340/06) ; 02- Proibição ao promovido de manter contato com a promovente, por qualquer meio de comunicação (art. 22, III, “b”, da Lei 11.340/06). 03- Proibição ao promovido de frequentar a residência da promovente, bem como seu eventual/local de trabalho, a fim de preservar a sua integridade física e psicológica (art. 22, III, “c”, da Lei 11.340/06). 04 Proibição ao promovido de propagar o nome ou a imagem da parte autora em publicação nas mídias sociais, aplicativos ou qualquer ambiente virtual. Fica, desde já, autorizado ao senhor oficial de justiça a cumprir as diligências desta decisão com os benefícios do § único, do art. 14, da Lei nº 11.340/06, c/c os do § 2º, do art. 172, do Código de Processo Civil, bem como com o auxílio de força policial, consoante determinação do art. 22, § 3º da Lei nº 11.340/06 e ordem de arrombamento, caso necessário. No cumprimento do mandado, o oficial de justiça deverá alertar o promovido de que, no caso de descumprimento desta decisão, poderá ser decretada a sua prisão preventiva, bem como incide no crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, conforme Art. 24-A da Lei 11.340/2006, abaixo transcrito: Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. Comunique-se ao Ministério Público (art. 19, § 1º, da Lei 11.340/06). Ressalte-se que as medidas acima referidas são recíprocas devendo ser cumpridas tanto pelo promovido quanto pela vítima. Caso haja descumprimento por parte da vítima, deve o promovido proceder a comunicação a este Juízo para tomada das providências cabíveis. Procedidas as diligências necessárias à intimação desta decisão , com a juntada dos respectivos mandados, arquivem-se os presentes autos, ficando, desde já, autorizado o seu desarquivamento a requerimento de quaisquer das partes, com observância ao prazo decadencial, bem como para extração de cópias das medidas protetivas, as quais deverão instruir o respectivo Inquérito Policial, caso instaurado. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: GINA GABRIELA LUCAS DO AMARAL (OAB 20126/CE) - Processo 0021760-24.2019.8.06.0025 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTUADO: Heden Rios - intimo o(s) Advogado(s) habilitado(s) nos autos e o Ministério Público da audiência designada para o dia 07/02/2022 ás 16:30 horas

ADV: WALBER OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 22425/CE), ADV: ROGER PINHEIRO ABREU (OAB 21961/CE) - Processo 0160293-36.2014.8.06.0025 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTUADO: F.A.S. - intimo o(s) Advogado(s) habilitado(s) nos autos da audiência designada para o dia 10/02/2022 ás 13:30 horas.

ADV: NELSON FERNANDES ROCHA (OAB 29851/CE) - Processo 0205627-49.2021.8.06.0025 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTUADO: Aristofanes de Sousa Barbosa - intimo o(s) Advogado(s) habilitado(s) nos autos e o Ministério Público da audiência designada para o dia 07/02/2022 ás 14:00 horas

ADV: RENATA RODRIGUES GONÇALVES GOMES (OAB 37057/CE), ADV: SILVANA CHAVES LIMA (OAB 36888/CE) - Processo 0291343-19.2021.8.06.0001 - Inquérito Policial - Ameaça - AUTUADO: Lucas Henrique da Silva Pontes - intimo o(s) Advogado(s) habilitado(s) nos autos e o Ministério Público da audiência designada para o dia 07/02/2022 ás 14:00 horas

FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROFESSOR DOLOR BARREIRA

PAUTA DE JULGAMENTO DAS TURMAS RECURSAIS

1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 1

A SECRETARIA DA 1° TURMA RECURSAL INTIMA AS PARTES DA SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 09:30H, EM SALA VIRTUAL PELO SISTEMA MICROSOFT TEAMS, OS PROCESSOS INDICADOS PELOS RELATORES. OS ADVOGADOS QUE MANIFESTAREM INTERESSE EM REALIZAR SUSTENTAÇÃO ORAL DEVEM SOLICITAR A INSCRIÇÃO ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE (18:00H) DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO, ATRAVÉS DO EMAIL: TURMAREC1@TJCE.JUS.BR, E PROTOCOLAR NOS AUTOS O SUBSTABELECIMENTO ANTES DA SESSÃO, CONFORME RESOLUÇÃO 10/2020- DISPONIBILIZADA NO DJ EM 05/11/2020.

42 - **0004945-15.2017.8.06.0059** - **Recurso Inominado Cível** - Caririaçu/Vara Única da Comarca de Caririaçu. Recorrente: Tim Celular S.A.. Advogado: Rubens Emídio Costa Krischke Júnior (OAB: 25189A/CE). Advogado: Diogo Ribeiro Ayres (OAB: 148491/RJ). Recorrido: FRANCISCO ALVES FEITOSA. Advogado: Valdemiro Alves Araújo (OAB: 41225/CE). Relator(a): Geritsa Sampaio Fernandes

43 - **0014875-12.2016.8.06.0053** - **Recurso Inominado Cível** - Camocim/1ª Vara da Comarca de Camocim. Recorrente: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Advogado: Francisco Leitão de Sena Júnior (OAB:

26524/CE). Advogado: Felipe Bayma Marques (OAB: 23238/CE). Recorrido: Jose Carlos Silva Brito. Advogado: Rafael Rodrigues Saldanha (OAB: 34796/CE). Advogado: João Saldanha de Brito Júnior (OAB: 31277/CE). Relator(a): Geritsa Sampaio Fernandes

Total de processos a julgar: 43

Fortaleza, 27 de janeiro de 2022.

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

ATOS, EDITAIS E OUTROS EXPEDIENTES DAS TURMAS RECURSAIS

1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
DESPACHO DE RELATORES

0001190-03.2019.8.06.0159 - Recurso Inominado Cível. Recorrente/Rec: Maria José Cesar dos Santos. Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 282740/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 28274/CE). Advogada: Suellen Natasha Pinheiro Correa (OAB: 22554/CE). Recorrente/Rec: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Despacho: - Tendo em vista que os processos de nºs 0001194-40.2019.8.06.0159; 0001189-18.2019.8.06.0159; 0001193-55.2019.8.06.0159; 0001196-10.2019.8.06.0159; 0001197-92.2019.8.06.0159; 0001190-03.2019.8.06.0159; 0001192-70.2019.8.06.0159; 0001192-70.2019.8.06.0159; 0001202-17.2019.8.06.0159 , possuem semelhança de partes e de causa de pedir, inclusive tendo sido julgados conjuntamente por força do artigo 55, § 3º do Código de Processo Civil (CPC), bem como que foram interpostos recursos em todos os processos, determino que o presente inominado seja retirado da sessão virtual designada para 27/01/2022 à 31/01/2022, para que todos os recursos interpostos nos referidos processos sejam julgados conjuntamente. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0050139-46.2020.8.06.0087 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Joao Thomaz P. Gondim (OAB: 62192/CE). Advogado: João Thomaz Prazeres Gondim (OAB: 62192/RJ). Recorrida: Silvana de Sousa Ferreira. Advogado: Wilton Amaro Lima (OAB: 29399/CE). Despacho: - Tendo em vista que os processos de nºs 00501539-46.2020.8.06.0087, 0050140-31.2020.8.06.0087, 0050141-16.2020.8.06.0087, 0050142-98.2020.8.06.0087, 0050143-83.2020.8.06.0087 e 0050144-68.2020.8.06.0087, possuem semelhança de partes e de causa de pedir, inclusive tendo sido julgados conjuntamente por força do artigo 55, § 3º do Código de Processo Civil (CPC), bem como que foram interpostos recursos em todos os processos, determino que o presente inominado seja retirado da sessão virtual designada para 27/01/2022 à 31/01/2022, para que todos os recursos interpostos nos referidos processos sejam julgados conjuntamente. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0050141-16.2020.8.06.0087 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: João Thomaz Prazeres Gondim (OAB: 62192/RJ). Advogado: Loyanna de Andrade Miranda (OAB: 111202/MG). Recorrida: Silvana de Sousa Ferreira. Advogado: Wilton Amaro Lima (OAB: 29399/CE). Despacho: - Tendo em vista que os processos de nºs 00501539-46.2020.8.06.0087, 0050140-31.2020.8.06.0087, 0050141-16.2020.8.06.0087, 0050142-98.2020.8.06.0087, 0050143-83.2020.8.06.0087 e 0050144-68.2020.8.06.0087, possuem semelhança de partes e de causa de pedir, inclusive tendo sido julgados conjuntamente por força do artigo 55, § 3º do Código de Processo Civil (CPC), bem como que foram interpostos recursos em todos os processos, determino que o presente inominado seja retirado da sessão virtual designada para 27/01/2022 à 31/01/2022, para que todos os recursos interpostos nos referidos processos sejam julgados conjuntamente. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0050144-68.2020.8.06.0087 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: João Thomaz Prazeres Gondim (OAB: 62192/RJ). Recorrida: Silvana de Sousa Ferreira. Advogado: Wilton Amaro Lima (OAB: 29399/CE). Despacho: - Tendo em vista que os processos de nºs 00501539-46.2020.8.06.0087, 0050140-31.2020.8.06.0087, 0050141-16.2020.8.06.0087, 0050142-98.2020.8.06.0087, 0050143-83.2020.8.06.0087 e 0050144-68.2020.8.06.0087, possuem semelhança de partes e de causa de pedir, inclusive tendo sido julgados conjuntamente por força do artigo 55, § 3º do Código de Processo Civil (CPC), bem como que foram interpostos recursos em todos os processos, determino que o presente inominado seja retirado da sessão virtual designada para 27/01/2022 à 31/01/2022, para que todos os recursos interpostos nos referidos processos sejam julgados conjuntamente. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0050145-53.2020.8.06.0087 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: João Thomaz Prazeres Gondim (OAB: 62192/RJ). Recorrida: Silvana de Sousa Ferreira. Advogado: Wilton Amaro Lima (OAB: 29399/CE). Despacho: - Tendo em vista que os processos de nºs 00501539-46.2020.8.06.0087, 0050140-31.2020.8.06.0087, 0050141-16.2020.8.06.0087, 0050142-98.2020.8.06.0087, 0050143-83.2020.8.06.0087 e 0050144-68.2020.8.06.0087, possuem semelhança de partes e de causa de pedir, inclusive tendo sido julgados conjuntamente por força do artigo 55, § 3º do Código de Processo Civil (CPC), bem como que foram interpostos recursos em todos os processos, determino que o presente inominado seja retirado da sessão virtual designada para 27/01/2022 à 31/01/2022, para que todos os recursos interpostos nos referidos processos sejam julgados conjuntamente. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

Total de feitos: 5

1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
DESPACHO DE RELATORES

1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

0000558-45.2019.8.06.0104 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Pedro Zeferino da Rocha. Advogado: Rafael Filgueiras Barroso (OAB: 38957/CE). Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 282740/CE). Recorrido: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Despacho: - R. H. Considerando o pedido de julgamento em sessão presencial por videoconferência, determino a inclusão deste recurso na sessão de julgamento designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0000579-21.2019.8.06.0104 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Pedro Zeferino da Rocha. Advogado: Rafael Filgueiras Barroso (OAB: 38957/CE). Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 282740/CE). Recorrido: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Despacho: - R. H. Considerando o pedido de julgamento em sessão presencial por videoconferência, determino a inclusão deste recurso na sessão de julgamento designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0002891-93.2019.8.06.0160 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Instituto de Educação Superior Chaves e Oliveira - Iesco. Advogada: Rafaely Martins Barbosa (OAB: 28938/CE). Repr. Legal: Maria de F´atima Oliveira. Recorrida: Gessivania Rodrigues dos Santos. Advogado: Antônio Ednaldo Andrade Ferreira (OAB: 27916/CE). Despacho: - R. H. Considerando o pedido de sustentação oral, determino a inclusão do processo na sessão de julgamento presencial por videoconferência designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0002970-60.2015.8.06.0177 - Recurso Inominado Cível. Recorrente/Rec: Maria de Fatima Pereira de Sousa. Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 215160/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 282740/CE). Advogado: Adauto Carneiro de França Neto (OAB: 232340/CE). Recorrente/Rec: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Despacho: - R. H. Considerando o pedido de julgamento em sessão presencial por videoconferência, determino a inclusão deste recurso na sessão de julgamento designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0050177-72.2021.8.06.0168 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Raimunda Nonata da Silva. Advogado: Jaires de Sá Vieira Filho (OAB: 35937/CE). Recorrido: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simoes (OAB: 17801/CE). Advogado: Joao Vitor Chaves Marques (OAB: 30348/CE). Despacho: - R. H. Considerando o pedido de sustentação oral, determino a inclusão do processo na sessão de julgamento presencial por videoconferência designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0050214-29.2020.8.06.0041 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Jaqueline Crispim da Silva. Advogada: Thanara Paulino de Almeida (OAB: 30081/CE). Recorrido: Norsa Refrigerantes S/A. Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Advogado: Nelson Bruno do Rego Valença (OAB: 15783/CE). Despacho: - R. H. Considerando a manifestação por sustentação oral, determino a inclusão deste recurso na sessão de julgamento em sessão presencial por videoconferência, designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0053514-56.2019.8.06.0098 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Maria Aldenora Gomes de Sousa. Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE). Advogado: Adauto Carneiro de Franca Neto (OAB: 23234/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 28274/CE). Recorrido: Banco Itaú Consignado S/A. Despacho: - R. H. Considerando o pedido de julgamento em sessão presencial por videoconferência, determino a inclusão deste recurso na sessão de julgamento designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

0053581-21.2019.8.06.0098 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Terezinha Lima de Souza Viana. Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE). Advogado: Adauto Carneiro de Franca Neto (OAB: 23234/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 28274/CE). Advogado: Lúcio Flavio Lima Feitosa Filho (OAB: 35933/CE). Recorrido: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Despacho: - R. H. Considerando o pedido de julgamento em sessão presencial por videoconferência, determino a inclusão deste recurso na sessão de julgamento designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, com início às 9h30min. Fortaleza-CE, 26 de janeiro de 2022. Jovina d'Avila Bordoni Juíza Relatora

Total de feitos: 8

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0140716-71.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrida: Maria Antonilda Silva dos Santos - Recorrente: Estado do Ceará - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Harley Ximenes dos Santos (OAB: 12397/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0142535-43.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Raimunda Linete da Silva Bandeira - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Adrina Ferreira (OAB: 38591/CE)

Nº 0142645-42.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria Ivanete de Abreu - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Fabrício Pinto de Negreiros (OAB: 24492/CE) - Ermeson Soares Mesquita (OAB: 29993/CE)

Nº 0142653-19.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Ana Paula Vieira Borges - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Fabrício Pinto de Negreiros (OAB: 24492/CE) - Ermeson Soares Mesquita (OAB: 29993/CE)

Nº 0142731-13.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Francisca dos Santos Alves - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Fabrício Pinto de Negreiros (OAB: 24492/CE) - Ermeson Soares Mesquita (OAB: 29993/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0157397-19.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Vera Lúcia Tomaz de Souza - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Joselena Dourado Araújo (OAB: 25786/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Francisco Sousa Santos (OAB: 24168/CE)

Nº 0160525-47.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Eliana Luciana dos Santos - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0160683-05.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Silvia Helena Nogueira Maciel - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Francisco Sousa Santos (OAB: 24168/CE)

Nº 0161352-58.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria Josefa de Freitas Rodrigues - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0164895-69.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria Lair Lourenço de Oliveira - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0165203-08.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria das Graças da Silva - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 186-192, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0166056-17.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria de Lourdes Marçal Anselmo - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente

recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE) - Natália Mendonça Porto Soares (OAB: 38920/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0167960-72.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria Morais Apolonio - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 192-194 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0169766-45.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Delmira Ximenes Feijão Rodrigues - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 180-182 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE)

Nº 0170107-71.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Sandra Helena Alves Feijão - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 157-163 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0170750-29.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrente: Marlene Lima Sales Souza - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE)

Nº 0170753-81.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Raimunda Pessoa Portela - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 130-136 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Joao Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE)

Nº 0170757-21.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Antonia da Silva Rodrigues - - Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 161-167 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À

Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Joselena Dourado Araújo (OAB: 25786/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE)

Nº 0170845-59.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Antonia Rodrigues do Nascimento Gomes - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 169-171 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE)

Nº 0170885-41.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Iraneide Lourenço Ramos de Souza - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 182-184 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Roberto Rebouças de Sousa (OAB: 34625/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0171517-67.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Silvana Barros de Sousa Nascimento - - Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 174/180, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE) - Francisco Sousa Santos (OAB: 24168/CE) - Joselena Dourado Araújo (OAB: 25786/CE)

Nº 0182357-39.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrido: Francisco de Morais Vêloso - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 185-191 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0184141-51.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Antônia Gonçalves de Alencar - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 199-205 pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF sob os protocolos RE1294296 e RE1294306. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0185145-26.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Claudenia Maria dos Santos Pereira - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 172-

178, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0185148-78.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Delcina Helena de Lima Pedroza - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 173-174, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0185193-82.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria Auxiliadora Pessoa Araújo - - Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 207-214, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital) - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0185467-46.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Maria Leide de Alencar Alves - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 187-193, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0185625-04.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Francisca Batista Lucena Vieira - - Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 200-207, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0186344-83.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Ana Sisnando Silva - - nicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 177-184, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

Nº 0186367-29.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Francisca Maria da Conceição Grangeiro Silva - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 168-174, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o

trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE) - João Vianey Nogueira Martins (OAB: 15721/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0186562-14.2019.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Estado do Ceará - Recorrida: Raimunda Zefinha Grangeiro - - Inicialmente, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário apresentado. Após, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, aplique-se a presente decisão, conforme fundamentação abaixo explanada. Trata-se de recurso extraordinário apresentado pelo Estado do Ceará em face do acórdão de págs. 182-186, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0142641-05.2019.8.06.0001 e nº 0142890-53.2019.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, piso salarial dos agentes de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE)

Nº 0235731-33.2020.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Paulo Régys Pinheiro Sales - Recorrido: Estado do Ceará - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0235864-75.2020.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Rômulo Matheus Lourenço Lopes - Recorrido: Estado do Ceará - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0235887-21.2020.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Israel Oliveira de Sousa - Recorrido: Estado do Ceará - - Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0236112-41.2020.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível - Fortaleza - Recorrente: Bruno Alves Lazzarini - Recorrido: Estado do Ceará - - Trata-se de recurso extraordinário apresentado pela parte autora em face do acórdão de págs. 92-95, pugnando pelo seu recebimento e remessa ao Supremo Tribunal Federal - STF. Ocorre que os recursos extraordinários de nº 0236631-16.2020.8.06.0001 e nº 0236703-03.2020.8.06.0001 foram selecionados como representativos da controvérsia posta em discussão, qual seja, a cobrança de valores indevidos incidentes na base de cálculo da contribuição previdenciária referente ao adicional noturno dos policiais penais. Isto posto, com fulcro no artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino o sobrestamento do presente recurso excepcional até o trânsito em julgado dos mencionados representativos de controvérsia, remetidos ao STF. À Coordenadoria para as providências. (Local e data da assinatura digital). MÔNICA LIMA CHAVES Juíza de Direito Presidente - Advs: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

3ª TURMA RECURSAL DO ESTADO DO CEARÁ
DESPACHO DE RELATORES

0220300-22.2021.8.06.0001 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM. Procª. Jurídica: Milena Alencar Gondim (OAB: 24528/CE). Recorrido: Instituto Dr. José Frota – IJF. Procª. Jurídica: Silvia Maria Pires de Souza (OAB: 5127/CE). Recorrido: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM. Custos legis: Ministério Público Estadual. Recorrente: Danielle Maia Holanda Dumaresq. Advogado: Thiago Siqueira de Farias (OAB: 21615/CE). Recorrido: Danielle Maia Holanda Dumaresq. Despacho: - Faculto aos interessados, conforme Resolução nº 08/2018 do Tribunal Pleno do TJCE, manifestação em cinco dias de eventual oposição ao julgamento virtual. Intime-se. Publique-se. (Local e data da assinatura digital). ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES Juiz de Direito Relator

Total de feitos: 1

EDITAIS

VARAS CÍVEIS

EDITAIS DA 3ª VARA CIVEL

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS) Justiça Gratuita

Processo nº: 0291332-87.2021.8.06.0001

Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Ordinária
Requerente: Alcides de Lima Sousa
Terceiro Réus Ausentes, Incertos, Desconhecidos e Terceiros Interessados
Valor da Causa: R$ 20.000,00

O Dr. Cid Peixoto do Amaral Neto, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de ALCIDES DE LIMA SOUSA, RG nº 96002436242 e FRANCISCA NEIDE RODRIGUES LIMA, RG nº 2000002093864, brasileiros, casados, residentes e domiciliados à Rua Padre Antonino, nº 385, Joaquim Távora, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Usucapião Ordinária. Por isso foi expedido o presente EDITAL, com o objetivo de que lhes seja declarado o domínio do seguinte imóvel, para posterior transcrição em seus nomes no registro de imóvel competente: "MEMORIAL DESCRITIVO (TRT BR202114933510 Assunto: Levantamento Planimétrico de um terreno para fins de usucapião. Endereço: Rua Padre Antonino, nº 385. Lugar: Joaquim Távora. Cidade: Fortaleza-CE. Proprietário(a): Alcides de Lima Sousa | CPF: 925.738.863-87. Um imóvel de forma regular, situado nesta capital. Sito à Rua Padre Antonino, 385, no lugar Joaquim Távora, Fortaleza-CE, com uma área total de 330,00m², perímetro de 82,00m, distando 17,00m para a Rua Aquiles Beviláqua, no sentido sul|norte, medindo e extremando: AO OESTE (FRENTE), partindo do V1 ao V2, com um ângulo interno 90º00'00", coordenadas sirgas 2000 este(x) 553268.225 e norte(y) 9586190.681, medindo 11,00m, no sentido sul|norte com a RUA PADRE ANTONINO. AO NORTE (LADO DIREITO), partindo do V2 ao V3, com um ângulo interno 90º00'00", coordenadas sirgas 2000 este(x) 553269.645 e norte(y) 9586201.589, medindo 33,00m, no sentido oeste|leste com o IMÓVEL Nº 375 COM FRENTE PARA A RUA PADRE ANTONINO, com o IMÓVEL Nº 28 COM FRENTE PARA A RUA AQUILES BEVILAQUA, com o IMÓVEL Nº 36 COM FRENTE PARA A RUA AQUILES BEVILAQUA. AO LESTE (FUNDOS), partindo do V3 ao V4, com um ângulo interno 90º00'00", coordenadas sirgas 2000 este(x) 553299.394 e norte(y) 9586197.716, medindo 11,00m, no sentido norte|sul com o IMÓVEL Nº 2780 COM FRENTE PARA A RUA GONÇALVES LEDO. AO SUL (LADO ESQUERDO), partindo do V4 ao V1, com um ângulo interno 90º00'00", coordenadas sirgas 2000 este(x) 553297.974 e norte(y) 9586186,808, medindo 33,00m, no sentido leste|oeste com o IMÓVEL Nº 395 COM FRENTE PARA A RUA PADRE ANTONINO, por onde se deu início essa descrição." Aos eventuais interessados e seus cônjuges, os que casados forem, para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, que é de 20 (vinte) dias, contestarem a presente ação, sob pena de não o fazendo, serem presumidos aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (art. 344, do CPC). E em observância aos artigos 246, § 3º e 259, I, do CPC, foi expedido o presente, que vai devidamente assinado. CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 25 de janeiro de 2022.

Cid Peixoto do Amaral Neto
Juiz de Direito

EDITAIS DA 4ª VARA CIVEL

PODER JUDICIÁRIO Comarca de Fortaleza 4a Vara Cível (SEJUD 1o Grau)
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE * DIAS)
Processo n°: 0495803-17.2011.8.06.0001
Classe: Restauração de Autos Cível
Assunto: Imissão
Requerente: Nelson Eduardo Simoes Silva
Requerido: Jose Joaquim Mateus
Valor da Causa: R$ 100,00

O Dr. **Fabiano Damasceno Maia**, Juiz de Direito da 4a Vara Cível (SEJUD 1° Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Nelson Eduardo Simoes Silva, brasileiro, divorciado, aposentado, CPF n° 017.813.403-15, residente e domiciliado à Rua Antonele Bezerra, n° 336, Apto. 603, Meireles, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Restauração de Autos, em face de Jose Joaquim Mateus, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica **CITADO** o **Sr. JOSE JOAQUIM MATEUS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB-CE n° 12.660, com último endereço conhecido como sendo Rua Floriano Peixoto, n° 1437, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza - CE, acerca da presente ação, para, querendo, contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, cabendo-lhe exibir as cópias, contrafé e mais reproduções dos autos e documentos que estiverem em seu poder, nos termos do art. 1.065 do CPC, por força do despacho a seguir transcrito: "Tendo em vista que a parte promovida JOSÉ JOAQUIM MATEUS, encontra-se em local ignorado ou incerto, determino sua citação por edital, tudo em consonância com o art. 256, II do CPC, com prazo de 20(vinte) dias.", com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial**.** **CUMPRA-SE**. Fortaleza/CE., em 29 de novembro de 2021.

Fabiano Damasceno Maia
Juiz de Direito

EDITAIS DA 20ª VARA CIVEL

PODER JUDICIÁRIO Comarca de Fortaleza 20a Vara Cível (SEJUD 1o Grau)
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (Vinte) DIAS.
Processo n°: 0905595-22.2014.8.06.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
Exequente: Newsedan Comércio de Veículos Ltda.

Executado: Roberta Michelli dos Santos Serviços Mecanicos, tendo como representante legal a sra. Roberta Michelli dos Santos.
Valor da Causa: R$ 13.864,31

O(A) Dr(a). Antonia Neuma Mota Moreira Dias, Juiz(a) de Direito 20a Vara Cível (SEJUD 1° Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de **NEWSEDAN COMÉRCIO DE VEÍCULOS Ltda,** pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ n° 14.809.659/0001-06, com sede à Av. Rogaciano Leite, n° 323, Loja 02, Bairro Guararapes, CEP 60.810-001, na cidade de Fortaleza/CE, foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial,contra **ROBERTA MICHELLI DOS SANTOS SERVIÇOS MECÂNICOS**, CNPJ n° 13.248.835/0001-07, com endereço informado da Empresa constante nos autos processuais como sendo localizada à Rua Coletor Antonio Gadelha, n° 299, Complemento A, Bairro Messejana, Fortaleza/CE,CEP: 60.871-055 ,o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADA **a representante legal da empresa acima mencionada, qual seja, a sra. ROBERTA MICHELLI DOS SANTOS** , CPF n° 055.726.523- 18, acerca da presente ação, para pagar, no prazo de 03 (três) dias, o débito atualizado apontado na exordial, acrescido dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da Execução ou oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, independente de Penhora ou Caução, conforme despachos de fls. 41 e por força do despacho de fls. 116 a seguir transcrito parcialmente: "(...) Dito isto, por entender legítima, nessa fase processual, a adoção do expediente editalício, DEFIRO o pedido de citação por edital, devendo a Secretaria proceder com a expedição do correspondente edital de citação em nome do executado, fixando-se o prazo de 20 (vinte) dias, fluindo este da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (art.257, III, CPC) e com a advertência de que será nomeado Curador Especial, em caso de revelia(art.257, IV, CPC).(...)", advertindos-se que, em caso de revelia, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim **será nomeado Curador Especial**. **CUMPRA-SE**. Fortaleza/CE, em 27 de outubro de 2021.

Antonia Neuma Mota Moreira Dias
Juíza de Direito

EDITAIS DA 22ª VARA CIVEL

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS) Justiça Gratuita

Processo nº: 0272801-50.2021.8.06.0001
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: Everton da Silva Carvalho e outro
Requerido: Maria do Socorro Carvalho da Silva e outro
Valor da Causa: R$ 10.000,00

A Dra. Maria Valdenisa de Sousa Bernardo, Juíza de Direito da 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de EVERTON DA SILVA CARVALHO, administrador, RG nº 2001002126078 SSP-CE, CPF nº 027.323.373-40 e LUÍSA CARLA SILVA DE FREITAS, fisioterapeuta, CPF nº 022.460.653-05, RG nº 2004010285990 SSP-CE, brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Rua Mirtil Meyer, nº 260, Mondubim, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Usucapião Extraordinária em face de MARIA DO SOCORRO CARVALHO DA SILVA, residente na Rua Mirtil Meyer, 256, Mondubim, Fortaleza-CE e de FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA SALES, residente na Rua Mirtil Meyrer, nº 272-A. Mondubim, Fortaleza-CE. Por isso foi expedido o presente EDITAL, com o objetivo de que lhes seja declarado o domínio do seguinte imóvel, para posterior transcrição em seus nomes no registro de imóvel competente: "MEMORIAL DESCRITIVO De um terreno situado no Distrito 44, Quadra 26, conforme Cadastro Técnico da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Situado na Rua Mirtil Meyer, casa nº 260, bairro Mondubim, município de Fortaleza-CE. Proprietário: EVERTON DA SILVA CARVALHO. Limites, Medidas e Confrontações: SUL (FRENTE): Lado par, extremando-se com a via, Rua Mirtil Meyer, medindo 6,50m (seis metros e cinquenta centímetros), distando 78,00m (setenta e oito metros) para a via local, Rua Tibicuera; NORTE (FUNDOS): extremando-se com o terreno de proprietário desconhecido, com frente para a Rua Moreira Rocha, medindo 35,80m (trinta e cinco metros e oitenta centímetros); LESTE (LADO ESQUERDO): extremando-se com a propriedade de Maria do Socorro Carvalho da Silva, nº 256, medindo 33,00m (trinta e três metros); OESTE (LADO DIREITO): extremando-se com a propriedade de Francisco de Assis Bezerra Sales, nº 272 A, medindo 33,00m (trinta e três metros). Área do terreno.....214,50m². Área construída térreo.....81,64m². Área construída superior.....81,64m². Total de área construída.....163,28m²." Aos eventuais interessados e seus cônjuges, os que casados forem, para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, que é de 20 (vinte) dias, contestarem a presente ação, sob pena de não o fazendo, serem presumidos aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (art. 344, do CPC). E em observância aos artigos 246, § 3º e 259, I, do CPC, foi expedido o presente, que vai devidamente assinado. CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 24 de janeiro de 2022.

Maria Valdenisa de Sousa Bernardo
Juíza de Direito

EDITAIS DA 28ª VARA CIVEL

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS) Justiça Gratuita

Processo nº: 0242698-94.2020.8.06.0001
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: Rita Coelho da Silva
Valor da Causa: R$ 200.000,00

O Dr. Alisson do Valle Simeao, Juiz de Direito em respondência pela 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de RITA COELHO DA SILVA, brasileira, solteira, aposentada, RG nº 2008382593-7, CPF nº 601.117.498-70, residente e domiciliada na Rua Desembargador Baltar, nº 360, Parangaba, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Usucapião Extraordinária. Por isso foi expedido o presente EDITAL, com o objetivo de que lhes seja declarado o domínio do seguinte imóvel, para posterior transcrição em seus nomes no registro de imóvel competente: "MEMORIAL DESCRITIVO 1. SOLICITANTE O presente Memorial Descritivo foi solicitado pela cliente RITA COELHO DA SILVA, inscrita no CPF n. 061.117.498-70, residente à Rua Desembargador Baltar, n° 360 Parangaba, nesta urbe. Referido memorial foi elaborado pela Arquiteta CAMILA DÁVILA BEZERRA PEREIRA, inscrita no CPF n.º 060.314.343-18 e registrada no CAUCE n.º A146656-9. 2. FINALIDADE Este memorial tem como objetivo embasar Ação de Usucapião tombada sob o n.º 0242698-948.06.0001. 3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL Trata-se de edificação levada a efeito à Rua Desembargador Baltar, n° 360, Bairro Parangaba, CEP: 60721-081, Fortaleza/CE, do tipo Residência Padrão Normal R1-N (ABNT 12721:2006), executada em alvenaria de tijolos cerâmicos, piso cerâmico e coberta em telha cerâmica, com sistemas estruturais, hidrossanitários, elétricos e telefônico. 4. LOCALIZAÇÃO E ÁREA O imóvel localiza-se à Rua Desembargador Baltar, n° 360, Bairro Parangaba, no município de Fortaleza/CE, com aproximadamente 30 (trinta) metros de distância da esquina da Rua Thecoslováquia, possuindo 272 m² (duzentos e setenta e dois) de área e 84 m (oitenta e quatro) de perímetro, com as seguintes descrições em coordenadas UTM Sirgas2000. Ao realizar o levantamento topográfico do imóvel, demos início pela Vértice V1, definida pelas coordenadas N 9581593.078 m e E 547763.719 m, situada no muro de quina frontal da Rua Desembargador Baltar, n° 350, com os seguintes azimutes e distância: 292°1954 e 8,08 m até interceptar o vértice V2, de coordenadas N 9581596.151 m e E 547756.238, situado no muro da quina frontal da Rua Desembargador Baltar, n° 370, com os seguintes azimutes e distância: 355°2525 e 34,88 m até interceptar o vértice V3 de coordenadas N 9581627.801 e E 547766.603, situado no muro dos fundos da Rua Romênia, n° 275 com os seguintes azimutes e distância: 115°5333 e 8,6 m até o vértice V4 de coordenadas N 9581624.025 e E 547774.382, situado no muro dos fundos da Rua Romênia, n° 275 com os seguintes azimutes e distância: 184°3502 e 34,6 m até interceptar novamente o vértice V1, que é o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas anteriormente mencionadas estão georreferenciadas pelo Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas em sistema UTM, tendo como detum o Sirgas2000. Todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados em plano de projeção UTM e encontra-se detalhados no ANEXO A. 5. CONFINANTES Ao Norte (fundo): Medindo 73 (setenta e três) metros, limita-se com terreno de Maria do Socorro Martins Fernandes, brasileira, estado civil e profissão ignorados, CPF não informado, residente e domiciliada na Rua Romênia, n° 275, Maraponga, Fortaleza-CE. Ao Leste (lado direito): Medindo 10 (dez) metros, limita-se com o terreno de Edna Maria Sousa, brasileira, estado civil e profissão ignorados, CPF: 285.245.763-72, residente na Rua Desembargador Baltar, nº 350, Parangaba, Fortaleza-CE. . Ao Oeste (lado esquerdo): Medindo 9 (nove) metros, limita-se com o terreno de Valesca Ravi Lalma Mota, brasileira, estado civil e profissão ignorados, CPF não informado, residente na Rua Desembargador Baltar, nº 370, Parangaba, Fortaleza-CE." Aos eventuais interessados e seus cônjuges, os que casados forem, para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, que é de 30 (trinta) dias, contestarem a presente ação, sob pena de não o fazendo, serem presumidos aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (art. 344, do CPC). E em observância aos artigos 246, § 3º e 259, I, do CPC, foi expedido o presente, que vai devidamente assinado. CUMPRA-SE. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Alisson do Valle Simeao
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS) Justiça Gratuita

Processo nº: 0209647-58.2021.8.06.0001
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Especial (Constitucional)
Requerente: Milena de Souza Montezuma
Requerido: Alba Henriqueta Marques Carvalho
Valor da Causa: R$ 80.000,00

O Dr. Alisson do Valle Simeao, Juiz de Direito em respondência pela 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de MILENA DE SOUZA MONTEZUMA, brasileira, divorciada, autônoma, RG nº 91025027232 SSP-CE, CPF nº 614.018.543-20, residente e domiciliada na Rua Peru, nº 442, Montese, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Usucapião Especial, em face de ALBA HENRIQUETA MARQUES CARVALHO, brasileira, aposentada, RG nº 1338342 SSP-PI, CPF nº 034.084.423-04, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 1106, Itaoca, CEP 60421-076, Fortaleza CE. Por isso foi expedido o presente EDITAL, com o objetivo de que lhes seja declarado o domínio do seguinte imóvel, para posterior transcrição em seus nomes no registro de imóvel competente: "MEMORIAL DESCRITIVO Proprietária: Milena de Souza Montezuma. CPF: 614.018.543-20 Endereço: Rua Peru, 442 Montese, Fortleeza|CE. Área: 365,75m². Perímetro: 76,80m. Objetivo: Levantamento topográfico planimétrico de um imóvel para fins de Ação de Usucapião. LIMITES E CONFINANTES: Norte | Lado Esquerdo: Imóvel Nº 438 de propriedade do Sr. João batista de Castro Pereira. Sul | Lado Direito: Imóvel Nº 450 de propriedade da Sra. Maria Terezinha Mendonça Nunes. Leste | Frente: Rua Peru. Oeste | Fundos: Imóvel Nº 1094 de propriedade do Sr. José Evandro Maia Ribeiro. DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO: Distando a 30,60m para a Rua 15 de Novembro sentido Sul Norte, inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-1 de coordenadas N= 9583148,65m e E = 549908,95m, deste, confrontando neste trecho com imóvel Nº 438 de propriedade do Sr. João Batista de Castro Pereira ao Norte (lado esquerdo), seguindo com distância de 20,90m e azimute plano de 209º49'58" chega-se ao vértice V-2 de coordenadas N= 9583156,09m e E = 549889,40m, deste, confrontando neste trecho com imóvel Nº 1094 de propriedade do Sr. José Evandro Maia Ribeiro a Oeste (fundos), seguindo com distância de 17,50m e azimutes plano de 198º42'13" chega-se ao vértice V-3 de coordenadas N= 9583139,51m e E = 549883,79m, deste, confrontando neste trecho com imóvel Nº 450 de propriedade da Sra. Maria Terezinha Mendonça Nunes ao Sul (lado direitos), seguindo com distância de 20,90m e azimute plano de 110º49'58" chega-se ao vértice V-4 de coordenadas N= 9583132,07m e E = 549903,34m, deste, confrontando neste trecho com a Rua Peru a Leste (frente), seguindo com distância de 17,50m e azimute plano de 18º42'13" chega-se ao vértice V-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central de 39º WGr, tendo como Datum SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM." Aos eventuais interessados e seus cônjuges, os que casados forem, para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, que é de 30 (trinta) dias, contestarem a presente ação, sob pena de não o fazendo, serem presumidos aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (art. 344, do CPC). E em observância aos artigos 246, § 3º e 259, I, do CPC, foi expedido o presente, que vai devidamente assinado. CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 24 de janeiro de 2022.

Alisson do Valle Simeao
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS) Justiça Gratuita

Processo nº: 0264446-51.2021.8.06.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: Maria Esmeralda Ribeiro Gonçalves
Valor da Causa: R$ 40.000,00

O Dr. Alisson do Valle Simeao, Juiz de Direito em respondência pela 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Maria Esmeralda Ribeiro Gonçalves, brasileira, viúva, do lar, RG nº 2003009063086 SSP-CE, CPF nº 567.669.803-97, residente e domiciliada na Rua Independência, nº 27, Varjota, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Usucapião Extraordinária. Por isso foi expedido o presente EDITAL, com o objetivo de que lhes seja declarado o domínio do seguinte imóvel, para posterior transcrição em seus nomes no registro de imóvel competente: "MEMORIAL DESCRITIVO INTERESSADO(A): Maria Esmeralda Ribeiro Gonçalves. LOCALIZAÇÃO: Rua Independência, nº 27, Varjota, Fortaleza Ceará. TIPO DO IMÓVEL: Terreno de formato irregular onde se encontra encravada uma casa com um pavimento construída em alvenaria. Área do terreno: 39,80m² Área Construída: 39,80m². LOCALIZAÇÃO E DIMENSÕES DO TERRENO: Distanciado, aproximadamente, 18,50m da Rua Delmiro Gouveia. NORTE: 4,70m SUL: 3,44m LESTE: 10,09m OESTE: 9,55n. LIMITES E CONFINANTES: AO NORTE: Extremado com o imóvel nº 1696, Rua Tavares Coutinho, pertencente ao Edifício Quarup. AO SUL: Extremado com a Rua Independência. AO LESTE: Extremado com o imóvel nº 31, Rua Independência, pertencente a senhora Lucineide da Costa. AO OESTE: Extremado com o imóvel nº 19, Rua Independência, pertencente a senhora Maria Lindalva Lima dos Santos." Aos eventuais interessados e seus cônjuges, os que casados forem, para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, que é de 30 (trinta) dias, contestarem a presente ação, sob pena de não o fazendo, serem presumidos aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (art. 344, do CPC). E em observância aos artigos 246, § 3º e 259, I, do CPC, foi expedido o presente, que vai devidamente assinado. CUMPRA-SE. Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Alisson do Valle Simeao
Juiz de Direito

EDITAIS DA 29ª VARA CIVEL

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS) Justiça Gratuita

Processo nº: 0171797-48.2013.8.06.0001
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: MARGARIDA DUARTE MARTINS e outro
Valor da Causa: R$ 50.000,00

O Dr. MAGNO GOMES DE OLIVEIRA, Juiz de Direito em respondência pela 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de MARGARIDA DUARTE MARTINS, brasileira, solteira, aposentada, RG nº 447.679 SSP-CE, CPF nº 060.964.503-00, residente e domiciliada na Rua Major Weyne, nº 490, Jardim America, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Usucapião Extraordinária. Por isso foi expedido o presente EDITAL, com o objetivo de que lhes seja declarado o domínio do seguinte imóvel, para posterior transcrição em seus nomes no registro de imóvel competente: "MEMORIAL DESCRITIVO Interessada: Margarida Duarte Martins. LOCALIZAÇÃO: Rua Major Weyne, nº 490 - Jardim América - Fortaleza-CE. TIPO DO IMÓVEL: Terreno de formato regular onde se encontra encravada uma casa plana construída em alvenaria. ÁREA DO TERRENO: 126,26m² ÁREA CONSTRUÍDA: 87,74m². DIMENSÕES DO TERRENO: NORTE - 5,35m. SUL - 5,35m. LESTE - 23,60. OESTE 23,60m. LIMITES E CONFINANTES: AO NORTE: Extremando com o imóvel nº 173 da Rua Antônio Mendes, pertencente ao Eloísa Helena; AO SUL: Extremando com a Rua Major Weyne. A LESTE: Extremando com o imóvel nº 486, Rua Major Weyne, pertencente a Maria Mirtes Luz Catunda Lima; A OESTE: Extremando com o imóvel nº 498 da Rua Major Weyne, pertencente a Raimundo Moura Alves." Aos eventuais interessados e seus cônjuges, os que casados forem, para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, que é de 20 (vinte) dias, contestarem a presente ação, sob pena de não o fazendo, serem presumidos aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (art. 344, do CPC). E em observância aos artigos 246, § 3º e 259, I, do CPC, foi expedido o presente, que vai devidamente assinado. CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 25 de janeiro de 2022.

MAGNO GOMES DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

VARAS DE FAMÍLIA

EDITAIS DA 2ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0272975-93.2020.8.06.0001**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Curatelando: **Maria de Fátima Campos Ferreira**
Curatelado: **Maria Inês Campos Ferreira**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **Maria Inês Campos Ferreira**, brasileira, solteira, pensionista, inscrita no CPF sob o n° 048.674.753-00, RG n° 97002274771, SSPDS-CE, nascida aos 28/03/1944, filha de Francisco de Assis Ferreira e de Maria Campos Ferreira, residente e domiciliada na Rua Juazeiro do Norte, n° 283, apto. 103, Meireles, CEP: 60165-110, Fortaleza/CE, que é portadora de doença neurodegenerativa progressiva e irreversível, transtorno catalogado na CID 10, G30. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. MARIA DE FÁTIMA CAMPOS FERREIRA, brasileira, pensionista, inscrita no CPF sob o n° 118.708.773-49, RG n° 2007776136-1, nascida aos 04/02/1953, filha de Francisco de Assis Ferreira e de Maria Campos Ferreira, residente e domiciliada Av. Antônio Justa, n° 3551, apto. 502, Meireles, CEP: 60165-090, Fortaleza/CE, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 19/09/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "*(...) Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a Sra. MARIA INÊS CAMPOS FERREIRA ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente/irmã, Sra. MARIA DE FÁTIMA CAMPOS FERREIRA que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos (...) Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Autorizo, desde logo, a expedição do Termo de Compromisso e Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Custas pela requerente. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza,19 de setembro de 2021. Suyane Macedo de Lucena, Juíza de Direito / Auxiliando* ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 29 de outubro de 2021.

Eu, Maria da Conceição Nogueira Magalhães, Auxiliar Judiciário, 4577, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0253817-52.2020.8.06.0001**

Classe: **Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Requerente **Maria Vera Lúcia Silva Oliveira**
Requerido **Francisco Welligton da Silva Oliveira**
Promotor e Defensor público **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **Francisco Welligton da Silva Oliveir**a, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito no CPF sob o n° 601.236.743-01 e RG sob o n° 98002299357, que é portador de traumatismo Cranioencefálico CID(10) S-06, O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Maria Vera Lúcia Silva Oliveira**, brasileira, solteira, auþonoma, inscrita no CPF sob o nº 787.054.103-63 e RG nº 2003002254455, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 06/12/2021 cujo teor final da sentença é o seguinte:"(...) Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. FRANCISCO WELLIGTON DA SILVA OLIVEIRA ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio lhe curadora a parte requerente/genitora, Sra. MARIA VERA LÚCIA SILVA OLIVEIRA, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. A curadora nomeada deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos

princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do Curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, de que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este Juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelado revela-se até então irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Autorizo, desde logo, a expedição do Termo de Compromisso e Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Custas pela requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Publicada em audiência e intimados os presentes. Ciência ao Ministério Público e Curador Especial pelos respectivos portais." Em seguida, a curadora nomeado, ciente da sentença, prestou o compromisso de bem e fielmente exercer o múnus de curador nos limites dos poderes a ele conferidos, e, desse modo, a magistrada entendeu por dispensável a confecção de termo de compromisso. A parte autora, de logo, renunciou ao prazo recursal. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Suyane Macedo de Lucena Juíza de Direito". Fortaleza/CE, em 11 de janeiro de 2022. Eu, Maria Marly Aragão Prado, Auxiliar Judiciário, 12114, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0213348-27.2021.8.06.0001**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Curatelando: **Francisco Edilson Souza**
Curatelado: **Maria da Conceição de Araújo**
Promotor: **Ministério Público do Estado do Ceará**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO, brasileira, viúva, aposentada, RG nº 1265015-86 e inscrita no CPF sob o nº: 547.050.883-87, residente e domiciliada na Rua Doutor Airton Bezerra, 111, Ap 101, CEP 60830545, portadora de quadro demencial de caráter progressivo e permanente (CID G30.9). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curateladao incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. FRANCISCO EDILSON SOUZA, brasileiro, casado, PASTOR, portador do RG nº 2001002310383, inscrito no CPF sob o nº 134.362.518-10, residente e domiciliado na Rua Doutor Airton Bezerra, 111, Ap 101, CEP 60830545, CURADOR DEFINITIVO da) referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 20/09/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "*(...) Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curador a parte requerente/filho, Sr. FRANCISCO EDILSON SOUZA que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado.* (...) Publique-se. Intime-se a parte autora, preferencialmente por meio eletrônico, do teor desta sentença e para atender à providência acima. Deverá constar que o Defensor Público disponibilizou os seguintes meios de contato: - Dr. João Brito - 2ª Vara: (85) 3499-7998 (telefone fixo) (85) 984340002 (somente WhatsApp) E-mail: apoiofamiliaforum@gmail.com

Intime-se ainda a Defensoria Pública. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo. Fortaleza, 20 de setembro de 2021. Natália Almino Gondim, Juíza de Direito". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 03 de novembro de 2021.

Eu, Maria da Conceição Nogueira Magalhães, Auxiliar Judiciário, 4577, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0220924-08.2020.8.06.0001**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Interditante **Alba Maria Farias Cavalcante**
Curatelada **Anisia Quintino Farias**
Defensor público e Promotor **Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Anisia Quintino Farias, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 91002175847, inscrita no CPF sob o nº 003.891.413-13, que é portadora de síndrome demencial em fase avançada. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Alba Maria Farias Cavalcante, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG nº 96013 013461, inscrita no CPF sob o nº 060.704.693-72, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 14 de outubro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a Sra. Anisia Quintino Farias ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente/filha, Sra. Alba Maria Farias Cavalcante, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do Curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, o Curador deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, de que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este Juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos políticos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Custas pela requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Expeça-se, de logo, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença, termo de compromisso, cabendo à curadora nomeada providenciar sua assinatura e a juntada do respectivo documento aos autos através de advogado. Após a providência a que se refere o parágrafo anterior, expeça-se alvará definitivo. Publique-se. Intimem-se a autora por seus patronos (via DJe). Ciência à Curadoria Especial e ao Ministério Público, pelos respectivos portais. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2021.

Eu, Francisco Flávio Monte de Oliveira, Analista Judiciário Adjunto, 2967, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0121789-28.2017.8.06.0001**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Interditante **Aila Oliveira da Silva**
Interditando **Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outros**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Raimundo Vieira da Silva, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF nº 002.334.203-04, portadora do RG nº 8904002012883-SSP-CE, que é portador da doença de Parkison (CID 10 G20). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi

nomeado(a) o(a) Sr(a). Aila Oliveira da Silva, brasileira, solteira, portadora do RG de nº. 20083680017, inscrita no CPF sob o 448.433.563-87, nascida em 06/02/1969, filha de Raimundo Vieira da Silva, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 21/09/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. RAIMUNDO VIEIRA DA SILVA ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente/filha, Sra. AILA OLIVEIRA DA SILVA e que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do Curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, o Curador deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, de que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este Juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelado revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). O MP e a parte, por sua advogada, se deram por cientificados da sentença. Em seguida, foi colhido o COMPROMISSO DE CURATELA DEFINITIVA, ocasião em que o curador nomeado prestou o compromisso de bem e fielmente exercer o múnus de curador nos limites dos poderes a ele conferidos. Colhido o compromisso nesta ocasião, a Magistrada entendeu por dispensável a confecção de termo de compromisso, determinando, porém, a expedição de alvará definitivo, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2021.

Eu, Francisco Flávio Monte de Oliveira, Analista Judiciário Adjunto, 2967, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0125695-55.2019.8.06.0001**
Classe:	**Interdição/Curatela**
Assunto:	**Nomeação**
Interditante	**Álvaro Nunes Fernandes**
Curatelada	**Valdite Nunes Araujo**
Promotor e Terceiro	**Ministério Público do Estado do Ceará e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Valdite Nunes Araujo, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG: 2007924486.0-SSPDCE CPF: 725.722.993-72, nascida aos 03/07/1956, que é portadora de Doença de Alzheimer (CID 10: G30.1). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Álvaro Nunes Fernandes, brasileiro, solteiro, vigilante, portador do CPF: 023.347.513-32, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 27 de setembro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, DEFIRO o pedido vertido na exordial, para submeter a Sra. VALDITE NUNES ARAÚJO ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeiolhe curador a parte requerente/filho, Sr. ÁLVARO NUNES FERNANDES que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. O curador nomeado deverá acostar aos autos cópia do termo de curatela definitivo devidamente firmado por ele. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, o Curador deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado,

considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento da curatelada poderá ela requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, §3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Expeça-se, de logo, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença, termo de compromisso, cabendo ao curador nomeado providenciar sua assinatura e a juntada do respectivo documento aos autos, a ser realizada por seu Advogado, após o que, será liberado o alvará definitivo. Custas pelo requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Publique-se. Intime-se a parte autora (DJe), do teor desta sentença e para atender à providência acima. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2021.

Eu, Francisco Flávio Monte de Oliveira, Analista Judiciário Adjunto, 2967, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0125864-42.2019.8.06.0001**
Classe:	**Interdição/Curatela**
Assunto:	**Nomeação**
Requerente	**Erilania Marcia de Lima**
Requerido	**Edilene Maria da Silva Lima**
Terceiro e Promotor	**Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Edilene Maria da Silva Lima, brasileira, solteira, CPF 445.040.633-87, RG 2008010035059, que é portadora de Retardo Mental Grave (CID 10 – F72.0). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Erilania Marcia de Lima, brasileira, RG 98002544912 SSP CE, CPF 389.590.543-72, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 24 de setembro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sra. Edilene Maria da Silva Lima ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente/irmã Sra. Erilania Marcia de Lima que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitada, presta contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelado revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Custas pela requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita, que ora defiro. Se expirado o anterior, deverá ser imediatamente expedido alvará provisório com prazo de 60 dias. Expeça-se, de logo, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença, termo de compromisso, cabendo à curadora nomeada providenciar sua assinatura e a juntada do respectivo documento aos autos. Após a providência

a que se refere o parágrafo anterior, expeça-se alvará definitivo. Publique-se. Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJE. Ciência ao Ministério Público.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2021.

Eu, Francisco Flávio Monte de Oliveira, Analista Judiciário Adjunto, 2967, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0160195-50.2019.8.06.0001**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Curatelando: **Maria Liduína Maia Mendes**
Curatelado: **Francisco Jorge Soares de Sousa Filho**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de FRANCISCO JORGE SOARES DE SOUSA FILHO, brasileiro, solteiro, RG nº 2006010162380, SSPDS/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.399.633-59, residente e domiciliado na Rua Brisamar, nº 46, casa do alto, Bairro Cais do Porto, CEP 60.180-220, Fortaleza/CE, que é portador de deficiência mental grave, CID-10: F-72.0. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. MARIA LIDUÍNA MAIA MENDES, brasileira, solteira, de prendas domésticas, RG nº 99015035858 – 2ª via - SSPDS/CE e inscrita no CPF/MF sob o n° 668.344.813-20, residente e domiciliada na Rua Brizamar, nº 46, casa do alto, bairro Cais do Porto, CEP: 60.180-220, Fortaleza/CE, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 24/09/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "*(...) Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. Francisco Jorge Soares de Sousa Filho ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente/mãe Sra. Maria Liduína Maia Mendes que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso. (...) Publique-se. Intimem-se a Defensoria Pública, a Curadoria Especial e o Ministério Público, pelos respectivos portais. Sem prejuízo do decurso do prazo recursal e do trânsito em julgado, determino, em atenção ao melhor interesse do curatelado e com fundamento nos princípios processuais da efetividade e da eficiência, que seja a parte autora, assistida pela Defensoria, cientificada do teor desta sentença por carta com AR simples. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo. Fortaleza, 24 de setembro de 2021. Suyane Macedo de Lucena, Juíza de Direito / Auxiliando*". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 05 de novembro de 2021.

Eu, Maria da Conceição Nogueira Magalhães, Auxiliar Judiciário, 4577, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0202959-17.2020.8.06.0001**

Classe: **Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Requerente **Samila Braga Cavalcante**
Requerido **Gabriel Régis Cavalcante Ramos Costa**
Promotor e Defensor público **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de GABRIEL RÉGIS CAVALCANTE RAMOS COSTA, brasileiro, incapaz, residente e domiciliado(a) na Rua Correia Lima, nº 250, apto. 104 A, Residencial Armani, Bairro Demócrito Rocha, Fortaleza-CE, CEP: 60.440-040, que é portador de Paralisia Cerebral Mista Tetraplégica Espástica e Distônica (CID 10: G80). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Samila Braga Cavalcante , brasileira, solteira, recepcionista, RG nº 20077719284 SSPDS/CE e CPF nº 700.854.123-68, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 19 de outubro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Diante do exposto, julgo procedente o pedido vertido na exordial para submeter o Sr. Gabriel Régis Cavalcante Ramos Costa ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e

negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente/mãe, Sra. Sâmila Braga Cavalcante, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do Curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelado revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos políticos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Custas pela requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Expeça-se, de logo, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença, termo de compromisso, cabendo à curadora nomeada providenciar sua assinatura e a juntada do respectivo documento aos autos através de advogado. Após a providência a que se refere o parágrafo anterior, expeça-se alvará definitivo. Publique-se. Intimem-se a autora por seus patronos (via DJe). Ciência à Curadoria Especial e ao Ministério Público, pelos respectivos portais. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 16 de novembro de 2021.

Eu, Francisco Flávio Monte de Oliveira, Analista Judiciário Adjunto, 2967, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0207987-29.2021.8.06.0001**
Classe:	**Interdição/Curatela**
Assunto:	**Nomeação**
Curatelando:	**Maria das Virgens Coutinho Machado**
Curatelado:	**Osvaldo Gueiros Machado**
Promotor:	**Ministério Público do Estado do Ceará**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **Osvaldo Gueiros Machado**, brasileiro, casado, RG 10540-B OAB/CE, inscrito no CPF: 000.690.274-04, nascido aos 25/12/1926, filho de Gedeão Machado de Melo e de Herodias Gueiros Machado, residente e domiciliado à Rua: Andrade Furtado 1069, apartamento 1103, Bairro: Cocó, Fortaleza/CE, CEP: 60192-072, que é portador de Síndrome Demencial, sem etiologia defiinida (CID 10 - F03) e Sequela de AVC Isquêmico (CID 10 - I69.4), com grave

comprometimento motor em associação de comprometimento cognitivo. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. **Maria das Virgens Coutinho Machado,** brasileira, casada, RG 2008050492-7 SSP/CE, CPF sob o nº 074.282.807-70, nascida aos 13/12/1939, filha de Mário Alves Coutinho e de Nise Rossiter Coutinho, residente e domiciliada na Rua Andrade Furtado 1069, apto. 1103, bairro Cocó, Fortaleza/CE, CEP 60192-072, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 16/09/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "*(...) Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. OSVALDO GUEIROS MACHADO, ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e... Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente/esposa, Sra. MARIA DAS VIRGENS COUTINHO MACHADO, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial,(...) Custas pela requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita, que ora defiro. Publique-se. Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJE. Ciência ao Ministério Público. Expeça-se termo de compromisso, cabendo à curadora nomeada providenciar sua assinatura com firma reconhecida e a juntada do respectivo documento aos autos, após o que, será liberado o alvará definitivo. Expeça-se, nesse momento, alvará provisório com prazo de 30 dias, eis que o anterior já perdeu sua validade e, assinado o compromisso acima, expeça-se alvará definitivo. Fortaleza, 16 de setembro de 2021. Natália Almino Gondim, Juíza de Direito/Respondendo*". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 29 de outubro de 2021.

Eu, Maria da Conceição Nogueira Magalhães, Auxiliar Judiciário, 4577, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0253817-52.2020.8.06.0001**

Classe: **Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Requerente **Maria Vera Lúcia Silva Oliveira**
Requerido **Francisco Welligton da Silva Oliveira**
Promotor e Defensor público **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **Francisco Welligton da Silva Oliveir**a, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito no CPF sob o n° 601.236.743-01 e RG sob o n° 98002299357, que é portador de traumatismo Cranioencefálico CID(10) S-06, O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Maria Vera Lúcia Silva Oliveira**, brasileira, solteira, auþonoma, inscrita no CPF sob o nº 787.054.103-63 e RG nº 2003002254455, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 06/12/2021 cujo teor final da sentença é o seguinte:"(...) Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. FRANCISCO WELLIGTON DA SILVA OLIVEIRA ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio lhe curadora a parte requerente/genitora, Sra. MARIA VERA LÚCIA SILVA OLIVEIRA, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. A curadora nomeada deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do Curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, de que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este Juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelado revela-se até então irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Autorizo, desde logo, a expedição do Termo de Compromisso e Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Custas pela requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Publicada em audiência e intimados os presentes. Ciência ao Ministério Público e Curador Especial pelos respectivos portais." Em seguida, a curadora nomeado, ciente da sentença, prestou o compromisso de bem e fielmente exercer o múnus de curador nos limites dos poderes a ele conferidos, e, desse modo, a magistrada entendeu por dispensável a confecção de termo de compromisso. A parte autora, de logo, renunciou ao prazo recursal. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Suyane Macedo de Lucena Juíza de Direito". Fortaleza/CE, em 11 de janeiro de 2022. Eu, Maria Marly Aragão Prado, Auxiliar Judiciário, 12114, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

VARAS DOS REGISTROS PÚBLICOS

EDITAIS DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Processo nº: **0390088-69.2000.8.06.0001**

Classe: **Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil**
Assunto:
Requerente: **Maria Clebia Cordeiro Rocha**
Valor da Causa: **R$ 10,00**

A Dra. Sílvia Soares de Sá Nóbrega, MM. Juíza de Direito da 2.ª Vara dos Registros Públicos desta Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal.

FAZ SABER pelo presente Edital**,** virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso perante este juízo, uma **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO,** ajuizada por **Maria Clebia Cordeiro Rocha, Através de seu Advogado, Dr.Edmilson Frutuoso de Almeida, OAB/CE 4076**, que em face da certidão de fls. 36, a autora não foi localizada, para se manifestar sobre o Ofício de fls.31 do processo, e que ainda pelo presente Edital, fica **INTIMADA,** *para dizer no prazo de 10(dez) dias, se ainda tem interesse no presente feito, uma vez que a ação aparentemente perdera seu objeto, posto que o feito deixou de ser movimentado, conforme se observa nos autos*. E para dar publicidade ao ato, determinou a MMa. Juíza a expedição deste, a ser publicado por 01 (uma) vez no Diário da Justiça do Estado do Ceará.

CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 11 de janeiro de 2022. Eu, Silvana Maria Rôla Soares, Assistente de Unidade Judiciária, 3549, o digitei e conferi.

Silvia Soares de Sa Nobrega
Juíza de Direito

VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL

VARAS CRIMINAIS

EDITAIS DA 1ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0191981-83.2017.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo Majorado**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Ciliane de Lima Ferreira**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) CILIANE DE LIMA FERREIRA, brasileira, Solteira, Auxiliar de Costura, RG 2006010256547SSPCE, pai Jose Ferreira, mãe Maria Celene de Lima Ferreira, Nascido/Nascida 11/01/1990, natural de Fortaleza - CE, Rua Rio Araguaia, 179, Jardim Iracema, CEP 60340-000, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** (art.129, inciso I, CF c/c art.24, CPP)**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0137101-73.2019.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto Qualificado**
Autoridade Policial e Ministério Público: **Policia Civil do Estado do Ceara e outro**

Réu: **Carlos Geovani Batista da Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) CARLOS GEOVANI BATISTA DA SILVA, brasileiro, Solteiro, Vigilante, RG 2005021097544, pai Raimundo Nonato Batista da Silva, mãe Maria Zildamir Luciano de Araújo, Nascido/Nascida 26/10/1987, natural de Quixeramobim - CE, Travessa Virgínio Barbosa, 46, Centro, CEP 63800-000, Quixeramobim - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** Artigo 155, §1ºe §4º, II do CPB**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0134040-10.2019.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Leve**
Autoridade Policial e Ministério Público: **Policia Civil do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Antonio Carlos Verissimo da Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) ANTONIO CARLOS VERISSIMO DA SILVA, brasileiro, Solteiro, pedreiro, RG 33062 0028, pai Francisco dos Anjos Pereira da Silva, mãe Maria do Socorro Veríssimo da Silva, Nascido/Nascida 13/10/1985, Quadra 306, 18, Conjunto 9, Recanto das Emas, CEP 72610-415, Brasilia - DF, como incurso(a) nas sanções do **Art.** Arts. 129, caput, 329, 330 e 331 do CPB **,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0158851-34.2019.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Emanoel Victor da Silva Fernandes**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) EMANOEL VICTOR DA SILVA FERNANDES, brasileiro, Solteiro, CPF 609.631.423-64, mãe Francisca Vanusia da Silva Fernandes, Nascido/Nascida 11/05/1998, natural de Fortaleza - CE, Travessa Missionário Oliveira, 192, Jangurussu, CEP 60870-615, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** Art. 157, caput,

CP**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0140040-60.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Dano**
Autoridade Policial: **Policia Civil do Estado do Ceara**
Réu: **Pedro Silvestre Bezerra**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) PEDRO SILVESTRE BEZERRA, brasileiro, Solteiro, pai Francisco Silvestre Bezerra, mãe Francisca Maximina da Silva, Nascido/Nascida 04/04/1978, natural de Sao Jose Do Campestre - RN, Rua Jose Bezerra, 27, Casa B, Lagoa Redonda, CEP 60832-414, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 163, § único, III, CP) nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0184514-19.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Apropriação indébita**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Sebastiao dos Santos Moreira**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) SEBASTIAO DOS SANTOS MOREIRA, brasileiro, Casado, RG 2002006007721SSPCE, CPF 041.519.873-98, pai Francisco de Sales Moreira, mãe Maria Paula dos Santos Moreira, Nascido/Nascida 20/01/1987, Rua G, 143, Lot Expedi, Apt. 103, Serrinha, CEP 60745-580, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções doart. 168, caput, do Código Penal Brasileiro, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0200306-42.2020.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Luzia Lopes de Albuquerque**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) LUZIA LOPES DE ALBUQUERQUE, brasileira, RG 2002010099767, pai Aderbal Albuquerque de Sousa, mãe Terezinha Lopes da Silva, Nascido/Nascida 26/03/1988, natural de Aracoiaba - CE, Rua Nossa Senhora Auxiliadora ST 49, 293, Jose de Alencar, CEP 60830-425, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 155, caput do CPB**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0178958-70.2017.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto**
Autoridade Policial e Ministério Público: **Policia Civil do Estado do Ceara e outro**
Réu: **José Ribamar Rodrigues da Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, Solteiro, desempregado, pai Manoel Dias de Lima, mãe Maria de Lourdes Rodrigues, Nascido/Nascida 22/03/1971, natural de Fortaleza - CE, Rua Doze de Maio, 51, Mucuripe, CEP 60180-530, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** artigo 155 do CPB**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0153851-24.2017.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Estelionato**
Autor e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**

Réu: **RICARDO JORGE PEIXOTO ALVES**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **RICARDO JORGE PEIXOTO ALVES, brasileiro, Rua Doutor Raimundo Maia, 139, Mondubim, CEP 60761-520, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 171 do Código Penal Brasileiro,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0218074-54.2015.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Contra a Mulher e Contra pessoas não identificadas como mulher**
Acusada: **Cristiana Rodrigues da Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O Dr. **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciada pelo Ministério Público a acusada **CRISTIANA RODRIGUES DA SILVA,** brasileira, solteira, do lar, RG 2003009090776-SSP/CE, filha de José Tometeo da Silva e de Maria Nunes Rodrigues, nascida aos 28/07/1982, natural de Fortaleza - CE, como incursa nas sanções do **Art.** 129, §9º c/c art. 70 (duas vítimas) do CPB**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual a denunciada fica citada, conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo n.º: **0782885-97.2014.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo Majorado, Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente e Quadrilha ou Bando**
Ministério Público **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu **José Josimar de Sousa**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **JOSÉ JOSIMAR DE SOUSA, brasileiro, Solteiro, RG 20075799000-0-SSP/CE, pai Antônio de Sousa, Nascido/Nascida 11/07/1995, natural de Fortaleza - CE, com endereço à Rua Hildebrando Pereira, 140, Parque Dois Irmãos, CEP 60745-790, Fortaleza - CE**, por fato ocorrido no dia 26/08/2014, foi condenado(a) como incurso nas sanções do art. 157, §2º, I e II do CPB, à **pena de 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime aberto, conforme sentença com data de 30/03/2021.** Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor o recurso cabível, no prazo de 5 (cinco) dias, que correrá após o término do prazo fixado no edital, nos termos do artigo 392, §1º e §2º, do CPP.

Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo n.º: **0782885-97.2014.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo Majorado, Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente e Quadrilha ou Bando**
Ministério Público **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu **Francisco Eudes Ferreira do Nascimento**

O(A) Dr.(a) **Silvio Pinto Falcão Filho, Juiz** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **FRANCISCO EUDES FERREIRA DO NASCIMENTO, brasileiro, Solteiro, RG 96002256732-SSP/CE, pai Luiz Ferreira do Nascimento, mãe Maria Justino do Nascimento, Nascido/Nascida 01/08/1982, natural de Fortaleza - CE, com endereço à Rua Afonso Lopes, 1423, Parque Dois Irmãos, CEP 60743-218, Fortaleza - CE**, por fato ocorrido no dia 26/08/2014, **foi ABSOLVIDO conforme sentença do dia 30/03/2021**. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença.

Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Silvio Pinto Falcão Filho
Juiz

EDITAIS DA 5ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

Processo nº: **0174197-59.2018.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Raimundo Savio da Silva Sousa**

O(A) Dr.(a) Adriana Aguiar Magalhães, Juíza de Direito da 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau) por nomeação legal etc.
Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **RAIMUNDO SAVIO DA SILVA SOUSA, brasileiro, Solteiro, RG 2008428596-0, pai Raimundo Garcia de Sousa, mãe Maria de Jesus Gomes da Silva, Nascido/Nascida 04/04/1997, natural de Fortaleza - CE, com endereço à Rua B, 875, Parque Montenegro, Prefeito Jose Walter, CEP 60751-240, Fortaleza - CE**, por infração ao artigo 14 da Lei nº 10.826/03 e art. 180 do Código Penal, , fato ocorrido no dia 26/10/2018, foi condenado(a) à pena de 02 (dois) anos de reclusão. a ser cumprida inicialmente em regime aberto, por sentença datada de 15/12/2021. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado.
CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 16 de janeiro de 2022.

Adriana Aguiar Magalhães
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0155144-58.2019.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo**
Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Paulo Sergio da Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Adriana Aguiar Magalhães, Juíza de Direito** da **5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) réu **PAULO SERGIO DA SILVA, brasileiro, RG 2004024032259, pai José Agostinho da Silva, mãe Rosineide Caciano da Silva, Nascido/Nascida 19/08/1985, natural de Palmacia - CE, Rua Povoado Caponga Funda, 513, Centro, CEP 62680-000, Pindoretama - CE**, como incurso(a) nas sanções do Art. 157, § 1.º, c/c Art. 61, "caput", II, "h", ambos do(a) CP, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 14 de janeiro de 2022.

Adriana Aguiar Magalhães
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º:	**0147272-26.2018.8.06.0001**
Classe:	**Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto:	**Roubo Majorado**
Ministério Público:	**Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu:	**Tainara da Silva Gomes e outro**
Finalidade da Citação:	**Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Adriana Aguiar Magalhães, Juíza de Direito** da **5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) PAULO EDUARDO MARTINS, brasileiro, Solteiro, ajudante, RG 2005007041367, CPF 029.989.533-52, mãe Maria das Dores Martins, Nascido/Nascida 16/04/1988, natural de Fortaleza - CE, Rua Carnaubal, 496, 8586473775; 8585449176; 3492519006;8533822245, Jardim Iracema, CEP 60340-045, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** art. 157, § 2º,II, do CPB. **,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 20 de janeiro de 2022.

Adriana Aguiar Magalhães
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

Processo nº:	**0171584-03.2017.8.06.0001**
Classe – Assunto:	**Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
Autoridade Policial e Autor:	**Policia Civil do Estado do Ceará e outro**
Réu:	**Carlos Alexandre Ferreira dos Santos**

O(A) Dr.(a) Adriana Aguiar Magalhães, Juíza de Direito da 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau) por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, Solteiro, Metalurgico, mãe Francisca Irlandir Ferreira dos Santos, Nascido/Nascida 02/10/1994, natural de Fortaleza - CE, com endereço à Rua Paulo Henrique Cavalcante, 85, Vila Velha, CEP 60349-756, Fortaleza - CE**, por infração ao artigo 12 da lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), fato ocorrido no dia 23/09/2017, foi JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos declaratórios e, como consequência, declaro a sentença, nos moldes do art. 382 do CPP, para sanar qualquer obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão porventura detectadas pela defesa no sentido de analisar se cabível a multa mencionada e se o apenado faz jus às prerrogativas requestadas. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado.

CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 24 de janeiro de 2022.

Adriana Aguiar Magalhães
Juíza de Direito

EDITAIS DA 6ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0224585-92.2020.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto Qualificado**
Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Ivamar Pereira das Chagas**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Eduardo de Castro Neto, Juiz de Direito** da **6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) réu **IVAMAR PEREIRA DAS CHAGAS, brasileiro, Solteiro, servente, mãe Valdeglace Pereira das Chagas, Nascido/Nascida 29/03/1997, natural de Fortaleza - CE, Rua dos Navegantes, bloco 101, casa 42, Conjunto Vila do Mar, Alvaro Weyne, CEP 60335-195, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do Art. 155, "caput", c/c Art. 14, II, ambos do(a) CP, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Eduardo de Castro Neto
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0159707-32.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes de Trânsito**
Autor e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Acusado: **Elvis Arom dos Santos Teixeira**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Eduardo de Castro Neto, Juiz de Direito** da **6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) ELVIS AROM DOS SANTOS TEIXEIRA, brasileiro, Solteiro, Não Identificado, RG 2007963317-4, pai Antonio Elias Lemos Teixeira, mãe Vera Lucia Simplicio dos Santos, Nascido/Nascida 21/12/1997, natural de Fortaleza - CE, Rua Sao Domencio, 234, Sao Miguel (jurema), CEP 61640-250, Caucaia - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 306, CTB**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Eduardo de Castro Neto
Juiz de Direito

EDITAIS DA 7ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0789368-46.2014.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes do Sistema Nacional de Armas**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Crislayon Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Felipe Augusto Rola Pergentino Maia, Juiz de Direito** da **7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **CRISLAYON SILVA, brasileiro, Solteiro, mãe Francisca Maria Silva de Sousa, Nascido/Nascida 24/02/1992, natural de Fortaleza - CE, Rua 12, 455, Conjunto Governador Carlos Jereissati, Jardim das Oliveiras, CEP 60820-760, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 12 da Lei 10.826/03,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Felipe Augusto Rola Pergentino Maia
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0161539-66.2019.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Receptação e Crimes de Trânsito**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Renato Sérgio Saldanha de Lima**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Felipe Augusto Rola Pergentino Maia, Juiz de Direito** da **7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **RENATO SÉRGIO SALDANHA DE LIMA, brasileiro, Solteiro, RG 2002012042711, pai Ricardo Sergio Lopes de Lima, mãe Christine da Silva Saldanha, Nascido/Nascida 16/03/1990, natural de Fortaleza - CE, Rua Ivo Quevedo, 172, Instituto Refúgio, Loteamento dos Bandeirantes, CEP 61760-000, Aquiraz - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 180, caput, do Código Penal e 309 do Código de Trânsito Brasileiro**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Felipe Augusto Rola Pergentino Maia
Juiz de Direito

EDITAIS DA 8ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0145981-88.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Receptação**

Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **FRANCINILDO SILVA MACIEL e outro**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Henrique Jorge Granja de Castro, Juiz de Direito** da **8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) FRANCINILDO SILVA MACIEL, (Alcunha: Pé de bala), brasileiro, Solteiro, entregador, mãe Ana Marta Lopes da Silva, Nascido/Nascida 02/08/1999, natural de Fortaleza - CE, Rua Padre Cicero, 816 B, Planalto Ayrton Senna, CEP 60766-290, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, r **,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 19 de janeiro de 2022.

Henrique Jorge Granja de Castro
Juiz de Direito

EDITAIS DA 9ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **3000854-34.2019.8.06.0001**

Classe: **Inquérito Policial**
Assunto: **Resistência**
Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Autor do Fato: **Brenda da Costa Facundes**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **BRENDA DA COSTA FACUNDES, RG 20086370370, pai Gleison da Costa Facundes, mãe Antonia Gama Sombra, Nascido/Nascida 11/11/1999, natural de Fortaleza - CE, Rua Regina Brandao, 55, Cais do Porto, CEP 60180-432, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 331 do CPB,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 20 de janeiro de 2022.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0220290-12.2020.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto Qualificado e Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Vitória Mariano Araujo**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **VITÓRIA MARIANO ARAUJO, brasileira, Solteira, RG 20090078378, CPF 620.557.693-75, pai Cezinaldo de Jesus Araujo, mãe Mirian Amaral Mariano, Nascido/Nascida 19/08/2000, natural de Fortaleza - CE, Rua Vinte e Tres de Junho, 823, 8598511-3523, Jardim Uniao, CEP 60541-015, Fortaleza - CE**, como

incurso(a) nas sanções do **Art. 155, §4º, incs IV, do CPB, art.. 244-B do ECA C/C art. 70 DO CPB,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 20 de janeiro de 2022

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0164256-22.2017.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes de Trânsito**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Acusado: **Rodrigo França de Sousa**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **RODRIGO FRANÇA DE SOUSA, brasileiro, RG 20071519690, CPF 045.869.283-28, pai Antonio Marcos Dantas de Sousa, mãe Maria Edileusa França Sipriano, Nascido/Nascida 25/07/1996, Rua Governador Samoaio, 149, CENTRO, CEP 60055-050, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 306 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro ut art. 330 do Código Penal Brasileiro**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0138216-66.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto Qualificado**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Suerlan Mateus Rodrigues de Jesus**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **SUERLAN MATEUS RODRIGUES DE JESUS, brasileiro, Solteiro, RG 20086339928, CPF 615.889.093-60, mãe Nair Rodrigues de Jesus, Nascido/Nascida 04/04/1997, natural de Fortaleza - CE, Rua Desembargador Gomes Parente, 249, Parangaba, CEP 60720-550, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 155, §4º, II, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do

processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0176241-85.2017.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo Majorado**
Autoridade Policial e Ministério Público: **Policia Civil do Estado do Ceara e outro**
Acusado: **Jairo da Silva Monteiro**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) réu **JAIRO DA SILVA MONTEIRO, brasileiro, Solteiro, RG 99010142958SSPDSCE, pai Idelfonso Laureano Monteiro, mãe Maria Ivoneide Rodrigues da Silva, Nascido/Nascida 28/07/1981, natural de Fortaleza - CE, Rua Trilho, 1233, Casa B, Centro, CEP 60010-120, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do Art. 157, § 2º, I, do(a) CP, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAIS DA 11ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE15 DIAS)

Processo n.º: **0047891-50.2015.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes do Sistema Nacional de Armas e Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente**
Autoridade Policial e Ministério Público: **11º D.P. e outro**
Réu: **Everson da Silva Santos**

O(A) Dr.(a) **Sandra Elizabete Jorge Landim,** Juíza de Direito da **11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, o acusado Everson da Silva Santos, Rua São Joao Del Rei, 1599, Conjunto Alvorada - CEP 60833-285, Fortaleza-CE, nascido em 26/06/1994, brasileiro, natural de Fortaleza-CE, pai Francisco Cristiano Santos da Silva, mãe Francisca Simone da Silva Santos, fica intimado para recolher o valor correspondente à pena de multa aplicada, voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias.

Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Sandra Elizabete Jorge Landim
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE15 DIAS)

Processo n.º: **0766146-49.2014.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes do Sistema Nacional de Armas**

Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Francisco Edval dos Santos Filho**

O(A) Dr.(a) **Sandra Elizabete Jorge Landim,** Juíza de Direito da **11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, fica intimado o acusado Francisco Edval dos Santos Filho, filho de Francisco Edval dos Santos e Francisca das Chagas Gomes Barbosa, para recolher o valor correspondente à pena de multa que foi aplicada, voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias.

Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Sandra Elizabete Jorge Landim
Juíza de Direito

EDITAIS DA 13ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0026101-97.2021.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Desacato**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Acusado: **Everton Junior Cialdine**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz, Juíza de Direito** da **13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) réu **EVERTON JUNIOR CIALDINE, brasileiro, Solteiro, RG 20086810906SSPCE, CPF 616.834.113-74, mãe Ana Maria Cialdine, Nascido/Nascida 04/12/1995, natural de Morrinhos - CE, Rua Evilasio Almeida Miranda, 411, Sapiranga / Edson Queiroz, CEP 60833-302, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do Art. 331 do(a) CP, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0041801-94.2013.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Receptação**
Ministério Público: **Carlos Mauro Cabral Benevides e outro**
Réu: **Josenir Pia da Silva e outros**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz, Juíza de Direito** da **13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **JOSENIR PIA DA SILVA, brasileiro, Solteiro, pedreiro, pai Manoel Pia da Silva, mãe Francileide Martins da Silva, Nascido/Nascida 17/06/1979, natural de Aquiraz - CE, Rua Janete Aguiar, 80, Jangurussu, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 180, §1º, do Código Penal**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção

antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0041801-94.2013.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Receptação**
Ministério Público: **Carlos Mauro Cabral Benevides e outro**
Réu: **Josenir Pia da Silva e outros**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz, Juíza de Direito** da **13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **PAULO SÉRGIO DE ALBUQUERQUE FRANKLIN, brasileiro, Divorciado, comerciante, pai Candido Franklin do Nascimento, mãe Maria Carmisete de Albuquerque Franklin, Nascido/Nascida 08/06/1962, natural de Fortaleza - CE, Rua Silvino, 1100, Manuel Sátiro/Conjunto Esprança, Novo Mondubim, CEP 60764-045, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.**180, §1º, do Código Penal **,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0041801-94.2013.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Receptação**
Ministério Público: **Carlos Mauro Cabral Benevides e outro**
Réu: **Josenir Pia da Silva e outros**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz, Juíza de Direito** da **13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **RAPHAELL LIMA ALVES, brasileiro, Solteiro, comerciante, pai Wladimir Alves Lima, mãe Clarisse Silva Lima, Nascido/Nascida 28/05/1984, natural de Fortaleza - CE, Rua Cajazeiras, 501, Lagoa Redonda, CEP 60831-310, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 171, § 2º, inciso I, do Código Penal**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 24 de janeiro de 2022.

Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz
Juíza de Direito

VARAS DO JÚRI

EDITAIS DA 2ª VARA DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE TRINTA DIAS)

Processo n.º: **0037641-45.2021.8.06.0001**

Classe: **Alienação de Bens do Acusado**
Assunto: **Homicídio Qualificado**
Autoridade Poli: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
:

O(A) Dr.(a) **José Ronald Cavalcante Soares Júnior,** Juiz de Direito da **2ª Vara do Júri** por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento, para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestem sobre o Pedido de Alienação Antecipada de Bens Apreendidos, qual seja o bem móvel automóvel de placas OCE0C425, marca/modelo MOTO HONDA/CG 125 PRETA, apreendida em 11/11/2021, cientes que o silêncio e a inércia serão interpretados como ausência de interesse, ensejando, assim, a continuidade do procedimento de alienação antecipada.

Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2022.

José Ronald Cavalcante Soares Júnior
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0192365-46.2017.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal de Competência do Júri**
Assunto: **Homicídio Simples e Crimes contra a vida**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Antonio Iago da Silva e outros**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **José Ronald Cavalcante Soares Júnior, Juiz de Direito** da **2ª Vara do Júri** por nomeação legal.
Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) FLAVIO SILVA BARBOSA, (Alcunha: "PARA"), brasileiro, União Estável, Autonomo, RG 8214436SSPCE, CPF 137.338.654-13, mãe Francineide Silva Barbosa, Nascido/Nascida 25/12/1990, natural de Fortaleza - CE, Rua Deocleciano Cavalcante, 245, Aeroporto, CEP 60422-690, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 121, § 2º, incisos I, III e IV, c/c o art. 29 e art. 288, parágrafo único, todos do CP, e art. 244-B do ECA, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 12 de janeiro de 2022.

José Ronald Cavalcante Soares Júnior
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0159499-19.2016.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal de Competência do Júri**
Assunto: **Homicídio Privilegiado, Crime Tentado e Crimes do Sistema Nacional de Armas**
Autoridade Policial e Ministério Público: **Policia Civil do Estado do Ceara e outro**
Réu: **ALLAN PAULO CAETANO**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **José Ronald Cavalcante Soares Júnior, Juiz de Direito** da **2ª Vara do Júri** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) ALLAN PAULO CAETANO, brasileiro, Solteiro, Autonomo, RG 2002012031299SSPCE, pai Expedito Ideni Caetano, mãe Antonia Silvandira da Silva Paulo, Nascido/Nascida 21/05/1992, natural de Fortaleza - CE, Outros Dados: (85) 9 8884-6127, Rua Nossa Senhora de Fátima, 101, Casa 2, Alto da Balança, CEP 60851-380, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do ART. 121, § 2º, INCISOS II E IV, NOS MOLDES DO ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 14 DA LEI Nº 10.826/2003**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, **expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP).

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 14 de janeiro de 2022.

José Ronald Cavalcante Soares Júnior
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º:	**0996482-43.2000.8.06.0001**
Classe:	**Ação Penal de Competência do Júri**
Assunto:	**Homicídio Simples**
Vítima e Ministério Público:	**Francion Gomes da Silva e outro**
Réu:	**CLAUDIO EDUARDO ALMEIDA DE SOUSA**
Finalidade da Citação:	**Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **José Ronald Cavalcante Soares Júnior, Juiz de Direito** da **2ª Vara do Júri** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) CLAUDIO EDUARDO ALMEIDA DE SOUSA, (Alcunha: "Dabão"), brasileiro, Casado, Vendedor ambulante, pai NI, mãe Gloria Maria Almeida de Sousa, Nascido/Nascida 08/10/1974, natural de Fortaleza - CE, Rua Nereide, 1011, (85) 988114389, CEP 60540-685, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 121, § 2º, do Código Penal Brasileiro,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP).

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 19 de janeiro de 2022.

José Ronald Cavalcante Soares Júnior
Juiz de Direito

VARAS DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

EDITAIS DA 4ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Fortaleza
4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: 34928928, Fortaleza-CE - E-mail: for.4trafico@tjce.jus.brFortaleza

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º:0246908-91.2020.8.06.0001
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Autoridade Policial: Policia Civil do Estado do Ceará
Réu: Jonata Machado do Nascimento
Finalidade da Citação: Apresentação de resposta escrita à denúncia

O(A) Dr.(a) Jorge Di Ciero Miranda, Juiz da 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas por nomeação legal,

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) JONATA MACHADO DO NASCIMENTO, brasileiro, CPF 016.022.193-54, pai Jose Ronaldo Ferreira do Nascimento, mãe Maria Lenilda Machado do Nascimento, Nascido/Nascida 26/06/1984, natural de Aquiraz - CE, com endereço à Rua Prof. Almino, 412, Vila Cazumba, Cidade dos Funcionarios, CEP 60823-040, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do Art. 33, caput, da Lei 11.343/06, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

Fortaleza/CE, em 14 de janeiro de 2022.

Jorge Di Ciero Miranda
Juiz

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Fortaleza
4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: 34928928, Fortaleza-CE - E-mail: for.4trafico@tjce.jus.brFortaleza

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: 0209494-59.2020.8.06.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Autoridade Policial e Autor: Policia Civil do Estado do Ceará e outro
Autuado: Kawan Willan Teixeira de Almeida
Finalidade da Citação: Apresentação de resposta escrita à denúncia

O(A) Dr.(a) Jorge Di Ciero Miranda, Juiz da 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas por nomeação legal,

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) KAWAN WILLAN TEIXEIRA DE ALMEIDA, brasileiro, RG 20074355141SSPDSCE, CPF 621.132.903-24, pai Francisco das Chagas Nogueira de Almeida, mãe Francisca Elizangela Teixeira de Aquino, Nascido/Nascida 08/08/1998, natural de Fortaleza - CE, com endereço à Rua Professor Francisco Carlos, 1139, Sao Bento, CEP 60875-810, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do Art. 33, caput, da Lei 11.343/2006, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

Fortaleza/CE, em 19 de janeiro de 2022.

Jorge Di Ciero Miranda
Juiz

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Fortaleza
4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: 34928928, Fortaleza-CE - E-mail: for.4trafico@tjce.jus.brFortaleza

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: 0224819-74.2020.8.06.0001
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Ministério Público e Autoridade Policial: Ministério Público do Estado do Ceará e outros

Réu: Silvia Martins de Souza
Finalidade da Citação: Apresentação de resposta escrita à denúncia

O(A) Dr.(a) Jorge Di Ciero Miranda, Juiz da 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas por nomeação legal,

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) SILVIA MARTINS DE SOUZA, brasileira, Solteira, desempregada, RG 20080092336925, CPF 057.898.763-58, pai Geraldo Gomes de Souza, mãe Terezinha Alves Martins, Nascido/Nascida 26/07/1986, natural de Fortaleza - CE, com endereço à Rua Ne-02, 02, Quadra 26, bloco 05, 122, Apto 12 C, Araturi (jurema), CEP 61655-270, Caucaia - CE, como incurso(a) nas sanções do Art. 33, caput, da Lei 11.343/06 , nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Jorge Di Ciero Miranda
Juiz

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EDITAIS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0279453-83.2021.8.06.0001
Apensos:
Classe: Autorização judicial
Assunto: Viagem ao Exterior
Requerente: Angélica Bispo dos Santos e outro
Requerido: Rafael Alves dos Santos
A Dra. Alda Maria Holanda Leite, Juíza de Direito da 3ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou o seu conhecimento deva pertencer, que perante este Juízo tramita a Ação de Autorização de Viagem, tendo a MMa. Juíza determinado a expedição do presente Edital de Citação, pelo qual fica CITADO(A), haja vista se encontrar em lugar incerto e não sabido, o Sr. RÃFAEL ALVES DOS SANTOS, acerca dos fatos articulados na inicial, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15(quinze) dias, indicando as provas que pretende produzir, oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos contra a referida ação. Não sendo contestada a ação no prazo legal serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela autora, sob pena de revelia (art. 344, do CPC), advertindo-se que em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado Curador Especial (art. 257, inciso IV, do CPC).

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0256074-16.2021.8.06.0001
Apensos:
Classe: Guarda de Infância e Juventude
Assunto: Guarda
Requerente: Maria Auzeneide Paz da Silva Santos
Requerido: Jessiane Madalena Silva Santos
A Dra. Alda Maria Holanda Leite, Juíza de Direito da 3ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou o seu conhecimento deva pertencer, que perante este Juízo tramita a Ação de Guarda, tendo a MMa. Juíza determinado a expedição do presente Edital de Citação, pelo qual fica CITADO(A), haja vista se encontrar em lugar incerto e não sabido, JESSIANE MADALENA SILVA SANTOS, acerca dos fatos articulados na inicial, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 dias, indicando as provas que pretende produzir, oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos contra a referidaação. Não sendo contestada a ação no prazo legal serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela autora, sob pena de revelia (art. 344, do CPC), advertindo-se que em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado Curador Especial (art. 257, inciso IV, do CPC).

COMARCAS DO INTERIOR

EDITAIS, EXPEDIENTES E AVISOS

COMARCA DE ACARAPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ACARAPE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2022
ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371/CE) - Processo 0000115-44.2013.8.06.0027 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Fornecedora de Maquinas e Equipamentos Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho com VISTA/CIÊNCIA para a parte Exequente por meio de seu Advogado, ficando INTIMADO do DESPACHO de fls.108, tomando conhecimento de todo teor da CERTIDÃO de fls.107 para, querendo requerer o que lhe for de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

COMARCA DE ACARAÚ - 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO ANA CELINA MONTE STUDART GURGEL CARNEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FATIMA LOUZADA ROCHA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022
ADV: JÉSSICA MARIA RODRIGUES DE LIMA (OAB 39292/CE) - Processo 0050030-78.2021.8.06.0028 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: HUMBERTO HONORIO DO CARMO ALMEIDA - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 (DJ-e 16/02/2021, pág. 33 a 199), emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, e por determinação deste Juízo, foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/02/2022 às 10:30h. Dessa forma, seguem os autos para expedientes de audiência. A presente audiência ocorrerá de forma híbrida ou através de videoconferência, utilizando plataforma do MICROSOFT TEAMS, com o escopo de evitar a proliferação da COVID-19. Para participar da audiência, deverão as partes, testemunhas e seus respectivos representantes, acessar a sala virtual de audiências desta Unidade, no dia e hora mencionados pelo link: https://link.tjce.jus.br/249477

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO ANA CELINA MONTE STUDART GURGEL CARNEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FATIMA LOUZADA ROCHA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022
ADV: JULIO BERNARDINO DA SILVA NETO (OAB 31726/CE) - Processo 0050081-69.2021.8.06.0067 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ANTÔNIO VANDERLINO REBOUÇAS - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido consubstanciado na denúncia, para o fim de CONDENAR o réu ANTÔNIO VANDERLINO REBOUÇAS nas tenazes do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 e art. 12 da Lei nº 10.826/06, em concurso material.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO ANA CELINA MONTE STUDART GURGEL CARNEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FATIMA LOUZADA ROCHA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022
ADV: JULIO BERNARDINO DA SILVA NETO (OAB 31726/CE) - Processo 0050194-77.2020.8.06.0028 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: JOSE GLEISON DE LIMA REBOLÇAS - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 (DJ-e 16/02/2021, pág. 33 a 199), emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, e por determinação deste Juízo, foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/02/2022 às 09:30h. Dessa forma, seguem os autos para expedientes de audiência. Seguindo orientação da Resolução nº 14/2020, (DJE de 13/08/2020), bem como da Resolução nº 20/2020, do TJCE, (Dje de 15/10/2020), a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, utilizando plataforma do MICROSOFT TEAMS, com o escopo de evitar a proliferação da COVID-19. Para participar da audiência, deverão as partes, testemunhas e seus respectivos representantes, acessar a sala virtual de audiências desta Unidade, no dia e hora mencionados pelo link: https://link.tjce.jus.br/f0f1f4

COMARCA DE ACARAÚ - 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0044/2022
ADV: HERCULES BELARMINO JUNIOR (OAB 16496/CE), ADV: CHRISTIANNE NOEMY BELARMINO DE VASCONCELOS (OAB 22139/CE), ADV: JOSE MARCUS DE ARAUJO SOARES (OAB 10780-0/CE) - Processo 0000681-97.2007.8.06.0028 - Execução Fiscal - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUIDO: Infrapesca Industria de Frios e Pesca Ltda - Ante o exposto, tendo operado aprescriçãointercorrentesob o título sub judice, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, V, do NCPC c/c art. 40 da LEF.
ADV: RAIMUNDO NONATO ARAUJO (OAB 11410/CE), ADV: MOISES CASTELO DE MENDONCA (OAB 9340/CE) - Processo 0000703-24.2008.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Manoel Simao do Nascimento - A teor do Provimento nº 02/2021/CGJCE, datado de 18.01.2021, da lavra do Desembargador Teodoro Silva Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, publicado no DJ/CE de 18.01.2021 (Caderno 1, fl.

13/14). Em obediência ao despacho de fls. 146, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0009065-34.2016.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Elvira da Silva - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Ante essas considerações, ACOLHO os embargos declaratórios para suprir a omissão e Extingo o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil, ante a prescrição.

ADV: ANA CAROLINA REMIGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: AURISTÂNIO EMANOEL SILVEIRA DE SOUZA (OAB 33551/CE) - Processo 0009191-50.2017.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dimas Kelven Araujo Souza - REQUERIDO: ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA. e outro - Logo, não vislumbro qualquer dos vícios que ensejam a interposição de embargos de declaração, previstos no art. 1.022 do CPC, razão pela qual nego provimento aos presentes embargos.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS) - Processo 0009337-28.2016.8.06.0028 - Cumprimento de sentença - Empréstimo consignado - REQUERENTE: RITA ALVES DOS SANTOS SILVA - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Intimem o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

ADV: MARCOS RIGONY MENEZES COSTA (OAB 12659/CE) - Processo 0050015-80.2019.8.06.0028 - Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXECUTADO: Jose Teotonio de Menezes Filho - Ante o exposto, considerando a vontade expressa em não dar continuidade ao processo, HOMOLOGO a desistência autoral e, por conseguinte, EXTINGO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, isto com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

ADV: MARCOS RIGONY MENEZES COSTA (OAB 12659/CE) - Processo 0050080-41.2020.8.06.0028 - Embargos à Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EMBARGANTE: Jose Teotonio de Menezes Filho - Ante o exposto, determino a EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil.

ADV: ANTONIO DONATO ARAÚJO (OAB 33134/CE) - Processo 0200044-40.2022.8.06.0028 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: E.P.V. - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para juntar procuração, bem como informar contato telefônico para fins de intimação pessoal, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: RONIZIA AUREA DE VASCONCELOS (OAB 24162/CE) - Processo 0200051-32.2022.8.06.0028 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Lindalva Ferreira Barros e outros - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar contatos telefônicos para fins de intimação pessoal, bem como juntar aos autos declaração autenticada informando que não existem outros herdeiros e bens deixados pelo de cujus, sob pena de indeferimento.

ADV: PAULO CAIO MEDEIROS DE MELO (OAB 40860/CE) - Processo 0200054-84.2022.8.06.0028 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.L.S.N. - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para incluir no polo passivo da demanda o genitor das menores, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.

ADV: ANDRESA CECÍLIA MUNIZ (OAB 34885/CE) - Processo 0200055-69.2022.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Caio Giffoni Ferreira Gomes - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para informar contato telefônico para fins de intimação pessoal, juntar comprovante de endereço em seu nome ou comprovar a relação com a pessoa indicada à pág. 09, bem como recolher as custas processuais ou comprovar a impossibilidade de fazê-lo com a juntada de declaração de IRPF do último exercício, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.

EDITAL DE CURATELA
(Prazo 20 dias)

Justiça Gratuita
Processo nº 0000871-40.2019.8.06.0028

1ª Publicação

A MM. Juíza de Direito, respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Acaraú/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA**, brasileira, convivente em união estável, natural de Acaraú-CE, nascida aos 13-04-1966, portadora do RG nº 2008536224-1 SSPDS-CE, inscrita no CPF sob o nº 669.716.403-49, filha de Francisco Ferreira da Silva e Maria Veriato Neta, residente e domiciliada na Rua Santo Antônio, nº 106, bairro Outra Banda, neste município e comarca de Acaraú-CE, que é portadora de doença mental grave, CID 10 F-20. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. **JOSE AIRTON DO NASCIMENTO FILHO**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Acaraú-CE, nascido aos 27-11-1984, portador do RG nº 2007080265-8 SSPDS-CE, inscrito no CPF sob o nº 048.085.423-82, residente e domiciliado na Rua Santo Antônio, nº 106, bairro Outra Banda, neste município e comarca de Acaraú-CE , CURADOR DEFINITIVO da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 6 de setembro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...Destarte, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na inicial, para declarar a interdição de MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, , conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive possibilitando ao curador o levantamento e percebimento de valores respectivos aos benefícios previdenciários do interditando. Nomeio como curadora, para os atos acima descritos, o filho do Interditando JOSE AIRTON DO NASCIMENTO FILHO, Conforme Art. 1.012, §1º, VI, do Novo Código de Processo Civil, a presente sentença produz efeitos imediatamente após a sua publicação. Anote-se no registro de pessoas

naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devendo permanecer por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme acima disposto e nos termos do artigo 755, §3o do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Lavre-se o respectivo termo. Diligências necessárias. Ciência ao Ministério Público. Acaraú/CE, 06 de setembro de 2021. Thales Pimentel Saboia Juiz de Direito". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Acaraú/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Eu, FRANCISCO EUDASIO FONTINELES, Auxiliar Judiciário, mat. 4073, o digitei.

Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro
Juíza de Direito
(Respondendo)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2022
ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0007331-82.2015.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S. A - Considerando que o Código de Processo Civil vigente prevê que o juízo de admissibilidade será exercido pelo juízo ad quem, intime-se a parte recorrida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta ao recurso de apelação, conforme art. 332, §4º e art. 1.010, §1º do CPC. Em seguida, apresentado ou não a resposta acima, encaminhem-se os autos ao Tribunal de Justiça com as homenagens de estilo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO ANA CELINA MONTE STUDART GURGEL CARNEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NAZARENO PEREIRA MARQUES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022
ADV: MARCOS RIGONY MENEZES COSTA (OAB 12659/CE) - Processo 0000541-92.2009.8.06.0028 - Execução Fiscal - Contribuições Sociais - EXEQUENTE: A Uniao - EXECUTADO: Acquasystem Brasil Ltda - Considerando que o Código de Processo Civil vigente prevê que o juízo de admissibilidade será exercido pelo juízo ad quem, intime-se a parte recorrida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta ao recurso de apelação, conforme art. 332, §4º e art. 1.010, §1º do CPC. Em seguida, apresentado ou não a resposta acima, encaminhem-se os autos ao Tribunal de Justiça com as homenagens de estilo.
ADV: PERICLES MAIA DE FIGUEIREDO (OAB 7631/CE) - Processo 0005228-30.2000.8.06.0028 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Liquidação - REQUERENTE: Fortpel. Cmc. Fornecedora de Pecas e Acess. P/veiculos Ltda - REQUERIDO: Bom Pesca Comercio de Materiais de Pesca Ltda - Intime-se o Administrador judicial nomeado para apresentar, no prazo de 40 (quarenta) dias, o relatório sobre as causas e circunstâncias que conduziram a situação de falência. Após, abra-se vista ao Ministério Público.
ADV: JOYCE LIMA MARCONI GURGEL (OAB 10591/CE), ADV: ADENAUER MOREIRA (OAB 16029A/CE) - Processo 0007326-65.2012.8.06.0028 - Imissão na Posse - Posse - REQUERENTE: Nova Eolica Garça S/A - Intime-se o AUTOR para que se manifeste sobre a certidão retro em dez dias.

COMARCA DE ACOPIARA - 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA
JUIZ(A) DE DIREITO KARLA CRISTINA DE OLIVEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022
ADV: VLÁDIA DE SOUSA FERREIRA (OAB 28884/CE) - Processo 0000349-35.2004.8.06.0029 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Francisco Medeiros da Silva Silva e outros - INTIMO a advogada do acusado Francisco Medeiros da Silva para juntar a competente procuração outorgada pelo mesmo.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA
JUIZ(A) DE DIREITO KARLA CRISTINA DE OLIVEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022
ADV: MOISES DO VALE SOUZA (OAB 30800/CE) - Processo 0010002-31.2022.8.06.0029 (processo principal 0052519-85.2021.8.06.0029) - Relaxamento de Prisão - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MASSA FALIDA: Antonio Marcos Alves - Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva c/c requerimentos diversos pleiteado pela defesa de ANTONIO MARCOS ALVES. Narra o requerimento, em suma, que o cumprimento do mandado de busca e apreensão domiciliar que culminou na prisão em flagrante do acusado reveste-se de ilegalidade ante sua execução em horário anterior às 06h00min, a saber, 05h40min. No mesmo sentido, sustenta a ausência de comprovação da voluntariedade do consentimento do promovente para ingresso dos agentes em sua residência. Assevera a inexistência de materialidade quanto ao delito de tráfico de drogas, que não estão presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar e salienta o fato de o réu ostentar condições pessoais favoráveis, como residência fixa. Instado a se manifestar, a representante do Ministério Público pugnou pelo indeferimento do pedido, nos termos do parecer de págs. 19/24. É o essencial a relatar. Passo a decidir. Conforme cediço, há dois elementos

essenciais que norteiam a decretação da prisão preventiva: o fumus comissi delicti e o periculum libertatis, que podem ser sintetizados, quanto ao primeiro, na prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria e, no que toca ao segundo, na urgência e necessidade de manter o aprisionamento, em virtude de risco concreto pela eventual liberdade do réu. Somam-se a esse núcleo fundamental as hipóteses previstas na legislação, notadamente no art. 312 do CPP, que indica situações de perigo concreto da liberdade. Com efeito, é sabido que a prisão preventiva é medida excepcional, aplicável apenas quando medidas cautelares diversas da prisão não sejam suficientes e adequadas ao caso e, ademais, estejam presentes os pressupostos legais que justifiquem a segregação provisória. Nessa linha, o decreto prisional ora atacado foi fundamentado em dados concretos da situação fática com vistas à garantia da ordem pública, uma vez que os agentes policiais, em cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar concernentes a crime de tortura envolvendo o tráfico de drogas neste município, efetuou a prisão em flagrante do requerente após a apreensão de R$162,50 (cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em espécie, sacos de dindin (saco plástico), assim como realizou a apreensão e localizou conversas relacionadas à traficância no aparelho celular pertencente à companheira do acusado. Com efeito, consoante informações apresentadas nos autos da representação de n. 0052214-04.2021.8.06.0029 (págs. 36 e 77/78), a residência na qual foi cumprido o referido mandamus se trata de potencial local de comercialização de entorpecentes, com intensa movimentação de pessoas (págs. 06/10 da ação penal n. 0052519-85.2021.8.06.0029) e frequentada pelo representado Adriano Belo da Silva, conhecido como Zolinha, que encontra-se preso cautelarmente nos autos de n. 0052758-89.2021.8.06.0029 por suposta prática de crime de tortura, como já mencionado, relacionado à traficância. As conversas localizadas no aparelho celular da esposa do requerente, Antônia Taís, supostamente direcionada ao casal e encaminhada por pessoa não identificada, mas possivelmente por um chefe do tráfico de drogas local, possuem o seguinte teor, conforme transcrição do relatório de págs. 30/34 e da decisão de págs. 90/95 do processo principal, senão, vejamos:() ali nos Colchetes ali também ali não é coisa de vocês mandar uma remessa pra lá. Pra aquele pessoal do Colchetes ali pode ficar mandando de duas, porque lá o pessoal vende mesmo, porra. Porque na hora que todo dinheiro que vocês pega lá, eles me avisa aqui, eles diz na hora que vocês, o que sai de lá, tudo que sai e o que entra eles me diz, entendeu. Eu vejo lá e acompanho o movimento (). Tais elementos apontam, pois, para a comprovação da materialidade, assim como a participação do acusado na ação criminosa descrita na peça acusatória. A propósito, no que tange à alegada ausência de materialidade quanto ao crime de tráfico de drogas, não se desconhece que os procedimentos relacionados ao delito em comento são deflagrados após a apreensão de substância entorpecente, todavia, conforme precedente do Superior Tribunal de Justiça, a não localização de drogas não é capaz de causar a atipicidade da conduta, desde que documentadas demais informações que apontem para a existência da conduta delituosa, senão, vejamos: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ROUBO MAJORADO. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA. ABSOLVIÇÃO. NÃO CABIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO INCONTROVERSO. MATÉRIA DE PROVA. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DE MAJORANTES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. A impetração de habeas corpus após o trânsito em julgado da condenação e com a finalidade de reconhecimento de eventual ilegalidade na colheita de provas é indevida e tem feições de revisão criminal. 2. Ocorrendo o trânsito em julgado de decisão condenatória nas instâncias de origem, não é dado à parte optar pela impetração de writ no STJ, cuja competência prevista no art. 105, I, e, da Constituição Federal restringe-se ao processamento e julgamento de revisões criminais de seus próprios julgados. 3. É inviável em habeas corpus apreciar alegações referentes à absolvição da prática do crime de tráfico de entorpecentes se as instâncias ordinárias consideraram incontroversas a materialidade e a autoria do delito com base na análise do acervo probatório e de modo fundamentado. 4. A não apreensão de droga não torna a conduta atípica se houver outros elementos aptos a comprovar o crime de tráfico. 5. A incidência das majorantes previstas nos incisos I a VII do art. 40 da Lei n. 11.343/2006, que poderão aumentar a pena de 1/6 a 2/3 quando aplicadas em fração superior à mínima, exige que o julgador, com base nas circunstâncias fáticas do delito, utilize fundamentação concreta e idônea para justificar a majoração da reprimenda. 6. Agravo regimental parcialmente provido. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para reduzir a majorante a 1/6, redimensionando-se a pena final para 20 anos, 9 meses e 24 dias de reclusão e 1.947 dias-multa. (AgRg no HC 678.364/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 10/08/2021, DJe 13/08/2021) Nesse ínterim, a conjuntura até então delineada, repiso, a apreensão de dinheiro trocado cuja proveniência não restou assentada, de sacos plásticos sem constatação da produção de dindins, a conversa localizada no aparelho celular apreendido, assim como as informações referentes à movimentação de pessoas e suposta comercialização de entorpecentes, satisfazem os elementos probatórios mínimos de autoria e materialidade delitiva nos termos do art. 41 do CPP e obstam, por consequência, o pretendido trancamento da ação penal respectiva. Sobre a tese defensiva de ilegalidade em razão do cumprimento de mandado de busca e apreensão em horário anterior às 06h00min, verifico que não assiste razão ao requerimento consoante ilustrado pela representante do Ministério Público em seu parecer. Nessa linha, o art. 22, III, da Lei n. 13.869/2019, estipula horário para cumprimento de mandados de busca e apreensão sem que configure crime de abuso de autoridade. No caso em tablado, a medida foi executada no período compreendido na referida lei, pelo que não reconheço a aventada ilegalidade. Nesse mister, calha colacionar decisão proferida no âmbito da Suprema Corte: Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada por Max Elias da Silva Araújo, com fundamento no artigo 103-A, § 3º, da Constituição da República, no artigo 988, inciso III, do Código de Processo Civil e nos artigos 156 a 162 do Regimento Interno desta Suprema Corte. Aponta como autoridade reclamada o Juízo de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Rio Branco, por violação ao julgado no RE n. 603.616/RO. Consta dos autos que foi instaurado um procedimento investigatório (Inquérito nº. 33/2019) a fim de apurar possível cometimento do delito de organização criminosa e de coação de testemunha. O reclamante alega que em decisão proferida no dia 20.05.2019, o Juízo reclamado determinou busca e apreensão em seu desfavor nos autos da Representação Policial nº 0004447-63.2019.8.01.0001/AC. Afirma que o mandado foi cumprido às 05h50min do dia 17/07/2020, ou seja, em período noturno e mediante o arrombamento da porta da residência. Aduz que a busca e apreensão ocorreu de forma ilícita, através da invasão domiciliar em horário considerado como noturno, ou seja, antes das 06h00, dessa forma, sendo tornada a Busca e Apreensão Judicial totalmente ilícita, bem como as provas aferidas por meio dela, as quais foram utilizadas em desfavor do RECLAMANTE. (eDOC 1, p. 16). Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do Mandado de Busca e Apreensão efetuado nos Autos 0004447-63.2019.8.01.0001 e posteriormente do trâmite da Ação Penal n.º 0004169-62.2019.8.01.0001. No mérito, requer seja reconhecida a ilegalidade do ato e, consequentemente, a ilegalidade das provas. (eDOC 1). Solicitei informações à autoridade coatora (eDOC 9), as quais foram prestadas (eDOC 17). Abri vista dos autos à Procuradoria-Geral da República (eDOC 21), que apresentou parecer. (eDOC 23). O reclamante apresentou nova petição acrescentando informações e reiterando o pedido inicial. (eDOC 25). É o relatório. Passo a decidir. () Por fim, vale ressaltar que a nova Lei de Abuso de Autoridade citada pelo reclamante determina que incorre em pena quem cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas). Portanto, em uma análise preliminar, nos limites do óbice formal verificado nesta via, não verifico ilegalidade manifesta. Desse modo, sendo a reclamação meio inadequado para veicular as teses da defesa, elas deverão ser analisadas pelas vias

próprias conforme as regras de competência pertinentes. Ante o exposto, forte no art. 21, § 1º, do RISTF, nego seguimento à presente reclamação. Publique-se. Brasília, 4 de novembro de 2020. Ministro Gilmar Mendes Relator Documento assinado digitalmente (STF - Rcl: 43769 AC 0104417-17.2020.1.00.0000, Relator: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 04/11/2020, Data de Publicação: 06/11/2020) Na mesma linha, também não constato ilegalidade no que se refere à ausência de comprovação de voluntariedade do consentimento do requerimento para a entrada na residência. Com a devida vênia aos argumentos expedidos no presente petitório, compulsando os autos não verifico afronta ao procedimento constante dos artigos 240 a 250 do CPP, tão menos considerando que a comprovação de consentimento, no termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, se relaciona às hipóteses de ingresso na residência sem mandado judicial, o que, de acordo com o já explanado, não é o caso dos autos. Não se aspira, de forma alguma, adentrar no mérito e nos desdobramentos jurídicos do caso, contudo, a narrativa ora deduzida não é suficiente para infirmar o decreto preventivo exarado, uma vez que não foi apresentada nova situação fática capaz de modificar o entendimento até então reverberado. Demais disso, creio que, em liberdade, há sério risco de que o acusado volte a delinquir, sendo a manutenção da prisão imprescindível para a garantia da ordem pública, ante o risco concreto de reiteração delitiva por parte do réu, tendo em vista que o acusado possui a guia de execução penal em trâmite na 1ª Vara de Execução Penal de Fortaleza (0018208-44.2016.8.06.0029 crimes de roubo), denotando que, ao invés de abandonar a prática ilícita, o réu persiste na transgressão da norma penal incriminadora. Noutro viés, importa esclarecer que o fato de o paciente possuir condições pessoais favoráveis elencadas, com, por exemplo, residência fixa, por si só, não impede o decreto da prisão provisória, consoante tem sufragado a jurisprudência corrente do STF e do STJ (RT 670/359, 753/570; JSTJ 2/267), pois estas condições devem ser analisadas em conjunto com os demais elementos constantes dos autos, o que, consoante acima explanado, não se mostra suficiente ao pleito liberatório. Pela exposição de motivos, repiso que a restrição à liberdade do réu foi determinada por este Juízo com base em dados concretos, pois agir de forma contrária implicaria na insegurança objetiva de outras pessoas, com sérios reflexos no seio da própria comunidade, ao passo que não restou demonstrado pelo requerente a insubsistência dos fatos e fundamentos que deram azo à decretação da prisão preventiva. Outrossim, verifico que é incabível, in casu, a substituição da prisão do paciente por alguma outra medida cautelar, conforme disposto no artigo 282, §6º do Código de Processo Penal, pois, além de estarem presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, a gravidade do crime e as circunstâncias em que foi praticado demonstram a inadequação de tais medidas ao caso concreto. Ante o exposto, considerando que persistem os fundamentos ensejadores do aprisionamento elencados no art. 312 do CPP e consubstanciados na fumaça da existência do delito e no perigo concreto da liberdade do requerente à garantia da ordem pública, bem como na ausência de novos elementos capazes de modificar o quadro fático, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA FORMULADO POR ANTONIO MARCOS ALVES. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, junte-se cópia desta decisão nos autos principais. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA
JUIZ(A) DE DIREITO KARLA CRISTINA DE OLIVEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: ALANNE NAYARA FERNANDES MARTINS (OAB 36773/CE), ADV: JEFERSON LIMA DE MATOS (OAB 42203/CE) - Processo 0002204-58.2018.8.06.0029 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: José Nilderlan Silva Trajano (“DELO”) e outros - Recebo, em seus singulares efeitos (CPP, art. 597), o recurso interposto à pág. 135, posto ser tempestivo. Considerando que o apelante manifestou o interesse em apresentar razões na instância superior (art. 600, §4º, do CPP), assim como considerando a existência de um réu que não foi julgado e de outro que ainda pende sua intimação da sentença condenatória, intime-se a defesa de José Nilderlan Silva Trajano para promover o traslado dos autos e a remessa do recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no prazo máximo de 30 dias, conforme determina o art. 601, §1º, do CPP. Abra-se vista ao Ministério Público para manifestação acerca do andamento da ação penal em relação ao acusado Jailson Pereira dos Santos, bem como acerca da certidão de pág. 147. Intime-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA
JUIZ(A) DE DIREITO KARLA CRISTINA DE OLIVEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: ANTONIA MILDA NORONHA EVANGELISTA (OAB 24619/CE) - Processo 0051852-36.2020.8.06.0029 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERIDO: J.J.C.G. - Cuidam os autos de requerimento de medidas protetivas encaminhado pela Autoridade Policial, com ratificação da vítima Nayara Franklin da Silva, com base na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em virtude de comportamento agressivo por parte de José Junior Cavalcante Guedes, com quem mantivera uma relação amorosa. Em caráter liminar, restaram deferidas as medidas protetivas a fim de determinar que o agressor José Junior Cavalcante Guedes: 1) Afaste-se do lar conjugal e mantenha-se a uma distância mínima de 100 (cem metros) em relação a ofendida; 2) se abstenha de entrar em contato com a ofendida por quaisquer meios de comunicação, tais como telefone, internet, correspondência, dentre outros (art. 22, III, ‘b’, da Lei nº 11.340/2006), conforme se desprende da decisão de página 09/11. Devidamente citado (pág. 17), o suposto agressor apresentou defesa no prazo determinado (págs.25/27), na qual afirma que o alegado pela requerente não condiz com a verdade dos fatos. O requerido afirma que Nayara foi para a casa dos pais, mantendo contato diariamente com ele, requerendo subsídios para ela e para sua filha, sendo prontamente atendido por este. O requerido alega que cumpriu todos os pedidos, inclusive por solicitação da autora comprou um celular e que mesmo tendo pedido uma medida protetiva a requerente continuou ligando para ele. Que jamais agrediu a requerente, que nunca a ameaçou e que sempre tiveram convivência harmoniosa. Inclusive afirmou em sua defesa que, depois que tomou conhecimento da medida protetiva não atendeu mais as ligações de Nayara. A seu turno, o Ministério Público opinou pela manutenção das medidas enquanto persistir a situação de risco que ensejou seu deferimento. É o relatório. Decido. De início, verifico que o presente processo se encontra pronto para julgamento dispensando a realização de provas. O julgamento antecipado do processo, na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil de 2015 é, portanto, medida que se impõe, tendo em vista que no presente processo só há questões de fato que são suficientes para o convencimento de juiz. Nessa senda, anuncio o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do mesmo diploma. Ato contínuo cumpre asseverar que, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, as medidas protetivas de urgência da Lei 11.340/2006 podem

ser aplicadas em ação cautelar cível satisfativa, independentemente da existência de inquérito policial ou processo criminal contra o suposto agressor. Vejamos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido. (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 07/04/2014). As medidas protetivas de urgência previstas na Lei n° 11.340/2006 possuem a natureza jurídica de medidas provisionais, ou seja, são medidas de cunho satisfativo e que devem ser processadas, com algumas adaptações, à luz do procedimento cautelar, descrito nos artigos 305 a 309 do CPC. Dessa forma, por não serem instrumentos para assegurar processos já que dotadas de cunho satisfativo , as medidas protetivas não dispõem de caráter temporário, não sendo necessário, assim, a vítima ingressar com ação principal no prazo de 30 dias. Nesse sentido é a doutrina A lei Maria da penha prevê a possibilidade de concessão, em favor da mulher que se alegue vítima de violência doméstica ou familiar, de medidas provisionais, dando-lhes, porém, o nome de medidas protetivas de urgência. A natureza jurídica, no entanto, como já anunciado, é a mesma: providências de conteúdo satisfativo, concedidas em procedimento simplificado, relacionadas à parte do conflito (no caso, do conflito familiar e doméstico). Em razão disso, muitas das características do antigo modelo de tutela provisional foram repetidas: a) possibilidade de obtenção de medida liminar (art. 19, § 1º, lei federal n. 11.340/2006); b) fungibilidade (art. 19, § 2º, lei federal n. 11.340/2006); c) a ação para a obtenção da medida protetiva de urgência, por ser satisfativa, é apta à produção da coisa julgada material e dispensa o ajuizamento da ação principal em trinta dias. Ademais, é importante esclarecer que o pedido de medidas protetivas não pode ser confundido com o inquérito policial, que deverá ser obrigatoriamente instaurado pela autoridade policial, se presentes os requisitos legais do artigo 12, VII, da Lei 11.340/2006. No caso dos autos, foram fixadas liminarmente as medidas protetivas requeridas em sede policial. Em que pese as alegações apresentadas pelo requerido, constato que não foram apresentadas provas que possam corroborar com as afirmações apresentadas, indo de encontro as declarações da vítima. Ressalte-se que, conforme magistério jurisprudencial, em se tratando de violência doméstica no âmbito familiar contra a mulher, geralmente marcada pela clandestinidade, a palavra da vítima possui fundamental relevância. Nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça: Em se tratando de casos de violência doméstica em âmbito familiar contra a mulher, a palavra da vítima ganha especial relevo para o deferimento de medida protetiva de urgência, porquanto tais delitos são praticados, em regra, na esfera da convivência íntima e em situação de vulnerabilidade, sem que sejam presenciados por outras pessoas. (RHC 34.035/AL, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 05/11/2013, DJe 25/11/2013). Por conseguinte, a negativa das medidas buscadas no feito poderia obstar a preservação da integridade da vítima, em nítido confronto com a finalidade da norma de proteção. De fato, a desigualdade material entre os gêneros já foi abalizada pelo legislador e chancelada pela Suprema Corte, competindo ao Poder Judiciário efetivar o acautelamento da parte vulnerável da relação, como imperativo de Justiça. Há necessidade, portanto, de se resguardar imediatamente a integridade física e psicológica da vítima, que se sente em risco e ameaçada pela atitude agressiva de seu ex-companheiro, garantindo-lhe a proteção do Estado. Assim, entendo que devem ser mantidas as medidas decretadas. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, resolvendo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para ratificar as medidas protetivas anteriormente decretadas, fixando, porém, prazo máximo de 06 (seis) meses de vigência, a contar da intimação da vítima acerca desta sentença; período este em que a parte autora, se entender necessário, poderá apresentar novo requerimento de fixação de medidas protetivas. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública, na inteligência do art 18, II da Lei n° 11.340/2006. Sem custas e sem honorários. P.R.I Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas. Expedientes necessários.

COMARCA DE ACOPIARA - 2ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: CAMYLLA VICTÓRIA DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 40520/CE), ADV: JOSE IDEMARIO TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5836/CE) - Processo 0000092-44.2000.8.06.0063 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Osmarina Gonçalves Noronha Monteiro - Vistos hoje. Defiro o pedido de páginas 259/260. Desarquive-se o processo. Expeça-se o alvará requestado autorizando a requerente Osmarina Gonçalves Noronha Monteiro, a receber, junto à Caixa Econômica Federal, a quantia aí depositada, referente ao RPV nº 2805850-CE. Após, retornem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: PAULA MENDONÇA ALEXANDRE DE FREITAS (OAB 24038/CE) - Processo 0000269-46.2019.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - REQUERENTE: Francisca Leite Souza Cabral - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a credora para se manifestar acerca da Impugnação de páginas 199-203, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 768A/RN) - Processo 0002142-18.2018.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Uchoa de Lima - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Ante essas considerações, julgo improcedente o pedido inicial, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Còdigo de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios no valor de 10% do valor da causa, ficando suspensa em razão da justiça gratuita outrora deferida. Por fim, condeno a parte autora, de ofício, nos termos do art. 81, do Código de Processo Civil, ao pagamento de 2% do valor da causa, em razão da evidente litigância de má-fé, nos termos do art. 80, inc. I, II e III, do Código de Processo Civil. Isto porque, após a juntada de documentos, verifica-se, claramente, que a parte demandante litigou em juízo alterando a verdade dos fatos ao informar que não realizou a contratação buscando, na mesma tocada, objetivo ilícito consistente no

recebimento indevido de indenização. Saliento ainda que, nos termos do art. 96, do Código de processo Civil o valor da multa deve ser revertido à parte ré e que o benefício da justiça gratuita não exime, segundo o parágrafo 4º, do art. 98, do Código de Processo Civil, a parte condenada da obrigação de pagar. Ressalto que o não pagamento pode acarretar na inscrição do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, nos termos do §3º, do art. 782, do Código de Processo Civil. Por fim, determino a expedição de ofício direcionado à Delegacia de Polícia Civil de Acopiara, munido de cópia integral dos presentes autos, para que apure a eventual ocorrência de crimes relacionado aos fatos delineados no feito em relevo. P.R.I. Expedientes necessários.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE) - Processo 0003454-92.2019.8.06.0029 - Petição Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S.A. - O presente feito foi iniciado pela parte autora ao utilizar a faculdade estampada no §12º, do art. 3º, do Dec. Lei nº. 911. Assim, em atendimento ao pleito de página 52, determino a remessa de cópia integral do presente feito ao juízo onde tramita o processo de origem. Cumprida a determinação acima, arquivem-se os autos.

ADV: LADISLAU CALIXTO FORMIGA (OAB 39065/CE) - Processo 0050486-59.2020.8.06.0029 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.T.S.V.M. - Homologo o acordo celebrado entre as partes na página 39. Extingo o presente processo COM resolução do mérito (art.487-III-b-CPC). O consenso das partes é conduta incompatível com a vontade de recorrer, de modo que configura renúncia tácita à apelação. Por isso, o trânsito em julgado desta sentença é imediato. Sem Custas, ante a gratuidade judiciária outrora deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e, cumpridas todas as providências, arquive-se o processo com baixa no Sistema de Informática.

ADV: ALEXANDRE FERREIRA LEITE NETO (OAB 38054/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0051215-85.2020.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Virginia Bastos de Brito - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE as partes acerca da data determinada pelo perito Sávio Leonardo Araújo de Oliveira para realização da perícia, qual seja: Dia 18 de março de 2022, a partir das 08h00, por ordem de chegada, a ser realizada na Clínica Clinvida, na Rua Vicente Bezerra da Costa, nº 69, Bairro São Sebastião, Iguatu/CE, telefone para contato (88) 9.9672-7673.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0052003-65.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Alves Filho - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - INTIME-SE as partes acerca da data agendada para COLETA DE PADRÕES: A coleta será realizada em 22/02/2021 às 09:00 horas da manhã no endereço eletrônico mencionado abaixo: Link de acesso para Coleta: https://teams.live.com/meet/93790779731415

ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE), ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE) - Processo 0054029-36.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Deuzanete Leonço de Andrade - Ante o exposto, indefiro a petição inicial, com fulcro no art. 321, parágrafo único, c/c 330, caput, IV, ambos do Código de Processo Civil e, portanto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, I, do Código de Processo Civil. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as devidas baixas.

ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE), ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE) - Processo 0054030-21.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Deuzanete Leonço de Andrade - Ante o exposto, indefiro a petição inicial, com fulcro no art. 321, parágrafo único, c/c 330, caput, IV, ambos do Código de Processo Civil e, portanto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, I, do Código de Processo Civil. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as devidas baixas.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: RENAN CHAVES MOREIRA MOTA (OAB 29956-0/CE), ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE) - Processo 0000098-75.2005.8.06.0063 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUIDO: Valdeci Martins Mota - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, diante dos requerimentos de pp. 750-752, intimo a parte executada para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTONIO GONCALVES SOBRINHO (OAB 8321/CE) - Processo 0002724-18.2018.8.06.0029 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, diante do auto de penhora, avaliação e depósito de p. 93, intimo a parte exequente para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0004663-96.2016.8.06.0063 - Procedimento Comum Cível - Citação - REQUERENTE: Luiz Alves de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa dar andamento ao processo, intime-se a parte Promovente, por seu advogado, para dizer acerca da contestação e documentos de páginas 270/292, em 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 351 do CPC. Expediente de praxe.

ADV: ANA CAROLINA MOTA MOREIRA (OAB 33027-0/CE) - Processo 0022313-30.2017.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Antonio Djalma Ferreira de Souza e outro - Intime-se a exequente para, querendo, falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença de páginas 189/192 em 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCELA LEITE PINHEIRO LANDIM (OAB 20545/CE), ADV: ANTONIO SIGEVAL PINHEIRO LANDIM (OAB 3706/CE) - Processo 0036585-92.2018.8.06.0029 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXECUTADO: J.B.S.S. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 14/03/2022 às 09:00h na sala VIRTUAL da CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do CISCO WEBEX. Decisão: "Conforme disposição expressa nos seguintes atos normativos: a Portaria n.° 01/2020 do CEJUSC de Acopiara, publicada no Diário da Justiça em 21/05/2020, que regulamenta as Sessões Virtuais no âmbito deste Centro Judiciário durante o plantão extraordinário e, na forma do Art. 3.º da Portaria n.º 02/2020 do NUPEMEC, publicada no Diário da Justiça de 29/05/2020, designo Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 14 de março de 2022, às 09:00 horas, na sala virtual do CEJUSC. A audiência será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você

pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWU4ZjljZTktMWJkNy00NzIyLWExMjEtOWZjNjE4OTU2MjRj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2269f58087-fa34-45ed-b232-5159423838c4%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/faf7df OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes, através de seus advogados, deverão comunicar nos autos, até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna redesignação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do Juízo de origem. Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à Secretaria de Vara para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (88) 99860-6357 ou e-mail: cejusc.acopiara@tjce.jus.br, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h às 15;00h O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC foi criado pelo TJCE com o encargo de realizar sessões de mediação/conciliação conduzida por conciliadores/mediadores eressalta que o objetivo da audiência é: buscar o entendimento entre os envolvidos; facilitar a comunicação, o diálogo; trabalharpropostas de negociação; tentar encontrar formas possíveis para chegar ao CONSENSO (ACORDO) e, dessa forma, todos saírem ganhando."

ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSE RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0050334-74.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Omni S/A C.f.i - Vistos hoje. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões à apelação, paginas 153/163, no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 1.009, § 2º, do Código de Processo Civil. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo, nos termos do artigo 1.010, § 3º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANTONIA MILDA NORONHA EVANGELISTA (OAB 24619/CE) - Processo 0050669-93.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Chagas Matias e Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 14/03/2022 às 09:30h na sala VIRTUAL da CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do CISCO WEBEX. Decisão: "Conforme disposição expressa nos seguintes atos normativos: a Portaria n.° 01/2020 do CEJUSC de Acopiara, publicada no Diário da Justiça em 21/05/2020, que regulamenta as Sessões Virtuais no âmbito deste Centro Judiciário durante o plantão extraordinário e, na forma do Art. 3.º da Portaria n.º 02/2020 do NUPEMEC, publicada no Diário da Justiça de 29/05/2020, designo Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 14 de março de 2022, às 09:30 horas, na sala virtual do CEJUSC. A audiência será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWU4ZjljZTktMWJkNy00NzIyLWExMjEtOWZjNjE4OTU2MjRj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2269f58087-fa34-45ed-b232-5159423838c4%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/faf7df OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes, através de seus advogados, deverão comunicar nos autos, até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna redesignação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do Juízo de origem. Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à Secretaria de Vara para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (88) 99860-6357 ou e-mail: cejusc.acopiara@tjce.jus.br, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h às 15;00h O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC foi criado pelo TJCE com o encargo de realizar sessões de mediação/conciliação conduzida por conciliadores/mediadores eressalta que o objetivo da audiência é: buscar o entendimento entre os envolvidos; facilitar a comunicação, o diálogo; trabalharpropostas de negociação; tentar encontrar formas possíveis para chegar ao CONSENSO (ACORDO) e, dessa forma, todos saírem ganhando."

ADV: RODOLFO RAONE FELIPE DE CARVALHO (OAB 40024/CE) - Processo 0050704-53.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Perigo para a vida ou saúde de outrem - REQUERENTE: Lorena Narel Ferreira Batista - REQUERIDO: Município de Acopiara - Assim, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem eventuais provas que ainda pretendam produzir, de modo específico e justificado, a fim de posterior análise pelo Juízo a respeito de sua pertinência, bem como se manifestarem sobre o possível julgamento antecipado da lide, facultando-lhes ainda acostar os documentos que entenderem pertinentes dentro do prazo ora assinalado. Determino ainda que o Município de Acopiara, em igual prazo, promova a juntada do(s) decreto(s) recente(s) que verse(m) sobre as medidas restritivas de caráter obrigatório que visem o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID 19, notadamente que disponha a respeito do retorno ou não do(s) servidor(es) municipais às atividades presenciais.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA), ADV: RENAN BARROS GUEDES (OAB 27989B/CE) - Processo 0050858-71.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João Felipe da Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Vistos hoje. Intimem-se as partes para que juntem os documentos solicitados pelo perito às fls. 208-209, no prazo de 05 (cinco) dias. Com os documentos anexados, oficie-se ao expert para que conclua o exame pericial no prazo de 30 (trinta) dias. Expedientes necessários.

ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE), ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE) - Processo 0051204-22.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Suzana Rodrigues Barbosa - Vistos hoje. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões à apelação, paginas 68/83, no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 1.009, § 2º, do Código de Processo Civil. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo, nos termos do artigo 1.010, § 3º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0051676-23.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antônia Rita Veríssimo Silva - Vistos hoje. Intime-se o embargado para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se a respeito dos aclaratórios manejados às fls. 140-145. Expedientes necessários.

ADV: PATRICIA GOMES SAMPAIO (OAB 24972/CE) - Processo 0051701-36.2021.8.06.0029 - Alimentos - Lei Especial

Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: L.D.D.F. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 10/03/2022 às 11:00h na sala VIRTUAL da CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do CISCO WEBEX. Decisão: "Conforme disposição expressa nos seguintes atos normativos: a Portaria n.° 01/2020 do CEJUSC de Acopiara, publicada no Diário da Justiça em 21/05/2020, que regulamenta as Sessões Virtuais no âmbito deste Centro Judiciário durante o plantão extraordinário e, na forma do Art. 3.º da Portaria n.º 02/2020 do NUPEMEC, publicada no Diário da Justiça de 29/05/2020, designo Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 10 de março de 2022, às 11:00 horas, na sala virtual do CEJUSC. A audiência será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, por meio da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWU4ZjljZTktMWJkNy00NzIyLWExMjEtOWZjNjE4OTU2MjRj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2269f58087-fa34-45ed-b232-5159423838c4%22%7d OU, clicar nesse link menor: https://link.tjce.jus.br/faf7df OU Apontar a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code) Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes, através de seus advogados, deverão comunicar nos autos, até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna redesignação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do Juízo de origem. Ficam as partes advertidas que, ao ingressarem na sala da reunião virtual, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Encaminho os presentes autos à Secretaria de Vara para confecção dos expedientes necessários. O CEJUSC fica à disposição para dirimir eventuais dúvidas, com prioridade pelo WhatsApp Business nº (88) 99860-6357 ou e-mail: cejusc.acopiara@tjce.jus.br, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h às 15;00h O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC foi criado pelo TJCE com o encargo de realizar sessões de mediação/conciliação conduzida por conciliadores/mediadores eressalta que o objetivo da audiência é: buscar o entendimento entre os envolvidos; facilitar a comunicação, o diálogo; trabalharpropostas de negociação; tentar encontrar formas possíveis para chegar ao CONSENSO (ACORDO) e, dessa forma, todos saírem ganhando."

ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0200073-87.2022.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - MASSA FALIDA: Antonio Fernandes da Silva - Nos termos do art. 152, do Código de Processo Civil (ATO ORDINATÓRIO), cumprir os expedientes do ato ordinatório anterior com urgência, em razão da audiência designada para o dia 09 de Junho de 2022 às 11h30, a ser realizada no CEJUSC, na sala virtual do CEJUSC. A audiência será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, por meio da plataforma Microsoft Teams, Link: https://link.tjce.jus.br/faf7df, ou através de VIDEOCHAMADA pelo WHATSAPP, ambos utilizados através de celular/smartphone ou computador.

ADV: RUAN CARLOS DA SILVA SOARES (OAB 43870/CE) - Processo 0200106-77.2022.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Ação Anulatória - REQUERENTE: Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores de Acopiara Ltda e outros - Vistos hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento: a) comprovando a legitimidade para representar a Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores de Acopiara LTDA. em juízo; b) anexando cópia da ata do dia 30 de novembro de 2021 na qual o requerido foi eleito presidente. Intime-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE), ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE) - Processo 0200111-02.2022.8.06.0029 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Vistos hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial comprovando o recolhimento das custas e despesas processuais, inclusive referente às diligências do oficial de justiça, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se.

COMARCA DE AIUABA - VARA UNICA DA COMARCA DE AIUABA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AIUABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2022

ADV: JESSICA DE OLIVEIRA ALENCAR CORREIA (OAB 35319/CE) - Processo 0200013-14.2022.8.06.0030 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Martinha Maria dos Santos - Defiro os benefícios da assistência judiciária. Intime-se a requerente para que apresente certidão de (in)existência de dependentes habilitados junto a previdência social (INSS), conforme o caso no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Juntada a resposta, retornem os autos imediatamente conclusos. Intimar e cumprir.

COMARCA DE ALTO SANTO - VARA UNICA DA COMARCA DE ALTO SANTO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022

ADV: GABRIELA PINTO DE OLIVEIRA (OAB 40482/CE) - Processo 0000270-12.2015.8.06.0210 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.B.A.S. - Diante o exaurimento das tentativas de localização do réu, defiro a citação por edital com prazo de 20 (vinte) dias, observadas as advertências legais (art. 257 do CPC). Decorrido o prazo da citação do réu citado por edital in albis, nomeie-se curador especial, que deverá ser intimado pessoalmente para apresentação de defesa no prazo legal (art. 72 do CPC). Considerando as circunstâncias fáticas do caso concreto, intime-se a parte exequente, para que no prazo de 15 (quinze) dias se manifeste no sentido de dizer se possui interesse na conversão do procedimento para o rito expropriatório, bem como se deseja a penhora de ativos do executado, via SISBAJUD, devendo inclusive juntar o valor do débito atualizado se assim desejar. Expedientes necessários.

COMARCA DE AMONTADA - VARA UNICA DA COMARCA DE AMONTADA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMONTADA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: VICTOR MARCEL CARNEIRO RUBIÓ (OAB 28690/CE) - Processo 0000453-90.2019.8.06.0032 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antonio Nilson Barbosa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a contestação retro, deve a parte autora ser intimada para apresentar réplica no prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ SHAW-LEE DIAS BRAGA (OAB 36037/CE) - Processo 0050565-92.2021.8.06.0032 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Batista Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a contestação retro, deve a parte autora ser intimada para apresentar réplica no prazo de 15 dias.

ADV: VICTOR MARCEL CARNEIRO RUBIÓ (OAB 28690/CE) - Processo 0050631-72.2021.8.06.0032 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Martim José dos Santos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a contestação retro, deve a parte autora ser intimada para apresentar réplica no prazo de 15 dias.

ADV: VICTOR MARCEL CARNEIRO RUBIÓ (OAB 28690/CE) - Processo 0050632-57.2021.8.06.0032 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Gomes de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a contestação retro, deve a parte autora ser intimada para apresentar réplica no prazo de 15 dias.

COMARCA DE AQUIRAZ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0036/2022

ADV: LEONARDO FEITOSA ARRAIS MINETE (OAB 23110/CE) - Processo 0019563-40.2017.8.06.0034 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Janio Soares da Silva - REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Aquiraz-ce - Secretaria de Finanças do Municipio de Aquiraz/ce - Intimem o executado para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao executado é facultado oferecer incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

Processo 0019563-40.2017.8.06.0034 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Janio Soares da Silva - REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Aquiraz-ce - Secretaria de Finanças do Municipio de Aquiraz/ce - Intimem o executado para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao executado é facultado oferecer incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

COMARCA DE AQUIRAZ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: FERNANDO CAIO CANDEA MINA (OAB 22657/CE), ADV: LUIZA MARIA MAGALHAES TAVARES DA SILVA (OAB 24498/CE) - Processo 0000443-65.2004.8.06.0034 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michele Ferreira de Freitas e outro - REQUERIDO: Beach Park Hoteis e Turismo Ltda - Tendo em vista que a parte autora não ingressou com nenhuma petição nos últimos anos, determino a intimação da parte, através dos últimos advogados constituídos, para que informe se tem interesse no andamento do feito, e caso tenham diga se ainda tem provas a produzir. Prazo de dez dias. Caso não tenha resposta o processo deve seguir para extinção.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: RAIMUNDO HERBESON PEROBA TAVARES (OAB 42073/CE) - Processo 0050544-47.2020.8.06.0034 - Arrolamento Comum - DPVAT - ARROLANTE: Jesus Lima da Silva - ARROLADO:

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT -

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: YURI REBOUÇAS CARNEIRO BASTOS (OAB 26175/CE) - Processo 0052470-03.2021.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Tutela de Urgência - INTERTE: F.A.F.L. -

ADV: YURI REBOUÇAS CARNEIRO BASTOS (OAB 26175/CE) - Processo 0052470-03.2021.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Tutela de Urgência - INTERTE: F.A.F.L. - Certifico que a audiência designada, se dará por meio de videoconferência, utilizando-se para isso o sistema/aplicativo MICROSOFT TEAMS como plataforma, sendo disponibilizados o LINK e QR CODE de acesso abaixo. Data da audiência: 17/02/2022, às 14h Link da audiência: https://link.tjce.jus.br/3e1764 QR CODE de acesso: Observação: Caso não consiga acessar por uma das formas acima descritas, a parte poderá entrar em contato com a 2ª Vara Cível de Aquiraz através do Whatsapp (85) 3361-2003 e solicitar o link de acesso à audiência de forma virtual. A parte e o advogado(a) deverão proceder da seguinte forma: 1 - Acesse o link ou leia o QRCODE, fornecido nesta citação/intimação e baixe imediata e gratuitamente o aplicativo "TEAMS", através de suas estações remotas de trabalho (celular, notebook, computador, tablet, etc); 2 - Depois de instalado o aplicativo, a parte deverá entrar na reunião como convidado, preenchendo seu NOME, e depois clicando em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 3 - Habilite o acesso ao microfone e a câmera; 4 - Após isso, a parte deverá aguardar o início da sessão; Lembrando que, no momento da reunião, a parte deverá estar em local silencioso e ajustar o volume de microfone e dos fones de ouvido, para fins de perfeita comunicação. Orienta-se ainda que as partes procurem verificar se o dispositivo utilizado (celular, notebook, computador, tablet, etc) encontra-se devidamente ajustado antes da audiência, conferindo áudio e vídeo. Em havendo algum atraso para o início da sessão, a parte não deverá sair da sala virtual, devendo aguardar ser devidamente conectada. Todas as dúvidas sobre a utilização do sistema, podem ser tiradas acessando o seguinte link: https://support.microsoft.com/pt-br/office/treinamento-em-v%C3%ADdeo-do-microsoft-teams-4f108e54-240b-4351-8084-b1089f0d21d7 O referido é verdadeiro. Dou fé

COMARCA DE ARACATI - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACATI

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: VANESSA ALEXANDRE DOS SANTOS (OAB 39443/CE) - Processo 0010005-65.2022.8.06.0035 (processo principal 0013616-62.2021.8.06.0293) - Restituição de Coisas Apreendidas - Crimes de Trânsito - REQUERENTE: Serge Charles Abensur - Na hipótese, o bem reivindicado fora apreendido nos autos da ação penal nº 0013616-62.2021.8.06.0035/0/0, quando o réu Cleudo de Sousa maciel foi preso em flagrante delito e, na oportunidade, estava na posse do veículo. Disciplina o artigo 118 do Estatuto Processual Penal: Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo. Como se percebe, criou o legislador ordinário brasileiro a vedação expressa da entrega de qualquer coisa apreendida em razão da prática de um ilícito penal, enquanto a apreensão desta se fizer de interesse da prova produzida no processo. No presente caso, o Requerente provou ser o legítimo proprietário do bem, não há provas de que o mesmo tenha sido adquirido ilicitamente e não há pedido nos autos pela autoridade policial que demonstre a necessidade da manutenção do veículo no pátio da delegacia para interesse das investigações. Ressalto que o bem que se pretende a devolução não é confiscável, não se encontrando, pois, na vedação legal estatuída no artigo 119 da Lei Processual Penal Codificada, que se segue ipsis literis: Art. 119. As coisas a que se referem os artigos 74 e 100 do Código Penal não poderão ser restituídas, mesmo depois de transitar em julgado a sentença final, salvo se pertencerem ao lesado ou a terceiro de boa-fé. Registro que com a reforma penal ocorrida no ano de 1984, os artigos penais referidos no dispositivo supra transcrito correspondem, atualmente, ao artigo 91, inciso II, do Código Penal, verbis: Art. 91. São efeitos da condenação: ... II - a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé: a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisa cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito; b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso. (Redação dada ao artigo pela Lei nº 7.209, de 11.07.1984). Dessa forma, a contrário sensu dos antes transcritos dispositivos legais, não interessando o objeto apreendido ao processo, e não constituindo estes bens confiscáveis, é cabível a restituição dos mesmos, na forma do artigo 120 do Código de Processo Penal, vejamos: Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante. Necessário, contudo, em consonância com o dispositivo legal último transcrito, que não existam dúvidas quanto ao direito do reclamante. E do compulsar dos autos, não se evidencia qualquer dúvida quanto ao direito da requerente, no que se refere a propriedade do bem (pág. 16 - Certificado de Registro do Veículo CRV). Nessa linha, assinalo que o bem que se pretende o levantamento é móvel, cujo domínio se transferem com a tradição. Sobre o tema, vejamos aresto de jurisprudência, que se segue transcrito: EMBARGOS DE TERCEIRO BENS MÓVEIS PROPRIEDADE Os bens móveis adquirem-se pela tradição (arts. 1.226 e 1.267 do novo Código Civil), presumindo ser proprietário aquele que detém a sua posse (art. 498 do novo Código Civil). Assim, e não elidida essa presunção, impõe-se a insubsistência da penhora de bens de terceiro alheio à execução em curso. (TRT 3ª R. AP 00351.2004.026.03.00.9 8ª T. Rel. Juiz Paulo Maurício Ribeiro Pires DJMG 07.08.2004 p. 15). O único bem que merece uma melhor análise para a sua liberação é o veículo automotor, face a exigência de seu registro perante o órgão de trânsito. Nesse sentido é a jurisprudência pátria: EMENTA PROCESSUAL CIVIL EXECUÇÃO FISCAL ALIENAÇÃO DE VEÍCULO FRAUDE À EXECUÇÃO 1. "Conquanto a transferência de bem móvel, caso de veículo, se opere pela tradição, é pelo registro no competente órgão de trânsito que dá notícia a terceiros sobre seu proprietário... " (Ministro Aldir Passarinho Júnior). 2. Logo, a prova da transferência de veículo automotor é feita, comumente, pelo registro no órgão próprio do Departamento Nacional de Trânsito e não pela tradição, salvo prova em contrário. 3. Agravo provido. (TRF 1ª R. AG 01000334558 MG 7ª T. Rel. Des. Fed. Tourinho Neto DJU 25.06.2004 p. 170) destaque nosso. Contudo, no caso sub oculi, o requerente provou, de forma necessária, que o veículo é de sua propriedade, pelo documento do veículo, acompanhado de documentos pessoais deste. Dessa forma, não estão presentes razões para duvidar da propriedade do bem apreendido, podendo, pois, este ser restituído, pois provada sua propriedade, não se constituindo em objetos confiscáveis e não mais interessando ao processo. Nessa linha, vejamos o seguinte precedente jurisprudencial:

PENAL PROCESSUAL PENAL CRIME AMBIENTAL CAMINHÃO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO ARTIGOS 118, 119 E 120 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL ARTIGO 91, II, DO CÓDIGO PENAL 1. As coisas apreendidas poderão ser restituídas, desde que seja comprovada sua propriedade (art. 120/CPP), não sejam confiscáveis (art. 91, II, do CP) e não mais interessem ao processo (art. 118/CPP). 2. Impossibilidade de restituição do bem, considerando que existe dúvida quanto à propriedade do veículo apreendido, bem como a possibilidade de ter sido adquirido com proventos da infração penal. 3. Apelação provida. (TRF 1ª R. ACR 37010008960 MA 4ª T. Rel. Des. Fed. Hilton Queiroz DJU 18.12.2003 p. 62). Assim, percebe-se a ausência de obstáculo legal a que dito bem seja, desde logo, devolvido ao seu legítimo proprietário, desde que inexistente o obstáculo legal de que cuida o pergaminho processual penal na norma jurídica positivada no seu artigo 118; máxima que, ainda, não seja o caso de verificação da aplicação do preceito estatuído no artigo 119 do aludido diploma instrumental. Da isenção das custas de diária de permanência e demais taxas inerentes a apreensão do veículo Verifica-se que o condutor do automóvel foi autuado pela Autoridade Policial pelo crime previsto noart.306, doCTB, sendo certo, portanto, que a apreensão doveículose deu em razão da prática de crime apurado em inquérito policial nº 412-386/2021, originando a ação penal nº 0013616-62.2021.8.06.0035/00514.20.001172-4, o que afasta a cobrança das taxas, que recaem apenas quando a apreensão decorre de ato administrativo. Com efeito, não se afigurar razoável que o proprietário de bem apreendido pelo Poder Público, para fins de apuração de delito, venha a ser penalizado com o pagamento das despesas decorrentes do fato, ainda que seja investigado, mormente quando o Ministério Público não pleiteou a declaração de perdimento do bem e concordou com a devolução dele ao seu proprietário ainda durante a instrução criminal. Assim prevê, inclusive, a Lei Federal nº 6.575/1978, a qual, após estabelecer a necessidade do pagamento das multas, taxas e despesas com remoção, apreensão ou retenção de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo o território nacional, ressalva, expressamente, em seu artigo 6º que o disposto nesta Lei não se aplica aos veículos recolhidos a depósito por ordem judicial ou aos que estejam à disposição de autoridade policial Desta forma, deverá o veículo apreendido para apurar a prática de crime no inquérito policial nº 412-386/2021, originando a ação penal nº 0013616-62.2021.8.06.0035/00514.20.001172-4, ser liberado, se por outro motivo não deva permanecer apreendido, com a isenção das taxas de remoção e estadia do bem. À guisa das considerações expendidas, com fundamento na inteligência que se constrói na leitura da disposição vertida na linguagem escrita do artigo 118 do Código de Processo Penal Pátrio, em consonância com a manifestação do Ministério Público, hei por bem deferir o pedido de restituição do bem apreendido, qual seja: veículo Buggy Fyber, modelo 2000W, cor vermelha, placa HTY 7679 CE, Ano Fab/Mod.: 1989/1989, chassi nº 9B9FYB00KK1BP3201, Renavam nº 161674470, apreendido em razão do Inquérito Policial nº 412-386/2021, originando a ação penal nº 0013616-62.2021.8.06.0035/0, a seu proprietário, SERGE CHARLES ABENSUR, francês, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob n° 600.638.613-56, residente e domiciliado na Rua Francisco Emílio, nº 04, Barra, Fortim-CE, desde que não existam pendências a serem resolvidas junto àquele órgão, excluindo a cobrança de taxas de remoção e estadia do bem pelos fatos apurados no IP acima mencionado, devendo referido veículo ser entregue a pessoa habilitada, com CNH válida. ANTE AS RESTRIÇÕES ADVINDAS POR CONTA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, SERVE A PRESENTE DECISÃO DE TERMO DE ENTREGA. Publique-se. Registre-se e intime-se. Com fulcro nos Princípios da Efetividade e Celeridade Processuais, CONFIRO a essa decisão FORÇA DE MANDADO, independentemente da confecção de qualquer expediente, eis que assinado digitalmente. Transitada em julgado, ARQUIVE-SE. Exp. Necs.

ADV: JOSE AUGUSTO NETO (OAB 11514A/CE), ADV: ALLAN DANISIO ARAÚJO SILVA (OAB 41958/CE) - Processo 0010249-62.2020.8.06.0035 - Auto de Prisão em Flagrante - Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais - AUTUADO: Eduardo Divino dos Santos e outro - Desse modo, ante o contexto de vulnerabilidade da saúde pública atual e da razoabilidade na manutenção da medida imposta, INDEFIRO o pedido autorização para exercício das atividades da empresa SUBLYNE COSMÉTICOS LTDA-ME, formulado pela defesa de EDUARDO DIVINO DOS SANTOS. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Expedientes Necessários.

ADV: JOSÉ LUCAS DA COSTA SILVA (OAB 43057/CE) - Processo 0051273-36.2021.8.06.0035 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - VÍTIMA: J.G.C.C. - Desta forma, acolhendo o parecer ministerial, a fim de efetivar o cumprimento das medidas protetivas, fixando como medida alternativa ao cárcere, DETERMINO a MONITORAÇÃO ELETRÔNICA do promovido pelo período de validade das medidas protetivas, ou seja, até 21/05/2022, prazo estabelecido na sentença, com entrega de BOTÃO DE PÂNICO para a vítima.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: THIAGO ALVES HENRIQUE DA COSTA (OAB 27919/CE) - Processo 0015592-44.2017.8.06.0035 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Joao Paulo de Lima Ferreira e outros - Certifico que designo a Sessão do Tribunal do Júri para o dia 04/02/2022 às 09:00h que será realizada de forma semipresencial. Acesso a SALA DE AUDIÊNCIA: https://link.tjce.jus.br/24fe5f Informo ainda que o e-mail da Secretaria (aracati.criminal@tjce.jus.br) será monitorado em tempo real durante a realização das audiências para quaisquer esclarecimentos ou comunicações.

COMARCA DE ARACATI - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: GIULLIANO BERTOLI (OAB 213697/SP), ADV: RENATO DE MENDONÇA CANUTO NETO (OAB 16114/PE), ADV: RENATO DAMASCENO SOUZA (OAB 23141/CE) - Processo 0009482-39.2011.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Ebba - Empresa Brasileira de Bebidas e Alimmentos S/A - REQUERIDO: Macklabel - Comercio de Rotulos e Etiquetas-me - Japy - Fomento Mercantil Ltda - Diante do exposto, ancoradas nas razões acima elencadas, julgo PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora para tornar definitivo a sustação de protesto em relação aos titulos impugnados na inicial. Assim, extingo o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno as requeridas ao pagamento solidário das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil. Publique-se.Registre-se. Intime-se. Proceda-se com as anotações quanto a habilitação do novo patrono (fl.344/346) Transitada

esta em julgado, oficie-se ao 1o Ofício de Aracati para cumprimento da sustação definitiva do protesto e expeça-se alvará em benefício da parte autora da caução judicial referente ao depósito da fl. 66/67, após, arquivem-se estes autos. Cumpra-se com os expedientes necessários.

ADV: JOSE ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE (OAB 11160/CE) - Processo 0010909-37.2012.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: DIVEPEL Distribuidora de Veículos Peixoto LTDA e outro - Vistos em conclusão. Defiro a habilitação de Fls. 488/494, devendo a Secretaria Judiciária adotar as providências necessárias. Por fim, intime-se a primeira promovida para que cumpra o despacho de Fls. 458, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE), ADV: EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 4448/CE) - Processo 0050365-76.2021.8.06.0035 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Isto posto, com fundamento no artigo 3º do Decreto-Lei nº 911/1969, com as alterações da Lei n° 10.931/2004, JULGO PROCEDENTE a pretensão da parte autora, e assim o faço com julgamento de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, confirmando a liminar de busca e apreensão de páginas 44/45, consolidando a posse e a propriedade e posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial em mãos do credor fiduciante, ora autor, cabendo ao órgão competente expedir certificado de registro de propriedade em nome do promovente, ou de outra pessoa por ele indicado, livre de qualquer ônus, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária, tudo na forma do § 1º do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/1969, com redação dada pela Lei nº 10.931/2004. Sucumbente, condeno a promovida nas custas processuais e honorários advocatícios, estes últimos arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, na forma do art. 85, § 2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, sem outros requerimentos, arquivem-se com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: GEORGIA EMANUELE CAVALCANTE PORTELA DE ALMEIDA (OAB 42348/CE), ADV: VIRGINIA CAVALCANTE PORTELA DE ALMEIDA (OAB 42154/CE) - Processo 0050721-71.2021.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: Jorge Luis Portela de Almeida - Diante do exposto, ancorada nas razões acima elencadas e em acolhimento ao Parecer Ministerial retro, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, em razão da perda do objeto e do interesse processual, a teor do que dispõe o artigo 485, incisos IV e VI do Código de Processo Civil. Por fim, em consonância ao Parecer Ministerial às Fls. 136/138, mister se faz que se comunique ao Conselho Tutelar para que se cientifique dos fatos e adote as medidas cabíveis quanto a notícia de alienação parental de mais negligências praticadas, em tese, pela genitora,, comunicando-se, inclusive, ao Promotor de Justiça com atuação especializada na proteção da infância e juventude, para as devidas providências. Eventuais custas e despesas processuais finais pelo exequente. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se com os expedientes necessários.

ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0051143-46.2021.8.06.0035 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Isto posto, com fundamento no artigo 3º do Decreto-Lei nº 911/1969, com as alterações da Lei n° 10.931/2004, JULGO PROCEDENTE a pretensão da parte autora, e assim o faço com julgamento de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, confirmando a liminar de busca e apreensão de páginas 68/69, consolidando a posse e a propriedade e posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial em mãos do credor fiduciante, ora autor, cabendo ao órgão competente expedir certificado de registro de propriedade em nome do promovente, ou de outra pessoa por ele indicado, livre de qualquer ônus, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária, tudo na forma do § 1º do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/1969, com redação dada pela Lei nº 10.931/2004. Sucumbente, condeno a promovida nas custas processuais e honorários advocatícios, estes últimos arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, na forma do art. 85, § 2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, sem outros requerimentos, arquivem-se com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: JULIANA NOGUEIRA CAJAZEIRAS (OAB 32475/CE) - Processo 0052195-77.2021.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Construtora Suassuna e Martins Ltda - ISSO POSTO, nos termos do art. 290, do vigente Código de Processo Civil (NCPC), determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO deste processo. Sem custas processuais e sem honorários. Após o trânsito em julgado, expeça-se a respectiva certidão, e, ato contínuo, arquivem-se estes autos com as baixas devidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Expedientes de praxe.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 4734AC) - Processo 0052545-65.2021.8.06.0035 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Votorantim S.A. - Ante o exposto, HOMOLOGO a desistência e extingo, sem resolução de mérito, o presente processo, com esteio no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil/2015, revogando a decisão de págs. 64/65, determinando o recolhimento de eventual Mandado de Busca e Apreensão do referido veículo, e com baixa de eventuais restrições judiciais que tenham sido determinadas por este emérito Juízo. Sem custas e sem honorários de sucumbência. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, remetam-se os autos ao arquivo, com baixa na distribuição.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0200090-08.2022.8.06.0035 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Vistos em conclusão inicial. O art. 319 do Código de Processo Civil estabelece os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser observados pela parte autora, sob pena de indeferimento da petição inicial. Ademais, dispõe o art. 321 do mesmo diploma legal que: O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado Compulsando os fólios processuais, verifica-se a que o autor não comprovou o cumprimento de providências essenciais para o processamento do pedido. Não constam nos autos comprovação do pagamento das custas processuais; ainda, o autor não trouxe demonstrativo do débito; e, por fim, depreende-se que consta no AR de página 51 a informação de mudou-se, não havendo comprovação nos autos da mora do devedor. Assim sendo, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, para, em 15 (quinze) dias, emendar a inicial, para, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321 c/c art. 290 do CPC: a) juntar aos autos demonstrativo do débito; b) comprovar a constituição da mora do devedor; c) proceder ao recolhimento das custas processuais, juntando aos autos os comprovantes. Após o cumprimento pelo promovente das determinações, voltem os autos conclusos. Cumpra-se com expedientes necessários.

ADV: HÉLIDA MACIEL MILHOCI DE SOUZA (OAB 262385/SP) - Processo 0200096-15.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Dunas Transmissão de Energia S.a - Vistos em conclusão inicial. O art. 319 do Código de Processo Civil estabelece os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser observados pela parte autora, sob pena de indeferimento da petição inicial. Ademais, dispõe o art. 321 do mesmo diploma legal que: “O juiz, ao

verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado" Compulsando os autos, verifica-se a ausência do documento de comprovação do pagamento das custas processuais, indispensável à propositura da ação. Ademais, tratando-se de ação de constituição de servidão administrativa com pedido liminar de imissão na posse, o § 1º do artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365/41 institui que deve o autor efetuar o depósito judicial necessário à imissão provisória. Desta feita, intime-se a parte autora, via causídico, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, a teor do art. 321, parágrafo único, para: A) Acostar aos autos o comprovante de recolhimento das custas processuais; B) Efetuar o depósito judicial da indenização ofertada, no valor de R$ 547,17 (quinhentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos), conforme preceitua o art. 15, § 1º, do Decreto -Lei nº 3.365/41. Após o cumprimento pelo promovente das determinações, voltem os autos conclusos. Cumpra-se com expedientes necessários.

ADV: HÉLIDA MACIEL MILHOCI DE SOUZA (OAB 262385/SP) - Processo 0200101-37.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Dunas Transmissão de Energia S.a - Vistos em conclusão inicial. O art. 319 do Código de Processo Civil estabelece os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser observados pela parte autora, sob pena de indeferimento. Ademais, dispõe o art. 321 do mesmo diploma legal que: "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado". Compulsando os autos, verifica-se a ausência do documento de comprovação do pagamento das custas processuais, indispensável à propositura da ação. Ademais, tratando-se de ação de constituição de servidão administrativa com pedido liminar de imissão na posse, o § 1º do artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365/41 institui que deve o autor efetuar o depósito judicial necessário à imissão provisória. Desta feita, intime-se a parte autora, via causídico, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, a teor do art. 321, parágrafo único, para: A) Acostar aos autos o comprovante de recolhimento das custas processuais; B) Efetuar o depósito judicial da indenização ofertada, no valor de R$ 2.417,27 (dois mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e sete centavos), conforme preceitua o art. 15, § 1º, do Decreto -Lei nº 3.365/41. Empós, conclusos. Expedientes necessários.

ADV: FABIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP) - Processo 0200102-22.2022.8.06.0035 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - Vistos em conclusão inicial. O art. 319 do Código de Processo Civil estabelece os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser observados pela parte autora, sob pena de indeferimento. Ademais, dispõe o art. 321 do mesmo diploma legal que: "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado". Compulsando os autos, verifica-se a ausência do documento de comprovação do pagamento das custas processuais, indispensável à propositura da ação. Desta feita, intime-se a parte autora, via causídico, para emendar a inicial e comprovar o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, a teor do art. 321, parágrafo único. Expedientes necessários.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº 0047115-11.2016.8.06.0035
Classe Assunto Execução Fiscal - Dívida Ativa
[Tipo Completo da Parte Ativa Principal] Municipio de Aracati-ce
Executado J & V Competiçoes Ltda Me
Valor da Causa R$ 1.339,06

Citando(a)(s): J & V Competiçoes Ltda Me
J & V COMPETIÇOES LTDA ME, CNPJ 13.382.606/0001-80
Endereço Completo da Pessoa Selecionada << Informação indisponível >>

Certidão de Dívida Ativa: nº 717/2015. Valor do Débito: R$ 2.590,34. Data do Cálculo: 15//05/2019.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 05 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Aracati/CE., em 12 de julho de 2021.

Danúbia Loss Nicoláo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº 0047113-41.2016.8.06.0035
Classe Assunto Execução Fiscal - Taxa de Licenciamento de Estabelecimento
[Tipo Completo da Parte Ativa Principal] Municipio de Aracati-ce
Executado Raimunda Otaciana Braga - Me
Valor da Causa R$ 1.502,94

Citando(a)(s): Raimunda Otaciana Braga - Me

RAIMUNDA OTACIANA BRAGA - ME, CNPJ 06.032.438/0001-38
RUA CORONEL ALEXANDRINO, 737, CENTRO - CEP 62800-000, Aracati-CE

Certidão de Dívida Ativa: nº 679/2015. Valor do Débito: R$ 3.054,70. Data do Cálculo: 14/05/2019.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 05 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Aracati/CE., em 12 de julho de 2021.

Danúbia Loss Nicoláo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: 0004458-85.2017.8.06.0078
Classe Assunto: Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer
Executado: Cagila Rafael Pereira e outros
:
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aracati, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Cagila Rafael Pereira e outros, foi proposto o pedido de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA que reconheceu a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, em face de ADALBERTO GOMES PEREIRA, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o(a) Sr(a). ADALBERTO GOMES PEREIRA, brasileiro, filho de João Gomes da Mota e Maria de Lourdes Pereira da Mota, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito alimentício constante da memória de cálculo de págs. 07/08, no valor de R$ 7.640,71 (sete mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e um centavos), advertindo-o de que, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima assinalado, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §º, CPC. Não efetuado, tempestivamente, o pagamento voluntário, será expedido Mandado de Penhora e Avaliação, seguindo-se dos atos de expropriação (art. 513, §º, CPC). Adverte-se, por fim, que será nomeado curador especial em caso de revelia.

Aracati/CE, em 20 de outubro de 2021.

Kathleen Nicola Kilian
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aracati

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS

Processo nº: 0010339-72.2020.8.06.0293
Classe Assunto: Petição Cível - Ameaça
Autoridade Policial: Policia Civil do Estado do Ceará
Réu: Willame Silva de Oliveira

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aracati, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 15 DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso perante este Juízo um pedido de concessão de medida protetiva de urgência formulado pela Autoridade Policial em favor de Renata Viana Ribeiro e em face de Willame Silva de Oliveira, no qual foi proferida a Sentença de págs. 40/42, cujo dispositivo transcreve-se: “Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo com resolução do mérito (art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil), para ratificar as medidas protetivas anteriormente decretadas, fixando, porém, prazo máximo de 06 (seis) meses de vigência, a contar da intimação desta sentença. Decorrido esse lapso temporal acima estipulado, a vítima poderá requerer nova medida protetiva em nova demanda”. Por isso, foi expedido o presente, através do qual ficam INTIMADAS AS PARTES para, no prazo deste edital, tomarem ciência da referida sentença.

Aracati/CE, em 30 de setembro de 2021.

Danúbia Loss Nicoláo
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aracati

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0013234-38.2019.8.06.0035
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Usucapião

Assunto: Aquisição
Requerente: Evania Maria do Nascimento

Valor da Causa: R$ 10.000,00

O(A) Dr(a). Jose Coutinho Tomaz Filho, Juiz(a) de Direito 1ª Vara Cível da Comarca de Aracati/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Evania Maria do Nascimento, foi proposta uma AÇÃO DE USUCAPIÃO , contra, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica(m) CITADO(S) o(a) adquirente, os réus incertos e desconhecidos e, bem assim, os eventuais interessados na presente ação, por força do despacho a seguir transcrito: "Recebo a petição inicial, pois presentes os requisitos legais. Citem-se, por mandado, os confinantes, bem como os respectivos cônjuges, caso sejam casados, para que ofereçam, em assim desejando, resposta a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias. Citem-se, por edital com o prazo de 20 (vinte) dias, o(a) adquirente, os réus incertos e desconhecidos e, bem assim, os eventuais interessados na presente ação. Por via postal, intimem-se, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União (Procuradoria da União) e do Estado do Ceará (Procuradoria-Geral do Estado), intimando-se para os mesmos fins, o Município de Aracati/CE, através de mandado. Cite-se o réu que é o proprietário do imóvel litigioso para responder a ação. Realizadas todas as diligências necessárias, proceda-se a juntada dos documentos pertinentes ou certifique-se o decurso dos prazos sem manifestação.EM SEGUIDA, ABRA-SE VISTA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO.", com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE. Aracati/CE, em 30 de março de 2021.

Jose Coutinho Tomaz Filho
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº 0001659-19.2008.8.06.0035
Classe Assunto Execução Fiscal - Dívida Ativa
[Tipo Completo da Parte Ativa Principal] Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
Exequido Cerezini Transportes e Representaçoes Ltda
Valor da Causa R$ 142.392,56

Citando(a)(s): Cerezini Transportes e Representaçoes Ltda
CEREZINI TRANSPORTES E REPRESENTAÇOES LTDA, CNPJ 11.999.570/0002-34
RUA DUQUE DE CAXIAS, 1950, CENTRO - CEP 62800-000, Aracati-CE

Certidão de Dívida Ativa: nº Número das CDAs << 2003.09690-6; 2003.04352-5; 2003.09684-2 e 2007.05039-9>>. Valor do Débito: R$ 64.098,97. Data do Cálculo: 01/09/2016.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, conforme mencionado na petição de págs.27, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume, com intervalo, na forma da lei.

Aracati/CE., em 02 de setembro de 2020.

Danúbia Loss Nicoláo
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: YURI DAMASCENO PORTO (OAB 35915/CE) - Processo 0013883-03.2019.8.06.0035 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.S.D. - Vistos em conclusão. Defiro a habilitação às Fls. 67, devendo a Secretaria Judiciária providenciar as anotações pertinentes. Defiro o pleito formulado às Fls. 65 atinente à dilação de prazo em 60 (sessenta) dias para cumprimento do Despacho às Fls. 59. Após, transcorrido o referido prazo, certifique-se e intime-se a requerente para que se manifeste, acostando aos autos as 03 (três) avaliações dos bens, objetos da partilha. Empós, conclusos. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ LUCAS DA COSTA SILVA (OAB 43057/CE) - Processo 0051444-90.2021.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Maria Ildecir Duarte do Carmo e outro - Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado na inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, confirmando a tutela liminar anteriormente concedida às páginas 23/26 (CPC, art. 1.012, V), para condenar o ESTADO DO CEARÁ a fornecer em 24 (vinte e quatro) horas a TRANSFERÊNCIA da parte autora, em transporte adequado ao seu quadro clínico, para internação em Unidade de Terapia Intensiva UTI em um dos Hospitais da Rede Pública de Saúde do Estado do Ceará adequado à sua recuperação ou, na falta de Hospital Pública, em Hospital Provado conveniado ao SUS, bem como que forneça todo o tratamento, exames, procedimentos e medicamentos necessários ao restabelecimento de sua saúde, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e sequestro de verbas públicas. Sem custas (Lei Estadual n. 16.132/16, art. 5º, inc. I). Condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios em favor do promovente, os quais arbitro em 10 % (dez por cento) do valor atualizado

da causa, na forma do art. 85, § 2º do CPC. Ciência ao Ministério Público. Sentença não sujeita ao reexame necessário (CPC, art.496, §3º, II e III). P. R. I. Transitada em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: JAKS DOUGLAS UCHOA DAMASCENO (OAB 14146/CE) - Processo 0051527-43.2020.8.06.0035 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Debora Lima Saldanha - Me - Face ao exposto, com esteio no artigo 485, inciso IV do CPC e artigo 16, parágrafo primeiro, da Lei 6830/80, julgo inadmissíveis os presentes embargos. Após, expeça-se mandado para que se penhora tantos bens quantos forem necessários, para garantir a execução. P.I. Expediente necessários. Aracati/CE, 27 de julho de 2021. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

ADV: HÉLIDA MACIEL MILHOCI DE SOUZA (OAB 262385/SP) - Processo 0200103-07.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Dunas Transmissão de Energia S.a - Vistos em conclusão inicial. O art. 319 do Código de Processo Civil estabelece os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser observados pela parte autora, sob pena de indeferimento da petição inicial. Ademais, dispõe o art. 321 do mesmo diploma legal que: "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado" Compulsando os autos, verifica-se a ausência do documento de comprovação do pagamento das custas processuais, indispensável à propositura da ação. Ademais, tratando-se de ação de constituição de servidão administrativa com pedido liminar de imissão na posse, o § 1º do artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365/41 institui que deve o autor efetuar o depósito judicial necessário à imissão provisória. Desta feita, intime-se a parte autora, via causídico, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, a teor do art. 321, parágrafo único, para: A) Acostar aos autos o comprovante de recolhimento das custas processuais; B) Efetuar o depósito judicial da indenização ofertada, no valor de R$ 622,82 (seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos), conforme preceitua o art. 15, § 1º, do Decreto -Lei nº 3.365/41. Após o cumprimento pelo promovente das determinações, voltem os autos conclusos. Cumpra-se com expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA EDNA PINHEIRO BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: LEONARDO LUIZ TAVANO (OAB 173965/SP) - Processo 0051743-67.2021.8.06.0035 - Mandado de Segurança Cível - Perdimento de Bens - IMPETRANTE: Begur Transportes Rodoviários, Logística e Serviços Ltda. - Pelo presente, fica Vosssa senhoria intimado da sentença de paginas 115/122, cujo dispositivo segue: "Isto posto, com fulcro no art. 5º, inciso LXIX da CF c/c o art. 487, inciso III, "a", do NCPC, julgo procedente o presente Mandado de Segurança, confirmando a liminar de páginas 80/86, para DETERMINAR A IMEDIATA LIBERAÇÃO das mercadorias descritas nas NF-e 24753/24764/24765, objeto do Auto de Infração nº 202111921-2 (página 75) e registrada sob o Certificado de Guarda de Mercadoria CGM nº 20215824 (página 79), salvo a existência de outro motivo que justifique a apreensão, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) e sem prejuízo das medidas cíveis e criminais cabíveis em caso de descumprimento. Deixo de condenar em custas, por não vislumbrar dispositivo legal pertinente ao caso em análise. Deixo, outrossim, de condenar em honorários advocatícios nos termos das Súmulas 512 do STF e 105 do STJ. Ante o disposto no artigo 469, inciso I, do CPC, a presente decisão está sujeita do duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal de Justiça do Ceará. Dessa forma, remetam-se ao TJCE para os fins devidos, após as formalidades legais, caso não haja recurso voluntário.. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Aracati/CE, 27 de janeiro de 2022."

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA EDNA PINHEIRO BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE), ADV: BRUNO RAFAEL GOMES SILVA (OAB 26189/CE) - Processo 0050357-02.2021.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Maria Adeliane Rodrigues Ribeiro - Pelo presente, fica Vossa senhoria intimado da sentença proferida às páginas 68/74: "III. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial para reconhecer o direito da parte autora à percepção da gratificação por produtividade, nos termos da Lei Municipal de Aracati/CE nº 0169/1996, referentes ao período de janeiro a outubro de 2017, no valor de R$ 338,00 (trezentos e trinta e oito reais) mensais durante o referido período de suspensão. Os valores devidos à autora deverão ser acrescidos de juros de mora, conforme previsto na Lei nº 11.960/2009, e correção monetária com base no IPCA-E. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação no valor de 1% e a correção monetária desde o inadimplemento de cada parcela. Condeno o ente requerido ao pagamento dos honorários advocatícios, estes no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa. Sem custas em respeito ao art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 16.132/2016. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos. Cumpra-se com expedientes necessários."

COMARCA DE ARACATI - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE) - Processo 0001104-16.2019.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Vistos. Tendo em vista o pedido de habilitação de herdeiros de fls. 204-205, intime-se a parte promovida para se pronunciar sobre o

requerimento, bem como sobre a documentação de fls. 206-218, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 690 do Código de Processo Civil. Após, voltem-me conclusos. Expedientes Necessários. Aracati, 29 de junho de 2021. José Valdecy Braga de Sousa Juiz de Direito

ADV: LYLIANE BASTOS SOARES DE VASCONCELOS (OAB 21435/CE) - Processo 0003071-11.2012.8.06.0078 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Maria Zilda Santana do Nascimento - R.H. Intime-se a exequente para que, em cinco dias, informe se houve cumprimento da obrigação, requerendo o que entender pertinente. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0047773-35.2016.8.06.0035 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - EXECUTADA: José Eudes da Silva Pisos - Me - José Eudes da Silva - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre a certidão de fl. 110, requerendo o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE), ADV: RODRIGO ANDRADE DO NASCIMENTO (OAB 11195/RN) - Processo 0050942-54.2021.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lúcia Soares - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e outro - Vistos, etc. Em observância ao princípio do contraditório, intime-se a parte autora para falar sobre a petição da parte ré de fls. 345/348 e os documentos que a acompanham, no prazo de 5 (cinco) dias. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação já designada às fls. 343/344, intimando ambas as partes para o ato, em tempo hábil. Caso não alcançada a autocomposição em audiência e considerando que já foram apresentadas contestação e réplica, intimem-se, de logo, as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se desejam produzir demais provas além das que constam do caderno processual, de maneira fundamentada, especificando a espécie de prova, sua finalidade e pertinência para o julgamento da ação. Expedientes necessários.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0051207-90.2020.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - REQUERENTE: José Manuel da Silva Santos - Tendo em vista que nos presentes autos não se faz mais necessário produção de provas, uma vez que já se encontra o processo devidamente instruído, anuncio o julgamento do feito, no estado em que se encontra, com fulcro no art. 355, I, do CPC. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE WENDEL DE ALMEIDA (OAB 39109/CE) - Processo 0200092-75.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Italo Pereira Nogueira - Desse modo, intimem-se os autores, por meio de seus patronos, para, no prazo de quinze dias, emendar a inicial, juntando os respectivos documentos pessoais, comprovante de endereço, bem como fazer constar expressamente a respeito da existência ou não de prole comum ou de patrimônio construído, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos dos arts. 320 c/c 321 e 485, I, todos do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HÉLIDA MACIEL MILHOCI DE SOUZA (OAB 262385/SP) - Processo 0200093-60.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Dunas Transmissão de Energia S.a - Consoante determina o Art. 290, do CPC, intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado, para em 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de ser cancelada a distribuição do feito. Expedientes necessários.

ADV: HÉLIDA MACIEL MILHOCI DE SOUZA (OAB 262385/SP) - Processo 0200095-30.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Dunas Transmissão de Energia S.a - Consoante determina o Art. 290, do CPC, intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado, para em 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de ser cancelada a distribuição do feito. Expedientes necessários.

ADV: HÉLIDA MACIEL MILHOCI DE SOUZA (OAB 262385/SP) - Processo 0200097-97.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Dunas Transmissão de Energia S.a - Consoante determina o Art. 290, do CPC, intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado, para em 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de ser cancelada a distribuição do feito. Expedientes necessários.

ADV: HÉLIDA MACIEL MILHOCI DE SOUZA (OAB 262385/SP) - Processo 0200099-67.2022.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Abraão Alves da Costa e outro - Consoante determina o Art. 290, do CPC, intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado, para em 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de ser cancelada a distribuição do feito. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

Processo 0047773-35.2016.8.06.0035 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - EXECUTADA: José Eudes da Silva Pisos - Me - José Eudes da Silva - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre a certidão de fl. 110, requerendo o que entender de direito. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0050429-23.2020.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Gildazio dos Santos - Tendo em vista que nos presentes autos não se faz mais necessário produção de provas, uma vez que já se encontra o processo devidamente instruído, anuncio o julgamento do feito, no estado em que se encontra, com fulcro no art. 355, I, do CPC. Intimem-se.

COMARCA DE ARACOIABA - VARA UNICA DA COMARCA DE ARACOIABA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: DOMENICO MENDES DA SILVA (OAB 40236/CE) - Processo 0000879-90.2019.8.06.0036 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Antonio Luciano Lima e outro - DESPACHO Processo nº:0000879-90.2019.8.06.0036

Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Divórcio Consensual Assunto:Dissolução Requerente:Maria Cassiene Queiroz Lima e outro : R.h Defiro o pedido de desarquivamento de fls. 39. Expedientes necessários. Aracoiaba (CE), 24 de janeiro de 2022. Cynthia Pereira Petri Feitosa Juíza de Direito

ADV: CYRO REGIS QUEIROZ ALENCAR (OAB 26901/CE) - Processo 0004559-59.2014.8.06.0036 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Conselho Regional de Medicina Veterinária - Considerando os desbloqueios realizados, intimem-se as partes e arquive-se.

ADV: ISRAEL DOS SANTOS BERNARDINO (OAB 44321/CE) - Processo 0007364-14.2016.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Alimentos Gravídicos - REQUERIDO: Antonio Eduardo da Silva Filho - DESPACHO Processo nº:0007364-14.2016.8.06.0036 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Procedimento Comum Cível Assunto:Alimentos Gravídicos Requerente:Maria Evilene de Oliveira Silva e outro : R.h Defiro o pedido de desarquivamento, decorrendo o prazo de 30 dias em branco, devolva-se os autos ao arquivo. Expedientes necessários. Aracoiaba (CE), 24 de janeiro de 2022. Cynthia Pereira Petri Feitosa Juíza de Direito

ADV: JOSE SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 35914/CE), ADV: DOMENICO MENDES DA SILVA (OAB 40236/CE) - Processo 0050155-22.2021.8.06.0036 - Averiguação de Paternidade - Alimentos - REQUERENTE: M.I.C.A. - REQUERIDO: I.O.S. - DESPACHO Processo nº:0050155-22.2021.8.06.0036 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Averiguação de Paternidade Assunto:Alimentos Requerente:Maria Iasmim da Costa Aureliano Requerido:Israel Oliveira Silva R.h Intimem-se as partes para manifestarem-se sobre Laudo Pericial de fls. 68/70, em três dias. Após, deverão apresentar memoriais no prazo legal. Por fim, abra-se vista ao Ministério Público para parecer de mérito. Expedientes necessários. Aracoiaba (CE), 20 de janeiro de 2022. Cynthia Pereira Petri Feitosa Juíza de Direito

ADV: OLINTHO OLIVEIRA LOPES (OAB 24088/CE) - Processo 0050362-21.2021.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Antonio Ambrosio Bezerra - DESPACHO Processo nº:0050362-21.2021.8.06.0036 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Procedimento Comum Cível Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes Requerente:José Antonio Ambrosio Bezerra Requerido:Itaú Unibanco S/A R.h Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação no prazo legal. Expedientes necessários. Aracoiaba (CE), 24 de janeiro de 2022. Cynthia Pereira Petri Feitosa Juíza de Direito

ADV: MARKES RAFHAEL ALVES BARBOSA (OAB 23473/CE) - Processo 0200026-92.2022.8.06.0036 - Auto de Prisão em Flagrante - Ameaça - AUTUADO: Francisco George da Cruz Brito - DECISÃO Processo n.º:0200026-92.2022.8.06.0036 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Auto de Prisão em Flagrante Assunto:Ameaça Autoridade Policial:Delegacia Municipal de Aracoiaba Autuado:Francisco George da Cruz Brito Vistos, etc. A DD Delegada de Polícia Municipal de Baturité, através do Ofício IP nº 425-13/2022, comunica que FRANCISCO GEORGE DA CRUZ BRITO, PRESO PELA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO DOS ARTS. 129, 147 e 331 do Código penal c/c os arts. 5, II e 7, I e II da lei 11.340/06, tendo como vítimas ANTÔNIA GISELE DA SILVA SANTOS, FRANCISCO RAFAEL BRITO DA SILVA E MARIA ALICE DE BRITO SILVA. Manifestação do Ministério Público às fls. 46/48, pugnando pela decretação da preventiva. A defesa manifestou-se pela concessão da liberdade do acusado nos autos em apenso de nº 0010011-69.2022.8.06.0036. No exercício do poder-dever insculpido no art. 310 do Código de Processo Penal CPP, com sua atual redação, passo a analisar a legalidade da custódia do acusado. O presente auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais, tais como autoridade competente, oitiva do condutor e de testemunhas, interrogatório dos indiciados, nota de culpa, exame de corpo de delito, formulário de identificação de fatores de risco para a COVID- 19, comunicação a familia dos acusados, fotos e as assinaturas exigidas pelo Código de Processo Penal (arts. 304 e parágrafos). Observa-se também sua tipicidade se inclui entre as que autorizam prisão em flagrante (art. 302 do CPC), bem como que até o presente momento não existem provas de que o agente praticou o fato segundo as hipóteses elencadas nos incisos do art. 23 do Código Penal, pelo o que o HOMOLOGO. Superada esta fase me detenho a analisar a necessidade da manutenção da prisão do flagranteado. Analisando o comunicado de prisão em flagrante de FRANCISCO GEORGE DA CRUZ BRITO, ao qual lhe são atribuídas as práticas dos crimes dos ARTS. 129, 147 e 331 do Código penal c/c os arts. 5, II e 7, I e II da lei 11.340/06, atendendo o contido no art. 310 do Código de Processo Penal CPP, hei por bem converter, a prisão em flagrante em prisão preventiva, em razão dos fundamentos que passo a expor. A prisão em flagrante deve ser, ou não, convertida em preventiva (art. 310 do CPP). Existem nove medidas diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, devendo o julgador analisar com prudência e proporcionalidade o cabimento ou não da substituição. Ocorre que no caso dos autos, nenhuma das medidas diversas da prisão se adéqua à gravidade do crime, circunstâncias dos fatos e condições pessoais do acusado, requisitos essenciais previstos no art. 282 do CPP. Entendo que a liberdade provisória deve ser concedida quando o agente praticou o fato nas condições dos incisos do art. 23 do Código Penal ou quando não estiverem presentes quaisquer das hipóteses elencadas no art. 312 do CPP. Assaz dito que a natureza da prisão preventiva é meramente instrumental e não constitui antecipação da pena, em razão do princípio da presunção de inocência, somente podendo ser decretada em casos excepcionais, desde que presentes os pressupostos que autorizam essa decretação. Nota-se dos autos que o acusado agrediu os filhos ANTÔNIA GISELE DA SILVA SANTOS (13 ANOS), FRANCISCO RAFAEL BRITO DA SILVA (09 ANOS), arremensando pedras contra eles, vindo a lesiona-los, bem como AMEÇOU DE MORTE A VÍTIMA MARIA ALICE DE BRITO SILVA (79 ANOS), a propria polícia que interveio após ser acionada pela vítima,. Exame de corpo de delito das vítimas realizados (fls. 14 e 18), os quais constataram as lesões. Ressalto que o art. 313 do Código de Processo Penal, prevê que: Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos; II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.-negritei Com efeito, da documentação colacionada, vislumbro indícios de autoria e materialidade, que o indiciado lesionou as vítimas e vem perturbando e proferindo ameaças. Encontram-se presentes, também, os requisitos autorizadores da decretação da custódia provisória inseridos no art. 312 do CPP, a saber: garantia da ordem pública, impondo-se a decretação da prisão do indiciado para preservar a integridade física e psicológica das vítimas ofendidas, ameaçadas pela suposta conduta do flagranteado. Logo, não se justifica outra medida a não ser a custódia preventiva do réu para preservar a integridade física e psicológica das vítimas. Acerca do assunto os Tribunais, inclusive o STJ, vêm se manifestando pela decretação da prisão preventiva em caso de descumprimento das medidas protetivas: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AMEAÇA. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO RÉU. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. O Tribunal a quo assinalou a necessidade da constrição diante da necessidade de proteção à integridade física e psíquica da vítima, diante do reiterado descumprimento das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo, com base na Lei Maria da Penha. 2. A prisão preventiva do Paciente está devidamente fundamentada, haja vista que a jurisprudência considera idônea a decretação da custódia cautelar fundada no

descumprimento de medidas protetivas, de acordo com o previsto no art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal. 3. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 467.591/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018) HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. AMEAÇA. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO. NEGATIVA DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. RECALCITRÂNCIA CRIMINOSA DO PACIENTE. FUNDAMENTAÇÃO NOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PREDICADOS PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. A tese de negativa de descumprimento das medidas protetivas de urgência impostas é matéria que exige aprofundada análise do substrato fático-probatório dos autos, providência incomportável na estreita via do writ constitucional. 2. Presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva, com atendimento à necessidade de garantia da ordem pública, acrescida da evidente periculosidade do agente, que é recalcitrante na prática delituosa, além de ter descumprido as medidas protetivas de urgência impostas pelo juízo a quo, incomportável se faz qualquer reparo no ato atacado. 3. Os alegados predicados pessoais favoráveis não autorizam, por si sós, a concessão da liberdade, mormente quando demonstrada a necessidade da medida cautelar. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO DENEGADA. (TJGO, Habeas Corpus 5504574-68.2018.8.09.0000, Rel. ITANEY FRANCISCO CAMPOS, 1ª Câmara Criminal, julgado em 14/01/2019, DJe de 14/01/2019) Assim, havendo a presença dos requisitos legalmente exigidos, mister a decretação da prisão preventiva do agressor, no intuito de preservar a integridade das vítimas e garantir a ordem pública. Ex positise, com fulcro nos artigos 311 e seguintes do Código de Processo Penal, bem como no art. 20 da Lei 11.340/2006,DECRETOa prisão preventiva deFRANCISCO GEORGE DA CRUZ BRITO,consignando que estapoderá ser revogada a qualquer momentocláusularebus sic stantibus,caso alteradaa situação fáticados fatos. Expeça-se mandado de prisão,com urgência. Cumpra-se o disposto no art. 21 da Lei 11.340/06. Intimem-se. Cumpra-se. Ciência ao MP e a Defesa. Aracoiaba/CE, 21 de janeiro de 2022. Cynthia Pereira Petri Feitosa Juíza de Direito

COMARCA DE ARACOIABA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA
JUÍZA DE DIREITO TITULAR: DRA. CYNTHIA PEREIRA PETRI FEITOSA
SUPERVISOR DA UNIDADE JUDICIÁRIA: DRA. DAVIANNY ALVES SIMIÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 20 DIAS

A **Dra. Cynthia Pereira Petri Feitosa**, Juíza de Direito titular da Comarca de Aracoiaba, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. **FAZ SABER** a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem que tramita neste Juízo a Ação Penal nº **6793-43.2016.8.06.0036**, movida contra **WANDERSON PEREIRA FEITOSA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 08.06.1993, natural de Fortaleza/CE, filho de Vilma Pereira Diniz, *dado como residente na Bulandeira II, nesta Cidade de Aracoiaba/CE*, e, encontrando-se referido acusado atualmente em local incerto e não sabido, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, **INTIMA-O**, pelo presente, da sentença proferida às págs. 75/77, a qual vai a seguir transcrita: ***" 1. RELATÓRIO. Wanderson Pereira Feitosa foi denunciado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO como incurso nas sanções do artigo 19 do Decreto Lei das Contravenções Penais. O Órgão do Ministério Público narrou, em resumo, que no dia 30.01.2016, por volta das 18h00min, nas localidade Gitirana, nesta cidade de Aracoiaba, integrantes da Polícia Militar receberam denúncia de que três pessoas estariam brigando no referido logradouro, ao chegarem ao local, encontraram o acusado armado com arma branca, faca com cabo de madeira, medindo 23 centímetros, momento em que o mesmo teve a arma apreendida e foi conduzido até a autoridade policial. Na fl. 12, assenta-se o auto de apreensão e apresentação da faca. A denúncia foi recebida, no dia 27 de abril de 2017 (fl. 38/39). O acusado não foi citado , pois não foi mais localizado, tendo o processo sido suspenso, após citação por edital (fL. 47/51). Os autos subiram conclusos. Nada mais há para relatar. 2. DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. Com o advento da Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008, abre-se ao Juiz, a possibilidade de absolver sumariamente o acusado, quando verificar: "I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente." (CPP 397). Colhe-se dos autos que foi imputado ao réu a prática da contravenção penal prevista no artigo 19 do Decreto-Lei nº 3.688/41, que assim preceitua:"Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade". O sentido do vocábulo arma deve ser compreendido não só como o aspecto técnico, em que quer significar o instrumento destinado ao ataque ou defesa, mas também em sentido vulgar (arma imprópria), ou seja, qualquer outro instrumento que se torne vulnerante, bastando que seja utilizado de modo diverso daquele para o qual fora produzido. Com relação a essa contravenção, tenho que a conduta imputada ao réu é atípica, pois a contravenção de porte de arma branca não foi devidamente regulamentada por lei específica. Sobre a faca, o porte ostensivo foi usado para incrementar a ameaça, mas o réu não fora denúnciado por ameaça. Ademais, sequer é possível obter a licença mencionada no tipo legal. Inexiste qualquer regulamentação relativa à forma de se obter eventual licença para o porte de arma branca, regulamentação esta necessária para a plena eficácia da lei, posto que esta define como contravenção apenas portar arma sema licença da autoridade. Assim, não havendo meios de se obter a referida licença e não estando tal dispositivo penal regulamentando como deveria, de rigor o reconhecimento da atipicidade da conduta. Nesse sentido, a jurisprudência: PORTE DE ARMA BRANCA. Fato atípico. Inexiste regulamentação de licença para uso e porte de arma branca, não configurada o artigo 19 da LCP (RECURSO CRIME Nº 71.001.143.346, TURMA RECURSALCRIMINAL COMARCA DE SANTA MARIA Rio Grande do Sul).APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA (artigo 19,CAPUT, DO DECRETO-LEI Nº 3.688/41). Tipo contravencional que carece de regulamentação sobre as condições em que o porte de arma branca seria admitido e/ou inadmitido. Normal penal em branco não complementada. Absolvição que se impunha, com força no princípioda legalidade (artigo 386, inc. III, do C.P.P.) Sentença mantida por seus própios fundamentos. APELO IMPROVIDO. (Apelação Crime Nº 70009858002,Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS,Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Julgado em 24/08/2005. Desta forma, inviável a condenação do réu pela referida contravenção, até porque o princípio da legalidade, sendo o cerne de todo o Direito Penal no Estado Democrático de Direito, deve ser absoluto, permitindo que apenas fatos definido de forma ampla e pormenorizada, em lei, sejam considerados crimes, sob pena de arbítrio do Estado. Anoto, por fim, que a exposição ostensiva de arma branca pode, analisadas as particulariedades do caso, caracterizar o crime de ameaça, mas tal conduta não é objeto da denúncia. No caso, embora os policiais tenham presenciado, a certa distância, a posse da arma branca pelo réu, não visualizaram qualquer gesto ou ação hostil. Nesse***

ponto, de rigor a absolvição do réu. O Estado não pode buscar punição para todos os fatos, inclusive os que não geram riscos intoleráveis pela sociedade. 3. DISPOSITIVO. ABSOLVO SUMARIAMENTE, portanto, Wanderson Pereira Feitosa, com suporte no artigo 397, inciso III, do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi debitada nestes autos. Publicar. Registrar. Intimar. Arquivar. Aracoiaba/CE, 21 de janeiro de 2022. AA: Cynthia Pereira Petri Feitosa – Juíza de Direito". Para conhecimento de todos, é passado o presente Edital, com prazo de 20 dias, o qual será afixado no átrio do Fórum e publicado no Diário da Justiça deste Estado. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sede no Fórum Des. Vicente Bessa, situado na Av. Tiradentes, nº 1449, em Aracoiaba-CE, tel: (85) 3337 1441. Dado e passado nesta Cidade de Aracoiaba, Estado do Ceará, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e dois (2022). Eu, , *José Reginaldo da Silva Oliveira*, Auxiliar Judiciário, mat. 000641-1-4, o digitei, e eu, , *Davianny Alves Simião*, Supervisora da Unidade, o subscrevi.

Cynthia Pereira Petri Feitosa
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 20 DIAS

A **Dra. Cynthia Pereira Petri Feitosa**, Juíza de Direito titular da Comarca de Aracoiaba, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. **FAZ SABER** a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem que tramita neste Juízo a Ação Penal nº **5580-70.2014.8.06.0036**, movida contra **RAIMUNDO DA SILVA SOUSA**, mais conhecido por "Dim", brasileiro, solteiro, agricultor, nascido aos 20.03.1975, natural de Aracoiaba/CE, filho de Osvaldo Gabriel de Sousa e de Maria Rodrigues da Silva Sousa, *dado como residente na localidade denominada Bela Vista, Município de Baturité/CE*, e, encontrando-se referido acusado atualmente em local incerto e não sabido, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, **INTIMA-O**, pelo presente, da sentença proferida às págs. 68/70, a qual vai a seguir transcrita: ***" 1. RELATÓRIO. Raimundo da Silva Sousa foi denunciado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO como incurso nas sanções do artigo 19 do Decreto Lei das Contravenções Penais. O Órgão do Ministério Público narrou, em resumo, que no dia 26.09.2014, por volta das 10h00min, nas proximidades do Bradesco, Centro, nesta cidade de Aracoiaba, integrantes da Polícia Militar receberam denúncia anônima de que um indivíduo estaria no referido logradouro, armado com arma branca, peixeira, 06 polegadas, momento em que o mesmo teve a arma apreendida e foi conduzido até a autoridade policial. Na fl. 09, assenta-se o auto de apreensão e apresentação da faca. A denúncia foi recebida, no dia 10 de dezembro de 2014 (fl. 18). O acusado não foi citado (fl.23), pois não foi mais localizado, tendo o processo sido suspenso, após citação por edital (fL. 40). Os autos subiram conclusos. Nada mais há para relatar. 2. DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. Com o advento da Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008, abre-se ao Juiz, a possibilidade de absolver sumariamente o acusado, quando verificar: "I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente." (CPP 397). Colhe-se dos autos que foi imputado ao réu a prática da contravenção penal prevista no artigo 19 do Decreto-Lei nº 3.688/41, que assim preceitua:"Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade". O sentido do vocábulo arma deve ser compreendido não só como o aspecto técnico, em que quer significar o instrumento destinado ao ataque ou defesa, mas também em sentido vulgar (arma imprópria), ou seja, qualquer outro instrumento que se torne vulnerante, bastando que seja utilizado de modo diverso daquele para o qual fora produzido. Com relação a essa contravenção, tenho que a conduta imputada ao réu é atípica, pois a contravenção de porte de arma branca não foi devidamente regulamentada por lei específica. Sobre a faca, o porte ostensivo foi usado para incrementar a ameaça, mas o réu não fora denúnciado por ameaça. Ademais, sequer é possível obter a licença mencionada no tipo legal. Inexiste qualquer regulamentação relativa à forma de se obter eventual licença para o porte de arma branca, regulamentação esta necessária para a plena eficácia da lei, posto que esta define como contravenção apenas portar arma sema licença da autoridade. Assim, não havendo meios de se obter a referida licença e não estando tal dispositivo penal regulamentando como deveria, de rigor o reconhecimento da atipicidade da conduta. Nesse sentido, a jurisprudência: PORTE DE ARMA BRANCA. Fato atípico. Inexiste regulamentação de licença para uso e porte de arma branca, não configurada o artigo 19 da LCP (RECURSO CRIME Nº 71.001.143.346, TURMA RECURSALCRIMINAL COMARCA DE SANTA MARIA Rio Grande do Sul).APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA (artigo 19,CAPUT, DO DECRETO-LEI Nº 3.688/41). Tipo contravencional que carece de regulamentação sobre as condições em que o porte de arma branca seria admitido e/ou inadmitido. Normal penal em branco não complementada. Absolvição que se impunha, com força no princípioda legalidade (artigo 386, inc. III, do C.P.P.) Sentença mantida por seus própios fundamentos. APELO IMPROVIDO. (Apelação Crime Nº 70009858002,Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS,Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Julgado em 24/08/2005. Desta forma, inviável a condenação do réu pela referida contravenção, até porque o princípio da legalidade, sendo o cerne de todo o Direito Penal no Estado Democrático de Direito, deve ser absoluto, permitindo que apenas fatos definido de forma ampla e pormenorizada, em lei, sejam considerados crimes, sob pena de arbítrio do Estado. Anoto, por fim, que a exposição ostensiva de arma branca pode, analisadas as particulariedades do caso, caracterizar o crime de ameaça, mas tal conduta não é objeto da denúncia. No caso, embora os policiais tenham presenciado, a certa distância, a posse da arma branca pelo réu, não visualizaram qualquer gesto ou ação hostil. Nesse ponto, de rigor a absolvição do réu. O Estado não pode buscar punição para todos os fatos, inclusive os que não geram riscos intoleráveis pela sociedade. 3. DISPOSITIVO. ABSOLVO SUMARIAMENTE, portanto, Raimundo da Silva Sousa , com suporte no artigo 397, inciso III, do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi debitada nestes autos. Publicar. Registrar. Intimar. Arquivar. Aracoiaba/CE, 21 de janeiro de 2022. AA: Cynthia Pereira Petri Feitosa – Juíza de Direito".*** Para conhecimento de todos, é passado o presente Edital, com prazo de 20 dias, o qual será afixado no átrio do Fórum e publicado no Diário da Justiça deste Estado. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sede no Fórum Des. Vicente Bessa, situado na Av. Tiradentes, nº 1449, em Aracoiaba-CE, tel: (85) 3337 1441. Dado e passado nesta Cidade de Aracoiaba, Estado do Ceará, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e dois (2022). Eu, , *José Reginaldo da Silva Oliveira*, Auxiliar Judiciário, mat. 000641-1-4, o digitei, e eu, , *Davianny Alves Simião*, Supervisora da Unidade, o subscrevi.

Cynthia Pereira Petri Feitosa
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: RAFAEL DINIZ CAMPELO BEZERRA (OAB 24948/CE), ADV: JOSE ALCY PINHEIRO NETO (OAB 28290/CE), ADV: RAFAEL FEITOSA BARRETO (OAB 32739/CE) - Processo 0000755-10.2019.8.06.0036 (apensado ao processo 0000715-28.2019.8.06.0036) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Marcilio Pereira de Souza - SENTENÇA Processo n.º:0000755-10.2019.8.06.0036 Apensos:0000715-28.2019.8.06.0036 Classe:Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto:Receptação e Crimes do Sistema Nacional de Armas Ministério Público:Ministério Público do Estado do Ceará Réu:Marcilio Pereira de SouzaMarcilio Pereira de Souza R.h Vistos em sentença. MARCÍLIO PEREIRA DE SOUZA, nos autos, foi processado pelo cometimento do art. 12 da leinº 10.826/2003 e art. 180 caput, do CP. Fora juntado aos autos laudo cadavérico e certidão de óbito às fls. 75/81. Às fls. 85/86, o Ministério Público, postula a extinção da punibilidade pela morte do agente. Decido. A certidão de óbito acostada aos autos assenta que a morte do réu se deu em 14 de abril de 2021. Trata-se, a meu sentir, de existência de um fato real, constatado por intermédio de documentação idônea, assim considerada porque extraída do registro da informação em órgãos públicos diversos. Efetivamente, este Juízo tomou todas as cautelas exigidas pelo art. 62 do Código de Processo Penal, logrando êxito no sentido de que fosse trazida aos autos a certidão de óbito do réu. Ressalto, na oportunidade, que uma certidão de óbito qualquer que fosse juntada aos autos poderia não oferecer a segurança que a lei pretendeu assegurar, tanto que há discussão doutrinária acerca dos efeitos jurídicos da extinção da punibilidade fundamentada em certidão de óbito falsa, e que, caso a morte não tenha ocorrido, a nulidade absoluta da decisão poderá ser declarada de ofício. Nesse sentido invoca-se precedente do Supremo Tribunal Federal: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE AMPARADA EM CERTIDÃO DE ÓBITO FALSA. DECRETO QUE DETERMINA O DESARQUIVAMENTO DA AÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA DE REVISÃO PRO SOCIETATEE DE OFENSA À COISA JULGADA. FUNDAMENTAÇÃO. ART. 93, IX, DA CF. I. - A decisão que, com base em certidão de óbito falsa, julga extinta a punibilidade do réu pode ser revogada, dado que não gera coisa julgada em sentido estrito. II. (...) IV. - H.C. indeferido. (SFT, HC 84525/MG, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TUIRMA., julgado em 16.11.2004) No teor do acórdão, o Ministro Carlos Velloso fez constar: A extinção de punibilidade pela morte do agente (art. 107, I, do Código Penal), em decorrência do princípio mors omnia solvitocorre independentemente da declaração. A decisão que reconhece extinta a punibilidade é meramente declaratória, não subsistindo se seu pressuposto é falso. Há, também, precedente do Superior Tribunal de Justiça: PENAL. HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE EXTINGUIU A PUNIBILIDADE DO RÉU PELA MORTE. CERTIDÃO DE ÓBITO FALSA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. O desfazimento da decisão que, admitindo por equívoco a morte do agente, declarou a punibilidade, não constitui ofensa à coisa julgada. (STF, HC 60095/RJ, Rel. Min. Rafael Mayer). Ordem denegada. (STJ, HC 31234/MG, Rel. Min. FÉLIX FISCHER, QUINTA TURMA., julgado em 16.12.2003) Por esses motivos, corroborando com o parecer ministerial de fls.85/86, tenho o documento de fls. 81 como idôneo ao atestar que o réu faleceu. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo extinto a punibilidade atribuída ao réu MARCÍLIO PEREIRA DE SOUZA, conforme o art. 107, I, do Código Penal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IINTIME-SE. Arquivem-se os autos após as cautelas legais. Aracoiaba/CE, 25 de janeiro de 2022. Cynthia Pereira Petri Feitosa Juíza de Direito

ADV: FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7030/CE) - Processo 0004771-80.2014.8.06.0036 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jonas Kesley Monteiro da Silva - I. RELATÓRIO O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu Denúncia em face de Jonas Kesley da Silva Monteiro atribuindo a ele a prática de fato supostamente criminoso. Disse o Ministério Público, em síntese o seguinte: 1. O denunciado, no dia 18 de abril de 2014, por volta das 18hs e 30min (noite), na localidade Genipapeiro, foi abordado por policiais militares por estar portando um revólver calibre 32, marca Iná, nº série 71694 com quatro cápsulas intactas e duas deflagradas; 2. O acusado não posuía autorização para portá-la. 3. Por fim, requereu o regular processamento do presente feito e a conseqüente a condenação do acusado. A denúncia foi recebida no dia 21 de maio de 2014 e, em ato contínuo, determinada a sua citação (fls. 46). A resposta à acusação acosta-se às fls. 62/67, esclarecendo que os fatos ocorreram de maneira diversa do narrado na peça delatória, tendo em vista a intenção pretendida pelo autor, mas confessa o fato a ele imputado, tendo juntado, desde já, rol de testemunhas. A defesa preliminar fora recebida e ddesignada audiência de instrução e julgamento (fls. 69). Em sede de instrução foram ouvidas duas testemunhas arroladas pelo Ministério Público e uma pela defesa e o acusado, nesta ordem. A acusação requereu a dispensa de Francisco Antônio do Carmo, o que foi deferido (fls. 114). Nas alegações finais o Ministério Público fez um breve relato sobre o fato de não existir nos autos o exame de potencialidade lesiva da arma, defendendo sua prescindibilidade e, por estar devidamente comprovado a autoriae a materialidade, consubstanciadas pela confissão do réu e pela ratificação da autoria do delito pelas testemunhas de acusação, pugnou pela condenação do acusado pela infração do Art. 14, da Lei Nº 10.826/03 (fls. 132/135). Por força do despacho de págs. 126, este juízo determinou a remessa ao MP, face a inexistência do laudo, bem como em virtude da inexistência do ofício nº 471/2014, mencionado no relatório do IP, donde percebe-se que a arma e a munição sequer foram encaminhadas para perícia. O processo fora julgado , tendo o réu sido absolvido, págs. 136/140. Após recurso do MP, em sede de acórdão, o TJCE cassou a sentença e determinou o retorno dos autos para que fosse oportunizado às partes o direito de se manifestarem sobre a prova produzida na instrução através das alegações finais, nos termos do art. 403, §3º, do CPP. (Acórdão págs. 213/217), o que fora feito ás págs. 231. Alegações finais, novamente apresentadas ás págs. 241/247. Alegações finais da Defesa apresentadas ás págs. 259/263. Os autos vieram-me conclusos. Era o que havia a relatar. II FUNDAMENTAÇÃO II.1. ANOTAÇÕES PRELIMINARES O acusado foi validamente citado e teve oportunidade de defesa assegurada em todas as fases do processo. Nada foi alegado e nada vislumbro que possa ter ensejado a nulidade dos atos processuais praticados. II.2. DA CONDUTA DEBITADA AOS ACUSADOS No caso em apreço, pesa sobre o réu a acusação de ter praticado a infração constante no Art. 14, da Lei Nº 10.826/03. II. 3. DA MATERIALIDADE DELITIVA Nenhuma dúvida há acerca da materialidade delitiva, conforme auto de apreensão e apresentação de págs. 12.II. 4. DA AUTORIA O acusado assume a autoria do fato em tela nos seguintes termos de seu interrogatório e defesa preliminar: (...) que na ocasião estava arma da com uma revólver calibre 32, marca Iná, municiado com seis cápsulas (...). Que narra que não tem inimigos e não pretendia matar ninguém com a aludida arma (...) que comprou a mesma visto que tem uma namorada que reside na supra citada localidade e que costuma sair muito tarde da casa da mesma e por conta disso comprou a arma de fogo para defender-se de possíveis assaltos (...) . As testemunhas arroladas pelo Ministério Público disseram resumidamente, em juízo, que o acusado estava no Bar do Danilo portanto a arma, que tentou escondê-la, mas que apresentou a mesma versão na Polícia. III. DISPOSITIVO Verifico que NÃO FORA REALIZADO o exame pericial pelo Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, que teria como objetiva atestar as condições de uso da arma apreendida. Muito embora este juízo, tenha tentado por três vezes, determinar a juntada do laudo pela PEFOCE, após quatro anos, ainda não obteve uma resposta positiva, págs. 124/125 . A jurisprudência entende que, para caracterização do crime de porte ilegal de

arma de fogo, é imprescindível que a arma tenha potencialidade ofensiva: TIPO DE PROCESSO: Apelação Crime NÚMERO: 70013527296 RELATOR: Sylvio Baptista Neto TRIBUNAL: Tribunal de Justiça do RS DATA DE JULGAMENTO: 20/04/2006 Nº DE FOLHAS: 14 ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Criminal COMARCA DE ORIGEM: Comarca de Bento Gonçalves SEÇÃO: CRIME PUBLICAÇÃO: Diário da Justiça do dia 03/07/2006 TIPO DE DECISÃO: Acórdão EMENTA: PORTE ILEGAL DE ARMA. PERÍCIA ANULADA. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA APTIDÃO DA ARMA. ABSOLVIÇÃO. Para a comprovação da existência do crime e de porte ilegal de arma é indispensável o exame pericial que ateste a aptidão da arma apreendida. Isto porque, como pacificamente assentado na jurisprudência, não se pode falar na caracterizaçãodo delito previsto na Lei 10.826/03, se arma de fogo apreendida não tem potencialidade ofensiva. O tipo penal tutela, como bem jurídico, a incolumidade da coletividade, a qual não estaria sujeita a nenhuma lesão. Assim, anulando-se a perícia por imprestável como prova, tendo em vista que os peritos não demonstraram que, através de um teste efetivo, o revólver era capaz de produzir disparos, fica sem suporte a condenação pelo crime do artigo 14 da referida legislação. RECEPTAÇÃO DOLOSA. PROVA. INDÍCIOS. CARACTERIZADA. Não se discute que, para a caracterização do delito previsto no art. 180, caput, do Código Penal, é indispensável que o agente tenha prévia ciência da origem criminosa do objeto. Contudo, tendo em vista que se trata de um comportamento subjetivo, a prova, neste caso, é sutil e difícil. Assim, torna-se importante à verificação dos fatos circunstanciais que envolvem a infração e a conduta do agente. Ora, não deixa de ser evidente, e desta forma induvidoso, que o apelado, pessoa já duas vezes condenado pelo crime de porte ilegal de arma, sabia da origem ilícita do revólver. Com a Lei do Desarmamento, ficou quase impossível comprar uma arma por meios legais. E quem adquire legalmente uma arma o faz através do comércio específico. Qualquer outra forma de aquisição será a demonstração de que seu comprador tem conhecimento da origem ilícita da coisa. Isto porque o possuidor, mesmo legalmente, se viu obrigado a devolver sua arma, pois a permanência com ele passou a ser crime. E quem tem posse e porte legais, evidentemente, não vai sair à rua, para transferir sua arma. DECISÃO: Apelosministerial e defensivo providos, por maioria de votos. (Apelação Crime Nº 70013527296, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator:S ylvio Baptista Neto, Julgado em 20/04/2006) (Sem destaques no original) TIPO DE PROCESSO: Apelação Crime NÚMERO: 70015430655 RELATOR: Nereu José Giacomolli TRIBUNAL: Tribunal de Justiça do RS DATA DE JULGAMENTO: 05/10/2006 Nº DE FOLHAS: ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Criminal COMARCA DE ORIGEM: Comarca de Gravataí SEÇÃO: CRIME PUBLICAÇÃO: Diário da Justiça do dia 23/10/2006 TIPO DE DECISÃO: Acórdão EMENTA: ESTATUTO DO DESARMAMENTO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO RASPADA. BEM JURÍDICO. ATIPICIDADE. FALSA IDENTIDADE. CRIME INEXISTENTE. 1. Mesmo nos crimes de perigo, como porte de arma de fogo, exige-se, no mínimo a violação de uma relação de cuidado-de-perigo, como manifestação da ofensividade necessária à tipicidade do crime. As normas penais, em um Estado Democrático de Direito, somente se legitimam quando perseguem o objetivo de assegurar ao cidadão uma coexistência pacífica e livre. Por bem jurídico há que se entender as circunstâncias reais dadas ou finalidades necessárias para uma vida segura e livre e não a mera descrição típica, a mera previsão normativa. No caso em tela, o porte de arma de fogo municiada, contudo, inapta a produzir disparos, na medida em que não ostenta condições normais de uso e de funcionamento, não permite o reconhecimento da ofensa ao bem jurídico, portando, atípico o fato. 2. Quando a prova demonstra que a arma de fogo apreendida não apresenta condições normais de uso, é de ser reconhecida a inexistência da prática de crime, na medida em que não há ofensa ao bem jurídico. 3. Não existe crime na ação do agente que, preso em flagrante delito, mente sobre seu nome. Considerando que o Estado tem a possibilidade de identificar fisicamente o flagrado ou indiciado, através de método datiloscópico com a colheita de impressões digitais, torna impossível a ocultação do verdadeiro status personae do agente, deste modo, os elementos inverídicos declinados à autoridade policial com o intuito de passar-se por outrapessoa, são absolutamente ineficazes. APELOS DEFENSIVOS PROVIDOS.(Apelação Crime Nº 70015430655, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 05/10/2006) A conduta de portar uma arma de fogo incapaz de ofender a integridade física, ou a saúde ou a vida de alguém é atípica. Neste caso, nada há que ateste o contrário. III. DISPOSITIVO Diante das razões expendidas, com suporte no artigo 386, inciso III, do Código Penal, ABSOLVO Jonas Kesley da Silva Monteiro , já qualificado na denúncia, das acusações que lhe são feitas, nestes autos. Publicar. Registrar. Intimar. Arquivar.

ADV: FRANCISCO IRANETE DE CASTRO FILHO (OAB 20079/CE) - Processo 0050410-77.2021.8.06.0036 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - RÉU: JOSÉ DA SILVA SANTOS - DECISÃO Processo n.º:0050410-77.2021.8.06.0036 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Auto de Prisão em Flagrante Assunto:Ameaça Autoridade Policial:Delegacia Municipal de Aracoiaba AutuadoJOSÉ DA SILVA SANTOS R.h Recebi hoje. O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO apresentou DENÚNCIA em face de JOSÉ DA SILVA SANTOS, atribuindo a ele(s) a prática de conduta(s) criminosa(s) descritas no art. 147 - B, do Código Penal Brasileiro, aplicando as disposições da lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e posse ilegal de arma de fogo (art. 12 da lei 10.826/03, em concurso material art. 69 do CP. Sobre a denúncia, importa anotar que estão presentes as condições da ação, visto que: A) a ação penal foi oferecida pelo Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça desta Comarca, restando o Órgão Ministerial legitimado ad causam; B) a imputação está conforme o que foi apurado no inquérito policial, logo atendido os requisitos concernentes à legitimidade passiva; C) a prestação jurisdicional é necessária e adequada, configurando-se, pois, o interesse de agir do Ministério Público; e d). há previsão legal da conduta atribuída ao(s) acusado(s) e da punição correspondente, confirmando-se a possibilidade jurídica do pedido. A peça delatória está conforme o que explicita o artigo 41, do Código de Processo Penal, não se encontrado em nenhuma das situações previstas no artigo 43, do referido diploma legal. Por tais razões, RECEBO a presente Denúncia, em todos os seus termos. Determino que a Secretaria da Vara Única adote as providências a seguir descritas: 1. JUNTAR certidão de antecedentes criminais do(s) denunciado(s), certificando-se, também, se há contra ele(s) outro processo criminal em curso ou se ele(s) foi(ram) beneficiado(s) com transação penal ou suspensão condicional do processo, se tal providência ainda não foi adotada; 2. CITAR o(a) acusado(a), para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias (CPP 396), podendo argüir questões preliminares, e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, se necessário (CPP 396-A); 3. por ocasião da citação, ESCLARECER o(a/s) acusado(a/s) que, se ele(a/s) não apresentar(em) defesa, no prazo estabelecido, ser-lhe-á(ão) nomeado Defensor Dativo (CPP 396-A § 2º); 4. À SVU deverá oficiar a autoridade policial, para providenciar a remessa do laudo pericial realizado no armamento apreendido em 15 (quinze) dias. 5. DAR CIÊNCIA ao Ministério Público, pessoalmente, deste despacho; 6. Por fim, deve-se alocar a denúncia para o início do processo. Aracoiaba/CE, 24 de janeiro de 2022. Cynthia Pereira Petri Feitosa Juíza de Direito

Ação: **CURATELA**
Processo nº: **0005413-19.2015.8.06.0036**
Requerente: **MARIA JOSÉ DA SILVA FREITAS**
Curatelanda: **MAGNA DA SILVA FREITAS**
JUSTIÇA GRATUÍTA

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A **DRA. CYNTHIA PEREIRA PETRI FEITOSA**, Juíza de Direito, Titular da Comarca de Aracoiaba, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. **FAZ SABER** a todos que virem o presente **EDITAL** ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, tramitou o processo nº. **0005413-19.2015.8.06.0036,** ação de curatela requerida por MARIA JOSÉ DA SILVA FREITAS, em que é curatelanda MAGNA DA SILVA FREITAS**,** julgada pela Exma. Sra. Dra. Cynthia Pereira Petri Feitosa, Juíza de Direito, titular da Comarca de Aracoiaba/CE, datada de 06.12.2021, cujo dispositivo tem o seguinte teor: ***"*** ... ***Posto isso, e pelo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido e nomeio como curadora de MAGNA DA SILVA FREITAS, a requerente, Sra. MARIA JOSÉ DA SILVA FREITAS, sob compromisso, esclarecendo que, nos termos do artigo 85, "caput" e §1º da Lei 13.146/2015, a curatela afetará somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Deve a Curadora de prestar compromisso, nesta secretária de vara, para todos os fins legais. Observe-se que a curadora não poderá alienar bens, sem prévio alvará judicial. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil publique-se esta decisão na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, na imprensa local uma vez, e no órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias, com menção, no edital, dos nomes do interditado e do curador, da causa da interdição e dos limites da curatela. Determino comunicação ao TRE da interdição ora decretada, nos termos do parágrafo 1°, do artigo 51 da Resolução n° 20.132, de 19 de março de 1998, encaminhando-se as cópias necessárias. Determino a expedição de mandado de inscrição ao Cartório do Registro Civil da Comarca Competente, para a devida averbação (CC 9° III); Fica a Curadora advertida de cumprir o que determina o artigo 758 do novo Código de Processo Civil, ou seja, buscar os tratamentos que forem necessários e possíveis e apoio destinados a dar a conquista de autonomia para a requerida, seja parcial ou total, devendo, caso haja alterações na situação da requerida, comunicar imediatamente a este juízo, para reanálise dos limites da interdição/curatela. Caso cessem as causas que determinaram a interdição (por exemplo, na hipótese de, no futuro, a técnica médica venha a viabilizar tratamento a interditada), poderá o requerido levantá-la,nos termos do artigo 756 do Código de Processo Civil. A Curadora nomeada ficará responsável pela administração dos bens da interditada, nos termos do art. 759, § 2º, do Código de Processo Civil. Não é caso de arbitramento de honorários advocatícios. Custas pela requerente, que é beneficiada pela gratuidade processual. Expeça-se certidão oportunamente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ..."***. E, cumprindo as demais determinações constantes da r. sentença de pgs. 100/103, dos autos epigrafados, foi expedido o presente Edital que deverá ser publicado no Diário da Justiça, deste Estado, **por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias de uma publicação para outra**, de conformidade com o artigo 755, § 3º, do CPC. Dado e passado nesta Cidade de Aracoiaba, Estado do Ceará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano 2022 (dois mil e vinte e dois). AA: Antonio Gomes Nogueira, técnico judiciário, mat. 000122-1-1, □o digitei e subscrevo. AA: Cynthia Pereira Petri Feitosa – Juíza de Direito.

COMARCA DE ARARIPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARIPE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARIPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2022

ADV: JORGE WALACE SARAIVA CRUZ (OAB 27043/CE) - Processo 0000050-75.2019.8.06.0209 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.H.L.P. e outro - Vistos. Trata-se de ação de interdição. Inicial e documentos às fls. 01 a 13. Pedido de desistência à fl. 52 e 54. É o breve Relatório. DECIDO. A desistência da ação é prerrogativa da parte autora; consiste em ato de natureza eminentemente processual, que não alcança o direito material posto em juízo. Uma vez manifestada a intenção da parte nesse sentido e observada a forma prevista no art. 485, VII, § 4º, do CPC, vincula o juízo, que deve, então, limitar-se a homologar o pedido e extinguir o processo, sem entrar em qualquer questão de mérito. Em face do exposto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado à fl. 52/54, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o art. 485, VIII e § 4º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com as baixas de estilo. Expedientes necessários. Araripe/CE, 25 de janeiro de 2022. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz de Direito

ADV: GUILHERME LOPES DE ALENCAR FILHO (OAB 32002/CE) - Processo 0050039-44.2020.8.06.0038 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: A.S.R. - Vistos. Trata-se de Ação de Alimentos ajuizada por Thaislon Mohamed Gomes Santos, representado por sua genitora Anaiana dos Santos Roseno, em face de Saíbe da Silva Gomes. Inicial instruída com documentos de fls. 01/12. Designou-se audiência de conciliação para o dia 18/05/2021. Intimada, por meio de seu advogado, a autora não compareceu, nem tão pouco apresentou justificativa, conforme termo de audiência de fls. 20/21. Além disso, também não apresentou endereço do requerido. Na tentativa de intimar a representante do autor, pessoalmente, certificou-se que esta não mais reside no endereço informado. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Não pode o aparato judiciário ficar à mercê do desinteresse das partes, aguardando, indefinidamente, a boa vontade da autora para se manifestar. A inércia autoral restou sobejamente comprovada, ante sua ausência injustificada à audiência designada, não havendo outro caminho senão a extinção do feito, conforme determina o artigo 7° da Lei n° 5.478/68, vejamos: Art. 7º. O não comparecimento do autor determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Diante do exposto, em face do não comparecimento da parte autora na audiência de conciliação, apesar de devidamente intimada para o ato, determino o ARQUIVAMENTO do processo, sem resolução de mérito e revogo, também, a liminar de alimentos provisórios concedida às fls. 18, o que faço com fundamento no art. 7º, da Lei 5.478/68. Ciência ao Ministério Público. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Transitado em julgado, arquivem-se. Expedientes necessários. Araripe/CE, 25 de janeiro de 2022. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz de Direito

ADV: GUILHERME LOPES DE ALENCAR FILHO (OAB 32002/CE) - Processo 0050048-06.2020.8.06.0038 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: N.C.S. - Vistos. Trata-se de ação de Alimentos ajuizada por Adriano Carvalho de Lima e Leandro Carvalho de Lima, representados por Natália Carvalho dos Santos, em face de José Adriano de Lima. Inicial e documentos às fls. 01 a 12. Pedido de desistência à fl. 61 a 63. É o breve Relatório. DECIDO. A desistência da ação é prerrogativa da parte autora; consiste em ato de natureza eminentemente processual, que não alcança o direito material posto em juízo. Uma vez manifestada a intenção da parte nesse sentido e observada a forma prevista no art. 485, VII, § 4º, do CPC, vincula o juízo, que deve, então, limitar-se a homologar o pedido e extinguir o processo, sem entrar em

qualquer questão de mérito. Em face do exposto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado às fls. 61/63, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o art. 485, VIII e § 4º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com as baixas de estilo. Expedientes necessários. Araripe/CE, 25 de janeiro de 2022. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz de Direito

ADV: LÍVIA MARIA FERNANDES MUNIZ (OAB 43915/CE) - Processo 0050272-07.2021.8.06.0038 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Bianca Brilhante Guedes e outro - Vistos. Barbara Brilhante Guedes e Bianca Brilhante Gudes ajuizaram o presente pedido de Alvará Judicial, visando receber para si valores deixado em vida pela sua mãe falecida, a senhora Edna Guedes Venâncio. Instruem o pedido os documentos de fls. 04/15. É o relatório. Decido. Ausente qualquer impugnação e não havendo a necessidade de produzir outras provas, além das já existentes nos autos, conheço diretamente do pedido. Visa a parte autora obter autorização judicial para receber valores deixados por sua falecida mãe junto o INSS e à Caixa Econômica Federal. O inventário e o arrolamento, apesar de serem procedimentos, em regra, obrigatórios e destinados à apuração do patrimônio do morto e à partilha dos bens, podem ser dispensados em certas ocasiões. Nesse sentido, dispõe o art. 666 do Novo Código de Processo Civil: Art. 666. Independerá de inventário ou de arrolamento o pagamento dos valores previstos na Lei no 6.858, de 24 de novembro de 1980. A Lei n. 6.858, de 24.11.80, por sua vez, dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares nos seguintes termos: Art. 1º. Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Fundo de Participação PIS PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em cotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específicas dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. (grifei) Muito embora a citada lei apenas mencione valores devidos por empregadores, montantes de FGTS ou PIS-PASEP, o rol é ampliado no art. 2º: Art. 2º. O disposto nesta Lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. (grifei) Verifica-se, pelo dispositivo supra, que a hipótese de incidência da lei é alargada para facilitar o recebimento de valores devidos e não recebidos em vida, facilitando o trâmite dos procedimentos de jurisdição voluntária. Assim, percebe-se que a legitimidade e o interesse processual restam comprovados, conforme documentos acostados aos autos, além de haver adequação da via eleita, sendo desnecessária a prestação jurisdicional pelo procedimento de arrolamento e inventário. ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, c/c art. 1º, § 1º da Lei nº 6.858/80, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para autorizar a requerente, por intermédio de seus causídicos constituídos, a proceder ao recebimento dos valores existentes em favor da falecida Edna Guedes Venâncio. Custas suspensas pelo deferimento da gratuidade de justiça. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Ante a ausência de litigiosidade, dispensa-se o trânsito em julgado, expedindo-se o respectivo ALVARÁ e, cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes necessários. Araripe/CE, 26 de janeiro de 2022. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz de Direito

ADV: ERIVANDO BEZERRA DE LIMA (OAB 35804/CE) - Processo 0050282-51.2021.8.06.0038 - Interdição/Curatela - Fixação - INTERTE: J.F.O. - Vistos. Trata-se de ação de interdição. Inicial e documentos às fls. 01 a 17. Pedido de desistência à fl. 57 e 58. É o breve Relatório. DECIDO. A desistência da ação é prerrogativa da parte autora; consiste em ato de natureza eminentemente processual, que não alcança o direito material posto em juízo. Uma vez manifestada a intenção da parte nesse sentido e observada a forma prevista no art. 485, VII, § 4º, do CPC, vincula o juízo, que deve, então, limitar-se a homologar o pedido e extinguir o processo, sem entrar em qualquer questão de mérito. Em face do exposto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado à fl. 57/58, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o art. 485, VIII e § 4º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com as baixas de estilo. Expedientes necessários. Araripe/CE, 25 de janeiro de 2022. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DE ALENCAR ANDRADE (OAB 13000/CE) - Processo 0050821-17.2021.8.06.0038 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.O. - Vistos. Trata-se de pedido de homologação de acordo extrajudicial que versa sobre reconhecimento e dissolução de união estável c/c alimentos e regulamentação de visitas ajuizado por Jailane Pereira Vilar e Maciel da Silva Oliveira, todos qualificados nos autos. Termo de acordo às fls. 01/05. Documentos às fls. 06/11. Parecer do Ministério Público pela homologação do acordo às fls. 16/17. É o relatório. Decido. No caso em tela, as partes são legítimas e estão bem representadas. Não vislumbro qualquer vício na manifestação volitiva por elas apresentadas perante este Juízo. As cláusulas resguardam os interesses das partes, visto à ausência de vícios que possam maculá-las. Além disso, o artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aduz que haverá resolução de mérito quando o juiz homologar a transação, in verbis: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: () III homologar: (...) b) a transação; (grifei) Assim sendo, outra solução não se afigura viável senão a homologação da avença celebrada pelas Partes. Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo firmado pelas partes, conforme petição inicial, e JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade judiciária que concedo às partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Expedientes necessários. Araripe/CE, 26 de janeiro de 2022. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARIPE
JUIZ(A) DE DIREITO SYLVIO BATISTA DOS SANTOS NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA TUANY ALENCAR PEREIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: ERIVANDO BEZERRA DE LIMA (OAB 35804/CE) - Processo 0050486-95.2021.8.06.0038 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Luiz Fernando Zuza dos Santos - Designo a audiência de Instrução para 21/02/2022 às 11:00h. ORIENTAÇÕES PARA AUDIÊNCIA VIRTUAL De acordo as orientações da Resolução nº 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme a Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, considerando a pandemia causada pela COVID-19, bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, a audiência designada se dará de forma virtual, não havendo necessidade das partes se deslocarem ao fórum. Basta seguir o passo a passo abaixo: Seu LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: LINKLINK REDUZIDO *Caso precise digitar: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3alWsJmDrzS7uQTdwAFaOs_tfM2PPJdQRlANCqxpLm1001%40thread.tacv2/1643208370826?context=%

7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22e6d226f9-22d5-4aeb-8fe3-511de9a0c34b%22%7d https://link.tjce.jus.br/44fc01 PARTICIPAR COM CELULARPARTICIPAR COM COMPUTADOR 1. Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; 2. Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; 3. Clicar/digitar no/o link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. 1. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; 2. Clicar/digitar no/o link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; 3. Clicar em “PARTICIPAR DA REUNIÃO”; 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo; CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS Informamos que a audiência PODERÁ SER GRAVADA, após comando do magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, a mídia será inserida no Sistema de Automação Judiciária (SAJ); As testemunhas ficarão incomunicáveis, aguardando no “Lobby”, sendo admitida a sala uma por vez. Adivirta-se as partes para que acessem a sala virtual com 10 (dez) minutos de antecedência e, em caso de impossibilidade de participação pelo meio remoto, deverão informar em até 5 (cinco) dias de antecedência à unidade através do Whatsapp Business ou Email Institucional disponíveis. O Whatsapp Business da unidade (8899373-8329) e e-mail institucional (araripe@tjce.jus.br) serão monitorados em tempo real durante a realização do ato a fim de prestar auxílio às partes em relação ao acesso à sala virtual. Araripe/CE, 26 de janeiro de 2022. Camila Vitória De Alencar Carvalho Assistente de Unid. Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARIPE
JUIZ(A) DE DIREITO SYLVIO BATISTA DOS SANTOS NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA TUANY ALENCAR PEREIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: CICERO GLEDSON ALVES PEREIRA DE LIMA (OAB 43183/CE) - Processo 0010158-26.2021.8.06.0038 (processo principal 0050632-39.2021.8.06.0038) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Estupro de vulnerável - REQUERENTE: Antônio Dionísio de Sousa Filho - R. hoje. Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva c/c aplicação de medidas cautelares diversas da prisão formulado por Antônio Dionísio de Sousa Filho, vulgo Padeiro. Alegou o requerente, em apertadíssima síntese, que se encontra preso preventivamente desde o dia 27 de setembro de 2021 e, por um equívoco deste Juízo (repetição da decisão que recebeu a denúncia e determinou a citação do réu para apresentar resposta à acusação), sofre constrangimento ilegal pela demora na tramitação processual. Aduziu, outrossim, a carência de fundamentação do decreto prisional, posto que calcado em juízo de culpabilidade, violador da presunção de inocência, e na gravidade em abstrato do delito atribuído ao suplicante. Na sequência, asseverou que, diante do resultado da perícia médica, não se poderia dar credibilidade à palavra da vítima. Afirmou, ainda, ostentar condições pessoais favoráveis. Subsidiariamente, pleiteou a substituição da cautelar extrema por medidas outras (art. 319 do Código de Processo Penal). Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou de maneira desfavorável à pretensão (cf. parecer de fls. 37 a 40). Vieram-me os autos conclusos. É o relato. Decido. Destaca-se, antes de tudo, que não há de se falar em prazo determinado, contado em dias, para a início e/ou conclusão da fase de instrução, eis que os prazos fixados na legislação processual penal não são absolutos, conforme reiterado entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores. A bem da verdade, o relaxamento da prisão preventiva, com fundamento em excesso de prazo, reveste-se pela nota da excepcionalidade, tanto que, como dissemos acima, a jurisprudência têm se manifestado no sentido de que o prazo para o início e/ou conclusão da instrução criminal não é peremptório, admitindo-se a sua dilação em razão de causas justas e razoáveis. No caso sub judice, não se verifica o constrangimento ilegal apto a ensejar o relaxamento da prisão preventiva. Com efeito, apesar da repetição do ato jurisdicional de recebimento da exordial acusatória, não existiu qualquer prejuízo à marcha processual, encontrando-se o feito aguardando a realização de audiência de instrução, designada para o dia 11 de abril do corrente ano (cf. ato ordinatório de fls. 110/112). A título de reforço, colaciona-se o Egrégio Tribunal Alencarino o seguinte julgado: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ACAUTELAMENTO DA SEGURANÇA DA VÍTIMA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONSTATAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARA DATA PRÓXIMA EM 23/09/2019. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Paciente preso pela prática do crime tipificado no art. 217-A, do Código Penal, apontado como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Madalena/CE. 2. Acerca da tese de ausência de fundamentação, verifico que a decisão combatida resta satisfatoriamente fundamentada, uma vez que constatados os indícios de autoria e a materialidade delitivas, bem como a gravidade concreta do delito, considerando ainda o risco concreto de reiteração delitiva, motivos aptos a corroborar com a imposição da medida excepcional. 3. No que diz respeito ao excesso de prazo para a formação da culpa, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade. 4. Após atenta análise dos autos de origem, verifico que o paciente foi preso preventivamente aos 11/01/2019, e que o feito encontra-se atualmente aguardando o início da instrução, tendo o Magistrado primevo designado audiência para o dia 23/09/2019, não havendo como se falar em desídia estatal. Precedentes desta Câmara Criminal. 5. Ressalto ainda que a prisão do paciente é necessária para o acautelamento do meio social, cujo risco concreto restou plenamente demonstrado nos autos, sobretudo diante do risco concreto de reiteração delitiva, indicativos do risco real e concreto que a liberdade do acusado pode ocasionar à integridade física da vítima, visto que o juízo primevo já havia decretado a imposição de medidas cautelares, aos 23/07/2018 (fls. 24/26), por ocasião de requerimento de medida protetiva de urgência, o que a meu entender, se mostraram insuficientes no caso concreto. 6. Ordem

conhecida e denegada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus, ACORDAM os Desembargadores da 1ª CÂMARA CRIMINAL do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, à unanimidade, em CONHECER da ordem impetrada, para DENEGÁ-LA, tudo em conformidade com o voto do relator. Fortaleza-CE, 27 de agosto de 2019. DESEMBARGADOR FRANCISCO CARNEIRO LIMA Relator (Habeas Corpus Criminal - 0626538-63.2019.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) FRANCISCO CARNEIRO LIMA, 1ª Câmara Criminal, data do julgamento: 27/08/2019, data da publicação: 28/08/2019). (grifei) Ademais, diferentemente do afirmado, a decisão que decretou a prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada na gravidade concreta da conduta imputada ao agente e no perigo que a sua liberdade representa à ordem pública. A propósito, colaciona-se trecho da citada decisão: Em relação ao periculum libertatis, entendo que a segregação cautelar é imprescindível para garantir a ordem pública, posto não haver dúvidas acerca da gravidade em concreto da conduta, consubstanciado no modus operandi utilizado para a prática dos atos libidinosos. Com efeito, o suposto delito sexual foi praticado reiteradamente, por um período aproximado de 04 (quatro) anos, contra uma criança que, a época do início dos abusos, contava com apenas 07 (sete) anos de idade, aproveitando-se o suposto ofensor da pauperização de sua família, que sobrevive apenas com a quantia fixa de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), proveniente do programa social Bolsa Família, e da renda obtida pelo pai em trabalhos de roça, bem como do desiquilíbrio do lar, provocado, muito provavelmente, pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas pelos genitores, e por problemas de saúde, como o contágio do vírus HIV por aqueles (os pais) e por sua irmã caçula de 04 (quatro) anos, além de uma tribulação mental e/ou psicológica que acometeria a mãe. () De se sublinhar, ademais, que, a par de abusar da confiança dos acendentes ou, em hipótese não pouco provável, de gozar de sua complacência, o representado ostenta proximidade com os irmãos da vítima, frequentando, aproveitando-se da relação de vizinhança, constantemente a casa onde moram, fato que tem gerado, quando precisa ir ao casebre dos pais para medicar sua irmã menor, insegurança e constrangimento à vítima, além do receio, pelo histórico comportamental do abusador, de que a ultimogênita também venha a sofrer das mesmas violações por parte do seu algoz. (grifei) O resultado do exame pericial não infirma a palavra da vítima. Pelo contrário, verifica-se uma absoluta coerência entre os seus relatos e a conclusão da prova técnica. Senão vejamos: Ouvida em sede policial, a criança afirmou (cf. termo de declaração de fls. 37 e 42 a 44): () que na frente de sua casa mora um homem chamado Antônio Dionísio (v. Padeiro); que desde os sete anos de idade ele pedia para ela fazer as coisas na casa dele, tipo lavar louça, lavar a roupa dele e varrer a casa; que também fazia até a comida para ele; que ele dava dinheiro, as vezes cinco reais; as vezes dez reais; que quando estava na casa dele fazendo as coisas para ele, ele começava a tirar a roupa dele e também tirava a sua roupa e ficava se esfregando no seu corpo; que ele ficava mostrando vídeos de pornografia no celular; que ele ficava pelado e passando o pênis dele em sua vagina mas que ele nunca fez penetração; que isso começou quando tinha sete anos de idade e aconteceu até o começo desse ano; (...). (grifei) Por sua vez, o médico legista atestou que (cf. Laudo Pericial nº 2021.0144597 de fls. 25 a 27): Realizo exame acompanhado pela Servidora Auxiliar de Perícia Alana. Pericianda menor acompanhada pela Tia paterna refere que um homem conhecido por Antônio Dionísio Melo Padeiro vem abusando sexualmente da mesma há vários anos. A vítima refere que o mesmo faz carícias e masturbação, sem penetração vaginal ou anal. Refere agressões. Ao exame físico, consciente e orientada, sem lesões de interesse médico legal. Ao exame genital, apresenta hímem e ânus íntegros. Sem sinais de lesões recentes ou alguma outra lesão de interesse médico legal. . (grifei) Deve-se ressaltar, por oportuno, que a figura típica do estupro de vulnerável engloba atos libidinosos diversos da conjunção carnal que podem, por vezes, não deixar vestígios. Do Sodalício Tribunal da Cidadania: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. PEDIDO CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ABSOLVIÇÃO. VIA INCOMPATÍVEL. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. É assente nesta Corte Superior que o agravo regimental deve trazer novos argumentos ou documentos inéditos capazes de infirmar a decisão agravada, sob pena de manutenção do decisum pelos próprios fundamentos. 2. O pedido de absolvição não pode ser apreciado na via estreita do habeas corpus, por demandar o exame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos. Precedentes. 3. O estupro de vulnerável se consuma independentemente da conjunção carnal e de vestígios, conforme jurisprudência consolidada. Se não houver ilegalidade manifesta que possa ser constatada sem a análise acurada dos elementos probatórios produzidos, a conclusão pela prática do crime e pela condenação do réu se mantém, ainda que o desfecho do laudo pericial se distinga da orientação final dos Juízos de origem, sobretudo se há trânsito em julgado do acórdão da apelação e do decisum que julgou improcedente a revisão criminal. 4. Agravo não provido. (AgRg no HC 634.627/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/02/2021, DJe 02/03/2021). (grifei) Noutro pórtico, eventuais condições pessoais favoráveis não justificam, isoladamente, a substituição da utima ratio por medidas cautelares restritivas, desde que haja base empírica idônea para a manutenção daquela, como é o caso. Nesse mesmo sentido: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. CONTEMPORANEIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. IMPRESCINDIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. ANTECIPAÇÃO DA PENA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O não enfrentamento de matéria pelas instâncias originárias impede sua análise pelo STJ, sob pena de supressão de instância. 2. A imprescindibilidade da prisão preventiva justificada no preenchimento dos requisitos dos arts. 312, 313 e 315 do CPP impede a aplicação das medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP. 3. Eventuais condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a prisão preventiva quando presentes os requisitos legais para sua decretação. 4. A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação de pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 152.992/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 28/09/2021, DJe 01/10/2021). (grifei) Derradeiramente, estando presente a necessidade concreta da decretação da custódia preventiva, a bem do resguardo da ordem pública, ante a gravidade concreta dos fatos, do risco real de reiteração das condutas abusivas e da necessidade de escudar a integridade psicológica da infante supostamente violentada, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram suficientes e adequadas, razão pela qual são inaplicáveis ao caso em análise. Em caso semelhante, posicionou-se do mesmo modo o Egrégio Tribunal de Justiça Cearense: HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ALEGADA A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. INOCORRÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE ENTENDIMENTO AMPARADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CONSIDERAÇÃO DO MODUS OPERANDI DO PACIENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INSUFICIÊNCIA DA FIXAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. O impetrante arguiu ausência de fundamentação na decretação da prisão preventiva do ora paciente. Contudo, da leitura das razões adotadas pela autoridade coatora, percebe-se que a mesma seguiu o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a periculosidade do agente, evidenciada pela gravidade concreta do crime, constitui fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar, resguardando-se a ordem pública. Precedentes. 2. No caso, também não se pode sustentar a alegação de que o decreto de prisão preventiva do paciente fora genérico, pois a autoridade coatora analisou circunstâncias concretas do caso, citando até a

maneira como, supostamente, teriam ocorrido os abusos em face do menor. 3. Conforme ainda entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, presente um dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, torna-se irrelevante o fato de o paciente possuir circunstâncias pessoas favoráveis. Precedentes. 4. Por fim, adverte-se a impossibilidade de fixação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o fato de o paciente ser vizinho da vítima faz necessário o recolhimento daquele por prisão cautelar, no intuito de salvaguardar a ordem pública naquela região, bem como a integridade psíquica do menor supostamente violentado. 5. Habeas corpus conhecido e denegado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0620957-38.2017.8.06.0000, impetrado por Camila Braga Maia e Ana Jéssica de Sousa Rodrigues em favor de JOSÉ ERNANDO LIMA MARQUES, contra ato do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia/CE. ACORDAM os desembargadores integrantes da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em conhecer do presente habeas corpus, mas para DENEGAR-LHE a ordem. Fortaleza, 14 de março de 2017. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator (Relator (a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS; Comarca: Caucaia; Órgão julgador: 3ª Vara; Data do julgamento: 14/03/2017; Data de registro: 14/03/2017). (grifei) Logo, o indeferimento da pretensão liberatória é medida que se impõe. Pelo exposto, e considerando o mais que dos autos consta, INDEFIRO os pedidos formulados por ANTÔNIO DIONÍSIO DE SOUSA FILHO, vulgo PADEIRO. Expedientes necessários. Após, arquive-se. Araripe/CE, 13 de janeiro de 2022. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz de Direito

COMARCA DE ARARENDÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARENDÁ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARENDÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: MANOEL ANTONIO ROCHA FONSECA (OAB 12021/MA) - Processo 0010298-97.2020.8.06.0037 (processo principal 0002856-77.2016.8.06.0148) - Oposição - Indenização por Dano Moral - OPOENTE: Antonio Borges Filho e outros - Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Intime-se a parte peticionante, via DJ, para, querendo, apresentar a petição nos autos principais. Pontuo a impossibilidade deste juízo proceder a juntada,eis que os autos principais encontram-se em grau de recurso. Após tudo providenciado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: ANTONIO PADUA DO NASCIMENTO (OAB 7820/CE) - Processo 0050010-97.2020.8.06.0133 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento - REQUERENTE: Raimunda Nonata da Silva Moura - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo e atendendo ao determinado na sentença de páginas 38/39, expedi o ALVARÁ e intimei a requerente, através de seu advogado, o DR. ANTONIO PÁDUA DO NASCIMENTO OAB/CE 7820, acerca da expedição do referido alvará.

ADV: ATHILA BEZERRA DA SILVA (OAB 38071/CE) - Processo 0050549-26.2021.8.06.0037 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: José Israel Carreiro da Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 640/2020, emanada da Presidência do TJCE, que colocou à disposição a ferramenta eletrônica de videoconferência Microsoft Teams para uso durante esse período de pandemia, certifico que FOI DESIGNADA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 13:15H, a qual será realizada por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams. Fica o advogado incumbido de repassar o link da audiência para a testemunha “Maria Carreiro Matos” genitora do acusado. Em virtude de falta de endereço e telefone de contato. A testemunha deverá entrar na sala da audiência através do seguinte Link ou QR code: https://link.tjce.jus.br/62196a

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARENDÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: JÉSSICA CALISTA BARBOSA VIEIRA (OAB 38853/CE) - Processo 0000438-09.2019.8.06.0037 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.C.L.S. - Diante do lapso temporal, determino que a secretaria intime novamente a parte requerente para que informe se possui o telefone celular da parte requerida, em 15 dias, bem como para dizer se ainda tem interesse no feito, sob pena de extinção por abandono.

COMARCA DE ASSARÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE ASSARÉ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ASSARÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: MARCELO PATRICK DIAS DE PINHO OLIVEIRA (OAB 32115/CE) - Processo 0000097-05.2017.8.06.0214 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: C.B.S. - Considerando o julgamento da apelação pelo ETJCE, mantendo incólume a sentença, determino a intimação da parte autora para requerer o que entender de direito, em 5 dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos.

ADV: BRENO HENRIQUE MATIAS ESMERALDO (OAB 36730/CE) - Processo 0050513-72.2021.8.06.0040 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: M.D.R.S. - Considerando que o acionado e seu patrono foram intimados em audiência para apresentar contestação, deixando decorrer o prazo, DECRETO A REVELIA do acionado. Intime-se a autora para que informe se deseja produzir outras provas, especificando-as, em 15 dias, vedado o protesto genérico. Decorrido o prazo, abra-se vista ao MP.

ADV: MATEUS VICENTE RAMOS RODRIGUES (OAB 20603/PI) - Processo 0200055-33.2022.8.06.0040 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Luzia Maria Gonçalves - Considerando que a multa questionada é advinda do DETRAN-CE, autarquia estadual, portanto com personalidade jurídica própria, determino a emenda à inicial, no

prazo de 15 dias, para que seja retificado o polo passivo, sob pena de indeferimento da inicial. Determino também a emenda para que seja juntada procuração outorgada pela autora. Ademais, determino que seja comprovada hipossuficiência econômica alegada ou o imediato recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição.

COMARCA DE AURORA - VARA UNICA DA COMARCA DE AURORA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AURORA
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO PIMENTEL BRITO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA PAULA AVELINO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2022

ADV: CÍCERO ROBERTO DOS SANTOS LIMA (OAB 40131/CE) - Processo 0050861-87.2021.8.06.0041 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Leve - REQUERIDO: C.A.S. - Ante todo o exposto, MANTENHO a decisão de fls. 24/27, julgando PROCEDENTE o pedido autoral, com fulcro no art. 487, I, CPC/15 CPC, devendo tais medidas prevalecerem pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir da intimação do requerido da decisão que decretou as medidas protetivas, que se deu em 02/12/2021 (fls. 32). Notifique-se a ofendida e o requerido da presente sentença, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.340/2006. SERVINDO A PRÓPRIA SENTENÇA COMO MANDADO PARA CUMPRIMENTO. Custas ex lege. Ciência ao parquet. P. R. I. Após o trânsito em julgado deste decisório, arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AURORA
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO PIMENTEL BRITO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA PAULA AVELINO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: LUCIANO ALVES DANIEL (OAB 14941-0/CE) - Processo 0005178-66.2017.8.06.0041 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - VÍTIMA: Paulo Gonçalves de Aquino - DENUNCIADO: Jean Júnior de Araújo Ferreira - R. hoje, Ante o trânsito em julgado certificado nos autos quanto a sentença de pronúncia quanto ao acusado JEAN JUNIOR DE ARAUJO FERREIRA. Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência, nos termos do art. 422 do CPP. Exp de praxe.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AURORA
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO PIMENTEL BRITO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA PAULA AVELINO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: EDILSON TAVARES DE SOUSA (OAB 23175/PB) - Processo 0050436-94.2020.8.06.0041 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsidade ideológica - INVESTIGADO: Joe Englys de Luna Rodrigues - Ante o exposto e de tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 381 e 387, ambos do CPP, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado para condenar JOE ENGLYS DE LUNA MORAIS, já qualificada, como incurso nas penas do art. 297 do CP. Passo à dosimetria da pena considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68 do CP: a) Culpabilidade: não agiu com culpabilidade que ultrapassasse os limites da norma penal incriminadora; b) Antecedentes Criminais: é primário, conforme certidão de fls. 263; c) Conduta Social: não há nos autos nada que a desabone; d) Personalidade: não há dados técnicos nos autos para aferi-las; e) Motivos do crime: são os comuns ao tipo, razão pelo qual deixo de valorar; f) Circunstâncias do crime: são intrínsecas ao próprio tipo penal; g) Conseqüências: são próprias do tipo penal, nada tendo a valorar; h) Comportamento da vítima: não se aplica ao tipo penal em análise. Assim, fixo a pena-base em seu patamar mínimo de 02 (dois) anos de reclusão. Inexistem circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem reconhecidas, bem como causas de aumento ou diminuição de pena. Em atenção às mesmas circunstâncias do art. 59, já analisadas, fixo a pena pecuniária em 10 (dez) dias multa. Atinente ao critério do art. 49 e considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em 1/10 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Assim, torna-se 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa para o condenado, mantendo o valor já fixado (1/10 do salário mínimo). Fixo como regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade o ABERTO (art. 33 § 2º, do CP). O artigo 44 do Código Penal preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando aplicada pena não superior a 04 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. O réu não é reincidente e o delito perpetrado é daqueles que admitem o benefício, logo, substituo a pena privativa de liberdade imposta por duas penas restritivas de direitos, nas modalidades de: a) PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, no importe equivalente a 03 (três) salários mínimos vigentes (piso nacional), a ser destinado a entidade assistencial ou congênere a ser especificada pelo juízo da Execução Penal, conforme arts. 44, § 2°, segunda parte, e 45 § 1°, ambos do Código Penal. b) PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE, em entidade a ser designada pelo juízo da execução penal, pelo período de 13 (treze) meses, a serem cumpridas durante uma hora de tarefa por dia útil da semana ou, de forma a não prejudicar a jornada normal de trabalho do acusado, em sábados, domingos e/ou feriados. Concedo ao réu o benefício de apelar em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, com fundamento no mandamento do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, pois respondeu ao processo em liberdade e não se encontram presentes os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva, previstos no art. 312, do CPP (art. 387 § 1°, CPP) . Deixo de condenar o réu, em valor mínimo, para reparar os danos causados pela infração, conforme determina o art. 387, IV do CPP, já que a questão não foi discutida ou alegada ao longo dos fólios processuais, em homenagem aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, como assim entende o STJ (vide REsp. 1.185.542/RS). Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais (art. 804, CPP) Após o trânsito em julgado: oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral para providenciar a suspensão dos direitos políticos do condenado durante o prazo para cumprimento da pena (art. 15, III da Carta Magna e art. 71 § 2º do Código Eleitoral); intime-se o condenado para recolher o valor da multa no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de remessa dos autos ao MP para fins de cobrança (STF, ADI

3150); extraia a documentação pertinente à execução da pena (arts. 105 e 106 da Lei de Execuções Penais); e arquivem-se os autos dando a devida baixa. Ciência ao parquet. P. R. I. C.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AURORA
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO PIMENTEL BRITO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA PAULA AVELINO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: JOSÉ NANDA BEZERRA (OAB 28445/CE), ADV: JOE ENGLYS DE LUNA RODRIGUESS (OAB 33186/CE) - Processo 0050470-69.2020.8.06.0041 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: M.F.N. - REQUERIDA: F.F.O.F. - Intime(m)-se as partes para que digam se há outras provas a produzir no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de julgamento. Exp Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AURORA
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO PIMENTEL BRITO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA PAULA AVELINO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: TIAGO ALVES CALLOU (OAB 34234/CE) - Processo 0050660-95.2021.8.06.0041 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Cícera Sandra de Oliveira Silva - Antônio Elmo Santos Silva - Chamo o feito a ordem. Compulsando os autos, constato que quanto a pensão alimentícia os peticionantes informaram o valor de R$ 150,00, porém, por extenso, transcreveram o valor de duzentos reais. Assim, para dirimir qualquer dúvida, determino a intimação das partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, esclareçam o valor da pensão alimentícia, bem como que, caso entendam necessário, a estipulem em forma de porcentagem, o que acarretaria em adequação automática com os ajustes futuros do valor do salário mínimo nacional. Exp nec.

COMARCA DE BARBALHA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS FILHO (OAB 13937/CE) - Processo 0001531-72.2008.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: José Félix da Silva - Recebidos hoje. I- Defiro o pedido de desarquivamento dos autos (fls.09), após realize o desbloqueio do valor o qual se refere à página 02. II- Após, intime-se o autor (ou réu) para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de arquivo. II Findo o prazo sem manifestação, retornem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: MARIANA GOMES PEDROSA BEZERRA GURGEL (OAB 19348-0/CE), ADV: CICERA EMANUELLY MARTINS BARBOSA (OAB 32667/CE), ADV: PATRICIA LUCAS MAIA (OAB 32012/CE), ADV: SERGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 28561/CE), ADV: AMANDA PERES DA SILVEIRA (OAB 24573/CE), ADV: SAMARA DA PAZ OLIVEIRA (OAB 24482/CE), ADV: YANNA PAULA LUNA ESMERALDO (OAB 16696/CE), ADV: SERGIO GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 2799/CE), ADV: MARCELA LEOPOLDINA QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 18971/CE) - Processo 0016210-96.2016.8.06.0043 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: F.D.U.S. - DECISÃO Processo nº:0016210-96.2016.8.06.0043 Classe Assunto:Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução Requerente:Vinicius Nascimento Silva Requerido:Francisca Danielle Uchoa Silva Rh. Trata-se de cumprimento de sentença requerido por Vinícius Nascimento Silva. O exequente sustenta a existência de crise no cumprimento de um capítulo da sentença, consistente na desocupação do imóvel sito à Rua Nossa Senhora do Carmo, 02, BL CS 15, Condomínio Alto dos Cardeais por parte da executada, cujas condições estão melhor especificadas no item “c” do termo de páginas 74-75. Afirma que realizou o depósito judicial dos valores no dia 17.11.2017, mas a promovida, até o momento, permanece ocupando o imóvel. Intimada para cumprir a sentença, a executada apresentou impugnação. Em substância, a impugnante alegou que, semanas após a celebração do acordo judicial, o exequente teria aquiescido com a permanência da impugnante no imóvel reclamado, até que a filha do casal atingisse a maioridade. Postulou o reconhecimento da inexigibilidade da obrigação. Sobre a impugnação, o exequente disse que a obrigação é exigível e que não houve o suposto acordo para postergar a desocupação do imóvel. É o que importa relatar. Decido. De início, vejo que assiste razão ao exequente. Explico. Conforme restou estabelecido no título executivo, “[...] quanto ao bem imóvel, qual seja, um imóvel residencial localizado na Rua Nossa Senhora do Carmo, 02, BL CS 15, Condomínio Alto dos Cardeais, Mata dos Limas, Barbalha-CE, o promovido, pelo valor pago até então do referido imóvel financiado junto a CEF, pagará a autora o valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo que enquanto não efetivar o pagamento desse valor, a autora permanecerá residindo no imóvel e, empós pagamento terá o autor ao prazo de 03 (três) meses para desocupar o imóvel; o promovido assumirá o restante o valor do financiamento ficando com o imóvel para si; [...]”. O acordo foi homologado e a sentença transitou em julgado (página 77). A obrigação que competia ao exequente (pagamento à autora do valor de R$50.000,00) foi devidamente cumprida (páginas 107-110), satisfazendo ao quanto disposto no artigo 514 do CPC. A impugnante, inclusive, foi notificada extrajudicialmente acerca do depósito judicial e do prazo para desocupação do imóvel (páginas 103-105). Para justificar o descumprimento da obrigação que lhe incumbia, a impugnante sustentou ter firmado novo acordo com o exequente, suspendendo a obrigação de desocupação do imóvel. Ocorre que, realmente, não há nos autos qualquer prova acerca da existência dessa nova avença. A simples demora no requerimento do cumprimento de sentença não desnatura os requisitos da obrigação contida no título. Por essas razões, não subsiste a alegação aforada em sede de impugnação. CONCLUSÃO Desta forma, considerando a higidez da obrigação contida no título executivo, JULGO IMPROCEDENTE a impugnação ao cumprimento de sentença. Por consequência, determino que a executada desocupe o imóvel reclamado dentro do prazo máximo de 15 dias, sob pena de desocupação forçada. Caso não haja a desocupação voluntária, expeça-se mandado de desocupação forçada, a ser cumprido por oficial de justiça e, se necessário, com auxílio de força policial. Oficie-se à Caixa Econômica Federal, para que informe a este juízo, no prazo de cinco dias, a ID do depósito judicial de páginas 108-110. Intimem-se. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 08 de janeiro de 2022. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES (OAB 31132/CE), ADV: LUIZA ROBERTA ESMERALDO MOURÃO

(OAB 38833/CE) - Processo 0050800-26.2021.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: C.L.C. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , e considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 22/março/2022, às 08h:30min, a se realizar na sala virtual do CEJUSC de Barbalha-CE. Considerando que não mais poderá ser utilizada Plataforma Cisco Webex para a realização das audiências por videoconferência, ficando, consequentemente, desativada a sala anteriormente criada e utilizada por este CEJUSC de Barbalha; Considerando, ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará disponibilizou a Plataforma TJCE-MICROSOFT TEAMS para realização de audiências por meio da videoconferência, a AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos das Portarias nºs 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, cuja Sala de Audiência Virtual do CEJUSC de Barbalha poderá ser acessada através da ferramenta disponibilizada pelo TJCE MICROSOFT TEAMS pelo LINK abaixo, devendo as partes e/ou seus advogados encaminharem, com antecedência, para o e-mail do CEJUSC no seguinte endereço: cejusc.barbalha@tjce.jus.br, os contatos de todas as partes e advogados (WhatsApp e e-mail), informando, ainda, o número do processo, partes e Vara de Origem, podendo, inclusive, a audiência ser antecipada, com anuência de ambas as partes, observada a disponibilidade de data na pauta deste CEJUSC. Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos, até 02(dois) dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do Juízo de origem. Proceda-se à SEJUD CRAJUBAR com os expedientes necessários à realização da audiência. A intimação da parte requerida para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, conforme art. 334, § 3º do CPC. ADVERTÊNCIAS: 01) O comparecimento na audiência é obrigatório; 02) A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa; 03) As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. O link para sala de audiência virtual é: https://link.tjce.jus.br/5f652f

ADV: CICERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA (OAB 22078/CE) - Processo 0051200-40.2021.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria de Fatima Miranda - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , e considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 22/março/2022, às 10h:30min, a se realizar na sala virtual do CEJUSC de Barbalha-CE. Considerando que não mais poderá ser utilizada Plataforma Cisco Webex para a realização das audiências por videoconferência, ficando, consequentemente, desativada a sala anteriormente criada e utilizada por este CEJUSC de Barbalha; Considerando, ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará disponibilizou a Plataforma TJCE-MICROSOFT TEAMS para realização de audiências por meio da videoconferência, a AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos das Portarias nºs 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, cuja Sala de Audiência Virtual do CEJUSC de Barbalha poderá ser acessada através da ferramenta disponibilizada pelo TJCE MICROSOFT TEAMS pelo LINK abaixo, devendo as partes e/ou seus advogados encaminharem, com antecedência, para o e-mail do CEJUSC no seguinte endereço: cejusc.barbalha@tjce.jus.br, os contatos de todas as partes e advogados (WhatsApp e e-mail), informando, ainda, o número do processo, partes e Vara de Origem, podendo, inclusive, a audiência ser antecipada, com anuência de ambas as partes, observada a disponibilidade de data na pauta deste CEJUSC. Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos, até 02(dois) dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do Juízo de origem. Proceda-se à SEJUD CRAJUBAR com os expedientes necessários à realização da audiência. A intimação da parte requerida para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, conforme art. 334, § 3º do CPC. ADVERTÊNCIAS: 01. O comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir); 02. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa; 03. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. O link para sala de audiência virtual é: https://link.tjce.jus.br/5f652f

ADV: MÁRCIO ANDRETTI QUESADO BESERRA (OAB 32565/CE), ADV: JOSE LAIR DE SOUSA MANGUEIRA (OAB 12467/CE), ADV: JOSE UEIDER ROLIM MOREIRA (OAB 30441/CE), ADV: STELA MARIS DOS SANTOS MANGUEIRA (OAB 34221/CE) - Processo 0051218-61.2021.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Jose de Macedo - Rh I - Defiro a gratuidade da justiça (art. 98, CPC), sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (NCPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (NCPC, art. 98, § 4º). II - O artigo 300, do Código de Processo Civil, estabelece os requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência, a saber: a) probabilidade do direito; b) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; c) reversibilidade dos efeitos da concessão. Na espécie, as provas apresentadas pela parte autora não conduzem a um considerável grau de plausibilidade em torno da narrativa fática apresentada na inicial. O simples fato do (a) promovente impugnar o empréstimo não é motivo suficiente para a concessão da tutela provisória, até porque, se assim agisse o judiciário, tornava inviável em termos práticos, esse instrumento (consignação) de satisfação do crédito. Isso posto, INDEFIRO a tutela provisória. III- Da Redistribuição do Ônus da Prova: De início, o artigo 373, §1º, do CPC, inaugurou a distribuição dinâmica do ônus probatório, a ser concedida diante das peculiaridades do caso concreto. A técnica consagra o princípio da igualdade material, podendo ser realizada, até mesmo, de ofício pelo juiz e em qualquer momento processual, desde que se permita à parte se desincumbir do ônus lhe foi atribuído (dimensão subjetiva do contraditório). O precitado artigo prevê dois pressuposto materiais alternativos aptos a justificar a inversão da prova. O primeiro, nos casos em que há impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir o encargo, hipótese clássica da prova diabólica. O segundo, quando houver maior facilidade de obtenção de prova do fato contrário, concretizando a ideia de que o ônus deve recair sobre aquele que, no caso concreto, possa mais facilmente dele se desincumbir. Delineadas as contingências sobre a dinamização do ônus da prova, passo à análise do caso concreto. E, ao fazê-la, entendo ser o caso de inversão da prova. Isso porque a parte demandada goza de posição privilegiada, por ter em seu poder importantes fontes de prova por dispor de conhecimento técnico especial. Isto posto, inverto, desde já, o ônus da prova. IV Designo Sessão de Conciliação para a próxima data desimpedida, devendo os autos serem remetidos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC, para agendamento. V - Presidirá a Sessão de Conciliação e mediação Conciliador lotado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC deste Juízo (art. 334, § 1º, CPC); VI- Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas

de seus advogados. VII Não obtida a conciliação, o réu já fica intimado para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; VIII Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente manifestação (oportunidade em que: a) havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; b) havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; c) em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Expedientes necessários.

ADV: STELA MARIS DOS SANTOS MANGUEIRA (OAB 34221/CE), ADV: JOSE LAIR DE SOUSA MANGUEIRA (OAB 12467/CE), ADV: JOSE UEIDER ROLIM MOREIRA (OAB 30441/CE), ADV: MÁRCIO ANDRETTI QUESADO BESERRA (OAB 32565/CE) - Processo 0051218-61.2021.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Jose de Macedo - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , e considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 22/março/2022, às 10h:00min, a se realizar na sala virtual do CEJUSC de Barbalha-CE. Considerando que não mais poderá ser utilizada Plataforma Cisco Webex para a realização das audiências por videoconferência, ficando, consequentemente, desativada a sala anteriormente criada e utilizada por este CEJUSC de Barbalha; Considerando, ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará disponibilizou a Plataforma TJCE-MICROSOFT TEAMS para realização de audiências por meio da videoconferência, a AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos das Portarias nºs 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, cuja Sala de Audiência Virtual do CEJUSC de Barbalha poderá ser acessada através da ferramenta disponibilizada pelo TJCE MICROSOFT TEAMS pelo LINK abaixo, devendo as partes e/ou seus advogados encaminharem, com antecedência, para o e-mail do CEJUSC no seguinte endereço: cejusc.barbalha@tjce.jus.br, os contatos de todas as partes e advogados (WhatsApp e e-mail), informando, ainda, o número do processo, partes e Vara de Origem, podendo, inclusive, a audiência ser antecipada, com anuência de ambas as partes, observada a disponibilidade de data na pauta deste CEJUSC. Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos, até 02(dois) dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do Juízo de origem. Proceda-se à SEJUD CRAJUBAR com os expedientes necessários à realização da audiência. A intimação da parte requerida para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, conforme art. 334, § 3º do CPC. ADVERTÊNCIAS: 01. O comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir); 02. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa; 03. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. O link para sala de audiência virtual é: https://link.tjce.jus.br/5f652f

ADV: VANDIR MENEZES LIMA (OAB 13326/CE) - Processo 0051246-29.2021.8.06.0043 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.M.S. - I- Defiro a gratuidade judiciária; II- O pedido liminar será decidido após a formação do contraditório, em vista do Súmula nº 358 do STJ: O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeita a decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos. III- Dedesigne Sessão de Conciliação para a próxima data desimpedida, atendendo à prévia antecedência de 30 (trinta) dias do ato de ajuizamento, devendo os autos serem remetidos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC, para agendamento, a qual será realizada virtualmente em razão da adoção temporária das medidas sanitárias em combate à pandemia do COVID-19. O CEJUSC disponibilizará o link de acesso com antecedência da realização do ato. IV - Presidirá a Sessão de Conciliação e mediação Conciliador lotado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC deste Juízo (art. 334, § 1º, CPC); V - Cientifiquem-se as partes de que poderão acessar o sistema de videoconferência baixando o aplicativo Microsoft Teams no seu dispositivo móvel, bem como, a obrigatoriedade de acessar, na data e horário agendado, a sala virtual de audiência. VI - Nos termos da Resolução nº 20/2020 do Órgão Especial do TJCE, caso algum dos participantes da audiência não disponha de meios para participar do ato audiencial de maneira virtual, deverá comparecer ao fórum local no horário aprazo para a audiência, a qual, nesse caso, realizar-se-á de forma semipresencial. VII - Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. VIII - Não obtida a conciliação, o réu já fica intimado para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; IX - Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente manifestação (oportunidade em que: a) havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; b) havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; c) em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção); X - Decorrido o prazo da réplica, intime-se as partes, para em 15 (quinze) dias, declinarem se pretendem produzir outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará em julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, CPC); XI- Abra-se vista ao MP. Expedientes necessários.

ADV: VANDIR MENEZES LIMA (OAB 13326/CE) - Processo 0051246-29.2021.8.06.0043 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.M.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , e considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 22/março/2022, às 14h:00min, a se realizar na sala virtual do CEJUSC de Barbalha-CE. Considerando que não mais poderá ser utilizada Plataforma Cisco Webex para a realização das audiências por videoconferência, ficando, consequentemente, desativada a sala anteriormente criada e utilizada por este CEJUSC de Barbalha; Considerando, ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará disponibilizou a Plataforma TJCE-MICROSOFT TEAMS para realização de audiências por meio da videoconferência, a AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos das Portarias nºs 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, cuja Sala de Audiência Virtual do CEJUSC de Barbalha poderá ser acessada através da ferramenta disponibilizada pelo TJCE MICROSOFT TEAMS pelo LINK abaixo, devendo as partes e/ou seus advogados encaminharem, com antecedência, para o e-mail do CEJUSC no seguinte endereço: cejusc.barbalha@tjce.jus.br, os contatos de todas as partes e advogados (WhatsApp e e-mail), informando, ainda, o número do processo, partes e Vara de Origem, podendo, inclusive, a audiência ser antecipada, com anuência de ambas as partes, observada a disponibilidade de data

na pauta deste CEJUSC. Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos, até 02(dois) dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do Juízo de origem. Proceda-se à SEJUD CRAJUBAR com os expedientes necessários à realização da audiência. A intimação da parte requerida para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, conforme art. 334, § 3º do CPC. ADVERTÊNCIAS: 01) O comparecimento na audiência é obrigatório; 02) A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa; 03) As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. O link para sala de audiência virtual é:https://link.tjce.jus.br/5f652f

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: ISAAC LIMA GOMES (OAB 338181SP), ADV: RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS FILHO (OAB 13937/CE) - Processo 0005457-75.2019.8.06.0043 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos Gravídicos - EXEQUENTE: S.S.M. - EXECUTADO: C.M.G.M. - SENTENÇA Processo nº:0005457-75.2019.8.06.0043 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos Assunto:Alimentos Gravídicos Exequente:Salomão dos Santos Machado Executado:Christovão Michell Gomes MachadoChristovão Michell Gomes Machado Vistos hoje. Trata-se de Ação de Execução de Alimentos c/c Pedido de Prisão Civil proposta por Salomão dos Santos Machado em face de Christovão Michell Gomes Machado. A inicial veio instruída com os documentos necessários para o desenvolvimento regular do processo. Da análise dos autos, consta pedido de homologação do acordo firmado entre as partes (fls. 199/201). Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pela homologação do acordo (fls. 208/209). É o breve relato. Decido. Fundamento. Do acordo, verifica-se a legitimidade e interesse de agir bem presentes, assim como o cumprimento dos requisitos legais. Lícito é o pedido de homologação de acordo celebrado entre as partes. Posto isso, HOMOLOGO o acordo entabulado pelas partes às fls. 199/201, nos seus exatos termos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e em consequência, por sentença, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea “b”, do CPC. Ante o princípio da causalidade, condeno o demandado no custo financeiro do processo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 07 de dezembro de 2021. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: AGLEZIO DE BRITO (OAB 2199/CE), ADV: MANASSES GOMES DA SILVA (OAB 8823/CE) - Processo 0007722-65.2010.8.06.0043 - Usucapião - Usucapião da L 6.969/1981 - REQUERENTE: Neusa Chagas - REQUERIDO: Ana Rosa Ferreira de Oliveira Sampaio e outro - Vistos etc. Cuida-se de Ação de Usucapião ajuizada por Neuza Chagas. O processo iniciou seu tramite normal e houve contestação por parte de Ana Rosa de Oliveira Sampaio e José Orlando Sampaio (págs.40-59). Réplica às págs. 91-98. Por efeito, ante os requerimentos das Fazendas Públicas e do Ministério Público, foi determinado por este Juízo a emeda da exordial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção, para que a requerente juntasse aos autos Memorial Descritivo do imóvel usucapiendo e Certidão negativa de existência de ação possessória pelo Setor de Distribuição (pág.120), ocasião em que a parte requerente peticionou pugnando pelo prazo de 30(trinta) dias para promover as diligências (pág.124). Transcorrido o prazo requerido foi concedido o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte requeresse se manifestasse, requerendo o que entendesse de direito, através do sua representação jurídica, transcorrendo o prazo sem qualquer manifestação. Determinada a intimação pessoal da requerente (pág.130), da mesma forma, mesmo devidamente intimada, deixou escoar o prazo sem qualquer manifestação nos autos. Com vistas o Ministério Público opinou pela extinção processual ante o abandono da causa pela parte requerente (págs.144-145). Considerando o teor do artigo 485, §6º do CPC foi determinado a intimação da parte contestante para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, que, apesar de vir aos autos (pág.150), não opôs manifestação nos termos do art. 485, § 6º do CPC/16 (requerimento de extinção). Renovada as intimações nos termos do despacho de pág.120, ou seja para que a parte requerente promovesse a emenda da exordial, cumprindo os atos e diligências cabíveis, novamente deixou fluir o prazo sem qualquer manifestação. Assim, o feito se encontra estagnado há mais de 30 (trinta) dias sem que a Parte Autora pratique os atos processuais que lhe compete, o que caracteriza induvidoso abandono de causa, na forma preceituada no art. 485, inciso “III, do Código de Processo Civil. DIANTE DO EXPOSTO, em especial pela inércia da parte autora que deve ser traduzida como falta de interesse na continuidade da ação, extingo o presente feito sem resolução do mérito, o que faço, de ofício, na conformidade do art. 485, III, do novo CPC haja vista o induvidoso abandono de causa pela Promovente. Condeno o promovente no custo financeiro do processo. Suspensa a exigibilidade, em razão da gratuidade da justiça anteriormente deferida. P. R. I.C. Após, o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as movimentações e expedientes de estilo. Expedientes autorizados.

ADV: ITALO DOS SANTOS FARIAS (OAB 25521/CE) - Processo 0010632-26.2014.8.06.0043 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Sherida Barbosa Monteiro Garcia - HERDEIRO: Antônio Grangeiro Garcia - DECISÃO Processo nº:0010632-26.2014.8.06.0043 Classe:Inventário Assunto:Inventário e Partilha Herdeiro e Espólio:Vera Grangeiro Garcia e outros Requerido e Herdeiro:Sherida Barbosa Monteiro Garcia e outro Rh. Trata-se de ação de inventário dos bens deixados por Maurício Luiz Garcia. Pendente de análise o requerimento de inadequação da via eleita formulado pela sucessora Shérida Barbosa Monteiro Garcia (páginas 165-169). Decido. Shérida Barbosa Monteiro Garcia, em sede de contestação, alegou que o inventário dos bens já teria sido processado na via extrajudicial. Ocorre que ficou demonstrado o contrário, após ter sido oficiado ao Cartório do Ofício de Imóveis. Conforme esclareceu a Serventia, o procedimento foi sobrestado e não foi efetivada a lavratura do registro (páginas 261-356). Desta forma, diante da ausência de partilha extrajudicial, permanece o interesse processual no prosseguimento desta ação. Isso posto: I Intime-se a inventariante, por seu advogado, para, no prazo de vinte dias, apresentar as últimas declarações. II Em seguida, apresentada as últimas declarações, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo comum de 15 dias (CPC, art. 637, primeira parte). III Após, intimem-se as partes para recolhimento do tributo no prazo de quinze dias. IV Shérida Garcia tem o prazo de cinco dias, após a intimação por seu advogado, para se manifestar acerca do pedido de imissão na posse e da condenação em litigância de má-fé (páginas 357-363). Intimem-se. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 07 de dezembro de 2021. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: PEDRO IVAN COUTO DUARTE (OAB 5457/CE), ADV: ANA MARIA RODRIGUES DA FONSECA (OAB 11882/CE), ADV: ANA CLARICE RIBEIRO MACEDO (OAB 22219/CE), ADV: DÉBORA ALINE ALVES DE MELO (OAB 28743/CE) - Processo 0025815-95.2018.8.06.0043 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.A.S.F.S. - REQUERIDO: A.R.S. - SENTENÇA Processo nº:0025815-95.2018.8.06.0043 Classe:Divórcio Litigioso Assunto:Dissolução Requerente:Naidhia Alves Soares Ferreira Sampaio Requerido:Antonio Regnoberto SampaioAntonio Regnoberto Sampaio Rh. Cogitam-se de embargos declaratórios opostos por Antônio Regnoberto Sampaio e Naidhia Alves Soares Ferreira em desfavor da sentença de páginas

298-308. O primeiro embargante, em síntese, questionou o valor da pensão alimentícia fixado na sentença vergastada, alegou existir omissão quanto à fundamentação da divisão da posse dos bens e imprecisão dos valores a ser apurados em liquidação de sentença quanto à acessão efetivada num dos imóveis. Quanto à embargante Naidhia Alves Soares Ferreira, esta alegou que a sentença deixou de apreciar a divisão de alguns dos bens elencados na inicial, a saber: 1 terreno na rua T8, com duas casas construídas, 1 terreno na rua P9 10x30, 1 terreno na CE de Missão Velha comprado a Cícero Medeiros, 1 terreno vendido ao tio de Naidhia por R$43.000,00, 1 Hilux. Alega, também, que houve omissão quanto ao requerimento de indisponibilidade de bens antes da partilha dos bens. As partes foram intimadas para apresentarem contrarrazões aos embargos, mas não se manifestaram (página 351). É o relato. Decido. 1. DOS EMBARGOS OPOSTOS POR ANTÔNIO REGNOBERTO SAMPAIO De início, os embargos declaratórios são recursos de fundamentação vinculada, somente sendo cabíveis na hipótese de existência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão guerreada. É certo que, segundo pacífico entendimento da jurisprudência, o magistrado não precisa se manifestar sobre todas as alegações e pontos questionados pelas partes, basta apresentar as razões suficientes para embasar a sua decisão. Por essa razão, o Superior Tribunal de Justiça rejeitou os embargos de declaração no Edcl no MS n. 21.315/DF, Rel Min. Diva Malerbi, analisando esse meio recursal sob a égide do novo Código de Processo Civil: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. De outra banda, não há que se confundir omissão com provimento jurisdicional contrário ao interesse da parte, que deveria ser objeto de questionamento através do recurso de apelação. Nesse sentido, é o entendimento do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECATÓRIO. QUESTÃO PRECLUSA. ART. 473 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO JULGADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. O art. 535 do CPC é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, cuidando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de obscuridade, contradição ou omissão no do julgado. 2. Dest'arte, infere-se que, a par da pacífica orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, estes não se prestam ao rejulgamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas, apenas, à elucidação ou ao aperfeiçoamento do decisum em casos de obscuridade, contradição ou omissão. Não tem, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, ou seja, o condão de alterar, livre e substancialmente, o decisório, em seu dispositivo, mas,sim, aclarar ou integrar, razão por que seu processamento não é norteado pelos princípios do contraditório e da igualdade (STJ, EDcl no AgRg no Ag 1317568 / PREMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2010/0104315-4, j. 17/12/2013). STJ-0439328) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. APONTADA VIOLAÇÃO AO ART. 41 DA LEF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC. 2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo" (Súmula 211/STJ). 3. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 4. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no Agravo em Recurso Especial nº 377.005/DF (2013/0238367-7), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 05.12.2013, unânime, DJe 11.12.2013). No caso sob exame, no que pertine aos pontos suscitados nos aclaratórios opostos pelo embargante Antônio Regnoberto Sampaio, não se vislumbra a omissãoafirmada pelo recorrente. Na verdade, percebe-se que o embargante maneja o presente recurso em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não divisando, na hipótese, quaisquer vícios previstos no art. 1.022 do CPC, a inquinar a decisão combatida. Por oportuno, registro que este juízo determinou que a apuração do valor da acessão ocorresse em sede de liquidação de sentença justamente por ser inviável ao juízo, neste momento, apurar o real valor da acessão. O titulo judicial ilíquido, por si só, não enseja a oposição de embargos de declaração, posto que não se está diante de omissão involuntária do magistrado, mas de impossibilidade fática de se proferir comando judicial específico quanto ao quantum debeatur. Nessa linha, não existe omissão na sentença vergastada. 2. DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS POR NAIDHIA ALVES SOARES FERREIRA 2.1 Da divisão dos bens do casal A embargante Naidhia Alves Soares Ferreira, por sua vez, alegou que a sentença deixou de apreciar a divisão de alguns dos bens elencados na inicial. Disse que existem provas suficientes nos autos acerca da existência e da titularidade dos bens que elencou nos embargos. Também requereu a apreciação do pedido de indisponibilidade de bens do casal, até que se ultime a partilha. Passo a analisar, individualmente, a situação dos bens disposta em sentença, conforme requereu a embargante. Quanto ao terreno localizado na Rua T8 com duas casas construídas (documento páginas 82-85), conquanto a sentença guerreada não tenha expressamente citado o referido imóvel, tampouco o quanto alegado nos embargos serve para alterar o que anteriormente foi dito em relação à divisão do referido bem. Com efeito, o documento de página 82-83 se consubstancia em um instrumento particular de compra e venda entre João Generoso de Sousa e Heleno Ferreira de Lima, terceiros estranhos a esta lide. Já os documentos de páginas 84-85 são supostos recibos, sequer assinados, que fazem referência a uma transação no valor de R$15.000,00. Não comprovam, sequer minimamente, a existência de posse das partes em relação ao indigitado imóvel. Quanto ao terreno situado na Rua P09 (documento páginas 42-45 e 86-88), também não merece reparos a decisão combatida, isso porque contemplou expressamente a divisão desse bem: "O instrumento particular de compra e venda acostado às páginas 43-44, firmado em 07.05.2013, após a constituição do matrimônio, demonstra que o terreno vago de 01 lote localizado na rua P-9 no Sítio São Pedro, Buritis, Barbalha, foi adquirido pelo casal. Portanto, à requerente assiste direitos sobre o referido imóvel." (página 305). Quanto ao terreno localizado na CE de Missão Velha (documentos páginas 46-51), também não há razão para alteração da sentença. Os documentos indicados sequer mencionam o promovido desta ação. Não há qualquer prova de que o bem pertença ao casal. No que pertine ao terreno vendido ao tio da embargante (documento página 54), tampouco existiu omissão. Com efeito, a sentença vergastada assim determinou a partilha da posse do referido bem: "O mesmo se diga em relação ao lote nº 08 da quadra 36 do Parque Iracema, localizado no Sítio Pau Darco, cuja escritura particular de compra e venda, acostada às páginas 55-56, fora firmada por ambos os cônjuges durante o vínculo matrimonial." Por fim, quanto ao automóvel Hilux (documento página 30), tampouco assiste razão à embargante. O documento de página 30 não demonstra sequer a que negócio jurídico se refere, quais as partes, ou mesmo o objeto do contrato. Por não existir prova mínima do direito alegado, forçosa a manutenção da sentença. 2.2 Da indisponibilidade de bens do casal A embargante Naidhia alegou, ainda, que o juízo não apreciou o requerimento de indisponibilidade de bens do casal, formulado na inicial. De fato, neste ponto, resta omissão da sentença combatida. Passo a sanar o vício apontado. O instituto da tutela

provisória antecipada consiste numa espécie de tutela satisfativa, de realização imediata do direito (já que dá ao autor o bem por ele pleiteado), prestada no curso de processo de conhecimento ou de caráter antecedente, sempre com base em mero juízo de probabilidade (cognição sumária). Já a tutela provisória cautelar, igualmente fundada em cognição sumária, em caráter incidental ou antecedente, tem o desiderato de assegurar a futura eficácia da tutela definitiva satisfativa, na medida em que resguarda o direito a ser satisfeito, acautelando-o. Malgrado essa diferença ontológica, o artigo 300, do Código de Processo Civil, estabelece os mesmos requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência, que são: a) probabilidade do direito; b) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; c) reversibilidade dos efeitos da concessão. Deveras, o que se antecipam são efeitos práticos da tutela definitiva, não a própria tutela satisfativa enquanto tal (declaratória, constitutiva ou condenatória). Sobreleva destacar que é vedada a concessão de tutela provisória de ofício, ainda que se trate direito indisponível ou de tutela de evidência. Portanto, é necessário o requerimento da parte, até mesmo porque a fruição da tutela provisória pode implicar responsabilidade objetiva pelos danos suportados pela parte adversa, na forma do artigo 302, CPC, com base na teoria do risco proveito. Quanto à plausibilidade do direito, não obstante respeitável posição respeitável em contrário, tal conceito melhor se coaduna com a lição ditada por Fredie Didier Jr. ao afirmar que: () é necessária a verossimilhança fática, com a constatação de que há um considerável grau de plausibilidade em torno da narrativa dos fatos trazida pelo autor. É preciso que se visualize, nessa narrativa, uma verdade provável sobre os fatos, independentemente da produção da prova. Junto a isso, deve haver uma plausibilidade jurídica, com a verificação de que é provável a subsunção dos fatos à norma invocada, conduzindo os efeitos pretendidos (Curso de Direito Processual Civil, V. 2, Ed. Juspodivm, Ed. 2015 p. 596) Nessa ordem de ideias, revela-se menos rígido do que o anteriormente sistema previsto no CPC/73, que exigia verossimilhança das alegações fundadas em provas inequívocas. No que tange ao perigo da demora, caracteriza-se pela impossibilidade de se aguardar o término do processo para a entrega da tutela pretendida. Consoante bem observa Daniel Amorim Assumpção Neves (Novo CPC comentado, Ed.2016, Juspodivm, p. 476) o tempo necessário para a concessão da tutela definitiva funcionando como inimigo dessa tutela. Embora a lei se refira ao dano, a parte legitimamente pode requer providência contra o ilícito, nos casos de tutelas inibitórias e de remoção do ilícito. Nesses casos, evidentemente, há uma limitação da cognição judicial, haja vista não haver que se perquirir a respeito do dano ou de culpa. É suficiente à análise do risco do ato contrário ao direito (inibitória) ou da remoção do ilícito já praticado (reintegratória), como bem alerta Luiz Guilherme Marinoni. Como cediço, os pressupostos à concessão da tutela provisória são analisados conjuntamente, e não de forma clivada. Nessa perspectiva: “A proeminência do fumus pode justificar a concessão da liminar, ainda que menos ostensivo o periculum, e vice-versa. Assim, os requisitos não são absolutamente independentes, mas se inter-relacionam. “ (Medina, 2020). O eminente professor cita precedente judicial nesse sentido: a) quanto mais denso o fumus boni juris, com menos rigor deverá o juiz mensurar os pressupostos concernentes ao periculum in mora; b) quanto maior o risco de perecimento do direito invocado ou a probabilidade de ocorrer dano de difícil reparação, com maior flexibilidade deverá considerar os pressupostos relativos ao fumus boni iuris (TJSC, 1.ª Câm. de Direito Público, AgIn 2008.031776-5, rel. Des. Newton Trisotto, j. 24.03.2009). No caso sob exame, a indisponibilidade dos bens que compõe o acervo do casal mostra-se pertinente. A proeminência da probabilidade do direito, reconhecida em sede de cognição exauriente, justifica a medida de conservação requerida, ainda que não haja informação de dilapidação patrimonial. Como se observa, as aquisições dos bens não seguiram o rito formal, com o registro em cartório; por esse motivo, a partilha foi centrada na posse dos bens. A informalidade da posição jurídica do casal perante os bens dificulta a fiscalização pelo cônjuge que não se encontra na administração do patrimônio, o que justifica a ordem de indisponibilidade. A propósito, a jurisprudência admite a indisponibilidade dos bens do casal, com vistas a preservar o patrimônio do cônjuge desprovido de contato direto com os bens, vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DIVÓRCIO, CUMULADA COM PARTILHA DE BENS. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. INDISPONIBILIDADE DE BENS. BLOQUEIO DE CONTAS BANCÁRIAS. COMERCIALIZAÇÃO DE GRÃOS. (...) 3. Indisponibilidade de bens. É de ser mantida a determinação liminar de indisponibilidade de bens comuns do casal, a fim de evitar eventual e futuro prejuízo da ex-mulher na partilha, já que em jogo patrimônio expressivo. CONHECERAM DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E LHE DERAM PARCIAL PROVIMENTO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 70077156578, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 24/05/2018).(TJ-RS - AI: 70077156578 RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 24/05/2018, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/05/2018) CONCLUSÃO Por todo o exposto, NÃO CONHEÇO os embargos de declaração opostos por ANTÔNIO REGNOBERTO SAMPAIO, por se tratar de mera rediscussão de matéria já analisada e, em relação aos embargos manejados por NAIDHIA ALVES SOARES FERREIRA, ACOLHO PARCIALMENTE, somente para deferir a tutela cautelar de indisponibilidade dos bens integrantes do acervo patrimonial do casal. Intimem-se. Formada a coisa julgada, se não houver outros requerimentos, arquivem-se. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 06 de dezembro de 2021. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA (OAB 20787/CE) - Processo 0050455-94.2020.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Alimentos Gravídicos - REQUERENTE: S.S.M.O. - Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Alimentos instaurada por SIMONE DOS SANTOS MENDONÇA, representado as menores SMO e AWMO, em desfavor de ADRIANO OTACÍLIO DE OLIVEIRA. À pág. 23/24 a parte exequente informou o pagamento das prestações alimentícias cobradas nestes autos. É o breve relatório, decido. Quitado o débito alimentar, com fulcro no artigo 924, II do CPC, julgo extinta a execução. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as movimentações e expedientes de estilo.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0051076-57.2021.8.06.0043 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Vistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada pelo BANCO ITAÚ S/A em desfavor de Francisco Ferreira da Silva. Antes de procedida a citação da parte demandada, o requerente apresentou pedido de desistência (págs. 67/70). Assim, torna-se inaplicável a regra inserta no § 4º do artigo 485 do CPC, que exige o consentimento do réu para que a desistência acarrete a extinção do processo. Ante o exposto, e sendo prescindível a anuência da parte requerida face a não citação da mesma, homologo por sentença o pedido de desistência e de consequência JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso VIII, para os fins previstos no art. 200, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil/2015. Custas Satisfeitas. Sem honorários, haja vista a ausência de triangularização da relação processual. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE estes autos, com baixa no sistema processual. Publique-se. Registre-se. Intimem-se

COMARCA DE BARBALHA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: FRANCILDO SILVA GOMES (OAB 41387/CE) - Processo 0006417-31.2019.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Maurício Teles de Alencar - Cls. Intimem-se as partes sobre o local, data e horário da perícia: 28/01/2022, às 08h00, no consultório médico da perita Laís Silva de Figueirêdo Santos, situado à Rua São Francisco, nº. 604, bairro Pinto Madeira, Crato/CE. Quanto ao pedido de reconsideração da tutela de urgência, aguarde-se o decurso do prazo para manifestação do promovido (p. 191). Cumpra-se com urgência, em face da proximidade da data da perícia médica. Exp. Nec. Barbalha (CE), 17 de janeiro de 2022. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito - Respondendo

ADV: SÉRGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 28561/CE) - Processo 0050765-66.2021.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gabinete de Leitura de Barbalha - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , e considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 17/março/2022, às 13h:30min, a se realizar na sala virtual do CEJUSC de Barbalha-CE. Considerando que não mais poderá ser utilizada Plataforma Cisco Webex para a realização das audiências por videoconferência, ficando, consequentemente, desativada a sala anteriormente criada e utilizada por este CEJUSC de Barbalha; Considerando, ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará disponibilizou a Plataforma TJCE-MICROSOFT TEAMS para realização de audiências por meio da videoconferência, a AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA será realizada na modalidade de VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos das Portarias nºs 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, cuja Sala de Audiência Virtual do CEJUSC de Barbalha poderá ser acessada através da ferramenta disponibilizada pelo TJCE MICROSOFT TEAMS pelo LINK abaixo, devendo as partes e/ou seus advogados encaminharem, com antecedência, para o e-mail do CEJUSC no seguinte endereço: cejusc.barbalha@tjce.jus.br, os contatos de todas as partes e advogados (WhatsApp e e-mail), informando, ainda, o número do processo, partes e Vara de Origem, podendo, inclusive, a audiência ser antecipada, com anuência de ambas as partes, observada a disponibilidade de data na pauta deste CEJUSC. Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos, até 02(dois) dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do Juízo de origem. Proceda-se à SEJUD CRAJUBAR com os expedientes necessários à realização da audiência. A intimação da parte requerida para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, conforme art. 334, § 3º do CPC. ADVERTÊNCIA: 01. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. O link para sala de audiência virtual é: https://link.tjce.jus.br/5f652f

ADV: CICERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA (OAB 22078/CE), ADV: LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0050783-24.2020.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Rivaneide dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Crefisa S/A e outro - DISPOSITIVO: Diante do que foi exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora, assim o faço, com julgamento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo no importe de 10% (dez) por cento sobre o valor da causa. Entretanto, tendo em vista a gratuidade da Justiça deferida, o referido pagamento ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, cabendo ao credor demonstrar, nos cinco anos subsequentes, que houve alteração na situação econômica da parte que lhe permita efetuar o pagamento das referidas verbas, conforme disposição do art. 98, § 3º, do CPC. P. R. I. Transitada em julgada esta decisão, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 11 de janeiro de 2022. Marcelino Emídio Maciel Filho Juiz de Direito - Respondendo

ADV: CICERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA (OAB 22078/CE), ADV: LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0050798-90.2020.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra Alexandre Matos de Souza - REQUERIDO: Crefisa S/A e outro - DISPOSITIVO: Diante do que foi exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora, assim o faço, com julgamento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo no importe de 10% (dez) por cento sobre o valor da causa. Entretanto, tendo em vista a gratuidade da Justiça deferida, o referido pagamento ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, cabendo ao credor demonstrar, nos cinco anos subsequentes, que houve alteração na situação econômica da parte que lhe permita efetuar o pagamento das referidas verbas, conforme disposição do art. 98, § 3º, do CPC. P. R. I. Transitada em julgada esta decisão, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 11 de janeiro de 2022. Marcelino Emídio Maciel Filho Juiz de Direito - Respondendo

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELINO EMIDIO MACIEL FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JAIME BELÉM FIGUEIREDO NETO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: CIRO ROCHA PAZ (OAB 25179/CE), ADV: LEONARDO DA SILVA CORDEIRO (OAB 38653/CE) - Processo 0005723-62.2019.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Herbert Novais Onofre - REQUERIDO: Heider Santos Mendes - Antônio Eudes Nogueira - Vicente de Paulo Nogueira Lima - Heider Santos Mende - EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS) JUSTIÇA GRATUITA Processo nº: 0005723-62.2019.8.06.0043 Apensos: Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente: Herbert Novais Onofre Requerido: Heider Santos Mendes e outros Valor da Causa: R$ 56.000,00 O(A) Dr(a). Matheus Pereira Junior, Juiz(a) de Direito 2ª Vara Cível da Comarca de Barbalha da Comarca de Barbalha/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Herbert Novais Onofre, foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível, contra Heider Santos Mendes e outros, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o Sr. HEIDER SANTOS MENDES, brasileiro, Casado, CPF 965.073.492-91, com endereço à Rua Jose Cupertino, 15, CEP 68450-000, Moju - PA com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se- ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. Barbalha/CE, 10 de novembro de 2021. Matheus Pereira Júnior Juiz de Direito Respondendo

ADV: JOAO PAULO DIAS PEIXOTO (OAB 26474/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0050173-22.2021.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cicera Ronilda Fernandes Tavares - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Apresentada a contestação e réplica, passo ao

saneamento do feito, nos moldes do artigo 357, I a V do Código de Processo Civil. Analisando a petição inicial verifico que persiste como controvérsia litigiosa o valor a ser indenizado, sendo necessária a realização de perícia médica para determinar com precisão a real amplitude da lesão e consequentemente o valor preciso da indenização a ser paga. Por isso e em conformidade com o que dispõe o art. 357, II do CPC/2015, para deslinde do feito, determino em nível de instrução processual, a prova pericial, que ocorrerá por meio de Exame Clínico e análise dos exames e documentos apresentados pelo autor. Pesquise-se médico ortopedista, devidamente cadastrado no Sistema de Peritos do TJCE, para realização da perícia, o qual, desde já, fica nomeado para o exercício do encargo, nos termos da Resolução do Órgão Especial do TJCE de nº 04/2017. Arbitro os honorários periciais no valor de R$300,00 (trezentos reais), conforme Portaria de n.º 1794/2021, a serem custeados pela parte promovida que deverá efetuar o depósito judicial dos honorários periciais no prazo de 15 dias APÓS a juntada do laudo pericial nestes autos. Intime-se o perito, por e-mail, para, no prazo de 05 (cinco) dias, definir data, horário e local para a realização da perícia Intimem-se as partes, por seus respectivos advogados (DJe), para, no prazo de 15 dias, manifestarem concordância com a nomeação, e, em caso positivo, indicarem assistentes técnicos e quesitos (caso ainda não apresentados), nos termos do art. 465, §1º, II e III, CPC. Além disso, devem indicar seu contato telefônico e do seu advogado para viabilizar a realização da audiência virtual, nos termos da Resolução do Órgão Especial do TJCE de n.º 14/2020. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 355, I, CPC). Expedientes necessários. Barbalha/CE, 20 de janeiro de 2022. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: ROMMEL RAMALHO LEITE (OAB 25195/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0050707-97.2020.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - MASSA FALIDA: Francisca Tavares de Souza - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Vistos, etc. Intimem-se as partes para dizerem, no prazo de 5 (cinco) dias, se ainda tem provas a produzir, indicando-as e justificando-as, sob pena de julgamento antecipado, sendo vedado o protesto genérico. Exp. Nec.

ADV: RAMON DO NASCIMENTO COELHO (OAB 25981/CE), ADV: DAVID KAUÃ MACÊDO DA SILVA - Processo 0051133-75.2021.8.06.0043 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.S. - ALIMENTANDO: D.K.M.S. - DECISÃO Processo nº:0051133-75.2021.8.06.0043 Classe Assunto:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração Requerente:Rogerio da Silva Alimentando:David Kauã Macêdo da Silva Recebidos hoje. I - Defiro a gratuidade da justiça (art. 98, CPC); II - Processe-se em segredo de justiça (art. 189, II, do CPC); III - Remeto os autos a CEJUSC para designação de audiência de conciliação por meio de videoconferência. As partes devem ser intimadas para acessarem a sala de audiência virtual através do link que será disponibilizado no ato ordinatório a seguir. VII. Presidirá a Sessão de Conciliação e mediação Conciliador lotado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC deste Juízo (art. 334, § 1º, NCPC); VIII. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. IX: Não obtida a conciliação, a ré já fica intimada para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; X: Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente manifestação (oportunidade em que: a) havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; b) havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; c) em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção); XI Quanto ao pedido de tutela provisória de urgência, tenho por bem postergar a apreciação para momento posterior à formação do contraditório, ocasião em que será melhor esclarecida a situação econômica do beneficiário dos alimentos. Expedientes necessários.

ADV: BENEVAL REMIGIO FEITOSA FILHO (OAB 24306/CE) - Processo 0051136-30.2021.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - MASSA FALIDA: Samuel dos Santos Rocha - R.h A causa não admite a autocomposição, de sorte que não se realizará a audiência de conciliação / mediação, prevista no art. 334, caput, do CPC, por força de seu § 4º, inciso II. Cite-se a parte requerida para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 30 dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação (art. 335, III). A contagem dos prazos levará em conta somente os dias úteis (CPC, art. 219). Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: ANIBAL LEITE DE SA BARRETO (OAB 15553/CE) - Processo 0001792-85.2018.8.06.0043 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: S.K.S.S. - Vistos hoje. Intime-se a parte autora, por seus representantes, no prazo de 10 dias, atualizar o valor do débito para fins de análise do cabimento da prisão civil. Exp. Nec..

ADV: EDIMAR DO NASCIMENTO (OAB 35615/CE) - Processo 0005689-87.2019.8.06.0043 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.M.F. - Vistos, etc. Intime se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a certidão de p. 92 e requerer o que entender ser de direito. Exp. Nec.

ADV: MARIA DO SOCORRO DE LUNA (OAB 9470/CE), ADV: JOSE ANTONIO DE LUNA NETO (OAB 32736/CE) - Processo 0050702-41.2021.8.06.0043 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: M.A.N. - Vistos, etc. Intime se a parte autora para, apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Exp. Nec.

ADV: LUCAS LANDIM CAMPOS (OAB 39013/CE) - Processo 0051368-42.2021.8.06.0043 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: C.S.S. - Vistos, etc. Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, para que em 15 dias emende a inicial, sob pena da extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil de 2015, notadamente para acostar aos autos o comprovante de residência em nome da promovida, para fins de análise acerca da competência do presente feito. Expedientes necessários.

COMARCA DE BARREIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE BARREIRA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARREIRA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022
ADV: FRANCISCO ANTÔNIO MARTINS DE LIMA (OAB 40078/CE) - Processo 0050072-79.2021.8.06.0044 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.R.B. - Considerando o acordo firmado em sede de audiência de conciliação, às fls. 83, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Ato contínuo, oficie-se a Marinha do Brasil informando os dados bancários fornecidos pela parte autora às fls. 83 para fins de depósito dos valores referente a pensão alimentícia. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARREIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022
ADV: JOSE MARTINS DOS SANTOS FILHO (OAB 10347/CE) - Processo 0001479-34.2012.8.06.0044 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: FRANCISCO ANIZIO QUEIROZ DE ALCANTARA e outro - FRANCISCO ANÍSIO QUEIROZ DE ALCÂNTARA e sua esposa MAYRE OLIVEIRA CONDE QUEIROZ DE ALCANTARA ajuizou AÇÃO DE USUCAPIÃO, com o fito de obter o domínio do imóvel rural, situado no lugar Sítio Córrego, neste Município. Em síntese, os autores afirmaram o seguinte: o imóvel tem área total de 45.793,87m2; o imóvel tem como confinantes aqueles indicados ás págs.02/03 . o imóvel usucapiendo não está registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, fl.13 . Instruíram o pedido com os documentos de fl. 5/18. Certidão de casamento, págs.17. Justiça gratuita deferida. Foi efetivada a citação pessoal dos confinantes, (fl. 33 e 35/36) e a dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados por edital publicado, no Diário da Justiça, (fl. 21/23). A Fazenda Pública da União e a Fazenda Pública Municipal foram, regularmente, intimadas para manifestarem interesse na causa, e informaram não possuir interesse na ação(fl. 25/27, 143 e 147). Ás págs. 86/104, descansam declarações dos confinantes anuindo com a pedido de usucapião. Em face do óbito dos confinantes José Liberato de Carvalho e sua esposa Maria Gomes de Carvalho, págs. 129/130, os autores juntaram declaração de anuência de todos os herdeiros, págs. 131/141. Houve impugnação da Fazenda Pública do Estado , que requereu a retificação da área do imóvel, juntando novos memoriais descritivos e planta, de modo que não seja mais atingida a faixa de domínio da rodovia estadual, fls. 176/179. Ás. Fls. 180, descansa petição, memorial e planta geo referenciados e corrigidos, dando conta que a área total passou a ser 45.753, 89m2 e o perímetro passou a ser 1193, 72m, págs. 181/187. Após retificação, o Estado do Ceará veio ao autos informar que não mais subsiste seu interesse, págs. 199. Em sede de instrução realizada ás fls. 235, foram ouvidas três testemunhas da parte autora. O Ministério Público funcionou em todas as fases do processo e, ao final, emitiu parecer entendo desnecessária sua intervenção (fl. 240/244). Os autos vieram-me conclusos. Era o que havia a relatar. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á a propriedade, independentemente de título e boa-fé (CC, 1.238). O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se -á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual (CC, 1.238, § único) No caso analisado, estão presentes todos esses requisitos, pois: 1. a parte autora têm o animus domini, comportando-se como proprietária do imóvel, 2. a parte autora, possui o imóvel há, aproximadamente, trinta anos, e nele constituíra a sua moradia 3. a posse da parte autora e seus antecessores é pacífica e ininterrupta, 4. o imóvel usucapiendo não está registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, fls. 13, a planta de situação e o memorial descritivo retificados para excluir a faixa de domínio público descansam ás fls. 181/187 e não houve qualquer impugnação, após realizadas as citações de praxe e retificação desta área. Presentes os requisitos lançados no artigo 1.238, § único do Código Civil, ACOLHO O PEDIDO autoral, nos termos do artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil, DECLARANDO que o imóvel rural, situado no lugar Sítio Córrego, neste Município com área total de 45.753, 89m2 e o perímetro de 1193, 72m, conforme planta e memorial descritivo de págs. 181/187 ; e que tem como confinantes: aqueles descritos também ás págs. 181/183 é de propriedade de FRANCISCO ANÍSIO QUEIROZ DE ALCÂNTARA e sua esposa MAYRE OLIVEIRA CONDE QUEIROZ DE ALCANTARA. Após o trânsito em julgado desta decisão e cumpridas as obrigações fiscais, deve a Secretaria da Vara Única expedir Mandado de Averbação ao Cartório de Registro de Imóveis deste Município, a fim de que seja a presente decisão registrada (artigo 167, inciso I, 28, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Observar o que dispõe o artigo 226, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Justiça gratuita deferida. Publicar. Registrar. Intimar. Arquivar
ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE) - Processo 0050217-38.2021.8.06.0044 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Cédula de Crédito Bancário - REQUERIDO: Eco Nemer Pneumáticos Eireli - Considerando os efeitos infringentes do embargos interposto, págs. 120/129, intime-se a parte adversa, para manifestação em cinco dias.
ADV: FRANCISCO REGIS OLIVEIRA ABREU (OAB 31631/CE) - Processo 0200019-76.2022.8.06.0044 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Natanael Reinaldo da Silva - Recebi hoje. Considerando a recente decisão no HC 186421, que entendeu ser INVIÁVEL a conversão ex officio de prisão em flagrante em prisão preventiva, sem o prévio, anterior e formal requerimento do Ministério Público, portanto, abra-se vistas ao Ministério Público e Defesa do acusado para fins de manifestação. Face a ausência de Defensores Públicos nesta comarca e em observância ao Provimento nº 11/2021 da CGJCE (DJe 05/05/2021), NOMEIO, portanto, o Dr. KILDARY REGIS MARTINS, inscrito na OAB/CE sob o nº 35.113, advogado cadastrado na lista de advogados dativos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, conforme Edital nº 07/2021 CGJ/CE, para patrocinar a defesa do preso (caso não haja procurador constituído pelo próprio flagranteado), o qual deverá se manifestar no prazo de três horas. Caso o causídico, não aceite a nomeação, intime-se o próximo advogado da lista, conforme a ordem de cadastramento. Cumpre ressaltar, que deixo de aprazar audiência de custódia, nos termos da Resolução nº 357/2020 do CNJ, face a impossibilidade de realização do referido ato por videoconferência, nos moldes determinado pela Resolução CNJ nº 329/2020, pois, nota-se pela certidão de fls. 51, que a Delegacia de Policia Civil, local onde o preso está recolhido, não dispõe dos recursos necessários previstos no art. 19 da referida Resolução. Expedientes necessários.

COMARCA DE BARRO - VARA UNICA DA COMARCA DE BARRO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022
ADV: JOSE AISLAN ALVES SOBRAL (OAB 30486-0/CE) - Processo 0003722-40.2015.8.06.0045 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Rosimar da Fonseca Pereira Souza e outros - Reitere-se intimação,

concedendo o prazo de 05 dias e advertindo que inércia poderá implicar em extinção do processo por abandono processual. Intime(m)-se.

ADV: RODRIGO DE FARIA OLIVEIRA (OAB 118931/MG) - Processo 0050105-66.2021.8.06.0045 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.B.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, analisando os autos verifica-se que o promovido constituiu advogado às fls. 48 (Rodrigo de Faria Oliveira, OAB/MG 118.931). Intime o promovido, por seu advogado, do inteiro teor da sentença de fls. 53/54.

COMARCA DE BATURITE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BATURITE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE BATURITÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2022

ADV: RAFAEL CAVALCANTI FERNANDES VIEIRA (OAB 31362/CE), ADV: LEVI NASCIMENTO EUFRASIO (OAB 42062/CE) - Processo 0002171-77.2019.8.06.0047 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: LUIZ CEZANILDO DOS ANJOS CRUZ - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os presentes autos para o Ministério Público, bem como, à defesa dor réu para tomarem conhecimento acerca da audiência de Instrução e Julgamento 17/02/2022 às 11:00h em audiência a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, conforme instruções que seguem adiante. Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link:https://link.tjce.jus.br/161b82 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP 1. Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; 2. Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; 3. Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. 8. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; 9. Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; 10. Clicar em “PARTICIPAR DA REUNIÃO”; 11. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 12. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 13. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 14. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo;

COMARCA DE BATURITE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANTONIETA FERREIRA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0089/2022

ADV: JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES (OAB 9442/CE) - Processo 0050541-19.2021.8.06.0047 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Oferta - REQUERENTE: F.A.A.C. - M.S.C.A. - À guisa das considerações expendidas, acolho e homologo o acordo formulado entre as partes e julgo EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no disposto do art. 487, inciso III, b do Novo Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANTONIETA FERREIRA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0090/2022

ADV: PAULO SERGIO PASSOS URANO DE CARVALHO (OAB 12842/CE) - Processo 0006130-03.2012.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisca Beatriz Melo Arruda - Intime-se o exequente para se manifestar sobre o pedido de fls. 359/361, no prazo de 15 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES

DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0092/2022
ADV: ISABELLE MARINHO QUINDERE SARAIVA (OAB 22260/CE) - Processo 0004531-63.2011.8.06.0047 - Ação Civil Pública - Cabimento / Interesse Processual - REQUERIDO: Industria de Ceramica Baturite Ltda - Intime(m)-se o requerido para se manifestar sobre os termos da petição ministerial de fls. 346, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0093/2022
ADV: DAYANA RABELO LEAL (OAB 28367/CE) - Processo 0006209-45.2013.8.06.0047 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Jose Martins dos Santos - Intime(m)-se o exequente, via dje, para se manifestar sobre a petição de fls. 261/267, no prazo de 15 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0094/2022
ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: MARIZZE FERNANDA LIMA MARTINEZ DE SOUZA (OAB 44561A/CE), ADV: MARITZZA FABIANE LIMA MARTINEZ DE SOUZA O. ROSSITER (OAB 44562/CE) - Processo 0006033-32.2014.8.06.0047 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Ag. de Baturité/ce - Com tais considerações, INDEFIRO o pedido de fls. 244/249, pelo que mantenho a suspensão processual.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0095/2022
ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: JOSE JUCA PAIVA SOBRINHO (OAB 23305/CE) - Processo 0050451-45.2020.8.06.0047 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Atenta ao teor da petição de fls. 57/58, determino a inclusão das restrições de intransferibilidade e restrição veicular, junto ao RENAJUD. Indefiro o pedido constante no item 3, à fl. 58, porquanto a requerida já fora citada (fl. 51). Intime-se a parte autora, via dje, para apresentar medidas efetivas ao regular andamento do feito, no prazo de 15 dias, tendo em vista a não localização do bem.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0096/2022
ADV: GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 28669-0/CE) - Processo 0008973-62.2017.8.06.0047 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Gomes Ferreira - Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença. Determino, com arrimo no artigo 835, inciso I do CPC e nos termos postulados pela parte exequente, a penhora eletrônica, por intermédio do sistema SISBAJUD, de depósitos bancários que por ventura existam em contas bancárias em nome do executado, até o limite necessário à satisfação do crédito objeto da execução. Frutífero o bloqueio, intime-se a parte ré dando-lhe ciência da medida, com o prazo de quinze dias para impugnação.
ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 28669-0/CE) - Processo 0008973-62.2017.8.06.0047 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Gomes Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a e outro - Intime-se o exequente, via dje, para apresentar seus dados bancários, no prazo de 5 dias. Após, expeça-se alvará judicial de transferência do valor depositado (fls. 354/357), intimando-se, em seguida, para ciência da expedição. Efetivada a transferência, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0097/2022
ADV: DAYANA RABELO LEAL (OAB 28367/CE) - Processo 0006133-21.2013.8.06.0047 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Sonia Maria Cirilo de Oliveira - Intime(m)-se o exequente, via dje, para se manifestar sobre a petição de fls. 152/154, no prazo de 15 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0098/2022
ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0006121-70.2014.8.06.0047 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Ag. de Baturité/ce - Indefiro o pedido de intimação do executado para indicar o paradeiro dos veículos indicados na consulta RENAJUD, por se tratar de medida já deferida nos autos, assim como o pedido de inclusão do executado nos órgãos de proteção ao crédito, uma vez que se trata de providência que pode ser tomada pelo próprio exequente, sem necessidade de intervenção judicial.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0099/2022
ADV: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA (OAB 11720/CE) - Processo 0006275-88.2014.8.06.0047 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria de Fatima Pereira Colares e Outros - Intime(m)-se novamente a inventariante, via dje, para requerer o que entender de direito, com vistas ao regular andamento do feito, sob pena de sua remoção do múnus. Prazo: 15 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0100/2022
ADV: FELIPE AUGUSTO BARBOSA PINHEIRO (OAB 21512/CE), ADV: EVA SANDY FRANCO SOARES (OAB 39936/CE) - Processo 0008881-84.2017.8.06.0047 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Maria Eveline da Silva - INTERDO: Francisco Lazaro da Silva - Com tais considerações, fundamentada no art. 487, I, do CPC, extingo o feito com resolução do mérito e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para, em consequência: DECLARAR relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos de sua vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III do Código Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.146/2015, o(a) sr.(a) FRANCISCO LAZARO DA SILVA, já qualificado(a) nos autos; nomeio-lhe Curador(a) a pessoa de MARIA EVELINE DA SILVA, qualificado(a) nos autos, que deverá prestar o devido compromisso e ser cientificado(a) de que os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, nos termos do § 4º do art. 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146/2015;

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0102/2022
ADV: THALES CATUNDA DE CASTRO (OAB 13138/CE), ADV: VAMBASTER NOBRE UCHOA (OAB 30436/CE), ADV: RAYANA SILVEIRA VASCONCELOS DIAS (OAB 50516/PE), ADV: FRANCISCO CLÉUTON PAULINO GOMES (OAB 42642/CE) - Processo 0001221-05.2018.8.06.0047 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Herberlh Freitas Reis Cavalcante Mota - Maria Albertina Cavalcante Gomes - Editora Caminhar Ltda - Relação: 0059/2022 Teor do ato: Assim, dando-se prosseguimento ao rito comum, intimem-se as partes, para apresentarem, justificadamente, as provas que pretende produzir. Após, intime-se o Ministério Público para o mesmo fim. Advogados(s): Vambaster Nobre Uchoa (OAB 30436/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0103/2022
ADV: FRANCISCA DE PAULA KARINE ALMEIDA MOREIRA (OAB 35165/CE) - Processo 0050027-66.2021.8.06.0047 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.E.R.M.G. - Intime-se a requerente para réplica à contestação.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA HELENA SOARES BARROSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0104/2022
ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0001043-86.2000.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a e outro - Considerando o decurso de prazo da suspensão, intime-se o Banco do Brasil, via dje, para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os extratos atualizados dos contratos bancários relacionados ao presente feito, detalhando os valores e datas de pagamentos.

COMARCA DE BATURITE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GISELLE CARLOS SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2022

ADV: FRANCISCO EDILSON PIRES BRAGA (OAB 31748/CE) - Processo 0050101-23.2021.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Francisco de Paiva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os autos para intimação da parte requerente, conforme determinado no despacho de fls. 164.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GISELLE CARLOS SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2022

ADV: FRANCISCO YAGO OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 43625/CE) - Processo 0050435-57.2021.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Pedro Viana Rocha - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os autos para intimação da parte requerente, para no prazo de 15(quinze) dias, apresentar réplica, conforme determina no termo de audiência de fls. 190/191.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GISELLE CARLOS SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0065/2022

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCO YAGO OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 43625/CE) - Processo 0050435-57.2021.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Pedro Viana Rocha - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. e outro - Instrução e Julgamento Data: 09/02/2022 Hora 15:02 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GISELLE CARLOS SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0066/2022

ADV: DENISE VASCONCELOS PIRES (OAB 27190/CE) - Processo 0006316-21.2015.8.06.0047 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERDA: Luzineide Mendonça Freitas - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os autos para intimação da Dra. Denise Pires Vasconcelos, conforme determinado no termo de audiência de fls. 137/138.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GISELLE CARLOS SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2022

ADV: FELIPE AUGUSTO BARBOSA PINHEIRO (OAB 21512/CE) - Processo 0050448-56.2021.8.06.0047 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERIDO: Francisco Airton de Menezes Junior - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os autos para intimação da parte requerida, conforme determinado no termo de audiência de fls. 77.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GISELLE CARLOS SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: TALLITA SARAIVA SANTOS (OAB 26248/CE) - Processo 0050505-74.2021.8.06.0047 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: C.S.L.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os autos para intimação da parte requerida, conforme determinado no termo de audiência de fls. 109/110.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES

DIRETOR(A) DE SECRETARIA GISELLE CARLOS SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR (OAB 28669/CE) - Processo 0050156-71.2021.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Suderlan de Almeida Costa - Thiago Lorran da Silva Costa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os autos para intimação da parte requerente, conforme determinado no termo de audiência de fls. 85/86.

COMARCA DE BEBERIBE -1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: ANDERSON PEROBA GOMES (OAB 20740/CE) - Processo 0003435-26.2019.8.06.0049 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Carlos Felipe de Lima - Recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo réu à p.714, por ser próprio e tempestivo. O juízo de retratação, obviamente, somente tem como ser realizado após e conhecer as razões recursais. Assim, intime-se o recorrente para apresentar suas razões, em 2 dias (art. 588 do CPP); apresentadas, vistas ao recorrido (MP) para, no mesmo prazo, oferecer suas contrarrazões. Apresentadas razões e contrarrazões, conclusos para deliberar no âmbito do juízo de retratação.

ADV: ANTONIO VALDIR DE ALMEIDA (OAB 8506/CE) - Processo 0007212-34.2010.8.06.0049 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMA: Edivaldo Monteiro Rocha - Designada Sessão do Tribunal do Júri para 23/02/2022, às 08:30h, que se realizará na modalidade presencial, no prédio da Câmara Municipal de Beberibe. Cumpra-se os expedientes da referida sessão. Atente-se os Oficiais de Justiça, que deverão efetivar as intimações pessoalmente, devendo coletar os dados atualizados das partes com e-mail e telefone (preferencialmente celular), fazendo constar nas suas respectivas certidões. Advirta-se as partes para que estejam no local do Júri com cerca de 30 minutos de antecedência e, em caso de impossibilidade de participação pelo presencial, deverão informar em até 72 horas de antecedência à unidade através do whatsapp business (853338-1185) ou e-mail institucional (beberibe.1@tjce.jus.br). Aponte a Câmera do seu celular para o QRCODE abaixo para falar conosco através do Whatsapp Business:

ADV: FRANCISCO ALDERLAN ALVES DE OLIVEIRA (OAB 30846/CE) - Processo 0009762-26.2015.8.06.0049 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Carlos Wemblley de Abreu - Designada a audiência de Instrução e Julgamento para 02/02/2022 às 14:30h, abaixo o novo link de acesso à audiência INSTRUÇÃO virtual que se realizará através da nova plataforma de videoconferência do TJCE: MICROSOFT TEAMS. Cumpra-se os expedientes da audiência, constandos nos respectivos mandados o link abaixo que viabilizará o ingresso das partes na sala virtual. Atente-se os Oficiais de Justiça, que deverão efetivar as intimações pessoalmente, devendo coletar os dados atualizados das partes com e-mail e telefone (preferencialmente celular), fazendo constar nas suas respectivas certidões. ORIENTAÇÕES PARA AUDIÊNCIA VIRTUAL De acordo as orientações da Resolução nº 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme a Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, a audiência designada se dará de forma virtual, não havendo necessidade das partes se deslocarem ao fórum. Basta seguir o passo a passo abaixo: Seu LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: LINKhttps://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGJjMjU1YTUtMmVjYS00YTZmLTgyNjgtOTdiODI4MDE2MTFh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2272e2b5ab-a24c-433c-844e-c8ac20b98947%22%7d Ou pode ingressar através do QRCODE abaixo, basta apontar a Câmera do seu celular para acessar a sala virtual: Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/371a88 PARTICIPAR COM CELULARPARTICIPAR COM COMPUTADOR 1. Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; 2. Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; 3. Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. 1. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; 2. Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; 3. Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo; Adivirta-se as partes para que acessem a sala virtual com cerca de 10 minutos de antecedência e, em caso de impossibilidade de participação pelo meio remoto, deverão informar em até 72 horas de antecedência à unidade através do Whatsapp Business ou Email Institucional disponíveis. O Whatsapp Business da unidade (853338-1185) e e-mail institucional (beberibe.1@tjce.jus.br) serão monitorados em tempo real durante a realização do ato a fim de prestar auxílio às partes em relação ao acesso à sala virtual. Aponte a Câmera do seu celular para o QRCODE abaixo para falar conosco através do Whatsapp Business:

ADV: JONATAS PEREIRA BITENCOURT (OAB 27918/CE) - Processo 0010003-53.2022.8.06.0049 (apensado ao processo 0050754-19.2021.8.06.0049) (processo principal 0050754-19.2021.8.06.0049) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Vitor Emanuel Santos da Silva - Posto isso, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva formulado pelo requerente, fortes nos mesmos fundamentos da decisão que a decretou. Preclusa a presente decisão, ARQUIVE-SE os autos. Intimem-se. Dê-se prosseguimento à ação penal principal.

ADV: JULIANE KAREN CASTRO NOBRE (OAB 37316/CE) - Processo 0010004-38.2022.8.06.0049 (apensado ao processo 0050817-44.2021.8.06.0049) (processo principal 0050817-44.2021.8.06.0049) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Roubo

Majorado - REQUERENTE: Romulo Pereira Costa - Assim, por entender que ainda estão presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP, INDEFIRO o pedido do requerente RÔMULO PEREIRA COSTA. Intime-se. Após a preclusão da presente decisão, ARQUIVE-SE.

ADV: JOSE BATISTA DE SA (OAB 20442/CE) - Processo 0010015-67.2022.8.06.0049 (apensado ao processo 0050848-64.2021.8.06.0049) (processo principal 0050848-64.2021.8.06.0049) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Estupro de vulnerável - REQUERENTE: João Batista Monteiro de Matos - Posto isso, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva formulado pelo requerente, bem como INDEFIRO o pedido de instauração de sua insanidade mental, uma vez que não se demonstrou nos autos sua necessidade. Preclusa a presente decisão, ARQUIVE-SE os autos. Intimem-se.

ADV: IVILA DIAS PRACIANO RODRIGUES (OAB 39725/CE) - Processo 0013909-32.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Luiz Jacinto da Cruz Neto - Sendo assim, dou por saneado o processo e deixo de absolver sumariamente o(s) acusado(s), ratificando o recebimento da denúncia. Designe-se audiência de instrução e julgamento, com a intimação do(s) acusado(s), de seu(s) defensor(es), do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente, consoante art. 399 do Código de Processo Penal. Na referida audiência, proceder-se-á à tomada de declarações do(s) ofendido(s), à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 do Código de Processo Penal, bem como aos esclarecimentos dos peritos (se previamente requerido pelas partes), às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o(s) acusado(s), ex vi do art. 400 do citado Código. Caso as testemunhas das partes não resida(m) nesta Comarca, expeça(m)-se carta(s) precatória(s), para sua(s) oitiva(s), com prazo de 30 (TRINTA) dias para cumprimento, intimando-se as partes da expedição das precatórias. Sublinhe-se que, conforme regra inserta nos §§ 1º e 2º do art. 222 do Código de Processo Penal, a expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal e, findo o prazo marcado para o seu cumprimento, poderá realizar-se o julgamento, mesmo sem o seu retorno. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM SISTEMA HÍBRIDO. Mantenho a prisão preventiva do acusado, fortes nos mesmos fundamentos contidos nas decisões de pgs. 64/69 e pgs. 126/127, sobretudo em razão da imensa e robusta ficha criminal do réu (pgs. 15/160), a revelar a grave ameaça à ordem pública, atraindo a aplicação do enunciado n. 52 da Súmula do TJCE. Defiro o pedido do MP de pgs. 166/167, para o fim de determinar o desentranhamento da peça de pgs. 142/144 e o seu envio à Vara Criminal da Comarca de Aracati/CE. Cumpra-se.

ADV: MARCIO BORGES DE ARAUJO (OAB 18920/CE), ADV: FRANCISCO CLEBER FERREIRA (OAB 10179/CE) - Processo 0014328-47.2017.8.06.0049 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Monica Gracielle Pereira Evangelista - Mariliza Nascimento Pereira e outro - Designada a audiência de Instrução e Julgamento para 30/03/2022 às 14:45h, abaixo o novo link de acesso à audiência INSTRUÇÃO virtual que se realizará através da nova plataforma de videoconferência do TJCE: MICROSOFT TEAMS. Cumpra-se os expedientes da audiência, constandos nos respectivos mandados o link abaixo que viabilizará o ingresso das partes na sala virtual. Atente-se os Oficiais de Justiça, que deverão efetivar as intimações pessoalmente, devendo coletar os dados atualizados das partes com e-mail e telefone (preferencialmente celular), fazendo constar nas suas respectivas certidões. ORIENTAÇÕES PARA AUDIÊNCIA VIRTUAL De acordo as orientações da Resolução nº 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme a Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, a audiência designada se dará de forma virtual, não havendo necessidade das partes se deslocarem ao fórum. Basta seguir o passo a passo abaixo: Seu LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: LINKhttps://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2YzNWZiZDQtOTU2ZS00ZTljLTliZWUtNzU1MDgzMTE3Njhk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2272e2b5ab-a24c-433c-844e-c8ac20b98947%22%7d Ou pode ingressar através do QRCODE abaixo, basta apontar a Câmera do seu celular para acessar a sala virtual: Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/e9280c PARTICIPAR COM CELULARPARTICIPAR COM COMPUTADOR 1. Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; 2. Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; 3. Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. 1. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; 2. Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; 3. Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo; Adivirta-se as partes para que acessem a sala virtual com cerca de 10 minutos de antecedência e, em caso de impossibilidade de participação pelo meio remoto, deverão informar em até 72 horas de antecedência à unidade através do Whatsapp Business ou Email Institucional disponíveis. O Whatsapp Business da unidade (853338-1185) e e-mail institucional (beberibe.1@tjce.jus.br) serão monitorados em tempo real durante a realização do ato a fim de prestar auxílio às partes em relação ao acesso à sala virtual. Aponte a Câmera do seu celular para o QRCODE abaixo para falar conosco através do Whatsapp Business:

ADV: ANDREZZA QUEIROS BEZERRA (OAB 33859/CE) - Processo 0050571-48.2021.8.06.0049 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - RÉU: Paulo Nogueira de Queiroz Filho - Nomeio ao réu, como seu defensor dativo, a Dra. Adv Andrezza Dativa: Andrezza Queirós Bezerra, OAB/CE 33859, em razão da ausência de designação de Defensor Público, após a promoção da então titular que atuava neste juízo. Intime-o do encargo, bem como para que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: TADEU COLAÇO DE ALMEIDA (OAB 16968/CE) - Processo 0009604-68.2015.8.06.0049 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gildásio do Nascimento Silva e outro - Solicite-se a CEMAN a devolução

dos mandados de intimação dos acusados. Renove-se a intimação aos apelantes, por intermédio do seu advogado, para oferecer suas razões recursais, no prazo de 08 (oito) dias, conforme art. 600, caput, do CPP.

COMARCA DE BEBERIBE - 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: FLORDUARDO OLIVEIRA THOMAZ (OAB 20527/CE), ADV: PASCHOAL DE CASTRO ALVES (OAB 18692/CE), ADV: AMAILZA SOARES PAIVA (OAB 2394/CE), ADV: DIANA VIANA THOMAZ (OAB 23710/CE) - Processo 0000220-76.2018.8.06.0049 (apensado ao processo 0017079-41.2016.8.06.0049) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EMBARGANTE: Portimão Investimentos e Participações Ltda - EMBARGADO: VIP Imobiliária LTDA - Primeiramente, proceda-se a evolução de classe determinada no despacho de fls. 361. Considerando a certidão de folhas retro, intime-se a embargada/exequente para, no prazo de 15 dias, requerer o que entender de direito. Expediente necessário. Beberibe, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE) - Processo 0008071-35.2019.8.06.0049 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Ante o exposto, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC/15, HOMOLOGO a desistência formulada e EXTINGO O FEITO sem resolução do mérito. Custas já adimplidas. Sem honorários por não ter havido resistência. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa no sistema. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: VICENTE PINTO QUESADO (OAB 22320/CE), ADV: MARCO ANDRE HONDA FLORES (OAB 24241A/CE), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 35877/DF) - Processo 0009134-95.2019.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Catiane Monteiro da Silva - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Ante o exposto, em conformidade com a fundamentação retro, extingo o processo com resolução de mérito, consoante o disposto no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGANDO IMPROCEDENTES os pleitos autorais, ficando mantidas incólumes as cláusulas contratuais celebradas. Eventual quantia depositada judicialmente funcionará para amortização do débito, ficando revertida à instituição financeira. Condeno a autora em custas processuais e honorários, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, ficando a cobrança e a exigibilidade suspensas por até 5 (cinco) anos, na forma do art. 98, § 3º, do CPC, tendo em vista a gratuidade judiciária deferida à fl. 45. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: PAULO FERNANDO SANTOS BACELAR (OAB 29726-0/CE) - Processo 0010265-47.2015.8.06.0049 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Raimundo Gomes Bezerra - Ante o exposto, ACOLHO a impugnação ao cumprimento de sentença de acordo com os motivos acima expostos. Intime-se o autor/exequente para apresentar nova planilha de cálculos com base no que fora ora explanado e com base no disposto na sentença de fls. 67/73. Intimem-se as partes dessa decisão. Cumpra-se. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: CASSIO BRUNO FERNANDES JUSTINO ALVES (OAB 31621/CE) - Processo 0010346-93.2015.8.06.0049 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXEQUENTE: Cassio Bruno Fernandes Justino Alves - Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença de acordo com os motivos acima expostos. Intime-se o autor/exequente para apresentar nova planilha de cálculos com base no que fora ora decidido e com base no disposto na sentença de fls. 53/55. Intimem-se as partes dessa decisão. Cumpra-se. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: JUAREZ GOMES RIBEIRO (OAB 6249/CE) - Processo 0014181-55.2016.8.06.0049 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: E.M.S. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo o cumprimentos dos expedientes da audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 18/04/2022 , 13:00h às h, a se realizar por meio do link: https://link.tjce.jus.br/ecac8c Possuir smartphone ou tablet conectado à internet;

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0014670-58.2017.8.06.0049 (apensado ao processo 0050452-87.2021.8.06.0049) - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Considerando o teor da certidão de fl. 105, intime-se a parte exequente para se manifestar e requerer o que entender de direito. Expedientes necessários. Beberibe/CE, data da assinatura eletrônica no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: IGOR PEREIRA CHAYB (OAB 24205/CE) - Processo 0050103-84.2021.8.06.0049 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão na Posse - REQUERENTE: Miguel Napomuceno de Melo - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para que, em 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da contestação apresentada (fls. 91/109), bem como sobre os documentos a ela acostados. Expedientes necessários. Beberibe/CE, data da assinatura eletrônica no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: TADEU COLAÇO DE ALMEIDA (OAB 16968/CE) - Processo 0050140-14.2021.8.06.0049 - Execução Extrajudicial de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Antonio Jorge Aquino dos Santos - Diante do exposto, extingo o presente processo executivo, com fundamento no art. 924, inciso II, c/c art. 925, do Código de Processo Civil, tendo em vista a satisfação da dívida. Condeno o executado ao pagamento das custas e honorários, estes no quantum de 10% (dez por cento), tomando como parâmetro o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: HELDER LIMA LEITE (OAB 22749/CE), ADV: FRANCISCO REGIS AGUIAR MOTA (OAB 6684/CE) - Processo 0050485-14.2020.8.06.0049 (apensado ao processo 0002733-80.2019.8.06.0049) - Embargos à Execução - Confusão - EMBARGANTE: Manuel Perpetuo Palma - EMBARGADO: Waldir Diogo de Siqueira Neto - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido. Custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, pelo embargante, contudo com exigibilidade

suspensa em razão da gratuidade de justiça deferida, na forma do disposto no art. 98, §3º, CPC/15. Intimem-se. Cumpra-se. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: FABIANO ROCHA DE SOUSA (OAB 33004/CE) - Processo 0050527-29.2021.8.06.0049 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antonio Ferreira Lima - Diante do exposto, julgo procedente o pedido da inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para expedição de alvará judicial de transferência do veículo MMC/L200 SPORT 4x4, GLS CHASSI 93XHNK740C516239, PLACA DRD0887/CE, ANO 2005, MODELO 2005, vinculado a MARIA DEUSA DOS SANTOS LIMA, em favor do requerente ANTÔNIO FERREIRA LIMA. Expeça-se o respectivo alvará, em nome do autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpridas as formalidades legais, arquive-se com a devida baixa no sistema. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

ADV: CELSO MARINS TORRES FILHO (OAB 24044/CE) - Processo 0050612-15.2021.8.06.0049 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Santorini Carcinicultura Eireli - Compulsando os autos, verifico que não houve comprovação referente ao pagamento das custas de diligencias dos oficiais de justiça. Dessa forma, intime-se a parte autora, via advogado, para apresentar referido comprovante, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários. Beberibe/CE, data da assinatura eletrônica no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: MARIA ALICIANE MEDEIROS CORDEIRO GOIS (OAB 40557/CE) - Processo 0003127-87.2019.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria do Carmo Ferreira Moura - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o Estado do Ceará ao pagamento a título de reparação de danos morais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), tomando-se, por base o binômio do equilíbrio (desestímulo da conduta ilegal e evitar o enriquecimento ilícito do lesado). O termo inicial para a incidência da correção monetária é a data do arbitramento desta condenação (Súmula 362 do STJ REsp nº 1.124.835/STJ), com base no IPCA-E, enquanto o dos juros moratórios tomará por base o evento danoso, por se tratar de responsabilidade extracontratual (Súmula 54/STJ), na forma da remuneração da caderneta de poupança. O Estado do Ceará é isento de custas processuais por força do artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº. 16.132/2016. Sem honorários advocatícios, na forma da súmula n. 421 do STJ. Inexistindo recurso voluntário, remeta-se ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nos termos do art. 496 do CPC/2015. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: FRANCISCO ROGERIO FACUNDO FILHO (OAB 20453/CE) - Processo 0009156-56.2019.8.06.0049 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Wanessa Rosa Bessa Coutinho e outro - ISTO POSTO, determino o registro e o cumprimento do testamento público deixado pela de cujus MARIA MIRTES FACÓ BESSA, falecida em 25 de outubro de 2019. Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 487, I do CPC/2015. Sem custas (Lei 16132/2016, art. 5º). A cópia desta sentença acompanhada da certidão de trânsito em julgado e do testamento acostado aos autos, servirá como certidão testamentária para todos os fins de direito, os quais poderão ser reproduzidos e apresentados pelos próprios herdeiros testamentários e testamenteiro onde for necessário. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado esta sentença, poderão os interessados providenciar a abertura do respectivo inventário. Após, arquive-se com baixa na distribuição.

ADV: LUCAS SANTOS DA COSTA E SILVA (OAB 18139/CE), ADV: ALLEX KONNE DE NOGUEIRA E SOUZA (OAB 17669/CE), ADV: JOSE LUCAS DE BRITO NETO (OAB 22400/CE) - Processo 0014777-05.2017.8.06.0049 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Valderli Lima Cardoso - Ante o exposto, conforme previsão do art. 535, §3º, CPC/15, HOMOLOGO os cálculos apresentados às fls. 143. Considerando que o maior benefício hoje pago pelo Regime Geral da Previdência Social está no valor de R$ 6.433,57 (https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/01/beneficios-acima-do-minimo-tem-reajuste-de-5-45) e tendo em vista que a planilha de cálculos apresentada nos autos foi em valor superior do acima destacado, determino a expedição de Precatório para pagamento do crédito autoral, bem como dos respectivos honorários de sucumbência já fixados em sentença, via SAPRE. Intimem-se as partes dessa decisão.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 40 DIAS)

Processo nº: 0050213-83.2021.8.06.0049
Classe: InventáriAssunto: Inventário e Partilha
Requerente: Maria de Oliveira Correia
Inventariado: José Brasilino Correia
Valor da Causa: R$ 1.100,00

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA(M) CITADO(S) E/OU PARTES DESCONHECIDAS, para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo da lei, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados por Maria de Oliveira Correia. CUMPRA-SE. Beberibe/CE., em 26 de janeiro de 2022.

Wilson de Alencar Aragão
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0009347-82.2011.8.06.0049
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: Maria Eliete Alves
Requerido: Izidio Pinto de Sousa

Valor da Causa: R$ 40.000,00

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA(M) CITADO(S) E/OU PARTES AUSENTES, INCERTOS e DESCONHECIDAS, para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo da lei, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados, nos termos do art. 259, I do NCPC, por Maria Eliete Alves. CUMPRA-SE. Beberibe/CE., em 24 de janeiro de 2022.

Wilson de Alencar Aragão
Juiz de Direito

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0014654-07.2017.8.06.0049
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Tutela e Curatela
Interditante Maria Clemilda Nogueira de Souza
Curatelado Izabele Nogueira de Lima
Promotor e Perito Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito, em respondência, da 2ª Vara da Comarca de Beberibe/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Izabele Nogueira de Lima, brasileira, solteira, incapaz, portadora do RG nº 2006010114254 SSP/CE e CPF nº 034.495.593-11, que é portador(a) de espasticidade muscular, psicomotricidade coréica, déficit cognitivo. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Maria Clemilda Nogueira de Souza, brasileira, casada, do lar, portadora do RG nº 3166929-96 SSP-CE e CPF nº 984.157.003-34, residente na localidade de Caetanos, neste município, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 17/11/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: Diante do exposto, tendo por base o art. 4º, III e o art. 1.767, I, todos do Código Civil e o art. 755 do CPC, em consonância com parecer ministerial, julgo procedente o pedido e decreto a interdição de Izabele Nogueira de Lima, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e reger seu patrimônio, por ser portadora doença neurológica, em conformidade com as provas produzidas nos autos. Nomeio como curadora da interditanda a requerente, Sra. Maria Clemilda Nogueira de Souza, na medida em que esta é genitora da interditanda, a qual deverá ser advertida que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes a interditanda, sem autorização judicial, com fulcro no art. 1775, §3º, c/c o art. 1781, todos do Código Civil e art. 755, §1º do CPC.. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Beberibe/CE, em 18 de novembro de 2021. Eu, Adriana da Silva Barbosa, À Disposição, 42994, o digitei.

Francisco Gilmario Barros Lima
Juiz(a) de Direito

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0014162-15.2017.8.06.0049
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica
Requerente Miriam Rocha Rodrigues
Requerido Daniel Rocha Rodrigues
Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Beberibe/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Daniel Rocha Rodrigues, brasileiro, solteiro, incapaz, RG nº 3027322-96 SSP-CE, residente e domiciliado(a) na Rua Capitão Farias, Cohab, Beberibe/CE, que é portador de RETARDO MENTAL MODERADO (CID 10 – F71.1) e ESQUIZOFRENIA (CID 10 F29). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Miriam Rocha Rodrigues, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG nº 2002014109368 - SSP-CE e CPF nº 027.718.093-70, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 06/12/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: Ante o exposto e considerando o que mais consta dos autos, declaro a interdição de DANIEL ROCHA RODRIGUES, declarando-o RELATIVAMENTE INCAPAZ para praticar, em seu próprio nome, atos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, razão por que lhe nomeio curadora a Sra. MIRIAM ROCHA RODRIGUES, não podendo o interditando praticar, sem assistência da curadora, atos negociais de cunho econômico e patrimonial (art. 85 da Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, §1º da Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência). O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Beberibe/CE, em 06 de dezembro de 2021. Eu, Adriana da Silva Barbosa, À Disposição, 42994, o digitei.

Francisco Gilmario Barros Lima
Juiz(a) de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: JUAREZ GOMES RIBEIRO (OAB 6249/CE) - Processo 0200030-90.2022.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Juarez Gomes Ribeiro - Isto posto, DEFIRO o pedido de notificação judicial, DETERMINANDO a expedição de carta aos requeridos, com aviso de recebimento AR, que deverá ser entregue na sede da Procuradoria-Geral do Município de Beberibe. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022
ADV: CARLOS ALBERTO TORRENS (OAB 6214/CE) - Processo 0000501-18.2007.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Deficiente - REQUERENTE: Francisca Veronica da Silva (interdita) e outro - Ante o exposto, CONFIRMO A TUTELA DE URGÊNCIA deferida anteriormente e JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, ao passo que extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC/15,para condenar o INSS a implementar o benefíciode prestação continuada(LOAS Pessoa com Deficiência), no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, desde a data do requerimento administrativo cassação do benefício. Sobre as parcelas vencidas entre a Data do Início do Benefício DIBe aData do Início do Pagamento DIP, deverão incidir: a)juros de mora, na proporçãode 1% (um por cento) ao mês até julho/2009, a partir de quando coincidirão com os aplicáveis à caderneta de poupança (débito não tributário); b)correção monetária, por sua vez, o IPCA-E, a teor do que foi definido pelo STF no RE nº 870.947/SE, Tema 810, DJe de 22/09/2017. Fica desde já autorizado o abatimento das prestações recebidas a título de LOAS (benefício de prestação continuada), em virtude da concessão de tutela de urgência neste processo. Semcustas, por ser isenta a autarquia sucumbente. Condeno o INSSao pagamento dehonorários advocatíciosem favor do advogado da parte autora, na proporção de 10 % (dez por cento) sobre as parcelas vencidas até a data da publicação da sentença, consoante prevê a Súmula n.º 111 do Superior Tribunal de Justiça STJ. Sentença submetida ao reexame necessário junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Expedientes necessários. Publique-se, Registre-se, Intimem-se. Beberibe/CE, data da assinatura no sistema. Wilson de Alencar Aragão Juiz de Direito

COMARCA DE BELA CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ
JUIZ(A) DE DIREITO GILVAN BRITO ALVES FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDRÉIA VASCONCELOS SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022
ADV: FRANCISCO REGIS OLIVEIRA ABREU (OAB 31631/CE) - Processo 0010010-42.2022.8.06.0050 (processo principal 0015602-51.2021.8.06.0293) - Relaxamento de Prisão - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Lucas Nascimento - Alexandre Silvestre de Freitas Filho - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - Diante de todo o exposto, não tendo ocorrido excesso de prazo injustificado, havendo a necessidade de resguardar a ordem pública e a aplicação da lei énal, hei por bem INDEFERIR o pedido de relaxamento de prisão dos requerentes, bem como o de revogação da prisão preventiva. Junte cópia desta decisão na ação penal, servindo como reavaliação da preventiva, nos moldes do art. 316, parágrafo único do CPP. Intimem-se o Ministério Público e o patrono da defesa acerca desta decisão. Após cumpridas as formalidades legais, não havendo outros requerimentos, arquive-se o incidente com os necessários registros no sistema.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022
ADV: GUY NEVES OSTERNO (OAB 26955/CE), ADV: JOSÉ SÉRGIO DIAS CARNEIRO FILHO (OAB 28654/CE), ADV: RENÉ OSTERNO RIOS (OAB 29175/CE), ADV: FILIPE AUGUSTO PINTO JOVINO (OAB 29425/CE), ADV: PROCURADOR FEDERAL - MOACIR DOS SANTOS COSTA (OAB 3/CE) - Processo 0006158-20.2016.8.06.0050 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade - REQUERENTE: Maria Marluce de Paulo Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Manifestem-se as partes, em 05 dias, acerca do retorno dos autos em face do julgamento do recurso, devendo requerer o que entender necessário. Caso silentes, remetam-se os autos ao arquivo. Cumpra-se.

COMARCA DE BOA VIAGEM - 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022
ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: MARIZZE FERNANDA LIMA MARTINEZ DE SOUZA PACHECO (OAB 44561/CE), ADV: MARITZZA FABIANE LIMA MARTINEZ DE SOUZA O. ROSSITER (OAB 44562/CE) - Processo 0000043-92.2007.8.06.0051 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a- Bnb - À vista do exposto, DETERMINO AO OFICIAL DE JUSTIÇA Francisco Ednaldo Sousa Almeida - que PROCEDA à imediata AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL PENHORADO à fl. 84. Lado outro, tratando-se de matéria cognoscível de ofício, nada impede que este magistrado, de posse das informações do imóvel trazidas pelo laudo de avaliação, avalie eventual hipótese de impenhorabilidade. Intime-se o exequente.
ADV: JOSE DAUDECI SILVA (OAB 6270/CE) - Processo 0000085-77.2006.8.06.0116 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: Raimundo Helio de Albuquerque - Vistos em conclusão. Tendo em vista o bloqueio efetivado às fls. 81/82, INTIME-SE a PARTE EXECUTADA para que tome ciência da constrição, nos termos do art. 854, § 2°, do CPC,

requerendo o que entender cabível, no prazo de 05 (cinco) dias. Empós, INTIME-SE o exequente para se manifestar, no mesmo prazo. Uma vez que não foi detectado numerário suficiente para quitar o débito, PROCEDA-SE à busca de ativos penhoráveis junto ao sistema RENAJUD, até o valor integral para satisfação do débito. Efetivado o bloqueio, nos termos acima determinados, INTIME-SE a executada para que tome ciência da constrição. Depois, INTIME-SE o exequente, para que tenha conhecimento da ordem de bloqueio e do seu resultado, requerendo o que entender cabível, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: CAROLINE PACHECO BEZERRA (OAB 17275/PI) - Processo 0002482-56.2019.8.06.0051 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: LUCINEIDE DE BRITO ROCHA - REQUERIDO: MUNÍCIPIO DE BOA VIAGEM - CE - Vistos em conclusão. A parte vitoriosa deflagrou a fase de cumprimento de sentença das obrigações de pagar, por meio da petição de fls. 172/173. Ocorre que em relação à obrigação de pagar, movida em face do Município de Boa Viagem, olvidou-se o exequente de apontar o valor que entende devido, instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, na forma preconizada no art. 534, do CPC, remontando aos valores trazidos na peça inicial que, pelo decurso do tempo, encontram-se desatualizados. Assim, INTIME-SE o exequente para juntar planilha de cálculos, trazendo aos autos o valor que entende cabível, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. No mesmo azo, deverá esclarecer acerca da renúncia dos valores que transbordam o limite para pagamento via RPV, porquanto há lei municipal que regulamenta esse valor como sendo o do teto do benefício do Regime Geral de Previdência do INSS, valor muito aquém do quantum apurado.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: GESILDA LIMA MARTINEZ DE SOUZA (OAB 44560A/CE), ADV: MARITZZA FABIANE LIMA MARTINEZ DE SOUZA O. ROSSITER (OAB 44562/CE), ADV: MARIZZE FERNANDA LIMA MARTINEZ DE SOUZA (OAB 44561A/CE), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA (OAB 8985/CE) - Processo 0006415-81.2012.8.06.0051 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a- Bnb - Vistos em conclusão. Indefiro o pedido de dilação de prazo requerido pelo exequente, tendo em vista que foi intimado da determinação em junho de 2021, passando-se tempo suficiente para realização da diligência. Ademais, o exequente foi intimado tão somente para se manifestar sobre a constrição dos bens, ocorrida em 27 de outubro de 2020 (fls. 52/55), devendo esclarecer, por conseguinte, qual o meio expropriatório pretende adotar e manifestar-se sobre o silêncio do executado quando intimado do resultado da consulta ao sistema RENAJUD. Nesse caminho, não vislumbro qualquer óbice para o cumprimento de tal determinação. Nesse rumo, intime-se o exequente, para no prazo de 10 dias, esclarecer estes pontos, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito. Intime(m)-se.

ADV: FERNANDO CAIO DE QUEIROZ PINHEIRO (OAB 31637/CE), ADV: ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO JUNIOR (OAB 22944-0/CE), ADV: ALLAN DYEGO PIMENTEL AMANCIO (OAB 27506-0/CE) - Processo 0008679-95.2017.8.06.0051 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antão Gonzaga de Oliveira - INTIMEM-SE as partes do retorno dos autos do E. TJCE. Caso nada manifestem no prazo de 05 (cinco) dias, considerando o trânsito em julgado (fl. 177), ARQUIVEM-SE, observando-se as cautelas legais.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0009028-35.2016.8.06.0051 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Dessa forma, inexistindo óbice à transação realizada pelas partes, HOMOLOGO para todos os fins de direito o acordo firmado às fls. 70/72, pelo que JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, c/c art. 924, III, do CPC. Custas e honorários advocatícios na forma estabelecida pelas partes. Indefiro o pedido no sentido de que este juízo providencie a exclusão do nome do executado dos bancos devedores, porquanto tal providencia pode e deve ser tomada pelo exequente. Providencie-se levantamento de eventual bloqueio/restrição dos bens do executado nos sistemas Sisbajud e/ou Renajud. CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, independentemente da intimação das partes, porquanto o presente acordo foi firmado de forma livre, voluntária e espontânea pelas partes, além de elas terem renunciado ao prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: IVNA DE ALENCAR COSTA (OAB 35305/CE) - Processo 0010712-19.2021.8.06.0051 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: PAMELA BARBOSA PARENTE LIMA - Diante do exposto, com fulcro no art. 485, inciso VI, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, pela perda superveniente de interesse processual. Não há custas processuais ou honorários advocatícios a pagar (STF, Súmula 512 c/c o art. 25 da Lei 12.016/2009, e STJ, Súmula 105). Sentença não-sujeita à remessa necessária (art. 14, §1º, Lei 12.016/2009). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO LUCAS MESQUITA DOS SANTOS (OAB 38717/CE) - Processo 0030220-18.2019.8.06.0116 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: A.L.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se às partes e o Ministério Público.

ADV: DANIEL LEITÃO MAIA (OAB 32872/CE), ADV: SAMUEL FURTADO BARROSO (OAB 18645/CE), ADV: RENÊ RAULINO SANTIAGO (OAB 34715/CE), ADV: BRUNO BINDÁ DE QUEIROZ GOMES (OAB 34263/CE), ADV: PEDRO DE PAIVA FARIAS (OAB 27887/CE) - Processo 0050655-77.2020.8.06.0051/01 - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cheque - REQUERENTE: Motopeças Duas Rodas Ltda - REQUERIDO: Hermano Alves Araújo - Wildilene Ferreira Gomes e outros - INTIMEM-SE AS PARTES para, no prazo de 10 dias, promover o regular seguimento da presente ação.

ADV: FRANCISCO LUCAS MESQUITA DOS SANTOS (OAB 38717/CE) - Processo 0200067-14.2022.8.06.0051 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria das Graças Santos da Silva - Diante disso, INTIMEM-SE a promovente, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de JUNTAR declaração, sob as penas da lei, de que o falecido não deixou outros herdeiros e outros bens a inventariar. ADVIRTO que a providência acima delineada deve ser adotada no prazo assinalado, sob pena de indeferimento da exordial, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0034/2022

Processo 0002482-56.2019.8.06.0051 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: LUCINEIDE DE BRITO ROCHA - REQUERIDO: MUNÍCIPIO DE BOA VIAGEM - CE - Vistos em conclusão. A parte vitoriosa deflagrou a fase de cumprimento de sentença das obrigações de pagar, por meio da petição de fls. 172/173. Ocorre que em relação à obrigação de pagar, movida em face do Município de Boa Viagem, olvidou-se o exequente de apontar o valor que entende devido, instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, na forma preconizada no art. 534, do CPC, remontando aos valores trazidos na peça inicial que, pelo decurso do tempo, encontram-se desatualizados. Assim, INTIME-SE o exequente para juntar planilha de cálculos, trazendo aos autos o valor que entende cabível, no prazo de 10 (dez)

dias, sob pena de arquivamento dos autos. No mesmo azo, deverá esclarecer acerca da renúncia dos valores que transbordam o limite para pagamento via RPV, porquanto há lei municipal que regulamenta esse valor como sendo o do teto do benefício do Regime Geral de Previdência do INSS, valor muito aquém do quantum apurado.

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 10 DIAS) Processo nº: **0007165-78.2015.8.06.0051**

O Excelentíssimo Dr. FLÁVIO VINICIUS CORDEIRO, Juiz de Direito em respondência da 2ª Vara da Comarca de BOA VIAGEM/CE, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foram processados os termos de **INTERDIÇÃO de Vaneide Vieira Noronha,** brasileira, solteira, agricultora, tendo como causa da interdição ser a interditado absolutamente incapaz por razões de debilidade mental, atestado por perícia médica, que a torna permanentemente incapaz para exercer os atos da vida civil, tudo em conformidade com a sentença deste Juízo de fls. 78/82, datada de 22/10/2021, prolatada nos autos do processo nº 0007165-78.2015.8.06.0051, Ação de Interdição, com trâmite nesta Secretaria de Vara da 2ª Vara da Comarca de BOA VIAGEM/CE, tendo sido nomeado para **CURADOR a Srª. Lucineide Vieira Lopes,** cujo múnus será exercido sem limites enquanto persistir a anomalia. O Edital será publicado no Diário da Justiça, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, e afixado no local de costume, na forma do Art. 755, §, 3º do CPC, da Justiça Gratuita deferida às fls. 13, dos autos. CUMPRA-SE, observando as cautelas e formalidades legais. Nada mais a constar, Eu, João Batista Ramos dos Reis, À Disposição, matrícula 23311, o digitei. Eu, Mikeias Viana Rodrigues, Supervisor de Unid. Judiciária, subscrevo. Boa Viagem/CE., em 26 de outubro de 2021. Flávio Vinicius Alves Cordeiro Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022

ADV: ISABEL CRISTINA TEIXEIRA BATISTA (OAB 16651/CE), ADV: DEODATO JOSE RAMALHO JUNIOR (OAB 3645/CE) - Processo 0007154-49.2015.8.06.0051 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: Manoel Pereira de Sousa Neto - Maria de Fátima Lima Pereira e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em cumprimento à decisão de fls. 188/189, intime-se o executado do bloqueio, na pessoa do seu advogado, ou, não o tendo, pessoalmente, para, no prazo de 05 dias, comprovar alguma situação prevista no art. 854, §3º, do CPC.

ADV: ANN CELLY SAMPAIO (OAB /CE) - Processo 0009098-52.2016.8.06.0051 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDA: R.A.S. - MENOR: A.S.C.S. - INTIME-SE O DEVEDOR PESSOALMENTE para que, no prazo de 03 (três) dias, pague o valor do débito referente aos meses de setembro e outubro de 2021, no valor de R$ 732,60 (setecentos e trinta e dois reais e sessenta centavos) e as que se vencerem no curso do processo, ou provar que o fez ou justificar a impossibilidade de pagamento, sob pena de inclusão do débito em protesto e decretação da prisão civil domiciliar do devedor pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses quanto às prestações alimentícias relacionadas aos últimos 03 (três) meses e as que se vencerem no curso do processo. Ultrapassado o prazo fixado sem manifestação, certifique-se nos autos. Em seguida, conclusos. Expedientes necessários.

ADV: HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE (OAB 13908/BA) - Processo 0050204-18.2021.8.06.0051 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERIDO: BANCO GMAC S/A - Recebo o recurso de apelação interposto em todos os seus termos. INTIME-SE A PARTE ADVERSA para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o apelado interponha apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar suas contrarrazões. Em seguida, cumpridas as formalidades mencionadas, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.010, §3º, do Código de Processo Civil.

ADV: RHAYRA YULLI SOUSA ALVES (OAB 33106/CE) - Processo 0050283-94.2021.8.06.0051 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francilene Gonzaga de Araújo - Ante o exposto, com fundamento no art. 487, III, “a”, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de JULGAR A PARTILHA na forma especificada no plano de fls. 30/34, referente aos bens deixados por Manoel de Sousa Lopes, atribuindo aos nele contemplados os respectivos quinhões, ressalvados erros, omissões ou eventuais direitos de terceiros. Transitada em julgado a sentença, e após a expedição do formal de partilha ou da carta de adjudicação, INTIME-SE A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes (arts. 659, § 2º e 662 do Novo Código de Processo Civil). Certificado o trânsito em julgado, a inventariante deverá indicar as cópias para compor o formal de partilha, ficando desde já autorizada a expedição do referido documento. Não gozando dos benefícios da gratuidade da justiça, deve o espólio arcar com as despesas processuais, a serem apuradas. Oportunamente, arquivem-se os autos, fazendo-se as anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: ISABEL CRISTINA TEIXEIRA BATISTA (OAB 16651/CE) - Processo 0050640-74.2021.8.06.0051 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.J.B.P. - Defiro o pedido de fl. 47, concedendo ao requerente o prazo de 10 (dez) dias para juntada da certidão de óbito. INTIME-SE.

ADV: DEODATO JOSE RAMALHO NETO (OAB 15895/CE) - Processo 0050714-65.2020.8.06.0051 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eraldo Fernandes de Araujo - Recebo o recurso de apelação interposto em todos os seus termos. INTIME-SE A PARTE ADVERSA para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o apelado interponha apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar suas contrarrazões. Em seguida, cumpridas as formalidades mencionadas, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.010, §3º, do Código de Processo Civil.

ADV: GRAZYELLE DE HOLANDA BARROS (OAB 38355/CE) - Processo 0051120-86.2020.8.06.0051 - Arrolamento Comum - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - ARROLANTE: Carlos Magno Cordeiro Barroso - Recebo o recurso de apelação interposto em todos os seus termos. INTIME-SE A PARTE ADVERSA para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o apelado interponha apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar suas contrarrazões. Em seguida, cumpridas as formalidades mencionadas, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.010, §3º, do Código de Processo Civil.

ADV: ALVARO FELIPE FACUNDO RODRIGUES (OAB 32786/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0216942-59.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Thais da Silva Rodrigues - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - Recebo o recurso

de apelação interposto em todos os seus termos. Considerando que a parte adversa já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.010, §3º, do Código de Processo Civil.

COMARCA DE BREJO SANTO - 1ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: FRANCISCO MIRANCLEIDE BASILIO CAVALCANTE (OAB 28191/CE) - Processo 0012162-33.2017.8.06.0052 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Vicente Bernardino de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, venho através deste ato ordinatório, intimar os advogados das partes do agendamento da audiência de instrução e julgamento para o dia 14 de fevereiro de 2022, às 14h, que ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS. Para acesso à audiência deverá acessar o link abaixo: Link para acesso à Sala de audiência através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: https://link.tjce.jus.br/54d1fe Brejo Santo/CE, 19 de outubro de 2021. Izabel Haisa Leite Pereira Supervisora de Unid. Judiciária Aponte a câmara do seu celular para o QRCODE ao lado para entrar na sala de audiência. O referido é verdade. Dou fé.

COMARCA DE BREJO SANTO - 2ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO
JUIZ(A) DE DIREITO DJALMA SOBREIRA DANTAS JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELA RODRIGUES DE ARAUJO MIRANDA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: FRANCISCO ANDRE SAMPAIO DIOGENES (OAB 17765/CE), ADV: ANDERSON LUCAS BASILIO TAVARES (OAB 30438/CE), ADV: BRUNA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 41538/CE) - Processo 0000661-48.2018.8.06.0052 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: JOSE STENIO DE MACEDO - MARIA TAVARES DE MACEDO - REQUERIDO: JARDEL ALVES DE FRANÇA - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, venho através deste ato ordinatório, intimar as partes do agendamento da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 29 de março de 2022, às 13H30, que ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, devendo as partes usarem o QR code abaixo, para fins de acesso à sala virtual.

ADV: PAULO ROBERTO MOURAO DOURADO (OAB 9121/CE), ADV: JAYNE DE ALCANTARA BEZERRA (OAB 45692/CE) - Processo 0000914-36.2018.8.06.0052 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: A FAZENDA ESTADUAL DO CEARA e outro - EXECUTADO: LADISMAR TEIXEIRA BATISTA e outro - SENTENÇA Processo nº:0000914-36.2018.8.06.0052 Classe - Assunto:Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) Exequente:A FAZENDA ESTADUAL DO CEARA e outro Executado:LADISMAR TEIXEIRA BATISTA e outro Vistos, etc. Cuida-se de Ação de Execução Fiscal, tendo por objeto a(s) certidão(ões) de dívida ativa juntada(s) aos autos. O credor veio aos autos pugnando pela extinção do feito, ante o adimplemento da dívida (págs. 40/41) Relatei. DECIDO. Reza o art. 156, do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I o pagamento; (...). Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 82, §2º e 85 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será suspensa sua exigibilidade pelo prazo de 5 anos, subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, caso em que inexistentes as condições de gratuidade poderão ser alvo de ulterior cobrança, consoante o disposto no artigo 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se no sistema processual. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brejo Santo/CE, 12 de janeiro de 2022. Djalma Sobreira Dantas Junior Juiz de Direito

ADV: JOBSON SANTANA CARDOZO (OAB 21681/CE) - Processo 0001080-68.2018.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: MARIA ANTONIA ROCHA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, venho através deste ato ordinatório, intimar as partes do agendamento da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 29 de março de 2022, às 10H, que ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, devendo as partes usarem o QR code abaixo, para fins de acesso à sala virtual.

ADV: ARMANDO JOSE BASILIO ALVES (OAB 24293/CE) - Processo 0001526-71.2018.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: MARIA ILZA DE JESUS - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, venho através deste ato ordinatório, intimar as partes do agendamento da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 29 de março de 2022, às 09h30, que ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, devendo as partes usarem o QR code abaixo, para fins de acesso à sala virtual.

ADV: AMANDA MARIA FEIJO DE OLIVEIRA (OAB 37161/CE), ADV: JOCASTA DARÓS MARTINS ROQUE (OAB 364514/SP), ADV: MARIANA TELLIS (OAB 306086/SP) - Processo 0002663-54.2019.8.06.0052 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: F.I INDUSTRIA E COMARCIO DE BIJUTERIAS E ACESSORIOS EIRELI - REQUERIDA: Terezinha Jocileuda Alves Moreira Figueiredo - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, fica INTIMADA a parte requerente para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar o

comprovante de recolhimento de custas da diligência do Oficial de Justiça, em conformidade com Art. 2º, IV, c, para ter lugar o cumprimento do expediente (carta precatória) intimatório/citatório, diante do endereço localizado em pág.36 e 41. Brejo Santo/CE, 27 de janeiro de 2022. Marcela Rodrigues de Araujo Miranda Supervisor de Unid. Judiciária-mat. 10.176

ADV: LIERBETH GALVÃO DE OLIVEIRA (OAB 24564/CE) - Processo 0003129-48.2019.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS e outros - REQUERIDO: Pedro Mendes de Lucena Neto - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, venho através deste ato ordinatório, intimar as partes do agendamento da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 29 de MARÇO de 2022, às 09h, que ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, devendo as partes usarem o QR code abaixo, para fins de acesso à sala virtual.

ADV: ANDRE FREIRE DOS SANTOS (OAB 23340/CE), ADV: LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (OAB 23330/CE) - Processo 0006758-11.2011.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Vanderlei Pereira do Nascimento - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, passo a intimar a parte autora para manifestação em 15 dias, sobre a informação de pág.85, requerendo o que entender pertinente.

ADV: LIERBETH GALVÃO DE OLIVEIRA (OAB 24564/CE) - Processo 0007432-18.2013.8.06.0052 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: F.P.S. - SENTENÇA Processo nº:0007432-18.2013.8.06.0052 Classe:Execução de Alimentos Infância e Juventude Assunto:Fixação Requerente:Francisca Patricio Sampaio Requerido:Romulo Gomes de AndradeRomulo Gomes de Andrade Vistos, etc. Conforme consta nos autos, a exequente peticionou informando que a parte executada cumpriu voluntariamente a obrigação (pág.280). É o brevíssimo relatório. Decido. Conforme preleciona o art. 924, II, do NCPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. A existência de litígio é conditio sine qua non do processo. Portanto, tendo o exequente declarado sua satisfação com o cumprimento da obrigação, pôs-se fim ao litígio objeto desta lide. Dessa forma, por não mais subsistir interesse no prosseguimento da execução por parte do exequente, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, II, do CPC. Sem custas, em razão de gratuidade ora deferida. P.R.I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais. Brejo Santo/CE, 10 de dezembro de 2021. Djalma Sobreira Dantas Junior Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA (OAB 27120-0/CE), ADV: SERGIO VASCONCELOS SANTANA (OAB 16257/CE) - Processo 0007492-54.2014.8.06.0052 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Lindalva Gomes de Moura - CONFINANTE: Albanita Barros - Francisca Argina da Paz - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, venho através deste ato ordinatório, intimar as partes do agendamento da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 29 de março de 2022, às 11H, que ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, devendo as partes usarem o QR code abaixo, para fins de acesso à sala virtual.

ADV: FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA (OAB 27120-0/CE) - Processo 0008306-32.2015.8.06.0052 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Vailmir Jordao Santana e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, venho através deste ato ordinatório, intimar as partes do agendamento da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 29 de março de 2022, às 15h30, que ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, devendo as partes usarem o QR code abaixo, para fins de acesso à sala virtual.

ADV: FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA (OAB 27120/CE) - Processo 0010850-56.2016.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Deficiente - REQUERENTE: Antonio Reinaldo da Silva - REQUERIDO: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, passo a intimar as partes para apresentação de alegações finais, no prazo de 15 dias.

ADV: ARMANDO JOSE BASILIO ALVES (OAB 24293-0/CE) - Processo 0020652-10.2018.8.06.0052 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.A.N. - CURATELANDO: F.H.V.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, passo a intimar a parte autora através de seu advogado, para manifestar-se sobre ofício de pág.83, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender pertinente.

ADV: FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA (OAB 27120/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 37066A/CE) - Processo 0050509-96.2021.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Josefa Ferreira - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, passo a intimar as partes para em 15 dias, especificar as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão e julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355 do CPC. Brejo Santo/CE, 27 de janeiro de 2022. Marcela Rodrigues de Araujo Miranda Supervisor de Unid. Judiciária

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 45388A/CE) - Processo 0051336-10.2021.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme Resoluções nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portarias nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC, designo sessão de Conciliação para a data de 25/04/2022 às 09:00h na sala do CEJUSC, a ser realizada na modalidade VIRTUAL, através da plataforma digital MICROSOFT OFFICE 365/TEAMS, link de acesso https://link.tjce.jus.br/205200 e/ou QRCode abaixo indicado, pelos quais terão as partes processuais e seus advogados acesso na data e horário acima indicados, após providenciarem o download de referido aplicativo em seus respectivos aparelhos.

ADV: ROMMEL RAMALHO LEITE (OAB 25195/CE) - Processo 0051511-04.2021.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ledivan Pereira dos Santos - REQUERIDO: Estado do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, passo a intimar as partes para no prazo de 15 dias, declinarem se pretendem produzir outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará em julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do CPC).

ADV: KALINE LUCENA DE ARAUJO BRINGEL (OAB 35925/CE) - Processo 0051571-74.2021.8.06.0052 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: J.A.C. - A.A.T. - Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL CUMULADA COM GUARDA E ALIMENTOS envolvendo as partes em epígrafe. Ambos afirmam que contraíram matrimônio sob regime de comunhão parcial de bens em 30 de abril de 2003, e da união adveio o menor Jaerdes Andrade Costa Filho e Ana Julia Tavares

Andrade, maior de idade, porém, a sociedade conjugal não prosperou. Segundo o acordo, anuem pela dissolução do vínculo matrimonial. Além disso, pactuaram que a guarda do menor será unilateral com a genitora, cabendo ao genitor o livre direito de visitas. Quanto aos alimentos, o genitor prestará pensão alimentícia mensal aos filhos do casal no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, com vencimento no dia 10 (dez) de cada mês, mediante recibo. Quanto a partilha de bens, caberá ao cônjuge virago: - Na integralidade o IMÓVEL CASA RESIDENCIAL URBANO, localizado na Rua Joaquim Nicodemos, nº 75, Centro, Brejo Santo/CE. - Na integralidade o APARTAMENTO RESIDENCIAL, adquirido através de financiamento habitacional, número do contrato 844441817245, Banco Caixa Econômica Federal, localizado na Rua Doutor Mauro Sampaio, nº 4160, Lagoa Seca, apartamento 201, Juazeiro do Norte/CE. (Matrícula 7507, Livro 02, no Cartório Padre Cícero 5º Ofício de Juazeiro do Norte/CE). Consta financiamento junto a Caixa Econômica Federal. - Na integralidade das dívidas, caberá ao cônjuge virago, a obrigação de quitar as dívidas referente ao Banco Caixa Econômica, Contrato Habitacional de nº 8444441817245, em nome de Anelise Araújo Tavares e seu cônjuge, no valor atual do débito de R$ 164.746,95 (cento e sessenta e quatro mil setecentos e quarenta e seis e noventa e cinco centavos), e junto à Caixa Econômica Federal empréstimo consignado de número 05.0744.110.0114524/88, valor do débito atual R$ 7.884,29 (sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos) empréstimo consignado de número 05.0744.110.0115430/17, valor do débito atual de R$ 5.265,28 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos) empréstimo consignado de número 05.0744.113827/65, valor do débito atual de R$ 13.859,63 (treze mil oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos), e por último o empréstimo junto a CREDPLAN, obtido junto a FUNCEF, CNPJ nº 00.436.923/0001-90, contrato nº 300000928510, o valor total do débito atual de R$ 83.327,00 (oitenta e três mil trezentos e vinte e sete reais) Total geral de dívidas R$ 275.155,68 (duzentos e setenta cinco mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). Caberá ao cônjuge varão: - Ônibus MODELO BENZ/ BUSSCAR URBANUSS, placa GXA4471, CHASSI: 9BM382069YB215930, RENAVAM 735902836 ANO 1999/2000. Por fim, com o casamento a mulher não alterou o nome de solteira. Inicial instruída com documentos (págs. 01/32). O Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo firmado entre as partes (págs. 36/37). É o relatório. Decido. FUNDAMENTAÇÃO No âmbito civil, sempre que a vontade das partes não for contrária à lei sobre ela deverá prevalecer. Segundo o art. 731 do CPC, a homologação do divórcio ou separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges. Compulsando os autos, entendo que o acordo entabulado pelos requerentes atende plenamente aos requisitos previstos no Código de Processo Civil através da redação do art. 731, vejamos: Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão: I - as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns; II - as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges; III - o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas; e IV - o valor da contribuição para criar e educar os filhos. Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos arts. 647 a 658. Quanto ao pedido de divórcio, acrescente-se que, a partir da redação dada ao art. 226, § 6o, da CF, pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para sua concessão, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, devendo ser decretado tão somente diante da livre manifestação de vontade do casal, independentemente de transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Inexistindo, pois, óbice para o deferimento da dissolução conjugal. Ademais, percebe-se que a transação acima mencionada tanto resguarda os interesses do infante, como respeita a capacidade contributiva do genitor. Observa-se, assim, que foi respeitado o binômio necessidade/possibilidade, e, outrossim, a razoabilidade, conforme exegese do artigo 1694, §1º do Código Civil, e o artigo 15, da Lei 5.478/68. Como também, atendendo ao melhor interesse da criança, foi acordado a guarda unilateral, na forma dos artigos 1634, II; 1566, IV e 1583 § § 1º e 5º, todos do Código Civil. O artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, estabelece, in verbis: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: III - homologar: b) a transação. Dentre as hipóteses da extinção do processo com julgamento de mérito, elencadas no artigo 487 do Código de Processo Civil, encontramos o caso de transigência entre as partes. No caso dos autos, ocorreu in totum, a previsão legal encartada no art. 487, inciso III, alínea b, do Código Processual Civil, eis que acordo havido entre as partes atende a todos os requisitos legais para que seja homologado judicialmente. DISPOSITIVO Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO celebrado entre as partes de divórcio consensual, cumulado com guarda, alimentos e partilha de bens, conforme págs. 01/05, em todos os seus termos, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil - CRC competente. Sem custas processuais e sem honorários, haja vista a gratuidade judiciária. Ciência ao MP. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ANDRE FREIRE DOS SANTOS (OAB 23340/CE) - Processo 0200019-52.2022.8.06.0052 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: B.R.L.A. - D.A.S. - SENTENÇA Processo nº:0200019-52.2022.8.06.0052 Classe:Divórcio Consensual Assunto:Dissolução RequerenteDanrlei Alves Souza e outro Vistos etc. Trâmite em segredo de justiça e com gratuidade. Trata-se de ação de divórcio consensual onde os autores afirmam que da relação não adveio filhos, nem bens a partilhar, e ainda, sem alteração de nomes dos cônjuges por ocasião do casamento. Conforme se depreende do documento acostado nas págs. 12/15, a exigência prevista no art. 731 do CPC encontra-se preenchida. Diante da inexistência de interesse de incapaz no caso em tela, desnecessária intervenção do Ministério Público no feito (art. 698, CPC; Recomendação/CNMP nº 34). Conclusos, vieram-me os autos. É o relatório. Decido. Com o advento da Emenda Constitucional nº. 66/10 que alterou a redação do art. 226, § 6º, da CF/88 - tornou-se desnecessária a comprovação do lapso temporal de separação de fato para a concessão do divórcio direto, de sorte que nenhum obstáculo exsurge em relação a tal propósito. As partes são legítimas e estão bem representadas. Os requerentes são casados conforme certidão de casamento acostada aos autos. As cláusulas da avença resguardam o direito dos interessados. Desnecessárias maiores ilações. Ante o exposto, e considerando satisfeitas as exigências legais, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL e, por conseguinte, decreto a dissolução do vínculo matrimonial de DANRLEI ALVES SOUZA e BRENA RAQUEL DE LIMA ANDRELINO pelo divórcio, nos termos dos arts. 2º,IV, e 40 da Lei n. 6.515/77 e art. 226, § 6º, da Constituição Federal, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas na inicial, passando a fazer parte integrante desta, EXTINGUINDO O PRESENTE FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço adargado no disposto no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas, extensivas aos emolumentos dos atos registrais e notarias e sem honorários advocatícios. P. R. I. C. Após o trânsito em julgado, expeça-se MANDADO DE AVERBAÇÃO e INSCRIÇÃO, constando que não houve alteração de nomes dos cônjuges por ocasião do casamento, e via de consequência, encaminhando-se ao Cartório competente, acompanhado de cópia da certidão de casamento, para que seja praticado os atos de sua competência, dispensada a elaboração de qualquer outro expediente. Por fim, arquivem-se os autos com baixa no sistema processual. Brejo Santo, 12 de janeiro de 2022. Djalma Sobreira Dantas Junior Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO MIRANCLEIDE BASILIO CAVALCANTE (OAB 28191/CE) - Processo 0200091-39.2022.8.06.0052 - Tutela Cautelar Antecedente - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Geralda Lustosa Feitosa - REQUERIDO: Estado do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em

28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, passo a intimar o advogado para manifestação nos termos requeridos em pág.52.

COMARCA DE CAMOCIM - 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: FRANCISCO VINICIUS FERNANDES DE SOUSA (OAB 28708/CE), ADV: FRANCISCO VINÍCIUS FERNANDES DE SOUSA (OAB 28708/CE) - Processo 0001247-48.2019.8.06.0053 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXECUTADA: MARIA DA CONCEIÇÃO VIEIRA DE ARAÚJO - R.H. Intime-se a parte embargada, para querendo, apresentar manifestação sobre os embargos de declaração de fls.188/195, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme preceitua o art.1.023, § 2º, do CPC. Após, nova conclusão dos autos. Expedientes necessários.

ADV: KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA (OAB 23104/CE), ADV: KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA (OAB 23104/CE) - Processo 0016872-30.2016.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Rita Maria da Silva Ferreira - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de comunicação das partes para que compareçam à audiência de instrução e julgamento designada nos autos. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem à sala virtual de videoconferência, no dia 17/02/2022, às 11:00h, oportunidade em que se realizará a audiência de interrogatório do Interditando na plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um aparelho celular siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet do celular, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/46b170 Clique em prosseguir e aguarde o redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Obter o Teams, caso você ainda não possua o aplicativo instalado no celular. Caso possua, escolha a opção Ingressar na reunião. Após a instalação e a abertura do aplicativo Microsoft Teams no celular, escolha a opção Participar da reunião. Em seguida, digite o seu nome completo e clique novamente na opção Participar da reunião. Na sequência, o aplicativo apresentará a seguinte pergunta Permitir que Teams grave áudio? Escolha a opção Permitir e aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um computador ou notebook, certifique-se de que a webcam, o microfone e o som estejam funcionando adequadamente e siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet de sua preferência, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/46b170 Pressione a tecla enter e aguarde a conclusão do redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Continuar neste navegador. Logo após, no canto superior esquerdo da tela, o navegador solicitará permissão para a utilização da câmera e do microfone, clique na opção permitir. Caso o navegador esteja em inglês, clique em Allow para permitir a utilização da câmera e do microfone. Na tela seguinte, digite o seu nome completo e clique em Ingressar agora. Caso o navegador esteja em inglês, clique na opção Join Now. Após, aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Caso tenha problema com a habilitação da sua câmera ou do seu microfone, clique na opção Configuração personalizada e escolha outras opções de microfone e de câmera. Se o problema persistir, ingresse na sala da audiência através de um celular, pois a câmera e o microfone dos celulares já são automaticamente configurados pelos fabricantes. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso as partes não possuam meios para participarem da audiência de forma remota, deverão comparecer ao fórum deste juízo, no dia e hora da referida audiência, na sala de audiências da 2ª Vara, endereço no timbre, oportunidade em que deverão estar utilizando máscara de proteção a fim de evitar a propagação do novo Corona Vírus.

ADV: MOISES DE CASTRO SILVA (OAB 8283/CE) - Processo 0050291-65.2021.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: U.R. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de comunicação das partes para que compareçam à audiência de instrução e julgamento designada nos autos. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem à sala virtual de videoconferência, no dia 17/02/2022, às 15:00h, oportunidade em que se realizará a audiência de interrogatório do Interditando na plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um aparelho celular siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet do celular, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/b2df66 Clique em prosseguir e aguarde o redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Obter o Teams, caso você ainda não possua o aplicativo instalado no celular. Caso possua, escolha a opção Ingressar na reunião. Após a instalação e a abertura do aplicativo Microsoft Teams no celular, escolha a opção Participar da reunião. Em seguida, digite o seu nome completo e clique novamente na opção Participar da reunião. Na sequência, o aplicativo apresentará a seguinte pergunta Permitir que Teams grave áudio? Escolha a opção Permitir e aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um computador ou notebook, certifique-se de que a webcam, o microfone e o som estejam funcionando adequadamente e siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet de sua preferência, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/b2df66 Pressione a tecla enter e aguarde a conclusão do redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Continuar neste navegador. Logo após, no canto superior esquerdo da tela, o navegador solicitará permissão para a utilização da câmera e do microfone, clique na opção permitir. Caso o navegador esteja em inglês, clique em Allow para permitir a utilização da câmera e do microfone. Na tela seguinte, digite o seu nome completo e clique em Ingressar agora. Caso o navegador esteja em inglês, clique na opção Join Now. Após, aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Caso tenha problema com a habilitação da sua

câmera ou do seu microfone, clique na opção Configuração personalizada e escolha outras opções de microfone e de câmera. Se o problema persistir, ingresse na sala da audiência através de um celular, pois a câmera e o microfone dos celulares já são automaticamente configurados pelos fabricantes. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso as partes não possuam meios para participarem da audiência de forma remota, deverão comparecer ao fórum deste juízo, no dia e hora da referida audiência, na sala de audiências da 2ª Vara, endereço no timbre, oportunidade em que deverão estar utilizando máscara de proteção a fim de evitar a propagação do novo Corona Vírus.

ADV: RICARDO ALEXANDRE DE FREITAS LIMA CAMURÇA (OAB 13213/CE) - Processo 0050383-43.2021.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: G.S.C. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de comunicação das partes para que compareçam à audiência de instrução e julgamento designada nos autos. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem à sala virtual de videoconferência, no dia 17/02/2022, às 16:00h, oportunidade em que se realizará a audiência de interrogatório do Interditando na plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um aparelho celular siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet do celular, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/c29d26 Clique em prosseguir e aguarde o redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Obter o Teams, caso você ainda não possua o aplicativo instalado no celular. Caso possua, escolha a opção Ingressar na reunião. Após a instalação e a abertura do aplicativo Microsoft Teams no celular, escolha a opção Participar da reunião. Em seguida, digite o seu nome completo e clique novamente na opção Participar da reunião. Na sequência, o aplicativo apresentará a seguinte pergunta Permitir que Teams grave áudio? Escolha a opção Permitir e aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um computador ou notebook, certifique-se de que a webcam, o microfone e o som estejam funcionando adequadamente e siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet de sua preferência, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/c29d26 Pressione a tecla enter e aguarde a conclusão do redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Continuar neste navegador. Logo após, no canto superior esquerdo da tela, o navegador solicitará permissão para a utilização da câmera e do microfone, clique na opção permitir. Caso o navegador esteja em inglês, clique em Allow para permitir a utilização da câmera e do microfone. Na tela seguinte, digite o seu nome completo e clique em Ingressar agora. Caso o navegador esteja em inglês, clique na opção Join Now. Após, aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Caso tenha problema com a habilitação da sua câmera ou do seu microfone, clique na opção Configuração personalizada e escolha outras opções de microfone e de câmera. Se o problema persistir, ingresse na sala da audiência através de um celular, pois a câmera e o microfone dos celulares já são automaticamente configurados pelos fabricantes. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso as partes não possuam meios para participarem da audiência de forma remota, deverão comparecer ao fórum deste juízo, no dia e hora da referida audiência, na sala de audiências da 2ª Vara, endereço no timbre, oportunidade em que deverão estar utilizando máscara de proteção a fim de evitar a propagação do novo Corona Vírus.

ADV: RICARDO ALEXANDRE DE FREITAS LIMA CAMURÇA (OAB 13213/CE) - Processo 0050673-58.2021.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Revisão - INTERTE: R.C.G.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de comunicação das partes para que compareçam à audiência de instrução e julgamento designada nos autos. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem à sala virtual de videoconferência, no dia 17/02/2022, às 16:30h, oportunidade em que se realizará a audiência de interrogatório do Interditando na plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um aparelho celular siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet do celular, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/e4cc62 Clique em prosseguir e aguarde o redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Obter o Teams, caso você ainda não possua o aplicativo instalado no celular. Caso possua, escolha a opção Ingressar na reunião. Após a instalação e a abertura do aplicativo Microsoft Teams no celular, escolha a opção Participar da reunião. Em seguida, digite o seu nome completo e clique novamente na opção Participar da reunião. Na sequência, o aplicativo apresentará a seguinte pergunta Permitir que Teams grave áudio? Escolha a opção Permitir e aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um computador ou notebook, certifique-se de que a webcam, o microfone e o som estejam funcionando adequadamente e siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet de sua preferência, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/e4cc62 Pressione a tecla enter e aguarde a conclusão do redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Continuar neste navegador. Logo após, no canto superior esquerdo da tela, o navegador solicitará permissão para a utilização da câmera e do microfone, clique na opção permitir. Caso o navegador esteja em inglês, clique em Allow para permitir a utilização da câmera e do microfone. Na tela seguinte, digite o seu nome completo e clique em Ingressar agora. Caso o navegador esteja em inglês, clique na opção Join Now. Após, aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Caso tenha problema com a habilitação da sua câmera ou do seu microfone, clique na opção Configuração personalizada e escolha outras opções de microfone e de câmera. Se o problema persistir, ingresse na sala da audiência através de um celular, pois a câmera e o microfone dos celulares já são automaticamente configurados pelos fabricantes. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso as partes não possuam meios para participarem da audiência de forma remota, deverão comparecer ao fórum deste juízo, no dia e hora da referida audiência, na sala de audiências da 2ª Vara, endereço no timbre, oportunidade em que deverão estar utilizando máscara de proteção a fim de evitar a propagação do novo Corona Vírus.

ADV: GLAUBESON COSTA DOS SANTOS (OAB 43082/CE) - Processo 0051172-42.2021.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.S.E. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de

comunicação das partes para que compareçam à audiência de instrução e julgamento designada nos autos. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem à sala virtual de videoconferência, no dia 17/02/2022, às 14:00h, oportunidade em que se realizará a audiência de interrogatório do Interditando na plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um aparelho celular siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet do celular, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/6feb01 Clique em prosseguir e aguarde o redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Obter o Teams, caso você ainda não possua o aplicativo instalado no celular. Caso possua, escolha a opção Ingressar na reunião. Após a instalação e a abertura do aplicativo Microsoft Teams no celular, escolha a opção Participar da reunião. Em seguida, digite o seu nome completo e clique novamente na opção Participar da reunião. Na sequência, o aplicativo apresentará a seguinte pergunta Permitir que Teams grave áudio? Escolha a opção Permitir e aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um computador ou notebook, certifique-se de que a webcam, o microfone e o som estejam funcionando adequadamente e siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet de sua preferência, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/6feb01 Pressione a tecla enter e aguarde a conclusão do redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Continuar neste navegador. Logo após, no canto superior esquerdo da tela, o navegador solicitará permissão para a utilização da câmera e do microfone, clique na opção permitir. Caso o navegador esteja em inglês, clique em Allow para permitir a utilização da câmera e do microfone. Na tela seguinte, digite o seu nome completo e clique em Ingressar agora. Caso o navegador esteja em inglês, clique na opção Join Now. Após, aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Caso tenha problema com a habilitação da sua câmera ou do seu microfone, clique na opção Configuração personalizada e escolha outras opções de microfone e de câmera. Se o problema persistir, ingresse na sala da audiência através de um celular, pois a câmera e o microfone dos celulares já são automaticamente configurados pelos fabricantes. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso as partes não possuam meios para participarem da audiência de forma remota, deverão comparecer ao fórum deste juízo, no dia e hora da referida audiência, na sala de audiências da 2ª Vara, endereço no timbre, oportunidade em que deverão estar utilizando máscara de proteção a fim de evitar a propagação do novo Corona Vírus.

ADV: MARCOS ANTONIO SILVA VERAS COELHO (OAB 10414/CE) - Processo 0051368-12.2021.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.M.S.L. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de comunicação das partes para que compareçam à audiência de instrução e julgamento designada nos autos. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem à sala virtual de videoconferência, no dia 17/02/2022, às 10:45h, oportunidade em que se realizará a audiência de interrogatório do Interditando na plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um aparelho celular siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet do celular, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/52a73c Clique em prosseguir e aguarde o redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Obter o Teams, caso você ainda não possua o aplicativo instalado no celular. Caso possua, escolha a opção Ingressar na reunião. Após a instalação e a abertura do aplicativo Microsoft Teams no celular, escolha a opção Participar da reunião. Em seguida, digite o seu nome completo e clique novamente na opção Participar da reunião. Na sequência, o aplicativo apresentará a seguinte pergunta Permitir que Teams grave áudio? Escolha a opção Permitir e aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Para ingressar na sala virtual da videoconferência através de um computador ou notebook, certifique-se de que a webcam, o microfone e o som estejam funcionando adequadamente e siga as orientações abaixo: Digite no navegador de internet de sua preferência, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, o seguinte link https://link.tjce.jus.br/52a73c Pressione a tecla enter e aguarde a conclusão do redirecionamento para a página correta que ocorre em alguns segundos. Na tela apresentada, escolha a opção Continuar neste navegador. Logo após, no canto superior esquerdo da tela, o navegador solicitará permissão para a utilização da câmera e do microfone, clique na opção permitir. Caso o navegador esteja em inglês, clique em Allow para permitir a utilização da câmera e do microfone. Na tela seguinte, digite o seu nome completo e clique em Ingressar agora. Caso o navegador esteja em inglês, clique na opção Join Now. Após, aguarde na tela de espera o início da audiência. Por fim, após ser admitido na sala da audiência pelo organizador, clique no ícone da câmera e no ícone do microfone para habilitar a sua imagem e o seu som, permitindo que você se comunique com os demais participantes da audiência. Caso tenha problema com a habilitação da sua câmera ou do seu microfone, clique na opção Configuração personalizada e escolha outras opções de microfone e de câmera. Se o problema persistir, ingresse na sala da audiência através de um celular, pois a câmera e o microfone dos celulares já são automaticamente configurados pelos fabricantes. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso as partes não possuam meios para participarem da audiência de forma remota, deverão comparecer ao fórum deste juízo, no dia e hora da referida audiência, na sala de audiências da 2ª Vara, endereço no timbre, oportunidade em que deverão estar utilizando máscara de proteção a fim de evitar a propagação do novo Corona Vírus.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: FERNANDA DA COSTA CARDOSO (OAB 29739/CE) - Processo 0004321-13.2019.8.06.0053 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.C.S. - III DISPOSITIVO Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na inicial e EXTINGO o processo sem resolução na forma do Art. 487, I do NCPC. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Condeno a Requerente nas custas, todavia suspendo diante do deferimento da AJG. Sem honorários. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Expedientes necessários. Camocim/CE, 25 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO RODRIGUES GOES NICOLADELLI (OAB 8927-0/CE), ADV: RODRIGO FRASSETO GOES (OAB 33416-1/CE) - Processo 0012163-54.2013.8.06.0053 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - EXEQUENTE: Omni Credito

Financiamento e Investimento - Breve relatório. Decido. No presente caso, mesmo intimada via portal eletrônico e-SAJ para cumprir com a determinação judicial por duas vezes, a parte autora quedou-se inerte (vide fls.91 e 95). Nessa toada, forçoso o reconhecimento do abandono da causa, nos termos do art. 485, III do Código de Processo Civil. Dessa forma, tendo em vista que a inércia da parte requerente caracteriza nítido abandono da causa, EXTINGO o presente processo, sem resolução de mérito, com esteio no artigo 485, III, do Novo Código de Processo Civil. Custas processuais devidamente antecipadas pela parte autora. Publique-se, registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, ARQUIVEM-SE os presentes autos. Camocim/CE, 26 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA (OAB 23487-0/CE) - Processo 0014585-94.2016.8.06.0053 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria de Fátima Rodrigues - III DISPOSITIVO Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na exordial. Condeno a Requerente nas custas e honorários no quantum de 10% sobre valor da causa devidamente atualizado, todavia suspendo diante do deferimento da AJG. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com baixa na estatística forense. Expedientes necessários. Camocim/CE, 25 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: VANDO SANTIAGO DE SOUSA (OAB 21714/CE) - Processo 0014910-35.2017.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Jacinta da Conceição Otero - Aqui cabe ressaltar o inequívoco abandono da causa pela parte autora, que se mudou sem informar este juízo. Destaco ainda o teor do art. 274, parágrafo único, que aduz o seguinte: Art. 274. (...) Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Dessa forma, tendo em vista que a inércia da parte autora caracteriza nítido abandono da causa, EXTINGO o presente processo, sem resolução de mérito, com esteio no artigo 485, II e III, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas processuais em razão da gratuidade judiciária deferida. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos. Camocim/CE, 24 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: JOSE ADAUTO ARAUJO (OAB 3557/CE) - Processo 0015302-09.2016.8.06.0053 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - REQUERENTE: Paulo Alves de Lima - Os autos vieram-me conclusos. É o relatório. No caso o pedido de desistência da ação formulada pela parte autora (fls.42/43), merece ser acolhido. Assim, homologo, por sentença, a desistência constante em fls.42/43 dos autos, nos termos do art. 485, VIII, CPC, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos, declarando extinta a presente demanda. Sem custas processuais em razão da gratuidade judiciária. A parte autora renunciou ao prazo recursal, em razão disso dou por transitada em julgado a sentença na presente data, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. Camocim/CE, 25 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: RICARDO ALEXANDRE DE FREITAS LIMA CAMURÇA (OAB 13213/CE), ADV: JOSE AMARO CORREIA DE ARAUJO NETO (OAB 12723/CE) - Processo 0015540-91.2017.8.06.0053 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: JOSEDETE MARQUES DE HOLANDA - Breve relato. Decido. No presente caso, mesmo intimada para cumprir com a determinação judicial, a parte requerente quedou-se inerte (vide fl.54). Nessa toada, forçoso o reconhecimento do abandono da causa, nos termos do art. 485, III do Código de Processo Civil. Dessa forma, tendo em vista que a inércia da parte requerente caracteriza nítido abandono da causa, EXTINGO o presente processo, sem resolução de mérito, com esteio no artigo 485, III, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas processuais em razão da gratuidade judiciária que defiro. Publique-se, registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, ARQUIVEM-SE os presentes autos. Camocim/CE, 25 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: VALDENER VIEIRA MILFONT (OAB 32537/CE), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 24217/CE), ADV: RAFAEL RODRIGUES SALDANHA (OAB 34796-0/CE) - Processo 0015568-59.2017.8.06.0053 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Verônica Maria Pimentel Gomes - REQUERIDO: J.K.S. Construtora e Imobiliária Ltda - Banco do Brasil Sa - Intime-se as partes para que especifiquem as provas que desejam produzir, bem como para apresentar rol de testemunhas, caso já não tenham apresentado, se entenderem pertinentes, no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCISCO NEWTON ROCHA FROTA (OAB 33496/CE) - Processo 0050202-42.2021.8.06.0053 - Ação de Exigir Contas - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Carlos Eduardo de Sousa - A parte Requerente não cumpriu a determinação judicial. O Art. 321 do Novel Código de Processo Civil afirma que: Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. (grifo nosso). Face ao exposto, indefiro a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução de mérito, o que faço com fundamento nos artigos 485, I do Código de Processo Civil. P.R.I. Expedientes necessários. Camocim/CE, 25 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: MATEUS BARRETO DE SOUZA (OAB 41967/CE) - Processo 0050216-26.2021.8.06.0053 - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Claúdia Rocha - A parte Requerente não cumpriu a determinação judicial. O Art. 321 do Novel Código de Processo Civil afirma que: Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. (grifo nosso). Face ao exposto, indefiro a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução de mérito, o que faço com fundamento nos artigos 485, I do Código de Processo Civil. P.R.I. Expedientes necessários. Camocim/CE, 25 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: ELEONES RODRIGUES MONTEIRO FILHO (OAB 36053/CE) - Processo 0050571-36.2021.8.06.0053 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Luiz Carlos Dantas Rodrigues - A parte Requerente não cumpriu a determinação judicial. O Art. 321 do Novel Código de Processo Civil afirma que: Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. (grifo nosso). Face ao exposto, indefiro a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução de mérito, o que faço com fundamento nos artigos 485, I do Código de Processo Civil. P.R.I. Expedientes necessários. Camocim/CE, 24 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: ANA CRISTINA ARAUJO TEIXEIRA (OAB 30542/CE) - Processo 0050790-49.2021.8.06.0053 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Abandono de incapaz - REQUERENTE: L.M.F. - O Art. 321 do Novel Código de Processo Civil afirma que: Art.

321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. (grifo nosso). Face ao exposto, indefiro a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução de mérito, o que faço com fundamento nos artigos 485, I do Código de Processo Civil. P.R.I. Expedientes necessários. Camocim/CE, 24 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0051332-67.2021.8.06.0053 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Os autos vieram-me conclusos. É o relatório. No caso o pedido de desistência da ação formulada pela parte autora (fls.71/72), merece ser acolhido. Assim, homologo, por sentença, a desistência constante em fls.71/72 dos autos, nos termos do art. 485, VIII, CPC, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos, declarando extinta a presente demanda. Custas processuais devidamente antecipadas pela parte autora. P.R.I. A parte autora renunciou ao prazo recursal, em razão disso dou por transitada em julgado a sentença na presente data, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. Camocim/CE, 24 de janeiro de 2022. Hugo Gutparakis de Miranda Juiz de Direito

ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0051603-76.2021.8.06.0053 - Procedimento Comum Cível - Ação Anulatória - REQUERIDO: BANCO C6 CONSIGNADO S.A. - R.H. Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 15 (quinze) dias, de modo concreto e justificado, sob pena de preclusão. Caso entenda pela produção de prova testemunhal, deverão as partes depositar rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias (§4º do art 357 do CPC). Não será admitida a substituição de testemunha fora das hipóteses legais (art 451 do CPC). Após, voltem-me conclusos. Expedientes necessários.

COMARCA DE CAMPOS SALES - VARA UNICA DA COMARCA DE CAMPOS SALES

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPOS SALES - SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

Processo nº: **0002952-25.2012.8.06.0054**

Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário -**
Denunciante: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ - CAMPOS SALES-CE**
Réu: **José Givaldo Gomes de Sousa**

O(A) Dr.(a) PAULO AUGUSTO GADELHA DE ABRANTES, Juiz da Vara Única da Comarca de Campos Sales por nomeação legal etc.Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) JOSÉ GIVALDO GOMES DE SOUSA, brasileiro, Separado Judicialmente, pai Maria de Lourdes Gomes de Sousa, mãe Geraldo Vieira de Sousa, Nascido/Nascida 03/05/1962, natural de Paulo Afonso - BA, Outros Dados: Profissão: ARTESÃO, com endereço à RUA ALEXANDRE, S/N, ALTO ALEGRE, CEP 63150-000, Campos Sales - CE, por infração ao artigo 12 da Lei n.º 10.826/03, fato ocorrido no dia 04/07/2012, foi condenado(a) à pena de 01 (um) ano de detenção e o pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime aberto, por sentença datada de 09/04/2018. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado.**CUMPRA-SE.** Campos Sales/CE., em 07 de dezembro de 2021.

PAULO AUGUSTO GADELHA DE ABRANTES
Juiz

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPOS SALES - SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

Processo n.º: **0002944-14.2013.8.06.0054**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto**
Vítima: **Luis Ramos da Silva**
Denunciado: **Francisco Ferreira de Oliveira**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Antonio Vandemberg Francelino Freitas, Juiz de Direito** da **Vara Única da Comarca de Campos Sales** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) FRANCISCO FERREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, Solteiro, pai Antonio Feliciano de Oliveira, mãe Maria Sulina Ferreira, Nascido/Nascida 29/12/1978, com endereço à RUA DOS CARAJAS, 30, GUARANI, CEP 63150-000, Campos Sales - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 155, §1º e 4º, Inciso II,** do Código Penal -

CP, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **10 (dez) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais.

Campos Sales/CE, em 15 de junho de 2021.

Antonio Vandemberg Francelino Freitas
Juiz de Direito

COMARCA DE CANINDE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CANINDE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE CANINDÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022

ADV: AFONSO ROBERTO MENDES BELARMINO (OAB 25465/CE) - Processo 0009355-75.2010.8.06.0055 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - RÉU: Francisco Jose Ferreira Brauna - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, bem como a Portaria nº. 03/2021 (DJe 12/08/21), à Defesa, facultando sobre apresentação de memoriais escritos.

ADV: CARLOS ARDEL NUNES SEVERINO (OAB 40810/CE) - Processo 0014016-92.2013.8.06.0055 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita Previdenciária - RÉ: Maria das Graças Lopes Almeida - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito ministerial, de modo que, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ABSOLVO MARIA DAS GRAÇAS LOPES ALMEIDA da prática do delito previsto no art. 168-A, caput, do Código Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: JOSE BONIFACIO DE MACEDO FILHO (OAB 16349/CE), ADV: FRANCISCO EDSON DE SOUSA PEREIRA (OAB 25073/CE), ADV: HERICKSON JOSE COELHO MONTE (OAB 25262/CE) - Processo 0015521-05.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Cicero Campelo de Sousa Neto - Joao Soares dos Santos Neto - Ante o exposto, RECEBO a denúncia ofertada pelo Ministério Público, tomando-se a Secretaria as seguintes providências: 1) Citem-se os réus para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, devendo, no azo, arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, bem como oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso entenda necessária (artigo 396, CPP). Comunique-se de que deverá constituir advogado para a prática de tal ato, bem como de que, caso não o faça ou não tenha condições para tal, a Defensoria Pública passará a defender os seus interesses. 2) Junte-se aos autos certidões de antecedentes criminais dos acusados, bem como resultado da consulta via SAJ. 3) Proceda-se a evolução da classe processual para Ação Penal. Expedientes necessários. Canindé/CE, 13 de janeiro de 2022. WALLTON PEREIRA DE SOUZA PAIVA Juiz Substituto

ADV: MARIA EVANUSA FREIRE (OAB 18462/CE) - Processo 0051300-56.2021.8.06.0055 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Difamação - VÍTIMA: J.M.R.F. - III DISPOSITIVO Por todo o exposto, por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, indefiro o pedido de revogação e mantenho as medidas proferidas deferidas pelo prazo de 06 (seis) meses, contados da intimação do requerido desta sentença, ou até que sobrevenham novos fatos ensejadores de alteração da situação de violência doméstica, sem prejuízo da concessão de futuras medidas protetivas, em caso de novos fatos caracterizadores de violência contra a ofendida. Declaro a extinção do presente processo, com resolução de mérito, o que faço com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e nos fundamentos elencados nas linhas precedentes, integrantes do presente decisum. Oficie-se a unidade policial local para ciência da presente decisão e para fiscalizar o cumprimento das restrições por parte do ofensor, bem como para adoção de providências que se fizerem necessárias no sentido de apurar através de eventual procedimento policial a prática delitiva em desfavor da vítima. Sem custas. P. R. I. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas legais. Expediente necessário. Canindé/CE, 21 de janeiro de 2022. Caio Lima Barroso Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE CANINDÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0040/2022

ADV: ELIZIO MORAIS BARATTA (OAB 20969/CE), ADV: FRANCISCO REGIS OLIVEIRA ABREU (OAB 31631/CE) - Processo 0011502-87.2020.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Tailandia Laurentino - Francisco Henrique de Sousa Martins - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Fica designada audiência de instrução, por videoconferência, para o dia 24 de fevereiro de 2022, às 10h00min, consoante os termos do(a) despacho/decisão retro. Providências nos sistemas eletrônicos e intimações necessárias, devendo a Secretaria,com urgência e prioridade, ultimar os expedientes ordenados na(s) decisão(ões) respectiva(s) lançada(s) nos autos. Link para acesso (Microsoft Teams): https://link.tjce.jus.br/33d034 Qr Code:

COMARCA DE CANINDE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDÉ
JUIZ(A) DE DIREITO TASSIA FERNANDA DE SIQUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CARLOS ALBERTO SILVA FREITAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: SOCIEDADE FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS (OAB 1118/MG) - Processo 0003689-93.2017.8.06.0105 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Rural - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - EXECUTADO: Luiz Gonzaga Macedo - Luiz Gonzaga Macedo - Recebi hoje. De ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade e de acordo com o Provimento nº 02/2021/CGJ/CE, para que possa imprimir andamento ao processo, determino que a secretaria cumpra integralmente o despacho de pág. 60. Expedientes necessários. Canindé/CE, 22 de novembro de 2021.

ADV: FLORIANO BENEVIDES DE MAGALHAES NETO (OAB 12602/CE), ADV: ANDRE LUIS MEIRELES JUSTI (OAB 16173/CE) - Processo 0005270-95.2000.8.06.0055 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Fazenda Nacional / Caixa Economica Federal - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - EXEQUIDO: Joao Neco Barreto - TERCEIRO: Procuradoria da Fazenda Nacional no Ceará - PFN/CE - Vistos, etc. A União (Fazenda Pública Nacional) intentou a presente Ação de Execução Fiscal em face de João Neco Barreto, qualificado nos autos, com fundamento na Certidão de Dívida Ativa de págs. 07/17. Após regular tramitação, foi tentada a citação da parte executada, restando infrutífera a diligência em razão do falecimento do executado, conforme certidão de pág. 27, tendo a parte exequente tomado ciência da não localização da parte executada em 07 de janeiro de 1999, conforme se observa às págs. 37/38. Após passados mais de vinte e dois anos desde a ciência da não localização da parte executada, foi determinado ao exequente que se manifestasse sobre a ocorrência da prescrição intercorrente, em conformidade com a tese firmada pelo STJ no julgamento do REsp 1340553/RS em 12/09/2018, conforme Decisão de pág. 181. Intimada, a exequente manifestou-se às págs. 187, não concordando com a ocorrência da prescrição intercorrente, já que o pedido de arquivamento data de 08/06/2020 (pág. 175). É o relatório. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Conforme dito acima, cuidam os autos de execução fiscal, movida pelo União (Fazenda Pública Nacional) em face de João Neco Barreto, conforme inicial de págs. 02/04 e certidão de dívida ativa acostadas nos autos. Recentemente o Superior Tribunal de Justiça STJ, no Recurso Especial nº 1.340.552-RS (2012/0169193-3), de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, enfrentou a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente prevista no art. 40 e parágrafos da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80). Para o STJ, o prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei 6.830/80, tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública acerca da não localização do executado ou de bens penhoráveis, in verbis: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente. [...] 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo mesmo depois de escoados os referidos prazos , considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (STJ-Resp: 1340553 RS 2012/0169193-3, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 12/09/2018, S1- PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: Dje 16/10/2018). Grifos nossos. In casu, analisando os autos sob a égide da nova posição jurisprudencial do STJ, a Fazenda Pública tomou ciência da não localização da parte executado em 07 de janeiro de 1999 (fls. 37/38), tendo iniciado automaticamente o prazo de suspensão de 1 ano. Na verdade, pelo entendimento do STJ, o processo deveria ter sido arquivado em 08/01/2000, uma vez que decorrido o prazo de 1 ano da suspensão do processo sem a localização da parte executada ou de bens penhoráveis (§2º, do art. 40, da LEF). Em 09/01/2000 iniciou-se o prazo da prescrição intercorrente e, já transcorridos mais de 20 (vinte) anos de tramitação desde a não localização da parte executada ou de bens penhoráveis, impõe-se o reconhecimento da prescrição intercorrente, conforme entendimento do STJ. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito, em virtude de ter se operado a prescrição intercorrente, na forma do art. 924, V, do CPC c/c art. 40, §4º da Lei de Execução Fiscal. Determino o desbloqueio de ativos financeiros, se existentes, bem como a desconstituição de quaisquer outras penhoras ou constrições porventura remanescentes. Sem custas, na forma do art. 39 da Lei de Execução Fiscal. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais. Expedientes necessários. Canindé/CE, 02 de dezembro de 2021. Priscilla Emanuelle de Melo Cavalcante Juíza Substituta

ADV: PEDRO GLAUTON GONÇALVES MONTEIRO (OAB 15889/CE) - Processo 0010939-12.2012.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Certificado de Regularidade - FGTS - REQUERENTE: Manoela Janaina Davi da Silva - Recebido hoje. À parte contrária, para oferecimento das contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias (art. 1.010, §1º do CPC). Se houver interposição de apelação adesiva, intime-se a parte adversa para apresentar contrarrazões, no prazo legal (art. 1.010, §2º, do CPC). Após, com ou sem o oferecimento das contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (art. 1.010, §3º do CPC). Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO VALDERCLERTON LOPES FERREIRA (OAB 25105/CE), ADV: JORDANA LIMA PORTELA (OAB 44038/

CE), ADV: JOAO VALMIR PORTELA LEAL JUNIOR (OAB 9857/CE) - Processo 0011147-59.2013.8.06.0055 (apensado ao processo 0012482-16.2013.8.06.0055) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTORA: Veronica Maria Salvino Lobo - RÉU: Antonio Claudio Coelho Dias - ANTE O EXPOSTO, com fulcro no 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da autoral proferido nos autos do processo 12482-16.2013.8.06.0055 e nos autos do processo 11147-59.2013.8.06.0055. Tendo em vista o benefício da justiça gratuita conferido para as partes litigantes, a cobrança das custas processuais fica suspensa, tal como previsto na legislação processual, recaindo os respectivos ônus igualmente. Traslade-se cópia desta decisão para o processo 11147-59.2013.8.06.0055, servido esta como sentença também para aquele processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa.

ADV: AMILRIA CARDOSO MENEZES (OAB 20718/CE) - Processo 0011492-25.2013.8.06.0055 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Siria Almeira Moreira da Silva - REQUERIDO: Municipio de Caninde - Recebido hoje. Considerando que o Município de Canindé entende ser indevida a memória de cálculos apresentada nas fls. 141, determino que o ente político apresente aquela que entende ser devida, no prazo de 20 (vinte) dias. Após, retorne-me os autos para apreciação dos valores apresentados. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO VALDERCLERTON LOPES FERREIRA (OAB 25105/CE), ADV: ALVARO VIANA SOUZA NETO (OAB 23241/CE) - Processo 0012482-16.2013.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Claudio Coelho Dias - REQUERIDA: Veronica Maria Salvino Lobo - ANTE O EXPOSTO, com fulcro no 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da autoral proferido nos autos do processo 12482-16.2013.8.06.0055 e nos autos do processo 11147-59.2013.8.06.0055. Tendo em vista o benefício da justiça gratuita conferido para as partes litigantes, a cobrança das custas processuais fica suspensa, tal como previsto na legislação processual, recaindo os respectivos ônus igualmente. Traslade-se cópia desta decisão para o processo 11147-59.2013.8.06.0055, servido esta como sentença também para aquele processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 141458/CE) - Processo 0018221-28.2017.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Manoel Candido Barbosa - REQUERIDO: Banco Bcv S.a. (banco Shain) - Adquirido Pelo Banco Bgm - Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Relação Contratual c/c Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais, ajuizada por Manoel Cândido Barbosa em face do Banco BCV S/A (Banco Shain), conforme inicial de págs. 02/17. Após regular tramitação, foi prolatada sentença de mérito às págs. 154/158, julgando procedente o pedido inicial, declarando a inexistência da relação contratual supostamente havida ente as parte e condenando a promovida em indenizar moralmente o autor no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), bem como condenando a promovida nas custas processuais e honorários de sucumbência, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa. Intimadas, primeiramente a parte promovida opôs os Embargos de Declaração de págs. 162/163, alegando obscuridade na Sentença, tendo em vista que ratificou o que tinha sido deferido em liminar, quando na verdade não houve nenhum deferimento liminar nos autos. Alegou, ainda, que haveria contradição no que diz respeito à condenação nos honorários de sucumbência, já que foram arbitrados com base no valor da causa, quando deveriam ser com base no valor da condenação, conforme preceitua o art. 85, §2º do CPC. Assim, requereu fossem sanadas a obscuridade e contradição apontadas. Após, a parte autora também opôs Embargos de Declaração de págs. 165/170, alegando omissão na Sentença vergastada, pois esta foi silente no que diz respeito à indenização material (repetição do indébito) a que o autor faria jus, já que haviam sido descontados valores mensais de seu benefício previdenciário. Pugnou, assim, pela condenação da promovida na repetição em dobro dos valores indevidamente descontados. É o breve relato. Decido. Inicialmente, recebo os presentes Embargos de Declaração, vez que tempestivos, nos termos do art. 1.023 do CPC. Como se sabe, os Embargos de Declaração são admissíveis em caso de obscuridade, contradição, omissão e em caso de corrigir-se erro material de qualquer decisão judicial, nos termos do art. 1.022 do CPC, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o. No presente caso, a parte ré alega que houve obscuridade e contradição na Sentença, pois esta indicou uma decisão liminar que não existe nos autos, bem como arbitrou honorários com base no valor da causa e não da condenação, conforme determina o art. 85, §2º, do CPC. A parte autora, por sua vez, alegou omissão na Decisão, tendo em vista que, apesar de julgar procedente o feito e declarar a inexistência da relação contratual, não deliberou acerca do pedido de repetição de indébito. Compulsando a Sentença vergastada, bem como os Embargos de Declaração interpostos, entendo que assiste razão aos Embargantes, senão vejamos: a) Em relação à obscuridade citada pelo promovido, de fato, não há decisão liminar no presente feito, não havendo que se falar em ratificando o que tinha sido deferido em liminar..., motivo pelo qual torno sem efeito tal citação existente na pág. 158 dos autos; b) No que diz respeito aos honorários de sucumbência (contradição), observa-se na parte final da sentença combatida que o Juízo os arbitrou com base no valor da causa, quando, na verdade, deveriam ter sido arbitrados com base no valor da condenação, conforme preceitua o art. 85, §2º, do CPC, in verbis: § 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:. No presente caso, houve valor fixado em condenação, devendo, pois, os honorários sucumbenciais serem arbitrados com base nesse valor. c) Por fim, no que concerne à omissão apontada pelo autor (págs. 165/170), verifica-se que a Sentença declarou inexistente a relação contratual, sendo, portanto, irregulares os descontos levados a feito no benefício previdenciário do autor em relação ao contrato objeto da presente lide. Dessarte, legítima a alegação do autor, havendo realmente omissão na Sentença de mérito, devendo esta deliberar também sobre o pedido de repetição de indébito. Nesse caso, tendo em vista a irregularidade do contrato, conforme apontado alhures, corrijo a citada omissão para DETERMINAR que a parte ré devolva à parte autora os valores indevidamente descontados decorrentes do contrato objeto do presente processo, devendo referidos valores serem ressarcidos em dobro, vez que realizados sem a devida acuidade por parte do promovido, que realizou os descontos com base em contrato inexistente/nulo (erro injustificável), forte no art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC, contada a partir do pagamento indevido (Súmula nº 43 do STJ), e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, estes contados a partir da efetiva citação (art. 405 do CC). Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração opostos por ambas as partes, acolhendo-os, para corrigir a obscuridade, a contradição e sanar a omissão existentes na Sentença de págs. 154/158, e retirar a expressão ratificando o que tinha sido deferido em liminar e fazer constar: DETERMINO que a parte ré devolva à parte autora os valores indevidamente descontados decorrentes do contrato objeto do presente processo, devendo referidos valores serem ressarcidos em dobro, vez que realizados sem a devida acuidade por parte do promovido, que realizou os descontos com base em contrato inexistente/nulo (erro injustificável), forte no art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC, contada a partir do pagamento indevido (Súmula nº 43 do STJ), e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, estes contados a partir da

efetiva citação (art. 405 do CC); Determino também a exclusão da parte: Condeno a parte vencida no pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa (CPC, art.82 c/c art. 85, §2º), substituindo-a por CONDENO A PARTE PROMOVIDA NOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTES ARBITRADOS EM 10% (dez por cento) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, CONFORME ART. 85, §2º, DO CPC. Mantenho inalterado o restante da Sentença vergastada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Atentar a Secretaria para o disposto no art. 1.026 do CPC. Canindé/CE, 25 de janeiro de 2022. Tassia Fernanda de Siqueira Juíza de Direito

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0019547-57.2016.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Odete Silva Guerra - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamento S.a. - III. DISPOSITIVO Por todo o exposto, extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 487, I do CPC/2015, JULGANDO IMPROCEDENTE o pleito constante na inicial, nos termos do artigo 595 do Código Civil c/c orientação firmada no âmbito do TJCE (Seção de Direito Privado, Relator Desembargador Francisco Bezerra Cavalcante, IRDR nº 630366-67.2019.8.06.0000, Julgado em 21/09/2020).

ADV: ANTONIO FABRICIO MARTINS SAMPAIO SILVA (OAB 43412/CE) - Processo 0050205-88.2021.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elizaude Rodrigues da Silva - R.H. À parte contrária, para oferecimento das contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias (art. 1.010, §1º do CPC). Se houver interposição de apelação adesiva, intime-se a parte adversa para apresentar contrarrazões, no prazo legal (art. 1.010, §2º, do CPC). Após, com ou sem o oferecimento das contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (art. 1.010, §3º do CPC). Expedientes necessários. Canindé (CE), 16 de dezembro de 2021. Priscilla Emanuelle de Melo Cavalcante Juíza Substituta

ADV: ANTONIO FABRICIO MARTINS SAMPAIO SILVA (OAB 43412/CE), ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE) - Processo 0050248-25.2021.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ivan Benedito Guerra - Recebi hoje. De ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade e de acordo com o Provimento nº 01/2019/CGJ/CE, encaminho os autos para Secretaria com a finalidade de que seja cumprido os expedientes determinados em pág. 105. Expedientes necessários. Canindé/CE, 26 de janeiro de 2022. ANTONIA DE SOUSA PEREIRA À Disposição

ADV: ANTONIO FABRICIO MARTINS SAMPAIO SILVA (OAB 43412/CE), ADV: FÁBIO FRASATO CAIRES (OAB 124809/SP) - Processo 0050991-35.2021.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Denicio Ferreira Barroso - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 485, V, do CPC, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, em razão da litispendência. Condeno o requerente em custas e honorários de 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade da justiça. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Canindé/CE, 17 de dezembro de 2021.

ADV: GUSTAVO MUNIZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 2481/CE), ADV: ANTONIO FABRICIO MARTINS SAMPAIO SILVA (OAB 43412/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA), ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE) - Processo 0050994-87.2021.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Denicio Ferreira Barroso - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil de 2015, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por entender que não houve irregularidade na contratação, inexistindo dano indenizável ou direito a restituição.

ADV: ANTONIO FABRICIO MARTINS SAMPAIO SILVA (OAB 43412/CE), ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE) - Processo 0051143-83.2021.8.06.0055 (apensado ao processo 0051138-61.2021.8.06.0055) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonia Soares de Carvalho - Recebi hoje. De ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade e de acordo com o Provimento nº 01/2019/CGJ/CE, encaminho os autos para Secretaria com a finalidade de que seja cumprido os expedientes determinados em pág. 98. Expedientes necessários. Canindé/CE, 26 de janeiro de 2022. ANTONIA DE SOUSA PEREIRA À Disposição

ADV: FRANCISCO WILDERLANDSON SOUSA SILVA (OAB 42857/CE) - Processo 0051923-23.2021.8.06.0055 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Lucimar Braga Mota - Isto posto, e por tudo o mais que dos autos consta, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA e EXTINGO o presente processo, em aplicação subsidiária do art. 485, inciso VIII, e art. 775, ambos do CPC.

ADV: MARIA EVANUSA FREIRE (OAB 18462/CE) - Processo 0200064-47.2022.8.06.0055 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.B.B. - REQUERIDA: K.M.S.M. - Fica Vossa Senhoria, como advogado(a) do(a) autor(a) e com comunicação direta a este(a), devidamente intimado(a) para participar da audiência de tentativa de conciliação, designada para o dia 10/03/2022, às 09 horas, na Sala de Audiências Virtual 1 do CEJUSC da Comarca de Canindé, na modalidade videoconferência por meio da plataforma/aplicativo Microsoft Teams, cujo link está disponível nos autos do processo. Deverão as partes entrarem previamente em contato com a Secretaria através do atendimento remoto (Whatsapp 85 3343-5030) e, na oportunidade, informar seu contato telefônico/Whatsapp, ou com o CEJUSC pelos Whatsapps (85) 9969-5352, 8960-1903 ou 9289-0025, a fim de viabilizar a audiência por videoconferência. Havendo impossibilidade técnica para realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos até dois dias antes da data designada (Parágrafo único da Portaria 02/2020 do NUPEMEC). Ficando advertido(a) que na ausência não justificada, ou na rejeição judicial à sua justificação, aquele que não comparecer à audiência ou sessão por videoconferência, poderá suportar, a critério do Juiz da causa, os efeitos legais de sua omissão, observando-se as instruções constantes do ato processual de pág. 36, e ainda de que deverá informar à parte de que também deverá se apresentar para participar do ato.

COMARCA DE CANINDE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: GERALDO PINHEIRO SILVA NETO (OAB 20427/CE) - Processo 0000837-18.2018.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: MUNICÍPIO DE CANINDÉ - CEARÁ - REQUERIDO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ e outro - Considerando que, a teor dos documentos às págs. 369/371, o processo de origem na Corte de Contas já foi apreciado e julgado, intimem-se as partes para, no prazo já dobrado de 10 (dez) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, haja vista a aparente perda superveniente do objeto da presente ação.

Decorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público e, após, retornem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARIA EVANUSA FREIRE (OAB 18462/CE), ADV: JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO (OAB 12716/CE) - Processo 0013309-27.2013.8.06.0055 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alex Ferreira Barroso - REQUERIDO: Silvio Stenio Leite - Intimem o(s) executado(s) quanto ao pedido de págs. 585/588, com a advertência de que o prazo para pagamento, previsto no art. 523, do vigente Código de Processo Civil (15 dias), começará a fluir a partir dessa intimação, inclusive quanto à incidência da multa e de honorários advocatícios previstos em seu § 1º em caso de não pagamento dentro do referido prazo. Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0012931-37.2014.8.06.0055 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - EXEQUENTE: Banco do Nordeste S.a. - Bnb - Ag. Canindé - Ao exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito, a fim de possibilitar eventual penhora on-line.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0013271-78.2014.8.06.0055 - Execução de Título Extrajudicial - Empréstimo consignado - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamento S.a. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo. Cumpra-se a parte final da decisão retro.

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: 0013747-82.2015.8.06.0055
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil - Bnb
Exequido: Francisco Everton Medeiros Sousa Junior e outro
Valor da Causa: Valor da Ação<< Campo excluído do banco de dados >>

A Excelentíssima Juíza de Direito, Dra. Tassia Fernanda de Siqueira, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos do processo em epígrafe, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé, foi determinada a ALIENAÇÃO em LEILÃO JUDICIAL do(s) bem(ns) constante(s) do presente Edital, nos termos dos arts. 879 e seguintes, do Código de Processo Civil; art. 130, § único, Código Tributário Nacional; e Resolução nº 236/2016–CNJ. A licitação será realizada em dois leilões, ficando a cargo do Leiloeiro Oficial Credenciado, Sr. Sílvio César Maraschi, registrado na JUCEC, sob o nº 020, e terá curso na modalidade exclusivamente eletrônica, através do sítio na Internet www.hastapublica.com.br e obedecerá às disposições seguintes:

DATAS E HORÁRIOS

Primeiro leilão: terá início às 14:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2022 e término às 14:00 horas do dia 07 de março de 2022, nessa oportunidade, o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) pelo maior lance, a partir do valor de avaliação.

Segundo leilão: caso não haja oferta de lances, o leilão seguir-se-á sem interrupção, com seu término às 14 horas do dia 14 de março de 2022, onde se fará a venda pelo maior lance oferecido, a partir de 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação.

DOS BENS – Uma parte de terra situada no lugar denominado “Três Irmãos”, às margens do Riacho “Olho D’água”, no Distrito de Esperança, no município e comarca de Canindé/CE, com todas as suas benfeitorias, dependências, servidões, acessões e demias utilidades, medindo uma área total de 161,5 hectares, devidamente cadastrada no Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA sob o nº 149 012 010 367 0; área total – 161,5; área utilizada – 41,6; área aproveitável 135,; mód. Fiscal – 50,0; nº mód. Fiscais – 2,7; fração mínima de parc. 30,0; e demias características e limites conforme Matrícula nº 1.082, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Canindé/CE. Ônus: R.09 e Av.10 – Hipoteca 1º grau - Cédula de Crédito em favor do Banco do Nordeste do Brasil, que motivou justamente a interposição da presente ação executiva. Fiel Depositário: Francisco Everton Medeiros Sousa Júnior. Observações: conforme avaliação realizada às fls. 82/83 dos autos, constam ainda como benfeitorias existentes no imóvel – 3.000m (Três mil metros) de cerca de arame com 9 (nove) fios, avaliada em R$22.200,00; 01 (um) pequeno açude, com 65m (sessenta e cinco metros) de parede, com 9m (nove metros) de altura, avaliado em R$35.000,00; 01 (um) cacimbão, com 8m (oito metros) de boca e 7m (sete metros) de fundura, avaliado em R$5.000,00. Avaliação Total [Terra Nua + Benfeitorias]: R$94.700,00 (noventa e quatro mil e setecentos reais).

DA CLIENTELA - Os interessados na arrematação dos bens deverão cadastrar-se antecipadamente através do sítio www.hastapublica.com.br. Todos os cadastramentos estarão sujeitos à conferência de identidade em banco de dados oficial e implicam na aceitação da integralidade das disposições e condições dispostas neste edital, sendo sua confirmação efetuada no próprio sítio do leiloeiro, com a emissão de login e senha provisória, que deverá ser, necessariamente, alterada pelo usuário. Constitui-se faculdade ao licitante o cadastramento e participação eletrônica através do site www.hastapublica.com.br, eximindo-se o Leiloeiro e a Justiça Estadual do Ceará de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato. Poderão oferecer lances pessoas físicas (maiores e capazes) e jurídicas, desde que possuam livre administração de seus bens, com exceção daquelas elencadas no art. 890 e seus incisos, do Código de Processo Civil.

DOS LANCES - Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

DO PAGAMENTO - Com a aceitação do lance, será emitida guia de depósito judicial identificado vinculado a este Juízo e ao processo judicial respectivo. O pagamento deverá ser realizado pelo arrematante por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892, CPC), salvo disposição judicial diversa, tendo o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para realizar a referida transação bancária, sendo que nesse caso, o Leiloeiro reterá o auto de arrematação até a comprovação do pagamento.

O arrematante pagará, no ato do acerto de contas da alienação judicial, o valor da arrematação, através de guia de depósito judicial identificado; a comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da arrematação; através de depósito em conta indicada pelo Instituto HASTAPUBLICABR PROMOTORA DE EVENTOS LTDA e mediante comunicação eletrônica; e valores relativos ao custo operacional (remoção, guarda, documentação, avaliação, visitas, etc.), caso cabíveis e devidamente comprovados. Caso o pagamento não seja realizado no prazo estipulado, a arrematação será cancelada, habilitando-se aquele que oferecer o segundo maior lance, se houver, e ressalvados os casos previstos em lei, aquele que desistir ou não efetivar o pagamento da arrematação na forma prevista neste Edital, estará automaticamente impedido de participar de outras alienações judiciais neste Juízo e perante à empresa promotora dos leilões, pelo prazo de um ano, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis à espécie. A mesma penalidade será aplicada para: aqueles que deixaram de cumprir suas obrigações em leilões judiciais anteriores; aqueles que, por qualquer meio ou forma, provocarem tumulto ou embaraço ao regular desenvolvimento do leilão; aqueles que fraudarem, ou mesmo tentarem fraudar, a arrematação, antes ou durante o leilão; aqueles que, compõem os casos elencados no art. 890 e seus incisos, do Código de Processo Civil.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO - A arrematação será concretizada com pagamento do preço pelo arrematante (lance, comissão de leiloeiro e custo operacional) e a assinatura do Auto de Arrematação pelo Leiloeiro Oficial e pelo Arrematante, sendo a assinatura do Magistrado, através de certificação digital e/ou aposta em decisão de convalidação/homologação de leilão, sendo a arrematação considerada perfeita, acabada e irretratável.

DA CARTA DE ARREMATAÇÃO - A Carta de Arrematação e conforme o caso, a Ordem de Entrega, com o respectivo Mandado de Imissão na Posse, será expedida após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de encerramento do leilão (§ 3º, art. 903, CPC).

DAS DÍVIDAS DOS BENS - Além do valor pago referente ao lance vencedor, da comissão de leiloeiro e do relativo ao custo operacional, estando as operações de arrematação fora da área de incidência de tributos federais, estaduais ou municipais, bem como as operações de remessa das mesmas, ou seja, o arrematante não arcará com os débitos de impostos sobre a propriedade, eventualmente existentes, entretanto, sub-rogam-se os aludidos créditos tributários no preço da arrematação. Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, VI, do Código Civil. Não estão incluídos no rol das dívidas mencionadas, as quais ficarão a cargo do arrematante: as outras obrigações referentes ao imóvel, tais como foro e laudêmio, etc.; as despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como, o Imposto de Transferência de Bens Imóveis - ITBI; os débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados no Registro de Imóveis competente; as eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da legislação ambiental; e, demais verbas referentes a alvarás, certidões, escrituras e registros, incluindo débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes.

DAS CONDIÇÕES DOS BENS - Os bens aqui mencionados serão leiloados no estado e nas condições que se encontram, em caráter "ad corpus", pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo, pois, a respeito deles, quaisquer reclamações posteriores quanto às suas qualidades extrínsecas e intrínsecas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - A oposição de embargos do executado ou ação autônoma de que trata o § 4º do art. 903 do CPC ou o pagamento da dívida após a arrematação, não implicará na nulidade da arrematação, nos termos do Código Processual Civil. Na hipótese de acordo ou remição após a publicação do edital e a inclusão do bem em hasta, o leiloeiro fará jus ao valor de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da dívida exequenda, para ressarcimento das despesas incorridas no leilão. Em caso de adjudicação após a publicação do edital, a comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser suportada pelo adjudicante. Aos participantes da alienação judicial é defeso alegar desconhecimento das disposições deste Edital, para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do artigo 358, do Código Penal Brasileiro. Fica ressalvado o direito à correção de eventuais erros de digitação dos lotes levados a presente alienação judicial/leilão, salvo se desta resultar modificação significativa na descrição dos bens, cabendo, neste último caso, a publicação do Edital de Retificação, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias anteriores ao encerramento do certame. Os prazos aludidos neste Edital só se iniciam e vencem em dia útil da cidade onde tramitam os processos judiciais respectivos. Ficam intimadas as partes, seus advogados e terceiros interessados, bem como, na forma do inciso V, do artigo 889, do Código de Processo Civil: o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada. Os casos omissos deste Edital serão apreciados e decididos pelo Juízo, não se constituindo em impedimento para a realização do certame, causa para desfazimento da arrematação ou implicando, de plano, na anulação do presente Edital. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, mandou passar o presente EDITAL, observados os prazos legalmente estabelecidos, para que ninguém possa alegar ignorância ou erro. O presente deverá ser afixado no átrio do Fórum e publicado uma única vez no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, podendo o Leiloeiro Oficial, às suas expensas, publicar ou divulgar por outros meios que entender cabíveis. Canindé/CE., em 26 de janeiro de 2022.

Tassia Fernanda de Siqueira
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (1º edital)
(PRAZO DE 10 DIAS)

Processo nº: 0018374-61.2017.8.06.0055
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Substituição da Parte e Antecipação de Tutela / Tutela Específica
Requerente: Gilberto Neto Lopes da Silva
Requerido: Tamires Lopes da Silva
Valor da Causa: Valor da Ação<< Campo excluído do banco de dados >>

TÁSSIA FERNANDA DE SIQUEIRA, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé/CE, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, foi prolatada a sentença de fls. 62/63 dos Autos do Processo nº 0018374-61.2017.8.06.0055, aos 04 de maio de 2020, transcrita a sua parte final: "Julgo esta ação procedente. Constituo GILBERTO NETO LOPES DA SILVA curador(a) de TAMIRES LOPES DA SILVA. Intime-se

o(a) Promovente para prestar compromisso nos termos do NCPC art.759, para que cumpra o CC (arts.1.777 e 1.778), o NCPC (arts.757 e 758) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (art.84-§4º). Prazo: cinco dias. Publique-se esta sentença no Diário da Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do NCPC art.755-§3º. Remeta-se à imprensa deste município para publicação também nos termos do NCPC art.755-§3º. Registre-se. Intimem-se as partes. Depois do trânsito em julgado, expeça-se mandado para inscrição desta sentença no Cartório de Pessoas Naturais, para os devidos registros e averbações desta sentença (inclusive no registro de nascimento e no eventual registro de casamento do Curatelando), conforme LRP (arts.106 e 107-§1º)."

CUMPRA-SE. Canindé/CE., em 03 de fevereiro de 2021.

Tassia Fernanda de Siqueira
Juíza de Direito

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0018431-79.2017.8.06.0055
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Tutela e Curatela
Requerente e Interditante Francisco Elison Almeida Viana e outro
Curatelada Maria Isabel Ferreira Damasceno e outro
Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé da Comarca de Canindé/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria Isabel Ferreira Damasceno, brasileira, solteira, incapaz, portadora do CPF sob n° 580.534.683-49, sem endereço eletrônico, residente e domiciliada na Rua: Romeu Martins, n° 1529, Centro, Canindé/Ce, CEP: 62.700-000, que é portadora de Aneurisma cerebral não-roto. Com CID10: I67.1. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). ANTONIA KAYLLA FERREIRA NOBRE, solteira, autônoma, portadora dfo RG sob o nº 2008009127638 e CPF sob o nº 068.016.973-31, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 06 de dezembro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Destarte, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na inicial, para declarar a interdição de MARIA ISABEL FERREIRA DAMASCENO, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive possibilitando o curador o levantamento e percebimento de valores respectivos aos benefícios previdenciários do interditando. Nomeio como curadora, para os atos acima descritos, sua filha e requerente ANTÔNIA KAYLLA FERREIRA NOBRE. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Canindé/CE, em 09 de dezembro de 2021.

Eu, Ana Paula Amaro Santiago, À Disposição, 03366122307, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0017174-82.2018.8.06.0055
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente Maria Teixeira de Sousa Castro
Interditando Antonia Natalia de Sousa Castro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé da Comarca de Canindé/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de ANTONIA NÁTALIA DE SOUSA CASTRO, brasileira, solteira, CPF nº 053.088.493-11, residente e domiciliado(a) na Rua Frei Celestino, 980, Bairro Palestina, Canindé/CE, que é portadora de Esquizofrenia – CID10: F20.8. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARIA TEIXEIRA DE SOUSA CASTRO, brasileira, solteira, do lar, CPF nº 975.568.073-04, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29 de novembro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...)Destarte, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na inicial, para declarar a interdição de Antônia Natália de Sousa Castro, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive possibilitando ao curador o levantamento e percebimento de valores respectivos aos benefícios previdenciários do interditando. Nomeio como curadora definitiva, para os atos acima descritos, a requerente Maria Teixeira de Sousa Castro. (...)". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Canindé/CE, em 01 de dezembro de 2021.

Eu, Ana Paula Amaro Santiago, À Disposição, 03366122307, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 10 DIAS)

Processo nº: 0002199-07.2015.8.06.0105
Classe Assunto: Interdição - Tutela e Curatela
Interditante: HELENICE SANTIAGO

EDITAL DE INTERDIÇÃO (2º EDITAL)

TÁSSIA FERNANDA DE SIQUEIRA, Juíza de Direito Respondendo pela Vara Agregada da Comarca de Itatira, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, foi prolatada às fls. 82-85 dos Autos do Processo nº 2199-07.2015.8.06.0105, aos 16 de abril de 2019, decretada a Interdição de FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO PINTO, natural de Canindé/CE, nascido em 30/04/1993, filho de Luiz Santiago Pinto e Maria Gorete Santiago, RG nº 2007327111-4 SSPDS/CE, residente no Conjunto Santa Cecília, distrito de Cachoeira, neste município de Itatira, por o mesmo ter "Retardo Mental Moderado (CID 10-F1.1), tornando-o relativamente incapaz de exercer atos da vida civil, pelas próprias características do retarndo, bem como relativamente incapaz de exercer atos da vida civil e administrar seus bens, sendo-lhe nomeada curadora a Sra. HELENICE SANTIAGO, RG 2007552439-7 SSPS/CE, nascida em 11/06/96, filha de Luiz Santiago Pinto e Maria Gorete Santiago, residente na rua Coração de Jesus, 319, Cachoeira BR, Itatira/CE, sob compromisso, cujo "munus" será exercido no âmbito de administração de todos os atos da vida civil da interditada

Do que para constar, de acordo com a sentença proferida nos autos de Ação de Interdição acima identificada e para efeitos do Art. 755, § 3º, do CPC, foi passado o presente edital, o qual será publicado por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, no Diário da Justiça e afixado no local de costume.

Dado e passado na Cidade e Comarca de Itatira, Estado do Ceará, aos 20 de maio de 2020.

Itatira/CE., em 20 de maio de 2020.

Tassia Fernanda de Siqueira
Juíza de Direito

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0010213-09.2010.8.06.0055
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente Maria Deujane Teixeira de Oliveira

Interditando Maria da Conceição Teixeira de Oliveira

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé da Comarca de Canindé/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE OLIVEIRA, portadora de retardo mental moderado (CID 10: F20.9). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARIA DEUJANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, do lar, RG nº 3239245-97, CPF nº 841.048.213-49, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 20 de setembro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Destarte, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na inicial, para declarar a interdição de MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE OLIVEIRA, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive possibilitando o curador o levantamento e percebimento de valores respectivos aos benefícios previdenciários do interditando. Nomeio como curadora, para os atos acima descritos, a requerente MARIA DEUJANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Canindé/CE, em 21 de setembro de 2021.

Eu, Ana Paula Amaro Santiago, À Disposição, 03366122307, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0011095-92.2015.8.06.0055
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Interdição
Requerente José Leandro Rocha Mendes
Requerido Antonio Carlos Rocha Mendes
Nome da Parte Terceira Principal << Informação indisponível >>

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé da Comarca de Canindé/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Antonio Carlos Rocha Mendes (a), brasileiro, solteiro, RG nº 2007015004188 SSP-CE e CPF nº 601.607.423-31, residente e domiciliado(a) Povoado Madeira Cortada, 1500, Zona Rural - CEP 62700-000,Canindé-CE , que é portador de CID(10) F72.1 Retardo mental grave - comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou Tratamento,. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). José Leandro Rocha Mendes(a), brasileiro, RG nº 2007497295-7 SSP-CE e CPF nº 066.168.903-41,esidente e domiciliado(a) Povoado Madeira Cortada, 1500, Zona Rural - CEP 62700-000,Canindé-CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 24 de agosto de 2021. , cujo teor final da sentença é o seguinte: "Destarte, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na inicial, para declarar a interdição de Antonio Carlos Rocha Mendes, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza

patrimonial e negocial, inclusive possibilitando ao curador o levantamento e percebimento de valores respectivos aos benefícios previdenciários do interditando.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Canindé/CE, em 27 de agosto de 2021.

Eu, Francisco Bernadino Freitas Macedo, À Disposição, 43646, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 40 DIAS)

Processo nº: 0050607-09.2020.8.06.0055
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inventário e Partilha
Requerente: Braz Dacio Oliveira Bandeira
:
Valor da Causa: R$ 20.000.000,00

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA(M) CITADO(S) INTERESSADOS INCERTOS E/OU PARTES DESCONHECIDAS, para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo da lei, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados por Braz Dacio Oliveira Bandeira. CUMPRA-SE. Canindé/CE., em 26 de janeiro de 2022.

Tassia Fernanda de Siqueira
Juíza de Direito
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº 0008865-53.2010.8.06.0055
Classe Assunto Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal)
[Tipo Completo da Parte Ativa Principal] União
Executado Fortal Imoveis e Construçoes Ltda e outro
Valor da Causa R$ 3.859.616,01

Citando(a)(s): Fortal Imoveis e Construçoes Ltda
FORTAL IMOVEIS E CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ 07.117.199/0001-81
RUA JÃO BASTOS, 1803, ALTO GUARAMIRANGA - CEP 62700-000, Canindé-CE

Certidão de Dívida Ativa: nº 30 2 10 000026-14. Valor do Débito: R$ 3.859.616,01. Data do Cálculo: 11/02/20103.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 30 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), na forma da lei.

Canindé/CE., em 13 de dezembro de 2021.

Tassia Fernanda de Siqueira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº 0011670-37.2014.8.06.0055
Classe Assunto Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal)
[Tipo Completo da Parte Ativa Principal] Estado do Ceara
Exequido e Executado Cooperativa de Trabalho Produçao e Criaçao Ltda e outros
Valor da Causa R$ 153.601,20

Citando(a)(s): COOPERATIVA DE TRABALHO PRODUCAO E CRIACAO LTDA (CNPJ 00.553.752/0001-80) e das corresponsáveis, a Sra. MARNIELE ALVES NASCIMENTO (CPF 046.039.033-32), a Sra. MICHELE JUCA DOS SANTOS (CPF 958.197.383-49), a Sra. MARIA EVERLENIA VIEIRA (CPF 601.636.503-30) e a Sra. ANTONIA ERIVANGELA SILVA GUERRA (CPF 894.331.063-34),

Certidão de Dívida Ativa: nº 2012.06930-4. Valor do Débito: R$ 220.901,03. Data do Cálculo: 20 de Agosto de 2012.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 30 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es),s na forma da lei.

Canindé/CE., em 14 de dezembro de 2021.

Tassia Fernanda de Siqueira
Juíza de Direito

COMARCA DE CAPISTRANO - VARA UNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA FERNANDA TOLEDO RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA AUXILIADORA ARAUJO LEAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: ANTONIO DIEGO JERONIMO FERNANDES VIANA (OAB 31535/CE) - Processo 0003000-75.2012.8.06.0056 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: MARIA DE FATIMA ALVES DE LIMA - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, faço cumprir a determinação contida no despacho de página 399, expedindo intimação ao Advogado da parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar se ainda possui interesse no presente feito, sob pena de extinção.

ADV: ANTONIO LEITE TAVARES (OAB 1838/CE), ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE), ADV: JOÃO LEITE MENDONÇA TAVARES (OAB 29500/CE), ADV: ANTONIO DIEGO JERONIMO FERNANDES VIANA (OAB 31535/CE) - Processo 0005057-27.2016.8.06.0056 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula Hipotecária - EXECUTADO: FRANCISCO PEREIRA FREITAS e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, faço cumprir a determinação contida no despacho de página 270, expedindo intimação aos Advogados das partes para, no prazo de 10 (dez) dias, informarem sobre o andamento da renegociação, bem como se há necessidade de prorrogação do prazo da suspensão do feito.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0050450-96.2021.8.06.0056 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Votorantim S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, faço cumprir a determinação contida no despacho de página 341, expedindo intimação ao Advogado da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender pertinente, face a certidão de página 89.

ADV: HENRIQUE ANDRADE GIRÃO (OAB 24625/CE) - Processo 0200026-32.2022.8.06.0056 - Mandado de Segurança Cível - Defeito, nulidade ou anulação - IMPETRANTE: Francisco Lopes de Sousa Junior - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, faço cumprir a determinação contida no despacho de página 177, expedindo intimação ao Advogado da parte impetrante para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas atinentes as diligencias de Oficial de Justiça, sob pena de cancelamento da distribuição.

COMARCA DE CARIDADE - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIDADE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIDADE
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO LIMA BARROSO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOSE WEDNY MACHADO DINIZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: VALDECY DA COSTA ALVES (OAB 10517A/CE) - Processo 0000055-48.2015.8.06.0206 - Cumprimento de sentença - Indenização Trabalhista - EXEQUENTE: Francisco Augustinho Nunes - Gisliane Ferreira Gomes - José Alcimar Gomes - José Quinto Gomes - José Airton Soares - José Ricardo Sobrinho - Maria de Fátima Lima Rocha - EXEQUIDO: O Município de Paramoti - Recebidos hoje. INTIMEM-SE as partes, através de seu advogado(a) e Procuradoria (com REMESSA dos autos), para que se manifestem sobre a(s) peça(s) de fls. 493/522, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: MONICA FONTGALLAND RODRIGUES DE LIMA (OAB 5807/CE), ADV: FRANCISCO GILDASIO RODRIGUES DE LIMA (OAB 18774/CE) - Processo 0000138-21.2018.8.06.0057 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.J.S.B. - REQUERIDO: D.S.B. - Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 229 da Constituição da República c/c arts. 1.694 e seguintes do Código Civil e art. 13 da Lei nº 5.478/68, e em harmonia com o parecer ofertado pelo Ministério Público, JULGO PROCEDENTE o pedido para majorar os alimentos para 50% (cinquenta por cento) de um salário mínimo, devidos por DEAN SILVA BRAGA em favor de MARCO JEAN SILVA BRAGA, a ser pago do mesmo modo que foi decidido na ação originária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0000237-73.2011.8.06.0206 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Bnb - EXECUTADO: José Salviano Ferreira - Raimundo Nonato de Sousa Salviano - Recebidos hoje. Considerando o teor dos documentos de fls. 192/196, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: ANA GARDENE ALVES UCHOA BARBOSA (OAB 22641/CE) - Processo 0003079-07.2019.8.06.0057 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA CREUZA DA SILVA BITTENCOURT - Recebidos hoje. RENOVE-SE o expediente

de INTIMAÇÃO pessoal e presencial por oficial de justiça do herdeiro ANTÔNIO LEAL BITTENCOURT (intimado à fl. 107) para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias dos documentos de identidade da Sra. Valdiza Leal Bittencourt, bem como documentos acerca do patrimônio deixado por ela, ADVERTINDO-SE que o descumprimento desta ordem poderá implicar em sua responsabilização cível (improbidade administrativa) e criminal (crime de desobediência). Outrossim, INTIME-SE a inventariante para complementar as primeiras declarações, conforme apontado às fls. 83/84, no prazo de 30 (trinta) dias. Expedientes necessários.

ADV: SABRINE TAMS GASPERIN (OAB 42863/CE) - Processo 0010019-17.2021.8.06.0057 - Restauração de Autos Cível - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Cress - Conselho Regional Der Serviço Social - EXEQUIDO: Arcelino Tavares Filho - Considerando o exposto, JULGO RESTAURADOS OS AUTOS, valendo os presentes autos como os originais. Considerando que foi prolatada sentença de extinção com fundamento no art. 924, inciso II do CPC, ARQUIVEM-SE os autos com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. necessários. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIA MARGARIDA PEREOIRA FORTALEZA (OAB 34166/CE) - Processo 0050007-45.2021.8.06.0057 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Vicente de Paulo da Silva Lopes - Isto Posto e o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral, DETERMINANDO que o(a) Oficial(a) do Registro Civil proceda à alteração no assento de nascimento do autor, acrescentando ao seu nome o sobrenome Nepomuceno, passando a se chamar VICENTE DE PAULO SILVA LOPES NEPOMUCENO.

ADV: ANA GARDENE ALVES UCHOA BARBOSA (OAB 22641/CE) - Processo 0050041-20.2021.8.06.0057 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Nonato Ferreira Lima - REQUERIDO: Estado do Ceará e outro - Diante do exposto, à vista dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE pleito autoral, com resolução do mérito, o que faço com espeque no art. 487, inciso I, do CPC, pelo que determino que o ESTADO DO CEARÁ, no prazo de 90 (noventa) dias, custeie integralmente o tratamento da parte autora RAIMUNDO NONATO FERREIRA LIMA em hospital especializado, da rede pública ou particular, e, em sendo necessário, providenciar a realização de cirurgia de neurotransferência frênico-musculocutâneo, sob as penalidades previstas em lei. Ademais, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA FINAL com fundamento no art. 497 do CPC, pelos fundamentos do presente decisum, pois presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, e sobretudo pois o não atendimento do requerente pode resultar na evolução de seu quadro clínico e consequente agravamento de seu problema de saúde.

ADV: FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA (OAB 37304/CE), ADV: EDAILSON ROBSON SILVEIRA GOMES (OAB 25216/CE) - Processo 0050205-19.2020.8.06.0057 - Reintegração / Manutenção de Posse - Habitação - REQUERENTE: Julio Arruda de Sousa - REQUERIDA: Antonia Solimar Pereira da Silva - Ante o exposto, por verificar a ocorrência de litispendência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com fundamento no art. 485, inciso VI do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO (OAB 12716/CE) - Processo 0050290-68.2021.8.06.0057 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Roziane Amorim de Lima - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, com fulcro nos arts. 46, § 3º e 109, ambos da Lei nº 6.015/73.

ADV: ANTONIO CARLOS ALVES MARINHO (OAB 28545/CE) - Processo 0200009-90.2022.8.06.0057 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Procuradoria Geral do Município de Paramoti - REQUERIDA: Rita Ferreira Simão - Sendo assim, JULGO PROCEDENTE a desapropriação e DECLARO INCORPORADO AO PATRIMÔNIO DA PROMOVENTE A ÁREA EXPROPRIADA, descrita no art. 1º do Decreto Expropriatório (fl. 12), bem como homologo o acordo quanto ao parcelamento do pagamento da indenização.

ADV: JOHN LENNON RODRIGUES DE FREITAS (OAB 29926/CE) - Processo 0200013-30.2022.8.06.0057 - Interdição/Curatela - Leve - INTERTE: M.S.S.S. - CURATELADA: M.S.S.S. - Assim, INTIME-SE a interditante, através de sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDAR A INICIAL instruindo a presente demanda com os documentos indispensáveis, conforme disposto nos arts. 320/321 do CPC, sob pena de indeferimento (art. 485, inciso I, do CPC). Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA GLAUCIANE AMARO ALMEIDA (OAB 35475/CE) - Processo 0200014-15.2022.8.06.0057 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.J.B.L. - CURATELADO: C.A.B.L. - Assim, INTIME-SE a interditante, através de sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDAR A INICIAL instruindo a presente demanda com os documentos indispensáveis, conforme disposto nos arts. 320/321 do CPC, sob pena de indeferimento (art. 485, inciso I, do CPC). Expedientes necessários.

ADV: NATANAEL TEIXEIRA VIEIRA (OAB 43697/CE) - Processo 0280006-59.2021.8.06.0057 - Perda ou Suspensão do Poder Familiar - Medidas de proteção - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Ceará - REQUERIDA: Amanda Maciel de Almeida - Eugênio Dias Ferreira e - Recebidos hoje. INTIMEM-SE os promovidos para que juntem aos autos documentos que comprovem que estão sendo submetidos a tratamentos para dependência química. OFICIE-SE ao Centro de Referência Especializada da Assistência Social CREAS para que, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio de equipe multidisciplinar, realize estudo social na residência dos pais biológicos da criança, apresentando relatório da visita. Outrossim, aproveito o ensejo para RETIFICAR o nome da titular da guarda provisória deferida por ocasião da colocação do menor em família substituta (decisão de fls. 106/109), uma vez que foi deferida a medida em favor de "Rafaela Gomes Freitas", quando o nome correto é: RAFAELA GOMES VERAS, conforme cédula de identidade colacionada à fl. 189, passando a presente a fazer parte da decisão de fl. 106/109. Expedientes necessários.

COMARCA DE CARIRÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRÉ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIRÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022

ADV: MOÉSIO MUNIZ LOPES (OAB 43013/CE) - Processo 0000158-97.2019.8.06.0082 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jose Maria Pereira Mesquita - Tendo em vista que o perito nomeado requereu a majoração dos honorários (fls. 71/76) já fixados por esse Juízo (fls. 38/41) e depositado pela parte ré (fls. 52/54), diga a parte autora se concorda em complementá-los, devendo, em caso positivo, apresentar o comprovante de depósito judicial, no prazo de 10 (dez) dias. Intime(m)-se.

ADV: JOSE ARTUR MELO AGUIAR (OAB 15559-0/CE) - Processo 0002636-58.2016.8.06.0058 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Ednanda Lima Rodrigues - Recebido nesta data. Com o advento da Lei nº 13.105/2015, o juízo de admissibilidade é efetuado pelo juízo ad quem, na forma do artigo 1.010, § 3º, a seguir transcrito:

Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade. Intime-se à parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com nossas homenagens e cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ALAERCIO SOUSA JUNIOR (OAB 30277/CE) - Processo 0200051-39.2022.8.06.0058 - Mandado de Segurança Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - IMPETRANTE: Francisco Everaldo Brito - Vistos etc. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Francisco Everaldo Brito em face de Jose Nunes de Almeida Neto, diretor de relações institucionais da Companhia Energética do Ceará ENEL. A controvérsia dos autos cinge-se a pedido liminar de realização imediata ligação de energia elétrica para fins de fornecimento do serviço no estabelecimento comercial do impetrante. Os autos vieram conclusos. Fazendo uma análise do presente feito, verifico que a autoridade imputada coatora possui sua sede funcional na Comarca de Fortaleza, o que atrai a competência absoluta daquele foro, conforme jurisprudência consolidada, verbis: APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURAÇA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE COATORA. ANULAÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS. COMPETÊNCIA DECLINADA. 1. Para a fixação da competência territorial, em ação de mandado de segurança, considera-se competente o foro em que localizada a sede funcional da autoridade coatora. Reconhecida a incompetência absoluta do Juízo de origem, devem ser anulados todos os atos decisórios, conforme art. 113, § 2.º do CPC, com a consequente remessa dos autos ao Juízo competente. Em reexame, acolhida a preliminar de incompetência. 2. Apelo provido. (Relator JUCID PEIXOTO DO AMARAL; Comarca:N/A Órgão julgador: N/A; Data do julgamento: N/A; Data de registro: N/A) ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA ESTABELECIDA DE ACORDO COM A SEDE FUNCIONAL. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. REEXAME DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA AUTORIDADE COATORA. SÚMULA 7/STJ. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. 1. Na hipótese dos autos, o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em se tratando de Mandado de Segurança, a competência para processamento e julgamento da demanda é estabelecida de acordo com a sede funcional da autoridade apontada como coatora e a sua categoria profissional, o que evidencia a natureza absoluta e a improrrogabilidade da competência, bem como a possibilidade de seu conhecimento ex officio. () 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 721540 / DF, relator o Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 16/11/2015 grifos acrescidos) CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. ATOS DE INTERVENTOR NOMEADO POR DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO ELEITORAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL DO LOCAL DA SEDE FUNCIONAL DO CONSELHO REGIONAL. PRECEDENTES DO STJ. () 2. A jurisprudência do STJ uniformizou-se no sentido de que a competência para processar e julgar mandado de segurança define-se de acordo com a categoria da autoridade coatora e pela sua sede funcional, sendo irrelevante a natureza do ato impugnado, por dizer respeito à competência absoluta. Precedentes: CC n. 31.210-SC, Segunda Seção, relator Ministro CASTRO FILHO, DJ de 26.4.2004; CC n. 43.138-MG, Primeira Seção, relator Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 25.10.2004; CC n. 41.579-RJ, Primeira Seção, relatora Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 24.10.2005. 3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado deSão Paulo, restando prejudicado o agravo regimental por perda do objeto. (CC 57249 / DF, relator o Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 28/08/2006 grifos acrescidos) COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE COATORA. 1. No tocante à competência para julgamento do mandado de segurança, a dogmática jurídica é firme em afirmar que ela não é determinada apenas em razão da categoria (ou hierarquia funcional) da autoridade coatora, mas também pela sua sede funcional. 2. No caso sub examine, o mandado de segurança foi impetrado em face do Agente da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com sede em Brasília/DF, de modo que a competência para o processamento e julgamento deve ser determinada em razão da sede funcional da referida autoridade impetrada. Precedentes STJ. 3. Acolhida preliminar de incompetência absoluta para anular a r. sentença, determinando a remessa dos autos à Seção Judiciária do Distrito Federal e do Distrito Federal. Prejudicada a remessa oficial. AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA QUE INCLUI SECRETÁRIO DE SAÚDE ADJUNTO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE COATORA. CONEXÃO. A competência para o processamento e julgamento do mandado de segurança é do juízo em que se situa a sede funcional da autoridade apontada como coatora e a sua categoria profissional, o que evidencia a natureza absoluta e a improrrogabilidade da competência. Assim, verificado nos autos que o mandamus questiona também a atuação do Secretário Estadual Adjunto do Estado do Rio Grande do Sul, a competência para processar e julgar a demanda é de uma das Varas da Fazenda Pública da Capital, observada a conexão reconhecida nos autos de origem. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ACOLHIDA. (Conflito de Competência Nº 70079942751, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 20/02/2019). SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE COATORA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. - A definição do foro competente para julgamento da ação mandamental vincula-se à sede funcional da autoridade coatora. - A impetração dirigida ao Chefe da Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais, sediado em Sete Lagoas, torna competente para conhecer do mandado de segurança um dos Juízes responsáveis pelas Varas de Fazenda Pública Estadual e Autarquias de Sete Lagoas. - Conflito de competência conhecido e acolhido. SÚMULA: ACOLHERAM O CONFLITO E DECLARARAM A COMPETÊNCIA DA MM. JUÍZA SUSCITADA Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL 23/08/2017 - 23/8/2017 Conflito de Competência CC 10000170479844000 MG (TJ-MG) Wander Marotta. Conforme se verifica, o Juízo competente para processar e julgar mandado de segurança é aquele onde localizada a sede funcional da autoridade imputada impetrada. Na hipótese dos autos, a Companhia Energética do Ceará ENEL, possui sua sede funcional na Comarca de Fortaleza, sendo portanto aquele Juízo absolutamente competente para o mandamus. A teor do que dispõe o art. 64, § 1º, do CPC, a incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo ou grau de jurisdição, e deve ser declarada de ofício. Ante o exposto, reconhecendo a incompetência absoluta deste Juízo para processar e julgar mandado de segurança contra autoridade cuja sede funcional se localize em comarca diversa, declino da competência em favor do Juízo competente do Foro da Comarca de Fortaleza, para que ali seja processado e julgado o presente feito. Remetam-se os autos ao juízo competente da Comarca de Fortaleza(CE)

COMARCA DE CARIRIAÇU - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022
ADV: JOAQUIM LUCIER TEIXEIRA MIRANDA (OAB 7041/CE), ADV: FRANCISCO ERMANO TAVARES (OAB 7724/CE) -

Processo 0003612-96.2015.8.06.0059 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: Cirineu Araujo Soares e outros - Por todo exposto, extingo o feito SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, o que faço com fundamento no art. 485, III, do NCPC, face o abandono da causa. Devolvam-se, por alvará, os valores depositados à fl. 71 a quem de direito. Sem custas. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se oportunamente. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: NATALIA CARLOS ARAUJO BRITO (OAB 43978/CE) - Processo 0006637-78.2019.8.06.0059 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Celmo Pereira de Souza -

ADV: JOSÉ EDNALDO CALIXTO SILVA (OAB 38944/CE) - Processo 0010193-20.2021.8.06.0059 (processo principal 0051157-55.2021.8.06.0059) - Restituição de Coisas Apreendidas - Furto - REQUERENTE: Francisco Morais Gonçalves - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e DEFIRO o pedido de Restituição para determinar a devolução ao requerente do veículo que segue descrito: Marca/Modelo: HONDA CG 125 FAN KS,Cor: Preta, Placa NRE1F92, RENAVAM: 125365241, com arrimo no art. 120, caput do Código de Processo Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Após tudo cumprido, certifique-se e arquivem-se com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

COMARCA DE CARNAUBAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CARNAUBAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARNAUBAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022

ADV: RAISA MARIA MARTINS DE SENA (OAB 30466/CE) - Processo 0000099-12.2018.8.06.0061 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Ameaça - RÉU: Antonio Pereira de Souza Oliveira - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, capítulo IV, seção III da Corregedoria de Justiça do Estado do Ceará, que define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais, publicado no Diário da Justiça do Ceará em 18/01/2021, intime-se a advogada do réu sobre a Certidão de fls. 142 e o Laudo Pericial de fls. 134/141.

ADV: ZACARIAS VAZ DA SILVA FILHO (OAB 42547/CE) - Processo 0050140-75.2021.8.06.0061 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTORA: Maria Santana Pompilio da Silva - DESIGNO audiência Preliminar para o dia 04/03/2022 , às 09:00hs que será realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, conforme instruções abaixo.

ADV: LUIZ ANTONIO ARAUJO JUNIOR (OAB 12244/B/MT) - Processo 0050556-43.2021.8.06.0061 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Assunção de Dívida - REQUERENTE: Maria Vieira da Silva - De ordem do MM Juiz Dr. Francisco Eduardo Girão Braga e conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 da Corregedoria Geral da Justiça, Art. 129, inciso I, pratiquei o ato seguinte. Sobre os documentos de fls. 91-94, intime -se a parte autora por seu advogado, devendo requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Carnaubal/CE, 26 de janeiro de 2022. José Maria Gonçalves de Souza À Disposição

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Carnaubal
Vara Única da Comarca de Carnaubal
Juiz(a) de Direito: Francisco Eduardo Girão Braga
Rua José Barroso, nº 143, Centro - CEP 62375-000, Fone: (88) 3650-1679, Carnaubal-CE

Processo nº 0050034-16.2021.8.06.0061 - Interdição

O Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Eduardo Girão Braga, juiz de direito respondendo por esta comarca de Carnaubal, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **FRANCIMARY PEREIRA LIMA**, brasileira, solteira, incapaz, portadora do CPF nº: 024.143.793-83 e RG: 99028059920 residente e domiciliada na Rua Benedito Gonçalves Melo, 324, Carnaubal CE, que é portadora de quadro psiquiátrico de CID10 F31. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. **LAURA MARIA DE JESUS LIMA**, brasileira, casada, agricultora, portador do CPF: 114.618.703-30 e RG: 20090528500, residente e domiciliado na Rua Benedito Gonçalves Melo, 324, Carnaubal – CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 16 (dezesseis) de novembro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Isto posto, com base na fundamentação acima, julgo procedente a pretensão deduzida na inicial e, em consequência, decreto a interdição de FRANCIMARY PEREIRA LIMA, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, e nomeio LAURA MARIA DE JESUS LIMA, para exercer o múnus de curador definitivo (...)". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Eu, Viviane de Moraes, Mat. 43118, serventuário requisitado, o digitei. E eu, _____Jaiana Pereira Gomes, Supervisora de Unidade Judiciária, o subscrevo.

Carnaubal/CE, em 07 de janeiro de 2022.

Francisco Eduardo Girão Braga
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARNAUBAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0040/2022

ADV: DAVID BENEVIDES FALCÃO MELO (OAB 15118/CE) - Processo 0050051-52.2021.8.06.0061 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Francimar Correia da Silva - REQUERIDO: Fazenda Púplica / Inss ¿ Instituto Nacional de Seguro Social - Intime-se a parte autora para se manifestar em 5 (cinco) dias, sobre os documentos às fls. 60/62. Carnaubal, 25 de janeiro de 2022. Francisco Eduardo Girão Braga Juiz

ADV: VICTOR DE ANDRADE SA (OAB 28836B/CE) - Processo 0050222-09.2021.8.06.0061 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Terezinha Souza Alves - De ordem do MM Juiz Francisco Eduardo Girão Braga, Juiz de Direito em respondência pela Comarca de Carnaubal e conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratiquei o seguinte ato: Face a impugnação apresentada intime-se o requerente para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias. Após, autos à conclusão. Expedientes necessários. Carnaubal/CE, 27 de janeiro de 2022. Jaiana Pereira Gomes Supervisora de Unid Judiciária

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0200044-38.2022.8.06.0061 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.H.M.S. - Ao Ministério Público sobre o pedido de nomeação de curador provisório, na forma do art. 87 da Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Expedientes necessários. Carnaubal (CE), 24 de janeiro de 2022. Francisco Eduardo Girão Braga Juiz

COMARCA DE CASCAVEL - 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: KELDISON LIMA ABREU (OAB 18295/CE) - Processo 0012730-58.2013.8.06.0062 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Gleiton Lima Câmara - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, emanado da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, pratiquei os atos processuais abaixo: Em cumprimento ao despacho de fls. 122 intime-se a defesa para que informe o endereço correto das testemunhas indicadas ou se ainda tem interesse na oitiva delas.

COMARCA DE CASCAVEL - 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: LUCIA DA SILVA MORAES FITERMAN (OAB 14378/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALESSANDRA MORAES FITERMAN (OAB 36895-A/CE) - Processo 0017920-26.2018.8.06.0062 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Maria Iêda da Silva - REQUERIDO: Banco Pan Americano - Processo analisado pelo grupo de descongestionamento criado pela CGJ/CE através da Portaria n° 1337/2021 da Presidência do TJCE. Intimem-se as partes da digitalização dos autos. Proceda a secretaria com a habilitação dos advogados do réu nos autos, pois, segundo se extrai da petição de fls. 355/356, eles não estão conseguindo ter acesso aos autos. Uma vez liberado o acesso aos patronos do promovido, deverão eles ser intimados para se manifestar no feito. Expedientes necessários.

ADV: SILVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA SANTOS (OAB 30076/CE) - Processo 0018400-72.2016.8.06.0062 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Veículos - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.a - R. h. Intime-se a parte autora, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no feito e requerer o que entender pertinente, sob pena de extinção do feito nos termos do art. 485, III, § 1º do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0050148-49.2021.8.06.0062 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se o Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl.42.

ADV: LIVIO MARTINS ALVES (OAB 15942/CE), ADV: DOUGLAS VIANA BEZERRA (OAB 21587/CE) - Processo 0050435-12.2021.8.06.0062 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Maria Pereira de Souza - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação. Cumpra-se. Expedientes Necessários.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0051390-77.2020.8.06.0062 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Intime-se o Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl.60.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 4448/CE) - Processo 0012695-64.2014.8.06.0062 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Conbrav Administradora de Consorcio Ltda - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da restrição de fl. 88, requerendo o que lhe for de direito. Cumpra-se. Expedientes Necessários.

ADV: LUZIA TAMIRES DE SOUZA LIMA (OAB 37696/CE) - Processo 0018902-74.2017.8.06.0062 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: Rafael de Oliveira Soares - Vistos em conclusão. Intime-se a parte requerida, através de

seu advogado, para efetuar o pagamento do débito alimentar, nos moldes da petição de fls. 94/98, sob pena de decretação de prisão. Expedientes Necessários.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0051269-49.2020.8.06.0062 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Isso posto, acatando o pleito retro, CONVERTO O PRESENTE FEITO em execução civil e determino a [1] intimação da parte autora para atualizar o crédito no prazo de 15 dias. [2] Após atualizado o crédito, independentemente de novo despacho, CITE-SE o executado para efetuar o pagamento da quantia devida (atualizada) no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para satisfação do crédito (art. 652, CPC), recaindo a constrição preferencialmente dinheiro. Cientifique-se, ainda, o executado quanto ao prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de embargos, a contar da juntada aos autos do mandado de citação (art. 738, caput, CPC). Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da execução, reduzindo-o pela metade no caso de ser a dívida paga voluntariamente, dentro do tríduo legal (art. 652-A, parágrafo único, CPC). Atualize-se a capa do processo e no sistema, devendo passar a constar EXECUÇÃO CIVIL. Expedientes necessários.

COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE), ADV: RILKER RAINER PEREIRA BOTELHO (OAB 63364/DF) - Processo 0053672-48.2021.8.06.0064 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - REQUERIDA: Rosa Maria Nogueira Bezerra - 9. Dispõem os artigos 200, parágrafo único, e 485, inciso VIII, §§4º e 5º, ambos do Código de Processo Civil e o artigo 3º, §3º, do Decreto-Lei nº 911/1969, verbis: Artigo 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Artigo 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (Omissis) VIII Homologar a desistência da ação; (Omissis) §4o Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. §5o A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença. (Omissis). DECRETO-LEI Nº 911/1969 Artigo 3º. O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2o do art. 2o, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. (Omissis) §3º O devedor fiduciante apresentará resposta no prazo de quinze dias da execução da liminar. (Omissis). 10. A Ação de Busca e Apreensão regulada pelo Decreto-Lei n° 911/1969 se constitui em uma ação especial e se destina a dirimir conflitos oriundos de contratos que digam respeito à propriedade fiduciária, prevê a concessão de liminar, e, somente após efetivada essa, será citado o promovido, fluindo a partir desse momento o prazo para o oferecimento da contestação (artigo 3o). Por conseguinte, infere-se que a contestação de fls. 26/34 foi apresentada pelo promovido antes do momento processual previsto na legislação especial da alienação fiduciária, restando desnecessária a intimação de que cuida o artigo 485, §4º, do Código de Processo Civil. 11. Destarte, considerando que a relação processual não foi instaurada, homologo a desistência da presente ação, por sentença, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, consoante artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. 12. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem apreciação de mérito, com supedâneo nas disposições contidas no artigo 485, inciso VIII, §§4º e 5º, do Código de Processo Civil. 13. Custas processuais já adimplidas (fls. 38/43) e sem honorários advocatícios, porquanto a contestação apresentada às fls. 26/34 é extemporânea. 14. Diante da homologação do pedido de desistência e da manifesta ausência de interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado. 15. Publique-se, registre-se e intime-se. Após, arquive-se.

ADV: ANTONIO FERNANDES DE CASTRO (OAB 34800/CE) - Processo 0054046-64.2021.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Paula Carina Jorge dos Santos Abreu - 7. Considerando a capacidade civil dos litigantes e a licitude do objeto, homologo por sentença a composição civil de fls. 61/64, em seus exatos termos, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. 8. Por conseguinte, julgo extinto o feito, com supedâneo nas disposições contidas no artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. 9. Sem custas processuais remanescentes, ex vi do artigo 90, §3º, do Código de Processo Civil. Honorários advocatícios conforme acordado às fls. 61/64. 10. Diante da homologação integral da avença e da manifesta ausência de interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado 11. Publique-se, registre-se e intime-se, com os expedientes necessários. 12. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: MARIA IRACEMA MAIA DE OLIVEIRA (OAB 6046/CE), ADV: LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL (OAB 26571/PE) - Processo 0055627-51.2020.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosa Maria Fontenele de Souza - REQUERIDO: Banco Safra S/A - 8. Considerando a capacidade civil dos litigantes e a licitude do objeto, homologo por sentença a composição civil de fls. 94/98, em seus exatos termos, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. 9. Por conseguinte, julgo extinto o feito com resolução de mérito, com supedâneo nas disposições contidas no artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. 10. Sem custas processuais remanescentes, ex vi do artigo 90, §3º, do Código de Processo Civil. Honorários advocatícios conforme acordado às fls. 94/98. 11. Diante da homologação integral da avença e da manifesta ausência de interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado. 12. Publique-se, registre-se e intime-se, com os expedientes necessários. 13. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 33211/CE), ADV: LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0055777-32.2020.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Lèda Sales Lôbo - REQUERIDO: Instituição Financeira de Crédito Crefisa S/a-financiamento e Investimentos - 9. Considerando a capacidade civil dos litigantes e a licitude do objeto, homologo por sentença a composição civil de fls. 218/219, em seus exatos termos, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. 10. Por conseguinte, julgo extinto o feito com resolução de mérito, com supedâneo nas disposições contidas no artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. 11. Sem custas processuais remanescentes, ex vi do artigo 90, §3º, do Código de Processo Civil. Honorários advocatícios conforme acordado às fls. 218/219. 12. Diante da homologação integral da avença e da manifesta ausência de interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado. 13. Publique-se, registre-se e intime-se, com os expedientes necessários. 14. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. **A DOUTORA MARIA VALDILENY SOMBRA FRANKLIN,** Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte do **Município de Caucaia, CE,** foi requerida uma Ação de **EXECUÇÃO FISCAL**, devidamente registrada nesta Secretaria sob o **nº 0057788-73.2016.8.06.0064** , em face de **Jean Gardênio Magalhães de Siqueira,** e como consta está o(a) mesmo(a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o(a) MM. Juiz(íza) de Direito expedir o presente edital ficando **CITADO(A)(S)**, **JEAN GARDENIO MAGALHÃES DE SIQUEIRA,** de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco **(05) dias**, quitar a dívida no valor **R$ 903,33** (novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também **CIENTIFICADO(A)** de que tem prazo de **30 (trinta) dias** para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) mesmo(a) como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) exequente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 18 dias do mês de outubro de 2021. Eu, David Freitas da Silva, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

Caucaia/CE, em 18 de outubro de 2021.

Maria Valdileny Sombra Franklin
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. **A DOUTORA MARIA VALDILENY SOMBRA FRANKLIN,** Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte do **Município de Caucaia, CE,** foi requerida uma Ação de **EXECUÇÃO FISCAL**, devidamente registrada nesta Secretaria sob o **nº 0005373-45.2018.8.06.0064**, em face de MARIA EXCELSA GALDINO**,** e como consta está o(a) mesmo(a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o(a) MM. Juiz(íza) de Direito expedir o presente edital ficando **CITADO(A)(S) a executada MARIA EXCELSA GALDINO,** de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco (05) dias, quitar a dívida no valor **R$1.690,55**(um mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também **CIENTIFICADO(A)** de que tem prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) mesmo(a) como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) exequente. Na hipótese de decurso do prazo de resposta *in albis*, será nomeado o(a) Defensor(a) Público(a) designado para esta Vara, para atuar no processo como curador(a) especial do(a) executado(a), com fulcro no artigo 72, inciso II, do Código de Processo Civil, o(a) qual deverá ser intimado(a) para a apresentar contestação no prazo de lei, em caso de constrição. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 14 dias do mês de outubro de 2021. Eu, Débora Rodrigues Nogueira Meira Barbosa, Supervisora de Unidade Judiciária, o digitei e subscrevi.

Maria Valdileny Sombra Franklin
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. **A DOUTORA MARIA VALDILENY SOMBRA FRANKLIN,** Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte do **Município de Caucaia, CE,** foi requerida uma Ação de **EXECUÇÃO FISCAL**, devidamente registrada nesta Secretaria sob o **nº 0063277-57.2017.8.06.0064** , em face de **Antonio Francisco de Albuquerque,** e como consta está o(a) mesmo(a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o(a) MM. Juiz(íza) de Direito expedir o presente edital ficando **CITADO(A)(S)**, **ANTONIO FRANCISCO DE ALBUQUERQUE,** de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco **(05) dias**, quitar a dívida no valor **R$ 1248,32** (mil duzentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também **CIENTIFICADO(A)** de que tem prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) mesmo(a) como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) exequente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 21 dias do mês de outubro de 2021. Eu, David Freitas da Silva, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

Caucaia/CE, em 21 de outubro de 2021.

Maria Valdileny Sombra Franklin
Juíza de Direito

COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARYANE NONDAS MAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2022

ADV: JOÃO CLIMARCOS FERREIRA (OAB 15508/CE), ADV: ÍTALO BARBOSA FERREIRA (OAB 38681/CE) - Processo 0004087-32.2018.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Francesco Crippa - Desse modo, intime-se o requerido(Francesco Crippa) por seu advogado, para se manifestar sobre petição de fls. 243/247, no prazo de 15(quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARYANE NONDAS MAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: LUCIA DE FATIMA FELIX GOMES (OAB 4772/CE) - Processo 0006861-55.2006.8.06.0064 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Sindicato dos Trabalhadores No Comercio de Mineiros e Derivados de Petroleo de Fortaleza e outro - Com fundamento nos arts.6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 5 (cinco) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, quais as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Intimem-se no prazo de 05(cinco) dias. Caucaia/CE, 03 de dezembro de 2021. Francisco Biserril Azevedo de Queiroz Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARYANE NONDAS MAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: LUIZ CLOVES FILHO (OAB 4292/CE), ADV: FRANCISCO DA SILVA BARROSO (OAB 6872/CE) - Processo 0038202-55.2013.8.06.0064 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Pedro Amarante Silva - Intime-se a parte autora pessoalmente, bem como através de seu causídico, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça, apresentando o correto endereço do promovido para formação da relação processual, bem como para recolher a despesa processual referentes à diligência de oficial de justiça, como forma de evitar o arquivamento prematuro dos autos por falta de pressuposto processual de desenvolvimento válido, já a formação processual bem como o recolhimento das custas, neste caso particular, é crucial para o prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, CPC, devendo cumprir as diligências que lhe cabe para impulsionar o feito.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS) JUSTIÇA GRATUITA

Processo nº: **0012195-16.2019.8.06.0064**

Classe: **Monitória**
Assunto: **Pagamento**
Requerente: **Jackson Pereira de Oliveira - Me**
Requerido: **Daysielly de Almeida Nascimento**

Valor da Causa: **R$ 1.999,37**

O Dr. Francisco Biserril Azevedo de Queiroz, Juiz de Direito 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO, nos termos do art. 257 do CPC/2015, virem ou dele tiverem conhecimento e a quem interessar possa que tem curso pelo Juízo desta Vara da Comarca de Caucaia, uma Ação de Monitória, Processo nº 0012195-16.2019.8.06.0064, exequente Jackson Pereira de Oliveira - Me contra os executado Daysielly de Almeida Nascimento CPF:053.728.643-89, para, querendo, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 15(quinze) dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida nos termos do art. 257, incs. I a IV, CPC, ou seja, a advertência de que será nomeado Curador Especial em caso de revelia, vez que relevante que o promovido tenha ciência ainda que fictamente, das consequências de sua inercia, principalmente no que tange a quem deverá representar seus interesses em juízo. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado nesta Vara, em Caucaia, aos 26 de janeiro de 2022. Eu, Antonia Girlene Vieira Batista, à disposição, o digitei. Eu, Maryane Nondas Maia, Supervisor de Unid. Judiciária, revisei.

Francisco Biserril Azevedo de Queiroz
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: CARLOS EDUARDO FALCAO DE OLIVEIRA (OAB 6859/CE) - Processo 0008266-43.2017.8.06.0064 - Liquidação Provisória de Sentença pelo Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: J.J.B. - Intime-se o requerente acerca da petição

de fls. 199, para realizar as providências necessárias com a brevidade que o caso requer. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 12 de novembro de 2021. Francisco Biserril Azevedo de Queiroz Juiz de Direito

ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 33769/CE) - Processo 0009126-73.2019.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Gmac Administradora de Consórcios Ltda - Cite-se o executado através da via postal. Antes, porém, intime-se a parte exequente para que recolha a despesa processual de translado serviço de comunicação (tabela III, item VII, da Tabela de Custas Processuais 2021 do TJCE), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ICARO FREITAS SAMPAIO (OAB 27082/CE), ADV: LIVIA TORRES RIBEIRO (OAB 22085/CE), ADV: SAVIO CARVALHO CAVALCANTE (OAB 16215/CE), ADV: MARCELO MEMORIA DE ARAUJO (OAB 14407/CE), ADV: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (OAB 14325/CE), ADV: JOSE LUCIO DE SOUSA (OAB 9095/CE), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 14326A/CE), ADV: EVANETE MARTINS PAULA (OAB 36777/CE), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 14326A/CE) - Processo 0041592-33.2013.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Vera Lucia da Silva Martins - REQUERIDO: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda - Isto posto, determino a SUSPENSÃO do processo com fundamento no art. 313 do CPC, devendo os herdeiros procederem à habilitação na forma prevista no art. 689 e seguintes do CPC, bem como regularizarem a representação mediante apresentação de procuração própria. Intimem-se as partes, através de seus advogados, da presente decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JACQUELINE GASPAR DE OLIVEIRA CARNEIRO SMERTHU (OAB 24399/CE), ADV: JOSE ITALO CORREIA BARBOSA (OAB 11281/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0050280-03.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisco John Lennon Gomes de Melo - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Assim, com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, determino a intimação das partes, através de seus procuradores, para que digam se ainda tem interesse na produção de provas, no prazo de 05 (cinco) dias, e, em caso afirmativo, já declinem de logo quais o tipos de provas, inclusive em audiência, especificando-as e assinalando a pertinência de cada uma para a solução da presente controvérsia, sob pena de indeferimento. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Quedando-se inerte as partes em relação a intimação, anuncio o julgamento do feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, CPC, voltando-me os autos conclusos.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: WAGNER BARREIRA FILHO (OAB 1301/CE) - Processo 0052453-34.2020.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Sobre os honorários do perito, destaco que embora o autor seja beneficiário da gratuidade judiciária(fl.30), a prova pericial foi requestada pelo promovido, logo é ônus do mesmo recolher os honorários periciais. Esta é a leitura do artigo 95 do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes. Após o deposito do valor dos honorários periciais, intime-se o perito por e-mail para que indique a data e o local do início da perícia, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, remetendo a ele cópia dos quesitos, advertindo-o que o laudo deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização da perícia. Advirta-se o perito que o laudo deve conter a exposição do objeto da perícia, além da indicação do método utilizado, bem como resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados, tudo em fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões. Informados a data e local da perícia, intimem-se as partes, por seus advogados, para, caso queiram, acompanhem a produção da prova. Intime-se o promovido para,no prazo de 10(dez) dias, recolher os honorários periciais. Intimação via DJE, .

ADV: FABRICIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 9983/CE) - Processo 0054148-23.2020.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: E.V.B. - Acerca do documento de fl. 37, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE) - Processo 0055338-21.2020.8.06.0064 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Monica Oliveira Barbosa e outro - III- Dispositivo Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido dos autores, o que faço com fundamento no artigo 1.228 do Código Civil c/c art. 487, I do CPC, através do qual confirmo a liminar antes concedida em favor dos autores. Considerando o principio da causalidade, condeno os demandados ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, sendo estes no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa.

ADV: ANTONIO HELDER GUERRA LOBO FILHO (OAB 42605/CE), ADV: DOMINIK BARROS BRITO FERREIRA (OAB 37479/CE) - Processo 0055838-53.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Elizangela Cruz Soares - Posto isso, determino a intimação da parte autora, por seu advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, no sentido de indicar o valor da dívida sobre o qual pretende controverter, indicando, de igual modo, o valor incontroverso, desde que não seja vil. Desde já fica ciente a parte autora de que o depósito das parcelas de forma diversa do contratado não tem o condão de elidir a mora, suspender ação expropriativa, nem o viso de quitação do financiamento. O suprimento das omissões antes apontadas, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de indeferimento da exordial, por inépcia e, inclusive nos precisos termos do art. 485, inciso I e artigo 321, § único do CPC.

ADV: DOMINIK BARROS BRITO FERREIRA (OAB 37479/CE), ADV: ANTONIO HELDER GUERRA LOBO FILHO (OAB 42605/CE) - Processo 0055840-23.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Eliane Rodrigues da Silva - Posto isso, determino a intimação da parte autora, por seu advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, no sentido de indicar o valor da dívida sobre o qual pretende controverter, indicando, de igual modo, o valor incontroverso, desde que não seja vil. Desde já fica ciente a parte autora de que o depósito das parcelas de forma diversa do contratado não tem o condão de elidir a mora, suspender ação expropriativa, nem o viso de quitação do financiamento. O suprimento das omissões antes apontadas, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de indeferimento da exordial, por inépcia e, inclusive nos precisos termos do art. 485, inciso I e artigo 321, § único do CPC.

ADV: JOSE LUCIO DE SOUSA (OAB 9095/CE), ADV: EVANETE MARTINS PAULA (OAB 36777/CE) - Processo 0057800-53.2017.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Genesio Silva de Morais e outro - Acerca do laudo pericial médico acostado aos autos, falem as partes nos prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: ATILA COSTA SILVA (OAB 37501/CE) - Processo 0009008-34.2018.8.06.0064 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Solange Moreira da Silva e outro - II- Dispositivo Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo a presente ação sem resolução do mérito, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único c/c485, I,todos doNCPC. Condeno os promoventes ao pagamento das custas judiciais, suspendendo a sua exigibilidade em razão da aplicação do art. 98 § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MONALIZA CANUTO RODRIGUES BEZERRA (OAB 36943/CE), ADV: ALINE MACIEL LIMA (OAB 36005/CE), ADV: ELIENNAY GOMES ALVES (OAB 30314/CE) - Processo 0050474-03.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Cleusa dos Santos Rocha - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Assim, com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, determino a intimação das partes, através de seus procuradores, para que digam se ainda tem interesse na produção de provas, no prazo de 05 (cinco) dias, e, em caso afirmativo, já declinem de logo quais o tipos de provas, inclusive em audiência, especificando-as e assinalando a pertinência de cada uma para a solução da presente controvérsia, sob pena de indeferimento. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Quedando-se inerte as partes em relação a intimação, anuncio o julgamento do feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, CPC, voltando-me os autos conclusos.

ADV: ZULMIRA COSTA GOES DE OLIVEIRA (OAB 4182/CE), ADV: EMERSON LOPES DOS SANTOS (OAB 23763/BA), ADV: VOKTON JORGE RIBEIRO ALMEIDA (OAB 11425/BA) - Processo 0054480-53.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Juliana de Oliveira Lira - REQUERIDO: ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A. - Assim, com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, determino a intimação das partes, através de seus procuradores, para que digam se ainda tem interesse na produção de provas, no prazo de 05 (cinco) dias, e, em caso afirmativo, já declinem de logo quais o tipos de provas, inclusive em audiência, especificando-as e assinalando a pertinência de cada uma para a solução da presente controvérsia, sob pena de indeferimento. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Quedando-se inerte as partes em relação a intimação, anuncio o julgamento do feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, CPC, voltando-me os autos conclusos.

ADV: LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL (OAB 26571/PE), ADV: MARCIO LIMA DE PAIVA (OAB 39155/CE), ADV: CAROLINA SILVEIRA DE SOUZA (OAB 28468/CE) - Processo 0056216-43.2020.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Pedro William Oliveira - REQUERIDO: Banco Safra S.a - Em relação ao erro material, entendo que não há que se falar no referido instituto, tendo em vista que erro material é aquele facilmente perceptível e que não corresponda de forma evidente a vontade do órgão prolator da decisão. Desse modo, recebo os embargos posto que tempestivo, contudo no mérito nego-lhe provimento, em razão dos argumentos expostos acima. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Caucaia/CE, 02 de dezembro de 2021. Francisco Biserril Azevedo de Queiroz Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARYANE NONDAS MAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0074/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0027760-35.2010.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Finasa Bmc S/A - Fica a parte autora intimada acerca da consulta ao(s) sistema(s), requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0005599-65.2009.8.06.0064
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Exequente: Cvm - Comissão de Valores Mobiliarios
Exequido: Cauipe Agroindl S/A
Valor da Causa: Valor da Ação\<\< Campo excluído do banco de dados \>\>

O DOUTOR FRANCISCO BISERRIL DE AZEVEDO QUEIROZ, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER, através deste Edital de Intimação com prazo de trinta (30) dias, aos que virem ou dele tiverem conhecimento e a quem interessar possa que tem curso, pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, a presente ação de Execução Fiscal, e, à pessoa acima identificada: Cauipe Agroindl S/A, CNPJ: 12.350.799/0001-25, fica ciente da decisão de fls. 99: “Fica INTIMADA a parte executada, para realizar o pagamento das custas processuais já calculadas (fl. 31), no prazo de 15(quinze) dias, podendo solicitar o envio das guias de

pagamento através do e-mail: caucaia.2civel@tjce.jus.br. Destaco ainda o Whatsapp Business, qual seja: (085) 3368-8980. Caso não aconteça o pagamento no prazo determinado, com a devida comprovação nos autos, será efetivada a inscrição na dívida ativa, na forma dos Arts. 1º c/c 13º da Lei Estadual nº 16.130, de 01 de novembro de 2016". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado nesta Vara, em Caucaia/CE, em 24/01/2022. Eu, Stephany Rocha de Melo, à disposição, Mat: 44077, o digitei. Reviso, Maryane Nondas Maia, Supervisor de Unid. Judiciária, Mat: 834.

Francisco Biserril Azevedo de Queiroz
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2022

ADV: JOSE LUCIO DE SOUSA (OAB 9095/CE), ADV: EVANETE MARTINS PAULA (OAB 36777/CE) - Processo 0004132-36.2018.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Augusto Moreira de Menezes - DISPOSITIVO Ante o exposto, com base no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido autoral e resolvo o mérito. Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do proveito econômico não obtido, suspendendo a sua exigibilidade nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. P. R. I. Dispensada a remessa necessária. Expedientes necessários. Caucaia/CE, 14 de dezembro de 2021. Francisco Biserril Azevedo de Queiroz Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO ROBERTO GOIS MATIAS (OAB 27266/CE) - Processo 0007667-36.2019.8.06.0064 - Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXECUTADA: Antonia Celia Sousa de Freitas - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em consonância com o disposto no art. 924, II, c/c o art. 925, ambos do CPC, DECLARO por sentença, a EXTINÇÃO da presente execução fiscal pela satisfação da obrigação. Por consequência, EXTINGO o processo com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, III, c, do CPC. Condeno a parte executada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido pelo ente fazendário, consoante previsão do art. 85, §3º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. A secretaria deve observar a Portaria Conjunta n. 428/2020/PRES/CGJCE publicada no DJe de 05 de março de 2020, calculando as custas nos termos do art. 2º para, em seguida, intimar o executado para o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Os autos só podem ser arquivados depois do pagamento das custas pelo executado. Decorrido o prazo legal, e não tendo sido recolhidas as custas finais, oficiem à Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa e, adotadas todas as providências, arquivem os autos com baixa. Cumpra-se.

Processo 0038359-96.2011.8.06.0064 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXEQUIDO: Luiz Valerio Soares da Cunha - Ante o exposto, em consonância com o disposto no art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80; art. 156, V, do Código Tributário Nacional e art. 924, V, e art. 925, ambos do Código de Processo Civil, DECLARO a ocorrência de prescrição intercorrente. Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, consoante previsão do art. 487, II, do CPC. Condeno o executado ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, à luz do disposto no art. 85, §2º e 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. A secretaria deve observar a Portaria Conjunta n. 428/2020/PRES/CGJCE publicada no DJe de 05 de março de 2020, calculando as custas nos termos do art. 2º para pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Observe a Secretaria que as intimações contra o revel contar-se-ão da publicação do ato decisório do Diário Oficial, consoante previsão do art. 346 do CPC. Findo o prazo sem comprovação, oficie-se à Procuradoria do Estado do Ceará para inscrição em dívida ativa, na forma dos arts. 1º c/c 13º da Lei Estadual nº 16.130, de 01 de novembro de 2016. Cumpridas as formalidades legais, após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I. Expedientes necessários.

Processo 0054872-66.2016.8.06.0064 - Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXECUTADO: Tobias Kurt Arne Brauer - Ante o exposto, em consonância com o disposto no art. 924, II, c/c o art. 925, ambos do CPC, DECLARO por sentença, a EXTINÇÃO da presente execução fiscal, pela satisfação da obrigação.

ADV: FRANCISCO ROBERTO GOIS MATIAS (OAB 27266/CE) - Processo 0069938-86.2016.8.06.0064 - Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXEQUIDA: Antonia Celia Sousa de Freitas - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em consonância com o disposto no art. 924, II, c/c o art. 925, ambos do CPC, DECLARO por sentença, a EXTINÇÃO da presente execução fiscal pela satisfação da obrigação. Por consequência, EXTINGO o processo com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, III, c, do CPC. Condeno a parte executada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido pelo ente fazendário, consoante previsão do art. 85, §3º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. A secretaria deve observar a Portaria Conjunta n. 428/2020/PRES/CGJCE publicada no DJe de 05 de março de 2020, calculando as custas nos termos do art. 2º para, em seguida, intimar o executado para o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Os autos só podem ser arquivados depois do pagamento das custas pelo executado. Decorrido o prazo legal, e não tendo sido recolhidas as custas finais, oficiem à Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa e, adotadas todas as providências, arquivem os autos com baixa. Cumpra-se.

COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0009984-07.2019.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Embora devidamente intimada para providenciar as custas da carta precatória até 22/09/2021 (fls. 96 e 98), a exequente não se manifestou nos autos até o momento (25/01/2022). Pela sua contumácia, intime-se a parte exequente, PESSOALMENTE, para, em 05 dias, cumprir a ordem judicial supracitada, sob pena de ulterior extinção do feito e arquivamento definitivo dos autos por abandono processual (art. 485, III, §1º, do CPC).

ADV: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0013111-50.2019.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Triangulo S/A - Pelo exposto, intime-se

a parte exequente para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre os documentos de fls. 131/144. Caso tenha sido efetuado acordo extrajudicial entre as partes, deve também o banco, no mesmo prazo acima indicado, juntar nos autos a minuta de transação devidamente assinada pelas partes envolvidas e/ou por seus patronos com poderes especiais para transigir, sob pena de desconsideração e prosseguimento do feito.

ADV: RONALD TORRES DE OLIVEIRA (OAB 16310/CE), ADV: FRANCISCO OLIVANDO PAIVA DE SOUZA (OAB 25620/CE) - Processo 0051307-55.2020.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: João Saraiva Moura Neto e outros - Sobre a contestação e documentos correlatos, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 351 c/c art. 437, § 1º, CPC). Sobre o documento das fls. 97/103, intime-se a parte requerida para se manifestar no prazo de 15 dias (art. 437, § 1º, do CPC).

ADV: JULIO CHRISTIAN LAURE (OAB 155277/SP) - Processo 0051398-48.2020.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Minerva S/A - Pelo exposto, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comprovar o recolhimento das custas de postagem/traslado da carta de citação. Após essa comprovação, cite-se via postal no endereço indicado na fl. 60. Caso essa citação não atinja sua finalidade, cite-se via edital (fl. 64).

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0052119-97.2020.8.06.0064 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Pelo exposto, defiro o pedido de fl. 92. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 dias, comprovar o recolhimento das custas diligenciais e da carta precatória. Após essa comprovação, expeça-se carta precatória para citação, nos moldes do art. 331, § 1º, do CPC, para o endereço indicado na fl. 92.

ADV: ISABEL PALLYNNE FERREIRA PORTELA (OAB 31377/CE) - Processo 0055826-39.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Condomínio Morada do Sol Nascente - Ante o exposto, com base no art. 485, VIII, do CPC/2015, homologo a desistência manifestada nos autos. Sem custas processuais. Sem honorários advocatícios, por ausência de lide. P. R. I. Imediato trânsito em julgado em virtude da homologação in totum do pedido. Feitas as anotações necessárias, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: MURILO DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 39394/CE) - Processo 0050886-65.2020.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Porto Seguro - Destarte, o valor correto da causa é de R$ 17.287,10. Tendo em vista a correção do valor da causa, é necessária a complementação do recolhimento das custas iniciais, nos termos art. 290 do CPC. Diante do exposto, defiro a alteração do polo passivo da demanda. Corrija-se o polo passivo para fazer constar André Capitani Castro e Camila de Oliveira Campos Capitani, retirando-se Marcos Antônio Valentim e Silvana Martins de Sousa Valentim. Retifico o valor da causa para R$ 17.287,10. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, comprovar o recolhimento das custas complementares, sob pena de cancelamento da distribuição. Após essa correção e comprovação, cite-se via postal.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0052053-20.2020.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consórcios Ltda - Ante o exposto, consulte-se nos sistemas Infoseg e Siel o endereço da parte executada e, caso seja(m) diverso(s) do(s) apresentado(s) nos autos, cite-se primeiro por carta ou, sucessivamente, por mandado. Não sendo o endereço diverso, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, manifestar seu interesse na citação via edital, sob pena de extinção.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0052053-20.2020.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consórcios Ltda - Pelo exposto, cumpra-se com urgência a última ordem judicial (fls. 60/61). Intime-se.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE * DIAS)
Processo nº 0007417-03.2019.8.06.0064
Classe Assunto Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Exequente Município de Caucaia
Executado Brazilinvest Cumbuco Ltda

Citando(a)(s): Brazilinvest Cumbuco Ltda
BRAZILINVEST CUMBUCO LTDA, CNPJ 05.209.106/0001-13
Rua Suecia, 28, Sala 130, Cumbuco - CEP 61169-170, Caucaia-CE

Valor do Débito: R$ 4.288,01; Nº das CDA´s: 0013955/2019 a 0013958/2019. Natureza da Dívida: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Data e número da inscrição: 09/04/2019nº 000914/2019

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei. Ficando advertido que será nomeado curador especial em caso de revelia. (inc. IV, do art. 257, do CPC). Eu, Gildene do Nascimento Rocha (matrícula: 69855714334) o digitei. Eu, Sandra Felipe de Carvalho, Técnica Judiciária que o subscrevo.

Caucaia/CE., em 13 de setembro de 2021.
Willer Sóstenes de Sousa e Silva Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: NATASSIA MEDEIROS COSTA (OAB 22694/CE) - Processo 0007528-84.2019.8.06.0064 - Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXEQUENTE: Município de Caucaia - Desse modo, reconheço a ausência de indicação de parte legítima para figurar no polo passivo da presente execução fiscal e extingo o processo sem resolução do mérito com base no art. 485, VI, do CPC/15, aplicável por força dos arts. 1º da Lei nº 6.830/80 e art. 318, parágrafo único, do CPC/15. Sem custas (art. 39, da Lei nº 6.830/80). Publique-se. Registre-se. Diante da expressa renúncia ao recurso e dispensa da intimação (fl. 35), registre-se o imediato trânsito em julgado e arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES (OAB 22373/CE), ADV: EDMILSON BARBOSA FRANCELINO FILHO (OAB 15320/CE) - Processo 0067138-85.2016.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Pelo exposto, remetam-se os documentos de fls. 94/102 ao Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú-CE, excluindo-os destes fólios processuais. Certifique-se o retorno da carta precatória de fls. 84/85. Não havendo informações, oficie-se ao juízo deprecado. Cite-se a executada, Débora Bastos Azevedo de Moraes, nos termos do despacho de fl. 81. Quanto à empresa executada, consulte-se nos sistemas Infoseg e Bacenjud seu endereço e, caso seja(m) diverso(s) do(s) apresentado(s) nos autos, cite-se primeiro por carta ou, sucessivamente, por mandado. Não sendo o endereço diverso, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, manifestar seu interesse na citação via edital, sob pena de extinção.

ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES (OAB 22373/CE), ADV: EDMILSON BARBOSA FRANCELINO FILHO (OAB 15320/CE) - Processo 0067138-85.2016.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista o despacho de fl. 104/105 determinando a citação da executada, Débora Moraes, fica a parte requerente intimada para, no prazo de 05 dias, providenciar o recolhimento das custas da carta precatória e o recolhimento, também, para essa diligência (art. 249, parágrafo único, do Provimento n. 02/2021, da CGJCE), sob pena de ser considerada a desistência do ato deprecado , que podem ser obtidas através do sítio do TJCE, receita 161, Tabela I, item VII e Receita 940, Tabela III, Item IX, devendo ser feito utilizando o navegador Internet Explorer, ou liberando os popups do navegador Google Chrome, no endereço https://www.tjce.jus.br/institucional/custas-judiciais-e-geracao-de-daes/.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0006480-27.2018.8.06.0064 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consórcio Ltda. - Diante do exposto, proceda-se o desbloqueio dos valores (fl. 68/69). Intime-se a parte exequente para tomar ciência da primeira tentativa frustrada de localização de bens penhoráveis (fls. 68/69).

COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: VALERIA MARIA DE VASCONCELOS (OAB 11645/CE) - Processo 0052879-12.2021.8.06.0064 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Luzia Ivone de Farias e outros - R.H. 1. De início, verificam-se presentes os elementos da petição inicial e os pressupostos processuais. Recebo, pois, a inicial nos termos em que é proposta. 2. Defiro a gratuidade judicial. 3. Processe-se o inventário na forma de arrolamento comum, nos termos do art. 664, do CPC. 4. Nomeio inventariante a parte requerente Luzia Ivone de Farias, conforme ordem prevista no art. 617, do CPC, que deverá apresentar as primeiras declarações contendo a atribuição do valor dos bens do espólio e o plano de partilha, no prazo de 20 (vinte) dias. 5. A Secretaria da Vara providencie a expedição dos seguintes ofícios: 5.1. À Caixa Econômica Federal, a fim de que informe todos os valores existentes em nome do de cujus Raimundo Jairo Farias, de CPF: 298.291.003-91, fornecendo saldos bancários em conta corrente, poupança, aplicações financeiras, incluindo saldo em conta FGTS e conta PIS-PASEP, e/ou quaisquer outros valores em seu nome; 5.2. Ao Banco Bradesco, a fim de que informe todos os valores existentes em nome do de cujus Raimundo Jairo Farias, de CPF: 298.291.003-91, fornecendo saldos bancários em conta corrente, poupança, aplicações financeiras, incluindo saldo em conta FGTS e conta PIS-PASEP, e/ou quaisquer outros valores em seu nome; 5.3. Ao INSS, para que informe acerca da existência de herdeiros habilitados, bem como eventuais resíduos em nome do de cujus Raimundo Jairo Farias, de CPF: 298.291.003-91. 6. Citem-se o herdeiro Raimundo Nonato de Farias e as Fazendas Públicas, para se manifestarem sobre os termos sugeridos pelo(a) inventariante, na forma do art. 626 do CPC. 7. Havendo concordância, será expedido o formal de partilha, provada a quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, com aplicação do art. 664, § 5.º, do CPC. 8. Em caso de impugnação, será nomeado avaliador para oferecer laudo a respeito do valor dos bens que compõem o espólio (art. 664, § 1.º, do CPC) e posteriormente designada audiência (art. 664, § 2.º, do CPC). 9. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 02 de dezembro de 2021.

ADV: DENIZE VITAL (OAB 26908/CE), ADV: LIDIANE OLIVEIRA FARIAS (OAB 37602/CE) - Processo 0055924-24.2021.8.06.0064 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Vicente da Silva de Almeida e outros - R.H. 1. Conforme o Provimento nº 56, de 14 de julho de 2016, da Corregedoria Nacional de Justiça, tornou-se obrigatória, para o processamento de inventários e partilhas judiciais, a juntada de certidão acerca da inexistência de testamento deixado pelo autor da herança expedida pela CENSEC Central Notarial de Serviços Compartilhados. 2. Isto posto, intime-se a parte autora, por meio de seu

advogado, via DJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, nos seguintes termos: 2.1. Juntar decisão judicial que tenha reconhecido a união estável entre a requerente Joana Carneiro da Silva e o de cujus, que ateste sua legitimidade; 2.2. Atribuir valor ao único bem do espólio; 2.3. Juntar certidão de inexistência de testamento expedida pela CENSEC Central Notarial de Serviços Compartilhados. 3. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 07 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2022

ADV: RAYSA MORGANNA FERNADES BEZERRA (OAB 30895/CE) - Processo 0055276-44.2021.8.06.0064 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.M.S.P. e outro - R.H. 1. De início, verificam-se presentes os elementos da petição inicial e os pressupostos processuais. Recebo, pois, a inicial nos termos em que é proposta. 2. Defiro a gratuidade da justiça. 3. Processe-se em segredo de justiça, conforme art. 189, II, do CPC. 4. Verifico que o requerente juntou aos autos exame de DNA (fls. 22/24) cuja conclusão é a de que o requerido Antonio Márcio Barboza é o pai biológico de John Enzo de Sousa Silva. 5. Desse modo, FIXO alimentos provisórios no valor de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente em desfavor de Antonio Márcio Barboza, devidos a partir da citação, cujo numerário deverá ser depositado em conta bancária de titularidade da representante da parte requerente, Sra. Rochele Mairá de Sousa Pinheiro, CPF nº 039.737.713-40, a ser aberta e informada a este Juízo. 6. Designo audiência de conciliação para o dia 29 de junho de 2022, às 10h30min. 7. Citem-se os requeridos, pessoalmente, e intime-se o requerente, por meio de seu advogado, observadas as determinações do art. 334, § 8º, do CPC. 8. Ciência ao Ministério Público. 9. Expedientes necessários. Caucaia, 23 de novembro de 2021.

ADV: RAYSA MORGANNA FERNADES BEZERRA (OAB 30895/CE) - Processo 0055276-44.2021.8.06.0064 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.M.S.P. e outro - Ficam as partes e seus representantes cientes da disponibilização dos dados para o acesso à Audiência de Conciliação a se realizar mediante videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, conforme as informações que seguem adiante: Data e horário:29 de junho de 2022, às 10h30min Link de acesso:https://link.tjce.jus.br/fe2aeb

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0044/2022

ADV: RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO (OAB 18346/CE), ADV: JOSE NUNES SETUBAL (OAB 3348/CE) - Processo 0056496-77.2021.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.K.S.A. e outro - R.H. 1. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, via DJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, nos seguintes termos: 1.1. Apresentar seu e-mail e número de telefone, bem como o e-mail e o número de telefone do requerido; 1.2. Juntar cópia da certidão de nascimento da menor Sarah Helena Silva Oliveira. 2. Cumpra-se, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC. 3. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 11 de janeiro de 2022.

COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: RODNEY PACHECO MONTEIRO (OAB 23095/CE), ADV: ANTONIA BRENA COELHO DA SILVA (OAB 38997/CE) - Processo 0050130-22.2021.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.P.S. - REQUERIDO: N.P.C.J. - Recebido hoje. Designo nova data para realização de audiência de instrução, para o dia 08 de junho de 2022, às 09hrs, audiência esta que ocorrerá de forma on-line pelo sistema microsoft teams, pelo link, https://link.tjce.jus.br/aa8e06. Devendo a secretaria proceder com a maior brevidade possível com os expedientes de intimação das partes. Determino ainda que intimem-se os advogados dos requeridos para que se manifeste sobre certidão de fls 100. Expedientes necessários.

ADV: MARIA SOCORRO LIMA PEREIRA (OAB 20089/CE) - Processo 0054403-44.2021.8.06.0064 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Denia Maria Moura Borges Suchet e outro - a EMENDAR a inicial em 15 dias

ADV: NAYANA ROCHA PINHEIRO GONDIM (OAB 37499/CE) - Processo 0055139-62.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: Juan Carlos Sousa dos Santos e outro - Intime-se a parte requerente através de seu(ua) advogado(a) para no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre os ofícios de fls. 29,34 e 36 dos autos e requerer o que entender de direito, sob as penas da Lei.

ADV: DAYANI DUARTE DE VASCONCELOS (OAB 43590/CE) - Processo 0055416-78.2021.8.06.0064 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.S.C.F. e outro - Intime-se a parte requerente através de seu(ua) advogado(a), para no prazo de 05(cinco) dias, manifestar interesse no feito e requerer o que entender de direito, sob as penas da Lei.

ADV: MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA CARLOS (OAB 10289/CE) - Processo 0055500-16.2020.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.O.F. - Recebidos hoje. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 18 de março de 2022 as 08:50,a ser realizada por videoconferência no sistema Microsoft Teams através do Link a seguir: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzY5Y2NlYWMtNzBhYy00ZDA4LWJjNjktZDE0NGM0NzEwYTIy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cfc694ca-970c-4e08-81a8-1087f7c22de2%22%7d. Cite-se a parte promovida, pessoalmente, através de oficial de justiça, observando o endereço disposto ás fls 36/37, e intime-se a parte autora, por seus advogados, para que compareçam no dia e hora designados à sala virtual, ficando a disposição da diligencia por videoconferência. Deverão as partes, com antecedência de 10 dias da data supramencionada, manifestar interesse na realização de audiência por videoconferência, informando seus dados (telefone e e-mail), bem como se possuem capacidade técnica (Internet banda larga e aparelho celular smartphone ou computador pessoal), através dos canais disponíveis da secretaria da unidade (Whatsapp 85- 996241087 ou e-mail caucaia.2familia@tjce.jus.Br,) por meio de seu advogado ou da Defensoria Pública (Telefone 85- 33428207, Whatsapp 85- 999448349 ou 85-

992408939 ou e-mail caucaia@defensoria.ce.def.br). Da audiência, se acordo não houver, correrá o prazo de 15 (quinze) dias para a parte promovida apresentar contestação (art. 697, CPC/2015). Devidamente citado/intimado do ato, ao(a) promovido(a) que não participar da reunião no dia e hora agendada, também correrá o prazo contestatório, sob pena de revelia. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: ADNEIDE PINTO DO LAGO (OAB 35534/CE) - Processo 0056350-36.2021.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.S.L. - Recebidos hoje. Verifico que a presente demanda encontra-se instruído com os documentos essenciais para o recebimento da demanda, contudo ao realizar pesquisa dentro do sistema SAJ-PG, examinei que pode haver demanda que contenha as mesmas partes, mesmo objeto e mesmo pedido, conforme se observa na listagem anexado nos autos em folhas 14/15. Isto posto, a fim de evitar decisões conflitantes, intime-se a promovente, através de seu advogado, para no prazo de 15 dias, juntar certidão dos processos que tramitam na 1ª Vara de Família e Sucessões e que estejam na lista informada acima, a fim de esclarecer este juízo se aqueles processos tratam do mesmo pedido e do mesmo objeto, e se possuem as mesmas partes. Decorrido o prazo voltem-me os autos conclusos. Expedientes Necessários.

ADV: CARLOS CRUZ DANTAS (OAB 5201/CE), ADV: NADYEGIDA BARBOSA DO RÊGO (OAB 40047/CE) - Processo 0056565-12.2021.8.06.0064 - Separação Consensual - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Victor Ricardo de Sousa Braga - REQUERIDA: Maria Albeni Pereira Braga - Recebido hoje. Compulsando os autos é possível observar que às fls 25, a parte adversa, requer a dispensa da realização da audiência de conciliação. Desta forma, cancelo a audiência de conciliação designada para o dia 14 de março de 2022, às 9:50hrs, com base no artigo 334,§ 5º do CPC/15. Determino ainda que sigam os autos em vistas ao Ministério Público. Apos retornem conclusos ao magistrado. Expedientes necessários.

ADV: FABRICIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 9983/CE) - Processo 0056581-63.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.S.X. - Recebidos hoje. Intime-se a parte promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de indeferimento da peça basilar (artigo 321, caput e § único, do CPC/2015), emendar a exordial, juntando aos autos todos os documentos necessários para a propositura da ação (certidão de nascimento do menor) tendo em vista que os documentos juntados aos autos não se referem as partes em litígio, atendendo-se, então, ao que preceitua o artigo 319, inciso VI e 320 do Código de Processo Civil de 2015 e os artigos 1º e 2º e 4º, caput, da Lei 1.060/50. Expedientes Necessários

ADV: RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO (OAB 18346/CE) - Processo 0056756-57.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: F.C.P.R. - Recebidos hoje. Intime-se a parte promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de indeferimento da peça basilar (artigo 321, caput e § único, do CPC/2015), emendar a exordial, juntando aos autos todos os documentos necessários para a propositura da ação (certidão de nascimento do menor) tendo em vista que os documentos juntados aos autos não se referem as partes em litígio, atendendo-se, então, ao que preceitua o artigo 319, inciso VI e 320 do Código de Processo Civil de 2015 e os artigos 1º e 2º e 4º, caput, da Lei 1.060/50. Expedientes Necessários

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: THIAGO ELIFAS SOUZA MARQUES (OAB 16330/AL) - Processo 0005476-52.2018.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.A.M.F. - Recebido hoje. Designo nova data para realização de audiência de instrução, para o dia 08 de junho de 2022, às 10hrs, audiência esta que ocorrerá de forma on-line pelo sistema microsoft teams, pelo link, https://link.tjce.jus.br/69afd9. Devendo a secretaria proceder com a maior brevidade possível com os expedientes de intimação das partes. Determino ainda que recolha-se a carta precatória expedida às fls 186/187 e expeça-se nova carta com a data atualizada. Expedientes necessários.

ADV: FABRICIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 9983/CE) - Processo 0052184-92.2020.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Pedro Magno de Sousa Alencar - A hipótese se enquadra com perfeição no artigo 485, inciso III, do CPC. Em consequência, EXTINGO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do citado diploma legal.

ADV: CARLOS WASHINGTON FERREIRA DE MOURA (OAB 42083/CE) - Processo 0053300-02.2021.8.06.0064 - Interdição/Curatela - Tutela de Urgência - INTERTE: M.A.M.P. - A hipótese se enquadra perfeitamente no disposto pelo artigo 485, incisos IV e IX do novo CPC. Em consequência, EXTINGO feito com fundamento no citado Diploma Legal.

ADV: CLAUDENIR DE SOUZA NOJOSA (OAB 30709/CE), ADV: FABRÍCIA NOBRE CALISTO (OAB 37384/CE) - Processo 0053674-52.2020.8.06.0064 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.S.R.S. - REQUERIDA: A.V.B.S. e outro - Recebido hoje. Designo nova data para realização de audiência de oitiva, para o dia 08 de junho de 2022, às 11hrs, audiência esta que ocorrerá de forma on-line pelo sistema microsoft teams, pelo link, https://link.tjce.jus.br/942ba5. Devendo a secretaria proceder com a maior brevidade possível com os expedientes de intimação das partes. Determino ainda que recolham-se os expedientes de intimação da Sra. Silvana e expeça-se nova intimação com a data atualizada. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0055307-64.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: F.S.P. - Destarte, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, na conformidade dos artigos 485, inciso I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil.

ADV: ABEL CARLOS DE SOUSA COUTINHO (OAB 26114/CE), ADV: ROMULO BRAGA ROCHA (OAB 24632/CE) - Processo 0055358-75.2021.8.06.0064 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.C.P. - REQUERIDO: E.A.C. - Considerando que se encontram preservados os direitos dos cônjuges, homologo por sentença o acordo perfectibilizado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto o divórcio de VANESSA DE CASTRO PAULO e EDSON AUGUSTO DE CASTRO, nos exatos termos constantes nas folhas 60, determinando a extinção do processo com resolução do mérito, com supedâneo nas disposições contidas na alínea b do inciso III do artigo 487 do CPC/2015. Os cônjuges não modificaram seus nomes por ocasião do matrimônio. Observo que esta sentença é válida como MANDADO e determino, ainda, que o Cartório Alencar Araripe - Comarca de Fortaleza/CE PROCEDA, GRATUITAMENTE, à margem do assento de casamento registrado na Matricula nº 018762 01 55 2016 2 00166 181 0090536 25, realizado em 1º de outubro de 2016, o ora determinado nesta sentença. Reconheço a preclusão lógica do deste decisum, eis que o acordo foi homologado nos termos pactuados, conforme foi requestado na petição inicial, pelo que determino que seja incontini certificado o trânsito em julgado.

ADV: NUNES RAMOS DE LIMA (OAB 8427/CE) - Processo 0055853-56.2020.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Olindina Rodrigues de Sousa Alencar - Recebido hoje. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 18 de março de 2022 as 09:40, a ser realizada por videoconferência no sistema Microsoft Teams através do Link a seguir: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NzM4MDIxZTctMDc1Yi00NjNmLTlhOTYtOTMxNjM2ODEyMmVj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c

%22Oid%22%3a%22cfc694ca-970c-4e08-81a8-1087f7c22de2%22%7d . Intime-se a parte promovida,pessoalmente e intime-se a parte autora por seus advogados, para que compareçam no dia e hora designados à sala virtual, ficando à disposição da diligência por videoconferência. Deverão as partes, com antecedência de 10 dias da data supramencionada, manifestar interesse na realização de audiência por videoconferência, informando seus dados (telefone e e-mail), bem como se possuem capacidade técnica (Internet banda larga e aparelho celular smartphone ou computador pessoal), através dos canais disponíveis da secretaria da unidade (Whatsapp 85- 996241087 ou e-mail caucaia.2familia@tjce.jus.Br,) por meio de seu advogado ou da Defensoria Pública (Telefone 85- 33428207, Whatsapp 85- 8983-1435 ou email caucaia@defensoria.ce.def.br). Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: SAULO REGIS BEZERRA COSTA (OAB 25269/CE) - Processo 0056475-04.2021.8.06.0064 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: J.L.S. e outro - declaro extinto o processo com julgamento de mérito

ADV: ANTONIO LAILTON MORAES DUARTE (OAB 34442/CE) - Processo 0056712-38.2021.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.F.S.Q. e outro - Considerando que se encontram preservados os direitos dos acordantes, homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo perfectibilizado pelas partes, nos exatos termos constantes nas folhas 01 a 04, e determino a extinção do processo com resolução do mérito, com supedâneo nas disposições contidas na alínea b do inciso III do artigo 487 do CPC/2015. Reconheço a preclusão lógica do deste decisum, eis que o acordo foi homologado nos termos pactuados, conforme foi requestado na petição inicial, pelo que determino que seja incontini certificado o trânsito em julgado.

ADV: FLAVIO ARAGAO XIMENES (OAB 8802/CE) - Processo 0056786-92.2021.8.06.0064 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.L.B.C. - Considerando que se encontram preservados os direitos dos cônjuges, homologo por sentença o acordo perfectibilizado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto o divórcio de FRANCISCO LUCIO BATISTA DA COSTA e MARIA DO SOCORRO DUARTE DA COSTA, nos exatos termos constantes nas folhas 01 a 04, determinando a extinção do processo com resolução do mérito, com supedâneo nas disposições contidas na alínea b do inciso III do artigo 487 do CPC/2015. O cônjuge virago permanecerá usando o nome de casada. Observo que esta sentença é válida como mandado e determino, ainda, que o Cartório Alencar Araripe PROCEDA, GRATUITAMENTE, à margem do assento de casamento registrado na Matrícula 018762 01 55 1983 2 00022 171 0009706 89, realizado em 14 de outubro de 1983, o ora determinado nesta sentença. Ressalvo que o acordo referente à partilha do bem imóvel terá efeito apenas inter partes, não sendo oponível a terceiros, em virtude das partes não possuírem ou não juntaram aos autos documento comprobatório da propriedade do imóvel partilhado. Reconheço a preclusão lógica do deste decisum, eis que o acordo foi homologado nos termos pactuados, conforme foi requestado na petição inicial, pelo que determino que seja incontini certificado o trânsito em julgado.

ADV: AUDIZIO FERREIRA LIMA (OAB 11225/CE) - Processo 0056812-90.2021.8.06.0064 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.S.M.C. e outro - Considerando que se encontram preservados os direitos dos cônjuges, homologo por sentença o acordo perfectibilizado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto o divórcio de WANDERSON DA SILVA COSTA e ALDENIZA DE SOUZA MATIAS COSTA, nos exatos termos constantes nas folhas 01 a 07, determinando a extinção do processo com resolução do mérito, com supedâneo nas disposições contidas na alínea b do inciso III do artigo 487 do CPC/2015. O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira, ou seja: ALDENIZA DE SOUZA MATIAS. Observo que esta sentença é válida como mandado e determino, ainda, que o Cartório da Jurema, Caucaia/CE PROCEDA, GRATUITAMENTE, à margem do assento de casamento registrado na Matrícula 147264 01 55 2018 2 00022 081 0006379 20, realizado em 09 de setembro de 2018, o ora determinado nesta sentença. Reconheço a preclusão lógica do deste decisum, eis que o acordo foi homologado nos termos pactuados, conforme foi requestado na petição inicial, pelo que determino que seja incontini certificado o trânsito em julgado.

ADV: TIAGO AMORIM NOGUEIRA (OAB 33820/CE) - Processo 0060274-94.2017.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: F.A.O.L. - Sirvo-me do presente para informar as partes e os seus representantes jurídicos que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 30 de março de 2022 às 11:00hs.Sendo realizada através do novo Link: https://link.tjce.jus.br/2a9b68

ADV: FABIANO SILVA GOMES (OAB 359857/SP) - Processo 0065342-88.2018.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.B.M.J. - A hipótese se enquadra com perfeição no artigo 485, inciso III, do CPC. Em consequência, EXTINGO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do citado diploma legal.

ADV: JOSE EDIGAR BELEM MORAIS (OAB 10211/CE) - Processo 0200004-47.2022.8.06.0064 - Divórcio Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: Volodymyr Marychenko e outro - Considerando que se encontram preservados os direitos dos cônjuges, homologo por sentença o acordo perfectibilizado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto o divórcio de VOLODYMYR MARYCHENKO e JOSELICE DA COSTA OLIVEIRA MARYCHENKO, nos exatos termos constantes nas folhas 01 a 06, determinando a extinção do processo com resolução do mérito, com supedâneo nas disposições contidas na alínea b do inciso III do artigo 487 do CPC/2015. O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira, ou seja: JOSELICE DA COSTA OLIVEIRA Observo que esta sentença é válida como MANDADO e determino, ainda, que o Cartório Botelho, Fortaleza/CE PROCEDA, GRATUITAMENTE, à margem do assento de casamento registrado na Matrícula nº 018275 01 55 2014 2 00037 202 0021502 82, realizado em 06 de junho de 2014, o ora determinado nesta sentença. Reconheço a preclusão lógica do deste decisum, eis que o acordo foi homologado nos termos pactuados, conforme foi requestado na petição inicial, pelo que determino que seja incontini certificado o trânsito em julgado.

ADV: JOSE VALMIR MESQUITA DA SILVA (OAB 27161/CE) - Processo 0200006-17.2022.8.06.0064 - Separação Consensual - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Renata de Moraes Bezerra - Considerando que se encontram preservados os direitos dos cônjuges, homologo por sentença o acordo perfectibilizado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e decreto o divórcio de RENATA DE MORAES BEZERRA e JOÃO PAULO DELEON MESQUITA BASTOS, nos exatos termos constantes nas folhas 01 a 07, determinando a extinção do processo com resolução do mérito, com supedâneo nas disposições contidas na alínea b do inciso III do artigo 487 do CPC/2015. Os cônjuges não modificaram seus nomes por ocasião do matrimônio. Observo que esta sentença é válida como mandado e determino, ainda, que o Cartório Alencar Araripe PROCEDA, GRATUITAMENTE, à margem do assento de casamento registrado na Matricula nº 018762 01 55 2010 2 00125 259 0071673 83, realizado em 10 de setembro de 2010, o ora determinado nesta sentença. Ressalvo que o acordo referente à partilha de bens imóveis terá efeito apenas inter partes, não sendo oponível a terceiros, em virtude das partes não possuírem a propriedade do imóvel partilhado. Reconheço a preclusão lógica do deste decisum, eis que o acordo foi homologado nos termos pactuados, conforme foi requestado na petição inicial, pelo que determino que seja incontini certificado o trânsito em julgado. Oficie-se a empresa G.C.A CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA, , localizada na Rua R Pais Leme nº 215, 8º andar, Sala 810, Pinheiros São Pailo/SP, CEO 05.424.-150, para que realize o devido desconte dos alimentos em folha de pagamento, depositando o valor correspondente na conta bancária 10959291-3, Ag. 0001, Banco INTER, de titularidade da genitora do alimentando.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2022

ADV: FRANCISCO EUDES FARIAS (OAB 28312/CE), ADV: MARCELO MUNIZ BAPTISTA VIANA (OAB 25225/CE), ADV: RACHEL SOARES CAVALCANTE (OAB 33219/CE) - Processo 0038525-60.2013.8.06.0064 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.L.S. - REQUERIDO: R.S.S. - Recebido hoje. Designo nova data para realização de audiência de instrução, para o dia 08 de junho de 2022, às 13hrs, audiência esta que ocorrerá de forma on-line pelo sistema microsoft teams, pelo link, https://link.tjce.jus.br/ea965d. Devendo a secretaria proceder com a maior brevidade possível com os expedientes de intimação das partes. Expedientes necessários.

ADV: RAIMUNDA RENATA RODRIGUES M. ARRUDA (OAB 38771/CE), ADV: NAYANA ROCHA PINHEIRO GONDIM (OAB 37499/CE) - Processo 0050415-15.2021.8.06.0064 - Interdição/Curatela - Liminar - INTERTE: L.C.C.S. - Pela prova colhida nos autos, bem como pelo parecer médico-pericial, concluiu-se, à saciedade, ser o interditando portador de transtorno mental devido a esquizofrenia paranoide (CID10 F20.0), com quadro crônico, incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens. Pelas razões expostas, levando-se em conta, ainda, o parecer Ministerial favorável, com fundamento no art. 1.767 e seguintes, do vigente Código Civil, e nos precisos termos do art. 747 e seguintes, do CPC, DECRETO A INTERDIÇÃO de JOSÉ VALDEMIR COSTA DA SILVA, para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando como seu curador a senhor LUCAS CARNEIRO COSTA DA SILVA o qual deverá ser compromissado (art. 759 do CPC). Ressalva-se que a medida não alcança os direitos do(a) curatelando(a) quanto ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

ADV: ALEXANDRE DA SILVA SAMPAIO (OAB 24787/CE) - Processo 0051416-69.2020.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: N.S.S. e outro - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, autorizando a requerente, Sra. NEREIDE DE SOUSA SILVA, para transferir para o seu nome junto ao DETRAN/CE, o veículo de Marca VW Saveiro 1.6 CS, ano 2011/2012, Placa OCE-5102 registrado em nome de ANTONIO FERREIRA DA SILVA FILHO, o qual faleceu no dia 17 de novembro de 2019. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

ADV: EDIRLANA MARIA LEMOS LEITE (OAB 10196/CE) - Processo 0052148-16.2021.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jaqueline Miranda Jeronimo e outro - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, autorizando os requerentes, JAQUELINE MIRANDA JERÔNIMO e GABRIEL MIRANDA JERÔNIMO, já qualificados na exordial a receberem junto ao Banco Bradesco S/A, todo e qualquer valor existente na conta nº 61675-3, agência 0295, em nome de MARCOS ANTONIO SIMÕES JERÔNIMO, falecido no dia 20 de março de 2021, de forma igualitária, ou seja: metade para cada um dos herdeiros.. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

ADV: JOAO GUIMARAES DA SILVA (OAB 32963/CE) - Processo 0053575-48.2021.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Wisner Byron Lopes da Costa e outros - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, autorizando os requerentes, WISNER BYRON LOPES DA COSTA, SÉRGIO CESAR LOPES DA COSTA e KAYLANE ELLEN DE OLIVEIRA COSTA, menor representada por sua genitora IVONETE DE OLIVEIRA SILVA, já qualificados na exordial a receberem junto ao Banco do Brasil S/A, todo e qualquer valor existente nas contas Corrente nº 35.130-X e 510.035.130-2, ambas da agência nº 3253-0, em partes igualitária, ou seja, 1/3 dos valores existentes nas referidas contas a cada um dos herdeiros. Em relação aos resíduos do Benefício que eram percebidos pelo falecido em virtude de ser pensionista de sua falecida esposa junto ao TER/CE, expeça-se alvará judicial, para que os três herdeiros recebam de forma igualitária, os valores retidos, caso exista o saldo a receber em nome de PEDRO ALVES DA COSTA CPF Nº 123.890.563-34, falecido no dia 07 de setembro de 2015. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

ADV: ANTONIO RODRIGUES DA SILVA (OAB 10558/CE) - Processo 0053731-36.2021.8.06.0064 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: D.B.F. - Pelas razões expostas, levando-se em conta, ainda, o parecer Ministerial favorável, com fundamento no art. 1.767 e seguintes, do vigente Código Civil, e nos precisos termos do art. 747 e seguintes, do CPC, DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA FRANCISCA DA SILVA, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 200101038449-SSP/CE, residente e domiciliada Avenida C C N, Metrópole, Bloco -03, Apartamento 22-B, 321, Bairro Nova Metrópole, Caucaia/CE para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando como sua curadora a senhora DUCILENE BRITO FERNANDES, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG nº 9901030682 SSP/CE e CPF n° 318.554.073-53, residente e domiciliada na Avenida C C N, Metrópole, Bloco -03, Apartamento 22-B, 321, Bairro Nova Metrópole, Caucaia/CE, a qual deverá ser compromissada (art. 759 do CPC). Ressalva-se que a medida não alcança os direitos do(a) curatelando(a) quanto ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Publique-se a sentença no Diário da Justiça por três (3) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias entre cada publicação, consoante o art. 755, do CPC.

ADV: SEBASTIÃO WALTER DE SOUSA RODRIGUÊS (OAB 40072/CE) - Processo 0055572-66.2021.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: R.B.M.M. e outro - Recebidos hoje. Trata-se de Ação de Divorcio c/c guarda unilateral, alimentos, proposta por Evanilda Marcolina Braga, por meio de advogado constituído nos autos, em desfavor de César Ferreira de Macedo, pelos fatos aduzidos na exordial de fls. 01/11. Todos qualificados. A petição foi instruída com a documentação de fls. 12/29. Petição pela parte promovente, às fls. 30/31, requerendo a desistência do feito. Desse modo, vieram-me os autos. DECIDO. Inicialmente, registro que deixo de encaminhar os autos ao nobre Representante do Ministério Público tendo em vista que a triangulação jurídico-processual ainda não havia sido formada. Como se vê dos autos, a parte requerente peticionou informando não ter mais interesse no feito. Requereu, assim, a homologação do pedido de desistência e a extinção da demanda. Conforme o art. 485, §§ 4º e 5º, a desistência da ação pode ser apresentada pela parte autora até a sentença. DISPOSITIVO. Considerando a vontade da parte, pugnando pela desistência da ação, HOMOLOGO-A, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na moldura do art. 200, parágrafo único, do CPC. Em consequência, JULGO EXTINTA a ação, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, inciso VIII, do mesmo Diploma Legal. Esta sentença começará a produzir efeitos imediatamente após o seu registro, conforme art. 1.012, § 1º, do CPC. Evitar publicação, em face da vedação expressa do art. 189, II, do CPC. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas legais. Expedientes Necessários.

ADV: JÉSSICA DE OLIVEIRA SOUSA (OAB 36622/CE) - Processo 0055633-58.2020.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.A.P.B. e outro - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, autorizando as requerentes MARIA AMÉLIA PINTO BARBOSA e

SUZANE BARBOSA BASTOS, já qualificadas na exordial a receberem junto ao BANCO ITAU S/A todo e qualquer valor existente na Conta nº 15359-3 , agência nº 8144, , em nome de ANTONIO BARBOSA BASTOS, falecida no dia 16 de maio de 2020, de forma igualitária, ou seja: metade do valor total para cada uma das herdeiras, ora requerentes.. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil. Sem custas. Honorários advocatícios na forma contratada pela parte autora. Transitada em julgado, expeçam-se, pois, os competentes alvarás e demais expedientes necessários. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as formalidades legais.

ADV: LICYA ZAINE LOPES BOMFIM (OAB 40201/CE), ADV: EDIRLANA MARIA LEMOS LEITE (OAB 10196/CE) - Processo 0055962-70.2020.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jose Monteiro do Nascimento - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, autorizando o requerente JOSÉ MONTENEGRO DO NASCIMENTO, já qualificado na exordial a receber junto a Caixa econômica Federal os valores retidos nas Contas: conta vinculada FGTS Empresa Educadora ASC Ltda; Conta Poupança Caixa n° 1977.1288.000830299526-4 e 1977.3700.000991895979-2, ambas da agência Edson Queiroz , em nome de JÚLIO PEREIRA DO NASCIMENTO, falecido no dia 17 de janeiro de 2018. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0056535-74.2021.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Liberação de Veículo Apreendido - REQUERENTE: Aurélio Viana do Nascimento - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de autorizar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, autorizando o requerente AURÉLIO VIANA DO NASCIMENTO, para que possa transferir para seu nome junto ao DETRAN/CE o veículo Marca GM Celta LIFE, cor verde, Placa NNH-3176, ano 2010/2011 registrado em nome de sua esposa MARIA CLAUDIA DUTRA DO NASCIMENTO, falecida no dia 13 de fevereiro de 2021. Por consequência, EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

ADV: FABRICIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 9983/CE) - Processo 0200146-51.2022.8.06.0064 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.R.B.S. - Assim, em face da desistência manifestada pelos autores, julgo EXTINTO o presente processo, o que faço por sentença, sem resolução do mérito, para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Publique-se, registre-se e intimem-se. Decorridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos. Expedientes necessário

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: ALÔNCIO SILVA DE ARRUDA (OAB 43358/CE) - Processo 0200094-55.2022.8.06.0064 - Guarda de Família - Alienação Parental - AUTORA: K.N.S. - Recebidos hoje. Diante dos fatos relatados na peça exordial, fora realizada pesquisa dentro do SAJ.PG, em busca de processos que possam possuir as mesmas partes, pedidos e objetos, a fim de verificar o juízo competente para evitar decisões conflitantes. Informo que fora encontrados três processos que tramitaram na 1ª Vara de Familia e Sucessões desta comarca. Isto posto, determino a intimação da promovente, através de seu advogado, no prazo de 15 dias, junte a estes autos certidão dos referidos processos de numero 0054574-35.2020.8.06.0064; 11959-64.2019.8.06.0064; 0064826-05.2017.8.06.0064, devendo constar que são as partes, qual o objeto das lides, bem como o que fora decidido. Decorrido o prazo mencionado, voltem-me os autos conclusos. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: FABRICIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 9983/CE) - Processo 0001081-03.2007.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: F.E.B.H. - Recebidos hoje. Intime-se o executado, na moldura dos artigos 528, § 8ª e 523, caput, do CPC/2015, para efetuar o pagamento da dívida, em 15 (quinze) dias, totalizando a quantia de R$ 9.752,02, sob pena dela ser acrescida de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), com a penhora de tantos bens quanto bastem para a garantia da mesma (principal, juros, custas, multa e honorários advocatícios), além de protesto do pronunciamento judicial que fixou os alimentos e da inclusão do seu nome nos nos cadastros de inadimplentes (SPC e SERASA); ou para, decorrido o prazo aludido, impugnar o cumprimento, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de penhora, depósito ou caução, como dispõe o caput do art. 525 do CPC/2015. Não efetuando o pagamento, munido da segunda via do mandado de penhora e avaliação, o Sr. Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de tantos bens quantos bastem para o pagamento da dívida atualizada, como também a devida avaliação dos bens ora penhorados, lavrando o respectivo auto, dele intimando-se, na mesma oportunidade, o executado, seguindo-se os atos de expropriação, em acatamento ao § 3º do art. 523 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Expedientes Necessários.

ADV: FRANCISCO HELDER ALVES DO NASCIMENTO (OAB 8638/CE), ADV: FRANCISCA LEONEIDE LIMA SOUZA (OAB 23875/CE) - Processo 0050724-36.2021.8.06.0064 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.D.R.S. e outro - Pelas razões expostas, levando-se em conta, ainda, o parecer Ministerial favorável, com fundamento no art. 1.767 e seguintes, do vigente Código Civil, e nos precisos termos do art. 747 e seguintes, do CPC, DECRETO A INTERDIÇÃO de DIONIZIA ANDRADE COSTA para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando como suas curadoras as senhoras irmãs religiosas MARIAN DO DISTERRO ROCHA SANTOS e REGINA ROSA OLIVEIRA FERNANDES, já qualificadas na exordial, as quais deverão ser compromissadas (art. 759 do CPC). Ressalva-se que a medida não alcança os direitos do(a) curatelando(a) quanto ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Publique-se a sentença no Diário da Justiça por três (3) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias entre cada publicação, consoante o art. 755, do CPC. Sirva esta sentença, acompanhada da certidão de trânsito em julgado, como MANDADO de averbação, pelo que determino que o Cartório de Registro Civil da Comarca de Juazeiro do Norte/CE PROCEDA à averbação na margem do assento de nascimento de DIONIZIA ANDRADE COSTA registrado sob número de ordem 10.071, do Livro A-20, às fls. 18v o ora determinado nesta sentença, para ali ficar constando que as Sras. MARIA DO DISTERRO ROCHA SANTOS, brasileira, solteira, religiosa, RG nº 94015068593 SSPDS/CE, CPF 156.583.093-87 e REGINA ROSA DE OLIVEIRA FERNANDES, brasileira, solteira, religiosa, RG n° 2006010138382 e CPF n° 383.217.803-91, ambas residentes e domiciliadas à Rua Coronel Correia, Padre Júlio Maria, Caucaia/CE, foram nomeadas CURADORAS DEFINITIVAS da interditada. Ressalte-se que as curadoras não poderão alienar ou onerar qualquer bem ou direito da parte interditada, bem como contrair empréstimo em nome da mesma, salvo autorização judicial específica.

ADV: CRISTIANE DE MELO LEITE SAMPAIO (OAB 25780/CE) - Processo 0051540-18.2021.8.06.0064 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: T.M.F.D. - Pela prova colhida nos autos, bem como pelo parecer médico-pericial, concluiu-se, à saciedade, ser o interditando portador de Síndrome de Down (CID10 Q90), Retardo Mental Moderado (CID10 F71), Epilepsia (CID10 G40.9) e Doença Celíaca (CID10 V90.0), com quadro crônico, impedindo a mesma de gerir e administrar seus bens. Pelas razões expostas, levando-se em conta, ainda, o parecer Ministerial favorável, com fundamento no art. 1.767 e seguintes, do vigente Código Civil, e nos precisos termos do art. 747 e seguintes, do CPC, DECRETO A INTERDIÇÃO de DÉBORA ROBERTA FERREIRA DIAS para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando como sua curadora a senhora TANIA MARIA FERREIRA DIAS, já qualificada na exordial, a qual deverá ser compromissada (art. 759 do CPC). Ressalva-se que a medida não alcança os direitos do(a) curatelando(a) quanto ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Publique-se a sentença no Diário da Justiça por três (3) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias entre cada publicação, consoante o art. 755, do CPC. Sirva esta sentença, acompanhada da certidão de trânsito em julgado, como MANDADO de averbação, pelo que determino que o Cartório da 2ª Zona de Fortaleza/CE PROCEDA à averbação na margem do assento de nascimento de DÉBORA ROBERTA FERREIRA DIAS, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2005012035159 SSP/CE, CPF nº 631.957.393-13, residente e domiciliada na Rua Nova Granada, 1009, Guajeru, Caucaia/CE, ora determinado nesta sentença, para ali ficar constando que a Sra. TANIA MARIA FERREIRA, brasileira, solteira, so lar, portadora do RG nº 343075 e CPF nº 319.431.793-87, residente e domiciliada na Rua Nova Granada, 1009, Guajeru, Caucaia/CE, fora nomeada CURADORA DEFINITIVA da interditada. Ressalte-se que as curadoras não poderão alienar ou onerar qualquer bem ou direito da parte interditada, bem como contrair empréstimo em nome da mesma, salvo autorização judicial específica. Sirva esta sentença, acompanhada da certidão de trânsito em julgado, ainda, como MANDADO de inscrição, pelo que determino que o Cartório Brito Ramos, Caucaia/CE PROCEDA à inscrição no livro "E" (art. 29, V, parágrafo único do art. 33 e art. 92, todos da Lei nº 6.015/73) do Registro da Sentença de interdição de DÉBORA ROBERTA FERREIRA DIAS, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2005012035159 SSP/CE, CPF nº 631.957.393-13, residente e domiciliada na Rua Nova Granada, 1009, Guajeru, Caucaia/CE, requerida por TANIA MARIA FERREIRA, brasileira, solteira, so lar, portadora do RG nº 343075 e CPF nº 319.431.793-87, residente e domiciliada na Rua Nova Granada, 1009, Guajeru, Caucaia/CE, a qual fora nomeada CURADORA DEFINITIVA, nos termos e limites desta sentença, com a respectiva certidão de trânsito em julgado, para fins de cumprimento do disposto no art. 755, § 3º, do CPC c/c art. 9º, III, do Código Civil. A curadora não poderá alienar ou onerar qualquer bem ou direito da parte interditada, bem como contrair empréstimo em nome da mesma, salvo autorização judicial específica. Para fins de cumprimento do disposto nos art. 107, § 1º da Lei 6.015/73, seguem os dados para anotação no registro de nascimento da parte interditada: Cartório da 2ª Zona de Fortaleza/CE, sob o numero de ordem 179348, do Livro A-77, às fls. 257v. Ressalte-se que inscrição, bem como a anotação, far-se-ão mediante a Gratuidade de Justiça, como extensão dos efeitos da gratuidade processual deferida, com amparo no art. 98, IX, do CPC, e na jurisprudência

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: MARCEL VICTOR GOMES DE ALMEIDA (OAB 21198/CE) - Processo 0052911-17.2021.8.06.0064 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: L.E.C.S. e outros - Proferida sentença. A parte inconformada apresentou recurso de apelação, às fls. 461/478. Recebo o recurso no efeito devolutivo. Intime-se a parte apelada, através de seu representante jurídico, para no prazo de 15 dias, oferecer as contrarrazões. Decorrido o prazo, com ou sem a juntada das contrarrazões, abro vista dos autos ao represente do Ministério Público para manifestação. Com a juntada do parecer do Ministério Público, remetam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para apreciação do recurso interposto.

COMARCA DE CAUCAIA - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2022

ADV: JOSÉ CLEILSON GOMES DE SOUSA (OAB 28272/CE) - Processo 0056717-60.2021.8.06.0064 - Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança ou Adolescente - Constrangimento ilegal - REQUERENTE: K.P.S. - Pelo exposto, considerando o que dispõe o art. 300 do CPC, em observância ao que prevê o item 5.2.1.7. do EDITAL Nº 001/2021-CCPM/PMCE (fls. 28), balizada na jurisprudência, observando, ainda, os princípios da administração pública, bem como o dever do candidato de conhecer e obedecer às regras estabelecidas pelo edital e que eventual decisão favorável viola a igualdade em relação aos demais interessados, INDEFIRO a tutela de urgência. Cite-se/intime-se a parte adversa, fazendo constar as advertências de praxe. (Autorizada a expedição de precatória, se aplicável). Intime-se a parte autora sobre os termos da decisão (via DJ ou Portal). Observe a Secretaria a necessidade de que seja inserido no mandado judicial clara informação quanto à contagem dos prazos no âmbito da infância e juventude. Expedientes e intimações.

COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: LUIS ATILA DE HOLANDA BEZERRA FILHO (OAB 20694/CE), ADV: ALEXANDRE LIMA DA SILVA (OAB 9054/CE), ADV: JULIANE DA COSTA NEGREIROS (OAB 44786/CE), ADV: VINÍCIUS BEZERRA PIZOL (OAB 42771A/CE) - Processo 0055439-58.2020.8.06.0064 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diogleison Antunes Cartaxo - Douglas Ferreira da Silva - Ao final, o MM Juiz decidiu: "A defesa dos réus requereu prazo para juntada de procuração e de declarações de testemunhas pela conduta dos réus, o que foi deferido pelo juízo. O representante do Ministério

Pùblico informou que não há outros requerimentos, tendo a defesa informado que não há outros requerimentos. Assim, após juntada dos documentos requeridos pela defesa e de procuração nos autos pela Defesa dos acusados, determino que sigam os autos sucessivamente ao MP e Defesa, por cinco dias para cada um, a fim de que ofertem suas alegações finais escritas. Após, devem os autos retornarem conclusos para sentença, devidamente instruídos com extratos do CANCUN, SEEU e SAJ versando sobre os antecedentes dos réus Diogleison Antunes Cartaxo e Douglas Ferreira da Silva."

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0052423-96.2020.8.06.0064**

Classe: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos**
Assunto: **Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
Autuado: **Larissa Fernandes Bezerra**
Finalidade da Notificação: **Apresentação da defesa prévia**

O(A) Dr.(a) **Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito** da **2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **LARISSA FERNANDES BEZERRA, brasileira, RG 2003097061129, CPF 029.249.523-44, pai Amaro Norberto Bezerra, mãe Terezinha Fernandes Bezerra**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 33 da Lei nº 11.343/06**, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **ofertar a defesa prévoa, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Caucaia/CE, em 21 de setembro de 2021.

Thémis Pinheiro Murta Maia
Juíza de Direito

COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: FRANCISCO JOSE SABINO SA (OAB 26920/CE), ADV: ALEXANDRE TIMBO SILVA (OAB 28899/CE) - Processo 0042576-17.2013.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Abuso de Autoridade - RÉU: Relyson Torres Rodrigues - Gledstone Alves Pinho e outro - Cls. Intime-se o acusado GLEDSTONE ALVES PINHO, para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, constituir novo defensor para apresentar a resposta à acusação, dentro do prazo legal, sob pena de lhe ser nomeado um defensor dativo, caso seja certificado o decurso do referido prazo em branco. Cite-se a acusada CARLA JAMYLLE DA SILVA, no endereço de fl. 270. Expedientes necessários.

ADV: RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO (OAB 18346/CE), ADV: JOSE NUNES SETUBAL (OAB 3348/CE) - Processo 0052508-48.2021.8.06.0064 (apensado ao processo 0051815-64.2021.8.06.0064) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - INDICIADO: Gilvan Cardoso Barbosa - Cls. Em atenção à decisão proferida nos autos do Habeas Corpus nº 0620517-66.22.2022.8.06.0000, no bojo da qual fora determinado o exame do mérito do pedido de relaxamento de prisão formulado nos autos do Processo nº 15803-51.2021.8.6.0064, anulando-se a sentença sem resolução de mérito ali proferida, passo ao exame do pleito nos presentes autos em que fora comunicada a ordem mencionada. Com efeito, o réu apresentou pedido de relaxamento de prisão por excesso de prazo, limitando-se a alegar que se encontra preso há mais de quatro meses, preventivamente, sem que se tenha iniciada a instrução probatória. Instado a se pronunciar, o Ministério Público posicionou-se contrariamente ao pedido. É o que importa relatar. Decido. Conforme o já relatado em pedido de revogação de prisão preventiva julgado há pouco mais de trinta dias da formulação do novo pedido, o requerente teve a prisão preventiva decretada em 19.07.2021 (Pedido de Prisão nº 51815-64.2021.8.06.0064), quando se acolheu representação formulada pela Polícia Civil com parecer favorável do Ministério Público. Na oportunidade, vislumbrou-se a necessidade da detenção do requerente para fins de garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a integridade física da vítima, diante da notícia de que estaria ameaçando sua ex-companheira, perseguindo-a e descumprimento reiteradamente medidas protetivas concedidas em favor da ofendida. Com efeito, verifica-se que o requerente havia sido preso em flagrante delito pela suposta prática de crime de ameaça contra a ex-companheira, em 14.01.2020. Homologado o flagrante, concedeu-se liberdade provisória ao requerente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, dentre as quais a concessão de medidas protetivas de urgência em favor da vítima (APF nº 0050194-66.2020.8.06.0064). Ocorre que, sobreveio notícia de que o requerente continuou a importunar a vítima, o que originou o pleito acima, que veio a ser deferido, sendo ele detido preventivamente. O requerente veio a ser detido em cumprimento ao mandado prisional em 11.08.2021, pela Delegada da Delegacia de Defesa da Mulher de Caucaia. Por conseguinte, o requerente veio a ser formalmente denunciado em 18.09.2021, sendo-lhe imputada a prática de delitos tipificados nos art.147, 147-A, §1º, inciso II, c/c art. 71, todos do CPB, com aplicação da Lei Maria da Penha. Recebida a inaugural em 20.09.2021, o réu foi citado e apresentou resposta em 01.10.2021. Ratificado o juízo de admissibilidade da denúncia, designou-se audiência para o próximo dia 15.03.2022, às 14h00. Por fim, vislumbram-se severos os indícios da autoria dos crimes imputados ao requerente e, diante da gravidade de sua conduta, mostra-se necessária a sua custódia, a fim de assegurar a ordem pública, a conveniência da instrução e, especialmente, a integridade da vítima e de testemunhas. Destarte, considerando o evidente comprometimento à ordem pública, é de se admitir como aplicável ao caso o disposto no

art. 312 do CPP, corroborado pela jurisprudência pátria, senão vejamos: TACRSP: Para garantia da ordem pública, visará o magistrado, ao decretar a prisão preventiva, evitar que o delinqüente volte a cometer delitos, ou porque é acentuadamente propenso às práticas delituosas, ou porque, em liberdade, encontraria os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida (JTACRESP 42/58);STJ: A primariedade e os bons antecedentes não impedem a decretação da custódia provisória se os fatos a justificam. Logo, quando o crime praticado se reveste de grande crueldade e violência, causando indignação na opinião pública, fica demonstrada a necessidade daquela cautela (RT 652/34). No mesmo sentido, TJSP: RT 535/257, 625/278. Ressalte-se que, conforme entendimento pacificado nos Tribunais pátrios, o prazo para a formação da culpa não pode constituir-se de simples soma arimética do tempo ideal para cada ato processual, devendo ser avaliado em conjunto às circunstâncias do caso concreto. Nesse sentido: EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INADEQUABILIDADE - EXCESSO DE PRAZO - SUPERAÇÃO DO PRAZO JUSTIFICADA - RELAXAMENTO DA PRISÃO - DESCABIMENTO. 1. Inexiste constrangimento ilegal na decisão que decreta a prisão preventiva, se lastreada em elementos concretos dos autos e nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, porquanto o acautelamento preventivo se afigura necessário ao resguardo da ordem pública, tendo em vista a grande quantidade de drogas que teria sido apreendida, aliada à reiteração delitiva atribuída ao paciente. 2. O crime de tráfico de drogas, por cuja suposta autoria o paciente foi preso, encontra em seu preceito secundário pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos, atendendo ao comando normativo contido no inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal. 3. Presentes seus pressupostos e aferida a necessidade da prisão preventiva, inviável a fixação de medidas cautelares diversas. 4. O prazo para a formação de culpa não pode constituir-se numa simples soma aritmética do tempo ideal para cada ato processual, devendo ser avaliado, cotejado e submetido às particularidades do caso concreto. 7. Demonstrado que o processo de origem aguarda tão somente o retorno de carta precatória expedida para a oitiva de testemunha e posterior redesignação de audiência de instrução, desarrazoado se mostra relaxar-se o acautelamento do paciente no presente momento processual. HabeasCorpus Criminal 1.0000.20.065702-1/000,Relator(a): Des.(a) Paulo Calmon Nogueira da Gama , 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 10/06/2020, publicação da súmula em 11/06/2020) Dessa forma, a sua soltura prematura pode gerar descrédito da Justiça, além de poder vir a frustrar futura instrução processual e a própria aplicação da lei penal, dadas as condições em que o crime foi perpetrado. Logo, por ora, não vislumbro a concessão de liberdade ao réu, cujo pedido, por sua vez, pode vir a ocorrer em momento posterior, caso haja excesso de prazo na manutenção de sua prisão.Isto posto, com fulcro no art. 316, parágrafo único c/c art. 312, caput, art. 313, III, todos do Código de Processo Penal, DENEGO o presente pedido e mantenho a prisão preventiva do requerente GILVAN CARDOSO BARBOSA. Considerando a reavaliação da necessidade de manutenção da ordem prisional em desfavor do requerente, determino que cópia deste decisório seja acostada aos autos principais e, ainda, que os autos retornem conclusos para reapreciação no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta sentença, na forma do art. 316, parágrafo único do CPP. Oficie-se remetendo as informações necessárias a fim de instruir os autos do HC nº 0620517-66.2022.8.06.0000. Por conseguinte, procedam-se às intimações necessárias à realização do ato instrutório. Expedientes necessários, com urgência.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: FRANCISCO ASSIS DE MENDONCA (OAB 5365/CE), ADV: GUTENBERG DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 39777/CE) - Processo 0051798-62.2020.8.06.0064 (apensado ao processo 0051659-13.2020.8.06.0064) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Mauro da Silva da Rocha - Cls. Intime-se o sentenciado, através de seu defensor, para oferecer suas contrarrazões. Cumpridas todas as formalidades, remeta-se o feito ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Expedientes necessários.

COMARCA DE CAUCAIA - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: DELMAR UEDES MATOS DA FONSECA (OAB 10039/PI) - Processo 0002887-39.2008.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Carlos Eduardo Athayde Boucinha - Considerando a petição de fls. 463, verifico que às fls. 464/466 a secretaria já certificou que não consta nenhum mandado de prisão em aberto no sistema BNMP em desfavor de Carlos Eduardo Athayde Boucinha. Entretanto, considerando o receio válido da parte em ter ilegalmente sua liberdade restrita, oficie-se à DECAP informando que houve extinção da punibilidade nos autos e que não consta nestes autos nenhuma restrição a liberdade do réu, bem como para que seja dada baixa em qualquer restrição referente a este processo. Certifique-se acerca do trânsito em julgado, empós, arquivem-se os autos.

ADV: CESAR AUGUSTO MEDEIROS DE SOUSA (OAB 31875/CE), ADV: SAM CÉSAR ARRAIS DE MEDEIROS (OAB 37992/CE) - Processo 0065051-88.2018.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - AUTOR FATO: Lucas Fernandes Alves - De ordem da Dra Thémis Pinheiro Murta Maia e conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanada da Corregedoria Geral da Justiça(CGJ), abro vista ao advogado do réu para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: CARINA BRAUNA BRUNO (OAB 35485/CE) - Processo 0015577-46.2021.8.06.0064 (processo principal 0052957-06.2021.8.06.0064) - Relaxamento de Prisão - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Ray de Sousa Moura Lino - Recebidos os autos conclusos, Trata-se de pedido de Relaxamento de Prisão em favor de DAVI DE SOUSA MOURA LINO, protocolado no sistema SAJ, em 01/12/2021. Instado a se manifestar, o douto Representante do Ministério Público em 16

de dezembro de 2021, às fls. 11/16, manifestou-se se pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de relaxamento de prisão preventiva formulado pelo requerente DAVI DE SOUSA MOURA LINO. Ocorre que, Decisão deste Juízo, proferida 17 de dezembro de 2021, nos autos nº 0052957-06.8.06.0064, foi INDEFERIDO o Pedido de Relaxamento de Prisão por excesso de prazo. (cópias anexas, às fls. 18/21). Por fim, diante da decisão proferida nos autos nº 0052957-06.8.06.0064, bem como da perda do objeto deste pedido, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, com baixas devidas. Expedientes e intimações necessário.

ADV: FRANCISCO EDSON DE SOUSA PEREIRA (OAB 25073/CE) - Processo 0015722-05.2021.8.06.0064 (processo principal 0012498-30.2019.8.06.0064) - Relaxamento de Prisão - Furto Qualificado - REQUERENTE: Diego de Souza Silva - Diante do exposto, e considerando a existência de novo pedido de liberdade mais recente do que este, feito na última audiência, entendo que este pedido perde o seu objeto. Ciência ao Representante do Ministério Público. Intimações necessárias. Decorrido o prazo legal, arquivem-se os presentes autos com as baixas devidas, independente de novo despacho.

ADV: JOANA LAYS DE OLIVEIRA GOMES (OAB 43247/CE) - Processo 0200547-42.2022.8.06.0293 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo - VÍTIMA: Pedro Lucas Felix de Sousa - Considerando que a prisão em flagrante já foi analisada em sede de plantão judicial (fls. 48/54), onde foi convertida em preventiva e, considerando ainda, que no plantão judiciária não há comunicação do sistema SAJ com o sistema BNMP, EXPEÇA-SE mandado de prisão na respectiva plataforma eletrônica BNMP 2.0, para regularização do sistema.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: MARCOS FELIPE DE ANDRADE TELES (OAB 31612/CE) - Processo 0007165-34.2018.8.06.0064 - Inquérito Policial - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - INVESTIGADO: Israel Nicolas Pessoa Aguiar - Ante o parecer ministerial retro, designo audiência para fins de homologação de acordo de não persecução penal, na forma do artigo 28-A §4º do CPP para o dia 16 DE FEVEREIRO DE 2022, às 09:15h.

ADV: MARCOS AURELIO CORREIA DE SOUZA (OAB 10247/CE) - Processo 0050862-37.2020.8.06.0064 - Inquérito Policial - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Daniel Bezerra Lima - Ante o parecer ministerial retro, designo audiência para fins de homologação de acordo de não persecução penal, na forma do artigo 28-A §4º do CPP para o dia 16 DE FEVEREIRO DE 2022, às 08:30h.

ADV: TEREZINHA DA COSTA LIMA (OAB 27284/CE) - Processo 0051241-41.2021.8.06.0064 - Inquérito Policial - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: José Raimundo Souza de Oliveira - Ante o parecer ministerial de fls. 123, designo audiência para fins de homologação de acordo de não persecução penal, na forma do artigo 28-A §4º do CPP para o dia 16 DE FEVEREIRO DE 2022, às 09h.

ADV: CARLOS HENRIQUE MOURA LARANJEIRA (OAB 42673/CE) - Processo 0054423-35.2021.8.06.0064 - Inquérito Policial - Furto - INDICIADO: Alessandro Klisman Freitas Firmino e outro - Ante o parecer ministerial de fls. 67, designo audiência para fins de homologação de acordo de não persecução penal, na forma do artigo 28-A §4º do CPP para o dia 16 DE FEVEREIRO DE 2022, às 12:30h.

ADV: BENEDITO GOMES COUTINHO (OAB 2943/CE), ADV: FATIMA PONTES COUTINHO (OAB 4954/CE) - Processo 0063862-46.2016.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Luis Carlos Alves da Silva - Ante o teor do ato ordinatório de fls. 123, redesigno a audiência para o dia 14 DE FEVEREIRO DE 2022, às 11:30h. Intimações necessárias.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: ANTONIA NARCELIA SARAIVA CAVALCANTE COELHO (OAB 12119/CE) - Processo 0032837-88.2011.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - RÉU: Maria Neuma de Oliveira e outros - Ante o teor do ato ordinatório de fls. 594, redesigno a audiência para o dia 08 DE FEVEREIRO DE 2022, às 09:30h.

ADV: NISSIAS REGINA LIBERATO BOMFIM (OAB 21165/CE), ADV: IVANDETE LIBERATO BOMFIM (OAB 9949/CE) - Processo 0041395-44.2014.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Mateus da Costa Freitas - INSPEÇÃO JUDICIAL ANUAL (CORREIÇÃO INTERNA) REALIZADA NOS DIAS 02 A 16 DE AGOSTO DE 2021, CONFORME PORTARIA Nº. 11/2021, DISPONIBILIZADA NO DJE DIA 07.07.2021, DESTE JUÍZO, COM FUNDAMENTO NO ART. 102, § 1º, DA LEI 12.342/94, RESOLUÇÃO Nª 12, DO CNJ E PROVIMENTO Nº. 02/2021 DA CGJ. Visto em inspeção. Processo aguardando realização de audiência, designada para o dia 02 de fevereiro de 2022, às 09:30h.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: JOSE DIRKSON DE FIGUEIREDO XAVIER (OAB 6949/CE), ADV: JOSIMAR FREIRE NASCIMENTO JUNIOR (OAB 36474/CE), ADV: ANNA VIRGINIA PEREIRA LEMOS DE FREITAS (OAB 39799/CE) - Processo 0012164-17.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - AUTUADO: Luiz Andre Albuquerque Fonseca - Clayton dos Santos Morais - Marlen Neris de Abreu Lima - A MM. Juíza, deferiu o que foi requerido pela Defesa do réu Luiz André Albuquerque Fonseca, e determinou que expeça-se Carta Precatória para a Comarca de Fortaleza, para que sejam fiscalizadas as medidas cautelares impostas na decisão de fls. 216/218. Em relação ao pedido de Relaxamento de Prisão do réu Clayton dos Santos Morais, a MM. Juíza, proferiu a seguinte decisão: "O eventual atraso no trâmite do processo se justifica pela complexidade do caso, mormente pela pluralidade de réus. Diante disso, hei por bem, acatar a manifestação ministerial e MANTER A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM DESFAVOR DE CLAYTON DOS SANTOS MORAIS, qualificado, o que faço com fulcro nos art.311, 312 e 313, I do Código de Processo Penal". Foi designado ainda o dia 15 de FEVEREIRO de 2022, às 11:30 horas, para Audiência de Instrução, com oitiva da vítima arrolada às fls. 258, oitiva da testemunhas de defesa e interrogatórios.

ADV: ERICO COSTA DE ARAUJO (OAB 27485/CE) - Processo 0042901-21.2015.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Carlos Henrique Torquato Frota Filho - De ordem da Dra Thémis Pinheiro Murta Maia e conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanada da Corregedoria Geral da Justiça(CGJ), abro vista ds autos à defesa de Carlos Henrique Torquato Frota Filho, para informar, no prazo de 05(cinco) dias, nos termos do art. 402, do CPP, se há diligência que deseja requerer.

ADV: RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO (OAB 18346/CE) - Processo 0054045-79.2021.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTUADO: Paulo Fabriciano Souza dos Santos e outro - A MM. Juíza, redesignou o dia 15 de FEVEREIRO de 2022, às 14:00 horas, para Audiência de Instrução, com oitiva das vítimas e interrogatórios dos réus.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: ROBERTO RONDINELLE SOARES QUEIROZ (OAB 30412/CE) - Processo 0004863-95.2019.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Marcelo Luidi Pires de Sousa - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça, e de ordem da Dra. Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia pratiquei o ato processual abaixo: CERTIFICO que, audiência de instrução/julgamento, marcada para o dia 27/01/2022, às 09:30 horas, não foi realizada, tendo em vista que, o membro do Ministério Público encontra-se de férias. Diante disso, a MM. Juíza redesignou o dia 24 DE NOVEMBRO DE 2022, às 09:30 horas, para prosseguimento da instrução.

ADV: LUIZ ALBERTO DINIZ DA SILVA (OAB 11424/CE), ADV: ANTONIO BRAGA NETO (OAB 17713/CE), ADV: ULYSSES MOREIRA BRAGA (OAB 25138/CE), ADV: ADRIANO RODRIGUES FONSECA (OAB 31130/CE) - Processo 0041008-29.2014.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADA: A.F.S.V. - E.R.S.M. - J.S.B. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça, e de ordem da Dra. Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia pratiquei o ato processual abaixo: CERTIFICO que, audiência de instrução/julgamento, marcada para o dia 27/01/2022, às 11:30 horas, não foi realizada, tendo em vista que, o membro do Ministério Público encontra-se de férias. Diante disso, a MM. Juíza redesignou o dia 24 DE NOVEMBRO DE 2022, às 11:30 horas, para prosseguimento da instrução.

COMARCA DE CEDRO - VARA UNICA DA COMARCA DE CEDRO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: ROBERTA ARGOLO NOBRE BANDEIRA (OAB 44392/BA) - Processo 0005552-36.2019.8.06.0066 - Cumprimento de sentença - Empréstimo consignado - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado no DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, de ordem do MM. Juiz, e na forma determinada na parte final da sentença de pp. 69 e no despacho de fl. 87, intime-se o banco promovido, pela última vez, para no prazo de 15 dias, providenciar o pagamento das custas processuais, conforme cálculo e guias emitidas (pp. 91/94), sob pena de inscrição em dívida ativa.

COMARCA DE CHAVAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CHAVAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHAVAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0006/2022

ADV: RILDO EDUARDO VERAS GOUVEIA (OAB 26162/CE) - Processo 0050437-64.2021.8.06.0067 - Mandado de Segurança Cível - Dever de Informação - IMPETRANTE: Rildo Eduardo Veras Gouveia - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido do impetrante, concedendo-lhe a segurança, para garantir-lhe o acesso às informações e documentos solicitados ao Ente público. Sem condenação em custas e honorários em razão do que dispõe o art. 25 da Lei nº 12.016/2009. Sentença sujeita ao reexame necessário, razão pela qual, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei nº 12.016/2009, decorrido o prazo de recurso sem manifestação das partes, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

COMARCA DE CHOROZINHO - VARA UNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: JUDICAEL DE ALMEIDA NASCIMENTO (OAB 33146/CE) - Processo 0050141-39.2021.8.06.0068 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - VÍTIMA: Terezinha Garcia de Lima -

ADV: JEOVANIRA FERREIRA SOUSA (OAB 34845/CE) - Processo 0050425-47.2021.8.06.0068 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Alessandra da Silva Sousa e outro - Sobre o ofício de fls. 43, diga a parte requerente. Prazo de 10 (dez) dias. Intimação via DJ.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE (OAB 39631/CE), ADV: FRANCISCA TATIANE TEIXEIRA MAGALHAES (OAB 41029/CE), ADV: ERIVALDO DE ARAUJO SOARES JUNIOR (OAB 44278/CE) - Processo 0010140-46.2020.8.06.0068 - Ação

Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Cassiano da Silva Araujo - Francisco Andre Alves da Silva e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 002/2021, da Corregedoria Geral de Justiça, designo audiência de Instrução para 16/02/2022 às 13:15h, que será realizada pela Plataforma Teams Microsoft(https//www.microsoft.com). Todas as partes deverão acessar o ambiente virtual com o seguinte link: https://link.tjce.jus.br/5019fa.

ADV: JUMMA RODRIGUES MOTA (OAB 43359/CE) - Processo 0050368-63.2020.8.06.0068 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: R.M.S. - III DISPOSITIVO: Isso posto, com fundamento no art. 485, inciso III do CPC, extingo a presente ação sem resolução de mérito. Sem custas processuais por ser a parte beneficiária da AJG. Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

COMARCA DE COREAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE COREAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022

ADV: ANASTÁCIO GOMES PARENTE JUNIOR (OAB 23871-O/CE) - Processo 0001641-12.2016.8.06.0069 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio João Freire de Aguiar - R. hoje, Intimem-se o parte autora se manifestar acerca da petição de fls. 162/164.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: FLÁVIA ROCHELLY DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 41173/CE) - Processo 0050480-92.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - 3. Dispositivo Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC, concluindo pela parcial procedência dos pedidos iniciais para: declarar a inexistência do contrato referente ao serviço CESTA B EXPRESSO1; condenar o banco réu a restituir os valores descontados da conta da autora, relativos ao contrato em comento, na forma dobrada (art. 42, parágrafo único, do CDC), corrigido monetariamente a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43, do STJ) e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso (Súmula 54, do STJ); condenar o banco réu ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de dano moral, corrigidos monetariamente, pelo INPC, nos termos que dispõe a Súmula 362, do STJ, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso. Sem custas e sem honorários. Defiro o pedido de habilitação formulado pelo patrono do réu, devendo a secretaria adotas as medidas que se fizerem necessárias. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 37937A/CE) - Processo 0051158-10.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Elisabete Fontinele - REQUERIDO: SERASA S.A - Dispositivo. Diante do exposto, julgo pela improcedência dos pedidos elaborados na inicial, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599/CE) - Processo 0051199-74.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucilane Moreira Fontenele - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - 3. Dispositivo Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos iniciais, resolvendo o mérito nos termos do art.487, I do Código de Processo Civil. Publique-se, registre-se e intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022. Kathleen Nicola Kilian Juíza de Direito

ADV: LUIZ ANTONIO FILIPPELLI (OAB 27021/CE), ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0051204-96.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Eduardo Ferreira - REQUERIDO: BOA VISTA SERVIÇOS S.A. - 3. Dispositivo. Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC; a) julgo pela PROCEDÊNCIA do pedido da parte autora para declarar a inexistência do contrato e consequentemente, condeno a indenizar por danos morais a qual fixo no importe de R$ 1.000,00 (mil reais), a ser acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo INPC, desde a sentença. Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022. Kathleen Nicola Kilian Juíza de Direito

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599/CE) - Processo 0051206-66.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Eduardo Ferreira - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - 3. Dispositivo. Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC; a) julgo pela PROCEDÊNCIA do pedido da parte autora para declarar a inexistência do contrato e consequentemente, condeno a indenizar por danos morais a qual fixo no importe de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a ser acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo INPC, desde a sentença. b) CONCEDO o pedido pleiteado e, deste modo, determino que a requerida promova o cancelamento da inscrição do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito referente ao contrato, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da cientificação pessoal da presente sentença, nos termos do art. 1.012, V, e 231, §3º, ambos do CPC, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por dia, em caso de descumprimento, até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022. Kathleen Nicola Kilian Juíza de Direito

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0051208-36.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Eduardo Ferreira - REQUERIDO: Midway S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - 3. Dispositivo. Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC; a) julgo pela PROCEDÊNCIA do pedido da parte autora para declarar a inexistência do contrato e consequentemente, condeno a indenizar por danos morais a qual fixo no importe de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a ser acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo INPC, desde a sentença. b) CONCEDO o pedido pleiteado e, deste modo, determino que a requerida promova o cancelamento da inscrição do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito referente ao contrato, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da cientificação pessoal da presente sentença, nos termos do art. 1.012, V, e 231, §3º, ambos do CPC, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por dia, em caso de descumprimento, até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022. Kathleen Nicola Kilian Juíza de Direito

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 37937A/CE) - Processo 0051210-06.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por

Dano Moral - REQUERENTE: Rosangela Maria de Aguiar - REQUERIDO: SERASA S.A - 3. Dispositivo. Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC; a) julgo pela PROCEDÊNCIA do pedido da parte autora para declarar a inexistência do contrato e consequentemente, condeno a indenizar por danos morais a qual fixo no importe de R$ 1.000,00 (mil reais), a ser acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo INPC, desde a sentença. Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022. Kathleen Nicola Kilian Juíza de Direito

ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP), ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0051217-95.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosangela Maria de Aguiar - REQUERIDO: BOA VISTA SERVIÇOS S.A. - 3. Dispositivo. Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC; a) julgo pela PROCEDÊNCIA do pedido da parte autora para declarar a inexistência do contrato e consequentemente, condeno a indenizar por danos morais a qual fixo no importe de R$ 1.000,00 (mil reais), a ser acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo INPC, desde a sentença. Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022. Kathleen Nicola Kilian Juíza de Direito

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0051341-78.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eduardo Aguiar - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - 3. Dispositivo Diante do exposto, acolho a preliminar de litispendência suscitada e julgo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC. Arquivem-se os autos com as baixas devidas. Sem custas e sem honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0051342-63.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eduardo Aguiar - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - 3. Dispositivo Diante do exposto, acolho a preliminar de litispendência suscitada e julgo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC. Arquivem-se os autos com as baixas devidas. Sem custas e sem honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0051343-48.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eduardo Aguiar - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - 3. Dispositivo Diante do exposto, acolho a preliminar de litispendência suscitada e julgo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC. Arquivem-se os autos com as baixas devidas. Sem custas e sem honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0051344-33.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eduardo Aguiar - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - 3. Dispositivo Diante do exposto, acolho a preliminar de litispendência suscitada e julgo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC. Arquivem-se os autos com as baixas devidas. Sem custas e sem honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0051345-18.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eduardo Aguiar - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - 3. Dispositivo Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE os pedidos elaborados na petição inicial. Sem condenação em custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 37937A/CE) - Processo 0051346-03.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Aguiar - REQUERIDO: SERASA S.A - 3. Dispositivo Pelo exposto, e por tudo que constam nos Autos, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, nos termos do art. 6° da lei n° 9.099/95 c/c art. 487, I, do CPC. Defiro o pedido de habilitação exclusiva. Deve a secretaria adotar as providências para suas respectivas habilitações, na forma da lei. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0051359-02.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio de Souza Galdino - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - 3. Dispositivo Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE os pedidos elaborados na petição inicial. Sem condenação em custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP) - Processo 0051374-68.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Eliton Teixeira - REQUERIDO: BOA VISTA SERVIÇOS S.A. - Dispositivo. Diante do exposto, julgo pela improcedência dos pedidos elaborados na inicial, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CARLOS RENAN CARDOSO RIBEIRO (OAB 35730/CE) - Processo 0051539-18.2021.8.06.0069 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - VÍTIMA: Francisco Israel de Souza Moura e outro - SENTENÇA Processo n.º:0051539-18.2021.8.06.0069 Classe:Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto:Latrocínio Autoridade Policial e Ministério Público:Delegacia Regional de Sobral e outro Autuado:Gabriel Nilton Lopes Tratam-se de ação penal em que se imputam ao réu três crimes de roubo. Segundo a narrativa da peça acusatória: Consta do incluso inquérito policial que, no dia 28 de julho de 2021, por volta das 19h:00min, no Sítio Mosquito, zona rural de Coreaú-CE, nesta cidade e comarca, o denunciado, na companhia de um indivíduo, até o presente momento, identificado apenas como Mikael, tentou subtrair, para proveito comum, bens mediante violência à vítima, Anastácio Portela de Aguiar, exercido pelo emprego de arma de fogo, que resultou em ferimentos os quais só não ocasionaram sua morte em razão de circunstancia alheia à vontade. Consta, ainda, que, na mesma data e local supracitado, o denunciado, na companhia de um indivíduo até o presente momento identificado, apenas como Mikael, tentou subtrair, para proveito comum, bens mediante violência à vítima, Francisco Israel de Sousa Moura, exercido pelo emprego de arma de fogo, que resultou em ferimentos os quais só não ocasionaram sua morte em razão de circunstancia alheia à vontade. Consta, por fim, que, na mesma data acima mencionada, no Sítio Barro Vermelho, zona rural de Coreaú-CE e em

horário não precisado nos autos, nesta cidade e comarca, o denunciado, na companhia de um indivíduo até o presente momento identificado, apenas como Mikael, subtraiu, para proveito comum, mediante violência e grave ameaça, exercida pelo emprego de arma de fogo, 1 (uma) motocicleta marca Honda/CG 125 FAN, placa nº JIM-1622, 1(um)celular e a quantia de R$ 200,00 (duzentos reais) pertencentes à vítima Francisco Alcemir Pimenta. Em defesa preliminar, o réu, de forma genérica, negou os fatos. Foi produzida prova oral e interrogado o acusado que informou que a ação delitiva ocorreu apenas por ato do terceiro que o acompanhava e que não intencionava cometer delito algum. Em memoriais, o Ministério Público ratificou o pleito condenatório. A Defesa postulou pela absolvição por falta de provas, haja vista a incerteza quanto à identificação do acusado com sendo um dos sujeitos ativos dos delitos narrados. É o relato. A Materialidade comprovou-se pela juntada dos laudos periciais anexos às f. 97 a 105 dos autos. Inegável que ocorreram três roubos distintos (vítimas e patrimônios diversos), em locais também diferentes, contudo em um mesmo contexto de continuidade delitiva, pois praticados no mesmo dia, pelos mesmos dois agentes, tendo só um deles sido identificado e pelo mesmo modo de execução (emprego de ameaça e violência com uso de arma de fogo, sem contar que ambos os sujeitos ativos estavam em um mesmo veículo (motocicleta), o que lhes permitiu a imediata fuga. É válido ressaltar que o acusado foi preso em flagrante delito pela polícia militar, justamente nesse contexto de fuga. JANILSON ALBUQUERQUE BATISTA - POLICIAL MILITAR - DISSE QUE LEMBRA DO FATO. RECEBEU UMA OCORRÊNCIA SOBRE OS ASSALTOS E QUE NO LOCAL TERIAM 2 BALEADOS. DISSE QUE CRUZOU COM ELES DURANTE O PERCURSO E UM DELES PULOU DA MOTO E ENTROU PARA DENTRO DO MATO E FUGIU. PRIMEIRAMENTE, ELES FORAM EM UMA CASA E BALEARAM UM IDOSO, QUE FICOU HOSPITALIZADO. EM SEGUIDA, SAÍRAM DA CASA E TENTARAM ROUBAR UMA MOTO, DERAM UM TIRO, MAS O HOMEM CONSEGUIU ACELERAR E SE SAIR DA SITUAÇÃO E POR ÚLTIMO TEVE OUTRA VÍTIMA, POIS ELES TOMARAM A MOTO, O CELULAR E DINHEIRO DESSA VÍTIMA. AS VÍTIMAS RECONHECERAM A PARTIR DE FOTOS MOSTRADAS A FIGURA DO ACUSADO. HERICLE TEIXEIRA SALES - POLICIAL MILITAR - ESTAVA EM SERVIÇO E FOI NOTIFICADO SOBRE OS FATOS OCORRIDOS NA LOCALIDADE DE MOSQUITO, ZONA RURAL DE COREAÚ. ENTÃO FOI ATÉ A LOCALIDADE E CONSEGUIU PRENDER GABRIEL NILTON LOPES, O ACUSADO QUE CONDUZIA A MOTO. CONTUDO, O OUTRO ACUSADO FUGIU E ENTREGOU A ARMA PARA OUTRA PESSOA QUE NÃO SE SABE E DISSE QUE É COMUM QUE ELES ENTREGUEM PARA QUEM É MAIS HABILIDOSO. A MOTOCICLETA TAMBÉM FOI ABANDONADA E APARENTEMENTE ERA ROUBADA. As duas primeiras vítimas (Anastácio e Francisco Israel) não conseguiram identificar o acusado. Quanto às vítimas em questão, estas foram baleadas e nada lhes foi subtraído. Também não há provas de que se tratou de crime doloso contra a vida, razão pela qual, pela subsidiariedade e diante do animus furandi evidenciado no terceiro crime praticado em continuidade, entendo que o agente atuou com a intenção de roubar. VÍTIMA - ANASTÁCIO - DISSE QUE VIU SUA NORA CORRENDO E FOI VER O QUE ESTAVA ACONTECENDO. DISSE QUE O CARA CHEGOU ATIRANDO E VOLTOU PRA DENTRO DE CASA E CAIU NO ALPENDRE. DISSE QUE A MULHER COMEÇOU A PEDIR SOCORRO. DISSE QUE ELES NÃO ANUNCIARAM ASSALTO, FORAM CHEGANDO E ATIRARAM. DISSE QUE ELES ESTAVAM ENCAPUZADOS E NÃO CONSEGUIU RECONHECER. DISSE QUE FOI PRO HOSPITAL IMEDIATAMENTE E NÃO FEZ O RECONHECIMENTO FACIAL EM SEDE POLICIAL. DISSE QUE DESDE O DIA DO TIRO PAROU DE TRABALHAR E AINDA NÃO CONSEGUIU VOLTAR A TRABALHAR, POIS AINDA ESTÁ SENDO MEDICADO. LEANDRO PORTELA DE AGUIAR - FILHO DE ANASTÁCIO - DISSE QUE A MOTO AINDA ESTAVA EM MOVIMENTO E O GARUPEIRO PULOU DA MOTO E JÁ FOI DANDO UM TIRO EM SEU PAI. ELES NÃO ANUNCIARAM ASSALTO E JÁ FORAM LOGO ATIRANDO. DISSE QUE FICOU DESESPERADO, POIS NÃO SABIA A INTENÇÃO DOS DOIS CARAS DE MOTO. DISSE QUE OS CARAS NÃO LEVARAM NADA. APENAS ATIRARAM SUBITAMENTE EM SEU PAI. DISSE QUE ELES ESTAVAM SEM CAPACETE, MAS TINHAM UMA COISA NA CABEÇA. DISSE QUE SEU PAI NÃO REAGIU IMEDIATAMENTE. E O HOMEM PROFERIU AS SEGUINTES PALAVRAS TE VIRA, VELHO E SEU PAI SE VIROU E PEGOU A FACA QUE USAVA PARA TRABALHAR NA ROÇA, POIS ACREDITAVA QUE IA MORRER E QUERIA DAR UMA FACADA NO CARA. FRANCISCO ISRAEL SOUZA MOURA - VÍTIMA - ESTAVA NA CASA DE SUA MÃE E QUANDO FOI PRA CASA SE DEPAROU COM UMA MOTO VINDO PRA CIMA DELE E ACHOU QUE ELES ESTAVAM BÊBADOS. DISSE QUE O GARUPEIRO BALEOU O SEU BRAÇO E ELE ACELEROU MAIS AINDA PRA FUGIR. DISSE QUE NÃO ANUNCIARAM ASSALTO. DISSE QUE O TIRO ATRAVESSOU SEU BRAÇO. DISSE QUE NÃO CONSEGUIRAM LEVAR NADA SEU. DISSE QUE O QUE TAVA PILOTANDO ESTAVA DE CAPACETE. DISSE QUE A MOTO ERA TIPO ANTIGA. NÃO LEMBRA A COR DA MOTO, MAS A FRENTE DA MOTO ERA PRETA. DISSE QUE PASSOU UM DIA E MEIO NO HOSPITAL E PASSOU MAIS DE 20 DIAS PARA SE RECUPERAR. DISSE QUE AINDA DÓI, MAS O BRAÇO AINDA FUNCIONA. Contudo, o terceiro roubo revelou a identidade dos agentes, pois a vítima não só o reconheceu na fase policial, como ratificou o reconhecimento em juízo. FRANCISCO ALCEMIR PIMENTA - VÍTIMA - DISSE QUE FOI SEGUIDO POR VOLTA DAS 19:30 E FOI PARA SUA CASA E ELES JÁ VOLTARAM COM UM REVÓLVER NA MÃO. DISSE QUE MANDARAM ELE DEITAR NO CHÃO E APONTARAM O REVÓLVER. REVISTARAM ELE E SUA ESPOSA. LEVARAM SUA MOTO, O CELULAR E 366,00. RECONHECEU UM DOS AUTORES EM MOMENTO DE COMPARTILHAMENTO DE IMAGEM DURANTE A INSTRUÇÃO. DISSE QUE NÃO RECUPEROU A MOTOCICLETA ATÉ HOJE. TEVE PREJUÍZO TOTAL DE QUASE 4 MIL REAIS. Nesse último caso, houve roubo consumado com o emprego de arma de fogo, tal qual as declarações acima. O crime de roubo se consuma com a simples inversão da posse. Súmula 582 do STJ:Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. Portanto, as condutas revelam a seguinte situação típica: 1 - Tentativa de roubo circunstanciado (§ 3º Se da violência resulta:I lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa) face a vítima Anastácio Portela de Aguiar em sua forma tentada, visto que o laudo pericial revelou que houve lesão grave (risco de vida) e não houve subtração. Ressalte-se que o crime ocorreu mediante a atuação em concurso de agentes. 2 Tentativa de roubo com o emprego de arma de fogo em relação à vítima Francisco Israel de Sousa Moura, pois o sujeito passivo foi lesionado e não lhe foi subtraído nenhum bem. Ressalte-se que houve atuação em concurso de agentes. 3 Roubo com o emprego de arma de fogo em relação à vítima Francisco Alcemir Pimenta, pois houve ameaça exercida pelo emprego de arma de fogo, atuação em concurso de agentes, e subtração consumada. Isto posto, jugo procedente a denúncia para condenar o réu nas sanções do art. 157, § 2º, II e § 2º- A, I, combinado art. 14, II, do CP, bem como art. 157, § 3º, I, combinado com art. 14, II, do CP e por fim art. 157, § 2º, II e § 2º- A, I em sua forma consumada. 1 - art. 157, § 2º, II e § 2º- A, I, combinado art. 14, II (Vítima - Francisco Israel de Sousa Moura). Passo a dosimetria da pena. Culpabilidade: maior culpabilidade em razão da lesão a bala sofrida pela vítima que sequer reagiu à investida dos agentes. Antecedentes: imaculados. Conduta social e personalidade: sem informações. Motivos: comuns. Circunstâncias e conseqüências: são as próprias do delito. Comportamento da vítima: não teve qualquer influência no delito. Em face das circunstâncias judiciais anotadas, fixo as penas-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa. Não há agravantes ou atenuantes. Há duas causas de aumento (concurso de agentes e emprego de arma de fogo). Aplico o art. 68, parágrafo único (Parágrafo único - No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua). Portanto, considero o maior aumento de dois terços (emprego

de arma). Considero também a tentativa, razão pela qual diminuo a pena em um terço, pois o crime chegou ao liame de se consumar, tendo a vítima, inclusive sido lesionada. Fixo a pena em 06 anos e 08 meses de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa. 2 - art. 157, § 2º, II e § 2º- A, I, (vítima - Francisco Alcemir Pimenta). Passo a dosimetria da pena. Culpabilidade: gravosa, posto que foram duas vítimas, incluindo a esposa daquele que teve seu patrimônio subtraído. Antecedentes: imaculados. Conduta social e personalidade: sem informações. Motivos: comuns. Circunstâncias e conseqüências: são as próprias do delito. Comportamento da vítima: não teve qualquer influência no delito. Em face das circunstâncias judiciais anotadas, fixo as penas-base em 05 (cinco anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa. Não há agravantes ou atenuantes. Há duas causas de aumento (concurso de agentes e emprego de arma de fogo). Aplico o art. 68, parágrafo único (Parágrafo único - No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua). Portanto, considero o maior aumento de dois terços (emprego de arma). Fixo a pena em 07 anos e 08 meses de reclusão e 80 (oitenta) dias-multa. 3 - art. 157, § 3º, I, combinado art. 14, II (Vítima - Francisco Israel de Sousa Moura). Passo a dosimetria da pena. Culpabilidade: maior culpabilidade em razão do emprego de arma, atuação em concurso de agentes e ao fato de a vítima sequer ter esboçado qualquer reação para ser lesionada. Antecedentes: imaculados. Conduta social e personalidade: sem informações. Motivos: comuns. Circunstâncias e conseqüências: são as próprias do delito. Comportamento da vítima: não teve qualquer influência no delito. Em face das circunstâncias judiciais anotadas, fixo as penas-base em 08 (oito) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa. Não há agravantes ou atenuantes. Não há causa de aumento de pena. Considero a tentativa, razão pela qual diminuo a pena em um terço, pois o crime chegou ao liame de se consumar, tendo a vítima, inclusive sido lesionada. Fixo a pena em 05 anos e 04 meses de reclusão e 60 (sessenta dias) dias-multa. APLICAÇÃO DO CRIME CONTINUADO. Foram três roubos cometidos em continuidade delitiva. Aplica-se o art. 71 do CP. Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subseqüentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Parágrafo único - Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Portanto, pego a maior pena e aplico um terço de majoração. A maior pena foi de 07 anos e 08 meses de reclusão. Com a exasperação de um terço (três crimes) resta 10 anos, 02 meses e 16 dias de reclusão. As multas devem ser somadas, cujo montante chega a 210 dias multa, cujo valor do dia-multa será o mínimo legal. Mantenho a prisão provisória do réu nos moldes já delineados nos autos (várias vítimas e crime praticado com gravosa lesão a uma delas). Fixo o regime cerrado para início de cumprimento de pena. Intimem-se as partes. Coreau/CE, 23 de dezembro de 2021. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

ADV: CARLOS RENAN CARDOSO RIBEIRO (OAB 35730/CE) - Processo 0051539-18.2021.8.06.0069 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - VÍTIMA: Francisco Israel de Souza Moura e outro - DECISÃO Processo n.º:0051539-18.2021.8.06.0069 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto:Latrocínio Autoridade Policial e Ministério Público:Delegacia Regional de Sobral e outro Autuado:Gabriel Nilton Lopes Recebido hoje. Trata-se de ação penal aberta contra o réu GABRIEL NILTON LOPES, qualificado nos autos, denunciado por crime de tentativa de roubo. O réu foi preso em flagrante delito no dia 28 de julho de 2021, na localidade Mosquito, desta Comarca de Coreaú, sendo que a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva por este juízo, no dia 02/08/2021, por ocasião da audiência de custódia. O sentenciado se encontra preso/recolhido na Penitenciária Industrial Regional de Sobral-CE. Então, a revisão da prisão preventiva se faz imperiosa, conforme determina o parágrafo único no artigo 316 do Código de Processo Penal, incluído pela Lei 13.964/2019. Decido. A decisão que havia decretado a prisão preventiva foi fundamentada nos motivos elencados no termo de audiência de fls. 48/49. Narra a denúncia que o réu Gabriel Nilton Lopes na companhia de um indivíduo, identificado apenas como Mikael, tentou subtrair a proveito comum, bens mediante violência à vítima Anastácio Portela de Aguiar, com emprego de arma de fogo resultando em ferimentos, os quais só não ocasionaram sua morte em razão de circunstâncias alheia à vontade do agente. Na mesma data e local, o réu, na companhia de um indivíduo, identificado apenas como Mikael, tentou subtrair a motocicleta da outra vítima Francisco Israel de Sousa Moura, também fazendo emprego de arma de fogo, ficando esta vítima lesionada a bala. A audiência de instrução foi realizada por este juízo no dia 14/10/2021, estando os autos para memoriais da acusação. Ademais, não havendo nenhum fato novo, entendo que ainda se encontram presentes os motivos que autorizaram a prisão preventiva. Com efeito, há a necessidade de manter a prisão preventiva de GABRIEL NILTON LOPES, como garantia da ordem pública, em razão dos mesmos motivos consignados na audiência de custódia, os quais são: 1 crime punido com reclusão (roubo com lesão grave); 2 indícios de autoria, pois o filho de uma das vítimas reconheceu o preso como sendo um dos autores do crime; 3 gravidade em concreto (duas vítimas foram lesionadas a bala, tendo ambas sido conduzidas à unidade hospitalar para submissão a procedimento cirúrgico; roubo ocorrido no interior, onde a vigilância é de menor monta; fuga dos agentes do local do fato). Pelo exposto, considero que ainda existem os mesmos motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva do réu, que é garantia da ordem pública, razão pela qual DECIDO PELA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DE GABRIEL NILTON LOPES. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Cumpra-se. Coreau/CE, 21 de janeiro de 2022. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0051718-49.2021.8.06.0069 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Alves de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco Sa - Vistos etc. 1. Relatório Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n.º 9.099/95. 2. Fundamentação Tratam-se os presentes autos de ação declaratória de inexistência de negócio jurídico c/c repetição de indébito e danos morais movida por Raimunda Alves de Lima em face do Banco Bradesco S.A., ambos devidamente qualificados anteriormente, onde requer, em síntese, a declaração de inexistência do contrato de empréstimo n.º 123394911620, a condenação do réu ao ressarcimento em dobro das parcelas já descontadas e o pagamento de indenização por danos morais. Embora prévia e devidamente citado (página 22), o réu não apresentou contestação e tampouco se fez presente na audiência de conciliação designada (página 21). Deste modo, incidem os efeitos da revelia, conforme termos do art. 20 da Lei n.º 9.099/95. A matéria debatida não exige, para julgamento, a produção de prova em audiência. É, pois, cabível o julgamento antecipado do feito, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Passo, assim, ao julgamento da lide, verificando que a demanda versa sobre matéria de direito e provas já acostadas aos autos. A parte autora alega que desconhece o débito questionado, tendo em vista não ter realizado a contratação do empréstimo em questão com a requerida. Sendo o consumidor parte hipossuficiente quando posto em comparação com os recursos de que uma instituição financeira detém, razoável se apresenta a aplicação da inversão do ônus da prova, conforme dita o art. 6º, VIII, CDC. Os documentos apresentados nos autos dão respaldo à versão apresentada pela promovente, a permitir o julgamento e o reconhecimento da veracidade dos fatos alegados. Desta feita, reconheço que a parte autora não firmou o

contrato questionado na inicial, deste modo, ele deve ser declarado inexistente, bem como todos os atos dele decorrentes. Portanto, reputo por ilegítimo o contrato relatado na inicial. A autora teve descontado indevidamente o valor mensal de parcelas do empréstimo não contratado (páginas 14-15), tendo prejuízo significativo em seu orçamento doméstico, principalmente ao considerar-se que esta recebe o equivalente a um salário mínimo por mês. Quanto aos danos morais, os critérios judiciais para o arbitramento da reparação moral são sempre casuísticos, porque o legislador não ousou, por meio de norma genérica e abstrata, pré-tarifar a dor de quem quer que seja. Não obstante, ao arbitrar o quantum da indenização, deve o magistrado, conforme orientação jurisprudencial já sedimentada, levar em conta a posição social do ofendido, a condição econômica do ofensor, a intensidade do ânimo em ofender e a repercussão da ofensa. Outrossim, há de ser ressaltada a crescente aceitação da concepção estadunidense, com as devidas adaptações ao ordenamento pátrio e à realidade brasileira, de utilização da indenização por dano moral como medida preventivo-pedagógica, através da determinação de sanção relevante sobre o infrator. Por óbvio, a punição, por si só, não deve ser o fim visado pelo juiz. Entretanto, não se deve olvidar a ideia de que, além de inibir o ofensor, o precedente propõe-se a figurar como exemplo para outros que, porventura, tencionem a infligir desagrados morais a outrem. A sanção pecuniária irrisória somente serve de estímulo à insistência nas práticas antijurídicas. A propósito, o eminente Desembargador EDER GRAF, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, apreciando ação de indenização por fato semelhante ao ora sob exame, asseverou: Em verdade, se não houver uma ação eficaz na quantificação das penas pecuniárias, os abusos sofrerão um impulso indireto do Judiciário para sua continuação, o que não se justifica. (3ª Cam. Civ. Ap. Civ. n° 40.129 Camborié/SC). O entendimento supra não é isolado, sendo um parâmetro de que se valem os julgadores para fixação do quantum debeatur: A indenização deve ser fixada de modo equitativo e moderado, observando-se as peculiaridades de cada caso, para que não se tenha a dor como instrumento de captação de vantagem, mas atendendo às suas finalidades punitiva e pedagógica, para que não reste dúvida ao causador do dano lhe ser mais vantajoso o respeito aos direitos alheios que o pagamento das indenizações fixadas pela justiça. (TJDFT, Ac 19980110773617, Rel. WELLINGTON MEDEIROS Julg. 15/06/2000). Assim, a indenização por prejuízo moral se presta tanto como sanção ao causador do correspondente dano, como também uma forma de amenizar a dor sofrida pela vítima. Nessa esteira de raciocínio, o valor do dano moral não tem como parâmetro o valor do eventual dano material a ele correspondente. Trata-se de patrimônio jurídico com fatos geradores distintos. O quantum fixado a título de indenização há de observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e os objetivos nucleares da reparação, que é conferir um lenitivo ao ofendido de forma a assegurar-lhe algum conforto pelas ofensas que experimentou, penalizando o ofensor pelo seu desprezo para com os direitos alheios e para com as próprias obrigações que lhe estão destinadas na condição de fornecedor de produto/prestador de serviço. Não pode ser desprezado, também, o caráter pedagógico e profilático da indenização fixada, que tem como escopo admoestar o lesante e levá-lo a repensar sua forma de atuação e seus procedimentos administrativos, objetivando coibir a reiteração de atos semelhantes. A fixação da indenização em quantia ínfima converteria a reparação deferida em estímulo e prêmio para o ofensor, caracterizando-se como mais uma ofensa direcionada ao ofendido, que veria os abalos que experimentou em sua dignidade e bom nome serem compensados por uma quantia irrisória que não representa qualquer compensação, por mínima que seja, aos dissabores e transtornos que vivenciara. Para realizar-se uma fixação adequada do quantum indenizatório é importante levar em consideração os seguintes pontos: 1) evitar o enriquecimento sem causa da parte promovente; 2) compensar os danos morais experimentados pela autora e 3) punir o promovido pelo ato ilícito praticado. Desta feita, considerando as circunstâncias do caso concreto, tais como valores dos contratos, periodicidade e valor dos descontos assim como pelas condições da autora, fixo o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), por entendê-lo razoável e proporcional ao caso deslindado. 3. Dispositivo Diante do exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, julgo pela PROCEDÊNCIA do pedido da parte autora para declarar a inexistência do contrato de empréstimo n.º 123394911620, devolução em dobro dos valores mensais indevidamente descontados e condeno o réu a indenizá-la por danos morais fixados no importe de R$ 3.000,00 (três mil Reais), a ser acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo INPC, desde a sentença. Com o escopo de evitar que a parte autora venha a enriquecer sem causa, garanto a parte demandada o direito de compensar o valor da condenação com eventuais valores que tenham sido depositados na conta daquela, desde que devidamente comprovado. Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 37937A/CE) - Processo 0052029-40.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Dores Viana Silva - REQUERIDO: SERASA S.A - 3. Dispositivo Pelo exposto, e por tudo que constam nos Autos, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, nos termos do art. 6° da lei n° 9.099/95 c/c art. 487, I, do CPC. Defiro o pedido de habilitação exclusiva. Deve a secretaria adotar as providências para suas respectivas habilitações, na forma da lei. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: FLÁVIA ROCHELLY DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 41173/CE), ADV: PAULO EDUARDO SILVA RAMOS (OAB 54014/RS) - Processo 0052062-30.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Araujo - REQUERIDO: Facta Financeira S.a. Crédito, Financiamento e Investimento - 3. Dispositivo. Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC; a) julgo pela PROCEDÊNCIA do pedido da parte autora para declarar a inexistência do contrato e consequentemente, condeno a indenizar por danos morais a qual fixo no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), a ser acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo INPC, desde a sentença. b) CONCEDO o pedido pleiteado e, deste modo, determino que a requerida promova o cancelamento da inscrição do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito referente ao contrato, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da cientificação pessoal da presente sentença, nos termos do art. 1.012, V, e 231, §3º, ambos do CPC, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por dia, em caso de descumprimento, até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022. Kathleen Nicola Kilian Juíza de Direito

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: FLÁVIA ROCHELLY DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 41173/CE) - Processo 0052070-07.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - DISPOSITIVO Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE os pedidos elaborados na peça inicial. Sem condenação em custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: FLÁVIA ROCHELLY DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 41173/CE) - Processo 0052072-74.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE os pedidos elaborados na peça inicial. Sem condenação em custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Coreau/CE, 25 de janeiro de 2022.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 37937A/CE), ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE

FONTENELE (OAB 19808/CE) - Processo 0052150-68.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Assis da Silva - REQUERIDO: SERASA S.A - 3. Dispositivo Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC, concluindo pela procedência dos pedidos iniciais para: condenar o réu ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil Reais) a título de dano moral, corrigidos monetariamente, pelo INPC, nos termos que dispõe a Súmula 362, do STJ, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso. Sem custas e sem honorários. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0052195-72.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Benício da Frota - REQUERIDO: Sul América Saúde - 3. Dispositivo Diante do exposto, julgo, por sentença, o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC, concluindo pela parcial procedência dos pedidos iniciais para: declarar a inexistência do contrato de seguro questionado na inicial; condenar o réu a restituir os valores descontados da conta do autor e que não tenham sido estornados previamente, relativos ao contrato em comento, na forma dobrada (art. 42, parágrafo único, do CDC), corrigido monetariamente a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43, do STJ) e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso (Súmula 54, do STJ); condenar o banco réu ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de dano moral, corrigidos monetariamente, pelo INPC, nos termos que dispõe a Súmula 362, do STJ, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso. Sem custas e sem honorários. Defiro o pedido de habilitação formulado pelo patrono do réu, devendo a secretaria adotar as medidas que se fizerem necessárias, Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FRANCISCO RAVYCK QUEIROZ ARAÚJO (OAB 41608/CE) - Processo 0052200-94.2021.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcos Aurélio de Araujo - Dispositivo: Ante o exposto, homologo o pedido de desistência, para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil e em consequência, com fundamento no art. 485, VIII, do mesmo diploma legal, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EMANUEL TELES DE SOUSA MASCARENHAS (OAB 36152/CE) - Processo 0060456-20.2018.8.06.0202 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LUCIA SOUSA DA CUNHA - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - DIANTE DO EXPOSTO, e com fundamento no art. 487, I do CPC-2015, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito, para: Declarar a nulidade do contrato discutido na inicial (contrato de nº306185035-4), para cessarem todos os efeitos dele decorrentes; Condenar a parte promovida a restituir, na dobrada, todas as parcelas descontadas indevidamente até a efetiva suspensão ou extinção do contrato em apreço no benefício previdenciário da autora. Tais valores deverão ser acrescidos de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a partir do efetivo desembolso de cada parcela. (súmulas 43 e 54 do STJ). Condenar o Banco Demandado ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao autor a título de indenização por danos morais, com correção monetária contada da data desta sentença (sumula 362, STJ) e juros de mora de 1% ao mês, na forma descrita na Súmula 54, STJ. Sem custas e honorários nesta fase (artigo 55, da Lei 9.099/95).

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREAÚ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: FRANCISCA DANIELA MOREIRA FONTENELE (OAB 38688/CE) - Processo 0001124-36.2018.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vicente Antonio de Carvalho - R. hoje, Intimem-se a parte autora acerca da petição de fls. 51.

ADV: FRANCISCO FRANCIMOR GOMES XIMENES (OAB 11392/CE) - Processo 0001397-20.2015.8.06.0069 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Ricado Eliezer de Aguiar - DESPACHO Processo nº:0001397-20.2015.8.06.0069 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Monitória Assunto:Nota Promissória Requerente e RequeridoRicado Eliezer de Aguiar e outro Tendo em vista o teor da certidão de fls. 104 dos autos, notifique-se a parte autora para informar em 05 dias se ainda há interesse na continuidade da demanda. Coreau, 26 de janeiro de 2022. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

ADV: MARIA VANESSA MATEUS NORONHA (OAB 29918/CE), ADV: CAIRO DE SOUSA VASCONCELOS (OAB 29712/CE), ADV: MICHELLE MATEUS NORONHA TELES (OAB 22169/CE) - Processo 0002073-31.2016.8.06.0069 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Benedito Teles Mascarenhas e outros - DESPACHO Processo nº:0002073-31.2016.8.06.0069 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Cumprimento de sentença Assunto:Pagamento ExequenteBenedito Teles Mascarenhas e outros ExecutadoBanco do Brasil Notifique-se a parte autora para manifestar-se sobre a petição de fls. 304/305 dos autos no prazo de 05 dias. Coreau, 26 de janeiro de 2022. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

ADV: JOUFRE MEDEIROS MONTENEGRO (OAB 24047/CE), ADV: SAMARA DE OLIVEIRA PINHO (OAB 31314/CE), ADV: DMITRI MONTENEGRO RIBEIRO (OAB 24376-0/CE) - Processo 0002383-37.2016.8.06.0069 - Ação Civil Coletiva - Pagamento - REQUERENTE: Sindicato dos Professores de Coreaú- Sindproc - DECISÃO Processo nº:0002383-37.2016.8.06.0069 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Ação Civil Coletiva Assunto:Pagamento e Obrigação de Fazer / Não Fazer : Trata-se de embargos de declaração, em que a parte embargante alega que a Sentença de mérito foi omissa no pedido de justiça gratuita, no pedido de audiência de instrução para produção de prova testemunhal e quanto a distribuição dinâmica do ônus da prova. No que diz respeito ao pedido de justiça gratuita, de fato procedem os embargos, razão pela qual conheço e defiro nesse aspecto, para conceder ao Sindicato embargante a gratuidade judicial. No que diz respeito aos demais pedidos, é preciso entender que os embargos de declaração não servem como instrumento para reanálise da Sentença de mérito proferida nos autos, circunstância em que caberia recurso de apelação. Em suma, se a Sentença de mérito atuou em erro de julgamento ou erro procedimental que geraria nulidade do feito, caberia à parte interpor recurso de apelação e não embargos de declaração. Ao se decidir pela dispensa da audiência de instrução ou pela distribuição dinâmica no ônus da prova, o magistrado entendeu que a prova então produzida já era suficiente, e deu a ela a sua interpretação, razão pela qual não cabe embargos de declaração, e sim o recurso de apelação para desafiar a sentença proferida nos autos. Assim, conheço parcialmente os embargos de declaração, apenas para conceder gratuidade judicial ao Sindicato embargante. Rejeitando, no tocante aos demais pleitos os embargos, mantendo a Sentença incólume. Coreau/CE, 26 de janeiro de 2022. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

ADV: FELIPE DANTAS DE CARVALHO (OAB 24313/CE) - Processo 0002663-71.2017.8.06.0069 - Interpelação - Contratos

Bancários - INTEPTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - uivamento. Isto posto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação, decretando a EXTINÇÃO DESTE PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se estes autos, com as baixas devidas.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0200012-09.2022.8.06.0069 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S.A. - uivamento. Isto posto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação, decretando a EXTINÇÃO DESTE PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se estes autos, com as baixas devidas.

COMARCA DE CRATEUS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATEUS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: JOSÉ AMILTON SOARES CAVALCANTE (OAB 29099/CE), ADV: DANIELA FERNANDES DA SILVA (OAB 32737/CE), ADV: MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO (OAB 11091/PI) - Processo 0051030-84.2021.8.06.0070 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: João Lucas Mota de Sousa Monte - David Rodrigues Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 à 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJE e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará: De ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade Judiciária, Dr. JAISON STANGHERLIN, intimo o Ministério Público, a Defesa e as Testemunhas para que tomem conhecimento que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/02/2022, às 08:30hs. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/e0b129

ADV: ATHILA BEZERRA DA SILVA (OAB 38071/CE) - Processo 0051200-90.2020.8.06.0070 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Tiago de Sousa Araújo e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 à 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJE e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará: De ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade Judiciária, Dr. JAISON STANGHERLIN, intimo o Ministério Público, a Defesa e as Testemunhas para que tomem conhecimento que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24/02/2022, às 08:30hs. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/81e271

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022

ADV: JOSÉ AMILTON SOARES CAVALCANTE (OAB 29099/CE), ADV: DANIELA FERNANDES DA SILVA (OAB 32737/CE) - Processo 0003811-80.2018.8.06.0070 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Valmir Uchoa Cardoso e outros - Intime-se a defesa do réu VALMIR UCHÔA CARDOSO para apresentar alegações finais na forma de memoriais, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: JOSE VILEMAR SALES DE MACEDO (OAB 18773/CE) - Processo 0048367-41.2016.8.06.0070 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Eilha Maria Beserra Lopes - Intime-se o advogado José Vilemar Sales de Macedo (OAB/CE 18.773) para apresentar alegações finais em forma de memoriais, no prazo legal, Expedientes necessários.

COMARCA DE CRATEUS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2022

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0003635-04.2018.8.06.0070 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Moacir Carlos Filho - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpram-se os expedientes da sentença proferida às fls. 176/177, cujo dispositivo segue transcrito a seguir: “Ante o exposto, DECLARO SATISFEITA A OBRIGAÇÃO e EXTINGO O PROCESSO, nos termos do art. 526, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente alvará judicial para liberação dos valores depositados às fls. 103 em nome da advogada da parte autora, diante dos poderes outorgados na procuração de fls. 09. Cumpram-se os expedientes necessários de acordo com a Portaria nº 557/2020, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicada em 02/04/2020. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos”. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO JORGE MEDEIROS (OAB 10717/CE), ADV: JOSÉ OSMAR ARCANJO NETO (OAB 38282/CE), ADV: GLEYSSE MARIA MORAES SALES (OAB 22705/CE), ADV: JORGE ANDRE MEDEIROS (OAB 15139/CE) - Processo 0050173-38.2021.8.06.0070 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.M.F. - REQUERIDO: J.I.B.C. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação. Concomitantemente, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, informar interesse na produção de outras provas. Expedientes necessários.

ADV: GLEDYSON ALMEIDA LOPES DE ARAUJO (OAB 24966/CE), ADV: JOÃO ALFREDO XIMENES TORRES (OAB 35790/CE) - Processo 0050524-11.2021.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.G.D.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação. Concomitantemente, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, informar interesse na produção de outras provas. Expedientes necessários.

ADV: MARIO RUBENS ALVES SILVA (OAB 33452/CE) - Processo 0050946-83.2021.8.06.0070 - Inventário - Leve

- REQUERENTE: Maria Rodrigues Araújo - Defiro o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para apresentação das primeiras declarações, devendo a inventariante justificar o motivo pela qual não apresentou no prazo legal, sob pena de ser removido do encargo.

ADV: JOSE VALDONIO COSTA (OAB 10901/CE), ADV: THIAGO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 37011/CE) - Processo 0051144-23.2021.8.06.0070 - Inventário - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis - REQUERENTE: Edvanda Gomes de Sousa - HERDEIRO: Antonio Carlos Freire de Sousa e outros - Ante o exposto, HOMOLOGO a desistência da presente ação. Em consequência, DECLARO EXTINTO o processo SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do mesmo diploma legal. Custas pela parte autora, contudo, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

ADV: DIEGO SOARES CRUZ (OAB 324392/SP), ADV: ALBERTO BRUNO DIÓGENES BEZERRA (OAB 34745/CE), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE), ADV: EDUARDO JANSEN FREITAS LEITAO (OAB 24874/CE) - Processo 0051334-20.2020.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco das Chagas de Lima - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação. Concomitantemente, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, informar interesse na produção de outras provas. Expedientes necessários.

ADV: WILKER VIEIRA LOIOLA CUSTODIO (OAB 26867/CE) - Processo 0097408-11.2015.8.06.0070 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Poty Motos Ltda - Ante a certidão do Oficial de pg. 94, intime-se a parte exequente para, em 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2022

ADV: JULIANNE MELO DOS SANTOS (OAB 29503/CE) - Processo 0049610-88.2014.8.06.0070 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Antonia Leitao Rodrigues Melo - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, esclarecer a divergência quanto ao número do imóvel, eis que na inicial menciona “nº 68”, contudo no contrato de pgs.13/14 e matrícula de pg. 61, constam “nº 74”.

ADV: LUCIANA KYARELLY BARBOSA DO NASCIMENTO (OAB 33322/CE) - Processo 0050591-73.2021.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.C.S.M. e outro - Considerando que a parte requerida foi devidamente citada, não compareceu a audiência de conciliação nem apresentou contestação, decreto sua revelia, contudo, deixo de aplicar os efeitos materiais do referido instituto processual por tratar-se de direito indisponível. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do ofício de pgs. 47/51, bem como dizer se possui interesse na produção de outras provas. Após, com ou sem manifestação, abra-se vista dos autos ao Ministério Público.

ADV: FABIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP) - Processo 0200046-78.2022.8.06.0070 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas e despesas processuais ou produzir prova de tal impossibilidade, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, consoante art. 290, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

COMARCA DE CRATEUS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: FRANCISCO CARLOS MAGNO OLIVEIRA COELHO (OAB 35197/CE), ADV: FRANCIELDA SERVOLO SABOIA (OAB 37815/CE) - Processo 0000630-71.2018.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MARIA MICHELE SOARES GOMES - REQUERIDO: J S MOITA VEICULOS ME - ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0000630-71.2018.8.06.0070 Classe Assunto:Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos Requerente:MARIA MICHELE SOARES GOMES Requerido:J S MOITA VEICULOS ME Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 16/02/2022 às 10:45h. Ficam o(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) devidamente intimado(a)(s) da referida audiência, bem como de que deverão notificar as partes e respectivas testemunhas para participarem da referida audiência, independentemente de intimação do Juízo. A audiência ocorrerá por videoconferência na plataforma virtual do TJCE Office 365, através do microsoft teams, cujo link segue abaixo. Para ter acesso à sala virtual, será necessário baixar e instalar o aplicativo “microsoft teams” através do seguinte endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app Segue o link de acesso para audiência na Sala Virtual da Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús: https://link.tjce.jus.br/93c487 O acesso à sala virtual ainda pode ser feito por meio da leitura do QR Code abaixo. Neste caso, é necessário ter instalado um aplicativo para leitura de QR Code, o que pode ser obtido na play store do seu celular. Caso a parte ou a testemunha não disponha de equipamentos tecnológicos que o permita participar da audiência virtual, o interessado na sua participação deverá comprovar essa situação e requerer autorização judicial para o comparecimento pessoal (parte ou testemunha) na Secretaria da Vara a fim de participar da audiência. Em caso de dúvida, contatar a unidade judicial pelos canais de atendimento: Whatsapp Busniness (88) 3691.7040 - Horário de Atendimento 08:00h às 15:00h E-mail: crateus.3@tjce.jus.Br e crateus.2civel@tjce.jus.br Balcão Virtual - https://vdc.tjce.jus.br/2VARACIVELDECRATEUS Endereço: Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n - Campo Velho, Crateús-CE, CEP 63.701-235 Crateús/CE, 26 de janeiro de 2022. Francisco Wiglo Alves Freire Supervisor de Unidade Judiciár

ADV: ISMAEL PEDROSA MACHADO (OAB 15311/CE), ADV: FERNANDO SCIASCIA CRUZ (OAB 8320/CE) - Processo 0002737-54.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lindaleia Aires Evangelista Lima - REQUERIDO: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA e outro - ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0002737-54.2019.8.06.0070 Classe Assunto:Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente:Lindaleia Aires Evangelista Lima Requerido:FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA e outro Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 16/02/2022 às 09:45h. Ficam o(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) devidamente intimado(a)(s) da referida audiência, bem como de que deverão notificar as partes e respectivas testemunhas para participarem da referida audiência, independentemente de intimação do Juízo. A audiência ocorrerá por videoconferência na plataforma

virtual do TJCE Office 365, através do microsoft teams, cujo link segue abaixo. Para ter acesso à sala virtual, será necessário baixar e instalar o aplicativo "microsoft teams" através do seguinte endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app Segue o link de acesso para audiência na Sala Virtual da Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús: https://link.tjce.jus.br/b0ab3b O acesso à sala virtual ainda pode ser feito por meio da leitura do QR Code abaixo. Neste caso, é necessário ter instalado um aplicativo para leitura de QR Code, o que pode ser obtido na play store do seu celular. Caso a parte ou a testemunha não disponha de equipamentos tecnológicos que o permita participar da audiência virtual, o interessado na sua participação deverá comprovar essa situação e requerer autorização judicial para o comparecimento pessoal (parte ou testemunha) na Secretaria da Vara a fim de participar da audiência. Em caso de dúvida, contatar a unidade judicial pelos canais de atendimento: Whatsapp Busniness (88) 3691.7040 - Horário de Atendimento 08:00h às 15:00h E-mail: crateus.3@tjce.jus.Br e crateus.2civel@tjce.jus.br Balcão Virtual - https://vdc.tjce.jus.br/2VARACIVELDECRATEUS Endereço: Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n - Campo Velho, Crateús-CE, CEP 63.701-235 Crateús/CE, 26 de janeiro de 2022. Francisco Wiglo Alves Freire Supervisor de Unidade Judiciár

ADV: LEANDRO TEIXEIRA SANTIAGO (OAB 39945/CE) - Processo 0010769-14.2020.8.06.0070 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Violação de domicílio (art. 150) - ADOLESCENTE: J.P.M. - DESPACHO Processo nº:0010769-14.2020.8.06.0070 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Processo de Apuração de Ato Infracional Assunto:Violação de domicílio (art. 150) Ministério PúblicoMinistério Público do Estado do Ceará Adolescente infratorJailson Pereira Moreira Considerando o teor da certidão retro, nomeio como defensor(a) dativo(a) do(a) autor(a) do fato(a) o(a) advogado(a) LEANDRO TEIXEIRA SANTIAGO, OAB-CE 39945 CE, e-mail leandroteixeirasantiago@gmail.com, em conformidade com o disposto no Provimento nº 11/2021/CGJCE (DJe de 05/05/2021), no Edital nº 04/2021/CGJCE (Dje de 11/05/2021) e no Edital 07/2021/CGJCE (DJe de 08/07/2021), que deverá ser intimado para participar de todos os atos deste processo. Intime(m)-se. Crateús, 21 de janeiro de 2022. Marcos Aurelio Marques Nogueira Juiz de Direito

ADV: LEANDRO TEIXEIRA SANTIAGO (OAB 39945/CE) - Processo 0010769-14.2020.8.06.0070 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Violação de domicílio (art. 150) - ADOLESCENTE: J.P.M. - ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0010769-14.2020.8.06.0070 Classe Assunto:Processo de Apuração de Ato Infracional - Violação de domicílio (art. 150) Ministério Público:Ministério Público do Estado do Ceará Adolescente infrator:Jailson Pereira Moreira Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 18/02/2022 às 09:00h. Ficam o(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) devidamente intimado(a)(s) da referida audiência, que será UNA, ocasião em que todas as manifestações processsuais deverão ocorrer em audiência. A audiência ocorrerá por videoconferência na plataforma virtual do TJCE Office 365, através do microsoft teams, cujo link segue abaixo. Para ter acesso à sala virtual, será necessário baixar e instalar o aplicativo "microsoft teams" através do seguinte endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app Segue o link de acesso para audiência na Sala Virtual da Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús: https://link.tjce.jus.br/5ab988 Caso a parte ou a testemunha não disponha de equipamentos tecnológicos que o permita participar da audiência virtual, o interessado na sua participação deverá comprovar essa situação e requerer autorização judicial para o comparecimento pessoal (parte ou testemunha) na Secretaria da Vara a fim de participar da audiência. Em caso de dúvida, contatar a unidade judicial pelos canais de atendimento: Whatsapp Busniness (88) 3691.7040 - Horário de Atendimento 08:00h às 15:00h E-mail: crateus.3@tjce.jus.Br e crateus.2civel@tjce.jus.br Balcão Virtual - https://vdc.tjce.jus.br/2VARACIVELDECRATEUS Endereço: Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n - Campo Velho, Crateús-CE, CEP 63.701-235 Crateús/CE, 26 de janeiro de 2022. Francisco Wiglo Alves Freire Supervisor de Unidade Judiciár

ADV: AMANDA VIEIRA DA SILVA SANTOS (OAB 39184/CE) - Processo 0050295-51.2021.8.06.0070 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Furto (art. 155) - ADOLESCENTE: P.M.G.S. - DESPACHO Processo nº:0050295-51.2021.8.06.0070 Apensos:Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe:Processo de Apuração de Ato Infracional Assunto:Furto (art. 155) Autoridade PolicialPolicia Civil do Estado do Ceará Adolescente infratorPedro Mikael Gomes da Silva Considerando o teor da certidão retro, Nomeio como defensor(a) dativo(a) do(a) autor(a) do fato(a) o(a) advogado(a) AMANDA VIEIRA DA SILVA SANTOS, OAB-CE 39184, e-mail amandavss92@gmail.com, em conformidade com o disposto no Provimento nº 11/2021/CGJCE (DJe de 05/05/2021), no Edital nº 04/2021/CGJCE (Dje de 11/05/2021) e no Edital 07/2021/CGJCE (DJe de 08/07/2021), que deverá ser intimado para participar de todos os atos deste processo. Intime(m)-se. Crateús, 21 de janeiro de 2022. Marcos Aurelio Marques Nogueira Juiz de Direito

ADV: AMANDA VIEIRA DA SILVA SANTOS (OAB 39184/CE) - Processo 0050295-51.2021.8.06.0070 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Furto (art. 155) - ADOLESCENTE: P.M.G.S. - ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0050295-51.2021.8.06.0070 Classe Assunto:Processo de Apuração de Ato Infracional - Furto (art. 155) Autoridade Policial:Policia Civil do Estado do Ceará Adolescente infrator:Pedro Mikael Gomes da Silva Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 18/02/2022 às 10:00h. Ficam o(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) devidamente intimado(a)(s) da referida audiência, que será UNA, ocasião em que todas as manifestações processuais deverão ocorrer em audiência. A audiência ocorrerá por videoconferência na plataforma virtual do TJCE Office 365, através do microsoft teams, cujo link segue abaixo. Para ter acesso à sala virtual, será necessário baixar e instalar o aplicativo "microsoft teams" através do seguinte endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app Segue o link de acesso para audiência na Sala Virtual da Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús: https://link.tjce.jus.br/753c64 Caso a parte ou a testemunha não disponha de equipamentos tecnológicos que o permita participar da audiência virtual, o interessado na sua participação deverá comprovar essa situação e requerer autorização judicial para o comparecimento pessoal (parte ou testemunha) na Secretaria da Vara a fim de participar da audiência. Em caso de dúvida, contatar a unidade judicial pelos canais de atendimento: Whatsapp Busniness (88) 3691.7040 - Horário de Atendimento 08:00h às 15:00h E-mail: crateus.3@tjce.jus.Br e crateus.2civel@tjce.jus.br Balcão Virtual - https://vdc.tjce.jus.br/2VARACIVELDECRATEUS Endereço: Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n - Campo Velho, Crateús-CE, CEP 63.701-235 Crateús/CE, 26 de janeiro de 2022. Francisco Wiglo Alves Freire Supervisor de Unidade Judiciár

ADV: SUELLINY MACHADO AGUIAR (OAB 22509/CE) - Processo 0051319-51.2020.8.06.0070 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: N.S.A. - ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0051319-51.2020.8.06.0070 Classe Assunto:Interdição/Curatela - Nomeação Interditante:Natália dos Santos Alves Curatelado:Francisco dos Santos Alves Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 16/02/2022 às 09:00h. Ficam o(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) devidamente intimado(a)(s) da referida audiência, bem como de que deverão notificar as partes e respectivas testemunhas para participarem da referida audiência, independentemente de intimação do Juízo. A audiência ocorrerá por videoconferência na plataforma virtual do TJCE Office 365, através do microsoft teams, cujo link segue abaixo. Para ter acesso à sala virtual, será necessário baixar e instalar o aplicativo "microsoft teams" através do seguinte endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app Segue o link de acesso para audiência na Sala Virtual da Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús: https://link.tjce.jus.br/b0d380 O acesso a sala virtual ainda pode ser feito por meio da leitura do QR Code abaixo. Neste caso, é necessário ter instalado um aplicativo para leitura de QR Code, o que pode ser obtido na play store do seu celular. Caso a parte ou a testemunha não disponha de equipamentos tecnológicos que o permita participar da audiência virtual, o interessado

na sua participação deverá comprovar essa situação e requerer autorização judicial para o comparecimento pessoal (parte ou testemunha) na Secretaria da Vara a fim de participar da audiência. Em caso de dúvida, contatar a unidade judicial pelos canais de atendimento: Whatsapp Busniness (88) 3691.7040 - Horário de Atendimento 08:00h às 15:00h E-mail: crateus.3@tjce.jus.Br e crateus.2civel@tjce.jus.br Balcão Virtual - https://vdc.tjce.jus.br/2VARACIVELDECRATEUS Endereço: Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n - Campo Velho, Crateús-CE, CEP 63.701-235 Crateús/CE, 26 de janeiro de 2022. Francisco Wiglo Alves Freire Supervisor de Unidade Judiciár

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: DANYEL BEZERRA MENDES (OAB 9046/TO) - Processo 0002023-94.2019.8.06.0070 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.S.S.S. e outro - Como requer o Ministério Público. Cumpra-se nos termos do parecer de fls. 232/237.

ADV: FERNANDO ANTONIO RIBEIRO DE CARVALHO JUNIOR (OAB 39499/CE) - Processo 0010649-05.2019.8.06.0070 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.V.B. - ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0010649-05.2019.8.06.0070 Classe Assunto:Divórcio Litigioso - Dissolução Requerente:Francisco Valdo Bonfim Requerido:ROZILENE PINHO PEREIRA BONFIM Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 22/02/2022 às 10:00h. Ficam o(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) devidamente intimado(a)(s) da referida audiência, bem como de que deverão notificar as partes e respectivas testemunhas para participarem da referida audiência, independentemente de intimação do Juízo. A audiência ocorrerá por videoconferência na plataforma virtual do TJCE Office 365, através do microsoft teams, cujo link segue abaixo. Para ter acesso à sala virtual, será necessário baixar e instalar o aplicativo “microsoft teams” através do seguinte endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app Segue o link de acesso para audiência na Sala Virtual da Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús: https://link.tjce.jus.br/7da1d5 O acesso a sala virtual ainda pode ser feito por meio da leitura do QR Code abaixo. Neste caso, é necessário ter instalado um aplicativo para leitura de QR Code, o que pode ser obtido na play store do seu celular. Caso a parte ou a testemunha não disponha de equipamentos tecnológicos que o permita participar da audiência virtual, o interessado na sua participação deverá comprovar essa situação e requerer autorização judicial para o comparecimento pessoal (parte ou testemunha) na Secretaria da Vara a fim de participar da audiência. Em caso de dúvida, contatar a unidade judicial pelos canais de atendimento: Whatsapp Busniness (88) 3691.7040 - Horário de Atendimento 08:00h às 15:00h E-mail: crateus.3@tjce.jus.Br e crateus.2civel@tjce.jus.br Balcão Virtual - https://vdc.tjce.jus.br/2VARACIVELDECRATEUS Endereço: Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n - Campo Velho, Crateús-CE, CEP 63.701-235 Crateús/CE, 27 de janeiro de 2022. Francisco Wiglo Alves Freire Supervisor de Unidade Judiciár

ADV: JOSE OLIVEIRA ARAGAO (OAB 7114/CE) - Processo 0050103-21.2021.8.06.0070 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: George Washington Bezerra Teixeira - Compulsando os autos verifico que não é possível detectar a qual exercício se refere o Certificado de Registro de Veículo acostado à fl. 11, já que a imagem encontra-se cortada. Desse modo, intime-se o autor para, no prazo de 10 dias, providenciar juntada do CRV atualizado ou de documento contemporâneo (a exemplo de consulta nos sistemas do DETRAN) que ateste que o veículo está registrado em nome de Jean Charles Bezerra Teixeira. Após, venham os autos para julgamento.

ADV: FLÁVIO BARBOZA MATOS (OAB 28410/CE) - Processo 0050176-27.2020.8.06.0070 - Tutela Cautelar Antecedente - Pagamento - AUTOR: Jose Edvan da Silva Peres - ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0050176-27.2020.8.06.0070 Classe Assunto:Tutela Cautelar Antecedente - Pagamento Autor:Jose Edvan da Silva Peres Réu:Fazenda Pública do Estado do Ceará Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 22/02/2022 às 09:00h. Ficam o(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) devidamente intimado(a)(s) da referida audiência, bem como de que deverão notificar as partes e respectivas testemunhas para participarem da referida audiência, independentemente de intimação do Juízo. A audiência ocorrerá por videoconferência na plataforma virtual do TJCE Office 365, através do microsoft teams, cujo link segue abaixo. Para ter acesso à sala virtual, será necessário baixar e instalar o aplicativo “microsoft teams” através do seguinte endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app Segue o link de acesso para audiência na Sala Virtual da Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús: https://link.tjce.jus.br/9aa05a O acesso a sala virtual ainda pode ser feito por meio da leitura do QR Code abaixo. Neste caso, é necessário ter instalado um aplicativo para leitura de QR Code, o que pode ser obtido na play store do seu celular. Caso a parte ou a testemunha não disponha de equipamentos tecnológicos que o permita participar da audiência virtual, o interessado na sua participação deverá comprovar essa situação e requerer autorização judicial para o comparecimento pessoal (parte ou testemunha) na Secretaria da Vara a fim de participar da audiência. Em caso de dúvida, contatar a unidade judicial pelos canais de atendimento: Whatsapp Busniness (88) 3691.7040 - Horário de Atendimento 08:00h às 15:00h E-mail: crateus.3@tjce.jus.Br e crateus.2civel@tjce.jus.br Balcão Virtual - https://vdc.tjce.jus.br/2VARACIVELDECRATEUS Endereço: Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n - Campo Velho, Crateús-CE, CEP 63.701-235 Crateús/CE, 27 de janeiro de 2022. Francisco Wiglo Alves Freire Supervisor de Unidade Judiciár

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0050869-74.2021.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - DPVAT - REQUERENTE: Francisca Adriana Diniz - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Intimem-se as partes para, de forma fundamentada e no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir. Expedientes necessários.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0051199-71.2021.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - DPVAT - REQUERENTE: Francisco Cleber Rodrigues Martins - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 dias, especificarem, de forma fundamentada, as provas que pretendem produzir. Cumpra-se.

COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0003731-16.2018.8.06.0071 - Busca e Apreensão

em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - Vistos etc. Intime-se a parte autora, através do DJe, para, no prazo de 15 dias, informar a localização do veículo objeto dos autos, com o fim de ser devidamente apreendido, ante a certidão de página 109 do caderno processual. Ressalto que eventual pedido de expedição de mandado deverá vir acompanhado das respectivas custas de diligência do oficial de justiça, cujas guias deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec. Crato (CE), 15 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: ROLIM & SANTANA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1135/CE) - Processo 0006699-82.2019.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Saaec - Soc. Anônima de Água e Esgoto do Crato - Vistos etc. Ante o bloqueio de páginas 72/73, determino a intimação da devedora, através do procurador judicial, via DJe, para, no prazo de 5 dias, comprovar que: I - as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; II - ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros, tudo de conformidade com o disciplinado nos §§ 2º e 3º, do art. 854, do Código de Processo Civil. Exp. Nec. Crato (CE), 13 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0007216-87.2019.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Vi - Não Padronizado - Vistos etc. Intime-se a parte autora, através do DJe, para, no prazo de 15 dias, informar a localização do veículo objeto dos autos, com o fim de ser devidamente apreendido, ante a certidão de página 131 do caderno processual. Ressalto que eventual pedido de expedição de mandado deverá vir acompanhado das respectivas custas de diligência do oficial de justiça, cujas guias deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec. Crato (CE), 15 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE) - Processo 0007384-89.2019.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e outro - Vistos etc. Intime-se a parte autora, através do DJe, para, no prazo de 15 dias, informar a localização do veículo objeto dos autos, com o fim de ser devidamente apreendido, ou requerer as diligências que entender cabíveis, sob pena de extinção. Ressalto que eventual pedido de expedição de mandado deverá vir acompanhado das respectivas custas de diligência do oficial de justiça, cujas guias deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec. Crato (CE), 15 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0047862-76.2018.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S. A - Vistos etc. Intime-se a parte exequente, através do DJe, para efetuar a juntada do respectivo contrato de honorários, para fins de atendimento do disciplinado no art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/94, no prazo de 15 dias, uma vez que o documento de pagina 358 (procuração) não é o meio adequado para tanto, pois com finalidade diversa do contrato. Decorrido in albis o prazo supra, expeça-se alvará em favor a parte autora e em benefício da advogada subscritora da peça de páginas 355/357, este constando apenas o valor relativo aos honorários sucumbenciais. Exp. Nec. Crato, 02 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: THALYS SAVYO NUNES FREIRE (OAB 37806/CE) - Processo 0050640-14.2021.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: S Freire Incorporações Eireli - Vistos etc. Determino a intimação da executada (S FREIRE INCORPORAÇÕES EIRELI), pelo Diário da Justiça, através do advogado constituído, para efetuar o pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto de título e aplicação de multa e honorários advocatícios, cada um no percentual de 10% (dez por cento) da dívida, ficando ciente de que deverá apresentar impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo destinado ao pagamento voluntário, conforme previsão do art. 523, § 1º e art. 525, ambos do Código de Processo Civil. Não havendo pagamento voluntário e nem impugnação, intime-se o exequente para apresentar planilha atualizada do débito, constando multa (10%) e honorários (10%) e prepare o processo para realização de bloqueio de valores através do Sistema SISBAJUD. Expedientes Necessários. Crato, 06 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: HUGO BEZERRA DE MELO (OAB 3968/CE), ADV: ANTONIO GONCALVES SOBRINHO (OAB 8321/CE), ADV: MARIA DO SOCORRO PONTES NOROES MILFONT (OAB 18882/CE), ADV: MARIA SOCORRO VIEIRA SENA (OAB 11902/CE), ADV: FRANCISCO VERAS SENA (OAB 12856/CE) - Processo 0051568-38.2016.8.06.0071 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil Sa - Vistos, etc. Processo com Leilão designado às págs 146: Início do 1º LEILÃO (abertura para lances): 14/02/2022, às 16h00 Encerramento do 1º LEILÃO: 16/02/2022, às 16h00 Início do 2º LEILÃO: 16/02/2022, às 16h01 Encerramento do 2º LEILÃO: 02/03/2022, às 16h00 Intime-se o exequente para recolhimento das 02 custas de Diligência de oficial de justiça, referente ao mandado já cumprido de págs 149, bem como para expedição do mandado de intimação em relação ao executado ANTONIA LUCIA FERREIRA DANTAS - ME, ANTONIA LUCIA FERREIRA DANTAS, no prazo máximo de 05 dias. À SEJUD CRAJUBAR para expedição do mandado de intimação do leilão designado para a executada ANTONIA LUCIA FERREIRA DANTAS, por si e por ser representante da ANTONIA LUCIA FERREIRA DANTAS - ME, com endereço à Rua Padre Anchieta, nº 67, Muriti, Crato/CE, CEP: 63.133-180 , vez que ainda não foi expedido.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0051658-70.2021.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora, através do DJe, para, no prazo de 15 dias, informar a localização do veículo objeto dos autos, com o fim de ser devidamente apreendido, ou requerer as diligências que entender cabíveis, sob pena de extinção. Ressalto que eventual pedido de expedição de mandado deverá vir acompanhado das respectivas custas de diligência do oficial de justiça, cujas guias deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec. Crato (CE), 15 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 16629/CE) - Processo 0052973-36.2021.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Dano Moral / Material - REQUERENTE: Andressa de Oliveira Lopes e outros - Vistos, etc. Sobre a contestação, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se. Crato (CE), 14 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0053557-06.2021.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora, através do DJe, para, no prazo de 15 dias, informar a localização do veículo objeto dos autos, com o fim de ser devidamente apreendido, ante a certidão de página 72 do caderno processual. Ressalto que eventual pedido de expedição de mandado deverá vir acompanhado das respectivas custas de diligência do oficial de justiça, cujas guias deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec. Crato (CE), 15 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz

de Direito - Titular

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: JOSE SERGIO DANTAS LOPES (OAB 10534/CE) - Processo 0010948-08.2021.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Vistos etc. Intime-se a parte exequente, através do procurador judicial, via DJe, para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, juntando aos autos o título de crédito que fundamenta o presente feto executivo, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, do Citado Diploma Processual. Intime-se a, ainda, para, em igual prazo, efetuar o pagamento das custas e despesas de ingresso, inclusive custas de intimação do(a) executada (diligência do oficial de justiça ou postal), sob pena de cancelamento da distribuição. Ressalto que as guias das custas deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec. Crato (CE), 16 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: PAULO RENAN FELIX ALVES DE SOUSA (OAB 30737/CE) - Processo 0053188-12.2021.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: João Araújo Silva - Vistos, etc... Defiro a gratuidade judiciária, atento à declaração de pág. 29 e com fulcro no art. 98 do CPC. Importante destacar que a relação estabelecida entre as partes se caracteriza como de consumo, razão pela qual devem ser aplicadas as normas do Código de Defesa do Consumidor, conforme entendimento sumulado pelo STJ(Súmula 297) e consolidado pelo STF no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2591. Neste sentido, considerando a hipossuficiência autoral perante a instituição financeira, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte autora, conforme previsão do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, sem, contudo, eximir-lhe de realizar a prova mínima do direito alegado, notadamente, com relação à existência de juros e encargos contratuais abusivos. Com relação à tutela antecipada requestada, é preciso ter em mente que a concessão do pleito exige que o interessado apresente elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme previsão do art. 300 do CPC: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso concreto, a análise perfunctória dos documentos que acompanham a inicial não permitem, em juízo cognição sumária, concluir pela nulidade de qualquer cláusula do negócio jurídico, tão pouco a apontada abusividade da cobrança dos juros e demais encargos, situações que serão apreciadas no curso da demanda, após a análise das provas e sob o crivo do contraditório, mormente, considerando a ausência do instrumento de crédito firmado entre as partes Neste contexto, convém destacar que o ajuizamento de revisional de contrato não é capaz de elidir os efeitos da mora, de modo que descabida, por hora, a pretensão de não inclusão ou exclusão do nome do autor das bases de dados dos órgãos de proteção ao crédito, manutenção da posse do veículo e depósito de parcela incontroversa que sequer foi especificada na inicial. Sobre o tema colaciono o precedente abaixo: AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO INDEFERIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA - PRETENSÃO DE REFORMA PARA QUE A AUTORA SEJA MANTIDA NA POSSE DO VEÍCULO FINANCIADO E SEU NOME SEJA EXCLUÍDO DAS BASES DE DADOS DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, MEDIANTE O DEPÓSITO DO VALOR INTEGRAL DAS PARCELAS MENSAIS DESCABIMENTO - Tratando-se de contrato de financiamento com prestações fixas previamente ajustadas entre as partes, inexiste verossimilhança do direito alegado que autorize a antecipação de tutela pretendida, mesmo com o depósito em juízo do valor integral das parcelas mensais. Aplicação do art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil Recurso desprovido. (TJ-SP , Relator: Walter Fonseca, Data de Julgamento: 21/11/2013, 11ª Câmara de Direito Privado) Por esta razão, entendo que não restou demonstrada a plausibilidade do direito e o perigo na demora, motivo pelo qual indefiro o pedido de tutela antecipada. Embora a causa admita a autocomposição, considerando a expressa manifestação do autor pela não realização de audiência de conciliação/mediação, cite-se o promovido para contestar, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de revelia, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas na inicial. Intimem-se as partes acerca desta decisão, devendo o promovido também ser intimado para juntar aos autos cópia do contrato de financiamento, sob pena de incidência da penalidade do art. 400 do CPC. Crato/CE, 13 de janeiro de 2022. José Flávio Bezerra Morais Juiz de Direito Respondendo

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0053702-62.2021.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora, através do procurador judicial, via DJe, mais uma vez, para, no prazo de 5 dias, efetuar o recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, sob pena de cancelamento da distribuição. Ressalto que as guias das custas deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec. Crato (CE), 16 de dezembro de 2021. Jose Batista de Andrade Juiz de Direito - Titular

ADV: JOSE RICAOM VIEIRA SOARES (OAB 11535/CE) - Processo 0200073-58.2022.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Natalia Gomes de Oliveira Matos, - Vistos, etc... Acolho a emenda à inicial de págs. 53/93. Não obstante as razões fático-jurídicas lançadas na petição de emenda, indefiro o pedido de reconsideração e mantenho a decisão de indeferimento da tutela de urgência, firme nos fundamentos nela expostos e por entender que não restou demonstrado o periculum in mora. Intime-se as partes acerca desta decisão. CUMPRA-SE a decisão de págs. 51/52. Crato/CE, 21 de janeiro de 2022. José Flávio Bezerra Morais Juiz de Direito Respondendo

COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: MARILIA MOREIRA MOURA ALENCAR GOMES (OAB 17935/CE), ADV: GIOVANNI PAULO DE VASCONCELOS SILVA (OAB 8579/CE) - Processo 0047488-31.2016.8.06.0071 (apensado ao processo 0037185-89.2015.8.06.0071) - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Unimed do Ceara - Federacao das Cooperativas de Trabalho Medico do Estado do Ceara Ltda - QUE A SEJUD INTIME A PARTE PROMOVIDA, POR SEU ADVOGADO, VIA DJe, para, em cinco dias, manifestar-se acerca do depósito.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCO HENRIQUE FIORELLI (OAB 42804/CE) - Processo

0050794-32.2021.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Demontier da Silva Moura - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc Intime-se as partes para que se manifestem acerca do laudo pericial em 5 dias.

ADV: RAFAEL DE LIMA RAMOS (OAB 35827/PE) - Processo 0053175-13.2021.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Maria de Silva Souza - R. Hoje. Deferida a gratuidade judiciária , fls. 30. Aguarde-se o decurso do prazo assinalado no despacho inaugural, observando-se a certidão inserta às fls. 36 dos autos. Decorrido "in albis" sem o escorreito cumprimento da determinação de emenda à inicial, retornem-me concluso para sentença. Intime-se. À SEJUD, para cumprimento do ato determinado. Crato, 29 de novembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0006121-22.2019.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Vistos etc. Satisfeitos os requisitos legais, e mostrando-se desnecessária a oitiva do réu já citado posto que revel, HOMOLOGO, por sentença, para que surtam os seus efeitos jurídicos e legais, o pedido de desistência de fl. 102/103, extinguindo o processo sem resolução do mérito com fundamento no art. 485, VIII, do CPC. Não houve inserção de restrição no RENAJUD por este juízo. Custas já recolhidas. P. R. I. Arquive-se, de logo, com baixa, eis que ausente o interesse recursal.

ADV: PAULO RENAN FELIX ALVES DE SOUSA (OAB 30737/CE), ADV: JEFERSON ALEX SALVIATO (OAB 236655/SP) - Processo 0007757-23.2019.8.06.0071 (apensado ao processo 0006235-58.2019.8.06.0071) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consorcio Ltda - REQUERIDO: Luiz Eduardo da Costa Santos e outro - Vistos etc. Satisfeitos que foram os requisitos legais, HOMOLOGO, por sentença, para que surtam os seus efeitos jurídicos e legais, o acordo de fls. 178/181, resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Custas já recolhidas. Honorários conforme acordados. Proceda-se a retirada das restrições impostas às fls. 175/176 através do sistema RENAJUD. P. R. I. Transitada em julgado, arquive-se, com baixa.

ADV: PATTRICK LUIS RAMOS DE CARVALHO (OAB 20725/CE), ADV: JOSE ERLANIO RODRIGUES (OAB 12855/CE), ADV: ANDRE CARVALHO ALVES (OAB 16497/CE), ADV: SAMUEL DE OLIVEIRA LACERDA (OAB 16329/CE) - Processo 0008533-23.2019.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Liege Maria Lima Verde Rodrigues - REQUERIDO: Plano de Saúde São Camilo - Beneficiência Camiliana do Sul - Intimem-se as partes para informarem, em 5 (cinco) dias, se têm interesse na produção de outras provas, especificando-as e justificando a necessidade e pertinência das mesmas, fazendo constar no expediente que a ausência de manifestação das partes no prazo concedido importará em desinteresse dos litigantes e poderá redundar no encaminhamento do feito para julgamento.

ADV: BRISA ARAUJO ULISSES (OAB 41996/CE) - Processo 0008660-58.2019.8.06.0071 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Rodrigo Teixeira Conde Rodrigues - R. h Fale a parte autora, em 5 (cinco) dias, requerendo o que entender convinhável nos termos da Lei. Intime-se. À SEJUD, para cumprimenro do(s) ato(s) determinado(s) Crato, 14 de dezembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR Juiz de Direito

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0033103-83.2013.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - QUE A SEJUD INTIME A PARTE PROMOVIDA(BANCO DO BRASIL), POR SEU ADVOGADO, VIA DJe, para, em cinco dias, manifestar-se acerca das informações de páginas 505/507. Restando silente, ARQUIVE-SE.

ADV: JOSE SERGIO DANTAS LOPES (OAB 10534/CE) - Processo 0035170-84.2014.8.06.0071 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S. A - R. h Fale o autor, em 5 (cinco) dias, acerca da resposta do ofício de fls. 267. Intime(m)-se. À SEJUD, para cumprimento do ato determinado. Crato, 15 de dezembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR Juiz de Direito

ADV: DANIEL MACEDO ROCHA (OAB 30686/CE) - Processo 0048264-60.2018.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Soraya Maria Pinheiro Gomes e Albuquerque - Renove-se a intimação ao EXEQUENTE, VIA DJe, para, desta feita, em 3 (três) dias, promover a ATUALIZAÇÃO do débito exequendo, bem como FORNECER SEUS DADOS PESSOAIS E BANCÁRIOS necessários para a expedição da RPV, sob pena de arquivamento.

ADV: JOAO PAULO DIAS PEIXOTO (OAB 26474/CE) - Processo 0050471-27.2021.8.06.0071 - Monitória - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Solange Marques da Silva Lima - R.h Sobre a contestação de fls. 107/115, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias, em sede de Réplica (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se. À SEJUD, para cumprimento do ato determinado. Crato (CE), 10 de dezembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR Juiz de Direito

ADV: MARIA DE FATIMA PINHEIRO CAIRO (OAB 11111/CE), ADV: JESSICA GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 30053/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0051422-55.2020.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda Ltda - REQUERIDO: Aluisio de Moura Silva - R. h Acerca do retorno dos autos da INSTÂNCIA RECURSAL manifestem-se as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender convinhável, nos termos e na forma da Lei. Empós, se nada requerido, sem necessidade de nova conclusão, no prazo assinalado, ARQUIVEM-SE os autos com a devida BAIXA PROCESSUAL no SAJPG.. Á SEJUD, para cumprimento do(s) ato(s) determinado(s). Intime(m)-se. Crato, 17 de dezembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR Juiz de Direito

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0052332-48.2021.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Medica Ltda - Recebo o pedido de aditamento de páginas 590/593, ao passo em que, em conformidade com a decisão de página 587, determino QUE A SEJUD PROCEDA À INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ, POR SEU ADVOGADO, VIA DJe, para, em 15 (quinze) dias, apresentar manifestação, conforme preconizado no art. 329, inciso II, do CPC, uma vez que já houve apresentação de contestação.

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE) - Processo 0052770-74.2021.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - R. h Ante o teor da certidão do meirinho acostada às fls. 81, INTIME-SE o requerente, BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, por seus procuradores, via DJE, para no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender convinhável, nos termos da lei. À SEJUD, para cumprimento do(s) ato(s) determinado(s). Cumpra(m)-se! Crato, 15 de dezembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR Juiz de Direito

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0053375-20.2021.8.06.0071 - Busca e Apreensão

em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 66 da Lei nº 4.728/65 e no Decreto-Lei nº 911/69, julgo procedente a ação, consolidado nas mãos da parte autora o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva. Levante-se o depósito judicial, facultada a venda pela autora, na forma do art. 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, o que poderá ser verificado pelo promovido em sede de liquidação. Cumpra-se o disposto no § 1º, art. 3º, do Decreto-Lei nº 911/69. Oficie-se ao DETRAN, comunicando estar a autora autorizada a proceder à transferência a terceiros que indicar, e permaneçam nos autos os títulos a eles trazidos. Condeno a ré ao pagamento das custas do processo, inclusive do protesto, despesas processuais e honorários advocatícios que, na forma do § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil (RTJ, 81:996 e RT,521:284), fixo em 10 % do valor da causa. As verbas da condenação serão corrigidas monetariamente pelo INPC. Procedam-se as retiradas das restrições eventualmente inseridas no RENAJUD, se o caso. P.R.I. Transitada em julgado, arquive-se.

ADV: MARINA VELOSO RIBEIRO VIEIRA (OAB 38791/CE), ADV: LUCILEIDE MARIA LEITE PEREIRA RAMALHO (OAB 39975/CE) - Processo 0053481-79.2021.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Bernadete Esmeraldo Cabral - Vistos, etc. Sobre a contestação e documentos que a acompanham, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se.

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0053654-06.2021.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S.a - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, o pedido de desistência de fl. 43 extinguindo o processo sem resolução do mérito com fundamento no art. 485, VIII do CPC. Não houve ainda a inserção de restrições por este juízo. Custas já recolhidas. P. R. I. Arquive-se, de logo, com baixa, eis que ausente o interesse recursal.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0054083-70.2021.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - R. h INTIME-SE a parte promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial , desta feita procedendo ao recolhimento das custas judiciais e diligências do Oficial de Justiça, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (CPC/2015, art. 290). Expedientes necessários. À SEJUD, para cumprimento do ato determinado. Crato (CE), 17 de dezembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR Juiz de Direito

COMARCA DE CRATO - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: EDILÂNIA ALVES SANTANA DA SILVA (OAB 43074/CE) - Processo 0050931-14.2021.8.06.0071 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.L.T. - Sentença. Adriano de Lima Tavares, qualificado nos autos, ajuizou a presente ação de exoneração de alimentos em face de Pedro Thálysson Silva Tavares, pelas razões fáticas e de direito mencionadas na inicial. A inicial foi instruída com os documentos acostados nas páginas 5/11. A audiência de mediação e conciliação foi designada para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC (página 12). Realizada a audiência, as partes transigiram, conforme termo de audiência de página 28. A parte requerida concordou com o pedido de exoneração de alimentos formulado pela parte requerente. O Ministério Público se manifestou pela não intervenção no presente feito, em razão da ausência de incapazes. É o sucinto relatório. Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte requerida, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Ante o exposto, homologo a transação da página 28, para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. Condeno a parte requerida a pagar as custas processuais, no percentual de 1/2 (um meio) do total delas, e a pagar os honorários do advogado da parte requerente, que fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do caput e dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 2º do artigo 85 e dos parágrafos 2º e 3º do artigo 90, ambos do Código de Processo Civil. Também condeno a parte requerente a pagar as custas processuais, no percentual de 1/2 (um meio) do total delas, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 90 do Código de Processo Civil. Como ambas as partes são beneficiárias da gratuidade da justiça, as obrigações decorrentes das sucumbências ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, a respectiva parte credora demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade; passado o prazo acima, extinguem-se essas obrigações (CPC/15, art. 98, § 3º). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe. Observações importantes: a parte requerente deverá ser intimada, por intermédio de seu(s) advogado(s) constituído(s), via Diário da Justiça; e a parte requerida deverá ser intimada, sempre que possível, por meio eletrônico idôneo (videoconferência, aplicativo de mensagens (WhatsApp, por exemplo), e-mail etc.) (CPC, art. 270, caput, c/c Provimento nº 10/2020/CGJCE, arts. 1º e 2º, caput, e § 1º, c/c Provimento nº 02/2021CGJCE, art. 169, VI).

ADV: RHUAN MAIA FEITOSA DE BRITO (OAB 37128/CE), ADV: ANGELA ALVES ARRAIS (OAB 40017/CE) - Processo 0051029-96.2021.8.06.0071 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.A.M.S.R.C.A.S. - Vistos em inspeção. Decisão. Este processo deve tramitar em segredo de justiça, nos termos do inciso II do artigo 189 do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado na inicial, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Nos termos do artigo 2º da Lei nº 5.478/68, a parte credora exporá suas necessidades, provando apenas o parentesco e indicando quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe. As necessidades da parte requerente são presumidas, por ser menor de idade, ao passo que o parentesco entre ela e a parte requerida está comprovado com o documento da página 10, restando indubitável a obrigação alimentar do pai Audísio Martins da Silva Júnior para com seu filho Wanderson Alves Martins da Silva. Considerando que não houve a comprovação (apenas a indicação) nos autos de nenhum dado relativo à renda da parte requerida, além de inexistir comprovação da contribuição voluntária mencionada na petição inicial, fixo os alimentos provisórios em favor da parte requerente no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente, a partir da citação, os quais devem ser pagos mensalmente até o dia 10 (dez) pela parte requerida à genitora da parte requerente, mediante recibo ou depósito bancário (conta nº 000867813175-4, operação nº 013, agência nº 0684, da Caixa Econômica Federal c.f. documento de página 12). A audiência de mediação e conciliação deve ser agendada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC da Comarca de Crato, nos termos do artigo 695 do Código de Processo Civil. Cite-se a parte requerida e intimem-se todas as partes para comparecerem à audiência acima. Nela, as partes devem estar acompanhadas por seus

advogados ou defensores públicos. No mandado de citação deverá constar que a parte requerida poderá oferecer, por petição, contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será a data da audiência de mediação e conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição. Se a parte requerida não contestar a ação, será considerada revel, com a eventual produção de seu efeito material: a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pela parte requerente (CPC, arts. 697, 335, 344 e 345). Defiro o pedido do item 3 da página 8, no sentido de que seja oficiado ao alegado empregador da parte requerida (Center Carnes Nova Formosa, com endereço na Av. Conselheiro Carrão, 2995, Vila Nova Manchester, São Paulo-SP, CEP: 03403-002), para que confirme ou não esse eventual vínculo, informando a este juízo, se for o caso, o valor de seus respectivos rendimentos de forma detalhada, tudo isso no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 20 da Lei nº 5.478/68. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se. Observações importantes: 1) a parte requerente deverá ser intimada pela pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça; e 2) a parte requerida deverá ser citada e intimada pelo correio com aviso de recebimento de mão própria ou por oficial de justiça (Lei nº 5.478/68, art. 5º, § 2º e § 3º).

ADV: RHUAN MAIA FEITOSA DE BRITO (OAB 37128/CE), ADV: ANGELA ALVES ARRAIS (OAB 40017/CE) - Processo 0051029-96.2021.8.06.0071 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.A.M.S.R.C.A.S. - Despacho. Não obstante o teor da certidão da página 31, em relação à carta precatória, observa-se que há nos autos o contato telefônico da parte requerida (página 1), de maneira que o expediente de citação/intimação poderá ser cumprido de forma remota por Oficial de Justiça da Comarca de Crato. Para tanto, deve o Gabinete certificar nos autos o nome do(a) Oficial(a) de Justiça irá cumprir esta ordem, de acordo com a Portaria nº 06/2021 da Direção do Fórum da Comarca de Crato Ceará. Remetam-se estes autos para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC da Comarca de Crato Ceará, para o agendamento de nova audiência de conciliação ou de mediação. Manifeste-se a parte requerente sobre o documento da página 30, no prazo de 10 (dez) dias. Cite-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se. Observações importantes: 1) a parte requerente deverá ser intimada, na pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça; e 2) a parte requerida deverá ser citada e intimada por oficial de justiça , na forma acima mencionada. Crato (CE), 12 de janeiro de 2022. Angelo Bianco Vettorazzi Juiz de Direito

ADV: RHUAN MAIA FEITOSA DE BRITO (OAB 37128/CE), ADV: ANGELA ALVES ARRAIS (OAB 40017/CE) - Processo 0051029-96.2021.8.06.0071 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.A.M.S.R.C.A.S. - Considerando o disposto no art.203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através de atos ordinatórios, cumpra-se os expedientes de intimação das partes para comparecimento a Audiência de Mediação designada para o dia 22/03/2022 às 08:30 horas, a se realizar na modalidade videoconferência, na sala virtual do CEJUSC DE CRATO, através da Plataforma Microsoft Teams. Para participar da audiência, deverão as partes e advogados: 1- Baixar o aplicativo Microsoft Teams, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play store(sistema android) e Apple Store (sistema IOS) 2- Utilizar email ou outra ferramenta disponível para logar na plataforma, conforme indicado na tela de acesso inicial do Teams; 3- Utilizar equipamento com microfone e câmera; 4-Para acessar a sala virtual de audiências do Cejusc Crato, utilizar o link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NjAzMTQ5YzMtNDQzYS00ZGJkLWEwMTktNTFkMTYwOWMxZDZm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a0f9a8ed-d1fd-4c47-8947-0e6e90d8aa7a%22%7d 5- Podendo ser utilizado para acesso a sala, o link encurtado: https://link.tjce.jus.br/5499c4 6- Acesso pelo QR Code: Havendo impossibilidade técnica para participação na sessão, as partes, através de seus advogados, deverão comunicar nos autos, até dois dias antes da data designada, conforme Portaria 02 do NUPEMEC, permanecendo o processo aguardando oportuna redesignação de audiência presencial. Contato da parte ré: (11) 95329-3767. Caso na data da audiência, tenha havido o retorno das atividades presenciais, incluindo a realização de audiências, o ato poderá ser realizado na sala de audiências do CEJUSC, de forma presencial. Qualquer dúvida, as partes poderão entrar em contato com o CEJUSC pelo email:crato.cejusc@tjce.jus.br. ou pelo fone-whatsApp (88) 99603-1193, para recebimento do link da sala de audiência. A intimação da parte autora para a referida audiência será feita na pessoa de seu(s) advogado(s) constituídos, via Diário da Justiça, na forma do art. 334, § 3º do CPC. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE CRATO VARA ÚNICA DE FAMILIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0050509-73.2020.8.06.0071
Classe: Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente Ioneide Duarte de Aguiar
Requerido VICÊNCIA ALVES DA SILVA
Nome da Parte Terceira Principal << Informação indisponível>>

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato da Comarca de Crato/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de MARIA DE FREITAS DUARTE, brasileira, casada, beneficiária, portadora da cédula de identidade n° 2001034014119, residente e domiciliada à Rua Bela Vista, n° 185, Muriti, Crato-CE, que é portador de CID 298.9/0. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Ioneide Duarte de Aguiar, brasileira, Solteira, cabeleireira, RG 2005009002652, CPF 038.497.453-84, Rua 07, telefone: (88) 98886-9869, 37, Barro Branco, CEP 63130-015, Crato - CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 09/02/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: “julgo procedente o pedido formulado na inicial pela parte requerente Ioneide Duarte de Aguiar, para substituir por ela a parte requerida Vicência Alves da Silva do encargo legal de curador de sua irmã curatelada Maria de Freitas Duarte, nomeando-a para tanto e advertindo-a de que os valores recebidos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou de pessoa jurídica/órgão equivalente deverão ser destinados exclusivamente em benefício da pessoa curatelada para atendimento de suas necessidades (saúde, alimentação, bem-estar etc.) e de que está obrigada a prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando o balanço do respectivo ano (Lei nº 11.146/15, art. 84, § 4º). ”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Crato/CE, em 30 de julho de 2021.

Eu, BRUNA GONÇALVES SANTOS, À Disposição, 901437, o digitei.

Juiz(a) de Direito da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE CRATO VARA ÚNICA DE FAMILIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0051640-83.2020.8.06.0071
Classe: Curatela
Assunto: Curatela
Requerente Maria Oslenise Moura Bezerra de Oliveira
Requerido Jose Vicente de Oliveira Filho
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato da Comarca de Crato/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de JOSE VICENTE DE OLIVEIRA FILHO, RG 20073053834, CPF 01045440310, com endereço à Soriano Albuquerque, 148, Apartamento 201, Pimenta, CEP 63105-195, Crato-CE, que é portador de tumor cerebral (gliobastoma multiforme IDH selvagem). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARIA OSLENISE MOURA BEZERRA DE OLIVEIRA, brasileira, Casada, Aposentada, RG 20150209147, CPF 05649889368, Soriano Albuquerque, 148, Apartamento 201, Pimenta, CEP 63105-195, Crato-CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 21 de janeiro de 2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Por isso, nomeio como curadora da parte requerida a sua esposa Maria Orlenise Moura Bezerra de Oliveira, advertindo-a de que os valores recebidos do Instituto Nacional do Seguro Social INSS ou de pessoa jurídica/órgão equivalente deverão ser destinados exclusivamente em benefício da pessoa curatelada para atendimento de suas necessidades (saúde, alimentação, bem-estar etc.) e de que está obrigada a prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando o balanço do respectivo ano (Lei nº 11.146/15, art. 84, § 4º). ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Crato/CE, em 04 de agosto de 2021.

Eu, BRUNA GONÇALVES SANTOS, À Disposição, 901437, o digitei.

Juiz(a) de Direito da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE CRATO VARA ÚNICA DE FAMILIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0051772-48.2017.8.06.0071
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Tutela e Curatela
Requerente Vanessa Maria Felix Geraldo
Defensor público,
Promotor e
Interditando
Defensoria Pública do Estado do Ceará e outros

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato da Comarca de Crato/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria Valneide Geraldo, brasileira, solteira, aposentada, RG n° 94004004742 SSP/CE, Residente e domiciliada na RUA JOSE CARVALHO, 385, Centro, CEP 63100-020, que é portador de doença avançada de Alzheimer (CID F00.0). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Vanessa Maria Felix Geraldo, brasileira, Divorciada, RG 99029263807, CPF 935.602.143-00, Residente e domiciliada na RUA JOSE CARVALHO, 385, Centro, CEP 63100-020, Crato-CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 02 de outubro de 2019, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Por isso, nomeio como curadora a sua sobrinha Vanessa Maria Félix Geraldo, advertindo-a que os valores recebidos do Instituto Nacional do Seguro Social INSS deverão ser destinados exclusivamente em benefício do curatelado para atendimento de suas necessidades (saúde, alimentação, bem-estar etc.) e de que está obrigada a prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando o balanço do respectivo ano (Lei nº 13.146/15, art. 84, §4º). ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Crato/CE, em 04 de agosto de 2021.

Eu, BRUNA GONÇALVES SANTOS, À Disposição, 901437, o digitei.

Juiz(a) de Direito da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: MARIA EDNA FERREIRA ALMINO DE LUCENA (OAB 3998/CE), ADV: MARIA OSMALICE PEREIRA SANTANA (OAB 11905/CE) - Processo 0005388-56.2019.8.06.0071 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.E.F.A.L. e outro - Despacho. Este processo deve tramitar em segredo de justiça, nos termos do inciso II do artigo 189 do Código de Processo Civil. O pedido liminar será analisado após este juízo oportunizar às partes requeridas o exercício do contraditório com o oferecimento da contestação, o que ocorrerá à luz do artigo 300 do Código de Processo Civil (CC, art. 1.585). A audiência de mediação e conciliação deve ser agendada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC da Comarca de Crato, nos termos do artigo 695 do Código de Processo Civil. Citem-se as partes requeridas e intimem-se todas as partes para comparecerem à audiência acima. Nela, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. No mandado de citação deverá constar que as partes requeridas poderão oferecer, por petição, contestação no prazo de 15 (quinze)

dias úteis, cujo termo inicial será a data da audiência de mediação e conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição. Se a parte requerida não contestar a ação, será considerada revel, com a eventual produção de seu efeito material: a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pela parte requerente (CPC, arts. 697, 335, 344 e 345). Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se. Observações importantes: 1) a parte requerente deverá ser intimada na pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça; e 2) as partes requeridas deverão ser citadas e intimadas por oficial de justiça (CPC, art. 695, § 3º). Crato (CE), 16 de setembro de 2021. Leonardo Afonso Franco de Freitas Juiz de Direito

ADV: MARIA EDNA FERREIRA ALMINO DE LUCENA (OAB 3998/CE), ADV: MARIA OSMALICE PEREIRA SANTANA (OAB 11905/CE) - Processo 0005388-56.2019.8.06.0071 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.E.F.A.L. e outro - Considerando o disposto no art.203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através de atos ordinatórios, cumpra-se os expedientes de intimação das partes para comparecimento a Audiência de Mediação designada para o dia 22/03/2022 às 11:00 horas, a se realizar na modalidade videoconferência, na sala virtual do CEJUSC DE CRATO, através da Plataforma Microsoft Teams. Para participar da audiência, deverão as partes e advogados: 1- Baixar o aplicativo Microsoft Teams, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play store(sistema android) e Apple Store (sistema IOS) 2- Utilizar email ou outra ferramenta disponível para logar na plataforma, conforme indicado na tela de acesso inicial do Teams; 3- Utilizar equipamento com microfone e câmera; 4-Para acessar a sala virtual de audiências do Cejusc Crato, utilizar o link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTA0YmQ3MjItNWE1OC00ODNkLTk5MzMtNWMwMmRkMzRjZGU2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a0f9a8ed-d1fd-4c47-8947-0e6e90d8aa7a%22%7d 5- Podendo ser utilizado para acesso a sala, o link encurtado: https://link.tjce.jus.br/c95e25 6- Acesso pelo QR Code: Havendo impossibilidade técnica para participação na sessão, as partes, através de seus advogados, deverão comunicar nos autos, até dois dias antes da data designada, conforme Portaria 02 do NUPEMEC, permanecendo o processo aguardando oportuna redesignação de audiência presencial. Contato da parte ré: (16)98167-7812. Caso na data da audiência, tenha havido o retorno das atividades presenciais, incluindo a realização de audiências, o ato poderá ser realizado na sala de audiências do CEJUSC, de forma presencial. Qualquer dúvida, as partes poderão entrar em contato com o CEJUSC pelo email:crato.cejusc@tjce.jus.br. ou pelo fone-whatsApp (88) 99603-1193, para recebimento do link da sala de audiência. A intimação da(s) parte(s) autora(s) para a referida audiência será feita na pessoa de seu(s) advogado(s) constituídos, via Diário da Justiça, na forma do art. 334, § 3º do CPC. ADVERTÊNCIAS: 01. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC). 02. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9º, CPC). 03. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10, CPC). Proceda-se à SEJUD CRAJUBAR com os expedientes necessários à realização da audiência.

ADV: EDILÂNIA ALVES SANTANA DA SILVA (OAB 43074/CE) - Processo 0050821-15.2021.8.06.0071 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.T.S. - Sentença. Pedro Yan Sousa Ribeiro, representado por sua genitora, Danielly Teixeira de Sousa, ajuizou a presente ação de alimentos em face de Romário Ribeiro Augostinho, todos qualificados nos autos em epígrafe. A inicial foi instruída com documentos acostados nas páginas 07/11. Decisão deferindo a gratuidade da justiça e arbitrando alimentos provisórios nas páginas 12/13. As partes celebraram acordo por ocasião da audiência de mediação (página 39). O Ministério Público manifestou-se favorável à transação celebrada, conforme parecer da página 45. Os autos vieram-me conclusos. É o sucinto relatório. Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado na página 39, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. A intervenção do Ministério Púbico é necessária por existir interesse de incapaz, nos termos do artigo 698 do Código de Processo Civil, e, em sua manifestação da página 45 foi favorável à homologação do acordo celebrado entre as partes. Ante o exposto, e considerando que a transação da página 39 preserva os interesses da criança, homologo-a, para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. Condeno as partes a pagarem as custas processuais, no percentual de 1/2 (um meio) do total cada, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 90 do Código de Processo Civil. Como ambas as partes são beneficiárias da gratuidade da justiça, as obrigações decorrentes de suas sucumbências ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, a respectiva parte credora demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade; passado o prazo acima, extinguem-se essas obrigações (CPC/15, art. 98, § 3º). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe. Crato/CE, 26 de novembro de 2021. Leonardo Afonso Franco de Freitas Juiz de Direito

COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALENCAR (OAB 11074/CE), ADV: MARCUS VINICIUS VELOZO RIBEIRO (OAB 30456/CE), ADV: MARIA FABIANA MOREIRA ALMEIDA (OAB 33910-A/CE) - Processo 0036719-66.2013.8.06.0071 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - RÉU: Cicero Roberto Teles Pinheiro - Considerando que não houve atendimento aos comandos deste Juízo, como dito alhures, posto que os Advogados constituídos pelo réu se mantem silentes de forma injustificada, entendo como caracterizado o abandono do feito pelos causídicos, com fulcro no art. 265 do CPP, razão pela qual APLICO aos Advogados Dr. Carlos Alberto Ferreira de Alencar (OAB/CE n. 11.074), Dr. Marcus Vinícius Veloso Ribeiro (OAB/CE n. 30.456) e Dra. Maria Fabiana Moreira Almeida (OAB/CE n. 33.910) multa, de forma solidária, no valor mínimo de 10 (dez) salários mínimos, determinando que seja o fato comunicado à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Ceará, para apuração de possível infração disciplinar (art. 34, XI da Lei n. 8.906/94). Intimem-se pessoalmente os advogados acima mencionados no endereço constante as fls. 88 a recolher a multa aplicada no prazo de 10 (dez) dias (ADI 4.398, STF), sob pena de inscrição na dívida ativa estadual. Intime-se pessoalmente o réu para que constitua novo defensor para apresentação de alegações finais, em forma de memoriais escritos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de lhe ser nomeado defensor público. Expedientes necessários.

COMARCA DE CROATÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE CROATÁ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CROATÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2022

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0000225-26.2018.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTUADO: ANTONIO MARQUES DE SOUSA - Em razão da necessidade de adequar a pauta de audiências deste Juízo com a presença do representante do Ministério Público, redesigno a audiência de Instrução para 11/03/2022 às 15:30h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/1bb7a2 Croatá/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCO GOMES RIBEIRO (OAB 7847/CE) - Processo 0000664-79.2019.8.06.0080 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTUADO: Jailson Barroso Marques - Em razão da necessidade de adequar a pauta de audiências deste juízo com a presença do representante do Ministério Público, redesigno a audiência de Instrução para 11/03/2022 às 09:00h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/b4269e

ADV: FRANCISCO GOMES RIBEIRO (OAB 7847/CE) - Processo 0000726-43.2019.8.06.0073 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - TERCEIRO: J.C.S. - R.H. À parte autora em réplica. Expedientes necessários. Croatá, 17 de novembro de 2021. Juliana Bragança Fernandes Lopes Juíza de Direito

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0000829-50.2019.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: F.S.M. - Redesigno a audiência de Instrução para 18/02/2022 às 13:00h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/ab71d9

ADV: NEWTON BEVILAQUA DIAS JUNIOR (OAB 9867/CE) - Processo 0000958-55.2019.8.06.0073 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: P.G.S. - Ao autor, sobre certidão do oficial de justiça, no prazo de 10 dias. Exp.Necessários.

ADV: JAKELINE FREITAS FELINTO (OAB 31561/CE), ADV: BRUNO MOREIRA VASCONCELOS (OAB 186796/RJ), ADV: RONAN ALENCAR LIMA DA SILVA (OAB 186863/RJ) - Processo 0002052-77.2015.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: J.M.F.F. - Designo a audiência de Instrução para 18/02/2022 às 10:00h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/3b571f

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0002472-10.2019.8.06.0084 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - ACUSADO: F.R.S. - Em razão da necessidade de readequar a pauta de audiências deste juízo, redesigno a audiência de Instrução para 25/02/2022 às 09:00h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/3f63a4

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0002648-90.2017.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: Israel Batista Ribeiro - Em razão da necessidade de adequar a pauta de audiências deste juízo com a presença do representante do Ministério Público, redesigno a audiência de Instrução para 11/03/2022 às 13:30h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/7a3959

ADV: MANOEL LIMA DE ABREU (OAB 34259/CE) - Processo 0002710-33.2017.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: José Nascimento da Silva Ribeiro - Designo a audiência de Interrogatório para 11/03/2022 às 11:30h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/a854fc

ADV: MARCELO VIEIRA COSTA (OAB 27409/CE), ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0002858-44.2017.8.06.0073 - Ação Popular - Liminar - REQUERENTE: Raimundo Pinheiro dos Santos - REQUERIDO: Cyro Leopoldo Souza de Aragão e outro - R.H. Às partes para tomarem conhecimento da devolução dos autos. Não havendo manifestações no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se. Croatá, 14 de outubro de 2021. Juliana Bragança Fernandes Lopes Juíza de Direito

ADV: MARCELO VIEIRA COSTA (OAB 27409/CE) - Processo 0002987-49.2017.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Jocimar Alves Ribeiro e outros - R.H A parte recorrente JOCIMAR ALVES RIBEIRO apresentou termo de apelação às fls. 170/171, desacompanhada das razões do recurso. Pois bem, o art. 600 do CPP, assim preceitua: “Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias”. Analisando o teor do citado dispositivo, tenho que o artigo é silente quanto a necessidade de intimação para juntada de razões recursais. Contudo, apesar do silêncio da lei, a realidade demonstra que a intimação é pratica comum nos tribunais pátrios, além do que, a jurisprudência majoritária se manifesta no sentido de ser necessária a intimação da parte. Ora, se o sentenciado tem a faculdade ser intimado no tribunal para apresentar as razões do seu apelo e, no caso de inércia, o réu deve ainda ser intimado pessoalmente para constituir novo advogado, não existe justificativa para que não se proceda a intimação pelo juízo a quo quando assim for requerido pelo recorrente. Nesse sentido, veja-se: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. AUSÊNCIA DAS RAZÕES DE APELAÇÃO. NULIDADE ARGUíDA QUASE 5 ANOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Ainda que o art. 601 do CPP autorize a remessa da apelação à instância superior quando não apresentadas as razões pelo advogado constituído, é recomendável, para conferir maior efetividade à ampla defesa, a prévia intimação do réu para indicar novo causídico e, na sua falta, nomear defensor para arrazoar o recurso.[...] 3. Interposta a apelação, a defesa técnica, devidamente intimada, deixou de arrazoar o recurso, julgado pelo Tribunal de Justiça. [...] 5. Habeas corpus não conhecido. (HC 302.586/RN, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016). PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 159, § 1º, DO CP. APELAÇÃO. FALTA DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAR AS RAZÕES RECURSAIS. I - A falta de intimação do defensor constituído para apresentar as razões recursais enseja nulidade absoluta (Precedentes). II - In casu, a defesa manifestamente demonstrou interesse em apelar, mas não foi intimada para apresentar as razões recursais, razão pela qual a nulidade está configurada. Writ concedido.(STJ - HC: 123236 SP 2008/0272250-2, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 29/10/2009, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/02/2010). HABEAS CORPUS. FURTO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELAÇÃO. NÃO RECEBIMENTO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. APRECIAÇÃO JUNTAMENTE COM O APELO. FALTA DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE ABSOLUTA. CONCESSÃO DA ORDEM. 1. É entendimento deste Superior Tribunal de Justiça que a falta de intimação do defensor constituído para apresentação das razões recursais é causa de nulidade absoluta (Precedentes). (...) 3. Ordem concedida para anular o acórdão proferido nos autos da Apelação Criminal nº 993.05.058209-4, em relação ao paciente, devendo outro ser proferido com a devida intimação da Defensoria Pública

para apresentar as razões do recurso. (HC 137.520/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/04/2010, DJe 04/10/2010). Assim sendo, intime-se o advogado constituído para apresentar as razões do recurso de apelação e, empós, conceda-se vista ao apelado para contrarrazoar, ambos no prazo de 08 (oito) dias (CPP, art. 600). Resposta nos autos, remeta-se o presente caderno processual ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado Ceará, para apreciação da apelação interposta. Expedientes necessários. Croatá, 18 de novembro de 2021. Juliana Bragança Fernandes Lopes Juíza de Direito

ADV: ANTONIO CLAUDIO LOPES DE SOUSA (OAB 24510/CE) - Processo 0003018-69.2017.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: Francisco Junior de Oliveira - Em razão da necessidade de adequar a pauta de audiências deste juízo com a presença do representante do Ministério Público, redesigno a audiência de Instrução para 11/03/2022 às 14:30h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/64ec24

ADV: MARLUCIA FERNANDES MARTINS (OAB 16670/CE), ADV: FRANCISCO RONES ARAÚJO FARIAS FILHO (OAB 38517/CE) - Processo 0003055-33.2016.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: F.C.M.F. - Designo a audiência de Instrução para 18/02/2022 às 09:00h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/54d316

ADV: MARCELO VIEIRA COSTA (OAB 27409/CE) - Processo 0005212-08.2018.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: R.A.N. - Em razão da necessidade de adequar a pauta de audiências deste juízo, redesigno a audiência de Instrução para 25/02/2022 às 10:30h, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/44ef40

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0005244-13.2018.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: Pedro Araújo Nobre - Tendo em vista a necessidade de adequação da pauta de audiências deste juízo, redesigno a audiência de Instrução para 18/02/2022 às 14:00h a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/f89503

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0030073-24.2019.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - INDICIADA: Raimunda Bezerra Leite - Em razão da necessidade de adequar a pauta de audiências deste Juízo, redesigno a audiência de Instrução para 25/02/2022 às 14:00h, a ser realziada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link da acesso: https://link.tjce.jus.br/5e65b6

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0030076-76.2019.8.06.0073 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: F.C.S.N. - R.H À parte autora para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 dias, especialmente sobre o valor ofertado pelo requerido, devendo ainda informar se possui interesse na produção de provas em audiência. Intime-se o requerido para, também no prazo de 15 dias, manifestar interesse na realização de audiência de instrução. Expedientes necessários. Croatá, 19 de outubro de 2021. Juliana Bragança Fernandes Lopes Juíza de Direito

ADV: MANOEL LIMA DE ABREU (OAB 34259/CE) - Processo 0050019-11.2021.8.06.0073 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.J.S. - Ao autor, em réplica. Expedientes necessários.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE) - Processo 0050040-21.2020.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Mediação para Servir a Lascívia de Outrem - INDICIADO: R.N.N. - Em razão da necessidade de adequar a pauta de audiências deste Juízo, redesigno a audiência de Instrução para 25/02/2022 às 13:00h a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. Link de acesso:https://link.tjce.jus.br/5e65b6

ADV: RONKALY ANTONIO RODRIGUES PAIVA (OAB 20195/CE) - Processo 0050062-79.2020.8.06.0073 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - INDICIADO: Jose Rodrigues Neto - Em razão da necessidade de adequar a pauta deste juízo com a presença do representante do Ministério Público, redesigno a audiência de instrução para o dia 11/03/2022, às 10:30 horas, a ser realizada por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams; Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/3ab3e5

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0050136-36.2020.8.06.0073 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joao Mendes de Sousa - Vistos em inspeção. Às partes para especificação de provas. Expedientes necessários.

ADV: MANOEL LIMA DE ABREU (OAB 34259/CE) - Processo 0050187-13.2021.8.06.0073 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: N.V.S. - R.H. À parte autora em réplica, especialmente para se manifestar sobre a alegação de litispendência. Expedientes necessários. Croatá, 17 de novembro de 2021. Juliana Bragança Fernandes Lopes Juíza de Direito

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0050327-47.2021.8.06.0073 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francisco Ivan dos Santos Sousa - R.H. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Considerando o teor da certidão retro, determino a intimação da parte autora, por sua advogada, para que junte aos autos no prazo de 15 (quinze) dias o laudo da perícia médica realizada na Justiça Federal, a qual será utilizada nesse processo como prova emprestado, de acordo com o que dispõe o art 372 do Código de Processo Civil. No mesmo prazo, deve a parte autora esclarecer quem é a titular dos documentos de págs. 17/19. Expedientes necessários. Croatá, 13 de outubro de 2021. Juliana Bragança Fernandes Lopes Juíza de Direito

COMARCA DE CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE CRUZ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: MARCOS PAULO DAMASCENO (OAB 25575/CE), ADV: EMANUELLY NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 29858/CE) - Processo 0001311-92.2019.8.06.0074 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João Paulo Abreu de Miranda e outros - REQUERIDO: Espólio de Osmundo Lopes da Rocha, representado por Tom Mix Lopes da Rocha - ANTE O EXPOSTO, entendo por bem EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base no art. 485, III e §1º, CPC.

ADV: MARIA EDNA SILVEIRA (OAB 22193/CE), ADV: EMANUELLY NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 29858/CE) - Processo 0003633-56.2017.8.06.0074 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Mirella Freitas Silva e outro - REQUERIDO: Manoel Milton da Silva - Por todo o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido das autoras em majorar o encargo alimentício, estabelecido em face do promovido, mantendo-se integralmente os

termos fixados no acordo homologado nos autos do processo de nº 2192-45.2014.8.06.0074.

ADV: JOSE MARQUES JUNIOR (OAB 17257/CE), ADV: MANOEL JUNIOR RIBEIRO (OAB 37185/CE) - Processo 0050074-90.2020.8.06.0074 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.N.C. - REQUERIDO: D.J.A. - Intimem as partes, através de seus advogados, para que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 15 (quinze dias), devendo demonstrar a pertinência e a necessidade. Caso entenda pela produção de prova testemunhal, deverão as partes depositar o rol de testemunhas no prazo legal de quinze dias (§ 4º, do Art. 357 do CPC). Não será admitida a substituição de testemunha fora das hipóteses legais (Art. 451 do CPC).

ADV: JOAO OLIVARDO MENDES (OAB 11504/CE) - Processo 0050366-41.2021.8.06.0074 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luis Caio Barbosa de Sousa e outros - Conforme o art. 112 do CPC, aplicando-o subsidiariamente ao CPP, o advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, provando que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie sucessor. Portanto, não cabe ao Poder Judiciário notificar o constituinte do patrono, todavia ao próprio causídico, sob pena de permanecer responsável pela demanda. Isto posto, INDEFIRO o pedido de renúncia de págs. 351/352, uma vez que o advogado não notificou seu constituinte. À secretaria para que certifique a manutenção ou cancelamento da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 24/02/2022, às 08:30h. Em caso de cancelamento, determino que designe-se nova data para realização da referida audiência, com urgência, uma vez que se trata de réu preso.

ADV: MARIA EDNA SILVEIRA (OAB 22193/CE) - Processo 0050540-50.2021.8.06.0074 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.L.S. - Posto isso, em razão do não cumprimento das diligências, hei por bem INDEFERIR a petição inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, parágrafo único do CPC, e, por conseguinte, EXTINGUIR o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do inciso I, art. 485, do CPC.

ADV: MANOEL JUNIOR RIBEIRO (OAB 37185/CE) - Processo 0050669-55.2021.8.06.0074 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Onedia Nascimento - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos declaração de únicos herdeiros com firma reconhecida, sob pena de indeferimento da petição inicial e consequente extinção do processo sem julgamento do mérito, em conformidade com o disposto nos artigos 321 e 485, IV do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: THIMÓTEO DE SOUSA FARIAS (OAB 37748/CE) - Processo 0006508-62.2018.8.06.0074 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: José Cleo de Sousa - Acolho o parecer ministerial (págs. 236/237). Intime-se o réu para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos declaração de residência e documentos de identificação do titular do comprovante de residência. Expeça-se ofício ao Núcleo de Monitoramento Eletrônico para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe a atual situação do equipamento utilizado pelo réu. Expeça-se ofício à PEFOCE, mais uma vez, para que, no prazo de 10 (dez) dias, remeta a este Juízo o laudo pericial de eficiência da arma de fogo (requisição de pág. 77). À Secretaria de Vara para que junte aos autos certidão de antecedentes atualizada do autor do fato. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público, independente de nova determinação.

COMARCA DE EUSEBIO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: THIAGO ALVES HENRIQUE DA COSTA (OAB 27919/CE), ADV: JOSE CARLOS FERREIRA BATISTA (OAB 20595/CE) - Processo 0001326-92.2018.8.06.0075 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.P.N. - REQUERIDA: M.F.P. - Recebi hoje. Em conta decidir conjuntamente o feito e em conta, ainda, que a controversa paira na questão afeta a Alimentos; Guarda e Partilha de Bens; determino à Secretaria que designe audiência instrutória; devendo as partes atentarem para o Rol de Testemunhas e intimações. Expedientes necessários.

ADV: BRUNO GASPAR MARQUES (OAB 22097/CE), ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE) - Processo 0001694-67.2019.8.06.0075 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - ISSO POSTO, HOMOLOGO por sentença (art. 200, parágrafo único, CPC) o PEDIDO DE DESISTÊNCIA, constante dos autos, ao tempo em que julgo extinta a presente demanda, sem resolução de mérito, para que surta todos os jurídicos e legais efeitos, medida adotada com fulcro no art. 485, VIII, do Código Processual Civil. Com efeito, revogo a decisão liminar proferida e desconstitua-se eventual restrição, derivada deste Juízo. Após as cautelas legais, arquive-se. Custas já recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JESSYKA MENDES DIAS SIMÕES (OAB 39794/CE), ADV: MARCIO ALEXANDRE DE ASSIS CUNHA (OAB 118409/SP), ADV: RICARDO WAGNER OLIVEIRA SANTOS (OAB 17066/CE), ADV: IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE) - Processo 0010847-56.2021.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LOGITEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - REQUERIDO: REPRESENTAÇÕES BROWW LTDA ME - Recebi hoje. Extinto o processo, mencionado na certidão retro, mis antigo, por litispendência. Prossiga-se na presente demanda, cumprindo-se o despacho retro. Expedientes necessários.

ADV: HELDER LIMA LEITE (OAB 22749/CE) - Processo 0011541-35.2015.8.06.0075 - Usucapião - Usucapião da L 6.969/1981 - REQUERENTE: Jose Conrado dos Santos Neto e outros - Sobre a contestação de fls.256/263, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se.

ADV: EVELINY PASSOS DE ALMEIDA LIMA (OAB 18737/CE) - Processo 0012914-38.2014.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Neci Silva Costa - Recebi hoje. Intime-se, nos termos da manifestação, retro. Expedientes necessários.

ADV: JOAO PAULO CRUZ SANTOS (OAB 5975/CE) - Processo 0015995-87.2017.8.06.0075 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: I.G.S. - ISSO POSTO, HOMOLOGO por sentença (art. 200, parágrafo único, CPC) o

PEDIDO DE DESISTÊNCIA, constante dos autos, ao tempo em que julgo extinta a presente demanda, sem resolução de mérito, para que surta todos os jurídicos e legais efeitos, medida adotada com fulcro no art. 485, VIII, do Código Processual Civil. Com efeito, REVOGO a liminar deferida. Após as cautelas legais, arquive-se. Sem despesas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: OSWALDO FLABIO ARAUJO BEZERRA CARDOSO (OAB 36713/CE) - Processo 0200104-66.2022.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonatan Silva dos Santos - Recebi hoje. Em conta ao endereçamento da peça de ingresso; intime-se a parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, ratificar seu desejo de a presente demanda tramitar pela Lei dos Juizados Especiais ou se pela Justiça Comum. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: VINICIUS VILARDO DE MELLO CRUZ (OAB 21419/CE), ADV: CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ (OAB 5496/CE), ADV: VICTOR SAMPAIO GONDIM (OAB 25360/CE) - Processo 0007387-47.2010.8.06.0075 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ciprol Industria Metalmecanica Ltda Epp - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado e pessoalmente,para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de ser extinta a ação, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Expedientes Necessários.

ADV: JOAO PAULO CRUZ SANTOS (OAB 5975/CE) - Processo 0017425-11.2016.8.06.0075 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.C.S. - Recebi hoje. Em conta ao pedido de desistência e ao parecer Ministerial retro; baixo os autos em diligência para que a parte Autora, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça as razões do pedido de desistência Expedientes necessários.

ADV: ALBERTO LUCAS NOGUEIRA LIMA (OAB 40640/CE) - Processo 0052781-91.2021.8.06.0075 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eliane Pereira da Rocha - Recebi hoje. Defiro o pedido de gratuidade Judiciária. Ante as peculiaridades do caso concreto; abra-se vista ao Ministério Público. Expedientes necessários.

COMARCA DE EUSEBIO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: SERGIO SILVA COSTA SOUSA (OAB 2756/CE) - Processo 0000898-72.2002.8.06.0075 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Alternativa Cadernos Ltda - R. Hoje, Considerando o vasto lapso temporal de ajuizamento e tramitação da ação, intime-se a parte autora, através do patrono constituído nos autos, para no prazo de 10 (dez) dias informar interesse, e caso positivo, promover o regular andamento dos autos, requerendo o que entender por direito. Int. e Exp. Nec. Eusebio, 25 de janeiro de 2022. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: MARIO SERGIO CUNHA DIAS (OAB 39093/CE), ADV: JADERSON ALVES MACÊDO (OAB 39627/CE) - Processo 0050054-62.2021.8.06.0075 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: C.O.G. - R. H. Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentada a peça processual ou decorrido o prazo em branco, que deverá ser devidamente certificado pela secretaria, retornem os autos conclusos. Defiro ainda, o pedido da Defensoria Pública de pág. 104, devendo a secretaria proceder com a retirada das páginas requeridas nos autos por conta do equívoco apontado, sem prejuízos ao processo. Expedientes Necessários

ADV: NÁTHALIE RAFAINI MUNGUBA (OAB 40005/CE) - Processo 0050783-88.2021.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carolina Rafaini Munguba e outro - Isto posto, pelas razões expostas acima, indefiro o pedido de concessão de tutela de urgência, em razão do não preenchimento aos requisitos insertos no art. 300 e seguintes do Código de Processo Civil, conforme destacado alhures. Defiro a gratuidade judiciária. Designe-se audiência de conciliação, não havendo acordo, cite-se. Int. e Exp. Nec. Eusebio/CE, 16 de setembro de 2021. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: LIVIO CAVALCANTE DE ARRUDA NETO (OAB 9976/CE), ADV: RAFAEL NASCIMENTO ACCIOLY (OAB 30789/PE) - Processo 0050952-12.2020.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Associacao Alphaville Ceara - Residencial 1 e 2 - REQUERIDO: (Requerido) Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda e outro - R.H., Encaminhe-se os autos para o CEJUSC para realização de audiência de conciliação, em não havendo acordo, volte em conclusão para decisão. Expedientes necessários. Eusebio (CE), 28 de setembro de 2021. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: ANA MARIA TAUCHMANN ROCHA MOURA (OAB 22389/CE), ADV: ALDEMIR PESSOA JUNIOR (OAB 10843/CE) - Processo 0051417-21.2020.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDO: S.M.P. - R. H. Diante da justificativa apresentada à pág. 79, determino o retorno dos autos ao CEJUSC para redesignação do ato audiencial. Expedientes Necessários.

ADV: MICHELLY BRENDA SOARES (OAB 38690/CE), ADV: MAYARA CARLA DE LIMA MARTINS (OAB 42911/CE) - Processo 0052212-90.2021.8.06.0075 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Edson Macario - Vistos em inspeção judicial. Gratuidade Deferida. Encaminhem-se os autos à CEJUSC para realização de audiência de conciliação . Em não havendo acordo , CITE-SE. Int. E Exp. Nec.

ADV: ANTONIO JULIO BRILHANTE DE FREITAS (OAB 4120/CE) - Processo 0052338-43.2021.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.E.O. - R. H. Defiro a gratuidade. Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designar data para a realização da audiência de mediação ou conciliação, devendo constar no mandado as advertências constantes nos artigos 695 e parágrafos, 335 e § 8º do art. 334 do Novo Código de Processo Civil. Cite-se e intimem-se.

ADV: MARCILIO LELIS PRATA (OAB 24530/CE) - Processo 0052365-26.2021.8.06.0075 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: J.B.N.S. - Ademais, proceda-se nomeação de assistente social para realização de estudo social, com prazo de 20 (vinte) dias para entrega do laudo. Cite-se os genitores, para oferta de Contestação no prazo legal. Expeça-se Termo de Guarda e Compromisso e demais documentos de praxe. Int. e Exp. Nec. Eusebio/CE, 21 de janeiro de 2022. Rejane

Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: GLAUCILIANE COSTA DE SOUSA (OAB 33978/CE) - Processo 0052380-92.2021.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandro Rafael Augusto Lima - R.H Encaminhem-se os autos para a CEJUSC para realização de audiência de conciliação / mediação . Intime-se a parte autora, por seu advogado (art. 334, § 3º). As partes ficam advertidas de que o não comparecimento () à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8.º). Por força do § 9.º do referido art. 334 do CPC e tendo em vista que "a parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil", salvo quando, possuindo habilitação legal, postular em causa própria (art. 103 e parágrafo único do mesmo Código), a multa acima aplica-se ainda no caso de a parte comparecer à audiência de conciliação / mediação desacompanhada de advogado. Cite-se a parte requerida, por carta com aviso de recebimento, para que compareça à audiência e não havendo acordo para que apresente contestação (CPC, arts. 336/343), no prazo de 15 dias, contado da audiência de conciliação / mediação (art. 335, I). Por ocasião da citação, será advertida na forma dos arts. 334, § 8.º (efeitos do não comparecimento à audiência, conforme acima), e 344 (revelia). Na audiência, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9.º e 10). A contagem dos prazos levará em conta somente os dias úteis (CPC, art. 219). Defiro o pedido de gratuidade judiciária (CPC/2015, art. 98). Lancem a tarja correspondente no registro dos autos digitais.

ADV: GLAUCILIANE COSTA DE SOUSA (OAB 33978/CE) - Processo 0052380-92.2021.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandro Rafael Augusto Lima - R.H., Encaminhe-se os autos para a CEJUSC, conforme já determinado no despacho anterior. Expedientes necessários. Eusebio (CE), 10 de dezembro de 2021. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: YURI REBOUÇAS CARNEIRO BASTOS (OAB 26175/CE) - Processo 0052426-81.2021.8.06.0075 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.M.L. - R. H. Processo que deve ter seu trâmite em segredo de justiça. DEFIRO a gratuidade perquirida. Considerando a narrativa autoral, bem como a ausência de comprovação dos ganhos do requerido, e em conformidade com o entendimento deste Juízo, fixo os alimentos provisórios em 40% (quarenta por cento) do valor do salário mínimo vigente, devidos a partir da citação. Os valores aqui expressos deverão ser depositados/transferidos diretamente à representante legal dos autores, através da conta bancária da genitora dos menores informada nos autos. Encaminhem-se os autos à CEJUSC desta Comarca para designação da audiência de mediação ou conciliação, devendo constar no mandado as advertências constantes nos artigos 334 e 335 do Novo Código de Processo Civil. CITE-SE o promovido, com cópia deste despacho e da exordial, para responder à presente ação, acompanhando-a até decisão final. INTIMEM-NO, ainda, da audiência conciliatória e instrutória , devendo vir acompanhado de advogado e testemunhas, importando a sua ausência em decreto de revelia e confissão do alegado pela parte autora. INTIMEM-SE a parte requerente, através de sua genitora, importando o seu não comparecimento à audiência designada em extinção e arquivamento do feito. INTIME-SE, ainda, seu advogado e testemunhas. Na audiência conciliatória, sendo infrutífera a tentativa de acordo, deverá o requerido, no mesmo ato, responder a presente ação (inclusive contestá-la), desde que o faça por intermédio de advogado. CIÊNCIA ao representante do Ministério Público. Intimações e Expedientes Necessários.

ADV: MARIA ELIANE CARNEIRO LEAO MATTOS (OAB 5305/CE) - Processo 0052505-60.2021.8.06.0075 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: E.B.R. - R. H. Trata-se de Ação de Oferta de Alimentos ajuizada por EDUARDO DE BAYMA REBOUÇAS em face dos menores L. de M. M. De B. R. e E. de B. R. F. representados por sua genitora INALDA LUIZA COSTA MARTINS REBOUÇAS. Processo que deve ter seu trâmite em segredo de justiça. Defiro a gratuidade perquirida. Considerando a narrativa autoral, bem como a espontaneidade na oferta de alimentos ao requeridos, e em conformidade com o entendimento deste Juízo, defiro nessa fase , em que ainda não restou estabelecido o contraditório, os alimentos provisórios na forma requerida na inicial, nos seguintes termos: "O genitor ficará responsável pelo pagamento do plano de saúde dos menores, como já o faz, sendo o valor do plano R$ 363,78 (trezentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos) para cada filho; Custeará ainda o colégio dos menores, como também já o faz, sendo o valor de R$ 1.987,67 (mil novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos) referente ao colégio do filho E. e R$ 1.745,57 (mil setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) referente ao colégio da filha L.; Oferece ainda o valor de 01 (um) salário mínimo para as demais despesas dos menores" (pág. 03). Encaminhem-se os autos à CEJUSC desta Comarca para designação da audiência de mediação ou conciliação, devendo constar no mandado as advertências constantes nos artigos 334 e 335 do Novo Código de Processo Civil. Não havendo acordo, citem-se. Ciência ao representante do Ministério Público. Intimações e Expedientes Necessários.

COMARCA DE FARIAS BRITO - VARA UNICA DA COMARCA DE FARIAS BRITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE FARIAS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: JOSE TAVARES MOREIRA (OAB 8481/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0004139-26.2017.8.06.0076 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S. A - Intime-se o exequente para que requeira o que entender de direito, devendo desde logo se manifestar sobre a suspensão da execução. Assinalo o prazo de quinze dias.

COMARCA DE FORQUILHA - VARA UNICA DA COMARCA DE FORQUILHA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE FORQUILHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0050095-23.2021.8.06.0077 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Indenização por Dano Moral - TERCEIRO: Banco Bradesco S.A e outro - Recebi no hodierno. Compulsando os autos, verifico a existência do pedido de habilitação de causídico do Banco Bradesco S/A a pág. 46. Autos conclusos. Indefiro o pedido de habilitação, em razão da não configuração da instituição financeira na relação processual, sobretudo no polo passivo da ação, o que demostra um equivoco no seu requerimento. Expedientes necessários. Forquilha, 25 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE FORQUILHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0046/2022

ADV: ELIOENAI PONTE FROTA (OAB 22740/CE), ADV: FRANCISCA ELETICE RODRIGUES (OAB 27367/CE) - Processo 0001005-17.2019.8.06.0077 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: I.M.C. e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se os Exequentes para informarem se o Executado pagou o débito alimentar.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE FORQUILHA
JUIZ(A) DE DIREITO HUGO GUTPARAKIS DE MIRANDA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA VANDA MENDES DE MESQUITA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2022

ADV: EVELINE CARNEIRO GOMES (OAB 17775/CE), ADV: FRANCISCA ALAIANE AGUIAR NASCIMENTO (OAB 30392/CE), ADV: JONATHAN OLIVEIRA MONTE SOEIRO (OAB 34649/CE), ADV: PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ - PFCE (AGU) - Processo 0009536-29.2018.8.06.0077 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: FRANCISCA EUFRÁSIO DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Ceará - PFCE (AGU) e outro - Compulsando os autos, verifico que a demanda é decorrente de acidente de trabalho, cuja competência é da Justiça Comum: PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. () 1. A competência para processar e julgar as causas relativas ao restabelecimento de benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho, conforme o Pretório Excelso assentou, em repercussão geral (tema 414), compete à Justiça Estadual. () (Apelação Cível - 0052233-18.2020.8.06.0167, Rel. Desembargador(a) FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, 1ª Câmara Direito Público, data do julgamento: 27/09/2021, data da publicação: 27/09/2021) Verifico ainda que o INSS não foi intimado para apresentar as contrarrazões à apelação de páginas 239/259. Deste modo, CHAMO O FEITO A ORDEM e torno sem efeito o despacho de páginas 250. Determino a intimação do INSS para, no prazo legal, apresentar as contrarrazões a apelação de páginas 239/249. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará. Expedientes Necessários. Forquilha/CE, 14 de dezembro de 2021. Ricardo de Araújo Barreto Juiz de Direito - Respondendo

COMARCA DE GRANJA - 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: FRANCISCO NEWTON ROCHA FROTA (OAB 33496/CE) - Processo 0008243-46.2017.8.06.0081 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Sançao de Oliveira Alves - R. Hoje. Trata o feito de Ação Penal de Competência do Júri Popular, com réu preso, onde foi designada sessão de julgamento para o dia 22/02/2022, às 10 horas. Às fls. 424/425, o patrono constituído pelo réu renunciou ao mandato que lhe foi outorgado. Apesar de intimado à fl. 429, para constituir novo representante, o acusado ficou silente, tendo o prazo decorrido conforme certidão de fl. 431. Este juízo designou o Dr. Edmar Lopes Albuquerque, Defensor Público oficiante na comarca de Camocim, nomeado pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará para atuar nesta comarca de Granja, a fim de patrocinar a defesa do denunciado, todavia, a portaria que o habilitava expirou no dia 17/12/2021, e até o momento, não se tem conhecimento se haverá novo Defensor para o cumprimento do mister. Diante do exposto, nomeio o DR. FRANCISCO NEWTON ROCHA FROTA, OAB/CE 33.496, como Advogado dativo para defender o acusado Sanção de Oliveira Alves, quando da realização da mencionada sessão de julgamento. Intimem-se o causídico supra, bem como o réu. Expedientes necessários. Granja (CE), 26 de janeiro de 2022. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito Respondendo

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: DARCIO FABIANO LIRES PAIVA (OAB 10762/MA) - Processo 0000348-97.2018.8.06.0081 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: ADRIEN DE OLIVEIRA NOBRE - Designo a Audiência de Instrução para 08/03/2022 às 14:30h

ADV: THIAGO DE OLIVEIRA FONTENELE (OAB 25455/CE) - Processo 0008309-26.2017.8.06.0081 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: Reginaldo Pereira de Sousa - Designo a audiência de Sessão do Tribunal do Júri para 29/03/2022 às 09:30h

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
JUIZ(A) DE DIREITO GUIDO DE FREITAS BEZERRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MONICA OLIVEIRA CARDOSO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: CARLOS RENAN CARDOSO RIBEIRO (OAB 35730/CE) - Processo 0050421-68.2021.8.06.0081 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUT PL: Delegacia Regional de Camocim - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUTUADA: Letícia Ferreira de Sousa - AUT PL: Delegacia Municipal de Granja - Trata o feito de Ação Penal onde LETÍCIA FERREIRA DE SOUSA restou denunciada por infringir o crime capitulado no art. 33, da Lei nº 11.343/2006. Às fls. 43/46, consta decisão homologando a prisão em flagrante, concedendo à acusada liberdade provisória, sob o crivo das medidas cautelares diversas da prisão (CPP, art. 319), dentre elas, o monitoramento eletrônico por meio de tornozelamento. Observo que em referida decisão, datada de 11 de junho de 2021, não foi estabelecido o prazo para uso da tornozeleira eletrônica. A Instrução Normativa Conjunta nº 01/2021/CGJE/SAP/SSPDS, de 30 de junho de 2021 estabelece, em seu art. 24, que o prazo de uso do equipamento de monitoração eletrônica em caso de omissão na decisão judicial acerca de sua duração para os presos provisórios será de 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, nos termos do artigo 11 deste normativo. A denunciada encontra-se sob monitoração há mais de 06 meses, sem nenhum comunicado de que tenha violado as regras do rastreamento eletrônico. Diante do exposto, revogo em parte, a decisão de fls. 43/46, para suspender, até ulterior deliberação, o uso da tornozeleira eletrônica, entretanto, mantenho as seguintes medidas cautelares: I - Comparecer ao atos do processo; II - Não mudar de endereço e nem se ausentar da comarca por mais de 05 dias sem comunicar a este juízo; III- Não manter contato com eventuais testemunhas e vítimas. Oficie-se, encaminhando a ré ao núcleo de monitoramento mais próximo para que seja extraída a tornozeleira eletrônica. Intimações necessárias. Ciência ao Representante do Ministério Público. Cumpra-se.

COMARCA DE GRANJA - 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE) - Processo 0000551-59.2018.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO BMG S/A e outro - Chamo o feito à ordem para revogar a decisão de f. 148. Em verdade, verifica-se que o comprovante de depósito apresentado à f. 129 diz respeito à ação diversa, inclusive com parte autora distinta da presente demanda. Assim, defiro o pedido de f. 147. Intime-se o requerido para apresentar o comprovante de depósito judicial correto, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARILIA SOUSA LOPES (OAB 28876/CE) - Processo 0050439-89.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Francinilda da Costa Silva - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE) - Processo 0000775-85.2004.8.06.0081 - Cumprimento de sentença - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil - Bnb - Intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE), ADV: CIDIA FROTA SALDANHA MADEIRA (OAB 35756/CE) - Processo 0001317-78.2019.8.06.0081 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: F. e outro - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a certidão de fl.29/30, no prazo de 15 (quinze) dias, indicando endereço atualizado do executado ou número de telefone que seja whatsapp. Expedientes necessários

ADV: MARIA ISABEL DE FREITAS GUIMARAES (OAB 11545/CE) - Processo 0007661-80.2016.8.06.0081 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: L.M.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpra-se a parte final da sentença de fl.52/54, intimando-se a parte autora para prestar o termo de compromisso definitivo, no prazo de 05(cinco) dias. Após, arquive-se. Granja/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: JOAO SALDANHA DE BRITO JUNIOR (OAB 31277-0/CE) - Processo 0007818-82.2018.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: F. da S. M. Rep Por Francisco Messias Neto e outros - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, extinguindo-se o feito com fundamento no art. 487, I, do NCPC. Condeno as partes autoras ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que ora fixo em 10% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, observada a gratuidade deferida nos autos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ALINE MAYRA DE SOUSA (OAB 30691-0/CE) - Processo 0008282-09.2018.8.06.0081 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.A.S. - Diante do exposto, encontrando a pretensão da parte autora amparo na Lei nº 6.515/77 e no art. 226, § 6º, da CF/88, com as renovações dadas ao texto constitucional pela EC nº. 66/2010, julgo procedente os pedidos, DECRETO o DIVÓRCIO do casal, ficando, assim, dissolvido o vínculo matrimonial, para todos os efeitos legais, nos termos do § 1° do art. 1.580 do CC/2002 e art. 37 da Lei n°. 6.515/77. Sem custas, justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE o competente mandado ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, determinando a inscrição desta sentença no livro E, sem prejuízo das averbações efetuadas no livro B. Após, ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais.

ADV: LUCIANA MARIA DIAS DOS REIS (OAB 24505/CE) - Processo 0050086-49.2021.8.06.0081 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Concessão - REQUERENTE: Antonia Laisa Fontenele Lopes - Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito com resolução do mérito, nos termos do art.487, I do CPC, deferindo à parte autora o acesso às informações registradas e contidas nos autos digitais. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Custas pela autora, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade da justiça deferida nos autos. Após o trânsito em julgado, não havendo outros requerimentos, arquivem-se.

ADV: MARCOS ANTONIO LIMA DA FROTA (OAB 10614/CE), ADV: MARILIA SOUSA LOPES (OAB 28876/CE) - Processo 0050103-56.2019.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Deficiente - REQUERENTE: Eliane Pereira Barroso e outro - Intime-

se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO GONZAGA DE SOUSA NETO (OAB 26613/CE) - Processo 0050139-30.2021.8.06.0081 - Habilitação - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Jose Francisco da Silva - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO GONZAGA DE SOUSA NETO (OAB 26613/CE) - Processo 0050171-35.2021.8.06.0081 - Habilitação - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca das Chagas Ferreira da Silva - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOAO SALDANHA DE BRITO JUNIOR (OAB 31277/CE) - Processo 0050367-39.2020.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - ARROLANTE: Paulo Ovidio de Oliveira - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOAO SALDANHA DE BRITO JUNIOR (OAB 31277/CE) - Processo 0050368-24.2020.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Maria de Fátima Araújo - Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE a ação, e condeno o requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a conceder o benefício de pensão por morte a autora, desde a data do requerimento administrativo. As parcelas vencidas, observada a prescrição quinquenal, deverão ser pagas de uma única vez. A correção monetária e os juros de mora são aplicados na forma prevista no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. Em virtude da sucumbência, arcará o INSS com os honorários advocatícios, ora arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §3º,inciso I, do Código de Processo Civil. Ressalte-se que a base de cálculo sobre a qual incidirá mencionado percentual será composta das prestações vencidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença, em consonância com a Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça. Por fim, a autarquia previdenciária está isenta das custas e despesas processuais, conforme dispõe o artigo 8º, § 1º, da lei 8.621/93. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0050370-57.2021.8.06.0081 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Votorantim S/A - BANCO VOTORANTIM S.A, pessoa jurídica de direito privado, qualificada na peça inicial, ajuizou AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO em face de DEOCLECIO PORTO DA COSTA. Às fls. 63/65, decisão deferindo a liminar. Posteriormente, a empresa requereu a desistência da presente demanda (f. 70). É o relatório. Decido. Na hipótese dos autos, pugna a parte autora pela extinção do presente feito, assim o fazendo porque tem a disponibilidade do processo, podendo dele desistir quando não houver resistência da parte contrária, no caso de ter havido a citação. Com efeito, dispõe o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VIII homologar a desistência da ação; (...) § 4o Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Por ser ato pelo qual a parte requerente abre mão de seu direito de ação, demanda homologação pelo Juiz do processo, também participante da relação jurídica processual, para que possa, dessa forma, surtir os efeitos almejados. Assim, resta evidente a configuração de justificativa hábil a conduzir um pronunciamento judicial pela extinção do processo. Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, a desistência, tal como requerida, extinguindo o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento de custas, nos termos do art. 90 do CPC. Verifique a Secretaria a existência de custas remanescentes de pagamento. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. P.R.I.

ADV: FRANCISCO RANULFO MAGALHAES RODRIGUES JUNIOR (OAB 21594/CE), ADV: JOSÉ SÉRGIO DIAS CARNEIRO FILHO (OAB 28654/CE), ADV: RENÉ OSTERNO RIOS (OAB 29175/CE) - Processo 0050545-85.2020.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.M.R.F. - ASSISTENTE: S.T.R.A.A.F.G.C. - Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: ALINE MAYRA DE SOUSA (OAB 30691/CE), ADV: GILSON XAVIER FONTENELE (OAB 22568/CE), ADV: MARIA APARECIDA XAVIER FONTENELE (OAB 43728/CE) - Processo 0050571-83.2020.8.06.0081 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.O.S. - REQUERIDA: M.C.S.T. - Verifica-se que as partes firmaram acordo parcial em relação ao objeto da presente demanda. Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: DAVI PORTELA MUNIZ (OAB 32573/CE), ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE) - Processo 0050613-98.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Livramento da Costa Araújo - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: LUCIANA MARIA DIAS DOS REIS (OAB 24505/CE), ADV: FRANCISCO GONZAGA DE SOUSA NETO (OAB 26613/CE), ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0050637-29.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Xavier dos Santos Lourenço - REQUERIDO: BANCO C6 CONSIGNADO S.A. - Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS ANTONIO LIMA DA FROTA (OAB 10614/CE) - Processo 0050641-66.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Maria do Livramento dos Santos Dias - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: LOURENÇO GOMES GADELHA DE MOURA (OAB 21233/PE), ADV: FRANCISCO GLADSTONE ARAÚJO PRADO (OAB 33659/CE) - Processo 0050653-80.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa Maria Ferreira - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 30071A/CE), ADV: FRANCISCO GLADSTONE ARAÚJO PRADO (OAB 33659/CE) - Processo 0050655-50.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Gonçalves Muniz - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: FRANCISCO GLADSTONE ARAÚJO PRADO (OAB 33659/CE) - Processo 0050657-20.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral -

REQUERENTE: Antônio Feliciano de Brito - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para especificarem, motivadamente, as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: NATHANIEL DA SILVEIRA BRITO NETO (OAB 9813/CE), ADV: RAFAEL GIRÃO BRITTO (OAB 40811/CE) - Processo 0050671-38.2020.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raimunda Santos de Oliveira - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO VIDAL NEGREIRO (OAB 23286/CE) - Processo 0050715-57.2020.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Fernando Marques do Nascimento - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS MAGALHAES FONTENELE (OAB 26910/CE) - Processo 0051083-32.2021.8.06.0081 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: R.C.F. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15(quinze) dias, para comprovar o parentesco com o interditando. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DO LIVRAMENTO ALVES DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12087/CE) - Processo 0051149-12.2021.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: V.V.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15(quinze) dias, apresentando comprovante de endereço atualizado. Expedientes necessários.

EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA

Processo nº: **0002010-62.2019.8.06.0081**

Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Remoção**
Requerente: **FRANCINETE ALVES DE CARVALHO**
Requerido: **ANTONIO JOAQUIM DE CARVALHO**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Granja/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que foi requerida e decretada a substituição de curador do(a) curatelado(a) FRANCINETE ALVES DE CARVALHO, brasileira, natural de Viçosa do Ceará/CE, nascida aos 20/08/1972, filha de Joaquim Antonio de Carvalho e Alzerina Alves de Carvalho, portadora do RG de nº 97028029650-SSP/CE, residente e domiciliada na Localidade São José, Distrito de Ibuguaçu, Granja/CE , tendo sido nomeado(a) a Sra ELOIZA ALVES DE CARVALHO, brasileira, solteira civilmente, agricultora, RG nº 2002014026144 SSPDC-CE e CPF nº 019.130.613-45, residente e domiciliada na Localidade São José, Ubatuba, Distrito de Ibuguaçu, Granja/CE, como CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), em lugar de Antonio Joaquim de Carvalho, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31/08/2021, com trânsito em julgado em 28/09/2021, cuja parte dispositiva da sentença é a seguinte: "...Ante o exposto, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para determinar a substituição pretendida, restando a autora ELOIZA ALVES DE CARVAHO c nomeada CURADORA de FRANCINETE ALVES DE CARVALHO, haja vista ter restado induvidosamente demonstrado nos autos ser esta a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da lei civil, reunindo, todas as condições de ordem moral para o exercício da curatela, tomando assim o lugar do anterior curador para todos os fins legais ..." O presente edital deverá ser publicado 01 (uma) vez. Granja/CE, em 18 de novembro de 2021.

Eu, Albeci Fontenele de Arruda, Técnico Judiciário, 201283, o digitei.

GUIDO DE FREITAS BEZERRA
Juiz(a) de Direito respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Granja

COMARCA DE GUAIUBA - VARA UNICA DA COMARCA DE GUAIUBA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUAIUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO CLECIO SILVA CRUZ (OAB 24588/CE), ADV: FRANCISCO CRISTIANO SILVA DE SOUZA (OAB 33050/CE), ADV: EVELYNE FROTA SILVA GUIMARÃES (OAB 43543/CE) - Processo 0005960-78.2016.8.06.0083 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Marques de Sousa - REQUERIDO: Bancos Itau Bmg Consignado S.a. e outro - Tendo em vista que os autos forma virtualizados, analisando os documentos constantes percebi que o determinado de fls. 347 não foi cumprido. Assim, por ato ordinatório encaminho os presentes autos para cumprimento da determinação supra mencionada, que transcrevo.

ADV: RAIMUNDO HERBESON PEROBA TAVARES (OAB 42073/CE) - Processo 0010273-09.2021.8.06.0083 (processo principal 0011780-54.2021.8.06.0293) - Relaxamento de Prisão - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Francisco Hebert Xavier da Silva - Vistos etc. Verifica-se que o acusado já teve analisado a possibilidade de responder o processo em liberdade, nos autos da ação penal principal, razão pela qual perdeu o objeto o presente incidente. Assim, determino que seja transladada cópia da referida decisão para os presentes autos, em seguida, arquivem-se com as cautelas legais. Expedientes necessários.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0011576-63.2018.8.06.0083 - Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária - REQUERIDO: Paulo Henrique dos Santos Ferreira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte promovida para dizer se concorda com o pedido de desistência formulado pelo autor, ficando ciente que o seu silêncio acarretará em concordância tácita.

ADV: JOSE WESLEY SOUZA DOS SANTOS (OAB 22732/CE), ADV: LUIZ GONZAGA NOGUEIRA FILHO (OAB 23482/CE),

ADV: POLLYANNA ARAÚJO APOLINÁRIO (OAB 37841/CE) - Processo 0011890-09.2018.8.06.0083 (apensado ao processo 0011942-05.2018.8.06.0083) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Edmilson Xavier da Silva - Francisco Israel da Silva Celestino - Jose Adani Celestino e outros - Supervisora de Unid Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUAIUBA
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MICHELE DE SOUSA RIBEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0050115-30.2020.8.06.0083 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência da ação formulado pelo autor e, em consequência, julgo extinto o processo, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Sem honorários. Determino ainda a liberação de eventual bloqueio junto ao RENAJUD ou DETRAN, caso haja sido realizado. Intime-se o Oficial de Justiça para devolver o mandado sem cumprimento. Registre-se, publique-se e intimem-se. Após o transito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes necessários. Guaiuba/CE, 27 de janeiro de 2022. Edisio Meira Tejo Neto Juiz de Direito, resp.

COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
JUIZ(A) DE DIREITO JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA MARIA XIMENES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: ANGELA CRISTINA R. B. LEITE (OAB 31576/MG), ADV: VALTER LUCIO DE OLIVEIRA (OAB 46749/MG), ADV: JOSE RIBEIRO VIANNA NETO (OAB 29410/MG), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0009467-44.2016.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: Euzebio Avelino de Sousa - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Diante do exposto, e com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito, para: I) Declarar a inexistência do contrato questionado, para cessarem todos os efeitos dele decorrentes; II) Condenar o requerido a restituir na forma simples, todas as parcelas descontadas até o efetivo cancelamento do contrato, acrescidos de juros (1% ao mês), a partir da citação e correção monetária (INPC), a partir dos descontos indevidos. III) Condenar o requerido ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) ao autor a título de indenização por danos morais, com juros de mora (1% ao mês), a contar da citação e correção monetária (INPC) a incidir a partir do arbitramento. Considerando a sucumbência mínima do autor, condeno ainda o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos dos artigos 85, § 2º do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE) - Processo 0016713-23.2018.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. e outro - R. Hoje. Dispensada a análise da admissibilidade recursal pelo juízo de primeiro grau, inclusive a análise quanto à gratuidade de justiça, consoante o art. 101§1º e 1.010, §3º do CPC. Intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0050921-28.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria das Graças Pereira Matias - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados pela parte autora, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor do pedido, contudo, em razão da gratuidade judiciária, suspendo pelo prazo de até 05 (cinco) anos a cobrança da parte autora, conforme art. 98, §3º do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição.

ADV: KAROL WOJTYLA LIMA CARNEIRO (OAB 17364/CE) - Processo 0051841-02.2021.8.06.0084 - Reintegração / Manutenção de Posse - Reintegração de Posse - REQUERENTE: Espólio de Dulce Ribeiro Matos - Vistos, etc. Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido liminar ajuizada pelo ESPÓLIO DE DULCE RIBEIRO MATOS, representando pela sua inventariante DULCILENE DE MELO MATOS LINS, em face de COSMA SOUSA DE CARVALHO, todos qualificados na peça vestibular. O Código de Processo Civil, em seu o art. 321, estabelece que “O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado”. Assim sendo, determino a intimação da parte autora, através da advogada constituída, para que no prazo de 15 (quinze) dias emende a petição inicial, sob pena de indeferimento, a fim de: Juntar aos autos cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) da inventariante e comprovante de residência. Esclarecer a divergência entre o número do imóvel descrito na certidão de registro de págs. 17/18 (nº 59) com o número do imóvel mencionado na petição inicial, cuja reintegração se pretende (nº 178). Corrigir o valor da causa para fazer constar o valor venal do imóvel para fins de IPTU e complementar as custas processuais caso necessário. Após, voltem-me os autos conclusos para análise do pedido liminar. Expedientes necessários. Guaraciaba do Norte (CE), 24 de janeiro de 2022. Juliana Bragança Fernandes Lopes Juíza de Direito

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0200143-36.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Freire da Silva - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma,

determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0200144-21.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Freire da Silva - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0200145-06.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Freire da Silva - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0200146-88.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Freire da Silva - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0200147-73.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Freire da Silva - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0200148-58.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Freire da Silva - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0200149-43.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Freire da Silva - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0200151-13.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimunda Silva Ribeiro Nascimento - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0200152-95.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimunda Silva Ribeiro Nascimento - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar

contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0200153-80.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimunda Silva Ribeiro Nascimento - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0200154-65.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Martins Correira - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0200156-35.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiza Ferreira Lopes - R. hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0200157-20.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiza Ferreira Lopes - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tendo em vista o atual contexto de pandemia e que a conciliação pode ser realizada a qualquer tempo; visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem perante este Juízo se possuem interesse na composição consensual, vez que o art. 334, §4°, do CPC, prevê que a audiência poderá ser dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Desta forma, determino que a Secretaria intime a parte requerente, por meio de seu patrono, bem como promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo e, em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
JUIZ(A) DE DIREITO JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA MARIA XIMENES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2022

ADV: EDSON BRITO DE CHAVES (OAB 28842/CE), ADV: MARIA JOSE PINHO SOUZA (OAB 30108/CE), ADV: GIOVANNA MARIA SOUSA FARIAS (OAB 43081/CE), ADV: ADSON PARENTE MORAES FONSECA (OAB 43244/CE) - Processo 0051048-63.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Imissão - REQUERENTE: Maria das Graças Silva - REQUERIDO: Bruno Lima da Silva - Trata-se de AÇÃO ajuizada por Maria das Graças Silva em face de Bruno Lima da Silva, pelos fatos e fundamentos indicados na exordial. A parte autora, no entanto, pugnou pela desistência. Vieram os autos conclusos. Decido. Quanto ao pedido de desistência da ação pela parte autora, dispõe o inciso VIII do artigo 485 do Novo Código de Processo Civil, expressis verbis: Artigo 485 O juiz não resolverá o mérito quando:(...)VIII homologar a desistência da ação;(...) § 5º A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença. Destarte, considerando que o requerente manifestou o desinteresse no prosseguimento do feito, homologo, por sentença, a desistência da presente ação, a fim de que, consoante o artigo 200, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil, produza seus jurídicos e legais efeitos. Determino, por conseguinte, a extinção do processo, sem resolução de mérito, com supedâneo nas disposições contidas no artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil, determinando o arquivamento destes autos. Sem custas e sem honorários. Empós o cumprimento das formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2022

ADV: KELLYANE PIMENTA RÊGO (OAB 39595/CE) - Processo 0051393-29.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Daniel Araújo da Silva - R. Hoje. Intime-se a parte requerente para apresentar réplica no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0051875-74.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sebastiana Gonçalves de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA) - Processo 0051952-83.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e

devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Marcolino de Sousa - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Assim sendo, HOMOLOGO, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo firmado entre as partes, em todos os seus termos, pelo que JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, ex vi art 487, inc. III, b, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. P.R.I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0052057-60.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Maria Edileuza do Nascimento - R. hoje. Intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0052077-51.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Antônia Milena da Silva Ferreira - Ao autor, em réplica. Exp. Necessários.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0052147-68.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Priscila Araujo da Silva - R. hoje. Intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0052157-15.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriel Ribeiro do Amaral - R. Hoje. Intime-se a parte requerente para apresentar réplica no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0052158-97.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriel Ribeiro do Amaral - R. Hoje. Intime-se a parte requerente para apresentar réplica no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM KLEBER GOMES DE SOUSA LIMA (OAB 28587/CE) - Processo 0052162-37.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriel Ribeiro do Amaral - R. Hoje. Intime-se a parte requerente para apresentar réplica no prazo legal. Expedientes necessários.

COMARCA DE HIDROLÂNDIA - VARA UNICA DA COMARCA DE HIDROLÂNDIA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE HIDROLÂNDIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2022

ADV: FABRÍCIO PINTO DE NEGREIROS (OAB 24492-A/CE), ADV: ERMESON SOARES MESQUITA (OAB 29993-0/CE) - Processo 0004185-22.2016.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Iranildo de Freitas Cid - Ato contínuo, a Conciliadora redesignou o ato para o dia 18 de abril de 2022, às 08:30 horas, através da plataforma Microsoft Teams, cujo link para acesso é o seguinte: https://link.tjce.jus.br/c549a7

ADV: FABRÍCIO PINTO DE NEGREIROS (OAB 24492-A/CE), ADV: ERMESON SOARES MESQUITA (OAB 29993-0/CE) - Processo 0004190-44.2016.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco das Chagas Martins de Sousa - Ato contínuo, a Conciliadora redesignou o ato para o dia 18 de abril de 2022, às 09:00 horas, através da plataforma Microsoft Teams, cujo link para acesso é o seguinte: https://link.tjce.jus.br/46b7ec

ADV: FABRÍCIO PINTO DE NEGREIROS (OAB 24492-A/CE), ADV: ERMESON SOARES MESQUITA (OAB 29993-0/CE) - Processo 0004191-29.2016.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edivani de Sousa Paiva - Ato contínuo, a Conciliadora redesignou o ato para o dia 18 de abril de 2022, às 09:30 horas, através da plataforma Microsoft Teams, cujo link para acesso é o seguinte: https://link.tjce.jus.br/90ea64

ADV: FABRICIO PINTO DE NEGREIROS (OAB 24492/CE), ADV: ERMESON SOARES MESQUITA (OAB 29993-0/CE) - Processo 0004695-98.2017.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Almir Junior Martins Parente - Ato contínuo, a Conciliadora redesignou o ato para o dia 18 de abril de 2022, às 10:00 horas, através da plataforma Microsoft Teams, cujo link para acesso é o seguinte: https://link.tjce.jus.br/0be411

ADV: FRANCISCA JANAINA MAGALHÃES TIMBÓ (OAB 33056/CE) - Processo 0050033-56.2021.8.06.0085 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.E.M.S. - Em cumprimento ao despacho anterior, a audiência de conciliação foi designada para 28/03/2022, às 08:30h, e agendada na plataforma Microsoft Teams, cujo link para acesso é o seguinte: https://link.tjce.jus.br/abc803

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE HIDROLÂNDIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2022

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA (OAB 4007/PB), ADV: WALTER DIOGENES NETO (OAB 5613/RN), ADV: ÂNGELO MARQUES LEAL (OAB 24719-A/CE), ADV: EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO (OAB 21154-C/CE), ADV: JOAO BARBOSA ALVES FILHO (OAB 27954-A/CE) - Processo 0000307-70.2008.8.06.0085 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Jose Amilton Gomes Costa - REQUERIDO: Unibanco Aig Seguros S.a - Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO pelo cumprimento da obrigação em relação aos demandados Itaú Seguros S/A e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Expeçam-se alvarás judiciais em nome da parte autora e de seu advogado, para fins de transferência dos valores depositados, observando os dados indicados na petição de fls. 308/309, vez que o causídico possui poderes expressos para receber e dar quitação (fl. 16). Após o trânsito em julgado e recolhidas eventuais custas remanescentes, ARQUIVE-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB 28060/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0000315-95.2018.8.06.0085 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LUCIMAR ALVES DE ALMEIDA - REQUERIDO: BANCO DO BRADESCO S/A - Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO pelo cumprimento da obrigação, em relação ao BANCO BRADESCO S/A. Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora para transferência dos valores, observando os dados bancários indicados às fls. 288, de titularidade do advogado da autora, com poderes expressos para receber e dar quitação (fl. 17). Após o trânsito em julgado e recolhidas as custas processuais, ARQUIVE-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB 28060/CE) - Processo 0001024-96.2019.8.06.0085 - Procedimento

Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: MANOEL NEZINHO SOUSA - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ERMESON SOARES MESQUITA (OAB 29993/CE), ADV: ALBANEIDE TIMBO ARAUJO (OAB 7542/CE), ADV: ALDENIR DE SOUZA LEOPOLDINO (OAB 31061/CE) - Processo 0002183-89.2010.8.06.0085 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: A.E.G. - REQUERIDO: A.C.E.S. - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para deferir a adoção de Francisco Euler de Lima ao requerente Antonio Eduardo Garcia, que passa a ser o pai registral do adotado, preservando-se o vínculo de filiação deste com sua mãe Maria Euclides de Lima. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado, conforme dispõe o artigo 47 da Lei n.º 8.069/90, não devendo constar na nova certidão do registro ou de quaisquer certidões do referido ofício nenhuma anotação sobre a origem do ato. Em consequência, deve o cartório cancelar o registro original do adotado e constar no novo assento de nascimento as alterações referentes ao genitor e respectivos avós paternos, mantendo-se os demais dados iguais ao do assento cancelado, ficando a critério do adotando a inclusão, ou não, do sobrenome paterno. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Após as formalidades legais, arquivem-se.

ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB 28060-0/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0003900-29.2016.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Edmar Alves de Farias - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - III - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, extinguindo o feito com julgamento de mérito, nos moldes do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade deferida. Condeno o autor ao pagamento de sucumbência no patamar de 10% sobre o valor da causa, ficando a sua exigibilidade suspensa, na forma do art. 98, § 3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: SEBASTIAO PAIVA MAGALHAES (OAB 189905-0/RJ) - Processo 0004041-48.2016.8.06.0085 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bonifacio Rodrigues Soares - REQUERIDO: Banco Itaúcard S/A - Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO pelo cumprimento da obrigação, em relação ao BANCO ITAUCARD S/A. Expeça-se alvará judicial em nome do advogado da parte autora para transferência dos valores depositados (fls. 146), observando os dados bancários indicados às fls. 172. Após o trânsito em julgado e recolhidas as custas processuais, ARQUIVE-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ROBERTO LIRA OLIVEIRA (OAB 28351-X/CE), ADV: VITOR FARIAS OLIVEIRA (OAB 44246/CE) - Processo 0004070-64.2017.8.06.0085 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.I.C.O.C. - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, para o fim de DECRETAR O DIVÓRCIO do casal CÍCERO DE OLIVEIRA CAMELO e ANA INÊS COSTA DE OLIVEIRA CAMELO, que voltará a usar o nome de solteira, qual seja, ANA INÊS COSTA DE OLIVEIRA AMÂNCIO, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo art. 487, I, do NCPC. Em consequência, torno sem efeito a decisão que arbitrou os alimentos provisórios em favor do filho do casal. Sem custas e honorários advocatícios. Com o trânsito em julgado, expeçam-se os competentes mandados de registro de sentença e averbação ao Cartório competente e demais expedientes necessários. Após, arquivem-se os presentes autos com as baixas legais cabíveis. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOAO PAULO JUNIOR (OAB 11081/CE), ADV: JORDANNA AZEVEDO TIMBO (OAB 28480-0/CE) - Processo 0004080-11.2017.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Adicional de Periculosidade - REQUERENTE: Julio Sezar Martins Bezerra e outros - REQUERIDO: Municipio de Hidrolandia - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos autorais, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I do CPC. Condeno os autores ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, todavia suspendo sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB 28060/CE), ADV: REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 24315A/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0007931-24.2018.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Domingos Caetano de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - III DISPOSITIVO Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELA PARTE AUTORA, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, observado o art. 98, § 3º, do CPC, ante a gratuidade deferida. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB 28060/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0050026-98.2020.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonia Martins de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - III DISPOSITIVO Isto posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral e extingo o feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I, do vigente Código de Processo Civil, para: I) Declarar a inexistência do serviço denominado encerramento de limite de crédito vinculado à conta bancária da requerente; II) Determinar a cessação dos descontos referentes ao serviço supracitado, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada ao valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); III) Condenar o reclamado na restituição do montante de R$ 3,66 (três reais e sessenta e seis centavos), equivalente ao desconto do encerramento de limite de crédito efetivamente ocorrido, além da restituição de outros eventuais descontos da mesma natureza realizados até a data da sua efetiva exclusão, corrigidos monetariamente pelo INPC e com juros de mora de 1% ao mês, ambos computados desde o desembolso. Por outro lado, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral. Diante da sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios sucumbenciais em 5% do valor da condenação para cada uma das partes, contudo, em razão da gratuidade judiciária concedida, suspendo pelo prazo de até 05 (cinco) anos a cobrança da parte autora, conforme art. 98, § 3º do CPC/15. Condeno o réu ao pagamento de 50% das custas, dispensada a parte autora em razão da gratuidade deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e não havendo pedido de cumprimento de sentença em 15 (quinze) dias, arquivem-se.

ADV: JOSE ARGENILDO PEREIRA DE SOUSA FILHO (OAB 25041/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE), ADV: FELLIPE MARTINS DE SOUSA (OAB 22308/CE), ADV: JOSE ARGENILDO PEREIRA DE SOUSA (OAB 13547/CE) - Processo 0050067-31.2021.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues Alves - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - III DISPOSITIVO Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELA PARTE AUTORA, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, observado o art. 98, § 3º, do CPC, ante a gratuidade deferida. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB

28060/CE) - Processo 0050075-08.2021.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ferreira de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - III DISPOSITIVO Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELA PARTE AUTORA, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, observado o art. 98, § 3º, do CPC, ante a gratuidade deferida. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB 28060/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050128-23.2020.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio de Sousa Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - III DISPOSITIVO Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELA PARTE AUTORA, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, observado o art. 98, § 3º, do CPC, ante a gratuidade deferida. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JOÃO PAULO AVELINO ALVES DE SOUSA (OAB 41057/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050203-28.2021.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimundo Nonato Rodrigues - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, com a advertência de que a ausência de indicação de forma fundamentada, com justificação de sua necessidade, poderá importar no julgamento antecipado do mérito. Determino, ainda, a intimação pessoal do demandado para fins de cumprimento da decisão que deferiu a tutela provisória, e a expedição de ofício ao INSS, comunicando o teor da referida decisão.

ADV: ALDENIR DE SOUZA LEOPOLDINO (OAB 31061/CE) - Processo 0050256-09.2021.8.06.0085 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessão - REQUERENTE: Ritinha Ferreira Xavier - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 2º da Lei n° 6858/80 e com esteio no artigo 487, I do CPC, para que seja expedido alvará autorizando os Srs. JOSÉ VIEIRA DE MESQUITA, através de sua curadora, e RITINHA FERREIRA XAVIER, receberem, cada um, 50% do saldo existente nas contas bancárias junto ao Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, deixado por EDSON FERREIRA XAVIER. Intime-se a parte autora para indicar os dados da(s) conta(s) bancária(s) para fins de transferência dos valores, nos termos da Portaria TJCE n.º 557/2020, e, após, expeça-se o competente alvará. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado e expedientes necessários para a liberação do alvará.

ADV: ANA TALITA FERREIRA ALVES (OAB 35416/CE), ADV: MIGUEL BERNARDINO DO NASCIMENTO NETO (OAB 33436/CE), ADV: ANTONIO KLEINER PIMENTEL DE ARAUJO (OAB 30281/CE), ADV: TATIANA MARA MATOS ALMEIDA (OAB 30165/CE), ADV: MARCELO GOMES TORQUATO (OAB 35810/CE) - Processo 0050269-42.2020.8.06.0085 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Yara Kelly Arruda dos Santos - Francisco Ulysses Martins de Siqueira e Cavalcante - Paulo Henrique Mesquita Felix - Cirlândia Vieira de Siqueira - Antônio Ibergson de Sousa Xavier - III DISPOSITIVO Posto isso, julgo improcedente o pedido contido na denúncia, para absolver os réus PAULO HENRIQUE MESQUITA FÉLIX, FRANCISCO ULYSSES MARTINS DE SIQUEIRA E CAVALCANTE, ANTONIO IBERGSON DE SOUSA XAVIER, CIRLANDIA VIEIRA DE SIQUEIRA e YARA KELLY ARRUDA DOS SANTOS das imputações que lhes foram dirigidas, com base no art. 386, V, do Código de Processo Penal. Expeçam-se Alvarás de Soltura em favor dos réus Paulo Henrique Mesquita Félix, Francisco Ulysses Martins de Siqueira e Cavalcante, Cirlandia Vieira de Siqueira e Yara Kelly Arruda dos Santos, devendo ser postos imediatamente em liberdade, salvo se estiverem presos por outro motivo. Encaminhem-se os respectivos alvarás de soltura às unidades prisionais correspondentes em relação aos dois primeiros, e à Central de Monitoramento em relação às duas últimas, com fins de retirada do aparelho de monitoração eletrônica. Expeça-se o contramandado de prisão em relação ao acusado Antônio Ibergson de Sousa Xavier. Fica desde logo deferida a restituição de objetos apreendidos nestes autos e eventualmente ainda não restituídos aos seus possuidores, mediante termo a ser acostado nos autos. Oficie-se a autoridade policial com fins de instauração e conclusão de inquérito policial para apuração de suposto crime de receptação, nos termos do opinativo ministerial de fls. 1052. Fixo, como honorários de Defensor Dativo, o valor equivalente a R$ 2.000,00 (dois mil reais), por ser justo e razoável, em favor do nobre causídico Dr. Miguel Bernardino do Nascimento Neto, OAB/CE n. 33.436, em razão do patrocínio do acusado Paulo Henrique Mesquita Félix, desde a resposta à acusação até os memoriais, nos termos do art. 22, § 1º, da Lei n. 8.906/94. Condeno o ESTADO DO CEARÁ ao pagamento do respectivo valor, uma vez que não há Defensor Público lotado neste juízo, sendo seu dever garantir o patrocínio de causas dos hipossuficientes, como é o caso dos autos, uma vez que nada há nos autos que demonstre que o réu tenha recursos necessários para a contratação de advogado particular, conforme decidiu o STJ (Agrg no AgREsp257148/BA 2ª Turma- Rel. Min. Mauro Campbell, julgado em 2.4.2013, servindo esta Sentença como título executivo, nos fundamentos do Resp 602005/RS-STJ. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado e cumprimento das determinações acima, arquivem-se.

ADV: ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS (OAB 28060/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0050312-76.2020.8.06.0085 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Alves Barros - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, em razão da litispendência, nos termos do art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I.

ADV: ANTONIO BOSCO PEREIRA CID (OAB 17375/CE) - Processo 0050394-73.2021.8.06.0085 - Divórcio Consensual - Leve - REQUERENTE: Francisco Felix Pereira Oliveira - Isso posto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes constante às fls. 01/02, tornando-o parte integrante desta, e decreto o divórcio do casal FRANCISCO FÉLIX PEREIRA OLIVEIRA e MARIA DILURDES ROBERTO OLIVEIRA, que voltará a usar o nome de solteira, qual seja, MARIA DILURDES ROBERTO DA SILVA, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 731 c/c art. 487, III, b, do NCPC. Sem custas. Sem honorários. Com o trânsito em julgado, expeçam-se os competentes mandados de registro de sentença e averbação ao Cartório competente. Após, arquivem-se os presentes autos com as baixas legais cabíveis. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

COMARCA DE HORIZONTE - 1ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2022

ADV: JOSE EDSON NOGUEIRA COSTA (OAB 6755/CE) - Processo 0050421-87.2020.8.06.0086 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - INDICIADO: Luis Carlos Araujo da Silva - R. H. Aguarde-se o decurso de prazo concedido às fls. 141. Cumpra-se.

ADV: MARCELO GOMES TORQUATO (OAB 35810/CE) - Processo 0051378-54.2021.8.06.0086 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Jose Roberio Marcelino da Silva e outro - Intime-se o peticionante de fls. 92/93 para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar o competente instrumento de procuração, sob advertência de desconhecimento da peça. Cumpra-se o mandado de fls. 90.

ADV: VICENTE DE PAULO FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 12698/CE) - Processo 0051408-89.2021.8.06.0086 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - VÍTIMA: R.C.S. - Intime-se o agressor por todo o conteúdo da decisão de fls. 05/06.

COMARCA DE HORIZONTE - 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2022

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), ADV: GIL SOUSA NOGUEIRA (OAB 26842/CE) - Processo 0001178-14.2019.8.06.0086 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: WNILTON DA SILVA ARAÚJO - REQUERIDO: Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inc. I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na petição inicial, apenas para reconhecer a cobrança indevida de seguro de proteção financeira e tarifa de avaliação do bem, ficando afastados os demais pleitos do autor.

ADV: WOLNEY FREITAS DE AZEVEDO FRANÇA (OAB 5829-A/RN) - Processo 0008848-79.2014.8.06.0086 - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - REQUERENTE: João Ricardo Alves dos Santos - Assim, em face da ausência de interesse de agir superveniente, que se observa com a perda do objeto, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Sem custas processuais. Sem honorários advocatícios, tendo em vista que o procedimento adotado deveria ter sido movido extrajudicialmente perante o Administrador Judicial, conforme dispõe o art. 7°, § 1°, da Lei n°. 11.101/2005. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Empós, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se, com as devidas baixas.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0010465-40.2015.8.06.0086 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Bv Financeira S/A - Defiro o pedido formulado pela parte autora (fl. 94). Determino à Secretaria de Vara que realize pesquisas nos sistemas informados pela requerida, a fim de que a parte requerida seja localizada para integrar a relação jurídica processual, mediante sua citação. Em tempo, determino que as informações se processem em segredo de justiça. Em posse das pesquisas realizadas, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, requerer o que entender de direito. Empós, retornem-me concluso os autos.

ADV: VICENTE DE PAULO FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 12698/CE) - Processo 0050111-47.2021.8.06.0086 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.O. - Ante o exposto, HOMOLOGO os termos do acordo judicial de folha 19, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. Oficie-se à empresa onde o requerido trabalha, para fins de descontos dos valores acordados (fl. 19, item a). Sem custas ou honorários, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Empós, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se, com as devidas baixas.

ADV: ESTER RITA MARIA DA SILVA (OAB 9733/CE), ADV: ANTONIO PACHECO DA CUNHA (OAB 8118/CE), ADV: VICENTE DE PAULO FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 12698/CE) - Processo 0050398-10.2021.8.06.0086 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.F.A. - REQUERIDO: A.A.S.C. - Ante o exposto, HOMOLOGO os termos do acordo judicial de folha 27, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. Oficie-se à empresa onde o requerido trabalha, para que proceda os descontos diretamente da folha de pagamento do empregado Antonio Augusto da Silva Costa, nos termos avençados pelas partes em audiência de conciliação (fl. 27). Sem custas ou honorários, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Empós, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se, com as devidas baixas.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0050883-10.2021.8.06.0086 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Ante o exposto, homologo a desistência da ação (parágrafo único do art. 200 do CPC) e, ato contínuo, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, em virtude de a parte autora já ter procedido o recolhimento das custas judiciais da petição inicial. Sem honorários advocatícios. Determino que a Secretaria de Vara, em caso de restrição no veículo, proceda à baixa no respectivo sistema. Ademais, determino que a Secretaria de Vara proceda à intimação do Sr. Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão para devolver o referido expediente sem a apreensão do veículo objeto da lide, em face do pedido de desistência. Publique-se. Registre-se. Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos, com as devidas baixas.

ADV: DIEGO CAVALCANTE DE ABREU (OAB 34156/CE), ADV: PAULO RICARDO GIRÃO COSTA (OAB 38615/CE) - Processo 0051367-25.2021.8.06.0086 - Arrolamento Comum - Readaptação - IMPETRANTE: Sergio Ricardo Silverio Costa - Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com arrimo no art. 485, inc. VI do CPC, diante da falta de legitimidade passiva ad causam e da ausência de interesse de agir, para que possa gerar todos os seus justos e efetivos efeitos.

ADV: BRUNO ALVES LIMA (OAB 41509/CE) - Processo 0200056-74.2022.8.06.0086 - Guarda de Infância e Juventude - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: J.R.M. - A pretensão veiculada na petição inicial (pedido de guarda unilateral de filho menor) é inegavelmente de titularidade apenas do pai, razão pela qual determino a intimação do autor, por intermédio de seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, corrigir a peça vestibular, excluindo a criança do polo ativo da demanda. Registro que segundo as afirmações contidas na inicial a criança atualmente está com o pai e não há indícios de que esteja sendo maltratada. Não vejo, assim, urgência para o deferimento da liminar requestada na petição inicial, motivo pelo qual me

reservo ao direito de deliberar sobre referido pedido quando da realização de audiência prevista no art. 1.585 do CC-2002 (audiência de conciliação), caso a solução consensual se mostre infrutífera e após colhida a manifestação do MINISTÉRIO PÚBLICO. Destarte, atento ao Princípio da Proteção Integral, que permeia todo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determino a designação de audiência de conciliação, na data mais próxima, livre e desimpedida, a ser realizada perante o Juiz e o(a) Promotor(a) de Justiça do Juízo da 2ª Vara. Intime-se o autor e cite-se a requerida, ficando a demandada ciente de que, não havendo conciliação, o prazo de 10 (dez) dias para apresentar resposta escrita (art. 158 do ECA) fluirá da data de realização da referida audiência. Advirtam-se as partes demandante e demandada de que deverão comparecer, acompanhadas de advogado e/ou defensor público, no dia e hora designados. Ciência ao MINISTÉRIO PÚBLICO.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2022

ADV: ELISANDRA MENDONÇA SOUZA (OAB 360971/SP) - Processo 0050765-68.2020.8.06.0086 - Averiguação de Paternidade - Fixação - REQUERIDO: M.F.C. - De início, nos termos do art. 99, §§ 2º e 3º, do CPC, em que pese não ser absoluta a presunção de hipossuficiência, não visualizo nos autos elementos para afastá-la, razão pela qual defiro o benefício de gratuidade de justiça requerida pelo réu em sua contestação, ressalvada prova posterior em sentido contrário. Por outro lado, indefiro o pleito do réu de chamamento de terceiro ao processo, o que só tumultuaria a demanda e atrasaria a instrução processual (com inclusão de nova parte no polo passivo, sendo necessária nova citação, renovação de audiência de conciliação, abertura de prazo para contestação, etc.), sendo que não haveria nenhum benefício direto para a defesa do demandado, pois sua linha defensiva é a de que não seria o pai biológico da autora, matéria probatória a ser resolvida por meio de exame pericial. Caso a presente demanda seja julgada improcedente, ficará ao talante da autora, representada por sua mãe, ajuizar nova ação de investigação de paternidade, contra novo réu. Considerando que a controvérsia gira em torno do vínculo biológico entre requerente e requerido, o exame pericial é meio probatório útil e pertinente para solucionar a demanda, razão pela qual defiro a realização do exame de DNA (requerido pela autora e pelo réu), junto ao LACEN, que deverá informar o dia e a hora designados para a realização da perícia, com prazo suficiente para que este Juízo promova as necessárias intimações. Intimem-se as partes da presente decisão.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: LEILA NUNES GONCALVES E OLIVEIRA (OAB 89290/MG) - Processo 0050916-97.2021.8.06.0086 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - REQUERIDO: Maria Vanessa Pereira da Silva - Ante o exposto, revogo a decisão liminar de busca e apreensão de fls. 55/56, razão pela qual determino que a parte autora restitua o veículo descrito no auto de fl. 59 à parte requerida, no prazo de 05 (cinco) dias, juntando aos autos prova documental idônea do cumprimento da presente decisão. Intimem-se as partes, por intermédio de seus advogados (pelo DJe), para tomarem ciência e fielmente cumprir a presente decisão. Outrossim, intime-se a parte requerente, através de seu advogado (pelo DJe), para se manifestar, em 15 (quinze) dias, sobre a contestação, reconvenção e documentos de fls. 63/133 (arts. 343, § 1º, 437 e 350/351, todos do CPC).

ADV: VICENTE DE PAULO FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 12698/CE) - Processo 0200138-08.2022.8.06.0086 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.B.F. - Ante o exposto, DEFIRO a medida liminar para fixar o valor dos alimentos provisórios para o requerente em 20% (vinte por cento) da remuneração do requerido, auferida na empresa POLI NUTRI ALIMENTOS S.A., excluídos os descontos obrigatórios (Previdência e Imposto de Renda), com vencimento no dia 05 (cinco) de cada mês, a contar da citação da parte requerida, mediante depósito em conta bancária particular que deve ser indicada pela parte autora. Oficie-se ao empregador do demandado, determinando o desconto da pensão alimentícia acima fixada, com depósito dos valores diretamente na conta bancária a ser indicada pela parte autora, sob pena de crime de desobediência. Com fundamento no art. 139, inc. V, do CPC, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) desta Comarca, a fim de que seja realizada sessão de conciliação/mediação. INTIME-SE a parte requerente, por sua representante legal, pessoalmente, caso assistida pela DEFENSORIA PÚBLICA, inclusive o(a) Defensor(a) Público(a), ou, caso contrário, por intermédio de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). CITE-SE e INTIME-SE pessoalmente a parte requerida, no endereço informado nos autos, de acordo com o art. 695, §§ 1º e 4º, do CPC. Advirta-se às partes que o comparecimento, acompanhado de advogado ou defensor público, é obrigatório (art. 334, § 9º, do CPC) e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (art. 334, § 8º, do CPC). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10, do CPC). Obtido o acordo, sigam os autos com vista ao MINISTÉRIO PÚBLICO. Caso a tentativa de autocomposição no CEJUSC reste infrutífera, intimem-se as partes e seus procuradores judiciais para que compareçam à audiência de instrução e julgamento que se realizará neste Juízo em data e horário previamente informados àquele setor (CEJUSC), acompanhados de seus advogados e testemunhas, 03 (três) no máximo, independentemente de prévio depósito de rol, importando a ausência da parte requerente em extinção do processo e arquivamento dos autos, e da parte requerida em confissão e revelia - presunção de veracidade dos fatos afirmados pela parte autora (Lei nº 5.478/68, art. 7º), observando-se que será conhecida eventual contestação oferecida pela parte ré, a qual deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, passando-se, em seguida, à ouvida das testemunhas e à prolação da sentença.

COMARCA DE IBIAPINA - VARA UNICA DA COMARCA DE IBIAPINA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IBIAPINA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: MANOEL GALBA VASCONCELOS DE AGUIAR JÚNIOR (OAB 18888/CE) - Processo 0050632-86.2021.8.06.0087 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Wesley Pimenta Albuquerque - Conforme determinado nos autos e amparado pela Portaria nº 05/2020 deste Juízo (DJE de 01.04.2020), bem como pelo Provimento nº 02/2021 da CGJCE (Código de Normas Judiciais), foi designada a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 24/02/2022 às 15:00hs. Fica criada a sala virtual pelo sistema MICROSOFT TEAMS para a realização do ato por videoconferência, com acesso através do link: https://link.tjce.jus.br/610562 ORIENTAÇÕES: O acesso será através do link acima, podendo ser compartilhado através de e-mail, whatsapp ou outros meios compatíveis. Os usuários deverão fazer o acesso com antecedência para melhor

experiência. Acesso via navegador ou aplicativo Teams: Opção 1: Copie o link da reunião para um navegador de sua preferência. Opção 2: Caso receba um convite no seu e-mail, clique no link Ingressar no seu computador ou aplicativo móvel. Em ambas as opções você será direcionado para uma página e nela decida se ingressará na reunião pelo seu navegador ou pelo aplicativo Teams caso tenha instalado em sua máquina. No primeiro botão, você pode baixar o aplicativo Teams para instalar em seu computador; No segundo você acessa a reunião utilizando o seu navegador; No terceiro você abre o aplicativo Teams caso esteja instalado. Será mostrada a opção de ativar ou não a sua câmera e microfone. Caso precise configurar algo relacionado a áudio e vídeo, utilize o botão Configuração Personalizada. Se decidir entrar na reunião com microfone e câmera desativados, não se preocupe, você pode acioná-los posteriormente. Ingresse na reunião. Para ativar o microfone e câmera basta clicar nos ícones correspondentes. Acesso via celular: 1- Deverá está conectado à internet e ter baixado o aplicativo MICROSOFT TEAMS no AppStore (iOS) ou PlayStore (Android). 2- Ao tocar no link recebido será direcionado à página do Teams, onde deverá clicar em Ingressar como Convidado. 3- Na tela seguinte informe seu nome e sobrenome. Então aperte em Participar da reunião. 4- Ao entrar na reunião, deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e microfone. A câmera e o microfone deverão ficar ativados. 5- Deverá então aguardar o administrador da reunião autorizar sua entrada. Ao ser autorizado, você já estará na reunião. A audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. A impossibilidade de participação da parte envolvida ou do advogado à audiência virtual deverá ser informada por meio de manifestação motivada, até a abertura da audiência. Havendo necessidade, e na impossibilidade de atendimento presencial, o contato com a Vara Única da Comarca de Ibiapina/CE presencial poderá ser realizado por via telefone: (88) 3653-1277 ou WhatsApp Business-Ibiapina (88) 9999 5151, nos horários de expediente forense, ou ainda através do e-mail: ibiapina@tjce.jus.br, neste último caso com confirmação de recebimentto. Expedientes necessários. Ibiapina/CE, 17 de dezembro de 2021.

ADV: MANOEL GALBA VASCONCELOS DE AGUIAR JÚNIOR (OAB 18888/CE) - Processo 0050634-56.2021.8.06.0087 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dariane Verissimo de Araujo - Conforme determinado nos autos e amparado pela Portaria nº 05/2020 deste Juízo (DJE de 01.04.2020), bem como pelo Provimento nº 02/2021 da CGJCE (Código de Normas Judiciais), foi designada a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 24/02/2022 às 08:30hs. Fica criada a sala virtual pelo sistema MICROSOFT TEAMS para a realização do ato por videoconferência, com acesso através do link: https://link.tjce.jus.br/53cebb ORIENTAÇÕES: O acesso será através do link acima, podendo ser compartilhado através de e-mail, whatsapp ou outros meios compatíveis. Os usuários deverão fazer o acesso com antecedência para melhor experiência. Acesso via navegador ou aplicativo Teams: Opção 1: Copie o link da reunião para um navegador de sua preferência. Opção 2: Caso receba um convite no seu e-mail, clique no link Ingressar no seu computador ou aplicativo móvel. Em ambas as opções você será direcionado para uma página e nela decida se ingressará na reunião pelo seu navegador ou pelo aplicativo Teams caso tenha instalado em sua máquina. No primeiro botão, você pode baixar o aplicativo Teams para instalar em seu computador; No segundo você acessa a reunião utilizando o seu navegador; No terceiro você abre o aplicativo Teams caso esteja instalado. Será mostrada a opção de ativar ou não a sua câmera e microfone. Caso precise configurar algo relacionado a áudio e vídeo, utilize o botão Configuração Personalizada. Se decidir entrar na reunião com microfone e câmera desativados, não se preocupe, você pode acioná-los posteriormente. Ingresse na reunião. Para ativar o microfone e câmera basta clicar nos ícones correspondentes. Acesso via celular: 1- Deverá está conectado à internet e ter baixado o aplicativo MICROSOFT TEAMS no AppStore (iOS) ou PlayStore (Android). 2- Ao tocar no link recebido será direcionado à página do Teams, onde deverá clicar em Ingressar como Convidado. 3- Na tela seguinte informe seu nome e sobrenome. Então aperte em Participar da reunião. 4- Ao entrar na reunião, deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e microfone. A câmera e o microfone deverão ficar ativados. 5- Deverá então aguardar o administrador da reunião autorizar sua entrada. Ao ser autorizado, você já estará na reunião. A audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. A impossibilidade de participação da parte envolvida ou do advogado à audiência virtual deverá ser informada por meio de manifestação motivada, até a abertura da audiência. Havendo necessidade, e na impossibilidade de atendimento presencial, o contato com a Vara Única da Comarca de Ibiapina/CE presencial poderá ser realizado por via telefone: (88) 3653-1277 ou WhatsApp Business-Ibiapina (88) 9999 5151, nos horários de expediente forense, ou ainda através do e-mail: ibiapina@tjce.jus.br, neste último caso com confirmação de recebimentto. Expedientes necessários. Ibiapina/CE, 17 de dezembro de 2021.

ADV: MANOEL GALBA VASCONCELOS DE AGUIAR JÚNIOR (OAB 18888/CE) - Processo 0050636-26.2021.8.06.0087 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucas Costa Matos e outro - Conforme determinado nos autos e amparado pela Portaria nº 05/2020 deste Juízo (DJE de 01.04.2020), bem como pelo Provimento nº 02/2021 da CGJCE (Código de Normas Judiciais), foi designada a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 24/02/2022 às 13:00hs. Fica criada a sala virtual pelo sistema MICROSOFT TEAMS para a realização do ato por videoconferência, com acesso através do link: https://link.tjce.jus.br/8c72b6 ORIENTAÇÕES: O acesso será através do link acima, podendo ser compartilhado através de e-mail, whatsapp ou outros meios compatíveis. Os usuários deverão fazer o acesso com antecedência para melhor experiência. Acesso via navegador ou aplicativo Teams: Opção 1: Copie o link da reunião para um navegador de sua preferência. Opção 2: Caso receba um convite no seu e-mail, clique no link Ingressar no seu computador ou aplicativo móvel. Em ambas as opções você será direcionado para uma página e nela decida se ingressará na reunião pelo seu navegador ou pelo aplicativo Teams caso tenha instalado em sua máquina. No primeiro botão, você pode baixar o aplicativo Teams para instalar em seu computador; No segundo você acessa a reunião utilizando o seu navegador; No terceiro você abre o aplicativo Teams caso esteja instalado. Será mostrada a opção de ativar ou não a sua câmera e microfone. Caso precise configurar algo relacionado a áudio e vídeo, utilize o botão Configuração Personalizada. Se decidir entrar na reunião com microfone e câmera desativados, não se preocupe, você pode acioná-los posteriormente. Ingresse na reunião. Para ativar o microfone e câmera basta clicar nos ícones correspondentes. Acesso via celular: 1- Deverá está conectado à internet e ter baixado o aplicativo MICROSOFT TEAMS no AppStore (iOS) ou PlayStore (Android). 2- Ao tocar no link recebido será direcionado à página do Teams, onde deverá clicar em Ingressar como Convidado. 3- Na tela seguinte informe seu nome e sobrenome. Então aperte em Participar da reunião. 4- Ao entrar na reunião, deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e microfone. A câmera e o microfone deverão ficar ativados. 5- Deverá então aguardar o administrador da reunião autorizar sua entrada. Ao ser autorizado, você já estará na reunião. A audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. A impossibilidade de participação da parte envolvida ou do advogado à audiência virtual deverá ser informada por meio de manifestação motivada, até a abertura da audiência. Havendo necessidade, e na impossibilidade de atendimento presencial, o contato com a Vara Única da Comarca de Ibiapina/CE presencial poderá ser realizado por via telefone: (88) 3653-1277 ou WhatsApp Business-Ibiapina (88) 9999 5151, nos horários de expediente forense, ou ainda através do e-mail: ibiapina@tjce.jus.br, neste último caso com confirmação de recebimentto. Expedientes necessários. Ibiapina/CE, 17 de dezembro de 2021.

COMARCA DE ICAPUÍ - VARA UNICA DA COMARCA DE ICAPUÍ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ICAPUÍ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: ANTONIO LUCIO FELIX BRAGA (OAB 21907/CE), ADV: EVERTON CLEYTON CASTRO DA SILVA (OAB 25248/CE), ADV: CICERO ROMÃO DA COSTA (OAB 39473/CE) - Processo 0005647-94.2019.8.06.0089 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Terezinha Maria da Silva - REQUERIDO: Jaime Liberato - JORGE MARCELINO DA SILVA - Certifico, face às prerrogativas por lei conferidas, que a audiência de instrução e julgamento aprazada para o dia 02/02/2022 às 12:00h será realizada através do sistema Microsoft Teams. As partes deverão acessar a sala de audiência virtual por seu computador pessoal, no horário agendado, diretamente pelo link da audiência ou através do aplicativo Microsoft Teams, disponível na Play Store ou Apple Store, bem como através da leitura do QR Code: Acesso ao Microsoft Teams: https://link.tjce.jus.br/ff1e34 O e-mail (icapui@tjce.jus.br) será monitorado em tempo real durante a realização das audiências para quaisquer esclarecimentos ou comunicações.

ADV: LAIANE MARIELE DA SILVA FREIRE (OAB 14342-0/RN) - Processo 0006188-98.2017.8.06.0089 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Antonio Lopes de Lima - Certifico, face às prerrogativas por lei conferidas, que a audiência de instrução e julgamento aprazada para o dia 16/02/2022 às 11h00min será realizada através do sistema Microsoft Teams. As partes deverão acessar a sala de audiência virtual por seu computador pessoal, no horário agendado, diretamente pelo link da audiência ou através do aplicativo Microsoft Teams, disponível na Play Store ou Apple Store, bem como através da leitura do QR Code: Acesso ao Microsoft Teams: https://link.tjce.jus.br/ff1e34 O e-mail (icapui@tjce.jus.br) será monitorado em tempo real durante a realização das audiências para quaisquer esclarecimentos ou comunicações.

COMARCA DE ICÓ - 1ª VARA DA COMARCA DE ICÓ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ICÓ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: HALISON HARLLEY RODRIGUES TEIXEIRA (OAB 40646/CE) - Processo 0001546-45.2018.8.06.0090 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ADOLESCENTE: M.P.S. - DESPACHO: Defiro o requesto ministerial. Defiro o requesto da Defesa. Oficie-se à Delegacia de Polícia Civil de Icó-CE e ao IML de Iguatu-CE, na forma requestada pelo Ministério Público e pela Defesa. Juntado o exame de corpo delito e o laudo da droga apreendida, abra-se vista dos autos as partes, sucessivamente, pelo prazo de 5 (cinco) dias, iniciando-se pelo Ministério Público, para apresentação das alegações finais, através de memoriais, a teor do artigo 403, do CPP. Empós, façam-se os autos conclusos para sentença. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ICÓ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: DANIEL DOS SANTOS LIMA (OAB 26360/CE) - Processo 0012810-93.2017.8.06.0090 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - Vistos em conclusão. Acerca do aditamento à denúncia (páginas 83/85), nos termos do artigo 384, §2º, do CPP, ouça-se o defensor do acusado, no prazo de 5 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0048977-17.2014.8.06.0090 - Cumprimento de sentença - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Candida Feitosa - Acerca da impugnação apresentada (págs. 188/191), manifeste-se a parte exequente no prazo de 15 dias. Intime(m)-se.

ADV: AURINETE CUNHA NUNES (OAB 16948/CE) - Processo 0051279-72.2021.8.06.0090 - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - REQUERENTE: Vitória Maria Guimarães Nunes - R.H. Intime-se a exequente, através de seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se, querendo, acerca da petição de fl. 54 e documentos inclusos. Intime(m)-se.

ADV: FABIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP) - Processo 0200114-65.2022.8.06.0090 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - Vistos em conclusão. Intime-se o patrono para, no prazo de 15 dias, proceder o recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. Exp. Nec.

ADV: CRISNANDA ALVES BRASIL (OAB 41053/CE) - Processo 0200149-25.2022.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Jairo Alves Soares - Isto posto, intime-se a/o autor/a, através do/a patrono/a, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar procuração na qual a(o) promovente outorga poderes ao(à) respectivo/a procurador(a), sob pena de não recebimento da inicial, por vício de representação processual e ausência de pressuposto processual.

COMARCA DE ICO - 2ª VARA DA COMARCA DE ICO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ICÓ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA), ADV: MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA (OAB 24247-0/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 37066A/CE) - Processo 0010113-41.2013.8.06.0090 - Procedimento Sumário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria do Socorro Batista da Silva - REQUERIDO: Banco Ge - BANCO BMG S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para apresentação de réplica, devendo, na ocasião, indicar as provas que pretende produzir, caso existam. Intime-se também a parte demandada, para que indique as provas que pretende produzir.

Cientifiquem ambas de que a não apresentação de provas poderá ensejar o julgamento antecipado da lide.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0011614-64.2012.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Milton Julio da Silva - REQUERIDO: BANCO BMC e outro - Vistos etc. Intime-se a parte autora para apresentação de réplica, devendo, na ocasião, indicar as provas que pretende produzir, caso existam. Intime-se também a parte demandada, para que indique as provas que pretende produzir. Cientifiquem ambas de que a não apresentação de provas poderá ensejar o julgamento antecipado da lide.

ADV: KERGINALDO CANDIDO PEREIRA (OAB 18629/CE), ADV: ANDREZZA VIANA DE ANDRADE (OAB 33333-0/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0013880-48.2017.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Siqueira de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para apresentação de réplica, devendo, na ocasião, indicar as provas que pretende produzir, caso existam. Intime-se também a parte demandada, para que indique as provas que pretende produzir. Cientifiquem ambas de que a não apresentação de provas poderá ensejar o julgamento antecipado da lide.

ADV: ROBSON GOMES DOS SANTOS (OAB 32721/CE) - Processo 0020009-98.2019.8.06.0090 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: I.M.F. - Intime-se a parte autora para apresentação de réplica, devendo, na ocasião, indicar as provas que pretende produzir, caso existam. Intime-se também a parte demandada, para que indique as provas que pretende produzir. Cientifiquem ambas de que a não apresentação de provas poderá ensejar o julgamento antecipado da lide. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: DAIANA FERREIRA DE ALENCAR DIOGENES (OAB 25162/CE), ADV: PATRICIA CAJASEIRA DE SA (OAB 25193/CE), ADV: KERGINALDO CANDIDO PEREIRA (OAB 18629/CE) - Processo 0096283-45.2015.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Sebastiao Beserra Justo e outro - REQUERIDO: Banco Bradescard S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para apresentação de réplica, devendo, na ocasião, indicar as provas que pretende produzir, caso existam. Intime-se também a parte demandada, para que indique as provas que pretende produzir. Cientifiquem ambas de que a não apresentação de provas poderá ensejar o julgamento antecipado da lide.

ADV: WILSON TRAJANO TORRES NETO (OAB 34985/CE) - Processo 0200112-95.2022.8.06.0090 - Auto de Prisão em Flagrante - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTUADO: A.G.S.L. - Ante o exposto, nos termos do art. 310, III, CPP, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA AO SR. Antônio Geslan da Silva Lima, mediante o pagamento de fiança no valor de UM salário-mínimo, obedecendo o disposto no art. 325, do CPP, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 do mesmo Diploma Legal, bem como às seguintes medidas protetivas de urgência (Lei nº 11.340/2006), no sentido de: (i) Proibir Antônio Geslan da Silva Lima de aproximar-se da vítima Tamiris Inácio Pereira, devendo dela manter uma distância mínima de 200 (duzentos) metros, bem como de entrar em contato com ela por qualquer meio de comunicação, sob pena de ensejar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, nos termos do artigo 24-A, da Lei Nº 11.3430/06. Em seguida, comprovado o recolhimento do valor afiançado, expeça-se Alvará de Soltura, consignando-se que o descumprimento imotivado das medidas cautelares acima estipuladas poderá ensejar a decretação de sua prisão preventiva, além da prática do crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/06. Intime-se. Após, encaminhe-se a solicitação do Ministério Público para a Autoridade Policial. Cientifique o Ministério Público da conclusão do Inquérito Policial (págs. 37/70). Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ICÓ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ADV: ALEXANDRE COUTO UCHOA (OAB 12152-0/CE), ADV: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA (OAB 6584/CE) - Processo 0000449-25.2009.8.06.0090 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Pedro Neto da Silva - Impõe-se extinguir o feito. Por todo o exposto, e considerando o mais que consta dos fólios, EXTINGO O PRESENTE FEITO, nos termos do art. 924, II, do NCPC, diante da manifestação da parte credora pelo pagamento integral do débito. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: BERGSON GOMES BEZERRA (OAB 5969/CE), ADV: JOSE RONALD GOMES BEZERRA (OAB 9656/CE), ADV: ROBSON RUBENS SOBREIRA DA CRUZ (OAB 34813/CE), ADV: HALISON HARLLEY RODRIGUES TEIXEIRA (OAB 40646/CE) - Processo 0001426-02.2018.8.06.0090 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Mayara Gomes do Nascimento - Jose Edson Pereira da Silva e outro - Conforme disposição expressa no Ofício Circular nº 115/2021 - GAPRE, designo para o dia 09/02/2022, às 15h, a Audiência de Interrogatório de Francisca Alzenir Pereira Mota através da Plataforma "Microsoft Office 365/Teams", instituída pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará como o sistema padrão para realização de audiências por videoconferência durante os efeitos da pandemia ocasionada pelo COVID-19. Intime-se, eletronicamente, via SAJPG, o Representante do Ministério Público. Intimem-se os patronos através do Diário da Justiça Eletrônico e pessoalmente, se dativo. Agende-se a audiência na referida plataforma e nos Sistemas SAJPG e SIMAV. Intimem-se os demais réus. Demais expedientes necessários, observando-se o Provimento nº 10/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará e Resolução nº 314/2020 do Conselho Nacional de Justiça. Cumpram-se, COM URGÊNCIA.

ADV: ANA KLEBIA DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9477/CE), ADV: ANA KLEBIA DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9477/CE), ADV: MIKHAIL FERREIRA CASTRO (OAB 33366/CE), ADV: JOSE DA CONCEICAO CASTRO (OAB 6816/CE) - Processo 0002155-91.2019.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Francisco Batista de Oliveira Junior - Isto posto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na exordial para condenar o requerido ao pagamento do FGTS durante o período de contrato de trabalho, observando a evolução salarial, acrescida de correção monetária pelo IPCA e juros de mora nos termos do artigo 1º-F da Lei Nº 9.497/97, desde a data que deveriam ter sido pagos. Em razão da sucumbência recíproca, ficam as custas divididas em 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. Os honorários, vedada sua compensação, ficam fixados em R$ 1.000,00 (mil reais), a serem pagos por cada parte ao seu adversário. Saliento que quanto ao pagamento das custas, o demandado é isento. Em relação aos débitos do autor, estes possuem exigibilidade suspensa, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Considerando o valor a ser pago, deixo de proceder à remessa necessária dos autos, nos termos do artigo 496, § 3º, inciso III, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMÕES (OAB 17801/CE), ADV: ELIS JOSEFINE PEREIRA OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 19411/CE), ADV: DANIEL DOS SANTOS LIMA (OAB 26360-0/CE), ADV: CLAIRTON OLIVEIRA (OAB 16702/CE), ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMOES (OAB 17801/CE) - Processo 0048610-22.2016.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Interpretação

/ Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rosira Oliveira da Silva Brito - REQUERIDO: Banco Panamericano S.a - Por todo o exposto, e considerando o mais que consta dos autos, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Custas pela parte autora e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), ressalva a cobrança, nos termos do artigo 98, § 3º do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: WILSON TRAJANO TORRES NETO (OAB 34985/CE) - Processo 0200112-95.2022.8.06.0090 - Auto de Prisão em Flagrante - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTUADO: A.G.S.L. - Vistos etc. Analisando os autos, percebo que aparentemente o comprovante de fls. 56 (final do código 51299550900-1) não corresponde ao boleto de fls. 55 (final do código 51303581900-4). Intime-se o advogado para que se manifeste quanto à constatação. Ademais, intime-se a vítima quanto à concessão da medida protetiva, eis que o réu já foi intimado. Cumpra-se.

COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: BERNADETE DE LOURDES DOS S. BITU (OAB 3052/CE), ADV: JOHN KENNEDY VIANA DINIZ (OAB 14737-B/CE) - Processo 0002441-86.2007.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Francisco Barbosa Costa e outro - REQUERIDO: Jose Herni da Silva e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, titular desta 1ª Vara Cível, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 17/03/2022, às 11h00min, que será realizada por meio da plataforma virtual do Microsoft Teams, podendo as partes terem acesso à reunião por meio do seguinte link ou QRCode: https://link.tjce.jus.br/a0ef6a As partes deverão ser intimadas para comparecerem por meio de seus advogados, os quais ficarão responsáveis por intimar e repassar o link para as testemunhas. Intimem-se.

ADV: MOELBA COSTA PIRES (OAB 30522/CE) - Processo 0003603-33.2018.8.06.0091 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Daniele Moreira Alexandrino - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, titular desta 1ª Vara Cível, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 22/03/2022, às 09h30min, que será realizada por meio da plataforma virtual do Microsoft Teams, podendo as partes terem acesso à reunião por meio do seguinte link ou QRCode: https://link.tjce.jus.br/a0ef6a A parte requerida deverá ser intimada para comparecer por meio de seus advogados, os quais ficarão responsáveis por intimar e repassar o link para as testemunhas. Intimem-se.

ADV: NARRIMAN XAVIER DA COSTA E INCAIO (OAB 10334-1/PB), ADV: LUIZ ALVES DE FREITAS JUNIOR (OAB 22287/CE), ADV: IGOR VASCONCELOS PONTE (OAB 17007/CE), ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE), ADV: DANIEL SOUSA PAIVA (OAB 16205/CE), ADV: TANIELLE KEZIAH DE SOUSA FREIRE TOSCANO HENRIQUES (OAB 18326-0/PB), ADV: KARLA GABRIELA SOUSA LEITE (OAB 11755-0/PB), ADV: CAIO TIBERIO BARBALHO DA SILVA (OAB 18873-0/PB), ADV: LETÍCIA BOLZANI GONDIM (OAB 12526-0/PB), ADV: JOAO PAULO BARBALHO INACIO DA SILVA (OAB 23419-0/PB), ADV: DANIEL BRUNO DE MELO E SOUSA (OAB 14278/PB), ADV: HIGOR ALMEIDA DE LIRA RAMALHO (OAB 21985-0/PB) - Processo 0043549-46.2017.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Bezerra Jorge - Rita Martins Pinheiro Bezerra - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, titular desta 1ª Vara Cível, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 15/03/2022, às 11h00min, que será realizada por meio da plataforma virtual do Microsoft Teams, podendo as partes terem acesso à reunião por meio do seguinte link ou QRCode: https://link.tjce.jus.br/a0ef6a As partes deverão ser intimadas para comparecerem por meio de seus advogados, os quais ficarão responsáveis por intimar e repassar o link para as testemunhas. Intimem-se.

ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 8667/CE), ADV: CICERO WELLINGTON BATISTA DO NASCIMENTO (OAB 21298/CE), ADV: FELIPE AGUIAR DE NEGREIROS ANDRADE (OAB 29703/CE), ADV: YARA MYCKAELLY SILVA VIEIRA (OAB 28074/CE), ADV: MARIA NAIANNE DE OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 27937/CE), ADV: IRENE FLÁVIA DE SOUZA SERENÁRIO (OAB 18900/CE) - Processo 0050326-52.2014.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Sociedade Beneficente Sao Camilo - REPR. LEGAL: Joene Gomes da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, titular desta 1ª Vara Cível, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 24/03/2022, às 09h30min, que será realizada por meio da plataforma virtual do Microsoft Teams, podendo as partes terem acesso à reunião por meio do seguinte link ou QRCode: https://link.tjce.jus.br/a0ef6a As partes deverão ser intimadas para comparecerem por meio de seus advogados, os quais ficarão responsáveis por intimar e repassar o link para as testemunhas. Intimem-se.

ADV: PEDRO MONTEIRO CHAVES (OAB 3303/CE), ADV: RAIMUNDO ERNANDES DE SENA (OAB 4179/CE), ADV: FRANCISCA NEUMA DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 4035/CE) - Processo 0096181-20.2015.8.06.0091 (apensado ao processo 0051077-39.2014.8.06.0091) - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Maria Guiomar das Neves - EMBARGADO: Deocleciano Rocha Bezerra - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, titular desta 1ª Vara Cível, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 17/03/2022, às 09h30min, que será realizada por meio da plataforma virtual do Microsoft Teams, podendo as partes terem acesso à reunião por meio do seguinte link ou QRCode: https://link.tjce.jus.br/a0ef6a As partes deverão ser intimadas para comparecerem por meio de seus advogados, os quais ficarão responsáveis por intimar e repassar o link para as testemunhas. Intimem-se.

ADV: ANTONIO EMANUEL ARAUJO OLIVEIRA (OAB 20528/CE), ADV: ELIANE OLIVEIRA DE PLATON AZEVEDO (OAB 7772/GO), ADV: FRANCISCO CLERISTON RIBEIRO CRUZ (OAB 13580/CE), ADV: FRANCISCO EDMILSON ALVES ARAUJO FILHO (OAB 27970/CE) - Processo 0097833-72.2015.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Representação comercial - REQUERENTE: Montenegro & Cia Ltda - REQUERIDO: Roan Alimentos Ltda - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, titular desta 1ª Vara Cível, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 15/03/2022, às 09h30min, que será realizada por meio da plataforma virtual do Microsoft Teams, podendo as partes terem acesso à reunião por meio do seguinte link ou QRCode: https://link.tjce.jus.br/a0ef6a As partes deverão ser intimadas para comparecerem por meio de seus advogados, os quais ficarão responsáveis por intimar e repassar o link para as testemunhas. Intimem-se.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0006272-25.2019.8.06.0091
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Ordinária
Requerente: Juddy Gabrielle Santos Alves
Valor da Causa: R$ 15.000,00

O Excelentíssimo Senhor, Dr. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, Juiz de Direito, titular da 1.ª Vara da Comarca de Iguatu, Estado do Ceará, na forma da lei, etc., FAZ SABER a quantos o presente edital virem ou dele notícia tiverem, que pelo juízo da 1.ª Vara Cível da Comarca de Iguatu/CE, tramita a ação de usucapião registrada sob o n.º 0006272-25.2019.8.06.0091, que por determinação deste juízo, foi emitido o presente edital de CITAÇÃO dos ausentes, interessados incertos e desconhecidos, para querendo, se manifestarem nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do pedido de usucapião do imóvel (terreno rural) localizado no Sitio Poço Cumprido, Iguatu/CE, o referido imóvel possui uma área total de 2.100,00 m² (dois mil e cem metros quadrados), limitando-se aoNORTE 35 metros (trinta e cinco metros) o Posto Ipiranga, ao SUL 35 metros (trinta e cinco metros) - com imóvel de proprietário de José Alves Neto, ao LESTE 60 metros (sessenta metros)- com a via pública sem denominação oficial e ao OESTE 60 metros (sessenta metros)- com imóveis de propriedade de Aparecido Alves de Freitas, Juvenal Lorenço da Silva e com uma fábrica de pré-moldados. O mesmo processo foi formulado pela requerente Juddy Gabrielle Santos Alves,brasileira, solteira, dentista, inscrita no CPF n° 034.656.604-55, , objeto do processo acima indicado. Dado e passado nesta cidade de Iguatu, aos 11 de novembro de 2021. Eu, Carlos Aurelio Moura de Oliveira, Analista Judiciário, Área Administrativa, digitei.

Carlos Eduardo Carvalho Arrais
Juiz de Direito
Titular da 1.ª Vara Cível da Comarca de Iguatu

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: CICERO DEILLYSON LIMA VIEIRA (OAB 31649/CE) - Processo 0006435-05.2019.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: I. S. Marcelino Me - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a contestação apresentada, intime-se a parte autora para ciência e réplica no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437 do CPC).

ADV: FRANCISCO TACIDO SANTOS CAVALCANTI (OAB 8978/CE), ADV: WESLEY MONTEIRO (OAB 18535-0/CE), ADV: DANILSON PASSOS (OAB 20322-0/CE), ADV: LEANDRO COELHO DANTAS (OAB 33463-0/CE) - Processo 0026843-95.2011.8.06.0091 - Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação - Pagamento - EXEQUENTE: Odilon Vicente de Souza Filho - Nos termos do Provimento nº 02/2021, CGJ/CE, disponibilizado no DJ-e, no dia 16/02/2021(Código de Normas Judiciais) e, de ordem da Magistrada Izabela Mendonça Alexandre de Freitas, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Iguatu, respondendo, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o ato processual abaixo proferido:

ADV: HELMO ROBERIO FERREIRA DE MENESES (OAB 28609/CE) - Processo 0050935-25.2020.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Pagamento - EXEQUENTE: R.I.S.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, através de seu advogado, para, no prazo de 10 dias, dizer se concorda com o valor depositado pela parte executada, com plena quitação. A parte exequente deverá ser advertida que o silêncio será interpretado como quitação da execução. Expedientes necessários.

ADV: GLAUBER IURE CARDOSO DE MENEZES SILVA (OAB 26359/CE) - Processo 0050984-32.2021.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.A.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes acerca da designação de data para a realização da coleta do material genético, qual seja, dia 22/03/2022, às 14 horas no Laboratório ROPE (fl. 44).

ADV: ANNA ARIANE ARAUJO DE LAVOR (OAB 23203/CE) - Processo 0051928-34.2021.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Lorena Tavares Alves - Nos termos do Provimento nº 02/2021, CGJ/CE, disponibilizado no DJ-e, no dia 16/02/2021(Código de Normas Judiciais) e, de ordem da Magistrada Izabela Mendonça Alexandre de Freitas, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Iguatu, respondendo, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o ato processual abaixo proferido:

ADV: JOHN KENNEDY VIANA DINIZ (OAB 14737-B/CE) - Processo 0098317-87.2015.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rubens Alves Meireles e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias.

COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: YARA MYCKAELLY SILVA VIEIRA (OAB 28074/CE) - Processo 0200124-09.2022.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Plano de Saúde - REQUERENTE: Josefa Deta de Oliveira de Carvalho - Cuida-se de ação ordinária formulada por Josefa Deta de Oliveira de Carvalho em face da Unimed Ceará, qualificados. Colhe-se da exordial que a demandante figurava como dependente do seu ex-marido, o Sr. José Aquino de Carvalho, cliente da empresa ré por vários anos, falecido aos 06/02/2019. O falecimento deu início ao período de remissão, cobertura dada aos dependentes do titular falecido por período de até cinco anos,

sem a cobrança de mensalidade, a autora recebeu a mesma cobertura. No caso da Unimed Ceará a remissão é de três anos, portanto, a cobertura extraordinária finda aos 06/02/2022. Em julho de 2021 a autora foi convocada pela Unimed para tratar sobre a relação contratual. Na reunião a Unimed ofertou nova contratação com a dispensa do período de carência, informação esta que tomou de surpresa a autora, que esperava apenas a assunção da titularidade do contrato, nas mesmas condições. A nova contratação proposta pela Unimed seria feita com os valores atuais do mercado, com os quais a autora, em tese, não poderia arcar. A requerente busca com a presente ação a manutenção da relação contratual (também é o pedido liminar), bem como a condenação da operadora pelos danos morais que alega ter experimentado. É o relatório. Decido. De início, defiro o pedido de gratuidade judiciária. O pedido antecipatório merece deferimento, pois, nos termos da Súmula Normativa nº 13/2010 da ANS, que tem acolhimento da jurisprudência, "o término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo". Presente, assim, a probabilidade de direito. Por outro lado, há perigo de dano, uma vez que a requerente é pessoa idosa e acometida de doenças crônicas, necessitando da assistência de saúde. Portanto, até deliberação ulterior em sentido diverso, defiro o pedido liminar para determinar que a Unimed Ceará mantenha a cobertura extraordinária (remissão) da promovente até o dia 06/02/2022, quando a operadora deve alterar a sua situação de dependente para titular do contrato, cabendo-lhe, portanto, arcar com os custos devidos nos mesmos moldes da contratação original firmada pelo ex-marido. Para o caso de descumprimento, estabeleço multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais). Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Iguatu para realização de audiência conciliatória, citando-se e intimando-se na forma dos artigos 334 e 335 do Código de Processo Civil (CPC). Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES (OAB 28423/CE) - Processo 0200147-52.2022.8.06.0091 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Conforme se vê do documento retro, o demandado, em sede recursal, obteve a suspensão da ordem de busca e apreensão proferida pelo juízo de 1º grau (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0635068-85.2021.8.06.0000). Assim sendo, indefiro o requerimento formulado, porque carece de fundamento exigido no art. 3º, §12º, do Decreto-Lei nº 911/69. Intime-se. Não havendo irresignação, remeta-se cópia dos autos ao juízo de Araripe e proceda-se com as seguintes movimentações para atualização junto ao SEI: 459 e 22. Por fim, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: VALDEGRAÇO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 27294-0/CE) - Processo 0004419-96.2013.8.06.0153 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Vitor da Silva Felipe - Desarquivem-se os autos, dispensando-se as custas de estilo por se tratar de solicitação formulada por beneficiário da gratuidade judiciária. Intime-se o requerente para requerer o que de direito, em 10 dias. Findo referido prazo, sem manifestação, retornem os autos ao arquivo.

ADV: TANIA REGINA SOARES DE LIMA (OAB 6154/CE) - Processo 0005478-29.2014.8.06.0107 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.P.S. - REQUERIDO: A.C.L.P. - Cuida-se de ação de divórcio formulada por Raimundo Pinheiro Soares em face de Aucineia Carvalho de Lima Pinheiro, qualificados, com o fim de obter provimento jurisdicional que dissolva definitivamente o vínculo matrimonial havido entre eles, além da partilha de bens. Contestação às fls. 26-28. Audiência de instrução realizada às fls. 57. A prova documental determinada não foi produzida no prazo assinado. O pedido de alimentos foi excluído do pleito por já ter sido resolvido em outra demanda. Resta pendente apenas a avaliação do imóvel referido. Vieram-me conclusos os autos. É o relatório. Decido. Conforme definição apresentada por Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (Manual de Direito Civil; volume único / São Paulo: Saraiva, 2017), casamento é um contrato especial de Direito de Família, por meio do qual os cônjuges formam uma comunidade de afeto e existência, mediante a instituição de direitos e deveres, recíprocos e em face dos filhos, permitindo, assim, a realização dos seus projetos de vida. Acontece que os projetos que engendram as premissas do mencionado vínculo nem sempre acompanham os interessados da forma como originalmente ajustados, razão pela qual cuidou o legislador de tutelar a necessidade superveniente daqueles que intentam por fim ao liame em apreço. O art. 1.571 do Código Civil prevê as formas de terminação da sociedade conjugal, vejamos: Art. 1.571. A sociedade conjugal termina: I - pela morte de um dos cônjuges; II - pela nulidade ou anulação do casamento; III - pela separação judicial; IV - pelo divórcio. §1º O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio, aplicando-se a presunção estabelecida neste Código quanto ao ausente. §2º Dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome de casado; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial. Conforme se depreende da leitura desse dispositivo legal, verifica-se que o parágrafo primeiro determina que o casamento válido somente será dissolvido pela morte de um dos consortes ou pelo divórcio. O divórcio, objeto da demanda em questão, é a medida dissolutória do vínculo matrimonial válido, importando, por consequência, a extinção de deveres conjugais. Trata-se, no vigente ordenamento jurídico brasileiro, de uma forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta a permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais. A supracitada ferramenta legal adquiriu maior relevo após a promulgação da Emenda Constitucional nº 66/2010 (Projeto de Emenda Constitucional nº 28, de 2009), a usualmente denominada PEC do Divórcio, que modificou o §6º do art. 226 da Constituição Federal, determinando uma verdadeira revolução na disciplina do divórcio no país. A pretensão do legislador visava facilitar a dissolução de vínculos havidos entre pessoas cujas relações restaram frustradas, atribuindo ao divórcio a força de direito potestativo e extinguindo a figura da separação judicial e a exigência de prazo de separação de fato para a dissolução do vínculo matrimonial. O divórcio, portanto, no atual panorama, não se condiciona a vontade de nenhum dos envolvidos, tampouco a determinado lapso temporal, podendo ser requerido a qualquer momento, inclusive em serventias extrajudiciais. Na mesma linha de entendimentos, vejamos os seguintes precedentes: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVÓRCIO. EMENDA CONSTITUCIONAL 66. Pela entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 66, não há mais necessidade de prévia separação ou decurso de prazo para a decretação do divórcio direto. Precedentes jurisprudenciais da 7ª e da 8ª Câmaras Cíveis deste TJRS. (Uniformização de Jurisprudência na ApC n.º 70044573848, 4º Grupo Cível, TJRS, julgado em 16/09/2011). Sendo assim, ainda que a decisão judicial não tenha se manifestado sobre o pedido de divórcio, como o divórcio - pós-emenda constitucional nº 66 - tornou-se um direito potestativo de quem pretende se divorciar, pode o pedido ser desde logo deferido mesmo que a ação tenha seguimento para discussão dos alimentos, partilha de bens e para que as partes sejam ouvidas pelo juiz. PROVIDO. EM MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70054845342, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 29/05/2013) (TJ-RS - AI: 70054845342 RS, Relator: Rui Portanova, Data de Julgamento: 29/05/2013, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/06/2013) DIVÓRCIO - EMENDA CONSTITUCIONAL 66/10

- DIREITO POTESTATIVO DO CÔNJUGE - DECRETAÇÃO IMEDIATA, INDEPENDENTEMENTE DE JUSTIFICATIVA OU CUMPRIMENTO DE LAPSO TEMPORAL. ALIMENTOS EM FAVOR DA EX-ESPOSA - PROVA CABAL DA IMPOSSIBILIDADE DO EX-MARIDO - PESSOA IDOSA, PORTADORA DE DOENÇAS GRAVES, SUBMETIDA A CURATELA - DESPESAS QUE SUPLANTAM O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - PEDIDO IMPROCEDENTE. RECURSO DESPROVIDO. - Com a ordem inaugurada pela Emenda Constitucional 66/10, surge para cada cônjuge um verdadeiro direito potestativo de dissolver o vínculo conjugal por meio do divórcio, isto é, independentemente de qualquer justificativa ou cumprimento de lapso temporal. - Cabalmente demonstrada nos autos a incapacidade do ex-marido de prestar qualquer auxílio financeiro à ex-esposa, por ser pessoa idosa, acometida por graves doenças em decorrência da senilidade, já se encontrando, inclusive, submetido a interdição e curatela, e cujas despesas suplantam em muito o valor do benefício previdenciário, caso é de improcedência do pedido de alimentos formulado pela virago. - Recurso desprovido. (TJ-MG - AC: 10223130084971001 MG, Relator: Eduardo Andrade, Data de Julgamento: 02/09/2014, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/09/2014) Do exposto, ante a impossibilidade de quaisquer condicionamentos ao pedido de terminação da sociedade conjugal pelo divórcio, DECRETO-O, com amparo no art. 226, § 6º, da CF/1988 c/c art. 356, do CPC. Intime-se as partes, por seus advogados. A requerida deve informar, em quinze dias, se intenta restabelecer o nome de solteira. Preclusa esta decisão, expeça-se o competente mandado de averbação e inscrição, acrescentando, inclusive, a ordem de restabelecimento do “nome de solteira”, se assim for manifestado pela ré. Paralelamente, seja nomeado corretor de imóveis no SIPER para realização da perícia, mediante honorários na forma da Portaria nº 598/2019/TJCE (justiça gratuita). Intime-se as partes para que, querendo, apresentem quesitação, no prazo de quinze dias, sob pena de preclusão. Contate(m)-se o(a)(s) perito(a)(s), por meio telefônico e/ou endereço eletrônico, encaminhando-se, inclusive, a senha de acesso do processo com validade de 30 (trinta) dias, para dizer(em), no prazo de 5 (cinco) dias, se aceita(m) o encargo, bem como sobre seus honorários, estes correspondentes aos valores vigentes nesta data, conforme tabela fixada pelo TJCE. Findo referido interregno, sem resposta, intime(m)-se os(as) peritos(as), com as advertências de praxe. Em caso de escusa, a qual, rememore-se, deve decorrer de razão legítima (artigo 467 do Código de Processo Civil) ou força maior, deve o profissional encaminhar justificativa para o e-mail institucional do Juízo (iguatu.2civel@tjce.jus.br), sob pena de sanção legal (artigo 16 da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 04/2017), no mesmo prazo aludido no parágrafo anterior. A contar da data da aquiescência com a nomeação em destaque, o profissional nomeado deverá encaminhar, no prazo de 15 (quinze) dias, o laudo pericial para o e-mail institucional deste Juízo (iguatu.2civel@tjce.jus.br). Findo referido interregno, sem resposta, intime(m)-se os(as) peritos(as), com as advertências de praxe. Anexada a avaliação, dê-se vista das partes para manifestação, no prazo comum de dez dias. Não havendo oposição/manifestação, façam os autos conclusos para sentença. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: PAULO MARDEN ALVES BEZERRA LIMA (OAB 22915/CE) - Processo 0032020-06.2012.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Simone Marques Freitas Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se da sentença de fls. 185/193 o advogado indicado às fl. 87.

ADV: MATHEUS DE MIRANDA BEZERRA (OAB 38503/CE) - Processo 0051630-42.2021.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Larisse de Souza Isidio - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 03/02/2022 às 15:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “Conforme disposições do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, do NUPEMEC, em observância ao que dispõe o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em conformidade com Art. 334 do Código de Processo Civil, DESIGNO sessão de conciliação para a data de 03/02/2022 às 15:00h, a ser realizada na modalidade de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, na sala de audiências virtuais do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da Comarca de Iguatu/CE. O referido ato será realizado por meio do seguinte endereço (link único): a) Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/67c2df b) QRCode: Encaminho os presentes autos à Unidade Judiciária respectiva para a confecção dos expedientes necessários.”

ADV: VALDEGRAÇO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 27294/CE), ADV: RAFAEL HOLANDA ALENCAR (OAB 25624/CE) - Processo 0052201-13.2021.8.06.0091 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.A.F. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 18/03/2022 às 15:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “Conforme disposições do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, do NUPEMEC, em observância ao que dispõe o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em conformidade com Art. 334 do Código de Processo Civil, DESIGNO sessão de mediação para a data de 18/03/2022 às 15:00h, a ser realizada na modalidade de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, na sala de audiências virtuais do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da Comarca de Iguatu/CE. O referido ato será realizado por meio do seguinte endereço (link único): a) Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/67c2df b) QRCode: Encaminho os presentes autos à Unidade Judiciária respectiva para a confecção dos expedientes necessários.”

ADV: MOELBA COSTA PIRES (OAB 30522/CE), ADV: RONNEY CHAVES PESSOA (OAB 24121/CE) - Processo 0052386-51.2021.8.06.0091 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.A.S. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 21/03/2022 às 15:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: “Conforme disposições do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, do NUPEMEC, em observância ao que dispõe o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em conformidade com Art. 334 do Código de Processo Civil, DESIGNO sessão de mediação para a data de 21/03/2022 às 15:00h, a ser realizada na modalidade de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, na sala de audiências virtuais do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da Comarca de Iguatu/CE. O referido ato será realizado por meio do seguinte endereço (link único): a) Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/67c2df b) QRCode: Encaminho os presentes autos à Unidade Judiciária respectiva para a confecção dos expedientes necessários.”

ADV: HEPAMINONDAS FEITOSA SOBRINHO (OAB 14164/CE) - Processo 0200044-45.2022.8.06.0091 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Leve - REQUERENTE: Aguinaldo Franco Araújo Filho - A presunção que ressai da cópia da declaração de hipossuficiência acostada não é absoluta, mas relativa (juris tantum), não havendo nos autos documentação hábil à comprovação de hipossuficiência. A Constituição Federal exige no artigo 5º, a comprovação da carência econômica para fins de assistência jurídica gratuita: LXXIV o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Outrossim, é importante observar que, constatada a falsidade das declarações constantes no documento que afirma a hipossuficiência, pode o juiz da causa fixar multa de até dez vezes o valor das custas, como punição (Lei nº. 1.060/1950,

art. 4º, § 1º). Por todo o exposto, intime-se o autor, por seu(ua) advogado(a), para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovando a hipossuficiência alegada ou recolhendo as custas processuais pertinentes, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. Paralelamente, dê-se vista dos autos ao MP. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: GIOVANNA VALENTIM COZZA (OAB 412625/SP) - Processo 0200052-22.2022.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Allison do O de Lima - A representante jurídica já conta com mais de 5 processos distribuídos neste ano no Estado do Ceará, embora a inscrição seja do Estado de São Paulo. Assim, intime-se para apresentar, em 15 dias, inscrição suplementar.

ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE) - Processo 0200158-81.2022.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Comtrac Comercio Serviços e Locação Ltda Me - Considerando ser o requerente pessoa jurídica, em 10 dias, recolher as custas processuais ou comprovar por documentação idônea a hipossuficiência.

COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: JOAO BATISTA DA SILVA (OAB 11468-1/CE) - Processo 0004617-04.2008.8.06.0091 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Deuzimar Rodrigues Ribeiro - Dispositivo: Em razão do quanto exposto, julgo procedente a pretensão ministerial e pronuncio o réu DEUZIMAR RODRIGUES RIBEIRO, pelo crime previsto no art. 121, § 2º, incs. II e IV, do estatuto repressivo, submetendo-o, por via de consequência, a julgamento perante o Tribunal Popular do Júri. Intimem-se pessoalmente o réu, sua defesa e o Ministério Público. Preclusa esta decisão, independentemente de novo despacho, intimem-se as partes, para, em 05 dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário (até o máximo de 05), juntar documentos e requerer diligências consoante preleciona o art. 422, do Código de Processo Penal. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: TALVANE ROBSON MOTA DE MOURA (OAB 31442/CE) - Processo 0025526-62.2011.8.06.0091 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Jasiano Souza da Silva e outros - Dispositivo: Em razão do exposto, julgo improcedente a pretensão inicial do Ministérios Público e impronuncio o réu JASIANO SOUSA DA SILVA das imputações irrogadas pelo órgão ministerial, nada impedindo que, surgindo novas provas, reabra-se a investigação. A secretaria deve lançar nas movimentações do feito a suspensão determinada com relação aos demais acusados. Intime-se pessoalmente o réu Jasiano Sousa da Silva, sua defesa e o Ministério Público. Aguarde-se eventual impulso do autor da ação penal para prosseguimento do feito quanto aos demais réus. Publique-se, registre-se e intimem-se.

COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: JOSÉ FRANCISCO LINO DE ABREU (OAB 40396/CE) - Processo 0000877-60.2019.8.06.0153 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra pessoas não identificadas como mulher - RÉ: MONICA MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES - Concluso. A ré foi intimada, fl. 62, para justificar o descumprimento de condições da suspensão do processo e nada manifestou. Desse modo, intime-se o advogado da acusada para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIA LOPES DE ARAUJO (OAB 32174/CE) - Processo 0001830-16.2019.8.06.0091 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - FLAGRANTEADO: Ednardo Barbosa Ferreira - I. Relatório: Concluso. Trata-se de ação penal promovida pelo Ministério Público em face de Ednardo Barbosa Ferreira, qualificado nos autos, por, supostamente, cometer infração ao disposto no artigo 306, §1°, do Código de Trânsito Brasileiro, tendo sido ofertado o benefício da suspensão condicional do processo, o qual foi aceito pelo réu e sua advogada, mediante o cumprimento das condições ali apresentadas, conforme termo de fls. 82/83. Expirado o prazo fixado para a suspensão do processo, foi dada vista ao Ilustre representante do Ministério Público, o qual opinou pela extinção da punibilidade do réu, uma vez que todas as condições impostas haviam sido cumpridas, fls. 95/96. É o relatório. Decido. II. Fundamentação: Conforme dispõe o artigo 89, §5º, da Lei nº 9.099/95, tendo expirado o prazo da suspensão condicional do processo sem que o benefício tenha sido revogado, faz jus o réu a extinção de sua punibilidade. O processo foi suspenso em 27 de novembro de 2019, fls. 82/83, pelo prazo de 2 (dois) anos, logo, nesse momento, ultrapassou-se o prazo de suspensão. Ademais, compulsando os autos, noto que assiste razão ao parecer ministerial, uma vez que se verifica o cumprimento das condições impostas. A paralisação das assinaturas ocorreram devido a pandemia, logo, não por uma ação ativa do réu, o que é facilmente compreensível. Além disso, não há notícias de nenhum fato que possa indicar a necessidade de revogação do benefício. Os antecedentes criminais juntados, fl. 98, consta apenas este processo. III. Dispositivo: Por todo o exposto, tendo em vista o parecer favorável do Ministério Público, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Ednardo Barbosa Ferreira, na presente ação penal, com base no artigo 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa definitiva. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO DIASSIS DO CARMO CARLOS (OAB 40417/CE), ADV: JOSÉ FRANCISCO LINO DE ABREU (OAB 40396/CE), ADV: RONNIE WAYNE TEIXEIRA DE ARAUJO (OAB 40762/CE), ADV: FRANCISCO IRLAN MACÊDO SALVIANO (OAB 43106/CE) - Processo 0006393-32.2017.8.06.0153 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano - RÉU: Paulo Carpegianne da Silva Ramos - Concluso. Observa-se que a APAE forneceu os seus dados bancários à fl. 153, conforme pugnado na decisão de fls. 132/133. Às fls. 171/172, o acusado informou não saber a conta para a prestação pecuniária, assim, intimem-se seus os advogados, fl. 118 para procederem com a remessa dos dados ao réu e comprovarem os pagamentos nos autos. Advirta-se que o número da OAB do advogado Francisco Diassis do Carmo Carlos está errada na procuração, o correto é OAB/CE 40.417. Expedientes necessários.

ADV: BERGSON GOMES BEZERRA (OAB 5969/CE) - Processo 0051776-83.2021.8.06.0091 - Ação Penal - Procedimento

Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Higo Lenno de Jesus Chaves e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista ao advogado do réu para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

COMARCA DE INDEPENDÊNCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: LUIZ RENÊ OLIVEIRA MARTINS (OAB 37580C/E) - Processo 0000304-45.2018.8.06.0092 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.M. - Frente ao exposto, evidenciada a falta de pressupostos processuais que garantam o prosseguimento válido da ação, qual seja, a citação válida, JULGO EXTINTO o feito sem a análise de mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora, dispensadas em razão da gratuidade processual. Diante da ausência de citação, deixo de condenar ao pagamento de honorários.

ADV: JOSE BONFIM DE ALMEIDA JUNIOR (OAB 15545/CE) - Processo 0000505-03.2019.8.06.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Bonfim - Sociedade Individual de Advocacia - Frente ao exposto, EXTINGO O PROCESSO DE EXECUÇÃO, com fulcro no 803, I, do CPC. Custas pela exequente.

ADV: JOSE WELLINGTON VIEIRA (OAB 31494/CE) - Processo 0001508-90.2019.8.06.0092 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.D.R.O.F. - Frente ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de divórcio nos termos do art. 487, I, do CPC para, em consequência, decretar a extinção do vínculo matrimonial existente até então entre ANTONIA DANIELA RODRIGUES DE OLIVEIRA FREIRE e FRANCISCO JOAZ FERREIRA FREIRE e para CONDENAR o requerido FRANCISCO JOAZ FERREIRA FREIRE ao pagamento de alimentos definitivos ao filho, arbitrados no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo vigente, confirmando a fixação dos alimentos em decisão liminar. Após a preclusão da presente decisão, expeça-se o mandado necessário para averbação do divórcio junto ao Cartório competente. Observe-se que a requerente voltará a usar o nome de solteira. Sucumbente, o réu deverá suportar o pagamento das custas e das despesas processuais, mais honorários de advogado arbitrados em 10% do valor atualizado da causa, nos termos do que dispõe o artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil.

ADV: JOAO FACUNDES GOMES NETO (OAB 13347/CE) - Processo 0008671-39.2010.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: João Facundes Gomes Neto - Frente ao exposto, diante da inércia da parte autora, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil, e art. 76, §1º, I, do mesmo diploma legal, JULGO EXTINTO sem resolução de mérito, pela ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo. Custas já recolhidas. Sem honorários, em razão da causalidade.

ADV: JOÃO CÂNDIDO MARTINS FERREIRA LEÃO (OAB 143142-0/RJ) - Processo 0010674-30.2011.8.06.0092 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda. e outro - Diante do exposto, declaro por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a EXTINÇÃO DO PRESENTE FEITO, sem resolução do mérito, o que faço nos termos do art. 485, VI, do CPC. Sem custas e sem honorários.

ADV: HELIO COUTINHO LACERDA (OAB 16522/CE), ADV: JOSE ERISVALDO VIEIRA COUTINHO (OAB 14511/CE) - Processo 0011048-12.2012.8.06.0092 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.R.S.S. - A.S.S.A. - Frente ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da parte autora para condenar SAMUEL DOS SANTOS SOUZA ao pagamento de alimentos definitivos à sua filha STEPHANYE RETHIELLY SIRIANO DOS SANTOS, no percentual de 20% (vinte por cento) do salário-mínimo. Sucumbente, o réu deverá suportar o pagamento das custas e das despesas processuais, mais honorários de advogado arbitrados em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do que dispõe o artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil, a ser atualizado com correção monetária e juros legais de mora de 1% ao mês, ambos a partir desta data, cuja cobrança suspendo nos termos do §3º do art. 98 do CPC, por entender que o requerido faz jus ao benefício da Justiça Gratuita.

ADV: ANA CAROLINE NORONHA FEITOSA (OAB 41353/CE) - Processo 0011761-16.2014.8.06.0092 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Iolanda Carneiro de Sousa e outro - Homologo o pedido de desistência da ação e, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem análise do mérito. Sem custas. P.R.I.

ADV: WAGLEYSON DE OLIVEIRA BRITO (OAB 34131/CE) - Processo 0016704-71.2017.8.06.0092 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diego Batista do Nascimento e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 640/2020, emanada da Presidência do TJCE, que colocou à disposição a ferramenta eletrônica de videoconferência Microsoft Teams para uso durante esse período de pandemia, certifico que foi designada a audiência de Oitiva de Testemunhas de Acusacao e Defesa para 20/04/2022 às 10:00h, a qual será realizada por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams. As partes deverão entrar na sala da audiência através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/d50066

ADV: MILANIA FERNANDA COUTINHO (OAB 30065-0/CE) - Processo 0017148-07.2017.8.06.0092 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Margarida Edvanilce Siqueira de Azevedo - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimo a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição e documento de fls. 179/180.

Processo 0033234-19.2018.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Izabel Cristina da Silva - REQUERIDO: Municipio de Independencia Ceara - Verifica-se o acórdão em agravo instrumento de fls. 153-171, já transitado em julgado, que deferiu tutela de urgência ao pedido autoral “reformando a decisão interlocutória de primeira instância, garantindo à autora, ora agravante, a convocação, nomeação e posse no Cargo de Professora da Educação Básica I nível médio do Município de Independência, para o qual obteve aprovação”(fls. 169-170). Dê-se cumprimento ao disposto no referido decisum intimando o Município de Independência-CE para efetuar a convocação, nomeação e posse no Cargo de Professora da Educação Básica I nível médio desta urbe.

ADV: LUIZ MARCIO GREYCK MARTINS (OAB 24165-0/CE), ADV: LUIZ RENE OLIVEIRA MARTINS (OAB 37580-0/CE) - Processo 0033618-79.2018.8.06.0092 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: A.M.S. e outro - Frente ao exposto, evidenciada a falta de pressupostos processuais que garantam o prosseguimento válido da ação, qual seja, a citação válida, JULGO EXTINTO o feito sem a análise de mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.

Custas pela parte autora, dispensadas em razão da gratuidade processual. Diante da ausência de citação, deixo de condenar ao pagamento de honorários.

ADV: HELIO COUTINHO LACERDA (OAB 16522/CE) - Processo 0050010-26.2020.8.06.0092 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - REQUERENTE: Manoel Vituriano da Silva - Frente ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, na forma do art. 487, I, do CPC, e determino a expedição de mandado de retificação ao Oficial do Registro Civil competente, para que proceda à retificação da data do nascimento da parte autora no assento de seu nascimento, para constar: 25 de dezembro de 1978, mantidos todos os demais dados constantes do assento. Custas de lei, dispensadas em razão da gratuidade processual.

ADV: ANTONIO VALDONIO DE OLIVEIRA BRITO (OAB 11993/CE) - Processo 0050013-44.2021.8.06.0092 (apensado ao processo 0050368-54.2021.8.06.0092) - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXECUTADO: José Rodriges Avelino - Compulsando os autos, constato que o valor da prestação mensal do contrato executado não condiz com a hipossuficiência apta a ensejar a concessão do benefício pretendido. Contudo, antes de indeferir o pedido, estabelece o art. 99, §2º, do CPC que o magistrado deve franquear à parte oportunidade para a comprovar o preenchimento dos pressupostos legais necessários a concessão da gratuidade judiciária. Por conseguinte, determino que o embargante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprove a situação de hipossuficiência necessária ao deferimento de gratuidade (art. 99, 2º, do CPC).

ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE) - Processo 0050067-44.2020.8.06.0092 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, com base no artigo 485, I, do CPC, a presente Ação de Busca e Apreensão ajuizada para CONSOLIDAR em nome do autor o domínio e a posse plena e exclusiva dos bem relacionado a fls. 02 dos autos e apreendido a folhas 72. Condeno a parte ré nas custas processuais e honorários advocatícios do paraninfo do autor, na base de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

ADV: MANOEL CÔMPITO SILVA SIQUEIRA (OAB 42554/CE) - Processo 0050183-50.2020.8.06.0092 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: José Agamenon Silva Me - Nestas condições, homologo, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência do prosseguimento da ação, requerido pela parte autora à fl. 23, declarando, por conseguinte, EXTINTO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: FRANCISCO BRUNO GERMANO DOS REIS (OAB 43598/CE) - Processo 0050245-56.2021.8.06.0092 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Rafaela Lima Rodrigues - Ante o exposto, julgo extinto o feito sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 485, inciso VI, do CPC.

ADV: AGNES DA COSTA DIB FERREIRA (OAB 41061/CE) - Processo 0200010-67.2022.8.06.0092 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis - REQUERENTE: Noel Teixeira Arimateia - Assim, extingo o presente feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, em razão da inadequação da via eleita. Sem custas, em razão da gratuidade processual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE), ADV: ICARO PACIFICO FELIX FRANÇA (OAB 41010/CE) - Processo 0005567-24.2019.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Niva Felix Mendes Guerreiro - REQUERIDO: Companhia de Agua e Esgoto do Ceará- Cagece e outro - Frente ao exposto, NÃO CONHEÇO do recurso de embargos de declaração, ante a ofensa ao princípio da dialeticidade. P.R.I. Intimem-se as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir. Prazo de 05 dias.

ADV: FRANCISCO GUILHERME DA SILVA NETO (OAB 29630/CE), ADV: RENATO APARECIDO STUANI (OAB 38353/CE), ADV: JOANA DARC DE PAULA (OAB 38352/CE), ADV: DR. JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA DA ROCHA (OAB 37693-0/CE), ADV: DRA. ANA PATRÍCIA MELO ARRUDA (OAB 37735-0/CE), ADV: DR. MATHEUS CÂMARA GONÇALVES (OAB 37684-O/CE) - Processo 0017656-50.2017.8.06.0092 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Paulo Sergio de Oliveira Chaves - REQUERIDO: G & R Locação e Construçoes Ltda - Me - Recebo os embargos a ação monitória e suspendo o mandado de pagamento emanado às fls. 47-48. Entende-se que não ficou demonstrada a relação consumerista entre as partes, uma vez que, até o momento, não foi comprovada a habitualidade da suposta atividade exercida pelo embargado. Determino que o embargado faça juntada de comprovantes de renda, para fins de demonstrar que faz jus à gratuidade da justiça. Recebo a impugnação aos embargos de fls. 96-106. Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade, advertindo-as que o silêncio implicará em concordância com o julgamento antecipado do mérito. Estipula-se prazo comum de 10 (dez) dias.

ADV: MANOEL CÔMPITO SILVA SIQUEIRA (OAB 42554/CE) - Processo 0050209-48.2020.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Joelson Rodrigues Torres Siqueira e outros - Isto posto, considerando que o pedido de desistência formulado pelo autor teve a devida anuência pela parte requerida, HOMOLOGO a DESISTÊNCIA e JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do inciso VIII, do art. 485 do CPC. Conforme, decisão de fl. 86, dos autos principais, proceda-se a intimação dos autores para o Recolhimento de Custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: FILIPE DUARTE PINTO CASTELO BRANCO (OAB 35021/CE) - Processo 0050585-97.2021.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria das Neves Mendes Rodrigues - Manifeste-se a parte autora em réplica, nos termos do artigo 350 do CPC. Prazo de 15 dias.

COMARCA DE IPAUMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE IPAUMIRIM

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPAUMIRIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2022

ADV: JUVIMARIO ANDRELINO MOREIRA (OAB 37058/CE) - Processo 0000041-32.2019.8.06.0042 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Leonardo dos Santos Soares e outro - Foi designada a audiência de Instrução para o dia 03/02/2022 às 14:00h, sendo que referida audiência se realizará por videoconferência, utilizando-se

o sistema Office 365 (Microsoft Teams), como plataforma padrão para realização de audiências por videoconferência durante o período de distanciamento social em consequência da pandemia da Covid-19, Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Os usuários externos receberão convite através de e-mail ou número de telefone celular (a ser informando pela parte/testemunha/usuário) com um link para clicar e acessar a sala para ser ouvido. É recomendado que a pessoa esteja em local silencioso com bom acesso à internet. Seguem as informações da reunião no sistema Office 365 (Microsoft Teams) (SALA VIRTUAL DE AUDIÊNCIAS): Link da reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTljMzNhZTgtYzU4YS00NTM0LTgwYTYtMTNlOGQ3ZTZiMWRm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2257129b9d-7a54-4ca6-979c-a5d51395be3d%22%7d Eventuais dúvidas podem ser encaminhadas para o e-mail: ipaumirim@tjce.jus.br

COMARCA DE IPU - VARA UNICA DA COMARCA DE IPU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: ERICA TORRES PASSOS MENESCAL REIS (OAB 17042/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0000114-88.2009.8.06.0095 - Reintegração / Manutenção de Posse - Requerimento de Reintegração de Posse - REQUERENTE: Real Leasing S/A Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Wendel César Farias Tavares - Cls. Intimem-se as partes, para no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestarem acerca da manifestação em audiência de fls. 145. Após, retornem os autos conclusos para decisão. Cumpra-se com urgência.

ADV: ANDERSON JORGE MARTINS MADEIRA (OAB 33534/CE) - Processo 0000387-43.2004.8.06.0095 - Reparação de danos - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Francisco Alto da Silva - Cls. Intime-se a parte exequente para as providências do art. 688, I, do CPC. Expediente(s) necessário(s).

ADV: MARLUCIA FERNANDES MARTINS (OAB 16670/CE) - Processo 0003981-21.2011.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Josefa Pereira dos Santos - Cls. Acolho a manifestação ministerial de fl.106. Intime-se. Expediente(s) necessário(s)

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE) - Processo 0004788-07.2012.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Município de Ipu/ce - Cls. Intime-se o Município de Ipu/CE, por intermédio de seu representante judicial, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, CPC). Ultrapassado o prazo estipulado sem manifestação, certifique-se nos autos. Expedientes necessários.

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE) - Processo 0004835-44.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Município de Ipu - Cls. Intime-se o Município de Ipu/CE, por intermédio de seu representante judicial, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, CPC). Ultrapassado o prazo estipulado sem manifestação, certifique-se nos autos. Expedientes necessários.

ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE) - Processo 0004871-86.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Municipio de Ipu - Ce - Cls. Intime-se o Município de Ipu/CE, por intermédio de seu representante judicial, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, CPC). Ultrapassado o prazo estipulado sem manifestação, certifique-se nos autos. Expedientes necessários.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0004921-44.2015.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antonia Naila Pereira de Sousa - Cls. Intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, no prazo de 10 (dez) dias, adequar o pedido de cumprimento da sentença de fl.92 aos preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil, sob pena de arquivamento da presente demanda. Expediente(s) necessário(s).

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0004925-81.2015.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Gerson Araújo de Sousa - Cls. Diante do trânsito em julgado da sentença de fls. 37/41, intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da sentença, obedecendo os preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s).

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0004950-94.2015.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ana Cristina Ximenes Mesquita - Cls. Intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, no prazo de 5 (cinco) dias, adequar o pedido de cumprimento da sentença de fl.142 aos preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s).

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0004954-34.2015.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria Adriana da Silva Sousa - Cls. Intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, no prazo de 5 (cinco) dias, adequar o pedido de cumprimento da sentença de fl.152 aos preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s).

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0004956-04.2015.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: ANTONIO JILSON SOUSA COSTA - Cls. Intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, no prazo de 10 (dez) dias, adequar o pedido de cumprimento da sentença de fl.90 aos preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil, sob pena de arquivamento da presente demanda. Expediente(s) necessário(s).

ADV: AUDIZIO EMANUEL PAIVA MORORÓ (OAB 21639/CE), ADV: DENILSON ANTONIO MARTINS COSTA (OAB 22505/CE) - Processo 0004976-63.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tallyha Beatriz Soares Mendes - Cls. Diante do trânsito em julgado da sentença de fls. 100/103, intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da sentença, obedecendo aos preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s).

ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE) - Processo 0005471-10.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERIDO: Município de Ipu - Cls.

Intime-se o Município de Ipu/CE, por intermédio de seu representante judicial, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, CPC). Ultrapassado o prazo estipulado sem manifestação, certifique-se nos autos. Expedientes necessários.

ADV: ITALO SERGIO ALVES BEZERRA (OAB 23487/CE) - Processo 0005475-13.2014.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Bens Públicos - REQUERENTE: Maria Celene Peres da Silva - Cls. Diante do trânsito em julgado da sentença de fls. 44/46, intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da sentença, obedecendo os preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s).

ADV: ITALO SERGIO ALVES BEZERRA (OAB 23487/CE) - Processo 0005549-67.2014.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Ana Lucia Araujo de Sousa - Cls. Diante do trânsito em julgado da sentença de fls. 42/44, intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da aludida sentença, obedecendo aos preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s)

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE) - Processo 0005974-31.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Municipio de Ipu-ce - Cls. Intime-se o Município de Ipu/CE, por intermédio de seu representante judicial, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, CPC). Ultrapassado o prazo estipulado sem manifestação, certifique-se nos autos. Expedientes necessários.

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE) - Processo 0006016-80.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Chirllan Corrêa Mororo - Cls. Intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da sentença de fls.50/55, com observância dos preceitos contidos nos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil, sob pena de arquivamento da presente demanda. Expediente(s) necessário(s).

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE) - Processo 0006017-65.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Ildenilda Sousa Leitão Martins - Cls. Diante do trânsito em julgado da sentença de fls. 55/57, intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da sentença, obedecendo os preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s).

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE) - Processo 0006022-87.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Francisca Helena Vitorino Martins - Cls. Intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da sentença de fls. 40/45, com observância dos preceitos contidos nos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil, sob pena de arquivamento da presente demanda. Expediente(s) necessário(s).

ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE) - Processo 0006135-75.2012.8.06.0095 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Pagamento - REQUERIDO: Município de Ipu - Cls. Intime-se o Município de Ipu/CE, por intermédio de seu representante judicial, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, CPC). Ultrapassado o prazo estipulado sem manifestação, certifique-se nos autos. Expedientes necessários.

ADV: RAIMUNDO GOMES CUNHA (OAB 8853A/DF), ADV: JOSE MARQUES JUNIOR (OAB 17257/CE) - Processo 0006316-42.2013.8.06.0095 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Gomes Magalhães - REQUERIDO: Gilvan Borges da Silva - Intime-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO FERNANDO ARAGÃO MARTINS MARQUES (OAB 36223/CE) - Processo 0007703-82.2019.8.06.0095 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Leandro Marques Oliveira - Intime-se os herdeiros e meeiros por via de seu patrono, para analisar a possibilidade de conversão do presente inventario em arrolamento sumario nos termos do art. 660 e seguintes do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE), ADV: FRANCISCO CLÁUDIO DE SOUSA (OAB 34228/CE) - Processo 0007850-79.2017.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de depósito - REQUERENTE: Fábio Ribeiro Paulino - Cls. Em observância ao lapso temporal da última manifestação até o presente despacho, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 10 dias, informar se possui interesse no feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. Expedientes necessários.

ADV: NADSON ROCHA AGUIAR JUNIOR (OAB 27986/CE), ADV: THALES LIMA FREITAS XIMENES (OAB 33339/CE) - Processo 0014402-26.2018.8.06.0095 - Reintegração / Manutenção de Posse - Reivindicação - REQUERENTE: Francisco Francimar Fernandes de Araújo - Intime-se a parte autora, por via de seu advogado(a), a, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls. 56/61 (art. 351 do CPC). Expedientes necessários.

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE) - Processo 0015182-63.2018.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Padronizado - REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Ipu/ce. e outro - Intime-se as partes, por meio de seus representantes jurídicos, para que, no prazo de 10 (dez) dias, indiquem as provas que desejam produzir, justificando a sua necessidade, sob pena de preclusão e julgamento antecipado da lide. À secretaria para que inclua o representante jurídico do Estado do Ceará através do novo convênio de nº 10526873, bem como inclua o representante jurídico do Município de Ipú-CE através do novo convênio de nº 24980021. Intimações através do Portal eletrônico (art. 183, §1º do CPC/15). Expedientes necessários.

ADV: DIEGO PETTERSON BRANDAO CEDRO (OAB 19667/CE) - Processo 0050603-46.2020.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Michele de Vasconcelos Soares e outros - Cls. Defiro o requerido pelo patrono da parte autora à fl.57, fixando em 20 (vinte) dias o novo prazo para o cumprimento do despacho de fl.54. Intime-se.

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0059153-64.2019.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ana Ariel Dias Azevedo - REQUERIDO: Município de Ipu - Vistos etc. Atribuo ao presente ato força de mandado, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. O longo decurso temporal pode acarretar a perda superveniente de um dos pressupostos de admissibilidade do processo, qual seja, o interesse processual. Intimem-se as partes que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, indicando a finalidade de cada uma, sob pena de indeferimento. Caso não sejam especificadas provas, não havendo provas a serem produzidas ou não havendo necessidade de novas provas além das constantes nos presentes autos, desde logoanuncio o julgamento antecipado do mérito. Cumpridos os

itens acima, venham os autos conclusos, seja para sentença, caso não requeridas outras provas, seja para decisão acerca das provas eventualmente requeridas. Serve a presente decisão como mandado/ofício.

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0059154-49.2019.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ana Bezerra de Sousa - REQUERIDO: Município de Ipu - Vistos etc. Atribuo ao presente ato força de mandado, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. O longo decurso temporal pode acarretar a perda superveniente de um dos pressupostos de admissibilidade do processo, qual seja, o interesse processual. Intimem-se as partes que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, indicando a finalidade de cada uma, sob pena de indeferimento. Caso não sejam especificadas provas, não havendo provas a serem produzidas ou não havendo necessidade de novas provas além das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mérito. Cumpridos os itens acima, venham os autos conclusos, seja para sentença, caso não requeridas outras provas, seja para decisão acerca das provas eventualmente requeridas. Serve a presente decisão como mandado/ofício. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0059156-19.2019.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ana Maria da Conceição - REQUERIDO: Município de Ipu - Vistos etc. Atribuo ao presente ato força de mandado, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. O longo decurso temporal pode acarretar a perda superveniente de um dos pressupostos de admissibilidade do processo, qual seja, o interesse processual. Intimem-se as partes que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, indicando a finalidade de cada uma, sob pena de indeferimento. Caso não sejam especificadas provas, não havendo provas a serem produzidas ou não havendo necessidade de novas provas além das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mérito. Cumpridos os itens acima, venham os autos conclusos, seja para sentença, caso não requeridas outras provas, seja para decisão acerca das provas eventualmente requeridas. Serve a presente decisão como mandado/ofício. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0059157-04.2019.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Antonia de Maria Camelo Lionor - REQUERIDO: Município de Ipu - Vistos etc. Atribuo ao presente ato força de mandado, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. O longo decurso temporal pode acarretar a perda superveniente de um dos pressupostos de admissibilidade do processo, qual seja, o interesse processual. Intimem-se as partes que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, indicando a finalidade de cada uma, sob pena de indeferimento. Caso não sejam especificadas provas, não havendo provas a serem produzidas ou não havendo necessidade de novas provas além das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mérito. Cumpridos os itens acima, venham os autos conclusos, seja para sentença, caso não requeridas outras provas, seja para decisão acerca das provas eventualmente requeridas. Serve a presente decisão como mandado/ofício. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0059158-86.2019.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Antonia Pereira Mendes - REQUERIDO: Município de Ipu - Vistos etc. Atribuo ao presente ato força de mandado, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. O longo decurso temporal pode acarretar a perda superveniente de um dos pressupostos de admissibilidade do processo, qual seja, o interesse processual. Intimem-se as partes que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, indicando a finalidade de cada uma, sob pena de indeferimento. Caso não sejam especificadas provas, não havendo provas a serem produzidas ou não havendo necessidade de novas provas além das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mérito. Cumpridos os itens acima, venham os autos conclusos, seja para sentença, caso não requeridas outras provas, seja para decisão acerca das provas eventualmente requeridas. Serve a presente decisão como mandado/ofício. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE) - Processo 0059165-78.2019.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisca Eveline Martins Barros - Vistos etc. Atribuo ao presente ato força de mandado, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. O longo decurso temporal pode acarretar a perda superveniente de um dos pressupostos de admissibilidade do processo, qual seja, o interesse processual. Intimem-se as partes que especifiquem as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias, indicando a finalidade de cada uma, sob pena de indeferimento. Caso não sejam especificadas provas, não havendo provas a serem produzidas ou não havendo necessidade de novas provas além das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mérito. Cumpridos os itens acima, venham os autos conclusos, seja para sentença, caso não requeridas outras provas, seja para decisão acerca das provas eventualmente requeridas. Serve a presente decisão como mandado/ofício. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VANQUES ANTONIO GOMES DE MELO (OAB 29774/CE) - Processo 0116571-82.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: F.R.P.U. - Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para tomar ciência da fls. 61/62, assim como, no prazo de 15 (quinze) dias, informar endereço atualizado do requerido e/ou requerer o que entender por direito, sob pena de extinção processual. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: JOAO PAULO JUNIOR (OAB 11081/CE) - Processo 0004826-82.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Lidiana Rodrigues de Sousa - Intime-se corretamente a parte ré, por sua procuradoria geral, através do portal eletrônico, para que aduza o que entender de direito, no prazo de 30 dias, nos termos do art. 477, §1º, do CPC. À Secretaria para que verifique se a Procuradoria Municipal de Ipú-CE esta devidamente cadastrada com o novo convênio de nº 24980021. Após, conclusos para apreciação. Expedientes necessários.

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE) - Processo 0005853-32.2015.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Socorro Rodrigues Araujo - Cls. Recebo o recurso de apelação impetrado pela parte promovida, posto que cabível e tempestivo. Intime-se o(a) recorrido(a) para apresentar as

contrarrazões, no curso do prazo de lei. Transcorrido o citado prazo e inexistindo requerimentos que ensejem a manifestação deste Juízo, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com as cautelas e homenagens de estilo. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE) - Processo 0006018-50.2013.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade da Administração - REQUERENTE: Jorge Antonio Martins Nobre - Cls. Diante do trânsito em julgado da sentença de fls. 61/63, intime-se a parte autora, por seu(s) advogado(s), para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o cumprimento da aludida sentença, obedecendo aos preceitos dos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil. Expediente(s) necessário(s).

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE) - Processo 0006136-60.2012.8.06.0095 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Município de Ipu - Cls. Sobre os novos cálculos apresentados pelo(a) exequente, ouça-se o executado, no prazo de 30(trinta) dias, nos termos do art. 535 do CPC. Intime-se.

COMARCA DE IPUEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0123/2022

ADV: LUCAS RAFAEL CHAVES SAMPAIO (OAB 30870/CE) - Processo 0007662-25.2013.8.06.0096 - Termo Circunstanciado - Desobediência - AUTOR FATO: Marcos Pereira da Silva - Assim sendo, com base na fundamentação supra, bem como acolhendo amnifestação ministerial, declaro EXTINTA a punibilidade do agente em relação ao delito em tela, em virtude da ocorrência da prescrição. Publique-se. Registre-se. Considerando o Enunciado Criminal do FONAJE de nº 105, que dispensa a intimação dos autores do fato das sentenças que extinguem a sua punibilidade, determino o ARQUIVAMENTO dos autos após a ciência do Ministério Público dessa sentença.

ADV: JOSE AURIVAN HOLANDA PINHO FILHO (OAB 22666/CE) - Processo 0010164-53.2021.8.06.0096 - Termo Circunstanciado - Contravenções Penais - AUTOR FATO: Romeu Farias Vasconcelos Neto - Trata-se de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA em desfavor de Romeu Farias Vasconcelos Neto, em razão da suposta infração penal prevista no 42 da Lei de Contravenções Penais. Ao compulsar os autos nota-se que às fls. 18/20 o nobre Parquet formulou proposta de transação penal ao autor do fato, tendo o mesmo aceitado a proposta consistente na prestação de serviços gratuitos à comunidade, no prazo de 02(dois) meses, por 8(oito) horas semanais em estabelecimento público, conforme manifestação de fls. 21/22. É o breve relato. Decido. Razão assiste ao nobre Parquet. Inicialmente, cumpre pontuar que a transação penal e a suspensão condicional do processo são medidas despenalizadoras, calcadas no princípio da disponibilidade regrada da ação penal. Especificamente, a transação penal se aplica às infrações penais de menor potencial ofensivo, as quais recomendam a aplicação de sanções diversas das contidas nas penas privativas de liberdade. Ressalte-se que a aceitação da transação não implica o reconhecimento de culpabilidade penal e, assim, não constará na certidão de antecedentes criminais, nem importará em reincidência, sendo registrada exclusivamente para impedir a concessão do mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos. Isto posto, acolhendo o parecer ministerial, HOMOLOGO a proposta de transação penal, entabulada pelo nobre representante do Ministério Público às fls. 18/20 e aceita pelo autor do fato, Romeu Farias Vasconcelos Neto, à fl. 21/22, a fim de surtir seus efeitos legais e jurídicos, mormente o de compelir ao autor o fiel e integral cumprimento da medida imposta, sob pena de retomada do curso regular do processo, na oportunidade própria, nos termos do artigo 76, §§ 3º e 4º da Lei 9.099/95. Oficie-se à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Ipueiras, encaminhando o apenado para o cumprimento integral da transação penal. Intime-se o autor do fato para comparecimento ao órgão acima indicado para que comprove o cumprimento integral da avença. Ciência ao Ministério Público.

ADV: SAMOEL DE SOUSA MARTINS (OAB 38329/CE) - Processo 0050542-51.2021.8.06.0096 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rita Cardoso de Matos Nascimento - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo à intimação da parte autora para comparecimento à audiência de Conciliação para o dia 18/03/2022, às 12h:30min, na sala de audiências deste juízo, através do sistema de videoconferência (Microsoft Teams), acessando: https://link.tjce.jus.br/f8aa16.

ADV: GUILHERME AUGUSTO DE SOUSA MOREIRA (OAB 29314/CE) - Processo 0050814-45.2021.8.06.0096 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Neusa Guimaraes da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo à intimação da parte autora para comparecimento à audiência de conciliação marcada para o dia 11/03/2022 às 14h:30min, na sala de audiências deste juízo, através do sistema de videoconferência (Microsoft Teams), acessando: https://link.tjce.jus.br/bb1eb3.

ADV: IGOR MACIEL ANTUNES (OAB 74420/MG), ADV: SAMOEL DE SOUSA MARTINS (OAB 38329/CE) - Processo 0050943-50.2021.8.06.0096 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gonçala Rodrigues e Silva - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Intimem-se as partes para, no prazo de 5(cinco) dias, especificarem/justificarem quais provas ainda pretendem produzir. Na inércia das partes, venham os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO NILTON GOMES DA SILVA (OAB 41565B/CE) - Processo 0051056-04.2021.8.06.0096 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.D.B.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, para comparecer à audiência designada para o dia 01/04/2022, às 09:00h, na sala de audiências deste juízo, através do sistema de videoconferência (Microsoft Teams), acessando:https://link.tjce.jus.br/dc4a3d.

ADV: BRENO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 38728/CE) - Processo 0200011-40.2022.8.06.0096 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Breno Rodrigues de Castro - Vistos e examinados. Compulsando os autos, verifico que a parte autora, requereu a desistência da ação nos termos do art.485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, sem maiores delongas homologo por sentença a desistência da ação para que surta seus efeitos jurídicos e legais, bem como extingo o feito sem resolução de mérito, conforme termos do art. 485, VIII do CPC. Custas de lei, dispensadas

em razão da gratuidade processual. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

COMARCA DE ITAPIPOCA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAPIPOCA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: MIKHAIL GOMES LE SUEUR (OAB 20064/CE) - Processo 0010320-26.2021.8.06.0101 (processo principal 0050421-08.2021.8.06.0101) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - REQUERENTE: Nadyja Rodrigues de Sousa Aguiar e outro - Cuida-se de embargos de declaração apresentados pelas investigadas Larissa Oliveira de Sousa e Nadyja Rodrigues de Sousa, em que alegam contradição na decisão de fls. 44/45, que indeferiu a revogação de suas cautelares. Decido. Os embargos declaratórios são recurso a ser interposto pela parte nas hipóteses previstas no art. 1022 do CPC, adiante colacionado: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o. Verifica-se, de breve análise, que não merecem acolhimento os embargos declaratórios. Isso porque, em que pesem as alegações das investigadas, novamente ressalto que a situação processual do investigado Francisco Dialyson Ramos Vidal em nada altera a necessidade de manutenção das cautelares das ora embargantes, tendo em vista que permanecem inalterados os motivos que ensejaram sua decretação, como já exposto na decisão de fls. 44/45. A extensão de efeitos visada pelas requerentes não pode ser reconhecida por este juízo, valendo ressaltar que atualmente estas não cumprem prisão provisória, mas apenas estão sujeitas a medidas cautelares alternativas à prisão. Dessa forma, não há que se falar em contradição na decisão de fls. 44/45, razão por que julgo improcedentes os embargos declaratórios. Intimem-se. Preclusa a referida decisão, arquivem-se estes autos.

COMARCA DE ITAPIPOCA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252-O/CE) - Processo 0011662-87.2012.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Jose Barbosa dos Santos - Considerando a petição de fls. 368/369, expeça-se alvará na forma requerida pela parte autora para levantamento dos valores remanescentes existentes na conta judicial. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO TAVARES UCHOA (OAB 44252/CE) - Processo 0028638-62.2018.8.06.0101 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: J.K. e outros - Do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos dos dispositivos do Código de Processo Civil supra transcritos. Custas pela parte autora, suspensas em face da AJG. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos para o arquivo com baixa na distribuição.

ADV: RICARDO PONTES HENRIQUE (OAB 38079/CE) - Processo 0050045-22.2021.8.06.0101 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.D.F. - Diante da certidão de fl. 26, intime-se a parte autora, através de seu patrono, para informar o endereço atualizado da parte promovida, no prazo de quinze dias. Expedientes necessários.

ADV: JANAINA SANTOS PINTO (OAB 25435/CE) - Processo 0051002-57.2020.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Helena Soares e outro - Diante da certidão de fl. 319 e considerando o estado de saúde que acomete a parte autora, e tendo em conta, por fim, a inércia do ISSEC em se manifestar quando instado a fazê-lo acerca do bloqueio realizado (fls. 293/294), determino que o valor bloqueado seja transferido para conta judicial, através do SISBAJUD. Em seguida, deverá ser expedido alvará para liberação dos valores, ficando ciente a promovente de que deverá juntar aos autos recibos e demais documentos referentes ao procedimentos, prestando contas da quantia recebida.

ADV: DEODATO JOSE RAMALHO NETO (OAB 15895/CE) - Processo 0051090-95.2020.8.06.0101 - Arrolamento Comum - Auxílio-Natalidade - ARROLANTE: Maria Cleonice dos Santos - Diante do que foi exposto, julgo procedente o pedido, condenando o promovido a pagar a Maria Cleonice dos Santos o benefício do auxílio-natalidade, referente ao nascimento do filho Enzo Gabriel dos Santos Paixão em 06/12/2018 (fl. 09). Sobre o valor arbitrado a título de condenação deve incidir correção monetária com base no IPCA-E, tendo como termo inicial o evento danoso, e juros de mora pelos índices de remuneração oficial da caderneta de poupança, a partir da citação. Condeno o promovido ao pagamento de honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) do valor da condenação, em vista da simplicidade do feito. Como a parte condenada é a Fazenda Pública, resta isenta do pagamento das custas. Tendo em vista ainda o valor da condenação, sentença não sujeita ao reexame necessário, nos termos do artigo 475, §2º do CPC. Publique-se. Registre. Intimem-se.

ADV: DEODATO JOSE RAMALHO NETO (OAB 15895/CE) - Processo 0051269-29.2020.8.06.0101 - Arrolamento Comum - Licença-Prêmio - ARROLANTE: Maria Vanusa Freire de Sousa - Ante o exposto, julgo procedente o pedido da requerente, condenando o Município de Itapipoca a pagar a Maria Vanusa Freire de Sousa as verbas referentes a um período de licença prêmio. Sobre o valor arbitrado a título de condenação deve incidir correção monetária com base no IPCA-E, tendo como termo inicial o evento danoso, e juros de mora pelos índices de remuneração oficial da caderneta de poupança, a partir da citação. Condeno o réu ainda ao pagamento de honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, conforme artigo 20, §4º do CPC. Como a parte condenada é a Fazenda Pública, resta isenta do pagamento das custas. Tendo em vista ainda o valor da condenação, sentença não sujeita ao reexame necessário, nos termos do artigo 475, §2º do CPC. Publique-se. Registre. Intimem-se.

ADV: ANDERSON BARROSO DE FARIAS (OAB 19623/CE), ADV: WESLEY MARINHO CORDEIRO (OAB 27577B/CE), ADV:

FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0051378-09.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonia Maria do Nascimento - REQUERIDO: Banco C6 Consignado S.a. (Banco Ficsa S.a.) - Referindo-me às preliminares de mérito suscitadas pelo promovido, assevero o seguinte: a) Conexão: Em contestação, o banco demandando arguiu conexão entre o presente processo e os de nº 0051472-54.2021.8.06.0101, 0051380-76.2021.8.06.0101, 0051362-55.2021.8.06.0101, em trâmite neste juízo, e 0051379-91.2021.8.06.0101, 0051377-24.2021.8.06.0101, em trâmite na 2ª vara cível de Itapipoca, o que não merece acolhimento. Isso porque verifico que a discussão se refere a contratos diversos, ainda que contra o mesmo demandado, não havendo que se falar em repetição de ação ou risco de decisões contraditórias, pois que as relações contratuais são totalmente distintas. b) Indeferimento da inicial: O banco demandado requer o indeferimento da inicial em virtude de a requerente não ter apresentado extratos bancários de sua conta do período discutido, o que não merece ser acolhido. Isso porque a juntada de tal documento não está entre os documentos tidos como indispensáveis pela lei para instruir a petição inicial, conforme art. 319 do Código de Processo Civil, não sendo tal fato capaz de acarretar a extinção do feito. c) Gratuidade Judiciária: A parte demandada arguiu, ainda, que a parte autora não faz jus ao benefício da justiça gratuita, tendo em vista que não restou comprovada sua insuficiência financeira. Acontece que, no caso em apreço, por mais que a requerida alegue que a parte demandante tenha condições de arcar com as custas do processo não se desincumbiu de provar a alegação ou de trazer qualquer fato válido que justifique seu questionamento. Diante disso, indefiro o pedido de impugnação à justiça gratuita. Intimem-se as partes da decisão e para que indiquem, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas complementares que têm a produzir. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE) - Processo 0051531-76.2020.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM Juiz de Direito desta Unidade Judiciária, Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte apelada (requerido), através de seu advogado, para que apresente a este Juízo contrarrazões ao recurso de fls. 224/233, no prazo de 15 (quinze) dias. Transcorrido o referido prazo, com ou sem resposta, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252/CE) - Processo 0052120-34.2021.8.06.0101 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Registro de Óbito após prazo legal - REQUERENTE: Maria Cleide Freitas dos Santos - À guisa das considerações expendidas, com fulcro no artigo 109 da Lei de Registros Públicos, julgo procedente o pedido inicial e, por consequência, determino ao senhor Oficial do Registro Civil pertinente proceda ao registro de óbito de Maria Rocha de Freitas, conforme informações constantes de fls. 05, 18 e 20/21. Dou por transitada em julgado a sentença, pois que inexistente o interesse de recorrer. Expeça-se o competente mandado de inscrição, para os devidos fins, ao Oficial do Registro Civil competente. Custas processuais suspensas em razão do benefício da AJG que ora defiro.

ADV: JOSE SILVEIRA PONTE (OAB 22494/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0052467-67.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - MASSA FALIDA: Francisca de Sousa Silva - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Aguarde-se a decisão do Recurso Especial no Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva (processo nº 0630366-67.2019.8.06.0000), conforme determinado às fls. 18. Expedientes necessários.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0052732-69.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Erika Evangelista Ferreira - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - É cediço que a tutela de urgência é medida excepcional e só deve ser concedida em casos onde estejam claramente demonstrados o preenchimento dos requisitos legais, quais sejam, aqueles indicados no artigo 300 do CPC. Preceitua o referido dispositivo que o juiz pode conceder a tutela de urgência, desde que haja elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Há que se observar que a concessão da tutela não exige a certeza da prova, pois a mesma deve se encontrar no campo da probabilidade, ou seja, a prova deve indicar forte probabilidade de que o fato narrado seja verdadeiro e que a parte requerente tenha razão. No caso em análise, entendo que afloraram presentes os requisitos para a concessão da medida requerida. Inicialmente, tenho que comprovou Ana Érika Evangelista Ferreira ter realizado sua solicitação de ligação de energia em 15/10/2020, conforme documento de fls. 18/20. Nos termos da resolução nº 414/2010, da ANEEL, os prazos para a conclusão da obra seriam de trinta dias (realização de estudos) mais cento e vinte dias (execução do serviço). Assim, os cento e cinquenta dias há muito decorreram, uma vez que já faz mais de quatorze meses desde a realização do pedido. Configurada, pois, a probabilidade do direito. Claro está, ainda, o perigo de dano à demandante, haja vista a essencialidade do serviço de energia elétrica, há muito negado à promovente, que se vê impedida de dele usufruir. Diante do exposto, com fulcro no art. 300, do CPC, defiro o pedido de urgência, para fins de determinar à Enel que, no prazo de noventa dias, providencie o que for necessário para a execução integral de obra visando ao fornecimento de energia elétrica na residência da demandante, sob pena de multa mensal no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de extrapolação do prazo dado. Intimem-se as partes para tomarem conhecimento da decisão e para, no prazo de 15 (quinze) dias, especifiquem as provas que desejam produzir, indicando a pertinência do deslinde do feito

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052734-39.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonia Gomes de Sousa - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - É cediço que a tutela de urgência é medida excepcional e só deve ser concedida em casos onde estejam claramente demonstrados o preenchimento dos requisitos legais, quais sejam, aqueles indicados no artigo 300 do CPC. Preceitua o referido dispositivo que o juiz pode conceder a tutela de urgência, desde que haja elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Há que se observar que a concessão da tutela não exige a certeza da prova, pois a mesma deve se encontrar no campo da probabilidade, ou seja, a prova deve indicar forte probabilidade de que o fato narrado seja verdadeiro e que a parte requerente tenha razão. No caso em análise, entendo que afloraram presentes os requisitos para a concessão da medida requerida. Inicialmente, tenho que comprovou Antônia Gomes de Sousa ter realizado sua solicitação de ligação de energia em janeiro de 2021, conforme documento de fls. 16/17 (visita técnica). Nos termos da resolução nº 414/2010, da ANEEL, os prazos para a conclusão da obra seriam de trinta dias (realização de estudos) mais cento e vinte dias (execução do serviço). Assim, os cento e cinquenta dias há muito decorreram, uma vez que já faz mais de onze meses desde a realização do pedido. Configurada, pois, a probabilidade do direito. Claro está, ainda, o perigo de dano à demandante, haja vista a essencialidade do serviço de energia elétrica, há muito negado à promovente, que se vê impedida de dele usufruir. Diante do exposto, com fulcro no art. 300, do CPC, defiro o pedido de urgência, para fins de determinar à Enel que, no prazo de noventa dias, providencie o que for necessário para a execução integral de obra visando ao fornecimento de energia elétrica na residência da demandante, sob pena de multa mensal no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de extrapolação do prazo dado. Intimem-se as partes para tomarem conhecimento da

decisão e a parte autora para que se manifeste, no prazo de quinze dias, sobre a contestação de fls. 23/31.

ADV: CLAUDINEI RICARDO DE OLIVEIRA TRAJANO (OAB 34076/CE) - Processo 0052775-06.2021.8.06.0101 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Bruno Cesar Osterno Meneses - Dada a perda do interesse manifestada pelo autor, homologo a desistência manifestada à fl. 53, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem custas. Não havendo interesse recursal, dou por transitada em julgado a sentença. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSE DJALRO DUTRA CORDEIRO (OAB 5152/CE) - Processo 0200141-15.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: Raimunda Patricia de Barros dos Reis - - Defiro o beneficio da gratuidade da justiça. - Processo em segredo de justiça. - Preenchidos os requisitos da inicial, designo audiência de Conciliação para o dia 29 de março de 2022, às 13:30 horas, a ser realizada pelo CEJUSC, devendo ser intimada a autora por seu advogado e o requerido pessoalmente, apresentando documentos pessoais no ato da audiência. A audiência será realizada através do plataforma Microsoft Teams, junto à CEJUSC, devendo as partes providenciar o necessário para o acompanhamento do ato na forma apontada, seja acessando a plataforma por computador, celular ou tablet. As partes deverão acessar à sala de audiência através do link ou QRcode abaixo disponível. Em caso de dificuldade de acesso, contatar o whatsapp do Cejusc: (88) 2137-0351. Link de reunião: https://link.tjce.jus.br/fa2d06 Fica autorizado o comparecimento das partes que não possuírem condições de acessar a sala virtual ao fórum de Itapipoca para serem ouvidas no dia e hora apontados. Atente-se à necessidade de utilização de máscaras e de manutenção do distanciamento social no dia do ato, devendo participar de forma presencial somente aquele(s) que estiver(em) impossibilitado(s) de fazer uso do ambiente virtual. Fixo alimentos provisórios, em favor do menor, em 23% (vinte e três por cento) dos seus rendimentos líquidos (rendimento bruto menos descontos obrigatórios). O valor fixado leva em conta a inexistência, neste momento inicial, de maiores elementos acerca das condições financeiras do alimentante, sendo devidos desde a intimação desta decisão. Cite-se o demandado para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344, do CPC, contando-se a partir da realização da audiência, caso a mesma compareça ao ato.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: CAIO ROGERIO BRAGA (OAB 31261/CE) - Processo 0001682-72.2019.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jose Ivanoe Gaspar Araujo - Diante do acórdão de fls. 164/175, transitado em julgado, conforme certidão de fl. 187, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0010242-13.2013.8.06.0101 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Companhia Energetica do Ceara - Diante do pedido de fls. 223/225, intime-se a parte executada, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito de R$ 20.528,79 (vinte mil quinhentos e vinte oito reais e setenta e nove centavos), sob pena de multa legal, honorários de execução e penhora de bens.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0014076-82.2017.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO e outro - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre fls. 373/375 e requerer o que entender de direito.

ADV: CLEUDIVANIA BRAGA VERAS (OAB 21560/CE) - Processo 0028497-43.2018.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Luiza Alves - Diante do pagamento realizado pelo promovido de fls. 256/259, intime-se a parte autora, através do seu patrono, para se manifestar e requerer o que entender cabível no prazo de quinze dias. No mais, diante da petição de 255, oficie-se ao INSS para que junte, no prazo de trinta dias, os históricos de crédito do último mês que teve o desconto dos empréstimos consignados referentes ao contrato nº: 791986152 no beneficio de nº: 791986152 e contrato 791984249 no benefício de 1249001045. Expedientes necessários.

ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 8667/CE), ADV: IMACULADA GORDIANO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 173/CE) - Processo 0028734-77.2018.8.06.0101 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Carla Bezerra Lima Quintao. - A alienação por iniciativa particular é modalidade de ato de expropriação, no qual se delega o procedimento à iniciativa particular, sob supervisão do Poder Judiciário. Diante da certidão de fl. 186, tendo a parte executada deixado transcorrer o prazo de manifestação quanto ao pedido de alienação do veículo, feito pela parte exequente às fls. 159/160, defiro a alienação por iniciativa particular, conforme artigo 879, inciso I e artigo 880, ambos do CPC. Considerando que a parte exequente já identificou um pretenso comprador do veículo pelo valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), o que vai ao encontro da avaliação de fl. 161, contra a qual não se insurgiu a parte executada, e não se tratando de valor vil, fixo o mencionado valor como montante mínimo para a venda, no atual estágio de conservação do veículo. Uma vez realizada a alienação, será formado o auto de alienação por iniciativa particular, contendo o resumo do procedimento e assinado pelo juiz e pelo vendedor, para haver a expedição de carta de alienação por iniciativa particular (título executivo hábil a registro do bem). A avaliação particular deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias. Intimem-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 30071A/CE), ADV: VICENTE TAVEIRA DA COSTA NETO (OAB 30021/CE) - Processo 0050936-43.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Elena Daniel dos Santos - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Diante do exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, julgo improcedente o pedido autoral, determinando a extinção do feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora suspensas em face da gratuidade deferida. Honorários sucumbenciais pelo promovente em favor do patrono do promovido, que fixo em dez por cento do valor da causa, tendo em conta sua pouca complexidade e celeridade na tramitação. Também os suspendo em face da AJG. Publique-se. Registre. Intimem-se.

ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMÕES (OAB 17801/CE) - Processo 0051845-22.2020.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Diante pedido de fls. 110/113, intime-se a parte executada, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito de R$ 3.101,23 (três mil cento e um reais e vinte três centavos), conforme o artigo 523, do CPC. Determino, ainda, conforme depósito às fls. 22/23 (R$ 1.440,08), que se expeçam alvarás em nome da parte requerente, no valor de R$ 1.309,16 (mil trezentos e nove reais e dezzesseis), e em nome da advogada da parte requerente, no valor de R$ 130,92 (cento e trinta reais e noventa e dois centavos), a título de honorários sucumbenciais.

ADV: VENICIUS GUSTAVO AMORIM MARINHO SILVEIRA (OAB 28694/CE), ADV: GERVANIA MARA GOMES ROCHA (OAB 25084/CE) - Processo 0051981-82.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação -

REQUERENTE: Francisca Loane Lino Braga - Intime-se a pare autora/embargada para que se manifeste sobre os embargos apresentados no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: THAYS KRYSHANA MARINHO DA SILVA (OAB 29368/CE) - Processo 0052301-35.2021.8.06.0101 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Maria de Marilac de Araujo - Do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c o art. 485, inciso I, ambos do Código de Processo Civil/2015. Custas processuais pela autora, suspensas em face da gratuidade que ora defiro. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos para o arquivo com baixa na distribuição.

ADV: LARA JESSICA VIANA SEVERIANO (OAB 41021/CE) - Processo 0052428-70.2021.8.06.0101 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: O.P.T. - Analisando as alegações da exordial, verifica-se a caracterização dos requisitos dos arts. 300 e 749, parágrafo único, do CPC, quais sejam a probabilidade do direito associada à prova inequívoca e o receio de dano, razão por que defiro a tutela de urgência, nomeando provisoriamente o autor OZETE DE PAULO TEIXEIRA como CURADOR do interditando GILIARD MARTINS DE LIMA, para exercer o múnus público, devendo o curador prestar compromisso no prazo de cinco dias, ficando adstrito às prescrições legais relativas ao instituto, quanto aos bens, valores e cuidados dispensados em prol do curatelado e respectiva prestação do contas quando exigível por este juízo. Intime-se o requerente para prestar compromisso no prazo acima referido. Designo audiência para entrevista do interditando para o dia 23/03/2022, às 11:00, que será realizada por aplicativo Microsoft Teams, em link a ser oportunamente informado. Cite-se e intime-se o interditando para comparecer à audiência de entrevista supra designada, consoante estabelece o art. 751 do CPC. Oficie-se à assistente social Francisca Joziena Oliveira de Freitas para que realize estudo social no prazo de quarenta dias.

ADV: LARA JESSICA VIANA SEVERIANO (OAB 41021/CE) - Processo 0052428-70.2021.8.06.0101 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: O.P.T. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM. Juiz de Direito dessa Unidade Judiciária, Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto, para que possa imprimir andamento ao presente processo, intimem-se as partes, por advogada e também pessoalmente, conforme determinações da decisão de fl. 28 (atentando-se à publicação do seu inteiro teor no DJE/portal), de que o acesso à audiência designada para o dia 23/03/2022, às 11h, por videoconferência, através da utilização da plataforma Microsoft Teams, se dará pelo link abaixo ou QR Code. Link de convite: https://link.tjce.jus.br/3fd75c

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252/CE) - Processo 0070010-54.2019.8.06.0101 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Jose Augusto de Sousa e outro - Sobre a contestação de fls. 57/74, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se.

COMARCA DE ITAPIPOCA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252-O/CE) - Processo 0000147-94.2008.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Fernando Teixeira Alves - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora da impugnação retro, para apresentar manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ALMEIDA JUNIOR (OAB 11366/BA), ADV: JULIANA MELO DE PINHO (OAB 21413/CE) - Processo 0000296-41.2018.8.06.0101 - Interpelação - Intimação / Notificação - INTEPTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Ante o exposto, nos termos do art. 485, inciso VI, CPC, EXTINGO o feito sem resolução do mérito. Custas pelos demandados, nos termos do art. 85, §10º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após cumpridas as formalidades legais, arquive-se.

ADV: INACIO RAONI CRUZ OLIVEIRA (OAB 32687/CE) - Processo 0000658-43.2018.8.06.0101 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: B.C.S.R.M.C.S. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora das informações retro acostadas, para que requeiram o que entenderem pertinente ao andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIS CARLOS TEIXEIRA FERREIRA (OAB 12593/CE), ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0002664-86.2019.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria das Graças Gomes - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil - BMB - Verifico que o requerido havia juntado, quando da apresentação da contestação, cópia do contrato de empréstimo consignado celebrado, sendo a parte autora analfabeta, motivo pelo qual se faz necessária a análise da regularidade do negócio jurídico de acordo com a tese adotada pelo Tribunal. Nos autos do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR de nº 0630366-67.2019.8.06.0000, foi emitida ordem de suspensão de todos os processos nos quais se discute a legalidade e plena validade dos contratos de empréstimo consignado entre pessoas analfabetas e instituições financeiras, conforme ofício circular de nº 36/2019 GVP/NUGEP. Ocorreu julgamento do mencionado Incidente pelo TJCE, no dia 21/09/2020, restando o respectivo acórdão publicado no DJE do dia 02/10/2020. No entanto, desta decisão foi interposto Recurso Especial pelo Banco Itaú Consignado S/A contra o complexo decisório da lavra da Seção de Direito Privado do TJCE, tendo o mesmo sido admitido, motivo pelo qual houve novamente decisão atribuindo efeito suspensivo aos processos pendentes que versem sobre tal tema, nos termos do art. 987, §1º, do CPC, sendo encaminhado a este juízo Ofício Circular nº 01/2021 GVP/NUGEP informando sobre referida suspensão, medida essa obrigatória. Assim, DETERMINO o sobrestamento do presente feito até nova decisão do IRDR, com fulcro no art. 313, IV, do CPC. Intimem-se. Procedam-se as devidas anotações no sistema. Expedientes necessários.

ADV: LUIS CARLOS TEIXEIRA FERREIRA (OAB 12593/CE) - Processo 0003070-10.2019.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Maria Socorro Miranda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora do inteiro teor da petição retro, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender pertinente ao andamento do

feito.

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252/CE) - Processo 0003737-93.2019.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Bartolomeu Alves da Costa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora do inteiro teor da petição retro acostada, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender pertinente ao andamento do feito.

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252-O/CE) - Processo 0007158-09.2010.8.06.0101 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Giuseppe Platania e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimo a parte autora para apresentar réplica à contestação de fls. 248/256, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: HELVECIO VERAS DA SILVA (OAB 26290/CE) - Processo 0014929-28.2016.8.06.0101 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Insira-se restrição de circulação no veículo indicado na fls. 112. Defiro o prazo de 30 dias solicitado pelo banco exequente na petição de fls. 137/139.

ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP) - Processo 0051082-21.2020.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Safra - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo de 15 (quinze) dias. 2) Decorrido o período, com ou sem manifestação, enviar os autos para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: ANDERSON BARROSO DE FARIAS (OAB 19623/CE), ADV: WESLEY MARINHO CORDEIRO (OAB 27577/CE) - Processo 0051413-66.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Pessoa Idosa - REQUERENTE: Jose Gonçalves do Nascimento - REQUERIDO: BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA - Ante do exposto, NÃO ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos, mantendo a sentença embargada nos seus exatos termos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0051727-12.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte adversa para que apresente contrarrazões aos embargos de declarações retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA) - Processo 0051842-67.2020.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte apelada para que apresente contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. 2) Decorrido o período, com ou sem manifestação, enviar os autos para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE), ADV: MARIA RACHEL DE ANDRADE COSTA (OAB 14437/CE) - Processo 0051873-53.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pascoal Onazio Lima - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar às partes que manifestem-se, no prazo comum de 05 (cinco) dias, dizendo se possuem interesse na produção de outras provas. Ato contínuo, mesmo prazo, em homenagem ao art. 139, V, CPC, digam se possuem interesse na composição amigável, devendo, neste caso, apresentar de pronto uma proposta. 2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, enviar os autos conclusos para análise do Magistrado quanto à necessidade ou não de produção de outras prova, bem como decisão de saneamento (art. 357 do CPC) ou de anúncio do julgamento conforme o estado do processo (art. 353 do CPC), a depender da convicção deste juízo ante os argumentos e provas constantes nos autos. 3) Não havendo pedido de produção de provas, encaminhar os autos conclusos, ficando as partes cientes que nesta hipótese será realizado o julgamento antecipado da lide por este juízo.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0051910-80.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Consulta - REQUERENTE: Lucineudo Gonçalves Pinto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora do inteiro teor do ofício retro e documento que o acompanha, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender pertinente ao andamento do feito.

ADV: WALTER COELHO DE SOUSA JUNIOR (OAB 36979/CE) - Processo 0052453-83.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Macilio Pires Teixeira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE SILVEIRA PONTE (OAB 22494/CE) - Processo 0052487-58.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisca de Sousa Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052505-79.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Renata Sheila Sousa Alves - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052618-33.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Daniele Rosa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora do inteiro teor

da petição acostada pelo acionado, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender pertinente ao andamento do feito.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052641-76.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Verismar Patricio Felix - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO DOUGLAS BRAGA LEITE (OAB 30557/CE) - Processo 0052670-29.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Remuneração / Proventos / Pensões e Outros Rendimentos - REQUERENTE: Farlley José Lima do Santos e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052733-54.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Galdino de Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052739-61.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Fatima de Freitas - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos de declarações retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052756-97.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTORA: Lielhete Ferreira da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052757-82.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valdemir Rios Pinto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos de declarações retro acostados, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052772-51.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Julio Cesar de Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052773-36.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diego Mendes Honorato - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSE WAGNER RIAN TEIXEIRA (OAB 30440-BCE) - Processo 0052777-73.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Lucas Teixeira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar contrarrazões aos embargos de declaração retro acostados, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052779-43.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Josiane dos Santos Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos de declarações, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052782-95.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pedro Teixeira de Lavor Neto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para apresentar contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0052784-65.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Onete de Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar parte autora para apresentar contrarrazões aos embargos retro, no prazo 05(cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0200002-63.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elaine Cristina Marques Mesquita - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões ao embargos retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0200005-18.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Helena da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões, no prazo de 05(cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0200013-92.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Eveline do Nascimento Ibiapina - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0200015-62.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Wilton Braga Barbosa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0200021-69.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Clycian Vitoria Soares da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco)dias.

ADV: WESLEY MARINHO CORDEIRO (OAB 27577/CE), ADV: ANDERSON BARROSO DE FARIAS (OAB 19623/CE) - Processo 0200066-73.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Sebastiana de Araújo Felix - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE SILVEIRA PONTE (OAB 22494/CE) - Processo 0200127-31.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Jacinto de Sousa - Os arts. 319 e art. 320 do Código de Processo Civil atual (Lei nº 13.105/15) estabelecem os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser objeto do devido preenchimento pelo Autor, sob pena de indeferimento da petição inicial. O art. 320 do CPC é claro ao dispor que a inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Verifico, de acordo com o documento de identidade juntado aos autos, que o autor é não alfabetizado. Sendo assim, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias corrija os seguintes elementos da petição inicial: junte declaração de hipossuficiência e declaração de residência com assinatura a rogo e de duas testemunhas; junte procuração com assinatura a rogo e de duas testemunhas ou procuração pública; Cumprido o acima determinado, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: JOSE SILVEIRA PONTE (OAB 22494/CE) - Processo 0200128-16.2022.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Jacinto de Sousa - Os arts. 319 e art. 320 do Código de Processo Civil atual (Lei nº 13.105/15) estabelecem os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser objeto do devido preenchimento pelo Autor, sob pena de indeferimento da petição inicial. O art. 320 do CPC é claro ao dispor que a inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Verifico, de acordo com o documento de identidade juntado aos autos, que o autor é não alfabetizado. Sendo assim, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias corrija os seguintes elementos da petição inicial: junte declaração de hipossuficiência e declaração de residência com assinatura a rogo e de duas testemunhas; junte procuração com assinatura a rogo e de duas testemunhas ou procuração pública; Cumprido o acima determinado, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO TEIXEIRA SANTIAGO (OAB 39945/CE) - Processo 0200399-31.2022.8.06.0293 - Tutela Cautelar Antecedente - Concurso para servidor - AUTOR: Emanuel Matias de Lima Braga - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: ANDERSON BARROSO DE FARIAS (OAB 19623/CE) - Processo 0029229-24.2018.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Priscila Dayana Zaino Pinto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora do inteiro teor da petição retro acostada pelo acionado, para no prazo de 10 (dez) dias requerer o que entender pertinente ao andamento do feito.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0050094-63.2021.8.06.0101 (apensado ao processo 0050095-48.2021.8.06.0101) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Batista Alves Dias - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTONIO LUCIANO ALVES ASSUNÇAO (OAB 25758/CE) - Processo 0052625-25.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Lira Galvão e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora para que apresente contrarrazões aos embargos retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO TAVARES UCHOA (OAB 44252/CE) - Processo 0200152-44.2022.8.06.0101 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.M.N.S. - Cuidam os autos de Ação de Alimentos, estando as partes devidamente qualificadas nos autos. Defiro os benefícios da gratuidade judicial. Deverá o feito transcorrer em segredo de justiça. Preenchidos os requisitos da inicial, designe a Secretaria data para audiência de conciliação, nos termos do art. 695 do CPC, a ser realizada pelo CEJUSC. À míngua de maiores elementos a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, fixo desde já os alimentos provisórios em favor da menor, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo vigente, equivalente hoje a R$ 303,00 (trezentos e três reais), sendo devidos desde a intimação desta decisão, os quais deverão ser pagos até o dia 10 (dez) de cada mês, devendo o valor ser depositado em conta bancária da genitora dos menores ou entregue diretamente à mesma, mediante recibo. Intime-se o promovido acerca da fixação dos alimentos provisórios no valor acima declinado. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora, a fim de que compareçam à audiência, importando a ausência da parte requerida em revelia e confissão quanto à matéria fática, e a da parte autora, em extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.478/1968. Atente a Secretaria para o fato de que o expediente citatório conterá apenas os dados necessários à audiência, não se fazendo acompanhar da petição inicial (art. 695, § 1° do CPC). Cumpra-se.

COMARCA DE ITAPIPOCA - CEJUSC- ITAPIPOCA (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE ITAPIPOCA -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0006/2022

Processo 0000238-33.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: M.J.I.S. - RECLAMADO: F.S.N. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.14/15), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Não há bens a partilhar; Não houve alterações nos nomes das partes; A menor Maria Laís Sousa Nascimento, filha do casal, ficará sob a guarda de sua genitora, podendo o genitor exercer livremente seu direito de visitas à infante; O interessado pagará, a título de pensão alimentícia para a menor, 22,72 % do salário mínimo vigente, correspondente à quantia de R$ 250,00, mediante recibo, até o dia 7 de cada mês, a partir do mês de outubro de 2021. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls.18/19, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000239-18.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: I.V.M.C. - RECLAMADO: M.M.A.C. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.10/11), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Os bens adquiridos pelo casal serão partilhados futuramente; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Irisvânia Viana Magalhães; O menor Melquisedeque Magalhães Corpes, filho do casal, ficará sob a guarda compartilhada dos genitores, fixando-se o lar da mãe como referência e convivência ampla do menor com o pai. Não houve consenso acerca do pagamento da pensão alimentícia ao infante. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls.18/19, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000240-03.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: C.P.C. - RECLAMADA: D.B.T.P. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.6/7), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Os bens adquiridos pelo casal serão partilhados futuramente; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Demy Batista Teixeira; O menor Carlos Daniel Batista Pires, filho do casal, ficará sob a guarda da genitora, podendo o genitor exercer livremente seu direito de visitas ao filho. O genitor pagará, a título de pensão alimentícia ao infante, 22,72 % do salário mínimo vigente, correspondente a R$ 250,00, até o dia 20 de cada mês, a partir do mês de setembro de 2021, mediante depósito na conta bancária da genitora do menor, cujos dados serão informados ao interessado. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls. 19/20, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000256-54.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: H.E.V.C. - RECLAMADA: G.E.R.S.C. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.41/42), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Os menores José Miguel Rufino Vasconcelos Carvalho e Maria Eduarda Rufino Vasconcelos Carvalho, filhos do casal, ficarão sob a guarda compartilhada dos genitores, fixando-se o lar da genitora como o de referência, tendo, os menores, ampla convivência com o pai. O interessado pagará, a título de pensão alimentícia, 90,90% do salário mínimo vigente, correspondente a R$ 1.000,00, sendo R$ 500,00 para cada filho, mediante recibo, até o dia 10 de cada mês, a partir do mês de outubro de 2021; O imóvel residencial adquirido pelo casal (documento anexo), ora ocupado pela interessada e os dois menores, após quitado seu financiamento, passará a ser de propriedade da interessada e dos infantes referidos. Cada um dos ora acordantes passa a ser obrigado a quitar 50% de cada parcela mensal do financiamento; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Guijuana Emília Rufino dos Santos. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls.48/49, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será

submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 23 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000277-30.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: R.N.B.L. - RECLAMADA: M.I.S.L. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.5/6), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Os bens adquiridos pelo casal já foram partilhados; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Maria Iraci de Sousa Silva; As menores Ana Livia de Sousa Lopes e Ana Lídia de Sousa Lopes ficarão sob a guarda de sua genitora, podendo o genitor exercer livremente seu direito de visitas às filhas; O interessado pagará, a título de pensão alimentícia para as menores, a quantia de R$ 500,00, correspondentes a 45,45% do salário mínimo vigente, até o dia 20 de cada mês, a partir do mês de Outubro de 2021, mediante depósito na Conta bancária nº 00119511-4, Agência 0748, Operação 013, da Caixa Econômica Federal, de titularidade da genitora das menores. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fl.26, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de DireitoProcesso 0000278-15.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: J.J.F. - RECLAMADA: F.I.O.F. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.7/8), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; O imóvel adquirido pelo casal, situado na localidade de Jardim, Zona Rural deste Município, não será negociado, ficando reservado para os filhos menores, Maria Danielly Oliveira Freire e Carlos Daniel Irineu Oliveira Freire; Os filhos menores, supra referidos, ficarão sob a guarda compartilhada dos pais, fixando-se o lar do genitor como o de referência e convivência ampla dos menores com a mãe. Não haverá pagamento de pensão alimentícia aos menores. A interessada voltará a usar o nome de solteira: Francisca Irineu de Oliveira; Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, à fl.28, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000279-97.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: G.O.M. - RECLAMADO: H.C.G. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de acordo, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.5/6), os interessados solicitaram a decretação da dissolução da união estável (doc. fl.9), nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Não há bens a partilhar; Não houve mudança no nome das partes; O menor Guilherme Moura Gomes, filho do casal, ficará sob a guarda compartilhada dos genitores, fixando-se o lar da genitora como o de referência. O infante terá convivência ampla com o pai; O genitor, policial militar, pagará, a título de pensão alimentícia ao filho, o percentual de 40% de seus vencimentos líquidos, com desconto em folha de pagamento, a ser depositada na Conta Poupança nº 418382, Agência 1351, do Banco Bradesco, de titularidade da genitora do menor. Enquanto não se iniciam os referidos descontos, o valor será pago mediante recibo, a partir do mês de Novembro de 2021. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls. 20/21, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Oficie-se ao cartório de registro competente e à Polícia Militar do Estado do Ceará, para os devidos fins. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000282-52.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Competência dos Juizados Especiais - RECLAMANTE: Maria Elizabete Pinto de Andrade Moura - RECLAMADA: Maria Daiane Soares de Sousa Cordeiro - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de acordo extrajudicial feito pelas partes supra interessadas, mediante comparecimento ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. A reclamante informa que vendeu, a partir do ano de 2017, produtos de perfumaria, joias e confecções à reclamada, resultando num débito de R$ 1.098,00. Em sessão conciliatória (fls.4/5), as interessadas chegaram ao seguinte consenso: A reclamada pagará 7(sete) parcelas de R$ 150,00 e mais uma última parcela no valor de R$ 48,00, para quitação de sua divida. Os pagamentos serão realizados até o dia 15 de cada mês, a partir do mês de outubro de 2021, via PIX da reclamante, cuja chave é seu CPF (793.513.013-20). Havendo inadimplemento, por mais de trinta dias, em qualquer das parcelas ora acordadas, ocorrerá o vencimento antecipado das parcelas vincendas. É o que de importante havia a relatar. Decido. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000286-89.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Competência dos Juizados Especiais - RECLAMANTE:

Maria Elizabete Pinto de Andrade Moura - RECLAMADO: Maria Elisandra Santos Freitas - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de acordo extrajudicial feito pelas partes supra interessadas, mediante comparecimento ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. A reclamante informa que vendeu à reclamada, a partir do ano de 2018, produtos de cosméticos, joias e confecções, resultando um débito de R$ 525,00. Em sessão conciliatória (fls.4/5), as interessadas chegaram ao seguinte consenso: A reclamada pagará, a fim de quitar a referida dívida, 4(quatro) parcelas de R$ 100,00, mais uma quinta parcela de R$ 125,00. Os pagamentos serão realizados até o último dia de cada mês, a partir do mês de novembro de 2021, mediante recibo. Havendo inadimplemento, por mais de trinta dias, em qualquer das parcelas ora acordadas, ocorrerá o vencimento antecipado das parcelas vincendas. É o que de importante havia a relatar. Decido. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000289-44.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: M.Z.R. - RECLAMADO: R.N.R. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.4/5), os interessados solicitaram a decretação do divórcio, nos termos que seguem: Não há filhos menores; Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; O imóvel localizado à Rua Dom Aureliano Matos, 2461, Violete, nesta Cidade, construído por ambos, não será negociado pelas partes, e será destinado aos quatro filhos do casal, já maiores de idade; Não houve mudanças nos nomes das partes. Não foi dada vista ao Ministério Público, pois não há interesse de incapazes. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000291-14.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: R.C.O.C. - RECLAMADA: M.M.G.C. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fl.6), os interessados solicitaram a decretação do divórcio, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Não há bens a partilhar; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Mariana de Melo Gomes; Os alimentos, a guarda e direito de visitas à menor Ana Laura Gomes Oliveira, filha do casal, já foram regulamentados no Processo 50708-05.2020.8.06.0101 (2ª Vara Cível desta Comarca). Não foi dada vista ao Ministério Público, pois não há interesse de incapazes. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000297-21.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: M.M.N.G.N. - RECLAMADO: F.C.B.N. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.14/15), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Não há bens a partilhar; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Maria Marlene Nunes Gomes; A menor Emilly Vitória Gomes do Nascimento ficará sob a guarda de sua genitora, podendo o genitor exercer livremente seu direito de visitas à filha; O interessado pagará, a título de pensão alimentícia para a menor, a quantia de R$ 300,00, correspondentes a 27,27% do salário mínimo vigente, mediante depósito na conta bancária nº 8368-2, agência nº 3955-1, do Banco do Brasil, até o dia 5 de cada mês, a partir do mês de novembro de 2021. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls. 23/24, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 25 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000298-06.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: B.C.V. - RECLAMADA: R.P.S.V. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.4/5), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Rosânia Patrício de Sousa; Os filhos menores do casal, Breno de Sousa Viana e Bruno Vinícius de Sousa Viana ficarão sob a guarda de sua genitora, podendo o genitor exercer livremente seu direito de visitas a eles; O interessado pagará, a título de pensão alimentícia para os dois menores, o percentual de 13,63 % do salário mínimo vigente, correspondente a R$ 150,00, mediante recibo, até o dia 30 de cada mês, a partir do mês de novembro de 2021; O imóvel residencial adquirido pelo casal, localizado à Rua Mariano Marques, 413, Maranhão, nesta cidade, não será negociado pelos acordantes e será propriedade dos três filhos do casal. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls.20/21, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo,

homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 25 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000299-88.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: F.J.F.S.M. - RECLAMADO: J.H.B.M. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.4/5), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Não há bens a partilhar; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Francisca Josineide Farias da Silva; O menor Pedro Ícaro Farias de Morais ficará sob a guarda de sua genitora, podendo o genitor exercer livremente seu direito de visitas ao filho. O interessado pagará, a título de pensão alimentícia para o menor, a quantia de R$ 175,00, correspondentes a 15,9% do salário mínimo vigente, mediante recibo, até o dia 20 de cada mês, a partir do mês de novembro de 2021. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls. 21/22, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 25 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000306-80.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: C.R.S. - RECLAMADA: M.S.N. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.6/7), os interessados solicitaram a decretação do divórcio consensual, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Não há bens a partilhar; Não houve alterações nos nomes das partes; O menor Carlos Kauê Sousa da Silva ficará sob a guarda de sua genitora, podendo o genitor exercer livremente seu direito de visitas ao filho. O interessado pagará, a título de pensão alimentícia para o menor, a quantia de R$ 200,00, correspondentes a 18,18 % do salário mínimo vigente, até o dia 10 de cada mês, a partir do mês de novembro de 2021, também sobre seu 13º salário. Todos os pagamentos serão realizados mediante depósitos na Conta Bancária nº 1000647-3, agência 5303-1, do Banco Bradesco, de titularidade da acordante. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, às fls. 22/23, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 25 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000308-50.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: F.E.T.A. - RECLAMADO: F.S.B.N.A. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fl.4), os interessados solicitaram a decretação do divórcio, nos termos que seguem: Não há filhos menores de idade; Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Os bens adquiridos pelo casal já foram partilhados; A interessada voltará a usar seu nome de solteira: Francisca Sidineuda Braga do Nascimento. Não foi dada vista ao Ministério Público, pois não há interesse de incapazes. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000311-05.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: G.S.S. - RECLAMADA: L.A.A.S. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.4/5), os interessados solicitaram a decretação do divórcio, nos termos que seguem: Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; Os bens adquiridos pelo casal já foram partilhados; A interessada voltará a usar o nome de solteira: Luciane Aparecida de Andrade; Os alimentos, guarda e direito de visitas ao menor Victor Samuel de Andrade Silva, filho do casal, estão regulamentados em ação judicial própria. Não foi dada vista ao Ministério Público, pois não há interesse de incapazes. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000332-78.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: M.F.O.B.M. - RECLAMADO: V.P.M. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de divórcio, feito extrajudicialmente, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Em sessão conciliatória (fls.4/5), os interessados solicitaram a decretação do divórcio, nos termos que seguem: Não há filhos menores; Dispensam o pagamento de pensão alimentícia entre si; As benfeitorias realizadas pelo interessado, no imóvel da interessada, localizado à Rua SDO, nº 8, Distrito de Deserto, neste Município, serão ressarcidas àquele, pela interessada, em 20 parcelas de R$ 100,00, até o dia 30 de cada mês, a partir do mês de novembro de 2021, mediante recibo. O interessado desocupará

o imóvel referido até o dia 20 de novembro de 2021; Havendo inadimplemento da interessada, por mais de trinta dias, em qualquer das parcelas ora acordadas, ocorrerá o vencimento antecipado das parcelas vincendas; A interessada voltará a usar seu nome de solteira: Maria de Fátima Oliveira Braga. Não foi dada vista ao Ministério Público, pois não há interesse de incapazes. É o que de importante havia a relatar. Decido. Atesta a Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. () § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. As partes autocompuseram, concordando com a decretação do divórcio. Prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. Fica assegurada a gratuidade judiciária às partes, conforme o art.4º, § 2º, da Portaria nº 433/2016 do TJCE. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

Processo 0000337-03.2021.8.06.0101 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: A.P.A.S. - RECLAMADO: A.R.F.A. - Vistos, etc. Trata-se de pedido de homologação de acordo extrajudicial, mediante comparecimento das partes, supra referidas, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Itapipoca. Os interessados, em sessão conciliatória (fl.3), chegaram ao seguinte acordo acerca da guarda, pagamento de pensão alimentícia e regulamentação de visitas à filha Agatha Lorrany Sousa Ferreira: A menor ficará sob a guarda da genitora, podendo o genitor exercer seu direito de visitas à filha livremente; O interessado pagará, a título de pensão alimentícia, o percentual de 10,09 % do salário mínimo vigente, correspondente à quantia de R$ 120,00, até o dia 10 de cada mês, a partir do mês de dezembro de 2021, mediante recibo. Instado a se manifestar, o ilustre representante do Ministério Público, à fl.17, opinou pela homologação do acordo firmado. É o que de importante havia a relatar. Decido. O Novo Código de Processo Civil preceitua: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: () III homologar () b) a transação. Também prescreve o artigo 4º, § 4º, da Portaria 433/2016 da Presidência do TJCE que obtida a autocomposição entre as partes envolvidas, o termo de acordo será submetido à apreciação do juiz coordenador pelo CEJUSC para homologação. Assim sendo, homologo os termos do acordo obtido, conferindo-lhe os efeitos de título executivo judicial, nos termos do artigo 515, III, CPC. P.R.I. Expedientes necessários. Após as cautelas legais, arquive-se. Itapipoca, 24 de janeiro de 2022. Paulo Jeyson Gomes Araújo Juiz de Direito

COMARCA DE ITAITINGA - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0142/2022

ADV: CHRISTIANI ALVES DE ALMEIDA (OAB 18886/CE) - Processo 0001507-84.2019.8.06.0099 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.E.F.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo.Designou-se audiência de conciliação para dia 10/03/2022 às 11h, na sala de audiência virtual do Cejusc. Considerando os termos da Resolução nº 314 do Conselho Nacional de Justiça, “Intimem-se as partes para informarem se tem interesse na realização da audiência por meio do aplicativo teams, a ser utilizado no Celular, Tablet, Desktop ou Notebook, internet, através do site (https://teams.microsoft.com), que será necessário o uso de microfone e câmera. Link da reunião:https://link.tjce.jus.br/d09be7. Em caso das partes não manifestarem, interesse expresso na realização da audiência por videoconferência, esta ocorrerá neste Fórum Local de forma PRESENCIAL e/ou VIRTUAL a depender da disponibilidade de cada parte ou a situação atual dos DECRETOS DOS GESTORES(Municipal, Estadual ou Federal), referente a pandemia(COVID-19. Ficando desde já as partes INTIMADAS da referida Audiência de Conciliação através de seus advogados. O ato realizar-se-á dia 10/03/2022 às 11h, na sala virtual da CEJUSC de Itaitinga/Ce. Atente-se ao art. 334, §3 do CPC”. O link da referida audiência também poderá ser enviado por WhatsApp, caso as partes manifestem interesse, entrar em contato com esta conciliadora, através do número da conciliadora(85)9.9246 0502 (85)3377 2107. Ocorre que, no primeiro momento, este ato via MICROSOFT TEAMS- através do link acima disponível realizar-se-á(virtual) mediante confirmação ou não de ambas as partes desta demanda, de forma que, deverão os advogados cadastrados indicar no caso de aceitação, e-mail das partes e contato telefônico, testemunhas e procuradores, para envio do convite ao ambiente virtual da audiência, no prazo comum de 05(cinco) dias.Baixar aplicativo MICROSOFT TEAMS antecipadamente, acessar audiência 10min antes e, aguardar liberação. Itaitinga/CE, 26 de janeiro de 2022. Austrimar Feitoza Chaves Servidora Municipal a Serviço do Tribunal de Justiça deste Estado Mat. 42631

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0009848-41.2015.8.06.0099 (apensado ao processo 0000541-73.2009.8.06.0099) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - R.h Tendo em vista que houve condenação da parte requerida ao pagamento das custas processuais, intime-a para que proceda ao pagamento no prazo máximo de 15 dias, conforme guias de fls. 202/204, sob pena de inscrição da Dívida Ativa. Com o pagamento, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Por fim, havendo o decurso de prazo sem o devido pagamento, volvam-me conclusos para o devido encaminhamento de solicitação de inscrição de débito na dívida ativa junto ao Tribunal de Justiça deste Estado. Expedientes necessários.

ADV: ITALO GARCEZ MOREIRA DA ROCHA (OAB 32006/CE) - Processo 0050233-21.2021.8.06.0099 - Usucapião - Usucapião Especial (Constitucional) - REQUERENTE: Joao Paulo de Paiva Lopes - As partes são legítimas, há interesse processual e o pedido é juridicamente possível, razão pela qual dou o feito por saneado(CPC, § 3º do art. 331). Muito embora não tenha ocorrido contestação nos autos pelos confinante e interessados ausentes ou desconhecidos, entendo que, há necessidade de comprovação através de prova oral da posse mansa, pacífica e ininterrupta pelos autores. Assim, determino a produção de prova oral, consistente na inquirição de testemunhas. Designe-se audiência de instrução e julgamento. Fixo o prazo comum de cinco dias úteis para apresentação de rol de testemunhas, sob a pena de preclusão. As testemunhas deverão ser ao máximo de três para cada parte. Somente será admitida a inquirição de testemunhas em quantidade superior na hipótese de justificada imprescindibilidade e se necessária para a prova de fatos distintos. Cabe ao advogado constituído pela parte informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC), podendo se comprometer a apresentar a testemunha à audiência, independente de intimação de que trata o §1º do art. 455 do CPC, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. A causa não possui peculiaridade apta a ensejar a inversão do ônus da prova, devendo seguir a regra do art. 373 I do CPC). Intime-se, com expedientes necessários.

ADV: ALESSANDRA CHRISTINA DE FARIAS LEITE (OAB 30745/CE) - Processo 0050540-72.2021.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hoffman Martins Feitosa - R. Hoje, À parte requerente, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias acerca do retorno do AR de páginas 166. Expedientes Necessários.

ADV: DEJNANE PASSOS BANDEIRA (OAB 30667/CE) - Processo 0050583-09.2021.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria Cleide Lima Ramos - As partes são legítimas, há interesse processual e o pedido é juridicamente possível, razão pela qual dou o feito por saneado(CPC, § 3º do art. 331). Muito embora não tenha ocorrido contestação nos autos pelos confinante e interessados ausentes ou desconhecidos, entendo que, há necessidade de comprovação através de prova oral da posse mansa, pacífica e ininterrupta pelos autores. Assim, determino a produção de prova oral, consistente na inquirição de testemunhas. Designe-se audiência de instrução e julgamento. Fixo o prazo comum de cinco dias úteis para apresentação de rol de testemunhas, sob a pena de preclusão. As testemunhas deverão ser ao máximo de três para cada parte. Somente será admitida a inquirição de testemunhas em quantidade superior na hipótese de justificada imprescindibilidade e se necessária para a prova de fatos distintos. Cabe ao advogado constituído pela parte informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC), podendo se comprometer a apresentar a testemunha à audiência, independente de intimação de que trata o §1º do art. 455 do CPC, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. A causa não possui peculiaridade apta a ensejar a inversão do ônus da prova, devendo seguir a regra do art. 373 I do CPC). Intime-se, com expedientes necessários.

ADV: LUCIANA ARAGAO AGUIAR GURGEL (OAB 27279/CE) - Processo 0050609-41.2020.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antonia de Fátima da Costa - Vistos. Especifiquem as partes, por seus advogados, no prazo de quinze dias (art. 357, § 1º, do CPC), as provas que pretendem produzir em eventual fase instrutória, justificando concretamente a necessidade de colheita de cada prova requerida, sua utilidade e sobre qual fato deverá recair ou se querem e entendem cabível o julgamento antecipado da lide, que resta desde logo anunciado em caso de inércia ou concordância dos litigantes. Expedientes Necessários.

ADV: ERMOGENS ABREU RIBEIRO (OAB 42596/CE) - Processo 0050866-32.2021.8.06.0099 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Leve - REQUERENTE: P.E.M.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo. Designou-se audiência de conciliação para dia 10/03/2022 às 10h15min, na sala de audiência virtual do Cejusc. Considerando os termos da Resolução nº 314 do Conselho Nacional de Justiça, "Intimem-se as partes para informarem se tem interesse na realização da audiência por meio do aplicativo teams, a ser utilizado no Celular, Tablet, Desktop ou Notebook, internet, através do site (https://teams.microsoft.com), que será necessário o uso de microfone e câmera. Link da reunião:https://link.tjce.jus.br/4f19b3. Em caso das partes não manifestarem, interesse expresso na realização da audiência por videoconferência, esta ocorrerá neste Fórum Local de forma PRESENCIAL e/ou VIRTUAL a depender da disponibilidade de cada parte ou a situação atual dos DECRETOS DOS GESTORES(Municipal, Estadual ou Federal), referente a pandemia(COVID-19. Ficando desde já as partes INTIMADAS da referida Audiência de Conciliação através de seus advogados. O ato realizar-se-á dia 10/03/2022 às 10h15min, na sala virtual da CEJUSC de Itaitinga/Ce. Atente-se ao art. 334, §3 do CPC". O link da referida audiência também poderá ser enviado por WhatsApp, caso as partes manifestem interesse, entrar em contato com esta conciliadora, através do número da conciliadora(85)9.9246 0502 (85)3377 2107. Ocorre que, no primeiro momento, este ato via MICROSOFT TEAMS- através do link acima disponível realizar-se-á(virtual) mediante confirmação ou não de ambas as partes desta demanda, de forma que, deverão os advogados cadastrados indicar no caso de aceitação, e-mail das partes e contato telefônico, testemunhas e procuradores, para envio do convite ao ambiente virtual da audiência, no prazo comum de 05(cinco) dias.Baixar aplicativo MICROSOFT TEAMS antecipadamente, acessar audiência 10min antes e, aguardar liberação. Itaitinga/CE, 26 de janeiro de 2022. Austrimar Feitoza Chaves Servidora Municipal a Serviço do Tribunal de Justiça deste Estado Mat. 42631

ADV: ERMOGENS ABREU RIBEIRO (OAB 42596/CE) - Processo 0050972-91.2021.8.06.0099 - Divórcio Litigioso - Leve - REQUERENTE: J.P.L. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo.Designou-se audiência de conciliação para dia 10/03/2022 às 9h30min, na sala de audiência virtual do Cejusc. Considerando os termos da Resolução nº 314 do Conselho Nacional de Justiça, "Intimem-se as partes para informarem se tem interesse na realização da audiência por meio do aplicativo teams, a ser utilizado no Celular, Tablet, Desktop ou Notebook, internet, através do site (https://teams.microsoft.com), que será necessário o uso de microfone e câmera. Link da reunião:https://link.tjce.jus.br/9a0abb. Em caso das partes não manifestarem, interesse expresso na realização da audiência por videoconferência, esta ocorrerá neste Fórum Local de forma PRESENCIAL e/ou VIRTUAL a depender da disponibilidade de cada parte ou a situação atual dos DECRETOS DOS GESTORES(Municipal, Estadual ou Federal), referente a pandemia(COVID-19. Ficando desde já as partes INTIMADAS da referida Audiência de Conciliação através de seus advogados. O ato realizar-se-á dia 10/03/2022 às 9h30min, na sala virtual da CEJUSC de Itaitinga/Ce. Atente-se ao art. 334, §3 do CPC". O link da referida audiência também poderá ser enviado por WhatsApp, caso as partes manifestem interesse, entrar em contato com esta conciliadora, através do número da conciliadora(85)9.9246 0502 (85)3377 2107. Ocorre que, no primeiro momento, este ato via MICROSOFT TEAMS- através do link acima disponível realizar-se-á(virtual) mediante confirmação ou não de ambas as partes desta demanda, de forma que, deverão os advogados cadastrados indicar no caso de aceitação, e-mail das partes e contato telefônico, testemunhas e procuradores, para envio do convite ao ambiente virtual da audiência, no prazo comum de 05(cinco) dias.Baixar aplicativo MICROSOFT TEAMS antecipadamente, acessar audiência 10min antes e, aguardar liberação. Itaitinga/CE, 26 de janeiro de 2022. Austrimar Feitoza Chaves Servidora Municipal a Serviço do Tribunal de Justiça deste Estado Mat. 42631

ADV: JOAO GUSTAVO MAGALHAES FONTENELE (OAB 15502/CE) - Processo 0050981-53.2021.8.06.0099 (apensado ao processo 0021143-70.2018.8.06.0099) - Embargos à Execução - Capitalização / Anatocismo - EMBARGANTE: Gisele de Vasconcelos Pacheco Fontenele e outro - R.H, Consoante a Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça Do Estado do Ceará n° 23/2019, publicado no DJ aos 17 de outubro de 2019 defiro o pedido de parcelamento das custas processuais em 6 parcelas iguais, mensais e sucessivas, nos termos do art. 28 da mencionada resolução. Intime-se a parte embargante para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da primeira parcela, devendo ficar esta advertida que na falta de pagamento de qualquer parcela no curso do processo acarretará o vencimento antecipada das demais (art.29). À Secretaria certifique se houve garantia do juízo ou se já foi realizada a penhora de bens do executado nos autos principais. Expedientes Necessários.

ADV: ANDRE LUIS NEGREIROS DE ALMEIDA (OAB 11911/CE) - Processo 0200004-39.2022.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: Guilherme Donato Santiago - R. Hoje, Defiro o pedido de habilitação de páginas 33. Intime-se o advogado da parte requerida para que apresente contestação no prazo legal de 15 (quinze) dias. Expedientes Necessários.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649A/CE) - Processo 0200032-07.2022.8.06.0099 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - R. Hoje, Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar as custas necessárias. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0143/2022

ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 41111A/CE) - Processo 0008951-13.2015.8.06.0099 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Rural Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios - Rural Fidc Premium e outro - R.H, Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, se manifestar acerca da exceção de pré-executividade. Expedientes Necessários.

ADV: ANDRE TEIXEIRA DA CRUZ (OAB 26971/CE) - Processo 0050061-79.2021.8.06.0099 (apensado ao processo 0009680-39.2015.8.06.0099) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - REQUERIDO: Cbl Colchoes Brasileiro Leite Eireli Epp - Diante do silêncio do administrador judicial, renove-se a intimação deste, concedendo-se novo prazo de 30 (trinta) dias, advertindo-o que, caso não se manifeste nem apresente qualquer justificativa para quedar-se inerte, poderá ser aplicada multa por ato atentatório à dignidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: ANDRE TEIXEIRA DA CRUZ (OAB 26971/CE) - Processo 0050079-03.2021.8.06.0099 (apensado ao processo 0009680-39.2015.8.06.0099) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - MASSA RECUPERAN: Cbl Colchoes Brasileiro Leite Ltda- Epp - À Secretaria para certificar se houve intimação e manifestação do administrador judicial, conforme determinado no despacho de fls. 55, concedendo novo prazo de 20 (vinte) dias. Cumpra-se.

ADV: BRUNO PRADO FAÇANHA (OAB 17157/CE) - Processo 0050626-43.2021.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Servidores Inativos - REQUERENTE: Sinsepi - R. Hoje, Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade. Expedientes Necessários.

ADV: JOAO CARLOS DE LIMA THOMENY (OAB 27305/CE) - Processo 0200031-22.2022.8.06.0099 - Boletim de Ocorrência Circunstanciada - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ADOLESCENTE: I.M.Q. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, certifico que designei audiência de continuação para o dia 16 de Fevereiro de 2022 às 11:30 horas, que ocorrerá por videoconferência pelo aplicativo MICROSFT TEAMS e enviei o link da referida audiência para o magistrado da Vara, Representante do MP, batalhão da PMCE para intimação das testemunhas de acusação arroladas pela acusação e intimei o Advogado da parte através do Diário da Justiça Eletrônico. Segue link da audiência: https://link.tjce.jus.br/49121f

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO NOGUEIRA FEIJO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIDIANE SILVA SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0144/2022

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: PRISCILA REGINA CARAMELO (OAB 335573/SP) - Processo 0007472-87.2012.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Renovadora de Pneus Fortaleza Ltda - REQUERIDO: Banco do Brasil - Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO NOGUEIRA FEIJO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIDIANE SILVA SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0145/2022

ADV: ERMOGENS ABREU RIBEIRO (OAB 42596/CE) - Processo 0050621-55.2020.8.06.0099 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.S.S. e outro - ASSIM SENDO, ante a fundamentação supra e considerando o parecer ministerial já referido, julgo procedente o pedido para o fim de declarar Antônio Marcos de Sousa Sá como sendo o genitor da menor MARIA LAYS SALES DE SOUSA e homologo, por sentença, o acordo firmado entre as partes, em relação aos alimentos devidos à menor promovente, guarda e direito de visitas, nos exatos limites do termo de fls. 53, o qual fica sendo parte integrante deste decisório, a fim de surtir seus legais efeitos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP. As partes renunciam o prazo recursal. Transitada em julgado, expeça-se mandado de averbação ao cartório competente, onde deverá ser acrescido ao registro de nascimento da menor promovente o patronímico do promovido, acrescentando, ainda, ao referido registro o nome do seu pai biológico e avós paternos, passando a menor a ser chamada de MARIA LAYS SALES DE SOUSA SÁ. Custas divididas igualmente entre as partes (art. 90, §2º), no entanto suspendo a cobrança em face da gratuidade de justiça. Observadas as formalidades legais, arquive-se.

COMARCA DE ITAPAJÉ - 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022

ADV: JARBAS JOSE SILVA ALVES (OAB 8444/CE) - Processo 0005167-25.2015.8.06.0100 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Antonio Carlos Laureano - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE, e, em cumprimento ao despacho de pág. 96, designo a audiência de instrução para o dia 15/02/2022, às 12h, a qual realizar-se-á preferencialmente por videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams. Link convite de acesso

à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS: https://link.tjce.jus.br/4c4dbe Observações: 1) Caberá ao advogado providenciar os recursos tecnológicos necessários para realização do ato processual de seus constituintes. 2) Caso a parte não disponha de recursos necessários para participar da audiência por meio de videoconferência, deverá, com antecedência de, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas, entrar em contato com a Secretaria da Vara, através dos meios de contato disponíveis:e-mail: itapaje.1@tjce.jus.br; whatsapp business: (85) 99299-7179 e balcão virtual: https://vdc.tjce.jus.br/1VARADACOMARCADEITAPAJE; e, no dia e hora marcados, comparecer ao Fórum, a fim de ser ouvida no ato processual. 3) A audiência será gravada após o comando da Magistrada, nos termos das Resoluções nºs 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e posteriormente inseridas no sistema de Automação Judiciária SAJ.

ADV: ANTONIA ELENILDA HENRIQUE MESQUITA LIMA (OAB 26915/CE), ADV: ADRIANO RODRIGUES FONSECA (OAB 31130/CE) - Processo 0006650-61.2013.8.06.0100 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Francisco André Barbosa Taveira - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE, e, em cumprimento ao despacho de pág. 150, designo a audiência de instrução para o dia 15/02/2022, às 10h, a qual realizar-se-á preferencialmente por videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams. Link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS: https://link.tjce.jus.br/3eb847 Observações: 1) Caberá ao advogado providenciar os recursos tecnológicos necessários para realização do ato processual de seus constituintes. 2) Caso a parte não disponha de recursos necessários para participar da audiência por meio de videoconferência, deverá, com antecedência de, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas, entrar em contato com a Secretaria da Vara, através dos meios de contato disponíveis:e-mail: itapaje.1@tjce.jus.br; whatsapp business: (85) 99299-7179 e balcão virtual: https://vdc.tjce.jus.br/1VARADACOMARCADEITAPAJE; e, no dia e hora marcados, comparecer ao Fórum, a fim de ser ouvida no ato processual. 3) A audiência será gravada após o comando da Magistrada, nos termos das Resoluções nºs 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e posteriormente inseridas no sistema de Automação Judiciária SAJ.

ADV: JULIO CESAR RODRIGUES SILVA (OAB 30293/CE) - Processo 0008674-57.2016.8.06.0100 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsidade ideológica - RÉU: Glaydistonys Braga Leal e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE, e, em cumprimento ao despacho de pág. 110, designo a audiência de instrução para o dia 15/02/2022, às 11h, a qual realizar-se-á preferencialmente por videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams. Link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS: https://link.tjce.jus.br/184ef3 Observações: 1) Caberá ao advogado providenciar os recursos tecnológicos necessários para realização do ato processual de seus constituintes. 2) Caso a parte não disponha de recursos necessários para participar da audiência por meio de videoconferência, deverá, com antecedência de, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas, entrar em contato com a Secretaria da Vara, através dos meios de contato disponíveis:e-mail: itapaje.1@tjce.jus.br; whatsapp business: (85) 99299-7179 e balcão virtual: https://vdc.tjce.jus.br/1VARADACOMARCADEITAPAJE; e, no dia e hora marcados, comparecer ao Fórum, a fim de ser ouvida no ato processual. 3) A audiência será gravada após o comando da Magistrada, nos termos das Resoluções nºs 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e posteriormente inseridas no sistema de Automação Judiciária SAJ.

COMARCA DE ITAPAJÉ - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: FRANCISCO CID LIRA BRAGA (OAB 24959/CE) - Processo 0001536-68.2018.8.06.0100 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: M.L.S. e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 54/63 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime as partes da Audiência de Instrução designada para o dia 15/MARÇO/2022 as 14:00h. Link para ter acesso a audiência da nova Plataforma: MICROSOFT TEAMS. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2JiYzJkNmEtYTAzNy00MzcxLWFmZWMtZTc5NmYxMmNhYjYx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bb181ef9-a409-4bd3-b5f9-7738d3572fe8%22%7d

ADV: ELAN DE CASTRO MACHADO (OAB 13227/CE) - Processo 0001777-42.2018.8.06.0100 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro de Vulnerável - ADOLESCENTE: F.F.R. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 54/63 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime as partes da Audiência de Instrução designada para o dia 17/MARÇO/2022 as 10:00h. Link para ter acesso a audiência da nova Plataforma: MICROSOFT TEAMS. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZTg1NDNhNmYtZWNlMS00ZTlhLWI0OTctOTU2OTZhMDk2YTI1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bb181ef9-a409-4bd3-b5f9-7738d3572fe8%22%7d

ADV: ELAN DE CASTRO MACHADO (OAB 13227/CE) - Processo 0001925-53.2018.8.06.0100 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro de Vulnerável - AUTOR: M.P.E.C. - ADOLESCENTE: J.S.F. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 54/63 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime as partes da Audiência de Instrução designada para o dia 17/MARÇO/2022 as 09:00h. Link para ter acesso a audiência da nova Plataforma: MICROSOFT TEAMS. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDhhYTBkODktYjIxZi00Y2E5LWEzNDEtNTYwYmVmZjk5OWMy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bb181ef9-a409-4bd3-b5f9-7738d3572fe8%22%7d

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0002880-50.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: EDUARDO GONÇALVES MOTA - Com supedâneo no Provimento nº 02/2021, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, sirvo-me do presente para intimar a parte autora dos termos do despacho de página 126: “Ciente da Decisão Monocrática, às fls. 109/118, a segui reduzida: [...] Por tais razões, uma vez demonstrado que a peça inicial atende plenamente aos requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC/15 e tendo a parte autora comprovado a incidência dos descontos em seus rendimentos, entendo pelo acolhimento do apelo recursal. Diante do exposto, em consonância com a legislação regente, CONHEÇO do recurso de apelação para DAR-LHE PROVIMENTO, anulando a sentença objurgada e determinando o retorno dos autos à origem para o regular processamento do feito. [...] Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito”.

ADV: EDITH HANA XAVIER DE SOUSA (OAB 29912/CE) - Processo 0010016-30.2021.8.06.0100 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: G.P.N. e outros - Com supedâneo no Provimento nº 02/2021, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado

do Ceará, sirvo-me do presente para intimar a parte autora acerca do documento de página 75, nos termos do artigo 474, do Código de Processo Civil, para informar que Geísa Pereira Leitão, Perita Assistente Social nomeada no processo em epígrafe, realizará Perícia no dia 27 de janeiro de 2022, às 14:00 horas, na Rua Zacarias da Mota, 100, Camará, Itapajé Ceará.

ADV: ELAN DE CASTRO MACHADO (OAB 13227/CE) - Processo 0012366-30.2017.8.06.0100 - Execução de Medidas Sócio-Educativas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ADOLESCENTE: J.S.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 54/63 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime as partes da Audiência de Instrução designada para o dia 15/MARÇO/2022 as 10:00h. Link para ter acesso a audiência da nova Plataforma: MICROSOFT TEAMS. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjM4NGY3YjMtNmRmYS00MmIyLWIwYmItOTMyOWY1YzgxZTUx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bb181ef9-a409-4bd3-b5f9-7738d3572fe8%22%7d Expedientes Necessários.

ADV: ADRIANO RODRIGUES FONSECA (OAB 31130/CE) - Processo 0050799-98.2020.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Cleia Gonçalves da Silva Oliveira e outro - Recebo a petição inicial, porquanto preenchidos os requisitos legais contantes do artigo 319 do Código de Processo Civil (CPC). Defiro a gratuidade judiciária à parte autora, nos moldes dos artigos 98 e 99, §3º, do Código de Processo Civil. Citem-se os confinantes e, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, todos os réus ausentes, incertos e desconhecidos, nos termos do art. 942, do CPC. Cientifiquem-se, através de carta, os representantes das Fazendas Públicas da União, do Estado do Ceará e do Município, com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para manifestarem interesse na causa. Cientifique-se o Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: JANDUY TARGINO FACUNDO (OAB 10895/CE) - Processo 0070301-55.2016.8.06.0167 - Execução de Medidas Sócio-Educativas - Liberdade assistida - REQUERENTE: E.R.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 54/63 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime as partes da Audiência de Instrução designada para o dia 17/MARÇO/2022 as 11:00h. Link para ter acesso a audiência da nova Plataforma: MICROSOFT TEAMS. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWM4YzdiYjgtZDY4NS00MzZjLWJhMGEtOGY4NzNiZjk3OTE2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bb181ef9-a409-4bd3-b5f9-7738d3572fe8%22%7d

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

Processo 0001925-53.2018.8.06.0100 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro de Vulnerável - AUTOR: M.P.E.C. - ADOLESCENTE: J.S.F. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 54/63 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime as partes da Audiência de Instrução designada para o dia 17/MARÇO/2022 as 09:00h. Link para ter acesso a audiência da nova Plataforma: MICROSOFT TEAMS. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDhhYTBkODktYjIxZi00Y2E5LWEzNDEtNTYwYmVmZjk5OWMy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22bb181ef9-a409-4bd3-b5f9-7738d3572fe8%22%7d

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022

ADV: LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES (OAB 22373/CE) - Processo 0000558-09.2009.8.06.0100 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Bnb - Com supedâneo no Provimento n.º 02/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o recolhimento ordenado pelo despacho de fl. 264.

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0001460-10.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Sousa Domingos - Com supedâneo no Provimento nº 02/2021, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, sirvo-me do presente para intimar a parte autora dos termos do despacho de página 83: "Ciente da Decisão Monocrática, às fls. 67/79, a segui reduzida: [...] Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso interposto, para desconstituir a sentença, devendo os autos retornarem ao Juízo de origem para o regular prosseguimento do feito. [...] Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito".

ADV: CARLOS EDUARDO MENDES ALBUQUERQUE (OAB 18857-0/PE) - Processo 0006643-98.2015.8.06.0100 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Finsol Scmepp S/A - Com supedâneo no Provimento n.º 02/2021, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará, intime-se a parte exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 90, na forma do despacho de fl. 94.

ADV: ANTONIO LUCAS CAMELO MORAIS (OAB 24571/CE) - Processo 0012152-39.2017.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: Pedro Xavier Carneiro - R.h., Ciente do Acórdão, às fls. 149/155, a segui reduzido: [...] Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 4ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, unanimemente, pelo conhecimento e provimento do recurso, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este acórdão. [...] À vista do exposto, voto pelo conhecimento e provimento do recurso, no sentido de cassar a sentença, determinando o prosseguimento regular do feito na origem. [...] Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: KAIO GALVAO DE CASTRO (OAB 31507-0/CE), ADV: LUCAS PINHEIRO CAVALCANTE CIDRAO (OAB 34508-0/CE) - Processo 0015863-18.2018.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Emanuelly Vitória Gomes Araújo - Com supedâneo no Provimento nº 02/2021, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, sirvo-me do presente para intimar as partes dos termos do despacho de página 179: "Intimem-se as partes para dizer se tem interesse em produção de provas, e indiquem as provas desejadas. Prazo de 10 (dez) dias".

ADV: IDERVALDO RODRIGUES ROCHA (OAB 4984/CE) - Processo 0050932-09.2021.8.06.0100 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Lúcia de Sousa Broges - Com supedâneo no Provimento nº 02/2021, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, sirvo-me do presente para intimar a parte promovente, por seu advogado, dos termos do despacho de página 14: "Intime-se a parte promovente, por seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie: 1. Declaração de 02 (duas) testemunhas com firma reconhecida, atestando a quantidade e qualificação dos herdeiros do de cujus; 2. Reconhecimento de firma nas declarações de fls.09/11/14 e 17; 3. Comprovação de inexistência de

bens móveis e imóveis do falecido, mediante certidão do cartório de imóveis do domicílio do falecido e declaração de 02 (duas) testemunhas com firma reconhecida".

EDITAL DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA

Processo n. 0050799-98.2020.8.06.0100
Classe: Procedimento comum civil
Assunto: Interdição/Curatela
Requerente: Cleia Gonçalves da Silva Oliveira e outro
Requeridos: Cleomar Gonçalves da Silva e outros
Valor da Causa: R$ 60.000,00

A Exma. Dra. CLAUDIA WALESKA MATTOS MASCARENHAS, Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Itapajé, Estado do Ceará, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos que o presente Edital de Citação, com prazo de 20(vinte) dias, virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e expediente desta Secretaria, tramita uma ação de **USUCAPIÃO** acima referida, promovida pelos requerentes: CLEIA GONÇALVES DA SILVA OLIVEIRA e seus esposo FABIO HENRIQUE OLIVEIRA, brasileiros, casados, inscritos no CPF sob n. 888.111.313-91 e 837.678.273-87, respectivamente, residentes e domiciliados à Rua Trajano Mesquita, 137 – Bela Vista – Itapajé – CE., objetivando adquirir a propriedade sobre o seguinte bem:- "imóvel sem registro em Cartório de Imóveis, com a seguinte descrição: uma casa de tijolos e telhas, localizada na Rua Trajano Mesquita, nº 137, Bela Vista, Itapajé/CE, com uma área total de 208,58m² conforme planta baixa do imóvel". Ficam **CITADO(S) os réus ausentes, de nomes:** CLEOMAR GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, residente em local incerto e não sabido; GUIOMAR GONÇALVES DA SILVA, brasileira, residente em local incerto e não sabido; CRIZOMAR GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, residente em local incerto e não sabido; REGIMAR GONÇALVES DA SILVA, brasileira, residente em local incerto e não sabido; GILMAR GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, residente em local incerto e não sabido; REJANE GONGALVES DA SILVA, brasileira, residente em local incerto e não sabido; AGOSTINHO GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, residente em local incerto e não sabido; bem como os **incertos e desconhecidos** para todos os atos e termos do processo e para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo de quinze (15) dias, a contar do vencimento do prazo do presente edital, com a advertência de que, não sendo apresentada contestação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial pelos autores, nos termos do art. 246 § 3º do CPC. Dado e passado nesta cidade de Itapajé-CE, ao(s) aos 27(vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, ____, Bernábio da Costa Magalhães-Técnico Judiciário- Mat. 2925, o digitei. Eu, _____, (Ana Claudia Vasconcelos Barros), Supervisora de Unidade Judiciária-Mat. 201200, o subscrevi.

Cláudia Waleska Mattos Mascarenhas
Juiza de Direito

COMARCA DE ITAREMA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAREMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAREMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

Processo 0050082-40.2021.8.06.0104 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: M.V.S. - AUT PL: P.C.E.C. - REQUERIDO: F.V.R.S. - Vistos em conclusão. Trata-se de requerimento de medidas protetivas de urgência, formulado por MARIA VALÉRIA DA SILVA em face de FRANCISCO VAGNER RUFINO DA SILVA, seu irmão. A vítima foi devidamente intimada para dizer de seu interesse na manutenção das medidas protetivas pleiteadas no bojo do presente procedimento, em razão da não localização do infrator, esta deixou transcorrer o prazo in albis. No parecer de fls. 59/60, o Parquet pugnou pela revogação das medidas protetivas e a extinção do feito. É o breve relatório. Decido. Total razão assiste ao Ministério Público em sua referida manifestação. Com efeito, as medidas protetivas de urgência são providências de cunho cautelar, que, enquanto tais, devem ser concedias caso se verifiquem os requisitos do fumus boni juris (verossimilhança do direito alegado) e do periculum in mora (risco de dano irreparável ou de difícil reparação com a demora na prestação jurisdicional). Ante o desinteresse da vítima no andamento do feito e a ausência de urgência e necessidade na obtenção da tutela jurisdicional cautelar, não há como prosseguir o presente procedimento, como se depreende do art. 13 da Lei 11.340/2006 e do art. 485, VI, do CPC, não mais se verificando, pois, interesse processual (necessidade) na ação. A título ilustrativo, destacam-se os seguintes precedentes: APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - MEDIDAS PROTETIVAS - REVOGAÇÃO - POSSIBILIDADE - DESINTERESSE DA VÍTIMA - DESNECESSIDADE DA MEDIDA. 1. Se a vítima não mais tem interesse nas medidas protetivas previstas na Lei 11.340/06, impõe-se a sua revogação, diante da desnecessidade delas (TJ-MG - APR: 10287140109938001 MG, Relator: Denise Pinho da Costa Val, Data de Julgamento: 16/06/2015, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 26/06/2015) (destaque nosso). APELAÇÃO CÍVEL - LEI MARIA DA PENHA - MEDIDA PROTETIVA - DESINTERESSE DA VÍTIMA - EXTINÇÃO DO PROCESSO - SENTENÇA MANTIDA. A extinção do processo é medida que se impõe diante o desinteresse da vítima em dar continuidade ao mesmo e diante da falta de caráter emergencial (TJ-MG - AC: 10024100434380001 MG, Relator: Vanessa Verdolim Hudson Andrade, Data de Julgamento: 15/10/2013, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/10/2013) (destaque nosso). Ante o exposto, REVOGO as medidas protetivas fixadas na decisão de fls. 22/24, e em consonância com o parecer ministerial, determino o arquivamento do presente procedimento, em razão da falta de interesse informada pela vítima. Publique-se. Registre-se. Dê-se vista ao MP. Considerando o Enunciado Criminal do FONAJE de nº 105, que dispensa a intimação dos autores do fato das sentenças que extinguem a sua punibilidade, determino o ARQUIVAMENTO dos autos após a intimação do Ministério Público dessa sentença. Expedientes necessários. Itarema/CE, 25 de janeiro de 2022. José Valdecy Braga de Sousa Juiz de Direito

ADV: JOÃO BANDEIRA FEITOSA (OAB 38016/CE) - Processo 0050107-53.2021.8.06.0104 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - EXECUTADO: Edimilson Jose Albuquerque Me - Vistos em conclusão. Examinando os autos, identifico que as partes vieram a Juízo requerer a homologação de composição extrajudicial (págs. 94/98), devidamente assinado pelas partes. Vieram-me, então, os autos conclusos. Eis o breve RELATÓRIO. Passo à DECISÃO. Vê-se que, no caso concreto, as chamadas condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual, encontram-se presentes, o que possibilita a apreciação do meritum causae. Outrossim, infere-se que a manifestação volitiva das partes se perfez livre de qualquer espécie de coação. Isso posto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado às fls. 94/98, para que surta os jurídicos e legais efeitos, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no art. 485, III, b, do NCPC. Eventuais custas finais devem ser pagas pela parte exequente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Expedientes Necessários. Itarema/CE, 26 de janeiro de 2022. José Valdecy Braga de Sousa Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAREMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

Processo 0050107-53.2021.8.06.0104 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - EXECUTADO: Edimilson Jose Albuquerque Me - Vistos em conclusão. Examinando os autos, identifico que as partes vieram a Juízo requerer a homologação de composição extrajudicial (págs. 94/98), devidamente assinado pelas partes. Vieram-me, então, os autos conclusos. Eis o breve RELATÓRIO. Passo à DECISÃO. Vê-se que, no caso concreto, as chamadas condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual, encontram-se presentes, o que possibilita a apreciação do meritum causae. Outrossim, infere-se que a manifestação volitiva das partes se perfez livre de qualquer espécie de coação. Isso posto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado às fls. 94/98, para que surta os jurídicos e legais efeitos, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no art. 485, III, b, do NCPC. Eventuais custas finais devem ser pagas pela parte exequente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Expedientes Necessários. Itarema/CE, 26 de janeiro de 2022. José Valdecy Braga de Sousa Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAREMA
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ VALDECY BRAGA DE SOUSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOSÉ REGINALDO DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: EDSON BRITO DE CHAVES (OAB 28842/CE) - Processo 0050243-84.2020.8.06.0104 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Manoel Eguinaldo Santos Nascimento e outro - Breve relato. Decido. É cediço que, por ocasião da decisão que determinou o relaxamento da prisão preventiva do requerente,este Juízo fixou medidas cautelares diversas da prisão em favor do requerente, dentre as quais destaca-se a de monitoração eletrônica. Assim sendo, em consonância com o parecer ministerial, acolho a justificativa apresentada, às págs. 167/173, tendo em vista que o acusado apresentou comprovação plausível do alegado na justificativa, conforme documentação acostada às págs. 171/173. As medidas cautelares foram impostas a MANOEL EGUINALDO SANTOS NASCIMENTO, com o escopo de assegurar que o ora requerente não se furtaria de participar dos atos processuais. Buscou-se, portanto, resguardar a aplicação da lei penal nos termos do art. 282, inciso I do CPP. Ocorre que, às fls.167/173, MANOEL EGUINALDO SANTOS NASCIMENTO logrou em evidenciar a ausência de interesse em se furtar da aplicação da lei penal, bem como de esquivar-se de eventual responsabilização criminal. Desse modo, em harmonia com a manifestação do Ministério Público, entendo que não existem motivos para negar a revogação da prisão preventiva anteriormente decretada, pelo descumprimento injustificado da medida cautelar de monitoramento eletrônico, porquanto ausentes informações nos autos no sentido de que tal conduta afetaria o andamento processual. Isto posto, DEFIRO o pedido formulado, às fls.167/173, para determinar a REVOGAÇÃO da prisão preventiva do requerente MANOEL EGUINALDO SANTOS NASCIMENTO, qualificado nos autos, ao tempo em que mantenho todas as cautelares fixadas na decisão que concedeu liberdade provisória ao requerente. Ainda em consonância com o parecer do Ministério Público de fls. 177/179, defiro o pedido de mudança de endereço do acusado. Consigne-se que o descumprimento da presente determinação e das demais medidas ainda em vigor poderá ensejar novo decreto de prisão preventiva do requerente, consoante se apregoa do art. 312, parágrafo único, do CPP. Oficie-se à SAP comunicando o endereço atual do réu. Dê-se ciência da presente decisão ao Ministério Público, ao Comando da Polícia local e a Delegacia de Polícia Civil. Intimem-se. Expedientes Necessários. Itarema/CE, 15 de dezembro de 2021. Bruno Leonardo Batista de Medeiros Santos Juiz Substituto - Respondendo

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAREMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: DYEGO LIMA RIOS (OAB 28565/CE) - Processo 0050583-91.2021.8.06.0104 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças dos Santos Silveira - Intimação acerca da audiência de Conciliação para 07/03/2022 às 08:30h a ser realizada através do link abaixo transcrito: LINK https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjUyOWM4MjktOTIyNy00YzFlLTgyMzctZjUwMjU4ZjAwYWU0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%228e2634c6-e667-4aae-a13c-7169a619f097%22%7d

COMARCA DE JAGUARETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA

JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANE MARIA CASTELO BRANCO MACHADO RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULINELLI PINHEIRO NOGUEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0174/2022

ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0050175-94.2021.8.06.0106 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Peixoto Rodrigues - Nos termos do parágrafo 2º do art. 1.023 do CPC, intime-se o embargado para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração opostos. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANE MARIA CASTELO BRANCO MACHADO RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULINELLI PINHEIRO NOGUEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0175/2022

ADV: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO (OAB 17762/CE) - Processo 0050104-29.2020.8.06.0106 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luiz Torquato da Silva - CITE-SE a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, tomar ciência da presente ação e apresentar contestação, sob pena de ser considerada revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente, nos termos do art. 344 do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANE MARIA CASTELO BRANCO MACHADO RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CATIA SILENE COELHO DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0176/2022

ADV: CHAYANE DIOGENES BRITO (OAB 31462/CE) - Processo 0003004-54.2015.8.06.0106 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉ: Delanio Lemos Lima - Diante da inércia do réu Delanio Lemos Lima em apresentar sua defesa preliminar, certificado na pág. 121, nomeio, desde logo, a advogada CHAYANE DIÓGENES BRITO OAB/CE 31.462, como defensora dativa do referido réu, a qual deverá ser pessoalmente cientificada acerca da nomeação, e intimada para apresentar defesa preliminar, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal. Ato contínuo, apresentada(s) a(s) defesa(s) e, com ela(s), alegada matéria preliminar ou apresentado documento, intime-se o autor da ação penal para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre a preliminar e/ou documento, na forma do artigo 409 do Estatuto Processual Penal. Após, volte-me os autos conclusos, para os fins dos artigos 410 do Código de Processo Penal. Expedientes necessários. Jaguaretama-CE, data registrada no sistema. Paulinelli Pinheiro Nogueira Auxiliar Judiciário

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANE MARIA CASTELO BRANCO MACHADO RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULINELLI PINHEIRO NOGUEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0173/2022

ADV: MANOEL LUIZ ALVES (OAB 10917/CE) - Processo 0002576-09.2014.8.06.0106 - Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consórcio Ltda e outro - REQUERIDA: Francisca Anaiza Luz Bezerra - Reitero o despacho de pág. 103, para intimar a parte autora, desta feita por via porta eletrônico, para no prazo de 05 (cinco) dias, atender o determinado no despacho de pág. 79, advertindo-o(a) de que sua inércia ensejará abandono da causa e consequente extinção do processo sem resolução do mérito (artigo 485, inciso III, § 1º, do CPC/2015). Expedientes necessários. Jaguaretama-CE, 26 de janeiro de 2022. Paulinelli Pinheiro Nogueira Auxiliar Judiciário

COMARCA DE JAGUARIBE - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARIBE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE), ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0006079-06.2012.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Eliezer de Sousa Lessa - INVDA: Francisca Ernestina Lessa de Souza - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de conciliação para dia 22/03/2022, às 10h, na Sala de Audiência virtual pelo link a seguir. Informo, ainda, que a audiência ocorrerá de forma virtual, através do sistema de videoconferência Microsoft Teams - Office 365. Qualquer dúvida, favor entrar em contato com a Comarca pelo número (88) 3522-2403, que também é Whatsapp. Segue abaixo o endereço eletrônico da audiência e o QR Code para acesso direto pela câmera do aparelho celular: Link: https://link.tjce.jus.br/12c3b4 Qr code

ADV: DAVI PINHEIRO LIMA (OAB 30905/CE) - Processo 0050039-31.2020.8.06.0107 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: F.B.S.S. e outro - Conforme decisão de fls. 28, e tendo em vista que a parte é beneficiaria da justiça gratuita, fica nomeada para realização do estudo social, no prazo de 20 (vinte) dias, a senhora Raricia Lima Pinheiro, perita devidamente credenciadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Jaguaribe/CE, data registrada no sistema.

ADV: MICHELLY BRENDA SOARES (OAB 38690/CE), ADV: MAYARA CARLA DE LIMA MARTINS (OAB 42911/CE) - Processo 0050175-91.2021.8.06.0107 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria

José Cleide Nogueira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de conciliação para dia 08/03/2022, às 10h45.

ADV: FRANCISCO JERRY LIMA (OAB 32694/CE) - Processo 0050588-07.2021.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edson Bezerra de Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de conciliação para dia 28/03/2022, às 10h.

ADV: LUCAS DIOGENES DANTAS (OAB 39572/CE) - Processo 0050609-80.2021.8.06.0107 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: C.L.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de conciliação para dia 22/03/2022, às 09h.

COMARCA DE JAGUARUANA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: EGIDIO BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 5142/CE), ADV: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0000272-84.2016.8.06.0197 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Paulo Silva Valente - Acolho as justificativas de fls. 91/92. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indiquem justificadamente as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão. As partes deverão ser intimadas por intermédio dos seus respectivos representantes jurídicos. No caso de produção de prova testemunhal, o rol de testemunhas conterá, sempre que possível, o nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho (Art. 450, CPC). Alerte-se que compete ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo (art. 455, CPC).

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0050028-96.2020.8.06.0108 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Lourdes Carvalho - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - DISPOSITIVO Diante do que foi exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, com espeque no art. 487, I, do CPC/2015, o pedido autoral: I) declarando ilegítima a cobrança do mês de setembro e outubro de 2019, devendo a parte requerida realizar o refaturamento dos referidos meses, observando-se a média dos três maiores valores de consumo ocorridos nos doze meses anteriores à irregularidade, se já não o tiver realizado e; II) CONCEDO, por antecipação, os efeitos da tutela jurisdicional de mérito a fim de determinar que a empresa requerida ENEL Companhia Energética do Ceará se abstenha de realizar corte no fornecimento de energia elétrica no imóvel em questão, referentes ao débito aqui discutido. Por fim, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral por ausência de comprovação da inscrição do nome da parte autora nos órgãos de inadimplência. Sem custas ou honorários.

ADV: MAYCON DA SILVA SANTOS (OAB 39641/CE), ADV: GUILHERME GALDINO DE SOUSA (OAB 45062/CE), ADV: VICTOR LUIZ DE SOUZA GONZAGA (OAB 44862/CE) - Processo 0050190-91.2020.8.06.0108 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Francisco Célio dos Santos - REQUERIDO: Francisco Ivanilson Barbosa Falcão - Destarte, resolvo deferir as partes a faculdade de especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, caso entendam cabível ao julgamento da causa, justificando sua necessidade e sob pena de preclusão. Consigne-se que, em não havendo manifestação das partes a respeito, entender-se á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos. Decorrido o prazo assinalado, retornem os autos conclusos para a análise de eventuais requerimentos ou, em sendo o caso, para o julgamento antecipado da lide.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: MAIKON WANDERSON MARQUES BARRETO (OAB 28239/CE) - Processo 0000655-19.2008.8.06.0108 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Francisco Neudo Barros - Reconsidero o despacho de fls. 58, tendo em vista que obtive todos os dados através do sistema INFOJUD, conforme abaixo. Assim, determino que a parte exequente seja intimada para se manifestar sobre sua real pretensão nos autos, no prazo de 10 dias, assim como, apresente o valor correto e atualizado do débito. Intime-se o exequente, por seu advogado, via DJe.

ADV: WASHINGTON NOGUEIRA DE SOUSA (OAB 30147/CE) - Processo 0050334-31.2021.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Francisco Marcelo da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo ao agendamento da audiência de instrução e julgamento, conforme determinado na decisão de fls. 111/112, para o dia 17/02/2022 às 13h15min. Na oportunidade, disponibilizo o link da reunião via Microsoft Teams: https://link.tjce.jus.br/38246a

COMARCA DE JARDIM - VARA UNICA DA COMARCA DE JARDIM

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JARDIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: AMANDA MARIA BEZERRA GALVÃO (OAB 24574-1/CE), ADV: SIDENI LEITE DE SOUZA (OAB 15311/PE) - Processo 0000264-46.2017.8.06.0109 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Carlos Eduardo da Silva - I Certifique a Secretaria a tempestividade dos Embargos de Declaração opostos às fls. 169/171. II INTIME-SE o Embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os Embargos opostos às fls. 169/171. Após, concluso na fila RECURSOS. Expedientes necessários.

ADV: JOCELAINE DOS SANTOS MELO (OAB 27427-0/CE) - Processo 0000393-51.2017.8.06.0109 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Alexsandro Luiz Cabral de Oliveira - 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora e, em corolário, condeno o MUNICÍPIO DE JARDIM/CE ao pagamento dos valores correspondentes às horas extras comprovadamente trabalhadas em percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da hora de trabalho normal, excluídos os reflexos nas demais verbas, acrescido de correção monetária pelo IPCA-E e juros de 1% ao mês, ambos contados da citação, observando-se o prazo prescricional quinquenal contado retroativamente a partir da data da propositura da ação. Condeno o ente público ao pagamento de honorários no patamar de 10% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 3º, inciso I, do CPC, isento do pagamento de custas. Sentença sujeita a reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística.

ADV: VALERIA ALVES TEIXEIRA (OAB 25081/CE), ADV: CICERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA (OAB 22078/CE), ADV: PAULO ROBERTO RESSUREIÇÃO LIMA (OAB 39182/CE), ADV: EDIMAR DO NASCIMENTO (OAB 35615/CE), ADV: AIANNE DA SILVA MOURA (OAB 36894/CE), ADV: JÉSSICA MARIA ALVES PEREIRA FREIRE (OAB 37523/CE), ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 38185/CE) - Processo 0001018-85.2017.8.06.0109 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: P.R.S. - REQUERIDO: M.M.O.S. - Assim, tenho que o percentual de 30% (trinta por cento) do valor do salário-mínimo vigente é razoável e auxilia a manutenção do alimentando, como explicita o Ministério Público, cujas razões adoto nesta Sentença, principalmente a posse do genitor em cargo público. Ante o exposto, com fulcro no art. 1.694 e seguintes do Código Civil, acolhendo o parecer Ministerial JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO DA INICIAL E PROCEDENTE O DA RECONVENÇÃO, tornando, em de?nitivo, os alimentos devidos à infante, no percentual de 30% (trinta por cento) do valor do salário-mínimo vigente, a serem pagos até o dia 05 (cinco) de cada mês, através de desconto em folha. Condeno o Autor/Reconvindo em custas processuais e em honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida às fls. 16. Oficie-se o Município de Jardim/CE para que proceda ao desconto em folha do Autor, mensalmente, do valor de 30% do salário-mínimo vigente e transfira para a conta indicada às fls. 147. P.R.I Transitada em Julgado, arquive-se com baixa no SAJ.

ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE), ADV: FERNANDO DE FREITAS BARBOSA (OAB 152629/RJ), ADV: JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS (OAB 144819/RJ), ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: DIOGO PINHEIRO PEIXOTO (OAB 21373/CE) - Processo 0003415-25.2014.8.06.0109 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Ana Paula Florencio da Silva - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consocios de Seguro Dpvat - 3 - DO DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a requerida ao pagamento de indenização de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária pelo INPC desde o evento danoso (Súmula 580 STJ). Em face da sucumbência recíproca, CONDENO a Requerida ao pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC e CONDENO a parte autora ao pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre a diferença entre o valor atualizado da causa (INPC) e o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, os quais ficarão suspensos de exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, por ser beneficiário da justiça gratuita.

ADV: PAULA RAYANE PINHEIRO RODRIGUES (OAB 38892/CE) - Processo 0005723-58.2019.8.06.0109 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Pagamento - EXEQUENTE: E.J.S. - Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo efetuado pelas partes, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC. Sem custas e sem honorários. P. R. I. Após o trânsito, arquivem-se os autos.

ADV: AMANDA LUCENA NEVES DA LUZ (OAB 27044/CE), ADV: HYAGO SANCHES SILVA BRINGEL (OAB 34716/CE), ADV: TAYANNE AGDA DE FREITAS SAMPAIO (OAB 43971/CE) - Processo 0010016-03.2021.8.06.0109 (apensado ao processo 0050079-70.2021.8.06.0109) - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.F.P. - REQUERIDO: G.A.S. - Vistos. Trata-se de Averiguação Oficiosa de Paternidade. A genitora do menor ingressou com ação de investigação de paternidade, estando os autos em apenso. O Ministério Público requereu o arquivamento do presente procedimento (fl. 22). É O RELATÓRIO. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que está configurada a perda do objeto da ação, sendo certa a falta de interesse processual, em virtude da ação mais ampla proposta. Dessa forma, a carência de interesse processual gera como efeito a extinção do processo sem resolução do mérito, conforme preceitua o ART. 485, VI, CPC. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos do ART. 485, VI, do CPC. Sem custas processuais (investigação oficiosa de paternidade). Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

ADV: DECIO NATHANAEL NOGUEIRA GOMES (OAB 38347/CE) - Processo 0010174-58.2021.8.06.0109 (processo principal 0050390-61.2021.8.06.0109) - Relaxamento de Prisão - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MASSA FALIDA: Wagner Severo da Silva e outro - Ante o exposto, com supedâneo nos arts. 312, 313, incisos I e II e 315 do Código de Processo Penal, INDEFIRO o relaxamento da prisão preventiva formulado. INTIME-SE o Ministério Público para apresentação de Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias e, após, a Defesa, por igual prazo. Após, concluso na fila URGENTE. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Cumpra-se com urgência por se tratar de réu preso.

ADV: EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU (OAB 80702/MG) - Processo 0050014-75.2021.8.06.0109 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL - Vistos. Intime-se a executada sobre a petição e documentos de fls. 241/244. Expedientes necessários.

ADV: TAYANNE AGDA DE FREITAS SAMPAIO (OAB 43971/CE), ADV: HYAGO SANCHES SILVA BRINGEL (OAB 34716/CE) - Processo 0050079-70.2021.8.06.0109 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.F.P. - REQUERIDO: G.A.S. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais e, como corolário: a) declaro que GILVAN ANTÔNIO DA SILVA é o genitor biológico de DANIEL PEREIRA, o qual manterá seu nome atual, devendo ser expedindo o competente mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente, para que o requerente seja inscrito como filho do requerido, fazendo-se constar no respectivo assentamento o nome dos avós paternos (os quais, se ausentes nos autos, deverão ser apresentados pelo requerente em 48 horas); b) condeno a parte requerida ao pagamento de alimentos em favor do menor, no montante de 27,27% do salário mínimo, os quais são devidos desde a data da citação, devendo ser pagos até o quinto dia

útil do mês, diretamente à genitora do menor, mediante recibo, ou em conta bancária de sua titularidade. Sem custas e sem honorários (justiça gratuita). P.R.I. Independentemente do trânsito, expeça-se o competente mandado de averbação Tudo feito, arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística.

ADV: SIDENI LEITE DE SOUZA (OAB 15311/PE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0050151-57.2021.8.06.0109 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jacinta Elias dos Santos Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, em conformidade com os fundamentos acima delineados, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora e, em corolário, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais e de honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, observando-se, entretanto, a regra do art. 98, § 3º, do CPC, por ser a parte beneficiária da gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística.

ADV: MARIA NUARA MORAIS DA FONSECA (OAB 35737B/CE) - Processo 0050417-78.2020.8.06.0109 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de insumos - REQUERENTE: Adriana Soares dos Santos - 3 DO DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, confirmando a tutela de urgência concedida, para condenar o Estado do Ceará ao fornecimento do leite especial Nan Espress Ar, sendo quatro latas por mês (800g), por período inicial de quatro meses. Em consequência, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos artigo 487, inciso I, do CPC. Condeno o Estado do Ceará ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 85,§§ 2º e 8º, do CPC. Deixo de condenar o Estado do Ceará ao pagamento de custas, em razão da isenção prevista na Lei Estadual nº 16.132/2016.

ADV: MARIA NUARA MORAIS DA FONSECA (OAB 35737B/CE) - Processo 0050504-34.2020.8.06.0109 - Procedimento Comum Cível - Não padronizado - REQUERENTE: Aguinaldo Joaquim de Sousa - 3 DO DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, confirmando a tutela de urgência concedida, para condenar o Estado do Ceará ao fornecimento dos medicamentos Etira (levetiracetam) 100mg/ml 3 caixas por mês e das vacinas Hexa Acelular ou Penta Aceluar. Em consequência, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos artigo 487, incisos I, do CPC. Condeno o Estado do Ceará ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 85,§§ 2º e 8º, do CPC. Deixo de condenar o Estado do Ceará ao pagamento de custas, em razão da isenção prevista na Lei Estadual nº 16.132/2016.

ADV: TATIANA AYUMI KIMURA DE AGUIAR (OAB 244696/SP) - Processo 0050633-05.2021.8.06.0109 - Divórcio Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: Jose Ancilon de Santana e outro - Ante o exposto, sem prejuízo do eventual direito de terceiros ou da partilha posterior de bens não elencados nos autos, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes, para DECRETAR o DIVÓRCIO de CLÁUDIA MARIA GALVÃO DE SANTANA e JOSÉ ANCILON DE SANTANA, o que faço, por sentença, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, Art. 1.571, inciso IV, do Código Civil e art. 487, III, "b", do CPC. Ressalto que, em relação aos bens, o presente acordo somente produz efeito limitado às partes, não atingindo eventuais direitos de terceiros. Sem custas e sem honorários advocatícios (gratuidade deferida à fl. 225). Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive o Ministério Público. Independente do trânsito em julgado, expeça-se MANDADO DE AVERBAÇÃO, remetendo cópia ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais em que foi lavrado o assento de casamento civil das partes, para as averbações necessárias, ressaltando que o cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira, e que os expedientes devem ser efetivados observando a gratuidade judiciária concedida. Dê-se baixa e arquive-se.

ADV: ANA HERICA SOUSA ROCHA BRINGEL (OAB 41257/CE) - Processo 0050639-12.2021.8.06.0109 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.R.S. e outro - Ante o exposto, EXTINGO, por Sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, a presente execução, declarando satisfeita a obrigação, com resolução do mérito, nos termos do art. 924, inciso II e art. 925 do CPC. P. R. I. Eventuais custas adicionais pelo Executado. Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA - VARA UNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: MATEUS LIMA LOUZADA (OAB 17782/CE), ADV: JOSE EDILSON ARAUJO FILHO (OAB 20869/CE), ADV: EMMANUEL DE MOURA FONTELLES (OAB 10303/CE), ADV: MARCOS RIGONY MENEZES COSTA (OAB 12659/CE), ADV: JULIO BERNARDINO DA SILVA NETO (OAB 31726/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO CARMO (OAB 5825/CE) - Processo 0000777-71.2018.8.06.0111 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jose Edinardo da Silveira - Johne Emerson Alves Santos - Vistos em Inspeção judicial, de caráter obrigatório e periodicidade anual, conforme Provimento Nº 02/2021 CGJCE e Portaria Nº 12/2021-Vara Única da Comarca de Jijoca de Jericoacoara-CE. Conforme disposição expressa no Provimento Nº 02/2021, publicado às fls. 33/199, do DJ-e que circulou em 16/02/2021, Capítulo IV, Seção III, artigo 129 a 133, pág. 75/83, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, em atendimento ao artigo 130, XII, "D", intimar as partes sobre o retorno dos autos da instância superior para requerimentos que entenderem de direito.

ADV: FABIANO BEZERRA MARTINS (OAB 42341/CE) - Processo 0050138-52.2021.8.06.0111 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisca Zilda dos Santos - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de expedição de alvará, em nome da representante legal da autora a Sra. Francisca Zilda dos Santos, do saldo bancário constante na conta de titularidade do de cujus, Banco do Brasil, agência n.º 2851-7, conta n.º 17799-7, com fundamento no art. 1º da lei n° 6.858/80, resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, I, do CPC/15. Expeça-se o competente alvará judicial em nome da Sra. Francisca Zilda dos Santos. Sem custas, uma vez que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, nos moldes do art. 98 do CPC/15. Sem condenação em honorários advocatícios, diante da ausência de litigiosidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito julgado, arquivem-se. Jijoca De Jericoacoara/CE, 24 de janeiro de 2022. Bela. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro Juíza de Direito, Respondendo.

ADV: FERNANDO ANTONIO PINHEIRO GOIANA FILHO (OAB 17842/CE) - Processo 0050229-45.2021.8.06.0111 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Solidei Ferreira Lima - Pelo exposto, determino seja intimada a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar o valor da causa com forte no inciso VI, do art. 292,

do CPC, bem como juntar comprovante de recolhimento das custas processuais ou comprovar a insuficiência de recursos, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Jijoca De Jericoacoara (CE), 25 de janeiro de 2022. Bela. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro Juíza de Direito, Respondendo.

ADV: MANOEL ABILIO LOPES (OAB 29431/CE) - Processo 0061543-56.2019.8.06.0111 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: CASSIANO BRANDÃO VASCONCELOS e outro - Isso posto, em consonância com o Parecer emitido pelo Ministério Público AUTORIZO a ré Aline da Cruz Rufino a deslocar-se no período dos dias 24/01/2022 até o dia 28/02/2022, na zona de inclusão do Município de Jijoca de Jericoacoara, para realização de acompanhamento pré e pós-parto. Oficie-se o Órgão de Monitoramento para tomar ciência da autorização dessa decisão. Ciência ao Ministério Público. Intime-se a defesa. Cumpra-se. Jijoca De Jericoacoara/CE, 24 de janeiro de 2022. Bela. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro Juíza de Direito, Respondendo.

Processo 0061558-25.2019.8.06.0111 - Inquérito Policial - Roubo - AUT PL: Delegacia Municipal de Jijoca de Jericoacoara - R.H. Acolho o parecer ministerial retro. Remetam-se os autos à Delegacia de Polícia Civil competente para, no prazo de 30 (trinta) dias, concluir as investigações referentes ao presente procedimento. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: DAIVID CARVALHO GERALDO (OAB 25917/CE) - Processo 0000677-29.2012.8.06.0111 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Osterni do Nascimento - R.H. 1. Considerando que a última consulta junto às instituições financeiras visando a efetivação da penhora on-line de ativos da empresa executada foi realizada há mais de cinco anos, defiro parcialmente o pedido apresentado às fls. 143/144, determinando à Secretaria que realize consulta junto ao SISBAJUD, visando obter informações sobre a existência de valores eventualmente existentes em contas de titularidade da empresa TC TELECOMUNICAÇÕES, juntando-se aos autos a minuta da consulta. 1.1. Caso sejam encontrados valores suficientes para a garantia da execução, transfira-se para conta judicial à disposição deste Juízo, pelo sistema SISBAJUD. 1.2. Dispensável a realização de termo de penhora, uma vez que a própria tela do sistema é suficiente para tal. 1.3. Desbloqueie-se imediatamente eventual valor que supere a quantia buscada a título de satisfação. 2. Havendo bloqueio de valores, intime-se a executada, por seu advogado, para que se manifeste. 3. Por outro lado, indefiro o pedido de penhora on-line de ativos das sócias da empresa executada Joana Darc Correa e Ivanda Lourenço Neves , uma vez que o redirecionamento dos atos executórios a terceiros que não figuraram no polo passivo do processo de conhecimento deve observar as regras prescritas pelos artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil, que dispõem acerca do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. 4. Diligências necessárias.

ADV: JOSE DACIO VASCONCELOS FILHO (OAB 26071/CE), ADV: LUCAS MENDES CORDEIRO DA CRUZ (OAB 35484/CE) - Processo 0000962-80.2016.8.06.0111 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Antônio Jakson de Paulo - Aberta a audiência, feito o pregão, verificaram-se as presenças e ausências acima elencadas. Ato contínuo, a MM. Juíza colheu o depoimento das testemunhas Francisco Edilson de Sousa e Erilson Barbosa Martins. O representante do Ministério Público desistiu da testemunha Marcos Paulo Oliveira Mota, o que foi homologado pela MM. Juíza. Em seguida, interrogou o réu. O representante do Ministério Público apresentou alegações finais orais. A defesa requereu prazo para apresentar memoriais escritos. Por fim, a MM. Juíza deferiu o pedido da defesa, convertendo as alegações finais da defesa em memoriais escritos, devendo a Secretaria da Vara certificar quanto a chegada do laudo pericial, sendo tudo reduzido a arquivos audiovisuais.

ADV: ONEZIMO CARLOS CARDOSO (OAB 5280/CE) - Processo 0050096-03.2021.8.06.0111 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: MATEUS SETUBAL CAVALCANTE - Aberta a audiência, feito o pregão, verificaram-se as presenças e ausências acima elencadas. Ato contínuo, a MM. Juíza colheu o depoimento das testemunhas Francisco Edilson de Sousa e José Orismar Lima Santos. O representante do Ministério Público dispensou as demais testemunhas, o que foi homologado pela MM. Juíza. A testemunha de defesa Wellington Alves da Silva chegou a entrar na sala virtual, mas não conseguiu permanecer por problemas de conexão. A defesa requereu a designação de nova data para oitiva das testemunhas de defesa. Por fim, a MM. Juíza deferiu o pedido da defesa de redesignação da audiência para oitiva das testemunhas de defesa, concedendo o prazo de 10 (dez) dias para a defesa informar os números de WhatsApp das testemunhas para que possam receber o link, sendo tudo reduzido a arquivos audiovisuais.

ADV: MATTHEUS LINHARES ROCHA (OAB 43509/CE) - Processo 0050369-79.2021.8.06.0111 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: A.M.A. - Ante o exposto, defiro o pedido de curatela provisória pleiteado, pelo que nomeio como curador de Arnoudo Marques de Araújo o requerente Albeni Marques de Araújo, a quem incumbirá a realização de atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, consoante dispõe o art.1748, IV e 1749 do CC); movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque e administração de bens; sendo que todos os atos deverão ser praticados sempre visando o melhor interesse do interditando, sem prejuízo de eventual prestação de contas, caso necessário, ao decorrer do feito; bem como, representar o interditando extrajudicialmente e judicialmente e receber os valores atinentes aos alugueis dos imóveis pertencentes ao interditando (se houver), dar quitação dos valores e proceder à sua alteração e realizar as compras rotineiras. INTIME-SE o requerente para que preste o compromisso legal. 4. Oficie-se aos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca, requisitando certidões das matrículas e/ou transcrições dos imóveis eventualmente pertencentes ao interditando. 5. Obtenha-se junto ao Ofício Distribuidor certidão na qual sejam relacionadas as ações cíveis e criminais em que a pessoa que se propõe a assumir a curatela (o requerente) figure como parte, se houver. 6.Determino à Secretaria que designe data para entrevista com o interditando, a ser realizada por videoconferência, através do Sistema teams. 6.1. As partes poderão trazer testemunhas (até três), a fim de comprovar o estado social dointerditando. 7.Designada a audiência, cite-se o interditando para comparecer à entrevista e para, querendo, apresentar impugnação no prazo de quinze dias (CPC, artigo 752), contados da entrevista. Certifique, o Sr. Oficial de Justiça, acerca das impressões colhidas quando do contato pessoal com o citando, na forma do art. 245, § 1º, do CPC. Certificado não ter condições de receber a citação, nomeio para esse fim, como curador, o requerente. Na mesma oportunidade, AUTORIZO ao Oficial de Justiça efetivar, por meio de MANDADO DE CONSTATAÇÃO, a análise das condições do local, especialmente em seu aspecto social. 8.A impugnação poderá ser feita: a) pelo órgão do Ministério Público; b) por advogado constituído pelo interditando; c) por advogado constituído por parentes sucessíveis; d) por curador especial, caso o interditando ou parente não constitua advogado (CPC, artigo 752, §3º). 8.1. Não sendo apresentada impugnação por quaisquer dos nominados nos itens a a c, voltem conclusos para nomeação de curador à lide. 9.Após o prazo para impugnação, dê-se vista dos autos ao Ministério

Público, para os fins do art. 752, § 1.º do CPC. 10.Decorrido o prazo para impugnação, voltem conclusos para decisão a respeito da fase probatória. 11.Intimações e diligências necessárias. Jijoca De Jericoacoara/CE, 18 de janeiro de 2022. Bela. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro Juíza de Direito, Respondendo.

ADV: LEANDRO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 32509/CE) - Processo 0050509-16.2021.8.06.0111 - Consignatória de Aluguéis - Pagamento em Consignação - CONSGTE: Beneventi Davide - Pelo exposto, determino seja intimada a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar comprovante de recolhimento das custas processuais ou comprovar a insuficiência de recursos, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Jijoca De Jericoacoara (CE), 26 de janeiro de 2022. Bela. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro Juíza de Direito, Respondendo.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0061343-49.2019.8.06.0111 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARÁ- ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ S/A - Visto em conclusão. 1. Determino que a SVU proceda com a ordenação das páginas destes autos de forma cronológica, visto ter retornado da digitalização de forma desordenada; 2. Intime-se o Requerido para que diga se concorda com a desistência pleiteada pela parte autora, bem como requeira o que entender pertinente. Empós, venham-me os autos conclusos. Cumpra-se. Jijoca De Jericoacoara (CE), 07 de setembro de 2021. Bela. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro Juíza de Direito, Respondendo.

ADV: ISABELLE THAIS COSTA SILVA (OAB 39398/CE) - Processo 0200030-98.2022.8.06.0111 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGADO: Antônio Euclides Ribeiro dos Santos e outro - 5. Diante do acima constatado e nos termos do art. 310, inciso II, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de ANTONIO EUCLIDES RIBEIRO DOS SANTOS e ALESSANDRA SANTOS ANDRADE em prisão preventiva para garantia da ordem pública. 6. Expeça-se o competente mandado de prisão preventiva, encaminhando-o à Unidade Prisional onde os réus encontram-se recolhidos para formal cumprimento. 7. Ciência ao Ministério Público, à Autoridade Policial, ao indiciado e ao defensor constituído. 8. Determino, também, a intimação dos custodiados, por sua advogada, para que regularizem a representação judicial juntando a procuração correspondente. Expedientes necessários. Demais intimações e providências necessárias. Cumpra-se com URGÊNCIA. Jijoca De Jericoacoara/CE, 26 de janeiro de 2022. Bela. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro Juíza de Direito, Respondendo.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: EUNICE DOS SANTOS (OAB 8468/CE) - Processo 0002869-34.2009.8.06.0112 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - AUTOR: Reginaldo Barbosa Pereira - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 161 e 162, requerendo o que entender de direito, e para que providencie os documentos requeridos pela Procuradoria Geral do Estado. (fls. 52). Intime(m)-se (DJE).

ADV: MARCELO VIEIRA BORGES (OAB 21493/CE), ADV: PEDRO MOREIRA SAMPAIO JUNIOR (OAB 18216/CE), ADV: JOANA ISABEL PETROLA ROCHA SAMPAIO (OAB 14010/CE), ADV: RYAN HENRIQUE MACEDO DA COSTA (OAB 16082/CE), ADV: FELIPE DE FREITAS FERREIRA (OAB 38601/CE), ADV: MARIA LETÍCIA PETROLA ROCHA SAMPAIO (OAB 42303/CE) - Processo 0052886-88.2020.8.06.0112 - Arrolamento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - ARROLANTE: Maria Socorro Pereira dos Santos - Vistos etc. Intime-se a parte autora (DJE) para que esclareça a apresentação de duas peças de réplica, indicando qual documento correto para fins de desentranhamento do documento diverso.

ADV: ADRIANO DE AMORIM MACEDO (OAB 14306/CE) - Processo 0054526-68.2016.8.06.0112 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Fernando de Oliveira Silva e outros - Vistos, etc. Considerando que o isolamento social decorrente do COVID-19 e a prova necessária neste feito se refere à prova da qualidade e tempo da posse e tendo em conta que a na ação não se instaurou litígio com antigos proprietários, confinantes ou terceiros, substituo a oitiva de testemunhas por declarações de três pessoas idôneas, com reconhecimento de firma devendo constar nas declarações obrigatoriamente as seguintes informações: a) que o declarante não é parente das partes e nem possui interesse na causa; b) tempo que conhece a parte autora; c) tempo que conhece o imóvel objeto da ação; d) desde quando (data ou pelo menos o ano) o autor possui o imóvel; e) de que forma o autor adquiriu o imóvel (compra, doação ou herança), caso tenha conhecimento; f) no caso de soma do tempo de posse com o antecessor, quem era o anterior possuidor/proprietário do imóvel e seu tempo de posse, bem como se era reconhecido como verdadeiro dono do bem imóvel; g) se o autor vem exercendo a posse do imóvel ininterruptamente; h) atos praticados pelo autor no exercício da posse (construções, reformas, plantações, demarcação do imóvel, dentre outros); i) se os vizinhos do imóvel reconhecem o autor como dono do imóvel e se houve contenda entre os vizinhos e o autor acerca da delimitação do imóvel; j) se as pessoas que residem na localidade do imóvel reconhecem o autor como verdadeiro dono do bem; k) se tem conhecimento de que alguém tenha alegado que o autor esteja exercendo irregularmente a posse do imóvel ou que outra pessoa seria a verdadeira dona do imóvel; l) outras informações que sejam pertinentes; m) de que as informações declaradas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade cível e criminal pelas mesmas. Intime-se a parte, através de seu advogado (DJE), para, no prazo de 15 (quinze) dias trazer aos autos as declarações na forma acima indicada.

ADV: ALLYSON DUARTE SILVA LIMA (OAB 18395/CE), ADV: JOSEILSON FERNANDES SOARES (OAB 11915/CE), ADV: CICERA ROMENIA BOTELHO MARQUES (OAB 13013/CE), ADV: DANIELLI CRUZ SAMPAIO (OAB 16674/CE), ADV: RODRIGO SAMPAIO DE MENEZES (OAB 17285/CE), ADV: MARCO ANTONIO DUARTE SABIA (OAB 17761/CE), ADV: TALLITA CRUZ SAMPAIO (OAB 29052/CE) - Processo 0063362-30.2016.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Jonas Pereira Rabelo - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, via advogado (DJE), para, em 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito e cumprir a Decisão Interlocutória de fls. 77, sob pena de extinção (art. 485, § 1º, CPC). Intime-se (DJE)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0054677-05.2014.8.06.0112

Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: Yohane Alves Costa
Requerido: Ana Pinheiro Esmeraldo
Valor da Causa: R$ 8.000,00

O Dr. Francisco José Mazza Siqueira, Juiz de Direito, Respondendo pela 1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Yohane Alves Costa, foi proposta uma ação de Usucapião, contra Ana Pinheiro Esmeraldo, tendo por objeto: "Uma casa residencial urbana, situada no lado oeste da Rua da Cantora Socorro Alencar Ribeiro, n.º 274, bairro São José, nesta cidade, na quadra compreendida pelas Ruas, Travessa São José (N), Rua Cantora Socorro Alencar Ribeiro (L), Rua José Vieira da Silva (S), Rua Luiz Pereira e Silva (O). Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual ficam CITADAS a promovida Sra. ANA PINHEIRO ESMERALDO, brasileira, Solteira, com endereço à Rua Dom Quintino, 786, Centro, CEP 63100-070, Crato-CE, e a confinante, MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, com endereço à Rua Francisco Vieira da Silva, nº 135, no Bairro São José, Juazeiro do Norte-CE., ambas, atualmente em lugar incerto e não sabido, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se- ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Juazeiro do Norte/CE, 08 de julho de 2021.
Francisco José Mazza Siqueira
Juiz

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0051549-30.2021.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: Clisvan Erio Lima Leite
Requerido: Jurisdição Voluntaria
Terceiro Interessados Ausentes, Incertos e Desconhecidos
Valor da Causa: R$ 20.000,00

O(a) Dr(a). Francisco José Mazza Siqueira, MM. Juiz(a) de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER, a todos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO, com prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo da 1ª Vara Cível desta Comarca de Juazeiro do Norte – Estado do Ceará, tramita uma Ação de USUCAPIÃO, processo tombado sob o nº 0051549-30.2021.8.06.0112, tendo como promovente CLISVAN ERIO LIMA LEITE, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do R.G. n.º 2001034043100 SSP-CE, inscrito no C.P.F. sob o n.º 004.117.333-38, Residente e domiciliado na Rua Francisco Domingos da Silva, nº 171, Bairro Triangulo, Juazeiro do Norte-CE, cujo imóvel a usucapir apresenta a seguinte descrição: "Lote "04" da quadra "51" do loteamento parque dos Terésios, localizado na Rua José Magalhães Landim, a 22,95m do cruzamento com a Rua Renan Felinto de Carvalho, que inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N9.198.623,52m e E462.609,73m; deste segue confrontando com a Rua José Magalhães Landim, com azimute de 170º43'19" por uma distância de 10,00 m até o vértice P02, de coordenadas N 9.198.613,65m e E462.611,34m; deste segue confrontando com ANA DANIELE GONÇALVES DE ARAÚJO MORAIS, com azimute de 260º08'09" por uma distância de 30,00m até o vértice P03, de coordenadas N9.198.608,51m e E462.581,79m, deste segue confrontando com JOSÉ MARTINS FILHO, com azimute de 350º43'19" por uma distância de 10,00m, até o vértice P04, de coordenadas N9.198.618,38m e E462.580,17m; deste segue confrontando com CLÓVES LAZARO DE MELO LIMA, com azimute 80º08'09" por uma distância de 30,00m até o vértice P01,ponto inicial da descrição deste perímetro de 80,00m, perfazendo uma área total de 300,00 metros quadrados." Pelo presente Edital, ficam CITADOS todos os interessados ausentes, incertos e desconhecidos para, querendo, contestarem a presente Ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia, caso em que se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.
Francisco José Mazza Siqueira
Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE) - Processo 0000376-50.2010.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 127, 130 requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 4448/CE) - Processo 0001516-90.2008.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - EXEQUENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 97, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0004272-57.2017.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de fls.112, cite-se os demandados nos endereços ali informado. Por oportuno, intime-se a parte autora (DJE), para em 15 dias recolher as custas referente às diligências do Oficial de Justiça. Intime-se. (DJE).

ADV: MANOEL LUIZ ALVES (OAB 10917-0/CE) - Processo 0004355-54.2009.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Veículos - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consorcio Ltda - Vistos etc. Intime-se a parte autora (DJE), para, em 5

dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, § 1º, CPC). Intime-se (DJE).

ADV: FRANCISCO JOSÉ MARTINS CARVALHO (OAB 32800/CE) - Processo 0004549-39.2018.8.06.0112 (apensado ao processo 0008981-04.2018.8.06.0112) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Colégio Gênios Em Ação Ltda - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da resposta do BACENJUD de pag. 59\\\<60, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: MANOEL LUIZ ALVES (OAB 10917-0/CE) - Processo 0005406-37.2008.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consorcio Ltda - Intime-se o exequente (DJE) para tomar ciência da decisão de fls. 158 e resultado das diligências às fls. 159/163, impulsionando o feito no prazo de 15 dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0006967-62.2009.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Veículos - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 155, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0008211-11.2018.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora, por seu advogado(DJE), para que no prazo de 15 dias, se manifeste acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 148, 152, 155, 159, 163, 168, 173, 177, 181 (bens não localizados), requerendo o que entender de direito. Intime(m)-se(DJE)

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0009531-96.2018.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Vistos etc. Indefiro o pedido de fls.102, já que a certidão do oficial de justiça de fls.88 corresponde ao endereço do mandado de fls.84. Intime-se (DJE).

ADV: JOSE PAIVA CAMPOS (OAB 2945/CE) - Processo 0015546-14.2000.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: Sao Paulo Alpargatas S.a - Vistos etc. Intime-se a parte autora (DJE), para, em 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, § 1º, CPC). Intime-se (DJE).

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0027332-06.2010.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca das certidões do oficial de justiça de pag. 204, 206, 208, 210 requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: JOSE GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 7115/CE) - Processo 0028825-67.2000.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: Vereda Com.dis.de Veiculos e Maquinas e Ltda - Vistos etc. Intime-se a parte autora (DJE), para, em 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, § 1º, CPC). Intime-se (DJE).

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 8736A/AL) - Processo 0033949-74.2013.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil S/A Banco Multiplo - Vistos etc. Defiro o pedido de fls. 152, cite-se o demandado no endereço ali informado. Por oportuno, intime-se a parte autora (DJE), para em 15 dias recolher as custas referente às diligências do Oficial de Justiça. Intime-se. (DJE).

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE) - Processo 0036343-88.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil - Banco Multiplo - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 220, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: MANOEL LUIZ ALVES (OAB 10917/CE) - Processo 0036533-51.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Veículos - EXEQUENTE: Embracon Administradora de Consorcio Ltda - Vistos etc. Intime-se a parte autora (DJE), para, em 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, § 1º, CPC). Intime-se (DJE).

ADV: MARIA DAS GRACAS ALBUQUERQUE COSTA DE AQUINO (OAB 12289/CE) - Processo 0037038-42.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S. A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 96, requerendo o que tender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE) - Processo 0038652-82.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca das certidões do oficial de justiça de pag. 64, 66, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: CYLON MOLLER (OAB 19555-1/RS) - Processo 0038654-52.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 37, requerendo o que tender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE) - Processo 0038757-59.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifestar-se a cerca da certidão do oficial de justiça de fls. 83 e 85, requerendo o que tender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE) - Processo 0038759-29.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Vistos etc. Compulsando os autos, verifica-se que o réu foi citado para apresentar contestação, contudo nada foi apresentado ou requerido, transcorrendo o prazo in albis. Isto posto, decreto a REVELIA do réu, nos termos do art. 344 do CPC. Intime-se a parte autora para, no prazo de quize (15) dias manifesta-se a cerca das certidões do oficial de justiça de pag. 108, e sobre a não localização de bens conforme certidoa de fls. 110 e 115, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: ISAAC COELHO BRINGEL (OAB 20715/CE) - Processo 0040313-96.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Unicred Cariri - Vistos etc. Defiro o pedido de fls. 73, cite-se os co-devedores no endereço ali informado. Por oportuno, intime-se a parte autora (DJE), para em 15 dias recolher as custas referente às diligências do Oficial de Justiça, para que o mandado seja expedido novamente. Intime-se (DJE).

ADV: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 30962A/CE) - Processo 0040336-42.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Veículos - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimento S A - Vistos etc. Intime-se a parte autora (DJE), para, em 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, § 1º, CPC). Intime-se (DJE).

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0040541-71.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Multiplo - Vistos etc. Intime-se o requerente, via advogados, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca da certidão do oficial de fls.183. Intime-se (DJE).

ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE) - Processo 0041372-22.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Considerando a certidão do oficial de justiça de pp. 82 e 84, intime-se a parte autora (DJE) para que

se manifeste no prazo de 15 dias.

ADV: MARCELO VIEIRA BORGES (OAB 21493/CE) - Processo 0042817-41.2013.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Jeferson Francelino Gino - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 55, requerendo o que entender de direito. Intime(m)-se (DJE).

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0043345-12.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de fls. 142, cite-se o demandado no endereço ali informado. Por oportuno, intime-se a parte autora (DJE), para em 15 dias recolher as custas referente às diligências do Oficial de Justiça. Intime-se. (DJE)

ADV: ALLAN XENOFONTE DE BRITO (OAB 16718/CE) - Processo 0043729-72.2012.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 71 e 73, requerendo o que tender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0045594-57.2017.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Iogo Palacio Pinheiro - ME e outro - Vistos etc. Indefiro o pedido de pp. 88/89, visto que é totalmente descabida a alegação de nulidade por falta de intimação, pois, conforme certidão de pp. 58 verifica-se a intimação válida do executado. A parte executada foi regularmente intimada, por duas vezes, quedando-se inerte. Além disso, beira a litigância de má-fé a conduta do executado protocolando petições meramente protelatória causando tumulto ao processo. Portanto, evidenciada a litigância de má-fé por parte do executado, praticando ato atentatório à dignidade da justiça o que, afronta os deveres do art. 77, I, II e IV do CPC, incorrendo em litigância de má-fé, na forma do art. 80, II, IV, V e VI do CPC, motivo pelo qual aplico, em razão do insistente descumprimento da decisão judicial, multa por litigância de má- fé ao réu, a qual fixo em 30% dez por cento do valor da causa Quanto às certidões do oficial de justiça de pp. 82, 84 e 86, intime-se a parte autora para que se manifeste no prazo de 15 dias. Intime-se (DJE).

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0045872-58.2017.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 96, 98, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: FRANCISCO VERAS SENA (OAB 12856/CE) - Processo 0046586-18.2017.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 91 e 93, requerendo o que tender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0046627-24.2013.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 90, 92 requerendo o que entender de direito. Intime-se(DJE).

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE) - Processo 0047883-60.2017.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Arrendamento Mercantil - EXEQUENTE: Banco J.safra S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag.127, requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE) - Processo 0048905-61.2014.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifestar-se a cerca da certidão do oficial de justiça de fls. 85, requerendo o que entender de direito. Intime-se(DJE).

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0050276-55.2017.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: Gerdau Aços Longos S/A - Vistos etc. Ante o lapso temporal da petição de fls. 77, uma vez que o prazo requerido já fora esgotado, determino que a parte seja intimada através do seu advogado, para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intimem-se (DJE).

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE), ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018A/CE) - Processo 0051473-06.2021.8.06.0112 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda Ltda. e outro - Vistos etc. Administradora de Consórcio Nacional Honda LTDA., qualificado, ajuizou ação de busca e apreensão em face de Silvana Maria Rodrigues Pires, também qualificada, alegando que as partes firmaram um pacto através de contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária tendo a parte ré dado em garantia o veículo descrito na inicial, sendo que a parte devedora deixou de pagar as parcelas do contrato. Requereu, liminarmente, a busca e apreensão do bem dado em garantia e que, ao final, fosse julgado procedente o pedido para que seja consolidada a propriedade e a posse exclusiva do bem em suas mãos. Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/45. A liminar deferida às fls. 56/57 foi cumprida e a parte ré citada às fls. 66. Certidão de decorrência de prazo às fls. 72, relatando que o demandado deixou transcorrer in albis o prazo para contestação. É o relatório. DECIDO. Preliminarmente, observo que a ré não contestou a ação, sendo forçoso reconhecer sua revelia, motivo pelo qual, passo ao julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 356, II c/c art. 355, II, ambos do CPC. Inexistindo resistência à pretensão inicial, reputam-se verdadeiros os fatos alegados pela parte autora. As partes celebraram contrato com alienação fiduciária, onde a posse direta do bem é transferida ao devedor, reservando-se ao credor fiduciário a propriedade até a integral quitação, permanecendo o bem como garantia do pagamento, tendo o credor a prerrogativa de ajuizar a ação de busca e apreensão conforme previsão do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69, em caso de inadimplência contratual do devedor. A parte requerida foi regularmente constituída em mora. Inadimplido sem justificativa o contrato, com a infringência da cláusula contratual que prevê o pagamento das prestações nas datas estipuladas, procede o pedido de busca e apreensão. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, resolvendo o mérito da causa, nos termos do art. 487, I do CPC, e ratifico a liminar de busca e apreensão do veículo descrito na inicial, no caso um automóvel, MARCA: HONDA MODELO: CG 160 FAN ESDI FABRICAÇÃO/MODELO: 2017 COR: PRETO PLACA: POH6807, CHASSI: 9C2KC2200HR040463, consolidando-se na esfera patrimonial da parte autora o domínio e posse plena e exclusiva do referido bem. Deixo de apreciar o pedido de retirada das restrições, haja vista que tais procedimentos sequer foram realizados neste feito. Condeno o réu no pagamento das custas processuais. Condeno a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios que, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC, arbitro em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, corrigidos monetariamente a partir da data da sentença até a do efetivo pagamento. Nos termos do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/69, fica autorizada a parte autora a proceder à transferência do veículo para seu nome ou a terceiro que indicar. Publique-se. Registre-se. Intimem-se (DJE).

ADV: JOSE SERGIO DANTAS LOPES (OAB 10534/CE) - Processo 0052676-47.2014.8.06.0112 - Execução de Título

Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A (bnb) - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifestar-se a cerca da certidão do oficial de justiça de fls. 84, requerendo o que tender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482-0/SP), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263-0/MG) - Processo 0053475-90.2014.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Cariri Participacoes Ltda e outros - Vistos etc. Defiro o pedido de fls. 196, cite-se o demandado no endereço ali informado. Por oportuno, intime-se a parte autora (DJE), para em 15 dias recolher as custas referente às diligências do Oficial de Justiça. Intime-se. (DJE)

ADV: RAUL ONOFRE DE PAIVA NETO (OAB 15903/CE) - Processo 0056566-91.2014.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: Josefa Amorim dos Santos - Vistos etc. Intime-se o exequente (DJE) para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fls. 185\\\<187. Intime-se (DJE).

ADV: FRANCISCO JOSÉ MARTINS CARVALHO (OAB 32800/CE) - Processo 0056577-76.2021.8.06.0112 (apensado ao processo 0011338-49.2021.8.06.0112) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGADO: Ortofor Ortopedia Fortaleza Ltda - Vistos, etc. Apense-se os embargos à ação de execução de nº 0011338-49.2021.8.06.0112. Intime-se (DJE) o embargado para se manifestar acerca dos embargos apresentados, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCISCO MILTON PORTELA FILHO (OAB 14266/CE) - Processo 0056643-95.2017.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Curtume Santo Agostinho Ltda - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifesta-se a cerca da certidão do oficial de justiça de pag. 79, 81 requerendo o que entender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: CAROLINNE COELHO DE CASTRO COUTINHO (OAB 17924/CE) - Processo 0056837-03.2014.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Eva Brasil Industria de Componentes e Calçados Ltda - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifestar-se a cerca da certidão do oficial de justiça de fls. 68, requerendo o que tender de direito. Intime-se (DJE).

ADV: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0064372-12.2016.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Porto Seguro - Companhia de Seguros Gerais - Mantenho a decisão recorrida pelos seus estritos fundamentos. Intime-se o exequente (DJE) para, no prazo de 15 dias, se manifestar acerca da prescrição, tendo em vista que até a presente data não houve citação do executado.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0109601-29.2015.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias manifestar-se a cerca da certidão do oficial de justiça de fls. 93, requerendo o que entender de direito. Intime-se(DJE).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE * DIAS)
Processo nº: 0052817-66.2014.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Desapropriação
Assunto: Imissão na Posse e Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941
Requerente: Municipio de Juazeiro do Norte - Ce e outro
Requerido: Antonio Edgar Filgueiras e outro
Valor da Causa: R$ 78.635,00

O(A) Dr(a). Renato Belo Vianna Velloso, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de DEZ DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso perante este Juízo, uma ação de Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941, movida por MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE em face de Antonio Edgar Filgueiras e outro , tendo por objeto a desapropriação por utilidade pública de um imóvel urbano, situado no Município de Juazeiro do NorteCE, com área de 7.899,16m² (sete mil oitocentos e noventa e nove vírgula dezesseis metros quadrados), confrontando ao Norte com o terreno de David Gamerson , Ao Sul com a Rua Madre Nely Sobreira, ao Leste com o terreno de Suzana Filgueiras e ao Oeste com terreno de Tadeu Filgueiras, de propriedade de Antonio Edgar Filgueiras; e uma faixa de terra de 7.827,53m² (sete mil oitocentos e vinte e sete vírgula cinquenta e três metros quadrados), confrontando ao Norte com o terreno de David Gamerson , Ao Sul com a Rua Madre Nely Sobreira, ao Leste com o terreno de Tadeu Filgueiras e ao Oeste com área livre, conforme consta da petição inicial e documentos que a acompanham. Tendo o expropriante oferecido a quantia de R$ 78.653,00 (setenta e oito mil seiscentos e trinta e cinco reais). O presente edital é expedido, em cumprimento ao determinado no artigo 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, com prazo de dez (10) dias, para conhecimento dos interessados e eventual impugnação de terceiros. CUMPRA-SE.

Juazeiro do Norte/CE, em 03 de agosto de 2021.
Renato Belo Vianna Velloso
Juiz de Direito

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0004723-48.2018.8.06.0112 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E IVESTIMENTO - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que verificando os autos constatei que estão paralisados há mais

de 100 dias, certificado o decurso de prazo, intime-se o requerente por seu procurador, para requerer o que entender de direito no prazo de 05 dias.

ADV: DANTHE RENIER DE SOUSA SILVA (OAB 20896/CE), ADV: LUIS VALTERLE SILVA (OAB 8077/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0011797-56.2018.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Reginaldo Leandro Garcia - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Desta forma, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A a pagar ao autor indenização no valor de R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), incidindo correção monetária (INPC) desde a data do sinistro e Juros Moratórios a partir da citação inicial (CC - art. 405 e 406). Ante a sucumbência recíproca, condeno ambas as partes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais) por apreciação equitativa, na forma do art. 85, § 8º do CPC; contudo, a condenação sucumbencial ficará sob condição suspensiva de exigibilidade em relação ao autor, tendo em vista a gratuidade da justiça deferida, ao teor do §3º do art. 98 do CPC/15.

ADV: RAELLY KERLLEY DE LIMA SILVA (OAB 40398/CE), ADV: LUIZ FILIPE MESQUITA DA SILVA (OAB 41640/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0013378-72.2019.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - DPVAT - REQUERENTE: Barbara Cristina Barbosa Neri - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Visível é o desinteresse da autora, eis que deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias, enquadrando-se a hipótese versada nos autos no disposto no inciso III do art. 485 do Código de Processo Civil. Outra não é a solução, senão aplicar-se o estatuído no art. 485, do Código de Processo Civil, razão por que, declaro a EXTINÇÃO deste processo, sem resolução de mérito. Condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor atualizado da causa; no entanto, a condenação sucumbencial ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, tendo em vista a gratuidade da justiça deferida, ao teor do §3º do art. 98 do CPC/15. P.R.I. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos.

ADV: JOSE SERGIO DANTAS LOPES (OAB 10534/CE) - Processo 0034541-89.2011.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Industrial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que verificando os autos constatei que estão paralisados há mais de 100 dias. Intime-se o requerente por seu patrono, para se manifestar sobre o documento de fls. 135, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 dias.

ADV: LUIZ ALBERNAN MOURA (OAB 18315/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0046758-57.2017.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Aparecido Braulio Lima de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A e outro - Visível é o desinteresse do autor, eis que deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias, enquadrando-se a hipótese versada nos autos no disposto no inciso III do art. 485 do Código de Processo Civil. Outra não é a solução, senão aplicar-se o estatuído no art. 485, do Código de Processo Civil, razão por que, declaro a EXTINÇÃO deste processo, sem resolução de mérito. Condeno o autor ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor atualizado da causa; no entanto, a condenação sucumbencial ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, tendo em vista a gratuidade da justiça deferida, ao teor do §3º do art. 98 do CPC/15. P.R.I. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos.

ADV: DANIELA BEZERRA MOREIRA ALVES (OAB 20142/CE) - Processo 0051356-15.2021.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condominio de Construçao Residencial Boa Vista - Intime-se o requerente, por seu procurador, via DJ, para no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias recolher as custas para fins de diligência do Oficial de Justiça, não recolhidas estas, intime-se pessoalmente o requerente, para em 05 (dias) efetuar o recolhimento, pena de extinção sem resolução do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento regular do processo. Art. 485.O juiz não resolverá o mérito quando: IV- verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; Empós, quando recolhidas proceda-se com a expedição de mandado decitação em face da parte requerida no endereço informado na petição de fls. 77 e 78. Intimações e Expedientes Necessários.

ADV: THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA (OAB 20787/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0053504-38.2017.8.06.0112 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Ana Paula Moura Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - Visível é o desinteresse da autora, eis que deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias, enquadrando-se a hipótese versada nos autos no disposto no inciso III do art. 485 do Código de Processo Civil. Outra não é a solução, senão aplicar-se o estatuído no art. 485, do Código de Processo Civil, razão por que, declaro a EXTINÇÃO deste processo, sem resolução de mérito. Condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor atualizado da causa; no entanto, a condenação sucumbencial ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, tendo em vista a gratuidade da justiça deferida, ao teor do §3º do art. 98 do CPC/15. P.R.I. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos.

ADV: ELIAS DA SILVA FELIX (OAB 42798/CE) - Processo 0054972-32.2020.8.06.0112 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Edvan Soares da Cruz - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que intime-se o requerente por seu patrono, para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls. 26, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 dias.

ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 16629/CE) - Processo 0200443-11.2022.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Ana Crsitina Quezado Santos - Versam os autos acerca de pedido de tutela de urgência, consistente na obrigação de fornecimento a autora ANA CRISTINA QUEZADO SANTOS, fisioterapia em Home Care, 20 sessões. Alega a requerente, em síntese, que é portadora de Alzheimer em fase avançada, e foi recentemente operada de uma fratura no colo do fêmur para colocação de prótese no quadril . Diante de tal quadro, foi-lhe preconizado acompanhamento fisioterapêutico com home care, o qual restou indeferido pela acionada ao argumento de ser uma modalidade não prevista no rol da ANS. Com a inicial, documentos de fls. 14/56 . É o sucinto relatório. DECIDO. Diante dos fatos relatados e dos documentos trazidos à inicial, convenço-me da premente necessidade de concessão da antecipação de tutela, garantindo o tratamento prescrito. Nessa toada, constata-se o preenchimento in totum dos requisitos exigidos à concessão do pleito antecipatório. Há de se considerar que a promovente comprova a verossimilhança de suas alegações, acostando prescrição médica, em que se comprova o avançado estágio de sua enfermidade, demonstrando a real necessidade do tratamento pleiteado. Além de provar a verossimilhança de suas alegações, a autora também demonstra de forma satisfatória o periculum in mora, visto que, caso não seja deferida a medida liminar, ficará aleijada, situação que pode causar sensível piora

no seu quadro de saúde. Destaque-se que somente o profissional médico é a pessoa adequada para aferir a real necessidade e qual a terapêutica mais acertada a fim de salvaguardar a integridade física da autora. Qualquer outra atitude será considerada manifestamente contrária aos princípios fundamentais insculpidos no artigo 5º de nossa Carta Magna, destacadamente o direito à vida e à proteção ao consumidor. Em decorrência disso, revela-se abusiva, prima facie, ferindo a própria dignidade humana do representado, em estágio avançado de Alzheimer, a negativa da promovida em fornecer o serviço de assistência domiciliar alegando a não ter previsão no rol da ANS. Tal exegese fica robustecida quando verificado que a demandante corre risco ter seu estado de saúde demasiadamente agravado, caso não venha a receber, de forma mais breve possível, o tratamento prescrito, nos termos atestados pelo seu médico particular. Esse mesmo sistema de proteção aos consumidores contempla, como direito destes, a proteção à vida, consoante art. 6º, inciso I do CDC, verbis: Art. 6º. São direitos básicos do consumidor: I a proteção da vida, saúde e segurança contra os risco provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; Grifo nosso. Tal disposição não é nada mais que a projeção legal do direito à vida previsto e garantido no art. 6º da CF/88. Examinando o relato contido na vestibular, observa-se que a recusa da demandada em custear o tratamento da autora pode contribuir para uma piora no quadro de saúde da paciente e, consequentemente, viola gritantemente o teor e a finalidade dos dois dispositivos acima transcritos. Deve-se ainda considerar que o CDC encerra normas de ordem pública, que, como tais, se sobrepõem a qualquer estipulação contratual imposta adesivamente à parte hipossuficiente. Acrescente-se que a jurisprudência dos tribunais corrobora com o entendimento acima exposto, senão vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. HOME CARE. POSSIBILIDADE. Em apresentando o agravado quadro clínico grave, que depende de cuidados especiais durante 24 horas, com indicação de internação domiciliar, a fim de ser evitadas novas internações, é dever de a agravante suportar todos os gastos inerentes à implementação do tratamento, pois ela substitui a internação hospitalar e, conseqüentemente, diminui os custos da operadora do plano de saúde. Manutenção da decisão agravada. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (Agravo de Instrumento Nº 70035649433, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/04/2010). AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. SERVIÇO HOME CARE. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Havendo prova inequívoca da necessidade do atendimento domiciliar, em virtude de indicação médica pela evolução da doença, pois a paciente apresenta patologia que tem como característica a perda progressiva da função neuromuscular, precisando de ajuda para trocar de posição no leito, alimentado-se por gastrostomia (tubo gástrico) e comunicando-se com auxílio de um computador, não se justifica a negativa de cobertura feita pela operadora do plano de saúde, pela sua abusividade reconhecida, razão por que é de ser mantido o deferimento da tutela antecipada. Incompatibilidade do provimento antecipatório com a exigência de prestação de caução. Agravo de instrumento a que se nega seguimento, por manifestamente improcedente (art. 557, caput, do CPC). (Agravo de Instrumento Nº 70034554501, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 01/04/2010). AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PÚBLICOA. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO “HOME CARE. OBRIGAÇÃO DE COBERTURA PELO PLANO DE SAÚDE. COMPROVADA NECESSIDADE DO TRATAMENTO PELA GRAVIDADE DO QUADRO CLÍNICO DO PACIENTE. SITUAÇÃO ANÁLOGA À MANUTENÇÃO EXTENDIDA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR. GARANTIA CONSTITUCIONAL À VIDA E À SAÚDE AFRONTADA PELAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS NA RESOLUÇÃO Nº 302/98. PRECEDENTE DESTE COLEGIADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70032462814, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Julgado em 27/01/2010). APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. SERVIÇO HOME CARE. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. SUCUMBÊNCIA EXCLUSIVA DA DEMANDADA. Legitimidade do autor para figurar no pólo ativo da relação jurídico-processual, por existir relação de direito material litigiosa entre ele (beneficiário) e a operadora do plano de saúde. Não havendo exclusão expressa no contrato para o atendimento domiciliar (home care), e uma vez que restou comprovada a necessidade do tratamento requerido, impõe-se à demandada fornecer a cobertura do serviço home care, com todas as garantias inerentes ao atual estado de saúde do paciente, na forma postulada na inicial. Sucumbência exclusivamente a cargo da demandada, na forma do parágrafo único do art. 21 do CPC. Agravo retido conhecido em parte e, nesta, desprovido; e apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70027715788, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 08/10/2009). CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. TRATAMENTO HOME CARE. RECUSA INJUSTIFICADA. CLÁUSULA ABUSIVA. TRIBUNAL ESTADUAL ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA Nº 83 DO STJ. PRECEITOS LEGAIS NÃO PREQUESTIONADOS. SÚMULA Nº 282 E 356 DO STF. CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO LOCAL ACERCA DA NECESSIDADE DO TRATAMENTO PLEITEADO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2. Não se conhece de recurso especial se ausente o prequestionamento dos preceitos ditos violados, ainda que opostos embargos de declaração. Súmulas nºs 282 e 356 do STF. 3. O serviço de home care (tratamento domiciliar) constitui desdobramento do tratamento hospitalar contratualmente previsto que não pode ser limitado pela operadora do plano de saúde. (grifo nosso) Na dúvida, a interpretação das cláusulas dos contratos de adesão deve ser feita da forma mais favorável ao consumidor (REsp nº 1.378.707/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, DJe 15/6/2015). Aplicação da Súmula nº 83 do STJ. 4. A revisão das conclusões do acórdão recorrido acerca da necessidade do consumidor em receber o tratamento home care é obstado, na via especial, pela Súmula nº 7 do STJ.5. Agravo regimental não provido. (STJ, AgRg no AREsp 835018 / DF, 3ª Turma, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJ 02/02/2017). ISSO POSTO, fulcrado no que dispõem os art. 300 do Novo Código de Processo Civil, concedo a antecipação de tutela pleiteada para o fim de determinar que a promovida autorize e arque com os custos do tratamento da autora ANA CRISTINA QUEZADO SANTOS, ou seja, TRATAMENTO DOMICILIAR prescrito consoante às fl. 43 consistente em fisioterapia (20 sessões) domiciliar home care, pena de multa diária no valor de R$ 200, 00 ate o limite de R$ 5.000, 00. Tendo em conta que se trata de prestação continuativa, em observância ao Enunciado nº 2 da Jornada de Direito da Saúde do CNJ, determino que a parte autora apresente, semestralmente, a contar da ciência desta decisão, laudo médico apontando a situação da autora, a evolução do tratamento, a necessidade de continuidade da assistência domiciliar, sob pena de perda da eficácia da medida deferida. Em face do art. 334, caput do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação entre as partes. A parte ré deverá, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da audiência supra, informar, se for o caso, que não possui interesse na composição consensual, entretanto, a audiência somente será cancelada mediante recusa expressa de ambas as partes (art.334, §5º, CPC/2015). Os litigantes, igualmente, ficam cientes que o não comparecimento injustificado à audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 02% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor

da União ou do Estado (art.334, §8º, CPC/2015). Ficam ainda as partes cientes de que devem estar acompanhados de seus advogados ou defensor público, podendo ainda, fazer-se representar por preposto ou representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (NCPC, art.334, §§ 9º e 10º). Intimem-se as requeridas da presente decisão para integral cumprimento, servindo o presente decisum como mandado judicial. Intimações e expedientes necessários e urgentes.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº: 0013339-75.2019.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Assunto: Requerimento de Reintegração de Posse
Requerente: Rita de Cássia Soares
Requerido: Cicero
Valor da Causa: R$ 30.000,00

O(A) Dr(a). Francisco José Mazza Siqueira, Juiz(a) de Direito 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Rita de Cássia Soares, foi proposta uma ação de Reintegração / Manutenção de Posse, contra Cicero, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o Sr. CICERO, brasileiro, com endereço à Rua Parana, 118, Romeirao, CEP 63050-620, Juazeiro do Norte -CE, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Juazeiro do Norte/CE, 23 de julho de 2021.
Francisco José Mazza Siqueira
Juiz

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº: 0053079-16.2014.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Pagamento
Requerente: Maria Lucia Marinho Pinheiro
Requerido: Osmar Alves de Souza
Valor da Causa: R$ 0,00

O(A) Dr(a). Francisco José Mazza Siqueira, Juiz(a) de Direito 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Maria Lucia Marinho Pinheiro, foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível, contra Osmar Alves de Souza, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica INTIMADO o Sr. OSMAR ALVES DE SOUZA, brasileiro, natural de Conversão - CE, com endereço à RUA ALFREDO LEOPOLDO, 412, ALTO DO JUCÁ, CEP 63500-000, Iguatu - CE, para pagar o valor apurado pelo exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, em não se comprovando o pagamento junto a este Juízo, ser expedido mandado de penhora e avaliação com o acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação e também, de honorários de advogado de 10% (CPC, art. 523, § 1º) ou, em havendo pagamento parcial, sobre o valor remanescente, com a advertência de que, não havendo manifestação do executado, será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Juazeiro do Norte/CE, 23 de julho de 2021.
Francisco José Mazza Siqueira
Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR (OAB 16396/CE), ADV: NEI CALDERON (OAB 114904/SP) - Processo 0007720-04.2018.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a. - EXECUTADO: Industria de Calçados Via Beach Ltda e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que foi cumprida a decisão de folhas com relação as restrições do Renajud, retirada a de circulação e inseridas as de transferências. Cumpra-se a SEJUD a parte final da decisão paginas 116/117, adiante descrita: “De outra banda, defiro, também o pleito do exequente de f. 115 e determino que se expeça mandado de penhora e avaliação dos veículos identificados às f. 70/82 dos autos. Intimem-se as partes, por seus respetivos procuradores, via DJ, inclusive para que o exequente recolha as custas referentes à diligência de oficial de justiça. Prazo de 5 dias.”

ADV: VINICIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/AC) - Processo 0013856-80.2019.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Fundação de Crédito Educativo-fundacred - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que a SEJUD cumpra a parte final da decisão de folhas 78, adiante descrita: “Juntadas aos autos o resultado das pesquisas, abra-se vista ao exequente, por seu procurador, via DJ, para manifestação, em cinco dias.”

ADV: ALLAN XENOFONTE DE BRITO (OAB 16718/CE) - Processo 0046276-51.2013.8.06.0112 (apensado ao processo 0056504-51.2014.8.06.0112) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Intime-se o exequente, por seu procurador, via DJ, acerca da petição em fls. 634-635.

ADV: FRANCISCO WAGNER RIBEIRO CABRAL (OAB 5219/CE) - Processo 0050743-92.2021.8.06.0112 (apensado ao processo 0009063-98.2019.8.06.0112) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Cícero Coelho Estevam - Oportunizo ao embargante, por seu procurador, via DJ, manifestar-se acerca da impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, em se tratando de matéria unicamente de direito, voltem-me os autos conclusos para julgamento.

ADV: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (OAB 133406/MG), ADV: EDSON ALMINO FELIX FILHO (OAB 34540/CE), ADV: EMÍLIA FEITOSA BATISTA (OAB 35746/CE) - Processo 0051103-27.2021.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio Maurílio Feitosa da Silva - REQUERIDO: Multimarcas Consórcios (Multimarcas Adm. de Consórcio Ltda) - Suprema Intermediação de Vendas-ME (Felipe de Almeida Chaves) - Intime-se as partes, via procurador, para manifestar interesse em produzir provas em audiência em 5 dias, especificando-as e fundamentando a necessidade de sua produção, sob pena de indeferimento, de logo, intime-se o autor para apresentar replica a contestação. Havendo pedido de depoimento pessoal, advirta-se que seu não comparecimento importará em confissão, nos termos do §1º do art. 385 do CPC/15. Intimações e expedientes necessários.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0053749-54.2014.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: IRESOLVE COMPAHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINACEIROS S/A e outro - Realize-se pesquisa Infojud com o fito de encontrar as ultimas 05 declarações de Imposto de Renda da parte executada. Visto que não houve manifestação da parte executada quanto a impenhorabilidade dos valores bloqueados, determino que oficie-se a caixa econômica para transferência dos valores oriundos do bloqueio Sisbajud fls. 210-212 para a conta do requerente indicada às fls. 218. ID: 072021000015898272, no valor de R$ 186,31 (cento e oitenta e seis reais e trinta e um centavos) ID: 072021000015898280, no valor de R$ 103,69 (cento e três reais e sessenta e nove centavos) Totalizando um valor de R$ 290,00 (duzentos e noventa reais). Expedientes Necessários.

ADV: ANTONIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 22463/CE) - Processo 0055753-64.2014.8.06.0112 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Newland Veiculos Ltda - Já decorrido o prazo de suspensão solicitado, sem manifestação, determino a intimação do autor, via procurador, para em 5 dias da andamento no feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 23649-A/CE), ADV: FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA (OAB 24521-0/CE), ADV: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894/PE) - Processo 0000266-51.2010.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Coisas - EXEQUENTE: Banco Finasa Bmc S/A - Custas processuais recolhidas às páginas 04/09. Considerando a petição de página 101, intime-se a Parte Autora, por seus advogados, para, em 15 dias, (i) apresentar planilha atualizada do débito, com indicação de valores, datas, alíquotas e índices aplicados aos cálculos, e (ii) recolher as custas processuais referentes à fase de cumprimento de sentença, sob pena de indeferimento do pedido de cumprimento de sentença e arquivamento dos autos (art. 290, CPC).

ADV: FRANCISCO EVANDRO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 8340/CE) - Processo 0001123-60.2001.8.06.0000 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Distribuidora de Produtos Alimenticios Grande Vale Ltda - Informou a Parte Exequente às páginas 339/340 que a Caixa Econômica Federal realizou a transferência do valor principal de R$ 84.885,21, porém não transferiu os valores referentes à juros e correção monetária. A Parte Exequente apresentou cálculo à página 341/342 aplicando atualização monetária pelo IPCA e juros simples de 1% ao mês. Os valores depositados em conta judicial não sofrem a mesma atualização imposta por ocasião da sentença, utilizam a taxa Selic na forma simples para juros e atualização monetária. Assim os cálculos apresentados às páginas 341/342 podem estar em dissonância com o montante existente na conta judicial. Ainda não há informações por parte do Banco de quanto seria esse valor atualizado com a aplicação de juros e correção monetária e merece ser verificado. O ofício de página 319 foi recebido via Correios na Caixa Econômica Federal Agência 4030, conforme AR de página 328, porém não houve resposta. Indefiro o pedido de expedição de alvará requerido às páginas 339/340, tendo em vista a ausência de informações do montante devido. Oficie-se a Caixa Econômica Federal Agência 4030 no sentido de informar o valor total referente à aplicação de juros e correção monetária dos valores transferidos para a conta judicial centralizadora (ID nº. 4030.040.01741797-3), conforme documentos de páginas 253/254 e 280/290, para possibilitar o seu devido levantamento pela Parte Exequente. Na ocasião enviar em anexo cópia dos referidos documentos. Assinalo o prazo de 10 dias para resposta sob as penas da Lei, por se tratar de 2ª requisição dessas informações. O ofício expedido poderá ser enviado ser enviado via e-mail institucional para a Caixa Econômica Federal Agência 4030, providência a cargo do Gabinete de Vara.

ADV: HOMERO WELLINGTON BERNARDO ARAUJO (OAB 26312/CE), ADV: KAUE LUNA FONTES DE PAIVA QUEIROZ (OAB 32168/CE), ADV: JOAO PAULO DA ROCHA VIANA (OAB 34334/CE), ADV: ROBERTO DUARTE JUNIOR (OAB 2485/AC), ADV: MARINA BELANDII SCHEFFER (OAB 3232/AC) - Processo 0004553-13.2017.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Thiago Deivin Siava Costa - EXECUTADO: Ympactus Comercial LTDA - Por todo o exposto, EXTINGO DE OFÍCIO O PRESENTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, diante da incompetência absoluta deste juízo para o prosseguimento do presente cumprimento de sentença, nos termos do art. 64, § 1º, art. 924, III, do CPC, art. 6º, incisos II e III, da Lei nº 11.101/2005. Deverá a Parte Exequente promover a habilitação de seu crédito no quadro geral de credores nos autos da recuperação judicial. P. R. I. Após o trânsito em julgado deste decisório, arquivem-se os autos, dando-se baixa na estatística.

ADV: JOSE GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 7115/CE), ADV: SERGIO GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 2799/CE) - Processo 0004842-92.2007.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Industria de Calçados Gradvohl Ltda - R. H. Intime-se a Parte Exequente, por seu advogado (via DJ), para, em 15 dias, recolher as custas processuais referentes à fase de cumprimento de sentença, sob pena de indeferimento do pedido de cumprimento de sentença e arquivamento dos autos (art. 290, CPC). Expedientes necessários.

ADV: APARECIDO LEITE DE FIGUEIREDO (OAB 12464/CE), ADV: GWERSON JOCSAN QUEIROZ DE FIGUEIREDO (OAB 22776-D/CE), ADV: HIACY GWIMEL QUEIROZ DE FIGUEIREDO (OAB 21762/CE) - Processo 0051727-23.2014.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Paulo de Menezes Silva - A Parte Exequente não recolheu as custas devidas na fase de cumprimento de sentença. Intime-se a Parte Exequente, por seus advogados (via DJ), para, em 15 dias, (i) recolher as custas processuais referentes à fase de cumprimento de sentença, sob pena de indeferimento do pedido de cumprimento de sentença e arquivamento dos autos (art. 290, CPC), (ii) apresentar manifestação acerca da petição e documentos de páginas 237/241, e/ou (iii) requerer o que reputar de direito.

ADV: CICERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA (OAB 22078/CE) - Processo 0053811-84.2020.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: José Rigoberto Cardoso da Silva - R. H. Inconformada com o teor das sentenças de páginas 510/524, integrada pela de páginas 602/606, a Parte Promovida interpôs recurso de apelação (páginas 611/626), objetivando a reforma do decisório vergastado. Intime-se a Parte Autora, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, apresentar contrarrazões ao apelo de páginas 611/626. Havendo a interposição de apelação adesiva, intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo para contrarrazões, com ou sem estas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para fins de apreciação da pretensão recursal (art. 1.010, §3º, CPC/15). Expedientes necessários.

ADV: IGOR GOES LOBATO (OAB 307482/SP) - Processo 0056019-07.2021.8.06.0112 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Predileta - Empreendimentos e Participaçoes Ltda e outros - R. H. Recebo a inicial. Custas processuais recolhidas. De saída, excluo da planilha de débito o valor referente aos honorários contratuais, porquanto reputo indevidos em sede de ação de execução de título extrajudicial, cujo parâmetro a ser observado é o fixado no art. 827, caput, do Código de Processo Civil. Sobre o tema, colaciono ementa de acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO NA PLANILHA DE DÉBITO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Na ação de execução fundada em contrato de locação, mostra-se indevida a inclusão dos honorários advocatícios contratuais sobre o valor do débito exequendo, devendo a verba honorária ser fixada exclusivamente nos termos do art. 827 do CPC. 2. Os honorários contratuais previstos no artigo 62, inciso II, da Lei nº 8.245/91, somente podem ser exigidos do locatário inadimplente quando a cobrança do débito for realizada na via extrajudicial. 3. Se o locador buscar a tutela jurisdicional a fim de receber o seu crédito, os honorários advocatícios passam a ser regidos pelas normas previstas no Código de Processo Civil, especialmente pelo disposto em seu art. 827, o qual prevê expressamente que, nas execuções por quantia certa, "o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado". 4. Recurso conhecido e desprovido". (TJ/DF Agravo de Instrumento nº. 0708180-65.2018.8.07.0000, Relator Desembargador ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/02/2020). Nessa quadra, limito a execução ao valor de R$ 35.654,09 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos). De plano, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo (art. 827, caput, CPC). Citem-se as Partes Executadas,por mandado, para, no prazo de 03 dias, efetuarem o pagamento da dívida exequenda (R$ 35.654,09), bem como dos honorários advocatícios fixados neste ato, advertindo-as de que: (i) em caso de pagamento integral do débito no prazo legal, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, CPC); e (ii) dispõem do prazo de 15 dias para opor, se for de seu alvitre, Embargos à Execução, contados da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora, depósito ou caução (arts. 914, caput, e 915, caput, CPC). Expedientes necessários.

ADV: ISAAC COELHO BRINGEL (OAB 20715/CE) - Processo 0056022-35.2016.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Unicred Cariri - Cooperativa de Economia e Credito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde da Região do Cariri - A Parte Exequente não recolheu as custas devidas na fase de cumprimento de sentença. Verifico também excesso de execução nos cálculos apresentados às páginas 82/86, por haver incluído multa de 10% não estabelecida na sentença de páginas 68/71, além de honorários advocatícios sucumbenciais em 15%, possivelmente antecipando a aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC. Intime-se a Parte Exequente, por seus advogados (via DJ), para, em 15 dias, (i) recolher as custas processuais referentes à fase de cumprimento de sentença, sob pena de indeferimento do pedido de cumprimento de sentença e arquivamento dos autos (art. 290, CPC), (ii) apresentar planilha atualizada do débito sem constar multa de 10% e honorários sucumbenciais de 15%, devendo os honorários sucumbenciais se limitarem ao estabelecido na decisão de páginas 48/49 (5%), e/ou (iii) requerer o que reputar de direito.

Processo 0057492-28.2021.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Mariana Silva Luna Temóteo - REQUERIDO: Paraíso Educacional Sociedade Simples Ltda - Colégio Paraíso - R. H. Intime-se a Parte Promovida, por seus advogados (p. 103/105), para, em 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca do pedido de desistência de páginas 116, advertindo-a que seu silêncio acarretará a sua aceitação tácita, conforme inteligência do art. 485, § 4º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018A/CE), ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 84206-0/CE), ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189/CE) - Processo 0058028-15.2016.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Veículos - EXECUTADO: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - A Parte Autora é beneficiária da gratuidade da justiça desde a fase de conhecimento (p. 83/84). Recebo o pedido de cumprimento de sentença de páginas 269/273. Notifique-se a Parte Executada BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, por seu advogado, via DJ, para, em 15 dias, pagar o valor da condenação devidamente atualizado (R$ 40.793,15) sob pena de incidência de multa no importe de 10% do valor do débito e de novos honorários sucumbenciais no importe equivalente a 10% do valor do débito, bem como realização de penhora de bens (arts. 523, §§ 1º e 3º, CPC/15). Advirta-se à Parte Executada de que disporá do prazo de 15 dias para apresentação de impugnação ao pedido inicial, independentemente de penhora ou nova intimação, que se iniciará após o término do prazo para pagamento espontâneo (15 dias) e sem que este tenha ocorrido. Defiro o pedido de página 268 e, por conseguinte, autorizo o levantamento do valor destinado à Parte Autora por seus Advogados, uma vez que os mesmos possuem poderes especiais para recebimento de valores (vide procuração de páginas 19/24). Expeça-se alvará autorizativo da transferência do valor de R$ 4.031,86 e atualização, depositado à página 68 (ID nº. 040003200021605200 e conta judicial nº. 0032 040 01502776-0), para a conta bancária de titularidade da ML SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA (CNPJ: 61.379.046/0001-58), qual seja: Banco: Bradesco 237, Ag: 0099, Conta Corrente: 300143-1. Empós, proceda o Gabinete deste Juízo ao envio de e-mail do alvará na forma indicada na Portaria TJ/CE nº. 557/2020 (DJ 02.04.2020).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº 0043489-83.2012.8.06.0112
Classe Assunto Execução Fiscal - Dívida Ativa
[Tipo Completo da
Parte Ativa Principal]
Fazenda Publica Estadual e outro
Exequido Rodoviario Ramos Ltda e outro
Valor da Causa R$ 233.997,17
Citando(a)(s): Rodoviario Ramos Ltda
RODOVIARIO RAMOS LTDA, CNPJ 25.100.223/0085-60
Rua Francisco Martins de Souza. Nº 345, Lagoa Seca, CEP 63.041-690,Juazeiro do
NorteEndereço
Certidões de Dívida Ativa: nº 2010.07193, nº 2012.38595-8, nº 2011.06955, 2011.06957, nº
2012.03218, nº 2012.07930, nº 2012.37355. Valor do Débito: R$ 233.997,17. Data do
Cálculo: 13/11/2012.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento da dívida exequenda (acrescida de juros, multa de mora e demais encargos previstos na(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa) e os honorários advocatícios arbitrados ou garantir a execução (art. 8º, caput, da Lei nº. 6.830/80) através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias. Fica advertida que, em caso de pagamento integral do débito no prazo legal, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 652-A, parágrafo único, CPC c/c art. 1º, Lei nº. 6.830/80).

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Juazeiro do Norte/CE, em 08 de junho de 2021.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº 0004478-71.2017.8.06.0112
Classe Assunto Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Exequente Municipio de Juazeiro do Norte e outro
Executado Maria Audenora Bezerra de Sousa
Tipo Completo do
Representante Legal
Selecionado <<
Informação
indisponível >>
Valor da Causa R$ 354.723,00

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA INTIMADO a executada Maria Audenora Bezerra de Sousa para no prazo de 15 dias, pagar as custas processuais devidas, no importe de R$ 902,34 (novecentos e dois reais e trinta e quatro centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado do Ceará, bem como registro no sistema Serajud.

CUMPRA-SE.
Juazeiro do Norte/CE, em 13 de maio de 2021.
Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº 0068829-87.2016.8.06.0112
Classe Assunto Execução Fiscal - Dívida Ativa
Exequente Municipio de Juazeiro do NorteExequido Meiriane Andrade Leite Vasconcelos
Tipo Completo do
Representante Legal
Selecionado <<
Informação
indisponível >>
Valor da Causa R$ 11.788,98

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA INTIMADA a executada Meiriane Andrade Leite Vasconcelos para, no prazo de 15 dias, pagar as custas processuais devidas, no importe de R$ 1.746,97 (mil setecentos e quaresta e seis reais e noventa e sete centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado do Ceará, bem como registro no sistema Serajud. CUMPRA-SE.

Juazeiro do Norte/CE., em 13 de maio de 2021.

Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 10 DIAS)
Processo nº: 0054815-59.2020.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Desapropriação
Assunto: Desapropriação
Requerente: Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará -
PGE
Requerido: Espólio de Samuel Antônio do Nascimento, representado por
João Antônio do Nascimento
Valor da Causa: R$ 22.400,00

O(A) Dr(a). Renato Esmeraldo Paes, Juiz(a) de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação por nomeação legal, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação de Desapropriação de imóvel situado no Bairro Horto, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, com uma área total de 828,56m². Uma área de terra, cuja descrição consta da poligonal a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro, compreendendo uma área de 828,56m², terreno integrante do Espólio de Samuel Antônio do Nascimento, no vértice V19, de coordenadas N 9205906,9991m e E 464136,5007m; deste segue com distância de 13,83m, confrontando neste trecho com terrreno de Sebastião Araújo até o vértice V20, de coordenadas N 9205920,6032m e E 464134,0157m; deste segue com distância de 103,57m, confrontando neste trecho com terreno pertencente ao proprietário até o vértice V22, de coordenadas N 9205992,9428m e E 464059,8963m; deste segue com distância de 13,83m, confrontando neste trecho com terreno de Maria Alacoque Bezerra até o vértice V21, de coordenadas N 9205979,3387m e E 464062,3813m; este segue com distância de 103,57m, confrontando neste trecho com o terreno pertencente ao proprietário até o vértice V19, de coordenadas N 9205979,3387m e E 464062,3813m. Todas as coordenadas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro no DATUM Sirgas 2000 Zona 24 Sul, no plano de projeção do tipo UTM. Área avaliada para desapropriação: 828,56m². Por isso foi expedido o presente EDITAL, para conhecimento de terceiros, com prazo de (10) dez dias, conforme determina o art. 34, caput, do Decreto Lei nº 3.365/1941. CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Juazeiro do Norte/CE, em 21 de maio de 2021.
Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº 0003639-03.2004.8.06.0112
Classe Assunto Execução Fiscal - Dívida Ativa
[Tipo Completo da
Parte Ativa Principal]
Fazenda Pública Estadual e outro
Executado Transecon-transportes Multimodais e Logistica Ltda e outros
Valor da Causa R$ 11.707,84
Citando(a)(s): Carla Matos de Alencar Ribeiro
CARLA MATOS DE ALENCAR RIBEIRO, CPF 676.870.673-04
Rua Monsenhor Coelho, 70 - CEP 63500-000, Iguatu-CE
Certidão de Dívida Ativa: nº 2002.12082
Valor do Débito: R$ 11.707,84. Data do Cálculo: 16/12/2003.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento da dívida exequenda principal, com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir(em) juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Juazeiro do Norte/CE, em 08 de junho de 2021.
Matheus Pereira Junior
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: PAULO RENAN FELIX ALVES DE SOUSA (OAB 30737/CE) - Processo 0008557-25.2019.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Wesley Keruak da Silva Gonçalves - DISPOSITIVO. Por todo o exposto, e considerando o mais que consta dos fólios, JULGO IMPROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO e, por conseguinte, extingo o processo com julgamento de mérito, nos moldes do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a Parte Autora ao pagamento das custas processuais e de honorários de sucumbência apenas à Parte Promovida DETRAN/CE, que arbitro no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) (art. 85, §8º, CPC). Correndo o processo à revelia da Parte Promovida DEMUTRAN de Juazeiro do Norte (CE), não há condenação em honorários advocatícios sucumbenciais. Em razão de ser a Parte Autora beneficiária da gratuidade da justiça (p. 08), declaro a suspensão da exigibilidade da condenação nos ônus da sucumbência pelo prazo de 05 anos, a qual poderá ser afastada se o credor demonstrar que a situação de insuficiência financeira que justificou a concessão do benefício deixou de existir (art. 98, §3º, CPC/15). P. R. I. C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO VERAS SENA (OAB 12856/CE) - Processo 0009370-86.2018.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - O AR de página 70 retornou com resultado “Não Procurado”, não logrando êxito na intimação da Parte Executada. Intime-se a Parte Autora, por intermédio de seu advogado (Dr. Francisco Veras Sena - OAB 12.856/CE), para, em 15 dias, recolher as custas das diligências dos oficiais de justiça (01 diligência), com a finalidade de possibilitar a expedição de mandado de notificação da Parte Executada no endereço indicado na exordial.

Processo 0010125-71.2022.8.06.0112 - Embargos à Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Jose Erivanio Sobreira dos Santos - R. H. Apense-se aos autos da Ação de Execução Fiscal nº. 4522-90.2017.8.06.0112. Intime-se a Parte Embargante, por intermédio de seu advogado, para, em 15 dias: (i) emendar a inicial, especificamente para (i.1) comprovar a garantia do Juízo, na forma do art. 16, §1º, da Lei nº. 6.830/80, e (i.2) qualificar e requerer a citação da Parte Embargada, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, p. único, CPC), e (ii) fazer prova da alegada hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade da justiça. Expedientes necessários.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0053534-34.2021.8.06.0112 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Por todo o exposto, EXTINGO O PRESENTE FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos moldes do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil de 2015. Condeno a Parte Autora ao pagamento das custas processuais, que já foram recolhidas às páginas 28/35. Determino o recolhimento do mandado de busca e apreensão de página 38 sem cumprimento. P. R. I. Certifique-se o trânsito em julgado deste decisório, haja vista a ausência de interesse recursal da Parte Autora, e arquivem-se os autos.

ADV: FELIPE NOBREGA FRANKLIN (OAB 22850/CE), ADV: IVO SILVA DE CARVALHO (OAB 26761/CE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE), ADV: THIAGO ARAUJO GOMES DA SILVA (OAB 40344/CE), ADV: ABELARDO JOSE DE OLIVEIRA JORGE (OAB 40338/CE) - Processo 0055912-36.2016.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Veículos - EXEQUENTE: Romerito dos Santos Barbosa - EXECUTADO: Itau Unibanco Veiculos Administradora de Consorcios Ltda - Cogita-se de PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ajuizado por Romerito dos Santos Barbosa em desfavor do Itau Unibanco Veiculos Administradora de Consorcios Ltda, por meio do qual tenciona a satisfação da condenação da Parte Executada ao pagamento do valor de R$ 2.774,80. Notificada regularmente (p. 172), a Parte Executada não quitou o débito e nem apresentou impugnação ao cumprimento de sentença. Diante da recalcitrância da Parte Executada em pagar o débito em que condenada, APLICO-LHE A MULTA DE 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO EXECUTADO E FIXO HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO MESMO PATAMAR, conforme autoriza o art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. A Parte Executada apresentou comprovante de depósito em conta judicial no valor de R$ 2.858,94 (p. 176). A Parte Exequente requer às páginas 179/180 o levantamento do valor depositado e a penhora online do complemento do valor com multa e novos honorários. O valor indicado pela Parte Executada (R$ 3.357,50) está equivocado, o atual valor do débito é R$ 3.329,76, conforme a seguinte tabela: Débito executadoR$ 2.774,80 Multa 10%R$ 277,48 Honorários 10%R$ 277,48 TotalR$ 3.329,76 Assim o valor remanescente do débito é R$ 470,82 (R$ 3.329,76 - R$ 2.858,94). Intime-se a Parte Executada, por seu advogado, via DJ, para, em 15(quinze) dias, recolher o valor remanescente do débito (R$ 470,82), sob pena de início dos atos constritivos no cumprimento de sentença. Cumpra-se in totum o despacho de página 170 e “Expeça-se alvará autorizativo da transferência a integralidade do valor depositado às páginas 84/85 (ID nº. 081090000001613900), com seus acréscimos legais, para a conta bancária de titularidade da Parte Autora (ITAÚ UNIBANCO S.A. - CNPJ nº. 60.701.190/0001-04), qual seja: Banco Itaú, agência nº. 1000, conta corrente nº. 45023-7. Empós, proceda o Gabinete deste Juízo ao envio de e-mail do alvará na forma indicada na Portaria TJ/CE nº. 557/2020 (DJ 02.04.2020).”. Expeça-se alvará autorizativo da transferência a integralidade do valor depositado à página 176 (ID nº. 040003200022201030 e conta judicial nº 0032 040 01519501-9), para a conta bancária de titularidade de Abelardo José de Oliveira Jorge (CPF: 895.315.823-00), qual seja: BANCO DO BRASIL (001), Agencia nº 0094-9, Conta Corrente nº 20.569-9. Empós, proceda o Gabinete deste Juízo ao envio de e-mail do alvará na forma indicada na Portaria TJ/CE nº. 557/2020 (DJ 02.04.2020).

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 27567A/CE) - Processo 0057920-10.2021.8.06.0112 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - III DISPOSITIVO. Pelas razões escandidas, EXTINGO O PRESENTE FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos moldes do art. 485, I, c/c arts. 320 e 321, caput e parágrafo único, todos do Código de Processo Civil, haja vista o indeferimento da petição inicial, decorrente da ausência de comprovação da mora da Parte Promovida (art. 2º, §2º, do Decreto-Lei nº. 911/69). P. R. I. Formada a coisa julgada, dê-se baixa do feito na distribuição e remetam-se os autos ao arquivo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0058265-73.2021.8.06.0112 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Por todo o exposto, EXTINGO O PRESENTE FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos moldes do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil de 2015. Custas processuais recolhidas. P. R. I. C. Certifique-se o trânsito em julgado desta sentença, haja vista a ausência de interesse recursal da Parte Autora e arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística.

ADV: MARIA GEANNE BARROS DE CARVALHO (OAB 45146/CE) - Processo 0200533-19.2022.8.06.0112 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Maria Laissa Lacerda Moreira - R. H. Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, para, em 15 dias, emendar a inicial, sob pena de seu indeferimento, especificamente para: (i) qualificar todos os confinantes do imóvel usucapiendo e indicar o endereço preciso dos mesmos (art. 319, II, CPC15); e (ii) acostar aos autos cópia de certidões de registro imobiliário do imóvel usucapiendo (positiva ou negativa) emitida pelos Cartórios do 2º e do 5º Ofícios desta Comarca qua contenham as seguintes descrições - (ii.1) Rua Luiz de Freitas, 558, Triângulo, Juazeiro do Norte (CE) e (ii.2) Lotes 09 e 10, da Quadra “T”, do Loteamento Parque Planalto III, Juazeiro do Norte (CE). Expedientes necessários.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DEJUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0068714-66.2016.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Exequente: Municipio de Juazeiro do Norte
Exequido: Maria Meirilandia de Anrade Leite
Valor da Causa: R$ 2.295,93

O(A) Dr(a). Renato Esmeraldo Paes, Juiz(a) de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA(M) INTIMADO(S) Maria Meirilandia de Anrade Leite, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas devidas, no importe de R$ 331,531 (conforme cálculo efetuado nos termos do Provimento nº 02/2021 da CGJCE). Advirta-se, no azo, que o não pagamento culminará no encaminhamento do débito para inscrição na dívida ativa do Estado do Ceará, bem como registro no sistema Serajud. CUMPRA-SE.

Juazeiro do Norte/CE, em 22 de junho de 2021.
Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº: 0064545-36.2016.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente: Ivete de Sa Barreto
Requerido: Loja Multi Facil Ltda Me e outro
Valor da Causa: R$ 10.388,00

O(A) Dr(a). Renato Esmeraldo Paes, Juiz(a) de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Ivete de Sa Barreto, foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível(Rescisão Contratual C/C Restituição de Valor, Indenização por Danos Morais e pedido de Antecipação de Tutela), contra Loja Multi Facil Ltda Me e outro, encontrando-se a primeira promovida em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADA a LOJA MULTI FACIL LTDA ME, CNPJ nº13.052.241/0001-26, inscrição estadual nº06.420877-0, com endereço em lugar incerto e não sabido, com a advertência de que, não havendo contestação, no prazo de 15(quinze) dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. FICA, ainda, INTIMADA a promovida LOJA MULTI FACIL LTDA ME do inteiro teor da decisão interlocutória de fls.65/67 que deferiu parcialmente o pedido cautelar, conforme adiante transcrito: "...Pelas razões expendidas, DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO CAUTELAR, DE FORMA LIMINAR, PARA DETERMINAR A INDISPONIBILIDADE DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA PROMOVIDA MULTI FÁCIL LTDA - ME ATÉ O LIMITE DE R$ 5.194,00 (total dos danos materiais requeridos na proemial). Para o cumprimento deste decisório, determino a adoção das seguintes providências: a) o bloqueio das contas bancárias da empresa Promovida, por intermédio do sistema SISBAJUD; b) inclusão de restrição de intransferibilidade de veículos registrados em nome da empresa Promovida pela via RENAJUD; e c) ofício aos Cartórios de Registro de Imóveis de Juazeiro do Norte (CE), requisitando-lhes o registro de indisponibilidade na matrícula de imóveis de propriedade da empresa Promovida...".

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.
Juazeiro do Norte/CE, 24 de junho de 2021
Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº 0005595-29.2019.8.06.0112
Classe Assunto Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
[Tipo Completo da
Parte Ativa Principal]
Procuradoria Geral do Município de Juazeiro do Norte
Executado Maria Concebida Soares dos Santos
Valor da Causa R$ 0,00
Citando(a)(s): Maria Concebida Soares dos Santos
MARIA CONCEBIDA SOARES DOS SANTOS, CPF 434.033.103-10
Rua Beata Maria de Araujo, 419, Romeirao - CEP 63050-720, Juazeiro do Norte-CE
Certidão de Dívida Ativa: nº 1602018. Valor do Débito: R$ 2.056,18. Data do Cálculo:
25/01/2019.
Débito Tributário: IPTU. Período de Apuração: 2014, 2015, 2016 e 2017. Imóveis de
inscrição nº. 0001018595 e 0000011738.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do

transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios arbitrados em 10% e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias. Fica advertido de que em caso de pagamento integral do débito no prazo legal, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 652-A, parágrafo único, CPC c/c art. 1º, Lei nº. 6.830/80).

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Juazeiro do Norte/CE, em 20 de julho de 2021.
Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº: 0004286-41.2017.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Exequente: Municipio de Juazeiro do Norte
Executado: Patrícia Rodrigues da Cruz
Valor da Causa: R$ 8.730,26

O Dr. Renato Esmeraldo Paes, Juiz de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação Execução Fiscal, promovida pelo Município de Juazeiro do Norte em desfavor de Patrícia Rodrigues da Cruz. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica INTIMADA a parte em menção PATRÍCIA RODRIGUES DA CRUZ, inscrita no CPF sob o Nº 39271382315, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas devidas, no importe de R$ 711,091 (conforme cálculo efetuado nos termos do art. 399 e seguintes, do Código de Normas Judiciais - Provimento nº 02/2021/CGJCE). Advirtindo-se, no azo, que o não pagamento culminará no encaminhamento do débito para inscrição na dívida ativa do Estado do Ceará, bem como registro no sistema Serajud. CUMPRA-SE. Juazeiro do Norte/CE, em 29 de julho de 2021.

Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº: 0003732-63.2004.8.06.0112
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Exequente: Fazenda Pública Estadual e outro
Executado: Farias e Viturino Ltda e outros
Valor da Causa: R$ 16.035,28

O Dr. Renato Esmeraldo Paes, Juiz de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, por nomeação legal, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por parte da Fazenda Pública Estadual, foi proposta uma ação de Execução Fiscal - Dívida Ativa, em desfavor de FARIAS E VITURINO LTDA E OUTROS. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual FICA INTIMADO, FARIAS E VIRTURINO LTDA, CNPJ: 00.606.960/0001-08, com endereço na Rua São Pedro, 1899, Centro, Juazeiro do Norte-CE., para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas devidas, no importe de R$ 1.822,28 (conforme cálculo efetuado nos termos do art. 399 e seguintes, do Código de Normas Judiciais - Provimento nº 02/2021/CGJCE). Advirtindo-se, no azo, que o não pagamento culminará no encaminhamento do débito para inscrição na dívida ativa do Estado do Ceará, bem como registro no sistema Serajud. CUMPRA-SE.

Juazeiro do Norte/CE, em 30 de julho de 2021.
Renato Esmeraldo Paes
Juiz de Direito

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: LIBERALINA MARIA SOARES CANDIDO (OAB 33529/CE), ADV: MARIA JÉSSICA DOS SANTOS (OAB 38749/CE) - Processo 0050882-78.2020.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.F.S. e outro - R.h

Intime-se a parte autora, por seus procuradores, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, demonstre interesse na continuidade do feito e informe o endereço atualizado da parte acionada ou requeira o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JOAO AUGUSTO CRUZ VIEIRA DA CUNHA (OAB 3538/CE), ADV: NAYARA NAGLE CARVALHO FERNANDES (OAB 29394/CE), ADV: GABRIELLA MOURA DE FARIAS (OAB 30534/CE), ADV: WILLIANE SOUSA TENÓRIO (OAB 35462/CE) - Processo 0106607-28.2015.8.06.0112 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: A.L.N.M. - R. H. INTIME-SE a parte exequente, pessoalmente, para, no 05 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, informando se o débito alimentar foi adimplido integralmente e, em caso de resposta negativa, apresentar planilha atualizada do débito, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, §1º, do CPC. INTIME-SE a parte executada, por seu advogado, para, também no prazo de 05 dias, manifestar interesse na continuidade do feito, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: ISABELA MARIA BEZERRA COSTA (OAB 46603/PE), ADV: ISABELA MARIA BEZERRA COSTA (OAB 46603/PE) - Processo 0005180-46.2019.8.06.0112 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: Cicero Isnard Sobreira Dantas - TERCEIRO: H.S.D. - R. H. Cumpre-me sanear o feito para que tenha sua regular tramitação. Desse modo, considerando a existência de pendência processual referente a apresentação de oposição nas pp. 53/62 e 143, passo a analisá-la nos termos a seguir: Trata-se de oposição apresentada no bojo dos presentes autos, sem atendimento aos requisitos apontados no art. 683, caput e parágrafo único, do CPC, o que por si só já impediria o seu conhecimento. Acrescente-se ainda que a oposição não é a via adequada para que o interessado em exercer a curatela pleiteie a atribuição de curador para si, já que na ação de interdição, feito de jurisdição voluntária, não há controvérsia sobre a titularidade da coisa ou do direito. Nesse sentido, há ampla jurisprudência para ilustrar o disposto acima: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - OPOSIÇÃO - AÇÃO DE INTERDIÇÃO - AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA - LEGITIMIDADE PARA EXERCER A CURATELA - INTERVENÇÃO DE TERCEIRO - ARTIGO 56 DO CPC/73 - NÃO CABIMENTO. 1. Na ação de interdição não há controvérsia sobre a titularidade de coisa ou direito, a autorizar o manejo de oposição nos termos do artigo 56 do Código de Processo Civil de 1973. A ação de interdição é procedimento de jurisdição voluntária utilizado para averiguar se um indivíduo está incapacitado para a prática dos atos da vida civil. 2. A definição a quem, entre todos os interessados, deve ser atribuída a curatela é matéria a ser decidida nos próprios autos da ação de interdição. (TJMG - Apelação Cível 1.0313.15.026302-5/001, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/12/2016, publicação da súmula em 25/01/2017) Julgamento antecipado. Possibilidade. Princípio do livre convencimento motivado. Dilação probatória despicienda. Cerceamento de defesa inocorrente. Pretendida nulidade do julgado que requer a identificação em concretude de prejuízo processual. Aplicação do adágio pas de nullité sans grief. Prejuízo não demonstrado. Preliminar rejeitada. Oposição em ação de interdição. Inadmissibilidade. Procedimento de jurisdição voluntária. Ausência de conflito de interesses entre as partes. Intervenção de terceiro que se afigura descabida. Pretensão do opoente de ser nomeado curador. Inadequação da via processual eleita. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJSP; Apelação Cível 0000834-90.2011.8.26.0204; Relator (a): Rômolo Russo; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de General Salgado - Vara Única; Data do Julgamento: 30/04/2015; Data de Registro: 30/04/2015) INTERDIÇÃO Oposição - Falta de interesse de agir, por inadequação da via eleita - Discordância dos opoentes quanto à curadora nomeada - Ausência de controvérsia entre as partes - Intervenção de terceiro que não se aplica - Extinção do feito confirmada (art. 267, VI do CPC) - Aplicação do disposto no art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 0002671-20.2010.8.26.0495; Relator (a): Elcio Trujillo; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Privado; Foro de Registro - 2ª. Vara Judicial; Data do Julgamento: 11/06/2013; Data de Registro: 13/06/2013) Diante do disposto acima, deixo de conhecer a oposição manejada nos presentes autos, sem prejuízo da verificação de quem poderá melhor exercer a função de curador da interditanda quando da análise das provas durante o julgamento do mérito. Prosseguindo-se com a fase instrutória, já que não foram apresentadas preliminares na contestação e não há outras pendências processuais a serem resolvidas, designo audiência de instrução para o dia 25 de abril de 2022, às 11h, ocasião em que serão ouvidas as testemunhas quanto aos fatos apontados na exordial. Intimem-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 dias, o rol de testemunhas, sob pena de preclusão, devendo as testemunhas ser intimadas pelos próprios arrolantes para comparecerem a audiência, nos termos do art. 455, caput, do CPC. Intimem-se ainda a parte autora e a Curadoria Especial para comparecerem a audiência. Intime-se o "opoente", autor do petitório juntado na p. 143 acerca da decisão supra. Ciência ao Ministério Público.

ADV: JULIO MARIUDEDITH SARAIVA ALVES (OAB 8811/CE), ADV: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHAES (OAB 16650/CE), ADV: SEVERINO SARAIVA CAVALCANTE (OAB 29363/CE), ADV: CELYANE MARIA CRUZ MACEDO (OAB 37857/CE) - Processo 0107940-15.2015.8.06.0112 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: E.L.D. - R. H. Tendo em vista que não consta no expediente juntado na p. 71 a advertência quanto a extinção do feito, sem resolução do mérito, ou qualquer indicação de que tenha sido acompanhado do despacho proferido na p. 65, deixo de analisar a possibilidade de extinguir prematuramente o feito. Considerando que o executado apresentou justificativa nas pp. 43/45, seja ele INTIMADO, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, atualizar seus dados cadastrais e tomar conhecimento do conteúdo dos despachos proferidos nas pp. 55 e 65 e do petitório juntado nas pp. 57/60. Decorrido o prazo acima, INTIME-SE a parte exequente, pessoalmente e através da Defensoria Pública, para informar se houve o adimplemento da obrigação alimentar e, em caso de resposta negativa, apresentar planilha atualizada do débito.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: MILTON CORREIA DE ALMEIDA (OAB 22660/CE) - Processo 0054979-87.2021.8.06.0112 - Procedimento Comum

Cível - FGTS - REQUERENTE: Cicera Teodozia da Silva - Compulsando os autos, verifica-se que a autora alega ser companheira, contudo, não juntou aos autos documentos que comprovem a legitimidade para promover a presente ação. Neste sentido, determino a intimação da autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos documentos que comprovem a legitimidade para promover a presente ação, no caso, declaração ou sentença que reconheça a união estável entre as partes, sob exclusão da parte do polo ativo da demanda. Intime-se (DJE).

ADV: MARCOS VINICIUS DIAS CARVALHO (OAB 8213/TO) - Processo 0055588-70.2021.8.06.0112 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.V.S.D.C. - Cuida-se de ação, na qual o autor manifestou o desinteresse na continuidade do feito, conforme petição de p. 37. É o relatório. Decido. O pedido de desistência no procedimento ordinário caracteriza-se pela necessidade de concordância da parte requerida para gerar os efeitos legais, conforme previsto no artigo 485, § 4º, do Código de Processo Civil. Registre-se, contudo, que o pedido do autor foi apresentado antes da contestação, tornando desnecessária, portanto, qualquer declaração que não seja do próprio autor para homologação da desistência. Inexiste prejuízo as partes e óbices a extinção do processo pela desistência, com fundamento no art. 485, VIII , do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VIII - homologar a desistência da ação; Diante do exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, extinguindo o feito sem julgamento de mérito (art. 485, VIII, CPC). Condeno o autor ao pagamento das custas processuais na forma do art. 90, do CPC, obrigação com exigibilidade suspensa diante da concessão da justiça gratuita. Sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se o processo. Intime-se (DJE).

ADV: MARIA VALDILANIA BEZERRA VIANA (OAB 9375/CE), ADV: JOÃO BOSCO RANGEL JUNIOR (OAB 29593/CE) - Processo 0120988-15.2017.8.06.0001 (apensado ao processo 0007686-92.2019.8.06.0112) - Interdição/Curatela - Nomeação - CURATELANDO: J.L.A.A.J. - TERCEIRO: J.L.A.A. e outros - Cuidam os presentes de Ação de Interdição, em trâmite deste o ano de 2017, no qual, após análise acurada dos autos, removeu-se a Curadora Provisória/Genitora, a Sra. Maria Valdilania Bezerra Viana e nomeou-se o Genitor, José Liberlandio Alves de Albuquerque (decisão de pp. 2727/2731). Às pp. 2732/2735 sobreveio pedido de medida cautelar de em nome do atual curador, acima indicado, pugnando por adoção de medidas inibitórias, com ordem de afastamento e multa diária, em face da Sra. Maria Valdilania. Alegou em favor de sua pretensão incidental, que após a antiga curadora tomar ciência de sua remoção, passou a importunar "de maneira grave e criminosa, a vida do peticionante e de sua genitora, a senhora FILOMENA ALVES, e, de ricochete, causando severa instabilidade emocional na vida do interditando". Aduz, ainda, que a Sra Valdilânia "vem propalando verdadeiro terror na vida do peticionante, vociferando publicamente inverdades acerca de sua atuação profissional". Às pp. 2736/2739, a Sra. Maria Valdilania, apresentou pedido de reconsideração quanto a sua remoção, sob o pálio de que o conflito existente entre Maria Valdilania e Liberlandio Júnior decorre do desejo deste ultimo em viver de forma desregrada (dependência ao uso de entorpecentes há longos anos), enquanto aquela busca sua reabilitação. Alega portanto, ser a pessoa mais adequada para exercer o encargo de curadora de seu filho, posto que ao longo de muitos anos sempre proveu de forma adequada todas as necessidades daquele, inclusive tratamento de saúde, até mesmo internações involuntárias. Aduz, que o curador de escolha deste juízo (genitor) não seria o mais indicado, posto que há indícios de alienação parental praticada pelo mesmo em relação ao Interditando, em evidência abandono durante todos esses anos e, não tem condições de velar pelo interesses do filho, devido a sua intensa rotina de trabalho. Por fim, alega da impossibilidade do genitor ser o curador do Interditando, ao passo que lhe é devedor de alimentos, estando ações de cumprimento de sentença em andamento. Pugnou ao final, pelo restabelecimento da genitora ao cargo de curadora e, subsidiariamente pela designação de audiência, a fim de que o Interditando possa indicar nome de terceira pessoa para exercer sua curatela. É o relato do necessário. Segue decisão. Prima facie, tenho que o pedido de pp. 2732/2735 não goza de possibilidade jurídica dentro destes autos, uma vez que busca o resguardo da paz, tranquilidade e reputação profissional da avó paterna e genitor do Interditando, ora Curador Provisório. Referidos assuntos devem ser objeto de ação própria, no juízo comum, razão pela qual deixo de acolher tal súplica. Respeitante do pedido de reconsideração apresentado às pp. 2736/2739, de logo se diga que a decisão de pp. 2727/2731 não merece reproche. A uma porque levou-se em consideração pedido/manifestação veementemente expressa pelo Interditando quando sua entrevista (p. 2485), quando afirmou que indicaria seu avó materno, Roldão Bezerra Viana, para sua curatela, mas estando este impossibilidade pela idade e problemas de saúde, desejava ficar na guarda e proteção de seu genitor, atual curador, nomeado às pp. 2727/2731. Portanto, levou-se em consideração a vontade do Interditando, além de inúmeros estudos sociais e psicossociais já colacionados aos autos. Ademais, o fato de transcorrer execução de alimentos contra o atual curador, não é fato impeditivo para que o mesmo exerça a curatela do Interditando, uma vez que a obrigação findou em agosto do ano em curso e, sobre o débito alimentar em atraso, já existe penhora de valores suficientes à satisfação do crédito alimentar. De outra banda, referido valor somente não foi liberado em favor do Interditando, em decorrência da divergência em quem será o curador definitivo daquele e, porque existem dívidas contraídas pela antiga curadora durante o seu exercício e em favor do Interditando que deverá ser descontado/levantado. Posto isto, mantenho na íntegra a decisão vergastada, pelas próprias razões ali deduzidas. E, ainda, no interesse de ouvir o atual entendimento e, após experenciar dias/mês em companhia de seu genitor e na qualidade de curador provisório, determino o agendamento de audiência para nova oitiva do Interditando, especificamente para que reitere a indicação de seu pai como seu curador ou para decline nome de terceira pessoa de sua confiança. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: KEILA TEIXEIRA DA SILVA (OAB 23034/CE) - Processo 0053691-07.2021.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria da Paz de Oliveira Duarte e outro - LAYLLA THAYNÁ SANTOS DUARTE, representado por MARIA DA PAZ DE OLIVEIRA DUARTE, qualificado nos autos, ajuizou o presente pedido de Alvará, alegando para tanto que são herdeiras do de cujus JOSÉ ERMESON SANTOS PEREIRA, falecido no dia 31 de Janeiro de 2020, objetivando sacar valores existentes em nome do falecido, junto a Caixa Econômica Federal, bem como a liberação para transferência do veículo POE7346, HONDA CG 160 TITAN. Às pp. 23/24 consta informações da Caixa Econômica Federal acerca de valores existentes em nome do de cujus referentes ao FGTS. Este é o breve relatório. Decido. O pedido autônomo de expedição de alvará judicial somente é cabível quando, inexistindo outros bens a serem partilhados, existirem valores deixados pelo de cujus que não forem utilizados, tendo seu fundamento jurídico no artigo 666, do CPC, o qual estatui que "independerá de inventário ou de arrolamento o pagamento dos valores previstos na Lei no 6.858, de 24 de novembro de 1980". Estatui o art. 1º da Lei 6.858/80 que os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, ou na forma prevista na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. O art. 2º da referida lei admite o mesmo procedimento em

relação os saldos bancários e de poupanças, de valores correspondentes até 500 OTNS. Portanto, o pedido de alvará judicial constitui mera autorização para o recebimento de valores, não implicando determinação de pagamento. Ou seja, o alvará tem o condão de legitimar o recebimento dos valores que estiverem eventualmente disponíveis aos herdeiros, ou pessoa habilitada; no caso, a herdeira viúva. Restou comprovada a alegação da Requerente através da documentação acostada aos autos, bem como a legitimidade para pleitear a expedição de alvará. Verifico, também, que o valor disponível para resgate, referente à cotas do consórcio, é inferior ao limite legal de 500 OTN. Ressalvo expressamente direitos de terceiros não citados para o processo ou de eventuais interessados não mencionados, aplicando-se o disposto no art. 553 do CPC e respectivas sanções. ISTO POSTO, considerando a documentação apresentada, JULGO PROCEDENTE o pedido, autorizando a expedição de ALVARÁ em nome de MARIA DA PAZ DE OLIVEIRA DUARTE, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG 20089420840 e CPF 077.869.373-23, residente e domiciliada na Rua Raimundo Ferreira Duarte, n.º 78, Bairro Caritê , habilitando-a a sacar os valores indicados às pp. 23/24 depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL referente a conta vinculada ao FGTS, de titularidade do Sr. JOSÉ ERMESON SANTOS PEREIRA, CPF: 071.890.063-46; cabendo aos Promoventes, a responsabilidade civil e criminal pelo alegado e pelo numerário levantado. Autorizo ainda a transferência do veículo POE7346, HONDA CG 160 TITAN, junto ao DETRAN/CE. Sem custas, tendo em vista a gratuidade judiciária deferida. Pelo princípio da economia e celeridades processual, atraibuo a esta decisão, força de alvará judicial. Oficie-se à Caixa Econômica Federal, via e-mail: - ag4030@caixa.gov.br Intime-se (DJE). Ciência ao Ministério Público.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: ALEXANDRE DE SOUZA ARRAIS (OAB 32122/CE), ADV: JOÃO GERSON DUARTE (OAB 23201-0/CE) - Processo 0000345-05.2012.8.06.0033 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Emerson Henrile Agapto de Sousa - Francisco Edomar Arrais Dias - ISTO POSTO, reconheço o excesso de prazo no andamento do processo e a ilegalidade da manutenção da custódia cautelar do acusado FRANCISCO EDOMAR ARRAIS DIAS, determinando, via de consequência, o relaxamento de sua prisão com fulcro no artigo 5º, LXV da CF/88, se por outro motivo não estiver preso. Em tempo, entendo que o deferimento de relaxamento de prisão não obsta a adoção de medidas cautelares, previstas na legislação processual penal, com a finalidade de preservar a ordem pública e de assegurar a aplicação da lei penal, cujo o eventual descumprimento poderá ensejar novo decreto de prisão preventiva em desfavor do acusado. Assim, expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA CLAUSULADO contendo as seguintes medidas, as quais deverão ser cumpridas sob pena de novo decreto prisional: a)comparecimento do réu em juízo para informar e justificar suas atividades; b) proibição de acesso ou frequência a bares, casas noturnas e similares para evitar riscos de novas infrações; c) proibição de manter contato com parentes da vítima, bem como com as testemunhas do processo; d) proibição de ausentar-se da comarca sem prévio aviso à autoridade judiciária; e) recolhimento domiciliar no período noturno (das 19h às 05h) e nos dias de folga; f) monitoramento eletrônico.

ADV: FRANCISCO TADEU DE OLIVEIRA COSTA FILHO (OAB 31685/PE) - Processo 0011738-63.2021.8.06.0112 (processo principal 0055495-10.2021.8.06.0112) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio simples - REQUERENTE: Francinaldo Pereira da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA formulado pelo acusado FRANCINALDO PEREIRA DA SILVA.

ADV: JOSE ISMAEL CARNEIRO BEZERRA (OAB 14392/CE) - Processo 0052950-64.2021.8.06.0112 (apensado ao processo 0054789-61.2020.8.06.0112) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Darlan Mariano da Silva - Entendo que não é o caso de absolvição sumária, pois não existe manifesta causa de exclusão da ilicitude ou culpabilidade, não estando extinta a punibilidade do agente. Também, verifico que os fatos narrados na peça vestibular se amoldam ao tipo legal apontado. Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 397 do CPP,ratifico o recebimento da denúncia.

ADV: FRANCISCO HELDER RIBEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 25610/CE) - Processo 0054163-08.2021.8.06.0112 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Rafael Henrique Batista - ISTO POSTO, e em consonância com o Parecer Ministerial de pag.140, FLEXIBILIZO a medida cautelar de tornozelamento eletrônico imposta ao réu, de forma a se adequar a necessidade demonstrada, ou seja, que execute seus serviços em escala de 24 horas de trabalho por 72 horas de folga no Quartel da Polícia Militar onde se encontra lotado, sob condição de que ao final de cada mês seja remetido a este Juízo a escala de trabalho cumprida.

ADV: APARECIDO RICARDO RODRIGUES DA SILVA (OAB 42859/CE) - Processo 0054778-32.2020.8.06.0112 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Sabrina Andrade Lima e outros - Não houve rejeição preliminar da denúncia. Os denunciadosCICERO RAFAEL ALVES DE LIMA e RAFAEL ANDRADE LIMA,através de seus defensores, apresentara suas respostas à acusação às ps. 393/395 e 406/409 respectivamente. Verifico, entretanto, que a peça denunciatória encontra-se pautada no inquérito policial que aponta a materialidade e para apossibilidade da autoriaser atribuída aos réus, haja vista a circunstância em que ocorreu o crime, fato que será esclarecido em sede de instrução criminal. Entendo que não é o caso de absolvição sumária, pois não existe manifesta causa de exclusão da ilicitude ou culpabilidade, não estando extinta a punibilidade dos agentes. Também, verifico que os fatos narrados na peça vestibular se amoldam ao tipo legal apontado. Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 397 do CPP,ratifico o recebimento da denúncia.

ADV: ROSEMEIRE SOLA RODRIGUES VIANA (OAB 118893/SP), ADV: JOSE VIRGULINO DOS SANTOS (OAB 108671/SP) - Processo 0068152-57.2016.8.06.0112 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: JORGE DOS SANTOS DE SOUSA - Considerando a audiência de instrução designada para o dia 09/03/2022 às 10:00h e considerando ainda a mudança da plataforma para a realização de audiências por videoconferência com a consequente alteração do link para acesso a sala de audiência. Expeça-se novamente os expedientes inumatórios a baixo elencados.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022

ADV: RÔMULLO STHEFÂNIO DOS SANTOS (OAB 40615/CE) - Processo 0010859-56.2021.8.06.0112 (processo principal 0007316-16.2019.8.06.0112) - Restituição de Coisas Apreendidas - Roubo Majorado - REQUERENTE: Beto Cordeiro de

Oliveira - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , cumpra-se a determinação havida na decisão proferida nos autos em fls. 12/13.

ADV: JANAÍNA MARIA DE ARAUJO (OAB 45079/CE) - Processo 0012053-91.2021.8.06.0112 (processo principal 0056696-37.2021.8.06.0112) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio simples - REQUERENTE: Emanuel da Silva Pereira - Considerando que o requerente teve a sua liberdade concedida nos autos principais, o presente pedido perdeu o seu objeto. Extingo o feito sem resolução de mérito, ante a perda superveniente de seu objeto. Intime-se, após arquivem-se com as cautelas legais.

ADV: EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES (OAB 2331/CE), ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 16629/CE), ADV: ALISSON FELIPE DE SOUSA SALES (OAB 42149/CE), ADV: ALINE MOURA DE QUEIROZ (OAB 33009/CE), ADV: THALES DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 29558/CE), ADV: FELINTO ALVES MARTINS FILHO (OAB 18918/CE), ADV: YANNA PAULA LUNA ESMERALDO (OAB 16696/CE), ADV: JORGE LUIS PEREIRA (OAB 11443/CE), ADV: CHRISTIANE DO VALE LEITAO (OAB 10569/CE), ADV: SERGIO GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 2799/CE) - Processo 0054815-64.2017.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores - RÉU: R.A.M. - J.T.S. - L.C.B. e outros - Por todo o exposto, indefiro os nobres requerimentos de ps. 1.477/1.488.

ADV: FRANCISCO TADEU DE OLIVEIRA COSTA FILHO (OAB 45393A/CE) - Processo 0055024-91.2021.8.06.0112 (apensado ao processo 0057401-35.2021.8.06.0112) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Elder Daniel Felipe Teixeira - ISTO POSTO, tendo em vista que o pedido foi formulado deixando de seguir a ritualística processual, deixo de apreciá-lo, tornando sem efeito a petição de pags.194/198, bem como a documentação atinente ao pedido pags.200/205.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022

ADV: JOSE JOAO ARAUJO NETO (OAB 6039/CE) - Processo 0036109-38.2014.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Aldemir da Silva Gonçalves - Em conformidade com o provimento nº 01/2019 da CGJ/TJCE, Audiência de Instrução designada, conforme despacho de fl. 136, por meio de videoconferência através da plataforma Microsoft Teams. O acesso à sala virtual será realizado por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzM3OWNlNzktM2EzOC00MTVlLTliZTMtYTQwMTI2MmQyY2Ux%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220dbb3ff2-14a4-4b57-becc-879d5b825d97%22%7d À SEJUD para cumprimento dos expedientes necessários para realização do ato.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2022

ADV: JOSE BOAVENTURA FILHO (OAB 11867/CE), ADV: CICERO IGOR LIMA ALVES (OAB 39507/CE) - Processo 0049217-32.2017.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - RÉU: Rafael Apolinario Macedo Santana - Intimem-se a r. do Ministério Público , o acusado Rafael Apolinário Macedo Santana , o advogado constituído pág. 291, as testemunhas arroladas na defesa pág. 290.

ADV: JOSÉ JEFFERSON CAMPOS DE SANTANA (OAB 20824/CE), ADV: STENIO ROLIM DE OLIVEIRA (OAB 17880/CE) - Processo 0052847-96.2017.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Cicero Alex Soares de Oliveira e outro - Intimem-se a r. do Ministério Público , o acusado Cícero Alex Soares de Oliveira, o advogado constituído pág. 83 , as testemunhas arroladas na denúncia pág. 05 , as testemunhas arroladas na defesa pág. 82 .

ADV: PRISCILA MACÊDO FEITOSA (OAB 29291/CE) - Processo 0054366-09.2017.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Ismael de Brito Ferreira e outro - Intimem-se a r. do Ministério Público , a Defensoria Pública , os acusados Ismael de Brito Ferreira e Alexandro Flor de Araújo , o advogado constituído pág. 106 , as testemunhas arroladas na denúncia pág. 05 , as testemunhas arroladas na defesa pág. 105.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2022

ADV: KARINA DE ABREU SAMPAIO PEIXOTO (OAB 43567B/CE) - Processo 0011396-52.2021.8.06.0112 (processo principal 0052798-16.2021.8.06.0112) - Insanidade Mental do Acusado - Contra a Mulher - REQUERENTE: Wallison Ferreira de Lacerda - Diante do que consta do Ofício de fls.21, por força do qual a DIREÇÃO DA REDE DE SAÚDE MENTAL DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, indicou a pessoa do Médico Psiquiatra DR. JAIR LOPES MACEDO para realizar o exame pericial quanto à higidez mental do acusado, outrora aquele já nomeado para exercer o encargo de PERITO (fls.96/100) e, por conseguinte, para realizar, sob o compromisso e a fé do seu grau, a PERÍCIA PSIQUIÁTRICA NA PESSOA DO ACUSADO, apresentando o necessário laudo pericial, dentro do prazo legal, devendo ser encaminhado, com a máxima urgência, cópias

dos quesitos formulados por este julgador (VIDE QUESITOS DO JUÍZO DE FLS. 41/42), eis que, conforme consta do ofício de fls. 121, foi designado o dia 20 (VINTE)_DE ABRIL DE 2022, às 09:00 horas, no CENTRO DE REFERÊNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR CEREST -, com endereço à rua Tabelião João Machado, 195 bairro Santa Tereza Juazeiro do Norte E (CEP 63050-400), devendo ser oficiado à Unidade Prisional onde o acusado se encontra recolhido para adotar as providências necessárias à escolta do acusado WALLISON FERREIRA LACERDA no dia hora e local da realização da perícia, no endereço referido neste despacho, para que o acusado possa ser submetido a exame pericial psiquiátrico de que trata este processo, devendo serem encaminhados cópia da denúncia e demais peças necessárias à realização do exame. Intime-se o Ministério Público e o acusado, este por sua advogada, da presente decisão. Intime-se a vítima, na forma do art. 21 da Lei 11340/2006. Oficie-se, com urgência, à Direção da Unidade Prisional para a condução e escolta do acusado objetivando a realização do exame pericial. Expedientes necessários e urgentes.

ADV: CICERO DAVI SILVA BRITO (OAB 36613/CE) - Processo 0014983-24.2021.8.06.0293 (apensado ao processo 0014814-37.2021.8.06.0293) - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - IMPETRANTE: Thiago Alan da Silva - A postulação do requerente, consubstanciada no petitório de fls. 1/14 e documentos a ele atrelados de fls. 15/21, perdeu o seu objeto diante da manutenção da prisão preventiva do requerente nos autos do Processo n° 0010974-06.2021.8.06.0071, quando da sua análise, bem como, por ocasião da audiência de custódia, nos autos da Comunicação da Prisão em Flagrante (Processo nº 0014814-37.2021.8.06.0293), devendo este feito que pleiteia o restabelecimento da liberdade do custodiado/requerente ser arquivado, em apenso ao processo principal, em decorrência da análise e manutenção da custódia preventiva do requerente. Ademais, não eclodiu qualquer fato novo que venha tornar a medida extrema da prisão desnecessária até o presente momento. Procedam-se aos expedientes necessários. ARQUIVEM-SE ESTES AUTOS, APENSANDO-OS AO PROCESSO PRINCIPAL. P.R.I.

COMARCA DE JUCÁS - VARA UNICA DA COMARCA DE JUCÁS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUCÁS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: JEANE DA SILVA FERREIRA (OAB 17002/CE) - Processo 0200075-96.2022.8.06.0113 - Auto de Prisão em Flagrante - Receptação - AUTUADO: Antonio Iran Pereira do Nascimento - Portanto, com esses fundamentos, designo audiência de custódia para o dia 27 de janeiro de 2022, às 11h30mim, por meio da plataforma microsoft teams, link: Aponte a câmera do celular para o QRCODE abaixo para entrar na sala de audiênciasSEU LINK CONVITE DE ACESSO À SALA DE AUDIÊNCIA ATRAVÉS DA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS É: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzdiOWMxMjItYzg0My00M2YzLWI2ODQtNTE0ZmIyNzIxODYw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d ou esse link: https://link.tjce.jus.br/47f5c2 I - Diante da inércia custodiado na escolha da defesa técnica e considerando que inexiste Defensor Público nesta comarca, nomeio a advogada Jeane da Silva Ferreira, OAB/CE nº 17.002-B, como defensora dativa, credenciada nos termos do Edital n° 07/2021/CGJCE, para atuar na defesa do custodiado na audiência de custódia e também deverá se manifestar sobre o auto de prisão em flagrante. II - Comunique-se a Secretaria com a Unidade Prisional, a defesa técnica do autuado e o Ministério Público, fornecendo-lhes o link de acesso à audiência. III Junte-se folha de antecedentes criminais do custodiado.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUCÁS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA (OAB 16190-N/CE) - Processo 0004143-54.2014.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: João Rodrigues de Souza - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para se manifestar quanto à impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 253/262, conforme determinado no despacho de fl. 250.

ADV: ROBERTO DE OLIVEIRA LOPES (OAB 26512/CE), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0050039-76.2021.8.06.0113 - Habilitação - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Raimunda de Sousa - REQUERIDO: GRUPO SABEMI SEGURADORA S/A: SEGUROS, PREVIDENCIA & SERVIÇOS FINANCEIROS - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpra-se a parte final do decisão de fls. 18/23.

ADV: MARA SUSY BANDEIRA ALMEIDA (OAB 29046/CE) - Processo 0050079-92.2020.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Ana Maria de Jesus - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes para, no prazo comum de 10(dez) dias, indicar as provas que pretendem que desejam produzir, especificando qual fato deseja provar, justificando a necessidade, pertinência e relevância da respectiva prova para o deslinde do feito, nos termos do despacho de fls.164.

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ADV: MARCO ANTONIO SOBREIRA BEZERRA (OAB 9414/CE) - Processo 0050080-77.2020.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Maria de Fatima Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Antonio Alberto Bandeira e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para apresentarem as provas que pretendem produzir nos termos do despacho de fls. 140.

ADV: ROBERTO DE OLIVEIRA LOPES (OAB 26512/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0050110-78.2021.8.06.0113 - Habilitação - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Terezinha Guedes de Paiva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para apresentarem as provas que pretendem produzir nos termos da decisão de fls. 55/58.

ADV: MARA SUSY BANDEIRA ALMEIDA (OAB 29046/CE) - Processo 0050164-44.2021.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Damião Pedro da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora, para que apresente replica à contestação, no prazo legal.

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE), ADV: CARLOS ROBSON NOGUEIRA LIMA FILHO (OAB 21231/CE) - Processo 0050221-62.2021.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cícero Vieira Cabral - REQUERIDO: Banco C6 Consignado S.a. - Ficsa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para apresentarem as provas que pretendem produzir nos termos do decisão de fls. 38/41.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARIA GILBERFANIA BESERRA PALACIO (OAB 25634/CE) - Processo 0050375-80.2021.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Cleicineide Gomes de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para, que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento. Na mesma oportunidade, digam se há interesse na designação de audiência para autocomposição, nos termos da decisão de fls.17/20.

ADV: MARA SUSY BANDEIRA ALMEIDA (OAB 29046/CE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 32401A/CE) - Processo 0050739-86.2020.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Barros de Melo - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para que, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento. Na mesma oportunidade, digam se há interesse na designação de audiência para autocomposição.

ADV: ROBERTO DE OLIVEIRA LOPES (OAB 26512/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0050743-89.2021.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Carmo Gonçalves da Silva - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento. Na mesma oportunidade, digam se há interesse na designação de audiência para autocomposição, conforme decisão de fls. 46/48.

COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022

ADV: EVARISTO LOBO DE MACEDO (OAB 13342/CE) - Processo 0005324-82.2017.8.06.0114 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Vicente Joao de Almeida - R. h. DESIGNO o dia 12 de abril de 2022, às 10:15h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Ficam as partes e advogados advertidos de que a referida audiência será realizada por videoconferência através do sistema/aplicativo a ser informado no expediente intimatório. Informo ainda que, após o download do programa/aplicativo específico, as partes DEVERÃO acessar o link no dia e hora já supra informado. Para mais informações sobre a audiência e seu acesso pro videoconferência, os interessados deverão entrar em contato com o Fórum da Comarca de Lavras da Mangabeira, através do tel/whatsApp: (88) 3536-2002. Intimem-se o acusado e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelas partes. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira (CE), 11 de janeiro de 2022 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: GEORGIA MACEDO GONÇALVES (OAB 35128/CE) - Processo 0009953-65.2018.8.06.0114 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Francisco Garcia de Sousa Neto e outro - R. h. DESIGNO o dia 12 de abril de 2022, às 09:15h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Ficam as partes e advogados advertidos de que a referida audiência será realizada por videoconferência através do sistema/aplicativo a ser informado no expediente intimatório. Informo ainda que, após o download do programa/aplicativo específico, as partes DEVERÃO acessar o link no dia e hora já supra informado. Para mais informações sobre a audiência e seu acesso pro videoconferência, os interessados deverão entrar em contato com o Fórum da Comarca de Lavras da Mangabeira, através do tel/whatsApp: (88) 3536-2002. Intimem-se o acusado e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelas partes. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira (CE), 11 de janeiro de 2022 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: WALDIR XAVIER DE LIMA FILHO (OAB 10400/CE), ADV: JOSE SERGIO DANTAS LOPES (OAB 10534/CE) - Processo 0049089-11.2014.8.06.0114 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes da Lei de licitações - DENUNCIADO: José Maria de Almeida Sousa - Proex - Projetos e Execucao de Limpeza Urbana, Conservacao e Urbanizacao Ltda e outro - R. h. DESIGNO o dia 12 de abril de 2022, às 11:10h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Ficam as partes e advogados advertidos de que a referida audiência será realizada por videoconferência através do sistema/aplicativo a ser informado no expediente intimatório. Informo ainda que, após o download do programa/aplicativo específico, as partes DEVERÃO acessar o link no dia e hora já supra informado. Para mais informações sobre a audiência e seu acesso pro videoconferência, os interessados deverão entrar em contato com o Fórum da Comarca de Lavras da Mangabeira, através do tel/whatsApp: (88) 3536-2002. Intimem-se o acusado e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelas partes, dispensada a intimação da empresa denunciada em virtude da decisão de fls. 477/480. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira (CE), 11 de janeiro de 2022 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: MARIO DA SILVA LEAL SOBRINHO (OAB 3104/CE), ADV: EVARISTO LOBO DE MACEDO (OAB 13342/CE) - Processo 0050291-13.2020.8.06.0114 - Inquérito Policial - Crimes contra a Ordem Econômica - INDICIADO: Vicente de Paula Zogob Pereira - Ponpilio José Correia Lima - R. h. O Ministério Público Estadual apresentou os termos de Acordo de Não Persecução

Penal (ANPP), firmado entre o seu representante e o investigado, motivo pelo qual designo AUDIÊNCIA ESPECIAL, prevista no art. 28-A, § 4º, do Código de Processo Penal, para o dia 12 de abril de 2022, às 13:30 horas, oportunidade na qual será verificada a legalidade desse acordo e a sua voluntariedade, esta última por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor. Em virtude da pandemia pelo corona vírus, a audiência será realizada por meio virtual, ficando as partes e advogados advertidos do uso da videoconferência de aplicativo próprio Microsoft Teams. Intime-se o advogado do investigado, se houver. Caso não tenha advogado habilitado nos autos, desde já deixo nomeado o Defensor Público para acompanhá-lo no feito, inclusive na audiência designada, oportunidade em que o profissional deverá ser intimado pessoalmente. Ciência ao Ministério Público. Providenciem-se todos os expedientes necessários ao cumprimento deste despacho. Lavras Da Mangabeira (CE), 11 de janeiro de 2022 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: PEDRO ACEOLE RODRIGUES LEONIDAS FILHO (OAB 28952/CE) - Processo 0050921-35.2021.8.06.0114 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Elieu Nicolau de Santana e outro - R. h. Adoto o procedimento especial, previsto no art. 610 e seguintes, do Código de Processo Civil de 2015, para o trâmite desta ação, atinente ao Direito de Sucessões. Recebo a petição inicial em seu aspecto meramente formal. Quanto ao pedido de justiça gratuita, não se verifica nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade judiciária, destarte não podendo ser indeferido o pedido, a teor do art. 99, § 2º, do Código de Processo Civil, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência financeira alegada pela parte (art. 99, § 3º, NCPC). DEFIRO, pois, o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98, caput, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Determino a abertura do inventário dos bens deixados pelo falecido FRANCISCO PETRÔNIO SALES NICOLAU, bem como, não se tendo notícias nesse momento de quem esteja administrando os bens do espólio, nomeio como inventariante a herdeira Francisca Sales Nicolau, genitora do falecido, nos termos do art. 617, III, do vigente Código de Processo Civil (NCPC), que deverá figurar como administradora provisória dos bens do espólio até que preste o compromisso de inventariante, devendo ser intimada para prestar o devido compromisso nos termos do parágrafo único do art. 617, do mesmo Codex, dentro do prazo de 05 (cinco) dias e, em seguida, prestar as primeiras declarações, consoante dispõe o art. 620, do mesmo diploma legal, sob pena de remoção. Empós, proceda-se à citação de todos os herdeiros e dos demais interessados para os fins do art. 627, do vigente Código de Ritos Cíveis, bem como à intimação das Fazendas Públicas do Município de Lavras da Mangabeira, do Estado do Ceará e da União, para que possam exercer os seus direitos fiscais (art. 629, do NCPC) e creditícios, assim como do Ministério Público, para dizer se tem interesse no presente feito, tudo nos termos dos artigos 626 e seguintes do Código de Processo Civil. Observe-se a Secretaria de Vara quando do cumprimento da determinação do parágrafo anterior que do presente despacho e das primeiras declarações extrair-se-ão tantas cópias quantas forem as pessoas a serem citadas e intimadas. Oficie-se ao Banco do Brasil, ao Banco Bradesco e à Caixa Econômica Federal para que informe o saldo bancário existente nas contas, previdência, FGTS, e aplicações pertencentes ao falecido Francisco Petrônio Sales Nicolau, portador do CPF nº 740.803.933-34, bem como os extratos desde o falecimento, ocorrido em 30 de junho de 2021. No mesmo ofício deverá constar a informação de que qualquer movimentação e/ou levantamento só pode ocorrer mediante determinação deste Juízo. Intime-se a meeira e herdeira, Ivone Rolim, a fim de que informe nestes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor dos aluguéis, além de anexar o contrato de locação dos seguintes imóveis: a) Casa situada na Avenida Mônica Paes de Andrade, S/N, Bairro Bela Vista, Lavras da Mangabeira; b) Casa situada no Sítio Várzea da Benta, s/n, Zona Rural, Lavras da Mangabeira-CE; c) Casa situada no Sítio Várzea da Benta, 141, Zona Rural, Lavras da Mangabeira-CE. Após o decurso dos prazos legais, com ou sem resposta, certifique-se o ocorrido e retornem os autos conclusos. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, conforme as determinações supra e na forma do artigo 203, § 4º, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira, 30 de novembro de 2021 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314/CE) - Processo 0050996-74.2021.8.06.0114 - Requerimento de Apreensão de Veículo - Diligências - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A -

ADV: LORENA MARGARIDA DO NASCIMENTO SIPRIANO (OAB 44661/CE) - Processo 0051042-63.2021.8.06.0114 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento - REQUERENTE: Katia Thays Rodrigues de Brito e outro - R. h. Recebo a Petição Inicial, tendo em vista estarem preenchidos todos os seus requisitos, no termos dos arts. 319 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Adoto o rito especial, previsto nos arts. 719 e seguintes, do Código de Ritos Cíveis de 2015. Não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuita judiciária (art. 99, § 2º, NCPC), motivo pelo qual DEFIRO o pedido de justiça gratuita, considerando ainda o pedido formulado pela parte promovente na inicial, nos termos dos arts. 98, caput, e 99, caput, e § 3º, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Insta mencionar que esse codex não faz exigência da juntada da declaração de pobreza, tornando-se, esta, uma peça facultativa do advogado. DEFIRO, pois, a gratuidade judiciária ante a declaração de pobreza trazida com a inicial. Nos termos do art. 721, do Código de Processo Civil, serão citados todos os interessados para, querendo, manifestar-se em quinze dias. No caso, em se tratando de pedido de alvará judicial para levantamento de quantia decorrente de valores de licença prêmio, deixada por pessoa falecida, deve-se dar conhecimento público do pedido, citando-se eventuais terceiros interessados por meio de edital, a teor do disposto no art. 259, III, do Código de Processo Civil, que reza: “em qualquer ação em que seja necessária, por determinação legal, a provocação, para participação no processo, de interessados incertos ou desconhecidos.” Assim, determino a expedição de edital de citação de terceiros interessados, com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 257, III, do Código de Processo Civil. Oficie-se ao Município de Lavras da Mangabeira para que informe os valores existentes eventualmente em nome da falecida reportado na inicial. Decorrido o prazo editalício, de logo determino que os autos sejam remetidos com vista ao Ministério Público Estadual, a teor do art. 721, c/c o art. 178, I, do mesmo codex. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira, 10 de janeiro de 2022 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0036/2022

ADV: RAFAEL MACEDO (OAB 41259/CE) - Processo 0050618-21.2021.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Dores Pinto de Macedo Lobo - DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência dos pedidos. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Recebo a petição inicial em seu aspecto meramente formal. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova em desfavor da parte ré. Deixo de designar audiência de conciliação, pelo menos neste momento processual, haja vista que a parte autora manifestou desinteresse em sua realização, porém deve ser aguardada ainda a resposta do requerido quanto ao seu eventual interesse nesse ato para fins de verificação da incidência

do art. 334, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 2015, que exige que as ambas as partes digam expressamente sobre o (des)interesse na referida audiência. Ressalte-se que a existência de pandemia não impede a realização do ato por meio virtual (sistema de videoconferência), conforme dispõe a Lei nº 13.994/2020, aplicada analogicamente aos processos de rito comum. Cite-se a parte demandada, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da fluência do prazo para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação, caso manifeste interesse na sua realização (art. 335, I, NCPC); c) da não realização da audiência de conciliação caso manifeste desinteresse na ocorrência desse ato, e que, nesse caso, a fluência do prazo para apresentar contestação inicia-se da data do protocolo do pedido de cancelamento/desinteresse quanto a essa audiência, nos termos do art. 335, II, do vigente Código de Processo Civil (NCPC), para o qual estabeleço o prazo de 15 (quinze) dias, podendo tal pedido já vir no próprio corpo da peça contestatória, caso entenda mais conveniente. Ressalte-se que apenas informar a falta de interesse na conciliação não basta, se a outra parte também não o fizer, porquanto o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Se pelo menos uma das partes manifestar interesse em sua realização, já que a audiência somente não se realizará se ambas as partes manifestarem desinteresse (334, § 4ª, I), esse ato será levado a termo e, na ausência de uma delas, ou de ambas, injustificadamente, o ato torna legítima a imposição da multa, a qual pode chegar a 2% do valor da causa por ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça (TRF 3ª Região, AI nº 593772/SP, Agravante Instituto Nacional do Seguro Social INSS; agravado Américo Garcias de Castro; Relator Desembargador Federal Wilson Zauhy, DJ 07.10.2017). No caso dos autos, somente a parte autora já manifestou expressamente o seu desinteresse na realização da audiência de conciliação, restando, por isso, colher ainda acerca do (des)interesse da parte demandada. Intime-se a parte autora desta decisão. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira/CE, 01 de dezembro de 2021 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: RAFAEL MACEDO (OAB 41259/CE) - Processo 0050626-95.2021.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Batista Pinto de Macedo - DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência dos pedidos. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Recebo a petição inicial em seu aspecto meramente formal. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova em desfavor da parte ré. Deixo de designar audiência de conciliação, pelo menos neste momento processual, haja vista que a parte autora manifestou desinteresse em sua realização, porém deve ser aguardada ainda a resposta do requerido quanto ao seu eventual interesse nesse ato para fins de verificação da incidência do art. 334, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 2015, que exige que as ambas as partes digam expressamente sobre o (des)interesse na referida audiência. Ressalte-se que a existência de pandemia não impede a realização do ato por meio virtual (sistema de videoconferência), conforme dispõe a Lei nº 13.994/2020, aplicada analogicamente aos processos de rito comum. Cite-se a parte demandada, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da fluência do prazo para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação, caso manifeste interesse na sua realização (art. 335, I, NCPC); c) da não realização da audiência de conciliação caso manifeste desinteresse na ocorrência desse ato, e que, nesse caso, a fluência do prazo para apresentar contestação inicia-se da data do protocolo do pedido de cancelamento/desinteresse quanto a essa audiência, nos termos do art. 335, II, do vigente Código de Processo Civil (NCPC), para o qual estabeleço o prazo de 15 (quinze) dias, podendo tal pedido já vir no próprio corpo da peça contestatória, caso entenda mais conveniente. Ressalte-se que apenas informar a falta de interesse na conciliação não basta, se a outra parte também não o fizer, porquanto o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Se pelo menos uma das partes manifestar interesse em sua realização, já que a audiência somente não se realizará se ambas as partes manifestarem desinteresse (334, § 4ª, I), esse ato será levado a termo e, na ausência de uma delas, ou de ambas, injustificadamente, o ato torna legítima a imposição da multa, a qual pode chegar a 2% do valor da causa por ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça (TRF 3ª Região, AI nº 593772/SP, Agravante Instituto Nacional do Seguro Social INSS; agravado Américo Garcias de Castro; Relator Desembargador Federal Wilson Zauhy, DJ 07.10.2017). No caso dos autos, somente a parte autora já manifestou expressamente o seu desinteresse na realização da audiência de conciliação, restando, por isso, colher ainda acerca do (des)interesse da parte demandada. Intime-se a parte autora desta decisão. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira/CE, 01 de dezembro de 2021 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: RAFAEL MACEDO (OAB 41259/CE) - Processo 0050640-79.2021.8.06.0114 - Tutela Cautelar Antecedente - Consórcio - REQUERENTE: Jocélio Amaro Menezes - DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência dos pedidos. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Recebo a petição inicial em seu aspecto meramente formal. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova em desfavor da parte ré. Deixo de designar audiência de conciliação, pelo menos neste momento processual, haja vista que a parte autora manifestou desinteresse em sua realização, porém deve ser aguardada ainda a resposta do requerido quanto ao seu eventual interesse nesse ato para fins de verificação da incidência do art. 334, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 2015, que exige que as ambas as partes digam expressamente sobre o (des)interesse na referida audiência. Ressalte-se que a existência de pandemia não impede a realização do ato por meio virtual (sistema de videoconferência), conforme dispõe a Lei nº 13.994/2020, aplicada analogicamente aos processos de rito comum. Cite-se a parte demandada, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da fluência do prazo para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação, caso manifeste interesse na sua realização (art. 335, I, NCPC); c) da não realização da audiência de conciliação caso manifeste desinteresse na ocorrência desse ato, e que, nesse caso, a fluência do prazo para apresentar contestação inicia-se da data do protocolo do pedido de cancelamento/desinteresse quanto a essa audiência, nos termos do art. 335, II, do vigente Código de Processo Civil (NCPC), para o qual estabeleço o prazo de 15 (quinze) dias, podendo tal pedido já vir no próprio corpo da peça contestatória, caso entenda mais conveniente. Ressalte-se que apenas informar a falta de interesse na conciliação não basta, se a outra parte também não o fizer, porquanto o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Se pelo menos uma das partes manifestar interesse em sua realização, já que a audiência somente não se realizará se ambas as partes manifestarem desinteresse (334, § 4ª, I), esse ato será levado a termo e, na ausência de uma delas, ou de ambas, injustificadamente, o ato torna legítima a imposição da multa, a qual pode chegar a 2% do valor da causa por ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça (TRF 3ª Região, AI nº 593772/SP, Agravante Instituto Nacional do Seguro Social INSS;

agravado Américo Garcias de Castro; Relator Desembargador Federal Wilson Zauhy, DJ 07.10.2017). No caso dos autos, somente a parte autora já manifestou expressamente o seu desinteresse na realização da audiência de conciliação, restando, por isso, colher ainda acerca do (des)interesse da parte demandada. Intime-se a parte autora desta decisão. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira/CE, 01 de dezembro de 2021 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2022

ADV: JONE OLIVEIRA LIMA (OAB 43274/CE) - Processo 0001521-54.2018.8.06.0115 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Natalício Soares da Silva e outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 40/165 do DJ-e que circulou em 29/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intimo o Ministério Público, a Defensoria Pública e a defesa da audiência de instrução designada para o dia 16 de fevereiro de 2022, às 08h30min, a ser realizada pela plataforma Microsoft Teams, mediante o link de acesso: encurtador.com.br/osvB3.

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: EDUARDO CHAVES DE ALENCAR (OAB 30525/CE) - Processo 0050177-37.2021.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição da Costa Domingos - Abrir vista dos presentes autos à parte autora, através de seu(ua) advogado(a), para fins de réplica à contestação.

ADV: LAECIO DE SOUSA LIMA (OAB 30005/CE) - Processo 0050957-74.2021.8.06.0115 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.F.H. - Ante o exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação consubstanciada nas cláusulas e condições estabelecidas às págs. 42/43, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil. Por estas razões, fica determinado que o promovido pagará a título de pensão alimentícia à filha menor, o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), o equivalente a 14,54% do salário mínimo vigente, diretamente à genitora da menor, MARIA ANECLECIA FERNANDES HONORATO, mediante recibo, até o dia 05 de cada mês, iniciando-se no mês de outubro de 2021. Que já foi expedido ofício à instituição bancária para abertura de conta para depósito de pensão alimentícia. Em seguida, os dados serão repassados ao promovido para que sejam depositados os valores da pensão alimentícia. Ato incompatível com o direito de recorrer, nos termos do artigo 1000, parágrafo único, do Código de Processo Civil, transitando em julgado a sentença neste ato. Custas pelas partes, ficando a exigibilidade suspensa com relação à parte autora tendo em vista a gratuidade deferida. Publicada automaticamente pelo SAJ. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: LAECIO DE SOUSA LIMA (OAB 30005/CE) - Processo 0050981-05.2021.8.06.0115 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.V.C.S. - Ante o exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação consubstanciada nas cláusulas e condições estabelecidas às págs. 32/33, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil. Por estas razões, fica determinado que: O promovido pagará a título de pensão alimentícia ao filho menor, o valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), o equivalente a 21,8% do salário mínimo vigente, semanalmente pagará o valor de R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando no mês o valor de R$ 240,00, diretamente à genitora do menor, SAMARA VITORIA CORREIA SANTOS, iniciando-se no mês de outubro de 2021. E, ainda, pagará o remédio que se fizer necessário quando a criança estiver doente. A guarda do filho menor será de forma unilateral pela genitora. O direito de visitas pelo genitor se dará da seguinte forma: em finais de semana alternados, o genitor pegará o filho na residência da genitora, no sábado pela manhã, às 07:00h e devolve no final da tarde do sábado, às 17:00h. Ato incompatível com o direito de recorrer, nos termos do artigo 1000, parágrafo único, do Código de Processo Civil, transitando em julgado a sentença neste ato. Custas pelas partes, ficando a exigibilidade suspensa com relação à parte autora tendo em vista a gratuidade deferida às págs. 14/15. Publicada automaticamente pelo SAJ. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: LAECIO DE SOUSA LIMA (OAB 30005/CE) - Processo 0051074-65.2021.8.06.0115 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.L.S. e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação consubstanciada nas cláusulas e condições estabelecidas às págs. 34/35, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil. Por estas razões, fica determinado que o promovido pagará a título de pensão alimentícia ao filho menor, o valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), o equivalente a 21,8% do salário mínimo vigente, diretamente à genitora do menor, ALESSANDRA LIMA DE SOUSA, até o quinto dia útil do mês, iniciando-se no mês de novembro de 2021. Que ao abrir a conta para o depósito da pensão alimentícia, a genitora informará os dados ao promovido. Ato incompatível com o direito de recorrer, nos termos do artigo 1000, parágrafo único, do Código de Processo Civil, transitando em julgado a sentença neste ato. Custas pelas partes, ficando a exigibilidade suspensa com relação à parte autora tendo em vista a gratuidade deferida. Publicada automaticamente pelo SAJ. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: TAYLLINE DA SILVA MAIA (OAB 20938/CE) - Processo 0051102-33.2021.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Francisco Fabio Gomes - Abrir vista dos presentes autos à parte autora, através de seu(ua) advogado(a), para fins de réplica à contestação.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0000439-37.2008.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - Pelo exposto, com fulcro no art. 485, inciso III, do CPC, EXTINGO A PRESENTE AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Custas pela parte autora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: ANDRESSA KARINE COSTA MOURA (OAB 42921/CE) - Processo 0002657-86.2018.8.06.0115 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.A.C.S. - Recebidos hoje. Verifica-se que o presente processo encontra-se na estatística de concluso para sentença, não obstante a movimentação correta não seja esta, pois o feito ainda encontra-se pendente de diligências. Neste passo, profiro este despacho para fins de regularização junto ao Sistema de Estatística e Informações - SEI. Intimem-se as partes acerca do agendamento da coleta de material biológico (pág. 90), conforme determinado à pág. 87. Expedientes necessários.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0007980-53.2010.8.06.0115 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Desse modo, determino às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional (SISBAJUD), que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome da parte executada. Encontrados ativos, intime(m)-se o(s) executado(s) por seus advogados ou, não tendo, pessoalmente, para manifestarem-se na forma do art. 854, § 3º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias. Não encontrados ativos, retornem-me os atos para apreciação dos demais pedidos realizados pela parte exequente. Todavia, antes disso, determino a intimação do banco exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar a planilha atualizada do débito. Após a apresentação da planilha, cumpram-se as disposições anteriores observando os valores apresentados. Expedientes necessários

ADV: RAPHAELA BARROS GADELHA (OAB 22427/CE), ADV: FATIMA WESLLYA FREIRE DE OLIVEIRA (OAB 23346/CE) - Processo 0050447-95.2020.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleilson Junior Pereira - Compulsando os autos, a autora não traz aos autos prova robusta que corrobore suas alegações. A autora sequer comprova a inscrição nos cadastros de inadimplentes. Não se verifica, portanto, elementos que evidenciem a probabilidade do direito. Ademais, a parte autora narra que tomou conhecimento acerca da negativação no ano de 2019, logo, não se observa a presença do requisito do perigo na demora. Neste passo, INDEFIRO, POR ORA, A LIMINAR SOLICITADA. A fase postulatória encontra-se superada e, ao que parece, o processo admite julgamento no estado em que se encontra (art. 355, CPC). Entretanto, de forma a evitar eventuais alegações futuras de cerceamento de defesa, determino a intimação das partes para, em até 10 (dez) dias, informarem se desejam produzir prova em audiência ou outra de natureza distinta, especificando o tipo de prova e sua consequente finalidade. Caso não haja nenhum requerimento de produção de provas, voltem-me os autos conclusos para sentença. Expedientes necessários.

ADV: KILZA KELLY CANUTO DE SOUSA (OAB 30852A/CE) - Processo 0050877-13.2021.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DA SILVA e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação consubstanciada nas cláusulas e condições estabelecidas às págs. 55/56, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil. Por estas razões, fica determinado que: os promovidos pagarão a título de alimentos avoengos em favor da menor, Maria Júlia Rodrigues, o valor de 10% (dez por cento) do salário mínimo para cada avô paterno, totalizando o valor de 20% (vinte por cento), a serem depositados na conta bancária em nome da genitora, Maria da Conceição Rodrigues da Silva, cujos dados seguem: CAIXA ECONOMICA FEDERAL AG 0750 OP 013 CONTA POUPANÇA 22067-1, até o dia 05 de cada mês, iniciando-se em outubro de 2021 e ainda, o custeio dos medicamentos em favor da menor, quando a criança estiver doente, cuja receita será apresentada pela representante da autora; Que os alimentos acima acordados cessarão no momento em que o genitor da menor seja posto em liberdade, já que o mesmo encontra-se preso; Que em razão dos promovidos receberem Benefício Previdenciário, deve haver reflexo da pensão no décimo terceiro salário dos mesmos Ato incompatível com o direito de recorrer, nos termos do artigo 1000, parágrafo único, do Código de Processo Civil, transitando em julgado a sentença neste ato. Custas pelas partes, ficando a exigibilidade suspensa com relação à parte autora tendo em vista a gratuidade deferida. Publicada automaticamente pelo SAJ. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0050990-64.2021.8.06.0115 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Por todo o exposto, acolho o pedido de desistência formulado à pág. 75 razão pela qual EXTINGO O PRESENTE FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas pela parte demandante. Recolham-se eventuais mandados expedidos, bem como determino que seja retirada eventual restrição colocada no veículo objeto da lide. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ante a ausência de interesse recursal, transitada em julgado a presente sentença, deve a secretaria arquivar os autos com a devida baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: LAECIO DE SOUSA LIMA (OAB 30005/CE) - Processo 0051115-32.2021.8.06.0115 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: I.N.S.S. - À guisa das considerações expedidas, hei por bem, com fulcro no artigo 226, §6°, da Constituição Federal, DECRETAR O DIVÓRCIO dos consortes IZABELI NAIANE DA SILVA SOUSA e JOSÉ ÁTILA DE SOUSA destituindo, via de consequência, o vínculo matrimonial, ao passo em que julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, a teor do que dispõe o artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Doutro lado, HOMOLOGO O ACORDO FIRMADO nos moldes estabelecidos às págs. 31/32. Dessa forma, fica determinado que: A guarda dos filhos menores será unilateral para a genitora. O direito de visitas do genitor aos filhos menores será livre, respeitando a rotina das crianças. O promovido pagará a título de pensão alimentícia aos filhos menores, o valor de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), o equivalente a 30,0% do salário mínimo vigente, diretamente à genitora, IZABELI NAIANE DA SILVA SOUSA, mediante recibo, até o dia 10 de cada mês, iniciando-se no mês de novembro de 2021. Custas pelas partes, ficando a exigibilidade suspensa com relação à parte autora tendo em vista a gratuidade deferida à pág. 17. Com o trânsito em julgado desse decisum expeça-se mandado de averbação, com a observância de que deverá ser cumprido independentemente do pagamento de emolumentos. Na sequência, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição, com as cautelas de praxe, sem prejuízo de posterior desarquivamento para fins de pagamento da verba de sucumbência. Expedientes necessários.

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0120/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0001954-58.2018.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S. A. - Sendo certo que a prova pericial é de interesse de ambas as partes e imprescindível para o deslinde da demanda, bem ainda, considerando a hipossuficiência demonstrada pela parte autora, determino que os honorários periciais ficarão a cargo da parte acionada. Intime-se o banco demandado para efetuar o pagamento integral dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias. Quesitos já apresentados pela parte demandada às pp. 162/165. Ato contínuo, intime-se o perito para agendar dia, horário e local, informando previamente a este Juízo e, em seguida, cientifiquem as partes. Saliento que as partes poderão combinar pessoalmente com o perito o dia e horário para comparecerem ao local destinado à perícia, caso assim prefiram, desde que resguardadas as medidas sanitárias necessárias em face das restrições por conta da Pandemia do Covid-19. Expeça-se alvará de autorização em favor do perito, precisamente para que este possa, a fim de obter cópias do cartão autógrafo da assinatura de qualquer pessoa que seja, desde que relevante para a realização da perícia grafotécnica determinada. Realizados os trabalhos, o laudo pericial deverá ser apresentado, no prazo de 20 (vinte) dias. Sobre o laudo, ouçam-se as partes, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias. Em seguida, se restar apurada a falsificação das assinaturas dos documentos, dê-se vistas ao Ministério Público, caso queira instaurar procedimento próprio.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0002036-89.2018.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Considerando que não ficou definido nos autos qual das partes arcará com os honorários periciais, entretanto, sendo certo que a prova pericial é de interesse de ambas as partes e imprescindível para o deslinde da demanda, bem ainda, considerando a hipossuficiência demonstrada pela parte autora, determino que os honorários periciais ficarão a cargo da parte acionada. Intime-se o banco demandado para efetuar o pagamento integral dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias. Ademais, indefiro o pedido de pág. 132, para realização de perícia na imagem do contrato juntado aos autos, por entender que, no momento, tal prova é desnecessária para o deslinde da questão. Quesitos já apresentados pelas partes às pp. 296/298. Ato contínuo, intime-se o perito para agendar dia, horário e local, informando previamente a este Juízo e, em seguida, cientifiquem as partes. Saliento que as partes poderão combinar pessoalmente com o perito o dia e horário para comparecerem ao local destinado à perícia, caso assim prefiram, desde que resguardadas as medidas sanitárias necessárias em face das restrições por conta da Pandemia do Covid-19. Expeça-se alvará de autorização em favor do perito, precisamente para que este possa, a fim de obter cópias do cartão autógrafo da assinatura de qualquer pessoa que seja, desde que relevante para a realização da perícia grafotécnica determinada. Realizados os trabalhos, o laudo pericial deverá ser apresentado, no prazo de 20 (vinte) dias. Sobre o laudo, ouçam-se as partes, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias. Em seguida, se restar apurada a falsificação das assinaturas dos documentos, dê-se vistas ao Ministério Público, caso queira instaurar procedimento próprio.

ADV: PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA (OAB 9378/CE) - Processo 0003163-83.2011.8.06.0155 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Germano Xavier Ferreira - R.H. Sobre a petição de pp. 452/453, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entender de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se com a devida baixa na distribuição, observadas as cautelas legais. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: DEYVISON RIBEIRO DA SILVA (OAB 20651/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0005550-90.2019.8.06.0155 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda. - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Por força do disposto na Resolução nº 07/2020 do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que alterou a Organização Judiciária do Estado do Ceará e, consequentemente, a competência das unidades judiciárias, foi a presente redistribuída para esta 2ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte em 19/01/2021. Autos retornaram do e. TJCE com o julgamento do recurso interposto. Intimem-se as partes, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para requererem o que entenderem de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se com a devida baixa na distribuição, observando as cautelas legais. Expedientes necessários.

ADV: IVANILDO SILVA DE AMORIM (OAB 30510/CE) - Processo 0011924-87.2015.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Irani Maria de Lima - Desse modo, pelos fatos expostos, determino que seja tornada sem efeito a certidão de decurso de prazo de pág. 88, bem como a sentença de pág. 89, por conta do erro no sistema quanto à intimação de pp. 85/86, que não chegou ao destinatário correto, e, por conseguinte, que seja procedida nova intimação do acionado, acerca da decisão de pág. 84. A Secretaria deverá promover os atos necessários em face desta decisão, de tudo certificando nos autos. Comunique-se ao Setor de Sistemas do TJCE para conhecimento. Expedientes necessários. Intime-se.

ADV: ROBERTO ALBINO FERREIRA (OAB 8377/CE) - Processo 0016755-47.2016.8.06.0115 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Hugo Nilton Nogueira de Freitas - Não havendo nos autos oposição aos valores apresentados, a homologação dos cálculos é medida imperiosa. Nesse diapasão, HOMOLOGO os cálculos constantes da petição de fls. 150-157 e, com supedâneo no art. 535, §3º, II, do Código de Processo Civil, determino a expedição de RPV em favor da exequente. Assim, considerando a certidão retro e em observância à Resolução do Órgão Especial de nº 01/2016, determino à secretaria de vara que proceda à devida atualização do débito. Após, adote-se a seguinte providência processual: expeça-se o regular RPV, se presentes as peças essenciais para tal providência, sendo elas: - Cópia da petição inicial da ação originária; - Procuração e/ou substabelecimento; - Sentença condenatória ou acórdão da ação originária; - Trânsito em julgado da ação originária; - Pedido de Execução; - Cópia do mandado citatório para oposição de embargos à execução; - Sentença de embargos; - Trânsito em julgado dos embargos; - Certidão de decorrência de prazo; - Memória de cálculos homologados pelo Juízo da Execução; - Decisão homologatória dos cálculos expedidos pelo Juiz; - Cópia do RG e CPF/CNPJ do credor; - Comprovação de intimação do ente devedor; - Dados bancários do autor. No caso dos autos, observa-se a juntada dos documentos elencados às pp. 184/237, na ausência de qualquer dos documentos mencionados, intime-se a parte exequente para apresentar, sendo desnecessária nova conclusão. Expedido o ofício da requisição de precatório/RPV, intimem-se as partes sobre o seu integral teor (art. 1º, IV, a da Resolução do órgão Especial 01/2016). Em seguida, envie o ofício eletrônico, referente ao precatório/RPV, para o Tribunal de Justiça do Ceará junto ao sistema SAPRE. Ultimadas as providências acima, certifique-se o seu cumprimento pela serventia. Em seguida, arquive-se o feito com as cautelas de praxe, dando baixa no sistema. Ante a ausência de resistência da parte executada nessa nova fase, deixo de condená-la ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: GEORGE ERIC COELHO E SILVA (OAB 22376/CE) - Processo 0020566-10.2019.8.06.0115 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Reuber Tadeu Vieira e Silva - Conforme disposição

expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem da MM Juíza, intimado o impetrante para recolher, em 15 dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Certidão de custas processuais, as páginas 117 dos autos.

ADV: AURIVANIA LIMA NOBRE (OAB 32156/CE), ADV: AMANDA ALVES (OAB 326111/SP), ADV: LADYANNE SILVA LIMA (OAB 35147/CE) - Processo 0021565-60.2019.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucilene Ribeiro Maia - REQUERIDO: Zenir Móveis (J. Alves e Oliveira Ltda) - Multilaser Industrial S/A - R.H. Compulsando os autos, verifica-se equívoco na decisão de pp. 148/152, no ponto em que cita a realização de perícia grafotécnica, uma vez que a perícia a ser realizada é a perícia técnica. Assim, proceda-se ao sorteio de profissional habilitado para tanto, devendo a parte da decisão, que se refere a perícia grafotécnica, ser desconsiderada. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: THIAGO CHAVES NOGUEIRA (OAB 23679/CE) - Processo 0050738-61.2021.8.06.0115 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERIDO: Darlan Coelho de Oliveira - Tratam os presentes autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS, intentado por ARLAN GABRIEL MAIA DE OLIVEIRA, SARA MAIA DE OLIVEIRA e PEDRO HENRIQUE MAIA DE OLIVEIRA, representados por sua genitora MARA DE OLIVEIRA MAIA, em face de DARLAN COELHO DE OLIVEIRA, conforme os termos exposto referido pedido. O feito seguia seu trâmite regular quando o Sr. Darlan Coelho apresentou o comprovante de quitação das pensões alimentícias em atraso (pp.34/36), sendo determinado a intimação da parte autora para apresentar manifestação (p.37), que informou que o executado efetuou o pagamento da dívida, revelando sua satisfação com o crédito recebido (pp.57/60). É o brevíssimo relatório. DECIDO. Conforme preleciona o art. 924, II, do CPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. A existência de litígio é conditio sine qua non do processo. Portanto, tendo o exequente declarado sua satisfação com o crédito, pôs-se fim ao litígio objeto desta lide. Não sendo caso de desistência, mas de extinção do processo pela satisfação do débito. Logo, considerando que a parte exequente informou o adimplemento das prestações vencidas e vincendas, resta-me em consonância com o art.924, II, Código de Processo Civil, JULGAR EXTINTA a presente ação, por sentença de minha lavra a fim de que produza seus legítimos e jurídicos efeitos, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, determinando em consequência o seu arquivamento do feito executório, após a necessária baixa na distribuição e demais formalidades legais. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: KIRK GODINHO FREIRE (OAB 36626/CE) - Processo 0050893-98.2020.8.06.0115 - Divórcio Litigioso - Oferta - REQUERIDA: R.M.F.F.F. - Portanto, o pedido de divórcio há de ser deferido, ante a manifestação expressa de vontade de ambos os cônjuges de por termo ao vínculo conjugal, não interessando ao Estado os motivos que ensejaram o pleito e não havendo nada que possa obstar o exercício do direito potestativo das partes, sob pena de violação à intimidade e à vida privada. Nesse cenário, DEFIRO A TUTELA DE EVIDÊNCIA pleiteada e DECRETO o DIVÓRCIO de DIOGO BERTO LOPES FONTES e ROBERTA MARA FREIRE FAHEINA FONTES. Expeça-se mandado de averbação, consignando que a parte ré voltará a utilizar o nome de solteira, qual seja, Roberta Mara Dias Freire Faheina. Acolho, por fim, o parecer ministerial de pp. 78/80, e designo audiência de instrução e julgamento, para tomada de depoimento das partes. À Secretaria para que designe audiência de instrução e julgamento, devendo as partes comparecerem com suas testemunhas independentemente de intimação. Dê-se ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: JOSE MENESCAL DE ANDRADE JUNIOR (OAB 6018/CE), ADV: OSILENE FERREIRA CASTRO (OAB 27596/CE) - Processo 0051065-40.2020.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luisa Mara Lima Beserra - REQUERIDO: Unimed Ceará Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará e outro - De logo, quanto à preliminar suscitada pela Unimed Ceará, para que seja incluída no polo passivo da ação, e exclusão da Unimed Vale do Jaguaribe, entendo pertinente, vez que a documentação acostada aos autos, notadamente às pp. 36, 39/54, demonstra que a parte autora é usuária da Unimed Ceará, devendo recair sob esta a responsabilidade contratual. Assim, inclua-se no polo passivo da demanda a UNIMED CEARÁ, excluído-se a Unimed Vale do Jaguaribe da presente ação. Dando seguimento, em sentido inverso ao pretendido, não merece acolhimento a preliminar de impugnação da gratuidade da justiça. O direito ao benefício da gratuidade judiciária não se limita à pessoa hipossuficiente, mas toda àquela que venha a comprometer sua renda, caso tenha que recolher as custas processuais. No caso, a parte apresentou não somente a declaração de hiposuficiência, mas também outros documentos nos autos, notadamente acostados às pp. 66/74, demonstrando que a requerente é menor impúbere e sua representante legal é servidora pública do Município de Limoeiro do Norte, inclusive encontrando-se de licença sem remuneração para tratar de familiar com problema de saúde. Ademais, presumem-se verdadeira a alegação por pessoa natural de insuficiência financeira, até que se prove o contrário. De acordo com o Código de Processo Civil: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Assim, caberia a impugnante demonstrar que o pagamento das custas processuais não comprometeria a renda familiar da parte autora. Dessa forma, não tendo sido a parte ré capaz de demonstrar a inexistência da condição de hipossuficiência financeira da autora, ou mesmo que o pagamento das custas não afetaria a renda da requerente, não merece prosperar a impugnação ao pedido de gratuidade da justiça. Outrossim, em que pesem as informações trazidas no pleito autoral para fundamentar o pedido reconsideração da decisão de pp. 131/137, entendo pela manutenção da decisão anteriormente proferida, por seus próprios fundamentos, haja vista que em face dos argumentos levantados não veio qualquer fato novo capaz de modificar o decisum, uma vez que não há comprovação de que na área de abrangência do contrato, não exista disponibilidade de profissionais necessários ao tratamento médico em favor da autora, de modo que, em tese, ensejaria a inviabilidade contratual pela preferência/escolha por profissional não constante na rede credenciada. Assim, mantenho a decisão de pp. 131/137. Na sequência, verifico que as partes são legítimas e estão bem representadas. Observo ainda que o objeto da demanda é lícito e o pedido se afigura juridicamente possível. A controvérsia consiste na comprovação se na área de abrangência do contrato existe ou não profissionais credenciados para atendimento/tratamento ao procedimento prescrito em favor da autora, a ensejar a excepcionalidade contratual a permitir à demandante optar em ser assistida fora da rede credenciada. Outrossim, ao pedido constante na inicial é aplicável subsidiariamente as normas ditadas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90). Sobre o tema, inclusive, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, com a edição da súmula nº 608: Súmula 608 -Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão. (Súmula 608, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/04/2018, DJe 17/04/2018) (destaquei) Desse modo, com base no que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, VIII,DEFIRO a inversão do ônus da prova, conforme postulado pela parte autora, cabendo o promovido apresentar o contrato na sua integralidade, bem como apresentar rol de credenciamento dos profissionais nas áreas de atuação necessárias ao atendimento à parte autora, conforme área de

abrangência do contrato firmado, no prazo de 15 dias. Com a juntada das informações e documentos, intime-se a autora para manifestação, em 05 dias. Ainda, devem nesse momento as partes especificar se pretendem comprovar os fatos alegados em inicial e contestação com outras provas, devendo serem intimadas para que manifestem no prazo de dez dias quanto ao interesse em produzir outras provas, e que especifiquem quais pretendem realizar, justificando sua necessidade. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: DINA ERICA FERREIRA VIEIRA (OAB 29731/CE) - Processo 0051278-46.2020.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Raimundo Jairton Nogueira Guimaraes - R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar o requerimento administrativo a que fez referência em audiência de conciliação. Empós, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: BÁRBARA LIMA BESSA (OAB 43569/CE) - Processo 0051739-81.2021.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Pedido de Liminar - REQUERENTE: Edgar Bessa - Ante o exposto, intime-se a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação desta decisão, e havendo indicação para cirurgia, realizar o procedimento, respeitadas as condições clínicas do paciente. Caso não haja vaga na rede pública, que forneça o atendimento privado, arcando com todos os custos, sob pena de bloqueio. Intime-se para cumprimento. Ciência ao Ministério Público.

ADV: IGOR COSTA CAVALCANTE (OAB 25275/CE) - Processo 0200049-92.2022.8.06.0115 - Cautelar Fiscal - Violação de domicílio - AUTOR: Herlânio Chaves Silva - In casu, entendo que, em sede de cognição sumária, nenhum dos requisitos acima apontados foram preenchidos. A análise da petição inicial, juntamente com os documentos apresentados, não permite formular um juízo de probabilidade acerca da verossimilhança dos fatos alegados. Assim, deve-se respeitar o contraditório e a ampla defesa, consagrados constitucionalmente, sendo necessário aguardar a oportunidade conferida à parte ré de apresentar resposta. Assim, indefiro a liminar solicitada, haja vista que a notificação ocorrera aos 14/09/2021, portanto, não se observa o requisito do perigo na demora. Cite-se o Estado do Ceará para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias corridos, indicando as provas que porventura deseja produzir. Cite-se e intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: ANACLEIA DE SOUSA LIMA (OAB 20353/CE) - Processo 0200055-02.2022.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rozilda Maia Lima - Assim, ausentes os requisitos da medida pleiteada, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo da demora, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Noutro giro, considerando que foi instalado nesta Comarca o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos, e havendo conciliadores e/ou mediadores capacitados e registrados, remeta-se os autos para realização de audiência de conciliação(art. 334, NCPC). Cite-se A PARTE REQUERIDA com antecedência de até 20 (vinte) dias para a sessão de conciliação e mediação supradesignada (art. 334, caput, CPC), advertindo-a de que: I - havendo desinteresse na composição consensual, deverá informar por petição, apresentada com prazo de 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência; II deverão comparecer acompanhados de advogado; III - o não comparecimento injustificado à citada audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (NCPC, art. 334, §§ 5º e 8º). Intime-se a parte autora na pessoa de seu Advogado para comparecer à audiência (CPC, art. 334, § 3º). Presidirá a Sessão de Conciliação e mediação Conciliador lotado CEJUSC (art. 334, § 1º, CPC). Cumpra-se na forma e sob as penalidades da Lei.

ADV: ANACLEIA DE SOUSA LIMA (OAB 20353/CE) - Processo 0200056-84.2022.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rozilda Maia Lima - Assim, ausentes os requisitos da medida pleiteada, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo da demora, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Noutro giro, considerando que foi instalado nesta Comarca o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos, e havendo conciliadores e/ou mediadores capacitados e registrados, remeta-se os autos para realização de audiência de conciliação(art. 334, NCPC). Cite-se A PARTE REQUERIDA com antecedência de até 20 (vinte) dias para a sessão de conciliação e mediação supradesignada (art. 334, caput, CPC), advertindo-a de que: I - havendo desinteresse na composição consensual, deverá informar por petição, apresentada com prazo de 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência; II deverão comparecer acompanhados de advogado; III - o não comparecimento injustificado à citada audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (NCPC, art. 334, §§ 5º e 8º). Intime-se a parte autora na pessoa de seu Advogado para comparecer à audiência (CPC, art. 334, § 3º). Presidirá a Sessão de Conciliação e mediação Conciliador lotado CEJUSC (art. 334, § 1º, CPC). Cumpra-se na forma e sob as penalidades da Lei.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0121/2022

ADV: RAPHAELA BARROS GADELHA (OAB 22427/CE), ADV: FATIMA WESLLYA FREIRE DE OLIVEIRA (OAB 23346/CE), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0001374-28.2018.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Klycya Kelly do Rego Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R.H. Autos retornaram do e. TJCE com julgamento do recurso interposto. Intimem-se as partes, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para requererem o que entenderem de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se com a devida baixa na distribuição, observando as cautelas legais. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 141458-A/CE) - Processo 0015617-11.2017.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Margarida Alves de Freitas - REQUERIDO: Banco Votorantim S.a - R.H. Autos retornaram do e. TJCE com julgamento do recurso interposto. Intimem-se as partes, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para requererem o que entenderem de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se com a devida baixa na distribuição, observando as cautelas legais. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO FHELIPE FREITAS MARTINS (OAB 37147/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0050810-82.2020.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fabiana Almeida da Silva - REQUERIDO: Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda (apec) - Isso posto, com fundamento no art. 487, I, CPC, julgo PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, para declarar a inexistência de débito em nome da parte autora, referente à dívida no valor de R$ 1.381,96 (mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), atualizado hoje para R$ 7.361,35 (sete mil trezentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos) junto à parte ré, confirmando e tornando definitiva a tutela concedida, para que a ré se abstenha de inscrever o nome da autora nos órgão restritivos de crédito por conta

deste débito. CONDENO, ainda, a Requerida, a pagar a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à requerente, a título de danos morais, acrescidos de juros de mora, devendo o referido montante ser atualizado com juros de mora de 1% a.m., desde o evento danoso (súmula 54, STJ) e corrigidos monetariamente com base no INPC, a partir do efetivo prejuízo (súmula 43, STJ). Deverá a Requerida arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios da parte autora, que arbitro em 10% do valor total da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certificado o trânsito em julgado da presente decisão, arquive-se o feito.

ADV: HERALDO DE HOLANDA GUIMARÃES JUNIOR (OAB 33954/CE) - Processo 0050930-28.2020.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Marcondes da Silva Lima - Compulsando os autos, verifico que a parte autora foi intimada para apresentar manifestação, informando se persistia o interesse no prosseguimento do feito (p.155). Em petição de pp.163/165 a parte autora requer o prosseguimento do feito, com a redesignação de audiência de conciliação para data mais breve possível. Desse modo, determino a remessa dos autos a CEJUSC para a designação de nova data para a realização da audiência de conciliação. Posteriormente, sejam intimadas as partes sobre a nova data para realização da audiência. Deverá a secretaria observar ainda que a parte autora constitui novo advogado (163/165), fazendo assim a atualização necessária no sistema para que as intimações não sejam realizada de forma equivocada. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: MARIA ALDENIR CHAVES SILVA (OAB 9908/CE) - Processo 0051001-30.2020.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mauri Costa Mano - Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO ajuizada por MAURI COSTA MANO em face de WENDELL DE ANDRADE FELIX conforme exposto na inicial (pp.01/07). Despacho inicial (pp.105/106) deferindo a gratuidade da justiça e determinando a realização de audiência de conciliação, a qual não se realizou (pp.118/119) em virtude da ausência do promovido, cuja citação não foi efetivada, no AR (p.116), consta a informação de Ausente, sendo requerido pelo autor, prazo para juntada do endereço atualizado. Juntada do endereço atualizado (p.122), sendo determinando a redesignação da audiência, com posterior intimação das partes (p.123). Carta de intimação do requerido com a informação de Mudou-se (p.133). A parte autora apresentou novo endereço do requerido (p.138), com retorno informando Ausente (p.143). Em petição de p.145, a parte autora requer a intimação do requerido através de Oficial de Justiça no endereço já fornecido, requerendo ainda que o Oficial de Justiça identifique o funcionário da empresa, no caso de nova recusa de recebimento da citação. Verifico que a parte autora informou contato telefônico, quando informou o endereço do requerido (p.138). Desse modo, tendo em vista que a nova audiência designada ainda não se realizou (16/02/2022), determino a intimação pessoal do requerido, no endereço fornecido pela parte autora, com atenção ao contato telefônico informado (p.138). Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: IVANILDO SILVA DE AMORIM (OAB 30510/CE) - Processo 0051449-03.2020.8.06.0115 - Arrolamento Comum - Perdas e Danos - ARROLANTE: Francisco Ferreira Neto - ARROLADO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Isso posto, com fundamento no art. 487, I, CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, para DECLARAR a inexistência do débito em nome da parte autora, com relação à dívida no valor de R$ 1.499,13 (um mil quatrocentos noventa nove reais e treze centavos) além de juros e multa, referente às faturas dos meses de JUNHO, JULHO e AGOSTO/2020, junto à requerida. CONDENO, ainda, a Requerida a devolver o montante de R$ 44,82 (quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), em dobro, corrigido monetariamente pelo INPC e com juros de mora de 1% ao mês, ambos computados desde o desembolso. Ante a mínima sucumbência da parte autora, deverá a Requerida arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios da parte autora, que arbitro em 10% do valor do proveito econômico obtido pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certificado o trânsito em julgado da presente decisão, arquive-se o feito.

COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0040/2022

ADV: RAFAEL DE ALMEIDA ABREU (OAB 19829/CE), ADV: ABIMAEL CLEMENTINO FERREIRA DE CARVALHO NETO (OAB 10509/CE) - Processo 0002175-35.2018.8.06.0117 (processo principal 0019812-33.2017.8.06.0117) - Impugnação de Crédito - Concurso de Credores - IMPUGNADO: PASTEL POINT PASTÉIS DOCES E SALGADOS LTDA e outro - Cuida-se de habilitação de crédito, intentada pela Caixa Econômica Federal em face da empresa China Point LTDA e Pastel Point Ltda, que se encontram em recuperação judicial. O administrador judicial se manifestou às fls. 213/222. As recuperandas apresentaram impugnação às fls. 223/232. Intimada, a empresa habilitante apresentou pedido de aditamento (fls. 240/251). Dessa forma, intime-se a empresa recuperanda e o administrador judicial para que, no prazo de quinze dias, se manifestem quanto à petição de fls. 240/251. Expedientes Necessários.

ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSE RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0007858-19.2019.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fundo Investimento Em Direitos Credit. Multsegmentos Npl Ipanema Vi- Não Padronizado - Cumpra-se a decisão de fls. 190. Anotem-se os nomes dos atuais patronos do autor/cessionário indicados às fls. 197. Exp.Nec.

ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 37066/CE), ADV: CAIO VALERIO GONDIM REGINALDO FALCAO (OAB 12008/CE) - Processo 0009669-14.2019.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Limitação de Juros - REQUERENTE: Vladimir Lima da Silva - REQUERIDO: Bv Financeira S/A Cfi - Vladimir Lima da Silva, devidamente qualificado na exordial, ajuizou a presente ação Revisional contra Bv Financeira S/A Cfi. Indeferido o beneficio da gratuidade e recolhidas as custas, fl. 81. Indeferido o pedido de tutela e designada audiência de conciliação, fls. 89/94. Antes da realização da audiência de conciliação, a parte requerida apresenta contestação às fls. 115/182. Audiência de conciliação sem êxito, fl. 189. Intimada as partes para apresentarem provas, apresentam pedido de homologação de acordo extrajudicial, o qual foi juntado aos autos às fls. 195/246. A parte autora junta substabelecimento sem reserva de poderes às fl. 257/258 e requer a homologação do acordo à fl. 263. É o relatório. Decido. Inicialmente habilite-se o patrono indicado a fl. 258, devendo-se excluir o anterior. A formalização de acordo entre as partes retira do Poder Judiciário a competência para analisar o mérito da causa, notadamente quando as partes são maiores e capazes, e o objeto da avença é perfeitamente lícito. Isto posto, com arrimo no art. 487, b do CPC, homologo o acordo celebrado pelas partes às fls. 244/246, o qual fica sendo parte integrante deste decisório. Custas e honorários advocatícios na forma pactuada. Transitada esta em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos com baixa na distribuição. P. I.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0011595-30.2019.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - Trata-se de ação de

Busca e Apreensão impetrada por Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A em face de Antoniele Rodrigues da Silva. A liminar foi deferida às fls. 55/56. Mandado expedido à fl. 60 e devolvido sem a finalidade atingida à fl. 61. Realizadas diversas diligências para apreensão do bem, porém todas sem sucesso. A parte autora apresentou pedido de desistência à fl. 132. É o relatório. Decido . Após a apresentação da defesa, é necessária a concordância da parte adversa para que haja desistência do feito. No caso, ainda não havia sido realizada a citação da parte ré, o pedido de liminar ainda não havia sido cumprido, logo como houve pedido de desistência desta ação e não houve a formação do contraditório, homologo o pedido de desistência e julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil CPC. Custas pela parte autora. Deixo de apreciar o pedido de retirada de restrição junto ao sistema Renajud por não haver tal ordem desse Juízo. A parte autora declina do prazo recursal na petição de fl. 132, pelo que determino a certificação do transito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito, com baixa na distribuição. P.I.

ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: JESSICA GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 30053/CE), ADV: CATERINE DE HOLANDA BARROSO (OAB 13806/CE), ADV: REGINA HELENA COSTA E COSTA LIMA (OAB 8230/CE), ADV: SOLANA MARIA MARTINS CARMO (OAB 6972/CE) - Processo 0021679-95.2016.8.06.0117 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERIDO: Bnb - Banco do Nordeste do Brasil S/A - Jose Ribamar Cardoso e outro - Intimem-se as partes para que indiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir. Exp. Nec..

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0038474-50.2014.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a - Intime-se a parte requerente para que se manifeste, no prazo de dez dias, quanto à certidão de fl. 386. Expedientes Necessários.

ADV: ADRIANA ASTUTO PEREIRA (OAB 80696/RJ) - Processo 0047180-22.2014.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Arcor do Brasil Ltda - Intime-se a parte requerente para que se manifeste, no prazo de dez dias, quanto à certidão de fl. 269. Expedientes Necessários.

ADV: PEDRO DO NASCIMENTO LIMA FILHO (OAB 38368/CE) - Processo 0052845-72.2021.8.06.0117 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Antônia Reani Rodrigues Barros - ...Decorrido o prazo, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, que dê o devido andamento ao feito, sob pena de indeferimento da inicial. Exp. Necessários.

ADV: THAIS TIMBO BEZERRA (OAB 37364/CE), ADV: BRENO SILVA CORRÊA (OAB 33948/CE), ADV: RAFAEL STUDART SINDEAUX (OAB 23852/CE), ADV: PEDRO VASCO DANTAS OLIVEIRA (OAB 23682/CE) - Processo 0053493-52.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gleydson Cesar de Oliveira Borges - Cuidam-se de embargos de declaração, ajuizados pela parte autora em face de sentença proferida por este juízo, visando sanar erro material por premissa fática equivocada e tornar nula a sentença, dando prosseguimento ao feito. Segundo o embargante, este juízo, ao proferir sentença de extinção sem resolução de mérito processo, não considerou que houve interposição de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo de forma tempestiva. Assevera que o recurso não foi julgado e que não é razoável penalizar o recorrente por morosidade do Poder Judiciário e por ausência de comunicação do juízo ad quem. Aduz ainda que as partes têm direito de obter, em prazo razoável, solução integral de mérito e que não pode ser prejudicado por ato do qual não deu causa. Pugna, por essa razão, pelo acolhimento dos embargos para sanar o erro material por premissa fática e afastar a sentença de extinção. É o que importa relatar. Decido. A parte embargante assevera que este juízo incorreu em erro material por premissa fática equivocada ao julgar extinto o presente feito por ausência de recolhimento das custas sem considerar que houve interposição de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo de forma tempestiva. Argumenta também que não pode ser imputada à parte a morosidade do Poder Judiciário e a ausência de comunicação pelo juízo ad quem da interposição do recurso. Bem, não há que se falar em erro material deste juízo ao proferir a sentença de fls. 143/144. Isso porque não havia nenhuma decisão do Tribunal de Justiça suspendendo a decisão agravada. A simples interposição de agravo de instrumento, sem proferimento de decisão suspensiva pelo juízo ad quem e sem pedido de suspensão do feito pela parte promovente, não tem condão de ensejar a paralisação do feito. No caso dos autos, o prazo para a parte se manifestar havia decorrido sem que nada tivesse sido pleiteado a este juízo, tampouco havia ainda qualquer decisão de suspensão em segundo grau. Logo, não há porque tornar nula a sentença que extinguiu o feito. Ademais, cumpre verificar que, ainda que assim não fosse, em consulta ao agravo de instrumento, foi possível verificar que este foi extinto em razão da perda do objeto ante o julgamento do feito, não sendo mais os embargos de declaração a seara adequada para a discussão do feito. Diante do exposto, conheço do recurso, mas nego-lhe provimento. Embora não verificada a ocorrência dos vícios preconizados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, não considero os presentes embargos de caráter protelatório, motivo pelo qual deixo de aplicar a regra contida no § 2º, do art. 1.026 do mesmo diploma legal, nos termos da Súmula n. 98 do Superior Tribunal de Justiça. Reabro o prazo para eventual recurso. Intimem-se. Expedientes Necessários.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0053775-27.2020.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.a - Defiro o pedido de fls. 88/90. Expeça-se mandado de citação, a serem cumpridos nos endereços ali indicados. Antes, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue o recolhimento das custas relativas às diligências do oficial de justiça. Expedientes Necessários. Maracanaú, 06 de dezembro de 2021.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE), ADV: RILKER RAINER PEREIRA BOTELHO (OAB 63364/DF) - Processo 0053915-61.2020.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.a - REQUERIDO: Andrews Rutiere da Silva Marcelino - Cuidam-se de embargos de declaração, ajuizados pela parte autora em face de sentença proferida por este juízo, visando a sanar contradição. Segundo o embargante, este juízo incorreu em contradição ao proferir a sentença de fls. 124/125 em razão de ter homologado a desistência do feito e condenado a instituição bancária ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em dez por cento sobre o valor da causa. Isso porque o artigo 85 do Código de Processo Civil dispõe que as despesas processuais devem ser custeadas por quem deu causa à demanda, logo, como a ação de busca e apreensão foi interposta em razão do inadimplemento da parte promovida, o embargante não deve ser o responsável pelo custeio das despesas. Pugna, por essa razão, pelo acolhimento dos embargos para sanear a contradição e condenar a parte embargada em custas e honorários advocatícios. É o que importa relatar. Decido. A parte embargante assevera que este juízo incorreu em contradição por ter homologado a desistência do feito e lhe condenado a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, quando o artigo 85 do CPC é no sentido de quem deu causa ao processo é que deve arcar com as despesas processuais, Bem, não há que se falar em omissão, contradição ou obscuridade na referida decisão, pois toda a matéria foi decidida de forma clara e objetiva. Diz-se isso porque a sentença previu de forma expressa que a condenação em custas e honorários advocatícios se daria na forma do artigo 90 do CPC, que informa que, quando a sentença é proferida com fundamento na desistência, as despesas serão pagos por quem desistiu. Os presentes embargos de declaração visam, na verdade, a reapreciação dos fundamentos que ensejaram a prolação da sentença de fls. 124/125. Entende o Supremo Tribunal Federal que: são incabíveis os Embargos Declaratórios, quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais

de admissibilidade, venha esse recurso, com desvio de sua função jurídico-processual a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. (EDAg.Reg. np RE nº 156.576-9, RJ, Rel. Ministro Celso de Mello, DJU 6.9.95). Dessa forma, não há omissão a ser sanada por este juízo, buscando a parte uma reanalise jurídica em sede recursal imprópria. Diante do exposto, conheço do recurso, mas nego-lhe provimento. Embora não verificada a ocorrência dos vícios preconizados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, não considero os presentes embargos de caráter protelatório, motivo pelo qual deixo de aplicar a regra contida no § 2º, do art. 1.026 do mesmo diploma legal, nos termos da Súmula n. 98 do Superior Tribunal de Justiça. Reabro o prazo para eventual recurso. Intimem-se as partes para que tomem ciência da presente decisão. Expedientes Necessários.

ADV: FRANCISCO FABIO DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 30879/CE), ADV: MARIA RACHEL DE ANDRADE COSTA (OAB 14437/CE), ADV: JADER MATOS CAVALCANTE FILHO (OAB 24654/CE), ADV: KENIA RIOS DE LIMA (OAB 21769/CE), ADV: JOAO PAULO GOMES DIAS (OAB 20746/CE), ADV: JOSE ARAUJO DE PONTES NETO (OAB 21693/CE), ADV: SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO (OAB 14439/CE), ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE), ADV: FABIANA MELO FEIJAO (OAB 14918/CE), ADV: VICTOR DIEGO SOARES DE ALMEIDA (OAB 21415/CE) - Processo 0054619-74.2020.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Celia Maria dos Santos - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cuida-se, na espécie, de Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais e pedido de tutela antecipada, manejada por Célia Maria dos Santos em desfavor da Companhia de Água e Esgoto do Ceará CAGECE. Como fundamentação ensejadora do provimento jurisdicional pretendido alega, a parte autora, em síntese, que: a) é proprietária de imóvel situado na cidade possui conta de água e esgoto e nos últimos meses, a consumidora não utilizou mais que 12m³; b) para a surpresa da autora, a fatura referente ao mês 10/2020 apresentou o valor de R$ 349,14, ; c) em 01/10/2020, abriu um chamado, conforme protocolo nº 145950175, solicitando a reavaliação dos valores ali cobrados; d) o prazo final da visita seria até 08/10/2020, porém ninguém compareceu; e) a conta referente ao mês 11/2020 foi faturada em R$ 52,16, demonstrando que houve um erro na conta relativa ao mês 10/2020. Em razão disso, requer, em sede de tutela antecipada, seja a parte promovida impedida de realizar o corte do fornecimento de água e se abstenha a realizar a inscrição do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito e, ao final, postula que a promovida recalcule a fatura relativa ao mês de out/2020, utilizando como parâmetro máximo para cobrança 12m³, excluindo juros e multa, bem como condenação em indenização por dano moral. Com a inicial vieram os documentos de fls. 18/21. Indeferido o pedido de tutela antecipada, fls. 57/59. Pedido de reconsideração formulado às fls. 24/25. Realizada audiência de conciliação que resultou inexitosa, fls. 87/88. Devidamente citada, a ré apresentou contestação a fls. 89/99, apontando que: i) o imóvel residencial é de alto consumo; ii) nos dias 21/10/2020 e 05/11/2020, a parte requerida compareceu ao local, mas foi impedida de realizar inspeção pois o imóvel se encontrava fechado; iii) inexistência de danos morais ante a inexistência de corte indevido e de inscrição nos cadastros de proteção ao crédito ou protesto de título. Ao final, pugnou pela improcedência do pedido inicial. Juntou documentos a fls. 77/82. Intimada, a parte requerente apresentou réplica. Instadas a especificarem as provas que pretendiam produzir, as partes pugnaram pelo julgamento antecipado do feito. É o relatório. Decido. Não há preliminares a serem analisadas/resolvidas, razão pela qual passo ao mérito. Com efeito, a análise do histórico de consumo de água na unidade consumidora do autor permite concluir que o valor referente ao mês de outubro de 2020 é muito superior à média de consumo normalmente observada. De fato, a alegação do autor de que houve falha na apuração dos valores devidos é verossímil, diante do elevado valor cobrado em consideração a média de consumo. Essa circunstância, aliada à hipossuficiência do autor, autoriza a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Confira-se: 1. A inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial (AgRg no REsp 1358181 / RN, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, j. 18/06/2015, DJe 06/08/2015) 2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial. Precedentes (AgRg no REsp 1335475/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, j. 23/10/2012, DJe 06/11/2012). Assim sendo, cabia à ré a prova da regularidade de seu proceder e, neste sentido, em que pese esta afirmar que não houve qualquer irregularidade ou erro de leitura por parte de seus prepostos, não trouxe aos autos qualquer documento que pudesse comprovar de maneira satisfatória que a cobrança apresentada estava realmente correta. Tampouco juntou aos autos qualquer documento para impugnar a alegação do autor de que a quantidade de água informada como utilizada é incompatível com sua unidade consumidora. Pelo contrário, sua defesa baseia-se no fato de que no imóvel se encontrava fechado quando uma equipe sua foi ao local, contudo, frise-se que a data das visitas superam, em muito, a data prevista para tanto, não se podendo exigir que o consumidor fique eternamente ao aguardo do réu. Frise-se que o consumo, passado o mês de outubro/2020, voltou aos patamares anteriores. Deste modo, a revisão da conta de água é medida que se impõe. Sobre o tema, trago à colação jurisprudência sobre o tema: APELAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. Demanda julgada parcialmente procedente. Cobrança exorbitante em um único mês, totalmente destoado do consumo registrado nos meses anteriores e posteriores. Verossimilhança nas alegações da autora. Relação de consumo. Possibilidade de inversão do ônus da prova. Inteligência do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Ré não se desincumbiu do ônus de comprovar a inexistência de falhas no relógio medidor e que o consumo registrado realmente estava correto. Ausência de perícia técnica no aparelho medidor. Reconhecimento da inexigibilidade do débito. (grifos meus). Consumo do mês deverá ser medido com base na média dos meses anteriores e posteriores. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJSP, Apelação nº 0032957-47.2012.8.26.0224, rel. Azuma Nishi, 27ª Câmara de Direito Privado, j. 10/11/2015) RECURSO INOMINADO. OBRIGACIONAL. CONSUMIDOR. FATURA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA COM VALOR COBRADO EXORBITANTE. CONSTATAÇÃO DE FALHA NO MEDIDOR. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO AFASTADA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Narra a parte autora que em março de 2018 a fatura pelo fornecimento de água totalizando R$ 664, 67, valor que extrapola consideravelmente o cobrado em média pelo consumo da unidade residencial. Aduz que a prestação pelo serviço de esgoto também subiu drasticamente. Relata ter entrado em contato com a concessionária e solicitado verificação e conserto do hidrômetro, mas nada ocorreu. Afirma que não tem condições de arcar com a conta e a empresa não aceitou a justificativa, condicionando a permanência dos serviços ao pagamento completo da fatura. Pugna pela determinação de que a ré se abstenha de realizar o corte no fornecimento de água, sob pena de multa diária no montante de R$ 500,00 por descumprimento, bem como se abstenha de negativar o nome do autor, também sob pena de multa diária, pela declaração de inexistência do débito com recálculo da forma prevista em lei e pela condenação da requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de danos morais. 2. Sobreveio decisão liminar determinando que a demanda se abstivesse de suspender o fornecimento do serviço, sob pena de multa diária de R$ 200,00, e de incluir o nome do requerente no cadastro dos órgãos de

proteção ao crédito, sob pena de multa de R$ 3.500,00 para cada negativação indevida. A medida ainda condicionou sua manutenção ao pagamento das faturas vincendas desde que emitidas em valor compatível com a média consumida. A sentença julgou parcialmente procedente a ação a fim de determinar inexigível o débito de R$ 664,67, sob pena de multa diária, caso os atos de cobrança sejam mantidos, na quantia de R$ 500,00, condenar a requerida a realizar o recálculo da fatura em questão, com base na média de consumo dos últimos seis meses, no prazo de 15 dias a contar da homologação da decisão, e tornou definitiva a liminar deferida. 3. Pois bem, o autor anexou à inicial fatura com cobrança que destoa do valor médio pago pelo fornecimento de água, indício suficiente para afastar a presunção de legitimidade do ato administrativo. Além disso, solicitou verificação do hidrômetro. A situação afasta a hipótese de que ocorreu vazamento interno ou desleixo do requerente, pois fazer o pedido de verificação implicaria em um planejamento minucioso da produção de prova para posterior ação, fugindo do comportamento do homem médio. Dessa forma, entender que o demandante pretende apenas eximir-se de cobrança válida seria atribuir-lhe má-fé por meras alegações, prática vedada pelo ordenamento. Presume-se a boa-fé até que o oposto seja demonstrado. 4. Ademais, incontroversa a constatação de falha na medição, segundo laudo técnico produzido pela empresa. Em que pese tal documento atestar que não houve medição superior, e sim inferior ao utilizado, tal informação não condiz com a realidade, já que, após a reinstalação do hidrômetro, o consumo não subiu, mas normalizou, conforme tela sistêmica que mostra o histórico de consumo. Outrossim, diante da verossimilhança do exposto na inicial, cabia ao réu a comprovação de fato impeditivo do direito autoral. 5. Destarte, merece a sentença ser mantida pelos próprios fundamentos nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. RECURSO IMPROVIDO(Recurso Cível, Nº 71008219800, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Julgado em: 25-04-2019) FORNECIMENTO DE ÁGUA. Cobrança de valor muito superior ao consumo médio do autor. Valor exorbitante que se restringe a um único mês do ano. Alegação de erro nos valores cobrados. Verossimilhança das alegações e hipossuficiência do autor. Inversão do ônus da prova. Ausência de comprovação da regularidade da cobrança. Débito inexigível. Critério de apuração do valor devido que se mostra razoável e permite a remuneração pelo serviço prestado. (grifos meus). Recurso desprovido (TJSP Apelação nº 0020984- 95.2012.8.26.0224, 27ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Relator: Milton Carvalho, Data do Julgamento: 02/03/2017). Quanto ao pedido de reparação de danos morais, vê-se que a autora necessitou ajuizar ação em face da empresa ré para evitar que fosse suspensa indevidamente a prestação de serviço essencial, o que não pode ser considerado mero aborrecimento, mas verdadeira lesão a direitos da personalidade, ressaltando que a empresa fornecedora deve ser responsabilizada pelos erros na sua atuação. Comprovado, desta forma, a existência de dano moral indenizável suportado pela autora. Isto considerado, resta o dever de fixar o valor devido a esse título. Neste ponto, entendo que o valor pleiteado pelo autor é elevado, pois não guarda proporcionalidade com o dano sofrido, devendo ser minorado. Deve ser tomado como ponto de partida o grau de culpa do causador do dano e sua capacidade econômica, já que a reparação moral, se de um lado busca produzir compensação que possa apagar dor suportada pelo prejudicado, de outro lado há de servir como punição àquele que age ilicitamente causando danos a terceiros. Considerando-se o grau de culpa e a capacidade econômica da empresa ré entendo justo e suficiente à reprovação da sua conduta a fixação da indenização no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Em resumo de tudo o que foi dito, sendo indiscutível o ato ilícito e absolutamente certo o nexo de causalidade, a procedência do pedido de indenização por danos morais é medida que se impõe à correta solução do caso em questão. Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo autor, extinguindo o processo com fundamento no art. 487, I do CPC, para declarar inexigível o débito lançado no mês de outubro de 2020, determinado que a requerida proceda ao recalculo das faturas de acordo a média de consumo, bem como condenar a empresa ré a pagar ao autor, em razão dos danos morais suportados, a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) com correção monetária desde a data da prolação da presente sentença e juros de 1% ao mês a partir do evento danoso. Considerando a sucumbência mínima do autor, condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários ao advogado da parte adversa, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, com fundamento no art. 85, §2º do C.P.C. P.I.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0057728-62.2021.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Trata-se de ação de busca e apreensão impetrada por Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A em face de Ismael Carlos Muniz Vicente. Deferida a liminar de busca e apreensão às fls. 111/112. À fl. 113, o banco pediu a suspensão do feito por trinta dias e cancelamento de eventual restrição via RENAJUD. Deferida a suspensão do feito à fl. 114. Em petição à fl. 115, o banco pediu a desistência do feito e pugnou pela aplicação do artigo 485, VI e IV por ter havido perda do objeto e falta do interesse de agir superveniente. Pugnou ainda pela aplicação do artigo 85, X do CPC, condenando, ante a perda do objeto, em honorários quem deu causa ao processo. Além do cancelamento de restrição via Renajud. É o que importa relatar. Decido. Após a apresentação da defesa, é necessária a concordância da parte adversa para que haja desistência do feito. No caso, ainda não havia sido logrado êxito na busca e consequentemente na citação, não tendo sido apresentada contestação, logo como houve pedido de desistência desta ação e não houve a formação do contraditório, homologo o pedido de desistência e julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil CPC. Indefiro o pedido de retirada de restrição via renajud tendo em vista que este juízo não realizou bloqueio do veículo. Cabe à parte realizar administrativamente as medidas que entender necessárias por atos seus exteriores ao processo. Indefiro o rogo de aplicação do artigo 90, §3º do CPC, haja vista não se tratar de transação, mas sim de pedido de desistência. Indefiro ainda o pedido de aplicação do artigo 85, §10º do CPC, pois não está sendo proferida sentença por perda do objeto. O dispositivo a ser aplicado no caso em apreço é o artigo 90, pois se trata de pedido de desistência da ação. Dessa forma, custas pelo autor. Deixo de condenar em honorários, haja vista não ter sido formado o contraditório. Fica revogada, desde já, a liminar de fls. 111/112. Com o trânsito em julgado desse decisum, proceda-se ao arquivamento do fascículo processual, com baixa na distribuição, precedida das devidas e necessárias anotações. Publique-se. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022

ADV: LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES (OAB 22373/CE) - Processo 0026786-23.2016.8.06.0117 - Monitória - Nota de Crédito Industrial - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a. - Bnb - Expeça-se carta precatória para a comarca de Fortaleza a ser diligenciada nos endereços indicados pelo exequente às fls. 172. Antes porém, intime-se o exequente para recolher as custas de expedição de precatória e diligência do oficial de justiça. Exp.Nec.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0041168-60.2012.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Itapevitapeva XII Multicarteria Fundo de Inestimento em Direitos Creditorios não Padronizados - Cuida-se de ação de busca e apreensão, convertida em ação de execução de título extrajudicial, intentada

por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, posteriormente substituída por Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, em face de Maria Lima Lopes. À fl. 213, o feito foi suspenso por um ano, nos termos do artigo 921, III, §1º ao §3º do CPC. Em petição às fls. 214/215, Itapeva XII Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e a parte Itapeva VII Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados informaram que o crédito objeto da presente ação foi incorporado pela Itapeva XII Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e requereram a substituição processual. Apresentaram os documentos de fls. 216/331. Em petição às fls. 332/333, Itapeva XII Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e a parte Itapeva VII Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados pugnaram novamente pela substituição processual. Às fls. 452/453 e 454/455, Itapeva XII Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados pugnou pela expedição de alvará quanto aos valores penhorados. É o que importa relatar. Decido. Primeiramente, determino o seguimento do feito, retirando-se a suspensão do sistema. Ante a transferência dos ativos para Itapeva XII FIDC-NP, consoante fl. 268, defiro o pedido de substituição processual. Retifique-se o polo ativo da ação, fazendo constar Itapeva XII Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.. Proceda-se a devida habilitação de seus patronos. Em relação ao pedido de levantamento dos valores, às fls. 204/205, determinou-se a transferência dos valores para conta judicial a fim de realizar o levantamento em favor do exequente. Dessa forma, como a requerida, devidamente citada, não apresentou embargos, assim como intimada do bloqueio (fl. 201), não se manifestou, expeça-se alvará de levantamento em favor da parte exequente, consoante dados bancários de fls. 453/453. Após o efetivo recebimento dos valores, deverá a parte exequente apresentar, no prazo de dez dias, planilha de cálculos atualizada com a devida amortização dos valores recebidos. Intime-se a parte para ciência da presente decisão. Expedientes Necessários.

ADV: ANTONIO EGEDEMO MARTINS (OAB 21740/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0051501-90.2020.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Lucia da Silva Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Intimem-se as partes para que indiquem, justificadamente, as provas que pretendem a produzir. Exp. Nec..

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0051510-18.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Sobre o pedido de fls. 143/144, diga a parte requerida. Intime-se. Exp. Nec..

ADV: MARIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 6764/CE), ADV: LAÍS BENITO CORTES DA SILVA (OAB 415467SP) - Processo 0051729-31.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERENTE: Francisco Josimar da Silva - REQUERIDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, indiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir. Expedientes Necessários. Maracanaú, 22 de janeiro de 2022.

ADV: TERESINHA ALVES DE ASSIS (OAB 35719/CE) - Processo 0055989-54.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Reintegração de Posse - REQUERENTE: Natanael Omes de Oliveira - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, que cumpra integralmente o despacho de fl. 16, devendo, para tanto, comprovar a alegada impossibilidade de custear as despesas processuais de todos os autores, bem como deve ser regularizado o polo ativo da ação juntando as devidas procurações e documentos dos demais autores e suas qualificações, sob pena de indeferimento da inicial. Exp. Necessários.

ADV: ANNA GLENDA COELHO DE SOUSA ANDRADE (OAB 35645/CE) - Processo 0200033-35.2022.8.06.0117 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Francisco Rocha Soares da Silva - Intime-se a parte autora para no prazo de 05 dias, comprovar a sua hipossuficiência, acostando aos autos documento idôneo que comprove a alegada impossibilidade de custear as despesas processuais, de logo indeferida a simples declaração unilateralmente pela parte interessada, sob pena de não deferimento do pedido de gratuidade. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: ANTONIO CESAR GUEDES FILHO (OAB 32610/CE) - Processo 0013759-65.2019.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Francisco Junior de Lima - Intime-se a parte apelada para que, querendo, apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazões ao recurso de apelação interposto. Com ou sem apresentação de contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, exceto se também for apresentado recurso pela parte contrária. Exp. Necessários.

ADV: MARCOS ANDRE FALCAO LIMA (OAB 37688/CE) - Processo 0050198-07.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Eduardo da Silva Borges - Ante a contestação de fls. 103/115, intime-se o autor. Exp.Nec.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0057832-54.2021.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Intime(m)-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, junte o contrato de forma integral. Expedientes necessários

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0200185-83.2022.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Intime-se a parte requerente para que acoste aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários. Maracanaú, 20 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2022

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649A/CE) - Processo 0022716-60.2016.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento - Cuida-se de ação de execução de título extrajudicial, intentada por Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento em face de Marta Maria Oliveira de Sousa. Às fls. 88/89, foi deferido o o pedido de arresto por meio do SISBAJUD, tendo sido bloqueados os valores de fls. 91/92. A parte executada, intimada à fl. 104, silenciou (fl. 106). É o que importa relatar. Decido. Em se tratando de arresto, determino a imediata transferência dos valores para conta judicial. Como a parte executada ainda não foi citada, expeça-se carta de citação quanto à presente execução de título extrajudicial no endereço de fl. 104. Intime-se. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0044/2022

ADV: LUCAS EVANGELISTA RIBEIRO (OAB 43172/CE) - Processo 0200248-11.2022.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hiana Araújo de Lima e outro - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos documento idôneo que comprove a alegada impossibilidade de custear as despesas processuais, de logo indeferida a simples declaração produzida unilateralmente pela parte interessada, sob pena de não-deferimento do pedido de gratuidade. Expedientes Necessários. Maracanaú, 20 de janeiro de 2022.

ADV: DÉBORA CASSIANO FRANÇA CIRNE (OAB 45579/CE) - Processo 0200253-33.2022.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Priscila Ferreira Moreno - Cuida-se de ação cominatória de obrigação de fazer c/c pedido de tutela antecipada de urgência, intentada por Priscila Ferreira Moreno em face do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional - IDECAN e do Estado do Ceará. Como fundamentação ensejadora, alega, em síntese que: a) é candidata do certame para provimento do cargo de Inspetor da Polícia Civil com lotação no Estado do Ceará; b) o concurso é regido pelo Edital nº 1 PC/CE de 27 de maio de 2021 e está sendo realizado pela Idecan; c) a primeira fase do concurso é composta por duas provas escritas, sendo uma de múltipla escolha e uma discursiva, ambas realizadas no mesmo dia; d) a autora realizou as provas objetiva e subjetiva, tendo sido habilitada para a correção da prova discursiva; e) a prova discursiva era composta por quatro questões, cada uma valendo 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando cem pontos; f) a promovente, segundo a comissão avaliadora, fez apenas 59,88 pontos, não atingindo o mínimo necessário de 60 pontos para passar para a segunda fase do concurso (prova de capacidade física); g) ela interpôs recurso administrativo, contestando o mérito das questões, porém sem êxito; h) encerrado o prazo recursal, a requerente constatou que a banca utilizou cálculo aritmético diferente ao disposto no edital de retificação; h) o Edital nº 1 PC/CE de 27 de maio de 2021 previu no item 9.11.12 a forma como seriam efetivados os cálculos da nota da prova discursiva, estando prevista a pontuação dos aspectos macroestruturais, dos aspectos microestruturais a serem observados, bem como a composição final da nota; i) segundo a fórmula de pontuação, a nota final seria calculada por meio da fórmula NF = 2A (3B/TL); j) o Edital nº 1 PC/CE de 27 de maio de 2021 foi alterado, por meio do Edital nº 2 - PC/CE de 14 de junho de 2021, alterando a pontuação dos aspectos macroestruturais, que passaram a totalizar 25 pontos, porém quedou silente quanto aos aspectos microestruturais e a fórmula de cálculo da nota final; l) a autora obteve espelho de correção da sua provas com as respectivas pontuações atribuídas pela comissão avaliadora; m) ela submeteu suas notas à avaliação de especialista contábil a fim de demonstrar o equívoco da banca, tendo o parecer chegado à conclusão de que existem duas possibilidades, a primeira de que, com a publicação do Edital nº 2 de 14 de junho de 2021, a fórmula não seria aplicada, sendo analisados apenas os 25 pontos dos aspectos macroestruturais ou que o Edital nº 2 PC CE de 14 de junho de 2021 apenas retificou no que tange aos aspectos macroestruturais, continuando a aplicabilidade da fórmula; n) nas duas situações, a autora atingiria pontuação acima de 60 pontos, estando devidamente habilitado para a fase seguinte; o) tendo a banca examinadora aplicado a fórmula ou não, ocorreu equívoco; o) está comprovado o erro material grosseiro, podendo ser revisto pelo Poder Judiciário por não se tratar de mérito administrativo, mas de cálculo. Pugna, por essa razão, que seja concedida liminar a fim de que o promovente participe da segunda fase do certame, oportunizando-se nova data para sua realização, ou, subsidiariamente, que se reserve a vaga do promovente até a finalização do processo judicial. Com a inicial, juntou os documentos de fls. 22/375. É o que importa relatar. Decido. Defiro o pedido de gratuidade judiciária pleiteada. Dispõe o artigo 300 do Código de Processo Civil que, para a concessão de tutela de urgência, faz-se necessário o atendimento de determinados requisitos, quais sejam a probabilidade do direito, que confira verossimilhança às alegações, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, que pode ocasionar danos de difícil reparação, bem como a ausência de irreversibilidade da medida. Analisando os autos, constata-se que a parte requerente logrou êxito em provar, em cognição sumária não exauriente, a presença dos requisitos autorizadores à concessão da tutela pleiteada. Conforme pode ser visto pelo Edital nº 1 PC/CE de 27 de maio de 2021, juntado aos autos às fls. 46/93, no item 9.11.12, havia expressa previsão de como se daria a avaliação da prova discursiva, atribuindo-se pontuação aos aspectos macroestruturais, aos aspectos microestruturais e apontando-se nota final por meio de fórmula de pontuação (fl. 63). Este item do edital sofreu alteração, por meio do Edital nº 2 PC CE de 14 de junho de 2021 (fls. 94/95), onde se dizia especificamente Alterações do quadro de pontuação dos Aspectos Macroestruturais, constante do subitem 9.11.12 (fl. 86). Nesta alteração, apresentou-se novo quadro de pontuação referente aos aspectos macroestruturais, nada mencionando quanto aos aspectos microestruturais e a composição da nota final. Consoante espelho de notas apresentados às fls. 184/188, o cálculo utilizado pela banca examinadora não se enquadra nas especificações do edital. Perceba-se que a nota atribuída à candidato na questão 4 é 13,71, tendo obtido a pontuação de 15 no total dos aspectos macroestruturais, diminuindo-se essa pontuação após a análise dos aspectos microestruturais (erros e linhas escritas) Se a intenção ao publicar o Edital nº 2 PC CE de 14 de junho de 2021 era alterar somente os aspectos macroestruturais, mas manter o cálculo da nota final, a pontuação da candidata, no caso, seria NF = 15 x 2 (3x6/14) [NF = 2A (3B/TL)], com NF = 28,71 e não 13,71. Se o Edital nº 2 PC CE, de 14 de junho de 2021, buscava alterar a forma de contagem da nota, excluindo a fórmula de nota final e o desconto dos erros microestruturais, previstos no Edital nº 1 PC/CE de 27 de maio de 2021, a nota atribuída à autora deveria ser 15 e não 13,71. Dessa forma, em cognição sumária não exauriente, é claramente perceptível que houve uma forma de contagem que não atende ao previsto no edital, sendo que, em quaisquer dos possíveis entendimentos quanto à contagem da pontuação, a autora consegue atingir a pontuação mínima necessária, atingindo os 60 pontos necessários a participação da próxima fase do certame, restando caracterizada, portanto, a probabilidade do direito. Aqui, impõe-se observar que ao Poder Judiciário não cabe interferir na discricionariedade da administração no que atine à oportunidade e conveniência, no entanto, em se tratando de legalidade, é plenamente possível o controle dos atos administrativos. Perceba-se que, em se tratando, de concurso público vige o princípio da vinculação editalícia que, no caso, aparentemente, está sendo descumprido. Quanto ao perigo do dano, se encontra presente no fato de que se a tutela não for concedida, a candidato deixará de participar das demais fases do certame, ocorrendo o seu consequente encerramento. A ausência de irreversibilidade da medida está assente no fato de que, caso, a qualquer tempo, deixem de existir os requisitos autorizadores, as partes podem retornar ao status quo ante com a eliminação da autora do certame. Portanto, a tutela de urgência no sentido de permitir que a candidato possa participar da 2º etapa do certame, oportunizando-se data para realização da prova de capacidade física, constante no Edital nº 1 PC/CE, DE 27 DE MAIO DE 2021, deve ser concedida. Diante do exposto, defiro liminarmente a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que os promovidos permitam que a candidata Priscila Ferreira Moreno participe da próxima etapa do concurso, realizando a prova de capacidade física, devendo, para tanto, oportunizar data para sua realização, sob pena de multa diária no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), para o caso de descumprimento. Como o feito não admite autocomposição, deixo de designar audiência de conciliação. Citem-se os (as) demandados (as) para, querendo, oferecerem

contestação. Intimem-se as partes para que tomem ciência da presente decisão. Expedientes Necessários.

ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE), ADV: TIBERIO ALMEIDA PERES (OAB 19230/CE) - Processo 0200281-98.2022.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Comtrac Comercio Serviços e Locação Ltda Me - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos documento idôneo que comprove a alegada impossibilidade de custear as despesas processuais, de logo indeferida a simples declaração produzida unilateralmente pela parte interessada, sob pena de não-deferimento do pedido de gratuidade. Expedientes Necessários. Maracanaú, 24 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2022

ADV: SERGIO SCHULZE (OAB 35635A/CE) - Processo 0012879-73.2019.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.a - Defiro o pedido de fl. 91 Tratam os presentes autos de ação de busca e apreensão em que o veículo não foi localizado no endereço do promovido, consoante se vê à fl. 75. Assim, vê-se que o promovido não está com paradeiro incerto, pelo que indefiro o pedido de buscas pelo seu endereço. Intime-se a parte autora para que dê seguimento ao feito. Expedientes Necessários. Maracanaú, 10 de janeiro de 2022. Andrea Pimenta Freitas Pinto Juiza de Direito

ADV: EWERTON LUIS ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 29410/PE) - Processo 0052471-56.2021.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERIDO: Dyocelio Colares de Paulo - Apesar de constar um pedido de homologação de acordo formulado pelas partes, fls. 55/57, vê-se que o patrono da parte requerida não detém poderes para transigir, pelo que determino a sua intimação, por meio de seu representante, para, no prazo de 10 dias, acostar o competente instrumento procuratório ou ratificar os termos do acordo apresentado, sob pena de não conhecê-lo. Exp. Nec.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0056998-51.2021.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Tratam os presentes autos de uma ação de BUSCA E APREENSÃO aforada por Banco Volkswagen S/A contra Mônica Xavier de Lima tendo por finalidade a apreensão do veiculo marca: RENAULT, modelo: SANDERO AUTHENTIQUE (PLUS), Cor: VERMELHA, ano de fab./mod.2014, placa: OSB1D67, chassi: 93YBSR6RHEJ264683. O pedido tem como escopo a obtenção da prestação jurisdicional definitiva. Conforme o Decreto-Lei 911/69, a comprovação da constituição em mora é necessária para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, devendo ser feita por notificação do devedor. Nos termos do que dispõe o Decreto-Lei 911/69: Art. 2º (...) 2º. A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para o pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário." (...) Art. 3º. O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo §2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.(grifei) Nesse sentido é o enunciado da Súmula nº 72/STJ: Súmula 72: A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente. Dessa forma, restando comprovada a mora do devedor e tendo este ficado ciente de tal situação, ao credor é lícita a propositura de Ação de Busca e Apreensão, bem como é legítima a concessão de liminar para reaver o bem dado em garantia. Vejamos o entendimento firmado pelos Tribunais: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - CONTRATO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E RECEBIDA NO ENDEREÇO FORNECIDO PELA DEVEDORA - MORA COMPROVADA - CONCESSÃO DA LIMINAR - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. (Agravo de instrumento 1.0231.11.029406-4/002, 11ª Câmara Cível, TJMG, Relator: Des.(a) Marcos Lincoln, Data da Publicação: 21/01/2013) EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. MEDIDA LIMINAR. CONSTITUÍDA MORA. DECRETO LEI 911/69. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COBRANÇA. IRRELEVÂNCIA. 1. A cumulação de comissão de permanência é questão meritória a ser discutida na ação de origem, e não em um juízo perfunctório realizado no recurso de agravo. 2. Portanto, a declaração de ilegalidade da cláusula que prevê a cobrança da comissão de permanência não é suficiente para descaracterizar a mora do devedor, a qual, sendo constituída, o deferimento da liminar é impositivo, sendo essa discussão irrelevante. 3. Recurso conhecido e improvido. (Agravo Regimental 45274-96.2010.8.06.0000, 3ª Câmara Cível, TJCE, Relator: Des Washington Luis Bezerra de Araújo, data da publicação:08/10/2012) (grifei) Vê-se, às claras, do cotejo das provas colecionadas, mormente a anotação de alienação fiduciária junto ao DETRAN (fls. 26/28) e a NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PROMOVIDO (fls. 23/25), que estão presentes o fumus boni juris e o periculum in mora, requisitos ou pressupostos de prestabilidade da Medida Liminar 'inaudita altera pars'. Defiro a Liminar requestada, independentemente de caução. Executada a liminar, CITE-SE a parte promovida sobre todo conteúdo da petição inicial, bem assim deste despacho, cujas cópias seguem anexas, para, no prazo legal de QUINZE (15) DIAS oferecer contestação ou, no prazo de CINCO (05) DIAS, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciante na inicial. Antes porém, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher as custas de diligencia do oficial de justiça. Expediente Necessário. Maracanaú/CE, 06 de dezembro de 2021.

COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2022

ADV: LAIANE MARIELE DA SILVA FREIRE (OAB 38866/CE) - Processo 0200280-16.2022.8.06.0117 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Administração de herança - REQUERENTE: Claudia Vidal de Oliveira Lima - Nestes termos, reconheço a incompetência absoluta deste Juízo para processar e julgar a presente lide e, em consequência, determino o envio destes autos ao SETOR DE DISTRIBUIÇÃO para envio a uma das Varas de Família e Sucessões desta comarca de Maracanaú, por se tratar de procedimento com evidente relação com o direito sucessório. Intime-se o(a) autor(a) acerca desta decisão e, em seguida, encaminhem-se os autos, independentemente de decurso de prazo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0002681-65.2005.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S.a - Rec.Hoje. Intime-se o patrono da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre informações de págs. 217/218. Expedientes necessários.

ADV: EDGAR BELCHIOR XIMENES NETO (OAB 23791/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: RAISSA VIANNA LEITAO (OAB 32082/CE), ADV: THIAGO CORDEIRO GONDIM DE PAIVA (OAB 17374/CE), ADV: RAIMILAN SENETERRI DA SILVA RODRIGUES (OAB 17352B/CE), ADV: WAGNER BARREIRA FILHO (OAB 1301/CE) - Processo 0010252-96.2019.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Liquigas Distribuidora S/A - Rec. Hoje. Avalie-se a regularidade das custas. Em caso afirmativo, expeça-se carta precatória. Em caso negativo, intime-se a parte autora para realizar o adequado pagamento das custas relativas à expedição, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes Necessários.

ADV: JOUFRE MEDEIROS MONTENEGRO (OAB 24047/CE), ADV: DMITRI MONTENEGRO RIBEIRO (OAB 24376/CE) - Processo 0010253-81.2019.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vivianne Chaves Barreto - Rec. Hoje. Intime-se o apelado para, querendo, contrarrazoar a apelação interposta às Fls. 96/107, nos termos do art. 1010, §1º do CPC. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para análise do recurso. Expedientes Necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0010269-69.2018.8.06.0117 - Monitória - Transação - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Rec.Hoje. Intime-se o patrono da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre informações de pág. 86. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDA CRISTINA LOPES DE LIMA FROTA (OAB 12238/CE) - Processo 0052094-22.2020.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Aracila Jaine Sales de Andrade - Nesse escopo, determino a intimação da promovente para prestar informações ou requerer o que for pertinente a fim de viabilizar a citação de Dionísio Broxado Lapa Filho, sob pena de extinção do processo.

ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE) - Processo 0052113-91.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - ARROLANTE: Ana Tercia Cavalcanti Carioca - Rec. Hoje. Intime-se o apelado para, querendo, contrarrazoar a apelação interposta às Fls. 354/366, nos termos do art. 1010, §1º do CPC. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para análise do recurso. Expedientes Necessários.

ADV: GLAUCO CASTELO BRANCO JUNIOR (OAB 10586/CE) - Processo 0054080-74.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Glauco Castelo Branco Junior - R.H. Sobre a contestação, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se.

ADV: DANIELA FERREIRA TIBURTINO (OAB 37043A/CE) - Processo 0200331-27.2022.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Intime-se a parte autora para comprovar o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, 290).

COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0046/2022

ADV: FELIPE LIMA PEREIRA (OAB 36347/CE), ADV: FRANCISCO ADONIAS GOMES DOS SANTOS (OAB 36411/CE) - Processo 0006613-70.2019.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Maria Elenira Paz de Aquino - Conclusos. INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste sobre a petição de fls. 206 e seus documentos, requerendo o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0007420-90.2019.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Cls. Intime-se a parte autora (por seu advogado), para no prazo de 15 (quinze) dias, dar andamento ao feito, manifestando-se acerca da certidão de fls. 130, destes autos, sob pena de extinção do feito (art. 485, III, do CPC/15). Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir o item acima, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 485, §1º, do CPC/15). Após, voltem-me os autos conclusos. Exp. Nec.. Maracanau (CE), 26 de janeiro de 2022.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 37066A/CE), ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649A/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0009090-66.2019.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Bv Financeira S.a. - Conclusos. INTIME-SE a parte promovida, no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifeste sobre o teor da petição de fl. 228, indicando se tem interesse no prosseguimento da causa e requerendo o que entender de direito. Advirta-se que a ausência de manifestação implicará no arquivamento e baixa na distribuição deste caderno processual. Expedientes necessários.

ADV: CHRISTIANE PINHEIRO DIOGO (OAB 30298/CE) - Processo 0009903-35.2015.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Maria de Jesus Rodrigues - Conclusos. Em que se pese o pedido de cumprimento de sentença de fls. 230, o decisório de fls. 151/156 remete à necessidade de comprovação do efetivo período trabalhado sendo clara ao remeter o autor a liquidação. Assim, indefiro o pedido de fl. 230, mas concedo a parte o prazo de 15 dias para adequar o pedido ao rito correto, sob pena de arquivamento imediato do feito. INTIME-SE a promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o valor líquido de seu derradeiro vencimento, enquanto em atividade, apresentando planilha descritiva dos cálculos. Expedientes necessários.

ADV: FELIPE NOBREGA FRANKLIN (OAB 22850/CE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE), ADV: ANA CAROLINA BARBOSA PEREIRA (OAB 23271-0/CE) - Processo 0037583-97.2012.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil - Banco Multiplo - Cls. À secretaria para proceder com a retificação do patrono da parte autora, conforme requerido no último parágrafo da procuração de fls. 54. Ato contínuo, INTIME-SE a parte autora, por seu advogado, para cumprir com o despacho de fls. 64. Exp. Nec.. Maracanau (CE), 26 de janeiro de

2022.

ADV: JOSE GIOVANI PORTELA (OAB 9333/CE) - Processo 0046590-45.2014.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Luciano dos Santos da Silva - Conclusos. INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar planilha de cálculo indicando especificamente o valor que entende devido, fundamentando a sua discordância quanto ao detalhamento apresentado pelo banco promovido. Decorrido o prazo, INTIME-SE a instituição financeira para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar nos autos requerendo o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: FABIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP) - Processo 0200316-58.2022.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - Cls. Verifico que a parte autora não recolheu as custas iniciais, nem requereu a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Desse modo, INTIME-SE a parte autora para,no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito e cancelamento da distribuição, na forma dos arts. 290 c/c 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Exp. Nec.. Maracanau (CE), 26 de janeiro de 2022.

ADV: ALEX SCHOPP DOS SANTOS (OAB 46350/RS) - Processo 0200343-41.2022.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Digimais S.a. - Cls. Verifico que a parte autora não recolheu as custas iniciais, nem requereu a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Desse modo, INTIME-SE a parte autora para,no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito e cancelamento da distribuição, na forma dos arts. 290 c/c 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Exp. Nec.. Maracanau (CE), 26 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0027593-19.2011.8.06.0117 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Multiplo - Desse modo, DEFIRO A BUSCA E APREENSÃO do veículo descrito na petição inicial, nos termos do art. 3º, alterado pela Lei nº 10.931/2004, depositando-se em poder de pessoa indicada pelo suplicante. Cumprida a liminar via mandado, prossiga-se nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69, citando a parte promovida (se for o caso, por hora certa) para, no prazo de cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente e atualizada, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, sob pena de ser consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do autor, bem como para, dentro de quinze dias, oferecer resposta, sob pena de revelia. Expeça-se mandado de Busca e Apreensão e citação, a ser cumprido por Oficiais de Justiça atuantes nesta Comarca. Autorizo, desde já, ao Oficial de Justiça incumbido da diligência, caso seja necessário, a proceder na forma do art. 212, §§ 1º e 2º c/c artigos 846, § 2º todos do CPC/2015. No ensejo, intime-se o requerente para recolher as custas de diligência do Oficial de Justiça de acordo com a Portaria nº 13/2016 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e da Lei nº 15.834 de 27/07/2015, publicada no Diário Oficial do Estado, caso não o tenha feito. Exp. Nec.. Maracanau (CE), 25 de janeiro de 2022.

ADV: FRANCISCA MONICA BARROS BRITO DA CONCEIÇAO (OAB 6439/CE), ADV: ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (OAB 15166/CE), ADV: JULIANO RICARDO SCHMITT (OAB 20875/SC) - Processo 0036906-67.2012.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Regina Lucia de Sousa Gois - REQUERIDO: Banco Aymore Credito, Financiamento e Investimento S/A - Assim, converto o julgamento em diligência, determinando que a Secretaria: A) INTIME, no prazo de 5 (cinco) dias, a parte autora, Sra. Regina Lucia de Sousa Gois, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC, com a finalidade de que se manifeste sobre os fundamentos recursais, considerando que seu eventual acolhimento implicará em reforma da sentença. No mesmo azo, deverá a parte manifestar-se sobre a cessão de crédito informada aos fólios 188/195, sob pena de presunção de anuência, sem prejuízo da possibilidade de admissão do sujeito como assistente litisconsorcial do cedente (banco promovido). B) INTIME, no prazo de 5 (cinco) dias, a parte ré, Banco Aymoré, para se manifestar sobre o teor do documento de fls. 205. Após, venham-me os autos conclusos para julgamento. Havendo acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, proceda-se na forma do art. 1.024, §4º do CPC. Lado outro, se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, proceda-se na forma do art. 1.024, §5º do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0200318-28.2022.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Cls. Certifique-se o pagamento das guias de recolhimento de fls. 48/51 referentes ao recolhimento das custas iniciais pela parte autora. Caso não tenha sido realizado o adimplemento, INTIME-SE a parte demandante para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito e cancelamento da distribuição, na forma dos arts. 290 c/c 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Exp. Nec.. Maracanau (CE), 26 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: DERIKSON STIVE DA SILVA VIEIRA (OAB 40192/CE) - Processo 0200367-69.2022.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Socorro Rodrigues da Cruz - Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, na forma prevista no art. 497 do CPC/2015, CONCEDO LIMINARMENTE A TUTELA ESPECÍFICA EM SEDE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, para determinar o ESTADO DO CEARÁ no prazo máximo de 2 (dois) dias, a transferência de MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DA CRUZ, para um leito de UTI em unidade de Hospital Terciário, com suporte adequado, sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia, até o limite de 30 (trinta) dias, em caso de descumprimento, EM VISTA DA URGÊNCIA E DA NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. INTIME-SE o ESTADO DO CEARÁ, na pessoa de seu representante legal, bem como o Secretário de Saúde do Estado do Ceará, para cumprir a determinação acima, no prazo máximo 2 (dois) dias, ADVERTINDO-O de que o descumprimento da ordem implicará no pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia, até o limite de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 537 do Código de Processo Civil, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Frisa-se, contudo, que a análise acerca do cometimento de eventual ilícito decorrente da demora no cumprimento da presente decisão será realizada à luz dos critérios de priorização em unidades de tratamento intensivo estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina, no art. 6º da Resolução nº 2.156 de

2016, assim como na Portaria nº 895 de 2017 do Ministério da Saúde, bem como, da Recomendação 92 do CNJ. Seguindo tal compreensão é que o Conselho Nacional de Justiça, no âmbito da III Jornada de Direito da Saúde, ocorrida em 18 de março de 2019, editou o Enunciado nº 46, estabelecendo que "nas ações judiciais para as transferências hospitalares deve ser verificada a inserção do paciente nos sistemas de regulação, de acordo com o regramento de referência de cada Município, Região ou Estado, observando os critérios clínicos e priorização." Por certo, cabe aos profissionais médicos a identificação dos graus de prioridade para internação, eis que somente eles possuem conhecimento da emergência fática local, além dos liames técnicos e científicos necessários para compreensão de quais pacientes necessitam do tratamento em regime intensivo. Em outros termos, ainda que, judicialmente, seja reconhecido o direito da parte autora em receber do Estado a assistência pública visando garantir seu direito fundamental à saúde e à vida, sobre os médicos recai a responsabilidade do apontamento da ordem de atendimento e do tratamento adequado, em vista da ostensiva escassez de vagas em leitos de UTI. O preenchimento de tais vagas, portanto, não pode ser pontuado unicamente com base na análise jurídica referente à prestação insuficiente por parte da Administração Pública na missão constitucional de entregar saúde a população, justamente porque Órgão Jurisdicional não conta com elementos suficientes para decidir que paciente tem prioridade na fila de espera por um leito de UTI, de modo que a que a análise acerca de eventual ilícito decorrente da demora no cumprimento da presente decisão deve ser realizada à luz dos critérios de priorização em unidades de tratamento intensivo estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina, no art. 6º da Resolução nº 2.156 de 2016, assim como na Portaria nº 895 de 2017 do Ministério da Saúde e Recomendação 92 do CNJ. Deixo de designar audiência de conciliação posto que a demanda não comporta autocomposição, pela natureza indisponível do direito postulado. Cite-se o requerido, para ciência dos termos da inicial, bem como para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar resposta escrita, consoante art. 183, caput, e art. 335, caput e III, do Código de Processo Civil. Cumpra-se com os expedientes necessários, COM URGÊNCIA.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2022

ADV: RAIMUNDO IDELFONSO DE LIMA (OAB 20526/CE) - Processo 0052721-26.2020.8.06.0117 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria do Céu Menezes de Assis - Face a tudo quanto exposto, com fulcro no art. 112 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará e no art. 1º, §3º da Resolução 05/11 do TJCE, DECLINO da competência em favor da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú. INTIME-SE a parte autora, via advogado, desta decisão. Após, independente de decurso de prazo, DETERMINO a remessa dos autos ao setor de distribuição para fins de redesignação ao Juízo competente, com fundamento no art. 44 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: BENVINDA CARDOSO (OAB 18748/CE) - Processo 0145679-25.2019.8.06.0001 - Produção Antecipada da Prova - Ausência/Deficiência de Fiscalização - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Batista de Lima - III) DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, com supedâneo no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo: a) o julgamento de IMPROCEDÊNCIA do pedido de indenizatório (danos morais e materiais); b) o julgamento de PROCEDÊNCIA para DECLARAR A INEXISTÊNCIA de relação jurídica de propriedade do veículo em face da parte autora, a partir de 25/06/2008; c) julgamento de PROCEDÊNCIA do pedido para DECLARAR A INEXIGIBILIDADE de débitos decorrentes da propriedade do veículo direcionados a parte autora desde 25/06/2008, obstando ainda qualquer tipo de cobrança e inscrição em órgãos de proteção ao crédito em relação ao veiculo FIAT TIPO, Saveiro de placas HWE9854, chassi 9BWEB05X22P513952, código RENAVAM 00782202535 de cor prata. A presente ordem está restrita apenas às autuações originadas do veículo de placa HWE9854 e aos eventos dele decorrentes, não alcançando outras originadas de outros veículos ou processos administrativos originados de fatos referentes a outros veículos. OFICIE-SE o Detran/CE para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder com as anotações necessárias ao cumprimento deste decisório, com a desvinculação do registro do veículo FIAT TIPO, Saveiro de placas HWE9854, chassi 9BWEB05X22P513952, código RENAVAM 00782202535 de cor prata, em nome da parte autora, excluindo-a de seu CPF e de qualquer outra documentação de identificação pessoal sua, com efeitosex tunc, a partir de 25/06/2008. Faça constar cópia da sentença e do documento de fls. 24. Por força do princípio da causalidade, considerando que a autora não cumpriu com seu dever inicial de noticiar o departamento de trânsito acerca da transferência do bem, e ainda levando em consideração a sucumbência quanto à parte do pedido, condeno a autora nas custas e nos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85 do CPC. Entretanto, declaro exigibilidade das despesas suspensas, nos termos do artigo 12 da Lei n° 1.060/1950 e art. 98, §2º e §3º do CPC, em face do gozo dos benefícios da justiça gratuita (fl. 52). Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0050/2022

ADV: JOAO MORAES RIBEIRO NETO (OAB 32538/CE) - Processo 0052331-56.2020.8.06.0117 - Arrolamento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Socorro Rodrigues dos Santos - Conforme disposição expressa no PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE, que regula os atos ordinatórios que devem ser praticados de ofício por esta secretaria de vara etc., Esta secretaria providenciará a realização de ordem do juízo, assim, a parte autora será intimada, via portal, para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os documentos acostados pela parte demandada, bem como informar se houve o devido cumprimento da liminar deferida.

ADV: CHARLES WILLIAM DE SOUSA MOTA (OAB 38594/CE) - Processo 0057209-87.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI) - REQUERENTE: Izabel de Oliveira Costa - Conforme disposição expressa no PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE, que regula os atos ordinatórios que devem ser praticados de ofício por esta secretaria de vara etc., Esta secretaria providenciará a realização de ordem do juízo, assim, a parte autora será intimada, via portal, para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os documentos acostados pela parte demandada, bem como informar se houve o devido cumprimento da liminar deferida.

COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022
ADV: LUENES PEREIRA SANTIAGO (OAB 28225/CE) - Processo 0200267-17.2022.8.06.0117 - Divórcio Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: Andrea Souza dos Santos Machado e outro - Conforme disposição expressa na sentença retro, nesta data foram expedidos os expedientes dela decorrentes. O referido é verdade; dou fé.

COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022
ADV: CARLOS HENRIQUE DE SOUSA MOURA (OAB 39054/CE) - Processo 0057214-12.2021.8.06.0117 - Divórcio Litigioso - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: A.S.F. - Conforme a Disposição Expressa na Decisão de fls.14/15, a Secretaria designa para o dia 07/04/2022 às 14:00h, a Audiência de Conciliação, a ser realizada por videoconferência junto ao CEJUSC.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022
ADV: JHONATA PEREIRA MENDONÇA (OAB 39137/CE), ADV: MARCOS VICTOR VASCONCELOS PAIVA (OAB 41123/CE) - Processo 0010277-12.2019.8.06.0117 (apensado ao processo 0006532-24.2019.8.06.0117) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.V.C. - Nos autos. Analisando os autos, verifico que o requerido, apesar de regularmente citado, não apresentou contestação no prazo legal. Assim, resolvo decretar sua revelia em parciais efeitos, pois versando a causa sobre direitos indisponíveis (art.345, II, CPC), impossível que se presumam como verdadeiros os fatos articulados na exordial, devendo o feito ter seguimento sem a intimação do réu para os efeitos subsequentes. Ademais, a teor de art.348 do CPC, intime-se o autor para especificar as provas que pretende produzir. Expedientes necessários.
ADV: WILLIAM XAVIER DE SOUZA (OAB 25840/CE) - Processo 0012129-71.2019.8.06.0117 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: José Alcimar Fernandes e outro - Nos autos. Intime-se a parte interessada para, no prazo de 10 dias, se manifestar nos autos do processo.
ADV: RICARDO IBIAPINA LIMA (OAB 6920/CE) - Processo 0052490-62.2021.8.06.0117 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Concessão - REQUERENTE: Maria Cleonice Vieira Oliveira - Nos autos. Intime-se a parte interessada para, no prazo de 10 dias, se manifestar nos autos do processo.
ADV: CRISTINA DE OLIVEIRA SOUSA (OAB 31677/CE) - Processo 0052872-89.2020.8.06.0117 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: David Souza de Araújo e outro - Nos autos. Intime-se a parte interessada para, no prazo de 10 dias, se manifestar nos autos do processo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022
ADV: ALEXANDRE BARBOSA COSTA (OAB 30098/CE) - Processo 0052195-25.2021.8.06.0117 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: José Célio Vieira Nunes e outros - Vistos em conclusão. Intime-se a parte autora, através de seu causídico, para juntar aos autos o protocolo ou certidão narrativa do procedimento de inventário extrajudicial, no prazo de 05 (cinco) dias, ocasião em que será analisado o pedido de desistência. Expedientes necessários. Maracanau (CE), 24 de janeiro de 2022. Neliane Ribeiro de Alencar Juíza de Direito

COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022
ADV: RAKEL PINHEIRO DA SILVA (OAB 27874/CE) - Processo 0013758-12.2021.8.06.0117 (processo principal 0053382-05.2020.8.06.0117) - Relaxamento de Prisão - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MASSA FALIDA: Francisco Thiago Santos de Araújo - Vistos em conclusão, Tendo em vista que o presente pedido atingiu seu desiderato, uma vez a medida cautelar foi deferida e devidamente cumprida, nada mais resta a não ser seu arquivamento. Posto isto, arquive-se este, com as devidas baixas legais. Intime-se a Defesa e ciência ao MP. Expedientes necessários. Maracanau (CE), 20 de janeiro de 2022. Flávia Maria Aires Freire Allemão Juíza de Direito - Respondendo

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022
ADV: RAY SILVEIRA MAGALHÃES (OAB 43803/CE) - Processo 0055790-66.2020.8.06.0117 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Alysson Thaytalo Bandeira de Andrade e outro - Em atenção ao determinado pelo MM Juiz. designei a audiência de Instrução e Julgamento para 11/02/2022 às 13:15h, a se realizar pelo aplicativo Microsoft Teams,

link: https://link.tjce.jus.br/cbdfe8. Maracanau/CE, 03 de dezembro de 2021. Ricardo de Melo Miranda Supervisor

COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022
ADV: JOSE ZANONE RIBEIRO DE S. JUNIOR (OAB 8661/CE) - Processo 0001556-76.2016.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: José Renato de Oliveira Gomes - Isso posto, decido, por MANTER a decisão que decretou a prisão preventiva. Assim, declaro finda a instrução, que se proceda a solicitação de laudo pericial definitivo, oficio de fls.187. Intimem-se. Decorrido o prazo de 90 dias desta decisão (que deverá ser certificada nos autos da ação penal para fins de contagem de prazo), abra-se conclusão em tais autos para revisão de ofício da necessidade da manutenção da prisão preventiva, conforme determina o parágrafo único do art. 316 do CPP. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022
ADV: FRANCISCO ANTONIO EUGENIO VIANA (OAB 6648/CE) - Processo 0052583-59.2020.8.06.0117 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Bruno Santos da Costa - Por fim, foi designada nova data de audiência de instrução para o dia 14/02/2022, às 11:30 horas, na qual serão ouvidas a testemunha arrolada pelo Ministério Público, ausente a esta audiência e as testemunhas arroladas pela defesa. Presentes intimados em audiência. Providenciem-se as intimações dos demais, bem como oficie-se ao Comando a quem pertencem os policiais.

COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022
ADV: CLAUDIO VIDAL DE BRITO (OAB 33989/CE) - Processo 0013056-71.2018.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: C.A.L.S. - DISPOSITIVO (PARTE FINAL): Isto posto, JULGO PROCEDENTE a denúncia para nos termos do art.387 do Código de Processo Penal, CONDENAR CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUSA pela prática do delito do art. 213 c/c art. 14, II, ambos do CPB, praticado em face da vítima ANA CLADIA FERREIRA DA SILVA, a uma pena de 06 (seis) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em REGIME SEMIABERTO.

COMARCA DE MARANGUAPE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MARANGUAPE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022
ADV: RICARDO MONTEIRO CAVALCANTI (OAB 25576/CE) - Processo 0016472-12.2016.8.06.0119 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Antonio Diogo Silva de Sousa e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se os acusados, por meio de advogado e da Defensoria Pública, para apresentarem rol de testemunhas para depor em plenário, no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022
ADV: CIDINARA ABREU DO AMARAL (OAB 33732/CE) - Processo 0200133-81.2022.8.06.0119 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Antonio Pessoa Araujo - Em razão disso, HOMOLOGO A PRISÃO EM FLAGRANTE DE ANTONIO PESSOA ARAÚJO, AO TEMPO EM QUE A CONVERTO EM PREVENTIVA. Designe-se data para a realização de audiência de custódia com a maior brevidade possível. Expeça-se o competente mandado de prisão, encaminhando-o para o local onde o flagrado já se encontra recolhido. Registre-se o referido mandado de prisão no banco nacional de mandados de prisão (BNMP), a teor do que dispõe o artigo 289-A do Código de Processo Penal e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional de Justiça. Cientifique-se a autoridade policial remetendo-lhe cópia desta decisão. Dê-se ciência do inteiro teor desta decisão ao representante do Ministério Público e à defesa. Encaminhem-se os autos à Autoridade Policial para, no prazo de 10 (dez) dias, concluir o inquérito, por se tratar de réu preso. Demais intimações e providências necessárias. Cumpra-se com URGÊNCIA.

COMARCA DE MARANGUAPE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA (OAB 35310/CE) - Processo 0000089-88.2019.8.06.0139 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARIA HELENA DA SILVA - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação das partes do inteiro teor da certidão de designação de audiência de fls. 69, em cumprimento ao despacho de fls. 61.

ADV: JOSÉ TIAGO DIAS DE ABREU (OAB 38796/CE) - Processo 0002795-07.2019.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lays Edte Rabelo Duarte - Vistos. 1. Por cautela, proceda-se à consulta, via Renajud, sobre a existência de veículos automotores cadastrados em nome do falecido (Marcos Antônio Uchoa Vieira, CPF: 404.442.278-81), assim como requisitem-se, via Sisbajud, informações acerca da existência de valores deixados, a qualquer título, em conta de sua titularidade. 2. Com as respostas das supramencionadas consultas, intime-se a requerente, através de seu advogado, para que se manifeste nos autos em 05 (cinco) dias, oportunidade na qual deverá, inclusive, juntar declaração na qual se firme, sob as penas da Lei, inexistirem outros herdeiros do falecido, e inexistirem outros bens sujeitos a inventário. Em caso de inércia, intime-se a parte autora, pessoalmente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, cumpra a determinação supra, sob pena de caracterização do abandono da causa (art. 485, III, e § 1º, do CPC/2015). 3. Por fim, abra-se novamente vista dos autos ao Ministério Público. 4. Expedientes necessários.

ADV: GUILHERME LEMOS DE CASTRO (OAB 35515/CE), ADV: JOAO PAULO GOMES DIAS (OAB 20746/CE) - Processo 0003433-40.2019.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco de Assis Bezerra - REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA - CAGECE - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação das partes do inteiro teor da certidão de designação de audiência de fls. 289, em cumprimento a decisão interlocutória de fls. 284/285.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0009049-11.2010.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Klaiber Silva dos Santos - REQUERIDO: Unibanco Aig Seguros S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, para fins de intimação da sentença de fls. 169/171, cujo final é teor seguinte: " Diante do exposto, por sentença, para que surta todos os jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o pedido de desistência constante dos autos, ao tempo em que JULGO extinta a presente ação, sem resolução de mérito (art. 485, VIII, c/c parágrafo único do art. 200, ambos do CPC/2015).Aplicando o art. 90 do CPC/2015 ao caso, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Forte no princípio da causalidade, condeno a parte autora, ainda, ao pagamento dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, considerando sobretudo a pouca complexidade da causa, ex vi do art. 85, § 2º, do CPC/2015.Todavia, por ser a parte beneficiária da Gratuidade da Justiça, tais obrigações ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015. PUBLIQUE-SE.REGISTRE-SE.INTIME-SE. Com o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Expedientes necessários. Maranguape/CE, 21 de agosto de 2020.(a) Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines- Juíza de Direito.

ADV: RAPHAEL PINHEIRO VITORINO DE HOLANDA (OAB 21044/CE), ADV: AFONSO CORDEIRO TORQUATO NETO (OAB 11942/CE), ADV: FRANCISCO BARROS NOGUEIRA (OAB 7593/CE), ADV: NAZARENO NUNES CORDEIRO (OAB 2135/CE), ADV: DERMESON DA SILVA BARBOZA (OAB 21028/CE) - Processo 0011045-73.2012.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Heloina Maria Travassos Lopes de Andrade e outro - REQUERIDAS: Maria das Graças da Silva Lopes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos pra intimação das partes do inteiro teor da certidão de designação de audiência de fls. 238, em cumprimento ao despacho de fls. 237.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0012606-98.2013.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Raimundo Evesildo Passos da Silva - Vistos. 1. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, a fim de que tome ciência da Sentença, bem como para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os Embargos de Declaração opostos, eis que seu eventual acolhimento implicará a modificação da decisão embargada (v. § 2º do art. 1.023, do CPC/2015). 2. Expedientes necessários.

ADV: RICARDO MONTEIRO CAVALCANTI (OAB 25576/CE) - Processo 0014008-49.2015.8.06.0119 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Y.V.S.B. - Cls. Intime-se a parte exequente, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento no feito, devendo, em caso positivo, cumprir a providência judicial de pág. 57, sob pena de extinção do processo por abandono, na forma do art. 485, inciso III c/c § 1º do CPC. Expedientes necessários.

ADV: BRUNA MATOS ARANHA (OAB 40203/CE) - Processo 0014102-94.2015.8.06.0119 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Egesa Engenharia S.a - Vistos. 1. Ao exame dos autos, vejo que a juntada do recurso inominado de págs. 38/57 somente deu-se quando já certificado o trânsito em julgado da sentença (pág. 36). Isso posto, para evitar que o litigante seja surpreendido por decisão judicial sem que tenha tido oportunidade de influir no convencimento do Juízo (v. arts. 9º e 10 do CPC/2015), e visto que, a teor do Enunciado 166 do FONAJE-CÍVEL, nos Juizados Especiais Cíveis, o juízo prévio de admissibilidade do recurso será feito em primeiro grau, determino a intimação da parte recorrente, através de seu advogado, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca da tempestividade recursal, inclusive juntando aos autos eventual documentação comprobatória da data de protocolo do recurso. 2. Após, com ou sem manifestação do recorrente, intime-se a parte recorrida, através de seu advogado, para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias (v. art. 42, § 2º, da Lei nº 9.099/1995). 3. Expedientes necessários.

ADV: NAARA AIRES PEDROSA (OAB 32138/CE), ADV: CASSANDRA MARIA ARCOVERDE E ASSUNÇAO (OAB 8020/CE) - Processo 0015829-54.2016.8.06.0119 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - MENOR: L.S.A. - REQUERIDO: W.S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls.24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada audiência de INSTRUÇÃO por videoconferência através do sistema Microsoft Teams para o dia 15

de março de 2021 às 13:00hrs através do link descrito abaixo: https://link.tjce.jus.br/78cbf1 Ou aponte a câmera do seu celular para o QrCode abaixo para entrar na sala de audiências: O referido é verdade. Dou fé. Maranguape/CE, 26 de janeiro de 2022.

ADV: JOSE ABNEAS BEZERRA (OAB 4618/CE) - Processo 0018812-26.2016.8.06.0119 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXECUTADO: J N Construçoes Ltda (jn Construçoes) e outros - Vistos. 1. Intimem-se os executados, através de seu advogado, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem-se sobre a documentação acostada pelo exequente às págs. 172/196, bem como se manifestem sobre a eventual permanência de seu interesse processual quanto ao exame do mérito dos Embargos de Declaração interpostos. 2. Expedientes necessários.

ADV: JANAYNA APARECIDA NUNES DE SOUSA (OAB 29088-B/CE) - Processo 0018873-81.2016.8.06.0119 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Rosinete de Oliveira Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação das partes do inteiro teor da certidão de designação de audiência de fls. 51, em cumprimento a decisão interlocutória de fls. 44/45.

ADV: MANOEL LUIZ ALVES (OAB 10917-0/CE) - Processo 0018874-32.2017.8.06.0119 - Execução de Título Extrajudicial - Fiança - EXEQUENTE: Embracon Administradora de Consorcio Ltda - Cls. Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifestem-se acerca do resultado da penhora no Sisbajud e Renajud. Expedientes necessários.

ADV: AFONSO CORDEIRO TORQUATO NETO (OAB 11942/CE), ADV: RAPHAEL PINHEIRO VITORINO DE HOLANDA (OAB 21044/CE), ADV: CARLOS RAYNER RODRIGUES ALVES (OAB 28092/CE) - Processo 0050040-77.2020.8.06.0119 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.B.M.F. - REQUERIDO: A.A.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho para intimação das partes do inteiro teor da certidão de designação de audiência de fls. 52, em cumprimento a decisão interlocutória de fls. 44/48.

ADV: RAPHAEL PINHEIRO VITORINO DE HOLANDA (OAB 21044/CE), ADV: CAMILA RODRIGUES TEIXEIRA MOTA (OAB 26961/CE) - Processo 0050282-36.2020.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.N.D. - REQUERIDA: R.S.D. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação das partes do inteiro teor da certidão de designação de audiência de fls. 143, em cumprimento a decisão interlocutória de fls. 142.

ADV: BRENO MORAIS DIAS (OAB 21695/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE) - Processo 0050870-09.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Antonia Adelia Batista Bessa - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Vistos. 1. Ao exame dos autos, verifico que se noticiou a interposição de Agravo de Instrumento questionando decisão interlocutória liminar (de indeferimento do pedido de tutela provisória de urgência). No entanto, não vislumbro nas razões do recurso o oferecimento de dados ou argumentos novos, capazes de infirmarem os fundamentos da decisão agravada, a qual, aliás, inclusive foi mantida incólume em sede liminar recursal. Isso posto, deixo de exercer o juízo de retratação, ficando mantida a decisão interlocutória agravada, ex vi do art. 1.018, § 1º, do CPC/2015. 2. Intimem-se, pois, as partes, através de seus respectivos advogados, a fim de que tomem ciência do presente despacho, bem como para que eventualmente justifiquem seu não comparecimento à audiência conciliatória. No ensejo, fica facultado à parte autora, ainda, que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da data da audiência, manifeste-se sobre a contestação já apresentada pelo réu (arts. 350 e 351, ambos do CPC/2015). 3. Outrossim, muito embora a simples ausência da parte autora às audiências conciliatórias em processos cingidos ao rito comum não gere a extinção processual, sendo certo, por outro lado, que a apresentação de réplica constitui mera faculdade do promovente, ressalto que o reiterado desatendimento da parte demandante às convocações judiciais dá indícios de seu desinteresse no prosseguimento do feito. Por isso, em caso de inércia da parte autora, providencie-se sua intimação pessoal, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se ainda possui interesse no prosseguimento do presente feito, sob pena de seu silêncio ser interpretado como abandono da causa (art. 485, III, e § 1º, do CPC/2015). 4. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: THAIS PEREIRA DA SILVA (OAB 42476/CE) - Processo 0050906-51.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Irismar Ferreira Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos. 1. Ao exame dos autos, verifico que se noticiou a interposição de Agravo de Instrumento questionando a decisão interlocutória liminar (de deferimento de tutela provisória de urgência). Nada obstante, em que pesem os argumentos expostos no recurso da parte ré, não vislumbro o oferecimento de dados novos, capazes de infirmarem os fundamentos da decisão agravada. Isso posto, deixo de exercer o juízo de retratação, mantendo integralmente a decisão interlocutória agravada, ex vi do art. 1.018, § 1º, do CPC/2015. 2. Intimem-se, pois, as partes, através de seus respectivos advogados, para que tomem ciência do presente despacho. 3. Aguarde-se a data agendada para a realização da audiência conciliatória. 4. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE) - Processo 0052061-89.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Camila da Silva Cordeiro Fonseca - Vistos. Intime-se o autor, através de seu advogado, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (arts. 320 e 321, parágrafo único, ambos do CPC/2015) junte aos autos documento de identificação civil bem como comprovante de endereço. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: CARLOS ALBERTO TORRENS (OAB 6214/CE), ADV: KARLA DE ALCANTARA NOGUEIRA BORGES (OAB 25244/CE), ADV: HENDERSON DE PAULA CAVALCANTE (OAB 28233-0/CE), ADV: GESSYKA MENEZES NOBRE (OAB 44107/CE) - Processo 0011944-03.2014.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Fatima Helena da Costa Sousa - REQUERIDO: Construtora e Imobiliaria J. Colares Ltda - Isto posto, considerando que esta signatária já se afastou DE TODAS AS AÇÕES patrocinadas pelo referido advogado, RECONHEÇO MAIS UMA VEZ, DE OFÍCIO, MINHA SUSPEIÇÃO, POR MOTIVOS DE FORO ÍNTIMO e, nos termos do art. 145, I, §1º do CPC/2015, determino: a) a intimação da parte que já figura na presente ação acerca do inteiro teor desta decisão; b) a comunicação ao Conselho da Magistratura do Estado do Ceará; c) e, conforme inteligência do § 1º do art. 146 do CPC/2015, ordeno imediatamente a remessa dos autos a meu substituto legal. Fica registrado, porém, que a suspeição é apenas desta magistrada, não do órgão jurisdicional, razão pela qual deverá o processo continuar a tramitar perante esta 1ª Vara Cível de Maranguape/CE, cumprindo à Secretaria da Unidade Judiciária, sem redistribuir o feito, providenciar a conclusão dos autos ao substituto automático. Expedientes necessários.

ADV: CLEBSON MARQUES DA COSTA (OAB 8323/CE) - Processo 0050722-32.2020.8.06.0119 - Execução de Título Extrajudicial - Fixação - EXEQUENTE: L.M.S. - Vistos. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, formulado, contudo, em autos apartados, cadastrado como Execução de Título Extrajudicial, através da qual a parte exequente cobra o valor de pensão alimentícia referente a 05 (cinco) prestações anteriores ao pedido, a saber, a partir dos meses de março de 2020, fazendo alusão à possibilidade de prisão civil. O processo tramitou inicialmente perante a (antiga) 1ª Vara de Maranguape, cuja Secretaria anexou a estes autos cópia do pertinente título executivo judicial, qual seja, a sentença homologatória proferida no processo nº 0017723-94.2018.8.06.0119 (pág. 21). Todavia, por equívoco, procedeu-se ao arquivamento do presente feito. O exequente postulou, então, o chamamento do feito à ordem, de sorte a que se siga com o andamento da execução de alimentos (pág. 25). Redistribuídos os autos a esta 1ª Vara Cível de Maranguape, conforme determinado na Portaria 1724/2020, que regulamenta a redistribuição de processos nas unidades cujas competências foram alteradas pela Resolução do TJCE nº 07/2020 (pág. 26), determinou-se a emenda da petição inicial, nos termos do despacho de pág. 27. Emendando sua petição inicial, o exequente informou, em suma, que não formulou o presente pedido de cumprimento de sentença no próprio processo originário por equívoco, rogando que se releve tal procedimento; ademais, argumentou que o rito a ser seguido é o da coerção civil; apresentando, enfim, demonstrativo do débito (págs. 30/31). Outrossim, em consulta ao SAJ, observo que o feito originário foi arquivado definitivamente na (antiga) 1ª Vara de Maranguape/CE após expedido ofício ao empregador do alimentante para desconto em folha de pagamento, assim permanecendo. Pelo exposto, considerando sobretudo os princípios da celeridade, da primazia da resolução de mérito, da instrumentalidade das formas, da adequação, da cooperação e da boa-fé processuais, chamo o feito à ordem, para, autorizando o seu andamento em autos apartados, determinar o DESARQUIVAMENTO do presente processo no SAJ, devendo, ainda, ser retificado o cadastro processual, especialmente no tocante à CLASSE e à anotação dos DADOS DAS PARTES. De todo modo, porém, antes de dar efetivo prosseguimento à pretendida execução de alimentos, determino a intimação da parte credora, através de seu advogado, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (arts. 320 e 321, parágrafo único, c/c art. 801, todos do CPC/2015): a) esclareça eventual motivo para o não cumprimento do ofício ao empregador do alimentante (para desconto em folha de pagamento), cuja expedição consta das movimentações processuais registradas no SAJ, referentes ao processo originário (nº 0017723-94.2018.8.06.0119); b) informe expressamente se renuncia a eventuais quantias referentes a juros moratórios e correção monetária, eis que, nos cálculos já apresentados, tais não foram contabilizados; e c) de todo modo, junte novo demonstrativo do débito, o qual, além de decotar o valor do débito que ultrapasse os três meses imediatamente anteriores ao ajuizamento da execução (art. 528, § 7º, do CPC/2015), há de observar, como base de cálculo, os valores do salário mínimo efetivamente vigentes em cada mês de vencimento das prestações. Expedientes necessários.

ADV: OSTERNE FEITOSA FERRO NETO (OAB 3917/CE) - Processo 0051081-45.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Registro de Óbito após prazo legal - REQUERENTE: Sandra Sombra Sampaio - Diante do exposto, e considerando o mais que dos autos consta, com base na fundamentação supra e com arrimo no parecer ministerial retro, por sentença, para que surta seus jurídicos e regulares efeitos, ACOLHO o pedido formulado na ação, pelo que autorizo o registro de óbito extemporâneo de Marizita Sombra Sampaio, nascido(a) em 24/01/1936 e falecido(a) em 14/02/2021. Quanto aos demais dados exigidos pelo art. 80 da LRP, observem-se as informações constantes do requerimento inicial (incluindo a petição de emenda à exordial) e especialmente as constantes dos documentos oficiais anexados ao processo. Declaro extinta a ação, com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC/2015). Custas e despesas processuais pela parte requerente (ex vi do art. 88 do CPC/2015), ficando tais obrigações, porém, sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015, em razão dos benefícios da Gratuidade da Justiça a que faz jus. Sem honorários advocatícios sucumbenciais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Para a correta alimentação tanto do sistema eletrônico de tramitação processual quanto dos dados estatísticos pertinentes ao acervo desta Unidade Judiciária, retifique-se o cadastro do presente processo quanto à indicação de sua Classe. Após o trânsito em julgado, expeça-se Mandado ao competente Cartório de Registro Civil para lavratura do assento do óbito, remetendo-se as cópias necessárias, devendo o Mandado ser cumprido independentemente da cobrança de emolumentos ou taxas, justamente porque a parte requerente faz jus aos beneplácitos da gratuidade judiciária, conforme inteligência do art. 98, § 1º, IX, do CPC/2015. Alfim, se nada mais for requerido, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

COMARCA DE MARANGUAPE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: NAYANA CRUZ RIBEIRO (OAB 23209/CE) - Processo 0001177-27.2019.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - MENOR: Ryan Guilherme Costa Bernardo - Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 20/04/2022 às 14:30h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: “Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, designo sessão de Conciliação para a data de 20/04/2022 às 14:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. INFORMO que, A PRESENTE AUDIÊNCIA se dará por meio de vídeo conferência, a ser realizada via plataforma Microsoft Teams, tendo as partes acesso à Sala de Audiência virtual pelo link https://link.tjce.jus.br/5e29e2 ou aponte a câmera do seu celular para o Código QRcode de pág. 92, devendo acessá-lo na data e hora designada. Proceda à SECRETARIA a confecção dos expedientes necessários.”

ADV: ANA KARENINA PINTO GONDIM DE ALMEIDA (OAB 23668/CE) - Processo 0050172-37.2020.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Henrique Sousa Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 26/04/2022 às 09:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: “Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, designo sessão de Conciliação para a data de 26/04/2022 às 09:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. INFORMO que, A PRESENTE AUDIÊNCIA se dará por meio de vídeo conferência, a ser realizada via plataforma Microsoft Teams, tendo as partes acesso à Sala de Audiência virtual pelo link https://link.tjce.jus.br/ce7091 ou aponte a câmera do seu celular para o Código QRcode de pág. 50, devendo acessá-lo

na data e hora designada. Proceda à SECRETARIA a confecção dos expedientes necessários."

ADV: ÉDIPO PEREIRA DE QUEIROZ (OAB 37210/CE) - Processo 0050944-63.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Joseneide Fernandes Raulino - R.H. Sobre a contestação de págs. 70/80, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ GOMES LEAL FILHO (OAB 17458/CE) - Processo 0051339-89.2020.8.06.0119 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.E.C.S. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 24/03/2022 às 13:30h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Decisão: "Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, designo sessão de Conciliação para a data de 24/03/2022 às 13:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. INFORMO que, A PRESENTE AUDIÊNCIA se dará por meio de vídeo conferência, a ser realizada via plataforma Microsoft Teams, tendo as partes acesso à Sala de Audiência virtual pelo link https://link.tjce.jus.br/931bfc ou aponte a câmera do seu celular para o Código QRcode de pág. 43, devendo acessá-lo na data e hora designada. Proceda à SECRETARIA a confecção dos expedientes necessários"

ADV: CARLA RÔLA VIANA (OAB 36123/CE), ADV: REINALDO SZYDLOSKI (OAB 23211/CE) - Processo 0051612-34.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Construções Mais Empreendimenots Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 31/03/2022 às 12:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio da plataforma Microsoft Teams. Decisão: "Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2021/CEJUSC desta comarca, designo sessão de Conciliação para a data de 31/03/2022 às 12:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. INFORMO que, A PRESENTE AUDIÊNCIA se dará por meio de video conferência, a ser realizada via plataforma Microsoft Teams, tendo as partes acesso à Sala de Audiência virtual pelo link https://link.tjce.jus.br/8dcf65 ou aponte a câmera do seu celular para o Código QRcode de pág. 134, devendo acessá-lo na data e hora designada. Proceda à SECRETARIA a confecção dos expedientes necessários."

ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE) - Processo 0051925-92.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Vital do Nascimento - Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia de documentos pessoais e comprovante de residência, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 do CPC.

ADV: CARLOS RAYNER RODRIGUES ALVES (OAB 28092/CE) - Processo 0051934-54.2021.8.06.0119 - Usucapião - Usucapião da L 6.969/1981 - REQUERENTE: Joao Pedro Soares de Sousa - Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos documento que comprove efetivamente a necessidade da concessão dos benefícios da gratuidade judiciária ou proceder ao pagamento das custas iniciais e diligências do Oficial de Justiça, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC, bem como, para esclarecer a profissão que exerce.

ADV: JOSÉ ROBERTO DA CONCEIÇÃO (OAB 312375/SP) - Processo 0051942-31.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Francisco Renato Dias Braga - Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu advogado, para, conforme preceitua o art. 321 do CPC, incluir expressamente no quesito pedido, da petição inicial, a necessidade autoral quanto à concessão de antecipação de tutela de urgência, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0051946-68.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - R.H. Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu advogado, para, conforme preceitua o art. 321 do CPC, emendar a inicial, juntando aos autos cópia de contrato e planilha de débito detalhada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Expedientes Necessários.

ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE) - Processo 0051950-08.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Nildete Sobrinho - Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 321 do CPC, emendar a inicial, juntando aos autos cópia de documentos pessoais e comprovante de residência, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE) - Processo 0051953-60.2021.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Davi de Sousa Filho - Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, para em 15 (quinze) dias, esclarecer o local onde reside, visto que o endereço informado na inicial difere-se daquele indicado no comprovante de residência acostado à pág. 36, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

COMARCA DE MARCO - VARA UNICA DA COMARCA DE MARCO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MARCO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: PEDRO AGUIAR CARNEIRO FILHO (OAB 30315/CE) - Processo 0050513-26.2021.8.06.0120 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Edmar de Araujo - Vistos etc. Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 350 do Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MARCO
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOSÉ NACÉLIO ARAÚJO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO (OAB 7128/CE) - Processo 0000531-14.2019.8.06.0120 - Cumprimento Provisório de Sentença - Pagamento - REQUERENTE: Espedito Marinho de Andrade - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO

SOCIAL INSS - Vistos, etc., Vejo que o processo principal (autos nº 3603-19.2013.8.06.0120) já foi arquivando definitivamente, constando informação naqueles autos de que o INSS já providenciou a implantação do benefício previdenciário do autor. Assim sendo, em razão da evidente perda do objeto, pois a autora já obteve a implantação do seu benefício previdenciário, extingo o vertente feito, o que faço amparado no art. 485, IV do CPC. Transitado em julgado esta sentença, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: GUY NEVES OSTERNO (OAB 26955/CE), ADV: RENÉ OSTERNO RIOS (OAB 29175/CE) - Processo 0000984-09.2019.8.06.0120 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Jose de Fatima Diogo - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS e outro - R. h Considerando a concordância da parte autora com os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 76/78, homologo os cálculos para que surtam seus efeitos jurídicos. Expeçam-se os requisitórios de pagamento. Após, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS) - Processo 0004304-09.2015.8.06.0120 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jose Onorio Dias - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Com fulcro no artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo mencionado às fls. 244/246, e, via de consequência, julgo extinto o processo com resolução de mérito. Inclusive, a desistência do prazo recursal.

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE) - Processo 0004735-38.2018.8.06.0120 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.D.M. - REQUERIDA: M.S.S. - MENOR: M.M.S.S. - intimem-se as partes para manifestação"

ADV: JOSIMO FARIAS FILHO (OAB 27751/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0005060-13.2018.8.06.0120 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Ribeiro Rocha - REQUERIDO: Banco do Brasil - R.H. Determino a intimação das partes, por seus advogados, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo comum de 05 (cinco) dias, fazendo-o de modo justificado e fundamentado, informando os fatos que se pretendem demonstrar com cada modalidade de prova requerida, sob pena de preclusão e indeferimento por esse juízo, e realização de julgamento do processo no estado em que se encontrar. Ex. Necessários.

ADV: RENÉ OSTERNO RIOS (OAB 29175/CE), ADV: GUY NEVES OSTERNO (OAB 26955/CE), ADV: JOSÉ SÉRGIO DIAS CARNEIRO FILHO (OAB 28654/CE) - Processo 0005366-50.2016.8.06.0120 - Procedimento Comum Cível - Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Maria Lucia Silva Mota - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - R. h Considerando a concordância da parte autora com os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 119/122, homologo os cálculos para que surtam seus efeitos jurídicos. Expeça-se o requisitório de pagamento, na forma solicitada pelo autor à fl. 123. Após, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: JOAO PAULO ARRUDA BARRETO CAVALCANTE (OAB 22880/CE), ADV: RAFAELL CAMINHA DE FREITAS (OAB 31219/CE), ADV: JULIANA MAIA BRITO (OAB 33415-0/CE) - Processo 0005881-85.2016.8.06.0120 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - 1. Conquanto seja possível a expedição de ofícios a órgãos públicos a fim de ser localizado endereço do notificado, tal medida somente deve ser deferida quando demonstrado que o requerente esgotou as suas possibilidades e tentativas, o que não ocorreu no caso vertente. Assim, não restando demonstrado que o autor realizou diligências para localizar o promovido, indefiro o pedido de página 118, ao passo que determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar o endereço atualizado do requerido.

ADV: RAFAELA VASCONCELOS DE MARIA (OAB 26420/CE), ADV: ANA PAULA DE CARVALHO (OAB 21315/CE) - Processo 0050084-93.2020.8.06.0120 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wanderson Silva Rocha - Expedito Edilson Silva Nascimento - Intime-se a defesa do réu Wanderson Silva Rocha para apresentar resposta escrita a acusação, no prazo de 10 dias.

ADV: ANA CARMEN RIOS (OAB 28933/CE) - Processo 0200023-79.2022.8.06.0120 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Petição de Herança - REQUERENTE: Rita de Cássia Vasconcelos - Francisco Tiago Vasconcelos - Carmen Ângela Vasconcelos - Manoel Carlos Vasconcelos - Antônio de Pádua Vasconcelos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Intime-se a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 dias, incluindo no polo ativa da demanda o nome da Sra. Karla Camila Vasconcelos, bem como juntar procuração Ad Judicia dos demais autores.

COMARCA DE MASSAPÊ - 1ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: GLAUCIO PONTES CANUTO ARAUJO (OAB 43849/CE) - Processo 0000068-06.2018.8.06.0121 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Desacato - RÉU: JOSE ARMANDO NUNES FERNANDES - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, julgo parcialmente procedente o pedido formulado na denúncia de fls. 02/03, para CONDENAR o acusado JOSÉ ARMANDO NUNES FERNANDES, já qualificado, pelo crime tipificado no art. 329 e 331 CP.

ADV: FRANCISCO VIDAL NEGREIRO (OAB 23286/CE), ADV: DANIEL FRANCISCO LOPES NETO (OAB 38023/CE), ADV: SAMAYO ARAUJO (OAB 40569/CE) - Processo 0003011-59.2019.8.06.0121 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: FRANCISCO LEVY LOPES ESTEVÃO - Recebidos hoje. Recebo a apelação criminal interposta pelo Ministério Público(fls. 197/206). Abra-se vista à defesa para apresentação das contrarrazões, no prazo legal. Exp. Nec.

ADV: EDSON BRITO DE CHAVES (OAB 28842/CE), ADV: FRANCISCO AUGUSTO LIBERATO FERNANDES DE CARVALHO (OAB 28829/CE) - Processo 0005124-93.2013.8.06.0121 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: Ministério Público - R;h Embora este juízo prese pela regular tramitação dos processos, buscando sempre pela razoável duração dos pleitos e a efetiva resolução dos casos, não podemos ignorar o panorama atual da saúde pública municipal. Conforme Ofício enviado pela Secretaria de Saúde do Município, o número de contaminações aumentou bastante; há servidores com confirmação de contaminação pelo COVID-19 e outros com quadro gripal, aguardando a realização de testes. Ressalto que a segurança dos jurados e servidores deve ser priorizada neste momento, pois, embora se busque manter o distanciamento, o contato físico é quase inevitável, tendo em vista que a Sessão do Júri para acontecer depende da atuação de diversas pessoas; é realizado em sala fechada e tem longa duração, na maioria das vezes. Outro agravante é que os jurados, necessariamente, devem permanecer no Fórum até o final do julgamento, ou seja, as refeições serão feitas todos juntos com uma proximidade

não aconselhável. Assim, por todas as razões acima descritas, redesigno a Sessão do Júri para o dia 26/04/2022 Às 09:00. Expedientes Necessários. Massape (CE), 25 de janeiro de 2022. Ticiane Silveira Melo Muniz Juíza de Direito

ADV: EDSON BRITO DE CHAVES (OAB 28842/CE), ADV: FRANCISCO AUGUSTO LIBERATO FERNANDES DE CARVALHO (OAB 28829/CE) - Processo 0005124-93.2013.8.06.0121 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: Ministério Público - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que determinou que o réu ANTONIO EDILSON ALBUQUERQUE seja submetido a julgamento perante o Egrégio Tribunal do Júri da Comarca de Massapê-CE, em sessão designada para o dia 26 de Abril de 2022, às 09:00 horas. Intimem-se as partes. Tomem-se as seguintes providências (fls. 443): a) Convoque-se o Conselho de Jurados para sessão; a) Expeça-se edital de convocação do Júri; b) Intimem-se o réu e seu defensor; c) Requisite-se a escolta policial do réu, se necessário; d) Notifique-se o Ministério Público. Intimem-se. Expedientes Necessários.

ADV: JOSE HOLANDA CAVALCANTE DA SILVA (OAB 33179/CE), ADV: ADRIANA ABREU DE SÁ (OAB 16199/CE), ADV: MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE (OAB 39631/CE) - Processo 0050220-87.2020.8.06.0121 (apensado ao processo 0010135-59.2020.8.06.0121) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTUADO: Francisco Gilberto Lima Ferreira - Victor Manuel Moura Ferreira - R;h Embora este juízo prese pela regular tramitação dos processos, buscando sempre pela razoável duração dos pleitos e a efetiva resolução dos casos, não podemos ignorar o panorama atual da saúde pública municipal. Conforme Ofício enviado pela Secretaria de Saúde do Município, o número de contaminações aumentou bastante; há servidores com confirmação de contaminação pelo COVID-19 e outros com quadro gripal, aguardando a realização de testes. Ressalto que a segurança dos jurados e servidores deve ser priorizada neste momento, pois, embora se busque manter o distanciamento, o contato físico é quase inevitável, tendo em vista que a Sessão do Júri para acontecer depende da atuação de diversas pessoas; é realizado em sala fechada e tem longa duração, na maioria das vezes. Outro agravante é que os jurados, necessariamente, devem permanecer no Fórum até o final do julgamento, ou seja, as refeições serão feitas todos juntos com uma proximidade não aconselhável. Assim, por todas as razões acima descritas, redesigno a Sessão do Júri para o dia 24/02/2022 Às 09:00. Expedientes Necessários. Massape (CE), 25 de janeiro de 2022. Ticiane Silveira Melo Muniz Juíza de Direito

ADV: JOSE HOLANDA CAVALCANTE DA SILVA (OAB 33179/CE), ADV: MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE (OAB 39631/CE), ADV: ADRIANA ABREU DE SÁ (OAB 16199/CE) - Processo 0050220-87.2020.8.06.0121 (apensado ao processo 0010135-59.2020.8.06.0121) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTUADO: Francisco Gilberto Lima Ferreira e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que determinou que os réus FRANCISCO GILBERTO LIMA FERREIRA e VICTOR MANUEL MOURA FERREIRA sejam submetidos a julgamento perante o egrégio Tribunal do Júri da Comarca de Massapê-CE, em sessão designada para o dia 24 de Fevereiro de 2022, às 09:00 horas. Intimem-se as partes.Tomem-se as seguintes providências (fls. 443): a) Convoque-se o Conselho de Jurados para sessão; a) Expeça-se edital de convocação do Júri; b) Intimem-se o réu e seu defensor; c) Requisite-se a escolta policial do réu, se necessário; d) Notifique-se o Ministério Público. Intimem-se. Expedientes Necessários.

COMARCA DE MASSAPÊ - 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: FRANCISCO VIDAL NEGREIRO (OAB 23286/CE) - Processo 0000126-63.2014.8.06.0213 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERIDA: L.F. - Ante ao exposto, com base no art. 485, IV, do CPC, DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, suspendo, eis que é beneficiária da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao membro do parquet. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos Massape/CE, 21 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0000476-27.2000.8.06.0121 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a - Indefiro o pedido de fl. 321, uma vez que o processo já foi suspenso em 01/08/2017 (fl. 283) e se encontra atualmente no arquivo provisório. No mais, permaneçam-se os autos no arquivo provisório. Expedientes necessários. Massape, 24 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: TARCYANO WYLKERSON QUARIGUAZI ARAUJO (OAB 33764/CE) - Processo 0002380-18.2019.8.06.0121 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Clerton Vasconcelos dos Santos - Defiro o pedido deduzido à fl. 91, de modo que determino a expedição de ofício ao Laboratório Peritos Lab para que realize o exame de DNA presencial com a finalidade de identificação da paternidade da menor no Polo de Fortaleza (Prazo de 15 dias). Expedientes necessários. Massape, 18 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0002465-04.2019.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Ante a certidão de fl. 95, aguarde-se eventual decurso do período de 30 (trinta) dias para que a autora pratique os atos necessários ao prosseguimento regular do feito, sendo que, em caso negativo, deve ser certificado nos autos o abandono. Na sequência, intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar regular andamento ao feito, sob pena de extinção do feito. Diligências necessárias. Massape, 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: ANTONIO LEITE TAVARES (OAB 1838/CE), ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE), ADV: LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES (OAB 22373/CE) - Processo 0004544-29.2014.8.06.0121 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Barsil S/A - Defiro o pedido deduzido à fl. 196, de modo que determino a expedição de carta precatória com a finalidade de cumprimento do mandado de arresto, utilizando para tanto o endereço fornecido na petição retro. Ademais, advirta-se o meirinho que a parte exequente não tem interesse na remoção do bem, apenas na lavratura do auto de arresto. Expedientes necessários. Massape, 24 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: CAIRO DE SOUSA VASCONCELOS (OAB 29712/CE), ADV: LARA DE CASTRO ARRUDA (OAB 43206/CE) - Processo 0006503-64.2016.8.06.0121 - Tutela e Curatela - Nomeação - Nomeação - REQUERENTE: M.S.D.M. - REQUERIDO: F.A.D.M. - Ante ao exposto, com arrimo nos artigos 747 e seguintes do Código de Processo Civil e no artigo 85 da Lei 13.146/2015,

confirmando a decisão de fl. 27, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELA PARTE INTERESSADA E DECRETO A INTERDIÇÃO DE FRANCISCO ANDRÉ DIAS MARQUES, NOMEANDO-LHE COMO CURADORA MARIA DO SOCORRO DIAS MARQUES, FIXANDO-SE COMO LIMITE DA CURATELA A PRÁTICA DOS ATOS NEGOCIAIS DA VIDA CIVIL. A curatela definitiva deferida é de forma parcial, não autorizando a curadora a dispor sobre acervo que eventualmente venha a compor o patrimônio do (a) interditando (a), exclusive no que diz respeito a valores eventualmente percebidos em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial e que deverão ser usados em exclusivo proveito da interditando (a). Comunique-se ao INSS a fim de que sejam adotadas as providências administrativas, se necessário. Por derradeiro, condeno o Estado do Ceará a pagar a advogada dativa, Dra. Lara de Castro Arruda (OAB/CE 43.206), o valor de R$ 212,49 (duzentos e doze reais e quarenta e nove centavos) à título de honorários advocatícios, conforme orientações da Resolução 305/2014 do CJF e do Provimento 11/2021 da CGJCE. Acrescento que, para a fixação dos referidos honorários, foram observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e complexidade do caso concreto, bem como o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para seu serviço e a eventual contratação do causídico por órgão municipal para prestação de assistência jurídica à comunidade. Certificado o trânsito em julgado: publique-se, na forma estabelecida no art. 755, § 3º, do CPC; lavre-se o Termo de compromisso, devendo ser anotado em livro próprio, para registro, intimando-se o curador para ser cientificado das consequências jurídicas daí advindas; expeça-se o Mandado de Averbação ao Cartório de Registro Civil, observando a gratuidade jurídica. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Massape/CE, 18 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: ALEX RENAN DA SILVA (OAB 40370B/CE), ADV: FRANCISCO VIDAL NEGREIRO (OAB 23286/CE) - Processo 0008095-41.2019.8.06.0121 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.R.A. - CURATELADO: F.C.S. - Ante ao exposto, com arrimo nos artigos 747 e seguintes do Código de Processo Civil e no artigo 85 da Lei 13.146/2015, confirmando a decisão de fls. 22/24, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELA PARTE INTERESSADA E DECRETO A INTERDIÇÃO DE FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, NOMEANDO-LHE COMO CURADORA MARIA DOS REIS DE ALBUQUERQUE, FIXANDO-SE COMO LIMITE DA CURATELA A PRÁTICA DOS ATOS NEGOCIAIS DA VIDA CIVIL. A curatela definitiva deferida é de forma parcial, não autorizando a curadora a dispor sobre acervo que eventualmente venha a compor o patrimônio do (a) interditando (a), exclusive no que diz respeito a valores eventualmente percebidos em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial e que deverão ser usados em exclusivo proveito da interditando (a). Comunique-se ao INSS a fim de que sejam adotadas as providências administrativas, se necessário. Por derradeiro, condeno o Estado do Ceará a pagar ao advogado dativo, Dr. Alex Renan da Silva (OAB/CE 40.370-B), o valor de R$ 212,49 (duzentos e doze reais e quarenta e nove centavos) à título de honorários advocatícios, conforme orientações da Resolução 305/2014 do CJF e do Provimento 11/2021 da CGJCE. Acrescento que, para a fixação dos referidos honorários, foram observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e complexidade do caso concreto, bem como o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para seu serviço e a eventual contratação do causídico por órgão municipal para prestação de assistência jurídica à comunidade. Certificado o trânsito em julgado: publique-se, na forma estabelecida no art. 755, § 3º, do CPC; lavre-se o Termo de compromisso, devendo ser anotado em livro próprio, para registro, intimando-se o curador para ser cientificado das consequências jurídicas daí advindas; expeça-se o Mandado de Averbação ao Cartório de Registro Civil, observando a gratuidade jurídica. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP. No mais, torno sem efeito o despacho de fl. 84, quanto a determinação de realização de perícia médica. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Massape/CE, 21 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: JOKASTA SOUSA CARVALHO (OAB 30368/CE) - Processo 0008304-10.2019.8.06.0121 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: F.J.S. e outros - Converto o julgamento do feito em diligência. Ao compulsar os autos para a prolação de sentença verifiquei que os réus não foram devidamente citados, uma vez que as missivas de fls. 50/51 retornaram sem notícia de citação. Dessa forma, a se considerar a certidão de fl.130, determino seja expedida nova carta precatória para a tentativa de citação do réu Paulo Roberto de Araújo, no endereço declinado na exordial. Quanto ao réu Francisco Wellignton, a se considerar o teor da certidão de fl. 89, determino a intimação dos autores para, no prazo de 15 dias, colacionar o endereço do referido, devendo ser procedida sua citação na sequência. Diligências e intimações necessárias. Massape (CE), 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0008492-03.2019.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Deixo de conhecer o pedido deduzido à fl. 84, tendo em vista que a restrição no veículo objeto dos autos já foi imposta pelo sistema RENAJUD, de acordo com o comprovante de fl. 85. No mais, intime-se, pela segunda oportunidade, a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer se pretende manter o pedido de busca e apreensão ou se opta pela conversão em ação executiva, devendo, para tanto, tomar as providências necessárias para o regular andamento do feito, ante a impossibilidade do processo restar paralisado indefinidamente. Expedientes necessários. Massape, 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0010018-97.2022.8.06.0121 - Carta Precatória Cível - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Compulsando os autos, verifico que os comprovantes juntados às fls. 10/15 são referentes às custas iniciais. Dessa forma, oficie-se ao Juízo Deprecante, solicitando o envio dos documentos essenciais ao cumprimento da Carta Precatória (comprovante de recolhimento de custas de cumprimento e expedição de CP e de diligência do oficial de justiça - sede de comarca), no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE), ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE) - Processo 0050143-78.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Emanuel Wagner Ferreira Carvalho - Ante ao exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para o fim de: 1) Reconhecer que, em relação ao adicional por tempo de serviço, no que diz respeito ao primeiro cargo (posse em 21/02/2002), em abril de 2018, a parte autora faria jus ao percentual de 16% (dezesseis) por cento, devendo o município de Senador Sá, pois, proceder a devida adequação mediante a implantação do percentual correto, devendo, ainda, em relação ao segundo cargo (posse em 07/03/2018), implantar o adicional de 1% a partir de março de 2019; 2) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação ao primeiro cargo, a partir de abril de 2018, a título de anuênio, a diferença entre o percentual que foi implantado e o que deveria ter sido (16%); 3) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação ao primeiro cargo, o valor retroativo do anuênio, e em relação ao segundo, o que seria devido a partir de março de 2019, observado os itens retro e a data de prescrição assim como os reflexos em férias, terço constitucional e 13º salário, observando a prescrição quinquenal, tudo a ser calculado, mediante meros cálculos aritméticos, com base nos documentos que instruem a inicial; 4) Determinar que o Município de Senador Sá elabore, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma de fruição de 3 (três) períodos de licença prêmio pela parte autora, em relação ao primeiro cargo, com indicação da data do início e fim do gozo, sob pena desta gozar do benefício de acordo com o cronograma definido por ela própria a ser apresentado

em juízo. 5) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), à título de danos morais, julgando improcedentes os demais pedidos relativos à evolução funcional; 6) Julgar improcedentes os pedidos relativos ao abono do FUNDEB e indenização pelos honorários contratuais; Quanto aos itens 2 e 3, sobre o valores das parcelas vencidas até a citação deverão incidir juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança à partir da citação e sobre as que se venceram posteriormente (vincendas), desde o respectivo vencimento e correção monetária com base no IPCA-E, a partir de cada vencimento. Quanto aos danos morais deverão incidir juros de mora segundo o índice da caderneta de poupança à partir do evento danoso, aqui entendido como o último dia do mês em que a primeira progressão funcional teria sido efetivada (31/01/2013) e correção monetária com base no IPCA-E, à partir do arbitramento, ou seja, da publicação da presente demanda. Pela sucumbência recíproca, condeno a parte autora ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, pois beneficiária da gratuidade e deixo de condenar o Município na mesma verba, ante a isenção legal. De igual modo, considerando que no presente caso mostra-se inestimável o proveito econômico à autora, visto a acumulação de condenações em pagar e em fazer, com base no art. 85, § 2º e 8º do CPC, condeno esta a pagar ao advogado do réu R$ 1.000,00 (mil reais) a título de honorários de sucumbência e a parte ré à pagar à parte autora, sob a mesma rubrica, a mesma quantia, restando suspensa a exigibilidade em relação à autora, pelo mesmo motivo acima apontado, vedada a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o decurso do prazo de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, mediante remessa necessária, tendo em vista que, embora, certamente, a condenação não alcance o limite de 100 (cem) salários mínimos (CPC, art. 496, § 3º, III), a jurisprudência tem se mostrado vacilante quanto à natureza líquida ou ilíquida da condenação que depende de meros cálculos aritméticos. Massape/CE, 14 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: LUCAS MENDES CORDEIRO DA CRUZ (OAB 35484/CE), ADV: SENDY PORTELA SOUSA (OAB 36772/CE) - Processo 0050144-29.2021.8.06.0121 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.C.C. - Ante ao exposto, com arrimo no artigo 227, § 6° da Carta Maior e no artigo 487, III, a , do CPC, DECLARO QUE O FALECIDO JOSÉ JURACI BERNARDO TELES É O PAI BIOLÓGICO DE MARIA DA CONCEIÇÃO DO CARMO. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao membro do parquet. Certificado o trânsito em julgado, expeça-se o Mandado ao serventia de Registro Civil competente, a fim de que seja procedida a devida averbação no Registro de Nascimento de Maria da Conceição do Carmo (fl. 11), devendo constar o nome do falecido como seu pai e também os nomes dos respectivos avós paternos, observada a gratuidade jurídica outrora concedida. Oportunamente, arquivem-se. Massape/CE, 17 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0050146-33.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Maria Aldenir Nicolau - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 332/345. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: WILMER CYSNE PRADO E VASCONCELOS JUNIOR (OAB 5054/CE) - Processo 0050185-93.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Maria Jose Carvalho Rodrigues - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL PARA O FIM DE RECONHECER O DIREITO DA PARTE AUTORA AO GOZO DE 09 (NOVE) MESES DE LICENÇA PRÊMIO, DETERMINANDO AO MUNICÍPIO DE MASSAPÊ QUE ELABORE, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CRONOGRAMA DE FRUIÇÃO DO PERÍODO SUPRACITADO, COM INDICAÇÃO DA DATA DO INÍCIO E FIM DO GOZO, SOB PENA DA PARTE AUTORA GOZAR IMEDIATAMENTE O BENEFÍCIO LEGAL ORA CONCEDIDO. Pela sucumbência recíproca, ainda que mínima da autora, condeno a referida ao pagamento de 20% (vinte por cento) das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, pois beneficiária da gratuidade e deixo de condenar o Município ao pagamento de 80% (oitenta por cento) das custas, ante a isenção legal. De igual modo, com base no art. 85, § 2º do CPC, condeno esta a pagar ao advogado do réu o valor de 2% do valor da causa a título de honorários de sucumbência e a parte ré a pagar à parte autora, sob a mesma rubrica, a quantia de 8%, restando suspensa a exigibilidade em relação à autora, pelo mesmo motivo acima apontado, vedada a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o decurso do prazo de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, mediante remessa necessária, tendo em vista que, embora, certamente, a condenação não alcance o limite de 100 (cem) salários mínimos (CPC, art. 496, § 3º, III), a jurisprudência tem se mostrado vacilante quanto à natureza líquida ou ilíquida da condenação que depende de meros cálculos aritméticos. Massape/CE, 26 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: RICARDO NEVES COSTA (OAB 120394/SP), ADV: RAPHAEL NEVES COSTA (OAB 225061/SP) - Processo 0050213-61.2021.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Defiro parcialmente o pedido deduzido à fl. 90, de modo que determino a intimação da parte promovida para, no prazo de 10 dias, indicar a localização do veículo objeto dos autos. Expedientes necessários. Massape, 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0050227-79.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Artemisa Cunha Sobrinha - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 335/348. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0050238-11.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990) - REQUERENTE: Maria Edivania Costa - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 333/346. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE), ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE) - Processo 0050264-09.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Ana Paloma Fortunato Batista - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 360/373. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: HELTON HENRIQUE ALVES MESQUITA (OAB 21260/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050289-85.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Jose Gomes - REQUERIDO: BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL para o fim de: 1 - DECLARAR a inexistência/

inexigibilidade do contrato nº 003020099115175R ; 2 - CONDENAR a parte ré ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor da parte autora, a título de DANOS MORAIS. Deverá a ré, ainda, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da intimação da presente sentença, proceder a baixa da inscrição indevida perante os órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária (astreintes), no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sobre o valor da condenação deverá incidir juros de mora de 1% (um por cento), desde o evento danoso, isto é desde a data da inclusão dos débitos nos cadastros negativos e correção monetária, pelo INPC, a partir do arbitramento, ou seja, da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Por fim, condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios em favor da parte autora no importe de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Massape/CE, 24 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE), ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0050307-43.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francisco Marques Sampaio - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 359/377. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0050309-13.2020.8.06.0121 (apensado ao processo 0050453-84.2020.8.06.0121) - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Edigleuma Araújo Fonseca - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 311/329. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: BRENO MORAIS DIAS (OAB 21695/CE) - Processo 0050316-68.2021.8.06.0121 - Tutela Cautelar Antecedente - Revisão do Saldo Devedor - AUTOR: Fm Aguiar Fretes - Me - Ante ao exposto, com base nos artigos 330, I, e 485, VI, ambos do CPC, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL. Condeno a demandante ao pagamento das custas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, suspendo, eis que é beneficiaria da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquivem-se os autos. Massape/CE, 25 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0050334-89.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria da Conceição Galdino - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, do recurso interposto pela parte requerida às fls. 337/355. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0050336-93.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Maria do Socorro do Nascimento Silva - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte autora para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 349/367. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: ALVARO ALFREDO CAVALCANTE NETO (OAB 24880/CE), ADV: JANAINA SILVA MOREIRA (OAB 43518/CE) - Processo 0050354-80.2021.8.06.0121 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: T.S.O.A.S. - CURATELADA: M.J.O. - Em tempo. Considerando o contido no art. 465 do CPC, as disposições da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 04/2017 e Portaria TJCE nº. 65/2019, determino a nomeação da perita, a Dra. Bruna Morais Dantas , CRM 16101-CE, através do SIPER, fixando o prazo de 20 (vinte) dias para entrega do Laudo, contados da data da realização da perícia. No mais, considerando que a parte autora, responsável pelo pagamento da perícia, é beneficiária da gratuidade judiciaria, com base no o art. 95, §3º, II, do CPC, assim como os critérios de remuneração estabelecidos pelo TJCE, fixo como honorários periciais o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) equivalente ao valor máximo dos honorários periciais previstos nas normativas do tribunal para pagamento das pericias com locomoção realizadas pelo programa de custeio do TJCE, consoante Portaria nº. 1794/2021. Desde já fixo os quesitos: 1) é possível afirmar que o curatelando sofre de enfermidade ou deficiência mental que o priva de discernimento? 2) sendo positiva a resposta anterior, especificar qual a patologia, sintomas, e de que forma fica afetado o discernimento (se a falta de discernimento é total, parcial, momentânea ou permanente). 3) sendo negativa a resposta ao quesito nº 1, se existe causa, ainda que transitória, que impeça o interditando de expressar sua vontade? 4) é possível afirmar que as condições psíquicas do interditando o fazem incapaz de praticar, por si só, atos da vida civil? 5) se positiva a resposta anterior, que espécies de atos? Em especial, tem ele condições de administrar, por si só, seu próprio patrimônio e prover as necessidades de sua família? 6) o interditando necessita ser submetido a tratamento? 7) Fornecer ao juízo outras informações que o ilustre médico julgue pertinentes à solução do litígio. Dê-se ciência às partes e ao Ministério Público acerca da nomeação, alertando-as de que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para as providências do art. 465, § 1º. Intime-se a perita nomeada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar, querendo, aceite do encargo. Aceita incumbência, intime-se a perita, enviando-lhe as informações necessárias, assim como a quesitação fornecida pelas partes. No mais, intimem-se as partes dando ciência do exame pericial assentado para o dia 25/02/2022, às 12:00 horas, na casa da interditanda. Colacionado o laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 15 dias, com arrimo no artigo 477, §1º, do CPC. Decorrido o prazo retro, renove-se vista dos autos ao representante do Ministério Público pelo prazo de 30 dias, retornando-se os autos na sequência para liberação do pagamento dos honorários periciais. Expedientes necessários. Massape, 26 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: MARIA VANESSA MATEUS NORONHA (OAB 29918/CE) - Processo 0050464-79.2021.8.06.0121 - Homologação da Transação Extrajudicial - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: N.A.A. - Ante ao exposto, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, REVOGO A DECISÃO DE FLS. 53/54 E HOMOLOGO O ACORDO DE FLS. 99/100, EXTINGUINDO O FEITO EXECUTIVO. Determino o recolhimento do mandado de prisão outrora expedido em face de devedor. Condeno as partes ao pagamento das custas processuais na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada qual, cuja exigibilidade, no entanto, suspendo, ante a gratuidade judiciária outrora concedida à parte exequente e ora deferido ao executado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Certificado o prazo preclusivo desta decisão, arquivem-se os autos. Massape/CE, 14 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: JOELENA MENDONÇA PARENTE (OAB 25847/CE) - Processo 0050527-07.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Difamação - REQUERENTE: Jose Martins Barros Junior - Em análise dos autos, verifico que os autores foram intimados às fl. 30, através do advogado que os representam, para recolherem as custas de ingresso, porém, mantiveram-se inertes (fl. 31). Desse modo, com base no art. 290 do CPC, determino o cancelamento da distribuição. Expedientes e intimações necessárias. Massape/CE, 21 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0050574-78.2021.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Ante o contido na certidão de fl. 93, intime-se, pela

segunda oportunidade, a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer se pretende manter o pedido de busca e apreensão ou se opta pela conversão em ação executiva, devendo, para tanto, tomar as providências necessárias para o regular andamento do feito, ante a impossibilidade do processo restar paralisado indefinidamente. Expedientes necessários. Massape, 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: LIVIA DE CASTRO ARRUDA (OAB 27379/CE) - Processo 0050720-56.2020.8.06.0121 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Zenaide Sousa Olimpio - Ante ao exposto, em consonância com a manifestação da autoridade fazendária às fls. 71/74, determino que a parte autora adote, no prazo de 15 dias, os procedimentos indispensáveis ao lançamento do imposto causa mortis do espólio, conforme explicado na petição retro. Expedientes necessários. Massape, 19 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0050721-41.2020.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Ante a certidão de fl. 101, intime-se, pela segunda oportunidade, a parte autora para, no prazo de 10 dias, esclarecer se pretende manter o pedido de busca e apreensão ou se opta pela conversão em ação executiva, devendo, para tanto, tomar as providências necessárias para o regular andamento do feito, ante a impossibilidade do processo restar paralisado indefinidamente, sob pena de extinção do feito. Expedientes necessários. Massape, 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: CAMILA SILVA CAVALCANTE (OAB 41547/CE) - Processo 0050833-73.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.N.G.S. - Assim, com fulcro nos artigos 321, parágrafo único, c/c 485, I, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, suspendo, eis que é beneficiária da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Massape/CE, 25 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE), ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE) - Processo 0051014-11.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Regina Cunha de Andrade - Ante ao exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para o fim de: 1) Reconhecer que, em relação ao adicional por tempo de serviço, no que diz respeito ao primeiro cargo (posse em 01/09/2011), em abril de 2018, a parte autora faria jus ao percentual de 6% (seis) por cento, devendo o município de Senador Sá, pois, proceder a devida adequação mediante a implantação do percentual correto, devendo, ainda, em relação ao segundo cargo (posse em 16/02/2018), implantar o adicional de 1% à partir de março de 2019; 2) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação ao primeiro cargo, a partir de abril de 2018, a título de anuênio, a diferença entre o percentual que foi implantado e o que deveria ter sido (6%); 3) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação ao primeiro cargo, o valor retroativo do anuênio, e em relação ao segundo, o que seria devido a partir de março de 2019, observado os itens retro e a data de prescrição assim como os reflexos em férias, terço constitucional e 13º salário, observando a prescrição quinquenal, tudo a ser calculado, mediante meros cálculos aritméticos, com base nos documentos que instruem a inicial; 4) Determinar que o Município de Senador Sá elabore, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma de fruição de 2 (dois) períodos de licença prêmio pela parte autora, em relação ao primeiro cargo, com indicação da data do início e fim do gozo, sob pena desta gozar do benefício de acordo com o cronograma definido por ela própria a ser apresentado em juízo. 5) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), à título de danos morais, julgando improcedentes os demais pedidos relativos à evolução funcional; 6) Julgar improcedentes os pedidos relativos ao abono do FUNDEB e indenização pelos honorários contratuais; Quanto aos itens 2 e 3, sobre o valores das parcelas vencidas até a citação deverão incidir juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança à partir da citação e sobre as que se venceram posteriormente (vincendas), desde o respectivo vencimento e correção monetária com base no IPCA-E, a partir de cada vencimento. Quanto aos danos morais deverão incidir juros de mora segundo o índice da caderneta de poupança à partir do evento danoso, aqui entendido como o último dia do mês em que a primeira progressão funcional teria sido efetivada (31/01/2016) e correção monetária com base no IPCA-E, à partir do arbitramento, ou seja, da publicação da presente demanda. Pela sucumbência recíproca, condeno a parte autora ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, pois beneficiária da gratuidade e deixo de condenar o Município na mesma verba, ante a isenção legal. De igual modo, considerando que no presente caso mostra-se inestimável o proveito econômico à autora, visto a acumulação de condenações em pagar e em fazer, com base no art. 85, § 2º e 8º do CPC, condeno esta a pagar ao advogado do réu R$ 1.000,00 (mil reais) a título de honorários de sucumbência e a parte ré à pagar à parte autora, sob a mesma rubrica, a mesma quantia, restando suspensa a exigibilidade em relação à autora, pelo mesmo motivo acima apontado, vedada a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o decurso do prazo de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, mediante remessa necessária, tendo em vista que, embora, certamente, a condenação não alcance o limite de 100 (cem) salários mínimos (CPC, art. 496, § 3º, III), a jurisprudência tem se mostrado vacilante quanto à natureza líquida ou ilíquida da condenação que depende de meros cálculos aritméticos. Massape/CE, 14 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE), ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0051020-18.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Antônio Marclede Vasconcelos Cordeiro - Ante ao exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para o fim de: 1) Reconhecer que, em relação ao adicional por tempo de serviço, no que diz respeito ao primeiro cargo (posse em 21/02/2002), em abril de 2018, a parte autora faria jus ao percentual de 16% (dezesseis por cento), e, em relação ao segundo (posse em 01/09/2011), ao percentual de 6% (seis por cento), devendo o município de Senador Sá, pois, proceder a devida adequação mediante a implantação do percentual correto. 2) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação à ambos os cargos, a partir de abril de 2018, a título de anuênio, a diferença entre o percentual que foi implantado e o que deveria ter sido ; 3) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação a ambos os cargos, os valores valor retroativos do anuênio, observado os itens retro e a data de prescrição assim como os reflexos em férias, terço constitucional e 13º salário, observando a prescrição quinquenal, tudo a ser calculado, mediante meros cálculos aritméticos, com base nos documentos que instruem a inicial; 4) Determinar que o Município de Senador Sá elabore, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma de fruição de 3 (três) períodos de licença prêmio - relativo ao primeiro vínculo da parte autora com o município e outro cronograma de fruição de 2 (dois) período de licença prêmio, relativo ao segundo vínculo da parte autora com o município, com indicação da data do início e fim do gozo, sob pena desta gozar do benefício de acordo com o cronograma definido por ela própria a ser apresentado em juízo. 5) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em relação ao primeiro vínculo e R$ 3.000,00 (três mil reais)- em relação ao segundo vínculo, à título de danos morais, julgando improcedentes os demais pedidos relativos à evolução funcional; 6) Julgar improcedentes os pedidos relativos ao abono do FUNDEB e indenização pelos honorários contratuais; Quanto aos itens 2 e 3, sobre o valores das

parcelas vencidas até a citação deverão incidir juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança à partir da citação e sobre as que se venceram posteriormente (vincendas), desde o respectivo vencimento e correção monetária com base no IPCA-E, a partir de cada vencimento. Quanto aos danos morais deverão incidir juros de mora segundo o índice da caderneta de poupança à partir do evento danoso, aqui entendido como o último dia do mês em que a primeira progressão funcional teria sido efetivada - para o primeiro vínculo em 31/01/2013 e para o segundo vínculo em 31/01/2016 - e correção monetária com base no IPCA-E, à partir do arbitramento, ou seja, da publicação da presente demanda. Pela sucumbência recíproca, condeno a parte autora ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, pois beneficiária da gratuidade e deixo de condenar o Município na mesma verba, ante a isenção legal. De igual modo, considerando que no presente caso mostra-se inestimável o proveito econômico à autora, visto a acumulação de condenações em pagar e em fazer, com base no art. 85, § 2º e 8º do CPC, condeno esta a pagar ao advogado do réu R$ 1.000,00 (mil reais) a título de honorários de sucumbência e a parte ré à pagar à parte autora, sob a mesma rubrica, a mesma quantia, restando suspensa a exigibilidade em relação à autora, pelo mesmo motivo acima apontado, vedada a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o decurso do prazo de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, mediante remessa necessária, tendo em vista que, embora, certamente, a condenação não alcance o limite de 100 (cem) salários mínimos (CPC, art. 496, § 3º, III), a jurisprudência tem se mostrado vacilante quanto à natureza líquida ou ilíquida da condenação que depende de meros cálculos aritméticos. Massape/CE, 21 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0051061-48.2021.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, se manifestar acerca do contido na certidão de fl. 77. Expedientes necessários. Massape, 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: FRANCISCO JOSE SILVA AGUIAR JUNIOR (OAB 27898/CE), ADV: MORGANA MONTE DE SOUSA (OAB 32063/CE) - Processo 0051084-28.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - ARROLANTE: Marta Maria Albuquerque Malheiros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 CGJCE (DJE 18/01/2021), encaminho os autos para intimar a parte requerente para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte requerida, às fls. 71/79. Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remeter eletronicamente os autos ao órgão recursal competente.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 4734AC) - Processo 0051084-91.2021.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Votorantim S.A. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, se manifestar acerca do contido na certidão de fl. 72. Expedientes necessários. Massape, 20 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: ANTONIA GEORGELIA CARVALHO FROTA (OAB 40282/CE) - Processo 0051092-68.2021.8.06.0121 - Ação de Exigir Contas - Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia - REQUERENTE: Maria do Amparo de Oliveira - Recebo a inicial. Defiro a gratuidade judiciária à parte autora. Designe-se data realização de Audiência de conciliação, a ser realizada de modo integralmente virtual pelo conciliador. Aprazada data, cite-se a parte ré, dando-lhe ciência da demanda, com a observação de que deverá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observando os termos iniciais contidos no art. 335 do CPC, sob pena de revelia. Paralelamente, intimem-se ambas as partes para tomarem ciência da presente decisão, assim como para comparecerem à audiência de conciliação, advertindo-as de que: a) o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado; b) deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos; c) em caso de absoluta impossibilidade técnica ou prática de participar da audiência telepresencial tal circunstância deverá ser devidamente justificada nos autos, nos termos do art. 3º, § 2º da Resolução CNJ nº 314/2020; d) caso desejem receber o link da audiência por e-mail ou whatsapp deverão entregar em contato com o whatsapp business da unidade: (88) 3643-1172 em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do ato. Diligências e intimações necessárias. Massape (CE), 13 de janeiro de 2022 GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE), ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0051112-93.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Afonso de Ligório da Silva Júlio - Ante ao exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para o fim de: 1) Reconhecer que, em relação ao adicional por tempo de serviço, em abril de 2018, a parte autora faria jus ao percentual de 16% (dezesseis) por cento, devendo o município de Senador Sá, pois, proceder a devida adequação mediante a implantação do percentual correto; 2) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, a partir de abril de 2018, a título de anuênio, a diferença entre o percentual que foi implantado e o que deveria ter sido (16%); 3) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora o valor retroativo do anuênio, observado os itens retro e a data de prescrição assim como os reflexos em férias, terço constitucional e 13º salário, observando a prescrição quinquenal, tudo a ser calculado, mediante meros cálculos aritméticos, com base nos documentos que instruem a inicial; 4) Determinar que o Município de Senador Sá elabore, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma de fruição de 3 (três) períodos de licença prêmio pela parte autora, com indicação da data do início e fim do gozo, sob pena desta gozar do benefício de acordo com o cronograma definido por ela própria a ser apresentado em juízo. 5) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), à título de danos morais, julgando improcedentes os demais pedidos relativos à evolução funcional; 6) Julgar improcedentes os pedidos relativos ao abono do FUNDEB e indenização pelos honorários contratuais; Quanto aos itens 2 e 3, sobre o valores das parcelas vencidas até a citação deverão incidir juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança à partir da citação e sobre as que se venceram posteriormente (vincendas), desde o respectivo vencimento e correção monetária com base no IPCA-E, a partir de cada vencimento. Quanto aos danos morais deverão incidir juros de mora segundo o índice da caderneta de poupança à partir do evento danoso, aqui entendido como o último dia do mês em que a primeira progressão funcional teria sido efetivada (31/01/2013) e correção monetária com base no IPCA-E, à partir do arbitramento, ou seja, da publicação da presente demanda. Pela sucumbência recíproca, condeno a parte autora ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, pois beneficiária da gratuidade e deixo de condenar o Município na mesma verba, ante a isenção legal. De igual modo, considerando que no presente caso mostra-se inestimável o proveito econômico à autora, visto a acumulação de condenações em pagar e em fazer, com base no art. 85, § 2º e 8º do CPC, condeno esta a pagar ao advogado do réu R$ 1.000,00 (mil reais) a título de honorários de sucumbência e a parte ré à pagar à parte autora, sob a mesma rubrica, a mesma quantia, restando suspensa a exigibilidade em relação à autora, pelo mesmo motivo acima apontado, vedada a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o decurso do prazo de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, mediante remessa necessária, tendo em vista que, embora, certamente, a condenação não alcance o limite de 100 (cem) salários mínimos (CPC, art. 496, § 3º, III), a jurisprudência

tem se mostrado vacilante quanto à natureza líquida ou ilíquida da condenação que depende de meros cálculos aritméticos. Massape/CE, 19 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: ALEX OSTERNO PRADO (OAB 23048/CE), ADV: MAYARA GOMES CAJAZEIRAS (OAB 32862/CE) - Processo 0051124-10.2020.8.06.0121 - Arrolamento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - ARROLANTE: Maryjane de Sousa Cavalcante - Ante ao exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito (CPC, art. 487, I). Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, em favor dos procuradores da parte adversa, arbitrados em 10 % do valor atualizado da causa (INPC), cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, eis que beneficiária da gratuidade judicial. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Massape/CE, 19 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE) - Processo 0051131-65.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Questões Funcionais - REQUERENTE: Francisco Pereira - Defiro a gratuidade judiciária à parte autora. Recebo a inicial. Considerando a excepcionalidade do período hodierno, aliado à baixa probabilidade de acordo em feitos desta espécie, deixo de designar audiência de conciliação e determino a citação da parte ré, pelo portal eletrônico, para tomar ciência da demanda, com a advertência de que deverá apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, nos termos do art. 335, III c/c art. 231, V, do CPC, sob pena de revelia, sem incidência dos seus efeitos materiais. No mais, atente-se a Secretaria para o devido cumprimento do Código de Normas Judiciais, especialmente para o capitulo relativo aos atos ordinatórios. Expedientes e intimações necessários. Massape, 13 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: LUCAS DA SILVA MELO (OAB 41815/CE) - Processo 0051140-27.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Rodrigues Silva - Defiro a gratuidade judiciária à parte autora. No mais, designe-se data realização de Audiência de conciliação, a ser realizada de modo virtual, pelo conciliador do CEJUSC. Aprazada data, cite-se a parte ré, dando-lhe ciência da demanda, com a observação de que deverá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observando os termos iniciais contidos no art. 335 do CPC, sob pena de revelia, intimando-se ambas as partes para comparecerem à audiência de conciliação, advertindo-as de que: a) o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado; b) deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos; c) em caso de absoluta impossibilidade técnica ou prática de participar da audiência telepresencial tal circunstância deverá ser devidamente justificada nos autos, nos termos do art. 3º, § 2º da Resolução CNJ nº 314/2020; d) caso desejem receber o link da audiência por e-mail ou whatsapp deverão entregar em contato com o whatsapp business da unidade: (88) 3643-1172 em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do ato. Diligências e intimações necessárias. Massape (CE), 15 de dezembro de 2021. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0051143-79.2021.8.06.0121 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - De início, torno sem efeito a decisão de fl. 67. Recebo a inicial. Cite-se o executado para, em 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito indicado na inicial, a teor do artigo 829 do Código de Processo civil (CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito a ser pago pelo executado (CPC, art. 827). No caso de integral pagamento do débito acima mencionado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, §1º). Após a citação, caso o executado efetue o pagamento do débito, manifeste-se o exequente no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que de direito. Não se efetuando o pagamento no prazo legal, proceda-se o Senhor Oficial de Justiça a penhora em bens de propriedade do devedor, de tantos quantos bastem para a garantia do principal e demais acessórios, efetuando em seguida, a avaliação Concretizada a Penhora e a Avaliação, lavre-se Auto e Laudo e deles intime-se o devedor, na pessoa de seu Advogado; não o tendo, deverá ser intimado pessoalmente (CPC, art. 829, §1º). No ato de citação, intime-se o executado para, querendo, independentemente da penhora, depósito ou caução, opor Embargos dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias, contado, na forma do art. 231 do CPC ou, no mesmo prazo, reconhecer o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, requerer que lhes seja permitido efetuar o pagamento do restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916). Apresentados os Embargos, anotem-se os autos conclusos para apreciação dos mesmos. Caso o executado requeira o parcelamento do débito, intime-se o exequente para se manifestar em 5 (cinco) dias, anotando-se os autos, na sequência, conclusos para decisão. Expedientes necessários. Massape (CE), 17 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: FRANCISCO ADRIAN MÁRCIO DE SOUZA (OAB 33765/CE) - Processo 0051161-03.2021.8.06.0121 - Reintegração / Manutenção de Posse - Pedido de Liminar - REQUERENTE: Antonio Gleidiberto Bezerra da Silva - Assim, visando melhor aclarar as questões de fato que permeiam a causa posta, determino a Secretaria seja assentada data para a realização de Audiência de Justificação, a qual será operabilizada pela via virtual. Intime-se a parte autora, através de sua advogado. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer ao ato processual retro devendo estar acompanhada de advogado. Expedientes necessários. Massape (CE), 17 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: VANESSA CASTILHA MANEZ (OAB 331167/SP) - Processo 0051167-10.2021.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda - Verifico que a parte autora, malgrado tenha requerido a extinção do feito, não efetivou o recolhimento das custas processuais inicial, de modo que, base no art. 290 do CPC, determino o cancelamento da distribuição. Expedientes e intimações necessárias. Massape/CE, 26 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE), ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0051272-21.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Antônio Hélio de Sousa de Matos - Ante ao exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para o fim de: 1) Reconhecer que, em relação ao adicional por tempo de serviço, no que diz respeito ao primeiro cargo (posse em 21/02/2002), em abril de 2018, a parte autora faria jus ao percentual de 16% (dezesseis) por cento, devendo o município de Senador Sá, pois, proceder a devida adequação mediante a implantação do percentual correto, não havendo o que se reconhecer em relação ao segundo cargo, uma vez que à época do protocolo da demanda a parte autora ainda não tinha implementado as condições de recebimento do benefício; 2) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação ao primeiro cargo, a partir de abril de 2018, a título de anuênio, a diferença entre o percentual que foi implantado e o que deveria ter sido (16%); 3) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, em relação ao primeiro cargo, o valor retroativo do anuênio, observado os itens retro e a data de prescrição assim como os reflexos em férias, terço constitucional e 13º salário, observando a prescrição quinquenal, tudo a ser calculado, mediante meros cálculos aritméticos, com base nos documentos que instruem a inicial; 4) Determinar que o Município de Senador Sá elabore, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma de fruição de 3 (três) períodos de licença prêmio pela parte autora, em relação ao primeiro cargo, com indicação da data do

início e fim do gozo, sob pena desta gozar do benefício de acordo com o cronograma definido por ela própria a ser apresentado em juízo. 5) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), à título de danos morais, julgando improcedentes os demais pedidos relativos à evolução funcional; 6) Julgar improcedentes os pedidos relativos ao abono do FUNDEB e indenização pelos honorários contratuais; 7) Condenar o Município de Senador Sá, à implantar em favor da autora, a gratificação de 10% (dez por cento) à titulo de gratificação pela formação e titulação acadêmica, à incidir sobre o vencimento básico de referência do primeiro cargo e à pagar o que seria devido desde a data de citação até a efetiva implantação em folha de pagamento. Quanto aos itens 2 , 3, "7", sobre o valores das parcelas vencidas até a citação, deverão incidir juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança e correção monetária com base no IPCA-E, à partir da citação e sobre as que se venceram posteriormente (vincendas), à partir de cada vencimento. Quanto aos danos morais deverão incidir juros de mora segundo o índice da caderneta de poupança à partir do evento danoso, aqui entendido como o último dia do mês em que a primeira progressão funcional teria sido efetivada (31/01/2013) e correção monetária com base no IPCA-E, à partir do arbitramento, ou seja, da publicação da presente demanda. Pela sucumbência recíproca, condeno a parte autora ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, pois beneficiária da gratuidade e deixo de condenar o Município na mesma verba, ante a isenção legal. De igual modo, considerando que no presente caso mostra-se inestimável o proveito econômico à autora, visto a acumulação de condenações em pagar e em fazer, com base no art. 85, § 2º e 8º do CPC, condeno esta a pagar ao advogado do réu R$ 1.000,00 (mil reais) a título de honorários de sucumbência e a parte ré à pagar à parte autora, sob a mesma rubrica, a mesma quantia, restando suspensa a exigibilidade em relação à autora, pelo mesmo motivo acima apontado, vedada a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o decurso do prazo de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, mediante remessa necessária, tendo em vista que, embora, certamente, a condenação não alcance o limite de 100 (cem) salários mínimos (CPC, art. 496, § 3º, III), a jurisprudência tem se mostrado vacilante quanto à natureza líquida ou ilíquida da condenação que depende de meros cálculos aritméticos. Massape/CE, 19 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE), ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE) - Processo 0051283-50.2020.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Maria Edgleuma Gomes Vasconcelos - Ante ao exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para o fim de: 1) Reconhecer que, em relação ao adicional por tempo de serviço, em abril de 2018, a parte autora faria jus ao percentual de 6% (seis) por cento, devendo o município de Senador Sá, pois, proceder a devida adequação mediante a implantação do percentual correto; 2) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, a partir de abril de 2018, a título de anuênio, a diferença entre o percentual que foi implantado e o que deveria ter sido (6%); 3) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora, o valor retroativo do anuênio, observado os itens retro e a data de prescrição assim como os reflexos em férias, terço constitucional e 13º salário, observando a prescrição quinquenal, tudo a ser calculado, mediante meros cálculos aritméticos, com base nos documentos que instruem a inicial; 4) Determinar que o Município de Senador Sá elabore, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma de fruição de 2 (dois) períodos de licença prêmio pela parte autora, com indicação da data do início e fim do gozo, sob pena desta gozar do benefício de acordo com o cronograma definido por ela própria a ser apresentado em juízo. 5) Condenar o Município de Senador Sá a pagar à parte autora o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, julgando improcedentes os demais pedidos relativos à evolução funcional; 6) Julgar improcedentes os pedidos relativos ao abono do FUNDEB e indenização pelos honorários contratuais; 7) Condenar o Município de Senador Sá, à implantar em favor da autora, a gratificação de 10% (dez por cento) à titulo de gratificação pela formação e titulação acadêmica, à incidir sobre o vencimento básico de referência e à pagar o que seria devido desde a data de citação até a efetiva implantação em folha de pagamento. Quanto aos itens 2 , 3, "7", sobre o valores das parcelas vencidas até a citação, deverão incidir juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança e correção monetária com base no IPCA-E, à partir da citação e sobre as que se venceram posteriormente (vincendas), à partir de cada vencimento. Quanto aos danos morais deverão incidir juros de mora segundo o índice da caderneta de poupança à partir do evento danoso, aqui entendido como o último dia do mês em que a segunda progressão funcional teria sido efetivada (31/01/2016) e correção monetária com base no IPCA-E, à partir do arbitramento, ou seja, da publicação da presente demanda. Pela sucumbência recíproca, condeno a parte autora ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, resta suspensa, pois beneficiária da gratuidade e deixo de condenar o Município na mesma verba, ante a isenção legal. De igual modo, considerando que no presente caso mostra-se inestimável o proveito econômico à autora, visto a acumulação de condenações em pagar e em fazer, com base no art. 85, § 2º e 8º do CPC, condeno esta a pagar ao advogado do réu R$ 1.000,00 (mil reais) a título de honorários de sucumbência e a parte ré à pagar à parte autora, sob a mesma rubrica, a mesma quantia, restando suspensa a exigibilidade em relação à autora, pelo mesmo motivo acima apontado, vedada a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o decurso do prazo de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, mediante remessa necessária, tendo em vista que, embora, certamente, a condenação não alcance o limite de 100 (cem) salários mínimos (CPC, art. 496, § 3º, III), a jurisprudência tem se mostrado vacilante quanto à natureza líquida ou ilíquida da condenação que depende de meros cálculos aritméticos. Massape/CE, 17 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO ISAIAS CAVALCANTE FILHO (OAB 30509/CE) - Processo 0200010-77.2022.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luis Sousa Pereira - Defiro a gratuidade judiciária à parte autora. Recebo a inicial. Considerando a excepcionalidade do período hodierno, aliado à baixa probabilidade de acordo em feitos desta espécie, deixo de designar audiência de conciliação e determino a citação da parte ré, pelo portal eletrônico, para tomar ciência da demanda, com a advertência de que deverá apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, nos termos do art. 335, III c/c art. 231, V, do CPC, sob pena de revelia, sem incidência dos seus efeitos materiais. No mais, atente-se a Secretaria para o devido cumprimento do Código de Normas Judiciais, especialmente para o capitulo relativo aos atos ordinatórios. Expedientes e intimações necessários. Massape, 17 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: MARIA VANESSA MATEUS NORONHA (OAB 29918/CE) - Processo 0200040-15.2022.8.06.0121 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.A.S.S. e outro - Ante ao exposto, com fundamento nos artigos 226, § 6º, da Constituição Federal, 431 e 487, III, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO O ACORDO EXTRAJUDICIAL CELEBRADO ENTRE AS PARTES E DECRETO O DIVÓRCIO DE JOSÉ CONCEIÇÃO DE SOUSA E MARIA ALICE DA SILVA SOUSA, A QUAL VOLTARÁ A USAR O NOME DE SOLTEIRA, ISTO É, MARIA ALICE DA SILVA. Condeno a parte interessada ao pagamento das custas processuais, cuja exigibilidade, no entanto, suspendo, um vez que ora defiro em seu favor a gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil que expediu a Certidão de Casamento de fl. 11, na forma do art. 109, § 4º, da Lei nº 6.015/1973, ou, caso o Cartório esteja localizado em Comarca diversa de Massapê/

CE, remeta-se o mandado de averbação, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil, para o devido cumpra-se, consoante estabelece art. 109, § 5º, da Lei nº 6015/1973. Oportunamente, arquivem-se os autos. Massape/CE, 19 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0200044-52.2022.8.06.0121 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Devidamente recolhidas as custas processuais, noto que o pedido de busca e apreensão atende os requisitos exigidos pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 911/69, pois comprovados o inadimplemento e a constituição em mora do devedor (fl. 60/61), motivo pelo qual DEFIRO LIMINARMENTE a medida pleiteada. Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, depositando-o em nome do representante legal do autor indicado na inicial que ficará na condição de fiel depositário. Deverá constar no mandado a advertência de que cinco dias após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário e de que no mesmo prazo poderá o devedor fiduciante pagar as prestações vencidas com os acréscimos contratuais, as prestações vincendas, custas processuais e honorários advocatícios que ora fixo em 10% sobre o valor devido, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. Executada a liminar, cite-se o réu para, em 15 (quinze) dias, apresentar contestação, nos termos do artigo 3º, § 3º, do Decreto-Lei nº 911/69. Expedientes necessários. Massape/CE, 26 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: HEBER XIMENES MATOS (OAB 31603/CE), ADV: LIVIA DE CASTRO ARRUDA (OAB 27379/CE) - Processo 0000012-85.2018.8.06.0213 - Interdição/Curatela - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria Liduina Teixeira Gomes - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - INTERDA: Antonia Deane Teixeira Gomes - Em tempo. Considerando o contido no art. 465 do CPC, as disposições da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 04/2017 e Portaria TJCE nº. 65/2019, determino a nomeação da perita, a Dra. Bruna Morais Dantas , CRM 16101-CE, através do SIPER, fixando o prazo de 20 (vinte) dias para entrega do Laudo, contados da data da realização da perícia. No mais, considerando que a parte autora, responsável pelo pagamento da perícia, é beneficiária da gratuidade judiciaria, com base no o art. 95, §3º, II, do CPC, assim como os critérios de remuneração estabelecidos pelo TJCE, fixo como honorários periciais o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) equivalente ao valor máximo dos honorários periciais previstos nas normativas do tribunal para pagamento das periciais realizadas pelo programa de custeio do TJCE, consoante Portaria nº. 1794/2021. Desde já fixo os quesitos: 1) é possível afirmar que o curatelando sofre de enfermidade ou deficiência mental que o priva de discernimento? 2) sendo positiva a resposta anterior, especificar qual a patologia, sintomas, e de que forma fica afetado o discernimento (se a falta de discernimento é total, parcial, momentânea ou permanente). 3) sendo negativa a resposta ao quesito nº 1, se existe causa, ainda que transitória, que impeça o interditando de expressar sua vontade? 4) é possível afirmar que as condições psíquicas do interditando o fazem incapaz de praticar, por si só, atos da vida civil? 5) se positiva a resposta anterior, que espécies de atos? Em especial, tem ele condições de administrar, por si só, seu próprio patrimônio e prover as necessidades de sua família? 6) o interditando necessita ser submetido a tratamento? 7) Fornecer ao juízo outras informações que o ilustre médico julgue pertinentes à solução do litígio. Dê-se ciência às partes e ao Ministério Público acerca da nomeação, alertando-as de que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para as providências do art. 465, § 1º. Intime-se a perita nomeada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar, querendo, aceite do encargo. Aceita incumbência, intime-se a perita, enviando-lhe as informações necessárias, assim como a quesitação fornecida pelas partes. No mais, intimem-se as partes dando ciência do exame pericial assentado para o dia 25/02/2022, às 08:00 horas, no Fórum de Massapê, devendo ser observado o Plano de retomada das atividades presenciais, com a apresentação obrigatória do cartão de vacinação, conforme previsto no art. 06, II, da Portaria 1805/2021 do TJCE. Colacionado o laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 15 dias, com arrimo no artigo 477, §1º, do CPC. Decorrido o prazo retro, renove-se vista dos autos ao representante do Ministério Público pelo prazo de 30 dias, retornando-se os autos na sequência para liberação do pagamento dos honorários periciais. Expedientes necessários. Massape, 25 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: SANMARA ARAÚJO ALMEIDA LIMA MUNIZ (OAB 35829/CE), ADV: CLÁUDIA MORAES PINTO MOREIRA (OAB 38163/CE), ADV: SAMUEL LEVY PONTES BRAGA MUNIZ (OAB 25684/CE), ADV: LUCAS SILVA AGUIAR (OAB 29357/CE) - Processo 0000030-77.2016.8.06.0213 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Mardônio Marques Araújo - CURATELANDO: Valdeneide Moreira de Araújo - Em tempo. Considerando o contido no art. 465 do CPC, as disposições da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 04/2017 e Portaria TJCE nº. 65/2019, determino a nomeação da perita, a Dra. Bruna Morais Dantas , CRM 16101-CE, através do SIPER, fixando o prazo de 20 (vinte) dias para entrega do Laudo, contados da data da realização da perícia. No mais, considerando que a parte autora, responsável pelo pagamento da perícia, é beneficiária da gratuidade judiciaria, com base no o art. 95, §3º, II, do CPC, assim como os critérios de remuneração estabelecidos pelo TJCE, fixo como honorários periciais o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) equivalente ao valor máximo dos honorários periciais previstos nas normativas do tribunal para pagamento das periciais realizadas pelo programa de custeio do TJCE, consoante Portaria nº. 1794/2021. Desde já fixo os quesitos: 1) é possível afirmar que o curatelando sofre de enfermidade ou deficiência mental que o priva de discernimento? 2) sendo positiva a resposta anterior, especificar qual a patologia, sintomas, e de que forma fica afetado o discernimento (se a falta de discernimento é total, parcial, momentânea ou permanente). 3) sendo negativa a resposta ao quesito nº 1, se existe causa, ainda que transitória, que impeça o interditando de expressar sua vontade? 4) é possível afirmar que as condições psíquicas do interditando o fazem incapaz de praticar, por si só, atos da vida civil? 5) se positiva a resposta anterior, que espécies de atos? Em especial, tem ele condições de administrar, por si só, seu próprio patrimônio e prover as necessidades de sua família? 6) o interditando necessita ser submetido a tratamento? 7) Fornecer ao juízo outras informações que o ilustre médico julgue pertinentes à solução do litígio. Dê-se ciência às partes e ao Ministério Público acerca da nomeação, alertando-as de que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para as providências do art. 465, § 1º. Intime-se a perita nomeada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar, querendo, aceite do encargo. Aceita incumbência, intime-se a perita, enviando-lhe as informações necessárias, assim como a quesitação fornecida pelas partes. No mais, intimem-se as partes dando ciência do exame pericial assentado para o dia 25/02/2022, às 08:12 horas, no Fórum de Massapê, devendo ser observado o Plano de retomada das atividades presenciais, com a apresentação obrigatória do cartão de vacinação, conforme previsto no art. 06, II, da Portaria 1805/2021 do TJCE. Colacionado o laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 15 dias, com arrimo no artigo 477, §1º, do CPC. Decorrido o prazo retro, renove-se vista dos autos ao representante do Ministério Público pelo prazo de 30 dias, retornando-se os autos na sequência para liberação do pagamento dos honorários periciais. Expedientes necessários. Massape, 26 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: LIVIA DE CASTRO ARRUDA (OAB 27379/CE), ADV: LARISSA LIMA LINHARES (OAB 30848/CE) - Processo 0000031-91.2018.8.06.0213 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Marilene Silva - INTERDA: Gerlucia Silva Freire - Em tempo. Considerando o contido no art. 465 do CPC, as disposições da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 04/2017 e Portaria TJCE nº. 65/2019, determino a nomeação da perita, a Dra. Bruna Morais Dantas , CRM 16101-CE, através do SIPER, fixando o prazo de 20 (vinte) dias para entrega do Laudo, contados da data da realização da perícia. No mais, considerando que a parte autora, responsável pelo pagamento da perícia, é beneficiária da gratuidade judiciaria, com base no o art. 95, §3º, II, do CPC, assim como os critérios de remuneração estabelecidos pelo TJCE, fixo como honorários periciais o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) equivalente ao valor máximo dos honorários periciais previstos nas normativas do tribunal para pagamento das periciais realizadas pelo programa de custeio do TJCE, consoante Portaria nº. 1794/2021. Desde já fixo os quesitos: 1) é possível afirmar que o curatelando sofre de enfermidade ou deficiência mental que o priva de discernimento? 2) sendo positiva a resposta anterior, especificar qual a patologia, sintomas, e de que forma fica afetado o discernimento (se a falta de discernimento é total, parcial, momentânea ou permanente). 3) sendo negativa a resposta ao quesito nº 1, se existe causa, ainda que transitória, que impeça o interditando de expressar sua vontade? 4) é possível afirmar que as condições psíquicas do interditando o fazem incapaz de praticar, por si só, atos da vida civil? 5) se positiva a resposta anterior, que espécies de atos? Em especial, tem ele condições de administrar, por si só, seu próprio patrimônio e prover as necessidades de sua família? 6) o interditando necessita ser submetido a tratamento? 7) Fornecer ao juízo outras informações que o ilustre médico julgue pertinentes à solução do litígio. Dê-se ciência às partes e ao Ministério Público acerca da nomeação, alertando-as de que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para as providências do art. 465, § 1º. Intime-se a perita nomeada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar, querendo, aceite do encargo. Aceita incumbência, intime-se a perita, enviando-lhe as informações necessárias, assim como a quesitação fornecida pelas partes. No mais, intimem-se as partes dando ciência do exame pericial assentado para o dia 25/02/2022, às 08:24 horas, no Fórum de Massapê, devendo ser observado o Plano de retomada das atividades presenciais, com a apresentação obrigatória do cartão de vacinação, conforme previsto no art. 06, II, da Portaria 1805/2021 do TJCE. Colacionado o laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 15 dias, com arrimo no artigo 477, §1º, do CPC. Decorrido o prazo retro, renove-se vista dos autos ao representante do Ministério Público pelo prazo de 30 dias, retornando-se os autos na sequência para liberação do pagamento dos honorários periciais. Expedientes necessários. Massape, 26 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: LEYLANNE MARA DE ALMEIDA LIMA (OAB 34141/CE), ADV: VICTOR DANIEL AGUIAR FREDERICO (OAB 33841/CE), ADV: LIVIA DE CASTRO ARRUDA (OAB 27379/CE) - Processo 0000518-46.2018.8.06.0121 - Tutela Cautelar Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: JOSÉ ADRIANO MACIANO - REQUERIDA: ESPEDITA ALVES SENA - Ante ao exposto, com arrimo nos artigos 747 e seguintes do Código de Processo Civil e no artigo 85 da Lei 13.146/2015, confirmando a decisão de fls. 50/51, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELA PARTE INTERESSADA E DECRETO A INTERDIÇÃO DE ESPEDITA ALVES SENA, NOMEANDO-LHE COMO CURADOR JOSÉ ADRIANO MARCIANO, FIXANDO-SE COMO LIMITE DA CURATELA A PRÁTICA DOS ATOS NEGOCIAIS DA VIDA CIVIL. A curatela definitiva deferida é de forma parcial, não autorizando o curador a dispor sobre acervo que eventualmente venha a compor o patrimônio do (a) interditando (a), exclusive no que diz respeito a valores eventualmente percebidos em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial e que deverão ser usados em exclusivo proveito da interditando (a). Comunique-se ao INSS a fim de que sejam adotadas as providências administrativas, se necessário. Certificado o trânsito em julgado: publique-se, na forma estabelecida no art. 755, § 3º, do CPC; lavre-se o Termo de compromisso, devendo ser anotado em livro próprio, para registro, intimando-se o curador para ser cientificado das consequências jurídicas daí advindas; expeça-se o Mandado de Averbação ao Cartório de Registro Civil, observando a gratuidade jurídica. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Massape/CE, 26 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: LUANA MAGALHAES MOURA (OAB 26575/CE) - Processo 0050440-51.2021.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio Basilio de França - Converto o julgamento do feito em diligência. Trata-se de ação previdenciária proposta por Antonio Basílio de França em face do INSS, ambos já qualificados nos autos. Aduz a parte autora que teve sua prorrogação ao recebimento de auxílio-acidente negado, em face de suposta cessação de incapacidade. Face a esta situação, solicita o restabelecimento do benefício e, para isso, juntou os documentos de fls. 21/51. Decisão de fls. 52/55 deferiu a liminar solicitada na exordial. Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 61/65 na qual alega que o benefício supracitado foi cessado pela recuperação da capacidade, devidamente confirmada por perícia médica. Não houve apresentação de réplica. À fl. 89 as partes foram intimadas para indicar provas à produzir, tendo ambas as partes permanecido inertes (fls. 94/95), entretanto, a parte autora pugnou pela realização de prova pericial ainda na exordial. Passo ao saneamento do feito. Verifico que não há questão processual pendente (art. 357, I, CPC). Da análise minuciosa dos autos, considero que há situação fática que necessita de atividade probatória (art. 357, II, CPC), que consiste na verificação da capacidade laborativa da parte autora. Para tanto, considerando o contido no art. 465 do CPC, as disposições da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 04/2017 e Portaria TJCE nº. 65/2019, nomeio como perito, o Dr. Pedro Wisley Sampaio Hardy, CRM 10906, devidamente cadastrado no SIPER, fixando prazo de 20 (vinte) dias para entrega do Laudo, contados da data da realização da perícia. Dê-se ciência às partes acerca da nomeação alertando-as de que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para as providências do art. 465, § 1º. Paralelamente, intime-se o perito nomeado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se aceita o encargo e apresente proposta de honorários ou manifeste concordância com o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), previsto na nova tabela de honorários do SIPER (Portaria nº 1.794/2021) Colacionada a proposta de honorários aos autos diversa do valor acima, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem. Havendo impugnação da proposta, anotem-se os autos conclusos para decisão. Por outro lado, caso não haja impugnação ou haja concordância do perito com o valor acima fixado, independentemente de novo despacho, e tendo em vista que apesar da parte autora ser beneficiária da gratuidade judicial, estabelece o art. 35, I e II, da resolução acima mencionada que o Estado do Ceará não arcará com os honorário de peritos nos processos afetos à competência federal delegada, em que a despesa correrá à conta da Justiça Federal, nos termos da Resolução n.º 541, de 18 de janeiro de 2007, do Conselho da Justiça Federal e nas ações de acidente de trabalho promovidas na Justiça Estadual contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cabendo a este antecipar a despesa, consoante o art. 8.º, § 2.º, da Lei 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (caso dos autos), intime-se o INSS para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o respectivo pagamento. Efetuado o depósito, intime-se o perito, enviando-lhe as informações necessárias, assim como a quesitação fornecida pelas partes, para que dê início aos trabalhos devendo informar a este Juízo a data, o horário e o local da realização da perícia, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a fim de possibilitar as intimações das partes, através de seus procuradores, restando autorizado, desde já, o levantamento, mediante alvará, de até 50% dos honorários no início dos trabalhos, devendo o remanescente ser pago apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários. Por derradeiro, colacionado o Laudo pericial aos autos, intime-se as partes para manifestação sucessiva no prazo de 15 dias. Diligências e intimações necessárias. Massape (CE), 18 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de

Direito

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0051169-77.2021.8.06.0121 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Recebo a inicial. Cite-se o executado para, em 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito indicado na inicial, a teor do artigo 829 do Código de Processo civil (CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito a ser pago pelo executado (CPC, art. 827). No caso de integral pagamento do débito acima mencionado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, §1º). Após a citação, caso o executado efetue o pagamento do débito, manifeste-se o exequente no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que de direito. Não se efetuando o pagamento no prazo legal, proceda-se o Senhor Oficial de Justiça a penhora em bens de propriedade do devedor, de tantos quantos bastem para a garantia do principal e demais acessórios, efetuando em seguida, a avaliação Concretizada a Penhora e a Avaliação, lavre-se Auto e Laudo e deles intime-se o devedor, na pessoa de seu Advogado; não o tendo, deverá ser intimado pessoalmente (CPC, art. 829, §1º). No ato de citação, intime-se o executado para, querendo, independentemente da penhora, depósito ou caução, opor Embargos dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias, contado, na forma do art. 231 do CPC ou, no mesmo prazo, reconhecer o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, requerer que lhes seja permitido efetuar o pagamento do restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916). Apresentados os Embargos, anotem-se os autos conclusos para apreciação dos mesmos. Caso o executado requeira o parcelamento do débito, intime-se o exequente para se manifestar em 5 (cinco) dias, anotando-se os autos, na sequência, conclusos para decisão. Expedientes necessários. Massape (CE), 13 de janeiro de 2022. GILVAN BRITO ALVES FILHO

COMARCA DE MERUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE MERUOCA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MERUOCA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO ANASTÁCIO CAVALCANTE NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA AURILENE MARIA GADELHA DE AZEVEDO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: BRUNO HENRIQUE VAZ CARVALHO (OAB 19341/CE), ADV: MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 28531/CE) - Processo 0000003-05.2018.8.06.0123 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Embora o documento de pág. 49 esteja mutilado, evo presumir que se trata de comprovante de devolução da carta de citação, constatando-se a mudança de endereço da promovida. Intime-se a parte autora a se manifestar a tal respeito, indicando endereço atualizado para citação da promovida, em cinco dias.

ADV: GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 28669-0/CE) - Processo 0000347-65.2016.8.06.0184 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Maria Evilca Aguiar de Araujo - Sobre a contestação e documentos, diga a parte autora, em quinze dias. Intime-se.

ADV: OREILLY GABRIEL DO NASCIMENTO (OAB 25533/CE) - Processo 0001874-12.2014.8.06.0123 - Procedimento Comum Cível - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: Carlota Rodrigues da Silva - Haja vista o trânsito em julgado da ação, intime-se a parte vencedora para providenciar o cumprimento de sentença, se assim o desejar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos com as baixas devidas. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS EDUARDO SOARES ROCHA (OAB 22058/CE), ADV: RAIMUNDO PINHEIRO DA SILVA NETTO (OAB 31502/CE) - Processo 0001928-41.2015.8.06.0123 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JOVITA RODRIGUES GOMES ALBUQUERQUE - Considerando-se o trânsito em julgado da condenação, intime-se a parte autora para providenciar, se quiser, o cumprimento da sentença. Aguarde-se por quinze dias. Em caso de silêncio, arquivar, sempre ressalvada a possibilidade de desarquivamento para cumprimento.

ADV: RAIMUNDO PINHEIRO DA SILVA NETTO (OAB 22058-0/CE), ADV: CARLOS EDUARDO SOARES ROCHA (OAB 31502-0/CE), ADV: CAROLINA SOARES ROCHA - Processo 0001930-11.2015.8.06.0123 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elza Sousa Trajano6 - Considerando-se que os autos voltaram da instância superior, providencie-se o recebimento nesta instância. Considerando-se o trânsito em julgado da condenação, intime-se a parte autora para providenciar, se quiser, o cumprimento da sentença. Aguarde-se por quinze dias. Em caso de silêncio, arquivar, sempre ressalvada a possibilidade de desarquivamento para cumprimento.

ADV: MARCO ANTONIO DE SOUZA ALVES (OAB 11630/CE) - Processo 0002063-58.2012.8.06.0123 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: B.F.B. - À Secretaria para que verifique e certifique o status do cumprimento da precatória relativa à citação/intimação do exequente. Em razão do decurso do tempo, determino ainda a intimação da pare autora para informar se o débito alimentar permanece em aberto, no prazo de 72 (setenta e duas) horas. Intime-se por intermédio de publicação no DJE e a genitora da menor, pessoalmente e por meio mais expedito. Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença. Expedientes necessários e urgentes.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: DIELLE LEITE TABOZA (OAB 31460-0/CE) - Processo 0002177-89.2015.8.06.0123 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Adilia Severino - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamento S.a - Intime-se a parte autora para que se manifeste a respeito da petição fls. 195/196, e, por fim, requerer o que for cabível, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Meruoca, 13 de janeiro de 2022. Luiz Eduardo Viana Pequeno Juiz de Direito

ADV: HENRIQUE AUGUSTO FÉLIX LINHARES (OAB 28051-0/CE) - Processo 0002516-77.2017.8.06.0123 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Maria Eliane da Silva Souza - Jose Sousa Diniz - Intime-se a parte autora para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias sobre a contestação em todos os seus termos, conforme os arts. 350 e 351 do CPC, podendo, na ocasião, corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do CPC. Intimem-se as parte para, no mesmo prazo, manifestarem-se sobre o julgamento antecipado ou especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade. Expedientes necessários.

ADV: ALYNE DAYANE MODESTO DE ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 33476-0/CE) - Processo 0002898-07.2016.8.06.0123 - Usucapião - Usucapião da L 6.969/1981 - REQUERENTE: Maria Eliane dos Santos - Intime-se a autora a apresentar, em quinze dias, os documentos requeridos pelo Estado do Ceará à pág. 92. Caso sejam fornecidos os documentos, encaminhar ao Estado

do Ceará, por sua procuradoria, para manifestação.

ADV: FRANCISCO DOUGLAS ALCANTARA AGUIAR (OAB 32206/CE) - Processo 0003103-36.2016.8.06.0123 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria de Fátima Soares Diniz - Intime-se a autora, por seu advogado, para se manifestar acerca do teor da certidão que se lê à pág. 36, devendo indicar completamente quem são os confinantes do imóvel usucapiendo, seus cônjuges e respectivas qualificações, para citação. Prazo de quinze dias.

ADV: JOSÉ JUDÁ CARNEIRO FILHO (OAB 29098/CE) - Processo 0050304-48.2021.8.06.0123 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.F.S.M. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no feito e cumprir a providência judicial constante no despacho de pág. 11, sob pena de extinção do processo, na forma do art. 485, inciso I c/c § 1º do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ JUDÁ CARNEIRO FILHO (OAB 29098/CE) - Processo 0200022-85.2022.8.06.0123 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.C.S. - Intime-se a parte autora a emendar a inicial, por seu advogado, juntando procuração e declaração de hipossuficiência em seu nome, e não por sua avó materna, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MERUOCA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO ANASTÁCIO CAVALCANTE NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA AURILENE MARIA GADELHA DE AZEVEDO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE) - Processo 0066454-75.2019.8.06.0123 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R. h. Recebo o presente recurso inominado de fls. 135/149, pois estão presentes todos os pressupostos recursais genéricos e especiais, bem como objetivos e subjetivos do referido recurso, recebendo-o apenas no efeito devolutivo (Lei n. 9.099/95, artigo 43). Intime-se a parte recorrida para, em querendo, apresentar contrarrazões, no prazo legal de 10 (dez) dias. Após, remetam-se os autos a uma das Egrégias Turmas Recursais. Expedientes por DJE.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE) - Processo 0066455-60.2019.8.06.0123 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R. h. Recebo o presente recurso inominado de fls. 157/171, pois estão presentes todos os pressupostos recursais genéricos e especiais, bem como objetivos e subjetivos do referido recurso, recebendo-o apenas no efeito devolutivo (Lei n. 9.099/95, artigo 43). Intime-se a parte recorrida para, em querendo, apresentar contrarrazões, no prazo legal de 10 (dez) dias. Após, remetam-se os autos a uma das Egrégias Turmas Recursais. Expedientes por DJE.

ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0066565-59.2019.8.06.0123 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Moreira de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R. h. Recebo o presente recurso inominado, pois estão presentes todos os pressupostos recursais genéricos e especiais, bem como objetivos e subjetivos do referido recurso, recebendo-o apenas no efeito devolutivo (Lei n. 9.099/95, artigo 43). Intime-se a parte recorrida para, em querendo, apresentar contrarrazões, no prazo legal de 10 (dez) dias. Após, remetam-se os autos a uma das Egrégias Turmas Recursais. Expedientes por DJE.

ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0066566-44.2019.8.06.0123 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Moreira de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R. h. Recebo o presente recurso inominado de fls. 116/130, pois estão presentes todos os pressupostos recursais genéricos e especiais, bem como objetivos e subjetivos do referido recurso, recebendo-o apenas no efeito devolutivo (Lei n. 9.099/95, artigo 43). Intime-se a parte recorrida para, em querendo, apresentar contrarrazões, no prazo legal de 10 (dez) dias. Após, remetam-se os autos a uma das Egrégias Turmas Recursais. Expedientes por DJE.

COMARCA DE MILAGRES - VARA UNICA DA COMARCA DE MILAGRES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: FILOMENA RODRIGUES ANDRIOLA (OAB 6947/CE), ADV: CLARISSA RODRIGUES ANDRIOLA (OAB 28159/CE) - Processo 0011140-44.2019.8.06.0124 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - INVESTIGADO: Damião Paz da Silva - Trata-se de Ação Penal em desfavor de DAMIÃO PAZ DA SILVA, conforme denúncia do representante do Ministério Público. Denúncia recebida em decisão de fls. 89/90. Resposta à acusação apresentada por defensor constituído às fls. 104/109. É o relatório em apertada síntese. Apresentada a resposta à acusação, cabe ao juízo ratificar ou não o despacho de recebimento da denúncia e, em sendo o caso, deliberar sobre preliminares elencadas pela defesa, nos termos no art. 397 do Código de Processo Penal. Destarte, mantenho a decisão de fls. 89/92 de recebimento da denúncia por não vislumbrar, nesta oportunidade, quaisquer das hipóteses de absolvição sumária do art. 397 do Código de Processo Penal. Ante a situação de pandemia global vivenciada, em que os atos presenciais se e contar suspenso em âmbito do Poder Judiciário, cujo o funcionamento está sendo por via remota (videoconferência), determino que se intimem as partes (MP e defesas) para que, no prazo de 03 (três) dias, indiquem os telefones de contatos e/ou email das testemunhas arroladas para que possam ser intimadas para a audiência de instrução de julgamento, conforme Resolução de n. 354/2020 do CNJ. Após, a Secretaria deste Juízo para que designe data para a realização de audiência de instrução e julgamento por videoconferência , conforme dispõe o art. 400 do CPP, enviando de imediato aos patronos dos réus, testemunhas, a Defensoria Pública e ao membro do Ministério Público Estadual o link e a senha de acesso a sala virtual através de qualquer meio de comunicação válido (intimação nos autos, ofício, email, aplicativo de mensagem Whatsapp, entre outros). Faço constar que qualquer impossibilidade fática ou técnica das partes, seus patronos ou testemunhas em se fazer presente a audiência por meio remoto (videoconferência), será permitido sua presença de forma

excepcional no Fórum desta Comarca para tão só a realização do referido ato processual (art. 21, I c/c 16 parag. 1, ambos da Portaria de n. 916/2020, TJCE) Na referida audiência, proceder-se-á à tomada de declarações do(s) ofendido(s), à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 do CPP, bem como aos esclarecimentos dos peritos (se previamente requerido pelas partes), às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o(s) acusado(s). Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. À Secretaria deste Juízo para que maneje a denúncia tornando-a peça principal dos autos. Expedientes necessários.

ADV: DEBORA BELEM DE MENDONÇA (OAB 34734/CE) - Processo 0051021-57.2021.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Josefa Alexandre Targino - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica V. Sa. Intimada para se manifestar acerca da contestação, no prazo de 15 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: RAFHAEL DA SILVA PETRONIO (OAB 24477-0/CE), ADV: FRANCISCO ANDRE SAMPAIO DIOGENES (OAB 17765/CE) - Processo 0000081-18.2015.8.06.0183 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - DIREITO PENAL - RÉU: Geraldo Almeida dos Santos - Inclua-se em PAUTA DE JUGAMENTO para Sessão a se realizar as próxima pauta desimpedida.

ADV: SERGIO VASCONCELOS SANTANA (OAB 16257/CE) - Processo 0004355-47.2011.8.06.0124 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Severino Fernandes da Silva e outro - Inclua-se em PAUTA DE JUGAMENTO para Sessão a se realizar as próxima pauta desimpedida.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0006858-31.2017.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria Sabina do Nascimento Amaro - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos. Transcorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos.

ADV: CLISTENES FILGUEIRA SANTOS (OAB 15477/CE) - Processo 0006864-72.2016.8.06.0124 - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Natalia Barbosa dos Santos - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca do pedido derradeiro formulado pela parte demandada.

ADV: CLISTENES FILGUEIRA SANTOS (OAB 15477/CE) - Processo 0006898-47.2016.8.06.0124 - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sergildo da Silva Ponciano - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca do pedido derradeiro formulado pela parte demandada.

ADV: CLISTENES FILGUEIRA SANTOS (OAB 15477/CE) - Processo 0007050-95.2016.8.06.0124 - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Fernanda Andrade Leite - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca do pedido derradeiro formulado pela parte demandada.

ADV: SEBASTIAO FURTADO ALVES (OAB 9909/CE) - Processo 0012451-77.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: José Carlos Tavares de Medeiros - Destarte, mantenho a decisão de fls. 43/44 de recebimento da denúncia por não vislumbrar, nesta oportunidade, quaisquer das hipóteses de absolvição sumária do art. 397 do Código de Processo Penal.

ADV: CELIA REGIANE FERREIRA CATELLI (OAB 107577/SP), ADV: FILOMENA RODRIGUES ANDRIOLA (OAB 6947/CE) - Processo 0050046-35.2021.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.L.P. - REQUERIDO: R.S.A. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para que, no prazo de 10 dias, informem se desejam produzir outras provas, além daquelas já acostadas aos autos, ocasião em que deverão especificar o tipo e justificar a referida finalidade, vedado o protesto genérico e/ou requerimento por provas inúteis ou protelatórias, sob pena de indeferimento (art. 370, parágrafo único, do CPC).

ADV: FRANCISCO DE ASSIS FEITOSA JUNIOR (OAB 38978/CE) - Processo 0050062-86.2021.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: J.L.S. - Deixo de designar, por ora, nova data para realização de audiência de conciliação. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 dias, informar se possui o contato telefônico da parte demandada, com acesso a aplicativo de whatsapp, para fins de efetivação da citação por meio eletrônico, ou, caso não disponha dos dados, que informe o endereço atual da mesma.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0050228-55.2020.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Intime-se a parte demandada, por seu advogado, para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento do valor referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista que o valor constante do comprovante de fls. 200, diz respeito, tão somente, ao valor da condenação. Uma vez comprovado o recolhimento, expeça-se alvará judicial. Após, arquivem-se os autos.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: ANDRE RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE) - Processo 0050504-86.2020.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Lightsource Milagres Iv Geração de Energia Ltda - Com razão a parte autora em sua manifestação de fls. 651/653, já que o imóvel objeto da presente demanda é composto por duas áreas, de acordo com o que constou da petição inicial. Isto posto, expeça-se o mandado de imissão na posse para a área remanescente, de acordo com o que foi solicitado às fls. 651/652.

ADV: FRANCISCO WILTON FURTADO ALVES FILHO (OAB 41228/CE) - Processo 0200043-58.2022.8.06.0124 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Sindicato Rural de Milagres - Intime-se a parte autora, para, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, adequar o valor da causa ao conteúdo patrimonial em discussão, bem como indicar e qualificar todos os confinantes do imóvel objeto da presente ação.

ADV: FILOMENA RODRIGUES ANDRIOLA (OAB 6947/CE) - Processo 0200056-57.2022.8.06.0124 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.D.D.S.S.P. e outro - Recebidos hoje. Defiro a gratuidade da Justiça. Intime-se o Ministério Público, para, no prazo de 30 dias, manifestar-se acerca da pretensão deduzida nos autos. Expedientes necessários.

ADV: FILOMENA RODRIGUES ANDRIOLA (OAB 6947/CE) - Processo 0200057-42.2022.8.06.0124 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.M.F.B.S. e outro - Recebidos hoje. Defiro a gratuidade da Justiça. Intime-se o Ministério Público, para, no prazo de 30 dias, manifestar-se acerca da pretensão deduzida nos autos. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO PAULO ARAUJO DE OLIVEIRA (OAB 13582/CE) - Processo 0200058-27.2022.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Registro de Óbito após prazo legal - MASSA FALIDA: Francisco Valera da Silva - Recebidos hoje. 1 Defiro a gratuidade da Justiça. 2 Intime-se o Ministério Público, para, no prazo de 30 dias, manifestar-se acerca da pretensão deduzida

nos autos. 3 Deixo para avaliar a necessidade de realização de audiência de instrução, após a manifestação do Órgão Ministerial. Expedientes necessários.

ADV: DEBORA BELEM DE MENDONÇA (OAB 34734/CE) - Processo 0200089-47.2022.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Josefa Alves de Morais - Recebidos hoje. 1 Defiro a gratuidade da Justiça. 2 Intime-se o Ministério Público, para, no prazo de 30 dias, manifestar-se acerca da pretensão deduzida nos autos. 3 Deixo para avaliar a necessidade de realização de audiência de instrução, após a manifestação do Órgão Ministerial. Expedientes necessários.

COMARCA DE MISSÃO VELHA - VARA UNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: ISAAC LUCENA ARAUJO SANTANA (OAB 31166/CE) - Processo 0000156-52.2006.8.06.0125 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: José Joaquim Gonzaga e outros - Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato Elói Tavares de Moura. Proceda-se à inscrição do nome do autor do fato no livro de beneficiados da Lei nº 9.099/95, conforme recomenda o art. 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95.

ADV: JARBAS MACEDO SILVA (OAB 10224/CE) - Processo 0004195-77.2015.8.06.0125 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Eduardo Leandro Alves e outro - Com base em Inquérito Policial, foi oferecida denúncia perante este Juízo contra os acusados Eduardo Leandro Alves e Francisco Rodrigues de Melo Neto, dando como incurso nas penas do art. 157, § 2º, incisos I, II e V, art. 157, §3° c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. Após pesquisa realizada por meio do SISPEN, foi juntada aos autos certidão constatando o óbito do réu Eduardo Leandro Alves, (fls. 415/416). O Ministério Público, através de seu representante nesta Comarca, opinou pela extinção de punibilidade à fl. 461, consoante dispõe o art. 107, I do Código Penal. Pois bem, é sabido que o Direito Penal alberga em seu seio o Princípio da Instranscendência da Pena, segundo o qual, a pena não passará da pessoa do acusado. Com base no citado princípio, o art. 107, I do Código Penal, dispõe que se extingue a punibilidade pela morte do agente, senão vejamos: "Art. 107. Extingue-se a punibilidade: I. Pela morte do agente;" Conforme mencionado acima, foi juntada aos autos certidão em que informa acerca do óbito do réu Eduardo Leandro Alves, (fls. 415/416), não havendo razão para se duvidar de sua autenticidade. Portanto, em razão do falecimento do acusado Eduardo Leandro Alves, outro caminho não resta a não ser declarar a extinção de punibilidade pela morte do agente, sendo pois, que a referida morte, é a causa da extinção do direito estatal de punir. Diante da comprovação da morte do apenado supracitado, acolho o parecer ministerial e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Eduardo Leandro Alves, com fundamento no artigo 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro, c/c art. 62 do Código de Processo Penal. O feito deverá prosseguir no que diz respeito ao réu Francisco Rodrigues de Melo Neto, devendo ser cumprido todos os expedientes determinados na parte final da sentença de fls. 403/412, inclusive expedição da competente carta de guia definitiva para dar início à execução da pena no sistema próprio SEEU. Após, certifique-se nos autos e arquive-se com as baixas necessárias. P.R.I. Expedientes necessários. Missão Velha/CE, data da assinatura e liberação nos autos. PAULO AUGUSTO GADELHA DE ABRANTES Juiz

ADV: ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO (OAB 23462/CE), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0006179-62.2016.8.06.0125 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, por ordem do MM. Juiz, diante das informações de págs. 127, intime-se a PARTE EXEQUENTE, por seus advogados, para tomar ciência do RESULTADO da ordem de bloqueio de valores via SISBAJUD (págs. 70/78) e requeira o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599/CE) - Processo 0050203-39.2020.8.06.0125 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - Intimem-se a parte autora e requerida para, no prazo de 15 dias, manifestarem-se sobre o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento, especificando as provas que pretendem produzir, cientes que a falta de manifestação importará no julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, contentando-se as partes com as provas já constantes dos autos. Expedientes necessários.

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0000803-90.2019.8.06.0125**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**
Interditante: **João Vicente de Oliveira**
Interditada: **FRANCISCA ROBERTA DE OLIVEIRA**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Missão Velha da Comarca de Missão Velha/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **FRANCISCA ROBERTA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora do RG nº 2003099092897 SSP/CE, inscrita no CPF nº 060.220.843-26, filha de Maria Neusa da Conceição, residente e domiciliada no Sítio Forquilha, 320 - Missão Nova, neste Município, que é portadora de Deficiência Intelectualm- Transtornodo Desenvolvimento Intelectual-Gravidade Moderada – CID (10-F71). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. **JOÃO VICENTE DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 2003099100474 SSP-CE e CPF nº 023.546.523-21, residente no Sítio Forquilha, 320 - Missão Nova, neste Município, **CURADOR DEFINITIVO** da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O

referido processo foi julgado em 12/01/2022, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, observado o disposto no art. 755 do CPC e disposições da Lei nº 13.146/2015, ao tempo em que **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial:

a) decreto a interdição de **Francisca Roberta de Oliveira**, declarando-a relativamente incapaz de exercer os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, não alcançado, contudo, o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, garantido à mesma, ainda, todos os direitos previstos na Lei nº 13.146/2015; e

b) nomeio ao interditando curador na pessoa de **João Vicente de Oliveira**, ora requerente, a qual deverá ser intimada para prestar o compromisso legal no prazo de cinco dias.

Nos moldes do art. 756 do NCPC, a presente medida poderá ser revista quando cessar a causa que a determinou, sendo que persistirá até então.

A interdição deferida é parcial, alcançando unicamente a prática de atos de interesse patrimonial do curatelado e nos quais, para sua validade jurídica, a manifestação consciente da vontade se mostre preponderante, além de não autorizar o curador nomeado a dispor sobre acervo que eventualmente venha a compor o patrimônio do curatelado ou em seu nome contrair dívidas, exceto movimentar valores referentes a seu benefício previdenciário, já que necessários à sua subsistência e sem prejuízo da obrigação de prestação contas sempre que instado para tanto.

Face à ausência de notícias de que o interditando possui bens, dispenso a especialização em hipoteca e a prestação anual de contas.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Missão Velha/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Eu, CRISTIANE MACEDO SILVA, Auxiliar Judiciário, 759, o digitei.

Tadeu Trancoso de Souza
Juiz de Direito Substituto da Vara Única da Comarca de Missão Velha

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0000724-48.2018.8.06.0125**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**
Interditante: **Cícera Carmina Pereira**
Curatelado: **FRANCISCO PEREIRA COSTA**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Missão Velha da Comarca de Missão Velha/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **FRANCISCO PEREIRA COSTA**, brasileiro, RG nº 2006029023785 SSPDS-CE e CPF nº 348.799.863-72, residente e domiciliado na Rua Valmir Esmeraldo Alves, 185, nesta cidade, que é portador de Transtorno Mental Orgânico CID (10 F09). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. **CÍCERA CARMINA PEREIRA**, brasileira, RG nº 2513840-92 SSP-CE e CPF nº 327.039.963-49, residente na Rua Valmir Esmeraldo Alves, 185, nesta cidade, **CURADORA DEFINITIVA** do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 17/01/2022, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, observado o disposto no art. 755 do CPC e disposições da Lei nº 13.146/2015, ao tempo em que **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial:

a) decreto a interdição de **Francisco Pereira Costa**, declarando-a relativamente incapaz de exercer os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, não alcançado, contudo, o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, garantido à mesma, ainda, todos os direitos previstos na Lei nº 13.146/2015; e

b) nomeio ao interditando curador na pessoa de **Cicera Carmina Pereira**, ora requerente, a qual deverá ser intimada para prestar o compromisso legal no prazo de cinco dias.

Nos moldes do art. 756 do NCPC, a presente medida poderá ser revista quando cessar a causa que a determinou, sendo que persistirá até então.

A interdição deferida é parcial, alcançando unicamente a prática de atos de interesse patrimonial do curatelado e nos quais, para sua validade jurídica, a manifestação consciente da vontade se mostre preponderante, além de não autorizar o curador nomeado a dispor sobre acervo que eventualmente venha a compor o patrimônio do curatelado ou em seu nome contrair dívidas, exceto movimentar valores referentes a seu benefício previdenciário, já que necessários à sua subsistência e sem prejuízo da obrigação de prestação contas sempre que instado para tanto.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Missão Velha/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Eu, CRISTIANE MACEDO SILVA, Auxiliar Judiciário, 759, o digitei.

Tadeu Trancoso de Souza
Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Missão Velha

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: CARLOS GOMES DE SÁ ARAUJO (OAB 12460-0/CE) - Processo 0003651-60.2013.8.06.0125 - Execução Fiscal - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações e outro - Oficie-se ao Banco do Brasil S/A para que informe se foi convertida em renda os valores depositados em juízo, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo, intime-se

a exequente para se manifestar no feito, no prazo de 10 (dez) dias. Reafirmo que o processo deverá tramitar em Segredo de Justiça, nos termos da parte final da decisão de pág. 28-29, razão pela qual determino a afixação de tarja própria. Expedientes Necessários. Missão Velha, 21 de maio de 2021. Mauricio Hoette Juiz de Direito

ADV: GEORGE FECHINE TAVARES (OAB 21451/CE), ADV: JOSE DANTAS TAVARES (OAB 2305/CE) - Processo 0003788-76.2012.8.06.0125 (apensado ao processo 0003297-06.2011.8.06.0125) - Embargos à Execução - Cédula de Crédito Rural - EMBARGANTE: Francisca Lucena de Figueiredo -

COMARCA DE MOMBAÇA - 1ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: ALEXANDRE BOZZO (OAB 309102/SP) - Processo 0010097-32.2020.8.06.0126 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: A.E.O. - INDEFIRO o pleito da defesa de adiamento da audiência de instrução e julgamento, considerando a manifestação do Ministério Público de p. 108, em que dispensou, por ora, a diligência de realização de perícia médica requerida na denúncia. Ressalto a desnecessidade de adiamento da audiência de instrução, tendo em vista que poderá ser novamente determinada a realização da perícia psiquiátrica após a realização da audiência de instrução, caso este juízo repute necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: MATHEUS PEREIRA LIMA MARQUES (OAB 19478/CE) - Processo 0000862-95.2007.8.06.0126 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.S.A. - fica Vossa Senhoria intimado para apresentar alegações finais por escrito, no prazo legal.

ADV: FRANCISCO TAÍTALO MOTA MELO (OAB 35936/CE) - Processo 0009558-71.2017.8.06.0126 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Luis Alves de Souza e outro - ADIAR Sessão do Tribunal Popular do Júri, quando redesignada nova data as pertes serão devidamente intimada

COMARCA DE MORADA NOVA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MORADA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE MORADA NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: MANUEL CASTRO GOMES DE ANDRADE NETO (OAB 4677/CE), ADV: GERALDO JOSE DA SILVA NETO (OAB 37989/CE) - Processo 0050924-45.2021.8.06.0128 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTUADO: Wanderson Soares Pereira - DENUNCIADO: ERINARDO OLIVEIRA DE LIMA - Pelo exposto e em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO o pleito da defesa do réu Wanderson Soares Pereira (fls. 250) no tocante à oitiva de testemunha não arrolada na resposta à acusação, qual seja, a genitora do acusado, ante a preclusão temporal, com esteio no art. 396 e 396-A, ambos do CPP, devendo a presente audiência de instrução prosseguir em seus ulteriores termos. Partes devidamente intimadas em audiência".

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE MORADA NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: CARLOS MARDUQUE SILVA DUARTE (OAB 25704/CE), ADV: PEDRO DIOGO DUARTE MAIA (OAB 35636/CE) - Processo 0009236-84.2013.8.06.0128 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: J.C.S.A. - Vistos em conclusão. Compulsando detidamente os autos, verifico que o advogado do réu JOSÉ CARLOS DA SILVA AMORIM foi intimado para apresentar memoriais finais no prazo legal e quedou-se inerte (fls. 301/303). Para se evitar qualquer alegação de nulidade, entendo prudente intimar novamente o causídico para apresentar os aludidos memoriais, sob pena de incidência da multa prevista no art. 265 do CPP. Assim sendo, determino, pela última vez, a intimação do advogado Dr. CARLOS MARDUQUE SILVA DUARTE (OAB 25.704), bem como do Dr. PEDRO DIOGO DUARTE MAIA (OAB 35.653), que também consta na procuração de fls. 202 para apresentar alegações finais escritas no prazo legal, com a advertência de que em caso de nova inércia SERÁ aplicada a multa prevista no art. 265 do CPP, de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, por abandono do processo. Expedientes necessários e urgentes.

ADV: FERNANDO HENRIQUE MELO FORMIGA (OAB 23820B/CE), ADV: FRANCISCA AURICELIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA SILVA (OAB 26295/CE) - Processo 0050360-03.2020.8.06.0128 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Jose Ericson Freire da Silva - Francisco Luciclerton Mauricio de Andrade e outro - Ante o exposto, considerando o pedido expresso da defesa dos réus (fls. 462/463), para que não haja prejuízo à ampla defesa, DEFIRO O PEDIDO DE CONDUÇÃO E COMPARECIMENTO PRESENCIAL DE ANDERSON FELIPE DE LIMA E JOSE ERICSON FREIRE DA SILVA, bem como DEFIRO O PEDIDO DE ADIAMENTO DA SESSÃO PLENÁRIA DESIGNADA PARA 08/02/2022. À Secretaria, para que providencie, COM URGÊNCIA, a remarcação da Sessão de Júri para data breve, por se tratar de pronunciados presos. Definida a data, certifique-se e providencie-se a intimação do causídico, bem como os expedientes necessários, inclusive de condução dos réus junto à SAP. Intime-se a defesa dos acusados acerca da presente decisão. Ciência ao Ministério Público, bem como às partes eventualmente intimadas. Cumpra-se com urgência.

COMARCA DE MORADA NOVA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0001165-20.2018.8.06.0128 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando que a tentativa de citação da parte executada Silvia Mara Girão ME, restou frustrada conforme se infere às fls. 118, intime-se o interessado através de seus representantes legais para ciência ou caso queiram, apresente contato telefônico atualizado para fins de cumprimento da diligência. Ainda, já que permitido o cumprimento presencial de mandado por oficial de justiça, permaneça os autos aguardando cumprimento dos mandados expedidos às fls. 110/111.

ADV: BRUNO QUEIROZ OLIVEIRA (OAB 15101/CE) - Processo 0001510-40.2005.8.06.0128 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Caixa Economica Federal - Ceara - Ante o exposto, com fundamento no art. 40, §4º, da Lei n.º 6830/80, c/c art. 924, V e art. 487, II do CPC, pronuncio de ofício a prescrição intercorrente em ordem a DECLARAR EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas e sem condenação em honorários sucumbenciais: A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente (RESP 1769201/SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 20/3/2019). Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário (art. 496, § 3.º, I, CPC). Sem recurso voluntário, certifiquem o trânsito em julgado e arquivem os autos em definitivo. Intimem a Fazenda Pública eletronicamente pelo Portal/DJ. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: PAULO REINERIO DE ARAUJO CAVALCANTE (OAB 8040/CE) - Processo 0002065-28.2003.8.06.0128 - Petição Cível - Obrigações - REQUERENTE: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS - REQUERIDA: Raimunda Salvina dos Santos - Vistos em conclusão. Ante a ausência de oposição ao pedido, proceda a Secretaria de Vara a alteração do polo ativo da ação conforme requerido na petição retro, fazendo constar como requerente a empresa Ativos SA Securitizadora de Créditos Financeiros, CNPJ 05.437.257/0001-29. Por ser regra que o cumprimento de sentença de pagar quantia depende de iniciativa do exequente, não podendo ser processada de ofício, nos termos, inclusive, da decisão de fls. 252/253, intime-se a parte autora para requerer o que de direito, no prazo de 15 dias. Em caso de silêncio, arquive-se o feito com as baixas necessárias.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0008364-69.2013.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Jose de Souza Nogueira - Vistos, etc. Intimem-se as partes para apontarem se desejam ou não produzir outras provas, isto no prazo comum d e 05 (cinco) dias. Morada Nova (CE), [data de registro no sistema]. Marcelo Durval Sobral Feitosa Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0011890-39.2016.8.06.0128 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando que os ativos financeiros do executado foram tornados indisponíveis através do sistema SISBAJUD, determino que este seja intimado na pessoa de seu advogado constituído nos autos ou, não o tendo, pessoalmente (CPC, artigo 854, § 2º), para os fins dispostos no parágrafo 3º do artigo 854. Rejeitada ou não apresentada a manifestação do executado, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, mediante transferência do montante indisponível para conta vinculada ao juízo da execução, conforme já determinado na decisão de fls. 216.

ADV: FRANCISCO CAVALCANTE JUNIOR (OAB 3085/CE), ADV: MARCELO ANDERSON RAULINO SANTANA (OAB 23281/CE), ADV: TALVANE ROBSON MOTA DE MOURA (OAB 31442/CE) - Processo 0013918-43.2017.8.06.0128 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Pagamento - MENOR: A.E.N.C. - REQUERIDO: A.J.R.C. - Diante do exposto, nos termos do parecer ministerial, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o presente processo, com fundamento no inciso III e § 1o do art. 485 do Código d Processo Civil. Custas pela parte autora, respeitada a suspensão da cobrança, em razão da gratuidade judiciária que se defere. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas necessárias. Expedientes necessários. Morada Nova/CE, [data de registro no sistema]. Marcelo Durval Sobral Feitosa Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DAVI CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 43286/CE) - Processo 0050425-61.2021.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Natalia Cavalcante da Silva - Diante do documento de fls. 08, intime-se a parte autora para que apresente acordo firmado pela parte autora ou a procuração com poderes para transigir que permitiu firmar o acordo em nome da parte autora. Prazo: 05 dias.

ADV: LAÍS BENITO CORTES DA SILVA (OAB 415467SP), ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE) - Processo 0050672-76.2020.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERENTE: Antonio Wesley Saraiva Felix - REQUERIDO: Oi Móvel S.a - Designo sessão de conciliação virtual para o dia 05/04/2022, às 14:40 horas, a ser realizada através da plataforma virtual Microsoft Teams. Para ingresso na audiência, os participantes deverão, no dia e hora mencionados, baixar o aplicativo Microsoft Teams em seu aparelho celular ou notebook e, em seguida, acessar o link: https://link.tjce.jus.br/327fd5 em seu navegador, oportunidade em que serão direcionados à sala de audiência virtual. Em caso de dúvidas, a parte poderá receber a devida orientação pelo servidor do CEJUSC através do Whatsapp Busines de número (88) 9726-2655, com atendimento realizado de segunda-feira a sexta-feira, entre 08 horas (manhã) e 15 horas (tarde). Havendo impossibilidade de participação na sessão, as partes deverão comunicar nos autos até dois dias úteis antes da data designada, podendo, ainda, informar e-mail ou telefone de contato.

ADV: FABIANA DE ARAUJO BICA (OAB 9018/CE) - Processo 0050712-24.2021.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Socorro da Silva Girão - Designo sessão de conciliação virtual para o dia 05/04/2022, às 13:20 horas, a ser realizada através da plataforma virtual Microsoft Teams. Para ingresso na audiência, os participantes deverão, no dia e hora mencionados, baixar o aplicativo Microsoft Teams em seu aparelho celular ou notebook e, em seguida, acessar o link: https://link.tjce.jus.br/327fd5 em seu navegador, oportunidade em que serão direcionados à sala de audiência virtual. Em caso de dúvidas, a parte poderá receber a devida orientação pelo servidor do CEJUSC através do Whatsapp Busines de número (88) 9726-2655, com atendimento realizado de segunda-feira a sexta-feira, entre 08 horas (manhã) e 15 horas (tarde). Havendo impossibilidade de participação na sessão, as partes deverão comunicar nos autos até

dois dias úteis antes da data designada, podendo, ainda, informar e-mail ou telefone de contato.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0050878-56.2021.8.06.0128 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Ante o exposto, homologo por sentença, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo firmado, nos seus exatos termos, e julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, inciso III, b) do Código de Processo Civil. Recolhe-se eventual mandado existente nos autos. Eventuais custas pelo promovido, nos termos do acordo entabulado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os autos, com a devida baixa na distribuição. Expedientes necessários. Morada Nova/CE, [data de registro no sistema]. Marcelo Durval Sobral Feitosa Juiz de Direito

EDITAL DE CURATELA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
Processo nº:
0020027-05.2019.8.06.0128
Classe:
Interdição/Curatela
Assunto:
Nomeação
Interditante
Ministério Público do Estado do Ceará e outro
Curatelado
Francisca Angelina Cordeiro Batista

O Dr. Marcelo Durval Sobral Feitosa, MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a interdição de FRANCISCA ANGELINA CORDEIRO BATISTA, brasileira, solteira, sem profissão definida, portadora da cédula de identidade nº 2004032050180 - SSPDS/CE, CPF nº 020.690.933-01, residente à rua Francisco Ângelo, nº 1358, São João do Aruaru, Morada Nova/CE, que é acometido por retardo mental moderado (CID-10 F71). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, especialmente os de natureza patrimonial e negocial. Foi nomeado a Sra. MARIA LUIZA BATISTA DE SOUSA, brasileira, casada, auxiliar de serviços gerais, portadora da cédula de identidade nº 2008105368-6, SSPDS/CE, CPF nº 593.039.993-04, residente à rua Francisco Ângelo, nº 1358, São João do Aruaru, Morada Nova/CE, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 10/11/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: Assim, declaro a interdição de FRANCISCA ANGELINA CORDEIRO BATISTA, declarando-a RELATIVAMENTE INCAPAZ para praticar, em seu próprio nome, atos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, razão por que lhe nomeio curadora a Sra. Maria Luiza Batista de Souza não podendo a interditanda praticar, sem assistência da curadora, atos negociais de cunho econômico e patrimonial (art. 85 da Lei nº 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, § 1º da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). Intime-se a curadora quanto à obrigação de prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência) e quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência. Independente do trânsito em julgado, expeça-se o termo de curatela e o mandado ao registro civil competente após a publicação dos editais e, imediatamente publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que a interditanda poderá praticar autonomamente. Demais expedientes necessários. Custas e despesas processuais pela parte autora. Suspensas, contudo, a exigibilidade em razão da gratuidade judiciária. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Tudo cumprido, arquive-se. Morada Nova, data da assinatura digital, Eu, Francisco Arizio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Supervisora da Unidade Judiciária, subscrevo.

Marcelo Durval Sobral Feitosa
Juiz de Direito - Titular

EDITAL DE CURATELA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
Processo nº:
0020352-77.2019.8.06.0128
Classe:
Interdição/Curatela
Assunto:
Nomeação
Interditante
Maria Lúcia da Silva
Curatelado
José Alisson Gomes da Silva

O Dr. Marcelo Durval Sobral Feitosa, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a interdição de JOSÉ ALISSON GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 2004032117713,

CPF nº 023.521.403-58, residente à localidade de Lagoa Funda, nº 45, Distrito de Boa Água, Zona Rural, Morada Nova/CE, que é portador de retardo mental grave e transtornos globais do desenvolvimento (CID 10 F72 e F84). O conjunto das provas exercer pessoalmente os atos da vida civil, especialmente os de natureza patrimonial e negocial. Foi nomeada a Sra. MARIA LÚCIA DA SILVA, brasileira, em união estável, agricultora, portadora da cédula de identidade nº 2002021068949, CPF nº 018.144.403-80, residente no Sítio Lagoa Funda, s/nº, Distrito de Boa Água, Zona Rural, Morada Nova/CE, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 09/12/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: Ante ao exposto e atento ao parecer favorável do Ministério Público, com fulcro no art. 487, I, extingo o feito com resolução do mérito e julgo procedente o pedido inicial e, ao fazê-lo: a) declaro relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos de sua vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III do Código Civil, com a redação que lhe foi dada pela lei nº 13.146/2015, a José Alisson Gomes da Silva, já qualificado nos autos; b) nomeio-lhe curador a pessoa de Maria Lúcia da Silva, qualificada nos autos, que deverá prestar o devido compromisso e ser cientificado de que os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, nos termos do § 4º do art. 84 do estatuto da pessoa com deficiência lei nº 13.146/2015; Estabeleço que os limites da curatela ficam circunscritos às restrições constantes do art. 1.782 do Código Civil, ficando José Alisson Gomes da Silva, portanto, apenas privado de, sem o curador ora indicado, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração. Em obediência ao disposto no art. 755, § 3º, do CPC e art. 9º, inciso III, do Código Civil, registre-se a presente sentença no registro civil das pessoas naturais desta cidade e publique-se por três vezes, com intervalo de dez dias, devendo do mandado e do edital constar os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, e os limites da curatela, constando do mandado, outrossim, os demais dados necessários (lei 6.015/73, art. 92). Caberá ao oficial do registro civil das pessoas naturais desta cidade comunicar ao registro civil das pessoas naturais do local de nascimento do interditado, para fins de anotação da interdição em seu assento de nascimento (lei 6.015/73, art. 106, parágrafo único e § 1º do art. 107). Transitada esta em julgado, expeçam-se o mandado e o edital. Somente depois de comprovado o registro da sentença de interdição é que poderá ser tomado o compromisso da curadora (lei 6.015/73, parágrafo único do art. 93). Custas pela Requerente, ficando, suspensa a exigibilidade da cobrança por estar sob o pálio da justiça gratuita. P.R.I. Ciência ao MP. Com o trânsito em julgado deste decisum, proceda-se ao arquivamento do feito, com baixa na distribuição, precedida das devidas e necessárias anotações. Morada Nova, data da assinatura digital, Eu, Francisco Arizio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Supervisora da Unidade Judiciária, subscrevo.

Marcelo Durval Sobral Feitosa
Juiz de Direito - Titular

EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA

Processo nº:
0050472-69.2020.8.06.0128
Classe Assunto:
Curatela - Nomeação
Requerente:
José Luan Maik de Souza Castro
Requerido:
Francisco de Assis de Souza e outro

O Dr. Marcelo Durval Sobral Feitosa, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara tramita uma Ação de Substituição de Curatela requerida por JOSÉ LUAN MAIK DE SOUZA CASTRO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 2007938098-5, CPF nº 064.003.063-74, residente à rua Paulo Sarasate, nº 532, 02 de agosto, Morada Nova/CE. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, especialmente os de natureza patrimonial e negocial. Foi removido a senhora MARIA FRANCINEIDE DE SOUZA, não possui mais condições de exercer os encargos, face ser servidora pública e não ter disponibilidade de tempo para gerir os atos inerentes à curatela, nomeado o Sr. JOSÉ LUAN MAIK DE SOUZA CASTRO como CURADOR DEFINITIVO do referido curatelado FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 09/12/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: Nessas condições, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral e, em consequência, nomeio JOSÉ LUAN MAIK DE SOUSA CASTRO, em substituição à Maria Francineide de Souza, como curador de seu tio FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA, não podendo o interditado praticar, sem assistência da curadora, atos negociais de cunho econômico e patrimonial (art. 85 da Lei nº 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, § 1º da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). Intime-se o curador quanto à obrigação de prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência) e quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência. Independente do trânsito em julgado, expeça-se o termo de curatela e o mandado ao registro civil competente após a publicação dos editais e, imediatamente publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interditado poderá praticar autonomamente. Custas e despesas processuais pela parte autora. Suspensas, contudo, a exigibilidade em razão da gratuidade judiciária. Ciência ao Ministério Público.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Tudo cumprido, arquive-se. Morada Nova, data da assinatura digital. Eu, Francisco Arízio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Supervisora da Unidade Judiciária, subscrevo.

Marcelo Durval Sobral Feitosa
Juiz de Direito - Titular

EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA

Processo nº:
0050472-69.2020.8.06.0128
Classe Assunto:
Curatela - Nomeação
Requerente:
José Luan Maik de Souza Castro
Requerido:
Francisco de Assis de Souza e outro

O Dr. Marcelo Durval Sobral Feitosa, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara tramita uma Ação de Substituição de Curatela requerida por JOSÉ LUAN MAIK DE SOUZA CASTRO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 2007938098-5, CPF nº 064.003.063-74, residente à rua Paulo Sarasate, nº 532, 02 de agosto, Morada Nova/CE. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, especialmente os de natureza patrimonial e negocial. Foi removido a senhora MARIA FRANCINEIDE DE SOUZA, não possui mais condições de exercer os encargos, face ser servidora pública e não ter disponibilidade de tempo para gerir os atos inerentes à curatela, nomeado o Sr. JOSÉ LUAN MAIK DE SOUZA CASTRO como CURADOR DEFINITIVO do referido curatelado FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 09/12/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte: Nessas condições, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral e, em consequência, nomeio JOSÉ LUAN MAIK DE SOUSA CASTRO, em substituição à Maria Francineide de Souza, como curador de seu tio FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA, não podendo o interditado praticar, sem assistência da curadora, atos negociais de cunho econômico e patrimonial (art. 85 da Lei nº 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, § 1º da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). Intime-se o curador quanto à obrigação de prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência) e quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência. Independente do trânsito em julgado, expeça-se o termo de curatela e o mandado ao registro civil competente após a publicação dos editais e, imediatamente publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interditado poderá praticar autonomamente. Custas e despesas processuais pela parte autora. Suspensas, contudo, a exigibilidade em razão da gratuidade judiciária. Ciência ao Ministério Público.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Tudo cumprido, arquive-se. Morada Nova, data da assinatura digital. Eu, Francisco Arízio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Supervisora da Unidade Judiciária, subscrevo.

Marcelo Durval Sobral Feitosa
Juiz de Direito - Titular

EDITAL DE CURATELA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
JUSTIÇA GRATUITA
Processo nº:
0008080-32.2011.8.06.0128
Classe:
Interdição
Assunto:
Tutela e Curatela
Requerente
Roselita Estevão de Sousa
Interditando
Justino Oliveira de Sousa Junior

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a interdição de JUSTINO OLIVEIRA DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 2006032006616/ SSPDS/CE, residente na localidade de Córrego do Corcundo Lagoa Grande, Morada Nova/CE, que é portador de retardo mental leve (CID 10 F70), associado a síndrome de down (CID10 G90.9). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, especialmente os de natureza patrimonial e negocial. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). ROSELITA ESTEVÃO DE SOUSA, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de identidade nº 2001032052625/SSPDS/CE e do CPF nº 001.392.613-62, residente na localidade de Córrego do Corcundo Lagoa Grande, Morada Nova/CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 30/07/2020, cujo teor final da sentença é o seguinte: Posto isso e considerando o que mais consta dos autos, declaro a interdição de JUSTINO OLIVEIRA DE SOUSA, declarando-a RELATIVAMENTE INCAPAZ para praticar, em seu próprio nome, atos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, razão por que lhe nomeio curadora a Sra. ROSELITA ESTEVÃO DE SOUSA, não podendo o interditando praticar, sem assistência do curador, atos negociais de cunho econômico e patrimonial (art. 85 da Lei nº 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, § 1º da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). Intime-se a curadora quanto à obrigação de prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência) e quanto aos

crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da Lei 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência. Independente do trânsito em julgado, expeça-se o termo de curatela e o mandado ao registro civil competente após a publicação dos editais e, imediatamente publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interditando poderá praticar autonomamente. Demais expedientes necessários. Condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais, suspensa, contudo, sua exigibilidade em razão da gratuidade judiciária deferida. Sem condenação ao pagamento de honorários pela ausência de litígio. Ciência ao Ministério Público. Registre-se. Publique-se. Intime-se. Tudo cumprido, arquive-se.. Morada Nova, 18 de março de 2021, Eu, Francisco Arizio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Supervisora da Unidade Judiciária, subscrevo.

Raynes Viana de Vasconcelos
Juiz de Direito - Titular

COMARCA DE MORADA NOVA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: EDYPU DE OLIVEIRA LIMA (OAB 26949/CE) - Processo 0050811-91.2021.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Ademar Damasceno - Designo sessão de conciliação virtual para o dia 06/04/2022, às 13:20 horas, a ser realizada através da plataforma virtual Microsoft Teams. Para ingresso na audiência, os participantes deverão, no dia e hora mencionados, baixar o aplicativo Microsoft Teams em seu aparelho celular ou notebook e, em seguida, acessar o link: https://link.tjce.jus.br/327fd5 em seu navegador, oportunidade em que serão direcionados à sala de audiência virtual. Em caso de dúvidas, a parte poderá receber a devida orientação pelo servidor do CEJUSC através do Whatsapp Busines de número (88) 9726-2655, com atendimento realizado de segunda-feira a sexta-feira, entre 08 horas (manhã) e 15 horas (tarde). Havendo impossibilidade de participação na sessão, as partes deverão comunicar nos autos até dois dias úteis antes da data designada, podendo, ainda, informar e-mail ou telefone de contato.

ADV: CLAUDIO PANHOTTA FREIRE (OAB 142958/MG) - Processo 0050819-68.2021.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdenir Cirilo de Lima - Designo sessão de conciliação virtual para o dia 05/04/2022, às 13:40 horas, a ser realizada através da plataforma virtual Microsoft Teams. Para ingresso na audiência, os participantes deverão, no dia e hora mencionados, baixar o aplicativo Microsoft Teams em seu aparelho celular ou notebook e, em seguida, acessar o link: https://link.tjce.jus.br/327fd5 em seu navegador, oportunidade em que serão direcionados à sala de audiência virtual. Em caso de dúvidas, a parte poderá receber a devida orientação pelo servidor do CEJUSC através do Whatsapp Busines de número (88) 9726-2655, com atendimento realizado de segunda-feira a sexta-feira, entre 08 horas (manhã) e 15 horas (tarde). Havendo impossibilidade de participação na sessão, as partes deverão comunicar nos autos até dois dias úteis antes da data designada, podendo, ainda, informar e-mail ou telefone de contato.

ADV: MANASSÉS RABELO SILVA (OAB 19720/CE), ADV: KARLA MONALISA SILVA RABELO (OAB 38395/CE) - Processo 0050836-07.2021.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Morais de Matos - Designo sessão de conciliação virtual para o dia 05/04/2022, às 14:00 horas, a ser realizada através da plataforma virtual Microsoft Teams. Para ingresso na audiência, os participantes deverão, no dia e hora mencionados, baixar o aplicativo Microsoft Teams em seu aparelho celular ou notebook e, em seguida, acessar o link: https://link.tjce.jus.br/327fd5 em seu navegador, oportunidade em que serão direcionados à sala de audiência virtual. Em caso de dúvidas, a parte poderá receber a devida orientação pelo servidor do CEJUSC através do Whatsapp Busines de número (88) 9726-2655, com atendimento realizado de segunda-feira a sexta-feira, entre 08 horas (manhã) e 15 horas (tarde). Havendo impossibilidade de participação na sessão, as partes deverão comunicar nos autos até dois dias úteis antes da data designada, podendo, ainda, informar e-mail ou telefone de contato.

ADV: EDYPU DE OLIVEIRA LIMA (OAB 26949/CE) - Processo 0050848-21.2021.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sergio Paulo dos Santos Rodrigues - Designo sessão de conciliação virtual para o dia 05/04/2022, às 14:20 horas, a ser realizada através da plataforma virtual Microsoft Teams. Para ingresso na audiência, os participantes deverão, no dia e hora mencionados, baixar o aplicativo Microsoft Teams em seu aparelho celular ou notebook e, em seguida, acessar o link: https://link.tjce.jus.br/327fd5 em seu navegador, oportunidade em que serão direcionados à sala de audiência virtual. Em caso de dúvidas, a parte poderá receber a devida orientação pelo servidor do CEJUSC através do Whatsapp Busines de número (88) 9726-2655, com atendimento realizado de segunda-feira a sexta-feira, entre 08 horas (manhã) e 15 horas (tarde). Havendo impossibilidade de participação na sessão, as partes deverão comunicar nos autos até dois dias úteis antes da data designada, podendo, ainda, informar e-mail ou telefone de contato.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO DURVAL SOBRAL FEITOSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ADRIANA MAYARA COUTINHO DAMASCENO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0005145-05.2000.8.06.0128 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a e outro - Nessa ordem de ideias, diante dos argumentos aqui expendidos, em que pese o entendimento deste magistrado que haja o necessário o contraditório, diante da urgência do caso, mormente quando suspenso os prazos processuais aos advogados, diante da taxatividade legal da impenhorabilidade de até 40 salários mínimos da poupança e considerando as circunstâncias do caso, DEFIRO, EM PARTE, o pedido formulado pelo executado José Nobre da Silva, para determinar o desbloqueio da indisponibilidade de valores depositados na conta bancária mantida perante o Banco Itaú, Agência: 9134, Conta Poupança: 21731-5, no valor de R$ 6.093,79. Proceda-se ao imediato desbloqueio do valor supracitado junto ao SISBAJUD, juntando-se comprovante aos autos. Em paralelo, em razão da ausência de alegação

da impenhorabilidade dos valores de R$ 423,59 bloqueados em conta no Banco Bradesco e R$ 10,54 bloqueados em conta na Caixa Econômica Federal, converto a indisponibilidade em penhora (art. 854, § 5º, CPC) e, por conseguinte, determino a transferência do valor indisponibilizado retrocitado para conta judicial à disposição deste juízo. Quanto aos demais valores, facultando ao exequente apresentar eventual argumento a fim de desconstituir a alegação do exequido, determino sua intimação para manifestação, no prazo de 05 dias. Intimem-se.

COMARCA DE MORRINHOS - VARA UNICA DA COMARCA DE MORRINHOS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORRINHOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: JOSE EXPEDITO TOMAS ARCANJO (OAB 5066-0/CE) - Processo 0003018-03.2014.8.06.0129 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Francisco Valmir de Vasconcelos e outro - Intime-se a parte autora para se manifestar, em 15 dias, sobre a certidão de pág. 146, devendo apresentar a qualificação dos herdeiros das partes indicadas, para que se possibilite a citação. Expedientes necessários.

ADV: EURIVALDO CARDOSO DE BRITO (OAB 16196-0/CE) - Processo 0003024-78.2012.8.06.0129 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Banco do Nordeste S.a - Intime-se o exequente, para se manifestar sobre a certidão de pág. 59, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOSE VALDO DE MELO JUNIOR (OAB 10461/CE) - Processo 0003203-12.2012.8.06.0129 (apensado ao processo 0003051-61.2012.8.06.0129) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGADO: Banco do Nordeste S.a - embargado requereu que se postergasse o prazo em razão dos autos serem físicos ainda em 2019. Em atenção ao pedido, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que o Banco do Nordeste se manifeste sobre a petição de pág. 91-93, que informou a quitação integral do débito, sob pena de extinção do processo na forma requerida pelo autor. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ALEX OSTERNO PRADO (OAB 23048/CE), ADV: YURI OSTERNO PRADO (OAB 23264/CE) - Processo 0004474-17.2016.8.06.0129 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Renan do Nascimento dos Santos - O Supremo Tribunal Federal, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral (reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03.09.14), entendeu que nas ações de cobrança do seguro DPVAT, para que se reconheça a pretensão resistida e necessidade de intervenção do judiciário é imprescindível o prévio requerimento administrativo. Determino assim, que o autor faça a juntada do prévio requerimento administrativo, que afirma que teria sido negado pela seguradora, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: PAULO ROGERIO ROCHA (OAB 9227/CE) - Processo 0004663-58.2017.8.06.0129 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.J.R. - Designo a audiência de Conciliação para 15/03/2022 às 09:30h, audiência será realizada na plataforma MICROSOFT TEAMS

ADV: MARTA ADRICIANE ADRIANO (OAB 39059/CE) - Processo 0050093-91.2021.8.06.0129 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: José Maria da Rocha e outros - Intime-se a parte para, em 15 (quinze) dias, cumprir a parte final do despacho de pág. 61, fazendo a juntada de certidão da CENSEC. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO STÊNIO VIANA DE SOUSA (OAB 33718/CE) - Processo 0050283-88.2020.8.06.0129 - Reintegração / Manutenção de Posse - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Maria Necy Vasconcelos de Araújo - Trata-se de ação reintegratória de posse onde a parte autora não logrou demonstrar a posse aduzida na inicial. Assim, na forma do disposto no art. 562 do CPC, determino que a parte autora justifique o alegado, mediante o depoimento de testemunhas, as quais deverão comparecer, independentemente de intimação, à audiência de justificação, a qual determino seja aprazada pela Secretaria. Cite-se o réu para comparecer à audiência. Intime-se a parte autora.

ADV: PAULO ROGERIO ROCHA (OAB 9227/CE) - Processo 0050374-47.2021.8.06.0129 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.E.A.A. - Designo a audiência de Conciliação para 15/03/2022 às 10:00h, audiência será realizada na plataforma MICROSOFT TEAMS

COMARCA DE MUCAMBO - VARA UNICA DA COMARCA DE MUCAMBO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MUCAMBO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502/CE), ADV: FRANCISCO ALVES LINHARES NETO (OAB 36353/CE) - Processo 0050192-58.2021.8.06.0130 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria da Conceição de Sousa Silva, - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A e outro - Isto posto, entendo parcialmente procedente a preliminar de carência de ação, por falta de interesse, suscitada em contestação; julgo totalmente improcedente a prejudicial de prescrição suscitada pelo Requerido; entendo conexas as ações 0050192-58.2021.8.06.0130 e 0050240-17.2021.8.06.0130 e julgo-as totalmente improcedente, extinguindo o processo com resolução de mérito.

ADV: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA (OAB 15095/CE), ADV: FRANCISCO ALVES LINHARES NETO (OAB 36353/CE) - Processo 0050240-17.2021.8.06.0130 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição de Sousa Silva, - REQUERIDO: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A - Isto posto, entendo parcialmente procedente a preliminar de carência de ação, por falta de interesse, suscitada em contestação; julgo totalmente improcedente a prejudicial de prescrição suscitada pelo Requerido; entendo conexas as ações 0050192-58.2021.8.06.0130 e 0050240-17.2021.8.06.0130 e julgo-as totalmente improcedente, extinguindo o processo com resolução de mérito.

ADV: IGOR VASCONCELOS PONTE (OAB 17007/CE), ADV: JOSE ABILIO PINHEIRO DE MELO (OAB 14899/CE), ADV: MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO (OAB 15096/CE), ADV: DANIEL SOUSA PAIVA (OAB 16205/CE), ADV: DAVID FERNANDES SOUSA PORTELA (OAB 23299/CE), ADV: ROBERTO HENRIQUE GIRAO (OAB 27795/CE) - Processo 0053179-

38.2019.8.06.0130 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Manoel Gomes de Alcantara - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE - Frente ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO o pedido deduzido na inicial, e extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Honorários e custas na forma da lei de gratuidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos

COMARCA DE MULUNGU - VARA UNICA DA COMARCA DE MULUNGU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MULUNGU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: CARLOS DE ABREU CARDOSO NETO (OAB 30907/CE) - Processo 0002906-81.2012.8.06.0039 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - RÉU: Francisco Alves Prudêncio - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar o apenado e seu advogado, MP, para comparecerem à audiência Admonitória para o dia 10/02/2022, às 15:00h, que será realizada por vídeo conferência, com a acesso a sala virtual através do sistema Microsoft Teams, utilizando o link: https://link.tjce.jus.Br/33ecfd. Ficam as partes advertidas que caso tenham algum problema técnico de acesso a sala virtual da audiência acima aprazada, deverão entrar em contato com esta unidade judiciária pelo telefone/zap/business (85) 3328.1192 ou caso as partes não tenham os meios técnicos de acesso remoto para participar da audiência, o que deve ser certificado pelo oficial de justiça na devolução do mandado, poderão comparecer presencialmente no Fórum de Mulungu ou de Aratuba, no dia e horário do ato.

ADV: DANDARA DE OLIVEIRA BRAZ (OAB 37847/CE), ADV: PAULO VICTOR MARTINS DOS SANTOS (OAB 41528/CE) - Processo 0003784-74.2019.8.06.0131 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Marcos Antonio Primo Costa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar o réu e seus advogados, MP e as testemunhas de acusação e defesa, devidamente arroladas nos autos para comparecerem à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10/02/2022, às 13:30h, que será realizada por vídeo conferência, com a acesso a sala virtual através do sistema Microsoft Teams, utilizando o link: https://link.tjce.jus.br/33ecfd. Fica a parte ré advertida de que deverá comparecer a referida audiência devidamente acompanhado de suas testemunhas, ou arrola-las em tempo hábil para as devidas intimações, bem como que caso tenham algum problema técnico de acesso a sala virtual da audiência acima aprazada, deverá entrar em contato com esta unidade judiciária pelo telefone/zap/business (85) 3328.1192 ou caso a parte não tenha os meios técnicos de acesso remoto para participar da audiência, o que deve ser certificado pelo oficial de justiça na devolução do mandado, poderá comparecer presencialmente no Fórum de Mulungu ou de Aratuba, no dia e horário do ato.

COMARCA DE NOVA OLINDA - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: ARMANDO WALLYSON DE OLIVEIRA CALDAS (OAB 25969-0/CE) - Processo 0000078-51.2017.8.06.0132 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Contribuições Especiais - REQUERENTE: Joana Gonçalves de Oliveira Santos - Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que apesar da decisão de homologação de cálculos de fl. 157 ter sido corrigida pela decisão de fl. 167, que determinou a expedição de precatório e não RPV do valor do crédito principal, o precatório foi devolvido com o seguinte motivo: “Homologação datada de 14 de dezembro de 2020, determina a expedição de RPV. De acordo com o art. 18, da Resolução 29/20, do OETJCE, a RPV será processada no juízo da execução. Recusa com base nos arts. 15,IX e 18, da referida resolução”. Assim, para que conste na própria decisão de homologação de cálculos a expressa determinação de expedição de precatório para o crédito principal, faço a atualização dos cálculos (utilização módulo próprio do SCJUD/TJCE para atualização de cálculos já homologados) e, dessa forma, fixo o valor do cédito principal, atualizado com referência a novembro de 2021 (último mês disponível no referido sistema para atualização), em R$ 11.302,23 (onze mil e trezentos e dois reais e vinte e três centavos), conforme cálculos em anexo. Determino a intimação das partes da atualização dos cálculos e, não havendo impugnação no prazo de 10 (dez) dias, homologo os referidos cálculos e determino a expedição de precatório em relação ao crédito principal, através da ferramenta SAPRE. Caso o RPV com relação aos honorários sucumbenciais (fl. 166) não tenham sido enviados ao Município de Nova Olinda, após o prazo acima, expeça-se novo RPV em relação aos honorários sucumbenciais com o valor atualizado, ou seja, R$ 1.130,22 (um mil e cento e trinta reais e vinte e dois centavos). Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: RAIMUNDO SOARES FILHO (OAB 11087-0/CE) - Processo 0000147-94.2012.8.06.0185 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tereza Darciene de Luna - Vistos em conclusão, Considerando a informação do pagamento do valor executado, determino \\\<a intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a extinção do feito pela satisfação do débito. Após, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: JOSE SERGIO DANTAS LOPES (OAB 10534/CE) - Processo 0000287-65.2011.8.06.0185 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Vistos em conclusão. Cumpra-se as determinações da decisão de fl. 185, especialmente o cumprimento a realização de nova avaliação pelo Oficial de Justiça e a intimação da penhora da esposa do devedor principal, se for o caso, intimando o executado João Ivan para indicar o endereço da sua esposa ou efetuando a intimação por hora certa.. Após a nova avaliação, proceda-se a intimação dos executados Joaquim Soares Neto e Paula Gabriela Soares das penhoras e avaliações realizadas, intimando antes o exequente para realizar o depósito das custas da precatória (devendo o pedido de cooperação judicial ser encaminhado já com o comprovante). Determino ainda que a secretaria certifique se os executados Joaquim Soares Neto e Paula Gabriela Soares foram citados e, não tendo ocorrido a citação, a carta precatória acima mencionada deve englobar ainda o ato citatório. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO LUCAS DE SOUZA MACEDO (OAB 33239/CE), ADV: AMANDA CÂNDIDO BEZERRA (OAB 38062/CE) - Processo 0000302-52.2018.8.06.0132 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Expedita das Graças da Silva - Vistos em conclusão, Considerando a concordância do Município de Nova Olinda com os cálculos apresentados pelo autor no requerimento de cumprimento de sentença (fls. 238/244), HOMOLOGO os mencionadas cálculos, fixando o crédito principal em R$2.245,04. Assim, com a preclusão da presente decisão, determino, nos termos do artigo 535, §3º, incisos I e II, do CPC, a expedição de RPV para o pagamento do crédito principal no valor de R$2.245,04 e honorários sucumbenciais no valor de R$ 224,49, devendo a requisição de pequeno valor ser atendida no prazo de dois meses, sob pena de sequestro. Se necessário, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os dados bancários e outras informações necessárias a expedição do RPV, a ser expedido com a utilização da ferramenta SAPRE. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: ARMANDO WALLYSON DE OLIVEIRA CALDAS (OAB 25969-0/CE) - Processo 0000848-78.2016.8.06.0132 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Antonio Pereira da Silva - Vistos em conclusão. Trata-se de requerimento de cumprimento de sentença apresentado por Antônio Pereira da Silva em face do Município de Nova Olinda. Intimado acerca do início da fase executiva, o Município de Nova Olinda apresentou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 164/169), alegando excesso de execução, apontando que não houve condenação ao pagamento de adicional noturno e equívocos quanto a alguns valores calculados como devidos a título de décimo terceiro e férias pelo fato da autora não ter excluído de sua remuneração os valores de salário família. Assim, apontou como valor que entender devido R$ 2.761,85 (dois mil setecentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos), fora o valor da sucumbência, que nos moldes da sentença, deve ser de R$ 276,18 (duzentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), apresentando o demonstrativo de fls. 170/181. Sobre a impugnação, o requerente se manifestou às fls. 191/194, argumentando que fora reconhecido na sentença o direito ao adicional noturno e tal adicional, embora não descrito nominalmente na sentença, também estava incluído na decisão o (mormente no tocante aos serviços extraordinários), até mesmo por se tratar de evidente compatibilidade lógica. Apontou que a sentença deve ser interpretada conforme a boa-fé e com base na conjugação dos seus elementos e em conjunto com a postulação, de forma que é inconteste que fora reconhecido o adicional noturno. Aduziu ainda que concorda com os valores apontados pelo impugnante em relação a anuênio, adicional de férias e gratificação natalina. Pois bem. O Município de Nova Olinda alega excesso execução, de forma que admito a impugnação, nos termos do artigo 535, IV, do CPC. Quanto a impugnação referente aos valores de anuênio, adicional de férias e gratificação natalina, o próprio impugnado manifestou concordância com os valores apontados na impugnação, de forma que devem ser acolhidos os cálculos apresentados pelo Município de Nova Olinda/CE em relação a tais adicionais. Em relação ao adicional noturno, entendo que também assiste razão ao Município de Nova Olinda/CE, uma vez que a sentença foi omissa na análise do pedido condenatório ao referido adicional, o que não foi suprida pelos recursos adequados (Embargos de Declaração ou Apelação). Com efeito, analisando a sentença de fls. 73/78, verifica-se que houve tópicos especificos na fundamentação para os pedidos de adicional por tempo de serviço (tópico 2.3), complementação do adicnal de férias e da gratificação natalina (tópico 2.4) e adicional por serviços extraordinários (tópico 2.5), mas o pedido referente ao adicional noturno não foi analisado na fundamentação e nem mencionado no dispositivo da sentença. Assim, o título executivo judicial não abrange a condenação ao pagamento de adicional noturno que, se for o caso, deve ser pleiteado por ação autônoma. Registro que não cabe a aplicação do art. 489, §3º do CPC para se considerar a condenação ao adicional noturna incluída no título executivo, uma vez que nem mesmo a fundamentação da sentença mencionou tal adicional, devendo ser aplicado ao caso regra semelhante à prevista no art. 85, § 18 do CPC, que estabelece que "caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança". Da mesma forma, assiste razão ao Município de Nova Olinda na alegação de que os valores de adicional noturno devem ser excluídos dos cálculos, de forma que devem ser acolhidos o demonstrativo de cálculos apresentados pelo ente municipal. Portanto, o demonstrativo de cálculos apresentado pelo ente municipal demandado às fls. 170/181 está de acordo com a sentença, de forma que acolho a impugnação apresentada pelo Município de Nova Olinda/CE para fixar como devidos em favor da parte autora o valor de R$ 2.761,85 (dois mil setecentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco cental) referente ao crédito principal e R$ 276,18 de honorários sucumbenciais, conforme cálculos apresentados às fls. 170/181, atualizados até janeiro de 2021. Determino a intimação das partes e não havendo recurso pela parte autora (já que a impugnação pelo Município de Nova Olinda foi acolhida, não havendo interesse recursal), expeça-se RPV para o crédito principal e honorários sucumbenciais. Em razão do acolhimento da impugnação, fixo honorários sucumbenciais para a fase executiva em favor do Município de Nova Olinda em 10% (dez por cento) da diferença entre o valor atualizado (IPCA) do requerimento apresentado pela parte autora e o valor ora fixado, respeitada a suspensão da exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida à requerente (art. 98, §3º do CPC). Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE HENRIQUE BEZERRA LUNA (OAB 34547/CE) - Processo 0010203-39.2021.8.06.0132 (apensado ao processo 0000109-03.2019.8.06.0132) (processo principal 0000109-03.2019.8.06.0132) - Restituição de Coisas Apreendidas - Receptação - REQUERENTE: Fernando Parente Lima Filho - defiro o pedido de restituição da "pistola calibre 380, Marca Tauros, nº de série KKT06086", ao requerente Fernando Parente Lima Filho. Ademais, deve ser restituído ainda ao requerente, os acessórios da arma que eventualmente estejam apreendidos (case, maleta, certificado, documentação).

ADV: NASARIO DUARTE BENTO (OAB 25622/CE) - Processo 0020067-72.2019.8.06.0132 (apensado ao processo 0000209-89.2018.8.06.0132) - Petição Criminal - Homicídio Simples - AUTOR FATO: Bergson Antonio Miranda de Alencar - Vistos em conclusão. Trata-se de pedido de restituição de três aparelhos celulares apreendidos no âmbito do cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido em face de Bergson Miranda de Alencar no dia 11/07/2018. Após a juntada do laudo da análise dos aparelhos celulares (fls. 58/74), o Ministério Público opinou pela restituição, pedindo ainda que seja remetida a mídia ótica encaminhada pela PEFOCE à autoridade policial para análise do material extraído nos aparelhos telefônicos (fl. 79). Pois bem. Na forma dos artigos 118 e seguintes do CPP, é de se entender que se constitui pressuposto para o deferimento do pedido de restituição de coisa apreendida a inequívoca comprovação da propriedade do bem objeto e o desinteresse para o processo. No caso em comento, o próprio Ministério Público confirmou que a apreensão do bem não interessa mais ao processo, até porque já foi juntado aos autos laudo pericial da análise do aparelho. Ademais, os aparelhos telefônicos foram apreendidos em cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio do requerente, não havendo dúvidas acerca da propriedade. Assim, defiro o pedido de restituição a Bergson Miranda Alencar dos três aparelhos telefônicos apreendidos nos autos do Inquérito Policial nº 209-89.2018.8.06.0132, nos termos do requerido. Se for o caso, intime-se a Autoridade Policial para providenciar a restituição. Junte-se cópia da presente decisão nas investigações e, certificada a restituição, arquive-se os presentes autos, com baixa no sistema processual. Intime-se ainda a Autoridade Policial para encaminhar ao Ministério Público a mídia ótima encaminhada pela PEFOCE, nos termos do requerido pelo Promotor de Justiça à fl. 79. Intime-se o Ministério Público e o requerente. Expedientes necessários.

ADV: ALLAN XENOFONTE DE BRITO (OAB 16718/CE) - Processo 0022234-62.2019.8.06.0132 - Execução de Título

Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Vistos, etc. Defiro o pedido do exequente, pelo que suspendo o curso da presente execução pelo prazo de 120 dias. Expedientes Necessários. Publique-se e Intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCO HENRIQUE FIORELLI (OAB 42804/CE) - Processo 0050029-72.2021.8.06.0132 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Marcos Rodrigues - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Ante o exposto, e em consonância com o princípio da cooperação (art. 6º do NCPC) e da dinamização do ônus da prova, RESOLVO: Determinar à Seguradora ré a antecipação dos honorários periciais, que arbitro em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), mediante depósito judicial, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação da presente decisão; O pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimento por escrito ou em audiência, depois de prestados. O laudo simplificado deverá ser confeccionado na data da perícia, se realizado em local indicado pelo perito; Nomear perito deste juízo o médico THIAGO CALDAS LEAL (CRM nº 10498), assegurando-se às partes ou seus advogados a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderão ainda os litigantes indicarem assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação da presente decisão; Determino à secretaria deste juízo que realize o agendamento da perícia junto o perito (que deverá indicar dia, local e horário) e, após isso, intime-se pessoalmente a parte requerente para a perícia, informando o local e o horário e esclarecendo-o que ele deverá portar os documentos e exames médicos que tiver relacionados à patologia declinada na inicial, devendo ainda a secretaria intimar os advogados das partes da data e horário designada para a perícia. Deverá constar na correspondência encaminhada à parte autora para intimação da perícia a advertência de que sua ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo; Determinar à Seguradora ré que indique conta bancária para eventual estorno de honorários periciais em caso de não realização da prova técnica. Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos. Com a juntada do laudo pericial, intime-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, indicar as provas que pretende produzir. Expedientes necessários.

ADV: SAMUEL PESSOA GONÇALVES DE ARAUJO (OAB 32803/CE), ADV: ANGELA GEORGIA SILVA MATOS (OAB 23754/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: IURY JIM BARBOSA LOBO (OAB 33153/CE) - Processo 0050076-46.2021.8.06.0132 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cicera Lais Ferreira Diniz - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 09/02/2022 às 09:00h de forma virtual ou semipresencial, no caso impossibilidade técnica ou instrumental que justifiquem a presença da parte na sala de audiências, deverá a parte ou testemunha comparecer a sala de audiências da comarca de Nova Olinda, Rua Alvin Alves, S/N, Centro - CEP 63165-000, Fone: (88) 3546-1678, Nova Olinda-CE - E-mail: novaolinda@tjce.jus.Br, expeço este ato ordinatório para cumprimento dos expedientes de intimação audiência retro, a ser realizada por videoconferência, através da nova plataforma de videoconferência do TJCE: MICROSOFT TEAMS. Observação: Para a realização dos mandados de intimação, intimações no diário ou ofício, os expedientes deverão conter as seguintes orientações: O LINK-CONVITE e o QR-CODE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS : LINKhttps://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Yjc5MDhmNGMtNTVlNy00MzZmLTllZWQtNTlmYzc2MjU5MmNl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2219b147a0-6118-465c-8c17-236fdfb73256%22%7d Link reduzido (link alternativo) https://link.tjce.jus.br/df4e77 Qr CodePara realizar a leitura e extrair as informações de um QR Code pelo celular é muito simples. Basta abrir o aplicativo nativo da câmera, aquele que já vem instalado em seu celular, como se fosse tirar uma foto. Depois é só apontar a câmera do celular para o código e aguardar. PARTICIPAR COM CELULARPARTICIPAR COM COMPUTADOR 1. Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; 2. Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; 3. Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO 4. Preencher o espaço com seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação da Juíza para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções da Juíza. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. 8. A(s) parte(s) e as testemunhas deverão portar documento com foto no momento da audiência. 1. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; 2. Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; 3. Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO ou INGRESSAR AGORA; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação da Juíza para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo; 8. A(s) parte(s) e as testemunhas deverão portar documento com foto no momento da audiência. Ademais, os Oficiais de Justiça deverão informar as partes que qualquer dúvida ou informação que necessitem para acessar a sala de audiência virtual ou sobre a impossibilidade de comparecer à audiência devem ser direcionadas ao e-mail: novaolinda@tjce.jus.br ou no WhatsApp (88) 3546-1678, bem como deverão advertir as partes para que acessem a sala virtual com cerca de 10 minutos de antecedência para que não haja atrasos na realização do ato. Por fim, deverão coletar o contato telefônico ou endereço de e-mail das partes que forem intimadas.

ADV: SELUMIEL LEITE DE ALENCAR (OAB 29256/CE) - Processo 0050197-11.2020.8.06.0132 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Cícero Bernaldo da Silva - Vistos em conclusão, Intime-se a defesa do réu pronunciado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 05 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência, nos termos do art. 422, do Código de Processo Penal, sob pena de preclusão. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0050202-96.2021.8.06.0132 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Vistos em conclusão, Conforme determinado à fl. 161, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar manifestação. Expedientes necessários.

ADV: THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA (OAB 20787/CE), ADV: ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA (OAB 23502/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0050437-63.2021.8.06.0132 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Wellington Mendonça Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

- Ante o exposto, e em consonância com o princípio da cooperação (art. 6º do CPC) e da dinamização do ônus da prova, RESOLVO: Determinar à Seguradora ré a antecipação dos honorários periciais, que arbitro em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), mediante depósito judicial, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação da presente decisão; O pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimento por escrito ou em audiência, depois de prestados. O laudo simplificado deverá ser confeccionado na data da perícia, se realizado em local indicado pelo perito; Nomear perito deste juízo o médico THIAGO CALDAS LEAL (CRM nº 10498), assegurando-se às partes ou seus advogados a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderão ainda os litigantes indicarem assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação da presente decisão; Determino à secretaria deste juízo que realize o agendamento da perícia junto o perito (que deverá indicar dia, local e horário) e, após isso, intime-se pessoalmente a parte requerente para a perícia, informando o local e o horário e esclarecendo-o que ele deverá portar os documentos e exames médicos que tiver relacionados à patologia declinada na inicial, devendo ainda a secretaria intimar os advogados das partes da data e horário designada para a perícia. Deverá constar na correspondência encaminhada à parte autora para intimação da perícia a advertência de que sua ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo; Determinar à Seguradora ré que indique conta bancária para eventual estorno de honorários periciais em caso de não realização da prova técnica. Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos. Com a juntada do laudo pericial, intime-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, indicar as provas que pretende produzir. Corrija-se o fluxo do processo no sistema SAJ (processo de procedimento comum que está atualmente no fluxo do juizado especial cível).

ADV: ROOSWELT ALCANTARA ALENCAR (OAB 38746/CE), ADV: ANA MECIA RIBEIRO CRUZ (OAB 35312/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0050474-27.2020.8.06.0132 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Ocelia Feitosa de Souza Soares - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Ante o exposto, e em consonância com o princípio da cooperação (art. 6º do NCPC) e da dinamização do ônus da prova, RESOLVO: Determinar à Seguradora ré a antecipação dos honorários periciais, que arbitro em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), mediante depósito judicial, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação da presente decisão; O pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimento por escrito ou em audiência, depois de prestados. O laudo simplificado deverá ser confeccionado na data da perícia, se realizado em local indicado pelo perito; Nomear perito deste juízo o médico THIAGO CALDAS LEAL (CRM nº 10498), assegurando-se às partes ou seus advogados a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderão ainda os litigantes indicarem assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação da presente decisão; Determino à secretaria deste juízo que realize o agendamento da perícia junto o perito (que deverá indicar dia, local e horário) e, após isso, intime-se pessoalmente a parte requerente para a perícia, informando o local e o horário e esclarecendo-o que ele deverá portar os documentos e exames médicos que tiver relacionados à patologia declinada na inicial, devendo ainda a secretaria intimar os advogados das partes da data e horário designada para a perícia. Deverá constar na correspondência encaminhada à parte autora para intimação da perícia a advertência de que sua ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo; Determinar à Seguradora ré que indique conta bancária para eventual estorno de honorários periciais em caso de não realização da prova técnica. Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos. Com a juntada do laudo pericial, intime-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, indicar as provas que pretende produzir. Expedientes necessários.

ADV: ANDREA AGUIAR DA SILVA VIDAL (OAB 37297/CE) - Processo 0200033-87.2022.8.06.0132 - Auto de Prisão em Flagrante - Maus Tratos - AUTUADA: Maria do Nascimento de Melo - Vistos em conclusão, Autoridade encarregada da Unidade Policial do Município do Crato/CE informou a este Juízo a prisão em flagrante de Maria do Nascimento de Melo, efetuada no dia 25/01/2022, por volta das 10:52h, pela suposta prática do crime previsto no artigo 32, “caput”, §1º-A e §2º da Lei 9.605/1998. Constata-se do referido auto que a agressora foi presa em estado de flagrância, tendo sido ouvidos condutor, testemunhas e a autuada, na sequência legal, estando o instrumento assinado pelos depoentes. Ademais, consta no auto de prisão em flagrante comprovante da comunicação da prisão a pessoa indicada pela flagranteada (fl. 21), além da comunicação a este juízo, Ministério Público e à Advogada da Autuado, que inclusive já apresentaram manifestação pela concessão de liberdade provisória. Dessa forma, constato que a prisão ocorreu legalmente, nos termos do art. 302, inciso II, do CPP, não existindo, por conseguinte, nulidade que venha a macular a peça. Com o advento da Lei nº. 13964/2019, o art. 310 do CPP, passou a ter nova redação, exigindo que a decisão do Magistrado no tocante ao APF seja proferida logo em decorrência da realização de audiência de custódia, vejamos: Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) I - relaxar a prisão ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011). II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011). III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011). Contudo, em razão da atual crise sanitária vivenciada, decorrente da proliferação pandêmica da doença COVID-19 e das dificuldades de realização de audiência de custódia e ainda diante da ausência de pedido de prisão preventiva pelo Ministério Público, passo à análise da possibilidade de concessão de liberdade antes da audiência de custódia, que deverá ser realizada após a liberação da autuada. Portanto, diante da prisão em flagrante, é necessário verificar a presença dos requisitos para decretação da custódia preventiva. No caso em análise, o Ministério Público, enquanto titular da ação penal, não apresentou pedido de prisão preventiva, requerendo a concessão de liberdade provisória à autuada, com aplicação de medidas cautelares. Assim, sem prévio requerimento, não cabe a decretação da prisão preventiva de ofício, conforme se depreende do art. 311, do Código de Processo Penal, com redação alterada pelo chamado Pacote Anticrime, que estabelece que “Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial”. Como visto, as alterações trazidas pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Pacote Anticrime), impedem que a prisão efetuada em situação flagrancial seja convertida em segregação preventiva, sem que

haja expresso requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial). Nesse sentido, destaco ainda os seguintes precedentes: STJ. PENAL E PROCESSUAL PENAL.HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DA AUTORIDADE POLICIAL E/OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE. NOVO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. LEI N. 13.964/2019 ? PACOTE ANTICRIME. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO, COM EXTENSÃO DO BENEFÍCIO AOS CORRÉUS. 1. O entendimento predominante nesta Corte Superior era no sentido da possibilidade da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, sem a necessidade de provocação do Ministério Público ou da Autoridade Policial (v.g. RHC 115.202/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 26/11/2019 e HC 538.649/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 28/11/2019). 2. A inovação trazida pelo denominado Pacote Anticrime, na forma da Lei n. 13.964/2019, que entrou em vigor em 24/1/2020, alterou substancialmente a disciplina relativa à prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal ? CPP, o afastando de suas raízes inquisitivas, aproximando-o, dessa forma, de um sistema acusatório, já previsto em nossa Constituição Federal ? CF. 3. Com a introdução do art. 3º-A ao Estatuto Processual Penal e a supressão do termo “de ofício” que constava do art. 282, §§ 2º e 4º, bem como do art. 311, ambos do CPP, restou vedada a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo Juiz, devendo haver, portanto, prévia provocação do Ministério Público, da autoridade policial ou, quando for o caso, do querelante ou do assistente do MP, ainda que nos casos de conversão do flagrante, como no caso dos autos. Em recente julgado, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento, por ocasião do julgamento do RHC 131.263/GO, de relatoria do eminente Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 15/4/2021, alinhando-se à jurisprudência sufragada pela Suprema Corte. 4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para, confirmando a liminar anteriormente deferida, declarar a nulidade da conversão da prisão em flagrante em preventiva, sem prejuízo da possibilidade da decretação de nova prisão preventiva, ou de aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, desde que observada a imposição legal prevista no art. 311 do CPP, estendendo-se os efeitos aos corréus, na forma do art. 580 do CPP.0 (HC 652.773/SE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 24/06/2021) Assim, ausente representação ou pedido, não cabe a custódia cautelar. Lembro, no entanto, que o caso dos autos envolve crime de grande reprovabilidade, posto que praticado com suposta prática de violência e crueldade imotivada contra animais, levando-os inclusive à óbito, havendo necessidade de aplicação das medidas cautelares requeridas pelo Ministério Público, que terão o objetivo de desistimular a repetição de maus-tratos contra animais e assegurar o andamento regular das investigações e de eventual ação penal. Registre-se que testemunhas ouvidas em sede policial relataram que os maus-tratos que retiraram a vida dos filhotes foram praticados de forma temerária, tendo uma das testemunhas trazido informação inclusive de práticas de maus-tratos anteriores, o que reforça a necessidade de aplicação das cautelares para desistimular a prática de novos fatos semelhantes, que inclusive poderão levar a decretação da prisão preventiva, nos termos do artigo 282, §4º do Código de Processo Penal. Ex positis, levando em consideração a natureza do delito imputado ao representado, concedo a LIBERDADE PROVISÓRIA, impondo a MARIA DO NASCIMENTO DE MELO as seguintes medidas cautelares: I - Prestação de fiança no valor de 01 (um) salário-mínimo; II - Comparecimento mensal em juízo, até quinto dia útil de cada mês para informar e justificar as atividades; III - Manter o endereço atualizado. IV - não praticar novos crimes ou contravenções, no curso da investigação e de eventual ação penal vindoura. De antemão, advirto a flagranteada que o descumprimento das medidas cautelares acima, inclusive a prática de atos de maus-tratos contra animais, poderá implicar na decretação de sua prisão preventiva, com fundamento no artigo 284, §4º do Código de Processo Penal. Comprovada a prestação da fiança, expeça-se alvará de soltura, que deverá conter todas as condições acima fixadas. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: JORGE EMICLES PINHEIRO PAES BARRETO (OAB 11730/CE) - Processo 0200022-58.2022.8.06.0132 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rafael Ribeiro de Oliveira - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , intime-se a parte autora para ciência da contestação e documentação apresentada.

COMARCA DE NOVA RUSSAS - 1ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAELA BENEVIDES CARACAS PEQUENO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOSINEIRE CAMELO GOMES MARTINS DE CARVALHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0006/2022

ADV: FRANCISCO ALÍSIO PRAXEDES DA SILVA (OAB 34000/CE) - Processo 0000345-83.2018.8.06.0133 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: A.E.G.S. - Intime-se advogado do réu para no prazo de 05 (cinco) dias apresentaçao de memorias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0009904-98.2017.8.06.0133 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RÉU: Associação Atlética Banco do Brasil - Aabb - Banco do Brasil S/A - Intime-se o patrono do banco do brasil, peticionante de fls. 254/255, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar a procuração. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos ao arquivo.

ADV: ATHILA BEZERRA DA SILVA (OAB 38071/CE), ADV: ROGER ALEXANDRE VERAS (OAB 41920/CE) - Processo 0010197-29.2021.8.06.0133 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Antonia Lúcia Martins de Sousa - Intime-se a parte demandada para ciência do rol de fls. 88

ADV: FRANCISCO CARLOS DE SOUSA (OAB 27845B/CE) - Processo 0018234-50.2018.8.06.0133 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - AUTOR FATO: Cesar Augusto de Sousa Bandeira - Intimação para tomar ciência da Audiência de Instrução e Julgamento, marcada para o dia 31 DE MAIO DE 2022, ÀS 08:30 HORAS, a ser realizada por videoconferência da Sala de Audiência Virtual da 1ª Vara desta Comarca, através da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual, deve-se acessar o link: https://teams.Microsoft.com/l/meetup-join/19%3a5_HsdP_5oU9HOmFzZBfx7LVLNv0Z

TCUsBOiIFxkIdUY1%40thread.tacv2/16292 95526669?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c %22Oid%22%3a%226efb5df2-e91e-48cc-ab9f-39121fb85bd3%22%7d.

ADV: RAUL DE SOUZA MARTINS (OAB 29863/CE) - Processo 0050702-96.2020.8.06.0133 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTUADO: Liduina Leonel da Silva - Intimação para fins de ciência da Audiência de Instrução e Julgamento, marcada para o dia 29 DE MARÇO DE 2022, ÀS 09:30 HORAS, a ser realizada por videoconferência da Sala de Audiência Virtual da 1ª Vara desta Comarca, através da plataforma Microsoft Teams. Para ingressar na sala virtual, deve-se acessar o link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3a5_HsdP_5oU9HOmFzZBfx7LVLNv0Z TCUsBOiIFxkIdUY1%40thread.tacv2/1629295526669?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b 320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%226efb5df2-e91 e-48cc-ab9f-39121fb85bd3%22%7d.

ADV: MONIQUE MENDES DE MELO CARVALHO (OAB 32927/CE), ADV: VICTOR CARLOS MADEIRO (OAB 32928/CE), ADV: FRANCISCA PRISCILLA RODRIGUES FELIPE (OAB 22885/CE) - Processo 0051240-43.2021.8.06.0133 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: A.C.C.O. - REQUERIDO: A.P.O. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, resolvendo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para ratificar as medidas protetivas anteriormente decretadas (fls. 21/25), prorrogando o prazo por mais (seis) meses, a contar desta sentença. Ciência ao Ministério Público e às partes. Sem custas e honorários advocatícios. Após o decurso do prazo de seis meses, voltem-me conclusos. Publique-se, Registre-se e intimem-se.

ADV: FRANCISCA PRISCILLA RODRIGUES FELIPE (OAB 22885/CE), ADV: MONIQUE MENDES DE MELO CARVALHO (OAB 32927/CE), ADV: VICTOR CARLOS MADEIRO (OAB 32928/CE) - Processo 0051240-43.2021.8.06.0133 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: A.C.C.O. - REQUERIDO: A.P.O. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, resolvendo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para ratificar as medidas protetivas anteriormente decretadas (fls. 21/25), prorrogando o prazo por mais (seis) meses, a contar desta sentença. Ciência ao Ministério Público e às partes.

ADV: TALES LEVI SANTANA DE MORAIS (OAB 41842/CE) - Processo 0090298-24.2019.8.06.0133 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Railandia de Sousa Pereira - Francisca Sabrina de Sousa Almeida - Francisca Tamires Brito Rodrigues Ribeiro - Francisco Alexandre Salgueiro de Carvalho - Intime-se a parte exequente, via DJ, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 224, no tocante ao réu Marcos Vinicius.

ADV: TALES LEVI SANTANA DE MORAIS (OAB 41842/CE) - Processo 0090304-31.2019.8.06.0133 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael Sousa de Andrade - Raquel de Albuquerque de Araujo - Roana Dias de Sousa - Samantha Karys Rodrigues de Carvalho - REQUERIDO: EMPRESA MANA EVENTOS e outros - Intime-se a parte exequente, via DJ, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 201, no tocante ao réu Marcos Vinicius.

COMARCA DE NOVA RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ EDUARDO VIANA PEQUENO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ADRIANO FERREIRA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2022

ADV: ORLANDO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 6324/CE) - Processo 0009878-37.2016.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Faculdade Ratio e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo a intimação da parte requerida acerca da parte final do despacho de fl. 295: Após, intime-se a parte ré, por DJE, para, no prazo de 5 dias, também esclarecer se pretende produzir outras provas, justificando sua necessidade, sob pena de preclusão.

ADV: CAMILA BORGES MADEIRO (OAB 28848/CE) - Processo 0009966-75.2016.8.06.0133 - Monitória - Pagamento - REQUERIDO: Julieta Braga Pinto e outros - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Nos termos do art. 523 do NCPC, intime-se a parte executada, por seu advogado, para que efetue o adimplemento integral do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cumprimento forçado e aplicação de multa de 10% e honorários advocatícios de 10% previstos no art. 523, §1º do NCPC. Ressalto que, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se novo prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação ao cumprimento de sentença, nos termos do art. 525 do NCPC. Expedientes necessários. Advogados(s): Camila Borges Madeiro (OAB 28848/CE)

ADV: FRANCISCO DIEGO DE AQUINO ALVES (OAB 43703/CE) - Processo 0010331-56.2021.8.06.0133 (apensado ao processo 0006719-57.2014.8.06.0133) - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MOIZES RODRIGUES NETO - ANTONIA ELIANE ROSA RODRIGUES - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Cuida-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO COM TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada por MOIZES RODRIGUES NETO e ANTONIA ELIANE ROSA RODRIGUES, em desfavor do ESPÓLIO DE ANTENOR GOMES DA SILVEIRA e ANESIA MARTINS DA SILVEIRA, representado pela inventariante ANA EDNA MARTINS DA SILVEIRA. Antes da audiência de conciliação e da apresentação de contestação, a parte autora manifestou-se à fl. 25 pela desistência da demanda. Pois bem. Havendo expresso desinteresse pela referida autora no prosseguimento do feito e, tendo a desistência ocorrido antes do oferecimento de contestação (art. 485, §4º do CPC), o mesmo deve ser extinto. Assim sendo, homologo, por sentença, a desistência em apreço e JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, ex vi o disposto no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Publique-se, registre-se. Intime-se a parte autora por DJE. Empós o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos. Advogados(s): Francisco Diego de Aquino Alves (OAB 43703/CE)

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050164-81.2021.8.06.0133 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - INDEFIRO os pedidos de aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça e de multa por má fé pugnados nos itens “a” e “b” de fl. 219, por entender que não estão presentes os requisitos para aplicação dos referidos institutos. Contudo, DEFIRO a titulo de complementação os valores referentes à multa de 10% e a honorários advocatícios sucumbenciais sobre o valor da presente execução (R$ 4.283,26), diante

do não pagamento tempestivo pelo promovido. Intime-se a parte ré para pagar o valor relativo à complementação de execução no prazo de 5 dias, sob pena de penhora via SISBAJUD. Expedientes por DJE.

ADV: ANTONIO PADUA DO NASCIMENTO (OAB 7820/CE), ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA SOUZA (OAB 41802/CE) - Processo 0050189-94.2021.8.06.0133 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Levantamento - REQUERENTE: Lucimar Araújo Oliveira de Carvalho - EXECUTADO: Francisco de Barros Moura - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Dessa forma, tendo em vista que a inércia do exequente caracteriza nítido abandono da causa, EXTINGO o presente processo, sem resolução de mérito, com esteio no artigo 485, II e III, do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo do ajuizamento de novo cumprimento de sentença de prestação alimentícia. Custas pela parte autora suspensa, pelo deferimento da Justiça Gratuita. Publique-se, registre-se. Intimem-se as partes por DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, ARQUIVEM-SE os presentes autos. Advogados(s): Antonio Padua do Nascimento (OAB 7820/CE), Francisco das Chagas Pereira Souza (OAB 41802/CE)

ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE) - Processo 0050288-64.2021.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Prescrição e Decadência - REQUERIDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR NORTE LESTE - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Nos termos do art. 523 do NCPC, intime-se a parte executada, por seu advogado, para que efetue o adimplemento integral do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cumprimento forçado e aplicação de multa de 10% e honorários advocatícios de 10% previstos no art. 523, §1º do NCPC. Ressalto que, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se novo prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação ao cumprimento de sentença, nos termos do art. 525 do NCPC. Advogados(s): Romulo Marcel Souto dos Santos (OAB 16498/CE)

ADV: VERANILCE XIMENES DE MENDONÇA (OAB 111171RJ) - Processo 0050482-64.2021.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria Nazareth da Conceição - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo a intimação da parte autora acerca da parte final do despacho de fl. 109: Decorrido o prazo, ou manifestado o desinteresse, intime-se a parte autora para que arrole as testemunhas que pretende ouvir e designe-se audiência de instrução.

ADV: ROGER ALEXANDRE VERAS (OAB 41920/CE) - Processo 0050898-32.2021.8.06.0133 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Elane Lima Carvalho - Maria Heloisa Carvalho da Rosa - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Diante dos comprovantes de pagamento acostados pelo executado, intime-se a parte autora para no prazo de 5 dias esclarecer se a dívida foi devidamente quitada, devendo em caso negativo, requerer o que for de direito. Advogados(s): Roger Alexandre Veras (OAB 41920/CE)

ADV: KILVIA MARIA RODRIGUES (OAB 20103/CE) - Processo 0050987-55.2021.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Mendes da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo a intimação da parte recorrida para, caso queira, apresentar contrarrazões ao recurso de fls. 187/200, no prazo legal.

ADV: RAUL DE SOUZA MARTINS (OAB 2734-AAP) - Processo 0050997-02.2021.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Venancio de Paiva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo a intimação da parte recorrida para, caso queira, apresentar contrarrazões ao recurso de fls. 104/119, no prazo legal.

ADV: MARCOS ANTONIO DE CARVALHO LIMA (OAB 39704/CE) - Processo 0051008-31.2021.8.06.0133 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Francisco Antonio de Sousa Martins - REQUERIDO: Jose Braz Lima - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Ao compulsar os presentes autos, nota-se que através da manifestação de fls. 19/20, foi possível às partes chegarem a um acordo, motivo pelo qual estas requerem que o acordo seja homologado por sentença, e por via de consequência, que o presente feito seja extinto com resolução do mérito. Com essas considerações, e, ainda, restando vislumbrado os poderes investidos aos patronos legalmente constituídos pelas partes para transigirem, HOMOLOGO com esteio na regra do art.487, III, b, do NCPC, o acordo celebrado em todos os termos ali esboçados, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes pelo DJE. Após, não havendo novos requerimentos, ARQUIVE-SE. Advogados(s): Marcos Antonio de Carvalho Lima (OAB 39704/CE)

ADV: CICERO GONÇALVES MATOS (OAB 35743/DF), ADV: NATHÁLIA SARAIVA NOGUEIRA (OAB 38008/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE), ADV: EVA CECÍLIA LOPES DIAS (OAB 35455/CE), ADV: JOSE JACKSON NUNES AGOSTINHO (OAB 8253/CE) - Processo 0051048-13.2021.8.06.0133 (apensado ao processo 0000839-70.2003.8.06.0133) - Embargos de Terceiro Cível - Bem de Família - EMBARGANTE: Francisco de Assis da Silva Camelo Matos - EMBARGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Intimem-se as partes para, no prazo de 5 dias, esclarecerem se têm outras provas a produzir. Expedientes por DJE. Advogados(s): Cicero Gonçalves Matos (OAB 35743/DF), Eva Cecília Lopes Dias (OAB 35455/CE), Jose Inacio Rosa Barreira (OAB 8151/CE), Jose Jackson Nunes Agostinho (OAB 8253/CE), Nathália Saraiva Nogueira (OAB 38008/CE)

ADV: FRANCISCA PRISCILLA RODRIGUES FELIPE (OAB 22885/CE), ADV: ROBERTO MAGALHAES FARIAS (OAB 9127/CE) - Processo 0051051-65.2021.8.06.0133 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.P.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo a intimação da parte requerida acerca da parte final do despacho de fl. 82: Após, intime-se a parte ré, por DJE, para, no prazo de 5 dias, também esclarecer se pretende produzir outras provas, justificando sua necessidade, sob pena de preclusão.

ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 31493/CE), ADV: PAULO FERNANDO DOS REIS PETRAROLI (OAB 256755/SP) - Processo 0051126-07.2021.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência Sa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, procedo a intimação da parte requerida acerca da parte final do despacho de fl. 135: Após, intime-se a parte ré, por DJE, para, no prazo de 5 dias, também esclarecer se pretende produzir outras provas, justificando sua necessidade, sob pena de preclusão.

ADV: ANTONIO PADUA DO NASCIMENTO (OAB 7820/CE) - Processo 0090221-15.2019.8.06.0133 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antonia de Maria Costa - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Diante do retorno da carta de citação de fl. 138, dê-se vista à inventariante para, no prazo de 10 dias, fornecer o correto endereço da herdeira ANTONIA MARTINS DE MELO. Advogados(s): Antonio Padua do Nascimento (OAB 7820/CE)

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0200050-23.2022.8.06.0133 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperforte Coop Econ Cred Mutuo Func Inst Fin Pub Fed Ltda - Relação: 0016/2022 Teor do ato: Intime-se a parte autora para recolher as custas da ação, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento Advogados(s): David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)

ADV: MARCOS ANTONIO DE CARVALHO LIMA (OAB 39704/CE) - Processo 0200058-97.2022.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Frederico Heberth Carvalho de Santana - Isso posto, DEFIRO a tutela antecipada de urgência requerida, conforme dispõe o art. 273 do CPC, para o fim de determinar: I) Que a promovida, no prazo de 48 horas, contados da citação/intimação desta decisão, restitua ao autor o perfil invadido, através do e-mail criado para tal fim, informado à fl. 11 dos autos (item 1 dos pedidos: frederiana2274@gmail.com), sob pena de multa pecuniária diária de R$ 500,00 (quinhentos mil reais), em caso de descumprimento, limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais). II) que a promovida, no prazo máximo de 15 dias contados da intimação desta decisão, forneça todas as informações relativas aos registros de conexão (IP, data, hora, timezone, porta lógica de origem, telefones e eventuais endereços vinculados à conta @fredcsantana que hoje alterada pelos hackers está como fredcsantanaaaa no período compreendido desde a data de 22 /01/2022 (no dia do hackeamento até o recebimento da decisão judicial), sob pena de multa pecuniária diária de R$ 500,00 (quinhentos mil reais), em caso de descumprimento, limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais). CITE-SE a parte requerida para, querendo, apresentar contestação, e intimem-se ambas as partes desta decisão, sendo a parte autora pelo DJE e a parte ré por Carta com AR. Por fim, tendo em vista o não recolhimento de custas judiciais do processo, determino a intimação da parte autora para recolhê-las no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

COMARCA DE OCARA - VARA UNICA VINCULADA DE OCARA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OCARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2022

ADV: RAIMUNDA YLA PEREIRA DE ARAUJO (OAB 4580/CE) - Processo 0000021-77.2018.8.06.0203 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Josiel da Silva Almeida e outro - 3. DO DISPOSITIVO: Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na Denúncia e, em consequência: A) RECONHEÇO a prescrição da pretensão punitiva em relação aos crimes previstos no art. 180, § 3º, do CP e art. 309 do CTB em relação ao acusado FRANCISCO BEZERRA DA SILVA. B) RECONHEÇO a prescrição da pretensão punitiva em relação ao crime previsto no art. 309 do CTB em relação ao acusado JOSIEL DA SILVA ALMEIDA. C) CONDENO o acusado JOSIEL DA SILVA ALMEIDA pela prática do crime previsto no art. 180 do Código Penal. D) CONDENO o acusado FRANCISCO BEZERRA DA SILVA pela prática do crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro. Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena dos acusados individualmente, obedecendo-se ao sistema trifásico do art. 68, CP. 3.1. DO CONDENADO JOSIEL DA SILVA ALMEIDA Primeiramente devem ser observadas as circunstâncias judiciais referidas no art. 59 do CP: com relação à culpabilidade, normal à espécie, nada tendo a ser valorado; no que concerne aos antecedentes, não existem nos autos informações acerca da existência de maus antecedentes. Em relação à personalidade do agente e conduta social não existem elementos desabonadores; Quanto ao motivo do crime, não foram apuradas circunstâncias relevantes; Quanto as circunstâncias do crime relatadas nos autos, nada tendo a ser valorado; consequências do delito são normais à espécie, uma vez que a consumação se perfaz apenas com o perigo abstrato do tipo penal em que o acusado incorreu; Acerca do comportamento da vítima, ressalte-se que a vítima, in casu, é o Estado. Com tais considerações, respeitados os critérios de necessidade e suficiência, para prevenção, geral e especial, e reprovação da conduta, segundo as diretrizes do artigo 68 e 59 do Código Penal, observando-se, ainda, a determinação contida no art. 60, do CP, para a fixação da pena de multa,cumulativamente cominada ao delito, fixo a pena-base em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Ausentes agravantes e atenuantes, fica a pena intermediária 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, a qual torno definitiva, à míngua de causas de diminuição e de aumento de pena. Atento, ainda, a situação financeira do Réu, estipulo o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, por dia, a ser recolhido ao Fundo Penitenciário, na forma e no prazo estabelecidos nos artigos 49 e 50, ambos do Código Penal. 3.1.1. DO REGIME INICIAL Em virtude da quantidade de pena aplicada e da primariedade do réu, com fulcro no artigo 33, § 2º, alínea c, do Código Penal, deve a reprimenda ser cumprida inicialmente em REGIME ABERTO. 3.1.2. Da substituição da pena O artigo 44, incisos I, II e III, do Código Penal, preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem a pena privativa de liberdade quando esta não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, sendo a infração dolosa, ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (b) o réu não for reincidente em crime doloso e (c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. No caso, o réu não é reincidente e as circunstâncias judiciais são favoráveis, de modo que a pena alternativa atenderá com maior fidelidade ao escopo da sanção penal, destacadamente seus fins de prevenção geral e especial em comparação com a pena privativa de liberdade no patamar em que foi estabelecida e sob as condições de cumprimento a que estaria sujeito. Assim, preenchidos os requisitos do art. 44 do CP e almejando aplicar medida socialmente recomendável e suficiente para a reprovação do ilícito perpetrado (princípio da suficiência), substituo a pena privativa de liberdade imposta ao acusado pela seguinte pena restritiva de direitos: prestação de serviços à comunidade, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser informado pelo Juízo da Execução. 3.1.3. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA Incabível o SURSIS, uma vez aplicada a substituição da pena nos termos do artigo 77, III do Código Penal. 3.2. DO CONDENADO FRANCISCO BEZERRA DA SILVA Quanto às circunstâncias judiciais do art. 59 do CP: Quanto à culpabilidade, ressoa normal à espécie, nada tendo a se valorar. No que concerne aos antecedentes do Acusado, este não é possuidor de maus antecedentes, não podendo ser utilizados para este fim os inquéritos policiais ou as ações penais em andamento. Não consta dos autos qualquer elemento caracterizador acerca da conduta social do réu; no que concerne à personalidade, também não há elementos nos autos para assim analisá-la; Nada a valorar também quanto ao motivo do crime. Quanto ás circunstâncias do crime não se vislumbram aspectos relevantes a merecerem valoração; as consequências do crime foram normais à espécie, não merecendo valoração negativa. O comportamento da vítima em nada facilitou a ação do agente. Com tais considerações, respeitados os critérios de necessidade e suficiência, para prevenção, geral e especial, e reprovação da conduta, segundo as diretrizes do artigo 68 e 59 do Código Penal, fixo a pena-base em 06 meses de detenção, proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 02 meses e 10 dias-multa. Reconheço a atenuante da confissão bem como a agravante

da reincidência ante a condenação nos autos nº 0006149-28.2010.8.06.0128 com execução de pena de nº 0002636-37.2019.8.06.0128 (conforme extrato de fls. 108/109), e adotando-se o entendimento do STJ acerca da compensação entre as referidas agravante e atenuante, mantenho a pena intermediária em 06 meses de detenção, proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 02 meses e 10 dias-multa. Ausentes causas de diminuição e de aumento de pena, fixo a pena definitiva em 06 meses de detenção, proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 02 meses e 10 dias-multa. 3.2.1. REGIME INICIAL Assim, considerando a reincidência e as demais circunstâncias judiciais favoráveis, o regime inicial de cumprimento é o SEMIABERTO, nos termos do art. 33, § 2.º, letra "b", do Código Penal e da súmula nº 269 do STJ. 3.2.2. Da substituição da pena Não satisfeitos os requisitos da substituição prevista no art. 44 do Código Penal, haja vista a reincidência, deixo de aplicá-la. 3.2.3. Da Suspensão condicional da pena Não é caso, também, de concessão de suspensão condicional da pena, uma vez que ausentes os requisitos do art. 77 do Código Penal (réu é reincidente em crime doloso). 4 DISPOSIÇÕES GERAIS Concedo aos réus o direito de recorrer em liberdade (art. 387, § 1º, do CPP), tendo em vista a pena aplicada nesta sentença; a fixação do regime inicial diverso do fechado para o início do cumprimento da pena e a ausência dos requisitos ensejadores da custódia cautelar (art. 312 do CPP) no tocante aos acusados. Deixo de fixar valor mínimo a título de reparação de danos resultantes da infração penal diante da ausência de pedido e de contraditório (artigo 387, IV, do CPP). Condeno os réus ao pagamento das custas (art. 804 do CPP), estando sua exigibilidade suspensa na forma do art. 98, § 3º, do CPC c/c o art. 5º, IV, da Lei Estadual de Despesas Processuais (Lei nº 16.132/16) ante o estado de pobreza evidenciado nos autos. Considerando a inexistência de Defensoria Pública nesta comarca, o que levou este Juízo a nomear defensor dativo para assegurar o direito de defesa do réu, bem como o disposto no art. 22, § 1º, da Lei 8.906/94 e o firme entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Ceará (súmula nº 49 do TJCE) e do STJ (AgRg no REsp 1404360/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013), segundo o qual a sentença que fixa honorários, em processo no qual atuou defensor dativo, na ausência de Defensoria Pública, constitui título executivo judicial, sendo de responsabilidade do Estado o pagamento da verba honorária, arbitro honorários advocatícios no valor de R$ 3.750,00 em favor da Dra. Raimunda Yla Pereira de Araújo (OAB/CE 4.580), a serem pagos pelo Estado do Ceará, considerando a natureza e a quantidade dos atos processuais praticados. 5. PROVIDÊNCIAS FINAIS Com o trânsito em julgado da presente decisão: a) Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; b) Comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral (em cumprimento ao disposto pelo artigo 72, §2º, do Código Eleitoral), comunicando a condenação, para cumprimento do disposto pelo artigo 15, III, da Constituição Federal; c) Expeça-se guia de execução definitiva; d) Intime-se o réu para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda ao pagamento da pena de multa a que foi condenado, devendo a Secretaria, previamente, providenciar a liquidação de tais valores. Não havendo pagamento, deverá a Secretaria certificar nos autos e abrir vistas ao Ministério Público, para que o órgão ministerial promova a execução da pena de multa, no prazo de 90 (noventa) dias, a teor do entendimento firmado pelo STF na ADI 3150/DF e na AP 470/MG. Havendo inércia do Ministério Público quanto ao início da execução, comunique-se a inadimplência à Procuradoria-Geral do Estado, informando o valor do débito atualizado, para inscrição em dívida ativa; e) Comunique-se ao DETRAN/CE a proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, observando-se o art. 201, § 2º do CPP.

ADV: JEFFERSON CARVALHO PEREIRA (OAB 29859/CE) - Processo 0000023-81.2017.8.06.0203 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Gerlane Lima Teofilo e outro - Isso posto, determino a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0000026-70.2016.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Nonato Amorim Farias - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Tendo em vista a certidão de trânsito em julgado emitida pelo TJCE (fl. 535), confira-se essa movimentação ao processo. Após, intimem-se ambas as partes, por seus advogados, para se manifestarem sobre o retorno dos autos e requererem o que for cabível no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Decorrido tal prazo sem requerimentos, arquive-se o feito com as movimentações e baixas de estilo sem prejuízo de ulterior desarquivamento a pedido das partes.

ADV: FABIO FRASATO CAIRES (OAB 29282A/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0000034-47.2016.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Onelia de Sousa Araujo - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - À guisa das considerações expedidas, acolho na íntegra o acordo formulado entre as partes (págs. 170/171), homologando-o, e com isso julgo EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no disposto do art. 487, inciso III, aliena b, do Código de Processo Civil. Sem custas remanescentes, na forma do art. 90, §3º, do Código de Processo Civil. Expedidas as intimações eletrônicas dos advogados, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se. Expedientes Necessários.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 141458-A/CE) - Processo 0000077-81.2016.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Lindete da Silva - Tendo em vista que os embargos de declaração opostos pelo recorrente almejam efeitos infringentes modificativos da decisão embargada , intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (OAB 7469/RN), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0000205-43.2012.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Edival Nonato da Silva - REQUERIDO: Bcs Seguros S/A e outro - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, extinguindo o feito na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a parte demandada ao pagamento do montante de R$ 3.375,00 à parte autora, acrescido de correção monetária pelo INPC desde a data do sinistro (súmula nº 43 do STJ) e juros de 1% ao mês desde a citação (súmula nº 426 do STJ e REsp 546.392/SP).

ADV: MARIA ROCHELLY FERREIRA DOS SANTOS AMORIM (OAB 31663/CE) - Processo 0000221-94.2012.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE OCARA - Desse modo, diante de suposta coisa julgada material, à luz do que prevê o art. 5º, XXXVI, da CF/88, art. 10 do CPC, bem como o princípio da segurança jurídica, determino a intimação das partes para que estas se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o trânsito em julgado da ação trabalhista de nº 11800.64.2008.5.07.0021, além de que se esta demanda promovida possui as mesmas partes, causa de pedir e pedido. Empós, remetam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: OLINTHO OLIVEIRA LOPES (OAB 24088/CE) - Processo 0000237-72.2017.8.06.0203 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: JOÃO CLEMENTE SOBRINHO - Isso posto, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, extinguindo o feito na forma do art. 487, I, do CPC, para decretar a interdição de Maria Eliezita Clemente, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil nos termos dos arts. 4º, III, e 1.767, I, do CC e nomeio-lhe como curador o requerente João Clemente Sobrinho, que deverá representá-la na prática dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 do EPD) e, no tocante aos demais atos da vida civil, deverá simplesmente acompanhá-la e orientá-la sem, contudo, restringir ou suprimir sua vontade (art. 85, §1º, do EPD), destacando-se que não

poderá alienar ou onerar bens eventualmente pertencentes ao interdito, sem autorização judicial.

ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 37246A/CE) - Processo 0000270-62.2017.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cleiton Charles Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consorcios do Deguro Dpvt S.a - Isso posto, diante da satisfação integral da obrigação, determino a extinção do presente feito nos termos do artigo 924, II, do CPC. Expeça(m)-se o(s) alvará(s) pertinente(s) na forma como solicitado na petição de fls. retro. observando-se o disposto na Portaria nº 557/2020 do TJCE.

ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 141458-A/CE) - Processo 0000390-08.2017.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Noe Soares Bezerra - REQUERIDO: Banco Bmg S.a - Nos termos do art. 1.010 do CPC, intimem-se os recorridos para contra-arrazoar no prazo legal de 15 (quinze) dias. Após, remeta-se o feito ao TJCE independentemente de juízo de admissibilidade nos moldes do art. 1.010, § 3º, do CPC.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0000416-06.2017.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimunda Inez Souza Silva - REQUERIDO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL - Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0000430-87.2017.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO AMORIM FARIAS - REQUERIDO: BV Financeira S.A, - Isso posto, nego provimento aos embargos aclaratórios e mantenho a decisão embargada em todos os seus termos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, observado o disposto no art. 1.026 do CPC, segundo o qual os embargos declaratórios interrompem o prazo recursal. Considerando que não houve alteração na decisão embargada e que já foi interposto recurso de apelação e suas correspondentes contrarrazões, decorrido o prazo legal, remeta-se o feito ao TJCE.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA) - Processo 0000485-38.2017.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Nos termos do art. 1.010 do CPC, intime-se o recorrido para contra-arrazoar no prazo legal de 15 (quinze) dias. Após, remeta-se o feito ao TJCE independentemente de juízo de admissibilidade nos moldes do art. 1.010, § 3º, do CPC.

ADV: REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 24315A/CE) - Processo 0000487-08.2017.8.06.0203 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Intime-se o requerido, por meio do advogado habilitado para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob advertência de que, caso não ocorra o pagamento voluntário dentro do prazo, o montante será acrescido de multa de 10% (dez por cento), além de honorários advocatícios no mesmo percentual, nos termos do art. 523, §1º do CPC. Por fim, ressalte-se que, transcorrido o prazo supracitado para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado apresente, nos próprio autos, sua impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação, nos termos do art. 525 do CPC.

ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA (OAB 17879/PE) - Processo 0000532-85.2012.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e ApreensãoFUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG BRASIL MULTICARTEIRA - Considerando que não houve citação da parte requerida, defiro o pedido de retificação do polo ativo da ação nos termos como requerido às págs. 81. Regularize a Secretaria junto ao SAJ. Após, intime-se o requerente, por seu advogado constituído, para que cumpra despacho de págs. 78 no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito. Expedientes necessários.

ADV: FÁBIO FRASATO CAIRES (OAB 124809/SP), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0000543-41.2017.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisca Vauniza da Silva - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Isso posto, homologo o acordo firmado entre as partes na aludida petição para que se produzam os efeitos jurídicos pertinentes, extinguindo o feito nos termos do art. 487, III, b do CPC.

ADV: RAIMUNDA YLA PEREIRA DE ARAUJO (OAB 4580/CE) - Processo 0000601-78.2016.8.06.0203 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: MESSIAS DA SILVA RIBEIRO - 3. DISPOSITIVO Ante as razões explanadas, JULGO PROCEDENTE Denúncia e CONDENO o acusado MESSIAS DA SILVA RIBEIRO pela prática dos crimes previstos nos arts. 180, caput, e art. 311, ambos do Código Penal na forma do art. 69 do Código Penal. 4. APLICAÇÃO DA PENA Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68 do CP. 4.1. Dosimetria do crime do art. 180, caput, do CP Circunstâncias judiciais (art. 59 do CP) Ao analisar as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal, verifica-se que o réu agiu com culpabilidade normal à espécie, razão pela qual nada há para ser valorado; é possuidor de bons antecedentes, porquanto a certidão acostada aos autos (fls. 106) não aponta condenação penal transitada em julgado; não há elementos adequados e suficientes para aferição da personalidade e da conduta social do agente em seu desfavor; o motivo do delito é comum ao tipo; as circunstâncias do crime são comuns ao tipo; as consequências são inerentes ao próprio tipo penal, nada tendo a ser valorado; o comportamento da vítima não influenciou a prática do delito. À vista dessas circunstâncias, FIXO a pena-base em 01 (um) ano de reclusão e multa no valor de 10 (dez) dias-multa. Circunstâncias legais (arts. 61 e 66 do CP) Não há circunstâncias agravantes e atenuantes. Causas de aumento e diminuição Não há causas de diminuição nem de aumento de pena. Pena definitiva Torno em definitivo quanto a este crime, assim, a pena fixada em 01 (um) ano de reclusão e multa no valor de 10 (dez) dias-multa. Valor da multa Ante a ausência de informações robustas sobre a capacidade econômica do réu, fixo o valor de cada dia-multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto no art. 60 do Código Penal. 4.1.2 Dosimetria do crime do art. 311 do CP Circunstâncias judiciais (art. 59 do CP) Ao analisar as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal, verifica-se que o réu agiu com culpabilidade normal à espécie, razão pela qual nada há para ser valorado; é possuidor de bons antecedentes, porquanto a certidão acostada aos autos não aponta condenação penal transitada em julgado; não há elementos adequados e suficientes para aferição da personalidade e da conduta social do agente em seu desfavor; o motivo do delito é comum ao tipo; as circunstâncias do crime são comuns ao tipo; as consequências são inerentes ao próprio tipo penal, nada tendo a ser valorado; o comportamento da vítima não influenciou a prática do delito. À vista dessas circunstâncias, FIXO a pena-base em 3 (três) anos de reclusão e multa no valor de 10 (dez) dias-multa. Circunstâncias legais (arts. 61 e 66 do CP) Não há circunstâncias agravantes e agravantes. Causas de aumento e diminuição Não há causas de diminuição nem de aumento de pena. Pena definitiva Torno em definitivo quanto a este crime, assim, a pena fixada em 3 (três) anos de reclusão e multa no valor de 10 (dez) dias-multa. Valor da multa Ante a ausência de informações robustas sobre a capacidade econômica do réu, fixo o valor de cada dia-multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto no art. 60 do Código Penal. 4.1.3. Do concurso de crimes Considerando que o agente, mediante ações diferentes, praticou delitos diversos, incide a regra de aplicação cumulativa das penas privativas de liberdade, prevista no artigo 69 do Código Penal, cuja soma se procede da seguinte forma: Do crime do art. 180, caput, do CP:

01 (um) ano de reclusão e multa no valor de 10 (dez) dias-multa. Do crime do art. 311, caput, do CP: 3 (três) anos de reclusão e multa no valor de 10 (dez) dias-multa. Pena total: 04 (quatro) anos de reclusão e 20 (vinte) dias-multa. 4.1.4 Do regime inicial de cumprimento Considerando a quantidade de pena aplicada e tendo em vista que as circunstâncias dos crimes são favoráveis, com fulcro no artigo 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal, deve a reprimenda ser cumprida inicialmente em REGIME ABERTO, conforme se ilustra abaixo: 4.1.5 Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos O artigo 44, incisos I, II e III, do Código Penal, preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem a pena privativa de liberdade quando esta não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, sendo a infração dolosa, ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (b) o réu não for reincidente em crime doloso e (c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. No caso, o réu não é reincidente e as circunstâncias judiciais são favoráveis, de modo que a pena alternativa atenderá com maior fidelidade ao escopo da sanção penal, destacadamente seus fins de prevenção geral e especial em comparação com a pena privativa de liberdade no patamar em que foi estabelecida e sob as condições de cumprimento a que estaria sujeito. Assim, preenchidos os requisitos do art. 44 do CP e almejando aplicar medida socialmente recomendável e suficiente para a reprovação do ilícito perpetrado (princípio da suficiência), substituo a pena privativa de liberdade imposta ao réu pelas penas restritivas de direitos de (1) prestação pecuniária de 01 (um) salário mínimo em favor de instituição social a ser definida pelo Juízo da Execução e de (2) prestação de serviços à comunidade à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser informado pelo Juízo da Execução (art. 46 do CP). 4.1.6. Da suspensão condicional da pena (sursis) Incabível o SURSIS, uma vez aplicada a substituição da pena nos termos do artigo 77, III do Código Penal. 5. DISPOSIÇÕES GERAIS Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade (art. 387, § 1º, do CPP), tendo em vista a pena aplicada nesta sentença e a fixação do regime aberto para o início do cumprimento da pena. Deixo de fixar valor mínimo a título de reparação de danos resultantes da infração penal diante da ausência de pedido e de contraditório (artigo 387, IV, do CPP). Condeno o réu ao pagamento das custas processuais (art. 804 do Código de Processo Penal), estando sua exigibilidade suspensa na forma do art. 98, § 3º, do CPC, haja vista a gratuidade que se defere. Considerando a inexistência de Defensoria Pública nesta comarca, o que levou este Juízo a nomear defensor dativo para assegurar o direito de defesa do réu, bem como o disposto no art. 22, § 1º, da Lei 8.906/94 e o firme entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Ceará (súmula nº 49 do TJCE) e do STJ (AgRg no REsp 1404360/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013), segundo o qual a sentença que fixa honorários, em processo no qual atuou defensor dativo, na ausência de Defensoria Pública, constitui título executivo judicial, sendo de responsabilidade do Estado o pagamento da verba honorária, arbitro honorários advocatícios no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) em favor do Dra. Raimunda Yla Pereira de Araújo (OAB/CE 4.580), a serem pagos pelo Estado do Ceará, considerando a natureza e a quantidade dos atos processuais praticados. 6. PROVIDÊNCIAS FINAIS Com o trânsito em julgado da presente decisão: a) Lance-se o nome dos condenados no rol dos culpados; b) Comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral (em cumprimento ao disposto pelo artigo 72, §2º, do Código Eleitoral), comunicando a condenação, para cumprimento do disposto pelo artigo 15, III, da Constituição Federal; c) Expeça-se guia de execução definitiva; d) Intime-se o réu para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda ao pagamento da pena de multa a que foi condenado, devendo a Secretaria, previamente, providenciar a liquidação de tais valores. Não havendo pagamento, deverá a Secretaria certificar nos autos e abrir vistas ao Ministério Público, para que o órgão ministerial promova a execução da pena de multa, no prazo de 90 (noventa) dias, a teor do entendimento firmado pelo STF na ADI 3150/DF e na AP 470/MG. Havendo inércia do Ministério Público quanto ao início da execução, comunique-se a inadimplência à Procuradoria-Geral do Estado, informando o valor do débito atualizado, para inscrição em dívida ativa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, observando-se o art. 201, § 2º, do CPP. Cumpra-se. Após, com as cautelas de lei, arquivem-se. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0000608-36.2017.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: AGUSTINHA EGIDIO ALVES - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Após, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 05 (cinco) dias e requererem o que entenderem cabível, sob pena de arquivamento dos autos sem prejuízo de posterior desarquivamento a requerimento. Decorrido o aludido prazo sem manifestação, arquive-se o feito com as baixas devidas.

ADV: THALYS ANDERSON MALTA BITAR (OAB 16893/CE) - Processo 0000694-07.2017.8.06.0203 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Gildasio Almeida Silva - 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o PEDIDO formulado na denúncia e, em consequência, ABSOLVO o(a) ré(u) Gildasio Almeida Silva, já devidamente qualificado(a), com fundamento no art. artigo 386, III, do Código de Processo Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0000705-41.2014.8.06.0203 - Cautelar Inominada - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Otilia Cirilo da Silva - Isso posto, HOMOLOGO a desistência manifestada pela parte autora e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

ADV: ALLEX ATILLA COSTA DE OLIVEIRA (OAB 35788/CE) - Processo 0000831-18.2019.8.06.0203 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: ANTONIA ELIZIANA GOMES DA COSTA - Isso posto, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na exordial, resolvendo o mérito nos moldes do art. 487, I, do CPC, para deferir à requerente alvará judicial autorizando o levantamento dos valores trabalhistas a que fazia jus o falecido em face do Município de Ocara, bem como seus consectários legais, consoante discriminação de fls. 62/63.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0000854-32.2017.8.06.0203 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.M.S. - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão de fls. 106, informando o endereço atualizado da parte requerida, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

ADV: RAIMUNDA YLA PEREIRA DE ARAUJO (OAB 4580/CE) - Processo 0000870-15.2019.8.06.0203 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.M.S. - Isso posto, JULGO PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial para decretar o divórcio das partes, de modo a dissolver o casamento, na forma do art. 1.571, § 1º, do Código Civil e do art. 226, § 6º, da CRFB/88, extinguindo o processo nos termos do art. 487, I, do CPC.

ADV: BRUNA DE ARAUJO JACO (OAB 22459-C/CE) - Processo 0000901-40.2016.8.06.0203 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: Francilene da Silva Pinheiro e outro - Isso posto, determino a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, c/c o art. 771, parágrafo único, do CPC.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0000927-33.2019.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERIDO: P.E.A. - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar o réu ao pagamento de alimentos

ao autor no valor de 15% (quinze por cento) do salário mínimo vigente, retroagindo os valores devidos desde a citação (art. 13, § 2º, da Lei de Alimentos), os quais deverão ser corrigidos pelo INPC e juros legais de 1% ao mês, vedadas a compensação e a repetibilidade na forma da súmula nº 621 do STJ.

ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE) - Processo 0000953-31.2019.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: MISSILENE RODRIGUES LIMA - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito nos moldes do art. 487, I, do CPC, para condenar o demandado a pagar à parte autora (1) o valor correspondente ao 13º salário e às férias, incluindo o adicional de um terço, referente ao período trabalhado objeto da ação, respeitando-se o período prescricional de 05 (cinco) anos contado retroativamente a partir da data de ajuizamento da demanda (Decreto nº 20.910/32) e eventuais valores já pagos a esse título; (2) o montante atinente aos depósitos pertinentes do FGTS em relação ao mencionado período e (3) a indenização correspondente à remuneração que receberia durante o período de estabilidade provisória gestacional a que fazia jus, isto é, até 05 (cinco) meses após o parto, sendo os valores corrigidos pelo IPCA-E desde a data em que os pagamentos deveriam ter sido feitos e acrescidos de juros de mora no percentual estabelecido para a remuneração da caderneta de poupança desde a citação nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (Tema nº 905 do STJ).

ADV: MARIA ROCHELLY FERREIRA DOS SANTOS AMORIM (OAB 31663/CE) - Processo 0000976-45.2017.8.06.0203 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.M.C.S. e outros - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão de pág. 94, informando o endereço ou o contato atualizado para intimação do executado, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0001050-31.2019.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: FRANCISCA VERACI LOPES DE SOUZA - Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente réplica à contestação nos termos dos artigos 350 e 351 do Código de Processo Civil. Após, por razões de ordem logística e operacional, visando os princípios da eficiência procedimental e da razoável duração do processo (arts. 4º e 8º do CPC), oficie-se à Secretaria de Assistência Social do Município ou ao CREAS para realização de estudo social no prazo de 30 (trinta) dias e à Secretaria de Saúde do Município, solicitando a indicação de médico da especialidade adequada que possa realizar perícia no autor, no prazo de 30 (trinta) dias, o qual fica desde já nomeado. Em seguida, intimem-se as partes para tomar ciência do perito nomeado e, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre eventual impedimento ou suspeição do perito nos moldes do art. 465, § 1º, do CPC, podendo indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos para a perícia.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0001054-68.2019.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para se manifestar sobre a petição de fls. 119, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0001090-13.2019.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.A.S. - Isso posto, determino a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0001237-39.2019.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Manoel da Silva Neto - Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente réplica à contestação nos termos dos artigos 350 e 351 do Código de Processo Civil. Após, deve a Secretaria, por ato ordinatório, intimar as partes para especificar justificadamente as provas que pretendem produzir no prazo de 05 (cinco) dias, discriminando os fatos que almejam comprovar com cada meio probatório requerido e explicando sua pertinência e utilidade para a elucidação da questão controversa na forma do art. 370, parágrafo único, do CPC, devendo, em caso de produção de prova oral, apresentar o correspondente rol de testemunhas no mesmo prazo, tudo sob pena de preclusão. Advirtam-se as partes de que, em caso de inércia ou de requerimento probatório não fundamentado ou genérico, o feito será julgado no estado em que se encontra na forma do art. 355, I, do CPC.

ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE) - Processo 0001282-10.2000.8.06.0203 - Inventário e arrolamento - Inventário e Partilha - AUTORA: Hilda Francisca de Carvalho - Isso posto, homologo a desistência da ação, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.

ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0001306-71.2019.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: JOÃO FERREIRA FREIRES - REQUERIDO: BANCO PAN S/A - 3. Dispositivo. Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil para: A) DECLARAR NULO e consequentemente inexigível o débito relativo ao contrato nº 308950948-7, suspendendo os descontos no benefício previdenciário da parte autora, caso ainda persistam; B) CONDENAR o requerido a devolver à autora o valor das parcelas descontadas, acrescidos de juros de 1% ao mês, a contar do dia em que cada desconto foi efetuado (art. 398, do Código Civil e súmula 54, do STJ) e correção monetária da mesma data (Súmula n.º 43, do STJ), com base no INPC, sendo a restituição na forma simples em relação à quantia descontada até a publicação do acórdão do STJ no julgamento do EREsp 1.413.542, EAREsp 676.608, EAREsp 664.888 e EAREsp 600.663 (30/03/2021) e em dobro quanto a eventuais descontos posteriores; C) CONDENAR o réu a pagar a autora, como compensação pelo dano moral, a quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais), com correção monetária a fluir a partir da data do arbitramento (súmula n.º 362 do STJ) sob o índice INPC-E e juros moratórios a incidirem a partir do evento danoso, com índice de 1% (um por cento) ao mês (art. 398 do CC e Súmula n.º 54 do STJ); Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (sucumbência mínima), estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes por seus advogados. Com o trânsito em julgado, havendo custas processuais pendentes, intime-se o sucumbente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao seu pagamento, devendo a Secretaria, previamente, providenciar a liquidação de tais valores. Não havendo pagamento no prazo acima estabelecido, deverá a Secretaria providenciar o encaminhamento do débito atualizado à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, para a devida inscrição em dívida ativa e regular cobrança, conforme determinado nos arts. 399 e seguintes do Provimento nº 02/2021 da CGJCE.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE) - Processo 0001325-77.2019.8.06.0203 (apensado ao processo 0001326-62.2019.8.06.0203) - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: MARIA ANGELITA DA SILVA - REQUERIDO: BANCO BV FINANCEIRA S.A CREDITO FIN. E INV. - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito nos moldes do art. 487, I, do CPC, para (1) declarar a nulidade do negócio objeto da demanda e determinar seu consequente cancelamento com o fim dos descontos correspondentes; (2) condenar o requerido a devolver ao autor o valor das parcelas descontadas, acrescido de juros de 1% ao mês, a contar do dia em que cada desconto foi efetuado

(art. 398 do Código Civil e súmula 54 do STJ) e correção monetária pelo INPC a partir da mesma data (Súmula nº 43 do STJ), sendo a restituição na forma simples; (3) condenar o réu ao pagamento de danos morais à parte autora no valor de R$ 1.250,00, corrigido monetariamente pelo INPC a partir do arbitramento e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso (primeiro desconto) na forma das súmulas nº 54 e 362 do STJ. Concedo a tutela provisória pleiteada para que o INSS, no prazo de 05 (cinco) dias, promova a suspensão dos descontos atinentes ao negócio objeto desta ação. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação nos moldes do art. 85, § 2º, do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE) - Processo 0001326-62.2019.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: MARIA ANGELITA DA SILVA - REQUERIDO: BANCO BV FINANCEIRA S.A CREDITO FIN. E INV. - Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

ADV: JOSE BRASILINO DE FREITAS (OAB 6015/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 5207/CE) - Processo 0001459-71.2000.8.06.0203 - Reparação de danos - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco de Assis Rocha Filho - REQUERIDO: COCA-COLA INDUSTRIAS LTDA - C.b. Distribuidora de Bebidas Ltda e outro - Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, extinguindo-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

ADV: AECIO AGUIAR DA PONTE (OAB 5284/CE) - Processo 0002770-97.2000.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: MARIA CELIA FEITOSA DA COSTA e outros - Após, intimem-se as partes para tomar ciência do retorno dos autos e requerer o que entenderem cabível no prazo comum de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos sem prejuízo de posterior desarquivamento a requerimento. Decorrido o aludido prazo sem manifestação, arquive-se o feito com as baixas devidas.

ADV: HARRISON LIMA DE OLIVEIRA (OAB 10132/AM) - Processo 0010039-55.2021.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: F.J.V.P. - Isso posto, determino a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: ZACARIAS ANTONIO OLIVEIRA PINTO (OAB 10395/CE) - Processo 0010226-97.2020.8.06.0203 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: FRANCISCO VENÍCIUS ALVES DA SILVA - Isso posto, com amparo nos arts. 413 e 414 do CPP, pronuncio o acusado FRANCISCO VENÍCIUS ALVES DA SILVA nas sanções do artigo 121, § 2º, I e III, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, referente ao fato aqui tratado contra a vítima Ronaldo de Paula Nunes, submetendo-o a julgamento pelo Tribunal do Júri. Em obediência ao disposto no art. 413, § 3º, do CPP, passo à análise da necessidade de decretação da prisão cautelar do pronunciado. Compulsando os autos, verifica-se que o acusado se encontra solto, tendo respondido ao processo em liberdade, além de que não se verifica o periculum libertatis previsto no art. 312 do CPP, razão pela qual não se mostra cabível a decretação de sua prisão preventiva ou de medidas cautelares pessoais diversas sem prejuízo de posterior reanálise em caso de mudança no quadro fático ou probatório. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Intime-se o pronunciado pessoalmente. Demais intimações necessárias. Preclusa esta decisão, abra-se vista às partes, inicialmente ao Ministério Público, seguindo-se à defesa, para manifestarem-se no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entenderem pertinente nos moldes do art. 422 do Código de Processo Penal. Expedientes necessários.

ADV: LAURA LIMA PASSOS (OAB 25044/CE) - Processo 0010396-40.2018.8.06.0203 - Ação de Exigir Contas - Dano ao Erário - REQUERIDO: Leonildo Peixoto Farias - Isso posto, determino a extinção do processo sem resolução de mérito nos moldes do art. 485, V, do CPC.

ADV: BRUNA DE ARAUJO JACO (OAB 22459/CE) - Processo 0010752-35.2018.8.06.0203 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.N.A.F. - Tendo em vista a informação constante na certidão de fls. 50, intime-se a parte exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se o executado adimpliu a obrigação alimentar objeto da demanda.

ADV: BRUNA DE ARAUJO JACO (OAB 22459/CE) - Processo 0010753-20.2018.8.06.0203 - Execução de Alimentos - Levantamento - EXEQUENTE: M.A.G. - Considerando a certidão de fl. 69 e o lapso decorrido, intime-se a parte exequente, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, informar se a parte executada adimpliu sua obrigação e, em caso negativo, apresentar o cálculo atualizado do débito, sendo advertida de que sua inércia poderá ensejar a extinção do processo.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0010877-03.2018.8.06.0203 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.G.S. - Isso posto, homologo a desistência da ação, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.

ADV: RAIMUNDA YLA PEREIRA DE ARAUJO (OAB 4580/CE) - Processo 0010925-59.2018.8.06.0203 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento - REQUERENTE: Francisca Lima Pinho - Considerando informação da existência de filhas do falecido (págs. 09), intime-se a requerente para que junte declaração de anuência das filhas para a liberação da quantia em seu nome no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAIMUNDA YLA PEREIRA DE ARAUJO (OAB 4580/CE) - Processo 0010958-49.2018.8.06.0203 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: DEVID DA SILVA BENTO - 3. DISPOSITIVO Isso posto, julgo PROCEDENTE a pretensão ministerial para condenar o réu DEVID DA SILVA BENTO pela prática da conduta tipificada no art. 33, caput, da Lei n° 11.343/2006. 4. APLICAÇÃO DA PENA 4.1. Dosimetria do crime do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena considerando as circunstâncias judiciais dos art. 59 do CP c/c art. 42 da Lei nº 11.343 e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68 do CP. Circunstâncias judiciais (arts. 59 do Código Penal e 42 da Lei de Drogas) Ao analisar as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal e no art. 42 da Lei de Drogas, observa-se que a ré agiu com culpabilidade normal à espécie, razão pela qual nada há para ser valorado; é possuidora de bons antecedentes; não há nos autos elementos suficientes à aferição da personalidade da agente, razão pela qual deixo de valorá-la; a conduta social também não há como ser avaliada por ausência de informações; os motivos não podem ser sopesados desfavoravelmente; as circunstâncias do crime não ensejam aumento de pena; as consequências são inerentes ao próprio tipo penal, nada tendo a ser valorado; o comportamento da vítima não se pode valorar na espécie. Em relação à natureza e à quantidade da droga, verifica-se que a natureza do entorpecente apreendido enseja maior reprovação ante sua diversidade e potencialidade lesiva (crack e maconha), contudo tal circunstância será valorada apenas na terceira fase a fim de se evitar o bis in idem. À vista dessas circunstâncias, FIXO a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e multa no valor de 500 (quinhentos) dias-multa. Circunstâncias legais (arts. 61 e 66 do CP) Não há circunstâncias agravantes nem atenuantes. Causas de aumento e diminuição Não há causas aumento da pena. Incide a causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, no patamar de 1/2, conforme acima exposto, razão pela qual diminuo a pena para 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa. Pena definitiva Assim sendo, fica estabelecida a pena definitiva em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa. Valor da multa Por oportuno, cada dia-multa equivalerá a um trigésimo do salário-mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto no art. 60 do Código Penal, haja vista a inexistência de

dados sólidos quanto à situação financeira do réu. 4.2. Do regime inicial de cumprimento Considerando a quantidade de pena aplicada, a não reincidência do réu e as circunstâncias judiciais, com fulcro no artigo 33, § 2º, alínea c, do Código Penal, deve a reprimenda ser cumprida inicialmente em REGIME ABERTO. 4.3. Da substituição da pena privativa de liberdade e sursis O artigo 44, incisos I, II e III, do Código Penal, preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem a pena privativa de liberdade quando esta não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, sendo a infração dolosa, ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (b) o réu não for reincidente em crime doloso e (c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. No caso, o réu não é reincidente e as circunstâncias judiciais são favoráveis, de modo que a pena alternativa atender com maior fidelidade ao escopo da sanção penal, destacadamente seus fins de prevenção geral e especial em comparação com a pena privativa de liberdade no patamar em que foi estabelecida e sob as condições de cumprimento a que estaria sujeito. Assim, preenchidos os requisitos do art. 44 do CP e almejando aplicar medida socialmente recomendável e suficiente para a reprovação do ilícito perpetrado (princípio da suficiência), substituo a pena privativa de liberdade imposta ao acusado por duas penas restritivas de direitos: a) prestação de serviços à comunidade, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser informado pelo Juízo da Execução e b) limitação de fim de semana. 4.4. Da Suspensão condicional da pena: Incabível o SURSIS, uma vez aplicada a substituição da pena nos termos do artigo 77, III do Código Penal. 5. DISPOSIÇÕES GERAIS Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade (art. 387, § 1º, do CPP), tendo em vista a pena aplicada nesta sentença, a fixação do regime aberto para o início do cumprimento da pena e a ausência dos requisitos ensejadores da custódia cautelar do art. 312 do CPP. Deixo de fixar valor mínimo a título de reparação de danos resultantes da infração penal diante da ausência de pedido e de contraditório (artigo 387, IV, do CPP). Condeno a ré ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP), estando sua exigibilidade suspensa na forma do art. 98, § 3º, do CPC c/c o art. 5º, IV, da Lei Estadual de Despesas Processuais (Lei nº 16.132/16) ante o estado de pobreza evidenciado nos autos. 6. PROVIDÊNCIAS FINAIS Com o trânsito em julgado da presente decisão: a) Lance-se o nome da condenada no rol dos culpados; b) Comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral (em cumprimento ao disposto pelo artigo 72, §2º, do Código Eleitoral), comunicando a condenação, para cumprimento do disposto pelo artigo 15, III, da Constituição Federal; c) Expeça-se guia de execução definitiva. d) intime-se o condenado para pagamento da multa fixada no prazo de 10 (dez) dias (art. 50 do CP). Não havendo pagamento da pena de multa no prazo estabelecido, deverá a Secretaria certificar nos autos e remeter ao Ministério Público para as providências necessárias, a teor do entendimento firmado pelo STF na ADI 3150/DF e na AP 470/MG; g) oficie-se à SENAD, para fins do disposto no art. 63, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, observado o disposto no artigo 392 do CPP.

ADV: HUDSON JOSE RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0050006-10.2021.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Inanceira Sa Cfi - Isso posto, dou provimento aos embargos aclaratórios para sanar a contradição apontada e retificar a decisão embargada, de modo a afastar a extinção do feito por ora e a determinar a intimação da parte autora, pessoalmente por via eletrônica (art. 5º, § 6º, da Lei nº 11.419/06) e por advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar a localização do veículo objeto da ação ou requerer o que entender cabível, inclusive eventual conversão do feito em execução, sob pena de extinção do feito.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0050014-84.2021.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar sobre o AR constante às págs. 67, devendo informar o endereço atualizado do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

ADV: SUELLEN NATASHA PINHEIRO CORREA (OAB 22554/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050049-78.2020.8.06.0203 (apensado ao processo 0050057-55.2020.8.06.0203) - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Aurineide de Castro e Silva - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil para:

ADV: MIGUEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB 29768/CE) - Processo 0050061-58.2021.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Comercial Brasil Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda - REQUERIDO: Antônio Barros de Souza Neto e outro - Isso posto, em juízo de retratação parcial, retifico a sentença recorrida apenas para determinar o cancelamento da distribuição do feito e para afastar a condenação do autor ao pagamento das custas processuais nos moldes do art. 290 do CPC. Mantenho o restante da sentença recorrida por seus próprios fundamentos. Citem-se e intimem-se os recorridos para tomar ciência da demanda e para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, remeta-se o feito ao TJCE.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 27567A/CE) - Processo 0050068-50.2021.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Isso posto, homologo o acordo firmado pelas partes na aludida petição para que se produzam os efeitos jurídicos pertinentes, extinguindo o feito nos termos do art. 487, III, b do CPC.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0050075-42.2021.8.06.0203 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: S.O.S. - Isso posto, homologo a desistência da ação, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0050085-86.2021.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Isso posto, indefiro a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução de mérito nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c os arts. 330, IV, e 485, I, do CPC.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0050094-48.2021.8.06.0203 (apensado ao processo 0050171-91.2020.8.06.0203) - Execução Extrajudicial de Alimentos - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Franci Eduardo Rabelo - Isso posto, indefiro a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução de mérito nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c os arts. 330, IV; 485, I; 513 e 801 do CPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0050168-39.2020.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - Considerando a petição de fls. retro, em que se aponta o atual endereço do bem objeto da ação, defiro o requerimento do autor para que se expeça novo mandado de busca e apreensão do veículo em questão, contudo fica a diligência condicionada ao recolhimento das custas do oficial de justiça nos termos do regramento pertinente do TJCE. Intime-se a parte demandante para recolher as custas de diligência do Oficial de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. Recolhidas as custas, expeça-se o aludido mandado de busca e apreensão com o endereço indicado no requerimento de fls. retro. Frustrada a diligência, intime-se o requerente, pessoalmente (via portal eletrônico) e por advogado, para manifestar-se e apresentar o endereço atualizado do réu ou do bem ou ainda requerer o que entender cabível no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de

extinção do feito.

ADV: MARIA ROCHELLY FERREIRA DOS SANTOS AMORIM (OAB 31663/CE) - Processo 0050238-22.2021.8.06.0203 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.A.R.S. e outro - Isso posto, homologo o acordo celebrado entre os requerentes na inicial para que produza os efeitos jurídicos pertinentes, decretando o divórcio dos cônjuges, de modo a dissolver o casamento na forma do § 1.º do art. 1.571 do Código Civil e do § 6.º do art. 226 da CRFB/88, extinguindo-se o feito nos moldes do art. 487, III, b, do CPC. Com o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente para que se promovam as necessárias anotações no registro civil de casamento dos requerentes, ressaltando-se que todos os atos relativos ao cumprimento da presente são gratuitos, haja vista a gratuidade judiciária. Conforme fl. 02, o cônjuge virago continuará a usar o nome de Maria Aurileide dos Reis Sousa, uma vez que não o modificou por ocasião do casamento. Em caso de matrimônio celebrado sob jurisdição diversa dentro do Estado, proceda-se nos termos do art. 214, § 2º, do Código Notarial e Registral do Ceará (Provimento nº 08/2014 CGJ/CE). Sem custas, haja vista a gratuidade deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Tendo em vista a ausência de interesse recursal, o trânsito em julgado deve ser imediato, razão pela qual, após as diligências devidas, arquivem-se os autos.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0050244-29.2021.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Isso posto, homologo a desistência manifestada pela parte autora, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.

ADV: OLINTHO OLIVEIRA LOPES (OAB 24088/CE) - Processo 0050295-74.2020.8.06.0203 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: V.O.S. - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da exordial, resolvendo o mérito nos moldes do art. 487, I, do CPC, para deferir a Verenice Oliveira Souza, alvará judicial autorizando o levantamento do valor de R$ 1.698,12 (um mil, seiscentos e noventa e oito reais e doze centavos) com juros e/ou correção monetária, ante a Prefeitura Municipal de Ocara/CE, deixado em nome de Vilani Oliveira de Sousa, RG Nº. 1.007897-86.

ADV: DANGER PEREIRA DE ARAUJO (OAB 28601/CE) - Processo 0050323-42.2020.8.06.0203 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Levantamento - EXEQUENTE: MARIA ROSELIA DA SILVA - Considerando o lapso decorrido, a certidão de fl. 24 e o ofício de fls. retro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se tem interesse no seguimento do feito, devendo em caso positivo, apresentar o endereço atualizado do executado e informar o valor atualizado do débito pendente, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Decorrido o aludido prazo in albis, intime-se o autor pessoalmente para manifestar interesse no seguimento do feito, devendo, em caso positivo, cumprir a referida determinação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo. Transcorridos os citados prazos sem manifestação, abra-se vista dos autos ao Ministério Público.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OCARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2022

Processo 0000021-77.2018.8.06.0203 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Josiel da Silva Almeida e outro - 3. DO DISPOSITIVO: Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na Denúncia e, em consequência: A) RECONHEÇO a prescrição da pretensão punitiva em relação aos crimes previstos no art. 180, § 3º, do CP e art. 309 do CTB em relação ao acusado FRANCISCO BEZERRA DA SILVA. B) RECONHEÇO a prescrição da pretensão punitiva em relação ao crime previsto no art. 309 do CTB em relação ao acusado JOSIEL DA SILVA ALMEIDA. C) CONDENO o acusado JOSIEL DA SILVA ALMEIDA pela prática do crime previsto no art. 180 do Código Penal. D) CONDENO o acusado FRANCISCO BEZERRA DA SILVA pela prática do crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro. Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena dos acusados individualmente, obedecendo-se ao sistema trifásico do art. 68, CP. 3.1. DO CONDENADO JOSIEL DA SILVA ALMEIDA Primeiramente devem ser observadas as circunstâncias judiciais referidas no art. 59 do CP: com relação à culpabilidade, normal à espécie, nada tendo a ser valorado; no que concerne aos antecedentes, não existem nos autos informações acerca da existência de maus antecedentes. Em relação à personalidade do agente e conduta social não existem elementos desabonadores; Quanto ao motivo do crime, não foram apuradas circunstâncias relevantes; Quanto as circunstâncias do crime relatadas nos autos, nada tendo a ser valorado; consequências do delito são normais à espécie, uma vez que a consumação se perfaz apenas com o perigo abstrato do tipo penal em que o acusado incorreu; Acerca do comportamento da vítima, ressalte-se que a vítima, in casu, é o Estado. Com tais considerações, respeitados os critérios de necessidade e suficiência, para prevenção, geral e especial, e reprovação da conduta, segundo as diretrizes do artigo 68 e 59 do Código Penal, observando-se, ainda, a determinação contida no art. 60, do CP, para a fixação da pena de multa,cumulativamente cominada ao delito, fixo a pena-base em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Ausentes agravantes e atenuantes, fica a pena intermediária 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, a qual torno definitiva, à míngua de causas de diminuição e de aumento de pena. Atento, ainda, a situação financeira do Réu, estipulo o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, por dia, a ser recolhido ao Fundo Penitenciário, na forma e no prazo estabelecidos nos artigos 49 e 50, ambos do Código Penal. 3.1.1. DO REGIME INICIAL Em virtude da quantidade de pena aplicada e da primariedade do réu, com fulcro no artigo 33, § 2º, alínea c, do Código Penal, deve a reprimenda ser cumprida inicialmente em REGIME ABERTO. 3.1.2. Da substituição da pena O artigo 44, incisos I, II e III, do Código Penal, preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem a pena privativa de liberdade quando esta não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, sendo a infração dolosa, ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (b) o réu não for reincidente em crime doloso e (c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. No caso, o réu não é reincidente e as circunstâncias judiciais são favoráveis, de modo que a pena alternativa atenderá com maior fidelidade ao escopo da sanção penal, destacadamente seus fins de prevenção geral e especial em comparação com a pena privativa de liberdade no patamar em que foi estabelecida e sob as condições de cumprimento a que estaria sujeito. Assim, preenchidos os requisitos do art. 44 do CP e almejando aplicar medida socialmente recomendável e suficiente para a reprovação do ilícito perpetrado (princípio da suficiência), substituo a pena privativa de liberdade imposta ao acusado pela seguinte pena restritiva de direitos: prestação de serviços à comunidade, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser informado pelo Juízo da Execução. 3.1.3. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA Incabível o SURSIS, uma vez aplicada a substituição da pena nos termos do artigo 77, III do Código Penal. 3.2. DO CONDENADO FRANCISCO BEZERRA DA SILVA Quanto às circunstâncias judiciais do art. 59 do CP: Quanto à culpabilidade, ressoa normal à espécie, nada tendo a se valorar. No que concerne aos antecedentes do Acusado, este não é possuidor de maus antecedentes, não podendo ser utilizados para este fim os inquéritos policiais ou as ações penais em

andamento. Não consta dos autos qualquer elemento caracterizador acerca da conduta social do réu; no que concerne à personalidade, também não há elementos nos autos para assim analisá-la; Nada a valorar também quanto ao motivo do crime. Quanto ás circunstâncias do crime não se vislumbram aspectos relevantes a merecerem valoração; as consequências do crime foram normais à espécie, não merecendo valoração negativa. O comportamento da vítima em nada facilitou a ação do agente. Com tais considerações, respeitados os critérios de necessidade e suficiência, para prevenção, geral e especial, e reprovação da conduta, segundo as diretrizes do artigo 68 e 59 do Código Penal, fixo a pena-base em 06 meses de detenção, proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 02 meses e 10 dias-multa. Reconheço a atenuante da confissão bem como a agravante da reincidência ante a condenação nos autos nº 0006149-28.2010.8.06.0128 com execução de pena de nº 0002636-37.2019.8.06.0128 (conforme extrato de fls. 108/109), e adotando-se o entendimento do STJ acerca da compensação entre as referidas agravante e atenuante, mantenho a pena intermediária em 06 meses de detenção, proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 02 meses e 10 dias-multa. Ausentes causas de diminuição e de aumento de pena, fixo a pena definitiva em 06 meses de detenção, proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 02 meses e 10 dias-multa. 3.2.1. REGIME INICIAL Assim, considerando a reincidência e as demais circunstâncias judiciais favoráveis, o regime inicial de cumprimento é o SEMIABERTO, nos termos do art. 33, § 2.º, letra “b”, do Código Penal e da súmula nº 269 do STJ. 3.2.2. Da substituição da pena Não satisfeitos os requisitos da substituição prevista no art. 44 do Código Penal, haja vista a reincidência, deixo de aplicá-la. 3.2.3. Da Suspensão condicional da pena Não é caso, também, de concessão de suspensão condicional da pena, uma vez que ausentes os requisitos do art. 77 do Código Penal (réu é reincidente em crime doloso). 4 DISPOSIÇÕES GERAIS Concedo aos réus o direito de recorrer em liberdade (art. 387, § 1º, do CPP), tendo em vista a pena aplicada nesta sentença; a fixação do regime inicial diverso do fechado para o início do cumprimento da pena e a ausência dos requisitos ensejadores da custódia cautelar (art. 312 do CPP) no tocante aos acusados. Deixo de fixar valor mínimo a título de reparação de danos resultantes da infração penal diante da ausência de pedido e de contraditório (artigo 387, IV, do CPP). Condeno os réus ao pagamento das custas (art. 804 do CPP), estando sua exigibilidade suspensa na forma do art. 98, § 3º, do CPC c/c o art. 5º, IV, da Lei Estadual de Despesas Processuais (Lei nº 16.132/16) ante o estado de pobreza evidenciado nos autos. Considerando a inexistência de Defensoria Pública nesta comarca, o que levou este Juízo a nomear defensor dativo para assegurar o direito de defesa do réu, bem como o disposto no art. 22, § 1º, da Lei 8.906/94 e o firme entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Ceará (súmula nº 49 do TJCE) e do STJ (AgRg no REsp 1404360/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013), segundo o qual a sentença que fixa honorários, em processo no qual atuou defensor dativo, na ausência de Defensoria Pública, constitui título executivo judicial, sendo de responsabilidade do Estado o pagamento da verba honorária, arbitro honorários advocatícios no valor de R$ 3.750,00 em favor da Dra. Raimunda Yla Pereira de Araújo (OAB/CE 4.580), a serem pagos pelo Estado do Ceará, considerando a natureza e a quantidade dos atos processuais praticados. 5. PROVIDÊNCIAS FINAIS Com o trânsito em julgado da presente decisão: a) Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; b) Comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral (em cumprimento ao disposto pelo artigo 72, §2º, do Código Eleitoral), comunicando a condenação, para cumprimento do disposto pelo artigo 15, III, da Constituição Federal; c) Expeça-se guia de execução definitiva; d) Intime-se o réu para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda ao pagamento da pena de multa a que foi condenado, devendo a Secretaria, previamente, providenciar a liquidação de tais valores. Não havendo pagamento, deverá a Secretaria certificar nos autos e abrir vistas ao Ministério Público, para que o órgão ministerial promova a execução da pena de multa, no prazo de 90 (noventa) dias, a teor do entendimento firmado pelo STF na ADI 3150/DF e na AP 470/MG. Havendo inércia do Ministério Público quanto ao início da execução, comunique-se a inadimplência à Procuradoria-Geral do Estado, informando o valor do débito atualizado, para inscrição em dívida ativa; e) Comunique-se ao DETRAN/CE a proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, observando-se o art. 201, § 2º do CPP.

Processo 0050061-58.2021.8.06.0203 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Comercial Brasil Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda - REQUERIDO: Antônio Barros de Souza Neto e outro - Isso posto, em juízo de retratação parcial, retifico a sentença recorrida apenas para determinar o cancelamento da distribuição do feito e para afastar a condenação do autor ao pagamento das custas processuais nos moldes do art. 290 do CPC. Mantenho o restante da sentença recorrida por seus próprios fundamentos. Citem-se e intimem-se os recorridos para tomar ciência da demanda e para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, remeta-se o feito ao TJCE.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OCARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2022

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0050103-10.2021.8.06.0203 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO GMAC S/A - Considerando a petição de fls. retro, acolho o pleito da parte autora e determino que se expeça carta precatória para o cumprimento da medida de busca e apreensão do veículo objeto da demanda no novo endereço disponibilizado: RUA CORONEL FRANCISCO PEREIRA, 62, MESSEJANA, FORTALEZA - CE - 60840-290, contudo fica a diligência condicionada ao recolhimento das custas de expedição e cumprimento da precatória nos termos do regramento de despesas processuais do TJCE. Intime-se a parte demandante para recolher as custas necessárias no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. Recolhidas as custas, cumpram-se as diligências pertinentes. Caso ainda não tenha sido feito, promova-se a inserção do gravame de bloqueio de circulação do veículo no RENAJUD na forma do art. 3º, § 9º, do Decreto-Lei nº 911/69. Com o resultado da diligência nos autos, intime-se o requerente para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RICARDO ALEXANDRE DE FREITAS LIMA CAMURÇA (OAB 13213/CE) - Processo 0050110-02.2021.8.06.0203 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Wilton de Freitas Ribeiro e outro - Diante da manifestação da parte Autora às págs. 89/91, defiro o pedido de dilação de prazo para a juntada de Certidão Negativa de Débito referente ao Município de Fortaleza/CE, concedendo-se o prazo de 15 (quinze) dias. Empós, remetam-se os autos conclusos.

COMARCA DE ORÓS - VARA UNICA DA COMARCA DE ORÓS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ORÓS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO EDMILSON ALVES ARAUJO FILHO (OAB 27970/CE) - Processo 0050233-10.2021.8.06.0135 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Onivan Targino do Rego - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S.a - Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem as provas que desejam produzir, especificando qual fato desejam provar, justificando a necessidade, pertinência e relevância da respectiva prova para o deslinde do feito. Consigne-se que, em não havendo manifestação a respeito, entender-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos. Decorrido o prazo assinalado, retornem imediatamente os autos conclusos para análise de eventual requerimento ou, em sendo o caso, para o julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, do CPC).

COMARCA DE PACAJUS - 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS
JUIZ(A) DE DIREITO ALFREDO ROLIM PEREIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUBÉLIA RODRIGUES MAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: RAFAEL MONTEIRO ANDRADE ARAUJO (OAB 25353/CE) - Processo 0010519-50.2015.8.06.0136 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Francisco Giliar Ferreira dos Santos - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 13/179 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para cumprimento da Decisão de p. 63.

ADV: NUNES RAMOS DE LIMA (OAB 8427/CE) - Processo 0050761-75.2020.8.06.0136 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Francisco Luan Ferreira dos Santos e outro - Intimem-se os réus para que apresentem suas alegações finais no prazo legal. Apresentadas, retornem conclusos para análise de admissibilidade da acusação.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS
JUIZ(A) DE DIREITO ALFREDO ROLIM PEREIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUBÉLIA RODRIGUES MAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: GIL SOUSA NOGUEIRA (OAB 26842/CE) - Processo 0009012-54.2015.8.06.0136 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - RÉU: Ernaldo Oliveira da Silva - Felipe Chaves Andrade - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 13/179 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para cumprimento do Despacho de p. 235.

COMARCA DE PACATUBA - 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: ANTONIO VALDIR DE ALMEIDA (OAB 8506/CE), ADV: FRANCISCO CLEBER FERREIRA (OAB 10179/CE) - Processo 0008088-40.2015.8.06.0137 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Marcio Franco Carneiro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o Ministério Público, a Defensoria Pública e os advogados da parte promovente da designação de audiência de instrução para o dia 14 de fevereiro de 2022, às 10h30min, a se realizar através do sistema/aplicativo Microsoft Teams, a ser utilizado no celular, tablet, desktop ou notebook: https://link.tjce.jus.br/099265, a qual será gravada nos termos da Resolução 314 do CNJ. Caso haja alguma dúvida técnica acerca da participação na audiência em formato virtual, V.Sa. poderá entrar em contato com esta Secretaria com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail pacatuba2@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business (85) 3345-1198, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h, ou através do Balcão virtual pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.br/2VARADACOMARCADEPACATUBA.

ADV: BALTAZAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 20829/CE) - Processo 0050010-85.2020.8.06.0137 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: A.C.S.S. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se Ministério Público e os advogados da parte promovente, para participarem da audiência de entrevista que ocorrerá no dia 14 de fevereiro de 2022, às 13h00min, a ser realizada na residência do interditando, localizada na Rua Neuza Bezerra de Almeida , n° 13 Pavuna, em Pacatuba/CE, nos termos do art. 751,§ 1º, do CPC.

Processo 0051088-80.2021.8.06.0137 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.M.B. - ALIMENTANDO: R.M.B.J. - À guisa das considerações expendidas, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de vontades estabelecido entre as partes nos termos da avença de págs. 23/24 e, consequentemente, extingo o presente processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, 'b', do Código de Processo Civil. Oficie-se ao órgão pagador para fins de desconto dos alimentos acordados em folha de pagamento nos termos solicitados. Custas processuais rateadas pelas partes, suspensas em razão do benefício da AJG que ora defiro às partes. Sem honorários por inexistência de contraditório. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após as formalidade legais, arquive-se. Pacatuba/CE, 26 de janeiro de 2022. Giancarlo Antoniazzi Achutti Juiz de Direito

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0051378-95.2021.8.06.0137 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica Vossa Senhoria intimada como advogada do requerente para providenciar, no prazo legal, o pagamento das custas referentes as diligências do Oficial de Justiça Distrito de Comarca do Interior.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: BALTAZAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 20829/CE) - Processo 0005891-73.2019.8.06.0137 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.R.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o promovente, através de advogado constituído, para participar(em) da audiência de conciliação designada para o dia 28 de março de 2022, às 13h30min, a ser realizada por videoconferência (sistema/aplicativo MICROSOFT TEAMS), através do link de acesso: https://link.tjce.jus.br/8b05e7, a qual será gravada nos termos da Resolução 314 do CNJ.Caso haja alguma dúvida técnica acerca da participação na audiência em formato virtual, V.Sa. poderá entrar em contato com esta Secretaria com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail pacatuba2@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business (85) 3345-1198, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h, ou através do Balcão virtual pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.br/2VARADACOMARCADEPACATUBA.

ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE) - Processo 0010054-38.2015.8.06.0137 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: E. F. Mendes -me - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte promovente, através de advogado constituído, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação de págs. 63/70 destes autos.

ADV: FRANCISCO CLEBER FERREIRA (OAB 10179/CE), ADV: VITOR GERSON CHAGAS FILHO (OAB 35193/CE) - Processo 0013825-53.2017.8.06.0137 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: J.S.N. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica Vossa Senhoria intimada(o/s) como advogados das partes da designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de março de 2022, às 13h00min, a se realizar através do sistema/aplicativo Microsoft Teams, a ser utilizado no celular, tablet, desktop ou notebook https://link.tjce.jus.br/b35a24, a qual será gravada nos termos da Resolução 314 do CNJ.

ADV: MARIA ERIVANE TEIXEIRA BRAGA (OAB 42276/CE) - Processo 0050426-53.2020.8.06.0137 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.C.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o Ministério Público e a parte promovente, através de advogado constituído, para participar(em) da audiência de conciliação designada para o dia 12 de maio de 2022, às 08h30min, a ser realizada por videoconferência (sistema/aplicativo MICROSOFT TEAMS), através do link de acesso: https://link.tjce.jus.br/e8efd3, a qual será gravada nos termos da Resolução 314 do CNJ.Caso haja alguma dúvida técnica acerca da participação na audiência em formato virtual, V.Sa. poderá entrar em contato com esta Secretaria com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail pacatuba2@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business (85) 3345-1198, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h, ou através do Balcão virtual pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.br/2VARADACOMARCADEPACATUBA.

ADV: FAGNER CAMURÇA DE QUEIROZ (OAB 37205/CE) - Processo 0050697-28.2021.8.06.0137 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lyslene da Costa Nascimento e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o Ministério Público e os advogados das partes, para participarem da audiência de justificação prévia que ocorrerá no dia 07 de março de 2022, às 13h00min, a ser realizada por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, a ser utilizado no celular, tablet, desktop ou notebook link: https://link.tjce.jus.br/1a26d6, a qual será gravada nos termos da Resolução 314 do CNJ.

ADV: VITOR GERSON CHAGAS FILHO (OAB 35193/CE) - Processo 0050699-32.2020.8.06.0137 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.B.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o Ministério Público e as partes, através de advogados constituídos, para participar(em) da audiência de conciliação designada para o dia 28 de março de 2022, às 09h50min, a ser realizada por videoconferência (sistema/aplicativo MICROSOFT TEAMS), através do link de acesso: https://link.tjce.jus.br/874736, a qual será gravada nos termos da Resolução 314 do CNJ.Caso haja alguma dúvida técnica acerca da participação na audiência em formato virtual, V.Sa. poderá entrar em contato com esta Secretaria com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail pacatuba2@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business (85) 3345-1198, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h, ou através do Balcão virtual pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.br/2VARADACOMARCADEPACATUBA.

ADV: NILCELIA BENEDITO DA SILVA (OAB 42758/CE) - Processo 0051060-15.2021.8.06.0137 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: T.M.P.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a autora, através de advogada constituída, para comparecer perante este juízo, devidamente munida de documento de identidade, dentro de cinco dias, a fim de prestar o compromisso de curadora, em caráter provisório, do interditando, Sr. CARLOS EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS.

ADV: JOYCE DE ARAÚJO RODRIGUES AVELINO (OAB 44774/CE), ADV: BRUNA CARLA MORENA ARAGÃO (OAB 44999/CE) - Processo 0052066-20.2021.8.06.0117 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: G.O.M. - À guisa das considerações expendidas, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de vontades estabelecido entre as partes nos termos da avença de pág. 102 e, consequentemente, extingo o presente processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, 'b', do Código de Processo Civil. Custas

processuais rateadas pelas partes, suspensas em razão do benefício da AJG deferido. Sem honorários por inexistência de contraditório. Registre-se, evitando publicação. Intimem-se. Após as formalidades legais, arquive-se. Pacatuba/CE, 15 de dezembro de 2021. Giancarlo Antoniazzi Achutti Juiz de Direito

COMARCA DE PACOTI - VARA UNICA DA COMARCA DE PACOTI

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACOTI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: FRANCISCA LENY CARNEIRO (OAB 14574/CE) - Processo 0007952-98.2019.8.06.0138 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Difamação - REQUERIDO: F.I.B. - I RELATÓRIO Trata-se de medida protetiva de urgência ajuizada pelo Ministério Público Estadual em face de Francisco Ivanilton Batista, na qual objetiva o Parquet a concessão de medidas protetivas em favor da vítima Angela Maria dos Santos. A tutela antecipada foi deferida (págs. 38/40). Intimado da decisão, o requerido se manteve inerte. Com vista dos autos pugnou a presentante do Ministério Público pela estabilização dos efeitos da tutela antecipada, na forma do art. 304 do CPC de 2015 (págs. 105/107). É o relatório. Fundamento e Decido. II FUNDAMENTAÇÃO De maneira inovadora, o Novo CPC trouxe o efeito da estabilização da tutela antecipada em caso de não haver recurso quanto à decisão que deferiu a medida liminar (art. 304, do CPC de 2015). Saliento, ademais, que em caso de concessão da tutela antecipada, sem recurso da parte demandada e sem aditamento por parte do autor, deverá o feito ser extinto sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso X, do CPC de 2015, com a estabilização dos efeitos da tutela antecipada, interpretação essa extraída da conjugação dos arts. 303, § 1º e 304, § 1º, ambos da nóvel legislação. No caso vertente, observo presentes todos os requisitos da estabilização dos efeitos da tutela antecipada, dada a natureza satisfativa da medida, bem como pela não necessidade de outro processo principal. Mutatis mutandis, colho o seguinte julgado: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO.1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. “O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas” (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido. (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 07/04/2014). (Grifo nosso). III CONCLUSÃO Ante o exposto, reconheço a estabilização dos efeitos da decisão que concedeu as medidas protetivas, ao tempo em que extingo o feito sem resolução do mérito, o que faço com fulcro no art. 485, inciso X, do CPC. Sem custas ou honorários. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a 2ª via devidamente selada como instrumento hábil para tal mister. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após formalidades legais e o trânsito em julgado, arquivem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACOTI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: LEONARDO CAVALCANTI DE AQUINO (OAB 33692/CE), ADV: STENIO VALENTIM MAIA (OAB 40082/CE) - Processo 0000202-10.2015.8.06.0195 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Carlos André da Silva dos Santos e outro - Diante do exposto, indefiro o pedido de pág. 419, e, em comunhão da manifestação Ministerial, mantenho a prisão preventiva do acusado, Carlos André da Silva dos Santos. Ciência ao Ministério Público e ao seu defensor. Ademais, designo a Sessão Plenária do Júri para o dia 10 de março de 2022, com início às 09:00 horas da manhã. Expedientes necessários.

ADV: BRAYAN THEO MILHOME LIMA (OAB 33336/CE) - Processo 0010123-57.2021.8.06.0138 (processo principal 0010997-62.2021.8.06.0293) - Relaxamento de Prisão - Homicídio Simples - REQUERENTE: Francisco Jonas da Silva Vieira - Isto posto, ante os fatos e fundamentos jurídicos acima explicitados, e com amparo no parecer ministerial, INDEFIRO o pleito de relaxamento da prisão preventiva do acusado Francisco Jonas da Silva Vieira. Intimem-se. Após o cumprimento das formalidades legais, arquive-se os autos.

ADV: VANIA GOMES CASTELO BRANCO (OAB 38826/CE) - Processo 0010158-17.2021.8.06.0138 (processo principal 0050097-04.2021.8.06.0138) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Roubo Majorado - MASSA RECUPERAN: Juizo da Vara Unica da Comarca de Pacoti, Ceara - Isto posto, ante os fatos e fundamentos jurídicos acima explicitados, INDEFIRO o pleito de revogação de prisão preventiva de Francisco Anderson Pereira Pimenta. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito, arquive-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA DE PAULA KARINE ALMEIDA MOREIRA (OAB 35165/CE) - Processo 0050097-04.2021.8.06.0138 - Inquérito Policial - Roubo Majorado - INDICIADO: Francisco Anderson Pereira Pimenta de Souza - O procedimento, conforme certidão de pág. 38, acompanhou os requisitos do art. 226, do CPP, o que leva a rejeição da preliminar levantada. Pelo que pude extrair dos autos, neste juízo preliminar de admissibilidade, concluo que a questão criminal posta em juízo reclama, de fato, maior dilação probatória e exige o aprofundamento da sua análise, o que somente se viabilizará com a instrução do feito e regular processamento da ação penal aforada. Ademais, deixo para me manifestar em relação às diligências requeridas em momento oportuno, após vislumbrar melhor suas respectivas necessidades para instruir o feito. Por todo o exposto, ratifico o recebimento da peça acusatória e determino a realização de audiência de instrução e julgamento, na forma do art. 399 do CPP, para o dia 24/02/2022, às 09:00 horas, cujo link de acesso se encontra na certidão em anexo, oportunidade em que serão inquiridas as testemunhas de acusação e da defesa (acaso arroladas) residentes nesta comarca, bem como interrogados os réus. Diante do cenário pandêmico atual, expeça-se carta precatória com o link para acesso das partes residentes em outra(s) Comarca(s), com tempo suficiente para cumprimento da intimação e consequente comparecimento na audiência que será

agendada. Requistem-se a apresentação de eventuais policiais arrolados na denúncia. Intimações e expedientes necessários.

ADV: ANDREZZA QUEIROS BEZERRA (OAB 33859/CE) - Processo 0050128-24.2021.8.06.0138 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Alcivando de Oliveira Queiroz e outro - Diante do exposto, observo que os acusados não preencheram todos os requisitos indicados na decisão da Suprema Corte, e em comunhão da manifestação Ministerial, mantenho as prisões preventivas dos acusados, Alcivando de Oliveira Queiroz, vulgo Talibã e Cayo Régis do Nascimento. Ciência ao Ministério Público e ao(s) seu(s) defensor(es). Ademais, agende-se a audiência pendente com a urgência que o caso requer. Expedientes necessários.

COMARCA DE PARACURU - VARA UNICA DA COMARCA DE PARACURU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2022

ADV: SONIA MARINA CHACON BRANDAO (OAB 10728/CE), ADV: BRUNO CHACON BRANDAO (OAB 25257/CE), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE LIMA FERREIRA (OAB 10194B/CE), ADV: JOSÉ MONTEIRO NETO (OAB 33206/CE), ADV: FRANCISCO MARCELO BRANDAO (OAB 4239/CE) - Processo 0001216-58.2019.8.06.0140 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: JOSE WILLIAN DOS SANTOS DE SOUSA - José Leandro Castro Cordeiro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, bem como tomando por base a Portaria nº 2076/2021, publicada à fl. 08 do DJ-e que circulou em 16/12/2021, emanado da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo/reitero pelo presente a intimação da Defesa dos acusados José Willian Santos de Sousa e José Leandro de Castro Cordeiro para apresentação de memoriais no prazo de 05 (cinco) dias. Paracuru/CE, 26 de janeiro de 2022. Celso Dos Santos Lira Técnico Judiciário Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior

ADV: JOAQUIM HOLANDA CRUZ (OAB 27145/CE) - Processo 0004309-10.2011.8.06.0140 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: Renato Andrade e outros - Considerando a informação da pág. 156, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos os dados bancários dos beneficiários da requisição de pequeno valor.

ADV: ERICO COSTA DE ARAUJO (OAB 27485/CE), ADV: ANGELO MARCONDES FURTADO DIAS (OAB 7481/CE) - Processo 0005134-12.2015.8.06.0140 - Reintegração / Manutenção de Posse - Requerimento de Reintegração de Posse - REQUERENTE: Francisco Ferreira de Almeida - REQUERIDO: Francico dos Santos - Converto o julgamento em diligência. Intimem-se as partes do teor da decisão de fls. 61/61. Exp. Nec.

ADV: ALEX RENAN DA SILVA (OAB 40370B/CE) - Processo 0005538-63.2015.8.06.0140 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Antonio Lucas Alves - Tendo em vista a petição de fl. 50, nomeio o Dr. Alex Renan da Silva, OABCE 40.370-B, para funcionar como defensor dativo do acusado, tendo em vista a ausência de defensor público nesta comarca. Intime-se da nomeação, bem como para apresentação de defesa preliminar, no prazo legal.

ADV: JOELMO VASCONCELOS DA SILVA (OAB 38137/CE) - Processo 0050346-46.2021.8.06.0140 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Liminar - REQUERENTE: Sonia Maria Liberato da Costa - "Diante do exposto, e por tudo que nos autos consta JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO DE ALVARÁ e em consequência EXTINGO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. Contudo, diante da gratuidade judiciária deferida à fl. 23, suspendo a exigibilidade do pagamento das mencionadas verbas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando, então, a obrigação restará prescrita, salvo se, antes de transcorrido o lapso temporal assinalado, o beneficiário pela isenção puder honrá-las, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando, dessarte, obrigados a pagá-las (art. 98, §3º, CPC). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos."

ADV: NICOLE ANDRADE FURTADO (OAB 38388/CE) - Processo 0050661-74.2021.8.06.0140 (apensado ao processo 0050708-48.2021.8.06.0140) - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Andre Xavier Moreira e outro - Considerando a existência de erro material na decisão de fls. 108/113, especificamente em relação ao item "3" das medidas cautelares impostas aos acusados André Xavier Moreira e Ewerton Lima de Castro, passo a fazer a seguinte correção: Onde se lê " 3 Proibição de ausentar-se da Comarca de Icapuí por mais de 08 (oito) dias sem autorização judicial;", leia-se: "3 Proibição de ausentar-se da Comarca de Paracuru por mais de 08 (oito) dias sem autorização judicial;". Permanecem incólumes as demais disposições contidas no referido decisum. Intimem-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 37139A/CE) - Processo 0200067-38.2022.8.06.0140 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Nesta senda, do cotejo dos autos verifico que a petição inicial evidencia algumas irregularidades, desta feita intime-se a parte autora, via advogado, para no prazo de 15 dias, emendar a inicial para recolher as custas de diligência dos Oficiais de Justiça, contrato assinado pelas partes e a notificação extrajudicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0200068-23.2022.8.06.0140 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Nesta senda, do cotejo dos autos verifico que a petição inicial evidencia algumas irregularidades, desta feita intime-se a parte autora, via advogado, para no prazo de 15 dias, emendar a inicial para recolher as custas judiciais, contrato assinado pelas partes e a notificação extrajudicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: JOSELY LEITE LIMA (OAB 4425/CE), ADV: MARCELO MONTEIRO DE MIRANDA SÁ (OAB 8640/CE) - Processo 0000396-64.2004.8.06.0140 - Interdição - Processo e Procedimento - REQUERENTE: Bernadete Ribeiro Sandre - CURATELANDO: Francisco Almires Ribeiro Sandre - Cumpra-se, integralmente, a cota ministerial de fls. 339.

ADV: JOAQUIM HOLANDA CRUZ (OAB 27145/CE) - Processo 0001301-44.2019.8.06.0140 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Revisão - EXEQUENTE: G.M.L.M.R.S.G.E.M.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do

Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo a intimação da parte autora para manifestação quanto a informação de pág. 44.

ADV: JOAQUIM HOLANDA CRUZ (OAB 27145/CE) - Processo 0005391-37.2015.8.06.0140 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Max Gonçalves Frota Ferreira e outro - Conclusos. Trata-se de Ação de Usucapião movida por Max Gonçalves Frota Ferreira e Smirna de Castro Moreira Gonçalves, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, em que objetiva a declaração da pretensão aquisitiva do imóvel descrito na prefacial. Durante regular trâmite processual, a União Federal manifestou interesse no objeto da lide às fls. 81/82, ocasião em que pugnou pelo declínio de competência do feito à Justiça Federal. É o relato do essencial. Passo a análise do pleito supracitado. Nos exatos preceitos do art. 109, I da Constituição Federal de 1988, as causas em que a União for interessada, seja na condição de autora, ré, assistente ou oponentes, com ressalvas ali consignadas, será de competência da Justiça Federal. Nessa passo, por se tratar de competência ratione personae, de cunho absoluto, o declínio do feito para processo e julgamento perante a Justiça Federal é medida que se impõe. Pelo exposto, RECONHEÇO INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA, deste juízo para processar e julgar, devendo o presente feito ser remetido a Justiça Federal, nos termos do artigo 109, I da Constituição Federal de 1988 e artigo 64, § 1° do código de processo Civil. Intimem-se. Diligências necessárias.

ADV: YGOR PEREIRA CAVALCANTE (OAB 34977/CE) - Processo 0006217-63.2015.8.06.0140 - Execução Fiscal - Pagamento - EXECUTADO: Valdo Gomes de Albuquerque - Considerando o prazo da citação por edital sem apresentação de manifestação, nomeio Igor Pereira Cavalcante, OAB/CE 34.977, como Curador Especial, para apresentar manifestação no prazo legal. Intime-se

ADV: JOAQUIM HOLANDA CRUZ (OAB 27145/CE), ADV: LUCINEZIA LIMA DE MELO (OAB 7958/CE) - Processo 0007596-68.2017.8.06.0140 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: RICARDINHA GOMES LOPES DE CASTRO - REQUERIDO: ANANIAS SIQUEIRA DE CASTRO - Ante o exposto, com fundamento no artigo 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o pedido de desistência, pelo que EXTINGO o processo sem resolução de mérito.

ADV: JOSE CLEITON VIANA (OAB 7455/CE) - Processo 0010078-81.2020.8.06.0140 - Restauração de Autos Cível - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA e outro - Intime-se, pessoalmente, a parte autora à manifestar-se, no prazo de 05 (cinco), quanto interesse no prosseguimento do feito, procedendo com o então determinado, sob pena de extinção.

ADV: ARIANNA JUCA MONTEIRO (OAB 29979/CE), ADV: GREYCIANE RODRIGUES DE SOUSA SANDGREN (OAB 34525/CE), ADV: ANA MARIA DUARTE DA SILVA (OAB 35439/CE), ADV: SEBASTIAO AGUIAR DA CRUZ (OAB 14454/CE), ADV: DIEILANE RODRIGUES BARROSO (OAB 37343/CE) - Processo 0014581-19.2018.8.06.0140 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.A.F.G.M.A.S.G.M.C.F.G. - REQUERIDO: A.G.F. - R. Hoje. Converto o julgamento em diligência. Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem às provas que desejam produzir. Expedientes necessários.

ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE), ADV: ANDERSON HENRIQUE DE SOUZA (OAB 182746/SP) - Processo 0050011-61.2020.8.06.0140 - Reintegração / Manutenção de Posse - Requerimento de Reintegração de Posse - REQUERENTE: Rosiana Marta de Oliveira - REQUERIDA: Camila Barroso e Cônjuge - Superada a fase postulatória, antes de sanear o processo, forte no novel princípio da cooperação processual e para evitar surpresa, nos termos do artigo 6°, c/c artigos 356 e 357 do Código de Processo Civil, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre as provas que entendam necessárias, fundamentadamente, desde logo ficando as partes advertidas de que, nada sendo requerido, este juízo poderá, sendo este o caso, passar ao julgamento antecipado da lide, sem prévio anúncio.

ADV: LUIS JORGE DA COSTA (OAB 39825/CE) - Processo 0050030-33.2021.8.06.0140 - Inventário - Nomeação - HERDEIRO: Sophie Jeanne Dumont Roudière e outros - intime-se a Fazenda Pública, Ministério Público, os herdeiros habilitados às fls. 52/54, seguido de expedição de edital a terceiros interessados, a fim de que se manifestem sobre as primeiras declarações, acostadas às fls. 123/128.

ADV: JOAQUIM HOLANDA CRUZ (OAB 27145/CE), ADV: CINTIA MENDES MEIRELES (OAB 10177/CE), ADV: RAFAEL GOMES DOS SANTOS (OAB 43254/CE), ADV: JANSEN MONTEIRO RIBEIRO (OAB 8477/CE), ADV: WASHINGTON GOMES DA SILVA MACEDO (OAB 34852/CE) - Processo 0050170-04.2020.8.06.0140 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Manoel Otaviano Filho - HERDEIRO: Ruth Souza Otaviano e outros - Em razão disso, nego a gratuidade judiciária vindicada na exordial e, com isso, determino a intimação da parte autora para emendar a petição inicial, no prazo legal, prazo no qual deverá recolher as custas processuais, sob pena de indeferimento da exordial (CPC, artigo 321, c/c artigo 290).

ADV: FRANCISCO SCIPIAO DA COSTA (OAB 23945/CE), ADV: CAIO SANTANA MASCARENHAS GOMES (OAB 17000/CE), ADV: ANTONIO EMERSON SATIRO BEZERRA (OAB 18236/CE), ADV: ANTONIO JOSE DE SOUSA GOMES (OAB 23968/CE) - Processo 0050366-37.2021.8.06.0140 - Procedimento Comum Cível - Contribuição Sindical - REQUERENTE: Fetamce - Federação dos Trabalhadores No Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - Verifico, pela análise dos autos, que, muito embora regularmente citada, não compareceu a parte acionada nos autos. Trata-se da contumácia, que se caracteriza pela inércia da parte, quando devidamente chamada a integrar a relação processual. Assim, DECRETO A REVELIA do acionado, sem contudo surtirem seus efeitos legais, face sua indisponibilidade. Intimem-se as partes para dizerem se ainda têm provas a produzir, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LEANDRO TEIXEIRA SANTIAGO (OAB 39945/CE) - Processo 0050384-92.2020.8.06.0140 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - RÉU: MANOEL AUGUSTO VIANA e outros - Tendo em vista a petição de renúncia de fl. 167, revogo a nomeação anterior e nomeio o Dr. Leandro Teixeira Santiago, OAB-CE 39.945, para funcionar como defensor dativo dos acusados Antônio Antunes Cipriano Filho e Manoel Augusto Viana, tendo em vista a ausência de defensor público nesta comarca. Deverá o mesmo ser intimado da nomeação, bem como para apresentação de defesa preliminar, no prazo legal. Exp. Nec.

ADV: LUCRECIA MARIA DA SILVA HOLANDA CRUZ (OAB 11107/CE) - Processo 0050669-51.2021.8.06.0140 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Jonas Maximo Cruz - Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 300 do CPC, por ora, INDEFIRO a liminar requerida na petição inicial. Por se tratar de lide que admite a autocomposição, designe-se audiência inaugural de mediação/conciliação. Cite-se e intime-se a parte requerida, bem como intime-se a parte autora, por seu advogado, para ciência desta decisão e para comparecer à audiência inaugural de conciliação/mediação, observados os prazos mínimos de antecedência da citação/intimação para referida audiência, devendo o mandado, ainda, constar a advertência de que a ausência injustificada da parte implicará na aplicação de multa prevista no Código de Processo Civil e de que, no caso demandado, o prazo par apresentar contestação iniciar-se-á da data da audiência, caso a conciliação reste infrutífera.

COMARCA DE PARAIPABA - VARA UNICA DA COMARCA DE PARAIPABA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARAIPABA
JUIZ(A) DE DIREITO CESAR DE BARROS LIMA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA JOCELIA BRAGA VIANA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2022

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0000593-79.2005.8.06.0141 - Ordinária outras - Responsabilidade da Administração - REQUERIDO: Jose Gutemberg Meireles de Sousa - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido. Sem custas, por isenção legal. Condeno o autor ao pagamento de honorários no valor de 10% sobre o valor da causa (art. 85, §4º, III, do CPC). P.R.I. Ciência ao Ministério Público. Decorrido o prazo legal sem interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Paraipaba/CE, 23 de setembro de 2020. Priscilla Emanuelle de Melo Cavalcante Juíza Substituta

ADV: ADNONCIO MOREIRA VIANA (OAB 7746/CE) - Processo 0001436-53.2019.8.06.0141 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.R.M. - Vistos, etc, Considerando a certidão de fl. 44, DECRETO A REVELIA do Sr. João José Ricardo dos Santos, com seus efeitos correlatos (art. 344 do CPC). Intime-se a parte autora, por seu advogado, para especificar as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 348), sob pena de preclusão e julgamento antecipado de mérito (art. 355, II, CPC) Abra-se vista ao MP. Expedientes necessários.

ADV: ADNONCIO MOREIRA VIANA (OAB 7746/CE) - Processo 0001470-28.2019.8.06.0141 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.D.S. - Vistos, etc, Considerando a certidão de fl. 31, DECRETO A REVELIA da Sra. Maria de Fátima Vasconcelos, com seus efeitos correlatos (art. 344 do CPC/15). Intime-se a parte autora, por seu advogado, para especificar as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 348), sob pena de preclusão e julgamento antecipado de mérito (art. 355, II, CPC/15) Expedientes necessários.

ADV: ANACLETO FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA NETO (OAB 29245/CE) - Processo 0001491-04.2019.8.06.0141 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: V.W.M.C. - Vistos, etc, Considerando que o requerente atingiu a maioridade civil no curso da ação e considerando que nos termos do art. 4° da Lei 8.560/92, “O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento”, na forma do art. 76 do CPC-15, suspendo o processo pelo prazo de 15 (quinze) dias, determinando a intimação da parte autora, pessoalmente e por meio de seu advogado constituído, para sanar a irregularidade na representação, sob pena de extinção do processo (§ 1º, I, do mesmo dispositivo legal). Expedientes necessários.

ADV: ADNONCIO MOREIRA VIANA (OAB 7746/CE) - Processo 0004771-61.2011.8.06.0141 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.V.H. - REPR. LEGAL: M.I.V. - Vistos em conclusão, Considerando o alimentando atingiu a maioridade civil no curso da ação, na forma do art. 76 do CPC-15, suspendo o processo pelo prazo de 15 (quinze) dias, determinando a intimação da parte autora, pessoalmente e por meio de seu advogado constituído, para sanar a irregularidade na representação, sob pena de extinção do processo (§ 1º, I, do mesmo dispositivo legal). Expedientes necessários.

ADV: MARINA MACHADO VIEIRA (OAB 27026/CE), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE ALMEIDA (OAB 23962/CE), ADV: FRANCISCO JOSE MOREIRA MOURAO (OAB 23590/CE), ADV: ROSEO AUGUSTO JACOME ALVES (OAB 16876/CE), ADV: HIARLES EUGENIO MACEDO SILVA (OAB 18527-A/CE) - Processo 0005674-62.2012.8.06.0141 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Liminar - REQUERENTE: Silvio Rui Empreendimentos Imobiliario Ltda - REQUERIDO: Rm Holanda Bessa Me (bazar Distribuidora) - Vistos em conclusão, Determino que a SVU proceda a devida modificação no Sistema SAJ, para que todas intimações e publicações sejam realizadas em nome dos advogados da parte autora Sr. Roseo Augusto Jacome Alves, OAB/CE nº 16.876, Sr. Hiarles Eugenio Macedo Silva, OAB/CE nº 18.528-A e OAB/SP nº 158.779, Sra. Ana Carolina Bezerra de Almeida, OAB/CE nº 23.962 e Sra. Marina Machado Vieira, OAB/CE nº 27.026, revogando-se e retirando do Sistema SAJ o nome do Sr. Antonio Cleto Gomes, OAB/CE nº 5.864, conforme fls. 73/74. Cumpra-se despacho de fl. 166. Expedientes necessários.

ADV: ANDREA DE PAULA JOVENTINO QUEIROZ (OAB 24861/CE) - Processo 0007471-97.2017.8.06.0141 - Ação Popular - Liminar - REQUERIDO: Dimitri Bastista Rabelo e outro - Vistos, etc, Conforme dispõe o “art. 112 do CPC-15, “o advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie sucessor”. Conforme dispositivo acima colacionado, a renúncia do mandato para que surta efeitos jurídicos exige que o advogado comunique o mandante, a fim de que este nomeie sucessor. Neste sentido: MANDATO OUTORGADO A ADVOGADO. RENÚNCIA. NOTIFICAÇÃO INEQUÍVOCA DO MANDANTE. NECESSIDADE. RESPONSABILIDADE.1. Conforme precedentes, a renúncia do mandato só se aperfeiçoa com a notificação inequívoca do mandante. 2. Incumbe ao advogado a responsabilidade de cientificar o seu mandante de sua renúncia. 3. Enquanto o mandante não for notificado e durante o prazo de dez dias após sua notificação, incumbe ao advogado representá-lo em juízo, com todas as responsabilidades inerentes à profissão.4. Recurso especial não conhecido (REsp 320.345/GO. Relator: Ministro Fernando Gonçalves. Órgão Julgador: Quarta Turma. Julgado em:05/08/2003. DJ: 18/08/2003) Deste modo, comprove o advogado renunciante (fl. 197), que cientificou o mandante de sua renúncia, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de permanecer cadastrado na condição de procuradora. Intime(m)-se. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), ADV: VICENTE PINTO QUESADO (OAB 22320/CE) - Processo 0015675-96.2018.8.06.0141 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Levi Angelo de Sousa - REQUERIDO: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, etc. Sobre o acórdão acostado aos autos de fls. 190/198, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito. No silêncio, certifique-se o trânsito em julgado, arquivando os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: LAURA ROCHA CYRINO (OAB 41925/CE), ADV: LÁZARO LAGO GADELHA (OAB 38102/CE) - Processo 0030003-94.2019.8.06.0141 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Legis Solucoes Aduaneiras Eireli - REQUERIDO: Paraipaba Agroindustrial Ltda - Vistos etc. Trata-se de ação monitória ajuizada por LEGIS SOLUÇÕES ADUANEIRAS EIRELI, em face de PARAIPABA AGROINDUSTRIAL LTDA, ambas devidamente qualificadas. Em síntese, alega a requerente que prestou serviços de despacho aduaneiro para a requerida, sendo credora da importância de R$ 46.625,97 (quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos), conforme a exordial de fls. 01/06. Juntou os documentos de fls. 07/41. Regularmente citada, a requerida PARAIPABA AGROINDUSTRIAL LTDA apresentou embargos monitórios (fls. 92/102), sustentando preliminarmente o descabimento do procedimento da ação monitória, por ausência de prova escrita sem eficácia

de título executivo, requerendo a conversão para o procedimento comum, e no mérito, que houve o total adimplemento do débito, com o pagamento de R$ 73.634,70 (setenta e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) da seguinte forma: R$ 60.324,55 (sessenta mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) através de dez cheques nominais à requerente; R$ 8.710,15 (oito mil, setecentos e dez reais e quinze centavos) através de transferência bancária e R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) a título de adiantamento. Acostou os documentos de fls. 103/120. Réplica pela requerente às fls. 129/137, na qual pediu a conversão para o procedimento comum ordinário, impugnou os recibos assinados por PATRÍCIA, aduzindo que não era funcionária da requerente, e que as assinaturas de FELIPE INOCÊNCIO FERREIRA nos cheques trazidos aos autos não são dele. Decisão às fls. 140/141, acolhendo o pedido das partes, convertendo o procedimento monitório para o Rito Comum Ordinário, e determinando a intimação das partes para especificação de provas. Em sequência, a requerente LEGIS SOLUÇÕES ADUANEIRAS EIRELI postulou, conforme petitório de fls. 144/148 e 171/177, (1) a produção de prova pericial grafotécnica nos cheques de fls. 103/112, sob o argumento de que o representante legal da empresa não reconhece tais assinaturas como de sua titularidade, a ser custeada pela requerida, (2) a produção de prova testemunhal, para oitiva de PATRÍCIA RIBEIRO e (3) a expedição de ofício ao BANCO BRADESCO, para que informe ao juízo as contas nas quais os cheques juntados aos autos foram compensados/creditados. Por sua vez, a requerida PARAIPABA AGROINDUSTRIAL LTDA esclareceu que PATRÍCIA RIBEIRO não é mais funcionária da empresa; (2) as despesas da prova pericial devem ser custeadas pela requerente, a qual requereu tal medida; (3) deve haver a concessão de prazo para contestação, em razão da conversão do procedimento; (4) a juntada de prints de telas; (5) produção de prova oral, com depoimento do representante pessoal da requerente e de testemunhas. Eis o relatório. Decido. Observo que já houve a conversão do procedimento monitório para o comum ordinário, conforme requerido por ambas as partes. Nesse sentir, estabelece o art. 702, § 1º, do Código de Processo Civil, que o requerido será citado para oferecer embargos à ação monitória, a qual pode se fundar em qualquer matéria passível de alegação de defesa no procedimento comum. Segundo a doutrina, os embargos monitórios têm natureza jurídica de contestação, e não de embargos propriamente dito, pois, uma vez apresentada a defesa, o rito monitório cede espaço para o procedimento comum, possibilitando cognição ampla e exauriente. Sendo assim, caberia a requerida apresentar toda a matéria de defesa porventura existente, já nos embargos monitórios, pelo princípio da impugnação específica e também da eventualidade, motivo pelo qual, rejeito o pedido de devolução de prazo para contestação, até porque, não vislumbro prejuízo demonstrado pela requerida, sendo nítida a preclusão. Inexistem outras questões processuais ou prejudiciais de mérito pendentes de apreciação. Fixo como ponto controvertido a existência (ou não) de pagamentos ocorridos pela requerida em favor da requerente, e a quitação da obrigação descrita na inicial. Para a finalidade de esclarecer a controvérsia, concedo a produção e realização dos seguintes meios de prova: prova oral, consistente no depoimento pessoal do representante legal da requerente e oitiva de testemunhas. Designe-se audiência de instrução e julgamento. Cientifiquem-se as partes, para que ratifiquem ou apresentem o rol de suas testemunhas, no prazo comum de 15 (quinze) dias, na forma do art. 357, § 4º, do Código de Processo Civil, sob pena de preclusão. As testemunhas arroladas pelas partes deverão ser intimadas pelos próprios advogados, nos termos do art. 455, § 1º, do CPC, ressalvadas as hipóteses do § 4º do mesmo dispositivo. Também com base no art. 455 do CPC, indefiro o pedido da requerente, com relação a qualificação e intimação judicial da testemunha PATRÍCIA RIBEIRO para o comparecimento em audiência, pois não há comprovação de nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 455 do CPC no presente caso, cabendo à requerente, no caso, tentar a localização da testemunha que pretende ouvir, por diligências extrajudiciais, afinal, seria prematura a intervenção judicial neste momento, se a requerente sequer tentou localizar a referida testemunha. Rejeito, ainda, a impugnação da requerente aos prints de conversas juntados pela requerida às fls. 158/170, posto que não houve violação ou quebra de legítima expectativa de confidencialidade nas mensagens, não havendo que se falar em ilicitude, podendo tais elementos de prova serem avaliados como documentos, ao lado de todos os demais elementos de convicção. O Código de Processo Civil não estabelece a ata notarial como prova vinculada ou tarifada, cabendo ao interessado decidir se quer ou não realizar tal procedimento em sede extrajudicial, e suportando as consequências de sua conduta caso haja a impugnação pela parte adversa. Defiro a expedição de Ofícios ao BANCO BRADESCO, nos termos solicitados pela requerente às fls. 148, os quais deverão ser instruídos com as cópias dos cheques de fls. 103/112. Isto é, oficie-se a referida instituição financeira, a fim de que apresente microfilmagem ou documentação pertinente, esclarecendo o número da agência, conta, e titularidade das contas bancárias nas quais esses cheques foram creditados, no prazo de 30 (trinta) dias. Por fim, defiro a produção de prova documental, consistente na juntada de outros instrumentos que as partes entendam necessárias ao desdobramento da lide. Quanto ao pedido de prova pericial, esclareço que tal prova foi pleiteada pela requerente, pois parte que impugnou as referidas assinaturas, razão pela qual compete a ela o custeio das despesas atinentes a essa prova, conforme o art. 82, caput e 429, inciso I, ambos do Código de Processo Civil. De qualquer forma, postergo a apreciação de tal pedido de perícia grafotécnica para momento posterior à realização das provas até então deferidas, caso persista a sua necessidade, isto é, caso, através dos ofícios, prova oral e documental, não reste esclarecida a autenticidade das assinaturas impugnadas pela requerente nos cheques apresentados pela requerida, afinal, a prova pericial é complexa, e deve ser utilizada apenas residualmente, observadas as hipóteses de indeferimento do art. 464, § 1º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Paraipaba/CE, 11 de outubro de 2021. Pedro Marcolino Costa Juiz

ADV: ANDERSON HENRIQUE DE SOUZA (OAB 182746/SP) - Processo 0050016-46.2021.8.06.0141 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: J.T.A.S. - Considerando a certidão de fl. 48, intime-se o advogado da requerente para que forneça o endereço atualizado desta, sob pena de extinção do processo. Expediente necessário.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0050088-67.2020.8.06.0141 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se o exequente para que forneça endereço atualizado da parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANACLETO FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA NETO (OAB 29245/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0050095-59.2020.8.06.0141 - Arrolamento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - ARROLANTE: Edileuza Andrade Ferreira Mendes - ARROLADO: BANCO DO BRASIL S/A e outro - Vistos, etc, À SVU, retifique a classe do processo, tendo em vista não se tratar do procedimento de arrolamento comum. Considerando a certidão de fl. 44, DECRETO A REVELIA do Instituto de Previdência de Paraipaba - Paraipabaprev, sem seus efeitos materiais correlatos (art. 345, II do CPC/15). Intimem-se as partes, por seus advogados, para especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 348), sob pena de preclusão e julgamento antecipado de mérito (art. 355, I, CPC/15) Expedientes necessários.

ADV: ALEXANDRE GASPAR ALBANO AMORA (OAB 14891/CE) - Processo 0050171-49.2021.8.06.0141 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Antonio Ederlanio Almeida Aguiar - Vistos, etc, Intimem-se as partes para manifestarem interesse na produção de outras provas, no prazo de 15 (quinze) dias. No silêncio, anuncio o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, I, CPC/15. Expedientes necessários.

ADV: CLAUDIANA MOREIRA BATISTA (OAB 30087/CE) - Processo 0050209-61.2021.8.06.0141 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - COVID-19 - REQUERENTE: Antonia Vanessa Mendes Galvão - CERTIFICO, face às

prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 10 de março de 2022, às 10:00h. Seguindo orientação da Resolução nº 14/2020, (DJE de 13/08/2020), bem como da Resolução nº 20/2020, do TJCE, (Dje de 15/10/2020), a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, utilizando plataforma do MICROSOFT TEAMS, com o escopo de evitar a proliferação da COVID-19.

ADV: ALEXANDRE GASPAR ALBANO AMORA (OAB 14891/CE) - Processo 0050237-29.2021.8.06.0141 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Jose Itamar dos Santos - Sobre a contestação (fls. 28/37), manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se. Expediente necessário

ADV: THIAGO MELO FAÇANHA (OAB 36659/CE) - Processo 0050277-11.2021.8.06.0141 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aureni Barbosa Chaves Ribeiro - Vistos, etc, Sobre a contestação de fls. 198/220, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ELOISIO MARAMALDO GOUVEIA FILHO (OAB 15301/CE) - Processo 0050375-93.2021.8.06.0141 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.T.S. - Intime-se a parte autora para que forneça endereço atualizado do requerido, visando prosseguimento do feito. Expediente necessário.

COMARCA DE PEDRA BRANCA - VARA UNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2022

ADV: LEUDO CANDIDO DE ANDRADE (OAB 3359/CE), ADV: ALEXANDRE CARVALHO SALVADOR (OAB 33464/CE), ADV: FERNANDA CRISTINA THOME (OAB 289729/SP) - Processo 0007293-45.2017.8.06.0143 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.S.S. - REQUERIDO: A.G.S. - Intime-se as partes para especificarem quais provas prendem produzir.

ADV: TATIANA MARA MATOS ALMEIDA (OAB 30165/CE) - Processo 0051062-64.2021.8.06.0143 - Divórcio Consensual - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: A.R.S. - R.H. Defiro o requerimento da Representante do Ministério Público. Intime-se o patrono dos requerentes para, no prazo de 10 dias, emendar a inicial, visto tratar-se de ato personalíssimo dos cônjuges, conforme art. 731 do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA
JUIZ(A) DE DIREITO ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RANYELLY DE LIMA SOUSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: ALEXANDRE CARVALHO SALVADOR (OAB 33464/CE), ADV: HIÊDA VERAS DE OLIVEIRA (OAB 42038/CE) - Processo 0030222-04.2019.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: J.V.N. - Conciliação Data: 19/04/2022 Hora 08:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

ADV: ALEXANDRE CARVALHO SALVADOR (OAB 33464/CE), ADV: HIÊDA VERAS DE OLIVEIRA (OAB 42038/CE) - Processo 0030222-04.2019.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: J.V.N. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 19 de abril de 2022, às 08:00h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE CARVALHO SALVADOR (OAB 33464/CE), ADV: HIÊDA VERAS DE OLIVEIRA (OAB 42038/CE) - Processo 0030222-04.2019.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: J.V.N. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , para que possa imprimir andamento processual, foi designado o dia 19/04/2022 às 08:00h para ter lugar a audiência de conciliação/mediação na sala de audiências virtual que deverá ser acessada por meio do aplicativo Microsoft Teams. LINK:https://link.tjce.jus.br/098bea Em caso de dúvidas, entre em contato com a Secretaria de Vara Única da Comarca de Pedra Branca através do WhatsApp nº (88) 3515-1362, ou com a CEJUSC através do WhatsApp nº (88) 9 9751-8363 (Segunda-feira à Sexta-feira, de 08h às 13h).

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA
JUIZ(A) DE DIREITO ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RANYELLY DE LIMA SOUSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2022

ADV: ALEXANDRE CARVALHO SALVADOR (OAB 33464/CE) - Processo 0050974-26.2021.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: A.T.S. - Conciliação Data: 15/03/2022 Hora 09:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente Fica vossa senhoria intimado.

ADV: ALEXANDRE CARVALHO SALVADOR (OAB 33464/CE) - Processo 0050974-26.2021.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: A.T.S. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 15 de março de 2022, às 09:00h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE CARVALHO SALVADOR (OAB 33464/CE) - Processo 0050974-26.2021.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: A.T.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , para que possa imprimir andamento processual, foi designado o dia 15/03/2022 às 09:00h para ter lugar a audiência de conciliação/mediação na sala de audiências virtual que deverá ser acessada por meio do aplicativo Microsoft Teams. LINK:https://link.tjce.jus.br/098bea Em caso de dúvidas, entre em contato com a Secretaria de Vara Única da Comarca de Pedra Branca através do WhatsApp nº (88) 3515-1362, ou com a CEJUSC através do WhatsApp nº (88) 9 9751-8363 (Segunda-feira à Sexta-feira, de 08h às 13h).

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA
JUIZ(A) DE DIREITO ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RANYELLY DE LIMA SOUSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0050/2022

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0200128-84.2022.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.R.S.S. - Conciliação Data: 19/04/2022 Hora 08:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0200128-84.2022.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.R.S.S. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 19 de abril de 2022, às 08:30h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0200128-84.2022.8.06.0143 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.R.S.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , para que possa imprimir andamento processual, foi designado o dia 19/04/2022 às 08:30h para ter lugar a audiência de conciliação/mediação na sala de audiências virtual que deverá ser acessada por meio do aplicativo Microsoft Teams. LINK:https://link.tjce.jus.br/098bea Em caso de dúvidas, entre em contato com a Secretaria de Vara Única da Comarca de Pedra Branca através do WhatsApp nº (88) 3515-1362, ou com a CEJUSC através do WhatsApp nº (88) 9 9751-8363 (Segunda-feira à Sexta-feira, de 08h às 13h).

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA
JUIZ(A) DE DIREITO ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RANYELLY DE LIMA SOUSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0200133-09.2022.8.06.0143 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: F.W.L. - Conciliação Data: 19/04/2022 Hora 09:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0200133-09.2022.8.06.0143 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: F.W.L. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 19 de abril de 2022, às 09:00h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0200133-09.2022.8.06.0143 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: F.W.L. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará , para que possa imprimir andamento processual, foi designado o dia 19/04/2022 às 09:00h para ter lugar a audiência de conciliação/mediação na sala de audiências virtual que deverá ser acessada por meio do aplicativo Microsoft Teams. LINK:https://link.tjce.jus.br/098bea Em caso de dúvidas, entre em contato com a Secretaria de Vara Única da Comarca de Pedra Branca através do WhatsApp nº (88) 3515-1362, ou com a CEJUSC através do WhatsApp nº (88) 9 9751-8363 (Segunda-feira à Sexta-feira, de 08h às 13h).

COMARCA DE PENTECOSTE - VARA UNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0006004-06.2019.8.06.0144 (apensado ao processo 0005982-79.2018.8.06.0144) - Embargos à Execução - Contratos Bancários - EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A - Intime-se a parte apelada para, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação manejado. Decorrido o prazo com ou sem apresentação de contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

ADV: CARLOS AUGUSTO GOES MOTA (OAB 23864/CE) - Processo 0006649-31.2019.8.06.0144 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.H.S. - ANTE O EXPOSTO, considerando tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal, julgo parcialmente procedente a ação e DECRETO, por sentença, o divórcio de LUIS HOLANDA SALES e RAIMUNDA NONATA SOUZA FERREIRA SALES, cujo casamento encontra-se registrado no Cartório Paraíba, termo nº 1822, do livro B-06, fl. 538. Custas suspensas em razão do deferimento da JG e sem honorários em razão de ausência de contraditório. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil indicado à fl. 10, na forma do art. 109, § 4º, da Lei nº 6015/1973. Cumpridas as formalidades legais, com as cautelas de estilo, arquivem-se. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO HENRIQUE LOBO LIMA (OAB 22445/CE), ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0050213-89.2021.8.06.0144 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.S.F.C. - REQUERIDO: J.C.O.C. - Designo a audiência de Instrução para 16/02/2022 às 14:00h, por videoconferência, devendo as partes apresentarem suas testemunhas, até o número máximo de 02(duas) para cada parte. Pentecoste/CE, 26 de janeiro de 2022. Maria do Socorro Barbosa Rodrigues À Disposição Link da audiência agendada: https://link.tjce.jus.br/dbcc4e

ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0050326-77.2020.8.06.0144 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.H.R. - Diante do exposto, JULGO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o presente processo, com fundamento no inciso III do art. 485, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas. Ciência ao MP. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.

ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0050334-54.2020.8.06.0144 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.M. - Assinale a Secretaria data para audiência de instrução, devendo as partes serem intimadas para comparecerem ao ato acompanhadas de advogado. Limito o número de testemunhas a 02 (duas)

para cada uma das partes, devendo seus advogados ficarem responsáveis pela respectiva intimação das testemunhas nos termos dos arts. 455 e seguintes do CPC, somente sendo admissível a intimação pelo Juízo se requerida pela parte interessada e desde que comprovada a necessidade da diligência. Intimem-se as partes, por seus advogados, para apresentarem rol de testemunhas no prazo de 05 (cinco) dias. Ciência ao MP para participar do ato.

ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0050334-54.2020.8.06.0144 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.M. - Designo a audiência de Instrução para 16/02/2022 às 15:00h, por videoconferência. Pentecoste/CE, 26 de janeiro de 2022. Maria do Socorro Barbosa Rodrigues À Disposição Link da audiência agendada: https://link.tjce.jus.br/5caf5c

ADV: GERMANO DA ROCHA SIQUEIRA (OAB 32498/CE) - Processo 0050960-39.2021.8.06.0144 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: F.W.M.B. - Defiro a gratuidade judiciária. Trata-se de Ação de Oferta de Alimentos c/c Regulamentação de Visitas ajuizada por Francisco Walinsson Moura Barbosa em face de Arthur Arruda Correia Barbosa, representado por sua genitora Letícia Arruda Correia. Processe-se em segredo de justiça, nos termos do art. 189, II do novo Código de Processo Civil. A parte autora oferta alimentos no importe de 20% (vinte por cento) dos seus rendimentos líquidos, informando que ocupa cargo comissionado na Prefeitura de General Sampaio e que aufere renda de aproximadamente R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) A decisão de fixação provisória da verba alimentícia deve se guiar pelo binômio necessidade-possibilidade das partes envolvidas. Neste sentido, os alimentos provisionais precisam ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. A necessidade de alimentos bem como o parentesco com os requeridos restaram comprovados através dos documentos que instruíram a inicial. Quanto às possibilidades financeiras do requerente, neste estágio processual, acato as alegativas da exordial. Ante o exposto, fixo o percentual dos alimentos provisórios em 20% (vinte por cento) que incidirá sobre os rendimentos líquidos do réu, a ser descontado diretamente do seu contracheque e depositado em conta da genitora do menor. Quanto às visitas, aduz o requerente que o menor reside com a genitora e com os avós maternos e que por vezes entra em conflito com a mãe do infante sobre o direito de convivência.. O exercício do direito de visitas pleiteado encontra amparo no ordenamento jurídico. O art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente assegura ao infante a convivência com seus familiares. Por seu turno, o art. 1.589 do Código Civil confere ao pai ou a mãe que não possuir a guarda dos filhos o direito de visitá-los. A finalidade do direito de visita é evitar a ruptura dos laços de afetividade existentes no seio familiar e garantir ao menor seu pleno desenvolvimento físico e psíquico. A visitação não é um direito direcionado somente ao pai ou a mãe. É, sobretudo, voltado ao próprio filho, assegurando sua convivência com o pai ou a mãe que não possui a guarda. Levando-se em conta que o menor possui tenra idade, parece adequado que não ocorra o rompimento de vínculo com o seu genitor. A nova regulamentação das tutelas provisórias efetivada pelo Código de Processo Civil as divide em tutelas de urgência e da evidência. No vertente caso, sobressai a possibilidade de concessão da primeira espécie, nos termos do art. 300, verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando tiver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. A probabilidade do direito encontra respaldo no vínculo de parentesco, devidamente comprovado pela certidão de nascimento anexada à exordial (fl. 27), nos dispositivos legais acima mencionados e no princípio do melhor interesse da criança, concretizado, nesta hipótese, no direito à convivência com seu genitor. O perigo de dano evidencia-se na possibilidade de, em não sendo concedida a tutela de urgência requestada, mitigar os laços entre o promovente e seu filho, o que pode acarretar efeitos deletérios ao desenvolvimento dos infantes. Pelo exposto, defiro a tutela de urgência postulada, determinando, temporariamente, o exercício do direito de visita pelo requerente, aos finais de semana e feriados de forma alternada, em sua própria residência, podendo pegá-los na sexta-feira a partir das 18:00h e devolvê-lo no domingo até as 17:00h. No que tange às férias escolares, deverão os menores, nos anos pares, passar a primeira metade com o genitor e a segunda metade com a genitora, invertendo-se esta ordem nos anos ímpares. Em relação às festas de final de ano, os infantes, nos anos pares, ficarão o natal com o pai e o réveillon com a mãe, invertendo-se esta ordem nos anos ímpares. Cite-se o promovido através de sua genitora e intime-se o promovente, a fim de que compareçam ao ato acompanhados de seus advogados (ou defensor) e das testemunhas, importando a ausência da parte requerida em revelia e confissão quanto à matéria fática, e a da parte autora, em extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.478/1968. Conste do mandado de citação que, se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos art. 9º e 10 do mesmo dispositivo legal. Intime-se o promovente acerca da fixação dos alimentos provisórios no valor acima declinado. Oficie-se à Prefeitura de General Sampaio para que realize o desconto da pensão alimentícia diretamente do contracheque do autor e transfira o valor até o 5º (quinto) dia útil de cada mês para a conta nº 1724-8, agência nº 8177, do Banco do Brasil, cuja titular é a genitora do menor. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0200043-95.2022.8.06.0144 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.E.P.S. e outro - Evidenciado estarem os requerentes separados, não havendo notícia de ter ocorrido entre eles novo convívio conjugal e satisfeitos os demais requisitos legais, DECRETO O DIVÓRCIO de Francisco Etevaldo Pereira de Sousa e Érica Mônica de Freitas Barbosa de Sousa , cujo número de termo é 1315, livro B-06, fl. 52, no Cartório do Distrito de Verçosa. Transitada em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação para o referido cartório, observando que a mulher voltará a usar o nome de solteira: Érica Mônica de Freitas Barbosa. Sem custas ou honorários. P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0006120-46.2018.8.06.0144 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - REQUERENTE: G.L.L. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, à SVU para dar cumprimento ao despacho de fls. 102, intimando a parte autora para informar o endereço atualizado do executado, prazo de 10(dez) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, para fazê-lo em 05(cinco) dias, sob pena de extinção.

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0006768-89.2019.8.06.0144**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**
Requerente **FRANCISCO JEFSON ALVES DOS SANTOS e outro**
Promotor e Terceiro **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Pentecoste da Comarca de Pentecoste/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de FRANCISCO JEFSON ALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, que é portador de , F78.9(retardo mental). G82.5 (tetrapesia), R26.5 (anormalidade da marcha e da mobilidade) e G71.8 (distrofia muscular progressiva tipo Becker) O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sr(a). Maria Cecília Alves dos Santos, brasileira, casada, RG:2007312246 SSP/CE e CPF: sob o n° 617.576.863-34, residente e domiciliada na rua Filomeno Barbosa de Oliveira, n° 38, bairro São José, General Sampaio, CEP: 62739-000, CURADORA DEFINITIVA do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 01.03.2021 , cujo teor final da sentença é o seguinte: Destarte, **JULGO PROCEDENTE** o pedido constante na inicial, para declarar a interdição de **FRANCISCO JEFSON ALVES DOS SANTOS** conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, **restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial**, inclusive possibilitando a curadora o levantamento e percebimento de valores respectivos aos benefícios previdenciários, acaso existente.Nomeio como curadora, para os atos acima descritos, a autora.Deixo de fixar prazo de duração da interdição em face da inexistência de elementos para tanto, podendo, porém, ser revista a qualquer tempo em caso de alteração da saúde mental do interditando.Anote-se no registro de pessoas naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devendo permanecer por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme acima disposto e nos termos do artigo 755, § 3º do CPC. Ciência ao Ministério Público. Lavre-se o respectivo termo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo, arquive-se com a devida baixa.. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Pentecoste/CE/CE, em 27 de janeiro de 2022.

Eu, Francisca Valdiana dos Santos Sousa, À Disposição, Mat:42976, o digitei.

Caio Lima Barroso
Juiz(a) de Direito

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0006232-83.2016.8.06.0144**

Classe: **Interdição/Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Requerente **Francisca Romana Maciel Firmiano**
Interditando **Debora Moreira Freitas e outros**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Pentecoste da Comarca de Pentecoste/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Ana Lucia Barros Maciel, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG n° 1430918-87 SSP/CE e CPF sob o n° 971.847.803-53, residente e domiciliada na localidade denominada Matias, s/n, Zona Rural, Providência,Pentecoste/CE, CEP: 62640-000 , que é portadora de transtorno mental orgânico e transtorno esquizofrênico, CID(F20.0). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a).**Francisca Romana Maciel Firmiano**, brasileira, solteira do lar, portador do RG: 2008274525-5 SSP/CE e CPF sob o n° 071.803.623-95, residente no mesmo endereço da interditada, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 11.11.2021 , cujo teor final da sentença é o seguinte: Destarte, **JULGO PROCEDENTE** o pedido constante na inicial, para declarar a interdição de **ANA LÚCIA BARROS MACIEL** conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, **restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial**, inclusive possibilitando a curadora o levantamento e percebimento de valores respectivos aos benefícios previdenciários, acaso existente.Nomeio como curadora, para os atos acima descritos.Deixo de fixar prazo de duração da interdição em face da inexistência de elementos para tanto, podendo, porém, ser revista a qualquer tempo em caso de alteração da saúde mental do interditando.Anote-se no registro de pessoas naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devendo permanecer por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme acima disposto e nos termos do artigo 755, § 3º do CPC. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Pentecoste/CE, em 12 de novembro de 2021.

Eu, Francisca Valdiana dos Santos Sousa, À Disposição, Mat:42976, o digitei.

Luiz Guilherme Costa Pedroso Silva
Juiz Substituto – Titular
Vara Única da Comarca de Pentecoste

COMARCA DE PINDORETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2022

ADV: MADISON SATURNINO MATOS (OAB 39136/CE) - Processo 0050425-41.2020.8.06.0146 - Divórcio Consensual - Família - REQUERENTE: J.D.M.C. e outro - Defiro o pedido de desarquivamento dos autos, sem custas. Intime-se a parte requerente para requerer o que entender cabível, no prazo de dez dias. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0050491-84.2021.8.06.0146 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Desta feita, intime-se a parte autora, para adequar o valor da causa e providenciar o recolhimento das custas processuais complementares, bem como das custas da diligência do oficial de justiça e nomear depositário fiel do bem, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2022

ADV: ROMULO SERGIO BESSA (OAB 16517/CE) - Processo 0000737-04.2006.8.06.0146 - Ordinária outras - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria de Lourdes Holanda e outros - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC e art. 40 da Lei Municipal nº 154/2000, julgo IMPROCEDENTE o pedido autoral, extinguindo o processo com resolução de mérito. Sem custas, ante a gratuidade judiciária já deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se.

ADV: LUIZ ERNESTO DE ALCANTARA PINTO (OAB 14181/CE) - Processo 0004054-63.2013.8.06.0146 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Karolina de Araujo Macedo - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE o pedido autoral. Sem custas, ante a gratuidade judiciária já deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se.

ADV: EMERSON CASTELO BRANCO MENDES (OAB 13575/CE) - Processo 0010245-46.2021.8.06.0146 (processo principal 0050416-45.2021.8.06.0146) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Roubo Majorado - REQUERENTE: Claudiana de Abreu - Ante o exposto, acolhendo o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva formulado por CLAUDIANA DE ABREU.

COMARCA DE PORTEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE PORTEIRAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTEIRAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: ROMMEL CARVALHO (OAB 2661/CE), ADV: ABIMAEL CLEMENTINO FERREIRA DE CARVALHO (OAB 10509/CE), ADV: JOSE FLAVIO ARAUJO FILHO (OAB 16046/CE), ADV: FRANCISCO HENRIQUE GOMES SOBREIRA (OAB 19756/CE) - Processo 0000200-48.2008.8.06.0110 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Everaldo Nogueira da Silva - REQUERIDO: EIT Empresa Industrial Técnica S/A e outros - Em face do exposto, ACOLHO em parte os embargos de declaração para que se proceda à correção da omissão apontada, com base no art. 1022 do CPC, fazendo-se constar na sentença (fl. 205/207) o pronunciamento acerca da natureza do crédito seja sanado. Dessa forma, determino a expedição de certidão de habilitação do crédito no Plano de Recuperação Judicial. P.R.I. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: KARYNE DE LIRA BELO (OAB 30556/PE) - Processo 0001524-63.2014.8.06.0110 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERIDO: José Luis de Sousa Júnior - Desta forma, julgo procedente o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito, para ratificar as medidas protetivas anteriormente decretadas (pp. 07/09), fixando, porém, prazo máximo de 6 (seis) meses de vigência, a contar da intimação desta sentença, período este em que a parte autora, se entender necessário, poderá adotar novas medidas para a obtenção de novo provimento jurisdicional.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: AMANDA ANGELIM DE SANTANA (OAB 30706-A/CE), ADV: MARIA FABIANA DE ALMEIDA (OAB 34133-A/CE) - Processo 0005590-27.2018.8.06.0149 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisca Rosa Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em face do exposto, ACOLHO os embargos de declaração para que se proceda à correção da omissão apontada, com base no art. 1022 do CPC, fazendo-se constar na sentença (fl. 114/119) a determinação de que o termo inicial para correção monetária relativa ao danos material é da data do efetivo prejuízo, sanando a omissão indicada. Dessa maneira, passará a sentença a ser integrada ao seu dispositivo. P.R.I.

ADV: ISRAELY CANDIDO DOS SANTOS (OAB 36852/CE) - Processo 0050194-68.2021.8.06.0149 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Aparecida Diniz - Conforme disposição expressa nos arts. 129 e 133 do Provimento n° 02/2021, Publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, conforme decisão de págs. 21/22, designo audiência de Conciliação para 04/02/2022 às 09:00h a qual ocorrerá por videoconferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS. Para acesso à audiência deverá ser acessado o link abaixo: https://link.tjce.jus.br/71582f

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTEIRAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: JAMILLE RODRIGUES PEREIRA (OAB 30481/CE) - Processo 0050111-52.2021.8.06.0149 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Análise de Crédito - REQUERENTE: Belmiro dos Carmo Gomes - Vistos. Tendo em vista a Contestação apresentada pela requerida às págs. 22/35 e documentos às págs. 145/152, intime-se o requerente para apresentar Réplica, querendo, no prazo legal. Expedientes necessários.

COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: GILSON SERGIO PEREIRA ALVES (OAB 35400/CE) - Processo 0010671-77.2020.8.06.0151 (processo principal 0028968-40.2017.8.06.0151) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Simples - REQUERENTE: Andrécio Alves Gomes - RELATÓRIO: Trata-se de PEDIDO DE REVOAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA c/c PEDIDO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR, manejado pela defesa de Andrecio Alves Gomes, réu na ação penal nº 0028968-40.2017.8.06.0151, pela suposta prática do crime disposto artigo no art. 121, § 2º, inciso VI do Código Penal, fato ocorrido em 31 de março de 2017, por volta de 22:30 horas da manhã, nas margens do Lago do Sítio Serrote, em Quixadá. Em 24.08.2020, a defesa apresentou novos argumentos para a concessão da Revogação de Prisão Preventiva em face de Andrecio Alves Gomes, qual seja: ser o requerente portador de EPILEPSIA CID 6.40.9, sendo pessoa com sistema imunológico comprometido se enquadrando portanto na Recomendação n° 62 do CNJ (fls. 58/59).O Ministério Público apresentou parecer pelo indeferimento dos pedidos, às fls. 148/153. Decisão interlocutória, de fls. 73/78, manteve pois, a prisão preventiva de Andrecio Alves Gomes como garantia da aplicação da lei penal e da ordem pública. No entanto, determinou realização de perícia médica para fins de análise do pleito. Relatório Médico, de fls. 93, informou que o paciente encontra-se em tratamento médico adequado na unidade prisional. Ademais, alegou que a referida doença não se encontra no quadro de risco do Sars-CoV-2. Instado a se manifestar, em parecer de fls. 97, o Ministério Público ratificou a manifestação pelo indeferimento do pedido formulado pela defesa. É o breve relatório. Passo a fundamentar e decidir. FUNDAMENTAÇÃO: Quanto ao pedido de prisão domiciliar, em que pese o art. 318 do Código de Processo Penal permitir a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, é cediço de que o requerente deve estar extremamente debilitado em razão de grave patologia. Veja-se: Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...) II - extremamente debilitado por motivo de doença grave; Não há prova nos autos de que o autor esteja extremamente debilitado e que seja inviável o tratamento de saúde prestado no cárcere, de modo que, ao meu sentir, não é o caso de conceder ao requerente a conversão da prisão em prisão domiciliar, mormente quando estão presentes os requisitos da segregação preventiva. Não consta também do presente pedido qualquer recomendação médica expressa de que o réu não pode permanecer preso, de modo a demonstrar a imprescindibilidade de se proceder a substituição da segregação provisória pela prisão domiciliar. Na espécie, verifica-se que o requerente não se encontra extremamente debilitado, vez que na prova pericial realizada, laudo médico de fls. 93, é possível verificar que o requerente é devidamente assistido no ambiente prisional e a enfermidade não é enquadrada como grupo de risco para Covid-19. Nesse sentido: Ementa: HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PACIENTE FERIDO DURANTE A AÇÃO DELITUOSA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DEBILIDADE EXTREMA. IMPOSSIBILIDADE. A prisão domiciliar constitui benefício excepcional resguardado ao preso preventivo que preencha as condições estabelecidas no art. 318 do CPP . Já o parágrafo único do referido artigo exige prova cabal do preenchimento das referidas condições, o que não se verifica na espécie, em que os impetrantes não acostaram qualquer atestado médico ou documento equivalente no sentido de que o paciente esteja extremamente debilitado por doença grave. Desta forma indemonstrado o direito líquido e certo ao benefício, que não alcança qualquer enfermo, mesmo gravemente, demandando debilidade extrema em função da doença, não há falar em constrangimento ilegal. ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70064768948, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Julgado em 19/08/2015). Como se vê, a regra em comento destina-se aos pacientes em condições muito graves de saúde e diante da induvidosa impossibilidade de tratamento no cárcere, o que não se encontra no caso concreto. No tocante ao pedido de substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública e a aplicação da lei penal. Concluindo pela imprescindibilidade da custódia preventiva, resta clara a insuficiência e a inadequação da imposição de medidas cautelares mais brandas ao agente. DISPOSITIVO: Ante o exposto, pelas razões acima expostas, INDEFIRO O PEDIDO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Precluso o prazo para recurso, arquivem-se os presentes autos, mantendo apensados à ação penal respectiva. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
JUIZ(A) DE DIREITO WELITHON ALVES DE MESQUITA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NATÉRCIA PIRES NOBRE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022

ADV: WESLLEN NOBRE CUNHA (OAB 21593/CE) - Processo 0011048-73.2021.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Edivan de Lima Brito - Com efeito, RECEBO o aditamento da denúncia, por verificar preenchidas as exigências do art. 41 do Código de Processo Penal, além de não vislumbrar nenhuma das hipóteses previstas no art. 395 do referido diploma legal, merecendo o fato ser apurado com mais profundidade e acuidade, o que só será possível através do processo judicial, em que serão garantidos ao acusado os direitos da ampla defesa e do contraditório. Cite-se o acusado para responder à acusação, por escrito no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, CPP), podendo arguir preliminares e alegar tudo que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. Advirta-se o acusado de que, caso não apresente a resposta no prazo legal, ou, se citado não constituir defensor, ser-lhe-á nomeado defensor dativo, conforme art. 396-A, §2º, do CPP. Apresentada a defesa, caso esta venha a suscitar questão(ões)

preliminar(es) e/ou instruída com documentos, abra-se vista ao Ministério Público, para fins de réplica. Ato contínuo, intime-se o réu, na pessoa do advogado constituído, para se manifestar acerca do teor das informações contidas às fls. 188/190, assim como certifique-se a Secretaria acerca de eventual decurso de prazo de intimação contida às fls. 187. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
JUIZ(A) DE DIREITO WELITHON ALVES DE MESQUITA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NATÉRCIA PIRES NOBRE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA VIEIRA (OAB 38628/CE) - Processo 0011119-16.2021.8.06.0151 (processo principal 0060062-30.2019.8.06.0088) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: JOSÉ ARLINDO LOPES DA SILVA - Diante do exposto, e de tudo mais que dos autos consta, acolho o pedido da defesa e REVOGO a PRISÃO PREVENTIVA de JOSÉ ARLINDO LOPES DA SILVA, nos termos da legislação pátria, aplicando, porém, as seguintes medidas cautelares constantes do art. 319 do Código de Processo Penal, pois entendo necessárias à prevenção da prática de novos crimes, além de se mostrarem adequadas à gravidade da conduta do réu: I - comparecimento mensal até o dia 05 (cinco) de cada mês ao Fórum desta Comarca, para informar e justificar suas atividades, com a ressalva do período determinado pelo normas municipal e estadual referente à PANDEMIA de COVID19. II recolhimento domiciliar nos períodos noturnos de 19:00h da noite até às 06h00 da manhã do dia seguinte e nos dias de folga; III - proibição de ausentar-se da Comarca salvo autorizado por este juízo; IV- monitoramento eletrônico pelo prazo de seis meses, sendo que o perímetro de circulação pode abranger o deslocamento da residencia do réu ao seu local de trabalho. As medidas cautelares estabelecidas na presente decisão deverão ser rigorosamente observadas pelo indiciado, que assinará termo para tal compromisso, sob pena de revogação das cautelares. Expeça-se Alvará de Soltura, fazendo constar o termo de compromisso para devida assinatura do réu. Por fim, vale ressaltar que tal decisão tem natureza interlocutória, contudo, tendo em vista que o respectivo pedido foi submetido a autuação própria determino que esta decisão seja registrada como sentença para fins de regular organização do feito. Após certificado o trânsito em julgado, junte-se cópia da presente decisão aos autos do processo principal e arquive-se. Expedientes necessários. Sem custas. Ciência ao representante do M.P e a defesa.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
JUIZ(A) DE DIREITO WELITHON ALVES DE MESQUITA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NATÉRCIA PIRES NOBRE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: DANIEL QUEIROZ DA SILVA (OAB 40871/CE) - Processo 0011152-06.2021.8.06.0151 (processo principal 0001735-97.2019.8.06.0151) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Raul Pinheiro Carvalho - I. RELATÓRIO Vistos etc. Cuida-se de requerimento formulado pela defesa do réu RAUL PINHEIRO CARVALHO, já devidamente qualificado nos autos da ação penal apensa, denunciado com incurso nos delitos previstos nos Arts. 33, § 1º, inciso III, art. 35 da Lei n° 11.343/06 e art. 244-B do ECA, cujo é acusado de em contexto de associação criminosa para o tráfico de drogas, sido flagrado armazenando drogas em sua residência, destinadas à mercancia. Requereu a defesa do denunciado, (págs. 01/09), a revogação das medidas cautelares diversas da prisão, aplicadas em seu favor em 11.12.2019, (págs. 233/234, autos principais), sustentando o lapso temporal decorrido, o que caracterizaria desnecessidade e inadequação de tais, conforme elenca. Sustenta ainda que passados mais de 02 (dois) anos de constante vigilância monitorada por meio de tornozeleira eletrônica, não há risco reiteração delitiva. Acostou aos autos, via das decisões proferidas em sede de Ação Penal; Procuração Ad Judicia; Acórdão TJCE e cópia do Alvará de Soltura, (págs. 10/47). O Ministério Público ofertou parecer parcialmente favorável ao pedido, no sentido de revogar o monitoramento eletrônico, mantendo outras cautelares já impostas, vez que ainda persiste a necessidade de garantir a ordem pública. Vieram os autos conclusos. É o que pertine relatar. Passo à decisão. II. FUNDAMENTAÇÃO Analisando os autos da ação penal apensa, extraí-se que o denunciado é acusado de, em comparsaria, em contexto de associação criminosa para o tráfico de drogas, sido flagrado armazenando drogas em sua residência, destinadas à mercancia. Consta na denúncia que na ocasião de interceptações telefônicas e cumprimento de mandados de busca e apreensão, foram encontrados na residência dos acusados 50 g (cinquenta gramas) de cocaína, balança de precisão, várias embalagens plásticas e ligas próprias para o acondicionamento de drogas, estilete, diversas anotações e recibos, escondidos numa caixa de sapato, tudo isso, conforme auto de apreensão acostado pág. 14. Em que pese o corréu RAIMUNDO JÂNIO LIMA, haver negado a propriedade das apreenssões, afirmando que as drogas e os materiais encontrados eram de propriedade de RAUL, ora requerente, a equipe de polícia deslocou-se até o estabelecimento comercial pertencente à família, ocasião em que foram encontradas mais 02 (duas) balanças de precisão, sendo que uma delas era da mesma marca e modelo da que havia sido encontrada na casa de JÂNIO, além de diversos medicamentos (paracetamol, nimesulida e dipirona) destinados, irregularmente, à venda. O requerente fora preso em flagrante e teve sua prisão preventiva decretada em 28.02.2019, sendo mantida em audiência de custódia, conforme termo de audiência datado de 07.03.2019, (págs. 92/100). Em ato posterior, por acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, fora concedida ordem de habeas corpus ao paciente RAUL PINHEIRO CARVALHO, relaxando a prisão preventiva e a substituindo por medidas cautelares diversas. No caso dos autos, ao decidir pela aplicação das medidas cautelares diversas da prisão (págs. 233/234), o Juízo entendeu ser necessária a aplicação das medidas cautelares para garantia da ordem pública, a fim de evitar a reiteração criminosa, quais sejam: de: a) Comparecimento quinzenal em juízo para informar e justificar suas atividades e atualizar seu endereço; b) Proibição de manter contato com a vítima e seus familiares; c) Proibição de se ausentar da comarca por mais de 08 (oito) dias sem autorização judicial; d) Proibição de frequentar bares, casas noturnas, festas e estabelecimentos congêneres;e) Proibição de permanecer na rua após as 22 (vinte e duas) horas, bem como permanecer recolhida em seu domicílio nos dias de feriado e finais de semana, sob pena de incidir a hipótese prevista na última parte, do art. 316 do CPP; e f) Monitoração eletrônica. Como bem descreve a representante ministerial em seu parecer, não há, nos autos principais registros de violações ou de novos feitos criminais em desfavor do requerente, relativos ao período de monitoração eletrônica. Contudo, há que ser considerado a natureza do delito e as condutas empregadas, sendo necessário a permanência de medidas cautelares diversas a seguir indicadas, como medida de salvaguardar a ordem social e a paz pública. É cediço que é possível a prorrogação da medida cautelar diversa da prisão enquanto se mostrar necessária, razoável e proporcional. Assim, toda e qualquer espécie de medida cautelar se sujeita à cláusula da imprevisão, podendo ser revogada quando não mais presentes os motivos que a ensejaram, ou

renovada se acaso sobrevierem razões que a justifiquem. É o que dispõe o art. 282, § 5º, do CPP: Art. 282 () § 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. Este Magistrado possui entendimento de que a medida do tornozelamento eletrônico é imprescindível durante a instrução criminal processual para fins de resguardar o andamento processual, o acautelamento do processo e a aplicação da lei penal, em decorrência até mesmo de condições estruturais de manter o denunciado sob a ótica da fiscalização, com a finalidade de evitar novas violações aos dispositivos legais. No caso aqui analisado, no entanto, vejo, que o réu passou a ser fiscalizado por equipamento de monitoração eletrônica a partir de Dezembro de 2019, decorrido lapso temporal superior 02 (dois) anos, sem haver comunicação a este juízo de cometimento de novos delitos ou transgressões decorrentes da cautelares aplicadas na decisão de págs. 233234 dos autos principais. Não denoto registro nos autos principais de violações injustificadas ou de novos feitos criminais em desfavor do requerente, relativos ao período de monitoração eletrônica. Em que pese a essencialidade de medida de monitoramento eletrônico, após decorrido lapso temporal superior à 02 (dois) anos de monitoração, não houveram transgressões injustificadas comunicadas ao juízo. Contudo, conforme acima narrado, tenho como necessária a permanência de parte das medidas cautelares já aplicadas, como medida de salvaguardar a ordem social e a paz pública, considerado a natureza do delito e as condutas empregada. III. DISPOSITIVO Assim, em consonância com o Ministério Público JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedid formulado pela defesa do requerente, de modo que DEFIRO a retirada do equipamento de monitoração eletrônica do réu RAUL PINHEIRO CARVALHO, MANTENDO no entanto as cautelares a seguir delineadas: 1. Comparecimento MENSAL em juízo para informar e justificar suas atividades e atualizar seu endereço, em substituição ao comparecimento quinzenal; 2. Proibição de ausentar-se da Comarca por mais de 8 (oito) dias sem autorização judicial; 3. Proibição de frequentar bares, casas noturnas, festas e estabelecimentos congêneres; 4. Não voltar a delinquir. Oficie-se á Central de Monitoramento para providências necessárias. Intime-se o réu, através de sua defesa, a respeito do presente decisum, bem como para devolver o aparelho de monitoramento eletrônico à Central de Monitoramento. Precluso o prazo para recurso, arquivem-se os presentes autos, mantendo apensados à ação penal respectiva. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0005/2022

ADV: DANIEL QUEIROZ DA SILVA (OAB 40871/CE) - Processo 0051669-53.2021.8.06.0151 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Estupro - REQUERIDO: F.W.M.N. - R. H. Defiro o pedido de habilitação do advogado signatário das págs. 23/28, aos autos principais e incidentes. Intime(m)-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0006/2022

ADV: RENATO LINO DE SOUSA NETO (OAB 37555/CE) - Processo 0051829-15.2020.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Allyson Freitas Pinheiro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os presentes autos para confecção de expedientes no sentido de dar total cumprimento à decisão de recebimento da denúncia de página 104.

COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2022

ADV: SOLANA MARIA MARTINS CARMO (OAB 6972/CE), ADV: PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO (OAB 21111/CE) - Processo 0000190-26.2015.8.06.0088 - Embargos à Execução - Nota de Crédito Rural - EMBARGANTE: José Cleidiano Batista de Oliveira - EMBARGADO: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Recebido hoje, Considerando que decorreu o prazo da parte embargante se manifestar sobre a impugnação apresentada, certidão de fl. 73, desta feita, intimem-se as partes para que informem a existência de eventuais provas que pretendem produzir, individualizando a sua necessidade para o deslinde da causa em 10 (dez) dias. Não havendo requerimento que justifique instrução processual, anúncio a possibilidade de JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Expedientes necessários.

ADV: YANA MIRIAM FERNANDES DE FREITAS (OAB 29469/CE) - Processo 0000206-97.2017.8.06.0188 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Lindoberto Lins de Oliveira e outro - Cls. Intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os documentos de fls. 70/73 e se há interesse em produção de outras provas além das que constam nos autos. Ato contínuo, anuncio o julgamento antecipado do feito, devendo os autos retornarem-me conclusos para SENTENÇA. Expedientes necessários.

ADV: JULIO CESAR OLIVEIRA PIMENTA (OAB 24246/CE) - Processo 0000570-40.2015.8.06.0188 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERIDA: F.I.L.S. - Vistos em inspeção nos termos da portaria n° 01/2021. Considerando a petição de págs. 207/209, intime-se a parte requerida para se manifestar no prazo de 10 dias. Após, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: DEODATO JOSE RAMALHO NETO (OAB 15895/CE) - Processo 0000581-79.2014.8.06.0196 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Indenização Trabalhista - EXEQUENTE: Erival Freire Ribeiro e outros - R.h. Considerando as certidões de páginas 212-216, 217-221, 222-226, 227-231, 232-235 e 236-238, notadamente os apontamentos constantes na coluna “PROCESSO” e destacados em negrito, intimem-se os exequentes, através dos seus advogados, para, no prazo de 10

(dez) dias, providenciarem a juntada das informações pendentes, descriminadas nas referidas certidões. Atendida as diligências acima, à Secretaria para: a) elaborar Precatório, mediante cadastro no Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE); b) intimar as partes, antes do envio da requisição, nas pessoas de seus(uas) respectivos(as) procuradores(as), para manifestação, no prazo de cinco dias, sobre o seu teor, com a finalidade de identificar a existência de alguma incorreção (artigo 1º, inciso III, alínea a, da Resolução nº 29/2020, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça Estadual). c) sem oposição, emitir a requisição pelo sistema SAPRE, juntando via neste processo. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO GOMES COELHO (OAB 1745/CE), ADV: JULIANO RICARDO SCHMITT (OAB 20875/SC), ADV: AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE) - Processo 0019816-70.2014.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Liminar - EXEQUENTE: China Construction Bank (brasil) Banco Multiplo S/A - Recebido hoje, Trata-se de ação de execução de titulo extrajudicial proposto por CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO SA, em face de Haydeval Oliveira Correia. Conforme certidão de fls. 64, o promovido faleceu. Certidão datada de 2014. Em oficio de fls. 155-156, o INSS informa o desconhecimento acerca da existência de dependentes, e que não identificou nenhum benefício cujo titular seja o segurado. desta feita, intime-se o autor, para regularizar o polo passivo, requerendo o que entender de direito em 15 (quinze) dias. Ao compulsar os autos constata-se que ainda não houve a sucessão do polo passivo, desde o ano de 2014. DESTA FEITA, determino a suspensão do processo pelo prazo máximo de 06 (seis) meses, nos termos do art. 313, §2º, I do CPC, devendo a parte exequente dentro do prazo acima proceder com a sucessão pelo seu espólio ou sucessores,conforme art. 110 do CPC, sob pena de extinção do processo com arrimo no art. 485, IV do CPC. Expedientes necessários.

ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE) - Processo 0052258-45.2021.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - DPVAT - REQUERENTE: Manuel de Melo Chagas - R. Hoje. Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Tendo em vista a natureza da controvérsia, demanda repetitiva em que a conciliação anterior à perícia é bastante improvável e na qual a prova técnica assume singular relevo, e considerando os princípios da razoável duração do processo (arts. 4º e 6º do CPC), da eficiência e da razoabilidade (art. 8º do CPC), buscando-se evitar atos processuais inúteis, que apenas retardariam a marcha procedimental, conclui-se ser infrutífera a realização da audiência do art. 334 do CPC antes da produção da prova pericial. Assim sendo, com suporte nos arts. 370 e 375 do CPC e levando em consideração a máxima da experiência ordinária segundo a qual, nesse tipo de demanda, a parte promovida normalmente não transige sem que haja prova pericial, reconheço esse meio probatório como essencial para que seja viabilizada a autocomposição, impondo-se sua realização antecipadamente à luz do que dispõe o art. 381, II, do CPC. Proceda-se com a inclusão deste processo no multirão a ser realizado neste Juízo. Cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal, e querendo apresentar quesitos, bem como da intimação da parte autora para fazer o mesmo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentada contestação, intime-se a parte autora para, querendo apresentar réplica. Expedientes necessários.

ADV: NATÁLIA BARBOSA TREVIZANI (OAB 40625/CE), ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE) - Processo 0052772-95.2021.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Lopes de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - CERTIFICO E DOU FÉ que, em decorrência da pandemia relacionada com a COVID-19, as audiências deverão ocorrer exclusivamente por meio remoto, através da nova plataforma de videoconferência Microsoft Teams, conforme Ofício Circular nº 115/2021-GRAPE e Ofício Circular nº 01/2021 SETIN. Certifico, ainda, que foi designada audiência de CONCILIAÇÃO, a ser realizada em 29 de Março de 2022, às 09h:30min, mediante plataforma MICROSOFT TEAMS. Quixadá/CE, 13 de Janeiro de 2022.

ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE), ADV: NATÁLIA BARBOSA TREVIZANI (OAB 40625/CE), ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE) - Processo 0052774-65.2021.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Lopes de Sousa - REQUERIDO: BANCO C6 CONSIGNADO S.A. - CERTIFICO E DOU FÉ que, em decorrência da pandemia relacionada com a COVID-19, as audiências deverão ocorrer exclusivamente por meio remoto, através da nova plataforma de videoconferência Microsoft Teams, conforme Ofício Circular nº 115/2021-GRAPE e Ofício Circular nº 01/2021 SETIN. Certifico, ainda, que foi designada audiência de CONCILIAÇÃO, a ser realizada em 29 de Março de 2022, às 10h:30min, mediante plataforma MICROSOFT TEAMS. Quixadá/CE, 13 de Janeiro de 2022.

ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE), ADV: NATÁLIA BARBOSA TREVIZANI (OAB 40625/CE) - Processo 0052779-87.2021.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Lopes de Sousa - CERTIFICO E DOU FÉ que, em decorrência da pandemia relacionada com a COVID-19, as audiências deverão ocorrer exclusivamente por meio remoto, através da nova plataforma de videoconferência Microsoft Teams, conforme Ofício Circular nº 115/2021-GRAPE e Ofício Circular nº 01/2021 SETIN. Certifico, ainda, que foi designada audiência de CONCILIAÇÃO, a ser realizada em 29 de Março de 2022, às 13h:00min, mediante plataforma MICROSOFT TEAMS. Quixadá/CE, 13 de Janeiro de 2022.

ADV: MARCELA DE SOUSA MARCOLINO CAVALCANTE (OAB 21963/CE), ADV: MARCIA DE SOUSA MARCOLINO (OAB 36792/CE), ADV: CAMILA CRISTINA ALMEIDA DE FREITAS (OAB 37003/CE), ADV: ANA JAMILLE DE SOUSA MARCOLINO (OAB 33262/CE), ADV: GABRIELA ALMEIDA SILVA (OAB 23293/CE) - Processo 0052935-75.2021.8.06.0151 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.L.S.J. - Trata-se de Ação de Interdição com Pedido de Curatela Provisória ajuizada por Maria Luiza Soares Jorge em face de Francisca Jeska Soares Jorge. Narra exordial que a interditanda, mãe da interditante, encontra-se acometida por doenças mentais caracterizadas por agressividade hétero-dirigida, inquietação psicomotora, insônia, apreensão, dificuldades de aprendizado e rebaixamento de humor, com diagnose inicial CID 10: F41.2/F60.9. A mesma, conforme narra a Petição, já cuida faticamente de garantir o bem-estar de sua genitora, tendo o aval de seu genitor e de seu irmão capaz, objetivando tutela jurisdicional para zelar pelos interesses da mesma inclusive na esfera patriminial, gerenciando sem benefício previdenciário em prol da demandada e de sua condição existencial. Requer, dentre outros pedidos, a curatela provisória concedida por liminar. Eis o relato. Decido. Dispõe o art. 749 do CPC que incumbe ao autor, na petição inicial, especificar os fatos que demonstram a incapacidade do interditando para administrar seus bens e, se for o caso, para praticar atos da vida civil, bem como o momento em que a incapacidade se revelou. Dispõe, ainda, que a legitimidade para propor ação é de membro da família que se dispor à exercer a curatela, conforme roll do art. 747 e comprovada documentalmente o que fora plenamente subsumido, em razão da relação de parentesco comprovada entre as partes, além da aquiescência da genitora da interditada e de seus outros irmãos, conforme documentos anexados a petição. O art. 300, caput, do CPC, deixa claro que os requisitos comuns para a concessão da tutela provisória de urgência, seja ela antecipada ou cautelar são: 1) probabilidade do direito (fumus boni iuris); e 2) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora). O fumus boni iuris foi comprovado pelo atestado médico que a interditanda é portadora de doença mental com CID CID 10: F41.2/F60.9 , aparentemente impedindo, assim, a prática de atos da vida civil pela mesma, além dos argumentos mencionados sobre o apontado como curador. O periculum in mora, por sua vez, resta presente diante da necessidade urgente de se cumprir formalidades a fim de que possa representá-

lo nos atos da vida civil, sobretudo na adequada gestão dos recursos fundamentais à sua manutenção, junto ao INSS. Assim, é forçoso conceder a medida antecipatória vindicada pela parte requerente. Processualmente, impende ressaltar que, não obstante já esteja decretada a interdição e seja incontroversa a necessidade de nomeação de novo curador, em substituição à curadora falecida, tal pretensão demanda ampla cognição e deve ser deduzida em ação própria, na qual deverão ser apuradas as condições daquele que pretende a nomeação de exercer o encargo, visando resguardar os interesses do interdito (TJ/RS, AI 70052442126, Relator Desembargador SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES). Dessa forma, considerando a relação de parentesco da parte autora com o interditando, bem como a necessidade premente de possuir um curador provisório para auxiliá-lo para atos da vida cotidiana e representá-lo junto ao INSS, entendo que a tutela provisória deve ser deferida. Ante o exposto, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela e NOMEIO a interessada MARIA LUIZA SOARES JORGE, como curadora provisória de FRANCISCA JESKA SOARES JORGE, com observância dos critérios legais, até ulterior decisão deste juízo, ficando a curadora ciente que não poderá vender ou gravar de ônus reais os bens do interditado, acaso existentes, sem autorização judicial. Esclareça-se à curadora nomeada que os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado, com a devida prestação de contas quando requisitado por este juízo. Preste-se o compromisso. Ademais, prossiga o feito com a designação de data para a entrevista da interditanda. Verifique-se no SIPER - para nomeação de Assistente Social para os fins de elaboração de estudo social do caso no prazo de 30 (trinta) dias. Expeça-se ofício a Secretaria de Saúde CAPS, através do NURF, para designar médico perito, para encaminhamento do(a) curatelando(a) para a realização da perícia médica, constando os quesitos formulados. De logo, formulo os seguintes quesitos, a saber: O(a) curatelando(a) é portador(a) de doença ? Em caso positivo, qual a doença e qual o código? Em virtude da doença, o(a) curatelando(a) é impedido de exercer os atos da vida civil? O(a) curatelando(a) é capaz de reger a sua vida e administrar os seus bens? A enfermidade tem caráter transitório ou é definitiva? O perito deverá esclarecer outras questões que reputar pertinentes no sentido de averiguar possível regeneração do curatelando. Expeça-se certidão de antecedentes criminais da parte autora. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: NATÁLIA BARBOSA TREVIZANI (OAB 40625/CE), ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE) - Processo 0052965-13.2021.8.06.0151 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.I.C.S. - Visto em conclusão. Defiro a gratuidade judiciária. Trata-se de Ação de Curatela com pedido de Curatela Provisória promovida por ALBANIZA INÁCIO CARNEIRO DA SILVA, em face de JOCELIO CARNEIRO DA SILVA. Importante, destacar de início, que com o advento da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a curatela constitui-se uma medida excepcional, nos termos do art. 84, §1º, da mencionada lei. E somente em caso de relevância e urgência, será permitido ao juiz nomear curador provisório. Compulsando os autos, verifico que a requerente é genitora do interditando e que ele sofreu grave acidente de motocicleta e desde 14 de outubro de 2021 se encontra internado, e que encontra-se acamado, traqueostomizado e não possui condições de realizar atividades diárias e atos da vida civil. Assim, pelos documentos acostados aos autos, verifico que é possível aferir, em análise sumária, a incapacidade relativa do curatelando para os atos da vida civil. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi assinada em 30 de março de 2007, ratificada pelo Brasil em 1º de agosto de 2008 e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. É o primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado que obedece ao rito do artigo 5º, § 3º, da Constituição da República. Obtendo portanto, equivalência de norma constitucional. Desta feita, considerando as disposições da nova Lei 13.146/2015, todas as pessoas com deficiência, passam a ser em regra, plenamente capazes para o direito civil. Destaco de outro lado, que os obstáculos da vida do cotidiano, não são aptos, por si só, a caracterizar uma incapacidade relativa. Ressalto, a deficiência por si só, não gera uma incapacidade civil, conforme a LBI, e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Todavia demonstrado nos autos, o quadro incapacitante do curatelando, mormente pelo laudo de p. 13 e atestado médico de p. 15. Posto isto,DEFIRO o pedido de curatela provisória. Intime-se para realização de audiência de entrevista que poderá ser realizada por meio de videoconferência, devendo a parte autora fornecer o telefone de contato. Oficie-se para o Hospital para fins de realização de estudo social, no prazo de 20 (vinte dias), uma vez que o curatelando encontra-se internado, Ainda, oficie-se ao Hospital para fins de realização de preencimento de laudo pericial , constando os quesitos formulados, a saber: O(a) curatelando(a) é portador(a) de doença ? Em caso positivo, qual a doença e qual o código? Em virtude da doença, o(a) curatelando(a) é impedido de exercer os atos da vida civil? O(a) curatelando(a) é capaz de reger a sua vida e administrar os seus bens? A enfermidade tem caráter transitório ou é definitiva? O perito deverá esclarecer outras questões que reputar pertinentes no sentido de averiguar possível regeneração do curatelando. Ciência ao Ministério Público que intervirá no presente feito como fiscal da ordem jurídica, com fulcro no art. 752, §1º NPCP. Designe-se audiência de entrevista, devendo a Secretaria de Vara entrar em contato com os causídicos para melhor forma de viabilizar a audiência por meio de videoconferência.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2022

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO (OAB 21111/CE), ADV: MARLA ISEUDA DA SILVA BARROS (OAB 34912/CE), ADV: MARIA LUCIMARA SARAIVA LEMOS (OAB 36683/CE) - Processo 0000417-17.2014.8.06.0196 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Pagamento - EXEQUENTE: Antonia Diodenia Constantino Serafim -

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0001446-19.2009.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Taxa Judiciária - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Cls. Renove-se o despacho de fls. 409, qual seja: Intime-se o devedor para Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a penhora via bacen jud, COM URGÊNCIA. À secretaria proceda a atualização do cadastro dos novos causídicos do Exequente conforme fls. 459. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO VANNUTH MENEZES DE SOUSA (OAB 43311/CE) - Processo 0011236-41.2020.8.06.0151 (processo principal 0050177-60.2020.8.06.0151) - Exibição de Documento ou Coisa Cível - Guarda - REQUERENTE: Lucileide Firmino Ferreira e outros -

ADV: SABRINA RIBEIRO NOLASCO (OAB 26525/CE) - Processo 0030337-69.2017.8.06.0151 (apensado ao processo 0010577-95.2021.8.06.0151) - Execução Contra a Fazenda Pública - Execução Contratual - EXEQUENTE: Ecoservice Construçoes e Serviços Ltda - ME - Vistos, etc. Considerando que a ação de embargo à execução foi julgada improcedente, conforme informação contida na certidão de fl. 81, intime-se a parte exequente para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO RAMON HOLANDA DOS SANTOS (OAB 24164/CE), ADV: FELIPE NUNES MENDES (OAB 34064/CE) - Processo 0050142-03.2020.8.06.0151 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.N. - Recebido hoje, Intime-se a parte autora, para emendar a inicial, retificando o nome da parte requerida em 15 (quinze) dias. Após, cumpra-se o despacho de

fls. 26. Expedientes necessários.

ADV: MARCIO SANTANA BATISTA (OAB 257034/SP) - Processo 0200100-92.2022.8.06.0151 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Visto em conclusão. Antes de proceder com análise da liminar requerida, intime-se a parte autora para proceder com emenda à inicial no prazo de 15 (quinze) dias para fins de individualização do bem , conforme documentação acostada nos autos. Em seguida, retornem-me os autos conclusos para DECISÃO.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
JUIZ(A) DE DIREITO GISELLI LIMA DE SOUSA TAVARES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARINA LIMA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2022

ADV: EUDES JOHNSONS TAVARES PINHEIRO (OAB 23654/CE) - Processo 0000379-57.2013.8.06.0190 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERIDA: Iracy Duarte Dantas - Vistos, etc. Trata-se de PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 162/163. Intime(m)-se a(s) parte(s) devedora(s), através de seu advogado, nos termos do artigo 513, § 2º, inciso I, do Código de Processo Civil, para pagar o valor de R$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais), acrescido das custas processuais, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante prevê o artigo 523, caput, do mesmo diploma legal. Não ocorrendo o pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários advocatícios, fixados igualmente em 10% (dez por cento) artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Advirta-se a parte devedora, ainda, que decorrido o prazo de pagamento voluntário, independentemente de intimação, terá início a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para a impugnação (artigo 525, caput, do Código de Processo Civil), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). À Secretaria de Vara para alterar a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Expedientes necessários.

COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: FRANCISCO RAMON HOLANDA DOS SANTOS (OAB 24164-0/CE) - Processo 0000043-14.2017.8.06.0190 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Zeneide Monteiro de Lima - Banco Bradesco Financiamentos S.a - Dado o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos autorais para declarar a inexistência do Contrato de Empréstimo Consignado de nº 805336954 firmado em desfavor da autora, bem como condenar o Banco Bradesco Financiamentos S/A à repetição em dobro dos valores já descontados indevidamente do benefício previdenciário dela, corrigidos monetariamente pelo INPC a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), bem como juros moratórios de 1% ao mês a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 STJ), deduzindo posteriormente o que já houver adiantado com a transferência oriunda do empréstimo. Outrossim, condeno a instituição financeira ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por dano moral, corrigidos monetariamente pelo INPC a partir desta sentença (súmula 362 do STJ) e acrescido de juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês) a partir da citação. Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes a pagarem custas e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos dos artigos 85, §2º, e 86, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, mas cuja cobrança e exigibilidade ficarão suspensas para o promovente por até 5 (cinco) anos, na forma do art. 98, § 3.º do CPC, até que sobrevenha prova da insubsistência dos motivos que deram causa ao benefício da gratuidade judiciária. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JOSE DE ASSIS RODRIGUES (OAB 5901/CE) - Processo 0000113-80.2016.8.06.0088 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cicero Sampaio Silva - Ante o exposto, considerando tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, I, do CPC e nos entendimentos jurisprudenciais colacionados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos autorais, extinguindo o processo com resolução do mérito. Condeno o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes no importe de 10% (dez por cento) do valor da causa. Em razão de ter sido concedida à(o) autor(a) a gratuidade da justiça, fica, pois, suspensa a exigibilidade do pagamento das obrigações decorrentes de sua sucumbência (CPC, art. 98, §§ 2º e 3º) até que se prove a insubsistência dos motivos que deram ensejo ao benefício no prazo de 5 anos. Publicação e Registro no SAJ. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: MARLA ISEUDA DA SILVA BARROS (OAB 34912/CE) - Processo 0000171-20.2015.8.06.0088 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maria Marinês Matos Peixoto - Ante o exposto, considerando tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, I, do CPC e nos entendimentos jurisprudenciais colacionados, ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO para condenar o Município de Ibicuitinga ao pagamento do saldo de salário não inferior ao mínimo do ano respectivo, desde os 5 anos anteriores à propositura da ação, isto é, desde 09/04/2010 até a adequação feita em fevereiro de 2014, bem como da gratificação natalina com base na remuneração integral (13º salário) e férias anuais remuneradas com adicional de 1/3 do sobre o salário mínimo vigente, devendo os valores serem corrigidos monetariamente pelo IPCA-E, desde o vencimento das obrigações, com incidência de juros de mora na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009. Devem ser efetuados, também, os respectivos descontos a título de recolhimento previdenciário. Tendo em vista a sucumbência mínima da parte autora, as custas deverão ser arcadas pelo requerido. Outrossim, condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, no importe de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Resta dispensado o pagamento de custas ao Município de Ibicuitinga/CE, na forma da lei. Sentença sujeita ao duplo grau necessário considerando a iliquidez e o entendimento firmado no Recurso Especial 1741538/PR pela 2ª Turma do STJ julgado em 05/06/2018 (DJe 23/11/2018) e na Súmula 490 do STJ. Publicação e Registro no SAJ. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: LUAN RIBEIRO DE BORBA (OAB 29906/CE), ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE) - Processo 0023941-52.2012.8.06.0151 (apensado ao processo 0026510-60.2011.8.06.0151) - Embargos à Execução - Pagamento em Consignação - EMBARGANTE: Comercial de Veículos Peças e Serviços Ltda - EMBARGADO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Ante o exposto,

com fulcro no art. 485, inciso VIII e art. 775, parágrafo único, inciso I, ambos do CPC, EXTINGO O FEITO sem resolução do mérito, condenando o embargado ao pagamento de custa e honorários advocatícios à parte adversa, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 90 c/c art. 85, §2º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.

ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE), ADV: LUAN RIBEIRO DE BORBA (OAB 29906/CE) - Processo 0026510-60.2011.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - REQUERIDO: Comercial de Veiculos Peças e Serviços e outros - Ante o exposto, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC, HOMOLOGO a desistência formulada e EXTINGO O FEITO sem resolução do mérito. Sem mais custas, por já recolhidas às páginas 13 e 14. Condeno o autor desistente ao pagamento de honorários advocatícios à parte adversa, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 90 c/c art. 85, §2º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.

ADV: JOSE NEWTON FREITAS FILHO (OAB 15833/CE), ADV: EVANELISA MARIA DE SOUSA (OAB 28400-0/CE), ADV: CAIRO DE SOUSA VASCONCELOS (OAB 29712-0/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE), ADV: LEONARDO GOMES VASCONCELOS (OAB 24417-0/CE) - Processo 0027346-57.2016.8.06.0151 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Renato de Araujo Carneiro - REQUERIDO: Banco do Brasil - Diante do exposto, atento à fundamentação expendida, julgo o processo EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, assim o fazendo com esteio no art. 487, inciso II, do CPC/2015, tendo em vista incidência da prescrição quinquenal da pretensão executória individual de sentença coletiva. Condeno o requerente ao pagamento de custas e honorários ao advogado do réu, estes no percentual de 10% sobre o valor da causa. Publique-se Registre-se e Intimem-se. Transitado em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JULIO CESAR OLIVEIRA PIMENTA (OAB 24246/CE) - Processo 0051108-63.2020.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Luis de Moura Moraes - ISTO POSTO, extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso I do CPC/2015, julgando IMPROCEDENTE o pedido de anulação de multas pelos fundamentos acima expostos. Condeno o requerente ao pagamento de custas e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos dos artigos 85, §2º do Código de Processo Civil, mas cuja cobrança e exigibilidade ficarão suspensas por até 5 (cinco) anos, na forma do art. 98, § 3.º do CPC, até que se comprove insubsistência dos motivos que deram causa à gratuidade judiciária. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVAS DOS SANTOS (OAB 35180A/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE) - Processo 0051219-13.2021.8.06.0151 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - DISPOSITIVO Ex positis, com fulcro na legislação de regência, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA apresentada (art. 485, VIII, do CPC), extinguindo o feito sem resolução do mérito. P.R.I. Sem custas adicionais. Dê-se baixa nas restrições eventualmente determinadas pelo juízo. Recolha-se o mandado de busca e apreensão. Estabelecido o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais.

ADV: MARIA APARECIDA DA SILVA (OAB 36017/CE) - Processo 0051586-71.2020.8.06.0151 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERIDA: E.V.S. - DISPOSITIVO Assim, com fulcro no artigo 924, II do CPC, julgo extinta a presente execução de alimentos e determino o arquivamento dos autos Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: HARNESSON CARNEIRO DE LIMA (OAB 21656/CE) - Processo 0051887-81.2021.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daiane Maia de Oliveira - Recebi hoje. Intime-se o autor para se manifestar sobre os termos da contestação, no prazo de 15 dias. Expedientes necessários.

ADV: IBERNON DE OLIVEIRA LIMA (OAB 30268/CE) - Processo 0052464-59.2021.8.06.0151 (apensado ao processo 0052271-44.2021.8.06.0151) - Cumprimento Provisório de Decisão - Prestação de Alimentos - REQUERIDO: Ibernon de Oliveia Lima - Com uma análise detida nos autos, pude observar que o devedor de alimentos pagou o débito alimentar, razão pela qual o próprio exequente requereu a extinção do processo devido ao pagamento, consoante petição de página 186. Tendo em consideração que o pagamento é uma das formas mais robustas de extinção da obrigação, reconheço a configuração de tal instituto no presente feito, pelo que a declaro extinta a presente execução de título exrtrajudicial, em face de sua quitação (art. 924, II, do CPC). Outrossim, considerando que a modificação do valor de pensão alimentícia fixada a título provisório deve ser requerida na ação de alimentos correspondente, deixo de apreciar os pedidos insertos na petição de página 187, vista a inadequação da via eleita. P.R.I. Empós, diante do patente desinteresse recursal de ambas as partes, determino a certificação do trânsito em julgado, com o arquivamento dos autos, com as cautelas devidas.

ADV: FLAVIA REGINA CABRAL DE OLIVEIRA (OAB 29485/CE) - Processo 0052921-91.2021.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aristoteles dos Santos - Recebi hoje. Inicial em termos. Defiro a gratuidade nos termos dos art. 98 e 99 do CPC. Ainda, inverto o ônus da prova em favor do consumidor, pois patente sua hipossuficiência (art. 6º, VIII do CDC), sendo esta medida necessária para garantia de verdadeiro acesso à Justiça (art. 5º, XXXV da CF). Destaco, nesse ponto, que, partindo-se da premissa legal básica que reconhece, expressamente, a vulnerabilidade social, cultural e econômica do consumidor dentro do mercado de consumo e em face do fornecedor - artigo 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor -, a figura do autor há de receber, em caráter obrigatório, do nosso atual Ordenamento Jurídico, as benesses de uma interpretação mais favorável. Logo, aferidos os aspectos fáticos probatórios peculiares do caso concreto, entendo que a inversão do ônus da prova é mecanismo de garantia da isonomia processual, pelo que seu deferimento se impõe. Ainda, por versar a lide sobre direitos que admitem transação e nos termos do art. 334 do CPC, designe a secretaria audiência de conciliação, a ser realizada pelo Cejusc desta Comarca de Quixadá, devendo a secretaria, no expediente destinado à intimação dos participantes da videoconferência, encaminhar as instruções para uso da ferramenta por computador ou celular, conforme modelo confeccionado por este juízo. Cite-se o réu para comparecer à audiência, frisando-se que terá o prazo de 15 (quinze) dias para oferecer contestação, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação e mediação se não houver autocomposição. Saliente-se que em caso de oposição à realização da audiência, deverá apresentar petição manifestando desinteresse na autocomposição com pelos menos 10 dias de antecedência, contados da data da audiência. Advirtam-se as partes de que deverão comparecer à audiência virtual, acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos, bem como que o não comparecimento injustificado do autor e/ou dos réus à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois porcento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado, nos temos do art. 334, §8º e 9ºdo CPC. Expedientes necessários.

ADV: FLAVIA REGINA CABRAL DE OLIVEIRA (OAB 29485/CE) - Processo 0052921-91.2021.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aristoteles dos Santos - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 38/204 do DJ-e que circulou em 29/01/2021, Capítulo IV, Seção III, artigos 129 a 133, págs. 79 à 88 emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, por

ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Unidade Judiciária, Dr(a). Adriano Ribeiro Furtado Barbosa, seguem os autos para citação/ intimação das partes para que compareçam à audiência de Conciliação designada para o dia 19 de abril de 2022, às 08:30h, por meio de videoconferência (Plataforma MICROSOFT TEAMS), conforme orientações de págs. 25/27. Os advogados/ defensores, o membro do Ministério Público e as partes deverão enviar, ao e-mail de contato da CEJUSC: cejusc.quixada@ tjce.jus.br ou ao telefone celular /WhatsApp da CEJUSC (88) 98876-6670 impreterivelmente até a véspera do ato, o número de telefone para recebimento do link de acesso à videoconferência. Para acompanhamento da audiência, o advogado e as partes necessitarão baixar o aplicativo MICROSOFT TEAMS e acessar o link da audiência que estará disponível nos autos ou enviado, na data da audiência, ao telefone informado.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JOÃO VICTOR DA SILVA SERAFIM (OAB 41377/ CE) - Processo 0062155-63.2019.8.06.0088 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Max Weber Cortes Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - ISTO POSTO, extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso I do CPC/2015, julgando IMPROCEDENTE o pedido declaratório de inexistência de dívida e de indenização por dano moral pelos fundamentos acima expostos. Condeno o requerente ao pagamento de custas e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos dos artigos 85, §2º do Código de Processo Civil, mas cuja cobrança e exigibilidade ficarão suspensas por até 5 (cinco) anos, na forma do art. 98, § 3.º do CPC, até que se comprove insubsistência dos motivos que deram causa à gratuidade judiciária. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO MAILSON DE OLIVEIRA SILVA (OAB 26527/CE) - Processo 0070549-64.2019.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Contribuição de Iluminação Pública - REQUERENTE: Francisco Mailson de Oliveira Silva - Diante do exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO deste processo, o que faço com amparo no art. 290 do Código de Processo Civil.

ADV: EMANUELE FERREIRA NOBRE (OAB 26038/CE) - Processo 0200073-12.2022.8.06.0151 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: N.C.S.L. - Recebi hoje. Recebo a Petição Inicial, tendo em vista estarem preenchidos todos os seus requisitos, no termos dos arts. 319 e seguintes do Código de Processo Civil (NCPC). Defiro o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita, ante a declaração da parte interessada de ser ela necessitada e se achar em condição de pobreza jurídica (art. 99, §3°, do Novo Código de Processo Civil). Ademais, à luz das informações colacionados aos autos, sobretudo diante da verossimilhança das alegações quanto à modificação do contexto financeiro em que vive o genitor, majoro provisoriamente a prestação alimentícia devida, fixando-a em 1 (um) salário-mínimo. Trata-se de valor que se revela mais condizente com as necessidades da requerente, a qual possui gastos com sua formação em ensino superior, cabendo assentar que, após a instrução necessária dos fatos, referida quantia poderá sofrer nova alteração a fim de adequar-se ao patamar justo com base na realidade em que vivem as partes. Designe-se audiência de mediação, a se realizar perante conciliador habilitado, mediante sistema de videoconferência, devendo a secretaria, no expediente destinado à intimação dos participantes da videoconferência, encaminhar as instruções para uso da ferramenta por computador ou celular, conforme modelo confeccionado por este juízo. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer, ainda que virtualmente, à audiência, frisando-se que terá o prazo de 15 (quinze) dias para oferecer contestação, cujo termo inicial será a data da audiência de mediação, ou, quando qualquer parte não comparecer, ou comparecendo, não houver autocomposição. Advirtam-se as partes de que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos, bem como que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado, nos temos do art. 334, §8º e 9ºdo CPC. Intime-se a parte autora para que compareça a audiência. Intime-se, também, o representante do Ministério Público para intervir em todos os atos do processo (art. 178 c/c art. 698, NCPC). Expedientes necessários.

ADV: EMANUELE FERREIRA NOBRE (OAB 26038/CE) - Processo 0200073-12.2022.8.06.0151 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: N.C.S.L. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 38/204 do DJ-e que circulou em 29/01/2021, Capítulo IV, Seção III, artigos 129 a 133, págs. 79 à 88 emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Unidade Judiciária, Dr(a). Adriano Ribeiro Furtado Barbosa, seguem os autos para citação/ intimação das partes para que compareçam à audiência de Conciliação designada para o dia 12 de abril de 2022, às 16:00h, por meio de videoconferência (Plataforma MICROSOFT TEAMS), conforme orientações de págs. 54/56. Os advogados/defensores, o membro do Ministério Público e as partes deverão enviar, ao e-mail de contato da CEJUSC: cejusc.quixada@tjce.jus.br ou ao telefone celular /WhatsApp da CEJUSC (88) 98876-6670 impreterivelmente até a véspera do ato, o número de telefone para recebimento do link de acesso à videoconferência. Para acompanhamento da audiência, o advogado e as partes necessitarão baixar o aplicativo MICROSOFT TEAMS e acessar o link da audiência que estará disponível nos autos ou enviado, na data da audiência, ao telefone informado.

ADV: EVANDO TAVARES DE LIMA FILHO (OAB 25270/CE) - Processo 0200091-33.2022.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: M.I.C.C. - Recebi hoje. Processe-se em segredo de justiça, consoante do art. 189, II, do CPC. Recebo a Petição Inicial, tendo em vista estarem preenchidos todos os seus requisitos, no termos dos arts. 319 e seguintes do Código de Processo Civil (NCPC). Defiro o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita, ante a declaração da parte interessada de ser ela necessitada e se achar em condição de pobreza jurídica (art. 99, §3°, do Novo Código de Processo Civil). Diante da ausência de elementos concretos que evidenciem a renda mensal do genitor, bem como à luz de uma cognição sumária própria desta fase processual, arbitro os alimentos provisórios em favor do menor requerente em 20% (vinte por cento) do Salário-Mínimo, a serem pagos, mensalmente pelo genitor, sendo o valor depositado na conta bancária de titularidade da genitora, até o 05º dia útil de cada mês. Designe-se audiência de mediação, a se realizar perante conciliador habilitado, mediante sistema de videoconferência, devendo a secretaria, no expediente destinado à intimação dos participantes da videoconferência, encaminhar as instruções para uso da ferramenta por computador ou celular, conforme modelo confeccionado por este juízo. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer, ainda que virtualmente, à audiência, frisando-se que terá o prazo de 15 (quinze) dias para oferecer contestação, cujo termo inicial será a data da audiência de mediação, ou, quando qualquer parte não comparecer, ou comparecendo, não houver autocomposição. Advirtam-se as partes de que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos, bem como que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado, nos temos do art. 334, §8º e 9ºdo CPC. Intime-se a parte autora para que compareça a audiência. Intime-se, também, o representante do Ministério Público para intervir em todos os atos do processo (art. 178 c/c art. 698, NCPC). Expedientes necessários.

ADV: EVANDO TAVARES DE LIMA FILHO (OAB 25270/CE) - Processo 0200091-33.2022.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: M.I.C.C. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 38/204

do DJ-e que circulou em 29/01/2021, Capítulo IV, Seção III, artigos 129 a 133, págs. 79 à 88 emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, por ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade Judiciária, Dr. Adriano Ribeiro furtado Barbosa, seguem os autos para citação/ intimação das partes para que compareçam à audiência de Conciliação designada para o dia 12 de abril de 2022, às 14:00h, por meio de videoconferência (Plataforma MICROSOFT TEAMS), conforme orientações de págs. 18/20. Os advogados/defensores, o membro do Ministério Público e as partes deverão enviar, ao e-mail de contato da CEJUSC: cejusc.quixada@tjce.jus.br ou ao telefone celular /WhatsApp da CEJUSC (88) 98876-6670 impreterivelmente até a véspera do ato, o número de telefone para recebimento do link de acesso à videoconferência. Para acompanhamento da audiência, o advogado e as partes necessitarão baixar o aplicativo MICROSOFT TEAMS e acessar o link da audiência que estará disponível nos autos ou enviado, na data da audiência, ao telefone informado.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: SAMUEL NUNES DA SILVA (OAB 30465-1/CE) - Processo 0000805-30.2017.8.06.0190 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Lucilene Pereira de Melo - Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na exordial, reconhecendo a incapacidade relativa (art. 4º, inciso III, CC/02) de Lucilane Pereira da Silva e, em consequência, decretando sua interdição, nomeando-lhe como curadora definitiva e exclusiva sua mãe Lucilene Pereira de Melo, que passará a representa-la em todos os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, nos termos do art. 757 do CPC c/c art. 85 da Lei 13.146/2015. Sem custas e honorários advocatícios sucumbenciais. Considerando perícia médica psiquiátrica sem deslocamento realizada por ordem judicial (páginas 42/43), fixo o valor dos honorários periciais no montante de R$160,65 a serem pagos pelo Estado, conforme valores reajustados pela Portaria nº 598/2019 da Presidência do Tribunal de Justiça, os quais devem ser pagos por intermédio do sistema SIPER, nos termos da Resolução 04/2017 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceara, providenciando-se o cadastro do profissional Dr. Carlos Magno C. Barroso (CRM-5629) se necessário. À Secretaria de Vara para proceder com o requerimento de pagamento ao perito, nos termos da resolução acima citada. Considerando perícia social com deslocamento realizada por ordem judicial (páginas 63 a 65), fixo o valor dos honorários periciais no montante de R$ 214,21, correspondente ao valor reajustado pela Portaria nº 598/2019 da Presidência do Tribunal de Justiça, a serem pagos pelo Estado por intermédio do sistema SIPER, providenciando-se o cadastro da profissional Dra. Maria Auxiliadora Silva Vieira de Araújo (CRESS-5530 3ª Região/CE) se necessário for. À Secretaria de Vara para proceder com o requerimento de pagamento ao perito, nos termos da resolução acima citada. Publique-se, registre-se e intimem-se, atentando que, nos termos do art. 755, §3º do CPC, a presente sentença de interdição será inscrita no registro de pessoas naturais (art. 9º, inciso III do CC) e imediatamente publicada no DJe e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez, e no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da pessoa interdita e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela. Após o trânsito em julgado, intime-se a curadora, para prestar compromisso definitivo de exercer correta e regularmente o encargo, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 759, inciso I do CPC. Após cumpridos os expedientes necessários e as anotações e baixas de praxe, remetam-se os autos ao arquivo.

ADV: LUCAS AUGUSTO PRACA COSTA (OAB 223110/SP), ADV: FABRICIO AUGUSTO BAGGIO GUERSONI (OAB 168740/SP) - Processo 0052858-66.2021.8.06.0151 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Sociedade Regional de Ensino e Saude S/s Ltda -; Faculdade e Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic e outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 13/179 do DJ-e que circulou em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo e por ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá/CE, Dr. Adriano Ribeiro Furtado Barbosa, fica a parte autora devidamente intimada para recolher as custas inerentes à diligência do Oficial de Justiça no tocante ao cumprimento do mandado de citação do executado, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCIO SANTANA BATISTA (OAB 257034/SP) - Processo 0200108-69.2022.8.06.0151 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Assim, cumpridos os requisitos autorizadores da medida, DEFIRO A LIMINAR de busca e apreensão do bem descrito na vestibular. Expeça-se mandado de busca e apreensão. Apreendido o bem, seja ele depositado em mãos do autor, na pessoa do representante a ser por este indicado, lavrando-se o termo de compromisso do fiel depositário. Após o cumprimento da liminar, cite-se o(a) devedor(a) para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida indicada na petição inicial, hipótese em que lhe será restituído o bem livre do ônus da alienação fiduciária e/ou, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente demanda, sob pena de revelia. Intime-se o autor da presente decisão.

COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: JACQUELINE CHAVES BESSA (OAB 21692/CE) - Processo 0011671-84.2012.8.06.0154 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Antonio Inacio Oliveira Santos e outros - Intime-se a advogada do acusado para que no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos endereço válido do acusado, bem como seu contato telefônico para futuras intimações de audiência. Á Secretaria para que solicite junto ao juízo deprecado a devolução com urgência da carta precatória de págs. 132, devidamente cumprida, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, intime-se o Ministério Público para se manifestar acerca da certidão de pág. 151. Expedientes necessários.

COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: MACSUEL ALVES DA SILVA (OAB 40446/PE) - Processo 0004143-52.2019.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Evair Oliveira Tavares - Recebo o cumprimento de sentença de págs. 227/229. Verifico a gratuidade judiciária concedida anteriormente. Defiro o pedido de desarquivamento. À Secretaria para que proceda ao necessário ajuste junto ao sistema SAJ, para a evolução adequada da classe do processo. Na forma do art. 513, §2º, do Código de Processo Civil, intime-se a executada (OMINI S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor de R$ 57.781,48 (cinquenta e sete mil setecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito (págs. 230/234), acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do art. 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Registre-se que, havendo pagamento parcial do débito exequendo, incidirá a multa e honorários advocatícios supramencionados sobre o valor restante. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ESTENIO RAULINO CAVALCANTE (OAB 9772/CE), ADV: EURIVALDO CARDOSO DE BRITO (OAB 16196/CE) - Processo 0010033-50.2011.8.06.0154 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Intime-se o exequente para manifestar-se sobre a petição de págs. 102/106, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0010229-20.2011.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Nota de Crédito Rural - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Intime-se o(a) requerente para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da contestação e documentos constantes às págs. 153/157. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO (OAB 10101/CE), ADV: JACY CHAGAS PINTO (OAB 10336/CE) - Processo 0011311-47.2015.8.06.0154 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Dependente de Autorização - REQUERENTE: Esthefany Oliveira Cruz Leite e outros - Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca do oficio de págs. 232/236, e esclareça a divergência do pedido, se o requerimento é para liberar os valores dos seguros ou transferir a motocicleta objeto do ofício de (págs. 232/236). Expedientes necessários.

ADV: LARISSA LOPES RODRIGUES (OAB 42327/CE) - Processo 0014018-51.2016.8.06.0154 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Nogueira da Silva e outro - Intimem-se os embargados, Antonio Nogueira da Silva e Maria Zuila da Silva Maciel, por meio do seu adgovado, para para apresentar(em) contrarrazões aos embargos de págs. 343, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art.1023 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0014768-53.2016.8.06.0154 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Intime-se o exequente para que complemente o demonstrativo de págs. 142/143, uma vez que o documento não detalha minimamente o valor atualizado da dívida, não-se possibilitando auferir sobre a evolução do débito. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para cumprimento. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO VICTOR PIMENTEL AZEVEDO (OAB 31392/CE), ADV: SOLERIA GOES ALVES (OAB 29892/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: PEDRO IGOR PIMENTEL AZEVEDO (OAB 31391/CE) - Processo 0028978-41.2018.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Roberio Pereira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Diante do retorno dos autos da instância recursal, intimem-se as partes para requererem, no prazo de 05 (cinco) dias, o que entenderem de direito. Decorrido o prazo sem manifestações, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: VANESSA DO CARMO NASCIMENTO (OAB 27349/CE), ADV: JOSE LOURINHO COELHO NETO (OAB 36559/CE) - Processo 0029733-65.2018.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: E.F.M. - Intime-se o requerente, por meio do advogado constituído nos autos, para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre a informação de págs. 123, informando o atual empregador a fim de que se proceda os descontos em folha de pagamento. Expedientes necessários.

ADV: ROMULO DE OLIVEIRA COELHO (OAB 19315/CE) - Processo 0050630-46.2020.8.06.0154 - Divórcio Litigioso - Família - REQUERENTE: A.K.F.C. - À Secretaria para que aponte data para a realização de audiência de instrução virtual. Considerando a situação de pandemia mundial do vírus COVID-19 (coronavírus), bem como a portaria nº 640/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que autoriza a realização de audiências por meio de videoconferência, visando ainda a aplicação dos princípios da celeridade e economia processual, determino a intimação das partes para que, no prazo comum de 05 (cinco) dias, apresentem seus contatos telefônicos ou e-mails, bem como de suas testemunhas, de maneira a possibilitar suas respectivas intimações para participação da audiência de instrução e julgamento por videoconferência. Advirto aos autores que cabe aos seus advogados informar ou intimar as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, nos termos do art. 455, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU (OAB 80702/MG) - Processo 0050746-18.2021.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Verifico que o pedido formulado na ação comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, do Código de Processo Civil, medida que ora anuncio. Contudo, antes da aplicação do citado instituto, e em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, determino a intimação das partes para que, no prazo comum de 05 (cinco) dias, digam se desejam produzir provas e, em caso positivo, de logo explicitem os fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em análise. Ultrapassado o prazo fixado, com ou sem manifestação das partes, retornem-me os autos conclusos para apreciação. Expedientes necessários.

ADV: MAGIDIEL PEDROSA MACHADO (OAB 15487/CE), ADV: ISMAEL PEDROSA MACHADO (OAB 15311/CE), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS MARTINS (OAB 32373/CE) - Processo 0050952-32.2021.8.06.0154 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Pedido de Liminar - REQUERENTE: L.L.C. - REQUERIDO: C.J.L.C. - Antes de apreciar o pedido de majoração dos alimentos provisórios (pgs. 299/308), verifico a necessidade de diligências no sentido de apurar os vínculos remuneratórios mantidos pelo promovido. Assim, determino à Secretaria que oficie à Unidade de Pronto Atendimento de Quixeramobim solicitando que informe, no prazo de 05 (cinco) dias, os períodos em que o promovido, Cristóvão Jackson Lins da Costa, presta ou prestou algum tipo de serviço a esta UPA, por qualquer vínculo, seja como pessoa física, jurídica ou por meio de cooperativa. Em caso positivo, que informe os dias em que o promovido atualmente presta serviço, sob qualquer título, e os valores recebidos. Por oportuno, considerando que o promovido atualmente está afastado do cargo de Professor do Estado do Ceará e de médico da Prefeitura de Crateús, o que inviabiliza os descontos em folha determinados às pgs. 41/43, registro que

o pagamento dos alimentos provisórios deve ser feito diretamente pelo promovido por meio de depósito em conta bancária de titularidade da genitora do alimentando (conta informada à pg. 308). Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: CLAUDIA MONICA DE OLIVEIRA BETTANIN (OAB 67519/PR), ADV: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO (OAB 10101/CE), ADV: JACY CHAGAS PINTO (OAB 10336/CE), ADV: MÁYRA PINTO DIAS (OAB 45814/CE) - Processo 0051017-27.2021.8.06.0154 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.O.V. e outro - REQUERIDO: D.D.O. - Antes de examinar a possibilidade de conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, inciso I do CPC vigente, e em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, determino a intimação das partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, digam se desejam produzir provas e, em caso positivo, de logo explicitem os fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e o deslinde de mérito da demanda em apreciação. Entendendo cabível a aplicação do art. 355, inciso I do CPC, ao caso concreto tratado nestes autos, deve a parte assim se manifestar através de requerimento solicitando o julgamento antecipado da lide, ficando claro que o silêncio será interpretado como expressão dessa vontade. Ultrapassado o prazo fixado, com ou sem manifestação das partes, retornem-me os autos conclusos para apreciação. Expedientes necessários.

ADV: JACY CHAGAS PINTO (OAB 10336/CE), ADV: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO (OAB 10101/CE) - Processo 0051641-76.2021.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonia Lucia de Souza - Assim, DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para que seja designada data para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Intime-se a parte autora. Cite-se e intime-se a parte ré. Cientifiquem-se as partes de que o comparecimento, acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa, podendo as partes, no entanto, constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. Anote-se que, não havendo autocomposição, o promovido poderá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da audiência de conciliação ou, sendo o caso, da última sessão de conciliação, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO (OAB 10101/CE), ADV: JACY CHAGAS PINTO (OAB 10336/CE) - Processo 0051641-76.2021.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonia Lucia de Souza - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para comparecerde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 05/04/2022 às 09:45h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, a ser realizada por meio de videoconferência com a utilização da Plataforma Microsoft Office 365/Teams, conforme Ofício Circular nº 01/2021, de 28 de junho de 2021 SETIN do TJ/CE. Decisão: “Assim, DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para que seja designada data para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Intime-se a parte autora. Cite-se e intime-se a parte ré. Cientifiquem-se as partes de que o comparecimento, acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa, podendo as partes, no entanto, constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. Anote-se que, não havendo autocomposição, o promovido poderá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da audiência de conciliação ou, sendo o caso, da última sessão de conciliação, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia. Expedientes necessários.”

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 27567A/CE) - Processo 0051682-43.2021.8.06.0154 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a petição inicial, apresentando os comprovantes de recolhimento das custas iniciais, sob pena de seu indeferimento. Expedientes necessários.

ADV: ROSANGELA DE CASTRO CARVALHO (OAB 104920/SP) - Processo 0051703-53.2020.8.06.0154 - Monitória - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Tradição Administradora de Consórcio Ltda - Considerando a informação de parcelamento do débito, comprovada às pgs. 97-98, defiro o pedido de suspensão do presente feito, requerido à pg. 96, até 10/03/2023, nos termos do art. 151, VI, da Lei nº 5.172/66. Após o decurso do prazo, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Intimem-se as partes para que tomem ciência da presente decisão. Expedientes necessários.

ADV: ARTUR RODRIGUES LOURENÇO (OAB 35633/CE) - Processo 0051714-48.2021.8.06.0154 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessão - REQUERENTE: Maria Liduina de Oliveira - Diante da informação constante na certidão de óbito de p. 08, de que a falecida deixou bens, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a petição inicial, informando quais os bens deixados pela falecida, sob pena de indeferimento da inicial, uma vez que a presente ação de alvará judicial para levantamento de valores somente é cabível quandoinexistembens a serem partilhados. Assim como, no mesmo prazo, no caso de existirem irmãos ou demais herdeiros, além da requerente, apresente as declarações de anuência destes com a propositura da presente demanda. Expedientes necessários.

ADV: ANA JUSSARA ARCELINO CARLOS (OAB 44794/CE), ADV: PAULO EDUARDO DA SILVA PAZ (OAB 36039/CE) - Processo 0200034-06.2022.8.06.0154 - Divórcio Consensual - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Antonia Ednar Gonçalves Oliveira - Pelo exposto, HOMOLOGO integralmente, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, o ACORDO formulado entre os requerentes nestes autos (pgs. 01/04), relativo ao divórcio dos autores, partilha de bens, guarda dos filhos e alimentos devidos pelo genitor aos filhos, no valor equivalente a 36,37% (trinta inteiros e trinta e sete centésimos por cento) do salário mínimo vigente no país, a ser depositado na conta de titularidade da genitora, no dia 26 (vinte e seis) de cada mês. DECRETO, por consequência, o DIVÓRCIO de ANTÔNIA EDNAR GONÇALVES OLIVEIRA e VICENTE DE PAULO OLIVEIRA, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições estipuladas na petição inicial. Julgo, assim, EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Ciência ao Ministério Público. Sem custas, em face da gratuidade judiciária deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Considerando que os autores renunciaram expressamente ao prazo recursal (pg. 04), certifico o imediato trânsito em julgado. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Ultimadas as providências necessárias ao integral cumprimento desta decisão, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: THIAGO ANTONIO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 21119/CE) - Processo 0003800-56.2019.8.06.0154 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Antonio Carlos Fernandes - Intime-se o exequente para se manifestar sobre a petição de págs. 107/112, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes

necessários.

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0010139-75.2012.8.06.0154 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Diante da petição de pág. 182, proceda-se à habilitação junto ao sistema SAJ, observando-se que as intimações do exequente devem ser feitas exclusivamente por meio do advogado José Inacio Rosa Barreira, OAB/CE nº 8.151. Após, diante do pagamento das custas às págs. 190, cumpra-se o determinado no despacho à pág. 176. Expedientes necessários.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0015055-79.2017.8.06.0154 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Defiro o pedido de habilitação de págs. 142/145. À Secretaria para observar as anotações e intimações pertinentes quanto ao exequente. Ato contínuo, intime-se o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca da manifestação e documentos de págs. 129/140. Expedientes necessários.

ADV: VANESSA DO CARMO NASCIMENTO (OAB 27349/CE) - Processo 0015192-61.2017.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jeylson Goncalves da Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para comparecerde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 06/04/2022 às 09:45h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, a ser realizada por meio de videoconferência com a utilização da Plataforma Microsoft Office 365/Teams, conforme Ofício Circular nº 01/2021, de 28 de junho de 2021 SETIN do TJ/CE. Decisão: "Diante da certidão de pg. 218, à Secretaria para que encaminhe os autos ao CEJUSC, para que seja designada nova data para a realização de audiência de conciliação ou mediação virtual. Cite-se e intime-se o promovido, observando-se o endereço informado à pg. 218, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer ao ato designado. Ressalte-se no mandado citatório que, não havendo composição quanto ao objeto do presente processo, a parte requerida terá o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência designada, para contestar a ação, sob pena de revelia e de se presumirem verdadeiros os fatos alegados em seu desfavor. Intime-se a parte autora, por meio de sua advogada, para comparecer à audiência de conciliação designada a fim de tentar a composição amigável do litígio. Expedientes necessários."

ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371/CE) - Processo 0050754-29.2020.8.06.0154 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Fornecedora Máquinas e Equipamentos Ltda. - Intime-se o exequente, por meio do advogado Dr. Raul Amaral, para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0051276-56.2020.8.06.0154 (apensado ao processo 0050481-50.2020.8.06.0154) - Cumprimento Provisório de Decisão - Multas e demais Sanções - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Intime-se a Companhia Energética do Ceará ENEL para se manifestar sobre a petição de págs. 148/153, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO (OAB 10101/CE), ADV: JACY CHAGAS PINTO (OAB 10336/CE), ADV: MÁYRA PINTO DIAS (OAB 45814/CE) - Processo 0051362-90.2021.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeane Alves Olanda - Diante das informações às págs. 111 e 113, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, requeira o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: JACY CHAGAS PINTO (OAB 10336/CE), ADV: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO (OAB 10101/CE), ADV: MÁYRA PINTO DIAS (OAB 45814/CE) - Processo 0051362-90.2021.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeane Alves Olanda - Intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar acerca da contestação de págs. 116/127, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

COMARCA DE REDENÇÃO - VARA UNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: OZIEL LIBERATO DA SILVA (OAB 29893/CE) - Processo 0004278-39.2011.8.06.0156 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Antonio Cyro Regis Duarte da Silva e outros - Recebidos hoje. Intime-se a Defesa do réu Antônio Cyro Regis Duarte com fins de apresentação dos memoriais escritos, no prazo legal. Findo o prazo com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Redenção (CE), 07 de janeiro de 2022.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: DYONNATHAN DUARTE DA SILVA (OAB 43029/CE) - Processo 0050192-77.2021.8.06.0156 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Pastor da Costa. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 24 de março de 2022, às 10:30h, por meio de videoconferência, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDg2NWQ4ZTAtMDBiZS00ODVhLWE0NTMtZDAxNTc4OTI1YzZj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22ddfe0c7d-5c26-4733-b2c6-0830fbf04239%22%7d Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/a03460

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: ELIAS LIBERATO DA SILVA (OAB 22647/CE), ADV: FRANCISCO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR (OAB 23952/CE), ADV: OZIEL LIBERATO DA SILVA (OAB 29893/CE) - Processo 0000650-61.2019.8.06.0156 (apensado ao processo 0007650-83.2017.8.06.0156) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.R.P. - REQUERIDA: A.M.G.P.M.R.S.G.A.P.F.G.P. - "Aberta a audiência, na forma da lei, o MM. Juiz constatou a irregularidade do apensamento do processo de n.º 0007650-83.2017.8.06.0156, uma vez que esse diz respeito à outras partes e relação jurídica. Discorreu, ainda, que os autos corretos que deveriam estar apensos são os inscritos sob o n.º 0007283-59.2019.8.06.0156, esses, sim, relacionados às partes, no qual entabulados em acordo os alimentos provisionais que aqui se pretendem serem revistos. Determinou, portanto, que a Secretaria da Vara corrija a erronia fazendo constar em apenso a lide correta. Após isso, passou a tomar o depoimento pessoal da parte autora e da representante da ré. Em seguida, as partes apresentaram alegações finais. O Ministério Público em parecer final de mérito, também oralmente, pronuciou-se pela procedência da revisão do dever alimentício. Por conseguinte, o MM. Juiz proferiu sentença oral, devidamente gravada em mídia digital, mas que segue, por termos semelhantes, a seguir, transcrita. Sentença: Trata-se de ação revisional de alimentos proposta pelo Marcelo Rodrigues Porfírio contra a menor impúbere ANA MARCELY GADELHA PORFÍRIO, sua filha, neste ato representada pela sua genitora, a senhora ANA PAULA FREIRE GADELHA. Alega, o autor, que entabulou acordo para o pagamento de pensão alimentícia no valor de R$300,00, todavia só tem condições de arcar com a quantia de R$200,00, tendo em vista que exerce a atividade da agricultura com as dificuldades relacionadas a essa forma de percepção de remuneração. A parte demandada foi citada, apresentou contestação que se encontra nas páginas 32/36, dos autos. Foi aprazada de instrução julgamento. Nessa ocasião foram ouvidos pessoalmente a parte autora e também a parte demandada. O Ministério Público após as alegações finais apresentadas oralmente pelas partes, também se pronunciou nos autos igualmente na forma oral pugnando pela procedência dos pedidos. É o relatório. Decido. A ação revisional de alimentos para a sua procedência precisa da demonstração da alteração das balizas anteriormente fixadas em pronunciamento judicial ou em consenso entabulado pelas partes. Neste caso, especificamente, houve um consenso a que chegaram o autor e a demandada pelo qual este seria responsável pelo pagamento de R$75,00 semanais para os fins alimentares da sua filha. Portanto incumbiria a ele, autor, trazer ao processo elementos que demonstrassem a alteração da sua possibilidade, o que se faria facilmente pelo acostamento de extratos bancários ou pela oitiva de testemunhas, participação em participação em programas governamentais que se destina a pessoas que vivem na agricultura. Não vejo nesse sentido prova suficiente da alteração da possibilidade da parte autora. Por outro lado, nesta assentada se demonstrou que persiste a situação de necessidade da infante, filha do autor, pessoa incluída em programa de assistência a pessoas com deficiência, portadora de patologia grave que exige acompanhamento diutirno, qual seja, diabetes aguda e segundo a genitora da infante a doença exige aplicação de cinco doses de insulina diariamente, sem que com isso haja, importante que se diga, o controle da doença porque os níveis de glicose permanecem sensivelmente superiores ao de pessoas normais, a despeito da aplicação das medicações. É inegável que uma criança de nove anos de idade não tem condições de ministrar em si essas medicações nas diversas horas do dia de que precisa. Infelizmente, a infante necessita de alimentação especial para pessoas nesse especial o estágio desenvolvimento, com as peculiaridades relacionadas a essa doença. Precisa de mais de cinco aplicações de insulina durante o dia e de uma alimentação adequada, controlada, que também não pode ser facilmente encontrada, seja na escola, seja em casa, a não ser com acompanhamento frequente da mãe e do pai. Daí por que, com todo respeito, não entendo aceitável alegação de que a mãe da demandada tenha uma vida displicente com relação à procura de emprego ou tenha uma desinteresse em realizar atividade remunerada, senão uma contingência que a obriga a devotar à sua filha todo o seu tempo ou a maior parte do seu tempo, inclusive com ajuda de familiares. Na verdade não só assim entendo, com até louvo o comportamento da mãe ao se dedicar dessa forma então abnegada em relação à filha. Em relação ao pai, mais uma vez repito, seria fácil trazer ao processo essas situações de alteração ou dificuldade financeira e não existe no processo essa demonstração. É absolutamente importante destacar que a pensão fixada está em caráter módico, ou seja, não destoa do que usualmente tem sido fixado por este juízo qual seja, o valor aproximado de 30% de um salário-mínimo, em uma situação que não demonstra existência de outros filhos ou despesas extras por parte do autor. Continuo apenas esclarecendo que aqueles que usufruem de benefícios governamentais, como o BPC, não raras vezes é insuficiente para a manutenção de uma vida digna para pessoas com deficiência, isso porque os gasto com medicações, com alimentos, com médicos, entre outros, exige o dispêndio de recursos extras e essa é para mim a situação do processo da filha do demandante que necessita de dispêndios como viagens e consultas a médicos que ultrapassam, infelizmente, o benefício apresentado pelo governo e se não há alteração dessa circunstância de necessidade e também de possibilidade, este juízo não pode promover a alteração da pensão inicialmente fixada. Por essas razões, com todo respeito aqueles que se pronunciaram de forma diferente, com interpretação diferente relacionada as fatos descritos neste processo, julgo improcedentes os pedidos formulados na petição inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, extingo o processo com resolução do mérito. Custas e honorários pelo demandante, contudo suspensos em razão da gratuidade judiciária aplicada ao caso. A sentença foi proferida e publicada em audiência. As partes e o Ministério Público expressaram o desinteresse recursal. Partes intimadas na assentada. Declaro o trânsito em julgado. Arquivem-se."

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0050258-57.2021.8.06.0156 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - III Dispositivo. Ante o exposto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, c/c o art. 485,§ 4º, ambos do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência manifestada pela parte autora a ?m de que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em via de consequência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Custas já recolhidas. Deixo de condenar em honorários em face da ausência da formação da relação processual triangular. Neste caso, há nítido desinteresse recursal expressado pela parte através do pedido de desistência do processo, razão pela qual reconheço desde logo o trânsito em julgado da sentença (CPC, art. 1.000, parágrafo único). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certifiquem-se o trânsito em julgado, deem-se baixa e arquivem-se com as cautelas de praxe. Redenção/CE, 06 de dezembro de 2021. Lucas Medeiros de Lima Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: ALEXANDRE PINHEIRO DE ANDRADE (OAB 39103/CE) - Processo 0050342-58.2021.8.06.0156 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Angelo Gabriel Cosme de Castro - Gabriel Angelo de Castro - III Dispositivo. Ante o exposto, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, "b" do Novo Código de Processo Civil. Sem honorários advocatícios sucumbenciais. Sem custas em virtude da justiça gratuita que ora defiro. Há nítido desinteresse recursal extraído da avença realizada pelas partes, razão pela qual reconheço desde logo o trânsito em julgado da sentença (CPC, art. 1.000, parágrafo único). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficiem-se o órgão pagador do alimentante acerca desta decisão com a finalidade de cessar os descontos realizados em seus proventos à título de pensão alimentícia. Certificado o trânsito em julgado, deem-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Redenção/CE, 13 de dezembro de 2021. Lucas Medeiros de Lima Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: FRANCISCO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR (OAB 23952/CE) - Processo 0050146-25.2020.8.06.0156 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.A.C.S. - III Dispositivo. Diante do exposto, nos termos do art. 226, §6º da Constituição Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECRETAR O DIVÓRCIO de Maria Lusangela Alexandre da Costa Sousa e Rafael do Nascimento Sousa, bem como fixo a guarda unilateral dos filhos menores do casal (Ana beatriz Costa Sousa, Lara Rafaelly Costa Sousa e João Lucas Costa Sousa) em benefício da genitora, EXTINGUINDO O PROCESSO, com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Decorrido o prazo sem interposição, certifiquem-se o trânsito em julgado. Expeçam-se o conducente Mandado de Averbação ao cartório respectivo, fazendo menção de que o cônjuge virago voltará a utilizar o nome de solteira. Após, arquivem-se com as cautelas de praxe. Redenção/CE, 03 de dezembro de 2021. Lucas Medeiros de Lima Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA (OAB 24331/CE), ADV: ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES (OAB 27422/CE) - Processo 0004953-94.2014.8.06.0156 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Sergio de Sousa Gomes - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A , - III Dispositivo. Ante o exposto, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, "b" do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, em virtude da previsão do art. 90, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo recursal sem interposições, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Redenção/CE, 22 de novembro de 2021. Lucas Medeiros de Lima Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0005345-34.2014.8.06.0156 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Recebidos hoje. Analisando o caderno processual, verifico que o exequente, por meio da petição de fls. 113/114, requereu o bloqueio eletrônico dos recursos financeiros do executado através do sistema Bacenjud/Sisbajud, bem como a pesquisa de bens no sistema Renajud, sem, contudo, atualizar o valor do débito exequendo. No mais, percebo que a planilha de débito acostada aos autos data da época do ajuizamento da ação (07/08/2014), sendo necessário, portanto, a devida atualização do débito com fins de constrição patrimonial. Assim sendo, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha atualizada do débito, ratificando, se for o caso, as medidas anteriormente requeridas. Findo o prazo com ou sem manifestação, retornem-me os autos imediatamente conclusos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DOS SANTOS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2022

ADV: VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA (OAB 24331/CE) - Processo 0004952-12.2014.8.06.0156 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: José Florêncio de Góis - Recebidos os autos do setor de digitalização do TJ/CE. Em virtude da apresentação de proposta de acordo pelo Banco INTIME-SE o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias,

apresentar manifestação ou requerer o que entender de direito ao impulsionamento do feito, sob pena de extinção. Expedientes necessários. Redenção, 15 de julho de 2021.

COMARCA DE RERIUTABA - VARA UNICA DA COMARCA DE RERIUTABA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2022

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050808-49.2021.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.A.R.S. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 22 de Fevereiro de 2022, às 09:00h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/f1904d Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em “PARTICIPAR DA REUNIÃO”; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business[1] (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual[2] pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS [1] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. [2] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2022

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050662-08.2021.8.06.0157 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.H.F.S. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 22 de Fevereiro de 2022, às 9:30h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/ce3eee Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião

do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business¹ (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual² pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS ¹ Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. ² Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0078/2022

Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - REQUERIDO: C.F.A. - Contat-se o promovido por meio do telefone indicado na certidão de fls. 23 a fim de se obter o seu atual endereço. Certifique-se o contato. Caso não logre com êxito o contato, realiza-se busca do endereço via INFOJUD e INFOSEG.

Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - REQUERIDO: C.F.A. - Conciliação Data: 30/04/2019 Hora 09:20 Local: Sala de Audiência Situacão: Realizada

Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - REQUERIDO: C.F.A. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 30/04/2019, às 09:20h na Sala de Audiência *. O referido é verdade. Dou fé. .

Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - REQUERIDO: C.F.A. - Renove-se o expediente de fls. 27, com redesignação de audiência de conciliação e expedição de ofício ao Juiz deprecado, informando nova a data da audiência, para citação do promovido, no endereço indicado na certidão de fls. 23.

Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - REQUERIDO: C.F.A. - Conciliação Data: 26/11/2019 Hora 08:45 Local: Sala de Audiência Situacão: Realizada

ADV: JOSE MOACIR DE ANDRADE (OAB 4265/CE) - Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - Vistos, etc. Considerando o teor da petição de fls. 74, designe-se nova audiência de tentativa de conciliação, intimando-se as partes e ressalvando-se que a intimação do requerido deve ser feita no endereço constante à fls. 02-03. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE MOACIR DE ANDRADE (OAB 4265/CE) - Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - Instrução Data: 15/09/2021 Hora 09:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Cancelada

ADV: JOSE MOACIR DE ANDRADE (OAB 4265/CE) - Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - Conciliação Data: 30/11/2021 Hora 10:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Realizada

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0003013-86.2017.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.J.N.A. - Assim, homologo o acordo celebrado entre as partes, nos exatos termos supramencionados, concedendo-lhe definitividade, extinguindo o presente processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea a, do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0079/2022

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE), ADV: DANILO BARROS PINTO (OAB 27235/CE), ADV: JOSE OLIVAR FERNANDES SOARES FILHO (OAB 29104/CE) - Processo 0050049-85.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.L.S. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 22 de Fevereiro de 2022, às 10:00h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/5cb57c Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado

com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business[1] (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual[2] pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS [1] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. [2] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2022

ADV: FRANCISCO DIEGO POTE DE HOLANDA DO NASCIMENTO (OAB 28278/CE) - Processo 0200059-10.2022.8.06.0157 - Procedimento Comum Cível - Urgência - REQUERENTE: José Roque de Oliveira - Ante o exposto, HOMOLOGO a desistência da presente ação. Em consequência, EXTINGO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2022

ADV: DAYVSSON PONTES MAGALHAES (OAB 27689/CE), ADV: PAULO RHENO ANGELO GOMES DE PONTES (OAB 34764/CE) - Processo 0050075-83.2021.8.06.0157 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Oliveira Mendes - Portanto, de logo, cite-se o réu para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do CPC, sob pena de revelia (CPC, arts. 344 e 345). Entendo ser de natureza consumerista a relação em tela, bem como ter o autor acostado aos autos toda a documentação que lhe cabia e era disponível ao tempo da propositura da ação, pelo que, de já, CONCLUO atendidos os requisitos da INVERSÃO, a teor do art. 6º, inc. VIII do CDC. Assim, DEFIRO-A e DETERMINO que a parte demandada apresente em juízo toda a documentação usualmente pertinente ao caso, sob pena de presunção de veracidade dos fatos narrados pela parte autora, consoante determina o Código de Processo Civil em seu art. 400. Expedientes necessários.

ADV: DAYVSSON PONTES MAGALHAES (OAB 27689/CE), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 29481A/CE), ADV: PAULO RHENO ANGELO GOMES DE PONTES (OAB 34764/CE) - Processo 0050075-83.2021.8.06.0157 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Oliveira Mendes - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Ante o exposto, julgo TOTALMENTE IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na exordial pela parte autora, extinguindo com resolução de mérito o presente processo, nos moldes do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a requerente a arcar com custas processuais, bem como honorários de sucumbência no equivalente a 10% sobre o valor da causa, suspensos em virtude do benefício da gratuidade judiciária outrora deferido. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2022

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050236-93.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.A.G.A. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 22 de Fevereiro de 2022, às 10:30h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/588414 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar

na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business[1] (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual[2] pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS [1] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. [2] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2022

ADV: RITA MARIA BRITO SÁ (OAB 43193/CE) - Processo 0050225-64.2021.8.06.0157 - Mandado de Segurança Cível - Classificação e/ou Preterição - IMPETRANTE: Maria Adriele de Sousa Ramos - III DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro nos arts. 13 e 14 da Lei 12.016/09 c/c art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE O FEITO, no sentido de determinar à prefeitura de Reriutaba/CE a nomeação e posse da sra. Maria Adriele de Sousa Ramos como professora de educação básica infantil bem como declarar ilegais as nomeações diretas ao cargo que não observaram as excepcionalidades e regramentos concernentes. Isento de pagamento de custas e honorários sucumbenciais, com fulcro nas súmulas 512 do STF e 105 do STJ. Publique-se. Intime(m)-se. Registre-se. Expedientes necessários. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2022

ADV: ANA LARISSE MOURA DE CARVALHO (OAB 41341/CE) - Processo 0050314-87.2021.8.06.0157 - Mandado de Segurança Cível - Legitimidade - Autoridade Coatora - IMPETRANTE: Aline Souza da Silva Lima - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro nos arts. 13 e 14 da Lei 12.016/09 c/c art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE O FEITO, no sentido de determinar à prefeitura de Reriutaba/CE a nomeação e posse da sra. ALINE SOUZA DA SILVA LIMA como professora de educação básica infantil bem como declarar ilegais as nomeações diretas ao cargo que não observaram as excepcionalidades e regramentos concernentes. Isento de pagamento de custas e honorários sucumbenciais, com fulcro nas súmulas 512 do STF e 105 do STJ. Publique-se. Intime(m)-se. Registre-se. Expedientes necessários. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2022

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE), ADV: FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES (OAB 27164/CE) - Processo 0010126-86.2020.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.F. - REQUERIDO: F.M.A.F. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 22 de Fevereiro de 2022, às 11:00h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/a83152 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone

do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business¹ (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual² pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS ¹ Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. ² Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2022

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050757-38.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: F.R.L. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 01 de Março de 2022, às 09:00h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/e21a09 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business¹ (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual² pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS ¹ Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. ² Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0087/2022

ADV: SEPHORA TAMILLYS SOUSA ARAÚJO (OAB 43562/CE) - Processo 0050697-65.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: J.S.B. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 01 de Março de 2022, às 09:30h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/97c226 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de

distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business¹ (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual² pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS ¹ Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. ² Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0088/2022

ADV: DANILO BARROS PINTO (OAB 27235/CE) - Processo 0050847-46.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.F.M. - F.R.M. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 01 de Março de 2022, às 10:00h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/bfe62f Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em "PARTICIPAR DA REUNIÃO"; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business¹ (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual² pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS ¹ Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. ² Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0090/2022

ADV: DANILO BARROS PINTO (OAB 27235/CE) - Processo 0050623-11.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.G.C. - F.J.G.S. - K.R.S. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem

da audiência de conciliação, designada para o dia 01 de Março de 2022, às 10:30h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/fe3e94 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em “PARTICIPAR DA REUNIÃO”; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business[1] (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual[2] pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS [1] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. [2] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0089/2022

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE), ADV: FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES (OAB 27164/CE) - Processo 0010126-86.2020.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.F. - REQUERIDO: F.M.A.F. - Vistos, etc. Designe-se nova audiência de conciliação, para a primeira data desimpedida na agenda da Secretaria. Desta feita, intimem-se as partes com pelo menos 10 dias de antecedência da realização do ato.

ADV: DANILO BARROS PINTO (OAB 27235/CE) - Processo 0050049-85.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.L.S. - Vistos, etc. Designe-se nova data para realização da Audiência de Conciliação, intimando-se a parte autora e efetuando a CITAÇÃO do requerido no endereço indicado na fl. 37. Intimações e expedientes necessários.

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050236-93.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.A.G.A. - Vistos, etc. 1. Defiro a gratuidade de justiça, cônscio apregoa o art. 98 do CPC. 2. Procedimento deve tramitar em segredo de justiça (NCPC, art. 189, II). 3. Designe a Secretaria de Vara audiência de conciliação (NCPC, art. 695) a ser realizada por meio de videoconferência, intimando-se a parte autora por meio de seu advogado. 4. Cite-se e intime-se a parte ré (NCPC, art. 334, parte final), ADVERTINDO-A de que se não houver autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 335, caput) e terá início a partir da audiência ou, se for o caso, da última sessão de conciliação (NCPC, art. 335, I), bem como de que se não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344). 5. O despacho/mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (NCPC, art. 695, § 1º). 6. Ficam as partes cientes e ADVERTIDAS de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até um por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (NCPC, art. 334, § 8º). Intimações e expedientes necessários.

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050662-08.2021.8.06.0157 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.H.F.S. - Designe-se audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694 do Código de Processo Civil.

ADV: SEPHORA TAMILLYS SOUSA ARAÚJO (OAB 43562/CE) - Processo 0050697-65.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: J.S.B. - 8. Em relação aos alimentos, tendo em vista que a Parte Autora não comprovou de plano os reais rendimentos do Promovido, e que a obrigação alimentar deve ser partilhada entre os pais, FIXO O PERCENTUAL DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo, em favor do(s) menor (es) filho(s) das partes, com vencimento no dia 10 (dez) de cada mês, a ser depositados em conta bancária de titularidade da requerente ou lhe entregue diretamente caso não a possua, que incidirá, até que se obtenha mais dados sobre os ganhos do requerido e das necessidades do menor.

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050757-38.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: F.R.L. - 3. Designe a Secretaria de Vara audiência de conciliação (NCPC, art. 695) a ser realizada por meio de videoconferência, intimando-se a parte autora por meio de seu advogado. 4. Cite-se e intime-se a parte ré (NCPC, art. 334, parte final), ADVERTINDO-A de que se não houver autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 335, caput) e terá início a partir da audiência ou, se for o caso, da última sessão de conciliação (NCPC, art. 335, I), bem como de que se não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-

se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344). 5. O despacho/mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (NCPC, art. 695, § 1º). 6. Ficam as partes cientes e ADVERTIDAS de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até um por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (NCPC, art. 334, § 8º). 7. Não obtida a conciliação e havendo contestação, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica à contestação (art. 350 e 351, do NCPC), no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, bem como, e, no mesmo prazo, intimem-se as partes para declinarem se pretendem produzir outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará em julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do NCPC). 8. Em relação aos alimentos, tendo em vista que a Parte Autora não comprovou de plano os reais rendimentos do Promovido, e que a obrigação alimentar deve ser partilhada entre os pais, FIXO O PERCENTUAL DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS em 25% (vinte e cinco) do salário mínimo, em favor do(s) menor (es) filho(s) das partes, com vencimento no dia 10 (dez) de cada mês, a ser depositados em conta bancária de titularidade da requerente ou lhe entregue diretamente caso não a possua, que incidirá, até que se obtenha mais dados sobre os ganhos do requerido e das necessidades do menor. 9. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, § 4º, do CPC/2015. Extraia-se cópia desta decisão para que sirva de MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, anexando à mesma, cópia da certidão que designar a audiência.

ADV: THYCIANE BESSA PESSOA (OAB 20398/CE) - Processo 0050808-49.2021.8.06.0157 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.A.R.S. - Vistos, etc. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, inciso II, do NCPC). Defiro a gratuidade processual. Designe-se audiência de tentativa de conciliação, observado o disposto no art. 694 do Código de Processo Civil. Cite-se a requerida, com antecedência mínima de 15 dias da audiência de conciliação expedindo-se o mandado de citação com apenas os dados necessários à audiência de mediação, devendo seguir desacompanhado de cópia da petição inicial. Intime-se o requerente a fim de que compareça à audiência acompanhado de seu advogado. Não realizado o acordo, seguirá o feito com observância do procedimento comum, observado o art. 335 do Código de Processo Civil. Cientifique-se o Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: DANILO BARROS PINTO (OAB 27235/CE) - Processo 0050847-46.2021.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.F.M. e outro - 8. Em relação aos alimentos, tendo em vista que a Parte Autora não comprovou de plano os reais rendimentos do Promovido, e que a obrigação alimentar deve ser partilhada entre os pais, FIXO O PERCENTUAL DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS em 20% (vinte por cento) do salário mínimo, em favor do(s) menor (es) filho(s) das partes, com vencimento no dia 10 (dez) de cada mês, a ser depositados em conta bancária de titularidade da requerente ou lhe entregue diretamente caso não a possua, que incidirá, até que se obtenha mais dados sobre os ganhos do requerido e das necessidades do menor.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0091/2022

ADV: DANILO BARROS PINTO (OAB 27235/CE) - Processo 0050806-79.2021.8.06.0157 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: F.E.C.H.S. - L.C.S. - Ficam Vossas Senhorias intimados, para participarem da audiência de conciliação, designada para o dia 01 de Março de 2022, às 11:00h, a ser realizada através da Plataforma MICROSOFT TEAMS na Sala de Audiências Virtual da Vara Única da Comarca de Reriutaba. Devendo promover a participação da parte autora audiência, independente de intimações por parte deste juízo, com advertência das sanções legais em caso de não comparecimento. Para participar da audiência, acesse o link abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/be0459 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em “PARTICIPAR DA REUNIÃO”; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após o comando Magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail reriutaba@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business[1] (88) 3637-2045, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h ou através do Balcão Virtual[2] pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.Br/VARAUNICADACOMARCADERERIUTABA. APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ABAIXO PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS [1] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do WhatsApp. [2] Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para falar conosco através do Balcão Virtual.

COMARCA DE RUSSAS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2022

ADV: ROGÉRIO DE SOUSA CRUZ (OAB 35733/CE) - Processo 0013933-60.2021.8.06.0293 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Halyson Breno Ivo da Costa - Designo a audiência de Homologação do Acordo de Não Persecução Penal para 10/02/2022 às 14:00h, a se realizar por meio de videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams. Acessar a sala virtual por meio do link ou apontando a câmera do celular para o QR Code: Aponte a câmera do seu celular para o QR Code acima para entrar na sala de audiência virtual

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0046/2022

ADV: JOSÉ ALVINO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 48499/PE) - Processo 0001799-23.2018.8.06.0158 - Inquérito Policial - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: FLAVIO GERMANO XAVIER DOS SANTOS - Vistos em conclusão. Trata-se de Inquérito Policial instaurado pela Delegacia Regional de Polícia Civil de Russas contra FLAVIO GERMANO XAVIER DOS SANTOS, qualificado nos autos, ao qual foi imputada a prática de infração penal prevista no art. 16 da Lei nº 10.826/2003. Nos termos do art. 28-A, Código de Processo Penal, o Parquet propôs Acordo de Não Persecução Penal, cujos termos repousam às págs. 97/100. Realizou-se audiência visando a para fins de homologação do referido Acordo de Não Persecução Penal, o mesmo restou homologado (págs. 118/120). Petições e documentos, visando comprovar o cumprimento dos termos do acordo (págs. 122/129). Pedido de extinção da punibilidade do acusado (pág. 132). Instado a se manifestar, a Representante do Ministério Público propôs fosse declarada a extinção da punibilidade do réu (pág. 137). É o sucinto relatório. Passo a decidir. Da análise dos autos, constata-se que o acusado cumpriu os termos do Acordo de Não Persecução Penal, conforme comprovam os documentos acostados. A teor do § 13 do Art. 28-A, cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.. Ante o exposto, com fulcro no § 13 do Art. 28-A e, em consonância com o parecer do Ministério Público, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado FLÁVIO GERMANO XAVIER DOS SANTOS. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de estilo.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2022

ADV: FRANCISCO CESAR MARIANO (OAB 20991/CE) - Processo 0014683-62.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a mulher - RÉU: G.E.L. - Isto posto, satisfeitos os requisitos elencados no art. 41 e ausentes quaisquer das hipóteses de rejeição a que alude o art. 395, ambos do CPP, RECEBO A DENÚNCIA ofertada pelo Ministério Público contra *****. CITE-SE o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 do CPP). Advirta-o de que caso não apresente a resposta no prazo legal, ou se, citado, não constituir defensor, ser-lhe-á nomeada a Defensoria Pública, concedendo-lhe vista dos autos para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita, na forma do §2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal. Após, retornem os autos conclusos, para os fins dos artigos 397 e 399, do CPP. Passo à análise do recurso em sentido estrito apresentado pelo Ministério Público. O denunciado foi preso em flagrante na data 11/12/2021 em razão de, sob o efeito de drogas, haver ameaçado sua ex-companheira, mesmo estando vigente medida protetiva anteriormente decretada. Durante o plantão, o Ministério Público requereu sua prisão preventiva, sendo decretada às fls. 54/56, em 12/12/2021. Em audiência (fls. 74/77), após requerimento da defesa do acusado, foi revogada a sua prisão, sendo colocado em liberdade mediante o cumprimento de medidas cautelares, em 13/12/2021, pois verificou-se que o réu em liberdade não atentaria contra a ordem pública. Contra essa decisão, o Parquet impetrou recurso em sentido estrito às fls. 94/104. O réu apresentou contrarrazões131/135. Cumpre anotar que o objeto do presente recurso é a decisão que deferiu liberdade provisória ao acusado, sendo que tal decisão fundamentou-se na ausência dos requisitos para a manutenção da prisão àquela época. É certo que por força expressa de disposição legal consubstanciada no artigo 581, inciso V, do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei n.7.780, de 22 de junho de 1989, a concessão da liberdade provisória sem fiança está sujeita a recurso em sentido estrito, por parte da acusação(grifei). Pois bem, conforme leciona JÚLIO FABBRINI MIRABETE: Característica própria do recurso em sentido estrito é o efeito regressivo, ou seja, o reexame pelo juiz da sua decisão, chamado de 'juízo de retratação'. Recebendo os autos conclusos, dentro de dois dias deverá ele reformar ou sustentar seu despacho. Esse pronunciamento judicial deve ser fundamentado, quer o juiz mantenha a decisão, quer a altere, total ou parcialmente. (Código de Processo Penal Interpretado, Ed. Atlas, 11ª ed., p. 1462 grifei) Afirma, o Parquet que foi cientificado da data e hora da realização da audiência de custódia, entretanto, no referido horário estaria em audiência e que só ficaria disponível às 15:00hs, tendo informado a uma servidora desta Vara Criminal. Às fls. 69 consta a certidão, emitida pelo sistema ESAJ, da disponibilização da intimação do Ministério Público para comparecimento à audiência de custódia. No termo de audiência (fls. 74/77) ficou registrado e justificada a ausência do Ministério Público, de modo que não vislumbro qualquer prejuízo que venha a macular o escorreito procedimento e que seja passível de nulidade. Até porque o Ministério Público já havia apresentado sua manifestação, de forma escrita, quanto à necessidade da prisão preventiva do réu, conforme se observa da manifestação às fls. 49/53. Em audiência, cujo termo dormita às fls. 74/77, após a manifestação da defesa do réu, que até o momento não havia se manifestado nos autos, resolveu-se deferir o pedido de liberdade provisória mediante o cumprimento de medidas cautelares, sendo estas suficientes para a garantia da ordem pública, haja vista tratar-se o presente procedimento de crime de menor potencial ofensivo, conforme explicitado. Ademais, quanto ao crime do art. 24-A, da Lei Maria da Penha, a própria vítima confirmou ter se encontrado voluntariamente com o flagranteado após a concessão das medidas (fl. 14). Assim, tenho que se mostrou razoável que a prisão preventiva seja substituída pelo monitoramento eletrônico, e o pagamento de fiança, revogando-

se a decisão anterior que decretou a prisão preventiva. Portanto, MANTENHO a decisão de concessão de liberdade provisória com medidas cautelares e DETERMINO que se encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para apreciação do Recurso Em Sentido Estrito, mediante translado dos autos, uma vez que são digitais, conforme art. 589. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: FRANCISCO CESAR MARIANO (OAB 20991/CE), ADV: FRANCISCO CESAR MARIANO (OAB 20991/CE) - Processo 0051866-84.2021.8.06.0158 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Ramon Ramires Farias Noronha - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 10/02/2022 às 14:30h, a se realizar por meio de videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams. Acessar a sala virtual por meio do link ou apontando a câmera do celular para o QR Code: Aponte a câmera do seu celular para o QR Code acima para entrar na sala de audiência virtual

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2022

ADV: TALVANE ROBSON MOTA DE MOURA (OAB 31442/CE) - Processo 0014928-73.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTUADO: Antonio Levi de Lima Cavalcante - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 08/02/2022 às 09:00h, a se realizar por meio de videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams. Acessar a sala virtual por meio do link ou apontando a câmera do celular para o QR Code: Aponte a câmera do seu celular para o QR Code acima para entrar na sala de audiência virtual

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0050/2022

ADV: FRANCISCO CESAR MARIANO (OAB 20991/CE) - Processo 0001242-36.2018.8.06.0158 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - ASSISTENTE DE A: M.S.S.S. - Encaminhem-se os autos para o Ministério Público e assistente de acusação pelo prazo de 05 (cinco) dias para que apresentem memoriais finais. Com o retorno dos autos, intime-se a defesa pelo mesmo prazo e com a mesma finalidade.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2022

ADV: ROGÉRIO DE SOUSA CRUZ (OAB 35733/CE) - Processo 0021661-14.2017.8.06.0158 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Gabriel Marques Pereira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, esta Secretaria intimará a defesa para apresentar as razões do recurso de fls. 210/213, no prazo de 08 (oito) dias.

COMARCA DE RUSSAS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: DIEGO NOGUEIRA GONÇALVES LIMA (OAB 22186/CE), ADV: ROGÉRIO DE SOUSA CRUZ (OAB 35733/CE), ADV: JHENNIFFER THAYS MENEZES DA SILVA (OAB 38943/CE), ADV: JOSE EVAMBERTO MOREIRA NETO (OAB 41317/CE), ADV: MARIA JÉSSICA DA SILVA PAZ (OAB 42493/CE), ADV: FRANCISCA MICAELE SANTIAGO LIMA MACEDO (OAB 43593/CE) - Processo 0051159-53.2020.8.06.0158 - Execução Extrajudicial de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: N.K.L.A.O. - EXECUTADO: M.A.F.O. - Vistos em conclusão. Expeça-se o Alvará Judicial, referente ao depósito da quantia indicada às fls. 99-100, encaminhando-o na forma prevista na Portaria nº 557/2020-TJCE, disponibilizado no DJe do dia 02/04/2020, atentando-se para os dados bancários da parte exequente indicados na fl. 109. Ademais, oficie-se ao Mercantil Queiroz (v. endereço à fl. 106), solicitando a implantação dos descontos da pensão alimentícia na folha de pagamento do executado, no percentual de 20% (vinte por cento) de sua remuneração, incidindo sobre o terço constitucional de férias e 13º salário, cujos valores deverão ser depositados na conta bancária da exequente (fl. 107). Por fim, intime-se o executado, através de seu advogado, para que efetue o pagamento do débito remanescente, indicado na petição de fls. 104-107, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de prisão civil.

ADV: MICHELLY BRENDA SOARES (OAB 38690/CE) - Processo 0051865-02.2021.8.06.0158 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: M.I.S.L. - Com fundamento no art. 203 §4º do CPC, fica designada audiência de Conciliação para o dia 15/03/2022 às 08:00h, a ser realizada na modalidade semipresencial nos termos do Ofício Circular nº 115/2021-GAPRE e Ofício Circular nº 01/2021-SETIN, onde ocorrerá pela plataforma Microsoft Teams,

devendo as partes acessarem o link https://link.tjce.jus.br/f10a49 e/ou QRCode abaixo indicado, para participarem da audiência. Desde já, informo que a parte que não possuir recursos tecnológicos para participar da audiência, poderá comparecer na referida data no Fórum da Comarca de Russas, na Sala do Cejusc e solicitar a transmissão da audiência, bem como poderá solicitar do através do telefone (88) 3411-6115 (WhatsApp) ou do e-mail:cejusc.russas@tjce.jus.br.Devolvam-se os autos à Secretariapara confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0013762-72.2011.8.06.0158 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Edvan de Sousa Nunes - REQUERIDO: Banco Votorantim S.A. e outro - 1.0. RELATÓRIO Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada por FRANCISCO EDVAN DE SOUSA NUNES em face de BV FINANCEIRA S/A, por meio da qual intenta a declaração de nulidade das cláusulas que estabelecem a incidência de juros supostamente abusivos no cálculo da prestação, bem como a condenação da parte ré à restituição dos valores cobrados a maior em cada prestação. Indeferimento do pedido liminar às fls. 39. Regularmente citada, a parte requerida apresentou contestação às fls. 51/62. No mérito, defendeu a regularidade do contrato celebrado, a possibilidade de pactuação dos juros em patamar superior a 12% ao ano e que não há, no contrato, qualquer afronta ao Código de Defesa do Consumidor, requerendo ao final a improcedência dos pedidos iniciais. Oportunizada a dilação probatória, a parte ré manifestou desinteresse na produção de outras provas, requerendo o julgamento antecipado da lide (fl. 157), enquanto a parte autora deixou decorrer in albis o prazo fixado (v. Fl. 194). Os autos vieram conclusos para sentença. É o relatório. DECIDO. 2.0. FUNDAMENTAÇÃO Quanto à alegada falta de interesse de agir da parte autora, não merece prosperar. Não se exige que a parte esgote os meios extrajudiciais de que dispõe para que somente após possa manejar o instrumento judicial cabível. Tanto menos se pode falar em ausência de interesse processual quando a própria parte demandada contesta os pedidos deduzidos. Quanto ao mais, tenho por desnecessária a apreciação da preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, considerando que o mérito lhe aproveitará. Por tais razões, rejeito as preliminares e avanço para o julgamento do mérito propriamente dito. Do cotejo dos autos, reputo presentes os pressupostos processuais e as condições da ação. Tendo em vista a desnecessidade de dilação probatória em audiência, uma vez que a controvérsia posta a desate exige tão somente a produção de prova documental, sendo as produzidas até o momento suficientes ao deslinde da causa, passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. Quanto ao mérito, verifica-se a improcedência da pretensão inicial. Inicialmente é preciso assinalar que capitalização composta é aquela em que a taxa de juros incide sobre o capital inicial, acrescido dos juros acumulados até o período anterior. Em resumo, pois, o chamado 'anatocismo' é a incorporação dos juros ao valor principal da dívida, sobre a qual incidem novos encargos". (Carlos Roberto Gonçalves, Direito Civil Brasileiro. 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011, p. 409). Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça cristalizou seu entendimento no verbete sumular de nº. 541 no sentido de que: "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". (STJ. 3ª Seção. Aprovada em 10/06/2015, Dje 15/06/2015). Sob essa perspectiva, é dispensável que o contrato bancário preveja cláusula expressa constando que "os juros vencidos e devidos serão capitalizados mensalmente" ou "fica pactuada a capitalização mensal de juros". Consoante pacificado pelo STJ, verificado que a previsão das taxas de juros mensal e anual é superior a 12 vezes a taxa mensal, é intuitivo concluir que se trata de juros são capitalizados (juros compostos), logo perfeitamente válida sua cobrança. A propósito, a Corte Superior vem admitindo a capitalização mensal de juros em contratos firmados após a edição da MP 1.963-17/2000 (MP 2.170-36/2001). Vide: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. 1. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.061.530/RS, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, submetido ao regime dos recursos repetitivos, firmou posicionamento no sentido de que: "a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto22.626/33), Súmula 596/STF; A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art.51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto". 2. Não tendo sido demonstrada a abusividade pelo tribunal de origem,correto o julgado que manteve os juros remuneratórios nos termos da contratação.[...]". (STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL : AgRg no AREsp 615810MS 2014/0298470-5, Julgamento 18 de Junho de 2015, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA). Na hipótese dos autos, portanto, perfeitamente válida a cobrança de juros compostos (capitalizados). Superada a questão da legalidade da capitalização de juros, cumpre observar que as ventiladas máculas contratuais traduzem alegações genéricas que não tem o condão de movimentar a máquina judiciária. Coleciona-se: "CONTRATO BANCÁRIO Ação Revisional. Declaração de Nulidade de Cláusulas Contratuais Não basta a singela e genérica discordância quanto aos valores lançados, acréscimos e saldo devedor Necessidade da indicação clara,precisa, específica e numérica dos valores e acréscimos reputados indevidos Inexistência de evidência dos fatos alegados Negado provimento ao recurso, mantida a sentença de 1º grau que indeferiu a petição inicial extinguindo o processo sem julgamento do mérito"(TJSP. Apelação n.º7.100.900-4 Marília 14ª Câmara de Direito Privado 04.04.07 Rel.Des. Pedro Ablas v. u. Voto 1.927) De todo modo, cumpre assinalar que o fato do contrato se apresentar na modalidade de adesão não elide a autonomia da vontade do aderente, haja vista que este ostenta a faculdade de contratar ou não. Assim, em que pese a ausência da discussão de todas as cláusulas, individualmente, o aderente manifesta sua vontade no ato primordial, quando da celebração e anuência dos termos do contrato. O princípio do pacta sunt servanda não apresenta espectro absoluto, contudo, sua mitigação exarcebada redunda em nítido gravame à segurança jurídica. Refoge à mais lídima noção de boa fé que um aderente concorde com determinada cláusula contratual e, a posteriori, bata às portas do Poder Judiciário no desiderato de afastar sua aplicação. A limitação da taxa de juros fixada no art. 192, § 3º, da Constituição Federal, não era auto-aplicável, por depender da edição de lei complementar, cuja votação jamais se observou no cenário pátrio (JTACSP LEX 146/90, RT 713/240, 715/301 SÚMULA N. 648, STF). No mais, aludida restrição à aplicação da taxa de juros fora alijada do mundo jurídico através da EC n.º 40/2003. Com efeito, inaplicável em detrimento das instituições financeiras, também, as amarras ditadas pelo art. 4º, da Lei n.º 1.521/51, como se deflui da súmula n.º 596, do STF. No tocante à taxa de juros, prevalece a dicção da lei federal n.º 4.595/64, da qual se extrai não mais subsistir, em relação às instituições financeiras, a restrição ditada pelo Dec. n.º 22.626/33 (Lei de Usura). Nesta questão pontual, imperativa a obediência exclusiva à taxa de juros média do

mercado, cuja publicação jamais fora editada pelo Banco Central do Brasil. Acrescente-se que a autorização do Conselho Monetário Nacional para cobrança de juros acima da taxa de 12% (doze por cento) ao ano somente encontra respaldo nas legislações específicas versantes sobre Cédulas de Crédito Rural, Industrial e Comercial. Coleciona-se: "JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Cerceamento de defesa Inocorrência, ao julgador cabe decidir sobre a utilidade ou necessidade das provas,indeferindo as diligência inúteis ou meramente protelatórias, nos exatos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil Preliminar rejeitada. [...] JUROS Contrato bancário Desnecessidade de autorização do Conselho Monetário Nacional para a cobrança de juros acima de 12% ao ano Incidência da Lei n.º 4.595/64, da qual resulta não mais existir para as Instituições financeiras a restrição constante da Lei de Usura, devendo prevalecer o entendimento consagrado na Súmula n.º 596 do Supremo Tribunal Federal, obedecida à taxa média de mercado Observância de que a prática de juros capitalizados não é irregular, sendo aplicável a Medida Provisória n.º1.963-17/2000 (reeditada sob o n.º 2.170/36), que admite a capitalização dos juros nos contratos bancários. Recurso não provido." (TJSP. 17ª Câmara de Direito Privado. Apelação n.º7.263.855-6. Comarca de Cubatão. Relator Des. Térsio Negrão). Ainda, o eventual manejo da tabela price não denota per si conduta ao arrepio do melhor direito. Nesses termos: Ementa: Revisional. Contrato de financiamento para aquisição de veículo. Aplicação do CDC. Contrato de adesão. Juros. Ausência de limitação. Excesso.Inocorrência.Capitalização admissibilidade no caso concreto. Tabela Price. Regularidade.Tarifas bancárias. Pactuação e ausência de abuso. Comissão de permanência. Ausência de previsão contratual.Apelo do Banco-réu provido. Prejudicado o apelo da autora. Ação julgada improcedente. (TJSP.13ª Câmara de Direito Privado. Relator Cauduro Padin. Apelação n.º0043045-97.2013.8.26.0002). A comissão de permanência, por seu turno, pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS,relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Segunda Seção, DJde 04/05/2005). Com efeito, afastar a cobrança sem qualquer evidência de vício de consentimento, em última análise acabaria por nulificar a autonomia privada do consumidor. No que toca à inversão do ônus da prova pleiteada pela parte autora, deve-se notar seu descabimento em razão da possibilidade da promovente comprovar fato constitutivo de seu direito, atinente à ilegitimidade do débito impugnado. Ora, aquele que alega ser a cobrança indevida por estar acrescida de juros que extrapolam a taxa de mercado, dispõe de meio de prova que evidencie a ocorrência dessa. Confira-se o entendimento jurisprudencial: ALEGAÇÕES GENÉRICAS - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS. 1. Indiscutível a questão sobre a aplicação do Código de Defesa do Consumidor à hipótese em comento, restando patente que na interpretação das cláusulas contratuais devem ser observados os princípios ali previstos, para se evitar qualquer desequilíbrio entre as partes na relação negocial. 2. A inversão do ônus da prova não se opera de modo automático, ficando a critério do julgador ao constatar a hipossuficiência do consumidor, quando demonstrada a dificuldade de uma das partes na produção de determinada prova, o que não se vislumbrou no caso em questão. 3. Ao Judiciário não é dado proceder de ofício à pesquisa de abusividades de cláusulas inseridas em contratos bancários, ainda que se trate de relação de consumo. Inteligência da Súmula 381 do STJ. II - Assim, cabe à parte autora indicar, precisamente, quais as cláusulas do contrato que pretende ver declaradas abusivas ou ilegais. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(TJ-GO- APL: 04209146722016809015 2, Relator: Marcus da Costa Ferreira, DJ: 09/04/2019, 5ª Câmara Cível). Da análise da peça inicial, como dito anteriormente, verifica-se que essa apresenta argumentos genéricos em torno da cobrança supostamente exorbitante de juros, contendo fundamentação fática e jurídica deficiente. Veja que a parte promovente defende a existência de cláusulas contratuais abusivas sem especificá-las e requer a sua nulidade com base na desvantagem excessiva que sofrera o consumidor, que iria de encontro à boa-fé contratual e às normas do Código de Defesa do Consumidor, sem, contudo, demonstra-la, revestindo-se de meras alegações. Observa-se que embora a parte autora demonstre a cobrança de juros de 1,36% ao mês, quedou-se inerte em indicar a porcentagem que era devida, de acordo com a taxa média de mercado, restando impossibilitada a análise sobre qualquer abusividade. O entendimento esposado está em pleno alinhamento com a jurisprudência pátria: AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE OFÍCIO. SÚMULA 381 DO STJ. 1) - Ao Judiciário não é dado proceder de ofício à pesquisa de abusividades de cláusulas inseridas em contratos bancários, ainda que se trate de relação de consumo. Inteligência da Súmula 381 do STJ. 2) - Assim, cabe à parte autora indicar, precisamente, quais as cláusulas do contrato que pretende ver declaradas abusivas ou ilegais. 3) - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO-AC: 01702128820158090006, Relator: Kisleu Dias Maciel Filho, DJ: 20/04/2017, 4ª Câmara Cível) Nessa mesma linha de entendimento, trago precedente da relatoria do Min. Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, no que interessa, verbis: (...) Para que se reconheça abusividade no percentual de juros, não basta o fato de a taxa contratada suplantar a média de mercado, devendo-se observar uma tolerância a partir daquele patamar, de modo que a vantagem exagerada, justificadora da limitação judicial, deve ficar cabalmente demonstrada em cada caso (...)(AgRg no Resp 1056229/MS, DJe de 17/09/2014). 3.0. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, extinguindo o feito com resolução de mérito. Em face da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, ficando a cobrança e a exigibilidade suspensas pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em face das benesses da gratuidade judiciária (artigo 98, §3º, do CPC). À Secretaria para retificar o polo passivo da presente demanda, conforme requerido às fls. 156-7. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ROGÉRIO DE SOUSA CRUZ (OAB 35733/CE), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0016051-41.2012.8.06.0158 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Lourdes de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - 1.0. RELATÓRIO Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada por MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA BARBOSA em face de BANCO DO BRASIL S/A, por meio da qual intenta a declaração de inexistência ou nulidade de contrato bancário e a condenação da parte ré à restituição em dobro das parcelas deduzidas do seu benefício previdenciário e ao pagamento de reparação por danos morais, equivalente a quarenta salários mínimos. Concedida a antecipação da tutela às fls. 21-3. Citada, a parte ré ofereceu contestação às fls. 35/49. No mérito, em suma, defende a existência de pactuação entre as partes, a ausência de dano moral e a inaplicabilidade da repetição do indébito, de modo que, ao final, postula a total improcedência do pedido inicial. Realizada audiência de conciliação, não foi entabulada composição entre as partes (fls. 69/70). Em réplica, a requerente refutou os termos da defesa e reiterou a narrativa inicial (fls. 89/99). É o relatório. DECIDO. 2.0. FUNDAMENTAÇÃO Em análise ao presente feito, verifico que foram observadas as formalidades legais exigíveis para a espécie, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem sanadas, estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. No mérito, o pedido é parcialmente procedente. Primeiramente, é importante destacar que o vínculo estabelecido entre as partes denota-se relação de consumo, tratando-se de prestação de serviços bancários, a teor dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, o qual se aplica às instituições financeiras (Súmula 297 do STJ). Ademais, ainda que se declare que houve fraude na formulação do contrato e que, portanto, a

parte autora não é cliente da parte ré, subsiste a relação consumerista, pois, nesse caso, cuida-se de consumidor por equiparação, por ser vítima de fato do serviço, nos termos do art. 17 do mesmo diploma legal. Nesse esteio, a Legislação Consumerista confere uma série de prerrogativas ao consumidor, na tentativa de equilibrar a relação de consumo, a exemplo do art. 6º, VIII, do referido diploma legal, o qual disciplina a facilitação da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Da análise dos autos, observa-se que a parte ré, apesar de ter alegado a celebração de negócio jurídico com a parte autora, não apresentou o contrato indicado na inicial nem qualquer argumento que justificasse os descontos no benefício da parte autora (demonstrativo de fls. 15-8), não se desincumbindo de seu ônus, limitando-se a narrar referida versão, sem, contudo, respaldar sua tese em conjunto probatório que a robusteça. Com efeito, não se pode exigir do consumidor prova negativa, de modo que, uma vez que a parte autora logrou êxito em comprovar os descontos nos seus proventos de aposentadoria, cabe à instituição financeira elidir sua pretensão, exibindo em juízo instrumento contratual assinado pela parte autora, autorizando as deduções em folha, acompanhado de documentação pessoal do(a) aposentado(a), bem como comprovante de liberação do crédito. De tal forma, há de ser reconhecido o cometimento de ato ilícito decorrente de tais descontos. Sobre o tema, cito o precedente abaixo, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE/INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COMPROVADOS. NÃO EXIBIÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA AVENÇA. DEDUÇÕES INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESTITUIÇÃO DOS VALORES NA FORMA SIMPLES. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. DANO MORAL IN RE IPSA. CONFIGURADO. QUANTUM MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.[...] 2. Os descontos no benefício previdenciário do promovente, decorrentes do empréstimo reclamado, restaram devidamente comprovados com a juntada do histórico de consignações do INSS do autor. 3. Por sua vez, a instituição financeira não se desincumbiu do ônus de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral, uma vez que deixou de acostar aos autos o instrumento contratual e o comprovante de pagamento do numerário do empréstimo. 4. Assim, a devolução dos valores indevidamente descontados dos proventos de aposentadoria do requerente é consequência da declaração de inexistência do contrato, tendo em vista a falha na prestação do serviço e a responsabilidade objetiva da instituição financeira. Contudo, a restituição deve ser realizada na forma simples, posto que não restou demonstrada a má-fé do banco réu. 5. O dano moral que aflige o autor reveste-se como hipótese de dano in reipsa. Trata-se, nitidamente, de situação que ultrapassa a seara do mero aborrecimento ou dissabor do cotidiano e que dispensa larga investigação probatória, uma vez que a aposentadoria do promovente é verba alimentar, destinada ao seu sustento básico, e qualquer desconto indevido ali realizado configura privação do seu patrimônio. 6. O montante indenizatório arbitrado em primeira instância em R$ 4.000,00 (quatro mil reais) não merece reproche, posto que proporcional e razoável e está em consonância com o entendimento reiterado deste Tribunal em casos desta espécie. 7. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida". (TJ-CE 00005936720178060203 CE 0000593-67.2017.8.06.0203, Relatora: MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, Data de Julgamento: 24/06/2020, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 24/06/2020). Em decorrência da prática de ato ilícito, deverá a parte ré indenizar a parte autora pelos prejuízos sofridos (art. 927, caput, do Código Civil), responsabilidade essa que dispensa a prova de culpa, eis que decorre do risco da atividade econômica desempenhada pela parte ré, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil: "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem". Como indenização por danos materiais, a parte autora postula a devolução, devidamente corrigida, dos valores descontados, ao que faz jus, a título de danos emergentes, nos termos do art. 402 e 404, caput, do Código Civil: "Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar". "Art. 404. As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional". Entrementes, não há que se falar em repetição em dobro, visto que essa, conforme o entendimento majoritário, depende de comprovação de má-fé, o que não houve no presente caso. Sobre o tema, cito o precedente abaixo do E. TJCE: "APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. RELAÇÃO DE CONSUMO. PRESCRIÇÃO REJEITADA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO INEXISTENTE. DESCONTOS INDEVIDOS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANO MORAL CONFIGURADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. [...] 7. Em virtude da falha na prestação de serviço, a instituição financeira deve ser responsabilizada na modalidade objetiva. 8. De acordo com a jurisprudência, a devolução dos valores pagos indevidamente deve ser feita de forma simples, tendo em vista que não restou comprovada a má-fé do apelado para ensejar devolução em dobro. 9. Descontos indevidos caracterizam dano moral in reipsa, ou seja, presumido, decorrente da própria existência do ato, não exigindo a prova do prejuízo, tendo em vista que trouxe aflição, angústia e dor à apelante [...]". (TJ-CE - APL: 00093618220168060084 CE 0009361-82.2016.8.06.0084, Relator: CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, Data de Julgamento: 18/09/2019, 2ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 18/09/2019). Destaquei. No tocante à indenização por danos morais, no caso em comento, o dano moral que aflige a parte autora reveste-se como hipótese de dano in reipsa. Trata-se, nitidamente, de situação que ultrapassa a seara do mero aborrecimento ou dissabor do cotidiano e que dispensa larga investigação probatória, uma vez que o benefício previdenciário da parte autora é verba alimentar, destinada ao seu sustento básico, e qualquer desconto indevido ali realizado configura privação do seu patrimônio. Demonstrado, portanto, o dever de compensar os danos extrapatrimoniais, cabe analisar o quantum indenizatório a ser arbitrado. No que se refere à valoração do dano moral, diante da notória dificuldade em arbitrar o valor para indenizações desta espécie e da ausência de critérios legais objetivos, a doutrina tem lançado mão de certos parâmetros. Assim, devem ser considerados: as circunstâncias do caso concreto, o alcance da ofensa e a capacidade econômica do ofensor e do ofendido. Ademais disso, a indenização deve ser suficiente para compensar a vítima pelo dano sofrido e, ao mesmo tempo, sancionar o causador do prejuízo, de modo a evitar futuros desvios, revestindo-se de caráter educativo. O valor indenizatório, nestes casos, deve assegurar à parte ofendida justa reparação sem, contudo, incorrer em enriquecimento ilícito. Após a análise da extensão e da gravidade do dano moral, da condição econômica das partes e observando as finalidades sancionatória e reparadora do instituto, concluo que a importância de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) se mostra razoável. 3.0. DISPOSITIVO Ante o exposto, confirmo a liminar concedida e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos autorais, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extinguindo o feito com resolução do mérito, para: A) DECLARAR nulos os contratos de empréstimo consignado discutidos nos autos; B) CONDENAR a parte ré a restituir à parte autora os valores comprovadamente descontados, de forma simples, atualizados monetariamente pelo INPC, desde a data do efetivo prejuízo (Súmula nº 43 do STJ), com juros moratórios de 1% ao mês e 12% ao ano, a partir do evento danoso (Súmula nº 54 do STJ); C) CONDENAR a parte ré a indenizar a parte autora na

quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de reparação por danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da presente data. Em função da sucumbência recíproca, condeno ambas as partes a arcarem com metade das custas e a pagarem ao patrono da outra honorários sucumbenciais, que fixo em 10% do valor da condenação (art. 86, caput c/c art. 85, §14º, ambos do CPC). Suspensa a exigibilidade das custas e dos honorários cujo pagamento compete à parte autora, em razão da gratuidade da justiça (art. 98, §3º, do CPC). Transitada em julgado, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher metade das custas processuais. Caso não haja o recolhimento, oficie-se à Dívida Ativa para inscrição do débito. Não havendo pedido de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JAMES PEDRO DA SILVA (OAB 24083/CE) - Processo 0020940-91.2019.8.06.0158 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: T.V.F. - Vistos em conclusão. 1.0. RELATÓRIO Trata-se de Ação Negatória de Paternidade c/c Retificação de Registro Civil ajuizada por Tarciano Ventura Ferreira em face de Hilnara Kézia Ferreira Ventura, menor impúbere, representada por sua genitora, Francisca Gerliane Vieira Ferreira, em razão dos fatos deduzidos na inicial de fls. 01-06. Com a exordial, vieram os documentos de fls. 07-11. Recebida a inicial às fls. 12-13. Na audiência de conciliação, realizada em 05 de maio de 2021, a genitora da menor reconheceu o pedido autoral e confirmou que o demandante não é pai biológico da infante. À vista disso, ambas as partes concordaram em realizar o exame de DNA e dispensaram o prazo para manifestação acerca do laudo conclusivo, caso este confirmasse a exclusão da paternidade. Na ocasião, o representante do Ministério Público requereu que fosse colhido o depoimento pessoal da promovida, a fim de se confirmar a inexistência de paternidade socioafetiva, o que foi deferido pelo juízo, sendo acostada a mídia respectiva à fl. 29. No entanto, realizado o exame de DNA, foi obtido resultado positivo em relação à paternidade da menor (fls. 41-43). Devidamente intimadas, as partes não se manifestaram (fl. 56). Instado, o representante do Ministério Público opinou pela improcedência da ação, tendo em vista o caráter quase irrefutável do exame de DNA (fl. 47). É o relatório. DECIDO. 2.0. FUNDAMENTAÇÃO Observo que as partes realizaram o exame de DNA, no qual fora obtido resultado positivo em relação à paternidade atribuída ao autor. Desse modo, está evidente a confirmação da paternidade em relação à menor Hilnara Kézia Ferreira Ventura, ante a presença de prova material, consistente no mapeamento genético, ressaltando-se a ausência de manifestação da parte autora e de seu advogado constituído, bem como da parte promovida, presumindo-se a concordância com o respectivo laudo de investigação de vínculo genético. Sendo assim, diante da confirmação da paternidade inicialmente contestada pelo promovente, a improcedência da ação é medida que se impõe. 3.0. DISPOSITIVO Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas, em face da gratuidade judiciária deferida. Sem honorários advocatícios. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de estilo.

ADV: NAYARA LIMA FREITAS (OAB 32148-0/CE) - Processo 0040084-85.2018.8.06.0158 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Leandro de Oliveira Sousa - 1.0. RELATÓRIO Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT ajuizada por FRANCISCO LEANDRO DE OLIVEIRA SOUSA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT, ambos qualificados nos autos. A parte autora requereu na petição a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, razão pela qual foi determinada a emenda da inicial para que a requerente comprovasse que se enquadra nos requisitos previstos em lei ou para comprovar o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da exordial. Ultrapassado o prazo legal, a requerente permaneceu inerte, conforme certidão de fl. 48. É o relatório. DECIDO. 2.0. FUNDAMENTAÇÃO Extrai-se dos autos que foi determinada a intimação da parte autora, através de seu advogado, para, no prazo legal, comprovar sua incapacidade econômica. Cumprida a intimação necessária, via Diário de Justiça, e decorrido o prazo legal, a parte autora nada juntou aos autos tampouco efetuou o pagamento das custas iniciais. Diante disso, aplica-se o disposto no artigo 290 do Código de Processo Civil, que assim reza: “Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias”. 3.0. DISPOSITIVO Ante o exposto, atento as disposições do art. 290 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo, para determinar o cancelamento da distribuição do feito e o arquivamento dos presentes autos. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as diligências de praxe, inclusive, a cobrança das custas processuais, arquive-se com as baixas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: GEORGE ALVES DE SOUZA LIMA (OAB 37242/CE), ADV: EDUARDO SILVA DE SOUSA (OAB 37988/CE) - Processo 0040699-75.2018.8.06.0158 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: J e M de Freitas Me - Com fundamento no art. 203 §4º do CPC, fica designada audiência de Conciliação para o dia 14/03/2022 às 11:00h, a ser realizada na modalidade semipresencial nos termos do Ofício Circular nº 115/2021-GAPRE e Ofício Circular nº 01/2021-SETIN, onde ocorrerá pela plataforma Microsoft Teams, devendo as partes acessarem o link https://link.tjce.jus.br/f10a49 e/ou QRCode abaixo indicado, para participarem da audiência. Desde já, informo que a parte que não possuir recursos tecnológicos para participar da audiência, poderá comparecer na referida data no Fórum da Comarca de Russas, na Sala do Cejusc e solicitar a transmissão da audiência, bem como poderá solicitar do através do telefone (88) 3411-6115 (WhatsApp) ou do e-mail:cejusc.russas@tjce.jus.br.Devolvam-se os autos à Secretariapara confecção dos expedientes necessários.

ADV: CAIO TENÓRIO DE ALMEIDA LIMA (OAB 32845/CE) - Processo 0051903-14.2021.8.06.0158 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: A.F.L. - Com fundamento no art. 203 §4º do CPC, fica designada audiência de Conciliação para o dia 14/03/2022 às 08:00h, a ser realizada na modalidade semipresencial nos termos do Ofício Circular nº 115/2021-GAPRE e Ofício Circular nº 01/2021-SETIN, onde ocorrerá pela plataforma Microsoft Teams, devendo as partes acessarem o link https://link.tjce.jus.br/f10a49 e/ou QRCode abaixo indicado, para participarem da audiência. Desde já, informo que a parte que não possuir recursos tecnológicos para participar da audiência, poderá comparecer na referida data no Fórum da Comarca de Russas, na Sala do Cejusc e solicitar a transmissão da audiência, bem como poderá solicitar do através do telefone (88) 3411-6115 (WhatsApp) ou do e-mail:cejusc.russas@tjce.jus.br.Devolvam-se os autos à Secretariapara confecção dos expedientes necessários.

ADV: MARCELA FRANCISCA GUSMAO FERREIRA (OAB 40936/CE), ADV: GAUDENIO SANTIAGO DO CARMO (OAB 20944/CE) - Processo 0254550-81.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Tutela de Urgência - REQUERENTE: A.J.S.F.M.I.R.P.G.A.C.M.S. - REQUERIDO: O.A.F.J. - Vistos em conclusão. Trata-se de Ação Revisional de Alimentos ajuizada por Ana Júlia Sombra Freitas, menor impúbere, representada por sua genitora, Ana Carla Mendes Sombra, em face de Oderi Augusto de Freitas Júnior. Recebidos os autos neste juízo por declínio de competência às fls. 118-121. Parecer ministerial à fl. 128, no qual manifestou-se pelo pagamento da pensão alimentícia em pecúnia, observando-se um patamar compatível. Após, os autos retornaram conclusos para a análise do pedido de tutela de urgência requerido na inicial. É o que importa relatar. Passo à decisão. Para a concessão da tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, é necessária a presença dos pressupostos legais previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, a saber, (a) a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e (b) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Dessa forma, a constatação da ocorrência dos

pressupostos autorizadores da antecipação dos efeitos da tutela de urgência reclama que a parte autora demonstre a presença dos requisitos insertos no art. 300 do CPC. No caso dos autos, a autora informa que foi realizado um acordo acerca da pensão alimentícia devida à menor Ana Júlia, no qual o requerido se comprometeu em arcar com os gastos referentes à escola, plano de saúde e demais despesas extras de saúde, além de itens de higiene pessoal in natura e, quando a infante estivesse sob sua convivência, seria responsável pela alimentação desta. No entanto, a genitora alega o aumento das necessidades da filha e requer a modificação da forma de pagamento da obrigação alimentar, de modo a ser fixado o valor de 30% (trinta por cento) dos rendimentos do alimentante, mantendo-se o pagamento in natura do plano de saúde. A fim de comprovar as necessidades da alimentanda, a genitora elencou na peça inicial as despesas domésticas e os gastos com a infante (fl. 09). Em relação às possibilidades do requerido, afirmou que este é médico no Hospital São Carlos em Fortaleza/CE e que atua como coordenador clínico no SAMU (Serviço de Atendimento Médico de Urgência) na Unidade de Pronto Atendimento Jurema, em Caucaia-CE, além de realizar atendimentos médicos particulares, com renda mensal aproximada de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Da análise da documentação acostada às fls. 54-69, evidencia-se a profissão do demandado, sobretudo, seu vínculo com a Prefeitura de Fortaleza/CE como médico atuante na UPA de Caucaia-CE, auferindo remuneração total de R$ 11.283,78 (v. contracheque de fl. 69). Porém, por ora, o acervo probatório não demonstra a possibilidade da fixação de alimentos no patamar pretendido, considerando que não há comprovação quanto ao vínculo empregatício com o Hospital São Carlos, tampouco existem elementos que apontem o padrão de vida que a autora alega que o demandado possui, além da ausência de demais informações quanto ao seu patrimônio, suas despesas ou a existência de outros filhos, por exemplo, o que não autoriza, neste momento, a fixação no montante requerido, sendo matéria a ser analisada no decorrer da instrução do processo. No tocante à modificação da forma de pagamento, verifico a probabilidade do pedido, tendo em vista que a prestação in natura atualmente não se mostra satisfatória diante das necessidades presumidas de uma criança, além das despesas listadas na inicial, inexistindo perigo de dano às partes com essa modificação. Oportuno salientar, ainda, a existência de medidas protetivas em desfavor do requerido, com a proibição de aproximação e de contato, por qualquer meio, entre as partes, conforme decisão proferida pelo 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza-CE (fls. 80-81), o que dificulta a permanência da forma atual de pagamento dos alimentos. Ante o exposto, em sede de cognição sumária, defiro parcialmente a tutela de urgência, a fim de modificar a forma do pagamento da obrigação alimentar, a qual deverá ser realizada em pecúnia, contudo, fixo o valor provisório de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração do demandado, devendo incidir também sobre o terço constitucional de férias e décimo terceiro salário (gratificação natalina e gratificação de férias), excluídos os descontos legais e obrigatórios e eventuais parcelas de natureza indenizatória, mantendo-se a obrigação quanto ao pagamento do plano de saúde. Oficie-se à Prefeitura de Fortaleza-CE para que providencie os descontos da pensão alimentícia em folha de pagamento do alimentante, cujo valor deverá ser depositado, mensalmente, em conta bancária de titularidade da genitora da menor, indicada na fl. 25. Aguarde-se a realização da audiência já aprazada. Intimem-se as partes. Ciência ao Ministério Público.

COMARCA DE RUSSAS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAÃO TIAGO COSTA E MELO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IZABELA ALVES MENDES AZEVEDO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ROGÉRIO DE SOUSA CRUZ (OAB 35733/CE), ADV: KALIANDRA ALVES FRANCHI (OAB 14527/BA), ADV: JHENNIFFER THAYS MENEZES DA SILVA (OAB 38943/CE) - Processo 0001922-21.2018.8.06.0158 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Gledson Guedes Normando - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros S/A - Honda Automoveis do Brasil Ltda e outro - No mais, partes legítimas e bem representadas, dou por SANEADO o feito (art. 357 do CPC) e procedo à organização da fase instrutória. São pontos controvertidos, sobre os quais deverá recair a atividade probatória a prática de ato ilícito pelos réus, decorrente da má prestação de serviços; os danos patrimoniais e extrapatrimoniais acarretados ao autor e o nexo de causalidade entre a conduta dos réus e o resultado danoso. Ao autor, cabe provar os fatos constitutivos de seu direito (art. 373, I, do CPC) a exemplo daqueles acima indicados. Aos réus, por sua vez, incumbe provar fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do autor (art. 373, II, do CPC). Dito isto, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem outras provas que pretendem produzir, justificando-as. Advirto que não se trata de mero requerimento genérico de provas, na medida em que este é feito na petição inicial e na contestação. Neste momento processual as partes devem indicar quais provas pretendem produzir e sua pertinência, sendo que o simples requerimento genérico importará em preclusão do direito à prova. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAÃO TIAGO COSTA E MELO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IZABELA ALVES MENDES AZEVEDO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2022

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018A/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189/CE) - Processo 0040058-87.2018.8.06.0158 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos em conclusão. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a certidão de fl. 81, informando a localização correta do bem a ser apreendido. Expedientes necessários.

COMARCA DE SABOEIRO - VARA UNICA DA COMARCA DE SABOEIRO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SABOEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022

ADV: ALAN BEZERRA OLIVEIRA LIMA (OAB 15653/CE) - Processo 0050168-74.2020.8.06.0159 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Alzenir Filha dos Santos e outros - Vistos em conclusão. I- Compulsando os autos, verifica-se que a contestação de fls.80/98 é intempestiva, uma vez que foi apresentada no dia 18/04/2021 quando deveria ter sido juntada até 29/09/2020 (vide certidão de fl.70). Por esta razão, mantenho a decisão de fl.72 por seus próprios fundamentos, decretando a revelia do Ente Público Municipal, sem aplicar os efeitos materiais. II- Intimada as partes para produção de provas, estas quedaram-se inertes, conforme atesta certidão de fl.78. Posto isso, anuncio o julgamento do feito. Cientifiquem as partes, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, tornem os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SABOEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: LEANDRO TEIXEIRA SANTIAGO (OAB 39945/CE) - Processo 0050301-82.2021.8.06.0159 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Leandro Gomes de Castro - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 14/02/2022 às 16:15h por videoconferência através da ferramenta Microsoft Teams do TJCE. Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo. Proceda-se a intimação das partes e advogados por meio do respectivo sistema processual, ou ainda por e-mail ou aplicativo Whatsapp, cientificando-os da obrigatoriedade de acessar, na data e horário agendados, à sala virtual de audiência por meio do seu computador pessoal, diretamente pelo link da audiência ou baixar aplicativo para smartphones. Ficam o e-mail da Vara (saboeiro@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3526-1367 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. SEU LINK CONVITE DE ACESSO À SALA DE AUDIÊNCIA ATRAVÉS https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZWVkMGNhZDAtOGEzMi00MWE0LTg1NmItODIwYTZjMGY0NTIz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%222282bb7b-4780-460e-a509-f1aa9dc6e1d3%22%7d

COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 2ª VARA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2022

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAÚJO DE PAIVA (OAB 29297-0/CE), ADV: RAIMUNDO NONATO BRAGA MUNIZ (OAB 29298-0/CE) - Processo 0000615-26.2018.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria Elisangela Paiva - Cumpra-se na integra o ato de fls. 76.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0002019-78.2019.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Regina Lucia Camilo de Sousa - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - III DISPOSITIVO. Pelo exposto, rejeito a preliminar e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para o fim de condenar a parte requerida a: a) pagar à parte autora o valor de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente à indenização por invalidez permanente, corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data do evento danoso 19/12/2017 e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, que deverá incidir a partir da citação. b)ao pagamento das despesas médicas e suplementares no valor equivalente a R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a contar da data do desembolso da primeira despesa médica e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Custas e honorários advocatícios distribuídos proporcionalmente entre as partes, no percentual de 50% para cada, em razão da sucumbência recíproca, com base no art. 86, caput, CPC/2015. Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Porém, com relação à autora, tais obrigações ficam com a exigibilidade sujeita às condições previstas no art. 98, parágrafo 3º, do CPC/2015, em razão de ser beneficiário da justiça gratuita. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Com o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAÚJO DE PAIVA (OAB 29297/CE) - Processo 0050065-98.2019.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Maria Olive Melo da Costa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista o art. 1º, III, “a”, da resolução do Órgão Especial de n. 29/2020, intimem-se as partes, por seus procuradores, para se manifestarem sobre o RPV de fls. 130/131, no prazo de 05 dias, identificando alguma existência de incorreção. Decorrendo o prazo sem manifestação, os mesmos serão assinados pela MM. Juíza e enviado ao TRF5.

ADV: WALTER SERGIO DE SOUZA ABREU (OAB 31506/CE), ADV: VICTOR DE SOUSA RODRIGUES (OAB 38613/CE) - Processo 0050122-19.2019.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rubens Braga Gonçalves Filho - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE - Bem analisando os autos, verifico que as partes foram intimadas para produção de provas, tendo o requerido ficado silente, sendo certificado à pag.77 e o autor às pags. 333/334, requereu o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, I, do CPC. Assim sendo, a fim de se evitar nulidades, converto o julgamento em diligência para anunciar o julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355, I, do CPC. Intimem-se as partes. Nada sendo requerido em 15 (quinze) dias, venham os autos conclusos para julgamento.

ADV: ALEXANDRE GOMES DE GOUVÊA VIEIRA (OAB 32171/PE), ADV: ANTONIO FABRICIO MARTINS SAMPAIO SILVA (OAB 43412/CE) - Processo 0050480-13.2021.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria das Dores Magalhães Protásio - REQUERIDO: Metlife Metropolitanlife Seguros e Previdencia Privada S.a - Bem analisando os autos, verifico que a parte requerida foi intimada para produção de provas, tendo ficado silente,

sendo certificado à pag. 402. Assim sendo, a fim de se evitar nulidades, converto o julgamento em diligência para anunciar o julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355, I, do CPC. Intimem-se as partes. Nada sendo requerido em 10 (dez) dias, venham os autos conclusos para julgamento.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2022

ADV: ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA (OAB 27916/CE) - Processo 0000114-82.2018.8.06.0189 - Guarda de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: Lisirene Pereira Barroso - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, atenda-se a cota ministerial de fls. 371 . Prazo de 15 dias.

ADV: GIMPAULO MELO BARROS (OAB 33966/CE) - Processo 0000178-29.2017.8.06.0189 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: L.F.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica designada audiência de Instrução para o dia 17 de fevereiro de 2022, às 11:00h. Através o sistema Microsoft Teams como plataforma padrão para realização de audiências por videoconferência durante o período de distanciamento social em consequência da Pandemia da Covid-19 Para as partes e testemunhas terem acesso a sala virtual de audiência, as intimações devem constar os dados abaixo: Link da audiência: https://link.tjce.jus.br/201ef2

ADV: APARECIDA CAVALCANTE GOMES (OAB 36146/CE) - Processo 0000757-74.2017.8.06.0189 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: N.M.P. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a postulante para, no prazo de 05 dias, prestar compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, nos termos do artigo 32 da Lei 8.069/90.

ADV: JOSE IRINEU PONTES MARTINS (OAB 5799/CE) - Processo 0001541-37.2000.8.06.0160 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - EXEQUENTE: Parceirize Factoring Fomento Mercantil e outro - Retire-se a suspensão do feito. Intime-se a parte exequente por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar aos autos sobre a petição de fls.181/182 e documentos que acompanham.

ADV: RAIMUNDO NONATO BRAGA MUNIZ (OAB 29298/CE) - Processo 0003386-40.2019.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Deficiente - REQUERENTE: Francisco Emanuel Lucena Vieira - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o relatório social de pgs. 111/113. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se possuem interesse na produção de outras provas, devendo justificar sua necessidade, sob pena de indeferimento.

ADV: JORDANNA AZEVEDO TIMBO (OAB 28480/CE), ADV: FERNANDA OLINDA ARAÚJO (OAB 28840/CE) - Processo 0004554-19.2015.8.06.0160 - Liquidação por Arbitramento - Contratos Bancários - REQUERENTE: Carmen Silvia Lobo de Mesquita Timbo - Tendo em vista que a ação é proposta por Carmem Silvia Lobo de Mesquita Timbó, representando seu falecido marido Afonso Catunda Timbó, intime-se a promovente para, em até 05 (cinco) dias juntar declaração de que é a única herdeira do de cujus ou, em caso negativo, informar os herdeiros e declaração por escrito destes com firma reconhecida em cartório, informando o desinteresse em habilitar-se no processo, ou, se houver interesse, manifestar-se acerca de eventual habilitação destes.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988-A/CE) - Processo 0006109-76.2012.8.06.0160 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamento S/A - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição de fl. 124.

ADV: MANUELITO MELO MAGALHÃES (OAB 41127/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0050478-14.2019.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Agamenon Silva - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se possuem interesse na produção de outras provas, devendo justificar sua necessidade, sob pena de indeferimento. Após, não havendo requerimentos, venham os autos conclusos para julgamento.

ADV: ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA (OAB 27916/CE) - Processo 0050691-83.2020.8.06.0160 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.L.S. - Bem analisando os autos, verifica-se que as partes não foram indagadas sobre o interesse na produção de provas, razão pela qual converto o julgamento em diligência. Intimem-se as partes para, em até 05 (cinco) dias, informarem se possuem outras provas a produzir. Advirto que o silêncio implicará em julgamento antecipado do feito. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDA MESQUITA ARAGAO (OAB 27775/CE) - Processo 0051028-38.2021.8.06.0160 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Alessandro Lopes Colares - A petição inicial encontra-se na sua devida forma, razão pela qual a recebo. Defiro a gratuidade judiciária, por estarem preenchidos os requisitos do art. 98 do Código de Processo Civil. Defiro a abertura do inventário judicial dos bens deixados por MAURÍCIO COLARES ALVES. Nomeio inventariante MARCÍLIO MESQUITA COLARES. Intime-o para prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, também para, dentro de 20 (vinte) dias da data em que prestou o compromisso, prestar as primeiras declarações, na forma do CPC/2015, art. 620, observando em particular: a) Qualificação completa do inventariado e indicação de eventual meeiro (cônjuge ou companheiro sobrevivente); b) Qualificação completa de cada um dos herdeiros (com indicação da qualidade/título de herdeiro) e dos respectivos cônjuges/companheiros, indicando o regime de bens do casamento/união estável; quanto aos herdeiros não representados, o endereço para citação deve ser completo; c) Relação completa e individualizada de cada um dos bens do espólio; d) Atribuição do valor corrente para cada um dos bens do espólio; e) Juntada das certidões negativas de débitos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal; f) Certidão atualizada da CENSEC. Apresentadas as primeiras declarações, tornem conclusos para conferência da regularidade formal e dos documentos (notadamente os comprobatórios da qualidade de herdeiros, dos bens e direitos inventariados). Expedientes necessários.

ADV: ANNA KATARINA DE SALES FARIAS (OAB 25657/CE) - Processo 0200074-67.2022.8.06.0160 - Autorização judicial - Viagem Nacional - REQUERENTE: I.L.C. - Ante o exposto,DEFIROo pedido inicial, autorizando a viagem doadolescente DEMÉTRIO DE CASTRO FÉLIX ao Estado do Rio de Janeiro,no dia 08 de fevereiro de 2022, desacompanhado de responsável maior de idade. Expeça-se com urgência a competente autorização, fazendo constar a recomendação quanto à adoção das medidas necessárias à assistência e à segurança do adolescente durante a viagem. Sem custas (cf. Art. 141, § 2º, do ECA). Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo. P.R.I.

ADV: FRANCISCO LAECIO DE AGUIAR FILHO (OAB 23633/CE) - Processo 0200078-07.2022.8.06.0160 - Alvará Judicial -

Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Kailane Lima Alves e outros - Sendo assim, intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, inclua o filho faltante no polo ativo da ação, acostando-se a documentação a ele pertinente, sob pena de indeferimento da peça vestibular. Expedientes necessários.

Processo 0200080-74.2022.8.06.0160 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERIDA: Francisca Libanio Bezerra - Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, consoante art. 290, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS GLAUBER DE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: ÍTALO THIAGO DE VASCONCELOS PEREIRA (OAB 33797/CE) - Processo 0000620-11.2019.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: JOSE APARECIDO CORDEIRO DUTRA - À luz do exposto e tudo o mais que dos autos consta, HOMOLOGO O ACORDO EXTRAJUDICIAL de termos às fls. 90/91, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, ante a gratuidade deferida. Sem honorários, já que não ressalvados na avença. Dou a presente por transitada em julgado na data da publicação, por se tratar de litígio pactuado pelo consenso alcançado entre as partes.

ADV: JOHN GLEDYSON ARAUJO VIEIRA (OAB 27975/CE) - Processo 0002024-97.2019.8.06.0161 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: N.K.S. e outros - Chamo o feito à ordem para determinar a intimação da representante dos autores para informar, em 10 dias, como pretende acrescer os apelidos de família do promovido aos nomes dos investigantes, viabilizando a expedição do necessário mandado de averbação.

ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA (OAB 17879/PE) - Processo 0004230-94.2013.8.06.0161 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - EXEQUENTE: Fundo Pcg Brasil e outro - Homologo a desistência requerida pela parte autora (fl. 124), extinguindo o processo de execução, na forma prevista no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, reputando desnecessária a anuência da parte promovida, posto que não chegou a apresentar qualquer impugnação. Resta revogada a decisão de fls. 42/44, que deferiu provimento liminar de busca e apreensão do bem descrito na inicial. Dou a sentença por transitada em julgado na data da publicação, já que não subsiste litígio. Custas já recolhidas. Sem honorários advocatícios. Deixo de ordenar a baixa em incidente, na forma requerida na petição de desistência, posto que deste juízo não partiu determinação alguma de restrição em relação ao bem ou ao nome da demandada.

ADV: GEORGE PONTE PEREIRA (OAB 17360/CE), ADV: ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA (OAB 24029/CE), ADV: KENNEDY SARAIVA DE OLIVEIRA (OAB 21622/CE) - Processo 0004466-12.2014.8.06.0161 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Ferreira Braga - REQUERIDO: Auge Motos Ltda - Ante o exposto, JULGOIMPROCEDENTESos pedidos iniciais, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Condenoa requerente nas custas e honorários sucumbenciais, estes no valor de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), dispensado a sua exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do CPC. Com o trânsito em julgado, não havendo recursos,arquivem-seos autos, com as baixas e cautelas de praxe.

ADV: FRANCISCO LEONARDO PONTE (OAB 35125-0/CE) - Processo 0006545-56.2017.8.06.0161 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Arthur Magalhães Souza - Por ordem do MM Juiz de Direito desta Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú/CE e a teor do disposto no Provimento n. 02/2021 da Corregedoria-Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para se manifestar acerca do depósito efetivado pelo promovido de fls. 149/152 no prazo de 5 dias.

ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE), ADV: EMANUEL TELES DE SOUSA MASCARENHAS (OAB 36152/CE) - Processo 0006747-96.2018.8.06.0161 - Monitória - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - REQUERIDO: Maria Jose do Nascimento Cabelereiros Me e outros - REJEITO os Embargos à Ação Monitória, ao passo que CONSTITUO de pleno direito o título executivo judicial

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: ÍTALO THIAGO DE VASCONCELOS PEREIRA (OAB 33797/CE), ADV: VICTOR MARCEL CARNEIRO RUBIÓ (OAB 28690/CE) - Processo 0006802-81.2017.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliane Florencio Sena - REQUERIDO: Coelce (enel) - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial autoral, extinguindo o processo com análise do mérito, nos termos do artigo 487, I, CPC, para: a) DECLARAR inexistente o débito discutido nos autos e DETERMINAR o refaturamento das cobranças referentes a setembro e outubro de 2017, pela média dos últimos 12 meses anteriores a setembro/2017, no prazo de 20 (vinte) dias; e b) condenar a promovida ao pagamento do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, valor este que deverá ser corrigido monetariamente desde a prolação desta sentença, incidindo juros de mora desde a citação. Ante o reconhecimento da inexistência do débito referentes aos meses de setembro e outubro de 2018, a ordem para que a promovida se abstenha de interromper o fornecimento de energia por ausência de pagamento referentes a fevereiro e março/2017, é medida que se impõe, até mesmo considerando o princípio da reparação do dano, insculpido no art. 6º, VI, do CDC e no art. 944 do CC. Dessa forma, DETERMINO que a promovida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora da autora, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) limitado ao teto de R$ 5.000 (cinco mil reais) para cada ato, a ser revertida em benefício da parte requerente.

ADV: ANDRESSA COSTA PONTE (OAB 34780-0/CE), ADV: RAIMUNDO ODÉCIO SABINO JÚNIOR (OAB 29016/CE) - Processo 0007201-13.2017.8.06.0161 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - EXEQUENTE: E.M.S.V. - EXECUTADO: M.R.F.V. - Ante a noticiada quitação do débito alimentar, consoante petição da parte exequente à fl. 65, EXTINGO A PRESENTE EXECUÇÃO, na forma prevista no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários.

ADV: ALINE TAVARES PEREIRA FELIPE (OAB 38779/CE), ADV: MARCOS ANTONIO DIAS ALMEIDA LIBERATO (OAB 28004/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0050463-08.2020.8.06.0161 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Nete Coelho Cordeiro - REQUERIDO: Banco

Bradesco S.A - Por ordem do MM Juiz Substituto, Titular desta Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú/CE e a teor do disposto no Provimento n. 02/2021 da Corregedoria-Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se os litigantes acerca do retorno dos autos da Superior Instância, para requerer o que entender de direito, em 10 dias.

ADV: JOSIMO FARIAS FILHO (OAB 27751/CE) - Processo 0051024-95.2021.8.06.0161 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Josimo Farias Filho Sociedade Individual de Advocacia - No particular, como a Fazenda Pública devedora, devidamente intimada, não apresentou impugnação, HOMOLOGO os cálculos apresentados no pedido de cumprimento de sentença e documentos (fls. 01/16) e EXTINGO O PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, na forma prevista no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Com fundamento no artigo 24 da Resolução n. 29/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, intime-se o Advogado credor para indicar conta bancária apta a receber depósito dos valores, em 10 dias. Indicada a conta, oficie-se à entidade devedora, requisitando a transferência da quantia necessária à satisfação do crédito, diretamente para a conta do credor, no prazo de 2 (dois) meses, com a devida atualização (artigo 24 da Resolução n. 29/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará).

ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR (OAB 23289/PE), ADV: JOÃO SIMPLÍCIO LINHARES BRAGA (OAB 41804/CE) - Processo 0051128-87.2021.8.06.0161 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Manoel Emeterio Braz - REQUERIDO: Liberty Seguros S/A - À luz do exposto e tudo o mais que dos autos consta, HOMOLOGO O ACORDO de fls. 71/75, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, restando rescindido, por vontade das partes, o julgado anterior. Sem custas processuais nem honorários nesta fase (Lei 9.099, art. 55). Dou a sentença por transitada em julgado na data da publicação, por se tratar de litígio pactuado pelo consenso entre as partes.

ADV: RENATA LOPES CAVALCANTE ARAÚJO (OAB 34264/CE) - Processo 0051180-83.2021.8.06.0161 - Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Renata Lopes Cavalcante Araújo - No particular, como a Fazenda Pública devedora, devidamente intimada, não apresentou impugnação, HOMOLOGO os cálculos apresentados no pedido de cumprimento de sentença e documentos (fls. 01/21) e EXTINGO O PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, na forma prevista no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Com fundamento no artigo 24 da Resolução n. 29/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, intime-se a Advogada credora para indicar conta bancária apta a receber depósito dos valores, em 10 dias. Indicada a conta, oficie-se à entidade devedora, requisitando a transferência da quantia necessária à satisfação do crédito, diretamente para a conta da credora, no prazo de 2 (dois) meses, com a devida atualização (artigo 24 da Resolução n. 29/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará).

ADV: RAFAEL IGOR DE VASCONCELOS (OAB 44653/CE) - Processo 0200013-09.2022.8.06.0161 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.G.L. - Desta forma, com fundamento na CF/88, art. 226, § 6º, e art. 731, do CPC, homologo o pedido das partes e decreto o divórcio de JOSÉ GERARDO LOPES e FRANCISCA OZAMILDA ALVES LOPES. O cônjuge virago voltará a fazer uso do nome de solteira: FRANCISCA OZAMILDA ALVES. Sem custas nem honorários, ante a hipossuficiência declarada nos autos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS GLAUBER DE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022

ADV: TASSO HENRIQUE BRANDÃO PINTO (OAB 35473/CE) - Processo 0000094-78.2018.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João Batista Tomaz - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para, em 10 dias, se manifestar acerca do comprovante de depósito judicial apresentado.

ADV: ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA (OAB 24029/CE) - Processo 0004207-17.2014.8.06.0161 - Cumprimento de sentença - Deficiente - REQUERENTE: Benedito Gabriel Neto - Nos autos do presente pedido de cumprimento de sentença que BENEDITO GABRIEL NETO move contra o INSS, as partes chegaram a um consenso quanto aos cálculos apresentados pela segurada no pedido de cumprimento de sentença de fls. 261/267 (v. manifestação do INSS à fl. 277). Ante o exposto, HOMOLOGO OS CÁLCULOS apresentados pela parte autora (fls. 268/270). Expeçam-se Precatório/RPV ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região para pagamento da dívida, na forma requerida na petição de fls. 261/267, observando-se o destaque dos honorários contratuais limitados ao percentual de 30%, na forma postulada na petição de cumprimento de sentença.

ADV: ITALO THIAGO DE VASCONCELOS PEREIRA (OAB 33797-0/CE) - Processo 0006468-13.2018.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Renato do Nascimento - Observo que já restou ofertada contestação, tendo a parte autora deixado de apresentar réplica. Feitos tais esclarecimentos, entendo desnecessária a produção de outras provas, além daquelas já existentes nos autos, encontrando-se a matéria controvertida já devidamente delineada. O depoimento pessoal não se revela necessário, uma vez que, quanto à situação fática, a parte autora já trouxe sua narrativa na inicial. Omomentoprocessual próprio para a produção deprova documental, conforme determina o artigo 434 do Código de Processo Civil, é na inicial para o autor e nacontestaçãopara o réu. Ante o exposto, anuncio o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, inciso I, c/c art. 370, ambos do CPC. Na forma prevista no art. 357, § 1º, do CPC, abra-se vista dos autos aos litigantes, pelo prazo comum de cinco dias, para, querendo, pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes na decisão saneadora.

ADV: VALDIR ÉRIC COSTA DE LIMA (OAB 45184/CE) - Processo 0010180-06.2021.8.06.0161 (processo principal 0050576-25.2021.8.06.0161) - Relaxamento de Prisão - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Antonio Elivando de Oliveira - O requerente, devidamente qualificado, requereu a este Juízo relaxamento de prisão em flagrante por excesso de prazo na formação de culpa. O Parquet pelo indeferimento do pedido. Decido. Analisando os autos, verifico que o pedido feito pelo requerente restou prejudicado, uma vez que o feito, após audiência de instrução realizada no dia 10/01/2022 às 13:15 horas, foi sentenciado no dia 12/01/2022, sendo o requerente condenado por tráfico de drogas na modalidade privilegiada, com pena de 1 (hum) ano e 8 (oito) meses, no regime aberto, sendo determinada a expedição de alvará de soltura. Se assim o é, julgo prejudicado o presente pedido de relaxamento de prisão, ante a perda de seu objeto. Intime-se. Arquive-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0050222-34.2020.8.06.0161 - Cumprimento de sentença

- Dano Moral / Material - REQUERIDO: Banco Losango S/a- Banco Multiplo - Intime-se a parte devedora para pagar o débito indicado na petição de cumprimento de sentença, em 15 dias, sob pena de acréscimo de multa de 10%, deixando-a ciente que transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para apresentar impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação.

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE VASCONCELOS FILHO (OAB 36718/CE), ADV: GIBRALTAR PONTE DE VASCONCELOS (OAB 35607/CE) - Processo 0050248-32.2020.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Ana de Fatima Braz - Defiro a dilação de prazo postulado pela parte autora para acostar os documentos requeridos pelo Ministério Púbico, por 60 dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0050714-89.2021.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Agiplan Financeira S.a Credito Financiamento e Investimento - Acerca do requerimento de desistência formulado pela autora, manifeste-se a promovida, em 10 dias.

ADV: ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA (OAB 24029/CE) - Processo 0050814-44.2021.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mykael Vyctor Xavier - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para, em 15 dias, apresentar resposta à contestação ofertada.

ADV: PAULO SÉRGIO COSTA CARNEIRO (OAB 28579/CE) - Processo 0050884-61.2021.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Bernardo dos Santos - Manifeste-se a parte autora acerca do ofício de págs. 32-33, em 15 (quinze) dias. Após, autos conclusos.

ADV: FRANCISCO EXPEDITO GALDINO JÚNIOR (OAB 34096/CE) - Processo 0050941-79.2021.8.06.0161 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: João Batista Galdino e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para, em 10 dias, se manifestar acerca do resultado da consulta pelo SISBAJUD.

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0051053-48.2021.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Habilite-se o Advogado do promovido e deixe-o ciente do teor da sentença que indeferiu a inicial.

ADV: MARIA CRISTINA R. C. DE BARROS LEAL (OAB 40747/CE) - Processo 0200034-82.2022.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: João Bosco Vidal - Intime-se a parte autora para completar a inicial, em 15 dias, sob pena de indeferimento, conduzindo aos autos extratos bancários relativos a dois meses anteriores e posteriores à inclusão do contrato no INSS, bem como atual, viabilizando aferir-se se a parte demandante recebeu o depósito do valor do saque com cartão de crédito consignado e usufruiu da quantia.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS GLAUBER DE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022

ADV: FRANCISCO SERGIO VASCONCELOS (OAB 26108/CE) - Processo 0007404-72.2017.8.06.0161 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Francisco Francivaldo de Moura - INTIME-SE novamente o Dr. Francisco Sérgio Vasconcelos, constituído à pág. 13, para apresentar os memoriais do réu FRANCISCO FRANCIVALDO DE SOUSA, em 5 (cinco) dias, sob pena de, não o fazendo, caracterizar indevido abandono do processo, com possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 265 do referido ato normativo, além de comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE). No caso de o advogado eventualmente não mais estar no patrocínio da defesa do denunciado, deve juntar a respectiva petição de renúncia nos moldes exigidos pelo art. 112 do CPC c/c art. 3º do CPP. Contudo, mesmo que apresente agora renúncia de mandato, com a devida comunicação ao cliente, ainda terá a obrigação legal de patrocinar a sua defesa pelos próximos 10 (dez) dias, portanto ainda assim deve apresentar a aludida manifestação, mormente para evitar prejuízo ao cliente/réu.

COMARCA DE SANTANA DO CARIRI - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO CARIRI

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO CARIRI
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS SAVIO DE AZEVEDO BRINGEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: MARCOS AURELIO VIEIRA PEIXOTO (OAB 14268/CE), ADV: DEBORA SIMONE BEZERRA CORDEIRO (OAB 36648/CE) - Processo 0050203-25.2020.8.06.0162 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: A.E.S. e outro - VÍTIMA: L.T.A.S. - DIANTE DO EXPOSTO e por tudo mais que nos autos consta, julgo procedente a presente ação penal, para condenar ANTÔNIO EDNALDO DA SILVA por infração ao disposto nos ART. 217, ‘A’, c/c ART. 226, II, ambos DO CPB, na forma do artigo 71 do CPB e FRANCIVAL TERTO DA SILVA, por infração ao disposto nos ART. 217, ‘A’, c/c ART. 226, II, ambos DO CPB.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO CARIRI
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS SAVIO DE AZEVEDO BRINGEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2022

ADV: JOÃO VITTOR NOGUEIRA DANTAS (OAB 43581/CE) - Processo 0050205-58.2021.8.06.0162 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Abandono de incapaz - REQUERENTE: J.A.M.M. - A.L.M.S. - Sobre a contestação, manifeste-se a parte

autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se.

COMARCA DE SÃO BENEDITO - VARA UNICA DA COMARCA DE SAO BENEDITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0304/2022
ADV: MAX DELANO DAMASCENO SOUZA (OAB 21772/CE) - Processo 0051497-75.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Paulo da Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Intime-se a parte recorrida, por meio de seu advogado, a fim de que ofereça resposta ao recurso, no prazo legal. Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossos cumprimentos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0287/2022
ADV: DENIO DE SOUZA ARAGAO (OAB 27990/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0051054-61.2020.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luisa Ribeiro do Nascimento - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S.a - Trata-se de Ação de Cancelamento de Descontos Indevidos c/c Reparação por Danos Materiais e Morais. A parte reclamante alega, em síntese, que é pensionista e que recebe seu benefício em conta junto ao banco demandado, aberta unicamente para este fim. Contudo, notou que havia descontos que alega desconhecer e que, após análise dos extratos bancários, constatou que se tratava de descontos referentes a um seguro por ela nunca contratado. Ao final pugna pela nulidade do contrato, devolução em dobro dos valores, bem como reparação por danos morais. Juntou documentos. Em sede de contestação, o Acionado sustenta que o demandante não tem interesse de agir; ausência de dano moral; impossibilidade de devolução dobrada de valores e a improcedência dos pedidos. A audiência de conciliação restou infrutífera. Vieram os autos conclusos. Decido e fundamento. A alegação de falta de interesse de agir não prospera posto que não é necessário que os litigantes busquem a solução administrativa de conflitos para que possam postular em juízo, muito embora seja uma postura recomendável. Sigo ao mérito. Por se tratar de feito com provas documentais suficientes para a prolação de sentença, entendo pela desnecessidade de realização de audiência de instrução, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 355, I do CPC. A parte autora juntou prova da cobrança mensal realizada pela empresa ré. Por outro lado, o requerido não juntou comprovações de que os descontos realizados tenham partido de um negócio jurídico válido, com autorização expressa e inequívoca da parte autora. O requerido sequer junta uma cópia do contrato que ensejou os descontos. Isto posto, reputo inválido o contrato de seguro e ilícita a cobrança da respectiva mensalidade, ensejando reparação por danos materiais e morais, sobretudo diante da responsabilidade objetiva pelo vício do produto ou serviço. A indenização por danos morais é devida tendo em vista que o acionado realizou descontos no benefício da autora, pessoa hipossuficiente, pensionista, que recebe valores sabidamente diminutos. Em relação ao valor da condenação moral, cediço que não existe em nosso ordenamento, regras jurídicas prefixadas ou rígidas, devendo o julgador atentar para o caso concreto, sempre no intuito de efetivar a compensação do dano, produzir efeito dissuasório de novos ilícitos, mas também impedir o enriquecimento sem causa. Considerando que houve o desconto do seguro, o valor descontado indevidamente, a capacidade financeira do acionado, a hipossuficiência econômica da requerente, entendo necessária e suficiente a condenação em dano moral na ordem de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para (a) declarar a invalidade do contrato de seguro que ensejou os descontos, (b) condenar o requerido ao pagamento de reparação material consistente na devolução das mensalidades cobradas indevidamente, na forma simples, corrigidos monetariamente desde cada desconto pelo INPC, acrescidos de juros legais de 1% ao mês, (c) e condenar o acionado ao pagamento de dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos pelo SELIC, a partir da intimação desta. A sentença não é ilíquida, posto que oferece todos os parâmetros de liquidação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0291/2022
ADV: CAMILLA LOPES DE CANARIO (OAB 39138/BA), ADV: MARCUS VILLA COSTA (OAB 13605/BA) - Processo 0200036-46.2022.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Bahiana Distribuidora de Gás Ltda - Por todo o exposto, extingo o feito, sem resolução de mérito. P.R.I

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0292/2022
ADV: FRANCISCO CÉLIO DE SOUSA SANTOS (OAB 28376/CE) - Processo 0200096-19.2022.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca França da Rocha - Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifique o rito processual, tendo em vista que o art. 55 da Lei 9.099/95 não prevê o arbitramento de honorários advocatícios em 1° grau, ressalvado os casos de litigância e má-fé, sob pena de indeferimento da exordial. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0293/2022

ADV: DIEGO SILVA PARENTE (OAB 24856/CE), ADV: JOAQUIM JOCEL DE VASCONCELOS NETO (OAB 20392/CE) - Processo 0016965-80.2018.8.06.0163 - Interdição/Curatela - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Antonio Francisco Silva Sousa - Assim sendo, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial de curatela concedendo à (o) requerente a curatela do (a) requerido (a), interditando-o (a) nos termos do 753, § 2.º do Código de Processo Civil, ao tempo em que nomeio como sua curadora a requerente, em caráter definitivo, devendo ser colhido o seu compromisso nos termos do art. 759 do CPC, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I do CPC, declarando-o, por fim, impossibilitado (a) para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação acima referida.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0312/2022

ADV: DOUGLAS DINIZ QUEIROZ PINHEIRO (OAB 23114/CE), ADV: CINTIA MARIA GONÇALVES GURGEL (OAB 14329B/CE) - Processo 0097487-02.2015.8.06.0163 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - RÉU: Francisco Eliseu Peixoto Muniz - Antonia da Costa Silva - Ao final, o MM. Juiz proferiu a seguinte decisão: Acolho o pedido Ministerial. Designo audiência de instrução para o dia 02/03/2022 às 9h, através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/a7d77e

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0316/2022

ADV: ROMMEL LAMBOGLIA MEDEIROS CORREIA (OAB 35714/CE) - Processo 0005174-61.2011.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Maria Rodrigues Freire - REQUERIDO: Inss - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratiquei o seguinte ato: 1. Intimar as partes do retorno dos autos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0319/2022

ADV: FRANCI PAULO ISAIAS ARAUJO (OAB 30734/CE) - Processo 0050886-25.2021.8.06.0163 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTUADO: Antônio Mateus Pereira Alves - Luis Eduardo da Silva Leite - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, designo para o dia 02/02/2022, às 11:00h, a Audiência de Instrução e Julgamento que realizar-se-á por video conferência. Link de acesso à audiência: https://link.tjce.jus.br/5ed3fe

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0294/2022

ADV: MAX DELANO DAMASCENO SOUZA (OAB 21772/CE), ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMÕES (OAB 17801/CE) - Processo 0051501-15.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Paulo da Silva - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Cuida-se de ação declaratória de inexistência de dívida cumulada com repetição de indébito e pedido liminar et inaudita altera pars de tutela de urgência c/c dano moral. Alega a parte autora, em síntese, ser aposentada e ter percebido seu salário cada vez menor, sem saber, contudo, precisar o motivo que ensejou tal redução. Aduz ter verificado junto ao INSS a situação e descobriu diversos descontos por empréstimos, sendo o réu credor de alguns deles. Afirma não ter contratado nenhum empréstimo bancário com o requerido. Por tais motivos, requer a condenação do banco ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, bem como a inexistência do débito. Juntou documentos. Contestação nos autos pela improcedência, ante a regularidade das cobranças. Réplica nos autos. Decido e fundamento. O caso dos autos é de improcedência. Em que pese o autor alegar desconhecer os empréstimos bancários, nunca ter realizado tal contratação, restou demonstrado situação diversa nos autos. O requerido, ao contestar a pretensão autoral, colaciona no corpo da própria contestação, bem como em documento apartado, contrato e TED, dando conta da contratação, do depósito feito pela instituição financeira. Não obstante a autora tente se esquivar de tal fato na réplica à contestação, não é crível que falsários tenham utilizado dos documentos do autor, feito um empréstimo e o valor deste ter sido creditado corretamente na conta do requerente. Não é plausível que a parte autora contratar o crédito, receber o valor e após vir em juízo pleitear indenização por danos morais e materiais, aduzindo a ilegalidade das cobranças realizadas pelo promovido. Por fim, no que concerne à litigância de má-fé, entendo ter ficado evidente a vontade do autor de se locupletar ilicitamente, tendo em vista a sua plena ciência do

negócio jurídico realizado e, mesmo assim, tentou alterar a verdade dos fatos para se beneficiar indevidamente. Não se trata de simples engano, conforme tenta repassar a defesa ao aduzir que o autor é pessoa humilde, de baixa instrução escolar. Prova disso é a existência de outras ações tramitando nesta comarca, a exemplo do processo de nº 1537-57.2021.8.06.0613, 51497-753.2021.8.06.0163... a qual também questiona a validade de negócio jurídico, aduzindo também a não contratação dos serviços, mas nos autos do referido processo consta o contrato, os documentos do autor, sua assinatura e demais documentos pertinentes. Sendo assim, considerando a alteração da verdade dos fatos, a tentativa vã de se locupletar ilicitamente e tendo a audácia de se utilizar do Judiciário para tanto, nos termos do artigo 80, incisos II e III, bem como do artigo 81, ambos do Código de Processo Civil, fixo a condenação por má-fé em 5 % do valor da causa. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos autorais, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC. Condeno o autor em custas processuais e em litigância de má-fé, esta em 5% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 55 da Lei n° 9.099/95. P.R.I. Após o TJ, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0295/2022

ADV: DOUGLAS DINIZ QUEIROZ PINHEIRO (OAB 23114/CE), ADV: JOSE RIBAMAR ROCHA (OAB 1170/PI) - Processo 0097024-60.2015.8.06.0163 - Recuperação Judicial - Administração judicial - AUTOR: Atacadão Sambeneditense Distribuidora de Alimentos Ltda Me e outro - O Ministério Público, por meio da manifestação de fls. 1128-1131, pugnou pela decretação de falência do devedor, sob o argumento de que este está de portas fechadas e utilizando bens da empresa na atividade comercial de outra, qual seja: R PEREIRA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI". Além disso, menciona a insolvência da devedora, pois o próprio administrador judicial afirma não perceber sua remuneração há meses. Em virtude de tal pedido, deixo de apreciar os pedidos dos credores nesse momento, e determino a intimação do devedor, do administrador judicial, bem como de todos os credores habilitados para se manifestarem sobre o requerimento ministerial, tudo no prazo de 15 dias. Quanto ao pedido de remessa de cópias dos autos à Delegacia de Polícia, defiro-o. Remetam-se cópia das folhas indicadas pelo MPE à fl. 1131 para apuração de possíveis crimes falimentares. Decorrido o prazo para manifestação, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0297/2022

ADV: WILSON EMMANUEL PINTO PAIVA NETO (OAB 23847/CE) - Processo 0051340-05.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - FUNDEB/FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - REQUERENTE: Ivoneide Gomes Ferreira - No que diz com os danos morais pleiteados, não há como prosperar o pedido autoral, uma vez que se trata de erro do município quanto à tributação do valore pago, sendo certo que a maior parte do valor foi-lhe repassado e o restante pode, como de fato está sendo, questionado judicialmente, devendo ser acrescido o montante , a título de juros e correção monetária, quando do seu efetivo pagamento. Assim sendo, JULGO, em parte, PROCEDENTE o pedido autoral e, por conseguinte, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, I do CPC, determinando que o Município de São Benedito/CE: 1- Retifique a DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte) ano-calendário 2018/ano-exercício 2019, de modo a constar os valores recebidos através do precatório a partir do processo de nº: 0021950-97.2004.4.05.8100, no informe de rendimentos que compõem o campo 6 Rendimentos Recebidos Acumuladamente, na forma do artigo 12-A da Lei 7.713/88 e da Instrução Normativa da RFB, nº. 1.127/2011, detalhando o valor recebido, o período correspondente em meses; mantendo as informações relativas a descontos com imposto de renda retido na fonte, eventuais despesas com ação judicial, previdência oficial e pensão alimentícia, tal qual discriminado em folha de pagamento, no percentual de 60 (sessenta por cento) sobre o valor do rateio. 2- Retificada a DIRF, proceder, junto ao Sítio da Receita Federal, à simulação acerca da incidência de imposto de renda. Incidindo, retenha-o, não incidindo, deposite no prazo de 72 (setenta e duas) horas, em conta judicial à disposição deste Juízo, o valor originalmente descontado, conforme contracheque, acrescido dos 10% (dez por cento) não pagos naquela ocasião, devidamente corrigido e atualizado a partir da data em que deveria ter sido efetivamente pago, ou seja: a data do crédito originário. O depósito de valores deverá ser feito nos moldes acima, também em caso de incidência de IR, relativamente a parte isenta quando assim se verifique. 3-Nego o dano moral. P.R.I. Sentença não sujeita ao reexame necessário ante a hipótese prevista no inciso III do § 3º, do artigo 496 do CPC, que considera desnecessária a remessa ex ofício quando a condenação ou o proveito econômico obtido for de valor certo e líquido inferior a 100 salários-mínimos, quando a parte condenada for município que não seja capital de Estado, uma vez que o valor retido na fonte pagadora foi bem inferior a esse patamar. Honorários sucumbenciais em 20% sobre o valor atualizado da condenação. Transitado em julgado, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0298/2022

ADV: CINTIA MARIA GONCALVES GURGEL (OAB 14329/CE) - Processo 0002508-09.2019.8.06.0163 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: V.L.B.C. - Isto posto, e em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial de curatela concedendo à (o) requerente a curatela do (a) requerido (a), interditando-o (a) nos termos do 753, § 2.º do Código de Processo Civil, ao tempo em que nomeio como sua curadora a requerente, em caráter definitivo, devendo ser colhido o seu compromisso nos termos do art. 759 do CPC, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I do CPC, declarando-o, por fim, impossibilitado (a) para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação acima referida.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0299/2022

ADV: FRANCISCO CÉLIO DE SOUSA SANTOS (OAB 28376/CE) - Processo 0051701-22.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - MASSA FALIDA: Rita Camilo Alves - Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifique o rito processual, tendo em vista que o art. 55 da Lei 9.099/95 não prevê o arbitramento de honorários advocatícios em 1° grau, ressalvado os casos de litigância e má-fé, sob pena de indeferimento da exordial. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0300/2022

ADV: FRANCISCO HELIO BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 12337/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0096374-13.2015.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Paulo Gilvanio Fernandes da Silva e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0301/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0051497-75.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Paulo da Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Intime-se a parte recorrida, por meio de seu advogado, a fim de que ofereça resposta ao recurso, no prazo legal. Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossos cumprimentos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0302/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0051537-57.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Intime-se a parte recorrida, por meio de seu advogado, a fim de que ofereça resposta ao recurso, no prazo legal. Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossos cumprimentos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0303/2022

ADV: CINTIA MARIA GONCALVES GURGEL (OAB 14329/CE), ADV: ANTONIO LEONARDO ALCANTARA OLIVEIRA (OAB 28935/CE) - Processo 0098091-60.2015.8.06.0163 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.I.C.S. - REPRESENTANTE: A.C.C.S. - REQUERIDO: I.V.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratiquei o seguinte ato: 1. Intimar as partes, por meio de seus procuradores, para comparecerem no LABORATÓRIO GASPAR VIANA, localizado na Av. Tristão Gonçalves, nº 1409, Fortaleza/CE, no dia 17/03/2022 as 14:00 horas. As partes deveram comparecer munidas de documento original com foto e xerox, para realização da coleta de material necessário ao exame de DNA.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0305/2022

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050049-67.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Intime-se o requerido, para no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos o contrato de cartão consignado, sob pena de preclusão. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO

JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0306/2022

ADV: JULIA GUEDES JALES DE CARVALHO (OAB 26988B/CE) - Processo 0050764-46.2020.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Benedita Fernandes da Silva - Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos extratos bancários dos mês de outubro de 2020, tendo em vista que incompleto, como requerido à fl. 123, bem como acoste do mês de novembro de 2020, sob pena de preclusão. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0307/2022

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0051233-58.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Intime-se o requerido, para no prazo de 10 (dez) dias, acostar o comprovante de TED, creditado na conta da parte autora, sob pena de preclusão. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0308/2022

ADV: FRANCI PAULO ISAIAS ARAUJO (OAB 30734/CE) - Processo 0200103-11.2022.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Benedito Lourenço de Oliveira - Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos extratos do INSS, que comprovem o efetivo desconto relacionado ao Banco. Verifica-se que o extrato bancário acostado na exordial, apresenta sim o valor recebido do benefício com descontos da própria autarquia, porém este juízo não consegue aferir de qual banco ou empréstimo se trata esses descontos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0309/2022

ADV: CINTIA MARIA GONCALVES GURGEL (OAB 14329/CE) - Processo 0009405-58.2016.8.06.0163 - Usucapião - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Julia Pinto de Mesquita Paula - ANTE O EXPOSTO, com base na fundamentação supra e com fulcro no art. 1.238 do Código Civil c/c art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido, para reconhecer a autora o domínio do imóvel descrito na inicial e no memorial anexado p. 11/16. Com o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. Sem custas face a gratuidade deferida, exceto em relação as despesas cartorárias. Após o cumprimento de todas as determinações contidas no comando desta decisão, certifique o ocorrido e, ato contínuo, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0310/2022

ADV: MARCOS WESLEY FERNANDES ROGRIGUES SILVA (OAB 19775/CE), ADV: MYRLA DE SOUSA LOPES (OAB 29719/CE) - Processo 0008821-54.2017.8.06.0163 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Ivan Cavalcante Fales e outro - TERCEIRO INTER: Valerio Antonio Freire Matos - ANTE O EXPOSTO, com base na fundamentação supra e com fulcro no art. 1.242 do Código Civil c/c art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido, para reconhecer aos autores o domínio do imóvel descrito na inicial e no memorial de p.45/47. Defiro a gratuidade, exceto em relação às despesas cartorárias. Com o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado, após, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0311/2022

ADV: DENIO DE SOUZA ARAGAO (OAB 27990/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0050355-36.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gleison Ferreira Sabino - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS e extingo o processo com resolução de mérito, na forma do artigo 487, I do CPC. Custas e honorários em desfavor da requerente, todavia, suspensos devido a gratuidade deferida na forma do art. 98 do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0313/2022

ADV: BERNARDO LUIS DE CARVALHO LIMA (OAB 32298-0/CE) - Processo 0016810-77.2018.8.06.0163 - Execução de Título Extrajudicial - Assistência Judiciária Gratuita - EXEQUENTE: Luis Vieira de Carvalho - Trata-se de execução. Observo nos autos que o processo, iniciado no ano 2018, até o presente momento não conseguiu localizar bens, posto que os executados jamais pagaram o débito. Ressalte-se que já houve inclusive tentativa de penhora on-line - BACENJUD e não existem quaisquer informações sobre a existência de outros bens, valores ou direitos que possam saldar a dívida cobrada nos autos, o que indica a inviabilidade do presente feito prosseguir, na forma como se encontra. Desse modo, buscando racionalizar os recursos nesta unidade jurisdicional, onde tramitam mais de quatro mil processos, entendo que seja o caso de extinção do feito, até que se tenha certeza da existência de bens passíveis de penhora para satisfação forçada da obrigação, uma vez que o devedor responde com o seu patrimônio diante de seus débitos 790 CPC. A parte poderá desarquivar o feito, sem custas, desde que informe alteração positiva na situação patrimonial da requerida. Assim, extingo o feito, sem resolução de mérito, nos termos do Art. 485, CPC. P.R.I. Transitado em julgado, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0314/2022

ADV: JULIA GUEDES JALES DE CARVALHO (OAB 26988B/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE) - Processo 0050454-40.2020.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Terezinha Mary Damasceno Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS autorais e extingo o processo com resolução de mérito, o que faço com arrimo no artigo 487,I do CPC. Custas e honorários pela parte autora, suspensos pela regra da gratuidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0315/2022

ADV: ANTONIO RAFAEL DINIZ PINHEIRO (OAB 25554/CE) - Processo 0000546-63.2019.8.06.0061 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: FRANCISCO ODAILSON MARTINS LIMA e outro - Cuida-se de ação penal movida pelo Ministério Público em face de Francisco Odailson Martins Lima e Francisco Gomes de Sousa, cujo objetivo é apurar a suposta prática do crime previsto no artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/03 e artigo 180, caput, do CP. Decido. Dispõe o artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal, ipsis litteris: Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) Dada a obrigatoriedade de o juiz revisar a necessidade da custódia preventiva, passo a assim proceder. Pois bem. Analisando detidamente os autos, verifico que o acusado Francisco Odailson Martins Lima se encontra recolhido preventivamente há mais de 90 dias, tendo por fundamento a garantia da ordem pública. Com efeito, a ordem pública fundamenta-se na necessidade de se resguardar a segurança do meio social, evitar a reiteração delitiva, além de garantir a credibilidade da justiça, a qual se encontra em xeque em dias atuais. Nessas condições, tem-se que ao réu é imputada a prática dos crimes receptação e posse/porte de arma de fogo de uso restrito, os quais são aptos ao cabimento de prisão preventiva em razão da disposição contida no artigo 313, inciso I, do CPP. Demais disso, é preciso levar em consideração que o réu possui execução de pena nesta Unidade, além de diversos outros processos criminais, conforme verificado em consulta ao sistema SAJ-PG, portanto, também cabível a prisão com base no disposto no artigo 313, inciso II, do CPP. Sendo assim, a prisão preventiva ainda se justifica, uma vez que o réu, se condenado pelo crime investigado nestes autos, incidirá na agravante de reincidência, a qual autoriza a segregação cautelar. Ademais, em razão do seu longo histórico criminal, deve ser mantido em cárcere, eis que evidente a sua predisposição à prática de crimes. Além disso, inexiste ilegalidade a ser sanada por relaxamento. Diante do exposto e pelas razões da decisão que a decretou, com fulcro no artigo 316, parágrafo único do CPP, ex offício, mantenho a prisão preventiva do acusado Francisco Odailson Martins Lima. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0317/2022

ADV: DOUGLAS DINIZ QUEIROZ PINHEIRO (OAB 23114/CE) - Processo 0010003-80.2020.8.06.0095 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Francisco Ednardo Alves Rodrigues - Cuida-se de ação penal movida pelo Ministério Público em face de Francisco Ednardo Alves Rodrigues, a qual tem por objetivo a apuração do crimes tipificados nos artigos 157 e 331 do Código Penal e artigo 244-B do ECA. Decido. Dispõe o artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal, ipsis litteris: Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.(Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada,

de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) Dada a obrigatoriedade de o juiz revisar a necessidade da custódia preventiva, passo a assim proceder. Pois bem. Analisando detidamente os autos, verifico que o acusado se encontra recolhido preventivamente há mais de 90 dias, tendo por fundamento a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. Com efeito, a ordem pública fundamenta-se na necessidade de se resguardar a segurança do meio social, evitar a reiteração delitiva, além de garantir a credibilidade da justiça, a qual se encontra em xeque em dias atuais. Quanto à conveniência da instrução criminal, esta refere-se ao desenvolver do processo penal, a facilitação dos atos processuais e a não intimidação de testemunhas e vítimas do crime pelo acusado. Nessas condições, tem-se que ao réu é imputada a prática dos crimes de roubo, desacato e corrupção de menores, sendo plenamente possível a prisão preventiva em razão da disposição contida no artigo 313, inciso I, do CPP. Os crimes imputados ao réu são de extrema gravidade, existindo nos autos elementos suficientes a evidenciar justa causa e justificar a sua segregação cautelar, mormente pelo envolvimento de adolescente no delito. A prisão preventiva, portanto, ainda se justifica, uma vez que o réu, se condenado pelo crime investigado nestes autos, provavelmente iniciará a pena em regime fechado. Além disso, inexiste ilegalidade a ser sanada por relaxamento, sobretudo porque o feito encontra-se na iminência de encerrar a instrução. Diante do exposto e pelas razões da decisão que a decretou, com fulcro no artigo 316, parágrafo único do CPP, ex offício, mantenho a prisão preventiva do acusado. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0318/2022

ADV: FRANCISCO MENEZES DE SOUZA (OAB 9747/CE), ADV: RAFAEL MAGNO BORGES DE CARVALHO (OAB 28362/CE) - Processo 0016768-28.2018.8.06.0163 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Antonio Rutiele Ribeiro de Carvalho - Cuida-se de ação penal movida pelo Ministério Público em face de Antônio Rutiele Ribeiro de Carvalho, cujo objetivo é apurar a suposta prática do crime previsto no artigo 14 da Lei 10.826/03. Decido. Dispõe o artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal, ipsis litteris: Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.(Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) Dada a obrigatoriedade de o juiz revisar a necessidade da custódia preventiva, passo a assim proceder. Pois bem. Analisando detidamente os autos, verifico que o acusado se encontra recolhido preventivamente há mais de 90 dias, tendo por fundamento a garantia da ordem pública. Com efeito, a ordem pública fundamenta-se na necessidade de se resguardar a segurança do meio social, evitar a reiteração delitiva, além de garantir a credibilidade da justiça, a qual se encontra em xeque em dias atuais. Nessas condições, tem-se que ao réu é imputada a prática do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, o qual, analisado individualmente, descabe a prisão preventiva em razão da disposição contida no artigo 313, inciso I, do CPP. Contudo, é preciso levar em consideração que o réu possui execução de pena nesta Unidade, além de diversos outros processos criminais, conforme verificado em consulta ao sistema SAJ-PG, sendo cabível a prisão com base no disposto no artigo 313, inciso II, do CPP. Sendo assim, a prisão preventiva ainda se justifica, uma vez que o réu, se condenado pelo crime investigado nestes autos, incidirá na agravante de reincidência, a qual autoriza a prisão preventiva. Ademais, em razão do seu longo histórico criminal, deve ser mantido em cárcere, eis que evidente a sua predisposição à prática de crimes. Além disso, inexiste ilegalidade a ser sanada por relaxamento. Diante do exposto e pelas razões da decisão que a decretou, com fulcro no artigo 316, parágrafo único do CPP, ex offício, mantenho a prisão preventiva do acusado. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0320/2022

ADV: DOUGLAS DINIZ QUEIROZ PINHEIRO (OAB 23114/CE) - Processo 0002416-31.2019.8.06.0163 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Willames de Souza Martins e outros - Cuida-se de ação penal movida pelo Ministério Público em face de Juranilson Alves, Antônio Denilson Lopes Bezerra e Willames de Souza Martins, todos acusados de triplo homicídio qualificado consumado, um homicídio qualificado tentado e corrupção de menores. Decido. Dispõe o artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal, ipsis litteris: Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.(Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) Dada a obrigatoriedade de o juiz revisar a necessidade da custódia preventiva, passo a assim proceder. Pois bem. Analisando detidamente os autos, verifico que o acusado Willames de Souza Martins se encontra recolhido preventivamente há mais de 90 dias, tendo por fundamento a garantia da ordem pública. Com efeito, a ordem pública fundamenta-se na necessidade de se resguardar a segurança do meio social, evitar a reiteração delitiva, além de garantir a credibilidade da justiça, a qual se encontra em xeque em dias atuais. Nessas condições, tem-se que ao réu é imputada a prática de triplo homicídio qualificado consumado, um homicídio qualificado tentado e corrupção de menores, sendo plenamente possível a prisão preventiva em razão da disposição contida no artigo 313, inciso I, do CPP. Os crimes imputados ao réu são de extrema gravidade, existindo nos autos elementos suficientes a evidenciar justa causa e justificar a segregação cautelar do acusado. A prisão preventiva, portanto, ainda se justifica, uma vez que o réu, se condenado pelo crime investigado nestes autos, certamente iniciará a pena em regime fechado. Além disso, inexiste ilegalidade a ser sanada por relaxamento. Diante do exposto e pelas razões da decisão que a decretou, com fulcro no artigo 316, parágrafo único do CPP, ex offício, mantenho a prisão preventiva do acusado. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO

JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0321/2022

ADV: CINTIA MARIA GONÇALVES GURGEL (OAB 14329B/CE) - Processo 0049684-57.2014.8.06.0163 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Evandro de Lima Silva e outro - Acolho o pedido Ministerial. Cumpra-se como requerido. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0322/2022

ADV: THIAGO PIMENTA DA SILVA (OAB 158630-0/RJ), ADV: GEORGE GUSTAVO SINCLAIR MEDEIROS (OAB 149287-0/RJ) - Processo 0009192-18.2017.8.06.0163 - Guarda de Infância e Juventude - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: A.R.S. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, III, do Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0323/2022

ADV: DAVID GOMES PONTES (OAB 17470/CE), ADV: ANA TICIANA DA SILVA PEREIRA (OAB 26250/CE) - Processo 0000881-24.2006.8.06.0163 - Reparação de danos - Perdas e Danos - REQUERENTE: Israel de Franca Gomes - Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença. O executado apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, por meio da qual alega excesso. Menciona que o exequente errou na metodologia de cálculo, aplicando juros e atualização monetária como se as parcelas tivessem mesmo vencimento; incorreção no termo inicial de juros; afirma ainda que os juros foram aplicados no percentual de 1% ao mês em quase todo o período e defende que a atualização deve obedecer os índices aplicados à caderneta de poupança, consoante leis 11.960/09, 9.494/97 e 8.177/91, esta alterada pela lei 12.703/12. Planilha de cálculos nos autos. O exequente se manifestou sobre a impugnação, afirmando que o Estado não analisou a sentença e acórdão proferidos. Menciona que os cálculos apresentados no cumprimento de sentença são de 2016, motivo pelo qual os atualizou. Nova planilha nos autos. Brevemente relatado. Decido e fundamento. Em que pese as considerações expostas pelo Estado do Ceará, ora executado, entendo assistir razão ao exequente. Primeiro porque, conforme se vê na planilha de fls. 415-418, juntada pelo executado, não houve atualização monetária, tampouco inclusão de juros de mora em relação ao dano moral arbitrado. Além disso, o exequido apresenta cálculos “atualizados” em 2021, mas somente os corrigiu e fez incidir juros sobre o valor da condenação por danos materiais/verbas trabalhistas até o ano de 2016. Segundo ponto a ser analisado é que, a única menção sobre a incidência de juros e correção monetária constante na sentença de fls. 222-229 refere-se ao artigo 1º-F, da Lei 9.494/97, cujo percentual de juros é 0,5% ao mês/6% ao ano. Dessa forma, não há que se falar em aplicação das leis indicadas pelo Estado, sobretudo com a atualização pela Lei 12.703/12, pois posterior à sentença e esta não fora alterada pelo Tribunal, com exceção ao valor da indenização por dano moral. Pois bem. Em relação aos juros, verifico que na planilha atualizada, constante às fls. 426-430, o exequente os utiliza conforme estabelecido nos julgados (sentença e acórdão), isto é, 0,5% ao mês, o qual é aplicado tanto no valor da indenização material (ressarcimento) quanto ao dano moral. Portanto, inexiste excesso na execução, razão pela qual rejeito a impugnação apresentada. Intimem-se. Preclusa a presente decisão, intimem-se o exequente para apresentar valores para pedido de expedição de precatório/RPV. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0324/2022

ADV: CARLOS HENRIQUE FELIPE MELO (OAB 35130/CE) - Processo 0051728-05.2021.8.06.0163 - Mandado de Segurança Cível - Contratos Administrativos - IMPETRANTE: S2 Transportes e Serviços Eireli - Cuida-se de mandado de segurança com pedido liminar. A impetrante alega que foi vencedora do pregão eletrônico para registro de preços nº 2021.05.06.01, homologado em 30 de junho de 2021, culminando com a contratação com diversas secretarias desta municipalidade. Menciona que todos os contratos foram rescindidos unilateralmente em razão de um dos sócios ter sido preso preventivamente, por decisão do juízo de Russas-CE, por suposto envolvimento em fraude à licitação. Narra ainda que a decisão do Município viola o contraditório e a ampla defesa. Aduz que o sócio fora solto e que nem mesmo a decisão judicial de Russas-CE atingiu os contratos administrativos realizados pela impetrante com o poder público. Por tais razões, aduz, em síntese, que a autoridade impetrada agiu com ilegalidade, violando seu direito líquido e certo. Pugna pela concessão de liminar, a fim se suspender os atos ilegais de rescisão. Instado a se manifestar sobre o pedido liminar, o Município de São Benedito aduziu que não estão presentes os requisitos autorizadores para concessão da medida, defendendo a necessidade do resguardo ao interesse público. Autos conclusos. Decido e fundamento. Inicialmente, verifico que o presente mandado de segurança foi proposto dentro do prazo decadencial de 120 dias, conforme artigo 23 da Lei 12.016/09. Cumpre informar que inquinado o ato de vício de legalidade, pode ele ser invalidado pelo Judiciário ou pela própria Administração. Dessa forma, o ordenamento jurídico constitucional indica hipóteses em que se pode encontrar o suporte da garantia de ser levado ao Judiciário questionamento sobre atos administrativos ilegais: o mandado de segurança (art. 5º, LXIX); a ação popular (art. 5º, LXIII); a ação civil pública (art. 129, III); e, sobretudo, o princípio que assegura o recurso ao Judiciário quando haja lesão ou ameaça ao direito do indivíduo, consagrado no art. 5º, XXXV. Por outro lado, a Administração pode invalidar seus próprios atos. Isso porque é dotada do poder de autotutela, não somente pode, mas também deve fazê-lo, expungindo ato que, embora proveniente da manifestação de vontade de algum de seus agentes, contenha vício de legalidade. O fundamento dessa iniciativa reside no princípio da legalidade (art. 37, caput, CF). Destarte, vê-

se que é plenamente possível que o Poder Judiciário averigue as condições de legalidade e legitimidade na produção dos atos administrativos, velando pelo princípio da legalidade e na primazia do interesse público. Convém afirmar que para a concessão da liminar devem restar preenchidos os dois requisitos legais exigidos, quais sejam, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido inicial e a possibilidade de ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante se vier a ser reconhecido na decisão de mérito - "fummus boni iuris e periculum in mora" (in Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, habeas data, 16ª ED; Malheiros) Por sua vez, o art. 7º, III, da Lei 12.016/09 preconiza que a liminar no Mandado de Segurança será concedida quando forem relevantes os fundamentos da demanda e se do ato impugnado puder resultar a ineficácia da ordem judicial, se concedida ao final. Nesse sentido quanto ao fummus boni iuris, é certo que a Constituição Federal atribuiu à Administração Pública o poder de analisar e rever atos que possam violar o interesse público, pois, como dito, possui poder de autotutela. No caso em tela, o Município de São Benedito-CE, amparado em parecer técnico-jurídico e, temendo a ocorrência de dano irreparável ao interesse público, resolveu rescindir unilateralmente os contratos administrativos celebrados com a pessoa jurídica, ora impetrante. A decisão administrativa, pelo que consta do parecer coligido aos autos, teve por fundamento tanto a investigação do sócio da empresa por envolvimento em suposto esquema de fraude à licitação, bem como relatório do COAF, documentos que certamente contém informações acerca do conteúdo investigado. Sobre a ausência de condenação com transitado em julgado, é preciso lembrar que as instâncias judicial e administrativa são independentes, de forma que a Administração pode tomar decisões sem que o Judiciário tenha se manifestado previamente. Ora, é dever dos gestores públicos zelarem pela coisa pública, pois não lhes pertence. O interesse público é superior ao interesse privado, razão pela qual não verifico manifesta ilegalidade na decisão administrativa, senão dever de precaução. Ademais, analisando a manifestação do Município, tem-se que, de fato, a impetrante aguardou cerca de 2 meses para só então buscar a anulação da rescisão, alegando os riscos da demora. Não há como entender que existe risco ao resultado do processo se o próprio impetrante não buscou suspender a suposta ilegalidade de imediato. Em verdade, como salientado, o interesse público prepondera. A atuação administrativa, pelo menos nesta análise superficial, mostrou-se correta, de sorte que a concessão de liminar pode causar verdadeiro periculum in mora inverso. Assim, não verifico, nesse momento, plausibilidade do direito alegado, tampouco risco de o provimento final ser ineficaz, notadamente porque a rescisão unilateral realizada pela Administração, se causar dano ao impetrante, pode ser objeto de ação para ressarcimento/reparação. Nesse jaez, inclusive, leciona Hely Lopes Meirelles: A rescisão administrativa por interesse público ou conveniência da Administração tem por fundamento a variação do interesse público, que autoriza a cessação do ajuste quando se torna inútil ou prejudicial à coletividade. Ao efetivar a rescisão por interesse público, a Administração poderá fixar o valor da indenização cabível, verificando através de operações contábeis. O contratado não poderá opor-se à medida, mas, não concordando com o valor da indenização, deverá recorrer às vias judiciais adequadas, pleiteando unicamente a justa reparação dos danos sofridos com a antecipada extinção do contrato. (grifos acrescidos). Como se vê, sequer é dado ao particular o direito de se opor à rescisão administrativa, mas somente pleitear indenização condizente com os danos eventualmente suportados. Nessa senda, ainda que não tenha havido processo administrativo para a rescisão, entendo pela inexistência da ilegalidade apontada, pois a impetrante sequer poderia questionar a decisão tomada pelo Município. Diante do exposto, nego a liminar. Notifique-se a autoridade coatora para prestar informações em 10 dias. Após, dê-se vistas ao Ministério Público. Intimem-se da presente decisão.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0326/2022

ADV: OSCAR BASTOS BRAGA (OAB 23017/CE), ADV: JOSE SILVIO FRANCA AZEVEDO (OAB 3642/CE), ADV: FLAVIO JACINTO DA SILVA (OAB 6416/CE), ADV: WILSON EMMANUEL PINTO PAIVA NETO (OAB 23847/CE), ADV: MAGDA GOMES DE MATOS (OAB 28151/CE), ADV: MELISSA CAROLINE ARAÚJO CABRAL (OAB 45054/CE) - Processo 0280009-84.2021.8.06.0163 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERIDO: C.A.C.Q. - E.A.L. - J.I.A.S. - L.S.E.M. - L.P.M. - L.F.G.P. - C.A.A.V. - Sendo assim, tendo em vista a farta documentação colacionada aos autos, bem como a indicação das possíveis ações ímprobas praticadas, e ainda, com fulcro no princípio do in dubio pro societate, recebo a inicial em todos os seus termos. Citem-se os requeridos para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Intime-se o Município de São Benedito/CE, por sua procuradoria, para se manifestar e intervir no presente feito, caso entenda necessário. Intimem-se todos da presente decisão. Decorrido o prazo para contestação, ao MP para réplica. Após, abra-se prazo comum de cinco dias para que as partes (MP e defesa dos demandados) indiquem quais provas ainda pretendem produzir, justificando a necessidade.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO SOUSA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA IGOR ALVES AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0327/2022

ADV: PALOMA MOURAO MACEDO FEIJAO CAVALCANTE (OAB 25092/CE) - Processo 0002509-91.2019.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edmilson Francisco de Sa - Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Alega o embargante que a decisão de fl.85 contém omissão. A omissão teria se dado quanto ao deferimento do processamento do feito sob o rito da Lei nº12.153/09, bem como no tocante à dispensa de recolhimento de custas. Intimado, o embargado manteve-se inerte. É o que importa relatar. Decido. Recebo o recurso por estarem presentes os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade. No que diz respeito ao processamento do feito pelo da Lei nº12.153/09, reconheço a omissão da decisão vergastada, devendo ser procedida a retificação processual, tendo em vista que a causa atende aos requisitos expostos no art. 2°, do diploma retro. Porém, saliento que, conforme consta no art. 27, da Lei nº 12.153/09, ao Juizados Especiais da Fazenda Pública aplica-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 9.099/95. Desse modo, colaciono o art. 55, da Lei nº 9.099/95: Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa. Por conseguinte, retifico a decisão de fl.85, apenas para aclarar que em eventual necessidade de remessa às Turmas Recursais, deverá a autora recolher as devidas custas processuais, tendo

em vista que, quando intimada para comprovar o preenchimento dos pressupostos para os beneficiários da justiça gratuita, não apresentou nenhum documento comprobatório. Isto posto, julgo PROCEDENTE EM PARTE os embargos de declaração, mantendo o mérito da decisão como se acha lavrado. PRI.

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE -1ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2022

ADV: MÁRCIO JÓRIO FERNANDES ANDRÉ (OAB 41424/CE) - Processo 0003836-68.2019.8.06.0164 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - INDICIADO: Blandon Wesley Lima de Andrade - EX POSITIS, julgo parcialmente PROCEDENTE a denúncia ministerial, para o fim de CONDENAR o acusado BLANDON WESLEY LIMA DE ANDRADE, já qualificado nos autos, como incursos nas penas do arts. 129 § 9º do CPB c/c art. 7º, inc. I da Lei nº 11.340/2006. Condenado que se encontram o Réu, passo-lhes a aplicar a pena, nos moldes previstos na legislação própria e no mais que dos autos consta. Propedeuticamente urge asseverar que o Acusado é tecnicamente primário, cônscio certidão de fls. 95/100. Atendidos os preceitos norteadores do Art. 59 e do Art. 68, ambos do diploma punitivo, passaremos a avaliar, uma a uma, as circunstâncias judiciais que envolveram o fato. Temos, então, no tocante: a) à culpabilidade: evidenciada pelo dolo direto, demonstra que o Réu tinha pleno domínio da situação, no entanto, preferiu perpetrar o delito tendo a plena convicção da tipicidade de sua conduta; b) aos antecedentes: o agente apresentava antecedentes, denotando ser uma pessoa voltada ao cometimento de pequenos delitos e desrespeitos a lei; c) à conduta social: pelo que foi dito, o Acusado tem bom comportamento social, porém, devido a ingestão de bebida alcoólica, sofreu uma grande modificação de comportamento, passando a ser agressivo; d) à personalidade do agente: o Réu se mostrou consternado com o que aconteceu, denotando que seu comportamento costumeiro não se coaduna com o verificado no caso; e) aos motivos: estes não foram os melhores já que parecia tratar sua companheira como objeto, não aceitando o processo de separação e as discussões; f) às circunstâncias e às consequências do crime: o agente agiu em estado de embriaguez, agredindo verbalmente e fisicamente a Vítima; felizmente, as consequências de seus atos foram somente leves, já que a vítima sofreu pequenas escoriações; e g) ao comportamento da vítima: não contribuiu para o acontecimento, já que não houve discussão anterior com o Réu, que estando em estado de embriaguez, agrediu a vítima. Destarte e levando em conta o conjunto de todas as circunstâncias judiciais, vislumbro a necessidade de aplicar uma pena um pouco acima do seu mínimo legal. Estabeleço, como forma de reprovar e prevenir tais crimes, como pena-base, 04 (quatro) meses de detenção. Atendendo, ainda, ao preceituado no art. 68, do CPB, deixo de reconhecer ao réu a agravante prevista no art. 61, inc. II, alíneas f do CPB, já que versa do cometimento de crime, quando o Acusado se prevalece das relações domésticas, porque o mesmo já foi considerado para agravar o delito de lesão corporal. Todavia, como confessou espontaneamente o delito (art. 65, inc. III, alínea d do CPB), deve ser considerado para diminuir a pena aplicada. Por este motivo, diminuo a pena em 01 (um) mês, tornando-a definitiva para esse momento em 03 (três) meses de detenção. Como não existe qualquer causa de aumento ou diminuição de pena, tornando-a definitiva em 03 (três) meses de detenção, pela inocorrência de outras circunstâncias legais aptas a modificá-la. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida, desde o início, no regime aberto, conforme o art. 33, § 2º, c, c/c § 3º do CPB, já que as circunstâncias judiciais assim delineiam (art. 59, CP). Deixo de converter a pena privativa de liberdade em multa por força do art. 17 da Lei nº 11.340/2006 e em qualquer outra pena privativa de direitos, já que o crime foi cometido com violência a pessoa, como apregoa o art. 44, inc. I do CPB. Como o Réu encontra-se preso e processo já foi julgado, sendo que a pena aplicada é inferior ao tempo em que está preso. Dessa forma, entendo que tenho quer decretar sua imediata soltura do Réu, pois, em tese, teria cumprido toda pena. Assim, determino a imediata emissão de seu alvará de soltura. Custas pelo Acusado. P. R. I. Transitada em julgado, inscreva-se o nome do réu no Rol dos Culpados (Art. 5º, LVII, da CR/88), expeça-se a respectiva Carta de Guia, comunique ao TRE, para os fins do art. 15, inc. III da CR/88, remeta os boletins individuais do Acusado para o Instituto de Estatística Estadual, expeça-se GUIA DE RECOLHIMENTO, observados os requisitos do art. 106 da Lei nº 7.210/84, encaminhando-o ao Juízo da Execução e arquivem-se estes autos, com as cautelas legais.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: JOSE ARMANDO DA COSTA JUNIOR (OAB 11069/CE), ADV: ANA PAULA DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 34106/CE) - Processo 0008068-02.2014.8.06.0164 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Antonio Charles de Castro Morais e outros - R.H. ANDERSON SAMPAIO ROCHA e ANTONIO CHARLES ROCHA, inconformados com a sentença de fls. 1305-1313, se manifestaram no interesse de recorrer na sessão do Tribunal do Júri (fl. 1318), no prazo legal, atendendo as formalidades legais. Destarte, recebo o recurso nos seus efeitos suspensivo e devolutivo. Determino que se intime o(s) Causídico(s) dos Recorrentes, para no prazo legal de 08 (oito) dias apresentarem suas razões recursais. Empós intime o Ministério Público, para no mesmo prazo apresentar suas contrarrazões. Cumprido essas formalidades, encaminhem os autos ao Juízo ad quem com as homenagens de estilo. Expedientes Necessários.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.º: 0007490-05.2015.8.06.0164
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Receptação
Ministério Público: Ministério Público do Estado do Ceará
Denunciado: Francisco de Assis Sousa Silva
Finalidade da Citação: Apresentação de resposta escrita à denúncia

O(A) Dr.(a) Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que,

perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) FRANCISCO DE ASSIS SOUSA SILVA, mãe Almerinda de Jesus Sousa Silva, Nascido/Nascida 16/11/1969, natural de Fortaleza - CE, Rua Aramis Paiva, nº 615 ou Rua Matilde Rocha, nº 256, Centro, CEP 62736-000, Paramoti - CE, como incurso(a) nas sanções do Art. 180, "caput" do Código Penal, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Dativo para atuar em sua defesa. ADVERTÊNCIA: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. São Gonçalo do Amarante/CE, em 21 de janeiro de 2022. Cesar de Barros Lima. Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.º: 0012827-04.2017.8.06.0164
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Corrupção ativa
Autor: Ministério Público do Estado do Ceará
Denunciado: João Batista Gomes de Menezes

O(A) Dr.(a) Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, MANDEI expedir o presente Edital de Intimação, através do qual o(s) eventual(ais) proprietário(s) de boa-fé da(s) armas(s) e demais objeto(s) a seguir discriminado(s) fica(m) intimado(s) para, no prazo de 15(quinze) dias, requerer(em) a(s) devida(s) restituição(ões), sob pena de perdimento caso não seja comprovada a devida propriedade ou posse.

PROCESSO: 0012827-04.2017.8.06.0164.

DATA DA APREENSÃO: 23/12/2017 (IP nº 201-804/2017).

ACUSADO: João Batista Gomes de Menezes.

ARMA 1: classificação: revólver; marca: Taurus; fabricação: nacional; calibre nominal: .38; número de série: 757077; sentido das raias: dextrógira; comprimento do cano: 63,0 mm; acabamento: oxidado; aparelho de pontaria: alça e massa de mira fixas; coronha: madeira na cor marrom; capacidade: 6 (seis) câmaras de jogo lateral esquerdo; mecanismo de disparo: ação simples e dupla; sistema de percussão: central, direta; e estado de conservação: mau.

ARMA 2: classificação: espingarda tipo socadeira; fabricação: artesanal; funcionamento: alimentação por antecarga, tiro unitário, cano fixo; comprimento e alma do cano: 69,5 cm alma lisa; comprimento total da arma e altura da coronha: 117,0 cm e 9,0 cm, respectivamente; acabamento: oxidado; coronha e telha: fabricada em madeira na cor marrom; sistema de percussão: extrínseca; estado de conservação: mau; e outros: soleira em borracha, na cor preta.

CARTUCHOS: trata-se de 04 (quatro) cartuchos; calibre: .38 SPL+P+; marca: CBC/nacional; estojos: metal amarelo; projétil: CXPO (Cobre Expansivo Ponta Oca); estado: íntegros; e nº lote: 02 (duas) tinhas numeração de lote AAF35, 01 (uma) tinha numeração suprimida e 01 (uma) tinha numeração ilegível.

CARTUCHOS: trata-se de 03 (três) cartuchos; calibre: .38 SPL+P+; marca: CBC/nacional; estojos: metal amarelo; projétil: CXPO (Cumbo Ogival); estado: íntegro; e nº lote: ausente.

CARTUCHOS: trata-se de 01 (um) cartucho; calibre: .38 SPL; marca: CBC/nacional; estojos: metal amarelo; projétil: CHOG (Cobre Expansivo Ponta Oca); estado: íntegros; e nº lote: ausente.

(Descrição conforme laudo pericial realizado em 07/08/2018, às pág. 225/228).

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

São Gonçalo do Amarante/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Cesar de Barros Lima

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.º: 0012827-04.2017.8.06.0164
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Corrupção ativa
Autor: Ministério Público do Estado do Ceará
Denunciado: João Batista Gomes de Menezes

O(A) Dr.(a) Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, MANDEI expedir o presente Edital de Intimação, através do qual o(s) eventual(ais) proprietário(s) de boa-fé da(s) armas(s) e demais objeto(s) a seguir discriminado(s) fica(m) intimado(s) para, no prazo de 15(quinze) dias, requerer(em) a(s) devida(s) restituição(ões), sob pena de perdimento caso não seja comprovada a devida propriedade ou posse.

PROCESSO: 0012827-04.2017.8.06.0164.

DATA DA APREENSÃO: 23/12/2017 (IP nº 201-804/2017).

ACUSADO: João Batista Gomes de Menezes.

ARMA 1: classificação: revólver; marca: Taurus; fabricação: nacional; calibre nominal: .38; número de série: 757077; sentido das raias: dextrógira; comprimento do cano: 63,0 mm; acabamento: oxidado; aparelho de pontaria: alça e massa de mira fixas; coronha: madeira na cor marrom; capacidade: 6 (seis) câmaras de jogo lateral esquerdo; mecanismo de disparo: ação simples e dupla; sistema de percussão: central, direta; e estado de conservação: mau.

ARMA 2: classificação: espingarda tipo socadeira; fabricação: artesanal; funcionamento: alimentação por antecarga, tiro unitário, cano fixo; comprimento e alma do cano: 69,5 cm alma lisa; comprimento total da arma e altura da coronha: 117,0 cm e 9,0 cm, respectivamente; acabamento: oxidado; coronha e telha: fabricada em madeira na cor marrom; sistema de percussão: extrínseca; estado de conservação: mau; e outros: soleira em borracha, na cor preta.

CARTUCHOS: trata-se de 04 (quatro) cartuchos; calibre: .38 SPL+P+; marca: CBC/nacional; estojos: metal amarelo; projétil:

CXPO (Cobre Expansivo Ponta Oca); estado: íntegros; e nº lote: 02 (duas) tinhas numeração de lote AAF35, 01 (uma) tinha numeração suprimida e 01 (uma) tinha numeração ilegível.

CARTUCHOS: trata-se de 03 (três) cartuchos; calibre: .38 SPL+P+; marca: CBC/nacional; estojos: metal amarelo; projétil: CXPO (Cumbo Ogival); estado: íntegro; e nº lote: ausente.

CARTUCHOS: trata-se de 01 (um) cartucho; calibre: .38 SPL; marca: CBC/nacional; estojos: metal amarelo; projétil: CHOG (Cobre Expansivo Ponta Oca); estado: íntegros; e nº lote: ausente.

(Descrição conforme laudo pericial realizado em 07/08/2018, às pág. 225/228).

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

São Gonçalo do Amarante/CE, em 21 de janeiro de 2022.

Cesar de Barros Lima

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
Processo nº: 0006225-11.2013.8.06.0140
Classe Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto
Réu: João Narcisio dos Santos e outro

O(A) Dr.(a) Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) JOÃO NARCISIO DOS SANTOS, brasileiro, filho de Francisco Narciso dos Santos e Maria José Gomes, residente à Rua Maria Clarice Moreira, n.º 79, Paraipaba/CE, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, por infração ao artigo 155, §4º, IV, do CPB, fato ocorrido no dia 19 de outubro de 2013, foi absolvido, por sentença datada de 27 de agosto de 202, onde foi julgada improcedente a exordial delitiva, nos termos do art. 386, Inciso V, do CPP. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado. CUMPRA-SE. São Gonçalo do Amarante/CE., em 31 de agosto de 2021. Cesar de Barros Lima. Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.º: 0009112-56.2014.8.06.0164
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Furto
Ministério Público: Ministério Público do Estado do Ceará
Denunciado: Luis Carlos Mesquita Rocha e outro
Finalidade da Citação: Apresentação de resposta escrita à denúncia

O Dr. Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) acusado FRANCISCO ROBSON SALES ROCHA, conhecido por "TCHOQUE", brasileiro, solteiro, reciclador, nascido em 09/01/1992, natural de Fortaleza/CE, filho de José Mesquita Rocha e Maria Elenilda dos Santos Sales, atualmente em lugar incerto e não sabido, como incurso(a) nas sanções do Art. 155, §4º, Incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediuse o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) advogado dativo para atuar em sua defesa. ADVERTÊNCIA: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas

urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. São Gonçalo do Amarante/CE, em 04 de outubro de 2021. Cesar de Barros Lima. Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.º: 0002746-25.2019.8.06.0164
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Ameaça
Autor: Ministério Público do Estado do Ceará
Denunciado: Jose Eliseu Santos Nogueira
Finalidade da Citação: Apresentação de resposta escrita à denúncia

O(A) Dr.(a) Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) JOSE ELISEU SANTOS NOGUEIRA, RG 20080540222, CPF 081.429.013-23, pai Jose Alves Nogueira, mãe Solange Maria de Sousa Santos, Nascido/Nascida 20/09/1996, Morro do Chafariz, Taiba, CEP 62670-000, São Gonçalo do Amarante - CE, como incurso(a) nas sanções do Art. 147, caput, do CPB c/c art. 5º, II e 7º, II da lei 11.340/06 , nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. ADVERTÊNCIA: O

não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. São Gonçalo do Amarante/CE, em 21 de janeiro de 2022. Cesar de Barros Lima. Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
Processo n.º: 0011585-44.2016.8.06.0164
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas
Denunciado José Marques de Morais

O Dr. Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o réu JOSÉ MARQUES DE MORAIS, brasileiro, natural de São Gonçalo do Amarante/CE, nascido em 19/03/1994, RG 20075415725 - SSP/CE, filho de Manoel Franklin de Morais e Vicentina Marques de Morais, com endereço à Área Verde (próximo ao "Paradão Clube", Povoado Guaribas, Parada, São Gonçalo do Amarante - CE, atualmente em lugar incerto e não sabido, por infração ao artigo 157, §2º, Incisos I e II do Código Penal(duas vezes), c/c art. 244-B da Lei 8.069/90, todos na forma do art. 70 do CPB, fato ocorrido no dia 22/05/2016, foi condenado à pena de 06(seis) anos e 02 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, por sentença datada de 16/12/2016. Como não foi possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital fica intimado da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado. São Gonçalo do Amarante/CE, em 15 de dezembro de 2021. Cesar de Barros Lima. Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0000955-55.2018.8.06.0164
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto: Violência Doméstica Contra a Mulher
Autoridade Policial e
Vítima do Fato: Delegado de Policia da Delegacia de São Gonçalo do Amarante e outro
Réu: José Edson do Vale Souza

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, e a quem interessar possa, que por parte da Justiça Pública, tramita nesta Secretaria do 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante, desta Comarca de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, a Medida Protetiva, tombada sob o 0000955-55.2018.8.06.0164, por infração aos termos da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), onde é promovente Rosangela Amorim de Souza do Vale e promovido José Edson do Vale Souza, E, por encontrar-se, atualmente, em lugar incerto e não sabido o promovido, pelo presente edital, fica INTIMADO da sentença prolatada em 17.12.2021, a seguir transcrita em sua parte final : "Nestas condições, ante a fundamentação supra, julgo extinto o presente feito, nos termos do art. 107, IV do CPB e art. 38 do CPP, revogando, por conseguinte, as medidas protetivas de urgência deferidas no decorrer da prestação jurisdicional. Publique-se, Registrese e Intimem-se. Intime-se MP, após, ARQUIVEM-SE". Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Gonçalo do Amarante/CE., em 18 de janeiro de 2022. Eu, Lívia Raquel Abreu Rocha, Servidora de Secretaria, 23235, o digitei e eu, Álvaro Queiroz Soares, Supervisor de Unid. Judiciária, o conferi. Cesar de Barros Lima. Juiz de Direito.

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022

ADV: JORGE ALOISIO PIRES (OAB 9982/CE), ADV: FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 13083/CE), ADV: DAVID BRAGA WANDERLEY (OAB 14133/CE), ADV: ALMIR PIRES FILHO (OAB 18946/CE) - Processo 0003580-86.2009.8.06.0064 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERIDO: Imobiliaria Anibal Rocha Barroso S.a - Maria Aurelina Mendes de Oliveira e outros - Determino o levantamento da presente suspensão processual e o consequente prosseguimento do feito, uma vez que houve julgamento da ação em apenso nº6326-44.2011 e a outra, uma oposição, deve ser julgada concomitantemente a esta. Intimem-se as partes para especificarem as provas que ainda pretendem apresentar, em 15 dias.

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 39879/CE) - Processo 0003668-66.2019.8.06.0164 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: J.C.T.N. - Defiro o pedido de habilitação constante às fls. 115/116, devendo a secretaria providenciar o cadastro do causídico. Aguarde-se o decurso do prazo contestatório.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0040/2022

Processo 0003580-86.2009.8.06.0064 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERIDO: Imobiliaria Anibal Rocha Barroso S.a - Maria Aurelina Mendes de Oliveira e outros - Determino o levantamento da presente suspensão processual e o consequente prosseguimento do feito, uma vez que houve julgamento da ação em apenso nº6326-44.2011 e a outra, uma oposição, deve ser julgada concomitantemente a esta. Intimem-se as partes para especificarem as provas que ainda pretendem apresentar, em 15 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022

ADV: REGIO RODNEY MENEZES (OAB 23996/CE) - Processo 0000102-37.2004.8.06.0164 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXECUTADO: Larissa Goes Saboya de Albuquerque p - Feito com trâmite inicial na 1ª Vara deste Foro de São Gonçalo do Amarante, com esteio nas regras de competência insculpidas na Lei 16.397/2017, redistribuído a este Juízo da 2ª Vara de São Gonçalo do Amarante aos 13/01/2021, com espeque no art. 2º, inciso II, da Resolução 07/2020, do Órgão Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Em face do contido no petitório acostado às fls.281/283, intime-se a parte exequida Larissa Goes Saboya de Albuquerque para dizer se insiste no pedido de retirada de grave, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

ADV: HENRIQUE DE MENDONÇA XIMENES (OAB 10662/CE) - Processo 0003026-93.2019.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Zilmar Ximenes do Prado e outro - Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil,HOMOLOGOo pedido de desistência da ação, declarando, por sentença, extinto o presente feito sem resolução do mérito.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0008912-83.2013.8.06.0164 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Felipe Moreira Gomes - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/A - Feito com trâmite inicial na 1ª Vara deste Foro de São Gonçalo do Amarante, com esteio nas regras de competência insculpidas na Lei 16.397/2017, redistribuído a este Juízo da 2ª Vara de São Gonçalo do Amarante aos 13/01/2021, com espeque no art. 2º, inciso II, da Resolução 07/2020, do Órgão Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Considerando a certidão de trânsito em julgado da sentença acostado às fl.59, tenho como intempestivo a interposição do recurso apelatório constante às fl.62/68. Intimem-se as partes. Após, arquivem-se os autos.

ADV: ANDRESSA MELO ALVES COSTA (OAB 23878/CE) - Processo 0010569-79.2021.8.06.0164 (apensado ao processo 0022102-40.2018.8.06.0164) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Maria Quitino Silva Neta ME - Ante o pedido de desistência formulado pela embargante/executada e a concordância expressa do embargado/exequente, motivada pela adesão ao REFIS previsto na Lei nº 17.771/2021, julgo extintos os presentes embargos, sem resolução de mérito, com espeque nos artigos 200, parágrafo único, e 485, inciso VIII, §§4º e 5º, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários à ordem de 10% (dez por cento) do valor executado pela embargante/executada.

ADV: SERGIO SILVA COSTA SOUSA FILHO (OAB 25955/CE) - Processo 0050695-74.2021.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Manoel Leocadio dos Santos - Isso posto, indefiro a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução de mérito nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c os art. 330, IV, e 485, I, do CPC. Sem custas. Proceda-se o cancelamento do mandado de fls. 23.

ADV: DAVID NEWTON DOS SANTOS MACEDO (OAB 33224/CE), ADV: LARISSA ARRUDA VIANA (OAB 30279/CE) - Processo 0050707-88.2021.8.06.0164 - Divórcio Consensual - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Raquel Santos Pereira - REQUERIDO: Francisco Edson Morais Nogueira - Diante do exposto, extingo a execução com resolução de mérito, com fundamento no art. 924, inciso II, do CPC. Sem custas.

ADV: MARIA LUIZA SOARES DE AQUINO MOREIRA (OAB 44777/CE), ADV: SUYANE CAVALCANTE GOMES (OAB 36058/CE) - Processo 0051264-75.2021.8.06.0164 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.S.V. e outro - Isso posto, homologo a desistência manifestada à fl. 44, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.

ADV: ARISTÓTELES NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OAB 42782/CE) - Processo 0200046-87.2022.8.06.0164 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Francisca Samia da Silva Nunes - Intime-se a autora para se manifestar, na forma requerida pelo Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem julgamento do mérito.

COMARCA DE SENADOR POMPEU - 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022

ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE), ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE) - Processo 0050297-58.2020.8.06.0166 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Batista Nogueira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.a. - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial e declaro extinto o processo com julgamento de mérito na forma do artigo 487, inciso I do CPC.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE) - Processo 0050298-43.2020.8.06.0166 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisca Batista Nogueira - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial e declaro extinto o processo com julgamento de mérito na forma do artigo 487, inciso I do CPC.

ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050299-28.2020.8.06.0166 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisca Batista Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial e declaro extinto o processo com julgamento de mérito na forma do artigo 487, inciso I do CPC.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE) - Processo 0050302-80.2020.8.06.0166 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rosa Alves Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, declarando resolvido o mérito na forma do artigo 487, inciso I do CPC, para: I) declarar nula todos os débitos em conta bancária da parte autora sob a rubrica BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA, bem como o negócio jurídico subjacente a tal cobrança; II) condenar a parte ré a pagar à parte autora a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de

dano moral, com atualização monetária pelo IPCA a partir da data desta sentença e juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso (a data do primeiro desconto, 04/05/2020); III) condenar a parte ré a pagar à parte autora, de forma dobrada, todos os valores descontados para o pagamento do negócio ora anulado, com atualização monetária pelo IPCA a partir da data de cada desconto e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Quanto ao pedido de tutela antecipada, a probabilidade do direito da parte autora foi devidamente esmiuçada na fundamentação desta sentença, enquanto que o perigo na demora é intrínseco ao tumulto financeiro ocasionado pelos descontos indevidos. Assim sendo, defiro a tutela de urgência para impor à parte ré a obrigação de não fazer consistente em não efetuar nenhum desconto a título do contrato ora anulado, sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cobrança, limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA) - Processo 0050304-50.2020.8.06.0166 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rosa Alves Ferreira - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial e declaro extinto o processo com julgamento de mérito na forma do artigo 487, inciso I do CPC.

ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0050612-86.2020.8.06.0166 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Risantina Alves de Freitas - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial e declaro extinto o processo com julgamento de mérito na forma do artigo 487, inciso I do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO MIKHAIL DE ANDRADE TORRES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CLOVIS ANTONIO DA SILVA SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022

ADV: ANA PAULA FERNANDES UCHÔA (OAB 39534/CE), ADV: RAFAELA FERNANDA SUTANI HASS (OAB 263498/SP), ADV: LUIZ ALMINO UCHOA NETO (OAB 34636/CE), ADV: NATHANIELY FARIAS DE PAULA (OAB 36177/CE) - Processo 0000035-75.2018.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: VALDINELO LUCINDO COSTA - GILMAR VIEIRA CAVALCANTE - Passo, portanto, a análise das defesas acostadas, respectivamente, às págs. 89/95 e 131/142. In casu, não procede a arguição de inépcia da denúncia, pois dela consta a exposição suficientemente clara e coerente dos supostos fatos delituosos apurados mediante investigação prévia, com todas as suas circunstâncias relevantes e a devida explicitação da conduta ilícita atribuída a cada um dos denunciados, bem assim a capitulação legal do crime e o rol de testemunhas, conforme exige o art. 41 do CPP, permitindo o exercício pleno do direito de defesa. Entendo que não é hipótese de absolvição sumária, pois inexiste manifesta causa de exclusão da ilicitude ou culpabilidade, não estando extinta a punibilidade dos agentes. Também, verifico que os fatos narrados na peça vestibular se amoldam ao tipo legal apontado. Ademais, as defesas se atem ao próprio mérito da acusação, com valoração dos depoimentos prestados em sede policial, o que só pode ser apropriadamente analisado ao final da instrução. Assim, não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 397 do Código de Processo Penal, RECEBO a denúncia e determino que seja designada data para realização de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 56 da Lei nº 11.343/06. Em seguida, citem-se os acusados para comparecerem à audiência, bem como intimem-se, para comparecerem ao referido ato, os causídicos, o representante do Ministério Público e as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa. Considerando que as audiências, em regra, estão ocorrendo por videoconferência, em tendo sido arroladas testemunhas que residam fora desta jurisdição, serão igualmente inquiridas por este Juízo através da plataforma virtual, devendo-se expedir carta precatória apenas para o fim de sua intimação, não sendo necessário deprecar o ato (art. 222 do CPP). Antes, porém, em atenção às disposições contidas na Portaria nº 32/2021/CGJCE, disponibilizada no DJE de 17/05/2021, INTIME-SE a defesa para, no prazo de 10 (dez) dias, informar número de telefone e/ou e-mail do réu para fins de viabilização do cumprimento eletrônico dos atos de comunicação pelos Oficiais de Justiça, caso não já o tenha informado. INTIMEM-SE também, para a mesma finalidade, as partes que arrolaram testemunhas sem informar tais dados em suas qualificações, exceto se a testemunha for policial, civil ou militar, ou bombeiro militar, hipótese em que será requisitada diretamente ao órgão ao qual é vinculada, conforme determina o Provimento nº 26/2020/CGJCE, tudo sob pena de prejudicar a realização de audiência de instrução durante o período de pandemia. Expedientes necessários.

ADV: TIAGO VIDAL FREITAS (OAB 25079/CE), ADV: NATANAEL ALVES DE OLIVEIRA (OAB 29772/CE) - Processo 0000109-13.2010.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Fabiano Sousa do Nascimento e outro - Intimo-o para, no prazo de 05 dias, apresentar alegações finais da defesa."

ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE), ADV: ANTONIO FERREIRA BEZERRA (OAB 26246/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0001250-12.2019.8.06.0147 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Bradesco - Indefiro o pedido. Voltem ao arquivo.

ADV: ANDRÉ LUIZ VIEIRA DE BRITO (OAB 36633/CE), ADV: DENIS CARDOSO CAMPOS (OAB 37442/CE), ADV: LUCAS OLIVEIRA CARVALHO DE BRITO (OAB 37973/CE) - Processo 0050523-29.2021.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Henrique Martins Ferreira - Ante o exposto, pelas razões acima explanadas e em consonância com prévio parecer ministerial, INDEFIRO o pedido e MANTENHO a prisão cautelar de HENRIQUE MARTINS FERREIRA, notadamente pelos fundamentos agora supracitados, bem como, pelos estendidos nas decisões anteriores, com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal. Intimem-se. Para impulso dos autos, cumpra-se o já determinado na decisão de págs. 88/89, designando-se data para realização da audiência de instrução, com a urgência que o caso requer. Demais expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2022

ADV: ANTONIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/CE) - Processo 0003330-53.2000.8.06.0166 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Armando Ferreira Lima e outro - Chamo o feito à ordem. 01. Recebo o recurso interposto pelo ESTADO DO CEARÁ (fls. 552/559). Intimem-se o Ministério Público e o Defensor Dativo (Doutor Antonio Teixeira de Oliveira), este pessoalmente, para apresentarem contrarrazões no prazo de 08 (oito) dias. Após, elevem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. 02. Certifique-se se foi expedido Mandado de Prisão em face do réu Armando Ferreira Lima no BNMP. Caso negativo, providencie-se essa diligência. 03. Encaminhe-se o Mandado de Prisão aos órgãos de praxe,

especialmente à Delegacia de Senador Pompeu e à Delegacia de Capturas de Fortaleza.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO MIKHAIL DE ANDRADE TORRES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CLOVIS ANTONIO DA SILVA SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: ROBERIO BARBOSA LIMA (OAB 17486/CE) - Processo 0000157-19.2016.8.06.0147 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Alterman Pereira Mota - Instrução e Julgamento Data: 21/02/2022 Hora 15:45 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

ADV: RAYANNA CÂNDIDO GOMES (OAB 44764/CE) - Processo 0001300-78.2019.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - RÉU: Jose Fernandes Subrinho - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Interrogatório para o dia 22 de abril de 2022, às 09:30h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDQwYmQ2ZTAtNGIyMC00Y2ZjLWFjNmMtMGQzMDA3MTBmYjZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 21 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: DEMÉTRIO CAMPOS ALBUQUERQUE (OAB 42525/CE) - Processo 0014210-76.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - VÍTIMA: Raiane de Oliveira Guedes - AUT PL: Delegacia Regional de Senador Pompeu - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Marcelo Paulo Bezerra - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 21 de março de 2022, às 14:15h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YjNhMGY5ZGEtNjg0OC00ODg5LTlmNTItMDQ4NjdmN2EwOGRm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 21 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: ANA NERI CAMPOS RODRIGUES (OAB 38909/CE), ADV: VALDEMAR DA SILVA JUNIOR (OAB 39330/CE) - Processo 0015543-63.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Diego de Oliveira Fernandes de Sousa - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 24 de fevereiro de 2022, às 11:30h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTQ0NTUwZGYtNDA0MS00M2EzLTgyMzEtNzIyN2NhYjIzYThk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 24 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: ANTONIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/CE) - Processo 0050600-72.2020.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Francisco Francimar da Silva - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22 de abril de 2022, às 10:30h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDQwYmQ2ZTAtNGIyMC00Y2ZjLWFjNmMtMGQzMDA3MTBmYjZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 21 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: SOCIEDADE DE ADVOGADOS BATISTA & SOUZA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURIDICA (OAB 1123/CE), ADV: JESSICA LUANA FELIPE SOUZA (OAB 31958/CE), ADV: THIAGO BATISTA DE CARVALHO (OAB 25941/CE), ADV: DEMÉTRIO CAMPOS ALBUQUERQUE (OAB 42525/CE) - Processo 0050636-80.2021.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: F.L.S. - M.L.L.R. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 28 de março de 2022, às 16:15h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmY2MWVhYWQtYTk3Ny00ZjM3LWEzNDgtMGI2ZjM5Mjc1ZWE4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 25 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: ANTONIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/CE) - Processo 0050889-68.2021.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: A.A.F.A. e outro - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 31 de março de 2022, às 13:00h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MTA0NWEyYmQtZDE3OS00NjI2LWE3YWEtNzEwNjZhOWRlN2Q2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 25 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: ANTONIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/CE) - Processo 0051074-09.2021.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Evando Lopes Maia - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 12 de maio de 2022, às 13:45h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmYxZjc1NWYtMGU0Ni00YjVmLTkzY2YtODM0ZDFmMGNmNGZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 25 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: MARIA DAS DORES SILVA MARCELINO (OAB 32523/CE) - Processo 0051075-91.2021.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: L.C.L.B. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07 de fevereiro de 2022, às 16:15h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2FhODFiODktYTQ3Zi00MmU3LWE5ZmQtMzQwM2I3NjAzOGRi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 25 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

ADV: ANTONIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/CE) - Processo 0051095-82.2021.8.06.0166 - Ação Penal -

Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: Jonathan Silva Pinheiro - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Oitiva das Partes para o dia 28 de abril de 2022, às 08:30h, a ser realizada por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2U3NTVjYzUtMTBmZS00NDU5LWI0NmMtN2NiZDg1YzM5ZDE4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22960daa6c-1f3f-438f-a7bf-029afc69b5c3%22%7d O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 25 de janeiro de 2022. Anne Virginia do Nascimento Patrício À Disposição

COMARCA DE SENADOR POMPEU - 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Senador Pompeu
2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu
Rua Marcionílio Gomes de Freitas, S/N, Centro - CEP 63600-000, Fone: 88, Senador Pompeu-CE -
E-mail: tjce@tjce.jus.brSenador Pompeu

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: **0000078-12.2018.8.06.0166**

Apensos: **0001390-86.2019.8.06.0166, 0050314-60.2021.8.06.0166**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Inventário e Partilha**
Requerente: **JOSÉ PEDROSA DE LIMA**
Requerido: **HERCILIA FERREIRA CASIMIRO**

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA(M) CITADO(S) OS HERDEIROS DESCONHECIDOS, para, querendo, apresentar manifestação sobre as primeiras declarações do inventariante (art. 627, CPC), no prazo da lei, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados por **JOSÉ PEDROSA DE LIMA**. **CUMPRA-SE.** Senador Pompeu/CE., em 24 de janeiro de 2022.

Ana Celia Pinho Carneiro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Senador Pompeu
2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu
Juiz(a) de Direito: Ana Celia Pinho Carneiro
Rua Marcionílio Gomes de Freitas, S/N, Centro - CEP 63600-000, Fone: 88, Senador Pompeu-CE - E-mail: tjce@tjce.jus.brSenador Pompeu

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0001370-95.2019.8.06.0166**

Classe: **Curatela**
Assunto: **Curatela**
Requerente Francisca Gerneide Marques Bezerra Abrante
Requerido MARIA CESAR ALMEIDA ABRA NTE
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu da Comarca de Senador Pompeu/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **MARIO CESAR ALMEIDA ABRANTE** (*brasileiro, casado, incapaz civilmente, portador do RG nº 2007187113-0 e CPF nº 400.376.733-00*), que é portador de sequelas graves de traumatismo crânio-encefálico (CID 10 F.06 F.07 S06.2 E.10). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Francisca Gerneide Marques Bezerra Abrante** (*brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora do RG nº 2007167456-4 e CPF nº 677.476.633-15*), **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 24/11/2020, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Diante do todo o exposto, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, assim o faço com julgamento de mérito, para decretar a curatela de Mario Cesar Almeida Abrante, e nomear como sua curadora a senhora Francisca Gerneide Marques Bezerra Abrante, a qual passará a exercer somente os atos diretamente relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do curatelado, isto com fulcro no art. 1.767, I, do Código Civil Brasileiro, c/c § 3º, do art. 84 e art. 85, ambos da Lei 13.146/2015, o que acaba por confirmar a decisão liminar. Em obediência ao disposto no § 3º do art. 755, do CPC vigente, inscreva-se a presente sentença de

interdição no Registro Civil de Pessoas Naturais e publique-se na rede mundial de computadores, através do sítio do Tribunal de Justiça do Ceará, e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e do curador, a causa da curatela e os seus limites. Intime-se o curador para prestar o compromisso legal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, independentemente do trânsito em julgado e contados da intimação desta sentença, nos termos do art. 759, I, do novo CPC. Sem custas. Ciência ao Ministério Público. P.R.I.C. Transitado em julgado, arquivem-se os autos. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Senador Pompeu/CE, em 27 de maio de 2021.

Ana Celia Pinho Carneiro
Juíza de Direito

COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2022

ADV: CLINIO DE OLIVEIRA MEMORIA CORDEIRO (OAB 20281/CE) - Processo 0002908-45.2018.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Janice de Azevedo Santos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora acerca da petição e documentos de p. 208/211, bem como para, querendo, propor o respectivo cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, nos moldes do art. 534 do CPC. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem manifestação, ARQUIVEM-SE os autos com baixa na distribuição.

ADV: BRUNA MESQUITA ROCHA (OAB 30550/CE) - Processo 0005756-68.2019.8.06.0167 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Brena Geyse Mesquita Rocha Soares - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, e tendo em vista à impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo executado às p. 146/147, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como para requerer que entender de direito, tudo sob pena de preclusão.

ADV: HELTON HENRIQUE ALVES MESQUITA (OAB 21260/CE) - Processo 0006647-26.2018.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Jose dos Santos Teles - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, e tendo em vista o despacho de p. 123/124, INTIME-SE a parte autora acerca dos cálculos apresentados pelo INSS às p. 128/129, bem como para, querendo, ajustar o respectivo cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem manifestação, remetam-se os autos digitais novamente ao ARQUIVO com baixa na distribuição.

ADV: LINTOR JOSE LINHARES TORQUATO (OAB 15131/CE) - Processo 0021818-53.2000.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Luiz Melo Torquato - Frustrada a indisponibilidade de veículos e bens, INTIME-SE a exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens passíveis de penhora e requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, nos termos do art. 921, III do Código de Processo Civil.

ADV: ALEX OSTERNO PRADO (OAB 23048/CE) - Processo 0050573-52.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Liduino Alves Linhares - Consoante determinação contida na Portaria nº 03/2018, da lavra do juízo da 1ª Vara Cível de Sobral, que trata dos atos ordinatórios, tendo em vista os documentos apresentados pela parte promovida, INTIME-SE a parte autora para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

ADV: SAMUEL OLIVEIRA ALCANTARA (OAB 38350/CE) - Processo 0050689-92.2020.8.06.0167 - Desapropriação - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Maria de Fátima Sousa Lima - Fica determinada a realização de perícia, nomeando-se neste ato, para tanto, o(a) perito(a) ANDRÉ AMARO ANTERO DE OLIVEIRA, devendo a secretaria INTIMAR, no prazo comum de 15 (quinze) dias, indicar assistente técnico e apresentar quesitos. Ademais, tendo em vista a petição de p. 148/149 do requerido, intime-se no prazo de 15 (quinze) dias, a parte requerente para se manifestar acerca da desapropriação. Não havendo oposição de impedimento e/ou suspeição do perito nomeado, NOTIFIQUE-SE o perito a apresentar em 5 (cinco) dias: I - proposta de honorários; II - currículo, com comprovação de especialização; e III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais. Após, INTIMEM-SE as partes sobre a proposta de honorários para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias. Não havendo impugnação, INTIME-SE a parte promovida para recolher o valor da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confesso. Recolhido valor da perícia, EXPEÇA-SE alvará para levantamento de metade do valor para o perito, NOTIFICANDO-O para receber o alvará e designar data da perícia, intimando-se as partes da data, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias da data da perícia para juntada do laudo. Juntado o laudo, INTIMEM-SE as partes sobre o resultado da perícia para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 15 (quize) dias. Havendo pedido de esclarecimentos, NOTIFIQUE-SE o perito, remetendo cópia das manifestações, para, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer os pontos sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, INTIMANDO-SE as partes sobre os esclarecimentos prestados, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Não havendo pedido de esclarecimentos, EXPEÇA-SE alvará para levantamento da metade restante do valor para o perito, NOTIFICANDO-O para receber o alvará. Sobral/CE.

ADV: FRANCISCO FRANK SINATRA DIAS BRAGA (OAB 28426/CE), ADV: JOSÉ SHAW-LEE DIAS BRAGA (OAB 36037/CE) - Processo 0052592-31.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Joao Oliveira de Sousa - Consoante determinação contida na Portaria nº 03/2018, da lavra do juízo da 1ª Vara Cível de Sobral, que trata dos atos ordinatórios, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestar-se acerca da contestação e documentos acostados às págs. 31/ 61.

ADV: DAIANE CRISTINA NUNES LIRA (OAB 35827/CE) - Processo 0056179-61.2021.8.06.0167 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Rosa Leda da Silva Vasconcelos - INTIME-

SE a parte autora para, no prazo de 10 dias, recolher custas referente a diligência do Oficial de Justiça.

ADV: RAIMUNDO RUVAMAN LINHARES FILHO (OAB 21701/CE) - Processo 0067069-98.2017.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - EXEQUENTE: Francisco Ronaldo de Aguiar Sa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada à p. 153/159, bem como acerca da petição e comprovante de depósito de p. 160/163.

ADV: ANTONIO LEITE TAVARES (OAB 1838/CE), ADV: ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 6814/CE), ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE), ADV: ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO (OAB 23462/CE) - Processo 0071939-26.2016.8.06.0167 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil - Consoante determinação contida na Portaria nº 03/2018, da lavra do juízo da 1ª Vara Cível de Sobral, que trata dos atos ordinatórios, e tendo em vista que resultou negativa a pesquisa no INFOJUD (vide p. 102/103), INTIME-SE a exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens passíveis de penhora e requerer o que entenderem de direito, sob pena de suspensão do feito, nos termos do art. 921, III do Código de Processo Civil, tudo conforme decisão de p. 97/100.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0200152-40.2022.8.06.0167 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S.A. - Assim, em observância ao que dispõe o parágrafo único do art. 200 do CPC, homologo por sentença, para que produza efeito jurídico, a desistência formalizada pela parte autora acerca da presente ação, e, por via de consequência, declaro a extinção do processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do mesmo diploma legal. Por fim, indefiro o pedido de levantamento de restrições do veículo em questão, uma vez que não houve nenhuma deliberação deste juízo autorizando o bloqueio do veículo objeto desta demanda. Publique-se e registre-se. Por fim, considerando que a parte autora renunciou o prazo recursal, arquivem-se os autos.

COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CARNEIRO ROBERTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA ELZYMERY MENESCAL DE ALBUQUERQUE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2022

ADV: LÍVIA VASCONCELOS SOARES (OAB 33870/CE), ADV: EZIO GUIMARAES AZEVEDO (OAB 17427/CE) - Processo 0005333-45.2018.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria do Socorro Cunha Fontenele - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar a parte autora para manifestação acerca da petição de fls. 83/90 e documentos que a seguem.

ADV: SHEYLA MARIA FONTES PINHEIRO (OAB 11586/CE) - Processo 0009153-29.2005.8.06.0167 - Desapropriação - DIREITO CIVIL - REQUERIDO: Espolio de Jose Cordeiro de Almeida - À luz do exposto, fixo os honorários de 10% sobre os valores conduzidos pela credora às fls. 288/289, pois calculados nos moldes delineados na sentença de págs. 271/275 e não houve impugnação pelo Município de Sobral. Tendo em vista a anuência do Município réu, referido valor deverá ser descontado do montante depositado à pág. 39 (depósito prévio para Desapropriação). Assim, expeça-se Alvará pra levantamento da importância de R$ 11.434,,15 (onze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quinze centavos) em favor da autora SHEYLA MARIA FONTES PINHEIRO, a ser levantado da conta bancária de pág. 39 ou da instituição bancária onde estiver depositada a quantia, considerando possível migração do valor ante os sucessivos convênios firmados pelo TJCE. O valor remanescente na conta deverá ser devolvido ao Município de Sobral, mediante alvará de transferência, que deverá ser igualmente expedido. Informem ambas as partes conta bancária para transferência dos valores. Solicite a Secretaria ao Banco do Brasil S.A, por e-mail e no prazo de 5 dias, informação acerca dos valores depositados á pág. 39. Cumpra-se. P.R.I.

ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0011784-52.2019.8.06.0167 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar para recolher custas referentes à expedição do mandado solicitado.

ADV: ODECIO SOUSA MARQUES (OAB 3682/CE) - Processo 0037176-72.2011.8.06.0167 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: Alessandra Linhares Dias Andrade e outro - Proceda-se a evolução da classe processual para Cumprimento de Sentença, com a devida retificação no cadastro das partes, se for o caso. Na forma da decisão de pág. 187, Intimem o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º).

ADV: LUCAS EVANGELISTA DE SOUSA NETO (OAB 27099-0/CE) - Processo 0040422-08.2013.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Antonio Manoel Ferreira Damasceno - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar a parte autora para manifestar-se sobre a petição de fls. 366.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0050341-40.2021.8.06.0167 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Diante do exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o pedido de desistência da ação, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, extingo o processo sem julgamento de mérito, nos termos do CPC, art. 485, VIII. Determino o recolhimento de eventual mandado de busca e apreensão que tenho sido expedido, bem como a baixa de eventual gravame que tenha sido registrado no veículo. Custas já recolhidas. Sem honorários, pois não houve sucumbência. Após o trânsito em julgado, expeça-se a respectiva certidão, e, ato contínuo, arquivem-se estes autos com as baixas devidas.

ADV: ANA FLAVIA FERNANDES DE QUEIROZ (OAB 42465/CE), ADV: JOÃO WAGNER DE VASCONCELOS JÚNIOR (OAB 43176/CE), ADV: MICHELLE DA PONTE XIMENES (OAB 39563/CE), ADV: ROSANGELA MARIA DE SOUSA VASCONCELOS (OAB 42189/CE) - Processo 0050571-82.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Denilson Aquino de Souza - REQUERIDO: Contrial Eventos Eireli-me - Diante do acima exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS DA PARTE AUTORA, determinando ao requerido que promova o pagamento das parcelas vencidas (09/01/2021 até 09/01/2022), acrescidas de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, ambos a contar da data de cada vencimento, e que arque com o pagamento das parcelas vincedas, estas apenas na data de seus vencimentos (09/02/2022 e 09/03/2022). Julgo improcedente o pedido de danos morais. Custas e honorários pela parte sucumbente (requerido), estes que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação acima, considerando o zelo profissional e a complexidade do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sobrevindo recurso de apelação contra esta sentença, intime-se a parte adversa para que, em 15 (quinze) dias, apresente contrarrazões e posterior remessa ao E. TJCE. Transitada em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RAFAEL PIMENTEL DE OLIVEIRA MELO (OAB 43203/CE) - Processo 0052020-75.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Dionizio de Mesquita Rodrigues - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Diante do exposto, julgo, por sentença, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTE o pedido. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa a ser suportado pelo autor. Entretanto, por se a parte beneficiária da gratuidade judiciária, resta suspensa a execução. Sem custas. Proceda-se à liberação dos valores depositados a título de honorários periciais em favor do médico perito, mediante alvará, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO RODRIGUEZ FERNANDEZ (OAB 155897/SP), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 35877/DF) - Processo 0052106-46.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Francisco Antonio Teodosio - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Por tais considerações, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão aduzida por FRANCISCO ANTONIO TEODOSIO em face do BANCO HONDA S.A, nos termos do art. 487, I do CPC. Sucumbente, arcará a parte autora com honorários advocatícios, ora fixados em 10% do valor dado à causa, atualizado desde o ajuizamento do feito, em especial pela complexidade da causa, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade deferida. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Transitada em julgado, arquive-se.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0052557-08.2020.8.06.0167 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar para recolher custas referentes à expedição de mandado.

ADV: MANOEL DE CASTRO CARNEIRO NETO (OAB 16086/CE), ADV: DAVID FREITAS PRADO (OAB 41944/CE) - Processo 0053027-39.2020.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moses Haendel Melo Rodrigues - REQUERIDO: Paulo Sousa - Ante o exposto, EXTINGO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGANDO PROCEDENTE a ação condenando a parte ré a emitir nota de retratação sobre a: postagem 04 (página 06 - inferior direito), postagem 03 (página 08 - inferior direito) e postagem 01 (página 12- esquerdo), na mesma página do Facebook em que foram publicadas as postagens com ofensa à honra do autor. Reitero que a nota de retratação deverá ser elaborado pelo próprio requerido, mas deverá constar que o promovido não possui provas de que o autor dissemina notícias falsas (fake news), que não possui fonte de que o deputado autor deve mudar de partido e migrar para o PSL, sigla de Jair Bolsonaro, e que o autor não é favor dos crimes de Temer contra o povo brasileiro. Condeno-o, também, ao pagamento de indenização a título de danos morais sofridos, que fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais), estes com correção monetária pelo INPC a partir desta data, bem como juros de mora de 1% ao mês, desde a data da publicação mais antiga (evento danoso STJ, súmula 54). Custas e honorários pelo réu, estes últimos arbitrados em 10% sobre o valor da condenação. Publique-se. Registre e Intimem-se. Transitada em julgado, se não sobrevier pedido de cumprimento de sentença, arquive-se; se houver tal pedido, intimar para cumprimento, nos termos da lei. Em caso de recurso de apelação, abrir vista à parte adversa para contrarrazões, no prazo de quinze dias e, a seguir, e encaminhar os autos ao E. Tribunal de Justiça.

ADV: LEYLANNE MARA DE ALMEIDA LIMA (OAB 34141/CE), ADV: VICTOR DANIEL AGUIAR FREDERICO (OAB 33841/CE) - Processo 0053202-96.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Fabio Vieira - Intimar o autor para manifestar-se acerca da contestação, no prazo de 15 dias.

ADV: DENIO DE SOUZA ARAGAO (OAB 27990/CE), ADV: DENIS BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 29642/CE), ADV: ABRAAO LINCOLN SOUSA PONTE (OAB 30395/CE), ADV: PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JÚNIOR (OAB 87929/RJ) - Processo 0053903-91.2020.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das Graças do Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander (Brasil) S.a - Diante do exposto, julgo extinto o presente cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do autor, dados bancários à página 185. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades de praxe, arquivem-se os autos.

ADV: HELTON HENRIQUE ALVES MESQUITA (OAB 21260/CE) - Processo 0054287-20.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ana Cláudia Marques dos Santos - Intimar o autor para manifestar-se acerca da contestação, no prazo de 15 dias.

ADV: HELTON HENRIQUE ALVES MESQUITA (OAB 21260/CE) - Processo 0054437-98.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: José Willams Oliveira de Lima - Intimar o autor para manifestar-se acerca da contestação, no prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO GUSTAVO MANIGLIA COSMO (OAB 252140/SP) - Processo 0062933-58.2017.8.06.0167 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Olidef Cz Industria e Comercio de Aparelhos Hospitalares Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar a parte autora acerca do teor da petição de fl. 309/310.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0067317-64.2017.8.06.0167 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Maria Santina Oliveira - O destaque dos honorários contratuais (contrato de pág. 176) será efetivado quando da expedição do alvará judicial, após o depósito da RPV, a qual deverá ser imediatamente expedida, no termos da sentença de pág. 168. Intime(m)-se.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0103569-37.2015.8.06.0167 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Executados procurados às páginas 96/97 e 99/100, mas não foi localizada. Feita busca em banco de dado público (RENAJUD), páginas 109/110, expediu-se os mandados de páginas 119 e 120, mas não foram localizados o acionados, páginas 121 e 123. Intimado o exequente para se

manifestar sobre as certidões do oficial de justiça informando novo endereço (página 127), quedou-se inerte, conforme certidão de decurso de prazo de página 128. Dessa forma, com arrimo na nova redação do art. 921, III, do CPC, suspendo a execução, podendo o feito retomar seu curso, caso o exequente indique a localização da parte devedora e bens. Intime-se.

COMARCA DE SOBRAL - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: SAMUEL OLIVEIRA ALCANTARA (OAB 38350/CE) - Processo 0002621-82.2018.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: Joao Paulo Mendes Gonçalves - Recebidos hoje. Considerando a data final para pagamento da RPV, certificada à pág. 135, intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre o pagamento dos valores executados, requerendo o que entender cabível.

ADV: LOURENÇO GOMES GADELHA DE MOURA (OAB 21233/PE) - Processo 0003424-65.2018.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A - Uma Empresa Santander - Vistos, etc. Tendo em vista a petição de pág. 161, intime-se o executado para pagar o débito, inclusive com eventuais custas recolhidas pelo credor para a fase atual do processo, no prazo de 15 dias úteis, sob pena de multa de 10% e, também, de honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito(CPC, art. 523, § 1º). Advirta-se, ainda, que o pagamento no prazo assinalado isenta da multa e dos honorários advocatícios da atual fase de cumprimento de sentença, ainda que tais verbas já tenham sido eventualmente incluídas no cálculo apresentado pelo exequente, razão pela qual poderão ser descontadas no momento do depósito. Caso ocorra pagamento, intime-se a parte exequente para dizer, no prazo de 05 dias, se dá plena quitação, sendo que seu silêncio importará concluir pela satisfação integral do débito. Efetuado o pagamento parcial, caberá ao credor trazer aos autos planilha discriminada e atualizada do débito, já abatido o valor depositado, acrescida da multa e dos honorários sobre o remanescente(CPC, art. 523, § 2º), ratificando o pedido de penhora. Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado apresente, nos próprios autos, sua impugnação, na forma do artigo 525 do CPC. Certifiquem-se a adequação das informações processuais constantes no sistema em relação à atual fase do feito.

ADV: ANTONIO LOURENÇO TOMAS ARCANJO (OAB 5616/CE), ADV: RAIMUNDO NONATO ARCANJO NETO (OAB 34057/CE) - Processo 0004049-02.2018.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lorena Maria Braga de Sousa - Vistos, etc. Observo que a exequente antes mesmo de qualquer deliberação sobre os embargos de declaração manejados pelo executado já havia renunciado aos valores que sobejavam ao teto da RPV (pág.253). Assim, indiferente o acolhimento (ou não) dos aclaratórios quanto ao recebimento da impugnação ao cumprimento, havendo nítida perda de objeto destes. Pois bem. A execução move-se no interesse do credor (CPC, art. 797). Diante disso, defiro o requerimento de págs.262/263, procedendo a Secretaria à expedição de RPV's (uma em favor da parte autora e outro ao patrono) atentando ao teto desse regime de pagamentos. Expedientes necessários.

ADV: WILMER CYSNE PRADO E VASCONCELOS JUNIOR (OAB 5054/CE) - Processo 0005701-54.2018.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcia Marinho de Sousa - Recebidos hoje. Certifique-se a adequação das informações processuais constantes no sistema em relação à atual fase do feito. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a petição e documentos de págs. 115/120, requerendo o que entender cabível. Fica a parte advertida que seu silêncio será interpretado como reconhecimento de cumprimento da obrigação determinada na sentença, com consequente extinção e arquivamento dos autos.

ADV: ANTONIO DARTAGNAN MACHADO FONTELES (OAB 41779/CE), ADV: JOELENA MENDONÇA PARENTE (OAB 25847/CE), ADV: AURELIO MAGALHAES PONTE (OAB 25665/CE) - Processo 0050272-42.2020.8.06.0167 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Joaquim Aristides Carneiro Vasconcelos - REQUERIDO: Francisco Eliezer Fonteles - INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO: Ficam as partes, por meio de seu(s) advogado(s), devidamente intimadas para comparecerem à audiência de conciliação designada para o dia 07/03/2022, às 09h30min, a se realizar na Sala de Audiência Virtual, por videoconferência via computador ou celular, através da plataforma Microsoft Teams, do Centro de Solução de conflitos e Cidadania (Cejusc) de Sobral. Ficam as partes advertidas de que o comparecimento, acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada poderá caracterizar ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).Orientações de acesso:Segue link de acesso à audiência: https://bit.ly/3AAcZyl .1 Preferencialmente, ingresse na reunião via Aplicativo do Microsoft Teams instalado no Desktop ou Dispositivo Móvel; 2 Ingressar como Convidado (colocar apenas seu nome completo); 3 Aguardar ser admitido na reunião.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE), ADV: MARIA JOSÉ PINHO SOUSA (OAB 30108/CE), ADV: RICHARD SON NOGUEIRA DA COSTA (OAB 42644/CE) - Processo 0054207-90.2020.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Osmar Alves Clemente Filho - REQUERIDO: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO: Ficam as partes, por meio de seu(s) advogado(s), devidamente intimadas para comparecerem à audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2022, às 08h30min, a se realizar na Sala de Audiência Virtual, por videoconferência via computador ou celular, através da plataforma Microsoft Teams, do Centro de Solução de conflitos e Cidadania (Cejusc) de Sobral. Ficam as partes advertidas de que o comparecimento, acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada poderá caracterizar ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).Orientações de acesso:Segue link de acesso à audiência: https://bit.ly/3AAcZyl .1 Preferencialmente, ingresse na reunião via Aplicativo do Microsoft Teams instalado no Desktop ou Dispositivo Móvel; 2 Ingressar como Convidado (colocar apenas seu nome completo); 3 Aguardar ser admitido na reunião.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: FRANCISCO LEITAO DE SENA JUNIOR (OAB 26524/CE) - Processo 0097994-48.2015.8.06.0167 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Aldenor Sombra de Oliveira, e em observância às determinações contidas na Portaria nº 005/2015, bem como no disposto no art. 93, inciso XIV, da CF c/c o art. 203, §4º, do CPC c/c o Provimento nº 02/2021 da CGJ-CE, intime-se a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para ciência do

despacho de pág. 145 (19) proferido nos autos da Carta Precatória nº 0010018-97.2022.8.06.0121, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, promover a juntada nestes e naqueles autos dos comprovantes das custas requeridas.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
(Justiça Gratuita)

Processo nº: **0101863-19.2015.8.06.0167**
Classe: **Monitória**
Assunto: **Nota Promissória**
Requerente: **Jaco Torres Albuquerque**
Requerido: **Elias M H Tabosa-me**
Valor da Causa: **R$ 3.163,04**

O(A) Dr(a). Aldenor Sombra de Oliveira, Juiz(a) de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Sobral/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Jaco Torres Albuquerque, foi proposta uma ação monitória, contra Elias M H Tabosa-me, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente **EDITAL**, através do qual fica CITADO o requerido, **ELIAS M H TABOSA-ME (ELETRO SÚPER +), CNPJ 03.577.580/0001-72,**, por força do despacho de pág. 51 a seguir transcrito: "*Compulsando os autos, verifico que foram realizadas diversas tentativas infrutíferas de localização do requerido Elias M H Tabosa-me (Eletro Super +). Dito isto, por entender legítima a adoção do expediente editalício, na forma solicitada à pág. 48, DEFIRO o pedido de citação do requerido por edital, conforme rito procedimental da ação monitória, para que pague, no prazo de quinze dias, o valor constante da petição inicial (art. 701). Em igual prazo, poderá oferecer embargos, independentemente de prévia segurança do juízo, nos próprios autos da ação monitória (art. 702), sob pena de revelia, caso em que lhe será nomeado curador especial (art. 257, IV, do CPC). Cumpridas as formalidades legais, deverá a secretaria proceder com a expedição do correspondente edital de citação em nome da requerida, fixando-se o prazo de 20 (vinte) dias.*", com a advertência de que, não havendo resposta/embargos, será decretada a revelia, assim como será nomeado Curador Especial. **CUMPRA-SE.** Sobral/CE., em 24 de janeiro de 2022.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(Isento de custas)

Processo nº: **0550014-72.2020.8.06.0167**

Classe: **Ação Civil Pública**
Assunto: **Liminar**
Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Francisco Edmundo do Nascimento**

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, tendo sido determinada a **INTIMAÇÃO** do réu, **Sr. Francisco Edmundo do Nascimento**, acerca da **Sentença** judicial de fls. 82/85, cuja parte dispositiva segue transcrita: *"Ante o exposto, com fulcro nos arts. 304, §1º c/c 485, X, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, ao tempo em que torno estável a tutela antecipada concedida na decisão interlocutória de págs.47/52, a qual a parte requerida já foi devidamente intimada, resguardando a integridade física das substituídas no polo ativo, saúde emocional e sua própria subsistência. Custas pelo demandado. Inviável a condenação em honorários (STJ, EAREsp 962.250/SP, Corte Esp., DJe 21/08/2018) Publique-se. Registre-se. Intimem-se, em especial, a parte ré via edital. Com o trânsito em julgado, cumpram-se as formalidades legais e remetam-se ao arquivo."*

Fica, ainda, intimado, para, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 14º da Lei Estadual n. 15.834/2015, recolher as guias, efetuar e comprovar o pagamento das custas processuais. Advertindo-o(a) de que a não comprovação do pagamento, no prazo acima estipulado, poderá ensejar na inscrição do valor na Dívida Ativa do Estado.
CUMPRA-SE.

Sobral/CE, em 25 de janeiro de 2022. Eu, Marcelo Henrique Alves de Almeida, Técnico Judiciário, matrícula 22615, o digitei. Eu, José Adolfo Soares Leite, Supervisor de Unid. Judiciária., o conferi.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
(Isento de custas)

Processo nº: **0047953-48.2013.8.06.0167**

Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Serviço Autonomo de Agua e Esgoto de Sobral - Saae**

Requerido: **Francisco das Chagas Pereira Junior**
Valor da Causa: **R$ 42.987,38**

O(A) Dr(a). Aldenor Sombra de Oliveira, Juiz(a) de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Sobral/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Serviço Autonomo de Agua e Esgoto de Sobral - SAAE, foi proposta uma ação de execução de obrigação de dar (pagar) e fazer, contra Francisco das Chagas Pereira Junior, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente **EDITAL**, através do qual fica CITADO o Sr. **FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA JUNIOR**, por força da decisão de pág. 159 para, no prazo de 3(três) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantia da mesma (principal, juros, custas e honorários advocatícios)(CPC, art. 829) O executado poderá, no prazo de 15(quinze) dias, contados do decurso do prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital, opor-se à execução por meio de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, arts. 914 e 915). Fica, ainda, ciente o executado de que foi arbitrado honorários advocatícios em 10%(dez por cento) do valor da causa (CPC, art. 827), devendo ficar ciente o executado que, no caso de integral pagamento no prazo de 3(três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, §1º do art. 827). Fica CITADO ainda o executado para apresentar a ata oficial de realização do leilão a respectiva fatura, nos termos da cláusula sétima do contrato apresentado às págs. 13/17, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 30,00 (trinta) reais (CPC, art. 815) e cientificado de que, se não satisfizer a obrigação no prazo designado, além da execução do valor da multa aplicável, sujeitar-se-á a perdas e danos, hipótese em que se converterá em indenização (CPC, art. 816). Por fim, fica advertido que em caso de revelia lhe será nomeado Curador Especial. **CUMPRA-SE.** Sobral/CE., em 26 de janeiro de 2022.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº **0004425-85.2018.8.06.0167**
Classe – Assunto **Execução Fiscal - Dívida Ativa não-tributária**
Exequente **Servico Autonomo de Agua e Esgoto de Sobral-saae Sobral**
Executado **Maria Ramos de Sousa**

Citando(a)(s): **MARIA RAMOS DE SOUSA**

Certidão de Dívida Ativa: nº 68E7.780G.6176.FDCG.76EF.846G.AFEG. Valor do Débito: R$ 2.643,52. Dívida tarifária. Data do Cálculo: 6 de outubro de 2020.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.
Sobral/CE., em 21 de janeiro de 2022.
Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº **0007533-40.2009.8.06.0167**
Classe – Assunto **Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**
Exequente **Municipio de Sobral - Ce**
Executado **Antonia Zenaida de Oliveira Rolim**
Valor da Causa **R$ 5.941,77**

Citando(a)(s): ANTONIA ZENAIDA DE OLIVEIRA ROLIM, CPF 051.201.013-72.

Certidão de Dívida Ativa: nº 224/2009.
Valor do Débito: R$ 428,73. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 13 de julho de 2016.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos

termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 29 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0006058-49.2009.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Municipio de Sobral - Ce**
Executado	**Zacarias Pereira de Lima**
Valor da Causa	**R$ 570,76**

Citando(a)(s): ZACARIAS PEREIRA DE LIMA, CPF 524.379.653-00.

Certidões de Dívida Ativa: nº 5973/2009 e 5974/2009.
Valor do Débito: R$ 570,76. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 10 de agosto de 2009.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 29 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0049161-67.2013.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Municipio de Sobral**
Executado	**Francisca Melo Fernandes**
Valor da Causa	**R$ 681,00**

Citando(a)(s): FRANCISCA MELO FERNANDES, CPF 167.161.753-34.

Certidões de Dívida Ativa: nº 3123/14, 3124/14, 3125/14, 3126/14 e 3127/14.
Valor do Débito: R$ 1.476,43. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 24 de fevereiro de 2014.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 28 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº **0050906-82.2013.8.06.0167**
Classe – Assunto **Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente **Municipio de Sobral - Ce**
Executado **Maria Gracilda de Andrade**
Valor da Causa **R$ 544,01**

Citando(a)(s): **MARIA GRACILDA DE ANDRADE, CPF 092.551.923-53.**

Certidão de Dívida Ativa: nº 9785/14.
Valor do Débito: R$ 363,28. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 24 de fevereiro de 2014.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 29 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº **0054233-98.2014.8.06.0167**
Classe – Assunto **Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente **Estado do Ceara**
Exequido **José Wilson Cosme de Carvalho e outros**
Valor da Causa **R$ 8.223,10**

Citando(a)(s): GRAFITTE MOVEIS LTDA, CNPJ 03.734.601/0027-55.

Certidão de Dívida Ativa: nº 2009.08256-7.
Valor do Débito: R$ 12.658,15. Dívida de ICMS.
Data do Cálculo: 15 de abril de 2021.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 29 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº **0096952-61.2015.8.06.0167**
Classe – Assunto **Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente **Estado do Ceara**
Executado **Maria Angelina Fernandes e outro**
Valor da Causa **R$ 6.190,11**

Citando(a)(s): MARIA ANGELINA FERNANDES, CPF 733.028.803-91 e MARIA ANGELINA FERNANDES MICROEMPRESA, CNPJ 01.207.723/0001-29.

Certidão de Dívida Ativa: nº 2010.08124-2.
Valor do Débito: R$ 8.355,63. Dívida de Multa.
Data do Cálculo: 28 de abril de 2021.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 29 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0066926-12.2017.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Fazenda Publica Estadual**
Executado	**e Araujo Alves Me e outro**
Valor da Causa	**R$ 18.388,40**

Citando(a)(s): ELIANE ARAUJO ALVES, CPF 962.190.253-34 e E ARAUJO ALVES ME, CNPJ 10.203.831/0001-14.

Certidões de Dívida Ativa: nº 2016.03190-5 e 2015.14815-9.
Valor do Débito: R$ 22.554,95. Dívida de Multa.
Data do Cálculo: 11 de agosto de 2020.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 28 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0048910-49.2013.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Municipio de Sobral - Ce**
Exequido	**Francisco Figueiredo de Paula Pessoa**
Valor da Causa	**R$ 1.700,55**

Citando(a)(s): FRANCISCO FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA, CPF 002.997.583-20.

Certidão de Dívida Ativa: nº 4066/14.
Valor do Débito: R$ 4.881,58. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 28 de maio de 2015.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 30 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0048950-31.2013.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**
Exequente	**Municipio de Sobral**
Executado	**Francisco Arruda Carneiro**
Valor da Causa	**R$ 585,58**

Citando(a)(s): FRANCISCO ARRUDA CARNEIRO, CPF 006.371.223-72.

Certidão de Dívida Ativa: nº 3378/14. Valor do Débito: R$ 1.414,79. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 24 de fevereiro de 2014.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 18 de outubro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0050070-12.2013.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Municipio de Sobral - Ce**
Executado	**Tarcisio Linhares**
Valor da Causa	**R$ 658,39**

Citando(a)(s): **TARCISIO LINHARES**

Certidão de Dívida Ativa: nº 12363/14. Valor do Débito: R$ 268,18. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 05 de setembro de 2014.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 18 de outubro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0104181-72.2015.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Municipio de Sobral - Ce**
Executado	**Jose Aragao de Meneses**
Valor da Causa	**R$ 1.618,96**

Citando(a)(s): JOSE ARAGAO DE MENESES, CPF 071.131.533-72.

Certidões de Dívida Ativa: nº 2378/15, 2379/15, 2380/15, 9633/15, 9634/15, 9635/15, 9636/15 e 9637/15.
Valor do Débito: R$ 1.618,96. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 14 de setembro de 2015.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 01 de outubro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0107979-41.2015.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Municipio de Sobral - Ce**
Executado	**Maria Arisete Aragao Chagas**
Valor da Causa	**R$ 1.765,50**

Citando(a)(s): MARIA ARISETE ARAGAO CHAGAS, CPF 115.559.043-00.

Certidões de Dívida Ativa: nº 5733/15, 5734/15, 5735/15, 13015/15, 13016/15 e 13017/15. Valor do Débito: R$ 1.765,50. Dívida de IPTU.
Data do Cálculo: 14 de setembro de 2015.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 30 de setembro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0073218-47.2016.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa**
Exequente	**Estado do Ceará**
Executado	**Vicente Marcilio Mesquita Timbo**
Valor da Causa	**R$ 11.685,13**

Citando(a)(s): VICENTE MARCILIO MESQUITA TIMBO, CPF 105.025.803-72.

Certidão de Dívida Ativa: nº 2011.65856-0.
Valor do Débito: R$ 11.685,13. Dívida de IPVA.
Data do Cálculo: 18 de dezembro de 2019.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Sobral/CE., em 01 de outubro de 2021.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
(Isento de custas)

Processo nº	**0004963-57.2004.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal)**
Exequente	**Municipio de Sobral - Ce**
Exequido	**Francisco Figueiredo de Paula Pessoa (espolio)**
Valor da Causa	**R$ 977,50**

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA INTIMADO o Executado, **Francisco Figueiredo de Paula Pessoa (espolio)** para querendo, OFERECER CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO, no prazo legal (CPC/15, art.1.010,§º). **CUMPRA-SE.** Sobral/CE., em 25 de novembro de 2021.

Joyce Sampaio Bezerril Fontenelle
Juíza de Direito

Digitado por: **Marianna Collyer Cals Theophilo**, Técnica Judiciária
Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior - NUPACI

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
(isento de custas)

Processo nº	**0106194-44.2015.8.06.0167**
Classe – Assunto	**Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal)**
Exequente	**Municipio de Sobral - Ce**
Executado	**Pedro Ferreira Duarte**
Valor da Causa	**R$ 522,20**

Citando(a)(s): PEDRO FERREIRA DUARTE, CPF 187.413.713-72.

Certidão(ões) de Dívida Ativa: nº 6591/15, 6592/15, 13916/15 e 13917/15. Valor do Débito: R$ 522,20. Dívida de IPTU. Data do Cálculo: 14 de setembro de 2015.

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias.
Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei. Sobral/CE., em 25 de novembro de 2021.Joyce Sampaio Fontenelle Durval Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO 3ª Vara Cível da Comarca de Sobral
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo n°: 0002172-27.2018.8.06.0167
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Comercial
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S.a
Executado: Denilo Alves Paiva Eireli Me e outros
Valor da Causa: R$ 88.247,38

O(A) Dr(a). Aldenor Sombra de Oliveira, Juiz(a) de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Sobral/CE, por nomeação legal, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Banco do Nordeste do Brasil S.a, foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial, contra Denilo Alves Paiva Eireli Me, Denilo Alves Paiva e Eliane Sousa Rodrigues, o quais se encontram em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente **EDITAL**, através do qual ficam **CITADO** o executados **DENILO ALVES PAIVA EIRELI ME**, **DENILO ALVES PAIVA** e **ELIANE SOUSA**

RODRIGUES, por força da decisão de págs. 109/110, acerca do conteúdo da petição inicial e dos despachos de páginas 48/49, 87 e decisão de págs. 109/110, para, no prazo de 3(três) dias, pagar(rem) a dívida, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantia da mesma (CPC, art. 829). Ficam, ainda, advertidos de que transcorrido o prazo do edital e não sendo efetuado o pagamento espontâneo pelos devedores, o arresto será convertido em penhora, conforme art. 830, §3°, do CPC, bem como que será nomeado curador especial em caso de revelia. **CUMPRA-SE.** Sobral/CE., em 12 de janeiro de 2022.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 3ª Vara Cível da Comarca de Sobral
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo n°: 0065660-87.2017.8.06.0167
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão / Resolução
Requerente: Ana Jacqueline Fonteles Ximenes
Requerido: AC Condomínios e Incorporações Ltda e outros
Valor da Causa: R$ 200.000,00

O(A) Dr(a). Aldenor Sombra de Oliveira, Juiz(a) de Direito 3ª Vara Cível da Comarca de Sobral/CE, por nomeação legal, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Ana Jacqueline Fonteles Ximenes, foi proposta uma ação de resolução contratual e perdas e danos, contra **Jep Empreendimentos Imobiliarios Ltda**, representada por seu administrador João Evangelista da Ponte, **AC Condomínios e Incorporações Ltda** e seus sócios Flávio Urquizah Vidal e Carvalho Monteiro. O requerido **AC Condomínios e Incorporações Ltda** se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente **EDITAL**, através do qual fica **CITADO** o Sr. Representante legal da, **AC CONDOMÍNIOS E INCORPORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 01.591.073/0001-68,** por força do despacho de pág. 336, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. **CUMPRA-SE.** Sobral/CE., em 25 de janeiro de 2022.

Aldenor Sombra de Oliveira
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: THIAGO ALVES SOBREIRA (OAB 30102/CE), ADV: DAIANE CRISTINA NUNES LIRA (OAB 35827/CE), ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0053447-10.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - DPVAT - REQUERENTE: Roberto Junior de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT em que há necessidade de realização de prova pericial para apuração do grau de invalidez sofrido pela parte autora, fundamental para a resolução da presente ação, em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (STJ Súmula 474). Diante do exposto, com fundamento no art. 370, do CPC, determino a inclusão deste feito em pauta do Mutirão de Perícias DPVAT, realizados de praxe no âmbito desta unidade jurisdicional. A parte autora deverá comparecer ao ato munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez decorrente do acidente automobilístico Promovam-se as intimações e demais expedientes necessários.

ADV: MARCIO BRUNO ARAUJO E SILVA (OAB 24786/CE), ADV: TALES DIEGO DE MENEZES (OAB 26483/CE) - Processo 0055217-82.2014.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joao da Costa Fernandes - Recebidos hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o retorno do AR de pág. 265, requerendo o que entender cabível. Expedientes necessários.

ADV: ANASTACIO GOMES PARENTE JUNIOR (OAB 23871/CE), ADV: JOAO PAULLO FURTADO CARNEIRO (OAB 31688/CE), ADV: ANASTÁCIO GOMES PARENTE JUNIOR (OAB 23871-O/CE), ADV: JOÃO PAULLO FURTADO CARNEIRO (OAB 31688-A/CE) - Processo 0101907-38.2015.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Antonia Rodrigues Silva Lima - Diante da manifestação de concordância dos envolvidos no feito executivo, homologo os cálculos apresentados, pondo fim a esta fase do procedimento. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sem custas, nem honorários. Proceda a expedição do competente precatório em favor da parte exequente, haja vista o valor da obrigação principal(R$ 145.130,73), além da expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), quanto aos honorários sucumbenciais(R$ 14.513,07), observando o disposto na Resolução do Órgão Especial nº 29/2020, de 17/12/2020. Desnecessária atualização prevista no art.13 da mencionada Resolução em vista da atualidade dos cálculos (art. 13, §1º). Ressalte-se no requisitório que compete ao devedor/executado proceder com o cálculo e retenção do imposto de renda e da contribuição previdenciária, depositando em juízo apenas o valor líquido devido, conforme prevê o §2º do art. 24 da Resolução n.º 29/2020 deste TJCE. Cumpram-se as demais disposições das Res. Nº 29/2020-TJCE. Expedientes necessários.

COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: FERNANDA CAVALCANTE DE MELO (OAB 20981/CE) - Processo 0053350-44.2020.8.06.0167 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Francisco Paulo da Silva e outro - Seguindo as orientações da

Resolução nº 314 do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria nº 640/2020, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (DJ 24/04/2020) e Provimento nº 10/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará e ainda, considerando que este processo envolve urgência, eis que há réu preso, designo a audiência de Instrução e Julgamento para 02/02/2022 às 08:30h, a ser realizada por meio de videoconferência através da Plataforma MICROSOFT TEAMS, na Sala de Audiências Virtual da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral. Intimem-se, com a advertência da necessidade de baixar o referido aplicativo para poder participar da audiência, mediante utilização de link, conforme as instruções contidas ao final deste ato ordinatório. Caso qualquer das partes não aceite a realização do ato por videoconferência, deverá comunicá-lo justificadamente, com antecedência. Fica facultado à defesa, em tendo sido arroladas testemunhas em sede de defesa prévia, conduzi-las ao ato, independentemente de intimação. Sobral/CE, 26 de janeiro de 2022. Tamires De Azevedo Aragão Supervisora de Unid Judiciária ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/1b2333 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULARACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em “PARTICIPAR DA REUNIÃO”; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo; CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após comando do magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ); As testemunhas ficarão incomunicáveis, aguardando no “Lobby”, sendo admitida a sala uma por vez. Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail sobral.1criminal@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business¹ (88) 3614-3890, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 15h, ou através do Balcão Virtual² pelo seguinte link: https://vdc.tjce.jus.br/1VARACRIMINALDACOMARCADESOBRAL CASO TENHA DIFICULDADE COM O LINK, APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QRCODE ACIMA PARA ENTRAR NA SALA DE AUDIÊNCIA

COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOYCE SAMPAIO BEZERRIL FONTENELLE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FELIPE JOSÉ PREVOST MONTENEGRO SANTIAGO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: GUILHERME DE MIRANDA E SILVA (OAB 26916/CE) - Processo 0009549-15.2019.8.06.0167 - Inquérito Policial - Furto - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - AUTUADO: Rafael de Sousa Santos - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 15 de fevereiro de 2022, às 13:15h a ser realizada mediante videoconferência, pela plataforma MICROSOFT TEAMS, cujas instruções seguem adiante. O referido é verdade. Dou fé. Sobral/CE, 26 de janeiro de 2022. Felipe José Prevost Montenegro Santiago Supervisor de Unidade Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOYCE SAMPAIO BEZERRIL FONTENELLE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FELIPE JOSÉ PREVOST MONTENEGRO SANTIAGO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2022

ADV: FRANCISCO ROBERTO FELIX RODRIGUES (OAB 17692/CE) - Processo 0007800-60.2019.8.06.0167 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTUADO: Francisco Lucas Bezerra Caetano - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16 de fevereiro de 2022, às 08:30h a ser realizada mediante videoconferência, pela plataforma MICROSOFT TEAMS, cujas instruções seguem adiante. O referido é verdade. Dou fé. Sobral/CE, 26 de janeiro de 2022. Felipe José Prevost Montenegro Santiago Supervisor de Unidade Judiciária.

COMARCA DE SOBRAL - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL

JUIZ(A) DE DIREITO JOYCE SAMPAIO BEZERRIL FONTENELLE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARDÔNIO RIBEIRO DE MELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: FELIPE CHRYSTIAN PAIVA FERREIRA (OAB 32640/CE) - Processo 0050129-63.2014.8.06.0167 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Paulo Ricardo de Mesquita Monte - Fica Vossa Senhoria devidamente intimada acerca da audiência de instrução e julgamento designada para o DIA 15 DE MARÇO DE 2022, ÀS 08:30 HORAS, a ser realizada mediante videoconferência, na Sala de Audiências Virtuais da 3ª Vara Criminal de Sobral, cujas orientações para acesso à sala seguem adiante. Fica intimado., ainda, para fornecer, em tempo hábil, contato telefônico de todas as testemunhas arroladas na reposta à acusação, de sorte a viabilização as comunicações no ato da audiência. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: LINK 1: https://link.tjce.jus.br/c27b1b OU LINK 2: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODJhY2Q2NWUtMzVjNS00ODAxLWFlYzAtMTEzZTFkZjZjMzc2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227385aa7f-655b-4bca-934d-0f9bbec6be6c%22%7d OU QR CODE: Seguindo as orientações da Resolução nº 314 do Conselho Nacional e Justiça CNJ e conforme Portaria nº 540/2020 do Tribunal de justiça do Estado do Ceará (DJ 24/04/2020), a presente audiências ocorrerá através de videoconferência, na sala de Audiências Virtual da 3ª Vara Criminal da MICROSOFT, tudo com o escopo de evitar a proliferação da COVID-19. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: DICAS IMPORTANTES: 1.Priorize a utilização de computador tipo desktop ou leptop com câmera e microfone (celulares somente em último caso). 2.Caso seja o celular a única opção disponível, utilize-o na posição horizontal (deitado), apoiado em alguma base para estabilizar melhor a imagem; 3.Escolha ambientes neutros, com um fundo sem muitos objetos; 4.Evite posicionar-se em local onde haja feixe de luz contra a câmera (ideal que a fonte de iluminação esteja à frente ou ao lado do seu rosto. 5.Busque um enquadramento que deixe seu rosto, os ombros e a parte superior do peito visíveis (deixar a câmera posicionada na altura dos olhos) 6.Feche portas e janelas para evitar ruídos e desligue aparelhos que emitam sons. 7.Para garantir melhor qualidade da transmissão, é recomendado utilizar fones de ouvido que tenham microfone, como os de aparelhos celulares 8.Mesmo sem estar com a palavra durante a sessão, seu áudio e imagem podem estar sendo capturados (por isso evite que imagens e sons indesejáveis vazem durante a transmissão). 9.Desabilite seu microfone quando não estiver falando; 10.Se for preciso ausentar-se durante alguns instantes, faça o desligamento da câmera; 11.Use vestimentas adequadas e atente-se aos ritos da sessão para evitar constrangimentos e manter a qualidade das transmissões Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da audiência para realização de testes, através do e-mail sobral.3criminal@tjce.jus.br ou através do tel 88 3614 4609.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOYCE SAMPAIO BEZERRIL FONTENELLE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARDÔNIO RIBEIRO DE MELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2022

ADV: RAFAEL PEREIRA PONTE (OAB 21510/CE), ADV: JOSÉ ALMIR GOMES DOS SANTOS JUNIOR (OAB 40565/CE) - Processo 0054267-73.2014.8.06.0167 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Esdras Araujo Lopes - Fica Vossa Senhoria devidamente intimada acerca da audiência de instrução e julgamento designada para o DIA 15 DE MARÇO DE 2022, ÀS 10:30 HORAS, a ser realizada mediante videoconferência, na Sala de Audiências Virtuais da 3ª Vara Criminal de Sobral, cujas orientações para acesso à sala seguem adiante. Fica intimado., ainda, para fornecer, em tempo hábil, contato telefônico de todas as testemunhas arroladas na reposta à acusação, de sorte a viabilização as comunicações no ato da audiência. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: LINK 1: https://link.tjce.jus.br/bced87 OU LINK 2: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGVkZWUzOTUtZWJhYS00MmI1LWE3OTYtZGIxZGU3YmI0NGUw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227385aa7f-655b-4bca-934d-0f9bbec6be6c%22%7d OU QR CODE: Seguindo as orientações da Resolução nº 314 do Conselho Nacional e Justiça CNJ e conforme Portaria nº 540/2020 do Tribunal de justiça do Estado do Ceará (DJ 24/04/2020), a presente audiências ocorrerá através de videoconferência, na sala de Audiências Virtual da 3ª Vara Criminal da MICROSOFT, tudo com o escopo de evitar a proliferação da COVID-19. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: DICAS IMPORTANTES: 1.Priorize a utilização de computador tipo desktop ou leptop com câmera e microfone (celulares somente em último caso). 2.Caso seja o celular a única opção disponível, utilize-o na posição horizontal (deitado), apoiado em alguma base para estabilizar melhor a imagem; 3.Escolha ambientes neutros, com um fundo sem muitos objetos; 4.Evite posicionar-se em local onde haja feixe de luz contra a câmera (ideal que a fonte de iluminação esteja à frente ou ao lado do seu rosto. 5.Busque um enquadramento que deixe seu rosto, os ombros e a parte superior do peito visíveis (deixar a câmera posicionada na altura dos olhos) 6.Feche portas e janelas para evitar ruídos e desligue aparelhos que emitam sons. 7.Para garantir melhor qualidade da transmissão, é recomendado utilizar fones de ouvido que tenham microfone, como os de aparelhos celulares 8.Mesmo sem estar com a palavra durante a sessão, seu áudio e imagem podem estar sendo capturados (por isso evite que imagens e sons indesejáveis vazem durante a transmissão). 9.Desabilite seu microfone quando não estiver falando; 10.Se for preciso ausentar-se durante alguns instantes, faça o desligamento da câmera; 11.Use vestimentas adequadas e atente-se aos ritos da sessão para evitar constrangimentos e manter a qualidade das transmissões Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da audiência para realização de testes, através do e-mail sobral.3criminal@tjce.jus.br ou através do tel 88 3614 4609.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOYCE SAMPAIO BEZERRIL FONTENELLE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARDÔNIO RIBEIRO DE MELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2022

ADV: ENVER CAVALCANTE DE SOUSA FERREIRA (OAB 26315/CE) - Processo 0046189-61.2012.8.06.0167 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: F.R.M.P.J. - Fica Vossa Senhoria devidamente intimada acerca da audiência de instrução e julgamento designada para o DIA 08 DE MARÇO DE 2022, ÀS 10 HORAS, a ser realizada na modalidade SEMI-PRESENCIAL (VÍTIMA) E POR VIDEOCONFERÊNCIA (ACUSADO), na Sala de Audiências Virtuais da 3ª Vara Criminal de Sobral, cujas orientações para acesso à sala seguem adiante. Fica intimado., ainda, para fornecer, em tempo hábil, contato

telefônico de todas as testemunhas arroladas na reposta à acusação, de sorte a viabilização as comunicações no ato da audiência. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Link 1 https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mjc1NjMxMTAtMmQ0Ny00MTQwLWE5YmItYjgxYzVhMTcxOTYw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227385aa7f-655b-4bca-934d-0f9bbec6be6c%22%7d ou Link 2: https://link.tjce.jus.br/de47ba ou Seguindo as orientações da Resolução nº 314 do Conselho Nacional e Justiça CNJ e conforme Portaria nº 540/2020 do Tribunal de justiça do Estado do Ceará (DJ 24/04/2020), a presente audiências ocorrerá através de videoconferência, na sala de Audiências Virtual da 3ª Vara Criminal da MICROSOFT, tudo com o escopo de evitar a proliferação da COVID-19. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: DICAS IMPORTANTES: 1.Priorize a utilização de computador tipo desktop ou leptop com câmera e microfone (celulares somente em último caso). 2.Caso seja o celular a única opção disponível, utilize-o na posição horizontal (deitado), apoiado em alguma base para estabilizar melhor a imagem; 3.Escolha ambientes neutros, com um fundo sem muitos objetos; 4.Evite posicionar-se em local onde haja feixe de luz contra a câmera (ideal que a fonte de iluminação esteja à frente ou ao lado do seu rosto. 5.Busque um enquadramento que deixe seu rosto, os ombros e a parte superior do peito visíveis (deixar a câmera posicionada na altura dos olhos) 6.Feche portas e janelas para evitar ruídos e desligue aparelhos que emitam sons. 7.Para garantir melhor qualidade da transmissão, é recomendado utilizar fones de ouvido que tenham microfone, como os de aparelhos celulares 8.Mesmo sem estar com a palavra durante a sessão, seu áudio e imagem podem estar sendo capturados (por isso evite que imagens e sons indesejáveis vazem durante a transmissão). 9.Desabilite seu microfone quando não estiver falando; 10.Se for preciso ausentar-se durante alguns instantes, faça o desligamento da câmera; 11.Use vestimentas adequadas e atente-se aos ritos da sessão para evitar constrangimentos e manter a qualidade das transmissões Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da audiência para realização de testes, através do e-mail sobral.3criminal@tjce.jus.br ou através do tel 88 3614 4609.

COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: DAMIAO SOARES TENORIO (OAB 26614/CE) - Processo 0003311-39.2003.8.06.0167 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jose Ximenes de Albuquerque e outros - Visando delimitar o patrimônio do inventariado, renove-se a carta precatória de página 677 consoante já determinado à página 684 e intime-se o inventariante dativo para pagamento das custas de expedição da mesma uma vez que foram recolhidas custas processuais quando da distribuição do feito (página 09/10).

ADV: SEPHORA TAMILLYS SOUSA ARAÚJO (OAB 43562/CE) - Processo 0008072-54.2019.8.06.0167 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.P.M. - Defiro a oitiva das testemunhas arroladas pela parte promovida, as quais não poderão ser substituídas, salvo nas hipóteses do art.451 do NCPC: Art. 451. Depois de apresentado o rol de que tratam os § 4º e 5º do art. 357, a parte só pode substituir a testemunha: I - que falecer; II - que, por enfermidade, não estiver em condições de depor; III - que, tendo mudado de residência ou de local de trabalho, não for encontrada Outrossim, incumbe ao advogado da parte promovida informar ou intimar a testemunha arrolada para depor nos termos do art.455 do Diploma supra mencionado: Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. § 1º A intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento. Com relação ao pedido de juntada de documento novo, intime-se a parte adversa para, querendo, se manifestar em quinze dias. Declaro a preclusão em desfavor da parte autora, a qual, intimada, não especificou provas a serem produzidas. Designe-se data para audiência de instrução.

ADV: RAISSA CARLY FERNANDES MACEDO OSTERNO (OAB 25761/CE), ADV: SEPHORA TAMILLYS SOUSA ARAÚJO (OAB 43562/CE), ADV: ARTUR KENNEDY ARAGAO PAIVA (OAB 27626/CE) - Processo 0008072-54.2019.8.06.0167 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.P.M. - REQUERIDO: A.M. - De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, e nos termos do Provimento 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça: INTIMAR partes, representantes e testemunhas arroladas acerca da audiência de INSTRUÇÃO designada para o dia 26/04/2022 às 09h30, a ser realizada por videoconferência. Link de acesso para a audiência: https://link.tjce.jus.br/5c34b7 Expedientes necessários.

ADV: LUIS ANTUNES MARTINS NETO (OAB 32325/CE) - Processo 0010934-95.2019.8.06.0167 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edilson Moura de Sá - O sistema registral brasileiro, até 31 de dezembro de 1975, era disciplinado pelo Decreto n° 4.857/39, o qual determinava que no Registro de Imóveis praticar-se-iam os atos de Inscrição, Transcrição e Averbação, conforme art. 178 do referido Decreto. Em 1º de janeiro de 1976 entrou em vigor a Lei nº 6.015/73, atual Lei dos Registros Públicos, revogando o Decreto n° 4.857/39 e definindo que no Registro de Imóveis, além da matrícula, serão realizados os atos de Averbação e de Registro, conforme Art. 167 da referida Lei. Tal providência, portanto, incumbe à parte interessada mediante procedimento administrativo junto ao cartório. Assim, INTIME-SE a inventariante, por seu patrono, para que junte matrícula atualizada deste, nos termos do art. 167 da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), a fim de viabilizar a partilha da propriedade do(s) imóvel(is) inventariado(s), para tanto devendo adotar os procedimentos administrativos junto ao cartório de registro de imóveis respectivo, o que deverá ser feito no prazo de 15 dias.

ADV: FRANCISCO WELLINGTON ALVES VASCONCELOS (OAB 4738/CE), ADV: ALVARO ALFREDO CAVALCANTE NETO (OAB 24880/CE), ADV: FRANCISCO LUCAS MONTE CELESTINO (OAB 43331/CE), ADV: VIRNA MARIA FERNANDES MAGALHÃES DE LIMA (OAB 43621/CE) - Processo 0051916-83.2021.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: V.S.C. - REQUERIDO: F.C.E. - De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, e nos termos do Provimento 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça: INTIMAR partes, representantes e testemunhas arroladas acerca da audiência de INSTRUÇÃO designada para o dia 26/04/2022 às 08h15, a ser realizada por videoconferência. Link de acesso para a audiência: https://link.tjce.jus.br/5c34b7 Expedientes necessários.

ADV: ALVARO ALFREDO CAVALCANTE NETO (OAB 24880/CE) - Processo 0052193-02.2021.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.E.R.N. - De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, e nos termos do Provimento 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça: INTIMAR partes e representantes acerca da audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 11/04/2022 às 09h30, a ser realizada por videoconferência. Link de acesso para a audiência: https://link.tjce.jus.br/5c34b7 Expedientes necessários.

ADV: ANA MARIA FORTE ESCORCIO (OAB 32143/CE), ADV: JOSÉ MAURO DE MELO ESCÓRCIO (OAB 13687/CE), ADV: JOSÉ JUDÁ CARNEIRO FILHO (OAB 29098/CE) - Processo 0052663-33.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: T.A.S.L. - REQUERIDO: C.S.G. - De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, e nos termos do Provimento 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça: INTIMAR partes e representantes acerca da audiência de INSTRUÇÃO designada para o dia 27/04/2022 às 08h15, a ser realizada por videoconferência. Link de acesso para a audiência: https://link.tjce.jus.br/5c34b7 Expedientes necessários.

ADV: RAIMUNDO NONATO DE ARRUDA (OAB 14732B/CE) - Processo 0054018-15.2020.8.06.0167 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessão - REQUERENTE: Roberto da Costa Moura e outros - Intime-se a parte autora, na pessoa do seu advogado, para, no prazo de 05 dias, informar os números das contas bancária para fins de depósitos dos valores especificados na sentença de páginas 88/90.

ADV: MARCEL MELO GOMES (OAB 31698/CE) - Processo 0056792-81.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.I.P.A.M. e outro - Intimem-se os requerentes para que emendem a inicial devendo retificar o valor da causa, nos termos do art. 292, IV do CPC, além de complementar o recolhimento das custas processuais, o que deverá ser feito no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento. À Secretaria de Vara para providências.

ADV: ROMULO LINHARES FERREIRA GOMES (OAB 17508/CE), ADV: RENATA HOLANDA DE AZEVEDO (OAB 27356/CE), ADV: IGOR VASCONCELOS CANUTO (OAB 38463/CE) - Processo 0057121-93.2021.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: E.S.P.M. e outros - De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, e nos termos do Provimento 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça: INTIMAR partes e representantes acerca da audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 20/04//2022 às 08h15, a ser realizada por videoconferência. Link de acesso para a audiência: https://link.tjce.jus.br/5c34b7 Expedientes necessários.

ADV: HOZANAN LINHARES GOMES (OAB 18981/CE) - Processo 0200361-09.2022.8.06.0167 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento - REQUERENTE: Luis Afranio do Nascimento - Defiro a gratuidade. Intime-se o autor para que emende a inicial devendo juntar declaração, com firma reconhecida e sob as penas da lei, indicando todos os herdeiros de TERESA MARIA DE SOUSA NASCIMENTO, informando se a falecida deixou ou não outros herdeiros ou outros bens a serem inventariados, o que deverá ser feito no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento. No mesmo prazo e sob igual pena deverá ainda juntar declaração de anuência e cópia dos documentos dos herdeiros que indicar. Por fim, considerando que a falecida sra. TERESA MARIA DE SOUSA NASCIMENTO era casada com MANOEL LUIS DO NASCIMENTO, deverá o requerente igualmente juntar declaração de anuência do viúvo quanto ao presente pedido de alvará judicial, bem como documentos pessoais deste. À Secretaria de Vara para providências.

ADV: PAULO CAIO MEDEIROS DE MELO (OAB 40860/CE) - Processo 0200395-81.2022.8.06.0167 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Aparecida Lidiane Cavalcante Amaro - Defiro a gratuidade. Intime-se a parte autora para que declare, sob as penas da lei, se a falecida deixou ou não outros herdeiros, o que deverá ser feito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. No mesmo prazo e sob igual pena deverá ainda juntar cópia legível dos documentos de págs. 16. Uma vez cumpridas as determinações supra, oficie-se ao INSS para que informe acerca da existência de dependentes da falecida habilitados perante referida autarquia. Oficie-se ao Banco do Brasil para que informe acerca da existência de valores retidos em nome de Sra. FRANCISCA MENDES CAVALCANTE (a mesma Francisca Cavalcante Amaro), CPF nº 088.532.313-00, referentes a PASEP, fazendo-se constar do expediente a qualificação do de cujus constante dos autos. À Secretaria de Vara para providências.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: ROMULO LINHARES FERREIRA GOMES (OAB 17508/CE), ADV: RENATA HOLANDA DE AZEVEDO (OAB 27356-A/CE), ADV: IGOR VASCONCELOS CANUTO (OAB 38463/CE), ADV: MANOELLA ARAUJO E SILVA (OAB 40258/CE) - Processo 0067135-78.2017.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: M.E.C.V. e outros - Intime-se a parte exequente para indicar bens passíveis de penhora ou promover o que entender pertinente em dez dias.

ADV: MARIA DE FATIMA ROCHA TORRES (OAB 3808/CE), ADV: JOSE DOMINGUES FERREIRA DA PONTE NETO (OAB 9771/CE), ADV: RAFAEL FURTADO BRITO DA PONTE (OAB 38478/CE) - Processo 0070025-24.2016.8.06.0167 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edvar Ponte Vasconcelos e outro -

ADV: JOSE CRISOSTOMO BARROSO IBIAPINA (OAB 27041/CE) - Processo 0200132-59.2022.8.06.0293 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: A.P.L.S. - Trata-se de pedido de AÇÃO CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO DE MENOR movida por ANA PAULA DE LIRA SOUSA em face de FRANCISCO MARCOS DE SOUSA FERREIRA, em favor da menor ANA GABRIELLY SOUZA FERREIRA. Conforme consta da decisão interlocutória de págs. 23/26, proferida em sede de Plantão Judiciário do 14º Núcleo Regional em 03 de janeiro de 2022: “Alega a requerente que teve uma união estável com o requerido, tendo advindo desta união a filha Ana Gabrielly, menor, hoje com apenas 09 anos de idade. Diz que esse relacionamento acabou tendo a filha ficado em poder da mãe, residindo no Distrito de Aracatiaçu nessa municipalidade, enquanto o requerido foi morar na sede do município onde constituiu outra família. Menciona que desde a separação o requerido ficou a vigiar a requerente, impedindo-a de ter um novo relacionamento, tendo chegado a colocar pessoas para vigiá-la. Aponta que ao tomar conhecimento que Ana Paula estaria saindo do Distrito, o requerido acionou a polícia militar para evitar tal mudança, informando que a mesma sofria de transtornos psiquiátricos e estaria fugindo com sua filha para Fortaleza. Alega que os policiais a abordaram junto com sua filha e a levaram para a delegacia, sendo feito boletim de ocorrência. Menciona que o Conselheiro Tutelar Adail Alves, sem nenhuma explicação, simplesmente pegou a criança e entregou ao pai, ora requerido. Diz que desde o dia 03 de dezembro de 2021 a menor Gabrielly se encontra afastada do convívio com a mãe, sem nenhuma justificativa plausível. A requerida postula a concessão de liminar para busca e apreensão da menor que se encontra com o pai.” Ocorre que, por não se tratar de matéria de plantão judicial, nos termos do art. 3º, III, da Resolução do Órgão Especial n. 10/2013 TJCE, o Juiz Plantonista deixou de conhecer do pedido, encaminhando os autos para distribuição ao juízo natural. Tendo sido distribuído por sorteio para esta 1ª Vara de Família e Sucessões em 07 de janeiro de 2022 (informação do sistema SAJ), os autos seguiram com vistas ao representante do Ministério Público acerca do pedido liminar, tendo este se manifestado às págs. 36/38. Com vistas, o representante do Ministério Público apresentou parecer pelo indeferimento do pedido liminar de busca e apreensão da menor ANA GABRIELLY SOUZA FERREIRA, asseverando, que: “Em compulsa aos autos, verifica-se que a requerente não comprovou possuir a guarda unilateral formal da filha. Dessa forma, o pai é igualmente detentor da guarda e do poder familiar, como determina o art. 1.634 do Código Civil, e recebeu a filha mediante termo de entrega e responsabilidade do Conselho Tutelar (fl. 17). Portanto, como consta no parecer acostado às fls. 30/33, a busca e apreensão liminar pode não

atender aos interesses da menor, pois suprime o contraditório e a apreciação judicial dos argumentos de ambas as partes sobre o melhor local para a manutenção da criança." Fundamenta seu parecer portanto na ausência de guarda unilateral e no termo de entrega e responsabilidade do Conselho Tutelar que, agindo no uso de suas atribuições e avaliando o caso concreto, entendeu que a criança se encontrava em situação de risco, adotando a medida de proteção cabível de entregá-la ao genitor. Ressalte-se que consta no Boletim de Ocorrência que a requerente estava às margens da BR-222, junto com sua filha, pedindo carona para ir para a cidade de Fortaleza/CE, conforme se verifica às fls. 16, fato narrado pelo Policial Militar Antonio Marcondes Fortuna Carvalho. A doutrina da proteção integral assegura não só os direitos fundamentais conferidos a todas as pessoas, mas também aqueles que atentam às especificidades da infância e da adolescência. A norma constitucional da prioridade absoluta dos direitos e melhor interesse assegura que, em qualquer situação, encontre-se a alternativa que garanta que os interesses da criança e do adolescente estejam sempre em primeiro lugar. O artigo 227 estabeleceu, também, que a responsabilidade de garantir os direitos de crianças e adolescentes é compartilhada entre Estado, famílias e sociedade. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Também resta prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente a doutrina da proteção integral: Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Assim sendo, diante da situação conflituosa entre os pais e não existindo comprovação de existência de guarda unilateral em favor da requerente, não tendo havido irregularidade na conduta adotada pelo conselheiro tutelar, considerando o princípio do melhor interesse da criança, nos termos do art. 227, caput, da Constituição Federal, e no art. 4º, caput e art. 5º, ambos do ECA, com fundamento no parecer ministerial de págs. 36/38, INDEFIRO O PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO. Cite-se o promovido para contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir em 05 dias, nos termos do art. 306 do CPC. Intimem-se acerca da presente decisão. À Secretaria de Vara para providências.

COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: DIEGO PETTERSON BRANDAO CEDRO (OAB 19667/CE), ADV: RAQUEL MARIA FERREIRA PAIVA (OAB 37341/CE) - Processo 0052406-42.2020.8.06.0167 - Divórcio Litigioso - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: M.M.S.A. - REQUERIDO: H.S.A. - Ante o exposto, por todos os argumentos acima coligidos, com fundamento no artigo 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora. Condeno a parte autora (CPC 82, §2º e 85, §2º) ao pagamento das custas do processo, bem como de honorários de advogado, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, considerando o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, observando-se os benefícios da justiça gratuita (Art. 98, §3º do CPC). Publicação e registro com a inclusão desta sentença no Sistema SAJ. Intimem-se as partes. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na Distribuição.

ADV: FRANCISCO JANDER MADEIRA RODRIGUES (OAB 38950/CE) - Processo 0054423-17.2021.8.06.0167 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.D.R.P. - Ante a ausência de comprovação da identidade do recebedor das mensagens via whatsapp (fls. 20/23), torno sem efeito a citação/intimação do réu.

ADV: JOYCE TOMAS RIOS (OAB 39665/CE) - Processo -

ADV: JOSE ALBERTO DE PAIVA AGUIAR NETO (OAB 43204/CE) - Processo 0055643-50.2021.8.06.0167 - Separação Consensual - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: K.C.L. - Conforme disposição expressa no Provimento nº. 02/2021, arts. 129 a 133, publicado às fls. 24/29 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade Judicial, Dr. Wyrllenson Flávio Barbosa Soares, face o Ofício de fl. 40, intime-se a parte autora, via DJe, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda o recolhimento das custas referente as diligências dos Oficiais de Justiça, para fins de cumprimento da CP de fls. 36/37, sob pena de tornar o ato audiencial prejudicado.

ADV: NEIL ALESSANDRO MEDEIROS SILVEIRA (OAB 39043/CE) - Processo 0057102-87.2021.8.06.0167 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.P.P. - Intime-se a parte autora, via DJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, nos seguintes termos, sob pena de indeferimento: a) indicar a data de início da união estável; b) incluir no polo passivo todos os herdeiros do falecido, ante a informação de que ele deixou 04 (quatro) filhos (fl. 02). Cumpra-se.

ADV: JOAQUIM JOCEL DE VASCONCELOS NETO (OAB 20392/CE) - Processo 0057189-43.2021.8.06.0167 - Interdição/ Curatela - Nomeação - INTERTE: F.V.P.D. - Intime-se a parte autora, via DJe, para emendar a inicial, em 15 (quinze) dias, nos seguintes termos, sob pena de indeferimento: a) apresentar cópia atualizada da certidão de nascimento e/ou casamento da interditanda (expedida há menos de um ano), para fins de verificação de curatela anterior.

ADV: LETICIA FROTA DE SOUZA (OAB 45644/CE) - Processo 0057227-55.2021.8.06.0167 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: José de Sousa Castro - Intime-se o autor, via DJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça se há algum valor depositado na conta de titularidade do de cujus, ou se se trata na totalidade de valores bloqueados pelo INSS, por não ter sido realizada prova de vida junto ao INSS, caso em que deverá se manifestar também sobre a incompetência deste juízo. Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória.

ADV: RAFAEL LOPES DO AMARAL (OAB 14905/CE) - Processo 0200097-89.2022.8.06.0167 - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria das Graças Ponte Frota - Intime-se a parte autora, via DJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, com a juntada dos seus documentos pessoais e comprovante de residência, sob pena de

indeferimento. No mesmo prazo, deverá comprovar documentalmente a impossibilidade de pagar as custas processuais (art. 24, p. único, da Res. TJCE nº. 23/2019), sob pena de indeferimento dos benefícios da justiça gratuita.

COMARCA DE SOBRAL - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2022
ADV: JANAINA LOPES RODRIGUES (OAB 43270/CE) - Processo 0013608-12.2020.8.06.0167 - Execução de Medidas Sócio-Educativas - Internação sem atividades externas - ADOLESCENTE: R.F.V.R. - Com base no art. 112 do CPC, intime-se a advogada Dra. Janaína Lopes Rodrigues para apresentar o comprovante de notificação ao R. F. V. R., representado por sua genitora Francisca Maria Martins de Vasconcelos, sobre renúncia de mandato.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2022
ADV: ANTONIO CARLOS ARAUJO ARRUDA PRADO (OAB 42604/CE) - Processo 0051292-68.2020.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônia Vitória Sales Frota - Ante o exposto, com fulcro no art. 198, inciso VII, do ECA, mantenho, in totum, a decisão recorrida em todos os termos por seus próprios fundamentos, devendo esta ser cumprida imediatamente, pelo que denego o efeito suspensivo pretendido, na forma do art. 215 do ECA, em atenção aos princípios da atualidade e da intervenção precoce, que impõe atuação célere do Estado diante da situação de risco em que se encontra o adolescente. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Cientificada da decisão do relator, determino que a secretaria de vara certifique se foi atribuído efeito suspensivo ao recurso ou deferida, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, encaminhando, após, os autos à conclusão. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo nº: 0□550016-08.2021.8.06.0167
Apensos: 0550016-42.2020.8.06.0167
Classe: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar
Assunto: Medidas de proteção
Adotante: 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sobral e outro

O(A) Dr(a). Antonio Carneiro Roberto, Juiz(a) de Direito Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sobral e outro, foi proposta uma ação de Adoção c/c Destituição do Poder Familiar, contra Valentina Jucielly Ribeiro, a qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADA a Sra. Valentina Jucielly Ribeiro, VALENTINA JUCIELLY RIBEIRO, por força do despacho a seguir transcrito: “Cite-se a requerida, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256, II do Código de Processo Civil, conforme requerido pelo Ministério Público e em virtude da promovida ser moradora de rua, o que dificulta sua localização”, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial.
CUMPRA-SE. Sobral/CE, data da assinatura digital.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 00□55430-44.2021.8.06.0167
Classe: Guarda de Infância e Juventude
Assunto: Guarda
Requerente: Maria Elizete da Silva Sousa
Requerido: Maria Leidiane Gadelha da Silva
Valor da Causa: R$ 1.100,00

O(A) Dr(a). Antonio Carneiro Roberto, Juiz(a) de Direito Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Maria Elizete da Silva Sousa, foi proposta uma ação de Guarda, a qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADA a Sra. MARIA LEIDIANE GADELHA DA SILVA, RG 2007980437-8, CPF 06419466350, por força do despacho a seguir transcrito: “Cite-se por edital a requerida Maria Leidiane Gadelha da Silva, mãe biológica da infante, dado o paradeiro desconhecido”, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial.
CUMPRA-SE. Sobral/CE., 12 de janeiro de 2022.

Antônio Carneiro Roberto
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0□550012-68.2021.8.06.0167
Apensos: 0550017-27.2020.8.06.0167
Classe: Perda ou Suspensão do Poder Familiar
Assunto: Medidas de proteção
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará e outro
Requerido: Paulo Marcelo Mesquita de Sousa e outros

O(A) Dr(a). Antônio Carneiro Roberto, Juiz(a) de Direito Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Ministério Público do Estado do Ceará e outro, foi proposta uma ação de suspensão/destituição do poder familiar, contra Paulo Marcelo Mesquita de Sousa, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o Sr. PAULO MARCELO MESQUITA DE SOUSA, com endereço à Rua Olavo Bilac, 21, ., CEP 00000-000, por força do despacho a seguir transcrito: "Cite-se o requerido Paulo Marcelo Mesquita Sousa, por edital, com prazo de 20 dias, haja vista que se encontra em local incerto e não sabido. ", com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE. Sobral/CE, data da assinatura digital.

Antônio Carneiro Roberto
Juiz

COMARCA DE SOLONÓPOLE - VARA UNICA DA COMARCA DE SOLONOPOLE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2022

ADV: MARX CARRIERI GUEDES MONTEIRO (OAB 30949/CE) - Processo 0004604-50.2017.8.06.0168 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: A.D.N.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, REDESIGNEI AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, conforme determinado no(a) despacho/decisão de fls. 89 dos autos, para o dia 10/03/2022 às 14h30min, a ser realizada através de VIDEOCONFERÊNCIA, pelo sistema MICROSOFT TEAMS, devendo as partes acessarem o link: https://link.tjce.jus.br/dbcdd0 ainda, direcione/aponte a câmera do celular para o código QRCode abaixo, a fim de participarem do ato.

ADV: PEDRO HENRIQUE DA SILVA (OAB 40873/CE) - Processo 0050276-76.2020.8.06.0168 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - ACUSADO: L.R.F.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, DESIGNEI AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, conforme determinado no(a) despacho/decisão de fls. 35 dos autos, para o dia 10/03/2022 às 13h00min, a ser realizada através de VIDEOCONFERÊNCIA, pelo sistema MICROSOFT TEAMS, devendo as partes acessarem o link: https://link.tjce.jus.br/6a92d7 ainda, direcione/aponte a câmera do celular para o código QRCode abaixo, a fim de participarem do ato.

ADV: ANTONIO SIGEVAL PINHEIRO LANDIM (OAB 3706/CE) - Processo 0051153-79.2021.8.06.0168 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonia Iranilda Oliveira Pinheiro - Diante do exposto, julgo procedente o pedido contido na exordial, para o só fim de determinar a expedição do competente alvará judicial, autorizando ANTONIA IRANILDA OLIVEIRA PINHEIRO e ANTONIO PINHEIRO a receberem os valores deixados pelo filho, o de cujus ANTONIO ALEKSON PINHEIRO, referente a título de capitalização OUROCAP, junto ao Banco do Brasil, bem como valores, porventura, existentes em conta no Banco do Brasil, pelo que fica o presente processo extinto, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC. Desde logo nomeio os requerentes como depositários fiéis do bem em questão, cabendo-lhe a expressa obrigação de prestação de contas, caso seja instada para tanto. Sem custas, pois a parte autora é beneficiária da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente alvará e demais expedientes necessários. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.

COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo n.º: 0016801-63.2019.8.06.0169
Classe: Boletim de Ocorrência Circunstanciada
Assunto: Contravenções Penais
Ministério Público: Ministério Público do Estado do Ceará
Adolescente infrator: LUIS PAULO MENDES DA SILVA

O(A) Dr.(a) Diogo Altorbelli Silva de Freitas, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, a representação contra o adolescente LUIS PAULO MENDES DA SILVA, brasileiro, filho de Rizomar Costa da Silva e Valdiza Mendes de Oliveira, nascido em 06/05/2003, natural de Limoeiro do Norte-Ce, que houve a prolação da sentença de homologação, para que produza todos os efeitos daí decorrentes, a remissão concedida pelo Ministério Público, conforme

publicação da sentença, datado 30/10/2019. Como não foi possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital fica intimado da mencionada sentença, conforme art. 152 do ECA c/c art. 257, § 2º do CPP. Tabuleiro do Norte/CE, em 25 de janeiro de 2022.

Diogo Altorbelli Silva de Freitas
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
Processo n.º: 0000117-78.2010.8.06.0169
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor
Autor: Ministério Público
Réu: Misael Porfirio da Silva

O(A) Dr.(a) Diogo Altorbelli Silva de Freitas, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o réu MISAEL PORFÍRIO DA SILVA, brasileiro, divorciado, agricultor, nascido em 28/05/1945, natural de Tabuleiro do Norte-Ce, filho de Antônio Porfírio e de Maria Florismina de Jesus, por fato ocorrido no dia 30/01/2010, foi declarado a extinção da punibilidade por força da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 107, IV, c/c o art. 109, IV e art. 115, todos do Código Penal. Bem decreto a extinção do presente processo sem resolução do mérito, conforme sentença com data de 157/161. Como não foi possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital fica intimado da mencionada sentença, da qual poderá interpor o recurso cabível, no prazo de 5 (cinco) dias, que correrá após o término do prazo fixado no edital, nos termos do artigo 392, §1º e §2º, do CPP. Tabuleiro do Norte/CE, em 20 de janeiro de 2022.

Diogo Altorbelli Silva de Freitas
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2022

ADV: VICTOR HUGO TEIXEIRA BALDINO (OAB 31602/CE), ADV: OSILENE FERREIRA CASTRO (OAB 27596/CE) - Processo 0000159-56.2014.8.06.0212 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Lourival Beserra - Vistos etc. Intime-se o impugnado para se manifestar sobre a petição e planilha de cálculos apresentados às fls. 194/202, no prazo de 15 dias, devendo observar os requisitos do art. 524 do CPC. Expedientes necessários. Tabuleiro do Norte/CE, 10 de dezembro de 2021. Diogo Altorbelli Silva de Freitas Juiz de Direito

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0000271-25.2014.8.06.0212 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Conclusos, etc. Cumpra-se conforme despacho à fl. 191. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO (OAB 18628/CE) - Processo 0000366-26.2012.8.06.0212 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Tutela e Curatela - REPRESENTANTE: M.I.L.S. - Conclusos, etc. Ao compulsar os autos é possível verificar que o presente processo tinha como finalidade regulamentar tutela (espécie de colocação de menor de idade em família substituta) da autora em face de Renato Silva do Nascimento, então criança quando do ajuizamento da ação. Todavia, conforme se observa da Certidão de Nascimento acostada à fl. 13, o Sr. Renato Silva do Nascimento conta atualmente com 21 (vinte e um) anos, sendo, portanto, pessoa maior de idade e, a princípio, com capacidade civil plena, não havendo que se falar mais em tutela no presente caso. Feitas tais considerações, com fulcro no princípio da vedação às decisões surpresa, bem como com base na boa-fé objetiva, intimem-se as partes para se manifestarem acerca da possível perda do objeto no caso, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem conclusos para sentença. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS AURÉLIO HOLANDA GUERRA (OAB 34558/CE) - Processo 0000428-88.2018.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LEONARDO JOSE FREIRE CABO - Vistos etc. Intime-se a parte autora, através do seu advogado, para se manifestar sobre a petição e documentos de fls. 116/123, no prazo de 15 dias. Expeça-se alvará judicial em favor da parte autora para levantamento dos valores depositados pelo demandado, conforme petição e documentos de fls. 116/123. Com expediente nos autos, intime-se a parte autora, através de seu advogado, para recebimento do alvará. Expedientes necessários. Tabuleiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2021. Diogo Altorbelli Silva de Freitas Juiz de Direito

ADV: ANTONIO JULIO BRILHANTE DE FREITAS (OAB 4120/CE) - Processo 0000619-85.2008.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adenir dos Reis de Morais - Conclusos, etc. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca do resultado frustrado na tentativa de bloqueio on-line de ativos da parte demandada. Com ou sem manifestação, cumpra-se conforme decisão de fl. 201, no que se refere à pesquisa junto ao renajud e infojud. Após, retornem conclusos. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: YTALLO MESQUITA PINTO (OAB 35268/CE) - Processo 0006158-22.2014.8.06.0169 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Allan Wandas dos Santos - Vistos etc. Considerando a certidão de pág. 106, tendo sido esgotada as diligências cabíveis a tentar localizar a peça incompleta, e diante da ausência de Defensor Público nomeado para atuar nesta Vara Única, nomeio o Dr. Ytallo Mesquita Pinto, OAB/CE n. 35.268, como Defensor Dativo do acusado Allan Wandas dos Santos. Intime-o acerca da nomeação, para que ciente, apresente alegações finais por memoriais no prazo legal, nos termos do art. 403, § 3°, do CPP. Expedientes necessários.

ADV: JOSE EDVALDO DE OLIVEIRA (OAB 10887/CE) - Processo 0006316-14.2013.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Assis - Vistos etc. Trata-se de pedido de habilitação de herdeiro proposto Banco do Brasil, em virtude do falecimento de Francisco Assis no curso da relação processual. Recebida a preliminar da petição de fls. 185/192, suspendeu-se o processo e determinou-se a citação dos herdeiros, através do advogado constituído pelo autor. O patrono do autor indicou os herdeiros a serem habilitados nos autos, através da petição de fls. 228/229.

É o relatório. Demonstrado o óbito do autor, não há comprovação nos autos de que as pessoas indicadas às fls. 228/229 sejam sucessores de Francisco Assis, nos moldes do art. 688, II, do CPC. Intime-se o subscritor da petição de fls. 228/229 para apresentar instrumento de procuração para representação processual dos herdeiros indicados, bem como juntar a documentação necessária para comprovar o grau de parentesco alegado, no prazo de 15 dias. Expedientes necessários. Tabuleiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2021. Diogo Altorbelli Silva de Freitas Juiz de Direito

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314/CE) - Processo 0008661-40.2019.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Bradesco S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de fls. 223/224. Designe a secretaria judiciária data e horário para realização de audiência de instrução. Esclareça-se que as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação. Expedientes necessários. Tabuleiro do Norte/CE, 10 de dezembro de 2021. Diogo Altorbelli Silva de Freitas Juiz de Direito

ADV: AURINEIDE GONDIM FREIRE (OAB 2679/RN) - Processo 0008760-15.2016.8.06.0169 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: Antonio Marinho de Moraes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar a defesa do réu para apresentar alegações finais, por memoriais, no prazo legal.

ADV: ABDIAS DE CARVALHO RABELO (OAB 41943/CE) - Processo 0008808-66.2019.8.06.0169 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTOR FATO: Edinir Chaves Maia - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que o acusado, devidamente citado para responder a acusação, deixou transcorrer in albis o prazo concedido por lei sem que manifestação alguma fosse apresentada, não constituindo, também, defensor nos autos, pág./s 53 e 60. O artigo 396-A, §2º, do Código de Processo Penal preleciona que em não sendo apresentada a resposta à acusação no prazo legal ou se o acusado, citado, não constituir advogado, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. Pelos fatos acima expostos, nomeio como defensor dativo o advogado Dr. Abdias de Carvalho Rabelo, OAB/CE nº 41.943, para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar resposta à acusação. Expedientes Necessários.

ADV: RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE), ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE) - Processo 0008853-70.2019.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: M. S. Guerra Comercio Ltda ¿ Epp -

ADV: LUCIRLANDIA CHAVES GONDIM (OAB 30784/CE) - Processo 0016815-47.2019.8.06.0169 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTORAFATO: VIANA PORFIRIO DA COSTA - Vistos etc. O autor do fato não vem cumprindo a proposta de transação penal aceita, conforme ofícios comunicando seu não comparecimento à Secretaria de Obras para cumprir a prestação de serviços, pág./s 46-47, 50-51 e 52-53. Intimado para se manifestar, deixou transcorrer o prazo sem apresentar nenhuma justificação, pág./s 55-56 e 57. Dito isto, abra-se vistas ao Ministério Público para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: AURINEIDE GONDIM FREIRE (OAB 20887/CE), ADV: YTALLO MESQUITA PINTO (OAB 35268/CE), ADV: NAYANNE MAYRA MARCULINO FREIRE (OAB 36744/CE) - Processo 0017555-39.2018.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliezita Alves de Lima Freire - Vistos, etc... Expeça-se alvará para liberação do valor depositado pela demandada, conforme requerido às fls. Retro. Após, não havendo outros requerimentos, arquive-se com as cautelas legais. Cumpra-se.

ADV: TALINE FREIRE ROQUE (OAB 21167/CE) - Processo 0050168-44.2020.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Samya Neyla Moreira de Sousa - Conclusos, etc. Ao compulsar os autos é possível verificar que a citação/intimação da requerida se deu após a data aprazada para a realização da audiência de conciliação designada. Desta feita, resta plenamente justificada a ausência da ré ao ato. Outrossim, verifica-se que a pessoa jurídica demandada apresentou contestação, inclusive com proposta de acordo. Em sendo assim, intime-se a requerente para, querendo, apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: MIGUEL ÂNGELO FILHO DE ANDRADE DE SANT'ANA (OAB 37502/CE) - Processo 0050597-74.2021.8.06.0169 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisco Mendes Neto - Vistos etc. Intime-se da parte autora, através de seu advogado, para se manifestar sobre as contestações apresentadas pelos demandados, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 351 do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Tabuleiro do Norte/CE, 10 de dezembro de 2021. Diogo Altorbelli Silva de Freitas Juiz de Direito

ADV: BÁRBARA LIMA BESSA (OAB 43569/CE) - Processo 0050683-45.2021.8.06.0169 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eclezia Maria Maia de Lima -

COMARCA DE TAUA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE TAUA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: CARLOS AUGUSTO CUSTODIO LIMA (OAB 15552/CE) - Processo 0200141-96.2022.8.06.0171 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo - AUTUADO: José Leandro Ferreira Mota - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021/CGJ/TJ-CE, a fim de que possa imprimir andamento ao processo, e de Ordem do MM. Juiz, faço vista dos autos a Defesa do flagranteado José Leandro Ferreira Mota para manifestação. Expediente. P.I.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: EMANUEL RODRIGUES DA CRUZ (OAB 30411/CE) - Processo 0051853-46.2021.8.06.0171 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: A.L.F.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 002/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, designo a Audiência de Instrução para 10/02/2022, às 13:15h, por videoconferência. Link da audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YWQyZmViNmQtYzgxYS00MmJjLThmMjEtY2YxZDM4Mzg1NjA2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22ded126ac-f261-481a-b084-5c930814f4a2%22%7d

COMARCA DE TAUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

ADV: ANTONIO KLENIO MARQUES MOURA (OAB 8268/CE) - Processo 0002990-91.2000.8.06.0172 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Nobre Lar - Intimem o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Publiquem.

ADV: JOÃO RÔMULO MODESTO COUTINHO (OAB 37658/CE), ADV: ANTONIO ODENILDO ALVES TEIXEIRA (OAB 39655/CE) - Processo 0050023-45.2020.8.06.0150 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.M.P. - REQUERIDO: W.N.M.S. -

ADV: ITALO SERGIO ALVES BEZERRA (OAB 23487/CE) - Processo 0050492-91.2021.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Pecúnia - MASSA FALIDA: Maria Aldenira Vieira do Nascimento - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes para especificarem provas que pretende produzir no prazo de 15 dias.

ADV: PATRÍCIA KÉCIA NORONHA SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 36876/CE) - Processo 0051321-72.2021.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Extinção - REQUERENTE: José Vieira Santiago - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerente para apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTONIO MOREIRA CAVALCANTE (OAB 30385/CE) - Processo 0051382-30.2021.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Moreira de Arquino - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/19 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerente para apresentar a replica no prazo de 15 dias.

ADV: WILLANYS MAIA BEZERRA (OAB 44327/CE), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0051686-29.2021.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Maria Bernardes de Freitas - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir no prazo de 15 dias.

ADV: ITALO SERGIO ALVES BEZERRA (OAB 23487/CE) - Processo 0051877-74.2021.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Incidência sobre Licença-Prêmio/Abono/Indenização - REQUERENTE: Rita de Cassia Solano Feitosa Neves Loiola - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes para especificarem provas que pretendem produzir no prazo de 15 dias.

ADV: ANTONIO ODENILDO ALVES TEIXEIRA (OAB 39655/CE) - Processo 0200025-90.2022.8.06.0171 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: M.M.V.S. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, recebo estes autos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC, deste Juízo, para proceder aos expedientes referentes à Audiência de Mediação na data de 04/05/2022 às 09:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, oportunidade em que intimo o procurador da parte autora para, na companhia dela, comparecer ao aludido ato, que será presidido pelo Conciliador do Centro Judiciário supra referido, na modalidade videoconferência, conforme abaixo mencionado, ficando também, devidamente intimado do inteiro teor da Decisão de fl. 23, e ainda, cientifico o Douto Promotor de Justiça, do inteiro teor da aludida Decisão. Decisão: "O CEJUSC, designou sessão de Mediação para a data de 04/05/2022 às 09:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 GAPRE. Será realizada na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, pelo link https://link.tjce.jus.br/ba3ed2 e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, na data e horário acima indicado, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do endereço eletrônico de e-mail advaldo.oliveira@tjce.jus.br ou contato (88) 3437-2061 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos à vara respectiva para a confecção dos expedientes necessários."

ADV: JOSÉ LEANDRO SCARCELA MELO (OAB 43187/CE) - Processo 0200053-58.2022.8.06.0171 - Guarda de Infância e Juventude - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: I.B.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, recebo estes autos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC, deste Juízo, para proceder aos expedientes referentes à Audiência de Mediação na data de 04/05/2022 às 08:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, oportunidade em que intimo o procurador da parte autora para, na companhia dela, comparecer ao aludido ato, que será presidido pelo Conciliador do Centro Judiciário supra referido, na modalidade videoconferência, conforme abaixo mencionado, ficando também, devidamente intimado do inteiro teor do Despacho de fls. 27/28, e ainda, cientifico o Douto Promotor de Justiça, do referido Despacho. Decisão: "O CEJUSC, designou sessão de Mediação para a data de 04/05/2022 às 08:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 GAPRE. Será realizada na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, pelo link https://link.tjce.jus.br/ba3ed2 e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, na data e horário acima indicado, ficando este Centro à disposição para qualquer

esclarecimento ou orientações através do endereço eletrônico de e-mail advaldo.oliveira@tjce.jus.br ou contato (88) 3437-2061 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos à vara respectiva para a confecção dos expedientes necessários."

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: JOAO JOAB BONFIM LACERDA (OAB 10903/CE) - Processo 0000256-09.2018.8.06.0150 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: M.E.P.N. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o patrono da parte requerente para informar o endereço e telefone atualizados da parte autora.

ADV: CAMILA RODRIGUES MACHADO (OAB 36048/CE) - Processo 0052148-83.2021.8.06.0171 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.A.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, recebo estes autos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC, deste Juízo, para proceder aos expedientes referentes à Audiência de Mediação na data de 06/05/2022 às 09:30h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, oportunidade em que intimo a procuradora da parte autora para, na companhia dela, comparecer ao aludido ato, que será presidido pelo Conciliador do Centro Judiciário supra referido, na modalidade videoconferência, conforme abaixo mencionado, ficando também, devidamente intimado do inteiro teor da Decisão de fls. 45/46, e ainda, cientifico o Douto Promotor de Justiça, do inteiro teor da aludida Decisão. Decisão: "O CEJUSC, designou sessão de Mediação para a data de 06/05/2022 às 09:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 GAPRE. Será realizada na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, pelo link https://link.tjce.jus.br/196e02 e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, na data e horário acima indicado, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do endereço eletrônico de e-mail advaldo.oliveira@tjce.jus.br ou contato (88) 3437-2061 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos à vara respectiva para a confecção dos expedientes necessários."

ADV: YORANA BÁRBARA PIRES SIMÃO (OAB 43936/CE) - Processo 0052222-40.2021.8.06.0171 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.S. - PROMOTOR(A): M.P.E.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, recebo estes autos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC, deste Juízo, para proceder aos expedientes referentes à Audiência de Mediação na data de 06/05/2022 às 08:30h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, oportunidade em que intimo a procuradora da parte autora para, na companhia dela, comparecer ao aludido ato, que será presidido pelo Conciliador do Centro Judiciário supra referido, na modalidade videoconferência, conforme abaixo mencionado, ficando também, devidamente intimada do inteiro teor da Decisão de fl. 16, e ainda, cientifico o Douto Promotor de Justiça, do inteiro teor da aludida Decisão. Decisão: "O CEJUSC, designou sessão de Mediação para a data de 06/05/2022 às 08:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 GAPRE. Será realizada na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, pelo link https://link.tjce.jus.br/bf224a e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, na data e horário acima indicado, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do endereço eletrônico de e-mail advaldo.oliveira@tjce.jus.br ou contato (88) 3437-2061 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos à vara respectiva para a confecção dos expedientes necessários."

ADV: JOSE ERISVALDO VIEIRA COUTINHO (OAB 14511/CE) - Processo 0052291-72.2021.8.06.0171 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.V.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, recebo estes autos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos CEJUSC, deste Juízo, para proceder aos expedientes referentes à Audiência de Mediação na data de 06/05/2022 às 10:30h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, oportunidade em que intimo o procurador da parte autora para, na companhia dela, comparecer ao aludido ato, que será presidido pelo Conciliador do Centro Judiciário supra referido, na modalidade videoconferência, conforme abaixo mencionado. Decisão: "O CEJUSC, designou sessão de Mediação para a data de 06/05/2022 às 10:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 GAPRE. Será realizada na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, pelo link https://link.tjce.jus.br/d122d9 e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, na data e horário acima indicado, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do endereço eletrônico de e-mail advaldo.oliveira@tjce.jus.br ou contato (88) 3437-2061 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos à vara respectiva para a confecção dos expedientes necessários."

COMARCA DE TAUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2022

ADV: FULVIO EMERSON GONCALVES CAVALCANTE (OAB 13094/CE) - Processo 0000536-87.2012.8.06.0150 - Procedimento Comum Cível - Equivalência salarial - EXEQUENTE: Francisca Francineide Guedes da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

Processo 0010626-13.2020.8.06.0171 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: M.P.E.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada a audiência de Apresentação de Adolescente (Lei 8.069/90) para 05/04/2022 às 14:00h, que será por meio de Videoconferência, através do Sistema/Aplicativo Microsoft Teams, pelo seguinte link: https://link.tjce.jus.br/2f3dd1 Ou através do QR Code: Conforme determinação nas fls. 97/98, "Considerando a renúncia da advogada constituída e o requerimento para nomeação de Defensor Público (fl. 96), nomeio a Defensoria Pública para patrocinar a defesa do Representado. Proceda-se a Secretaria da vara com a exclusão do nome da advogada renunciante junto ao sistema SAJPG." Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública. Expedientes necessários.

ADV: EMANUEL FERREIRA VERISSIMO (OAB 36345/CE), ADV: ARTUR MOREIRA MARTINS (OAB 41351/CE) - Processo 0052269-14.2021.8.06.0171 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Guarda - REQUERENTE: F.C.F.F. e outro - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de fixação de alimentos provisionais, nesta quadra processual, sem prejuízo de rever este posicionamento, caso novos elementos probatórios sejam carreados aos autos.

ADV: GEORGE LUIS GONÇALVES LOPES (OAB 24233/CE) - Processo 0052322-92.2021.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Gratificação Natalina/13º Salário - REQUERENTE: José Alves Silva - Cite-se o Município de Tauá, através de seu procurador, mediante mandado, ou por portal eletrônico (se já usual tal citação), para, querendo, apresentar resposta escrita no prazo legal.

ADV: ANTONIO ODENILDO ALVES TEIXEIRA (OAB 39655/CE) - Processo 0052323-77.2021.8.06.0171 - Ação de Exigir Contas - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonia Veroneide Oliveira de Araujo - Ante a ausência de verossimilhança das alegações da parte autora que possa firmar um convencimento preliminar, INDEFIRO o pedido de medida liminar postulada, sem embargo de nova avaliação com a ocorrência de elementos probantes no decorrer do feito. Designe a Secretaria audiência de conciliação a ser realizada perante Conciliador desta Comarca.

ADV: FRANCISCO GONÇALVES SIQUEIRA (OAB 5087B/CE) - Processo 0200006-84.2022.8.06.0171 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rejane Andrade Bezerra - eço at

ADV: SARA LEITE TORQUATO (OAB 31469/CE) - Processo 0200021-53.2022.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Alencar Bezerra - DECISÃO: Ante tais considerações, porque ausente o requisito da verossimilhança das alegações conducentes a uma probabilidade mínima do direito, à míngua da existência de elementos de convicção mínimos que comprovem o requisito da densidade das alegações a conduzir a um prognóstico mínimo da existência da probabilidade do direito alegado, INDEFIRO pedido de tutela antecipada de urgência, neste momento.

ADV: BRUNO GOMES BEZERRA (OAB 35667/CE) - Processo 0200055-28.2022.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: L.L.F.S. e outro - Ante o exposto, INDEFIRO a liminar de alimentos, conforme o arts. 2º e 4º da Lei n° 5.478/68.

ADV: ANTONIO CESAR GUEDES FILHO (OAB 32610/CE) - Processo 0200056-13.2022.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Sandra Regina Alves Petronilio - Ante a ausência de verossimilhança das alegações da parte autora que possa firmar um convencimento preliminar, INDEFIRO o pedido de medida liminar postulada, sem embargo de nova avaliação com a ocorrência de elementos probantes no decorrer do feito.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2022

ADV: MURILLO PEDROSA DE CARVALHO (OAB 22957/CE) - Processo 0030938-10.2020.8.06.0171 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Roubo (art. 157) - ADOLESCENTE: R.D.C.S. e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada a audiência de Em Continuação (Lei 8.069/90) para 06/04/2022 às 15:00h, que será por meio de Videoconferência, através do Sistema/Aplicativo Microsoft Teams, pelo seguinte link: https://link.tjce.jus.br/aa200a Ou através do QR Code: Conforme determinação nas fls. 289/291: "Registro que a intimação do Representado Caio Marlyn deverá ocorrer de forma presencial, por Oficial de Justiça, tendo em vista que não consta seus contatos remotos para cumprimento do expediente na forma do Provimento 10/2020CGJCE. Somado a isso, tem-se a gravidade do delito envolvido nos autos, supostamente praticado por Adolescente, o que resta configurada a necessidade urgente de repetição do expediente presencial, porquanto trata-se de direito e interesse de menor, a qual goza de direito a absoluta prioridade. Ademais, caso não seja possível o cumprimento do expediente presencial pelas Oficialas de Justiça lotadas na comarca, solicite-se à Direção do Fórum de Tauá a requisição de Oficial de Justiça para cumprimentos deste ato urgente. Ademais, Defiro o pedido postulado pela Defensoria Pública. Oficie-se o Posto de Combustível Larissa, para que colacione aos autos cópia das filmagens do circuito de câmeras de segurança que flagraram a ação delituosa no dia dos fatos (10/08/2020, das 18h às 19h). Cumpra-se com urgência. Expedientes necessários." Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

COMARCA DE TIANGUA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE TIANGUA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º:	**0012987-02.2017.8.06.0173**
Classe:	**Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto:	**DIREITO PENAL**
Vítima e Ministério Público:	**Maria Ivonete Fideles de Brito e outro**
Réu:	**Manoel Fideles de Brito**
Finalidade da Citação:	**Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **DENYS KAROL MARTINS SANTANA, Juiz de Direito** da **2ª Vara da Comarca de Tianguá** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **MANOEL FIDELES DE BRITO, brasileiro, filho de Raimunda Fideles de Brito, nascidoem Tianguá/CE aos 28/07/1973, residente à Rua Maestro Quincas Bezerril, Centro, CEP 62320-000, Tianguá - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 129, §9°, 147 do CPB c/c art.7°, I e II da Lei n° 11340/2006,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Tianguá/CE, em 17 de agosto de 2020.

DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Juiz de Direito

COMARCA DE TIANGUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
JUIZ(A) DE DIREITO DENYS KAROL MARTINS SANTANA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LEANDRO ARAÚJO MARQUES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2022

ADV: ALIATAR NOGUEIRA (OAB 8450/CE) - Processo 0052301-13.2021.8.06.0173 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação - REQUERENTE: Jose Nelto de Menezes - Maria Neily Aragão Menezes - Deixo de determinar a citação dos confinantes, tendo em vista que os mesmos já assinaram a planta do imóvel, bem como em razão da declaração de reconhecimento de limites acostada na fl. 20. Oficie-se ao Cartório do 2º Ofício desta Comarca para se manifestar sobre o presente pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhando-se cópia da inicial. Intime-se o Município de Tianguá, por meio eletrônico, para dizer se tem interesse no presente feito. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Expediente necessário. Tianguá, 26 de janeiro de 2022.

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0012314-09.2017.8.06.0173**
Classe:	**Tutela e Curatela - Nomeação**
Assunto:	**Curatela**
Requerente	**Maria Cristiane de Souza Cunha**
Requerido	**Francisco Wilson Lima Cunha**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Tianguá da Comarca de Tianguá/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **Francisco Wilson Lima Cunha**, brasileiro, RG n° 1028169 e inscrito no CPF sob n° 441.144.513-15, residente na Rua Valtevi Alves de Souza, 32, Bairro Dom Timóteo, em Tianguá/CE, que é portador de transtorno Orgânico de Personalidade e do Comportamento, CID(10) - F70. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Maria Cristiane de Souza Cunha**, brasileira, portadora do RG n° 2000097202038 e inscrita no CPF sob n° 034.469.743-69, residente na Rua Valtevi Alves de Souza, 32, Bairro Dom Timóteo, em Tianguá/CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29/03/2019, **cujo teor final da sentença é o seguinte:** " (...) Diante do exposto, julgo procedente a pretensão deduzida na inicial, e, em consequência, DECRETO A INTERDIÇÃO de FRANCISCO WILSON LIMA CUNHA, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, e nomeio-lhe curadora sua filha, MARIA CRISTIANE DE SOUZA CUNHA, que deverá assisti-lo nos atos que importem na administração de bens e valores, celebração de contratos e outros que exijam maior capacidade intelectual, além dos previstos no artigo 1.782, *caput*, do Código Civil (emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração). Atendendo ao disposto no artigo 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015, e diante da impossibilidade de previsão acerca da duração da incapacidade da parte requerida, a curatela fica definida até eventual cessação da incapacidade do interditado. Não havendo notícia de patrimônio a ser administrado, faz-se desnecessária a especialização de hipoteca ou a prestação de caução para o exercício do encargo, ficando a curadora dispensada da prestação de contas previstas no artigo 84, § 4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Intime-se a autora para prestar compromisso. Inscreva-se a presente decisão no Registro Civil e publique-se no órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Feito isento de custas, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Lei Estadual nº 16.132/2016, uma vez que as partes são beneficiárias da gratuidade. Após o cumprimento dos expedientes, das anotações e baixas necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Tianguá, 29 de março de 2019...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Tianguá/CE, em 18 de janeiro de 2022. Eu, Paulo Régis Xavier Araújo, Técnico Judiciário, 2986, o digitei.

DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Tianguá

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: **0052091-59.2021.8.06.0173**

Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
Classe: **Arrolamento Sumário**
Assunto: **Sucessão**
Arrolante: **Francisca Roberta dos Santos Barros Nascimento e outros**
Valor da Causa: **R$ 44.340,28**

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de **ROSELITA FELIPE DOS SANTOS**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 2018277716-7 SSP-CE da cédula de CPF nº 358.597.683-20, residente e domiciliada à Rua Abuim Nunes, nº 73, Centro, Tianguá-CE – CEP: 62.320-000; **SAMUEL SANTOS BARROS**, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da cédula de identidade nº 2001028095668 SSP-CE da cédula de CPF nº 038.668.193-74, residente e domiciliado à Rua Abuim Nunes, nº 73, Centro, Tianguá-CE – CEP: 62.320-000; **FRANCISCA ROBERTA DOS SANTOS BARROS NASCIMENTO**, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade nº 92007025507 SSP-CE e da cédula de CPF nº 555.296.153-68, residente e domiciliada à Travessa Cavalo Marinho, nº 1001, BL 13, Apartamento 104, Jardim Iracema, Fortaleza-CE, CEP: 60.010-450; **ROGERIA DOS SANTOS BARROS,** brasileira, solteiro, do lar, portadora da cédula de identidade nº 99028069446 SSP-CE da cédula de CPF nº 937.089.123-49, residente e domiciliada à Rua José Morais, nº 88, Carlito Pamplona, Fortaleza-CE, CEP: 60.311-510, foi proposta uma ação de **ARROLAMENTO SUMÁRIO, registrada sob número 0052091-59.2021.8.06.0173,** em trâmite neste Juízo, referente ao único bem a inventariar deixado pelo falecido, Senhor **JOÃO BATISTA BARROS**, brasileiro, convivente em união estável, aposentado, portador da cédula de identidade nº 670.615 2ª Via SSP/CE, e da cédula de CPF nº 081.638.203-49, com último domicílio à Rua Abuim Nunes, nº 73, C, Centro, Tianguá-CE, quais sejam: • Um AUTOMÓVEL, Marca/Modelo: VW/GOL GLI 1.8, Placa: KIO3520 Tianguá/CE, Renavam: 632161574, Ano Fab./Mod.: 1994/1995, Cor: Prata, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais). • Uma MOTOCICLETA, Marca/Modelo: HONDA/CG 125 TITAN KS, Placa: HWC9175 Tianguá/CE, Renavam: 740947397, Ano Fab./Mod.: 2000/2000, Cor: Verde, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). • 16 (DEZESSEIS TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO JUNTO AO BANCO BRADESCO S/A (237): 16 (dezesseis) Títulos de Capitalização junto ao Banco Bradesco S/A – Bradesco Capitalização – CNPJ: 081638203/0000-49, no valor de R$ 2.146,28 (dois mil e cento e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos) cada, dando um total de R$ 34.340,48 (trinta e quatro mil e trezentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), tendo sido nomeada inventariante a herdeira, Senhora **ROSELITA FELIPE DOS SANTOS**. **PARTILHA:** À viúva e meeira ROSELITA FELIPE DOS SANTOS caberá, a título de meação, a fração de 3/6 do monte, equivalente a R$ 22.170,24 (vinte e dois mil e cento e setenta reais e vinte e quatro centavos) do seguinte modo: • Um AUTOMÓVEL, Marca/Modelo: VW/GOL GLI 1.8, Placa: KIO3520 Tianguá/CE, Renavam: 632161574, Ano Fab./Mod.: 1994/1995, Cor: Prata, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a qual se responsabiliza por todo e qualquer encargos inerentes a propriedade de veículos (IPVA, taxas, multas...). • Uma MOTOCICLETA, Marca/Modelo: HONDA/CG 125 TITAN KS, Placa: HWC9175 Tianguá/CE, Renavam: 740947397, Ano Fab./Mod.: 2000/2000, Cor: Verde, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a qual se responsabiliza por todo e qualquer encargos inerentes a propriedade de veículos (IPVA, taxas, multas...). • A quantia de R$ 12.170,24 (doze mil e cento e setenta reais e vinte e quatro centavos) dos 16 (DEZESSEIS TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO JUNTO AO BANCO BRADESCO S/A (237): 16 (dezesseis) Títulos de Capitalização junto ao Banco Bradesco S/A – Bradesco Capitalização – CNPJ: 081638203/0000-49, no valor de R$ 2.146,28 (dois mil e cento e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos) cada, dando um total de R$ 34.340,48 (trinta e quatro mil e trezentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos).] Aos herdeiros: SAMUEL SANTOS BARROS; FRANCISCA ROBERTA DOSSANTOS BARROS NASCIMENTO; e ROGÉRIA DOS SANTOS BARROS, caberá a fração de 1/6 do monte, correspondente a R$ 7.390,08 (sete mil e trezentos e noventa reais e oito centavos) para cada um, dos valores referentes aos Títulos de Capitalização deixados pelo de cujus: • R$ 7.390,08 (sete mil e trezentos e noventa reais e oito centavos), para cada um herdeiros, dos 16 (DEZESSEIS TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO JUNTO AO BANCO BRADESCO S/A (237): 16 (dezesseis) Títulos de Capitalização junto ao Banco Bradesco S/A – Bradesco Capitalização – CNPJ: 081638203/0000-49, no valor de R$ 2.146,28 (dois mil e cento e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos) cada, dando um total de R$ 34.340,48 (trinta e quatro mil e trezentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos). Os Herdeiros: SAMUEL SANTOS BARROS; FRANCISCA ROBERTA DOS SANTOS BARROS NASCIMENTO; e ROGÉRIA DOS SANTOS BARROS, AUTORIZAM que o levantamento de suas quotas-partes, junto ao BANCO] BRADESCO S/A - BRADESCO CAPITALIZAÇÃO – CNPJ: 081638203/0000-49, seja realizado por sua genitora e meeira, sendo esta a Sra. ROSELITA FELIPE DOS SANTOS, brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 2018277716-7 SSP-CE da cédula de CPF nº 358.597.683-20, residente e domiciliada à Rua Abuim Nunes, nº 73, Centro, Tianguá-CE – CEP: 62.350-000. Por isso, foi expedido o presente **EDITAL**, através do qual ficam devidamente CITADOS, para os termos do arrolamento sumário e da partilha, todos os eventuais interessados incertos ou desconhecidos, para que se manifestem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 259, III, do CPC). O presente edital deverá ter uma cópia afixada no átrio do Fórum**. CUMPRA-SE**. Dado e passado na cidade e Comarca de Tianguá/CE, em 3 de dezembro de 2021.

DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Juiz de Direito

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: **0070073-57.2019.8.06.0173**

Classe: **Curatela**
Assunto: **Nomeação**
Requerente **Lucia Maria de Souza**
Requerido **João Francisco da Silva**
Defensor público e Promotor **Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito, **Dr. Francisco Eduardo Girão Braga,** Titular da Vara Única da Comarca de Ipú/CE, em respondência por este Juízo por designação legal, etc. **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **JOÃO FRANCISCO DA SILVA**, brasileiro, natural de Tianguá/CE, nascido em 07/07/1963, filho de Francisco Luiz da Silva e Izídia Maria do Nascimento, portador do RG/SSP/SP nº 24.527.980-5, inscrito no CPF sob o nº 574.309.423-34, residente residente na Rua Jerônimo Teles de Menezes (Conjunto Gil Macieira), nº 217, Bairro do Estádio, em Tianguá/CE, que é portador de psicose não-orgânica não especificada e transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool - transtorno psicótico residual ou de instalação tardia **(CID10, D 29 e F 10.7)**. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Lúcia Maria de Souza**, brasileira, agricultora, natural de Viçosa do Ceará/CE, nascida em 15/04/1961, filha de Maria Francisca da Conceição, portadora do RG/SSP/CE nº 2007724392-1, inscrita no CPF sob o nº 547.943.313-04, residente no(a) Rua Jerônimo Teles de Menezes (Conjunto Gil Macieira), nº 217, Bairro do Estádio, em Tianguá/CE, CURADORA DEFINITIVA do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. **O referido processo foi julgado em 22/09/2021, cujo teor final da sentença é o seguinte:** "(...) Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a presente ação, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e, em ato contínuo, passo a confirmar a interdição de JOÃO FRANCISCO DA SILVA, outrora decretada (pág. 60), ao tempo em que, NOMEIO como sua curadora definitiva, a requerente LÚCIA MARIA DE SOUZA, que deverá exercer o munus da curatela, em atenção à dimensão da enfermidade, restrito aos atos de natureza patrimonial. A curadora deverá prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, nos termos do art. 84, §4º, da lei 13.146/15. Em decorrência do encargo, deverá representá-lo nos atos que importem natureza patrimonial e negocial (art. 85, caput, do Estatuto da Pessoa com Deficiência). No que tange aos demais direitos, como o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, entendo que eles devem ser mantidos pelo fato da curatela não alcançar tais direitos, conforme expressa previsão do art. 85, § 1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Intime-se a curadora para prestar compromisso no prazo estabelecido no art. 759, inc. I, do CPC, devendo ser anotado em livro próprio o momento a partir do qual poderá exercer oficialmente a curatela, de forma definitiva, com as consequências jurídicas daí Advindas. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com a devida baixa no sistema informatizado do TJ/CE. Tianguá/CE, 22 de setembro de 2021. JURACI DE SOUZA SANTOS JÚNIOR Juiz de Direito". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Tianguá/CE, em 04 de novembro de 2021.

Eu, Paulo Régis Xavier Araújo, Técnico Judiciário, 2986, o digitei.

Francisco Eduardo Girão Braga
Juiz de Direito – respondendo

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
JUIZ(A) DE DIREITO DENYS KAROL MARTINS SANTANA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LEANDRO ARAÚJO MARQUES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2022

ADV: LAYANE GOMES OLIVEIRA (OAB 42762/CE), ADV: REBECA PEREIRA DE LACERDA CAVALCANTE (OAB 41681/CE) - Processo 0003220-66.2019.8.06.0173 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: A.T.P.L. - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA APRESENTAR OS MEMORIAIS NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONFORME TEOR DO TERMO DE AUDIÊNCIA DE FLS. 182.

ADV: FRANCISCO BARBOSA BRAGA NETO (OAB 38462/CE), ADV: FELIPE COELHO COSTA (OAB 38461/CE) - Processo 0051832-64.2021.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Patrícia Sobreira do Nascimento - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 23 DE JUNHO DE 2022, ÀS 09H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 28 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

ADV: BENEDITO YURI AZEVEDO AGUIAR (OAB 39361/CE) - Processo 0051887-15.2021.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.J.L.A. - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 05 DE MAIO DE 2022, ÀS 12H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ

REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 34 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

ADV: FABIO DA SILVA PEREIRA (OAB 31195/CE) - Processo 0052253-54.2021.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Aparecida Ximendes - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 19 DE MAIO DE 2022, ÀS 09H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 37 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
JUIZ(A) DE DIREITO DENYS KAROL MARTINS SANTANA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LEANDRO ARAÚJO MARQUES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2022

ADV: ANDERSON DE AMARANTE DANTAS (OAB 30672/CE), ADV: JOÃO HUMBERTO VASCONCELOS BÔTO (OAB 44068/CE) - Processo 0050202-70.2021.8.06.0173 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.D.F. - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 17 DE MAIO DE 2022, ÀS 13H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 39 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

ADV: JOSE HELTER CARDOSO DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 17668/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0051294-83.2021.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedita Socorro dos Santos Souza - REQUERIDO: BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 04 DE AGOSTO DE 2022, ÀS 13H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 84 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes

deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

ADV: FRANCISCO ARI ALVES DE MOURA (OAB 42568/CE) - Processo 0052249-17.2021.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aristizabal Ferreira de Moura - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 18 DE MAIO DE 2022, ÀS 10H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 55 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

ADV: ALBERTO JEFERSON RODRIGUES TEIXEIRA (OAB 43091/CE) - Processo 0200089-94.2022.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Frota Fontenele - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 30 DE JUNHO DE 2022, ÀS 09H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 29 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

ADV: JOSE HELTER CARDOSO DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 17668/CE) - Processo 0200096-86.2022.8.06.0173 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: M.V.R. - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 16 DE MAIO DE 2022, ÀS 13H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 18 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

Processo 0200098-56.2022.8.06.0173 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.P. - REQUERIDA: J.R.B. - INTIMA VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 03 DE AGOSTO DE 2022, ÀS 12H00MIN, NA SALA VIRTUAL DO CEJUSC, A QUAL SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA, POR MEIO DA PLATAFORMA TEAMS, FICANDO ADVERTIDO DE QUE: O autor será intimado na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). O não comparecimento da parte constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC) e importará no arquivamento em imediato arquivamento do processo. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) Acessar o link contido no ato ordinatório de fls. 13 ou entrar em contato com o CEJUSC de Tianguá pelo WhatsApps de nºs (88) 9.9704-7997 ou (88) 9.9796-7091, 24h (vinte quatro horas) antes da data da audiência, para em caráter excepcional receber o link de acesso à audiência virtual e algumas informações adicionais, em razão de mudança da plataforma da audiência; 2) No dia da audiência portar documento de identificação e acessar a sala virtual 15 minutos antes, pelo link que será fornecido no item anterior; 3) Utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera; 4) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso da impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020 NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada da pauta por ordem do juízo de origem. Fica este CEJUSC a disposição, para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.tiangua@tjce.jus.br ou via WhatsApp (88) 99704-7997.

COMARCA DE TIANGUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 141458-A/CE) - Processo 0013085-84.2017.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Xavier de Oliveira - REQUERIDO: Banco Itau Consignado S.A - POSTO ISSO, nos termos da fundamentação acima, conheço dos embargos de declaração e lhes nego provimento, por não vislumbrar qualquer contradição na decisão embargada. O processo permanecerá suspenso até ulterior deliberação do TJCE. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0014123-68.2016.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Benedita Maria da Conceiçao - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S.a - Suspendo o presente feito em razão de interposição de Recurso Especial admitido pela Vice-Presidência do TJCE no IRDR 063066-67.2019.8.06.0173. Intime-se.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0022979-50.2018.8.06.0173 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o exequente, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 41, indicando bens do devedor passíveis de penhora, sob pena de suspensão da execução por um ano e posterior arquivamento dos autos, nos termos do artigo 921, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Expediente necessário.

ADV: ANA ERIKA FELIX AGUIAR (OAB 33703/CE) - Processo 0050102-52.2020.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Maria da Conceição Parente do Nascimento Silva - POSTO ISSO, fixo como pontos controvertidos: a qualidade de segurado especial da requerente e a comprovação do efetivo exercício de atividade rural indispensável à sobrevivência, ainda que descontínua, nos dez meses imediatamente anteriores ao parto. Defiro a prova documental, a produção de prova testemunhal e o depoimento pessoal da autora. Intimem-se as partes para acostar aos autos o rol de testemunhas, no prazo de 15 (quinze) dias. Designe-se audiência de instrução e julgamento. A intimação das testemunhas deverá ser feita nos termos do art. 455, § 1º, do CPC. A intimação da parte promovente para comparecer ao depoimento pessoal deverá ser feita pessoalmente e conter a advertência de que se presumirão confessados os fatos contra ela alegados, caso não compareça ou, comparecendo, se recuse a depor. Intimem-se as partes para, no prazo comum de 5 (cinco) dias, pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes acerca da presente decisão de saneamento (art. 357, § 1º, CPC). Expedientes necessários.

ADV: SUANY EULALIA AZEVEDO LIMA (OAB 23181/CE), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142/CE) - Processo 0050335-40.2020.8.06.0079 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Muniz Machado - REQUERIDO: Banco Bradesco - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, pratico o seguinte ato ordinatório: INTIMEM-SE as partes acerca da decisão de fls. 185/186, com prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALBERTO JEFERSON RODRIGUES TEIXEIRA (OAB 43091/CE) - Processo 0050745-73.2021.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Marcos Pereira - Trata-se de Ação de Declaratória de Nulidade de Relação Contratual proposta por Raimundo Marcos Pereira em desfavor de Banco Bradesco S/A. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará instaurou Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, sob nº 0630366-67.2019.8.06.0000, relativo à validade ou não da contratação de empréstimo consignado entre pessoas analfabetas e instituições financeiras. Foi interposto Recurso Especial no referido processo, tendo o mesmo sido admitido, ocasião em que foi determinada novamente a suspensão do processamento de todos os feitos pendentes, individuais ou coletivos que versem acerca da matéria, nos termos do art. 987, §1° do CPC. Posto isso, DETERMINO A SUSPENSÃO deste feito, até ulterior deliberação do TJCE. Intime-se a parte autora da presente decisão. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: LYON FERNANDES SILVA (OAB 34722/CE), ADV: IAGOR PIMENTEL BEZERRA (OAB 34416/CE) - Processo 0050411-73.2020.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Capacidade - REQUERENTE: Azenate Pereira Albuquerque - ASSIM SENDO, considerando a prova documental apresentada, com base na fundamentação supra, defiro o pedido de autorização de alienação de bem imóvel de fls.62/66, para o fim de autorizar a requerente Azenate Pereira Albuquerque a vender o imóvel rural localizado na Reserva Florestal CRF-1, Terra Nova do Norte/MT, CEP 78.505-000, avaliado em torno de R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) sob a matrículas de nsº 6.691 e 6.692, ficando ressalvado direitos de terceiros. Expeça-se o competente Alvará Judicial. Deverá a curadora prestar contas da alienação do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade, nomeie-se no SIPER, profissional para realizar o estudo social do caso, no prazo de 30 (trinta) dias. INTIME-SE a parte requerente, via DJ para, no prazo de 30 (trinta) dias, providenciar o preenchimento e a juntada do relatório médico a seguir, sendo que o profissional subscritor deverá ser vinculado à rede pública de saúde e identificado como os números de matrícula e inscrição no CRM. RELATÓRIO MÉDICO CIRCUNSTANCIADO: 1) O(a) examinado(a) é portador de deficiência que lhe cause impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial? 2) Essa deficiência é de causa transitória ou permanente? Sendo transitória, pode indicar o tempo de sua duração, ainda que aproximada? 3) Tratando-se de deficiência física, qual sistema orgânico comprometido, a etiologia e a classificação na CID-10 e qual sua restrição de participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas? 4) Tratando-se de deficiência mental, cuida-se de retardo mental ou de outro quadro psicopatológico, que sejam, transtornos psicóticos, neuróticos, psicopáticos ou demência? Justificar. 5) Qual o grau, a etiologia e a classificação na CID-10 da deficiência mental indicada? 6) A deficiência mental indicada impede o(a) examinado(a) de exprimir sua vontade e praticar, ainda que com assistência, atos de natureza patrimonial ou negocial? Justificar. 7) O(a) examinado(a) é ébrio habitual ou viciado(a) em tóxico? 8) Tratando-se de deficiência intelectual ou sensorial, qual sua classificação na CID-10? 9) Em razão dessa deficiência intelectual ou sensorial o(a) examinado(a) está impedido(a) de exprimir sua vontade e praticar, ainda que com assistência, atos de natureza patrimonial ou negocial? Justificar. 10) O(a) examinado(a) tem condições de receber, ainda que com assistência, dinheiro e administrá-lo em proveito próprio, além de

emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar atos que não sejam de mera administração (art.1.782 do Código Civil de 2002)? Caso a limitação não abarque todos os atos, especificar. 11) Apresente o médico esclarecimentos adicionais que repute necessários. Publique-se. Intime-se.

ADV: ARTHUR MULLER CARVALHO PORTELA (OAB 19298/CE) - Processo 0050573-34.2021.8.06.0173 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: C.M.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Intime-se a curadora para prestar o respectivo compromisso, no prazo de 15 (quinze) dias.

COMARCA DE TRAIRI - 1ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2022

ADV: DENIZE VITAL (OAB 26908/CE) - Processo 0012385-68.2018.8.06.0175 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Antonio Jeronimo dos Santos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo,

ADV: JOSE ROCHA DE PAULA JUNIOR (OAB 40086/CE) - Processo 0012925-53.2017.8.06.0175 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Frank Felipe de Sousa - Cls. Considerando o teor da certidão de fls. 96, intime-se o patrono mencionado para, no prazo de 5(cinco) dias, providenciar a juntada dos respectivos comprovantes de pagamento. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: DENIZE VITAL (OAB 26908/CE) - Processo 0003034-37.2019.8.06.0175 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jose Felipe Barroso - Por estes motivos, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia para, CONDENAR o denunciado JOSÉ FELIPE BARROSO nas penas do referido artigo 28 caput da Lei nº 11.343/06. Considerando as condições pessoais do condenado, e o fato de manter residência na cidade de Fortaleza/CE, entendo ser aplicável a pena de "comparecimento a programa ou curso educativo sobre os efeitos maléficos das drogas ou equivalente", prevista no inciso III do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 e, considerando a previsão de duração da pena de até 5 (cinco) meses, contida no §3º do respectivo artigo, ponderada a pequena quantidade de maconha e a confissão do condenado, fixo o prazo de 2 (dois) meses de duração. Após o trânsito em julgado da condenação, dever-se-á expedir carta precatória para a Comarca de Fortaleza, a fim de que a Vara Competente indique local apropriado para cumprimento e fiscalize o cumprimento integral da pena, com a oportuna comunicação a este Juízo de Origem. Custas pelo condenado, das quais, face à reconhecida pobreza do mesmo, que se exterioriza dos autos, isento-o de pagamento, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, quando se extinguirá pela prescrição, salvo se, dentro desse prazo, puder pagá-las, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Com o trânsito em julgado da presente sentença: a) Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; b) Preencham-se os boletins individuais e encaminhem-se ao órgão de estatística competente; c) Oficie-se à Secretaria de Segurança Pública comunicando da presente condenação, para fins de anotação na folha de antecedentes; Publique-se, com a entrega dessa em mão do Diretor de Secretaria (artigo 389 do Código de Processo Penal). Registre-se. Intimações necessárias, na forma da lei: - Ao Ministério Público, pessoalmente e nos autos; - Ao(s) sentenciado(s) e ao(s) seu(s) defensores via mandado e DJE, respectivamente. Cumpra-se e, decorridos os prazos legais, expeça-se Guia de Execução, e após arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: JOSE LUCIANO JUNIOR (OAB 10160/CE) - Processo 0013479-51.2018.8.06.0175 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Antonio Barbosa dos Santos e outro - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, para CONDENAR FRANCISCO ANTÔNIO BARBOSA DOS SANTOS como incurso no delito previsto no artigo 33 caput c.c. §4º, ambos da Lei nº 11.343/06, e para CONDENAR JOSÉ FELIPE BARROSO, nas penas do referido art. 28, caput, da Lei nº 11.343/06, ao passo que DECLARO CUMPRIDA, para José Felipe Barroso, a pena aplicada pelo cômputo do período de prisão provisória, JULGANDO EXTINTA A PUNIBILIDADE do condenado José Felipe Barroso.

ADV: JOSE ROCHA DE PAULA JUNIOR (OAB 40086/CE) - Processo 0050345-53.2021.8.06.0175 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: V.C.O. - Por estes motivos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, PORÉM FICAM EXTINTAS as medidas protetivas aplicadas, EXTINGUINDO O PROCESSO COM O JULGAMENTO DO SEU MÉRITO, nos termos dos artigo 487, inciso I, do CPC, considerando o lapso temporal do deferimento e inexistência de novas ocorrências envolvendo as partes noticiadas nos autos, entendendo como satisfeito o objeto do presente feito, sem prejuízo de que a vítima, caso haja novos episódios de violência doméstica, requeira o deferimento de novas medidas protetivas Por fim, acerca de eventual apensamento do presente feito em processo criminal/cível, entendo como desnecessária tal postura, por tudo o quanto exposto acerca do caráter não instrumental do requerimento de medidas protetivas, pois, como visto, sua finalidade é outra. Suficiente é a extração de cópias da decisão concessiva das medidas e da presente sentença, e posterior juntada nos autos da ação correlata deflagrada. Intime-se a requerente, o requerido e os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, dando-lhes conhecimento do inteiro teor desta decisão. Decorrido o prazo, arquive-se este feito. Expedientes necessários. Trairi/CE, 26 de janeiro de 2022. Cristiano Sanches de Carvalho Juiz de Direito

COMARCA DE TRAIRI - 2ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2022

ADV: ADRIANO FERNANDES PINHEIRO (OAB 22161/CE), ADV: NEIO LÚCIO FERRAZ PASSES (OAB 30495-0/CE) - Processo 0013661-08.2016.8.06.0175 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Tatiane da Costa - Defiro o pedido de fl. 254. Expeçam-se os alvarás, intimem-se da expedição e, decorrido dez dias, retornem os autos ao arquivo com baixa.

COMARCA DE UBAJARA - VARA UNICA DA COMARCA DE UBAJARA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UBAJARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2022

ADV: EDUARDO VASCONCELOS BARROS (OAB 34864/CE) - Processo 0001956-05.2019.8.06.0176 - Execução de Medidas Sócio-Educativas - Roubo (art. 157) - ADOLESCENTE: A.C.P. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo. Cumpram-se os expedientes necessários para realização de audiência de instrução, por meio audiovisual, designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, às 14:00h, através da Plataforma Microsoft Teams no link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NzRiY2QyYmMtN2U0Ni00ZWNjLTlkNDQtM2U0YmYzMTc0NjI4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22af8935be-53c2-458f-8ac9-7aba5734d38a%22%7d .

ADV: JOSE CRISOSTOMO BARROSO IBIAPINA (OAB 27041/CE) - Processo 0004287-72.2010.8.06.0176 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Paulo Martins Braz - III DISPOSITIVO Diante de todo o exposto, e de tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na denúncia, para condenar o réu PAULO MARTINS BRAZ qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 14, caput, da Lei nº 10.826/03. Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68, CP: a) Culpabilidade: não há nos autos elementos que indiquem uma maior intensidade do dolo do agente, sendo assim, o grau de reprovação da conduta do acusado não foge ao padrão desse tipo de delito; b) Antecedentes Criminais: o réu é tecnicamente primário; c) Conduta Social: nada foi apurado que desabone a conduta do acusado d) Personalidade: não há dados técnicos nos autos para aferi-la; e) Motivos do crime: são os comuns ao tipo; f) Circunstâncias do crime: normais à espécie; g) Consequências extrapenais, são normais à espécie, nada tendo a se valorar com fator extrapenal; h) Comportamento da vítima: nessa espécie de delito, não há que se falar em comportamento da vítima que pudesse ter contribuído à prática do delito. Analisadas as circunstâncias judiciais do caput do artigo 59 do Código Penal, e observando o sistema trifásico consagrado no art. 68, do CP, pela prática do crime de porte ilegal de arma previsto no art. 14, caput, da Lei 10.826/03, fixo-lhe a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. 2ª. Fase - Circunstâncias legais Não há circunstâncias agravantes. Ademais, milita a favor do réu a atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, d, CP), contudo ante a impossibilidade de a pena base ser conduzida abaixo no mínimo legal nessa fase processual, mantenho a pena em 2 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. 3ª. Fase - Causas especiais de aumento e/ou diminuição de pena Inexistem causas de aumento e/ou de diminuição. PENA DEFINITIVA. Vencidas as etapas do artigo 68 do Código Penal, por entender como necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, fica o réu condenado à pena PRIVATIVA DE LIBERDADE de 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Atinente ao critério do art. 49, fixo o valor do dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. REGIME. Em vista do disposto no art. 33, caput e § 3º, do Código Penal c/c art. 59 do mesmo codex, deverá o réu cumprir a pena privativa de liberdade fixada em regime aberto. Substituição da pena privativa de liberdade: O artigo 44, incisos I, II e III, do Código Penal, preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando aplicada pena não superior a 04 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. No caso dos autos, o réu não é reincidente e o delito perpetrado é daqueles que admitem o benefício. Na hipótese, a pena alternativa atenderá com maior fidelidade ao escopo da sanção penal, destacadamente seus fins de prevenção geral e especial em comparação com a pena privativa de liberdade no patamar em que foi estabelecida e sob as condições de cumprimento a que estaria sujeito. Assim, verificando a redação do art. 44, do Código Penal, tenho que o réu possui direito à substituição de sua pena privativa de liberdade. Nas condenações superiores a um ano, a substituição poderá ser procedida por duas restritivas de direitos ou de uma restritiva e outra de multa (art. 44, § 2º, do CP). Ante o exposto, almejando aplicar medida socialmente recomendável e suficiente para a reprovação do ilícito perpetrado, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada ao condenado PAULO MARTINS BRAZ por duas restritivas de direitos, as quais concluo serem as melhores medidas para aplicar na situação dos autos, a saber: a) prestação de serviço à comunidade, em entidade a ser designada pelo Juízo da execução penal, pelo período da condenação, a ser cumprida durante uma hora de tarefa por dia útil da semana ou, de forma a não prejudicar a jornada normal de trabalho do acusado, em sábados, domingos e/ou feriados. Será facultado ao apenado o cumprimento da pena em menor tempo, desde que não inferior a metade do tempo de pena privativa de liberdade fixada (art. 46, §4º, do Código Penal); b) prestação pecuniária, no importe equivalente a 01 (um) salário mínimo vigente (piso nacional), a ser revertida a instituição pública ou outra instituição sem fins lucrativos. Com a substituição da privativa de liberdade resta incabível a suspensão condicional da pena, nos moldes do artigo 77, inciso III, do Código Penal. Considerando que foi fixado o regime aberto, bem como que a pena privativa de liberdade foi substituída por restritiva de direitos, não se aplica ao caso o parágrafo § 2º, do art. 387 do CPP. Da liberdade para recorrer: Concedo ao réu o benefício de apelar em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, com fundamento no mandamento do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, pois respondeu ao processo em liberdade e não se encontram presentes os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva. IV PROVIMENTOS FINAIS Sem custas, nos termos do art. 4o , inciso IV da Lei Estadual nº 15.834/2015. Após o trânsito em julgado deste decisum (art. 5º, LVII, da Constituição Federal), tomem-se as seguintes providências: a) Lancem-se o nome do apenado no Livro de Rol dos Culpados desta Comarca; b) Proceda-se ao recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o art. 686 do Código de Processo Penal. Em caso de não cumprimento espontâneo pelos condenados, intime-se o Estado do Ceará, para fins de cobrança da quantia fixada; c) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua identificação, acompanhada

de fotocópia da presente decisão, para o cumprimento do quanto disposto pelo art. 15, III, da Constituição Federal, e pelo art. 71, § 2º, do Código Eleitoral. d) Extraia-se guia definitiva, com fiel observância do disposto nos arts. 105 a 107 da Lei n. 7.210/84, para o acompanhamento da execução da pena imposta, computando-se como cumprimento de pena eventual período de prisão provisória; Com a formação dos processos executórios respectivos e cumpridas as demais formalidades legais, arquivem-se os presentes autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se, pessoalmente e por seu defensor. Cumpra-se, mediante as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: MANON DE AGUIAR FERREIRA (OAB 55510/SC) - Processo 0007048-37.2014.8.06.0176 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Reginaldo Quadros da Silva - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo. Cumpram-se os expedientes necessários para realização de audiência de instrução, por meio audiovisual, designada para o dia 22 de fevereiro de 2022, às 14:30h, através da Plataforma Microsoft Teams no link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NThmMjkxNjctNmMzNC00ZGY3LWJiYzUtYTFmMTAwZjNhNGVi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22af8935be-53c2-458f-8ac9-7aba5734d38a%22%7d .

ADV: MICHELY MOREIRA BARROS (OAB 26939/CE) - Processo 0050138-85.2020.8.06.0176 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo. Cumpram-se os expedientes necessários para realização de audiência de instrução, por meio audiovisual, designada para o dia 23 de fevereiro de 2022, às 10:00h, através da Plataforma Microsoft Teams no link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NjE0OGIxM2EtMzQ5My00NWQzLWJkNjctOTFlYTcyOTExMzRj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22af8935be-53c2-458f-8ac9-7aba5734d38a%22%7d .

ADV: JOSE HELTER CARDOSO DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 17668/CE) - Processo 0050332-51.2021.8.06.0176 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Calúnia - REQUERENTE: Maria de Jesus Fernandes da Costa - ASSIM SENDO, considerando o parecer ministerial, rejeito a presente Queixa-Crime pela falta de justa causa.. Ciência ao Ministério Público. Intime-se. Após, sem novos requerimento, arquive-se.

ADV: JOSIMO FARIAS FILHO (OAB 27751/CE), ADV: LARA DE VASCONCELOS NUNES (OAB 42492/CE), ADV: PAULO MESQUITA GUIMARAES (OAB 30526/CE) - Processo 0050439-95.2021.8.06.0176 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jose Maria de Freitas e outro - REQUERIDO: Joaquim Santana de Oliveira e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo. Cumpram-se os expedientes necessários para realização de audiência de instrução, por meio audiovisual, designada para o dia 23 de fevereiro de 2022, às 14:00h, através da Plataforma Microsoft Teams no link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmM4YzFkZWUtYTVlNS00MWI3LTg5MzEtZWZjMmRhN2Y2OTUy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22af8935be-53c2-458f-8ac9-7aba5734d38a%22%7d .

ADV: IVYNNA ARRUDA LOPES (OAB 38389/CE), ADV: MICHELLE SOBREIRA AUGUSTO LIMA (OAB 11373/CE), ADV: LARA LINHARES DE MENEZES (OAB 38513/CE) - Processo 0050468-48.2021.8.06.0176 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: N.B.M. e outros - REQUERIDO: L.L.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo. Cumpram-se os expedientes necessários para realização de audiência de instrução, por meio audiovisual, designada para o dia 24 de fevereiro de 2022, às 08:30h, através da Plataforma Microsoft Teams no link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmJhOWQwODYtMWQyNS00MmZmLWE0MDctMmRkMjk5ZjI0OTRi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22af8935be-53c2-458f-8ac9-7aba5734d38a%22%7d .

ADV: ROMMELL ALENCAR PAIVA (OAB 28441/CE), ADV: PAULO MESQUITA GUIMARAES (OAB 30526/CE) - Processo 0050936-46.2020.8.06.0176 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Cristiane Alves de Sousa e outro - REQUERIDO: Neilton Marcos Alves Lobo - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo. Cumpram-se os expedientes necessários para realização de audiência de instrução, por meio audiovisual, designada para o dia 23 de fevereiro de 2022, às 08:30h, através da Plataforma Microsoft Teams no link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTgwMmQxNjEtZTVhOS00YzA1LWI4MGItMmZlZmZiYmNhMmEx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22af8935be-53c2-458f-8ac9-7aba5734d38a%22%7d.

ADV: PAULO MESQUITA GUIMARAES (OAB 30526/CE) - Processo 0200121-90.2022.8.06.0176 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: S.R.H.P. - Defiro o pedido de justiça gratuita. Com base no(s) laudo(s) médico(s) e demais elementos trazidos aos autos, nos termos do art.749, parágrafo único do NCPC/15, defiro liminarmente a curatela provisória de ARTHUR PARENTE OLIVEIRA, nomeando a requerente como CURADORA PROVISÓRIA DO INTERDITADO para a prática dos atos civis necessários para a vida em sociedade. INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de cinco dias, prestar o compromisso de Curadora Provisória da interditada. Após, CITE-SE o interditando para se fazer presente a audiência de entrevista pessoal a ser designada pela secretaria neste Fórum local, oportunidade em que o requerido responderá acerca de sua vida, o quanto necessário para o convencimento deste juízo quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil, cujas perguntas e respostas serão reduzidas a termo (art.751, caput, do NCPC). Advirta ao interditando que após a realização da entrevista, fluirá o prazo de 15 dias para, querendo, impugnar a ação, através de advogado constituído (art.752). INTIME-SE a parte requerente e seu advogado para comparecer a audiência. Outrossim, nomeio o médico(a) Francisco Ivo Vasconcelos e a assistente social Maiane Keuly Vieira de Paiva, ambos credenciados no SIPER do TJCE (art.9º, §§1º e 2º da Resolução 04/2017), para atuarem como peritos nestes autos, nos termos do art.755 do CPC, devendo ser oficiado diretamente aos profissionais, dando-lhes ciência de suas nomeações e para que ambos designem data e hora para efetuarem suas perícias, esclarecendo que a perícia médica deve fazer a aferição da sanidade mental e/ou física do(a) interditando(a)(art.753 do CPC), através de respostas a quesitação judicial, cujo laudo pericial deverá indicar especificadamente, se for o caso, os atos para os quais haverá necessidade de curatela (art.753, §2º). Já a perícia social deve aferir sobre as condições atuais do ambiente doméstico em que residem as partes e a capacidade da requerente em exercer o múnus de curadora. Esclareça, ainda, aos peritos nomeados que a data das perícias devem ser informadas a este juízo com antecedência mínima de 30 dias, possibilitando as intimações necessárias, as quais deverão ser realizadas pela secretaria de vara assim que tomar conhecimento da data dos exames nos autos. Esclareça, por fim, aos peritos que os honorários de R$200,00, tabelados de acordo com a Resolução n. 04/2017, serão disponibilizados após o decurso do prazo de impugnação das partes acerca do respectivo laudo, devendo a secretaria solicitar, na forma da

referida Resolução e da Portaria nº65/2019, da lavra da Presidência do TJCE, autorização para o pagamento. Outrossim, o médico perito deverá responder aos seguintes quesitos necessários à interdição: 1 O(a) interditando(a) ou seu responsável apresentaram documento de identificação e algum tipo de exame laboratorial ou clínico, laudo médico com diagnóstico, antes da realização da Perícia? Quais? 2 - É o(a) interditando(a) portador(a) de alguma doença, deficiência física e/ou retardo mental? Neste último caso, qual o grau: leve, moderado ou grave? (informar o CID e a denominação da doença) 3 Em caso de confirmada a existência de doença que acomete o(a) interditando(a), quais são as características dessa doença? A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa e/ou em sua limitação física? (Informar em que se baseou para chegar a esta conclusão); 4 A doença em questão tem prognóstico de cura ou melhora?(em sendo de melhora, especificar o tempo estimado e grau de melhora) 5 - Em face do quadro clínico apresentado é o(a) interditando(a) capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? 6 - É o(a) interditando(a) total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? (indicar especificadamente, se for o caso, os atos para os quais haverá necessidade de curatela). Ciência da audiência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UBAJARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: IHÚNA MARIA RODRIGUES BARROS ROCHA (OAB 34024/CE) - Processo 0050188-14.2020.8.06.0176 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Emerson dos Santos Sousa - III DISPOSITIVO: Diante de todo o exposto, e de tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na Denúncia de fls. 01/03, para CONDENAR o réu EMERSON DOS SANTOS SOUSA, qualificado na Denúncia, como incurso nas penas do art. 157, §2o, inciso II, do Código Penal. Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68, CP: 1ª. Fase - Circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal) a) Culpabilidade: normal a espécie; b) Antecedentes Criminais: o réu é primário (cf. certidão de fl. 32 dos autos); c) Conduta Social: nada foi apurado que desabone a conduta do acusado; d) Personalidade: não há dados técnicos nos autos para aferi-la; e) Motivos do crime: normais à espécie; f) Circunstâncias do crime: normais à espécie; g) Consequências extrapenais, Não foram graves, ante a recuperação dos pertences das vítimas h) Comportamento da vítima: em nada influiu para o evento delituoso. Analisadas as circunstâncias judiciais do caput do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena-base em 04 anos de reclusão. Quanto à pena de multa, para guardar proporcionalidade com a pena privativa de liberdade, fixo em 48 (quarenta e oito) dias-multa, valor unitário de cada um em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato. 2ª. Fase - Circunstâncias legais Não há circunstâncias agravantes. Ademais, milita a favor do réu as atenuantes referentes à confissão espontânea e por ser o agente menor de 21 anos na data do fato (art. 65, I e III, d, CP), contudo ante a impossibilidade de a pena base ser conduzida abaixo no mínimo legal nessa fase processual, mantenho a pena em 04 (quatro) anos de reclusão. 3ª. Fase - Causas especiais de aumento e/ou diminuição de pena Reconheço a causa de aumento prevista no inciso II, § 2º, do art. 157, razão pela qual aumento a pena em 1/3 (um terço). Outrossim verifico a causa de diminuição participação de menor importância (art. 29, §1º, do CP), assim, reduzo a pena em 1/3, razão pela qual fixo a pena em 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 48 (quarenta e oito) dias-multa. PENA DEFINITIVA DO 1º CRIME DO ART. 157, §2o, II, CP: Vencidas as etapas do artigo 68 do Código Penal, por entender como necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime descrito no art. 157, §2o, I e II, CP, fica o réu condenado à pena PRIVATIVA DE LIBERDADE DE 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO, BEM COMO AO PAGAMENTO DE 48 (QUARENTA E OITO) DIAS-MULTA. Não vislumbrando circunstâncias diversas em relação ao crime cometido em relação as outras vítimas, fixo idêntica pena em relação ao crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma praticado em detrimento das demais vítimas. REGRA DO CONCURSO FORMAL DE CRIMES Conforme fundamentação supra, aplica-se a espécie a regra do concurso formal próprio. Outrossim, considerando a identidade das penas aplicadas, deve qualquer delas ser aumentada em 1/6, nos termos do art. 70, CP. PENA DEFINITIVA. Vencidas as etapas do artigo 68 do Código Penal, por entender como necessário e suficiente para reprovação e prevenção dos crimes, fica o réu BRUNO GONZAGA BRITO condenado à pena PRIVATIVA DE LIBERDADE DE 04 (QUATRO) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 56 (CINQUENTA E SEIS) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos. REGIME. Considerando a quantidade de pena aplicada, fixo como regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade o SEMIABERTO (art. 59 c/c art. 33, ambos do Código Penal). Substituição da pena privativa de liberdade: O artigo 44, incisos I, II e III, do Código Penal, preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando aplicada pena não superior a 04 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. O delito perpetrado é daqueles que não admitem o benefício. Igualmente não é possível suspender a pena, visto o não preenchimento dos requisitos previstos no artigo 77 do Código Penal. Da liberdade para recorrer: Concedo ao réu o benefício de apelar em liberdade, se por outro motivo não estiver presa, com fundamento no mandamento do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, pois respondeu ao processo em liberdade e não se encontram presentes os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva, previstos no art. 312, do CPP. Deixo de fixar valor mínimo de reparação dos danos, ante a recuperação dos bens subtraídos. IV PROVIMENTOS FINAIS Sem custas, nos termos do art. 4o, inciso IV da Lei Estadual nº 15.834/2015. Após o trânsito em julgado deste decisum (art. 5º, LVII, da Constituição Federal), tomem-se as seguintes providências: a) Lance-se o nome do apenado no Livro de Rol dos Culpados desta Comarca; b) Proceda-se ao recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o art. 686 do Código de Processo Penal. Em caso de não cumprimento espontâneo pelo condenado, intime-se o Estado do Ceará, para fins de cobrança da quantia fixada; c) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para o cumprimento do quanto disposto pelo art. 15, III, da Constituição Federal, e pelo art. 71, § 2º, do Código Eleitoral. d) Extraia-se guia de recolhimento, com fiel observância do disposto nos arts. 105 a 107 da Lei n. 7.210/84, para o acompanhamento da execução da pena imposta, computando-se como cumprimento de pena eventual período de prisão provisória; Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cientifique-se o Ministério Público. Intime-se, pessoalmente, e por seu defensor. Cumpra-se, mediante as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

COMARCA DE UMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE UMIRIM

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UMIRIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0007260-16.2018.8.06.0177 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - RÉU: Paulo Henrique Moura Alves - Conforme determinado no termo de Audiência de pág. 47/48, abra-se vista dos autos à Defesa para apresentação de Alegações finais.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UMIRIM
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS SOARES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ABRAÃO TABOSA DE ALMEIDA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: CHARLES RONALDO DE MENESES OLIVEIRA (OAB 32461/CE) - Processo 0003887-47.2017.8.06.0165 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Benedita de Sousa Lima - Intimação do advogado da parte autora da sentença de fls. 56/57 e do despacho à fl. 64, cujo teor segue: R. H. Defiro o pedido ministerial às fls. 44/45. Por conseguinte, intime-se a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos notícia do cumprimento de ordem judicial no sentido de liberação do corpo de Benedito de Sousa Lima. Outrossim, junte a Secretaria Judiciária o cancelamento de inscrição eleitoral em nome do extinto. Expedientes necessários.

COMARCA DE URUBURETAMA - VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUBURETAMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUBURETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2022

ADV: JULIANA DE OLIVEIRA DUTRA (OAB 33371/CE), ADV: GERVANIA MARA GOMES ROCHA (OAB 25084/CE) - Processo 0000141-18.2017.8.06.0216 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Fátima Moura de Castro - Intime-se o exequente para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da impugnação à execução de folhas 114/124. Expedientes necessários.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 41218A/CE), ADV: LORENA MARIA MELO DE MORAES (OAB 38092/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0000185-37.2017.8.06.0216 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Telma Maria Paulino da Cruz - REQUERIDO: Sky Serviços de Banda Larga Ltda - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: LEONARDO CAVALCANTI DE AQUINO (OAB 33692/CE) - Processo 0000578-25.2018.8.06.0216 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria das Merces Costa Sousa e outros - Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, III, do CPC. Sem custas nem honorários de sucumbência no primeiro grau de jurisdição (art. 55 da Lei n. 9.099/95).

ADV: ADAUTO CARNEIRO DE FRANCA NETO (OAB 23234/CE) - Processo 0006875-65.2018.8.06.0178 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Luiza de Sales Sousa - R.h Em detida análise dos autos, verifico que, em pese a procuração outorgada pelo autor ao causídico conferir poderes para receber alvará, trata-se de autor analfabeto, em que a procuração não fora lavrada por instrumento público, sendo assim, ad cautelam, intime-se o autor, através do advogado para que junte aos autos, os dados bancários do autor, a fim de ser confeccionado o alvará em nome deste, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime(m)-se.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0007182-82.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Humberto Leitao Sousa - REQUERIDO: TIM S.A. - Face ao exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido articulado na inicial e por consequência determino a extinção do feito com apreciação do mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE) - Processo 0007482-15.2017.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Antonio Marcos da Silva Lima - Intime-se a parte apelada, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte contrária, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE) - Processo 0007547-39.2019.8.06.0178 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Domingos do Carmo - R.h Em detida análise dos autos, verifico que, em pese a procuração outorgada pelo autor ao causídico conferir poderes para receber alvará, trata-se de autor analfabeto, em que a procuração não fora lavrada por instrumento público, sendo assim, ad cautelam, intime-se o autor, através do advogado para que junte aos autos, os dados bancários do autor, a fim de ser confeccionado o alvará em nome deste, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime(m)-se.

ADV: VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA (OAB 24331/CE), ADV: ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES (OAB 27422/CE) - Processo 0007923-93.2017.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Joao Paulo Coelho Mendonça - Intime-se a parte apelada, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte contrária, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274-0/CE) - Processo 0008030-40.2017.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jeane Sales Sousa Barbosa - Intime-se a parte apelada, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte contrária, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE) - Processo 0008032-10.2017.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível

- Pagamento - REQUERENTE: Joao Batista Rodrigues Gomes - Intime-se a parte apelada, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte contrária, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274-0/CE) - Processo 0008050-31.2017.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: França Chaves Furtado - Intime-se a parte apelada, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte contrária, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274-0/CE) - Processo 0008051-16.2017.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Carlos Augusto Soares Barbosa - Intime-se a parte apelada, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte contrária, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA (OAB 24331/CE) - Processo 0008114-41.2017.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Vanha Ferreira Felix - Intime-se a parte apelada, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte contrária, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários.

ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP) - Processo 0010245-47.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Avon Cosmeticos Ltda - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCIA SALES LEITE SILVEIRA (OAB 11371/CE), ADV: MICHELLE SOBREIRA AUGUSTO LIMA (OAB 11373/CE) - Processo 0050188-71.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Rodrigues de Sousa - REQUERIDO: Banco Daycoval SA - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO BERNARDO DE CASTRO (OAB 32741/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0050293-48.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rita Braga de Sousa - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Banco Bradesco S.A - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050637-29.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Angela Maria Germano Ricardo - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes na inicial, condenando a concessionária de energia ao pagamento, a título de dano moral, da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação e de correção monetária pelo INPC a contar desta data (súmula 362 do STJ), no prazo de 10 (dez) dias da presente determinação. Defiro o pedido de justiça gratuita pleiteado pelo autor, em consonância com o art. 99, §3º, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9099/95.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050655-50.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimundo Nonato Mendes da Silva - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes na inicial, condenando a concessionária de energia a devolução na forma simples do valor de R$ 8,24 (oito reais e vinte e quatro centavos) e R$ 118,68 (cento e dezoito reais e sessenta e oito centavos), pagos indevidamente pelo autor, corrigidos monetariamente pelo INPC, a contar da data do pagamento (súmula 43, STJ), acrescidos de juros de 1% ao mês, a contar da citação, e, consequentemente, determinar que a requerida se abstenha de cobrar ou negativar o nome da autora em razão do referido valor, ou suspender o fornecimento de energia, sob pena de aplicação de multa a ser arbitrada em sede de execução, bem como, condeno a promovida ao pagamento, a título de dano moral, da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação e de correção monetária pelo INPC a contar desta data (súmula 362 do STJ), no prazo de 10 (dez) dias da presente determinação. Defiro o pedido de justiça gratuita pleiteado pelo autor, em consonância com o art. 99, §3º, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9099/95.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0050737-81.2021.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Augusto Andrade dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Desta forma, suspendo o presente feito, nos moldes do art. 982 do CPC/15, até o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n° 0630366-67.2019.8.06.0000, ressalvadas as possibilidades de cessação da referida suspensão. Exp. Nec.. Uruburetama, 19 de novembro de 2021. ANNA CAROLINA FREITAS DE SOUZA FEITOSA Juíza de Direito

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050738-66.2021.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Augusto Andrade dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Desta forma, suspendo o presente feito, nos moldes do art. 982 do CPC/15, até o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n° 0630366-67.2019.8.06.0000, ressalvadas as possibilidades de cessação da referida suspensão. Exp. Nec.. Uruburetama, 19 de novembro de 2021. ANNA CAROLINA FREITAS DE SOUZA FEITOSA Juíza de Direito

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050739-51.2021.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Augusto Andrade dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Desta forma, suspendo o presente feito, nos moldes do art. 982 do CPC/15, até o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n° 0630366-67.2019.8.06.0000, ressalvadas as possibilidades de cessação da referida suspensão. Exp. Nec.. Uruburetama, 19 de novembro de 2021. ANNA CAROLINA FREITAS DE SOUZA FEITOSA Juíza de Direito

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050745-58.2021.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Freitas dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Desta forma, suspendo o presente feito, nos moldes do art. 982 do CPC/15, até o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n° 0630366-67.2019.8.06.0000, ressalvadas as possibilidades de cessação da referida suspensão. Exp. Nec.. Uruburetama, 17 de novembro de 2021. ANNA CAROLINA FREITAS DE SOUZA FEITOSA Juíza de Direito

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050871-11.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Karina Ferreira Mota - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R. Hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia e a recente alteração legislativa que permitiu que a conciliação seja realizada, inclusive, de forma não presencial, estabelecendo, ainda, que se o demandado não comparecer ou se recusar a participar da tentativa de conciliação por meio remoto, o juiz togado pode proferir sentença, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo, e em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: MARIA CAROLINA VASCONCELOS PONTES (OAB 26065/CE) - Processo 0060274-72.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Tiago Sousa Silva - REQUERIDO: Losango Promoções - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0060318-91.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliomar Barbosa Mendes - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUBURETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2022

Processo 0050871-11.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Karina Ferreira Mota - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R. Hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia e a recente alteração legislativa que permitiu que a conciliação seja realizada, inclusive, de forma não presencial, estabelecendo, ainda, que se o demandado não comparecer ou se recusar a participar da tentativa de conciliação por meio remoto, o juiz togado pode proferir sentença, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria promova a citação da parte requerida, oportunidade em que deverá informar se possui proposta de acordo, e em caso negativo, poderá apresentar contestação, no prazo legal. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUBURETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2022

ADV: YANA BARBARA RODRIGUES DE SOUSA (OAB 33470/CE) - Processo 0000063-56.2008.8.06.0178 - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Procuradoria Geral do Município de Uruburetama e outro - Intime-se o exequente, para que possa pronunciar-se a respeito da prescrição intercorremte quinquenal, levando-se em consideração, inclusive, quanto ao que restou decidido pelo Egrégio STJ no âmbito do RESP 1.340.553 RS.

ADV: RAFAEL GONCALVES ROCHA (OAB 45494A/CE), ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE) - Processo 0000178-45.2017.8.06.0216 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosimeire Rodrigues de Lima Oliviera - REQUERIDO: CLARO S/A - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 29442/BA) - Processo 0000451-24.2017.8.06.0216 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Itau Bmg Consignado S.a - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE), ADV: ADAUTO CARNEIRO DE FRANCA NETO (OAB 23234/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0000639-17.2017.8.06.0216 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Lourdes Aguiar Menezes - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das informações de folhas 177/179. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274-0/CE), ADV: ADAUTO CARNEIRO DE FRANCA NETO (OAB 23234/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0006200-05.2018.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joana Pedro de Andrade - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das informações de folhas 104/111. Expedientes necessários.

ADV: SANDRA PRADO ALBUQUERQUE (OAB 10641/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 41218A/CE) - Processo 0006448-34.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Rocilene Rodrigues de Sousa Silva - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria,

no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: DAVID CHAVES LEAO (OAB 29894/CE), ADV: FERNANDO FRANCO JUNIOR (OAB 10972/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0006601-67.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Maria Morais da Silva - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Intime-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: SANDRA PRADO ALBUQUERQUE (OAB 10641/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0006666-67.2016.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Liduina Furtado Viana - REQUERIDO: Coelce-companhia Energética de Ceará - Intime-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE), ADV: ADAUTO CARNEIRO DE FRANCA NETO (OAB 23234/CE), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0006820-17.2018.8.06.0178 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Oscar Gonçalves dos Santos - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do comprovante de depósito de folhas 175. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE) - Processo 0006911-73.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Gomes da Costa Sousa - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Intime-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE) - Processo 0006919-84.2018.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Raimundo Jose Rodrigues - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria., no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: MARCIA SALES LEITE SILVEIRA (OAB 11371/CE) - Processo 0006976-05.2018.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tereza Pinto Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartoes e outro - Intime-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0007100-51.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lucilene Mendes Pereira - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Intime-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0007180-15.2019.8.06.0178 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Reautue-se o feito como “cumprimento de sentença”. Intime-se o executado, para depositar o pagamento do valor apurado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa e penhora on-line Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO FRANCO JÚNIOR (OAB 10972B/CE) - Processo 0007648-76.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Santos de Sousa - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das informações de folhas 129/134. Expedientes necessários.

ADV: RODOLPHO ELIANO FRANÇA (OAB 28274/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: REBECA DE CASTRO ANDRADE (OAB 32359/CE) - Processo 0008023-48.2017.8.06.0178 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adelita Ribeiro Ferreira - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme consta nos autos, o exequente peticionou informando que a parte executada efetuou o pagamento da dívida, revelando sua satisfação com o crédito recebido. É o brevíssimo relatório. Decido. Conforme preleciona o art. 924, II, do NCPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. A existência de litígio é conditio sine qua non do processo. Portanto, tendo o exequente declarado sua satisfação com o crédito, pôs-se fim ao litígio objeto desta lide. Dessa forma, por não mais subsistir interesse no prosseguimento da execução por parte do exequente, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, II, do NCPC. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se alvará. Após, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0010152-84.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050111-96.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Elizabete Pereira do Nascimento - REQUERIDO: Lojas Renner S.a - Porto Alegre - Intime-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0050139-64.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Intime-se o executado para comprovar o pagamento da diferença apontada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa e penhora on-line. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050333-30.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Welligton Pinto - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do comprovante de depósito apresentado. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050339-37.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria das Dores Pinheiro de Sousa - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do comprovante de depósito apresentado. Expedientes necessários.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0050487-82.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Alexandre Vieira dos Santos - REQUERIDO: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal

em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0050495-59.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Eder Wilson Gomes Chaves - REQUERIDO: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE) - Processo 0050506-88.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleison Ribeiro Alves - REQUERIDO: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0050508-58.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Veraneide Sousa Pinto (Vera do Anselmo) - REQUERIDO: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE) - Processo 0050510-28.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: André Luis Silva Rodrigues - REQUERIDO: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050552-77.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ivonira Rocha Duarte - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do comprovante de depósito. Expedientes necessários.

ADV: JOSENILTON ROCHA LOPES (OAB 19882/CE) - Processo 0050565-76.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlito Rodrigues da Cunha - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, informar endereço atualizado do requerido Andrei Andrade Martins (Credmais Am Cred). Expedientes necessários.

ADV: DAMIÃO LIRA DE ARAÚJO (OAB 35764/CE) - Processo 0050566-61.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Regiane Rodrigues da Silva - Intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre a contestação, no prazo de 10 (dez) dias. Expediente de praxe.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341A/PB), ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050602-69.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Helano Tabosa Sampaio - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0050658-05.2021.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Josiane de Sousa Oliveira - Intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre a contestação, no prazo de 10 (dez) dias. Expediente de praxe.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0050757-09.2020.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Nonato Gomes Soares - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S.a. - R. hoje. Tendo em vista o contexto atual de pandemia, visando a economia processual e a razoável duração do processo, determino que a secretaria intime as partes para se manifestar acerca da possibilidade de julgamento antecipado ou informar se pretendem produzir prova testemunhal em audiência, sendo certo que, em caso positivo de necessidade, deve especificar qual prova seria, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE) - Processo 0060255-66.2019.8.06.0178 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Alice Gomes Vital - Intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre a contestação, no prazo de 10 (dez) dias. Expediente de praxe.

COMARCA DE URUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE URUOCA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUOCA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2022

ADV: FRANCISCA SOUSA MORAIS (OAB 33544-A/CE), ADV: MARCUS FELIX DA SILVA LEITÃO (OAB 23295/CE), ADV: MAURO MONÇAO DA SILVA (OAB 22502/CE) - Processo 0000245-95.2016.8.06.0199 - Procedimento Comum Cível - Citação - EXEQUENTE: Jander Martins Pereira Barros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar a parte apelada para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias;

ADV: FRANCISCO ISAÍAS CAVALCANTE FILHO (OAB 30509-0/CE) - Processo 0002400-97.2017.8.06.0179 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisco das Chagas de Lima - Trata-se de AÇÃO PREVIDENCIÁRIA na qual o(a) requerente FRANCISCO DAS CHAGAS DE LIMA e o(a) requerido(a) INSTITUTO NACIONAL

DO SEGURO SOCIAL - INSS requereram a homologação do acordo delineado à(s) fl(s). 148/150 (proposta de acordo pelo requerido) e 154 (aceitação do autor quanto à proposta de acordo). Decido. Tendo em vista que a proposta e a aceitação dessa proposta não deixam dúvida quanto à vontade de transigir das partes, HOMOLOGO, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fl(s). 148/150 (proposta de acordo pelo requerido) e 154 (aceitação do autor quanto à proposta) e extingo a relação processual com resolução do mérito (CPC, art. 487, III, b). Condeno as partes ao pagamento pro rata (divisão em partes iguais) das despesas processuais, em razão de terem transacionado sem nada disporem quanto ao pagamento dessas despesas (CPC, art. 90, § 2º). Todavia, em razão de o(a) autor(a) ser beneficiário da Gratuidade da Justiça (fl. 28), em relação a ela/ela fica, pois, suspensa a exigibilidade do pagamento dessas despesas (metade do valor) (CPC, art. 98, §§ 2º e 3º). Quanto ao requerido, o pagamento dessas despesas (metade do valor) resta dispensado, em face da isenção legal de que goza (Lei Estadual n. 16.132/2016, art. 5º). Honorários advocatícios conforme ajustados pelas partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Intime-se o INSS para apresentar os cálculos para o cumprimento do acordo, conforme requerido pela parte autora às fls. 154. Após o trânsito em julgado, aguarde-se o prazo de 15 dias para eventual manifestação/requerimento das partes. Noutro vértice, as partes foram intimadas do Laudo Pericial de fls. 131/139 e não requereram esclarecimentos do perito (CPC, art. 477) (As partes resolveram entabular o acordo aqui homologado). Assim, tenho por finalizado o trabalho do perito, razão pela qual determino à secretaria deste Juízo que diligencie o necessário para o pagamento dos honorários periciais. Arquivem-se os autos: a) caso não haja manifestação/requerimento das partes após o trânsito em julgado; e b) após o cumprimento das diligências para o pagamento dos honorários periciais. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: PAULO CAIO MEDEIROS DE MELO (OAB 40860/CE), ADV: DALYANNE MENDES ARAGAO (OAB 38133/CE), ADV: NAYANNA DE VASCONCELOS LOPES (OAB 30413/CE) - Processo 0050458-29.2020.8.06.0179 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Domingos da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A e outro - Inicialmente, verifico ser inconteste a configuração de relação de consumo entre as partes, vez que se mostram preenchidos os requisitos objetivos (prestação de serviços) e subjetivos (partes se enquadram nos conceitos de consumidor e fornecedor). Portanto, é certo que deve incidir, ao caso em tela, as normas constantes do Código de Defesa do Consumidor, sendo pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser aplicável a legislação consumerista às instituições financeiras, nos termos da súmula 297/STJ. Fixadas essas premissas, deve-se destacar que a responsabilidade nas relações de consumo revela-se objetiva, dispensando a comprovação de elemento subjetivo. Tal constatação, entretanto, nada interfere na necessidade de demonstração dos demais elementos da responsabilidade civil: conduta, dano e nexo causal. O cerne da controvérsia posta em Juízo consiste em identificar se os descontos efetuados pelo banco réu no benefício previdenciário da parte autora devido a contrato de empréstimo bancário n. 345028529, ora impugnado, são indevidos, ou não, para, consequentemente, esclarecer se é abusiva, ou não, a conduta do reclamado de realizar as aludidas subtrações. Da análise do conjunto probatório trazido aos autos, constata-se que não merecem prosperar os argumentos trazidos pela parte autora na peça exordial. Explico. Sustenta a parte autora que não efetuou a contratação do referido contrato, o qual ensejou o desconto mensal no valor de R$ 137,38 (cento e trinta e sete reais e trinta e oito centavos), conforme se vê na fatura mensal anexada na inicial (fls. 20). O promovido, por sua vez, defende que o contrato foi perfeitamente formalizado, sendo legítimos os descontos, já que a operação bancária questionada, datada de 02/05/2018, fora instrumentalizada de maneira eletrônica e diretamente na conta de titularidade da parte promovente, tudo através de cartão com chip, senha e contrassenha secretas e confirmação biométrica. Frisou que, em decorrência do contrato, a quantia emprestada fora depositada pelo contratante na conta corrente pertencente à parte promovente e por ela integralmente utilizada em duas operações, conforme documento de fls. 64. Pois bem. Diante da negativa da parte requerente (consumidora) quanto à autorização de descontos em seu benefício previdenciário efetuados pela instituição financeira demandada, cabe a esta justificar, mediante prova da autorização, essas subtrações, atendendo ao comando do art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil. Há nos autos elementos probatórios suficientes à formação da minha convicção acerca dos fatos ora debatidos, a ensejar a prolação de um julgamento seguro. Da análise dos autos, observa-se que restou demonstrado pela promovente a existência de um contrato de empréstimo consignado de n. 345028529, oriundo do Banco réu, cuja parcela é no valor de R$ 137,38 (cento e trinta e sete reais e trinta e oito centavos). De outra banda, a parte ré anexou, cópia do comprovante de habilitação biométrica da parte promovente, realizada em 05/01/2015, no terminal de nº 005385, situado na agência 0751 do Banco réu. Ademais, juntou extrato de consulta no sistema de empréstimo e financiamento, onde demonstra a contratação do empréstimo pessoal consignado pela parte autora através de caixa eletrônico em 02/05/2018, constando o valor a ser liberado para a parte autora como sendo a quantia de R$ 1.410,00, conforme fls. 44. O promovido trouxe, ainda, o comprovante de repasse do valor líquido contratado (pág. 45). Tem-se que o banco réu logrou comprovar documentalmente que a parte demandante firmou o contrato acima apontado, pelo qual a parte requerente autorizou o promovido a realizar subtrações no benefício previdenciário daquela, como forma de pagamento desse empréstimo. Como se vê, embora a parte autora tente desqualificar as subtrações de seu benefício, sob o argumento de que não contratou com o réu, ficou demonstrado que o contrato foi efetivamente firmado via terminal eletrônico de autoatendimento, mediante uso de cartão e senha pessoais (fls. 44). Constata-se que a operação de contratação foi realizada em 02/05/2018, sendo computado pelo borderô eletrônico da transação, como “sistema de origem”, a sigla “BDN” (Bradesco Dia e Noite), sendo o valor devidamente recebido pela parte autora. Contrato firmado entre as partes é pacto que deve ser cumprido por elas (princípio da pacta sunt servanda). O contrato firmado em terminal eletrônico de autoatendimento é plenamente válido e eficaz, principalmente quando não há contestação acerca do recebimento do valor contratado, como no caso em análise. Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido que a responsabilidade da instituição financeira deve ser afastada quando o evento danoso decorre de transações que, embora contestadas, são realizadas com a apresentação física do cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista. Ademais, o cartão magnético e a respectiva senha são de uso exclusivo do correntista, que deve tomar as devidas cautelas para impedir que terceiros tenham acesso a eles. (STJ. 3ª Turma. REsp 1633785/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 24/10/2017). Desse modo, não há que se falar em responsabilidade da instituição bancária quanto a danos morais ou restituição de valores, na medida em que não foram constatadas quaisquer ilicitudes a ensejarem o cabimento de indenização e repetição do indébito, verificada a existência do negócio jurídico. Como se percebe, in casu, a instituição financeira ré desincumbiu-se de provar fato impeditivo do direito da parte autora, preconizado nos termos do art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil. Destarte, ante todas razões fáticas e jurídicas acima mencionadas, não merece guarida o pleito autoral. DISPOSITIVO Nestas condições, por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte requerente, com base no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil/2015, e com arrimo nos fundamentos elencados nas linhas precedentes. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios do advogado do banco promovido, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Contudo, diante da gratuidade judiciária deferida, suspendo a exigibilidade do pagamento das mencionadas verbas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando, então, a obrigação restará prescrita, salvo se, antes de transcorrido o lapso temporal assinalado, o beneficiário pela isenção puder honrá-las, sem

prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando, dessarte, obrigados a pagá-las (art. 98, §3º, CPC). Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Verificado trânsito em julgado da presente decisão, ao arquivo, observadas as cautelas de estilo.

ADV: FRANCISCO MONTE NETO (OAB 29802/CE) - Processo 0050731-71.2021.8.06.0179 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Administração de herança - REQUERENTE: Maria Isolda Marques Freire e outro - Trata-se de PEDIDO DE ALVARÁ JUDICIAL formulado por MARIA ISOLDA MARQUES FREIRE e MARIA CONSUELO FREIRE PEREIRA, com o fim de obter deste juízo autorização para receber valores em instituição bancária em nome do(a) de cujus GONÇALO FREIRE (CPF: 903.877.593-87), falecido(a) em 28/03/2012. As autoras são respectivamente esposa e filha do(a) de cujus. A petição inicial de fls. 01/03 veio instruída com a certidão de óbito (fl. 05) e RG da primeira autora (fl. 04). A emenda à inicial de fls. 09/10, por sua vez, veio instruída com os documentos de fls. 11/17. O Banco Bradesco informou existir valores a título de crédito de titularidade do(a) de cujus (fl. 32). O INSS informou não existir valores nem dependente do(a) de cujus cadastrado naquela autarquia federal (fls. 23 e 29). As autoras foram instadas a se manifestarem sobre as respostas do Banco Bradesco e do INSS e requereram o levantamento dos valores existentes na conta do de cujus (fls. 36/37). Desnecessária é a intervenção do Ministério Público, pois não há interesse de incapaz a ser por ele tutelado. Decido. A Lei n. 6.858/80, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares, aplica-se ao caso aqui posto, pois as autoras pleiteiam receber os valores a que fazia jus seu/sua falecido(a) esposo e pai, que não os pôde receber pelo acontecimento de seu óbito. Compulsando os autos, verifico que o de cujus faleceu em 28 de março de 2012, ou seja, quase 10 (dez) anos atrás do ingresso da presente ação. Outrossim, verifico nos documentos de fls. 23, possível prática de crime, já que o benefício previdenciária continuou a ser sacado após o óbito do de cujus. Assim, observo que os valores contidos no ofício de fls. 32 devem ser apreciados com maior cautela, devendo ser observada a origem de tais recursos. Logo, nota-se que o pedido de alvará necessita da comprovação da origem dos recursos. Portanto, resta evidente que o tipo de procedimento escolhido (jurisdição voluntária) não corresponde à natureza da causa, razão pela qual o processo deve ser extinto. Ante o exposto, nos termos do artigo 485, VI, do NCPC, mais especificamente pela inadequação da via eleita, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito. Sem custas, em face da gratuidade deferida. Publicação e Registro no SAJ. Intimem-se as autoras. Expedientes necessários.

ADV: MAURO MONÇAO DA SILVA (OAB 22502/CE) - Processo 0050895-36.2021.8.06.0179 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jander Martins Pereira Barros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 07/2016, publicada no Diário da Justiça de 18/07/2016, pp. 43/46, da lavra da Dra. Anna Karolina Cordeiro de Araújo Carvalhal. A secretaria procedeu aos expedientes necessários para Intimar a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

ADV: VOLEIDE FARIAS ROCHA (OAB 4549/CE) - Processo 0050930-93.2021.8.06.0179 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.L.F. e outro - Trata-se de Ação de Divórcio consensual, proposta por ALIDOMAR MARQUES DARIAS e MARIA DO LIVRAMENTO FLORÊNCIO. Conforme consta na inicial, o casal possui três filhos, Anderson Florêncio Marques, nascido em 08/08/1999, Lindomar Florêncio Farias, nascido em 29/05/2009 e Márcio Florêncio Farias, nascido em 16/03/2013. Quanto aos filhos menores, o genitor prestará alimentos no valor mensal correspondente a 14 % do salário mínimo vigente. A guarda dos menores ficará com a mãe, bem como também com o filho maior que recebe auxílio previdenciário, sendo que o direito de visita será exercido livremente pelo genitor. O casal não adquiriu bens na constância do casamento. A cônjuge mulher não alterou o seu nome por ocasião do casamento, não havendo necessidade de alteração do nome no Cartório de Registro Civil. Com a exordial vieram os documentos de fls. 05/19. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público opinou pela concessão da pretensão formulada, decretando-se o divórcio requerido e homologando-se o acordo constante da inicial. (págs. 23/24) É o relatório, em abreviado. Decido. Compulsando os autos, verifico que o processo foi bem instruído documentalmente, não havendo necessidade de instrução probatória. Desse modo, passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I, do NCPC. Satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação de vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de ser julgado procedente. Ressalte-se que com a redação dada ao art. 226, § 6o, da CF, pela EC 66/2010, o divórcio passou a ser direito potestativo de qualquer dos cônjuges, não havendo, a rigor, argumento algum que possa obstar a pretensão da parte autora de dissolução do vínculo conjugal. Ante o exposto, decreto a dissolução do vínculo matrimonial dos requerentes ALIDOMAR MARQUES DARIAS e MARIA DO LIVRAMENTO FLORÊNCIO, que se regerá pelas condições constantes no acordo de fls. 02/04, com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal e art. 1.580 do Código Civil. Igualmente, HOMOLOGO por sentença, para que surta os seus efeitos jurídicos legais, o acordo de alimentos e guarda firmado entre as partes, nos termos propostos nas fls.02/04 e JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC. Sem custas em face da gratuidade deferida. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação ao cartório respectivo e demais expedientes necessários. Tudo cumprido, arquivem-se os autos com as baixas de estilo.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: ESIO RIOS LOUSADA NETO (OAB 18190/CE), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO (OAB 6615/CE), ADV: PEDRO AUGUSTO SALES FERNANDES (OAB 29455/CE) - Processo 0000786-94.2017.8.06.0199 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Marcos Henrique Melo Gomes - R. h. Trata-se de ação ordinária anulatória de decreto de desapropriação c/c pedido de tutela antecipada proposta por Marcos Henrique Melo Gomes em face do Município de Martinópole, pelas razões de fato e de direito expostas na exordial de págs. 02/13. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação de págs. 84/95. Intime-se o promovente para, querendo, apresentar réplica à contestação apresentada, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: JOE HALLYSON AGUIAR SILVA (OAB 34161/CE) - Processo 0050523-87.2021.8.06.0179 - Mandado de Segurança Cível - Constituição - IMPETRANTE: Roberta Lima da Silva - I RELATÓRIO Trata-se de mandado de segurança impetrado por ROBERTA LIMA DA SILVA, devidamente qualificada nos autos, contra ato supostamente abusivo de FRANCISCO EDIBERTO DE SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLE-CE, o qual teria removido a impetrante, sem apresentar qualquer motivo que justifique a sua remoção. Alega a impetrante que é servidora efetiva do Município desde 04/09/2007, aprovada no concurso público municipal para exercício do cargo de auxiliar de enfermagem, estando há 14 anos nesta posição. Alega que em todo esse período, sempre prestou serviço no Posto de Saúde da Família (PSF) Sebastião Dentista, na sede do Município. Afirma que, na data de 01/06/2021, foi surpreendida com um ofício do Gabinete do Prefeito comunicando sua transferência para a localidade de Boa Vista, à 25 km da sede de Martinópose/CE. Desse modo, afirma que a situação tem lhe causado bastante constrangimento e danos emocionais, pois tem que se deslocar em um veículo D-20 até a localidade da zona rural, uma vez que

prestou concurso para auxiliar de enfermagem, na sede do Município, no então PSF Sebastião Dentista. Ao final requereu o deferimento de medida liminar para que seja declarada a nulidade do ato coator e, consequentemente, determinar o imediato retorno da impetrante ao seu órgão de lotação. No mérito, pugna pela concessão definitiva da segurança, confirmando o pedido contido na liminar. Juntou documentos (fls. 11/21). Decisão deferindo a medida liminar (fls. 22/23). Instado a se manifestar, a Autoridade Coatora prestou informações nas fls. 32/41. Pedido de cumprimento provisório de multa diária às fls. 115/122. Parecer do Ministério Público pela concessão da segurança (fls. 135/137). II - FUNDAMENTAÇÃO A ação mandamental encontra seu fundamento na Constituição Federal no artigo 5º, inciso LXIX e visa proteger direito pessoal líquido e certo contra ato ilegal ou com abuso de poder, perpetrado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. A Lei 12.016/09 estabelece em seu art. 1º: Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Conforme o dispositivo legal acima referenciado, para a concessão do mandado de segurança é imprescindível restar demonstrada a existência do direito líquido e certo do impetrante, sendo este o direito que resulta de fato certo, ou seja, aquele capaz de ser comprovado de plano, por documento inequívoco, e independentemente de exame técnico. A impetrante instruiu a petição inicial, com alguns documentos. Merece destaque o documento de fl. 19 (Comunicado Administrativo), que demonstra que a impetrante estava exercendo as funções de seu cargo de auxiliar de enfermagem no PSF Sebastião Dentista, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde; e o documento fls. 20/21, datado de 01/06/2021 (Portaria n. 294/21), que cientifica a impetrante de sua remoção para prestar seu serviço no Posto de Saúde da Localidade Boa Vista. Ademais, consta dos autos que a impetrante, servidora pública municipal, foi removida novamente em 26/11/2021, após o deferimento da liminar de fls.22/23, através da Portaria nº 368/2021 (fls. 123/124), para o Hospital Imaculada Conceição. Pois bem. No caso em tela, a impetrante é servidora pública do Município de Martinópole, ocupando o cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada no PSF Sebastião Dentista, desde 04/09/2007. No entanto, em 01/06/2021, a impetrante foi removida “ex ofício”, para a localidade de Boa Vista, à 25 km da sede de Martinópole/CE, com a justificativa de que “esse servidor atende os interesses do local onde se destina, e sendo de interesse público sua remoção”(Portaria n 294/2021 de fls. 20/21). Pontua-se, de início, que a remoção, ato que determina o deslocamento do servidor público, pode realizar-se a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. A remoção de ofício se dá no interesse da Administração, necessitando de uma motivação lastreada no interesse público e na melhoria da prestação do serviço para a população local. Como bem ressaltado pelo Ministério Público em seu parecer (fls. 135/137): “[...] [A] motivação na portaria emitida é amplamente vaga, simplesmente se alegando que o servidor atende aos interesses do local destinado e sendo de interesse público sua remoção, não especificando a justificativa de quais interesses são esses junto ao público. [...] Ao NÃO MOTIVAR ESPECIFICAMENTE a alegação do local de serviço do servidor, deixou-se de motivar os referidos atos, pressuposto essencial do ato administrativo. Com efeito, não se pode inferir que a transferência de ofício da impetrante seria de melhor interesse público apenas com uma justificativa vaga e não fundamentada, visto que viola o princípio da devida motivação que deve lastrear os atos administrativos. Ademais, o art. 50, § 1º, da Lei n. 9.784/99 determina que a motivação deve ser explícita, clara e congruente. Assim, o legislador desejou inibir a apresentação de motivação implícita, obscura ou desarrazoada. Nesse sentido, registre-se que pode ser aplicado, por simetria, ao contexto dos atos administrativos, o art. 489, § 1º, do Código de Processo Civil que elenca hipóteses em que não se considera fundamentada (motivada) a decisão judicial quando, entre outras hipóteses, empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso ou mesmo invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão. Além disso, não se pode esquecer que o dever de motivar trata-se de um mecanismo de controle sobre a legalidade e legitimidade das decisões da Administração Pública, sendo indissociável ao Estado Democrático de Direito. Por entender aplicável à espécie, colaciono entendimento jurisprudencial expresso pelo Superior Tribunal de Justiça, cujo teor é o seguinte: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL REMOÇÃO EX OFFICIO DE POLICIAL MILITAR SEGURANÇA CONCEDIDA NA ORIGEM, POR AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO IMPUGNADO INVIABILIDADE DE MOTIVAÇÃO POSTERIOR, SOB PENA DE ESVAZIAMENTO DAS GARANTIAS DO SERVIDOR E DO ADMINISTRADO EM GERAL AGRAVO INTERNO DO ENTE ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO 1. Rememorando brevemente o histórico da causa, LEONARDO FERREIRA DE MENESES DOS SANTOS (ora agravado), Policial Militar do ESTADO DO PIAUÍ (agravante), impetrou Mandado de Segurança contra ato do Senhor Comandante Geral da Polícia Militar, no qual impugna sua remoção ex officio da cidade de Teresina/PI para Bom Jesus/PI 2. A Corte local concedeu a segurança, anulando o ato questionado, por entender que este não foi motivado a tempo, pois a motivação da remoção somente foi apresentada após a prática do ato administrativo (fls. 207/217) 3. O princípio da motivação regula a condução dos atos administrativos que negam, limitam ou afetam direitos e interesses do administrado. É certo que o ato administrativo, para que seja válido, deve observar, entre outros, o princípio da impessoalidade, da licitude e da publicidade. Estes três pilares do Direito Administrativo fundemse na chamada motivação dos atos administrativos, que é o conjunto das razões fáticas ou jurídicas determinantes da expedição do ato 4. O motivo do ato administrativo é pressuposto de fato e de direito, servindo-lhe de fundamento objetivo. Não se confunde, contudo, com a motivação, que é o dever de exposição dos motivos, a demonstração de que os pressupostos de fato e de direito realmente existiram no caso concreto. A motivação, nos atos administrativos, é obrigatória e irrecusável, não existindo, neste ponto, discricionariedade alguma por parte da Administração 5. A referida motivação deve ser apresentada anteriormente ou concomitante à prática do ato administrativo, pois, caso se permita a motivação posterior, dar-se-ia ensejo para que se fabriquem, se forjem ou se criem motivações para burlar eventual impugnação ao ato. Não se deve admitir como legítima, portanto, a prática imotivada de um ato que, ao ser contestado na via judicial ou administrativa, faça com que o gestor construa algum motivo que dê ensejo à validade do ato administrativo 6. Não se harmoniza com o princípio republicano e democrático que rege o ordenamento jurídico brasileiro atribuir à Administração o livre alvedrio para agir ao seu exclusivo talante, sem levar em conta as necessárias correlações subjetivas com os indivíduos e os cidadãos; o controle de legalidade, no Estado Democrático de Direito, não se exaure na simples e linear observância de formas e formulários, devendo focar a sua energia sobre os motivos e sobre a motivação dos atos administrativos 7. No presente caso, como constatou o Tribunal de origem, a motivação do ato impugnado foi apresentada apenas após sua prática (fls. 209) - o que, na linha dos argumentos acima colacionados, não pode ser considerado lícito 8. Agravo Interno do Ente Estadual a que se nega provimento. (Agravo Interno no Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1108757/PI, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Órgão Julgador: Primeira Turma, julgado em 30/11/2020, publicado em 03/12/2020). (negritei) Dessa maneira, resta constatada a ausência deprovade motivação idônea para o ato de remoção a ensejar a concessão da segurança. III - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo extinto o feito com resolução do mérito, com esteio no art. 487, I do CPC, e, com isso, concedendo a segurança requerida para declarar a nulidade do ato coator e, consequentemente, determinar o imediato retorno da impetrante ao seu órgão de lotação. Sem custas. Sem honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº 12.016/2009). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Nos termos do

parágrafo primeiro do artigo 14 da Lei nº. 12.016/2009, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição. Sem prejuízo, tendo em vista que até o presente momento a decisão proferida nas fls. 22/23 não fora cumprida, intime-se pessoalmente o Prefeito Municipal de Martinópole/CE, Sr. FRANCISCO EDIBERTO DE SOUZA, para se pronunciar sobre o alegado descumprimento da decisão e para cumprir a mesma, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de MULTA PESSOAL no valor diário de R$ 1.000,00 (mil reais) até patamar máximo de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ADV: FRANCISCO NEWTON ROCHA FROTA (OAB 33496/CE) - Processo 0050915-27.2021.8.06.0179 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: V.B.S. - Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA POR QUANTIA CERTA ajuizada por WALTER GUILHERME SOUZA DE ALMADA, representado por genitora VANESSA BRITO DE SOUSA, em face de JONH WESLLY SAMPAIO ALMADA. O(A)(s) exequente(s) foi(ram) intimado(a)(s) a emendar a inicial nos termos do Despacho de fl. 22, mas não realizou a emenda a modo (fls. 25 e seguintes). Decido. O Código de Processo Civil dispõe que: Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. In casu, o(a)(s) exequente(s) foi/foram intimado(a)(s) para emendar(em) a inicial juntando: a) instrumento de mandato e declaração de pobreza no nome do(a)(s) exequente(s), representado(a)(s) por sua genitora legal; e b) o título executivo sobre o qual se funda a pretensão executória, sem olvidar a certidão de trânsito em julgado desse título, caso se trate de título judicial. A Declaração de Hipossufiência de fl. 30 e o Instrumento de Mandato de fl. 31 não cumpriram a determinação contida no despacho que determinou a emenda da inicial, pois também trazem o nome de VANESSA BRITO DE SOUSA (representante do exequente) como sendo a declarante e a outorgante. Cotejando os documentos de fls. 20, 21, 30 e 31, percebo que a única diferença entre os documentos de fls. 20 e 30 e os documentos de fls. 21 e 31 reside no fato de que nos documentos de fls. 30 e 31 consta a referência de que a declarante e a outorgante VANESSA BRITO DE SOUSA é representante legal de WALTER GUILHERME SOUZA DE ALMADA (autor da ação). Assim, tem-se que os documentos de fls. 30 e 31, juntados após o Despacho de fl. 22, não diferem em sua essência dos documentos de fls. 20 e 21, juntados antes de tal despacho. Noutro vértice, o exequente não juntou o título executivo sobre o qual se funda a pretensão executória nem a certidão de trânsito em julgado desse título, caso se tratasse de título judicial. Os documentos de fls. 26/29 juntados após o Despacho de fl. 22 não dizem respeito a título executivo. Ora, é ônus do(a)(s) autor(a)(es) instruir a peça inicial com os documentos imprescindíveis e também cumprir as determinações judiciais em seus exatos termos. Ante o exposto, tendo em vista que o(a)(s) exequente(s) não emendou/emendaram a exordial nos termos determinado por este juízo, indefiro a petição inicial e extingo o processo sem resolução do mérito (CPC, art. 330, IV, c/c art. 485, I, do CPC). Sem custas e sem honorários. Publicação e Registro no SAJ. Intime(m)-se o(a)(s) exequente(s) e o MP. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Expedientes necessários.

COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE - VARA UNICA DA COMARCA DE VARZEA ALEGRE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2022

ADV: RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 44519/CE) - Processo 0050467-48.2021.8.06.0181 - Divórcio Litigioso - Tutela de Evidência - REQUERENTE: Maria Conceição Alves de Souza - R. Hoje. Em atenção ao pedido de fls. 21/25; esclareço que o despacho inaugural de fl. 13 não indeferiu o pedido de tutela provisória de evidência; apenas deixou para apreciar o referido pedido após formação do contraditório. Compulsando os autos, verifico o insucesso da audiência conciliatória designada; em razão da não citação/intimação do demandado, conforme termo de audiência que repousa à fl. 17 e documentos de fls. 18/19. Diante disso, designe a Secretaria nova data para audiência de conciliação, observando-se o disposto no artigo 334, caput, do CPC e nos termos do despacho inaugural de fls. 13/14. Cite-se/intime-se a parte requerida José Valmir Correia por meio de oficial de justiça/carta precatória para comparecer à audiência de conciliação. Intime-se a requerente, através de seu advogado, nos termos do artigo 334, § 3º do CPC. Expedientes necessários.

ADV: TAINÁ BEZERRA PEREIRA (OAB 44815/CE) - Processo 0050481-32.2021.8.06.0181 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.L.V. - R. Hoje. Ante o teor do instrumento petitório de fl. 48; considerando ainda que o Código de Processo Civil recomenda que sejam estimulados por todos que participam do processo a solução consensual dos conflitos; antes de deliberar sobre o acordo parcial consignado a fl. 42/43; determino que seja designada data mais próxima para uma nova tentativa de conciliação entre as partes. Não havendo autocomposição quanto aos assuntos pendentes, quais sejam: a) necessidade de juntada de documentos que comprovem os três últimos proprietários do imóvel que os requerente viviam; b) Deliberação quanto ao recebimento do montante correspondente ao auxílio assistencial do Bolsa Família; poderá a requerida contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do novo ato; sendo dispensado pedido de prazo para tanto. A audiência realizar-se-á de forma virtual, devendo a Secretaria adotar as providências necessárias à realização do ato. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ RICARDO DE MORAIS COSTA (OAB 28980/CE) - Processo 0050633-80.2021.8.06.0181 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: Antonieta Dionísio Oliveira - R. h. Recebo a inicial por vislumbrar presentes os requisitos exigidos nos artigos 319 e seguintes do CPC. Defiro a gratuidade da justiça requerida pela autora com base no documento de fl. 15. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, II, do CPC). Agende a Secretaria data para audiência de conciliação, observando-se o disposto no artigo 334, caput, do CPC. Cite-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação, advertindo-a de que, em não havendo autocomposição, poderá contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do ato. Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado do(a) autor(a) ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (artigo 334, § 8º do CPC). Intime-se a parte autora, através de seu advogado, nos termos do artigo 334, § 3º do CPC. A audiência ocorrerá de forma virtual. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: PAMELA DE FREITAS PIRES (OAB 46038/CE) - Processo 0050712-59.2021.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Maria Ferreira Alves da Silva - Vistos etc. Recebo a petição inicial por verificar presentes os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade da justiça por se tratar de parte beneficiária da previdência social. Trata-se de pedido de antecipação de tutela em Ação Declaratória de Inexistência

de Débito c/c Indenização por Danos Materiais e Morais e Pedido de Obrigação de Fazer interposta por MARIA FERREIRA ALVES DA SILVA contra BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A visando à ordem judicial que obrigue o promovido a suspender os descontos que vêm sendo realizados, indevidamente, de seus proventos de aposentadoria, referente a um contrato de empréstimo consignado que alega não ter contratado. Aduz a autora que no mês de outubro do ano de 2021 observou que fora debitado de sua conta bancária o valor de R$ 33,70 (trinta e três reais e setenta centavos), vindo, após, tomar conhecimento de que se tratava de um suposto empréstimo consignado com a empresa ré, no valor de R$ 1.380,52 (um mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos), contrato nº 017596999, o qual deveria ser quitado em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais valoradas em R$ 33,70 (trinta e três reais e setenta centavos), todavia assegura que desconhece a formalização de referido contrato. É o que importa relatar. Decido. No que tange ao pedido antecipatório de tutela, analisando perfunctoriamente os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada, não antevejo a possibilidade de deferi-la, por não verificar elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, previstos no artigo 300, caput, do Código de Processo Civil. Destarte, a documentação acostada aos autos pela parte requerente não está apta a ser considerada início de prova razoável daquilo que fora alegado por ela na exordial. Os documentos de fls. 19/23 não constituem elementos que assegurem seu total desconhecimento acerca da contratação do empréstimo; fato que, nesse instante de cognição eminentemente sumária, não autoriza o deferimento da súplica liminar. DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência da ação. Com relação ao pedido de inversão do ônus da prova, é mister a imposição em desfavor da empresa requerida, direito de facilitação da defesa do consumidor em juízo, assegurado à promovente na condição de consumidora, presentes que estão os requisitos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, quais sejam, a sua hipossuficiência, que, no caso, se configura por sua notável fragilidade ante as demandadas, as quais possuem melhores acessos aos meios probantes, mormente ao contrato supostamente celebrado entre as partes. Designe a Secretaria data para audiência de conciliação, nos termos do artigo 334, caput, do Novo CPC. Empós, cite-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação, advertindo-a de que, em não havendo autocomposição, poderá contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do ato, intimando-a, ainda, da inversão do ônus em seu desfavor. Intime-se a parte autora, através de seus advogados, conforme previsão do artigo 334, § 3º do CPC. Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (artigo 334, § 8º do CPC). A audiência realizar-se-á por meio virtual. Expedientes necessários.

ADV: FRIDTJOF CHRYSOSTOMUS DANTAS ALVES (OAB 21519/CE) - Processo 0050748-04.2021.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Glaucia Pinho - Vistos etc. Recebo a petição inicial por verificar presentes os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade da justiça. Considerando a atual situação da pandemia da COVID-19 e as diversas condutas adotadas pelos gestores estaduais e municipais em relação ao sistema de trabalho desempenhado por seus servidores, deixo para apreciar o pedido de tutela antecipada após formação do contraditório. Designe a Secretaria data para audiência de conciliação, nos termos do artigo 334, caput, do Novo CPC. Empós, cite-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação, advertindo-a de que, em não havendo autocomposição, poderá contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do ato, observando o disposto no artigo 183 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, conforme previsão do artigo 334, § 3º do CPC. Intime-se a parte requerida para tomar conhecimento de que a parte autora não demonstrou interesse na realização da audiência de conciliação, devendo aquela, portanto, manifestar-se nos autos acerca de seu interesse, nos termos e prazo previstos no artigo 334, § 5º, do CPC. Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (artigo 334, § 8º do CPC). A audiência realizar-se-á por meio virtual. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2022

ADV: VINÍCIUS DE LIMA ALCANTARA (OAB 45130/CE) - Processo 0050698-75.2021.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Jucier Sobreira - R. h. Recebo a inicial por vislumbrar presentes os requisitos exigidos nos artigos 319 e seguintes do CPC. Defiro o pedido de gratuidade da justiça com base no documento de fl. 14. Deixo para apreciar o pedido de tutela após formação do contraditório ante à ausência de elementos apresentados nesse momento processual. Agende a Secretaria data para audiência de conciliação, observando-se o disposto no artigo 334, caput, do CPC. Cite-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação, advertindo-a de que, em não havendo autocomposição, poderá contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do ato; bem como intime-a para tomar conhecimento de que a parte autora não demonstrou interesse na realização da audiência de conciliação, portanto, deverá aquela se manifestar nos autos, nos termos e prazo previstos no artigo 334, § 5º, do CPC. Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado do(a) autor(a) ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (artigo 334, § 8º do CPC). Intime-se o requerente, através de seu advogado, nos termos do artigo 334, § 3º do CPC. A audiência realizar-se-á de forma virtual. Expedientes necessários.

ADV: VINÍCIUS DE LIMA ALCANTARA (OAB 45130/CE) - Processo 0050721-21.2021.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edval de Assis Oliveira - Vistos, etc. Recebo a Petição Inicial tendo em vista estarem preenchidos todos os seus requisitos, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil. O feito tramitará sob o rito ordinário. Defiro o pedido de gratuidade da justiça por se tratar de parte beneficiária da Previdência Social e o de prioridade na tramitação do feito, nos termos do artigo 71 do Estatuto do Idoso. Trata-se de pedido de tutela antecipada em Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Materiais e Morais e Obrigação de Fazer proposta por EDIVAL DE ASSIS OLIVEIRA contra BANCO SAFRA S/A, visando à ordem judicial que obrigue o promovido a manter a suspensão dos descontos das parcelas que vinham sendo realizados em sua conta bancária. Aduz o requerente que no mês de dezembro de 2019 percebeu um crédito em sua conta bancária, realizado pelo promovido, no valor de R$ 10.609,53 (dez mil, seiscentos e nove reais e cinquenta e três centavos), via transferência eletrônica, referente a um contrato de empréstimo nº 0012268341, a ser quitado em 72 (setenta e duas) prestações, no valor de R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos); no entanto, afirma que não assinou qualquer contrato de empréstimo com o Banco demandado. Acrescenta que, anteriormente, ajuizou ação no Juizado Especial Cível desta Comarca, processo nº 0050056-39.2020.8.06.0181, todavia, essa foi extinta,

sem resolução de mérito, em razão da complexidade da causa que demandava a realização de perícia técnica, o que afasta a competência do Juizado Especial. Salienta que no referido processo foi deferida a antecipação da tutela, sendo determinada a suspensão dos descontos referentes ao contrato de empréstimo nº 0012268341. É o que importa relatar. Decido. Quanto ao pedido liminar, sob a forma de tutela de urgência, analisando perfunctoriamente os requisitos necessários para a sua concessão, de logo adianto que verifico a possibilidade de deferi-la, uma vez presentes os elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, previstos no artigo 300, caput, do Novo Código de Processo Civil. Ademais não se verifica perigo na irreversibilidade dos efeitos da decisão, caso a Parte Autora saia vencida na demanda. Assim, vislumbra-se que a probabilidade do direito alegado pelo Requerente está presente, haja vista que os documentos trazidos aos autos conseguem convencer este julgador no sentido da aproximação da verdade dos fatos, sendo a prova apresentada inequívoca nesse sentido, principalmente pelo teor do documento de fl. 19, que comprova a existência do empréstimo; e, ainda, pelos extratos de fls. 21/22, os quais demonstram que o autor não fez uso do valor depositado pelo Banco promovido, sendo imperioso salientar que já foi deferida a tutela antecipada nos autos nº 0050056-39.2020.8.06.0181 e que o objetivo do autor no presente feito é que seja mantida a suspensão dos descontos. Quanto ao perigo de dano, verifica-se igualmente que esse requisito encontra-se satisfeito, pois, havendo discussão judicial acerca da irregularidade do empréstimo e sua própria existência, torna-se injusto o desconto das parcelas mensais, sob pena de se ocasionar prejuízo indevido e irreparável. Não seria justo, muito menos jurídico, na ocorrência de discussão da realização do empréstimo ou não, expor-se o suposto devedor, com o constrangimento de sofrer descontos mensais em seu benefício, situação que poderá ocasionar indubitavelmente danos irreparáveis ou de difícil reparação. Por fim, no que pertine à ausência de irreversibilidade da medida, vê-se que tal requisito também está presente, haja vista que, caso o autor não seja vencedor na presente ação, a tutela antecipada concedida nestes autos poderá facilmente ser revogada, voltando à situação anterior com a retomada dos descontos das parcelas devidas. Assim, não há de prevalecer os descontos no benefício do autor, enquanto pendente de discussão judicial acerca da própria existência e da regularização do empréstimo realizado. Diante do exposto, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o fim específico de determinar que a instituição bancária requerida BANCO SAFRA S.A. mantenha a suspensão dos descontos das parcelas referentes ao suposto empréstimo celebrado com o autor EDVAL DE ASSIS OLIVEIRA, no prazo de 48 horas. Fixo multa pecuniária diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), se não for cumprida esta decisão no prazo estabelecido, ficando desde já limitado o valor das astreintes a R$ 41.597,53 (quarenta e um mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos valor da causa) Oficie-se ao INSS para tomar conhecimento da presente decisão, abstendo-se de efetuar referidos descontos junto ao benefício da parte autora. Determino ao INSS que se abstenha de efetuar consignação de outros empréstimos ou operações financeiras junto ao benefício da parte autora, tendo como credora quaisquer instituições creditícias, até ulterior decisão nos autos deste processo. Com relação ao pedido de inversão do ônus da prova, é mister a imposição em desfavor da empresa requerida, direito de facilitação da defesa do consumidor em juízo, assegurado ao(à) promovente na condição de consumidor(a), presentes que estão os requisitos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, quais sejam, a sua hipossuficiência, que, no caso, se configura por sua notável fragilidade ante aos demandados, os quais possuem melhores acessos aos meios probantes, mormente ao contrato supostamente celebrado entre as partes. Designe a Secretaria data para audiência de conciliação, observando-se o disposto no artigo 334, caput, do CPC. Empós, cite-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação, advertindo-a de que, em não havendo autocomposição, poderá contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do ato; cientificando-a, ainda, do deferimento da inversão do ônus da prova em seu desfavor. Advirtam-se as partes que: “O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, artigo 334, § 8º). A intimação do(a) autor(a) será feita na pessoa de seus advogados, conforme prescrição do artigo 334, § 3º, do CPC. A audiência realizar-se-á por meio virtual. Expedientes necessários.

ADV: TAINÁ BEZERRA PEREIRA (OAB 44815/CE) - Processo 0050727-28.2021.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Jucier Bezerra - Vistos etc. Recebo a petição inicial por verificar presentes os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade da justiça por se tratar de parte beneficiária da previdência social. Trata-se de pedido de antecipação de tutela em Ação Declaratória de Nulidade de Contrato c/c Indenização por Danos Morais e Materiais e Pedido de Obrigação de Fazer interposta por José Jucier Bezerra contra o Banco PAN S/A visando à ordem judicial que obrigue o promovido a proceder o cancelamento do contrato de reserva de margem para cartão de crédito, bem como dos descontos mensais das parcelas indevidas de cartão de crédito que vêm sendo realizados, indevidamente, em seu provento de aposentadoria. Aduz o autor que o Banco promovido inseriu seu nome como parte contraente do contrato de reserva de margem para cartão de crédito, sendo o valor reservado de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) e limite cartão de R$ 1.347,00 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais), cujo valor nunca esteve disponível em sua conta bancária. Salienta que não foi possível resolver o problema de forma administrativa, apesar das inúmeras ligações telefônicas efetuadas para o Banco promovido. É o que importa relatar. Decido. No que tange ao pedido antecipatório de tutela, analisando perfunctoriamente os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada, não antevejo a possibilidade de deferi-la, por não verificar elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, previstos no artigo 300, caput, do Código de Processo Civil. Destarte, a documentação acostada aos autos pela parte requerente não está apta a ser considerada início de prova razoável daquilo que fora alegado por ela na exordial. Os documentos de fls. 25/45 não constituem elementos que assegurem seu total desconhecimento acerca da contratação do cartão de crédito com reserva de margem consignável, mormente por ter suportado a situação desde o mês de dezembro de 2019, vindo somente agora questioná-la em juízo; fato que, nesse instante de cognição eminentemente sumária, não autoriza o deferimento da súplica liminar. DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência da ação. Com relação ao pedido de inversão do ônus da prova, é mister a imposição em desfavor da empresa requerida, direito de facilitação da defesa do consumidor em juízo, assegurado ao promovente na condição de consumidor, presentes que estão os requisitos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, quais sejam, a sua hipossuficiência, que, no caso, se configura por sua notável fragilidade ante a demandada, a qual possui melhores acessos aos meios probantes, mormente ao contrato supostamente celebrado entre as partes. Designe a Secretaria data para audiência de conciliação, nos termos do artigo 334, caput, do CPC. Empós, cite-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação, advertindo-a de que, em não havendo autocomposição, poderá contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do ato; advertindo-a, ainda, acerca do deferimento da inversão do ônus da prova em seu desfavor, devendo, portanto, acostar aos autos cópia do contrato nº 0229730778294. Intime-se a parte autora, através de seus advogados, conforme previsão do artigo 334, § 3º do CPC. Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida

em favor da União ou do Estado (artigo 334, § 8º do CPC). A audiência realizar-se-á por meio virtual. Expedientes necessários.

ADV: VINÍCIUS DE LIMA ALCANTARA (OAB 45130/CE) - Processo 0050730-80.2021.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Vicente da Costa - Vistos, etc. Recebo a Petição Inicial tendo em vista estarem preenchidos todos os seus requisitos, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil. O feito tramitará sob o rito comum. Defiro o pedido de gratuidade da justiça por se tratar de parte beneficiária da Previdência Social e o pedido de prioridade na tramitação do feito nos termos do art. 71 do Estatuto do Idoso. Trata-se de pedido de tutela antecipada em Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Pedido de Indenização por Dano Moral e Material ajuizada por JOSÉ VICENTE DA COSTA contra o SABEMI SEGURADORA S/A E BANCO BRADESCO S.A, visando à ordem judicial que determine os promovidos a adotarem as providências cabíveis no sentido de suspenderem os descontos indevidos que vêm sendo realizados em seu benefício previdenciário. Alega o requerente que foi surpreendido com descontos sucessivos em sua conta corrente nº 0500472-1, Agência 0770, Bradesco S/A, instituição na qual recebe seu benefício previdenciário, alguns no valor de R$ 50,64 (cinquenta reais e sessenta e quatro centavos) e outros, no valor de R$ 49,79 (quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), referentes a um suposto contrato de seguros realizado com a citada seguradora, não sabendo, ao certo, quando tiveram início os descontos, todavia, assegura que não contratou mencionado serviço. É o que importa relatar. Decido. Quanto ao pedido liminar sob a forma de tutela de urgência, analisando perfunctoriamente os requisitos necessários para a sua concessão, de logo adianto que não verifico a possibilidade de deferi-la, uma vez que não se encontram presentes os elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, previstos no artigo 300, caput, do Novo Código de Processo Civil. Destarte, a documentação acostada aos autos pela parte requerente não está apta a ser considerada início de prova razoável daquilo que fora alegado por ela na inicial. Não obstante, conste nos autos prova da cobrança das parcelas mencionadas referentes ao seguro (fls. 16/17), supostamente contratado com a SABEMI SEGURADORA S/A, não restou comprovado o total desconhecimento da parte autora acerca da relação contratual; fato que, neste instante de cognição eminentemente sumária, não autoriza o deferimento da súplica liminar. DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência da ação. Com relação ao pedido de inversão do ônus da prova, é mister a imposição em desfavor das empresas requeridas, direito de facilitação da defesa do consumidor em juízo, assegurado ao promovente na condição de consumidor, presentes que estão os requisitos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, quais sejam, a sua hipossuficiência, que, no caso, se configura por sua notável fragilidade ante as demandadas, as quais possuem melhores acessos aos meios probantes, mormente ao contrato supostamente celebrado entre as partes. Designe a Secretaria data para audiência de conciliação, nos termos do artigo 334, caput, do Novo CPC. Empós, cite-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação, advertindo-a de que, em não havendo autocomposição, poderá contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará a fluir a partir da data da realização do ato; advertindo-a, ainda, acerca do deferimento da inversão do ônus da prova em seu desfavor. Intime-se a parte demandada para se manifestar acerca do pedido de exibição do contrato de seguro, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se a parte autora, através de seus advogados, conforme previsão do artigo 334, § 3º do CPC. Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (artigo 334, § 8º do CPC). A audiência realizar-se-á por meio virtual. Expedientes necessários.

COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2022

ADV: REGINALDO ALBUQUERQUE BRAGA (OAB 21226/CE) - Processo 0003688-03.2019.8.06.0182 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: MARIA ONEIDE DE OLIVEIRA - Cuida-se de ação penal proposta pelo Ministério Público em face de Maria Ioneide de Oliveira em face da prática do crime disposto no art. 155 do CP. Em denúncia, o Ministério Público ofertou proposta de suspensão condicional do processou ao acusado. Realizada audiência para oferecimento de sursis, o réu aceitou as condições impostas (pág. 82/83), quais sejam: 1 Não frequentar bares, prostíbulos e congêneres; 2 - não ausentar-se da comarca por mais de oito dias; 3 comparecer mensalmente ao Fórum para justificar suas atividades. Esclareceu-se ainda que a suspensão condicional do processo se dará no pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar desta data, nos termos do artigo 89, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.099/95, bem como o benefício legal será revogado se, no curso deste prazo, vier a ser processado por outro crime 4- Pagamento de prestação ser serviços à comunidade, a ser cumprido na Escola E.E.F Ana Bezerril Fontenele pelo período de 03 (três) meses por 05 (cinco) horas semanais. Esclareceu-se ao final, que em caso de descumprimento de quaisquer das condições impostas neste ato será revogado o referido benefício e retomada do andamento da ação penal, ficando desde já intimados os presentes. É o que importa relatar. Decido. Considerando que o denunciado concordou com todos os termos da suspensão, HOMOLOGO, a suspensão proposta e aceita pelo acusado e seu defensor para que surta seus legais e jurídicos efeitos, suspendendo o processo durante o prazo de 02 (dois) anos, submetendo o acusado ao período de prova equivalente à suspensão, mediante o cumprimento das condições descritas no termo de audiência . Oficie-se a Escola EEF Ana Bezerril Fontenele para fiscalizar o cumprimento da prestação pecuniária. Decorrido o prazo da suspensão, abra vistas ao MP, para se manifestar acerca da extinção da punibilidade. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO RODRIGUES FELISMINO FILHO (OAB 29816/CE) - Processo 0010201-50.2020.8.06.0182 (processo principal 0010161-68.2020.8.06.0182) - Restituição de Coisas Apreendidas - Estelionato - REQUERENTE: Rosineide Oliveira Teixeira - Trata-se de pedido de restituição de bem aprendido formulado por ROSINEIDE OLIVEIRA TEIXEIRA, onde requer a restituição do veículo TOYOTA FILUX apreendido por ocasião de cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência de seu filho Sidney Rodrigues da Silva. O Ministério Público, em seu parecer de fl. 93, opinou pelo indeferimento do pedido de restituição do bem aprendido, visto que se trata de objeto de recurso de apelação nos autos de nº 50499-84.2020.8.06.0182. Vieram-me conclusos. Decido. Razão assiste ao Parquet. Compulsando os autos, nota-se que o bem apreendido foi apreendido em razão de sentença condenatória em face do réu Sidney Rodrigues da Silva nos autos de º 50499-84.2020.8.06.0182. No ensejo, a fim de garantir o efetivo cumprimento de indenização de danos sofridos pela vítima, determinou-se a busca e apreensão do bem acima mencionado. O Nobre Representante do Ministério Público ressaltou que anteriormente foi requerida a restituição do bem apreendido, sendo indeferido nos autos de nº 10201-50.2020.8.06.0182. Sendo interposto recurso de apelação afim de reformar sentença para determinar restituição de bem de terceiros. O direito do requerente à restituição do bem, portanto, não

é estreme de dúvidas, tal como exige o art. 120 do Código de Processo Penal. Postas estas razões, entendo que o requerente não faz jus à imediata restituição do bem. Ademais, ad cautelam, considero relevante manter o bem apreendido, a fim de retorno dos autos do segundo grau. Ante o exposto, REJEITO o pedido de restituição do bem. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Intimações e expedientes necessários.

ADV: GELISE SANTOS FARIAS (OAB 32028/CE) - Processo 0012055-21.2016.8.06.0182 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - DENUNCIADO: Caetano Revelino Silva - Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público em desfavor de Caetano Revelino Silva, pelo suposto cometimento do delito previsto nos art. 129 do Código Penal. Em denúncia, o Ministério Público ofertou proposta de suspensão condicional do processou ao acusado. Realizada audiência para oferecimento de sursis, o réu aceitou as condições impostas (pág. 82/83), quais sejam: 1 Não frequentar bares, prostíbulos e congêneres; 2 - não ausentar-se da comarca por mais de oito dias; 3 comparecer mensalmente ao Fórum para justificar suas atividades; 4- Não cometer novos delitos. É o que importa relatar. Decido. Considerando que o denunciado concordou com todos os termos da suspensão, HOMOLOGO, a suspensão proposta e aceita pelo acusado e seu defensor para que surta seus legais e jurídicos efeitos, suspendendo o processo durante o prazo de 02 (dois) anos, submetendo o acusado ao período de prova equivalente à suspensão, mediante o cumprimento das condições descritas no termo de audiência . Decorrido o prazo da suspensão, abra vistas ao MP, para se manifestar acerca da extinção da punibilidade. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: GIOVANI ARAUJO DA CUNHA (OAB 29552/CE) - Processo 0009449-54.2015.8.06.0182 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - RÉU: Lucivan Silva Vieira - Designada a audiência de Instrução para 29/03/2022 às 08:30h. Expedientes necessários.

ADV: RAUL CAVALCANTE VIEIRA DE SOUSA (OAB 35461/CE) - Processo 0013795-14.2016.8.06.0182 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Natanael de Sousa Brito - Designada a audiência de Instrução para 30/03/2022 às 08:30h. Expedientes necessários.

COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 2ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2022

ADV: EDUARDO DE CARVALHO ALMEIDA (OAB 28626/CE) - Processo 0002612-41.2019.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eudes Oliveira Fontenele - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE da audiência de MEDIAÇÃO designada para o dia 10 (dez) de março de 2022 às 10:00 horas a se realizar na sala das audiências do CEJUSC/VIÇOSA. Link da reunião: https://link.tjce.jus.br/48d9ac

ADV: EDUARDO DE CARVALHO ALMEIDA (OAB 28626/CE) - Processo 0002613-26.2019.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosilandia Trajano Bandeira Carvalho - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE da audiência de MEDIAÇÃO designada para o dia 14 (quatorze) de fevereiro de 2022 às 08:30 horas a se realizar na sala das audiências do CEJUSC/VIÇOSA. Link da reunião: https://link.tjce.jus.br/737d4a

ADV: PAULO CÉSAR OLIVEIRA DA SILVA (OAB 34333/CE) - Processo 0050129-71.2021.8.06.0182 (apensado ao processo 0013177-98.2018.8.06.0182) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.F.S. - EMENDA À INICIAL Defiro a gratuidade judiciária pleiteada. Consta na petição inicial a cobrança das parcelas referentes a vários meses, passível do rito da prisão civil e da constrição patrimonial. O pedido foi protocolado em 10.02.2021. Ocorre que no rito do art. 528, §§ 3º e 7º, do CPC, são executadas somente as 03 (três) últimas parcelas anteriores ao ajuizamento da ação, conforme dispõe a Súmula n.º 309 do STJ: O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Em relação às demais parcelas, devem ser cobradas em outro rito processual (art. 528, § 8º) em autos apartados, Assim, objetivando adequar a execução aos procedimentos pertinentes, intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJ), para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, no tocante ao rito processual adequado, sob pena de indeferimento. Expedientes necessários. Viçosa do Ceará, 26 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificado digital]

ADV: REGINALDO ALBUQUERQUE BRAGA (OAB 21226/CE) - Processo 0051178-50.2021.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.A.C. - Deixo para apreciar o pedido de antecipação de tutela após a apresentação do relatório de estudo social. A parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita, contudo não consta nos autos a declaração de hipossuficiência. Ademais, conforme parecer do Ministério Público às fls. 15, não consta nos autos a certidão de óbito da genitora dos menores. Assim, determino a INTIMAÇÃO da requerente, através de seu advogado constituído, para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar a declaração de hipossuficiência, bem como o rol de testemunhas e a Certidão de Óbito da genitora Marluce Vieira de Andrade. Expedientes necessários. Viçosa do Ceará, 24 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: ALBERTO JEFERSON RODRIGUES TEIXEIRA (OAB 43091/CE) - Processo 0051181-39.2020.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - ARROLANTE: Maria Mirian Amaral - Dispõe o art. 320 do CPC: Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Verifico que a inicial não se faz apresentar com cópia de RG, juntando apenas o documento de CTPS que não consta nenhuma informação sobre a autora. Assim, intime-se a parte autora emendar a inicial, apresentando o documento necessário à regularização do pedido (RG), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Expedientes necessários. Viçosa do Ceará (CE), 25 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: REGINALDO ALBUQUERQUE BRAGA (OAB 21226/CE) - Processo 0051215-77.2021.8.06.0182 - Procedimento

Comum Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Edinaldo Alves Mendes - A presente ação foi ajuizada em face de "Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará" (pág 1). Ao efetuar o cadastro da ação, o causídico fez constar como requerido a "Procuradoria Geral do Município de Viçosa do Ceara", como se vê acima. Também protocolou o causídico a ação como sendo uma "Reclamação Trabalhista". Ocorre que a prefeitura é o prédio, a sede física do Governo Municipal, não se constituindo em pessoa jurídica e, portanto, não podendo figurar no polo passivo da demanda. Deve a ação ser manejada em desfavor do MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ. Reclamação trabalhista integra o rol de ações no âmbito da Justiça do Trabalho e sequer consta tal nomenclatura nos códigos de ação da Justiça Comum Estadual. Por fim, a Procuradoria Geral do Município é o órgão de assistência jurídica do Município, ou seja, cuja função é promover em Juízo e fora dele a defesa dos interesses municipais. Descabido é, também, a sua inclusão no polo passivo da demanda. Assim, intime-se a parte promovente, por seu advogado, para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Viçosa do Ceará, 19 de janeiro de 2022 Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2022

ADV: JOSE LEITE JUCA FILHO (OAB 5214/CE), ADV: FRANCISCO REGIS DOS SANTOS ALBUQUERQUE (OAB 9749/CE), ADV: OLINTHO FRANKLIN GADELHA (OAB 8956/CE), ADV: ISABELA DE SOUZA SOBREIRA DE LAVOR (OAB 13043/CE) - Processo 0000032-92.2006.8.06.0182 - Ação Civil Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Evaldo Soares de Sousa - Deste modo, em consonância com o Parecer Ministerial de fls. 2048/2050, torno sem efeito a decisão de fls. 2018/2022, determinando o regular prosseguimento do feito, devendo o autos seguirem conclusos para decisão de saneamento e organização do processo (CPC 357). Expedientes necessários. Viçosa do Ceará/CE, 25 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: HELCIO ALVES DE VASCONCELOS (OAB 16508/CE) - Processo 0000438-93.2018.8.06.0182 - Auto de Apreensão em Flagrante - Leve - ADOLESCENTE: I.S.S. - ASSIM SENDO, ante a fundamentação supra, declaro extinta a pretensão de aplicação de medida socioeducativa ao representado IVAN SILVA SANTOS, e, em consequência, declaro extinto o feito, sem resolução de mérito. Arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Viçosa do Ceará/CE, 27 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES (OAB 27164/CE) - Processo 0002254-76.2019.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANDREIA MACHADO DOS SANTOS - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE da audiência de MEDIAÇÃO designada para o dia 10 (dez) de março de 2022 às 13:00 horas a se realizar na sala das audiências do CEJUSC/VIÇOSA. Link da reunião: https://link.tjce.jus.br/3f3aa3

ADV: FRANCISCO HEITOR RIBEIRO FIGUEIRA (OAB 13284/PI) - Processo 0002408-94.2019.8.06.0182 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - MENOR: L.M.R.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE da audiência de MEDIAÇÃO redesignada para o dia 14 (catorze) de fevereiro de 2022 às 13:00 horas a se realizar na sala das audiências do CEJUSC/VIÇOSA. Link da reunião: https://link.tjce.jus.br/c69f02

ADV: KLERTON CARNEIRO LOIOLA (OAB 12212/CE) - Processo 0002637-54.2019.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.J.G.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE da audiência de MEDIAÇÃO designada para o dia 14 (catorze) de fevereiro de 2022 às 10:00 horas a se realizar na sala das audiências do CEJUSC/VIÇOSA. Link da reunião: https://link.tjce.jus.br/158e71

ADV: FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES (OAB 27164/CE) - Processo 0002898-19.2019.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Natalia de Souza Avelino - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE da audiência de MEDIAÇÃO designada para o dia 10 (dez) de março de 2022 às 11:30 horas a se realizar na sala das audiências do CEJUSC/VIÇOSA. Link da reunião: https://link.tjce.jus.br/99197f

ADV: GIOVANI ARAUJO DA CUNHA (OAB 29552/CE) - Processo 0003279-27.2019.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.A.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE da audiência de MEDIAÇÃO designada para o dia 14 (catorze) de fevereiro de 2022 às 11:30 horas a se realizar na sala das audiências do CEJUSC/VIÇOSA. Link da reunião: https://link.tjce.jus.br/4fcc3b

ADV: FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES (OAB 27164/CE) - Processo 0051428-83.2021.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jaime Arruda de Siqueira - Trata-se de ação de pedido de tutela cautelar, objetivando a suspensão do auto de infração proposta por JAIME ARRUDA DE SIQUEIRA em face do MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ. O art. 319 do CPC estabelece os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser objeto do devido preenchimento pelo autor, sob pena de indeferimento da petição inicial. Porém, antes de tomar tal providência, cumpre ao Magistrado, guiado pelo dever de cooperação processual, intimar o autor para que sane o erro, com vistas a possibilitar a continuidade da marcha processual sem vícios de caráter insanável. Atribuiu-se à causa o valor de R$ 100,00 (cem reais) de forma aleatória, ou seja, sem nenhum critério. Dispõem os arts. 291 e 292, II, do CPC: Art. 291.A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. Art. 292.O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:(...); II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; Diante do exposto, DETERMINO a intimação da parte autora para emendar à inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para adequar o valor da causa, sob pena de extinção e arquivamento. Viçosa do Ceará (CE), 26 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: REGINALDO ALBUQUERQUE BRAGA (OAB 21226/CE) - Processo 0051703-32.2021.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Maria Assunção da Silva Sousa - Trata-se de AÇÃO PREVIDENCIÁRIA

proposta por Maria Assunção da Silva Sousa em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, partes devidamente qualificadas nos autos. A parte autora peticionou à fl. 63 pugnando pela desistência da ação, antes mesmo da citação do promovido. É o que importa relatar, decido: Analisando-se os presentes autos, constata-se que a parte autora requereu a desistência antes de a parte adversa tomar conhecimento da pretensão., tendo havido a anuência da parte promovida. ANTE O EXPOSTO, homologo o pedido de desistência da parte autora e, em consequência, declaro extinto o presente feito, sem resolução de mérito, o que faço com fundamento no art. 485, inciso VIII, do CPC. Sem custas ou honorários advocatícios sucumbenciais, face à gratuidade judiciária, que ora defiro, com base no art. 98 e seguintes do CPC. Torno sem efeito a decisão liminar de fls. 34/40. Arquive-se, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Viçosa do Ceará, 26 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: LIA VIANA FILGUEIRA (OAB 29745/CE), ADV: FRANCISCO WILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 23150/CE), ADV: FLAVIO JACINTO DA SILVA (OAB 6416/CE) - Processo 0176846-02.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Família - REQUERENTE: R.S.V. - REQUERIDA: M.C.R.P. - Tendo em vista que os autos de nº 9192-29.2015.8.06.0182, mencionados à fl. 52, foram declinados da competência para a 3ª Vara de Familia, ainda no ano de 2016, estando arquivados naquela Unidade Judiciária sem que se possa saber se houve ou não julgamento do mérito, intime-se a parte autora por seu Advogado para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se persiste o interesse na continuação do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Viçosa do Ceará (CE), 25 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: VALESCA BELCHIOR DE OLIVEIRA (OAB 39669/CE), ADV: CYNARA MARIA RODRIGUES MONTEIRO (OAB 8880/CE) - Processo 0280016-19.2021.8.06.0182 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Silvana Maria Carneiro Fontenele - Chamo o feito à ordem para, determinar a citação da parte requerida para que apresente (CPC, arts. 336/343), no prazo de 30 (trinta) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação (art. 335, III). A contagem dos prazos levará em conta somente dias úteis (CPC, art. 219). Com a resposta, intime-se o Ministério Público para réplica (prazo de 30 dias). Cumpra-se. Expedientes necessários. Viçosa do Ceará, 24 de janeiro de 2022. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente **Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - Presidente**
Endereço **Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. Cambeba - CEP: 60822-325**
Telefone **(85) 3207-7000**
Internet **www.tjce.jus.br**

Diário da Justiça Eletrônico

TRIBUNAL DE JUSTIÇA **2**
ÓRGÃO ESPECIAL 2
DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial 2
CENTRAL DE CONCILIAÇÃO 3
DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE 6
ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS 17
Seção de Direito Público 45
DESPACHOS - Seção de Direito Público 45
1ª Câmara de Direito Público 45
DESPACHOS - 1ª Câmara de Direito Público 45
2ª Câmara de Direito Público 54
DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Público 54
3ª Câmara de Direito Público 55
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Público 55
DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Público 72
Seção de Direito Privado 73
DESPACHOS - Seção de Direito Privado 73
1ª Câmara de Direito Privado 73
DESPACHOS - 1ª Câmara de Direito Privado 73
PAUTA DE JULGAMENTO 77
2ª Câmara de Direito Privado 80
DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Privado 80
ATAS DAS SESSÕES 82
3ª Câmara de Direito Privado 98
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Privado 98
DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Privado 137
4ª Câmara de Direito Privado 144
DESPACHOS - 4ª Câmara de Direito Privado 144
PAUTA DE JULGAMENTO 148
CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS 151
1ª Câmara Criminal 151
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara Criminal 151
DESPACHOS - 1ª Câmara Criminal 170
2ª Câmara Criminal 172
DESPACHOS - 2ª Câmara Criminal 172
3ª Câmara Criminal 176
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara Criminal 176
DESPACHOS - 3ª Câmara Criminal 203
EXPEDIENTES DO 1º GRAU **208**
COMARCA DE FORTALEZA 208
DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA 208
ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS 208
VARAS DA JURISDIÇÃO CÍVEL 273
VARAS CÍVEIS 273
EXPEDIENTES DA 1ª VARA CIVEL 273
EXPEDIENTES DA 2ª VARA CIVEL 285
EXPEDIENTES DA 3ª VARA CIVEL 289
EXPEDIENTES DA 4ª VARA CIVEL 295
EXPEDIENTES DA 5ª VARA CIVEL 297
EXPEDIENTES DA 6ª VARA CIVEL 300
EXPEDIENTES DA 7ª VARA CIVEL 307
EXPEDIENTES DA 8ª VARA CIVEL 313
EXPEDIENTES DA 9ª VARA CIVEL 318
EXPEDIENTES DA 10ª VARA CIVEL 322
EXPEDIENTES DA 11ª VARA CIVEL 326
EXPEDIENTES DA 13ª VARA CIVEL 329
EXPEDIENTES DA 14ª VARA CIVEL 332
EXPEDIENTES DA 15ª VARA CIVEL 353
EXPEDIENTES DA 16ª VARA CIVEL 354
EXPEDIENTES DA 17ª VARA CIVEL 357
EXPEDIENTES DA 18ª VARA CIVEL 357
EXPEDIENTES DA 19ª VARA CIVEL 358
EXPEDIENTES DA 20ª VARA CIVEL 366
EXPEDIENTES DA 21ª VARA CIVEL 371
EXPEDIENTES DA 22ª VARA CIVEL 378

SUMÁRIO

EXPEDIENTES DA 23ª VARA CIVEL 382
EXPEDIENTES DA 25ª VARA CIVEL 383
EXPEDIENTES DA 26ª VARA CIVEL 385
EXPEDIENTES DA 27ª VARA CIVEL 387
EXPEDIENTES DA 28ª VARA CIVEL 388
EXPEDIENTES DA 29ª VARA CIVEL 389
EXPEDIENTES DA 30ª VARA CIVEL 391
EXPEDIENTES DA 31ª VARA CIVEL 401
EXPEDIENTES DA 32ª VARA CIVEL 406
EXPEDIENTES DA 33ª VARA CIVEL 409
EXPEDIENTES DA 34ª VARA CIVEL 412
EXPEDIENTES DA 35ª VARA CIVEL 414
EXPEDIENTES DA 36ª VARA CIVEL 416
EXPEDIENTES DA 37ª VARA CIVEL 422
EXPEDIENTES DA 38ª VARA CIVEL 425
EXPEDIENTES DA 39ª VARA CIVEL 429
VARAS DE FAMÍLIA 433
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE FAMÍLIA 433
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE FAMÍLIA 436
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE FAMÍLIA 438
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE FAMÍLIA 440
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE FAMÍLIA 440
EXPEDIENTES DA 6ª VARA DE FAMÍLIA 442
EXPEDIENTES DA 7ª VARA DE FAMÍLIA 444
EXPEDIENTES DA 8ª VARA DE FAMÍLIA 456
EXPEDIENTES DA 9ª VARA DE FAMÍLIA 457
EXPEDIENTES DA 10ª VARA DE FAMÍLIA 459
EXPEDIENTES DA 11ª VARA DE FAMÍLIA 460
EXPEDIENTES DA 12ª VARA DE FAMÍLIA 462
EXPEDIENTES DA 13ª VARA DE FAMÍLIA 467
EXPEDIENTES DA 14ª VARA DE FAMÍLIA 468
EXPEDIENTES DA 15ª VARA DE FAMÍLIA 469
EXPEDIENTES DA 16ª VARA DE FAMÍLIA 470
EXPEDIENTES DA 17ª VARA DE FAMÍLIA 473
EXPEDIENTES DA 18ª VARA DE FAMÍLIA 476
VARAS DE SUCESSÕES 479
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE SUCESSÕES 479
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE SUCESSÕES 479
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE SUCESSÕES 481
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE SUCESSÕES 484
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE SUCESSÕES 484
VARAS DA FAZENDA PÚBLICA 489
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 489
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 497
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 503
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 506
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 509
EXPEDIENTES DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 511
EXPEDIENTES DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 518
EXPEDIENTES DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA NOVA 519
EXPEDIENTES DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 525
EXPEDIENTES DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 526
EXPEDIENTES DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 529
EXPEDIENTES DA 12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 537
EXPEDIENTES DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 537
EXPEDIENTES DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 539
EXPEDIENTES DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 541
VARAS DOS REGISTROS PÚBLICOS 541
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS 541
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS 542
VARAS DE FALÊNCIA 543
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS 543
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS 544
VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL 544
EXPEDIENTES DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS 544
VARAS CRIMINAIS 550
EXPEDIENTES DA 1ª VARA CRIMINAL 550
EXPEDIENTES DA 2ª VARA CRIMINAL 550
EXPEDIENTES DA 3ª VARA CRIMINAL 552
EXPEDIENTES DA 5ª VARA CRIMINAL 553
EXPEDIENTES DA 6ª VARA CRIMINAL 553

SUMÁRIO

EXPEDIENTES DA 7ª VARA CRIMINAL....554
EXPEDIENTES DA 8ª VARA CRIMINAL....554
EXPEDIENTES DA 9ª VARA CRIMINAL....555
EXPEDIENTES DA 10ª VARA CRIMINAL....555
EXPEDIENTES DA 12ª VARA CRIMINAL....556
EXPEDIENTES DA 13ª VARA CRIMINAL....557
EXPEDIENTES DA 14ª VARA CRIMINAL....558
EXPEDIENTES DA 15ª VARA CRIMINAL....561
EXPEDIENTES DA 16ª VARA CRIMINAL....562
VARAS DO JÚRI....564
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DO JÚRI....564
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DO JÚRI....564
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DO JÚRI....565
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DO JÚRI....566
VARA DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES....566
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES....566
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES....567
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES....567
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES....571
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES....571
VARAS DA JURISDIÇÃO ESPECIAL OU MISTA....572
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE....572
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE....572
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE....573
VARAS DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA....574
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA....574
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA....582
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA....585
VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS....585
EXPEDIENTES DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER....586
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROFESSOR DOLOR BARREIRA....586
PAUTA DE JULGAMENTO DAS TURMAS RECURSAIS....586
ATOS, EDITAIS E OUTROS EXPEDIENTES DAS TURMAS RECURSAIS....587
EDITAIS....593
VARAS CÍVEIS....593
EDITAIS DA 3ª VARA CIVEL....593
EDITAIS DA 4ª VARA CIVEL....594
EDITAIS DA 20ª VARA CIVEL....594
EDITAIS DA 22ª VARA CIVEL....595
EDITAIS DA 28ª VARA CIVEL....595
EDITAIS DA 29ª VARA CIVEL....597
VARAS DE FAMÍLIA....598
EDITAIS DA 2ª VARA DE FAMÍLIA....598
VARAS DOS REGISTROS PÚBLICOS....605
EDITAIS DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS....605
VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL....606
VARAS CRIMINAIS....606
EDITAIS DA 1ª VARA CRIMINAL....606
EDITAIS DA 5ª VARA CRIMINAL....611
EDITAIS DA 6ª VARA CRIMINAL....613
EDITAIS DA 7ª VARA CRIMINAL....613
EDITAIS DA 8ª VARA CRIMINAL....614
EDITAIS DA 9ª VARA CRIMINAL....615
EDITAIS DA 11ª VARA CRIMINAL....617
EDITAIS DA 13ª VARA CRIMINAL....618
VARAS DO JÚRI....619
EDITAIS DA 2ª VARA DO JÚRI....620
VARAS DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES....621
EDITAIS DA 4ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES....621
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE....623
EDITAIS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE....623
COMARCAS DO INTERIOR....623
EDITAIS, EXPEDIENTES E AVISOS....623
COMARCA DE ACARAPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ACARAPE....623
COMARCA DE ACARAÚ - 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ....624
COMARCA DE ACARAÚ - 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ....624
COMARCA DE ACOPIARA - 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA....626
COMARCA DE ACOPIARA - 2ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA....629
COMARCA DE AIUABA - VARA UNICA DA COMARCA DE AIUABA....632
COMARCA DE ALTO SANTO - VARA UNICA DA COMARCA DE ALTO SANTO....632
COMARCA DE AMONTADA - VARA UNICA DA COMARCA DE AMONTADA....633

SUMÁRIO

COMARCA DE AQUIRAZ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ....633
COMARCA DE AQUIRAZ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ....633
COMARCA DE ARACATI - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACATI....634
COMARCA DE ARACATI - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI....635
COMARCA DE ARACATI - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI....640
COMARCA DE ARACOIABA - VARA UNICA DA COMARCA DE ARACOIABA....641
COMARCA DE ARARIPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARIPE....647
COMARCA DE ARARENDÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARENDÁ....651
COMARCA DE ASSARÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE ASSARÉ....651
COMARCA DE AURORA - VARA UNICA DA COMARCA DE AURORA....652
COMARCA DE BARBALHA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA....653
COMARCA DE BARBALHA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA....658
COMARCA DE BARREIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE BARREIRA....660
COMARCA DE BARRO - VARA UNICA DA COMARCA DE BARRO....661
COMARCA DE BATURITE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BATURITE....662
COMARCA DE BATURITE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE....662
COMARCA DE BATURITE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE....664
COMARCA DE BEBERIBE -1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE....666
COMARCA DE BEBERIBE - 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE....668
COMARCA DE BELA CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ....671
COMARCA DE BOA VIAGEM - 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM....671
COMARCA DE BREJO SANTO - 1ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO....674
COMARCA DE BREJO SANTO - 2ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO....674
COMARCA DE CAMOCIM - 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM....677
COMARCA DE CAMPOS SALES - VARA UNICA DA COMARCA DE CAMPOS SALES....681
COMARCA DE CANINDE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CANINDE....682
COMARCA DE CANINDE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE....682
COMARCA DE CANINDE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE....685
COMARCA DE CAPISTRANO - VARA UNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO....691
COMARCA DE CARIDADE - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIDADE....691
COMARCA DE CARIRÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRÉ....692
COMARCA DE CARIRIAÇU - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU....693
COMARCA DE CARNAUBAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CARNAUBAL....694
COMARCA DE CASCAVEL - 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL....695
COMARCA DE CASCAVEL - 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL....695
COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA....696
COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA....697
COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA....701
COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA....703
COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA....704
COMARCA DE CAUCAIA - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE....709
COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA....709
COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA....710
COMARCA DE CAUCAIA - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA....711
COMARCA DE CEDRO - VARA UNICA DA COMARCA DE CEDRO....713
COMARCA DE CHAVAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CHAVAL....713
COMARCA DE CHOROZINHO - VARA UNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO....713
COMARCA DE COREAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE COREAÚ....714
COMARCA DE CRATEUS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATEUS....720
COMARCA DE CRATEUS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS....720
COMARCA DE CRATEUS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS....721
COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO....723
COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO....725
COMARCA DE CRATO - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO....727
COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO....730
COMARCA DE CROATÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE CROATÁ....731
COMARCA DE CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE CRUZ....732
COMARCA DE EUSEBIO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO....733
COMARCA DE EUSEBIO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO....734
COMARCA DE FARIAS BRITO - VARA UNICA DA COMARCA DE FARIAS BRITO....735
COMARCA DE FORQUILHA - VARA UNICA DA COMARCA DE FORQUILHA....735
COMARCA DE GRANJA - 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA....736
COMARCA DE GRANJA - 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA....737
COMARCA DE GUAIUBA - VARA UNICA DA COMARCA DE GUAIUBA....739
COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE....740
COMARCA DE HIDROLÂNDIA - VARA UNICA DA COMARCA DE HIDROLÂNDIA....743
COMARCA DE HORIZONTE - 1ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE....745
COMARCA DE HORIZONTE - 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE....746
COMARCA DE IBIAPINA - VARA UNICA DA COMARCA DE IBIAPINA....747
COMARCA DE ICAPUÍ - VARA UNICA DA COMARCA DE ICAPUÍ....748
COMARCA DE ICÓ - 1ª VARA DA COMARCA DE ICÓ....749

SUMÁRIO

COMARCA DE ICO - 2ª VARA DA COMARCA DE ICO....749
COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU....751
COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU....752
COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU....755
COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU....755
COMARCA DE INDEPENDÊNCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA....756
COMARCA DE IPAUMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE IPAUMIRIM....757
COMARCA DE IPU - VARA UNICA DA COMARCA DE IPU....758
COMARCA DE IPUEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS....761
COMARCA DE ITAPIPOCA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAPIPOCA....762
COMARCA DE ITAPIPOCA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA....762
COMARCA DE ITAPIPOCA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA....765
COMARCA DE ITAPIPOCA - CEJUSC- ITAPIPOCA (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE ITAPIPOCA -CE)....769
COMARCA DE ITAITINGA - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA....773
COMARCA DE ITAPAJÉ - 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ....775
COMARCA DE ITAPAJÉ - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ....776
COMARCA DE ITAREMA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAREMA....778
COMARCA DE JAGUARETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA....779
COMARCA DE JAGUARIBE - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARIBE....780
COMARCA DE JAGUARUANA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA....781
COMARCA DE JARDIM - VARA UNICA DA COMARCA DE JARDIM....781
COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA - VARA UNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA....783
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....785
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....789
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....793
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....799
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....800
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....802
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....803
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....803
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - JUAZEIRO DO NORTE....803
COMARCA DE JUCÁS - VARA UNICA DA COMARCA DE JUCÁS....804
COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA....805
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE....808
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE....808
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE....809
COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ....813
COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ....819
COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ....820
COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ....822
COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ....823
COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ....823
COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ....824
COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ....824
COMARCA DE MARANGUAPE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MARANGUAPE....824
COMARCA DE MARANGUAPE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE....824
COMARCA DE MARANGUAPE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE....827
COMARCA DE MARCO - VARA UNICA DA COMARCA DE MARCO....828
COMARCA DE MASSAPÊ - 1ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ....829
COMARCA DE MASSAPÊ - 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ....830
COMARCA DE MERUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE MERUOCA....840
COMARCA DE MILAGRES - VARA UNICA DA COMARCA DE MILAGRES....841
COMARCA DE MISSÃO VELHA - VARA UNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA....843
COMARCA DE MOMBAÇA - 1ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA....845
COMARCA DE MORADA NOVA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MORADA NOVA....845
COMARCA DE MORADA NOVA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA....846
COMARCA DE MORADA NOVA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA....850
COMARCA DE MORRINHOS - VARA UNICA DA COMARCA DE MORRINHOS....851
COMARCA DE MUCAMBO - VARA UNICA DA COMARCA DE MUCAMBO....851
COMARCA DE MULUNGU - VARA UNICA DA COMARCA DE MULUNGU....852
COMARCA DE NOVA OLINDA - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA....852
COMARCA DE NOVA RUSSAS - 1ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS....856
COMARCA DE NOVA RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS....857
COMARCA DE OCARA - VARA UNICA VINCULADA DE OCARA....859
COMARCA DE ORÓS - VARA UNICA DA COMARCA DE ORÓS....867
COMARCA DE PACAJUS - 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS....868
COMARCA DE PACATUBA - 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA....868
COMARCA DE PACOTI - VARA UNICA DA COMARCA DE PACOTI....870
COMARCA DE PARACURU - VARA UNICA DA COMARCA DE PARACURU....871

SUMÁRIO

COMARCA DE PARAIPABA - VARA UNICA DA COMARCA DE PARAIPABA 873
COMARCA DE PEDRA BRANCA - VARA UNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA 875
COMARCA DE PENTECOSTE - VARA UNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE 876
COMARCA DE PINDORETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA 879
COMARCA DE PORTEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE PORTEIRAS 879
COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA 880
COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA 882
COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA 882
COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA 885
COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM 888
COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM 888
COMARCA DE REDENÇÃO - VARA UNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO 891
COMARCA DE RERIUTABA - VARA UNICA DA COMARCA DE RERIUTABA 894
COMARCA DE RUSSAS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE RUSSAS 902
COMARCA DE RUSSAS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS 903
COMARCA DE RUSSAS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS 908
COMARCA DE SABOEIRO - VARA UNICA DA COMARCA DE SABOEIRO 908
COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 2ª VARA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA 909
COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ 911
COMARCA DE SANTANA DO CARIRI - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO CARIRI 913
COMARCA DE SÃO BENEDITO - VARA UNICA DA COMARCA DE SAO BENEDITO 914
COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE -1ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE 923
COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE 926
COMARCA DE SENADOR POMPEU - 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU 927
COMARCA DE SENADOR POMPEU - 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU 930
COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL 931
COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL 932
COMARCA DE SOBRAL - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL 934
COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL 943
COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL 944
COMARCA DE SOBRAL - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL 944
COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL 946
COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL 948
COMARCA DE SOBRAL - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SOBRAL 949
COMARCA DE SOLONÓPOLE - VARA UNICA DA COMARCA DE SOLONOPOLE 950
COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE 950
COMARCA DE TAUA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE TAUA 952
COMARCA DE TAUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA 953
COMARCA DE TAUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA 954
COMARCA DE TIANGUA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE TIANGUA 955
COMARCA DE TIANGUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA 956
COMARCA DE TIANGUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA 961
COMARCA DE TRAIRI - 1ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI 962
COMARCA DE TRAIRI - 2ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI 962
COMARCA DE UBAJARA - VARA UNICA DA COMARCA DE UBAJARA 963
COMARCA DE UMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE UMIRIM 965
COMARCA DE URUBURETAMA - VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUBURETAMA 966
COMARCA DE URUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE URUOCA 970
COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE - VARA UNICA DA COMARCA DE VARZEA ALEGRE 974
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ 977
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 2ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ 978